SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 23 de Julho de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3579

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA

GABINETE DO PRESIDENTE
2ª ERRATA À ATA DA 26ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ – CIEDEPAR

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ – CIEDEPAR, por seu Presidente, Airton Antônio Agnolin, no uso de suas atribuições estatutárias, torna pública a presente 2ª ERRATA à Ata da 26ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15 de abril de 2026, e à Errata publicada em 27 de abril de 2026, para fins de correção de erros materiais relativos à forma de provimento e aos valores de remuneração de cargos deliberados, permanecendo inalterados os demais termos da ata e da errata anterior.

Onde se lê:
"II – Ampliação de 02 (duas) vagas para o cargo de Técnico Administrativo, Financeiro e de Recursos Humanos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, provimento em comissão, exigindo nível superior, vencimento correspondente ao símbolo VM-12, no valor mensal de R$ 3.034,31 (três mil, trinta e quatro reais e trinta e um centavos);"

Leia-se:
"II – Ampliação de 02 (duas) vagas para o cargo de Técnico Administrativo, Financeiro e de Recursos Humanos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, provimento efetivo, exigindo nível superior, vencimento correspondente ao símbolo VM-12, no valor mensal de R$ 3.034,31 (três mil, trinta e quatro reais e trinta e um centavos), ou cedido, com vencimento correspondente ao símbolo FG-04, no valor mensal de R$ 2.945,94 (dois mil, novecentos e quarenta e cinco reais e noventa e quatro centavos);"

Onde se lê:

"IV – (...) e 01 (uma) vaga para o cargo de Analista de Consórcio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de provimento efetivo ou cedido, exigindo nível superior, com vencimento correspondente ao símbolo VM-06, no valor mensal de R$ 8.596,78 (oito mil, quinhentos e noventa e seis reais e setenta e oito centavos);"

Leia-se:

"IV – (...) e 01 (uma) vaga para o cargo de Analista de Consórcio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de provimento efetivo, exigindo nível superior, com vencimento correspondente ao símbolo VM-06, no valor mensal de R$ 8.596,78 (oito mil, quinhentos e noventa e seis reais e setenta e oito centavos), ou cedido, com vencimento correspondente ao símbolo FG-03, no valor mensal de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais);"

Permanecem inalterados os demais dispositivos e deliberações constantes da referida ata.

Curitiba/PR, 11 de maio de 2026.

AIRTON ANTÔNIO AGNOLIN
Presidente do CIEDEPAR
Prefeito de Nova Cantu

LUÍS GUILHERME CUENCA BORSATTO
Diretor Administrativo

JACIR BOMBONATO MACHADO
Secretário-Executivo do CIEDEPAR

JORDAN ROGATTE DE MOURA
Procurador Jurídico do CIEDEPAR

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:628CE73C

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 3531, DE 22 DE JULHO DE 2026

DECRETO Nº 3531, DE 22 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar/Especial no valor de R$ 1.857.000,00, no Orçamento do Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR, para o Exercício de 2026, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade a Lei Municipal nº 830, de 21 de julho de 2026, bem como o Parágrafo 2º, Art. 167 da Constituição Federal, e a Lei Federal nº 4.320/64

DECRETA:

Art. 1º - Abre no Orçamento Geral do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, para o exercício de 2026, um crédito adicional ESPECIAL no valor de R$ 1.857.000,00 (um milhão, oitocentos e cinquenta e sete mil reais), mediante as seguintes dotações:

12.00	*- Secretária de Urbanismo*	

12.01	*- Secretária de Urbanismo*		
0016.0482.0053.1002	*- Habitação Popular*		
44905100.0000	*- Obras e Instalações*		
26192	*- Termo de Convênio 192/2026 – COHAPAR*	*R$*	*1.300.000,00*
44905100.0000	*- Obras e Instalações*		
00504	*- Outros Royalties e Compensações Financeira*	*R$*	*557.000,00*

Art. 2º - Como recursos para abertura do crédito SUPLEMENTAR/ESPECIAL de que trata o presente Decreto, serão:
- Excesso de Arrecadação de Receitas provenientes do:

26192	*- Termo de Convênio 192/2026 – COHAPAR*	*R$*	*1.300.000,00*

- Superavit Financeiro Exercício Anterior:

00504	*- Outros Royalties e Compensações Financeira*	*R$*	*557.000,00*

Art. 3º - Face ao crédito fica inserido no Anexo I, da Lei Municipal nº 745, de 17 de julho de 2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2026 a 2029, o seguinte:

12.00	*- Secretária de Urbanismo*	
12.01	*- Secretária de Urbanismo*	
0016.0482.0053.1002	*- Habitação Popular*	
44905100.0000	*- Obras e Instalações*	

Art. 4º - Face ao crédito, fica inserido no Anexo I, da Lei Municipal nº 754, de 26 de agosto de 2025, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, o seguinte:

Programa: 005 3 - ATIVIDADE URBANISMO
Ação: 1002 - Habitação Popular

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu-PR, aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Valcir Paim de Andrade
Código Identificador:9186CEB2

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PORTARIA Nº 1863, DE 22 DE JULHO DE 2026

Concede licença prêmio por assiduidade ao servidor público municipal Rubens Dreves, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal n°12.06/2005,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio por assiduidade de 15 (quinze) dias, de acordo com a Lei Municipal n° 12.06/2005, sendo concedida no período compreendido entre os dias 23 de julho de 2026 a 06 de agosto de 2026, ao servidor público abaixo relacionada:

Nome	CPF	Cargo	Ref. Período Aquisitivo
Rubens Dreves	050.735.339-09	Técnico Agropecuário	2019/2024

Art. 2° - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeito a partir de 23 de julho de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:DCD3997D

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 041.2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026
Processo Adm: Nº 069/2026

Objeto:Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de locação, montagem, instalação, operação, manutenção durante o evento e posterior desmontagem de infraestrutura temporária, compreendendo locação de pavilhão, tendas em estrutura de alumínio com cobertura em lona de polietileno tipo pirâmide, palco, gerador de energia de 260 KVA, sistema de sonorização com operação técnica, prestação de serviços de segurança desarmada, serviços de limpeza e disponibilização de banheiros químicos convencionais e adaptados para pessoas com deficiência (PNE), destinados à realização da Festa do Colono e Motorista do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, a ser realizada no dia 26 de julho de 2026, promovida pela Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu/PR, em atendimento ao Convênio nº 358/2026, celebrado com a Secretaria de Estado do Turismo (SETU), conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.

Empresas vencedoras valor total: R$ 96.246,98(noventa e seis mil e duzentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos):**TENDAS LIMA ESTRUTURAS EM ALUMINIOS PARA EVENTOS LTDA**(55571560000198) com os lotes: 1 no valor total de R$ 33.996,00 (trinta e três mil e novecentos e noventa e seis reais).**43.040.164 ADAO CARLOS DA SILVA SCHEIS**(43040164000155) com os lotes: 6 no valor total de R$ 2.688,00 (dois mil e seiscentos e oitenta e oito reais).**GALVAO INTELIGENCIA DE NEGOCIOS LTDA**(56138154000107) com os lotes: 2 no valor total de R$ 27.800,00 (vinte e sete mil e oitocentos reais).**GEMEOS SERVIÇOS GERAIS LTDA**(34661978000116) com os lotes: 3, 5 no valor total de R$ 24.497,98 (vinte e quatro mil e quatrocentos e noventa e sete reais e noventa e oito centavos).**LFZ FACILITES LTDA**(64668953000105) com os lotes: 7 no valor total de R$ 1.090,00 (um mil e noventa reais).**VM SOM E LUZ LTDA**(51781145000108) com os lotes: 4 no valor total de R$ 3.775,00 (três mil e setecentos e setenta e cinco reais).**S G ALBERTON LTDA**(17822678000152) com os lotes: 8, 9 no valor total de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA DO IGUACU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14.133/2021, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU (PR), 22 de julho de 2026.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO
Contrato: 86/2026
Pregão Eletrônico n° 041/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
CONTRATADA: GEMEOS SERVICOS GERAIS LTDA
CNPJ: 34.661.978/0001-16
OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de locação, montagem, instalação, operação, manutenção durante o evento e posterior desmontagem de infraestrutura temporária, compreendendo locação de pavilhão, tendas em estrutura de alumínio com cobertura em lona de polietileno tipo pirâmide, palco, gerador de energia de 260 KVA, sistema de sonorização com operação técnica, prestação de serviços de segurança desarmada, serviços de limpeza e disponibilização de banheiros químicos convencionais e adaptados para pessoas com deficiência (PNE), destinados à realização da Festa do Colono e Motorista do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, a ser realizada no dia 26 de julho de 2026, promovida pela Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu/PR, em atendimento ao Convênio nº 358/2026, celebrado com a Secretaria de Estado do Turismo (SETU), conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
Valor: R$ 24.497,98 (vinte e quatro mil quatrocentos e noventa e sete reais e noventa e oito centavos).
Prazo de vigência: 22/07/2026 à 22/07/2027.
Data de assinatura do contrato: 22 de julho de 2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Boa Esperança do Iguaçu/PR, 22 de julho de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO
Contrato: 87/2026
Pregão Eletrônico n° 041/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
CONTRATADA: 43.040.164 ADAO CARLOS DA SILVA SCHEIS
CNPJ: 43.040.164/0001-55
OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de locação, montagem, instalação, operação, manutenção durante o evento e posterior desmontagem de infraestrutura temporária, compreendendo locação de pavilhão, tendas em estrutura de alumínio com cobertura em lona de polietileno tipo pirâmide, palco, gerador de energia de 260 KVA, sistema de sonorização com operação técnica, prestação de serviços de segurança desarmada, serviços de limpeza e disponibilização de banheiros químicos convencionais e adaptados para pessoas com deficiência (PNE), destinados à realização da Festa do Colono e Motorista do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, a ser realizada no dia 26 de julho de 2026, promovida pela Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu/PR, em atendimento ao Convênio nº 358/2026, celebrado com a Secretaria de Estado do Turismo (SETU), conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
Valor: R$ 2.688,00 (dois mil seiscentos e oitenta e oito reais).
Prazo de vigência: 22/07/2026 à 22/07/2027.
Data de assinatura do contrato: 22 de julho de 2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Boa Esperança do Iguaçu/PR, 22 de julho de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO
Contrato: 88/2026
Pregão Eletrônico n° 041/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
CONTRATADA: TENDA EVENTOS LTDA
CNPJ: 26642857000107
OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de locação, montagem, instalação, operação, manutenção durante o evento e posterior desmontagem de infraestrutura temporária, compreendendo locação de pavilhão, tendas em estrutura de alumínio com cobertura em lona de polietileno tipo pirâmide, palco, gerador de energia de 260 KVA, sistema de sonorização com operação técnica, prestação de serviços de segurança desarmada, serviços de limpeza e disponibilização de banheiros químicos convencionais e adaptados para pessoas com deficiência (PNE), destinados à realização da Festa do Colono e Motorista do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, a ser realizada no dia 26 de julho de 2026, promovida pela Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu/PR, em atendimento ao Convênio nº 358/2026, celebrado com a Secretaria de Estado do Turismo (SETU), conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
Valor: R$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais).
Prazo de vigência: 22/07/2026 à 22/07/2027.
Data de assinatura do contrato: 22 de julho de 2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

Boa Esperança do Iguaçu/PR, 22 de julho de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO
Contrato: 89/2026
Pregão Eletrônico n° 041/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
CONTRATADA: GALVAO INTELIGENCIA DE NEGOCIOS LTDA
CNPJ: 56.138.154/0001-07
OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de locação, montagem, instalação, operação, manutenção durante o evento e posterior desmontagem de infraestrutura temporária, compreendendo locação de pavilhão, tendas em estrutura de alumínio com cobertura em lona de polietileno tipo pirâmide, palco, gerador de energia de 260 KVA, sistema de sonorização com operação técnica, prestação de serviços de segurança desarmada, serviços de limpeza e disponibilização de banheiros químicos convencionais e adaptados para pessoas com deficiência (PNE), destinados à realização da Festa do Colono e Motorista do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, a ser realizada no dia 26 de julho de 2026, promovida pela Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu/PR, em atendimento ao Convênio nº 358/2026, celebrado com a Secretaria de Estado do Turismo (SETU), conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
Valor: R$ 27.800,00 (vinte e sete mil oitocentos reais).
Prazo de vigência: 22/07/2026 à 22/07/2027.
Data de assinatura do contrato: 22 de julho de 2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Boa Esperança do Iguaçu/PR, 22 de julho de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO
Contrato: 90/2026
Pregão Eletrônico n° 041/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
CONTRATADA: TENDAS LIMA ESTRUTURAS EM ALUMINIOS PARA EVENTOS LTDA
CNPJ: 55.571.560/0001-98
OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de locação, montagem, instalação, operação, manutenção durante o evento e posterior desmontagem de infraestrutura temporária, compreendendo locação de pavilhão, tendas em estrutura de alumínio com cobertura em lona de polietileno tipo pirâmide, palco, gerador de energia de 260 KVA, sistema de sonorização com operação técnica, prestação de serviços de segurança desarmada, serviços de limpeza e disponibilização de banheiros químicos convencionais e adaptados para pessoas com deficiência (PNE), destinados à realização da Festa do Colono e Motorista do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, a ser realizada no dia 26 de julho de 2026, promovida pela Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu/PR, em atendimento ao Convênio nº 358/2026, celebrado com a Secretaria de Estado do Turismo (SETU), conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
Valor: R$ 33.996,00 (trinta e três mil novecentos e noventa e seis reais).
Prazo de vigência: 22/07/2026 à 22/07/2027.
Data de assinatura do contrato: 22 de julho de 2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Boa Esperança do Iguaçu/PR, 22 de julho de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO

Contrato: 91/2026
Pregão Eletrônico n° 041/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
CONTRATADA: VM SOM E LUZ LTDA
CNPJ: 51.781.145/0001-08
OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de locação, montagem, instalação, operação, manutenção durante o evento e posterior desmontagem de infraestrutura temporária, compreendendo locação de pavilhão, tendas em estrutura de alumínio com cobertura em lona de polietileno tipo pirâmide, palco, gerador de energia de 260 KVA, sistema de sonorização com operação técnica, prestação de serviços de segurança desarmada, serviços de limpeza e disponibilização de banheiros químicos convencionais e adaptados para pessoas com deficiência (PNE), destinados à realização da Festa do Colono e Motorista do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, a ser realizada no dia 26 de julho de 2026, promovida pela Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu/PR, em atendimento ao Convênio nº 358/2026, celebrado com a Secretaria de Estado do Turismo (SETU), conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
Valor: R$ 3.775,00 (três mil setecentos e setenta e cinco reais).
Prazo de vigência: 22/07/2026 à 22/07/2027.
Data de assinatura do contrato: 22 de julho de 2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Boa Esperança do Iguaçu/PR, 22 de julho de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO
Contrato: 92/2026
Pregão Eletrônico n° 041/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
CONTRATADA: S. G. ALBERTON LTDA
CNPJ: 17.822.678/0001-52
OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de locação, montagem, instalação, operação, manutenção durante o evento e posterior desmontagem de infraestrutura temporária, compreendendo locação de pavilhão, tendas em estrutura de alumínio com cobertura em lona de polietileno tipo pirâmide, palco, gerador de energia de 260 KVA, sistema de sonorização com operação técnica, prestação de serviços de segurança desarmada, serviços de limpeza e disponibilização de banheiros químicos convencionais e adaptados para pessoas com deficiência (PNE), destinados à realização da Festa do Colono e Motorista do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, a ser realizada no dia 26 de julho de 2026, promovida pela Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu/PR, em atendimento ao Convênio nº 358/2026, celebrado com a Secretaria de Estado do Turismo (SETU), conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
Valor: R$ 2.400,00 (dois mil quatrocentos reais).
Prazo de vigência: 22/07/2026 à 22/07/2027.
Data de assinatura do contrato: 22 de julho de 2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Boa Esperança do Iguaçu/PR, 22 de julho de 2026.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:9023824E

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026
Processo Adm: Nº 071/2026

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recapagem, recauchutagem, vulcanização, conserto e duplagem de pneus, destinados à manutenção preventiva e corretiva dos pneus utilizados nos veículos, caminhões, ônibus, máquinas e equipamentos pertencentes à frota do Município de Boa Esperança do Iguaçu - PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.

Empresas vencedoras valor total: R$ 418.366,00(quatrocentos e dezoito mil e trezentos e sessenta e seis reais):**J P BELEZE LTDA**(54054937000179) com os lotes: 3 no valor total de R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais).**DCP COMERCIO E RECAUCHUTAGEM DE PNEUS LTDA**(60122813000186) com os lotes: 4, 5, 9, 10, 11, 12, 16 no valor total de R$ 170.082,00 (cento e setenta mil e oitenta e dois reais).**RECAPADORA MARRECAS LTDA**(05689415000138) com os lotes: 13 no valor total de R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).**INDÚSTRIA E COMERCIO MUT PNEUS LTDA - EPP**(58619644000142) com os lotes: 2, 6, 7, 8 no valor total de R$ 102.185,00 (cento e dois mil e cento e oitenta e cinco reais).**DR PNEUS LTDA**(44216474000140) com os lotes: 1, 14, 15 no valor total de R$ 55.599,00 (cinquenta e cinco mil e quinhentos e noventa e nove reais).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA DO IGUACU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14.133/2021, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU (PR), 22 de julho de 2026.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO
Ata de Registro de Preços: 116/2026
Pregão Eletrônico n° 042/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
CONTRATADA: DCP COMERCIO E RECAUCHUTAGEM DE PNEUS LTDA
CNPJ: 60.122.813/0001-86
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recapagem, recauchutagem, vulcanização, conserto e duplagem de pneus, destinados à manutenção preventiva e corretiva dos pneus utilizados nos veículos, caminhões, ônibus, máquinas e equipamentos pertencentes à frota do Município de Boa Esperança do Iguaçu - PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
Valor: R$ 170.082,00 (cento e setenta mil e oitenta e dois reais).
Prazo de vigência: 22/07/2026 à 22/07/2027.
Data de assinatura do contrato: 22 de julho de 2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Boa Esperança do Iguaçu/PR, 22 de julho de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO
Ata de Registro de Preços: 117/2026
Pregão Eletrônico n° 042/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
CONTRATADA: RECAPADORA MARRECAS LTDA - EPP
CNPJ: 05.689.415/0001-38
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recapagem, recauchutagem, vulcanização, conserto e duplagem de pneus, destinados à manutenção preventiva e corretiva dos pneus utilizados nos veículos, caminhões, ônibus, máquinas e equipamentos pertencentes à frota do Município de Boa Esperança do Iguaçu - PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
Valor: R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).
Prazo de vigência: 22/07/2026 à 22/07/2027.
Data de assinatura do contrato: 22 de julho de 2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Boa Esperança do Iguaçu/PR, 22 de julho de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO
Ata de Registro de Preços: 118/2026
Pregão Eletrônico n° 042/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
CONTRATADA: INDUSTRIA E COMERCIO MUT PNEUS LTDA
CNPJ: 58.619.644/0001-42
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recapagem, recauchutagem, vulcanização, conserto e duplagem de pneus, destinados à manutenção preventiva e corretiva dos pneus utilizados nos veículos, caminhões, ônibus, máquinas e equipamentos pertencentes à frota do Município de Boa Esperança do Iguaçu - PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
Valor: R$ 102.185,00 (cento e dois mil e cento e oitenta e cinco reais)
Prazo de vigência: 22/07/2026 à 22/07/2027.
Data de assinatura do contrato: 22 de julho de 2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Boa Esperança do Iguaçu/PR, 22 de julho de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO
Ata de Registro de Preços: 119/2026
Pregão Eletrônico n° 042/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
CONTRATADA: J P BELEZE
CNPJ: 54.054.937/0001-79
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recapagem, recauchutagem, vulcanização, conserto e duplagem de pneus, destinados à manutenção preventiva e corretiva dos pneus utilizados nos veículos, caminhões, ônibus, máquinas e equipamentos pertencentes à frota do Município de Boa Esperança do Iguaçu - PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
Valor: R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)
Prazo de vigência: 22/07/2026 à 22/07/2027.
Data de assinatura do contrato: 22 de julho de 2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Boa Esperança do Iguaçu/PR, 22 de julho de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO
Ata de Registro de Preços: 120/2026
Pregão Eletrônico n° 042/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
CONTRATADA: DR PNEUS LTDA ME
CNPJ: 44.216.474/0001-40
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recapagem, recauchutagem, vulcanização, conserto e duplagem de pneus, destinados à manutenção preventiva e corretiva dos pneus utilizados nos veículos, caminhões, ônibus, máquinas e equipamentos pertencentes à frota do Município de Boa Esperança do Iguaçu - PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
Valor: R$ 55.599,00 (cinquenta e cinco mil e quinhentos e noventa e nove reais)
Prazo de vigência: 22/07/2026 à 22/07/2027.
Data de assinatura do contrato: 22 de julho de 2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Boa Esperança do Iguaçu/PR, 22 de julho de 2026.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:51925A0C

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DL 90020/2026 - DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA

DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA

Processo Licitatório: nº 128/2026
Dispensa Eletrônica: nº 20/2026 - Compras Gov. (987503 - 5/2026).

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de realização do Teste do Pezinho Nova Era, compreendendo o fornecimento de kits de coleta, processamento das amostras, emissão de laudos, comunicação de resultados alterados e suporte técnico, visando à triagem neonatal ampliada para diagnóstico precoce de doenças congênitas, genéticas, metabólicas, endocrinológicas, hematológicas, imunológicas e outras passíveis de identificação no período neonatal.

O Prefeito de Chopinzinho, no uso de suas atribuições legais, declara que, quanto a Dispensa Eletrônica acima referenciada, resta à licitação **DESERTA.**

Chopinzinho, 22 de julho de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:2C72DD3C

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 90026/2026 - CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE EXTENSÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Concorrência. Edital nº 90026/2026 - (987503 – 9/2026). Forma: Eletrônico. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Data da Licitação: Dia 07 de agosto de 2026, às 09:00 (nove) horas. Objeto: Contratação Empresa Especializada para Execução de Obras de Extensão da Rede de Distribuição de Energia Elétrica e de Iluminação Pública no Perímetro Urbano e Rural do Município de Chopinzinho – PR. Valor máximo estimado: R$ 416.835,57 (quatrocentos e dezesseis mil, oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e sete centavos). Gênero: Obras Públicas. O Edital e a Pasta Técnica encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00hrs, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações pelo telefone: (46) 9 9937-0154.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:2D730446

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO A ARP Nº 187/2025

Espécie: Extrato do 1º Termo de Aditivo a ARP nº 187/2025. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Safe Supply It & Suprimentos Ltda. CNPJ: 14.183.614/0001-60. Objeto: Dilação do prazo de execução e vigência por mais 1 (um) ano, reajuste de valor conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), bem como alteração da Gestão e Fiscalização. Novo Prazo: 28/07/2027. Valor Total do Aditivo: R$ 1.771,92 (um mil, setecentos e setenta e um reais e noventa e dois centavos). Origem: Pregão Eletrônico nº 90037/2025. Fundamento Legal: Artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Artigo 299 do Decreto Municipal n° 73/2023. Data da assinatura: 22/07/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e André Martins Camargo, pela empresa.

Publicado por:
Larissa Galvão Costa
Código Identificador:887D0615

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
DECRETO - 235-2026 - EXONERA DAIANE BARRETTO DE VARGAS

DECRETO Nº 235/2026

Exonera servidor efetivo a pedido.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo n° 63, inciso X, da Lei Orgânica e artigos n° 19 e 20 da Lei Complementar n° 068/2012, de 02/02/2012, e Lei n.º 4.113/2025,

CONSIDERANDO o término do procedimento do Protocolo Eletrônico n.º 1.678/2026,

DECRETA:

Art. 1º. EXONERAR a servidora Daiane Barretto de Vargas, RG nº 10.***.*91-7 SESP/PR, matrícula nº 3626-1, ocupante do cargo efetivo de Professor, a partir de 21 de julho de 2026, a pedido.

Art. 2º. Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Art. 63 da Lei Complementar nº 068/2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 22 DE JULHO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:2E1ED15B

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 783-2026 - RETIFICAÇÃO AFASTAMENTO ÓBITO FAMILIAR IVONE WECHEL

RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº 783/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025,

CONSIDERANDO a conclusão dos trâmites do procedimento administrativo sob Memorando Eletrônico n.º 3.904/2026,
RESOLVE:

Art. 1º. Afastar de suas funções pelo período de 05 (cinco) dias consecutivos, a servidora Ivone Wechel, matrícula funcional nº 3936-4, ocupante do cargo de Temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, em razão do falecimento de seu pai, pelo período de 21 a ~~29~~ 25 de julho de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 22 DE JULHO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:049510B9

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 784-2026 - LICENÇA PATERNIDADE THIAGO VORACOSKI SANTOS

PORTARIA Nº 784/2025

O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, **ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Paternidade de 20 (vinte) dias ao servidor Thiago Voracoski Santos, matrícula funcional nº 1861-5, ocupante do cargo de Procurador Municipal 40h, para fruição de 21 de julho de 2026 a 09 de agosto de 2026.
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, PR, 22 DE JULHO DE 2026.

NIVALDO JOSÉ BELLO JUNIOR
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:B7AF80C3

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 785-2026 - ALTERA FG RENATO CAPELLI DE MARTINI

PORTARIA Nº 785/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo n° 63, inciso X, da Lei Orgânica e artigos n° 19 e 20 da Lei Complementar n° 068/2012, de 02/02/2012,

CONSIDERANDO a Lei nº 4.019/2023 e alterações, que regulamenta a concessão de Gratificação pelo Exercício de Encargos Especiais;

CONSIDERANDO que a Gratificação pelo exercício de encargos especiais que será concedida por portaria do Chefe do Poder Executivo;
CONSIDERANDO o despacho 27 do Memorando Eletrônico n.º 2.647/2025, do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a Gratificação por Encargo Especial concedida ao servidor Renato Capelli de Martini, matrícula funcional nº 1580-1, designado para exercer a função de Gestor/Coordenador técnico de manutenções externas na área de Tecnologia da Informação, vinculado à Secretaria de Administração e Finanças, a partir de 1º de julho de 2026, a nível FG-8.

Art. 2º. Esta portaria a entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 22 DE JULHO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:3D67F8C1

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 786-2026 - AFASTAMENTO ÓBITO FAMILIAR MARIA VITORIA DUARTE WECHEL

PORTARIA Nº 786/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025,

CONSIDERANDO a conclusão dos trâmites do procedimento administrativo sob Memorando Eletrônico n.º 3.917/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Afastar de suas funções pelo período de 05 (cinco) dias consecutivos, a servidora Maria Vitoria Duarte Wechel, matrícula funcional nº 4025-4, ocupante do cargo de Temporário de Atendente de Consultório Dentário, em razão do falecimento de seu pai, pelo período de 21 a 25 de julho de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 22 DE JULHO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:A922B1F5

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO TERMO FOMENTO 21-2026 - PROTOCOLO 1518-2026

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 21/2026

CONCEDENTE: Município de Chopinzinho, Estado do Paraná.

TOMADOR:
Instituto de Assistência Social e Saúde São Rafael, inscrito no CNPJ nº **30.836.461/0001-60**.

OBJETO:
O presente Termo de Fomento tem por objeto a transferência de recursos financeiros oriundos da **Portaria GM/MS nº 10.352/2026**, **Proposta nº 36000800765202600**, destinados ao incremento temporário do custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde, vinculados ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES do Instituto de Assistência Social e Saúde São Rafael, visando garantir a manutenção e o fortalecimento da assistência hospitalar prestada aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, mediante custeio parcial da folha dos profissionais de enfermagem diretamente vinculados à assistência e fortalecimento dos serviços materno-infantis vinculados à Rede Alyne, conforme Plano de Trabalho aprovado.

PRAZO FINAL DE VIGÊNCIA:
7 (sete) meses, a contar da assinatura do Termo de Fomento.

VALOR TOTAL:
R$ 900.000,00 (novecentos mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Secretaria Municipal de Saúde
Gestão/Unidade: **07.02 – Fundo Municipal de Saúde**
Fonte de Recursos: **494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde**
Programa de Trabalho: **10.302.0007.2.036 – Serviços de Atenção em MAC**
Elemento de Despesa: **3.3.50.43 – Subvenções Sociais**
Desdobramento: **2786 – Instituição de Caráter Assistencial em Saúde**
.

FUNDAMENTO LEGAL:
Lei Federal nº **13.019/2014**, Decreto Municipal nº **035/2017** e Lei Municipal nº **3.767/2019**.

FORO:
Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná.

Chopinzinho, 20 de julho de 2026.

Município de Chopinzinho – Concedente
ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO

Instituto de Assistência Social e Saúde São Rafael – Tomador
NIVALDO STANGHERLIN

Publicado por:
Rodrigo Scussel
Código Identificador:BDDB425E

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO TERMO FOMENTO 23-2026 - MEMORANDO 3592-2026

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 23/2026

CONCEDENTE: Município de Chopinzinho, Estado do Paraná.

TOMADOR:
ASSOCIAÇÃO CHOPINZINHENSE DE TURISMO RURAL – ACTUR, inscrita no CNPJ nº 59.280.978/0001-05.

OBJETO:
O presente Termo de Fomento tem por objeto a transferência de recursos financeiros para execução do **Projeto Turismo na Escola**, destinado ao custeio de **lanches para 502 estudantes** participantes das visitas técnicas aos atrativos turísticos do Município de Chopinzinho, promovendo a educação turística, a valorização do patrimônio natural, cultural e histórico, o fortalecimento da identidade local e o desenvolvimento sustentável, conforme Plano de Trabalho aprovado.

PRAZO FINAL DE VIGÊNCIA:
07 (sete) meses, contados da assinatura do Termo de Fomento.

VALOR TOTAL:
R$ 15.060,00 (quinze mil e sessenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
Gestão/Unidade: **06.02 – Departamento de Coordenação Pedagógica**
Fonte de Recursos: **103 – 5% sobre Transferências Constitucionais**
Programa de Trabalho: **1236100032.014 – Manutenção do Ensino Fundamental**
Elemento de Despesa: **3.3.50.43 – Subvenções Sociais**
Desdobramento: **2823 – Demais Entidades do Terceiro Setor**

FUNDAMENTO LEGAL:
Lei Federal nº **13.019/2014**, Decreto Municipal nº **035/2017** e demais legislações aplicáveis.

FORO:
Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná.

Chopinzinho, 22 de julho de 2026.

Município de Chopinzinho – Concedente
ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO

Associação Chopinzinhense de Turismo Rural – ACTUR – Tomador
ERICA DIANE SFREDO

Publicado por:
Rodrigo Scussel
Código Identificador:AB69ED51

GABINETE DO PREFEITO
LEI 4235/2026 - INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTABELECE SEUS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI N° 4.235, DE 22 DE JULHO DE 2026.

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTABELECE SEUS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei 049/2026, de autoria do Poder Executivo e eu sanciono e promulgo a seguinte:
LEI:
Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização de Chopinzinho, como documento orientador das ações e estratégias destinadas a assegurar a alfabetização dos estudantes desde a Educação Infantil (Infantil 4 e 5) até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, bem como na Educação de Jovens e Adultos – EJA (Fase I).
Parágrafo único. A Política fundamenta-se nas diretrizes da Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025 que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, na Lei nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022 que instituiu o Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná e na Resolução nº 5.158, de 07 de agosto de 2023 que institui a estratégia Alfabetiza Juntos para o desenvolvimento das ações do Programa Educa Juntos.
Art. 2º Para fins desta Lei, considera-se:
I – Alfabetização – desenvolvimento das habilidades de leitura, compreensão e produção autônoma da escrita em um sistema alfabético;
II – Analfabetismo absoluto – condição daquele que não sabe ler nem escrever;
III – Analfabetismo funcional - condição daquele que possui habilidades limitadas de leitura e de compreensão de texto;
IV – Consciência fonêmica - conhecimento consciente das menores unidades fonológicas da fala e a habilidade de manipulá-las intencionalmente;
V – Consciência fonológica - conhecimento consciente dos sons das palavras, dissociando-as do seu significado e de segmentar as palavras nos sons que as constituem, no caso, as sílabas;
VI – Fluência em leitura oral – capacidade de ler com precisão, velocidade e prosódia;
VII – Literacia – conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a prática social da leitura, da escrita e da oralidade (letramento);
VIII – Literacia familiar – conjunto de práticas e experiências de letramento manifestadas no ambiente familiar;
IX – Literacia emergente - conjunto de práticas e experiências de letramento que se manifestam naturalmente antes da escolarização formal;
X – Numeracia – conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a matemática que trabalham, estimulam e estruturam o raciocínio lógico;
XI – Educação não formal – designação dos processos de ensino e aprendizagem que ocorrem fora dos sistemas regulares de ensino; e
XII – Multiletramento – prática de leitura e produção de textos construídos a partir de diferentes linguagens (sonoras, visuais, escritas, corporais e digitais) e que, por isso, exigem letramentos diversificados.
Art. 3º A Política Municipal de Alfabetização aplica-se:
I – Às turmas de Infantil 4 e Infantil 5;
II – Às turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;
III – Aos anos subsequentes (3º ao 5º ano), com foco na recomposição das aprendizagens;
IV – À Educação de Jovens e Adultos – EJA (Fase I);
Parágrafo único. São públicos prioritários as turmas de Infantil 4, Infantil 5, 1º e 2º anos.
Art. 4º São princípios da Política Municipal de Alfabetização:
I – Garantia do direito à aprendizagem;
II – Equidade educacional;
III – Ensino baseado em evidências;
IV – Valorização dos profissionais da educação;
V – Monitoramento contínuo da aprendizagem;
VI – Intervenção pedagógica imediata;
VII – Integração entre as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental.
Art. 5º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I – Assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano;
II – Fortalecer o papel da Educação Infantil como base da alfabetização;
III – Garantir a continuidade pedagógica entre Infantil 4, Infantil 5, 1º e 2º ano;
IV – Promover a recomposição das aprendizagens nos anos subsequentes;
V – Implementar práticas pedagógicas eficazes;
VI – Monitorar sistematicamente os resultados educacionais;
VII – Promover formação continuada de professores e gestores.
Art. 6º Constituem diretrizes da Política Municipal de Alfabetização:
I – Início do processo de alfabetização na Educação Infantil;
II – Intensificação das práticas de leitura, oralidade e escrita no Infantil 4 e 5;
III – Priorização da alfabetização nos 1º e 2º anos;
IV – Estímulo à leitura e ao contato com diferentes gêneros textuais;
V – Organização de rotinas pedagógicas estruturadas;
VI – Utilização de materiais didáticos alinhados às práticas de alfabetização;
VII – Envolvimento das famílias no processo educativo.
Art. 7º Para a efetivação da Política Municipal de Alfabetização, o Município elaborará, todo início de ano letivo um plano de ação, como estratégia estruturante de implementação das ações pedagógicas, formativas e de acompanhamento da aprendizagem.
§1º O Plano de Ação contemplará ações voltadas à:
I – Formação continuada de professores e gestores;
II – Acompanhamento pedagógico sistemático;
III – Avaliação e monitoramento da aprendizagem;
IV – Apoio didático e metodológico às unidades escolares;
§2º O Plano de ação será elaborado e publicado no início de cada ano letivo, considerando a análise do cenário educacional do município, com base nos resultados das avaliações e nos indicadores de aprendizagem, visando atender às necessidades identificadas e às defasagens de aprendizagem dos estudantes, com definição de objetivos, metas, ações, avaliação, cronograma anual e demais ações necessárias.
Art. 8º O acompanhamento pedagógico, será realizado por meio de:
I – Visitas técnicas às unidades escolares;
II – Observação de práticas pedagógicas;
III – Devolutivas formativas aos professores;
IV – Definição de estratégias junto à equipe gestora;
V – Análise da rotina pedagógica.
Art. 9º Compete à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes:
I – Coordenar a implementação da Política por meio do plano de ação;
II – Promover formações continuadas, no âmbito da Política;
III – Organizar e aplicar avaliações;
IV – Monitorar os resultados;
V – Apoiar as unidades escolares;
VI – Garantir a execução das ações previstas nesta Lei.
Art. 10 As instituições de ensino deverão:
I – Cumprir as diretrizes da Política;
II – Utilizar os resultados das avaliações para planejamento;
III – Garantir a execução das práticas pedagógicas;
IV – Acompanhar o desenvolvimento dos estudantes;
V – Promover intervenções pedagógicas quando necessário.

Art. 11 O monitoramento da Política será realizado por meio das ações desenvolvidas de:
I – Análise de indicadores de aprendizagem;
II – Resultados de avaliações internas e externas;
III – Relatórios pedagógicos;
IV – Acompanhamento contínuo das turmas.
Art. 12 Esta Política será implementada em regime de colaboração com programas municipais, estaduais e federais.
Art. 13 A Política Municipal de Alfabetização, será desenvolvida com base em práticas pedagógicas estruturadas e fundamentadas em evidências científicas, contemplando:
I – Ensino explícito e sistemático do Sistema de Escrita Alfabética;
II – Desenvolvimento da consciência fonológica, incluindo rimas, aliterações, segmentação silábica e fonêmica;
III – Estabelecimento da relação grafema-fonema;
IV – Práticas diárias de leitura, com mediação do professor;
V – Produção textual com progressão de complexidade, respeitando o desenvolvimento dos estudantes;
Art. 14 Ficam definidos, para fins de acompanhamento do processo de alfabetização, no âmbito da Política Municipal de Alfabetização, os seguintes parâmetros:
I – Campos de experiências para acompanhamento do processo de pré-alfabetização na Educação Infantil (Infantil 4 e 5):
a) desenvolvimento da oralidade e ampliação do repertório linguístico;
b) desenvolvimento da consciência fonológica;
c) realização de registros por meio da escrita espontânea;
d) desenvolvimento do conhecimento alfabético;
e) desenvolvimento da memória fonológica;
f) ampliação da nomeação automática;
g) vivências de práticas de letramento;
h) compreensão da função social da escrita;
i) desenvolvimento das funções executivas, incluindo atenção, memória de trabalho e controle inibitório.
j) demais habilidades, parâmetros, competências e direitos de aprendizagem pertinentes à faixa etária, conforme previsto nos documentos norteadores da Educação Infantil e da alfabetização.
II – Marcos de aprendizagem do 1º ano do Ensino Fundamental:
a) compreensão do funcionamento do sistema de escrita alfabética;
b) avanço nas hipóteses de escrita até o nível alfabético;
c) leitura de palavras e pequenos textos;
d) desenvolvimento da consciência fonêmica;
e) apropriação inicial das relações fonema-grafema (instrução fônica);
f) ampliação do vocabulário oral e escrito;
g) desenvolvimento inicial da compreensão de textos orais e escritos;
h) demais habilidades, parâmetros, competências e objetivos de aprendizagem previstos para a etapa, conforme os documentos curriculares e normativos vigentes.
III – Marcos de aprendizagem do 2º ano do Ensino Fundamental:
a) consolidação da escrita alfabética;
b) desenvolvimento da fluência leitora com precisão, velocidade e prosódia;
c) produção de pequenos textos com autonomia;
d) ampliação do vocabulário e uso adequado em diferentes contextos;
e) desenvolvimento da compreensão de textos, com uso de estratégias (inferência, antecipação, interpretação);
f) domínio mais avançado das relações fonema-grafema;
g) leitura de textos com progressiva autonomia e compreensão;
h) demais habilidades, parâmetros, competências e objetivos de aprendizagem previstos para a etapa, conforme os documentos curriculares e normativos vigentes.
IV – Marcos de aprendizagem do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental:
a) consolidação da leitura e da escrita com autonomia;
b) desenvolvimento da fluência leitora, considerando precisão, velocidade e prosódia;
c) desenvolvimento da compreensão leitora em diferentes gêneros textuais;
d) ampliação do vocabulário e uso adequado da linguagem oral e escrita;
e) produção de textos com progressiva organização, coesão e coerência;
f) utilização da leitura e da escrita como instrumentos de aprendizagem nas diferentes áreas do conhecimento;
g) desenvolvimento de estratégias de compreensão leitora, como inferência, interpretação e análise;
h) recomposição das aprendizagens não consolidadas, com intervenções pedagógicas sistemáticas.
i) demais habilidades, parâmetros, competências e objetivos de aprendizagem previstos para os anos iniciais do Ensino Fundamental, conforme os documentos curriculares e normativos vigentes.
Art. 15 As unidades escolares deverão organizar a prática pedagógica, em consonância com a Política Municipal de forma a garantir:
I – Rotina diária com atividades permanentes de leitura, escrita e oralidade;
II – Planejamento estruturado por meio de sequências didáticas ou projetos;
III – Priorização do tempo pedagógico para alfabetização nos 1º e 2º anos;
IV – Organização de ambiente alfabetizador, com materiais acessíveis e significativos;
V – Adequação das práticas pedagógicas às necessidades dos estudantes;
Art. 16 O sistema de avaliação da alfabetização, deverá contemplar os seguintes instrumentos:
I – Sondagens diagnósticas de leitura e escrita;
II – Avaliação periódica de fluência leitora;
III – Avaliações internas para acompanhamento da aprendizagem;
IV – Utilização dos resultados de avaliações externas;
V – Registro sistemático da evolução dos estudantes;
Art. 17 Os resultados das avaliações, no âmbito da Política Municipal de Alfabetização, deverão subsidiar:
I – O planejamento pedagógico contínuo;
II – A definição de estratégias de intervenção;
III – A recomposição das aprendizagens;
IV – O acompanhamento individual dos estudantes;
Art. 18 A Política Municipal de Alfabetização contemplará a Educação de Jovens e Adultos – EJA (Fase I), considerando as especificidades dos estudantes jovens, adultos e idosos em processo de alfabetização.
§1º O processo de alfabetização na EJA deverá assegurar:
I – avaliação diagnóstica inicial para identificação do nível de leitura, escrita e conhecimentos matemáticos;
II – planejamento pedagógico adequado às necessidades e experiências dos estudantes;
III – utilização de materiais didáticos e práticas pedagógicas apropriadas à faixa etária e ao contexto social dos educandos;
IV – desenvolvimento da leitura, escrita, oralidade e numeracia em situações significativas e contextualizadas;
V – fortalecimento da autonomia dos estudantes para utilização social da leitura e da escrita;
VI – acompanhamento contínuo da aprendizagem e intervenções pedagógicas específicas.
§2º O acompanhamento da alfabetização na EJA deverá considerar:
I – conhecimentos prévios dos estudantes;
II – trajetórias escolares interrompidas ou não consolidadas;
III – ritmos diferenciados de aprendizagem;
IV – objetivos pessoais, sociais e profissionais dos educandos.
Art. 19 A Política Municipal de Alfabetização garantirá a inclusão e o atendimento educacional especializado aos estudantes público-alvo da Educação Especial, assegurando condições de acesso, participação e aprendizagem.
§1º Consideram-se público-alvo da Educação Especial os estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação.
§2º O atendimento aos estudantes deverá contemplar, conforme a necessidade:
I – oferta de professor de apoio e/ou profissional de apoio escolar quando necessário;
II – atendimento em Sala de Recursos Multifuncionais;
III – apoio pedagógico complementar;
IV – adaptação de materiais didáticos e atividades;
V – adequação de instrumentos de avaliação, incluindo sondagens e avaliações de fluência leitora;
VI – utilização de recursos pedagógicos acessíveis e tecnologias assistivas;
VII – flexibilização das práticas pedagógicas, respeitando o ritmo e as especificidades dos estudantes.

§3º O acompanhamento da aprendizagem deverá considerar as especificidades de cada estudante, garantindo avaliação contínua, formativa e inclusiva.
§4º As ações previstas neste artigo deverão estar articuladas com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e demais normativas vigentes.
Art. 20 Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 21 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR, EM 22 DE JULHO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:2E54910C

GABINETE DO PREFEITO
LEI 4.236/2026 - DISPÕE SOBRE A COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI N° 4.236, DE 22 DE JULHO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei 054/2026, de autoria do Poder Executivo e eu sanciono e promulgo a seguinte:
LEI:
Art. 1º - Esta Lei disciplina a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do Município de Chopinzinho, diretamente subordinada ao Prefeito ou ao seu eventual substituto, órgão da administração pública municipal responsável pela coordenação das ações de defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade.
Art. 2º - Para as finalidades desta Lei denomina-se:
I - Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistencial e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar a moral da população e restabelecer a normalidade social;
II - Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;
III - Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos superáveis pela comunidade afetada;
IV - Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.
Art. 3º - São atividades da COMPDEC:
I - Coordenar e executar as ações de defesa civil em âmbito municipal;
II - Manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas à defesa civil;
III - Elaborar e implementar planos, programas e projetos de defesa civil;
IV - Elaborar Plano de Ação Anual visando o atendimento das ações em tempo de normalidade, bem como, das ações emergenciais, com a garantia dos recursos no Orçamento Municipal;
V - Prever recursos orçamentários próprios necessários às ações assistenciais de recuperação ou preventivas, como contrapartida às transferências de recursos da União, na forma da legislação vigente;
VI - Capacitar recursos humanos para as ações de defesa civil;
VII - Manter o órgão central do SISDC informado sobre as ocorrências de desastres e atividades de defesa civil;
VIII - Propor à autoridade competente a declaração de Situação de Emergências ou de Estado de Calamidade Pública, observando os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC;
IX - Executar a distribuição e o controle de suprimentos necessários em situações de desastres;
X - Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;
XI - Implementar ações de medidas não-estruturais e medidas estruturais;
XII - Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil, através da mídia local;
XIII - Estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;
XIV - Comunicar aos órgãos competentes quando a produção, o manuseio ou o transporte de produtos perigosos puserem em perigo a população;
XV - Implantar programas de treinamento para voluntariado;
XVI - Implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;
XVII - Estabelecer intercâmbio de ajuda com outros Municípios (comunidades irmanadas);
XVIII - Promover mobilização social visando a implantação de NUPDEC - Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil, nos bairros e distritos.
Art. 4º - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa civil.
Art. 5º - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil e compor-se-á da seguinte estrutura:
I – Coordenador Geral;
II – Secretário;
III – Diretor Técnico-operativo;
IV – Diretor Operacional;
V – Conselho Municipal.
Art. 6º - O Coordenador Geral, o Secretário, o Diretor Técnico-operativo e o Diretor Operacional do COMPDEC serão indicados pelo Chefe do Executivo Municipal e terão a competência de organizar as atividades de defesa civil no município.
Parágrafo único. As funções de Coordenador Geral, Secretário, Diretor Técnico-Operativo e Diretor Operacional serão exercidas mediante designação do Chefe do Poder Executivo, sem criação de cargos em comissão ou funções gratificadas e sem percepção de remuneração ou gratificação específica pelo seu exercício.
Art. 7º - Ao Coordenador Geral compete:
I – A direção geral do órgão, com a representação da COMPDEC perante os governos Estadual e Federal;
II – A articulação política e institucional da COMPDEC com os diversos órgãos de governo e da sociedade civil organizada;
III - O gerenciamento amplo das ações de proteção e defesa civil no município.
IV – A Convocação das reuniões da Coordenadoria;
V – A proposição ao Conselho Municipal do plano de trabalho da COMPDEC;
VI – A participação das votações declarando aprovadas as resoluções;
VII – A proposição aos demais membros, em reunião previamente marcada, os planos orçamentários, obras e serviços, bem como outras despesas, dentro da finalidade o que se propõe a COMPDEC.
VIII – A resolução dos casos omissos praticando todos os atos necessários ao regular funcionamento da COMPDEC;
Parágrafo único. O Coordenador Geral da COMPDEC poderá delegar atribuições aos demais membros da Coordenação, sempre que necessário ao bom cumprimento das finalidades da entidade, observados os termos legais.
Art. 8º - Ao Secretário compete:
I – Executar os serviços administrativos, burocráticos e de expediente da COMPDEC;

II – Organizar e manter atualizado o arquivo de documentos, laudos, mapeamentos e decretos;
III – Atuar como secretário executivo nas reuniões do Conselho Municipal, lavrando as respectivas atas;
IV – Auxiliar na alimentação e monitoramento dos sistemas informatizados de Defesa Civil - S2ID e SISDC, ou os que vierem a substituí-los –, especialmente no preenchimento de formulários de ocorrência;
Art. 9º - Ao Diretor Operacional compete:
I – Coordenar e liderar as equipes de campo nas ações de prevenção, socorro, assistência e recuperação;
II – Gerenciar a logística de distribuição de ajuda humanitária;
III – Manter em prontidão e controlar o uso de equipamentos, maquinários e viaturas destinados à Defesa Civil;
IV – Atuar como elo no terreno entre a COMPDEC e as forças de segurança e salvamento.
V – Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;
VI – Implantar programas de treinamento para voluntariado da COMPDEC;
Art. 10 - Ao Diretor Técnico-Operativo compete:
I - Realizar levantamentos, vistorias e inspeções em áreas de risco.
II - Elaborar relatórios técnicos, pareceres e mapas de risco.
III - Auxiliar na identificação de danos e prejuízos causados por desastres.
IV - Acompanhar ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.
V - Manter atualizado o cadastro de áreas vulneráveis e pontos críticos do município.
VI - Prestar apoio técnico na elaboração de planos de contingência e planos de emergência.
VII - Auxiliar no preenchimento de sistemas oficiais da Defesa Civil, como o S2iD.
Art. 11 - O Conselho Municipal de Defesa Civil, vinculado à CoordenadoriaMunicipal de Defesa Civil - COMPDEC, como órgão colegiado de caráter consultivo, mobilizador e de assessoramento, tem como atribuição propor políticas municipais e medidas específicas destinadas a:
I - Incentivar a educação preventiva;
II - Apoiar a organização e execução de campanhas;
III - Acompanhar o cadastro, os recursos e os meios de apoio existentes na Defesa Civil;
IV - Fiscalizar o material estocado e sua distribuição;
V - Apoiar e sugerir a promoção de treinamentos;
VI - Manter contato permanente com a COMPDEC;
VII - Colaborar com a COMPDEC na execução das ações de defesa civil;
VIII - Estimular a participação dos indivíduos nas ações de segurança social e preservação ambiental;
IX - Propor e buscar, junto às comunidades ou bairros, soluções dentro dos mesmos para mitigar os desastres;
X - Propor ações de prevenção, como forma de reduzir as consequências dos desastres;
XI - Incentivar as comunidades locais para colaborar nos momentos de acidentes e desastres;
XII - Opinar sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal Para Calamidades Públicas, visando o melhor aproveitamento dos recursos, observando a sua fiel destinação.
XIII - Fixar as diretrizes operacionais do Fundo Municipal Para Calamidades Públicas, bem como, definir os critérios para a aplicação de recursos nas ações preventivas;
XIV - Propor normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação dos recursos financeiros disponíveis;
XV - Sugerir o plano de aplicação para o exercício seguinte;
XVI - Acompanhar o ingresso de receita;
XVII – Mobilizar-se em caso de desastres, acompanhando e viabilizando a utilização dos recursos humanos e materiais disponíveis, inclusive aqueles atrelados ao órgão ou entidade de sua representação;
XVIII - Elaborar o seu Regimento Interno;
XIX - Outras atividades correlatas.
Art. 12. O Conselho Municipal de Defesa Civil será composto por 12 (doze) membros titulares e 12 (doze) membros suplentes, observada a seguinte representação:
I – Administração Pública Municipal: 6 (seis) membros titulares e 6 (seis) membros suplentes, indicados pelo Chefe do Poder Executivo, dentre representantes dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;
II – Sociedade Civil: 6 (seis) membros titulares e 6 (seis) membros suplentes, indicados pelas respectivas entidades da sociedade civil organizada que atuem ou apoiem as atividades de Proteção e Defesa Civil no Município.
§ 1º Os membros titulares e seus respectivos suplentes serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo, mediante indicação dos órgãos e entidades que representam.
§ 2º Os membros do Conselho Municipal exercerão suas funções em caráter voluntário, consideradas de relevante interesse público, não fazendo jus à remuneração pelo seu exercício, ressalvado o ressarcimento de despesas com hospedagem, alimentação e transporte, quando em viagem a serviço, devidamente comprovadas.
§ 3º Caberá ao Conselho Municipal elaborar seu Regimento Interno, que disciplinará sua organização, funcionamento, forma de escolha da Presidência e Vice-Presidência, bem como as atribuições de seus membros.
Art. 13 - Os servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.
Parágrafo Único - A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.
Art. 14 - Poderão constar dos currículos escolares nos estabelecimentos municipais de ensino, noções gerais sobre procedimentos de Defesa Civil.
Art. 15 – Eventual regulamentação da presente Lei que se fizer necessária, será realizada por ato do executivo, no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.
Art. 16 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 3.562/2016, de 19 de agosto de 2016, e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR, EM 22 DE JULHO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:A5C1835A

GABINETE DO PREFEITO
LEI 4.237/2026 - ALTERA A REDAÇÃO DO § 2º DO ART. 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 4.129, DE 24 DE JULHO DE 2025, QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL (CMPIR), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI N° 4.237, DE 22 DE JULHO DE 2026.

ALTERA A REDAÇÃO DO § 2º DO ART. 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 4.129, DE 24 DE JULHO DE 2025, QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL (CMPIR), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei 050/2026, de autoria do Poder Executivo e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI:

Art. 1º O § 2º do Art. 3º da Lei Municipal nº 4.129, de 24 de julho de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art.3º**.....
[...]

§ 2º As vagas destinadas aos 4 (quatro) representantes da sociedade civil organizada e seus respectivos suplentes serão definidas e nomeadas por meio de decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR, EM 22 DE JULHO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:14C56346

GABINETE DO PREFEITO
LEI 4.238/2026 - ALTERA A REDAÇÃO DO § 3º DO ART. 71 DA LEI MUNICIPAL Nº 3.750, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018, DISPENSANDO O PRAZO MÍNIMO DE LICENÇA PARA CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE DE CONSELHEIRO TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI N° 4.238, DE 22 DE JULHO DE 2026.

ALTERA A REDAÇÃO DO § 3º DO ART. 71 DA LEI MUNICIPAL Nº 3.750, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018, DISPENSANDO O PRAZO MÍNIMO DE LICENÇA PARA CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE DE CONSELHEIRO TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei 051/2026, de autoria do Poder Executivo e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI:

Art. 1º O § 3º do Art. 71 da Lei Municipal nº 3.750, de 19 de dezembro de 2018, alterado pela Lei Municipal nº 4.007, de 29 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.71.....
[...]
§ 3º Ocorrendo vacância ou afastamento de quaisquer dos membros titulares do Conselho Tutelar, inclusive nos casos de licença para tratamento de saúde, o Poder Executivo Municipal convocará imediatamente o suplente para o preenchimento da vaga e o regular exercício da função." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR, EM 22 DE JULHO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:200F1F3F

GABINETE DO PREFEITO
LEI 4.239/2026 - AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO A RECEBER EM DOAÇÃO ÁREA DE TERRAS ORIUNDA DE DESMEMBRAMENTO DO IMÓVEL REGISTRADO SOB A MATRÍCULA Nº 31.116, DESTINADA À IMPLANTAÇÃO DE COMPLEXO ESPORTIVO MUNICIPAL.

LEI N° 4.239, DE 22 DE JULHO DE 2026.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO A RECEBER EM DOAÇÃO ÁREA DE TERRAS ORIUNDA DE DESMEMBRAMENTO DO IMÓVEL REGISTRADO SOB A MATRÍCULA Nº 31.116, DESTINADA À IMPLANTAÇÃO DE COMPLEXO ESPORTIVO MUNICIPAL.

O **PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei 052/2026, de autoria do Poder Executivo e eu sanciono e promulgo a seguinte:
LEI:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, a título de doação pura e simples, sem quaisquer ônus ou encargos para o Município, uma área de terras medindo 5.091,00 m² (cinco mil e noventa e um metros quadrados), oriunda de desmembramento do imóvel rural denominado Parte da Fazenda "Fundo do Tijuco Preto", da Ex-Colônia Militar do Chopim, situado neste Município e Comarca de Chopinzinho/PR, objeto da Matrícula nº 31.116 do Cartório de Registro de Imóveis de Chopinzinho/PR, de propriedade do Sr. Adalberto Maximino Secchi.
Art. 2º A área recebida em doação será utilizada para implantação, construção e funcionamento de Complexo Esportivo Municipal, destinado ao atendimento do interesse público e ao desenvolvimento de atividades esportivas, recreativas e de lazer para a comunidade.
Art. 3º O imóvel objeto da doação passará a integrar o patrimônio público municipal, ficando o Poder Executivo autorizado a praticar todos os atos necessários à formalização da transferência, incluindo a lavratura da escritura pública, assinatura de termos e demais providências perante os órgãos competentes.
Art. 4º As despesas decorrentes da formalização da doação, incluindo escritura pública, taxas, emolumentos e registro imobiliário, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Município.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR, EM 22 DE JULHO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:BD28DCE9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°. 787/2026

PORTARIA N°. 787/2026

O Prefeito Municipal de Chopinzinho, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei.
RESOLVE:
Art. 1° - Designar o Servidor Público Municipal Nereu Hengen, ocupante do cargo de Diretor de Turismo, portador do RG n°.8.616.197-4 e CPF n° 040.786.369-93. como gestor do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente a Festa do Colono e Motorista 2026 no Município de Chopinzinho.
Art. 2° - Designar o Servidor Público Municipal Rafael Nascimento, ocupante do cargo de Presidente da Fundação de Esporte Cultura e Turismo, portador do RG n°.6.853.566-2 e CPF n° 055.993.889-64. como fiscal do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente a Festa do Colono e Motorista 2026 no Município de Chopinzinho.
Art. 3° - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.
Chopinzinho, 22 de julho de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal de Chopinzinho

Publicado por:
Rodrigo Scussel
Código Identificador:1CDEFCE8

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO 233/2026 - DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO IMÓVEL: LOTE Nº 09, DA QUADRA Nº 03, DO LOTEAMENTO CASTELO BRANCO, MATRÍCULA Nº 22.972, SITUADO NO QUADRO URBANO DESTA CIDADE DE CHOPINZINHO-PR.

DECRETO Nº 233, DE 22 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre o desmembramento do imóvel: Lote nº 09, da Quadra nº 03, do Loteamento Castelo Branco, Matrícula nº 22.972, situado no quadro urbano desta cidade de Chopinzinho-PR.

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:
DECRETA:
Art. 1º Autoriza, para efeito de Escritura Pública e lançamento de tributos, o **desmembramento** do imóvel denominado: **Lote nº 09, da Quadra nº 03, do Loteamento Castelo Branco, Matrícula nº 22.972, situado no quadro urbano desta cidade de Chopinzinho-PR,** de propriedade de **Osmar Baldissera,** conforme **Protocolo1.172/2025** nesta Prefeitura.
§1º Desmembra o imóvel denominado Lote nº 09, da Quadra nº 03, do Loteamento Castelo Branco, com área total de 385,42m², Matrícula nº 22.972, situado no quadro urbano desta cidade de Chopinzinho-PR, **passando a ser Travessa Baldissera, situada no quadro urbano desta cidade de Chopinzinho-PR, Matrícula nº 22.972, com área de 15,30m²**, com os seguintes limites e confrontações:
Norte: P/Lote 08;
Sul: P/Lote 09;
Oeste: Lote 02.
Inicia-se no ponto P8 definido pelas coordenadas N: 7.139.673,956m e E: 347.480,860m, agora confrontando com Parte do Lote 08; deste segue até o ponto P10 com azimute de 97°02'43" e distância de 5,98; agora confrontando com Parte do Lote 08; deste segue até o ponto P7 com azimute de 235°22'01" e distância de 7,65; agora confrontando com Parte do Lote 02; deste segue até o ponto P08 com azimute de 3°46'04" e distância de 5,13; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, tendo como DATUM o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculadas no sistema local de coordenadas com origem do plano definido pela média das coordenadas (SGL – Sistema Geodésico Local).
§2º Fica o **Remanescente** o imóvel denominado **Lote nº 09, da Quadra nº 03, do Loteamento Castelo Branco, com área de 370,12m², Matrícula nº 22.972, situado no quadro urbano desta cidade de Chopinzinho-PR,** com os seguintes limites e confrontações:
Norte: Travessa São Sebastião;
Sul: Lote 10;
Leste: Rua Artur Bernardes;
Oeste: Lote 02.

Inicia-se no ponto P10 definido pelas coordenadas N: 7.139.673,127m e E: 347.486,890m, agora confrontando com Travessa São Sebastião, deste segue até o ponto P4 com azimute de 97°02'43" e distância de 22,24; agora confrontando com Rua Artur Bernardes; deste segue até o ponto P5 com azimute de 184°22'01" e distância de 13,72; agora confrontando com Lote 10; deste segue até o ponto P6 com azimute de 277°11'10" e distância de 28,08; agora confrontando com Lote 02; deste segue até o ponto P7 com azimute de 3°46'04" e distância de 8,53; agora confrontando com Travessa São Sebastião; deste segue até o ponto P10 com azimute de 55°03'19" e distância de 7,65; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, tendo como DATUM o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculadas no sistema local de coordenadas com origem do plano definido pela média das coordenadas (SGL – Sistema Geodésico Local).
Art. 2° Aprovado o desmembramento ou unificação, o interessado deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, conforme disposto no art. 51 da Lei Complementar n° 107/2019, de 25 de setembro de 2019.
Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR, DE 22 DE JULHO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:EEC00E77

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 232/2026 - DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO IMÓVEL: LOTE Nº 08, DA QUADRA Nº 03, DO LOTEAMENTO CASTELO BRANCO, MATRÍCULA Nº 9.744, SITUADO NO QUADRO URBANO DESTA CIDADE DE CHOPINZINHO-PR.

DECRETO Nº 232, DE 22 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre o desmembramento do imóvel: Lote nº 08, da Quadra nº 03, do Loteamento Castelo Branco, Matrícula nº 9.744, situado no quadro urbano desta cidade de Chopinzinho-PR.

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:
DECRETA:
Art. 1º Autoriza, para efeito de Escritura Pública e lançamento de tributos, o **desmembramento** do imóvel denominado: **Lote nº 08, da Quadra nº 03, do Loteamento Castelo Branco, Matrícula nº 9.744, situado no quadro urbano desta cidade de Chopinzinho-PR,** de propriedade de **Antônio Scabeni Venazzi,** conforme **Protocolo1.172/2025** nesta Prefeitura.
§1º Desmembra o imóvel denominado Lote nº 08, da Quadra nº 03, do Loteamento Castelo Branco, com área total de 390,00m², Matrícula nº 9.744, situado no quadro urbano desta cidade de Chopinzinho-PR, **passando a ser Travessa Baldissera, situada no quadro urbano desta cidade de Chopinzinho-PR, Matrícula nº 9.744, com área de 112,98 m²**, com os seguintes limites e confrontações:
Norte: P/Lote 08;
Leste: P/Lote 09;
Sul: Rua Artur Bernardes;
Oeste: Lote 02.
Inicia-se no ponto P9 definido pelas coordenadas N: 7.139.677,858m e E: 347.481,858m, agora confrontando com Parte do Lote 08; deste segue até o ponto P3 com azimute de 97°02'43" e distância de 28,26; agora confrontando com Rua Artur Bernardes; deste segue até o ponto P4 com azimute de 184°22'01" e distância de 4,00; agora confrontando com Parte do Lote 09; deste segue até o ponto P08 com azimute de 277°02'43" e distância de 28,22; deste segue até o ponto P8; agora confrontando com Lote 03; deste segue até o ponto P9 com azimute 3°46'04" e distância de 4,01; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, tendo como DATUM o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculadas no sistema local de coordenadas com origem do plano definido pela média das coordenadas (SGL – Sistema Geodésico Local).
§2º Fica o **Remanescente** o imóvel denominado **Lote nº 08, da Quadra nº 03, do Loteamento Castelo Branco, com área de 277,02m², Matrícula nº 9.744, situado no quadro urbano desta cidade de Chopinzinho-PR,** com os seguintes limites e confrontações:

Norte: Lote 07;
Leste: Rua Artur Bernardes;
Sul: Travessa São Sebastião;
Oeste: Lote 03.
Inicia-se no ponto P1 definido pelas coordenadas N:7.139.686,833m e E: 347.481,810m, agora confrontando com Lote 07, deste segue até o

ponto P2 com azimute de 97º01'48" e distância de 28,36; agora confrontando com Rua Artur Bernardes; deste segue até o ponto P3 com azimute de 184º22'01" e distância de 9,00; agora confrontando com Travessa São Sebastião; deste segue até o ponto P9 com azimute de 277º02'43" e distância de 28,26; agora confrontando com Lote 03; deste segue até o ponto P1 com azimute de 3º46'04" e distância de 8,99; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, tendo como DATUM o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculadas no sistema local de coordenadas com origem do plano definido pela média das coordenadas (SGL - Sistema Geodésico Local).

Art. 2° Aprovado o desmembramento ou unificação, o interessado deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, conforme disposto no art. 51 da Lei Complementar n° 107/2019, de 25 de setembro de 2019.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR, DE 22 DE JULHO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:91F2B1E3

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 46-2023 - TOMADA DE PREÇO Nº 05-2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-000, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF/MF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA: V F SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 51.236.060/0001-49, com sede na Rua Figueira, nº 58, Apto 03, centro, cep.: 86.950-000, Fênix – Pr, neste ato representada pelo senhor FAHEDER CRISTIAN DA SILVA, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na Rua Crindiuva, nº 316, centro, cep.: 86.950-000, Fênix – Pr, portador da cédula de identidade Rg. nº 9.132.307-9 e CPF nº 077.886.159-78.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO – Fica prorrogado o prazo de prestação dos serviços estabelecido na Cláusula Décima do Contrato Primitivo para 26 de janeiro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA – Fica prorrogado o prazo de prestação dos serviços estabelecido na Cláusula Décima Primeira do Contrato Primitivo para 25 de fevereiro de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas vigentes do Contrato Primitivo.

E, por assim estarem justos e combinados, lavraram o presente Instrumento de Termo Aditivo de Contrato, que depois de lido acharam conforme e assinam com as testemunhas abaixo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

PAÇO MUNICIPAL, 20 de abril de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

V F SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:CC59BB71

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 67/2026

MUNICIPIO DE CORUMBATAI DO SUL	
Estado do Paraná	**CNPJ 80.888.662/0001-89**
Exercício: 2026	

Decreto nº 67/2026 de 08/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1118/2025 de 24/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 101.000,00 (cento e um mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.10.301.0007.2.012.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
94 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, INFRA ESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE TRANSPORTE, INFRA ESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS	OBRAS E
10.001.15.451.0011.2.039.		Manutenção do Setor de Obras Públicas	
357 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
10.001.26.782.0011.2.042.		Manutenção do Serviço de Conservação de Vias Urbanas e Rurais	
385 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	21.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIÊNTE E TURISMO	
11.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E	TURISMO
11.001.20.608.0012.2.045.		Manutenção da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	
400 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
Total Suplementação:			**101.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.10.301.0007.2.012.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
90 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, INFRA ESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE TRANSPORTE, INFRA ESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS	OBRAS E
10.001.26.782.0011.1.009.		Pavimentação em Vias Urbanas e Rurais	
380 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00

12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA E COMÉRCIO	
12.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE INSDUSTRIA E COMÉRCIO	
12.001.22.661.0013.1.072.		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA E COMÉRCIO	
410 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
414 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	61.000,00
Total Redução:			**101.000,00**

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2023 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL , Estado do Paraná, em 08 de julho de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:CAFAA98F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 69/2026

MUNICIPIO DE CORUMBATAI DO SUL
Estado do Paraná
CNPJ 80.888.662/0001-89
Exercício: 2026
Decreto nº 69/2026 de 08/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1118/2025 de 24/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.002.08.244.0008.2.088.		Incentivo Estadual para Ações de Assistência Social	
481 - 3.3.90.30.00.00	31934	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
		Total Suplementação:	**50.000,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.7.1.6.50.01.07.00000000	Fonte: 31934	50.000,00
Total da Receita:		**50.000,00**

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2023 (Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.
Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL , Estado do Paraná, em 08 de julho de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:A10AE7B9

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

CÂMARA DE CRUZEIRO DO IGUAÇU
CONVOCAÇÃO 5º SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. º 008/2026

JULIANO MORELLI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso XIII do Artigo 28 e Artigo 128 do Regimento Interno desta casa de leis.

CONVOCA:

Os Senhores Vereadores e as Senhoras Vereadoras da Câmara Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, ficam convocados para reunirem-se em Sessão Extraordinária, a ser realizada no dia 23 de julho de 2026 (quinta-feira), às 18h, nas dependências da Câmara Municipal, com a finalidade de apreciar e deliberar sobre os Projetos de Lei nº 062/2026 e nº 064/2026, encaminhados pelo Poder Executivo Municipal por meio dos Ofícios nº 398/2026 e nº 403/2026, respectivamente.

Ficam, ainda, os Senhores Vereadores e as Senhoras Vereadoras desde já convocados para reunirem-se em Sessão Extraordinária, a realizar-se no dia 24 de julho de 2026 (sexta-feira), às 17h, nas dependências da Câmara Municipal, caso qualquer dos Projetos de Lei receba voto contrário na primeira votação, para a realização da segunda discussão e votação exclusivamente do(s) Projeto(s) de Lei que houver(em) recebido voto contrário, nos termos do art. 47, parágrafo único, inciso III, da Lei Orgânica Municipal.

JULIANO MORELLI
Presidente

Registre-se e Publique-se.

AGDA KAYANE NUNES DE OLIVEIRA
Secretária Executiva

Publicado por:
Agda Kayane Nunes de Oliveira
Código Identificador:910E50D4

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo Digital nº: 874/2026
Processo Administrativo nº: 037/2026
Inexigibilidade de Licitação nº: 010/2026
Objeto: Contratação da empresa **CESAR NUNES EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 57.590.150/0001-10, para realização de palestra presencial de formação continuada e acolhimento aos profissionais da educação da rede municipal de

ensino, a ser ministrada pelo Professor Doutor Cesar Aparecido Nunes, com o tema:
"A Educação que Acolhe e os Direitos de Aprendizagem na Perspectiva da Educação Humanizadora".
Data prevista da realização: 28 de julho de 2026.
Local: Câmara Municipal de Vereadores de Enéas Marques.
Valor da contratação: R$ 15.000,00 (quinze mil reais).
Fundamentação Legal: Art. 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.
A contratação fundamenta-se na inviabilidade de competição decorrente da natureza intelectual do serviço e da notória especialização do profissional responsável pela execução da palestra, conforme documentação constante do Processo Digital nº 874/2026.
Enéas Marques/PR, 22 de julho de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joelmir Carlos Martins
Código Identificador:A3A3367D

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
LEI 1599

LEI ORDINÁRIA Nº. 1599/2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a declarar inservíveis e promover leilão para alienar bens móveis de propriedade do Município de Enéas Marques, e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques Estado do Paraná, faz saber que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo municipal autorizado a promover leilão público para alienar bens móveis de propriedade do Município, mediante avaliação prévia efetuada pela Comissão Permanente, que se tornaram inservíveise inviáveis economicamente para atendimentos das ações programáticas da municipalidade.

Art. 2º. Ficam declarados inservíveis e autorizados para alienação, por meio de leilão público, os seguintes bens:
Passageiro/automóvel CHEV/ONIX JOY BLACK, 80CV/1000, lotação 5 pessoas, álcool/gasolina, Renavam nº 01229633658, Chassi nº 9BGKD48U0LB205144, motor nº LC3049924, cor branca, ano de fabricação 2020, modelo 2020, placa nº BEC0H43, categoria oficial. Patrimônio: bem nº 6983, devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 3659, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01/07/2022, em R$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais).

Passageiro/automóvel CHEV/ONIX JOY BLACK, lotação 5 pessoas, 80 CV/1000, álcool/gasolina, RENAVAM nº 01229633801, Chassi nº 9BGKD48U0LB207411, motor nº L53048716, cor branca, ano de fabricação 2020, modelo 2020, placa nº BEC0H29, categoria oficial. Patrimônio: bem nº 6984, devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 3659, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01/07/2022, em R$ 20.900,00 (Vinte mil e novecentos reais).

Passageiro/automóvel CHEVROLET/ONIX 1.0MT LS, lotação 5 pessoas, 80CV/1000, álcool/gasolina, Renavam nº 01094146630, chassi nº 9BGKR48G0GG295896, motor nº HCGSH9633, cor branca, ano de fabricação 2016, modelo 2016, placa nº BAS3149, categoria oficial. Patrimônio: bem nº 5069, devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 3659, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01/07/2022, em R$ 17.900,00 (dezessete mil e novecentos reais).

Passageiro automóvel RENAULT/SANDERO STEP 16, 160CV/1598, lotação 5 pessoas, álcool/gasolina, Renavam nº 01033872048, chassi nº 93Y5SRD6GFJ687226, motor nº K7MM764Q158260, cor branca, ano de fabricação 2014, modelo 2015, placa nº AZF7644, categoria oficial. Patrimônio: bem nº 4221, devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 3659, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01/07/2022, em R$ 16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais).

Passageiro Automóvel RENAULT/LOGAN EX 1616V A,107CV/1598, álcool/gasolina, Renavam nº 00358833388, chassi nº 93YLSR7VACJ950659, motor nº K4MG695Q002193, cor Branca, ano de fabricação 2011, modelo 2012, placa nº AUN8E16, categoria oficial. Patrimônio: bem nº 8629, devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 3659, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01/07/2022, em R$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais).

Passageiro automóvel FIAT/UNO MILLE WAY ECON, 66CV/1000 álcool/gasolina, Renavam nº 00132293714, chassi nº 9BD15844A96241020, motor nº 146E10118646594, cor branca, ano de fabricação 2009, modelo 2009, placa nº ARB7906, categoria oficial. Patrimônio: bem nº 3166**,** devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 3659, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01/07/2022, em R$ 9.000,00 (Nove mil reais).

Passageiro automóvel RENAULT LOGAN DYNA, 106CV/1598, álcool/gasolina, RENAVAM nº 01070529459, chassi nº 93Y4SRD6EGJ198148, motor nº K7MM764Q217862, cor branca, ano de fabricação 2015, modelo 2016, placa nº BAD4C07, categoria oficial. Patrimônio: bem nº 9215, devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 3659, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01/07/2022, em R$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais).

Passageiro automóvel I/FIAT DUCATO GREENC AMB, 130CV/2300, Renavam nº 01216524227, chassi nº 3C6DFVBK2KE542567, motor nº F1AE3481D7282758, cor branca, ano de fabricação 2019, modelo 2019, placa nº BDR9H46, categoria oficial. Patrimônio: bem nº 6972, devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 3659, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01/07/2022, em R$ 59.900,00 (cinquenta e nove mil e novecentos reais).

Passageiro automóvel RENAULT/MASTER VAM NIKS 16P, 130CV/2299, Renavam nº 01165634217, chassi nº 93YMAF4XEKJ528020, motor nº M9TD882C027665, cor branca, ano de fabricação 2018, modelo 2019, placa nº BCL5441, categoria oficial. Patrimônio: bem nº 5962, devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 3659, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01/07/2022, em R$ 62.900,00 (sessenta e dois mil e novecentos reais).

Passageiro Micro-ônibus I/M.BENZ SPRINTER MARTM4, Van, 146 CV, Diesel, RENAVAM nº 01099391919, chassi nº 8AC906635HE124215, motor nº 651955W0059922, cor branca, ano de fabricação 2016, modelo 2017, placa nº BAV8732, categoria oficial. Patrimônio: bem nº 5376, devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 3659, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01/07/2022, em R$ 69.900,00 (sessenta e nove mil e novecentos reais).

Passageiro Misto Camioneta, VW/KOMBI, Álcool/Gasolina Renavam nº 00458120340, chassi nº 9BWMF07X9CP020820, motor nº BTJ784793, cor branca, ano de fabricação 2011, modelo 2012, placa nº AVE4181, categoria oficial. Patrimônio: bem nº 3822, devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 3659, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01/07/2022, em R$18.300,00 (dezoito mil e trezentos reais).

Passageiro ônibus, Marcopolo/Volare V8L ON, Diesel, Renavam nº 01150597981, chassi nº 93PB43M32JC059456, motor nº 36588935, cor Prata, ano de fabricação 2018, modelo 2018, placa nº BCC4902, categoria oficial. Patrimônio: bem nº 5663, devidamente avaliado pela

Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 3659, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01/07/2022, em R$ 114.500,00 (Cento e quatorze mil e quinhentos reais).

Passageiro Micro-ônibus, Agrale/Masca Granmini, Diesel, RENAVAM nº 00178951730, chassi nº 9BYC3061SAC000263, motor nº E1T156393, cor Prata, ano de fabricação 2009, modelo 2010, placa nº ARZ6687, categoria oficial. Patrimônio: bem nº 4098, devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 3659, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01/07/2022, em R$ 49.900,00 (quarenta e nove mil e novecentos reais).

Carga Caminhão FORD/CARGO 2629 6X4, Diesel, Renavam nº 01012104238, chassi nº 9BFZEANE2EBS70853, motor nº 36485550, carroceria basculante, cor branca, ano de fabricação 2014, modelo 2014, placa nº AYM0986, categoria oficial. Patrimônio: bem nº 4178. devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 3659, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01/07/2022, em 157.800,00 (Cento e cinquenta e sete mil e oitocentos reais).

Carga Caminhão Marca FORD/Modelo EH70 Cargo 2422e, Diesel, RENAVAM nº 918729300, chassi nº 9BFYCEHV77BB88577, motor nº 30913070, carroceria basculante, cor branca, ano de fabricação 2007, modelo 2007, Placa nº AQB0508, categoria oficial. Patrimônio: bem nº 2679, devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 3659, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01/07/2022, em R$ 139.900,00 (Cento e trinta e nove mil e novecentos reais).

Carga Caminhão FORD/CARGO 3133 6X4, 334CV/8849, Diesel, Renavam nº 00483979554, chassi nº 9BFZEB4JXDBS14615, motor nº 36376439, cor branca, ano de fabricação 2012, modelo 2013, placa nº AVX7209, categoria oficial. Patrimônio: bem nº 3856, devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 3659, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01/07/2022, em R$ 149.900,00 (Cento e quarenta e nove mil e novecentos reais).

Máquina Escavadeira Hidráulica, marca Komatsu, modelo PC160LC-8, Nº de série: B3291, motor 36604721. Patrimônio: bem nº 5871, devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 3659, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01/07/2022, em R$ 149.900,00 (Cento e quarenta e nove mil e novecentos reais).

Compact Solo Hamm 3411, compactador de solos vibratório, Autopropelido, Marca HAMM, Modelo 3411 lisos, Série nº H2690607, equipado com motor diesel nº 11418085, ano de fabricação 2013. Patrimônio: bem nº 4085, devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 3659, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01/07/2022, em R$ 79.900,00 (setenta e nove mil e novecentos reais).

Trator agrícola,80 CV, modelo U80 Rops, marca LS TRACTOR, SERIE 2494012543, Cor Azul, Chassi 9BLU08001JG000562, ano de fabricação 2018, modelo 2018. Patrimônio: bem nº 6218, devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 3659, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01/07/2022, em R$ 54.900,00 (Cinquenta e quatro mil e novecentos reais).

Equipamento Distribuidor Orgânico. Patrimônio: bem nº 3626, devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 3659, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01/07/2022, em R$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais).

Plaina carregador frontal. Patrimônio: bem nº 7210, devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 3659, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01/07/2022, em R$ 9.900,00 (Nove mil e novecentos reais).

Plataforma Elevatória Veicular Foca Mability DPA: bem 8805, devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 3659, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01/07/2022, em R$ 900,00 (Novecentos reais).

Equipamento Concha Traseira. Patrimônio: bem nº 9370, devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 3659, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01/07/2022, em R$ 500,00 (quinhentos reais).

Uma unidade - acessório de segmento Pé de Carneiro para Rolo Compactador. Patrimônio: bem nº 9371, devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 3659, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01/07/2022, em R$ 3.900,00 (Três mil e novecentos reais).

Sucata de Parque Infantil. Patrimônio: bem nº 9372, devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 3659, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01/07/2022, em R$ 1.000,00 (Mil reais).

Sucata de Portão. Patrimônio: bem nº 9373, devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 3659, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01/07/2022, em R$ 900,00 (novecentos reais).

Sucata de Janelas e portas. Patrimônio: bem nº 9374, devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 3659, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01/07/2022, em R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais).

Art. 3º. Os bens a serem leiloados foram avaliados pela Comissão Especial para Realização de Leilão Público, criada para tal finalidade, na forma do Lei n°. 14.133/2021.

Parágrafo único: A escolha do Leiloeiro Oficial se dará na modalidade de procedimento licitatório chamamento público de credenciamento.

Art. 4º. Fica autorizada a contratação de Leiloeiro Oficial para fiel cumprimento da presente lei.
Art. 5º. Para as despesas decorrentes da presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a transferir e/ou suplementar dotações orçamentárias, bem como abrir crédito especial.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 22 de julho de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:0FA433E0

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
DECRETO Nº 52 - 2026

MUNICIPIO DE FENIX
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 52/2026 de 26/06/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE FENIX, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 37/2025 de 24/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$69.000,00 (sessenta e nove mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06		SECRETARIA DE SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL	
06.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
06.001.10.301.0014.2.069		PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAUDE - PACS	
102 - 3.1.90.11.00.00	1494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.000,00
06.001.10.301.0014.2.070		PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF	
104 - 3.1.90.11.00.00	1494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
105 - 3.1.90.13.00.00	1494	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.000,00
07		SECRETARIA DA ACAO SOCIAL	
07.002		FUNDO MUNICIPAL DIREITO CRIANCA E DO ADOLESCENTE	
07.002.08.244.0011.2.049		Manutenção do Centro de Referência de Assistencia Social - CRAS	
173 - 3.3.90.36.00.00	1001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
08		SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
08.001		DIVISAO DE EDUCACAO	
08.001.12.361.0015.2.030		Manutenção e Encargos do Ensino Fundamental	
216 - 3.1.90.11.00.00	1026	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
08.001.12.365.0019.2.037		Manutenção e Encargos de Creches	
267 - 3.1.90.11.00.00	1026	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.000,00
14		SECRETARIA DE ESPORTES	
14.005		DIVISÃO DE ESPORTES	
14.005.27.813.0044.2.058		Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Esportes	
382 - 3.3.90.39.00.00	1001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
		Total Suplementação:	69.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução			
06		SECRETARIA DE SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL	
06.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
06.001.10.301.0014.2.068		PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO	
99 - 3.1.90.11.00.00	1494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.000,00
07		SECRETARIA DA ACAO SOCIAL	
07.002		FUNDO MUNICIPAL DIREITO CRIANCA E DO ADOLESCENTE	
07.002.08.244.0011.2.049		Manutenção do Centro de Referência de Assistencia Social - CRAS	
172 - 3.3.90.30.00.00	1001	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
08		SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
08.001		DIVISAO DE EDUCACAO	
08.001.12.361.0016.2.034		Manutenção e Encargos do Transporte Escolar	
251 - 3.3.90.39.00.00	1026	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	24.000,00
14		SECRETARIA DE ESPORTES	
14.005		DIVISÃO DE ESPORTES	
Redução			
14.005.27.813.0044.2.058		Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Esportes	
380 - 3.3.90.32.00.00	1001	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10.000,00
		Total Redução:	69.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE FENIX, Estado do PR, em 26 de Junho de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Domingos Santos Costa
Código Identificador:3EFCB750

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
DECRETO Nº 53 - 2026

MUNICIPIO DE FENIX
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 53/2026 de 26/06/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE FENIX, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 37/2025 de 24/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$230.365,36 (duzentos e trinta mil e trezentos e sessenta e cinco reais e trinta e seis centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

04		SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES	
04.007		DIVISAO DE URBANISMO E SERVICOS RODOVIARIOS	
04.007.16.482.0009.1.028		AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS	
54 - 4.4.90.61.00.00	1049	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	230.000,00
07		SECRETARIA DA ACAO SOCIAL	
07.002		FUNDO MUNICIPAL DIREITO CRIANCA E DO ADOLESCENTE	
07.002.08.244.0052.6.003		Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social – SUAS	
196 - 3.3.90.39.00.00	1900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	365,36
		Total Suplementação:	230.365,36

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita	
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.94 RECEITA DE REMUNERAÇÃO FONTE 1900 - Fonte: 1900	365,36
Receita: 2.2.1.3.01.0.1 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL - Fonte:	230.000,00
Total da Receita:	230.365,36

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE FENIX, Estado do PR, em 26 de Junho de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Domingos Santos Costa
Código Identificador:FEC0D309

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
DECRETO Nº 57/2026

DECRETO Nº 57/2026

Súmula: Dispõe sobre a anulação do Processo Licitatório nº 56/2026 – Pregão Eletrônico nº 14/2026, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, Senhor EURÍPEDES MOLINA TASCA JUNIOR**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a licitação, como todo ato administrativo, é suscetível de anulação quando constatada ilegalidade insanável, competindo à autoridade superior exercer o controle de legalidade dos atos praticados, nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO o disposto no art. 71, inciso III, e §§ 1º e 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a anulação do procedimento licitatório sempre que presente ilegalidade insanável, assegurada a prévia manifestação dos interessados;

CONSIDERANDO o princípio da autotutela administrativa, consagrado pela Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual a Administração Pública pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, competitividade, segurança jurídica e seleção da proposta mais vantajosa, previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO que foi instaurado o Processo Licitatório nº 56/2026, na modalidade Pregão Eletrônico nº 14/2026, destinado à contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de software de registro eletrônico e gestão em saúde e assistência social;

CONSIDERANDO que o Edital estabeleceu expressamente como critério de julgamento o menor preço global, enquanto a disputa realizada na plataforma eletrônica ocorreu por lotes distintos, resultando na classificação de empresas diferentes para parcelas do objeto;

CONSIDERANDO que tal divergência caracteriza vício insanável, por comprometer a observância dos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa;

CONSIDERANDO o Despacho de Suspensão do Agente de Contratação, o Parecer Jurídico 2026 da Procuradoria Jurídica Municipal e que, assegurada a prévia manifestação dos licitantes, na forma do art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, transcorreu o prazo sem qualquer manifestação dos interessados;

DECRETA:

Art. 1º Fica **ANULADO** o **Processo Licitatório nº 56/2026**, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 14/2026**, em razão da existência de ilegalidade insanável consistente na divergência entre o critério de julgamento previsto no instrumento convocatório e a forma de processamento da disputa na plataforma eletrônica.

Art. 2º A nulidade alcança todos os atos subsequentes ao vício identificado, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 3º Determina-se ao Departamento de Licitações e Contratos que adote as providências necessárias à instauração de novo procedimento licitatório, promovendo a adequada compatibilização entre o edital, seus anexos e a parametrização da plataforma eletrônica.

Art. 4º Publique-se o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no Portal da Transparência do Município, dando-se ciência aos licitantes participantes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Fênix, 20 de julho de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Domingos Santos Costa
Código Identificador:00ED1869

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 466/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76.970.300/0001-65
Praça Dep. Nilson Batista Ribas, 131 — CEP 86.680-000 — Fone (44) 3312-1150

PORTARIA Nº 466/2026

Prorroga o prazo para conclusão da Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria nº 401/2026, recomposta pela Portaria nº 406/2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Estado do Paraná, no uso
das atribuições legais,
CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos trabalhos de apuração dos fatos objeto da Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria nº 401/2026;
CONSIDERANDO que a Comissão de Sindicância, recomposta pela Portaria nº 406/2026, necessita de prazo adicional para a conclusão dos trabalhos, visando à completa instrução do procedimento e à adequada elucidação dos fatos;

RESOLVE:
Art. 1º Fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria nº 401/2026, recomposta pela Portaria nº 406/2026, contado a partir do término do prazo anteriormente concedido.
Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes das Portarias nº 401/2026 e nº 406/2026.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora das Graças/PR, 22 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:744F0293

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 469/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 125,00 (Cento e vinte cinco reais) a favor da Sra. Simone Cristina da Silva Giovedi, motorista, referente ao pagamento de 1/2 (meia) diária, face a viagem do dia 22/07/2026 a 22/07/2026 para Cornélio Procópio-PR, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 22 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:AD60FE1E

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 468/2026

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Designar a servidora efetiva, Isadora Vieira Lins, matrícula nº 1256, no cargo de Recepcionista, para desempenhar suas funções na Unidade Pronto Atendimento 24 horas (UPA), a partir do dia: 20/07/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças,
Aos 22 dias do mês de Julho do ano de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Paula de Lima
Código Identificador:3010998A

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 465/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DOPARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.180, de 19 de dezembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Gratificação de Transporte de Pacientes (GTP), em conformidade com a Lei Municipal nº 1.180/2025, aos servidores abaixo identificados, pertencentes ao quadro efetivo do Município, designados para prestar atendimento temporário junto à Secretaria Municipal de Saúde na condução e transporte de pacientes durante o período de recesso escolar, referente aos dias de efetivo exercício no mês de julho de 2026:

I - RITA DE CÁSSIA GOMES SIQUEIRA, Matrícula nº 1335, cargo de Motorista, Efetivo (Estatutário), referente a 05 (cinco) dias trabalhados, nos dias 14, 15, 16, 17 e 20 de julho de 2026;

II - JOÃO DEMÉTRIO BOZELLI, Matrícula nº 725, cargo de Motorista, Efetivo
(Estatutário), lotado na Secretaria Municipal de Educação, referente a 03 (três) dias
trabalhados, nos dias 14, 16 e 20 de julho de 2026.

Art. 2º O valor da Gratificação de Transporte de Pacientes (GTP) será calculado e pago de forma proporcional aos dias em que os servidores efetivamente prestaram os serviços de transporte de saúde descritos no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições
em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, aos
22 dias do mês de Julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Paula de Lima
Código Identificador:416A2A29

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATAS 92 A 107

PUBLICAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 23/2026
O Município de São Jorge D´Oeste/Pr, Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, com base no Art. 94 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º nº 3927/2023, torna público o(a)**REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a futura e eventual aquisição de materiais de uso ambulatorial, hospitalar e equipamentos fisioterapêuticos para atender as necessidades das unidades públicas de saúde e do Centro de Fisioterapia do município de São Jorge D'Oeste/PR**, através da Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico n.º**23/2026**., com prazo de execução/vigência de 12 (doze) meses.

Ata nº	Empresa Detentora	CNPJ Nº.	Valor R$
92/2026	44.462.387 ANDREYA BISPO DE LIMA	44.462.387/0001-73	4.499,00
93/2026	ANGULAR PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	24.118.004/0001-37	72.003,00
94/2026	DS MED - EQUIPAMENTOS & SUPRIMENTOS MEDICOS LTDA	63.278.264/0001-21	2.665,10
95/2026	JM COMERCIO LTDA	49.531.675/0001-56	3.348,00
96/2026	L E P LIFE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	49.875.336/0001-97	6.473,70
97/2026	LS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOPSITALAR LTDA	57.111.717/0001-28	1.200,00
98/2026	MEDINGA COMERCIAL LTDA	57.742.953/0001-42	10.020,00
99/2026	MEGA MED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	22.847.311/0001-23	15.883,00
100/2026	NSA COMERCIO LTDA	64.274.847/0001-47	12.823,43
101/2026	RINAMED-COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	03.583.301/0001-83	1.537,90
102/2026	S. C. COMERCIAL LTDA	20.758.465/0001-13	5.900,00
103/2026	S.A. DE JESUS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	21.896.826/0001-50	12.000,00
104/2026	SOMA PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	00.656.468/0001-39	1.830,00
105/2026	STARMEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	57.498.660/0001-61	28.938,36
106/2026	TANKAVEL LTDA	47.326.875/0001-41	1.900,00
107/2026	VIDA BIOTECNOLOGIA LTDA	11.308.834/0001-85	13.125,00

Os preços registrados poderão ser consultados na íntegra junto ao endereço eletrônico http://pmsjorge.com.br

São Jorge D" Oeste/Pr, 22/07/2026 –

GILMAR PAIXÃO –
Prefeito em Exercício.

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:EBE7BDD4

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS Nº 012 2026
DO EDITAL Nº 001 2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO APROVADOS 012/2026

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

O Senhor GILMAR PAIXÃO – Prefeito em exercício do Município de São Jorge D'Oeste – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, resolve,

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público nº 01/2023, conforme Edital nº 01/2023 e Edital de Homologação do Resultado Final nº 011/2024.

2º - O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal de São Jorge do Oeste, PR, no prazo de 10 (dez) dias uteis, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munidos de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme itens 15.1 e 15.2 do EDITAL nº 01/2023.

3º - 15.3 Não atendidos quaisquer dos requisitos exigidos para a nomeação no cargo, conforme especificados neste Edital ou na legislação que o rege, fica impedida a posse do candidato e o exercício do cargo, havendo a então a automática eliminação do candidato do Concurso Público.

PSICÓLOGO 20H	CLASSIFICAÇÃO
PAULA ANDREA RAUBER SUZAKI	09º

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura do Município de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

GILMAR PAIXÃO
Prefeito Em Exercício

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:EA04984E

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3230 2026 PROGRESSÃO PROFESSORES POR ESCOLARIDADE

Portaria n. º 3230/2026

Gilmar Paixão, Prefeito em exercício de São Jorge D´Oeste**,** no uso das atribuições legais e, em especial, com base no Incisos VIII, XXII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a partir de 01 agosto de 2026, aos Servidores do Quadro Magistério de Pessoal do Magistério do Município de São Jorge D'Oeste –Paraná, que completaram o Estágio Probatório até 31 de julho de 2026, progressão de vencimentos na forma do disposto,

Art. 2º. Determinar ao Departamento de Recursos Humanos – RH, que proceda as anotações necessárias, § 3º inciso I do art. 9º da Lei n.º 857/2018, sendo:

Mat.	Nome Servidor	Cargo	Admissão	Data da Concessão	Nível
5591	Ana Julia de Carvalho	Professora	02/05/2018	01/08/2026	IIII
6131	Ana Stefani Zwicker	Professora	04/02/2019	01/08/2026	III
6331	Marivani Minosso Lampugnani Ihabuinski	Professora	10/06/2019	01/08/2026	IIII

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos vinte dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GILMAR PAIXÃO
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:B8E2355B

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROJETOS DE VENDA, ANÁLISE E JULGAMENTO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 2/2026 - PMSI

ATA Nº 1/2026
ATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROJETOS DE VENDA, ANÁLISE E JULGAMENTO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 2/2026-PMSI
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1.095/2026 – 1DOC
Aos 21 (vinte e um) dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às 9h, reuniram-se nas dependências da Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu, aonde se reuniu o Agente de Contratação Sr. Tiago de Souza e a Equipe de Apoio composta pelos servidores Vanessa Carla Bochio, Edimar Verona e Claudia Werle, conforme Portaria Municipal nº 143/2026, de 18 de maio de 2026, com a presença da nutricionista técnica responsável pelo PNAE Graziani da Silva Dias, Roberto José Kwapis diretor do departamento de compras, a presidente do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) Leticia Zanella e o produtor rural senhor Clécio Azelino Battiustuz, que participou da sessão de forma voluntária, para procederem a abertura dos envelopes e a análise dos projetos de venda apresentados em atenção ao Edital de Chamamento Público nº 2/2026, cujo objeto é o credenciamento de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares, para aquisição de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar nas Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil, para alunos da rede de educação básica pública, em atendimento ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), conforme o §1º do art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e Resoluções do FNDE relativas ao PNAE, conforme quantitativos estimados e especificações descrita no edital. Aberta a sessão verificou-se que protocolaram os projetos de venda conforme estipulado no edital, os seguintes produtores/produtoras: Elisangela R. Mazutti Baretta, Elisangela de Fatima Ribas Bezerra, Ivanir Giachini de Santiago, Anderson Alves de Lima, Idemir Marangon, Clécio Azelino Bastittuz, Marilena Candiago dos Santos, Roseli Santina da Silva, Leovani Rodrigues Marangon, Thais Aparecida da Silva Jacobussi, Iracema da Silva, Camila Maria Bazanella, Jandira dos Reis da Silva, Ederson Diego Willenborg, Antonio Edvino Ribas, Adair Nunes de Almeida, Evanilde Fatima Maziero, Odacir Mangoni, Marcia Maria Grando, Rivaldo Kurpel da Silva e Roger Nunes de Almeida. Em seguida os projetos foram analisados e classificados, conforme determina os critérios de desempate estabelecidos pela Lei nº 11.326/2006, sendo a priorização de assentados da reforma agrária, a prioridade para as mulheres na produção, a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, quilombolas ou indígenas e a demonstração de menor impacto ambiental, foi realizado a divisão dos produtos e suas respectivas quantidades, considerando ainda o valor máximo de até **R$40.000,00** (quarenta mil reais) por projeto de venda, conforme segue:
1) ELISANGELA DE FATIMA RIBAS BEZERRA
Item 23 (esfiha) – 100kg;
Item 30 (massa para mini pizza) – 400 kg;
Item 41 (pastel assado) – 400 kg.
Valor total: **R$ 38.775,00** (trinta e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais).
2) IVANIR GIACHINI DE SANTIAGO
Item 5 (agnholine congelado de gado) – 340kg;
Item 31 (massa para panqueca) – 385kg;
Item 38 (nhoque de batata) – 350kg.
Valor total: **R$ 39.986,25** (trinta e nove mil novecentos e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos).
3) ANDERSON ALVES DE LIMA
Item 15 (bolacha caseira de fubá) – 400kg;
Item 22 (cuca caseira) – 590kg;
Item 38 (nhoque de batata) – 350kg.
Valor total: **R$ 39.902,00** (trinta e nove mil, novecentos e dois reais).

4) IDEMIR MARANGON
Item 45 (queijo colonial) – 300kg.
Valor total: **R$ 15.750,00** (quinze mil, setecentos e cinquenta reais).
5) CLÉCIO AZELINO BASTITTUZ
Item 25 (geleia de frutas) – 173kg;
Item 36 (polpa de tomate congelada artesanal) – 600kg;
Item 43 (polpa de fruta) – 700kg.
Valor total: **R$ 39.989,15** (trinta e nove mil, novecentos e oitenta e nove reais e quinze centavos).
6) MARILENA CANDIAGO DOS SANTOS
Item 14 (beterraba) – 75kg;
Item 18 (Cenoura) – 150kg;
Item 26 (Laranja) – 1000kg.
Valor total: **R$ 7.066,25** (sete mil, sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos).
7) ROSELI SANTINA DA SILVA
Item 6 (alface) – 500unid.;
Item 14 (beterraba) – 75kg;
Item 21 (couve folha) – 140mçs;
Item 49 (tempero verde) – 155 mçs.
Valor total: **R$ 5.047,55** (cinco mil, quarenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos).
8) LEOVANI RODRIGUES MARANGON
Item 6 (alface) – 1500 unid.;
Item 17 (brócolis) – 200 unid;
Item 29 (mandioca) – 225kg;
Item 48 (repolho verde) – 500kg;
Item 49 (tempero verde) – 155 mçs.
Valor total: **R$ 14.946,25** (quatorze mil, novecentos e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos).
9) THAIS APARECIDA DA SILVA JACOBUSSI
Item 9 (bolo de milho) – 300kg;
Item 28 (macarrão fresco caseiro) – 750kg.
Valor total: **R$ 28.245,00** (vinte e oito mil, duzentos e quarenta e cinco reais).
10) IRACEMA DA SILVA
Item 6 (alface) – 500 unid.;
Item 21 (couve folha) – 140 mçs;
Item 29 (mandioca do tipo branca ou amarela) – 200kg;
Item 49 (tempero verde) – 155 mçs.
Valor total: **R$ 6.337,80** (seis mil, trezentos e trinta e sete reais e oitenta centavos).
11) CAMILA MARIA BAZANELLA
Item 3 (acelga) – 100unid.;
Item 14 (beterraba) – 150kg;
Item 17 (brócolis) – 200 unid.;
Item 18 (cenoura) – 150kg.;
Item 20 (couve-flor) – 100 unid;
Item 21 (couve folha) – 140 mçs;
Item 37 (morango) - 600kg;
Item 47 (rúcula) – 200 mçs;
Item 48 (repolho verde) – 500 kg.
Valor total: **R$ 31.415,80** (trinta e um mil, quatrocentos e quinze reais e oitenta centavos).
12) JANDIRA DOS REIS DA SILVA
Item 13 (batata doce) – 300kg;
Item 24 (feijão preto) – 1000kg;
Item 29 (mandioca do tipo branca ou amarela) – 225kg;
Item 35 (milho verde) – 900kg.
Valor total: **R$ 21.721,25** (vinte e um mil, setecentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos).
13) EDERSON DIEGO WILLENBORG
Item 3 (acelga) – 100 unid.;
Item 6 (alface) – 500 unid.;
Item 20 (couve – flor) – 100 kg;
Item 21 (Couve folha manteiga) – 140mçs;
Item 47 (Rúcula) – 300mçs;
Item 49 (tempero verde) – 155 mçs.
Valor total: **R$ 7.822,80** (sete mil, oitocentos e vinte e dois reais e oitenta centavos).
14) ANTÔNIO EDVINO RIBAS
Item 1 (abóbora cabotiá) – 150kg;
Item 2 (abobrinha verde) – 150kg;
Item 3 (acelga) – 200 unid;
Item 19 (chuchu) – 200kg;
Item 21 (couve manteiga) – 140mçs;
Item 23 (Esfiha) – 400kg.
Valor total: **R$ 28.022,80** (vinte e oito mil, vinte e dois reais e oitenta centavos).
15) ADAIR NUNES DE ALMEIDA
Item 8 (bolacha caseira com açúcar mascavo) – 200kg;
Item 9 (Bolo e milho/simples) – 300kg;
Item 22 (cuca recheada) – 60 kg;
Item 39 (pão caseiro 25% integral – 200kg;
Item 40 (pão tipo caseirinho colorido) – 300kg;
Item 51 (tortéi) – 300kg.
Valor total: **R$ 39.244,00** (trinta e nove mil, duzentos e quarenta e quatro reais).
16) EVANILDE FATIMA MAZIERO
Item 8 (bolacha caseira com açúcar mascavo) – 200kg;
Item 10 (bolo de cenoura) – 500kg;
Item 39 (Pão caseiro integral 25%) – 200kg.
Valor total: **R$ 26.080,00** (vinte e seis mil e oitenta reais).
17) ODACIR MANGONI
Item 7 (arroz branco) – 700kg;
Item 27 (limão tahiti) – 30kg
Item 34 (milho para pipoca) – 100kg;
Item 42 (pêssego amarelo) – 300kg;
Item 44 (poncã) – 400kg;
Item 46 (quirera) – 200kg;
Item 50 (tomate) – 500kg;
Item 52 (uva colonial) – 200kg.
Valor total: **R$ 22.428,50** (vinte e dois mil, quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos).
18) MARCIA MARIA GRANDO
Item 11 (banana caturra) – 4.500kg;
Item 12 (banana Maçã) – 250kg.
Valor total: **R$ 26.675,00** (vinte e seis mil, seiscentos e setenta e cinco reais).
19) RIVALDO KURPEL DA SILVA
Item 26 (laranja) – 1000kg;
Item 32 (melancia) – 2000kg;
Item 33 (melão colonial) – 800kg;
Item 44 (poncã) – 400kg.
Valor total: **R$ 24.290,00** (vinte e quatro mil, duzentos e noventa reais).
20) ROGER NUNES DE ALMEIDA
Item 4 (agnholine de frango) – 500kg;
Item 5 (agnholine de gado) – 60kg;
Item 16 (broa de milho) – 300kg;
Item 40 (pão caseirinho colorido) – 300kg.
Valor total: **R$ 38.263,00** (trinta e oito mil, duzentos e sessenta e três reais).
A participante Elisangela R. Mazutti Baretta não ficou com nenhum item por critérios de empate e desempate.
Sem mais nada a tratar, lavou-se a presente ata que vai abaixo assinada.
Fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso com relação ao presente julgamento, que contará a partir da data de sua publicação no órgão oficial do município.

GRAZIANI DA SILVA DIAS:_____

ROBERTO JOSÉ KWAPIS:_____

LETICIA ZANELLA:_____

TIAGO DE SOUZA:_____

VANESSA CARLA BOCHIO:_____

CLAUDIA WERLE:_____

EDIMAR VERONA:_____

CLÉCIO AZELINO BATTIUSTUZ:___

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:6063A8FC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRONICA Nº 73/2026

Extrato de publicação

DISPENSA ELETRÔNICA - 73/2026
Nº PROC. ADM. 243/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BLLCOMPRAS torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE ABATIA, de acordo com a regulamentação realizará DISPENSA ELETRÔNICA sendo conduzido por ROSANGELA MARIA DE OLIVEIRA MARTINS e tendo como autoridade SONIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES.

PUBLICAÇÃO: 22/07/2026 11:38
INÍCIO REC. PROPOSTA: 22/07/2026 14:00
FIM REC. PROPOSTA: 29/07/2026 08:00
INÍCIO DISPUTA: 29/07/2026 08:30
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 33.248,6000

OBJETO DO PROCESSO

Aquisição de Aditivo ARLA 32, para os veículos da frota municipal.

Para demais informações contato via e-mail: gabinete@abatia.pr.gov.br, telefone: 4335561222 ou acesso pelo link: https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5Du96oN4niHZROHsWpZJ14M2lnpxmiwhnl3wvdJ6I_Y6OxKk0CiAJrMZFHL_e7orpRsdgzhIU0BzAOx3jYMBbsNIC_c5XU5oVBuLhAVxQuBVo%3D

_____
ROSANGELA MARIA DE OLIVEIRA MARTINS

ABATIÁ-PR - 22/07/2026

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:687A3B0A

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRONICA Nº 74/2026

Extrato de publicação

DISPENSA ELETRÔNICA - 74/2026
Nº PROC. ADM. 241/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BLLCOMPRAS torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE ABATIA, de acordo com a regulamentação realizará DISPENSA ELETRÔNICA sendo conduzido por ROSANGELA MARIA DE OLIVEIRA MARTINS e tendo como autoridade SONIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES.

PUBLICAÇÃO: 22/07/2026 15:35
INÍCIO REC. PROPOSTA: 22/07/2026 16:00
FIM REC. PROPOSTA: 29/07/2026 13:00
INÍCIO DISPUTA: 29/07/2026 13:30
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 14.756,7000

OBJETO DO PROCESSO

Aquisição de serviços de empresa especializada para emissão de apólice de Seguro Total para seis veículos oficiais da frota municipal.

Para demais informações contato via e-mail: gabinete@abatia.pr.gov.br, telefone: 4335561222 ou acesso pelo link: https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5D4fW1Qqe6aFxbidx5DYwdPNqo6MmZZb6EsabwBg8kOpyxdL5KlmRXsRS0uZazm7adDD%2F7ChdbYlQmeXev2mdMVdVmkGZltFwWEzaWG%2FxmZLA%3D

_____

ROSANGELA MARIA DE OLIVEIRA MARTINS
ABATIÁ-PR - 22/07/2026

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:7E41378F

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 137/2026

PORTARIA Nº 137, DE 22 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a convocação de servidor municipal para retorno ao exercício de suas funções, com interrupção do gozo de licença-prêmio.

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 12, de 18 de agosto de 1993, assegura ao servidor público municipal o direito à licença-prêmio por assiduidade, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo;

CONSIDERANDO a necessidade excepcional do retorno do servidor para assegurar a continuidade das atividades da Contabilidade Municipal e o regular atendimento das demandas indispensáveis ao funcionamento da Administração Pública;

CONSIDERANDO o princípio da eficiência, previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal, bem como o princípio da continuidade do serviço público, que orientam a atuação da Administração Pública e impõem a adoção das medidas necessárias à regular prestação dos serviços públicos e à preservação do interesse público;

CONSIDERANDO que a interrupção da licença-prêmio não implica perda do período regularmente adquirido, permanecendo assegurado ao servidor o gozo do saldo remanescente em momento oportuno;

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES, Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e a legislação aplicável,

RESOLVE:

Art. 1º Fica interrompido, a partir de 23 de julho de 2026, o gozo da licença-prêmio concedida ao servidor ALMIR SOARES TEIXEIRA DE OLIVEIRA, matrícula nº 263, ocupante do cargo efetivo de Contador, concedida por meio da Portaria nº 92, de 19 de maio de 2026, em razão da necessidade do serviço público.

Art. 2º O servidor deverá retornar ao exercício de suas atribuições no dia 23 de julho de 2026, durante sua jornada regular de trabalho.

Art. 3º O período remanescente da licença-prêmio interrompida permanecerá assegurado ao servidor, para fruição em data futura, observada a necessidade do serviço e a conveniência da Administração Pública.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Abatiá em 22 de julho de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Reginaldo Aparecido Giolo
Código Identificador:966DC9E7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

PODER LEGISLATIVO - CÂMARA
PORTARIA Nº 043/2026

PORTARIA Nº 043/2026, DE 22 DE JULHO DE 2026

Súmula: "Autoriza o pagamento de diária ao vereador abaixo especificado para cobrir despesas com Alimentação e dá outras providências. "

O Presidente da Câmara Municipal de Adrianópolis-PR, **SANDRO JUNIOR DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais, "Conforme Lei nº 1.111/2023 de 02/08/2023 e Decreto nº 002/2026 de 16/01/2026.

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**:
Artigo 1° - Autoriza o pagamento de 01 (uma) diária ao vereador abaixo especificado, conforme tabela abaixo:

Nome	Nº do Requerimento	Nº de Diárias	Tabela	Destino
Sandro Junior dos Santos	024/2026	01	ANEXO I, Tabela IV, Tipo A	Curitiba – PR

MOTIVO: Para cobrir despesas com Alimentação, à serviço do Mandato do Legislativo, conduzindo o veículo Renault Duster placa SFF-3C41, para participar de REUNIÕES NOS GABINETES DOS DEPUTADOS ESTADUAIS ALEXANDRE CURI E HUSSEIN BAKRI, no dia 22 de julho de 2026, na cidade de **Curitiba-PR.**

Artigo 2º - Conforme Portaria 022/2026 de 24 de março 2026, art. 2º, descontar da diária 1/30, referente ao Vale Alimentação.

Artigo 3º - Essa Portaria entrará em vigor nesta data.

REGISTRE-SE
CUMPRA-SE
PUBLICA-SE
ARQUIVE-SE

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Adrianópolis-PR, em 22 de julho de 2026.

SANDRO JUNIOR DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juarez Tiago do Amaral da Fonseca
Código Identificador:4AF41730

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 099 DE 21 DE JULHO DE 2026

SÚMULA: Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral de 2026, por excesso de arrecadação de recursos de Convênio Estadual

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal 4.320/64, e na Lei Municipal 1367/26 de 20 de Julho de 2026

D E C R E T A
Art. 1º Fica Aberto no Orçamento Geral do Município de Agudos do Sul, Estado do Paraná, o Crédito Adicional Especial no valor de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais), de acordo com a seguinte classificação orçamentária:

ÓRGÃO	**03.000**	**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E AÇÃO SOCIAL**	
UNIDADE	**03.001**	**FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**	
FUNÇÃO	08	Assistência Social	
SUBFUNÇÃO	243	Assistência A Criança E Ao Adolescente	
PROGRAMA	6	Atenção A Criança E Ao Adolescente	
PROJ/ATIV.	**06.001**	**Manter O Fundo Municipal Da Criança E Do Adolescente – Atenção Básica**	
Fonte de Recursos	**1794**	01794.01011.09.04.05.18.1.661.0000 - Transf. Estadual Construção Creche	
4.4.90.51.00	1794	Obras e Instalação	2.100.000,00
		SOMA DOS RECURSOS	**2.100.000,00**

Art. 2º - Para cobertura de parte do crédito especificado no artigo anterior, será utilizado o excesso de arrecadação advindo de Convênios Estaduais conforme Receita e fontes de recursos abaixo especificadas.

	RUBRICA/FONTE	DISCRIMINAÇÃO	VALOR
1794	01794.01011.09.04.05.18.1.661.0000	Transf. Estadual Construção Creche	**2.100.000,00**
1.794	**2.4.2.2.99.0.1.02.00**	Outras Transferência do Estado – Creche 1794	1.994.362,02
1794	1.3.2.1.01.1.1.43.00	Remun. de dep. Bancários - Transf. Estadual Construção Creche 1794	105.637,98

Art. 3º Fica alterada a programação financeira de desembolsos com a inclusão dos valores acima para fins de execução orçamentária.
Art. 4º Fica alterado o Anexo I da Lei Municipal n° 1290/2025 de 10 de junho de 2025 - (PPA 2026-2029), adicionando-se os valores do artigo 1°.
Art. 5º - Fica alterado o Anexo I da Lei Municipal n° 1294/2025 de 27 de junho de 2025 - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2026, incluindo-se os valores do artigo 1° em seus respectivos programas
Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Agudos do Sul, 21 de Julho de 2026.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clodoaldo Dos Santos Araujo
Código Identificador:34B64621

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 102 DE 20 DE JULHO DE 2026

Institui o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa no Município de Agudos do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e considerando a Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024, que institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 12.862/2026,

DECRETA:
Art. 1º Fica instituído o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI, com a finalidade de coordenar, articular, acompanhar e fomentar políticas públicas e ações municipais destinadas à promoção e proteção dos direitos, da dignidade e do bem-estar da população idosa, de seus familiares e cuidadores.
Art. 2º Compete ao Comitê Municipal:

I – promover a articulação e a integração entre as Secretarias Municipais e demais órgãos envolvidos na execução das políticas públicas voltadas à pessoa idosa;
II – acompanhar a implementação dos 10 Passos do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa;

III – utilizar os instrumentos orientados pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI), como o CERAPI, o Diagnóstico Situacional e o Plano de Ação;
IV – elaborar, acompanhar, monitorar e avaliar o Plano de Ação Municipal;
V – incentivar a integração entre governo e sociedade civil, fortalecendo a rede municipal de atenção à pessoa idosa;
VI – acompanhar o cumprimento das metas previstas para certificação do município no Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa.
Art. 3º O Comitê Municipal será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos:
I – Secretaria Municipal de Assistência Social;
II – Secretaria Municipal de Saúde;
III – Secretaria Municipal de Educação;
IV – Secretaria Municipal de Administração;
V – Secretaria Municipal de Obras, Planejamento ou equivalente;
VI – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;
VII – outros órgãos ou entidades que o Município considerar necessários para o desenvolvimento do Programa.
Art. 4º A coordenação do Comitê Municipal ficará sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela coordenação das ações do Programa no município.
Art. 5º O Comitê reunir-se-á ordinariamente e, extraordinariamente, sempre que necessário, para acompanhar a execução das ações previstas no Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa.
Art. 6º A participação dos membros será considerada de relevante interesse público, não sendo remunerada.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Agudos do Sul, 22 de Julho de 2026

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clodoaldo Dos Santos Araujo
Código Identificador:370C1AE6

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 057/2026 - DIVISÃO DE PESSOAL

A Divisão de Pessoal, com base no resultado do Processo Seletivo Simplificado 001/2026, objeto do Edital n° 001/2026, de 12/06/2026, resolve:
CONVOCAR

Art. 1º As candidatas para o respectivo emprego público abaixo relacionado, a comparecer na Divisão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Agudos do Sul - PR, a partir do dia 23 de julho de 2026, no horário das 09h às 11h00 e das 13h00 às 16h00, munidos da documentação constante do art. 2°.

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
1º	Lenice Simão de Souza	Professor	Ampla Concorrência
2º	Simone Mickus	Professor	Ampla Concorrência
3º	Atalidia de Fatima Alves dos Santos	Professor	Ampla Concorrência
4º	Bruna Rafaela dos Santos	Professor	Ampla Concorrência
5º	Crislaine Gonçalves dos Santos	Professor	Ampla Concorrência
6º	Cerli Pereira Natel da Cruz	Professor	Ampla Concorrência
7º	Rafaela dos Santos	Professor	Ampla Concorrência
8º	Maria Eloisa Woyciechousky	Professor	Ampla Concorrência

Art. 2º As candidatas convocadas deverão apresentar:
a) Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
b) Comprovante de Situação Cadastral no CPF;
c) Certidão de Regularidade Cadastral e Registro no órgão de classe e fotocópia para os cargos que possui;
d) Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
e) Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
f) Certidão de quitação eleitoral - (https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral);
g) Carteira de Trabalho Digital;
h) Comprovante da escolaridade exigida e histórico escolar e fotocópia;
i) Certidão de nascimento dos filhos até 21 anos e fotocópia, acompanhado do cartão de vacinação da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (de 4 a 21 anos), quando houver;
j) Cópia do CPF dos filhos menores de 24 anos;
k) Uma foto 3x4 recente;
l) Cópia do RG e CPF do cônjuge;
m) Certidões negativas de antecedentes criminais, fornecidas pela Justiça Estadual (http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=102) e Justiça Federal (https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais), do local de residência do candidato;
n) Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
o) Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
p) Apresentar declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública e de compatibilidade de horário para o exercício de mais de um cargo, quando acumulável, bem como não percebem benefício proveniente de regime próprio de Previdência Social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), ressalvadas as exceções previstas no Art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal;
q) Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, emitido pelo Médico do Trabalho;
r) Termo de Ciência com dos dados da Conta Salário ou Corrente no Banco do Brasil S/A;
s) Endereço eletrônico e telefone de contato;
t) Autodeclaração Étnico-Racial;
u) Declaração de não demissão do serviço público;
v) CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais Dados Cadastrais do CNIS.

Art. 3º O prazo para apresentação dos documentos é de 5 (dias) dias úteis a contar da publicação deste edital.
Art. 4º A não apresentação dos documentos acima, implicará na impossibilidade do candidato ser contratado.

Agudos do Sul, 22 de julho de 2026

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:900FBAAA

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EXTRATO Nº 077/2026 DE RESCISÃO DE TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Tornar público a rescisão de término de contrato do servidor na forma abaixo especificado:

PROCESSO SELETIVO EMPREGO PÚBLICO	CONTRATO Nº	MATRÍCULA Nº	CONTRATADO	EMPREGO PÚBLICO	DATA DE RESCISÃO DO TÉRMINO DO CONTRATO
001/2024	034/2024	3154	AMARILDO JOSE RIBAS	MOTORISTA CARTEIRA D - PSS	16/07/2026

Agudos do Sul, em 16 de julho de 2026

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:B8A42610

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 290 DE 23 DE JUNHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme atestado apresentado:

R E S O L V E

Art. 1º Afastar por motivo de doença, a servidora **Wall Fagundes,** matrícula nº 2921,ocupante do cargo em provimento efetivo de Motorista Carteira D, com encargos financeiros suportados pelo Município de Agudos do Sul – PR, a partir de 23/06/2026 até 06/07/2026 pelo período de 14 (quatorze) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:7067CC32

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 291 DE 23 DE JUNHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias, com abono de 10 (dez) dias, referente ao período aquisitivo de 2025/2026, no período de 23/06/2026 até 12/07/2026, à servidora **Viviane Picazewicz**, matrícula nº 3216, ocupante do cargo de Agente Político de Secretária de Assistência e Promoção Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:012B008A

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 292 DE 24 DE JUNHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Título III, capítulo III Art. 89 da Lei Municipal n° 409/2007, de 19/12/2007:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2025/2026, do período de 24/06/2026 até 23/07/2026, ao servidor **Ademir Cardoso Aguiar**, matrícula nº 2435, ocupante do cargo em provimento efetivo de Gari.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:49B7965C

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 296 DE 02 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme atestado apresentado:

R E S O L V E

Art. 1º Afastar por motivo de doença, à servidora **Lyandra Suminsky Ribas,** matrícula nº 3303,ocupante do emprego público de Professor - PSS, com encargos financeiros suportados pelo Município de Agudos do Sul – PR, a partir de 02/07/2026 até 15/07/2026 pelo período de 14 (quatorze) dias e com encargos financeiros suportados pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, a partir de 16/07/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:709B3F59

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 297 DE 02 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme atestado apresentado:

R E S O L V E

Art. 1º Afastar por motivo de doença, à servidora **Fernanda Rafaela do Carmo,** matrícula nº 3437,ocupante do emprego Público de Técnico em Enfermagem - PSS, com encargos financeiros suportados pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, a partir de 01/06/2026 até 28/06/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01 de junho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:9152F2D1

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 298 DE 02 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme atestado apresentado:

R E S O L V E

Art. 1º Afastar por motivo de doença, o servidor **Joab Sousa Santos da Silva,** matrícula nº 3539,ocupante do emprego público de Enfermeiro - PSS, com encargos financeiros suportados pelo Município de Agudos do Sul – PR, a partir de 30/06/2026 até 06/07/2026 pelo período de 7 (sete) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 30 de junho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:A8C64C6A

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 299 DE 03 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme atestado apresentado:

R E S O L V E

Art. 1º Afastar por motivo de doença, à servidora **Viviane Fernandes Mincache,** matrículas nº 3449,ocupante do emprego público de Técnico em Enfermagem - PSS, com encargos financeiros suportados pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, a partir de 03/07/2026 até 05/07/2026 pelo período de 3 (três) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:71146D98

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 300 DE 06 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme atestado apresentado:

R E S O L V E

Art. 1º Afastar por motivo de doença, à servidora **Ana Caroline de Oliveira,** matrículas nº 3141,ocupante do cargo em provimento em comissão de Chefe da divisão de Pátio, com encargos financeiros suportados pelo Município de Agudos do Sul – PR, a partir de 06/07/2026 até 08/07/2026 pelo período de 3 (três) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:507DF043

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 303 DE 07 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme atestado apresentado:

R E S O L V E

Art. 1º Afastar por motivo de doença, o servidor **Ademir Antonio Ferreira,** matrícula nº 3166,ocupante do emprego público de Guardião - PSS, com encargos financeiros suportados pelo Município de Agudos do Sul – PR, a partir de 28/06/2026 até 04/07/2026 pelo período de 7 (sete) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 28 de junho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:EFC10661

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 304 DE 07 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme atestado apresentado:

R E S O L V E

Art. 1º Afastar por motivo de doença, à servidora **Marcia Nossol,** matrículas nº 454 e 2253,ocupante do cargo em provimento efetivo de Professor, com encargos financeiros suportados pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, a partir de 02/07/2026 até 06/07/2026 pelo período de 5 (cinco) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 02 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:3A056A62

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 306 DE 09 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme atestado apresentado:

R E S O L V E

Art. 1º Afastar por motivo de doença, à servidora **Fernanda Rafaela do Carmo,** matrícula nº 3437, ocupante do emprego Público de Técnico em Enfermagem - PSS, com encargos financeiros suportados pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, a partir de 29/06/2026 até 27/08/2026 pelo período de 60 (sessenta) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 29 de junho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:9C778374

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 307 DE 09 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2024/2025, do período de 01/07/2026 até 30/07/2026, à servidora **Damiane Kamila Santos Bregoche**, matrícula nº 3212, ocupante do emprego público de Técnico em Enfermagem - PSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de 01 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:25D8E517

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 308 DE 09 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2025/2026, no período de 01/07/2026 até 30/07/2026, à servidora **Thalia Soares**, matrícula nº 3220, ocupante do cargo em provimento de comissão de Chefe de Divisão de Ensino Fundamental e Infantil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:22D793EC

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 309 DE 09 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2025/2026, do período de 02/07/2026 até 31/07/2026, ao servidor **João Marcelo de Lima**, matrícula nº 3379, ocupante do emprego público de Guardião - PSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de 02 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:2388E92D

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 310 DE 09 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Título III, capítulo III Art. 89 da Lei Municipal n° 409/2007, de 19/12/2007:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2025/2026, do período de 02/07/2026 até 31/07/2026, à servidora **Leticia Gonçalves**, matrícula nº 2696, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais II.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 02 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:2205EB08

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 205/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 205/2026

Partes: **TERMO DE CONTRATO Nº 205/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA NOVO SABER CURSOS E TREINAMENTOS LTDA.**

Objeto: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MINISTRAÇÃO DE CURSOS E OFICINAS ESPORTIVAS, CULTURAIS, ARTÍSTICAS, EDUCATIVAS E DE FORMAÇÃO**".

Prazo: O prazo de execução e vigência será de 12 (doze) meses contados da assinatura do respectivo contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 28.093,44 (vinte e oito mil, noventa e três reais e quarenta e quatro centavos).**

Data de Assinatura: 16.07.2026.

23.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
13.392.0023.2.080 Manutenção das Atividades Culturais
3.3.90.39.00 – 1000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 534
27.812.0034.2.083 Manutenção das Ações com Juventude
3.3.90.39.00 – 1000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 546

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:412D7CCB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 123/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 14/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 123/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 14/2026

Pelo presente instrumento particular de contrato, as partes abaixo assinadas:
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, nº 180, Centro, na cidade de Altamira do Paraná, Cep nº 85.280-000, telefone: (44) 3755-1142, neste ato representado pela Prefeita Municipal ELZA APARECIDA DA SILVA e;
CONTRATADA: A empresa MARTINS LIMA LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 26.822.153/0001-08, com sede na Rua Inglaterra, nº 1020, centro, na cidade de Itaúna do Sul, CEP nº 87.980-000, neste ato sendo representado pelo sócio, Sr. DANILO MARTINS DE LIMA.
Têm entre si, justas e contratadas as seguintes cláusulas:

1. OBJETO DO CONTRATO.
O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em engenharia civil para execução das obras de construção de unidade básica de saúde (UBS) tipo II, conforme especificações do projeto executivo e planilhas de engenharia, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos.

2. DO VALOR.
O preço global para a execução do objeto deste Contrato é de R$ 1.607.368,91 (um milhão e seiscentos e sete mil e trezentos e sessenta e oito reais e noventa e um centavos), daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL".

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA.
O prazo de vigência do presente Contrato é de 520 (quinhentos e vinte) dias, contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no diário oficial.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas decorrentes da presente ata correrão por conta das seguintes Dotações orçamentárias no Exercício:
07.002.10.301.0021.1060 - AMPLIAÇÃO, REFORMAS E MELHORIAS NAS UNIDADES DE SAÚDE
4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES – Fonte (Fundo a Fundo do Estado)
4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES – Fonte (Livre – Contrapartida)

5. DA ASSINATURA DO CONTRATO.
O referido Contrato foi assinado pelas partes em 17 de julho de 2026.

6. DO FORO.
Para dirimir eventuais conflitos oriundos deste Contrato é competente o foro da Comarca de Campina da Lagoa/PR.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente extrato de contrato, em duas vias de igual teor e forma, para que produzam os devidos efeitos legais.

Altamira do Paraná/PR, 22 de julho de 2026.

_____
Representante Legal do Contratante

_____
Representante Legal do Contratado

Publicado por:
Rafaela de Souza Vaz
Código Identificador:90EF722B

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 306/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a designação de servidora pública municipal para cumprir jornada compartilhada entre secretarias.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.*

RESOLVE

***Art. 1º. DESIGNAR** a partir do dia 22 (vinte dois) de julho de 2026, a servidora*
***KALLINA YOSHIE SILVA,** matrícula funcional nº **508565,** ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, para cumprir sua jornada de trabalho de 30 horas semanais de forma compartilhada conforme a seguinte distribuição:*

I- 22 (vinte e duas) horas semanais junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.
II- 08 (oito) horas semanais junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

***Art. 2º-** Esta portaria entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrario.*
***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de julho de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:208353F4

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 307/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a designação de servidora pública municipal para cumprir jornada compartilhada entre secretarias.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.*

RESOLVE

***Art. 1º. DESIGNAR** a partir do dia 22 (vinte e dois) de julho de 2026, a servidora **VIVIAN FUGIWARA SCHIRMER,** matrícula funcional nº **508885,** ocupante do cargo efetivo de PSICÓLOGA, para cumprir sua jornada de trabalho de 40 horas semanais de forma compartilhada conforme a seguinte distribuição:*

I- 20 (vinte) horas semanais junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
II- 20 (vinte) horas semanais junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.

***Art. 2º-** Esta portaria entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrario.*
***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de julho de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:7A6DA46A

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2026

OBJETO: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ E O MUNICÍPIO DE LARANJAL, OBJETIVANDO A CESSÃO RECÍPROCA DE SERVIDORES PARA ATUAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO.

O **MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 78.069.143/0001-47, neste ato representado pela Prefeita Municipal Elza Aparecida da Silva, e o **MUNICÍPIO DE LARANJAL**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Maykon Lopes Simioni; resolvem celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, mediante as cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente Termo fundamenta-se:

• Arts. 23, 30, 37 e 211 da Constituição Federal;
• Artigo 211 da Constituição Federal;
• Lei nº 14.133/2021, quando aplicável;
• Estatutos dos Servidores dos Municípios;
• Acórdão nº 1582/22 – Tribunal Pleno do TCE-PR (Consulta com Força Normativa – Processo nº 276250/21), que admite a cessão de servidores entre entes públicos mediante motivação, instrumento formal, prazo determinado e observância da legislação local;
• Lei Municipal nº 517/2015 (Plano Municipal de Educação de Altamira do Paraná), especialmente seu art. 7º e §2º, que prevê a adoção de instrumentos jurídicos destinados à formalização da cooperação entre entes federados.

A presente cooperação objetiva fortalecer o regime de colaboração previsto no art. 211 da Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Municipal de Educação de Altamira do Paraná (Lei nº 517/2015), assegurando a continuidade do serviço público de educação e a otimização dos recursos humanos disponíveis, mediante cessão temporária de servidores efetivos.

CLÁUSULA SEGUNDA
DO OBJETO
O presente Termo tem por objeto estabelecer cooperação técnica entre os Municípios para possibilitar a cessão temporária de servidores efetivos vinculados às Secretarias Municipais de Educação.
A cessão poderá ocorrer para:

• Professores;
• Pedagogos;
• Auxiliares administrativos;
• Demais servidores necessários ao funcionamento da rede municipal de ensino.

CLÁUSULA TERCEIRA
DO INTERESSE PÚBLICO
A cooperação possui finalidade exclusivamente pública, visando:
I – Garantir continuidade do serviço educacional;
II – Suprir necessidades temporárias de pessoal;
III – Assegurar atendimento aos alunos;
IV – Otimizar recursos humanos disponíveis;
V – Fortalecer o regime de colaboração previsto no art. 211 da Constituição Federal;
VI - Atender aos dispositivos na Lei Municipal nº 517/2015 (Plano Municipal de Educação de Altamira do Paraná), que prevê a adoção de instrumentos jurídicos destinados à formalização da cooperação entre entes federados.

CLÁUSULA QUARTA
DA CESSÃO DOS SERVIDORES
Cada cessão será formalizada mediante Portaria específica.
A Portaria deverá conter:

• Nome do servidor;
• Matrícula;
• Cargo;
• Jornada;
• Unidade de exercício;
• Prazo da cessão;
• Responsabilidade pelo pagamento;

CLÁUSULA QUINTA
DO PRAZO
Cada cessão terá prazo máximo de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogada mediante justificativa técnica e interesse público.
O presente Termo terá vigência de **60 (sessenta) meses**, admitidas prorrogações.

CLÁUSULA SEXTA
DO ÔNUS
As partes poderão definir, em cada cessão:
I – cessão com ônus para o Município cedente;
II – cessão com ônus para o Município cessionário;
III – cessão mediante ressarcimento integral das despesas.
A modalidade será indicada na Portaria de cessão.

CLÁUSULA SÉTIMA
DOS DIREITOS DO SERVIDOR
Durante a cessão serão preservados:

• Remuneração;
• Tempo de serviço;
• Férias;
• Licença-prêmio;
• Progressões;
• Aposentadoria;
• Demais vantagens previstas em lei.

CLÁUSULA OITAVA
DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO CESSIONÁRIO
Compete ao Município cessionário:

• Controlar frequência;
• Fiscalizar a execução das atividades;
• Fornecer condições adequadas de trabalho;
• Comunicar qualquer irregularidade ao município cedente.

CLÁUSULA NONA
DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO CEDENTE
Compete ao Município cedente:

• Expedir o ato administrativo da cessão;
• Manter atualizados os registros funcionais;
• Acompanhar a situação funcional do servidor.

CLÁUSULA DÉCIMA
DA FISCALIZAÇÃO
Cada Município designará servidor responsável pela fiscalização do presente Termo.
Será elaborado relatório anual das cessões realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DA REVOGAÇÃO DA CESSÃO
A cessão poderá ser encerrada:
I – por interesse público;
II – por solicitação do servidor, quando admitida em lei;
III – por iniciativa de qualquer Município;
IV – por descumprimento das condições estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO
A cessão não altera:

• O vínculo funcional;
• O regime jurídico;
• O cargo efetivo;
• O concurso público de origem.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DA RESPONSABILIDADE

O Município cessionário responderá pelos atos praticados durante a execução das atividades do servidor cedido.

DA AVALIAÇÃO DOS SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO

Os servidores efetivos cedidos que se encontrem em estágio probatório permanecerão sujeitos à Avaliação Especial de Desempenho, nos termos do artigo 41 da Constituição Federal, da legislação municipal pertinente e das normas regulamentares do Município de origem.

§ 1º A cessão não interrompe, suspende ou dispensa a realização das avaliações periódicas exigidas para aquisição da estabilidade, salvo disposição legal expressa em contrário.

§ 2º O Município cessionário compromete-se a fornecer todas as informações necessárias à Comissão de Avaliação do Município cedente, observando os critérios e prazos estabelecidos na legislação local.

§ 3º O Município cessionário designará, mediante ato administrativo, servidor ocupante de cargo de direção, chefia ou coordenação da unidade de exercício para acompanhar o desempenho funcional do servidor cedido.

§ 4º O responsável pelo acompanhamento elaborará relatórios circunstanciados contendo, no mínimo:

I – assiduidade;
II – pontualidade;
III – disciplina;
IV – responsabilidade;
V – produtividade;
VI – iniciativa;
VII – relacionamento interpessoal;
VIII – capacidade técnica;
IX – comprometimento com as atividades educacionais;
X – demais critérios previstos na legislação do Município de origem.

§ 5º Os relatórios serão encaminhados à Comissão de Avaliação do Município cedente nos prazos fixados pelo regulamento municipal, constituindo subsídio para a Avaliação Especial de Desempenho.

§ 6º A competência para atribuição das notas, emissão do resultado final da avaliação, homologação e declaração de aquisição da estabilidade permanecerá exclusivamente com o Município de origem.

§ 7º O Município cessionário prestará todas as informações complementares solicitadas pela Comissão de Avaliação, inclusive mediante envio de documentos, registros de frequência, certificados de capacitação e demais elementos considerados necessários.

§ 8º Sempre que solicitado, o superior imediato do servidor cedido poderá participar das reuniões da Comissão de Avaliação para prestar esclarecimentos técnicos sobre o desempenho funcional, sem direito a voto.

§ 9º A cessão poderá ser revista ou encerrada caso se verifique que ela esteja comprometendo a adequada realização da Avaliação Especial de Desempenho.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA
DA COOPERAÇÃO ENTRE AS COMISSÕES DE AVALIAÇÃO

Os Municípios comprometem-se a atuar de forma cooperativa para garantir a regularidade das avaliações dos servidores em estágio probatório, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, continuidade do serviço público e cooperação administrativa.

Parágrafo único. Sempre que necessário, poderão ser realizadas reuniões presenciais ou por videoconferência entre a Comissão de Avaliação do Município cedente e os gestores da unidade onde o servidor estiver lotado, para esclarecimentos e validação das informações constantes dos relatórios de desempenho.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA
DOS RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO

O Município cessionário encaminhará, preferencialmente a cada oito meses, relatório de desempenho funcional dos servidores cedidos em estágio probatório, conforme modelo anexo, e deverão ser assinados pelo superior imediato e pelo Secretário Municipal de Educação do Município cessionário.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campina da Lagoa/PR, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução deste Termo que não puderem ser resolvidas administrativamente.

ASSINATURAS

Altamira do Paraná, 22 de julho de 2026.

_____
Prefeita Municipal de Altamira do Paraná

_____
Prefeito Municipal de Laranjal

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:9140AA79

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

CONTABILIDADE MUNICIPAL
DECRETO Nº 152/2026

Decreto n° 152/2026 de 21/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE AMAPORA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1125/2025 de 22/12/2025.

Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$1.800,00 (um mil e oitocentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação

07		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
07.002		DEPARTAMENTO DE ESPORTE E CULTURA	
07.002.27.812.0011.2.054		Manter as Atividades do Setor de Esportes do Município	
337 - 3.3.90.39.00.00	21050	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.800,00
		Total Suplementação:	1.800,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Receita
Receita: 1.7.2.9.99.0.1.03 RECURSO DO ESPORTE QUE QUEREMOS - Fonte: 21050 1.800,00
Total da Receita: 1.800,00
Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua assisnatura, revogadas as disposições
em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE AMAPORA, Estado do PR, em 21 de Julho de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito

Publicado por:
Gabriel Bento Galdino
Código Identificador:5991BADB

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 06/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026

O municipio de Amaporã torna público que fará realizar, às 09h00 horas do dia 10 de agosto do ano de 2026, na plataforma comprasbr.com.br, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da seguinte obra:

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Sede municipal	Pavimentação CBUQ	40.777,23 m²	300 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura www.amapora.pr.gov.br e na plataforma comprasbr.com.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
Amaporã, 22 de julho de 2026.

GUSTTAVO LUCAS DE SOUZA
Agente de Contratação

Publicado por:
Gusttavo Lucas de Souza
Código Identificador:DEB20BD8

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 153/2026

DECRETO Nº 153/2026

Súmula: Dispõe sobre exoneração de cargo em comissão a pedido, e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito do Município de Amaporã/PR., no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:
Art. 1º - Fica exonerada do cargo em comissão de **"SECRETARIA DE SAÚDE"** a pedido a Sra. **KARINA DE SOUZA DOS SANTOS LEHN**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.098.675-60, inscrita no CPF sob o nº 076.601.679-01, a partir do dia **22/07/2026**.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data, fincando revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, 22 (vinte e dois) dia do mês de julho do ano de 2026 (dois vinte e seis).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:32E669F5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2025 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 027/2025 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 031/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 088/2025

O MUNICÍPIO DE ANAHY, com sede na Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, 591, Centro, na cidade de Anahy, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.594.800/0001-94, neste ato representado pelo Prefeito Arilson Batista de Souza, e a do outro lado a empresa **13.714.638 MAICON EDUVIRGES DE ALMEIDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ nº 13.714.638/0001-36**, com sede a rua Rio da Areia, nº 0, Centro, Barracão, Anahy/PR, CEP: 85.425-000, neste ato por seu proprietário o Sr. Maicon Eduvirges De Almeida, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 8.956.014-4 SESP/PR e inscrito no CPF nº 059.436.369-19, WhatsApp: (45) 98829-1420 ou (45) 98828-5516, E-mail: cassiacamiladossantos@hotmail.com, considerando o julgamento da licitação na modalidade de dispensa, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº. 031/2025, Processo Administrativo n.º 088/2025, RESOLVE promover alterações na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS em epígrafe, de acordo com as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir: **CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:** Registro de Preços visando futuras e eventuais contratações de empresa especializada para de serviços de manutenção mecânica corretiva e preventiva dos tratores, diagnóstico de bomba injetora e retifica de motores dos veículos pertencentes à frota municipal, com fornecimento de peças originais da montadora que levam a sua marca ou peças de marcas aceitas em sua linha de montagem, devendo em ambos os casos serem peças novas, originais e/ou genuínas, nunca remanufaturadas, recondicionadas ou congêneres. Os descontos devem ser apresentados considerando os valores contidos nas tabelas audatex, molicar, cilia, orion e tabela da montadora para as peças e tabela sindirepa/pr e tabela da montadora para serviços (mão de obra). **CLÁUSULA SEGUNDA: VIGÊNCIA**: Fica prorrogada por 12 (doze) meses, contados da data de 25/07/2026 a 25/07/2027, a vigência da Ata de Registro de Preços ora aditada, conforme previsão constante do Artigo n° 84 da Lei n° 14.133/2021. § 1º. Os quantitativos da Ata de Registro de Preços serão renovados a partir da assinatura deste aditivo. § 2º. Assegura-se à detentora da ata o direito ao reajuste de preços a partir de 25/07/2026. **CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO**: Ficam ratificadas as demais condições da ata de registro de preços ora aditada. **CLÁUSULA QUARTA: DO FORO:** Foro do mesmo a Comarca de Corbélia, estado do Paraná.

Anahy/PR, 22 de julho de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:C5BA80CA

SECRETARIA GERAL
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 EDITAL Nº 05.001/2026

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

Edital nº 05.001/2026

O PREFEITO MUNCIPAL DE ANAHY– PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026, em cumprimento ao disposto no item 9 do edital. O resultado final foi consolidado com base na análise da documentação apresentada e na classificação dos projetos conforme os critérios estabelecidos no edital, permanecendo os projetos habilitados e não habilitados em ordem de classificação de acordo com a pontuação obtida..

Nº	Nome do Projeto	Cotas	Artistas responsável do Projeto	Nota	Resultado
1º	Música e Arte – Cultura e Tradição: Continuidade e Fortalecimento da Fanfarra Comunitária	Não	ACADA	95	habilitado

Art. 2º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, 20 DE JULHO 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:A684C9BB

SECRETARIA GERAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 01 / 2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
O município de Anahy PR, neste ato representado Pelo Prefeito Sr. Arilson Batista de Souza, e o(a) AGENTE CULTURAL, Associação Cultural Artística e Desportiva de Anahy (ACADA) registrada no CNPJ 57.357.491/0001-40, representado por seu presidente Antonio Rodrigues Donini, portador(a) CPF nº 020258649-90, residente e domiciliado(a) à Rua Bandeirantes, S/N, Anahy, CEP: 85.425-000, telefones:45988167832, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural Música e Arte- Cultura e tradição: continuidade e fortalecimento da Fanfarra comunitária , contemplado no conforme processo administrativo nº01.

4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais)

4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no Banco Sicredi, Agência 0726 Conta Corrente nº 20373-2, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações da Prefeitura Municipal de Anahy:
I. transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II. orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III. analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV. zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V. adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI. monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I. executar a ação cultural aprovada;
II. aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III. manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV. facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V. prestar informações à Prefeitura Municipal de Anahy por meio de prestação In Loco, apresentado no prazo máximo de 30 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI. atender a qualquer solicitação regular feita pela Prefeitura Municipal de Anahy a contar do recebimento da notificação;
VII. divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII. não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX. guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X. não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI. encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES IN LOCO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações in loco.

7.2 O agente público responsável elaborará Relatório de Verificação Presencial da Execução no qual concluirá:

I. Pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II. Pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório de Objeto da Execução Cultural, caso considere não ter sido possível aferir na visita técnica de verificação o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.

7.2.1 Após o recebimento do processo enviado pelo agente público de que trata o subitem I do item 7.2, a autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I. Solicitar documentação complementar;
II. Aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III. aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV. Rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.

7.2.1 Caso seja solicitada a apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural de que trata o subitem I do item 7.2, será adotado o procedimento de que trata o art. 19 e seguintes da Lei nº 14.903/2023.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.

8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I. Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e

II. Alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.

8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.

8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.

8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.

9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I. Extinto por decurso de prazo;
II. Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III. Denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV. Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
11.1 O agente cultural que celebrou o termo de execução cultural, prestará contas à administração pública (enviar por e-mail: departamentodeculturaanahy@gmail.com) por meio das seguintes categorias:
a) Prestação de informações in loco;
b) Relatório de execução do objeto;
c) Relatório de execução financeira;
d) Fotos e Vídeos contendo a data da realização do projeto;
e) ARTE da divulgação do projeto com as devidas logomarcas padrões;
f) Lista de presença dos participantes dos projetos;
g) Local e horários em que foi desenvolvido os projetos.

12. VIGÊNCIA
12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por 12 meses.

13. PUBLICAÇÃO
13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no diário oficial.
14. FORO
14.1 Fica eleito o Foro de Nova Aurora - PR para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Anahy, 23/07/ 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito

ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARTÍSTICA E DESPORTIVA DE ANAHY (ACADA)

ANTONIO RODRIGUES DONINI

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:70B1AE87

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.290/2026 DE 22 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 154.431,08 (cento e cinqüenta e quatro mil quatrocentos e trinta e um reais e oito centavos), autorizado pela Lei Orçamentária nº 4004/2025 de 23/12/2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
03.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DA ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.0002.2.008.		Manter e Conservar os Prédios Públicos Municipais	
1403 - 3.3.90.37.00.00	3000	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	18.151,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.003.15.452.0021.2.073.		Manter Parques, Praças e Jardins	
1358 - 3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
1436 - 3.3.90.37.00.00	3000	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	44.834,08
11.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE CULTURA E COMUNICAÇÃO	
11.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
11.003.13.392.0009.2.102.		Manter Centros Culturais - Casa da Memória e Museu de Artes Naturais	
1356 - 3.3.90.37.00.00	3000	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	56.895,00
11.003.13.392.0009.2.107.		Decorar Ruas e Praças	
1437 - 3.3.90.37.00.00	3000	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	24.551,00
		Total Suplementação:	**154.431,08**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA , Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:97774246

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO N° 107/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ – PARANÁ
JULIANO CESAR CESLINSKI LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PLAYGROUNDS, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO FEDERAL Nº 983686/2025, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

VALOR: Pela prestação do serviço o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor de **R$ 156.000,00** (cento e cinquenta e seis mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, a partir de **22.07.2026 a 21.07.2027.**

DATA: 16.07.2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

JULIANO CESAR CESLINSKI
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:BAA19176

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO N° 108/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 029/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ – PARANÁ
SOCIEDADE HOSPITALAR BENEFICENTE DE ANDIRÁ

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM ANESTESIOLOGIA, ATENDENDO À SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

VALOR: Pela prestação do serviço o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor de **R$ 59.000,00** (cinquenta e nove mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, a partir de **22.07.2026 a 21.07.2027**

DATA: 22.07.2026.

INEXIGIBILIDADE Nº 029/2026

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:54AD6ADC

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 081/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
MR MANFIO CONSTRUTORA LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Execução por **90 (noventa) dias**, contados a partir do dia **22/07/2026** e término em **20/10/2026**, com fundamento no art. 6º, inciso XVII e art. 111° da Lei Federal n° 14.133/2021.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA:21.07.2026

CONCORRÊNCIA N° 006/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

MARCIO REINALDO MANFIO
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:486FE13E

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº. 4.058 DE 22 DE JULHO DE 2026

(PROJETO DE LEI Nº 09/2026 - CMA)

LEI Nº. 4.058 DE 22 DE JULHO DE 2026

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS COMUNITÁRIOS, DISCIPLINA O MANEJO ÉTICO DE COLÔNIAS DE CÃES E GATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara Municipal de Andirá aprovou e eu **EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA**, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Proteção aos Animais Comunitários, estabelecendo princípios, diretrizes e instrumentos destinados ao reconhecimento, à proteção, ao manejo ético e ao bem-estar dos cães e gatos comunitários, promovendo o controle populacional humanitário, a prevenção de zoonoses, a guarda

responsável, a proteção da fauna urbana e a convivência harmoniosa entre os animais, a coletividade e o Poder Público.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – animal comunitário: os cães ou gatos que, embora não possuam um tutor individual definido, estabeleça vínculo permanente com determinada comunidade, grupo ou localidade, recebendo cuidados voluntários, tais como alimentação, abrigo, monitoramento e assistência, sem que isso caracterize posse ou propriedade;

II – cuidador comunitário: as pessoas físicas ou jurídicas que, de forma voluntária e sem finalidade lucrativa, prestem assistência regular aos animais comunitários, mediante alimentação, fornecimento de água potável, abrigo, acompanhamento sanitário, encaminhamento para castração e atendimento veterinário;
III – colônia de animais comunitários: o conjunto de cães ou gatos comunitários que habitem determinada área de forma estável e permanente, mantendo vínculo territorial e de convivência permanente com a comunidade local;

IV – manejo ético de colônias: o conjunto de ações destinadas ao controle populacional, à proteção da saúde pública e ao bem-estar animal, mediante métodos humanitários, compreendendo, entre outras medidas, a captura, a avaliação clínica, a esterilização, a vacinação, a desparasitação, a identificação, o tratamento e a devolução dos animais ao seu território de origem, quando recomendável;

V – abrigo comunitário: estrutura simples, segura e compatível com o bem-estar animal, destinada à proteção e ao abrigo de animais comunitários contra intempéries, sem impedir a sua livre circulação e respeitadas as normas sanitárias e urbanísticas aplicáveis.

Art. 3º Constituem princípios da Política Municipal de Proteção aos Animais Comunitários:

I – o respeito à vida e à dignidade dos animais;
II – a prevenção e a repressão aos maus-tratos;
III – o bem-estar animal;
IV – o controle populacional humanitário;
V – a proteção da saúde pública;
VI – a educação ambiental;
VII – a guarda responsável; e
VIII – a cooperação entre o Poder Público e a sociedade civil.

Art. 4º São objetivos da Política Municipal de Proteção aos Animais Comunitários:

I – proteger e salvaguardar os animais comunitários;
II – reduzir o abandono e os maus-tratos;
III – incentivar a esterilização e a vacinação;
IV – prevenir zoonoses;
V – promover a convivência harmoniosa entre pessoas e animais;
VI – estimular a adoção responsável; e
VII – fomentar ações permanentes de educação e conscientização.

CAPÍTULO II
DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 5º Os animais comunitários poderão permanecer em áreas públicas ou privadas de uso coletivo quando sua presença decorrer de ocupação espontânea e não representar risco real e comprovado à saúde pública, ao meio ambiente, à segurança de pessoas ou ao regular funcionamento dos estabelecimentos.

§1º A permanência espontânea de animais comunitários em áreas privadas de uso coletivo dependerá da anuência do proprietário ou do responsável pela administração do imóvel, observado o disposto nesta Lei.

§2º Os proprietários ou administradores de imóveis privados de uso coletivo poderão autorizar a atuação de cuidadores comunitários e definir locais, horários e condições para o fornecimento de alimento, água, abrigo e acompanhamento veterinário dos animais comunitários, observadas as normas de segurança, higiene e funcionamento do estabelecimento.

Art. 6º A permanência espontânea do animal comunitário não caracteriza posse, propriedade, guarda ou responsabilidade civil automática do proprietário, possuidor ou administrador da área em que se encontrem.

Art. 7º É assegurado aos cuidadores comunitários o direito de fornecer alimento, água, abrigo compatível, encaminhamento para esterilização, vacinação e atendimento veterinário, observadas as normas sanitárias e ambientais.

Art. 8º Constituem deveres dos cuidadores comunitários:

I – manter limpo o local de alimentação;
II – recolher resíduos;
III – evitar acúmulo de alimentos e sujeira;
IV – colaborar com programas públicos de manejo de animais, quando existentes;
V – comunicar às autoridades competentes as situações de maus-tratos, doenças ou riscos sanitários.

Art. 9º Nenhuma pessoa poderá dificultar ou impedir, de forma arbitrária, o fornecimento de água, alimento ou cuidados básicos aos animais comunitários em áreas públicas ou, quando se tratar de imóvel privado de uso coletivo, desde que haja autorização do proprietário ou administrador, observadas as normas sanitárias vigentes.

Parágrafo único. Fica vedada a remoção, o abandono, os maus-tratos, a privação de alimento e água ou destruição de comedouros, bebedouros e abrigos.

CAPÍTULO III
DO MANEJO ÉTICO

Art. 10 O manejo populacional dos animais comunitários observará, preferencialmente, métodos humanitários, especialmente o de captura, esterilização e devolução, quando tecnicamente recomendado.

Art. 11 O manejo ético poderá compreender:
I – captura humanitária;
II – avaliação clínica;
III – esterilização;
IV – vacinação e desparasitação;
V – identificação individual, inclusive por microchipagem, quando disponível;
VI – tratamento veterinário; e
VII – encaminhamento para adoção.

Art. 12 A remoção definitiva de animais comunitários somente poderá ocorrer mediante justificativa técnica fundamentada, em razão de:
I – risco sanitário comprovado;
II – necessidade de tratamento veterinário;
III – adoção responsável;
IV – determinação judicial; e
V – outras hipóteses previstas na legislação.

Art. 13 É vedado:
I – abandonar;
II – praticar maus-tratos;
III – privar de alimento ou água;
IV – destruir comedouros, bebedouros ou abrigos comunitários regularmente instalados; e
V – remover animais comunitários sem observância desta Lei.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES DO PODER PÚBLICO

Art. 14 O Poder Executivo poderá desenvolver, observada a disponibilidade orçamentária:

I – promover e apoiar programas de esterilização de cães e gatos;
II – realizar campanhas públicas de vacinação;

III – incentivar a identificação de animais;
IV – manter cadastro voluntário de colônias e cuidadores;
V – desenvolver campanhas educativas; e
VI – apoiar e promover programas de adoção responsável.
Art. 15 O Município poderá instituir cadastro municipal de animais comunitários e cuidadores voluntários, com a finalidade exclusivamente administrativa e de planejamento de políticas públicas.

Art. 16 O Poder Executivo poderá promover campanhas permanentes de conscientização sobre guarda responsável, combate ao abandono e aos maus-tratos, esterilização e adoção responsável.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 18 O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber.

Art. 19 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:4A818EB7

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.235 DE 22 DE JULHO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 03 de agosto de 2026, ao Servidor Público Municipal **MAURICIO FRANCO RODRIGUES JUNIOR** ocupante do cargo de **TECNICO DE ADMINISTRAÇÃO** lotado na Secretaria Municipal de Finanças, referente ao período aquisitivo: 01-02-2025 a 31-01-2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:4FBADD0D

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.236 DE 22 DE JULHO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 03 de agosto de 2026, ao Servidor Público Municipal**ROBERTO LUIZ DA COSTA** ocupante do cargo de **AGENTE DE DEFESA CIVIL** lotado na Secretaria Municipal de Viação e Serviços Públicos, referente ao período aquisitivo: 11-02-2024 a 10-02-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:6825969D

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.237 DE 22 DE JULHO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias iniciais, a partir do dia 17 de agosto de 2026, ao Servidor Público Municipal**EDUARDO GODOI AUDI** ocupante do cargo de **ENFERMEIRO** lotado na Secretaria Municipal da Saúde, referente ao período aquisitivo: 03-02-2024 a 02-02-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:F5FE049B

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.238 DE 22 DE JULHO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias iniciais, a partir do dia 17 de agosto de 2026, a Servidora Pública Municipal**EVELINE CIRINO MILANI AUDI** ocupante do cargo de**FISIOTERAPEUTA** lotado na Secretaria Municipal da Saúde, referente ao período aquisitivo: 22-07-2026 a 22-07-2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:A30A6BB1

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.239 DE 22 DE JULHO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias iniciais, a partir do dia 01 de setembro de 2026, ao Servidor Público Municipal **ADILSON LUIZ ARAUJO MADOGLIO** ocupante do cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** lotado na Secretaria Municipal da Saúde, referente ao período aquisitivo: 02-04-2024 a 01-04-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:EC478FF8

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.240 DE 22 DE JULHO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO a Portaria Municipal nº 20.234 de 21 de julho de 2026, que concedeu 15 dias de férias iniciais, a partir do dia 03 de agosto de 2026, à Servidora Pública Municipal **ROSILENE MARQUES FERNANDES FARINHA**, ocupante do cargo em comissão de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear**,** a partir do dia 03 de agosto de 2026, a Servidora Pública Municipal **ANA HELENA PEREIRA DE CAMPOS BERNARDINI**, para exercer interinamente o Cargo em Comissão de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** durante o período de férias da titular da pasta.

Art. 2°. Não decorrerá à nomeada, direito de acréscimo aos seus subsídios.

Art. 3°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:620B40CE

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.241 DE 22 DE JULHO DE 2026

Ednyra Aparecida Sanches Bueno De Godoy Ferreira, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDOa Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante daAdministração especialmente designado.

CONSIDERANDOo Decreto 9.858 de 24 de Janeiro de 2023 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos no âmbito do Poder Executivo no Município de Andirá Pr.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular:	Roberta Cordeiro Farinha Matsuda Macedo Paulo Henrique Da Silva Rodrigues		
Fiscal Substituto:	Ivana Aparecida Costa Nunes		
Gestor Titular:	Gabriela Fantinatti De Campos Carvalhatti		
Gestor Substituto:	Veronica Rodrigues Ferreira		
Contrato nº	108/2026	**VIGÊNCIA:**	22.07.2026 a 21.07.2027
Modalidade:	**INEXIGIBILIDADE**		
Nº licitação	029/2026		
Contratado:	**SOCIEDADE HOSPITALAR BENEFICENTE DE ANDIRÁ**		
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM ANESTESIOLOGIA, ATENDENDO À SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE		
Valor:	**R$ 59.000,00**		

Art. 2° - OFiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o Município de Andirá PR perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado,mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 22 de Julho de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:4F84FC39

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.242 DE 23 DE JULHO DE 2026

Ednyra Aparecida Sanches Bueno De Godoy Ferreira, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDOa Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

CONSIDERANDOo Decreto 9.858 de 24 de Janeiro de 2023 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos no âmbito do Poder Executivo no Município de Andirá Pr.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular:	RAFAEL VITAL DOS SANTOS		
Fiscal Substituto:	JULIO CESAR CARVALHO		
Gestor Titular:	JURACI BERNARDINO ALVES		
Gestor Substituto:	ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA		
Contrato nº	107/2026	**VIGÊNCIA:**	22.07.2026 a 21.07.2027
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	025/2026		
Contratado:	**JULIANO CESAR CESLINSKI LTDA**		
Objeto:	AQUISIÇÃO DE PLAYGROUNDS, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO FEDERAL Nº 983686/2025, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
Valor:	**R$ 156.000,00**		

Art. 2° - OFiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o Município de Andirá PR perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado,mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 22 de Julho de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:2F7D9C18

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº. 1.555 DE 22 DE JULHO DE 2026

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias finais, a partir do dia 09 de agosto de 2026, ao Servidor Público Municipal **JOÃO LUCAS GIUGNI**, ocupante do cargo de **OPERADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**, referente ao período aquisitivo 02-05-2024 a 01-05-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Andirá, 22 de julho de 2026.

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor- Presidente do SAMAE

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:6792BFA3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 260/2026 - INSTITUI A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME) DO MUNICÍPIO DE ANTONINA REFERENTE AO DECÊNIO 2026–2036 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 260/2026, DE 14 DE JULHO DE 2026

Institui a estrutura organizacional para elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Antonina referente ao decênio 2026–2036 e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais normas aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 214 da Constituição Federal, que estabelece o Plano Nacional de Educação como instrumento articulador do Sistema Nacional de Educação, com vigência decenal;
CONSIDERANDO a Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2026–2036 e estabelece objetivos, metas e estratégias para a política educacional brasileira, organizados em torno dos pilares acesso, qualidade e equidade;
CONSIDERANDO que o Plano Nacional de Educação constitui referência obrigatória para a elaboração dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação, no regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
CONSIDERANDO que o Plano Municipal de Educação é instrumento de planejamento de longo prazo, responsável por definir diretrizes, metas e estratégias para a educação no âmbito municipal, devendo ser elaborado de forma democrática, com ampla participação da sociedade civil, dos profissionais da educação e do poder público;
CONSIDERANDO as orientações metodológicas da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (SASE) do Ministério da Educação, expressas no Guia Metodológico de Elaboração dos Planos Decenais de Educação e disseminadas no âmbito da Rede de Cooperação Técnica;
CONSIDERANDO que as etapas de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do PME constituem processo contínuo, articulado e baseado em evidências;
CONSIDERANDO a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação em assegurar apoio técnico e administrativo ao processo,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a estrutura organizacional para elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Antonina, referente ao decênio 2026–2036, composta pelas seguintes instâncias:

-Comissão Gestora;
-Equipe Técnica;
-Grupos de Trabalho (GTs).

Parágrafo único: As instâncias de que trata o caput atuarão de forma articulada, complementar e contínua, visando assegurar qualidade técnica, participação social, viabilidade institucional e coerência metodológica ao Plano Municipal de Educação.

Art. 2º A elaboração do Plano Municipal de Educação observará as diretrizes metodológicas da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (SASE) do Ministério da Educação, contemplando, no mínimo, as seguintes etapas:

- Diagnóstico da realidade educacional do Município, fundamentado em dados oficiais e em escuta participativa;
-Identificação e análise dos problemas educacionais prioritários;
-Definição de objetivos, metas e estratégias compatíveis com o PNE 2026–2036 e com as especificidades locais;
-Consulta e validação social;
-Elaboração e revisão do texto-base do Projeto de Lei do PME;
-Encaminhamento ao Poder Legislativo Municipal.

CAPÍTULO II
DA COMISSÃO GESTORA

Art. 3º A Comissão Gestora constitui instância de coordenação política, institucional e deliberativa do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação.

Art. 4º Compete à Comissão Gestora:

-Coordenar o processo geral de elaboração do PME;

-Definir diretrizes, cronograma e organização dos trabalhos;
-Instituir e supervisionar a Equipe Técnica e os Grupos de Trabalho;
-Garantir a participação social e a transparência do processo;
-Validar o diagnóstico educacional do Município;
-Deliberar sobre objetivos, metas e estratégias do PME;
-Aprovar o texto-base do Plano Municipal de Educação;
-Acompanhar a tramitação do Projeto de Lei junto ao Poder Legislativo;
-Articular-se com os Poderes Executivo e Legislativo, com o Conselho -Municipal de Educação, com o Fórum Municipal de Educação e com a -Rede de Cooperação Técnica do MEC;
-Assegurar condições institucionais e operacionais para o desenvolvimento dos trabalhos;
-Designar os Coordenadores dos Grupos de Trabalho;
-Definir e distribuir os eixos temáticos dos Grupos de Trabalho, com base no PNE 2026–2036;
-Deliberar sobre casos omissos e questões supervenientes ao processo de elaboração.

Art. 5º A Comissão Gestora será composta por representantes das seguintes instituições:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Simone Medina Vicenço Chaves
Suplente: Jaqueline Aparecida Gaspar de Abreu Balera

Representante do Conselho Municipal de Educação:
Titular: Luís Carlos da Rosa Oliveira
Suplente: Ana Paula Machado

Representante da Câmara Municipal:
Titular - Tharson Assunuma Orandes da Graça
Suplente – Vitor Souza Fernandes

Representante da Rede Estadual de Ensino:
Titular: Gracia Regina dos Santos
Suplente: Lisete Santos de Matos

Representante dos Diretores das Escolas Municipais:
Titular: Isabele Fonseca Polidoro De Mendonça
Suplente: Josiane Rodrigues da Veiga

Representante dos Docentes da Rede Municipal:
Titular: Ana Claudia da Silva
Suplente: Jefferson Santos de Miranda

Representante da Educação Infantil:
Titular: Mônica Cristina Abreu Broska De Castro Santos
Suplente: Adriana de Abreu Borba

Representante do Sindicato representativo dos servidores da Educação Municipal

Titular: Sonia Mara Elias dos Santos
Suplente: Patrícia Pimentel de Paula

§ 1º Os membros da Comissão Gestora exercerão suas funções sem remuneração, sendo os serviços considerados de relevante interesse público.

§ 2º A coordenação geral da Comissão Gestora será exercida por representante da Secretaria Municipal de Educação, a quem competirá presidir as reuniões e representar a Comissão externamente.

§ 3º A Comissão Gestora reunir-se-á ordinariamente conforme cronograma aprovado e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Coordenador ou de um terço de seus membros.

§ 4º As deliberações da Comissão Gestora serão tomadas por maioria simples dos presentes, exigida a presença mínima da maioria absoluta de seus membros, e registradas em ata.

§ 5º A participação na Comissão Gestora é considerada serviço público relevante e não enseja remuneração de qualquer natureza.

CAPÍTULO III
DA EQUIPE TÉCNICA

Art. 6º A Equipe Técnica será responsável pela condução metodológica, levantamento, análise e sistematização de dados, bem como pela elaboração do conteúdo técnico do Plano Municipal de Educação.

Art. 7º A Equipe Técnica será constituída pelos seguintes membros:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Esportes
-Simone Medina Vicenço Chaves
-Luciane Maria Alves da Silva
-Edilane Garcia Toledo

Representante dos Diretores e Professores do Ensino Fundamental das Séries Iniciais

-Maria Alice Ribeiro Barreto

Representante dos Coordenadores e Professores das Séries Iniciais

-Ednei Strapassan

Representante dos Coordenadores e Professores das Séries Finais
-Gracia Regina dos Santos

Representante da Escola Especial
-Sueli Nunes Alves Nascimento

Representante das Escolas Particulares
-Mara Tatiane Kurpiel

Representante da Secretaria Municipal de Administração
Luciano Broska da Silva

Representante da Secretaria Municipal de Finanças
Rafael Neves Alves

Representante do Conselho do FUNDEB
Fabiana das Graças Souza Cerqueira

Representante do Núcleo de Educação
Janete Lode

Parágrafo único: A participação na Equipe Técnica será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 8º Compete à Equipe Técnica:

-Levantar, analisar e sistematizar dados educacionais oriundos de fontes oficiais, especialmente do INEP, do IBGE e da Plataforma do PAR;
-Elaborar o diagnóstico da realidade educacional do Município, com identificação dos principais problemas e desigualdades;
-Analisar indicadores e metas dos planos vigentes, especialmente os resultados do PME do ciclo anterior;
-Apoiar os Grupos de Trabalho na identificação e análise de problemas e na construção da árvore de problemas;
-Orientar a construção metodológica dos trabalhos, observando o Guia Metodológico do MEC;
-Sistematizar as contribuições oriundas da participação social;
-Garantir coerência entre diagnóstico, objetivos, metas e estratégias;
-Elaborar documentos técnicos, relatórios e o texto-base do PME;
-Padronizar conceitos, terminologia e metodologia ao longo do processo;
-Assessorar tecnicamente a Comissão Gestora;
-subsidiar decisões com base em evidências;
-Articular-se com a Rede de Cooperação Técnica do MEC e com a Coordenação Estadual da SASE, quando aplicável.

Parágrafo único : A Equipe Técnica não possui caráter deliberativo, cabendo-lhe formular subsídios e recomendações à Comissão Gestora.

§ 1º A equipe deverá ser composta, preferencialmente, por servidores públicos de carreira, com perfil multidisciplinar, contemplando experiência em:

-Estatísticas e indicadores educacionais;
-Planejamento e gestão pública;
-Orçamento público e financiamento da educação;
-Elaboração de documentos técnicos e normativos;
-Currículo, avaliação e práticas pedagógicas das diferentes etapas e modalidades de ensino.

§ 2º Em razão do caráter contínuo e técnico das atividades, não haverá suplência na Equipe Técnica, podendo, contudo, ser realizada substituição mediante novo ato de designação.

§ 3º A Equipe Técnica contará com o suporte administrativo da Secretaria Municipal de Educação.

§ 4º A coordenação da Equipe Técnica será exercida por servidor designado no ato de sua composição.

CAPÍTULO IV
DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art. 9º Os Grupos de Trabalho (GTs) constituem instâncias de caráter participativo e temático, vinculadas aos eixos estruturantes do Plano Nacional de Educação 2026–2036.

Art. 10º Compete aos Grupos de Trabalho:
-Analisar a realidade educacional do Município no respectivo eixo temático, com base em dados e evidências;
-Identificar e formular problemas educacionais prioritários;
contribuir para a construção da árvore de problemas e da matriz de causas e efeitos;
-Propor objetivos, metas e estratégias para o PME, em diálogo com o PNE;
-Participar das discussões, escutas e validações coletivas;
-Submeter as contribuições à Equipe Técnica para sistematização.

Art. 11º Os Grupos de Trabalho serão organizados por eixos temáticos alinhados ao PNE 2026–2036, podendo contemplar, entre outros:

-Educação Infantil;
-Alfabetização e Ensino Fundamental;
-Ensino Médio e articulação com a Educação Profissional e Tecnológica;
-Educação Integral e em tempo integral;
-Diversidade, Inclusão e Equidade (Educação Especial, Indígena, Quilombola, do Campo e Educação de Jovens e Adultos);
-Valorização dos Profissionais da Educação;
-Gestão Democrática, Estrutura e Funcionamento da Educação Básica;
-Financiamento da Educação;
-Conectividade, Infraestrutura e Tecnologias Educacionais;
-Articulação com a Educação Superior, quando pertinente à realidade local.

Parágrafo único: Caberá à Comissão Gestora a definição e distribuição final dos eixos temáticos, bem como o agrupamento de eixos correlatos, conforme a realidade do Município e a disponibilidade de participantes.

Art. 12º Cada Grupo de Trabalho contará com:

-1 (um) Coordenador, designado pela Comissão Gestora em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, preferencialmente entre profissionais com conhecimento técnico ou trajetória reconhecida no eixo temático;
-1 (um) Relator, escolhido entre os participantes do próprio Grupo de Trabalho na primeira reunião.

§ 1º Compete ao Coordenador conduzir as reuniões, zelar pelo cumprimento da metodologia e articular-se com a Equipe Técnica.

§ 2º Compete ao Relator registrar as discussões, sistematizar deliberações preliminares e encaminhar as contribuições à Equipe Técnica nos prazos definidos pelo cronograma.

Art. 13º A participação nos Grupos de Trabalho será aberta ao público, mediante chamamento divulgado pelos canais oficiais do Município.

§ 1º A inscrição dos participantes ocorrerá por meio de instrumento próprio definido pela Comissão Gestora, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º A participação será voluntária e não remunerada e, quando se tratar de servidores públicos municipais, deverá ocorrer, preferencialmente, fora do horário regular de trabalho.

§ 3º Poderá ser estabelecido limite de participantes por Grupo de Trabalho, considerando critérios de organização e representatividade.

§ 4º Deverá ser assegurada, sempre que possível, diversidade de representação, contemplando profissionais da educação, gestores, estudantes maiores de idade, famílias, sociedade civil organizada e demais atores interessados.

§ 5º A relação de participantes inscritos por Grupo de Trabalho será registrada e publicizada por meio de Portaria de homologação a ser publicada pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 6º A participação não gera vínculo de qualquer natureza com a Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO V —
DA ARTICULAÇÃO ENTRE AS INSTÂNCIAS

Art. 14º A articulação entre as instâncias instituídas por este Decreto observará o seguinte fluxo metodológico:

-A Equipe Técnica fornece dados, subsídios e orientação metodológica aos Grupos de Trabalho;
-Os Grupos de Trabalho realizam debates, formulam problemas e apresentam propostas de objetivos, metas e estratégias;
-A Equipe Técnica sistematiza as contribuições e elabora versão preliminar do texto-base;
-A Comissão Gestora analisa, valida e delibera sobre o texto-base;
-O texto validado é submetido a consulta pública e/ou audiência pública, quando assim deliberado pela Comissão Gestora;
-O documento final é consolidado e encaminhado, na forma de Projeto de Lei, ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 15º Todas as etapas do processo serão registradas em atas, relatórios e demais documentos, assegurando-se transparência, publicidade e rastreabilidade das deliberações.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16º As instâncias instituídas por este Decreto têm caráter temporário e finalidade exclusiva, sendo responsáveis unicamente pelo processo de elaboração do Plano Municipal de Educação referente ao decênio 2026–2036.

Art. 17º Após a aprovação do Plano Municipal de Educação, o processo de implementação, monitoramento e avaliação das metas e estratégias será conduzido pelas instâncias permanentes de acompanhamento da política educacional, especialmente pela Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação do PME e pelo Fórum Municipal de Educação, nos termos da legislação vigente e dos atos normativos próprios.

Art. 18º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, suplementadas, se necessário.

Art. 19º Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Gestora, ouvida, quando necessário, a Procuradoria-Geral do Município.

Art. 20º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Antonina/Paraná 14, de junho de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

SIMONE MEDINA VICENÇO CHAVES	*EMELEN SUELEN DA CUNHA*
Secretária Municipal de Educação	Procuradora Geral do Município

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:245B978D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 321/2026 - DESIGNAR SERVIDORES PARA ATUAR NA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE RECEBIMENTO DE MATERIAIS DO CONTRATO Nº 040/2025

PORTARIA Nº 321/2026, DE 15 DE JULHO DE 2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores para atuar na gestão e fiscalização de recebimento de materiais do **Contrato nº 040/2025** da Secretaria Municipal de Administração:

- Gestora do Contrato: Dilza Ferrari de Carvalho Goulart Pinheiro
- Fiscal do Contrato: Marcio Lucimar da Silva

Art. 2º Caberá ao fiscal designado acompanhar, inspecionar e atestar o recebimento dos materiais, garantindo a conformidade com as especificações contratuais, cabendo à gestora a coordenação geral e os atos administrativos decorrentes da execução do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2026.

Antonina, 15 de julho de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal de Antonina

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:DCA77D62

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO RESOLUÇÃO 001/2026 - CAISAN

CÂMARA INTERSECRETARIAL MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN ANTONINA
RESOLUÇÃO Nº 01/2026
Aprova o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – PMSANS do Município de Antonina, para o período de 2026 a 2029, e dá outras providências.
A PRESIDENTE DA CÂMARA INTERSECRETARIAL MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN ANTONINA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 024/2026 e o Decreto Municipal nº 231/2026,
CONSIDERANDO a instituição da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer diretrizes, objetivos, metas, programas e ações integradas para assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada no Município de Antonina;
CONSIDERANDO as deliberações realizadas pela Câmara Intersecretarial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, em reunião realizada na data de 13 de julho de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – PMSANS do Município de Antonina, com vigência para o período de 2026 a 2029, na forma do documento anexo, que integra esta Resolução para todos os efeitos legais.
Art. 2º O PMSANS constitui o instrumento de planejamento da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, orientando a atuação integrada dos órgãos da Administração Pública Municipal e das entidades participantes do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.
Art. 3º Compete à CAISAN coordenar, acompanhar, monitorar e avaliar a execução das ações previstas no Plano, promovendo sua articulação com os instrumentos de planejamento governamental, especialmente o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA.
Art. 4º A execução do Plano observará os princípios da intersetorialidade, da participação social, da transparência, da eficiência administrativa, da sustentabilidade ambiental e da promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada.
Art. 5º Após sua aprovação, o PMSANS será encaminhado ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CONSEA Antonina para manifestação e referendo, e posteriormente ao Poder Executivo para homologação mediante Decreto.
Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Antonina 17, de julho de 2026.

OSKA AURI BOAVENTURA
Presidente da Câmara Intersecretarial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN Antonina

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:A7DCCB34

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO RESOLUÇÃO 001/2026 - CONSEA

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL – CONSEA ANTONINA
RESOLUÇÃO Nº 01/2026
Referenda o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – PMSANS do Município de Antonina, para o período de 2026 a 2029, e recomenda sua homologação pelo Poder Executivo Municipal.
O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL – CONSEA ANTONINA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 024/2026,
CONSIDERANDO que compete ao Conselho exercer o controle social da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável;
CONSIDERANDO o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – PMSANS 2026–2029, elaborado pela Câmara Intersecretarial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN;
CONSIDERANDO que o referido Plano foi aprovado pela CAISAN por meio da Resolução nº 01/2026;
CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CONSEA, em reunião realizada em 14 de julho de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Referendar o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – PMSANS do Município de Antonina, para o período de 2026 a 2029, reconhecendo sua conformidade com a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e com os princípios do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.
Art. 2º Recomendar ao Poder Executivo Municipal a homologação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – PMSANS mediante Decreto.

Art. 3º O CONSEA acompanhará a implementação do Plano, exercendo o controle social das ações, emitindo recomendações, apreciando os relatórios anuais elaborados pela CAISAN e propondo medidas destinadas ao aperfeiçoamento da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Antonina 17, de julho de 2026.

_____
Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CONSEA Antonina

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:CDF81DDE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº. 2026091

PORTARIA DE DIÁRIA Nº. 2026091

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA , Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 1.481/2026, de 03 de Março de 2026.

DETERMINA:

Fica concedido a(o) Sr.(a), PATRICIA DE FATIMA CABOSKI RIBEIRO, matrícula nº 542080, ENFERMEIRA , a importância de R$ 65,94 para atender as despesas de 1 diária(s) para viagem e/ou alimentação em sua missão no município de Campo Largo - PR, devendo posteriormente solicitar a baixa de responsabilidade de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de ressarcimento ao erário.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova em 22/07/2026.

LUCIANO JOSE DE SOUZA
Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:F9B6AC61

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº. 2026092

PORTARIA DE DIÁRIA Nº. 2026092

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA , Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 1.481/2026, de 03 de Março de 2026.

DETERMINA:

Fica concedido a(o) Sr.(a), FERNANDO APARECIDO CAMARA, matrícula nº 46821, ASSISTENTE SOCIAL , a importância de R$ 65,94 para atender as despesas de 1 diária(s) para viagem e/ou alimentação em sua missão no município de Campo Largo - PR, devendo posteriormente solicitar a baixa de responsabilidade de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de ressarcimento ao erário.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova em 22/07/2026.

LUCIANO JOSE DE SOUZA
Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:2635A9E6

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº. 2026093

PORTARIA DE DIÁRIA Nº. 2026093

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA , Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 1.481/2026, de 03 de Março de 2026.

DETERMINA:

Fica concedido a(o) Sr.(a), ADRIANA CAMARGO , matrícula nº 3010, AUXILIAR OPERACIOANAL , a importância de R$ 65,94 para atender as despesas de 1 diária(s) para viagem e/ou alimentação em sua missão no município de CURITIBA - PR, devendo posteriormente solicitar a baixa de responsabilidade de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de ressarcimento ao erário.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova em 22/07/2026.

LUCIANO JOSE DE SOUZA
Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:A2CEEF12

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº. 2026094

PORTARIA DE DIÁRIA Nº. 2026094

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA , Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 1.481/2026, de 03 de Março de 2026.

DETERMINA:

Fica concedido a(o) Sr.(a), DANIEL AUGUSTO BERTOTTI , matrícula nº 4265-1, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO , a importância de R$ 65,94 para atender as despesas de 1 diária(s) para viagem e /ou alimentação em sua missão no município de CURITIBA - PR, devendo posteriormente solicitar a baixa de responsabilidade de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de ressarcimento ao erário.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova em 22/07/2026.

LUCIANO JOSE DE SOUZA
Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:FAC690D5

GABINETE
DECRETO Nº 151/2026

DECRETO Nº 151/2026

Súmula: *"Dispõe sobre o cancelamento de Restos a Pagar inscritos em 31 de dezembro de 2025 e dá outras providências."*

O **PREFEITO DE BALSA NOVA**, **ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, do artigo 80, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos artigos 36 e 37 da Lei Federal n. º 4.320/1964, e na Lei Complementar nº. 101/2000.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam cancelados, integralmente, os **Restos a Pagar não processados** inscritos em 31 de dezembro de 2025, constantes do Anexo I deste Decreto, provenientes de órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo integrantes do Orçamento Fiscal, em razão da não liquidação da despesa ou da insubsistência da obrigação.
Art. 2º - A relação de Restos a Pagar cancelados por força deste Decreto deverá integrar o balancete contábil do mês de julho de 2026.
Art. 3º - O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados através deste Decreto poderá ser atendido à conta de dotação constante de Lei Orçamentária Anual ou de Créditos Adicionais, abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Balsa Nova, em 22 de julho de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA
ESTADO DO PARANÁ
Exercício: 2026
Demonstrativo de Restos a Pagar Janeiro/2026 até Julho/2026
Anexo I - DECRETO N.º 151/2026

Empenho	Data	Credor	Fonte Recurso	G.F.	Não Processado
280/2025	02/01/2025	ECS EMPRESA DE COMUNICACAO E SEGURANCA LTDA	1000	E	R$ 24,70
281/2025	02/01/2025	L J MANUTENÇÃO DE VEICULOS EIRELI	1000	E	R$ 908,41
283/2025	02/01/2025	ANA KARINA DE OLIVEIRA	1000	E	R$ 709,50
440/2025	27/01/2025	SERGIO SACZK SERVICOS E LOCACOES LTDA	1000	E	R$ 987,00
1668/2025	17/03/2025	G3 LOG ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA	1000	E	R$ 2.500,00
2205/2025	07/04/2025	G3 LOG ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA	1000	E	R$ 800,00
2327/2025	15/04/2025	CLODOMIRO BATHKE E CIA.LTDA	1000	E	R$ 209,64
2359/2025	22/04/2025	CLODOMIRO BATHKE E CIA.LTDA	1000	E	R$ 100,34
5571/2024	29/08/2024	ECS EMPRESA DE COMUNICACAO E SEGURANCA LTDA	1000	E	R$ 16,63
5626/2024	22/04/2025	CLODOMIRO BATHKE E CIA.LTDA	1000	E	R$ 232,16
5762/2025	01/09/2025	CLODOMIRO BATHKE E CIA.LTDA	1000	E	R$ 72,00
5814/2024	13/09/2024	SERGIO SACZK SERVICOS E LOCACOES LTDA	1000	E	R$ 4.046,00
8661/2025	23/12/2025	EQUITY ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	1000	E	R$ 3,51
TOTAL GERAL					**R$ 10.609,89**

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:70BA125C

GABINETE
DECRETO Nº152/2026

DECRETO Nº152/2026

Súmula: *"Declara de utilidade pública imóveis destinados à regularização das Ruas Progresso e Vereador Luiz Carlos Sabim, conforme especifica."*

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 116, inciso I, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, e com fundamento nos artigos 2º, 5º, alínea "i", e 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, considerando o interesse público na regularização do sistema viário municipal e o constante do Processo Administrativo nº 2853/2022,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de aquisição amigável, mediante doação ao Município de Balsa Nova, as áreas destinadas à regularização das Ruas Progresso e Vereador Luiz Carlos Sabim, incidentes sobre as seguintes matrículas do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo:

I – Matrícula nº 9.355;
II – Matrícula nº 16.358;
III – Matrícula nº 63.975;
IV – Matrícula nº 64.107.

§ 1º As áreas objeto da declaração de utilidade pública são aquelas descritas nos memoriais descritivos, plantas e documentos técnicos constantes do Processo Administrativo nº 2853/2022, que passam a integrar o presente Decreto para todos os efeitos legais.

§ 2º A aquisição das áreas será formalizada mediante escritura pública de doação, observado o interesse público e a concordância dos respectivos proprietários.

Art. 2º A declaração de utilidade pública prevista neste Decreto tem por finalidade a incorporação das áreas ao patrimônio público municipal para a regularização e implantação definitiva do sistema viário correspondente às Ruas Progresso e Vereador Luiz Carlos Sabim.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 22 de julho de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:CD975D43

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

TERMO DE ADITIVO

2o TERMO ADITIVO AO CONTRATO No 106/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ E USINAGEM VALE DO IVAI LTDA - ME – PROCESSO ADMINISTRATIVO No 78/2024 – CONCORRÊNCIA/PREGÃO No 04/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Presidente Kennedy, no 363 - centro, em Barbosa Ferraz/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o no 76.950.062/0001-26, neste ato representado pelo(a) Excelentíssimo(a) Sr(a). Prefeito(a) Carlos Rosa Alves, brasileiro(a), inscrito no CPF/MF no 505.919.329-20, residente e domiciliado(a) neste Município e;

CONTRATADA: USINAGEM VALE DO IVAI LTDA - ME, CNPJ nº76.807.353/0001-60, localizada na
Rodovia PR 466, SN, Parque industrial, CEP: 86.860-000 - Jardim Alegre-PR, endereço eletrônico: usinagemvaledoivai@hotmail.com, telefone: (43) 98862-0164, representada por RENATO COSTA FARIAS, inscrito(a) no CPF sob no 02724265980, residente na Rua Lercio Costa, 993, Bairro Centro, São João do Ivaí – PR, CEP- 86930-000, denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Constitui objeto do presente termo aditivo de prorrogação do prazo de vigência da obra por 90 (noventa) dias, contado a partir do término originalmente previsto, conforme solicitado pela empresa e manifestação favorável do fiscal da obra Sr. Marcelo Ferreira Costa.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO
Pelo presente termo aditivo, e com fundamento no art. 105 da Lei no 14.133/21, fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA contratual, pelo período de 90 (noventa) dias, passando a vencer em 29/09/2026

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.
E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e validade, diante das testemunhas abaixo.

BARBOSA FERRAZ, 05 de julho de 2026

Contratante
Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz
CNPJ:76.950.062/0001-26
CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Contratada
Usinagem Vale do Ivai LTDA - ME
76.807.353/0001-60
RENATO COSTA FARIAS
Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:4303C2E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 233-2026

PORTARIA N° 233/2026
DE: 14/07/2026

SÚMULA: Concede Adicional por Tempo de Serviço aos Servidores Públicos Municipais conforme especificado e dá outras providências.

CARLOS ROSA ALVES, Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,
R E S O L V E:
Art. 1° - Conceder aos servidores efetivos Adicional de Tempo de Serviço (quinquênio), em conformidade com a Lei Municipal n°1.735/2009 de 28/09/2009, aos servidores abaixo relacionados:

Nome	Cargo	Data de Admissão	Percentual Anterior	Percentual Novo
Selma Regina Ferreira	Auxiliar Serv. Geais Feminino	23/05/2011	10,00%	15,00%
Daihane Batista de Souza	Técnico de |Enfermagem	03/05/2021	0,00%	5,00%
Cintia Villar Toniello	Professor (a)	14/05/2021	0,00%	5,00%

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de maio de 2026, revogando- se as disposições em contrário.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

Barbosa Ferraz 20 de julho de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Pinheiro da Silva
Código Identificador:8982B248

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 234-2026

PORTARIA N° 234/2026
DE: 14/07/2026

SÚMULA: Concede Adicional por Tempo de Serviço aos Servidores Públicos Municipais conforme especificado e dá outras providências.

CARLOS ROSA ALVES, Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,
R E S O L V E:
Art. 1° - Conceder aos servidores efetivos Adicional de Tempo de Serviço (quinquênio), em conformidade com a Lei Municipal n°1.735/2009 de 28/09/2009, aos servidores abaixo relacionados:

Nome	Cargo	Data de Admissão	Percentual Anterior	Percentual Novo
Nadir Maria da Silva Monteiro	Agente de Endemias	01/06/2011	10,00%	15,00%
Cleonice Silva de Oliveira Eliterio	Técnico de Enfermagem	16/04/2020	15,00%	20,00%

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de junho de 2026, revogando- se as disposições em contrário.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

Barbosa Ferraz 20 de julho de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Pinheiro da Silva
Código Identificador:C5C78CED

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 235-2026

PORTARIA N°235/2026
DE: 14/07/2026

SÚMULA: Concede Adicional por Tempo de Serviço aos Servidores Públicos Municipais conforme especificado e dá outras providências.

CARLOS ROSA ALVES, Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,
R E S O L V E:
Art. 1° - Conceder aos servidores efetivos Adicional de Tempo de Serviço (quinquênio), em conformidade com a Lei Municipal n°1.735/2009 de 28/09/2009, aos servidores abaixo relacionados:

Nome	Cargo	Data de Admissão	Percentual Anterior	Percentual Novo
Aliny Teixeira Dourado Oliveira	Enfermeiro(a)	03/07/2006	15,00%	20,00%
Cassiana Eduarda Colabianqui	Auxiliar Serv. Gerais Feminino	12/07/2021	0,00%	5,00%
Regiane Tavares Botelho	Auxiliar Serv. Gerais Feminino	14/07/2021	0,00%	5,00%

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de julho de 2026, revogando- se as disposições em contrário.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

Barbosa Ferraz 20 de julho de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Pinheiro da Silva
Código Identificador:D0D8D525

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
RETIFICAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, por intermédio do Gabinete do Prefeito, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA a presente RETIFICAÇÃO do Edital de Convocação de Audiência Pública destinado à apresentação do projeto arquitetônico do novo Portal de Entrada do Município e à consulta pública para manifestação da preferência quanto à definição das cores que serão adotadas na execução da obra, publicado anteriormente.
ONDE SE LÊ:
2. Horário
10:00 horas.
LEIA-SE:
2. Horário
19:00 horas.
Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais disposições constantes do Edital de Convocação de Audiência Pública.

Barra do Jacaré/PR, 22 de julho de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:7BA867C6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

CAMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
EDITAL DE DISPENSA

AVISO DE DISPENSA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026
AVISO DE DISPENSA Nº 001/2026
A Câmara Municipal de Vereadores do Município de Bela Vista da Caroba torna público, a quem interessar que está lançada Dispensa, cujo objeto trata-se de Aquisição de equipamentos e mobiliário destinados à Secretaria da Câmara Municipal de Bela Vista da Caroba – PR
INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 23/06/2026
FINAL DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 17:00:00 do dia 27/06/2026.
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS: camara@belavistadacaroba.pr.leg.br
O inteiro teor deste Edital encontra-se disponível no mesmo endereço eletrônico, e no site: www.belavistadacaroba.pr.leg.br/institucional/avisos-e-editais-de-licitacao-aberto.

A presente **DISPENSA DE LICITAÇÃO** ficará **ABERTA POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS,** a partir da data da divulgação.
Data limite para apresentação da proposta de preços: 27 de julho de 2026 as 17:00:00 horas.
No dia 23 de julho de 2026 as 17:00horas, a Câmara publicará no site institucional: www.belavistadacaroba.pr.leg.br/institucional/avisos-e-editais-de-licitacao-aberto as propostas recebidas no período, possibilitando a qualquer participante/interessado a oportunidade de reapresentação de nova proposta objetivando cobrir o menor preço ofertado.
No dia 24 de julho de 2026 as 17:00horas, a câmara publicará no site institucional: www.belavistadacaroba.pr.leg.br/institucional/avisos-e-editais-de-licitacao-aberto as novas propostas recebidas no período, possibilitando a qualquer participante/interessado a oportunidade de reapresentação de nova proposta objetivando cobrir o menor preço ofertado.
No dia 27 de julho de 2026 as 17:00horas, durante o horário comercial a Câmara de vereadores de Bela Vista da Caroba, publicará no site institucional: www.belavistadacaroba.pr.leg.br/institucional/avisos-e-editais-de-licitacao-aberto cada nova proposta recebida, possibilitando a qualquer participante/interessado a oportunidade de reapresentação de nova proposta objetivando cobrir o menor preço ofertado até as 17:00horas, horário limite para apresentação de propostas.

No dia 28 de julho de 2026 a Câmara de vereadores de Bela Vista da Caroba fará o julgamento das propostas, publicando a ata e o resultado no site institucional: www.belavistadacaroba.pr.leg.br/institucional/avisos-e-editais-de-licitacao-aberto às 11:00horas.
Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de publicação ata ou edital de resultado site institucional: www.belavistadacaroba.pr.leg.br A intenção de recorrer deverá ser manifestada até as 11:30horas do dia 28 de Junho de 2026, sob pena de preclusão.

Bela Vista da Caroba, 22 de Junho de 2026.

JOSÉ VALDIR RODRIGUES
Presidente

Publicado por:
Mauricio Ricardo Dieckel
Código Identificador:5563FA44

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0123/2026

DECRETO N° 0123/2026

SÚMULA: SUBSTITUIR MEMBRO DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° - Designar em caráter temporário, no período de 20/07/2026 a 29/07/2026, como integrante da Comissão de Contratação do Município de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná, em substituição à servidora JAINE DA SILVA BISCHOFF, a servidora **ELIANDRA BUTZKE,** brasileira, cargo efetivo de Recepcionista, portador da cédula de identidade n° 8.xxx.xxx-3 SSP/PR, e inscrito no CPF sob n° 049.xxx.xxx-36.

Art. 2° - O presente Decreto entra em vigor a partir da presente data, retroagindo seus efeitos à 20 de julho de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, 22 DE JULHO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:87FB1A8A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0124/2026

DECRETO Nº 0124/2026

SÚMULA: Institui membros para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do município de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná, mandato 2026/2028.

O Prefeito Municipal de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam nomeados os membros para comporem o novo mandato, 2026/2028, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Bela Vista da Caroba - Paraná, de acordo com as indicações dos representantes governamentais e eleição das Organizações da Sociedade Civil realizada durante a XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no dia 24 de junho de 2026, conforme disposto a seguir:

MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTES
Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social	
Mariza de Fatima Bonordt	Sabrina Gonçalves da Rocha
Representantes da Secretaria Municipal de Educação	
Marizete Maffi	Vilmar Rodrigues
Representantes da Secretaria Municipal de Finanças	
Adriana Campagnoni	Guilherme Gustavo Michael
Representantes da Secretaria Municipal de Saúde	
Núbia Toniazzo Doneda	Cleonice Veronica Sartori
Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	
Josefina Hettwer	Eliandra Moretto Ferrari
Representantes da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Bom Jesus	
Sandro Valentim Lazareck	Cezar Ladislau Gzesiuk
Representantes da APMF do CMEI Professora Juliana Mezzomo Kaibers	
Diego de Conti	Iliandra dos Santos Dickel
Representantes da APMF do Colégio Estadual Santo Antão	
Marileis Coraça dos Santos	Inês Carini Lazareck

Art. 2º Os efeitos do presente decreto entram em vigor a partir da sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 0195/2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bela Vista da Caroba - Paraná, 22 de julho de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:AA0E2E10

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0157/2026

PORTARIA N° 0157/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, decide,

REVOGAR:

Art. 1° - A Portaria n°0156 de 21 de julho de 2026.

Art. 2° - A presente Portaria entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, 22 DE JULHO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:D5286376

SECRETARIA DE FINANÇAS
EDITAL N.º 11.1/2026 RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA PRÁTICA

O Prefeito do Município de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado preliminar da prova prática** do Concurso Público n.º 1/2026, nos seguintes termos.

Art.1° Fica divulgado mediante **ANEXO ÚNICO** deste Edital, o resultado preliminar da prova prática aplicada na data pretérita 12 de julho de 2026, no Município de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná.
Art.2° O candidato poderá consultar individualmente o seu desempenho na prova prática, acessando o campo "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.3° Em face do resultado preliminar divulgado, caberá interposição de recurso administrativo no período das **0h do dia 23/07/2026 até às 23h59min do dia 24/07/2026**, observado o horário oficial de Brasília/DF. O candidato interessado em interpor recurso deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista da Caroba (PR), 22 de julho de 2026

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 11.1/2026 - RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA PRÁTICA

	8299 - OPERADOR DE MÁQUINAS - BELA VISTA DA CAROBA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**PONTOS**	**MODALIDADE**
0041662	EDSON ELISANDRO GRIEBLER	99,00	Ampla Concorrência
0041744	RUDIMAR DA SILVA	98,00	Ampla Concorrência

Publicado por:
Ruhama Julyegge Andrighetti Girollete
Código Identificador:DF2CF1DD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 213/2026

DECRETO Nº 213/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.
RESOLVE:

NOMEAR: Os Membros da Câmara Intersensorial de Segurança Alimentar e Nutricional - Caisan Do Munícipio de Boa Ventura De São Roque.
Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte:
Titular: Ronaldo Fogaça
Suplente: Sandryele Mayara Recofca

Secretaria Municipal de Promoção Social:
Titular: Rosa Kelhoar dos Santos
Suplente: Maria Luiza de Oliveira dos Santos

Secretaria Municipal de Agricultura:
Titular: Gilson Ferreira dos Santos
Suplente: Adelar Adevino dos Santos

Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Cleide Batista Werner
Suplente: Gelverson de Ramos Pires

Revogadas as disposições em contrário especialmente o decreto 148/2025 este Decreto passa a vigorar na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 22 de julho de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:06E2116E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA AO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 44/2025

ERRATA AO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 44/2025
O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, Estado do Paraná, torna pública a presente **ERRATA** ao **2º Termo Aditivo ao Contrato nº 44/2025**, em razão de erro material na qualificação da contratada.
ONDE SE LÊ:
ANTUNES ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº **19.287.443/0001-33**.
LEIA-SE:
ANTUNES CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº **53.630.095/0001-93**.
Esclarece-se que a presente errata tem por finalidade apenas corrigir erro material referente à identificação da empresa contratada, permanecendo **inalteradas e plenamente válidas todas as demais cláusulas e condições constantes do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 44/2025**, sem qualquer modificação de seu objeto, valores, prazos ou demais disposições.
Boa Ventura de São Roque, 22 de julho de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:221FA067

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°23/2026
O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº01.612.906.0001/20 e com sede localizada na Rua Moises Miranda, 422, centro, CEP 85.225-000, Boa Ventura de São Roque-PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Nestor Kenear, nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei Federal nº14.133/2021, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação das propostas de preço e dos documentos relativos à habilitação das empresas melhores classificadas face às descrições e exigências previstas pelo documento convocatório e parecer jurídico, **ADJUDICO e HOMOLOGO**, o processo licitatório desenvolvido na modalidade pregão Eletrônico nº23/2026, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 02 (DUAS) PISTA DE BOLÃO OFICIAL COM AUTOMATIZAÇÃO COMPLETA E PISTA DE BOCHA OFICIAL, A PEDIDO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE - PR, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.
Torna-se público o resultado da licitação realizada no dia 17 de JULHO de 2026, às 08 horas em epigrafe, adjudicando como vencedor pelo critério menor preço por lote, a seguinte proponente.
Adjudica-se e Homologa-se para a Proponente conforme classificação:
PROPONENTE 01: F A G KOVALCHUK AUTOMACAOCNPJ: 39.616.674/0001-50 com os lotes: 1 e 2 no valor total de R$ 275.500,00 (duzentos e setenta e cinco mil e quinhentos reais).
Totalizando valor total de: R$ 275.500,00(duzentos e setenta e cinco mil e quinhentos reais):
Tudo em conformidade com a Ata de Abertura, Habilitação e Julgamento lavrada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro do Município (Portaria 34/2025).
Encaminha-se os autos para celebração de contrato ou emissão instrumento competente.

Boa Ventura de São Roque, 22 de julho de 2026

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Koleska
Código Identificador:DD70FA08

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 157/2026

PORTARIA Nº 157/2026
DATA: 22/07/2026

Súmula: Nomeia a Comissão de Monitoramento e Avaliação e o Gestor da Parceria, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para acompanhamento da execução do Termo de Fomento a ser celebrado entre o Município de Boa Vista da Aparecida e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Boa Vista da Aparecida, autorizado pela Lei Municipal nº 1.027/2026, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA**, Estado do Paraná, **EDUARDO JOSÉ HENRICHS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil;
CONSIDERANDO a necessidade de constituição da Comissão de Monitoramento e Avaliação e de designação do Gestor da Parceria, nos termos dos artigos 2º, incisos VI, XI e XII, 35, inciso V, alíneas "g" e "h", 58, 59, 61 e 62 da Lei Federal nº 13.019/2014;
CONSIDERANDO a autorização contida na Lei Municipal nº 1.027/2026 para celebração de Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Boa Vista da Aparecida, destinado à execução de recursos provenientes de Emenda Parlamentar Individual do Orçamento Geral da União, repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, visando ao custeio e à estruturação da rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituída a **Comissão de Monitoramento e Avaliação**, responsável pelo acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução da parceria a ser celebrada entre o Município de Boa Vista da Aparecida e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Boa Vista da Aparecida, composta pelos seguintes servidores:

Presidente:
LEILA MARA KUBIAK MIZERSKI
Matrícula Funcional nº 1181157

Membros:
JOCÉLIA ZATTA ARALDI
Matrícula Funcional nº 1176689-7

ROSANGELA GHEDIN BERTI
Matrícula Funcional nº 113778

Art. 2º. Compete à Comissão de Monitoramento e Avaliação, sem prejuízo das demais atribuições previstas na Lei Federal nº 13.019/2014:

I – acompanhar e avaliar a execução da parceria;
II – homologar o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação elaborado pelo Gestor da Parceria;
III – analisar o cumprimento das metas e dos resultados previstos no Plano de Trabalho;
IV – emitir recomendações visando ao aperfeiçoamento da execução da parceria;
V – auxiliar a Administração Municipal na fiscalização da correta aplicação dos recursos públicos;
VI – exercer as demais atribuições previstas na legislação aplicável.

Art. 3º. As deliberações da Comissão serão tomadas pela maioria de seus membros, mediante registro em ata ou outro documento próprio.

Art. 4º. Para o desempenho de suas atribuições, a Comissão poderá solicitar documentos, informações e esclarecimentos ao Gestor da Parceria, à Organização da Sociedade Civil e aos demais órgãos da Administração Municipal, bem como requisitar apoio técnico quando necessário.

Art. 5º. Fica designado como **Gestor da Parceria**, para os fins previstos nos artigos 61 e 62 da Lei Federal nº 13.019/2014, o(a) seguinte servidor(a):
JOÃO HENRIQUE ALIONCIO DOS SANTOS
Cargo: Professor
Matrícula Funcional nº 117902-0

Parágrafo único. Compete ao Gestor da Parceria acompanhar, fiscalizar e supervisionar a execução do Termo de Fomento, emitir Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação, verificar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, acompanhar a execução financeira da parceria, comunicar eventuais irregularidades e adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento do instrumento celebrado.

Art. 6º. A Comissão de Monitoramento e Avaliação e o Gestor da Parceria exercerão suas atribuições durante toda a vigência do Termo de Fomento, inclusive na análise da prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014 e demais normas aplicáveis.

Art. 7º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida/PR, 22 de julho de 2026.

EDUARDO JOSE HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilucia de Campos
Código Identificador:121F0F64

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N° 003/2026

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 22 DE JULHO DE 2026

O Conselho Municipal de Saúde de Boa Vista da Aparecida – Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 51, de 31 de maio de 2009, que institui o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências;
CONSIDERANDO; a deliberação constante na Ata da 7ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada em 22 de julho de 2026;
CONSIDERANDO; o Edital nº 011/2026, que dispõe sobre o fortalecimento e incentivo aos Conselhos Locais de Saúde;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a apresentação da proposta do projeto de fortalecimento e incentivo aos Conselhos Locais de Saúde, em conformidade com o Edital nº 011/2026, contemplando recursos financeiros no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), destinados ao exercício de 2026.
Art. 2º Os recursos assim que aprovados, serão destinados ao desenvolvimento de ações voltadas ao fortalecimento da participação social e ao apoio às atividades dos Conselhos Locais de Saúde, observadas as normas estabelecidas no Edital nº 011/2026 e na legislação vigente.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Boa Vista da Aparecida – PR, 22 de julho de 2026.

MARISETE HENKELMANN
Presidente do CMS/ Boa Vista da Aparecida – PR

Homologo a Resolução CMS/PR N.º 001/2024 nos termos de § 2º, Art. 1º, da Lei Federal N.º 8.142 de dezembro de 1990

ROSELI KLAUSS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:63065118

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 132/2022

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 132/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: PATRICKI A. FELIPE - ME.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET, FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO DE LINK DE INTERNET DEDICADO FIBRA ÓPTICA E VIA RÁDIO, PARA TODAS AS REPARTIÇÕES DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

VIGÊNCIA ADITADA DO CONTRATO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato principal de prestação de serviços por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 02 de setembro de 2027**.**

DOS VALORES: Fica ajustado o valor mensal do contrato em R$ 5.852,53 (cinco mil e oitocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e três centavos) segundo o índice oficial IPCA dos últimos 12 (doze)

meses, passando o valor anual para R$ 70.230,36 (setenta mil e duzentos trinta reais e trinta e seis centavos).

Boa Vista da Aparecida – PR, em 22 de julho de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:8AEF39BE

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO Nº 02/2025 EDITAL Nº 59/2026

PROCESSO SELETIVO Nº 02/2025
Edital nº 59/2026
Data: 22/07/2026

O Prefeito de Boa Vista da Aparecida – PR, no uso de suas atribuições legais, mediantes as condições estipuladas no Edital 05/2023, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, em conformidade com a Constituição Federal e demais disposições atinentes a matérias, resolve:

TORNAR PÚBLICO

Art. 1º. Tornar público a candidata eliminada no Processo Seletivo nº 02/2025, ante ao **NÃO COMPARECIMENTO** para apresentação da documentação exigida em atendimento ao **Edital de Convocação 58/2025**, conforme segue:

Cargo: Mãe Social – Temporário				
INSC.	NOME	D. DE NASC.	PONT.	CLASSIF.
270	Daniela Aparecida Pantaleão da Silva	30/10/1997	64,00	6º

Art. 2º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Boa Vista da Aparecida, 22 de julho de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:BD6C5B9B

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO Nº 02/2025 EDITAL Nº 60/2026

PROCESSO SELETIVO Nº 02/2025
Edital nº 60/2026
Data: 22/07/2026

O Prefeito de Boa Vista da Aparecida – PR, no uso de suas atribuições legais, mediantes as condições estipuladas no Edital 05/2023, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, em conformidade com a Constituição Federal e demais disposições atinentes a matérias, resolve:

CONSIDERANDOo memorando interno nº 235/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social, solicitando a contratação de Mãe Social para atuar na Casa Lar,
TORNAR PÚBLICO
Art. 1º. A convocação da candidata abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo nº. 02/2025, conforme Edital de Abertura nº. 01/2025 e Edital de Homologação do Resultado Final nº. 08/2025, conforme segue:

Cargo: Mãe Social – Temporário				
INSC.	NOME	D. DE NASC.	PONT.	CLASSIF.
266	Ivanete Alves Trindade	01/01/1976	61,00	7º

Art. 2º. Fica convocada a candidata acima descrita para comparecer na Divisão de Recursos Humanos desta Municipalidade no prazo de **72 (setenta e duas) horas, após sua publicação**, em horário das **07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas**, munidos dos seguintes documentos: (Original e Cópia) - RG e CPF; Carteira de Trabalho; Pis / Pasep / NIT; Em casos de CTPS digital o número pode ser emitido através do Extrato do CNIS, disponível no site do MEU INSS; Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral; A certidão de Quitação Eleitoral pode ser emitida pelo app do E-Título ou pelo site do TSE; Carteira Nacional de Habilitação; Comprovante de Endereço; Comprovante de quitação militar (se sexo masculino); Comprovação de estado civil (Nascimento/Casamento); Escolaridade e Registro no Conselho de Classe; Certidão de antecedentes criminais expedida pela justiça estadual; Certidão de Antecedentes Criminais; Foto 3 x 4 (recente); Foto Digital estilo 3x4; Hemograma Completo (válido o exame dos últimos 30 dias); Exame Toxicológico (quando cargo de Motorista); Tipagem Sanguínea; Atestado Médico; Declaração de Bens ou última declaração de Imposto de Renda; Se cônjuge (casados); Caso filhos menores de 21 anos, apresentar: RG e CPF, declaração de matrícula (caso estudante até o ensino médio), Certeira de Vacinação (menores de 14 anos); Números de Telefone (fixo e celular); Número da Conta Pagamento (salário), podendo ser das seguintes instituições: SICREDI e SICOOB.

Art. 3º. O não comparecimento para atender o presente Edital e confirmar a aceitação da vaga, serão considerados como desistentes e a candidata perderá o direito de aprovação do Processo Seletivo, **conforme item 1.6 do Edital nº 01/2025**.

Art. 4º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Boa Vista da Aparecida, 22 de julho de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:5C4721AD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

CAMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 04/2026

Eu, Carlos Rodrigo Israel, inscrito no CPF/MF sob nº 049.XXX.029-XX, Presidente da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul – PR, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a INEXIGIBILIDADE nº 04/2026, autorizo a despesa em favor de ADMINISTRADORA DE BENS E PARTICIPACOES AXF LTDA, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ nº 19.851.826/0001-92, no valor total de R$ 240.708,24 (duzentos e quarenta mil, setecentos e oito reais e vinte e quatro centavos), referente a LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA RUA BENJAMIN CONSTANT TEIXEIRA, Nº 1197, CENTRO, BOCAIÚVA DO SUL/PR, VISANDO ABRIGAR, DE FORMA PROVISÓRIA, A SEDE ADMINISTRATIVA E LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, de acordo com Parecer Jurídico e tendo em vista documentos que instruem o processo.

Bocaiúva do Sul, 01 de julho de 2026.

CARLOS RODRIGO ISRAEL
Presidente

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:CA3917BE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 2/2026 – HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 01/2026

EDITAL Nº 2/2026 – HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O Prefeito HELIO JOSE SURDI, do Município de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº 803/2017, resolve

TORNAR PÚBLICO

O Município de Bom Jesus do Sul/PR, por intermédio da Comissão do Processo Seletivo Simplificado, torna pública a homologação das inscrições do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 1/2026, regulamentado pelo Edital nº 1/2026, destinado à formação de cadastro de reserva para contratação temporária e excepcional de profissionais para os cargos de Fonoaudiólogo, Terapeuta Ocupacional, Agente de Controle de Endemias e Auxiliar de Consultório Dentário.

A contratação destina-se ao atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, pelo período de até 1 (um) ano, visando suprir o afastamento de servidores efetivos em decorrência de licenças legalmente concedidas e demais hipóteses previstas na legislação municipal, em conformidade com as Leis Municipais nº 803/2017, nº 1.118/2023, nº 1.159/2025 e nº 1.206/2026.

Fica homologada a relação de inscrições abaixo:

AMPLA CONCORRÊNCIA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2026

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CARGO
001/2026	ELAINE STEVENS	TERAPEUTA OCUPACIONAL
INSCRIÇÃO	**CANDIDATO**	**CARGO**
001/2026	ERICA FERREIRA DE LIMA	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO
INSCRIÇÃO	**CANDIDATO**	**CARGO**
001/2026	ERICA FERREIRA DE LIMA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
002/2026	EVERTON LUAN GRANDI	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
003/2026	ANA PAULA SILVEIRA DE SOUZA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
004/2026	JULIA MARINHO BORGES GALÃO DA SILVA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
005/2026	DAVI PUHL	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
006/2026	VANDERLEI DAMAS DA SILVA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
007/2026	SARIAH AHMAD OLIVEIRA CHOUCAIR	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
008/2026	ARIEBERT AHMAD PEREIRA CHOUCAIR	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
009/2026	JANDIRA PINNO	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
010/2026	LUANA KOLLENBERG	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
011/2026	MARINALVA APARECIDA PAZ DE OLIVEIRA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
012/2026	ELIANE CAVAGNOLLI	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
013/2026	EDIVALDO ALVES FERREIRA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
014/2026	MARIEDA SCHMIDT	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
015/2026	BAKER MARISON OLIVEIRA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
016/2026	WILLIAN BORTOLOTTO	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
017/2026	DOUGLAS HENRIQUE KOVALSKI	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
018/2026	SIDINEI DAMAS DA SILVA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS

AFRODESCENDENTES
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CARGO
002/2026	EVERTON LUAN GRANDI	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
006/2026	VANDERLEI DAMAS DA SILVA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
018/2026	SIDINEI DAMAS DA SILVA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS

O candidato poderá interpor recurso contra o Edital de Inscritos no período de 23 a 27 de julho de 2026, dirigido à Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

O recurso deverá ser apresentado por meio de requerimento devidamente assinado, em formato PDF ou imagem, protocolado por intermédio da Central de Serviços disponível no portal oficial do Município de Bom Jesus do Sul – Paraná, acessível pelo endereço eletrônico da Prefeitura ou diretamente pelo link: https://bomjesusdosul.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp.

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado está vinculada ao Setor de Recursos Humanos, localizado na Rua São Paulo, nº 185, Centro, Município de Bom Jesus do Sul/PR.

Bom Jesus do Sul-PR, 22 de julho de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal De Bom Jesus Do Sul

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:BD2C170D

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 5965/2026

Exonera a pedido Servidor Público Municipal.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a Servidora pública Senhora JESSICA THAIS DA SILVA, matrícula 1084, ocupante do Cargo de Professor de Educação Infantil, nomeada através da Portaria nº 5188 de 07 de agosto de 2023.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 5188/2023.

Bom Jesus do Sul-PR, 22 de julho de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:1BBFBC91

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 5966 /2026.

Concede Férias aos Servidores Públicos que especifica.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias aos servidores a seguir arrolados, a serem gozadas no período que especifica, conforme período aquisitivo de cada servidor:

Nome	Matrícula	Cargo	Dias de Férias	Período Aquisitivo	Período de Férias
Arilson Teixeira Sabi	1151	Farmacêutico	2,00	18/04/2024 a 17/04/2025	03/08/2026 a 04/08/2026
Arilson Teixeira Sabi	1151	Farmacêutico	5,00	18/04/2025 a 17/04/2026	05/08/2026 a 09/08/2026
Miguel Muniz da Silva	2834	Secretário de Obras Viação e Urbanismo	5,00	02/03/2026 a 01/03/2027	10/08/2026 a 14/08/2026
Orasil Cezar Bueno da Silva	303	Enfermeiro – Em Extinção	10,00	06/10/2025 a 05/10/2026	Abono
Scheila de Camargo Fae	1137	Enfermeiro	10,00	01/03/2025 a 28/02/2026	07/08/2026 a 16/08/2026

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Bom Jesus do Sul-PR, 22 de julho de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:9D7577F8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO

SECRETARIA GERAL
REFINS PRORROGAÇÃO

DECRETO Nº 135/2026.

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de adesão e pagamento do Programa de Refinanciamento Fiscal (REFINS), instituído pela Lei Municipal nº 1.780, de 12 de novembro de 2025 e alterado pela Lei Municipal nº 1.799, de 20 de janeiro de 2026, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e
CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei Municipal nº 1.780, de 12 de novembro de 2025, e na Lei Municipal nº 1.799, de 20 de janeiro de 2026, que tratam do Programa de Refinanciamento Fiscal (REFINS);
CONSIDERANDO o interesse público na regularização dos créditos tributários e não tributários do Município, bem como a oportunidade de oferecer aos contribuintes condições adequadas para a quitação de seus débitos;
DECRETA:
• Art. 1º Fica prorrogado o prazo para adesão e pagamento dos débitos abrangidos pelo Programa de Refinanciamento Fiscal (REFINS), instituído pela Lei Municipal nº 1.780, de 12 de novembro de 2025, e alterado pela Lei Municipal nº 1.799, de 20 de janeiro de 2026, até o dia 30 de novembro de 2026.
• Art. 2º Permanecem inalteradas as demais condições, descontos e formas de parcelamento previstos na legislação municipal vigente aplicável ao REFINS.
• Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bom Sucesso, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

ROSANA FERREIRA LOPES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Pedro Dos Santos Nogueira
Código Identificador:7E5A6E74

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
DECRETO Nº 3.875, DE 22 DE JULHO DE 2026

Regulamenta a Lei Complementar Municipal nº 47/2026 e institui, no âmbito da Administração Pública Direta do Município de Bom Sucesso do Sul, a Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e a outras formas de violência nas relações de trabalho.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, dignidade da pessoa humana e valorização do servidor público;
CONSIDERANDO a necessidade de promover ambiente de trabalho saudável, seguro, respeitoso e livre de qualquer forma de violência;
CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal nº 47/2026, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e estabelece os deveres funcionais, responsabilidades e procedimentos disciplinares aplicáveis aos servidores públicos municipais;
RESOLVE:
Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei Complementar Municipal nº 47/2026, instituindo a Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e a outras formas de violência nas relações de trabalho, aplicável a todos os órgãos da Administração Pública Direta do Município.
Art. 2º A Administração Municipal promoverá ações permanentes de orientação, conscientização e prevenção, visando assegurar ambiente de trabalho pautado pelo respeito, ética, urbanidade, cooperação e dignidade da pessoa humana.
Art. 3º Toda pessoa que tenha conhecimento de fatos que possam caracterizar assédio moral, assédio sexual ou outra forma de violência nas relações de trabalho poderá apresentar manifestação à Ouvidoria Central do Município ou, tratando-se de fatos ocorridos no âmbito do Departamento Municipal de Saúde, à Ouvidoria Municipal da Saúde, por qualquer dos meios oficialmente disponibilizados pela Administração.
§ 1º A manifestação poderá ser apresentada de forma escrita, eletrônica ou verbal, hipótese em que será reduzida a termo pela Ouvidoria competente.
§ 2º Toda manifestação será registrada em protocolo próprio, recebendo numeração individualizada, ainda que posteriormente seja arquivada por ausência de elementos mínimos para prosseguimento.
§ 3º Recebida a manifestação, a Ouvidoria competente procederá ao seu encaminhamento, em caráter reservado, à Chefe da Divisão de Recursos Humanos para análise preliminar.
Art. 4º Compete à Chefe da Divisão de Recursos Humanos realizar a análise preliminar da manifestação, podendo solicitar informações complementares, documentos ou esclarecimentos às unidades administrativas envolvidas, sempre preservando o caráter reservado da apuração.
§ 1º Constatada a existência de indícios suficientes de possível infração funcional, a Chefe da Divisão de Recursos Humanos encaminhará o expediente ao Prefeito Municipal para deliberação quanto à instauração de sindicância ou de Processo Administrativo Disciplinar, observado o procedimento previsto na Lei Complementar Municipal nº 47/2026.
§ 2º Não sendo verificados elementos mínimos para instauração de procedimento disciplinar, o expediente poderá ser arquivado mediante decisão fundamentada, sem prejuízo de reabertura caso surjam fatos ou provas supervenientes.
Art. 5º As manifestações recebidas pelas Ouvidorias, bem como todos os documentos, registros e procedimentos delas decorrentes, tramitarão em caráter sigiloso e reservado, com acesso restrito aos agentes públicos cuja atuação seja indispensável à análise e à apuração dos fatos.
§ 1º A identidade do denunciante, das testemunhas e das demais pessoas envolvidas será preservada durante a fase preliminar e no

curso da apuração, sempre que compatível com a legislação vigente e com a efetividade da investigação.
§ 2º O compartilhamento de informações limitar-se-á ao estritamente necessário para a adoção das providências administrativas cabíveis, observado o dever funcional de confidencialidade e a legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
§ 3º A instauração de sindicância ou de Processo Administrativo Disciplinar observará o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, na forma da Lei Complementar Municipal nº 47/2026.
Art. 6º A Chefe da Divisão de Recursos Humanos manterá controle administrativo das manifestações encaminhadas pelas Ouvidorias e das providências adotadas, resguardado o sigilo das informações e observado o prazo de guarda previsto na legislação aplicável.
Art. 7º A Chefe da Divisão de Recursos Humanos promoverá, em conjunto com os Departamentos Municipais e com as Ouvidorias, ações periódicas de divulgação deste Decreto e de orientação dos servidores acerca da prevenção e do enfrentamento ao assédio moral, ao assédio sexual e a outras formas de violência nas relações de trabalho.

Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos pelo Prefeito Municipal, observadas as disposições da Lei Complementar Municipal nº 47/2026 e demais normas aplicáveis.
Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de julho 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:EFCAA9CC

CHEFE DE GABINETE
DECRETO Nº 3.876, DE 22 DE JULHO DE 2026.

Nomeia os membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 650, de 03 de setembro de 2008, que criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FHIS e instituiu o respectivo Conselho Gestor;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.557/2021, que alterou disposições relativas ao Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;
CONSIDERANDO a necessidade de atualizar a composição do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;
CONSIDERANDO as indicações dos órgãos municipais e da representação da sociedade civil com assento no Conselho Gestor;
DECRETA:
Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná:
Representante do Departamento Municipal de Assistência Social:
Ronise Jane Ravanelli de Oliveira
Representante do Departamento Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente:
Eduardo Brandalise
Representante do Departamento Municipal de Obras e Serviços Urbanos:
Fabio Junior de Oliveira
Representante do Departamento Municipal de Administração e Planejamento:
Valentina Rosecler Marinhuk
Representante do Departamento Municipal de Indústria, Comércio e Turismo:
Rafael Soeiro de Moraes
Representante da Sociedade Civil:
Aguimar Antoniazzi
Art. 2º A Presidência do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS será exercida pelo(a) representante do Departamento Municipal de Administração e Planejamento.
Parágrafo único. A Vice-Presidência e a Secretaria do Conselho serão definidas na reunião inicial de instalação e início dos trabalhos.
Art. 3º O mandato dos membros ora nomeados será de 02 (dois) anos, contado da data de publicação deste Decreto, permitida a recondução, observadas as disposições legais e regimentais aplicáveis.
Art. 4º A participação dos membros no Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social será considerada serviço público relevante, exercida gratuitamente, sem direito a remuneração, gratificação, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.
Art. 5º Compete ao Conselho Gestor exercer as atribuições previstas na Lei Municipal nº 650/2008, em suas alterações posteriores, e nas demais normas aplicáveis à política municipal de habitação de interesse social.
Art. 6º Fica revogado o Decreto Municipal nº 1.254/2009, que nomeou a composição anterior do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, bem como as demais disposições em contrário.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

MAICO DIEGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:908543EA

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 356, DE 22 DE JULHO DE 2026.

Conceder auxílio deslocamento ao servidor Jucimar Girardello de Freitas.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Jucimar Girardello de Freitas**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº 492-8/3, **01 (um) auxílio-deslocamento de viagem**, para o dia **22 de julho de 2026**, em deslocamento à cidade de **Clevelândia - Pr**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto a Associação Pró Saúde de Clevelândia.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **22 de julho de 2026**.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 22 (vinte e dois) dias do **mês de julho do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:B8707850

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO ADITIVO CONTRATUAL Nº01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº162/2025

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL-PR
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº01
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº162/2026
CONTRATADA: RECAPADORA MARRECAS LTDA - EPP

CNPJ: 05.689.415/0001-38
Cláusula Primeira – Vigência
Tendo em vista tratar-se de serviços a serem prestados de forma contínua, cuja continuidade propiciará condições de preço mais vantajosas ao município, uma vez que o preço praticado não será reajustado, fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 meses, passando a ter vigência da data de **04 de agosto de 2026 à 03 de agosto de 2027**. O valor total das aquisições de serviços de pneus recapados, segue sendo de **R$267.500,00** (duzentos e sessenta e sete mil, e quinhentos reais).
Cláusula Segunda – Dotação Orçamentária
Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 05.00 – Departamento de Obras e Serviços Rodoviários; 05.01 Divisão de Serviços Rodoviários; 2678200052.011 – Atividades Operacionais da Divisão de Serviços Rodoviários; 33.90.39 Serviço de terceiro Pessoa Jurídica; Despesa:591; 07.00 – Departamento de Saúde, 07.01-Fundo Municipal de Saúde; 1030100072-015 – Atividades Operacionais do Fundo Municipal de saúde; 33.90.39 Serviço de terceiro Pessoa Jurídica; Despesa 1.044. 09.00 Departamento de Educação Cultura e Esporte; 09.01 Divisão de Ensino; 1236100102.030 Transporte escolar; 33.90.39 Serviço de terceiro Pessoa Jurídica; despesa 650.
Cláusula Terceira – Assessoramento Jurídico e Documentação
Em consonância com o que trata o art. 53º §4º da lei nº 14.133/2021, foi realizado assessoramento jurídico por meio de parecer em cumprimento ao controle prévio de legalidade exigido para consentir com a realização do termo aditivo.
Conforme disposição expressa do art. 91 §4º da lei nº 14.133/2021 em anexo constam os documentos que a empresa deve apresentar para possibilitar a elaboração do aditivo contratual, quais sejam, prova de regularidade fiscal, de regularidade com o FGTS e inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho.
Cláusula Quarta – Disposições Gerais
Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.

Bom Sucesso do Sul - PR, 22 de julho de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:76672699

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 357, DE 22 DE JULHO DE 2026.

Exonera, a pedido o servidor Roni Eduardo Arsego, *ocupante do cargo efetivo de Vigia.*

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições,
RESOLVE:
Art. 1º Exonerar, a pedido, e a partir de 20 de julho de 2026, o servidor Roni Eduardo Arsego, matricula 378-6/1, ocupante do cargo efetivo de Vigia.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de julho de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:88E76078

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 094/2026
VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 034/2026

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 094/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 034/2026

PREÂMBULO
Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa DS SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 07.333.846/0001-92, sediada na, AV. RIO GRANDE DOS SUL, Nº500 CENTRO, na cidade de CORBÉLIA, Estado do PR, CEP: 85420-000, neste ato representada pelo **Sr** ALDO QUELES DETONI**,** portador do **CI/RG Nº. 7368769-1 SSP** e inscrito no **CPF/MF Nº. 024.605.509-01** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 034/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."
CLÁUSULA – DO OBJETO
O objeto desta ATA é **Registro de preços para aquisição parcelada de materiais periféricos e equipamentos de informática, destinados a atender as necessidades de manutenção das atividades das diversas Secretarias do Município de Braganey – PR.**
CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL
Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 107.810,00 (cento e sete mil, oitocentos e dez reais).**
CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA
O presente Contrato terá vigência até **22/07/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.
E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 22 de Julho de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:672F8854

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 095/2026
VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 034/2026

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 095/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 034/2026

PREÂMBULO
Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR**

ZIELINSKI, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**

2. E, de outro lado, a empresa JAV COMERCIO LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 50.656.871/0002-17, sediada na, RUA RUA PADRE ALDACIR JOSE CARNIEL,01112024 CENTRO, na cidade de BRAGANEY, Estado do PR, CEP: 85430-000, neste ato representada pelo **Sr** FABIO FIORAVANTE ZEM**,** portador do **CI/RG Nº. RG 108126396** e inscrito no **CPF/MF Nº. 048.702.119-39** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 034/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."

CLÁUSULA – DO OBJETO

O objeto desta ATA é **Registro de preços para aquisição parcelada de materiais periféricos e equipamentos de informática, destinados a atender as necessidades de manutenção das atividades das diversas Secretarias do Município de Braganey – PR.**

CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL

Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 11.522,00 (onze mil, quinhentos e vinte e dois reais).**

CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até **22/07/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 22 de Julho de 2026.

.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:4A6D03D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRAGANEY/PR, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.902/0001-73.

CONTRATADA: EDUARDO LOZOVEY BATISTA - ENGENHARIA, inscrita no CNPJ sob nº 35.121.526/0001-04.

OBJETO DO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo quantitativo de 25% (vinte e cinco), ao Contrato Administrativo nº 104/2025, cujo objeto é a **contratação de empresa para prestação de serviços de pedreiro, auxiliar de pedreiro, pintor e encanador, por hora trabalhada, para execução de manutenções, reparos e reformas em prédios e equipamentos públicos do Município de Braganey-PR**.

VALOR ORIGINAL DO CONTRATO: R$ 312.501,30.

VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 78.033,3

VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO: R$ 390.534,6

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis.

Braganey/PR, 22 de julho de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:EA12E1C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 127/2026

EMENTA: NOMEAR A APROVADO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2024;

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o **Sr. ALMIRO LINS**, inscrito no CPF: 566.***.009-78, para exercer o cargo de Operador de Máquinas, devidamente lotado na Secretaria de Infraestrutura e Transporte.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos aos dias 13 de julho sendo imediatamente revogadas as disposições em contrário e inalterado as demais.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETO, 22 de julho de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:FC473BB5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 128/2026

EMENTA: NOMEAR A APROVADA DO CONCURSO PÚBLICO 001/2024;

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sra. GENI RODRIGUES DA SILVA**, inscrito no CPF: 054.***.879-11, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, devidamente lotado na Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos aos dias 13 de julho sendo imediatamente revogadas as disposições em contrário e inalterado as demais.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETO, 22 de julho de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:DA7FF6E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 129/2026

EMENTA: NOMEAR CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DIVISÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o **Sr. CLEYSON LUIZ SIEBRE BUCALÃO**, inscrito no CPF: 519.***.028-24, para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Obras, devidamente lotado na Secretaria de Infraestrutura e Transporte.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos aos dias 13 de julho sendo imediatamente revogadas as disposições em contrário e inalterado as demais.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETO, 22 de julho de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:45CE2AB3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE DISPENSA 021/2026

PUBLICAÇÃO DE DISPENSA 021/2026
O Agente de Contratação, designada através da Portaria nº 022/2026 de 27 de Fevereiro de 2026, com base na Lei Federal 14.133/2021 e legislação complementar, torna público Resultado do processo de Dispensa de Licitação.
MODALIDADE: DISPENSA Nº 021/2026
PROCESSO Nº 098/2026
OBJETO: contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais destinados à manutenção de instrumentos de percussão da Fanfarra Municipal, visando atender às necessidades do Departamento de Cultura do Município de Braganey – PR.

LOTE 1					
ITEM	**DESCRIÇÃO SERVIÇO**	**UND**	**QTDE**	**VALOR UNT.**	**VALOR TOTAL**
1	Peles batedeira 14 polegadas, caixa.	UN	20	R$ 39,00	R$ 780,00
2	Peles resposta para repique 14 polegadas.	UN	10	R$ 33,00	R$ 330,00
3	Peles batedeira 22 polegadas para bumbo.	UN	8	R$ 59,00	R$ 472,00
4	Esteiras de 12 fios.	UN	5	R$ 55,00	R$ 275,00
5	Pares de baquetas para bumbo com cabeça de borracha	UN	4	R$ 52,00	R$ 208,00
TOTAL					**R$ 2.065,00**
PROPOSTA APRESENTADA: 31.091.926 WESLEY BORGES GOMES - ME.					
CNPJ Nº 31.091.926/0001-63					
VALOR DA PROPOSTA: R$ 2.065,00 (dois mil e sessenta e cinco reais)					
APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO: a empresa encaminhou toda a documentação solicitada em ACORDO com o disposto na Lei 14133/21, bem como no Termo de Referencia, estando para tanto **HABILITADA**.					

Braganey-PR, 22 de Julho de 2026

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Agente de Contratação

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:E6113204

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°. 34/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 76/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Pregão Eletrônico N°. 34/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 76/2026

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/2021 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de Menor Valor Por Item, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.
OBJETO: Registro de preços para aquisição parcelada de materiais periféricos e equipamentos de informática, destinados a atender as necessidades de manutenção das atividades das diversas Secretarias do Município de Braganey – PR.

RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico N°. 34/2026,**

conforme segue o vencedor:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
B2G PARTICIPAÇÕES LTDA	58.959.886/0001-85	R$ 9.238,60
CASA MIX LTDA	37.429.301/0001-45	R$ 4.449,50
CENTER COPY IMPORTAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA EPP	11.268.379/0001-31	R$ 43.480,00
DS SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.	07.333.846/0001-92	R$ 107.810,00
HIGH LEVEL COMERCIAL LTDA	16.847.666/0001-10	R$ 14.400,00
JAV COMERCIO LTDA	50.656.871/0002-17	R$ 11.522,00
L. DE SOUSA CONCEICAO COMERCIO E SERVICOS LTDA	41.316.967/0001-64	R$ 4.000,00
LICITA SHOP COMERCIO E SERVICOS LTDA	50.958.011/0001-57	R$ 3.060,00
LUMOS CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA	51.382.835/0001-94	R$ 13.437,10
M3. BUSINESS GROUP LTDA	54.494.740/0001-50	R$ 100,40
SEVENTEC COMERCIO LTDA	08.784.976/0001-04	R$ 91.400,00
STELAR TECNOLOGIA LTDA	52.750.930/0001-66	R$ 34.480,00
VECTOR TI - SUPRIMENTOS DE TI E ELETRONICOS LTDA	36.999.842/0001-46	R$ 21.695,00

Braganey, 22 de Julho 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:ED2664E2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

CAMARA MUNICIPAL DE CAFEARA
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO nº 05/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2026

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEARA – PR, CNPJ nº 02.074.206/0001-91.

Contratada:

57.530.374 David Marks Pereira, CNPJ nº 57.530.374/0001-36, no valor de R$5.380,00 (cinco mil, trezentos e oitenta reais).

Objeto: "Contratação de empresas para realizar serviço de manutenção preventiva e corretiva nos aparelhos de ar condicionado, higienização e recarga de gás; e realização de serviços elétricos na Câmara Municipal de Cafeara – PR".

Embasamento: Lei 14133/21, Art. 75, I.

Vigência: 23 de julho de 2027.

ISAAC MAIA LEMES
Presidente da Câmara Municipal de Cafeara

Publicado por:
Lídia Bezerra Feitoza
Código Identificador:E17BCDA0

CAMARA MUNICIPAL DE CAFEARA
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO nº 06/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2026

Contratante:

CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEARA – PR, CNPJ nº 02.074.206/0001-91.

Contratada:

Rodrigo Tomadon, CNPJ nº 60.728.002/0001-23, no valor total de R$12.990,00 (doze mil, novecentos e noventa reais).

Objeto: "Contratação de empresas para realizar serviço de manutenção preventiva e corretiva nos aparelhos de ar condicionado, higienização e recarga de gás; e realização de serviços elétricos na Câmara Municipal de Cafeara – PR".

Embasamento: Lei 14133/21, Art. 75, I.

Vigência: 23 de julho de 2027.

ISAAC MAIA LEMES
Presidente da Câmara Municipal de Cafeara

Publicado por:
Lídia Bezerra Feitoza
Código Identificador:AD3FE6BA

CAMARA MUNICIPAL DE CAFEARA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2026

A autoridade municipal do órgão CAMARA MUNICIPAL DE CAFEARA, no uso de suas atribuições legais, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório:
Objeto: "Contratação de empresas para realizar serviço de manutenção preventiva e corretiva nos aparelhos de ar condicionado, higienização e recarga de gás; e realização de serviços elétricos na Câmara Municipal de Cafeara – PR".

Empresas vencedoras:

• Rodrigo Tomadon, CNPJ nº 60.728.002/0001-23, no valor total de R$12.990,00 (doze mil, novecentos e noventa reais).
• 57.530.374 David Marks Pereira, CNPJ nº 57.530.374/0001-36, no valor de R$5.380,00 (cinco mil, trezentos e oitenta reais).

Total Geral: R$18.370,00 (dezoito mil, trezentos e setenta reais).

Embasamento: Lei 14133/21, Art. 75, I.

CAFEARA (PR), 22 de julho de 2026.

ISAAC MAIA LEMES
Presidente da Câmara Municipal de Cafeara

Publicado por:
Lídia Bezerra Feitoza
Código Identificador:E107581F

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DE ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS

PREGÃO ELETRONICO 22/2026

EXTRATO DE ATA 48/2026
Contratante:
Nome: MUNICÍPIO DE CAFEARA – PR, CNPJ nº 75.845.545/0001-06.
Contratado:
NOME: MB SERRALHERIA LTDA.
CNPJ/MF sob o nº37.828.151/0001-42, no valor de R$ 148.450,00 (cento e quarenta e oito mil e quatrocentos e cinquenta reais).

EXTRATO DE ATA 49/2026
Contratante:
Nome: MUNICÍPIO DE CAFEARA – PR, CNPJ nº 75.845.545/0001-06.
Contratado:
NOME: MONTANHA & GOULART LTDA.
CNPJ/MF sob o nº41.721.777/0001-22, no valor de R$ 48.470,00 (quarenta e oito mil e quatrocentos e setenta reais).

Fundamento Legal: Lei nº 14133/21
Data de Assinatura: 22/07/2026
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de serviços de serralheria e fornecimento de materiais para atender as demandas das secretarias do município de Cafeara-PR.
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Marcelo Galvão
Código Identificador:625719E6

GOVERNO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 54/2026
Pregão - Eletrônico Nº. 22/2026

Fica HOMOLOGADO o resultado do Procedimento Licitatório - Pregão - Eletrônico nº 22/2026, de 01/07/2026, para o qual tem como objeto: "REGISTRO DE PREÇOS para contratação de serviços de serralheria e fornecimento de materiais para atender as demandas das secretarias do município de Cafeara-PR" pelo critério de menor preço por item, sendo vencedor(es) do objeto da licitação a(s) empresa(s):
MB SERRALHERIA LTDA, MONTANHA & SCHULZ LTDA, CNPJ Nº 37.828.151/0001-42, 41.721.777/0001-22, no valor total de R$196.920,00 (Cento e Noventa e Seis Mil, Novecentos e Vinte Reais).

Cafeara - Pr, vinte e dois dias de julho de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
" Prefeito Municipal"
Cafeara –PR

Publicado por:
Marcelo Galvão
Código Identificador:C9A0E3B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO CONCORRÊNCIA N° 005.2026 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - RIO VERDE - PARANÁ CIDADE

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026
O Município de Cafelândia/PR torna público que fará realizar, às 09h00min horas do dia 10 de agosto do ano de 2026, na plataforma COMPRASGOV - www.gov.br/compras, CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da seguinte obra:

Local do objeto	Descrição do Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de Execução
Estrada Rio Verde	Pavimentação CBUQ	32.626,92 m²	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura Cafelândia e na plataforma COMPRASGOV - www.gov.br/compras. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio do e-mail adriano.compras@cafelandia.pr.gov.br.

Cafelândia/PR, 22 de julho de 2026.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Portaria n° 632/2023 - DRH

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:063C8505

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 397/2026 - DRH

PORTARIA N. º 397/2026-DRH

SÚMULA: Concede a pedido Licença Sem Vencimentos à Servidora Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º CONCEDER a pedido Licença Sem Vencimentos à Servidora **RENY VIANA**, matrícula 767321650, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **PROFESSOR 30 HORAS**, no período compreendido de 22/07/2026 a 22/07/2027.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 22 de julho de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:1E388270

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 398/2026 - DRH

PORTARIA N. º 398/2026-DRH

SÚMULA: Concede a pedido Licença Sem Vencimentos à Servidora Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º CONCEDER a pedido Licença Sem Vencimentos à Servidora **MARIA APARECIDA SIMPLICIO SOARES**, matrícula 767321908, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **CUIDADOR DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**, no período compreendido de 22/07/2026 a 22/07/2027.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 22 de julho de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:317F927D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 399/2026 - DRH

PORTARIA N.º 399/2026-DRH

SÚMULA: Atribuir Gratificação de Jornada Suplementar à servidora.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º ATRIBUIR à Servidora **ADELAIDE BECKER** matrícula 44811**,** ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **EDUCADOR INFANTIL** do Grupo Ocupacional do Magistério, **GRATIFICAÇÃO DE JORNADA SUPLEMENTAR** de mais 10 horas semanais, no período de 22/07/2026 a 18/12/2026.

Art.2º Atribuir à referida Servidora a Gratificação de Substituição de 100%, conforme Art. 52, parágrafos 1º e 2º, da Lei Municipal n. º 1708/2020.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 22 de julho de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:EFF8DBA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 400/2026 - DRH

PORTARIA N.º 400/2026-DRH

SÚMULA: Atribuir Gratificação de Jornada Suplementar à servidora.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º ATRIBUIR à Servidora **QUITERIA GOMES DO NASCIMENTO DA GAMA** matrícula 62461**,** ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **EDUCADOR INFANTIL** do Grupo Ocupacional do Magistério, **GRATIFICAÇÃO DE JORNADA SUPLEMENTAR** de mais 10 horas semanais, no período de 22/07/2026 a 18/12/2026.

Art.2º Atribuir à referida Servidora a Gratificação de Substituição de 100%, conforme Art. 52, parágrafos 1º e 2º, da Lei Municipal n. º 1708/2020.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 22 de julho de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:E3403E6F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 401/2026 - DRH

PORTARIA N.º 401/2026-DRH

SÚMULA: Atribuir Gratificação de Jornada Suplementar à servidora.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º ATRIBUIR à Servidora **LUCENI SOARES PEREIRA DISNER** matrícula 73401**,** ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **EDUCADOR INFANTIL** do Grupo Ocupacional do Magistério, **GRATIFICAÇÃO DE JORNADA SUPLEMENTAR** de mais 10 horas semanais, no período de 22/07/2026 a 18/12/2026.

Art.2º Atribuir à referida Servidora a Gratificação de Substituição de 100%, conforme Art. 52, parágrafos 1º e 2º, da Lei Municipal n. º 1708/2020.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 22 de julho de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:AE7FFE28

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 402/2026 - DRH

PORTARIA N.º 402/2026-DRH

SÚMULA: Atribuir Gratificação de Jornada Suplementar à servidora.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º ATRIBUIR à Servidora **TEREZINHA APARECIDA ALVES CARVALHO JAWARSKI** matrícula 73331**,** ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **PROFESSOR 20 HORAS** do Grupo Ocupacional do Magistério, **GRATIFICAÇÃO DE JORNADA SUPLEMENTAR** de mais 20 horas semanais, no período de 22/07/2026 a 18/12/2026.

Art.2º Atribuir à referida Servidora a Gratificação de Substituição de 100%, conforme Art. 52, parágrafos 1º e 2º, da Lei Municipal n. º 1708/2020.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 22 de julho de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:7C11DB3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 403/2026 - DRH

PORTARIA N.º 403/2026-DRH

SÚMULA: Atribuir Gratificação de Jornada Suplementar à servidora.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º ATRIBUIR à Servidora **GEOVANNA PATRICCYA PICKLER FERREIRA ZANELA** matrícula 767321666**,** ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **PROFESSOR 20 HORAS** do Grupo Ocupacional do Magistério, **GRATIFICAÇÃO DE JORNADA SUPLEMENTAR** de mais 20 horas semanais, no período de 22/07/2026 a 18/12/2026.

Art.2º Atribuir à referida Servidora a Gratificação de Substituição de 100%, conforme Art. 52, parágrafos 1º e 2º, da Lei Municipal n. º 1708/2020.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 22 de julho de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:FC839F42

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

GABINETE
LEI N.º 1.129, DE 22 DE JULHO DE 2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento geral do Município de Campina Grande do Sul para o exercício financeiro de 2026, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento geral do Município de Campina Grande do Sul, para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 1.450.000,00 (um milhão quatrocentos e cinquenta mil reais), destinado à aquisição de terreno para ampliação do espaço físico do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Assis Bossardi, a seguir especificado:
I – Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Educação;
II – Unidade Orçamentária: 05.002;
III – Função: 12 - Educação;
IV – Subfunção: 365 - Educação Infantil;
V – Programa: 0006 – Programa de Manutenção e Revitalização da Educação Infantil;
VI – Ação: 1014 - Edificações, Revitalização e Infraestrutura na Rede de Ensino;
VII – Natureza da Despesa: 4.4.90.61.00.00 - Aquisição de Imóveis;
VIII – Fonte de Recursos: 1103 e 1104;
IX – Valor: R$ 1.450.000,00 (um milhão quatrocentos e cinquenta mil reais).

Art. 2º O crédito adicional especial de que trata esta Lei será coberto com recursos provenientes de excesso de arrecadação da Receita nº 111253, vinculada à Fonte de Recursos nº 1104, e de anulação parcial da Dotação Orçamentária nº 101, nos termos do art. 43, §1º, incisos II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, até o valor de R$ 1.450.000,00 (um milhão quatrocentos e cinquenta mil reais).

Art. 3º Fica autorizada a inclusão da presente ação no Plano Plurianual – PPA 2026-2029, aprovado pela Lei Municipal nº 1.086, de 17 de outubro de 2025, bem como a adequação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 22 de julho de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:EE42CCDF

GABINETE
LEI N.º 1.130, DE 22 DE JULHO DE 2026

Altera a Lei Municipal n.º 542, de 21 de março de 2018, que institui o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA, do Município de Campina Grande do Sul; altera a Lei Municipal n.º 1.090, de 11 de novembro de 2025, que Cria o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA e altera a denominação do Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSB, que passa a denominar-se Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA, no Município de Campina Grande do Sul, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná aprovou, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei Municipal n.º 542, de 21 de março de 2018, que institui o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA, do Município de Campina Grande do Sul; altera a Lei Municipal n.º 1.090, de 11 de novembro de 2025, que cria o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA e altera a denominação do Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSB, que passa a denominar-se Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA, no Município de Campina Grande do Sul, e dá outras providências, na forma que especifica.

Art. 2º O artigo 5º da Lei Municipal n.º 542, de 21 de março de 2018, passa a vigorar acrescido do parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 5º (...)
Parágrafo único. O gestor do FMSBA é o Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável.

Art. 3º O artigo 2º da Lei Municipal n.º 1090, de 11 de novembro de 2026, passa a vigorar acrescido do inciso XI, com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)
(...)
XI – definir as diretrizes e mecanismos de acompanhamento, fiscalização e controle do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental, contando com a participação de representantes da sociedade civil ligados, direta ou indiretamente, ao setor de saneamento básico"

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 22 de julho de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:DB76698A

GABINETE
LEI N.º 1.131, DE 22 DE JULHO DE 2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento geral do Município de Campina Grande do Sul para o exercício financeiro de 2026, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento geral do Município de Campina Grande do Sul, para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 1.680.000,00 (um milhão seiscentos e oitenta mil reais), destinado à aquisição de terrenos para implantação de infraestrutura voltada à implantação de duas escolas em Tempo Integral – ETI, a seguir especificado:
I – Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Educação;
II – Unidade Orçamentária: 05.003 - FUNDEB;
III – Função: 12 - Educação;
IV – Subfunção: 361 - Ensino Fundamental;
V – Programa: 0005 – Programa de Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental;
VI – Ação: 1010 - Edificações, Revitalização e Infraestrutura na Rede Municipal de Ensino;
VII – Natureza da Despesa: 4.4.90.61.00.00 - Aquisição de Imóveis;
VIII – Fonte de Recursos: 4102 - Recursos do Fundeb destinados à Educação em Tempo Integral;
IX – Valor: R$ 1.680.000,00 (um milhão seiscentos e oitenta mil reais).

Art. 2º O crédito adicional especial de que trata esta Lei será coberto com recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias financiadas com a Fonte de Recursos nº 4102 e de possível excesso de arrecadação da Fonte de Recursos nº 1101, observadas as disposições do art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, até o valor de R$ 1.680.000,00 (um milhão seiscentos e oitenta mil reais).

Art. 3º Fica autorizada a inclusão da presente ação no Plano Plurianual – PPA 2026-2029, aprovado pela Lei Municipal nº 1.086, de 17 de outubro de 2025, bem como a adequação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 22 de julho de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:28F2A349

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1024/2026

A Secretária Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 172, da Lei Municipal nº. 09/2004, RESOLVE,

Art.1º. Instaurar a abertura de **Processo Administrativo Disciplinar** em desfavor da servidora L.S.P., citada no Memorando nº. 13/2026, da Secretaria Municipal da Educação, protocolado sob nº.

11.354/2026, com a finalidade de apurar o eventual descumprimento de suas funções;

Art.2º. Determinar que a referida apuração seja realizada no prazo de **60 (sessenta) dias**, nos termos da Lei, por Comissão composta pelos seguintes servidores: **RONY ZOTTO CARTAXO – Matrícula nº. 272351 (Presidente), ANA PAULA BISCARO DE MATOS - Matrícula nº. 148851 (Suplente) e membros: DAIHANE GISELE DOS SANTOS – Matrícula nº 149151; DIOGO GIACOMITI – Matrícula nº. 271971; PATRÍCIA SIMIONI DA CRUZ - Matrícula nº. 146561; SILMARA DE SOUZA COSTA - Matrícula nº. 157841 e TIAGO TREVISAN - Matrícula nº. 327063,** todos estáveis e em exercício.

Art. 3º. A referida comissão terá assessoria jurídica da servidora **JOICE CECCON DE GODOY, inscrita na OAB/PR nº. 63.089 – Matrícula nº. 202731**.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 22 de julho de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

SILMARA APARECIDA GIACOMITTI BELO
Secretária Municipal de Administração
Autoridade Instauradora

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 22 de julho de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:0AA1ED78

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 584/2026

Concede Gratificação de Regime Suplementar, na forma em que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando:

a) O Memorando SEMEC n.º 534/2026;
b) A Lei Municipal n.º 827/2013.

D E C R E T A

Art. 1º - **Concede Gratificação de Regime Suplementar** para o servidor **BRUNO CESAR DE SOUZA GONÇALVES**, matrícula n.º 3486, a partir de 24/06/2026, na *Escola Municipal José Valenga* - Educação Infantil e Ensino Fundamental – período Manhã.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 24.06.2026.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 22 de julho de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:ED18A651

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 585/2026

Retira Gratificação de Coordenação Pedagógica, na forma que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando:

a) O memorando SEMEC n.º 542/2026.

D E C R E T A

Art. 1º - Retira a Gratificação de Coordenação Pedagógica, a partir de 23/07/2026, da servidora CLAUDILANE ANDRADE DOS SANTOS RAPOSO DA LUZ, matrícula n.º 064, a qual deixa de responder pela Coordenação Pedagógica da *Escola Municipal Vereador Hemetério Torres* - Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/07/2026.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 22 de julho de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:90086C19

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 586/2026

Concede Gratificação de Coordenação Pedagógica, na forma em que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando:

a) O memorando SEMEC n.º 543/2026;
b) A Lei Municipal n.º 827/2013.

D E C R E T A

Art. 1º - **Concede Gratificação de Coordenação Pedagógica**, a partir de 23/07/2026, para a servidora **LILIAN ALEIZ**, matrícula n.º 578, na *Escola Municipal Vereador Hemetério Torres* - Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/07/2026.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 22 de julho de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:AC914904

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 587/2026

Cancela a Gratificação de Regime Suplementar da servidora CLAUDILANE ANDRADE DOS SANTOS RAPOSO DA LUZ, na forma em que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando:

a) Memorando SEMEC n.º 547/2026.

D E C R E T A

Art. 1º - **CANCELA** a Gratificação de Regime Suplementar, concedida à servidora **CLAUDILANE ANDRADE DOS SANTOS RAPOSO DA LUZ,** matrícula n.º 064, a partir 23/07/2026, no período da manhã, na Escola Municipal Vereador Hemetério Torres - Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 2º - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/07/2026.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 22 de julho de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:1D5D1258

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 588/2026

Concede licença sem vencimentos à servidora CLAUDILANE ANDRADE DOS SANTOS RAPOSO DA LUZ, na forma que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando:

a) A solicitação protocolada nesta Prefeitura sob n.º 4699/2026;
b) Os artigos 97, 101 e 102 da Lei Municipal n.º 126/2000.

D E C R E T A

Art. 1.º - **CONCEDE** licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares, por 2 (dois) anos, à servidora **CLAUDILANE ANDRADE DOS SANTOS RAPOSO DA LUZ,** matrícula n.º 064, ocupante do cargo efetivo de Professor, a partir de 23 de julho de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de julho de 2026.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 22 de julho de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:BAC3048C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 589/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.676.560,22 (um milhão, seiscentos e setenta e seis mil, quinhentos e sessenta reais e vinte e dois centavos) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ **1.676.560,22** (um milhão, seiscentos e setenta e seis mil, quinhentos e sessenta reais e vinte e dois centavos), como segue:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Unidade: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.1008.2.018 – Atividades Da Secretaria Municipal De Assistência Social			
3.3.90.39.00.00	Outros Serv. de Terceiros de Pessoa Jurídica	0000	219.494,43
TOTAL			**219.494,43**

ÓRGÃO: 04 - SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
Unidade: 01 – SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
12.361.1006.2.004 – man. das atividades da secretaria municipal de educação			
3.3.90.39.00.00	Outros Serv. de Terceiros de Pessoa Jurídica	0103	1.040.933,45
TOTAL			**1.040.933,45**

ÓRGÃO: 02 - GABINETE			
Unidade: 01 – GABINETE			
04.122.1002.2.002 – MANUT. DA CHEFIA DE GABINETE			
3.3.90.39.00.00	Outros Serv. de Terceiros de Pessoa Jurídica	0000	55.115,11
TOTAL			**55.115,11**

ÓRGÃO: 05- SECRETARIADE SAÚDE			
Unidade: 01 – SECRETARIADE SAÚDE			
12.361.1006.2.186 – MANUTENÇÃO UNIDADE DE SAUDE 24 HORAS			
3.3.90.39.00.00	Outros Serv. de Terceiros de Pessoa Jurídica	0303	304.116,48
TOTAL			**304.116,48**

ÓRGÃO: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS			
Unidade: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS			
04.122.1022.2.207 – MANUT. ATIV. SECR. LICITAÇÃO E CONTRATOS			
3.3.90.39.00.00	Outros Serv. de Terceiros de Pessoa Jurídica	0000	32.076,99
TOTAL			**32.076,99**

ÓRGÃO: 18 - PROCURADORIA MUNICIPAL DO MUNÍCIPIO			
Unidade: 01 – PROCURADORIA MUNICIPAL DO MUNÍCIPIO			
02.61.1002.2.056 – MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO			
3.3.90.39.00.00	Outros Serv. de Terceiros de Pessoa Jurídica	0000	9.698,79
TOTAL			**9.698,79**

ÓRGÃO: 15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
Unidade: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
19.126.1029.2.208 – PREFEITURA DIGITAL			
3.3.90.39.00.00	Outros Serv. de Terceiros de Pessoa Jurídica	0000	7.833,14
TOTAL			**7.833,14**

ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO E DO MEIO AMBIENTE			
Unidade: 01 – SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO E DO MEIO AMBIENTE			
20.608.1010.2.041 – manut. ativ. secretaria de agricultura e abastecimento			
3.3.90.39.00.00	Outros Serv. de Terceiros de Pessoa Jurídica	0000	5.421,82
TOTAL			**5.421,82**

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
Unidade: 02 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS			
15.451.1009.2.116 – Serviços Urbanos De Sinalização Horizontal Vertical/ Placas E Nomes De Ruas			
3.3.90.39.00.00	Outros Serv. de Terceiros de Pessoa Jurídica	0000	1.870,01
TOTAL			**1.870,01**

Art. 2º- Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos de Excesso de Arrecadação no valor de**R$ 1.676.560,22** (um milhão, seiscentos e setenta e seis mil, quinhentos e sessenta reais e vinte e dois centavos), proveniente da fonte:**0000, 0103 e 0303**.

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Campo Magro, em21 de julho de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:F051D3E0

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 590/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 700.000,00 (Setecentos Mil Reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 700.000,00 (Setecentos Mil Reais), como segue:

ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO			
Unidade: 03 – DEPARTAMENTO DE ABASTECIMENTO			
20.605.1011.2.072 – Manutenção do Programa Armazen da Família			
3.3.90.39.00.00	Outros Serv. de Terceiros de Pessoa Jurídica	0000	700.000,00
TOTAL			**700.000,00**

Art. 2º- Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos de Excesso de Arrecadação no valor de**R$ 700.000,00**(Setecentos Mil Reais), proveniente da fonte:**0000**.

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Campo Magro, em 21 de julho de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:8C90FDC1

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 591/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais), como segue:

ÓRGÃO: 07:00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Unidade: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.1008.2.018 – Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social			
3.3.90.39.00.00	Outros Serv. de Terceiros de Pessoa Jurídica	0000	120.000,00
TOTAL			**120.000,00**

Art. 2º- Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos de Excesso de Arrecadação no valor de**R$ 120.000,00**(Cento e Vinte Mil Reais), proveniente da fonte:**0000**.

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Campo Magro, em 21 de julho de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:415F89DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 030/2026 ORIGINÁRIO DA DISPENSA 024/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: SIGPEL INDUSTRIA DE PAINEIS ELETRONICOS
CNPJ: 03.285.797/0001-09
OBJETO: Aquisição de painel de led outdoor p5 completo, incluindo estrutura metálica, instalação, sistema multimídia, configuração operacional e treinamento técnico, destinado à utilização em eventos públicos, campanhas institucionais, atividades culturais, esportivas e educacionais promovidas pela prefeitura.
VALOR TOTAL: Valor Total Estimado: R$ 65.330,00 (Sessenta e cinco mil, e trezentos e trinta reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato
DATA DE ASSINATURA: 11 de junho de 2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 022/2024

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:30A33AD3

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 032/2026 ORIGINÁRIO DA DISPENSA 025/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: MEDPRIME, CLINICA GESTAO E SAUDE S/A
CNPJ: 23.481.981/0001-31
OBJETO: Contratação de contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados continuados de técnicos de enfermagem em regime de dedicação exclusiva de mão de obra terceirizada para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde de Campo Magro – PR
VALOR TOTAL: O valor da contratação é de R$ 1.327.596,48 (Um Milhão e Trezentos e Vinte e Sete Mil e Quinhentos e Noventa e Seis Reais e Quarenta e Oito Centavos)
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 06 meses, após a assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, compreendendo a data de 18/06/2026 a 18/12/2026
DATA DE ASSINATURA: 18 de junho de 2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 022/2024

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:04641D2E

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 031/2026

PROTOCOLO 4282/2026

O Prefeito Municipal de Campo Magro, no uso de suas atribuições legais, e ressaltando a necessidade, conveniência e interesse da Administração Pública, com fundamento no Art.75, inciso II da Lei 14.133/2021, **RATIFICA** a Dispensa supracitada, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EDUCACIONAIS DESTINADOS AO PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO METODOLÓGICA, MEDIAÇÃO DE**

GRUPOS TEMÁTICOS E SISTEMATIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO MAGRO – PME 2026–2036, DURANTE A REALIZAÇÃO DA SEMANA PEDAGÓGICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, em favor de **LIZIANE HOBMEIR** inscrita no **CNPJ 38.072.502/0001-09**, com o valor global de **R$ 23.500,00 (Vinte e três mil e quinhentos reais),** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Campo Magro, 22 de julho de 2026

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:0A680A72

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 081/2026

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 081/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.047/2025
PROCESSO DIGITAL Nº 1.448/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL TRADIÇÃO - CNPJ sob o nº 05.528.196/0017-72.
OBJETO: Aquisição de sementes de milho e fertilizante, destinados ao Incentivo de Produção Agrícola do Município de Candói em conformidade com a Lei Municipal 1.619/2021.
VALOR GLOBAL: R$ 3.269.074,00 (três milhões duzentos e sessenta e nove mil e setenta e quatro reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contado da assinatura.

DATA DE ASSINATURA: 22/07/2026

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:48CB4CF0

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 082/2026

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 082/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.037/2026
PROCESSO DIGITAL Nº 1.931/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL TRADIÇÃO - CNPJ sob o nº 05.528.196/0017-72.
OBJETO: Fornecimento de Fertilizante Mineral Simples, destinado ao Incentivo de Produção Agrícola do Município de Candói em conformidade com a Lei Municipal 1.619/2021.
VALOR GLOBAL: R$ 979.200,00 (novecentos e setenta e nove mil e duzentos reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contado da assinatura.

DATA DE ASSINATURA: 22/07/2026

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:EBA79392

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 90.002/2026 | PROCESSO Nº 200/2026

Constatada a regularidade dos atos procedimentais e em cumprimento ao item 13.1 do Edital, a autoridade superior, Sr. Aldoino Goldoni Filho, HOMOLOGA o julgamento realizado no dia 07 de julho de 2026, referente ao processo em epígrafe.

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para operacionalização do Programa "Candói Mais Crédito", visando à concessão de crédito com subsídio de juros a Microempreendedores Individuais (MEIs), Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs) com atividade econômica desenvolvida e comprovada no Município de Candói.

Resultado do Credenciamento:

Ordem do protocolo	Razão Social	CNPJ	Data	
			Credenciamento	Homologação
1º	Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária Vale das Águas PR/MG - Cresol Vale das Águas PR/MG	04.663.561/0001-21	01/06/2026	12/06/2026
2º	Cooperativa De Credito Integrado Sicoob Integrado	07.122.321/0012-60	NÃO CREDENCIADO	22/07/2026

Candói, 22 de julho de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Autoridade Superior
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:A89B9E38

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
DECRETO N.º 271/2026 DATA: 22-07-2026

SÚMULA: Nomeia Servidor em Estágio Probatório e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 139 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, com base nas Leis n.º 1.784/2012, 1.785/2012 e no Edital nº 17.001/2025, de Homologação do Concurso Público Municipal,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica o abaixo relacionado, nomeado em Estágio Probatório, no Cargo, Tabela de Vencimento e Referências que mencionam, em virtude de habilitação em Concurso Público Edital n.º 001/2025.

SERVIDOR (A)	RG-CPF Nº.	CARGO	Tabela de Vcto.	Ref.
Vitor Nascimento Huber de Sá	008.***.***-17	Engenheiro Civil	I	97

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques, PR., 22 de julho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:34135FDF

GABINETE PREFEITO
ERRATA PORTARIA N° 298/2026

ERRATA
ONDE SE LÊ:
PORTARIA Nº 298/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Elizangela Fatima Cemin Pereira	Motorista	06 (seis)	Céu Azul 07 Cascavel e Corbélia 09 - PR	07,08,09,10,11,12 de julho de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC, RENAL, HOSPITAL SÃO LUCAS.
Gilmar Antonio Roman	Motorista	01 (uma)	Foz do Iguaçu – PR	05 de julho de 2026.	Hospital e poli ambulatório Nossa Senhora Aparecida.
Fabian de Oliveira Marques	Motorista	01 (uma)	Guarapuava – PR	20 de julho de 2026.	Hospital Regional Centro Oeste.
Rodrigo Franceschi Dickel	Motorista	01 (uma)	Cascavel – PR	20 de julho de 2026.	Transportar familiar e menor em exame médico (IML)
Rosangela Cristina Capeleti S.	Agente de Administração	01 (uma)	Cascavel – PR	24 de julho de 2026.	Buscar documentação IIPR, PRM.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 21 de julho de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

LEIA -SE:
PORTARIA Nº 298/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Elizangela Fatima Cemin Pereira	Motorista	06 (seis)	Céu Azul 07 Cascavel e Corbélia 09 - PR	07,08,09,10,11,12 de julho de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC, RENAL, HOSPITAL SÃO LUCAS.
Gilmar Antonio Roman	Motorista	01 (uma)	Foz do Iguaçu – PR	05 de julho de 2026.	Hospital e poli ambulatório Nossa Senhora Aparecida.
Fabian de Oliveira Marques	Motorista	01 (uma)	Guarapuava – PR	20 de julho de 2026.	Hospital Regional Centro Oeste.
Rosangela Cristina Capeleti S.	Agente de Administração	01 (uma)	Cascavel – PR	24 de julho de 2026.	Buscar documentação IIPR, PRM.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 21 de julho de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:975529AE

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 299/2026

PORTARIA Nº 299/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Ricardo Mendes Ribeiro de Souza	Motorista	01 (uma)	Foz do Iguaçu – PR	22 de julho de 2026.	Hospital e poli ambulatório Nossa Senhora Aparecida.
Albino Junior Rheinheimer	Motorista	01 (uma)	Foz do Iguaçu – PR	21 de julho de 2026.	Hospital Nossa Senhora.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:C287087D

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
RESOLUÇÃO NORMATIVA N.º 03/2026 CMAS

DATA: 21/07/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de registro e inscrição à Associação Paraná de Artes Marciais – APAM e ao Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná – CIEE/PR, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Capitão Leônidas Marques – PR, para fins de reconhecimento e regularidade de suas atividades no âmbito da Política de Assistência Social, nos termos da legislação vigente.

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.435, de 06 de julho de 2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social;
CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social;
CONSIDERANDO a análise da documentação apresentada pelas entidades e organizações interessadas em obter inscrição junto ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
CONSIDERANDO que as entidades apresentaram documentação compatível com as exigências legais e regulamentares para fins de inscrição neste Conselho;
CONSIDERANDO a análise das atividades desenvolvidas pelas entidades, bem como sua compatibilidade com os objetivos e finalidades da Política de Assistência Social;
CONSIDERANDO a deliberação dos conselheiros reunidos em reunião realizada no dia 21 de julho de 2026, conforme registrado na Ata nº **04/2026**;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a inscrição, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Capitão Leônidas Marques – PR, das entidades e organizações de assistência social relacionadas no Anexo I desta Resolução, nos termos da legislação vigente.
Art. 2º As entidades inscritas deverão manter atualizada sua documentação e comunicar ao Conselho Municipal de Assistência Social quaisquer alterações relacionadas à sua constituição, funcionamento, endereço, diretoria, serviços, programas, projetos ou demais informações relevantes para a manutenção de sua inscrição.
Art. 3º As entidades inscritas deverão observar as normas e diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS, pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, pelas normativas do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e demais legislações aplicáveis.
Art. 4º A inscrição terá validade de **02 (dois) anos**, devendo a entidade, para fins de manutenção da inscrição, cumprir as exigências previstas na legislação vigente e nas normativas deste Conselho.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Capitão Leônidas Marques – PR, 22 de julho de 2026.

.

VAGNER ANDERSON LOURES
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Paula de Borba Juliao
Código Identificador:4FE86006

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 300/2026 DATA: 22-07-2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os Artigos 90 e 91 da Lei Municipal n.º 1.784/2012 de 23 de março de 2012,

R E S O L V E

Art.º 1º- Conceder a Servidora Pública abaixo relacionada, Licença para Tratar de Interesses Particulares, sem remuneração, pelo período de 01 (um) ano, no seguinte período:

Matrícula	Nome	Cargo	Início	Término
123695/1	Djessica Cristine Schmidt	Professor – LF 01	21-07-2026	20-07-2027

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 22 de julho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:2650E293

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº. 002/2026. PREGÃO ELETRÔNICO N. º 083/2022. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 333/2022.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI* e de outro lado a empresa ***ABRELINO FELIPPE EIRELI,*** com sede na Rua Beija Flor, 116, Bairro Santa Monica, Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP: 85.790-000, inscrita no CNPJ sob n. º 26.615.485/0001-11, neste ato devidamente representada por seu Titular, Senhor *ABRELINO FELIPPE,* portador do CPF sob n. º 467.110.820-87. Fundamentando-se no artigo 65, inciso II, alínea d e § 1º, da Lei 8.666/93 de 21.06.93, conforme previsão contratual, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS OBJETIVOS
Constitui objetivos deste Termo Aditivo, a prorrogação da vigência contratual, para até mais 06 (seis) meses a partir do vencimento e do valor do Termo Contratual com aplicação de reajuste, mantidas as demais condições firmadas em 08 de julho de 2022 e aditivos subsequentes.
ITEM III – **ÔNIBUS NOTURNO 01: RODOVIÁRIO CONVENCIONAL PARA DESLOCAMENTO DE ESTUDANTES CAPITÃO X CASCAVEL - CASCAVEL X CAPITÃO, ANO 2000 OU SUPERIOR, COMO CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 42 LUGARES + MOTORISTA, AR CONDICIONADO EM BOM FUNCIONAMENTO, BANCOS RECLINÁVEIS, BANHEIRO EM CONDIÇÕES DE USO, SEGUROS DOS PASSAGEIROS, REGISTRO NO ORGÃO FISCALIZADOR ANTT (AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES) E NO DER (DEPARTAMENTO DE ESTRADA E RODAGENS), COM DISPONIBILIDADE DE MOTORISTA PORTADOR DA CNH "D", PARA TRANSPORTE DOS ALUNOS, ESTUDANTES DE CURSOS SUPERIORES. CASO O NÚMERO DE PASSAGEIROS SEJE IGUAL OU MENOR QUE 18, A VIAGEM DEVERÁ ACONTECER DE MICROÔNIBUS. OBSERVAÇÃO: A ROTA DESTA LINHA SERÁ DEFINIDA ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE PELA DIRETORIA EM EXERCÍCIO DA ASSEUMAR.**
CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE E DO VALOR CONTRATUAL
Fica reajustado o valor de R$ 917,27 (novecentos e dezessete reais e vinte e sete centavos) para R$ 946,42 (novecentos e quarenta e seis reais e quarenta e dois) a viagem, com aplicação da variação do índice no percentual de 3,1777%, de acordo com o cálculo atualizado pelo IGP-M.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
Soma-se ao valor inicialmente contrato e aditivado o total de R$ 94.612,00 (noventa e quatro mil seiscentos e doze reais), referente ao período de renovação.
CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada a vigência para até 08 de janeiro de 2027.
CLÁUSULA QUINTA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Ratificam-se as demais disposições do Contrato de origem não modificadas por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 08 de julho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

ABRELINO FELIPPE EIRELI
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:4FE2E8D8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA: Nº 034/2026 PROCESSO: Nº 101/2026

OBJETO: Aquisição de Gases Especiais (Medicinal e Industrial) para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde e Administração e Comunicação - Departamento Municipal de Manutenção de Frota

MODALIDADE: Dispensa de Licitação Eletrônica
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, Inciso II da Lei de Licitações nº 14.133/2021.
LOCAL: Poderão participar desta Dispensa os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Compras www.licitanet.com.br.
DATA DA SESSÃO: Dia 28 de julho de 2026 das 09:00 (nove horas) às 15:00 (quinze horas) (horário de Brasília)
SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Administração e Comunicação.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 18.268,01 (dezoito mil, duzentos e sessenta e oito reais e um centavo)

O Edital e demais anexos, encontram-se à disposição dos interessados no Departamento Municipal de Licitações, Rua Benedito Salles nº 1.060 – Andar Superior, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone: (43) 3566-1291 – Ramal 201 – E-mail: licitacoes2@carlopolis.pr.gov.br, pelo site www.carlopolis.pr.gov.br – Link: Processos Licitatórios e Plataforma www.licitanet.com.br.

Carlópolis, 22 de julho de 2026.

Publique-se

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretaria Municipal de Administração e Comunicação

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:F7893B25

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026 PROCESSO: Nº 100/2026 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM- REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVIDADE PARA ME, EPP E MEI PARA OS ITENS ATÉ R$80.000,00

O Município de Carlópolis, Estado do Paraná, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, Menor Preço por item, que tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços de lavagem de veículos, vans, micro ônibus e ônibus da frota municipal, conforme especificações e condições constantes do Edital e seus Anexos.

Disponibilidade do edital: 21 de julho de 2026

Início da sessão de disputa de preços: às **08:30min do dia 10 de agosto de 2026**

Local: www.licitanet.com.br "Acesso Identificado". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Aquisição do edital: Os interessados em participar do certame, poderão retirar exemplares deste edital diretamente no site do Município– link: www.carlopolis.pr.gov.br -Processos Licitatórios, no Departamento de Licitações, Rua Benedito Salles, nº 1.060, pelos telefones: (43) 3566.1291 – Ramal 201 e 43- 99825-0137 e através do e-mail licitacoes2@carlopolis.pr.gov.br

Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através pelos telefones: 34) 3014-6633 / 3236-7571 (Suporte aos Fornecedores) (34) 99678-7950 / (34) 99678-8726 (Suporte aos Fornecedores) ou através da Licitanet Online ou pelo e-mail: contato@licitanet.com.br/ financeiro@licitanet.com.br

Carlópolis, 21 de julho de 2026.

Publique-se.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretário Municipal de Administração e Comunicação

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:5C562254

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026 PROCESSO: Nº 106/2026 TIPO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE- REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVIDADE PARA ME, EPP E MEI PARA OS ITENS ATÉ R$80.000,00

O Município de Carlópolis, Estado do Paraná, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, Maior Percentual de desconto por Lote, que tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, de mecânica, elétrica, hidráulica, funilaria, pintura (corretiva, preventiva e estética) e capotaria/tapeçaria, revisões e afins, incluindo o fornecimento e troca de peças/acessórios sendo Peças Originais e/ou Genuínas ou Peças de Reposição com critério de julgamento pelo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE sobre a base do software de orçamentação eletrônica TRAZ VALOR, para a frota de Máquinas Pesadas e Caminhões Novos, conforme especificações e condições constantes do Edital e seus Anexos.

Disponibilidade do edital: 23 de julho de 2026

Início da sessão de disputa de preços: às **08:30min do dia 11 de agosto de 2026**

Local: www.licitanet.com.br "Acesso Identificado". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Aquisição do edital: Os interessados em participar do certame, poderão retirar exemplares deste edital diretamente no site do Município– link: www.carlopolis.pr.gov.br -Processos Licitatórios, no Departamento de Licitações, Rua Benedito Salles, nº 1.060, pelos telefones: (43) 3566.1291 – Ramal 201 e 43- 99825-0137 e através do e-mail licitacoes2@carlopolis.pr.gov.br

Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através pelos telefones: 34) 3014-6633 / 3236-7571 (Suporte aos Fornecedores) (34) 99678-7950 / (34) 99678-8726 (Suporte aos Fornecedores) ou através da Licitanet Online ou pelo e-mail: contato@licitanet.com.br/ financeiro@licitanet.com.br

Carlópolis, 22 de julho de 2026.

Publique-se.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretário Municipal de Administração e Comunicação

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:BDE66A62

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 275/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2026 PROCESSO INTERNO Nº 111/2026

Contratante	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado	**COLETTO 3R COMÉRCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA - CNPJ 30.614.830/0003-31**
Objeto	Contratação de concessionária autorizada para revisão em garantia de 1 ano do veículo Volkswagem Polo - Placas UBB-9C89
Vigência do Contrato	22/07/2026 à 22/01/2027
Valor Contratual	**R$ 1.158,86 (um mil, cento e cinquenta e oito reais e oitenta e seis centavos)**

Dotação Orçamentária
25.004.23.691.0402.2.478.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
25.004.23.691.0402.2.478.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 22 de julho de 2026.

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA CARVALHO
Secretario Municipal De Fazenda E Desenvolvimento Econômico
Contratante
COLETTO 3R COMÉRCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:42441ACC

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2026 PROCESSO INTERNO Nº 111/2026

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento Econômico
OBJETO: Contratação de concessionária autorizada para revisão em garantia de 1 ano do veículo Volkswagem Polo - Placas UBB-9C89.

VALOR CONTRATADO: R$ 1.158,86 (um mil, cento e cinquenta e oito reais e oitenta e seis centavos)
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, Inciso IV da Lei de Licitações nº 14.133/2021
FORNECEDOR CONTRATADO: COLETTO 3R COMÉRCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS – CNPJ Nº 30.614.830/0003-31

Fica ratificado o presente processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, conforme dados acima.

Carlópolis, 22 de julho de 2026.

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA CARVALHO
Secretario Municipal de Fazenda e Desenvolvimento Econômico

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:B439B8D8

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO Nº. 073/2026-DP.

DECRETO Nº. 073/2026-DP

Súmula: - "Dispõe sobre a exoneração de servidora ocupante de cargo efetivo e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Senhor Nilton Douglas de Meira, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. Fica **EXONERADA** a **PEDIDO**, a partir de 07 de julho de 2026, a servidora **ROSENILDA APARECIDA BEZERRA**; **Matrícula**: **14301**; portadora do **CPF nº 390.XXX.XXX-66**, do cargo efetivo de **Auxiliar de Serviços Gerais**.

Art. 2º. - Determinar ao Departamento de Pessoal da Municipalidade as providências necessárias para o cumprimento do presente decreto.

Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de **07 de julho de 2026**, ficando revogadas as disposições em contrário.

Carlópolis, 22 de julho de 2026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Jeferson Tavares Palma
Código Identificador:97C3332C

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO Nº. 074/2026-DP.

DECRETO Nº. 074/2026-DP

Súmula: - "Dispõe sobre a exoneração do servidor ocupante de cargo efetivo e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Senhor Nilton Douglas de Meira, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. Fica **EXONERADA** a **PEDIDO**, a partir de 22 de julho de 2026, o servidor **ELITON ORLEI DE TOLEDO**; **Matrícula**: **10931**; portadora do **CPF nº 043.XXX.XXX-46**, do cargo efetivo de **TECNICO EM RADIOLOGIA**.

Art. 2º. - Determinar ao Departamento de Pessoal da Municipalidade as providências necessárias para o cumprimento do presente decreto.

Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Carlópolis, 22 de julho de 2026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Jeferson Tavares Palma
Código Identificador:CF49C320

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO N° 4.325 DE 14 DE JULHO DE 2026

SÚMULA: *"Dispõe sobre ratificação que estabeleceu o perímetro urbano na PR-218 no município de Carlópolis, disciplinado pelo SRI-Sistema Rodoviário Estadual elaborado pela Secretaria de Infraestrutura e Logística em conjunto com o DER-Departamento de Estradas e Rodagem no ano de 2024 e, dá outras providências".*

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, **Nilton Douglas de Meira**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal da República e pelo inciso IV, Art. 68 da Lei Orgânica do Município de Carlópolis, e

CONSIDERANDO o disposto no SRI-Sistema Rodoviário Estadual elaborado pela Secretaria de Infraestrutura e Logística em conjunto com o DER-Departamento de Estradas e Rodagem no ano de 2024, delimitando a área municipalizada da PR-218 pertencente ao Município de Carlópolis/PR;

DECRETA

Art. 1º Fica ratificado o SRI-Sistema Rodoviário Estadual elaborado pela Secretaria de Infraestrutura e Logística em conjunto com o DER-Departamento de Estradas e Rodagem no ano de 2024, delimitando como área municipalizada da PR-218 pertencente ao Município de Carlópolis/PR, localizada nos seguinte trecho e coordenadas:

Rodovia: PR 218 Tipo: Coincidente – Trecho Km: 13,10 ao Km 14,82- Extensão 1,72 Km, Pista S de (PLAN.) (CARLÓPOLIS), Para CARLÓPOLIS (B), jurisdição Municipal – Coordenadas Geográficas: Ref. 1.882 Latitude S: 23º 26' 25,93", Longitude O: 49º 43' 24,29" Ref. 1.932 – Latitude S: 23º 25' 52,87" – Longitude O: 49º 44' 12,89" – Rodovia(S) PR 218 -Trecho(s) SRE/SNV 218M0017MUN.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Otavio Sanseverino de Paula e Silva
Código Identificador:CD2F2A9F

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO N° 4.327 DE 22 DE JULHO DE 2026

SÚMULA: *"Constitui os Times de Segurança do Paciente no âmbito dos serviços da Atenção Primária à Saúde e da Atenção Ambulatorial Especializada do Município de Carlópolis/PR e dá outras providências."*

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, **Nilton Douglas de Meira**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal da República e pelo inciso IV, Art. 68 da Lei Orgânica do Município de Carlópolis, e

CONSIDERANDO a Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013, do Ministério da Saúde, que institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP);

CONSIDERANDO a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 36, de 25 de julho de 2013, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

(ANVISA), que institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 4.326 de 15 de julho de 2026, que instituiu o Núcleo Municipal de Segurança do Paciente (NMSP) e estabeleceu as diretrizes da Política Municipal de Segurança do Paciente;

CONSIDERANDO a necessidade de capilarizar as ações de segurança do paciente, criando equipes operacionais em cada serviço de saúde para executar e monitorar as práticas de segurança no nível local;

DECRETA

Artigo 1º Ficam constituídos os Times de Segurança do Paciente, como instâncias executoras locais da Política Municipal de Segurança do Paciente, nos seguintes serviços de saúde do município:

I – Unidade Básica de Saúde Dr.° José Aparecido Neves Soares;
II – Unidade Básica de Saúde Celeide Robles da Silva Gama;
III – Unidade Básica de Saúde Eugênio Neves Soares;
IV – Unidade Básica de Saúde Nova Brasília;
V – Unidade Básica de Saúde Maria de Lourdes Lopes Marques;
VI – Vigilância em Saúde;
VII – Farmácia Municipal Lucilene Volpini Mendes;
VIII – Fisioterapia Municipal de Saúde.

Artigo 2º Os Times de Segurança do Paciente são vinculados tecnicamente ao Núcleo Municipal de Segurança do Paciente (NMSP), a quem devem reportar suas atividades, planos e indicadores.

Artigo 3º Compete a cada Time de Segurança do Paciente, no âmbito de seu respectivo serviço de saúde:

I – Elaborar, implantar e monitorar o Plano Local de Segurança do Paciente, em alinhamento com o Plano Municipal;
II – Promover a gestão de risco, identificando e avaliando não conformidades nos processos e propondo ações preventivas e corretivas;
III – Implantar e monitorar os indicadores dos Protocolos de Segurança do Paciente aplicáveis ao serviço;
IV – Fomentar a cultura de segurança, a comunicação efetiva e o trabalho em equipe multiprofissional;
V – Gerenciar a notificação, análise e investigação de incidentes e eventos adversos ocorridos no serviço, alimentando o sistema de informação correspondente;
VI – Promover a capacitação contínua da equipe do serviço em temas de segurança do paciente;
VII – Compartilhar com o NMSP e com a equipe local os resultados das análises e as lições aprendidas.

Artigo 4º Cada Time de Segurança do Paciente será composto por uma equipe multiprofissional de, no mínimo, 3 (três) servidores do respectivo serviço. Parágrafo único. Os membros de cada Time, incluindo seu líder, serão indicados pelo coordenador do respectivo serviço de saúde e designados por Ordem de Serviço interna, com comunicação formal ao NMSP.

Artigo 5º O funcionamento, a periodicidade de reuniões, o fluxo de comunicação e os modelos de relatório dos Times de Segurança do Paciente seguirão as diretrizes a serem estabelecidas no Regimento Interno do Núcleo Municipal de Segurança do Paciente (NMSP).

Artigo 6º A participação nos Times de Segurança do Paciente é considerada atividade de relevante interesse para o serviço público e não será remunerada.

Artigo 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Otavio Sanseverino de Paula e Silva
Código Identificador:5A54D009

EXECUTIVO MUNICIPAL
LEI Nº 1.797 DE 22 DE JULHO DE 2026

SÚMULA: *"Altera a redação do artigo 10 da Lei Municipal nº 1.566, de 13 de setembro de 2022, que dispõe sobre a composição do Conselho Municipal de Meio Ambiente e cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências."*

Artigo 1º. O artigo 10 da Lei Municipal nº 1.566, de 13 de setembro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Art. 10.** O Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA, órgão colegiado de caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador, será composto de forma paritária por 10 (dez) membros titulares e 10 (dez) membros suplentes, distribuídos da seguinte forma:*
I - Representantes do Poder Público:
***a)** 05 (cinco) servidores ou agentes públicos municipais, de livre nomeação e exoneração por ato do Chefe do Poder Executivo, para atuar com membros titulares do Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA;*
***b)** 05 (cinco) servidores ou agentes públicos municipais, de livre nomeação e exoneração por ato do Chefe do Poder Executivo, para atuar com membros suplentes do Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA;*
II - 05 (cinco) representantes da Sociedade Civil, eleitos em foro próprio, sendo:
***a)** 02 (dois) membros titulares e 02 (dois) membros suplentes representantes de organizações não governamentais (ONGs), associações ou coletivos com atuação comprovada na área de proteção ambiental no Município;*
***b)** 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente representante de entidades representativas do setor empresarial ou comercial do Município;*
***c)** 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente representante de entidades representativas de trabalhadores rurais ou agricultores do Município;*
***d)** 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente representante de instituição de ensino ou pesquisa com atuação no Município.*
***§ 1º** A função de membro do CMMA é considerada serviço público de relevante interesse social, não sendo remunerada.*
***§ 2º** Os membros do CMMA, titulares e suplentes, após as devidas indicações e eleições, serão nomeados por Decreto do Chefe do Poder Executivo.*
***§ 3º** O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.*
***§ 4º** O Presidente e o Secretário do CMMA serão eleitos dentre os seus membros, na forma que dispuser o regimento interno.*
***§ 5º** A eleição dos representantes da sociedade civil, titulares e suplentes, será organizada pelo Poder Executivo e ocorrerá em assembléia específica, convocada por edital público com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, garantindo ampla divulgação e participação.*
***§ 6º** O regimento interno do CMMA, a ser aprovado por maioria absoluta de seus membros, disporá sobre as demais regras de sua organização e funcionamento."*

Artigo 2º. As demais disposições da Lei Municipal nº 1.566, de 13 de setembro de 2022, permanecem inalteradas.

Artigo 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal de Carlópolis

Publicado por:
Otavio Sanseverino de Paula e Silva
Código Identificador:6EE296F4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 134/2025

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **COSTA OESTE SERVIÇOS LTDA**, estabelecida na Rua Protásio Alves, Nº 3033, bairro Tocantins, na cidade de Toledo, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 07.192.414/0001-09, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Daniel Bogo, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 8.xxx.774-x e do CPF nº 073.xxx.xxx-06, residente e domiciliado a Rua Presidente Castelo Branco, Nº 670, bairro Condá, na cidade de Medianeira, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas às normas da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, ajustam o presente Contrato decorrente do Edital de Pregão **36/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica alterada a Cláusula Segunda do contrato original, reequilibrando o valor mensal em mais R$ 754,58 (setecentos e cinquenta e quatro mil e cinquenta e oito centavos), passando ao valor mensal de R$ 40.583,28 (quarenta mil, quinhentos e oitenta e três reais e vinte e oito centavos) para R$ 41.337,86 (quarenta e um mil trezentos e trinta e sete reais e oitenta e seis centavos).

I – O valor acrescido neste ato é de R$ 2.263,74 (dois mil duzentos e sessenta e três reais e setenta e quatro centavos) para o período restante do contrato.
II – O reequilíbrio se dá motivado pelo aumento dos insumos, conforme comprovado na documentação enviada pela empresa, das quais seguem anexo ao processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica prorrogado o prazo de execução contratual em mais 3 (três) meses, passando a vigorar até 22 de outubro de 2026.
CLAUSULA TERCEIRA – Em razão da prorrogação e prazo e do reequilíbrio dos insumos, aditiva-se o valor contratual em mais R$ 124.013,58 (cento e vinte e quatro mil treze reais e cinquenta e oito centavos).
CLAUSULA QUARTA – Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.
E, por estarem assim acordes, foi lavrado o presente Termo, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas - PR, 22 de julho de 2026.

Município de Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.XXX.XXX-01

Costa Oeste Serviços LTDA
DANIEL BOGO
Representante Legal
CPF 073.xxx.xxx-06

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:B7D0B77C

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 194/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal Nº 4.320/64, e a Lei Municipal nº **408 de 18 de dezembro de 2025 – LOA.**
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento-Programa do Município de Catanduvas, para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o inciso I do art. 41 da Lei 4.320/64, mediante as seguintes providências:
I – Suplementação de rubrica de despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.15.13.392.1450.2.016	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4031	R$ 338.371,21

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, aberto no artigo anterior, fica indicado como fonte de recursos o disposto no Artigo 43º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, produto do "Excesso de Arrecadação" da (s) referida (s) fonte (s) de recursos:

Parágrafo único: Ficam alterados os anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 391/2025, e art. 26, parágrafo único, da Lei nº 392/2025, respectivamente, a fim de compatibilizá-los com as alterações promovidas no artigo 1º deste Decreto, bem como o seu Cronograma de Execução Mensal de Desembolso.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Catanduvas - PR,22 de Julho de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Silvio Farias (Depto Contabilidade)
Código Identificador:A6DF66FC

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 195/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal Nº 4.320/64, e a Lei Municipal nº **408 de 18 de dezembro de 2025 – LOA.**
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento-Programa do Município de Catanduvas, para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o inciso I do art. 41 da Lei 4.320/64, mediante as seguintes providências:
I – Suplementação de rubrica de despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.11.10.302.1300.2.034	3.3.72.39.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1013	R$ 180.557,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, aberto no artigo anterior, fica indicado como fonte de recursos o disposto no Artigo 43º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, produto do "Excesso de Arrecadação" da (s) referida (s) fonte (s) de recursos:

Parágrafo único: Ficam alterados os anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 391/2025, e art. 26, parágrafo único, da Lei nº 392/2025, respectivamente, a fim de compatibilizá-los com as alterações promovidas no artigo 1º deste Decreto, bem como o seu Cronograma de Execução Mensal de Desembolso.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Catanduvas - PR,22 de Julho de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Silvio Farias (Depto Contabilidade)
Código Identificador:A79CA66C

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 196/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal Nº 4.320/64, e a Lei Municipal nº. **408 de 18 de dezembro de 2025 – LOA.**

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento-Programa do Município de Catanduvas, para o exercício de 2026, um crédito Adicional Suplementar em conformidade com o inciso I do Art. 41º da Lei 4.320/64, mediante as seguintes providências:

I – Suplementação de rubrica de despesa nas seguintes dotações Orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recurso	Valor
02.11.10.304.1300.2.037	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2497	R$ 10.510,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior, fica indicado como fonte de recursos os provenientes do "Superávit Financeiro" apurado no último balanço, conforme preceitua o inciso I do parágrafo primeiro do artigo 43º da Lei Federal Nº 4.320/64.

Parágrafo único: Ficam alterados os anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 391/2025, e Art. 26, parágrafo único, da Lei nº 392/2025, respectivamente, a fim de compatibilizá-los às alterações promovidas nos artigos 1º e 2º desse Decreto, bem como o seu Cronograma de Execução Mensal de Desembolso.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Catanduvas - PR, 22 de Julho de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Silvio Farias (Depto Contabilidade)
Código Identificador:4135B004

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
PORTARIA Nº 49/2026

Súmula: Institui o Grupo de Trabalho para elaboração da minuta da Política Municipal de Educação Ambiental do Município e dá outras providências.

O Prefeito Municipal De Catanduvas, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO a Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999;
CONSIDERANDO a Política Estadual de Educação Ambiental, instituída pela Lei Estadual nº 17.505, de 11 de janeiro de 2013;
CONSIDERANDO as políticas públicas setoriais relacionadas ao meio ambiente, educação, saneamento, saúde e desenvolvimento sustentável;
CONSIDERANDO a necessidade de instituir a Política Municipal de Educação Ambiental de forma participativa, integrada, permanente e em observância ao compromisso assumido perante o GAEMA – Ministério Público do Estado do Paraná,

RESOLVE

Art. 1º. Instituir o Grupo de Trabalho (GT), com a finalidade de elaborar a minuta da Política Municipal de Educação Ambiental do Município.
Art. 2º. O Grupo de Trabalho será composto pelos seguintes membros, representantes dos respectivos órgãos e entidades:
Secretaria Municipal de Educação (SEMED):
· Titular: Ediane das Graças Ferreira;
· Suplente: Sandra Corso Pasa.
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (SEAMA):
· Titular: Cristina Harumi Enokida;
· Suplente: Claudia Luiza Maziero.
Secretaria Municipal de Saúde (SMS):
· Titular: Lilian Bernart;
· Suplente: Adriana Ramina Gava.
Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental (CMSBA):
· Titular: Ricardo Barreto Salgueiro;
· Suplente: Vanderlei da Silva.
Representante da Sociedade Civil Organizada:
· Titular: Francieli de Fátima Iung Morais;
· Suplente: Sandra Inês Weber Prediger.
Representante de Instituição de Ensino:
· Titular: Mauricio Nardi Machado;
· Suplente: Mariana do Amaral Guedes.
Representante de outros Órgãos, Instituições ou Entidades:
· Titular: Vera Lucia Engelke;
· Suplente: Jussara de Jesus Freitas.
Defesa Civil:
· Titular: Ediandro Dionisio Ferreira Encina;
· Suplente: Lidiane das Chagas.
Parágrafo único. Os membros poderão ser substituídos, a qualquer tempo, mediante indicação formal do órgão ou entidade que representam, permanecendo a nova designação até a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho.

Art. 3º. A coordenação dos trabalhos caberá ao representante titular da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 4º. Compete ao Grupo de Trabalho:
I – Elaborar a agenda e o cronograma detalhado das atividades;
II – Encaminhar ao GAEMA/Ministério Público do Estado do Paraná cópia desta Portaria e do cronograma de trabalho estabelecido;
III – Documentar todas as fases do processo de elaboração da Política Municipal de Educação Ambiental mediante atas, listas de presença, registros fotográficos e demais documentos pertinentes;
IV – Assegurar a integração, a articulação e o fortalecimento das ações, projetos e programas de educação ambiental desenvolvidos no Município;

V – Mobilizar a participação dos órgãos públicos, conselhos, instituições de ensino, entidades da sociedade civil e demais segmentos interessados que possam contribuir no processo de elaboração da Política Municipal de Educação Ambiental;
VI – Promover reuniões técnicas, oficinas, consultas públicas, audiências ou outros mecanismos de participação social destinados à coleta de contribuições para elaboração da minuta da Política Municipal de Educação Ambiental;
VII – Garantir a análise das contribuições recebidas, preservando a integridade das proposições apresentadas, devendo eventual não acolhimento ser devidamente justificado por fundamentos técnicos ou jurídicos.
Parágrafo único. O Grupo de Trabalho poderá convidar representantes de órgãos públicos, entidades, instituições de ensino, organizações da sociedade civil, profissionais, técnicos e especialistas para colaborar com os trabalhos, sem direito a voto nas deliberações.

Art. 5º. O Grupo de Trabalho terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Portaria, para apresentar a versão final da minuta da Política Municipal de Educação Ambiental.
Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa fundamentada apresentada pela coordenação do Grupo de Trabalho.

Art. 6º. A participação no Grupo de Trabalho constitui serviço público relevante, não ensejando qualquer espécie de remuneração adicional.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Gabinete do prefeito, Catanduvas/PR, em 22 de julho de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Alaor Carlos de Oliveira (Departamento Jurídico)
Código Identificador:747F6CB7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL PROCESSO LICITATÓRIO N.º 002/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2026 EXCLUSIVOS PARA MEI, ME E EPP

A CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE COPA E COZINHA E LIMPEZA PARA A CÂMARA MUNICIPAL, conforme descrito no Anexo 01 - Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: de 24/07/2026 até às 08h45min do dia 05/08/2026

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:45 às 09:00 horas do dia 05/08/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 05/08/2026
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR LOTE**
MODO DE DISPUTA: Aberto
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 5.575,62 (cinco mil, quinhentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos)
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://bllcompras.com.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site da Câmara Municipal de CENTENÁRIO DO SUL (www.centenariodosul.pr.leg.br); **no Setor de Licitações da Câmara Municipal de CENTENÁRIO DO SUL, situado à Rua Prefeita Veralice Pazzotti, 413, Centro E/OU** no **Portal ComprasBR** (http://bllcompras.com).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente ao Setor de Licitações, situada na Rua Prefeita Veralice Pazzotti, 413 – CENTENÁRIO DO SUL-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (43) 3675-1393.

CENTENÁRIO DO SUL/PR, 22 de julho de 2026

MARLON CRUZ PRÊMOLI
Presidente

Publicado por:
Natal Dos Santos
Código Identificador:584365C7

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº196/2026

DECRETO Nº196/2026

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR, Prefeito Municipal de Centenário do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

CONSIDERANDO a realizaçãode processos posterior e sao Pregão Eletrônico nº 47/2026;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 14.133/2021, que rege os procedimentos licitatórios;

CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade de observância dos princípios da legalidade, isonomia, eficiência e economicidade.

DECRETA:

Artigo 1º- Fica declarado **DESCARTADO** o número de Pregão Eletrônico nº47/2026.
Artigo 2º- Revogadas neste ato as demais disposições em contrário.

Centenário do Sul, 21 de Julho de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:4BBC6384

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 042/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 042/2026

O **MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, através do presente **EDITAL**, convoca o(a) candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público nº 001/2025, abaixo relacionado(a), para **comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis,** a contar da data da publicação deste, conforme item 19.6 do edital de abertura do referido concurso, junto ao **Departamento de Recursos Humanos da Administração Pública Municipal**, sito à Praça Padre Aurélio Basso, nº 378, centro, Centenário do Sul-PR, para **apresentar** os documentos conforme estabelecido no item 8.2, quando for o caso, e 19.7.1 do edital de abertura e consoante o rol abaixo mencionado. O não

comparecimento dentro do prazo estipulado implicará na eliminação do(a) candidato(a) no concurso público.
Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade acompanhado do Boletim de Ocorrência;
Cadastro de Pessoa Física CPF conforme certidão de nascimento/casamento/averbação de divórcio;
Registro Civil de Nascimento/Casamento/Casamento com Averbação de Divórcio;
Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino;
Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, acompanhado do atestado de vacinas, da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
Uma foto 3x4 recente, colorida e com fundo branco;
Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
CNH para os candidatos aos cargos cuja habilitação se faz necessária;
Registro junto ao Conselho de Classe do candidato a cargo profissional exigido e comprovante de pagamento da última anuidade;
Comprovante de residência atual (conta de água, energia elétrica ou telefone fixo) em nome do candidato, do cônjuge (se casado) ou dos pais (se solteiro);
Declaração de que o candidato não se encontra vinculado a cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;
Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;
Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal;
Declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, nos termos do art. 13 da Lei nº 8.429/1992, (incluído pela Lei nº 14.230/2021);
Certidão Civil, Criminal e Vara de Execuções Penais (emitidas pelas Justiça Estadual, Federal e o Local de Residência do Candidato). Caso a CND seja positiva deverá apresentar também a Certidão Explicativa;
Atestado de Saúde Ocupacional – ASO emitido por um Médico do Trabalho;
Para cargo de Agente Comunitário Saúde comprovante de residência conforme item 2.4.1 deste edital.
Auto declaração de que é pertencente ao grupo racial negro e de que possui os traços fenótipos que o caracterizam como de cor preta ou parda, quando for o caso.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO	CARGO
JOÃO LUCAS NOGUEIRA DE AGUIAR	1º	Agente Administrativo

Centenário do Sul/PR, 21 de Julho de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:8952EB0F

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO Nº 041/2026

EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO Nº 041/2026

O **MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, através do presente **EDITAL**, torna público a **DESCLASSIFICAÇÃO** do(a) candidato(a), no concurso publicado pelo edital nº 001/2025.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO	CARGO
JOÃO MARCOS CALDERONE	5º	Enfermeiro(a)

Centenário do Sul/PR, 21 de Julho de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:DB9082D4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA GOVERNO
EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 001/2026 AO EDITAL Nº 001/2026 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE TUTORES(AS)/PROFESSORES(AS) MEDIADORES(AS)

O Município de Cerro Azul, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, torna pública a presente **RETIFICAÇÃO**, para alteração do quadro de pontuação da Prova de Títulos constante do item 7.1 do Edital nº 001/2026.

Onde se lê:

7. DO PROCESSO SELETIVO

7.1 O Processo Seletivo Simplificado será constituído de **etapa única**, de caráter **classificatório**, composta exclusivamente por **Prova de Títulos**, cuja avaliação obedecerá aos critérios de pontuação estabelecidos no quadro a seguir. A nota final do candidato corresponderá ao somatório da pontuação obtida na Prova de Títulos, observado o limite máximo de **100 (cem) pontos.**

Títulos	Pontuação por título	Quantidade máxima	Pontuação máxima
Certificado de Especialização (lato sensu)	~~10 pontos~~	2	~~20 pontos~~
~~Certificado de Especialização na área do curso ou da função~~	~~15 pontos~~	~~2~~	~~30 pontos~~
Certificado de curso de extensão ou aperfeiçoamento na área do curso ou da função	~~2 pontos~~	~~10~~	20 pontos
~~Experiência como Tutor(a)/Professor(a) Mediador(a) em cursos superiores na modalidade EaD (por semestre), nos últimos 5 (cinco) anos~~	~~3 pontos~~	~~5 semestres~~	~~15 pontos~~
Experiência como Tutor(a)/Professor(a) Mediador(a) em cursos EaD na área do curso ou da função (por semestre)	~~1,5 ponto~~	~~10 semestres~~	~~15 pontos~~
Pontuação Máxima			100 pontos

Leia-se:

Títulos	Pontuação por título	Quantidade máxima	Pontuação máxima
Certificado de Especialização (Lato Sensu)	15 pontos	2	30 pontos
Diploma de **Mestrado** reconhecido pelo MEC	10 pontos	1	10 pontos
Diploma de **Doutorado** reconhecido pelo MEC	10 pontos	1	10 pontos
Certificado de curso de extensão ou aperfeiçoamento na área do curso ou da função.	5 pontos	4	20 pontos
Experiência como Tutor(a)/Professor(a) Mediador(a) em cursos EaD na área do curso ou da função (por semestre)	6 pontos	5 semestres	30 pontos
Pontuação Máxima			**100 pontos**

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:B575D23D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 41/2025, DECORRENTE DA INEXIGIBILIDADE Nº 09/2025, CONFORME ABAIXO MENCIONADO:

EXTRATO DO 1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 41/2025, DECORRENTE DA INEXIGIBILIDADE Nº 09/2025, CONFORME ABAIXO MENCIONADO:

PARTES: Município de Clevelândia e Bertotti Clinica Veterinaria Ltda

OBJETO: Prorrogação do prazo e vigência do termo de credenciamento.

PRAZO ADICIONAL: 12 (doze) meses.

PERÍODO DE EXECUÇÃO: De 10/07/2026 a 10/07/2027.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: De 09/07/2025 a 10/09/2027.

FORO: CLEVELÂNDIA – PR.

Clevelândia, ... de julho de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Joao Vinicius Viana
Código Identificador:52A0B290

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1° (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 51/2025, DE 09/07/2025, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 019/2025, CONFORME ABAIXO MENCIONADO:

EXTRATO DO 1° (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 51/2025, DE 09/07/2025, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 019/2025, CONFORME ABAIXO MENCIONADO:

PARTES: Município de Clevelândia e Joao Guilherme Chaves da Gama Ltda.

OBJETO: Prorrogação do prazo de duração da Ata de Registro de Preços.

PRAZO ADICIONAL: 12 (doze) **meses**.

PERÍODO DE EXECUÇÃO: De 11/07/2026 a 11/07/2027.

VIGÊNCIA DA ATA DE REG. DE PREÇOS: De 10/07/2025 a 11/07/2027.

FORO: CLEVELÂNDIA – PR.

Clevelândia, 17 de julho de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Joao Vinicius Viana
Código Identificador:69529866

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 056/2026

DECRETO N.º 056, DE 14 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre delegação de competência para assinatura de documentos relativos à execução do objeto "Reforma de imóvel para implantação do Espaço de Acolhimento da Mulher".

HELDER LUIZ LAZAROTTO, Prefeito Municipal de Colombo, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando o disposto no art. 58, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Colombo, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a delegar competências aos Secretários Municipais, no âmbito das atribuições de suas respectivas pastas;

Considerando a habilitação do Município de Colombo para recebimento de transferência de recursos na modalidade fundo a fundo, destinada à execução do objeto "Reforma de imóvel para implantação do Espaço de Acolhimento da Mulher", nos termos da Resolução SEMIPI nº 091/2025, expedida pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI;

Considerando a necessidade de formalização de delegação específica para assinatura de documentos relacionados à execução e operacionalização do referido objeto;

DECRETA:

Art. 1º - Fica delegada à Sra. Gecielle Nazaret de Souza Schene, Secretária Municipal da Mulher, Família e Direitos Humanos, competência para assinar, em nome do Município de Colombo, documentos relacionados à execução do objeto "Reforma de imóvel para implantação do Espaço de Acolhimento da Mulher", decorrente de transferência de recursos na modalidade fundo a fundo.
Parágrafo único. A delegação de competência de que trata o caput deste artigo compreende a assinatura de:

I – planilhas de medição de serviços e respectivas notas fiscais, inclusive no verso das notas e em carimbo unificado;
II – relatórios de acompanhamento, fiscalização e execução da obra;
III – diários de obra;
IV – declarações e documentos relacionados à execução do objeto pactuado;
V – termos de recebimento provisório e definitivo;
VI – demais documentos administrativos necessários à execução, acompanhamento e prestação de contas do objeto mencionado no caput deste artigo.

Art. 2º - A delegação prevista neste Decreto restringe-se às matérias afetas às atribuições legais da Secretaria Municipal da Mulher, Família e Direitos Humanos, permanecendo inalteradas as demais competências do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º - Fica revogado o Decreto 052 de 02 de julho de 2026.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 14 de julho de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:0B7A9837

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA

ERRATA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO vem pelo presente corrigir a Portaria nº. 625/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição nº. 3571 de 13/07/2026,

Onde lê-se: - Art. 1º - **Conceder Aposentadoria Voluntária Especial de Magistério,** na forma da Lei 960/2006 a Servidora Pública Municipal **LAUDECEIA MARQUES PRUDENTE** CPF: 076.260.XXX-45, no cargo de **PROFESSOR,** sob matrícula nº. 5093 funcionária 5093-1 como dispõe o art. 3º da Emenda Constitucional

47/2005 c/c art. 40, § 5º CF/88 e art. 83 da Lei Municipal 960/2006, conforme **Processo Administrativo sob n° 23628/2026.**

Leia-se: Art. 1º - **Conceder Aposentadoria Por Idade e Tempo de Contribuição,** na forma da Lei 960/2006 a Servidora Pública Municipal **LAUDECEIA MARQUES PRUDENTE** CPF: 076.260.XXX-45, no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** sob matrícula nº. 5093 funcionária 5093-1 como dispõe o art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005 c/c art. 40, § 5º CF/88 e art. 83 da Lei Municipal 960/2006, conforme **Processo Administrativo sob n° 23628/2026.**

Paço Municipal de Colombo

Em 16 de julho de 2026.

ALEKSANDRA DO CARMO ULLMANN
Diretora Previdenciária

WILTON LUIZ CARRÃO
Diretor Superintendente

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:E9ACF80E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 672/2026

PORTARIA N.º 672/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor **ALESSANDRO FERREIRA,** da função de Diretor do Departamento de Direitos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal da Mulher, Família e Direitos Humanos, à partir do dia 15 de Julho de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo Em, 17 de julho de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:28D3E902

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 676/2026

PORTARIA N.º 676/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, da ATA n.º 239/2026, Processo Licitatório: Pregão Eletrônico n.º 034/2026, com objeto de Aquisição de **kits de material esportivo** para o atendimento as necessidades da rede de ensino do município de Colombo/PR, conforme segue:

Gestora do Contrato:
Ana Paula Magalhães Strapasson, matrícula funcional n.º 12.214;

Fiscal do contrato:
Jucelia da Silva Amaral**,** matrícula funcional n.º 5629.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 20 de julho de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:CD6FD6EF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 677/2026

PORTARIA N.º 677/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 240/2026, Processo Licitatório: Inexigibilidade n.º 027/2026, com objeto de Credenciamento de instituições de ensino privadas e/ou comunitárias, conforme categorias administrativas enquadradas pela Lei Federal n.º 9.394/96 (LDBEN), interessadas em se habilitar para a prestação de serviços educacionais, regularmente constituídas e especializadas na área de ensino para a prestação de serviços "Bolsa Creche", visando ao atendimento temporário de vagas de Educação Infantil, conforme especificações descritas no Anexo I, que integra o edital, nas seguintes condições, conforme segue:

Gestora de Contrato:
Márcia Eluisa Contente Estevam, portadora d da matricula nº 12.157.

Fiscais Técnicos:
Adriana Rita de Oliveira, portadora da matricula nº 17.050,

Ariane Regina Gomes Guidolin, portadora da matricula nº 13.991.

Fiscal de Contrato:
Marcelo Vidolin, portador da matricula nº 4542.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 20 de julho de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:93D85A41

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 678/2026

PORTARIA N.º 678/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 241/2026, Processo Licitatório: Inexigibilidade n.º 044/2026, com objeto de Aquisição de Telas interativas de 75

polegadas com sistema integrado e módulo OPS para atender os alunos do ensino fundamental e promover a aprendizagem, em consonância com o Planejamento Estratégico da Secretaria Municipal de Educação e ao Plano de Inovação Tecnológica das Escolas Municipais, atendendo às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Resolução CEB nº 01/2022, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme segue:

Gestor de Contrato:
Guilherme Jacobs Rebellato, Matricula n.º 18259, Telefone para contato: (41)3675-5968, E-mail: tecnologiaseducacionais@educacao.colombo.pr.gov.br.

Fiscal Técnico:
William Anderson da Silva Camargo, Matricula n.º 19491 Telefone para contato: (41)3675-5968 E-mail: c.william@educacao.colombo.pr.gov.br.

Fiscal de Contrato:
Fabiano de Almeida, Matricula n.º 10438, Telefone para contato: (41)3675-5968 E-mail: tecnologiaseducacionais@educacao.colombo.pr.gov.br.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 20 de julho de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:A8D48F24

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 679/2026

PORTARIA N.º 679/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, em decorrência do Concurso Público nº **001/2022**, homologado em 21 de novembro de 2022, para nos termos do Inciso I, Artigo 17 da Lei Municipal nº 1348/2014, prover o cargo de **TÉCNICO EM RADIOLOGIA**, em regime estatutário conforme segue relação abaixo:

Nome	CPF	Nomeação
REGIANE APARECIDA PEREIRA	0XX.608.119-XX	20/07/2026

Art. 2º - Nomear, em decorrência do Concurso Público nº **003/2022**, homologado em 13 de dezembro de 2022, para nos termos do Inciso I, Artigo 17 da Lei Municipal nº 1348/2014, prover o cargo de **ARQUITETO**, em regime estatutário conforme segue relação abaixo:

Nome	CPF	Nomeação
TAISE PRISCILA HENCKEL	0XX.783.XX1-10	20/07/2026

Art. 3º - Nomear, em decorrência do Concurso Público nº **001/2022**, homologado em 21 de novembro de 2022, para nos termos do Inciso I, Artigo 17 da Lei Municipal nº 1348/2014, prover o cargo de **ENGENHEIRO AGRIMENSOR**, em regime estatutário conforme segue relação abaixo:

Nome	CPF	Nomeação
LEONARDO HENRIQUE DE CAMARGO	096.XXX.779-XX	20/07/2026

Art. 4º - Nomear, em decorrência do Concurso Público nº **001/2022**, homologado em 21 de novembro de 2022, para nos termos do Inciso I, Artigo 17 da Lei Municipal nº 1348/2014, prover o cargo de **ECONOMISTA**, em regime estatutário conforme segue relação abaixo:

Nome	CPF	Nomeação
VITOR DOS SANTOS FRANCA	088.XXX.529-3X	20/07/2026

Art. 5º - Nomear, em decorrência do Concurso Público nº **001/2022**, homologado em 21 de novembro de 2022, para nos termos do Inciso I, Artigo 17 da Lei Municipal nº 1348/2014, prover o cargo de **ANALISTA FISCAL DE TRIBUTOS**, em regime estatutário conforme segue relação abaixo:

Nome	CPF	Nomeação
JOSAFA FEITOZA DE MELO	046.XXX.674-X6	20/07/2026

Art. 6º - Nomear, em decorrência do Concurso Público nº **001/2022**, homologado em 21 de novembro de 2022, para nos termos do Inciso I, Artigo 17 da Lei Municipal nº 1348/2014, prover o cargo de **ASSESSOR CONTÁBIL**, em regime estatutário conforme segue relação abaixo:

Nome	CPF	Nomeação
JULIO CARLOS DE ANDRADE DIAS	969.457.XXX-87	20/07/2026
ACIR JOSE ANTONIACOMI	XX6.505.509-XX	20/07/2026

Art. 7º - Nomear, em decorrência do Concurso Público nº **001/2022**, homologado em 21 de novembro de 2022, para nos termos do Inciso I, Artigo 17 da Lei Municipal nº 1348/2014, prover o cargo de **EDUCADOR SOCIAL**, em regime estatutário conforme segue relação abaixo:

Nome	CPF	Nomeação
SUELLEN PAMELA WETTERMANN LOURENCO	XX.199.80X-05	20/07/2026
CLAUDIA ROSEMERI KAVA	023.XXX.099-X0	20/07/2026

Art. 8º – Nomear, em decorrência do Concurso Público nº **001/2022**, homologado em 21 de novembro de 2022, para nos termos do Inciso I, Artigo 17 da Lei Municipal nº 1348/2014, prover o cargo de **MOTORISTA DE VEÍCULOS**, em regime estatutário conforme segue relação abaixo:

Nome	CPF	Nomeação
MANOEL MESSIAS DOS SANTOS	XXX.799.839-XX	20/07/2026
JESUALDO JOSE PEREIRA	X14.XX.999-19	20/07/2026
LUCIANO DE MORAES	022.572.XXX-19	20/07/2026

Art. 9º - Nomear, em decorrência do Concurso Público nº **003/2022**, homologado em 13 de dezembro de 2022, para nos termos do Inciso I, Artigo 17 da Lei Municipal nº 1348/2014, prover o cargo de **ENFERMEIRO**, em regime estatutário conforme segue relação abaixo:

Nome	CPF	Nomeação
DAYANE DIAS DURVAL MOURA	XXX.268.649-XX	20/07/2026
KAUANNY GONCALVES DOS SANTOS	108.469.919-XX	20/07/2026
LARISSA HECK DA SILVA KOUBETCH	090.895.XXX-2X	20/07/2026
GREICE KELLYN SILVA GALIETA	075.XXX.879-80	20/07/2026
PALOMA PEREIRA PAVAN	084.986.XXX-2X	20/07/2026

10° – Nomear, em decorrência do Concurso Público nº **002/2022**, homologado em 21 de novembro de 2022, para nos termos do Inciso I, Artigo 17 da Lei Municipal nº 1348/2014, prover o cargo de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**, em regime estatutário conforme segue relação abaixo:

Nome	CPF	Nomeação
LUCIAN CALIXTO MACHADO	063.XXX.909-8X	20/07/2026
NATALLY LUIZA PIRES DE JESUS	013.944.279-XX	20/07/2026
GABRIEL MORENO PEDROSO DOS SANTOS	081.XXX.589-8X	20/07/2026
MATHEUS FIALA MARQUES DO CARMO	065.XXX.259-8X	20/07/2026

Art. 11 -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo Em, 20 de julho de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:6F6067DF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 681/2026

PORTARIA N.º 681/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, da Ata de Registro de Preços n.º 242/2026, Processo Licitatório: Pregão Eletrônico n.º 037/2026, com objeto de Contratação de empresa especializada na **prestação de serviços de qualificação profissional**, destinados a adolescentes e jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto, nas modalidades de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), bem como a jovens egressos dessas medidas, conforme segue:

Gestor do Contrato:
Daniel Biscaia de Lima – matrícula n.º 17.830;

Fiscal do contrato:
Vanusa de Lima Salles – matrícula n.º 18.442.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 21 de julho de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:6796CEF7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 682/2026

PORTARIA N.º 682/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, dos Contratos n.º 208/2026 e 209/2026, Processo Licitatório: Concorrência Eletrônica n.º 009/2026, com objeto de Contratação de empresa de engenharia para execução de obra de pavimentação: Lote 01: Estrada Rural Estevão Costa e Estrada Rural Faraó Cavalli; Lote 02: Estrada Rural Aleixo Nodari, compreendendo serviços preliminares, terraplenagem, sub-base, base de brita graduada, capa asfáltica, drenagem, sinalização viária, paisagismo e demais serviços pertinentes incluídos nos projetos, conforme segue:

DESTITUIR:

Fiscal Técnico:
Anderson Diego de Lima**,** matrícula n.º 18.885.

NOMEAR:

Fiscal Técnico:
Jean Douglas Pontes, matrícula n.º 17.678.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 21 de julho de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:5EE3B202

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 683/2026

PORTARIA N.º 683/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1°- Ficam **nomeados** os servidores abaixo relacionados, sem prejuízo do exercício de suas atribuições, para **Composição do Setor Técnico da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC,** do Município de Colombo, conforme segue:

Rodrigo Pinheiro, matrícula n.º 16.313, inscrito no CREA/PR sob o n.º 203366/D;

Wellington Tscheppen, matrícula n.º 17.469, inscrito no CREA/PR sob o n.º 176820/D.

Art. 2º - Os membros exercerão suas atribuições em conformidade com o disposto na Lei Municipal n.º 1.930, de 23 de junho de 2026, especialmente quanto às competências do Setor Técnico da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 22 de julho de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:247D9140

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 062/2026.

Processo:	21224/2026 – Dispensa Nº 062/2026.
Partes:	*Município de Colombo/PR,* **VIS REPRESENTACOES LTDA.** **CNPJ: 59.309.411/0001-06.**
Objeto:	Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de plataforma elevatória motorizada destinada ao atendimento de pessoas com mobilidade reduzida, bem como, a prestação de serviços de manutenção preventiva de plataforma já instalados, incluindo o fornecimento de peças, componentes e material necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos.
Valor:	O valor máximo da Dispensa será de R$ 58.600,00. (cinquenta e oito mil, seiscentos reais).
Embasamento Legal:	Artigo 75 – I, Lei Nº 14.133/2021
Data:	22/07/2026.

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:B37C0322

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO 048/2026 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE TRIO ELÉTRICO DE GRANDE PORTE

Aviso de Licitação
Edital – Pregão Eletrônico Nº 048/2026

Objeto: Contratação de serviço de Locação de Trio Elétrico de Grande Porte (com cavalo mecânico, painéis de LED e geradores), para atender à Festa do Agricultor e à Festa da Cerveja Artesanal do Município de Colombo
Recebimento das Propostas: das 09:00 HORAS do dia 24 de julho de 2026 até às 08:00 HORAS do dia 07 de agosto de 2026.
Início da sessão de Disputa de Preços: Às 09:00 HORAS do dia 07 de agosto de 2026. (Horário de Brasília).
Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: Menor preço "por ITEM".
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a rua XV de novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelo fone: (041) 3656–8102 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.

Colombo, 22 de julho de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandre Amaral de Mello
Código Identificador:91002680

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 058, DE 22 DE JULHO DE 2026

"Autoriza o Executivo Municipal a abrir junto ao orçamento geral do corrente ano, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.200.000,00(dois milhões e duzentos mil reais)."

Helder Luiz Lazarotto, Prefeito Municipal de Colombo, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 4.320/64 e na Lei Municipal nº 1.882/2025 decreta,

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir junto ao orçamento geral do corrente ano, crédito adicional suplementar no valor de R$ 2.200.000,00(dois milhões e duzentos mil reais), como segue:

SUPLEMENTAÇÃO		
12	**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**	
01	**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**	
28.846.0012.2.026	PAGAMENTO DA DÍVIDA PUBLICA MUNICIPAL	
33.90.91	Sentenças Judiciais	
0.1.000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500.000,00
46.90.91	Sentenças Judiciais	
0.1.000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.700.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	**2.200.000,00**

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo 1º, serão utilizados recursos de conformidade com as disposições da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, artigo 43, § 1º item II – os provenientes de excesso de arrecadação no valor de R$ 2.200.000,00(dois milhões e duzentos mil reais).

Art. 3º. Ficam compatibilizados a partir desta abertura de crédito adicional suplementar, os demais instrumentos de planejamento orçamentário correspondentes.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Colombo
Em, 22 de julho de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliana Lineia Bencke Kmiec
Código Identificador:01BE12B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 151/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 116/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 177/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 151/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 116/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 177/2026
OBJETO: Chamamento público para o credenciamento de profissionais, pessoas juridicas para a prestação de serviços referente ao cargo de merendeira, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, mecânico, profissional de apoio escolar e atendente
VALOR: R$ 27.576,00
CONTRATADA: EVA ZAVELINSKI – CNPJ 65.945.053/0001-20
DATA: 22/07/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:740D540C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - ERRATA 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2025 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - ERRATA
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 84 da Lei Federal 14.133/2021.
OBJETO: Pavimentação de vias urbanas com Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), totalizando uma área de 4.810,86 m², incluindo execução de terraplenagem, sub-base, base, meios fios, calçadas, plantio de grama e ensaios tecnológicos.
PRAZO DE EXECUÇÃO de 13 de julho de 2026 até *11 de setembro de 2026*
CONTRATADA: **CLAIR SCHLEMM BLASKIEVICZ**, CNPJ 38.231.813/0001-65
DATA: 03/07/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:D2B742D9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 267/2026

SÚMULA: Nomeação em cargo em comissão.

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, obedecendo ao disposto no art. 37, inciso II da CF, na Lei Municipal nº 1344/2012 de 19 de abril de 2012, art. 4, e 31;

D E C R E T A

Art.1º Fica nomeada a pessoa abaixo relacionada para provimento em cargo em comissão, conforme as disposições contidas nas Leis Municipais nº 1467/2013 e 1781/2018:

Nome	CPF	Cargo	Data
JANETE TRZECIAK	034.577.469-82	Chefe da Divisão de Promoção e Assistência Social	23/07/2026

Art.2º As despesas da presente nomeação correrão pela seguinte dotação orçamentária: 3.1.90.11.00.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Contenda, 22 de julho de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:E1B5340F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL Nº 040/2026 DE 22/07/2026 - PSS 001/2026

EDITAL Nº. 040/2026, de 22 de julho de 2026.
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2026 DE 10/02/2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o item 09 do Edital do Processo Seletivo 001/2026 de 10/02/2026 (abertura do certame) combinado com Edital nº. 007/2026 de 30/03/2026 (homologação) e a Leis Municipais nº. 071/2025, 072/2025 e 073/2025;
Considerando a necessidade do Município de Coronel Vivida, **RESOLVE,**
TORNAR PÚBLICO
Art. 1º. A ***convocação*** de candidato(a)s habilitado(a)s no Processo Seletivo Simplificado aberto através do Edital do Processo Seletivo 001/2026 de 10/02/2026, para o provimento de vaga temporária de **Professor Municipal**, conforme abaixo:
Cargo: **PROFESSOR MUNICIPAL**

Nº ordem	Nome	Classificação	Nº Protocolo
1	Edivane de Souza	93º	1304/26

Art. 2º. Os(A) Candidatos(a) convocados(a), tem prazo de 24h (vinte e quatro horas), a contar da data de **23 (vinte e três) de julho de 2026**, para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, sito Praça Ângelo Mezzomo, S/N, em Coronel Vivida-PR, para declarar se aceita ou não a vaga, sob pena de perda da vaga.
Art. 3º. O não comparecimento do candidato dentro do prazo estabelecido na convocação ou apresentação dentro dos prazos estabelecidos para a contratação, porém, sem satisfazer as exigências previstas no Edital de Abertura do Processo Seletivo nº. 001 de 10/02/2026, será automaticamente excluído da lista de candidatos do PSS, reservando-se a Administração o direito de convocar o próximo candidato da lista de classificados.
Art. 4º. Que a publicação deste, além do Jornal de Beltrão de Francisco Beltrão – PR, do endereço eletrônico: *http://www.diariomunicipal.com.br/amp/* - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, ao 22 (vinte e dois) dias do mês de julho de 2026, 137º da República e 71º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

Publicado por:
Gabriel Turra
Código Identificador:1C2C57A6

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL Nº 196/2026 DE 22/07/2026 - CONCURSO 001/2022

EDITAL Nº. 196/2026 de 22/07/2026.
CONCURSO PÚBLICO 001/2022 – Exclusão de Candidato(a)
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal, Lei nº. 2989 de 27/04/2020 (que dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa, Lei Complementar nº. 056 de 27/04/2020 (dispões sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida-PR) e a Lei Complementar nº. 057 de 27/04/2020 (dispõe sobre o quadro de cargos, planos de carreira e a remuneração), **Edital de Concurso Público aberto sob Nº. 001/2022 de 30/05/2022** (abertura do certame) combinado com Edital nº. 013/2022 de 26/09/2022 (aprovados/homologação) e,
Considerando que o candidato(a) convocado(a) no Edital nº. 195/2026 de 20/07/2026, para a vaga de Enfermeiro, não se pronunciou no prazo estabelecido no edital, **RESOLVE**
TORNAR PÚBLICO
I. Que fica **excluído**(a) Candidato(a) **KETLIN CRISCIANE PASQUALOTTO LOCATELLE,** inscrição nº. 175679, habilitado(a) no cargo público de **Enfermeiro**, do Concurso Público aberto através do Edital nº. 001/2022 30/05/2022, por não se pronunciar no prazo estabelecido no Edital de Convocação nº. 195/2026 de 20/07/2026.
II. O disposto no presente Edital atende aos preceitos contidos no Edital de Concurso Público Nº. 001/2022 30/05/2022 e demais disposições legais vigentes.
III. Que a publicação deste, além do Jornal de Beltrão de Francisco Beltrão – PR, e no endereço eletrônico: *http://www.diariomunicipal.com.br/amp/* - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de julho de 2026, 137º da República e 71º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

Publicado por:
Gabriel Turra
Código Identificador:27C26A3F

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL Nº 197/2026 DE 22/07/2026 - CONCURSO 001/2022

EDITAL Nº. 197/2026, de 22 de julho de 2026.
CONCURSO PÚBLICO 001/2022 - Convocação
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal, Lei nº. 3.514 de 19/09/2025 (que dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa), Lei Complementar nº. 071 de 19/09/2025, Lei Complementar 072 de 19/09/2025, Lei Complementar 073 de 19/09/2025, e **Edital de Concurso Público aberto sob Nº. 001/2022 de 30/05/2022** (abertura do certame) combinado com Edital nº. 013/2022 de 26/09/2022(aprovados/homologação) e,
Considerando a necessidade do Município, **RESOLVE TORNAR PÚBLICO**
I. A ***convocação*** de candidato(a)s aprovado(a)s no Concurso Público aberto através do Edital nº. 001/2022 de 30/05/2022, para o provimento de vaga(s) no cargo de **Enfermeiro,** conforme Anexo I, parte integrante do presente Edital.
II. Que o(a)s Candidato(a)s convocado(a) tem prazo de 24h00min(vinte e quatro horas), a contar de **23 (vinte e três) de julho de 2026,** para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas, sita a Praça Ângelo Mezzomo SN, em Coronel Vivida-PR, para declarar se aceita ou não o cargo público que se habilitou em concurso.

2.1. Que o Candidato não comparecendo ou não se pronunciando no prazo estabelecido neste item será automaticamente eliminado do Concurso Público, aberto através do Edital nº. 01/2022 de 30/05/2022.
III. Que a posse em cargo público dar-se-á no prazo de 15(quinze) dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo, a pedido, ser prorrogado por igual período (art.35 da Lei Complementar nº. 056/2020), e dependerá do resultado da inspeção e no atendimento aos requisitos estabelecidos no item 2 do Edital de Abertura do Concurso Público sob nº. 01/2022 de 30/05/2022, Anexo II deste.
3.1. Será considerado apto se não apresentar restrições médicas que o contraindique ao exercício do cargo.
3.2. O não atendimento de algum dos requisitos para investidura estabelecida no Edital de Concurso Público nº. 01/2022 eliminará o candidato do concurso.
3.3. É de cinco dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.
IV. O disposto no presente Edital atende aos preceitos contidos na Lei nº. 3.514 de 19/09/2025, Lei Complementar nº. 071 de 19/09/2025 (dispões sobre o Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – PR), Lei Complementar 072 de 19/09/2025, Lei Complementar 073 de 19/09/2025, e no Edital de Concurso Público Nº 01/2022 de 30/05/2022 e demais disposições legais vigentes.
V. Que a publicação deste, além do Jornal de Beltrão de Francisco Beltrão – PR, no endereço eletrônico: *http://www.diariomunicipal.com.br/amp/* - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 22 (vinte e dois) dia do mês de julho de 2026, 135º da República e 69º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

ANEXO I
EDITAL Nº 197/2026 de 22/07/2026
CONCURSO PÚBLICO 001/2022 - Convocação
Candidatos CONVOCADOS para assumir Cargo de Provimento Efetivo
Decorrente de habilitação no Concurso Público, aberto através do Edital Nº 001/2022, de 30/05/2022:
Cargo Público: **Enfermeiro**

Ordem Nº.	Classificação	Nome do Candidato	Nº. Inscrição	Lotação Funcional
1	23º	EDUARDA DO CARMO VANELI	176861	Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO II
EDITAL Nº 197/2026 de 22/07/2026
CONCURSO PÚBLICO 001/2022 - Convocação
Requisitos para Nomeação
Documentos Iniciais

cópia da Carteira de Identidade;
cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
cópia da Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
cópia da certidão de nascimento ou casamento;
cópia da certidão de nascimento e CPF dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
certidão negativa de antecedentes criminais do Cartório Criminal do lugar onde tenha residido nos últimos 05 anos, expedida no máximo há 03 (três) meses;
comprovante de endereço;
cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes do Anexo I do Edital 001/2022;
Carteira de Habilitação conforme requisito exigido para o cargo.
Para a cargo de Agente Comunitário de Saúde, o 1º comprovante de residência, é que, reside desde a data de publicação do edital de concurso na localidade (distrito/localidade), será feita de um dos seguintes comprovantes: fatura de energia elétrica ou de telefone ou de água, correspondente ao mês da publicação do edital de concurso, e o 2º comprovante de residência é outro comprovante com data atual, ou ainda através de declaração de residência assinada por duas testemunhas, ambos por ocasião da convocação, cabendo a administração municipal, nos termos do parágrafo único do art. 10 da Lei nº. 11.350 de 05/10/2006, exonerar unilateralmente o ACS na hipótese de não atendimento ao disposto no inciso I do art. 6º da referida Lei, ou em função da apresentação de declaração falsa de residência.
demais documentos que a Prefeitura Municipal de Coronel Vivida achar necessários, posteriormente informados no Edital de Convocação.

ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da POSSE, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados. A não apresentação dos documentos, implicará na eliminação do candidato, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Concurso Público.

Coronel Vivida, Estado do Paraná.

Publicado por:
Gabriel Turra
Código Identificador:B8A98BE6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2026

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2026
TIPO MENOR PREÇO - POR ITEM –AMPLA CONCORRÊNCIA
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA COZINHA E EQUIPAMENTOS PARA PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS. Início do cadastro das propostas: a partir das 08h do dia 24/07/2026 até às 08h do dia 05/08/2026. Abertura das propostas após as 08h do dia 05/08/2026. Início da disputa de preços às 09h do dia 05/08/2026. VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO: R$ 173.700,69. Prazo de vigência: 12 meses. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.bnc.org.br. O edital está disponível nos sites www.coronelvivida.pr.gov.br / www.bnc.org.br / https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações: 0800 046 0102.

Coronel Vivida, 22 de julho de 2026.

JULIANO RIBEIRO,
Diretor do Departamento de Compras e Patrimônio.

Publicado por:
Fernando de Quadros Abatti
Código Identificador:4D55B442

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO 69/2026

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR
CONTRATO Nº 69/2026 – Dispensa de Licitação nº 11/2026 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: VOX CITY TECNOLOGIA, CNPJ nº 19.813.396/0001-14. Objeto: Contratação de empresa especializada em telecomunicações, que possua outorga da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, para prestação de serviços de telefonia móvel. Valor total: R$ 24.600,00. Prazo de vigência: 12 (doze) meses 01 de Setembro de 2026 a 31 de Agosto de 2027.

Coronel Vivida, 22 de julho de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Cristina Alves
Código Identificador:4F9C444A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 68/2026

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR
CONTRATO Nº 68/2026 – Dispensa de Licitação nº 10/2026 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: WISE COMÉRCIO DEEQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ nº 09.007.230/0001-57. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços especializados em manutenção preventiva e assessoria técnica na rede de informática (servidores, internet) de todas as unidades administrativas do Município de Coronel Vivida. Valor total: R$ 30.120,00. Prazo de vigência: 12 (doze) meses 17 de Agosto de 2026 a 16 de Agosto de 2027. Coronel Vivida, 22 de julho de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Cristina Alves
Código Identificador:72F92213

GABINETE DO PREFEITO
CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E COMPOSIÇÕES DE INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA, O GRUPO GESTOR LOCAL-GGL E A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE OBRAS-CAO

RESOLUÇÃO 01/26 de 21 de julho de 2026.

Cria as Instituições e composições de Instâncias de Governança o Grupo Gestor Local-GGL, e a Comissão de Acompanhamento de Obras-CAO, com o objetivo de articular políticas públicas necessárias para assegurar condições adequadas de moradia para famílias atendidas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, através do FNHIS/SUB50, conforme especifica.

Art. 1º O Conselho Gestor do FMHIS do município de Coronel Vivida, **institui o Grupo Gestor Local-GGL,** tem por objetivo favorecer a participação efetiva dos beneficiários, articular soluções, que envolvam inclusive outras políticas públicas, para as demandas comunitárias dos beneficiários, além das necessidades para o desenvolvimento e conclusão do empreendimento.
Art. 2º tem por atribuição a participação na construção do Plano de Ação de Demandas Prioritárias, acompanhamento e apoio às ações do Trabalho Social, interlocução e articulação com outros grupos de governança e comunicação ao grupo de beneficiários o cenário atual e possíveis encaminhamentos necessários e realizados.
Art. 3º É formado pelas famílias atendidas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, É composto por, no mínimo, 4 (quatro) titulares e 4 (quatro) suplentes, devendo ser membros das famílias beneficiárias e refletindo a diversidade do conjunto, com reserva de 50% das vagas para mulheres.
Composição:

MEMBROS MUTUÁRIOS	MEMBROS GOVERNAMENTAIS
Ana Paula Fornari Ribeiro	Victor Maiko Berny Aimon
Simone Alves de Godois	Carla Patrícia Nunes Borges da Rosa
Tainara Rodrigues	Katia Eloiza da Rocha
Michael Jose de Moraes	Fatima Vogel da Silva

Art. 4º Fica criada a **Comissão de Acompanhamento de Obras-CAO**, tem como objetivo permitir a circulação de informações adequadas sobre o empreendimento, permitindo que todas as famílias participem das decisões sobre o empreendimento, conheçam e usufruam plenamente da unidade habitacional recebida.
Art. 5º É Composto e instituído pelas famílias e composto por, até 4 (quatro) titulares e 4 (quatro) suplentes, devendo ser membros das famílias beneficiárias e refletindo a diversidade do conjunto, com reserva de 50% das vagas para mulheres. Sua composição pode ser a mesma do GGL, sem prejuízo das responsabilidades e atribuições daquele grupo.
Composição:

MEMBROS MUTUÁRIOS	MEMBROS GOVERNAMENTAIS
Ana Paula Fornari Ribeiro	Victor Maiko Berny Aimon
Simone Alves de Godois	Carla Patrícia Nunes Borges da Rosa
Tainara Rodrigues	Katia Eloiza da Rocha
Michael Jose de Moraes	Fatima Vogel da Silva

Art. 6º Tem atribuições de interlocução e articulação com a Construtora e/ou Fiscais de obras do município para acompanhamento das fases de obras, visitar as obras, coletar informações sobre evolução e prazos, curiosidades sobre as UH e comunicar às demais famílias.
Art. 7° Esta Resolução entra em vigor na data da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 21 (vinte e um) dias do mês de julho do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis).

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Olivia da Conceição Rodrigues
Código Identificador:B4C6EBD6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
DECRETO LEGISLATIVO Nº 14/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D´OESTE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 14/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Legislativo Municipal para o exercício de 2026 e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Diamante D´Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pela legislação vigente e de acordo com o art. 6º da Lei Orçamentária Anual Municipal para o exercício de 2026.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica aberto no Orçamento Geral do Legislativo Municipal para o exercício de 2025, o Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$10.134,90 (Dez mil, cento e trinta e quatro reais e noventa centavos)**, para a cobertura das dotações orçamentárias abaixo:
01 - CÂMARA MUNICIPAL
001 - Câmara Municipal
01.031.0001.2001 - Manutenção das Atividades do Legislativo Municipal
6 - 3.1.90.46.00.00 AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO R$10.134,90

TOTAL..... R$ 10.134,90

Art. 2º. - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, de que trata a presente lei e artigo anterior, fica indicado como recurso de acordo com o artigo 43 da Lei Federal nº. 4320/64 de 17 de março de 1.964, a anulação total da dotação orçamentária, conforme segue:

01 - CÂMARA MUNICIPAL
001 - Câmara Municipal
01.031.0001.2001 – Manutenção das Atividades do Legislativo Municipal

9 - 3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO.....R$10.134,90
TOTAL.....R$10.134,90
Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diamante D´Oeste - PR, Gabinete do Presidente do Legislativo, em 22 de julho de 2026.

ORESTES CLÁUDIO BATISTA
Presidente do Legislativo Municipal Biênio 2025/2026

Publicado por:
Salete Lucio da Costa
Código Identificador:7E1B6558

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
JULGAMENTO

JULGAMENTO

Considerando os elementos constantes dos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2026, instaurado pela Portaria nº 64/2026, de 13 de abril de 2026, ACOLHO E COMPLEMENTO o Relatório Final elaborado pela Comissão Processante, adotando-o como razão de decidir, para o fim de aplicar ao servidor MARCIANO DAVID, ocupante do cargo de Motorista, matrícula funcional nº 11881, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a penalidade de ADVERTÊNCIA, com fundamento no art. 142, inciso I, da Lei Municipal nº 37/2011.

Publique-se. Intime-se o servidor. Proceda-se ao registro da penalidade em seus assentamentos funcionais, observadas as disposições da Lei Municipal nº 37/2011. Após, arquivem-se os autos.

Diamante D'Oeste, 15 de julho de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:C3896E41

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 118/2026

Institui o Manual e Protocolo Assistencial para Inserção, Acompanhamento e Retirada do Implante Subdérmico de Etonogestrel (Implanon®) no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Diamante D'Oeste – Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTE D'OESTE, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde previstos na Constituição Federal e na Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regulamenta o planejamento familiar;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.443, de 02 de setembro de 2022, que promove alterações na legislação referente ao planejamento reprodutivo;
CONSIDERANDO as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher;
CONSIDERANDO os Critérios Médicos de Elegibilidade para Uso de Métodos Contraceptivos da Organização Mundial da Saúde;
CONSIDERANDO as diretrizes e normativas vigentes do Ministério da Saúde referentes à oferta do Implante Subdérmico de Etonogestrel (Implanon®) no Sistema Único de Saúde;
CONSIDERANDO as orientações técnicas da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná;
CONSIDERANDO a necessidade de ampliar o acesso da população feminina aos métodos contraceptivos reversíveis de longa duração, assegurando atendimento seguro, equitativo e baseado em evidências científicas;

RESOLVEM:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Fica instituído o Manual e Protocolo Assistencial para Inserção, Acompanhamento e Retirada do Implante Subdérmico de Etonogestrel (Implanon®) no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Diamante D'Oeste.
Art. 2º O Manual e Protocolo Assistencial, passa a integrar esta Portaria como Anexo Único.
Art. 3º O protocolo será executado no Centro Municipal de Saúde, por meio das equipes da Atenção Primária à Saúde e Estratégia Saúde da Família.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS
Art. 4º Constituem objetivos do protocolo:
I – Ampliar o acesso aos métodos contraceptivos reversíveis de longa duração;
II – Fortalecer as ações de planejamento reprodutivo;
III – Reduzir a ocorrência de gestações não planejadas;
IV – Promover autonomia reprodutiva das usuárias;
V – Garantir atendimento seguro e humanizado;
VI – Assegurar rastreabilidade e controle dos implantes disponibilizados pelo Ministério da Saúde.

CAPÍTULO III

DA POPULAÇÃO-ALVO
Art. 5º Poderão ser beneficiárias do método todas as mulheres em idade reprodutiva consideradas elegíveis após avaliação clínica e aconselhamento em planejamento reprodutivo.
Art. 6º A oferta do método observará o princípio da universalidade, respeitando a disponibilidade dos insumos fornecidos pelo Ministério da Saúde.
Art. 7º Em situações de disponibilidade limitada dos implantes, serão observados os critérios de priorização previstos no Manual Municipal.

CAPÍTULO IV

DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ELEGIBILIDADE
Art. 8º fica definida a comissão Municipal de Elegibilidade responsável pela análise técnica das solicitações.
Art. 9º A Comissão será composta por:
I – Coordenação da Atenção Primaria;
II – Enfermeiro (a) da Atenção Primária a Saúde - APS;
III – Assistente Social da Atenção Primária a Saúde - APS;
IV – Medico da Atenção Primária a Saúde - APS;
Art. 10. Compete à Comissão:
I – Avaliar critérios de elegibilidade;
II – Deliberar sobre prioridades quando necessário;
III – Emitir pareceres técnicos;
IV – Acompanhar indicadores do programa;
V – Subsidiar a Coordenação da Atenção Primária na avaliação da política pública.

CAPÍTULO V

DA EXECUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS
Art. 11. A inserção e a retirada do implante subdérmico de etonogestrel (Implanon®) serão realizadas exclusivamente por enfermeiros e médicos devidamente capacitados.
Art. 12. A inserção ocorrerá após:
I – Consulta de planejamento reprodutivo;
II – Avaliação clínica;
III – Verificação da elegibilidade;
IV – Assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;

V – Observância das diretrizes previstas no Manual Municipal.
Art. 13. A usuária poderá solicitar a retirada do implante a qualquer momento, independentemente de justificativa.

CAPÍTULO VI

DO CONTROLE E RASTREABILIDADE
Art. 14. O controle dos implantes ficará sob responsabilidade da Farmácia Municipal.
Art. 15. A Farmácia Municipal deverá manter sistema de controle contendo:
I – Número do lote;
II – Validade;
III – Quantidade recebida;
IV – Quantidade utilizada;
V – Identificação da usuária;
VI – Profissional executor;
VII – demais informações necessárias à rastreabilidade.
Art. 16. É vedada a entrega do implante diretamente à usuária para transporte, armazenamento ou aplicação posterior.
Parágrafo único. A dispensação ocorrerá exclusivamente para aplicação imediata por profissional habilitado.

CAPÍTULO VII

DO REGISTRO DAS INFORMAÇÕES
Art. 17. Todos os atendimentos, avaliações, inserções, acompanhamentos e retiradas deverão ser registrados obrigatoriamente no sistema G-MUS.
Art. 18. O Município manterá planilha complementar de monitoramento e rastreabilidade dos dispositivos.

CAPÍTULO VIII

DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Art. 19. A Coordenação da Atenção Primária à Saúde realizará monitoramento periódico dos seguintes indicadores:
I – Quantidade de implantes recebidos;
II – Quantidade de implantes inseridos;
III – Quantidade de implantes retirados;
IV – Estoque disponível;
V – Taxa de continuidade do método;
VI – Eventos adversos registrados;
VII – cobertura dos grupos prioritários.
Art. 20. Os indicadores deverão ser avaliados, no mínimo, semestralmente.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 21. Os casos omissos serão analisados pela Coordenação da Atenção Primária à Saúde, observando-se as diretrizes do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná.
Art. 22. O Manual poderá ser atualizado sempre que houver alteração das normativas Federais, Estaduais ou Municipais relacionadas ao tema.
Art. 23. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Diamante D'Oeste – PR, 22 de Julho de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

NERI MOSS
Secretário Municipal de Saúde

ANGELA MARIA DA SILVA CANALLE
Coordenadora da Atenção Primaria a Saúde

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:B0069E60

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROCESSO DE ESCOLHA DO GESTOR/DIRETOR EDITAL 01/2026 COMISSÃO CENTRAL DE ELEIÇÕES PARA ESCOLHA DO (A) GESTOR/DIRETOR (A) DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D' OESTE.

PROCESSO DE ESCOLHA DO GESTOR/DIRETOR
EDITAL 01/2026
COMISSÃO CENTRAL DE ELEIÇÕES PARA ESCOLHA DO (A) GESTOR/DIRETOR (A) DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D' OESTE.

TORNAR PÚBLICO:
HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO DE ESCOLHA DO GESTOR/DIRETOR (A) DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS DO MUNICIPIO DE DIAMANTE D'OESTE.

Art. 1º - A homologação das inscrições dos candidatos inscritos:

CMEI-Professora Neusa Cleci de Lima	Mary Lucia Vieira de Almeida Zanettin
Escola Municipal Presidente Kennedy	Loreci Lemes Rodrigues Andrade

Diamante D'Oeste 21 de julho de 2026.

LEILA BEATRIZ SILVEIRA AMARAL DA COSTA

JACINTA FRANCESCHINI

MARCOS AURELIO MOCELLIN

ADRIANA FRANCO DOS SANTOS

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:A662FFEA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
DECRETO Nº 35572026

DECRETO Nº 3557
DATA: 21/07/2026

Súmula: Incluí meta no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes e autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de Crédito Adicional Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL, estado do Paraná, no uso de duas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 4320/64 e Lei Municipal n.º1633/2026 de 21/07/2026,
DECRETA
Art. 1º - Fica incluído na Lei Municipal n.º 1588, de 15/10/2025, no programa nº 10.01 – Saúde de Verdade, a ação constante do Anexo I desta lei.
Art. 2º - Fica incluído na Lei Municipal n.º1589, de 15/10/2025, no programa nº 10.01 – Saúde de Verdade, a ação constante do Anexo II desta lei.
Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de um Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município de Diamante do Sul, para o exercício financeiro de 2026, na seguinte dotação, no valor de até R$ 20.627,11 (Vinte mil seiscentos e vinte e sete reais e onze centavos):

07 SECRETARIA DE SAUDE	
07.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.1001.2-45 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
32.90.91.00.00 – Sentenças Judiciais.....	R$ 20.627,11

FONTE: 00303 – Saúde receitas vinculadas (E.C. 29/00 – 15%).	
TOTAL.....	**R$ 20.627,11**

Art. 4º - Para cobertura do crédito a ser aberto de conformidade com o artigo anterior será utilizado o seguinte recurso:
I – O cancelamento parcial da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria de Saúde	
7.002 – Fundo Municipal de Saúde	
10.301.1001.2-44 – Manutenção Departamento de Saúde	
(184) 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
REC – 0000 – Recursos Ordinários Livres.....	R$ 20.627,11 (Vinte mil seiscentos e vinte e sete reais e onze centavos).
Total do cancelamento.....	**R$ 20.627,11**

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 21 DE JULHO DE 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:7B6E07E9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
LEI Nº 1633 2026

LEI Nº 1633
DATA: 21/07/2026

Súmula: Inclui meta no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes e autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de Crédito Adicional Especial.

A Câmara Municipal de Diamante do Sul, Estado do Paraná, aprovou, e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,
L E I:
Art. 1º - Fica incluído na Lei Municipal n.º 1588, de 15/10/2025, no programa nº 10.01 – Saúde de Verdade, a ação constante do Anexo I desta lei.
Art. 2º - Fica incluído na Lei Municipal n.º1589, de 15/10/2025, no programa nº 10.01 – Saúde de Verdade, a ação constante do Anexo II desta lei.
Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de um Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município de Diamante do Sul, para o exercício financeiro de 2026, na seguinte dotação, no valor de até R$ 20.627,11 (Vinte mil seiscentos e vinte e sete reais e onze centavos):

07 SECRETARIA DE SAUDE	
07.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.1001.2-45 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
32.90.91.00.00 – Sentenças Judiciais.....R$	20.627,11
FONTE: 00303 – Saúde receitas vinculadas (E.C. 29/00 – 15%).	
TOTAL.....R$	**20.627,11**

Art. 4º - Para cobertura do crédito a ser aberto de conformidade com o artigo anterior será utilizado o seguinte recurso:

I – O cancelamento parcial da seguinte dotação orçamentária:	
07 – Secretaria de Saúde	
7.002 – Fundo Municipal de Saúde	
10.301.1001.2-44 – Manutenção Departamento de Saúde	
(184) 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
REC – 0000 – Recursos Ordinários Livres.....R$ 20.627,11 (Vinte mil seiscentos e vinte e sete reais e onze centavos).	
Total do cancelamento.....R$	**20.627,11**

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 21 DE JULHO DE 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:A3A4FB7B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - EXTRATO DE CONTRATOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, O PREFEITO MUNICIPAL, **ADJUDICA E HOMOLOGA** nos termos do Inciso IV do Art. 71 da lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório em epigrafe, junto a Dispensa DL15/2026**,** do Município de DIAMANTE DO SUL, Estado do Paraná, em uso das atribuições que lhe são conferidas peça legislação em vigor, resolve:

01 – HOMOLOGAR nos termos do Inciso IV do Art. 71 da lei nº 14.133/2021, a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: DL15/2026
b) Modalidade: Dispensa
c) Data Homologação: 22/07/2026
d) Objeto da Licitação: Contratação de empresa para o fornecimento de mobiliários escolares destinados às unidades da Rede Municipal de Ensino do Município de Diamante do Sul/PR, conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência
e) Fornecedores e itens declarados Vencedores:

• **EDUCAR MÓVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **20.132.150/0001-66**, declarada vencedora dos **itens 02, 03, 04, 06, 07, 08, 09, 10 e 11**, perfazendo o valor total de **R$ 29.990,00 (vinte e nove mil, novecentos e noventa reais)**.
• **BRUNO R. C. KALINOVSKI LTDA**, inscrita no CNPJ nº **37.368.433/0001-04**, declarada vencedora do **item 01**, perfazendo o valor total de **R$ 13.254,90 (treze mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e noventa centavos)**.
• **MAXIMUS MÓVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **30.774.675/0001-59**, declarada vencedora do **item 05**, perfazendo o valor total de **R$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais)**.

Valor total adjudicado: R$ 50.044,90 (cinquenta mil, quarenta e quatro reais e noventa centavos).
Diamante do Sul, 22/07/2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATOS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 470/2026
Contratante: Município de Diamante do Sul – PR.
Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de mobiliários escolares destinados às unidades da Rede Municipal de Ensino do Município de Diamante do Sul/PR.
Contrato nº 352/2026 – **EDUCAR MÓVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **20.132.150/0001-66**, vencedora dos itens **02, 03, 04, 06, 07, 08, 09, 10 e 11**, no valor total de **R$ 29.990,00 (vinte e nove mil, novecentos e noventa reais)**.
Contrato nº 353/2026 – **BRUNO R. C. KALINOVSKI LTDA**, inscrita no CNPJ nº **37.368.433/0001-04**, vencedora do item **01**, no valor total de **R$ 13.254,90 (treze mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e noventa centavos)**.
Contrato nº 354/2026 – **MAXIMUS MÓVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **30.774.675/0001-59**, vencedora do item **05**, no valor total de **R$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais)**.
Valor total da contratação: R$ 50.044,90 (cinquenta mil, quarenta e quatro reais e noventa centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Data da assinatura: 22 de julho de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:D17E2314

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

CÂMARA DE VEREADORES DE DOIS VIZINHOS
DECRETO N.º 015/2026

Decreto nº 015/2026

Revoga Integralmente o Decreto Legislativo n° 008/2026, que suspende a concessão de diárias no âmbito da Câmara Municipal de Dois Vizinhos, no período que especifica, e dá outras providências.

Juarez Alberton, Presidente da Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o estabelecido no Art. 41, inciso IV do Regimento Interno desta Casa de Leis,

Decreta:

Art. 1º Fica revogado integralmente o Decreto n° 008/2026 que suspende a concessão de diárias no âmbito da Câmara Municipal de Dois Vizinhos no período de 1º de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

Art. 2º Fica restabelecido o fluxo regular e a concessão de diárias aos Vereadores, servidores efetivos e ocupantes de cargo em comissão, nos termos da legislação anterior vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário da Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos, em 22 de julho de 2026.

JUAREZ ALBERTON
Presidente

Publicado por:
Claudia Britto Lorenzo
Código Identificador:6E36D225

CÂMARA DE VEREADORES DE DOIS VIZINHOS
DECRETO Nº. 016/2026

DECRETO nº. 016/2026

Revoga integralmente o Decreto Legislativo nº 014/2026.

Juarez Alberton, Presidente da Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o estabelecido no Art. 41, inciso IV do Regimento Interno desta Casa de Leis,

CONSIDERANDO o poder de autotutela da Administração Pública, que autoriza a revisão dos atos administrativos, a conveniência e oportunidade na condução dos atos deste Poder Legislativo, bem como a identificação de inconsistências e informações incompletas e equivocadas no Decreto Legislativo nº 014/2026;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica expressamente revogado em sua totalidade o Decreto Legislativo nº 014/2026.

Art. 2º Permanecem inalterados os efeitos jurídicos produzidos pelo Decreto Legislativo nº 012/2026;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Presidência, em vinte e dois de julho do ano de dois mil e vinte e seis.

JUAREZ ALBERTON
Presidente

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Claudia Britto Lorenzo
Código Identificador:6C44853F

CÂMARA DE VEREADORES DE DOIS VIZINHOS
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2025

CÂMARA DE VEREADORES DE DOIS VIZINHOS – ADITIVO DE CONTRATO - EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contrato:	Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 006/2025
Contratante:	Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos/PR.
Objeto:	Contratação de empresa especializada para fornecimento de link de internet dedicada com locação de equipamentos de rede e suporte técnico local para a Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos/PR
Contratada:	**AMPERNET – TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, CNPJ 04.596.419/0001-09
Prazo:	Prorroga-se o período de vigência por mais **12 (doze) meses**, ou seja, de 27 de junho de 2026 até 26 de junho de 2027
Valor:	A partir de 27 de junho de 2026, acrescenta-se, o valor de R$ 293,40 (duzentos e noventa e três reais e quarenta centavos) ao valor original do contrato, passando a ser o valor anual de R$ 7.433,40 (sete mil, quatrocentos e trinta e três reais e quarenta centavos), em virtude do reajuste de 4,11% do INPC acumulado. O valor mensal passa a ser R$ 619,45 (seiscentos e dezenove reais e quarenta e cinco centavos).

Dois Vizinhos, 12 de junho de 2026.

JUAREZ ALBERTON
Presidente

Publicado por:
Claudia Britto Lorenzo
Código Identificador:A8781CF5

CÂMARA DE VEREADORES DE DOIS VIZINHOS
EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023 - CONTRATO: 024/2023

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023

CONTRATO: 024/2023
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMISSORA DE RÁDIO PARA TRANSMISSÃO DE PROGRAMAS RADIOFÔNICOS DE INTERESSE DA CÂMARA DE VEREADORES DE DOIS VIZINHOS/PR, CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE ABRANGÊNCIA EM TODO TERRITÓRIO MUNICIPAL E COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA – EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.
CONTRATADA: Rádio Educadora de Dois Vizinhos Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 75.928.929./0001-84
VIGÊNCIA: A duração da execução do contrato será de **12 (doze) meses**, a iniciar em 03 de agosto de 2026 e finalizando em 02 de agosto de 2027, podendo ser aditado conforme artigo 57 e 65 de Lei 8666/93.
VALOR – O valor global do contrato com seus aditivos é de R$ 121.975,44 (cento e vinte e um mil, novecentos e setenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), sendo o valor anual atual de R$ 41.815,44 (Quarenta e um mil, oitocentos e quinze reais e quarenta e quatro centavos) e a parcela mensal de R$ 3.484,62 (três mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e sessenta e dois centavos), durante a vigência desse contrato.

JUAREZ ALBERTON
Presidente

Publicado por:
Claudia Britto Lorenzo
Código Identificador:3A6C3CA5

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 90059/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

Aviso de Alteração do Edital do Pregão Eletrônico 90059/2026

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais institucionais personalizados, materiais de apoio institucional, brindes educativos/pedagógicos e itens de identificação correlatos para apoio às ações, campanhas e eventos da Secretaria da Mulher, Idoso, Juventude e Imigrantes.

1. Em virtude do insucesso da publicação nos jornais do estado, do referido certame, houve a necessidade da realizar a contagem de novos prazos.

2. As alterações estarão disponíveis aos interessados no site do Compras Governamentais endereço eletrônico https: https://www.gov.br/compras/pt-br e no site oficial do município de Dois Vizinhos, endereço eletrônico www.doisvizinhos.pr.gov.br.

3. A nova data para início do recebimento das Propostas inicia em 27/07/2026 e a abertura do certame e horário fim do recebimento das propostas e dos documentos de habilitação será até 8h15min do dia 07/8/2026.

4. Permanecem inalteradas as condições do edital.

Dois Vizinhos, 21 de julho de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:FE499376

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
2 ºAVISO RETIFICADOR DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 039/2026 LICITAÇÃO COM ITENS AMPLA CONCORRÊNCIA E ITENS EXCLUSIVOS PARA MEI/ME/EPP TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

O Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, comunica que realizará a licitação em epígrafe, conforme abaixo e que devido a alterações no lote 1 do termo de referência serão efetuadas as retificações necessárias, ficando assim informado nova data e horário de abertura:

OBJETO: Aquisição de conjunto radiológico digital fixo completo, incluindo projeto de radioproteção, materiais de blindagem e equipamentos de radioproteção, para implantação do serviço de diagnóstico por imagem da Secretaria Municipal de Saúde de Fernandes Pinheiro/PR.
FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço por lote
Modo de Disputa: aberto
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00h do dia 23/07/2026 às 08:30h do dia 06/08/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 08:31 às 09:00 do dia 06/08/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Das 09:01h às 09:05h do dia 06/08/2026, acrescido do período aleatório.
LOCAL: www.bll.org.br_"**Acesso Identificado**". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Informações:
Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro
Av. Remis João Loss, 600, Centro.
Fernandes Pinheiro - Paraná
CEP: 84.535-000
O EDITAL ficará disponível no site <www.bll.org.br>, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e também em <www.fernandespinheiro.pr.gov.br>. Na impossibilidade de obtenção por esses meios, o mesmo poderá ser solicitado pelo telefone (42) 3570-0106, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou ainda via e-mail: <licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br>.

Fernandes Pinheiro, 22 de julho de 2026.

GABRIEL EDUARDO RODRIGUES
Agente de Contratação
Portaria 118/2025

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:46E38BEF

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 055/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 096/2026 CONTRATO 040/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ: 01.619.323/0001-20

CONTRATADO: FLORICULTURA VERDES PLANTAS LTDA
CNPJ: 11.163.756/0001-78

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de floricultura, paisagismo, manutenção urbana e arborização, incluindo fornecimento de arranjos e coroas de homenagens fúnebres, flores para eventos e cerimônias de interesse do município.

VALOR TOTAL: 19.171,31.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 MESES.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamento pelo Decreto municipal Nº 208/2024.

Fernandes Pinheiro, 22 de julho de 2026.

HARRY CRISTHIAN EMANUEL CZELUSNIAK
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:FE6CB990

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 056/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ: 01.619.323/0001-20

CONTRATADO: J. WAYDZIK & CIA. LTDA
CNPJ: 05.633.955/0001-08

OBJETO: Aquisição de concreto usinado, classe de resistência C25, com brita 0 e 1, slump de 100 ± 20 mm, conforme NBR 8953, destinado à execução de serviços de reforma da calçada do Parque da Prainha, no Município de Fernandes Pinheiro/PR.

VALOR TOTAL: 6.860,00 (seis mil oitocentos e sessenta reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 dias.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamento pelo Decreto municipal Nº 208/2024.

Fernandes Pinheiro, 22 de julho de 2026.

HARRY CRISTHIAN EMANUEL CZELUSNIAK
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:F1F4DE25

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 050/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, comunica que realizará a licitação em epígrafe, conforme abaixo:
DO OBJETO: **Registro de preços, objetivando a aquisição de tubos de concreto com e sem armação com diversos diâmetros em atendimento à secretaria de Viação, Obras e Urbanismo.**
Forma de Julgamento: Menor preço por item;
RECEBIMENTO DA PROPOSTAS: Das 08:00h do dia 23/07/2026 às 08:30h do dia 04/08/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 08:30h às 09:00hr do dia 04/08/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Das 09:01h às 09:05h do dia 04/08/2026, acrescido do período aleatório.
LOCAL: www.bll.org.br**_**"**Acesso Identificado**". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Informações:
Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro
Departamento de Compras e Licitações
Av. Remis João Loss, 600, Centro.
Fernandes Pinheiro - Paraná
CEP: 84.535-000
O EDITAL ficará disponível no site <www.bll.org.br>, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e também em <www.fernandespinheiro.pr.gov.br>. Na impossibilidade de obtenção por esses meios, o mesmo poderá ser solicitado pelo telefone (42) 3570-0106, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou ainda via e-mail: <licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br>.

Fernandes Pinheiro, 22 de julho de 2026.

GABRIEL EDUARDO RODRIGUES
Agente de Contratação
Portaria 088/2026

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:98D7203C

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº 189/2026 SÚMULA: DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. * REPUBLICAÇÃO POR ERRO

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para compor a Comissão Municipal de Defesa Civil do Município de Fernandes Pinheiro os seguintes membros:

I – Presidência:
a) **Presidente:** ERICK CHAGAS MUSTEFAGA;
b) **Adjunto:** LUCIANO RICARDO GAEDICKE;
c) **Diretor de Operações:** JACSON RICARDO RIBEIRO.

II – Subcomissões:
a) **Relações Públicas:** SERGIO GOMES;
b) **Segurança:** PHELIPE HRYNIEWICZ DE ALMEIDA;
c) **Depósitos:** FELIPE PEREIRA DA SILVA;
d) **Abrigo:** MIGUEL ANGELO PAVELSKI;
e) **Saúde:** SIMONE DA CONCEIÇÃO DE ANDRADE VASCO;
f) **Vistorias:** FERNANDO ALISSON JUKOSKI;
g) **Transportes:** DARI GILBERTO KULLER;
h) **Donativos e Voluntários:** ELISABETE ANDRIOLA COTOVICZ.

Art. 2º Os membros designados por este Decreto exercerão suas funções sem remuneração, sendo os serviços prestados considerados de relevante interesse público.

Art. 3º Compete à Comissão Municipal de Defesa Civil planejar, coordenar e executar as ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação relacionadas à proteção e à defesa civil no âmbito do Município de Fernandes Pinheiro.

Art. 4º A Comissão poderá solicitar a colaboração de órgãos públicos, entidades privadas e membros da comunidade sempre que necessário para o desenvolvimento de suas atividades.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto Municipal nº 335/2024, bem como as demais disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
CUMPRA-SE.

Gabinete do **PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO**, Estado do Paraná, em 21 de julho de 2026.

HARRY CRISTHIAN EMANUEL CZELUSNIAK
Prefeito Municipal – em Exercício

Publicado por:
Jacson Ricardo Ribeiro
Código Identificador:A9A1C46E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026.

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL – UASG 985475
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026.
PROCESSO DE COMPRA: 78/2026.
ITEM EXCLUSIVO PARA ME E EPP, E ITEM DESTINADO A AMPLA CONCORRÊNCIA
A contratação será realizada na forma eletrônica, por meio do Sistema Compras.gov.br, cadastrada na plataforma como: Edital/Contratação nº 12/2026
O Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 95.589.271/0001-30, com sede a Rua Herminio Perondi, 176, em Flor da Serra do Sul, Paraná, torna público e para o conhecimento dos interessados que realizará às **09:00(nove horas), do dia 12 de Agosto de 2026**, no sítio eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, e tem por objeto: **Registro de Preços, para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte de passageiros, sob o regime de fretamento, com fornecimento de ônibus e micro-ônibus, motorista devidamente habilitado, combustível e manutenção dos veículos, mediante remuneração por quilômetro rodado, para atender às demandas das diversas Secretarias e Departamentos do Município de Flor da Serra do Sul/PR.** O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da internet pelos seguintes endereços eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br, https://pncp.gov.br/app/editais e

https://transparencia.betha.cloud/#/cvQsSiZRsNPfVtIntlwt-A== . Demais informações pelo e-mail: licitacao@fssul.pr.gov.br.

Flor da Serra do Sul, 22 de Julho de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:C34D6E04

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 272/2026

PORTARIA Nº 272/2026

CONCEDE QUINQUÊNIO PARA SERVIDORES

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - Art. 1º - Conceder de acordo com o Artigo nº 103 da Lei Municipal Nº 935/2025 de 16 de setembro de 2025, adicional de 5% do vencimento no seu cargo efetivo correspondente a quinquênio, aos servidores abaixo descritos:

Matrícula	NOME	CARGO	Efeito em
918	DRIELI PAZINATO DO NASCIMENTO	ENFERMEIRA	01/07/2026
924	IVONEI JOSE RIGHES	MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO	01/07/2026
925	VANDERLEI LUZA	MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO	01/07/2026
926	VALDECIR FERRARINI	MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO	01/07/2026
927	LEANDRO RIBEIRO	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE	01/07/2026
929	KENNY COUTINHO MATTOS ROSA	MÉDICO PEDIATRA - 12 HRS	01/07/2026
931	CARLA DALIANA DAMASCENO	NUTRICIONISTA	01/07/2026
581	LUIS DAL PAI	MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO	03/07/2026

Art. 2º- Os efeitos financeiros decorrentes da concessão do quinquênio retroagirá conforme data constante na tabela.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 22 de julho de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kellen Maria Vargas da Silva
Código Identificador:4B30779E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.620, DE 22 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 2.620, DE 22 DE JULHO DE 2026.

Nomeia os membros da Equipe Técnica do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Flórida, Estado do Paraná.

O **Prefeito Municipal de Flórida**, Estado do Paraná, **Antônio Emerson Sette**, no uso das atribuições legais:

Considerando a necessidade de institucionalizar mecanismos de planejamento educacional participativo que garantam o diálogo como método e a democracia como fundamento;

Considerando o artigo 8º do Decreto nº 5.064 de 20 de maio de 2026, que "Institui a estrutura organizacional para elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Flórida, Estado do Paraná, referente ao decênio 2026 – 2036 e dá outras providências."

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, de acordo com o artigo 8º do Decreto nº 5.064 de 20 de maio de 2026, os seguintes servidores municipais para comporem a Equipe Técnica do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Flórida:
I – Leia Bernuci Crippa
II - Patrícia Andretto Pichinim
III – Maria Andrea Vicentin Cesnik
IV — Adélia Graciana Barbosa Jorge
V — Celia Maria Sette

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 22 de julho de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:2C49F858

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.621, DE 22 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 2.621, DE 22 DE JULHO DE 2026.

Nomeia os membros da Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Flórida, Estado do Paraná.

O **Prefeito Municipal de Flórida**, Estado do Paraná, **Antônio Emerson Sette**, no uso das atribuições legais:

Considerando a necessidade de institucionalizar mecanismos de planejamento educacional participativo que garantam o diálogo como método e a democracia como fundamento;

Considerando o artigo 5º do Decreto nº 5.064 de 20 de maio de 2026, que "Institui a estrutura organizacional para elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Flórida, Estado do Paraná, referente ao decênio 2026 – 2036 e dá outras providências."

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, de acordo com os incisos de I a V do artigo 5º do Decreto nº 5.064 de 20 de maio de 2026, os seguintes representantes e suas respectivas Instituições para comporem a Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Flórida:
I – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
Titular: Cleunice de Oliveira Cesnik
Suplente: Rosana Sesnik

I — 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
Titular: Maria Luiza Begnossi Penha de Souza
Suplente: Lunara Scandelae Leoni

III – 1 (um) representante do Fórum Municipal de Educação;
Titular: Simone de oliveira dos Santos
Suplente: Nicoly de Almeida Zanolli

IV — 1 (um) representante da Câmara Municipal;
Titular: Alison de Paiva Leoni

Suplente: Patrícia Aparecida Ciavolela Benhozzi

V — 1 (um) representante da Rede Estadual de Ensino do Município;
Titular: Lorena Yael Langer Loddi
Suplente: Adriana Aparecida Favarim Marmentini

VI - 1 (um) representante da Rede Municipal de Ensino do Município;
Titular: Maria Andréa Vicentin Cesnik
Suplente: Paula Andréa Benhossi

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 22 de julho de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:8564C4F2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.622, DE 22 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 2.622, DE 22 DE JULHO DE 2026

Institui o Comitê Estratégico Municipal da política de alfabetização do município de Flórida, Estado do Paraná, alinhado à Política Municipal de Alfabetização.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA**, Estado do Paraná, **ANTONIO EMERSON SETTE**, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 818/2026, que "Institui a Política Municipal de Alfabetização para o desenvolvimento das ações de alfabetização no município de Flórida, Estado do Paraná, em consonância com o Programa Educa Juntos, estratégia Alfabetiza Juntos e com o Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada":

RESOLVE

Art. 1º – Instituir o Comitê Estratégico Municipal da política de alfabetização do município de Flórida, Estado do Paraná, alinhado à Política Municipal de Alfabetização.

Art. 2º – As atribuições do Comitê Estratégico Municipal, são:
I – Coordenar localmente as metas de alfabetização, garantindo o letramento até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, promovendo a colaboração entre a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
II – Analisar continuamente os dados e indicadores de desempenho dos alunos para identificar lacunas no ensino e propor intervenções pedagógicas rápidas;
III – Propor critérios para o reconhecimento de práticas pedagógicas bem-sucedidas, orientar ações de formação continuada para os professores e auxiliar na gestão intersetorial.

Art. 3º – O Comitê Estratégico Municipal reunir-se-á semestralmente, de forma ordinária, e extraordinariamente quando for necessário, convocado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 4º – Ficam nomeados os seguintes componentes do Comitê Estratégico Municipal da política de alfabetização do município:
a) Leia Bernuci Crippa
b) Patrícia Andretto Pichinim
c) Maria Andrea Vicentin Cesnik
d) Adélia Graciana Barbosa Jorge

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flórida, 22 de julho de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:2241FC84

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – SRP- Nº 30/2026-PMF

I. OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de tecidos e aviamentos para atendimento da demanda das Secretarias Municipais.
II. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: a partir do dia 24 de julho de 2026 até às 08h45min do dia 06/08/2026, no site da plataforma de pregão eletrônico www.bnc.org.br.
III. REALIZAÇÃO: dia **06 de agosto de 2026** às 09:00h, no site da plataforma de pregão eletrônico www.bnc.org.br.
IV. TIPO DE JULGAMENTO: "menor preço por lote".
V. VALOR TOTAL MÁXIMO: R$ 203.353,93 (duzentos e três mil e trezentos e cinquenta e três reais e noventa e três centavos).
Demais informações pelo fone: (44) 3136-0200 na Prefeitura Municipal de Flórida/PR, na Divisão de Licitação, no horário normal de expediente. Cópia do Edital no site do município de Flórida: www.florida.pr.gov.br e no site da plataforma de pregão eletrônico www.bnc.org.br.

Flórida, 22 de julho de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luis Eduardo Cesnik Cardoso
Código Identificador:CDFAA44F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Contratada: SERGIO AUGUSTO CESNIK - PRODUÇÕES - ME
Objeto: Prestação de serviços e fornecimento de infraestrutura temporária com montagem, operação e desmontagem para a Cavalgada e 17ª Fest Fish do Município de Flórida.
Valor Total Contratação: R$ 109.990,00 (cento e nove mil, novecentos e noventa reais).
Vigência do contrato: Até 09/07/2027.

Flórida, 10 de julho de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:F303BA42

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO-PR
AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 014/2026

DISPENSA DE VALOR Nº. 014/2026
COM BASE NO ART. Nº. 75, INCISO II da Lei nº. 14.133/2021
A Câmara Municipal de Foz do Jordão torna público que, realizará Chamada Pública, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos Artigo Nº. 75, inciso II da Lei nº. 14.133/2021,

e as exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	DE 23/07/2026 08:00 HORAS A 28/07/2026 ÀS 17:00 HORAS
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:	compras.licitacao@camarafozdojordao.pr.gov.br
LINK DO EDITAL – AVISO:	https://www.camarafozdojordao.pr.gov.br/

1. DO OBJETO:
Contratação de empresa especializada para a criação e entrega de placas de homenagem destinadas à entrega de Moções de Congratulação.
Compõem este aviso, além das condições específicas, os seguintes documentos:
– ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
– ANEXO II– MODELO DE PROPOSTA;
–ANEXO III- MODELO DE DECLARAÇÃO ME/EPP/MEI

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Legislativo Municipal de Foz do Jordão, para exercício de 2026, na classificação abaixo:
Fonte: 001
Projeto Atividade: 01.01.001.031.101.2001 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal.
Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00.00- outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

VALOR ESTIMADO
3.1 O valor global estimado para contratação de empresa especializada para a criação de placas de homenagem para moção de congratulação, será de R$ 6.000,00 (Seis mil Reais) pelo prazo de 12 meses.

PERÍODO PARA ENVIO/PROTOCOLO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
4.1 A presente DISPENSA DE LICITAÇÃO ficará ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (três) DIAS ÚTEIS, a partir da data da divulgação no Sitio Oficial da Câmara Municipal de Foz do Jordão (portal da transparência) https://www.camarafozdojordao.pr.gov.br/acessos/Avisos-Licitacoes, sendo que a proposta de preços e os respectivos documentos de habilitação deverão concomitantemente serem encaminhados ao e-mail: compras.licitacao@camarafozdojordao.pr.gov.br, preferencialmente fazendo referência a DISPENSA DE LICITAÇÃO.
4.2 O protocolo também poderá ocorrer fisicamente no paço da Câmara Municipal de Foz do Jordão no setor de protocolo, localizada na Rua São Pedro, Nº. 186, Centro, Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná.
4.3 Limites para Apresentação da Proposta de Preços e documentos de habilitação: 28/07/2026 ás 17:00 horas.

PROPOSTA DE PREÇOS
A Proposta de preços deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.
As propostas de preços que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas, julgando-se pela desclassificação.
Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital. Devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.

HABILITAÇÃO JURÍDICA E FÍSICA
Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ;
Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores;
Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu;
Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;
Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;
Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);
Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
Para o julgamento será adotado o critério de menor preço por global, atendidas as especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA deste Instrumento.
Encerrada a fase de recebimento de propostas e documentos de habilitação, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e compatibilidade do valor apresentado.
Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.
Após a análise das propostas e documentos apresentados lavrar-se-á Ata indicando o fornecedor vencedor do processo, para posterior ratificação da autoridade competente.
Não havendo oferecimento de propostas nos três dias de publicidade, será classificado o menor preço obtido durante a fase de pesquisa de mercado. A validade da proposta será de 30 dias.

DO PAGAMENTO
O pagamento, decorrente do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de em até 10 (dez) dias, contados da finalização do serviço em cada autorização de prestação de serviço, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo servidor responsável fiscal de Contrato da Câmara e encaminhada à Contabilidade para liquidação da despesa e pagamento da mesma.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Poderá este órgão público revogar o presente Aviso de Dispensa de Licitação em razão do valor, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.
A Câmara Municipal deverá anular o presente Edital da Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.
Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Câmara Municipal.

Foz do Jordão, 22 de Julho de 2026.

JOCELI ALMEIDA DE MORAES
Presidente da Câmara

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

DO OBJETO
O objeto do presente Termo de Referência é a contratação de empresa especializada para a confecção e fornecimento de placas de homenagem destinadas à entrega de Moções de Congratulação, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados, homenagens e demais honrarias concedidas pela Câmara Municipal de Foz do Jordão-PR.

Os objetos/serviços poderão ser pedidos na sua totalidade, de acordo com a necessidade da Administração e do interesse público.

DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

ITEM	PRODUTO/SERVICO	QTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	Placa de homenagem em aço inox, no estojo aveludado na medida 21x17.	15	R$ 400,00	R$ 6.000,00
			VALOR TOTAL	R$ 6.000,00

Natureza do objeto:
Comum (X) Especial ( )

JUSTIFICATIVA E OBJETIVO

A Câmara Municipal de Foz do Jordão realizará homenagens destinadas à entrega de Moções de Congratulação concedidas pela Câmara Municipal de Foz do Jordão-PR, em reconhecimento aos cidadãos, autoridades, entidades e demais homenageados que tenham prestado relevantes serviços à comunidade ou se destacado por suas contribuições em prol do interesse público.

Para isso, é necessária a contratação de uma empresa especializada para confecção de placa de homenagem que estejam à altura da celebração e reflitam o apreço e a importância da banda para o município.

Objetivo:

O objetivo da presente contratação é a confecção de placas de homenagem de alta qualidade, com acabamento refinado e detalhes personalizados, de forma a representar adequadamente o reconhecimento e a valorização do trabalho desenvolvido pelos homenageados.

A entrega das placas comemorativas reforça o compromisso da Câmara Municipal de Foz do Jordão com a valorização daqueles que contribuíram significativamente para o desenvolvimento do Município, preservando o reconhecimento público de seus relevantes serviços e promovendo o fortalecimento dos vínculos entre o Poder Legislativo e a comunidade.

DISPENSA DE LICITAÇÃO

A presente Aquisição fundamenta-se nos pressupostos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.

A forma e critério de julgamento a ser utilizados no presente certame será o menor preço/maior percentual de desconto ( ) por item;( ) por lote; (x) global.

3.3 O critério de julgamento para a contratação de empresa especializada para a criação e entrega de placas de homenagem para a Moção de Congratulação, será o menor preço global. Esta abordagem é adotada devido à natureza do objeto.

3.4 A escolha pelo critério de julgamento de menor preço global para a contratação de uma empresa especializada na criação e confecções das placas de homenagem para as Moção de Congratulação é fundamentada pela necessidade de garantir uniformidade e qualidade nos itens que compõem a homenagem. Esse critério permite que o serviço seja executado por uma única empresa, assegurando que todos os materiais tenham o mesmo padrão de design, acabamento e qualidade.

Uniformidade Visual e Qualidade Padrão, com a responsabilidade centralizada em uma única empresa, é possível manter a uniformidade estética das placas, proporcionando uma homenagem mais coesa e visualmente agradável, evitando variações de estilo que possam comprometer o valor simbólico das homenagens.

Simplificação na Gestão do Contrato: Contratar uma única empresa facilita o gerenciamento e acompanhamento do contrato, reduzindo a burocracia e otimizando o tempo da equipe responsável pela organização do evento de homenagem. Assim, evita-se o esforço de fiscalizar várias empresas, permitindo mais foco na qualidade dos produtos.

Garantia de Prazos e Eficiência na Execução: A contratação pelo preço global garante que o fornecedor cumpra o prazo estabelecido para a entrega de todos os itens, especialmente em eventos de reconhecimento público, onde o tempo de entrega é essencial para o sucesso da homenagem.

Portanto, o critério de menor preço global promove uma solução eficaz e otimizada para a contratação, garantindo produtos com qualidade, integridade estética e entrega unificada. Dessa forma, as homenagens de Moção de Congratulação, será representada com todo o cuidado e simbolismo que eles merece.

CONDIÇÕES ESPECIAIS DE HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ;
Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores;
Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu;
Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;
Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;
Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);
Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

Condições Especiais De Contratação

Condições Especiais De Habilitação
((Não se aplica em razão do objeto)).

MODO E CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e incisos da Lei nº. 14.133/21, e da Resolução nº. 20/2022 da Câmara Municipal de Foz do Jordão.

A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme § 1º do art. 117 da Lei nº. 14.133/2021.

A conformidade do objeto a ser entregue deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

A Contratada deverá manter preposto aceito pela Contratante, com poderes para solucionar demandas oriundas da execução do contrato, nos termos do art. 118 da Lei nº. 14.133.

O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº. 14.133/21.

Obrigações Da Contratante

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço prestado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de comissão/servidor especialmente designado;
Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à prestação do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Obrigações Da Contratada
A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes.
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 1990);
Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
9.1 As solicitações serão formalizadas pela Administração de acordo com a necessidade de realização das homenagens, não havendo obrigação de requisitar a totalidade dos quantitativos estimados. A empresa contratada deverá confeccionar e entregar as placas de homenagem nos prazos estabelecidos no Termo de Referência, contados a partir do recebimento da respectiva solicitação de fornecimento.
As placas de homenagem deverão ser conforme modelo em anexo, com os nomes que serão enviados, na lateral conter o nome dos vereadores da atual administração.
9.2 A entrega deverá ser realizada no na sede da Câmara municipal de mediante a requisição de compra/e ou empenho.
O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e/ou Contrato, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO
O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e incisos da Lei nº. 14.133/21, e do art. 75, Inciso I da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.
A verificação da adequação da prestação deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme § 1º do art. 117 da Lei nº. 14.133/2021.
A Contratada deverá manter preposto aceito pela Contratante, com poderes para solucionar demandas oriundas da execução do contrato, nos termos do art. 118 da Lei nº. 14.133.
O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei nº. 14.133/21.
Fica designada a servidora Ana Claudia Baldi, matrícula nº. 605000, portadora da CI/RG nº. 10.402.104-2 e inscrita no CPF/MF nº. 076.571.009-90 para exercer o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7º da Lei federal nº. 14.133/21.
A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº. 14.133/21.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA
O prazo de vigência será de 12 meses, a contar da assinatura do instrumento contratual, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal nº. 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do disposto no art. 107 da referida norma.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E RESPONSÁVEL:
12.1 Os valores estimados para a contratação de empresa especializada para a criação e entrega de placas de homenagem para as Moções de Congratulação, foram determinados com base em uma análise detalhada dos preços praticados no mercado.
A estimativa dos custos foi realizada pelo Sr. Edimar Junior de Paula Spagnoli, garantindo que os preços estejam alinhados com os padrões do mercado.

EMPRESA	CNPJ	VALOR PROPOSTO
A.T. OLIVEIRA – PLACAS.	09.119.232/0001-38	R$ 6.000,00
R.P. DE FREITAS PLASCAS EM AÇO.	07.182.328/0001-15	R$ 6.525,00
PIXEL´S COMUNICAÇÃO VISUAL	47.090.291/0001-10	R$ 6.750,00

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento, decorrente da prestação de serviço objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de em até 10 (dez) dias, contados da entrega do objeto, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo servidor responsável fiscal de Contrato da Câmara e encaminhada à Contabilidade para liquidação da despesa e pagamento da mesma.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Dotações orçamentárias 01.01.001.031.101.2001 Manutenção das Atividades da Câmara Municipal, 3.3.90.39.59- Serviço de áudio, video e fotos.

DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Declaro estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

Elaborado em: 21/07/ 2026.

Aprovado em: 21/07/2026.

EDIMAR JUNIOR DE PAULA SPAGNOLI
Coordenador de Apoio Técnico

ANEXO II

CAMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

MODELO PROPOSTA

Apresentação da Proposta de Preços, relativa à contratação de empresa especializada para a criação e entrega de placas de homenagem para moção de congratulação aos homenageados.

ITEM	PRODUTO/SERVICO	QTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL
2	Placa de homenagem em aço inox, no estojo aveludado na medida 21x17	15	R$	R$
			VALOR TOTAL	R$

DESCRIÇÃO: Os produtos acima citados serão solicitados pela Administração de forma parcelada, conforme a necessidade de realização das homenagens, não havendo obrigação de requisitar a totalidade dos quantitativos estimados.
A empresa contratada deverá confeccionar e entregar as placas de homenagem nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, contados a partir do recebimento da respectiva Solicitação de Fornecimento ou instrumento equivalente emitido pela Administração.

A placa de homenagem deverá ser conforme modelo em anexo, com os nomes que será enviado.
Proponente_____
CNPJ_____
Endereço_____
Proponente_____

Foz do Jordão (PR), _____ de--_____ de 2026.

_____
Assinatura do Proponente

Anexo

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO ME/EPP/MEI

Dispensa de Valor nº: 014/2026

A empresa xxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxx, sediada à xxxxxxx, representada pelo Sr. XXXXX, inscrito no CPF sob o nº xxxxxx, e portador da Cédula de Identidade RG nº xxxx, **DECLARA**, sob as penas da lei, cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei complementar e no decreto nº 6.204, de 05.09.2007.

Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente
Local, de de 2026.

_____
Nome Completo
Representante Legal

Publicado por:
Edimar Junior de Paula Spagnoli
Código Identificador:79F9AE9C

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITACAO PREGAO ELETRONICO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 028/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 422/2026

O Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná, comunica que realizará o **Pregão Eletrônico nº 028/2026**, do tipo menor preço por lote, cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SEVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO DE RESIDUOS CONTAMINADOS",** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

Início de Recebimento das propostas: 24/07/2026 - 08h00min até 05/08/2026 as 08h29min.
Abertura e julgamento das propostas: 05/08/2026 - 08h30min até - 08h59min
Início da sessão de disputa de preços: 05/08/2026 às 09h00min.

O edital poderá ser obtido nos sítios eletrônicos https://bll.org.br ou www.fozdojordao.pr.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal, na Divisão de Compras e Licitações - Rua Padre Emílio Barbiéri, nº 339, Centro, CEP 85.145-000, Foz do Jordão (PR). Contato: licitacao@fozdojordao.pr.gov.br.

Foz do Jordão, 22 de julho 2026.

ANDRESSA DA SILVA DE SOUZA
Agente de Contratação
Decreto nº 035/2025

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:440C2FB7

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADITIVO2 CONTRATO Nº 79/2026.

PROCESSO: Pregão -Uso até 30/04/26 nº 14/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S.A. (CNPJ Nº 90.180.605/0001-02)
OBJETO: "Modificaçao através de inclusão no Contrato nº 79/2026 do Pregão -Uso até 30/04/26 nº 14/2026 qual tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL (COMPREENSIVO), COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS, PARA COBERTURA DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO/PR, ABRANGENDO VEÍCULOS DE PASSEIO, UTILITÁRIOS, AMBULÂNCIAS, VANS, CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS, VISANDO À PROTEÇÃO CONTRA DANOS MATERIAIS (COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO/FURTO), COBERTURA DE RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA (DANOS A TERCEIROS) E ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO (APP), CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA"
DA INCLUSÃO: O presente Termo visa inclusão dos veículos: IVECO/ BUS 10-19 OE MODELO: 2026/2026; MARCOPOLO /VOLARE V8L ON MODELO: 2025/2026; FIAT ARGO TREKKING1.3MT MODELO: 2025/2026; VW/ POLO TRACK MA; PALIO 1.0 FIRE FLEX MODELO 2016; STRADA WORKING 1.4 MPI FIRE 8V CS MODELO 2015.
DOS VALORES: A inclusão dos veículos terá um acréscimo no contrato no montante de R$ 5.353,38 (Cinco Mil, Trezentos e Cinqüenta e Três Reais e Trinta e Oito Centavos).
DATA DE ASSINATURA: 22/07/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:EED2B718

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITACAO

TERMO DE AUTORIZAÇAO
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO SRP Nº 016/2026
Processo Adm: Nº 416/2026

Objeto CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE CERTIFICADOS DIGITAIS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, INCLUINDO A EMISSÃO, RENOVAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO".
Empresa vencedora:

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE GUARAPUAVA, inscrita no CNPJ Nº 77.903.789/0001-15, com um total de R$ **6.530,00 (Seis mil quinhentos e trinta reais);** para fornecer certificados digitais para servidores.
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei 14.133/2021, conforme Artigo 75 Inciso II, e suas alterações, resolve autorizar a contratação por Dispensa de Licitação (Contratação direta) resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FOZ DO JORDÃO (PR), Quarta-feira 22 de julho de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:D456251C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 062/2026

DECRETO 062/2026

Súmula: Cria o Comitê Interinstitucional de Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Foz do Jordão para o período de 2027 a 2036.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO, Estado do Paraná, Francisco Clei da Silva no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 227 da Constituição Federal e no artigo 4º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO a necessidade de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para o período de 2027 a 2036;
CONSIDERANDO as diretrizes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que orientam a elaboração dos Planos Decenais de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes pelos Estados e Municípios;
DECRETA:
Art. 1º Fica instituído o Comitê Interinstitucional para Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente 2027–2036, composto pelos seguintes representantes:
I – Secretaria Municipal de Assistência Social: Edimar Sbalcheiro;
II – Secretaria Municipal de Saúde: Bruna Savoldi;
III – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte: Leandro Pereira Domingues;
IV – Secretaria Municipal de Finanças: Itamara Presa Hilário;
V – Conselho Tutelar: Everlin de Ramos;
VI – Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS: Suellen Bordinhão Batista;
VII – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA: Jocemar Claro;
VIII – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Lorena Gaspar Bandeira;
IX – Conselho Municipal de Educação: Sonia Mara Pereira;
X – APAE – Escola Ser e Aprender: Jakson Wilian Barbosa;
XI – Colégio Estadual de Segredo: Luciane Capra;
XII – Pastoral da Criança: Rosenei de Fátima dos Reis Mendes;
XIII – Destacamento da Polícia Militar de Foz do Jordão: Robson Paulo Grebinsky.
Art. 2º Poderão ser convidados a participar das reuniões do Comitê representantes de outros órgãos públicos, entidades da sociedade civil, adolescentes e especialistas, sempre que necessário ao desenvolvimento dos trabalhos.
Art. 3º O Comitê será presidido pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 4º Compete ao Comitê:
I – elaborar o Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente 2027–2036;
II – promover a articulação intersetorial entre os órgãos públicos e entidades participantes;
III – realizar diagnóstico da realidade local da infância e adolescência;
IV – definir objetivos, metas, ações, indicadores e mecanismos de monitoramento e avaliação;
V – acompanhar a implementação do Plano Decenal após sua aprovação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
VI – propor revisões e atualizações sempre que necessárias.
Art. 5º As Secretarias Municipais, Conselhos, instituições públicas e entidades integrantes do Comitê prestarão apoio técnico e fornecerão as informações necessárias para a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Decenal.
Art. 6º O Comitê apresentará ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA a minuta do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente 2027–2036 para apreciação e aprovação.
Art. 7º A participação dos membros no Comitê será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.
Art. 8º Fica revogado o Decreto Municipal nº 054/2016 e demais disposições em contrário.
Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Foz do Jordão, 22 de julho de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:94D2F9AE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
ADIANA COSTA FARIAS, brasileira, Professora, portadora do CPF n°083.154.439-25, RG nº 135514438, residente e domiciliada,na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único:**Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de Dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de Julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

ADIANA COSTA FARIAS
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:BF19EDBB

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado

por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
ADRIANE APARECIDA VALTRIN, brasileira, Professora, portadora do CPF n°046.616.069-06, RG nº 41471156, residente e domiciliada,na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único:**Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de Dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de Julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

ADRIANE APARECIDA VALTRIN
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:598D821E

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
ALINE CORREA ZAIONS, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 070.087.969-27, RG nº 101556506, residente e domiciliada, na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de Dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de Julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

ALINE CORREA ZAIONS
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:C6238341

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
ALINE CRISTINA DOS SANTOS, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 124.660.919-33, RG nº 14.748.109-8, residente e domiciliada na Rua Castelo Branco, n° 323, Bairro Monte Castelo, Cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **FICA PRORROGADO** até 22 de Dezembro de 2026, o contrato administrativo do servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

ALINE CRISTINA DOS SANTOS
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:CD56FFC1

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
ANA PAULA CORDEIRO, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 045.436.939-57, RG 86826356, residente e domiciliada na Rua Natalício Moacir da Silva, n° 274 – Planalto, na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de Dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

ANA PAULA CORDEIRO
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:9FD2E214

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
ANA PAULA PCHENETCHUK TABORDA, brasileira, portadora do CPF nº 027.843.629-30, RG nº 7.366.199-4, residente e domiciliada na Rua Leonardo Smolhak, N° 87, São Miguel, Cidade de General Carneiro, Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de Dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de Julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

ANA PAULA PCHENETCHUK TABORDA
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:67E25002

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
ANDRESSA TEIXEIRA LASCOSKI, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 109.132.159-02, RG nº 138899799, residente e domiciliada na Colônia Iratim, Interior, na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de Dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro,23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

ANDRESSA TEIXEIRA LASCOSKI
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:FA83E21E

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
BRUNA TIBES ALMEIDA, brasileira, Professora, portadora do CPF n°117.671.079-60, RG nº 14.316.739-9, residente e domiciliada na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de Dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

BRUNA TIBES DE ALMEIDA
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:4696BFD0

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS**

FERREIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
CARINA CRISTIANE PADILHA, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 058.330.729-99, RG 132066949, residente e domiciliada na Rua Avenida Presidente Getúlio Vargas, n° 07 – Centro, na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de Dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

CARINA CRISTIANE PADILHA
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:4F70F1E1

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
DAIANE DA SILVA DA ROCHA, brasileira, portadora do CPF nº 101.515.899-41, RG nº 13.826.657-5, residente e domiciliada na Avenida Santos Anjos, N°500, Centro, Cidade de General Carneiro, Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

DAIANE DA SILVA ROCHA
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:0218F4EC

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
DANIELE APARECIDA ZAHN, brasileira, Professora, portadora do CPF n°, RG nº, residente e domiciliada na Rua Miguel Elias Calisto, n° 110, Bairro Monte Castelo, Cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

DANIELE APARECIDA ZAHN
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:0B0BAB6F

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
DANIELE FERREIRA, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 106.521.269-01, RG nº 137622114, residente e domiciliada na Rua Miguel Elias Calisto, n° 110, Bairro Monte Castelo, Cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

DANIELE FERREIRA
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:9892545D

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
DANIELE FERREIRA, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 010.021.349-94, RG nº 132479240, residente e domiciliada na Rua Imbuia, n° 54, Bairro Planalto, Cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

DANIELE FERREIRA
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:30A284EB

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADO:
FERNANDO JOSÉ BOIKO, brasileiro, Professor, portador do CPF n° 025.386.839-47, RG nº 64915258, residente e domiciliado na Rua Eresmira dos Anjos Ferreira, n° 20, Centro, Cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

FERNANDO JOSÉ BOIKO
Contratado

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:03D7A878

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
FRANCIELE RIBEIRO BRANCO, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 064.676.929-42, RG nº 10.163.303-9, residente e domiciliada na Rua Julia Olinkievicz Calisto, n° 266, Bairro Planalto, Cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

FRANCIELE RIBEIRO BRANCO
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:82851246

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
FRANCINELE RIBEIRO BRANCO, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 088.323.879-99, RG nº 126209894, residente e domiciliada, na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026..

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

FRANCINELE RIBEIRO BRANCO
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:EA6B16F1

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
JANAIRA APARECIDA ALVES DE ASSUNÇÃO MATUCHESKI, brasileira, portadora do CPF nº RG nº, residente e domiciliada na Cidade de General Carneiro, Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de Dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

JANAIRA APARECIDA ALVES DE ASSUNÇÃO MATUCHESKI
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:D2CB1E83

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
JAQUELINE DIELI MORAES, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 092.394.799-02, RG nº 104394361, residente e domiciliada na Rua Presidente Castelo Branco, n° 643, Bairro Jardim São João, Cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

JAQUELINE DIELI MORAES
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:295727DD

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
JESSICA BALBINOTTI, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 065.343.719-60, RG nº 104394760, residente e domiciliada na Rua Miguel Elias Calisto, Monte Castelo, na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

JESSICA BALBINOTTI
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:F1B3DF5C

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
JOCEILENE CRISTINA MAIA, brasileira, portadora do CPF nº 054.309.059-09, RG nº94681367, residente e domiciliada na Rua Graciano Calisto Netto , N° 22, Centro, Cidade de General Carneiro, Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

JOCEILENE CRISTINA MAIA
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:D8CC6C19

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
JUCELHA APARECIDA FERNANDES, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 084.932.729-65, RG nº 124939224, residente e domiciliada na Colônia Santa Lídia, Interior, na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

JUCELHA APARECIDA FERNANDES
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:8B46D221

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
LORENI FÁTIMA DA ROCHA, brasileira, Professora, portadora do CPF 896.878.339-04, RG nº 70972387, residente e domiciliada na Rua São Bernardo, n° 10 – Vila Operária na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

LORENI FÁTIMA DA ROCHA
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:F108E62D

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
LUCINEIA DE JESUS QUADROS, brasileira, portadora do CPF nº 074.487.449-17, RG nº 9.462.370-7, residente e domiciliada na Rua Leonardo Smolhak, São Miguel, Cidade de General Carneiro, Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

LUCINEIA DE JESUS QUADROS
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:8133FC87

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
MAIARA CRISTIANE DA SILVA, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 092.193.549-85, RG nº 107704698, residente e domiciliada na Rua Tancredo Neves, Bairro São Miguél, Cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026** o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

MAIARA CRISTIANE DA SILVA
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:6E052CC2

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
MICHELLE PORTMAN DE LIMA, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 092.462.739-58, RG nº 126439067, residente e domiciliada, na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

MICHELLE PORTMAN DE LIMA
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:DE1E1E1E

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
PALOMA APARECIDA NUNES, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 083.763.669-80, RG nº 12.397.710-6, residente e domiciliada, na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

PALOMA APARECIDA NUNES
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:4016CC34

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
POLIANE BRANCO RIBEIRO, brasileira, portadora do CPF nº 060.097.499-56, RG nº 9.792.383-3, residente e domiciliada na rua Pedro II n° 273 – Vila Operária - Cidade de General Carneiro, Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

POLIANE BRANCO RIBEIRO
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:8318A084

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
ROSANDE DE MORAES, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 882.219.709-72, RG nº 62273526, residente e domiciliada, na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

ROSANDE DE MORAES
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:739B2657

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
ROSANE APARECIDA LOPES, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 079.956.789-24, RG nº 101458385, residente e domiciliada na Rua Augusto Andreolle, n° 155, Bairro São João, Cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

ROSANE APARECIDA LOPES
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:1A26173F

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado

por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
ROSANGELA DE LOURDES DA SILVA, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 036.939.019-96, RG nº 70866099, residente e domiciliada na Rua Elias Pacheco Cleto, 161, Bairro Monte Castelo, Cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

ROSANGELA DE LOURDES DA SILVA
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:75E1D250

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
ROSI CLEIA DANILAU, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 079.726.279-24, RG nº 123075846, residente e domiciliada, na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

ROSI CLEIA DANILAU
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:E08203FE

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
SALETE SEROISKA, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 545.446.709-00, RG nº 38572288, residente e domiciliada, na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

SALETE SEROISKA
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:DD7468C5

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
SAMARA PEREIRA DA CONCEIÇÃO, brasileira, portadora do CPF nº 105.226.739-45, RG nº 13691461-8, residente e domiciliada na Rua Natalício Moacir Silva, N° 202, Planalto, Cidade de General Carneiro, Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

SAMARA PEREIRA DA CONCEIÇÃO
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:761B0606

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
SANDRA DUTSOL MAGUELNISKI, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 074.343.769-10, RG nº 107547517, residente e domiciliada, na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

SANDRA DUTSOL MAGUELNISKI
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:EC3BC2AD

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
SOFIA MAYARA SERPA SODRÉ, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 069.376.879-74, RG nº 125305261, residente e domiciliada na Lauro Muller Soares, 308, Monte Castelo, na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

SOFIA MAYARA SERPA SODRÉ
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:36AEEDBF

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
TEREZINHA DA APARECIDA DE PAULA, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 896.872.999-91, RG 7.281.731-1, residente e domiciliada na Rua João Mario Marcondes, n° 112 – Céu Azul, na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

TEREZINHA DA APARECIDA DE PAULA
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:D8F4E95F

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS**

FERREIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
VALERIA ANGELA MARTINS, brasileira, portadora do CPF nº 111.416.649-92, RG nº 140841188, residente e domiciliada na Rua Benedito Zanlorenzi Drabik, N° s/n, São João, Cidade de General Carneiro, Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

VALERIA ANGELA MARTINS
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:63B2BE12

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
VANDERLEIA APARECIDA DOS SANTOS WEILCKER, brasileira, Professora, portadora do CPF 041.787.689-05, RG nº 91159163, residente e domiciliada na Rua Miguel Elias Calisto, n° 116 – Monte Castelo, na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

VANDERLEIA APARECIDA DOS SANTOS WEILCKER
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:1C3FEFD9

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
VIRLEI TERESINHA SAMPAIO ALVES, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 068.002.539-10, RG nº 92892980, residente e domiciliada na Colônia Santa Lídia, Interior, na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

VIRLEI TERESINHA SAMPAIO ALVES
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:C91DA7F4

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 568.068.159-91.

CONTRATADA:
VITORIA VOLINKEVICZ, brasileira, portadora do CPF nº 104.588.579-82, RG nº 13.660.534-8, residente e domiciliada na Rua João Dissenha, Centro, Cidade de General Carneiro, Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 23 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

VITORIA VOLINKEVICZ
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:6CF620E6

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 107 DE 22 DE JULHO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, através do presente Edital, convoca os(as) candidatos(as) aprovados(as) no **Concurso Público 002-2023 – Regime ESTATUTARIO,** conforme EDITAL Nº 007/2023 de HOMOLOGAÇÃO FINAL CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – Edição 2890 em 01 de novembro de 2023. https://www.diariomunicipal.com.br.

CONVOCA abaixo relacionado para comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Administração Pública Municipal, sito à Avenida Presidente Getúlio Vargas, N.º 601, centro, em General Carneiro, Estado do Paraná, para apresentarem os documentos conforme estabelecido no Item 17.5 do Edital de abertura do referido Concurso e consoante o rol abaixo mencionado. **O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará na eliminação do candidato no concurso público.**
1) Cópia da Carteira de Identidade;
2) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
3) Cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
4) Cópia da Carteira e Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
5) Uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
6) Cópia da certidão de nascimento ou casamento;
7) Cópia da certidão de nascimento dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
8) Carteira de vacinação dos filhos até 05 (cinco) anos;
9) Certidão negativa de antecedentes criminais, no âmbito Estadual: (http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=102).
10) Certidão negativa de antecedentes criminais Federal: (https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-crminais).
11) Cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes do Anexo I do Edital de Abertura do Concurso;
12) Cópia do Registro no órgão de classe, quando for requisito do emprego;
13) Comprovante de Endereço, (cópia conta de luz, água ou telefone);
14) Carteira de Habilitação Categoria "C" e "D" e "E", conforme requisito exigido para o cargo;
15) Declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos;
16) O candidato convocado será submetido ao exame médico admissional e avaliação psicológica e caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será admitido, perdendo automaticamente a vaga. (conforme item 17.4 do Edital de Abertura do Concurso)
17) Dados para cadastro: Número de telefone e e-mail; Conta Salário ou Corrente no Banco do Brasil S/A;

1.

Classificação	Nome	Cargo	Concorrência
15º	AMANDA DOS SANTOS FERREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Ampla concorrência

Gabinete do Executivo Municipal, General Carneiro, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:59D4DABB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 016/2026
Processo Licitatório nº 086/2026
Adjudicação/Homologação: 22/07/2026
Credenciadas: **GILMAR RODRIGUES**
67.642.147 JEAN PAULO DA SILVA LIMA
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro– PR

Objeto: "**CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEIs), para prestação de serviços de natureza operacional, técnica e de manutenção, destinados à execução de atividades de conservação, manutenção preventiva e corretiva, pequenos reparos e apoio operacional em bens móveis e imóveis públicos do Município de General Carneiro/PR**."

Valor estimado da Despesa: **R$ 997.300,00 (novecentos e noventa e sete mil e trezentos reais).**

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:7DA01BD1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TRANSFERÊNCIA DE ITEM

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
TRANSFERÊNCIA DE ITENS

Processo Licitatório nº 008/2026
Pregão Eletrônico nº 003/2026
Adjudicação e Homologação: 10/02/2026

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de higiene pessoal, limpeza e utensílios, destinados ao atendimento das demandas das diversas Secretarias Municipais, bem como das Creches e Escolas Municipais do Município de General Carneiro – PR**.**

Transferência dos itens:

EMPRESA	Item	Descrição
SIRLEI DE J. N. LOPES & CIA LTDA	85	Sabonete líquido biodegradável, anticéptico, hipoalérgico, embalagem 5 litros, diversas fragrâncias. A embalagem devera conter dados de identificação, procedência, número de lote, validade, número do registro no ministério da saúde.

General Carneiro - Paraná, 22 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:70A7279A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
ATO DE CONVOCAÇÃO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 01/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09/2026

O **AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ**, no exercício de suas atribuições, considerando a fase recursal instaurada após a divulgação do resultado da avaliação das propostas técnicas, informa que foram apresentadas as seguintes manifestações:

1. RECURSOS ADMINISTRATIVOS
Foram apresentados recursos administrativos pelas seguintes empresas:

I – SALLA DE PROPAGANDA LTDA;
II – ZEUS COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA;
III – FABRIKA AGÊNCIA LTDA.

As referidas empresas já haviam manifestado, durante a segunda sessão pública, a intenção de recorrer das avaliações e notas atribuídas às propostas técnicas.

2. CONTRARRAZÕES AOS RECURSOS
Foram apresentadas contrarrazões pelas seguintes empresas:

I – HEY PROPAGANDA LTDA;
II – SALLA DE PROPAGANDA LTDA;
III – ZEUS COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA;
IV – FABRIKA AGÊNCIA LTDA.

3. CONVOCAÇÃO
Diante do conteúdo dos recursos e das contrarrazões, especialmente quanto aos questionamentos relacionados à avaliação das propostas técnicas, aos requisitos previstos no edital e às notas e pontuações atribuídas, ficam **CONVOCADOS os membros da Subcomissão Técnica,** nomeados pela Portaria n° 014/2026, para reunião a ser realizada nas seguintes condições:

Data: 27 de julho de 2026.
Horário: 10h30min.
Local: Câmara Municipal de Goioerê.

Na reunião, os membros da Subcomissão Técnica deverão analisar os recursos administrativos e as respectivas contrarrazões quanto às matérias de natureza técnica, verificando o atendimento aos requisitos do edital e a regularidade das avaliações e pontuações anteriormente atribuídas.

Concluída a análise, a Subcomissão Técnica deverá emitir **parecer técnico fundamentado**, manifestando-se expressamente pela manutenção ou pela eventual revisão das avaliações, notas e pontuações questionadas, para posterior julgamento dos recursos pelo Agente de Contratação.

Goioerê/PR, 22 de julho de 2026.

JOAQUIM RAFAEL NETO
Presidente

TIAGO VIEIRA MACEDO MIRANDA
Agente de Contratação

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:D00FFC91

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 470/2026

SUBSTITUI SECRETÁRIO "AD HOC" DESIGNADO PELA PORTARIA Nº 219/2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O senhor **PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO**, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto nos arts. 152, parágrafo único, e 154, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Designar **GABRIELA ZANATTA PEREIRA**, ocupante do cargo de Auditora Fiscal da Receita Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Fazenda, matrícula nº 505711, para exercer a função de Secretária *ad hoc* da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria nº 219/2026, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2026.

Art. 2º A designação de que trata o artigo anterior dar-se-á em substituição ao servidor **FERNANDO ROBERTO PAROLO,** ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 505923, permanecendo mantida a composição dos membros da Comissão.

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes da Portaria nº 219/2026.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

***Nota:** Republicada por erro de digitação da Portaria nº 472/2026, de 21/07/2026, que trata de: SUBSTITUI SECRETÁRIO "AD HOC" DESIGNADO PELA PORTARIA Nº 219/2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEIA-SE: Portaria nº 470/2026, e não como constou.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO"
Goioerê – Paraná, 21 de julho de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:A4804DBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 466/2026

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 34 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a servidora pública municipal, JULIANA MARTINS GOMES ocupante do cargo de Técnico em Saúde Bucal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares por 30 (trinta) dias, para goza-las de 19/08/2026 a 17/09/2026, referente ao período aquisitivo 2024/2025, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 20 de julho de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:1690EA52

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Município de Goioerê - Estado do Paraná. Em cumprimento a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997. Notifica aos partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e entidades empresariais, com sede neste município, a liberação dos recursos federais conforme contido em seu art.2º.

Órgão Repassador	Convenio/repasse	Data	Valor
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	FUNDEB	22/07/2026	R$ 312.455,66
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	SIMPLES NACIONAL	22/07/2026	R$ 45,00
Goioerê - Pr, 22 de julho de 2.026.			

ISABELA ZABOT ROCHA
Secretária da Fazenda

Publicado por:
Hellen Izzo Palicer Cairos
Código Identificador:E5422E12

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo 64

ÓRGÃO LICITANTE: Município de Goioxim, Estado do Paraná, CNPJ/MF nº 01.607.627/0001-78

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE METALURGIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E INSUMOS NECESSÁRIOS À FABRICAÇÃO, CONFECÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, REFORMA E REPARO DE ESTRUTURAS METÁLICAS, PORTÕES, GRADES, CORRIMÃOS, CERCAS, SUPORTES, SOLDAS E DEMAIS ARTEFATOS METÁLICOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

VALOR ESTIMADO: R$ 226.530,50 (duzentos e vinte e seis mil, quinhentos e trinta reais e cinquenta centavos).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item.

LOCAL: Sistema LICITANET

DATA E HORA DE INÍCIO DA SESSÃO: 06 de agosto de 2026 - 09:00h.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Goioxim e na plataforma **LICITANET.** Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Pregoeiro, por meio da plataforma e pelo e-mail licitagoioxim@yahoo.com.br.

Goioxim, 22/07/2026

FLÁVIO BALDUINO SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:00806FA4

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 88/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 88/2026

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico SRP Nº 22/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Goioxim

FORNECEDOR: ASSODE - ASSOCIACAO DESPORTIVA DE CANDOI CNPJ sob n.º 13.104.315/0001-20 ENDEREÇO: AV XV DE NOVEMBRO, 0 CENTRO - CEP: 85140000 - BAIRRO: CENTRO EMAIL: assode2010@gmail.com.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de arbitragem nos eventos esportivos promovidos pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Cultura..

VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme legislação.

VALOR ATA: 153.160,00

DATA DA ASSINATURA: 21/07/2026.

SIGNATÁRIOS: O MUNICÍPIO DE GOIOXIM Estado do Paraná, por intermédio do prefeito municipal, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Centro, na cidade de Goioxim, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 01.607.627/0001-78, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de Goioxim/PR, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Eder dos Santos, brasileiro, residente e domiciliado em Goioxim – PR, portador do CPF 062.993.229-85 RG: 92741893

Goioxim, 22/07/2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:5DDEE003

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EXTRATO DE CONTRATO 089/2026

EXTRATO DE CONTRATO 089/2026

CONTRATANTE: Município de GOIOXIM, Estado do Paraná, com sede à Rua LAURINDO CORDEIRO DE SOUZA, 184, inscrito no CGC/MF nº 01.607.627/0001-78.

CONTRATADA: JRNC LTDA, inscrita CNPJ sob nº 49.296.523/0001-16, situada na ROD ENG LUIZ DOUGLAS DE ARAUJO, 2904 anexo pr 364 trevo - CEP: 85162000 - BAIRRO: ALTO DOS MILAGRES Goioxim/PR; neste ato representada por JONATAN REGINALDO NEGRELLI DE CAMARGO, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade n.º , e CPF sob n.º 107.683.729-84, residente e domiciliado à RUA SETE DE SETEMBRO, S/N - CEP: 85162000 - BAIRRO: CENTRO Goioxim/PR,;

Objeto: Por disposição do Processo de Licitação Modalidade Pregão - Uso até 30/04/26 018/2025 e deste contrato a CONTRATADA se compromete em: contratação de empresa especializada para a prestação de serviços terceirizados, com o objetivo de atender às demandas operacionais da Secretaria Municipal de Administração, abrangendo atividades como limpeza, cozinha e serviços gerais. Conforme Proposta de Preços e Modalidade de Licitação.

VALOR DO CONTRATO: R$ 0,00 ()..

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 22/07/2026.

VIGENCIA: 365 dias (Trezentos e Sessenta e Cinco dias)

FORO: Comarca de Cantagalo, Estado do Paraná.

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:125A2878

MUNICIPIO DE GOIOXIM
LEI N° 973-2026 - DISPÕE SOBRE POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GOIOXIM

Institui a Política Municipal de Alfabetização no âmbito do Município de Goioxim, estabelece seus princípios, objetivos, diretrizes e mecanismos de implementação, monitoramento e avaliação, em consonância com o Programa Educa Juntos, a Estratégia Alfabetiza Juntos e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOXIM, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º - Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização no âmbito do Município de Goioxim, com a finalidade de assegurar o direito à alfabetização das crianças, promover a melhoria da aprendizagem e fortalecer as ações educacionais desenvolvidas na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
Parágrafo único. A Política Municipal de Alfabetização observará as diretrizes estabelecidas:
I - na Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que institui o Programa Educa Juntos;
II - na Resolução nº 5.158, de 07 de agosto de 2023, que institui a Estratégia Alfabetiza Juntos;
III - na Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
IV - no Plano Municipal de Educação e demais normas educacionais vigentes.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS
Art. 2º - Constituem princípios da Política Municipal de Alfabetização:
I - o regime de colaboração entre União, Estado e Município;
II - a garantia do direito à alfabetização até o final do segundo ano do Ensino Fundamental;
III - a promoção da equidade educacional, consideradas as diferenças sociais, econômicas, culturais, étnico-raciais, territoriais e de gênero;
IV - a valorização da avaliação como instrumento de acompanhamento das aprendizagens;
V - a formação continuada dos profissionais da educação;
VI - a utilização de evidências e indicadores educacionais para subsidiar o planejamento pedagógico;
VII - a promoção da educação inclusiva;
VIII - a promoção de condições pedagógicas adequadas ao desenvolvimento da aprendizagem, sempre que houver disponibilidade orçamentária, financeira e administrativa do Município, observadas as prioridades estabelecidas pela Administração Pública.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS
Art. 3º - São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I - elevar os índices de alfabetização dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
II - assegurar a alfabetização das crianças até o final do segundo ano do Ensino Fundamental;
III - contribuir para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação;
IV - fortalecer práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas;
V - incentivar o uso de tecnologias educacionais como ferramenta de apoio ao processo de ensino e aprendizagem;
VI - promover a socialização de experiências pedagógicas exitosas;
VII - incentivar práticas inovadoras de gestão e ensino;
VIII - fortalecer a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES
Art. 4º - A Política Municipal de Alfabetização será desenvolvida mediante as seguintes diretrizes:
I - priorização da alfabetização na idade adequada;
II - desenvolvimento das competências relacionadas à leitura, escrita, oralidade e compreensão leitora;
III - fortalecimento da gestão pedagógica das unidades escolares;
IV - acompanhamento sistemático do desempenho dos estudantes;
V - implementação de estratégias de recomposição das aprendizagens;
VI - incentivo ao desenvolvimento da linguagem desde a Educação Infantil;
VII - fortalecimento da participação das famílias no processo educativo;
VIII - apoio técnico-pedagógico às instituições de ensino;
IX - respeito às especificidades da Educação Infantil.
Parágrafo único. As ações destinadas às crianças matriculadas na Educação Infantil deverão observar as Diretrizes Curriculares Nacionais para essa etapa de ensino, priorizando as interações, as brincadeiras e o desenvolvimento integral da criança, vedada a antecipação de processos sistemáticos de alfabetização.

CAPÍTULO V
DAS AÇÕES
Art. 5º - A implementação da Política Municipal de Alfabetização poderá compreender, entre outras ações:
I - formação continuada de professores, gestores escolares e equipes pedagógicas;
II - utilização de materiais didáticos e recursos pedagógicos complementares;
III - monitoramento das aprendizagens;
IV - realização de avaliações diagnósticas, formativas e externas;
V - estratégias de recomposição das aprendizagens;
VI - fortalecimento da gestão escolar;
VII - incentivo à participação das famílias;
VIII - desenvolvimento de práticas inclusivas.

§ 1º O Município poderá ofertar Atendimento Educacional Especializado - AEE, observado o planejamento da Secretaria Municipal de Educação e a legislação aplicável.
§ 2º Poderão ser elaborados planos de acompanhamento individualizados para estudantes que apresentem necessidades educacionais específicas.
§ 3º O Município poderá promover ações voltadas à inclusão digital, mediante disponibilização de recursos tecnológicos, formação dos profissionais da educação e utilização de tecnologias assistivas, observadas a conveniência administrativa e a disponibilidade orçamentária e financeira.
§ 4º A disponibilização ou aquisição de materiais tecnológicos, inclusive tablets com aplicativos educativos adequados a faixa etária, e/ou e/ou NOTEBOOK PORTÁTIL - (Book go), notebooks para uso pedagógicos supervisionado, aplicativos educativos, tecnologias assistivas e demais recursos pedagógicos, quando necessários à execução das ações previstas nesta Lei, constituirá faculdade administrativa, dependente de prévia análise de conveniência, oportunidade, interesse público e disponibilidade orçamentária e financeira.
§ 5º As despesas relacionadas à manutenção da Política Municipal de Alfabetização, à manutenção de sala de Atendimento Educacional Especializado - AEE, à aquisição de materiais tecnológicos e à promoção de cursos de formação dependerão de requerimento formal da Secretaria Municipal de Educação à Secretaria Municipal de Finanças, acompanhado da estimativa de custos, indicação da finalidade pedagógica e justificativa da necessidade.
§ 6º Caberá à Secretaria Municipal de Finanças analisar previamente a compatibilidade do gasto solicitado com o orçamento da Secretaria Municipal de Educação, com as dotações orçamentárias disponíveis, com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com a Lei Orçamentária Anual e com os limites da Lei Complementar

Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.
§ 7º Somente após manifestação favorável da Secretaria Municipal de Finanças e deferimento do Secretário Municipal de Finanças e do Prefeito Municipal poderão ser adotadas as medidas administrativas correspondentes, não constituindo as ações previstas neste artigo obrigação automática, despesa obrigatória ou direito subjetivo à aquisição de equipamentos, materiais ou serviços.
§ 8º As ações descritas neste artigo serão implementadas de forma gradativa, conforme planejamento da Secretaria Municipal de Educação e disponibilidade orçamentária, financeira e administrativa do Município.

CAPÍTULO VI
DO PÚBLICO-ALVO
Art. 6º Constituem público-alvo da Política Municipal de Alfabetização:
I - crianças matriculadas na pré-escola (4 á 5 anos);
II - estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO VII
DOS AGENTES RESPONSÁVEIS
Art. 7º - Participam da implementação da Política Municipal de Alfabetização:
I - Secretaria Municipal de Educação;
II - equipes gestoras das unidades escolares;
III - equipes pedagógicas;
IV - professores;
V - estudantes;
VI - famílias;
VII - comunidade escolar.
CAPÍTULO VIII
DO MONITORAMENTO
Art. 8º - O monitoramento da Política Municipal de Alfabetização será realizado mediante:
I - acompanhamento dos resultados das avaliações;
II - análise de indicadores educacionais;
III - sistematização de dados por estudante, turma e unidade escolar;
IV - avaliação da efetividade das ações;
V - replanejamento das estratégias pedagógicas.

CAPÍTULO IX
DAS COMPETÊNCIAS
Art. 9º - Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar, planejar, acompanhar, monitorar e avaliar a implementação da Política Municipal de Alfabetização, podendo expedir normas ou ações complementares necessárias à sua execução que incluam;
I. definição de orientações curriculares e metas mensuráveis e objetivas;
II. adesão e oferta de formação continuada para professores e gestores;
III. utilização de materiais didáticos e pedagógicos complementares de apoio para professores e estudantes;
IV. desenvolvimento de estratégias de recomposição das aprendizagens;
V. adesão às avaliações formativas e externas;
VI. monitoramento contínuo das aprendizagens;
VII. recomposição das aprendizagens para estudantes que não tenham sido alfabetizados até o 2º ano do Ensino Fundamental.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
Art. 10. - A implementação das ações previstas nesta Lei observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, ficando condicionada às dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual, à compatibilidade com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e aos limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.
§ 1º A execução das ações previstas nesta Lei ocorrerá de forma gradativa, conforme planejamento da Administração Pública Municipal.
§ 2º A presente Lei não implica criação automática de cargos, funções, unidades administrativas, aquisição obrigatória de equipamentos ou realização de despesas sem prévia previsão orçamentária.
§ 3º O Poder Executivo poderá firmar convênios, termos de cooperação, parcerias e receber recursos provenientes da União, do Estado ou de outras instituições públicas e privadas para a execução das ações previstas nesta Lei, observada a legislação vigente.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 11. - O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei por Decreto, no que couber.

Art. 12. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 22 de julho de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:7C9A8FEA

MUNICIPIO DE GOIOXIM
LEI N° 974-2026 - INSTITUI A REDE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

INSTITUI A REDE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE GOIOXIM/PR.

A Câmara Municipal de Vereadores de Goioxim, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituída a Rede Municipal de Proteção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher, com o objetivo de prevenir, combater e erradicar todas as formas de violência contra as mulheres e promover sua proteção, acolhimento, autonomia e garantia de direitos no âmbito do Município de Goioxim/PR.

Art. 2º A Rede Municipal compreende a atuação integrada dos seguintes órgãos e entidades públicas e privadas, sem prejuízo de outros que venham a compor o sistema:
I. Secretaria de Assistência, Promoção Social, Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;
II. Secretaria Municipal de Saúde;
III. Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
IV. Secretaria Municipal de Administração;
V. Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo;
VI. Secretaria de Esportes;
VII. Conselho Tutelar;
VIII. Conselho da Comunidade;
IX. Polícia Civil e Polícia Militar;
X. Ministério Público;
XI. Poder Judiciário;

XII. Procuradoria da Mulher na Câmara Municipal;
XIII. Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
XIV. Órgãos e entidades da sociedade civil, associações e entidades parceiras.

Art. 3º A coordenação da Rede Municipal ficará sob responsabilidade do Departamento Municipal de Políticas Públicas para Mulheres.

Art. 4º Constituem objetivos da Rede Municipal assegurar atendimento humanizado, promover ações de prevenção, estabelecer fluxo intersetorial de atendimento e fortalecer a rede de proteção.

Art. 5º Para os fins desta Lei, aplica-se o conceito de violência contra a mulher previsto na Lei Federal nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.

Art. 6º A Rede Municipal deverá contar com Protocolo Unificado de Atendimento, estabelecendo:

I – identificação e acolhimento humanizado;
II – avaliação de risco;
III – encaminhamento imediato aos órgãos competentes;
IV – garantia de atendimento prioritário na saúde;
V – medidas de proteção social e jurídica;
VI – sigilo e segurança das informações da vítima.

Art. 7º A Rede Municipal realizará reuniões ordinárias na segunda quarta-feira de cada mês, às 09h00, nas dependências da Secretaria de Assistência Social do Município de Goioxim - PR.

Art. 8º O fluxo de atendimento da Rede Municipal será desenvolvido em parceria com as secretarias e instituições que compõe a rede de proteção.

Art. 9º O Poder Executivo poderá criar centros, salas ou espaços especializados de atendimento à mulher, com parecer prévio, através de estudo de impacto orçamentário da secretaria municipal de finanças do Município de Goioxim – PR, e decisão final do Prefeito Municipal.

Art. 10. O Município poderá celebrar convênios, parcerias e termos de cooperação para execução das ações previstas nesta Lei, conforme estudo e parecer prévio da secretaria municipal de assistência social e secretaria da mulher, ambas deste município de Goioxim - PR, bem como, por decisão final do Prefeito Municipal fazendo uso de seu poder discricionário descrito na constituição federal.

Art. 11. A Rede Municipal promoverá relatórios anuais de ações e resultados.

Art. 12. As despesas correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
.
Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 22 de julho de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:406E6A28

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOIOXIM/PR E A EMPRESA PAVIANI & GALLO LTDA.

Prorrogação do Contrato Administrativo nº 105/2025

Processo	Processo Administrativo nº 87/2025
Licitação	Pregão Eletrônico SRP nº 39/2025
Contrato	Contrato Administrativo nº 105/2025
Contratada	PAVIANI & GALLO LTDA. - CNPJ nº 09.011.845/0001-57

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOIOXIM/PR E A EMPRESA PAVIANI & GALLO LTDA.

O MUNICÍPIO DE GOIOXIM/PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.607.627/0001-78, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, nº 184, Centro, Goioxim/PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EDER DOS SANTOS, CPF nº 062.993.229-85, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa PAVIANI & GALLO LTDA., inscrita no CNPJ nº 09.011.845/0001-57, com sede na Rua Guerino Cassol, nº 40, Apto 01, Centro, CEP 85.400-000, neste ato representada pelo Sr. CLODOALDO PAVIANI, CPF nº 786.888.929-20, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 105/2025, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 39/2025 e do Processo Administrativo nº 87/2025, com fundamento nos arts. 107 e 132 da Lei nº 14.133/2021, na Cláusula 2.3 do contrato e no Parecer Jurídico/PMG nº 063/2026, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto exclusivamente a prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 105/2025, relativo ao licenciamento, manutenção, atualização e suporte dos sistemas integrados de gestão pública (EQUIPLANO), abrangendo os módulos de almoxarifado, contabilidade pública, controle de frotas, controle patrimonial, licitações e compras, portal da transparência, recursos humanos e folha de pagamento, tributação e dívida ativa e mensageria ao eSocial.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA
A vigência atual encerra-se em 22 de julho de 2026. Fica o contrato prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 23 de julho de 2026 e término em 22 de julho de 2027, sem interrupção ou sobreposição de períodos.
CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE
O reajuste anual previsto na Cláusula Sétima do contrato será formalizado em Termo de Apostilamento próprio, nos termos do art. 136, I, da Lei nº 14.133/2021, não constituindo alteração do objeto deste Termo Aditivo.
CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas correspondentes ao exercício de 2026 correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão 05 - Secretaria Municipal de Administração; Unidade 002; Projeto/Atividade 04.122.0005.2010; Natureza da Despesa 3.3.90.40.00.00; Fonte 00000 - Recursos Livres; Conta da Despesa 410.
Parágrafo único. A dotação relativa ao exercício de 2027 será indicada após a aprovação da respectiva Lei Orçamentária Anual e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, conforme a Cláusula 13.2 do contrato.
CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA E DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO
Ficam registradas a conferência da renovação/adequação da garantia de execução e a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, conforme documentos e certidões juntados aos autos.
CLÁUSULA SEXTA - DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 105/2025 que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE E EFICÁCIA
A eficácia deste Termo Aditivo fica condicionada à sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da publicação no sítio oficial do Município e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.
E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam digitalmente o presente instrumento.
Goioxim/PR, 22 de julho de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal
Contratante

CLODOALDO PAVIANI
Representante Legal Da Paviani & Gallo LTDA.
Contratada

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:FB1A2B45

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 211/2026

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO (Dados da Contratada)

Extrato do Segundo Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 394/2025, Contrato nº 569/2025, decorrentes do Edital de Pregão Eletrônico nº 093/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **M L MOROGINSKI LTDA, CNPJ nº 29.243.728/0001-26**

Objeto do Contrato: Fornecimento e instalação de toldo em lona, visando atender as necessidades das Secretarias desse Município.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor da Ata de Registro de Preços nº 394/2025 - Contrato nº 569/2025.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e Contrato por mais **12 (doze) meses**, até **21 de julho de 2027**.

Do Reajuste do Valor Contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo reajustado conforme o INCP (IBGE), de **R$ 84.441,88 (oitenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços e Contrato original.

Guaíra, Paraná, 21 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Jose Junior Bezerra da Costa
Código Identificador:75ADC32E

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 212/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 390/2025, Contrato nº 556/2025, decorrentes do Edital de Pregão Eletrônico nº 078/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **WORLD AMERICA SINALIZAÇÃO LTDA, CNPJ nº 42.100.755/0001-08**

Objeto do Contrato: Aquisição de placas de sinalização viária e Barreira Horizontal Plástica a serem utilizadas na manutenção das vias públicas do Município de Guaíra/PR, seja sinalização interventiva, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e pela Resolução CONTRAN nº 973/2022, que dispõe sobre os Manuais de Sinalização Viária.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor da Ata de Registro de Preços nº 390/2025 - Contrato nº 556/2025.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e Contrato por mais **12 (doze) meses**, até **17 de julho de 2027**.

Do Reajuste do Valor Contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo, reajustado conforme o INCP (IBGE), de até **R$ 231.762,00 (duzentos e trinta e um mil, setecentos e sessenta e dois reais).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços e Contrato original.

Guaíra, Paraná, 15 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Jose Junior Bezerra da Costa
Código Identificador:C7BDECAA

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 213/2026

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 572/2025, da Inexigibilidade de Licitação nº 064/2025

Contratante: **MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **INDREL CARE SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 59.669.953/0001-90**

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva das Câmaras Conservadoras de Vacinas INDREL, incluindo calibração com certificação, com fornecimento total de peças e demais acessórios, para atender as demandas da Secretaria de Saúde de Guaíra/PR.

Objetivo do Aditivo: O objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor do Contrato Administrativo nº 572/2025.

Prorrogação do Prazo de Vigência: Fica Prorrogado o prazo de Vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, até **22 de julho de 2027.**

Do reajuste do valor contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo reajustado conforme o IGP-M (FGV), de **R$ 181.193,32 (cento e oitenta e um mil, cento e noventa e três reais e trinta e dois centavos)**

Do Recurso Orçamentário:
Dotação: 1163 - 09.001.2069.3339039170000000000.00000303 - Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos
Dotação: 1158 - 09.001.2069.3339030250000000000.00000432 - Material para manutenção de bens móveis

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 22 de julho de 2026.

GIELADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Jose Junior Bezerra da Costa
Código Identificador:EE67AB4C

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 366/2026

Pregão Eletrônico nº 093/2026
Processo Administrativo nº 153/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **INOVAMED HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 12.889.035/0001-02.**

Objeto da Ata: Para futura e eventual aquisição de fraldas descartáveis geriátricas e infantis, destinadas à distribuição gratuita a pessoas em situação de vulnerabilidade social, pacientes com necessidades especiais ou acometidos por problemas de saúde, bem como ao atendimento das demandas das Creches e CMEIs da Rede Municipal de Ensino do Município de Guaíra/PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 093/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$143.620,00 (cento e quarenta e três mil e seiscentos e vinte reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **20 de julho de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 20 de julho de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 20 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Jose Junior Bezerra da Costa
Código Identificador:AE89C96D

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 367/2026

Pregão Eletrônico nº 093/2026
Processo Administrativo nº 153/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **SOMAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 32.237.610/0001-08.**

Objeto da Ata: Para futura e eventual aquisição de fraldas descartáveis geriátricas e infantis, destinadas à distribuição gratuita a pessoas em situação de vulnerabilidade social, pacientes com necessidades especiais ou acometidos por problemas de saúde, bem como ao atendimento das demandas das Creches e CMEIs da Rede Municipal de Ensino do Município de Guaíra/PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 093/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total R$ 60.250,00 (sessenta mil duzentos e cinquenta reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **20 de julho de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 20 de julho de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 20 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Jose Junior Bezerra da Costa
Código Identificador:DF5EFA8F

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 498/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 366/2026, do Edital de Pregão Eletrônico nº 093/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **INOVAMED HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 12.889.035/0001-02.**

Objeto do Contrato: Para futura e eventual aquisição de fraldas descartáveis geriátricas e infantis, destinadas à distribuição gratuita a pessoas em situação de vulnerabilidade social, pacientes com necessidades especiais ou acometidos por problemas de saúde, bem como ao atendimento das demandas das Creches e CMEIs da Rede Municipal de Ensino do Município de Guaíra/PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 093/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$143.620,00 (cento e quarenta e três mil e seiscentos e vinte reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **20 de julho de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 20 de julho de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 20 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Jose Junior Bezerra da Costa
Código Identificador:9E62B4E9

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 499/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 367/2026, do Edital de Pregão Eletrônico nº 093/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **SOMAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 32.237.610/0001-08.**

Objeto do Contrato: Para futura e eventual aquisição de fraldas descartáveis geriátricas e infantis, destinadas à distribuição gratuita a pessoas em situação de vulnerabilidade social, pacientes com necessidades especiais ou acometidos por problemas de saúde, bem como ao atendimento das demandas das Creches e CMEIs da Rede Municipal de Ensino do Município de Guaíra/PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 093/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total R$ 60.250,00 (sessenta mil duzentos e cinquenta reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **20 de julho de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 20 de julho de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 20 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Jose Junior Bezerra da Costa
Código Identificador:6FCD18CF

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 449/2026

Ementa: Homologa julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 093/2026 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - para futura e eventual aquisição de fraldas descartáveis geriátricas e infantis, destinadas à distribuição gratuita a pessoas em situação de vulnerabilidade social, pacientes com necessidades especiais ou acometidos por problemas de saúde, bem como ao atendimento das demandas das Creches e CMEIs da Rede Municipal de Ensino do Município de Guaíra/PR, sendo as empresas vencedoras:

INOVAMED HOSPITALAR LTDA, inscrita no **CNPJ nº 12.889.035/0001-02**, vencedora do lote 1 da Licitação, com valor total máximo de **R$143.620,00 (cento e quarenta e três mil e seiscentos e vinte reais);**

SOMAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrita no **CNPJ nº 32.237.610/0001-08**, vencedora do lote 2 da Licitação, com valor total máximo de **R$ 60.250,00 (sessenta mil duzentos e cinquenta reais);**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 20 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Jose Junior Bezerra da Costa
Código Identificador:7AE59316

CONSAMU
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026

OBJETO: O Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, consórcio público, sem fins lucrativos, com pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ 17.420.047/0001-07, torna público, que realizará no dia **06/08/2026** às **08h31min** a abertura da licitação na modalidade Pregão Eletrônico do **tipo MENOR PREÇO GLOBAL,** que tem por objeto **"**Aquisição de higienização e consertos/reparos de uniformes, e higienização de botas visando atender as necessidades do CONSAMU". Início da sessão de disputa de preços às **09h00min** do dia **06/08/2026.** A retirada do edital poderá ser realizada através de solicitação encaminhada para o e-mail: licitacao@consamu.com.br, pelo site www.novobbmnet.com.br ou na Sede Administrativa do CONSAMU, situado à Rua Uruguai, nº 283, Setor de Compras/Licitação, Bairro Alto Alegre, Cascavel – PR. Telefone: (045) 3036-7117 – Site: https://www.consamu.com.br/

Cascavel – PR, 22 de julho de 2026.

DANILO GUSTAVO NOBRE FIUZA
Encarregado do Setor de Compras e Licitações/ Pregoeiro

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:B0130202

CONSAMU
PORTARIA Nº 148/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 002/2025;
RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, o Sr. Ryan Marcos Backes, RG nº 10.642.527-2 SESP PR, do Cargo Comissionado de Coordenador de Enfermagem do Hospital Municipal Prefeito Quinto Abrão Delazeri, Município de Palotina/PR, que compõe a estrutura organizacional do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria nº 250/2025 e demais disposições em contrário.
Gabinete da Presidência.
Cascavel, 22 de julho de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:B3BFA43A

CONSAMU
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026 RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO

OBJETO: "Fornecimento de impressos gráficos e escritório, por meio do Sistema de Registro de Preços".

RESULTADO – Empresas:

A. P. RODRIGUES LTDA. nos 1,3,5,6, com valor total de R$ 6.930,00 (seis mil novecentos e trinta reais).
GRAFICA BOA VISTA LTDA no lote 7 e 8, com valor total de R$ 6.690,00 (seis mil e seiscentos e noventa reais).

LOTES FRACASSADOS: 2 e 4.

Cascavel – PR, 22 de julho de 2026.

DANILO GUSTAVO NOBRE FIUZA
Encarregado do Setor de Compras e Licitações/ Pregoeiro

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:560C2CC5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AUTORIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA

À Secretaria da Assistência Social
Ementa: Autorização de Compra de Pronto Pagamento
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a aquisição de Materiais, em atendimento às necessidades da Secretaria de Assistência Social para a continuidade das Oficinas de Artesanato oferecidas por esta secretaria.
DESPACHO
Considerando os argumentos suscitados no presente Processo de Contratação de Pronto Pagamento com a devida Justificativa para Ordem de Serviço, considerando que foi feita a pesquisa de preços para se encontrar o menor valor, cuja a empresa vencedora foi **PARANÁ AVIAMENTOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº **12.488.923/0001-13**, considerando a necessidade da Secretaria, optamos pela compra de pronto pagamento pela qualidade do produto e seu custo benefício, considerando o decreto municipal n° 100/2024 que regulamenta as compras de pequeno valor, justificado com base no seu Art. 2° e Inciso 2, considerando os documentos que instruem o mesmo, **AUTORIZO** a **emissão de empenhos** dos itens que compõe esse processo de **Compra de Pronto Pagamento Nº 04/26** no valor **R$ 3.832,30 (Três mil oitocentos e trinta e dois reais e trinta centavos)** para aquisição do objeto e arquivo ficando à disposição dos interessados, especialmente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Guaraci - PR, 20 de julho de 2026

MISMONIA FERREIRA GOMES
Secretaria de Assistência Social

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:1944B9EB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

Encontra-se aberto no Município de Guaraci, **DISPENSA ELETRÔNICA nº 004/2026**, do tipo **Contratação de empresa especializada para realização de um passeio com o grupo de idosos do município, promovendo lazer, integração social e bem-estar. O local escolhido é um pesqueiro, por oferecer ambiente adequado, seguro e acessível, além de infraestrutura para alimentação e atividades. Recurso do Programa Viaja Mais 60, conforme Deliberação da CEDIP/PR 34/2024, que acontecerá no dia 30 de Julho de 2026.** A abertura da sessão de disputa dar-se-á no dia **29 de julho de 2026**, às 09:00 horas. O credenciamento e recebimento das propostas será realizado até as 08:00 horas do dia da sessão de disputa. O Aviso estará disponível aos interessados em participar da presente dispensa, através do e-mail licitacao@guaraci.net; pelo site do Portal da Transparência do Município de Guaraci-PR https://guaraci.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes; pelo Portal BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, disponível no endereço eletrônico https:// www.bll.org.br/; ou então pelo Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br, maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@guaraci.net.

Guaraci, 22 de julho de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:BCB585D4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI
AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto no Município de Guaraci, **PREGÃO ELETRÔNICO nº 002/2026**, do tipo: **MENOR PREÇO POR ITEM.** A presente licitação tem por objeto a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS, DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES EM TRATAMENTO CLÍNICO E TERAPÊUTICO, COM FINS DE SUPRIR NECESSIDADES NUTRICIONAIS ESPECÍFICAS, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, DO MUNICÍPIO DE GUARACI-PR, CONFORME DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTE NO TERMO DE REFERÊNCIA.** A abertura da sessão de disputa dar-se-á no dia **05 de agosto de 2026 às 09:00 horas**. O credenciamento e recebimento das propostas será realizado até as 08:00 horas do dia da sessão de disputa. O Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, através do e-mail licitacao@guaraci.net; pelo site do Portal da Transparência do Município de Guaraci-PR https://guaraci.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes; pelo Portal BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, disponível no endereço eletrônico https://www.bll.org.br/ ou então pelo Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br, maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@guaraci.net.

Guaraci, 22 de julho de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:468263D9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 123/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei
R E S O L V E :

REVOGAR diárias concedidas conforme Portaria nº 117/2026, no valor de R$ 35,00, a favor da Secretária de Assistência Social Mismonia Ferreira Gomes, e das servidoras Ana Maria Biaccio e Damaris Valeria da Silva, para participar de curso "1ª OFICINA REGIONAL DE 2026 – TEMA: IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTE E REVISÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - PLAMSAN" – SEAB/CORESAN-LONDRINA, no dia 09 de julho de 2026, na cidade de Jaguapitã - PR.
REVOGAR diárias concedidas conforme Portaria nº 117/2026, sendo 02 (duas) no valor de R$ 35,00, a favor da da servidora Vilma Calzavara da Silva, e 01 (uma) a favor do servidor Maicon Soares Carlos, referentes aos dias 13 e 14 de julho de 2026 da primeira, e ao dia 14 de julho de 2026 ao segundo, referentes a participação de capacitação "APEPREV INVEST", na cidade de Maringá - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 140,00, a favor do servidor Anderson Castilho Zago, para transportar usuário da assistência social S.A.S. em visita a familiar apenado, com saída às 08:30h e retorno às 16:10 do dia 18 de julho de 2026, na cidade de Porecatú - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 315,00, a favor do servidor Anderson Castilho Zago, para transportar usuário da assistência social A.P.S. para acompanhamento de velório de familiar, com saída às 17:00h do dia 20 e retorno às 19:16 do dia 21 de julho de 2026, na cidade de Embú das Artes - SP.
Conceder 01 (uma) diária para cada, no valor de R$ 35,00 cada, a favor dos servidores Henrique José Amaro e Ricardo José Amaro, para buscar equipamentos de informática em manutenção, com saída às 10:00h e retorno às 14:00 do dia 17 de julho de 2026, na cidade de Arapongas - PR.
Conceder 01 (uma) diária para cada, no valor de R$ 35,00 cada, a favor dos servidores Antônio Carlos Rael e Ednilson da Silva, para levar atletas do município para participar da 18ª Copa Primavera de Futsal de Categoria de Base, com saída às 18:30h e retorno às 22:45 do dia 07 de julho de 2026, na cidade de Atalaia - PR.

Revogam-se as disposições em contrário.
Município de Guaraci, estado do Paraná
Aos 22 dias do mês de julho de 2026

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:39E84E2E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2026

O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.022.508/0001-52, com sede Travessa Sete de Setembro – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000, por intermédio de seu Departamento de Compras e Licitações, torna público, para os fins do art. 72 c/c Art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que pretende realizar a contratação direta, por Dispensa de Licitação, do objeto a seguir especificado:

1. ADJUDICOo objeto da presente dispensa de licitação à empresa LUMINA LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA, inscrita no CNPJ: 64.501.860/0001-91

2. HOMOLOGO, com fulcro no art. 75 inciso II, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), a presente contratação direta por dispensa

3. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de análises clínicas laboratoriais, compreendendo a coleta, processamento, análise e emissão de laudos de exames laboratoriais destinados aos usuários de Sistema único de Saúde - SUS, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde.

4. CONTRATADA: LUMINA LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA, inscrita no CNPJ: 64.501.860/0001-91

5. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR: A escolha fundamenta-se pesquisa de mercado, detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), onde a proposta da referida empresa foi a que atendeu a todos os requisitos técnicos do Termo de Referência (TR).

6. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente contratação direta fundamenta-se no 75 inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. VALOR TOTAL:R$ 39.386,90 (trinta e nove mil, trezentos e oitenta e seis reais, noventa centavos)

8. PRAZO DE VIHEN CIA E EXECUÇÃO: O prazo de vigência e execução será de 03 (três) meses.

Guaraqueçaba/PR, 22 de julho de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:3552094E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 252/2026 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR E O LOCADOR GILIARDE MENDES.

LOCATÁRIO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede à Travessa Sete de Setembro, Bairro Centro, Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

LOCADOR GILIARDE MENDES, brasileiro, agricultor, casado, portador da Carteira de Identidade n.º 8748032-1, devidamente inscrito no CPF n.º 040.764.779-10, residente e domiciliado na Comunidade do Potinga – Município de Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE/LOCATÁRIO e o senhor GILIARDE MENDES, doravante denominado CONTRATADO/LOCADOR, de comum acordo e com base no PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 252/2025, no disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em suas disposições aplicáveis e Lei Federal nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 (Lei do Inquilinato), e subsidiariamente, pelo Código Civil Brasileiro, celebram o presente Termo de Contrato de Locação de Imóvel Rural, conforme as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGENCIA.

As partes de comum acordo procedem ao aditivo de prazo ao Contrato Administrativo nº 252/2026, pelo período 06 (seis) meses, iniciando-se em 22.06.2026 e terminando-se em 23.12.2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.
As despesas para cobertura dos valores oriundos deste termo aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária
3.3.90.36.00.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 252/2026, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 22 de junho de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHISKI
CPF:039.773.459-07
Prefeito do Município de Guaraqueçaba/PR

GILIARDE MENDES.
CPF/MF n.º 040.764.779-10
Locador

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:EE2AAE9A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO N.º 145/2026

Prefeitura Municipal de Iguaraçu
Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro - Fone: 44 3248-1222 - CEP: 86.750-000
CNPJ (MF): 75.772.525/0001-44 IGUARACU/PR
DECRETO N.º 145/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IGUARACU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe
foram conferidas pela Lei nº 42/2025, de 23 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 9.785,22 , destinados ao reforço das seguintes
Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
Unidade - 04001 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTABILIDADE	
Funcional - 28.846.0003.0003000 - Indenizações, Restituições e Sentenças Judiciais	
Despesa - 639 - 339093 - 00839 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.785,22
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	9.785,22

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o provável Excesso de Arrecadação
verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64:
Receitas:
132101110839000000 - 238 - Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 839

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.
Edifício da Prefeitura do Município de IGUARACU/PR, em 22 de julho de 2026

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:D106D077

CHEFIA DE GABINETE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 031/2026 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

DEPARTAMENTO PESSOAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 031/2026 - DO CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU Nº 001/2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IGUARAÇU, Claudio Aparecido Bernin, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público conforme Edital nº 030/2024 de 04 de julho do ano de 2024 da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público publicado no jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar) Decreto nº 43/2025 do dia 23/01/2025;

RESOLVE:

CONVOCAR os(as) candidatos(as) aprovados(as) e classificados(as), relacionados(as) no **ANEXO I** deste edital, para se apresentar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou seja, do dia 23 de julho (quinta-feira) até o dia 29 de julho (quarta-feira) de 2026, ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294, Centro, no horário de 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, munido(a) da documentação constante no **ANEXO II**.

• O(a) candidato(a) aprovado(a) e classificado(a), após a entrega da documentação exigida no **ANEXO II**, será nomeado(a) através do Ato de Nomeação que será publicado no jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar).
• O(a) candidato(a) constante no **ANEXO I** que não comparecer no prazo e horário fixados nesta CONVOCAÇÃO, ou que não apresentar a documentação obrigatória exigida neste edital, estará **automaticamente eliminado(a)**, conforme itens 10, 10.1, 10.3 e 10.4 do Edital do Concurso Público 001/2024 da Prefeitura Municipal de Iguaraçu/PR, não cabendo qualquer reclamação ou pedido de reclassificação à lista de Classificação Geral do Concurso Público 001/2024.
• O Poder Público poderá convocar novos candidatos, obedecendo à ordem de classificação do Concurso Público, através de outra CONVOCAÇÃO devidamente publicada.
• O candidato(a) que desejar desistir da vaga deverá comparecer à Prefeitura Municipal para assinar o Termo de Desistência, ou enviá-lo para o e-mail oficial **amd@iguaracu.pr.gov.br ou prefeitura@iguaracu.pr.gov.br.** O termo deverá estar devidamente assinado, legível, acompanhado de documento oficial com foto. (Vide modelo no ANEXO III.)

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 22 de julho de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

ANEXO I
CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

123369	Assistente Administrativo	**GUILHERME BANDEIRA PAPKER**	**9º**

ANEXO II
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS
a) Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
b) CPF e fotocópia;
c) Registro no órgão de classe e fotocópia;
d) Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
e) Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
f) Título de eleitor e fotocópia, acompanhado do comprovante de votação da última eleição, justificativa de ausência ou declaração de quitação eleitoral;
g) Carteira de Trabalho e cadastro no PIS/PASEP e fotocópia;
h) Comprovante de escolaridade exigida;
i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e fotocópia, acompanhada do cartão da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (de 7 a 14 anos), quando houver;
j) Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
k) Cópia do RG e CPF do cônjuge e dos filhos, quando houver;
l) Certidões negativas de antecedentes criminais, fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, no local de residência do(a) candidato(a);
m) Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
n) Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
o) Declaração de desvinculação para o candidato(a) que exerce cargo ou função pública federal, estadual ou municipal, conforme previsto nos incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal;
p) Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão.
OBSERVAÇÃO: Os documentos acima deverão ser apresentados em cópias autenticadas, ou os originais acompanhados de cópias simples para autenticação no ato da entrega.

ANEXO III
TERMO DE DESISTÊNCIA DE VAGA
Concurso Público – Edital 01/2024
Á Prefeitura Municipal de Iguaraçu – Estado do Paraná
Eu, _____,
portador(a) do RG nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à _____na cidade de _____, aprovado(a) e convocado(a) para o cargo de _____ conforme o Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2024 da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, venho por meio deste, formalizar minha desistência da referida vaga.
Declaro estar ciente de que, ao desistir da vaga, estou abrindo mão de todos os direitos e benefícios decorrentes da minha aprovação e convocação no concurso mencionado, não podendo reivindicar, futuramente, qualquer posicionamento ou reintegração nesta vaga.
Dados do Candidato:
Nome Completo: _____
RG: _____
CPF: _____
Endereço: _____
Telefone: _____
E-mail: _____
Dados do Concurso:
Cargo: _____
Classificação: _____
Edital: 01/2024
Prefeitura Municipal de Iguaraçu – Estado do Paraná
Assino o presente termo em _____, no dia ___/___/_____, ciente das suas implicações legais e administrativas.

_____
Assinatura

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:BD3314AF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2026

O Município de Iguaraçu/PR, torna público a todos os interessados, que será realizado em **10/08/2026 às 09h00min,** abertura da sessão pública, referente ao Edital de **Pregão Eletrônico nº 034/2026**.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR, visando ao abastecimento das Unidades Básicas de Saúde e demais serviços da rede municipal que prestam assistência odontológica à população, em atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência.
Valor Estimado: R$ 516.550,32 (quinhentos e dezesseis mil, quinhentos e cinquenta reais e trinta e dois centavos).
O presente Edital estará à disposição dos interessados no Departamento de Licitação desta Prefeitura Municipal, no Portal da Transparência do Município https://www.iguaracu.pr.gov.br/ e no site da Plataforma **BLL COMPRAS** - www.bll.com.br.

Iguaraçu/PR, 22 de julho de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:360F599E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
DECRETO N.º 144/2026

Prefeitura Municipal de Iguaraçu
Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro - Fone: 44 3248-1222 - CEP: 86.750-000
CNPJ (MF): 75.772.525/0001-44 IGUARACU/PR
DECRETO N.º 144/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por SUPERÁVIT FINANCEIRO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IGUARACU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 42/2025, de 23 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por SUPERÁVIT FINANCEIRO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 157.187,17 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
Unidade - 04001 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTABILIDADE	
Funcional - 28.846.0003.0003000 - Indenizações, Restituições e Sentenças Judiciais	
Despesa - 638 - 339093 - 02839 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	157.187,17
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	157.187,17

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o Superávit Financeiro do exercício anterior verificado na(s) fonte(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I , da Lei Federal nº 4.320/64:
Fontes:
02839 - PMI Proesporte 05 61097
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.
Edifício da Prefeitura do Município de IGUARACU/PR, em 22 de julho de 2026

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:B1A63997

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DOS TERMOS DO CREDENCIAMENTO Nº 004/2026 INEXIGIBILIDADE N° 024/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 108/2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 007 /2026

CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
CREDENCIADO: MARIA VALDETE BRITO DA SILVA, CPF n° 733.xxx.xxx-72
OBJETO: Credenciamento de Fornecedores para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR para atender as demandas das Secretarias Municipais, em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente de Iguaraçu/PR.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 22/07/2026 a 22/07/2027

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 008/2026

CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
CREDENCIADO: MARINALVA PEREIRA DE JESUS GOULART, CPF n° 040.xxx.xxx-19
OBJETO: Credenciamento de Fornecedores para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR para atender as demandas das Secretarias Municipais, em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente de Iguaraçu/PR.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 22/07/2026 a 22/07/2027

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 009/2026

CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
CREDENCIADO: NELSON DE OLIVEIRA, CPF n° 474.xxx.xxx-53
OBJETO: Credenciamento de Fornecedores para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR para atender as demandas das Secretarias Municipais, em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente de Iguaraçu/PR.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 22/07/2026 a 22/07/2027

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 010/2026

CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
CREDENCIADO: ELIZABETY APARECIDA GONÇALVES ROSA, CPF n° 027.xxx.xxx-37
OBJETO: Credenciamento de Fornecedores para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR para atender as demandas das Secretarias Municipais, em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente de Iguaraçu/PR.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 22/07/2026 a 22/07/2027

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 011/2026

CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
CREDENCIADO: COOPERATIVA DE PRODUTORES E ARTESÃOS DE ASTORGA-PR, CNPJ n° 29.580.026/0001-38
OBJETO: Credenciamento de Fornecedores para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR para

atender as demandas das Secretarias Municipais, em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente de Iguaraçu/PR.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 22/07/2026 a 22/07/2027

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 012/2026

CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
CREDENCIADO: ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE IGUARAÇU, CNPJ n° 06.140.801/0001-39
OBJETO: Credenciamento de Fornecedores para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR para atender as demandas das Secretarias Municipais, em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente de Iguaraçu/PR.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 22/07/2026 a 22/07/2027

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 013/2026

CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
CREDENCIADO: JOÃO TORRENHO FERNANDES, CPF n° 797.xxx.xxx-04
OBJETO: Credenciamento de Fornecedores para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR para atender as demandas das Secretarias Municipais, em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente de Iguaraçu/PR.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 22/07/2026 a 22/07/2027

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 014/2026

CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
CREDENCIADO: WESLEY FERNANDO BRAZ, CPF n° 049.xxx.xxx-90
OBJETO: Credenciamento de Fornecedores para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR para atender as demandas das Secretarias Municipais, em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente de Iguaraçu/PR.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 22/07/2026 a 22/07/2027

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 015/2026

CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
CREDENCIADO: DOMINGOS CESARIO DEBRINO, CPF n° 463.xxx.xxx-20
OBJETO: Credenciamento de Fornecedores para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR para atender as demandas das Secretarias Municipais, em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente de Iguaraçu/PR.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 22/07/2026 a 22/07/2027

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 016/2026

CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
CREDENCIADO: ROGERIO HEBER DE OLIVEIRA FERNANDES, CPF n° 049.xxx.xxx-81
OBJETO: Credenciamento de Fornecedores para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR para atender as demandas das Secretarias Municipais, em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente de Iguaraçu/PR.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 22/07/2026 a 22/07/2027

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 017/2026

CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
CREDENCIADO: ADEMIR BATISTA BRAZ, CPF n° 329.xxx.xxx-44
OBJETO: Credenciamento de Fornecedores para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR para atender as demandas das Secretarias Municipais, em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente de Iguaraçu/PR.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 22/07/2026 a 22/07/2027

Iguaraçu/PR, 22 de julho de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:A0F6EE85

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 056/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza, sucção, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos provenientes de fossas sépticas, a serem executados sob demanda, nas unidades pertencentes ao Município de Iguaraçu/PR, originário da Dispensa de Licitação nº 020/2026 e Processo Administrativo nº 085/2026.
CONTRATANTE: Município de Iguaraçu/PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 75.772.525/0001-44, com sede na Rua Otávio Pedro da Silva, nº 294, Centro, Iguaraçu/PR.
DETENTORA DO CONTRATO: DESENTOP SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 31.317.901/0001-35.
DA RESCISÃO CONSENSUAL: A rescisão ocorre por acordo entre as partes, diante da inviabilidade operacional e econômica de continuidade da execução dos serviços nas condições pactuadas, comunicada formalmente pela Detentora do Contrato, devidamente justificada nos autos e aceita pela Administração. A rescisão produz efeitos a contar de 22 de julho de 2026. As obrigações decorrentes do ajuste consideram-se mutuamente quitadas em relação ao período de vigência efetiva, não restando quaisquer ônus financeiros ou obrigações remanescentes para ambas as partes, ressalvados os serviços já executados e devidamente aceitos pela Administração.
FUNDAMENTAÇÃO: *Art. 138, II, c/c arts. 137 a 141, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.*

Iguaraçu/PR, 22 de julho de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:5EF8BE82

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 063/2026
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMCESPAR
Contratada THAYS BYCZKOVSKI - SERVIÇOS MÉDICOS
CNPJ: **33.148.203/0001-89**
OBJETO: O CREDENCIADO prestará serviços de CONSULTAS e PROCEDIMENTOS/CIRURGIAS de GINECOLOGIA, para o CIS Amcespar.
VALOR REGISTRADO: Conforme Anexo III do edital de Chamamento Público 07/2025 e 08/2025. Processo de Inexigibilidade 012/2025 e 013/2026.

Unidade:01- CIS Amcespar
Dotação orçamentaria: 01.100
10.122.0001.2.001.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.002.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.005.3.3.90.39.00.00 fonte 368 QUALICIS
10.302.0001.2.006.3.3.90.39.00.00 fonte 31369 SUS
10.302.0001.2.007.3.3.90.39.00.00 fonte 496 CEO

VIGENCIA: 08 de julho a **25 de setembro de 2026.**

FORO: IRATI – PR

CIS/AMCESPAR
Contratante

THAYS BYCZKOVSKI - SERVIÇOS MÉDICOS
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:D05DEA36

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 345/2026

PORTARIA Nº 345/2026.

Institui sindicância administrativa investigativa, nomeia comissão sindicante e determina o afastamento cautelar de servidoras, no âmbito da Escola Municipal Maria de Jesus Turra.

O PREFEITO MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e a legislação vigente, especialmente os arts. 192, 194, 195 e 196 da Lei Municipal nº 91/1993 e os arts. 49 e 50 da Lei Municipal nº 637/2013;
CONSIDERANDO o dever de apuração imediata de irregularidades no serviço público (art. 194 da Lei Municipal nº 91/1993);
CONSIDERANDO a Notícia de Fato nº 0067.26.000487-3 e a Notícia de Fato nº 0067.26.000493-1, bem como o Ofício nº 568/2026-2ª PJ da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Irati;
CONSIDERANDO a necessidade de preservar a produção da prova, a normalidade do serviço educacional e a proteção integral das crianças;
RESOLVE:
Art. 1º Instaurar **SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INVESTIGATIVA**, de caráter preparatório, reservado e sem natureza punitiva, destinada a apurar as possíveis irregularidades noticiadas no âmbito da Escola Municipal Maria de Jesus Turra, especialmente as relacionadas a:
I — episódio ocorrido em 6 de julho de 2026, envolvendo servidoras da unidade;
II — registro de falta lançado no livro-ponto e sua regularidade;
III — elaboração e conteúdo de ata escolar apontada como inverídica;
IV — tratamento dispensado a servidores, estagiários, pais e responsáveis;
V — tratamento dispensado aos alunos, inclusive quanto à alegada supressão de recreio e à permanência em pé durante o intervalo;
VI — eventual existência de intimidação, perseguição ou represália contra integrantes da comunidade escolar e signatários de abaixo-assinado; e
VII — regularidade do exercício das funções de direção e de coordenação pedagógica.
Parágrafo único. A presente sindicância não se destina à aplicação de penalidade, não implica reconhecimento de culpa e não importa indiciamento, prestando-se a confirmar ou afastar os indícios e a subsidiar decisão posterior de arquivamento ou de instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com contraditório e ampla defesa.
Art. 2º Designar, para compor a Comissão de Sindicância, os seguintes servidores:
I — JANETE APARECIDA NORDT, matrícula nº 191-2;
II — ALESSANDRA KOPICKI BONATO, matrícula nº 234-1; e
III — LUCÉLIA DOS SANTOS, matrícula nº 229-2.
Parágrafo único. Os membros da comissão deverão declarar, na primeira reunião, a inexistência de impedimento ou suspeição para atuar no feito.
Art. 3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, contados da instalação da comissão, para a conclusão dos trabalhos, prorrogável uma única vez, por igual período, mediante decisão fundamentada.
Art. 4º Determinar, com fundamento no art. 192 da Lei Municipal nº 91/1993 e por absoluta cautela, **o AFASTAMENTO CAUTELAR** das servidoras envolvidas de suas funções na Escola Municipal Maria de Jesus Turra, enquanto durar o procedimento, a saber:
I — J. S. F e R. A. A. L. D., as quais deverão ser notificadas pessoalmente.
§ 1º O afastamento tem natureza acautelatória, não constitui penalidade, não antecipa juízo de culpa e será cumprido sem prejuízo dos vencimentos, em observância à presunção de inocência (art. 5º, LVII, da Constituição Federal).
§ 2º A medida destina-se exclusivamente a resguardar a produção e a integridade da prova, a evitar interferência sobre testemunhas e a assegurar a normalidade do serviço, podendo ser revista a qualquer tempo, cessados os motivos que a determinaram.
Art. 5º A comissão fica autorizada a promover todas as diligências necessárias à elucidação dos fatos, podendo requisitar documentos e informações a órgãos e servidores municipais, colher declarações e adotar, desde logo, medidas urgentes de preservação de provas, observados o sigilo do procedimento e a proteção dos dados pessoais, em especial os das crianças.
Art. 6º Ao final, a comissão apresentará relatório conclusivo, de natureza opinativa, sugerindo o arquivamento, a adoção de providências administrativas, o encaminhamento a órgão competente ou a instauração de Processo Administrativo Disciplinar quanto a fatos individualizados.
Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Inácio Martins/PR, 21 de julho de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal de Inácio Martins/PR

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:130522B2

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 346/2026

PORTARIA Nº 346/2026.

Designa, provisoriamente, Diretor e Pedagoga para a Escola Municipal Maria de Jesus Turra, em razão do afastamento cautelar determinado pela Portaria nº 345/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e a legislação vigente, especialmente o art. 49 da Lei Municipal nº 637/2013 e o art. 194 da Lei Municipal nº 91/1993;
CONSIDERANDO o afastamento cautelar das servidoras ocupantes das funções de direção e de coordenação pedagógica da Escola Municipal Maria de Jesus Turra, determinado pela Portaria nº 345/2026;
CONSIDERANDO o princípio da continuidade do serviço público e a necessidade de assegurar o regular funcionamento da unidade escolar;
CONSIDERANDO que a designação tem caráter provisório e não configura exoneração da função nem enseja novo processo eletivo (arts. 49 e 50 da Lei Municipal nº 637/2013);
RESOLVE:
Art. 1º Designar, provisoriamente, enquanto perdurar o afastamento cautelar determinado pela Portaria nº 345/2026, os seguintes servidores para responder pelas funções a seguir indicadas na Escola Municipal Maria de Jesus Turra:
I — EVANDRO STRESSER DE OLIVEIRA, matrícula nº 491-1, para responder pela função de Diretor; e
II — HOSANA REIZNER FERREIRA MAIEWSKI, matrícula nº 489-1, para responder pela função de Pedagoga.

Art. 2º A designação ora efetivada tem caráter provisório e cessará automaticamente com o retorno das servidoras afastadas ou com a decisão final do procedimento, não gerando estabilidade na função nem direito à sua manutenção.
Art. 3º Os servidores ora designados farão jus, se for o caso, à gratificação ou vantagem correspondente ao efetivo exercício das funções, nos termos da Lei Municipal nº 637/2013, durante o período da designação.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Inácio Martins/PR, 21 de julho de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal de Inácio Martins/PR

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:03C392A1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº. 1146/2026 REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA JANDIRA DE SOUZA ROSA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e-409/2026.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, a servidora **JANDIRA DE SOUZA ROSA,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 663.xxx.xxx-91, residente e domiciliada nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde, férias de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 11/03/2025 à 10/03/2026, a contar de 03/08/2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 21 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:28D32461

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº. 1147/2026 REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR JOEL SANTANELLI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e-316/2026.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, ao servidor **JOEL SANTANELLI,** brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº. 007.xxx.xxx-67, residente e domiciliado nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, no Cargo de **MOTORISTA DE CAMINHÃO E ÔNIBUS**, lotado na Secretaria de Assistência à Saúde, férias de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 06/03/2024 à 05/03/2025, a contar de 03/08/2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 21 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:5E65C5C0

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº. 1148/2026 REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA VALDETE ALVES FELIPE DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e-046/2026.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, a servidora **VALDETE ALVES FELIPE DA SILVA**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 054.xxx.xxx-10, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, no Cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM,** lotada na Secretaria de Assistência à Saúde, férias de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 14/02/2024 à 13/02/2025, a contar de 03/08/2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 21 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:6E7B9040

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº. 1154/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA EDNA APARECIDA DE SOUZA ZANIN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 17 de julho de 2026 de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **EDNA APARECIDA DE SOUZA ZANIN,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 050.xxx.xxx-05, residente e domiciliada nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 17 de julho de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 22 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:A27C5CF0

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1155/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA ELIZETE DANTAS TENÓRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, a partir de 20 de julho de 2026, 15 (quinze) dias de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **ELIZETE DANTAS TENÓRIO,** brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob nº. 785.xxx.xxx-72, residente e domiciliada nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS (FEMININO)**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 20 de julho de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 22 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:8AC4D2FD

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1156/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA FÁTIMA GÊA MATARO DE LIMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, a partir de 20 de julho de 2026, 01 (um) dia e ½ (meio) período de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **FÁTIMA GÊA MATARO DE LIMA,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 663.xxx.xxx-91, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **AGENTE DE ENDEMIAS**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 20 de julho de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 22 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:B448C4FC

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1157/2026

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR JOSÉ MESSIAS DE ALMEIDA FILHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao memorando 1915/2026.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, ao servidor **JOSÉ MESSIAS DE ALMEIDA FILHO**, brasileiro, inscrito na CPF/MF sob nº. 370.xxx.xxx-15, residente e domiciliado nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, aprovado em Concurso Público para o cargo de **MOTORISTA CAMINHÃO/ÔNIBUS,** nomeado através da Portaria nº. 375/1991, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, férias de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 01/09/2023 à 31/08/2024, a contar de 13/07/2026.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 13 de julho de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 22 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:908BE3F0

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1158/2026

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE AO SERVIDOR CESAR AUGUSTO PICCO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em atendimento ao protocolo e-393/2026;

RESOLVE;

I - Conceder **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**, a partir de 01 de julho de 2026, no percentual de 20% (vinte por cento) ao Servidor **CESAR AUGUSTO PICCO,** brasileira, inscrito no CPF/MF sob nº 088.xxx.xxx-46, residente e domiciliado nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidor Público Municipal, contratada através do contrato nº. 020/2025, de 01 de agosto de 2025, aprovado em Processo Seletivo Simplificado, para o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, lotado na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 01 de julho de 2026.

Registra-se,

Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 22 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:6056DAED

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1159/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA LETICIA FLORES GUESINE RAHUAN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e-372/2026.
RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, a servidora **LETICIA FLORES GUESINE RAHUAN**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 061.xxx.xxx-64, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã – Paraná, ocupante do Cargo de **TÉCNICO EM RAIO-X**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência à Saúde, férias de 20 (vinte) dias referente ao período aquisitivo de 24/01/2025 à 23/07/2025, a contar de 08/10/2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 22 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:875A504A

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1160/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA SANDRA MARA NEVES PEREIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.**

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao memorando 1983/2026.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, a servidora **SANDRA MARA NEVES PEREIRA,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 663.xxx.xxx-68, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, no cargo de **RECEPCIONISTA**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde, férias de 20 (vinte) dias, sendo 10 (dez) dias referente ao período aquisitivo de 14/12/2023 à 13/12/2024 e 10 (dez) dias referente ao período aquisitivo de 14/12/2024 à 13/12/2025 a contar de 08/09/2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 22 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:292FFF7A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

CAMARA MUNICIPAL DE IRATI
PORTARIA NR. 33/2026

PORTARIA nº 33/2.026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei,
R E S O L V E
Art. 1º - Fica Concedido Diária ao vereador da Câmara Municipal de Irati conforme especificado abaixo:
Nome do vereador: Leomar Jacumasso – Matricula nr. 105 – Cargo: Vereador
Data Início: 20/07/2026 - Data Fim: 20/07/2026
Nº de Diária: 0,50 - Valor Unitário: R$ 626,35 - Valor Total: R$ 313,17
Município Destino/UF: Curitiba-PR
Processo Administrativo nr. 27/2026
Tipos Padrão de Objetivo: Viagem de Representação
Objetivo da Viagem: Para comparecimento na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para tratar de assuntos de interesse do município de Irati.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, fica revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, 17 de julho de 2.026.

SELMO DE LIMA VIEIRA
Presidente

Publicado por:
Gerson Vicente Domingues
Código Identificador:86F376E3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 529/2026

Autoriza, em caráter excepcional, a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas durante a realização da Festa de São Cristóvão e Festa do Agricultor, e dá outras providências

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI**, Estado do Paraná, O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada, em caráter excepcional, a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas por pessoas maiores de 18 (dezoito) anos de idade, no dia 26/07 de julho de 2026 (domingo), das 7h00 às 20h00, na Praça Etelvina Andrade Gomes, localizada na Rua Alfredo Bufren, nº 682 e nas dependências da Paróquia Nossa Senhora da Luz em Irati/PR, em razão da realização da Festa de São Cristóvão e Festa do Agricultor.

Art. 2º - A autorização prevista neste Decreto não afasta a obrigatoriedade de observância da legislação vigente, especialmente das normas de segurança, sanitárias, de proteção ao consumidor e de ordem pública.
Parágrafo único. Compete aos organizadores do evento adotar todas as medidas necessárias ao cumprimento da legislação aplicável, bem como obter previamente as licenças, autorizações e demais atos administrativos exigidos pelos órgãos competentes.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos exclusivamente no dia, horário e local especificados no art. 1º.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 22 de julho de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:CF2F8BA0

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 530/2026

Aprova o Protocolo Municipal de Segurança e Promoção da Cultura de Paz nas Instituições de Ensino do Município de Irati e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Irati, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Protocolo Municipal de Segurança e Promoção da Cultura de Paz nas Instituições de Ensino do Município de Irati, como instrumento orientador das ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação relacionadas à segurança escolar, constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - O Protocolo deverá ser observado por todas as instituições de ensino da rede pública municipal e pelos órgãos da Administração Municipal envolvidos em sua execução, observadas as competências legais de cada ente.

Art. 3º - Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar a implementação, acompanhamento e atualização do Protocolo, podendo editar atos complementares necessários à sua execução.

Art. 4º - Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a Comissão Municipal de Escuta e Suporte aos Profissionais da Educação, com a finalidade de promover ações de acolhimento, escuta qualificada, mediação de conflitos, orientação e encaminhamento dos profissionais da rede municipal de ensino, observadas as diretrizes estabelecidas no Anexo Único deste Decreto.
§ 1º A Comissão atuará de forma preventiva, consultiva e interdisciplinar, não possuindo caráter disciplinar, investigativo ou deliberativo sobre direitos funcionais dos servidores.
§ 2º A atuação da Comissão observará os princípios da confidencialidade, da dignidade da pessoa humana, da proteção de dados pessoais e do respeito aos direitos dos profissionais atendidos, sem prejuízo do dever de comunicação aos órgãos competentes quando houver hipótese legal que assim o exija.

Art. 5º - A Comissão será composta por servidores públicos municipais, preferencialmente com atuação nas áreas de educação, gestão escolar ou áreas correlatas, designados por Portaria da Secretaria Municipal de Educação.
§ 1º A Portaria de designação definirá:
I – os membros titulares e, se necessário, suplentes;
II – o coordenador da Comissão;
III – as atribuições específicas dos membros; e
IV – outras normas necessárias ao seu funcionamento.

Art. 6º - Compete à Comissão:
I – realizar escuta qualificada dos profissionais da educação que solicitarem atendimento ou que sejam encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação;
II – identificar situações que demandem acompanhamento institucional;
III – propor medidas preventivas voltadas à promoção do bem-estar e da cultura de paz no ambiente escolar;
IV – sugerir encaminhamentos à rede municipal de saúde, assistência social ou outros serviços especializados, quando necessário;
V – elaborar relatórios internos de acompanhamento, preservada a confidencialidade das informações.

Art. 7º - Os órgãos municipais deverão atuar de forma integrada para a implementação das medidas previstas no Protocolo, respeitadas suas atribuições legais.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Anexo Único

1. INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROTOCOLO MUNICIPAL DE IRATI
A garantia do direito à educação de qualidade abrange não apenas o acesso e a permanência dos estudantes nas instituições de ensino, mas também a consolidação de um ambiente seguro, acolhedor e pacífico para toda a comunidade escolar, incluindo alunos, docentes, funcionários e familiares. A formulação deste Protocolo de Segurança e Promoção da Cultura de Paz para as Instituições de Ensino do Município de Irati atende ao dever do poder público local de desenvolver, em conjunto com os órgãos de segurança pública, de saúde e com a participação da comunidade escolar, protocolos para estabelecer medidas de proteção à criança e ao adolescente contra qualquer forma de violência no âmbito escolar. Essa atuação está em estrita consonância com as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 14.811 de 2024, pela Lei Federal nº 14.643 de 2023, que institui o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas, e pelo Programa Escola que Protege do Ministério da Educação.
Para uma atuação eficaz, torna-se imperioso diferenciar os atos de indisciplina dos atos de violência extrema. Os casos de indisciplina caracterizam-se pelo descumprimento das normas fixadas no Regimento Escolar, devendo ser tratados pela própria instituição de ensino na esfera administrativa, por meio de abordagens pedagógicas e restaurativas que preservem o direito de permanência do aluno. Por outro lado, o ataque de violência extrema configura-se como uma ação deliberada na qual um indivíduo, seja estudante, ex-estudante ou terceiro, invade ou ataca a escola com planejamento prévio e intencionalidade letal, visando causar mortes ou ferimentos graves e buscando notoriedade, muitas vezes sob a influência de discursos de ódio disseminados em ambientes virtuais. Desse modo, o enfrentamento de problemas tão complexos exige uma abordagem intersetorial e permanente, integrando as políticas de educação, assistência social, saúde mental e segurança pública.

2. DIRETRIZES GERAIS DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA PATRIMONIAL
A segurança das edificações escolares deve contar com um padrão mínimo de proteção física e operacional, elaborado de forma viável e eficiente, sem que as instituições de ensino sejam transformadas em fortalezas ou prisões, mas sim dotadas de meios modernos que auxiliem na prevenção de intrusões e no controle de eventuais crises. Para tanto, estabelecem-se as seguintes diretrizes de controle de acesso e adequação de infraestrutura:
2.1. Controle de Acesso e Identificação
a) Recomenda-se que cada instituição de ensino mantenha uma única portaria ativa para a entrada e saída de pedestres, observando-se as normas de segurança e as saídas de emergência para planos de evacuação;
b) Os portões de acesso das escolas devem permanecer trancados durante todo o período de aulas, sendo abertos exclusivamente nos horários regulamentares de entrada e saída dos alunos, sob a supervisão direta de funcionários ou da equipe gestora;

c) É obrigatório o uso do uniforme escolar por todos os estudantes, o que permite a identificação dinâmica e eficaz dos discentes tanto no ambiente interno quanto no entorno escolar;
d) Todos os funcionários, professores e prestadores de serviço que não utilizam o uniforme padrão da instituição devem fazer uso de crachás ou outros meios visíveis de identificação funcional;
e) Fica terminantemente proibido o ingresso de qualquer pessoa estranha às dependências da instituição sem a devida identificação prévia na portaria, registro de dados e autorização expressa da direção ou equipe pedagógica, sendo vedada a circulação livre de visitantes ou a permanência de parentes e amigos de funcionários sem finalidade institucional;
f) A entrega de estudantes menores de idade somente será realizada aos pais, responsáveis legais ou pessoas expressamente autorizadas por escrito, devendo a equipe escolar acompanhar rigorosamente o fluxo de saída para evitar aglomerações e garantir a segurança dos alunos no portão.

2.2. Monitoramento e Infraestrutura de Segurança

a) Recomenda-se a instalação e a manutenção regular de sistemas de circuito fechado de televisão para o monitoramento em tempo real das áreas internas e do entorno das unidades de ensino, com gravação de imagens;
b) Deve ser instalado um sistema de alarme com sonoridade exclusiva e de conhecimento geral para alertar a comunidade escolar em caso de ocorrência de ataques ou intrusões armadas;
c) No planejamento de reformas ou novas construções, as portas de acesso às salas de aula devem ser confeccionadas em materiais de alta resistência, como chapa de aço, e as janelas devem ser posicionadas a uma altura que dificulte ataques externos;
d) Os profissionais de apoio, como porteiros, vigilantes e zeladores, devem realizar vistorias e rondas rotineiras nas áreas internas e externas dos limites da escola, mantendo-se atentos a movimentações suspeitas nas proximidades e acionando imediatamente as forças de segurança pública pelo telefone de emergência em caso de risco iminente.

3. IDENTIFICAÇÃO DE SINAIS DE ALERTA E SITUAÇÕES PREOCUPANTES

Os ataques direcionados a instituições de ensino raramente ocorrem de forma súbita ou impulsiva, sendo precedidos, na grande maioria dos casos, por comportamentos e sinais de alerta que podem ser observados pela comunidade escolar, familiares ou amigos. A identificação precoce desses comportamentos, denominados situações preocupantes, permite que a escola e a rede de proteção realizem intervenções preventivas antes que o contexto evolua para uma ameaça concreta ou execução de violência extrema. Ressalta-se que a avaliação desses sinais deve ser feita de forma contextualizada, sem estereótipos baseados em aparência, gênero, raça ou condição social, focando exclusivamente em condutas observáveis.
Consideram-se sinais de alerta e comportamentos suspeitos que demandam acompanhamento e comunicação imediata à equipe gestora:
a) Comportamento de ameaça, caracterizado por declarações verbais, escritas, desenhos ou postagens em redes sociais que expressem a intenção de ferir, matar ou cometer atos de violência contra a escola ou seus membros, ainda que proferidas sob o pretexto de brincadeira;
b) Fascínio inapropriado ou interesse excessivo por armas de fogo, explosivos, táticas de combate, massacres escolares anteriores ou a idolatria de agressores conhecidos;
c) Vigilância prolongada ou injustificada nas proximidades da instituição de ensino, bem como tentativas de obter informações detalhadas sobre os sistemas de segurança, rotinas de funcionamento ou plantas do edifício;
d) Mudanças repentinas e drásticas de comportamento, incluindo isolamento social crônico, afastamento abrupto de amigos e familiares, sinais de desespero, desesperança ou referências diretas a suicídio e automutilação;
e) Expressão de sentimentos intensos de raiva, desejo de vingança, sensação de injustiça sistemática ou adesão a concepções e valores opressores, tais como misoginia, racismo, homofobia, xenofobia ou extremismo político e ideológico;
f) Prática de crueldade ou maus-tratos contra animais, conduta que frequentemente se correlaciona com a propensão a atos de violência interpessoal.
Diante da detecção de qualquer um desses sinais, a instituição de ensino deve registrar as observações de forma confidencial e acionar a rede de proteção interdisciplinar para a elaboração de um plano de acompanhamento individualizado para o estudante e sua família, garantindo-se sempre a existência de canais seguros e sigilosos para que alunos e funcionários possam relatar suas preocupações sem medo de represálias.

4. INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE ESCUTA E SUPORTE AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Como medida central de prevenção, mediação de conflitos e suporte à saúde mental nas instituições de ensino do Município de Irati, fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a Comissão de Escuta para os Profissionais da Educação. Essa iniciativa visa atender à necessidade de suporte contínuo aos trabalhadores que atuam diretamente no ambiente escolar, em conformidade com a Lei Federal nº 13.935 de 2019, que prevê a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica para atuar na mediação das relações sociais e institucionais.
A Comissão de Escuta funcionará de acordo com as seguintes diretrizes operacionais:

4.1. Objetivos e Público-Alvo

A Comissão de Escuta tem por objetivo oferecer um espaço seguro, confidencial e estruturado de acolhimento e escuta ativa para professores, funcionários de apoio administrativo, operacional ou de serviços gerais que estejam enfrentando situações de sofrimento psíquico, estresse ocupacional, conflitos no ambiente de trabalho ou que necessitem de suporte após vivenciarem ou observarem eventos traumáticos e ameaças nas escolas.

4.2. Fluxo de Acionamento do Serviço

A necessidade de atendimento e escuta ativa poderá ser identificada e iniciada por duas vias distintas:
a) Por iniciativa do próprio funcionário, que poderá solicitar o acolhimento de forma voluntária e direta à Comissão de Escuta, por meio de canais de comunicação específicos e reservados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação;
b) A partir das observações diretas e monitoramento realizados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, que, ao identificar sinais de desgaste emocional, isolamento, queda de rendimento ou conflitos interpessoais envolvendo determinado profissional ou instituição, poderá ofertar o atendimento de forma proativa e respeitosa.

4.3. Procedimento de Atendimento e Registro

Os integrantes da Comissão de Escuta realizarão os atendimentos de forma empática, imparcial e sem emissão de julgamentos de valor ou opiniões pessoais, garantindo o acolhimento integral do profissional e o sigilo absoluto das informações compartilhadas. Cada sessão de escuta deverá ser formalizada por meio de um relatório confidencial de registro de relato, no qual serão descritos os fatos apresentados, as percepções do profissional e os fatores objetivos e subjetivos que envolvem o caso.

4.4. Deliberação e Intervenções Coletivas

Após a realização do atendimento e o registro do relato, os integrantes da Comissão de Escuta se reunirão periodicamente para discutir os casos de forma colegiada e interdisciplinar. Nessas reuniões, serão analisadas as especificidades de cada situação para definir as ações, intervenções e encaminhamentos mais adequados, que podem abranger:
a) O encaminhamento do profissional para atendimento clínico especializado na rede de saúde mental do município, como os Centros de Atenção Psicossocial;
b) A proposição de adequações no ambiente de trabalho ou na rotina da instituição de ensino afetada, visando mitigar fatores de estresse ou riscos psicossociais;
c) A realização de práticas restaurativas, mediação de conflitos ou rodas de conversa coletivas na instituição de ensino, quando identificada uma fragilidade no clima escolar ou nas relações interpessoais da equipe.

5. FLUXO DE RESPOSTA IMEDIATA E PROCEDIMENTOS EM CASO DE ATAQUE

Na ocorrência de um ataque de violência extrema ou intrusão armada em uma instituição de ensino, a resposta rápida, coordenada e ordenada é essencial para preservar vidas e mitigar danos. Para tanto,

estabelece-se o seguinte fluxo de ações emergenciais sequenciais que devem ser rigorosamente seguidas pela equipe escolar:

5.1. Alerta e Comunicação Imediata

a) O profissional que detectar a ameaça ou a presença de um agressor armado deve acionar imediatamente o botão de pânico ou realizar ligação de emergência para as forças de segurança pública pelo telefone 190 e para o serviço de atendimento médico de urgência pelo telefone 192;

b) Deve-se ativar imediatamente o sinal de alarme específico da escola para alertar toda a comunidade interna sobre o perigo iminente, utilizando sirenes, mensagens de áudio ou códigos previamente combinados;

c) A equipe gestora deve notificar a Secretaria Municipal de Educação em tempo próximo ao ocorrido para que as medidas de apoio intersetorial sejam mobilizadas.

5.2. Procedimentos de Proteção à Vida

Os profissionais e estudantes devem adotar imediatamente as diretrizes de proteção baseadas no protocolo de Fugir, Esconder e Lutar:

a) Fugir: se houver uma rota de fuga segura e livre de perigo, todos devem evacuar o prédio imediatamente em direção a um ponto de encontro externo seguro previamente definido, sem parar para recolher pertences pessoais;

b) Esconder: caso a fuga não seja segura ou viável, os professores e alunos devem se confinar nas salas de aula ou escritórios administrativos, trancando a porta metálica reforçada e utilizando mesas, cadeiras, armários e carteiras para realizar uma barricada física contra a entrada do agressor;

c) Procedimentos no esconderijo: no interior da sala barricada, as luzes devem ser apagadas, ventiladores e projetores desligados, janelas e persianas fechadas, e todos os telefones celulares devem ser colocados em modo absolutamente silencioso, sem vibração;

d) Posicionamento de proteção: todos os ocupantes devem deitar-se no solo nos fundos da sala, o mais distante possível da porta e das janelas, espalhando-se pelo espaço para evitar tornar-se um alvo fácil, permanecendo em silêncio absoluto e imobilidade até a chegada das forças de segurança;

e) Lutar: como último recurso e apenas quando houver risco iminente de morte sem outra alternativa de proteção, agir de forma coletiva para neutralizar a ameaça e preservar a vida.

5.3. Atendimento e Isolamento da Área

a) Fica terminantemente proibido abrir a porta do esconderijo para qualquer pessoa antes do encerramento oficial da crise, salvo mediante comando claro e identificável das forças de segurança pública presentes no local;

b) Assim que a área for declarada segura pela polícia, os portões de emergência devem ser abertos para permitir a evacuação controlada e o acesso das equipes de socorro médico;

c) Os profissionais de saúde e socorristas realizarão o atendimento médico pré-hospitalar e a triagem clínica das vítimas, providenciando o encaminhamento urgente para as unidades hospitalares de referência;

d) A equipe gestora deve colaborar ativamente com as autoridades policiais para a preservação do local do crime, proibindo qualquer limpeza, alteração do espaço ou remoção de materiais antes da liberação oficial pela perícia técnica.

6. PROTOCOLO DE RECONSTRUÇÃO E RETOMADA GRADUAL DAS ATIVIDADES

O período pós-crise exige um planejamento minucioso focado no acolhimento psicossocial, na reestruturação do ambiente físico e no restabelecimento paulatino da rotina escolar, visando mitigar os impactos traumáticos e fortalecer a resiliência coletiva da comunidade de Irati.

6.1. Instalação do Comitê de Reconstrução

A Secretaria Municipal de Educação designará oficialmente um Comitê de Reconstrução, composto pela equipe gestora da escola afetada, profissionais de saúde mental, assistentes sociais e representantes da comunidade escolar, responsável por definir metas, prazos e coordenar as ações de retomada das aulas.

6.2. Acolhimento Psicossocial Gradativo

As rodas de acolhimento psicossocial e aplicação de Primeiros Socorros Psicológicos devem ser organizadas de forma rápida e planejada, observando-se a ordem de prioridade recomendada para evitar a sobrecarga emocional e garantir que os adultos estejam preparados para amparar os estudantes:

a) Gestão escolar: fortalecimento inicial das lideranças e figuras de referência da instituição de ensino;

b) Professores: estabilização emocional dos docentes para que possam mediar o retorno dos alunos em sala de aula;

c) Demais funcionários: alinhamento e acolhimento de todos os trabalhadores administrativos, operacionais e de apoio da escola;

d) Pais e responsáveis: preparação das famílias para oferecer suporte contínuo às crianças e adolescentes em seus lares;

e) Estudantes: acolhimento final dos discentes, realizado quando as condições de segurança emocional e mediação já estiverem consolidadas pelo corpo docente e técnico.

Embora as reuniões iniciais possam ocorrer em espaços alternativos por razões de segurança ou reformas, é fundamental que as rodas de acolhimento passem a acontecer gradualmente dentro do próprio espaço escolar, o que contribui para reconstruir o sentimento de pertencimento, ressignificar o ambiente e reduzir o medo associado ao local.

6.3. Retorno Gradual e Adaptações Ambientais

a) O retorno às atividades pedagógicas deve ocorrer de forma progressiva, podendo ser adotados horários reduzidos ou turnos parciais nas primeiras semanas, conforme a necessidade avaliada pelo comitê;

b) O planejamento pedagógico deve ser flexibilizado, priorizando o bem-estar emocional e as práticas socioemocionais, sem pressa ou cobrança imediata pelo cumprimento de conteúdos curriculares rígidos;

c) Devem ser realizados ajustes no ambiente sensorial da escola, como a redução de sons altos, campainhas estridentes ou portas batendo, minimizando estímulos que possam atuar como gatilhos para lembranças traumáticas;

d) Psicólogos e assistentes sociais devem permanecer de plantão na instituição de ensino durante os primeiros dias de retorno, realizando atendimentos emergenciais individuais em salas reservadas e devidamente sinalizadas;

e) A remoção de murais de luto, flores e outras manifestações de pesar deve ser decidida de comum acordo com a comunidade escolar, respeitando-se o tempo de luto de cada grupo, sendo que a criação de memoriais permanentes deve ser conduzida com extrema sensibilidade e decidida pelos próprios estudantes, evitando-se a exposição midiática desses espaços para não atrair curiosidade indevida ou inspirar imitadores.

7. MAPEAMENTO DA REDE DE APOIO INTERSETORIAL E ATRIBUIÇÕES DOS ATORES

A eficácia das ações de prevenção, resposta e reconstrução depende da articulação estreita entre a instituição de ensino e os equipamentos públicos que compõem a rede de proteção integral no território municipal. O protocolo estabelece as atribuições específicas de cada ator da rede intersetorial:

7.1. Serviços de Atenção e Assistência à Saúde

a) Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Corpo de Bombeiros: responsáveis pelo socorro pré-hospitalar imediato, atendimento médico de urgência e remoção segura de feridos em situações de crise;

b) Unidades Básicas de Saúde e UPAs: portas de entrada do Sistema Único de Saúde para atendimento médico, exames, curativos e acompanhamento clínico contínuo das vítimas;

c) Centros de Atenção Psicossocial e CAPS Infanto-Juvenil: equipamentos especializados responsáveis pelo atendimento e reabilitação psicossocial de estudantes, familiares e profissionais em sofrimento psíquico decorrente de traumas ou crises mentais graves.

7.2. Serviços de Assistência Social e Proteção de Direitos

a) Centros de Referência de Assistência Social e Centros de Referência Especializados de Assistência Social: atuam na prevenção de vulnerabilidades sociais, no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, e no atendimento interdisciplinar de famílias que tiveram seus direitos violados ou encontram-se em situação de risco social;

b) Conselho Tutelar: órgão encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, devendo acompanhar os casos de violência escolar, aplicar medidas de proteção e articular o suporte necessário junto às famílias e à escola.

7.3. Forças de Segurança Pública

a) Polícia Militar: responsável pelo patrulhamento ostensivo e preventivo no entorno das escolas, realização de rondas escolares e resposta imediata para contenção de crimes e restabelecimento da ordem em situações de ataque;
b) Polícia Civil: atua na investigação e apuração das infrações penais após a ocorrência dos fatos, realizando perícias e colhendo depoimentos de testemunhas;
c) Guarda Municipal: colabora na segurança patrimonial das instituições de ensino, na pacificação de conflitos e no atendimento de ocorrências emergenciais.

7.4. Sistema de Justiça

a) Ministério Público: atua como fiscal da lei e defensor dos direitos fundamentais, fiscalizando a implementação de políticas públicas de segurança escolar, requerendo medidas protetivas urgentes para vítimas e testemunhas, e promovendo a aplicação de medidas socioeducativas ou a persecução penal dos autores dos atos de violência;
b) Tribunal de Justiça: órgão responsável por julgar as demandas cíveis e criminais decorrentes de episódios de violência, decidindo sobre a aplicação de sanções penais, medidas socioeducativas, concessão de indenizações e medidas protetivas de urgência para garantir a integridade física e psicológica dos envolvidos.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS E MONITORAMENTO CONTÍNUO

Para garantir a sustentabilidade e o aprimoramento constante das medidas de segurança e promoção da cultura de paz no Município de Irati, estabelecem-se as seguintes disposições finais:

8.1. Comunicação Ética e responsável

a) As instituições de ensino e a Secretaria Municipal de Educação devem adotar diretrizes rígidas de comunicação para evitar a disseminação de boatos, notícias falsas ou pânico na comunidade escolar;
b) Fica estabelecido que todas as informações oficiais sobre incidentes de segurança serão centralizadas em um porta-voz designado pela Secretaria Municipal de Educação, evitando-se declarações desencontradas ou contraditórias;
c) É terminantemente proibido divulgar dados pessoais, fotos, nomes ou imagens de vítimas e de agressores, bem como detalhar o modus operandi dos ataques, visando proteger a identidade de crianças e adolescentes e evitar o efeito de contágio ou imitação por outros indivíduos.

8.2. Formação e Treinamentos Técnicos

a) O protocolo veda expressamente a realização de simulações dramáticas ou encenações de ataques que envolvam a participação direta de estudantes, tendo em vista que tais práticas possuem potencial para gerar novos traumas, pânico e sofrimento emocional desnecessário;
b) As atividades simuladas e treinamentos práticos de evacuação e confinamento devem ser realizados exclusivamente com o corpo docente e funcionários da escola, de forma estritamente técnica, controlada e sem dramatizações, com o objetivo de testar a eficácia dos fluxos de resposta e as funções atribuídas a cada membro da equipe dedicada.

8.3. Revisão e Atualização Periódica

O presente Protocolo de Segurança Escolar não se configura como um documento estático, devendo ser revisado e atualizado periodicamente para adequar-se às mudanças na equipe escolar, na infraestrutura física ou na rede de apoio do território. A revisão do documento deve ocorrer, no mínimo, de forma semestral, preferencialmente durante as semanas pedagógicas que antecedem o início de cada período letivo e na retomada das aulas após as férias do meio do ano, ou imediatamente após a ocorrência de qualquer incidente crítico, incorporando-se os aprendizados obtidos para o constante aperfeiçoamento das medidas de proteção.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IRATI
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:EDE6C734

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 070/2026

O Prefeito Municipal de Irati, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis à espécie;

R E S O L V E:

Art. 1º - Autorizar retorno de licença sem vencimentos ao servidor **JEFERSON JOSE SILVA,** ocupante do cargo de Auxiliar De Serviços Gerais, regime estatutário, concedida pelo período de 2 (dois) anos, por meio da Portaria 038/2024, o qual retornara ao labor em 03.08.2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 22 de julho de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:F9671DA2

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO

Inexigibilidade nº 068/2026. Processo Administrativo n° 108/2026. Objeto: Aquisição de 01 (um) Equipamento de Raio-X Fixo Digital, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 010/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 007/2025, gerenciada pelo Consórcio Multifinalitário de Minas Gerais – COMGRANBEL, visando atender à demanda da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Municipal de Irati/PR. Contratada: Minas Indústria de Móveis Hospitalar Ltda. CNPJ: 34.237.336/0001-94. Valor global contratado: R$ 388.073,41 (trezentos e oitenta e oito mil setenta e três reais e quarenta e um centavos). Fundamento legal: Art. 74, Inciso I, da Lei nº 14.133/21.

Irati, 22 de julho de 2026.

PAULO ROBERTO HEJEL
Diretor de Governo – Matrícula nº 5067330
Designado Pela Portaria Nº 119/2025

Publicado por:
Elike Alceu Vasco
Código Identificador:A38A7D95

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

RATIFICO e **HOMOLOGO** a Inexigibilidade de Licitação nº 011/2026, objeto do Processo Administrativo nº 031/2026, visando a Contratação de empresa especializada em execução e serviços de infraestrutura com fornecimento de material, conforme especificações estabelecidas na Ata de Registro de Preços n° 11/2025, decorrente do Processo Administrativo n° 09/2025, Edital de Concorrência, na forma eletrônica, n° 02/2025 do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAMINHOS DO TIBAGI, com a empresa KAPA INFRAESTRUTURA inscrita no CNPJ 57.152.502/0001-55, no valor total de R$ 983.023,93 (novecentos e oitenta e três mil, vinte e três reais e noventa e três centavos), com recursos das Emenda Parlamentar 202130840003 de 2021 e Emenda Parlamentar 202330840002 de 2023, ambas do Diego Garcia, na modalidade Carona prevista nos termos dos Artigos 86 da Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Itambaracá, 21 de julho de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:BA63A203

LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

RATIFICO e **HOMOLOGO** a Inexigibilidade de Licitação nº 012/2026, objeto do Processo Administrativo nº 032/2026, visando a Contratação de empresa para Aquisição de 01(um) **ROLO COMPACTADOR - CHAPA LISO COM KIT CORRUGADO (PÉ DE CARNEIRO)** para atender a demanda da Secretária de Agricultura, conforme especificações estabelecidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 003/2026, decorrente do Processo Administrativo n° 026/2025, Edital de Pregão, na forma eletrônica, n° 012/2025, do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE DO PARANÁ- CODENOP, pessoa jurídica de Direito Público, CNPJ nº. 08.146.697/0001-15, com a empresa MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 83.675.413/0001-01, pelo valor total de R$ 549.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais), com recurso do Convênio nº 392/2025, celebrado com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, na modalidade Carona prevista nos termos dos Artigos 86 da Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos
Itambaracá, 21 de julho de 2026

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:936638E9

LICITAÇÃO
RESULTADO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026

O condutor de processos do órgão MUNICIPIO DE ITAMBARACA-ITAMBARACÁ-PR, vem comunicar o resultado do processo de PREGÃO ELETRÔNICO nº 16/2026, Processo Administrativo nº 25/2026 finalizado quarta-feira, 22 de julho de 2026 às 17:01, objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem para atender a demanda da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, para o período de 12 (doze) meses . Ficando adjudicadas e homologadas as seguintes propostas: SFM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA EPP (00720129000174) com o lote 2 no valor de R$ 13.520,00 (treze mil e quinhentos e vinte reais) e MAURO SERGIO CARVALHO SALOMAO (14203316000195) com o lote 1 no valor de R$ 23.200,00 (vinte e três mil e duzentos reais) e lote 3 no valor de R$ 15.920,00 (quinze mil e novecentos e vinte reais),

ITAMBARACÁ (PR), quarta-feira, 22 de julho de 2026

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tamires Fernanda Teixeira
Código Identificador:4C963270

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 271/2026

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade dos serviços essenciais executados pela servidora Juliana Aparecida Soares, Matrícula 200862, no cargo de Agente Administrativo, atualmente usufruindo suas férias regulamentares desde 08/07/2026;

CONSIDERANDO a possibilidade de suspensão do afastamento já iniciado, que, por necessidade de serviço implica no retorno do servidor às suas atividades;

CONSIDERANDO que o uso e gozo das férias podem ser determinados, a critério da Administração Pública, conforme sua conveniência e interesse, não ferindo o direito do servidor, o qual usufruirá o restante do período suspenso de uma só vez;

CONSIDERANDO que o direito a férias não será desconstituído pela Administração Pública, pois o período concessivo exato deve ter em conta o interesse público, ostentando a natureza da alçada discricionária do administrador competente, segundo a conveniência e o interesse da Administração Pública; e

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 861/2026 do Ofício nº 199/2026 do Secretário Municipal de Saúde que autoriza o Retorno de Férias da servidora abaixo;

R E S O L V E :

Art. 1º - Determinar o **RETORNO** da servidora pública **JULIANA APARECIDA SOARES,** no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO** às suas atividades funcionais, suspendendo-se o período de férias a partir de **23/07/2026.**

Art. 2° - O restante do período de férias será gozado a partir de nova data, descontado o período já usufruído.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 22 DE JULHO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:6700947E

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 272/2026

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade dos serviços essenciais executados pela servidora Graziela Maria Polizel, Matrícula 200804, no cargo de Oficial Administrativo, atualmente usufruindo suas férias regulamentares desde 13/07/2026;

CONSIDERANDO a possibilidade de suspensão do afastamento já iniciado, que, por necessidade de serviço implica no retorno do servidor às suas atividades;

CONSIDERANDO que o uso e gozo das férias podem ser determinados, a critério da Administração Pública, conforme sua conveniência e interesse, não ferindo o direito do servidor, o qual usufruirá o restante do período suspenso de uma só vez;

CONSIDERANDO que o direito a férias não será desconstituído pela Administração Pública, pois o período concessivo exato deve ter em conta o interesse público, ostentando a natureza da alçada discricionária do administrador competente, segundo a conveniência e o interesse da Administração Pública; e

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 867/2026 do Ofício nº 205/2026 do Secretário Municipal de Saúde que autoriza o Retorno de Férias da servidora abaixo;

R E S O L V E :

Art. 1º - Determinar o **RETORNO** da servidora pública **GRAZIELA MARIA POLIZEL,** no cargo de **OFICIAL ADMINISTRATIVO** às suas atividades funcionais, suspendendo-se o período de férias a partir de **23/07/2026.**

Art. 2° - O restante do período de férias será gozado a partir de nova data, descontado o período já usufruído.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 22 DE JULHO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:69F41717

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 01/2025

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Itambaracá – SAMAE, CNPJ nº 02.340.664/0001-25.

Contratado: Adriano Domingues, CPF nº 049.714.819-66.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo em Regime Especial para Exercício de Função Pública por Prazo Determinado nº 01/2025, referente à função de Auxiliar de Operação e Manutenção.

Prazo: 12 (doze) meses, com vigência de 1º de agosto de 2026 a 31 de julho de 2027.

Fundamento: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 014/2024, com as alterações da Lei Complementar nº 004/2025; Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025; e Cláusula Quarta do contrato original.

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições contratuais.

Data da assinatura: 20 de julho de 2026.

PAULO ZAMBONI
Superintendente do SAMAE

Publicado por:
Vinicios Curso Ruiz
Código Identificador:945C5CA6

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 02/2025

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Itambaracá – SAMAE, CNPJ nº 02.340.664/0001-25.

Contratado: Edilson Petronilio, CPF nº 780.877.599-15.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo em Regime Especial para Exercício de Função Pública por Prazo Determinado nº 02/2025, referente à função de Auxiliar de Operação e Manutenção.

Prazo: 12 (doze) meses, com vigência de 1º de agosto de 2026 a 31 de julho de 2027.

Fundamento: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 014/2024, com as alterações da Lei Complementar nº 004/2025; Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025; e Cláusula Quarta do contrato original.

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições contratuais.

Data da assinatura: 20 de julho de 2026.

PAULO ZAMBONI
Superintendente do SAMAE

Publicado por:
Vinicios Curso Ruiz
Código Identificador:159CAB13

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 03/2025

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Itambaracá – SAMAE, CNPJ nº 02.340.664/0001-25.

Contratado: Érico Amarildo Elias de Freitas, CPF nº 062.975.389-05.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo em Regime Especial para Exercício de Função Pública por Prazo Determinado nº 03/2025, referente à função de Auxiliar de Operação e Manutenção.

Prazo: 12 (doze) meses, com vigência de 1º de agosto de 2026 a 31 de julho de 2027.

Fundamento: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 014/2024, com as alterações da Lei Complementar nº 004/2025; Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025; e Cláusula Quarta do contrato original.

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições contratuais.

Data da assinatura: 20 de julho de 2026.

PAULO ZAMBONI
Superintendente do SAMAE

Publicado por:
Vinicios Curso Ruiz
Código Identificador:7824A545

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 04/2025

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Itambaracá – SAMAE, CNPJ nº 02.340.664/0001-25.

Contratado: Luiz Fernando Borges, CPF nº 081.455.309-54.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo em Regime Especial para Exercício de Função Pública por Prazo Determinado nº 04/2025, referente à função de Leiturista.

Prazo: 12 (doze) meses, com vigência de 1º de agosto de 2026 a 31 de julho de 2027.

Fundamento: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 014/2024, com as alterações da Lei Complementar nº 004/2025; Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025; e Cláusula Quarta do contrato original.

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições contratuais.

Data da assinatura: 20 de julho de 2026.

PAULO ZAMBONI
Superintendente do SAMAE

Publicado por:
Vinicios Curso Ruiz
Código Identificador:791E0C86

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 05/2025

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Itambaracá – SAMAE, CNPJ nº 02.340.664/0001-25.

Contratada: Mariza Aparecida de Freitas, CPF nº 854.570.199-34.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo em Regime Especial para Exercício de Função Pública por Prazo Determinado nº 05/2025, referente à função de Químico.

Prazo: 12 (doze) meses, com vigência de 1º de agosto de 2026 a 31 de julho de 2027.

Fundamento: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 014/2024, com as alterações da Lei Complementar nº 004/2025; Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025; e Cláusula Quarta do contrato original.

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições contratuais.

Data da assinatura: 20 de julho de 2026.

PAULO ZAMBONI
Superintendente do SAMAE

Publicado por:
Vinicios Curso Ruiz
Código Identificador:44DCCFC1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO DE CONTRATO

Fundamentação: LM nº 631/1994; Decreto Municipal nº 117/2021; Decreto nº 57/2025 e Edital PSS nº 001/2025.
Contratante: Prefeitura Municipal de Itambé/PR.
Contratado(a): - Vania Rute Silgail de Almeida CPF/MF: 021.717.xxx-xx
Objeto: Fica aditada a vigência inserta na Cláusula 1ª do pacto primitivo (CONTRATO Nº 047/2025), com amparo no parágrafo único da Cláusula Primeira do pacto, por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com início em 23/07/2026 e término em 22/07/2027.
Vigência: 365 dias (23/07/2026 à 22/07/2027), nos termos do parágrafo único - Cláusula 1ª do pacto administrativo primitivo.
Valor Total: R$ 2.565,32 (Dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e dois centavos) por competência (30 dias), perfazendo o valor global de R$ 30.783,84 (Trinta mil, setecentos e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos).
Dotação Orçamentária: 07.001.12.361.0004.2025 - Manutenção do Projeto Piá 25% – 3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, constante do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Data da assinatura: 21/07/2026.

Prefeitura Municipal de Itambé – PR, aos vinte e dois dias do mês de julho de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Cristina da Costa Vieira
Código Identificador:077D835F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO DE CONTRATO

Fundamentação: LM nº 631/1994; Decreto Municipal nº 117/2021; Decreto nº 57/2025 e Edital PSS nº 001/2025.
Contratante: Prefeitura Municipal de Itambé/PR.
Contratado(a): - Claudia Paluski de Oliveira CPF/MF: 044.872.xxx-xx
Objeto: Fica aditada a vigência inserta na Cláusula 1ª do pacto primitivo (CONTRATO Nº 048/2025), com amparo no parágrafo único da Cláusula Primeira do pacto, por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com início em 23/07/2026 e término em 22/07/2027.
Vigência: 365 dias (23/07/2026 à 22/07/2027), nos termos do parágrafo único - Cláusula 1ª do pacto administrativo primitivo.
Valor Total: R$ 2.565,32 (Dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e dois centavos) por competência (30 dias), perfazendo o valor global de R$ 30.783,84 (Trinta mil, setecentos e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos).
Dotação Orçamentária: 07.001.12.365.0004.2023- Manutenção do CMEI Silvia Maria Braga Alves – 31.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, constante do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Data da assinatura: 21/07/2026.

Prefeitura Municipal de Itambé – PR, aos 22 dias do mês de julho de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Cristina da Costa Vieira
Código Identificador:FD4439E7

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 95/2026

REF: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 095/2026 - ID/TCE: 43076

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
CNPJ/MF Nº 76.282.698/0001-47

CONTRATADA: HENRIQUE LEAL LUIZ ME
CNPJ/MF Nº 49.610.098/0001-98

OBJETO: Prestação de serviços integrados de eventos, compreendendo a locação de brinquedos recreativos e fornecimento de alimentação rápida (pipoca e algodão doce), incluindo monitoramento integral dedicado, fornecimento completo de insumos, montagem, desmontagem, transporte, frete e profissionais necessários, destinados ao suporte das ações e eventos itinerantes de promoção, prevenção e educação em saúde realizados pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Itambé/PR.

VALOR CONTRATUAL: 14.515,00 (quatorze mil, quinhentos e quinze).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de Dispensa de Licitação Nº 09/2026.

Poder Executivo Municipal
Gabinete do Prefeito, aos 22/07/2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Cristina Silva Messias
Código Identificador:DD659922

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 09/2026

DISPENSA Nº 09/2026

Ratifico e Homologo por este termo, a Dispensa de Licitação **nº 09/2026** para a Prestação de serviços integrados de eventos, compreendendo a locação de brinquedos recreativos e fornecimento de alimentação rápida (pipoca e algodão doce), incluindo monitoramento integral dedicado, fornecimento completo de insumos, montagem, desmontagem, transporte, frete e profissionais necessários, destinados ao suporte das ações e eventos itinerantes de promoção, prevenção e educação em saúde realizados pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Itambé/PR, em favor da empresa: **HENRIQUE LEAL LUIZ ME**, com cadastro CNPJ/MF: 49.610.098/0001-98, no valor global de **R$ 14.515,00 (quatorze mil, quinhentos e quinze),** com fundamento no art. 75 Inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/21, de acordo com Pareceres Técnicos autuados, e tendo em vista os elementos que instruem o Processo nº 051/2026.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Itambé/PR, aos 22 de julho de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Cristina Silva Messias
Código Identificador:73B40497

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

DECRETO N.º 71/2026
DATA: 22.07.2026

SÚMULA: *"Efetuar a baixa da carga patrimonial e dá outras providências".*

JOÃO CARLOS VENTURIN, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapejara D´Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais que lhe confere, bem como considerando:

- A Obsolescência dos itens;
- A Vida útil ultrapassada;
- O Valor Residual Ínfimo.

DECRETA:

Art. 1º) Efetuar a baixa da carga patrimonial dos itens a seguir relacionados:

Item	Descrição
83	**PORTA-TOALHA W.C. - cor branca em plástico para rolo grande**
89	COMPUTADOR PRETO LG APENAS CPU
137	NOBREAK NHS PREMIUM PDV MAX 220V

Art. 2º) Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala da Presidência, 22 de julho de 2026.

JOÃO CARLOS VENTURIN
Presidente

Publicado por:
Mathias Schmeing
Código Identificador:CC6FF6FD

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2478/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA N.º 2478/2026
DATA: 22.07.2026
Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 82 da Lei Orgânica do Município.
RESOLVE:
Art. 1º) A pedido, exonerar, a partir de 22.07.2026, a Sra. Jéssica Mara Mooz, cadastrada na matricula n° 101.336-0, do Cargo de Professora, com carga horária de 40:00 (quarenta horas) semanais.
Art. 2º) As despesas decorrentes do cumprimento da presente Portaria, correrão por conta das dotações do Orçamento Geral do Município.
Art. 3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de julho do ano de 2026.
Registre-se e Publique-se:

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:3040AB98

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2479/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA N.º 2479/2026
DATA: 22.07.2026
Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 82 da Lei Orgânica do Município.
RESOLVE:
Art. 1º) Exonerar, a pedido, a partir de **22 de julho de 2026**, a Sra. **Patricia do Nascimento**, ocupante do cargo de **Professora**, cadastrada nas matrículas n.º **101.447-1** e **101.484-6**, correspondentes a **dois padrões de 20 (vinte) horas semanais**.
Art. 2º) As despesas decorrentes do cumprimento da presente Portaria, correrão por conta das dotações do Orçamento Geral do Município.
Art. 3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de julho do ano de 2026.
Registre-se e Publique-se:

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:A3A1F480

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 001/2026 - CMDPI

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 001/2026
Data: 20.07.2026

Súmula: Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal dos Diretos da Pessoa com Deficiência – CMDPD 2026/2029.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Com Deficiência – CMDPD do Município de Itapejara D'Oeste – PR, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2183/2024, de 19 de novembro de 2024:
- Considerando a decisão em plenária realizada no dia 07 de maio de 2026, sob Ata Nº 02/2026 o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD:
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – 2026/2029 do município de Itapejara D' Oeste – Pr.
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itapejara D'Oeste, 20 de julho de 2026.

JANE KELLY SEMLER SZPAK
Presidente do CMDPD

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:3C2A90AA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 003/2026 - CMDPI

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
RESOLUÇÃO Nº 003/2026
Data: 20.07.2026.
Súmula: Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal dos Diretos da pessoa Idosa– 2026/2029.
O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI do Município de Itapejara D'Oeste – PR, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1175/2010, de 27 de maio de 2010.
- Considerando a decisão em plenária realizada no dia 24 de fevereiro de 2026, sob Ata Nº 02/2026 o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – 2026/2029 do município de Itapejara D' Oeste – Pr.
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itapejara D'Oeste, 20 de julho de 2026.

ZILMARA DA SILVA CASTRO
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:F3BB6937

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

GABINETE DO PREFEITO
"REPUBLICADO POR INCORREÇÃO" DECRETO Nº 76/2025 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, UMA ÁREA DE IMÓVEL URBANO TOTALIZANDO 398,98 M², SITUADO NA RUA SALVADOR ANDRÉ DE FARIA, MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR, OBJETIVANDO A AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU**, Estado do Paraná, **EDILSON RUIZ DE FREITAS**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 2º, c/c o artigo 5º, "j", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, sobre desapropriação por utilidade pública e suas alterações;

CONSIDERANDO o que estabelece a Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XXIV, quando da desapropriação por necessidade ou utilidade pública.

DECRETA

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública para fins **de desapropriação amigável ou judicial o imóvel urbano, com a área total de 398,98 m² (trezentos e noventa e oito metros quadrados e noventa e oito centésimos de metro quadrado) situado na Rua Salvador André de Faria,** cujas delimitações e coordenadas topográficas foram descritas no LAUDO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA DE IMÓVEL URBANO N° 2.604/2025.

Proprietário(s): Cleiton Teixeira de Castro, ou a Quem de Direito Pertencer.

Situação: Refere-se a um terreno com área de 398,98m², situado na Rua Salvador André Faria, nº 338, centro, no Município de Itaperuçu, desta Comarca de Rio Branco do Sul – PR, com as seguintes medidas e confrontações: Ao Norte, Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 01, de coordenadas N 7.209.496,93m e E 666.089,37m; deste, por muro de divisa, segue confrontando com Obilair Camargo de Oliveira, segue com azimute 161°52'25" e distância de 14,35 m até o vértice 02, de coordenadas N 7.209.948,29m e E 666.093,84m; 255°07'31" e 30,00m até o vértice 03, de coordenadas N 7.209.475,58 m e E 666.064,80m; segue por muro; deste, segue confrontando com a R. Salvador André Faria, segue com azimute, 341°53'07" e distância de 13,00 m até o vértice 04, de coordenadas N 7.209.487,22m e E 666.060,99m, Muro; deste, segue por muro de divisa confrontando com Hospital Municipal de Itaperuçu, segue com azimute distâncias: 71°07'05" e distâncias: de 30,00m até o vértice 01, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico, de coordenadas N me E m, e encontram-se representados no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central n°51°00', fuso -22, tendo como Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M, totalizado uma área de 398,98m².
§1º. A partir do presente decreto ficam as autoridades administrativas autorizadas a ingressar no imóvel compreendido nesta declaração, conforme art. 7º do Decreto-Lei nº 3.365/1941.

Art. 2° - Esta desapropriação tem como finalidade a AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL.

Art. 3° - Na hipótese de não haver concordância do proprietário, fica a Procuradoria Geral do Município autorizada a promover a desapropriação judicial do imóvel.

Art. 4° - Após o pagamento pela via administrativa ou o depósito judicial da justa indenização, fica o Município de Itaperuçu autorizado a imitir-se na posse do imóvel mencionado no art. 1º deste Decreto, promovendo os atos necessários a fim de atender ao interesse público ora declarado.

Art. 5° - Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marjory Louise Pedroso de Moraes
Código Identificador:0A6F8EED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2026

MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU-PR

LICITAÇÃO COM LOTES EXCLUSIVOS PARA ME E EPP NO ÂMBITO REGIONAL DA COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL

Data Limite para Abertura de Proposta: até: 04/08/2026 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 04/08/2026 às 09h00min.

Objeto: *"Contratação de empresa especializada no fornecimento de sementes".*

VALOR MÁXIMO: R$ 10.483,75 (dez mil, quatrocentos e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.*

Itaperuçu/PR, 22 de julho de 2026.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria nº 380/2025

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:1008C767

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2026

MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU-PR

LICITAÇÃO PARA AMPLA CONCORRÊNCIA

Data Limite para Abertura de Proposta: até: 07/08/2026 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 07/08/2026 às 09h00min.

Objeto: *"Contratação de empresa para a aquisição de 08 (oito) autoclaves para esterilização a vapor sob pressão, com capacidade mínima de 50 (cinquenta) litros e alimentação elétrica 220V, destinadas às Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuçu".*

VALOR MÁXIMO: *R$ 91.473,36 (noventa e um mil, quatrocentos e setenta e três reais e trinta e seis centavos).*

Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.*

Itaperuçu/PR, 22 de julho de 2026.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria nº 380/2025

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:0E24FA95

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR N° 234 - CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2023 EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Secretária Municipal de Administração de Itaperuçu, no uso de suas atribuições legais, considerando o resultado final e homologação do Edital n° 01/2023 - Concurso Público desta Prefeitura, e considerando os termos do Edital nº 01/2023;

Resolve:

Art. 1º. Fica convocado o candidato abaixo relacionado a comparecer ao edifício sede desta Prefeitura Municipal no Departamento de Recursos Humanos, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação deste **EDITAL,** obrigatoriamente munido de todos os documentos necessários para admissão do cargo com (cópias e originais) conforme item 10 do Edital 01/2023.

TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Ordem de convocação	Class*	Nome	Grupo	Nota
014°	014	WILLIAN DOS SANTOS	AC	60,00

AC* (Ampla Concorrência)
PCD* (Pessoa com deficiência).**
CN** (Candidato Negro).**
Class* (Classificação).

Art. 2°. O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

Art. 3º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itaperuçu, 22 de julho de 2026.

SILMARA MACHADO DE JESUS
Secretária Interina de Administração

Publicado por:
Jessica Dos Santos
Código Identificador:9822E753

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° ADITIVO AO CONTRATO Nº 227/2025 - PRAZO

CONTRATO Nº 227/2025
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: LEONARDO GABRIEL CHIMELLI GHLLER LTDA.
CNPJ: 29.914.632/0001-42.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA, MADEIRAS, ESQUADRIAS DE FERRO E ALUMÍNIO, FERRAGENS, MATERIAIS PARA PINTURA E MATERIAIS PARA ALVENARIA, TIPO MENOR PREÇO POR LOTE REPRESENTADO PELO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO (APLICADO SOBRE O VALOR MÁXIMO ESTIMADO DE UTILIZAÇÃO DA TABELA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL (SINAPI) PARA CADA LOTE). PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO PRAZO: 12 (DOZE) MESES, INICIANDO-SE EM 06 DE SETEMBRO DE 2026 ATÉ 05 DE SETEMBRO DE 2027.
DATA DA ASSINATURA: 16 DE JULHO DE 2025.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:D869400B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2026 – ACRESCIMO QUANTITATIVO

CONTRATO Nº 043/2026.
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR.
CONTRATADO: MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA.
CNPJ: 06.164.906/0001-28.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROJETOS ARQUITETÔNICOS.

DO VALOR: R$ 36.385,80 (TRINTA E SEIS MIL, TREZENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 20 DE JULHO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:9E7800BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 328/2026 DE 22 DE JULHO DE 2026.

A Secretária Municipal de Administração, Senhora SILMARA MACHADO DE JESUS, no uso de suas atribuições legais,
Considerando os indícios de cometimento de infração funcional cometida por servidor público municipal .

RESOLVE

Art. 1º. Determinar a abertura de procedimento administrativo de sindicância investigatória para apuração dos fatos de eventual irregularidade em atuação funcional no âmbito da Prefeitura de Itaperuçu/PR.

Art. 2º. Constituir **COMISSÃO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA**, designando como membros os servidores municipais EVANDER MYKE DE OLIVEIRA NUNES, Matrícula nº 63711; JANDERSON DE JESUS GONÇALVES, Matrícula nº 69171; e EUNICE GEFER STRESSER DE JESUS, Matrícula nº 9471, para apurar os fatos descritos no artigo 1º desta Portaria.
Parágrafo Único. A Comissão será presidida pela Senhora EUNICE GEFER STRESSER DE JESUS, e secretariada pelo Senhor EVANDER MYKE DE OLIVEIRA NUNES, devendo tomar as deliberações em conjunto entre todos os membros, cujos trabalhos deverão ser registrados em ata.

Art. 3º. A Comissão poderá buscar auxílio da Advocacia Geral do Município e demais órgãos técnicos necessários para a boa condução do processo administrativo.

Art. 4º. Em razão de sua natureza investigatória, os trabalhos da Comissão tramitarão sob sigilo, sendo vedada a divulgação de dados e informações a terceiros estranhos aos trabalhos, ressalvadas as solicitações expressas que forem avaliadas e deferidas pela Comissão, observado o disposto na legislação aplicável.

Art. 5º. A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis justificadamente por igual período, para a produção de relatório circunstanciado de seus trabalhos.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itaperuçu, 22 de julho de 2026.

SILMARA MACHADO DE JESUS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Marjory Louise Pedroso de Moraes
Código Identificador:90BFAB53

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL-PR
CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - 27/07/2026

CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Através do presente, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, conforme art. 39, eu, Valdeir Aparecido Laureano, Presidente da Câmara Municipal, convoco os vereadores desta Casa de Leis para reunião extraordinária que será realizada às **17h30min**, do dia **27 de julho de 2026**, **segunda-feira,** para juntos deliberarmos sobre os **Projetos de Lei Ordinária nº 29/2026** e **30/2026** do **Executivo Municipal**.

Contando com o beneplácito dos ilustres parlamentares deste município, reitero meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Itaúna do Sul, 22 de julho de 2026.

VALDEIR APARECIDO LAUREANO
Presidente

Publicado por:
Walter Fernandes Pedrosa Junior
Código Identificador:B5854927

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

EXTRATO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO –

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2026
Processo Administrativo 0111.2026 – Vinculado ao Proc. Adm.85.2026 – Credenciamento 09.2026.
OBJETO DO CONTRATO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE BORRACHARIA E VULCANIZAÇÃO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL – PR;
FUNDAMENTO LEGAL: (Lei 14.133/2021, Art. 74, IV)
EMPRESA CREDENCIADA/CONTRATADA: 60.249.110 SILVIO RODRIGO GONCALVES BIZERRA - CNPJ: 60.249.110/0001-13, Av. São Paulo, 773, centro, CEP 87.980-000, Itaúna do Sul-PR, Celular 44 99147-1206, representada por Silvio Rodrigo Gonçalves, CPF 041.******-64.
VIGÊNCIA: conforme validade do credenciamento.
AUTORIDADE COMPETENTE: Gilson José de Gois – Prefeito Municipal.
FORO: Comarca de Nova Londrina-PR
LOCAL E DATA: Itaúna do Sul-PR, 22 de julho de 2026
O presente processo foi devidamente instruído com todos os documentos pertinentes e teve sua regularidade verificada pela assessoria jurídica. Com base nas razões expostas, a autoridade competente, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, determina a formalização do contrato com a empresa mencionada, conforme as condições especificadas no processo.

Publicação: Este extrato será publicado no Diário Oficial deste Município (AMP) para garantir a transparência e publicidade do ato, conforme disposto na legislação vigente.
EXTRATO TERMO/CONTRATO
Processo Administrativo 0111.2026 – Vinculado ao Proc. Adm.85.2026 – Credenciamento 09.2026
REF:**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2026.**
CONTRATANTE: Município de Itaúna do Sul – CNPJ: 75.458.836/0001-33
PRAZO DE VIGÊNCIA: conforme validade do Credenciamento, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021. Início: 22/07/2026.
AUTORIDADE COMPETENTE: GILSON JOSE DE GOIS. PREFEITO MUNICIPAL.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE BORRACHARIA E VULCANIZAÇÃO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL – PR
ESPÉCIE:TERMO CREDENCIAMENTO nº 030/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: (Lei 14.133/2021, Art. 74, IV)
CONTRATADA: 60.249.110 SILVIO RODRIGO GONCALVES BIZERRA - CNPJ: 60.249.110/0001-13, Av. São Paulo, 773, centro, CEP 87.980-000, Itaúna do Sul-PR, Celular 44 99147-1206, representada por Silvio Rodrigo Gonçalves, CPF 041.259.789-64.

LOCAL E DATA: Itaúna do Sul-PR, 22 de julho de 2026.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:87C95EC5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2026

EXTRATO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO –

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2026
Processo Administrativo 0112.2026 – Vinculado ao Proc. Adm.90.2026 – Credenciamento 010.2026.
OBJETO DO CONTRATO: prestação de serviços de mecânica em geral para (maquinários, tratores e implementos agrícolas) e auto elétrica (frota municipal), com fornecimento de peças, destinados à manutenção corretiva e preventiva;
FUNDAMENTO LEGAL: (Lei 14.133/2021, Art. 74, IV)
EMPRESA CREDENCIADA/CONTRATADA: AUTO ELETRICA MR LTDA, estabelecida na Avenida Paraná, 357, Diamante do Norte – Pr, inscrita no CNPJ sob nº 22.893.780/0001-89, CINTIA LAIANA DINIZ DA SILVA, empresária, nacionalidade Brasileira, residente no endereço Rua Juazeiro 192, Diamante do Norte- PR, telefone (44 – 99131-2507), na qualidade de Representante Legal da empresa.
VIGÊNCIA: conforme validade do credenciamento.
AUTORIDADE COMPETENTE: Gilson José de Gois – Prefeito Municipal.
FORO: Comarca de Nova Londrina-PR
LOCAL E DATA: Itaúna do Sul-PR, 22 de julho de 2026
O presente processo foi devidamente instruído com todos os documentos pertinentes e teve sua regularidade verificada pela assessoria jurídica. Com base nas razões expostas, a autoridade competente, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, determina a formalização do contrato com a empresa mencionada, conforme as condições especificadas no processo.

Publicação: Este extrato será publicado no Diário Oficial deste Município (AMP) para garantir a transparência e publicidade do ato, conforme disposto na legislação vigente.
EXTRATO TERMO/CONTRATO
Processo Administrativo 0112.2026 – Vinculado ao Proc. Adm.90.2026 – Credenciamento 010.2026
REF:**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2026.**
CONTRATANTE: Município de Itaúna do Sul – CNPJ: 75.458.836/0001-33
PRAZO DE VIGÊNCIA: conforme validade do Credenciamento, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021. Início: 22/07/2026.
AUTORIDADE COMPETENTE: GILSON JOSE DE GOIS. PREFEITO MUNICIPAL.
OBJETO: prestação de serviços de mecânica em geral para (maquinários, tratores e implementos agrícolas) e auto elétrica (frota municipal), com fornecimento de peças, destinados à manutenção corretiva e preventiva
ESPÉCIE:TERMO CREDENCIAMENTO nº 031/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: (Lei 14.133/2021, Art. 74, IV)
CONTRATADA: AUTO ELETRICA MR LTDA, estabelecida na Avenida Paraná, 357, Diamante do Norte – Pr, inscrita no CNPJ sob nº 22.893.780/0001-89, CINTIA LAIANA DINIZ DA SILVA,, estado civil casada, empresária, nacionalidade Brasileira, residente no endereço Rua Juazeiro 192, Diamante do Norte- PR, telefone (44 – 99131-2507), na qualidade de Representante Legal da empresa.
LOTE 01 – AUTOELETRICA.
LOCAL E DATA: Itaúna do Sul-PR, 22 de julho de 2026.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:8151FD0E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA N° 143/2026 LICITAÇÃO N° 032/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2026 REGISTRO DE PREÇOS N° 005/2026

OBJETO: Aquisição de Medicamentos e Materiais para o Hospital Municipal de Ivaí especificado(s) no(s) lotes 59 e 127.
CONTRATADA: PRIMAZIA MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 2.950,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 14/07/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO:
Prefeito Municipal

MARCO ANTONIO DE SOUZA JUNIOR
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:70300985

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA N° 150/2026 LICITAÇÃO N° 032/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2026 REGISTRO DE PREÇOS N° 005/2026

OBJETO: Aquisição de Medicamentos e Materiais para o Hospital Municipal de Ivaí
Lotes: 26
CONTRATADA: MED OESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 14.640,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 14/07/2026
Orli Antonio Camargo de Cristo: Prefeito Municipal
Representante legal: SILVIO PRUDENTE DE MORAIS

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:7BFA55BB

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA N° 151/2026 LICITAÇÃO N° 032/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2026 REGISTRO DE PREÇOS N° 005/2026

OBJETO: Aquisição de Medicamentos e Materiais para o Hospital Municipal de Ivaí
Lotes: 15, 19, 37, 40, 41, 42, 43, 47, 51, 54, 75, 76, 77, 78, 81, 90, 93, 99, 100, 112, 123, 124, 129.
CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 82.366,27
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 20/07/2026
Orli Antonio Camargo de Cristo: Prefeito Municipal
Representante legal: MAICON CORDOVA

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:14A4FF97

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA N° 152/2026 LICITAÇÃO N° 032/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2026 REGISTRO DE PREÇOS N° 005/2026

OBJETO: Aquisição de Medicamentos e Materiais para o Hospital Municipal de Ivaí.
Lotes: 121
CONTRATADA: DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 1.724,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 20/07/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

ANACLETO FERRARI
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:E83208D8

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA N° 154/2026 LICITAÇÃO N° 032/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2026 REGISTRO DE PREÇOS N° 005/2026

OBJETO: Aquisição de Medicamentos e Materiais para o Hospital Municipal de Ivaí.
Lotes: 70
CONTRATADA: PATERMED PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 16.704,90
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 19/07/2026
Orli Antonio Camargo de Cristo: Prefeito Municipal
Representante legal: LUCAS PRAXEDES TUCHINSKI

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:3E6F1A19

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA N° 157/2026 LICITAÇÃO N° 032/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2026 REGISTRO DE PREÇOS N° 005/2026

OBJETO: Aquisição de Medicamentos e Materiais para o Hospital Municipal de Ivaí.
Lotes: 6, 32, 74, 85, 86
CONTRATADA: CIRÚRGICA ITAMARATY COMERCIAL LTDA **CONTRATANTE:** Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 4.670,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 20/07/2026
Orli Antonio Camargo de Cristo: Prefeito Municipal
Representante legal: ELISMAR DE SOUZA VIEIRA

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:B56F6660

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA N° 159/2026 LICITAÇÃO N° 032/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2026 REGISTRO DE PREÇOS N° 005/2026

OBJETO: Aquisição de Medicamentos e Materiais para o Hospital Municipal de Ivaí.
Lotes: 4, 22, 88, 108, 109, 110, 113
CONTRATADA: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 21.930,04
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 20/07/2026
Orli Antonio Camargo de Cristo: Prefeito Municipal
Representante legal: FERNANDO PARUCKER DA SILVA

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:AB6DFA25

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA N° 160/2026 LICITAÇÃO N° 032/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2026 REGISTRO DE PREÇOS N° 005/2026

OBJETO: Aquisição de Medicamentos e Materiais para o Hospital Municipal de Ivaí.
Lotes: 3, 24, 31, 66, 79, 82, 97, 107, 126
CONTRATADA: CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E HOSP. EIRELI EPP
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 52.521,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 20/07/2026
Orli Antonio Camargo de Cristo: Prefeito Municipal
Representante legal: DINAMARA GASPARELLO CAVALLI

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:3EBB0E3A

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA N° 166/2026 LICITAÇÃO N° 032/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2026 REGISTRO DE PREÇOS N° 005/2026

OBJETO: Aquisição de Medicamentos e Materiais para o Hospital Municipal de Ivaí.
Lotes: 52, 58
CONTRATADA: YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 800,99
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 20/07/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

IRENE LOPES SALVI
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:27158E30

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 058/2026

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 058/2026
CONTRATANTE: Município de Ivaí – PR
CONTRATADA: JOSE MARIA MOREIRA 28581385915
DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO:
Contratação de profissional ou empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção de radiadores visando garantir o adequado funcionamento da frota municipal.
Dotação orçamentária:
10.001.15.451.1501.1081.3.3.90.00.00
VALOR R$ 44.000,00 (Quarenta e quatro mil reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021.
RATIFICADO EM 21/07/2026

ORLIANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Kauane Gabrielly Dos Santos Maceno
Código Identificador:1C33908F

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 059/2026

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 059/2026
CONTRATANTE: Município de Ivaí – PR
CONTRATADA: ADRIANO CANTERI DE CASTRO
DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO:
Contratação de empresa para á construção de 128 (Cento e vinte e oito) jardineiras (urnas) no Cemitério Municipal (Rua Dr. Ferreira Correia).
Dotação orçamentária:
10.001.15.1501.1031.3.3.90.39.00.00
VALOR R$ 57.600,00 (Cinquenta e sete mil e seiscentos reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021.
RATIFICADO EM 21/07/2026

ORLIANTONIO CAMARGO DE CRISTO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Kauane Gabrielly Dos Santos Maceno
Código Identificador:9B46577C

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 167/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 056/2026

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios para compor a alimentação para atender ás necessidades do V Jei´s – Jogos Escolares de Ivaí.
CONTRATADA: SUPERMERCADO MANFRON LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 56.279,34
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 21/07/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

LUCIANE SUCHODOLIAK MANFRON –
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:E1129182

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 169/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 057/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de organização, coordenação, estrutura, logística e execução da competição de corrida de rua a pé "1º Ivaí Run 6k".
CONTRATADA: 64.601.697 ALESSANDRO JOSE DESCHK
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 22.940,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 21/07/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

ALESSANDRO JOSE DESCHK –
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:71A0DD87

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 207/2026

PORTARIA Nº 207/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º - Cancelar férias da servidora **CAROLYNE BYCZKOVSKI**, concedidas pela PORTARIA nº 186/2026, sendo o período aquisitivo de 01/10/2024 a 09/03/2026, publicada no Diário no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 13/07/2026 edição 3571.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 20 de julho de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 22 de julho de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:DAA10695

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 208/2026

PORTARIA Nº 208/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal Sra. **MARIA ELOISA MICHELIN KOPANSKI,** PSICÓLOGA, matricula 1328402, Licença Maternidade de cento e vinte (120) dias, no período de 13 de julho de 2026 à 09 de novembro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 13 de julho de 2026.

GABINETE DO PREFEITO, em 22 de julho de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:8EF66D22

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026 - PMI

O Município de Ivatuba torna público aos interessados a convocação para a participação de licitação na modalidade Pregão na forma Eletrônica, de acordo com as seguintes especificações:
MODALIDADE: Pregão Eletrônico Nº 028/2026 - PMI.
TIPO: Menor preço por lote.

OBJETO: **Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de Serviços de Destoca Mecânica de Tocos,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital.
ABERTURA E RECEBIMENTO DOS LANCES: às 09 horas, do dia 06 de agosto de 2026 no endereço eletrônico: www.bll.org.br.
EDITAL NA ÍNTEGRA: À disposição dos interessados no Setor de Compras, Licitações e Contratos, na Rua Marechal Floriano, nº 797, e junto ao Portal da Transparência no site oficial do Município de Ivatuba, ou através do site: www.bll.org.br.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: licita@ivatuba.pr.gov.br ou ivatubalicitacao@gmail.com

Ivatuba/Pr, 22 de julho de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:8B5EBCE3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026 - PMI

O Município de Ivatuba torna público aos interessados a convocação para a participação de licitação na modalidade Pregão na forma Eletrônica, de acordo com as seguintes especificações:
MODALIDADE: Pregão Eletrônico Nº 029/2026 - PMI.
TIPO: Menor preço por lote.
OBJETO: **Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de Serviços de Erradicação de Árvores do Município de Ivatuba,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital.
ABERTURA E RECEBIMENTO DOS LANCES: às 09 horas, do dia 07 de agosto de 2026 no endereço eletrônico: www.bll.org.br.
EDITAL NA ÍNTEGRA: À disposição dos interessados no Setor de Compras, Licitações e Contratos, na Rua Marechal Floriano, nº 797, e junto ao Portal da Transparência no site oficial do Município de Ivatuba, ou através do site: www.bll.org.br.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: licita@ivatuba.pr.gov.br ou ivatubalicitacao@gmail.com

Ivatuba/Pr, 22 de julho de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:C6FB6877

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 3°. TERMO DE ADITIVO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº. 250/2023 CONCORRÊNCIA Nº. 001/2023-PMI ADITIVO DE VALOR

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ sob nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **EXTRACON MINERAÇÃO E OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n°. 02.539.384/0001-40.**
OBJETO: **O presente termo tem por objeto o aditivo de valor do Contrato de Contrato De Execução De Obras Nº. 250/2023, resultado do Concorrência Nº. 001/2023 que tem por objeto o a Pavimentação de vias urbanas em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), Lote 01 – Vila Rural com área de 12.407,75 m² compreendendo as seguintes etapas: serviços preliminares; terraplenagem; base e sub-base; revestimento asfáltico; meio-fio e sarjeta; serviços de urbanização; sinalização de trânsito; drenagem; e ensaios de controle tecnológico.**

Item Aditivado:

Item	Undd	Qtdd	Descrição
1	M²	1	Execução de Pavimentação de vias urbanas em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), Lote 01 – Vila Rural com área de 12.407,75 m² compreendendo as seguintes etapas: serviços preliminares; terraplenagem; base e sub-base; revestimento asfáltico; meio-fio e sarjeta; serviços de urbanização; sinalização de trânsito; drenagem; e ensaios de controle tecnológico

VALOR ADITIVADO: **R$ 79.194,22 (setenta e nove mil cento e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos).**
VIGÊNCIA: **Inalterada.**
TÉRMINO DA VIGÊNCIA: **11 de novembro de 2026.**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba - Pr, 22 de Julho de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:B42410ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 156/2026

Concede Licença para Tratamento de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder 90 (noventa) dias de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Fabio Lopes Martins, matricula nº 771, detentor do cargo de provimento efetivo de Operador De Maquina, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a partir do dia 18/07/2026 retornando em 16/10/2026, em conformidade com a Lei nº. 263/02 art. 143 e o Protocolo nº 1711/2026 PMI de 20/07/2026.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de julho de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:2CEB50BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 157/2026

Concede Licença para Tratamento de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder 15 (quinze) dias de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Ricardo Ribeiro Dos Santos, matricula nº 659, detentor do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 07/07/2026 retornando em 22/07/2026, em conformidade com a Lei nº. 263/02 art. 143 e o Protocolo nº 1626/2026 PMI de 08/07/2026.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de julho de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:A336CDF7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 035/2026 CONCURSO PUBLICO-CARGO PUBLICO – EDITAL 001/2024

A Seção de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,
CONVOCA com base no edital resultado definitivo nº 018/2024 de 30/08/2024, para o ingresso no Cargo Público, com resultado final homologado pelo Decreto nº 077/2024 de 30/08/2024, o candidato abaixo relacionado:
EDUCADOR SOCIAL/ 40 HRS
EDUARDO DE BRITO PEREIRA

O convocado acima deverá comparecer na Seção de Pessoal desta Prefeitura, no horário das 08:30 as 11:30 e das 14:00 as 16:30hrs, no período de 23/07/2026 a 29/07/2026, munido dos seguintes documentos original e 01(uma) fotocópia simples conforme discriminado abaixo:

•
RG e CPF.

•
Título de eleitor.

•
Carteira de trabalho e N. º do PIS.

•
Certificado de reservista (homem).

•
01 (uma) foto 3x4, atual.

•
Comprovante de grau de instrução.

•
Comprovante de registro no respectivo conselho.

•
Comprovante de residência, Nº de Telefone Celular e E-mail.

•
Certidões Negativa de antecedentes criminais dos seguintes órgãos públicos (1- Federal/DPF, 2- Estadual/Instituto Identif. Polícia Civil e 3- Tribunal de Justiça/Juizado especial criminal), do lugar de residência nos últimos 05 anos.

•
Certidão de nascimento ou casamento.

•
Certidão de quitação com a obrigação eleitoral.

•
Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos e declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado.

•
Declaração completa de Imposto de renda pessoa física, exercício 2026 (exceto se for isento).

•
Auto declaração de raça/etnia.

•
Apresentar Atestado Médico que comprove Aptidão física e mental para o exercício das funções. (Retirar Guia).

•
Declaração que não foi demitido do serviço público municipal, estadual ou federal, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Comprovação de carteira de vacina atualizada (apresentar atestado).

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, 22 de julho de 2026.

_____
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:03928215

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 036/2026 CONCURSO PUBLICO-CARGO PUBLICO – EDITAL 001/2024

A Seção de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,
CONVOCA com base no edital resultado definitivo nº 018/2024 de 30/08/2024, para o ingresso no Cargo Público, com resultado final homologado pelo Decreto nº 077/2024 de 30/08/2024, o candidato abaixo relacionado:
ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO /40 HRS
MARCOS VINICIUS LEITE DA SILVA (Ed. 017/2024)

O convocado acima deverá comparecer na Seção de Pessoal desta Prefeitura, no horário das 08:30 as 11:30 e das 14:00 as 16:30hrs, no período de 23/07/2026 a 29/07/2026, munido dos seguintes documentos original e 01(uma) fotocópia simples conforme discriminado abaixo:

•
RG e CPF.

•
Título de eleitor.

•
Carteira de trabalho e N. º do PIS.

•
Certificado de reservista (homem).

•
01 (uma) foto 3x4, atual.

•
Comprovante de grau de instrução.

•
Comprovante de registro no respectivo conselho.

•
Comprovante de residência, Nº de Telefone Celular e E-mail.

•
Certidões Negativa de antecedentes criminais dos seguintes órgãos públicos (1- Federal/DPF, 2- Estadual/Instituto Identif. Polícia Civil e 3- Tribunal de Justiça/Juizado especial criminal), do lugar de residência nos últimos 05 anos.

•
Certidão de nascimento ou casamento.

•
Certidão de quitação com a obrigação eleitoral.

•
Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos e declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado.

•
Declaração completa de Imposto de renda pessoa física, exercício 2026 (exceto se for isento).

•
Auto declaração de raça/etnia.

•
Apresentar Atestado Médico que comprove Aptidão física e mental para o exercício das funções. (Retirar Guia).

•
Declaração que não foi demitido do serviço público municipal, estadual ou federal, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Comprovação de carteira de vacina atualizada (apresentar atestado).

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, 22 de julho de 2026.

_____
Divisão De Recursos Humanos

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:5708D411

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O **MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ**, Estado do Paraná, por meio de seu Prefeito Municipal, **EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA**, no uso de suas atribuições legais, em especial as previstas na **Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)**
CONVOCA
A população em geral, os **Vereadores,** os **Conselhos Municipais, entidades,** e demais interessados para participarem de **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, conforme segue:
Data: 07 de Agosto de 2026
Horário: 08:30 horas
Local: Sala de Reunião, Assistência social Endereço : Rua Pernambuco, anexo a prefeitura – Jaguapitã/PR
Objetivo: Apresentação de alterações no Plano Diretor Municipal.
1 Proposta de Alteração do zoneamento do Parque Industrial Ana Trapp, atualmente classificado como Zona Residencial 3, para Zona Industrial.
2 Proposta de Alteração do número máximo de pavimentos nas diferentes zonas do Município.

ZONA	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA
RUA DE COMÉRCIO	4 PAVIMENTOS	15 PAVIMENTOS
Zona Residencial 1 – ZR1	3 PAVIMENTOS	10 PAVIMENTOS
Zona Residencial 2 – ZR2	7 PAVIMENTOS	10 PAVIMENTOS
Zona Residencial 3 – ZR 3	3 PAVIMENTOS	10 PAVIMENTOS

Observações: Assuntos que já foram discutidos e aprovados na reunião do conselho Desenvolvimento Municipal no dia 20/05/2026.
Jaguapitã, 21 de julho de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:FA7E9BDE

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 464/2026.

Institui a Comissão de Avaliação Técnica para realização da Prova de Conceito (Proof of Concept – POC) referente ao Pregão Eletrônico nº 018/2026, destinado à Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de software de Registro Eletrônico e Gestão em Saúde para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Jaguapitã/PR, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO o Edital do Pregão Eletrônico nº 018/2026 e o respectivo Termo de Referência;

CONSIDERANDO a necessidade de verificar a conformidade técnica, funcional e operacional da solução ofertada pela licitante provisoriamente vencedora, mediante realização de Prova de Conceito (Proof of Concept – POC), visando assegurar que o sistema atenda integralmente às especificações técnicas e às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Avaliação Técnica, responsável pela realização da Prova de Conceito (Proof of Concept – POC) prevista no Edital do Pregão Eletrônico nº 018/2026, destinado à contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de software de Registro Eletrônico e Gestão em Saúde, compreendendo implantação, migração de dados, treinamento, suporte técnico, manutenção, atualização tecnológica e demais serviços correlatos.

Art. 2º A Comissão de Avaliação Técnica será composta pelos seguintes servidores:

I – Presidente da Comissão:
IVANI ALVES DE SOUZA, matrícula nº 8148510, Secretária Municipal de Saúde, nomeada pela Portaria nº 871/2025;

II – Secretária da Comissão:
ALEXANDRA DA SILVA PEREIRA BORTOLASSI, matrícula nº 814001, Departamento de Compras e Licitações;

III – Membro Técnico:
FÁBIO BIONDO, matrícula nº 8147935, Enfermeiro, Coordenador da Atenção Básica;

IV – Membro Técnico:
JULIANA KEIKO INOUE, matrícula nº 814007, Farmacêutica – Atenção Básica;

V – Membro Técnico:
JULIANA TAVARES MOREIRA, matrícula nº 814050, Farmacêutica – Hospital Municipal;

VI – Membro Técnico:
BRUNO PEREIRA DE OLIVO, matrícula nº 8147500, Vigilância Epidemiológica;

VII – Membro Técnico:
PATRÍCIA APARECIDA DA SILVA MOREIRA, matrícula nº 800514, Responsável pela Regulação e Tratamento Fora do Domicílio – TFD;

VIII – Membro Técnico:
LUARA CAROLINE RIBEIRO, matrícula nº 8148329, Responsável pelo Faturamento Hospitalar – AIH;

IX – Membro Técnico:
ANDREIA CRISTINA RIBEIRO DA COSTA MIRA, matrícula nº 71601, Responsável pelo Faturamento da Produção Ambulatorial.

Art. 3º Compete à Presidente da Comissão:

I – convocar, coordenar e conduzir os trabalhos da Comissão;
II – definir, em conjunto com o Pregoeiro, o cronograma da Prova de Conceito, observado o Edital;
III – conduzir as sessões de avaliação técnica;
IV – decidir questões de ordem procedimental durante os trabalhos da Comissão;
V – supervisionar a elaboração das atas e do relatório técnico;
VI – consolidar o resultado da avaliação;
VII – assinar as atas, relatórios técnicos e demais documentos produzidos pela Comissão;
VIII – encaminhar o Relatório Técnico Conclusivo ao Pregoeiro para prosseguimento do certame.

Art. 4º Compete à Secretária da Comissão:
I – secretariar os trabalhos da Comissão;
II – lavrar as atas das sessões;
III – organizar e manter arquivada toda a documentação produzida durante a Prova de Conceito;
IV – registrar os resultados apresentados por cada membro;
V – auxiliar a Presidente na elaboração do Relatório Técnico Final.

Art. 5º Compete aos membros da Comissão:
I – acompanhar integralmente a realização da Prova de Conceito;
II – avaliar o atendimento das especificações técnicas, funcionais e operacionais constantes do Edital, Termo de Referência e respectivos anexos;
III – verificar a aderência da solução aos fluxos administrativos, assistenciais e gerenciais da Secretaria Municipal de Saúde;
IV – avaliar a funcionalidade dos módulos apresentados;
V – realizar testes funcionais da solução;
VI – verificar a operacionalidade das integrações exigidas;
VII – analisar a usabilidade, desempenho, estabilidade, disponibilidade, segurança da informação, rastreabilidade, controle de acesso e conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD;
VIII – verificar os procedimentos de migração de dados, interoperabilidade, emissão de relatórios gerenciais e demais funcionalidades previstas no Termo de Referência;
IX – registrar, de forma objetiva e fundamentada, o atendimento ou não de cada requisito avaliado;
X – emitir parecer técnico quanto à conformidade da solução apresentada.

Art. 6º A Comissão poderá solicitar à licitante, durante a realização da Prova de Conceito, esclarecimentos técnicos, demonstrações complementares, realização de testes adicionais, apresentação de documentos, informações ou simulações operacionais, desde que tais providências não impliquem alteração da proposta originalmente apresentada.

Art. 7º A Comissão contará com o apoio técnico de profissional responsável pela área de Tecnologia da Informação contratado pelo Município, que participará exclusivamente na condição de apoio técnico, sem direito a voto, competindo-lhe prestar suporte quanto à infraestrutura tecnológica, banco de dados, segurança da informação, conectividade, arquitetura da solução, desempenho, interoperabilidade e demais aspectos tecnológicos submetidos à avaliação.

Art. 8º Ao término da Prova de Conceito, a Comissão elaborará Relatório Técnico Circunstanciado, contendo:
I – descrição dos procedimentos realizados;
II – identificação dos módulos avaliados;
III – relação dos requisitos técnicos analisados;
IV – registro dos testes funcionais executados;
V – resultado individual de cada requisito avaliado;
VI – eventuais inconformidades verificadas;
VII – conclusão técnica fundamentada acerca da conformidade ou não da solução apresentada;
VIII – recomendação pela aprovação ou reprovação da Prova de Conceito.

Art. 9º A aprovação da Prova de Conceito dependerá do atendimento integral dos requisitos obrigatórios estabelecidos no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme avaliação realizada pela Comissão de Avaliação Técnica.

§ 1º O não atendimento de qualquer requisito classificado como obrigatório implicará recomendação de reprovação da solução apresentada, observado o disposto no instrumento convocatório.

§ 2º O Relatório Técnico da Comissão constituirá o documento oficial de avaliação técnica da Prova de Conceito e servirá de fundamento para a decisão do Pregoeiro quanto ao prosseguimento do certame, observado o disposto no Edital e na Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 10 Os membros da Comissão deliberarão de forma colegiada, devendo todas as avaliações, manifestações técnicas e decisões constar em ata e no Relatório Técnico Circunstanciado, devidamente fundamentados.

Art. 11 Os membros da Comissão exercerão suas atribuições sem percepção de gratificação específica, considerando-se os serviços prestados como de relevante interesse público.

Art. 12 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 22 de julho de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:ACA566FA

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº.465/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 718,92** (setecentos e dezoito reais e noventa e dois centavos) a favor do servidor público municipal Sr. **MARCELO WATANABE DOS SANTOS,** Engenheiro Civil, referente ao pagamento de 01 (uma) diária e ½ (meia), face a viagem que fará a Cianorte - PR., para participar da capacitação da JORNADA BIM PARANÁ 4.0: Rumo ao Paraná Digital, que tem por objetivo fomentar a adoção da metodologia Building Information Modeling (BIM) ou Modelagem da Informação da Construção para a inovação digital dos projetos e obras públicas das prefeituras municipais, direcionada em especial as áreas técnicas de arquitetura, engenharia e construção para elaboração, contratação e/ou fiscalização de estudos, projetos e obras em BIM no Estado do Paraná, que ocorrerá nos dias 30 e 31/07/2026. Saída às 06h00 do dia 30/07, e retorno às 14h30 do dia 31/07/2026, conforme o Processo nº.3219/2026.
REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 22 de julho de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:D662542D

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº.466/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 718,92** (setecentos e dezoito reais e noventa e dois centavos) a favor da servidora pública municipal Sra. **JESSYCA HENNIS GUEDES,** Engenheiro Civil, referente ao pagamento de 01 (uma) diária e ½ (meia), face a viagem que fará a Cianorte - PR., para participar da capacitação da JORNADA BIM PARANÁ 4.0: Rumo ao Paraná Digital, que tem por objetivo fomentar a adoção da metodologia Building Information Modeling (BIM) ou Modelagem da Informação da Construção para a inovação digital dos projetos e obras públicas das prefeituras municipais, direcionada em especial as áreas técnicas de arquitetura, engenharia e construção para elaboração, contratação e/ou fiscalização de estudos, projetos e obras em BIM no Estado do Paraná, que ocorrerá nos dias 30 e 31/07/2026. Saída às 06h00 do dia 30/07, e retorno às 14h30 do dia 31/07/2026, conforme o Processo nº.3220/2026.
REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 22 de julho de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:770E0DFC

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE AUTOMAÇÃO OPERACIONAL, TELEMETRIA, SUPERVISÃO E MONITORAMENTO REMOTO DAS UNIDADES OPERACIONAIS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DE JAGUAPITÃ/PR, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, INTEGRAÇÃO, PROGRAMAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SUPORTE TÉCNICO, TREINAMENTO E DISPONIBILIZAÇÃO DE SISTEMA SUPERVISÓRIO BASEADO EM TECNOLOGIA PLC/CLP, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E RESPECTIVOS ANEXOS.

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Jaguapitã, Estado do Paraná, torna público o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, **adjudicando e homologando**, para que surtam os efeitos legais, a proposta da empresa vencedora, conforme segue:

FORNECEDOR: RAPTOR TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 38.047.586/0001-12
VALOR UNITÁRIO MENSAL POR PONTO OPERACIONAL: R$ 458,00
VALOR TOTAL: R$ 71.448,00 (setenta e um mil, quatrocentos e quarenta e oito reais).
VALOR TOTAL DESTE PREGÃO: R$ 71.448,00 (setenta e um mil, quatrocentos e quarenta e oito reais).

Jaguapitã/PR, 22 de julho de 2026.

ANTÔNIO PAULINO DE MELLO
Diretor do SAMAE de Jaguapitã/PR

Publicado por:
Sueli Dos Santos Carrara
Código Identificador:78B83B72

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
PORTARIA Nº 022/2026

PORTARIA Nº 022/2026

ANTÔNIO PAULINO DE MELLO, Diretor do Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto – SAMAE de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 47,92** (quarenta e sete reais e noventa e dois centavos) a favor do Servidor ANTONIO CARLOS DOS SANTOS referente ao pagamento de 01 (uma) diária, face a viagem que fará a cidade de Maringá - PR., para participar do WORK SHOP ARENA INFRA – WORK SHOP DE ENGENHARIA realizado na empresa CIMFLEX IND. E COM. DE PLÁSTICOS 2, Maringá/ PR, no dia 24/07/2026, tendo saída prevista para às 11:00h e retorno previsto às 18:00hrs.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

Jaguapitã, 22 de julho de 2026.

ANTONIO PAULINO DE MELLO
Diretor

Publicado por:
Sueli Dos Santos Carrara
Código Identificador:7359DAF3

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
PORTARIA Nº 023/2026

PORTARIA Nº 023/2026

ANTÔNIO PAULINO DE MELLO,Diretor do Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto – SAMAE de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 47,92** (quarenta e sete reais e noventa e dois centavos) a favor do Servidor VERGILIO MARCHI NETO JÚNIOR referente ao pagamento de 01 (uma) diária, face a viagem que fará a cidade de Maringá - PR., para participar do WORK SHOP ARENA INFRA – WORK SHOP DE ENGENHARIA realizado na empresa CIMFLEX IND. E COM. DE PLÁSTICOS 2, Maringá/ PR, no dia 24/07/2026, tendo saída prevista para às 11:00h e retorno previsto às 18:00hrs.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Jaguapitã, 22 de julho de 2026.

ANTONIO PAULINO DE MELLO
Diretor

Publicado por:
Sueli Dos Santos Carrara
Código Identificador:749ACEA2

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
PORTARIA Nº 024/2026

PORTARIA Nº 024/2026

ANTÔNIO PAULINO DE MELLO,Diretor do Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto – SAMAE de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 47,92** (quarenta e sete reais e noventa e dois centavos) a favor do Servidor SÍLVIO CÉSAR LEITE referente ao pagamento de 01 (uma) diária, face a viagem que fará a cidade de Maringá - PR., para participar do WORK SHOP ARENA INFRA – WORK SHOP DE ENGENHARIA realizado na empresa CIMFLEX IND. E COM. DE PLÁSTICOS 2, Maringá/ PR, no dia 24/07/2026, tendo saída prevista para às 11:00h e retorno previsto às 18:00hrs.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

Jaguapitã, 22 de julho de 2026.

ANTONIO PAULINO DE MELLO
Diretor

Publicado por:
Sueli Dos Santos Carrara
Código Identificador:497AA9DE

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
PORTARIA Nº 025/20256

PORTARIA Nº 025/2026

ANTÔNIO PAULINO DE MELLO,Diretor do Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto – SAMAE de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 47,92** (quarenta e sete reais e noventa e dois centavos) a favor do Servidor PAULO CÉSAR JOSÉ DE LIMA DA SILVA referente ao pagamento de 01 (uma) diária, face a viagem que fará a cidade de Maringá - PR., para participar do WORK SHOP ARENA INFRA – WORK SHOP DE ENGENHARIA realizado na empresa CIMFLEX IND. E COM. DE PLÁSTICOS 2, Maringá/ PR, no dia 24/07/2026, tendo saída prevista para às 11:00h e retorno previsto às 18:00hrs.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

Jaguapitã, 22 de julho de 2026.

ANTONIO PAULINO DE MELLO
Diretor

Publicado por:
Sueli Dos Santos Carrara
Código Identificador:5AAAAF44

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
PORTARIA Nº 026/2026

PORTARIA Nº 026/2026

ANTÔNIO PAULINO DE MELLO,Diretor do Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto – SAMAE de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 47,92** (quarenta e sete reais e noventa e dois centavos) a favor do Servidor JOSÉ UMBERTO CAVECHIA JÚNIOR referente ao pagamento de 01 (uma) diária, face a viagem que fará a cidade de Maringá - PR., para participar do WORK SHOP ARENA INFRA – WORK SHOP DE ENGENHARIA realizado na empresa CIMFLEX IND. E COM. DE PLÁSTICOS 2, Maringá/ PR, no dia 24/07/2026, tendo saída prevista para às 1:00h e retorno previsto às 18:00hrs.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

Jaguapitã, 22 de julho de 2026.

ANTONIO PAULINO DE MELLO
Diretor

Publicado por:
Sueli Dos Santos Carrara
Código Identificador:FDE2B699

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

CONTABILIDADE
DECRETO 327/2026

Decreto nº 327/2026 de 10/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de JARDIM OLINDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 989/2025 de 17/11/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
13.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES
13.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE CULTURA
13.001.13.392.1300.2.305. REALIZAÇÃO DO FORRÓ OLINDA
538 - 3.3.90.39.00.00 10820 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 245.000,00
Total Suplementação: 245.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, fica utilizado o Excesso de Arrecadação;
Receita: 1.7.2.4.99.01.02.00000000 Fonte: 10000 245.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de JARDIM OLINDA, Estado do Paraná, em 10 de julho de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luis Renato Vaz
Código Identificador:7598B7AF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

EXECUTIVO MUNICIPAL
LEI Nº. 822/2026

LEI Nº. 822/2026

Ementa: Altera o Art. 1º da Lei Municipal nº 817/2026 para corrigir o objeto da operação de crédito.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU PAULO ROBERTO PEDRO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º - Altera o Art. 1º da Lei Municipal nº 817/2026 para constar a seguinte redação:
*"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., até o limite de R$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais),*destinada ao custeio das despesas necessárias à implantação do Parque Industrial do Município, compreendendo tanto a aquisição da área objeto de desapropriação judicial quanto a execução das obras e demais investimentos em infraestrutura necessários à sua implantação, incluindo a revitalização da malha viária local, de modo a adequar o empreendimento ao atendimento do interesse público,*observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar n° 101, de 04/05/2000, e da Resolução CMN n° 4.995, de 24/03/2022, e suas alterações".*
Art. 2º Os demais dispositivos da Lei Municipal nº 817/2026 seguem inalterados.
Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jundiaí do Sul/Pr, 22 de julho de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO.
Prefeito
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odair Rosildo Farinha
Código Identificador:E441E23F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
ATO Nº 68/2026

Súmula: Prorroga, por 07 (sete) dias, as férias regulamentares do servidor ANDERSON DROBINIEWSKI SOSSELA.

O Presidente da Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto nos artigos 110 a 124, da Lei Municipal nº 2280/2008;

RESOLVE:

Art. 1º – Prorrogar por 07 (sete) dias, as férias regulamentares do servidor ANDERSON DROBINIEWSKI SOSSELA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Secretaria, Grupo Ocupacional Técnico Administrativo, correspondentes ao período aquisitivo de 14/02/2025 a 13/02/2026.
§ 1º – As férias anteriormente concedidas para o período de 20/07/2026 a 24/07/2026 ficam prorrogadas, passando seu término para 31/07/2026.
§ 2º – A fruição dos 18 (dezoito) dias restantes de férias regulamentares será definida posteriormente pela administração.

Art. 2º – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal da Lapa, em 22 de julho de 2026.

ACYR HOFFMANN
Presidente

CAMILA SCHEFER PIERIN
1ª Secretária

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:AD12A935

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
ATO Nº 69/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Licençapara Tratamento de Saúde.

O Presidente da Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, e conforme a Lei 2280/08 de 31/12/2008 e Lei 2183/2008 de 24/06/2008;

RESOLVE:

Art. 1º– CONCEDER licença para tratamento de saúde, ao servidor JOÃO VITOR XAVIER DA SILVEIRA, ocupante do cargo Efetivo de Técnico em Informática, Grupo Ocupacional Técnico Administrativo, conforme laudo médico e Portaria nº 717, de 14/07/2026, da Secretaria Municipal de Administração, e com fundamento nos artigos nº 254 e 256, da Lei Municipal nº 2280/2008.

Art. 2º– O servidor deverá permanecer afastado de suas funções no período de 29/06/2026 a 12/08/2026, quando deverá retornar ao trabalho.

Art. 3º– Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29/06/2026.

Câmara Municipal da Lapa, em 22 de julho de 2026.

ACYR HOFFMANN
Presidente

CAMILA SCHEFER PIERIN
1ª Secretária

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:518EAAB5

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
TERMO DE COMODATO, RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO

Pelo presente INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMODATO, RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO, de um lado, a CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA, com sede na cidade da Lapa-PR, à Alameda David Carneiro, nº 390, inscrita no CNPJ nº 00.402.320/0001-78, neste ato representada pelo seu Presidente, ACYR HOFFMANN, portador do RG 5759487-0 e inscrito no CPF 818.845.839-20 de ora em diante COMODANTE, e de outro, o Vereador ARTHUR BASTIAN VIDAL, portador do RG 8931623-5 e

inscrito no CPF nº 036.304.259-84, residente e domiciliado no município da Lapa, portador do RG 135400696 e inscrito no CPF112.987.219-03, , vereador BRUNO OSMIL BUX, residente e domiciliado no município da Lapa, CPF 068.111.179-82 , de ora em diante denominados simplesmente de COMODATÁRIOS, têm, entre si, como justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A COMODANTE é Locatária do Veículo VW POLO SENSE TSI 1.0 FLEX 12V AUTOMÁTICO, NA COR PRETA, RENAVAN 01439378093 PLACA TBK-4B03, conforme contrato originado pelo Pregão Eletrônico n.º 01/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA - Pelo presente instrumento, a COMODANTE cede em COMODATO AOS COMODATÁRIOS o veículo acima descrito, durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - Não poderá haver troca, substituição, alteração, concessão ou qualquer modificação no bem sem autorização prévia do COMODANTE.

CLÁUSULA QUARTA - O COMODATÁRIO somente poderá utilizar o referido veículo exclusivamente para atividades relacionadas à função legislativa que o mesmo desempenha, ficando expressamente vedado o uso do veículo para fins particulares ou que não estejam relacionados com suas funções/atribuições, sob pena de serem tomadas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, cabendo as mesmas vedações e orientações constantes neste termo ao Assessor Parlamentar do COMODATÁRIO.

Parágrafo primeiro - O COMODATÁRIO poderá inclusive permanecer com o veículo em seu poder, levar e guardar o mesmo em sua residência, quando, a seu critério, as necessidades de uso assim o justificarem, observando-se sempre que todos os deslocamentos realizados deverão estar relacionados com a função legislativa e no interesse público, cuja responsabilidade pelo uso recai exclusivamente ao Vereador COMODATÁRIO, seu Assessor Parlamentar.

Parágrafo segundo – O COMODATÁRIO e seu assessor se responsabilizam civil e criminalmente pelo uso do veículo, e desde já declaram que tem conhecimento dos dispositivos legais abaixo transcritos, bem como qualquer outra norma que disponha sobre a matéria;

Código Penal: Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio: Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

B) Lei 8429/92 (Lei de Improbidade):

Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

(...)

IV - Utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta Lei, bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

(...)

Art. 12. Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

I - na hipótese do art. 9º desta Lei, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 14 (catorze) anos; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

CLÁUSULA QUINTA – O COMODATÁRIO não poderá fornecer caronas, ceder ou emprestar o veículo a quem quer que seja e sob qualquer título, salvo para seu assessor parlamentar ou servidores do Poder Legislativo, quando houver justificativa relacionada ao interesse público, no caso dos Vereadores, se responsabilizando, também, em devolvê-lo, nas mesmas condições que ora recebe, bem como responsabilizam-se por todos os danos decorrentes durante o seu uso, exceto aqueles provocados pelo desgaste natural decorrente do tempo, ou por condições ou estado que o tenham prejudicado antes do seu recebimento comprovadamente verificados em inspeção anterior, sem direito a retenção e indenização a qualquer título.

§ 1º - Excetuam-se da proibição deste artigo as caronas dadas às autoridades públicas e servidores públicos, quando estiverem em visitas, bem como outras situações que esteja comprovado o interesse público do Poder Legislativo da Lapa.

§2° – O COMODATÁRIO, ou seu Assessor Parlamentar, serão responsáveis por quaisquer danos causados ao veículo ou prejuízos causados a terceiros, isentando a COMODANTE de qualquer responsabilidade, inclusive arcará com pagamento de franquia de seguro, se for necessário, sem prejuízo de demais responsabilidades e indenizações que forem devidas, ressalvado a hipótese de culpa exclusiva de terceiro, e/ou causas excludentes de responsabilidade devidamente comprovadas.

CLÁUSULA SEXTA - No uso do veículo, o COMODATÁRIO e seu Assessor deverão obedecer a todas as determinações nacionais de trânsito, responsabilizando-se por eventuais multas, bem como atuar sempre de acordo com a moralidade administrativa no uso deste bem.

Parágrafo único – O COMODATÁRIO e seu Assessor deverão fornecer cópias de suas Carteiras de Habilitações válidas, atualizando-as quando necessário.

CLÁUSULA SÉTIMA – O abastecimento do veículo ocorrera as custas da COMODANTE, sendo que estes se darão se dar de acordo com as normas e limites estabelecidos pela Presidência da Câmara Municipal da Lapa, mediante comunicação prévia e por escrito.

Parágrafo primeiro – O COMODATÁRIO, ou seu Assessor Parlamentar, serão responsáveis pelo pagamento de eventuais multas de infrações que possam a vir a ser cometidas na vigência deste contrato, bem como serão responsáveis pelos demais prejuízos ou indenizações, quando cabíveis.

Parágrafo segundo – O COMODATÁRIO deverá entregar semanalmente, ao Assessor do Diretor Geral, relatório do uso do veículo, de acordo com modelo fornecido, sob pena de ser suspenso o abastecimento do veículo até a entrega solicitada.

CLÁUSULA OITAVA – Poderá fazer uso do veículo seu Assessor Parlamentar, sendo que a este se estenderá todas as obrigações, responsabilidades e compromissos firmados no presente termo, cabendo ao COMODATÁRIO orientá-los de acordo as normas aqui expostas, ficando, contudo, o Vereador COMODATÁRIO solidariamente responsável pelos atos de seu Assessor Parlamentar com relação ao uso dos veículos.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato de comodato é a título precário, podendo a COMODANTE reclamar a entrega do referido veículo, ora emprestado, a qualquer tempo, mediante simples aviso prévio de 02 (dois) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA – O Assessor do Diretor Geral fica responsável em verificar e comunicar a empresa contratada, com a devida antecedência, os períodos próprios e quilometragem necessárias para as manutenções/revisões periódicas dos veículos, de acordo com as normas do fabricante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Fica o COMODATÁRIO ciente de que, qualquer benfeitoria ou melhoria que se faça no referido bem, somente poderá ser realizado com autorização expressa da proprietária do veículo, sem direito a retenção e/ou indenização a qualquer título.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O COMODATÁRIO compromete-se a cumprir as demais determinações que porventura sejam impostas pela COMODANTE com relação ao uso dos veículos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Fica eleito o Foro da cidade da Lapa-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir na execução do presente contrato.

E por estarem às partes em pleno acordo em tudo que se encontra disposto neste instrumento particular, assina juntamente com seu Assessor, o qual, para todos os efeitos legais será considerando também comodante.
Lapa-PR, 21 de julho de 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
Comodante

ARTHUR BASTIAN VIDAL
Comodatário

ANDERSON SOMMER
Comodatário

BRUNO OSMIL BUX
Comodatário

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:E3D3A532

GABINETE
DECRETO N° 29838, DE 22 DE JULHO DE 2026

Súmula: Designa os membros titulares e suplentes do Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa e dá outras providências.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

• CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 29.766, de 12 de junho de 2026, que instituiu o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa;

• CONSIDERANDO o disposto no § 1º do art. 5º do Decreto Municipal nº 29.766/2026, que estabelece que os membros titulares e respectivos suplentes serão indicados pelos dirigentes dos órgãos ou entidades que representam e designados em ato próprio;

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam designados os membros titulares e respectivos suplentes para compor o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, nos termos do Decreto Municipal nº 29.766, de 12 de junho de 2026, conforme segue:

I – Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher:

Titular: Angela Krainski Dallabona;
Suplente: Liziane Ramalho Pinto.

II – Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Franciely Piovezan dos Santos;
Suplente: Regina de Oliveira.

III – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer:

Titular: Aliane Sossela Valente;
Suplente: Evandro da Luz Ramos.

IV – Secretaria Municipal de Cultura:

Titular: Bernadete Aparecida Schula Pereira;
Suplente: Lorena Bruel Antonio.

V – Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Transporte:

Titular: Mauricio Benedito Aguiar Berghauser;
Suplente: Wilamary Teixeira Batista.

VI – Conselho Municipal dos Direitos do Idoso:
Titular: Roseli de Souza Portes;
Suplente: Andrea Maria Hammerschmidt Mendes.

Art. 2º Os membros designados no artigo anterior exercerão suas funções no Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, observadas as competências estabelecidas no Decreto Municipal nº 29.766, de 12 de junho de 2026.

Art. 3º A participação no Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 4º O mandato dos membros do Comitê Municipal será exercido enquanto perdurar a indicação dos respectivos órgãos e entidades representados, podendo ser substituídos a qualquer tempo mediante nova indicação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município da Lapa, em 12 de julho de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Keyse Lais Padilha Amarante
Código Identificador:11C37409

GABINETE
LEI N° 4585, DE 22 DE JULHO DE 2026

Súmula: Denomina de “Estrada Manoel Francisco Lourenço Vieira”, o logradouro púbico conforme especifica.

A Câmara Municipal de Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º – Denomina de “Estrada Manoel Francisco Lourenço Vieira”, a estrada secundária rural, conforme mapa e memorial georreferenciado, apontado de forma clara e definido início e fim da citada. Início -25.749241, -49.756396 e término -25.743933, -49.754478.

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 22 de Julho de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Anexo disponível em:

https://bit.ly/Lei4585PML

Publicado por:
Keyse Lais Padilha Amarante
Código Identificador:C4AE66B4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA – Nº 019/2025– UASG 987657

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia/arquitetura para execução de obras de pavimentação asfáltica em CBUQ, em trecho de 90,08m da Rua Carlos Drummond de Andrade e um trecho de 49,27m da Rua Sem Denominação (Rua T), no bairro Baixo da Lapa
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia 11/08/2026 às 09:29 horas.
DATA DA SESSÃO: 11/08/2026 às 09:30 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
TIPO: Menor Preço do Lote.
REGIME DE EXECUÇÃO: Regime de Empreitada por Preço Unitario
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.

VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R$ 436.306,47 (quatrocentos e trinta e seis mil, trezentos e seis reais e quarenta e sete centavos).
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital completo poderá ser examinado e obtido, através do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço:lapa.atende.net "acesso Identificado no link – licitações" ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelo telefone(41) 3547-8029.

Lapa, 22 de julho de 2026.

APARÍCIO LEVI DE QUEVEDO
Agente de Contratação

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:D7F3A015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 037/2026– UASG 987657-SRP

OBJETO: Aquisição de itens de higiene e limpeza, através do Sistema Registro de Preços para o período de 12 meses.
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia 13/08/2026 às 09:29 horas.
DATA DA SESSÃO:13/08/2026 às 09:30 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
TIPO: Menor Preço por Item.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R$ 1.991.574,40 (um milhão, novecentos e noventa e um mil, quinhentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos).
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital completo poderá ser examinado e obtido, através do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço:lapa.atende.net "acesso Identificado no link – licitações" ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelo telefone(41) 3547-8029.

Lapa, 22 de julho de 2026.

APARÍCIO LEVI DE QUEVEDO
Pregoeiro

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:A400A008

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO (ECO) E PLANO DE ATIVIDADES CELEBRADO ENTRE O ESTUDANTE CARLOS SASS GOOD -UNINTER EDUCACIONAL S/A (CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER) E MUNICÍPIO DA LAPA - PR.

As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso para estágio curricular obrigatório.

Este Termo de Compromisso de Estágio fundamenta-se na Lei 11.788/2008 e tem como objetivo a realização de estágio curricular obrigatório dos alunos da Instituição de Ensino.

Início: 03/08/2026

Final: 23/10/2026

Duração: 24 horas semanais

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Carlos Sass Good, Luciana de Souza, Karina Silveira Lins e Trajano Felipe Barrabas Xavier da Silva.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:56BD367F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram, pelo presente instrumento, PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA (UNIDADE CONCEDENTE) e SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA (INSTITUIÇÃO DE ENSINO).

Vigência: 27/07/2026 a 15/09/2026

Total de horas diárias: 6h

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Antonio Roberto Rodrigues Abatepaulo e Sonia Aparecida Ferreira Kowalski.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:BF521CD1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Unicesumar - Centro Universitário de Maringá (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

O estágio supervisionado em Serviço Social caracteriza-se pelas atividades de ensino obrigatórias para a integralização do curso com o objetivo de capacitar o aluno ao exercício profissional.
As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 27/07/2026

Final: 10/09/2026

Horas semanais: 30h

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Amanda de Oliveira Chaves Monteiro e Raquel Cristina Luis Mincoff.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:F850F6B8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Unicesumar - Centro Universitário de Maringá (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

O estágio supervisionado em Serviço Social caracteriza-se pelas atividades de ensino obrigatórias para a integralização do curso com o objetivo de capacitar o aluno ao exercício profissional.
As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 27/07/2026

Final: 07/09/2026

Horas semanais: 18h

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Maria Elaine Ferreira dos Santos e Aline R. Tacon Dambros Gauze.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:2F4C9EDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 187/2026

ORIGEM: CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 012/2025 (PD Nº 6833/2025) QUE ORIGINOU A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 415/2025.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28.533, DE 26.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SRA. JANAINA PIOVEZAN RIBAS.
CONTRATADO: RAUL SOPKO JUNIOR ENGENHARIA – ME, CNPJ/MF SOB O Nº 26.162.488/0001-47, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR SEU TITULAR SR. RAUL SOPKO JUNIOR.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA E ENSAIOS TECNOLÓGICOS NO ÂMBITO DA ENGENHARIA, LOTE 04 – ITEM 4.2, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA TERÁ INÍCIO A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO (PNCP), COM TERMO FINAL 06 (SEIS) MESES CONTADOS DO INÍCIO DA VIGÊNCIA.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 (TRINTA) DIAS, PARA CADA SOLICITAÇÃO, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE INÍCIO, FIRMADA NA ORDEM DE SERVIÇO. A EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO ESTÁ VINCULADA À APRESENTAÇÃO DE TODOS OS ELEMENTOS TÉCNICOS PELA MUNICIPALIDADE.
VALOR CONTRATUAL: R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS).
GARANTIA DE EXECUÇÃO: COMO CONDIÇÃO PARA ASSINATURA DESTE CONTRATO, A CONTRATADA DEPOSITOU A CONTRATANTE, A TÍTULO DE GARANTIA DE CUMPRIMENTO DE SUAS CLÁUSULAS, A IMPORTÂNCIA DE R$ 100,00 (CEM REAIS), CORRESPONDENTE A 5% (CINCO POR CENTO) DO VALOR DA CONTRATAÇÃO NOS TERMOS DA LEI 14.133/2021, REPRESENTADA POR TERMO DE CAUÇÃO 027/2026 (ANEXO III) – DEPOSITO EM ESPECIE Nº 554.661.000.010.374 NO BANCO DO BRASIL, PELO QUAL GARANTIRÁ A FIEL OBSERVÂNCIA DOS TERMOS EXPOSTOS, DE ACORDO COM O ART. 96 DA LEI 14.133/2021.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
REQUISIÇÃO 537/2026 PD 7643/2026
CÓDIGO REDUZIDO: 562
ÓRGÃO: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHER
UNIDADE: 10 - DEPARTAMENTO GERAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
AÇÃO: 2441 - MANUTENÇÃO DA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICIPAL
VÍNCULO: 0 - RECURSOS LIVRES
SUBELEMENTO: 3339039050000000000 - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 6833/2025, 7643/2026 E 5580/2026 E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 20/07/2026
DATA ASSINATURA: 22/07/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:81CF9BE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 35/2026

O Município da Lapa-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 76.020.452/0001-05, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher, e o Lar de Idosos São Vicente de Paulo, inscrito no CNPJ sob o nº 75.189.498/0001-81, firmam o presente Termo de Colaboração.

OBJETO: O objeto do Termo de Colaboração nº 35/2026 é a aquisição de gêneros alimentícios para suplementar a alimentação dos idosos acolhidos no Lar de Idosos São Vicente de Paulo, visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme especificações estabelecidas no Plano de Trabalho e Aplicação, com fundamento na Lei Municipal nº 4.565, de 22 de maio de 2026.

VALOR: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em parcela única.

VIGÊNCIA: 21(vinte e um) meses, contados a partir da data de publicação do Termo de Colaboração.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO: 15/07/2026

JANAINA PIOVEZAN RIBAS
Secretária Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher

JOÃO OZIER FERRARI
Presidente do Lar de Idosos São Vicente de Paulo

IVANA BELKYSWIEDMER BOSCH
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:77DA2DAA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 113/2025

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 045/2025 (PD Nº 14366/2025)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: SR. ERICK COELHO GROSE, CPF Nº 084.756.319-75.
OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA INTERESSADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTORES DE OFICINAS EDUCACIONAIS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA LAPA/PR NAS MODALIDADES DE: ARTES/ARTESANATO, BOXE CHINÊS, BALÉ, LÍNGUA INGLESA, PRÁTICAS ESPORTIVAS, PROJETOS MATEMÁTICOS, PRÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MUSICALIZAÇÃO E XADREZ, ITEM 05, OFICINA DE PRÁTICAS ESPORTIVAS.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 951/2026 (PD Nº 15165/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, CONSIDERANDO O PARECER JURÍDICO Nº 611/2026/PGM, CONFORME ART. 105 E

107, DA LEI 14.133/2021 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 113/2025, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 09.08.2026 E 08.08.2027, DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 40.453,84 (QUARENTA MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), SENDO R$ 24,91 (VINTE E QUATRO REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS) O VALOR P/HORA TRABALHADA.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 21/07/2026
DATA ASSINATURA: 21/07/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:34EEF29A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 115/2025

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 045/2025 (PD Nº 14366/2025)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: JOELSON VIEIRA BRANDENBURG ME, CNPJ Nº 12.483.570/0001-69, DEVIDAMENTE REPRESENTADO POR SEU TITULAR, SR. JOELSON VIEIRA BRANDENBURG.
OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA INTERESSADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTORES DE OFICINAS EDUCACIONAIS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA LAPA/PR NAS MODALIDADES DE: ARTES/ARTESANATO, BOXE CHINÊS, BALÉ, LÍNGUA INGLESA, PRÁTICAS ESPORTIVAS, PROJETOS MATEMÁTICOS, PRÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MUSICALIZAÇÃO E XADREZ, ITEM 01, OFICINA DE BOXE CHINÊS.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1113/2026 (PD Nº 15652/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, CONSIDERANDO O PARECER JURÍDICO Nº 612/2026/PGM, CONFORME ART. 105 E 107, DA LEI 14.133/2021 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 115/2025, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 09.08.2026 E 08.08.2027, DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 40.600,00 (QUARENTA MIL E SEISCENTOS REAIS), SENDO R$ 25,00 (VINTE E CINCO REAIS) O VALOR P/HORA TRABALHADA.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 21/07/2026
DATA ASSINATURA: 21/07/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:E95A49FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 062/2024

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015/2024 (PD 18519/2024)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: SRA. TAINARA STOKMAL MARTINS, CPF Nº 108.061.179-74.
OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA INTERESSADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTORES DE OFICINAS EDUCACIONAIS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA LAPA/PR NAS MODALIDADES DE: ARTES/ARTESANATO, BOXE CHINÊS, BALÉ, LÍNGUA INGLESA, PRÁTICAS ESPORTIVAS, PROJETOS MATEMÁTICOS, PRÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MUSICALIZAÇÃO E XADREZ, ITEM 03, OFICINA DE ARTES/ARTESANATO.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1109/2026 (PD Nº 15613/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, CONSIDERANDO O PARECER JURÍDICO Nº 601/2026/PGM, CONFORME ART. 105 E 107, DA LEI 14.133/2021 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 062/2024, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 07.08.2026 E 06.08.2027, DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 38.982,80 (TRINTA E OITO MIL, NOVECENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E OITENTA CENTAVOS), SENDO R$ 23,77 (VINTE TRÊS REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS) O VALOR P/HORA TRABALHADA.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 17/07/2026
DATA ASSINATURA: 21/07/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:9FEE0014

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA Nº 058/2026

ORIGEM: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 022/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRANSITO E TRANSPORTE, (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28509, DE 25.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. MARCO ANTONIO BORTOLETTO.
CONTRATADO: PROGRESSO ENGENHARIA K M LTDA, CNPJ/MF SOB O Nº 32.750.290/0001-87, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR SEU SÓCIO SR. MAURICIO ZENI KURMANN.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURO DE PAVIMENTO RÍGIDO E FLEXÍVEL NA ESTRADA DE LIGAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DO MONGE, NESTA MUNICIPALIDADE, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1142/2026 (PD Nº 15846/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE; CONSIDERANDO O PARECER TÉCNICO DA FISCAL DO CONTRATO ENGENHEIRA SRA. BIANCA HYGINO DE LIMA OLIVEIRA E DA SUPERINTENDENTE DE PROJETOS SRA. MARION SILVEIRA CABRAL FIUZA E O PARECER JURÍDICO Nº 585/2026/PGM, CONFORME ART. 111, DA LEI 14.133/2021:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 058/2026 POR 02 (DOIS) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 20.01.2027 E 19.03.2027.
FICA PRORROGADO O PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 058/2026 POR 02 (DOIS) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 25.07.2026 E 24.09.2026.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 20/07/2026
DATA ASSINATURA: 21/07/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:70024677

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EXTRATO DO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 184/2026

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2025 (PD Nº 11841/2025).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRANSITO E TRANSPORTE, (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28509, DE 25.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023), SR. MARCO ANTONIO BORTOLETTO.
CONTRATADO: PCO SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA EPP, CNPJ/MF SOB O Nº 28.126.352/00001-07, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR SUA TITULAR, SRA. BRUNA BILINSKI MERLO.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA, INCLUSIVE COM FORNECIMENTO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE APOIO, BEM COMO MATERIAIS ESSENCIAIS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS EM VIAS PÚBLICAS TUDO NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE LAPA-PR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DO EDITAL. LOTE ÚNICO - ITENS 01 AO 05.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES, CONTADOS DA PUBLICAÇÃO NO PNCP, PODENDO SER PRORROGADO NOS TERMOS DOS DA LEI 14.133/2021.
VALOR CONTRATUAL: R$ 1.977.000,00 (UM MILHÃO, NOVECENTOS E SETENTA E SETE MIL REAIS).
GARANTIA DE EXECUÇÃO: COMO CONDIÇÃO PARA ASSINATURA DESTE CONTRATO, A CONTRATADA DEPOSITOU A CONTRATANTE, A TÍTULO DE GARANTIA DE CUMPRIMENTO DE SUAS CLÁUSULAS, A IMPORTÂNCIA DE R$ 197.700,00 (CENTO E NOVENTA E SETE MIL E SETECENTOS REAIS), CORRESPONDENTE A 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CONTRATAÇÃO NOS TERMOS DA LEI 14.133/2021, REPRESENTADA POR TERMO DE CAUÇÃO Nº 025/2026 (ANEXO I) - APÓLICE SEGURO GARANTIA Nº 012792026000107757054608 DA SOMBRERO SEGUROS S.A, COM VENCIMENTO EM 01.10.2027 PELO QUAL GARANTIRÁ A FIEL OBSERVÂNCIA DOS TERMOS EXPOSTOS, DE ACORDO COM O ART. 96 DA LEI 14.133/2021.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
RECURSO: 1652
ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE.
UNIDADE: 7 - DEPARTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO
AÇÃO: 2037 - CONTRATAR EMPRESA
ELEMENTO: 3339039820200000000 - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS
VÍNCULO: 0 - RECURSOS LIVRES.
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 11841/2025 E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 14/07/2026
DATA ASSINATURA: 21/07/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:6443A475

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2026

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2026 (PD N.º 3480/2026).
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28430, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
FORNECEDOR: GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA EPP, CNPJ SOB Nº 46.884.097/00001-43, REPRESENTADA POR SEU TITULAR SR. CEZAR FIORAVANTI SCHACHT JÚNIOR.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PROCEDIMENTOS PARA ATENÇÃO PRIMÁRIA E UPA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA. – ANEXO I, ITENS 01, 14, 15, 16, 19 E 20.
VALOR GLOBAL: R$ 12.423,00 (DOZE MIL, QUATROCENTOS E VINTE E TRÊS REAIS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1 DESTA ATA.
O PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, SERÁ DE 1 (UM) ANO, E PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO QUE AS CONDIÇÕES E O PREÇO PERMANECEM VANTAJOSOS (ART. 194 § 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815 DE 31 DE MARÇO DE 2023).
OS CONTRATOS QUE VIEREM A SER CELEBRADOS COM FUNDAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TERÃO VIGÊNCIA DE 12(DOZE) MESES, PODENDO ULTRAPASSAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA, DESDE QUE:
A) A CONTRATAÇÃO OCORRA DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA;
B) A VIGÊNCIA CONTRATUAL OBSERVE OS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 105 A 112 DA LEI Nº 14.133/2021.
NA HIPÓTESE DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA INICIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ HAVER A RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS EM RELAÇÃO A CADA ITEM, ATÉ O LIMITE DO QUANTITATIVO ORIGINAL, NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL 26.815 DE 31 DE MARÇO DE 2023 E DECRETO MUNICIPAL 28.994 DE 15 DE AGOSTO DE 2025.
FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, DA LEI COMPLEMENTAR N° 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 147 DE 07 DE AGOSTO DE 2014, DECRETO FEDERAL Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019, LEI MUNICIPAL Nº 4.018 DE 21 DE OUTUBRO DE 2022, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023, DECRETO MUNICIPAL Nº 21.237, ART.

5º, INCISO IV, DE 24 DE MARÇO DE 2015, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018 (SICAF DIGITAL). NÃO SERÁ POSSÍVEL A ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CONFORME JUSTIFICATIVA CONSTANTE NO TERMO E REFERÊNCIA (ANEXO I DO EDITAL).
DATA: 16/07/2026
DATA ASSINATURA: 21/07/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:3886F1BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 271/2025

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2025 (PD Nº 3757/2025).
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
FORNECEDOR: JT COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA EPP, CNPJ SOB Nº 54.647.123/0001-48, AQUI REPRESENTADA POR SUA TITULAR, SRA. JESSICA TAVARES DA SILVA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ODONTOLOGIA, ATRAVÉS DO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA. – ANEXO I.
CONSIDERANDO O C.I Nº 017/2026 DO DEPARTAMENTO DE ODONTOLOGIA DATADO DE 25.05.2026;
CONSIDERANDO O REQUERIMENTO DA EMPRESA FORNECEDORA VIA E-MAIL DATADO DE 16.03.2026.
CONSIDERANDO O PARECER JURÍDICO Nº 530/2026/PGM.
COM O OBJETIVO DE PROMOVER A MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 271/2025, CONFORME ABAIXO DESCRIMINADO:
O ITEM 02 PASSA A CUSTAR R$ 547,65
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS DISPOSIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AGORA ADITADA.
DATA: 01/07/2026
DATA ASSINATURA: 21/07/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:F266D324

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 82, DE 22 DE JULHO DE 2026

O Secretário Municipal da Saúde no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 28429, de 06 de fevereiro de 2025, e pelo Artigo 6º do Decreto 22.966, de 16.10.2017, que altera o caput do Art. 24, do Capítulo III – Da Política Disciplinar para os Motoristas/Condutores de Veículos, do Decreto nº 16.714, de 03.02.2011, RESOLVE:

Art.1º - Autorizar a servidora abaixo relacionada, portadora da CNH – Carteira Nacional de Habilitação, a conduzir os veículos oficiais, conforme determina o Art. 6º, do Decreto nº 22.966, de 16.10.17, que altera o caput do Art. 24, do Capítulo III – Da Política Disciplinar para os Motoristas/Condutores de Veículos, do Decreto nº 16.714, de 03.02.2011.

MONICA APARECIDA VARCHAKI
CNH: 07692664707
CPF: 133.282.699-75

Art.2º - Conforme estabelecido no capítulo IV - DAS MULTAS DE TRÂNSITO DOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA LAPA - Arts. 41 a 47, a condutora relacionada do Art. 1º desta Portaria fica responsável pelas infrações e o ônus das multas efetuando o ressarcimento das mesmas através de pagamento em parcela única ou parcelada, mediante instrumento legal cabível.

Cientifique-se, Publique-se e Arquive-se.

Secretaria Municipal de Saúde, em 22 de julho de 2026.

GIOVANNE COLAÇO HORNING
Secretário Municipal da Saúde

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:05192FBB

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 83, DE 22 DE JULHO DE 2026

O Secretário Municipal da Saúde no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 28429, de 06 de fevereiro de 2025, e pelo Artigo 6º do Decreto 22.966, de 16.10.2017, que altera o caput do Art. 24, do Capítulo III – Da Política Disciplinar para os Motoristas/Condutores de Veículos, do Decreto nº 16.714, de 03.02.2011, RESOLVE:

Art.1º - Autorizar a servidora abaixo relacionada, portadora da CNH – Carteira Nacional de Habilitação, a conduzir os veículos oficiais, conforme determina o Art. 6º, do Decreto nº 22.966, de 16.10.17, que altera o caput do Art. 24, do Capítulo III – Da Política Disciplinar para os Motoristas/Condutores de Veículos, do Decreto nº 16.714, de 03.02.2011.

CAROLINA DE CAMPOS MARKOWICZ
CNH: 06582551354
CPF: 106.975.539-73

Art.2º - Conforme estabelecido no capítulo IV - DAS MULTAS DE TRÂNSITO DOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA LAPA - Arts. 41 a 47, a condutora relacionada do Art. 1º desta Portaria fica responsável pelas infrações e o ônus das multas efetuando o ressarcimento das mesmas através de pagamento em parcela única ou parcelada, mediante instrumento legal cabível.

Cientifique-se, Publique-se e Arquive-se.

Secretaria Municipal de Saúde, em 22 de julho de 2026.

GIOVANNE COLAÇO HORNING
Secretário Municipal da Saúde

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:21BF9BB6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 056/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: CILIA TECNOLOGIA LTDA inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ sob o n.º15.533.772/0001-66, estabelecida na Rua 3 nº 800 Quadra C6 lotes 73/75 salas 404 a 408 setor oeste Goiânia – GO, CEP 74.115.050 neste ato representado pelo

seu Sócio Administrador Sr. Jaime Daniel Barbosa Tauffer CPF:997.021.341-53 residente e domiciliado na cidade Goiânia Goiás na Rua Piratini s/n quadra AF6 lote nº 11 casa 2, Alphaville Flamboyant
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ASSINATURA ANUAL DE LICENÇA DE SISTEMA DE SOFTWARE (TABELA CILIA), POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES A SER UTILIZADO COMO REFERENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, ONIBUS MOTOS. O SISTEMA DEVERÁ OFERECER AS SEGUINTES FUNCIONALIDADES: SUPORTE ON-LINE, TREINAMENTO VIA TELEFONE, COTAÇÃO DE PEÇAS POR CÓDIGO OU POR BUSCA DE VEÍCULOS CADASTRADOS NO SISTEMA, E ORÇAMENTOS, PREÇOS DE PEÇAS SUGERIDOS PELOS FABRICANTES COM ATUALIZAÇÕES DIÁRIAS, TABELA TEMPÁRIA DE MÃO DE OBRA. PARA UTILIZAÇÃO DE 02 USUÁRIOS COM SUPORTE E ATUALIZAÇÃO
DATA DO CONTRATO: 17 de Julho de 20226
VIGÊNCIA: 12 meses
VALOR TOTAL: R$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais).
FORO: Comarca de Palmital – Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:05CB0B28

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 86/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº68/2025
PREGAO ELETRONICO nº 24/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em laranjal, neste ato representado pelo prefeito municipal, sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: MAURICIO POYER ME, inscrita no CNPJ: 13.314.456/0001-78, com o endereço na Rua Maximiliano Vicentin nº 153 BAIRRO: centro CEP:85.270-000 Cidade: Palmital PR, neste ato representado pelo Srº. MAURICIO POYER, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG sob nº 8.481.833-0 SESP/PR e inscrito no CPF: 037.442.379-23, residente e domiciliado No endereço acima citado.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA ÔNIBUS, VEÍCULOS LEVES, CAMINHÕES, VANS E UTILITÁRIOS.
1º Termo Aditivo Contratual, Procedimento Licitatório 68/2025 Pregão Eletrônico 21/2025
Data do Aditivo: 21/07/2026
Vigência. 12 meses
VALOR TOTAL: renovação da totalidade do quantitativo inicialmente previsto.
FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:216828C3

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 87/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº68/2025
PREGAO ELETRONICO nº 24/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em laranjal, neste ato representado pelo prefeito municipal, sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: SERGIO GOMES - ACESSÓRIOS ME, inscrita no CNPJ: 06.133.421/0001-77 com o endereço na Rua Maximiliano Vicentin nº 1257 BAIRRO: centro CEP:85.270-000 CIDADE: Palmital PR, neste ato representado pelo Srº. SERGIO GOMES, brasileiro, natural de Palmital PR, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG sob nº 6.749.751-1 SESP/PR e inscrito no CPF: 793.584.469-00, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro nº 1197 BAIRRO: centro CEP: 85.270-000 CIDADE: Palmital PR.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA ÔNIBUS, VEÍCULOS LEVES, CAMINHÕES, VANS E UTILITÁRIOS.
1º Termo Aditivo Contratual, Procedimento Licitatório 68/2025 Pregão Eletrônico 21/2025
Data do Aditivo: 21/07/2026
Vigência. 12 meses
VALOR TOTAL: renovação da totalidade do quantitativo inicialmente previsto.
FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:9453108D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 04/2026

RESOLUÇÃO Nº 04/2026

Dispõe sobre a apreciação da Informação Técnica nº 040/2026 e o fortalecimento da participação dos usuários da Política de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Laranjal, Estado do Paraná,
no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a apreciação e o conhecimento da Informação Técnica nº 040/2026,
encaminhada pelo Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná – CEAS/PR,
referente à possibilidade de utilização dos recursos do IGD/PBF em ações de
fortalecimento da participação social e apoio aos Fóruns de Usuários da Política de
Assistência Social.
Art. 2º Reconhecer a importância da participação dos usuários na construção e no
fortalecimento da Política de Assistência Social, considerando-a fundamental para a
garantia de direitos, o exercício da cidadania e o aprimoramento das ações, serviços,
programas e benefícios ofertados pelo SUAS.
Art. 3º Registrar que o município apresenta, no momento, dificuldades para a
mobilização e organização dos usuários com vistas à constituição imediata de um
Fórum de Usuários, sendo necessário o desenvolvimento gradual de estratégias de
incentivo e fortalecimento da participação social.
Art. 4º Recomendar ao órgão gestor municipal da Assistência Social que fomente
ações de mobilização, informação, escuta e incentivo à participação dos usuários do
SUAS, visando à construção progressiva das condições necessárias para a futura
criação de um Fórum de Usuários, compreendido como espaço legítimo de diálogo,
debate, participação e expressão das demandas dos usuários da Política de
Assistência Social.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laranjal-PR, 22 de julho de 2026

DIEMERSON TEODORO DOS SANTOS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:8ABFBC81

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA CONCORRÊNCIA Nº 012/2026 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 012/2026-PML
PROCESSO Nº. 098/2026-PML
MUNICÍPIO DE LOANDA
O Município de Loanda-PR, torna público que fará realizar, as 09:00 horas do dia 11 de agosto de 2026, na Plataforma https://comprasbr.com.br/, CONCORRÊNCIA na forma eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, da seguinte obra:
Pavimentação asfáltica de vias urbanas em CBUQ, com área de 22.024,45m², incluindo serviços preliminares, terraplanagem, drenagem, base/sub-base, revestimento, meio fio e sarjeta, sérvios de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placas de comunicação visual.
Prazo de execução: 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 3.216.539,36 (três milhões, duzentos e dezesseis mil, quinhentos e trinta e nove reais e trinta e seis centavos).
A pasta técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sitio eletrônico da Prefeitura www.loanda.pr.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação por meio da Plataforma.
Loanda-PR, 22 de julho de 2026.

JOSE MARIA PEREIRA FERNANDES -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:A9CC3F50

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DA CHAMADA PÚBLICA PARA FINS DE CREDENCIAMENTO Nº 008/2026 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2026-PML
PROCESSO Nº. 071/2026-PML

OBJETO: O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de Pessoas Jurídicas, interessadas na eventual prestação de serviços especializados de hidroterapia, por pessoa jurídica habilitada, destinados ao atendimento de pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), pacientes com comorbidades que demandem tratamento hidroterapêutico mediante prescrição e laudo médico e pacientes beneficiários de decisões judiciais que determinem a realização das sessões, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Loanda-PR.

ABERTURA: Às 08:00horas do dia 28 de julho de 2026, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data, até a data de 17 de agosto de 2026 às 17:30horas.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 621.450,00 (seiscentos e vinte e um mil, quatrocentos e cinquenta reais).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com ou pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 22 de julho de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:DAD0C8FC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DA CHAMADA PÚBLICA PARA FINS DE CREDENCIAMENTO Nº 009/2026 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 09/2026-PML
PROCESSO Nº. 093/2026-PML

OBJETO: O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de Pessoas Jurídicas, interessadas na eventual prestação de serviços especializados na realização de colonoscopia com polipectomia, sem restrição da quantidade de pólipos removidos, incluindo a coleta de material para biópsia quando indicada em caráter complementar, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Loanda-PR.

ABERTURA: Às 08:00horas do dia 29 de julho de 2026, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data, até a data de 18 de agosto de 2026 às 17:30horas.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$1.507.575,00 (um milhão, quinhentos e sete mil, quinhentos e setenta e cinco reais).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com ou pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 22 de julho de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:D49B9B76

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026 - PML

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 042/2026 - PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de tintas e material de pintura em geral para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Serviços Urbanos, Meio Ambiente, Finanças e Administração, Indústria e Comércio, Agricultura, Planejamento,Esporte, Lazer, Turismo, Educação e Cultura, Trabalho e Assistência Social, Políticas Públicas para as Mulheres, Saúde e Habitação do Município de Loanda-PR, conforme descritos no ANEXO I - Termo de referência:

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal de Loanda, no uso de suas atribuições legais, **H O M O L O G A** o procedimento licitatório em epígrafe cujos itens, foram adjudicados pelo Pregoeiro em favor das empresas vencedoras a seguir:
· **W R TINTAS IMOBILIÁRIAS E AUTOMOTIVAS,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº34.738.149/0001-94, vencedora dos Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, perfazendo o valor global de R$287.733,00(duzentos e oitenta e sete mil, setecentos e trinta e três reais);

Loanda, 22 de julho de 2.027.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:CE7D11AA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 492/2026

PORTARIA Nº. 492/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica;

Resolve:

Conceder a servidora ANA ELIZA DE OLIVEIRA CUNHA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM PLANTONISTA, matrícula n° 966902, Licença para Tratamento de Saúde, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal 003/92 (Estatuto dos Servidores Municipais), pelo período compreendido entre 06/07/2026 a 21/07/2026, devendo realizar nova pericia em 22/07/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 20 (vinte) dias do mês de julho do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:B5D8DCDF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 493/2026

PORTARIA Nº 493/2026

Súmula – Dispensa servidora do cumprimento de parte da jornada de trabalho, sem prejuízo do seu vencimento e demais vantagens fixas e sem compensação de horários.

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
Considerando o Requerimento protocolado sob o nº. 5142/2026 de 13/07/2026;

Resolve:

Conceder a servidora AYSLA CRISTINA DE ARAUJO SANTOS, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, matrícula nº 966992, admitida em 18/05/2023, com jornada de 30 horas semanais, lotada na Secretaria do Trabalho e Serviço Social, dispensa de parte da jornada de trabalho, sem prejuízo do seu vencimento e demais vantagens fixas e sem compensação de horários, nos termos do Artigo 1º da Lei nº 69/2026, c/c com o artigo 7º., da Lei Municipal nº 051/2019, de 06/09/2019, devendo a chefia imediata promover a adequação dos parâmetros da dispensa às características do trabalho da Unidade onde a servidora atua, pelo período compreendido entre 13/07/2026 a 13/07/2027.

Gabinete do Prefeito Municipal de Loanda, Estado do Paraná, aos 20 (vinte) dias do mês de julho de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:8C84C5A8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 494/2026

PORTARIA Nº. 494/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº. 505/2026 de 09/07/2026;

Resolve:

Conceder a PEDRO VINICIUS GIMENES MEDINA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO, matrícula nº. 967103, férias pelo período de trabalho prestado entre 19/03/2025 a 18/03/2026, nos termos do artigo 101, c/c com o artigo 105 da Lei nº. 003/92, c/c com o parágrafo 6º do artigo 101 da Lei Complementar nº 003/2019, conforme abaixo discriminado:

• 12 (doze) dias pelo período compreendido entre 10/08/2026 a 21/08/2026;
• 18 (dezoito) dias pelo período compreendido entre 30/11/2026 a 17/12/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 21 (vinte e um) dias do mês de julho do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:8FFD6D06

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 495/2026

PORTARIA Nº. 495/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº. 505/2026 de 09/07/2026;

Resolve:

Conceder a NATALINA SABINO BISPO, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, matrícula nº. 965870, férias pelo período de trabalho prestado entre 25/06/2025 a 24/06/2026, nos termos do artigo 101, c/c com o artigo 105 da Lei nº. 003/92, c/c com o parágrafo 6º do artigo 101 da Lei Complementar nº 003/2019, conforme abaixo discriminado:

15 (quinze) dias pelo período compreendido entre 03/08/2026 a 17/08/2026;
15 (quinze) dias pelo período compreendido entre 01/12/2026 a 15/12/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 21 (vinte e um) dias do mês de julho do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:37987B8A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 496/2026

PORTARIA Nº. 496/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento datado de 06/07/2026;

Resolve:

Conceder ao servidor OLACIR DE SOUZA RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS Barreiras A, matrícula nº. 59831, férias pelo período de trabalho prestado entre 15/04/2025 a 14/04/2026, nos termos do parágrafo 5º, do artigo 1º, da Lei Complementar nº. 013/2009, de 20 de novembro de 2009, conforme abaixo discriminado:

20 (vinte) dias de descanso pelo período compreendido entre 24/08/2026 a 12/09/2026.
10 (dez) dias convertidos em remuneração, pelo período de 13/09/2026 a 22/09/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 21 (vinte e um) dias do mês de julho do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:D3BB51DC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 497/2026

PORTARIA Nº. 497/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

Exonerar, o senhor JEAN DE OLIVEIRA DA SILVA, CPF/MF n° 13*.***.***-01, do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO, CC.5 - SEMA, matrícula n° 967176, constante na Lei Complementar nº. 004/2025 de 10/03/2025, que altera a LC nº. 002/2013, a partir de 01/07/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de julho do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:E5C61501

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 498/2026

PORTARIA Nº. 498/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

Nomear o senhor JEAN DE OLIVEIRA DA SILVA**,** CPF/MF Nº. 13*.***.***- 01, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, CC.4 - SEHAB**,** constante na Lei Complementar nº 01/2026 de 11/02/2026, que altera a LC nº. 002/2013, retroativo a 02/07/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de junho do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:2062979D

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - COMAFEN

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NO ART. 75, II, §2º DA LEI 14.133/2021

Processo Administrativo 18/2026

MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA APA FEDERAL DO NOROESTE DO PARANÁ** no exercício das atribuições, torna público, aos interessados que pretende realizar contratação direta. O objeto da presente dispensa de licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para fornecimento de seguro automotivo para os veículos elétricos do Consórcio.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SEGURO AUTOMOTIVO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Poderão eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços adicionais, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa levando em consideração o valor global da contratação.

A proposta de Preços deverá ser entregue na sede do COMAFEN, localizado na Avenida Brasil, 1721, Centro, Loanda-PR - CEP 87.900-00, no horário das 8:00h às 12:00h, e das 13:00h às 17:00h, em dias úteis ou pelo e-mail: comafen@comafen.pr.gov.br até a data limite.

Maiores informações poderão ser obtidas diretamente na sede do COMAFEN, no endereço e horário supra informado, pelo e-mail: comafen@comafen.pr.gov.br, através do fone: 3425-1910, ou via acesso ao portal da transparência (licitações).

Loanda-PR, 21 de julho de 2026.

VINÍCIUS PHELIPE PIETROBON MACCARINI
Agente de Contratação

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:08B2D707

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 06/2026 – CMDI/LOANDA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE LOANDA
Resolução nº 06/2026 – CMDI/Loanda

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Trabalho da Casa de Abrigo de Longa Permanência de Idosos de Loanda para celebração de Termo de Fomento com recursos da Deliberação nº 033/2024 – CEDIPI/PR**.**

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI de Loanda, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação municipal, e
Considerando a Deliberação nº 033/2024 – CEDIPI/PR, que dispõe sobre o repasse de recursos financeiros aos Fundos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa;
Considerando que o Município de Loanda aderiu à referida Deliberação, tendo sido aprovado o Plano de Ação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e efetuado o repasse dos recursos ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;
Considerando a necessidade de aplicação dos recursos em conformidade com a Deliberação nº 033/2024 – CEDIPI/PR;
Considerando a análise e apreciação do Plano de Trabalho apresentado pela Casa de Abrigo de Longa Permanência de Idosos de Loanda, destinado à aquisição de bens permanentes para melhoria da estrutura e qualificação dos serviços prestados aos idosos acolhidos;
Considerando a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, em reunião extraordinária realizada em 21 de julho de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho apresentado pela Casa de Abrigo de Longa Permanência de Idosos de Loanda, destinado à celebração de Termo de Fomento com o Município de Loanda, por intermédio do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, para execução dos recursos oriundos da Deliberação nº 033/2024 – CEDIPI/PR.
Art. 2º O Plano de Trabalho aprovado tem por objeto a aquisição de bens permanentes destinados ao fortalecimento da estrutura física, administrativa e operacional da Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas, visando à melhoria da qualidade do atendimento prestado aos idosos acolhidos.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.
.
Loanda/PR, 22 de julho de 2026.

CELIA REGINA DOS SANTOS GEROSA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Publicado por:
Aline Regina Zangari Spinardi
Código Identificador:41197DA7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DE PEQUENO VALOR Nº 008/2026-L

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DE PEQUENO VALOR Nº 008/2026-L

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026

MODALIDADE: Dispensa de Licitação de Pequeno Valor, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE LOBATO – CNPJ nº 86.877.743/0001-60.

CONTRATADA: DANI RODRIGUES DECOR E BUFFE – CNPJ nº 37.053.828/0001-18.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de buffet, destinados à realização da Sessão Solene da Câmara Municipal de Lobato, compreendendo o preparo, fornecimento, organização e serviço de alimentação para até 60 (sessenta) pessoas, conforme as condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

VALOR TOTAL: R$ 5.610,00 (cinco mil seiscentos e dez reais

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01.001.01.031.0022.2.001 – Manutenção da Câmara Municipal. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência da contratação será até 31 de julho de 2026, contada da emissão da Nota de Empenho ou de outro instrumento equivalente, nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, período necessário para a execução dos serviços de decoração da Sessão Solene.

Lobato – PR, 10 de julho de 2026.

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO
Presidente da Câmara Municipal de Lobato

Publicado por:
Renata Figueiredo Dos Santos
Código Identificador:22FE0100

CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DE PEQUENO VALOR Nº 009/2026-L

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DE PEQUENO VALOR Nº 009/2026-L

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2026

MODALIDADE: Dispensa de Licitação de Pequeno Valor, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE LOBATO – CNPJ nº 86.877.743/0001-60.

CONTRATADA: MARCIO ADRIANO DA SILVA – CNPJ nº 31.820.647/0001-93.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de cobertura fotográfica e filmagem da Sessão Solene em comemoração à Emancipação Política do Município de Lobato, compreendendo a realização de 100 (cem) fotografias em alta resolução e a produção de 01 (um) vídeo no formato highlight, com entrega em formato digital devidamente editado, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

VALOR TOTAL: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01.001.01.031.0022.2.001 – Manutenção da Câmara Municipal.
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência da contratação será até **31 de agosto de 2026**, contada da emissão da Nota de Empenho ou de outro instrumento equivalente, nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, período necessário para a execução dos serviços, bem como para o tratamento, a edição e a entrega das fotografias e do vídeo da Sessão Solene.

Lobato – PR, 13 de julho de 2026.

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO
Presidente da Câmara Municipal de Lobato

Publicado por:
Renata Figueiredo Dos Santos
Código Identificador:3A91B354

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 61/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 12/2026

O **MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio da Comissão de Contratação, torna público aos interessados que realizará procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO, visando à seleção e posterior **contratação de pessoas jurídicas especializadas para a prestação de serviços nas áreas de Odontologia com Especialização e/ou Endodontia, destinados ao atendimento das demandas do Núcleo Integrado de Saúde do Município de Lobato/PR**, nos termos e condições estabelecidos no respectivo Edital e seus anexos.

Os interessados poderão requerer o credenciamento a partir da data de publicação deste Aviso, mediante protocolo do requerimento de credenciamento e da documentação de habilitação exigida no Edital, em envelope único e lacrado, diretamente junto à Comissão de Contratação, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Lobato, situada na Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP 86790-000, Lobato/PR, exclusivamente durante o horário de expediente do órgão.

Os documentos deverão ser apresentados em um único envelope fechado, contendo toda a documentação exigida no Edital.

Não serão aceitos documentos protocolados em Secretarias, Departamentos ou setores diversos da Comissão de Contratação.

O credenciamento permanecerá aberto durante toda a vigência do Edital, possibilitando o ingresso de novos interessados a qualquer tempo, desde que atendidos os requisitos e condições nele estabelecidos.

O procedimento será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto Federal nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024, pelos Decretos Municipais nº 133/2023 e nº 12/2024, bem como pelas demais normas aplicáveis à matéria.

O Edital de Chamamento Público nº 06/2026 e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal de Lobato, situada na Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, Lobato/PR, durante o horário de expediente, bem como no Portal da Transparência do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Os pedidos de esclarecimentos deverão ser formalizados por escrito e encaminhados à Secretaria Municipal de Saúde, por meio do endereço eletrônico: saudelobato@gmail.com.

Lobato/PR, 22 de julho de 2026.

LUCIMARA APº R M DE ALMEIDA
Agente de Contratação
Decreto Municipal Nº102/2025 De 16 De Abril De 2025

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara ap Riquena Medeiros de Almeida
Código Identificador:55D9DE1C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 67/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 56/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOBATO, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.970.367/0001-08, com sede à Rua Antônio Coletto, 1260 – Centro, Município de Lobato, Estado do Paraná, Cep. 86790-000.

CONTRATADA: AVR SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, inscrita no CNPJ(MF) sob nº 50.105.570/0001-14, com sede na Rua Vicente Martelosso, n° 105, Bairro: Zona Leste, Cidade: Mandaguaçu, Estado do Paraná, CEP 87.162-022, neste ato representada pelo Sr. **ADOLFO VALÉRIO ROCCO.**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE FERRAMENTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DESTINADA À AUTOMAÇÃO FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária, prevista no orçamento, para o exercício deste ano orçamentário, conforme abaixo:

Reduzido	Organograma	Descrição da Despesa	Máscara
67	04.001	Gabinete do Secretário de Fazenda	04.001.04.123.0020.2.012.3.3.90.40.00.00.00.00 / 00000.000000.10.70.00.01 - Recursos Ordinários (Livres)

VIGÊNCIA CONTRATUAL: 22 de julho de 2026 até 22 de julho de 2027.

VALOR GLOBAL: R$ 46.800,00 (quarenta e seis mil e oitocentos reais).
FORO: COMARCA DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ.

Lobato, 22 de julho de 2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolaine Marian Pinheiro de Oliveira
Código Identificador:F9AABC27

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 241/2026 DE 22 DE JULHO DE 2026, AUTORIZAR A PARTICIPAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANDREIA CRISTINA GOUVEIA EM CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO ONLINE

PORTARIA Nº. 241/2026 DE 22 DE JULHO DE 2026

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e em especial, a Lei Complementar nº. 002/2024-E de 02/04/2024,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora **Andreia Cristina Gouveia** datado em 08/07/2026,

RESOLVE
Art. 1º - Autorizar a participação da servidora pública municipal **Andreia Cristina Gouveia,** portadora do RG. nº *.700.***-7 e CPF nº. ***.473.369 -**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **Agente Comunitário de Saúde** com carga horária semanal de 40 horas, em Cursos de Aperfeiçoamento Online, na modalidade de Educação a Distância, oferecido pela plataforma "Estetus Cursos Online", conforme abaixo descrito:

CURSO: Gestão do SUS e a Estratégia Saúde da Família

CARGA HORÁRIA: 180 horas

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:F2F7EAB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 242/2026 DE 22 DE JULHO DE 2026, AUTORIZAR A PARTICIPAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VERIDIANA LEITE DA SILVA LIMA EM CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO ONLINE

PORTARIA Nº. 242/2026 DE 22 DE JULHO DE 2026

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e em especial, a Lei Complementar nº. 002/2024-E de 02/04/2024,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora **Veridiana Leite da Silva Lima** datado em 08/07/2026,

RESOLVE
Art. 1º - Autorizar a participação da servidora pública municipal **Veridiana Leite da Silva Lima,** portadora do RG. nº *.208.***-7 e CPF nº. ***.832.789-**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **Agente de Combate às Endemias** com carga horária semanal de 40 horas, em Cursos de Aperfeiçoamento Online, na modalidade de Educação a Distância, oferecido pela plataforma "Estetus Cursos Online", conforme abaixo descrito:

CURSO: Gestão do SUS e a Estratégia Saúde da Família

CARGA HORÁRIA: 180 horas

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:8E89743E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 139/2026, 21 DE JULHO DE 2026. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.

FABIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentaria Anual 1.607/2025 de 16/12/2025.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 1.559.558,04 (hum milhão quinhentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e quatro centavos) destinados aos reforços das seguintes Dotações Orçamentárias.
SUPLEMENTAÇÕES

05		**Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos**	
05.001		**Gabinete do Secretário de Obras**	
05.001.15.451.0015.1.003		**Recape e Pavimentação de Vias Urbanas do Município**	
4.4.90.51.00.00 - 86	1630	Obras e Instalações	1.481.580,13
4.4.90.51.00.00 - 86	501	Obras e Instalações	77.977,91
		TOTAL	**1.559.558,04**

Artigo 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, servirá como recursos os provenientes do Superávit Financeiro e o Excesso de Arrecadação de acordo com o Artigo 43, § 1º, inciso I, II da Lei nº 4.320/64, da seguinte fonte de recurso.

1630 - Convênio 816/2026 SECI c/c 16055-5	1.481.580,13
501 – Receita de Alienação de Ativos	77.977,91
TOTAL	**1.559.558,04**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, 21 de Julho de 2026.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:C78FA2A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 140/2026, 22 DE JULHO DE 2026. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.

FABIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentaria Anual 1.607/2025 de 16/12/2025.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 80.019,00 (oitenta mil e dezenove reais) destinados aos reforços das seguintes Dotações Orçamentárias.
SUPLEMENTAÇÕES

06		**Secretaria Municipal de Saúde**	
06.002		**Divisão de Saúde**	
06.002.10.302.0014.2.098		**Participação Consórcios Públicos de Saúde**	
3.3.72.39.00.00 - 201	498	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	80.019,00
		TOTAL	**80.019,00**

Artigo 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, servirá como recursos os provenientes do Superávit Financeiro e o Excesso de Arrecadação de acordo com o Artigo 43, § 1º, inciso I, II da Lei nº 4.320/64, da seguinte fonte de recurso.

498 - Assistência Farmacêutica c/c 14537-8	80.019,00
TOTAL	**80.019,00**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, 22 de Julho de 2026.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:69D0CA14

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 10, DE 20 DE JULHO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LOBATO.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Lobato, em reunião ordinária realizada em 20 de julho de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8080, de 19/09/90, Lei Federal nº

8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 1397/2019 de 21 de agosto de 2019;

Resolve:

Art. 1º - Aprovar alteração no Plano de Aplicação dos recursos do ***Programa Estadual de Fortalecimento da Vigilância em Saúde – PROVIGIA PARANÁ***, que contempla a inclusão dos recursos oriundos da **Resolução SESA Nº 741/2026 Prot.23.691.329-5 e da Resolução SESA Nº 739/2026 Prot. 25.689.564-0.**

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lobato, 20 de julho de 2026.

DANIEL GOMES DA ROCHA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:7ADB57CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 11, DE 20 DE JULHO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LOBATO.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Lobato, em reunião ordinária realizada em 20 de julho de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 1397/2019 de 21 de agosto de 2019;

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a utilização do saldo remanescente da **Resolução SESA nº 605/2024** no valor de R$ 1.204,00, para a aquisição de **01 (um) tablet**, destinado ao fortalecimento das ações de Vigilância em Saúde, em conformidade com as finalidades estabelecidas na referida Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lobato, 20 de julho de 2026.

DANIEL GOMES DA ROCHA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:5121A400

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 12, DE 20 DE JULHO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LOBATO.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Lobato, em reunião ordinária realizada em 20 de julho de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 1397/2019 de 21 de agosto de 2019;

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a utilização dos recursos financeiros oriundos da indenização securitária referente à perda total de veículo Modelo Voyage 1.6 MSI Total Flex Placa BCI 3596, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Saúde para a aquisição de um novo veículo, visando garantir a continuidade dos serviços, o transporte de pacientes, equipes e insumos, bem como a manutenção das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lobato, 20 de julho de 2026.

DANIEL GOMES DA ROCHA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:7BBEEEF7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 13, DE 20 DE JULHO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LOBATO.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Lobato, em reunião ordinária realizada em 20 de julho de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 1397/2019 de 21 de agosto de 2019;

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a adesão à Resolução SESA 796/2026, de 01 de julho de 2026 - Habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação de Atenção Primária à Saúde, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade fundo a fundo.

Art. 2º - Aresolução em questão trata-se da aprovação do Conselho Municipal de Saúde para adesão do município de Lobato ao incentivo financeiro para AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO BÁSICO no valor de R$ 70.000,00 (Setenta mil reais).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lobato, 20 de julho de 2026.

DANIEL GOMES DA ROCHA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:617C85A3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

GABINETE/SECRETARIA
REPUBLICAÇÃO - DECRETO Nº 40/2026

DECRETO Nº 40/2026

SÚMULA – Nomeia Comissão de Monitoramento.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e conforme contido no artigo 2º inciso XI, Lei Federal nº 13019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica criada a Comissão de Monitoramento destinada a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organização da sociedade civil mediante Termo de Colaboração ou Termo de Fomento, como se segue:

NOME	CARGO	RG	CPF
Suely Lino Miguel	Assistente Administrativo	7.810.242-0	041.933.559-50
Munique Aparecida Ferreira	Assistente	12.571.750-0	096.713.819-10

	Administrativo		
Paulo Roberto de Campos	Técnico de Gestão Pública	7.303.966-5	030.809.239-28

Artigo 3º- Este decreto vigora a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lupionópolis, 20 de julho de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:254261F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 71/2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUPIONÓPOLIS, convoca as Candidatas abaixo relacionados e selecionados pela Décima Terceira Seleção no Programa de Assistência ao Trabalhador - PAT, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme divulgado pela Resolução nº 61/2026, devidamente publicado em 01/07/2026.

A Secretaria Municipal de Assistência Social no uso de sua atribuição que lhe é conferida pela lei nº 05/2021, lei nº 05/2023, alterada pela lei nº 06/2025, convoca:

NOME	PONTUAÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
DEISE LIRIANE DA CONCEIÇÃO	55	27/05/1993	25º
ROSA CALEGARI PEREIRA	53	15/05/1969	26º

As candidatas acima relacionadas no âmbito do Programa de Assistência ao Trabalhador – PAT, já foram devidamente comunicadas, conforme contato oficial e individual realizado quanto ao local, data e horário em que deverão comparecer, de acordo com a vaga disponível, para fins de manifestação de interesse e demais providências relativas ao benefício.
O não comparecimento a presente convocação será considerado desistência, sem direito de recursos administrativos.

Lupionópolis, 22 de julho de 2026

DHAIANE CAMPOS BUENO
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria: 143/2025

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:FF038B14

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL DISPENSA ELETRÔNICA 20/2026

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA DE LUPIONÓPOLIS
CNPJ 75.845.511/0001-03
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 20/2026

O MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS, Estado do Paraná, torna público que às 09 horas do dia 30 de julho de 2026, fará realizar em sua sede, situada na Praça Padre Antonio Pozzato, nº 880, certame licitatório, na modalidade DISPENSA ELETRÔNICA, que tem como objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 12 (DOZE) UNIDADES DE CAÇAMBAS DE ENTULHO TIPO BROOKS, PARA REALIZAÇÃO DAS DEMANDAS NECESSÁRIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS.
O Edital completo, estará à disposição dos interessados no Portal de transparência do município, disponível também na Prefeitura Municipal, Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, com retirada no endereço acima especificado, ou via internet através do site: https://lupionopolis.pr.gov.br/licitacoes, Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3660-1100 pelo email licitacaolupionopolis@gmail.com, no horário das 08h às 12h e das 14h às 16h.

Lupionópolis, 22 de julho de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Roberto de Campos
Código Identificador:3C52D7EC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 268/2026

DECRETO Nº 268/2026

Regulamenta o funcionamento do Conselho Diretor do Fundo Municipal para Calamidades Públicas, instituído pela Lei Municipal nº 1.558, de 16 de novembro de 2023, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mallet, Estado do Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet e com fundamento na Lei Municipal nº 1.558, de 16 de novembro de 2023;
DECRETA:
Art. 1º. O Conselho Diretor do Fundo Municipal para Calamidades Públicas, previsto no art. 3º da Lei Municipal nº 1.558/2023, fica regulamentado nos termos deste Decreto.
Art. 2º. O Conselho Diretor será composto por um representante titular e um suplente de cada um dos seguintes órgãos:
I – Gabinete do Prefeito, que exercerá a Presidência;
II – Coordenadoria Municipal de Defesa Civil;
III – Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social;
IV – Secretaria Municipal da Fazenda;
V – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
§ 1º. Os membros titulares e suplentes serão designados por ato próprio do Chefe do Poder Executivo.
§ 2º. Os membros exercerão suas funções sem remuneração, sendo sua participação considerada serviço público relevante.
Art. 3º. Compete ao Conselho Diretor:
I – Estabelecer critérios para priorização e aprovação dos requerimentos destinados à obtenção de recursos do Fundo Municipal para Calamidades Públicas;
II – Deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo;
III – Acompanhar e fiscalizar a execução das ações custeadas com recursos do Fundo;
IV – Analisar e aprovar as prestações de contas relativas à utilização dos recursos;
V – Solicitar informações e documentos necessários ao desempenho de suas atribuições;
VI – Elaborar normas complementares necessárias ao seu funcionamento.
Art. 4º. O Conselho Diretor reunir-se-á:
I – Ordinariamente, sempre que houver necessidade de deliberação sobre recursos do Fundo;
II – Extraordinariamente, mediante convocação do Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.
Art. 5º. As reuniões serão instaladas com a presença da maioria absoluta dos membros.
§ 1º. As deliberações serão tomadas por maioria simples dos votos dos membros presentes.
§ 2º. Em caso de empate, caberá ao Presidente o voto de qualidade.
Art. 6º. As reuniões serão registradas em atas, que deverão conter as deliberações adotadas e ser assinadas pelos membros presentes.
Art. 7º. A Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social prestará apoio administrativo ao Conselho Diretor e manterá o arquivo de suas atas e documentos.

Art. 8º. Os recursos do Fundo Municipal para Calamidades Públicas serão movimentados em conta bancária específica, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.
Art. 9º. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Diretor, observada a legislação vigente.
Art. 10°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 16 de junho de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:23B9662A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 316/2026

DECRETO Nº 316/2026

Dispõe sobre a nomeação dos integrantes do Comitê da Política Municipal de Alfabetização do município de Mallet/PR e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

CONSIDERANDO o contido no art. 10 da Lei Municipal n° 1.726/2026, que estabelece que por ato próprio do Poder Executivo Municipal serão nomeados os membros do Comitê para avaliação da Política Municipal de Alfabetização;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o Comitê da Política Municipal de Alfabetização, para o ano de 2026, o qual será composto da seguinte maneira:
I - Articuladora municipal da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (RENALFA):
a) Danieli Bachtchen;
II - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
a) Carla Cassiana Machado Nowacki;
b) Solange da Silva Otto;

II - Diretores da Rede Municipal de Educação:
a) Anderssa Paim da Silva;
b) Carine Sofia Kovalczyk;
c) Débora Carla Makoski Tibes;
d) Edlaine Fátima Grabowski;
e) Inês Miecznikowski Lazoski;
f) Inês Rachwal Dilay;
g) Maria Silmara Gaissler Guimarães; e
h) Patrícia Penkal Araújo Lima.

III - Coordenadoras Pedagógicas da Rede Municipal de Educação:
a) Ana Maria Swidzinski Gawloski;
b) Célia Maria Gnatkowski;
c) Clairê Maria Olejars;
d) Eloyze Paczko;
e) Indiamara Catarine Pech Nepomuceno;
f) Maria Cristina Kaminski;
g) Roseli Tereza Szeremeta de Lima;
h) Roziane Belinski; e
i) Waldinéia Vandrovieski.

IV - Representante de Professores da Rede Municipal de Educação:
a) Luana Aparecida Pedrozo.

V - Representante do Conselho Municipal de Educação:
a) Diva Prohmann de Lima.

Art. 2º. A coordenação do Comitê da Política Municipal de Alfabetização ficará a cargo da servidora Danieli Bachtchen, tendo como vice-coordenadora a servidora Solange da Silva Otto, ambas responsáveis pela articulação, acompanhamento e desenvolvimento das ações inerentes à implementação e ao fortalecimento da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mallet/PR, 22 de julho de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:01EDC930

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 317/2026

DECRETO Nº 317/2026

Institui a Comissão de Seleção para análise e avaliação dos projetos culturais inscritos nos editais da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, no âmbito do Município de Mallet, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.399, de 08 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB;

CONSIDERANDO a necessidade de análise, avaliação e seleção dos projetos culturais apresentados aos editais promovidos pelo Município de Mallet com recursos da Política Nacional Aldir Blanc;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a Comissão de Seleção responsável pela análise, avaliação, classificação e seleção das propostas culturais inscritas nos editais da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, executados pelo Município de Mallet por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.
Art. 2º. A Comissão de Seleção será composta pelos seguintes membros:
I – Yuri Pauluk, Secretário Municipal de Cultura e Turismo, Matrícula n° 60.512;
II – Carla Cassiana Machado Nowacki, Secretária Municipal de Educação, Matrícula n° 60.541;
III – Mariane Aparecida Grenteski, Assessora Jurídica de Gabinete, Matrícula n° 60.566; e
IV – Paulo Sérgio Milosz Machado, Assessor de Artes Visuais e Musicais, Matrícula n° 60.823.
Art. 3º. Compete à Comissão de Seleção:
I – Analisar a documentação e as propostas apresentadas pelos proponentes;
II – Avaliar os projetos conforme os critérios estabelecidos nos respectivos editais;
III – Elaborar atas, pareceres e relatórios referentes ao processo de seleção;
IV – Classificar e selecionar os projetos culturais habilitados;
V – Praticar os demais atos necessários à execução dos processos seletivos vinculados à Política Nacional Aldir Blanc.
Art. 4º. Os membros da Comissão exercerão suas atividades sem remuneração adicional, sendo os serviços considerados de relevante interesse público.
Art. 5º. A Comissão poderá solicitar apoio técnico e administrativo da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo sempre que necessário para o desempenho de suas atribuições.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mallet/PR, 22 de julho de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:4AB157AD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2026

I – OBJETO:

Aquisição, de cargas e recargas de extintores de incêndio, em razão da necessidade da substituição de cargas vencidas, instalados nos prédios pertencentes ao Município de Mallet, em conformidade com as normas técnicas em vigor (ABNT/INMETRO), garantindo a manutenção das condições adequadas de segurança e prevenção contra incêndios.

II - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Segundo a justificativa apresentada pela Secretaria nos autos, a presente contratação justifica-se pela imperiosa necessidade de manter as edificações e dependências do órgão devidamente protegidas contra princípios de incêndio, garantindo a segurança e a integridade física dos servidores, usuários e do patrimônio público.
A aquisição de novas cargas e recargas atende de forma direta às exigências das Normas Técnicas vigentes (ABNT NBR 12693 e NBR 12962), às diretrizes do Corpo de Bombeiros e à Norma Regulamentadora NR-23, assegurando que os equipamentos estejam aptos e plenamente funcionais em situações de emergência, pela exigência legal de manter os equipamentos de combate a incêndio em perfeitas condições operacionais.

III – RAZÃO DA ESCOLHA DA PROPONENTE:

A proponente escolhida foi **EXTINUNIAO COMERCIO DE EXTINTORES LTDA, CNPJ: 26.488.865/0001-32**, e a escolha da proponente decorre da apresentação, por parte deste, do menor preço entre os fornecedores consultados, bem como, de todos os documentos solicitados para sua habilitação no processo.

IV – DO PREÇO:

Pelo objeto, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 16.208,00 (dezesseis mil, duzentos e oito reais)** a ser pago de acordo com a execução do contrato, conforme autorização expedida pelo Setor de Compras, mediante envio da Autorização de Fornecimento, juntamente com as Notas Fiscais que comprovem o serviço autorizado.

V - PRAZO DE VIGÊNCIA:

A vigência desta Dispensa de Licitação iniciar-se-á na data da publicação de sua ratificação e terá seu término **06 (seis) meses após.**
Uma vez que todos os itens tenham sido entregues pela Contratada e aprovados pela Contratante, respeitado o prazo para pagamento, o contrato estará automaticamente encerrado.
O contrato poderá ter sua vigência prorrogada caso ocorra manifestação da Secretaria interessada, bem como, demonstração de que os valores contratados permanecem vantajosos para a Contratante.

VI – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente processo de Dispensa para Compras e Serviços serão pagas através das seguintes dotações orçamentárias:

34 02.002.04.122.0003.2.004.3.3.90.30.1000 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

36 02.002.04.122.0003.2.004.3.3.90.39.1000 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

36 02.002.04.122.0003.2.004.3.3.90.39.1045 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

VII – DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

Para se habilitar no presente processo a CONTRATADA apresentou os seguintes documentos:

CONTRATO SOCIAL.

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ.

INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES MUNICIPAL.

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS FEDERAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS, dentro do prazo de validade.

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS, dentro do prazo de validade.

CONSULTA AOS IMPEDIDOS DE LICITAR, emitida pelo TCE/PR.

CONSULTA CONSOLIDADA DE PESSOA JURÍDICA, emitida pelo TCU.

CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – CLCB.

VIII – DAS SANÇÕES:

O inadimplemento dos prazos e condições deste Edital sujeitará a licitante às sanções administrativas previstas no Título IV do Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021.

IX – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A presente Dispensa de Licitação encontra respaldo legal no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

X – DA RESCISÃO:

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso da rescisão administrativa prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.

XI – DAS CLÁUSULAS ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO:

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por

intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

XII – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

Publicado a Ratificação da Dispensa de Licitação, a vencedora está convocada para a assinatura do Contrato, devendo fazê-la no prazo máximo de 02(dois) dias úteis, sob pena de perda do direito à Contratação.
A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
Coletadas as assinaturas necessárias, será publicado Extrato de Contrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mallet/PR.

XIII – DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Mallet/PR, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste instrumento, renunciando-se a outro por mais privilegiado que o seja.

Prefeitura Municipal de Mallet, 22 de julho de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:2FBF1B88

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA Nº 009/2026

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA
Nº 009/2026

Ratifico o ato de contratação com fundamento na Portaria CMM nº 019/2024, § 3º e demais normas aplicáveis, em especial o art. 72, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021, a favor das empresas **AJV 2 EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 45.978.529/0001-12; JF SOLUCOES ELETRICAS LTDA, CNPJ 36.490.984/0001-83; LED ELETRICA BRASIL LTDA, CNPJ 24.407.767/0001-06; BERTHOLDO COMERCIO LTDA, CNPJ: 54.494.263/0001-23; VM COMERCIO E IMPORTACAO LTDA, CNPJ: 49.671.519/0001-90,** para Contratação de empresa para fornecimento de materiais de elétricos em atendimento à Câmara Municipal de Mandaguari, publicado no dia 26/06/2026, conforme resultado da sessão pública ocorrida no dia 02/07/2026, nos termos da ata da respectiva sessão (pág. 338).
Valor total: **R$ 2.971,60 (dois mil novecentos e setenta e um reais e sessenta centavos)**
Presente o constante dos autos, face ao disposto no art. 72 da Lei n**o** 14.133/2021, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Mandaguari, 22 de julho de 2026.

EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:E7190055

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 359/2026 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL TRANSFERÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 359/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Transferência e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4421/2025 de 16/12/2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Transferência, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$42.990,00 (quarenta e dois mil e novecentos e noventa reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06		SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
06.004		FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO	
06.004.23.695.0012.2.108		FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO - FUMTUR	
590 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	4.990,00
10		SECRETARIA DA CULTURA, ESPORTE E LAZER	
10.001		FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER – FMEL DE MANDAGUARI	
10.001.27.243.0034.6.186		MANTER AS AÇÕES ESPORTIVAS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
964 - 3.3.90.14.00.00	000	DIARIAS - CIVIL	5.000,00
968 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	20.000,00
971 - 3.3.90.48.00.00	000	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	13.000,00
Total Suplementação:			42.990,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servirá como recurso de Anulação de dotações, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso III da Lei Federal 4.320/64:

Redução			
06		SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MEIO AMBIENTE E	
06.004		FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO	
06.004.23.695.0012.2.108		FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO - FUMTUR	
592 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.990,00
10		SECRETARIA DA CULTURA, ESPORTE E LAZER	
10.001		FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER – FMEL DE MANDAGUARI	
10.001.27.243.0034.6.186		MANTER AS AÇÕES ESPORTIVAS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
973 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	38.000,00
Total Redução:			42.990,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo segundo dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis (22/07/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:EFD38832

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 360/2026 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 360/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Mandaguari, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4421/2025 de 16/12/2025.

Decreta:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$9.990,00 (nove mil e novecentos e noventa reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06		SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
06.004		FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO	
06.004.23.695.0012.2.108		FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO - FUMTUR	
590 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	9.990,00
Total Suplementação:			9.990,00

Art. 2° Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Anulação de dotações, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso III da Lei Federal 4.320/64:

Redução			
06		SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MEIO AMBIENTE E	
06.004		FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO	
06.004.23.695.0012.2.108		FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO - FUMTUR	
588 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	9.990,00
Total Redução:			9.990,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo segundo dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis (22/07/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:E7C048EF

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 4534/2026 - DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA, E NORMAS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA A SEREM EXECUTADAS PELO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Lei Ordinária Nº 4534/2026

Ementa: Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária, e normas de execução financeira a serem executadas pelo Município de Mandaguari, no exercício de 2027, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, aprovou e eu, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte

LEI:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, relativo ao exercício de 2027, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, em cumprimento ao disposto no § 2° do artigo 165 da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, Lei Complementar n°101, de 04 de maio de 2000 e Lei Orgânica do Município de Mandaguari compreendendo:
I- Riscos Fiscais;
II- Metas Fiscais;
III- Memórias e Metodologias de Cálculo das Metas Fiscais;
IV- Prioridades do Executivo, Legislativo e FAFIMAN;
V- Estrutura dos Orçamentos;
VI- Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
VII- Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
VIII- Disposições Sobre Despesas com Pessoal;
IX- Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária do Município;
X- Disposições Gerais.

CAPÍTULO II
DOS RISCOS FISCAIS

Art. 2º Em cumprimento ao estabelecido no § 3º do artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, o Anexo de Riscos Fiscais é identificado através do Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, integrante desta Lei, em conformidade Portarias 699, de 07 de julho de 2023 – STN/MF e 989 de 14 de junho de 2025.

CAPÍTULO III
DAS METAS FISCAIS

Art. 3º Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício de 2027, estão identificados nos Demonstrativos em anexos desta Lei, em conformidade com a Portaria 699, de 07 de julho de 2023 - STN /MF e 989 de 14 de junho de 2024.

Art. 4º A Lei Orçamentária Anual abrangerá os Poderes Executivo, Legislativo Municipais e a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari – FAFIMAN.

Art. 5º Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 3º desta Lei constituem-se dos seguintes:
I- Metas Anuais;
II- Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
III- Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
IV- Evolução do Patrimônio Líquido;
V- Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
VI- Estimativa e Compensação da Renúncia da Receita;
VII- Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.
VIII- Demonstrativo de Obras em Andamento, em atendimento ao art. 45, parágrafo único da Lei 101/2000.

CAPÍTULO IV
MEMÓRIA E METODOLOGIAS DE CÁLCULOS DE METAS FISCAIS

Art. 6º O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e

metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional, os quais estão identificados nos anexos I, II e III desta Lei.

CAPÍTULO V
DAS PRIORIDADES MUNICIPAIS

Art. 7º As prioridades e metas dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais e a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari - FAFIMAN, para o exercício financeiro de 2027, devidamente constituídas em programas/ações, físicas/financeiras, serão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2026 a 2029, as quais integrarão a Lei Orçamentária para 2027, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.
§ 1º - Os recursos projetados na Lei Orçamentária para 2027 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.
§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2027, as Entidades citadas no Art. 4º desta Lei, poderão aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa fixada à receita projetada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.
§ 3º Fica o Poder Executivo e a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Mandaguari - FAFIMAN, autorizados, mediante ato de decreto, efetuar alterações para fins de compatibilização orçamentária diante dos ajustes de recursos financeiros alocados e decorrentes da abertura de créditos adicionais regularmente autorizados pelo Legislativo Municipal.

CAPÍTULO VI
DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 8º O orçamento para o exercício financeiro de 2027 abrangerá os Poderes Executivo, Legislativo Municipal e a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari- FAFIMAN, o qual será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Pública Municipal.

Art. 9º A Lei Orçamentária para 2027 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos instituídos, desdobradas as despesas por função, sub função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores.

Art. 10. A Lei Orçamentária indicará as fontes de recursos regulamentadas pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, podendo o Município incluir outras fontes para atender as suas peculiaridades.
§ 1º O Poder Executivo poderá desdobrar as fontes de recursos indicadas, quando da execução orçamentária.
§ 2º Na execução do orçamento fiscal, o executivo poderá incluir novas fontes de recursos, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas na Lei Orçamentária para 2027.

Art. 11. A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22 da Lei Federal nº. 4.320/1964, conterá:
I- Mensagem;
II- Projeto de Lei Orçamentária;
III- Tabelas explicativas das receitas e despesas.

Art. 12. Integrará a Lei Orçamentária Anual:
I- Sumário Geral da Receita por Fontes e das Despesas por funções de governo;
II- Sumário geral da receita e despesa, por categorias econômicas;
III- Sumário da receita por fontes;
Quadro das dotações por órgãos do governo e da administração

CAPÍTULO VII
DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 13. O Orçamento para exercício de 2027 obedecerá, entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo Municipais e a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari – FAFIMAN. (art. 1º, § 1º, art. 4º, I, “a” e art. 48 LRF).

Art. 14. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2027 deverão observar as normas técnicas e legais, considerar os efeitos das alterações na legislação, os incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Art. 15. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Executivo, Legislativo Municipais e a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari – FAFIMAN de forma proporcional as suas dotações e observada as fontes de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):
I- Projetos ou atividades não vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias e operações de créditos;
II- Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III- Dotação para equipamentos; e
IV- Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.
Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 16. O Orçamento para o exercício de 2027 destinará recurso para a Reserva de Contingência de no máximo 1,00% das Receitas Correntes Líquidas previstas para o exercício de 2027 (art. 5º, III da LRF).
§ 1º O recurso da Reserva de Contingência será destinado ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo, se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º e alterações posteriores, e art. 5º III, “b” da LRF.
§ 2º O recurso da Reserva de Contingência destinado a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de outubro de 2027, poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 17. Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão. (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 18. O Poder Executivo Municipal, e a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari – FAFIMAN estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal de desembolso para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 19. Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2027 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados os recursos se garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 20. A renúncia de receita estimada para o exercício de 2027, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 21. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de saúde e cooperação técnica, e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Art. 22. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.
Parágrafo único. Para efeito do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites estipulados nos incisos I e II do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Art. 23. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 24. Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Pública Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 25. O Poder Executivo Municipal e a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari– FAFIMAN ficam autorizados a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do total da despesa fixada na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2027, de cada entidade acima mencionada, nos termos previstos no artigo 43, § 1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 26. O Poder Executivo Municipal e a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari- FAFIMAN ficam autorizados a proceder por Decreto à inclusão nos elementos de despesas constantes da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2027, das receitas não utilizadas do exercício de 2026 a título de Superávit Financeiro de Recursos Vinculados e/ou de Recursos Livres, nos termos previstos no artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite de 30% do superávit apurado para o exercício.

Art. 27. O Poder Executivo Municipal e a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari – FAFIMAN ficam autorizados a proceder por Decreto, à suplementação de dotações orçamentárias pelo Excesso de Arrecadação efetivo ou tendência do exercício financeiro de 2027, sobre a previsão orçamentária original das receitas de fontes de recursos vinculados e/ou de fontes de recursos livres, nos termos previstos no artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite de 30% do total do excesso ou tendência a ser apurado para o exercício.

Art. 28. O Poder Executivo Municipal e a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari - FAFIMAN ficam autorizados a Transpor, remanejar, e Transferir nas respectivas categorias econômicas, os grupos de natureza de despesa correspondente a outras despesas correntes e investimentos em cada órgão orçamentário, referente à Lei Orçamentária de 2027, nos termos previstos no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, Instrução nº 233/2008 – DCM e no Acórdão nº 768/08 – Tribunal Pleno – TCE PR.
§ 1º Entende-se por Transposição a realocação de recursos entre programas de trabalho, dentro de um mesmo órgão;
§ 2º Entende-se por Remanejamento a realocação de recursos entre órgãos, independente da categoria econômica da despesa.
§ 3º Entende-se por Transferência a realocação de recursos entre categorias econômicas da despesa, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

Art. 29. O Poder Executivo Municipal e a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari – FAFIMAN ficam autorizados a proceder à redistribuição das dotações do grupo de natureza de despesa correspondente a pessoal e encargos sociais, em cada unidade orçamentária ou de uma para outra unidade, referente à Lei Orçamentária de 2027, nos termos previstos no artigo 43, § 1º, inciso III, e artigo 66 § único, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 30. O Poder Executivo Municipal e a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari- FAFIMAN ficam autorizados a proceder à suplementação das dotações destinadas aos programas com encargos especiais, correspondentes a encargos com ressarcimento de convênios, referente à Lei Orçamentária de 2027, nos termos previstos no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 31. As suplementações, os remanejamentos, e a redistribuição de dotações contidas nos artigos 28 a 30, não serão computados para os efeitos do limite estabelecido no art. 25 desta Lei.

Art. 32. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº. 163/2001 e alterações posteriores.

Art. 33. Durante a execução orçamentária de 2027, o Poder Executivo Municipal, e a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari– FAFIMAN, autorizado por lei, poderão incluir novos projetos, atividades ou operações especiais, programas no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2027 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 34. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Art. 35. Caso os valores previstos nesta lei, se apresentarem defasados na ocasião da elaboração da proposta orçamentária, serão reajustados aos valores reais, compatibilizando a receita orçada com a despesa autorizada.

Art. 36. Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a proceder a abertura de seus créditos adicionais suplementares através de decreto do Poder Executivo Municipal até o limite de 10% (dez por cento) estabelecido nesta Lei, servindo como recurso para tais suplementações somente o cancelamento de dotações de seu próprio orçamento.
§ 1º O Poder Legislativo Municipal solicitará a edição de decreto mediante encaminhamento de correspondência ao Poder Executivo encaminhando minuta de ato que deverá conter a descrição das rubricas orçamentárias e valores a serem suplementados, além da indicação das rubricas e valores que serão cancelados, acompanhados de breve justificativa sobre a alteração pretendida, especificada por natureza de despesa.
§ 2º O Poder Executivo Municipal disporá do prazo de até 03 (três) dias úteis para edição do decreto caso não haja questionamento acerca de possíveis inconsistências na redação da minuta, o que deverá ser feito no mesmo período, sob pena de impedir o funcionamento regular da Câmara de Vereadores de Mandaguari.
§ 3º Sendo necessária a substituição da minuta apresentada nos termos do § 1º deste artigo, o prazo previsto no § 2º se inicia novamente para todos os fins".

Art. 37. O Poder Executivo Municipal, poderá repassar, na forma de interferência financeira/Transferência Financeira, em caso de extrema necessidade e finalidade específica à Fundação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari- FAFIMAN, para aportes financeiros, a fim de suprir deficiências de caixa, conforme Portaria STN 339 de 2001.

CAPÍTULO VIII
DO REGIME DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DAS PROGRAMAÇÕES INCLUÍDAS POR EMENDAS INDIVIDUAIS

Art. 38. O regime de aprovação e execução das programações incluídas por emendas individuais ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de que trata o art. 105 -A da Lei Orgânica do Município de Mandaguari atenderá ao disposto nesta Seção.

Art. 39. Para fins do atendimento ao disposto nesta Seção, o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027 conterá, no Programa Reservas, a Reserva Parlamentar referente à dotação orçamentária específica para o atendimento das programações incluídas por emendas individuais.
§ 1° O valor da dotação orçamentária referida no caput deste artigo será referente a 1,55% (uma vírgula cinquenta e cinco por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, devendo a metade desse percentual ser destinada a ações e serviços públicos de saúde.
§ 2° A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previstos no parágrafo anterior, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do inciso III, do § 2º do art. 198 da Constituição Federal, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais.
§ 3° Considera-se execução equitativa das programações que atenda de forma igualitária e impessoal as emendas apresentadas, independentemente da autoria.
§ 4º O valor do limite para apresentação das emendas individuais por autor será obtido a partir da divisão do montante estabelecido no caput pelo número máximo de vereadores, admitido pela Constituição Federal.

Art. 40. Não será obrigatória a execução orçamentária e financeira da emenda individual que esteja em desacordo ao disposto nos § 9º e 10 do art. 166, da Constituição Federal ou aos critérios estabelecidos na Lei Orgânica Municipal.
§ 1º Os casos de impedimentos de ordem técnica que trata este artigo serão comunicados formalmente pelo Poder Executivo, observado o disposto no § 14 do art. 166, da Constituição Federal.
§ 2º O reconhecimento do impedimento técnico deverá conter descrição clara e objetiva das razões que impedem a execução da emenda, bem como a indicação dos elementos que podem ser corrigidos, quando houver.
§ 3º Reconhecido impedimento técnico passível de correção, a Administração deverá oportunizar o saneamento à entidade beneficiária, mediante notificação formal, conforme prazos definidos por ato normativo próprio do chefe do executivo.
§ 4º O Executivo Municipal terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 1º de janeiro, para apresentação dos impedimentos de ordem técnica.
§ 5º Após a apresentação dos impedimentos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Legislativo terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise e devolução ao Executivo Municipal.
§ 6º As dotações orçamentárias relativas às emendas individuais, que permanecerem com impedimento técnico, poderão ser utilizadas como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 41. A despesa decorrente das emendas individuais deve guardar correspondência com o interesse público da ação pretendida e o princípio da impessoalidade.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 42. A administração da dívida pública municipal tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o tesouro municipal.
§1º - Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para pagamentos das dívidas.
§2º - O Município subordinar-se-á às normas estabelecidas em Resolução do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no artigo 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 43. A Lei Orçamentária de 2027 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento segundo disposições através de Resoluções do Senado Federal e (art. 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 44. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 45. Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1°, II da LRF).

Art. 46. O valor da dotação destinada ao pagamento de precatórios será informado pela Procuradoria Geral do Município ao Setor de Contabilidade, observada a determinação do art. 100, da Constituição Federal.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 47. Os Poderes Executivo e Legislativo Municipais e a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari – FAFIMAN, mediante lei autorizativa, poderão em 2027, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF e art. 169, § 1º, II da Constituição Federal.
Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2027.Caso as dotações da Lei Orçamentária sejam insuficientes, serão objeto de crédito suplementar a ser aberto no exercício de 2027.

Art. 48. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF, e art. 22, parágrafo único, V da LRF.

Art. 49. O Executivo Municipal, o Legislativo Municipal e Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari – FAFIMAN, adotarão as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):
I- Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
II- Eliminação das despesas com horas-extras;
III- Eliminação de vantagens concedidas a servidores;
IV- Demissão de servidores admitidos em caráter temporário e não estáveis

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 50. O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 51. Os tributos municipais poderão sofrer alterações em decorrência de mudanças na legislação nacional sobre a matéria.

Art. 52. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 53. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento

da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

Art. 54. As taxas de polícia administrativa deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

Art. 55. O IPTU - Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana poderá ter descontos do valor lançado, para pagamento à vista.

Art. 56. As fontes de receitas municipais serão objeto de revisão e atualização, para adequação a fatores de ordem conjuntural e social que impliquem na captação de recursos (art. 11 da LRF).
Parágrafo Único – Caberá à Administração, obedecendo ao disposto no artigo 11 da LRF:
I - A atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
II - A expansão do número de contribuintes com a desburocratização para abertura de empresas e regularização/inserção dos comerciantes e prestadores de serviço que atuam na informalidade;
III - A atualização do cadastro mobiliário fiscal
IV - Implantação de ferramentas gerenciais informatizadas para acompanhamento/incremento e melhoria de arrecadação dos tributos municipais;
V - Revisão geral para regularização e atualização da PGV – Planta Genérica de Valores;
VI - Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada, com identificação dos Credores no encerramento do último semestre (Princípio da Transparência, art. 48 da LRF).

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 57. O Poder Executivo Municipal e a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari – FAFIMAN enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido pela Lei Orgânica Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.
§1º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o término do exercício financeiro de 2026, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma de 1/12 avos do orçamento proposto inicialmente pelo Poder Executivo multiplicados pelo número de meses decorridos no exercício até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.
§ 2º Considerar-se-á executada a proposta orçamentária na liquidação da despesa.
§ 3º O Executivo Municipal efetuará o monitoramento e revisão do PPA- Plano Plurianual, conforme Manual de Elaboração, Monitoramento e Revisão do PPA do Município de Mandaguari.

Art. 58. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 59. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 60. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual, e através de seus órgãos da administração direta e Entidades Públicas, para realização de obras ou serviços de competência do Município.

Art. 61 - Fica o Poder Executivo autorizado a efetivar premiação em espécie ou bens por ocasião de realização de eventos no Município, obedecendo o cronograma de eventos previsto em Lei.

Art. 62. A Lei Orçamentária Anual poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por intermédio de consórcios públicos, conforme regulamentação fixada por Lei Federal.

Art. 63. A Administração Pública Municipal poderá destinar recursos para atender despesas com a aquisição de materiais de distribuição gratuita, tais como: uniformes, kits escolares, kits de higiene, medicamentos, fraldas, oxigênios, vale transporte, cestas básicas, e outros benefícios que possam ser distribuídos gratuitamente.

Art. 64. Somente serão inscritos em Restos a Pagar, as despesas empenhadas ou efetivamente liquidadas até 31 de dezembro, se ocorrer o saldo de disponibilidade financeira para saldá-las, distinguindo-se as processadas das não processadas, sendo despesas processadas aquelas liquidadas e não pagas, e despesas não processadas aquelas empenhadas e não liquidadas.
§ 1° Os Restos a Pagar não Processados serão inscritos, por solicitação fundamentada pelo ordenador da despesa de cada órgão, entidade ou unidade orçamentária, até o limite das disponibilidades de caixa apuradas no encerramento do exercício, por fonte de recursos, obedecida a ordem cronológica dos empenhos correspondentes.
§2° As despesas liquidadas deverão ser pagas, preferencialmente, até o último dia útil do ano financeiro.
§ 3° As despesas inscritas em Restos a Pagar não Processados que não forem liquidadas até 30 de junho terão os saldos remanescentes de empenhos cancelados no dia 1º de julho, observado o cumprimento dos limites constitucionais e legais.
§ 4° A despesa inscrita em restos a pagar que não for executada dentro do prazo definido no § 3° deste artigo, e de comprovada necessidade de liquidação em data posterior a 30 de junho, deverá encaminhar a Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Gestão, pelo ordenador da respectiva despesa justificativa até o dia 15 de junho, com a previsão atualizada de liquidação da despesa.

Art. 65. Para o exercício de 2027, autoriza a utilização do superávit financeiro das fontes de recursos dos fundos públicos do Poder Executivo, apurados ao final do exercício de 2026, que poderá ser destinado à amortização da dívida pública do respectivo ente e ao pagamento de que trata o § 12 do art. 198 da Constituição Federal, nos exercícios de 2023 a 2027 , conforme previsto no caput do art. 5º da Emenda Constitucional Federal nº 127, de 22 de dezembro de 2022.
§ 1º Se o ente não tiver dívida pública a amortizar, o superávit financeiro das fontes de recursos dos fundos públicos do Poder Executivo será de livre aplicação, conforme previsto no § 1º do art. 5º da Emenda Constitucional Federal nº 127, de 2022.
§ 2º Não se aplica o disposto no caput deste artigo, conforme previsto no § 2º do art. 5º da Emenda Constitucional Federal nº 127, de 22 de dezembro de 2022:
I – aos fundos públicos de fomento e desenvolvimento regionais, operados por instituição financeira de caráter regional;
II – aos fundos ressalvados no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 66 - As emendas ao Projeto de Lei do orçamento anual só serão admitidas, desde que (art. 166, § 3º CF88):
I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com esta lei;
II - Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre;
Dotações para pessoal e seus encargos
Serviços da dívida;
Transferências da União, convênios, operações de crédito, contratos, acordos, ajustes e instrumentos similares, desde que vinculados a programações específicas;
Despesas referentes a vinculações constitucionais;
III – Sejam relacionadas:
a) À correção de erros ou omissões; ou
b) Aos dispositivos do texto do Projeto de Lei.

Art. 67. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 68. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo segundo dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis (22/07/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Anexo disponível através do link:
https://pdf.ac/dYYy-UiH_

https://pdf.ac/LxHXQe7iC

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:74C48532

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 4537/2026 - INSTITUI A CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO TRÂNSITO E ESTABELECE MEDIDAS PARA A CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E PREVENÇÃO DE PRÁTICAS DISCRIMINATÓRIAS.

Lei Ordinária Nº 4537/2026

Ementa: Institui a campanha de combate à violência contra a mulher no trânsito e estabelece medidas para a conscientização da população e prevenção de práticas discriminatórias.

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, aprovou e eu, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica instituída a campanha de combate à violência contra a mulher no trânsito, visando à conscientização da população sobre a importância do respeito às mulheres no trânsito e à prevenção de situações de violência.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se violência contra a mulher no trânsito toda ação de agressão, física ou psicológica, perpetrada contra a mulher no contexto do trânsito, incluindo o assédio e outras práticas discriminatórias.

Art. 3º O Poder Público Municipal promoverá ações educativas em escolas, universidades e locais de grande circulação de pessoas, com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância do respeito à mulher no trânsito e prevenir a violência contra elas.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo segundo dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis (22/07/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:60063940

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 4538/2026 - DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS CONECTADOS À INTERNET PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE SATISFAÇÃO EM TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Lei Ordinária Nº 4538/2026

Ementa: Dispõe sobre a instalação de equipamentos eletrônicos conectados à internet para a realização de pesquisa de satisfação em todas as unidades de saúde públicas no Município de Mandaguari-PR e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, aprovou e eu, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º A Gestão Municipal promoverá a instalação de equipamentos eletrônicos conectados à internet para a realização de pesquisa de satisfação em todas as unidades da rede pública de saúde do Município de Mandaguari.

Art. 2º A pesquisa de satisfação será facultativa, individual e realizada por meio de autoatendimento em totens disponibilizados nas saídas das salas de espera, na recepção ou no saguão de entrada do estabelecimento de saúde.
§ 1º A pesquisa tem o objetivo de coletar informação acerca do grau de satisfação do usuário quanto ao atendimento e serviços prestados, imediatamente após sua conclusão, ou, ainda, de registrar desistência com relação ao atendimento, caso ocorra.
§ 2º As instruções de uso, que deverão ser claras e concisas, ficarão fixadas nos totens.
§ 3º Fica vedado:
I - realizar a pesquisa múltiplas vezes para um mesmo atendimento;
II - o preenchimento da pesquisa de satisfação por funcionários terceirizados das unidades de saúde do Município.

Art. 3º A pesquisa de satisfação deverá coletar, no mínimo, os seguintes dados:
I - data e horário do início do atendimento;
II - recepção e acolhimento, devendo ser informado:
a) o horário aproximado do atendimento;
b) o grau de satisfação do usuário em relação à equipe de atendimento, em uma escala de nota 1 (um), referente a péssimo, a 5 (cinco), referente a ótimo;
III - se realizada a triagem do usuário, deverá ser informado:
a) o horário aproximado do atendimento na triagem;
b) o grau de satisfação do usuário em relação à equipe de triagem, em uma escala de nota 1 (um), referente a péssimo, a 5 (cinco), referente a ótimo;
IV - se ocorrido o atendimento do usuário por profissional médico, deverá ser informado:
a) o horário aproximado do atendimento;
b) o grau de satisfação do usuário em relação ao profissional médico, em uma escala de nota 1 (um), referente a péssimo, a 5 (cinco), referente a ótimo;
V – o grau de satisfação do usuário em relação ao estabelecimento de saúde em que está ocorrendo o atendimento, de forma geral, em uma escala de nota 1 (um), referente a péssimo, a 5 (cinco), referente a ótimo.
Parágrafo único. É vedada a coleta de dados pessoais, tais como nome, telefone, email, endereço ou qualquer outro dado pessoal sensível ou que permita a identificação do usuário na pesquisa de satisfação.

Art. 4º Os dados obtidos por meio das pesquisas de satisfação devem ser automaticamente e imediatamente transferidos via equipamento eletrônico, por meio digital, através da internet, e armazenados em servidor, de modo a permitir o acompanhamento dos índices de satisfação, em tempo real, pela Secretaria Municipal de Saúde.
§ 1º É vedada a manipulação, a edição, a adição ou a deleção de quaisquer dados da pesquisa, exceto em casos comprovados de invasão ao sistema ou ao servidor.
§ 2º Os dados com o grau de satisfação provenientes das pesquisas serão públicos e deverão ser disponibilizados à população quando solicitados, observado, em qualquer hipótese, o sigilo de informações sensíveis, bem como entre médico e paciente.

Art. 5º Imediatamente após a realização da pesquisa de satisfação, o sistema eletrônico deverá fornecer, na tela, as seguintes informações para o usuário:
I – se a pesquisa foi devidamente registrada no servidor;
II – o telefone e o e-mail da ouvidoria competente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo segundo dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis (22/07/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:0A2E58B2

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 003/2026 - APROVA AS MANIFESTAÇÕES DAS CÂMARAS TÉCNICAS REFERENTES AOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 4622/2026 E Nº 3769/2026 E ESTABELECE EXIGÊNCIAS PARA A REVISÃO DOS RESPECTIVOS PROJETOS E ESTUDOS DE IMPACTO DE VIZINHANÇA.

RESOLUÇÃO Nº 003/2026

Aprova as manifestações das Câmaras Técnicas referentes aos Processos Administrativos nº 4622/2026 e nº 3769/2026 e estabelece exigências para a revisão dos respectivos projetos e Estudos de Impacto de Vizinhança.

O **CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE MANDAGUARI**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em conformidade com a Lei Ordinária Municipal nº 3.951/2023, com o Regimento Interno do Conselho Municipal da Cidade de Mandaguari e demais disposições legais aplicáveis;

Considerando as manifestações emitidas pelas Câmaras Técnicas de Habitação, de Transporte e Mobilidade Urbana e de Planejamento e Gestão do Solo Urbano, Saneamento e Meio Ambiente, referentes aos Processos Administrativos nº 4622/2026 e nº 3769/2026;

Considerando que os pareceres das Câmaras Técnicas foram apreciados e aprovados pelo Plenário do Conselho Municipal da Cidade na reunião realizada em 16 de julho de 2026;

Considerando que a continuidade da análise dos processos ficou condicionada à revisão e à complementação dos projetos, dos Estudos de Impacto de Vizinhança e da documentação apresentada, nos termos das exigências deliberadas pelo Plenário.

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º Ficam aprovadas as manifestações emitidas pelas Câmaras Técnicas do Conselho Municipal da Cidade referentes aos Processos Administrativos nº 4622/2026 e nº 3769/2026, com as adequações, ressalvas e esclarecimentos deliberados pelo Plenário.

Artigo 2º A aprovação dos pareceres técnicos não importa aprovação definitiva dos Estudos de Impacto de Vizinhança ou dos respectivos empreendimentos, ficando a continuidade da análise condicionada ao atendimento das exigências e complementações estabelecidas nesta Resolução.

Parágrafo único. Após a apresentação das correções, os processos deverão ser novamente submetidos à análise das Câmaras Técnicas competentes e, posteriormente, à deliberação do Plenário do Conselho Municipal da Cidade.

Artigo 3º Os Estudos de Impacto de Vizinhança deverão contemplar, de forma integrada, os impactos decorrentes da execução da obra, da implantação e utilização da edificação e do funcionamento da atividade, não podendo restringir-se a uma etapa isolada do empreendimento.

Parágrafo único. As soluções, características operacionais e medidas preventivas, mitigadoras ou compensatórias apresentadas pelos interessados deverão constar expressamente dos respectivos Estudos de Impacto de Vizinhança, acompanhadas da correspondente fundamentação e demonstração técnica, não sendo suficiente sua apresentação exclusivamente mediante esclarecimentos orais.

CAPÍTULO II
MANIFESTAÇÃO TÉCNICA DA CÂMARA TÉCNICA DE HABITAÇÃO

Artigo 4º Fica aprovada e incorporada à presente Resolução a manifestação emitida pela Câmara Técnica de Habitação relativamente aos Processos Administrativos nº 3769/2026 e nº 4622/2026, observadas as exigências, complementações e adequações estabelecidas neste Capítulo.

§1º As soluções técnicas adotadas deverão constar expressamente do respectivo Estudo de Impacto de Vizinhança e, quando relacionadas à configuração física da edificação, deverão ser igualmente representadas no projeto arquitetônico.

§2º O atendimento das exigências deverá ser demonstrado, conforme a natureza de cada medida, mediante memorial descritivo, peças gráficas, notas técnicas, memoriais de cálculo ou outros elementos suficientes à sua adequada compreensão e verificação.

§3º O Estudo de Impacto de Vizinhança deverá analisar, de maneira integrada, os impactos decorrentes da execução da obra, da implantação da edificação e do funcionamento da atividade, não podendo restringir-se a apenas uma dessas etapas.

SEÇÃO I
PROCESSO Nº 3769/2026
TEMPLO RELIGIOSO ASSEMBLEIA DE DEUS

Artigo 5º O projeto arquitetônico e o Estudo de Impacto de Vizinhança referentes ao Templo Religioso Assembleia de Deus deverão ser revistos e complementados para contemplar:

A identificação das fontes potenciais de emissão sonora decorrentes da realização dos cultos e das demais atividades desenvolvidas no imóvel;
A indicação das soluções construtivas e operacionais destinadas ao tratamento acústico e à contenção dos ruídos, de modo a evitar incômodos à vizinhança e assegurar o atendimento aos parâmetros aplicáveis;
A demonstração do dimensionamento das portas, rotas de saída e demais elementos destinados à evacuação da edificação, considerando a capacidade de ocupação prevista;
A indicação das medidas de prevenção e combate a incêndio pertinentes ao uso da edificação, sem prejuízo da análise e da aprovação pelos órgãos legalmente competentes;
A demonstração do dimensionamento e da suficiência das instalações sanitárias em relação à população prevista para o empreendimento;
A demonstração técnica de que as instalações sanitárias e as respectivas rotas de acesso atendem às normas de acessibilidade aplicáveis;
A análise dos possíveis impactos do funcionamento da atividade sobre o conforto, a segurança e a qualidade do ambiente residencial do entorno;
O levantamento das condições de iluminação pública existentes na área de influência, considerando a utilização do empreendimento no período noturno;
A indicação das medidas preventivas ou mitigadoras tecnicamente cabíveis para os impactos identificados.

§1º Todos os aspectos e soluções previstos neste artigo deverão constar expressamente do Estudo de Impacto de Vizinhança, acompanhados da fundamentação e da demonstração técnica correspondentes e, quando relacionados à configuração física da edificação, deverão ser igualmente representados no projeto arquitetônico e nos demais documentos técnicos pertinentes.

§2º A matriz de impactos e medidas deverá identificar expressamente:
As providências de responsabilidade do empreendedor;
As providências cuja execução compete ao Município ou a outros órgãos públicos;

As providências cuja necessidade ou forma de execução dependa de manifestação posterior do órgão competente.

§3º A análise das condições de segurança e de iluminação pública não transfere ao empreendedor a responsabilidade pela prestação dos respectivos serviços públicos, limitando-se à identificação dos impactos relacionados à implantação e ao funcionamento da atividade e das medidas mitigadoras tecnicamente pertinentes.

SEÇÃO II
PROCESSO Nº 4622/2026
SUPERMERCADO BOM DIA PARAÍSO

Artigo 6º O projeto arquitetônico e o Estudo de Impacto de Vizinhança referentes ao Supermercado Bom Dia Paraíso deverão ser revistos e complementados para contemplar:

Solução adicional de acessibilidade entre o estacionamento e o pavimento destinado à atividade comercial, assegurando percurso mais curto, seguro e funcional às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
A descrição completa do sistema de refrigeração, compreendendo a quantidade, a localização, a forma de instalação e fixação dos equipamentos e as demais características capazes de influenciar a emissão ou a propagação de ruídos;
A indicação das medidas construtivas e operacionais destinadas ao isolamento, à contenção ou à mitigação dos ruídos provenientes dos equipamentos de refrigeração, das máquinas e das demais fontes associadas ao funcionamento da atividade;
A demonstração das condições de evacuação do estabelecimento, incluindo o dimensionamento das portas, das rotas de saída e dos demais dispositivos de segurança pertinentes à capacidade de ocupação prevista;
A indicação do espaço destinado ao armazenamento temporário e ao manejo dos resíduos sólidos;
A descrição dos procedimentos de acondicionamento, separação, coleta e destinação dos resíduos produzidos pelo empreendimento;
A indicação das medidas destinadas a evitar a produção ou a propagação de odores e outros incômodos à vizinhança;
A avaliação da implantação de bicicletário compatível com o porte e a demanda do empreendimento, acompanhada de justificativa técnica quanto à solução adotada;
O levantamento das condições de iluminação pública existentes na área de influência, considerando o funcionamento do empreendimento no período noturno;
A análise dos possíveis impactos do empreendimento sobre a segurança do entorno, especialmente aqueles relacionados ao funcionamento noturno e à circulação de pessoas e veículos;
A indicação das medidas preventivas ou mitigadoras tecnicamente cabíveis para os impactos identificados.

§1º A solução adicional de acessibilidade prevista no inciso I poderá consistir em:

Elevador acessível;
Plataforma elevatória; ou
Implantação de ao menos uma vaga acessível no mesmo nível da loja, desde que assegurada rota acessível contínua, segura e funcional entre a vaga e a entrada do estabelecimento.

§2º A rampa constante do projeto poderá integrar a rota acessível do empreendimento, mas não será considerada, isoladamente, suficiente para o atendimento do inciso I, em razão da extensão aproximada de cinquenta metros do percurso entre o estacionamento e a área interna da loja.

§3º A solução de acessibilidade adotada deverá ser representada no projeto arquitetônico e devidamente fundamentada no Estudo de Impacto de Vizinhança, demonstrando sua adequação ao uso cotidiano por clientes e funcionários com deficiência ou mobilidade reduzida.

§4º As características técnicas do sistema de refrigeração e as medidas destinadas à contenção dos ruídos deverão constar expressamente do Estudo de Impacto de Vizinhança, não sendo suficiente sua apresentação exclusivamente mediante esclarecimentos orais.

§5º A logística de armazenamento, coleta e destinação dos resíduos deverá ser descrita de forma completa no Estudo de Impacto de Vizinhança e compatibilizada com o projeto arquitetônico.

§6º A matriz de impactos e medidas deverá distinguir as providências de responsabilidade do empreendedor daquelas cujas execuções compete ao Município ou a outros órgãos públicos.

§7º A análise das condições de segurança e de iluminação pública não transfere ao empreendedor a responsabilidade pela prestação dos respectivos serviços públicos, limitando-se à identificação dos impactos decorrentes da implantação e do funcionamento do empreendimento e das medidas mitigadoras pertinentes.

CAPÍTULO III
MANIFESTAÇÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

Artigo 7º Fica aprovada e incorporada à presente Resolução a manifestação emitida pela Câmara Técnica de Transporte e Mobilidade Urbana relativamente aos Processos Administrativos nº 3769/2026 e nº 4622/2026, devendo os aspectos indicados neste Capítulo ser integralmente contemplados e tecnicamente fundamentados nos respectivos Estudos de Impacto de Vizinhança.

§1º Os apontamentos coincidentes com exigências já disciplinadas no Capítulo anterior não serão reiterados neste Capítulo, permanecendo integralmente aplicáveis nos termos dos respectivos dispositivos, sem prejuízo da aprovação da manifestação da Câmara Técnica de Transporte e Mobilidade Urbana.

§2º Quando a manifestação desta Câmara acrescentar elementos técnicos específicos a matéria já abordada anteriormente, as exigências previstas neste Capítulo serão aplicadas de forma complementar e cumulativa.

SEÇÃO I
PROCESSO Nº 3769/2026
TEMPLO RELIGIOSO ASSEMBLEIA DE DEUS

Artigo 8º O projeto arquitetônico e o Estudo de Impacto de Vizinhança referentes ao Templo Religioso Assembleia de Deus deverão ser revistos e complementados, no âmbito da mobilidade urbana, para contemplar:

A identificação e a sinalização dos acessos destinados a pedestres, veículos e demais usuários;
A análise da demanda de estacionamento gerada pela atividade, considerando a capacidade de público prevista, os horários de realização dos cultos, os períodos de maior movimentação, o número de vagas existentes no lote e o potencial incremento da utilização das vias públicas para estacionamento;
A avaliação da capacidade das vias locais do entorno para absorver a circulação e a demanda de estacionamento decorrentes do funcionamento da atividade, sem prejuízo à fluidez do tráfego e à segurança viária;
A avaliação das condições de visibilidade na interseção das Ruas Bruno Stábile e Ignácio J. de Carvalho;
A avaliação da necessidade de restrições de estacionamento ou de outras medidas de ordenamento viário nas proximidades da interseção;
A caracterização das condições de acessibilidade e caminhabilidade do entorno imediato, especialmente quanto à continuidade e às condições das calçadas, à existência de rampas e às condições de travessia de pedestres;
A consideração das necessidades de deslocamento das pessoas idosas, das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e dos demais usuários do empreendimento.

§1º A inexistência de obrigatoriedade legal expressa de disponibilização de vagas de estacionamento para a atividade não

afasta a necessidade de avaliação dos impactos efetivamente produzidos sobre o sistema viário e o entorno.

§2º O resultado da análise prevista neste artigo subsidiará a definição das medidas mitigadoras eventualmente necessárias, podendo ou não justificar a exigência de vagas adicionais, restrições de estacionamento, sinalização viária ou outras providências relacionadas à circulação e à segurança viária.

§3º As adequações que forem consideradas necessárias deverão ser tecnicamente justificadas e, quando relacionadas à configuração física do empreendimento, incorporadas ao respectivo projeto.

SEÇÃO II
PROCESSO Nº 4622/2026
SUPERMERCADO BOM DIA PARAÍSO

Artigo 9º O projeto arquitetônico e o Estudo de Impacto de Vizinhança referentes ao Supermercado Bom Dia Paraíso deverão ser revistos e complementados, no âmbito da mobilidade urbana, para contemplar:

A revisão e a justificativa dos parâmetros utilizados para a estimativa da densidade populacional da Área de Influência Direta, de forma compatível com a ocupação efetivamente observada na região;
A identificação e a sinalização dos acessos destinados a pedestres, veículos, motocicletas, operações de carga e descarga e demais usuários;
A avaliação das condições do transporte coletivo nas proximidades do empreendimento, incluindo:

a possibilidade de adequação ou ampliação do abrigo de passageiros existente;
a implantação de rota acessível entre o empreendimento e o ponto de parada;
a compatibilidade entre a localização dos acessos veiculares e o ponto de transporte coletivo, de modo a prevenir conflitos entre ônibus, pedestres e veículos particulares;

A avaliação das medidas necessárias à organização da circulação e ao disciplinamento dos movimentos veiculares no entorno, considerando o aumento de fluxo decorrente do funcionamento do empreendimento;
A apresentação de proposta de sinalização vertical e horizontal para a interseção da Rua Dr. Alcir Castelo Branco com a Rua Manoel Antunes Pereira, considerando sua configuração geométrica;
A revisão das informações constantes do Estudo de Impacto de Vizinhança acerca da infraestrutura cicloviária existente nas proximidades da Rua Luiz Trintinalha e da Avenida dos Pioneiros;
A apresentação das cotas e das dimensões das vagas de estacionamento projetadas, especialmente daquelas situadas junto a pilares ou outros elementos estruturais;
A apresentação de justificativa técnica para o quantitativo e a localização das vagas destinadas a motocicletas;
A avaliação da compatibilidade entre a extensão das guias rebaixadas, a configuração dos acessos e as áreas operacionais necessárias às manobras de veículos;
A representação dos pisos táteis, das rotas acessíveis e dos demais elementos de acessibilidade relacionados à circulação interna e aos acessos do empreendimento, complementando a solução adicional de acessibilidade disciplinada no artigo 6º desta Resolução;
A estimativa quantitativa da geração de viagens veiculares nos horários de maior movimentação, considerando o porte do empreendimento, a população estimada e os períodos de concentração das viagens;
A demonstração da capacidade operacional dos acessos ao estacionamento, incluindo a análise da possível formação de filas e da necessidade de área de acumulação interna de veículos;
A apresentação de estudo das operações de carga e descarga, demonstrando que as manobras dos veículos poderão ocorrer integralmente dentro dos limites do lote, sem utilização da via pública para manobras de reversão, espera ou permanência operacional.

§1º Quando as medidas propostas envolverem intervenção em ponto de transporte coletivo, sinalização viária, passeio público ou outra infraestrutura situada fora dos limites do imóvel, deverão ser identificados o órgão competente e a responsabilidade pela respectiva análise, autorização e execução, observada a distinção de responsabilidades já estabelecida nesta Resolução.

§2º A indicação de uma intervenção como tecnicamente recomendável não importa atribuição automática de sua execução ao empreendedor, devendo o Estudo de Impacto de Vizinhança demonstrar a relação entre a medida proposta e os impactos efetivamente produzidos pelo empreendimento.

CAPÍTULO IV
MANIFESTAÇÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO SOLO URBANO, SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE

Artigo 10. Fica aprovada e incorporada à presente Resolução a manifestação emitida pela Câmara Técnica de Planejamento e Gestão do Solo Urbano, Saneamento e Meio Ambiente relativamente aos Processos Administrativos nº 3769/2026 e nº 4622/2026, devendo os aspectos adicionais estabelecidos neste Capítulo ser integralmente contemplados e tecnicamente fundamentados nos respectivos Estudos de Impacto de Vizinhança, projetos e documentos pertinentes.

§1º Os apontamentos coincidentes com exigências já disciplinadas nos Capítulos anteriores não serão reiterados neste Capítulo, permanecendo integralmente aplicáveis nos termos dos respectivos dispositivos, sem prejuízo da aprovação da manifestação da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão do Solo Urbano, Saneamento e Meio Ambiente.

§2º Quando a manifestação desta Câmara acrescentar especificações urbanísticas, ambientais, documentais ou projetuais a matéria anteriormente abordada, as exigências previstas neste Capítulo serão aplicadas de forma complementar e cumulativa.

SEÇÃO I
PROCESSO Nº 3769/2026
TEMPLO RELIGIOSO ASSEMBLEIA DE DEUS

Artigo 11. O projeto arquitetônico e o Estudo de Impacto de Vizinhança referentes ao Templo Religioso Assembleia de Deus deverão ser revistos e complementados para contemplar:

A indicação dos critérios técnicos utilizados para a delimitação e a caracterização da Área de Influência Direta e da Área de Influência Indireta;
A adequação das áreas de influência aos impactos potencialmente decorrentes da execução da obra, da implantação da edificação e do funcionamento da atividade;
A caracterização do sistema viário a partir da via coletora mais próxima, com indicação da hierarquia das vias e das respectivas seções transversais existentes e planejadas;
A estimativa do volume de solo a ser movimentado durante a execução da obra, acompanhada da indicação das medidas de manejo, armazenamento e destinação aplicáveis;
A estimativa do volume de efluentes sanitários a ser gerado durante o funcionamento da atividade, com análise de sua compatibilidade com a infraestrutura de saneamento disponível;
A indicação da forma, do tipo e das características do pavimento permeável a ser empregado no empreendimento;
A adequação das dimensões e características da rampa de acessibilidade constante do projeto aos parâmetros estabelecidos pela legislação e pelas normas técnicas aplicáveis.

Parágrafo único. Os elementos previstos neste artigo deverão constar expressamente do Estudo de Impacto de Vizinhança e, quando relacionados à configuração física da edificação ou do lote, deverão ser representados no projeto arquitetônico e nos demais documentos técnicos pertinentes.

SEÇÃO II
PROCESSO Nº 4622/2026
SUPERMERCADO BOM DIA PARAÍSO

Artigo 12. O Estudo de Impacto de Vizinhança referente ao Supermercado Bom Dia Paraíso deverá ser revisto e complementado para contemplar:
A análise das condições de drenagem urbana da área de implantação e dos possíveis efeitos decorrentes da impermeabilização do lote, considerando os indícios de alagamento identificados na região;
A apresentação de solução complementar de drenagem, infiltração, acumulação ou retenção de águas pluviais, sem prejuízo da cisterna ou do reservatório exigido pela legislação municipal;
A apresentação das cartas de viabilidade de abastecimento de água, esgotamento sanitário e fornecimento de energia elétrica previstas no Termo de Referência;
A apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, em complementação às exigências relativas ao armazenamento, manejo, coleta e destinação dos resíduos estabelecidas no Capítulo II desta Resolução;
O detalhamento objetivo e individualizado das medidas mitigadoras propostas, com indicação de sua finalidade, forma de execução, prazo de implantação e relação com os impactos identificados.

§1º As soluções de drenagem deverão ser compatibilizadas com o projeto arquitetônico, mediante indicação da localização, do dimensionamento e das características dos dispositivos propostos.

§2º Os apontamentos relativos à iluminação noturna, emissão de ruídos, localização da casa de máquinas, acessibilidade, mobilidade urbana, infraestrutura cicloviária e área de acumulação de veículos não são reiterados neste artigo por já se encontrarem disciplinados nos Capítulos anteriores, permanecendo integralmente aplicáveis.

Artigo 13. Deverão ser saneadas as pendências documentais identificadas no Processo Administrativo nº 4622/2026, especialmente mediante apresentação ou regularização dos seguintes elementos:

Vias do projeto arquitetônico devidamente assinadas pelos proprietários e responsáveis técnicos, na quantidade exigida pelo procedimento administrativo municipal;
Matrícula atualizada e unificada dos imóveis abrangidos pelo empreendimento, contendo rumos, distâncias e área compatíveis com o projeto;
Anotação de Responsabilidade Técnica ou Registro de Responsabilidade Técnica referentes ao projeto e à execução da obra, contemplando todas as atividades técnicas legalmente exigíveis;
Termo de Responsabilidade e Laudo Fotográfico do imóvel, devidamente subscritos;
Certidões de demolição relativas às construções averbadas ou cadastradas que não constem no projeto como áreas construídas existentes;
Documentos constitutivos da pessoa jurídica, suas alterações posteriores e os documentos de identificação e representação de seu responsável legal;
Identificação do proprietário no carimbo do projeto e aposição das assinaturas dos proprietários e responsáveis técnicos nos documentos pertinentes;
Estudo de Impacto de Vizinhança revisto em conformidade com as exigências desta Resolução e da legislação aplicável.

Parágrafo único. Os documentos e projetos deverão apresentar assinaturas juridicamente válidas e passíveis de verificação, observados os formatos admitidos pelo procedimento administrativo municipal.

Artigo 14. O projeto arquitetônico do Supermercado Bom Dia Paraíso deverá ser revisto e complementado para:

Corrigir a indicação do coeficiente de aproveitamento, observadas as áreas não computáveis previstas na legislação municipal;
Indicar a taxa de permeabilidade do lote expressa em percentual;
Identificar separadamente a área do mezanino e demonstrar sua forma de cômputo na área construída e no coeficiente de aproveitamento;
Apresentar laudo técnico e a correspondente responsabilidade técnica quanto à capacidade de infiltração do piso drenante empregado;
Revisar o cálculo da taxa de permeabilidade, excluindo as superfícies situadas sob coberturas, projeções da edificação ou avanço do subsolo, quando não admitidas pela legislação municipal;
Indicar os canteiros de infiltração previstos no passeio público e representar suas respectivas faixas de uso e dimensões;
Indicar e dimensionar as vagas destinadas às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e aos idosos, observadas as quantidades, dimensões, localização e sinalização exigidas pela legislação aplicável;
Indicar a localização das ligações da edificação às redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário e fornecimento de energia elétrica, inclusive a caixa de gordura;
Representar o pátio destinado às operações de carga e descarga dentro dos limites do lote, em complementação ao estudo operacional exigido no Capítulo III desta Resolução;
Compatibilizar com o projeto arquitetônico o espaço destinado ao depósito e ao armazenamento temporário dos resíduos sólidos exigido no Capítulo II, indicando sua localização, capacidade e forma de acesso para coleta;
Apresentar corte técnico da rampa de acesso ao depósito de resíduos;
Indicar os níveis de todos os ambientes e áreas externas, inclusive dos locais em que houver aterro ou movimentação de solo;
Esclarecer a configuração do recuo lateral da edificação e sua compatibilidade com as áreas declaradas como permeáveis, especialmente diante da cobertura representada no corte do projeto;
Indicar a localização e o dimensionamento dos mecanismos de contenção, acumulação ou retenção de águas pluviais;
Prever instalações sanitárias no pavimento térreo, além daquelas localizadas no subsolo, compatibilizando-as com a solução geral de acessibilidade do empreendimento.

§1º A indicação do pátio de carga e descarga prevista no inciso IX não substitui a demonstração das condições de manobra e operação exigida no Capítulo III, devendo ambos os elementos ser apresentados de forma compatibilizada.

§2º A representação do depósito de resíduos prevista no inciso X complementa as exigências relativas ao manejo, armazenamento e destinação estabelecidas no Capítulo II, não as substituindo.

§3º Os aspectos projetuais já disciplinados nos Capítulos anteriores não são reiterados neste artigo, permanecendo integralmente exigíveis, inclusive quanto às dimensões livres das vagas situadas próximas a pilares, à sinalização interna, à localização da casa de máquinas e à solução adicional de acessibilidade entre o estacionamento e a loja.

§4º As adequações previstas neste artigo correspondem aos apontamentos identificados no âmbito da análise realizada pelas Câmaras Técnicas e não possuem caráter exaustivo, permanecendo o projeto sujeito à análise integral pelo Departamento de Engenharia, que poderá solicitar outras correções, complementações ou adequações necessárias ao atendimento da legislação urbanística, edilícia, das normas técnicas aplicáveis e das demais exigências pertinentes ao licenciamento.

CAPÍTULO V
DOS PRAZOS E DA REAPRECIAÇÃO DOS PROCESSOS

Artigo 15. Os interessados deverão apresentar as correções, complementações e adequações estabelecidas nesta Resolução no prazo máximo de 30 dias, contado da ciência formal de seu conteúdo.

§1º Até a apresentação das correções, complementações e adequações exigidas, os respectivos processos permanecerão sobrestados no Departamento de Protocolo, aguardando o cumprimento da diligência pelos interessados, sem encaminhamento para nova análise técnica.

§2º Para possibilitar a análise prévia pelo Departamento de Engenharia e o encaminhamento dos processos à reunião ordinária das Câmaras Técnicas prevista para o dia 20 de agosto de 2026, os projetos, os Estudos de Impacto de Vizinhança e os demais documentos corrigidos deverão ser protocolizados até o dia 5 de agosto de 2026.

§3º A apresentação dos documentos após a data prevista no §2º, desde que realizada dentro do prazo estabelecido no caput, não será considerada intempestiva, mas poderá inviabilizar a apreciação do respectivo processo na reunião ordinária mencionada.

Artigo 16. Apresentadas as correções, complementações e adequações, o Departamento de Protocolo deverá proceder à juntada dos documentos aos respectivos processos administrativos e encaminhá-los ao Departamento de Engenharia para análise técnica preliminar.

§1º Concluída a análise pelo Departamento de Engenharia, os processos serão encaminhados às Câmaras Técnicas competentes para verificação do atendimento das exigências estabelecidas nesta Resolução, emissão de nova manifestação técnica e posterior deliberação do Plenário do Conselho Municipal da Cidade.

§2º Os apontamentos estabelecidos nesta Resolução correspondem às inadequações identificadas pelas Câmaras Técnicas e pelo Plenário do Conselho e não possuem caráter exaustivo, permanecendo os projetos, os Estudos de Impacto de Vizinhança e os demais documentos sujeitos à análise integral do Departamento de Engenharia, que poderá solicitar outras correções, complementações ou adequações necessárias ao atendimento da legislação urbanística, edilícia e ambiental, das normas técnicas aplicáveis e das demais exigências pertinentes ao licenciamento.

§3º A apresentação das correções e complementações não implica aprovação automática dos projetos, dos Estudos de Impacto de Vizinhança ou dos empreendimentos, os quais permanecerão sujeitos à análise técnica e à deliberação conclusiva do Plenário do Conselho Municipal da Cidade.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 17. O atendimento das exigências estabelecidas nesta Resolução não dispensa o cumprimento das demais disposições da legislação urbanística, edilícia e ambiental aplicável, das normas técnicas pertinentes, nem a obtenção das licenças, autorizações e manifestações dos órgãos competentes, quando exigíveis.

Artigo 18. As manifestações das Câmaras Técnicas aprovadas pelo Plenário permanecem integrantes dos respectivos processos administrativos e deverão ser observadas conjuntamente com esta Resolução, inclusive quanto aos apontamentos que não tenham sido novamente transcritos por já se encontrarem contemplados em outros dispositivos.

Artigo 19. Os casos omissos e as dúvidas decorrentes da aplicação desta Resolução serão submetidos à Presidência do Conselho Municipal da Cidade, sem prejuízo de posterior apreciação pelo Plenário quando a matéria exigir deliberação colegiada.

Artigo 20. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari, 22 de junho de 2026.

NATALÍE HASHIMOTO
Presidente

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:CC57F653

LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO/RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº.45/2026

Pelo presente, face os contidos no processo licitatório em referência, eu Enfª Ivonéia de Andrade Ap° Furtado, Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, **ADJUDICO/HOMOLOGO/RATIFICO**, o presente processo licitatório, a favor da proponente:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
FEDERACAO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO	76.659.572/0001-49	R$ 13.800,00

Mandaguari (Pr), 22 de Julho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:45C68588

LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO/RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº.46/2026

Pelo presente, face os contidos no processo licitatório em referência, eu Enfª Ivonéia de Andrade Ap° Furtado, Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, **ADJUDICO/HOMOLOGO/RATIFICO**, o presente processo licitatório, a favor das proponentes:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
OSMAR APARECIDO CORSINE	547.134.639-49	R$ 48.000,00

Mandaguari (PR), 22 de julho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:8C89835C

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026-PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº126/2026-PMM

AMPLA CONCORRÊNCIA

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica especializada na Fabricação/ Fornecimento de Tampas de Concreto Armado e Grades de Aço para Bocas de Lobo, destinadas à utilização no sistema de drenagem do município, e Prestação de Serviços para Instalação, bem como a Remoção e o Transporte do material substituído até o pátio municipal

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 10/08/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia10/08/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 10/08/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: BLL-COMPRAS

FORMA DE JULGAMENTO: MENOR VALOR POR LOTE

INFORMAÇÕES:
Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.
Telefone: (44) 3233-8422 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari-PR, 22 de julho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:118EE203

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026-PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 127/2026-PMM

AMPLA CONCORÊNCIA E EXCLUSIVO ME/EPP E MEI

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços integrados de telecomunicações e segurança digital para o atendimento das Secretarias do Município de Mandaguari, compreendendo o fornecimento, implantação, configuração, gerenciamento e suporte técnico continuado de links de internet dedicada via fibra óptica (Link Full) em ultravelocidade simétrica e internet banda larga para redundância, infraestrutura de telefonia fixa modernizada via tecnologia (VoIP) com recursos de ramais DDR e franquia de minutos ilimitada, serviços de telefonia móvel corporativa (SMP) com tecnologia 5G e franquias de dados (sem fornecimento de aparelhos), solução de segurança de rede gerenciada através de Firewall de Próxima Geração, filtro de conteúdo web, conectividade segura via VPN e gestão de caixas de e-mails corporativos com proteção anti-spam, garantindo a conformidade integral com as diretrizes da LGPD (Lei nº 13.709/2018), os indicadores de qualidade RQUAL da ANATEL e os ditames da Lei nº 14.133/2021 para assegurar a disponibilidade, integridade e eficiência da infraestrutura tecnológica municipal.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 11/08/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 11/08/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 11/08/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: BLL- Compras

FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

INFORMAÇÕES:
Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.
Telefone: (44) 3233-8422 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari-PR, 22 de julho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:D1138655

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2026-PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 128/2026-PMM

AMPLA CONCORRÊNCIA COM COTA EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO
DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MEI

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 06/08/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 06/08/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 06/08/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: BLL Compras

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item.

INFORMAÇÕES:
Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.
Telefone: (44) 3233-8422 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari-PR, 22 de julho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:1AE781A0

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 223/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 223/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: BASIFIX FABRICA DE TINTAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 55.464.252/0001-63, com endereço na Rua L 2745, Bairro Parque Industrial, CEP:85.660-000, na cidade de Dois Vizinhos/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **IGOR MATHEUS DA VEIGA BASI**, inscrito no CPF sob o nº. 084.799.969-60.

OBJETO: Através do presente, solicitamos a abertura de licitação na modalidade PREGÃO DO TIPO REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA (TINTA, SOLVENTE E MICROESFERA DE VIDRO), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos.

VALOR: 898.640,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 10 de Julho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:5F151F60

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 224/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 224/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: CORREA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.385.011/0001-01, com endereço na Rua dos Expedicionários Holz, nº 550, Bairro Atiradores, CEP: 89.201-740, na cidade de Joinville/SC, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora **JORACI NEIDE CORREA**, inscrito no CPF sob o nº 047.122.689-05.

OBJETO: Através do presente, solicitamos a abertura de licitação na modalidade PREGÃO DO TIPO REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA (TINTA, SOLVENTE E MICROESFERA DE VIDRO), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos.

VALOR: 92.380,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 10 de Julho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:D5AF0CFB

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 225/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 225/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: JMC COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.129.794/0001-02, com endereço na Av. Mandacaru, nº 1308, Bairro Canadá, CEP: 87.080-563, na cidade de Maringá/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora **CAMILA KOZEMPA DANTAS**, inscrito no CPF sob o nº 132.797.279-44.

OBJETO: Através do presente, solicitamos a abertura de licitação na modalidade PREGÃO DO TIPO REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA (TINTA, SOLVENTE E MICROESFERA DE VIDRO), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos.

VALOR: 2.158,50.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 10 de Julho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:C304C978

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 226/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 226/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: LEOPARDO ATACADISTA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.434.545/0001-63, com endereço na Estrada dos Coqueiros, S/N, Interior, CEP: 89.715-899, na cidade de Concórdia/SC, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **JUAREZ BALDISSARELLI**, inscrito no CPF sob o nº 477.268.909-59.

OBJETO: Através do presente, solicitamos a abertura de licitação na modalidade PREGÃO DO TIPO REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA (TINTA, SOLVENTE E MICROESFERA DE VIDRO), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos.

VALOR: 19.862,60.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 10 de Julho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:1D4CE309

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 237/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 25/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 237/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Emª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: WAGNER GUIRALDELI DESPACHANTE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.585.123/0001-19, com endereço na MANOEL ANTUNES PEREIRA, 751, CENTRO, CEP: 86975-000,

na cidade de MANDAGUARI/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **WAGNER GUIRALDELI**, inscrito no CPF sob o nº 412.862.009-20.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE PLACAS VEICULARES PADRÃO MERCOSUL OFICIAIS PARA OS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

VALOR: 8.100,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 21 de julho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:23064577

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 68/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 44/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 68/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: SAGAFE COMERCIO E CONFECCOES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 35.349.266/0001-29, com endereço na AVENIDA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, Nº 300, LETRA B, CENTRO, CEP: 86.600-030, na cidade de ROLÂNDIA/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o **LENICE EITEL FELTRACO**, inscrito no CPF sob o nº 033.093.139-30.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE BOTA EM COURO 100% IMPERMEÁVEL PARA OS GUARDAS CIVIS MUNICIPAIS, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos através do Departamento da Guarda Civil Municipal de Mandaguari – GCM.

VALOR: 13.425,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 17 de julho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:8C7A780A

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 69/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 21/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 69/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: GRAFICA GRGRAF LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.481.040/0001-07, com endereço na Rua Dr. Telmo Vergara, 100, Partenon, CEP: 91.530-300, na cidade de Porto Alegre/RS, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **GABRIEL LUCAS RICHARTZ**, inscrito no CPF sob o nº 007.205.400-03.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE NOTIFICAÇÃO DE RECEITUÁRIO AZUL B E B2, E RECEITUÁRIO AMARELO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANDAGUARI.

VALOR: 829,90.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 21 de julho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:06D67A5B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
Extrato de publicação – 1º termo aditivo ao contrato n° 01/2025
CONTRATADO: LOVIZ ENTRETENIMENTO E TELECOMUNICACOES LTDA
CNPJ: 39.742.520/0001-05
OBJETO: contratação de serviços de internet via fibra óptica: velocidade mínima de download de 1Gb e máxima de 2Gb e upload mínima de 1Gb e máxima de 2 Gb.
FUNDAMENTO: art.106, Lei nº 14.133/2021
VALOR TOTAL: R$ 2.519,88
VIGÊNCIA: 04/06/2026 ~ 04/06/2027
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Informação
DATA: 04/06/2026

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:158FC18D

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 22/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 22/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 63/2026
UASG 455978

O MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.105.550/0001-37, com sede na Praça Bom Jesus, n.° 44, Centro, Mandirituba, Paraná, CEP 83.800-058, torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como das disposições constantes do Decreto Municipal n.º 1216, de 13 de abril de 2023, e demais normas aplicáveis. O Edital completo poderá ser retirado no Departamento de Compras e Licitações, em dias úteis, ser visualizado na íntegra no site: www.mandirituba.pr.gov.br, www.gov.br/compras

ou fornecido por solicitação ao e-mail: licitacoes@mandirituba.pr.gov.br.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES
Data da Sessão: 05 de Agosto de 2026 às 09h00.
Valor Máximo Estimado: R$ 3.030.110,22 (três milhões trinta mil cento e dez reais e vinte e dois centavos).
Link: www.gov.br/compras
Portal de Compras do Governo Federal – PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=MANDIRITUBA&status=recebendo_proposta&pagina=1

Mandirituba, 22 de Julho de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Responsável Pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Transporte

Publicado por:
Carla Rafaela de Lima de Bastos
Código Identificador:AD23DD8C

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N° 1922/2026

Abertura de crédito adicional suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Mandirituba e autorização contida na Lei Municipal n° 001501/2025 de 05 de Dezembro de 2025.

D E C R E T A :

Art. 1° Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 52.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

10 - SECRETARIA MUNIC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
10.003 - FUNDO MUN. DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0006.6002 - PROG FAMÍLIA ACOLHEDORA E CASA DE PASSAGEM
3.3.90.48 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS - (Grupo/Fonte 0000) 52.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

10 - SECRETARIA MUNIC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
10.006 - GESTÃO GERAL DA ASSISTENCIA
08.244.0006.2036 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MÃO AMIGA
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000) 17.000,00

08.244.0006.2038 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000) 15.000,00
3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - (Grupo/Fonte 0000) 10.000,00
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000) 10.000,00

Art. 3 Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de Julho de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Debora Cavagnolli
Código Identificador:A9412BE9

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ELIMINAÇÃO N.º 01/2026

CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Edital de Eliminação n.º 01/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição n.º 3577, de 21 de julho de 2026, referente ao Concurso Público n.º 001/2025,

TORNA PÚBLICA a seguinte retificação:

1. DA INCLUSÃO DE PREVISÃO PARA RECURSO
Fica acrescido o item 1.1 ao Edital de Eliminação n.º 01/2026, com a seguinte redação:

"1.1. DO RECURSO CONTRA A NÃO VALIDAÇÃO DA AUTODECLARAÇÃO

Fica assegurado aos candidatos listados no item 1, cuja autodeclaração não foi validada pela Comissão Especial de Heteroidentificação, o direito de apresentar recurso fundamentado no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da publicação deste Edital de Retificação.

1.1.1. O recurso deverá ser protocolado formalmente junto à Prefeitura Municipal de Mandirituba e será submetido à análise e decisão da Comissão de Coordenação e Fiscalização do Concurso Público n.º 001/2025 **(**Portaria n.º 590, de 05 de setembro de 2025 e suas alterações**)**."

2. DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES
Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital de Eliminação n.º 01/2026.

Este Edital de Retificação entra em vigor na data de sua publicação.

Mandirituba, 22 de julho de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira
Código Identificador:020EF769

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Em cumprimento às disposições do Processo Administrativo nº 000003252/2026, o Município de Mandirituba, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, torna público o resultado final referente à análise do Primeiro Aditivo ao Termo de Execução Cultural nº 001/2026, vinculado ao Edital de Chamamento Público nº 001/2026, destinado ao credenciamento, avaliação, classificação e seleção de projetos culturais para celebração de Termo de Execução Cultural, na modalidade de fomento à execução de ações culturais, nos termos da Lei Federal nº 14.903/2024.
O presente aditivo teve por objeto a análise e aprovação do pedido de complementação de recursos financeiros para ampliação das ações previstas no Projeto Cultural "Festival Mandirituba 66 Anos", visando à contratação de atrações artísticas de âmbito nacional, realização de rodeio profissional e ampliação da estrutura de brinquedos e da área de lazer destinada ao público. A Comissão de Avaliação, Classificação e Seleção de Projetos deliberou favoravelmente pela aprovação do aditamento, conforme Ata nº 003/2026.

Concluída a análise da documentação apresentada e atendidos os critérios estabelecidos no Edital e na legislação vigente, fica homologado o resultado final do Primeiro Aditivo ao Termo de Execução Cultural, permanecendo como agente cultural contemplado:

Agente Cultural:
Instituto de Promoção, Apoio, Desenvolvimento Social, Aperfeiçoamento e Capacitação Profissional – **INTICALL**
CNPJ: 35.958.415/0001-57
Representante Legal:
Fabiano Pelc Fernandes

Fica homologado o acréscimo financeiro no valor de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais) ao Termo de Execução Cultural nº 001/2026, passando o valor global do instrumento para R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), destinado à execução das ações complementares aprovadas no Plano de Trabalho, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições do Termo de Execução Cultural original.
O Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Execução Cultural nº 001/2026 encontra-se disponível para consulta pública no Portal da Transparência do Município, por meio do seguinte endereço eletrônico:
https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_103_0_1_22072026101305.pdf

Mandirituba, 22 de julho de 2026.

GLEICY KELLY DE FÁTIMA MONTEIRO DE MEDEIRO
Presidente

ANA TERESA AMARAL PALÚ
Membro

MAIRA RITA BENTO BONIFÁCIO
Membro

DAGUIMARA SANTOS DE OLIVEIRA
Membro

Publicado por:
Gleicy Kelly de Fatima Monteiro de Medeiro
Código Identificador:3C8CA637

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

CONTABILIDADE
ERRATA REFERENTE AO EDITALCONVOCAÇÃO CACS FUNDEB

Retifica-se a publicação realizada no Jornal AMP – Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná, dia 16/07/2029, pág. 208, Edição 3574,Código Identificador:F0B9BD7F.
Onde lê-se: Referente ao 2º Bimestre de 2026
Leia-se: Referente ao 3º Bimestre de 2026

PUBLIQUE-SE
Retifica-se a publicação realizada no Jornal AMP – Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná, dia 16/07/2029, pág. 208, Edição 3574,Código Identificador:F0B9BD7F.

Onde lê-se: Referente ao 2º Bimestre de 2026
Leia-se: Referente ao 3º Bimestre de 2026

Onde lê-se:Local: Secretaria Municipal de Educação
Leia-se: Local: Escola Municipal André Dorini

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Deyse Finsterbusch Zopelaro
Código Identificador:5179F821

PROCURADORIA
DECRETO Nº 175, DE 17 DE JULHO DE 2026

DECRETO Nº 175, DE 17 DE JULHO DE 2026

Fica autorizada a abertura, no orçamento do exercício corrente, de um Crédito Especial no valor R$ 78.200,64 (setenta e oito mil e duzentos reais e sessenta e quatro centavos), e dá outras providências.

LEANDRO DORINI, Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO os dispositivos constantes do art. 43 § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

Art. 43. **A abertura dos créditos** suplementares e **especiais** depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.
§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:
I - o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
II - os provenientes de **excesso de arrecadação**;
III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei*;*
IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.483, de 19 de novembro de 2025 - LOA;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.556, de 17 de julho de 2026;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre abertura de crédito especial no orçamento do exercício corrente.

Art. 2º Fica autorizada a abertura, no orçamento do exercício corrente, de um crédito especial no valor de R$ 78.200,64 (setenta e oito mil e duzentos reais e sessenta e quatro centavos), que servirá para reforço da dotação orçamentária conforme segue:

11 - Secretaria de Assistência Social	
255 – 44.90.52.00.00.00.00(1960) – MATERIAL PERMANENTE	R$ 53.200,64
301 – 33.90.39.00.00.00.00(1900) – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 25.000,00
Valor Total	**R$ 78.200,64**

Art. 3º Para cobertura do presente crédito adicional especial, fica indicado como recurso excesso de arrecadação conforme segue:

Excesso de Arrecadação Fonte 1960 – Garantia e da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná - Deliberação nº 05/2026 - COEDE/PR.	R$ 53.200,64
Excesso de Arrecadação Fonte 1900 – Fundo do Idoso - Deliberação nº 04/2026 - CEDIPI/PR.	R$ 25.000,00
Valor Total	**R$ 78.200,64**

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:75E4393A

RECURSOS HUMANOS
1ª CONVOCAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS - EDITAL 004_2026

O **MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA, PR**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Edital nº 004/2026, visando o preenchimento de vagas de estágio não obrigatório e

remunerado, TORNA PÚBLICA a 1ª **CONVOCAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS**, a saber:

Licenciatura Em Pedagogia		
Nº	Nome	Nota
1	Kaoana Candido dos Santos	10
2	Anny Karoliny Melo Petkovicz	9,92
3	Vanessa Kelly Birh	9,9
4	Ivonete dos Santos de Oliveira	9,72
5	Manuelly Vieira dos Santos	9,5
6	Micheli Daiana Taborda	9,42
7	Lana Kelly Alves da Silva	9,38
8	Rozecleia da Luz Amaral	8,88
9	Andressa Maciel de Avila	8,85
10	Danieli Fernanda Bruneto	8,84

Os candidatos convocados devem comparecer no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mangueirinha, PR, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, portando seus documentos pessoais, bem como deverão apresentar número de conta bancária (CAIXA) para pagamento da Bolsa-Estágio. O não comparecimento dentro do prazo estipulado acarretará o chamamento do próximo candidato aprovado.

Mangueirinha, PR, 22 de julho de 2026.

LEANDRO DORINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maximiano Augusto Berti Cecura
Código Identificador:8F04CDF7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI Nº 2438/2026

LEI Nº 2438/2026

Súmula: Dispõe sobre a restrição administrativa de circulação de veículos pesados em vias públicas municipais pavimentadas com blocos sextavados, pedras poliédricas ou materiais similares, estabelece medidas de preservação do patrimônio público viário, fixa multa administrativa e dá outras providências.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc..., faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Marilena, a restrição administrativa de circulação de veículos pesados nas vias públicas municipais pavimentadas com blocos sextavados, pedras poliédricas ou materiais similares, indicadas nesta Lei.
Parágrafo único. A restrição prevista nesta Lei tem por finalidade preservar a pavimentação, proteger o patrimônio público municipal, garantir a segurança dos usuários e reduzir os custos de manutenção das vias.
Art. 2º Para fins desta Lei, ficam estabelecidos dois grupos de restrição:
I - Grupo I: vias com restrição à circulação de veículos articulados, acoplados, combinados, sujeitos à Autorização Especial de Trânsito ou com configuração superior aos limites definidos nesta Lei;
II - Grupo II: vias com restrição à circulação de veículos com mais de 02 (dois) eixos ou de veículos transportando carga superior a 7,00 t (sete toneladas).
Art. 3º Integram o Grupo I, para fins de restrição de circulação de veículos pesados:
I - Estrada Rural XV de Novembro (JB-170), no trecho compreendido entre o Prolongamento da Rua São Paulo e a Rodovia PR-577, bem como em outros trechos da mesma via que venham a ser expressamente identificados e devidamente sinalizados pela Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos;
II - Estrada Farinheira (JB-120), nos trechos pavimentados com blocos sextavados, pedras poliédricas ou materiais similares, devidamente sinalizados;
III - Estrada Água da Marilena (JB-140), nos trechos pavimentados com blocos sextavados, pedras poliédricas ou materiais similares, devidamente sinalizados.
§ 1º Nas vias indicadas no caput, fica permitida exclusivamente a circulação de veículos de carga não articulados, não acoplados e não combinados, com configuração de até 4 (quatro) eixos e Peso Bruto Total (PBT) de até 31,5 toneladas, que não dependam de Autorização Especial de Trânsito ou autorização equivalente, observadas as demais condições desta Lei.
§ 2º Fica proibida, independentemente de aferição de peso por balança, a circulação dos seguintes veículos nas vias do Grupo I:
I - caminhão-trator, carreta, semirreboque, reboque, bitrem, rodotrem, tritrem ou qualquer combinação de veículos de carga;
II - veículos articulados, acoplados ou combinados destinados ao transporte de carga;
III - veículos de carga com 5 (cinco) ou mais eixos;
IV - veículos que dependam de Autorização Especial de Trânsito, Autorização Especial de Trânsito para Combinação de Veículos de Carga ou autorização equivalente;
V - máquinas, equipamentos ou veículos de transporte de carga que, por sua configuração, dimensão, acoplamento, articulação, tipo de operação ou forma de utilização, possam causar dano à pavimentação.
Art. 4º Integram o Grupo II, para fins de restrição específica de circulação de veículos com maior potencial de dano à pavimentação e à segurança local:
I - Estrada Antônia Madalena da Conceição, nos trechos pavimentados com blocos sextavados, pedras poliédricas ou materiais similares, devidamente sinalizados;
II - Avenida Maringá, no trecho compreendido numa distância de 660,00 m (seiscentos e sessenta metros), iniciando-se na JB-080, entre o Loteamento do Keno e o Loteamento Pesca Brasil, no Distrito de Ipanema, Município de Marilena, nos termos da Lei Municipal nº 1.678/2018;
III - Avenida Beira Rio, no trecho correspondente ao calçamento da Prainha do Complexo Turístico Ipanema, no Distrito de Ipanema, Município de Marilena, nos termos da Lei Municipal nº 1.678/2018.
§ 1º Nas vias e trechos indicados no caput, fica proibido o tráfego de veículos com mais de 02 (dois) eixos ou de veículos transportando carga superior a 7,00 t (sete toneladas).
§ 2º A restrição prevista neste artigo independe de aferição de peso por balança quando a infração puder ser constatada por configuração externa do veículo, número de eixos, documentos do veículo, documentos de transporte, nota fiscal, declaração do condutor, registro fotográfico, filmagem, relatório de servidor ou outro meio de prova admitido em direito.
§ 3º A circulação excepcional nas vias do Grupo II dependerá de autorização prévia da Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos, quando demonstrada a inexistência de rota alternativa viável, necessidade pública, urgência, emergência ou interesse público devidamente justificado.
Art. 5º Para fins de fiscalização administrativa desta Lei, a restrição será verificada preferencialmente pela configuração externa do veículo, número de eixos, existência de reboque, semirreboque, acoplamento, articulação ou combinação de veículos de carga, sem necessidade de aferição de peso por balança.
§ 1º A ausência de balança municipal não impede a aplicação da restrição administrativa quando a infração puder ser constatada por meio visual, registro fotográfico, filmagem, relatório de servidor, documento do veículo, nota de transporte, declaração do condutor, nota fiscal, documento de transporte, Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, Autorização Especial de Trânsito ou qualquer outro meio de prova admitido em direito.
§ 2º Ainda que o veículo se enquadre nos limites previstos nesta Lei, a circulação poderá ser impedida, condicionada ou submetida à autorização excepcional quando houver risco concreto de dano à via pública, à segurança dos usuários ou à pavimentação, mediante justificativa do setor competente.
Art. 6º Excetuam-se da restrição prevista nesta Lei:

I - veículos de emergência, resgate, atendimento médico, defesa civil, combate a incêndio, segurança pública e fiscalização;
II - veículos, máquinas e equipamentos utilizados em obras, manutenção, conservação, recuperação, limpeza ou fiscalização da própria via;
III - veículos pertencentes ao Município ou a serviço da Administração Pública, quando utilizados em atividade de interesse público;
IV - veículos destinados ao atendimento de situação emergencial, calamidade pública, risco à vida, risco ambiental ou necessidade pública devidamente justificada;
V - veículos previamente autorizados pela Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos, quando demonstrada a inexistência de rota alternativa viável ou a necessidade excepcional de acesso ao trecho restrito.
§ 1º A autorização excepcional prevista no inciso V deverá ser solicitada previamente à Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos, podendo ser concedida por escrito, inclusive por meio eletrônico, com indicação do veículo, finalidade, data, horário, trajeto e condições de circulação.
§ 2º A autorização excepcional poderá impor condições específicas, como limitação de horário, trajeto obrigatório, acompanhamento por servidor municipal, velocidade reduzida, circulação sem carga ou adoção de outras cautelas necessárias à preservação da via.
§ 3º A autorização excepcional não afasta a responsabilidade do proprietário, condutor, transportador, contratante ou beneficiário direto do transporte por eventuais danos causados ao patrimônio público municipal.
Art. 7º A Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos providenciará a instalação de sinalização adequada nas entradas dos trechos restringidos, sem prejuízo de outros pontos considerados necessários.
§ 1º A sinalização deverá indicar, de forma clara, a restrição aplicável à via ou ao trecho, podendo conter expressões como “Proibido trânsito de veículos com 5 ou mais eixos”, “Proibido carretas e veículos articulados”, “Proibido trânsito de veículos com mais de 2 eixos ou carga acima de 7 t”, “Via pavimentada com blocos sextavados” e “Sujeito à multa administrativa municipal”, conforme a classificação da via e definição técnica do setor competente.
§ 2º Poderão ser indicadas rotas alternativas, quando existentes, por meio de placa, comunicado, mapa, publicação oficial ou orientação administrativa.Art. 8º O descumprimento da restrição prevista nesta Lei constitui infração administrativa municipal, sujeitando o infrator à multa administrativa no valor de 01 (uma) UFM (Unidade Fiscal Municipal) por ocorrência, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos causados ao patrimônio público.
§ 1º Em caso de reincidência no período de 12 (doze) meses, a multa administrativa será aplicada em dobro.
§ 2º Considera-se reincidência a prática de nova infração à restrição prevista nesta Lei, no período de 12 (doze) meses, pelo mesmo responsável anteriormente autuado, ainda que em condição diversa, seja como proprietário, condutor, transportador, contratante ou beneficiário direto do transporte, após notificação válida da infração anterior ou decisão administrativa definitiva.
§ 3º Poderão responder pela infração, isolada ou solidariamente, conforme o caso, o proprietário do veículo, o condutor, o transportador, a empresa responsável, o contratante do transporte e o beneficiário direto da circulação irregular, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
§ 4º A multa administrativa prevista nesta Lei possui natureza de sanção decorrente do exercício do poder de polícia administrativa municipal e da disciplina de uso de via pública municipal, não se confundindo com penalidade de trânsito prevista no Código de Trânsito Brasileiro.
§ 5º A aplicação da multa administrativa municipal não afasta eventual comunicação aos órgãos de trânsito, rodoviários, policiais ou ambientais competentes, quando a conduta também puder caracterizar infração sujeita à apuração por outro órgão.
Art. 9º O registro da infração deverá conter, sempre que possível:
I - identificação da via ou trecho;
II - data e horário da ocorrência;
III - identificação do veículo, placa ou características externas;
IV - descrição da configuração do veículo, número de eixos, acoplamento, reboque, semirreboque ou combinação de carga;
V - identificação do condutor, proprietário, transportador, contratante ou beneficiário, quando possível;
VI - indicação da sinalização existente no local;
VII - registro fotográfico, filmagem, relatório, declaração de servidor ou outro meio de prova disponível;
VIII - identificação do agente público responsável pela constatação.
Parágrafo único. O auto ou relatório de constatação será encaminhado ao setor competente para autuação administrativa, notificação do responsável e processamento da multa.
Art. 10. O infrator será notificado para, querendo, apresentar defesa administrativa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da notificação.
§ 1º A notificação poderá ser realizada pessoalmente, por via postal, meio eletrônico, publicação oficial ou outro meio idôneo admitido pela Administração Municipal.
§ 2º A defesa será apreciada pela autoridade administrativa designada pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo Secretário Municipal competente.
§ 3º Da decisão administrativa caberá recurso ao Chefe do Poder Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, salvo se outro prazo mais favorável for previsto em norma municipal específica.
§ 4º O não pagamento da multa administrativa após decisão definitiva poderá ensejar inscrição em dívida ativa e cobrança pelos meios administrativos ou judiciais cabíveis.
Art. 11. Verificada a ocorrência de dano ao pavimento, base, drenagem, sinalização ou qualquer outro bem público municipal, a Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos elaborará relatório técnico ou administrativo para quantificação do prejuízo e identificação dos responsáveis.
§ 1º O procedimento de apuração de danos assegurará contraditório e ampla defesa aos responsáveis identificados.
§ 2º O ressarcimento do dano poderá abranger materiais, mão de obra, utilização de máquinas, transporte, sinalização, serviços de terceiros e demais despesas necessárias à recuperação da via.
§ 3º O ressarcimento dos danos não exclui a aplicação da multa administrativa prevista nesta Lei.
Art. 12. A Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos poderá solicitar apoio de outros órgãos municipais, da Polícia Militar, de órgãos rodoviários, ambientais ou de trânsito competentes, sempre que necessário à orientação, prevenção de conflitos, segurança da fiscalização ou adoção de providências no âmbito de suas respectivas competências.
Art. 13. A Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos poderá expedir orientações complementares, modelos de autorização excepcional, formulários de registro de ocorrência, comunicados aos usuários e demais atos necessários à execução desta Lei.
Art. 14. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei por decreto, especialmente quanto à padronização de formulários, modelos de autorização excepcional, rotinas de fiscalização, procedimentos administrativos, sinalização e demais medidas necessárias à sua execução.
Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos sancionatórios após a instalação da sinalização prevista no art. 7º.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marilena, Estado do Paraná, em 20 de julho de 2026.

CÉLIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

ANEXO I
MAPAS DAS ESTRADAS E AVENIDAS
Integram o presente anexo os mapas ilustrativos das vias abrangidas pela presente Lei de restrição administrativa de circulação de veículos pesados.

Mapa 1 - Estrada Antônia Madalena da Conceição

Mapa 2 - Estrada Água da Marilena (JB-140)

Mapa 3 - Estrada Farinheira (JB-120)

Mapa 4 - XV de Novembro (JB-170)

Mapa 5 - Avenida Beira Rio

Mapa 6 - Avenida Maringá

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:734979AA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI Nº 2440/2026

LEI Nº 2440/2026

SÚMULA: Institui o Programa Especial de Recuperação de Créditos do Município de Marilena - REFIS 2026, concede anistia parcial de multas e redução de juros de mora incidentes sobre créditos municipais e dá outras providências.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc..., faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte,

LEI:

CAPÍTULO I
DO PROGRAMA ESPECIAL DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS - REFIS 2026

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Município de Marilena, o Programa Especial de Recuperação de Créditos - REFIS 2026, de natureza especial, temporária e excepcional, destinado a:
I. promover a recuperação de créditos tributários e não tributários do Município vencidos até 31 de dezembro de 2025, inscritos em dívida ativa municipal, ajuizados ou não, protestados ou não;
II. possibilitar a regularização fiscal de contribuintes inadimplentes perante o Município;
III. incentivar a recuperação de empresas que atuam no Município, especialmente microempresas, empresas de pequeno porte e demais contribuintes em situação de dificuldade econômica;
IV. promover a recuperação de créditos de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2025, ainda que vencidos em janeiro de 2026, exclusivamente quando lançados por auto de infração.
Art. 2º. A adesão ao REFIS 2026 autoriza a concessão de anistia parcial de multas e juros de mora incidentes sobre os créditos abrangidos por esta Lei, nos percentuais e condições nela previstos, vedada a redução do valor principal, da atualização monetária, dos honorários advocatícios, custas, emolumentos, despesas de protesto e demais encargos legais não expressamente alcançados pelo benefício.
§ 1º. Os descontos previstos nesta Lei incidirão exclusivamente sobre multas e juros de mora, salvo disposição expressa em sentido diverso.
§ 2º. A anistia concedida por esta Lei não gera direito adquirido e será efetivada somente com a homologação da adesão e o cumprimento das condições pactuadas pelo contribuinte.
Art. 3º. A adesão ao REFIS 2026 poderá ser realizada a partir do primeiro dia útil posterior à publicação desta Lei até a data limite de 31 de dezembro de 2026.

CAPÍTULO II
DA ABRANGÊNCIA, DEFINIÇÕES E COMPATIBILIZAÇÃO COM A COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA

Art. 4º. Poderão ser pagos à vista, parcelados ou reparcelados, nas condições estabelecidas nesta Lei, os créditos do Município vencidos até 31 de dezembro de 2025 e inscritos em dívida ativa, oriundos de impostos, taxas, contribuições municipais, multas administrativas, créditos não tributários e demais créditos municipais legalmente constituídos.
§ 1º. A inclusão de crédito no REFIS 2026 não impede o Município de promover revisão fiscal ou administrativa dentro dos prazos decadenciais e prescricionais aplicáveis, cobrando eventuais diferenças na forma da legislação vigente.
§ 2º. Não poderão ser incluídos no REFIS 2026 os débitos cuja competência de cobrança ou parcelamento não pertença ao Município, inclusive débitos do Simples Nacional em dívida corrente ou dívida ativa sob administração federal, salvo quando houver autorização legal ou convênio que atribua a cobrança ao Município.
§ 3º. Dívidas não tributárias decorrentes de decisões judiciais, condenações, imputações de ressarcimento ou decisões do Tribunal de Contas somente poderão ser alcançadas por esta Lei quando a concessão do benefício não implicar redução do valor principal da condenação ou afastamento de obrigação legalmente imposta.
Art. 5º. Para fins desta Lei, considera-se:
I. débito judicializado: o crédito municipal objeto de execução fiscal ajuizada;
II. débito protestado: o crédito municipal inscrito em dívida ativa e encaminhado a protesto extrajudicial, ainda que não ajuizada execução fiscal;
III. débito em cobrança administrativa qualificada: o crédito municipal inscrito em dívida ativa submetido a procedimento administrativo ou extrajudicial de cobrança, negociação, parcelamento, acordo, transação, preparação para protesto ou preparação para ajuizamento, nos termos da Lei Municipal nº 2.424/2026;
IV. crédito consolidado: o valor apurado na data da adesão, compreendendo o valor principal, atualização monetária, multa, juros, honorários advocatícios, custas, emolumentos, despesas de protesto e demais encargos legais incidentes, com a aplicação dos descontos autorizados por esta Lei exclusivamente sobre as parcelas alcançadas pelo benefício.
Art. 6º. As disposições desta Lei possuem natureza especial e temporária, aplicando-se aos créditos nela abrangidos durante o prazo de adesão ao REFIS 2026, prevalecendo sobre as normas gerais de cobrança administrativa, parcelamento ordinário, protesto extrajudicial e ajuizamento de execução fiscal apenas naquilo que forem incompatíveis.
§ 1º. Permanecem aplicáveis, subsidiariamente, a Lei Municipal nº 2.424/2026, o Código Tributário Municipal, a legislação municipal específica de honorários advocatícios, o Código Tributário Nacional, o Código de Processo Civil e a Lei Federal nº 6.830/1980, no que não conflitarem com esta Lei.
§ 2º. A existência de notificação, cobrança administrativa qualificada, protesto extrajudicial, inscrição em dívida ativa ou execução fiscal ajuizada não impede a adesão ao REFIS 2026, observado o pagamento ou inclusão no parcelamento dos encargos legalmente incidentes, como honorários, custas, emolumentos, etc.
§ 3º. A adesão ao REFIS 2026, após o pagamento da primeira parcela ou do pagamento à vista, suspende, em relação aos créditos incluídos no programa e enquanto mantida a adimplência, a adoção de novas medidas de cobrança administrativa, protesto extrajudicial e ajuizamento de execução fiscal, sem prejuízo da manutenção das garantias, atos e constrições já constituídos.
§ 4º. A adesão ao REFIS 2026 não implicará, por si só, cancelamento automático de protesto, baixa de apontamento, retirada de restrição, levantamento de penhora, arresto, bloqueio ou garantia judicial ou extrajudicial já constituída, os quais observarão a quitação integral, a regularidade do parcelamento, a legislação aplicável e, quando for o caso, decisão judicial ou manifestação da Procuradoria Jurídica.

CAPÍTULO III
DOS HONORÁRIOS, CUSTAS, EMOLUMENTOS E DESPESAS DE PROTESTO

Art. 7º. Nos créditos inscritos em dívida ativa submetidos à cobrança administrativa qualificada, protesto extrajudicial, parcelamento, acordo, transação, pagamento ou execução fiscal, incidirão os honorários advocatícios, custas, emolumentos, despesas de protesto, despesas processuais e demais encargos legalmente devidos, observada a Lei Municipal nº 2.424/2026 e a legislação municipal específica.
§ 1º. Nos débitos judicializados, o pagamento à vista ou parcelamento pelo REFIS 2026 deverá contemplar, além do crédito principal e dos acréscimos legais não alcançados pelo desconto, as custas, despesas processuais, honorários advocatícios fixados ou incidentes no respectivo processo judicial e demais encargos cabíveis.

§ 2º. Nos débitos protestados ou submetidos à cobrança administrativa qualificada, o pagamento à vista ou parcelamento pelo REFIS 2026 deverá contemplar os honorários advocatícios administrativos, emolumentos, despesas de protesto, encargos cartorários e demais despesas administrativas ou extrajudiciais legalmente incidentes.
§ 3º. Os honorários advocatícios, custas, emolumentos, despesas de protesto, despesas processuais e demais encargos legais não se confundem com multa e juros de mora e não sofrerão os descontos previstos nesta Lei, salvo autorização legal expressa em sentido diverso.
§ 4º. No caso de parcelamento, os honorários advocatícios poderão integrar o montante parcelado, salvo se houver pagamento à vista, necessidade de recolhimento imediato, exigência do cartório, determinação judicial ou disposição específica em sentido diverso.
§ 5º. Caberá ao setor competente identificar e individualizar, no momento do pagamento, parcelamento, acordo, transação, protesto ou quitação, os valores relativos a honorários advocatícios, custas, emolumentos, despesas de protesto e demais encargos, para fins de controle e repasse na forma da legislação aplicável.
Art. 8º. Quando o crédito estiver protestado, a regularização perante o Tabelionato de Protesto observará a legislação federal, os convênios, os manuais operacionais, as normas cartorárias aplicáveis e a Lei Municipal nº 2.424/2026.
§ 1º. O Município poderá fornecer ao contribuinte as informações necessárias para pagamento ou parcelamento do débito municipal, sem prejuízo de eventual necessidade de pagamento de emolumentos, despesas e encargos diretamente ao Tabelionato de Protesto, conforme o procedimento aplicável.
§ 2º. A baixa, o cancelamento ou a suspensão dos efeitos do protesto observará o cumprimento das condições legais, administrativas e cartorárias pertinentes, especialmente a quitação integral do crédito ou outra hipótese legal, regulamentar ou convenial que autorize a retirada, suspensão ou regularização do apontamento.

CAPÍTULO IV
DA APURAÇÃO DOS CRÉDITOS E DA ADESÃO

Art. 9º. O crédito consolidado devido pelo contribuinte será apurado na data da assinatura do Termo de Responsabilidade de Parcelamento e Confissão de Dívida ou na data de emissão da guia para pagamento à vista, observadas as normas desta Lei e a legislação municipal aplicável.
Parágrafo único. A consolidação compreenderá o valor principal, a atualização monetária, multas, juros de mora, honorários advocatícios, custas, emolumentos, despesas de protesto, despesas processuais e demais encargos incidentes até a data da adesão, aplicando-se os descontos previstos nesta Lei apenas sobre multas e juros de mora.
Art. 10. A adesão ao REFIS 2026 importa em confissão irrevogável e irretratável dos créditos incluídos no programa, reconhecimento expresso da certeza, liquidez e exigibilidade da dívida e renúncia a qualquer defesa, impugnação ou recurso administrativo ou judicial sobre os créditos abrangidos.
Art. 11. O devedor deverá desistir de eventual ação judicial, impugnação, defesa ou recurso administrativo em que discuta o débito incluído no REFIS 2026, renunciando ao direito sobre o qual se funda a respectiva discussão.
Parágrafo único. Havendo ação judicial proposta pelo contribuinte, este deverá comprovar o protocolo do pedido de desistência ou renúncia, quando juridicamente aplicável, sem prejuízo da análise pela Procuradoria Jurídica.
Art. 12. A adesão ao REFIS 2026 fica condicionada à atualização cadastral do contribuinte, do responsável tributário ou do corresponsável perante os cadastros municipais pertinentes.
Art. 13. Os depósitos judiciais vinculados aos créditos do Município poderão ser convertidos em renda em favor da Fazenda Municipal, concedendo-se o parcelamento, quando cabível, apenas sobre eventual saldo remanescente.
Art. 14. Será exigida caução, manutenção de penhora, manutenção de arresto ou outra garantia idônea para parcelamento de valor superior a R$ 70.000,00 (setenta mil reais), permanecendo a garantia até o pagamento integral do parcelamento, salvo autorização expressa da Procuradoria Jurídica ou decisão judicial.
Parágrafo único. Não havendo processo judicial, a suficiência da garantia oferecida será submetida à análise da Procuradoria Jurídica e do setor fazendário competente.

CAPÍTULO V
DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Art. 15. O pagamento do crédito consolidado poderá ser realizado nas seguintes condições:
I. em parcela única, com desconto de 100% (cem por cento) sobre multas e juros de mora;
II. em 3 (três) parcelas mensais e sucessivas, com desconto de 75% (setenta e cinco por cento) sobre multas e juros de mora;
III. em 6 (seis) parcelas mensais e sucessivas, com desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre multas e juros de mora.
§ 1º. A parcela mínima será de R$ 80,00 (oitenta reais) para a modalidade de pagamento em 3 (três) parcelas e de R$ 100,00 (cem reais) para a modalidade de pagamento em 6 (seis) parcelas, ressalvada a hipótese prevista no § 2º deste artigo.
§ 2º. Para contribuintes pessoas físicas em situação de vulnerabilidade social, assim consideradas aquelas que, em procedimento estabelecido em regulamento próprio, comprovem preencher as condições para inscrição no Cadastro Único dos programas sociais do Governo Federal ou outro critério municipal equivalente, poderá ser concedido desconto de 100% (cem por cento) sobre multas e juros de mora, ainda que adotado o número máximo de parcelas permitido nesta Lei, dispensada a exigência de parcela mínima.
§ 3º. A regra prevista no § 2º deste artigo não alcança honorários advocatícios, custas, emolumentos, despesas de protesto, despesas processuais e demais encargos legais não abrangidos expressamente pelo benefício.
§ 4º. As guias de pagamento serão disponibilizadas ao contribuinte pelo Setor de Tributação ou pelo setor competente, mediante identificação do requerente e conferência cadastral.
Art. 16. Os parcelamentos serão formalizados mediante Termo de Responsabilidade de Parcelamento e Confissão de Dívida, observadas as seguintes condições:
I. o valor da parcela será calculado pela divisão do crédito consolidado, com os descontos cabíveis, pelo número de parcelas escolhido pelo contribuinte, observadas as modalidades previstas no art. 15 desta Lei;
II. a homologação da adesão ao REFIS 2026 fica condicionada ao pagamento da primeira parcela ou do pagamento à vista, conforme a opção do contribuinte;
III. caso o vencimento do documento de arrecadação ocorra em sábado, domingo, feriado ou dia sem expediente bancário, o pagamento poderá ser realizado no primeiro dia útil subsequente;
IV. em caso de inadimplência de 2 (duas) parcelas consecutivas ou 3 (três) alternadas, o parcelamento será rescindido, com vencimento antecipado das parcelas vincendas, perda dos benefícios concedidos e retomada da cobrança administrativa, extrajudicial ou judicial;
V. a opção de adesão ao REFIS 2026 somente poderá ocorrer uma única vez para os mesmos débitos, vedada nova adesão para o mesmo crédito após rescisão do parcelamento;
VI. para fins de caracterização da inadimplência, será considerado mês de atraso o mês completo ou qualquer fração de mês posterior ao vencimento da parcela.
Art. 17. O pagamento de parcela vincenda não prejudica a cobrança de parcela vencida, nem impede a rescisão do parcelamento quando configuradas as hipóteses previstas nesta Lei.

CAPÍTULO VI
DO INADIMPLEMENTO, RESCISÃO E RETOMADA DA COBRANÇA

Art. 18. O REFIS 2026 será rescindido no caso de inadimplência de 2 (duas) parcelas consecutivas ou 3 (três) alternadas, hipótese em que ocorrerá a perda dos benefícios concedidos e o retorno da dívida ao seu valor originário, acrescido de correção monetária, juros, multas, honorários advocatícios, custas, emolumentos, despesas de protesto, despesas processuais e demais encargos legais cabíveis.
Parágrafo único. O cancelamento por inadimplência poderá implicar multa de 5% (cinco por cento) sobre o saldo remanescente recalculado

após a perda dos benefícios, quando prevista no Termo de Responsabilidade de Parcelamento e Confissão de Dívida.

Art. 19. O cancelamento do REFIS 2026 acarretará a retomada da cobrança dos créditos, deduzidos os valores efetivamente pagos, ficando o contribuinte sujeito à cobrança administrativa, inscrição ou manutenção em dívida ativa, protesto, ajuizamento ou prosseguimento da execução fiscal, conforme o caso.

Art. 20. Nos débitos judicializados, o inadimplemento do parcelamento autorizará a comunicação à Procuradoria Jurídica para requerer o prosseguimento da execução fiscal pelo saldo remanescente, com os acréscimos legais cabíveis.

Art. 21. Nos débitos protestados ou submetidos à cobrança administrativa qualificada, o inadimplemento do parcelamento autorizará a manutenção ou retomada das providências administrativas e extrajudiciais cabíveis, inclusive protesto, cobrança administrativa, negativação quando legalmente admitida e posterior ajuizamento da execução fiscal, observada a Lei Municipal nº 2.424/2026.

CAPÍTULO VII

DAS CERTIDÕES E DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. A certidão negativa de débitos municipais somente será concedida após o pagamento integral dos créditos incluídos no REFIS 2026, ressalvada a emissão de certidão positiva com efeitos de negativa, quando cabível nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. Havendo créditos parcelados, a Fazenda Municipal poderá expedir certidão positiva com efeitos de negativa se o contribuinte estiver adimplente com o parcelamento e não existir outra causa impeditiva.

Art. 23. O não cumprimento integral ou parcial das obrigações assumidas no REFIS 2026 sujeitará o contribuinte à cobrança dos créditos pelas modalidades administrativas, extrajudiciais e judiciais previstas na legislação.

Art. 24. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, especialmente quanto aos procedimentos de adesão, comprovação de vulnerabilidade social, atualização cadastral, emissão de guias, controle de parcelamentos, individualização de honorários e encargos, comunicação com cartórios de protesto e forma de atendimento ao contribuinte.

Art. 25. Para os casos omissos, aplicam-se subsidiariamente o Código Tributário Municipal, a Lei Municipal nº 2.424/2026, a legislação municipal específica de honorários advocatícios, o Código Tributário Nacional, o Código de Processo Civil, a Lei Federal nº 6.830/1980 e a Lei Federal nº 9.492/1997.

TABELA DO ART. 15 - REFIS 2026

Programa Especial de Recuperação de Créditos do Município de Marilena

Modalidade de pagamento	Quantidade de parcelas	Desconto sobre multas e juros de mora	Parcela mínima
Pagamento à vista	Parcela única	100%	Não se aplica
Parcelamento	3 parcelas	75%	R$ 80,00
Parcelamento	6 parcelas	50%	R$ 100,00

Observação 1: Para contribuintes pessoas físicas em situação de vulnerabilidade social, poderá ser concedido desconto de 100% sobre multas e juros de mora, ainda que adotado o número máximo de parcelas permitido na Lei, dispensada a exigência de parcela mínima, conforme o art. 15, § 2º.

Observação 2: O benefício não alcança honorários advocatícios, custas, emolumentos, despesas de protesto, despesas processuais e demais encargos legais não abrangidos expressamente pelo REFIS, conforme o art. 15, § 3º.

Observação 3: As guias de pagamento serão disponibilizadas pelo Setor de Tributação ou pelo setor competente, mediante identificação do requerente e conferência cadastral, conforme o art. 15, § 4º.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marilena, Estado do Paraná, 20 de Julho de 2026.

CÉLIO LÉLIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:96FC928C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI Nº 2441/2026

LEI Nº 2441/2026

Altera a Lei Municipal nº 2.085/2023, que dispõe sobre o valor da bolsa de estágio e do auxílio-transporte dos estagiários vinculados ao Município de Marilena, e dá outras providências.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc..., faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1º O art. 1º da Lei Municipal nº 2.085/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam fixados os valores da bolsa de estágio e do auxílio-transporte dos estagiários vinculados ao Município de Marilena, Estado do Paraná, na seguinte forma:

I - para estágio com jornada diária de 6 (seis) horas: R$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), a título de bolsa de estágio, acrescido de R$ 58,80 (cinquenta e oito reais e oitenta centavos), a título de auxílio-transporte, totalizando R$ 908,80 (novecentos e oito reais e oitenta centavos);

II - para estágio com jornada diária de 4 (quatro) horas: R$ 566,67 (quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), a título de bolsa de estágio, acrescido de R$ 58,80 (cinquenta e oito reais e oitenta centavos), a título de auxílio-transporte, totalizando R$ 625,47 (seiscentos e vinte e cinco reais e quarenta e sete centavos).

§ 1º Os valores previstos neste artigo aplicam-se aos termos de compromisso de estágio vigentes e aos que vierem a ser firmados, observada a data de início dos efeitos financeiros desta Lei.

§ 2º A concessão da bolsa de estágio e do auxílio-transporte observará a legislação federal aplicável, os termos de compromisso firmados, a disponibilidade orçamentária e as normas administrativas do Município."

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º O Poder Executivo poderá expedir atos regulamentares necessários à execução desta Lei, observada a legislação vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de julho de 2026.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marilena, Estado do Paraná, 17 de Julho de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:EB32399C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

GABINETE
DECRETO Nº 5123, DE 21 DE JULHO DE 2026

"Altera a composição do Comitê da Equipe de Vigilância em Saúde, como autoridade sanitária da Prefeitura Municipal de Matinhos."

O Prefeito Municipal De Matinhos, Estado Do Paraná**, EDUARDO ANTONIO DALMORA**, no exercício de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica em seu artigo 76, resolve:

ALTERAR

Art.1º O **COMITÊ DA EQUIPE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE** como autoridade sanitária investida de plenos poderes inerentes ao exercício de suas funções, composta dos seguintes membros:

Adolpho Manoelito Rodrigues de Lara— Matrícula nº 101316/1
Alexandre de Salvo Kessin Palhares— Matrícula nº 101392/1
Alexsandra da Silva Ferreira do Nascimento — Matrícula nº 101362/1
Alfredo Manuel Acosta Caballero Junior — Matrícula nº 100536/2
Aline Hidalgo Ferreira — Matrícula nº 73440/1
Ananias Caetano da Silva — Matrícula nº 82724/0
André Ricardo Hideo Matsuzaki — Matrícula nº 76503/1
Carlos Antonio de Oliveira Filho— Matrícula nº 76589/1
Consuelo Francisconi Moreno - Matrícula nº 76511/1
Debora Anacleto da Silva- Matrícula nº 100563/3
Devair Furtozo — Matrícula nº 490921
Diogo Koprovski de Souza — Matrícula nº 101162/1
Eduarda Cristina Poletto Goncalves— Matrícula Nº 73458/2
Fabiana Oliveira Nobre — Matrícula Nº 101504/1
Fernanda Goulin Drausnick— Matrícula Nº 101360/1
Fernando Nakanishi Hamada - Matrícula nº 77798/1
Gabrielle Maria Santano Chalcoski Purcina - Matrícula nº101398/1
Gustavo Araujo de Almeida - Matrícula nº 101616/1
Heloy Ignacio Ribeiro - Matrícula nº 100840/2
Jessica Fritz da Silva - Matrícula nº 101440/2
Joseane Castilho Fernandes - Matrícula nº 101361/1
Julhana Salete Giacomoni — - Matrícula nº 58785/1
Lismery Pereira de Souza — Matrícula nº 100438/ 1
Lucas dos Santos Silva - Matrícula nº 100935/2
Maria Tania Pereira - Matrícula nº 100402/2
Mariana Alice Cavichiolo — Matrícula nº 101846/1
Nathália Battistella — Matrícula nº 74926/1
Neli Steffen Bossi — Matrícula nº 76520/1
Ricardo de Amorim Falcão — Matrícula nº 101318/1
Simone Conceiçao da Rocha — Matrícula nº 101665/1
Tatiane Dourado dos Santos — Matrícula nº 100440/1
Yasmin Daia dos Santos Zuza — Matrícula nº 100936/3
Giulia Rocha da Silva Bonzatto — Matricula nº 101492/1
Karoline Cristhianne dos Santos Mendes — Matricula nº 59226/1
Sidnei Guimarães — Matricula nº 102040/1

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua a publicação, com efeitos a partir de 14 de julho de 2026, revogando o decreto 4787/2026 e suas disposições em contrário.

Matinhos, 21 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:945A49AD

GABINETE
DECRETO Nº 5124, DE 21 DE JULHO DE 2026.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n°1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, em face ao ofício 190/2026-SMS, decreta a:

NOMEAÇÃO
Art.1º De **LIZIANE EVELIS DA SILVA,** inscrita no CPF sob o nº 959.xxx.xxx-87 e portadora da Carteira de Identidade RG nº 5.xxx.xxx-5 SESP/PR, no cargo de provimento em comissão de **DIRETOR ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DA ATENÇÃO Á SAÚDE,** simbologia CCE, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 21 de julho de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 21 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:CCBDD956

GABINETE
PORTARIA Nº 794/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, resolve:

TORNAR SEM EFEITO

Art. 1º A Portaria nº 738/2026 do dia 06 de julho de 2026, referente a **FÉRIAS**, da servidora **SUELEN CRISTINE VIANA AFONSO**, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição nº 3568 do dia 08 de julho de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 21 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:D13CEE05

GABINETE
PORTARIA Nº 795/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao processo nº 24035/2026, resolve:
CONCEDER
Art.1º A servidora **Janete Simião,** matrícula nº 73202/1, ocupante do cargo público de **Educador Infantil,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, **90 (noventa) dias** de **Licença Prêmio** a contar **do dia 23 de julho de 2026 a 20 de outubro de 2026**, referente ao período aquisitivo de **2017 a 2022**, conforme o artigo nº 113 da Lei Municipal n°1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos).
Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 23 de julho de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 21 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:EE4DEA8C

GABINETE
PORTARIA Nº 796/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Laudo Pericial em anexo, resolve:

PRORROGAR

A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao servidor público abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com o Artigo n° 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo expedido pela Junta Médica Municipal.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
66184/1	Emerson Luis Miranda	Enfermeiro	26/06/2026 A 23/09/2026 (90) dias	Sim

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 26 de junho de 2026, revogando a portaria 599/2026 e suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 21 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:3B0A40ED

GABINETE
PORTARIA Nº 797/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, resolve:

PRORROGAR

Art. 1° A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, da servidora pública abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Artigo n° 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo Pericial expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
57886/1	Annelise Bayer da Silva dos Santos	Professor	08/07/2026 A 06/08/2026 (30) dias	Não

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 08 de julho de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 21 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:67F33BA6

GABINETE
PORTARIA Nº 798/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Laudo Pericial em anexo, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, da servidora pública abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Artigo n° 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo Pericial expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
101668/1	Cristiane de Oliveira dos Santos	Cozinheiro/Merendeira	27/06/2026 A 24/10/2026 (120) dias	Não

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 27 de junho de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 21 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:05693A55

GABINETE
PORTARIA Nº 799/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Laudo Pericial em anexo, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, do servidor público abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Segurança e Transito, em conformidade com o Artigo n° 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo Pericial expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
52892/1	Oscar José Amado Fernandes Moreira	Guarda Municipal	07/07/2026 A 05/08/2026 (30) dias	Sim

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 07 de julho de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 21 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:1EA635D2

GABINETE
PORTARIA Nº 800/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Laudo Pericial em anexo, resolve:

CONCEDER

Art.1º LICENÇA MATERNIDADE, a servidora pública abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com o Artigo n° 108, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo Pericial expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
100667/1	Hellen Leticia de Paula	Educador Infantil	20/07/2026 a 15/01/2027 (180 dias)	Sim
100667/2	Hellen Leticia de Paula	Professor	20/07/2026 a 15/01/2027 (180 dias	Sim

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 20 de julho de 2026, revogando as disposições em contrário.

Matinhos, PR, 22 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:16BCBD48

GABINETE
PORTARIA Nº 801/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Laudo Pericial em anexo, resolve:

PRORROGAR

Art. 1° A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,da servidora pública abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Artigo n° 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
77224/1	Simone Sanglard Penteado	Professor	03/07/2026 A 01/08/2026 (30) dias	Não

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 03 de julho de 2026, revogando portaria 382/2026 e suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 22 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:4DC9AEA5

GABINETE
PORTARIA Nº 802/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, resolve:

PRORROGAR

Art. 1° A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, da servidora pública abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Artigo n° 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo Pericial expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
66095/2	Sandra Adelia Choma Nascimento	Atendente Infantil	20/07/2026 A 16/11/2026 (120) dias	Sim

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 20 de julho de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 22 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:F496957A

GABINETE
PORTARIA Nº 803/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, resolve:

CONCEDER

Art. 1° LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora pública abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Artigo n° 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo Pericial expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
69817/4	Thais Cristina Lourenço Fucks	Educador Infantil	06/07/2026 A 04/08/2026 (30) dias	Não

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 06 de julho de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 22 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:603B97C4

GABINETE
PORTARIA Nº 804/2026

(Portaria de Instauração de Processo Administrativo Disciplinar)

O Prefeito Municipal de Matinhos, no uso da competência que lhe confere o artigo 240, da Lei n° 1.165/2008 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos).

Considerando o despacho proferido nos autos nº 35.512/2023, por meio do qual foi determinada a cisão do processo administrativo disciplinar instaurado por meio da Portaria nº 364/2024, publicada no Diário Oficial em 3 de abril de 2024, a fim de que parte dos fatos perquiridos, em tese, no feito, fossem submetidos à comissão constituída pelo Decreto Municipal n.º 5.028/2026, qual seja, a Comissão Permanente Contra o Assédio Moral, com a consequente retomada do Processo Administrativo Disciplinar anteriormente aforado, agora exclusivamente para apurar os fatos descritos nos itens "1" e "2" do ato de abertura:

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR,instaurado por meio da Portaria nº 364/2024, publicada no Diário Oficial em 3 de abril de 2024, exclusivamente em relação aos itens arrolados abaixo, a fim de apurar a conduta, bem como a ocorrência de eventuais infrações funcionais cometidas pela Servidora Pública Municipal R.F.L. no exercício de suas funções, em aparente afronta aos deveres funcionais dispostos no art. 202, incisos V, VI e XI, do Estatuto dos Servidores Municipais de Matinhos, circunstância que se amolda, em tese, na previsão do art. 203, inciso XV, XXI do mesmo diploma legal, a seguir elencadas:

FATO	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA CONDUTA
1.	Servidora deixou de impulsionar 79 (setenta e nove) processos digitais que se encontram no centro de custo da Secretaria Municipal de Controle Interno (alguns com mais de 1612 dias de paralisação), conforme planilhas acostadas neste expediente;
2.	Insubordinação em relação às ordens e determinações superiores, notadamente do Secretário da Pasta a qual está lotada, (desde o mês de outubro/2023) o qual informou

	que a postura da Servidora R.F.L. sempre foi de confronto, desobediência e insubordinação, como por exemplo: Servidora se negou a entrar e participar do grupo de whatsapp criado para tratar de assuntos de trabalho; Negou-se a compartilhar documentos no drive aos demais servidores do setor sob a alegação de que os expedientes pertencem somente a Servidora; Negou-se a responder o questionário de sugestão de melhorias no trabalho, dizendo "isso é uma palhaçada"; Negou-se a acatar a ordem de serviço emitida pelo Secretário, sob a alegação de que "não iria passar serviço para ninguém e que queriam tirar suas atribuições". Servidora não adotou providências quanto ao impulsionamento dos processos da Secretaria Municipal de Controle Interno, estes registrados no sistema informatizado da Prefeitura Municipal, bem como diversos processos que foram encerrados

Artigo 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, ficam designados os servidores nomeados no **Decreto Municipal n° 4.187/2025**, para compor a **COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**, quais sejam:

Presidente:
Alessandro Koiti Ymai - Matrícula: 76.406/1
Membros:
Elias Gomes da Silva - Matrícula: 63.428/2
Juliana Schuindt Kaminski - Matrícula: 100.686/1
Suplentes:
Denise Cavenaghi Molina - Matrícula: 83.372/1
Jose Augusto Giraldello - Matrícula: 50.563/2
Apoio Jurídico:
Vinicius Teixeira Bressan - Matrícula: 10.0910/1

Artigo 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes. Os membros da comissão têm poder de reportar-se diretamente aos órgãos e entidades da Administração Pública em diligências necessárias à instrução processual.

Artigo 4º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de **60 (sessenta) dias úteis**, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Matinhos, 22 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:C8FC3E41

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2026

AVISO DE LICITAÇÃO RETIFICADO

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 082/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$20.100.000,00 (vinte milhões e cem mil reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 06/08/2026 às 09h00min

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM: LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESA (ME), MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E 75% AMPLA CONCORRÊNCIA.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS EXCEPCIONAIS: licitacao@matinhos.pr.gov.br - CONTATOS Telefone: 0800 3971 600 Ramais: 795 - 807 - 811

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:BD23A866

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 083/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a decisão do agente de contratação, nomeado conforme Decreto nº 5054/2026 de 19/06/2026, e todos os atos referente ao certame disponível através do portal de licitação BLL COMPRAS, link https://bllcompras.com/Home/Login, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, bem como ainda de acordo com as condições estabelecidas no edital supracitado, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, resolve:

H O M O L O G A R

O resultado da licitação, onde adjudicou o objeto do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026, que tem por finalidade a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR, para a seguinte empresa: SEGUROS SURA S/A. inscrita no CNPJ nº 33.065.699/0001-27 com os lotes: 1, 2 no valor total de R$ 5.880,96 (cinco mil e oitocentos e oitenta reais e noventa e seis centavos).

Município de Matinhos, em 17 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:C916DE30

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 079/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a decisão do agente de contratação, nomeado conforme Decreto nº 5054/2026 de 19/06/2026, e todos os atos referente ao certame disponível através do portal de licitação BLL COMPRAS, link https://bllcompras.com/Home/Login, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, bem como ainda de acordo com as condições estabelecidas no edital supracitado, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, resolve:

H O M O L O G A R

O resultado da licitação, onde adjudicou o objeto do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2026, que tem por finalidade a AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO (PA1/PS1) EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, para a seguinte empresa: ALAN HENRIQUE TONELLO 28.434.532/0001-56 com os lotes: 1, 3, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14 no valor total de R$ 1.664.825,00, inscrita no CNPJ

nº (um milhão e seiscentos e sessenta e quatro mil e oitocentos e vinte e cinco reais). TUBOS PALMEIRA LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.097.090/0001-60 com os lotes: 2, 6, 8 no valor total de R$ 1.049.600,00 (um milhão e quarenta e nove mil e seiscentos reais). CONCRELEAL IND E COM DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ nº 37.177.090/0001-09 com os lotes: 4, 5 no valor total de R$ 477.000,00 (quatrocentos e setenta e sete mil reais).

Município de Matinhos, em 16 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:F07EF8F8

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA 003/2026 REUNIÃO ORDINÁRIA COMDIM 13.05.2026

ATA Nº 003/2026 - Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM. Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis (13/05/2026), às dez horas (10h), até às onze horas e vinte minutos (11h10), na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Matinhos/PR, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM. Estiveram presentes os seguintes membros: Natane de Borba, presidente; Eunice Viganó Dalmora - Gestora da Secretaria Municipal de Assistência Social; Sandra A. R. de Oliveira, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social; Patrícia Bichels, representante da Secretaria Municipal de Saúde; Aparecida R. Barbosa, representante da APP Sindicato; Isabel C. Martines, representante da UFPR; Jane Lanzarim, representante da AMPEC; e Fábio Leandro Armindo, secretário executivo. Também estiveram presentes como convidados: Gracile da M. de L. Cavalcante, CMP; Neide S. S. Lourenço, Jaqueline Woichekoski, Andressa E. M. Antunes e Milena Couto, Dpto da Mulher; Márcio D. R. Oliveira, Advogado SMAS e Sandra A. R. Oliveira, SMAS. Aberta a reunião, a presidente ressaltou a necessidade de objetividade em razão de outros compromissos agendados, passando a palavra à Sra. Eunice Viganó Dalmora, que apresentou informes sobre as ações do Departamento da Mulher. Informou que está em fase de implantação um grupo reflexivo voltado a homens autores de violência, visando contribuir para a redução dos casos de violência no município. Relatou ainda a elaboração de campanha de conscientização contra a violência à mulher, com participação de homens do município, incluindo autoridades locais, por meio de vídeos e divulgações em redes sociais. Na sequência, informou a realização de casamento coletivo, no dia 11 de junho, envolvendo os municípios de Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná, tendo Matinhos como sede. Comunicou também alterações na equipe do Departamento da Mulher, esclarecendo que a Sra. Neide passará a atuar junto ao Centro de Convivência do Idoso – CCI, enquanto a Sra. Nathane de Borba encerraria suas atividades à frente do Departamento da Mulher para atuar na coordenação do CCP, especialmente no desenvolvimento de cursos profissionalizantes e parcerias com instituições como SESC e SENAC. A Sra. Nathane agradeceu à equipe, aos conselheiros e à gestão municipal pelo período de atuação junto ao Departamento da Mulher, destacando a importância do trabalho em rede e da continuidade das ações voltadas à autonomia financeira e fortalecimento das mulheres atendidas. Na oportunidade, foi apresentado o relatório trimestral das atividades desenvolvidas entre janeiro e março de 2026. Dando continuidade, a Sra. Eunice ressaltou a importância da participação dos homens nas ações de enfrentamento à violência contra a mulher, esclarecendo que profissionais masculinos atuam em apoio técnico e jurídico às mulheres atendidas. Também destacou a importância do diálogo entre os membros do conselho, solicitando que divergências fossem debatidas internamente, de forma coletiva e construtiva. Posteriormente, informou sobre articulações realizadas junto à Secretaria de Estado da Saúde do Paraná para desenvolvimento de mutirões de atendimentos especializados no município, incluindo exames, consultas e procedimentos cirúrgicos, visando reduzir filas existentes há anos. Destacou ainda a realização de força-tarefa entre as equipes da saúde e assistência social para contato com usuários cadastrados no sistema, respeitando a ordem cronológica dos atendimentos. Em seguida, a conselheira Aparecida R. Barbosa esclareceu que o debate anteriormente levantado acerca da participação masculina dizia respeito especificamente à ocupação de cadeiras de conselheiros por homens, e não à atuação de assessores, técnicos, secretários executivos ou convidados, os quais podem contribuir normalmente com os trabalhos do colegiado. Informou ainda que a discussão também ocorre em âmbito estadual, considerando a finalidade histórica dos Conselhos da Mulher como espaços de representação e fortalecimento das mulheres. Durante o debate, foram realizados esclarecimentos sobre a composição das cadeiras governamentais do conselho, sendo sugerida futura análise da legislação para eventual adequação e melhor definição das representações. Na sequência, a conselheira Aparecida apresentou pauta referente à implantação do curso de Mestrado em Serviço Social na Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, destacando a relevância da iniciativa para o município e região litorânea. Solicitou apoio institucional do município, da Secretaria Municipal de Assistência Social e do conselho, por meio de carta de apoio à implantação do curso. Também foi apresentada pauta referente ao Fórum Permanente dos Conselhos e Coletivos de Mulheres do Litoral, com proposta de realização de evento em Matinhos, reunindo conselhos, gestores e representantes da sociedade civil, com possível participação da Ministra Márcia Lopes. A Sra. Eunice informou que, em razão de agenda institucional previamente assumida pelo município, não poderia participar na data inicialmente prevista para o evento, sugerindo que a pauta fosse posteriormente dialogada junto ao Fórum e à gestão municipal para definição de alternativas e representações. A plenária manifestou-se favorável à emissão de carta de apoio institucional ao curso de mestrado, considerando sua relevância para o fortalecimento das políticas públicas da região litorânea. Também foi ressaltada a importância da participação do município e da articulação regional entre os conselhos e movimentos sociais voltados às políticas para as mulheres. Dando continuidade, a Sra. Eunice apresentou informações acerca de projetos estruturantes planejados pela gestão municipal, destacando a intenção de implantação de uma creche voltada especialmente ao atendimento de crianças autistas, com apoio às mães e famílias atípicas. Na sequência, o Dr. Márcio D. R. Silva esclareceu sua participação na reunião na condição de assessor jurídico da Secretaria Municipal de Assistência Social, colocando-se à disposição do conselho e da equipe técnica para orientações jurídicas relacionadas aos direitos das mulheres e às demandas atendidas pela rede municipal. Por fim, foram realizadas manifestações de agradecimento e reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela Sra. Nathane de Borba junto ao Departamento da Mulher e ao conselho, destacando sua atuação nas pautas relacionadas às mulheres, ao fortalecimento da rede de proteção e à construção de instrumentos técnicos e normativos para o município. Após as homenagens e registros fotográficos, a reunião foi encerrada, e eu, Fábio Leandro Armindo, secretário executivo, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Assinaturas:

_____
Eunice Viganó Dalmora

_____
Sandra A. R. de Oliveira

_____
Neide S. S. Lourenço

_____
Jane Lanzarim

_____
Milena Amaral Couto

_____
Andressa E. M. Antunes

_____
Patrícia G. S. Maior

_____
Isabel C. Martines

_____
Márcio D. R. Silva

_____
Aparecida R. Barbosa

_____

Jaqueline Woichekoski

_____

Patrícia Bichels

_____

Gracileda M. de L. Cavalcante

_____

Natane de Borba
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM

_____

Fabio Leandro Armindo
Secretário Executivo – COMDIM

Publicado por:
Fabio Leandro Armindo
Código Identificador:4D043A2B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
DECRETO Nº 018/2026 ABRE CREDITO ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MUNICIPIO DE MATO RICO
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 18/2026 de 15/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 752/2026 de 03/07/2026.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$26.395,98 (vinte e seis mil e trezentos e noventa e cinco reais e noventa e oito centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
09		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.003		FMDCA - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANCA E	DO
		ADOLESCENTE	
09.003.08.243.0801.1.096		CONSTRUÇÃO DE CRECHE INFÂNCIA FELIZ	
467 - 4.4.95.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALAÇÕES	26.395,98
		Total Suplementação:	26.395,98

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita	
Receita: 1.7.1.1.51.1.1 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS -	26.395,98
Total da Receita:	26.395,98

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, Estado do PR, em 15 de Julho de 2026.

Publicado por:
Juliane Cassia Correia
Código Identificador:FFB758D1

MUNICÍPIO DE MATO RICO
DECRETO Nº 018/2026 ACRE CREDITO ESPECIAL - SUPERAVIT

MUNICIPIO DE MATO RICO
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 18/2026 de 15/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 752/2026 de 03/07/2026.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$598.308,61 (quinhentos e noventa e oito mil e trezentos e oito reais e sessenta e um centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
09		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.003		FMDCA - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	
09.003.08.243.0801.1.096		CONSTRUÇÃO DE CRECHE INFÂNCIA FELIZ	
467 - 4.4.95.51.00.00	33802	OBRAS E INSTALAÇÕES	598.308,61
		Total Suplementação:	598.308,61

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, Estado do PR, em 15 de Julho de 2026.

Publicado por:
Juliane Cassia Correia
Código Identificador:4D3D7D00

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº154/2026
Pregão Eletrônico nº15/2026

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE MATO RICO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 95.684.510/0001-31.

Fornecedor: ANDRÉ F. GRANDI LTDA - pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ: 41.791.576/0001-00.

Objeto: registro de preços para eventual aquisição de lixeiras metálicas rurais para criação de Pontos de Entrega Voluntária - PEVs nas comunidades rurais do município da Prefeitura Municipal de Mato Rico – PR.

Valor Global Estimado: R$ 131.700,00 (cento e trinta e um mil setecentos reais).

Vigência: 22/07/2026/ a 22/07/2027.

Data de Assinatura:22/07/2026
Fundamento Legal: arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.
Informações: A íntegra da ata encontra-se disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico do órgão gerenciador.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:790E8923

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DO CONTRATO Nº153/2026

MUNICÍPIO DE MATO RICO – ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – PEQUENAS COMPRAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº153/2026 – COMPRA DIRETA Nº20/2026
Processo Administrativo nº 92/2026
O Município de Mato Rico/PR, nos termos do Decreto Municipal nº 05/2025 e do art. 95, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público o extrato da contratação direta por pronto pagamento:
Objeto: aquisição camisetas personalizadas destinadas ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Mato Rico - PR
Contratado: NADIR CONCEICAO DA LUZ DE QUADROS 37453610915, inscrita no CNPJ sob o nº 41.572.893/0001-27.
Valor Total: R$ **6.800,00 (seis mil e oitocentos reais).**
Fundamento Legal: Art. 95, §2º, da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 05/2025, art. 2º, II e art. 3º, VI.

Data da contratação: 16/07/2026

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:1EB2DD5B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 028/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2026
DISPENSA FÍSICA Nº 032/2026

CONTRATANTE: Município de Miraselva, situada na Avenida Dona Madalena, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 75.845.529/0001-05, na cidade de Miraselva, no Estado do Paraná.

CONTRATADO:EDGAR JR. GESTÃO E ASSESSORIA ESPORTIVA LTDA - ME inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.689.424/0001-60, sediada na Avenida Jacomo Rossini, 369, Parque Residencial Ana Rosa, na cidade de Cambé – PR.

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA CAMPEONATOS DE FUTEBOL, em atendimento à Secretaria Municipal de Esportes do município de Miraselva/PR.

VALOR TOTAL:R$ 21.280,00 (vinte e um mil duzentos e oitenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA:12 (doze) meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

08 – Secretaria de Esportes
001 - Divisão de Esportes
27.812.0012.2050 – Manutenção da Divisão de Esportes
3.3.90.39.00.00 – Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Gabinete do Prefeito 21/07/2026.

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:0A5F3476

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES
REPUBLICAÇÃO DO TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO

1º APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 003/2025 CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ E A EMPRESA VR PRESTADORA LTDA.

CONTRATANTE: A CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua Conselheiro Sinimbú, nº 50, na cidade de Morretes, Estado do Paraná, CNPJ/MF sob n° 01.532.197/0001-72, representado neste ato, por seu Presidente, Vereador JOAO VITOR PELUSO portador da Cédula de Identidade nº 136775162 e do CPF/MF nº 10654620938, o qual pode ser encontrado na Sede do Poder Legislativo Municipal.

CONTRATADO: VR PRESTADORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ: 59.786.104/0001-16, Nire: 41213341020 representada por VALNEI RODRIGUES portador do RG: 703508138-4, CPF: 409.400.550-15, com sede na Rua: RUA ADOLFO ZATORSKI, nº 68, CEP: 84.615- 000, Bairro: CENTRO, Município de PORTO VITORIA, Estado do Paraná.

CLAUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO
O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a alteração da data de vigência contratual e consequente valor, considerando a ocorrência de erros materiais mediante as seguintes considerações:
- Considerando que a licitação realizada em 11/06/2025 resultou na celebração do Contrato nº 002/2025 com a empresa JM Works Comércio e Serviço Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 58.183.277/0001-87;
-Considerando que, posteriormente, houve a rescisão do referido contrato em razão de intercorrências verificadas na execução contratual;
Considerando que, em decorrência da referida rescisão, foi celebrado o Contrato nº 003/2025;
-Considerando que o Contrato nº 002/2025 teve vigência pelo período aproximado de 02 (dois) meses, não tendo sido, à época, considerada a proporcionalidade do prazo remanescente em relação ao período total de 12 (doze) meses previsto no edital do Pregão nº 001/2025;
-Considerando que o Contrato nº 003/2025 foi celebrado com prazo de 12 (doze) meses e com valor de referência estimado para esse mesmo período;
-Verifica-se que a soma das vigências dos Contratos nº 002/2025 e nº 003/2025 não está em conformidade com o prazo total estabelecido no instrumento convocatório;

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO
Realiza-se o presente Apostilamento com fundamento no Art. 136 da Lei n.º 14.133/21:
Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:
(...)
II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
Fica alterado o prazo de vigência apresentado no contrato 003/2025, onde se lê:

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGENCIA DO CONTRATO
5.1
-O CONTRATADO assume o compromisso de realizar a prestação dos serviços conforme termo de referência, durante o período de 12 (doze) meses, de acordo com a forma estabelecida no presente contrato, a partir do dia 01 de outubro de 2025 a 30 de setembro de 2026.

LEIA SE:
CLÁUSULA QUINTA – DA VIGENCIA DO CONTRATO
5.2
-O CONTRATADO assume o compromisso de realizar a prestação dos serviços conforme termo de referência, durante o período de 10 (dez) meses, de acordo com a forma estabelecida no presente contrato, a partir do dia 01 de outubro de 2025 a 31 de julho de 2026.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

Em razão da alteração do prazo contratual, consequentemente resta alterado também o valor contratual, de modo que onde se lê:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
2.1
- A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a importância de R$ 299.595,96 (Duzentos e noventa e nove mil e quinhentos e noventa e cinco reais e noventa e seis centavos) anual, para a prestação dos serviços conforme o termo de referência, por o período de 12 meses. Para a prestação de serviço conforme clausula primeira.

LEIA SE:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
2.2
- A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a importância de R$ 249.663,30 (Duzentos e quarenta e nove mil, seiscentos e sessenta e três reais e trinta centavos) anual, para a prestação dos serviços conforme o termo de referência, por o período de 10 meses. Para a prestação de serviço conforme clausula primeira.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO
Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais cláusulas e condições do contrato, não modificadas por este Termo de Apostilamento.

Palacio Marumbi, Morretes, 08 de abril de 2026.

Câmara Municipal de Morretes
JOÃO VITOR PELUSO DA SILVA
Presidente
Contratante

Publicado por:
Nathália Emanuele Valerio
Código Identificador:991998EE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2881 DE 16 DE JULHO DE 2026.

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 2881/2026 de 16/07/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 22.000,00 (vinte e dois mil reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
05.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
05.001.04.122.0040.2.012		MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
76 - 3.3.90.39.00.00	3002	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	22.000,00
		Total Suplementação:	22.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotações de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
04		SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
04.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
04.001.04.123.0040.2.007		MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E	
57 - 3.3.90.39.00.00	3002	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	22.000,00
		Total Redução:	22.000,00

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 16 de Julho de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:107ACE83

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2882 DE 20 DE JULHO DE 2026

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 2882/2026 de 20/07/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 14.500,65 (quatorze mil e quinhentos reais e sessenta e cinco centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
05.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
05.001.04.122.0040.2.012		MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
76 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	9.500,65
05.001.04.122.0040.2.217		ALMOXARIFADO	
79 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
		Total Suplementação:	14.500,65

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotaçõesde acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
05.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
05.001.04.122.0040.2.217		ALMOXARIFADO	
81 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	14.500,65
		Total Redução:	14.500,65

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 20 de Julho de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:D9223014

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N° 16/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
EDITAL N° 16/2026
CREDENCIAMENTO DE FEIRANTES PARA O 5º MARUMBI FESTIVAL

O **MUNICÍPIO DE MORRETES**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº **76.022.490/0001-99**, com sede na Praça Rocha Pombo, nº 10, Centro, Morretes/PR, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, torna público, para conhecimento dos interessados, o procedimento que realizará **CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E/OU JURÍDICA, PARA EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA DE EXPOSIÇÃO DE NATUREZA DO EVENTO INSTITUCIONAIS, VENDA DE PACOTES E PRODUTOS TURÍSTICOS, E ALIMENTOS E BEBIDAS DURANTE AS FESTIVIDADES DO 5° MARUMBI FESTIVAL**, mediante concessão de **AUTORIZAÇÃO DE USO TEMPORÁRIO**, para uso de espaço físico público, tendo em vista o interesse da coletividade, com fundamento na Lei Federal n° 14.133/2021, mormente no disposto no *caput* do artigo 74, pela Comissão Organizadora, como também as normativas e regulamento para a realização do evento, conforme abaixo exposto:

1. OBJETO

O objeto deste Edital refere-se ao credenciamento para exploração de atividade econômica pelos participantes, durante o **5º MARUMBI FESTIVAL**, mediante concessão de Autorização de Uso Temporário, para uso de espaço físico público, e normativas e regulamento próprios, para a realização do evento.

1.1. Serão credenciados à concessão de **Autorização de Uso Temporário**, para uso de espaço físico público, todos aqueles que apresentarem os documentos constantes deste Edital, na forma deste regulamento.

2. DESCRITIVO E QUANTITATIVO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E ESTRUTURAS DE BARRACAS

Serão limitadas em até 20 (vinte) espaços para a exposição e comercialização de produtos turísticos, produtos de equipamentos técnicos e vestuário de esportes de montanha, produtos artesanais locais, in natura, e agroindústrias locais, também, alimentos e bebidas, bem como espaços para instituições ligadas à temática do evento assim distribuídas na Praça Comendador José Ribeiro de Macedo, em conformidade com os croquis disponíveis no Anexo I:

I – 03 (três) espaços para exposição de materiais institucionais de natureza do evento

II – 10 (dez) espaços para feira econômica criativa de acordo com a natureza do evento;

III – 03 (três) espaços distribuídos na Praça de alimentação na lateral da Igreja de São Sebastião, para exclusivo de chopp de produção artesanal, licores artesanais e outras bebidas destiladas artesanais;

IV - 04 (quatro) distribuídas na lateral da Igreja de São Sebastião, para venda exclusiva de alimentos prontos ou ali preparados e bebidas sem álcool

2.1 A disponibilidade de vagas para exposição e comercialização são de acordo com o espaço físico disponível, em conformidade com os croquis elaborados pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

2.3. Caso verifique espaço disponível, fica sob responsabilidade da Comissão Organizadora a colocação de mais barracas, conforme a necessidade e verificação do interesse público.

2.5. O feirante terá somente a frente da barraca para atendimento ao público transeunte.

2.6. Na Praça de Alimentação, as barracas podem conter mesas e cadeiras, distribuídas em frente às barracas, para atendimento à população consumidora, sem que atrapalhem o livre trânsito de pessoas.

2.7. A utilização de cada um dos espaços será atribuída ao credenciado habilitado, mediante homologação de sua habilitação e sorteio da área, a ser realizado após a conclusão deste credenciamento, em ato público, na data de **20 de agosto de 2026, a partir das 15h**, na sede da Secretaria de Cultura e Turismo.

3. JUSTIFICATIVA DO ATO DO CREDENCIAMENTO E REGULAMENTO

O credenciamento em tela visa dar atenção prioritária aos pequenos negócios do Município de Morretes por consequência do 5º MARUMBI FESTIVAL, tradicional festividade do Município, nas datas de 22 e 23 de agosto de 2026, que se constitui como atrativo turístico e cultural, visando o fortalecimento turismo e econômico local, aliado ao destaque da forte cultura local, nos termos da Lei Municipal nº 219/2013.

A quinta edição do MARUMBI FESTIVAL será realizado na Praça Comendador José Ribeiro de Macedo, no Porto de Cima.

É bem verdade que as atividades de turismo e cultura são essenciais para Municípios litorâneos e guardam fundamento em direito fundamentais do homem, ao acesso a recursos que promovam a liberdade cultural, consagrando e efetivando direitos culturais. A difusão cultural cria parâmetros de relações sociais, atua no processo de socialização, definindo os valores e sentidos das ações sociais e são atribuições do Poder Público fomentar ações que potencialize políticas públicas de cultura, de artesanato e de artes em todas as suas linguagens.

Ainda, Morretes é um Município que possui uma vasta cultura histórica e sua valorização é um instrumento essencial na construção de uma sociedade consolidada em bases sólidas e preparada para o futuro. É fundamental que a população tenha conhecimento sobre raízes, tradições e motivações que levaram a sociedade ao estado atual, inclusive como meio de incentivo ao desenvolvimento da região, através da geração de empregos e renda, profissionalizar os agentes que nele atuam e impulsionar o uso de novas tecnologias.

É por meio do patrimônio histórico-cultural que podemos conhecer a história e tudo que a envolve, como por exemplo, a arte, as tradições, os saberes de determinado povo. Logo, preservar e valorizar os elementos culturais de um povo é manter viva a sua identidade, é um ato de construção da cidadania.

Ora, é indiscutível que é importante, na formação pessoal, moral e intelectual do indivíduo e no desenvolvimento da sua capacidade de relacionar-se com o próximo, por meio de várias manifestações, ou seja, suas manifestações culturais por meio da arte, em sua mais ampla manifestação e linguagens, dentre elas, a celebração da tradição regional.

Dito isso, com o presente Credenciamento, o Município de Morretes pretende selecionar os artesãos, produtores rurais, agroindústrias familiares e comerciantes Morretenses para que possam expor suas mercadorias e serviços em um evento que promove uma maior visibilidade, ante a grande circulação de pessoas trazidas para o prestígio do MARUMBI FESTIVAL, que atrai milhares de Morretenses e visitantes.

Em suma, o presente credenciamento visa dar isonomia a todos interessados no uso de espaços públicos descritos neste Edital, para que possam atender à população e turistas com a dignidade, respeito, conforto e organização técnica e sanitária necessárias às festividades.

Nestas vias serão autorizados os pontos para utilização de espaço público de que trata este Edital, conforme o croqui em anexo, no período estipulado.

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO:

Poderão participar do Credenciamento pessoas físicas e jurídicas, que atendam aos critérios estabelecidos para a habilitação e comprovem atividades e finalidade da natureza do evento para expositores, para a praça de alimentação obrigatório residir em Morretes e que atuem nos seguintes ramos de atividade:

a) Artesanato e trabalhos manuais locais;
b) Produtos locais;
c) Bebidas em geral; e
d) Alimentos.

4.1. Serão admitidas as inscrições realizadas por artesãos locais, agroindústrias familiares locais, entidades sem fins lucrativos, e pessoas físicas e jurídicas que cumprirem as disposições do presente Edital.

4.1.2. Considerar-se-á artesão, para fins deste Edital, toda pessoa física que, de forma individual ou coletiva, faz uso de uma ou mais técnicas no exercício de um ofício predominantemente manual, por meio do domínio integral de processos e técnicas, transformando matéria-prima em produto acabado que expressam identidades culturais brasileiras, e para este credenciamento, seja artesão local; admitidas as produções e confecções próprias, como camisetas, canecas e sublimações em geral.

4.1.2. Considerar-se-á agroindústria familiar, o empreendimento de propriedade ou posse de agricultor(es) familiar(es) sob gestão individual ou coletiva, localizado em área rural ou urbana, nesta cidade, com a finalidade de beneficiar e/ou transformar matérias-

primas provenientes de explorações agrícolas, pecuárias, pesqueiras, aquícolas, extrativistas e florestais, abrangendo desde os processos simples até os mais complexos, como operações físicas, químicas e/ou biológicas, apresentando Licença Sanitária Municipal e Alvará, correspondente a sua atividade; e que estejam localizadas no município de Morretes.

4.2. Não será permitido o credenciamento de mais de uma pessoa pertencente ao mesmo núcleo familiar que residam no mesmo domicílio, independente do produto a ser comercializado.

4.3. Os produtos e serviços a serem comercializados deverão ser indicados no ato da inscrição.

4.3.1. Caso seja verificado comercialização de outros produtos, não indicados na ficha, o credenciado será primeiramente notificado, caso a irregularidade persista, será anotado em relatório, para futuras sanções.

4.4. Os produtos e serviços a serem comercializados deverão ser produzidos ou transformados pelo credenciado; sendo admitida a tolerância máxima de 20% (vinte por cento), de produtos locais de terceiros, que residam no município, identificados nominalmente no ato da inscrição, e somente serão comercializados, com a aprovação pela Comissão Avaliadora.

5. DA INSCRIÇÃO

O credenciamento é o que permite participação dos interessados no 5º Marumbi Festival, por meio de emissão de Alvará Temporário.

5.1. A inscrição do pedido de credenciamento será realizada de **22 de julho às 00h até 09 de agosto de 2026 até as 23h59min.**

5.2. A inscrição poderá ser feita de duas formas:

I - Protocolada digitalmente por meio do link < https://morretes.oxy.elotech.com.br/governo-digital/ quando o interessado deverá incluir todos os documentos exigidos, indicando o assunto como "Marumbi Festival" ou

II - Via e-mail em caso de hipótese do sistema do protocolo digital estar com falhas, através do endereço secultureditais@morretes.pr.gov.br

5.3. O cadastramento constitui pré-requisito para o credenciamento, portanto, deve-se ficar atento ao e-mail e ao contato telefônico indicados, para o caso de solicitações para complementação ou esclarecimentos referentes à documentação da inscrição.

5.4. As informações prestadas no formulário de inscrição são de inteira responsabilidade do requerente.

5.5. A inscrição pressupõe a expressa aceitação de todas as condições, normas e exigências constantes neste Edital, não podendo o interessado, sob nenhuma hipótese, alegar desconhecimento.

5.6. Caso haja menos interessados do que o número de espaços, após todos os prazos estipulados neste Edital, as vagas residuais serão disponibilizadas a critério da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, havendo a possibilidade de abertura para novas inscrições, com novas datas.

5.7. Caso haja quantidade maior de interessados pelos espaços residuais serão utilizados os mesmos critérios para seleção e desempate dispostos no "item **7**".

6. DOS DOCUMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO

Os interessados que desejarem efetuar o credenciamento, deverão obrigatoriamente apresentar o Formulário de Inscrição (Anexo II), devidamente preenchido, e acompanhado de documentos, em original ou por cópia.

6.1. No momento da inscrição, o interessado, além de indicar os produtos/serviços, e suas respectivas características, indicará se estes são produzidos pelo próprio ou por terceiros, ora a sua procedência, indicará o interesse de acordo com as modalidades:

6.1.1. De 9 m² (3 x 3 m) destinados a comercialização e exposição de produtos artesanais locais e produtos in natura ou transformados locais, distribuídas pela lateral da Igreja de São Sebastião na praça Comendador José Ribeiro de Macedo;

6.2. Em se tratando de Profissionais Autônomos e Profissionais Liberais, ou seja, **Pessoas Físicas**, deverão ser apresentadas os seguintes dos documentos:

I - Documento de Identificação, podendo ser apresentado a Carteira de Identidade (RG) e/ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do Solicitante, e Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

II - Comprovante de Endereço no Município de Morretes (*caso o comprovante esteja em nome de terceiros, deverá ser apresentada outra forma de comprovação, que será analisada e verificada a veracidade, pela comissão*);

III - Comprovante de Regularidade perante o Município, CND – Certidão Negativa De Débitos, disponível em: http://transparencia.morretes.pr.gov.br:8091/portal-contribuinte/emissao-certidoes.;

IV – Comprovante de Registro perante o MAPA, no caso de produção e comercialização de polpas de frutas, bebidas, alcóolicas e não alcóolicas, mel e farinha;

V – Declaração de Produtos de Origem Animal (DCPOA), oriundo da inspeção do Serviço de Inspeção Federal (SIF), em caso de comercialização de produtos de origem animal;

VI – Licença Sanitária compatível com o ramo de atividade a ser exercida, expedida pelo Serviço de Vigilância Sanitária, da Secretaria Municipal da Saúde de Morretes, no caso de comercialização de produtos alimentícios e produtos transformados;

IX - Comprovante de participação em eventos realizados no Município;

X - Mídias que demonstram a sua produção;

6.3. Em se tratando de **Pessoas Jurídicas**, deverão ser apresentadas cópias dos seguintes documentos:

I - Cartão do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ-MF), disponível em: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp

II - Comprovante de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, pertinente ao seu ramo de atividade, compatível com a atividade a ser prestada, relativo ao domicílio ou sede do Interessado no Município de Morretes (**Praça de Alimentação**);

III – Documento de Identificação, podendo ser apresentado a Carteira de Identidade (RG) e/ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do Solicitante, e Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), do representante;

IV - Comprovante de Regularidade perante o Município, CND – Certidão Negativa De Débitos, disponível em: http://transparencia.morretes.pr.gov.br:8091/portal-contribuinte/emissao-certidoes.;

V – Comprovante de Registro perante o MAPA, no caso de produção e comercialização de polpas de frutas, bebidas, alcóolicas e não alcóolicas, mel e farinha;

VI – Licença Sanitária compatível com o ramo de atividade a ser exercida, expedida pelo Serviço de Vigilância Sanitária, da Secretaria Municipal da Saúde de Morretes, no caso de comercialização de produtos alimentícios e produtos transformados;

VII - Comprovante de participação em edições anteriores de eventos realizados pelo Poder Executivo municipal;

VIII - Mídias que demonstram a sua produção;

IX - Nos casos de associações e/ou entidades representativas, além dos documentos acima requeridos, estas deverão apresentar Ofício contendo a previsão da destinação e aplicação dos recursos a serem arrecadados com o evento, comprovando a sua finalidade assistencial.

6.4. Para a comercialização de preparo e venda de gêneros alimentícios e bebidas, os aprovados habilitados definitivamente, que não disporem de Licença Sanitária vigente, deverão, além da taxa de utilização do espaço público, obrigatoriamente, providenciar a retirada da taxa de Visita Técnica da Vigilância, no Setor de Tributação na Sala da Cidadania, devendo ser quitada, e apresentado comprovante, para retirada do termo de autorização de uso temporário, no prazo acima estipulado.

6.5. As informações relativas à inscrição são de inteira responsabilidade do Credenciado que responderá cível e criminalmente por estas.

6.6. Os documentos estarão sujeitos às verificações de sua autenticidade através de consulta realizada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

6.7. Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes unicamente à pessoa física ou jurídica (matriz e filial - uma única razão social) da empresa que ora se habilita para este certame.

6.8. A não apresentação de qualquer dos documentos exigidos, ou a apresentação de qualquer deles em forma diversa da informada, inabilitará automaticamente o interessado.

6.10. Não serão admitidas inscrições realizadas em período diverso ao definido neste Edital.

6.11. MEI´s possuem dispensa da vigilância sanitária

7. DA HOMOLOGAÇÃO PRÉVIA

As inscrições serão objeto de análise e homologação prévia pela organização do 5º Marumbi Festival, que fará a apreciação destes,

verificadas o preenchimento dos requisitos exigidos neste Edital, observando-se a data da realização do Protocolo de Inscrição**.**

7.1. A Secretaria de Cultura e Turismo, verificadas as exigências do Edital, publicará as inscrições aptas ao Credenciamento, no órgão de divulgação dos atos oficiais do Município e no site [https://www.morretes.pr.gov.br/pagina/1250_chamamentos-publicos.html] indicando as inscrições homologadas preliminarmente, em **10 de agosto de 2026, a partir das 13h.**

8. DOS RECURSOS

Deve o candidato ao credenciamento certificar-se da homologação prévia de sua inscrição. Caso sua participação tenha sido indeferida, o candidato poderá apresentar recurso, indicando as razões de eventual irregularidade do indeferimento, anexando documentos comprobatório se necessário e, solicitando a correção, no prazo entre **11 às 00h à 12 de agosto de 2026 às 23h59min**.

8.1. Os recursos deverão ser protocolados via site do Município em https://morretes.oxy.elotech.com.br/governo-digital/ ou no e-mail secultureditais@morretes.pr.gov.br portado toda documentação exigida neste Edital, que comprove a necessidade de correção para sua habilitação, nas datas acima previstas**.**

8.2. Os recursos serão objeto de análise pela Secretaria de Cultura e Turismo, que providenciará as correções necessárias, caso seja identificado irregularidades no indeferimento da sua inscrição.

8.3. Caberá à Secretaria de Cultura e Turismo, a divulgação do resultado dos recursos, com data anterior à data da homologação definitiva.

9. DA HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA E CLASSIFICAÇÃO

9.1. A homologação definitiva, por ordem de classificação, nas vagas pretendidas, de acordo com a avaliação da organização, dos interessados na "Autorização de Uso Temporário" para exploração e comercialização de produtos e prestação de serviços no 5º Marumbi Festival, será realizada, através de publicação no endereço [https://www.morretes.pr.gov.br/pagina/1250_chamamentos-publicos.html], no dia **14 de agosto de 2026, até às 17 horas**.

9.2. Em conformidade com o croqui, para a definição da disponibilidade de barracas para cada segmento, haverá sorteio, identificando em caráter definitivo, a ordem de cada participante, na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, sede da Prefeitura Municipal de Morretes, Nº10– Praça Rocha Pombo.

9.3. Para o **preenchimento das vagas**, serão considerados selecionados àqueles habilitados que forem classificados até o limite de vagas previstas para cada modalidade de comercialização conforme item "2".

9.4. Serão utilizados os seguintes critérios de classificação, nos casos de inscrições a maior, comparadas ao número de espaços disponíveis:

9.4.1. O participante que provar a procedência própria de seus produtos, sem terceirização.

9.4.2. Diversidade nos produtos pretendidos a comercialização;

9.5. A veracidade das informações, bem como a análise de toda a documentação comprobatória, será dada pela Secretaria de Cultura e Turismo;

9.7. Qualquer interessado poderá, durante a sessão, vistoriar os materiais e documentos que serão utilizados.

9.8. As propostas homologadas e não selecionadas, por ultrapassarem o número de vagas disponíveis para cada modalidade de comercialização, serão consideradas suplentes, seguindo-se a ordem sequencial da classificação realizada, podendo ser chamadas em caso de desistência ou vacância por qualquer motivo.

9.9. Caso haja desistência de inscrito selecionado, a Secretaria de Cultura e Turismo, dentro dos critérios, fará o chamamento de um novo participante.

9.9.1 Comprovação de participação em edições anteriores do Marumbi Festival são critério de desempate.

10. DO SORTEIO

O sorteio para definir a ordem localização dos interessados na "Autorização de Uso Temporário" para prestação de serviços no "5° Marumbi Festival" será realizado no dia **17 de agosto de 2026**, **a partir das 15h**, em ato contínuo à homologação definitiva dos candidatos selecionados, na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, com endereço à sede da Prefeitura Municipal de Morretes, Nº10– Praça Rocha Pombo.

10.1. O sorteio dos credenciados seguirá os seguintes trâmites:

10.1.1. Serão realizados sorteios, destinados ao preenchimento das vagas reservadas a estruturas na "Expositores na frente da Igreja de São Sebastião", de acordo com a setorização apresentada pela Secretaria de Cultura e Turismo, assim como outro sorteio destinado ao preenchimento das vagas reservadas a "Praça de Alimentação", e de acordo com a setorização apresentada;

10.1.2. Cada inscrição homologada será escrita em cédula de papel branco, de idêntico tamanho e forma, sendo uma cédula para cada candidato inscrito;

10.1.3. A Secretaria de Cultura e Turismo, responsável pela realização do sorteio, reunir-se-á e dará início ao procedimento, dando vistas aos presentes de cada cédula de papel branco em que constará o nome completo/razão social de cada um dos inscritos habilitados;

10.1.4. O sorteio dar-se-á pelo depósito, em uma urna, envelope ou saco plástico, das cédulas de papel com os nomes dos proponentes habilitados definitivamente; e em outra urna, envelope ou saco plástica, cédulas numeradas na quantidade de vagas do respectivo credenciamento;

10.1.5. Cada cédula de papel será dobrada e inserida em uma urna, envelope ou saco plástico, de onde serão extraídos os nomes dos sorteados e seus respectivos espaços;

10.1.6. Um dos membros da Secretaria de Cultura e Turismo, procederá ao sorteio, retirando da urna de nº 1, o nome do credenciado e da urna de nº 2, a cédula que indicará a ordem que este ocupará no espaço;

10.1.7. Em cada retirada para a definição da sequência, será apresentado e lido em voz alta o nome do credenciado sorteado a todos os presentes, sendo registrado em Ata pela Secretaria de Cultura e Turismo;

10.1.8.A relação de credenciados sorteados será utilizada de forma a se estabelecer a ordem de designação e será rigorosamente seguida, mantendo-se a sequência, a começar pelo primeiro sorteado – a classificação será de acordo com a ordem do sorteio;

10.2. Após a realização do sorteio, todos os presentes assinarão a ata do evento, que será divulgada no site oficial do Município após o seu encerramento.

10.3. O resultado do sorteio será publicado no Diário Oficial e no site oficial da Prefeitura Municipal de Morretes.

10.4. Qualquer interessado poderá, durante a sessão, vistoriar os materiais que serão utilizados;

10.5. Para o preenchimento das vagas, serão considerados selecionados àqueles habilitados até o limite de vagas previstas para cada modalidade de comercialização conforme item "2".

10.6. As propostas homologadas e não classificadas, por ultrapassarem o número de vagas disponíveis para cada modalidade de comercialização, serão consideradas suplentes, seguindo-se a ordem sequencial do sorteio realizado, podendo ser chamadas em caso de desistência ou vacância por qualquer motivo.

10.7. Havendo a concordância das partes, admitir-se-á a troca e remanejamento do local entre os candidatos, após a realização do sorteio, desde que respeitada a setorização indicada pela Secretaria de Cultura e Turismo, que deverão primeiramente informar a Secretaria, quanto aos novos locais de comercialização.

10.8. Após a fase do sorteio, haverá a publicação final na ordem das barracas, contendo a numeração individual de cada participante, **em 18 de agosto de 2026,** no site da Prefeitura de Morretes.

10.9. A homologação definitiva das inscrições e o resultado da classificação dos inscritos, ao final do processo de classificação, será publicado no Diário Oficial e no *site* oficial da Prefeitura Municipal de Morretes, juntamente com a Ata da Reunião de Classificação.

11. DO CREDENCIAMENTO

O processo de credenciamento segue com a lavratura da "Ata de Credenciamento", contendo a ordem dos classificados com os nomes e CNPJ/CPF e a sua respectiva localização, servindo de base para a emissão da Permissão de Uso a Título Precário, em conformidade com o art. 87, inciso I, alínea "j", da Lei Orgânica, e emissão do Alvará Temporário.

11.1. Os classificados deverão comparecer a partir de **19 à 20 de agosto de 2026, das 09h às 16h**, na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, sede da Prefeitura Municipal de Morretes, Nº10– Praça Rocha Pombo, para **retirada do Termo de Autorização de Uso Temporário,** mediante apresentação de comprovante de pagamento da taxa estabelecida, sob pena de desclassificação.

11.2. Os credenciados terão a data limite de **20 de agosto de 2026** para a quitação da taxa de participação.

11.2.1. Em caso de não apresentação da comprovação do pagamento, ou caso não haja interesse por parte do credenciado classificado, a Secretaria de Cultura e Turismo tomará as devidas providências para reposição da vaga ao próximo habilitado.
11.3. Os valores fixados para utilização do espaço público, deverão ser recolhidos pelos Credenciados, como condição de participação no 5º Marumbi Festival, na forma estabelecida neste Edital, de acordo com o **Anexo III**, calculados pela Secretaria Municipal da Fazenda e Orçamento.
11.4. As entidades assistenciais que demonstrarem a atenção às políticas públicas estarão isentas de pagamento da taxa pela utilização do espaço público e pela taxa de licença sanitária, mas deverão solicitar formalmente a Licença Sanitária ao setor responsável.
11.5. Os selecionados na modalidade "Alimentação", produtos manuseados para consumo direto e imediato, que não disporem de Licença Sanitária vigente, deverão além da taxa de utilização do espaço público, obrigatoriamente, providenciar a retirada da taxa de Visita Técnica da Vigilância, no setor de Tributação na Sala da Cidadania, devendo ser quitada, e apresentado comprovante, para retirada do termo de autorização de uso temporário, no prazo acima estipulado.
11.6. Os valores pagos não serão reembolsados em caso de desistência ou não cumprimento deste Edital, e demais legislações pertinentes, por parte do interessado.

12. DO FUNCIONAMENTO DAS BARRACAS

As barracas terão sua localização determinada conforme processo de Credenciamento e disposição definida pela Secretaria de Cultura e Turismo, podendo sofrer remanejamento de acordo com a necessidade.
12.1. As barracas localizadas na "na frente da Igreja de São Sebastião", deverão conter a identificação dos participantes e deverão funcionar, obrigatoriamente das 11h às 18h, ficando a critério do feirante, a abertura anterior ou posterior ao horário estabelecido.
12.2. As barracas localizadas na "Praça de Alimentação" da Praça Comendador José Ribeiro de Macedo" e deverão conter a identificação dos participantes e deverão funcionar, obrigatoriamente das 11h às 21h no dia 22/08 e das 11h até às 19h no dia 23/08, ficando a critério do feirante, a abertura anterior ou posterior ao horário estabelecido.
12.3. Excepcionalmente, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo poderá modificar o horário definido, conforme a necessidade e observação da demanda do "5º Marumbi Festival".
12.4. As barracas deverão ser identificadas com a indicação do participante e dos produtos de exposição e/ou comercialização.
12.5. Os valores dos produtos ofertados serão definidos pelos participantes, respeitados os valores de mercado, que deverão obrigatoriamente manter a tabela afixada na barraca em local visível durante toda a Festa.
12.6. Caso haja descumprimento aos horários e demais regramentos estipulados, os fiscais designados poderão anotar, em relatórios diários, para posterior providência da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.
12.7. Todas as irregularidades identificadas pelos fiscais no decorrer do 5º Marumbi Festival serão anotadas, redigidas em ata, dado ciência aos membros da Comissão, e servirão como justificativas viáveis para a aplicação de sanções aos credenciados, inclusive para a não participação em futuros eventos de organização municipal.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

São obrigações do Município:
I - Expedir a Autorização de Uso Temporário de espaço público para o período do "5º Marumbi Festival", mediante apresentação do comprovante de pagamento da taxa pelo credenciado;
II - Proporcionar todas as facilidades para que os credenciados possam cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste Edital;
III - Prestar aos interessados toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução;
IV - Esclarecer as eventuais dúvidas;
V - Fiscalizar a instalação dos credenciados nos locais indicados e se atendem às exigências legais e sanitárias para o evento; e
VI - Fornecer pontos de energia, para instalação de uma lâmpada e quantidade de tomadas de acordo com o tamanho da barraca selecionada pelo credenciado; pontos de água e esgoto para aqueles que comercializarem alimentos produzidos para consumo imediato e direto ao público consumidor.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

São deveres dos participantes credenciados:
I - Cumprir rigorosamente com as cláusulas deste Edital, ao regulamento e demais disposições da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, em especial quanto à participação no evento;
II - Acatar as instruções e deliberações emanadas dos organizadores;
III - Submeter-se à fiscalização do Município a partir da data de seu credenciamento;
IV - Observar as datas e horários definidos pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
V - Portar a credencial do evento e apresentá-la à fiscalização caso solicitada;
VI - Observar irrepreensível postura, discrição e polidez no trato com o público, demais feirantes e com a Administração;
VII - Limitar-se à utilização do espaço que lhe for destinado;
VIII - Responsabilizar-se pela colocação de todo material e equipamentos que forem necessários às suas atividades comerciais, em data e horário estipulado neste edital, como também ao atendimento à padronização especificada pela organização;
IX - Zelar pelos itens de segurança, organização e apresentação cedidos pela Organização do evento;
X - Responsabilizar-se pela segurança da barraca, seus stands, produtos e pertences dispostos no espaço delimitado;
XI - Instalar lâmpadas de emergência;
XII - Atentar-se às orientações do Corpo de Bombeiros, quanto ao tipo necessário de equipamentos; dos brigadistas e da Polícia Militar, quanto à segurança;
XIII - Responsabilizar-se pela boa conservação e limpeza de sua barraca no espaço público delimitado, e pela correta destinação dos resíduos sólidos gerados, por seu consumo e do seu consumidor, que deverão ser embalados e prontos em sacos apropriados para a remoção diária, com horário para coleta a cargo da Equipe de Limpeza, que disponibilizará um efetivo diário e cronograma no circuito da festa; ou quando houver necessidade, devido ao excesso de resíduos, fora do horário programado de coleta diária, destinará a local determinado pela organização;
XIV - Observar as normas da Secretaria da Saúde, do Estado do Paraná, a fim de garantir as condições higiênico-sanitárias do alimento comercializado, zelando pela segurança alimentar e nutricional do consumidor;
XV - Acondicionar, adequadamente, os produtos alimentícios, protegendo-os do calor, garantindo perfeitas condições para o consumo, conforme normas estabelecidas pela Vigilância Sanitária do Município;
XVI - Dispor e utilizar de, no máximo, 02 (duas) fritadeiras à gás, por barraca;
XVII - Dispor e utilizar de, no máximo, 02 (duas) chopeiras elétricas, por barraca;
XVIII - Recolher a taxa de Alvará Temporário, no valor de indicado pela Secretaria Municipal de Fazenda, na data estipulada neste edital;
XIX - Manter preços compatíveis com o mercado;
XX - Desocupar e disponibilizar o espaço autorizado à sua comercialização, até às **12h do dia 24 de agosto de 2026**, sob pena das responsabilidades legais;
XXI - Responsabilizar-se, civil e/ou criminalmente, por todos os atos e omissões que, direta ou indiretamente, cometerem na execução do objeto do contrato, indenizando, se for o caso, a parte prejudicada; e
XXII - Observar a legislação sanitária e demais disposições legais;
14.1. O credenciado deverá portar o tempo todo, durante o evento, em local visível, a Autorização de Uso Temporário expedida pela Prefeitura.
14.2. É obrigatório, inclusive pelas entidades assistenciais, o uso de crachás, camiseta/avental promocional do 5º Marumbi Festival, caso tenha, pelo menos por um dos feirantes, e obrigatoriamente ao feirante do ramo de alimentação, o uso de aventais, toucas e/ou bonés.
14.3. O credenciado somente poderá se instalar no espaço público após a emissão da Autorização de Uso Temporário para o 5º Marumbi Festival, que será entregue aos habilitados no período compreendido **no dia 21 de agosto de 2026**.

15. PROIBIÇÕES AOS CREDENCIADOS

São proibições aos credenciados:

I - Comercializar mercadorias não autorizadas ou alimentos em desconformidade com a sua permissão, de acordo com o informado na ficha de inscrição;
II – Dispor e utilizar de fritadeiras elétricas;
III - Ceder ou transferir parcial ou total do objeto da autorização especial tratada neste edital, sendo de natureza personalíssima, bem como utilizá-la para fim diverso do ora autorizado;
IV - Compartilhar com outros participantes ou não participantes, sem autorização prévia da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
V - Causar dano ao bem público ou particular no exercício de sua atividade no espaço do evento;
VI - Utilizar postes, árvores, grades, bancos, canteiros e edificações para a montagem de equipamento e exposição das mercadorias;
VII - A alteração, construção, exposição ou montagem, bem como alteração da parte elétrica das barracas, exceto casos específicos, expressamente autorizados pela Comissão;
VIII - Usar meios visual ou sonoro que venha a atrapalhar o ambiente da feira;
IX - Admitir a permanência de menores de 16 anos nas barracas, sem estar acompanhado do representante legal, sendo que não será permitido o trabalho de menores de 18 anos, independentemente do grau de parentesco que ele tenha com o artesão, permissionário ou o feirante classificado;
X - Realizar, no local do evento, qualquer propaganda/publicidade de caráter político, religioso e/ou filosófico; e
XI - Desrespeitar as demais regras impostas pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

16. DAS SANÇÕES

O credenciado deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para a exploração comercial, e a ele, permitida, sob pena de lhe serem aplicadas as penalidades constantes no art. 155 e seguintes, da Lei Federal n° 14.133/2021 e da Lei Municipal n° 599/2020.
16.1. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.
16.2. Ressalvados os casos de força maior, devidamente comprovados e aceitos pelo Município, caso o credenciado atrase a prestação de serviços ou descumpra com suas obrigações, ficará sujeito às seguintes sanções:
I - Advertência, em caso de conduta que prejudique a execução contratual;
II - Multa;
III - Suspensão/exclusão do direito de participação da seleção como feirante em outras edições do Marumbi Festival;
16.3. A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo embasada em relatórios dos fiscais, após a realização do 5º Marumbi Festival, tem autonomia para restringir a participação de feirantes apontados como descumpridores do regulamento desta edição.
16.4. É garantido ao **CREDENCIADO** o direito ao contraditório e à ampla defesa previstos na Constituição da República Federativa do Brasil e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

17. DA IMPUGNAÇÃO

O prazo para impugnação e pedidos de esclarecimentos deste instrumento convocatório, é de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação do presente Edital, por qualquer cidadão ou interessado.
17.1. As impugnações ao Edital de Credenciamento deverão ser apresentadas por escrito e dirigidas à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo responsável pelo 5º Marumbi Festival, via protocolo ou e-mail [secultureditais@morretes.pr.gov.br], até **27 de julho de 2026**.
17.2. Os interessados na proposição de impugnação poderão se dirigir presencialmente, das 9h às 16:30h, no Protocolo Geral, na Sala da Cidadania, dentro do pátio da Prefeitura Municipal de Morretes, localizada na Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro, em Morretes, portado a documentação que comprove a necessidade de correção do Edital, justificando com embasamentos sólidos e verídicos, de segunda-feira a sexta-feira, em horário de expediente da prefeitura.
17.3. As impugnações serão objeto de análise pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, que providenciará as correções necessárias, caso as identifique.
17.4. As respostas aos esclarecimentos ou impugnações serão divulgadas em Diário Oficial e no *site* oficial do Município, no prazo 03 (três) dias úteis, do recebimento da impugnação deste edital, se houver.

18. DA REVOGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

Este Edital e o Credenciamento que lhe constitui objeto, poderão ser revogados por razão de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes, devidamente demonstrado, a qualquer tempo, sem que isso possa implicar qualquer garantia ou pretensão à percepção de indenização ou ressarcimento, de qualquer natureza.

19. PRAZO DE VIGÊNCIA

Trata-se de permissão de uso de espaço público, com vigência somente durante o evento Municipal de Festividades do "5º MARUMBI FESTIVAL", a ser realizado durante 02 (dois) dias, de **22 de agosto a 23 de agosto de 2026**, dentro dos horários estipulados no item "12" deste Edital.

20. CRONOGRAMA

O presente edital seguirá as etapas seguintes:

Descrição	**Datas**
Publicação do Edital de Credenciamento, no Diário Oficial e site institucional do Município de Morretes	22 de julho de 2026
Período de impugnação ao Edital	De 23 de julho à 27 de julho de 2026
Divulgação das respostas às Impugnações	Até 30 de julho de 2026
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	**De 22 de julho às 00h à 09 de agosto de 2026 às 23h59min**
Homologação da Habilitação Preliminar	10 de agosto de 2026, a partir das 13h
Prazo para apresentação de Recurso	11 a 12 de agosto de 2026
Homologação da Habilitação Definitiva e Sorteio da distribuição das barracas	**14 de agosto de 2026, a partir das 15h**
Publicação da ordem definida pelo Sorteio	18 de agosto de 2026
Período para pagamento da taxa	Até 20 de agosto de 2026
Emissão do Autorização Temporária de Uso de Espaço Público	**Até 21 de agosto de 2026**

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os credenciados que possuam dúvidas ou questionamentos a respeito da logística poderão contatar de segunda a sexta-feira, em horário de expediente, pelo telefone (41) 92001-7291 (whatsapp) ou pelo e-mail turismo@morretes,pr.gov.br
21.1. A participação dos interessados terá caráter de conformidade, com todos os itens deste Edital, aceitando de forma integral todas as condições estabelecidas.
21.2. Serão indeferidas as inscrições incompletas ou que não estejam de acordo com os termos deste Edital, ou protocolados fora do prazo estipulado.
21.3. No ato da inscrição, os interessados concordam em ceder ao **MUNICÍPIO DE MORRETES** o direito de uso de imagem, em caráter definitivo e gratuito, em relação às fotos ou filmagens realizadas durante o evento, com fins de divulgação institucional, a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e, em destaque, ao site oficial da Prefeitura Municipal de Morretes, cartazes e divulgação em geral.
21.4. O **MUNICÍPIO DE MORRETES** não se responsabilizará, em hipótese alguma, pelos atos, contratos ou compromissos assumidos de natureza comercial, financeira, trabalhista ou outra, realizados pelo proponente selecionado com terceiros.
21.5. Os interessados selecionados deverão responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fundiários e outros pertinentes à espécie, eximindo ao **MUNICÍPIO DE MORRETES**, de quaisquer obrigações, em relação aos empregados, prepostos e outros.
21.6. O Edital estará disponível na página de Editais, no site oficial da Prefeitura Municipal de Morretes.
22.10. São partes integrantes deste Edital:
I - Anexo I – Croquis do 5º MARUMBI FESTIVAL;
II - Anexo II – Formulário de Inscrição no 5º Marumbi Festival; e
III - Anexo III – Tabela de Valores de 2026.
Morretes, 17 de julho de 2026.

GILTON DIAS JÚNIOR
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

ANEXO I
CROQUIS
Croqui da Praça Comendador José Ribeiro de Macedo Praça de alimentação:
Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1361FZo6l1gGJ9yppCvo3jN2cOtW69fRt/view?usp=sharing

ANEXO II
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1x-4dLtrbcwN5YDKQjCtol7otr-9LLckQ/edit?usp=drive_link&ouid=113888213122211714812&rtpof=true&sd=true.

DADOS DO(A) SOLICITANTE	
Solicitante:	
CPF/CNPJ nº	
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Município/UF:	CEP
Telefone:	E-mail:
Dados do Representante (se Pessoa Jurídica):	
Nome:	CPF nº
Telefone:	E-mail:

DADOS DA PARTICIPAÇÃO	
Exposição/Comercialização de: ( ) Artesanato e trabalhos manuais; ( ) Agroindústria Familiar; ( ) Alimentação/bebidas ( ) Chope ( ) Plantas, Sementes e Mudas ( ) Serviços ( ) Institucional	Descreva os produtos e/ou serviços: _____ _____ _____ _____ _____ _____
Local de instalação: ( ) Praça de Alimentação ( ) Corredor Cultural	Tamanho da Barraca: ( ) 3 x 3 m² - 9 m² - sem água e esgoto

Através deste termo, **DECLARO** que, em anexo a este Formulário, juntei os seguintes documentos:
Cópia dos Documentos Pessoais (RG, CNH ou CPF) do Solicitante (se Pessoa Física) ou do Representante Legal (se Pessoa Jurídica);
Comprovante de Endereço no Município de Morretes;
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais;
Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica solicitante (se Pessoa Jurídica);
Cópia do Alvará de Funcionamento (se Pessoa Jurídica), no ramo de atividade compatível ao objeto do Credenciamento;
Cópia da Licença Sanitária, quando da comercialização de gêneros alimentícios, inclusive dos fornecedores dos alimentos;
Comprovante de Registro perante o MAPA;
Declaração de Produtos de Origem Animal (DCPOA);
Comprovante de participação em edições anteriores das Festas municipais realizadas;
Nos casos de Associações e/ou Entidades Representativas, além dos documentos acima requeridos, estas deverão apresentar o Ofício contendo a previsão da destinação e aplicação dos recursos a serem arrecadados com o evento, comprovando a sua finalidade assistencial;
Mídias da produção.
DECLARO estar ciente que os documentos acima listados são indispensáveis para a análise da viabilidade para a participação no 4º Marumbi Festival, e a ausência de qualquer documento será considerada como justo motivo para o indeferimento pelo Poder Executivo Municipal;

DECLARO estar ciente em ceder ao **MUNICÍPIO DE MORRETES** o direito de uso de imagem, em caráter definitivo e gratuito, em relação às fotos ou filmagens realizadas durante o evento, com fins de divulgação institucional, a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e, em destaque, ao site oficial da Prefeitura Municipal de Morretes, cartazes e divulgação em geral; e

DECLARO, igualmente, estar ciente dos meus direitos e responsabilidades em razão da realização do evento pretendido, especialmente no que se refere que a autorização solicitada tem natureza precária e poderá ser revogada, a qualquer momento, quando constatada qualquer irregularidade ou desconformidade com as normas municipais, estaduais e/ou federais vigentes, pelos agentes de fiscalização do Município, cabendo, inclusive, interdição do local e do evento na forma disciplinada por Lei própria.

Morretes, ___ de _____ de 2026.

_____
Solicitante

ANEXO III

TABELA DE VALORES

Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1Z5r6vnPlhhtfggNiUzwkvctGN1Hxu1Em/view?usp=drive_link.

TAXA DE OCUPAÇÃO DO USO DO ESPAÇO PÚBLICO 5º MARUMBI FESTIVAL			
Local de Instalação	**Credenciado**	**Tamanho**	**Valor**
Expositores em frente à Igreja de São Sebastião		9 m²	R$ 180,00
Praça de Alimentação	Chope e bebidas	9 m² (com água e esgoto)	R$ 180,00
	Alimentação	9 m² (com água e esgoto)	R$ 180,00

Conforme Rol de Tipologia, matéria-prima e técnicas contidos nos Anexos I e II da Portaria n.º 1.007-SEI, de 11 de junho de 2018. Disponível em < https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/34932949/do1-2018-08-01-portaria-n-1-007-sei-de-11-de-ju>.

Art. 87 A formalização dos atos administrativos de competência do Prefeito far-se-á: I - mediante decreto, numerado na ordem cronológica, quando se tratar de: (...) j) para a exploração dos serviços públicos e para uso de bens municipais;

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:7A574CB7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DA PORTARIA Nº 9067 DE 14 DE JULHO DE 2026

ERRATA DA PORTARIA Nº 9067 DE 14 DE JULHO DE 2026

Súmula: ERRATA DA PORTARIA Nº 9067 DE 14 DE JULHO DE 2026

ERRATA DA PORTARIA Nº 9067 DE 14 DE JULHO DE 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 20/07/2026. Edição 3576.

I – ONDE SE LÊ:

Art. 1º - Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de(100%), no valor total de R$ 74,41 (setenta e quatro reais e quarenta e um centavos), conforme disposto na tabela IV -Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor Clodoaldo Tonetti, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Cargo de Superintendente Geral de Ação Social, o qual se deslocou até Matinhos/PR no dia 25/06/2026, **para conduzir servidores** para participar do Fórum Litorâneo de Políticas sobre Drogas, em atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social.

II – LEIA – SÊ:

Art. 1º - Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de(100%), no valor total de R$ 74,41 (setenta e quatro reais e quarenta e um centavos), conforme disposto na tabela IV -Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor Clodoaldo Tonetti,lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Cargo de Superintendente Geral de Ação Social, o qual se deslocou até Matinhos/PR no dia 25/06/2026 para participar do Fórum Litorâneo de Políticas sobre Drogas, ematendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes em 20 de julho de 2026.

MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO
Secretária de Assistência Social

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:8E3757FB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DA PORTARIA Nº 9069 DE 14 DE JULHO DE 2026

ERRATA DA PORTARIA Nº 9069 DE 14 DE JULHO DE 2026

Súmula: ERRATA DA PORTARIA Nº 9069 DE 14 DE JULHO DE 2026

ERRATA DA PORTARIA Nº 9069 DE 14 DE JULHO DE 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 20/07/2026. Edição 3576.

I – ONDE SE LÊ:

Art. 1º - Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 74,41 (setenta e quatro reais e quarenta e um centavos), conforme disposto na tabela IV -Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor RAYZA TONETTI DE RAMOS, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Cargo de Psicóloga, o qual se deslocou até Matinhos /PR no dia 25/06/2026, **para conduzir servidores** para participar do Fórum Litorâneo de Políticas sobre Drogas, em atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social.

II – LEIA – SÊ:

Art. 1º - Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 74,41 (setenta e quatro reais e quarenta e um centavos), conforme disposto na tabela IV -Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor RAYZA TONETTIDE RAMOS, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Cargo de Psicóloga, o qual se deslocou até Matinhos /PR no dia 25/06/2026, para participar do Fórum Litorâneo de Políticas sobre Drogas, em atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes em 20 de julho de 2026.

MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO
Secretária de Assistência Social

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:0AAF8CDE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
Processo Administrativo n.º 75/2026
Dispensa de Licitação n.º 12/2026

OBJETO: Trata-se de Contratação de empresa especializada para o fornecimento de ANESTÉSICO LOCAL LIDOCAÍNA, solução estéril injetável de Cloridrato de Lidocaína 2% associada à Epinefrina na concentração de 1:100.000, acondicionada em tubetes de vidro com êmbolos siliconizados, apresentação em caixas contendo 50 tubetes de 1,8ml, acondicionados em blisters, com embalagem contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro válido junto à ANVISA e/ou aprovação pelo Ministério da Saúde, destinado ao atendimento das necessidades das Unidades Básicas de Saúde e das Equipes de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde de Morretes.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Morretes, representada pelo Senhor Manoel Medeiros Machado, Secretário Municipal de Saúde.

CONTRATADA:
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 97/2026 – ID 225/2026
DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.
CNPJ n.º21.504.525/0001-34.
Lote Único.
Valor total de R$ 8.450,00 (Oito mil quatrocentos e cinquenta reais).
Assinatura: Humberto Délio Donini, representante legal.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato é de 90 (noventa) dias contados a partir da assinatura, podendo ser encerrado antecipadamente com o cumprimento integral das obrigações assumidas pelas partes.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	**ANESTÉSICO LOCAL LIDOCAÍNA.** Solução estéril injetável de Cloridrato de Lidocaína 2% + Epinefrina na concentração de 1:100.000, acondicionados em tubetes de vidro com êmbolos siliconizados. Apresentação: Caixa com 50 tubetes de 1,8ml, acondicionados em blisters. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade. Registrado na Anvisa e/ou aprovado pelo Ministério da Saúde	Unid/caixa	50	R$ 169,00	R$ 8.450,00

Publicado por:
Gianlucca Cândido de Rocco
Código Identificador:D2A55F6C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 078 DE 20 DE JULHO DE 2026.

LEI COMPLEMENTAR Nº 078 DE 20 DE JULHO DE 2026.

"Altera a Lei Complementar Municipal nº 074/2025, que estabelece normas para aprovação e implantação de Condomínio de Lotes em área urbana no Município de Morretes, e dá outras providências".

(Origem Projeto de Lei Complementar nº 065/2026 – Iniciativa do Poder Executivo Municipal – Prefeito Sebastião Brindarolli Junior).
A Câmara Municipal de Morretes, Estado do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO, no uso de minhas atribuições legais, com fulcro disposto no artigo 69, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º. A presente Lei tem como objetivo *alterar a Lei Complementar Municipal nº 074, de 29 de setembro de 2025, que estabelece normas para aprovação e implantação de Condomínio de Lotes em área urbana no Município de Morretes.*

Art. 2º. Alteram-se os dispositivos da Lei Complementar Municipal nº 074/2025, que passam a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 4º. .....
Parágrafo único. Ao longo das faixas de domínio público das rodovias do DER será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 05 (cinco) metros de cada lado, e ao longo de ferrovias será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, ao em acordo com a Lei Municipal nº 855/2024, Lei Estadual nº 17.445/2012 e Lei Federal nº 6.766/1979."
.....
"Art. 21. .....
IV - Nos pontos de controle de acesso ao empreendimento que tiver mais de 20 (vinte) unidades autônomas, deverá existir, entre o passeio e o portão de acesso ao empreendimento, área de espera de veículos deverá comportar, no mínimo, 2 (dois) carros."
.....
"Art. 22. .....
§ 2º Caso o empreendimento esteja localizado em zoneamento distinto dos citados no inciso II deste artigo, cada lote deverá ser correspondente a 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), respeitando a testada de 10 m (dez metros)."
.....
"**Art. 25. .....**
.....
III – As seções das pistas de rolamento das vias internas, serão conforme tabela abaixo:

N de frações privativas a que deve servir o trecho da via interna	N mínimo de faixas de rolamento	Largura mínima de calçada na via	Largura mínima de cada uma das faixas de rolamento das vias internas	Largura mínima das faixas de rolamento e calçada
Até 20	1	2,00 metros	5,00 metros	9,00 metros
A partir de 21	2	2,00 metros	3,00 metros	10,00 metros

"**Art. 26. .....**
.....

II – Deverá haver local para estacionamento de visitantes, localizados em área de uso comum, na proporção de 1 (uma) vaga a cada 5 (cinco) lotes, sendo obrigatória a disponibilidade mínima de 10 (dez) vagas para este estacionamento."
.....
"**Art. 53. .....**
I - Embargo e multa de 235 (duzentos e trinta e cinco) UFMs por:
.....
II - Notificação e multa de 140 (cento e quarenta) UFMs por não executar quaisquer das obras de infraestrutura previstas no Alvará de Construção, conforme o cronograma físico-financeiro aprovado, salvo por motivos de força maior. Em que também não será realizada a emissão do CVCO.
III - Multa de 95 (noventa e cinco) UFMs por:
.....
IV - Multa de 50 (cinquenta) UFMs por dia, por anunciar por qualquer meio a venda promessa ou cessão de direitos relativos a imóveis:"
.....
"**Art. 58.** Somente serão aprovados projetos de edificações após a emissão do Certificado de Conclusão de Obras – CVCO do condomínio de lotes.

Parágrafo único. Excepcionalmente, poderão ser admitidas aprovações de projetos de edificações antes da emissão do CVCO do condomínio de lotes, inclusive daquelas que não componham as áreas comuns, desde que já tenham sido individualizadas as respectivas frações autônomas, com apresentação das matrículas correspondentes, sem prejuízo das demais exigências urbanísticas, ambientais e de infraestrutura previstas nesta Lei."

Art. 3º. Acrescentam-se dispositivos à Lei Complementar Municipal nº 074/2025, que passa a vigorar com a seguinte redação acrescida:
"**Art. 25-A.** As vias de servidão destinadas à operação, manutenção ou acesso a serviços poderão ser admitidas, seguindo os parâmetros das vias dos condomínios de pequeno porte, sendo os parâmetros de calçada condicionados à análise de viabilidade técnica e urbanística pelo órgão municipal competente."
"**Art. 29. .....**
.....
§ 3º .....
I – Compete ao Município a análise e aprovação dos projetos e a fiscalização da execução das obras de calçadas, drenagem pluvial e pavimentação asfáltica;
II – Compete às concessionárias responsáveis a análise e aprovação dos projetos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e fornecimento de energia elétrica, para posterior apresentação das respectivas cartas de viabilidade técnica ao Município, anteriores à aprovação e emissão do Certificado de Conclusão de Obras (CVCO)."
.....
"**Art. 39.....**
.....
VII – o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS**"**

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DO NHUNDIAQUARA, Morretes, 20 de julho de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:CB9510A6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8975 DE 08 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 8975 DE 08 DE JULHO DE 2026

Súmula: "Admitir para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, Sr.ª. Bruna Jeane Miranda Valentim Rosa, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 20/07/2026."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade Lei Complementar nº 068 de 14 de março de 2025, e considerando o Edital de Concurso Público n° 001/2023 e Decreto nº 2848 de 24 de junho de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir, a partir de 20 de julho de 2026, sob Regime Estatutário, o contrato da Sr.ª. Bruna Jeane Miranda Valentim Rosa, CPF nº 073.XXX.XXX-56, RG nº 9.XXX.XXX-7/PR, PIS/PASEP nº 203.XXXXX.11-5, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 h/s semanais, percebendo a remuneração mensal de R$ 3.242,00 (três mil duzentos e quarenta e dois reais).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 08 de julho de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:D797961A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8997 DE 15 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 8997 DE 15 DE JULHO DE 2026

Súmula: "Admitir para o cargo de Assistente Administrativo, Sr. João Raphael Sanches Barbiot, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 20/07/2026."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade Lei Complementar nº 068 de 14 de março de 2025, e considerando o Edital de Concurso Público n° 001/2023 e Decreto nº 2867 de 03 de julho de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir, a partir de 20 de julho de 2026, sob Regime Estatutário, o contrato do Sr. João Raphael Sanches Barbiot, CPF nº 113.XXX.XXX-83, PIS/PASEP nº 26.XXXXX.34-4, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, para exercer a função de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 h/s semanais, percebendo a remuneração mensal de R$ R$ 1.642,80 (mil e seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 15 de julho de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:2C81D36D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8998 DE 15 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 8998 DE 15 DE JULHO DE 2026

Súmula: "Admitir para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, Sr.ª. Nathália Freitas da Silva, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 20/07/2026."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade Lei Complementar nº 068 de 14 de março de 2025, e considerando o Edital de Concurso Público n° 001/2023 e Decreto nº 2867 de 03 de julho de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir, a partir de 20 de julho de 2026, sob Regime Estatutário, o contrato da Sr.ª. Nathalia Freitas da Silva, CPF nº 120.XXX.XXX-28, RG nº 14.XXX.XXX-9/PR, PIS/PASEP nº 165.XXXXX.43-1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 h/s semanais, percebendo a remuneração mensal de R$ 3.242,00 (três mil duzentos e quarenta e dois reais).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 15 de julho de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:9C6BABC6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8999 DE 15 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 8999 DE 15 DE JULHO DE 2026

Súmula: "Admitir para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, Sr. Guilherme Mendonça Rodrigues, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 20/07/2026."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade Lei Complementar nº 068 de 14 de março de 2025, e considerando o Edital de Concurso Público n° 001/2023 e Decreto nº 2867 de 03 de julho de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir, a partir de 20 de julho de 2026, sob Regime Estatutário, o contrato do Sr. Guilherme Mendonça Rodrigues, CPF nº 117.XXX.XXX-52, RG nº 10.XXX.XXX-1/PR, PIS/PASEP nº 200.XXXXX.69-7, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 h/s semanais, percebendo a remuneração mensal de R$ 3.242,00 (três mil duzentos e quarenta e dois reais).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 15 de julho de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:18B1667F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9000 DE 15 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9000 DE 15 DE JULHO DE 2026

Súmula: "Admitir para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, Sr. Gleison Urban Fonseca, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 20/07/2026."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade Lei Complementar nº 068 de 14 de março de 2025, e considerando o Edital de Concurso Público n° 001/2023 e Decreto nº 2867 de 03 de julho de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir, a partir de 20 de julho de 2026, sob Regime Estatutário, o contrato do Sr. Gleison Urban Fonseca, CPF nº 065.XXX.XXX-40, RG nº 8.XXX.XXX-5/PR, PIS/PASEP nº 127.XXXXX.51-9, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 h/s semanais, percebendo a remuneração mensal de R$ 3.242,00 (três mil duzentos e quarenta e dois reais).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 15 de julho de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:2AC115CE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9085 DE 20 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9085 DE 20 DE JULHO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, motorista, no dia 22/06/2026, Paranaguá/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 74,41 (setenta e quatro reais e quarenta e um centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se

deslocou até Paranaguá/PR no dia 22/06/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 20 de julho de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:0DFA1953

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9086 DE 20 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9086 DE 20 DE JULHO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, motorista, no dia 24/06/2026, Paranaguá/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 74,41 (setenta e quatro reais e quarenta e um centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Paranaguá/PR no dia 24/06/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 20 de julho de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:A564F4EE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9087 DE 20 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9087 DE 20 DE JULHO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, motorista, no dia 23/06/2026, Paranaguá/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 74,41 (setenta e quatro reais e quarenta e um centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Paranaguá/PR no dia 23/06/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 20 de julho de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:5E6F2023

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9088 DE 20 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9088 DE 20 DE JULHO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, motorista, no dia 19/06/2026, Paranaguá/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 74,41 (setenta e quatro reais e quarenta e um centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Paranaguá/PR no dia 19/06/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 20 de julho de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:2971CD91

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9089 DE 20 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9089 DE 20 DE JULHO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, motorista, no dia 17/06/2026, Paranaguá/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 74,41 (setenta e quatro reais e quarenta e um centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Paranaguá/PR no dia 17/06/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 20 de julho de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:E5643A69

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9090 DE 20 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9090 DE 20 DE JULHO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, motorista, no dia 16/06/2026, Paranaguá/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 74,41 (setenta e quatro reais e quarenta e um centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Paranaguá/PR no dia 16/06/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 20 de julho de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:E68B8ED5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9091 DE 20 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9091 DE 20 DE JULHO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, motorista, no dia 15/06/2026, Paranaguá/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 74,41 (setenta e quatro reais e quarenta e um centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Paranaguá/PR no dia 15/06/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 20 de julho de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:40591812

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9092 DE 20 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9092 DE 20 DE JULHO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, motorista, no dia 02/06/2026, Curitiba/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 111,61 (cento e onze reais e sessenta e um centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Curitiba/PR no dia 02/06/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 20 de julho de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:64AFC338

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9093 DE 20 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9093 DE 20 DE JULHO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, motorista, no dia 18/06/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 18/06/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 20 de julho de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:C4BC3C20

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9094 DE 20 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9094 DE 20 DE JULHO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, motorista, no dia 30/06/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 30/06/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 20 de julho de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:1A7A6839

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9095 DE 20 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9095 DE 20 DE JULHO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, motorista, no dia 26/06/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 26/06/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 20 de julho de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:C3E6B52A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9096 DE 20 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9096 DE 20 DE JULHO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, motorista, no dia 09/06/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 09/06/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 20 de julho de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:42DBBD5C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9097 DE 20 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9097 DE 20 DE JULHO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, motorista, no dia 22/06/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 22/06/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 20 de julho de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:5BA2D0D1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9098 DE 20 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9098 DE 20 DE JULHO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, motorista, no dia 10/06/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 10/06/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 20 de julho de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:2228868B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9099 DE 20 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9099 DE 20 DE JULHO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, motorista, no dia 15/06/2026, Fazenda Rio Grande/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Fazenda Rio Grande/PR no dia 15/06/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 20 de julho de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:CB1C9860

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9100 DE 20 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9100 DE 20 DE JULHO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, motorista, no dia 17/06/2026, Colombo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Colombo/PR no dia 17/06/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 20 de julho de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:1823ADBC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9101 DE 20 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9101 DE 20 DE JULHO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ODIR IRENO DE MIRANDA JUNIOR, motorista, no dia 09/06/2026, Piraquara/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ODIR IRENO DE MIRANDA JUNIOR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Piraquara/PR no dia 09/06/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 20 de julho de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:3C74A8E2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9102 DE 20 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9102 DE 20 DE JULHO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ODIR IRENO DE MIRANDA JUNIOR, motorista, no dia 12/06/2026, Pinhais/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ODIR IRENO DE MIRANDA JUNIOR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Pinhais/PR no dia 12/06/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 20 de julho de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:E3CDFE35

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9103 DE 20 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9103 DE 20 DE JULHO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ODIR IRENO DE MIRANDA JUNIOR, motorista, no dia 02/06/2026, Piraquara/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ODIR IRENO DE MIRANDA JUNIOR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Piraquara/PR no dia 02/06/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 20 de julho de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:C8DEF445

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9104 DE 20 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9104 DE 20 DE JULHO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ODIR IRENO DE MIRANDA JUNIOR, motorista, no dia 01/06/2026, Curitiba/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 111,61 (cento e onze reais e sessenta e um centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ODIR IRENO DE MIRANDA JUNIOR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Curitiba/PR no dia 01/06/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 20 de julho de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:4ED3C869

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9105 DE 20 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9105 DE 20 DE JULHO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ODIR IRENO DE MIRANDA JUNIOR, motorista, no dia 10/06/2026, Paranaguá/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 74,41 (setenta e quatro reais e quarenta e um centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ODIR IRENO DE MIRANDA JUNIOR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Paranaguá/PR no dia 10/06/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 20 de julho de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:955F7DD5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9106 DE 20 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9106 DE 20 DE JULHO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor Agner Lourenço, cargo de Agente Social, no dia 25/06/2026, Matinhos/PR, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social

A **Secretária Municipal de Assistência Social, Sr.ª. Maria Cristina Moraes da Costa Pinto,** no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 5761 de 08 de abril de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 74,41 (setenta e quatro reais e quarenta e um centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor Agner Lourenço, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Cargo de Agente Social, o qual se deslocou até Matinhos/PR no dia 25/06/2026, para participar do Fórum Litorâneo de Políticas sobre Drogas, em atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 20 de Julho de 2026.

MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:3E4601D4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9107 DE 20 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9107 DE 20 DE JULHO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor Cristiano Ribeiro Fayad, cargo de Motorista, no dia 09/07/2026, Curitiba/PR, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social

A **Secretária Municipal de Assistência Social, Sr.ª. Maria Cristina Moraes da Costa Pinto,** no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 5761 de 08 de abril de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 111,61 (cento e onze reais e sessenta e um centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor Cristiano Ribeiro Fayad, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Curitiba/PR no dia 09/07/2026, para conduzir a equipe da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância – APMI, cadastrada no COMAS para realização de compras de tecidos e materiais destinados às atividades e projetos desenvolvido pela instituição em especial aos kits maternidade a serem ofertados ao público vulnerável.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 20 de Julho de 2026.

MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:E475C653

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9108 DE 20 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9108 DE 20 DE JULHO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, motorista, no dia 26/06/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 26/06/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 20 de julho de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:F223548D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9109 DE 21 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9109 DE 21 DE JULHO DE 2026

Súmula: Designa servidor para substituição temporária de fiscal de contratos da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura durante período de férias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições aplicáveis.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor MARIO HENRIQUE FELGUEIRA PAVANELLI, matrícula nº 115591, para exercer, temporariamente, a função de Fiscal dos Contratos vinculados à Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, em substituição ao servidor RICHARDSON FULGENCIO DO NASCIMENTO, matrícula nº 115519, durante o período de férias deste, compreendido entre os dias 16 de julho de 2026 a 30 de julho de 2026.
Art. 2º Compete ao servidor designado realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos vinculados à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, durante o período de substituição, observadas as atribuições previstas na legislação vigente e nos respectivos instrumentos contratuais.
Art. 3º Findo o período de substituição, as atribuições de fiscalização contratual retornarão ao servidor titular RICHARDSON FULGENCIO DO NASCIMENTO.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor, com efeitos a partir de 16 de julho de 2026.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 21 de julho de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:211F5A1A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9110 DE 21 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9110 DE 21 DE JULHO DE 2026

Súmula: Designa servidor para exercer a função de Gestor Municipal do Simples Nacional, responsável pelo acesso do Município aos aplicativos e aos dados do Simples Nacional perante a Receita Federal do Brasil, e dá outras providência.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORRETES**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela legislação vigente,

CONSIDERANDO a competência dos Municípios para fiscalizar o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) devido pelos contribuintes optantes do Simples Nacional estabelecidos em seu território, nos termos do art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, que disciplina a fiscalização do Simples Nacional e o Sistema Único de Fiscalização (SEFISC);

CONSIDERANDO a necessidade de credenciar o Município junto ao Portal do Simples Nacional, na condição de ente federado, para acesso aos aplicativos de consulta e fiscalização e aos dados dos contribuintes;

CONSIDERANDO que o acesso depende da designação de servidor responsável pela gestão dos usuários e dos perfis de acesso do Município,

RESOLVE:
Art. 1º Fica designado(a) o(a) servidor(a) Jéssica Regina Rodrigues, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, matrícula nº 213299, inscrito(a) no CPF sob o nº 084.854.179-09, para exercer a função de Gestor Municipal do Simples Nacional.
Parágrafo único. Na ausência ou impedimento do titular, responderá pela função o(a) servidor(a) JOÃO VITOR CAGNI, ocupante do cargo de Coordenador de gestão de orçamento, matrícula nº 515168, CPF nº 040.062.039-18.

Art. 2º Compete ao Gestor Municipal do Simples Nacional:
I - realizar o acesso do Município ao Portal do Simples Nacional, na condição de ente federado, mediante certificado digital;
II - cadastrar, habilitar e descredenciar os servidores usuários dos aplicativos do Simples Nacional;
III - definir e controlar os perfis de acesso, distinguindo as funções de consulta e de fiscalização;
IV - zelar pela guarda e pelo uso adequado das informações acessadas, observada a legislação de proteção de dados e o sigilo fiscal;
V - manter atualizada a relação de usuários e adotar as medidas necessárias à continuidade do acesso.

Art. 3º O acesso e o tratamento dos dados observarão o dever de sigilo fiscal e a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), limitando-se às finalidades de administração e fiscalização tributária do Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 21 de julho de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:B60EB8B5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9111 DE 22 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9111 DE 22 DE JULHO DE 2026

Súmula: Designa servidora para substituição temporária de gestor de contratos da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura durante período de férias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições aplicáveis.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora LARISSA TONETTI, matrícula nº 515180, ocupante do cargo de Coordenadora de Promoção ao Turismo, para exercer, temporariamente, a função de Gestora do Contrato nº 87/2026 – ID nº 174, oriundo do Procedimento Administrativo nº 66/2026, Protocolo nº 5564/2026 e Inexigibilidade nº 19/2026, celebrado entre o Município de Morretes e a empresa JD Produções Musicais e Artísticas Ltda., em substituição ao servidor RICHARDSON FULGÊNCIO DO NASCIMENTO, matrícula nº 115519, durante o período de férias deste, compreendido entre os dias 16 de julho de 2026 e 30 de julho de 2026.

Art. 2º Compete à servidora designada realizar a gestão e o acompanhamento da execução do referido contrato durante o período de substituição, observadas as atribuições previstas na legislação vigente e no respectivo instrumento contratual.

Art. 3º Findo o período de substituição, as atribuições de gestão contratual retornarão ao servidor titular RICHARDSON FULGÊNCIO DO NASCIMENTO.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor, com efeitos a partir de 16 de julho de 2026.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 22 de julho de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:40543EFF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9112 DE 22 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9112 DE 22 DE JULHO DE 2026

Súmula: Determina o afastamento preventivo de servidora pública municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso II, alínea "*a*", da Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO que a Administração Pública possui o dever de apurar eventuais infrações funcionais praticadas por seus agentes, assegurando a observância dos princípios constitucionais;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo Disciplinar – PAD constitui instrumento destinado à apuração dos fatos e à eventual aplicação das penalidades cabíveis;

CONSIDERANDO que a busca da verdade real é princípio norteador do Processo Administrativo Disciplinar, impondo à Administração o dever de assegurar a regularidade da instrução processual;

CONSIDERANDO a necessidade de preservar a regular apuração dos fatos, evitando que o servidor possa interferir na produção das provas, influenciar testemunhas, alterar documentos, dificultar diligências ou comprometer a instrução processual;

CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 8.934/2026;

CONSIDERANDO que a medida possui natureza exclusivamente cautelar, não importando antecipação de penalidade, preservando-se integralmente a presunção de inocência, o contraditório e a ampla defesa;

CONSIDERANDO que o afastamento preventivo poderá ocorrer sem prejuízo da remuneração e demais vantagens do cargo, conforme previsão legal;

CONSIDERANDO que a permanência do servidor no exercício de suas funções poderá comprometer a adequada coleta de provas e o regular desenvolvimento do Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o afastamento preventivo da servidora R. F. D. M. V., inscrita nas Matrículas Funcionais nº 298991 e 100198911, do exercício de suas atribuições, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado na forma da legislação aplicável, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º O afastamento possui natureza exclusivamente cautelar e destina-se a assegurar a regular instrução do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 8.934/2026.
§ 2º O afastamento ocorrerá sem prejuízo da remuneração e das demais vantagens legais percebidas pela servidora, nos termos do art. 205 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Durante o período de afastamento, a servidora deverá permanecer à disposição da Comissão Processante, mantendo os meios de contato permanentemente atualizados, comparecendo sempre que regularmente convocada.

Art. 3º. O afastamento preventivo constitui medida de natureza cautelar, não importando aplicação de penalidade disciplinar nem qualquer juízo antecipado acerca da responsabilidade funcional da servidora

Art. 4º. A medida poderá ser revista, revogada ou cessada a qualquer tempo, mediante decisão fundamentada, caso deixem de existir os motivos que a ensejaram.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de julho de 2026.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 22 de julho de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:EE27D76E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 09/2026

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 09/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 73/2026
O **MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA - PR**, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberta a **Chamada Pública para Credenciamento nº 09/2026**.
Resumo das Informações Básicas

• **Órgão Solicitante:** Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo / Departamento de Vigilância Sanitária.
• **Objeto:** Credenciamento de associações e Organizações da Sociedade Civil (OSCs) protetoras de animais para a execução do Programa Municipal de Proteção e Defesa da Vida Animal (Lei Municipal nº 622/2026), contemplando:

• Aquisição de rações e insumos alimentares para animais sob custódia/vulnerabilidade;
• Realização de procedimentos cirúrgicos de esterilização reprodutiva (castrações) e cuidados pré e pós-operatórios.

• **Valor do Repasse:** Repasse mensal fixo de **R$ 5.000,00 (cinco mil reais)** por entidade credenciada apta (valor global estimado de R$ 60.000,00/ano).
• **Vagas: 01 (uma) vaga imediata** + Cadastro de Reserva.
• **Vigência:** 12 (doze) meses a contar da publicação do extrato, prorrogável nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
• **Amparo Legal:** Art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Municipal nº 622/2026.
• **Critério de Seleção:** Sorteio Público com ordem de classificação para convocação e contratação.

• **Recebimento das Propostas:** De forma contínua (fluxo contínuo) a partir da publicação do Edital, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal (Av. Paraná, 276, Centro), das 08h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h00 em dias úteis.
• **Data do 1º Sorteio Público: 25/08/2026, às 09h00min**, na sede da Prefeitura Municipal (com transmissão pública e lavratura de ata).
• **Obtenção do Edital e Esclarecimentos:**

• **Telefone:** (43) 3553-1633
• **Site Oficial:** www.novaamericadacolina.pr.gov.br
• **Atendimento Presencial:** Setor de Licitações e Contratos.

Nova América da Colina – PR, 22 de julho de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:5D3447FD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - 26/2026 Nº PROC. ADM. 74/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BNC torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE NOVA AMERICA DA COLINA, de acordo com a regulamentação DECRETO Nº15/2023 realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por LEANDRO PEREZ DE OLIVEIRA e tendo como autoridade TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO.

PUBLICAÇÃO: 22/07/2026 16:53
INÍCIO REC. PROPOSTA: 23/07/2026 08:00
FIM REC. PROPOSTA: 05/08/2026 08:30
INÍCIO DISPUTA: 05/08/2026 08:35
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: SIM
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 108.000,0000

OBJETO DO PROCESSO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos profissionais de contabilidade pública (mão de obra especializada), de forma continuada, para suporte, acompanhamento, execução e atendimento das exigências contábeis, fiscais, orçamentárias e patrimoniais da Prefeitura Municipal de Nova América da Colina / PR

Para demais informações contato via e-mail: licita@novaamericadacolina.pr.gov.br, telefone: 4335531633 ou acesso pelo link: https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DAr1KSTiLtxJEjw21Mk09LcfNCUh2MxtyjldmxinPgqwrNperXLRBH0xKqj1fQzE37N7ouNvoX0T_UYlj6%2FDv4Gw7b%2FJLO6LFAjNEq2X4dSw%3D

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:45142D24

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
Processo Adm: Nº 67/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agente de integração, visando à operacionalização do Programa de Estágio Remunerado no âmbito da Prefeitura Municipal de Nova América da Colina, compreendendo atividades de recrutamento, seleção, contratação, administração, acompanhamento de estagiários e repasse operacional de bolsa-auxílio e auxílio-transporte, em conformidade com a Lei nº 11.788/2008 e com a Lei nº 14.133/2021.
Empresas vencedoras valor total: R$ 6.237,00 (seis mil e duzentos e trinta e sete reais): CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTÁGIOS CIN (03233240000124) com os lotes: 1 no valor total de R$ 699.237,00 valor contratual

NOVA AMÉRICA DA COLINA (PR), quarta-feira, 22 de julho de 2026

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Autoridade de Promotor

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
Processo Adm: Nº 67/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agente de integração, visando à operacionalização do Programa de Estágio Remunerado no âmbito da Prefeitura Municipal de Nova América da Colina, compreendendo atividades de recrutamento, seleção, contratação, administração, acompanhamento de estagiários e repasse operacional de bolsa-auxílio e auxílio-transporte, em conformidade com a Lei nº 11.788/2008 e com a Lei nº 14.133/2021.
Empresas vencedoras valor total: R$ 6.237,00 (seis mil e duzentos e trinta e sete reais): CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTÁGIOS CIN (03233240000124) com os lotes: 1 no valor total de R$699.237,00.
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE NOVA AMERICA DA COLINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14.133/21, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

NOVA AMÉRICA DA COLINA (PR), quarta-feira, 22 de julho de 2026

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Autoridade Competente

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:CBB1D960

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 4093/2026

DECRETO Nº 4093/2026
DATA: 22/07/2026

SÚMULA: Regulamenta, no âmbito do Município de Nova Prata do Iguaçu, os requisitos técnicos, urbanísticos e procedimentais para o parcelamento, condôminos, loteamentos e ocupação de lotes urbanos e de expansão urbana com declividade natural igual ou superior a 30% (trinta por cento), em cumprimento aos art. 07, inciso IV e art. 36, inciso IV, da Lei Complementar Municipal nº 1.782/2023 (Plano Diretor Municipal) e ao art. 3º, parágrafo único, inciso III, da Lei Federal nº 6.766/1979, e dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e as Leis que compõem o Plano Diretor.

CONSIDERANDO que os art. 07, inciso IV e art. 36, inciso IV, da Lei Complementar Municipal nº 1.782/2023 (Plano Diretor Municipal) admite, em caráter excepcional e condicionado, o parcelamento e a ocupação de terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), mediante comprovação técnica de viabilidade;

CONSIDERANDO que o art. 3º, parágrafo único, inciso III, da Lei Federal nº 6.766/1979 veda o loteamento em terrenos com tal declividade, ressalvadas as hipóteses em que sejam adotadas soluções técnicas adequadas, previamente aprovadas pela autoridade competente;

CONSIDERANDO a orientação exarada pelo Instituto Água e Terra – IAT no sentido de que a matéria seja disciplinada por ato normativo de caráter geral, aplicável a todos os empreendimentos, condomínios e loteamentos situados no território municipal que se enquadrem na hipótese, e não apenas por anuências pontuais e isoladas expedidas para empreendimentos específicos;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar os critérios técnicos, os procedimentos de análise e aprovação, e as responsabilidades técnicas e civis envolvidas na ocupação de áreas declivosas, de modo a resguardar a segurança da população, a estabilidade geotécnica das edificações e a proteção dos recursos hídricos e ambientais do Município; e

CONSIDERANDO o princípio da eficiência administrativa e a conveniência de se evitar a expedição casuística de atos de anuência sem parâmetros técnicos previamente definidos.

DECRETA

Art. 1º Este Decreto regulamenta os requisitos técnicos, urbanísticos e procedimentais aplicáveis ao parcelamento do solo, condomínios, loteamentos e à ocupação de solo, para fins residenciais, comerciais ou mistos, de lotes urbanos e de expansão urbana localizados no território do Município de Nova Prata do Iguaçu que apresentem declividade natural igual ou superior a 30% (trinta por cento), em qualquer de suas frações ou em sua totalidade.

Parágrafo único. As disposições deste Decreto aplicam-se a todo e qualquer empreendimento, condomínios, loteamentos, desmembramentos, parcelamentos, já aprovados, em curso ou futuro, que se enquadre na hipótese do *caput*, independentemente de já ter obtido anuência ou aprovação municipal específica anterior à vigência deste Decreto, hipótese em que os efeitos deste ato passam a regê-lo a partir de sua publicação, sem prejuízo dos atos já praticados.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – DVTA - Dossiê de Viabilidade Tecnológica e Diretrizes de Ocupação Geotécnica: documento técnico de responsabilidade do empreendedor, subscrito por profissional legalmente habilitado em Engenheira, que demonstra a viabilidade técnica de parcelamento e ocupação dos lotes enquadrados no art. 1º deste Decreto;

II – ROBI - Regime de Ocupação de Baixo Impacto: conjunto de protocolos técnicos compulsórios relativos à movimentação de terra, controle de sedimentos, drenagem e manejo de canteiro de obras, aplicável à execução de obras nos lotes de que trata este Decreto;

III – Tipologias Geotécnicas Parametrizadas: o conjunto de soluções técnico-construtivas padronizadas, e suas composições mistas, fundamentadas em normas técnicas da ABNT, destinadas a assegurar a estabilidade, a segurança e a salubridade das edificações a serem erguidas em terrenos declivosos.

* Sistema Estrutural Suspenso (Pilotis e Estruturas em Balanço) – Base Normativa ABNT NBR 6122/2019;

* Sistema de Platôs Escalonados e Contenções Rígidas/Flexíveis (Solo Grampeado ou Cortinas Atirantadas) – Base Normativa ABNT NBR 8044/2018;

* Sistema de Contenção por Gravidade Drenante (Muros de Gabião, Pedra Ciclópica e Solos Mecanicamente Estabilizados) – Base Normativa ABNT NBR 19062/2022;

* Arquitetura Orgânica Subterrânea (Corte e Compensação com Estruturas de Arrimo Integradas) – Base Normativa ABNT NBR 6118/2023 e ABNT NBR 15575/2013.

Art. 3º Todo empreendimento que pretenda parcelar ou ocupar lotes com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento) deverá protocolar, junto ao Departamento deTributação, o respectivo DVTA - Dossiê de Viabilidade Tecnológica e Diretrizes de Ocupação Geotécnica, contendo, no mínimo:

I – levantamento planialtimétrico e identificação precisa, dos lotes atingidos pela declividade igual ou superior a 30%;

II – catálogo de soluções contendo tipo de Tipologia geotécnicas parametrizadas adotada, com as respectivas Anotações/Registros de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) do profissional responsável pela sua elaboração;

III – diretrizes de manejo hídrico, micro drenagem e, quando aplicável, proteção de corpos hídricos e reservatórios lindeiros ao empreendimento; e

IV – proposta de adoção do ROBI - Regime de Ocupação de Baixo Impacto ou de regime técnico equivalente, com protocolos de controle de movimentação de terra e sedimentos.

Art. 4º O DVTA - Dossiê de Viabilidade Tecnológica e Diretrizes de Ocupação Geotécnica, será submetido à análise pelo corpo técnico de Engenharia do município.

§ 1º Aprovado o DVTA - Dossiê de Viabilidade Tecnológica e Diretrizes de Ocupação Geotécnica, a anuência municipal será formalizada por ato específico do Poder Executivo para cada empreendimento, o qual deverá observar, no mínimo, o conteúdo estabelecido no art. 5º deste Decreto.

§ 2º A anuência municipal não dispensa a obtenção das licenças ambientais e urbanísticas exigíveis perante os órgãos estaduais e federais competentes, em especial o Instituto Água e Terra – IAT, ao qual a anuência e o respectivo DVTA - Dossiê de Viabilidade Tecnológica e Diretrizes de Ocupação Geotécnica, deverão ser encaminhados para instrução dos processos de licenciamento cabíveis.

Art. 5º O ato de anuência municipal a que se refere o art. 4º, § 1º, deste Decreto conterá, obrigatoriamente:

I – o reconhecimento do cumprimento da condição prevista nos art. 07, inciso IV e art. 36, inciso IV, da Lei Complementar Municipal nº 1.782/2023, quanto aos lotes especificamente identificados;

II – a aprovação, em caráter condicionado, das soluções geotécnicas parametrizadas e do regime de ocupação de baixo impacto propostos no DVTA;

III – a condição de que a expedição de alvará de construção para cada lote fique subordinada à apresentação dos projetos executivos específicos (estrutural, geotécnico e hidrossanitário) e das respectivas ART/RRT individuais, com menção expressa ao cumprimento das diretrizes do DVTA - Dossiê de Viabilidade Tecnológica e Diretrizes de Ocupação Geotécnica aprovado;

IV – a determinação de encaminhamento da anuência e do DVTA - Dossiê de Viabilidade Tecnológica e Diretrizes de Ocupação Geotécnica ao IAT – Instituto Água e Terra, e aos demais órgãos estaduais e federais competentes; e

V – o registro expresso de que a responsabilidade civil, criminal, administrativa e ético-disciplinar pela solidez, estabilidade, impermeabilidade e segurança de cada edificação recai, de forma pessoal, exclusiva e intransferível, sobre o profissional legalmente

habilitado, emissor da ART/RRT, contratado pelo adquirente de cada lote, restando o Município isento de responsabilidade solidária por falhas executivas individuais.

Art. 6º O descumprimento das diretrizes técnicas aprovadas no DVTA - Dossiê de Viabilidade Tecnológica e Diretrizes de Ocupação Geotécnica, do ROBI - Regime de Ocupação de Baixo Impacto ou das condições fixadas no ato de anuência sujeita o infrator, conforme o caso, à suspensão ou cassação do alvará, embargo da obra e às demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis, previstas nas leis que compõem o Plano Diretor e em especial na Lei Complementar nº 1782/2023, art. 93.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se a todos os processos de parcelamento, loteamento e ocupação de lotes com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), aprovados, em tramitação ou a serem protocolados no Município de Nova Prata do Iguaçu – Estado do Paraná.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 22 dias do mês de julho de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:D5583D73

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Tendo em vista a documentação apresentada pela Comissão de Licitações, homologo o processo licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 012/2026, tendo como objeto a Contratação de empresa especializada em engenharia elétrica, devidamente cadastrada junto à Companhia Paranaense de Energia – COPEL, para execução de obras de extensão de rede de distribuição de energia elétrica e implantação de iluminação pública em diversos pontos do perímetro urbano do Município de Nova Prata do Iguaçu – PR, conforme projetos técnicos aprovados, em favor a empresa **ENERG COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – CNPJ Nº 80.172.091/0001-81.**
Determino a elaboração do correspondente contrato nos termos legais.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 22 de julho de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francieli Savanhago Anzolin
Código Identificador:01E0A614

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Tendo em vista a documentação apresentada pela Comissão de Licitações, homologo o processo licitatório na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO 030/2026, tendo como objeto a Contratação de empresa(s) para fornecimento de refeições prontas tipo marmitas grande, média, buffet livre e rodizio, com o objetivo de atender às necessidades das Secretarias Municipais de Nova Prata do Iguaçu – PR, em favor a empresa ROSANA SCHULTZ – CNPJ Nº 27.787.207/0001-04, para os itens 01 e 06; a empresa RONALDO ROSA – CNPJ Nº 723.184.229-15, para os itens 02 e 05; e a empresa JOÃO ANEZIO STACHEIRA – CNPJ Nº 13.520.837/0001-03, para os itens 03,04 e 07.
Determino a elaboração do correspondente contrato nos termos legais.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 22 julho de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 113/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: João Anezio Stacheira– CNPJ Nº 13.520.837/0001-03 – Nova Prata do Iguaçu - Pr
OBJETO: Contratação de empresa(s) para fornecimento de refeições prontas tipo marmitas grande, média, buffet livre e rodizio, com o objetivo de atender às necessidades das Secretarias Municipais de Nova Prata do Iguaçu – PR, Conforme descrição dos itens 03,04 e 07.
VALOR: R$ 218.012,50 (duzentos dezoito mil doze reais e cinquenta centavos).
PAGAMENTO: Até 30 (trinta) dias após emissão da nota fiscal, conforme quantidade fornecida.
RUBRICA ORÇAMENTARIA: 02 - Governo Municipal - Unidade: 001 - Gabinete do Executivo Municipal - 04.122.0002.2-001 Manutenção do Gabinete do Executivo Municipal, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo; 09 - Secretaria Municipal de Saúde; 001 - Departamento de Saúde; 0010.0301.0011.2-021 - Manutenção da Secretaria de Saúde - Atenção Básica.; 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo; 11 Secretaria Municipal de Agricultura - Unidade: 001 Departamento de Fomento a Agricultura – 20.606.0013.2-029 Manutenção da Secretaria de Agricultura, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo. Órgão: 12 Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos - Unidade: 003 Departamento de Estradas – 26.782.0014.2-032 Manutenção do Departamento de Viação, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo. Órgão: 12 Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos - Unidade: 002 Departamento de Serviços Públicos e Urbanos – 15.452.0015.2-33 Manutenção do Departamento de Urbanismo, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
Nova Prata do Iguaçu – Pr, 22 de julho de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 114/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Ronaldo Rosa – CNPJ Nº 03.111.771/0001-44 – Nova Prata do Iguaçu - Pr
OBJETO: Contratação de empresa(s) para fornecimento de refeições prontas tipo marmitas grande, média, buffet livre e rodizio, com o objetivo de atender às necessidades das Secretarias Municipais de Nova Prata do Iguaçu – PR, Conforme descrição dos itens 02 e 05.
VALOR: R$ 127.500,00 (cento e vinte sete mil quinhentos reais).
PAGAMENTO: Até 30 (trinta) dias após emissão da nota fiscal, conforme quantidade fornecida.
RUBRICA ORÇAMENTARIA: 02 - Governo Municipal - Unidade: 001 - Gabinete do Executivo Municipal - 04.122.0002.2-001 Manutenção do Gabinete do Executivo Municipal, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo; 09 - Secretaria Municipal de Saúde; 001 - Departamento de Saúde; 0010.0301.0011.2-021 - Manutenção da Secretaria de Saúde - Atenção Básica.; 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo; 11 Secretaria Municipal de Agricultura - Unidade: 001 Departamento de Fomento a Agricultura – 20.606.0013.2-029 Manutenção da Secretaria de Agricultura, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo. Órgão: 12 Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos - Unidade: 003 Departamento de Estradas – 26.782.0014.2-032 Manutenção do Departamento de Viação, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo. Órgão: 12 Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos - Unidade: 002 Departamento de Serviços Públicos e Urbanos – 15.452.0015.2-33 Manutenção do Departamento de Urbanismo, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Nova Prata do Iguaçu – Pr, 22 de julho de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 115/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Rosana Schultz – CNPJ Nº 27.787.207/0001-04 – Nova Prata do Iguaçu - Pr
OBJETO: Contratação de empresa(s) para fornecimento de refeições prontas tipo marmitas grande, média, buffet livre e rodizio, com o objetivo de atender às necessidades das Secretarias Municipais de Nova Prata do Iguaçu – PR, Conforme descrição dos itens 01 e 06.
VALOR: R$ 85.161,25 (oitenta cinco mil cento sessenta um reais e vinte cinco centavos).
PAGAMENTO: Até 30 (trinta) dias após emissão da nota fiscal, conforme quantidade fornecida.
RUBRICA ORÇAMENTARIA: 02 - Governo Municipal - Unidade: 001 - Gabinete do Executivo Municipal - 04.122.0002.2-001 Manutenção do Gabinete do Executivo Municipal, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo; 09 - Secretaria Municipal de Saúde; 001 - Departamento de Saúde; 0010.0301.0011.2-021 - Manutenção da Secretaria de Saúde - Atenção Básica.; 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo; 11 Secretaria Municipal de Agricultura - Unidade: 001 Departamento de Fomento a Agricultura – 20.606.0013.2-029 Manutenção da Secretaria de Agricultura, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo. Órgão: 12 Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos - Unidade: 003 Departamento de Estradas – 26.782.0014.2-032 Manutenção do Departamento de Viação, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo. Órgão: 12 Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos - Unidade: 002 Departamento de Serviços Públicos e Urbanos – 15.452.0015.2-33 Manutenção do Departamento de Urbanismo, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Nova Prata do Iguaçu – Pr, 22 de julho de 2026.

Publicado por:
Francieli Savanhago Anzolin
Código Identificador:2B9FC359

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 399/2026

de 20 de julho de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, por término de contrato, a partir 21 de julho de 2026, do Emprego Público de Professora (20 horas) – P. S. S., a Servidora Pública Municipal WILMA DANTAS SIMOES, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº **.130.256-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.297.478-**, admitida em 22 de julho de 2024.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 20 de julho de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora - Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:374ECF8D

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 400/2026

de 20 de julho de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, por término de contrato, a partir 21 de julho de 2026, do Emprego Público de Professora (20 horas) – P. S. S., a Servidora Pública Municipal CLEIDE INES CASINI FERREIRA, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.786.435-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.414.799-**, admitida em 22 de julho de 2024.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 20 de julho de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora - Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:C2077516

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 401/2026

de 20 de julho de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, por término de contrato, a partir 21 de julho de 2026, do Emprego Público de Professor (20 horas) – P. S. S., o Servidor Público Municipal GABRIEL ANDERSON CALIXTO OLIVEIRA, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral nº **.463.619-*- SESP/PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.480.909-**, admitido em 22 de julho de 2024.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 20 de julho de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora - Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:C777A978

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 402/2026

de 20 de julho de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, por término de contrato, a partir 21 de julho de 2026, do Emprego Público de Professora de Educação Infantil (40 horas) – P. S. S., a Servidora Pública Municipal JOSIMAR FERREIRA SOARES DE ALCANTARA, portadora da Cédula de Identidade, Registro

Geral nº *.273.599-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.050.979-**, admitida em 22 de julho de 2024.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 20 de julho de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora - Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:671EBF10

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 403/2026

de 20 de julho de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **27 de julho a 24 de setembro de 2026**, a Servidora Pública Municipal MARIA MIRTES DA SILVA OLIVEIRA, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral *.063.355-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.232.109-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Professora de Educação Infantil (40 horas)** desde 14 de março de 2011.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 20 de julho de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:87D83B8F

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 404/2026

de 20 de julho de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 19 (dezenove) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **5 a 23 de agosto de 2026**, a Servidora Pública Municipal ANA PAULA ALCANTARA DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral *.825.771-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.403.749-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Professora de Educação Física (20 horas)** desde 5 de abril de 2016.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 20 de julho de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:1034D7C6

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 405/2026

de 20 de julho de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **1 a 30 de agosto de 2026**, a Servidora Pública Municipal SUELEN CAROLINE NOVAES DE SOUZA, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral **.445.339-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.744.759-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais** desde 1 de abril de 2016.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 20 de julho de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:9CCD71A0

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 406/2026

de 21 de julho de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 10 (dez) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **21 a 30 de julho de 2026**, a Servidora Pública Municipal TATIANE FLAUZINO DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral **.123.857-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.564.329-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais** desde 18 de abril de 2016.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 21 de julho de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:08DCFEB1

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 407/2026

de 22 de julho de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, por término de contrato, a partir 31 de julho de 2026, do Emprego Público de Professora de Educação Infantil (40 horas) – P. S. S., a Servidora Pública Municipal JANAINA RODRIGUES RIOS, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº **.201.022-*-

SESP/SP, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.415.128-**, admitida em 1 de agosto de 2024.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 22 de julho de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora - Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:734C57F3

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 408/2026

de 22 de julho de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 22 de julho de 2026, para exercer o Emprego Público de Professora de Educação Infantil (40 horas) – P. S. S., a Senhora JOSIMAR FERREIRA SOARES DE ALCANTARA, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.050.979-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 22 DE JULHO DE 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:C78A74E0

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 14

Prorrogação do contrato

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua João Coloni, n° 67, Jardim Colegial, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Aline Renata Neves de Brito, brasileira, Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino) – PSS, CPF ***.537.019-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 22 de julho de 2025.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 21 de julho de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 21 de janeiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 23 de junho de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:E37106F6

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 15

Prorrogação do contrato

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua João Coloni, n° 67, Jardim Colegial, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Beatriz Regina Rodrigues Coutinho Gasparotti dos Santos, brasileira, Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino) – PSS, CPF ***.526.299-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 23 de julho de 2025.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 22 de julho de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 22 de janeiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 23 de junho de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:149AB43D

FUNDAÇÃO DE SAÚDE
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 016/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2023 – P.A. Nº 020/2023

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 30.372.673/0001-33.
CONTRATADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ sob nº 61.198.164/0001-60.
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 57, inc. II, DA LEI Nº 8666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO: § 1º Fica acertado entre as partes o 2º termo aditivo de PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO POR MAIS 12 (doze) MESES, ATÉ 12/06/2026, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei nº 8666/93, que tem por objetivo a contratação de pessoa jurídica especializada em SEGUROS para os veículos que compões a frota da fundação de saúde de Paiçandu. § 2º Pelos serviços prestados a contratante pagará

a contratada o mesmo valor inicialmente pactuado no contrato 016/2023, ou seja, o valor total de R$ 31.160,00 (trinta e um mil cento e sessenta reais) em única parcela, para segurar 04 (quatro) veículos sendo destacados as placas: SDU-7F40; SDU-7F42; SDU-7F37 e SDU-7A32, conforme discriminado individualmente no contrato. § 3º Os valores inicialmente contratados foram R$ 31.160,00 (trinta e um mil cento e sessenta reais), com este aditivo de prorrogação de prazo passara a perfazer um total acumulado de R$ 93.480,00 (noventa e três mil, quatrocentos e oitenta reais).

Sem mais alterações.

Paiçandu - Pr., 09 de junho de 2026.

Fundação de Saúde de Paiçandu
THIAGO ALVES CEFALO

Publicado por:
Bruna Boza Pires
Código Identificador:3E89DAE9

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 22

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO
EMPREGADOR
Fundação de Saúde, na Rua Sete de Setembro, no 972, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o no 30.372.673/0001-33, neste ato representado por Thiago Alves Cefalo, brasileiro, casado, Carteira de Identidade no 9.674.721-7 SSP/PR, CPF no 070.124.609-03, residente e domiciliado na Rua Onesio Francisco de Farias, no 373, Centro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.
EMPREGADO
NOME: MATEUS CAMPANHOLI DA SILVA
CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO PSS
CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG) : 10.***.262-* SESP/PR
CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF) : 066.***.889-**

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a **PRORROGACÃO** do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em **21 de julho de 2025.**
Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em **20 de julho 2026**, será **PRORROGADO** por igual período, ou seja, até **20 de janeiro 2027.**
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, Estado do Paraná, em 26 de junho de 2026.

_____
Assinatura do Empregador Assinatura do Empregado

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Assinatura do Prefeito Municipal de
Humanos Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:4EE516BB

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 23

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO
EMPREGADOR
Fundação de Saúde, na Rua Sete de Setembro, no 972, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o no 30.372.673/0001-33, neste ato representado por Thiago Alves Cefalo, brasileiro, casado, Carteira de Identidade no 9.674.721-7 SSP/PR, CPF no 070.124.609-03, residente e domiciliado na Rua Onesio Francisco de Farias, no 373, Centro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.
EMPREGADO
NOME: MISAEL APOLINARIO DE SOUZA
CARGO: MOTORISTA -PSS
CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG) : 00***081* SESP/RO
CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF) : 909.***.142-**

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a **PRORROGACÃO** do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em **21 de janeiro de 2026.**
Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em **20 de julho 2026**, será **PRORROGADO** por igual período, ou seja, até **20 de janeiro 2027.**
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, Estado do Paraná, em 26 de junho de 2026.

_____
Assinatura do Empregador Assinatura do Empregado

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Assinatura do Prefeito Municipal de
Humanos Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:F08805E0

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 24

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO
EMPREGADOR
Fundação de Saúde, na Rua Sete de Setembro, no 972, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o no 30.372.673/0001-33, neste ato representado por Thiago Alves Cefalo, brasileiro, casado, Carteira de Identidade no 9.674.721-7 SSP/PR, CPF no 070.124.609-03, residente e domiciliado na Rua Onesio Francisco de Farias, no 373, Centro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.
EMPREGADO
NOME: PAMELA FERIOLI
CARGO: ENFERMEIRO 40HS PSS
CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG) : 9.***.148-* SESP/PR
CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF) : 072.***.189-**
CARTEIRA DE TRABALHO (CTPS): N° 16***09, Série 0**20/PR

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a **PRORROGACÃO** do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em **6 de janeiro de 2025.**
Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em **5 de julho 2026**, será **PRORROGADO** por igual período, ou seja, até **5 de janeiro 2027.**
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, Estado do Paraná, em 26 de junho de 2026.

-_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura do Empregado

_____
Assinatura do Departamento de RecursosHumanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:A0333141

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 25

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO
EMPREGADOR
Fundação de Saúde, na Rua Sete de Setembro, no 972, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o no

30.372.673/0001-33, neste ato representado por Thiago Alves Cefalo, brasileiro, casado, Carteira de Identidade no 9.674.721-7 SSP/PR, CPF no 070.124.609-03, residente e domiciliado na Rua Onesio Francisco de Farias, no 373, Centro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

EMPREGADO

NOME: ROBERTO HIDEKI NAKA
CARGO: DENTISTA 20HS- PSS
CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG) : 13.***.985-* SESP/PR
CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF) : 108.***.779-**

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a **PRORROGACÃO** do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em **21 de janeiro de 2026.**
Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em **20 de julho 2026**, será **PRORROGADO** por igual período, ou seja, até **20 de janeiro 2027.**
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, Estado do Paraná, em 26 de junho de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura do Empregado

_____
Assinatura do Departamento de RecursosHumanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:A2A09214

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 26

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO
EMPREGADOR

Fundação de Saúde, na Rua Sete de Setembro, no 972, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o no 30.372.673/0001-33, neste ato representado por Thiago Alves Cefalo, brasileiro, casado, Carteira de Identidade no 9.674.721-7 SSP/PR, CPF no 070.124.609-03, residente e domiciliado na Rua Onesio Francisco de Farias, no 373, Centro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

EMPREGADO

NOME: THAIS TEIXEIRA COSTA
CARGO: TECNICO DE ENFERMAGEM 40HS PSS
CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG): 13.***.028-*SESP/PR
CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF): 109.***.479-**

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a **PRORROGACÃO** do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em **2 de julho de 2025.**
Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em **1 de julho 2026**, será **PRORROGADO** por igual período, ou seja, até **1 de janeiro 2027.**
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, Estado do Paraná, em 26 de junho de 2026.

- _____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura do Empregado

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:7579C36B

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 27

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO
EMPREGADOR

Fundação de Saúde, na Rua Sete de Setembro, no 972, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o no 30.372.673/0001-33, neste ato representado por Thiago Alves Cefalo, brasileiro, casado, Carteira de Identidade no 9.674.721-7 SSP/PR, CPF no 070.124.609-03, residente e domiciliado na Rua Onesio Francisco de Farias, no 373, Centro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

EMPREGADO

NOME: VANIA RIBEIRO DE BRITO TORTORELI
CARGO: FISIOTERAPEUTA PSS
CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG) : 074.***.629-** SESP/PR
CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF) : 074.***.629-**

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a **PRORROGACÃO** do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em **21 de julho de 2025.**
Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em **20 de julho 2026**, será **PRORROGADO** por igual período, ou seja, até **20 de janeiro 2027.**
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, Estado do Paraná, em 26 de junho de 2026.

-_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura do Empregado

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:A4D07120

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
229-2026

DECRETO N.º 229/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.

DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 613.000,00 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 09 - SECRETARIA DE EDUCACAO Unidade - 09002 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL Funcional - 12.361.0913.1613000 - ESTRUTURAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR Despesa - 480 - 449052 - 00103 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	**404.000,00**
Órgão - 09 - SECRETARIA DE EDUCACAO	

Unidade - 09002 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL Funcional - 12.361.0913.1613000 - ESTRUTURAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR Despesa - 481 - 449052 - 00104 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	**209.000,00**
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	**613.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o provável Excesso de Arrecadação verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64:

Receitas:

111451130000000000 - 35 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida Ativa 171151110000000000 - 60 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 22 de julho de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:3175224C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 227-2026

DECRETO N.º 227/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 20.000,00, destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)

Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
Unidade - 17002 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL
Funcional - 12.361.0907.2403000 - MANUT EDUCAÇÃO BASICA - ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB
Despesa - 636 - 319094 - 00101 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS **20.000,00**

TOTALDASSUPLEMENTAÇÕES=> 20.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução(ões)

Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
Unidade - 17010 - ENSINO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA)
Funcional - 12.365.0909.2423000 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL- FUNDEB (PRÉ-ESCOLA)

Despesa - 757 - 319013 - 00101 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS

20.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES => 20.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 22 de julho de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:343B1E3B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 230-2026

DECRETO N.º 230/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 360.443,24 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 15 - SECRETARIA DE CULTURA Unidade - 15001 - DEPARTAMENTO DE CULTURA Funcional - 13.392.1501.2095000 - MANUTENÇAO DO PROGRAMA DE DESENVOVIMENTO CULTURAL Despesa - 498 - 339039 - 01063 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**270.332,44**
Órgão - 15 - SECRETARIA DE CULTURA Unidade - 15001 - DEPARTAMENTO DE CULTURA Funcional - 13.392.1501.2095000 - MANUTENÇAO DO PROGRAMA DE DESENVOVIMENTO CULTURAL Despesa - 499 - 339031 - 01063 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E	**90.110,80**
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	**360.443,24**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o provável Excesso de Arrecadação verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64:

Receitas:

171960010000000000 - 412 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 -

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 22 de julho de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:CE6FCAAC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 231-2026

DECRETO N.º 231/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS, no Orçamento Geral do Município, no valor

de R$ 21.882,50 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)

Órgão - 15 - SECRETARIA DE CULTURA
Unidade - 15001 - DEPARTAMENTO DE CULTURA
Funcional - 13.392.1501.2095000 - MANUTENÇAO DO PROGRAMA DE DESENVOVIMENTO CULTURAL
Despesa - 498 - 339039 - 01063 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA **21.882,50**

TOTALDASSUPLEMENTAÇÕES=> 21.882,50

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o provável Excesso de Arrecadação verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64:

Receitas:

132101111063000000 - 312 - Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 1063

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 22 de julho de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:57FDCF7F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2025

Pelo presente instrumento, de um lado, a **CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no **CNPJ/MF** sob o nº **77.780.252/0001-05,** com sede à Rua Cel. Vida, n.º 211, Centro, na cidade de Palmeira/PR, neste ato representado pelo seu Presidente, **sr. Diego Fabrício Zanetti**, portador do **CPF/MF** sob nº. **073.632.959-56**, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**; e, de outro lado a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no **CNPJ/MF sob nº 61.198.164/0001-60** com sede na Av. Rio Branco, nº. 1489, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP: 01205-905, por seu representante legal, sr. **Juliano Scarmeloto Larizza**, brasileiro, inscrito no **CPF nº. 216.003.238-71**, e sr. **Paulo Roberto de Carvalho**, brasileiro, inscrito no **CPF nº. 342.265.568-95**, a seguir denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **processo administrativo nº. 322/2025**, por força do presente instrumento nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, o **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação de prazo de vigência e reajuste de valor do contrato n°. 08/2025 que tem por objeto a contratação de serviço de seguro para o veículo Nissan Frontier Attack 4x4 2025 da Câmara Municipal de Palmeira.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA: Por meio deste termo, fica prorrogado o prazo de vigência do referido contrato pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 23 de julho de 2026 até a data de 23 de julho de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE: O valor unitário deste instrumento contratual fica reajustado em 4,42% referente ao INPC dos últimos doze meses, passando de R$ 4.918,22 (quatro mil novecentos e dezoito reais e vinte e dois centavos) para R$ 5.135,65 (cinco mil cento e trinta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), conforme previsto na cláusula oitava do referido contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas do contrato 08/2025 permanecem inalteradas.
Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em duas vias de igual teor e forma

Palmeira, 01 de julho de 2026.

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CNPJ/MF Sob o nº 61.198.164/0001-60

CÂMARA MUNICIPAL DEPALMEIRA
CNPJ/MF Sob o nº 77.780.252/0001-05

Publicado por:
Paola Gadonski Wrobel
Código Identificador:75B2D520

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CREDENCIAMENTO N°.06.2026

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o CREDENCIAMENTO Nº 06/2026, destinado ao Credenciamento de Clínicas veterinárias especializadas para a prestação de serviços veterinários destinados à execução do Programa Municipal de Controle Populacional Ético de Cães e Gatos, os quais deverão ser realizados por médico veterinário legalmente habilitado, com registro ativo no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, em conformidade com as normas técnicas e resoluções do Conselho Federal e do Conselho Regional de Medicina Veterinária, compreendendo a realização de procedimentos de esterilização cirúrgica por meio de orquiectomia em machos e ovariossalpingo-histerectomia em fêmeas, com implantação obrigatória de microchip de identificação individual, incluindo avaliação clínica pré-operatória, procedimentos anestésicos, acompanhamento pós-operatório imediato, medicação, retirada de suturas, conforme especificações técnicas definidas no Termo de Referência.

Os interessados deverão protocolar toda a documentação exigida exclusivamente por meio do Protocolo Institucional do Município, https://palmeira.oxy.elotech.com.br/governodigital/servicos/servico-do-esic--prefeitura-municipalobservando as condições, critérios e exigências estabelecidos no Edital de Credenciamento.

Prazo para credenciamento: dia 22.07.2027.

O edital completo, seus anexos, requisitos de participação, documentação exigida e demais informações encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município de Palmeira. Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos junto ao Departamento de Licitações, durante o horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Palmeira, 22 de julho de 2026.

JOSLEI SEQUINELI
Autoridade Competente

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:46EA34AC

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA N° 26.361, DE 22 DE JULHO DE 2026 - CONVOCA MEMBRO SUPLENTE PARA ATUAR COMO MEMBRO TITULAR DA COMISSÃO PROCESSANTE DE FORNECEDORES I, DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 26.017, DE 24 DE ABRIL DE 2026.

O**Prefeito do Municípiode Palmeira**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que o cargo lhe confere, considerando o contido no Processo Administrativo nº 8678/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora **Paula Orlonski**, matrícula nº 203634, anteriormente designada como membro suplente da Comissão Processante de Fornecedores I, instituída pela Portaria nº 26.017, de 24 de abril de 2026, para assumir a função de membro titular da referida Comissão, em substituição à servidora **Michele Aparecida Batista**, matrícula nº 203949.

Art. 2º A substituição de que trata o art. 1º encontra-se devidamente justificada nos autos do Processo Administrativo nº 8678/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 22 de Julho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:67A660C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1292/2022

Pelo presente instrumento, de um lado O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ/MF sob o nº76.179.829/0001-65**, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pelo **Secretário Municipal de Finanças, Sr. VITOR HENRIQUE ROCHA, portador do CPF/MF sob nº. 065.xxx.xxx-24, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal nº 18.802, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025,** doravante denominado **CONTRATANTE,** e ***BANCO BRADESCO S/A,*** pessoa jurídica de direito privado inscrita no **CNPJ nº. *60.746.948/0001-12***, por suas representantes, **Sra. GLEISE AVILA DE ALMEIDA CANELA, brasileira, casada, bancária, portadora do RG 4xxxxxxx-4 SSP/SP e CPF: 217.xxx.xxx-10 e ALYNE FELIPE TEIXEIRA ORTEGA,brasileira, viúva, bancária, portadora do RG nº3xxxxxxx-7-SSP/SP e CPF: 296.xx.xxx-08,** a seguir denominada **CONTRATADA**, tem entre si, justo e avençado, e celebram através do Processo Administrativo nº 69/2026, por força do presente instrumento e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993, com as alterações posteriores, o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1292/2022**, mediante a seguinte cláusula e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Quanto ao prazo de vigência do contrato, fica ajustada a prorrogação pelo período de 12 (doze) meses a contar de 18 de julho de 2026 até a data de 18 de julho de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE: De acordo com a cláusula nona do contrato 1292/2022, ficam reajustados os valores unitários dos itens contratados de acordo com o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, conforme tabela abaixo:

ITEM	VALOR ATUAL	VALOR REAJUSTADO
1	R$ 0,79	R$ 0,82
2	R$ 0,79	R$ 0,82
3	R$ 0,00	R$ 0,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira/PR, data da assinatura

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:9AA32293

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 1776/2026 – KAPA INFRAESTRUTURA S.A

Contratante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA - CNPJ: 76.179.829/0001-65.
Contratada: **KAPA INFRAESTRUTURA S.A**
CNPJ/CPF: 57.152.502/0001-55
Processo Administrativo: 2687/2026
Modalidade de Licitação:
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº. 33/2026
Objeto: O objeto do presente contrato é obra de infraestrutura com fornecimento de material contratação direta da empresa Kapa Infraestrutura S/A CNPJ nº 57.152.502/0001-55 conforme Ata de registro de preços 11/2025 do Consorcio Intermunicipal Caminhos do Tibagi; obra com fornecimento de CBUQ, totalizando 122,64 m3, incluindo os serviços preliminares, terraplenagem, reparo profundo com BGS, revestimento, calçada, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de obra.
Valor da contratação:
O valor total da presente contratação é de R$ 527.628,70 (quinhentos e vinte e sete mil seiscentos e vinte e oito reais e setenta centavos).
Período de vigência:
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da ata de assinatura, podendo ser prorrogado exclusivamente para a conclusão do objeto, mediante termo aditivo, quando devidamente justificado e autorizado pela autoridade competente .

Data da assinatura: 21/06/2026

Publique-se.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:C82850F8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CENTRAL DE ÁGUA, ESGOTO E SERVIÇOS CONCEDIDOS DO LITORAL DO PARANÁ - CAGEPAR
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 73.976/2025

Contratante: Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná – CAGEPAR, CNPJ nº 79.612.362/0001-93.

Cedente: Ligga Telecomunicações S.A., CNPJ nº 04.368.865/0001-66.

Cessionária: Ligga Serviços em Telecom S.A., CNPJ nº 65.649.511/0001-84.

Objeto: Transferência da posição contratual da Ligga Telecomunicações S.A. para a Ligga Serviços em Telecom S.A., que passa a assumir os direitos e as obrigações decorrentes do Contrato nº 09/2025, cujo objeto é a prestação de serviços de comunicação multimídia – SCM.

Data de eficácia: 1º de julho de 2026.

Responsabilidade: A cedente permanece responsável pelos direitos e pelas obrigações decorrentes de fatos ocorridos até a data de eficácia. A cessionária assume a gestão contratual, a execução dos serviços, o atendimento, o faturamento e a cobrança a partir dessa data.

Ratificação: Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato original.

Publicado por:
Rosilda Cordeiro
Código Identificador:DDEBEABF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.970

DECRETO Nº 1.970

"Nomeia Alceu Gonçalves Farlandes Filho para o cargo que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Lei Municipal Complementar nº 349/2026, resolve,

NOMEAR,

de acordo com o inciso II do artigo 11 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), ALCEU GONÇALVES FARLANDES FILHO, para exercer o cargo isolado de provimento em comissão de Assessor Especial, Símbolo DAS-2X, da Secretaria Municipal de Saúde.

O servidor nomeado deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis ao Departamento de Recursos Humanos para apresentação de documentos e emissão da Ordem de Serviço, sendo a data da Ordem de Serviço considerada como a data de admissão.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 16 de julho de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Republicado por Incorreção

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:FF49762F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.984

DECRETO Nº 1.984

"Nomeia Jhenifer Suze Fernandes Veber para o cargo que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Lei Municipal Complementar nº 349/2026, resolve,

NOMEAR,

de acordo com o inciso II do artigo 11 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), JHENIFER SUZE FERNANDES VEBER, para exercer o cargo isolado de provimento em comissão de Coordenador-Geral, Símbolo DAS-3X, da Secretaria Municipal de Saúde.

A servidora nomeada deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis ao Departamento de Recursos Humanos para apresentação de documentos e emissão da Ordem de Serviço, sendo a data da Ordem de Serviço considerada como a data de admissão.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 20 de julho de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Republicado por Incorreção

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:5479237E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.002

DECRETO Nº 2.002

"Torna sem efeito o Decreto nº 1.975, de 20 de julho de 2026."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta nas Leis Municipais Complementares nº 192/2016 e 349/2026,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito, para os fins legais, o Decreto nº 1.975, de 20 de julho de 2026, referente a exoneração de Solange Candida do Rosario.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 21 de julho de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Republicado por Incorreção

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:332CFD79

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.003

DECRETO Nº 2.003

"Recompõe e reorganiza a Comissão Especial para Plano Operativo Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido no protocolado sob nº 48.379/2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica recomposta e reorganizada a Comissão Especial para Plano Operativo Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, instituída pelo Decreto nº 1.769, de 18 de dezembro de 2019, com objetivo de articular políticas básicas e engajar a sociedade civil em prol da garantia, da proteção e dos direitos das crianças e dos adolescentes, da seguinte forma:

I - Como Presidente:

Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial
MAYARA FARIAS DE MATTOS, matrícula nº 12.295-1;

II - Como Secretária:

Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial
LÁZARA LUANA OTTO DE OLIVEIRA, matrícula nº 97.581-1;

III - Como Membros:

Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral
IDIARA DUARTE CONRADT, matrícula nº 10.553-1;

Secretaria Municipal de Saúde
CARLA CRISTINA PIRES NERI, matrícula nº 7.408-1;

Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
RODRIGO FERNANDES CÂNDIDO, matrícula nº 9.329-1;

Conselho Tutelar
ALINE LARYSSA RODRIGUES DA CRUZ, matrícula nº 94.057-3.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1.710, de 19 de maio de 2026.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", 22 de julho de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:CC74950D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.004

DECRETO Nº 2.004

"Recompõe a Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e o contido no protocolado sob n° 51.184/2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica recomposta a Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis, instituída pelo Decreto nº 1.154, de 22 de fevereiro de 2010, com os seguintes servidores, sendo o primeiro como presidente:

JOÃO PAULO DO PRADO DE CASTILHO PEREIRA, matrícula nº 12.253-2;
JUSSARA MATTOS COSTA, matrícula nº 9.743-2;
ANDRIELE MATIAS FREIRE, matrícula nº 11.309-1;
NORBERTO ANDRE JAMNIK NETO, matrícula nº 9.775-4;
OTAVIO HENRIQUE GUIMARÃES DE SOUZA, matrícula nº 93.850-1.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1.885, de 19 de fevereiro de 2020.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 22 de julho de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:14B3F7BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.005

DECRETO Nº 2.005

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais)."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal nº 4.634 de 27 de Novembro de 2025 art. 7º, incisos, I, II, III, IV, e de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964, Art. 43, § 1º, Incisos I, II e III,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo		
Unidade Orçamentária: 06.001	Gabinete do Secretário	
Funcional Programática:	**Atividade:**	
06.001.0004.0122.0004.2021	Esta ação foca na coordenação e supervisão estratégica de todas as atividades e projetos ligados às áreas de Cultura e Turismo do município. O objetivo é planejar, organizar, promover e executar iniciativas que valorizem e impulsionem o patrimônio cultural e turístico da cidade. Isso inclui a gestão de eventos, a criação de roteiros e a implementação de políticas que visam o desenvolvimento econômico e social, usando a cultura e o turismo como ferramentas para o progresso local.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01028 - Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	R$ 560.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 560.000,00		

Art. 2° Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento		
Unidade Orçamentária: 09.004	Departamento de Contabilidade	
Funcional Programática:	**Atividade:**	
09.004.0028.0843.0000.0018	Pagamento de juros, amortização e outros encargos dos empréstimos contraídos pelo Município.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4690710000 - Principal da dívida contratual resgatado	01028 - Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	R$ 560.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R$ 560.000,00		

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 22 de julho de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:91E7D5D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.006

DECRETO Nº 2.006

"Designa contador responsável pela escrituração, prestação de contas e regularização contábil da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá (FASP) durante o processo de liquidação e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 346, de 08 de junho de 2026, que disciplinou o procedimento de liquidação da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá (FASP);

CONSIDERANDO que o Decreto nº 1.761, de 09 de junho de 2026, designou o Liquidante da FASP e regulamentou as atribuições inerentes à condução da liquidação;

CONSIDERANDO que o art. 2º, inciso IX, do Decreto nº 1.761/2026 autoriza a requisição de apoio técnico de servidores da área contábil para o cumprimento das atribuições relacionadas à liquidação;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade e a regularidade da escrituração, das demonstrações contábeis, das obrigações acessórias e das prestações de contas da Fundação durante o processo de liquidação;

CONSIDERANDO a necessidade de promover as regularizações contábeis, fiscais e cadastrais indispensáveis para viabilizar, após o cumprimento das exigências legais, a baixa da pessoa jurídica e de seus registros;

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor efetivo ANDERSON VANDER CHEMURE, ocupante do cargo de Contador, matrícula nº 9393-1, para atuar e figurar como contador responsável pela execução e regularização dos serviços contábeis da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá (FASP) durante o processo de liquidação.

§ 1º A designação compreende a habilitação do servidor, nessa condição, perante órgãos de controle, administrações tributárias, entidades de registro, instituições financeiras e sistemas oficiais, observados os limites de sua competência profissional.

§ 2º A presente designação não atribui ao servidor a condição de Liquidante, nem lhe transfere poderes de gestão, administração, ordenação de despesas, movimentação financeira ou representação institucional, os quais permanecem com as autoridades e os órgãos legalmente competentes.

§ 3º O servidor designado atuará em articulação com o Liquidante e com a Comissão Especial de Transição, preservadas a autonomia e a responsabilidade técnica inerentes ao exercício da profissão contábil.

Art. 2º Compete ao contador designado, no âmbito de sua atribuição profissional:

I - manter, organizar, executar e, quando necessário, regularizar a escrituração e os registros contábeis da FASP;
II - realizar conciliações, conferir saldos, examinar a documentação de suporte e identificar inconsistências ou pendências contábeis;
III - colaborar na apuração do ativo e do passivo e elaborar os balanços, balancetes, demonstrações e demais relatórios contábeis, inclusive os necessários à conclusão da liquidação;
IV - elaborar, assinar e encaminhar, no âmbito de sua competência, documentos, demonstrativos e informações necessários às prestações de contas, inclusive ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e aos órgãos de controle interno;
V - cumprir obrigações contábeis, fiscais e acessórias, elaborar e transmitir declarações e atender diligências relacionadas à contabilidade da Fundação;
VI - promover as habilitações e atualizações necessárias nos cadastros e sistemas oficiais para figurar como contador responsável pela FASP durante a liquidação;
VII - fornecer informações e documentos contábeis ao Liquidante, à Comissão Especial de Transição, à Controladoria-Geral do Município, à Procuradoria-Geral do Município e aos demais órgãos competentes;
VIII - adotar, dentro de sua competência profissional, as providências contábeis, fiscais e cadastrais necessárias à regularização da Fundação e, após a conclusão da liquidação e as autorizações cabíveis, à baixa da inscrição no CNPJ e dos demais registros;
IX - comunicar imediatamente ao Liquidante as irregularidades, inconsistências, insuficiências documentais e demais riscos que possam comprometer as prestações de contas ou a regular conclusão da liquidação;
X - praticar os demais atos de natureza contábil necessários ao regular prosseguimento da liquidação, observados os limites legais e profissionais de sua atuação.

Art. 3º O Liquidante, a Comissão Especial de Transição e os órgãos municipais competentes deverão assegurar ao contador designado o acesso aos livros, documentos, sistemas, registros e informações necessários ao desempenho de suas atribuições, observadas as normas de segurança da informação e proteção de dados.

Art. 4º O exercício das atribuições previstas neste Decreto ocorrerá sem prejuízo da remuneração e das demais parcelas legalmente devidas em razão do vínculo funcional do servidor, vedada a criação de vantagem remuneratória específica sem previsão legal.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 22 de julho de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:C79D6D95

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.619

PORTARIA Nº 2.619

"Prorroga a concessão de jornada de trabalho especial a servidora municipal Jessica Calixto Vieira."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar nº 278, de 08 de junho de 2022, o Decreto nº 960, de 21 de julho de 2025, e conforme o contido no protocolado sob o nº 34.552/2026,

RESOLVE:

I - Prorrogar a concessão de jornada de trabalho especial, pelo período de um ano, com redução no percentual de até 50% (cinquenta por cento) em sua carga horária, a servidora municipal JESSICA

CALIXTO VIEIRA, ocupante do cargo de Educador Social, matrícula n° 98.289-1, lotada na Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial, garantindo a irredutibilidade de vencimentos e dispensando a necessidade da compensação de carga horária.

II - Caberá a chefia imediata organizar, controlar e fiscalizar o devido cumprimento deste benefício, prestando todas as informações necessárias ao Departamento de Recursos Humanos do Município.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 22 de julho de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:6DAE5678

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.620

PORTARIA Nº 2.620

"Torna sem efeito a Portaria n° 2.600, de 20 de julho de 2026."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e de acordo com o que consta nas Leis Municipais Complementares nº 192/2016 e 349/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2.600, de 20 de julho de 2026, que dispensou a servidora Meire Agostinho França Rederd da função gratificada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 22 de julho de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:0074E8BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.621

PORTARIA Nº 2.621

“Concede Licença sem Vencimentos à servidora Michelle Karla Grossi de Oliveira.”

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 203/2017 e Decreto nº 897/2018, considerando o que dispõe o artigo 121 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 19.887/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença para tratar de interesses particulares pelo período de até 2 (dois) anos, sem remuneração, a servidora Michelle Karla Grossi de Oliveira, Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 6.194-1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 22 de julho de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:2D5011AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.622

PORTARIA Nº 2.622

"Altera a carga horária de trabalho do servidor municipal Orlando Ferreira."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3° do artigo 224 da Lei Complementar n° 46, de 11 de maio de 2006, e o contido no protocolado sob nº 50.833/2026,

CONSIDERANDO sentença judicial da Vara da Fazenda Pública de Paranaguá - PROJUDI constante dos Autos n° 0008274-59.2025.8.16.0129,

RESOLVE:

I - Alterar a carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais do servidor ORLANDO FERREIRA, Auxiliar Administrativo, matrícula n° 2.877-1, lotado na Secretaria Municipal de Obras Públicas.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 22 de julho de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:6289EB90

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.623

PORTARIA Nº 2.623

"Designa Marcos Xavier Ribeiro para a função gratificada que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe a Lei Complementar 349/2026,

RESOLVE:

I - Designar o servidor MARCOS XAVIER RIBEIRO, matrícula nº 11.530-1, para exercer a função gratificada de Coordenador-Setorial, Símbolo FG-D, da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 22 de julho de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:480D5EE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 064/2026

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ - CNPJ nº 76.017.458/0001-15.
DOIS ELEMENTOS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - CNPJ Nº 66.041.357/0001-26

Objeto: "Contratação de apresentação artística do show da JEITO MOLEQUE, no dia 28 de Julho de 2026, em comemoração aos festejos de 378 anos do ANIVERSÁRIO DE PARANAGUÁ, na Praça de Eventos 29 de Julho, com duração mínima de 01h30min (uma hora e trinta minutos), incluindo cachê artístico, transporte interestadual aéreo e/ou terrestre (de acordo com a logística) da equipe e de seus equipamentos utilizados na referida apresentação, abastecimento de camarim, hospedagem, alimentação, translado local, e carregadores para carga e descarga do material da contratada. Com fulcro no artigo 74, inciso II da Lei Federal Nº 14.133/2021, e, inteiro teor do processo administrativo nº 52.891/2026, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo".

Processo Administrativo nº: 52.891/2026

Valor da Contratação por participante: R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais)

Dotação orçamentária: Ref.: 1828 - 06.01.2021.004.0122.004.3339039.8401.1045

Foro: Paranaguá-Pr

Data: 22/07/2026

JOSÉ REIS DE FREITAS NETO
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:192B3A5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 064/2026

Ratifico todos os atos praticados no presente procedimento – Inexigibilidade de Licitação nº 064/2026, por verificar a legalidade dos mesmos em estrito e fiel cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 14.133/21.

Em consequência homologo o presente procedimento.
Paranaguá, 22 de Julho de 2026.

JOSÉ REIS DE FREITAS NETO
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:FDBEB65D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 064/2026

O Secretário Municipal de Cultura e Turismo de Paranaguá, no uso de suas atribuições legais, que disciplina o Decreto 831/2018;

R E S O L V E:

I. Fica homologado o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 064/2026, que tem por objeto: "Contratação de apresentação artística do show da JEITO MOLEQUE, no dia 28 de Julho de 2026, em comemoração aos festejos de 378 anos do ANIVERSÁRIO DE PARANAGUÁ, na Praça de Eventos 29 de Julho, com duração mínima de 01h30min (uma hora e trinta minutos), incluindo cachê artístico, transporte interestadual aéreo e/ou terrestre (de acordo com a logística) da equipe e de seus equipamentos utilizados na referida apresentação, abastecimento de camarim, hospedagem, alimentação, translado local, e carregadores para carga e descarga do material da contratada. Com fulcro no artigo 74, inciso II da Lei Federal Nº 14.133/2021, e, inteiro teor do processo administrativo nº 52.891/2026, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo".

II. Adjudico o termo de fomento a Contratada:**DOIS ELEMENTOS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - CNPJ Nº 66.041.357/0001-26.**

III. Este Termo entrará em vigor nessa data.

PARANAGUÁ, 22 de Julho de 2026.

JOSÉ REIS DE FREITAS NETO
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:26FAA6F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.973/2026

O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, por meio dos Secretários Municipais competentes, no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente **RETIFICAÇÃO** do Termo de Adjudicação e Homologação referente ao Pregão Eletrônico nº 029/2026 – Registro de Preços nº 021/2026, publicado em 22 de julho de 2026, para corrigir a identificação das Secretarias participantes do certame e de seus respectivos representantes.

ONDE SE LÊ:

"...Aquisição de Veículos Elétricos Utilitários 4x4, em atendimento à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca, Secretaria Municipal de Segurança, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação."

e, ao final, as assinaturas:

•

Flávia Garcia Quadros Hacke – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria;

•
Francisco Leudomar Nobrega dos Santos – Secretário Municipal de Segurança;

•
Daniel Gustavo Giaretta Fangueiro – Secretário Municipal de Saúde;

•
Thiago Casas do Nascimento – Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral.

LEIA-SE:
"...Aquisição de Veículos Elétricos Utilitários 4x4, em atendimento à **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Abastecimento e Pesca**, Secretaria Municipal de Segurança, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral."
Ao final do Termo, passam a constar as seguintes assinaturas:

•
Márcio Luis Pedrero Vega – Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, Abastecimento e Pesca;

•
Francisco Leudomar Nobrega dos Santos – Secretário Municipal de Segurança;

•
Daniel Gustavo Giaretta Fangueiro – Secretário Municipal de Saúde;

•
Thiago Casas do Nascimento – Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral.

Permanecem **inalteradas e ratificadas** todas as demais disposições constantes do Termo de Adjudicação e Homologação publicado anteriormente.

Paranaguá, 22 de julho de 2026

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:9AB10E7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
PORTARIA Nº 008/2026 – CORREGEDORIA GERAL DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL - CGCM

"Prorroga prazo de Sindicância Investigativa envolvendo servidor guarda civil municipal"

A Corregedoria Geral da Guarda Civil Municipal – CG-GCM, da Secretaria Municipal de Segurança - SEMSEG, no uso das competências e atribuições conferidas pelos artigos 3º, 4º, 5º e 6º, da Lei Complementar Nº 204, de 30 de novembro de 2017, considerando os Ofícios 056/2026; 121/2026 – 3ª PJ-MPPR, Notícia de Fato n. 0103.25.001887-8, e a conversão em Procedimento Administrativo no âmbito ministerial, demais documentos pertinentes vinculados, sobretudo o interesse público,

RESOLVE:

I – **PRORROGAR** prazo do procedimento administrativo disciplinar de SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA, mantendo válidos todos os atos já praticados, com condão estritamente preliminar, nos moldes dos arts. 65 a 69, da Lei Complementar nº 204/2017 (Código de Conduta da Guarda Civil Municipal), para apurar a pertinência de eventuais irregularidades, em tese, cometidas por servidor público, guarda civil municipal, face às motivações contidas nos documentos instrutivos supramencionados e anexos, ante a possibilidade de suficiente caracterização de infração administrativa disciplinar e materialidade de eventual autoria.

II – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se.
Cumpra-se.

Paranaguá/PR, 22 de junho de 2026.

MAURO RICARDI ALVES DA COSTA
Corregedor Geral da Guarda Civil Municipal

Publicado por:
Mauro Ricardi Alves da Costa
Código Identificador:BEB8DA71

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
PORTARIA Nº 009/2026 – CORREGEDORIA GERAL DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL - CGCM

"Prorroga prazo de Sindicância Investigativa envolvendo servidor guarda civil municipal"

A Corregedoria Geral da Guarda Civil Municipal – CG-GCM, da Secretaria Municipal de Segurança - SEMSEG, no uso das competências e atribuições conferidas pelos artigos 3º, 4º, 5º e 6º, da Lei Complementar Nº 204, de 30 de novembro de 2017, considerando os Ofícios 056/2026; 121/2026 – 3ª PJ-MPPR, Notícia de Fato n. 0103.25.001887-8, e a conversão em Procedimento Administrativo no âmbito ministerial, demais documentos pertinentes vinculados, sobretudo o interesse público,

RESOLVE:

I – **PRORROGAR** prazo do procedimento administrativo disciplinar de SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA, mantendo válidos todos os atos já praticados, com condão estritamente preliminar, nos moldes dos arts. 65 a 69, da Lei Complementar nº 204/2017 (Código de Conduta da Guarda Civil Municipal), para apurar a pertinência de eventuais irregularidades, em tese, cometidas por servidor público, guarda civil municipal, face às motivações contidas nos documentos instrutivos supramencionados e anexos, ante a possibilidade de suficiente caracterização de infração administrativa disciplinar e materialidade de eventual autoria.

II – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se.
Cumpra-se.

Paranaguá/PR, 22 de junho de 2026.

MAURO RICARDI ALVES DA COSTA
Corregedor Geral da Guarda Civil Municipal

Publicado por:
Mauro Ricardi Alves da Costa
Código Identificador:6626E657

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CAMARA MUNICIPAL
AUDIÊNCIA PÚBLICA - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LOA 2027 (LDO)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 53, V, art. 57, II e art. 86 do Regimento Interno, **CONVOCA** os Senhores Vereadores e **CONVIDA** as autoridades constituídas e os munícipes a participarem de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** a ser realizada no dia **10** de **agosto** de **2026**, às **18:30** horas, no recinto do Plenário desta Casa de Leis**,** para discussão do seguinte Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 079/2026, do **Prefeito Municipal**, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2027 e dá outras providências.

Câmara Municipal de Paranavaí, PR,
Em 22 de julho de 2026

APARECIDA SILVEIRA GONÇALVES
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Publicado por:
Sérgio Henrique
Código Identificador:7F524D28

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA Nº 90/2026

•
PORTARIA Nº 90/2026

O Diretor Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR, Edivan Guerreiro Barão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Suspender a Portaria 18/2026 e designar as pessoas abaixo citadas para responder como Gestor e Fiscais do Contrato Nº 10/2026 referente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS**.

NOME DO FISCAL	CATEGORIA	MATRÍCULA FUNCIONAL
ELISÂNGELA ZAGO CAMPOS AGUIAR	GESTOR	Nº 358-1
RODRIGO LUIZ CARDOSO	FISCAL	Nº 511-1
SIDINÉIA TRAVAIN	FISCAL	Nº 430-2
VINICIUS AUGUSTO FELIZARDO	SUPLENTE	Nº 473-1

Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

Paranavaí, 21 de julho de 2026.

• ***EDIVAN GUERREIRO BARÃO***
• Diretor Geral CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:2D372EF1

PARANAVAÍ PREVIDÊNCIA
DECRETO Nº 27.930/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS

DECRETA:

Artigo lº - Fica aposentada no cargo efetivo de **PROFESSORA (EDUCAÇÃO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO)** a servidora pública municipal **VALDIRENE ALEXANDRINO DOS REIS**, CPF nº x**58.xxx.xx9-91**, matrícula nº **5042-01**, com fundamento no art. 2, II, da Lei Orgânica Municipal nº 042/2021, com proventos estabelecidos de acordo com a última remuneração base da contribuição previdenciária, no importe de R$ 4.242,04, sendo o valor composto pelo vencimento base de R$ 2.945,86, acrescido de anuênio de 14%, no importe de R$ 412,42, e Nível/Professor de R$ 883,76, com reajustes nos mesmo moldes e datas em que se derem os reajustes dos servidores ativos (com paridade), conforme processo administrativo.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal

ROSELY NAVARRO RODRIGUES
Diretora Presidente da Paranavaí Previdência

Publicado por:
Luiz Gustavo Ricardo Cacelli
Código Identificador:48ACFE28

PARANAVAÍ PREVIDÊNCIA
DECRETO Nº 27.931/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS

DECRETA:

Artigo lº - Fica aposentada no cargo efetivo de **PROFESSORA (2º PADRÃO)** a servidora pública municipal **ROSIVANIA DA COSTA BARBOSA**, CPF nº **xx3.xxx.xx9-08**, matrícula nº **3860-03**, com fundamento no art. 2, II, da Lei Orgânica Municipal nº 042/2021, com proventos estabelecidos de acordo com a última remuneração base da contribuição previdenciária, no importe de R$ 5.479,30, sendo o valor composto pelo vencimento base de R$ 2.945,86, acrescido de anuênio de 50%, no importe de R$ 1.472,93, e Nível/Professor de R$ 1.060,51, com reajustes nos mesmo moldes e datas em que se derem os reajustes dos servidores ativos (com paridade), conforme processo administrativo.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal

ROSELY NAVARRO RODRIGUES
Diretora Presidente da Paranavaí Previdência

Publicado por:
Luiz Gustavo Ricardo Cacelli
Código Identificador:DEC9E4D6

PROCURADORIA
CÂMARA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EXTRAJUDICIAIS II - PAUTA DE JULGAMENTO VIRTUAL Nº 01/2026

O Presidente da Câmara de Resolução de Conflitos Extrajudiciais II (CRCE II) da Procuradoria Geral do Município, no uso de suas atribuições regimentais conferidas pelo inciso II do artigo 8º da Resolução nº 03/2025, torna pública a inclusão do feito abaixo na Pauta de Julgamento em Ambiente Virtual.

O julgamento ocorrerá de forma assíncrona, conforme previsto no artigo 16 da Resolução nº 03/2025.

O processo foi automaticamente encaminhado para o sistema eletrônico de votação após a conclusão e inserção do relatório e voto do Relator, em conformidade com o artigo 17 da Resolução nº 03/2025.

Os membros da Câmara terão o prazo de 10 (dez) dias úteis contados da publicação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, para manifestar seu voto no sistema eletrônico.

Processo Incluído em Pauta

Processo: IPM nº 30158/2026

Interessado/Transator: CLAUDINEI ALVES DOS SANTOS

Assunto: DANOS MATERIAIS DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRANSITO

Relator: VINICIUS BRIAN ZEQUIM OKABAYASHI

Paranavaí, 22 de julho de 2026.

SUELI ANTUNES
Procuradora do Município
Presidente da Câmara de Resolução de Conflitos Extrajudiciais II

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:72930CD2

PROCURADORIA
DECRETO MUNICIPAL Nº 27.928/2026

Regulamenta os procedimentos para a realização e formalização de doações, a prestação de contas e a concessão de título honorífico, nos termos da Lei Municipal nº 5.576/2026, que institui o Programa Amigo do Autista de Paranavaí.

O Prefeito do Município de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em estrito cumprimento às diretrizes estabelecidas no ordenamento jurídico pátrio,

Considerando a abertura do Processo Digital IPM nº 32945/2026, o qual objetiva a regulamentação administrativa do Programa Amigo do Autista de Paranavaí;

Considerando a promulgação da Lei Municipal nº 5.576/2026, a qual instituiu o aludido programa com a finalidade precípua de captar doações de diversas naturezas para apoiar e implantar o Centro de Atendimento do Autista no Município de Paranavaí;

Considerando a imperiosa necessidade de estabelecer parâmetros claros, transparentes e objetivos para que a participação solidária da sociedade civil organizada e das pessoas físicas ocorra em perfeita consonância com os princípios da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência administrativa, evitando-se qualquer espécie de conflito de interesses ou ônus desproporcional ao erário;

DECRETA:

Capítulo I
Das Disposições Gerais e Alinhamento Terapêutico

Art. 1º Este Decreto estabelece o fluxo administrativo detalhado para a realização, recebimento e formalização de doações, bem como define os mecanismos de transparência pública ativa, o regime de prestação de contas e os critérios técnicos objetivos para a outorga do título honorífico no âmbito do Programa "Amigo do Autista de Paranavaí", em fiel cumprimento à Lei Municipal nº 5.576/2026.

Parágrafo único. A presente regulamentação possui como diretriz fundamental assegurar que toda a participação solidária da sociedade civil ocorra de forma estritamente coordenada com as necessidades assistenciais e estruturais do Centro de Atendimento do Autista de Paranavaí, otimizando a alocação dos recursos recebidos.

Art. 2º Todas as doações captadas no âmbito do programa, sejam elas representadas por numerário, bens móveis, equipamentos ou serviços técnicos especializados, deverão estar diretamente relacionadas ao funcionamento e aperfeiçoamento do Centro de Atendimento, bem como obrigatoriamente destinadas à execução, manutenção, expansão ou atualização do projeto neuroarquitetônico terapêutico previamente aprovado pela Secretaria Municipal de Saúde, assistindo à Administração Municipal o direito de recusar aquelas doações que gerarem ônus financeiro ou operacional desproporcional ou injustificado.

§ 1º É expressamente vedado o recebimento de doações que estejam vinculadas a condições, encargos ou exigências que possam de qualquer forma comprometer a autonomia administrativa do Município de Paranavaí, a impessoalidade da gestão pública municipal ou a finalidade estritamente assistencial do serviço de saúde.

§ 2º Não serão admitidas, sob hipótese alguma, doações privadas que impliquem o direcionamento de fornecedores específicos, marcas, modelos ou qualquer forma de interferência indevida na execução e na gestão direta ou indireta do serviço público de atendimento.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Saúde de Paranavaí manterá lista pública e permanentemente atualizada das demandas prioritárias do Centro de Atendimento do Autista, com o objetivo de orientar, coordenar e direcionar o interesse dos potenciais doadores em relação às reais e urgentes necessidades terapêuticas e materiais da unidade de atendimento.

Art. 4º A gestão de todas as doações recebidas e a concessão do respectivo reconhecimento honorífico orientar-se-ão estritamente pelos princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade administrativa, da publicidade e da eficiência, sendo terminantemente vedada a concessão de qualquer contrapartida que implique privilégios comerciais, vantagens tributárias indevidas ou favorecimentos em procedimentos licitatórios municipais.

Capítulo II
Do Chamamento Público e Fluxo Administrativo das Doações

Art. 5º A Administração Pública Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, manterá procedimento de chamamento público permanente ativo, com ampla divulgação, destinado a captar de forma coordenada os recursos financeiros, bens móveis, equipamentos e serviços técnicos especializados voltados ao complexo do Centro de Atendimento ao Autista.

Parágrafo único. O procedimento de Chamamento Público constitui rito administrativo essencial e indispensável para a realização de criteriosa análise técnica das propostas recebidas, permitindo avaliar detidamente sua adequação ao interesse público primário e verificar sua conformidade com os ditames da Lei Municipal nº 5.576/2026.

Art. 6º Poderão apresentar propostas de doação no âmbito do Chamamento Público permanente:

I - qualquer pessoa física, de nacionalidade nacional ou estrangeira, que se encontre em regular situação cadastral perante os órgãos de fiscalização tributária;

II - qualquer pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, nacional ou estrangeira, que comprove regularidade jurídica e fiscal;

III - entidades civis, associações e organizações não governamentais nacionais ou estrangeiras regularmente constituídas.

Art. 7º A condução integral do chamamento público e a gestão do edital de convocação competem de forma exclusiva à Secretaria Municipal de Saúde, que atuará na condição de órgão gestor e coordenador do Programa Amigo do Autista de Paranavaí.

Art. 8º O procedimento administrativo destinado à formalização e aceitação das doações compreenderá, obrigatoriamente, as seguintes fases sequenciais:

I - abertura oficial e manutenção pública do edital de Chamamento Público permanente sob a supervisão da pasta de saúde;

II - protocolo do Requerimento de Manifestação de Interesse pelo potencial doador, em estrita observância ao modelo constante do Anexo I deste Decreto;

III - avaliação técnica e emissão de manifestação formal e motivada pela Comissão de Avaliação de Doações, devendo contar com a anuência expressa e indelegável do gestor da Secretaria Municipal de Saúde quanto ao interesse público e à compatibilidade terapêutica do objeto ofertado;

IV - publicação oficial do resultado da avaliação e do termo de homologação no Diário Oficial do Município.

Art. 9º A análise técnica das propostas apresentadas será subsidiada pela Comissão de Avaliação de Doações, a qual constitui instância técnica colegiada de caráter multissetorial, com membros formalmente designados por meio de portaria específica expedida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A referida instância técnica terá caráter estritamente consultivo e será diretamente responsável por avaliar a conveniência, a oportunidade, a viabilidade técnica e a perfeita compatibilidade das propostas de doação com o projeto neuroarquitetônico do Centro de Atendimento do Autista.

Art. 10. A decisão de aceitação da doação deverá ser formalmente motivada pela autoridade competente, indicando com clareza o benefício concreto gerado para o serviço público de saúde, a adequação técnica ao projeto terapêutico, a viabilidade operacional, a sustentabilidade da manutenção futura do objeto a ser doado, bem como a total inexistência de conflito de interesses na relação estabelecida.

§ 1º A Comissão de Avaliação de Doações e o gestor da Secretaria Municipal de Saúde poderão, a qualquer tempo dentro do prazo de análise, requerer informações e documentos complementares ao proponente com o intuito de subsidiar a avaliação do objeto, bem como propor adequações técnicas nas especificações para melhor atender ao interesse público.

§ 2º Na hipótese de ocorrência de ofertas de objetos idênticos ou semelhantes cuja incorporação simultânea ao complexo do Centro de Atendimento não se mostre necessária ou oportuna, a Administração Municipal observará a ordem cronológica de registro das manifestações de interesse, desde que preenchidos todos os demais critérios técnicos estabelecidos.

Art. 11. Os interessados, no ato de protocolo do Requerimento de Manifestação de Interesse, deverão proceder à sua completa qualificação civil ou jurídica, bem como apresentar descrição minuciosa do objeto, insumo ou serviço a ser doado, acompanhado do respectivo valor estimado de mercado.

Capítulo III
Do Recebimento, Incorporação e Reversibilidade Patrimonial

Art. 12. As doações financeiras em numerário realizadas diretamente ao Município de Paranavaí serão obrigatoriamente depositadas em conta bancária específica do Fundo Municipal de Saúde, vinculada de forma exclusiva e permanente às ações de implantação, manutenção e custeio do Centro de Atendimento do Autista.

Parágrafo único. Os recursos financeiros recebidos a título de doação observarão com rigor as normas gerais de direito financeiro e orçamentário, devendo ser classificados como receita pública e executados em estrita conformidade com a legislação orçamentária federal e municipal vigente.

Art. 13. As doações em numerário direcionadas diretamente à Organização Social parceira responsável pela gestão do Centro de Atendimento exigem anuência prévia e expressa da Secretaria Municipal de Saúde, devendo tais valores ser mantidos em conta bancária de destinação específica, com contabilidade segregada e sujeita ao mesmo regime de transparência e prestação de contas aplicável aos recursos públicos.

Art. 14. O recebimento de bens móveis, equipamentos ou materiais terapêuticos será formalizado por meio da assinatura do Termo de Doação constante do Anexo II deste Decreto, procedendo-se ao tombamento imediato e ao devido registro patrimonial nos arquivos da Administração Municipal logo após a conferência e o recebimento técnico da coisa.

Art. 15. Quando a doação voluntária tiver por objeto a prestação de serviços técnicos especializados de engenharia, arquitetura, marcenaria, comunicação visual ou correlatos, deverão ser rigorosamente apresentados os seguintes documentos de suporte:

I - memorial descritivo completo e cronograma físico de execução do serviço a ser prestado;

II - guia devidamente quitada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) emitida pelo conselho profissional competente;

III - declaração formal de cessão integral, irrevogável e gratuita dos direitos de propriedade intelectual relativos ao serviço ou projeto doado ao Município de Paranavaí.

Parágrafo único. As propostas de doações de serviços técnicos especializados deverão ser submetidas à prévia apreciação e fiscalização do setor técnico competente de engenharia ou arquitetura do Município, visando garantir a estrita observância das normas técnicas de acessibilidade e segurança vigentes.

Art. 16. Todos os bens móveis, equipamentos, instalações e melhorias incorporados física ou funcionalmente ao Centro de Atendimento do Autista ficam sujeitos à cláusula de reversibilidade, permanecendo vinculados ao patrimônio municipal e afetados ao serviço público de assistência especializado na hipótese de substituição, rescisão contratual ou extinção da parceria com a entidade gestora ou Organização Social parceira.

Capítulo IV
Do Título Honorífico e Padrão de Identificação Visual

Art. 17. O título honorífico denominado Amigo do Autista de Paranavaí possui natureza exclusivamente simbólica e de reconhecimento social, sendo outorgado aos doadores participantes em conformidade com as seguintes categorias financeiras de contribuição:

I - categoria Colaborador, voltada para os doadores que realizarem contribuições de até R$ 20.000,00;

II - categoria Benfeitor, destinada aos doadores que realizarem contribuições acima de R$ 20.000,00 e até o limite de R$ 80.000,00;

III - categoria Apoiador de Ambiente Específico, reservada para as doações que ultrapassarem o montante de R$ 80.000,00.

§ 1º Na hipótese de a doação consistir em bens móveis ou serviços especializados, para fins de enquadramento nas categorias previstas neste artigo, será considerado o valor de mercado estimado e informado pelo próprio doador no respectivo Requerimento de Manifestação de Interesse, sem prejuízo de eventual reavaliação ou contestação motivada pela comissão técnica municipal.

§ 2º Ao doador devidamente enquadrado na categoria Colaborador será conferido certificado oficial de reconhecimento público assinado pelo Chefe do Executivo e pelo Gestor de Saúde.

§ 3º Ao doador enquadrado na categoria Benfeitor será outorgado quadro ou placa de agradecimento institucional em solenidade pública promovida pela Administração Municipal.

§ 4º Ao doador enquadrado na categoria de Apoiador de Ambiente Específico será assegurada a fixação de placa ou identificação padronizada no respectivo espaço físico apoiado ou em local de destaque visível no complexo do Centro de Atendimento do Autista.

Art. 18. A placa de identificação destinada aos apoiadores enquadrados na categoria de Apoiador de Ambiente Específico obedecerá de forma estrita ao padrão institucional previamente definido e homologado pela Administração Municipal, de modo a garantir uniformidade visual, sobriedade e plena adequação ao ambiente de atendimento.

§ 1º O conteúdo gravado na placa de identificação deverá conter, obrigatoriamente, os seguintes elementos textuais e visuais:

I - o brasão oficial do Município de Paranavaí;

II - a denominação oficial do Programa Amigo do Autista de Paranavaí;

III - a expressão Ambiente Apoiado por, ou fórmula equivalente estabelecida pela Administração;

IV - o nome completo ou a razão social do doador;

V - o ano de formalização e entrega da respectiva doação.

§ 2º A definição técnica do layout, dimensões, tipografia, cores, material de fabricação, local exato de fixação e demais especificações técnicas da placa competirá de forma exclusiva à Administração Municipal, vedando-se a utilização de logotipos comerciais, marcas figurativas, slogans publicitários ou qualquer elemento que descaracterize a finalidade pública e institucional do ato de agradecimento.

Capítulo V
Da Transparência, Proteção de Dados (LGPD) e Fiscalização

Art. 19. A Administração Pública Municipal de Paranavaí assegurará a ampla transparência ativa do programa, mantendo rol público atualizado de doadores e objetos no Portal da Transparência do Município, contendo, obrigatoriamente, as seguintes informações de controle social:

I - a identificação clara e inequívoca do doador, desde que devidamente autorizada pelo titular dos dados pessoais em conformidade com as regras estabelecidas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

II - a descrição técnica detalhada e precisa do objeto, material, equipamento ou serviço que constitui o objeto da doação realizada;

III - o valor financeiro estimado de mercado correspondente à doação, validado de acordo com os procedimentos técnicos de avaliação municipal;

IV - a destinação final dada ao bem e a aplicação prática detalhada de todos os recursos de modo a evidenciar o retorno social.

Art. 20. A Organização Social parceira responsável pela gestão do Centro de Atendimento do Autista de Paranavaí apresentará relatório específico anual, com prestação de contas circunstanciada de todas as doações privadas recebidas de forma direta, sob pena de imediata incidência das sanções contratuais e administrativas correlatas.

Art. 21. O tratamento, a coleta e a divulgação de todos os dados pessoais pertencentes aos doadores do programa observarão com rigor as regras e os limites protetivos instituídos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), restando assentado que a divulgação do nome civil de pessoas físicas dependerá de concessão prévia e expressa de consentimento específico.

Art. 22. O acompanhamento, a execução financeira, o recebimento e o destino de todas as doações captadas por força deste Decreto estarão plenamente sujeitos à fiscalização exercida pelo órgão de Controle Interno do Município de Paranavaí, que poderá realizar auditorias periódicas para fins de atestar a regularidade, a rastreabilidade e a conformidade dos atos de destinação.

Art. 23. A execução do programa observará, sob todos os aspectos, a legislação orçamentária e de direito financeiro pátria aplicável à gestão de recursos públicos na área de saúde, com estrita atenção aos ditames contidos na Lei Federal nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000, e nas demais normas regulamentares que regulam a gestão fiscal.

Capítulo VI
Das Disposições Finais, Vigência e Anexos Administrativos

Art. 24. O descumprimento injustificado de quaisquer obrigações estabelecidas neste instrumento regulamentar poderá acarretar a imediata rejeição administrativa da doação, a suspensão de sua execução prática e a instauração de processo administrativo para fins de responsabilização de todos os agentes públicos e privados envolvidos, sem prejuízo da aplicação das demais sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

Art. 25. Os bens móveis e equipamentos incorporados que, com o transcurso do tempo, se tornarem inservíveis, tecnologicamente obsoletos ou inadequados ao desenvolvimento das atividades especializadas do Centro de Atendimento, poderão ter sua destinação reavaliada e alterada pela Administração Pública, observados os ritos e as exigências da legislação patrimonial municipal aplicável.

Art. 26. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação oficial e regular no Diário Oficial do Município de Paranavaí, revogadas de modo integral as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Dr. José Vaz de Carvalho, em Paranavaí, 20 de julho de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito do Município de Paranavaí

ANEXO I
REQUERIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA DOAÇÃO
PROGRAMA AMIGO DO AUTISTA DE PARANAVAÍ

À Secretaria Municipal de Saúde de Paranavaí, Estado do Paraná.

1. IDENTIFICAÇÃO DO INTERESSADO (DOADOR)

Nome ou Razão Social do Doador:
Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ):
Representante Legal, aplicável no caso de pessoa jurídica proponente:
Endereço residencial ou comercial completo:
E-mail eletrônico institucional ou pessoal de contato:
Telefone celular ou de contato comercial:

2. MODALIDADE DA DOAÇÃO

Assinalar com um X apenas a modalidade pretendida pelo proponente:

( ) Opção de doação em numerário depositada diretamente ao Fundo Municipal de Saúde de Paranavaí;
( ) Opção de doação em numerário direcionada à Organização Social parceira gestora da unidade;
( ) Opção de doação de bens móveis, equipamentos de apoio ou materiais de cunho terapêutico;
( ) Opção de doação de serviços técnicos especializados voltados ao projeto neuroarquitetônico;
( ) Opção de apadrinhamento de ambiente físico específico integrante do Centro de Atendimento;
( ) Opção de outras modalidades de doação admitidas em conformidade com o interesse da pasta.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO DA DOAÇÃO

Descrever com clareza o bem, serviço, insumo ou recurso a ser doado, incluindo todas as especificações técnicas necessárias, finalidade de uso ou indicação do ambiente físico ao qual se destina.

4. VALOR ESTIMADO DA DOAÇÃO

Valor financeiro estimado de mercado da doação em moeda corrente nacional de R$ _____.

5. DECLARAÇÕES DO INTERESSADO

Declaro, de forma consciente e para todos os fins legais decorrentes, que:

a) presente manifestação de interesse é realizada de modo espontâneo, livre e voluntário;
b) tenho pleno conhecimento da natureza estritamente gratuita da doação, sem direito a qualquer contraprestação municipal, vantagens de ordem comercial ou concessão de benefícios de ordem fiscal;
c) comprometo-me a realizar a transferência integral, gratuita e irrevogável de todos os direitos de propriedade intelectual ao Município no caso de prestação de serviços técnicos especializados;
d) autorizo de forma expressa a ampla divulgação do meu nome ou da razão social nos canais oficiais de transparência pública do programa, observadas as regras protetivas da LGPD.

Paranavaí, Estado do Paraná, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Doador ou do Representante Legal

ANEXO II
TERMO DE DOAÇÃO VOLUNTÁRIA Nº ___/2026
PROGRAMA AMIGO DO AUTISTA DE PARANAVAÍ

Pelo presente instrumento de manifestação de vontade, de um lado, o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.977.768/0001-81, com sede administrativa no Paço Municipal Prefeito Dr. José Vaz de Carvalho, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Saúde, doravante denominado simplesmente como DONATÁRIO, e, de outro lado, o DOADOR, devidamente qualificado e identificado de forma detalhada no respectivo Requerimento de Manifestação de Interesse constante do Anexo I, celebram de comum acordo o presente termo mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DESTINAÇÃO EXCLUSIVA

O presente instrumento possui como objeto a doação voluntária, irrevogável e irretratável do bem ou serviço descrito detalhadamente no correspondente anexo técnico, o qual será destinado de forma exclusiva ao complexo de atendimento do Centro de Atendimento do Autista de Paranavaí, vedada qualquer desvinculação do objeto para finalidades alheias à assistência especializada à pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CONFORMIDADE TERAPÊUTICA

O DOADOR garante expressamente que o objeto da doação realizada atende de forma integral a todas as diretrizes técnicas e operacionais do projeto neuroarquitetônico terapêutico aprovado pela Secretaria Municipal de Saúde, mostrando-se inteiramente compatível com os protocolos de segurança e de estimulação sensorial adotados na unidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA INCORPORAÇÃO E REVERSIBILIDADE

O bem doado incorpora-se de forma imediata e permanente ao patrimônio público municipal de Paranavaí, restando pactuado que na ocorrência de eventual alteração da entidade gestora ou Organização Social de apoio, o bem reverterá e permanecerá afetado ao serviço público municipal sob a titularidade e posse exclusiva do Município.

CLÁUSULA QUARTA - DO RECONHECIMENTO

O DOADOR fará jus à outorga do reconhecimento honorífico Amigo do Autista de Paranavaí, observadas as vedações de veiculação de marcas comerciais ou de promoção de caráter pessoal.

CLÁUSULA QUINTA - DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

Todas as informações e dados relativos à doação formalizada por este termo serão publicadas e mantidas disponíveis em meio eletrônico oficial do Município, respeitado o direito de proteção aos dados pessoais nos termos da legislação nacional vigente.

Paranavaí, Estado do Paraná, ____ de _____ de _____.

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
Doador

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:8C3CB852

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, através da Diretora Especial de Compras, torna público, que na forma da Lei nº 14.133/2021, fará realizar às 08:30 horas do dia 5 de agosto de 2026, PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, por meio da INTERNET, através da Plataforma eLicita, disponível no endereço eletrônico https://elicita.atende.net/, objetivando o **Registro de preço para aquisição futura e parcelada de material de construção e tubos de concreto.** Valor estimado total: **R$13.559.360,87**

As propostas deverão ser cadastradas na Plataforma eLicita até 08:29 horas do dia 5 de agosto de 2026. A documentação completa do edital correspondente estará disponível na página eletrônica da Plataforma eLicita: https://elicita.atende.net/.

Esclarecimentos quanto ao Edital serão fornecidos através do e-mail: compras@paranavai.pr.gov.br ou pelo telefone: (44) 3421-2323.

Esclarecimentos quanto ao acesso no sistema operacional serão fornecidos através do e-mail atende.elicita@ipm.com.br ou telefone (47) 3531-1500.

PARANAVAÍ/PR, EM 22 DE JULHO DE 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Wellington Jose Ferreira de Lima Batista da Silva
Código Identificador:9CA97425

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - AVISO DE LICITAÇÃO RETIFICADA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, UASG: 987749, torna público que fará realizar, às 08h30 do dia 07 de agosto de 2026, PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, por meio da INTERNET, através do sistema https://www.gov.br/compras/pt-br, do tipo menor preço por itens, modo de disputa: ABERTO, objetivando o **Registro de Preços para Contratação de empresa especializada no serviço de limpeza dos aparelhos de ar condicionado e cortinas de ar pertencentes as Secretarias Municipais de Paranavaí, Gabinete do Prefeito, Fundação Cultural de Paranavaí, Procuradoria Geral e Controladoria Geral do Município,** com valor máximo estimado

de **R$ 1.978.791,58 (Um milhão, novecentos e setenta e oito mil, setecentos e noventa e um reais e cinquenta e oito centavos).**

As propostas deverão ser cadastradas no sistema de compras do Governo Federal (Compras.gov.br) até 08:29 horas do dia 07 de agosto de 2026.
A documentação completa do edital correspondente estará disponível na página eletrônica da Prefeitura do Município de Paranavaí: https://paranavai.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo. Esclarecimentos serão fornecidos através do e-mail: compras@paranavai.pr.gov.br ou pelo telefone: (44) 3421-2323.

PARANAVAÍ/PR, EM 22 DE JULHO DE 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Fabiana Hillmann Militão
Código Identificador:28AC55B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 256/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A SRA. THANIA RODRIGUES CARREIRA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ PR, CEP. 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM GERAL
CONTRATADA: THANIA RODRIGUES CARREIRA.
CPF/MF: XXX.460.839.XX
SALÁRIO BASE: R$ 2.274,55 (dois mil e duzentos e setenta e quatro e cinquenta e cinco centavos)
CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS
DATA DE CONTRATAÇÃO: 22 DE JULHO DE 2026
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 06 (SEIS) MESES, PODENDO SER PRORROGADO POR ATÉ IGUAL PERÍODO.

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:5E342E8E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.370/2026

Dispõe sobre nomeação no cargo em comissão de Gerente de Departamento de Eventos – CC3, junto à Fundação Cultural.

Considerando o processo digital nº 40698/2026, encaminhado pela Fundação Cultural;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Nomear a senhora **LETÍCIA SILVA DE BRITO BERTACCHI, C.P.F: 069.XXX.XXX-32**, no cargo em comissão de **GERENTE DE DEPARTAMENTO DE EVENTOS – CC3**, junto à Fundação Cultural, a partir de 22 de julho de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 22 DIAS DE JULHO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:8728326B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.371/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor do cargo em comissão de Diretor de Frotas e Combustíveis – CC1, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Considerando o processo digital sob nº 40781/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Administração;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar, a servidora **POLIANA STELLA DE SOUZA MARTIN,** matrícula nº 11274-1, nomeada pelo Decreto Municipal nº 27.120/2025, do cargo em comissão de **DIRETORA DE FROTAS E COMBUSTÍVEIS – CC1**, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único. A exoneração da servidora citada no *caput* dar-se-á a partir de 22 de julho de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 22 DIAS DE JULHO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:A70A856D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1372/2026

PORTARIA Nº 1372/2026

Destitui e designa servidores para exercer as funções de Fiscal do Contrato nº 100/2026.

A Diretora Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolve:

Art. 1º Destituir da função de Fiscal do Contrato n.º 100/2026, a servidora Andrea Alves Vieira.

Art. 2º Destituir da função de Fiscal Suplente do Contrato n.º 100/2026, a servidora Nadiele Rocha Pereira.

Art. 3º Designar para a função de Fiscal do Contrato n.º 100/2026, a servidora Daiane Vieira dos Santos.

Art. 4º Designar para a função de Fiscal Suplente do Contrato n.º 100/2026, o servidor Anderson Cardoso de Oliveira.

Art. 5º A destituição e designação formal do fiscal do contrato está conforme indicado pelo Secretário Municipal de Fomento Econômico

e Inovação por meio do Memorando nº 84/2026/SEFOM, anexo ao processo digital nº 40702/2026/IPM.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 22 de julho de 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:6B1C1A4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS-DIR-PLE 023/2026 - 22/07/2026

O Conselho Municipal de Saúde de Paranavaí, tendo em vista suas atribuições de formular estratégias, controlar a execução e fiscalizar ações, obras, serviços e recursos da saúde pública, com base na Lei Federal 8.142 de 28/12/1990, conforme deliberação da plenária, em Reunião Ordinária realizada em 21/07/2026, às l9h e 30min. votou e aprovou a seguinte RESOLUÇÃO.

SÚMULA. Aprova a alteração nas naturezas de despesa referentes à Proposta de Incremento MACn° 36000662215202500, cadastrada nos termos da Portaria (GM/MS nº 7.588, de 15 de julho de 2025, oriunda da Emenda Parlamentar no 42770001, no valor total de R$1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 1º. Fica aprovada pela plenária deste Conselho, a autorização da alteração nas naturezas de despesa referentes à Proposta de Incremento MAC n° 36000704929202500, originada da Emenda Parlamentar nº 50410002, no valor total de R$ 300.013,00 (trezentos mil e treze reais), a qual passa da antiga configuração para a nova distribuição conforme segue:

I—**Natureza de Despesa Cadastrada Anteriormente:**
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica: R$1.000.000,00 (um milhão de reais).

II—Nova Distribuição Proposta:
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica: R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
Material de Consumo: R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 2º. Apresente alteração tem por finalidade adequar a execução financeira às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde, assegurando a eficiente aplicação dos recursos e a continuidade das ações e serviços de saúde.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos legais desde 21/07/2026.

Paranavaí, 22 de julho de 2026.

Conselho Municipal de Saúde
SÔNIA MARIA SILVESTRE BOTINI
Presidente

Sônia Maria Silvestre Botini - Presidenta	João Bruno Navarro Fernandes Jabur - 2º Secretário
Arnoldo Luiz Victor - 1ª Vice-Presidente	Driele de Souza Saucedo - 1ª Tesoureira
Leila Vanda Aguiar - 2ª Vice-Presidenta	Maria Leila Lucas de Lima - 2ª Tesoureira
Vaneide Nogueira Lima - 1ª Secretária	Kamila Cruz Treichel - Ouvidora

HOMOLOGAÇÃO

Homologo esta Resolução, com base na Lei Federal 8142, de 28/12/1990, na Resolução Federal453, de 10/05/2012 e na Lei Municipal 2651, de 23/12/2005.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:55D7FBDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS-DIR-PLE 024/2026 - 22/07/2026

O Conselho Municipal de Saúde de Paranavaí, tendo em vista suas atribuições de formular estratégias, controlar a execução e fiscalizar ações, obras, serviços e recursos da saude pública, com base na Lei Federal 8.142 de 28/12/1990, conforme deliberação da plenária, em Reunião Ordinária realizada em 21/07/2026, às 19h e 30min, votou e aprovou a seguinte RESOLUÇÃO.

SÚMULA. Aprova a atualização da Relação Municipal de Medicamentos-REMUME 2026 2ªEdição.

Art. 1º. Fica aprovado pela plenária deste Conselho, a atualização da Relação Municipal de Medicamentos - REMUME 2026 2ª Edição, novos medicamentos foram incluídos após discussão e avaliação realizada durante reunião da Comissão de Farmácia e Terapêutica.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais desde 21/07/2026.

Paranavaí, 22 de julho de 2026.

Conselho Municipal de Saúde
SÔNIA MARIA SILVESTRE BOTINI
Presidente

Sônia Maria Silvestre Botini - Presidenta	João Bruno Navarro Fernandes Jabur - 2º Secretário
Arnoldo Luiz Victor - 1º Vice-Presidente	Driele de Souza Saucedo - 1ª Tesoureira
Leila Vanda Aguiar - 2ª Vice-Presidenta	Maria Leila Lucas de Lima - 2ª Tesoureira
Vaneide Nogueira Lima - 1ª Secretária	Kamila Cruz Treichel - Ouvidora

HOMOLOGAÇÃO

Homologo esta Resolução, com base na Lei Federal 8142, de 28/12/1990, na Resolução Federal 453, de 10/05/2012 e na Lei Municipal 2651, de 23/12/2005.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:9685B3F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS-DIR-PLE 025/2026 - 22/07/2026

O Conselho Municipal de Saúde de Paranavaí, tendo em vista suas atribuições de formular estratégias, controlar a execução e fiscalizar ações, obras, serviços e recursos da saúde pública, com base na Lei Federal 8.142 de 28/12/1990, conforme deliberação da plenária, em Reunião Ordinária realizada em 21/07/2026, às 19h e 30min, votou e aprovou a seguinte RESOLUÇÃO.

SÚMULA. Aprova o Edital do Chamamento Público destinado à seleção de Organização Social para celebração de Contrato de gestão visando ao gerenciamento, a operacionalização e à execução dos serviços do Centro do Autista de Paranavaí.

Art. 1º. Fica aprovado pela plenária deste Conselho, o Edital do Chamamento Público destinado à seleção de Organização Social para celebração de Contrato de gestão visando ao gerenciamento, a operacionalização e à execução dos serviços do Centro do Autista de Paranavaí.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais desde 21/07/2026.

Paranavaí, 22 de julho de 2026.

Conselho Municipal De Saúde
SÔNIA MARIA SILVESTRE BOTINI
Presidente

SÔNIA MARIA SILVESTRE BOTINI -	***JOÃO BRUNO NAVARRO FERNANDES JABUR -***
Presidenta	2º Secretário
ARNOLDO LUIZ VICTOR -	***DRIELE DE SOUZA SAUCEDO -***
1º Vice-Presidente	1ª Tesoureira
LEILA VANDA AGUIAR -	***MARIA LEILA LUCAS DE LIMA -***
2ª Vice-Presidenta	2ª Tesoureira
VANEIDE NOGUEIRA LIMA -	***KAMILA CRUZ TREICHEL -***
1ª Secretária	Ouvidora

HOMOLOGAÇÃO

Homologo esta Resolução, com base na Lei Federal 8142, de 28/12/1990, na Resolução Federal 453, de 10/05/2012 e na Lei Municipal 2651, de 23/12/2005.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:623F068D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS-DIR-PLE 026/2026 - 22/07/2026

O Conselho Municipal de Saúde de Paranavaí, tendo em vista suas atribuições de formular estratégias, controlar a execução e fiscalizar ações, obras, serviços e recursos da saúde pública, com base na Lei Federal 8.142 de 28/12/1990, conforme deliberação da plenária, em Reunião Ordinária realizada em 21/07/2026, às 19h e 30min, votou e aprovou a seguinte RESOLUÇÃO.

SÚMULA. Aprova o Protocolo Institucional Padronizado - Consultas Especializadas, bem como os respectivos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) atualizados.

Art. 1º. Fica aprovado pela plenária deste Conselho, o Protocolo Institucional Padronizado — Consultas Especializadas, bem conto os respectivos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) atualizados, elaborados pela Secretaria Municipal de Saúde de Paranavaí por meio do Setor de Regulação.

Art. 2º. A atualização dos protocolos e procedimentos tem como objetivo estabelecer diretrizes padronizadas para os encaminhamentos às especialidades médicas, qualificar os processos regulatórios e assistenciais, fortalecer a organização da rede de atenção à saúde, promover maior segurança e continuidade do cuidado aos usuários do SUS e aprimorar a gestão dos fluxos assistenciais no município.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais desde 21/07/2026.

Paranavaí, 22 de julho de 2026.

Conselho Municipal de Saúde
SÔNIA MARIA SILVESTRE BOTINI
Presidente

Sônia Maria Silvestre Botini - Presidenta	João Bruno Navarro Fernandes Jabur - 2º Secretário
Arnoldo Luiz Victor - 1º Vice-Presidente	Driele de Souza Saucedo - 1ª Tesoureira
Leila Vanda Aguiar - 2ª Vice-Presidenta	Maria Leila Lucas de Lima - 2ª Tesoureira
Vaneide Nogueira Lima - 1ª Secretária	Kamila Cruz Treichel - Ouvidora

HOMOLOGAÇÃO

Homologo esta Resolução, com base na Lei Federal 8142, de 28/12/1990, na Resolução Federal 453, de 10/05/2012 e na Lei Municipal 2651, de 23/12/2005.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:7CFC6E3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS-DIR-PLE 027/2026 - 22/07/2026

O Conselho Municipal de Saúde de Paranavaí, tendo em vista suas atribuições de formular estratégias, controlar a execução e fiscalizar ações, obras, serviços e recursos da saúde pública, com base na Lei Federal 8.142 de 28/12/1990, conforme deliberação da plenária, em Reunião Ordinária realizada em 21/07/2026, às 19h e 30min, votou e aprovou a seguinte RESOLUÇÃO.

SÚMULA. Aprova a alteração do objeto de aplicação de recursos financeiros recebidos por intermédio da Portaria GM/MS n° 3.630/2024, o montante de R$ 41.068,00 (quarenta e um mil e sessenta e oito reais).

Art. 1°. Fica aprovado pela plenária deste Conselho a alteração do objeto de aplicação de recursos financeiros recebidos por intermédio da Portaria GM/MS n° 3.630/2024, o montante de**R$ 41.068,00 (quarenta e um mil e sessenta e oito reais)**para complementação da aquisição de computadores destinados as Unidades Básicas de Saúde, fortalecendo a infraestrutura tecnológica da rede municipal.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais desde 21/07/2026.

Paranavaí, 22 de julho de 2026.

Conselho Municipal de Saúde
SÔNIA MARIA SILVESTRE BOTINI
Presidente

Sônia Maria Silvestre Botini - Presidenta	João Bruno Navarro Fernandes Jabur - 2º Secretário
Arnoldo Luiz Victor - 1º Vice-Presidente	Driele de Souza Saucedo - 1ª Tesoureira
Leila Venda Aguiar - 2ª Vice-Presidenta	Maria Leila Lucas de Lima - 2ª Tesoureira
Vaneide Nogueira Lima - 1ª Secretária	Kamila Cruz Treichel - Ouvidora

HOMOLOGAÇÃO

Homologo esta Resolução, com base na Lei Federal 8142, de 28/12/1990, na Resolução Federal 453, de 10/05/2012 e na Lei Municipal 2651, de 23/12/2005.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:3C5DCB5C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS-DIR-PLE 028/2026 - 22/07/2026

O Conselho Municipal de Saúde de Paranavaí, tendo em vista suas atribuições de formular estratégias, controlar a execução e fiscalizar ações, obras, serviços e recursos da saúde pública, com base na Lei Federal 8.142 de 28/12/1990, conforme deliberação da plenária, em Reunião Ordinária realizada em 21/07/2026, às 19h e 30min, votou e aprovou a seguinte RESOLUÇÃO.

SÚMULA. Aprova a Portaria n° 1229/2026 que dispõe sobre a normatização da prescrição e a dispensação de medicamentos nos serviços de saúde que compõe o Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 1°. Fica aprovado pela plenária deste Conselho a Portaria nº 1229/2026 que dispõe sobre a normatização da prescrição e a dispensação de medicamentos nos serviços de saúde que compõe o Sistema Único de Saúde (SUS), sob a gestão do Poder Executivo do Município de Paranavaí.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais desde 21/07/2026.

Paranavaí, 22 de julho de 2026.

Conselho Municipal de Saúde
SÔNIA MARIA SILVESTRE BOTINI
Presidente

Sônia Maria Silvestre Botini - Presidenta	João Bruno Navarro Fernandes Jabur - 2º Secretário
Arnoldo Luiz Victor - 1º Vice-Presidente	Driele de Souza Saucedo - 1ª Tesoureira
Leila Vanda Aguiar - 2ª Vice-Presidenta	Maria Leila Lucas de Lima - 2ª Tesoureira
Vaneide Nogueira Lima - 1ª Secretária	Kamila Cruz Treichel - Ouvidora

HOMOLOGAÇÃO

Homologo esta Resolução, com base na Lei Federal 8142, de 28/12/1990, na Resolução Federal 453, de 10/05/2012 e na Lei Municipal 2651, de 23/12/2005.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:B836903F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Câmara Municipal de Pato Branco convida os cidadãos para Audiência Pública que **debaterá a criação do Conselho Municipal do Imigrante**.

Data: **5 de agosto de 2026 (quarta-feira)**
Horário: **19h30**
Local: **Plenário de Sessões da Câmara Municipal**

Rua Arariboia 491, Centro

Acompanhe a transmissão ao vivo em:
http://youtube.com/camarapb

Publicado por:
Mariana Carvalho Martins
Código Identificador:B464FF45

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 60/2026/GP. INEXIGIBILIDADE Nº 59/2026 – PROCESSO Nº 61/2026. EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA Nº 10/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**, Associação de Pais da Ginástica de Pato Branco – AGIPB,** inscrita no CNPJ nº 53.134.679/0001-78. **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria, executar o projeto "Ginástica Rítmica Pato Branco 2026", destinado ao fortalecimento da Ginástica Rítmica no Município de Pato Branco, por meio da qualificação técnica, pedagógica e competitiva das atletas, assegurando condições adequadas de treinamento, aquisição de materiais específicos, suporte técnico especializado e participação em competições oficiais, promovendo o esporte de rendimento aliado à inclusão social e à formação cidadã. **VALOR TOTAL:** R$ 100.000,00 (cem mil reais) **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 06(seis) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26887-43207. **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 21 de Julho de 2026.

REGINA APARECIDA ZANETTIN PAES -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:66592C2A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2026 - PNAB

O Município de Pato Branco, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, torna público que se encontra aberto o Edital de Chamamento Público nº 01/2026, destinado à seleção de projetos culturais de apoio à produção cultural, mediante concessão de recursos financeiros da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, em conformidade com a Lei Federal nº 14.399/2022, Lei Federal nº 14.903/2024, Decretos Federais nº 11.740/2023 e nº 11.453/2023, Plano Anual de Aplicação dos Recursos – PAR e demais normas aplicáveis. O presente chamamento público disponibiliza o valor total de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais**)**, distribuídos nas seguintes categorias: Categoria I – Formação Cultural (Pessoa Física**):** 07 projetos de R$ 5.500,00 cada; Categoria II – Fomento Cultural (Pessoa Física**):** 04 projetos de R$ 15.187,50 cada; Categoria III – Fomento Cultural (Pessoa Jurídica**):** 04 projetos de R$ 15.187,50 cada. As inscrições serão gratuitas e deverão ser realizadas exclusivamente por meio do endereço eletrônico patobrancopnab2026@gmail.com, no período de 07 de agosto de 2026 a 05 de setembro de 2026, até as 23h59min, observadas as condições estabelecidas no Edital. O Edital completo e seus anexos encontram-se disponíveis no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico oficial da Prefeitura de Pato Branco, onde também serão divulgadas todas as publicações, comunicados e resultados referentes ao presente Chamamento Público.

Pato Branco, 22 de julho de 2026.

GÉRI NATALINO DUTRA -
Prefeito Municipal;

IVETE FERRARINI IAKMIU -
Secretária Municipal de Educação e Cultura e

MAURICIO MACULAN -
Diretor do Departamento de Cultura.

Publicado por:
Thais Love
Código Identificador:59E7C162

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2026 - PNAB

O Município de Pato Branco, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, torna público que se encontra aberto o Edital de Chamamento Público nº 02/2026, destinado à seleção de projetos culturais de circulação cultural, mediante concessão de recursos financeiros da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, em conformidade com a Lei Federal nº 14.399/2022, Lei Federal nº 14.903/2024, Decretos Federais nº 11.740/2023 e nº 11.453/2023, Plano Anual de Aplicação dos Recursos – PAR do Município de Pato Branco e demais normas aplicáveis. O presente Chamamento Público disponibiliza o valor total de R$ 127.788,40 (cento e vinte e sete mil, setecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos), distribuídos da seguinte forma: Categoria I – Circulação Cultural – Pessoa Física: 05 projetos, no valor de R$ 12.778,84 cada; Categoria II – Circulação Cultural – Pessoa Jurídica: 05 projetos, no valor de R$ 12.778,84 cada. Serão contemplados 10 (dez) projetos culturais, destinados à realização de apresentações, espetáculos, exposições, mostras, lançamentos, exibições, intervenções artísticas e demais ações de circulação cultural no Município de Pato Branco. As inscrições serão gratuitas e deverão ser realizadas exclusivamente por meio do endereço eletrônico patobrancopnab2026@gmail.com, no período de 07 de agosto de 2026 a 05 de setembro de 2026, até as 23h59min, observadas todas as condições estabelecidas no Edital. O Edital completo e seus anexos encontram-se disponíveis no Diário Oficial do Município e no sítio

eletrônico oficial da Prefeitura de Pato Branco, onde também serão divulgados todos os atos, comunicados, resultados e demais informações referentes ao presente Chamamento Público.

Pato Branco, 22 de julho de 2026.

GÉRI NATALINO DUTRA -
Prefeito Municipal;

IVETE FERRARINI IAKMIU -
Secretária Municipal de Educação e Cultura e

MAURICIO MACULAN -
Diretor do Departamento de Cultura

Publicado por:
Thais Love
Código Identificador:EBC47944

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2026 - PNAB

O Município de Pato Branco, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, torna público que se encontra aberto o Edital de Chamamento Público nº 03/2026, destinado à Premiação Cultura Viva – Pontos e Pontões de Cultura, visando reconhecer, valorizar e fortalecer iniciativas culturais desenvolvidas no Município de Pato Branco, mediante recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, em conformidade com a Lei Federal nº 14.399/2022, Lei Federal nº 14.903/2024, Lei Federal nº 13.018/2014 (Política Nacional Cultura Viva), Decretos Federais nº 11.740/2023 e nº 11.453/2023, Plano Anual de Aplicação dos Recursos – PAR e demais normas aplicáveis. O presente Chamamento Público disponibiliza o valor total de R$ 93.000,00 (noventa e três mil reais), distribuídos da seguinte forma: Prêmio Cultura Viva – Culturas Populares e Tradicionais – Pessoa Física: 03 premiações, no valor de R$ 15.500,00 cada; Prêmio Cultura Viva – Culturas Populares e Tradicionais – Pessoa Jurídica: 03 premiações, no valor de R$ 15.500,00 cada. Serão contemplados 06 (seis) Pontos e Pontões de Cultura, observada a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária, conforme os critérios estabelecidos no Edital. A premiação possui natureza de reconhecimento pela relevante atuação cultural dos contemplados, não constituindo contraprestação por serviços prestados nem gerando obrigação de execução de novo projeto cultural. As inscrições serão gratuitas e deverão ser realizadas exclusivamente por meio do endereço eletrônico patobrancopnab2026@gmail.com, no período de 07 de agosto de 2026 a 05 de setembro de 2026, até as 23h59min, observadas todas as condições previstas no Edital. O Edital completo e seus anexos encontram-se disponíveis no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico oficial da Prefeitura de Pato Branco, onde também serão divulgados todos os atos, comunicados, resultados e demais informações referentes ao presente Chamamento Público. Pato Branco, 22 de julho de 2026.

GÉRI NATALINO DUTRA -
Prefeito Municipal;

IVETE FERRARINI IAKMIU -
Secretária Municipal de Educação e Cultura e

MAURICIO MACULAN -
Diretor do Departamento de Cultura.

Publicado por:
Thais Love
Código Identificador:51A50FBC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 695, DE 22 DE JULHO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o contido no Despacho nº 01 de 21 de julho de 2026 do Processo Administrativo nº 7.455/2026 da Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando o interesse da Administração Pública e a imprescindibilidade do retorno da servidora às suas atividades;
Considerando a necessidade do serviço público;
Considerando a emissão da Portaria nº 604, de 23 de junho de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Interromper as férias da servidora pública efetiva **KELLI VARGAS**, matrícula nº 7316-4, ocupante do cargo de Assistente Social lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, no período de 27/07/2026 à 10/08/2026.

Art. 2º O período de férias não usufruído será oportunamente concedido, no período de 21/08/2026 à 04/09/2026, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Revogar o período descrito no Art. 1º do Anexo I – Relação de Servidores em Férias, da Portaria nº 604, de 23 de junho de 2026, no que se refere à servidora mencionada no Art. 1º.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, documento assinado digitalmente.

GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:C265C6C1

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 10.957, DE 22 DE JULHO DE 2026.

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025, e considerando o Processo Administrativo n° 12.999, de 22 de julho de 2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento de 2026, no valor de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
09.06	**FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO**	
16	**Habitação**	
16.482	**Habitação Urbana**	
16.482.0088	**Promoção da Habitação Popular e Melhoria Habitacional**	
1.002	Habitação Urbana	
3.3.90.36 – 000 (26362)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	170.000,00

Total	**170.000,00**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes da anulação total/parcial de dotações orçamentárias do exercício de 2026, conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
09.06	**FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO**	
16	**Habitação**	

16.482	**Habitação Urbana**	
16.482.0088	**Promoção da Habitação Popular e Melhoria Habitacional**	
1.002	Habitação Urbana	
3.3.90.30 – 000 (26360)	Material de Consumo	17.000,00
3.3.90.39 – 000 (26363)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	70.000,00
4.4.90.51 – 000 (26365)	Obras e Instalações	9.000,00
4.4.90.52 – 000 (26366)	Equipamentos e Material Permanente	9.000,00

2.624	Gestão do FMH – Fundo Municipal de Habitação	
3.3.90.14 – 000 (26387)	Diárias – Pessoal Civil	9.000,00
3.3.90.30 – 000 (26388)	Material de Consumo	9.000,00
3.3.90.32 – 000 (26389)	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	26.000,00
3.3.90.33 – 000 (26390)	Passagens e Despesas com Locomoção	5.000,00
3.3.90.39 – 000 (26392)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	16.000,00

Total	**170.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Scariot Gomes
Código Identificador:58850499

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 057/2026
O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Pato Branco, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1.384, de 02 de outubro de 1995,
Torna pública a retificação da Resolução nº 045/2026, conforme segue:
Onde se lê:
Súmula: Aprova o deferimento do pedido de inscrição da entidade JOJOCA, que executa o **Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos**, conforme a Resolução nº 182, de 13 de fevereiro de 2025, do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social.
Art. 1º Aprovar o deferimento do pedido de inscrição da entidade JOJOCA, que executa o **Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos**, conforme a Resolução nº 182, de 13 de fevereiro de 2025, do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social.
Leia-se:
Súmula: Aprova o deferimento do pedido de inscrição da entidade JOJOCA, que executa o **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV**.
Art. 1º Aprovar o deferimento do pedido de inscrição da entidade JOJOCA, que executa o **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV**.
Permanecem inalterados os demais dispositivos da referida Resolução.

Pato Branco, 02 de julho de 2026.

ADRIANA SALETE PETER FERNANDES DOS SANTOS
Presidente
Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Publicado por:
Vanessa Laskoski Furtoso
Código Identificador:2AE8DD77

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PARA CADASTRO DE RESERVA E CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO
EDITAL Nº 01/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PARA CADASTRO DE RESERVA E CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO EDITAL Nº 01/2026** Homologado em 29 DE JUNHO DE 2026, **CONVOCA**, os candidatos abaixo relacionado para apresentar-se a Secretaria Municipal de Recursos Humanos, munido da documentação exigida, para fim de admissão no cargo para o qual foi classificado, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da publicação deste edital, conforme:

Cargo: Professor – Ensino Fundamental - 20 h

Classificação	Nome
03º Lugar	Jéssica Maria Rappe Melek
04º Lugar	Jakeline Engelmann Voss

Paula Freitas, 22 de julho de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:B6A2E039

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 089/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PARA CADASTRO DE RESERVA E CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO
EDITAL Nº 01/2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PARA CADASTRO DE RESERVA E CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO EDITAL Nº 01/2024** Homologado em 18 DE NOVEMBRO DE 2024 e prorrogado com o Decreto n° 3340/2025 de 03 de dezembro de 2025, **CONVOCA**, o candidato abaixo relacionado para apresentar-se a Secretaria Municipal de Recursos Humanos, munido da documentação exigida, para fim de admissão no cargo para o qual foi classificado, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da publicação deste edital, conforme:

Cargo: Professor – Educação Infantil - 40 h

Classificação	Nome
36º Lugar	Dirlei Seledes

Paula Freitas, 22 de junho de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:424C28EE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 168/2026

PORTARIA Nº 168/2026

Dispõe sobre a interdição temporária da Rua Radialista Egídio Vial para a organização e realização do Programa CastraPet.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a segurança dos participantes, organizadores, equipes de trabalho e usuários da via pública durante a realização do Programa CastraPet;
RESOLVE:
Art. 1º Fica autorizada a interdição temporária da Rua Radialista Egídio Vial, em frente ao Ginásio Municipal de Esportes Francisco Gawloski, do dia **24 de julho de 2026, sexta-feira**, a partir das 08 h até o dia **27 de julho de 2026, segunda-feira**, às 18 h, para a organização e realização do Programa **CastraPet**.
Art. 2º Durante o período de interdição, o trânsito de veículos será desviado pelas vias adjacentes, conforme sinalização a ser implantada pela Secretaria Municipal competente.
Art. 3º Caberá à Secretaria Municipal responsável, em conjunto com os demais órgãos competentes, promover a sinalização da via, orientar o tráfego e adotar as medidas necessárias para garantir a segurança da população e o bom andamento do evento.
Art. 4º Os moradores e prestadores de serviços essenciais terão acesso liberado quando tecnicamente possível e desde que não comprometa a segurança e a realização das atividades.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 20 de julho de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:712E2145

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 170/2026

PORTARIA Nº 170/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de férias aos membros do Conselho Tutelar do Município de Paulo Frontin e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN**, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 85, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto no art. 134 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, que assegura aos membros do Conselho Tutelar o direito ao gozo anual de férias remuneradas;
CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal nº 1.378/2023, que regulamenta a organização, funcionamento e os direitos dos membros do Conselho Tutelar do Município de Paulo Frontin;
CONSIDERANDO a escala de férias encaminhada pelo Conselho Tutelar e aprovada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, nos termos do Ofício nº 009/2026;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a continuidade da prestação dos serviços do Conselho Tutelar durante os períodos de afastamento de seus membros;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder férias regulamentares aos membros do Conselho Tutelar do Município de Paulo Frontin, referentes aos respectivos períodos aquisitivos, conforme segue:
I – ODETE MARILSA DE OLIVEIRA LESZAK, referente ao período aquisitivo de **10/01/2025 a 09/01/2026**, concedendo-lhe **30 (trinta) dias** de férias, no período de **12 de agosto de 2026 a 10 de setembro de 2026**, devendo retornar às atividades em **11 de setembro de 2026**;
II – ELEANE CLARICE FILUS, referente ao período aquisitivo de **10/01/2025 a 09/01/2026**, concedendo-lhe **30 (trinta) dias** de férias, no período de **14 de setembro de 2026 a 13 de outubro de 2026**, devendo retornar às atividades em **14 de outubro de 2026**;
III – LUCIA LEONILDA TREUK, referente ao período aquisitivo de **12/08/2025 a 11/08/2026**, concedendo-lhe **30 (trinta) dias** de férias, no período de **14 de outubro de 2026 a 12 de novembro de 2026**, devendo retornar às atividades em **13 de novembro de 2026**;
IV – ANDRESSA JEANE DOZOREC, referente ao período aquisitivo de **10/01/2025 a 09/01/2026**, concedendo-lhe **30 (trinta) dias** de férias, no período de **16 de novembro de 2026 a 15 de dezembro de 2026**, devendo retornar às atividades em **16 de dezembro de 2026**;
V – BRUNA LARISSA MARAFON, referente ao período aquisitivo de **10/01/2025 a 09/01/2026**, concedendo-lhe **30 (trinta) dias** de férias, no período de **16 de dezembro de 2026 a 14 de janeiro de 2027**, devendo retornar às atividades em **15 de janeiro de 2027**.
Art. 2º Fica autorizada a convocação da Conselheira Tutelar Suplente para atuar durante os períodos de férias previstos nesta Portaria, conforme cronograma estabelecido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, nos termos do Ofício nº 009/2026, após a conclusão da capacitação obrigatória, garantindo-se a continuidade e a regularidade dos serviços do Conselho Tutelar.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos às respectivas datas de início de gozo de cada membro do Conselho Tutelar.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 22 de julho de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:7594B487

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 171/2026

PORTARIA Nº 171/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de férias regulamentares aos servidores da Fundação Municipal de Saúde de Paulo Frontin.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN**, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 85, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto nos artigos 129 a 153 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o direito constitucional às férias anuais remuneradas dos servidores da Fundação Municipal de Saúde;
CONSIDERANDO o cronograma de férias elaborado pelas chefias imediatas e homologado pela Administração;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder férias regulamentares aos servidores da Fundação Municipal de Saúde, conforme segue:
I – CESAR AUGUSTO DA SILVA HOLOVATY, referente ao período aquisitivo de **12/04/2025 a 11/04/2026**, concedendo-lhe **10 (dez) dias** de férias, no período de **10/08/2026 a 19/08/2026**, sem conversão em abono pecuniário, **devendo retornar às suas atividades em 20/08/2026**.
II – MARIA ANDREIA DOZOREC HENKES, referente ao período aquisitivo de **03/04/2025 a 02/04/2026**, concedendo-lhe **30 (trinta) dias** de férias, no período de **03/08/2026 a 01/09/2026**, sem conversão em abono pecuniário, **devendo retornar às suas atividades em 02/09/2026**.
III – ALVACIRA CHIPITOSKI NASCIMENTO, referente ao período aquisitivo de **06/03/2025 a 05/03/2026**, concedendo-lhe **15 (quinze) dias** de férias, no período de **20/07/2026 a 03/08/2026**, sem conversão em abono pecuniário, **devendo retornar às suas atividades em 04/08/2026**.
IV – IVETE DE OLIVEIRA, referente ao período aquisitivo de **01/03/2025 a 28/02/2026**, concedendo-lhe **20 (vinte) dias** de férias, no período de **10/07/2026 a 29/07/2026**, com conversão de **10 (dez) dias** em abono pecuniário, **devendo retornar às suas atividades em 30/07/2026**.
V – KARINE RODRIGUES, referente ao período aquisitivo de **08/02/2025 a 07/02/2026**, concedendo-lhe **15 (quinze) dias** de férias,

no período de **13/07/2026 a 27/07/2026**, sem conversão em abono pecuniário, **devendo retornar às suas atividades em 28/07/2026**.
VI – RICARDO DOZOREC, referente ao período aquisitivo de **01/02/2025 a 31/01/2026**, concedendo-lhe **15 (quinze) dias** de férias, no período de **17/08/2026 a 31/08/2026**, sem conversão em abono pecuniário, **devendo retornar às suas atividades em 01/09/2026**.
VII – CLEUSA DE OLIVEIRA, referente ao período aquisitivo de **07/12/2023 a 06/12/2024**, concedendo-lhe **30 (trinta) dias** de férias, no período de **01/07/2026 a 30/07/2026**, sem conversão em abono pecuniário, **devendo retornar às suas atividades em 31/07/2026**.
VIII – IGOR MARCELO MENDES DE OLIVEIRA, referente ao período aquisitivo de **01/03/2025 a 28/02/2026**, concedendo-lhe **30 (trinta) dias** de férias, no período de **03/08/2026 a 01/09/2026**, sem conversão em abono pecuniário, devendo retornar às suas atividades em **02/09/2026**.
Art. 2º O Departamento de Recursos Humanos adotará as providências necessárias ao registro das férias concedidas nesta Portaria, promovendo as anotações funcionais e os lançamentos na folha de pagamento, em conformidade com a legislação vigente.
Art. 3º Os servidores deverão reassumir suas funções na data de retorno estabelecida nesta Portaria, observada a escala de trabalho da Fundação Municipal de Saúde.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos às respectivas datas de início de gozo de cada servidor.
Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.
Paulo Frontin, Estado do Paraná, 22 de julho de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:5323225C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 172/2026

PORTARIA Nº 172/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de férias regulamentares aos servidores do Município de Paulo Frontin.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN**, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 85, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto nos artigos 129 a 153 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o direito constitucional às férias anuais remuneradas dos servidores municipais;
CONSIDERANDO o cronograma de férias elaborado pelas Secretarias Municipais e homologado pela Administração;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder férias regulamentares aos servidores do Município de Paulo Frontin, conforme segue:
I – JOÃO VITOR MOREIRA, referente ao período aquisitivo de **10/02/2025 a 09/02/2026,** concedendo-lhe **15 (quinze) dias** de férias, no período de **03/08/2026 a 17/08/2026**, sem conversão em abono pecuniário, devendo retornar às suas atividades em **18/08/2026.**
Art. 2º O Departamento de Recursos Humanos adotará as providências necessárias ao registro das férias concedidas nesta Portaria, promovendo as anotações funcionais e os lançamentos na folha de pagamento, em conformidade com a legislação vigente.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos às respectivas datas de início de gozo de cada servidor.
Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.
Paulo Frontin, Estado do Paraná, 22 de julho de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:ADCA2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 173/2026

PORTARIA Nº 173/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentares a empregado público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem o **art. 65, incisos II, VII, X e XXV, da Lei Orgânica do Município**, bem como observada a forma prevista no **art. 85, inciso II, alíneas "a" e "g", da Lei Orgânica Municipal**,
CONSIDERANDO o requerimento administrativo formulado pelo empregado público **ANDRÉ LUÍS ESTACHESKI**, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, mediante o **Memorando nº 076/2026-DRH**, no qual solicita a concessão de 05 (cinco) dias de férias no período de 17 de agosto de 2026 a 21 de agosto de 2026, submetendo expressamente o pedido à apreciação da Administração Municipal;
CONSIDERANDO o deferimento do pedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO o disposto no **art. 7º, inciso XVII, da Constituição da República Federativa do Brasil**, que assegura aos trabalhadores o direito às férias anuais remuneradas, acrescidas do terço constitucional;
CONSIDERANDO que os empregados públicos municipais submetem-se ao regime da **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**, especialmente ao disposto nos arts. **129, 130, 134, 135 e 142**, que disciplinam o direito às férias, sua concessão, comunicação e remuneração;
CONSIDERANDO os princípios da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO que a Administração Municipal avaliou a conveniência e a oportunidade da concessão pretendida, concluindo que o afastamento não compromete a continuidade da prestação dos serviços públicos;
CONSIDERANDO o entendimento firmado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, no julgamento do **Recurso Ordinário Trabalhista nº 0010324-71.2016.5.09.0015**, segundo o qual a concessão de férias em período aquisitivo em curso, por si só, não configura irregularidade ou nulidade do ato, desde que preservados os direitos do empregado;
CONSIDERANDO o precedente administrativo estabelecido por esta Municipalidade por meio da **Portaria nº 172/2025**, que reconheceu a possibilidade de concessão de férias em período aquisitivo em curso, fundamentando-se na aplicação da CLT e na jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder ao empregado público **ANDRÉ LUÍS ESTACHESKI**, matrícula funcional nº **1212**, ocupante do cargo de **Auxiliar Administrativo**, **05 (cinco) dias de férias**, referentes ao período aquisitivo iniciado em **23 de março de 2026**, para fruição no período de **17 de agosto de 2026 a 21 de agosto de 2026**, devendo retornar às suas atividades em **24 de agosto de 2026**.
Art. 2º O Departamento de Recursos Humanos adotará as providências necessárias ao registro das férias concedidas nesta Portaria, promovendo as anotações funcionais e os lançamentos na folha de pagamento, em conformidade com a legislação vigente.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à respectiva data de início de gozo do servidor.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 22 de julho de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:45FAB0C8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA

DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA.

Processo Licitatório nº: 31/2026.
Modalidade: Dispensa de Licitação nº 12/2026.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de oficinas de dança no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, destinadas a crianças e adolescentes, incluindo planejamento das atividades, elaboração de relatórios e desenvolvimento de ações voltadas ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, no Município de Pérola D'Oeste/PR.

A Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados no **Processo Administrativo nº 31/2026, na modalidade Dispensa de Licitação nº 12/2026**, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de oficinas de dança no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, destinadas a crianças e adolescentes, incluindo planejamento das atividades, elaboração de relatórios e desenvolvimento de ações voltadas ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, no Município de Pérola D'Oeste/PR, que não acudiram interessados com proposta válida, em conformidade com as exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta, razão pela qual a presente licitação é declarada deserta.

Pérola D'Oeste/PR, 22 de julho de 2026.

ANDRESSA MAIARA LANG
Agente de Contratação

Publicado por:
Vanessa Aparecida Oliveira de Souza
Código Identificador:EF347495

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 123/2023.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 123/2023.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: TREVO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.
ORIGEM: Contrato nº 123/2023 na modalidade de Credenciamento/Inexigibilidade nº 14/2023.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 04/07/2023 a 03/07/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 03/07/2026 a 02/07/2027.
BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 03/07/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Aparecida Oliveira de Souza
Código Identificador:E86F718C

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO FRONTEIRA DO SUDOESTE DO ESTADO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO Nº. 04/2026

RESOLUÇÃO Nº. 04/2026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO CONSÓRCIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O presidente do consórcio intermunicipal para desenvolvimento sustentável da região fronteira do sudoeste do estado do paraná - cifra, no uso de suas atribuições definidas no contrato de consórcio público e no estatuto;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO FRONTEIRA DO SUDOESTE DO ESTADO DO PARANÁ - CIFRA autorizado a abrir no orçamento vigente, para o exercício de 2026, crédito adicional suplementar no valor de R$ 110.000,00 (cento e dez mil) para suplementação das contas conforme segue:

Fundamento:	**Decreto 03 de 05/01/2026**
Unidade gestora:	1 - Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região Fronteira Sudoeste do Estado do Paraná
Órgão orçamentário:	1000 - CONS.PUB.INT.DES.SUST.REG.FRONT.DO SUDOESTE DO PR
Unidade orçamentária:	1001 - CONS.PUB.INT.DES.SUST.REG.FRONT.DO SUDOESTE DO PR
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	1 – Gestão Administrativa e Financeira
Ação:	2.1 – Modernização e Gestão de Estrutura Administrativa e Operacional do Consórcio
Despesa 25 - 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	
Fonte de recurso:	1072 - Transferências Voluntárias Públicas Federais - ITAIPU BINACIONAL - PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA.
Suplementação Orçamentária Excesso de Arrecadação	110.000,00
Total geral	110.000,00

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua a publicação retroagindo seus efeitos para 01/04/2026.
Art. 3º – Revogam–se as disposições em contrário.

Pérola D'Oeste, 21 de julho de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Presidente Cifra

Publicado por:
Stefany Moretto Kasmas
Código Identificador:246CE7E3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022 — EDITAL N.º 02/2026

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022
Edital n.º 02/2026

O Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste - PR, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas no Edital nº 01/2022, em conformidade com a Constituição Federal, resolve,

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público nº 01/2022, conforme Edital nº 01/2022 e Edital de Homologação do Resultado Final nº 07/2022.

2º - O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Pérola do Oeste, PR, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munidos de todos os documentos

comprobatórios para o cargo, conforme documentação em anexo I desde edital.

3º - O não comparecimento para atender o presente Edital e confirmar a aceitação da vaga, será considerado como desistência, e o candidato perderá o direito de aprovação do Concurso Público, conforme edital nº 01/2022.

PROFESSOR				
INSC.	NOME	DT. NASC.	NF	CLASSIF.
151849	HILCE ADRIANA THEIS CAPRA	06/02/1990	**55,50**	63º

Art. 1º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Pérola D´Oeste - PR, 22 de julho de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito de Pérola D´Oeste – PR

ANEXO I
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS

a) Cópia da Cédula de Identidade;
b) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;
c) Cópia do CPF;
d) Cópia do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);
e) Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
f) Cópia da Carteira de Trabalho (páginas iniciais, último contrato de trabalho registrado e a próxima folha em branco) e PIS/PASEP;
g) 01(uma) foto 3x4 colorida recente de frente;
h) Cópia do comprovante de escolaridade (conforme requisito mínimo exigido nesse Edital), fornecido por instituição de ensino oficial ou regularmente reconhecida ou autorizada pelo órgão governamental competente;
i) Declaração de horário de trabalho, SOMENTE SE POSSUIR OUTRO VINCULO EMPREGATÍCIO, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse da administração municipal;
j) Submeter-se a exame de aptidão física e mental, de caráter eliminatório, com o objetivo de aferir se as condições do candidato são adequadas ao exercício das atividades inerentes ao emprego; (APRESENTAR OBRIGATORIAMENTE ATESTADO MÉDICO);
k) Cópia de comprovante de endereço (conta de água, luz, telefone, por exemplo);
l) Cópia da Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
m) Carteira de habilitação;
n) Conta corrente;
o) Apresentar a Certidão Negativa Criminal;
p) Apresentar Certidão Negativa de Débitos Municipais.

Publicado por:
Taiana Maria Locateli Machado
Código Identificador:B77C5146

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 121/2026

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2026

CONTRATADO: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC/PR
CNPJ: 03.541.088/0043-04
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES, QUE SERÃO MINISTRADOS EM PIÊN/PR.
VALOR TOTAL: R$ 7.228,00 (sete mil e duzentos e vinte oito reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado

FISCAL: Jessica Dieine Liebl – Matrícula: 4766084
DATA DE ASSINATURA: 22 de julho de 2026.

Coordenação de Contratos.
Compras e licitações

Publicado por:
Thais Becker de Souza
Código Identificador:CAB78739

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 105/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 105/2026

PROTOCOLO: 3619/2026
Objeto: Pagamento de cota de participação em gestão associada dos serviços especificados para o seguinte Programa: **REDE PREPARADA MULHER SEGURA** que tem como objetivo capacitar a rede de proteção à mulher éfortalecer a atuação de profissionais que trabalham na prevenção e combate à violência de gênero.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR
PESSOA JURÍDICA: CONSÓRCIO METROPOLITANO DE SERVIÇOS DO PARANA -COMESP
CNPJ: 08.061.295/0001-18
VALOR: R$ 5.364,71 (cinco mil e trezentos e sessenta e quatro reais e dezessete centavos).

AUTORIZAÇÃO 22/07/2026

Publicado por:
Thais Becker de Souza
Código Identificador:4FF04305

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 569, DE 13 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 569, DE 13 DE MAIO DE 2026.

Concede LICENÇA PATERNIDADE.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 105 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença paternidade, no período de 09 de maio a 13 de maio de 2026, ao empregado público **Alexandre Grossl** portador da cédula de identidade civil com RG nº 10.***.***-*/PR e matrícula funcional 4766197, ocupante do emprego público de **Professor temporário.**
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 09 de maio de 2026.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Piên/PR, 13 de maio de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Republicado por incorreção

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:67902E62

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 905, DE 15 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 905, DE 15 DE JULHO DE 2026.

ALTERA ART. 2º, INCISO VI DA PORTARIA 383/2026 QUE NOMEIA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PARA ATUAR NO TERMO DE FOMENTO, DE COLABORAÇÃO E ACORDO DE COOPERAÇÃO.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PIÊN**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e constitucionais, conferidas pelo art. 66, IX da Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão de Monitoramento e Avaliação, para atuar no Chamamento Público 009/202, vinculados aos termos de fomento n° 002/2026, 003/2026, 004/2026, 005/2026, 006/2026 e 007/2026, destinada a monitorar e avaliar as prestações de contas entregues pelas organizações da sociedade civil/entidades com relação aos termos de fomento nos termos da Lei Federal n°13.019/2014 e suas alterações:

Art. 2º ALTERA: Nomear as pessoas abaixo relacionadas para comporem a Comissão de Monitoramento e Avaliação:
I – Joice Becker de Souza, matrícula 4766381;
II – Sandrieli Aparecida Ludvinski, matrícula 4766218;
III – Fabiula Gabrielli Sura, matrícula 4765688;
IV – Daiane dos Santos, matrícula 4765251;
V – Viviane Santana Ribas, matrícula 4766362.
VI - Mirian Balan de Oliveira, matrícula 103901
Art. 3º Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.
Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 5° Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Piên/PR, 15 de julho de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito de Piên

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:7F0A3EC5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 929, DE 21 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 929, DE 21 DE JULHO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) Público(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 03 de agosto 12 de agosto de 2026, a servidora pública **FRANCIELI DAS NEVES ANDREATTA,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 6*******/PR matrícula funcional nº 4766122, ocupante do cargo público de **Auxiliar Administrativo.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 21 de julho de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:02641AE8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 930, DE 21 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 930, DE 21 DE JULHO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) Público(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 20 de julho a 29 de julho de 2026, ao servidor público **ANDERSON ANDRADE DE ASSIS,** portador da cédula de identidade civil com RG nº 1*******/PR matrícula funcional nº 4766081, ocupante do cargo público de **Operador de Máquina.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data de 20 de julho de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 21 de julho de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:8427218A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 931, DE 21 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 931, DE 21 DE JULHO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA EMPREGADO(A) Público(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 24 de agosto a 02 de setembro de 2026, a empregada **AGNEZA CASTRO DE OLIVEIRA ORLANDINE,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 9*******/PR matrícula funcional nº 105431, ocupante do emprego público de **Agente Comunitário de Saúde.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 21 de julho de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:CC4A69F0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 932, DE 21 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 932, DE 21 DE JULHO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) Público(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 27 de julho a 05 de agosto de 2026, a servidora **DANIELLE EHRAT,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 2*******/SC matrícula funcional nº 4766241, ocupante do cargo público de **Engenheiro Civil.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 21 de julho de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:0F3E1BB8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 933, DE 21 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 933, DE 21 DE JULHO DE 2026.

ALTERA PORTARIA 912/2026 QUE CONCEDEU FÉRIAS PARA servidor PÚBLICO

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar período de férias de 12 de agosto a 21 de agosto de 2026 para 27 de julho a 07 de agosto de 2026, ao servidor público **DAVID GABRIEL TSCHOKE,** portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 127.***.***-** matrícula funcional nº 4766306, ocupante do cargo público de **Educador Social.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 21 de julho de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:047C1D1A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 934, DE 21 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 934, DE 21 DE JULHO DE 2026.

Concede Licença Paternidade.

A Senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/estado do Paraná, no Uso de Suas Atribuições Legais Conferidas Pelo Decreto 146/2025, Considerando Ainda o Disposto no Art. 105 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto Dos Servidores Públicos

Resolve:

Art. 1º Conceder Licença Paternidade, no Período de 14 de Julho a 18 de Julho de 2026, ao Servidor Público David Gabriel Tschoke Portador da Cédula de Identidade Civil Com Rg/cpf Nº 127.***.***-** e Matrícula Funcional 4766306, Ocupante do Cargo Público de Educador Social.
Art. 2º Esta Portaria Entra em Vigor Nesta Data, Retroagindo Seus Efeitos a 14 de Julho de 2026.
Art. 3º Ficam Revogadas as Disposições em Contrário.

Piên/pr, 21 de Julho de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:DEE69C79

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 935, DE 21 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 935, DE 21 DE JULHO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) Público(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 08 de setembro a 17 de setembro de 2026, ao servidor público **GILMAR FABIANO NOGUEIRA,** portador da cédula de identidade civil com RG nº 3*******/SC matrícula funcional nº 9301, ocupante do cargo público de **Técnico Em Meio Ambiente.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 21 de julho de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:B21BA733

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 936, DE 22 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 936, DE 22 DE JULHO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **ANA CAROLINA PIRES ROCKENBACH,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 069.***.***-** matrícula funcional 4766271, ocupante do cargo público de provimento em comissão de **Assessor de Area II - Vigilância em Saúde,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Grupo de trabalho da Autoavaliação Nacional das Práticas de Segurança do Paciente	21/07/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 61,00	7176/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data da viagem.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 22 de julho de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:A98FFBFC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 939, DE 22 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 939, DE 22 DE JULHO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) Público(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 27 de julho a 05 de agosto de 2026, ao servidor público **DEVANIR DE ASSIS MACHADO,** portador da cédula de identidade civil com RG nº 3*******/PR matrícula funcional nº 4765292, ocupante do cargo público de provimento em comissão de **Assessor de Area II - Logística e transporte de pacientes.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 22 de julho de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:9A7A9415

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3395/2026

PORTARIA Nº. 3.395/2026

O Prefeito Municipal de PINHAL DE SÃO BENTO**,** Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art.1º DESIGNAR a Servidora, Sra. DELURDES DERZI OLBERMANN DE
OLIVEIRA, Portadora da Cédula de Identidade nº. 5***. ***.1 SSP/PR, e CPF sob nº. 021.***.***.-51, ocupante do Cargo de Secretaria Municipal de Assistência Social, como Ordenador Principal do Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial, e o Sr ARGEU ANTONIO GEITTENES**,** portador da cédula de identidade RG nº 4.***.***.6 SSP/PR e CPF sob nº 616.***.***.-68, ocupante do Cargo Efetivo de Contador, responsável pela Secretaria Municipal de Finanças, como Ordenador Solidário, do Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial, do Município de Pinhal de São Bento-Pr, para o período de 21/07/2026 a 31/12/2028

Art. 2º Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, em 21 de julho de 2026

Publique-se.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:1A5E9217

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2025

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

CONTRATADA: GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM
SERVIÇOS.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto o complemento de valor ao contrato original para complemento de saldo.
O valor total do aditivo é de R$ 5.613,87 (cinco mil seiscentos e treze reais e oitenta e sete centavos, sendo o novo valor total do contrato R$ 78.706,47 (setenta e oito mil setecentos e seis reais e quarenta e sete centavos)

DATA DA ASSINATURA: 21/07/2026

Prazo de Vigência do contrato: de 12/08/2025 á 12/08/2026.

Câmara Municipal de Piraquara, 21 de julho de 2026.

GUANAIR DENÍLSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Piraquara

Publicado por:
Solange Regina Silva Almeida
Código Identificador:C5E44D0A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.881/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° A exoneração do servidor efetivo abaixo relacionado:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Efraim de Oliveira Braz	4829226769	Psicólogo	17/07/2026	A pedido

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 17/07/2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 22 de Julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:2BB6530E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.882/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Anadelia Michailichen Antonio	493281	Assistente Operacional	16/07/2026	Aposentadoria Voluntária por Idade

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 16/07/2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 22 de Julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:AAFB0090

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.883/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º A exoneração do servidor efetivo abaixo relacionado:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Francisco Marquardt da Silveira	826511	Agente Operacional	16/07/2026	Aposentadoria Voluntária por Idade

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 16/07/2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 22 de Julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:1BF34E5A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.884/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Lindamara do Rocio Weber Coelho	446521	Professor I Magistério	16/07/2026	Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 16/07/2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 22 de Julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:61FC9AC1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.885/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Lindamara do Rocio Weber Coelho	788161	Professor I Magistério	16/07/2026	Aposentadoria Voluntária por Idade

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 16/07/2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 22 de Julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:775E7DA1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.886/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Maria do Carmo de Souza	703511	Assistente Operacional Escolar - Provisório	16/07/2026	Aposentadoria Voluntária por Idade

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 16/07/2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 22 de Julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:893BF806

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.888/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º A exoneração do servidor efetivo abaixo relacionado:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Wilson Ferreira	529571	Agente de Manutenção	16/07/2026	Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 16/07/2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 22 de Julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:16BD07EF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº 33.673/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 72, VIII e 74, inciso III, alínea 'f', da Lei Federal nº 14.133/2021, **AUTORIZA** a **Inexigibilidade de Licitação nº 22/2026 - Processo nº 33.673/2026**, para contratação de serviços técnicos especializados de capacitação estratégica da empresa 3COMPLY – CONSULTORIA E TREINAMENTO EM CONFORMIDADE LTDA, inscrita no CNPJ n° 06.306.825/0001-15, para o desenvolvimento institucional e transferência de conhecimento, destinados à Administração Municipal para o planejamento, estruturação e condução da implantação do Hospital Municipal de Piraquara, sob o valor total de R$ 88.600,00 (oitenta e oito mil e seiscentos reais).

Piraquara, 21 de julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:6AAF01AF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 366/2026

O CORREGEDOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 7º, inciso II, do Decreto n.º 6.636/2018, e, tendo em vista os artigos 167, 168 e 175, da Lei Municipal n.º 863/2006, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil do Município de Piraquara, **RESOLVE**:
Art. 1º - Designar, em conformidade com o Decreto nº 6.636/2018, as servidoras **Joseana Penteado de Andrade**, Matrícula nº 99242-0 e **Jane Castelhão Oga Picagewicz**, Matrícula n° 844411, ambas Corregedores Adjuntos designadas pela Portaria nº 11.499/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 30/10/2025, Edição 3396, sob a presidência do primeiro, para constituírem Comissão de Sindicância Investigativa objetivando apurar os fatos de que trata o Memorando 1DOC n° 33.599/2026, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos da Comissão.
Art. 2º - Estabelecer o prazo de até 30 (trinta) dias úteis, para a conclusão dos trabalhos, permitindo-se prorrogação por igual período, nos termos do § único do artigo 175 da Lei Municipal n.º 863/2006.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Piraquara, 21 de julho de 2026.

LUCIANO DA COSTA LARA
Corregedor Geral do Município
Decreto nº 13.741/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:89C9E296

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
"REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO" DECRETO N° 14.857/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026),

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa vigente, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Suplementar ocorrerá nas seguintes dotações orçamentárias:

10.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.002 – Divisão do Ensino Fundamental
10.002.12.361.0003.2016 – Manutenção do Ensino Fundamental

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00	229	103	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	50.000,00
3.1.91.13.00.00	231	104	Contribuições patronais	50.000,00
Total				**100.000,00**

Art. 3º Os recursos necessários à execução deste Decreto decorrerão da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

10.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.001 – Gabinete do Secretário – SMED
10.001.12.361.0003.2013 – Manutenção do Gabinete do Secretário – SMED

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.1.91.13.00.00	211	1000	Contribuições patronais	50.000,00
Total				**50.000,00**

10.002 – Divisão do Ensino Fundamental
10.002.12.361.0003.2016 – Manutenção do Ensino Fundamental

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00	229	104	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	50.000,00
Total				**50.000,00**

Art. 4º Ficam alteradas as metas financeiras da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025 (LDO 2026), e Lei Municipal nº 2.634, 01 de dezembro de 2025 (PPA 2026-2029), em valores iguais aos deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 22 de julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:1E7B371E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO - SME

CONVOCAÇÃO

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, convoca os Professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental do CMEI Criança Feliz e Escola Municipal Santo Antônio, para participarem da **Semana Pedagógica**, a ser realizada conforme programação abaixo:

Local: Escola Municipal Santo Antônio
Endereço: Rua 7 de Setembro, 280 – Vila Wallace
Data: 23 e 24 de julho de 2026
Horário: 7h45min às 17h00min

Pitangueiras, 22 de julho de 2026.

VALQUÍRIA DA SILVA SANTOS CORRÊA
Secretaria Municipal de Educação

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:8DC61CCE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 747/2026

SÚMULA: Dispõe sobre exoneração de Conselheira Tutelar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:–

Art. 1º – Fica exonerada, a pedido, a **Srª. Janice Aparecida Batista**, portadora da CI/RG nº *.843.***-1 SESP/PR e do CPF nº ***.593.059-**, do Cargo de Conselheira Tutelar, a partir de 20 de julho de 2026, conforme requerimento constante do Protocolo 1Doc nº 599/2026, de 20/07/2026.

Art. 2º – Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 22 de julho de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:43987730

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 184/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:–

Art. 1º – Autorizar o pagamento de diária adicional, com pernoite, ao servidor **Matheus de Andrade Sousa**, ocupante do cargo efetivo de Motorista, pelo seu deslocamento até a cidade da Barretos/SP, nos termos do Processo Administrativo 1Doc nº 2.537/2026, diante da necessidade de permanência no local de destino por mais um dia, conforme Despacho nº 8 emitido no processo em 22/07/2026.

Art. 2º – O pagamento da diária adicional se dará nos termos do Art. 14 e tabela constante do Anexo I, da Lei Municipal nº 689/2021, de 26 de março de 2021, alterada pela Lei Municipal n° 881/2025, de 05 de dezembro de 2025.

Art. 3º – O valor a ser pago será de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), correspondente à 1,0 (uma) diária com pernoite, calculado na forma do disposto no Art. 14 da referida Lei.

Art. 4º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 22 de julho de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:8FD98747

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
ERRATA A INEXIGIBILIDADE Nº 16/2026 DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54/2026.

Fica revogada a publicação da Ratificação da Inexigibilidade nº 16/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 07/07/2026. Edição 3567, Código Identificador: 8EAA71D8.

Pitangueiras, 22 de julho de 2026.

ALINE SARRI GONÇALVES BENETOLLI
Pregoeira

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:B767A576

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 27/2024

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8666/93, arts. 77 e 78.
MODALIDADE: Concorrência Eletrônica n° 01/2023
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ nº 95.543.427/0001-42
CRONTRATADA: VELAME JUNIOR CONSTRUTORA LTDA
CNPJ nº 07.705.818/0001-59
OBJETO: O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato nº 27/2024, cujo objeto é execução de pavimentação de vias urbanas em CBUQ, 9.683,88 m², incluindo serviços preliminares, base e sub-base, revestimento, meio fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placas de comunicação visual, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da licitação n. º 01/2023, firmado em 12/04/2024.
SIGNATÁRIO: Samuel Teixeira.
DATA DA ASSINATURA: 22/07/2026.

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:03CA42DA

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE N° 15/2026 - PRO. ADM. N° 52/2026

Ratifico, nos termos da justificativa apresentada e do Parecer Jurídico, a Inexigibilidade nº 15/2026 e homologo-a
para adesão da Ata de Registro de Preços Nº 042/2025 da ULTRA VEICULOS ESPECIAIS LTDA, para aquisição de 02 (dois) veículos minivan para atender as demandas da Secretaria de Saúde deste município no valor de R$ 442.000,00(quatrocentos e quarenta e dois mil), cujo recurso correrá por conta da Dotação Orçamentária: DESP Nº 214 -4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 00007.00497.09.02.05.20.1.621.0000 Vigilância em Saúde - ESTADUAL, citada no referido processo, nos termos da Lei nº 14.133/21, determinando a publicação deste ato por força da mesma Lei.

Pitangueiras, 22 de julho de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:F49B669F

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE N° 16/2026 - PRO. ADM. N° 54/2026

Ratifico, nos termos da justificativa apresentada e do Parecer Jurídico, a Inexigibilidade nº 14/2026 e homologo-a para a locação de imóvel do proprietário NILZA LURDES DOS SANTOS, CPF N° 051.705.359-45, destinado ao funcionamento do SERVIÇO DE

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (CASA LAR) no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), cujo recurso correrá por conta da Dotação Orçamentária:DESP Nº 164 -3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSI ...00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários, citada no referido processo, nos termos da Lei nº 14.133/21, determinando a publicação deste ato por força da mesma Lei.

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:78F525F3

SISTEMA AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2023

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II da Lei nº 8.666/93.
CONTRATANTE: SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO SAAE - PITANGUEIRAS
CNPJ: 10.740.545/0001-98
CONTRATADA: HIDROGERON TRATAMENTO DE AGUA E ESGOTO LTDA
CNPJ/MF: 13.903.093/0001-06
OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, nos termos do artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93 prorrogar a vigência do Contrato nº 04/2023, cujo término passa a ser em 06/07/2027. Fica reajustado o valor mensal, conforme índice IGPM de 0,62%, passando a ser de R$ 2.101,77 (dois mil cento e um reais e setenta e sete centavos).
SIGNATÁRIOS: Camila Gattini Lazaroni e Adriana Duarte Rossetto Ribeiro dos Santos
DATA DA ASSINATURA: 13/07/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:80080164

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO
EDITAL N.º 17.001/2026 HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

EDITAL N.º 17.001/2026
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

O Prefeito do Município de Planalto, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Homologação do Resultado final e classificação** do Concurso Público n.º 001/2026, nos seguintes termos.

Art. 1° Após análise de recursos administrativos interpostos em face do Resultado Final e Classificação, ficam **MANTIDOS** os **ANEXOS** divulgados através do Edital n.º 16.001/2026, em 16 de julho de 2026.

Art. 2° Assim sendo, diante do encerramento de todas as fases recursais, fica **HOMOLOGADO** o Resultado Final e Classificação dos candidatos do Concurso Público em comento, conforme os **ANEXOS I, II** e **III** deste edital.

Art. 3° Para a **CONVOCAÇÃO** dos candidatos aprovados será obedecida a classificação divulgada neste instrumento e seus respectivos Anexos, conforme os critérios pré-estabelecidos nos itens 4 e 18 do Edital de Abertura.

Art. 4° Os Editais relativos às etapas posteriores à divulgação desta homologação, serão organizados e publicados no Diário Oficial do Município de Planalto – PR e no endereço eletrônico http://www.planalto.pr.gov.br/, que fixará as etapas a serem cumpridas pelo candidato, dando ampla publicidade das mesmas.

Art. 5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Planalto (PR), 22 de julho de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:9C153EEC

LICITAÇÃO
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 DE 02 DE JULHO DE 2026.

FERNANDA SCHERER MARZEC na qualidade de Pregoeira do Município de Planalto, Estado do Paraná, nomeada pela Portaria nº 116/2026 de 12 de janeiro de 2026, em cumprimento à Lei Federal de nº 10.520 de 31 de julho de 2002; Decreto Municipal de nº 2727/2007 de 26/06/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 14.1333 de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações e legislação correlata, **TORNA PÚBLICO,** o resultado Público de Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRONICO**, tipo **MENOR PREÇO**, referente:

1. Objeto da Licitação:
1.1. REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de alimentação, higiene, limpeza e utensílios para uso de todas as Secretarias do município de Planalto-PR.

2. Empresa Participante:
2.1. 57.167.758 LUCAS MILANI MENDONÇA;
2.2. 66.130.552 TIAGO LUIZ MARCONDES GHISLENI;
2.3 BARÃOSEG LTDA;
2.4 CIBIMA SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA;
2.5 DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA;
2.6 DUQUE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA;
2.7 ELETROMAQUINAS ASTEC LTDA;
2.8 ELEVATE UTILIDADES LTDA;
2.9 ELIAS RAFAEL FRITZEN ME;
2.10 GRINGO ACESSÓRIOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA;
2.11 GSZ REPRESENTAÇÕES LTDA;
2.12 ITAMAR MAURI MULLER;
2.13 J DE BRITO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA;
2.14 NEW MAX DISTRIBUIDORA LTDA;
2.15 ROBERTO DE CONTO E CIA LTDA;
2.16 SALVADORI EMBALAGENS LTDA;
2.17 SUPERMERCADO LINK LTDA;

Situação: Classificadas.

3. Empresas Vencedoras:
3.1. 57.167.758 LUCAS MILANI MENDONÇA, pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 57167758000136 situada no município de São José do Rio Preto -SP classificado em 1º lugar no lote 02 itens 77 e 78 totalizando a importância de R$3.766,00 (três mil setecentos e sessenta e seis reais).
3.2 66.130.552 TIAGO LUIZ MARCONDES GHISLENI pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 661305520001220 situada no município de Francisco Beltrão - PR classificado em 1º lugar no lote 02 item 112 totalizando a importância de R$3.900,00 (três mil e novecentos reais).
3.3 BARÃOSEG LTDA pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 653763552000118 situada no município de Barão de Cocais -MG classificado em 1º lugar no lote 02 item 133 totalizando a importância de R$4.700,00 (quatro mil e setecentos reais).
3.4 CIBIMA SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 62323398000154 situada no município de

Ibiporã - PR classificado em 1º lugar no lote 02 item 50 totalizando a importância de R$7.925,00 (sete mil novecentos e vinte e cinco reais).
3.5 DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 27787054000103 situada no município de Francisco Beltrão - PR classificado em 1º lugar no lote 02 itens 11, 24, 34, 35, 52, 63, 69, 115, 129, 130, 131, 141, 142 e 144 totalizando a importância de R$62.167,90 (sessenta e dois mil cento e sessenta e sete reais e noventa centavos).
3.6 DUQUE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 58873271000131 situada no município de Chapecó -SC classificado em 1º lugar no lote 02 itens 81, 82, 83, 84, 85, 114 e 143 totalizando a importância de R$18.138,00 (dezoito mil cento e trinta e oito reais).
3.7 ELETROMAQUINAS ASTEC LTDA pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 029955568000115 situada no município de Dois Vizinhos - PR classificado em 1º lugar no lote 02 itens 03, 06, 36, 37, 54, 61, 113, 117, 120, 125, 134 e 139 totalizando a importância de R$58.779,00 (cinquenta e oito mil setecentos e setenta e nove reais).
3.8 ELEVATE UTILIDADES LTDA pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 52996455000102 situada no município de Taquaraçu - RS classificado em 1º lugar no lote 02 item 39 totalizando a importância de R$824,70 (oitocentos e vinte e quatro reais e setenta centavos).
3.9. ELIAS RAFAEL FRITZEN ME, pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 20962892000119 situada no município de Planalto-PR classificado em 1º lugar no lote 02 itens 01, 64, 65, 66, 67, 104 e 136 totalizando a importância de R$35.770,00 (trinta e cinco mil setecentos e setenta reais).
3.10 GRINGO ACESSÓRIOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 29065775000127 situada no município de Realeza-PR classificado em 1º lugar no lote 02 itens 99, 107 e 132 totalizando a importância de R$12.427,50 (doze mil quatrocentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).
3.11 GSZ REPRESENTAÇÕES LTDA pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 31353612000191 situada no município de Santo Antônio do Sudoeste -PR classificado em 1º lugar no lote 02 itens 109, 110, 135 e 138 totalizando a importância de R$14.107,50 (quatorze mil cento e sete reais e cinquenta centavos).
3.12 ITAMAR MAURI MULLER pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 07260725000168 situada no município de Planalto -PR classificado em 1º lugar no lote 02 itens 71, 105 e 106 totalizando a importância de R$18.136,00 (dezoito mil cento e trinta e seis reais).
3.13 J DE BRITO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 32282308000163 situada no município de Maringá -PR classificado em 1º lugar no lote 02 itens 05, 40, 57 e 123 totalizando a importância de R$6.969,00(seis mil novecentos e sessenta e nove reais).
3.14 NEW MAX DISTRIBUIDORA LTDA pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 45471842000160 situada no município de Pinhais - PR classificado em 1º lugar no lote 02 item 46 totalizando a importância de R$2.048,00 (dois mil e quarenta e oito reais).
3.15 ROBERTO DE CONTO E CIA LTDA pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 18449927000179 situada no município de Aratiba - RS classificado em 1º lugar no lote 02 item 60 totalizando a importância de R$1.380,00 (um mil trezentos e oitenta reais).
3.16 SALVADORI EMBALAGENS LTDA pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 01229680000182 situada no município de Capanema -PR classificado em 1º lugar no lote 02 itens 31, 73, 88, 102, 108, 119, 124 e 140 totalizando a importância de R$46.469,00 (quarenta e seis mil quatrocentos e sessenta e nove reais).
3.17 SUPERMERCADO LINK LTDA pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 01946439000174 situada no município de Planalto -PR classificado em 1º lugar no lote 01 itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08 lote 02 itens 02, 04, 07, 08, 09, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26,27, 28, 30, 32, 33, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 51,53,55, 58, 59, 68, 72, 74, 75, 76, 79, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100,101, 103, 111, 116, 118, 121, 122, 127, 128 e 137 totalizando a importância de R$293.782,80 (duzentos e noventa e três mil setecentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos).

4. Data da Abertura:
4.1. A Licitação Pregão Eletrônico Nº 031/2026 de 19 de junho de 2026, teve sua abertura em reunião realizada pela Pregoeira no dia 02 de julho de 2026, às 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Planalto, Estado do Paraná, na Praça São Francisco de Assis, nº 1583, Centro, através do sistema eletrônico www.compras.gov.br.

Planalto, Estado do Paraná, 02 de julho de 2026.

FERNANDA SCHERER MARZEC
Pregoeira

Publicado por:
Fernanda Scherer Marzec
Código Identificador:1E0C5E53

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026

O Prefeito do Município de Planalto, Estado do Paraná, considerando o parecer da Pregoeira e equipe de apoio, de conformidade com a ATA de Sessão Pública de Pregão Eletrônico nº. 031/2026, lavrada 02 de julho de 2026, HOMOLOGO o resultado final do Processo Licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, Tipo Menor Preço de acordo com o abaixo descrito:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de alimentação, higiene, limpeza e utensílios para uso de todas as Secretarias do município de Planalto-PR

EMPRESA: 57.167.758 LUCAS MILANI MENDONÇA;
LOTE 02 ITENS 77 e 78
VALOR TOTAL: 3.766,00 (três mil setecentos e sessenta e seis reais).

EMPRESA: 66.130.552 TIAGO LUIZ MARCONDES GHISLENI;
LOTE 02 ITEM 112
VALOR TOTAL: R$3.900,00 (três mil e novecentos reais).

EMPRESA: BARÃOSEG LTDA;
LOTE 02 ITEM 133
VALOR TOTAL: R$4.700,00 (quatro mil e setecentos reais).

EMPRESA: CIBIMA SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA;
LOTE 02 ITEM 50
VALOR TOTAL: R$7.925,00 (sete mil novecentos e vinte e cinco reais).

EMPRESA: DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA;
LOTE 02 ITENS 11, 24, 34, 35, 52, 63, 69, 115, 129, 130, 131, 141, 142 e 144
VALOR TOTAL: R$62.167,90 (sessenta e dois mil cento e sessenta e sete reais e noventa centavos).

EMPRESA: DUQUE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA;
LOTE 02 ITENS 81, 82, 83, 84, 85, 114 e 143
VALOR TOTAL: R$18.138,00 (dezoito mil cento e trinta e oito reais).

EMPRESA: ELETROMAQUINAS ASTEC LTDA;
LOTE 02 ITENS 03, 06, 36, 37, 54, 61, 113, 117, 120, 125, 134 e 139
VALOR TOTAL: R$58.779,00 (cinquenta e oito mil setecentos e setenta e nove reais).

EMPRESA: ELEVATE UTILIDADES LTDA;
LOTE 02 ITEM 39
VALOR TOTAL: R$824,70 (oitocentos e vinte e quatro reais e setenta centavos).

EMPRESA: ELIAS RAFAEL FRITZEN ME;
LOTE 02 ITENS 01, 64, 65, 66, 67, 104 e 136
VALOR TOTAL: R$35.770,00 (trinta e cinco mil setecentos e setenta reais).

EMPRESA: GRINGO ACESSÓRIOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA;
LOTE 02 ITENS 99, 107 e 132
VALOR TOTAL R$12.427,50 (doze mil quatrocentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).

EMPRESA: GSZ REPRESENTAÇÕES LTDA;
LOTE 02 ITENS 109, 110, 135 e 138
VALOR TOTAL R$14.107,50 (quatorze mil cento e sete reais e cinquenta centavos).

EMPRESA: ITAMAR MAURI MULLER;
LOTE 02 ITENS 71, 105 e 106
VALOR TOTAL R$18.136,00 (dezoito mil cento e trinta e seis reais).

EMPRESA: J DE BRITO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA;
LOTE 02 ITENS 05, 40, 57 e 123
VALOR TOTAL R$6.969,00(seis mil novecentos e sessenta e nove reais).

EMPRESA: NEW MAX DISTRIBUIDORA LTDA;
LOTE 02 ITEM 46
VALOR TOTAL R$2.048,00 (dois mil e quarenta e oito reais).

EMPRESA: ROBERTO DE CONTO E CIA LTDA;
LOTE 02 ITEM 60
VALOR TOTAL R$1.380,00 (um mil trezentos e oitenta reais).

EMPRESA: SALVADORI EMBALAGENS LTDA;
LOTE 02 ITENS 31, 73, 88, 102, 108, 119, 124 e 140
VALOR TOTAL R$46.469,00 (quarenta e seis mil quatrocentos e sessenta e nove reais).

EMPRESA: SUPERMERCADO LINK LTDA;
LOTE 01 ITENS 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08 LOTE 02 02, 04, 07, 08, 09, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26,27, 28, 30, 32, 33, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 51,53,55, 58, 59, 68, 72, 74, 75, 76, 79, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100,101, 103, 111, 116, 118, 121, 122, 127, 128 e 137.
VALOR TOTAL R$293.782,80 (duzentos e noventa e três mil setecentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos).

DATA: 22 de julho de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Scherer Marzec
Código Identificador:95F8D9B0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO PREGÃO 52/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 52/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO nº 346/2026 – Objeto: **Registro de preço para futura Contratação de empresa especializada no fornecimento de fraldas descartáveis infantis, com o objetivo de atender às necessidades das Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social de Pontal do Paraná.** A contratação será por 12 meses. DATA DE ABERTURA: 10/08/2026, às 09:00 horas. A sessão será realizada na internet no endereço eletrônico http://comprasbr.com.br. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. O edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.pontaldoparana.pr.gov.br, link portal da transparência/licitações e portal http://comprasbr.com.br .

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

AUREA MUNHOZ
Pregoeira Municipal
Decreto 13.485/2026

Publicado por:
Aurea Munhoz
Código Identificador:E582BAC5

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO PREGÃO 53/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 53/2026
PROCESSO LICITATÓRIO nº 349/2026 – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DO CURSO INTERNACIONAL ROPE RESCUE I E II – CMC RESCUE, DESTINADO À CAPACITAÇÃO DE 02 (DOIS) MILITARES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ – POSTO DE BOMBEIROS DE PONTAL DO PARANÁ, VISANDO O APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO EM OPERAÇÕES DE SALVAMENTO VERTICAL, ACESSO POR CORDA, MOVIMENTAÇÃO DE VÍTIMAS, SISTEMAS DE VANTAGEM MECÂNICA E UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPECIALIZADOS DE RESGATE**.** A contratação será por 12 meses. DATA DE ABERTURA: 12/08/2026, às 09:00 horas. A sessão será realizada na internet no endereço eletrônico http://comprasbr.com.br. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO. O edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.pontaldoparana.pr.gov.br, link portal da transparência/licitações e portal http://comprasbr.com.br .

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

AUREA MUNHOZ
Pregoeira Municipal
Decreto 13.485/2026

Publicado por:
Aurea Munhoz
Código Identificador:F0E2DC58

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 347/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 257/2026

MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Extrato de ratificação/homologação
Processo Licitatório nº 347/2026
Inexigibilidade Nº. 257/2026
Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 257/2026, que tem por Objeto: contratação da empresa PUBLITECH SOFTWARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.252.028/0001-65, para fornecimento, implantação, disponibilização contínua e suporte de ferramenta de API (Application Programming Interface) já desenvolvida, destinada à integração entre módulos do sistema de gestão pública/administrativa atualmente utilizado pelo órgão e o sistema de georreferenciamento, pelo período de 12 meses. Empresa Contratada: PUBLITECH SOFTWARES LTDA, inscrita no CNPJ n.º 07.252.028/0001-65. Data da ratificação e homologação**:** 22 de julho de 2026. Valor homologado: **R$ 109.463,04 (cento e nove mil, quatrocentos e sessenta e três reais e quatro centavos).** Dotação orçamentária: 03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.40.00.00 - CR 50 - FR 1000. Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Koeke Tramujas
Código Identificador:37A4DE9E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 348/2026 DISPENSA Nº. 28/2026

MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Extrato de ratificação/homologação
Processo Licitatório nº 348/2026
Dispensa Nº. 28/2026
Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 28/2026, que tem por Objeto: CONTRATAÇÃO Direta Emergencial da Empresa SALT TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ 56.422.955/0001-91, detentora e proprietária do sistema de consignados ECONSIG, em uso pelo Município, para prestação de serviços de controle operacional e gerencial das operações de consignação com desconto em folha de pagamento, incluindo cessão de uso de software, suporte e assistência técnica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, em consonância ao disposto no Edital, para atender às necessidades do Gabinete do Poder Executivo. Empresa Contratada: SALT TECNOLOGIA LTDA. inscrita no CNPJ n.º 56.422.955/0001-91. Data da ratificação e homologação**:** 22 de julho de 2026. Valor homologado: **R$ 0,001 (um centavo).** Dotação orçamentária: 02.001.04.128.0002.2.004.3.3.90.39.00.00 - CR 30 - FR 1000.

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Koeke Tramujas
Código Identificador:50D440D0

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 350/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 258/2026

MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Extrato de ratificação/homologação
Processo Licitatório nº 350/2026
Inexigibilidade Nº. 258/2026
Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 258/2026, que tem por Objeto: credenciamento de profissionais habilitados para a execução de oficinas, a serem desenvolvidas nos espaços públicos de ensino Escolas e CMEIS do Município de Pontal do Paraná, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 10 meses. Empresa Contratada: 64.499.732 NICOLE CRISTINE DOS SANTOS, inscrita no CNPJ n.º 64.499.732/0001-50. Data da ratificação e homologação**:** 22 de julho de 2026. Valor homologado: **R$14.021,00(quatorze mil e vinte e um reais).** Dotação orçamentária:
10.003.12.361.0063.2.045.3.3.90.39.00.00 -
CR 461 - FR 104.

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Koeke Tramujas
Código Identificador:C8B73EC4

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 01/2025
CREDENCIAMENTO Nº 01/2025 INEXIGIBILIDADE N° 26/26
EXTRATO CONTRATO Nº 28/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **59.856.432 CAMILLA RENATA CORIONE, inscrita no CNPJ sob nº 59.856.432/0001-41** DO OBJETO: **serviço de apoio a rotina no Abrigo Institucional Abrigo Institucional Corais do Mar, em consonância com a legislação vigente.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 21.124,80 (vinte e um mil, cento e vinte e quatro reais e oitenta centavos)** PRAZO DE VIGÊNCIA: 19/01/26 a 19/07/26

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 192
Dotação: 06.003.08.244.0009.2020
Fonte de Recurso: 1000

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:441EE004

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº11/2025
CREDENCIAMENTO Nº 11/2025 INEXIGIBILIDADE N° 21/26
EXTRATO CONTRATO Nº 23/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **58.785.204 MATEUS DE PAULA, inscrita no CNPJ sob nº 58.785.204/0001-65** DO OBJETO: **prestação de serviços referente ao de Motorista de ônibus, vans, veículos leves e pesados e monitor de transporte. Conforme especificações constantes neste termo de referência, parte que integra o edital**.
VALOR DO CONTRATO: **R$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais)** PRAZO DE VIGÊNCIA: 14/01/26 a 14/07/26

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 107
Dotação: 06.001.08.244.0007.2013
Fonte de Recurso: 1000

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de licitação e contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:FBE5F44E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº14/2024
CREDENCIAMENTO Nº 14/2024 INEXIGIBILIDADE N° 14/26
EXTRATO CONTRATO Nº 16/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **61.686.745 NATALINO TEIXEIRA DE LIMA, inscrita no CNPJ sob nº 61.686.7451/0001-40** DO OBJETO: **prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.**
VALOR DO CONTRATO: **R$ 11.460,00 (onze mil, quatrocentos e sessenta reais**) PRAZO DE VIGÊNCIA: 09/01/26 a 09/01/26

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 432
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 107

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:83A1BC3A

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº17/2025
CREDENCIAMENTO Nº 17/2025 INEXIGIBILIDADE N° 24/26
EXTRATO CONTRATO Nº 26/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **CONECT SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.883.736/0001-02** DO OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de saúde (enfermeiros, técnicos de enfermagem e condutores) no PA 24h de Praia de Leste, com plantões de 12h (diurnos e noturnos), para atendimento de urgência e emergência, garantindo atendimento ininterrupto 24h/7d, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.VALOR DO CONTRATO: **R$ 922,443,60 (novecentos e vinte e dois mil, quatrocentos e quarenta e três reais e sessenta centavos)** PRAZO DE VIGÊNCIA: 16/01/26 a 16/07/26

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 303
Dotação: 12.001.10.302.0055.2137
Fonte de Recurso: 609

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:6437B9E9

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº17/2025
CREDENCIAMENTO Nº 17/2025 INEXIGIBILIDADE N° 25/26
EXTRATO CONTRATO Nº 27/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **PMT GESTÃO EM SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 17.431.088/0001-07** DO OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de saúde (enfermeiros, técnicos de enfermagem e condutores) no PA 24h de Shangri-lá, com plantões de 12h (diurnos e noturnos), para atendimento de urgência e emergência, garantindo atendimento ininterrupto 24h/7d, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.VALOR DO CONTRATO: **R$ 922,443,60 (novecentos e vinte e dois mil, quatrocentos e quarenta e três reais e sessenta centavos)** PRAZO DE VIGÊNCIA: 16/01/26 a 16/07/26

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 303
Dotação: 12.001.10.302.0055.2137
Fonte de Recurso: 609

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:A05C9542

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº18/2024
CREDENCIAMENTO Nº 18/2024 INEXIGIBILIDADE N° 15/26
EXTRATO CONTRATO Nº 17/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **53.011.950 CLAUDIA GOMES DE CARVALHO RODRIGUES, inscrita no CNPJ sob nº 53.011.950/0001-88** DO OBJETO: **prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.**
VALOR DO CONTRATO: **R$ 8.104,00 (Oito mil cento e quatro reais**) PRAZO DE VIGÊNCIA: 09/01/26 a 09/07/26

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 432
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 107

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de licitação e contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:07115B6E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº18/2024
CREDENCIAMENTO Nº 18/2024 INEXIGIBILIDADE N° 16/26
EXTRATO CONTRATO Nº 18/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **63.597.024 MARGARIDA DE LOURDES MORAES, inscrita no CNPJ sob nº 63.597.024/0001-90** DO OBJETO: **prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.**
VALOR DO CONTRATO: **R$ 18.632,00 (dezoito mil, seiscentos e trinta e dois reais**) PRAZO DE VIGÊNCIA: 09/01/26 a 02/07/26

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 432
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 107

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:E56A9ED5

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº18/2024
CREDENCIAMENTO Nº 18/2024 INEXIGIBILIDADE N° 17/26
EXTRATO CONTRATO Nº 19/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **53.146.186 FRANCISCA APARECIDA DE GODOI DE SOUZA, inscrita no CNPJ sob nº 53.146.186/0001-58** DO OBJETO: **prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar**

da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.
VALOR DO CONTRATO: **R$ 8.104,00 (Oito mil cento e quatro reais)** PRAZO DE VIGÊNCIA: 09/01/26 a 04/01/27

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 432
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 107

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:2DDA1734

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº18/2024
CREDENCIAMENTO Nº 18/2024 INEXIGIBILIDADE N° 18/26
EXTRATO CONTRATO Nº 20/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **54.810.273 CAROLINY VITORIA MOTA FERREIRA, inscrita no CNPJ sob nº 54.810.273/0001-20** DO OBJETO: **prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.**
VALOR DO CONTRATO: **R$ 8.104,00 (Oito mil cento e quatro reais)** PRAZO DE VIGÊNCIA: 09/01/26 a 04/01/27

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 432
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 107

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:D8D7EB51

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº18/2024
CREDENCIAMENTO Nº 18/2024 INEXIGIBILIDADE N° 20/26
EXTRATO CONTRATO Nº 22/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **63.523.296 DIRCEU DAS NEVES AGOSTINHO, inscrita no CNPJ sob nº 63.523.296/0001-45** DO OBJETO: **prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.**
VALOR DO CONTRATO: **R$ 8.104,00 (Oito mil cento e quatro reais)** PRAZO DE VIGÊNCIA: 13/01/26 a 08/01/27

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 432
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 107

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:C32D55D4

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº18/2025
CREDENCIAMENTO Nº 18/2025 INEXIGIBILIDADE N° 01/26
EXTRATO CONTRATO Nº 02/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA 45.784.007 BRENDA DIAS VIEIRA**, inscrita no CNPJ sob nº 45.784.007/0001-80** DO OBJETO: prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.
VALOR DO CONTRATO: **R$ 54,200,00 (cinquenta e quatro mil e duzentos reais)**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 07/01/26 a 07/07/26

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 432
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 107

Pontal do Paraná, 03 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:653507EA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº18/2025
CREDENCIAMENTO Nº 18/2025 INEXIGIBILIDADE N° 02/2026 EXTRATO CONTRATO Nº 03/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **53.144.711 ALISSON DE LIMA FUSCULIN, inscrita no CNPJ sob nº 53.144.711/0001-04** DO OBJETO: **prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.**
VALOR DO CONTRATO: **R$ 70,500,00 (Setenta mil e quinhentos reais)**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 09/01/26 a 09/07/26

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 432
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 107

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:0DF90D6B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº18/2025
CREDENCIAMENTO Nº 18/2025 INEXIGIBILIDADE N° 03/2026 EXTRATO CONTRATO Nº 04/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52

EMPRESA 52.168.566 NALANDA FUSCULIN,**, inscrita no CNPJ sob nº 52.168.566/0001 20**DO OBJETO: prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação SMED.
VALOR DO CONTRATO: **R$ 90.812,00 (noventa mil, oitocentos e doze reais)**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 09/01/26 a 04/01/27

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 432
Dotação:10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 107

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:C822DC8F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR N°18/2025
CREDENCIAMENTO Nº 18/2025 INEXIGIBILIDADE N° 04/X26 EXTRATO CONTRATO Nº 06/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **58.228.977 AUREA DE LIMA, inscrita no CNPJ sob nº 58.228.977/0001-40** DO OBJETO: **prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.**
VALOR DO CONTRATO: **R$ 18.632,00 (dezoito mil, seiscentos e trinta e dois reais**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 09/01/26 a 04/01/27

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 432
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 107

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:86422DA8

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR N°18/2025
CREDENCIAMENTO Nº 18/2025 INEXIGIBILIDADE N° 05/26 EXTRATO CONTRATO Nº 08/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **43.993.016 IRACI GEBAUER, inscrita no CNPJ sob nº 43.993.016/0001-55** DO OBJETO: **prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.**
VALOR DO CONTRATO: **R$ 8.104,00 (oito mil, cento e quatro reais** PRAZO DE VIGÊNCIA: 09/01/26 a 04/01/27

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 432
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 107

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:766381E1

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR N°18/2025
CREDENCIAMENTO Nº 18/2025 INEXIGIBILIDADE N° 06/26 EXTRATO CONTRATO Nº 07/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **53.163.304 ROGER LIMA FUSCULIN, inscrita no CNPJ sob nº 53.163.304.0001 36** DO OBJETO: **prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.**
VALOR DO CONTRATO: **R$ 32.350,00 (trinta e dois mil, trezentos e cinquenta reais**) PRAZO DE VIGÊNCIA: 09/01/26 a 04/01/27

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 432
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 107

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:4A3A5134

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR N°18/2025
CREDENCIAMENTO Nº 18/2025 INEXIGIBILIDADE N° 07/26 EXTRATO CONTRATO Nº 09/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA: **53.284.632 LIZ NATHALIA ARZAMENDIA BOGADO, inscrita no CNPJ sob nº 53.284.632.0001 90,** DO OBJETO: **prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.**
VALOR DO CONTRATO: **R$ 18.632,00 (dezoito mil, seiscentos e trinta e dois reais**) PRAZO DE VIGÊNCIA: 09/01/26 a 04/01/27

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 432
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 107

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:C6D98783

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº18/2025
CREDENCIAMENTO Nº 18/2025 INEXIGIBILIDADE N° 08/26
EXTRATO CONTRATO Nº 10/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA: **54.510.994 JURACI PIEDADE ROCHA, inscrita no CNPJ sob nº 54.510.994.0001 15,** DO OBJETO: **prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.**
VALOR DO CONTRATO: **R$ 18.632,00 (dezoito mil, seiscentos e trinta e dois reais**) PRAZO DE VIGÊNCIA: 09/01/26 a 04/01/27

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 432
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 107

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:2D301811

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº18/2025
CREDENCIAMENTO Nº 18/2025 INEXIGIBILIDADE N° 09/26
EXTRATO CONTRATO Nº 13/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **51.867.502 JOANA IVETE OLIVEIRA SANTOS, inscrita no CNPJ sob nº 51.867.502.0001 55** DO OBJETO: **prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.**
VALOR DO CONTRATO: **R$ 18.632,00 (dezoito mil, seiscentos e trinta e dois reais**) PRAZO DE VIGÊNCIA: 09/01/26 a 02/07/26

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 432
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 107

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:E61E7DD9

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº18/2025
CREDENCIAMENTO Nº 18/2025 INEXIGIBILIDADE N° 10/26
EXTRATO CONTRATO Nº 14/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **47.720.515 NAYARA MOTA FERREIRA, inscrita no CNPJ sob nº 47.720.515.0001 20,** DO OBJETO: **prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.**
VALOR DO CONTRATO: **R$ 54.200,00 (cinquenta e quatro mil e duzentos reais**) PRAZO DE VIGÊNCIA: 09/01/26 a 09/07/26

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 432
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 107

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:C4343F58

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº18/2025
CREDENCIAMENTO Nº 18/2025 INEXIGIBILIDADE N° 11/26
EXTRATO CONTRATO Nº 15/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **51.923.479 IRMA SALETE SCHIAVINI, inscrita no CNPJ sob nº 51.923.479.0001 79** DO OBJETO: **prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.**
VALOR DO CONTRATO: **R$ 18.632,00 (dezoito mil, seiscentos e trinta e dois reais**) PRAZO DE VIGÊNCIA: 09/01/26 a 04/01/27

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 432
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 107

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:88E0E6A3

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº18/2025
CREDENCIAMENTO Nº 18/2025 INEXIGIBILIDADE N° 12/26
EXTRATO CONTRATO Nº 12/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **58.456.221 VERA LUCIA DE OLIVEIRA QUINTINO, inscrita no CNPJ sob nº 58.456.221/0001-59** DO OBJETO: **prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.**
VALOR DO CONTRATO: **R$ 18.632,00 (dezoito mil, seiscentos e trinta e dois reais**) PRAZO DE VIGÊNCIA: 09/01/26 a 04/01/27

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 432
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 107

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:A6C175F3

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR N°18/2025
CREDENCIAMENTO Nº 18/2025 INEXIGIBILIDADE N° 13/26
EXTRATO CONTRATO Nº 11/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **62.190.732 JULIO CESAR MAÇANEIRO, inscrita no CNPJ sob nº 62.190.732/0001-49** DO OBJETO: **prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.**
VALOR DO CONTRATO: **R$ 8.104,00 (Oito mil cento e quatro reais**) PRAZO DE VIGÊNCIA: 09/01/26 a 04/01/27

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 432
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 107

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:F301BB6F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR N°18/2025
CREDENCIAMENTO Nº 18/2025 INEXIGIBILIDADE N° 22/26
EXTRATO CONTRATO Nº 24/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **11.280.478 ADELIA TEREZINHA ALVES, inscrita no CNPJ sob nº 11.280.478/0001-39** DO OBJETO: **prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.**VALOR DO CONTRATO: **R$ 8.104,00 (Oito mil cento e quatro reais)** PRAZO DE VIGÊNCIA: 16/01/26 a 11/01/27

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 461
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 104

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:8EB4AC0D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR N°18/2025
CREDENCIAMENTO Nº 18/2025 INEXIGIBILIDADE N° 23/26
EXTRATO CONTRATO Nº 25/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **56.050.803 MARCIA SELENKO RIBEIRO, inscrita no CNPJ sob nº 56.050.803/0001-05** DO OBJETO: **prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.**VALOR DO CONTRATO: **R$ 8.104,00 (Oito mil cento e quatro reais)** PRAZO DE VIGÊNCIA: 16/01/26 a 12/01/27

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 461
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 104

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:695316EC

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 18/2025
CREDENCIAMENTO Nº 18/2025 INEXIGIBILIDADE N° 28/26
EXTRATO CONTRATO Nº 30/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **63.785,686 ELISANGELA SIQUEIRA NOWACKI, inscrita no CNPJ sob nº 63.785.686/0001-93** DO OBJETO: **prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.**
VALOR DO CONTRATO: **R$ 18.632,00 (Dezoito mil, seiscentos e trinta e dois reais)** PRAZO DE VIGÊNCIA: 22/01/26 a 22/07/26

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 461
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 104

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:E4B5DEBA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 18/2025
CREDENCIAMENTO Nº 18/2025 INEXIGIBILIDADE N° 29/26
EXTRATO CONTRATO Nº 31/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **63.935.406 ANA PAULA SIEMSEN DE OLIVEIRA, inscrita no CNPJ sob nº 63.935.406/0001-86** DO OBJETO: **prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.**
VALOR DO CONTRATO: **R$ 8.104,00 (Oito mil cento e quatro reais)** PRAZO DE VIGÊNCIA: 22/01/26 a 17/01/27

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 461
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 104

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:C403A962

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 18/2025
CREDENCIAMENTO Nº 18/2025 INEXIGIBILIDADE N° 30/26
EXTRATO CONTRATO Nº 32/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **64.252.898 JONATAS KALEBE PEREIRA DOS SANTOS, inscrita no CNPJ sob nº 64.252.898/0001-78** DO OBJETO: **prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.**
VALOR DO CONTRATO: **R$ 18.632,00 (Dezoito mil, seiscentos e trinta e dois reais)** PRAZO DE VIGÊNCIA: 22/01/26 a 18/01/27

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 461
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 104

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:BA21921B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 18/2025
CREDENCIAMENTO Nº 18/2025 INEXIGIBILIDADE N° 31/26
EXTRATO CONTRATO Nº 33/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **53.289.728 MARIA GURET BORA SIECZKO, inscrita no CNPJ sob nº 53.289.728/0001-41** DO OBJETO: **prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.**
VALOR DO CONTRATO: **R$ 8.104,00 (Oito mil cento e quatro reais)** PRAZO DE VIGÊNCIA: 22/01/26 a 28/04/26

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 415
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 103

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:222A3767

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 18/2025
CREDENCIAMENTO Nº 18/2025 INEXIGIBILIDADE N° 32/26
EXTRATO CONTRATO Nº 34/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **57.991.989 MARINA APARECIDA ALVES DO VALLE SCUSSEL, inscrita no CNPJ sob nº 57.991.989/0001-60** DO OBJETO: **prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.**
VALOR DO CONTRATO: **R$ 8.104,00 (Oito mil cento e quatro reais)** PRAZO DE VIGÊNCIA: 22/01/26 a 18/01/27

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 415
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 103

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:58F3C863

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 18/2025
CREDENCIAMENTO Nº 18/2025 INEXIGIBILIDADE N° 34/26
EXTRATO CONTRATO Nº 36/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **62.632,554 DANIELE LOPES CORREIA XAVIER, inscrita no CNPJ sob nº 62.632.554/0001-69** DO OBJETO: **prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.**
VALOR DO CONTRATO: **R$ 8.104,00 (Oito mil cento e quatro reais)** PRAZO DE VIGÊNCIA: 23/01/26 a 24/06/26

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 461
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 104

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:DCA2BF1D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 18/2025
CREDENCIAMENTO Nº 18/2025 INEXIGIBILIDADE N° 35/26
EXTRATO CONTRATO Nº 37/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **63.874.785 MELYSSA CRISTINA FERREIRA DOS REIS MOREIRA, inscrita no CNPJ sob nº 63.874.785/0001-41** DO OBJETO: **prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.**
VALOR DO CONTRATO: **R$ 8.104,00 (Oito mil cento e quatro reais)** PRAZO DE VIGÊNCIA: 23/01/26 a 24/06/26

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 461
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 104

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:D3C55657

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 23/2025
CREDENCIAMENTO Nº 23/2025 INEXIGIBILIDADE N° 37/26
EXTRATO CONTRATO Nº 43/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **20.640.341 CLAUDINEI GARDIN, inscrita no CNPJ sob nº 20.640.341/0001-39** DO OBJETO: **prestação de serviços de roçada das áreas verdes, nos prédios públicos municipais e no entorno dos mesmos, compreendendo os serviços de roçada manual e mecanizada, capina manual, limpeza geral da área roçada, coleta e transporte dos resíduos provenientes destes serviços.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 32.035,65 (trinta e dois mil e trinta e cinco reais e sessenta e cinco centavos)** PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/02/26 a 02/02/27

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 461
Dotação: 10.003.12.361.0028.2.045
Fonte de Recurso: 107

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:8F1DD0EC

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 24/2025
CREDENCIAMENTO Nº 24/2025 INEXIGIBILIDADE N° 33/26
EXTRATO CONTRATO Nº 35/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
CONTRATADA **ALINE APARECIDA DE SOUZA VIEIRA, inscrita no CPF sob nº 009.483.079-78** DO OBJETO: **serviço de apoio ao Programa de Abordagem e Inclusão Assistencial – PRAIA e ao Serviço de Abordagem Social, em consonância com a legislação vigente.**
VALOR DO CONTRATO: **R$ 3.803,28 (três mil, oitocentos e três reais e vinte e oito centavos)** PRAZO DE VIGÊNCIA: 23/01/26 a 31/03/26

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 162
Dotação: 06.003.246.0009.2016
Fonte de Recurso: 3771

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:61A650F3

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 24/2025
CREDENCIAMENTO Nº 24/2025 INEXIGIBILIDADE N° 36/26
EXTRATO CONTRATO Nº 41/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
CONTRATADA **LUIZA IZABEL MARCELINO DE SOUSA, inscrita no CPF sob nº 099.979.449-33** DO OBJETO: **serviço de apoio ao Programa de Abordagem e Inclusão Assistencial – PRAIA e ao Serviço de Abordagem Social, em consonância com a legislação vigente.**
VALOR DO CONTRATO: **R$ 3.803,28 (três mil, oitocentos e três reais e vinte e oito centavos)** PRAZO DE VIGÊNCIA: 27/01/26 a 31/03/26

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 162
Dotação: 06.003.246.0009.2016
Fonte de Recurso: 3771

Pontal do Paraná, 22 de julho de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:816CCBD0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13566/2026 DE 21/07/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13566/2026 de 21/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$30.000,00 (trinta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
08		SECRETARIA MUN DE SEGURANCA PUBLICA	
08.001		DIRETORIA GERAL	
08.001.06.181.0016.2.030		GERENCIAMENTO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL	
260 - 3.3.90.33.00.00	1000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	30.000,00
		Total Suplementação:	30.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
08		SECRETARIA MUN DE SEGURANCA PUBLICA	
08.001		DIRETORIA GERAL	
08.001.06.181.0016.2.030		GERENCIAMENTO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL	
259 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
		Total Redução:	30.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 21 de Julho de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:EFAD1B48

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 486 DE 22 DE JULHO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ **– RUDISNEY GIMENES FILHO**, no uso de suas atribuições legais, o contido na Lei Municipal n°. 1435/2014 e de acordo com o contido no **Protocolo nº 17.238/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor (a) **EUCIMAR DE OLIVEIRA DIAS– MATRICULA: 72271** , ocupante do cargo de **Técnica em Enfermagem**, lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, **período aquisitivo de 02/05/2018 a 01/05/2023, LICENÇA ESPECIAL**, pelo período de **30 (trinta)** dias, com remuneração integral .

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de concessão da referida licença a partir de **20 de julho de 2026.**

Artigo 3º - Publique-se .

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 22 de julho de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:90D5C790

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

LICITAÇÃO
DECRETO Nº97/2026

D E C R E T O Nº 97/2026

REVOGA A DISPENSA LICITATÓRIA Nº 15/2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica revogado o Procedimento Administrativo nº 039/2026, Dispensa Licitatória n° 15/2026 nos termos do artigo 71, II da Lei 14.133 de 1 de abril de 2024;
O art. 71 da Lei Federal 14.133/2021, que trata da revogação do procedimento é de uma clareza exemplar no momento em que dispõe: Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá: II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade; § 2º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

Ademais a Administração Pública tem o poder-dever, com ou sem provocação, de anular o ato administrativo, sem que isso se constitua em ato de ilegalidade ou abuso de poder, lição assentada pelo STF no enunciado das Súmulas 346 e 473, senão vejamos:
STF Súmula nº 346 - Administração Pública - Declaração da Nulidade dos Seus Próprios Atos: A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.
STF Súmula nº 473 - Administração Pública - Anulação ou Revogação dos Seus Próprios Atos: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

ARTIGO 2º - Diante do exposto, revogo processo licitatório, em atendimento aos princípios licitatórios e constitucionais.

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis (22/07/2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:3842E950

RECURSOS HUMANOS
P O R T A R I A Nº 313/2026

P O R T A R I A Nº 313/2026

REVOGA A PORTARIA QUE ESPECIFÍCA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Artigo 1º - Fica revogada desde o dia 20 de julho de 2026, a Portaria nº. **251/2026** (Admissão) da funcionária **ROSELI FERREIRA DE CATRO**.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis (21/07/2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia de Fátima Lima Andrade Ribeiro
Código Identificador:EAE5E946

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 315/2026

PORTARIA Nº 315/2026

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RETIFICAR a **Portaria n° 303/2026**, publicada em 20 de julho de 2026, onde se lê *CONTRATA, a partir do dia 20 de julho de 2026,* **ADILSON ALVES GIOTA,** leia-se *CONTRATA, a partir do dia 20 de julho de 2026,* ***EDILSON ALVES GIOTA,*** portador do CPF Nº 484.044.209-63, para exercer a função de Motorista, Lotado na Divisão Serviço Rodoviário Municipal da Secretaria de Urbanismo Obras e Viação de acordo com sua classificação no Concurso Público (Cargo Público) instituído pelo Edital nº. 001/2026 de 27 de janeiro de 2026.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis. (22.07.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia de Fátima Lima Andrade Ribeiro
Código Identificador:E06AEF14

RECURSOS HUMANOS
P O R T A R I A Nº.316 /2026

P O R T A R I A Nº.316 /2026

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

EXONERAR, a pedido da funcionária, **GABRIELLI GALDINO DOS SANTOS,** portadora do CPF Nº 527.997.458-73 PR, ocupante da função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada no F.M.S/Hospital Municipal da Secretaria de Saúde e sendo seu último dia trabalhado dia 21 de julho de 2026.

EDIFICIO DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis. (22.03.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia de Fátima Lima Andrade Ribeiro
Código Identificador:63E07C44

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 03/2026

RESOLUÇÃO N. º 003/26, de 09 de julho de 2026, do Conselho Municipal de Saúde do Município de Porto Amazonas

Dispõe sobre a apreciação e aprovação da adesão ao Programa Estadual instituído pela Resolução SESA nº1681/2025, visando fortalecer as linhas de cuidado às pessoas com suspeita ou diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Porto Amazonas, em reunião ordinária realizada em 09 de julho de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n. º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal n.º 494, de 17/05/1991;
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar n.º 141, de 13/01/2012;
Considerando o inciso IV, do art. 4.º, da Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, o qual determina que para receber os recursos de que trata o art. 3.º dessa mesma lei, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão; e
Considerando o § 4.º do art. 33, da Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde.

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar, por unanimidade, a adesão ao Programa Estadual instituído pela Resolução SESA nº1681/2025, visando fortalecer as linhas de cuidado às pessoas com suspeita ou diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Porto Amazonas, de 09 de julho de 2026.

CARLOS AMERICO MORGADO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:56196716

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 04/2026

RESOLUÇÃO N. º 004/26, de 09 de julho de 2026, do Conselho Municipal de Saúde do Município de Porto Amazonas

Dispõe sobre o repasse financeiro em parcela única, visando a qualificação do acesso e atendimento de média complexidade – MCA, na oferta de consultas, exames especializados e contrato de prestação de serviços ao SUS exercício 2026, conforme Resolução SESA nº746/2026 de 23/06/2026.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Porto Amazonas, em reunião ordinária realizada em 09 de julho de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n. º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal n.º 494, de 17/05/1991;
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar n.º 141, de 13/01/2012;
Considerando o inciso IV, do art. 4.º, da Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, o qual determina que para receber os recursos de que trata o art. 3.º dessa mesma lei, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão; e
Considerando o § 4.º do art. 33, da Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde.

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar, por unanimidade o repasse financeiro em parcela única, visando a qualificação do acesso e atendimento de média complexidade – MCA, na oferta de consultas, exames especializados e contrato de prestação de serviços ao SUS exercício 2026, conforme Resolução SESA nº746/2026 de 23/06/2026.

Porto Amazonas, de 09 de julho de 2026.

CARLOS AMERICO MORGADO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:6B91FFDE

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DECISÓRIO EM RECURSO HIERÁRQUICO - PE 016/2026

ATO DECISÓRIO EM RECURSO HIERÁRQUICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 862/2026
ASSUNTO: INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DA SESSÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PERECÍVEIS (FRUTAS, VERDURAS, LEGUMES) PARA OS DEPARTAMENTOS DE ASSISTENCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO E CULTURA, ESPORTE E TURISMO E FOMENTO AGROPECUÁRIO, DE FORMA FRACIONADA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME DESCRIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONTIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.
RECORRENTES: FL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. (CNPJ 54.866.811/0001-07)
RECORRIDOS: PREGOEIRA MUNICIPAL

1. DO RELATÓRIO
Trata-se de Recurso Administrativo interposto no âmbito do Pregão Eletrônico nº 016/2026 pela empresa FL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 54.866.811/0001-07, em face da decisão da pregoeira que a inabilitou do certame.
Nas razões recursais, a empresa FL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. sustenta que os documentos de habilitação teriam sido anexados tempestivamente à plataforma eletrônica, atribuindo sua indisponibilidade à suposta falha operacional do sistema, requerendo a realização de diligência para apresentação posterior da documentação e a reforma da decisão que a inabilitou.
A Pregoeira Municipal conheceu do recurso interposto pela empresa recorrente, porquanto apresentado tempestivamente e em conformidade com os requisitos formais exigidos pela legislação

aplicável e pelo instrumento convocatório. No julgamento do recurso, concluiu pela manutenção integral da decisão que declarou a recorrente inabilitada, entendendo que os documentos exigidos pelo edital não foram efetivamente disponibilizados na plataforma dentro do prazo estabelecido.
Submetido o processo à Procuradoria-Geral do Município, foi emitido o Parecer Jurídico nº 157/2026, opinando pelo conhecimento e desprovimento do recurso. O entendimento adotado pela Pregoeira foi integralmente corroborado por este parecer.
Diante disso, o presente recurso é submetido à apreciação desta Autoridade Superior para análise e decisão.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA
A análise do Recurso Hierárquico deve observar os princípios previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações, notadamente a vinculação ao edital, o julgamento objetivo e o formalismo moderado.
2.1. Da Admissibilidade
A Pregoeira afirma em seu julgamento que a apresentação da interposição do recurso foi anexada diretamente na Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões – BLL, pela empresa interessada.
No juízo de admissibilidade, verifica-se que a empresa FL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. tem legitimidade para recorrer, por ter participado do Pregão Eletrônico nº 016/2026. O recurso encontra amparo no art. 165, inciso I, alínea "c", da Lei nº 14.133/2021, que prevê a possibilidade de impugnação de atos de habilitação ou inabilitação no prazo de 3 (três) dias úteis. Além disso, foi interposto dentro do prazo legal, razão pela qual deve ser conhecido, com base também no item 16.1 do edital do certame.
2.2. Do Mérito
Superada a admissibilidade, o mérito deve ser analisado à luz dos princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, publicidade, isonomia, vinculação ao edital e interesse público.
2.2.1. Da irrelevância jurídica de mensagem no chat da sessão pública e da responsabilidade pelo envio dos documentos de habilitação
Durante o prazo concedido, a recorrente informou, por meio do chat da plataforma, que havia anexado toda a documentação. Em resposta, a Pregoeira esclareceu que os arquivos somente seriam visualizados após o encerramento do prazo e orientou a empresa, ainda dentro do período de envio, a contatar o suporte da plataforma caso houvesse qualquer dúvida ou dificuldade técnica.
A mensagem enviada pela recorrente no chat da sessão pública, informando que os documentos haviam sido anexados, possui caráter meramente declaratório e não substitui a efetiva inserção dos arquivos na plataforma BLL Compras. O chat do pregão eletrônico destina-se, exclusivamente, à comunicação entre o pregoeiro e os licitantes para esclarecimentos e condução da sessão, não sendo meio hábil para o envio ou comprovação da apresentação dos documentos de habilitação. Conforme previsto no edital, esses documentos devem ser anexados no campo específico da plataforma, por meio de *upload*. A simples declaração da recorrente de que realizou o envio, desacompanhada da efetiva disponibilidade dos arquivos no sistema, não comprova o cumprimento da exigência descrita no edital, da mesma forma, que a alegação da recorrente de que os documentos foram assinados digitalmente antes do término do prazo não afasta o dever de assegurar a conclusão do *upload* no sistema, uma vez que a assinatura digital apenas comprova a autenticidade e a existência prévia do documento, não sua efetiva inserção na plataforma.
Nesse sentido, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no AREsp nº 2.632.546/PR (fls. 357), firmou entendimento de que cabe exclusivamente ao usuário zelar pela correta transmissão dos arquivos, sendo que falhas no envio ou a ausência de recebimento dos documentos equivalem à sua não apresentação, não sendo possível conceder prazo posterior para regularização.
Dessa forma, ao não concluir o upload da documentação dentro do prazo de 3 (três) horas previsto no edital, a empresa assumiu os riscos decorrentes de sua própria falha operacional ou técnica. Permanecendo a ausência dos documentos ao término do prazo, impõe-se a inabilitação da licitante.
2.2.2. Da alegação de falha operacional da Plataforma BLL Compras
A empresa **FL Comércio de Alimentos Ltda.** sustenta que a ausência dos documentos decorreu de suposta falha operacional da plataforma BLL Compras durante o envio dos arquivos. Contudo, tal alegação foi apresentada de forma genérica, sem qualquer elemento de prova que demonstre a ocorrência de indisponibilidade ou erro no sistema no momento da transmissão.
O Superior Tribunal de Justiça, no **AREsp nº 2.402.877/BA** (fl. 360), firmou entendimento de que a alegação de falha em sistema eletrônico deve ser acompanhada de prova inequívoca de sua ocorrência.
No caso concreto, a recorrente não apresentou relatório de erro, protocolo de atendimento ou comprovante de abertura de chamado junto ao suporte técnico da plataforma BLL Compras. Além disso, foi expressamente orientada pela Pregoeira, ainda durante o prazo para envio da documentação, a contatar o suporte caso enfrentasse qualquer dificuldade técnica.
Assim, inexistindo comprovação de falha da plataforma, não há fundamento para lhe atribuir a responsabilidade pela ausência dos documentos, devendo prevalecer a constatação de que nenhum arquivo de habilitação foi efetivamente inserido no sistema dentro do prazo estabelecido.

2.2.3 Da impossibilidade de inclusão posterior de documentos de habilitação e da inaplicabilidade do Princípio do Formalismo Moderado
A recorrente requer a realização de diligência saneadora para apresentar, após o prazo, os documentos de habilitação não anexados, sob o fundamento do princípio do formalismo moderado.
Nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, após a entrega dos documentos de habilitação não é permitida a apresentação de novos documentos, admitindo-se diligência apenas para sanar erros materiais, esclarecer informações ou complementar documentos já existentes, desde que a condição de habilitação seja preexistente. A diligência não pode ser utilizada para suprir a ausência de documentos obrigatórios não apresentados no prazo estabelecido, visto que o formalismo moderado admite o saneamento de falhas formais quando já existe documentação de habilitação regularmente apresentada.
Esse entendimento é pacífico no Superior Tribunal de Justiça, conforme demonstra o AREsp nº 1.897.217/SP (fl. 359), que veda a juntada posterior de documentos que deveriam integrar originalmente a proposta ou a habilitação, por violar os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.
No caso em análise, admitir a apresentação da documentação após o encerramento do prazo significaria conceder tratamento privilegiado à recorrente em detrimento das demais licitantes que observaram rigorosamente as exigências contidas no edital. Desta forma, não merece ser acolhida a solicitação de realização de diligência.

3. CONCLUSÃO
Diante do exposto e em consonância com o Parecer Jurídico nº 157/2026-AJ e com o Julgamento do Recurso emitido pela Pregoeira Municipal, esta Autoridade Superior decide:
3.1 Conhecer o recurso interposto por FL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. (CNPJ nº 54.866.811/0001-07), porque foi apresentado tempestivamente e regular as suas formalidades;
3.2 Manter a decisão da Pregoeira, a qual negou provimento ao recurso apresentado, declarando a recorrente inabilitada devido a não apresentação dos documentos de habilitação na Plataforma BLL Compras, dentro do prazo estabelecido.
3.3 Determinar o prosseguimento do certame, nos termos da decisão da Pregoeira.
Cumpra-se. Publique-se.

Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, 22 de julho de 2026.

ELIAS GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:81A04030

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 01/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 146/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR torna público que realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, representado pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, sob o regime de execução de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra comum de engenharia destinada à implantação de reservatório metálico elevado com capacidade de 100 m³ no Sistema de Abastecimento de Água do Município de Prado Ferreira/PR, contemplando a elaboração do projeto executivo vinculado à execução, execução da base estrutural em concreto armado, fornecimento, transporte, montagem e instalação do reservatório metálico, execução das instalações hidráulicas, interligações, testes operacionais, comissionamento, urbanização do entorno e entrega do sistema em pleno funcionamento.
Valor máximo estimado: R$ 458.515,98 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e quinze reais e noventa e oito centavos).
Data da sessão: 10/08/2026.
Horário: 09h00min, horário de Brasília.
Modo de disputa: Aberto.
Portal de realização: Compras.gov.br.
UASG: 460681.
O edital e seus anexos estarão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no Compras.gov.br e no site oficial do CISPAR.

Maringá/PR, 22 de julho de 2026.

PEDRO GABRIEL GRECCO
Agente de Contratação
Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR

Publicado por:
Pedro Gabriel Grecco
Código Identificador:AA7A4B42

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 032/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 032/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 128/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 033/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ - CISPAR
CNPJ: 04.823.494/0001-65

CONTRATADA: IDEXX BRASIL LABORATORIOS LTDA
CNPJ: 00.377.455/0001-20

OBJETO: Aquisição de consumíveis laboratoriais originais da marca IDEXX Laboratories, destinados à realização de análises microbiológicas para detecção e quantificação de coliformes totais e Escherichia coli em amostras de água.

VALOR: até R$ 1.255.425,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e cinco reais)

VIGÊNCIA: 14/07/2028

Jussara-PR, 15 de julho de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo - CISPAR

Publicado por:
Adelaine Rodrigues Spolador
Código Identificador:031DAC71

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 16, DE 22 DE JULHO DE 2026

Designa Agente de Contratação, Equipe de Apoio, Gestor e Fiscal Técnico para a Concorrência Eletrônica nº 01/2026, referente ao Processo Administrativo nº146/2026.

O **DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e considerando a necessidade de condução da Concorrência Eletrônica nº 01/2026, referente ao Processo Administrativo nº 146/2026, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para execução de obra comum de engenharia destinada à implantação de reservatório metálico elevado com capacidade de 100 m³ no Sistema de Abastecimento de Água do Município de Prado Ferreira/PR,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor Pedro Gabriel Grecco para atuar como Agente de Contratação na condução da Concorrência Eletrônica nº 01/2026, Processo Administrativo nº 146/2026.
Art. 2º. Para auxiliar o Agente de Contratação, fica designada a Equipe de Apoio, composta pelos servidores já nomeados no âmbito do CISPAR pela Resolução nº 49, de 16 de dezembro de 2025, especialmente aqueles vinculados à estrutura administrativa pertinente ao objeto da contratação.
Art. 3º. Compete ao Agente de Contratação conduzir a fase externa da licitação, praticando os atos necessários ao regular processamento da Concorrência Eletrônica, incluindo, entre outros, o recebimento e análise das propostas, condução da sessão pública, fase de lances, negociação, julgamento, análise de habilitação, diligências, respostas a esclarecimentos e impugnações, análise de recursos e encaminhamento do processo à autoridade competente, quando cabível.
Art. 4º. Designar Arildo Aparecido de Camargo, Diretor Administrativo e Operacional do CISPAR, para atuar como Gestor do Contrato decorrente da Concorrência Eletrônica nº 01/2026, cabendo-lhe o acompanhamento administrativo e à regular execução contratual.
Art. 5º. Designar Michel Caldato, servidor cedido ao CISPAR e integrante do Setor de Engenharia, para atuar como Fiscal Técnico do Contrato decorrente da Concorrência Eletrônica nº 01/2026, em razão de sua qualificação técnica e atuação na área de engenharia.
Art. 6º. Compete ao Fiscal Técnico acompanhar a execução da obra, verificar a conformidade dos serviços com o Termo de Referência, Memorial Descritivo, projetos, planilha orçamentária, proposta, contrato e Ordem de Serviço, bem como registrar ocorrências, solicitar correções, analisar medições, memórias de cálculo, relatórios fotográficos, documentos técnicos e demais elementos apresentados pela contratada, emitindo manifestações técnicas quando necessário.
Art. 7º. O Setor de Engenharia do CISPAR prestará apoio técnico ao Agente de Contratação, quando solicitado, especialmente quanto à análise de propostas, planilhas orçamentárias, composições de custos, BDI, documentos técnicos, pedidos de esclarecimento, impugnações, diligências e demais questões relacionadas ao objeto da contratação.
Art. 8º. A atuação do Gestor e do Fiscal Técnico não exclui nem reduz a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução do objeto, pela qualidade dos materiais e serviços, pela segurança da obra, pela observância das normas técnicas aplicáveis e pela correção de vícios, falhas ou desconformidades identificadas durante a execução ou no período de garantia.
Art. 9º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá/PR, 22 de julho de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo
Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR

Publicado por:
Pedro Gabriel Grecco
Código Identificador:2C3EBDF1

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 147/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 46/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 147/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 46/2026

COMUNICADO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO
(Dispensa de Licitação)

O Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR, em atendimento aos princípios da publicidade e transparência, torna público o presente comunicado inicial referente à instauração de processo administrativo para análise de contratação direta por dispensa de licitação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Aquisição de papel semente (papel plantável), destinado à confecção de materiais educativos e institucionais para utilização nas ações de educação ambiental, conscientização da população e divulgação das atividades desenvolvidas pelo Setor Ambiental do CISPAR.

VALOR TOTAL: R$ 9.567,00 (nove mil, quinhentos e sessenta e sete reais)

A presente demanda decorre de necessidade administrativa do setor requisitante, relacionada ao atendimento de atividade institucional específica, cuja apuração e instrução ocorrerão no âmbito do respectivo processo administrativo.
Considerando o baixo valor, a simplicidade do objeto, a pronta execução/pagamento e a proporcionalidade do procedimento, **não será realizada divulgação de aviso para recebimento de propostas adicionais**, sem prejuízo da pesquisa de preços, da análise da compatibilidade do valor com o mercado e da seleção da proposta mais vantajosa à Administração.

O presente comunicado possui caráter exclusivamente informativo, não se tratando de procedimento competitivo, edital, aviso de disputa ou chamamento público, não havendo, nesta fase, recebimento de propostas ou abertura de prazo para participação de interessados.
Este documento tem por finalidade unicamente dar publicidade ao processo administrativo em fase inicial de instrução, não representando, por si só, autorização final da contratação.

Maringá – PR, 17 de julho de 2026.

GABRIELA BARABASZ
Coordenadora Administrativa
Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:24387131

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DO DECRETO N° 032/2026

Aprova o desmembramento do Lote nº 44 da Quadra nº 01, do Jardim Nova Maragogipe, localizado no perímetro urbano do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o requerimento protocolado pelos proprietários do imóvel;
CONSIDERANDO o Memorial Descritivo e os documentos técnicos elaborados pela Arquiteta e Urbanista Sâmela Machado Onça, CAU/PR A151467-9;
CONSIDERANDO que o desmembramento atende às disposições da legislação municipal vigente e demais normas aplicáveis;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento do Lote nº 44 da Quadra nº 01, do Jardim Nova Maragogipe, localizado no perímetro urbano do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, registrado sob a Matrícula nº 10.725 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porecatu – Paraná, com área total de 404,08 m², passando a constituir os lotes 44A e 44B, conforme memorial descritivo aprovado.

SITUAÇÃO ANTERIOR AO DESMEMBRAMENTO

Lote nº 44: localizado na Rua Joaquim Pedro Zanotto nº 110, esquina com a Rua Maria Antonieta Correa Guimarães, confrontando-se pela frente com a Rua Joaquim Pedro Zanotto, numa distância de 14,60 metros e desenvolvimento de curva de 11,55 metros; pelo lado direito com a Rua Maria Antonieta Correa Guimarães, numa distância de 14,84 metros; pelos fundos com o Lote nº 01, numa distância de 15,07 metros; e pelo lado esquerdo com o Lote nº 43, numa distância de 22,00 metros, perfazendo a área total de 404,08 m². Cadastro Imobiliário nº 90134.

SITUAÇÃO POSTERIOR AO DESMEMBRAMENTO

Lote nº 44A: localizado na Rua Joaquim Pedro Zanotto nº 112, confrontando-se pela frente com a Rua Joaquim Pedro Zanotto, numa distância de 8,10 metros; pelo lado direito com o Lote nº 44B, numa distância de 22,00 metros; pelo lado esquerdo com o Lote nº 43, numa distância de 22,00 metros; e pelos fundos com o Lote nº 01, numa distância de 8,10 metros, perfazendo a área total de 178,20 m². Cadastro Imobiliário nº 90134.

Lote nº 44B: localizado na esquina da Rua Joaquim Pedro Zanotto nº 110 com a Rua Maria Antonieta Correa Guimarães, confrontando-se pela frente com a Rua Joaquim Pedro Zanotto, numa distância de 6,50 metros e desenvolvimento de curva de 11,55 metros; pelo lado direito com a Rua Maria Antonieta Correa Guimarães, numa distância de 14,84 metros; pelo lado esquerdo com o Lote nº 44A, numa distância de 22,00 metros; e pelos fundos com o Lote nº 01, numa distância de 6,97 metros, perfazendo a área total de 225,88 m². Cadastro Imobiliário nº 9029257.

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", 17 de julho de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:5DFB1580

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO ARP Nº 153/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO
ARP Nº 153/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2025
Pregão Eletrônico Nº 8/2025

O Município de PRADO FERREIRA, com sede na Rua São Paulo, 191 , inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 01.613.136/0001-30, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representada pelo Sr. Prefeito **SILVIO ANTONIO DAMACENO** e a **JOCIVAN DIAS - CONTRUÇÕES E PRÉ MOLDADOS**, com endereço a RUA VEREADOR PEDRO SILVA, 41 - CEP: 86618000 - BAIRRO: CENTRO, neste ato representada pelo **Sr. JOSIVAN DIAS,** portador do CPF nº ***.***.709-79, a seguir denominada CONTRATADA,

nos termos do que dispõe da Lei 14.133/21, em face do resultado obtido no Pregão Eletrônico nº 8/2025, firmam o presente termo aditivo a ARP nº 153/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: De acordo com o disposto no art. 84, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA: Conforme o previsto, ficam prorrogados os prazos de execução e vigência por mais 12 (doze) meses, tendo seu prazo de execução estendido até o dia 22/07/2027 e o prazo de vigência até o dia 22/07/2027, de acordo com parecer técnico emitido pelo Sr. Ronald Tiziani Pivotto.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente termo aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços, não afetadas pelo presente aditamento.
E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes contratantes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Prado Ferreira, 22 de julho de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Jocivan Dias - Contruções e Pré Moldados
JOSIVAN DIAS

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:46EA27A9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
PREGÃO: 5/2026

HOMOLOGAÇÃO: 22/07/2026

Objeto: Registro de preço para eventual contratação de empresa para o fornecimento de combustível, a fim de atender a demanda dos automóveis pertencentes a frota da Câmara Municipal de Quatro Barras, nos termos do ANEXO 1 – termo de referência. Em consonância com o parecer jurídico 89/2026.

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
CONTRATADA: POSTO ROTA 4 LTDA

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: No Valor Total: R$ 129.999,99(Cento e vinte e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)
DESPESA:

01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.30.00.00. - 1001 - MATERIAL DE CONSUMO

Câmara Municipal de Quatro Barras, 22/07/2026.

FERNANDO CUNHA
Presidente da Câmara Municipal de Quatro Barras

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:26849F65

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11816/2026 DE 22/07/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
Estado do Paraná
Exercício: 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1751/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Artigo 1 º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 14.200,00 (catorze mil duzentos reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
21.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA E SEGURANÇA	
21.001.00.000.0000.0.000.	Departamento de Ordem Pública	
21.001.06.181.0007.2.010.	Ações para Manutenção da Guarda Municipal	
442 - 3.3.90.40.00.00	01000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	14.200,00
Total Suplementação:		**14.200,00**

Redução		
21.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA E SEGURANÇA	
21.001.00.000.0000.0.000.	Departamento de Ordem Pública	
21.001.06.181.0007.2.021.	Ações para Manutenção da Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança	
452 - 3.3.90.36.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	14.200,00

Total Redução:	**14.200,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1 º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1 º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Valenga
Código Identificador:B4B2CD26

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 02/2026

Súmula: Aprovar o Calendário de Reuniões Ordinárias do COMSEA para o Ano de 2026.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, com caráter consultivo, constituindo-se em espaço de articulação entre governo municipal e sociedade civil para formulação de diretrizes para políticas e ações na área da segurança alimentar e nutricional, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 1.593, de 03 de julho de 2023, em reunião ordinária realizada em 15 de julho de 2026:

Considerando:
Ata 01/2026/COMSEA
A deliberação da plenária.

RESOLVE:

Artigo 1º. Aprovar o Calendário das Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional que

ocorrerão no ano de 2026 na Sala de Reuniões dos Conselhos da Secretaria Municipal de Desenvolvimentos Social e Família.

Artigo 2º. O Calendário de reuniões possui os seguintes meses, datas e horários:

JANEIRO	RECESSO	RECESSO
JULHO	15/07	14hs
AGOSTO	25/08	14hs
SETEMBRO	29/09	14hs
OUTUBRO	27/10	14hs
NOVEMBRO	24/11	14hs
DEZEMBRO	09/12	14hs

Artigo 3º: Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 15 de julho de 2026.

MARCIA REGINA BRANDÃO TRIZOTTI
Presidente do COMSEAQB Gestão 2026/2028

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:0D033CB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 50/2022

OBJETO: O referido Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de licença de uso de Software, com implantação e concessão de uso, devidamente autorizado pelo Processo Licitatório de Pregão Eletrônico nº 50/2022.

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE QUATRO BARRAS, CNPJ nº 76.105.568/0001-80.

CONTRATADA: COOLTIVANDO CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 32.637.073/0001-85.

DO OBJETO: O presente Instrumento tem como objeto o reajuste inflacionário do Contrato de Prestação de Serviços n° 50/2022 através do índice IPCA/IBGE, conforme previsto em sua **"CLÁUSULA NONA – "DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO – DO AUMENTO E SUPRESSÃO E DO REAJUSTE""** e garantido através do 4º Termo Aditivo ao referido contrato.

DO REAJUSTE: Utiliza-se o índice IPCA/IBGE acumulado de julho/2025 a junho/2026, que representa 4,6415% e reajusta o valor total do Contrato para R$ 111.786,66 (cento e onze mil, setecentos e oitenta e seis reais e sessenta e seis centavos).

DO FUNDAMENTO LEGAL: O presente termo decorre de autorização do Prefeito Municipal, Senhor Loreno Bernardo Tolardo, exarada no processo administrativo n° 6234/2026 e amparo legal no artigo 65, § 8° da Lei Federal 8.666/1993.

DATA DE ASSINATURA: 22 de julho de 2026.

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:76475309

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
REQUERIMENTOS DE DIÁRIAS

O Prefeito Municipal de Quatro Barras/PR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal de n° 057/2006, que dispõe sobre o sistema de pagamento de diárias de caráter indenizatório no âmbito do Poder Executivo, na forma de adiantamento para a cobertura de despesas quando houver deslocamento para fora dos limites do Município, AUTORIZA a concessão de diária ao(s) Servidor(es) Municipal(is) listado(s) a seguir, conforme discriminado:

Requerimento de Diária n° 5048/2026
CLARISSA STRAPASSON PIRES - CPF. XXX.989.539-XX
I)Processo Administrativo n° 11131/2026
II) Cargo do servidor: PROFESSOR MLPE - SMEELJ
III)Período de afastamento: 29/07/2026 (07h30) a 29/07/2026(18h)
IV) Número de diárias: uma diária integral.
V) valor unitário da diária integral: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para " formação presencial inglês Paraná kids" capacitação dos professores na disciplina de inglês, uso das plataformas digitais e livro didático, no dia 29/07/2026 em Curitiba/PR.

Requerimento de Diária n° 5049/2026
DEISE LISANDRA DA SILVA LOPES CORDEIRO - CPF. XXX.364.870-XX
I)Processo Administrativo n° 11131/2026
II) Cargo do servidor: PROFESSOR MLPA - SMEELJ
III)Período de afastamento: 29/07/2026 (07h30) a 29/07/2026(18h)
IV) Número de diárias: uma diária integral.
V) valor unitário da diária integral: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para " formação presencial inglês Paraná kids" capacitação dos professores na disciplina de inglês, uso das plataformas digitais e livro didático, no dia 29/07/2026 em Curitiba/PR.

Requerimento de Diária n° 5050/2026
ANA CAROLINA CAMPOS ARAUJO - CPF. XXX.659.429-XX
I)Processo Administrativo n° 11131/2026
II) Cargo do servidor: PROFESSOR MLPA - SMEELJ
III)Período de afastamento: 29/07/2026 (07h30) a 29/07/2026(18h)
IV) Número de diárias: uma diária integral.
V) valor unitário da diária integral: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para " formação presencial inglês Paraná kids" capacitação dos professores na disciplina de inglês, uso das plataformas digitais e livro didático, no dia 29/07/2026 em Curitiba/PR.

Requerimento de Diária n° 5051/2026
MARCIA CRISTINA DE ALMEIDA PALMEIRA - CPF. XXX.174.398-XX
I)Processo Administrativo n° 11131/2026
II) Cargo do servidor: PROFESSOR MLPA - SMEELJ
III)Período de afastamento: 29/07/2026 (07h30) a 29/07/2026(18h)
IV) Número de diárias: uma diária integral.
V) valor unitário da diária integral: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para " formação presencial inglês Paraná kids" capacitação dos professores na disciplina de inglês, uso das plataformas digitais e livro didático, no dia 29/07/2026 em Curitiba/PR.

Requerimento de Diária n° 5052/2026
JOCELAINE DAHMER BATISTA - CPF. XXX.200.749-XX
I)Processo Administrativo n° 11131/2026
II) Cargo do servidor: PROFESSOR MLPA - SMEELJ
III)Período de afastamento: 29/07/2026 (07h30) a 29/07/2026(18h)
IV) Número de diárias: uma diária integral.
V) valor unitário da diária integral: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para " formação presencial inglês Paraná kids" capacitação dos professores na disciplina de

inglês, uso das plataformas digitais e livro didático, no dia 29/07/2026 em Curitiba/PR.

Requerimento de Diária n° 5053/2026
FERNANDA CORADIN - CPF. XXX.901.939-XX
I)Processo Administrativo n° 11131/2026
II) Cargo do servidor: PROFESSOR MLPA - SMEELJ
III)Período de afastamento: 29/07/2026 (07h30) a 29/07/2026(18h)
IV) Número de diárias: uma diária integral.
V) valor unitário da diária integral: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para " formação presencial inglês Paraná kids" capacitação dos professores na disciplina de inglês, uso das plataformas digitais e livro didático, no dia 29/07/2026 em Curitiba/PR.

Requerimento de Diária n° 5054/2026
ROSEMERI PASESNY DAMASCENO - CPF. XXX.069.039-XX
I)Processo Administrativo n° 11131/2026
II) Cargo do servidor: PROFESSOR MLPE - SMEELJ
III)Período de afastamento: 29/07/2026 (07h30) a 29/07/2026(18h)
IV) Número de diárias: uma diária integral.
V) valor unitário da diária integral: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para " formação presencial inglês Paraná kids" capacitação dos professores na disciplina de inglês, uso das plataformas digitais e livro didático, no dia 29/07/2026 em Curitiba/PR.

Requerimento de Diária n° 5055/2026
ALESSANDRO ROGERIO DARE PRESTES - CPF. XXX.417.358-XX
I)Processo Administrativo n° 11131/2026
II) Cargo do servidor: PROFESSOR MLPA - SMEELJ
III)Período de afastamento: 29/07/2026 (07h30) a 29/07/2026(18h)
IV) Número de diárias: uma diária integral.
V) valor unitário da diária integral: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para " formação presencial inglês Paraná kids" capacitação dos professores na disciplina de inglês, uso das plataformas digitais e livro didático, no dia 29/07/2026 em Curitiba/PR.

Requerimento de Diária n° 5056/2026
FRANCIELI FERNANDES DIAS - CPF. XXX.592.479-XX
I)Processo Administrativo n° 11131/2026
II) Cargo do servidor: PROFESSOR MLPE - SMEELJ
III)Período de afastamento: 29/07/2026 (07h30) a 29/07/2026(18h)
IV) Número de diárias: uma diária integral.
V) valor unitário da diária integral: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para " formação presencial inglês Paraná kids" capacitação dos professores na disciplina de inglês, uso das plataformas digitais e livro didático, no dia 29/07/2026 em Curitiba/PR.

Quatro Barras, 22 de julho de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loana Cavalli da Conceição
Código Identificador:71F4BD92

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 001/2026

A Câmara Municipal de Querência do Norte, estado do Paraná, torna público que realizará procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, destinado ao comércio Local e da microrregião da AMUNPAR.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo destinado ao uso em expediente (material de expediente e processamento de dados), para atender às necessidades da Câmara Municipal de Querência do Norte.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:
R$11.474,93 (onze mil quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa três centavos)

SESSÃO PÚBLICA: Dia 04/08/2026 às 9:00h (horário de Brasília)

PLATAFORMA: Compras BR

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por grupo de itens (lote)

MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado

EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

Querência do Norte, Paraná, 22 de julho de 2026.

RICARDO PAULINO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:E3C9DCF1

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
DECRETO Nº.333/2026

DECRETO Nº 333, DE 22 DE JULHO DE 2026.

SÚMULA: DESIGNA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO PAULINO DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam designados os Senhores **ALEXANDRO GOMES DA SILVA, EVANDSON ALVES DE LIMA e MARIANA NOGUEIRA DE LIMA**, para sob a Presidência do primeiro comporem a Comissão Permanente de Avaliação de Bens da Câmara Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, para o Biênio 2026/2027.

Artigo 2º - Os membros da Comissão de que trata o artigo anterior deverão exercer o mister para o qual foram designados dentro do período compreendido entre 1º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2027.

Artigo 3º -Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 295/2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Câmara Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

RICARDO PAULINO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:4AAA1B62

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ANEXO DECRETO Nº 59, DE 23 DE JULHO DE 2026.

ANEXO DECRETO Nº 59, DE 23 DE JULHO DE 2026.					
FARMACEUTICO					
Classificação	Prot.	Nome	Pontuação	Data de Nascimento	Situação
1	3803	ANDRIELLE TACIANE RIBAS MENDES FIERDZOSKI	23	14/02/1989	Aprovado(a)
2	3769	Kali Talita Hecke de Almeida	18	12/09/1987	Aprovado(a)
3	3772	MILEINE BOÇON	8	26/11/1998	Aprovado(a)
4	3659	MAIELLE DE FATIMA RIBAS CRUZ	7	20/04/1993	Aprovado(a)
5	3719	Juliane Küster Bauer	7	19/10/1994	Aprovado(a)
6	3738	Karina Aparecida Negrelli	4	20/08/1982	Aprovado(a)
7	3622	Kathleen Felisberto da Silva	1	21/03/1997	Aprovado(a)
8	3730	FABIANA LEITE EVANGELISTA	1	21/02/1981	Aprovado(a)
9	3794	JULIA CRISTINA KRUL	1	25/01/2000	Aprovado(a)
10	3807	DAIENE CRISTINE PORCEL KAIS	cumpriu os requisitos	23/12/1976	Aprovado(a)
11	3779	CAMILLY CAMARGO MENDES	cumpriu os requisitos	10/05/2002	Aprovado(a)

Quitandinha, 23 de julho de 2026.

JOSE RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:C2AA5546

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ANEXO DECRETO Nº 59, DE 23 DE JULHO DE 2026.

ANEXO DECRETO Nº 59, DE 23 DE JULHO DE 2026.					
PSICÓLOGO					
Classificação	Prot.	Nome	Pontuação	Data de Nascimento	Situação
1	3606	DURVAL DE SOUZA FILHO	24	12/12/1957	Aprovado(a)
2	3756	LUCIANA MANUEL DOS SANTOS	24	24/04/1974	Aprovado(a)
3	3768	Rosemary de Souza	14	22/12/1963	Aprovado(a)
4	3569	Camila Aparecida de Oliveira	10	14/09/2002	Aprovado(a)
5	3754	LUANA MAYARA FERREIRA DA SILVA	9	26/09/1995	Aprovado(a)
6	3703	Alexandre Reif Júnior	8	26/09/1951	Aprovado(a)
7	3678	THAYSSA NUNES LABIGALINI KULICHESKI	8	28/03/1999	Aprovado(a)
8	3770	Thais Cabral Ribas	8	16/04/2003	Aprovado(a)
9	3582	SUELI DE ALMEIDA ANTUNES	7	31/05/1981	Aprovado(a)
10	3612	Jackeline Cristina Appelt	7	06/03/2002	Aprovado(a)
11	3621	BRUNO LEVIS ANDRADE	6	15/12/1997	Aprovado(a)
12	3766	JULIANA MARTINS	5	08/06/2000	Aprovado(a)
13	3544	SAMUEL GUEVARA DIAS	3	11/02/1995	Aprovado(a)
14	3804	Luigi Honorio Molina de Araujo	cumpriu os requisitos	06/03/2002	Aprovado(a)
15	3805	MARIA ISABEL ROSA TEIXEIRA	cumpriu os requisitos	30/10/2002	Aprovado(a)

Quitandinha, 23 de julho de 2026.

JOSE RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:0084E90B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N° 59, DE 22 DE JULHO DE 2026.

DECRETO N° 59, DE 23 DE JULHO DE 2026.

"Homologa Teste Seletivo nº. 02/2026, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições,
DECRETA

Art. 1º Fica homologado o Teste Seletivo nº. 02/2026, com a relação de candidatos aprovados, conforme Anexo I ao Decreto.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Quitandinha.
Estado do Paraná, em 23 de julho de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:A02F7754

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº053/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº032/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 065/2026

CONTRATANTE: **Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR**
CONTRATADA: JOAS GABRIEL MONTANHA DA SILVA– ME, inscrito no CNPJ nº 47.569.392/0001-78
OBJETO: Contratação de Empresa especializada para Prestação de Serviços de Buffet (Cozinheiros (as), Garçons, Serviços Gerais), bem como Decoração do Local, Locação de Utensílios para o Buffet, outros equipamentos e materiais para atender os Departamentos e Secretarias do Município de Rancho Alegre D'Oeste/PR, quando a realização de Eventos de acordo com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência;
VALOR TOTAL DOS LOTES: R$ 40.998,00 (Quarenta mil novecentos noventa oito reais).
DATA HOMOLOGAÇÃO: 22/07/2026
DATA DO CONTRATO: 22/07/2026
VIGÊNCIA DO CONTRATO: Até 19/11/2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Municipal nº 814/08/2021 e Decreto Municipal n.º 1.783/2024 e demais legislação aplicável.

Rancho Alegre D'Oeste – PR, 22 de Julho de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueli Batista Alves
Código Identificador:8FD3A440

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1029/09/2026

LEI Nº 1029/09/2026

REPUBLICAÇÃO

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D´OESTE, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2027, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Rancho Alegre D´Oeste, Estado do Paraná, aprova A Lei 1029/09/2026 e o Prefeito Municipal, sanciona a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento às disposições do art. 165, § 2o, da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal n. 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária do Município de RANCHO ALEGRE D´OESTE, para o exercício financeiro de 2027, compreendendo:

1 -Demonstrativo – Riscos Fiscais e Providências;
2 -Demonstrativo – Avaliações das Metas Anuais;
3 -Demonstrativo – Metas Fiscais Anuais – 03 Exercícios;
4- Demonstrativo – Evoluções do Patrimônio Líquido;
5- Demonstrativo · – Origem e Aplicação Rec. Obtidos com Alienação Ativos;
6- Demonstrativo – Avaliação da Situação Atuarial (RRPS);
7- Demonstrativo – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receitas;
8- Demonstrativo – Margem de Exp. das Desp. Obrig. de Caráter Continuado;
9- Demonstrativo – Fixação das Despesas por Departamentos;
10- Demonstrativo – Projeção Atuarial do RPPS;
11- Demonstrativo – Evolução do Patrimônio Líquido do RPPS;
12- Demonstrativo – Estimativas das Receitas Municipais;

§1º O projeto de Lei, dispondo sobre a proposta orçamentária de que trata este artigo, será encaminhado à Câmara Municipal até o dia 31 de Outubro de 2026 deste corrente exercício, conforme a LOM (Lei Orgânica Municipal), no seu art. 2º, III, dos atos das disposições transitórias.

Art. 2º As Receitas e Despesas foram orçadas a preço médio conforme Executados nos últimos Exercícios pela Administração, servindo de parâmetro para Elaboração e Aprovação do PPA-2026/2029, que torna a base legal pra elaboração da Leis de Diretrizes Orçamentárias Anuais.

Art. 3º Para a elaboração do projeto da Lei Orçamentária de 2027, o Poder Executivo buscará a participação da sociedade civil organizada, através dos Conselhos Municipais, departamentos municipais e no tocante aos investimentos previstos para as regiões urbanas e Rurais.

CAPÍTULO II

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 4º As metas e prioridades do Município para o exercício de 2027, são estabelecidas e aprovadas na lei do Plano Plurianual – PPA, relativo ao período Específico de cada Exercício, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2027, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º Os orçamentos serão elaborados em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º Na destinação de recursos às ações constantes do projeto de lei orçamentária serão adotados os critérios estabelecidos no Plano Plurianual.

Art. 5º O Município dará prioridade absoluta aos investimentos em Educação, Saúde, Assistência Social, Geração, Pagamentos de Pessoal e combate à fome e à miséria, com parceria da sociedade, governos federais e estaduais e organismos internacionais, através da destinação dos recursos relativos a programas definidos no Plano Plurianual – PPA.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 6º Para elaboração do orçamento anual entende-se por:

I – PROGRAMAS, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ATIVIDADES, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – PROJETO, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV – UNIDADE ORÇAMENTÁRIA, o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob forma de atividades ou projetos, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto da lei orçamentária por programas, atividades ou projetos, com indicação do produto, da unidade de medida a da meta física.

§ 3º Cada atividade e projeto identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

Art. 7º O projeto da lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I - mensagem do Poder Executivo;

II - texto da lei;

III - os orçamentos fiscais e da seguridade social contendo a programação dos órgãos e entidades do Poder Executivo, Legislativo, bem como de seus fundos e empresas públicas, na forma das Tabelas e Anexos previstos na Lei Federal n. 4.320/1964;

IV - quadro indicativo da legislação que instituiu os tributos municipais, que norteia a arrecadação da receita, e da que criou os órgãos, entidades, fundos e empresas públicas que integram a Administração Municipal;

V - tabelas explicativas contendo em colunas distintas e para fins de comparação:

a) a receita arrecadada nos exercícios anteriores, bem como a prevista para 2027; e

b) a despesa realizada nos exercícios anteriores, bem como a fixada para 2027.

§ 1º A mensagem conterá, no mínimo:

I - resumo da política econômica e social do Município, de conformidade com os objetivos e diretrizes contidas nesta Lei e com as expectativas econômicas nacional e estadual;

II - justificativas a respeito da previsão da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

III - demonstrativo da dívida fundada interna do Município, bem como o cronograma de sua amortização e as despesas dos últimos 3 (três) exercícios com o pagamento de juros e amortizações; e

IV - demonstrativo da estimativa da despesa com pessoal e encargos sociais e previdenciários.

§ 2º Para fins de classificação, codificação e interpretação da despesa orçamentária, os Poderes Executivo e Legislativo do Município adotarão as normas contidas na Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações.

Art. 8º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei orçamentária de 2027
deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 9º Na programação da despesa serão observados, entre outros, os seguintes critérios:

I - não serão destinadas dotações sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e instituídas as unidades orçamentárias, devendo a contabilidade registrar os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do contido neste inciso;

II - é vedada a inclusão de projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária; e

III - não serão destinados recursos para atender despesas com:

a) auxílios e subvenções para entidades e associações de qualquer gênero, exceção feita àquelas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, desporto e outras.

§ 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a destinar recursos para atendimento das despesas com o pagamento do principal, juros e outros encargos da dívida fundada, precatórios e operações de créditos por antecipação da receita.

§ 2º Na programação das despesas de capital, serão observadas as diretrizes e objetivos que serão definidos no PPA 2026/2029.

Art. 10. O projeto da lei orçamentária destinará, no mínimo:

I - 25 % (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, observado os critérios estabelecidos pela Constituição Federal no seu artigo 212; e

II – 15 % (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º, todos da Constituição Federal de 1988, na forma da programação aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde, devendo constar anexo próprio de forma que fique evidenciado o cumprimento destes dispositivos legais.

Art. 11. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações e serviços de saúde, previdência e assistência social, obedecendo as disposições do art. 24 e seus parágrafos da Lei Complementar Federal n. 101/2000, e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I - das contribuições sociais;

II - das receitas próprias dos órgãos, entidades e fundos que integram o orçamento de que trata este artigo;

III - das transferências de recursos do Município, sob a forma de contribuições; e

IV - de convênios ou transferências de recursos da União, do Estado ou da iniciativa privada.

Art. 12. O projeto da lei orçamentária poderá conter dispositivo autorizando o Chefe do Executivo Municipal a:

I - abrir créditos suplementares até o limite de 15% (Quinze Por Cento), conforme especificado e aprovado no PPA Anual – Plano Plurianual de Investimento;

II - realizar operações de crédito por antecipação da receita, dentro das condições e limites estabelecidos por Resolução do Senado Federal, não podendo o montante ser superior ao das despesas de capital constante do projeto da lei orçamentária;

III - promover a concessão: Auxílios, Contribuições e subvenções, Entidades públicas, Associações, Fundações, mediante convênio, na forma estabelecida em Lei;

IV - celebrar convênios de mútua cooperação com órgãos e entidades federais, estaduais e outros municípios;

V - abrir os créditos especiais que se fizerem necessários para atender as necessidades decorrentes de celebrações de convênios firmados com a União ou Estado, após o encaminhamento da proposta orçamentária para a Câmara Municipal, nos valores correspondentes aos dos respectivos convênios; e

VI – Concessão Financeira através de Auxílio-Alimentação aos Servidores Efetivos do Quadro Administrativo Municipal (Legislativo, Executivo e do Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais), conforme Legislação Específica Vigente.

§ 1º O Decreto que abrir crédito suplementar ou especial indicará a importância, a unidade orçamentária e a classificação da despesa até o nível de elemento.

§ 2º A abertura dos créditos adicionais fica condicionada à existência dos recursos previstos no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 13. A lei orçamentária conterá reserva de contingência, valores destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 14. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas da Administração Municipal.

CAPÍTULO IV

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO CUMPRIMENTO DAS METAS

Art. 15. É vedada a execução de despesa sem a suficiente dotação orçamentária.

Art. 16. Na execução do orçamento para o exercício de 2027, serão observadas as vedações previstas no art. 167 da Constituição Federal, com exceção daquelas autorizadas por esta Lei.

Art. 17. As aquisições de materiais, serviços e obras serão processadas na forma das disposições previstas nas Leis Federais ns. 4.320, de 17 de março de 1964, e 8.666, de 21 de junho de 1993, na LOM e nesta Lei.

Art. 18. Somente serão realizadas despesas de capital, com recursos do Tesouro Municipal, após o atendimento das despesas com pessoal e encargos sociais e previdenciários, serviços da dívida e outras despesas de custeio administrativo e operacional, precatórios judiciais, bem como a contrapartida de convênios e de programas financiados e aprovados pela Câmara Municipal.

§ 1º Os investimentos em fase de execução terão preferência sobre novos projetos.

Art. 19. Para o atendimento da ressalva prevista no § 3º, do art. 16, da Lei Complementar Federal n. 101/2000, considera-se despesa irrelevante aquela cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II, do art. 24, da Lei Federal n. 8.666/1993.

Art. 20. O ato que criar ou aumentar despesa obrigatória de caráter continuado deverá atender às disposições estabelecidas pelo art. 17 da Lei Complementar Federal n. 101/2000.

Art. 21. Caso seja necessária a limitação de empenhos das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no Anexo referido no art. 8º desta Lei, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com materiais de consumo, serviços de terceiros e encargos, investimentos e inversões financeiras de cada Poder Municipal.

Art. 22. O Poder Executivo prestará contas à Câmara Municipal, após o encerramento de cada quadrimestre, relatório de avaliação do cumprimento das metas do exercício, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas, nos termos do § 4º, do art. 9º, da Lei Complementar Federal n. 101/2000.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 23. As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas observando-se as disposições previstas na Constituição Federal, Lei Complementar Federal n. 101/2000, Lei Federal n. 9.717/1998 e a legislação municipal em vigor, observado o limite de 54% (cinqüenta e quatro por cento) da receita corrente líquida para o Poder Executivo.

Art. 24. A instituição, concessão e o aumento de qualquer vantagem pecuniária ou remuneração, bem como a criação de cargos ou adaptações na estrutura de carreiras e a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta do Poder Executivo, inclusive fundações instituídas pelo Município, assim como do Poder Legislativo, somente poderão ser levados a efeito para o exercício de 2027 desde que atendidas as disposições da Seção II (Das Despesas com Pessoal), do Capítulo IV, da Lei Complementar Federal n. 101/2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 25. Havendo alterações na legislação tributária, que impliquem em acréscimo da previsão da receita constante do projeto de lei orçamentária, os recursos correspondentes poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais.

Parágrafo Único. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita, deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, de acordo com as disposições da Lei Complementar Federal n. 101/2000.

CAPÍTULO VII

DO LIMITE PARA A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO PODER LEGISLATIVO

Art. 26. A Câmara Municipal elaborará a sua proposta orçamentária na forma das suas diretrizes e objetivos, observando que o total da despesa, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 7% (Sete por cento) do somatório da receita tributária e das transferências previstas nos art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal e Resolução 58/2009.

§ 1º Os repasses dos recursos da Câmara Municipal será feito mensal.

§ 2º Para fins de integração ao orçamento geral do Município, a proposta orçamentária mencionada neste artigo será encaminhada ao Poder Executivo até 30 dias antes do prazo final estipulado ao Executivo na LOM (Lei orgânica Municipal), no seu art. 2º, III dos atos das disposições transitórias.

Capítulo VIII

DAS METAS FISCAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS

Art. 27 - As metas de resultados fiscais do município para o exercício de 2027, são aquelas apresentadas no demonstrativo de Metas Fiscais, integrante desta Lei.

Art. 28 - Integra esta lei o anexo denominado Anexo de Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, com indicação das providências a serem tomadas pelo Poder Executivo caso venha a se concretizar.

CAPÍTULO IX

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
ÓRGÃO
UNIDADE
ESPECIFICAÇÃO

010100 -PODER LEGISLATIVO
0101 -Câmara Municipal

020200 -GOVERNO MUNICIPAL
0201 -Governo Municipal
0202 -Controladoria Interna
0203 -Procuradoria-Geral
0204 -Secretária Geral de Governo

030300 -DEPTO. DE ADMINISTRAÇÃO
0301 -Divisão de Diretor Depto.
0302 -Divisão de Recursos Humanos
0303 -Divisão de Suprimentos
0304 -Divisão de Serviços Gerais

040400 -DEPTO. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
0401 -Divisão de Diretor Depto.
0402 -Divisão de Meio Ambiente
0403 -Divisão de Fomento Agropecuário e Desenv. Rural

050500 -DEPTO. DE EDUCAÇÃO
0501 -Divisão de Diretor Depto.
0502 -Divisão C.M.E.I – Bom Jesus
0503 -Divisão C.M.E.I – Pequeno Príncipe
0504 -Divisão de Educação Especial
0505 -Divisão do Ensino Fundamental
0506 -Divisão do Transporte Escolar
0507 -Divisão do FUNDEB

060600 -DEPARTAMENTO DE SAÚDE
0601 -Divisão do Diretor Depto.
0602 -Divisão do Fundo Munic. de Saúde
0603 -Divisão de Serviços e Ação Saúde
0604 -Divisão de Vigilância em Saúde

070700 -DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701 -Divisão do Gabinete do Diretor
0702 -Divisão do Fundo Municipal de Assistência Social
0703 -Divisão do Fundo Municipal dos Direitos à Criança e ao Adolescente
0704 -Divisão do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

080800 -DEPARTAMENTO DE FAZENDA
0801 -Divisão de Diretor Depto.
0802 -Divisão de Tesouraria
0803 -Divisão de Receitas Municipais
0804 -Divisão de Contabilidade

090900 -DEPTO. DE PLANEJAMENTO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
0901 -Divisão de Diretor Depto.
0902 -Divisão de Transporte Rodoviário
0903 -Divisão de Urbanismo
0904 -Divisão de Habitação e Saneamento

101000 -DEPARTAMENTO DE CULTURA
1001 -Divisão de Diretor Depto.
1002 -Divisão de Cultura

111100 -DEPARTAMENTO DE ESPORTE, LAZER e TURISMO
1101 -Divisão do Diretor de Departamento
1102 -Divisão de Esporte, Lazer e Turismo

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS
UNIDADE DESCENTRALIZADA
121200 -FUNDO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS
1201 - FUMPREV

CAPÍTULO X
PROGRAMA DE GOVERNO
PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
I – LEGISLATIVA

a) Transferir recursos mediante a Legislação vigente ou perante as necessidades do Legislativo para o desenvolvimento integral dos trabalhos realizados por aquele competente órgão municipal;

b) Realização das despesas por parte do Legislativo, observando sempre o limite orçamentário para o exercício de 2027;

c) Apoio e incentivo Financeiro ao Quadro de Pessoal do Poder Legislativo para participação em cursos de capacitação, especialização e pós-graduação, mestrado e doutorado nas suas áreas de atuação conforme lei vigente;

d) Reestruturação física da Câmara Municipal, objetivando a eficiência e modernização das ações Legislativas;

e) Promoção de concursos públicos e testes seletivos para admissão de pessoal, mediante necessidades administrativas e de consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal;

f) Aquisição de Veículos, Equipamentos e Material Permanente, necessários ao Poder Legislativo;
g) Concessão de reajustes e aumento na remuneração dos servidores públicos do Legislativo Municipal, de acordo com a legislação vigente.
h) Construção/Reforma e ampliação de próprios públicos do Poder Legislativo Municipal.
i) Concessão Financeira através de Auxílio-Alimentação aos Vereadores e Servidores Efetivos do Quadro Administrativo do Legislativo do Município, conforme Legislação Específica Vigente.

II - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

a) Adotar medidas administrativas condizentes com a Lei de Responsabilidade Fiscal;

b) Aperfeiçoar o sistema de planejamento, orçamentário e controle interno;

c) Consolidar o processo de implantação de equipamentos, veículos e móveis da Prefeitura municipal;

d) Adquirir veículos e equipamentos prioritários;

e) Promover a realização de estudo para efeitos fiscais de conformidade com a Legislação Tributária em vigor.

f) Implementação e viabilização de projetos para execução de ampliação, reestruturação, adequação e reforma de prédios públicos municipais possibilitando a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências;

g) Apoiar e promover a ampliação de recursos a garantir direito e deveres da cidadania municipal;

h) Aquisição e desapropriação de imóveis;

i) Transferir recursos financeiros para fundos municipais existentes e regularizados na forma da Lei.

j) Amortização e encargos da dívida contratada;

k) Administração financeira, contabilidade e auditoria;

l) Arrecadar e incentivar a fiscalização;

m) Apoio a Associação dos Funcionários Públicos Municipais;

n) Realizar convênios e consórcios de interesse para o Município;

o) Promover a reforma e modernização da estrutura administrativa do Poder Executivo;

p) Na área de Recursos Humanos:

01 – promoção de concursos públicos e testes seletivos para admissão de pessoal;
02 – contratação de estagiários para prestação de serviços em áreas específicas da Administração;
03 – criação de cargos públicos;
04 – concessão de reajustes e aumento na remuneração de servidores públicos, de acordo com a evolução das receitas e de conformidade com a legislação vigente;
05 – implantação do projeto de segurança e medicina no trabalho;
06 – implantação ou reestruturação do Plano de Cargos e salários e do Plano de Carreiras, inclusive no que tange ao magistério;
07 – promover e apoiar as ações do Fundo de Seguridade Social;
08 – incentivos, treinamentos de Recursos Humanos;
09 – concessão de Pessoal ou numerários a Órgão Estaduais ou Federal, que prestem serviço a este município.
10 – apoio financeiro em percentual posteriormente estipulado pelo executivo ao quadro de funcionários, em curso de especialização, pós-graduação dos mesmos.
11) Concessão Financeira através de Auxílio-Alimentação aos Servidores Efetivos do Quadro Administrativo do Município, conforme Legislação Específica Vigente.

q) Construção/Reforma e ampliação de Próprios Públicos Municipal;

r) Manutenção permanente do estoque de materiais de consumo necessários ao desenvolvimento das atividades dos diversos órgãos da Administração;

s) Implantação de Programa Democrático e Transparente de Avaliação de Desenvolvimento dos Servidores Públicos Municipais;

t) Criação e Implantação do Orçamento Comunitário ou Participativo assegurando a participação popular na Administração;

u) Contribuir, na forma da Lei, para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP;

III – AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

a) Aperfeiçoar e desenvolver atividades de produção agropecuária e animal;

b) Adquirir ou locar terras para instalação de projetos agropecuários;

c) Implantação do plano de agro industrialização municipal;

d) Incentivar o desenvolvimento industrial e comercial do Município;

e) Promover e orientar a utilização racional do manejo do solo agrícola;

f) Desenvolver e realizar parcerias em obras de construção e recuperação de açudes, perfurações de poços públicos, terraplanagem na construção de Aviários e outrem e toda obra de interesse rural;

g) Transferir recursos financeiros para Fundos Municipais regularizados voltados ao desenvolvimento da nossa agricultura;

h) Concessão de pessoal ou numerários a Emater, conforme convênio de prestação de serviços a este município;

i) Realizar convênios e consórcios de interesse para o Município;

j) Programa de Locação ou Arrendamento de Terras Rurais;

k) Programas de apoio à Piscicultura, Suinocultura, Avicultura e Hortifrutigranjeiros;

l) Aquisição de Equipamentos e Implementos para equipar a Patrulha Mecanizada do Município;

m) Programa de Apoio a Associação de Produtores do Município.

n) Programas de Apoio aos Projetos de Meio Ambiente – (Parques/Reservas Ambientais e Parque Ecológico)

O) Concessão Financeira através de Auxílio-Alimentação aos Servidores Efetivos do Quadro Administrativo do Município, conforme Legislação Específica Vigente.

IV – DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

a) Promover, incentivar, apoiar os serviços de combate à criminalidade;

b) Concessão de Pessoal ou numerários a Órgãos de Segurança Estadual, que prestem serviço a este município.

c) Realizar convênios e consórcios de interesse para o Município.

d) Concessão Financeira através de Auxílio-Alimentação aos Servidores Efetivos do Quadro Administrativo do Município, conforme Legislação Específica Vigente.

V – EDUCAÇÃO

a) Manter o ensino fundamental no Município, atendendo uma demanda escolar existente em nossa rede municipal escolar;

b) Promover a aquisição e distribuição de merenda escolar entre os alunos da rede municipal de ensino, a fim de incentivar e melhorar a freqüência e o aprendizado;

c) Desenvolver o treinamento de professores, no sentido de melhorar o nível de aprendizagem dos alunos;

d) Desenvolver e aperfeiçoar o ensino, em parceria com o Governo Estadual e União;

e) Concessão de Pessoal ou numerários a Escola Estadual existente em nosso município;

f) Aquisição de veículo e ônibus escolares;

g) Manutenção e encargos com ensino pré-escolar, fundamental e especial;

h) Construção e ampliação de escolas;

i) Aperfeiçoar e atualizar o magistério municipal, dando assim condições para os professores adquirirem grau
de escolaridade superior, conforme a Lei de Valorização do Magistério.

j) Promover e incentivar o ensino técnico e formação profissional do magistério municipal;

k) Transferir recursos financeiros ao Fundo de Valorização do Magistério;

l) Realizar convênios e consórcios de interesse para o Município;

m) Atender o ensino Fundamental do Município na Educação Física Infantil, através de Profissional Habilitado;

n) Campanha Contra o Analfabetismo Municipal;

o) Aquisição de equipamentos e Material Permanente.

p) Ofertar a L.E.M – Inglês ,na Educação Infantil e Ensino Fundamental nas séries inicias.

q) Concessão Financeira através de Auxílio-Alimentação aos Servidores Efetivos do Quadro Administrativo do Município, conforme Legislação Específica Vigente.

VI – HABITAÇÃO E URBANISMO

a) Prestar os serviços de limpeza pública dentro do perímetro urbano (Roçassem, Podas e outrem);

b) Ampliar e manter o serviço de iluminação pública do Município;

c) Construir e Remodelar praças e ruas públicas;

d) Adquirir área de terra para construção de Unidades Habitacionais;

e) Construção de unidades habitacionais conforme convênios e recursos próprios;

f) Arborização de Ruas, praças e avenidas municipais;

g) Sinalização em vias urbanas;

h) Apoiar e promover o incentivo à Educação Ambiental e a conscientização para preservação do meio ambiente;

i) Promover ampliação de rede de energia elétrica e telefonia;

j) Realizar convênios e consórcios de interesse para o Município;

k) Regulamentação e Escrituração de Lotes Residenciais;

l) Modernizar, apoiando o FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, conforme legislação vigente;

m) Concessão Financeira através de Auxílio-Alimentação aos Servidores Efetivos do Quadro Administrativo do Município, conforme Legislação Específica Vigente.

VII – SAÚDE E SANEAMENTO
a) Promover a assistência médica e sanitária através da rede municipal;

b) Construir e ampliar próprios públicos na área da saúde;

c) Construir galerias de águas pluviais;

d) Construir pontes e bueiros;

e) Promover e apoiar o combate a doenças transmissíveis;
f) Transferir recursos financeiros ao Fundo Municipal de Saúde, Fundo de Assistência Social, Fundo de Direito da Criança e do Adolescente e demais Fundos regularizados que visem a melhoria de condições de vida da nossa comunidade;

g) Promover a ampliação da rede de fornecimento de água e construção de rede de esgoto;

h) Transferir recursos para os Consórcios da Saúde Regionais;

i) Construção do módulo sanitário;

j) Realizar convênios e consórcios de interesse para o Município;

k) Criação e implantação do Serviço de Atendimento Odontológico para Gestantes.

l) Programa de Estímulo a Doação de Sangue;

m) Construção e Ampliação do Centro de Saúde;

n) Criação e Implantação de programa de assistência Educacional, Clínica e Psicológica que tratem de sexualidade, drogas diversas, contraceptiva, doenças sexualmente transmissíveis para jovens e adolescentes;

o) Promover Audiências Públicas periódicas.

p) Aquisição de Coletores Públicos de Lixo orgânicos e Recicláveis a serem implantados em pontos estratégicos das avenidas públicas.

q) Aquisição de equipamentos e Material permanente.

r) Concessão Financeira através de Auxílio-Alimentação aos Servidores Efetivos do Quadro Administrativo do Município, conforme Legislação Específica Vigente.

VIII – ASSISTÊNCIA SOCIAL

a) Criar o programa de assistência à família, maternidade, à infância, à adolescência e a velhice;

b) Apoio às instituições filantrópicas e entidades de classe que prestem serviço de Assistência Social Municipal;

c) Realizar convênios e consórcios de interesse para o Município.

d) Programa de Assistência à Pessoa Portadora de Deficiência;

e) Manutenção do CRAS Municipal.

f) Concessão Financeira através de Auxílio-Alimentação aos Servidores Efetivos do Quadro Administrativo do Município, conforme Legislação Específica Vigente.

IX – ESPORTE/LAZER e TURISMO
a) Centro de recreação e lazer municipal;

b) Manutenção do Estádio Municipal;

c) Apoiar e motivar a criação de associações esportivas;

d) Criação, Composição, Competências e funcionamento do Conselho Municipal de Esporte e Lazer;

e) Ampliação/Reforma do Ginásio de Esporte “20 de Março”.

f) Incentivo à realização e participação em eventos esportivos a nível Municipal, Regional, Estadual e Nacional;

g) Criação, Composição, Implantação, Atribuições, Firmar Convênio com outras esferas de Governo, Parceria e Funcionamento do Setor de Turismo Municipal;

h) Concessão Financeira através de Auxílio-Alimentação aos Servidores Efetivos do Quadro Administrativo do Município, conforme Legislação Específica Vigente.

X – CULTURA

a) Apoiar a participação do Município em eventos culturais e divulgar a produção cultural;

b) Aquisição de equipamentos prioritários ao setor.

c) Construção, Reforma e Ampliação do Centro Cultural Municipal.

d) Concessão Financeira através de Auxílio-Alimentação aos Servidores Efetivos do Quadro Administrativo do Município, conforme Legislação Específica Vigente.

XI – TRANSPORTE
a) Pavimentar ruas e avenidas com asfalto e/ou pedras irregulares;

b) Restaurar e conservar a malha rodoviária municipal;

c) Construir e cascalhar estradas vicinais, com objetivo de incentivar e escoar a produção;

d) Pavimentar ruas e estradas rurais, através do Programa Estadual;

e) Construção de abrigos em estradas e rodovias municipais;

f) Aquisição e manutenção de veículos e equipamentos rodoviários;

g) Organizar, disciplinar e modernizar o sistema viário com a construção de obras civis, pavimentação e obras complementares.

h) Concessão Financeira através de Auxílio-Alimentação aos Servidores Efetivos do Quadro Administrativo do Município, conforme Legislação Específica Vigente.

XII – PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS
a) Apoio ao FUMPREV, entidades de classe dos Servidores Municipais;

b) Realizar repasses financeiros de interesse para o Município e o FUMPREV;

c) Programa de Assistência Previdenciária ao FUMPREV;
d) Concessão Financeira através de Auxílio-Alimentação aos Servidores Efetivos do Quadro Administrativo do Município, conforme Legislação Específica Vigente.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. Caso o projeto da lei orçamentária para o Exercício de 2027, não seja sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2026, a sua programação poderá ser executada, parcialmente, observado o limite mensal de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, atualizada na forma prevista nesta Lei, até a sua aprovação pela Câmara Municipal.

Parágrafo único. Ocorrendo a hipótese prevista no *“caput”*, o projeto da lei orçamentária será incluído na ordem do dia, com preferência a

sua deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.

Art. 30. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e suplementos aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de natureza da despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa.

Art. 31. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 32. O pagamento de precatórios judiciais será feito na forma das disposições do art. 100 da Constituição Federal de 1988, e do art. 78 do seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 33. A preservação do patrimônio público deverá observar as normas legais previstas na Seção III, do Capítulo IV, da Lei Complementar Federal n. 101/2000.

Art. 34. A escrituração, a consolidação e a prestação das contas anuais dos poderes serão processadas e elaboradas com base nas normas vigentes de contabilidade pública, além de obedecer àquelas dispostas nas sessões II e V, do Capítulo IX, da Lei Complementar Federal n. 101/2000.

Art. 35. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rancho Alegre D´Oeste, 20 de Julho de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Reginaldo Pepece
Código Identificador:96C87F48

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.989/2026 22/07/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR a pedido servidora abaixo relacionada do cargo temporário do Processo seletivo simplificado 02/2025 de Monitor Educacional, a partir da data de hoje 22 de julho de 2026:

MARIA JULIA GUELERE DE OLIVEIRA SIQUEIRA	Monitor Educacional

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:43C7AB78

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.990/2026 22/07/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR a pedido servidora abaixo relacionada do cargo temporário do Processo seletivo simplificado 07/2025 de Monitor Educacional 30H, a partir da data de hoje 22 de julho de 2026

RAFAEL CORREA DE MELO	Monitor Educacional

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:E8239608

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.991/2026, DE 22 DE JULHO DE 2026.

PAULO CEZAR CASARIL, **Prefeito do Município de Realeza**, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais e considerando o Artigo 8º da Lei Federal nº 12.608/2012 e Artigo 7º da Lei Estadual nº 18.519/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros que constituirão a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, do Município de Realeza, Estado do Paraná, conforme segue:

COORDENADOR MUNICIPAL: Moacyr Oldra, CPF 788.327.729-49;

SECRETÁRIO: Adenilson Biali Cora, CPF 045.463.099-96;

DIRETOR OPERACIONAL: Noimar Rampanelli, CPF 467.097.979-53.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor em na data de sua publicação, ficando revogado a Portaria nº 8.986 de 20 de julho de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:533EB7A2

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.992/2026 22/07/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR a partir da data de **23/07/2026** a servidora abaixo relacionada em cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, para exercer a **Função de Coordenadora Pedagógica em Instituição Educacional**, conforme Lei Complementar Nº 03/2022.

Coordenadora CMEI

TAMILYS CAROLINE CHRISTMANN DA CUNHA WEIZEMANN	CMEI Pequeno Príncipe

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de Julho de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:174AE954

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.993/2026 22/07/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio de 03 meses para a servidora **NATHIELLE VALENTE BREMBATI**, ocupante do cargo efetivo de Professor 1ºpadrão matricula 307591, referente ao período 25/04/2016 a 24/04/2021**,** a partir da data de 24 de julho de 2026.

- CONCEDER Licença Prêmio de 03 meses para a servidora **LUCINEIA PERICO DE SOUZA**, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil matricula 308051, referente ao período 02/05/2016 a 01/05/2021**,** a partir da data de 27 de julho de 2026.

- CONCEDER Licença Prêmio de 03 meses para a servidora **JOSICLER ANDREIA MENDONÇA**, ocupante do cargo efetivo de Professor matricula 277401, referente ao período **03/02/2019 a 02/02/2024,** a partir da data de 30 de agosto de 2026.

- CONCEDER Licença Prêmio de 03 meses para a servidora **LEOCARDIA CATIUCIA PEREIRA ANDREOLLI**, ocupante do cargo efetivo de Professor matricula 43082, referente ao período **01/02/2020 a 31/01/2025,** a partir da data de 31 de agosto de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:03CDBA54

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N° 8/2026 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 005/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 077/2026

O Município de Renascença, em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n.º 14.133/2021, Decreto Municipal nº 2421/2024 de 02 de fevereiro de 2024 e demais legislações aplicáveis, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS EM REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, COMPREENDENDO EXTENSÃO E/OU ADEQUAÇÃO DE REDE, REMOÇÃO, SUBSTITUIÇÃO, INSTALAÇÃO E REALOCAÇÃO DE POSTES DA REDE PÚBLICA DE ENERGIA, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO.**

DATA DE INICIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	**23/07/2026**
DATA FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	**28/07/2026**
HORÁRIO DA FASE DE LANCES	08:00 às 14:00 hrs do dia 28/07/2026
LINK DO EDITAL:	http://www.gov.br/compras/pt-br

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O Edital se encontra disponível para download no site: www.renascenca.pr.gov.br/licitacoes. Esclarecimentos através do e-mail: licitacao@renascenca.pr.gov.br ou telefone (046) 3550 – 8336.
Renascença, 22 de julho de 2026.

LUCIANA ALMERI MORCELLI
Agente de Contratação

Publicado por:
Luciana Almeri Morcelli Lochs
Código Identificador:C924CF68

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2016, DE 22 DE JULHO DE 2026

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.606, de 05 de dezembro de 2018 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeita de Renascença, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. O artigo 4º da Lei Municipal nº 1.606, de 05 de dezembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 4º O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social é órgão de caráter deliberativo e será composto de forma paritária por representantes do Poder Executivo Municipal e de entidades e movimentos da sociedade civil organizada atuantes na área de habitação e planejamento urbano.
§ 1º A representação da sociedade civil no Conselho Gestor contemplará, de forma diversificada e plural, membros indicados por movimentos populares de moradia, entidades profissionais ou acadêmicas da área de habitação e urbanismo, sindicatos de trabalhadores da construção civil e representantes diretos dos beneficiários cadastrados nos programas habitacionais do Município.
§ 2º É garantida a proporção mínima de um quarto das vagas do Conselho aos representantes de movimentos populares de moradia atuantes no Município.
§ 3º A Presidência do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social será exercida pelo Secretário Municipal de Assistência Social ou por outro representante indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, que exercerá o voto de qualidade em caso de empate nas deliberações.
§ 4º Competirá ao Poder Público Municipal, por meio da Secretaria de Assistência Social, proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao pleno exercício de suas competências regimentais e legais.
§ 5º A escolha dos representantes da sociedade civil organizada e seus respectivos suplentes dar-se-á mediante processo eleitoral público, democrático e transparente, conduzido por comissão eleitoral designada especificamente para este fim no âmbito do próprio Conselho Gestor.
§ 6º O processo eleitoral de habilitação das entidades civis será precedido da publicação de edital de chamamento público no Diário Oficial do Município, com antecedência mínima de trinta dias, assegurando ampla divulgação nos meios de comunicação locais para incentivar a participação popular."
Art. 2º. O artigo 6º da Lei Municipal nº 1.606, de 05 de dezembro de 2018, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:
"Art. 6º (...)
VII – aprovar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS)."
Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de julho de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:C7309550

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2017, DE 22 DE JULHO DE 2026

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial no Plano Plurianual-PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, e na Lei Orçamentária Anual - LOA, para o Exercício Financeiro de 2026.

A CÂMARA MUNICIPAL DE RENASCENÇA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) – Abre **Crédito Adicional ESPECIAL** e complementa ações do **PPA**-Plano Plurianual, Lei nº 1959 de 30/07/2025, **LDO-**Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 1963/2025 de 10/09/2025, e **LOA**-Lei Orçamentária Anual, Lei nº 1990/2025 de 10/12/2025, para o Exercício Financeiro de **2026**, no valor de **R$ 40.000,00 (quarenta mil reais),** conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0600	**SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**		
06.003	**DEPARTAMENTO DE CULTURA**		
13.392.0024.2.023	*Manutenção das Atividades Culturais*		
3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	**1072** Transferências Voluntárias Públicas Federais - ITAIPU BINACIONAL	R$ 28.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	**1072** Transferências Voluntárias Públicas Federais - ITAIPU BINACIONAL	R$ 2.000,00
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições *(Possível Devolução de sobras dos recursos do Convênio + Rendimentos em aplicações financeiras)*	**1072** Transferências Voluntárias Públicas Federais - ITAIPU BINACIONAL	10.000,00
TOTAL			**R$ 40.000,00**

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do **Crédito Adicional Especial** de que trata o Art. 1º, correrão à conta dos recursos abaixo especificados:
I – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO (EA) de repasses de recursos de Transferências Voluntárias recebidas em 2026, conforme abaixo especifica:

CÓDIGO DA FONTE	DESCRIÇÃO DA FONTE	VALOR DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EM 2026
1072	Transferências Voluntárias Públicas Federais - ITAIPU BINACIONAL - TERMO DE PATROCÍNIO 4800007455	**R$ 30.000,00** (valor repasse do Convênio)
1072	**Possível devolução de Sobras** - Transferências Voluntárias Públicas Federais - ITAIPU BINACIONAL - TERMO DE PATROCÍNIO 4800007455	**R$ 10.000,00** (valor/previsão de possível devolução de sobras de recursos + rendimentos)
TOTAL		**R$ 40.000,00**

Art. 3º) - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:7FDD1CFC

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2018, DE 22 DE JULHO DE 2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de professor 20h e 40h e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu, Prefeita de Renascença, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do artigo 236, incisos III e IV, da Lei Complementar nº 016, de 10 de agosto de 2015 a realizar Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de professor com 20h e 40h, bem como a formação de cadastro reserva, visando atender a necessidade de excepcional interesse público.

Parágrafo único. O vencimento, carga horária, direitos, deveres e atribuições são as mesmas previstas para os cargos efetivos.

Art. 2º. As contratações de que trata o art. 1º desta Lei terá a duração máxima de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual ou inferior período.

Art. 3º. O contrato será de natureza administrativa e especial, ficando o contratado vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:B1E872FE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 247 DE 22 DE JULHO DE 2026.

Determina a abertura de Processo Administrativo Especial e designa membros da Comissão Processante.

A Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em atendimento ao disposto no artigo 158 da Lei 14.133/21,

R E S O L V E:

Art. 1º. DETERMINAR a abertura de Processo Administrativo Especial em face da empresa **MAX CONSTRUÇÃO E VAREJO LTDA**, CNPJ/MF nº 31.411.615/0001-34, com sede na com sede no Sitio Linha Calgaroto, s/nº, Zona Rural, Cidade de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, ante o descumprimento, em tese, da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2025** (vinculada ao Pregão Eletronico nº 051/2025 - PMR), especialmente o disposto nas cláusulas **3.2**, **4.2.3** e **4.2.4**.
Parágrafo único. Justifica-se a abertura de processo administrativo para apuração de eventuais penalidades que possam ser aplicadas à empresa MAX CONSTRUÇÃO E VAREJO LTDA, em decorrência da ausência de fornecimento dos itens solicitados por meio de ordem de fornecimento e consequente desamentimento às determinações regulares emitidas pela Administração, o que levou à rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços nº 118/2025, com fulcro nos arts. 137, I e II e 138, I, ambos da Lei 14.133, bem como na Cláusula Nona, item 9.1.1, alíneas "a" e "f".
Art. 2º. DESIGNAR as/os servidoras/servidores abaixo qualificadas/qualificados, para compor a Comissão Processante, com competência, dentre outras, para apurar os fatos constantes no art. 1º e indicar as penalidades cabíveis.

Nome	Matrícula	Função
Jéssica Caroline Valandro Schmoller	162.251	Presidente
Francieli Gaspari	128231	Membro
Rafaeli Rachurat	83621	Membro

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Francieli Gaspari
Código Identificador:D8D02C3A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 247 DE 22 DE JULHO DE 2026.

Determina a abertura de Processo Administrativo Especial e designa membros da Comissão Processante.

A Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em atendimento ao disposto no artigo 158 da Lei 14.133/21,

R E S O L V E:

Art. 1º. DETERMINAR a abertura de Processo Administrativo Especial em face da empresa **MAX CONSTRUÇÃO E VAREJO LTDA**, CNPJ/MF nº 31.411.615/0001-34, com sede na com sede no Sitio Linha Calgaroto, s/nº, Zona Rural, Cidade de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, ante o descumprimento, em tese, da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2025** (vinculada ao Pregão Eletronico nº 051/2025 - PMR), especialmente o disposto nas cláusulas **3.2**, **4.2.3** e **4.2.4**.
Parágrafo único. Justifica-se a abertura de processo administrativo para apuração de eventuais penalidades que possam ser aplicadas à empresa MAX CONSTRUÇÃO E VAREJO LTDA, em decorrência da ausência de fornecimento dos itens solicitados por meio de ordem de fornecimento e consequente desamentimento às determinações regulares emitidas pela Administração, o que levou à rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços nº 118/2025, com fulcro nos arts. 137, I e II e 138, I, ambos da Lei 14.133, bem como na Cláusula Nona, item 9.1.1, alíneas "a" e "f".
Art. 2º. DESIGNAR as/os servidoras/servidores abaixo qualificadas/qualificados, para compor a Comissão Processante, com competência, dentre outras, para apurar os fatos constantes no art. 1º e indicar as penalidades cabíveis.

Nome	Matrícula	Função
Jéssica Caroline Valandro Schmoller	162.251	Presidente
Francieli Gaspari	128231	Membro
Rafaeli Rachurat	83621	Membro

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Francieli Gaspari
Código Identificador:CFD5D99A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 179/2026 - DISPENSA N.º 011/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 179/2026

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.612.911/0001-32, com sede administrativa na Avenida 4 de setembro, n.º 614.
CONTRATADO: 34.538.752 RODRIGO MARCOS CASSOL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 34.538.752/0001-22, com sede na 10 R RUA PROFESSOR PARAILHO MACHADO, 1243 - CEP: 85140000 - BAIRRO: PIONEIROS.
LICITAÇÃO: Dispensa 11/2026
OBJETO: Registro de preços para prestação de serviços de arbitragem para atender aos eventos esportivos da Secretaria de Esportes do Município de Reserva do Iguaçu-PR, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
VALOR TOTAL: R$ 48.475,00(Quarenta e Oito Mil, Quatrocentos e Setenta e Cinco Reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA:12 (Doze) meses
DATA DE ASSINATURA:22 de julho de 2026

Reserva do Iguaçu, 22 de julho de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:799391C5

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR - PREGÃO N.º 048/2022 – CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 157/2022

EXTRATO TERMO ADITIVO
DE PRAZO E VALOR

CONTRATANTE:O **MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU**, pessoa juridica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.612.911/0001-32, com endereço à Avenida 04 de Setembro, nº. 614, Centro, Reserva do Iguaçu/PR.
CONTRATADO: A empresa **ATITUDE AMBIENTAL LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.075.504/0001-10, com sede na Estrada Principal, s/n.º, Linha São Roque, Cidade de Dois Vizinhos/PR.
LICITAÇÃO: PREGÃO N.º 048/2022 – CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 157/2022
OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO, O REAJUSTE DE VALOR, E O REESTABELECIMENTO DO QUANTITATIVO do Contrato Administrativo n.º 157/2022, oriundo do Pregão Eletrônico n.º 048/2022, cujo objeto contratual a: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇAO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS HOSPITALARES DA CLASSE I, GRUPO "A, B e E" CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE".**
VALOR TOTAL: R$ 42.204,48 (Quarenta e dois mil, duzentos e quatro reais e quarenta e oito centavos)
PRAZO DE VIGÊNCIA: De 03 de agosto de 2026 à 03 de agosto de 2027.
DATA DE ASSINATURA:22 de julho de 2026.

Reserva do Iguaçu, 22 de julho de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:182608BA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 08/2026

EXTRATO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 08/2026
OBJETO: **Construção de Ponte em Concreto sobre o Rio Potinga, na divisa entre os municípios de Rebouças-PR e Rio Azul-PR**
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: ERNANI JOSE BUENO LTDA
CNPJ.: 00.142.402/0001-20
Embasamento Legal: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 07/2024
Rio Azul, 21 de julho de 2026.

(A) LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE CONTRATO 053/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: ERNANI JOSE BUENO LTDA
CNPJ.: 00.142.402/0001-20
VALOR: R$ **2.599.999,50** (Dois Milhões, Quinhentos e Noventa e Nove Mil, Novecentos e Noventa e Nove Reais e Cinquenta Centavos).
PRAZO DA DURAÇÃO DO CONTRATO: De **21/07/2026** à **15/06/2027.**
ASSINATURA: 21/07/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)ERNANI JOSE BUENO
Representante

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:25864B08

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS N° 01/2025

EDITAL Nº 40/2026 – PSS Nº 01/2025

CONVOCAÇÃO DE PESSOAL

APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025, PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, CONFORME DECRETO Nº 142/2025 – HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO FINAL.

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em atendimento ao Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, resolve:

CONVOCAR
Art. 1º - Os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, conforme publicação de resultado final homologado através do Decreto nº 142/2025, para comparecer à Prefeitura Municipal de Rio Azul, dentro de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação do presente, para contratação imediata de 02 (dois) Professores, com carga horária de 20 h/s, munidos de cópia da documentação abaixo relacionada, para fins de formalização de contrato:

CLASSIFICAÇÃO	NOME	EMPREGO
89º	MARIA VITORIA FERREIRA	Professor
90º	DYOHANI GAIOSKI DA SILVA	Professor

Art. 2º - Os documentos a serem apresentados são os seguintes:
Fotocópia da Carteira de Identidade,
Fotocópia do CPF
Fotocópia Título de Eleitor;
Certidão de Quitação Eleitoral atualizada;
Fotocópia da Carteira Nacional de Habilitação;
Fotocópia do comprovante de quitação com as obrigações militares;
Uma foto colorida 3x4, recente;
Fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento, CPF do cônjuge;
Fotocópia da Certidão de Nascimento ou RG dos filhos e CPF dos filhos;
Fotocópia do comprovante de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função pública, conforme previsto no quadro do item 2.1. do Edital nº 01/2025– Abertura do PSS 01/2025;
01 (uma) cópia da Carteira de Trabalho onde consta o número, série e qualificação;
Fotocópia do número de inscrição do PIS/PASEP;
Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
Declaração de exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;
Declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio e, se casado (a), a do cônjuge;
Declaração de não ter sido demitido do serviço público municipal, estadual, distrital ou federal;
Certidões negativas dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares onde tenha residido nos últimos oito anos, expedidas no máximo há seis meses;
Atestado de aptidão física e mental, capacitante ou incapacitante, com o objetivo de aferir se as condições físicas e psíquicas são adequadas ao exercício das atividades inerentes ao cargo;
Conta salário Banco SICREDI.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Azul, 22 de julho de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:BD7709CE

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO PSS

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 46/2024
EDITAL PSS Nº 01/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: MARCOS JUNIOR DE LIMA
OBJETO: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de enfermeiro/esf para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, §1º, incisos V e VI, da Lei nº 1.186/2024, de 09 de abril de 2024, para desempenhar as atividades da função.
MOTIVO: Data final do contrato.
DATA DA RESCISÃO: 22 de julho de 2026.

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:CA9383CE

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO PSS

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 11/2025
EDITAL PSS Nº 02/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: MARIA EDUARDA ANTUNES
OBJETO: contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014,

com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal.
MOTIVO: Pedido de rescisão do contrato de trabalho pelo contratado.
DATA DA RESCISÃO: 22 de julho de 2026.

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:4D46C3AB

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO PSS

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 62/2024
EDITAL PSS Nº 02/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: ALEXSANDRA APARECIDA SMALESKI PRINCIVAL
OBJETO: contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal.
MOTIVO: Pedido de rescisão do contrato de trabalho pelo contratado.
DATA DA RESCISÃO: 22 de julho de 2026.

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:BD29F6B0

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO PSS

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 65/2024
EDITAL PSS Nº 02/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: ANA PAULA FERRAZ
OBJETO: contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal.
MOTIVO: Pedido de rescisão do contrato de trabalho pelo contratado.
DATA DA RESCISÃO: 22 de julho de 2026.

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:768B915C

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 135/2026

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Conceder ao servidor **EVALDO DOROCINSKI,** matrícula n° 2076-1, ocupante do cargo de Educador Físico/Nasf, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 18 de junho de 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Azul, 21 de julho de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:824E5E5E

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 136/2026

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Autorizar os servidores e prestadores de serviços abaixo relacionados, para utilizar e dirigir veículos de propriedade do Município, à serviço público, na Gestão 2025 a 2028, enquanto durar a relação contratual.

NOME
DAIANE APARECIDA PAGESKI DOS SANTOS
KAROLINE RODRIGUES SIKORA

Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Azul, 21 de julho de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:31359442

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS Nº 19 DE 22 DE JULHO DE 2026

RESOLUÇÃO CMAS Nº 19 DE 22 DE JULHO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Contingência da Assistência Social para Situações de Emergência e Calamidade Pública do Município de Rio Azul – PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CMAS DE RIO AZUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 555/2010 e, considerando a deliberação da plenária realizada na data de 22 de julho de 2026, constante na Ata nº 364 e o disposto no inciso III do artigo 30 da Lei Federal nº 8742/1993, bem como artigo 204, inciso II da Constituição Federal de 1988,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Contingência da Assistência Social para Situações de Emergência e Calamidade Pública do Município de Rio Azul – PR, elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com a finalidade de orientar a atuação da Política de Assistência Social no enfrentamento de situações de emergência e calamidade pública.

Art. 2º - O Plano de Contingência aprovado deverá orientar a organização, coordenação e execução das ações socioassistenciais, observando os princípios e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e a legislação vigente.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Azul, 22 de julho de 2026

PUBLIQUE-SE.

MONIK ANDRESSA GAIOSKI
Presidente do CMAS de Rio Azul/PR
Gestão 2026 - 2027

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:25325B70

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS Nº 20 DE 22 DE JULHO DE 2026

RESOLUÇÃO CMAS Nº 20 DE 22 DE JULHO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Termo de Aceite da Portaria MDS nº 1.172, de 20 de março de 2026, que estabelece os parâmetros e procedimentos para o cofinanciamento federal do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CMAS DE RIO AZUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 555/2010 e, considerando a deliberação da plenária realizada na data de 22 de julho de 2026, constante na Ata nº 364 e o disposto no inciso III do artigo 30 da Lei Federal nº 8742/1993, bem como artigo 204, inciso II da Constituição Federal de 1988,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Termo de Aceite referente à Portaria MDS nº 1.172, de 20 de março de 2026, para adesão do Município de Rio Azul/PR aos procedimentos e condições estabelecidos para o cofinanciamento federal do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Art. 2º A aprovação do Termo de Aceite autoriza o gestor municipal da Política de Assistência Social a adotar as providências necessárias para sua formalização junto ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS, observando a legislação e as normas vigentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Azul – PR, 22 de julho de 2026.

PUBLIQUE-SE.

MONIK ANDRESSA GAIOSKI
Presidente do CMAS de Rio Azul/PR
Gestão 2026 - 2027

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:5B0C4849

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS Nº 21 DE 22 DE JULHO DE 2026

RESOLUÇÃO CMAS Nº 21 DE 22 DE JULHO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Trabalho do Lar dos Velhinhos de Rio Azul para execução de recursos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS, por meio do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, Componente Piso de Alta Complexidade I (PAC I).

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CMAS DE RIO AZUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 555/2010 e, considerando a deliberação da plenária realizada na data de 22 de julho de 2026, constante na Ata nº 364 e o disposto no inciso III do artigo 30 da Lei Federal nº 8742/1993, bem como artigo 204, inciso II da Constituição Federal de 1988,

RESOLVE

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho do Lar dos Velhinhos de Rio Azul, para celebração de Termo de Parceria com a Administração Pública Municipal, visando à execução dos recursos oriundos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS, por meio do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, Componente Piso de Alta Complexidade I (PAC I).

Art. 2º O Plano de Trabalho aprovado contempla a aplicação do montante de R$12.158,62 (doze mil, cento e cinquenta e oito reais e sessenta e dois centavos), destinado à aquisição de materiais de limpeza, higiene e conservação, em conformidade com o plano apresentado pela entidade.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Azul – PR, 22 de julho de 2026.

PUBLIQUE-SE.

MONIK ANDRESSA GAIOSKI
Presidente do CMAS de Rio Azul/PR
Gestão 2026 - 2027

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:606BC78F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 239/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ					
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO					
CNPJ: 01.612.413/0001-90					
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr					
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057					
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA					
DIÁRIA N° 239/2026					
(campo de preenchimento pela contabilidade)					
Nome do Agente Público: SIVALDO JOSE DAS VIRGENS				CPF:040.130.639-99	
Função: MOTORISTA				Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE	
Município de destino: BANDEIRANTES					
Local do Evento: HOSPITAL SANTA CASA					
Saída: 08/07/2026				Chegada: 08/07/ 2026	
Motivo do Deslocamento:					
TRANSPORTE DE PACIENTE.					
CÁLCULO DAS DIÁRIAS					
N° Diárias com Pernoite:				Valor Unitário da Diária: R$	
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$160,00	
Valor Total das Diárias: R$160,00					
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular	Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 14 de JULHO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO

Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Alves Raimundo Dos Santos
Código Identificador:3F4E2996

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
ATO DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DO NÚCLEO URBANO CRUZ VERMELHA

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO NEGRO, Alessandro Cristian von Linsingen, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com fundamento nas disposições da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, especialmente em seus artigos 11, 28, 35 e 40, considerando o conteúdo do processo administrativo instaurado, **APROVA O PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – REURB-S DO NÚCLEO URBANO CRUZ VERMELHA**, nos termos a seguir:

I – O levantamento planialtimétrico com georreferenciamento foi realizado pelos profissionais integrantes da equipe técnica de engenharia da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e

Habitação, com dispensa de emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), nos termos do § 5º do artigo 36 da Lei Federal nº 13.465/2017, contemplando os elementos caracterizadores do núcleo urbano a ser regularizado. O terreno urbano denominado **Núcleo Urbano Cruz Vermelha**, localizado no bairro Campo do Gado, neste Município, de propriedade do **Espólio de João Reway**, registrado sob a transcrição nº 4.133, Livro 3-D, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Negro/PR, com área total de **31.669,07 m²**, com suas características, dimensões e confrontações descritas na respectiva transcrição, foi demarcado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Habitação, conforme planta, memorial descritivo e certidão do registro imobiliário anexos, os quais integram o presente procedimento de Regularização Fundiária Urbana, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017, do Decreto Federal nº 9.310/2018, da Lei Federal nº 10.257/2001, da Lei Municipal nº 044/2021 (Lei de Ordenamento Territorial) e da Lei Municipal nº 1.769/2007 (Política Municipal de Regularização Fundiária).

II – O levantamento cadastral das famílias ocupantes dos lotes foi realizado pela equipe de assistentes sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social, mediante análise da documentação pessoal dos possuidores e dos documentos comprobatórios da concessão de uso dos imóveis, anteriores a dezembro de 2016.

III – A planta do perímetro demonstra os lotes devidamente demarcados, compatibilizados com a área constante da transcrição imobiliária da gleba.

IV – Os estudos referentes às desconformidades e à situação jurídica, urbanística e ambiental foram realizados pelos técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, mediante emissão de atestado técnico (documento anexo), concluindo pela inexistência de desconformidades ambientais. A Procuradoria Jurídica do Município, considerando a situação registral do imóvel, manifestou-se pela possibilidade de titulação dos lotes em favor dos ocupantes.

V – O projeto urbanístico e os memoriais descritivos foram elaborados em conjunto com a planta planialtimétrica, conforme os elementos técnicos descritos no item I.

VI – As propostas de soluções para eventuais questões ambientais e urbanísticas foram elaboradas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e pela Procuradoria Jurídica Municipal, conforme documentos técnicos anexos. Ressalta-se que não existem casos de reassentamento ou incidência de áreas ambientalmente protegidas.

VII – Conforme Laudo Ambiental elaborado por técnico da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, não foram identificadas situações de risco na área objeto da regularização.

VIII – O Parecer Ambiental, emitido em 15/06/2026, atestou a inexistência de óbices ambientais para a aprovação da presente Regularização Fundiária Urbana.

IX – O núcleo urbano encontra-se servido por infraestrutura urbana básica, composta por pavimentação asfáltica, meio-fio, passeios públicos, rede de galerias de águas pluviais, rede de energia elétrica com iluminação pública, rede de abastecimento de água potável e rede pública de coleta de esgoto, estando tais obras de infraestrutura urbana devidamente implantadas e em pleno funcionamento. Considerando que a área objeto da presente Regularização Fundiária Urbana já possui infraestrutura essencial concluída, não havendo previsão de execução de novas obras de urbanização ou complementação de serviços públicos essenciais, fica dispensada a apresentação de cronograma físico de obras, nos termos da legislação aplicável, uma vez que inexiste etapa futura de implantação ou adequação de infraestrutura a ser programada.

X - Nos termos do artigo 74 da Lei Federal nº 13.465/2017, declara-se que a área objeto da presente Regularização Fundiária Urbana não está submetida à decisão judicial que impeça a análise, aprovação ou registro da REURB, inexistindo determinação judicial que obste o prosseguimento do presente procedimento administrativo.

Cumpridos os requisitos legais previstos na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, especialmente quanto à caracterização da modalidade de Regularização Fundiária Urbana – REURB-S, nos termos do artigo 11, bem como observadas as fases do procedimento administrativo previstas no artigo 28, os elementos integrantes do projeto de regularização fundiária estabelecidos no artigo 35 e as disposições relativas à aprovação do projeto previstas no artigo 40 da referida Lei, e atendidas as diligências solicitadas pelo Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Negro/PR, o **MUNICÍPIO DE RIO NEGRO** emite o presente **ATO DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – REURB-S DO NÚCLEO URBANO CRUZ VERMELHA**.

Rio Negro/PR, 21 de julho de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:6C8EE863

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIAL (REURB – S)

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO NEGRO, Estado do Paraná, Alessandro Cristian von Linsingen, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com fundamento no artigo 41 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, considerando o que consta no processo administrativo instaurado, **EXPEDE A PRESENTE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL – REURB-S DO NÚCLEO URBANO CRUZ VERMELHA**, referente à aprovação do procedimento de Regularização Fundiária do terreno urbano localizado no bairro Campo do Gado, neste Município, de propriedade do **Espólio de João Reway**, registrado sob a transcrição nº 4.133, Livro 3-D, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Negro/PR, com área total de **31.669,07 m²**. Certifica-se que o referido núcleo urbano informal encontra-se consolidado anteriormente a 22 de dezembro de 2016, nos termos do §2º do artigo 9º, combinado com o artigo 12, ambos da Lei Federal nº 13.465/2017, tendo sido demarcado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Habitação, conforme planta, memorial descritivo e certidões expedidas pelo Registro Imobiliário, documentos estes que seguem anexos e integram o presente procedimento de Regularização Fundiária. A presente certificação é expedida nos termos da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017; do artigo 38 do Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018; da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade); e da Lei Municipal de Ordenamento Territorial nº 044/2021.

Faz saber, ainda, que o empreendimento encontra-se servido pelas infraestruturas básicas de rede de energia elétrica, rede de abastecimento de água potável, rede de galerias de águas pluviais, rede pública de coleta de esgoto e vias públicas abertas com pavimentação asfáltica. Declara, igualmente, que a gleba objeto da presente Regularização Fundiária não foi utilizada para aterro ou depósito de materiais que possam ocasionar riscos à saúde da população; não está localizada em área potencialmente suscetível a problemas geológicos ou geotécnicos; não possui quadras com declividade superior a 30% (trinta por cento); e não se encontra sujeita a riscos de inundação. Considerando que a situação fática do núcleo urbano permanece inalterada, não se fazendo necessárias novas aprovações ambientais de qualquer natureza ou espécie, e em conformidade com o §4º do artigo 12 da Lei Federal nº 13.465/2017, comunica-se que a aprovação ambiental do projeto de Regularização Fundiária do Núcleo Urbano Cruz Vermelha foi realizada mediante Estudo de Conformidade Urbanística e Ambiental, emitido em 15 de junho de 2026, nos termos do artigo 35 da Lei Federal nº 13.465/2017.

O Município de Rio Negro/PR faz saber que, sob as responsabilidades civil e criminal decorrentes de suas declarações, observou o disposto no §1º do artigo 23 da Lei Federal nº 13.465/2017, para fins de concessão da Certidão de Regularização Fundiária aos beneficiários contemplados no procedimento de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social – REURB-S.

Ainda, nos termos dos §§ 1º, 2º e 5º do artigo 31 da Lei Federal nº 13.465/2017, cumpre consignar que, sob as responsabilidades civil e criminal decorrentes das informações prestadas e conforme a documentação integrante do presente procedimento, os confrontantes do imóvel, a saber: Elizabeth Domingues; Helcio Ribeiro da Silva;

Leonidas Ribeiro da Silva; Dscheffel Administração de Bens Próprios Ltda.; Ribeiro Indústria Metalúrgica Ltda.; Jacson Rori Marconcin; Tadeu Mayer; Noel Schvitaicky; Espólio de Maria Lessi Melo; Espólio de Antonio Ozires de Oliveira; Carlito Krachisnki; Arisoel de Andrade, bem como a Sra. Neusa Reway de Brito, na qualidade de inventariante do Espólio de João Reway, titular registral do imóvel objeto da regularização fundiária, foram devidamente notificados acerca do procedimento de Regularização Fundiária Urbana – REURB. Quanto à confrontante Izabel Aparecida da Silva, não foi possível promover sua notificação pessoal, tendo em vista que não foi localizada no endereço constante dos cadastros disponíveis. Dessa forma, sua notificação será realizada por meio de edital, na forma do § 5º do artigo 31 da Lei Federal nº 13.465/2017. Decorrido o prazo legal de 30 (trinta) dias após a efetivação das notificações pessoais e da publicação do edital, sem a apresentação de impugnação, oposição ou contestação, considerar-se-á anuída a regularização quanto às divisas, limites e demais elementos técnicos do imóvel objeto do presente procedimento, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017.

Ainda, cumpre consignar que o Lote nº 12, de propriedade de Carlito Krachinski, CPF:016.772.849-00, matriculado sob n° 6.392 do CRI Comarca de Rio Negro/PR, encontra-se inserido na área delimitada do Núcleo Urbano Cruz Vermelha, objeto do presente procedimento de Regularização Fundiária Urbana – REURB. Contudo, o referido lote não será objeto de regularização fundiária, tendo em vista que possui matrícula imobiliária própria e regular perante o Cartório de Registro de Imóveis competente, encontrando-se devidamente individualizado e em situação registral regular, não se enquadrando, portanto, como núcleo urbano informal passível de regularização.

Por meio da presente CERTIDÃO, atribuem-se aos ocupantes abaixo relacionados do núcleo urbano regularizado os direitos reais decorrentes da **LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA**, nos termos do inciso I do artigo 15 da Lei Federal nº 13.465/2017, conforme relação a seguir:

QUADRA 1

Lote n°01: **Francine Adrieli Cruz dos Santos**, brasileira, solteira, autônoma, RG: 12613669-2 SESP/PR, CPF: 060.020.279-80 e **Vanderson Maidl**, brasileiro, solteiro, autônomo, RG: 3.515062 SESP/PR, CPF: 031.191.379-28, conviventes em união estável, residentes e domiciliados na Rua Teodoro João Lüeb, 187 no bairro Campo do Gado, nesta cidade.

Lote n°02: **Jocelia de Quadra Drusgoski**, brasileira, solteira, do lar, RG: 9793775-3 SESP/PR, CPF: 065.420.289-35 e **Peterson Luis de Lima**, brasileiro, solteiro, autônomo, RG:5272250 SESP/SC, CPF: 058.549.219-01, conviventes em união estável, residentes e domiciliado na Rua Teodoro João Lüeb, 184 no bairro Campo do Gado, nesta cidade.

Lote n°03: **Eduarda Caroline de Lima Morretes Trein**, brasileira, autônomo, RG:14145107-3 SESP/PR, CPF: 114.333.669-08, **Giovana Emily Morretes de Oliveira**, brasileira, solteira, carteira assinada, RG:14917212-2 SSP/PR, CPF:126.701.989-10, residentes e domiciliadas na Rua Teodoro João Lüeb, 163 no bairro Campo do Gado, nesta cidade.

Lote n°04: **Eva de Lima Morretes Teles de Souza**, brasileira, diarista, RG:8595344-3 SESP/PR, CPF: 062.662.259-05 e **Zaqueu Teles de Souza**, brasileiro, autônomo, RG:8202392-5 SESP/PR, CPF:028.227.249-62, casados com comunhão parcial de bens; **Sandra Aparecida de Queiroz**, brasileira, pensionista, RG:5334727 SESP/SC, CPF:060.962.359-13, não convivente em união estável, residentes e domiciliados na Rua Teodoro João Lüeb, 149 no bairro Campo do Gado, nesta cidade.

Lote n°05: **Roseli Maria Luiz**, brasileira, viúva, do lar, RG: 6716367-2 SESP/PR, CPF: 800.377.719-49, residente e domiciliada na Rua Teodoro João Lüeb, 135 no bairro Campo do Gado, nesta cidade.

Lote n°06: **Gisele Dayani de Andrade Gonçalves**, brasileira, solteira, do lar, RG: 113342289 SESP/PR, CPF: 113.342.289-65, não convivente em união estável, residente e domiciliada na Rua Teodoro João Lüeb, 153 no bairro Campo do Gado, nesta cidade.

Lote n°07: **Maristela Terezinha Luiz de Lima**, brasileira, do lar, RG: 3956834 SESP/SC, CPF: 049.040.169-47 e **Cleverson Miguel de Lima**, brasileiro, autônomo, RG:8339915-5, CPF:008.593.169-12, casados com comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Teodoro João Lüeb, 123 no bairro Campo do Gado, nesta cidade.

Lote n°08: **Marinês Carlim de Lima**, brasileira, do lar, RG: 4929722-0 SESP/PR, CPF: 863.498.569-53 e **Vanderlei de Lima**, brasileiro, servidor público, RG:5988077-2, CPF:017.422.709-48, casados com comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Teodoro João Lüeb, 107 no bairro Campo do Gado, nesta cidade.
Lote n°09: Diego Juan Scheffel, brasileiro, comerciante, RG: 97065640 SESP/PR, CPF: 064.004.259-77 e **Renata Brasileiro Roza Scheffel**, brasileira, comerciante, RG: 88122550 SESP/PR, CPF: 066.376.489-06, casados com comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Av. Gal. Plinio Tourinho, 2206 no bairro Campo do Gado, nesta cidade.

QUADRA 2

Lote n°10: **Vitalina Conceição Prochera**, brasileira, viúva, do lar, RG: 87326833915 SESP/PR, CPF:873.268.339-15, não convivente em união estável, residente e domiciliada na Rua Teodoro João Lüeb, 114 no bairro Campo do Gado, nesta cidade.

Lote n°11: **Sandra Regina Lopes**, brasileira, viúva, do lar, RG: 90705793915 SESP/PR, CPF:907.057.939-15, não convivente em união estável, residente e domiciliada na Rua Teodoro João Lüeb, 178 no bairro Campo do Gado, nesta cidade.

Lote n°13: **Raul Lourenço Barbosa**, brasileiro, viúvo, aposentado, RG:4196931-8 SESP/PR, CPF:317.113.679-15, não convivente em união estável, residente e domiciliado na Rua Euridice Porto Lopes, 197 no bairro Campo do Gado nesta cidade; **Luciane Aparecida Schapierski Lourenço**, brasileira, do lar, RG:3449065 SESP/SC, CPF:988.091.569-00 e **Edson Alves Lourenço**, brasileiro, carteira assinada, RG:6806411-2 SESP/PR, casados com comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua José Kondlasch, 160 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°14: **Andreany Regina Lopes**, brasileira, solteira, do lar, RG:8678673-7 SESP/PR, CPF: 046.269.819-09 e **Claudinei Fernandes**, brasileiro, solteiro, autônomo, RG:9335615-2, CPF:056.976.649-40, conviventes em união estável, residentes e domiciliados na Rua Euridice Porto Lopes, 185 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°15: **Judite Kasmirczak**, brasileira, divorciada, servidora pública, RG:11075617-8 SESP/PR, CPF:694.148.159-53, não convivente em união estável, residente e domiciliada na Rua Euridice Porto Lopes, 173 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°16: **Neide de Fátima Silva**, brasileira, do lar, RG: 9ªR 2777490 SESP/SC, CPF:018.797.739-96 e **Antonio Dilmar de Lara**, brasileiro, aposentado, RG: 3521957-9 SESP/PR, CPF:462.197.309-68, casados com comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Euridice Porto Lopes, 159 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

QUADRA 3

Lote n°17: **Maria Solange Pires**, brasileira, aposentada, RG:5643356-2 SESP/PR, CPF:584.242.619-68 e **Ivan Pires**, brasileiro, aposentado, RG:3215640-1 SESP/PR, CPF:354.360.269-15, casados com comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Dr. Ivan Mira Sabóia, 08 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°18: **Keila Castro da Silva Soares**, brasileira, do lar, RG:14054301-2, CPF:099.075.419-74 e **Eliezer Thiago da Silva Soares**, brasileiro, carteira assinada, RG:08153050958, CPF:081.530.509-58, casados com comunhão parcial de bens; **Helinton Teles de Souza**, brasileiro, solteiro, carteira assinada, RG:8001154-7, CPF:041.015.409-18 e **Angelita de Andrade**, brasileira, solteira, carteira assinada, RG:6578284-7 SESP/PR, CPF:924.676.609-15, conviventes em união estável, residentes e domiciliados na Rua Dr. Ivan Mira Sabóia, 22 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°19: **Eliete Barbosa de Lima**, brasileira, solteira, pensionista, RG:7908233-3 SESP/PR, CPF:773.169.679-00, não convivente em união estável, residente e domiciliada na Rua Dr. Ivan Mira Sabóia, 40 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°20: **Claudineia Luiz Leite**, brasileira, solteira, autônomo, RG:5067374-2 SESP/PR, CPF:045.152.029-79, não convivente em união estável, residente e domiciliada na Rua Dr. Ivan Mira Sabóia, 56 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°21: **Juliana Thomazi**, brasileira, solteira, servidora pública, RG:8966593-0, CPF:058.745.199-80 e **Anderson Kotelak**, brasileiro, solteiro, autônomo, RG:8530924-2, CPF:947.997.509-25, conviventes em união estável, residentes e domiciliados na Rua Dr. Ivan Mira Sabóia, 72 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°22: **Jeniffer Karoline de Lima Drusgoski**, brasileira, do lar, RG:12438893-7 SESP/PR, CPF:093.713.539-96 e **Junior Drusgoski**, brasileiro, autônomo, RG:11100323-8 SESP/PR, CPF:077.407.139-70, casados com comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Dr. Ivan Mira Sabóia, 90 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°23: **Helena Costa Pires**, brasileira, viúva, pensionista, RG:3850546-7, CPF:470.702.699-00, não convivente em união estável, residente e domiciliada na Rua Prof. Orlando Carlos Kunzer, 15 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°24: **Ana Paula Popper de Lima**, brasileira, carteira assinada, RG:3685498 SESP/SC, CPF:043.342.719-10 e **Sidnei Adriano de Lima**, brasileiro, carteira assinada, RG:8053917-7 SESP/PR, CPF:026.446.769-83, casados com comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Prof. Orlando Carlos Kunzer, 33 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°25: **Florisbela Cordeiro**, brasileira, viúva, do lar, RG:9ªR 1195900 SESP/SC, CPF:975.454.229-53, não convivente em união estável, residente e domiciliada na Rua Prof. Orlando Carlos Kunzer, 45 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°26: **Jair Gonçalves de Araujo**, brasileiro, viúvo, aposentado, RG:3402390-5, CPF:462.176.579-53, não convivente em união estável, residente e domiciliado na Rua Prof. Orlando Carlos Kunzer, 63 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°27: **Terezinha de Lima**, brasileira, viúva, pensionista, RG:1094667 SESP/SC, CPF:815.802.669-91, não convivente em união estável, residente e domiciliada na Rua Prof. Orlando Carlos Kunzer, 77 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°28: **Maria Eva Alves**, brasileira, viúva, pensionista, RG:5227295-5, CPF:557.961.419-53, não convivente em união estável, residente e domiciliada na Rua Prof. Orlando Carlos Kunzer, 93 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

QUADRA 4

Lote n°29: **Magda Pimentel Kurz**, brasileira, casada, do lar, RG:7584952-4, CPF:026.945.059-96, não convivente em união estável, residente e domiciliada na Rua Teodoro João Lüeb, 70 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°30: **Noemia Cordeiro Ramos de Lima**, brasileira, viúva, pensionista, RG:1198994 SESP/SC, CPF:392.995.039-15, não convivente em união estável; **Tiago Alessandro de Lima**, brasileiro, autônomo, RG:377423452 SESP/SP, CPF:052.920.989-65 e **Zenita Reichardt de Lima**, brasileira, carteira assinada, casados com comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Teodoro João Lüeb, 86 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°31: **Laurici Gomes de Oliveira**, brasileira, do lar, RG:10857941-2 SESP/PR, CPF:086.689.119-61 e **Milton Gomes de Oliveira**, brasileiro, aposentado, RG:3880424-3 SESP/PR, CPF:167.119.129-34, casados com comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Prof. Orlando Carlos Kunzer, 30 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°32: **Claudia Nisgoski**, brasileira, divorciada, carteira assinada, RG:91446 MT PR, CPF:015.351.839-18, não convivente em união estável, residente e domiciliada na Rua Prof. Orlando Carlos Kunzer, 46 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°33: **Maraliza Lopes Miranda**, brasileira, solteira, Benefício de programa social de transferência de renda – Bolsa Família, RG:10015377-7, CPF:058.417.199-47, não convivente em união estável, residente e domiciliada na Rua Prof. Orlando Carlos Kunzer, 64 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°34: **Maria da Luz Boa Ventura de Souza**, brasileira, autônoma, RG:7680460-5 SESP/PR, CPF:050.044.949-08 e **Norberto Lisboa de Souza**, brasileiro, autônomo, RG:6470404-4 SESP/PR, CPF:750.968.979-15, casados com comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Prof. Orlando Carlos Kunzer, 82 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°35: **Maria das Graças Pedroso de Miranda**, brasileira, do lar, RG:4051486-4 SESP/PR, CPF:542.878.559-49 e **João Maria Soares de Miranda**, brasileiro, aposentado, RG:3849774-0 SEPS/PR, CPF:470.698.649-49, casados com comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Prof. Orlando Carlos Kunzer, 94 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°36: **Marli Ribovski**, brasileira, solteira, do lar, RG:424035-6 SESP/PR, CPF:043.598.479-98 e **Joel Lisboa de Souza**, brasileiro, solteiro, autônomo, RG: 017651479-13 SESP/PR, CPF:017.651.479-13, conviventes em união estável; **Janice Aparecida Frogel**, brasileira, solteira, do lar, RG:7524726-5 SESP/PR, CPF:025.679.149-00 e **Jair Lisboa de Souza**, brasileiro, solteiro, autônomo, RG:7385923-9 SESP/PR, CPF:021.054.169-50, conviventes em união estável;

Lote n°37: **Dimitry Nizer Alves**, brasileiro, solteiro, autônomo, RG:143749932 SESP/PR, CPF:118.634.289-76, não convivente em união estável, residente e domiciliado na Av. Ildefonso Camargo de Mello, 140 no bairro Campo do Gado, nesta cidade.

Lote n°38: **Nicanor Dittrich**, brasileiro, viúvo, aposentado, RG:963382 SESP/SC, CPF:382.971.169-72, não convivente em união estável, residente e domiciliado na Av. Ildefonso Camargo de Mello, 125 no bairro Campo do Gado, nesta cidade.

QUADRA 5

Lote n°39: **Marli Salete Ribeiro Andrade**, brasileira, viúva, Benefício de programa social de transferência de renda – Bolsa Família, RG:1102804 SESP/PR, CPF:347.529.359-53, não convivente em união estável, residente e domiciliado na Rua Euridice Porto Lopes, 60 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°40: **Ricardo Rankel**, brasileiro, viúvo, aposentado, RG:13285417-3, CPF:519.779.159-49, não convivente em união estável, residente e domiciliado na Rua Euridice Porto Lopes, 82 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°41: **Elizabeth Aparecida Cordeiro**, brasileira, aposentada, RG:8323579-9 SESP/PR, CPF:831.206.709-44 e **José Emidio Cordeiro**, brasileiro, servidor público, RG:8277453-0,

CPF:479.460.249-91, casados com comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Euridice Porto Lopes, 94 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°42: Emidio Fabiano Cordeiro, brasileiro, solteiro, carteira assinada, RG:75658315-4 SESP/PR, CPF:042.264.959-77, não convivente em união estável, residente e domiciliado na Rua Euridice Porto Lopes, 100 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°43: Maria Aparecida Peyerl, brasileira, aposentada, RG:626046789-34 SESP/PR, CPF:626.046.789-34 e **Celio Peyerl**, brasileiro, aposentado, RG:18716709934 SESP/PR, CPF:187.167.099-34, casados com comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Euridice Porto Lopes, 120 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°44: Ana Lucia Pires da Fonseca, brasileira, divorciada, carteira assinada, RG:73146595915 SESP/SC, CPF:731.465.959-15, não convivente em união estável, residente e domiciliada na Rua Euridice Porto Lopes, 134 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°45: Noeli Terezinha Pires da Fonseca, brasileira, aposentada, RG:8051116-7 SESP/PR, CPF:695.144.379-34 e **Lauro Pires da Fonseca**, brasileiro, autônomo, RG:02054402907 SESP/PR, CPF:020.544.029-07, casados com comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Dr. Ivan Mira Sabóia, 136 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

QUADRA 6

Lote n°46: Nelci Taborda Ribas, brasileira, divorciada, aposentada, RG:4569345-7 SESP/PR, CPF:644.582.969-49 e **José Carlos Pimenel Pinto**, brasileiro, divorciado, aposentado, RG:1374558-9, CPF:201.819.149-72, conviventes em união estável, residentes e domiciliados na Rua Euridice Porto Lopes, 160 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°47: Adriana Aparecida Lourenço, brasileira, carteira assinada, RG:7680895-3 SESP/PR, CPF:022.904.459-08 e **Benedito Claudiomir Alves Lourenço**, brasileiro, autônomo, RG:6455037-3 SESP/PR, casados com comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Euridice Porto Lopes, 172 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°48: Rita de Cassia Carneiro de Souza, brasileira, casada, BPC-Assistência Social, RG:4039654-3, SESP/PR, CPF:550.543.239-53, e **Vanderlei Carneiro de Souza**, residente e domiciliada na Rua Euridice Porto Lopes, 184 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°49: Vani de Oliveira, brasileira, solteira, do lar, RG:9017720-6 SESP/PR, CPF:063.220.369-20, não convivente em união estável, residente e domiciliada na Rua Euridice Porto Lopes, 196 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

QUADRA 7

Lote 50: Maria da Glória Adriano, brasileira, pensionista, RG:9ªR 917909 SESP/SC, CPF:317.122.079-20 e **Belmiro Adriano**, brasileiro, aposentado, RG:4325190-2 SESP/PR, CPF:575.372.409-49, casados com comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Euridice Porto Lopes, 220 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Lote n°51: Luciano Adir Palhano, brasileiro, solteiro, autônomo, RG:7456091-0 SESP/PR, CPF:019.119.319-48, não convivente em união estável, residente e domiciliado na Rua José Kondlasch, 245 no bairro Campo do Gado nesta cidade.

Publique-se em Diário Oficial e notifique os confrontantes da área demarcada acerca da certidão e encaminhe-se ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Negro, nos termos do artigo 42, da Lei Federal n. 13.465/2017 para fins de requerimento do seu registro juntamente com o projeto de regularização aprovado e abertura de novas matrículas.

Rio Negro (PR), 21 de julho de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:B3F41829

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 792/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 22 de julho do corrente, o servidor público ***Oscar Nelson Reimann Júnior,*** matrícula nº 2248-9/1, ocupante do cargo de "Médico Neurologista", lotado na Secretaria Municipal de Saúde, nomeado pelo Concurso Público regido pelo Edital nº 040, de 22 de setembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de julho de 2026.

Rio Negro, 22 de julho de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:3E25D1A2

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 793/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidora pública municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 23 de julho do corrente, a servidora pública ***Cristiane Carvalho,*** matrícula nº 1853-8/1, ocupante do cargo de "Professor PB20", lotada na Secretaria Municipal de Educação, nomeada pelo Concurso Público regido pelo Edital nº 001, de 12 de setembro de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de julho de 2026.

Rio Negro, 22 de julho de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:2E520CE9

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO CMS/RN Nº 14/2026 "AD REFERENDUM"

O Conselho Municipal de Saúde de Rio Negro – CMS/RN**,** Estado do Paraná, regulamentado conforme disposto no artigo 1º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pela Lei Municipal nº 1.382 de 19 de setembro de 2003 e suas alterações, no uso de sua competência

legal conferida pelo artigo 1º da referida Lei, através de aprovação "*Ad referendum".*

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, nova relação detalhadas de exames de radiografia, exames especializados e consultas especializadas (com retorno), a ser utilizada no credenciamento de pessoas jurídicas, da área da saúde, interessadas na prestação destes serviços.

Art. 2º - Dar ciência, ao valor de recursos próprios do município, destinados ao incremento do credenciamento de exames de radiografia, espirometria, ultrassonografia, exames especializados e consultas especializadas (com retorno), no montante de R$ 1.470.000,00 (um milhão, quatrocentos e setenta mil reais), com o intuito de auxiliar na redução da fila de pacientes que aguardam diagnósticos relativos ao tratamento de saúde.
Rio Negro, 28 de maio de 2026.

MARCOS DE OLIVEIRA BRAZ
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:25BA0A2F

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO CMS/RN Nº 15/2026

O Conselho Municipal de Saúde de Rio Negro – CMS/RN**,** Estado do Paraná, regulamentado conforme disposto no artigo 1º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pela Lei Municipal nº 1.382 de 19 de setembro de 2003 e suas alterações, no uso de sua competência legal conferida pelo artigo 1º da referida Lei, em reunião ordinária no dia 26 de junho de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade o Caderno XII Bucomaxilofacial;
Art. 2º - Aprovar por unanimidade o Caderno XIII Dematologia;
Art. 3º - Aprovar por unanimidade o Caderno XIV Neurologia.

Rio Negro, 26 de junho de 2026.

MARCOS DE OLIVEIRA BRAZ
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:73369BA7

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO CMS/RN Nº 16/2026

O Conselho Municipal de Saúde de Rio Negro – CMS/RN**,** Estado do Paraná, regulamentado conforme disposto no artigo 1º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pela Lei Municipal nº 1.382 de 19 de setembro de 2003 e suas alterações, no uso de sua competência legal conferida pelo artigo 1º da referida Lei, em reunião extraordinária no dia 08 de julho de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, mediante análise do Plano de Trabalho, a realização de Termo de Fomento, com a Sociedade Hospital Bom Jesus, no valor de R$ 786.432,20 (Setecentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e trinta e dois reais e vinte centavos), referente aos recursos de emendas impositivas dos vereadores.

Rio Negro, 08 de julho de 2026.

MARCOS DE OLIVEIRA BRAZ
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:DC204270

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO CMS/RN Nº 18/2026

O Conselho Municipal de Saúde de Rio Negro – CMS/RN**,** Estado do Paraná, regulamentado conforme disposto no artigo 1º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pela Lei Municipal nº 1.382 de 19 de setembro de 2003 e suas alterações, no uso de sua competência legal conferida pelo artigo 1º da referida Lei, em reunião extraordinária no dia 08 de julho de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade a Adesão à Resolução SESA nº 622/2026 referente ao Incentivo Financeiro para aquisição de equipamentos e materiais permanentes no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para a Estratégia de Saúde da Família Alziro Alves, CNES 0018724.

Rio Negro, 08 de julho de 2026.

MARCOS DE OLIVEIRA BRAZ
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:32BB9869

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO CMS/RN Nº 19/2026

O Conselho Municipal de Saúde de Rio Negro – CMS/RN**,** Estado do Paraná, regulamentado conforme disposto no artigo 1º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pela Lei Municipal nº 1.382 de 19 de setembro de 2003 e suas alterações, no uso de sua competência legal conferida pelo artigo 1º da referida Lei, através de aprovação "Ad referendum",

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Termo de Aplicação referente ao Termo de Aporte de Recursos, com a Sociedade Hospital Bom Jesus, no valor de R$ 2.862.000,00 (Dois milhões, oitocentos e sessenta e dois mil reais), a título de suplementação dos recursos necessários à garantia da continuidade da prestação de serviços de assistência à saúde da população Rio-Negrense.

Rio Negro, 22 de julho de 2026.

MARCOS DE OLIVEIRA BRAZ
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:C17A4FB4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS 039/2026 UASG 987823

Processo: 202/2026. Objeto: **AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E AFINS PARA A FROTA MUNICIPAL.** TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. Disponibilidade do Edital: 23/07/2026 de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR. Cadastramento das Propostas: a partir de 23/07/2026 no *site* www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: **04/08/2026** às **08:30h** no *site* www.gov.br/compras. O edital também poderá ser examinado e adquirido, através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço e horários acima indicados. Rio Negro, 21 de julho de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:715A6BEB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR LIMITE N° 102 – PROCESSO N° 212/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET VIA SATÉLITE, COM FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO, PARA A UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE. PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses. Em conformidade com o inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min.

Rio Negro, 22 de julho de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:380281B2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR LIMITE N° 103 – PROCESSO N° 214/2026

Objeto: Contratação de empresa para realização de Show Musical Infantil para as Férias no Parque. PRAZO DE EXECUÇÃO: 02 (dois) dias. Em conformidade com o inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min.

Rio Negro, 22 de julho de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:3B0F6E80

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 210/2026 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 101/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DA AURICULOTERAPIA COMO PRÁTICA INTEGRATIVA E COMPLEMENTAR EM SAÚDE (PICS).

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	12,00	UN	PLACAS DE AURICULOTERAPIA, TENDO COMO CARACTERÍSTICAS: SUPERFÍCIE ANTIADERENTE, PROTEGE A COLA DOS ADESIVOS UTILIZADOS;2 FACES A PRIMEIRA FACE COM 01 ORIFÍCIO E A SEGUNDA FACE COM 02 ORIFÍCIOS; A PLACA PODE ACOMODAR SEMENTES/ ESFERAS DE ATÉ 2MM; POSSUIR LINHAS GUIAS PARA CORTE; POSSUIR BORDA DE FUGA DEMARCADA; PLACA PEQUENA; PRODUZIDO EM POLIPROPILENO - PP; PLACA PARA SEMENTES COM DUAS FACES.	17,30	SHOPPING DA ACUPUNTURA LTDA
2	20,00	UN	TUBOS COM SEMENTES DE MOSTARDA CLARA OU ESCURA PARA TRATAMENTO DE AURICULOTERAPIA. APROXIMADAMENTE 20 G CADA TUBO. PONTOS SEMENTE COM CERCA DE 1,5 A 1,8MM.	5,41	SHOPPING DA ACUPUNTURA LTDA

Rio Negro, 22 de julho de 2026 –

JOÃO GUILHERME SCHELBAUER –
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:A7E21C8C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO Nº 01 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – Nº 266/2025 PROCESSO N° 207/2025 REF. PREGÃO ELETRÔNICO 048/2025

Aos dezessete dias do mês de julho de 2026 o **MUNICÍPIO DE RIO NEGRO-PR**, neste ato representado pelo seu **PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, MARCELO WOTROBA**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 907.979.739-15 e **BENEFICIÁRIA: EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDAO LTDA**, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ nº 79.390.530/0001-43, sediada na Rodovia MUNICIPAL 100, nº 3983, CORREDEIRAS, município de Campo Alegre - SC, neste ato representado pelo(a) seu(ua) REPRESENTANTE LEGAL, **MARCOS HEINZ MAAHS**, Brasileiro(a), Portador(a) da Carteira de Identidade nº 3520106 e do CPF/MF nº 005.165.569-16, acordam e ajustam firmar o presente ADITIVO nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e legislação pertinente. **CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITIVO DE PRAZO** Conforme solicitação do MUNICÍPIO DE RIO NEGRO e anuência da BENEFICIÁRIA, fica prorrogado em mais **12 (doze) meses** o prazo de **AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA (CBUQ) PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS E VIAS** a partir de **28/07/2026. CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR** O valor do presente Termo Aditivo é de **R$ 586.430,00 (quinhentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e trinta reais)**, mantendo-se a quantidade inicialmente contratada, com reajuste de **4,72%**, correspondente à variação do IPCA/IBGE no período.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço Unitário
1	1.000,00	TON	MASSA ASFÁLTICA (CBUQ). Para ser retirado pelo Município.	586,43

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA O recurso orçamentário a ser destinado para essa despesa está assegurado na seguinte dotação orçamentária: **1040 – 13.003.15.451.0002.2.056.3.3.90.30.54 – Fonte 000. CLÁUSULA QUARTA** - As demais cláusulas não atingidas por este Termo permanecem inalteradas. Assim acordadas e ajustadas, MUNICÍPIO DE RIO NEGRO-PR e BENEFICIÁRIA assinam este termo.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:5E729E7C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO Nº 04 AO CONTRATO N.º 33/2024 REF. INEXIGIBILIDADE N.º 53/2024

LOCATÁRIO: **MUNICÍPIO DE RIO NEGRO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, com sede sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN**, portador do CPF/MF sob nº 936.249.729-87, e **LOCADOR** o proprietário do imóvel Sr. **JOSE NELSON NOTARI**, pessoa física de direito privado, sita na Rua CAPITÃO JOAO BLEY, nº 405, Apartamento 501, CENTRO, na cidade de Rio Negro - PR, inscrito no CPF sob n.º 030.883.329-53, a seguir denominada **LOCADOR**, tendo como Corretora de Imóveis a **FACE NORTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 80.995.566/0001-30, no CRECI sob o nº 1199-J, com sede na rua Marechal Floriano Peixoto nº 338, em Mafra-SC, representada pelo seu sócio Sr. **ROBERTO BARTNECK FISCHER**, portador do CPF sob n° 529.654.659-87, acordam e ajustam firmar o presente nos termos da de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO** Por solicitação do LOCATÁRIO e anuência do LOCADOR fica prorrogado em mais 12 (doze) meses, com efeito retroativo ao dia **1º/07/2026,** o prazo de locação do imóvel urbano localizado na Rua

XV de Novembro, n° 635 - Centro, neste município, destinado para instalação do Conselho Tutelar. **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR O LOCATÁRIO** pagará mensalmente ao **LOCADOR**, a importância de R$ **3.970,48** (três mil novecentos e setenta reais e quarenta e oito centavos) mensais, a título de aluguel, tendo um reajuste de **4,72%**, com base no IPCA/IBGE acumulado no período. Totalizando **R$ 47.645,76** (quarenta e sete mil seiscentos e quarenta e cinco reais e setenta e seis centavos), que correrão pela seguinte dotação orçamentária: **848 – 12.001.08.243.0009.6.001.3.3.90.36.15 – Fonte 000. CLAUSULA TERCEIRA:** As demais cláusulas não atingidas por este termo permanecem inalteradas. **E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo.**

Rio Negro, 21 de julho de 2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:AC8C86F5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE CREDENCIAMENTO XV REF.: LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE N.º 057/2025
CREDENCIAMENTO Nº 011/2025

O Município de Rio Negro, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e com fulcro ao edital de Credenciamento nº 011/2025 do processo de Inexigibilidade nº 057/2025, considerando a regularidade da documentação apresentada conforme análise da Comissão Municipal de Licitação, designada pela Portaria 680/2025, resolve credenciar a seguinte proponente para a execução do objeto.

Ordem de credenciamento	Proponente	CNPJ	Data da Proposta
18°	46006137 LINDOMAR ALVES	46.006.137/0001-54	01/06/2026

Registre-se que o credenciamento nº 011/2025 continua aberto para o recebimento de propostas pelos interessados, até a data limite estipulada no respectivo edital. Publique-se. Rio Negro, 22 de julho de 2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:BC3CA1D8

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRO - PR - IPRERINE
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2023

Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Rio Negro
Contratado: Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários Ltda. – CNPJ nº 11.340.009/0001-68
Objeto: Contratação de empresa especializada para serviço de consultoria em investimentos no Mercado Financeiro e de Capitais, com ênfase em RPPS.
Prazo de Vigência: 12 meses (07/2026 a 06/2027).
Valor do contrato: R$8.940,96 (oito mil novecentos e quarenta reais e noventa e seis centavos)
Dotação Orçamentária: 3.3.90.35.01.02 – Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica Pessoa Jurídica.
Fundamentação legal: art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
Data: 23/07/2026

ANA PAULA PORTES CHAPIEWSKI
Diretora Executiva

Publicado por:
Ana Paula Portes Chapiewski
Código Identificador:CBCBD87E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.750/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar os servidores elencados a realizar: emitir cheques, abrir contas correntes, autorizar cobrança, utilizar o crédito aberto na forma e condições, receber, passar recibo e dar quitação, solicitar saldos, extratos e comprovantes, requisitar talonários de cheques, autorizar débito em conta relativo a operações, retirar cheques devolvidos, endossar cheque, movimentar conta corrente por meios eletrônicos, sustar/contra-ordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates e aplicações financeiras, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar saques contas correntes, efetuar saques – poupança, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, consultar contas/ aplicações programas repasse recursos federais, liberar arquivos de pagamento no gerenciador financeiro/ AASP, solicitar saldos/estratos de investimentos, solicitar saldo/extratos de operações de crédito, emitir comprovantes, encerrar contas correntes, consultar obrigações do débito direto autorizado, cartão transporte – autorizar débito/transferência, atualizar faturamento pelo gerenciador financeiro/AASP, assinar contrato de abertura de crédito, assinar instrumento de Convênio e Contratos de Prestação de Serviços, sempre em conjunto de duas assinaturas, especificamente para as contas do **FUNDO MUNICIPAL PARA CALAMIDADES PÚBLICAS**, CNPJ nº 68.077.703-0001-51, desde que os empenhos estejam assinados pelas autoridades competentes:

■ **AILTON APARECIDO MAISTRO,** matrícula n° 2243-8/2;

■ **CARLOS GULZOW**, matrícula n° 33305-0/1;

■ **DAYANE APARECIDA FERMINO,** matrícula n° 2317-5/1;

■ **EDER JUNIOR EVANGELISTA,** matrícula n° 377686-7/1;

■ **KARLA TATIANE LUDOVICO,** matrícula n° 377561-5/4;

■ **LUCAS OLIVEIRA SCHAUFF,** matrícula n° 378686-2/1;

■ **LUCIANA APARECIDA BRUNOZI BATISTA,** matrícula n° 2186-5/1;

■ **MICHELE DA SILVA PEREIRA,** matrícula n° 378073-2/2;

■ **RENATE KOPP** matrícula n° 2320-5/1.

■ **WILLIAM RICARDO AKIRA YOKOYAMA,** matrícula n° 378575-0/1.

Art. 2º - Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 21 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGERIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

SERGIO DOMINGUES
Secretário Municipal de Finanças Interino

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:9B0098A9

SECRETARIA GERAL
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ROLÂNDIA*

DELIBERAÇÃO Nº 04/2024

Normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica que integram o Sistema Municipal de Ensino de Rolândia.

DELIBERAÇÃO N° 04/2024 APROVADA EM CONSELHO PLENO
INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE ROLÂNDIA

ASSUNTOS: Normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica que integram o Sistema Municipal de Ensino de Rolândia.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ROLÂNDIA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9394/96, de 23/12/1996, e pela lei nº 4.180 de 16 de novembro de 2023, que organiza o Sistema Municipal de Ensino, e o decreto nº 169, de 02 de maio de 2024, que a esta se incorpora:

DELIBERA:

Capítulo I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Deliberação dispõe sobre a Organização Escolar, o Projeto Político- pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica que integram o Sistema Municipal de Ensino de Rolândia.
Art. 2º Às mantenedoras cabe orientar a organização de suas instituições de ensino, com base no disposto nesta Deliberação.

Capítulo II

DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Seção I
Da Instituição de Ensino
Art. 3º As instituições de ensino organizam-se por meio de ações administrativas e didático-pedagógicas, com a participação da comunidade escolar e da comunidade local.
§ 1º A comunidade escolar é integrada pelas pessoas que possuem relação direta com a instituição de ensino e é composta por profissionais do magistério e demais servidores da educação, estudantes, pais ou responsáveis.
§ 2º A comunidade local é integrada pelas famílias e demais pessoas, entidades e organizações que atuam de maneira complementar, junto à comunidade escolar.
Art. 4º As organizações administrativa e didático-pedagógica da instituição de ensino devem estar claramente descritas e explicitadas no Projeto Político-pedagógico.

Seção II
Do Conselho Escolar

Art. 5º O Conselho Escolar é o órgão colegiado máximo de gestão para a tomada de decisões no âmbito escolar e tem funções deliberativa, fiscal, mobilizadora, consultiva e avaliativa.
Parágrafo único. O Conselho Escolar deve assegurar a gestão democrática das ações pedagógicas, administrativas, financeiras e disciplinares da instituição de ensino.
Art. 6º O Conselho Escolar, instituído pela mantenedora, nos termos desta Deliberação, é constituído de acordo com os princípios da representatividade e da proporcionalidade e deve ser composto por representantes da comunidade escolar e da comunidade local, com direito a voz e a voto.
§ 1º A composição do Conselho Escolar é definida no regimento da instituição de ensino, devendo assegurar a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade escolar.
Art. 7º O Conselho Escolar tem como membro nato o(a) diretor(a) da instituição de ensino.
§ 1º O Regimento da instituição de ensino deve definir as regras de substituição da Presidência do Conselho Escolar em suas ausências ou impedimentos.
§ 2º Ao diretor escolar compete cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Escolar, em consonância com as atribuições definidas em legislação específica.
§ 3º O diretor fica impedido de participar das reuniões do Conselho Escolar, quando este tratar da avaliação do seu desempenho ou tiver o objetivo de analisar sua conduta profissional.
§ 4º Na análise da prestação de contas da instituição de ensino, o diretor deve apresentar os relatórios e fornecer as devidas explicações, sem direito a voto.
Art. 8º Ao Conselho Escolar compete:
deliberar sobre o Regimento Escolar da respectiva Instituição de ensino;
deliberar sobre o Projeto Político-pedagógico da Instituição;
acompanhar e avaliar a execução do Projeto Político-pedagógico;
acompanhar o desempenho das atividades da direção e coordenação pedagógica da instituição;
analisar a prestação de contas da equipe diretiva da instituição;
definir critérios para a utilização do prédio escolar para outras atividades, que não as de ensino, observando o princípio da integração escola/comunidade e os dispositivos legais emanados da mantenedora;
Mediar e decidir, nos limites da legislação, sobre eventuais impasses de natureza administrativa e/ou pedagógica, esgotadas as possibilidades de solução pela equipe escolar;
zelar pela publicidade de seus atos e das ações da equipe diretiva da instituição;
desempenhar demais funções inerentes à sua atribuição.
Art. 9º A mantenedora deve criar condições para a formação continuada dos integrantes do Conselho Escolar, no decorrer do 1º ano de vigência de seus mandatos.
§ 1º A capacitação a que se refere o *caput* deste artigo pode ser feita nas modalidades presencial ou a distância, a partir de programas disponíveis em plataformas de domínio público.
§ 2º A não participação de Conselheiro na formação propiciada pode ensejar a perda de mandato.
Parágrafo único. Ao Conselho Escolar compete, ainda, atuar como instância recursal em matérias de natureza administrativa, financeira e pedagógica, internas à instituição de ensino, respeitada a legislação específica a cada caso.

Capítulo III
DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO – PPP
Seção I
Da Elaboração e atualização do Projeto Político-pedagógico - PPP

Art. 10. O Projeto Político-pedagógico - PPP é o documento institucional que define o rumo, a intenção e os processos pedagógicos e administrativos que serão utilizados para cumprir as metas, expectativas e objetivos propostos pela comunidade escolar e local.
Art. 11. O PPP deve ser elaborado e atualizado coletiva e democraticamente pela equipe diretiva da instituição de ensino, com a participação da comunidade escolar, atendido o disposto nesta Deliberação e demais normatizações pertinentes.
§ 1º No caso de pedido de credenciamento de nova instituição de ensino, quando a comunidade escolar ainda não está representada, a elaboração do PPP é de responsabilidade da mantenedora.
§ 2º O PPP a que se refere o parágrafo anterior deverá ser revisado, com a participação da comunidade escolar e aprovação pelo Conselho Escolar, antes do primeiro pedido de reconhecimento ou de renovação de autorização.

Art. 12. A elaboração do PPP deve atender aos seguintes princípios:
respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
compromisso com a qualidade do ensino e da aprendizagem;
garantia da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, com a efetiva aprendizagem do estudante.
compromisso com a formação humana e cidadã, na perspectiva dos Direitos Humanos;
compromisso com a Educação Ambiental;
garantia da gestão democrática na instituição de ensino;
respeito e autonomia pedagógica dos profissionais da educação na execução do PPP;

contextualização da ação educativa;
vinculação entre a educação escolar, o mundo do trabalho e as práticas sociais;
integração da instituição de ensino com a comunidade local;
respeito às diferenças e às diversidades;
eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação;
valorização dos profissionais da educação.

Art. 13. Cabe à mantenedora orientar e apoiar a comunidade escolar e a instituição de ensino durante o processo de elaboração do Projeto Político-pedagógico.
Art. 14. Concluído o processo de elaboração, o PPP deve ser aprovado pelo Conselho Escolar, analisado pela Secretaria de Educação, exclusivamente quanto aos aspectos legais e homologado pela mantenedora.
Art. 15. O PPP deve ser revisado a cada 03 (três) anos e as alterações eventualmente efetivadas entram em vigor no ano subsequente ao da aprovação.
Art. 16. O Projeto Político-pedagógico pode ser atualizado a qualquer tempo e, necessariamente, quando houver alteração da legislação educacional e das diretrizes que orientam a educação básica, ou ainda, diante das transformações da própria comunidade na qual a instituição de ensino está inserida.

Seção II
Da Composição do Projeto Político-pedagógico

Art. 17. O Projeto Político-pedagógico deve atender às previsões da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, definidas pelo Conselho Nacional de Educação, às diretrizes definidas pela mantenedora da instituição de ensino, quando houver, e às necessidades e condições socioculturais da comunidade na qual a instituição de ensino está inserida.

Art. 18. Integram, minimamente, a estrutura do Projeto Político-pedagógico:
a identificação da instituição de ensino e da mantenedora;
o diagnóstico da instituição de ensino e a sua relação com a comunidade, bem como a exposição das razões que justificam as ações propostas;
o referencial teórico que fundamenta as concepções pedagógicas da ação educativa, do modelo de sociedade e do perfil de ser humano que se pretende formar;
o planejamento das atividades, incluindo a proposta pedagógica curricular;
o plano de avaliação institucional.

Art. 19. O Projeto Político-pedagógico da instituição de ensino deve conter, no mínimo:
o histórico e a organização da instituição;
os princípios filosóficos e conceituais que o fundamentam;
os componentes curriculares e os respectivos encaminhamentos metodológicos;
as atividades escolares em geral e as ações didático-pedagógicas a serem desenvolvidas durante os períodos letivos;
a matriz curricular específica e a indicação da área ou fase de estudos, com a respectiva carga horária de cada curso;
os processos de avaliação, classificação, reclassificação, promoção
o plano de acompanhamento dos programas de acesso, permanência e desempenho dos estudantes;
a organização do ano letivo, atendendo ao disposto na legislação;
IX . as condições físicas e materiais, existentes e previstas, da instituição de ensino;
a inclusão da pessoa com deficiência e o modo como ocorre o atendimento educacional especializado;
a especificação de momentos de estudo, o planejamento e a avaliação para os profissionais da educação;
a forma de organização da hora-atividade dos profissionais docentes.
a Metodologia de diagnóstico e avaliação da organização do trabalho pedagógico.
o plano de desenvolvimento escolar.

Seção III
Da Proposta Pedagógica Curricular

Art. 20. A Proposta Pedagógica Curricular é parte integrante do Projeto Político- pedagógico da instituição de ensino e pode ser organizada, entre outras formas, por:
área de conhecimento;
disciplina;
blocos de disciplinas;
módulos;
núcleos de competências e habilidades;
eixo integrador;
tema gerador;
ciclos;
projetos;
atividades complementares.

Art. 21. A Proposta Pedagógica Curricular deve considerar:
os fins buscados pela instituição para o desenvolvimento pleno do estudante;
os pressupostos teórico-metodológicos na organização curricular de cada etapa, modalidade e curso ofertados;
os objetivos geral e específicos;
as metas a serem alcançadas, referentes ao processo de ensino e aprendizagem e as estratégias para cumpri-las;
a integração e articulação dos conteúdos didáticos.

Art. 22. A Proposta Pedagógica Curricular é composta de:
calendário escolar;
matriz curricular;
ementa de conteúdos;
metodologia de ensino;
carga horária de cada curso;
planos de curso, quando necessário;
planos de estágio, quando necessário;
ambientes, espaços materiais a serem utilizados para implementação da proposta curricular.
sistema de avaliação dos estudantes.
Parágrafo único. A elaboração da proposta pedagógica curricular deve contemplar os conteúdos previstos na BNCC, sendo adotada a norma estadual de forma complementar, além de conteúdos complementares considerados relevantes pela comunidade escolar.

Capítulo IV
DO REGIMENTO ESCOLAR

Art. 23. O Regimento Escolar é o documento que define a organização administrativa, didático-pedagógica e disciplinar das instituições de ensino e deve ser elaborado pela equipe diretiva da respectiva instituição, com a participação da comunidade escolar, observados os princípios constitucionais, a legislação geral e as normas específicas, particularmente as fixadas nesta Deliberação.
§ 1º Após elaborada, a proposta de Regimento Escolar deve ser submetida à SME para revisão quanto aos aspectos de legalidade.
§ 2º O Regimento Escolar a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser revisado, com a participação da comunidade escolar e aprovação pelo Conselho Escolar, antes do primeiro pedido de reconhecimento ou de renovação de autorização.
§ 3º Após revisada, a proposta deve ser submetida à deliberação do Conselho Escolar e homologada pela mantenedora.
§ 4º No caso de pedido de credenciamento de nova instituição de ensino, quando a comunidade escolar ainda não estiver constituída, a elaboração do Regimento Escolar é de responsabilidade da mantenedora.
Art. 24. A estrutura e o funcionamento da instituição de ensino, dispostos em seu Regimento Escolar, devem observar a:
natureza pedagógica da instituição e do seu interesse público;
autonomia da escola, como unidade coletiva de trabalho;
unidade pedagógica e administrativa da escola;
representatividade e a organização colegiada como critério para a gestão da escola.

Art. 25. O Regimento Escolar deve ser elaborado de acordo com a forma legislativa apropriada, devendo ter ordem lógica e coerente, organizado por assuntos, do geral para o particular, sendo desenvolvido por títulos, capítulos e seções, compostos por artigos, parágrafos, incisos e alíneas.

Art. 26. O Regimento Escolar deve conter:
– Preâmbulo, no qual figure:
identificação da instituição de ensino, com a indicação dos atos que autorizam seu funcionamento;
a localização e histórico do Estabelecimento;
finalidades e objetivos.
– Elementos constitutivos da organização escolar, tais como:
gestão democrática;
organização didática e pedagógica;
organização administrativa;
organização financeira.
– Descrição dos direitos e deveres dos membros da comunidade escolar.
– Descrição das proibições, infrações e sanções dos estudantes, e funcionários com garantia de ampla defesa e contraditório junto ao Conselho Escolar.
– Disposições gerais e transitórias, quando houver.

Capítulo V
DO PERÍODO LETIVO

Art. 27. O período letivo é definido no calendário escolar e deve garantir o mínimo de 800 (oitocentas) horas letivas e, distribuídas em, pelo menos, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
§ 1º. Na oferta de tempo integral, o calendário escolar deve contemplar o atendimento diário com o mínimo de 7 (sete) horas, totalizando 1400 (mil e quatrocentas horas anuais), distribuídas em, pelo menos, duzentos dias letivos.
§ 2º. Na oferta da educação de jovens e adultos e do ensino noturno a carga horária deverá respeitar o disposto nas normas nacionais, para esta modalidade de ensino.
§ 3º. Nos cursos organizados em regime semestral, a carga horária mínima será de 400 (quatrocentas) horas, distribuídas em, pelo menos, 100 (cem) dias letivos em cada semestre.
Art. 28. Em condições excepcionais, o calendário poderá ser adaptado às peculiaridades locais, sem necessidade de coincidências com o ano civil, atendendo, no entanto, o disposto no artigo anterior e no artigo 28 da LDB.
Art. 29. Compreende-se como efetivo trabalho escolar, conforme disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e no regramento definido pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, as atividades devidamente planejadas e presentes na Proposta Pedagógica Curricular, que contam com a participação de profissionais do magistério e estudantes.
Parágrafo único. Para ser considerado dia letivo de efetivo trabalho escolar deve haver o controle da frequência do estudante.
Art. 30. As mantenedoras devem organizar o período letivo observando as normas estabelecidas nesta Deliberação e encaminhar os calendários escolares à SME, para conhecimento e apreciação.
Parágrafo único. É recomendada a discussão coletiva dos respectivos calendários escolares, na rede municipal.
Art. 31. Depois de definido, o calendário escolar somente poderá ser alterado em virtude de casos fortuitos ou força maior, devendo a mantenedora, neste caso, comunicar à SME .
Art. 32. O intervalo destinado ao recreio escolar poderá integrar o mínimo de 800 (oitocentas) horas anuais, desde que a instituição de ensino atenda aos requisitos emanados do Conselho Nacional de Educação.

Capítulo VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 33. Aplicam-se às instituições de ensino privadas do Sistema Municipal de Ensino de Rolândia as disposições desta Deliberação, à exceção daquilo que for específico para as redes públicas de ensino.
Art. 34. Cabe à SME orientar as instituições e as mantenedoras do Sistema Municipal de Ensino quanto ao cumprimento desta Deliberação.
Art. 35. As mantenedoras e as instituições de ensino devem promover as adequações necessárias ao atendimento do contido nesta Deliberação, de acordo com os seguintes prazos:
até 180 dias, a contar da data de publicação desta Deliberação, para assegurar o efetivo funcionamento do Conselho Escolar;
até 31 de dezembro de 2024 para aprovar o Projeto Político-pedagógico;
até 2 (dois) anos, a contar da data de publicação desta Deliberação, para atender às adequações do Regimento Escolar.
Art. 36. Os casos omissos na presente Deliberação serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Educação.
Art. 37. A presente Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

DECISÃO DO CONSELHO PLENO

Aprovado o voto dos relatores por 09 votos favoráveis e 00 votos contrários.

ROSIMEIRI DE FARIA BAVILONI ADAS
Presidente do CME

***Republicado por erro de digitação**

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:7E4652F4

SECRETARIA GERAL
DECRETO 355, DE 22 DE JULHO DE 2026.

SÚMULA: Aplica penalidade resultante de Processo Administrativo Disciplinar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em especial a prevista na Lei Complementar nº 55/2011, considerando:

CONSIDERANDO o relatório final constante no despacho 1 do Memorando 9.229/2026, do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pelo Decreto nº 070, de 13 de Fevereiro de 2026,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica **SUSPENSA,** pelo prazo de 15 (quinze) dias, a servidora **IZABEL DE FÁTIMA GUEBARA GULZOW,** matrícula nº 318906/1, ocupante do cargo de Professora, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, com base no artigo 189, da Lei Complementar n° 55/2011**.**

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 22 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***PAULO ROGÉRIO DE LIMA***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:C1F5661D

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 354 22 DE JULHO DE 2026.

SUMULA: Reestima as Receitas Prevista, fonte de recursos; abre Crédito Adicional Suplementar – Por Excesso de Arrecadação, e altera o cronograma de Execução Mensal para Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº 666 de 31 de Dezembro de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso II, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e de conformidade com o disposto nos §1º e 2º do artigo 10 e artigos 15 e 16 da Lei nº 4.360 de 19/12/2025 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2026

D E C R E T A:

Art. 1º º Ficam Reestimadas as Receitas de Transferências Correntes e de Capital nas Fontes de Recursos – 500 Bloco Investimentos Rede Serviços Saúde, Port. 204-GM, 2007 - Exercício Corrente e 496 Atenção de Media e Alta Complexidade Ambul. e Hospitalar, conforme a seguir especificada:

RED	Código	Descrição	*Valor Orçado	** Arrecadação até 07/2026	*** Excesso de Arrecadação no Exercício
474	1.7.2.3.50.0.1.28.00.00.00.00	Qualif do Acesso e Atend de Procedimentos Média Compl. - MCA	0,00	1.288.906,00	1.288.906,00
275	2.4.2.1.50.0.1.01.00.00.00.00	Investimentos da Atenção Primaria	2.000,00	477.500,00	477.500,00
TOTAL			2.000,00	1.766.406,00	1.766.406,00
*** Valor da Receita prevista na Lei Municipal nº 4.360 de 19 de Dezembro de 2025;**					
**** Arrecadação até 07/2026;**					
***** Excesso de Arrecadação no Exercício.**					

Art. 2º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 785.000,00 (Setecentos e oitenta e cinco mil reais),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, 4.360 de 19/12/2025, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
09.01.10.301.0009.1.012	4.4.90.52.00.00.00	500	R$ 470.000,00
09.01.10.302.0009.2.049	3.3.90.39.00.00.00	496	R$ 315.000,00
TOTAL			**R$ 785.000,00**

Art. 3º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso II, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e do previsto nos § 1º e 2º do artigo 10 e artigos 15 e 16 da Lei nº 4.360 de 19/12/2025– Lei Orçamentária Anual – LOA/2026.

Parágrafo único. Como Excesso de Arrecadação considerar-se-á o montante de **R$ 785.000,00 (Setecentos e oitenta e cinco mil reais),** oriundos da Fonte de Recursos: 500 Bloco Investimentos Rede Serviços Saúde, Port. 204-GM, 2007 - Exercício Corrente e 496 Atenção de Media e Alta Complexidade Ambul. e Hospitalar.

Art. 4° Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto n° 666 de 31 de Dezembro de 2025, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos de **R$ 785.000,00 (Setecentos e oitenta e cinco mil reais),** conforme a seguir especificados:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
09.01	4.4	500	Julho	R$ 470.000,00
09.01	3.3	496	Julho	R$ 315.000,00
TOTAL				**R$ 785.000,00**

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 22 de Julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***SERGIO DOMINGUES***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças (interino)
PAULO ROGÉRIO DE LIMA	***CÁSSIA PUZZI***
Secretário Municipal de Administração	Diretora de Elaboração e Programação Orçamentária

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:66A5C273

SECRETARIA GERAL
DESPACHO FINAL - PAD DECRETO Nº 70/2026

Rolândia - PR, aos 22 de julho de 2026.

Vistos e examinados estes autos de Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pelo Decreto nº 070, de 13 de Fevereiro de 2026, com a finalidade de apurar eventual irregularidade praticada pela servidora **IZABEL DE FÁTIMA GUEBARA GULZOW,** lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Da detida análise destes autos de Processo Administrativo Disciplinar, adoto, como razões e fundamentos para decidir, o relatório final da Comissão e o parecer jurídico.

Portanto **acato** o relatório final da Comissão Processante, despacho inicial, bem como o parecer jurídico, despacho 10, ambos do Memorando nº 9.229/2026, na sua integralidade, **aplico** a respectiva **SUSPENSÃO DE CARÁTER DISCIPLINAR,** pelo prazo de 15 (quinze) dias, com base no artigo 189, da Lei Complementar nº 55/2011, determinando-se à Secretaria de Administração faça expedir o competente decreto e consequente intimação do servidor.

Publique-se e intime-se.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:AF556192

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2026 – PMR. PROCESSO Nº 125/2026.

Objeto: Eventual confecção e instalação de persianas: vertical em PVC 90 mm e horizontal em alumínio 25 mm.
Tipo: Menor Preço por ITEM.

Solicita Amostras: NÃO

Possui Exclusividade/e ou Cotas: SIM

Valor máximo total R$: 236.959,21.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13:00 horas do dia 05/08/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 13:30 horas do dia 05/08/2026.
Obs.:*Recomenda-se que toda a documentação da proponente seja anexada na plataforma eletrônica até a data e hora limite do recebimento das propostas, a fim de garantir a celeridade do certame.*
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado".
Telefone do suporte aos licitantes é: (67) 3303-2730 ou (67) 3303-2702.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 22 de julho de 2026.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Jose Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:0C2D2C5C

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2026 – PMR. PROCESSO Nº 126/2026.

Objeto: Registro de preços para fornecimento de recarga de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP envasado em botijão de 13kg e 45kg, bem como vasilhames.
Tipo: Menor Preço por LOTE

Solicita Amostras: NÃO

Possui Exclusividade/e ou Cotas: NÃO

Valor máximo total R$: 260.829,25.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 15:00 horas do dia 05/08/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 15:30 horas do dia 05/08/2026.
Obs.:*Recomenda-se que toda a documentação da proponente seja anexada na plataforma eletrônica até a data e hora limite do recebimento das propostas, a fim de garantir a celeridade do certame.*
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado".
Telefone do suporte aos licitantes é: (67) 3303-2730 ou (67) 3303-2702.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 22 de julho de 2026.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Jose Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:19036B0A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADITIVO DE RENOVAÇÃO N°01/2026- CONTRATO N°40/2025

Aditivo de Renovação Nº.: 01/2026 - Contrato Nº: 40/2025
Contratante: Município de Salgado Filho
Contratada.: FERNANDO CONINCK NETTO & CIA LTDA
Valor: R$ 213.997,20
Vigência: Início: 2 de agosto de 2026 Término: 1 de agosto de 2027
Licitação: Credenciamento Nº.: 09/2025
Recursos: Dotação: 221 - 1 . 7002 . 10 . 302 . 8 . 2.24 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
206 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 8 . 2.22 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Objeto: Visa credenciar pessoas jurídicas em condições de prestar serviços na área médica com especialização em Ginecologia e Obstetrícia para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde.

NILMAR FRANCISCO RECH
Prefeito Municipal em Exercício

Salgado Filho-Paraná, 22 de julho de 2026.

Publicado por:
Daiara da Silva Rosa
Código Identificador:9372A5CD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 002/2026

AVISO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 002/2026

Respaldado no art. 74, inciso III, alínea "c"**,** da Lei Federal nº 14.133/2021, **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação constante do Processo Administrativo nº 08/2026, para a contratação da empresa abaixo relacionada, nas seguintes condições:

Lote	Item	Descrição	Valor	Valor Total
1	1	Prestação de serviços técnicos especializados de consultoria legislativa destinados à revisão, atualização, consolidação, adequação técnica, modernização e adequação jurídica da Lei Orgânica do Município de Salto do Lontra, do Regimento Interno da Câmara Municipal e à elaboração do Código de Ética e Decoro Parlamentar, compreendendo a realização de estudos técnicos, análises jurídicas, elaboração de minutas legislativas, pareceres técnicos, reuniões de trabalho, assessoramento especializado, acompanhamento técnico da execução dos trabalhos e da discussão institucional das propostas normativas, até a conclusão dos serviços.	R$ 70.000,00	R$ 70.000,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR
CEAP BRASIL E LOPES SOLUÇÕES PARA GESTÃO PÚBLICA LTDA - CNPJ nº 51.318.373/0001-46,	R$ 70.000,00

Salto do Lontra, 22 de julho de 2026.

MARCOS RAVANELI
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Junior Henrique Formaio
Código Identificador:B98C610A

DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO
LEI Nº 650 DE 22 DE JULHO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal de Salto do Lontra, a ceder em regime de Comodato para a Associação São Domingos de Produtores de Leite, equipamentos de propriedade deste Município, e dá outras providências.

A Câmara de Vereadores aprovou e eu, FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder em regime de Comodato à Associação São Domingos de Produtores de Leite, inscrita no CNPJ nº48.263.691/0001-42, com sede na localidade denominada Linha São Domingos, zona rural, Salto do Lontra/PR, Estado do Paraná, os seguintes equipamentos:

GRADE ARADORA COM 16 DISCOS DE 28 POLEGADAS ESPACAMENTO ENTRE DISCOS 2,0MM DE PNEUS NOVOS LARGURA DE TRABALHO DE 2000MM PESO 1936KG MODELO GAH16X28 MARCA METALFREITAS DE COR AZUL ANO DE FABRICACAO 2026, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 11714, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

Art. 2º. A Associação terá que cumprir o que segue, sob pena da rescisão do contrato e devolução dos equipamentos descritos no artigo 1º, ao Município:

a)Guarda e conservação dos equipamentos.
b)Uso dos equipamentos para fins agrícolas.
c)Manter as despesas operacionais.
d)Aprovar regimento sobre uso e custo dos serviços.
e)Apresentar relatório das atividades desenvolvidas a cada ano.

§ 1º - Caso a Associação resolver rescindir o contrato de Comodato, esta deverá comunicar ao Município, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, o qual fará vistoria das condições em que se encontra o equipamento cedido e se este estiver em condições normais de uso, não haverá indenização alguma.

§ 2º - Caso ficar comprovado que o equipamento cedido, estiver sem condições de uso, por negligência da Comodatária, esta deverá pagar ao Município o valor para reparo do equipamento.

§ 3º - Outras obrigações poderão ser impostas a Comodatária por ocasião da lavratura do contrato de comodato.

Art. 3º. O contrato de Comodato terá vigência a partir da data de publicação desta Lei, até a data de 03 de julho de 2036.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francis Assis Dorigoni
Código Identificador:C32B2B63

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026
PROCESSO 121/2026 EDITAL 987837-20/2026

O MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às **09:00 horas do dia 10 de agosto de 2026**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita a Rua Prefeito Neuri Baú, 975 em Salto do Lontra, Paraná, Brasil, **PREGÃO ELETRÔNICO** para Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de cadeiras plásticas rebatíveis destinadas à arquibancada do Ginásio Municipal Vermelhão, incluindo todos os materiais, componentes, elementos de fixação, mão de obra e demais recursos necessários à adequada execução do objeto, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação Esporte e Cultura a contratação será custeada com recursos oriundos do **Plano de Ação nº 09032026-096398 do Governo Federal**. Critério de Julgamento: Menor Preço global. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 09:00 horas do dia 10 de agosto de 2026, no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado no horário comercial, pelo site www.saltodolontra.pr.gov.br ou através do site**:** https://www.gov.br/compras/pt-br, a partir do dia 22 de julho de 2026. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail licitacaosaltodolontra@gmail.com.

Salto do Lontra, 22 de julho de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:4C95C00C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 93/2026

OBJETO:	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de licenciamento e regularização ambiental, compreendendo a elaboração, organização, instrução, protocolização e acompanhamento da documentação e dos procedimentos administrativos necessários perante o Instituto Água e Terra IAT/PR, relacionados a intervenções e empreendimentos específicos de interesse do Município de Salto do Lontra/PR
CONTRATADO:	IVAN CARLOS BERTOLDO - ME
CNPJ:	11.376.846/0001-47
VALOR:	23.000,00
VIGÊNCIA:	22/07/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 22 de julho de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:2144BE6F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 01/2026

OBJETO:	Repasse financeiro para a entidade pública sem fins lucrativos Associação dos Idosos de Salto do Lontra/PR, em conformidade com a Lei nº 646, de 25 de junho de 2026 e conforme plano de trabalho estabelecido.
CONTRATADO:	ASSOCIACAO DOS IDOSOS DE SALTO DO LONTRA
CNPJ:	81.271.827/0001-31
VALOR:	20.000,00
VIGÊNCIA:	22/07/2027
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 22 de julho de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:585FB1C5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RETIFICAÇÃO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 107/2025

OBJETO:	Contratação de empresa para pavimentação asfáltica conforme convênio com PARANACIDADE projeto nº 67
CONTRATADO:	SM RESENDE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
CNPJ:	08.715.392/0001-87
VIGÊNCIA:	60 (sessenta) dias a partir da data de vencimento do respectivo prazo de vigência.
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 22 de julho de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:5FE94763

DEPARTAMENTO DE RH
DECRETO 1419-2026

DECRETO Nº. 1419 DE 22 DE JULHO DE 2026

Súmula: Exonera por falecimento a servidora municipal aposentada ERICA MARTINS PEREIRA e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

D E C R E T A

Art. 1º - Exonera por falecimento em 14/07/2026 a servidora municipal Sra. **ERICA MARTINS PEREIRA,** brasileira, CPF nº. 015.189.119-27, portadora da Matrícula 1155/1, aposentado, admitido em 15/03/1983.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 14 de julho de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná 22 de julho de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:D4350699

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 026/2026

Prefeitura convoca classificado/aprovado no Concurso Público nº 001/2025

Edital de convocação de classificados/aprovados no Concurso Público Municipal n. 001/2025 da Prefeitura Municipal de Santa Amélia – Estado do Paraná.

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia – Estado do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, convoca o(s) candidato(s) abaixo(s) relacionado(s), classificado(s)/aprovado(s) no Concurso Público Municipal de n. 001/2025, realizado pela Prefeitura Municipal de Santa Amélia, para no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste edital, recebimento do A/R via correio postal ou o recebimento da correspondência eletrônica de convocação (e-mail), deverá apresentar-se junto ao Departamento de Recursos Humanos, localizado na rua Dr. Alcides Prudente Pavan, 130 – centro – Santa Amélia – PR, no horário de 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, a partir do dia 23 de julho de 2026, para tomar posse de seu cargo, munidos dos seguintes documentos, a serem apresentados, pelo candidatos classificados/aprovados 02 (duas) cópias de cada documento, ***conforme item 19.7.1 do Edital de Concurso Público nº 001/2025:***

Para a nomeação, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos (original e cópia):
a) Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade acompanhado do Boletim de Ocorrência;
b) Cadastro de Pessoa Física CPF conforme certidão de nascimento/casamento/averbação de divórcio;
c) Registro Civil de Nascimento/Casamento/Casamento com Averbação de Divórcio;
d) Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino;
e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
f) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
g) Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos, carteira de identidade, CPF e caderneta de vacinação dos filhos menores de 7 (sete) anos (fotocópia autenticada ou acompanhada do original);
h) Uma foto 3x4 recente, colorida e com fundo branco;
i) número da conta corrente do Banco do Brasil S/A (se possuir);
j) Documentos pessoais do cônjuge (companheiro/companheira) carteira de identidade e CPF;
k) Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
l) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
m) CNH para os candidatos aos cargos cuja habilitação se faz necessária;
n) Registro junto ao Conselho de Classe do candidato a cargo profissional exigido;
o) Comprovante de residência atual (conta de água, energia elétrica ou telefone fixo) em nome do candidato, do cônjuge (se casado) ou dos pais (se solteiro);
p) Declaração de que o candidato não se encontra vinculado a cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;
q) Declaração de bens ou declaração de imposto de renda;
r) Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;
s) Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
t) Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal;
u) Certidão Civil, Criminal e Vara de Execuções Penais (emitidas pelas Justiça Estadual, Federal e o Local de Residência do Candidato). Caso a CND seja positiva deverá apresentar também a Certidão Explicativa;
v) Atestado de Saúde Ocupacional – ASO emitido por um Médico do Trabalho – Emitido pelo médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Santa Amélia – Pr.;
Obs. 1 -O candidato deverá levar os documentos em uma pasta tipo ofício com elástico (nova).
Obs. 2 - Os documentos solicitados serão autenticados pelo servidor da Prefeitura no ato da apresentação dos documentos originais juntamente com as respectivas fotocópias sem qualquer tipo de custas ou emolumentos.
A falta da apresentação dos documentos e declarações mencionados neste edital de convocação caracterizará a desistência do candidato.
O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.
Caso sejam necessários exames complementares para posse, deverão ser obrigatoriamente realizados pelo candidato e apresentados no prazo a ser definido pelo Município de Santa Amélia.
O candidato pessoa com deficiência que for convocado para exames médicos admissionais deverá submeter-se aos exames previstos para a comprovação da deficiência declarada e da compatibilidade para o exercício do cargo.
Obs. 3 – O candidato para solicitar as certidões cíveis e criminais deverão comparecer no cartório distribuidor do fórum da Comarca de sua cidade.
Ob. 4 – O candidato para solicitar a certidão da Vara de Execuções Penais estadual deverá entrar no site do tribunal de justiça do seu estado.
Para quem reside na região de Londrina está o link abaixo:
https://site.distribuidorlondrina.com.br/certidao.php
Ob. 5 – O candidato para solicitar as certidões Civil, Criminal e Vara de Execuções Penais federal deverá acessar o site do Tribunal Regional Federal da sua região. No caso dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, acessar o link abaixo:
https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=pagina_visualizar&id_pagina=2401

CARGO: **ADVOGADO**	**CPF**
RODRIGO APARECIDO RODRIGUES MORETTI	717.***.5*1-68

Prefeitura Municipal de Santa Amélia (PR), 22 de julho de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderlei Diniz da Luz
Código Identificador:829B77DF

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 027/2026

Prefeitura convoca classificado/aprovado no Teste Seletivo nº 001/2025

Edital de convocação de classificados/aprovados no Teste Seletivo Municipal n. 001/2025 da Prefeitura Municipal de Santa Amélia – Estado do Paraná.

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia – Estado do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, convoca o(s) candidato(s) abaixo(s) relacionado(s), classificado(s)/aprovado(s) no Teste Seletivo Municipal de n. 001/2025, realizado pela Prefeitura Municipal de Santa Amélia, para no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da publicação deste edital ou de 05 (cinco) dias úteis do recebimento da correspondência de convocação pelo correio eletrônico (e-mail) whatsApp, deverá apresentar-se junto ao Departamento de Recursos Humanos,

localizado na rua Dr. Alcides Prudente Pavan, 130 – centro – Santa Amélia – PR, no horário de 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, a partir do dia 23 de julho de 2026, para tomar posse de seu cargo, munidos dos seguintes documentos, a serem apresentados, pelo candidatos classificados/aprovados 02 (duas) cópias de cada documento.

Cédula de identidade;
PIS/PASEP;
CTPS;
Cadastro de Pessoa Física – CPF;
Comprovante de endereço atualizado;
Número da conta corrente do Banco do Brasil S/A (se possuir);
Certidão de nascimento ou casamento;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos, carteira de identidade, CPF e caderneta de vacinação dos filhos menores de 7 (sete) anos (fotocópia autenticada ou acompanhada do original);
Título de eleitor e comprovante de votação das últimas 3 (três) eleições ou certidão emitida pelo Cartório Eleitoral (para os maiores de 18 anos);
Documentos pessoais do cônjuge (companheiro/companheira) carteira de identidade e CPF;
Certificado de reservista (sexo masculino) .
Diploma ou certificado de conclusão de curso emitido por instituição reconhecida pelo MEC, na escolaridade exigida para o cargo (fotocópia autenticada ou acompanhada do original), além de especialização e demais requisitos exigidos no edital de concurso público.
Certificado de escolaridade e habilitação legal para o exercício da função, conforme previsto no edital n. 001/2023);
02 (duas) fotos 3x4;
Declaração de não ocupar cargo público remunerado, exceto os acúmulos permitidos por lei (documento a ser preenchido no local da posse fornecido pela Prefeitura).
Declaração de bens ou declaração de imposto de renda;
Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pelo Cartório Distribuidor do Fórum da Comarca do último domicílio (para maiores de 18 anos);
Avaliação médica realizado por médico especialista do trabalho, atestando aptidão física e mental para o exercício do cargo (REALIZADA PELO MÉDICO DO TRABALHO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA)

Obs. 1 -O candidato deverá levar os documentos em uma pasta tipo ofício com elástico (nova).
Obs. 2 - Os documentos solicitados serão autenticados pelo servidor da Prefeitura no ato da apresentação dos documentos originais juntamente com as respectivas fotocópias sem qualquer tipo de custas ou emolumentos.

CARGO: Estagio de Professor	CPF
Enila Monteiro Vilalva	112.***.6*9-66

Prefeitura Municipal de Santa Amélia (PR), 22 de julho de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderlei Diniz da Luz
Código Identificador:B7235A72

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 04/2026

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS** do Município de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 922/1996 e suas alterações, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.490/2020, e considerando a deliberação da reunião extraordinária realizada em **22 de julho de 2026**, conforme a Ata de Reunião Extraordinária nº 01/2026,
RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o **Plano Municipal de Assistência Social do Município de Santa Amélia/PR para o quadriênio 2026–2029**, com as adequações realizadas em atendimento às orientações constantes do **Protocolo nº 25.495.820-4,** da Coordenação da Política de Assistência Social – Divisão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), incluindo a revisão das metas e a inclusão das ações da Proteção Social Especial vinculadas ao Órgão Gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Amélia/PR, 22 de julho de 2026.

SOFIA MELLO DE MORAIS
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Publicado por:
Vanderlei Diniz da Luz
Código Identificador:A364D3E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - SAMAE

ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 009/2026

Estando cumpridas as formalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, **HOMOLOGO** o processo de Dispensa de Licitação nº. 009/2025 e **ADJUDICO** a empresa:

- Rodrigues da Silva & Santos Ltda – Casa Forte 3 Materiais de Construção, inscrita no CNPJ sob o n° 33.111.195/0001-04 estabelecida na Av.: Walter Guimarães da Costa n.º 276 – Centro – Nova Santa Bárbara -PR**,** no valor total de **R$ 7.842,65 (sete mil, oitocentos e quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos).**
Neste mesmo ato, considerando a demanda formalizada, a estimativa da despesa, a previsão orçamentária, a justificativa de preços, o atendimento aos requisitos de habilitação, a análise preliminar por parte do setor competente e o parecer jurídico emitido, **FICA AUTORIZADA** a contratação direta dos objetos abaixo referidos, via **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com base no artigo 75, inciso III – Alínea "a", da Lei 14.133/2021.
INTERESSADO: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Santa Cecília do Pavão/PR
OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO SAMAE. COMPRA DIRETA DE ITENS FRACASSADOS DO PROCESSO DE DISPENSA Nº 007/2026.

CONTRATADA:
- Rodrigues da Silva & Santos Ltda – Casa Forte 3 Materiais de Construção, inscrita no CNPJ sob o n° 33.111.195/0001-04 estabelecida na Av.: Walter Guimarães da Costa n.º 276 – Centro – Nova Santa Bárbara -PR**,** no valor total de **R$ 7.842,65 (sete mil, oitocentos e quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos).**

Santa Cecília do Pavão/PR, 22 de julho de 2026.

JOSELITO DA LUZ
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:38018E7A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.547/2026

DECRETO Nº 2.547/2026

SÚMULA: Abre Crédito Suplementar no Orçamento do Município, inclusão no PPA E LDO e dá outras Providências.

Claudio Covre, Prefeito Municipal de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº. 4.320/1.964, e a Lei Municipal nº. 1164/2025, de 18 de novembro de 2025.

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no Orçamento, no valor total de **R$ 276.375,69 (duzentos e setenta e seis mil e trezentos e setenta e cinco reais e sessenta e nove centavos)** para atender as necessidades do Poder Executivo com a seguinte classificação orçamentária:

Código da Despesa	Descrição	Fonte	Valor
07	**SECRETÁRIA DE AÇÕES PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**		
07.001	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
08.244.0004.2026	**CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
3.3.90.39	156 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	000	R$ 37.500,00
08	**SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**		
08.004	**DIVISÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR**		
2.361.0005.2042	**MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR FUNDAMENTAL**		
3.3.90.30	246 Material de Consumo	103	R$ 24.010,20
3.3.90.30	246 Material de Consumo	118	R$ 109.715,49
09	**SECRETÁRIA DE EMPREGABILIDADE E TURISMO**		
09.001	**DIVISÃO DE EMPREGABILIDADE E TURISMO**		
11.332.0007.2047	**MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE EMPREGABILIDADE E TURISMO**		
3.3.90.39	270 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	000	R$ 97.150,00
09	**SECRETÁRIA DE EMPREGABILIDADE E TURISMO**		
09.001	**DIVISÃO DE EMPREGABILIDADE E TURISMO**		
23.695.0007.1015	**EMENDA PARLAMENTAR 202639820005 C/C 23848-1**		
3.3.90.39	414 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	11016	R$ 8.000,00
TOTAL ESPECIAL			**R$ 276.375,69**

Art. 2º - Para abertura do Crédito de que trata o art. 1º, serão utilizados os recursos provenientes abaixo, não previstos no Orçamento vigente:

Descrição	Valor
Superávit Financeiro - Fonte 000 - Recursos Ordinários (Livres).	R$ 134.150,00
Superávit Financeiro - Fonte 118 - PNATE ESTADUAL	R$ 109.715,49
Superávit Financeiro - Fonte 103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB.	R$ 24.010,20
Excesso de Arrecadação Red. 35 - Fonte 11016 - Emendas Individuais Impositivas – transferência especial – (Inciso I do Art. 166-A da E.C. 105/2019)..	R$ 8.000,00
TOTAL	**R$ 276.375,69**

Art. 3º - Ficam alteradas a Lei Municipal nº 1.135/2025, de 01 de julho de 2025 (LDO), e a Lei Municipal nº 1.134/2025, de 01 de julho de 2025 (PPA), em igual importância, observadas as alterações orçamentárias decorrentes da abertura do presente Crédito Especial.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar e redução das dotações desta Lei por Transposição, Remanejamento e Transferência por Decreto Municipal.

Art. 5º - Fica autorizado ao Executivo Municipal vincular outras Fontes de Recursos e Recursos que achar necessário para custear quaisquer despesas desta Lei.

Art. 6º - Este decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 22 de julho de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:0BD76F62

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2ª ALTERAÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2026–PMSF INEXIGIBILIDADE Nº 35/2026-PMSF PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026-PMSF

I. OBJETO: O presente Edital tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NO FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS, destinados ao abastecimento da frota oficial das diversas Secretarias da Administração Pública Municipal de Santa Fé, Estado do Paraná**, conforme condições, quantidades estimadas, metodologia de formação de preços e demais exigências estabelecidas no presente Edital e seus anexos, especificamente no Termo de Referência – Anexo I.

II. DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE EM SE CREDENCIAR:

Conforme definido no item 3 do Edital.

III. DA POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO EDITAL:

Fundamento: Cláusula 2.6 do Edital
"2.6. A administração pública poderá, a qualquer tempo, alterar as cláusulas do edital."

Justificativa: Considerando que o procedimento de credenciamento foi estruturado para permitir a contratação de todos os interessados que atendam às condições editalícias, em mercado fluido e sob metodologia padronizada de formação de preços, verificou-se a necessidade de aperfeiçoamento do item 5 do Edital, que trata dos critérios de distribuição da demanda, especialmente quanto à redação do item 5.1, que atualmente menciona a contratação de todos os credenciados "em condições padronizadas".
A alteração ora promovida não afasta a padronização das condições jurídicas, técnicas e econômicas do credenciamento, especialmente quanto à aplicação da Tabela ANP e dos descontos fixos definidos no instrumento convocatório. O que se pretende é explicitar que a execução concreta dos abastecimentos deverá observar, além da proporcionalidade entre credenciados aptos, critérios objetivos de necessidade administrativa, localização geográfica do fornecedor, rota efetivamente percorrida pelos veículos municipais, economicidade operacional, continuidade dos serviços públicos e distribuição proporcional em relação ao uso.
A necessidade da alteração decorre de situação concreta superveniente à ampliação territorial do credenciamento, tendo em vista o credenciamento de estabelecimento localizado no Município de Nossa Senhora das Graças/PR, situado a aproximadamente 20 km do Município de Santa Fé/PR. Referido estabelecimento encontra-se em trajeto ordinariamente utilizado por veículos da frota municipal, especialmente aqueles vinculados ao transporte semanal de pacientes para tratamento de saúde no Município de Colorado/PR.
Nesse contexto, a utilização do fornecedor localizado em Nossa Senhora das Graças/PR poderá se revelar vantajosa quando o abastecimento estiver vinculado a deslocamentos já programados ou efetivamente realizados naquela rota, pois evita deslocamentos improdutivos, reduz tempo operacional, preserva a continuidade do serviço de transporte de pacientes e atende ao princípio do menor dispêndio para a Administração, considerando não apenas o preço nominal do litro, mas também os custos indiretos da operação de abastecimento.
Para fins de planejamento da execução, considerando as viagens semanais realizadas para Colorado/PR durante todo o período de vigência do credenciamento, estima-se a possibilidade de direcionamento operacional de até 30.000 (trinta mil) litros de óleo diesel, 5.000 (cinco mil) litros de gasolina comum e 7.000 (sete mil)

litros de etanol hidratado para abastecimentos realizados em razão dessa rota, conforme necessidade efetiva da Administração, tipo de veículo utilizado, autorização prévia do setor competente, saldo contratual disponível e disponibilidade orçamentária.
A previsão possui natureza meramente estimativa, operacional e de planejamento, não constituindo garantia de aquisição mínima, exclusividade, preferência absoluta ou direito subjetivo do credenciado ao fornecimento integral dos quantitativos indicados. A Administração deverá, em cada caso concreto, avaliar a vantajosidade do abastecimento, considerando a localização do veículo, a rota de deslocamento, a urgência do serviço, o tipo de combustível necessário, o menor dispêndio global, o controle da frota e a preservação da isonomia entre os credenciados.
Dessa forma, a presente alteração busca compatibilizar a contratação de todos os credenciados com a gestão eficiente da demanda, evitando interpretação meramente aritmética da distribuição proporcional quando houver fundamento logístico e econômico para utilização de fornecedor situado em rota regular da Administração. A medida atende aos princípios da eficiência, economicidade, razoabilidade, planejamento, transparência, isonomia e interesse público.

IV. DAS ALTERAÇÕES DO EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Fica alterado as cláusulas do Edital, Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar, passando a vigorar com as seguintes redações:
IV.1. DAS ALTERAÇÕES AO EDITAL:
Altera-se o item 5 do Edital, especialmente o item 5.1 e seus desdobramentos, que passam a vigorar com a seguinte redação:
5. DOS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA
5.1. O Credenciamento ocorrerá nos termos do art. 79, III, da Lei nº 14.133/2021, hipótese de credenciamento em mercado fluido, conforme definido e justificado no Estudo Técnico Preliminar, e nos termos do Decreto Municipal nº 268/2023, com a contratação de todos os credenciados que atendam às condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, **em condições jurídicas, técnicas e econômicas padronizadas, sem prejuízo da distribuição da demanda conforme a necessidade efetiva da Administração, a localização geográfica dos fornecedores, a rota operacional dos veículos e a proporcionalidade de uso entre os credenciados aptos**.
5.1.1. A distribuição da demanda entre os credenciados observará, cumulativamente e sempre que aplicável, os seguintes critérios objetivos: a) necessidade efetiva da Administração; b) tipo de combustível necessário; c) localização do veículo, máquina ou equipamento no momento do abastecimento; d) proximidade geográfica do fornecedor credenciado em relação à rota efetivamente percorrida; e) menor dispêndio global da operação, considerados os custos diretos e indiretos; f) continuidade dos serviços públicos; g) distribuição proporcional em relação ao uso e aos saldos disponíveis; h) disponibilidade orçamentária e financeira; i) prévia autorização do setor competente.
5.1.2. A Administração poderá utilizar fornecedor credenciado localizado fora do Município de Santa Fé/PR, mas dentro do limite territorial admitido no Edital, sempre que o abastecimento estiver relacionado a rota ordinária, deslocamento previamente autorizado, viagem oficial, atendimento de serviço público ou situação em que a localização do estabelecimento represente vantagem operacional e econômica para o Município.
5.1.3. Havendo mais de um fornecedor credenciado situado em condição geográfica e operacional equivalente para atendimento da mesma rota ou demanda específica, a Administração deverá observar, sempre que possível, a distribuição proporcional entre os credenciados aptos, sem prejuízo da análise da vantajosidade concreta de cada abastecimento.
IV.2. DAS ALTERAÇÕES AO TERMO DE REFERÊNCIA:
Acrescentam-se ao Termo de Referência disposições complementares ao item 4.1, relativas à forma de execução do fornecimento e à distribuição da demanda, com a seguinte redação:
4.1.2.1 A execução dos abastecimentos observará a necessidade efetiva da Administração e os critérios de distribuição da demanda previstos no item 5 do Edital, especialmente a proximidade geográfica do fornecedor credenciado, a rota efetivamente percorrida pelo veículo municipal, a distribuição proporcional em relação ao uso e o menor dispêndio global para o Município.
IV.3. DAS ALTERAÇÕES AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR:
Acrescenta-se ao Estudo Técnico Preliminar, especialmente nos tópicos relativos à descrição da solução, à vantajosidade, à logística de abastecimento e aos resultados pretendidos, a seguinte fundamentação complementar:
Considerando a ampliação territorial do credenciamento e o ingresso de fornecedores em rotas ordinariamente utilizadas por veículos municipais, a distribuição da demanda deverá observar não apenas a divisão proporcional entre credenciados, mas também a vantajosidade concreta da operação de abastecimento.
A utilização de fornecedor situado em rota efetiva da Administração pode representar solução mais eficiente e econômica, pois evita deslocamentos exclusivos para abastecimento, reduz consumo indireto de combustível, tempo de viagem, desgaste da frota, emissão de poluentes e perda de capacidade operacional dos veículos, especialmente em serviços essenciais de saúde.

V. DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES
Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Edital de Chamamento Público nº 06/2026-PMSF, da Inexigibilidade nº 35/2026-PMSF, do Processo Administrativo nº 100/2026-PMSF, do Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar, da Minuta Contratual e demais anexos, naquilo que não conflitarem com a presente alteração.
Os interessados já credenciados serão cientificados da presente alteração, nos termos do Edital, para que manifestem eventual desinteresse em permanecer no credenciamento, observada a regra editalícia de aceitação tácita em caso de ausência de manifestação.

Ficam mantidas as demais cláusulas e itens do Edital e anexos.

Demais informações pelo telefone: (44) 3101-0999, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Fé, em horário normal de expediente. Cópia do Edital no site do município de Santa Fé www.santafe.pr.gov.br – licitações.

Santa Fé, 17 de julho de 2026.

MARIA SEBASTIANA RIBEIRO DE SÁ
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Sabrina Davanso
Código Identificador:436E4C94

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2026 - PMSF

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ – PR
CONTRATADO: EDNALDO NUNES PIRES - ME
RESUMO DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para a confecção de 250 (duzentos e cinquenta) camisetas personalizadas em tecido dry fit, destinadas ao evento esportivo denominado "7º Desafio Solidário Endorfina", em prol do Asilo de Santa Fé, a ser realizado na data prevista de 30 de agosto de 2026, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Documento de Formalização de Demanda, e demais documentos anexos ao presente processo.
VALOR TOTAL: R$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais).
DATA DA CONTRATAÇÃO: 22 de julho de 2026.

Publicado por:
Sabrina Davanso
Código Identificador:A1682283

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2026-PMSF

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ – PR

CONTRATADO: VANESSA WALKER CLINICA DE PSICOLOGIA E PSICANÁLISE LTDA.
RESUMO DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica em Psicologia, com foco na qualificação do atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, especialmente Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), incluindo suporte técnico às equipes, orientação metodológica e capacitação continuada.
VALOR TOTAL: R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais).
DATA DA DISPENSA: 30 de junho de 2026.

Publicado por:
Sabrina Davanso
Código Identificador:4286E3B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 70/2026-PMSF DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2026-PMSF

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ – PR
CONTRATADO: VANESSA WALKER CLINICA DE PSICOLOGIA E PSICANÁLISE LTDA.
RESUMO DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica em Psicologia, com foco na qualificação do atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, especialmente Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), incluindo suporte técnico às equipes, orientação metodológica e capacitação continuada.
VALOR TOTAL: R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais).
DATA DA CONTRATAÇÃO: 20 de julho de 2026.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato.

Publicado por:
Sabrina Davanso
Código Identificador:5F94A102

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 054/2025 - PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: 49.267.229 JEAN CARLOS BORGES DA SILVA - MEI.
RESUMO DO OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de aula, Teórica e Prática de Viola Caipira, para até 40 alunos, a partir de 12 anos em atendimento do departamento de cultura da Secretaria de Educação Cultura e Esportes, para o município de Santa Fé - PR.
OBJETIVO DO ADITIVO: promover a prorrogação do prazo de vigência e valor contratual por mais 12 (doze) meses, especificamente de 25 de julho de 2026 a 25 de julho de 2027.
VALOR DO ADITIVO: R$ 23.402,52 (vinte e três mil quatrocentos e dois reais e cinquenta e dois centavos).
DATA DA ASSINATURA: 21 de julho de 2026.

Publicado por:
Sabrina Davanso
Código Identificador:8AC92753

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 77/2026

Designa Fiscais de Contratos Administrativos para atuarem como representantes legais da Administração Pública, nos termos dos arts. 7º, 117 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1° Ficam designados para atuarem como Fiscais dos Contratos decorrentes dos Processos Administrativos Licitatórios, tendo por objeto a contratação de serviços e aquisição pública de bens para o Município de Santa Fé, nos termos dos arts. 7º, 117 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), enquanto vigente, os seguintes servidores e servidoras públicas municipais:

I – Cátia Mantuani Masson Nascimento;
II – Vera Lucia dos Reis;
III – Maria José Pelegrini de Andrade;
IV – Juliete Mologni Molinari;
V – Carlos Eduardo Teixeira;
VI – Diego Fernandes de Lima;
VII – Wagner Valentim Scandelai;
VIII – Beatriz Cristina Miqueletti Pais;
IX – Dirce Ignez Davanso;
X – Evandro Eizo Roncaglia Yabushita;
XI – José Marcos Alves dos Santos;
XII – Pedro Henrique Garcia Moennich;
XIII – Camila Fernanda Zanelli do Rozário;
XIV – Adelaine Pereira Longas;
XV – Silvia Helena Pedrazani Lobregate;
XVI – Elis Regina Valoto Medeiros;
XVII – Andreia Cristiane Siqueira;
XVIII – Angela Peron Zacarias;
XIX – Lourdes Mendes Arantes Lemos;
XX – Márcio Augusto da Silva;
XXI – Francielli Roberta Boian;
XXII – Bruno Henrique Peitl;
XXIII – Dalvan Tadeu Dourado;
XXIV – Carlos Eneias Ferreira da Silva;
XXV – Bruno Aparecido dos Santos Ribeiro;
XXVI – Hélio Borges Monteiro Lima;
XXVII – Carem Rodrigues Torres Cordeiro;
XXVIII – Flávio Aparecido Mesquita;
XXIX – Sonia Aparecida Bertholino;
XXX – Rafaela Elisa Soares Santana de Resende;
XXXI – Amanda Rosseto Canonici;
XXXII – Melissa Calliari Campos Santos;
XXXIII – Marielem Cristina de Souza Moia;
XXXIV – João Marcos Rogério Rodrigues;
XXXV – Marcia Regina Damaceno Macedo;
XXXVI – Mara Adriana do Nascimento;
XXXVII – Ronilson Maestá Silva;
XXXVIII – Ricardo Torres Cordeiro;
XXXIX – Maria Bianca Moreira Rosa;
XL – Janaina Aparecida Ferreira da Silva;
XLI – Maria Heloisa de Oliveira;
XLII – Daniel Garcia Simardi.

Art. 2º Aos Fiscais do Contrato, ora nomeados, ficam garantidos pela Administração todas as condições necessárias e treinamento para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto nas Leis Federais nº 8.666/1993 e 14.133/2021, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, cabendo-lhes ainda, no que for compatível com os contratos em execução:
I – acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III – controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV – comunicar formalmente à Secretaria Municipal requisitante da contratação e à Procuradoria do Município, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
V – solicitar à Secretaria Municipal requisitante da contratação, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VI – autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando houver;
VII – manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

VIII – encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
IX – confrontar e fiscalizar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
X – verificar se o prazo de entrega, especificações dos produtos e serviços e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.

Art. 3º A Diretoria de Licitações (DLI) da Secretaria de Administração disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, cópia do contrato/ata de registro de preços, do edital de licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada e, oportunamente, dos aditivos, bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.

Art. 4º Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta do processo em questão, no web site oficial do Município, com a identificação do respectivo fiscal do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob sua fiscalização e demais documentos em poder de qualquer servidor ou Autoridade.

Art. 6º A presente designação não representará em ônus ao Município, nem ensejará pagamento de horas extraordinárias de serviço aos servidores.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria nº 69/2026 e demais disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, 22 de julho de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabrina Davanso
Código Identificador:88E49F87

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAR PORTARIA N° 033/2026

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Decreto nº 002/2025, e os protocolados sob nºs 1897, 1918, 1891, 1920, 1937, 1940, 1941, 1942, 1956, 1982/2026,

RESOLVE
Art. 1º - Conceder 15 (quinze) dias de férias restantes a Servidora abaixo, em seu respectivo cargo e período aquisitivo. Conforme determina o INSS.

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	INICIO E TÉRMINO
Daniela Teófilo Ferreira	Enfermeira -ESF	01/04/24 a 31/03/25	24/08/26 a 07/09/26

Art. 2º - Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares a Servidora abaixo, em seu respectivo cargo e período aquisitivo. Conforme determina o Art. 104, da Lei Complementar nº 003/2011.

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	INICIO E TÉRMINO
Bruna Martins Siviero	Cirurgiã dentista-20h	24/08/23 a 23/08/24	03/08/26 a 01/09/26.

Art. 3º - Conceder 15 (quinze) dias de férias regulamentares aos Servidores abaixo, em seus respectivos cargos e períodos aquisitivos, conforme determina o Art. 104, da Lei Complementar nº 003/2011.

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	INICIO E TÉRMINO
Erika de Oliveria Lemos	Psicóloga	05/02/25 a 04/02/26	03/08/26 a 17/08/26
Jose Marcos A. dos Santos	Diretor de S e Meio A	01/01/25 a 31/12/25	22/07/26 a 05/08/26

Art. 4º – Conceder 15 (quinze) dias férias restantes aos servidores abaixo, em seus respectivos cargos e período aquisitivos. Conforme determina o Art. 104, da Lei Complementar nº 003/2011.

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	INICIO E TÉRMINO
Nycole M C Santos Fernandes	Tec. Enfermagem	17/02/25 a 16/02/26	24/08/26 a 07/07/26
Maicon Carneiro da Silva	Assistente	13/01/25 a 12/01/26	20/07/26 a 03/08/26
Marcos Luciano da Silva	Ag. Veic Automot.	03/02/25 a 02/02/26	10/08/24 a 24/08/26

Art. 5º - Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor abaixo, em seus respectivos cargos e período, optando por 10(dez) dias em pecúnia, e 20(vinte) dias a usufruir conforme período requerido abaixo, conforme determina o Art. 110, da Lei Complementar nº 003/2011.

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	INICIO E TÉRMINO
Vera Lucia dos Reis	Ag Of Administrativo	01/09/24 a 31/08/25	26/08/26 a 14/09/26
Regina Doriana Grolla	Ag. Administrativo	30/03/25 a 29/03/26	24/08/26 a 12/09/026

Art. 6º - Conceder 30(trinta) dias de férias ao servidor JONATHAN AZEVEDO DE CARVALHO, Agente de veículos Automotores, referente a período aquisitivo de 01/01/25 a 31/12/25, sendo porem que nesse período o servidor usufruiu de 196(cento e noventa e seis) dias de licença sem vencimento, tendo portanto o direito de 10(dez) dias de férias, com inicio dia 14/07/26 e término dia 23/07/26. Conforme determina os Arts.104 e 133, da Lei Complementar nº003/11.

Art. 7º - Interromper as férias da Servidora ALINE MARQUES DE SOUZA, Agente Administrativo, concedida através do Art 2º, da Portaria nº 025, do dia 23/06/26, para o período de 06/07/26 a 25/07/26, teve seu retorno dia 13/07/26, ficando 12 (doze) dias a usufruir posteriormente, Conforme determina o Art. nº113, da Lei Complementar nº 003/11.

Art. 8º - Alterar o período aquisitivo da servidora abaixo no respectivo cargo e período . Concedido através da Portaria nº 023, de 16/06/26, conforme determina o Art. 104, da Lei Complementar nº 003/2011.

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	INICIO E TÉRMINO
Amira Abou Ghattas	Enfermeira-20h	01/04/24 a 31/03/25	21/07/26 a 19/08/26

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 21 de julho de 2026.

MARIA SEBASTIANA RIBEIRO DE SÁ
Secretária de Administração.

Publicado por:
Sabrina Davanso
Código Identificador:75959096

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO: 205/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de SANTA FE, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2438/2025 de 26/11/2025.

Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$107.063,49 (cento e sete mil e sessenta e três reais e quarenta e nove centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10		ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
10.001		RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SECRETARIA DE	

		ADMINISTRAÇAO	
10.001.04.122.0002.2.101		MANUTENÇAO DOS ORGAOS DA ADMINISTRAÇAO MUNICIPAL	
6 - 3.3.90.46.00.00	3511	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	100.000,00
16		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (SEMAD)	
16.004		DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS (DRH)	
16.004.04.122.0002.2.164		MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS	
175 - 3.3.90.40.00.00	3510	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	7.063,49
Total Suplementação:			107.063,49

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA FE, PR., aos vinte e dois dias do mês de Julho de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabrina Davanso
Código Identificador:B1799DC5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
CONCEDE A SERVIDORA JAINE PEREIRA, A PRORROGAÇÃO DE LICENÇA À GESTANTE.

PORTARIA Nº 15.981
Data: 23.07.2026

Concede a servidora JAINE PEREIRA, a prorrogação de Licença à Gestante.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o requerimento protocolado sob o nº 0251/2026.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER à servidora pública municipal **JAINE PEREIRA**, CPF nº 080.***.***.-26, lotada na Secretaria da Saúde, a prorrogação da Licença à Gestante, nos termos da Lei nº 1.561, de 17 de março de 2014, e do art. 146 da Lei Complementar nº 24, de 19 de dezembro de 2022, pelo período de 23 de julho de 2026 a 20 de setembro de 2026.
Art. 2º Durante o período da licença, a servidora fará jus à integralidade de sua remuneração, conforme previsto na legislação vigente.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Santa Izabel do Oeste, em 23 de julho de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:73826210

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 07/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 07/2026
INEXIGIBLIDADE Nº 19/2026
PROCESSO LICITATORIO Nº 88/2026

O **MUNICIPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.205.715/0001-42, com sede na Rua Acácia, 1317, Centro, cidade de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, torna público que estará a partir das **08h00min 27 de julho de 2026 até a data de 31 de julho de 2026 as 17h00min**, estará realizando **Chamamento Público para seleção de projetos culturais, com concessão de apoio financeiro aos agentes culturais, nos termos da Lei nº 14.399/2022 (PNAB)**. O edital poderá ser retirado pelo Portal da Transparência https://santaizabeldooeste.atende.net/, informações complementares sobre o Edital poderão ser obtidas na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Acácia, 1317, Centro, cidade de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min horas e das 13h00min às 17h00min, ou ainda pelo Fone/Fax: (46) 35421360 e pelo e-mail: licitacao@sio.pr.gov.br.

Santa Izabel do Oeste, Paraná, em 22 de julho de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercicio

Publicado por:
Camila de Carli Grabovski
Código Identificador:4A33ABAB

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2026
INEXIGIBLIDADE Nº 18/2026
PROCESSO LICITATORIO Nº 87/2026

O **MUNICIPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.205.715/0001-42, com sede na Rua Acácia, 1317, Centro, cidade de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, torna público que estará a partir de 01 de agosto de 2026, estará **de Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para o fornecimento parcelado e futuro de materiais de construção, materiais para manutenção predial, ferragens, ferramentas, agregados, madeiras, artefatos de concreto, materiais para cobertura, pisos, revestimentos, tintas, materiais de fixação, vedação, impermeabilização e demais materiais correlatos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais, Fundos, Departamentos e demais unidades administrativas do Município de Santa Izabel do Oeste – PR**. O edital poderá ser retirado pelo Portal da Transparência https://santaizabeldooeste.atende.net/, informações complementares sobre o Edital poderão ser obtidas na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Acácia, 1317, Centro, cidade de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min horas e das 13h00min às 17h00min, ou ainda pelo Fone/Fax: (46) 35421360 e pelo e-mail: licitacao@sio.pr.gov.br ou licitasio@gmail.com.

Santa Izabel do Oeste, Paraná, em 22 de julho de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Clenir Teixeira
Código Identificador:19A3D1E6

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°269/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO N° 162/2026 AO CONTRATO Nº 269/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2025
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Terraplenagem Aquarius LTDA.
OBJETO: Registro de preços para aquisição de horas máquina de uma mini escavadeira hidráulica e escavadeira hidráulica que se faz necessária para a execução de serviços de pequeno a médio porte que exigem escavações com maior precisão e agilidade, especialmente em locais de difícil acesso para máquinas de grande porte. O equipamento será utilizado em atividades como abertura de valas para redes de água e esgoto, drenagem, terraplanagem leve, manutenção de vias e limpeza de áreas públicas. O uso da mini escavadeira proporcionará ganho de produtividade, redução de custos operacionais e maior eficiência na execução dos trabalhos, atendendo à demanda atual com qualidade e segurança no município de Santa Izabel do Oeste/PR.
VIGÊNCIA: Prorrogação até 04/08/2027.
DATA: 17/07/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:C9CF60FC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036.2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico
Nº 036.2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA – PR.
OBJETO: Registro de Preços para a Aquisição de materiais elétricos e componentes diversos destinados à manutenção corretiva e preventiva do sistema de iluminação pública do município, visando garantir a continuidade e eficiência dos serviços prestados à população de Santa Lúcia.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 240.343,46 (Duzentos e Quarenta Mil, Trezentos e Quarenta e Três Reais e Quarenta e Seis Centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 10 de agosto de 2026, às 09:00 horas.
LOCAL DE PROCESSAMENTO: Será realizado no site https://bnc.org.br/.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por item.
MODO DE DISPUTA: aberto e fechado;

Santa Lúcia, Estado do Paraná, 22 de julho de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:11480C6B

EXECUTIVO MUNICIPAL
LEI 1294/2026 DE 21 DE JULHO DE 2026

Sumula: "Aumenta o número de vagas para o cargo de Professor, criado pela Lei 645/2015, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, faz saber que, a Câmara Municipal aprovou e ele sancionara a seguinte,

L E I

Art. 1º - Aumenta de 60 (sessenta) para 65 (sessenta e cinco) o número de vagas para o cargo de Professor, criado pela Lei Municipal nº 645/2015, remanescente da Lei nº 314/2009, para atender a demanda dos serviços do Município.

§1º Os requisitos e atribuições das vagas acrescidas estão previstas na Lei Municipal n. 645/2015.

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a adotar as medidas necessárias para dar eficácia a presente Lei.

Art. 3º - As despesas resultantes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, suplementadas, nos termos da legislação em vigor.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 21 de julho de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:DFD89576

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 186/2025

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **R A FERREIRA JUNIOR ENFERMAGEM ME**, inscrita no C.N.P.J. n.º 59.855.863/0001-93, com sede na Avenida José Iastrenski, nº543, Centro- Campina do Simão -PR, neste ato representado pelo Sr. Sr. Rui Alves Ferreira Junior portador do RG nº 13.324.661-4 SESP PR e inscrito no CPF nº 073.914.449-95, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 107 da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência de que trata a Cláusula oitava do Contrato Administrativo nº. 186/2025.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E VIGÊNCIA: O prazo de vigência de que trata a Cláusula 8ª fica prorrogado por 30 (trinta) dias, com início em 17 de julho de 2026 e término em 16 de agosto de 2026.
CLÁUSULA TERCEIRA- De acordo com disposto na Lei Federal Nº 14.133/2021 em seu Art. 107, fica aditivado o Contrato Administrativo nº 186/2025, conforme abaixo:
PARAGRAFO PRIMEIRO:
Item 01 – PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM - ENFERMEIRO, no valor mensal de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), totalizando o valor de R$ 83.107,05 (oitenta e três mil cento e sete reais e cinco centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.
Item 02 – PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM - ENFERMEIRO, no valor mensal de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), totalizando o valor

de R$ 83.107,05 (oitenta e três mil cento e sete reais e cinco centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.
Item 03 – **PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM - ENFERMEIRO**, no valor mensal de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), totalizando o valor de R$ 83.107,05 (oitenta e três mil cento e sete reais e cinco centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.
Item 04 – **PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM - ENFERMEIRO**, no valor mensal de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), totalizando o valor de R$ 83.107,05 (oitenta e três mil cento e sete reais e cinco centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.
Item 05 – **PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM – ATUAR UBS OURO VERDE**, no valor mensal de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), totalizando o valor de R$ 83.107,05 (oitenta e três mil cento e sete reais e cinco centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.
Item 06 – **PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM - ATUAR UBS RIO DO TIGRE**, no valor mensal de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), totalizando o valor de R$ 83.107,05 (oitenta e três mil cento e sete reais e cinco centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.
Item 07 – **PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM – ATUAR UBS SÃO MANOEL**, no valor mensal de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), totalizando o valor de R$ 83.107,05 (oitenta e três mil cento e sete reais e cinco centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.
Item 08 – **PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM – ATUAR UBS SÃO JOSÉ**, no valor mensal de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), totalizando o valor de R$ 83.107,05 (oitenta e três mil cento e sete reais e cinco centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.
Item 09 – **PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM – ATUAR NO CAPS**, no valor mensal de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), totalizando o valor de R$ 83.107,05 (oitenta e três mil cento e sete reais e cinco centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.
Item 10 – **PROFISSIONAL TÉCNICO DE ENFERMAGEM – UAPSF CENTRO 1**, no valor mensal de R$ 3.646,63 (três mil seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), totalizando o valor de R$ 47.406,19 (quarenta e sete mil quatrocentos e seis reais e dezenove centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.
Item 11 – **PROFISSIONAL TÉCNICO DE ENFERMAGEM – UAPSF CENTRO 2**, no valor mensal de R$ 3.646,63 (três mil seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), totalizando o valor de R$ 47.406,19 (quarenta e sete mil quatrocentos e seis reais e dezenove centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.
Item 13 – **PROFISSIONAL TÉCNICO DE ENFERMAGEM – UBS OURO VERDE**, no valor mensal de R$ 3.646,63 (três mil seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), totalizando o valor de R$ 47.406,19 (quarenta e sete mil quatrocentos e seis reais e dezenove centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.
Item 14 – **PROFISSIONAL TÉCNICO DE ENFERMAGEM – UBS SÃO JOSÉ**, no valor mensal de R$ 3.646,63 (três mil seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), totalizando o valor de R$ 47.406,19 (quarenta e sete mil quatrocentos e seis reais e dezenove centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.
Item 15 – **PROFISSIONAL TÉCNICO DE ENFERMAGEM 1**, no valor mensal de R$ 3.646,63 (três mil seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), totalizando o valor de R$ 47.406,19 (quarenta e sete mil quatrocentos e seis reais e dezenove centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.
Item 16 – **PROFISSIONAL TÉCNICO DE ENFERMAGEM 2**, no valor mensal de R$ 3.646,63 (três mil seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), totalizando o valor de R$ 47.406,19 (quarenta e sete mil quatrocentos e seis reais e dezenove centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.
Item 17- PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOLOGIA, no valor mensal de R$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), totalizando o valor de R$ 61.100,00 (sessenta e um mil e cem reais) pelo período de 30 (trinta) dias.
Item 19- PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIPTERAPIA, no valor mensal de R$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), totalizando o valor de R$ 61.100,00 (sessenta e um mil e cem reais) pelo período de 30 (trinta) dias.
Item 21- PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIOLOGIA, no valor mensal de R$ 2.592,00 (dois mil quinhentos e noventa e dois reais), totalizando o valor de R$ 33.696,00 (trinta e três mil seiscentos e noventa e seis reais) pelo período de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 17 de julho de 2025, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.
E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 16 de julho de 2026.

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***R A FERREIRA JUNIOR ENFERMAGEM ME***

Testemunhas

_____	_____
Andreia Kaviak	Eliane De Faria Rodrigues
RG: 13.498.652-2	RG: 11.046.544-0
CPF: 101.862.579-88	CPF:101.496.509-81

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:23AC07F9

LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 187/2025

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **SOUZA RADIOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ N.º 61.572.885/0001-98, 98 com sede na rua José Schereiner, nº1905, Centro- Santa Maria do Oeste -PR. Neste ato representado pela Sra. GEANE CORDEIRO DE SOUZA, inscrito no CPF nº 098.309.509-48, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 107 da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o **prazo** de vigência de que trata a Cláusula Oitava Do Contrato Administrativo Nº 187/2025.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência de que trata a Cláusula 8ª fica prorrogado por 30 (trinta) dias, com início em 17 de julho de 2026 e término em 16 de agosto de 2026.
CLÁUSULA TERCEIRA- De acordo com disposto na Lei Federal Nº 14.133/2021 em seu Art. 107, fica aditivado o Contrato Administrativo nº 187/2025, conforme abaixo:
PARAGRAFO PRIMEIRO:
Item 22 – **PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIOLOGIA**, no valor mensal de R$ 2.592,00 (dois mil quinhentos e noventa e dois reais), totalizando o valor de R$ 33.696,00 (trinta e três mil seiscentos e noventa e seis reais) pelo período de 30 (trinta) dias.
CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato administrativo celebrado em 17 de julho de 2025, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 16 de julho de 2026.

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***SOUZA RADIOLOGIA LTDA***

Testemunhas

_____		_____
Andreia Kaviak		Eliane De Faria Rodrigues
RG: 13.498.652-2		RG: 11.046.544-0
CPF: 101.862.579-88		CPF:101.496.509-81

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:07F5C198

LICITAÇÃO
ATA Nº 12/2026 ATA DE RELAÇÃO DOS CREDENCIADOS HABILITADOS PARA PARTICIPAÇÃO NO SORTEIO PÚBLICO EDITAL DE CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO Nº 01/2026

Aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, reuniu-se a Comissão de Contratação do Município de Santa Maria do Oeste/PR para consolidar o resultado da análise da documentação apresentada pelos interessados no Edital de Chamamento/Credenciamento nº 01/2026, cujo objeto é o credenciamento de pessoa física ou pessoa jurídica para prestação de serviços de leiloeiro oficial destinados à realização de leilão de bens inservíveis pertencentes ao Município de Santa Maria do Oeste/PR.
Após análise da documentação e considerando as decisões registradas nas respectivas atas de julgamento da habilitação, verificou-se que os interessados abaixo relacionados encontram-se devidamente habilitados e credenciados, estando aptos a participar do Sorteio Público destinado à definição da ordem de classificação dos credenciados e do leiloeiro oficial que será convocado para contratação, conforme as disposições do Edital de Chamamento/Credenciamento nº 01/2026.

PEDRO LERNER KRONBERG, inscrito no CPF 005.142.199-20, domiciliado na Rua André de Barros, Nº226, sala 404, Centro, Curitiba-Paraná **JUCEPAR nº 20/322-L,** protocolo nº 78/2026.

HELCIO KRONBERG, inscrito no CPF 085.187.848-24, domiciliado na Rua André de Barros, Nº226, sala 907, Centro, Curitiba-Paraná, **JUCEPAR nº 653**, Protocolo nº 76/2026.

JEREMY WU SANTIAGO DA COSTA E SILVA, inscrito no CPF 007.834.909-50, domiciliado na Rua Vicente Geronasso, Nº 109, casa 01, Boa Vista, Curitiba-Paraná, **JUCEPAR nº 24/400-L**, protocolo nº 80/2026.

JAQUELINE SPERANÇA, inscrita no CPF 859.917.759-15, domiciliada na Rua André de Barros, Nº226, sala 602, Centro, Curitiba-Paraná, **JUCEPAR nº 21/328-L**, protocolo nº 81/2026.

JOACIR MONZON POUEY, inscrito no CPF 007.917.900-29, domiciliado na Rua André de Barros, Nº226, sala 401, Centro, Curitiba-Paraná, **JUCEPAR nº 18/295-L**, protocolo nº 77/2026.

CLEVER ELMES MILANI, inscrito no CPF 000.567.899-47, domiciliado na Rua TRAVESSA SGODA, Nº45, Roça Grande, Colombo-Paraná, **JUCEPAR nº 16/283-L**, protocolo nº 82/2026.

GUSTAVO MORETTO GUIMARÃES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF 280.345.868-38, domiciliado na Rua Estrada Municipal Teodor Condiev, Nº 970, Sala 1010, Edificio Veccon Prime Center, Jardim Marchissolo, Sumaré/ SP, **JUCEPAR nº 22/344-L**, protocolo nº 96/2026.

LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA 01472188616 ME, inscrito no CNPJ 50.005.097/0001-01, estabelecida na Rua Matias Cardoso, Nº11, Sala 205, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG. Representada pelo Sr. LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA, inscrito no CPF nº 014.721.886-16, com o profissional **Lucas Rafael Antunes,** inscrito no CPF nº 014.721.886-16 e cédula de identidade MG-11.670.601, **JUCEPAR nº 24/399-L.** Conforme a documentação exigida pelo edital do chamamento 01/2026 e Protocolo nº 93/2026.

ANA CAROLINA ZANINETTI ROSA, inscrita no CPF 023.615.279-36, domiciliado na Rua Rio Negro, Nº451, Jardim dos Migrantes, Ji- Paraná/RO, **JUCEPAR nº 25/413-L**, protocolo nº 98/2026.

EVANILDE AQUINO PIMENTEL, inscrita no CPF 583.302.329-72, domiciliado na Rua das Pedras, Nº454, Jardim dos Migrantes, Ji-Paraná/RO, **JUCEPAR nº 22/361-L**, protocolo nº 97/2026.

PAULO ALEXANDRE HEISLER, inscrito no CPF 534.364.310-87, domiciliado na Rua Bagé, Nº1428, Canoas/RS, **JUCEPAR nº 25/416-L**, protocolo nº 94/2026.

FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO, inscrito no CNPJ 49.888.790/0001-82, estabelecida na Rua Um, Nº300 B, Box 15, Bairro do Comercio, Contagem/MG. Representada pelo Sr. **FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO**, inscrito no CPF nº 039.167.186-30, com o profissional FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO**,** inscrito no CPF nº 039.167.186-30, **JUCEPAR nº 24/401-L,** protocolo nº 92/2026.

FERNANDA RIBEIRO, inscrita no CPF 032.223.549-95, domiciliado na Rua Congo, Nº8, Pineville, Pinhais/PR, **JUCEPAR nº 25/435-L**, protocolo nº 88/2026.

ALEXSANDER PRETTI DOMINGOS, inscrito no CPF 046.019.497-69, domiciliado na Rua Antonio Pagani, Nº245, Maria das Graças- Colatina/ES, **JUCEPAR nº 23/383-L**, protocolo nº 95/2026.

LUCAS EDUARDO DALCANALE, inscrito no CPF 010.132.359-08, domiciliado na Rua José Leal Fontoura, Nº560, Centro-Colombo/PR, **JUCEPAR nº 20/319-L**, protocolo nº 90/2026.

DANIEL ELIAS GARCIA, inscrito no CPF 910.192.149-53, domiciliado na Rua Fernando Amaro, Nº60, Sala 34, Alto da Rua XV, Curitiba/PR, **JUCEPAR nº 20/316-L**, protocolo nº 91/2026.

RICARDO FERREIRA GOMES, inscrito no CPF 005.114.589-83, domiciliado na Rua Serra do Cadeado, Nº380, Bandeirantes, Londrina-PR **JUCEPAR nº 21/332-L**.

CAMILA DE MOURA GAIA PELLISSARI, inscrita no CPF 066.326.499-55, domiciliado na Rua Cel. Dulcidio, Nº 1317, sala 71-72, 7° Andar, Centro, Ponta Grossa-Paraná, **JUCEPAR nº 23.376-L**.

LUIZ CARLOS DALL AGNOL, inscrito no CPF 607.889.929-53, domiciliado na Rua Rafael Picoli, Nº 2675, Country, Cascavel-PR, **JUCEPAR nº 639**.

JORGE MARCO AURELIO BIAVATI, inscrito no CPF 580.826.389-15, domiciliado na Rua Carlos de Carvalho, Nº 2114, Parque São Paulo, Cascavel-PR, **JUCEPAR nº 17/289-L**.

LUIZ BARBOSA DE LIMA JUNIOR, inscrito no CPF 397.601.709-49, domiciliado na Av. Garibaldi Deliberador, Nº99, Apto 28, Jardim Claudia Londrina-PR, **JUCEPAR nº 10/030-L**.

LELIA MARIA DE PAULA LENZ CÉSAR, inscrito no CPF 839.225.129-68, domiciliado na Rua Vicente Machado, Nº1187, Apto 31, Batel, Curitiba/PR, **JUCEPAR nº 630**.

SIDNEY BELARMINO FERREIRA JUNIOR, inscrito no CPF 049.611.679-75, domiciliado na Rua Sagrado Coração, Nº 111, Apto 208, Torre 02, Jardim Monções, Londrina/PR, **JUCEPAR nº 19/309-L**.

CONRADO AUGUSTO CARVALHO DE MAGALHÃES, inscrito no CPF 089.444.926-54, domiciliado na Avenida

Higienópolis, Nº583, 8 andar Sala 02, Centro, Londrina/PR, **JUCEPAR nº 22/343-L.**

GUILHERME EDUARDO STUTZ TOPOROSKI, inscrito no CPF 042.371.199-71, domiciliado na Rua Marechal Hermes, Nº1413, Centro Cívico, Curitiba/PR, **JUCEPAR nº 12/049-L**.

CATIA FERNANDA ALIEVI TOPOROSKI, inscrita no CPF 040.261.439-96, domiciliado na Rua Marechal Hermes, Nº1413, Centro Cívico, Curitiba/PR, **JUCEPAR nº 24/390-L**.

GIANCARLO PETERLONGO LORENZINI MENEGOTTO, inscrito no CPF 587.159.750-53, domiciliado na Rua Sinimbu, Nº1878, Sala 601, Caxias do Sul/RS, **JUCEPAR nº 24/405-L**.

CAROLINE DE SOUZA RIBAS inscrita no CPF 224.335.748-89, domiciliado na Av. Dom Pedro II, Nº 620, 20° andar, Sala 201, Edificio Manhattan Office, Bairro Jardim Santo André/SP, **JUCEPAR nº 22/359-L**.

TATIANA PAULA ZANI DE SOUSA, inscrita no CPF 262.678.818-06, domiciliado na Av. Dom Pedro II, Nº 620, 20° andar, Sala 201, Edificio Manhattan Office, Bairro Jardim Santo André/SP, **JUCEPAR nº 22/358-L**.

DIEGO WOLF DE OLIVEIRA, inscrito no CPF 008.761.599-19, domiciliado na Rua. Doutor João Colin, Nº 1285, Sala 3, América, Joinville-SC, **JUCEPAR nº 20/317-L**.
ALEX SANDRO VIEIRA FELIX, inscrito no CPF 026.187.549-30, situado na Rua Júlio Estrela Moreira, nº 74, Jardim do Lago Parque, Londrina/PR, **JUCEPAR nº 18/297-L** e Protocolo nº 112/2026.

ADALBERTO SCHERER FILHO, inscrito no CPF 301.894.209-44, domiciliado na Rua Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, Nº 3050, casa 02, Mossunguê, Curitiba-PR **JUCEPAR nº 21/329-L**. Conforme a documentação exigida pelo edital do chamamento 01/2026.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, inscrita no CNPJ nº 40.414.942/0001-30, domiciliado na Rua Nunes Machado, nº 611, Curitiba/PR, representada pelo Sr. PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, inscrito no CPF nº 041.361.129-98, com o profissional PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, inscrito no CPF nº 041.361.129-98, **JUCEPAR nº 12/048-L.**

DANIEL RIBAS ROSA FRAHM, inscrito no CPF nº 044.809.879-24, domiciliado na Rua Vicente Machado, nº 1530, Centro, Guarapuava/PR, registrado na JUCEPAR sob o nº 18/301-L, conforme documentação exigida pelo Edital de Chamamento nº 01/2026.

ANDRÉ LUIZ WUITSCHIK, inscrito no CPF nº 028.240.179-29, domiciliado na Rua Santa Luzia, nº 332, Vale das Palmeiras, Prudentópolis/PR, registrado na JUCEPAR sob o nº 20/327-L, conforme documentação exigida pelo Edital de Chamamento nº 01/2026.

Considerando a habilitação dos interessados, todos considerados aptos ao credenciamento, a Comissão de Contratação deliberou pela realização de Sorteio Público, o qual ocorrerá no dia **10 de agosto de 2026**, às **15h00**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste/PR, conforme Aviso de Sorteio previamente publicado, com a finalidade de definir a ordem de classificação dos credenciados e o leiloeiro oficial que será convocado para contratação e realização do leilão de bens inservíveis pertencentes ao Município, observadas as disposições do Edital de Chamamento/Credenciamento nº 01/2026.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão de Contratação.
Santa Maria do Oeste/PR, 22 de julho de 2026.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE/PR

LUCAS TIAGO MINHUK
Presidente da Comissão de Licitação

MATHEUS IASSIUNIK DOS SANTOS
Membro

ELIANE DE FARIA RODRIGUES
Membro

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:FF03EDF4

LICITAÇÃO
AVISO DE SORTEIO PÚBLICO EDITAL DE CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO Nº 01/2026

O Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, torna público aos interessados que, em razão da habilitação de mais de um profissional no **Edital de Chamamento/Credenciamento nº 01/2026**, cujo objeto é o **credenciamento de pessoa física ou pessoa jurídica para prestação de serviços de leiloeiro oficial destinados à realização de leilão de bens inservíveis pertencentes ao Município de Santa Maria do Oeste/PR**, será realizado **Sorteio Público** para definição do **leiloeiro que será contratado para a realização do leilão**.
O sorteio será realizado em sessão pública, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, transparência e igualdade entre os profissionais habilitados.
Data: 10/08/2026
Horário: 15h00
Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste/PR, situada na Rua José de França Pereira, nº 10, Centro, Santa Maria do Oeste/PR.
Ficam convocados todos os profissionais devidamente habilitados no Edital de Chamamento/Credenciamento nº 01/2026 para, querendo, acompanhar a realização do sorteio.

Santa Maria do Oeste/PR, 22 de julho de 2026.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA SARIA DO OESTE/PR

LUCAS TIAGO MINHUK
Presidente da Comissão de Licitação

MATHEUS IASSIUNIK DOS SANTOS
Membro

ELIANE DE FARIA RODRIGUES
Membro

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:16A048E0

LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2026

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

Nos termos do Parecer da Assessoria Jurídica, declaro a ***DISPENSA DE LICITAÇÃO***, referente a **"CONTRATAÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTVA E CORRETIVA EM CÂMARA DE CONSERVAÇÃO (REFRIGERADOR CIENTIFICO INDREL, MODELO RVV 22 D (VSS) Nº DE SÉRIE 064.127), PERTENCENTE À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTA DEMANDA."**
Assim, com base no Art. 75, Inciso VIII da Lei n.º 14.133/2021, RATIFICO A DISPENSA.

Publique-se.

Santa Maria do Oeste – Pr, 22 de Julho de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N.º 81/2026
REFERENTE: DISPENSA N.º 022/2026

OBJETO: "CONTRATAÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTVA E CORRETIVA EM CÂMARA DE CONSERVAÇÃO (REFRIGERADOR CIENTIFICO INDREL, MODELO RVV 22 D (VSS) Nº DE SÉRIE 064.127), PERTENCENTE À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTA DEMANDA."
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste – Pr.
CONTRATADO: PESENTI & PELAIS LTDA, inscrita no CNPJ 27.074.498/0001-93, com Sede na Avenida Celso Garcia Cid nº1539, centro, CEP 86.039-000, Londrina/PR.
VALOR TOTAL: R$ 3.000,00 (Três mil reais)
JUSTIFICATIVA:. De acordo com o art.75, Inciso VIII da Lei n.º 14.133/2021 e alterações posteriores.

Santa Maria do Oeste - PR, 22 de Julho de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane
Código Identificador:CAFD06A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01084/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01084/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: JEINEFER AMANDA DA SILVA NIEDUZIAK **MATRÍCULA n.º** 9997495
CARGO: SECRETARIO MEIO AMBIENTE **CPF N.º** 102.***.***-86
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE GUARAPUAVA, PARA PARTICIPAÇÃO DE REUNIÃO SOBRE REFORMA TRIBUTARIA E ICMS ECOLOGICO.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 17/06/2026-
Data de Retorno: 17/06/2026-
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA - PR **Código do IBGE:** 09401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$175,00 (CENTO SETENTA E CINCO CEM REAIS)
VALOR TOTAL R$: R$175,00 (CENTO SETENTA E CINCO CEM REAIS)

Santa Maria do Oeste/PR 22 de Julho de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:61842DD4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 056/2026

SÚMULA: DESIGNA servidora MARIA CANDIDA EURICH MACHADO como representante institucional incumbido de atuar junto à Unidade Municipal de Cadastramento do INCRA, mediante ACORDO DE ADESÃO - UMC Nº435/2025/SR(09)PR-G/SR(PR)/INCRA, Município de Santa Maria do Oeste – PR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei,

RESOLVE:
Artigo 1. Designar **MARIA CANDIDA EURICH MACHADO** CPF: 094.***.***-97 e RG: 13.***.***-7, como representante institucional incumbido de coordenar a execução do Acordo de Cooperação Técnica Celebrado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste, visando a execução do projeto UNIDADE MUNICIPAL DE CADASTRAMENTO/SISTEMA NACINAL DE CADASTRO RURAL.
Artigo 2. Fica revogada a Portaria 145/2025.
Artigo 3. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, em 22 de Julho de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Antonio de Lima
Código Identificador:7CBFFAAD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 3555/2026

DECRETO Nº 3555/2026

Altera o Decreto nº 3.249/2024, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o FUNDEB, e considerando a necessidade de substituição de membro representante da sociedade civil no CACS-FUNDEB.
Considerando o pedido de substituição apresentado pelo segmento representado;
Considerando que a alteração não modifica o mandato do Conselho, restringindo-se à substituição do representante suplente da sociedade civil;
DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB, nomeado pelo Decreto nº 3.249/2024, exclusivamente quanto ao representante suplente da Sociedade Civil, passando a vigorar a seguinte composição:
Representante da Sociedade Civil – Suplente

• **Substituído:** Renato Dias da Rosa;
• **Nomeado:** João Antônio de Lima.

Art. 2º Permanecem inalteradas e plenamente vigentes as demais disposições constantes do Decreto nº 3.249/2024.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Paraíso, Estado do Paraná, em 09 de julho de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Alves Nogueira André
Código Identificador:9B5E4B42

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 3556/2026

D E C R E T O Nº 3556/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Artigo 1º - EXONERAR, a partir do dia 09/07/2026, a Servidora Municipal, DANIELLY FRANCO ROMANGNOLO, nomeada pelo Processo Seletivo Simplificado – PSS 001/2022, matrícula n.º 950, lotada no Cargo de ENFERMEIRA - PSS, conforme Lei n.º 1612/2022, de 22/03/2022, desta Prefeitura Municipal, a qual havia sido nomeada em data de 17/06/2025, conforme Decreto n.º 3350/2024, de 17/06/2025.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Paraíso, em 09 de Julho de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Alves Nogueira André
Código Identificador:A6AC33F2

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 3558/2026

DECRETO Nº 3558/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Artigo 1º - EXONERAR, a servidora Pública Municipal, CAMILA LUIZA SANTOS VALA, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 1*.***.***-7-SSP/PR, e inscrita no CPF/MF n.º 0**.***.***-*1, lotado no Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, conforme Lei Complementar nº 47/2026, de 10/03/2026, a qual havia sido nomeada através do Decreto Municipal nº 2033/2016, de 16/08/2016.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de Julho de 2.026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Paraíso, em 16 de Julho de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Alves Nogueira André
Código Identificador:F634D5DF

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 3559/2026

DECRETO Nº 3559/2026

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente do Município de Santo Antônio do Paraíso, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto na Constituição Federal, na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), e, em conformidade com o Decreto nº. 3493 de 24 de abril de 2026.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente do Município de Santo Antônio do Paraíso, composta pelos seguintes representantes:

I – Secretaria Municipal de Assistência Social

• Titular: Vera Lucia Marangoni Martinelli;
• Suplente: Célia Maria Mantovani Bento.

II – Secretaria Municipal de Saúde

• Titular: Viviane Mara Rosa Souza;
• Suplente: Luiz Antônio Dias da Rosa.

III – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

• Titular: Renato Dias da Rosa;
• Suplente: Eva Cristina de Moura Dutra.

IV – Secretaria Municipal de Esporte

• Titular: Adriano Barbosa de Lima;
• Suplente: Cristian Cleyton Libório de Oliveira.

V – Conselho Tutelar

• Titular: Francisca João do Nascimento;
• Suplente: Adriana C. Moura.

VI – Escola Municipal Izabel Navarro Claro

• Titular: Regiane Fortunato Roza;
• Suplente: Adriana Paulino da Silva Lima.

VII – Centro Municipal de Educação Infantil Rosa Zaninnet

• Titular: Eliana Cristina Rodrigues Brisola;
• Suplente: Rosangela da Silva.

VIII – Escola da Rede Estadual de Ensino

• Titular: Silvia Donizete da Silva do Espírito Santo;
• Suplente: Mileide Lima da Silva.

IX – Escola de Educação Especial Paraíso

• Titular: Thimany Raquieli Ferri Veloso;
• Suplente: Glaucia Aparecida de Souza.

X – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

• Titular: Maria Cristina Gabriel;
• Suplente: Silvana Moreira.

XI – Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

• Titular: Juliano Marcondes de Castro;
• Suplente: Ademarcia Rodrigues Barbosa.

XII – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

• Titular: Elias Alves Marçal da Silva;
• Suplente: Reinaldo Esperandin do Prado.

Art. 2º A Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente constitui instância de articulação intersetorial e de cooperação entre os órgãos governamentais e entidades representadas, com a finalidade de promover a proteção integral, a garantia e a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes no âmbito do Município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Paraíso, Estado do Paraná, 21 de julho de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Alves Nogueira André
Código Identificador:303E9A5C

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 3560/2026

DECRETO Nº 3560/2026

SÚMULA: Nomeia a Comissão Executiva Municipal dos Jogos Escolares do Paraná – JEPS Bom de Bola, no âmbito do Município de Santo Antônio do Paraíso, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a realização dos Jogos Escolares do Paraná – JEPS Bom de Bola, promovidos pelo Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Esporte e da Secretaria de Estado da Educação;
CONSIDERANDO a necessidade de instituir Comissão Executiva Municipal responsável pelo planejamento, organização, coordenação, execução e acompanhamento das etapas municipais e demais atividades relacionadas ao evento esportivo;
CONSIDERANDO o interesse público na promoção do esporte educacional, da integração entre os estudantes e do fortalecimento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento esportivo;
DECRETA:
Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Executiva Municipal dos Jogos Escolares do Paraná – JEPS Bom de Bola, responsável pela coordenação, organização, acompanhamento e execução das atividades relacionadas ao evento no âmbito do Município de Santo Antônio do Paraíso.

Art. 2º - A Comissão Executiva Municipal será composta pelos seguintes membros:

I – Presidente:

• Devanir Martinelli;

II – Coordenador Geral:

• Adriano Barbosa de Lima;

III – Coordenador de Hospedagem/alojamentos :

• Rhoan Carlos da Silva Polican;

IV – Coordenador de Alimentação :

• Renato Dias da Rosa;

V – Coordenador de Transporte:

• Valdeni Albanês ;

VI – Coordenador de Serviços Gerais:

• Antonio Aparecido Beijo;

VII – Coordenador de Segurança:

• Marcelo José Coelho;

VIII – Coordenador de Atendimento Médico:

• Viviani Mara Rosa Souza;

IX – Coordenador de Futebol (atendimento aos Campos):

• Cristian Cleiton Libório Oliveira da Silva;

X – Responsável pela Organização da Abertura:

• Felipe Augusto Marangoni Martinelli;

Art. 3º - Compete à Comissão Executiva Municipal:
I – planejar, coordenar e supervisionar todas as ações necessárias à realização dos Jogos Escolares do Paraná – JEPS Bom de Bola no Município;
II – promover reuniões de planejamento e organização do evento;
III – elaborar e acompanhar o cronograma de execução das atividades;
IV – realizar as inscrições das equipes e atletas, observando o regulamento geral da competição;
V – providenciar a infraestrutura necessária para realização dos jogos;
VI – organizar os locais das competições, zelando pela segurança dos participantes e do público;
VII – articular ações com as Secretarias Municipais, estabelecimentos de ensino, entidades esportivas e demais órgãos envolvidos;
VIII – acompanhar a arbitragem, logística, transporte, alimentação, primeiros socorros e demais serviços necessários ao evento;
IX – elaborar relatórios das atividades desenvolvidas;
X – cumprir e fazer cumprir o Regulamento Geral dos Jogos Escolares do Paraná – JEPS Bom de Bola e demais normas expedidas pelos órgãos competentes.
Art. 4º - A Comissão poderá solicitar o apoio técnico e administrativo das Secretarias Municipais, bem como requisitar servidores municipais para auxiliar na execução dos trabalhos, mediante autorização da autoridade competente.

Art. 5º - Poderão ser convidados representantes de órgãos públicos, entidades esportivas, associações, clubes, instituições de ensino e demais pessoas que possam colaborar com a organização do evento, sem direito a voto nas deliberações da Comissão.

Art. 6º - As funções desempenhadas pelos membros da Comissão Executiva Municipal serão consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas, não gerando qualquer vínculo ou vantagem pecuniária.

Art. 7º - A Comissão exercerá suas atividades durante todo o período de preparação, realização e encerramento dos Jogos

Escolares do Paraná – JEPS Bom de Bola, extinguindo-se automaticamente após a conclusão dos trabalhos, salvo nova designação por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 9º - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Executiva Municipal, observada a legislação vigente e o Regulamento Geral dos Jogos Escolares do Paraná – JEPS Bom de Bola.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Paraíso, Estado do Paraná, 21 de julho de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Alves Nogueira André
Código Identificador:82D42E12

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 004/2026

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 004/2026

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Paraíso torna público que fará licitação na modalidade: ***CONCORRÊNCIA***, na forma: ***ELETRÔNICA***, do tipo: ***MENOR PREÇO GLOBAL*****,** para o seguinte Objeto*:* ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE 1.058,00 m² DE CERCAMENTO DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL E DA ÁREA DO ANTIGO LIXÃO DESATIVADO, EM ATENDIMENTO AO DFD – DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E SANEAMENTO, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO EDITAL*****,*** conforme especificações e normas contidas no Edital e seus Anexos.
Início da Sessão de Disputa: dia **10/08/2025** as **09h00min** (Horário Oficial de Brasília)
Sistema Eletrônico Utilizado: Bolsa de Licitação e Leilão do Brasil - BLL
A disputa será realizada pelo endereço eletrônico do sistema: http://bll.org.br.
Dados para Contato: 0800-000-3879 – **licitacao@pmsantoantoniodoparaiso.pr.gov.br**
Endereço: Av. Deputado Nilson Ribas, 886
INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO: Edital na íntegra encontra-se a disposição no site oficial do Município: **www.pmsantoantoniodoparaiso.pr.gov.br – "LICITAÇÕES"** nos seguintes horários: das **08h:00min** às **11h:00min** e **13h:00min** às **16h:00min** de **Segunda a Sexta-Feira**, ficando os interessados responsável pela verificação de qualquer alteração no site. Maiores Informações e esclarecimentos: **Divisão de Licitações na Av. Deputado Nilson Ribas, 886**, ou através do telefone **0800-000-3879**, ou e-mail: **licitacao@pmsantoantoniodoparaiso.pr.gov.br**

Santo Antonio do Paraíso, em 22 de Julho de 2026.

Agente de Contratação

Publicado por:
Marcelo Feliciano Dos Santos
Código Identificador:D5DAD115

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2026

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2026

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Paraíso torna público que fará licitação na modalidade: ***PREGÃO***, na forma: ***ELETRÔNICA***, do tipo: ***MENOR PREÇO POR ITEM*****,** para o seguinte Objeto*:* ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE COPOS DESCARTÁVEIS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, EM ATENDIMENTO AOS DFDs – DOCUMENTOS DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA DAS SECRETARIAS, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA CONSTANTE NO EDITAL*****,*** conforme relação com quantidade e especificações constantes no **Termo de Referência anexo VIII do Edital**.
Início da Sessão de Disputa: dia **11/08/2026** ás **09h00min** (Horário Oficial de Brasília)
Sistema Eletrônico Utilizado: Bolsa de Licitação e Leilão do Brasil - BLL
A disputa será realizada pelo endereço eletrônico do sistema: http://bll.org.br
Dados para Contato: 0800-000-3879 – **licitacao@pmsantoantoniodoparaiso.pr.gov.br**
Endereço: Av. Deputado Nilson Ribas, 886
INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO: Edital na íntegra encontra-se a disposição no site oficial do Município: **www.pmsantoantoniodoparaiso.pr.gov.br – "LICITAÇÕES"** nos seguintes horários: das **08h00min** às **11h00min** e **13h00min** às **16h00min** de **Segunda** a **Sexta-Feira**, ficando os interessados responsáveis pela verificação de qualquer alteração no site. Maiores Informações e esclarecimentos: **Divisão de Licitações na Av. Deputado Nilson Ribas, 886**, ou através do telefone **0800-000-3879**, ou e-mail: **licitacao@pmsantoantoniodoparaiso.pr.gov.br**

Santo Antonio do Paraíso, em 22 de Julho de 2026.

RICARDO GONÇALVES -
Pregoeiro

Publicado por:
Marcelo Feliciano Dos Santos
Código Identificador:8F73461F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026 PROCESSO Nº 665/2026 NÚMERO DO PROCESSO COMPRAS GOV E PNCP: 987857-8/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026
PROCESSO Nº 665/2026
NÚMERO DO PROCESSO COMPRAS GOV E PNCP: 987857-8/2026

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE Estado do Paraná, por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO ANTONIO ORTINA, e a Pregoeira, designada pela Portaria nº 228/2025, no uso de suas atribuições legais, avisa aos interessados que realizará no dia 06/08/2026, as 09:00 horas, a abertura da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, menor preço Por item, que tem por objeto: Aquisição de pedra graduada e rachão de pedra granulometria variada, para atendimento as demandas da Secretaria de Obras do município de Santo Antonio do Sudoeste/PR.

Data para cadastrar proposta na plataforma eletrônica vai do dia 24/07/2026, as 08:00 horas até 06/08/2026, as 08:00 horas.

Edital na íntegra, inclusive com anexos, à disposição no Departamento de Licitações, no site **www.pmsas.pr.gov.br**/licitações ou **www.comprasgovernamentais.gov.br** Demais informações telefone (46) 3563-8000 e ainda por e-mail **licitacao1@pmsas.pr.gov.br**.

Santo Antonio do Sudoeste, em 22/07/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA
Prefeito Municipal

NATALICIA FRANCISCONI PASTÓRIO
Pregoeira

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:CC0BCF1D

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
ERRATA EXTRATO DO CONTRATO Nº 201/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 080/2025

ERRATA EXTRATO DO CONTRATO Nº 201/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 080/2025

ONDE SE LÊ:
Representante: FELIPE ESPOSITO DOMINGUES LENS
CPF nº 353.999.908-65

LEIA-SE:
Representante: ELIZABETH ARAUJO SANTOS
CPF nº 409.354.308-90

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:D50118B1

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 5 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 512/2023 PREGÃO -USO ATÉ 30/04/26 Nº 64/2023

EXTRATO ADITIVO Nº 5 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 512/2023
Pregão -Uso até 30/04/26 Nº 64/2023

OBJETO: Contratação de empresa para ministrar aulas em oficinas e cursos profissionalizantes para usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e demais usuários atendidos pela Secretaria de Assistência Social..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: INSTITUTO MAKRO MARKETING CURSOS E TREINAMENTOS EIRELI EPP;
VALOR: R$ 3.797,00Três Mil, Setecentos e Noventa e Sete Reais.
DATA DA ASSINATURA: 22/07/2026
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: Gabriela Beloti - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:CA1BC45C

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 384/2025 IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 384/2025 IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR
CNPJ/MF sob nº 75.927.582/0001-55
RICARDO ANTONIO ORTINA
C.P.F. nº 213.037.039-04
CONTRATADO: M&J REFRIGERAÇÃO
CNPJ sob nº 54.638.483/0001-83
MATEUS ARAUJO CAPUTO
CPF Nº 059.364.241-46

FUNDAMENTO - Art. 124, inciso II da Lei nº 14.133/21.

DO OBJETO DA RESCISÃO - Cláusula 1ª. A presente rescisão tem como objeto, o contrato administrativo celebrado entre as partes supra mencionadas, com o seguinte objeto: Aquisição e instalação de equipamentos frigoríficos para a estruturação de um abatedouro de ovinos no município de Santo Antônio do Sudoeste, Pregão -Uso até 30/04/26 Nº 40/2025.

Santo Antonio do Sudoeste – PR, 22/07/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:6F78352C

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0165/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 059/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0165/2026
Inexigibilidade nº 059/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: CLINICA VIDA E SAUDE FREDO E VICELI LTDA
CNPJ Nº 28.004.122/0001-75
Representante: JANAINA DO CARMO FREDO
CPF nº 075.372.089-21
OBJETO: Contratação de Pessoas Jurídicas para serviços médicos, enfermeiros, técnico em enfermagem, farmaceuticos, psicologo, odontólogo, auxiliar de saúde bucal, terapeuta ocupacional, nutricionista e assistente social e fisioterapeuta, para suprir as necessidades das Secretarias do município, conforme Chamamento Público Nº 001/2024.
VALOR TOTAL: R$ 59.304,00 (Cinqüenta e Nove Mil, Trezentos e Quatro Reais)
VIGÊNCIA: 14/06/2027

Santo Antonio do Sudoeste, em 15/06/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:A1B6ACDA

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 204/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 021/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 204/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 021/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: ALEXSANDRO DE PAULA
CNPJ Nº 06.244.499/0001-69
Representante: ALEXSANDRO DE PAULA
CPF nº 006.714.759-32
OBJETO: Aquisição de baterias automotivas para a frota de veículos e máquinas do município de Santo Antonio do Sudoeste – PR.
VALOR TOTAL: R$ 124.015,00 (Cento e Vinte e Quatro Mil e Quinze Reais)
VIGÊNCIA: 21/07/2027

Santo Antonio do Sudoeste, em 22/07/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:3D9F808B

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 205/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 021/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 205/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 021/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: EMERSON FERNANDO DE SOUZA LIMA ME
CNPJ Nº 22.941.533/0001-00
Representante: EMERSON FERNANDO DE SOUZA LIMA
CPF nº 062.348.459-59
OBJETO: Aquisição de baterias automotivas para a frota de veículos e máquinas do município de Santo Antonio do Sudoeste – PR.
VALOR TOTAL: R$ 27.500,00 (Vinte e Sete Mil e Quinhentos Reais)
VIGÊNCIA: 21/07/2027
Santo Antonio do Sudoeste, em 22/07/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:B8B9B4D8

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 206/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 021/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 206/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 021/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: POWER ENERGY BATERIAS LTDA
CNPJ Nº 62.310.598/0001-72
Representante: JONATAN BORREIRO SANTOS
CPF nº 084.464.009-36
OBJETO: Aquisição de baterias automotivas para a frota de veículos e máquinas do município de Santo Antonio do Sudoeste – PR.
VALOR TOTAL: R$ 12.250,00 (Doze Mil, Duzentos e Cinqüenta Reais)
VIGÊNCIA: 21/07/2027
Santo Antonio do Sudoeste, em 22/07/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:AF3A8C12

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 105/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto na Lei 2.984/2022 – "*Dispõe sobre a instituição do Programa de Prorrogação da Licença-Maternidade, e dá outras providências*.

Considerando o disposto no art. 6º da referida Lei, que assim dispõe: *"Art. 6º A servidora que encontrar-se em gozo da Licença-Maternidade, na data da publicação desta lei, ou no período de 02 (dois) meses do final, poderá solicitar a prorrogação da Licença, desde que requerida até 30(trinta) dias após a data de publicação da presente Lei".*
Considerando a recomendação médica, que ficará fazendo parte integrante e inseparável desta portaria. (Anexo I).
RESOLVE:
Art. 1º **CONCEDER**, a servidora **SIMONI APARECIDA DE BARROS CARMINATTI**, ocupante do cargo efetivo de Nutricionista, com carga horaria de 20 horas semanais lotada na **SECRETARIA DE SAÚDE**, 120 dias de Licença Maternidade a partir de 14 de julho de 2026.
Art. 2º **CONCEDER**, prorrogação de prazo de 60 (sessenta) dias para gozo de licença maternidade a servidora citada acima, com data de retorno em **09/01/2027.**
Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor com devida publicação da data de hoje.

Publique – se

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 DE JULHO DE 2026.

RICARDO ANTONIO ORTINÃ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raquel Viccini Foquesatto
Código Identificador:721BFED0

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 106/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto na Lei 2.984/2022 – "*Dispõe sobre a instituição do Programa de Prorrogação da Licença-Maternidade, e dá outras providências*.

Considerando o disposto no art. 6º da referida Lei, que assim dispõe: *"Art. 6º A servidora que encontrar-se em gozo da Licença-Maternidade, na data da publicação desta lei, ou no período de 02 (dois) meses do final, poderá solicitar a prorrogação da Licença, desde que requerida até 30(trinta) dias após a data de publicação da presente Lei".*
Considerando a recomendação médica, que ficará fazendo parte integrante e inseparável desta portaria. (Anexo I).
RESOLVE:
Art. 1º **CONCEDER**, a servidora **DAIONE DA SILVEIRA**, ocupante do cargo Comissionado de Setor de Recepção, Protocolo e Informação do Cidadão-SIC, com carga horaria de 40 horas semanais lotada no **CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO**, 120 dias de Licença Maternidade a partir de 15 de julho de 2026.
Art. 2º **CONCEDER**, prorrogação de prazo de 60 (sessenta) dias para gozo de licença maternidade a servidora citada acima, com data de retorno em **10/01/2027.**
Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor com devida publicação da data de hoje.

Publique – se

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 DE JULHO DE 2026.

RICARDO ANTONIO ORTINÃ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raquel Viccini Foquesatto
Código Identificador:24DA58AD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 10/2026

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026
PROCEDIMENTO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026
RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
O Município de São Jerônimo da Serra – Estado do Paraná, torna público a homologação do procedimento de licitação em epígrafe, com objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA**

ATENDER UMA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E AS DEMAIS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR.

Empresa Vencedora:

23.595.914 DAISY SANTOS LIMA, CPNJ n.º 23.595.914/0001-48 com sede na Rua Jose Alberto Senator, 06 - Água Branca, Cidade São São Paulo / São Paulo, e-mail: daisy.fsantos@gmail.com, telefone: ((11) 95384-8175 responsável Sr.ª DAISY SANTOS LIMA, CPF nº 157.580.008-09. Com o valor de R$ 1.115,00 (um mil cento e quinze reais).

24.479.217 ALEX MELLO DE AVEIRO, CPNJ n.º 24.479.217/0001-94 com sede na Rua Igarite, 280 - Casa 07 - Vila Nova Carolina, Cidade São Paulo / São Paulo, e-mail: aveirosolutions@gmail.com, telefone: (11) 99205-7073 responsável Sr. ALEX MELLO DE AVEIRO, CPF nº 205.948.948-24. Com o valor de R$ 1.970,00 (um mil novecentos e setenta reais).

59.948.248 LAYRA MARINA DA SILVA PEREIRA, CNPJ n°59.948.248/0001-21, com sede na Rua Governador Leonel Brizola Quadra, 00 - Lote 24; Quadra 319 - Jardim Atlantico Leste (Itaipuacu), Cidade Maricá / Rio de Janeiro, e-mail: ndux.brasil@gmail.com, telefone: (21) 3710-5172 responsável Sr. LAYRA MARINA DA SILVA PEREIRA, CPF nº 205.948.948-24. Com o valor de R$ 2.113,00 (dois mil cento e treze reais).

AR IMPORTS LTDA, CNPJ n°63.482.340/0001-16, com sede na Rua Mato Grosso, 1057 - Sala 12 - Centro, Cidade Londrina / Paraná, e-mail: licitacao.arimportS@gmail.com, telefone: (43) 99199-2028 responsável Sr. ALEXANDRE RAUL DE ALMEIDA, CPF nº 592.770.929-04. Com o valor de R$ 140.850,00 (cento e quarenta mil oitocentos e cinquenta reais).

C. R. DA COSTA INFORMATICA, CNPJ n° 05.622.538/0001-51, com sede na Rua Coronel Joao Teles, 247 - Quadra2 Lote 124 - Centro, Cidade Duque de Caxias / Rio de Janeiro, e-mail: crdacostame@gmail.com, telefone: (21) 8516-3673 responsável Sr. CLEBER RODRIGUES DA COSTA, CPF nº 091.472.757-58. Com o valor de R$ 5.490,00 (cinco mil quinhentos e noventa reais).

CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA, CNPJ n° 49.704.499/0002-98, com sede na Avenida Americo Belay, 882 - Sala 01 - Jardim Imperial II, Cidade Maringá / Paraná, e-mail: carvalhomoveis2@gmail.com, telefone: (44) 3222-9361 responsável Sr. ILSON ALVES DOS SANTOS JUNIOR, CPF nº 083.510.939-98. Com o valor de R$ 1.518,10 (um mil quinhentos e dezoito reais e dez centavos).

CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA, CNPJ n° 39.581.101/0001-39, com sede na QUADRA SHCS CR 516, BLOCO B, 69 - PAVMTO01 PARTE C099 - ASA SUL, Cidade Brasília / Distrito Federal, e-mail: senior.equipeb@ch3capital.info, telefone: (61) 99885-9272 responsável Sr. GABRIEL RUAN FERRAO CHAVES, CPF nº 012.141.751-47. Com o valor de R$ 132.500,00 (cento e trinta e dois mil e quinhentos reais).

COMANDO BRAVO COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA, CNPJ n° 48.749.155/0001-51, com sede na RUA CARINHANHA, 297 - JARDIM DAS ALTEROSAS - 2A SECAO, Cidade Betim / Minas Gerais, e-mail: tatianedejesus80@gmail.com, telefone: (31) 3596-5579 responsável Sr.ª TATIANE CRISTINA DE JESUS, CPF nº 057.788.666-58. Com o valor de R$ 96.840,00 (noventa e seis mil oitocentos e quarenta reais).

COMERCIO NOVO RUMO LTDA, CNPJ n° 23.964.820/0001-07, com sede na RUA AMERICANA, 365 - SALA 01 - PASSO MANSO, Cidade Blumenau / Santa Catarina, e-mail: comercionovorumo@gmail.com, telefone: (47) 3212-7118 responsável Sr.ª MARLENE MANNRICH, CPF nº 846.141.459-49. Com o valor de R$ 35.900,00 (trinta e cinco mil e novecentos reais).

CONSULTSIDE COMERCIO SERVICOS E SOLUCOES INTEGRADAS LTDA, CNPJ n 37.400.911/0001-16, com sede na RUA ESCRIVAO MARQUES FILHO, 04 - EDIF MANSAO ANA RITA APT 202 - BROTAS, Cidade Salvador / Bahia, e-mail: consultsideti@gmail.com, telefone: (71) 92003-5895 responsável Sr. JOEL SILVA GOMES, CPF nº 917.645.565-34. Com o valor de R$ 24.968,00 (vinte e quatro mil novecentos e sessenta e oito reais).

DANIEL PATRICIO DA SILVA CAETANO, CNPJ n° 37.478.920/0001-20, com sede na RUA MARCOS DE MELO, S/N - LOTE 04 QUADRA18 - FORQUILHINHAS, Cidade São José / Santa Catarina, e-mail: danielinfomicro@gmail.com, telefone: (48) 98481-2495 responsável Sr. DANIEL PATRICIO DA SILVA CAETANO, CPF nº 068.796.969-70. Com o valor de R$ 129.962,00 (cento e vinte e nove mil novecentos e sessenta e dois reais).

FACOM LTDA, CNPJ n° 19.778.407/0001-72, com sede na RUA PADRE CLAUDIO ARENAL, 445 - SALA 2 - VILA BARROS, Cidade Guarulhos / São Paulo, e-mail: comercialffc@gmail.com, telefone: (11) 96435-0597 responsável Sr. FABIO RADESCA, CPF nº 302.310.888-92. Com o valor de R$ 46.980,00 (quarenta e seis mil novecentos e oitenta reais).

FAP TECNOLOGIA E SOLUCOES LTDA, CNPJ n° 55.935.697/0001-84, com sede na RUA 1130, 365 - QUADRA228 LOTE 22 - SET MARISTA, Cidade Goiânia / Goiás, e-mail: faptecnologiagyn@gmail.com, telefone: (62) 9866-0394 responsável Sr. FREDERICO DA COSTA BATISTA, CPF nº 008.312.571-05. Com o valor de R$ 38.871,00 (trinta e oito mil oitocentos e setenta e um reais).

• F BORGES EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ n° 39.935.346/0001-17, com sede na RUA SANTA CATARINA, 655 - VILA TEIXEIRA, Cidade Campo Mourão / Paraná, e-mail: fborgesequipamentos@outlook.com, telefone: (44) 3810-4308 responsável Sr.ª FLAVIA CRISTINA DE SOUZA BORGES, CPF nº 048.102.479-45. Com o valor de R$ 187.500,00 (cento e oitenta e sete mil quinhentos reais).

FX COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ n° 55.454.107/0001-00, com sede na 10A RUA PROF. MARIA ALICE DE SOUZA, 24 - ADAMAZILDO BOMTEMPO, Cidade Assaí / Paraná, e-mail: rbrservicebusiness@gmail.com, telefone: (43) 99636-7423 responsável Sr. RICARDO BATISTA ROSA, CPF nº 038.869.479-39. Com o valor de R$ 5.430,00 (cinco mil quatrocentos e trinta reais).

GABRIELA SAO BERNARDO FERREIRA DE MELO, CNPJ n° 34.152.516/0001-73, com sede na AVENIDA SETECENTOS, 550 - QUADRA016 LOTE M-02A - TERMINAL INTERMODAL DA SERRA, Cidade Serra / Espírito Santo, e-mail: mx10comercio@outlook.com, telefone: (85) 99765-5832 responsável Sr. GABRIELA SAO BERNARDO FERREIRA DE MELO, CPF nº 022.266.493-28. Com o valor de R$ 306.358,45 (trezentos e seis mil trezentos e cinquenta e oito reais e quarenta e cinco centavos).

GARTEN TECNICA E COMERCIO LTDA, CNPJ n° 46.314.581/0001-37, com sede na RUA CAMPOLINO ALVES, 84 - SALA 704 - CAPOEIRAS, Cidade Florianópolis / Santa Catarina, e-mail: garten@suporterevenda.com.br, telefone: 48 9 9927-6909 responsável Sr. TAIS REGINA HINING, CPF nº 081.948.539-07. Com o valor de R$ 58.775,20 (cinquenta e oito mil setecentos e setenta e cinco reais e vinte centavos).

GDAI INDUSTRIA & COMERCIO ELETRONICOS LTDA, CNPJ n° 32.084.616/0001-84, com sede na VIA MARGINAL DOUTOR CELSO CHARURI, 7.000 - SITIO SAO BENTO 2, Cidade Ribeirão Preto / São Paulo, e-mail: gdai@gdai.com.br, telefone: (16) 3965-3636 responsável Sr.ª VERA MARIA LEITE DE SIQUEIRA ALMEIDA, CPF nº 599.699.206-00. Com o valor de R$ 307.400,00 (trezentos e sete mil e quatrocentos reais).

G PARTNER TECNOLOGIA LTDA, CNPJ n° 18.516.766/0001-99, com sede na VIELA UM, 26 - ANDAR 1 - VERDE MAR, Cidade Caraguatatuba / São Paulo, e-mail: gpartner@gpartnertec.com.br, telefone: (12) 3884-1685 responsável Sr.ª GABRIELA SAMPAIO QUEIROZ, CPF nº 431.214.828-74. Com o valor de R$ 42.600,00 (quarenta e dois mil e seiscentos reais).

• HKA TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA, CNPJ n° 19.729.347/0001-06, com sede na RUA HUMBERTO MATTANA, 822 - CASA 1 COND BEM ESTAR CD - CAPAO DA IMBUIA, Cidade Curitiba / Paraná, e-mail: contatohka@gmail.com,

telefone: (41) 3669-5033 / (41) 99198-0520 responsável Sr. HENRIQUE KOLTUN AJUZ, CPF nº 033.307.999-00. Com o valor de R$ 112.500,00 (cento e doze mil quinhentos reais).

• INFORSHOP SUPRIMENTOS LTDA, CNPJ n° 56.215.999/0013-84, com sede na AVENIDA SETECENTOS, 550 - QUADRA016 LOTE M02A SALA 38 - TERMINAL INTERMODAL DA SERRA, Cidade Serra / Espírito Santo, e-mail: licitacao@inforshop.com.br, telefone: (11) 4024-8822 responsável Sr. JOSE MARIO AGUIAR DE BRITTO, CPF nº 371.858.458-15. Com o valor de R$ 169.950,00 (cento e sessenta e nove mil novecentos e cinquenta reais).

• INTECH ELETROELETRONICOS LTDA, CNPJ n° 62.320.896/0001-43, com sede na AVENIDA SÃO PAULO, 170 - CENTRO, Cidade Rosário do Ivaí / Paraná, e-mail: intecheletro@hotmail.com, telefone: (43) 99669-4293 responsável Sr.ª TAINA FARIA CARNEIRO, CPF nº 117.122.059-60. Com o valor de R$ 15.593,20 (quinze mil quinhentos e noventa e três reais vinte centavos).

• IRD PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ n° 6 10.402.061/0001-39, com sede na RUA MARIA LOPES BORBA, 474 - SALA 01 - CENTRO, Cidade Navegantes / Santa Catarina, e-mail: financeiro@ird.net.br, telefone: (51) 3336-4417 responsável Sr.ª ALEXANDRA APARECIDA DE OLIVEIRA, CPF nº 652.343.320-04. Com o valor de R$ 6.540,00 (seis mil quinhentos e quarenta reais).

• L F COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA, CNPJ n° 52.585.078/0001-19 com sede na AVENIDA ORIENTE, 680 - JARDIM NOBRE, Cidade Rolândia / Paraná, e-mail: misterteccomercial@hotmail.com, telefone: (43) 8421-5844 responsável Sr.ª LIGIANE FUKAHORI, CPF nº 065.368.379-08. Com o valor de R$ 49.300,00 (quarenta e nove mil e trezentos reais).

LICITA SHOP COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ n° 50.958.011/0001-57 com sede na RUA CACHOEIRA DO SUL, 271 - APT 132 B - VILA JAGUARA, Cidade São Paulo / São Paulo, e-mail: licitashopecia@gmail.com, telefone: (11) 91183-0688 responsável Sr.ª FRANCINETE RAMOS DOS SANTOS, CPF nº 812.944.333-34. Com o valor de R$ 1.627,00 (um mil seiscentos e vinte e sete reais).

LUCAS BRAUN SEIXAS, CNPJ n° 46.584.955/0001-34 com sede na ALAMEDA DAS PEROBAS, 127 - MORADA DOS PINHEIROS (ALDEIA DA SERRA), Cidade Santana de Parnaíba / São Paulo, e-mail: lucasbseixas@gmail.com, telefone: (11) 94245-9030 responsável Sr. LUCAS BRAUN SEIXAS, CPF nº 487.001.608-73. Com o valor de R$ 2.480,00 (dois mil quatrocentos e oitenta reais).

PIEZZO COMERCIO LTDA, CNPJ n° 64.787.387/0001-50 com sede na RUA GERALDO PEREIRA DOS SANTOS, 108 - JARDIM TOSCANA, Cidade Guarulhos / São Paulo, e-mail: pietro@artecomercialbrasil.com.br, telefone: (11) 9410-3374 responsável Sr. PIETRO MIGUEL RAMPAZZO, CPF nº 440.500.948-19. Com o valor de R$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais).

RML PRODUTOS IMPORTADOS LTDA, CNPJ n° 44.562.943/0002-64 com sede na AVENIDA PROTASIO ALVES, 3161 - SALA 309 - PETROPOLIS, Cidade Porto Alegre / Rio Grande do Sul, e-mail: rmlcomercioedistribuicao@gmail.com, telefone: (21) 9899-6456 responsável Sr. LEONARDO DE ARAUJO VIANNA SOARES, CPF nº 871.925.190-49. Com o valor de R$ 16.966,00 (dezesseis mil novecentos e sessenta e seis reais).

S & K INFORMATICA LTDA, CNPJ n° 03.655.629/0001-68 com sede na AVENIDA TUIUTI, 1370 - SALA 03 - VILA MORANGUEIRA, Cidade Maringá / Paraná, e-mail: licitacao@greendata.com.br, telefone: (44) 3041-2233 responsável Sr. SERGIO MURILO DOS SANTOS, CPF nº 037.430.847-08. Com o valor de R$ 28.682,40 (vinte e oito mil seiscentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos).

SEVENTEC COMERCIO LTDA, CNPJ n° 08.784.976/0002-95, com sede na RODOVIA GOVERNADOR MARIO COVAS, S/N - KM 279 SALA 339 - JACUHY, Cidade Serra / Espírito Santo, e-mail: contato@seventectecnologia.com.br, telefone: (31) 99737-2185 responsável Sr. LUCAS VINICIUS GOMES FIGUEIREDO, CPF nº 091.943.036-81. Com o valor de R$ 168.316,00 (cento e sessenta e oito mil trezentos e dezesseis reais).

• SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA, CNPJ n° 36.469.275/0001-16, com sede na RUA PERU, 730-D - APT 205 EDIF RESIDENCIAL RIVERA - LIDER, Cidade Chapecó / Santa Catarina, e-mail: bateriaschapeco@gmail.com, telefone: (49) 99900-9310 responsável Sr RAFAEL SCHNEIDER DUTRA, CPF nº 054.836.349-85. Com o valor de R$ 6.800,00 (seis mil oitocentos reais).

• STELAR TECNOLOGIA LTDA, CNPJ n° 52.750.930/0001-66, com sede na RUA PERU, 730-D - APT 205 EDIF RESIDENCIAL RIVERA - LIDER, Cidade Chapecó / Santa Catarina, e-mail: joaobueno@stelartecnologia.com.br, telefone: (44) 99893-3329 responsável Sr JOAO EDGARD BUENO DA SILVA, CPF nº 083.765.449-18. Com o valor de R$ 19.896,00 (dezenove mil oitocentos e noventa e seis reais).

• TATSUOTECH COMERCIO LTDA, CNPJ n° 57.562.366/0001-71, com sede na RUA JOSE DA LUZ, 67 - JARDIM GABRIELA, Guarulhos / São Paulo, e-mail: contato.tatsuotech@gmail.com, telefone: (11) 99446-2257 responsável Sr.ª ELLEONORA YONE NARITA NAGASAVA, CPF nº 312.989.548-51. Com o valor de R$ 13.620,00 (treze mil seiscentos e vinte reais).

• T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA, CNPJ n° 49.490.183/0001-60, com sede na RUA TOCANTINS, 1704 - BAIXADA, cidade de Pato Branco / Paraná, e-mail: T.L.SOLUCOES@HOTMAIL.COM, telefone: (46) 99119-8223 responsável Sr.ª THAILA SAIANA ANDREATTA DA SILVA, CPF nº 107.291.639-89. Com o valor de R$ 257.300,00 (duzentos e cinquenta e sete mil trezentos reais).

• VISAO GLOBAL TECNOLOGIA LTDA, CNPJ n° 16.598.015/0001-33, com sede na RUA FRANCISCO EUGENIO, 00268 - SAL 0831 - SAO CRISTOVAO, na cidade Rio de Janeiro / Rio de Janeiro, e-mail: comercial@vgtecnologia.com.br, telefone: (21) 3079-5635 responsável Sr.ª ERICA VERONICA CAPPELLE DO VALE SILVA, CPF nº 075.126.637-06. Com o valor de R$ 75.712,00 (setenta e cinco mil setecentos e doze reais).

• WORLD CAM BRASIL ELETROELETRONICO LTDA, CNPJ n° 26.167.868/0001-74, com sede na RUA NAJLA CARONE GUEDERT, 820 - SALA 03 SETOR 4 - PAGANI, na cidade Palhoça / Santa Catarina, e-mail: worldcambrasil@worldcambrasil.com.br, telefone: (48) 3181-0388 responsável Sr.ª DANIELA CARDOSO ABDO, CPF nº 422.135.998-66. Com o valor de R$ 11.000,00 (onze mil reais).

São Jerônimo da Serra, 21 de julho de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Aparecida de Santana
Código Identificador:FE6CF438

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
MEMORANDO

Assunto: Resultado da Pré-seleção do 2º Concurso da Rainha SerraFest 2026

A Comissão Organizadora do **2º Concurso da Rainha SerraFest 2026** torna público o resultado da etapa de **pré-seleção**, realizada no dia **22 de julho de 2026**, conforme previsto no edital e regimento publicado do concurso.

Após avaliação do corpo de jurados, foram classificadas para a próxima etapa do concurso as **12 candidatas com maior pontuação**, conforme relação abaixo:

Classificação	Candidata	Nota
1º	Vitoria Delattre Teixeira	561
2º	Maria Eduarda Machado	552
3º	Yasmim Delgado Domingues	547
4º	Kaoely Cristina de Medeiros	521
5º	Josiane Lourenço de Matos	519
6º	Anna Beatriz dos Santos Proença	516
7º	Nathalia Domingues Tacilli da Silva	515
8º	Ana Paula Aparecida Silva Mateus	511
9º	Giovanna Alves Barbosa	510

10º	Analia Sampaio Zaganski	509
11º	Rayara Yonná Nato Amaral	508
12º	Tais Rolim dos Santos	506

A Comissão Organizadora parabeniza todas as participantes pela dedicação e agradece o interesse em representar a SerraFest 2026, reconhecendo o empenho e a coragem demonstrados por cada candidata.
As candidatas classificadas serão comunicadas sobre as próximas etapas do concurso, incluindo ensaios, reuniões e demais orientações pertinentes.

São Jerônimo da Serra, 22 de julho de 2026.

COMISSÃO ORGANIZADORA
2º Concurso da Rainha SerraFest 2026

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:06E213E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 188/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER, ao Sr. **JOEL DA SILVA VIEIRA, AGENTE DE SAÚDE,** contratado por esta Prefeitura Municipal em 21/07/1999, conforme Portaria 071/99 de 27/07/1999, 30 (trinta) dias de férias a que tem direito pelo período de trabalho de 21/07/2025 a 20/07/2026, a partir de 22/07/2026, devendo retornar ao trabalho em 21/08/2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 21 de julho de 2026

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Monaris
Código Identificador:87FC4188

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 190/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER, ao Sr. **RANEI ALVES BUENO,** AGENTE DE MÁQUINAS E VEÍCULO - MOTORISTA, n**omeado** por esta Prefeitura Municipal em 02/05/2000, conforme Portaria 161/00 de 05/05/2000, 15 (quinze) dias de férias a que tem direito pelo período de trabalho de 02/05/2024 a 01/05/2025, a partir de 23/07/2026, devendo retornar ao trabalho em 07/08/2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 22 e julho de 2026

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Monaris
Código Identificador:792CF5CF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 180/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42, XXX e XXXI, da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei;

Considerando a Carta de Concessão do Benefício da Previdencia Social nº 208.150.***-9, protocolada neste Município.

RESOLVE:

Artigo 1º- EXONERAR desta Prefeitura a partir desta data de 22/07/2026 a Servidora Municipal CLELIA APARECIDA GASPERONI, matrícula 314/2, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Enfermagem, em razão de ser concedida sua aposentadoria junto a Previdência Social.

Artigo 2º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 22 de Julho de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:C44A7C61

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
PA 64/2021 - BENEFICIO EVENTUAL - EXTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64/2021

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA**, Estado do Paraná, torna público que concedeu AUXÍLIO LUZ nos termos da Lei nº 799/2013, cujo extrato segue abaixo:

Processo Administrativo nº 64/2021
Beneficiário: TATIANE APARECIDA DOS SANTOS
Objeto: Concessão de auxílio luz
Valor: R$ 85,64
Vigência: parcela única
Fundamento legal: artigo 16, "f", da Lei nº 799/2013.
Autoridade: José Lázaro Ferraz – Prefeito do Município
Data da concessão: 21/07/2026

Publicado por:
José Ricardo da Silva
Código Identificador:60E83328

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - PROCESSO LICITATORIO Nº 049/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO LICITATORIO Nº 049/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026

A prefeitura do município de São José das Palmeiras/PR, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo de pregão eletrônico, conforme indicado abaixo:

Resumo do Certame:

Processo n.º:	049/2026
Pregão Eletrônico n. º:	023/2026
OBJETO	Contratação de empresa especializada para fornecimento de peças e prestação de serviços de manutenção corretiva na Motoniveladora Caterpillar 120K, ano 2013, Patrimônio nº 3.749, e na Escavadeira Hidráulica XCMG XE150BR, Patrimônio nº 4.764, pertencentes à frota do Município de São José das Palmeiras/PR.

Tipo de Licitação: Menor Preço POR LOTE;

• **Período de recebimento das propostas**: das 10h00min do dia **23/07/2026** até as 08h10min do dia **05/08/2026.**

Abertura e Julgamento das Propostas: as 08h10min do dia **05/08/2026**
Início Da Sessão De Disputa De Preços: Às 08h40min Do Dia **05/08/2026**
Referência de tempo: Horário De Brasília (DF).
Local: Portal Bolsa de Licitações do Brasil– BLL – www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – licitações"
Edital: O Edital Estará Disponível Aos Interessados Para Download No Site Do Município:www.sjpalmeiras.pr.gov.br/ - Na Aba "Licitações".

São José das Palmeiras - PR, 22 de julho de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:6AD41CCC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL Nº 010/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2025

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL Nº 010/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2025

OBJETO: Contratação de empresa em obras e serviços de engenharia comuns, para execução, com fornecimento completo de materiais, equipamentos e mão de obra do alambrado perimetral e da iluminação do campo de futebol suíço localizado na PR-317 (fundos do Ginásio de Esportes 19 de Março), no Município de São José das Palmeiras/PR.
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras – PR.
CONTRATADA: Comercial Céu Azul Ltda., inscrita no CNPJ nº 36.415.980/0001-30.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA ALTERADA: Fica alterada a Cláusula Terceira – Do Preço e Forma de Pagamento, em razão do **acréscimo de meta física correspondente a 14,10%** do objeto contratado, passando o valor global do Contrato de Empreitada de Obra por Preço Global nº 010/2026 de **R$ 112.700,00 (cento e doze mil e setecentos reais)** para **R$ 128.595,54 (cento e vinte e oito mil, quinhentos e noventa e cinco reais e cinquenta e quatro centavos)**.

São José das Palmeiras, 22 de Julho de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:6D05F9D0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

FUNDO DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ
ENCERRAMENTO DE PAGAMENTO DE APOSENTADORIA EM RAZÃO DO FALECIMENTO

SÚMULA: Encerramento do pagamento de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, com proventos integrais, em razão do falecimento do beneficiário.

Diretor Presidente do Fundo de Previdência Próprio do Município de São Pedro do Paraná-PR, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por Lei, e
Considerando o falecimento do aposentado FLÁVIO CAVENEGHI, em data de 19 de julho de 2024

Resolve:

Art. 1º. Fica encerrado o pagamento da Aposentadoria Voluntaria concedida ao aposentado FLÁVI CAVENACHI, em data de 14 de maio de 2024, através do Decreto Legislativo nº 164/2024 , e registrado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sob o nº 9059/2024, na data de 14 de setembro de 2024, em razão de seu falecimento em data de 19.07.2026, conforme Certidão de Óbito matrícula nº 088245 01 55 2026 4 00003 022 0000491 78, expedida em data de 20 de julho de 2026, pelo CRC., São Pedro do Paraná-Pr.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-Pr, 22 de julho de 2026.
Registre-se e Publique-se

TEOBALDO DIAS MARTINS
Diretor Presidente do RPPS.

Publicado por:
Tathianne Aparecida da Trindade
Código Identificador:C99AB3FB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 34 DE 22 DE JULHO DE 2026

SÚMULA: Altera e acresce dispositivos à Lei Municipal n.º 1.746, de 26 de maio de 2021, que cria o Programa Aluguel Social, visando a atualização de valores, ampliação do atendimento e garantias aos locadores, e dá outras providências.

***CONSIDERANDO** a necessidade de atualização dos valores, bem como ampliação de atendimento e garantia aos locadores;*
CONSIDERANDO o Projeto de Lei n.º 039, de 30 de março de 2026 elaborado pelo Poder Executivo Municipal;
O Conselho Municipal de Assistência Social de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme deliberação em reunião extraordinária realizada em 22 de julho de 2026, registrada em Ata de N.º 312/2026;

RESOLVE:

Art.1º O Artigo 1º da Lei Municipal nº 1.746/2021 passa a vigorar com as seguintes alterações em seus parágrafos:

"Art. 1º [...] § 3º. O valor do Aluguel Social limitar-se-á ao valor do aluguel do imóvel locado, até o limite de R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais por família, por um período de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período mediante parecer técnico fundamentado da Secretaria de Assistência Social.

§ 4º. A concessão do Aluguel Social observará a disponibilidade orçamentária e financeira vigente, priorizando-se o atendimento de

famílias com crianças, idosos, pessoas com deficiência ou mulheres chefes de família.

§ 5º. O limite financeiro estabelecido no § 3º poderá ser reajustado anualmente por Decreto do Poder Executivo, tendo como base o índice oficial de inflação (IPCA ou INPC)."

Art. 2º. O Artigo 6º da Lei Municipal nº 1.746/2021 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 6º [...] Parágrafo Único. O beneficiário poderá autorizar, por escrito, que o pagamento do benefício seja realizado diretamente na conta bancária do locador, visando garantir a adimplência e a finalidade precípua do programa."

Art. 3º - Art. 3º. Fica acrescido o Artigo 12-A à Lei Municipal nº 1.746/2021, com a seguinte redação:

"Art. 12-A. Como condição para a manutenção e prorrogação do benefício, os membros da família em idade laboral deverão comprovar a inscrição em cursos de qualificação profissional ou em programas de busca de emprego oferecidos ou indicados pelo Município."

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar as transposições orçamentárias necessárias para o cumprimento desta Lei, adequando o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

São Sebastião da Amoreira, 22 de julho de 2026.

AMANDA FRANCIELI DE SOUZA FERREIRA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Maria José Fernandes Viturino
Código Identificador:3771271F

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 35 DE 22 DE JULHO DE 2026

RESOLUÇÃO Nº 35 DE 22 DE JULHO DE 2026

SÚMULA: Aprova o Plano de Trabalho da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de São Sebastião da Amoreira para execução dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade a Pessoa com Deficiência.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.509/2017 e nº 1.785 de 27 de outubro de 2021;

CONSIDERANDO Deliberação ocorrida na Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS registrada em Ata nº 312 realizada em 22 de julho de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Trabalho, para formalização do Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, visando o repasse no valor de **R$ 5.000,00 (cinco mil reais)** para execução dos ***Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade a Pessoa com Deficiência (Apoio ao Atendimento a Pessoa com Deficiência).***

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, 22 de julho de 2026.

AMANDA FRANCIELE DE SOUZA FERREIRA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Maria José Fernandes Viturino
Código Identificador:A604ED5C

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 36 DE 22 DE JULHO DE 2026

SÚMULA: Altera o § 1º do artigo 19 da Lei Municipal n.º 1.509/2017 que dispõe sobre a restauração do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS dá outras providências.

***CONSIDERANDO** a necessidade adequação da legislação municipal para composição dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social;*
CONSIDERANDO o Projeto de Lei n.º 076, de 15 de junho de 2026 elaborado pelo Poder Executivo Municipal;
O Conselho Municipal de Assistência Social de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme deliberação em reunião extraordinária realizada em 22 de julho de 2026, registrada em Ata de N.º 312/2026;

RESOLVE:

Art.1º O Artigo 1º da Lei Municipal nº 1.509/2017 de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. "Art. 19. .....
§ 1º O CMAS é composto por **seis** membros e respectivos suplentes indicados de acordo com os critérios seguintes:

I - 03 (três) representantes governamentais:

a) 1 (um) representante da Secretaria de Assistência Social;
b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

II - 03 (três) representantes da sociedade civil:

a) 1 (um) representante de entidades de usuários ou de defesa de direitos dos usuários de assistência social em âmbito municipal; b) 1 (um) representante de entidades prestadoras de serviço da área de assistência social em âmbito municipal; c) 1 (um) representante dos trabalhadores do sistema único de assistência social." (NR)

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Sebastião da Amoreira, 22 de julho de 2026.

AMANDA FRANCIELI DE SOUZA FERREIRA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Maria José Fernandes Viturino
Código Identificador:817179EC

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 84/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 22/2026

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira.

Contratado: LEIS LTDA.

Objeto: Contratação da empresa Leis Ltda., para a prestação de serviços técnicos especializados na consolidação por dentro do texto, compilação, versionamento, integralização com leis do respectivo estado e gerenciamento dos atos oficiais do Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, elaborado por equipe técnica e desenvolvido em plataforma devidamente certificada com registro de programa de computador expedido pelo INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial).

Valor: R$ 74.390,00 (setenta e quatro mil trezentos e noventa reais).

Vigência: 60 (sessenta) meses, de 22/07/2026 a 22/07/2031.

Foro: Comarca de Assaí/PR.

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:D92E1679

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 31/2026

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 31/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2026 E EXTRATO DE CONTRATO Nº 105/2026,106/2026 E 107/2026 COM VIGENCIA DE 12(DOZE) MESES.

OBJETO: **Aquisição de Material Hospitalar, Expediente e Moveis Para a Secretaria Municipal de Saúde**. Expirado o prazo recursal, torna pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto as empresas **FELIPE MOISES GARCIA - ME,** CNPJ: 17.034.870/0001-84 Valor de R$ 5.701,00(cinco mil setecentos e um reais) **JOÃO DOMINGOS SUTIL,** CNPJ:80.009.525/0001-27 Valor de R$ 56.853,00(cinquenta e seis mil oitocentos e cinquenta e três reais) **OLIMPIO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI** CNPJ: 33.583.026/0001-69 Valor de R$ 5.447,65(cinco mil quatrocentos e quarenta e sete reais). Sendo o valor total do certame R$ 68.001,65 (Sessenta e Oito Mil e Um Reais e Sessenta e Cinco Centavos).

Sapopema Pr, 22/07/2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:B1B380B9

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO NOVA DATA DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO 33/2026

AVISO NOVA DATA DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO 33/2026
O município de Sapopema-Pr, através do Prefeito municipal, *nos* termos da Lei nº 14.133/2021, torna público que se encontra a disposição dos interessados, a partir da data de publicação deste, o Edital **Retificado** visando **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas especializadas na prestação de serviços para a realização dos eventos que ocorrerão no Município.** Data de Abertura será dia 06/08/2026 as 09:00h. O edital Retificado encontra-se à disposição dos interessados no site www.pncp.gov.br www.sapopema.pr.gov.br , https://comprasbr.com.br_, dúvidas e esclarecimentos através do e-mail licitacoessapopema@yahoo.com.br , Tel: 0800 090 4201.

Sapopema, 22 de julho de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR-
Prefeito

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:6F4EB1BC

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 193/2026

DECRETO Nº 193/2026

O Prefeito Municipal de Sapopema, Paulo Maximiano de Souza Junior, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.228/2020.

R E S O L V E

Art. 1º - Exonerar a Sr.ª Luana de Camargo Alves, matrícula nº 7310-1 nomeada pelo Decreto nº 047/2025 para exercer a função de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, cargo temporário, contratada por prazo determinado através do PSS nº 003/2024.
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sapopema, 22 de julho 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:C8126029

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 194/2026

DECRETO Nº 194/2026

O Prefeito Municipal de Sapopema, Paulo Maximiano de Souza Junior, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.228/2020.

Considerando, a aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026, homologado pelo Decreto nº 181/2026,

R E S O L V E

Art. 1º - Nomear a Srtª Ana Beatriz Planet Costa, CPF nº xxx.486.618-xx para o exercício da função de Dentista

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sapopema, 22 de julho 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:04FC8AF2

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

SINDICATO RURAL DE SAPOPEMA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, o Sindicato Rural de Sapopema, através do seu presidente infra-assinado, no uso de suas atribuições legais estatutárias, CONVOCA, todos os senhores associados desta entidade sindical, quites com suas obrigações sociais para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 28 de Julho de 2026, às 8:30 horas, na Avenida Manoel Ribas n°10, Sapopema/PR, cuja ordem do dia será a seguinte:
Apresentação, Discussão e Aprovação do Balanço Financeiro e Parecer do Conselho Fiscal, referente ao exercício de 2025;

Sapopema, 22 de julho de 2026.

FABIO ANTONIO MAXIMIANO DE SOUZA
Presidente do Sindicato Rural de Sapopema

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:F4AA5802

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 68/2026

EXTRATO DE CONTRATO *DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO* Nº 68/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAPOPEMA - PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Sapopema-Pr, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 76.167.733/0001-87, neste ato representado Prefeito Municipal em exercício **PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR,** brasileiro, portador da cédula de identidade sob o nº. x.985.239-x e CPF sob o nº. xxx.681.549-xx, residente e domiciliado nesta cidade, sito à Rua Santana, neste ato denominado simplesmente contratante.
CONTRATADA: ANA BEATRIZ PLANET COSTA
CPF sob nº xxx.527.249-xx
Objeto: Prestação de Serviços de Dentista, carga horária de 40hrs semanais
Contrato: até dia 09/07/2027, podendo ser prorrogado por mais 01 ano

Sapopema, 22/07/2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

ANA BEATRIZ PLANET COSTA
Contratada

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:1C0EA2F5

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 07/2025

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO *DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO* Nº 07/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAPOPEMA - PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Sapopema-Pr, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 76.167.733/0001-87, neste ato representado Prefeito Municipal **PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR,** brasileiro, portador da cédula de identidade sob o nº. x.985.239-x e CPF sob o nº. xxx.681.549-xx, residente e domiciliado nesta cidade, sito à Rua Santana, neste ato denominado simplesmente contratante.

CONTRATADA: LUANA DE CAMARGO ALVES CPF sob nº xxx.537.751.xx
Objeto: Prestação de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil carga horária de 40hrs semanais
Rescisão de Contrato: 22/07/2026, a pedido, PSS Nº 03/2024
Sapopema, 22/07//2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

LUANA DE CAMARGO ALVES
Contratada

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:8708BDD1

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 194/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 194/2025
Pregão Eletrônico nº 42/2025.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 194/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA BUSKCIPA SEGURAÇA E MEDICINA DO TRABALHO.

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858, na cidade de Sapopema/Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº . 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo ***SR. PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR, Prefeito Municipal***, nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula nº 80421, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa **BUSKCIPA SEGURAÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Tupã-SP. Av. Tapuias,145-centro - CEP: 17600-260: Telefone (14) 9704-9824 / 9886-1002, e-mail: contato@buskcipa.com.br . Devidamente inscrita no CNPJ: sob nº 19.994.574/0001-50, neste ato representada pela Srª. Izabel Cristina Souza Ferreira, brasileira, maior, portadora do CPF: Nº 347.060.288-33, residente e domiciliada na cidade de Tupã-SP, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de Prazo**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo aditivo tem por objetivo a prorrogação da vigência, conforme o Art. 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO
2.1. Fica prorrogado a vigência do contrato nº 194/2025 até o dia 10 de julho de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO
3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLAÚSULA QUARTA - As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva-Pr com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.

Sapopema Pr, 22 de julho de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:40C640DE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2392/2026

PORTARIA N.º 2392 /2026

SÚMULA: Dispõe sobre a autorização de concessão de diárias para o Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários, na forma que especifica.

Carlos Alberto de Paula Júnior , Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando a Lei Municipal n.º 2685/2021, de 30 de abril de 2021 , alterada pela Lei n.º 3123/2026 de 10 de fevereiro de 2026:

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a concessão de diárias para o Sr. Carlos Alberto de Paula Júnior, CPF: xxx.320.xxx-20, ocupante do cargo/função de Prefeito Municipal de Sarandi, sendo concedida 1/2 (meia) diária para

o custeio de despesas decorrentes de viagem a ser realizada, conforme as especificações dispostas na Lei Municipal n.º 2685/2021, de 30 de abril de 2021, alterada pela Lei n.º 3123/2026 de 10 de fevereiro de 2026.

Art. 2º O montante total da diária concedida corresponde ao valor de R$ 395,00 (trezentos e noventa e cinco reais), sendo este valor referente ao período de 1/2 (meio) dia , em evento que ocorrerá na cidade de Curitiba/Pr, 420 km aproximadamente.

Art. 3º Ainda, justifica-se que a viagem a ser realizada tem por finalidade: Participação de reunião no Tribunal de Contas do Estado-TCE-PR, na cidade de Curitiba/PR. O evento não acarretará em custos a este Município.

Art. 4º A previsão de saída deste Município será no dia 24/07/2026 às 03h e retorno dia 24/07/2026 às 14h e o meio de transporte utilizado será veículo oficial.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 22 de julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Moreira Barbosa
Código Identificador:2EF180B4

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 12/2026 – PMS – UASG 988461
COMPRASGOV CONTRATAÇÃO: 988461-11/2026

OBJETO: *Contratação de empresa especializada em serviços de coleta externa, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos oriundos de exumações e do manejo de urnas mortuárias gerados no Cemitério Municipal de Sarandi/PR, em atendimento as necessidades da Secretaria de Urbanismo.*
Período de propostas: de 22/07/2026 às 10:00hrs até 28/07/2026 às 08:00hrs.
Período de lances: 28/07/2026 às 08:00hrs até 28/07/2026 às 14:00hrs
LOCAL: http://www.compras.gov.br/
AS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E O AVISO COMPLETO PODERÃO SER OBTIDOS NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES COMPRAS E PATRIMÔNIO – PAÇO MUNICIPAL – FONE: (44) 3264-8623 EMAIL: licitacao@sarandi.pr.gov.br, pregoeiro2@sarandi.pr.gov.br E NOS SITES: http://www.sarandi.pr.gov.br, http://www.compras.gov.br/ .
Sarandi, 22 de julho de 2026.

RENATO MACEDO FERREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Renato Macedo Ferreira
Código Identificador:3F0BCC9E

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0031/2026 – PMS UASG 988461

No uso das minhas atribuições conferidas por Lei, em especial a nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e considerando o resultado apresentado pelo(a) Pregoeiro(a), resolvo **homologar** o seguinte processo:

Modalidade	Pregão, na forma Eletrônica.
Edital nº	9-0031/2026
Processo Administrativo nº	78/2026
Objeto	Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de limpeza destinados à lavanderia do Centro Municipal de Especialidades - CEME, incluindo o fornecimento, em regime de comodato, do equipamento DPL-RAX ou similar, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Sarandi/PR

Em favor da(o):
1) BELA KOMPRA DISTRIBUIDORA LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 29.530.767/0001-04 no valor total dos itens vencidos de R$ 46.448,56 (quarenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta e seis centavos).

Sarandi, 17 de julho de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Macedo Ferreira
Código Identificador:DF8C5423

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º 1220/2026

SÚMULA: Torna sem efeito o Decreto sob n.º 1200/2026, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º - Tornar sem efeito o Decreto Municipal nº1200/2026, que exonera a servidora NICOLI DIGIORGIO DE SOUZA, portadora do C.P.F. n.º XXX.900.XXX-56 cargo em Comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE ODONTOLOGIA, Símbolo CC-2, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor com efeito retroativo a 20 de julho de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 22 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:8E33699D

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
EDITAL Nº 137/2026

EDITAL N.º 137/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONVOCA:

O(s) abaixo relacionado(s) aprovado(s) em CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL 001/2025, aberto pelo Edital n.º 56/2025, para comparecer(em) na Coordenadoria de Recursos Humanos, deste Município, em 5(cinco) dias úteis a partir da publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, no horário das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30 horas, munido(s) dos seguintes documentos :
- 1 (uma) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (caso haja registros, providenciar cópia de todos os registros);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- 1 (uma) cópia do Título de Eleitor;
- 1 (uma) cópia dos Comprovantes de votação na última eleição ou Certidão de Quitação do Fórum Eleitoral;
- 1 (uma) cópia do Certificado de Reservista ou Dispensa da Incorporação, quando do sexo masculino;
- 2 (duas) cópias da Cédula de Identidade – RG ou RNE do convocado
- caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do RG do(a) cônjuge;
- 2 (duas) fotos 3x4 recentes, com fundo branco;
- Extrato do PIS/PASEP (Retirar o extrato do PIS na CEF ou do PASEP no Banco do Brasil);

- 2 (duas) Cópias do Cadastro de Pessoa Física – CPF - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do CPF do(a) cônjuge;
- 1 (um) Comprovante de residência atual (conta de água, energia elétrica ou telefone) em nome do candidato, do cônjuge (se casado) ou dos pais (se solteiro);
- 1 (uma) cópia do comprovante de escolaridade conforme exigido em edital para o cargo a ser assumido;
- Registro no órgão de classe (ex.: CRC, CRQ, OAB, etc.) e comprovante de pagamento da última anuidade (conforme exigido para o cargo);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do(s) filho(s) do(a) convocado(a) que
tenha(m) até 21 anos;
- Certidão Negativa Criminal, emitida no fórum da cidade onde reside o convocado (Certidão Civil, Criminal e Vara de Execuções Penais (emitidas pelas Justiça Estadual, Federal e o Local de Residência do Candidato). Caso a CND seja positiva deverá apresentar também a Certidão Explicativa);
- 1 (uma) cópia da Carteira Nacional de Habilitação (conforme exigido para o cargo);
- Declaração Negativa de Acumulação de Emprego Público, de acordo com a Constituição Federal; (Fornecida pelo RH)
- Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade e/ou inidoneidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal; (Fornecida pelo RH)
- Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão; (Fornecida pelo RH)
- Declaração de Tempo de Serviço de Órgão Público contendo cargo, carga horária, remuneração e turno, se houver;
- Declaração de Imposto de Renda ou Bens;
- Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio; (Fornecida pelo RH)
- Declaração de Imunizado (retirar no posto de vacinação);
- Exame de Saúde (Prefeitura realizará o agendamento);
- Requerimento para auxílio transporte, se necessário.

CARGO: PROFESSOR 20 HORAS

INSCRICAO	CLASSIFICACAO	NOME	NOTA
017.603.887-22	66	LUCIANE PAGOTO	74,50
017.603.842-55	67	ANA CLARA DA ROCHA VIEIRA	74,50
017.603.764-75	68	IRIS ROCHA SALÚ	74,50
017.603.777-57	69	THAYNARA KARINE MEDEIROS	74,50
017.603.845-94	70	JACQUELINE CAMILE DO NASCIMENTO TEODORO	74,50

CARGO: PROFESSOR 20 HORAS - COTA RACIAL (NEGROS)

INSCRICAO	CLASSIFICACAO	NOME	NOTA
017.603.876-18	16	THAIS SANTANA FALEIROS	70

PAÇO MUNICIPAL, 22 DE JUNHO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:24DC94A6

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
EDITAL Nº 138/2026

EDITAL N.º 138/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONVOCA:

O(s) abaixo relacionado(s) aprovado(s) em CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL, aberto pelo Edital n.º 01/2023, para comparecer(em) na Coordenadoria de Recursos Humanos, deste Município, em 5(cinco) dias úteis a partir da publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30 horas, munido(s) dos seguintes documentos :
- 1 (uma) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (caso haja registros, providenciar cópia de todos os registros);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- 1 (uma) cópia do Título de Eleitor;
- 1 (uma) cópia dos Comprovantes de votação na última eleição ou Certidão de Quitação do Fórum Eleitoral;
- 1 (uma) cópia do Certificado de Reservista ou Dispensa da Incorporação, quando do sexo masculino;
- 2 (duas) cópias da Cédula de Identidade – RG ou RNE do convocado - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do RG do(a) cônjuge;
- 2 (duas) fotos 3x4 recentes, com fundo branco;
- Extrato do PIS/PASEP (Retirar o extrato do PIS na CEF ou do PASEP no Banco do Brasil);
- 2 (duas) Cópias do Cadastro de Pessoa Física – CPF - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do CPF do(a) cônjuge;
- 1 (um) comprovante de Residência;
- 1 (uma) cópia do comprovante de escolaridade conforme exigido em edital para o cargo a ser assumido;
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do(s) filho(s) do(a) convocado(a) que tenha(m) até 21 anos;
- Certidão Negativa Criminal, emitida no fórum da cidade onde reside o convocado;
- Declaração Negativa de Acumulação de Emprego Público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração que não sofreu penalidade de demissão em serviço público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração de Tempo de Serviço de Órgão Público contendo cargo, carga horária, remuneração e turno, se houver;
- Declaração de Imposto de Renda ou Bens;
- Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio;
- Declaração de Imunizado (retirar no posto de vacinação);
- Exame de Saúde (Prefeitura realizará o agendamento);
- Requerimento para auxílio transporte, se necessário.

CARGO: COORDENADOR PEDAGÓGICO

INSCRICAO	CLASSIFICACAO	NOME	NOTA
442-17908	39	PAULA RENATA MACHADO DO NASCIMENTO	52

PAÇO MUNICIPAL, 22 DE JUNHO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:5C518E7E

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
EDITAL Nº 149/2026

EDITAL N.º 149/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONVOCA:

O(s) abaixo relacionado(s) aprovado(s) em CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL001/2025, aberto pelo Edital n.º 56/2025, para comparecer(em) na Coordenadoria de Recursos Humanos, deste Município, em 5(cinco) dias úteis a partir da publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30 horas, munido(s) dos seguintes documentos:
- 1 (uma) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (caso haja registros, providenciar cópia de todos os registros);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- 1 (uma) cópia do Título de Eleitor;
- 1 (uma) cópia dos Comprovantes de votação na última eleição ou Certidão de Quitação do Fórum Eleitoral;
- 1 (uma) cópia do Certificado de Reservista ou Dispensa da Incorporação, quando do sexo masculino;

- 2 (duas) cópias da Cédula de Identidade – RG ou RNE do convocado
- caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do RG do(a) cônjuge;
- 2 (duas) fotos 3x4 recentes, com fundo branco;
- Extrato do PIS/PASEP (Retirar o extrato do PIS na CEF ou do PASEP no Banco do Brasil);
- 2 (duas) Cópias do Cadastro de Pessoa Física – CPF - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do CPF do(a) cônjuge;
- 1 (um) comprovante de Residência;
- 1 (uma) cópia do comprovante de escolaridade conforme exigido em edital para o cargo a ser assumido;
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do(s) filho(s) do(a) convocado(a) que tenha(m) até 21 anos;
- Certidão Negativa Criminal, emitida no fórum da cidade onde reside o convocado;
- Declaração Negativa de Acumulação de Emprego Público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração que não sofreu penalidade de demissão em serviço público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração de Tempo de Serviço de Órgão Público contendo cargo, carga horária, remuneração e turno, se houver;
- Declaração de Imposto de Renda ou Bens;
- Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio;
- Declaração de Imunizado (retirar no posto de vacinação);
- Exame de Saúde (Prefeitura realizará o agendamento);
- Requerimento para auxílio transporte, se necessário.

CARGO: PROFESSOR COM HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

INSCRICAO	CLASSIFICACAO	NOME	NOTA
017.603.891-15	5	KEVIN ALEC BERNARDINO DA SILVA	82,50
017.603.889-84	6	BRUNO NICOLAU CERINE	82,50

CARGO: PROFESSOR COM HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - COTA RACIAL (NEGROS)

INSCRICAO	CLASSIFICACAO	NOME	NOTA
017.603.882-26	2	JOÃO PAULO GONÇALVES DA COSTA SILVA	75

PAÇO MUNICIPAL, 16 DE JULHO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:A5B218ED

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
EDITAL Nº 151/2026

EDITAL N.º 151/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONVOCA:

O(s) abaixo relacionado(s) aprovado(s) em CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL, aberto pelo Edital n.º 01/2023, para comparecer(em) na Coordenadoria de Recursos Humanos, deste Município, em 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30 horas, munido(s) dos seguintes documentos:
- 1 (uma) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (caso haja registros, providenciar cópia de todos os registros);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- 1 (uma) cópia do Título de Eleitor;
- 1 (uma) cópia dos Comprovantes de votação na última eleição ou Certidão de Quitação do Fórum Eleitoral;
- 1 (uma) cópia do Certificado de Reservista ou Dispensa da Incorporação, quando do sexo masculino;
- 2 (duas) cópias da Cédula de Identidade – RG ou RNE do convocado
- caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do RG do(a) cônjuge;
- 2 (duas) fotos 3x4 recentes, com fundo branco;
- Extrato do PIS/PASEP (Retirar o extrato do PIS na CEF ou do PASEP no Banco do Brasil);
- 2 (duas) Cópias do Cadastro de Pessoa Física – CPF - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do CPF do(a) cônjuge;
- 1 (um) comprovante de Residência;
- 1 (uma) cópia do comprovante de escolaridade conforme exigido em edital para o cargo a ser assumido;
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do(s) filho(s) do(a) convocado(a) que tenha(m) até 21 anos;
- Certidão Negativa Criminal, emitida no fórum da cidade onde reside o convocado;
- Declaração Negativa de Acumulação de Emprego Público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração que não sofreu penalidade de demissão em serviço público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração de Tempo de Serviço de Órgão Público contendo cargo, carga horária, remuneração e turno, se houver;
- Declaração de Imposto de Renda ou Bens;
- Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio;
- Declaração de Imunizado (retirar no posto de vacinação);
- Exame de Saúde (Prefeitura realizará o agendamento);
- Requerimento para auxílio transporte, se necessário.

CARGO: AUXILIAR DE EDUCADOR/CUIDADOR

INSCRICAO	CLASSIFICACAO	NOME	NOTA
442-15814	13	EDFRANKYA DE ARAUJO RAMALHO PATROCINIO	61

PAÇO MUNICIPAL, 21 DE JULHO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:F980A7E3

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.° 2323/2026

SÚMULA: Designa servidor municipal, na forma que específica .

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi/PR, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar 2860/2022

R E SO L V E:

Art. 1º Designar a servidora **IVONILDES MIRANDA DOS SANTOS NASCIMENTO,** matrícula 6586, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança Pública, para o desempenho da função de **CHEFIA DE RECURSOS HUMANOS,** símbolo FCC-3.

Art. 2º Fica concedido a servidora, conforme disposto no Art. 71 da Lei Complementar 2860/2022, e seus anexos, uma gratificação mensal de 15% (quinze por cento), sobre o vencimento básico do cargo de Contador, a título de Função Gratificada.

Art. 3° Fica vedada a acumulação na remuneração de qualquer outra gratificação aos beneficiários de funções gratificadas que não os especificados em Lei.

Art. 4º - Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de julho de 2026.

Sarandi, 03 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:206F3BE0

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.° 2391/2026

SÚMULA: Designa servidor municipal, na forma que específica .

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi/PR, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar 2859/2022

R E SO L V E:

Art. 1º Designar o servidor **SIDNEI CARLOS VIEIRA,** matrícula 2707, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (MASCULINO), lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para o desempenho da função de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA,** símbolo GEE-11.

Art. 2º Fica concedido ao servidor, conforme disposto no art. 19 da Lei Complementar 2859/2022, e seus anexos, uma gratificação mensal de 15% (quinze por cento), sobre o vencimento básico do cargo de Contador, a título de Função Gratificada.

Art. 3° Fica vedada a acumulação na remuneração de qualquer outra gratificação aos beneficiários de funções de confiança que não os especificados em Lei.

Art. 4º - Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 21 de julho de 2026.

Sarandi, 22 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:7B46AFBF

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2242/2026

SÚMULA: Concede Licença Especial ao Servidor Municipal, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e na forma do art. 144 da Lei complementar n.º 10/92, do estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sarandi.

R E S O L V E:

1º - Concede ao Servidor Municipal **JOSE ATILIO ROCHA,** matrícula **8165,** Lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Juventude, exercendo o cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (MASCULINO)**, *LICENÇA ESPECIAL*. **Período aquisitivo de 04/05/2020 à 03/05/2025** de acordo com o Artigo 144 da Lei complementar 10/92, com remuneração integral. **Período a usufruir de 25/06/2026 á 23/08/2026 totalizando 60 dias.**

2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 25 de junho de 2026.

Sarandi, 19 de Junho de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:9BEA91BF

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2250/2026

PORTARIA N.º 2250/2026

SÚMULA: Desclassifica candidatos convocados para o cargo de Professor 20 horas.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme Edital 001/2025.

R E S O L V E

Art. **1º** - Desclassificar os candidatos abaixo relacionados, convocados pelo edital nº 131/2026 de 30 de abril de 2026, por não cumprirem as exigências do Edital de abertura de Concurso nº 001/2025, ou seja, não compareceram no prazo previsto em Edital para apresentar a documentação para a comprovação dos pré requisitos necessários para exercer a função de Professor 20 horas:

I - HELLEN GRANDI FERREIRA
II - THAINARA SOUZA DE MOURA
III - LAÍZA CRISTINA BAHLS LOPES
IV - FLÁVIA EDUARDA PESSOA RIBEIRO
V - DANIELE DE OLIVEIRA DOS SANTOS

Art. 2º - Determinar a convocação dos próximos candidatos aprovados.

Sarandi, 22 de junho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:22342DDD

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2251/2026

PORTARIA N.º 2251/2026

SÚMULA: Nomeia servidor para exercer cargo de provimento efetivo, na forma que especifica:

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, de conformidade com resultado do Concurso Público Municipal para provimento de cargos públicos e na forma do Edital de Convocação n.º 131/2026 de 30 de abril de 2026.

R E S O L VE

Art. 1º - Nomear o(s) servidor(es) abaixo, devidamente aprovado(s) em Concurso Público de provas e títulos, aberto pelo Edital n.º 001/2025 e regido(s) pelo Regime Jurídico do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sarandi e legislação complementar, para exercer cargo de provimento efetivo, conforme a seguir especificado:

CARGO: PROFESSOR 20 HORAS

INSCRICAO	NOME
017.603.877-00	ELISABETH NOGUEIRA MARTINS
017.603.880-10	EMANOELLE BEATRIZ NATAL FONSECA
017.603.784-14	EDUARDA CRISTINA DE FREITAS FLORIDO
017.603.835-02	TAÍS RENATA MAZIERO GIRALDELLI
017.603.818-21	DOMINICIA VIOTTI

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 22 DE JUNHO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:51E6A8D4

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2255/2026

PORTARIA N.º 2255/2026

SÚMULA: Desclassifica candidata convocada para o cargo de Coordenador Pedagógico.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme Edital 01/2023.

R E S O L V E

Art. 1º - Desclassificar a candidata abaixo relacionada, convocada pelo edital nº 125/2026 de 24 de abril de 2026, por não cumprir as exigências do Edital de abertura de Concurso nº 01/2023, ou seja, não comparecer no prazo previsto em Edital para apresentar a documentação para a comprovação dos pré requisitos necessários, para exercer a função de Coordenador Pedagógico:

I - ANA CAROLINE SANCHES SCHMIDT SATIRO

Art. 2º - Determinar a convocação dos próximos candidatos aprovados.

Sarandi, 22 de junho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:B9F9BA64

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2256/2026

PORTARIA N.º 2256/2026

SÚMULA: Nomeia servidor para exercer cargo de provimento efetivo, na forma que especifica:

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, de conformidade com resultado do Concurso Público Municipal para provimento de cargos públicos e na forma do Edital de Convocação n.º 125/2026 de 24 de abril de 2026.

R E S O L VE

Art. 1º - Nomear o(s) servidor(es) abaixo, devidamente aprovado(s) em Concurso Público de provas e títulos, aberto pelo Edital n.º 01/2023 e regido(s) pelo Regime Jurídico do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sarandi e legislação complementar, para exercer cargo de provimento efetivo, conforme a seguir especificado:

CARGO: COORDENADOR PEDAGÓGICO

INSCRICAO	NOME
442-15239	JUSCILÉIA DOS SANTOS
442-5176	CASSIA LORENLAY OLIVEIRA TESTI

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 22 DE JUNHO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:04B20A69

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2299/2026

SÚMULA: Revoga a Portaria nº 486/2025, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma da Lei Complementar 010/92, do Estatuto dos Servidores do Município de Sarandi.

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar, em todo o seu teor, a Portaria de Nº 486/2025 de 18 de março de 2025, que concedia ao servidor municipal **BRUNA JUSTO GUIOMAR**, matrícula 10064, cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, gratificação Mensal de 15% (quinze por cento) sobre o vencimento básico do cargo de Contador, para o desempenho da função de **GESTOR DE CONTRATOS**, símbolo GEE-05, na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de Julho de 2026.

Sarandi, 03 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:06E72617

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2300/2026

SÚMULA: Revoga a Portaria nº 1195/2025, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma da Lei Complementar 010/92, do Estatuto dos Servidores do Município de Sarandi.

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar, em todo o seu teor, a Portaria de Nº 1195/2025 de 04 de Setembro de 2025, que concedia ao servidor municipal **MAYRA PRISCILA DOS SANTOS**, matrícula 6621, cargo de PROFESSOR - 40 HORAS, gratificação Mensal de 15% (quinze por cento) sobre o vencimento básico do cargo de Contador, para o desempenho da função de **GESTOR DE CONTRATOS**, símbolo GEE-05, na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de Julho de 2026.

Sarandi, 03 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:B5A6C22F

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2301/2026

SÚMULA: Revoga a Portaria nº 2153/2026, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar, em todo o seu teor, a Portaria de Nº 2153/2026 de 02 de Junho de 2026, que designava servidores para gestão de contratos em cada secretaria.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 03 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:BF3FCA32

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2302/2026

SÚMULA: Designa servidores para gestão de contratos, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores municipais, abaixo, com a finalidade de responderem pela gestão dos contratos firmados pelo Município, na área de atuação do **Gabinete do Prefeito**:

Matricula	Nome	CPF
8171	**Carmeluci Marinho Santana**	030.XXX.339-XX
10561	Cristovão de Faria	060.XXX.828-XX

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sarandi, 03 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:DA61E938

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2303/2026

SÚMULA: Designa servidores para gestão de contratos, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores municipais, abaixo, com a finalidade de responderem pela gestão dos contratos firmados pelo Município, na área de atuação da Secretaria de **Administração**:

Matricula	Nome	CPF
9969	**Antonio Marcos de Padua Costa**	927.XXX.983-XX

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sarandi, 03 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:2B7B09C3

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2304/2026

SÚMULA: Designa servidores para gestão de contratos, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores municipais, abaixo, com a finalidade de responderem pela gestão dos contratos firmados pelo Município, na área de atuação da Secretaria de **Fazenda**:

Matricula	Nome	CPF
6429	**Rogerio Moreira da Silva**	027.XXX.959-XX

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sarandi, 03 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:6D0F755D

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2305/2026

SÚMULA: Designa servidores para gestão de contratos, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores municipais, abaixo, com a finalidade de responderem pela gestão dos contratos firmados pelo Município, na área de atuação da Secretaria de **Urbanismo** e **Corpo de Bombeiros 4ª SB**:

Órgão/Setor	Matricula	Nome	CPF
Secretaria de Urbanismo	9960	**Lucas Antonio Ferrer Lopes**	088.XXX.319-XX
Corpo de Bombeiros 4º SB	****	Hannah Yuri Andrade Karigyo	076.XXX.199-XX

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sarandi, 03 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:5F2A4A8C

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2306/2026

SÚMULA: Designa servidores para gestão de contratos, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores municipais, abaixo, com a finalidade de responderem pela gestão dos contratos firmados pelo Município, na área de atuação da Secretaria de **Educação**:

Matricula	Nome	CPF
10273	Miqueias Bezerra da Silva	109.XXX.249-XX

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sarandi, 03 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:1D16B744

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2307/2026

SÚMULA: Designa servidores para gestão de contratos, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores municipais, abaixo, com a finalidade de responderem pela gestão dos contratos firmados pelo Município, na área de atuação da Secretaria de **Saúde**:

Matricula	Nome	CPF
9190	**William Vinicius Ribeiro**	087.XXX.759-XX

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sarandi, 03 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:5D4BD9C7

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2308/2026

SÚMULA: Designa servidores para gestão de contratos, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores municipais, abaixo, com a finalidade de responderem pela gestão dos contratos firmados pelo Município, na área de atuação da Secretaria de **Assistência Social**:

Matricula	Nome	CPF
10512	**Paulo Henrique Dias Nascimento**	420.XXX.518-XX

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sarandi, 03 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:DB56474A

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2309/2026

SÚMULA: Designa servidores para gestão de contratos, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores municipais, abaixo, com a finalidade de responderem pela gestão dos contratos firmados pelo Município, na área de atuação da Secretaria de **Desenvolvimento Econômico**:

Matricula	Nome	CPF
10143	Vinicius Rafael Andrea	092.XXX.999-XX

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sarandi, 03 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:EC4BEB3C

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2310/2026

SÚMULA: Designa servidores para gestão de contratos, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores municipais, abaixo, com a finalidade de responderem pela gestão dos contratos firmados pelo Município, na área de atuação da Secretaria de **Planejamento**:

Matricula	Nome	CPF
3566	Jose Maria Rodrigues dos Santos	299.XXX.309-XX

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sarandi, 03 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:5CA8F926

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2311/2026

SÚMULA: Designa servidores para gestão de contratos, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores municipais, abaixo, com a finalidade de responderem pela gestão dos contratos firmados pelo Município, na área de atuação da Secretaria de **Meio Ambiente**:

Matricula	Nome	CPF
8118	**Mauricio Egidio Adamo**	134.XXX.228-XX
6564	Elizena Maria Garbelini Rodrigues	029.XXX.899-XX

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sarandi, 03 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:02E20B96

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2312/2026

SÚMULA: Designa servidores para gestão de contratos, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores municipais, abaixo, com a finalidade de responderem pela gestão dos contratos firmados pelo Município, na área de atuação da Secretaria de **Trânsito e Segurança Pública**:

Matricula	Nome	CPF
9933	**Gabriel Saraiva de Gouveia**	132.XXX.699-1XX

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, con efeito retroativo a 01 de julho de 2026.

Sarandi, 03 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:C71847DE

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2313/2026

SÚMULA: Designa servidores para gestão de contratos, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores municipais, abaixo, com a finalidade de responderem pela gestão dos contratos firmados pelo Município, na área de atuação da **Controladoria Geral**:

Matricula	Nome	CPF
6482	Claudilene Soares Beraldo de Almeida	043.XXX.579-XX

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sarandi, 03 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:8E290E73

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2314/2026

SÚMULA: Designa servidores para gestão de contratos, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores municipais, abaixo, com a finalidade de responderem pela gestão dos contratos firmados pelo Município, na área de atuação da Secretaria de **Esporte e Lazer - SESP**:

Matricula	Nome	CPF
2612	**Jairo Augusto Saldanha Locatelli**	017.XXX.269-XX

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sarandi, 03 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:42D47A9A

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2315/2026

SÚMULA: Designa servidores para gestão de contratos, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores municipais, abaixo, com a finalidade de responderem pela gestão dos contratos firmados pelo Município, na área de atuação da Secretaria de **Cultura e Juventude - SECULT**:

Matricula	Nome	CPF
10444	Cezar Felipe Cardozo Farias	098.XXX.269-XX
5556	Cleiton Tadeu da Silva de Aquino	070.XXX.129-XX

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sarandi, 03 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:5D9B2779

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2316/2026

SÚMULA: Designa servidores para gestão de contratos, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores municipais, abaixo, com a finalidade de responderem pela gestão dos contratos firmados pelo Município, na área de atuação da Secretaria de **Políticas para Mulheres - SEMULHER**:

Matricula	Nome	CPF
10633	Daniela Marques da Silva Daneis	007.XXX.459-XX

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sarandi, 03 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:6CDF3C3D

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2318/2026

SÚMULA: Revoga a Portaria nº 2038/2026, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma da Lei Complementar 010/92, do Estatuto dos Servidores do Município de Sarandi.

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar, em todo o seu teor, a Portaria de Nº 2038/2026 de 04 de Maio de 2026, que concedia à servidora municipal **IVONILDES MIRANDA DOS SANTOS NASCIMENTO**, matrícula 6929, cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, gratificação Mensal de 15% (quinze por cento) sobre o vencimento básico do cargo de Contador, para o desempenho da função de **GESTOR DE CONTRATOS**, símbolo GEE-05, na Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança Pública.

Art. 2º Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de julho de 2026.

Sarandi, 03 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:3C1AA828

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2319/2026

SÚMULA: Revoga a Portaria nº 1233/2025, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma da Lei Complementar 010/92, do Estatuto dos Servidores do Município de Sarandi.

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar, em todo o seu teor, a Portaria de Nº 1233/2025 de 15 de Setembro de 2025, que concedia à servidora municipal **KATHE ELENA QUINTEIRO ZINGONI**, matrícula 6586, cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, gratificação Mensal de 15% (quinze por cento) sobre o vencimento básico do cargo de Contador, para o desempenho da função de **CHEFIA DE RECURSOS HUMANOS**, símbolo FCC-3, na Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança Pública.

Art. 2º Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de julho de 2026.

Sarandi, 03 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:54694CD3

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2320/2026

SÚMULA: Revoga a Portaria nº 165/2025, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma da Lei Complementar 010/92, do Estatuto dos Servidores do Município de Sarandi.

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar, em todo o seu teor, a Portaria de Nº 165/2025 de 21 de janeiro de 2025, que concedia ao servidor municipal **GABRIEL SARAIVA DE GOUVEIA**, matrícula 9933, cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, gratificação Mensal de 15% (quinze por cento) sobre o vencimento básico do cargo de Contador, para o desempenho da função de **GESTOR DOS SISTEMAS DO GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL E PORTAL DA TRANSPARENCIA**, símbolo GEE-12, na Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança Pública.

Art. 2º Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de julho de 2026.

Sarandi, 03 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:EACF901E

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2321/2026

SÚMULA: Designa servidor municipal, na forma que específica .

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi/PR, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar 2859/2022

R E SO L V E:

Art. 1º Designar o servidor **RONE MARIANO MAROSTICA,** matrícula 9242, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, lotado na Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança Pública, para o desempenho da função de **GESTOR DE SISTEMAS DO GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA,** símbolo GEE-12.

Art. 2º Fica concedido ao servidor, conforme disposto no Art. 20 da Lei Complementar 2859/2022, e seus anexos, uma gratificação mensal de 15% (quinze por cento), sobre o vencimento básico do cargo de Contador, a título de Função Gratificada.

Art. 3° Fica vedada a acumulação na remuneração de qualquer outra gratificação aos beneficiários de funções gratificadas que não os especificados em Lei.

Art. 4º - Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de julho de 2026.

Sarandi, 03 de julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:0405D95D

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2322/2026

SÚMULA: Designa servidor municipal, na forma que específica .

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi/PR, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar 10/92 e 2859/2022.

R E SO L V E:

Art. 1º Designar o servidor **GABRIEL SARAIVA DE GOUVEIA,** matrícula 9933, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, lotado e subordinado à Secretaria de Trânsito e Segurança Pública, para o desempenho da função de **GESTOR DE CONTRATOS**, símbolo GEE-05.

Art. 2º Fica concedido ao servidor, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar 2859/2022, e seus anexos, uma gratificação mensal de 15% (quinze por cento), sobre o vencimento básico do cargo de Contador, a título de Função Gratificada.

Art. 3° Fica vedada a acumulação na remuneração de qualquer outra gratificação aos beneficiários de funções gratificadas que não os especificados em Lei.

Art. 4º Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de julho de 2026.

Sarandi, 03 de julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:150EE6E0

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2337/2026

PORTARIA N.º 2337/2026

SÚMULA: Nomeia servidor para exercer cargo de provimento efetivo, na forma que especifica:

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, de conformidade com resultado do Concurso Público Municipal para provimento de cargos públicos e na forma do Edital de Convocação n.º 134/2026 de 09 de junho de 2026.

R E S O L VE

Art. 1º - Nomear o(s) servidor(es) abaixo, devidamente aprovado(s) em Concurso Público de provas e títulos, aberto pelo Edital n.º 01/2023 e regido(s) pelo Regime Jurídico do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sarandi e legislação complementar, para exercer cargo de provimento efetivo, conforme a seguir especificado:

CARGO: COORDENADOR PEDAGÓGICO

INSCRICAO	NOME
442-1246	NATHALLYA GONÇALVES LOPES

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 08 DE JULHO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:54F1526C

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2373/2026

PORTARIA N.º 2373/2026

SÚMULA: Desclassifica candidatos convocados para o cargo de Professor com Habilitação em Educação Física.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme Edital 001/2025.

R E S O L V E

Art. **1º** - Desclassificar os candidatos abaixo relacionados, convocados pelo edital nº 142/2026 de 01 de julho de 2026, por não cumprirem as exigências do Edital de abertura de Concurso nº 001/2025, ou seja, não compareceram no prazo previsto em Edital para apresentar a documentação para a comprovação dos pré requisitos necessários para exercer a função de Professor com Habilitação em Educação Física:

I - ANA CAROLINA POLICANTE
II - VITOR HENRIQUE KOVALSKI

Art. 2º - Determinar a convocação dos próximos candidatos aprovados.

Sarandi, 16 de julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:776895FB

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2374/2026

PORTARIA N.º 2374/2026

SÚMULA: Nomeia servidor para exercer cargo de provimento efetivo, na forma que especifica:

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, de conformidade com resultado do Concurso Público Municipal para provimento de cargos públicos e na forma do Edital de Convocação n.º 142/2026 de 01 de julho de 2026.

R E S O L VE

Art. 1º - Nomear o(s) servidor(es) abaixo, devidamente aprovado(s) em Concurso Público de provas e títulos, aberto pelo Edital n.º 001/2025 e regido(s) pelo Regime Jurídico do Estatuto dos Servidores

Públicos do Município de Sarandi e legislação complementar, para exercer cargo de provimento efetivo, conforme a seguir especificado:

CARGO: PROFESSOR COM HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

INSCRICAO	NOME
017.603.765-05	ANDRÉ SIERRA MAZZOTTI
017.603.829-83	ADRIANA KEIKO MIYAHARA DOS REIS

CARGO: PROFESSOR COM HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA – COTA PCD (PESSOA COM DEFICIÊNCIA)

INSCRICAO	NOME
017.603.816-64	LUIZ EDUARDO GOMES FLORIANO PAZINATO

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 16 DE JULHO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:5C65B6DE

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2389/2026

SÚMULA: Revoga a Portaria nº 1611/2026, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma da Lei Complementar 010/92, do Estatuto dos Servidores do Município de Sarandi.

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar, em todo o seu teor, a Portaria de Nº 1611/2026 de 09 de janeiro de 2026, que concedia ao servidor municipal **SIDERLENE DE SOUZA**, matrícula 1231, cargo de PROFESSOR - 20 HORAS, gratificação Mensal de 23% (vinte e três por cento) sobre o vencimento básico do cargo de Contador, para o desempenho da função de **ASSESSORIA PEDAGÓGICA 20 HORAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** símbolo FCEAP-2, na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 17 de julho de 2026.

Sarandi, 22 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:5DDAFA3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27/2026 - SMED

Dispõe sobre a regulamentação da atuação dos profissionais de Psicologia e Serviço Social no âmbito da rede pública municipal de ensino de Sarandi/PR, como Equipe Multiprofissional, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, de acordo com oDecreto Municipal nº 1201/2026 e,

CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, que assegura a educação como direito de todos e dever do Estado, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO os princípios da Administração Pública, especialmente a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme o art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei nº 8.069/1990;

CONSIDERANDO a Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que orienta a educação nacional com base nos princípios da liberdade, equidade, solidariedade e valorização da diversidade;

CONSIDERANDO os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Agenda 2030 da ONU, em especial o ODS 4, que visa assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica, reconhecendo sua importância para o processo de ensino-aprendizagem e para a promoção de condições que favoreçam o pleno desenvolvimento dos estudantes;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.113/2020, que regulamenta o novo Fundeb permanente, assegurando a destinação de recursos para equipes multiprofissionais que contribuam para a melhoria do desempenho escolar e a permanência dos estudantes na escola;

CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, que estabelece competências essenciais à formação humana integral, à equidade e à promoção de uma educação de qualidade socialmente referenciada;

CONSIDERANDO o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Ministério da Educação em 2023, que visa garantir a alfabetização de todas as crianças brasileiras até o final do 2º ano do ensino fundamental, com apoio técnico e pedagógico, incluindo ações voltadas à redução das desigualdades e ao fortalecimento da gestão;

CONSIDERANDO a regulamentação do VAAR –Valor Aluno Ano Resultado, instrumento de indução de melhoria de resultados educacionais, com foco na equidade, qualidade da aprendizagem e gestão baseada em evidências;

CONSIDERANDO o compromisso ético e político com a justiça social, equidade, inclusão e proteção integral de crianças, adolescentes e suas famílias no ambiente escolar;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar, de forma clara, técnica e legal, a prestação dos serviços de Psicologia e de Serviço Social na rede pública municipal de ensino, definindo suas funções, formas de atuação e articulação com a gestão escolar e com os profissionais da educação;

CONSIDERANDO as legislações vigentes de âmbito municipal, estadual e federal pertinentes à política de educação;

A presente Instrução Normativa orienta que:

Art. 1º A rede pública de educação básica do sistema de ensino do Município de Sarandi disporá de serviços de Psicologia e de Serviço Social.
§ 1º Os(As) profissionais de psicologia e de serviço social integrarão equipes multiprofissionais desta rede pública de educação básica do sistema de ensino do Município de Sarandi para atender às necessidades e às prioridades definidas pela política municipal de educação.
§ 2º O(A) assistente social e o(a) psicólogo(a) considerarão as diretrizes pedagógicas da rede pública de educação básica e o projeto

político-pedagógico e o regimento escolar dos respectivos estabelecimentos de ensino.
§ 3º O(A) assistente social e o(a) psicólogo(a) de que tratam esta normativa serão lotados na rede pública de educação básica do sistema de ensino do Município de Sarandi, e ficarão lotados na Secretaria Municipal de Educação - SMED.
§ 4º O(A) assistente social e o(a) psicólogo(a) considerarão as condicionantes sociais e psicológicas do desenvolvimento humano numa perspectiva global, inclusiva e coletiva da educação, vedadas as intervenções individualizantes e em substituição às demais políticas públicas sociais.
I) por atendimento individualizante compreende-se aquele que concebe o indivíduo como campo isolado de intervenção e interpretação, desconsiderando os determinantes históricos, culturais, econômicos, familiares e mesmo educacionais ou escolares.

Art. 2º – Da Finalidade
Esta Instrução Normativa tem por finalidade regulamentar a prestação dos serviços de Psicologia e Serviço Social no âmbito da rede pública municipal de ensino, assegurando:
I – A atuação integrada dos profissionais com a comunidade escolar, respeitando os princípios da educação inclusiva, da proteção integral e da promoção da aprendizagem;
II – O fortalecimento da articulação com as políticas públicas do território escolar, por meio da Rede e Proteção Local;
III – A busca da garantia de instrução ou suporte psicossocial aos estudantes, famílias, equipes escolares e gestores.

Art. 3º O(A) assistente social e o(a) psicólogo(a), juntamente com a equipe multiprofissional da educação, terão como atribuições:
I - participar da construção de diagnósticos acerca das demandas escolares do território, identificando prioridades de ação com a equipe multiprofissional, informando para a SMED indicadores basilares para a construção da política pública municipal de educação, como um processo permanente;
II - participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas sociais voltadas à educação;
III - ampliar e fortalecer a participação familiar, comunitária e estudantil junto à comunidade escolar, de modo a contribuir para a efetivação da gestão democrática da escola;
IV - considerar condições sócio-históricas presentes na transmissão e apropriação de conhecimentos em suas intervenções com as equipes pedagógicas;
V - conhecer e analisar os dados relativos ao monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar a fim de propor ou fortalecer políticas públicas sociais, por meio da articulação constante com o Programa de Combate e a Prevenção ao Abandono e à Evasão Escolar, instituído pela Lei Municipal nº 2.666/2020;
VI - incentivar a orientação profissional e construção de projeto de vida com base nos Temas Contemporâneos Transversais presentes na Base Nacional Comum Curricular;
VII - promover o acesso, a permanência, bem como desenvolver ações para melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem do estudante com distorção idade-série, bem como o estudante:
beneficiários de programas de transferência de renda;
oriundo de comunidades tradicionais;
adolescente em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto ou fechado;
internado para tratamento de saúde por longo período;
migrante.
VIII - atuar na comunidade escolar, com vistas à valorização do trabalho de professores e dos demais trabalhadores da educação da rede pública;
IX - contribuir com a formação continuada de profissionais da educação;
X - contribuir com ações e estratégias voltadas para a qualidade de vida no trabalho escolar e nas relações de trabalho entre os profissionais da educação;
XI - propor e articular estratégias de prevenção, intervenção e promoção, junto com a comunidade escolar e as demais políticas públicas sociais, em questões relacionadas a situações de violências, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência e vulnerabilidade social, situações de ameaça ou violações de direitos humanos e sociais;
XII – construir, em articulação com a comunidade escolar, rede de proteção social e o controle social, ações preventivas de combate às violências e intolerâncias, inclusive a racial, religiosa, de gênero, doméstica, sexual, bem como assédio moral, psicológico e/ou físico, conforme a Lei 13.185/2015;
XIII - mapear, conhecer e dialogar com a rede de proteção social com vistas ao fortalecimento dos programas e serviços de educação, saúde e assistência social, lazer, cultura, esporte, profissionalização, entre outros, oferecidos no território para o atendimento às famílias;
XIV - mapear, conhecer e dialogar com a rede comunitária de apoio (clubes de serviços, pastorais, comunidades religiosas, entre outros) com vistas ao fortalecimento dos programas e serviços de educação, saúde e assistência social, lazer, cultura, esporte, profissionalização, entre outros, oferecidos no território para o atendimento às famílias;
XV - articular, identificar e avaliar com a rede de proteção social, estratégias de intervenção e orientação por meio da avaliação das condicionantes psicossociais as condições que influenciam no processo de ensino-aprendizagem, no acesso, permanência e aproveitamento do estudante, entre outras situações do cotidiano escolar;
XVI - incentivar o reconhecimento do território no processo de articulação do estabelecimento de ensino e das demais instituições públicas, privadas, organizações comunitárias locais e movimentos sociais;
XVII - estimular a participação da comunidade escolar e a organização estudantil em estabelecimentos de ensino e na comunidade em geral por meio da participação nos conselhos, nas comissões, nos fóruns, nos grupos de trabalhos e demais formas de participação social, de modo a contribuir para a efetivação da gestão democrática na escola, conforme preconiza a Constituição Federal (art. 206, VI);
XVIII - Propor estratégias para que o direito à participação social aconteça de forma efetiva, levando em consideração a escala de graus de participação, para que seja possível mensurar o nível de engajamento, empoderamento e atuação social da comunidade escolar (em especial os alunos) nos espaços (fóruns, conselho escolar, audiências públicas, entre outros, nos termos da LDB):
1º Grau (Estar presente): O comparecimento básico aos serviços ou atividades. É o primeiro passo para o acolhimento, indicando o reconhecimento de que o espaço existe e está aberto ao público;
2º Grau (Manifestar opinião): A capacidade de expressar espontaneamente o que se pensa e sente, sem medo de julgamentos ou críticas.
3º Grau (Ser consultado): Um nível mais profundo de diálogo, onde a escuta é ativa. Um facilitador cria o ambiente para que o indivíduo compartilhe sua visão, mesmo que ele tenha dificuldades de se manifestar por conta própria.
4º Grau (Estar informado): O acesso a informações claras e compreensíveis sobre direitos, deveres e serviços. Permite que a pessoa forme seu próprio entendimento e reflexão sobre a realidade.
5º Grau (Estar mobilizado): Uma consequência de estar informado. É o momento em que o indivíduo dialoga, articula-se com outras pessoas e forma um movimento coletivo para discutir interesses comuns.
6º Grau (Influenciar decisões): O grau máximo de participação. Envolve interferir e moldar ativamente os rumos e diretrizes de uma comunidade ou instituição com justificativas fundamentadas, evitando posturas autoritárias ou manipuladoras.
XIX - integrar as ações intersetoriais que promovam o processo de inclusão e permanência do estudante com deficiência em todas as etapas e modalidades da educação básica;
XX - orientar e apoiar a unidade escolar quanto a sua autonomia na identificação e encaminhamento de casos à rede de proteção social que exijam intervenção de outras políticas públicas; ressalta-se que a atuação da equipe multiprofissional ocorrerá exclusivamente de forma subsidiária, ou seja, após a unidade escolar ter esgotado e registrado suas próprias intervenções, orientações e encaminhamentos iniciais à rede de serviços;
XXI - fomentar, em colaboração com a rede de proteção social, a criação de programas e serviços das políticas públicas sociais de defesa e promoção de direitos dos estudantes e de suas famílias, a fim de atender a demandas afetas ao processo de ensino-aprendizagem;

XXII - fortalecer, em articulação com a rede de proteção social, o sistema de garantia de direitos das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, conforme a Lei n. 13.431/2017;
XXIII - incentivar práticas pautadas na cultura de paz nas unidades escolares, tais como projetos de mediação, práticas restaurativas ou outros meios de autocomposição;
XXIV - divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Juventude, a Lei Brasileira de Inclusão, a legislação social em vigor e as políticas públicas sociais, contribuindo para a formação e o exercício da cidadania do estudante e da comunidade escolar;
XXV - articular-se com as equipes técnicas que executam os serviços de Medida Socioeducativa em meio aberto e com a comunidade escolar na promoção e no fortalecimento da consecução dos objetivos educacionais e de integração social do adolescente, conforme preconiza a Lei n. 12.594/2012 (Lei do SINASE);
XXVI - articular-se com as equipes técnicas que executam os serviços de Medida Socioeducativa e com a comunidade escolar na promoção e no fortalecimento da escola como espaço de execução das medidas socioeducativas em meio aberto, de acordo com o que preconiza a Lei n. 12.594/2012 (Lei do SINASE), e em consonância com os objetivos do Plano de Atendimento Socioeducativo do Município;
XXVII - fortalecer, em articulação com a rede de proteção social, ações de promoção da saúde física, mental, social, sexual e reprodutiva;
XXVIII - apoiar o fomento e a inserção inicial, em colaboração com a rede executora, do estudante em ações que preparem o aluno a ser inserido em programas de aprendizagem por meio de parcerias com Organizações da Sociedade Civil - OSC.
§1º A atuação do(a) Assistente Social e do(a) Psicólogo(o) observará os limites profissionais, institucionais e as responsabilidades constantes e respaldadas em seus respectivos códigos de ética e leis que regulamentem o exercício profissional.
§2º A equipe multiprofissional deverá elaborar anualmente o plano de ação do setor, em consonância com o planejamento da SMED, bem como o relatório de atividades mensais e parciais, respeitando a autonomia e os princípios de cada profissão, e poderá incluir cronogramas, relatórios, pareceres e intervenções coletivas.

Art. 4º O(a) assistente social da rede pública de educação básica terá como atribuição:
I - subsidiar a elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias, a partir de conhecimentos de políticas públicas sociais, bem como do exercício e da defesa dos direitos humanos, civis, políticos e sociais da coletividade;
II - participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas sociais voltadas à educação;
III - contribuir com o processo de ensino-aprendizagem de modo a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas públicas sociais, bem como sua gestão democrática;
IV - atuar na garantia da qualidade dos serviços oferecidos aos estudantes, com vistas ao pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes, respeitando as condições peculiares dos ciclos de vida, contribuindo, assim, para sua formação, como sujeitos de direitos;
V - fomentar ações de aprimoramento das relações sociais entre a unidade escolar, a família e a comunidade, de modo a promover a eliminação de todas as formas de preconceito;
VI – favorecer o processo de inclusão e permanência de estudantes com necessidades sociais e educativas específicas no fortalecimento das relações escolares e comunitárias, bem como das condições de acesso às políticas públicas sociais;
VII - propor e articular estratégias de prevenção, intervenção e promoção, junto com a comunidade escolar e as demais políticas públicas sociais, em questões relacionadas a situações de ameaça ou violações de direitos humanos e sociais;
VIII - realizar assessoria e consultoria técnica em matéria de serviço social com os profissionais da educação e à gestão escolar, bem como participar de espaços coletivos de decisões;
IX - conhecer, analisar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda na perspectiva da garantia de direitos;
X - planejar, executar e avaliar pesquisas inerentes ao universo escolar que contribuam para análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais na política educacional;
XI - contribuir com a formação continuada de profissionais da rede pública de educação básica na perspectiva dos direitos humanos, sociais e de cidadania;
XII - viabilizar e articular, com a rede de proteção social, estratégias que garantam o acesso a programas, projetos, serviços e benefícios sociais aos estudantes e suas famílias com vistas ao fortalecimento dos vínculos e a permanência escolar;
XIII - elaborar Plano de Intervenção em que estejam definidos os instrumentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, como elementos constitutivos da prática profissional; e
XIV - participar nos espaços democráticos de controle social e na construção de estratégias de fomento à participação da comunidade escolar nas conferências e conselhos de Educação e de outras políticas.
§1º - A atuação do assistente social no âmbito da rede pública de educação básica dar-se-á na observância das leis, regulamentações, instrumentais teóricos metodológicos e éticos do Serviço Social.
§2º - É vedado o(a) assistente social da rede pública de educação básica desenvolver ações que são de caráter específicos de outras políticas públicas, a saber ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Sistema Único de Saúde (SUS), entre outras políticas, resguardada a sua função de articulação intersetorial.

Art. 5º O(a) psicólogo(a) da rede pública de educação básica terá como atribuição:
I - subsidiar a elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias a partir de conhecimentos da Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, preservando a autonomia da comunidade escolar no processo de ensino aprendizagem;
II - participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas sociais voltadas à educação;
III - contribuir com a promoção dos processos de aprendizagem, buscando, juntamente com as equipes pedagógicas, garantir o direito à inclusão de todas as crianças e os adolescentes;
IV - orientar casos de dificuldades nos processos de escolarização de modo a evitar a intensificação dos processos de medicalização, patologização, discriminação e estigmatização;
V - auxiliar equipes da rede pública de educação básica na integração comunitária entre a unidade escolar, o estudante e a família;
VI - contribuir na formação continuada de profissionais da educação;
VII - participar da elaboração de projetos de educação em todas as etapas da educação básica e orientação profissional;
VIII - contribuir com programas e projetos desenvolvidos na unidade escolar, considerando as potencialidades do território em articulação com as demais políticas públicas sociais;
IX - promover relações colaborativas no âmbito da equipe multiprofissional e entre a unidade escolar e a comunidade;
X - colaborar com ações de enfrentamento a culturas institucionais discriminatórias, à violência e aos preconceitos no âmbito escolar;
XI - propor articulação intersetorial no território, visando à integralidade de atendimento ao Município, o apoio às Unidades Educacionais e o fortalecimento da Rede de Proteção Social;
XII - propor ações, juntamente com a comunidade escolar e a sociedade de forma ampla, visando à melhoria nas condições de ensino, considerando a estrutura física das unidades escolares, o desenvolvimento da prática docente, a qualidade do ensino, entre outras condições objetivas que permeiam o ensinar e o aprender;
XIII - atuar em uma perspectiva crítica, inclusiva, diversa e ética na defesa dos direitos humanos, a partir do contexto social, cultural e histórico presente no cotidiano e realidade das unidades escolares;
XIV - mapear, conhecer e dialogar com a rede de proteção social com vistas ao fortalecimento dos programas e serviços de educação, saúde e assistência social, lazer, cultura, esporte, profissionalização entre outros, oferecidos no território para o atendimento às famílias;
XV - articular estratégias de intervenção e orientação junto à rede de proteção social, fundamentadas na análise das condicionantes psicossociais que interferem no processo de ensino-aprendizagem e no cotidiano escolar, ressalvadas as demandas de evasão escolar e as pertinentes à educação especial, as quais devem observar as normativas municipais específicas de cada área;

XVI - incentivar o reconhecimento do território no processo de articulação do estabelecimento de ensino e demais instituições públicas, privadas, organizações comunitárias locais e movimentos sociais;
XVII - fortalecer e promover, em articulação com a rede de proteção social, ações de combate ao racismo, ao sexismo, a homofobia, a xenofobia, a discriminação social, cultural, religiosa e a discriminação de característica físicas diferenciadas;
XVIII - estimular a organização estudantil em estabelecimentos de ensino e na comunidade em geral por meio da participação nos conselhos, nas comissões, nos fóruns, nos grupos de trabalhos, nas associações, nas federações e demais formas de participação social;
XIX - identificar e avaliar, em conjunto com a unidade escolar, a necessidade de encaminhamento à rede de proteção social dos casos que apresentam demandas que necessitem de intervenção ou avaliação específica de outras políticas públicas sociais;
XX - fomentar, em colaboração com a rede de proteção social, a criação de programas e serviços das políticas públicas sociais de defesa e promoção de direitos dos estudantes e suas famílias, a fim de atender demandas afetas ao processo de ensino-aprendizagem;
XXI - fortalecer, em articulação com a rede de proteção social, o sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, conforme a Lei n. 13.431/2017;
XXII - incentivar práticas pautadas na cultura de paz nas unidades escolares, tais como projetos de mediação, práticas restaurativas ou outros meios de autocomposição;
XXIII - aprimorar a relação entre a unidade escolar, a família e a comunidade de modo a combater todas as formas de preconceito, violência e intolerância, por meio de projetos que aproximem a unidade escolar das famílias e da comunidade em que esteja inserida e, da mesma forma, o contrário;
XXIV - incentivar a gestão democrática escolar, conforme preconiza a Constituição Federal (art. 206, VI) e LDB (art. 3º, VIII);
XXV - articular-se com as equipes técnicas que executam os serviços de Medida Socioeducativa e com a comunidade escolar na promoção e fortalecimento da consecução dos objetivos educacionais e de integração social do adolescente, conforme preconiza a Lei n. 12.594/2012 (Lei do SINASE); e
XXVI - articular-se com as equipes técnicas que executam os serviços de Medida Socioeducativa e com a comunidade escolar na promoção e no fortalecimento da unidade escolar como espaço de execução das medidas socioeducativas em meio aberto, conforme preconiza a Lei n. 12.594/2012 (Lei do SINASE).
§1º - A atuação do(a) psicólogo(a) na rede pública de educação básica do sistema de ensino dar-se-á na observância das leis, das regulamentações, dos instrumentais teóricos e metodológicos e dos princípios éticos da Psicologia.
§2º - É vedado o(a) psicólogo da rede pública de educação básica desenvolver ações que são de caráter específicos de outras políticas públicas, a saber ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Sistema Único de Saúde (SUS), entre outras políticas.

Art. 6º – Critérios a serem considerados para o trabalho a ser desenvolvido pelos profissionais de Serviço Social e Psicologia:
I - características da rede municipal de ensino, considerando o número de instituições, o volume de matrículas e as regiões de maior vulnerabilidade social;
II – indicadores educacionais e sociais locais, tais como rendimento escolar e índices de violação de direitos;
III – composição da equipe multiprofissional, formada por psicólogos, assistentes sociais e áreas afins, como parte integrante da equipe de gestão da Secretaria Municipal de Educação;
IV - atuação pautada no trabalho coletivo e de apoio técnico em detrimento do atendimento individual, o qual ocorrerá apenas em caráter excepcional, sempre fundamentado no diagnóstico social da rede e nas demandas apresentadas;
V - foco voltado ao trabalho preventivo, assessoria técnica, orientação e atuação prioritária no enfrentamento e combate às situações de violência cometidas contra crianças e adolescentes;
VI - estímulo e orientação para a realização da escuta especializada nos casos de suspeita ou confirmação de violência, observados os ditames legais e a proteção integral da criança e do adolescente; os profissionais da equipe multiprofissional poderão realizar escuta especializada respeitando o Protocolo de Enfrentamento à Violência do Município de Sarandi;
VII - acionamento da equipe multiprofissional por meio das Assessorias Pedagógicas, às quais caberá orientar, analisar e encaminhar os casos, mediante a comprovação e o registro formal de que todas as medidas cabíveis foram previamente adotadas pela unidade escolar;
VIII - desenvolvimento de ações que incentivem práticas restaurativas e de promoção da cultura da paz no ambiente escolar;
IX - orientação e prestação de apoio técnico para que as instituições de ensino mantenham evidências documentais de suas intervenções, por meio de atas, relatórios, registros de visitas, encaminhamentos e planos de ação compartilhados;
X - garantia de formação continuada e capacitação permanente para os membros da equipe multiprofissional, visando ao aprimoramento constante das práticas pedagógicas e sociais;
XI - planejamento, oferta e realização de cursos, palestras e ações de capacitação permanente voltados à comunidade escolar, abrangendo temas afetos às áreas de atuação do Serviço Social e da Psicologia na educação, com foco na prevenção, orientação e fortalecimento dos vínculos escolares;
XII - a equipe multiprofissional deverá manter articulação constante com os setores internos da própria Secretaria Municipal de Educação de Sarandi (Programa de Evasão Escolar, Núcleo de Formadores, Nutrição, Assessoria, Documentação e Central de Vagas, entre outros) garantindo um fluxo satisfatório das demandas;

Art. 7º– A Secretaria Municipal de Educação (SMED) será responsável pelo monitoramento, acompanhamento e avaliação da implementação desta Instrução Normativa, ficando autorizada a realizar os ajustes necessários ao atendimento das demandas da rede municipal de ensino.

Art. 8º– Fica revogada a Instrução Normativa nº 16/2025, que dispõe sobre a regulamentação da atuação dos profissionais de Psicologia e Serviço Social no âmbito da rede pública municipal de ensino de Sarandi/PR, bem como as demais disposições em contrário, esta instrução entra em vigor a partir de sua publicação.

Sarandi, 22 de Julhode 2026.

PAULO CEZAR FLORINDO
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 1201/2026

Publicado por:
Juliana Hilaria de Lima Lopes
Código Identificador:D263D2E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA 2379

SÚMULA: Dispõe sobre a autorização de concessão de diárias aos servidores estatutários e demais agentes públicos nomeados em cargo de livre nomeação e exoneração da Administração Direta e Indireta do Município de Sarandi-PR.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando a Lei Municipal nº 2754/2021, de 22 de novembro de 2021, alterada pela lei 3144/2026.

RESOLVE:
Art. 1º Autorizar a concessão de diária para a servidora Aline dos Santos Bernardineli, CPF: 108.xxx.xxx-00, que exerce o cargo de Auxiliar Administrativo, sendo concedida 02(duas) diárias para custeio e despesa decorrente da viagem realizada, conforme previsto na Lei n.º 2754/2021, de 22 de novembro de 2021.

Art. 2º O montante total da diária é correspondente ao valor de R$ 1.420,00 (um mil, quatrocentos e vinte reais), sendo essa correspondente ao período de 02 (dois) dias.

O evento terá custo de 2.190,00 (dois mil cento e noventa reais) - inscrição
Meio de transporte será rodoviário
Valor da passagem ida e volta - 493,03
A viagem será realizada até a cidade de Curitiba.
Quilometragem: 420km aproximadamente.

Art. 3º Realização de Curso sobre "Recursos do SUS na prática do repasse a execução".

Art. 4º A viagem terá previsão de saída no dia 05/08/2026 as 23:45horas- Maringá/PRe retorno previsto para o dia 08/08/2026 as 06:10horas- Maringá/PR.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 20 de julho de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dinah Cristina de Góis
Código Identificador:14493E4E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA 2380

SÚMULA: Dispõe sobre a autorização de concessão de diárias aos servidores estatutários e demais agentes públicos nomeados em cargo de livre nomeação e exoneração da Administração Direta e Indireta do Município de Sarandi-PR.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando a Lei Municipal nº 2754/2021, de 22 de novembro de 2021, alterada pela lei 3144/2026.

RESOLVE:
Art. 1º Autorizar a concessão de diária para a servidora Tássia Helena Martins, CPF: 041.xxx.xxx-81, que exerce o cargo de Auxiliar Administrativo, sendo concedida 02(duas) diárias para custeio e despesa decorrente da viagem realizada, conforme previsto na Lei n.º 2754/2021, de 22 de novembro de 2021

Art. 2º O montante total da diária correspondente ao valor de R$ 1.420,00 (um mil, quatrocentos e vinte reais), sendo essa correspondente ao período de 02(dois) dias.
O evento terá custo de 2.190,00 (dois mil cento e noventa reais) - inscrição
Meio de transporte será rodoviário
Valor da passagem ida e volta - 493,03
A viagem será realizada até a cidade de Curitiba.
Quilometragem : 420km aproximadamente.

Art. 3º Realização de Curso sobre "Recursos do SUS na prática do repasse a execução".

Art. 4º A viagem terá previsão de saída no dia 05/08/2026 as 23:45horas- Maringá/PRe retorno previsto para o dia 08/08/2026 as 06:10horas- Maringá/PR.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 20de julhode 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dinah Cristina de Góis
Código Identificador:87E8DF71

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3.579/2026

O *Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 148 da Lei nº. 595/2022 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).*

C O N C E D E
A servidora Odirléia Rodrigues de Oliveira, ocupante do cargo de Agente Sanitário, matrícula funcional de n.º 9451, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 15(quinze) dias de férias a partir desta data, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2024 a 31/01/2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 21 de julho de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:98426596

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3.580/2026

O *Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 152 da Lei nº. 595/2022 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).*

C O N C E D E
Ao servidor Osmar Alves de Oliveira, ocupante do cargo de Guardião, matrícula funcional de n.º 15301, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, 30 (trinta) dias de férias a partir desta data, relativas ao período aquisitivo de 04/06/2025 a 03/06/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:ADAF7E4D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026
(Processo Licitatório n.º 082/2026)
O Município de Sengés/PR torna pública a **retificação do Edital** referente ao Pregão Eletrônico nº 017/2026, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual compra de kit lanches que serão destinado à pacientes do SUS e participantes dos projetos da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Objeto da Retificação:
Ficam alteradas as especificações dos produtos C dos lotes 01 e 02, do Termo de Referência (Anexo I), passando a contemplar novos requisitos a fim de ampliar a competitividade.

Fica designada a nova data do certame para o dia:
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 13h00min do dia 05 de agosto de 2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 13h00min do dia 05 de agosto de 2026.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 13h30min do dia 05 de agosto de 2026.

Permanecem **inalteradas as demais disposições do Edital**.

O Edital retificado e seus anexos encontram-se disponíveis no site www.senges.pr.gov.br, na Bllcompras e no PNCP.

Mais informações pelo telefone **(43) 3567-1400** ou pelo e-mail deptolicitacao@hotmail.com.

Sengés/PR, **22 de julho de 2026**.

Departamento de Licitações

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:795BE166

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE REVOGAÇÃO DO LOTE 04 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N. 054/2026
Objeto da licitação: SRP – Compra de formulas nutricionais.
Fica revogado o lotes 4 – formula padrão nutricional, conforme motivos anexados aos autos do processo.
Fica assegurado aos licitantes o direito à interposição de recurso administrativo, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação, nos termos do art. 165, I, da Lei nº 14.133/2021.
Demais informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações, no portal transparência da prefeitura de Sengés e no portal Bllcompras.
Sengés/PR, 22 de julho de 2026.
Departamento de Licitações

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:05218E43

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE REVOGAÇÃO DOS LOTES 02, 05 E 09 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N. 049/2026
Objeto da licitação: Contratação de empresa especializada para fornecimento, montagem, manutenção, operação e desmontagem de estruturas temporárias, infraestrutura elétrica, contêineres sanitários, parque de diversões e demais equipamentos necessários para a realização da Festa Julina Municipal 2026, a ser realizada nos dias 09, 10 e 11 de julho de 2026, a ser realizado com recursos provenientes de convênio n. 0350/206 SETU.
Fica revogado os lotes 02 (Boc truss), 05 (testeiras de LED) e 09 (shows musicais)
Fica assegurado aos licitantes o direito à interposição de recurso administrativo, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação, nos termos do art. 165, I, da Lei nº 14.133/2021.
Demais informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações, no portal transparência da prefeitura de Sengés e no portal Bllcompras.

Sengés/PR, 22 de julho de 2026.

Departamento de Licitações

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:515CC080

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026
(Processo Licitatório n.º 131/**2026**)

OBJETO: O objeto da presente licitação é a Formação de REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de fórmulas nutricionais especiais infantis e adultas, incluindo fórmulas para lactentes, fórmulas de seguimento, fórmulas extensamente hidrolisadas, fórmulas elementares à base de aminoácidos livres e fórmulas destinadas à nutrição enteral e oral, destinadas ao atendimento de pacientes cadastrados e acompanhados pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste

VENCEDORES:
FAGANNUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA(38540669000149) com os lotes: 1 e 5 no valor total de R$ 62.064,00 (sessenta e dois mil e sessenta e quatro reais).
MAIS SAUDE MARINGA PRODUTOS MEDICOS E NUTRICIONAIS LTDA(29715704000122) com os lotes: 2 e 3 no valor total de R$ 28.968,00 (vinte e oito mil e novecentos e sessenta e oito reais).
Lote 004 revogado.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 22/07/2026

Sengés, 22 de julho de 2026.

Departamento de Licitações

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:768610D4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 165, DE 22/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.388, de 18/12/2025

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, até o valor de R$ 109.273,33 (cento e nove mil duzentos e setenta e três reais e trinta e três centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação

20.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÙDE	
20.010.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Saúde - FMS	
20.010.10.305.0008.2.236.		Manutenção Das Atividades de Vigilância Epidemiológica - PROVIGIA-PR	
79 - 3.3.90.30.00.00	494	MATERIAL DE CONSUMO	22.249,22
82 - 4.4.90.52.00.00	5182	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	87.024,11

Total da Suplementação: 109.273,33

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso Excesso de Arrecadação, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64, considerando a resolução SESA Nº 741/2026.
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Santo Soriani, em 22 de Julho 2026

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente do Serviço Municipal de Saúde-SERMUSA

SUELY ROQUE DE SOUZA SANTOS
Diretora do Departamento de Fazenda-SERMUSA

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:C7936530

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 100/2026

ANA RUTH SECCO, Prefeita do Município de Sertanópolis, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO o contido no PEDIDO com data de 22/07/2026.

D E C L A R A:

Artigo 1º - Fica exonerada, a pedido, a partir do dia 31/07/2026, a servidora **SANDY EVELIN SANTOS ARMSTRONG** do cargo de professora e matrícula 202041, inscrita no CPF/MF 117.615.819-88.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 31/07/2026.

Paço Municipal Santo Soriani, 22 de julho de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

GRAZIELA FERNANDA ALVES FÁVERO
Diretora do Departamento de Educação

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:F4238761

ASSESSORIA GERAL
RELATÓRIO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

BASE LEGAL: Instrução Normativa nº 36/2009

3º BIMESTRE DE 2026

Art. 18. O relatório de Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescência poderá ser incorporado ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROJ/ ATIVIDADES	PREVISTO 2026 -R$	% PARTICIPAÇÃO
Man. Das Ações do Fundo Infância e Adolescente	2.735.800,00	65,20
Manutenção do Cons. Tutelar	755.610,00	18,03
Manutenção da Casa Lar	681.000,00	16,23
Contribuição com Entidades de Média Comp.	23.000,00	0,54
SOMA	**4.195.410,00**	**100,00**

EXECUTADO ATE O 3º BIMESTRE/2026

PROJ/ ATIVIDADES	PREVISTO 2026- R$	EXECUTADO EM 2026 - R$
Man. Das Ações do Fundo Infância e Adolescente	2.735.800,00	120.030,80
Manutenção Cons. Tutelar	755.610,00	365.062,62
Manutenção Casa Lar	681.000,00	273.049,65
Contribuição com Entidades de Média Comp.	23.000,00	21.950,74 -
SOMA	**4.195.410,00**	**780.093,81**

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:4F448769

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 14/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS

CONTRATADO: OSVALDINA ROSSETO DOS REIS LTDA, CNPJ n.º 49.680.156/0001-50

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MARMITAS E REFRIGERANTES PARA CONSUMO DOS SERVIDORES DOS DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE), POLICIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR DE SERTANÓPOLIS.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

INÍCIO: 22 DE JULHO DE 2026

TÉRMINO: 22 DE JULHO DE 2027

EMBASAMENTO LEGAL: PREGÃO ELETRÔNICO 38/2026

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 22 DE JULHO DE 2026

VALOR ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 7.340,00 (SETE MIL, TREZENTOS E QUARENTA REAIS).

FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:36D52102

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PORTARIA Nº 098/2026

O Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Orgânica do Município, e, Artigo 123 da Lei Municipal 1.139/2023 de 27/09/2023,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder Licença Maternidade, de 180 dias, à Servidora Pública Municipal, Sra. **DAIANE MAESTRO,** Matrícula Funcional 9652/1, ocupante do Cargo de Professor de Letras Português/Inglês, compreendendo o período de 22/07/2026 a 17/01/2027.

Artigo 2º - A remuneração da licença a que se refere o Artigo anterior será da seguinte forma: 120 (cento e vinte) dias pelo Regime Geral da Previdência Social, e 60 (sessenta) dias consecutivos, com remuneração integral pago pelo poder executivo Municipal conforme Art. 125 da Lei Municipal nº 1.139/2023 de 29/09/2023.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Em 22/07/2026

PUBLICADO EM 23/07/2026, EDIÇÃO _____, PÁGINA _____DIÁRIO ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

PUBLICADO EM 23/07/2026, EDIÇÃO _____, PÁGINA_____DO JORNAL DE BELTRÃO

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:6CBC51C5

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 116/2026

CONTRATADA	E. BACH MECANICA - ME
CNPJ	20.198.390/0001-63
OBJETO	CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS/MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA EM GERAL, DA FROTA MUNICIPAL DE ÔNIBUS, CAMINHÕES E LINHA AMARELA, EXCETO PARTE ELÉTRICA)
LICITAÇÃO	Chamamento Público/Credenciamento N.8/2026
VALOR	2.117.165,00 (dois milhões, cento e dezessete mil cento e sessenta e cinco reais)
VIGÊNCIA	22 de julho de 2027 - **FORO:** Comarca de São João - PR

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:3764E660

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 117/2026

CONTRATADA	MARCO A DIAS TEIXEIRA EVENTOS
CNPJ	16.651.256/0001-07
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SUPORTE OPERACIONAL NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DA 38º FESTA DO COLONO E MOTORISTA, COMPREENDENDO LOCAÇÃO DE TENDAS, SISTEMA DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL, PAINEL DE LED, MONTAGEM DE ESTANDES, DISPONIBILIZAÇÃO DE AMBULÂNCIA COM EQUIPE MÉDICA, SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS RECREATIVOS, SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO, COBERTURA AUDIOVISUAL DO EVENTO, BEM COMO CONTRATAÇÃO DE ATRAÇÕES ARTÍSTICAS LOCAIS.
LICITAÇÃO	Pregão N.41/2026
VALOR	142.060,00 (cento e quarenta e dois mil e sessenta reais)
VIGÊNCIA	22 de julho de 2027 - **FORO:** Comarca de São João - PR

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:24EC4BC6

SETOR DE LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO Nº 41/2026

Torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SUPORTE OPERACIONAL NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DA 38º FESTA DO COLONO E MOTORISTA, COMPREENDENDO LOCAÇÃO DE TENDAS, SISTEMA DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL, PAINEL DE LED, MONTAGEM DE ESTANDES, DISPONIBILIZAÇÃO DE AMBULÂNCIA COM EQUIPE MÉDICA, SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS RECREATIVOS, SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO, COBERTURA AUDIOVISUAL DO EVENTO, BEM COMO CONTRATAÇÃO DE ATRAÇÕES ARTÍSTICAS LOCAIS, à Empresa:

NOME DO FORNECEDOR	VALOR TOTAL (R$)
MARCO A DIAS TEIXEIRA EVENTOS	142.060,00

Prefeitura Municipal de Sulina, em 22 de julho de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:58EC09C4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 31/2026

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 31/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 99/2026

O **MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES**, Estado do Paraná, torna público o aviso de INEXIGIBILIDADE para **Contratação de empresa especializada para realização de apresentações artísticas de contação de história infantil durante a programação da Feira Literária promovida pela Secretaria Municipal de Educação de Teixeira Soares, destinadas aos alunos da rede municipal de ensino, com temática "Princesas e Heróis", compreendendo encenação teatral interativa, figurinos, elementos cênicos e interação com o público infantil.**

CONTRATADA: ENCANTADA PRODUCOES LTDA, inscrita no CNPJ nº 42.145.362/0001-10, com sede na Rua PROFESSORA ANTONIA REGINATO VIANNA 1308, CAPAO DA IMBUIA, CURITIBA/PR, CEP: 82810-300.

Valor Total: R$ 17.900,00 (dezessete mil e novecentos reais).

FUNDAMENTO: Art. 74 da Lei nº14.133/2021. Decreto Federal Nº 11.462/2023.

Teixeira Soares, 17 de julho de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:1E1A23EF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 143/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 143/2026
INEXIGIBILIDADE 29/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR.

OBJETO: INEXIGIBILIDADE proveniente de um Chamamento público 03/2026, com adoção da modalidade Credenciamento, por meio do qual serão selecionados os Micro Empreendedores Individuais (MEI) aptos e interessados a prestarem serviços profissionais.

CONTRATADO: 68.016.766 FRANCIANE OBETES DE LARA, inscrita no CNPJ nº 68.016.766/0001-06, com sede na RUA MARIO GUBERT, 80, BLUMENAU, representada nesse ato pela Sr.ª FRANCIANE OBETES DE LARA, CPF: 078.788.619-00.

Valor Total: R$ 80.948,00 (oitenta mil, novecentos e quarenta e oito reais).

VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA: 16/07/2026

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:BC79B803

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 144/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 144/2026
INEXIGIBILIDADE 29/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR.

OBJETO: INEXIGIBILIDADE proveniente de um Chamamento público 03/2026, com adoção da modalidade Credenciamento, por meio do qual serão selecionados os Micro Empreendedores Individuais (MEI) aptos e interessados a prestarem serviços profissionais.

CONTRATADO: 67.920.285 AMANDA FERRAZ FERREIRA, inscrita no CNPJ nº 67.920.285/0001-50, com sede na RUA DAS AROEIRAS, 348, COHAPAR, representada nesse ato pela Sr.ª AMANDA FERRAZ FERREIRA, CPF: 124.030.809-42.

Valor Total: R$ 80.948,00 (oitenta mil, novecentos e quarenta e oito reais).

VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA: 16/07/2026

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:FECAB1DE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 145/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 145/2026
INEXIGIBILIDADE 29/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR.

OBJETO: INEXIGIBILIDADE proveniente de um Chamamento público 03/2026, com adoção da modalidade Credenciamento, por meio do qual serão selecionados os Micro Empreendedores Individuais (MEI) aptos e interessados a prestarem serviços profissionais.

CONTRATADO: 68.027.295 SOELI APARECIDA DOS SANTOS, inscrita no CNPJ nº 68.027.295/0001-23, com sede na Ruas das Aroeiras, 320, Parque Cidade Nova, representada nesse ato pela Sr.ª SOELI APARECIDA DOS SANTOS, CPF: 037.596.919-51.

Valor Total: R$ 80.948,00 (oitenta mil, novecentos e quarenta e oito reais).

VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA: 17/07/2026

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:E5AE94F0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 70/2026.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 70/2026.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA.
LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE N° 09/2026.
OBJETO DO CONTRATO: contratação de serviços de Assistência Técnica em Auditoria Integrada, em atendimento à Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Urbanos e demais Secretarias do Município de Teixeira Soares/PR
CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares/PR.
CONTRATADA: Patricia Tuma Hilgemberg, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 004.874.529-41, portadora do RG nº 053.581.014-7 expedido pelo MD, residente e domiciliada na Rua Adel Karam, nº 33, Bairro Tarumã, Curitiba
CLÁUSULA EDITADA: O Presente Termo de Aditivo, de acordo com o Artigo Nº 111 da Lei Federal nº
14.133/21, tem por objeto, PRORROGAR o Contrato Inicial de prestação de serviços que tem como objeto a contratação de serviços de Assistência Técnica em Auditoria Integrada, em atendimento à Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Urbanos e demais Secretarias do Município de Teixeira Soares/PR, conforme INEXIGILILIDADE DE LICITAÇÃO Nº09/2026 e anexos, até 24 de julho de 2026, a contar a partir da assinatura desde, obedecendo a destinação vinculada ao Processo Licitatório.

Teixeira Soares-PR, 23 de junho de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:FEE34E97

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 56 DO CONTRATO Nº01/2025 DE 14/01/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO nº 56 DO CONTRATO Nº01/2025 DE 14/01/2025 ENTRE O MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES E A SMALL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, PREGÃO 90036/2024. QUINQUAGÉSIMO SEXTO ADITIVO AO CONTRATO.

O **MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES**, inscrita no CNPJ/MF sob N° 75.963.850/0001-94 pessoa jurídica de direito público, sito a Rua XV de Novembro, 135, CEP – 84.530-000 Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício, Senhor **IVANOR LUIZ MÜLLER**, residente e domiciliado na Localidade do Rio D'Areia de Cima, Centro, Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, CPF – 84530-000, portador do RG n°101.221.047-1, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande Do Sul, inscrito no CPF/MF n° 281.427.480-53, a seguir denominado **CONTRATANTE**, resolve modificar unilateralmente o **Contrato nº 01/2024**, conforme cláusulas sétima do contrato, com fundamento no art. 92, V da Lei Federal nº 14.133/2021, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Instrumento contratual tem como objetivo a modificação unilateral do contrato registrado e publicado através do nº 01 de 14/01/2025, por parte da Administração, visando **REAJUSTE DOS ITENS 01 E 02 DO OBJETO CONTRATUAL *CONTRATAÇÃO DE EMPRESAPARA FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEIS:***

ÓLEO DIESEL S500, DIESEL S10 (em conformidade com as normas técnicas da Agência Nacional de Petróleo - ANP) E AGENTE REDUTOR LÍQUIDO ARLA 32, com instalação e manutenção de equipamentos necessários para o funcionamento de abastecimento interno em regime de comodato, para abastecimento de veículos e máquinas da frota municipal, o decréscimo do diesel(Óleo Diesel S-10) do item 01 é no valor unitário de R$ 0,03(três centavos) passando assim de R$6,15(seis reais e quinze centavos) por litro para R$ 6,12(seis reais e doze centavos) e o decréscimo do (Óleo Diesel S-500) do item 02 é no valor unitário de R$ 0,20 (vinte centavos), passando assim de R$5,90(cinco reais e noventa centavos) por litro para R$5,70 (cinco reais e setenta centavos) por litro. Impactando em um reajuste contratual geral para menor de R$37.520,00(trinta e sete mil quinhentos e vinte reais) para o saldo restante.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato nº 01 de 14/01/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS FATOS
O MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES recebeu as informações de alteração de preços por parte da empresa juntamente com a média de preços da ANP para o Estado do Paraná, conforme previsto em edital de licitação e contrato, mantendo o mesmo percentual de desconto proposto no certame

CLÁUSULA QUARTA – DA DISPENSA DA PUBLICAÇÃO
Tendo em vista não se tratar de instrumento contratual ou seus aditamentos, conforme art. 136, I da Lei 14.133/2021, dispensa-se a publicação resumida deste Termo na Imprensa Oficial.

Teixeira Soares ,21 de julho de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:625981CC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO 31-2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico o processo de INEXIGIBILIDADE de Licitação, autuado com o número de processo 31/2026 fundamentado no PARECER JURÍDICO, exarado pela Procuradoria Geral do Município, cujo objeto refere-se à **Contratação de empresa especializada para realização de apresentações artísticas de contação de história infantil durante a programação da Feira Literária promovida pela Secretaria Municipal de Educação de Teixeira Soares, destinadas aos alunos da rede municipal de ensino, com temática "Princesas e Heróis", compreendendo encenação teatral interativa, figurinos, elementos cênicos e interação com o público infantil.**

Em favor de: **ENCANTADA PRODUCOES LTDA, inscrita no CNPJ nº 42.145.362/0001-10**.

Valor Total: R$ 17.900,00 (dezessete mil e novecentos reais).

Teixeira Soares, 17 de julho de 2026

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal, de Teixeira Soares

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:55B8B455

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 248, DE 22 DE JULHO DE 2026

DECRETO Nº 248, DE 22 DE JULHO DE 2026.

Nomeia os membros da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC do Município de Teixeira Soares.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 73 da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 18.519, de 23 de julho de 2015, que institui a Política Estadual de Proteção e Defesa Civil;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.301, de 07 de julho de 2026, que dispõe sobre a reestruturação do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, reestrutura a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC do Município de Teixeira Soares, conforme a estrutura organizacional prevista no art. 5º da Lei Municipal nº 2.301/2026:
I– Coordenador Municipal:
Nome: AUGUSTO FELIPPE MARCHINSKI
CPF: 090.XXX.199-83
II – Diretora Operacional:
Nome: FLÁVIA CRISTINA RIBEIRO
CPF: 082.XXX.839-52
III – Secretária:
Nome: JANIELI DAYANE RODRIGUES EVANGELISTA
CPF: 077.XXX.519-27
Art. 2º Os membros nomeados exercerão as atribuições previstas nos arts. 6º, 7º e 8º da Lei Municipal nº 2.301/2026, bem como aquelas estabelecidas na legislação federal, estadual e municipal aplicável.

Art. 3º O exercício das funções de Coordenador Municipal, Diretor Operacional e Secretário da COMPDEC será considerado de relevante interesse público, não gerando direito à percepção de remuneração adicional, salvo disposição legal em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE.
GABINETE DO PREFEITO DE TEIXEIRA SOARES, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:6D155DF8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 249/2026

DECRETO Nº 249/2026

Cria o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização do Município de Teixeira Soares e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.303/2026, que Institui a Política Municipal de Alfabetização;
CONSIDERANDO a Política de Alfabetização do Território Estadual;
CONSIDERANDO o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA;

DECRETA:
Art. 1º Fica criado o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, instância responsável pela gestão, governança, articulação, monitoramento e acompanhamento das ações relacionadas à Política Pública Municipal de Alfabetização no âmbito do Município de Teixeira Soares.
Art. 2º Compete ao Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização:
I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – promover a articulação entre os diferentes setores e instituições envolvidos no processo educacional;
III – monitorar os indicadores educacionais e os resultados das avaliações de aprendizagem;
IV – acompanhar o cumprimento das metas e das estratégias relacionadas à alfabetização;
V – propor encaminhamentos e ações voltadas à melhoria da aprendizagem e à alfabetização na idade adequada;
VI – apoiar a execução das ações alinhadas à Política de Alfabetização do Território Estadual e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA.
Art. 3º O Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização será composto pelos seguintes representantes:
I – 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
II – 01 (um) representante da Articulação Municipal da RENALFA;
III – 01 (um) representante da Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
IV – 01 (um) representante do Conselho Escolar;
V – 01 (um) representante dos Gestores Escolares;
VI – 01 (um) representante dos Pedagogos Escolares.
§ 1º Os membros do Comitê serão designados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.
§ 2º A coordenação do Comitê será exercida pela Secretaria Municipal de Educação ou por representante por ela designado.
Art. 4º A participação no Comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.
Art. 5º O Comitê poderá convidar profissionais, técnicos ou representantes de instituições públicas ou privadas parceiras para colaborar nas discussões e nas ações desenvolvidas.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, 23 de julho de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:45ECB0FA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 250, DE 22 DE JULHO DE 2026.

DECRETO Nº 250, DE 22 DE JULHO DE 2026.

Súmula: Regulamenta a composição, a estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, instituído pela Lei Municipal nº 2.301, de 07 de julho de 2026.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e com fundamento nos arts. 10 e 15 da Lei Municipal nº 2.301, de 07 de julho de 2026,
DECRETA:
Art. 1º Fica regulamentado o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, órgão colegiado de caráter consultivo, mobilizador e de assessoramento da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC.
Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil:
I – Assessorar a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil na formulação, acompanhamento e avaliação da Política Municipal de Proteção e Defesa Civil;
II – Incentivar ações preventivas destinadas à redução dos riscos de desastres;
III – promover a integração entre os órgãos públicos, entidades privadas, organizações da sociedade civil e comunidade;
IV – Acompanhar a elaboração, atualização e execução do Plano de Contingência Municipal;
V – Colaborar na mobilização comunitária para prevenção, preparação, resposta e recuperação em situações de emergência e estado de calamidade pública;
VI – Acompanhar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC;
VII – Propor medidas destinadas ao fortalecimento do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil;
VIII – Emitir recomendações e pareceres quando solicitado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.
DA COMPOSIÇÃO
Art. 3º O Conselho Municipal de Defesa Civil – COMDEC compõe-se de 10 (dez) membros titulares e 10 (dez) suplentes, membros esse que serão assim distribuídos:
Representantes do Poder Executivo, a saber:
I – Secretaria Municipal de Assistência Social

• 01 (um) representante titular;
• 01 (um) representante suplente.

II – Secretaria Municipal de Obras, Arquitetura e Engenharia

• 01 (um) representante titular;
• 01 (um) representante suplente.

III – Secretaria Municipal de Agricultura

• 01 (um) representante titular;
• 01 (um) representante suplente.

IV – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

• 01 (um) representante titular;
• 01 (um) representante suplente.

V – Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos e Secretaria Municipal de Finanças

• 01 (um) representante titular;
• 01 (um) representante suplente.

Representantes da Sociedade Civil, a saber:
VI – Câmara Municipal de Teixeira Soares

• 01 (um) representante titular;
• 01 (um) representante suplente.

VII – Associação Comercial e Empresarial

• 01 (um) representante titular;
• 01 (um) representante suplente.

VIII – Sindicato Rural

• 01 (um) representante titular;
• 01 (um) representante suplente.

IX – Conselho Municipal de Assistência Social

• 01 (um) representante titular;
• 01 (um) representante suplente.

X – Organizações da Sociedade Civil

• 01 (um) representante titular;
• 01 (um) representante suplente.

§ 1º Os membros titulares e respectivos suplentes serão indicados pelos dirigentes dos órgãos ou entidades que representam e designados em ato da Secretaria Municipal de Assistência Social.
§ 2º Os membros serão nomeados por Decreto do Prefeito Municipal.
§ 3º O mandato dos membros será de dois anos, permitida a recondução.
DO FUNCIONAMENTO
Art. 4º O Conselho reunir-se-á:
I – Reunir-se mediante a convocação do seu Presidente, do Coordenador Municipal de Defesa Civil ou do Prefeito Municipal, ou ainda por decisão da maioria absoluta do conselho, devendo a convocação ser feita com no mínimo, 24 horas de antecedência;
II – Extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por requerimento da maioria absoluta de seus membros.
Art. 5º As reuniões serão instaladas com a presença da maioria simples dos membros e as deliberações serão tomadas pela maioria dos votos dos presentes.
Art. 6º O Coordenador Municipal da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil exercerá a Presidência do Conselho.
Art. 7º O Secretário da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil exercerá a função de Secretário Executivo do Conselho.
Art. 8º A participação no Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil é considerada serviço público relevante e não será remunerada.
Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho, observada a legislação vigente e as normas do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC.
Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:F705F323

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 258/2026 REF: PREGÃO N° 53/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: TRANSJR TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA, CNPJ nº 41.032.357/0001-39, com sede Jardim Alegre, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). JOEL DE OLIVEIRA JUNIOR, CPF: 135.993.479-05, carteira de Identidade nº 151090265.

OBJETO: Registro de Preços para uma eventual contratação de empresa pessoa jurídica para prestação de serviços de sinalização viária com fornecimento de materiais nas Ruas e Avenidas do Município de Terra Boa..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **184.600,00 (cento e oitenta e quatro mil e seiscentos reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 10 de julho de 2026, com vencimento até 10 de julho de 2028, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 10 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:2A3C8DFA

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 268/2026 REF: INEXIGIBILIDADE N° 31/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: LP PRODUÇÕES ARTISITICAS LTDA, CNPJ nº 45.274.931/0001-16, tendo como representante legal o(a) Sr(a). FERNANDO SCABORA, CPF: 079.666.639-30, carteira de Identidade nº 73037573.

OBJETO: Contratação de show artístico para comemoração a Festas das Nações de Terra Boa-Pr, no dia 12/12/2026..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais) , valor esse que será pago em CONFORME TR.

PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 20 de julho de 2026, com vencimento até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/21, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 20 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:B03FB848

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 681/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no Artigo 57 da Lei Complementar nº 05/2022, de 21 de setembro de 2022,

RESOLVE

Art. 1º PRORROGAR ampliação de jornada de trabalho da professora **FRANCIELE FARIA FERREIRA PRESTES,** Classe A (Magistério), de **03/07/2026** a **01/09/2026** em substituição a Professora **MAYARA HELENA DELFINO GOMES,** que se encontra de Licença Tratamento de Saúde.

Art. 2º O valor da ampliação da jornada de trabalho terá como base o salário da referência inicial da Classe A, e terá caráter temporário extinguindo-se automaticamente a partir do momento em que a servidora deixar de exercer as funções objeto da ampliação.

Art. 3º A jornada suplementar constitui-se em vantagem de caráter pessoal, não se incorporando aos vencimentos ou proventos da aposentadoria.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/09/2026.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 22 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ROSANE ESTELA RAIMUNDO ZAMPAR
Secretária de Educação e Cultura

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:692E3D20

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 682/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 001.023/2024, de 12 de março de 2024, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 001/2023,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR a partir de 23/07/2026 a Senhora **NATALIA DA SILVA** portadora do CPF 325.906.908-94 para exercer o cargo efetivo de Professora de Educação Infantil, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 22 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município0

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:890208B7

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 683/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 17/2022, de 21 de novembro de 2022, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 02/2022,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR a partir de 23/07/2026 a Senhora **ANGELICA PEREIRA PITA DA SILVA** portadora do CPF 094.442.419-80 para exercer o cargo efetivo de Agente de Apoio ao Cuidado Infantil, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 22 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:0DCB9E96

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 684/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 17/2022, de 21 de novembro de 2022, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 02/2022,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR a partir de 23/07/2026 a Senhora **LETICIA DOS SANTOS ROCHA** portadora do CPF 129.288.419-38 para exercer o cargo efetivo de Agente de Apoio ao Cuidado Infantil, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 22 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:8FA593B5

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 685/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 90 (noventa) dias de Licença Especial à (o) Senhor (a) **CLEONICE APARECIDA RODOLFO RIBEIRO** servidor (a) efetivo (a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de EDUCADORA INFANTIL, referente ao período aquisitivo 2018/2023.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será do dia **23/07/2026** a **20/10/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 22 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:349108DA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 686/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 90 (noventa) dias de Licença Especial à (o) Senhor (a) **FABIANA PICCIOLI** servidor (a) efetivo (a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE APOIO AO CUIDADO INFANTIL, referente ao período aquisitivo 2021/2026.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será do dia **23/07/2026** a **20/10/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 22 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:53551498

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO N.º 4.394/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
22/07/2026
Exercício: 2026

Decreto nº 4394/2026 de 22/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TerraBoa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 86.961,01 (oitenta e seis mil novecentos e sessenta e um reais e um centavo)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
10.000.00.000.0000.0.000.	Secretaria de Saúde	
10.001.00.000.0000.0.000.	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.302.0007.2.064.	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
1635 - 3.3.90.39.00.00 3857	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	56.961,01
11.000.00.000.0000.0.000.	Secretaria de Assistência Social	
11.002.00.000.0000.0.000.	Fundo Municipal de Assistência Social	
11.002.08.122.0003.2.095.	APOIO A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO PBF E CADASTRO ÚNICO	
1700 - 3.3.90.30.00.00 3936	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
11.002.08.245.0003.2.081.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE	
	ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	
1701 - 3.3.90.30.00.00 3934	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
Total Suplementação:		**86.961,01**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA
Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:8C4CE6CD

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO N.º 4.395/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 4395/2026 de 22/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 1.029.457,05 (um milhão e vinte e nove mil quatrocentos e cinqüenta e sete reais e cinco centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Saúde	
10.001.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.302.0007.2.064.		MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
1703 - 3.3.90.39.00.00	857	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	329.108,95
10.001.10.302.0007.2.115.		MANUTENÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS, CLÍNICAS, LABORATÓRIOS E HOSPITAIS	
1704 - 3.3.90.30.00.00	857	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
1651 - 3.3.90.39.00.00	1016	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	600.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Assistência Social	
11.007.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência	
11.007.08.242.0003.1.087.		AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	
1688 - 4.4.90.52.00.00	2935	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	348,10
		Total Suplementação:	**1.029.457,05**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.3.2.1.01.11.69.00000000	Fonte: 2935	348,10
Receita:1.7.1.3.50.91.01.00000000	Fonte: 1016	600.000,00
Receita:1.7.1.3.50.91.02.00000000	Fonte: 857	429.108,95
	Total da Receita:	**1.029.457,05**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA
Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:30D4F368

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO N.º 4.396/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 4396/2026 de 22/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TerraBoa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 31.400,00 (trinta e um mil quatrocentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Saúde	
10.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.301.0007.2.114.		MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
1702 - 3.3.90.14.00.00	494	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Assistência Social	
11.003.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	
11.003.08.243.0003.2.113.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE	
1289 - 3.3.90.39.00.00	900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	26.400,00
		Total Suplementação:	**31.400,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
10.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Saúde	
10.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.301.0007.2.114.		MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
936 - 3.3.90.30.00.00	494	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Assistência Social	
11.005.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	
11.005.08.241.0003.2.126.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES PARA A PESSOA IDOSA	
1306 - 3.3.90.39.00.00	900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	26.400,00
		Total Redução:	**31.400,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

VALTER PERES	***LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:F01DA69C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 254/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: QUIMICA KEMFOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SANEANTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **15.041.729/0001-83**.

DOMICÍLIO: RUA MITURU YANAZE, 429 - CEP: 87600000 - BAIRRO: PARQUE INDUSTRIAL, Nova Esperança/PR.

OBJETO: Registro de preço para materiais de consumo, copa, cozinha, limpeza e produtos de higienização, Pregão - Eletrônico N° 49/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 21/07/2026.

VALOR TOTAL: R$ **16.451,00 (Dezesseis Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Um Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, vinte e um dias de julho de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

Quimica Kemfor Indústria e Comércio de Saneantes LTDA
MISAEL SOARES DE BARROS

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:9957DBE5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 255/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: TKY MATERIAIS ELETRICOS & FERRAGENS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **10.955.575/0001-11**.

DOMICÍLIO: AVENIDA PARANA, 831 - CEP: 87960000 - BAIRRO: CENTRO, Marilena/PR.

OBJETO: Registro de preço para materiais de consumo, copa, cozinha, limpeza e produtos de higienização, Pregão - Eletrônico N° 49/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 21/07/2026.

VALOR TOTAL: R$ **87.514,15 (Oitenta e Sete Mil, Quinhentos e Quatorze Reais e Quinze Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, vinte e um dias de julho de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

TKY Materiais Eletricos & Ferragens LTDA ME
TANIA KIYOKO YAMADA

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:C6A2726A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 252/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: N63 COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **34.090.540/0001-25**.

DOMICÍLIO: AVENIDA GUAIAPÓ, 648 - CEP: 87043477 - BAIRRO: CONJUNTO JOÃO DE BARRO CHAMPA, Maringá/PR.

OBJETO: Registro de preço para materiais de consumo, copa, cozinha, limpeza e produtos de higienização, Pregão - Eletrônico N° 49/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 21/07/2026.

VALOR TOTAL: R$ **301.522,80 (Trezentos e Um Mil, Quinhentos e Vinte e Dois Reais e Oitenta Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, vinte e um dias de julho de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

N63 Comercio de Produtos de Limpeza LTDA
TACILIANE DE SOUZA PESTANA

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:2953BD34

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 247/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: AGUIA COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **49.932.212/0001-04**.

DOMICÍLIO: RUA ODINOT MACHADO, 1885 - CEP: 87704130 - BAIRRO: JARDIM IBIRAPUERA, Paranavaí/PR.

OBJETO: Registro de preço para materiais de consumo, copa, cozinha, limpeza e produtos de higienização, Pregão - Eletrônico N° 49/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 21/07/2026.

VALOR TOTAL: R$ **214.147,60 (Duzentos e Quatorze Mil, Cento e Quarenta e Sete Reais e Sessenta Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, vinte e um dias de julho de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

Aguia Comercial LTDA
PATRIC DE OLIVEIRA

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:8A6CE5AA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE CREDENCIAMENTO

O MUNICÍPIO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.978.881/0001-81, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 1.120, Centro, Terra Rica/PR, neste ato representado por AGNALDO DE SOUZA COSTA, doravante denominado MUNICÍPIO, e a instituição Casa Padre Eduardo Obras Unidas São Vicente de Paulo, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 755004700001-13, com sede na Avenida Santa Catarina, 1398 – CEP: 87.890-000, neste ato representada por MARIA ILDA DOS SANTOS, portador do CPF nº 587.660.739-87, doravante denominada CREDENCIADA, celebram o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, decorrente do Edital de Credenciamento nº 04/2026, mediante as cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo tem por objeto formalizar o credenciamento da instituição para a prestação de serviços de acolhimento institucional de pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social e pessoal, encaminhadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Terra Rica/PR.
1.2. Os serviços serão prestados em regime contínuo e ininterrupto, 24 horas por dia, nas dependências da CREDENCIADA, compreendendo moradia, alimentação, cuidados pessoais e de higiene, administração e acompanhamento de medicamentos, acompanhamento técnico e psicossocial, atividades de convivência e demais cuidados necessários à proteção integral da pessoa acolhida.
1.3. O atendimento será destinado a pessoas idosas dos sexos feminino ou masculino e dos graus de dependência abrangidos pelo Edital e pelo Termo de Referência.
1.4. O credenciamento não gera direito imediato ou preferência absoluta à contratação, nem obriga o MUNICÍPIO a encaminhar quantidade mínima de pessoas idosas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO
2.1. Este Termo vincula-se integralmente:
I – ao Edital de Credenciamento nº 04/2026;
II – ao Termo de Referência;
III – ao pedido de credenciamento e aos documentos apresentados pela CREDENCIADA;
IV – às autorizações, requisições, notas de empenho, ordens de execução, contratos ou demais instrumentos que venham a formalizar cada acolhimento; e
V – à Lei nº 14.133/2021 e às demais normas aplicáveis.
2.2. A CREDENCIADA declara conhecer e aceitar integralmente as condições dos documentos mencionados nesta cláusula.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA
3.1. O presente Termo terá vigência de 12 meses, contada de sua assinatura, podendo ser prorrogado enquanto permanecer vigente o Edital de Credenciamento, desde que mantidas as condições de habilitação e haja interesse de ambas as partes.

3.2. A prorrogação do Termo não assegura a continuidade ou a ampliação dos encaminhamentos, que permanecerão condicionados à demanda municipal.

CLÁUSULA QUARTA – DA DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

4.1. A distribuição da demanda observará a ordem de prioridade estabelecida no Edital, considerando a distância rodoviária entre a sede do Município e a instituição, a existência de vaga e a compatibilidade do atendimento com as necessidades da pessoa idosa.

4.2. A CREDENCIADA deverá responder à solicitação de vaga no prazo máximo de 48 horas, informando a disponibilidade e a compatibilidade do atendimento.

4.3. Confirmada a disponibilidade, a vaga deverá ser disponibilizada e o acolhimento efetivado no prazo máximo de 5 dias, contado da solicitação, salvo situação excepcional devidamente justificada e aceita pelo MUNICÍPIO.

4.4. A recusa deverá ser fundamentada, especialmente por inexistência de vaga ou incompatibilidade entre as necessidades da pessoa idosa e a estrutura disponível.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMALIZAÇÃO DOS ACOLHIMENTOS

5.1. Cada acolhimento será previamente autorizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e formalizado mediante contrato, requisição ou nota de empenho, ordem de execução de serviço ou outro instrumento hábil, conforme definido pela Administração e nas hipóteses legalmente admitidas.

5.2. O instrumento de contratação identificará, no mínimo:

I – a pessoa encaminhada;

II – a data de início do acolhimento;

III – o valor aplicável;

IV – a dotação orçamentária;

V – o fiscal e o gestor responsáveis, quando cabível; e

VI – outras condições específicas necessárias à execução.

5.3. A CREDENCIADA não poderá iniciar o acolhimento por conta do MUNICÍPIO sem a prévia autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social, ressalvadas situações emergenciais expressamente reconhecidas pela Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR

6.1. Pela prestação regular dos serviços será devido o valor de **R$ 3.195,00 por pessoa acolhida/mês**, conforme estabelecido no Edital e no Termo de Referência.

6.2. Nos casos de ingresso, desligamento, transferência ou óbito durante o mês, o pagamento será proporcional aos dias de efetivo acolhimento, considerando-se o valor mensal dividido por 30 dias.

6.3. O valor compreende todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, incluindo pessoal, alimentação, hospedagem, materiais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e demais despesas indispensáveis ao atendimento.

6.4. O reajuste e o eventual restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro observarão as condições do Edital, do Termo de Referência e da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

7.1. A medição será realizada mensalmente, conforme o número de pessoas efetivamente acolhidas e o respectivo período de permanência.

7.2. A CREDENCIADA deverá apresentar Nota Fiscal ou documento equivalente, acompanhada do relatório mensal dos serviços prestados.

7.3. O relatório deverá indicar a pessoa acolhida, as datas de ingresso e de eventual desligamento, a quantidade de dias de permanência e as ocorrências relevantes no período.

7.4. O pagamento será realizado após a medição, o recebimento definitivo e a regular liquidação da despesa, no prazo estabelecido no Termo de Referência.

7.5. A existência de divergência quanto a parte da cobrança não impedirá a liquidação e o pagamento da parcela incontroversa.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

8.1. Além das demais obrigações previstas no Edital e no Termo de Referência, compete à CREDENCIADA:

I – prestar atendimento contínuo, adequado, seguro e digno às pessoas encaminhadas;

II – manter instalações, responsável técnico e equipe em quantidade e qualificação compatíveis com o número e o grau de dependência dos residentes;

III – cumprir a RDC Anvisa nº 502/2021, o Estatuto da Pessoa Idosa e as demais normas sanitárias e assistenciais aplicáveis às ILPIs;

IV – manter vigentes o alvará de funcionamento, a licença sanitária e os demais documentos necessários à execução;

V – preservar a dignidade, a autonomia, a privacidade, a individualidade e os vínculos familiares e comunitários da pessoa acolhida;

VI – manter atualizados os prontuários, registros, prescrições e controles de medicamentos;

VII – comunicar imediatamente acidente, internação, desaparecimento, violência, transferência, óbito ou qualquer ocorrência grave;

VIII – permitir e facilitar a fiscalização pelo MUNICÍPIO e pelos órgãos legalmente competentes;

IX – apresentar os relatórios e documentos necessários à fiscalização, medição e pagamento;

X – manter sigilo sobre as informações pessoais, sociais e de saúde das pessoas acolhidas;

XI – não transferir ou subcontratar o objeto sem autorização expressa do MUNICÍPIO;

XII – manter durante toda a vigência as condições de habilitação e qualificação exigidas; e

XIII – assegurar a continuidade do atendimento até a transferência segura da pessoa acolhida, quando houver encerramento do atendimento ou descredenciamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1. Compete ao MUNICÍPIO:

I – encaminhar formalmente as pessoas idosas, fornecendo os documentos e informações necessários ao atendimento;

II – observar os critérios de distribuição da demanda estabelecidos no Edital;

III – acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;

IV – comunicar à CREDENCIADA as falhas ou irregularidades verificadas;

V – analisar os relatórios e documentos de cobrança;

VI – efetuar o pagamento pelos serviços regularmente executados e recebidos; e

VII – articular, quando necessário, a participação da família, dos responsáveis e dos órgãos da rede de saúde e assistência social.

C

LÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A execução será acompanhada por fiscal e gestor designados pelo MUNICÍPIO, aos quais compete verificar a regularidade, a qualidade e a continuidade do atendimento.

10.2. A fiscalização poderá realizar visitas às instalações, solicitar documentos, prontuários, relatórios e esclarecimentos, respeitadas as normas de sigilo e proteção de dados.

10.3. A fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO não exclui nem reduz a responsabilidade da CREDENCIADA pela execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DESCREDENCIAMENTO

11.1. O descredenciamento poderá ocorrer nas hipóteses previstas no Edital, especialmente:

I – a pedido da CREDENCIADA;

II – pela perda das condições de habilitação;

III – pela recusa injustificada em atender às convocações;

IV – pelo descumprimento grave ou reiterado das obrigações assumidas;

V – pela apresentação de documento ou declaração falsa;

VI – pela constatação de irregularidade que comprometa a saúde, a segurança ou a dignidade das pessoas acolhidas; ou

VII – pela aplicação de sanção impeditiva de contratar.

11.2. O descredenciamento por iniciativa do MUNICÍPIO será precedido de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3. Havendo risco às pessoas acolhidas, poderão ser suspensos cautelarmente novos encaminhamentos, mediante decisão fundamentada.
11.4. O descredenciamento não autoriza a interrupção imediata dos serviços já iniciados nem afasta as responsabilidades decorrentes dos acolhimentos anteriormente formalizados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES
12.1. O descumprimento das obrigações previstas neste Termo sujeitará a CREDENCIADA às sanções estabelecidas no Edital e na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
12.2. A aplicação de sanção não exclui o descredenciamento, a extinção da contratação, a realização de glosas e a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS E DO SIGILO
13.1. As partes deverão preservar o sigilo e a confidencialidade dos dados pessoais, sociais e de saúde tratados em razão do acolhimento.
13.2. Os dados serão utilizados exclusivamente para execução, acompanhamento, fiscalização e pagamento dos serviços, sendo vedada sua divulgação ou utilização para finalidade incompatível.
13.3. O dever de sigilo permanecerá após o encerramento deste Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE
14.1. O MUNICÍPIO promoverá a divulgação do presente Termo e dos atos dele decorrentes nos meios legalmente exigidos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO
15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Terra Rica/PR para dirimir as questões decorrentes deste Termo que não puderem ser resolvidas administrativamente.
E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente Termo de Credenciamento.

Terra Rica/PR, 21 de julho de 2026.

MUNICÍPIO DE TERRA RICA/PR
Credenciante

INSTITUIÇÃO CREDENCIADA
Representante Legal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:273FF925

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 319/2026

SÚMULA: EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SRA. ADELINE FRANCIELY RODRIGUES DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica **EXONERADA,** a Pedido, a Servidora Pública Municipal Sra. **ADELINE FRANCIELY RODRIGUES DA SILVA,** do cargo efetivo de **PROFESSOR 40 HORAS,** do Município de Terra Rica, a partir do dia 21 de Julho do ano de 2026.

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21/07/2026, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (22/07/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:A5FB4E38

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 320/2026

SÚMULA: NOMEIA PESSOAL APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

D E C R E T A:

Artigo 1º. - Fica Nomeada a candidata abaixo relacionada, aprovada no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS nº 002/2025**, para o cargo temporário de **EDUCADOR SOCIAL (FEMININO) - PSS**, aberto pelo **Edital nº. 010/2025**, **publicado em 02/05/2025**, nos termos do contrato firmado entre as partes sob égide da Lei Municipal nº. 026/2025, de 10/04/2025, para assumir seu cargo a partir de **22 de Julho de 2026**, como segue:

NOME	CLASSIF.
JANETE TELEKEN	18º

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. (22/06/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:A5DBAFBF

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO N.º 321/2026

Súmula: Concede Pensão por Morte.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas por Lei, e **Considerando** o processo de Pensão por Morte do servidor aposentado Sr. **NARCISO CALICCHIO.**

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedido a partir de 12 de Julho de 2026, **PENSÃO POR MORTE** a Sra. **FRANCISCA SILVAS DE CALICCHIO**, brasileira, na condição de cônjuge do segurado falecido **NARCISO CALICCHIO**, servidor público municipal inativo, matrícula nº 24.174, cota familiar e cota de dependente, com fundamento no artigo 55 da Lei Complementar nº 75/2024, conforme cálculo da pensão por morte.

Art. 2º- Fica estipulado como provento mensal de sua pensão, o valor de R$ 2.877,87 (dois mil, oitocentos e setenta e sete reais e oitenta e sete centavos), com fundamento no artigo 55 da Lei Complementar nº 75/2024 e com aplicação do disposto no artigo 24 da E.C. 103/2019.

Art. 3º- A pensão será reajustada anualmente na mesma data em que for dado reposição salarial aos servidores ativos e inativos com fundamento no § 8º do artigo 40 da C.F./88.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (22/07/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:588AFA8E

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 322/2026

DECRETO Nº 322/2026

SÚMULA: NOMEIA O SENHOR JEAN ADAO SEVERIANO JUNIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E...

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica **NOMEADO** o Sr. **JEAN ADAO SEVERIANO JUNIOR**, para ocupar o cargo de **DIRETOR DE DIVISÃO DE ESPORTES (SEDE)**, do Município de Terra Rica, Símbolo CC-2, conforme Anexo I, da Lei Municipal n.º 117/2005, a partir de 27/07/2026.

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de Julho do ano de dois mil e vinte seis (22/07/2026)

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:3F75670A

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 323/2026

DECRETO Nº 323/2026

SÚMULA: DESIGNA SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO**,** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica **DESIGNADO** o Sr. **JOAS FERREIRA DA SILVA**, Matrícula nº **20202216**, ocupante do cargo comissionado de **CHEFE DE GABINETE**, para **RESPONDER INTERINAMENTE** pelo cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA,** do Município de Terra Rica, Estado do Paraná.

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE SEIS (22/07/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:180DE786

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 051/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 051/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**, de acordo com o anexo I, para o cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO,** selecionado por ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025, devidamente homologado através do Edital nº 018/2025, de 04/06/2025.

O candidato convocado terá o prazo de **30 (trinta) dias corridos**, contados da data de publicação deste Edital, para apresentar à Divisão de Recursos Humanos do Município, os seguintes documentos:

Exames realizados em serviços públicos ou privados de saúde: *(somente serão válidos exames realizados após a data da convocação).*

Raio-X de Tórax (*com laudo*);
Hemograma;
Glicemia;
Hepatite B.

Documentos pessoais: *(cópia autenticada ou cópia simples e original)*

Registro no órgão de classe e comprovante de pagamento da última anuidade (*quando exigido para o cargo, conforme o Edital);*
Carteira de Identidade;
Certidão de nascimento ou casamento;
Certidão de nascimento de filho(s) de até 21 anos, ou maior, se incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho, ou filho de até 24 anos, se universitário ou cursando escola técnica de 2º grau;
Cadastro de Pessoa Física – CPF, da Receita Federal;
Cartão do PIS/PASEP, ou CTPS contendo o nº do PIS/PASEP, *(se possuir)*;
Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS *(original)*;
Comprovante de endereço atual;
Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
Título de Eleitor;

Declarações/Certidões: (*cópia autenticada ou cópia simples e original, ou, se gerados por via eletrônica, devem possuir mecanismo de autenticação)*

Certidão de quitação eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral em que possui domicílio eleitoral, ou impressa no portal eletrônico: *www.tse.jus.br*, expedida nos últimos 30 *(trinta)* dias;

Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, da Justiça Estadual *(Fórum da Comarca)*, em que o candidato resida nos últimos 05 *(cinco)* anos, impressa a partir da data do Edital de Convocação. Em caso de Certidão positiva, poderá ser requerido do candidato a

apresentação da Certidão explicativa expedida para análise da Administração;

Certidão Negativa de Antecedentes Criminais Justiça Federal, disponível no endereço eletrônico: https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa;

Declaração de que não tenha sido demitido em consequência de aplicação de pena disciplinar do serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, nos últimos 05 *(cinco)* anos, nem perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento e de não parentesco com os membros de Comissão Organizadora *(Anexo III)*;

Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas *(Anexo II);*

Declaração expressa do candidato relacionando todos os Municípios e os seus respectivos Estados que residiu nos últimos 05 *(cinco)* anos *(Anexo III);*

01 (uma) foto 3 x 4 recente;

Aos candidatos convocados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37, da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo, contendo as seguintes informações atualizadas:

h.1. Regime do vínculo: Celetista, Estatutário etc;
h.2. Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);
h.3. Carga horária do outro vínculo;
h.4. Horário de trabalho do outro vínculo;
h.5. Remuneração do outro vínculo

Documentos comprobatórios de escolaridade ou formação obrigatória, conforme requisitos de contratação;

Títulos, diplomas e certificados informados na inscrição, utilizados para o cômputo da pontuação;

Documentos informados na inscrição que comprovem tempo de experiência, utilizados para o cômputo da pontuação;

Após apresentação de todos os documentos acima descritos dentro do prazo legal e, após devidamente conferidos, o candidato apto ao prosseguimento da contratação será encaminhamento ao médico credenciado pelo município para realização da inspeção médica/exame médico pré-admissional, que dar-se-á após prévio agendamento.

Após a realização da inspeção médica/exame médico pré-admissional, o candidato deverá encaminhar o resultado à Divisão de Recursos Humanos do município onde, caso apto, será confeccionado o devido decreto de nomeação do mesmo.

Se o candidato convocado não puder assumir o cargo ou manifestar desinteresse pelo mesmo, deverá procurar a Divisão de Recursos Humanos do Município para assinar a competente Declaração de Desistência.

A desobediência ou o não comparecimento do candidato convocado dentro do prazo estabelecido neste edital autoriza o município a convocar o candidato seguinte na ordem de classificação.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias de Julho de 2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 051/2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO	
Nome	**Classificação**
ANA PAULA FERNADES DOS SANTOS PEREIRA	25º

ANEXO II

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025
DECLARAÇÃO DE ACÚMULO/NÃO ACÚMULO DE CARGOS

Eu, _____, portador (a) do RG n. _____, inscrito (a) no CPF sob o n. _____, DECLARO que:
( ) **NÃO ACUMULO** de cargo, emprego ou função pública, nos termos dos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal, bem como de que não recebo proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que sejam inacumuláveis com o cargo em que tomará posse.

( ) **EXERÇO** o(s) cargo(s) público(s), função(es) ou emprego(s) constitucionalmente admitidas abaixo:
Órgão ou Empresa: _____.
Natureza Jurídica (cargo, emprego, aposentadoria...): _____.
Cargo _____, remuneração _____.
Jornada de trabalho semanal é de _____ horas, nos horários: _____.
Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas abaixo transcritas e que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal, durante o exercício do cargo para o qual fui empossado.

ART. 37 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL
• XVI - "É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:
I. a de dois cargos de professor;
II. a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
III. a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;"
• § 10 - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos art. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração."
CÓDIGO PENAL - DECRETO LEI 2848/40:
Art. 299 Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:
Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Terra Rica-PR, _____ de _____ de 20_____.

_____
Declarante

ANEXO III
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025
DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO,
DE REGULARIDADE DISCIPLINAR E DE RESIDÊNCIA
Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____,DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da lei:
QueNÃO POSSUO VÍNCULO FAMILIAR(cônjuge, companheiro(a), parentesco consanguíneo ou por afinidade, até o terceiro grau) comQUALQUER MEMBRO DA COMISSÃO ORGANIZADORA do Processo Seletivo

QueNÃO FUI DEMITIDO(A)do serviço públicoFederal, Estadual, Distrital ou Municipalnos últimos 05 (cinco) anos, em decorrência de aplicação de pena disciplinar, nemPERDI O CARGOem razão de ordem judicial transitada em julgado, a ser cumprida ou em cumprimento.

• Relaciono abaixo todos os Municípios e seus respectivos Estados onde RESIDI nos últimos 05 (cinco) anos:

Município:_____,Estado:_____;
Município:_____,Estado:_____;

Declaro ainda estar ciente de que a falsidade desta declaração implicará naIMEDIATA DESCLASSIFICAÇÃOdo processo seletivo, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

Local, _____ de _____ de _____.

_____
(Assinatura do (a) candidato (a))

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:77045039

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 052/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 052/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**, de acordo com o anexo I, para o cargo de **EDUCADOR SOCIAL - FEMININO,** selecionado por ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025, devidamente homologado através do Edital nº 018/2025, de 04/06/2025, com Errata 03/2025, publicada no diário oficial em 02 de Outubro de 2025.

O candidato convocado terá o prazo de **30 (trinta) dias corridos**, contados da data de publicação deste Edital, para apresentar à Divisão de Recursos Humanos do Município, os seguintes documentos:

Exames realizados em serviços públicos ou privados de saúde: *(somente serão válidos exames realizados após a data da convocação).*

Raio-X de Tórax (*com laudo*);
Hemograma;
Glicemia;
Hepatite B.

Documentos pessoais: *(cópia autenticada ou cópia simples e original)*

Registro no órgão de classe e comprovante de pagamento da última anuidade (*quando exigido para o cargo, conforme o Edital);*
Carteira de Identidade;
Certidão de nascimento ou casamento;
Certidão de nascimento de filho(s) de até 21 anos, ou maior, se incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho, ou filho de até 24 anos, se universitário ou cursando escola técnica de 2º grau;
Cadastro de Pessoa Física – CPF, da Receita Federal;
Cartão do PIS/PASEP, ou CTPS contendo o nº do PIS/PASEP, *(se possuir)*;
Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS *(original)*;
Comprovante de endereço atual;
Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
Título de Eleitor;

Declarações/Certidões: (*cópia autenticada ou cópia simples e original, ou, se gerados por via eletrônica, devem possuir mecanismo de autenticação)*

Certidão de quitação eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral em que possui domicílio eleitoral, ou impressa no portal eletrônico: *www.tse.jus.br*, expedida nos últimos 30 *(trinta)* dias;

Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, da Justiça Estadual *(Fórum da Comarca)*, em que o candidato resida nos últimos 05 *(cinco)* anos, impressa a partir da data do Edital de Convocação. Em caso de Certidão positiva, poderá ser requerido do candidato a apresentação da Certidão explicativa expedida para análise da Administração;

Certidão Negativa de Antecedentes Criminais Justiça Federal, disponível no endereço eletrônico: https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa;

Declaração de que não tenha sido demitido em consequência de aplicação de pena disciplinar do serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, nos últimos 05 *(cinco)* anos, nem perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento e de não parentesco com os membros de Comissão Organizadora *(Anexo III)*;

Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas *(Anexo II);*

Declaração expressa do candidato relacionando todos os Municípios e os seus respectivos Estados que residiu nos últimos 05 *(cinco)* anos *(Anexo III);*

01 (uma) foto 3 x 4 recente;

Aos candidatos convocados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37, da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo, contendo as seguintes informações atualizadas:

h.1. Regime do vínculo: Celetista, Estatutário etc;
h.2. Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);
h.3. Carga horária do outro vínculo;
h.4. Horário de trabalho do outro vínculo;
h.5. Remuneração do outro vínculo

Documentos comprobatórios de escolaridade ou formação obrigatória, conforme requisitos de contratação;

Títulos, diplomas e certificados informados na inscrição, utilizados para o cômputo da pontuação;

Documentos informados na inscrição que comprovem tempo de experiência, utilizados para o cômputo da pontuação;

Após apresentação de todos os documentos acima descritos dentro do prazo legal e, após devidamente conferidos, o candidato apto ao prosseguimento da contratação será encaminhamento ao médico credenciado pelo município para realização da inspeção médica/exame médico pré-admissional, que dar-se-á após prévio agendamento.

Após a realização da inspeção médica/exame médico pré-admissional, o candidato deverá encaminhar o resultado à Divisão de Recursos Humanos do município onde, caso apto, será confeccionado o devido decreto de nomeação do mesmo.

Se o candidato convocado não puder assumir o cargo ou manifestar desinteresse pelo mesmo, deverá procurar a Divisão de Recursos Humanos do Município para assinar a competente Declaração de Desistência.

A desobediência ou o não comparecimento do candidato convocado dentro do prazo estabelecido neste edital autoriza o município a convocar o candidato seguinte na ordem de classificação.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, vinte e dois dias de Julho de 2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 052/2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

EDUCADOR SOCIAL - FEMININO	
Nome	**Classificação**
YASMIN DOS SANTOS FELICIANO	26º
ANA FLAVIA PINHEIRO MOREIRA	27º

ANEXO II

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025
DECLARAÇÃO DE ACÚMULO/NÃO ACÚMULO DE CARGOS

Eu, _____, portador (a) do RG n. _____, inscrito (a) no CPF sob o n. _____, DECLARO que:
( ) **NÃO ACUMULO** de cargo, emprego ou função pública, nos termos dos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal, bem como de que não recebo proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que sejam inacumuláveis com o cargo em que tomará posse.

( ) **EXERÇO** o(s) cargo(s) público(s), função(es) ou emprego(s) constitucionalmente admitidas abaixo:
Órgão ou Empresa: _____.
Natureza Jurídica (cargo, emprego, aposentadoria...): _____.
Cargo _____, remuneração _____.
Jornada de trabalho semanal é de _____ horas, nos horários: ____.
Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas abaixo transcritas e que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal, durante o exercício do cargo para o qual fui empossado.

ART. 37 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL
• XVI - "É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:
I. a de dois cargos de professor;
II. a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
III. a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;"
• § 10 - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos art. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração."
CÓDIGO PENAL - DECRETO LEI 2848/40:
Art. 299 Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:
Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Terra Rica-PR, _____ de _____ de 20_____.

_____
Declarante

ANEXO III

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025
DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO,
DE REGULARIDADE DISCIPLINAR E DE RESIDÊNCIA
Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____,DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da lei:
QueNÃO POSSUO VÍNCULO FAMILIAR(cônjuge, companheiro(a), parentesco consanguíneo ou por afinidade, até o terceiro grau) comQUALQUER MEMBRO DA COMISSÃO ORGANIZADORA do Processo Seletivo
QueNÃO FUI DEMITIDO(A)do serviço públicoFederal, Estadual, Distrital ou Municipalnos últimos 05 (cinco) anos, em decorrência de aplicação de pena disciplinar, nemPERDI O CARGOem razão de ordem judicial transitada em julgado, a ser cumprida ou em cumprimento.

• Relaciono abaixo todos osMunicípiose seus respectivos Estadosonde RESIDInos últimos 05 (cinco) anos:

Município:_____,Estado:_____;
Município:_____,Estado:_____;

Declaro ainda estar ciente de que a falsidade desta declaração implicará naIMEDIATA DESCLASSIFICAÇÃOdo processo seletivo, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

Local, _____ de _____ de _____.

_____
(Assinatura do (a) candidato (a))

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:A4AA9D0B

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 009/2026

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 009/2026

01 – Das Partes:

MUNICÍPIO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, Pessoa Jurídica de direito público, devidamente cadastrado no CNPJ sob nº 76.978.881/0001-81.

CASA PADRE EDUARDO DE TERRA RICA – OBRA UNIDA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO - ASILO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.500.470/0001-13.

02 – Do Objeto:

O presente instrumento tem por objetivo fomentar as atividades desenvolvidas pelo **ASILO**, mediante repasse único de recursos oriundos de emenda parlamentar destinados ao custeio das atividades institucionais da entidade.

03 – Do valor:

O valor global do repasse corresponderá a R$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser pago em parcela única, a qual poderá sofrer alterações de conformidade com a capacidade financeira e a respectiva dotação orçamentária do Município para o exercício de 2026.

04 – Da Vigência:

A vigência do presente fomento será a partir da data de sua assinatura até 31 de janeiro de 2027, podendo ser prorrogado através de aditamento.

05 – Do Foro:

Comarca de Terra Rica, Estado do Paraná, com renúncia expressa a qualquer outro.

Terra Rica, 22 de julho de 2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

MARIA ILDA DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:6A75A54E

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI Nº 043/2026

Lei Nº 043/2026

SÚMULA: Institui o Programa Municipal de Educação Ambiental e Coleta Seletiva "Terra Rica Sustentável", e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

Art. 1º. - Fica instituído o Programa Municipal de Educação Ambiental e Coleta Seletiva "Terra Rica Sustentável", com a finalidade de promover a conscientização ambiental da população, incentivar a separação correta dos resíduos sólidos, fortalecer a coleta seletiva e fomentar práticas sustentáveis no âmbito do Município de Terra Rica.

Art. 2º. - São objetivos do Programa:
I – promover a educação ambiental continuada junto à população;
II – conscientizar os cidadãos sobre a importância da redução, reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos;
III – incentivar a correta separação dos resíduos recicláveis, orgânicos e rejeitos;
IV – estimular a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais;
V – fortalecer as ações de coleta seletiva no Município;
VI – promover a participação das instituições de ensino, entidades públicas, privadas e da sociedade civil organizada em ações voltadas à sustentabilidade;
VII – contribuir para a redução do volume de resíduos destinados aos aterros sanitários;
VIII – incentivar a formação de cidadãos comprometidos com a responsabilidade socioambiental

Art. 3º. - O Programa poderá ser desenvolvido em parceria com as Secretarias Municipais, SAMAE, instituições de ensino, associações, cooperativas de reciclagem, entidades ambientais, empresas e demais órgãos públicos ou privados.

Art. 4º. - Para o cumprimento dos objetivos desta Lei, poderão ser realizadas as seguintes ações:
I – palestras, seminários, oficinas e campanhas educativas;
II – implantação e incentivo da coleta seletiva nas escolas, órgãos públicos e espaços comunitários;
III – realização de concursos culturais, gincanas ecológicas e projetos educativos;
IV – distribuição de materiais informativos sobre separação correta dos resíduos sólidos;
V – campanhas de conscientização em meios de comunicação e redes sociais;
VI – visitas técnicas a unidades de reciclagem, tratamento e destinação de resíduos;
VII – incentivo à compostagem doméstica e escolar;
VIII – realização de mutirões de limpeza e preservação ambiental;
IX – plantio de árvores e ações de recuperação ambiental;
X – outras atividades voltadas à educação ambiental e sustentabilidade.

Art. 5º. - Fica instituída a Semana Municipal da Educação Ambiental e Coleta Seletiva, a ser realizada anualmente na semana em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente (05 de junho).

Parágrafo único.
Durante a semana referida no caput poderão ser promovidas atividades educativas, culturais, esportivas e ambientais voltadas à conscientização da população.

Art. 6º. - As escolas da Rede Municipal de Ensino poderão desenvolver projetos pedagógicos relacionados à educação ambiental, coleta seletiva, reciclagem, sustentabilidade, preservação dos recursos hídricos e destinação adequada dos resíduos sólidos.

Art. 7º. - O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no que couber para sua fiel execução.

Art. 8º. - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte seis (22/07/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Origem: *Poder Legislativo*
Proponente: *Vereador Victor Gabriel dos Santos Ramos*

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:02F6BAD3

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI Nº 044/2026

Lei nº 044/2026

SÚMULA: Declara de utilidade pública a Associação Feira do Produtor e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, para todos os efeitos Associação Feira do Produtor de Terra Rica – Pr –, AFEPROTER, inscrita no CNPJ 52.189.640/0001-95, com sede neste Município, entidade civil de interesse público, sem fins lucrativos.

Art. 2º Cessará automaticamente os efeitos da declaração de utilidade pública caso a entidade:

I - Altere a finalidade para a qual foi instituída ou negue-se a cumpri-la;

II - Seja utilizada para fins políticos;

III - Utilize recursos públicos em desobediência às legislações pertinentes;

IV - Promova atos de desordem ou de incentivo à desobediência civil.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte seis (22/07/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Origem: Poder Legislativo
Proponentes: Vereadores Alessandra aparecida da Cruz, Igor Lopes Lehn, Itamar José Bregantini, Evandro Azevedo da Silva, João Paulo

Cercati Tazinazo, Osvaldo Araújo Soares, Luiz Mafé, Rodrigo Liu Vieira e Victor Gabriel dos Santos.

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:9439BDF1

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 323/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR EDIMAR COSTA XAVIER, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares ao Sr. **EDIMAR COSTA XAVIER,** matrícula Nº 12001, ocupante do cargo efetivo de **TÉCNICO EM RAIO-X,** referente ao período aquisitivo de 29/04/2025 a 28/10/2025, do Município de Terra Rica, que serão 10 (dez) dias usufruídos, que compreende entre **23/07/2026 a 01/08/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (22/07/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:96FFDFBE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DL Nº 07/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2026

Objeto: Contratação de empresa para realização de revisão periódica de 70.000 Km (setenta mil quilômetros), do veículo oficial CHEVROLET TRACKER PREMIER 1.2 Turbo 12V Flex Aut. Ano de fabricação/modelo: 2021/2022 pertencente a Câmara Municipal de Terra Roxa.

Tendo em vista que a documentação referente à Dispensa de Licitação atende a todos os requisitos do Artigo nº 75, Inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

Com efeito, RATIFICO todas as formalidades legais e HOMOLOGO a Dispensa de Licitação n° 07/2026, para contratação do objeto supramencionado.

CONTRATADO: RIEDI COMERCIO DE VEICULOS LTDA
CNPJ N°: 77.310.928/0001-05
VALOR TOTAL: R$ 1.902,83 (mil novecentos e dois reais e oitenta e três centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.001.031.1000.2002.3.3.90.30.39. e 01.001.001.031.1000.2002.3.3.90.39.19.
PAGAMENTO: Até 15 (quinze) dias contados a partir da efetiva entrega dos produtos e/ou prestação serviços e após conferência e aceite por parte da fiscalização, mediante apresentação de nota fiscal, condicionada a verificação da regularidade fiscal do contratado.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

MILTON DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Ulisses Genguini
Código Identificador:CF43084A

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº 09/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2026

Objeto: Aquisição de três inscrições em curso presencial com o tema: "Governança estratégica, transparência, desempenho institucional e aplicação prática do PROLEGIS", a ser realizado no período de 28 a 31 de julho de 2026, na cidade de Curitiba/PR, organizado pela empresa INSTITUTO NOJURI'S Treinamento para Gestão Pública.

Tendo em vista que a documentação referente à Inexigibilidade de Licitação n° 08/2026 atende a todos os requisitos do Artigo nº 74, Inciso III, alínea "f" da Lei Federal nº 14.133/21;

Considerando o parecer jurídico, o qual foi favorável a homologação da presente Inexigibilidade;

Com efeito, RATIFICO todas as formalidades legais e HOMOLOGO a Inexigibilidade de Licitação n° 09/2026, objeto do Processo Administrativo n° 17/2026, para a contratação do serviço descrito abaixo.

CONTRATADO: INSTITUTO NOJURI'S TREINAMENTO PARA GESTÃO PÚBLICA.
CNPJ: 66.284.337/0001-86
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0100101.031.1000.2002.33.90.39.48
PAGAMENTO: Até 15 (quinze) dias úteis contados da emissão da nota fiscal e finalização da liquidação da despesa.
VALOR: R$ 8.370,00 (oito mil e trezentos e setenta reais).

Terra Roxa, 22 de julho de 2026.

MILTON DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Ulisses Genguini
Código Identificador:E3ED129C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17425/2026

PORTARIA N° 17425/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). FABIO ROBERTO RAMOS, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). FABIO ROBERTO RAMOS, portador(a) do CPF ***.***.519-**, no cargo de Motorista I, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 23 de julho de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:ABF01659

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17426/2026

PORTARIA N° 17426/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). GISLAINE FABIANE VEREDIANO TOMADON, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). GISLAINE FABIANE VEREDIANO TOMADON, portador(a) do CPF ***.***.879-**, no cargo de Merendeira, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 23 de julho de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:22413365

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17427/2026

PORTARIA N° 17427/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). MARIA IZABEL ANTONIN, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). MARIA IZABEL ANTONIN, portador(a) do CPF ***.***.768-**, no cargo de Tecnico de Enfermagem, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 23 de julho de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:6B58C407

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17428/2026

PORTARIA N° 17428/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). DIEGO BRAUCELINO FERREIRA, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). DIEGO BRAUCELINO FERREIRA, portador(a) do CPF ***.***.179-**, no cargo de Agente de Endemias, Nivel I, com carga horária de 40 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 23 de julho de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:C1428825

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17429/2026

PORTARIA N° 17429/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). ANE DE ARAUJO, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). ANE DE ARAUJO, portador(a) do CPF ***.***.679-**, no cargo de Auxiliar de Limpeza e Copa, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 23 de julho de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:D19391F3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17430/2026

PORTARIA N° 17430/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). SUELI FABIANA DO NASCIMENTO, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). SUELI FABIANA DO NASCIMENTO, portador(a) do CPF ***.***.879-**, no cargo de Professor de Educação Especial, Classe II, com carga horária de 20 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 23 de julho de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:8163AC05

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17431/2026

PORTARIA N° 17431/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). ANDREIA GOMES MARTINS ALVES, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). ANDREIA GOMES MARTINS ALVES, portador(a) do CPF ***.***.061-**, no cargo de Professor de Educação Especial, Classe II, com carga horária de 20 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 23 de julho de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:CD480145

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17432/2026

PORTARIA N° 17432/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). GISELI APARECIDA DOBICZ, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). GISELI APARECIDA DOBICZ, portador(a) do CPF ***.***.509-**, no cargo de Professor de Educação Especial, Classe II, com carga horária de 20 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 23 de julho de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:65B035E9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17433/2026

PORTARIA N° 17433/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). ELISANGELA DOS SANTOS PELEGRINI TEIXEIRA, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). ELISANGELA DOS SANTOS PELEGRINI TEIXEIRA, portador(a) do CPF ***.***.499-**, no cargo de Professor de Educação Especial, Classe II, com carga horária de 20 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 23 de julho de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:09C1E897

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17434/2026

PORTARIA N° 17434/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). WANUZA NEVES DE SOUZA BORGES, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). WANUZA NEVES DE SOUZA BORGES, portador(a) do CPF ***.***.789-**, no cargo de Professor de Educação Especial, Classe II, com carga horária de 20 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 23 de julho de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:35CCCDFB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17435/2026

PORTARIA N° 17435/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). CARLA ANDRIELLY MEDEIROS GODOY, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). CARLA ANDRIELLY MEDEIROS GODOY, portador(a) do CPF ***.***.589-**, no cargo de Professor de Educação Especial, Classe II, com carga horária de 20 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 23 de julho de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:585E929B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17436/2026

PORTARIA N° 17436/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). ANNELIZE OLIVEIRA DO PRADO, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). ANNELIZE OLIVEIRA DO PRADO, portador(a) do CPF ***.***.081-**, no cargo de Professor de Educação Fisíca, Classe III, com carga horária de 20 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 23 de julho de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:0A635C56

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17437/2026

PORTARIA N° 17437/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). FABIANO SIMÕES SALVADOR, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). FABIANO SIMÕES SALVADOR, portador(a) do CPF ***.***.326-**, no cargo de Médico Generalista II, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 23 de julho de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:BE56C8CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2026
PROCESSO COMPRAS.GOV.BR N° 987921-9/2026

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em cumprimento a Lei nº 14.133/21, torna público **a realização no dia 12/08/2026, às 09:00 horas**, a abertura do Edital de **Pregão Eletrônico nº 071/2026**, que tem como objeto a **AQUISIÇÃO, EVENTUAL E FUTURA DE MEDICAMENTOS, TESTES RÁPIDOS (COVID-19 + INFLUENZA A E B) E MATERIAIS HOSPITALARES PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÔGICA E DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DESTE MUNICÍPIO,** no valor máximo de R$ 239.547,75 (Duzentos e trinta e nove mil quinhentos e quarenta e sete reais e setenta e cinco centavos), de acordo com especificações no Edital. Maiores informações bem como cópia do presente Edital, poderão ser obtidas através da página do Município de Terra Roxa na internet: www.terraroxa.atende.net, no link LICITAÇÕES; ou através do Portal de Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br; e informações pelo e-mail: licitacao@terraroxa.pr.gov.br e/ou no fone (44) 3645-8300.

Terra Roxa - PR, 22 de Julho de 2026.

FERNANDA MARTINS DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:62DA66E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2026
PROCESSO COMPRAS.GOV.BR N° 987921-10/2026

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em cumprimento a Lei nº 14.133/21, torna público **a realização no dia 13/08/2026, às 09:00 horas**, a abertura do Edital de **Pregão Eletrônico nº 072/2026**, que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO, EVENTUAL E FUTURA, DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE LANCHES E CONGÊNERES, COM VISTAS A ATENDER AOS EVENTOS DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR,** no valor máximo de R$ 462.488,30 (quatrocentos e sessenta e dois mil quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta centavos), de acordo com especificações no Edital. Maiores informações bem como cópia do presente Edital, poderão ser obtidas através da página do Município de Terra Roxa na internet: www.terraroxa.atende.net, no link LICITAÇÕES; ou através do Portal de Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br; e informações pelo e-mail: licitacao@terraroxa.pr.gov.br e/ou no fone (44) 3645-8300.

Terra Roxa - PR, 22 de Julho de 2026.

EDER SIMÕES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:93EB169E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2026
PROCESSO COMPRAS.GOV.BR N° 987921-11/2026

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em cumprimento a Lei nº 14.133/21, torna público **a realização no dia 14/08/2026, às 09:00 horas**, a abertura do Edital de **Pregão Eletrônico nº 073/2026**, que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DE GRANDE PORTE PARA EVENTOS PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE TERRA ROXA/PR,** no valor máximo de R$ 425.581,08(quatrocentos e vinte e cinco mil quinhentos e oitenta e um reais e oito centavos), de acordo com especificações no Edital. Maiores informações bem como cópia do presente Edital, poderão ser obtidas através da página do Município de Terra Roxa na internet: www.terraroxa.atende.net, no link LICITAÇÕES; ou através do Portal de Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br; e informações pelo e-mail: licitacao@terraroxa.pr.gov.br e/ou no fone (44) 3645-8300.

Terra Roxa - PR, 22 de Julho de 2026.

EDER SIMÕES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:BCCEF649

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2026
PROCESSO COMPRAS.GOV.BR N° 987921-12/2026

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em cumprimento a Lei nº 14.133/21, torna público **a realização no dia 24/08/2026, às 09:00 horas**, a abertura do Edital de **Pregão Eletrônico nº 074/2026**, que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE QUE SERÁ UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE CASCALHO, PEDRA E OUTROS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA POSSIBILITAR A READEQUAÇÃO, RECUPERAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR,** no valor máximo de R$ 520.200,00 (quinhentos e vinte mil e duzentos reais), de acordo com especificações no Edital. Maiores informações bem como cópia do presente Edital, poderão ser obtidas através da página do Município de Terra Roxa na internet: www.terraroxa.atende.net, no link LICITAÇÕES; ou através do Portal de Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br; e informações pelo e-mail: licitacao@terraroxa.pr.gov.br e/ou no fone (44) 3645-8300.

Terra Roxa - PR, 22 de Julho de 2026.

EDER SIMÕES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:E1FFB66A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°304-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 304/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 55/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 91/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 22 de julho de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: V.S. COSTA & CIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 05.286.960/0001-83, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. REGINA MARIA CESTARI DA SILVA COSTA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 834.883.839-20, com endereço à Rua FRANCELHO, 69, VL NOVA - 86.707-040, Arapongas - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL HENRIQUE BARTOLOMEU TRICHÊS, DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR, EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO Nº 515/2024 DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ (SESA/PR)..

VALOR: Pela execução dos serviços, o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará à DETENTORA o valor total de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 5.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da ATA REGISTRO DE PREÇO é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:7FF14EFC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°306-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 306/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 55/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 91/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 22 de julho de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 57.498.660/0001-61, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. CESAR RAFAEL CARREGA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 055.015.959-23, com endereço à Rua HENRIQUE MONSANA, 1581, JARDIM ALPES - 86.079-450, Londrina - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL HENRIQUE BARTOLOMEU TRICHÊS, DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR, EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO Nº 515/2024 DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ (SESA/PR)..

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 2.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:82E59D65

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°309-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 309/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 55/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 91/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 22 de julho de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: LC - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 59.890.563/0001-45, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. RODRIGO MARIA CLARO, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 074.695.489-12, com endereço à Avenida Vereadora Maria Joana Tonczak, 47, RESIDENCIAL DAS TORRES - 86.191-806, Cambé - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL HENRIQUE BARTOLOMEU TRICHÊS, DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR, EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO Nº 515/2024 DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ (SESA/PR)..

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 8.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:ED80BC37

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO 55-2026

Termo de Adjudicação	
Processo n°: 91/2026	
Licitação n°: 55/2026	
Modalidade: 1088 - Pregão Eletrônico	
Objeto: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL HENRIQUE BARTOLOMEU TRICHÊS, DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR, EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO Nº 515/2024 DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ (SESA/PR).	
Ultrapassada a fase de habilitação deste pregão, e considerando o fato de que o representante legal presente à sessão pública não manifestou interesse em recorrer do resultado deste pregão, adjudico o seu objeto à(s) seguinte(s) licitante(s):	
Vencedores	
Nome	Itens
V.S. COSTA & CIA LTDA	5
R$21.000,00 (vinte e um mil reais)	
C E C IMPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA-EPP	1, 4, 6
R$13.700,00 (treze mil e setecentos reais)	
STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	2
R$5.000,00 (cinco mil reais)	
MEDICAL SIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ODONTO MEDICO HOSPITALAR LTDA	3
R$62.900,00 (sessenta e dois mil e novecentos reais)	
PLG DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	7
R$26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos reais)	
LC - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA	8
R$3.500,00 (três mil e quinhentos reais)	
63.476.132 BIANCA MENDES DA SILVA CUNHA	9
R$3.520,99 (três mil, quinhentos e vinte reais e noventa e nove centavos)	

Destarte, com fulcro no art. 71 inciso IV, da Lei n°. 14.133/2021, submetemos os presentes autos, nele incluídos estas informações à apreciação da Autoridade Competente para que decida a respeito da homologação deste procedimento licitatório.

É o parecer, s.m.j.

Terra Roxa, PR, 22 de julho de 2026

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:65F0A6A7
Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:65F0A6A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO INEXIGIBILIDADE N° 035/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 035/2026
Contratadas: **ADAME SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, FONSECA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, L. R. CARVALHO - CLINICA, TATIANA HONORIO GARCIA - SERVIÇOS MÉDICOS, 3R GESTÃO EM SAÚDE LTDA, ELO SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA, MED MP SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, I J M MONTANHER CLINICA LTDA, VCI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, BORESKI CLÍNICA MÉDICOS LTDA, M G PEREIRA JUNIOR SERVIÇOS MEDICOS, HTI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, IF MARQUES MEDICINA E SAÚDE LTDA, FACILPLAN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, MEDFACIL SERVIÇOS DE SAUDE LTDA, SILVA E SILVA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, ALAN MELQUIADES SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, GABRIELA STEFANELLO PALAORO LTDA, AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, ANA RAFAELA GUERRIERI DE MELO, FCN LATRONICO, P. E. P. BRAGA LTDA, PALLAURO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, ALPHAMED LTDA, GNS HEALTH CARE LTDA, ALESSANDRO K. YASSUE - CLINICA MÉDICA, SOUZA & ALCARA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, L. M. MEDEIROS CLINICA MÉDICA LTDA, E.H.S. ALMEIDA E CIA. LTDA, G.S.P. SERVIÇOS MÉDICOS LTDA** e **CLINICA MEDICA ENTRE AMIGOS LTDA – ME.**
Objeto: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS MÉDICOS: *ITEM 1.1* - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA À SEXTA FEIRA), CONTROLE DE BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL, CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO. *ITEM 1.2* - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA . COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS. *ITEM 1.5* - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS, *ITEM 1.8* - CONSULTA MÉDICA EM CARDIOLOGIA. *ITEM 1.9* - CONSULTA MÉDICA EM NEUROLOGIA. *ITEM 1.10* - CONSULTA MÉDICA EM PEDIATRIA, *ITEM 1.11* - CONSULTA MÉDICA EM ORTOPEDIA.**
Valor Global: R$ 207.125,20 (Duzentos e sete mil cento e vinte e cinco reais e vinte centavos).
Fundamento Legal: artigo 74, IV, da Lei 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

Terra Roxa - PR, 22 de Julho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:D79DF717

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 021/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 21/2026, de 22 de Julho de 2026 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Terra Roxa/PR.

Dispõe *sobre a aprovação da nomeação de Anna Luiza Melo Cardoso para o cargo de Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde.*

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas competências regimentais e das atribuições conferidas pelo Regimento Interno do CMS, pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, bem como em conformidade com as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e demais legislações correlatas;

Resolve ad referendum do Plenário do Conselho Municipal de Saúde:

Art. 1º - Aprovar a nomeação de ANNA LUIZA MELO CARDOSO MORAES para o cargo/função de Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo ao dia 15 de julho de 2026, ficam revogadas as disposições em contrário em especial a Resolução nº 14/2026

Terra Roxa – Paraná, 22 de Julho de 2026.

VITOR GABRIEL VEREDIANO NABÃO
Presidente do Conselho Municipalde Saúde de Terra Roxa - PR
Decreto Nº 4421/2025

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:397B48B5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. José Altair Moreira, no uso de suas atribuições, em atendimento ao disposto no inciso VII, do art. 12, da Lei Municipal nº 748/2021, por meio do presente edital, torna pública a sua **DECISÃO** de aprovação da regularização fundiária, bem como a ratificação e homologação da decisão final proferida pela Comissão de Regularização Fundiária, nos autos do Processo Administrativo nº 185/2024, apresentado por **José Pedro de Farias** (CPF 186.403.469-68), visando a regularização fundiária urbana de interesse específico (REURB-E) em área privada urbana, na localidade Tabatinga do Município de Tijucas do Sul, contendo 929,03m², conforme documentos que integram o processo administrativo

Diante do exposto, determino a expedição da Certidão de Regularização Fundiária – CRF, na modalidade legitimação fundiária, do imóvel em questão, bem como a publicação da presente decisão, para que surta os efeitos legais.

Tijucas do Sul-PR, 22 de julho de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Passarinho Smith da Silva
Código Identificador:DFEB46BB

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 15/2026

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE ESPECÍFICO - REURB-E

O Município de Tijucas do Sul - PR, entidade de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 76.105.584/0001-21, com sede na Rua XV de Novembro, 1458, Tijucas do Sul/PR, neste ato representado pelo seu PREFEITO, José Altair Moreira, vem através deste edital **NOTIFICAR** a todos os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados, que encontra-se em processo de Regularização Fundiária, pelo instrumento de Legitimação de Posse, através do Processo Administrativo nº 111/2023, tendo como requerentes, **Miguel Pereira da Rocha** e **Marlene Chicovis da Rocha**, casados entre si, ele brasileiro, lavrador, inscrito no CPF sob o nº 186.161.199-49, ela brasileira, do lar, inscrita no CPF sob o nº 996.702.089-04, residentes e domiciliados na Estrada Principal do Cangoera, s/n, Tijucas do Sul-PR, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017 e Lei Municipal nº 748/2021, os imóveis abaixo descritos, nos quais foram realizados o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), a fim de abertura de matrículas individualizadas ao(s) titular(es) dos direitos de posse, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais/PR.

Área 1:
Inicia-se no ponto denominado ‘01’, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, coordenadas geodésicas (latitude 25°56’57.24324” S e longitude 49°10’51.97882” W); Daí segue por um córrego com: 38°12’50” - 1.71 m até o ponto ‘02’ (latitude 25°56’57.19922” S e longitude 49°10’51.94157” W); 87°16’29” - 10.14 m até o ponto ‘03’ (latitude 25°56’57.17899” S e longitude 49°10’51.57779” W); 84°41’56” - 12.89 m até o ponto ‘04’ (latitude 25°56’57.13446” S e longitude 49°10’51.11698” W); 347°22’19” - 6.31 m até o ponto ‘05’ (latitude 25°56’56.93497” S e longitude 49°10’51.16965” W); 40°02’08” - 8.32 m até o ponto ‘06’ (latitude 25°56’56.72549” S e longitude 49°10’50.98038” W); 50°48’09” - 28.03 m até o ponto ‘07’ (latitude 25°56’56.14013” S e longitude 49°10’50.20858” W); 109°57’11” - 7.17 m até o ponto ‘08’ (latitude 25°56’56.21659” S e longitude 49°10’49.96516” W); 115°36’18” - 3.22 m até o ponto ‘09’ (latitude 25°56’56.26054” S e longitude 49°10’49.85996” W); 343°25’38” - 13.79 m até o ponto ‘10’ (latitude 25°56’55.83275” S e longitude 49°10’50.00798” W); 53°52’40” - 5.62 m até o ponto ‘11’ (latitude 25°56’55.72315” S e longitude 49°10’49.84658” W); 352°16’22” - 5.31 m até o ponto ‘12’ (latitude 25°56’55.55250” S e longitude 49°10’49.87487” W); 120°22’24” - 10.60 m até o ponto ‘13’ (latitude 25°56’55.72246” S e longitude 49°10’49.54361” W); 9°05’52” - 10.50 m até o ponto ‘14’ (latitude 25°56’55.38501” S e longitude 49°10’49.48917” W); 71°19’24” - 18.83 m até o ponto ‘15’ (latitude 25°56’55.18106” S e longitude 49°10’48.85118” W); 96°24’56” - 10.34 m até o ponto ‘16’ (latitude 25°56’55.21398” S e longitude 49°10’48.48120” W); 194°32’13” - 9.53 m até o ponto ‘17’ (latitude 25°56’55.51473” S e longitude 49°10’48.56255” W); 160°12’09” - 14.13 m até o ponto ‘18’ (latitude 25°56’55.94444” S e longitude 49°10’48.38395” W); e 103°25’29” - 7.29 m até o ponto ‘19’ (latitude 25°56’55.99621” S e longitude 49°10’48.12841” W); Daí segue divisa com MIGUEL PEREIRA DA ROCHA com o azimute de 167°09’16” e a distância de 175.32 m até o ponto ‘20’ (latitude 25°57’01.53256” S e longitude 49°10’46.64213” W); e com o azimute de 271°34’48” e a distância de 93.74 m até o ponto ‘21’ (latitude 25°57’01.49093” S e longitude 49°10’50.01099” W); Daí divide com DARIO PEREIRA DA ROCHA com o azimute de 339°20’59” e a distância de 37.55 m até o ponto ‘22’ (latitude 25°57’00.35514” S e longitude 49°10’50.50449” W); e com o azimute de 337°36’34” e a distância de 104.18 m até o ponto ‘01’ (latitude 25°56’57.24324” S e longitude 49°10’51.97882” W); Início da descrição.

Área 2:
Inicia-se no ponto denominado ‘01’, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, coordenadas geodésicas (latitude 25°57’05.15131” S e longitude 49°10’51.45262” W); Daí segue divisa com DARIO PEREIRA DA ROCHA com o azimute de 35°18’33” e a distância de 94.76 m até o ponto ‘02’ (latitude 25°57’02.61415” S e longitude 49°10’49.52291” W); e com o azimute de 339°20’59” e a distância de 37.14 m até o ponto ‘03’ (latitude 25°57’01.49093” S e longitude 49°10’50.01099” W); Daí divide com MIGUEL PEREIRA DA ROCHA com o azimute de 91°34’48” e a distância de 93.74 m até o ponto ‘04’ (latitude 25°57’01.53256” S e longitude 49°10’46.64213” W); e com o azimute de 180°14’18” e a distância de 159.33 m até o ponto ‘05’ (latitude 25°57’06.70975” S e longitude 49°10’46.58632” W); Daí divide com MARLO LUBIAN com o azimute de 256°46’35” e a distância de 7.01 m até o ponto ‘06’ (latitude 25°57’06.76492” S e longitude 49°10’46.83077” W); e com o azimute de 253°49’30” e a distância de 62.47 m até o ponto ‘07’ (latitude 25°57’07.35740” S e longitude 49°10’48.97817” W); Daí segue por uma estrada de acesso com: 313°05’56” - 27.00 m até o ponto ‘08’ (latitude 25°57’06.76691” S e longitude 49°10’49.69597” W); 321°34’52” - 23.90 m até o ponto ‘09’ (latitude 25°57’06.16516” S e longitude 49°10’50.23909” W); 318°16’05” - 18.74 m até o ponto ‘10’ (latitude 25°57’05.71646” S e longitude 49°10’50.69431” W); 304°03’37” - 18.94 m até o ponto ‘11’ (latitude 25°57’05.37898” S e longitude 49°10’51.26342” W); 323°52’54” - 8.76 m até o ponto ‘01’ (latitude 25°57’05.15131” S e longitude 49°10’51.45262” W); Início da descrição.

Área 3:
Inicia-se no ponto denominado ‘01’, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, coordenadas geodésicas (latitude 25°57’04.71496” S e longitude 49°10’43.11627” W); Daí segue divisa com MARIA ISABEL DO VALE OLIVEIRA com o azimute de 176°00’18” e a distância de 144.74 m até o ponto ‘02’ (latitude 25°57’09.40190” S e longitude 49°10’42.68160” W); Daí margeia o Rio Ouro Fino com o azimute de 256°52’25” e a distância de 7.40 m até o ponto ‘03’ (latitude

25°57’09.45981” S e longitude 49°10’42.93992” W); Daí divide com MARLO LUBIAN com o azimute de 328°26’59” e a distância de 112.95 m até o ponto ‘04’ (latitude 25°57’06.35912” S e longitude 49°10’45.11210” W); com o azimute de 255°12’38” e a distância de 19.48 m até o ponto ‘05’ (latitude 25°57’06.52918” S e longitude 49°10’45.78642” W); e com o azimute de 256°46’35” e a distância de 22.94 m até o ponto ‘06’ (latitude 25°57’06.70975” S e longitude 49°10’46.58632” W); Daí divide com MIGUEL PEREIRA DA ROCHA com o azimute de 0°14’18” e a distância de 159.33 m até o ponto ‘07’ (latitude 25°57’01.53256” S e longitude 49°10’46.64213” W); e com o azimute de 91°34’48” e a distância de 89.18 m até o ponto ‘08’ (latitude 25°57’01.57216” S e longitude 49°10’43.43711” W); Daí segue divisa com MARIA ISABEL DO VALE OLIVEIRA com o azimute de 175°31’25” e a distância de 97.13 m até o ponto ‘01’ (latitude 25°57’04.71496” S e longitude 49°10’43.11627” W); Início da descrição.

Área 4:
Inicia-se no ponto denominado ‘01’, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, coordenadas geodésicas (latitude 25°56’55.99621” S e longitude 49°10’48.12841” W); Daí segue divisa com SANTINOR EUCLIDES DA ROCHA com: 68°41’05” - 24.92 m até o ponto ‘02’ (latitude 25°56’55.69135” S e longitude 49°10’47.29852” W); 155°03’57” - 21.96 m até o ponto ‘03’ (latitude 25°56’56.33413” S e longitude 49°10’46.95585” W); 124°18’41” - 11.37 m até o ponto ‘04’ (latitude 25°56’56.53816” S e longitude 49°10’46.61512” W); 48°11’26” - 23.04 m até o ponto ‘05’ (latitude 25°56’56.03140” S e longitude 49°10’46.00570” W); 135°01’19” - 25.33 m até o ponto ‘06’ (latitude 25°56’56.60558” S e longitude 49°10’45.35319” W); 135°01’19” - 53.59 m até o ponto ‘07’ (latitude 25°56’57.82008” S e longitude 49°10’43.97300” W); 135°24’32” - 20.49 m até o ponto ‘08’ (latitude 25°56’58.28765” S e longitude 49°10’43.44877” W); e 67°20’43” - 57.33 m até o ponto ‘09’ (latitude 25°56’57.54623” S e longitude 49°10’41.55831” W); Daí segue margeando o Rio Ouro Fino com: 180°10’04” - 5.60 m até o ponto ‘10’ (latitude 25°56’57.72818” S e longitude 49°10’41.55612” W); 208°47’01” - 23.65 m até o ponto ‘11’ (latitude 25°56’58.40691” S e longitude 49°10’41.95502” W); 198°15’10” - 9.69 m até o ponto ‘12’ (latitude 25°56’58.70717” S e longitude 49°10’42.05945” W); e 166°02’48” - 8.62 m até o ponto ‘13’ (latitude 25°56’58.97792” S e longitude 49°10’41.98062” W); Daí segue divisa com MARIA ISABEL DO VALE OLIVEIRA com o azimute de 252°04’33” e a distância de 48.70 m até o ponto ‘14’ (latitude 25°56’59.48585” S e longitude 49°10’43.63845” W); e com o azimute de 175°48’41” e a distância de 64.45 m até o ponto ‘15’ (latitude 25°57’01.57216” S e longitude 49°10’43.43711” W); Daí divide com MIGUEL PEREIRA DA ROCHA com o azimute de 271°34’48” e a distância de 89.18 m até o ponto ‘16’ (latitude 25°57’01.53256” S e longitude 49°10’46.64213” W); e com o azimute de 347°09’16” e a distância de 175.32 m até o ponto ‘01’ (latitude 25°56’55.99621” S e longitude 49°10’48.12841” W); Início da descrição.

II. Os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados são notificados por este edital, sendo que a ausência de impugnação implicará na perda do eventual direito de que os notificados titularizem sobre os imóveis objeto da Regularização Fundiária, de acordo com o art. 31, § 1º, § 5º e § 6º, da Lei Federal nº 13.465/2017 e disposições da Lei Municipal nº 748/2021.

III. As eventuais impugnações cabíveis, contrárias ao objeto deste ato, deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente edital, sendo protocoladas no protocolo central da prefeitura, dirigidas à Comissão da REURB, com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas, priorizando-se o procedimento extrajudicial para solução dos conflitos, como previsto na Lei Federal nº 13.465/2017.

IV. Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerar-se-á como aceite pelos notificados os elementos e teor deste edital.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Passarinho Smith da Silva
Código Identificador:4FE0CCB3

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 16/2026

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE ESPECÍFICO - REURB-E

O Município de Tijucas do Sul - PR, entidade de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 76.105.584/0001-21, com sede na Rua XV de Novembro, 1458, Tijucas do Sul/PR, neste ato representado pelo seu PREFEITO, José Altair Moreira, vem através deste edital **NOTIFICAR** a todos os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados, que encontra-se em processo de Regularização Fundiária, pelo instrumento de Legitimação Fundiária, através do Processo Administrativo nº 197/2025, tendo como requerente, **Rosa Lexinoski**, brasileira, solteira, costureira, inscrita no CPF sob o nº 019.058.689-36, residente e domiciliada na Estrada Joaquim Antônio Alves, s/n, Lagoinha, Tijucas do Sul-PR, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017 e Lei Municipal nº 748/2021, o imóvel abaixo descrito no qual foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), a fim de abertura de matrícula individualizada ao (s) titular (es) dos direitos de posse, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais/PR.

I. Inicia-se se no marco denominado 0=PP, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SIRGAS 2000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 679114.716 m e N= 7130582.993 m dividindo-o com o ESTRADA JOAQUIM ANTÔNIO ALVES; Daí segue confrontando com ESTRADA JOAQUIM ANTÔNIO ALVES com o azimute de 294°37’28’’; e a distância de 30.16 m até o marco 1; (E=679087.299 m e N=7130595.560 m); Daí segue confrontando com TEREZINHA LEXINOSKI CPF: 462.485.449-72 com o azimute de 200°36’49’’; e a distância de 100.35 m até o marco 2; (E=679051.971 m e N=7130501.639 m); Daí segue confrontando com FRANCISCO ALVES DA ROCHA CPF: 231.343.309-97 com o azimute de 109°36’26’’; e a distância de 17.35 m até o marco 3; (E=679068.315 m e N=7130495.817 m); Daí segue confrontando com FRANCISCO ALVES DA ROCHA CPF: 231.343.309-97 com o azimute de 28°01’30’’; e a distância de 98.76 m até o marco 0=PP; (E=679114.716 m e N=7130582.993 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 0.23570 ha.

II. Os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados são notificados por este edital, sendo que a ausência de impugnação implicará na perda do eventual direito de que os notificados titularizem sobre o imóvel objeto da Regularização Fundiária, de acordo com o art. 31, § 1º, § 5º e § 6º, da Lei Federal nº 13.465/2017 e disposições da Lei Municipal nº 748/2021.

III. As eventuais impugnações cabíveis, contrárias ao objeto deste ato, deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente edital, sendo protocoladas no protocolo central da prefeitura, dirigidas à Comissão da REURB, com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas, priorizando-se o procedimento extrajudicial para solução dos conflitos, como previsto na Lei Federal nº 13.465/2017.

IV. Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerar-se-á como aceite pelos notificados os elementos e teor deste edital.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Passarinho Smith da Silva
Código Identificador:932AF16D

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 17/2026

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE ESPECÍFICO - REURB-E

O Município de Tijucas do Sul - PR, entidade de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 76.105.584/0001-21, com sede na Rua XV de Novembro, 1458, Tijucas do Sul/PR, neste ato representado pelo seu PREFEITO, José Altair Moreira, vem através deste edital **NOTIFICAR** a todos os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados, que encontra-se em processo de Regularização Fundiária, pelo instrumento de Legitimação Fundiária, através do Processo Administrativo nº 232/2025, tendo como requerente **Nestor Florentino do Rosário**, brasileiro, divorciado, eletricista aposentado, inscrito no CPF sob o nº 072.024.749-72, residente e domiciliado na Estrada João Claro Machado, s/n, Campo Alto, Tijucas do Sul-PR, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017 e Lei Municipal nº 748/2021, o imóvel abaixo descrito no qual foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), a fim de abertura de matrícula individualizada ao(s) titular(es) dos direitos de posse, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais/PR.

I. Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 01, de coordenadas N 7.140.021,26m e E 690.881,98m; deste, segue confrontando com ESTRADA JOÃO CLARO MACHADO, com os seguintes azimutes e distâncias: 110°05'26" e 28,28 m até o vértice 02, de coordenadas N 7.140.011,55m e E 690.908,54m; deste, segue confrontando com CONFRONTANTE DESCONHECIDO, com os seguintes azimutes e distâncias: 20°19'02" e 13,24 m até o vértice 03, de coordenadas N 7.140.023,97m e E 690.913,14m; deste, segue confrontando com CONFRONTANTE DESCONHECIDO, com os seguintes azimutes e distâncias: 299°44'55" e 27,32 m até o vértice 04, de coordenadas N 7.140.037,53m e E 690.889,42m; deste, segue confrontando com EDINEI BATISTA PINHEIRO, com os seguintes azimutes e distâncias: 204°35'10" e 17,88 m até o vértice 01, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de Brasília, de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00', fuso -22, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

II. Os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados são notificados por este edital, sendo que a ausência de impugnação implicará na perda do eventual direito de que os notificados titularizem sobre o imóvel objeto da Regularização Fundiária, de acordo com o art. 31, § 1º, § 5º e § 6º, da Lei Federal nº 13.465/2017 e disposições da Lei Municipal nº 748/2021.

III. As eventuais impugnações cabíveis, contrárias ao objeto deste ato, deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente edital, sendo protocoladas no protocolo central da prefeitura, dirigidas à Comissão da REURB, com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas, priorizando-se o procedimento extrajudicial para solução dos conflitos, como previsto na Lei Federal nº 13.465/2017.

IV. Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerar-se-á como aceite pelos notificados os elementos e teor deste edital.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Passarinho Smith da Silva
Código Identificador:1798FF7F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 331, DE 22 DE JULHO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, à servidora **SILVANA ALVES MACHADO FAGUNDES,** inscrita no R.G. sob o nº 10.164.870-9/SSP/PR, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula funcional nº 779, em virtude de sua participação em Capacitação e Atualização promovida pelo Instituto de Identificação do Paraná, a ser realizado no dia 04 de agosto de 2026, na cidade de Curitiba – PR, conforme memorando nº 111/2026 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:A102CA9E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 333, DE 22 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder férias, no período de 19 de agosto a 02 de setembro de 2026, ao servidor **JEFERSON JOSÉ DE PAULA,** matrícula nº 119706, portador da cédula de identidade com R.G. nº 041.***.***-80/SSP/PR, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:04A8F12D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 334, DE 22 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder férias, no período de 22 de julho a 31 de julho de 2026, ao servidor **JOAO BATISTA DA COSTA,** matrícula nº 119274, portador da cédula de identidade com R.G. nº 1.563.351/SSP/PR, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos e membro da Comissão de Sindicância e Inquérito Administrativo, referente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:BDE6A4F3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO DO TERMO DE COLABORAÇÃO N° 02 - ANO 2025

Nº DO TERMO	TERMO DE COLABORAÇÃO	OBJETO ADITIVO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA
N° 02/2025	CHAMAMENTO PÚBLICO N° 04/2025	Prorrogação de prazo de 12 (doze) meses (01.07.2027) e aumento quantitativo de 25%.	**ASSOCIAÇÃO CULTURAL MENINOS DA HARMONIA** CNPJ: 17.133.157/0001-98	01/07/2026.

Publicado por:
Tiago Vinicius da Silva Alves
Código Identificador:C1118364

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 324/2026

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Exonerar a pedido, em 22 de julho de 2026, o(a) servidor(a) contratado(a), sr(a). **SANDREIA DA SILVA MOURA**, portador(a) da matrícula Nº 1631, do cargo de "**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**", nomeado(a) pela Portaria de nº 307/2025.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em 22 de julho de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:514AEE60

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
REPUBLICAÇÃO AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução das obras de infraestrutura e serviços de engenharia, para implantação do Parque Industrial de Tomazina, a serem executadas sob o regime de empreitada global, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos. A Prefeitura Municipal de Tomazina, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação referente a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026, no portal: (www.bll.org.br).
Valor de Referência: R$ 6.248.564,04 (seis milhões, duzentos e quarenta e oito mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e quatro centavos).
Habilitação: até às 08h30min do dia 07/08/2026
Abertura da Licitação: prevista para às 09:00 horas do dia 12/08/2026.
Local da Abertura: Prefeitura Municipal de Tomazina – Praça Tenente João José Ribeiro, 99 – Tomazina – PR. O Edital completo está disponível no site http://tomazina.pr.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br e no portal: (www.bll.org.br). Maiores esclarecimentos estarão à disposição dos interessados de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, e pelo e-mail: licitacaotmz@outlook.com.com.

Tomazina, 22 de julho de 2026**.**

ANDRÉ CIPRIANO DA SILVA DE CAMPOS
Agente de Contratação
Portaria nº 322/2026

Publicado por:
Andre Cipriano da Silva de Campos
Código Identificador:E2354A9B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 061/2026

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h00** do dia **05 DE AGOSTO DE 2026**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **PREGÃO,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, regidos pela Lei N° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA USO NA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS VIAS URBANAS E NOS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.**
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, Centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 98824-6760 – e-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17h00.

Três Barras do Paraná-PR, 22 de julho de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:BAE72645

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO N° 7210/2026

Data 21/07/2026

Designa servidores como GESTOR e FISCAL de Convênio com a Secretaria de Estado do Turismo, referente ao 5º FEBARRAS, Edição/2026, e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE

SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

D E C R E T A

Art. 1°. Fica designado o senhor **Clebeson Bordim,** inscrito na Cédula de Identidade RG nº 6.xxx.596-7 e no CPF nº 000.xxx.xxx-95, ocupante do cargo de Secretário de Administração e Planejamento, do município de Três Barras do Paraná, matricula nº 1641-1/1, com gestor do Convênio com Secretaria de Estado do Turismo, referente ao 5º FEBARRAS, Edição/ 2026.

Art. 2º. Fica igualmente designado o senhor **Daniel Dos Passos Hawerroth**, ocupante do cargo de Secretário de Cultura e Turismo, portador do RG n°. 9.xxx.621-7 e CPF n° xxx.447.909-xx como fiscal do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente ao 5º FEBARRAS, Edição/ 2026.

Parágrafo único: Os servidores designados acima poderão assinar em nome do Município todos os documentos necessários a execução do Convênio.

Art. 3°. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 21 de julho de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:280147F5

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7211/2026

DATA 22/07/2026

Institui Comissão Especial de Avaliação da qualidade da comida, limpeza do estabelecimento e outros no âmbito do Pregão Eletrônico nº 28/2026 – Processo Administrativo nº 52/2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, Gerso Francisco Gusso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO a necessidade de avaliação da qualidade da comida, limpeza do estabelecimento e outros, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 28/2026 – Processo Administrativo nº 52/2026

CONSIDERANDO: a existência de reclamação em outros contratos assemelhados

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial de **Avaliação da qualidade da comida, limpeza do estabelecimento e outros**, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 18/2026 – Processo Administrativo nº 52/2026.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes servidores municipais:

Alexandre Delgado Henriques inscrito no CPF nº 815.xxx.749.xx;
Celso Luiz Bampi, inscrito no CPF nº 787.xxx.829.xx;
Aldoir da Silva Inscrito no CPF nº 603.xxx.149.xx .

Art. 3º Os trabalhos da Comissão terão caráter exclusivamente técnico, devendo observar os princípios da legalidade, impessoalidade, objetividade, motivação e vinculação ao instrumento convocatório.

Art. 4º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 22 de julho de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:B325E76D

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº7212/2026

DECRETO Nº7212/2026
Data 22.07.2026

Exonera a pedido, servidora em estágio probatório Municipal e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o requerimento da servidora,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica exonerado a pedido, a servidora em estágio probatório, Senhora **Maria Fernanda Peloso**, ocupante do cargo de Médico 40h, sob a matrícula funcional nº 1769-8/1, aprovada através do Concurso Público n° 001/2023 e nomeada pelo Decreto nº 6541/2025.

Parágrafo único. Fica declarada a vacância do cargo de Médico 40h.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeito retroativo 21/07/2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 22 de julho de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:5B72EBD0

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7213/2026

Data: 22/07/2026

Declara situação de emergência e excepcionalidade nos serviços educação do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, prefeito municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Educação, Of. Nº 217/2026 e 22/07/2026 SEMED.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada situação de emergência e excepcionalidade nos serviços de educação do município de Três Barras do Paraná, e autoriza o chamamento extra ao Processo Seletivo Simplificado (PSS) nº 001/2025, edital nº 001/2025, de 01 (um) professor (a).

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 22 de julho de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:179C0942

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
PORTARIA Nº1322/2026

PORTARIA Nº1322/2026
Data 22.07.2026

Rescinde a pedido, contrato de servidora contratada através do PSS nº 001/2025 dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica rescindido a pedido, o contrato temporário da Senhora **Adriana Aparecida Bueno Schutz**, ocupante do cargo de Professora contratada através do Processo Seletivo nº 001/2025, nomeada através da Portaria n°1263/2026, sob a matrícula funcional nº 1845-7/1.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 22 de julho de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:003859DC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 225 DE 22 DE JULHO DE 2026

DECRETO Nº 225 DE 22 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a exoneração de Servidor(a) Temporário(a) e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público o seguinte:

DECRETA:

Art. 1º. – Fica exonerada, do cargo temporário de assessor(a) de secretaria**,** a Senhora **VYTHORIA MARYA COUTINHO**, matrícula nº 1.437, nomeada através do Decreto Municipal nº 116 de 01° de abril de 2026.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 22 de julho de 2026

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:EBEE1B92

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 226 DE 22 DE JULHO DE 2026

DECRETO Nº 226 DE 22 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a exoneração de Servidor(a) Temporário(a) e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público o seguinte:

DECRETA:

Art. 1º. – Fica exonerada, do cargo temporário de assessor(a) jurídico(a)**,** a Senhora **SANDRA REGINA PELEXATE**, matrícula nº 1.257, nomeada através do Decreto Municipal nº 001 de 02 de janeiro de 2025.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 22 de julho de 2026

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:061C3CBD

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO RESOLUÇÃO CMAS 06/2026

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO RESOLUÇÃO CMAS 06/2026

Dispõe sobre a aprovação de Protocolos Vigilância Socioassistencial, Proteção Básica e Proteção Especial da Assistência Social, Atualização do Plano Municipal de Assistência Social e da Apresentação do Planejamento Orçamentário da Secretaria de Desenvolvimento Social e Família.

A plenária do **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL DE TUNAS DO PARANÁ – CMAS**, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal n° 8.742 de 07 de dezembro e 1993 e a Lei Municipal n° 592/13 de 19 de dezembro de 2013, considerando as deliberações da reunião extraordinária realizada no dia 22 de julho de 2026.
Resolve:
Art. 1 – Aprovar Protocolo de Vigilância Socioassistencial.
Art. 2 – Aprovar Protocolo da Proteção Básica.
Art. 3 – Aprovar Protocolo de Proteção Especial da Assistência Social.
Art. 4 – Aprovar a atualização do Plano Municipal de Assistência Social (2026 - 2029), durante a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Tunas do Paraná no dia 22 de julho de 2026.
Art. 5 – Aprovar a apresentação do Planejamento Orçamentário da Secretaria de Desenvolvimento Social e Família.
Art. 6 – Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial de Tunas do Paraná.

Tunas do Paraná, 22 de julho de 2026

ADRIELE DE GODOI RIBEIRO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Tunas do Paraná

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:1FAFDE51

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 64/2026

TERMO DE COOPERAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 64/2026 – Concedente: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR) – Beneficiada: SSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE TURVO – ACET pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPF/MF sob o nº 00.827.823/0001-95com sede localizada no Turvo, neste ato representada por seu presidente Anderson Tonon de Oliveira, portador do CPF nº 023.333.939-63 – Objeto: ACORDO DE COOPERAÇÃO tem por objeto o repasse no valor de 12.060,05 para a Associação Comercial Empresarial de Turvo – ACET, de acordo com Lei Municipal nº 053/2023, conforme plano de trabalho - Vigência: com início em 22/07/2026 e encerramento em 21/07/2026 – Valor global: R$12.060,05 (doze mil e sessenta reais, e cinco centavos) – Foro: Guarapuava (PR) – Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, a contratada.

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:AF0CB73D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 516-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora **Maria Eduarda Izidoro de Oliveira**, inscrita no CPF nº 144.477.349-66, ocupante do cargo comissionado de Chefe da Divisão de Controle, Avaliação e Faturamento, lotada na Secretaria Municipal de Saúde a ausentar-se parcialmente de suas atividades funcionais, sendo dispensada de 04 horas diárias durante o período de 03 de agosto de 2026 a 28 de agosto de 2026, totalizando 100 horas, sem prejuízo em sua folha de pagamento, em virtude de realização de estágio obrigatório do curso de graduação em Farmácia pelo Centro Universitário Campo Real. Conforme a solicitação da mesma e a apresentação do termo de compromisso de estágio através do protocolo nº 2.601/2026 e autorização da Secretaria Municipal de Saúde por meio do despacho 2-2.601/2026.
Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 21 de julho de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:242340A5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 528-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder à servidora efetiva **Ana Claudia Rutes Tratsch Veloso**, inscrita no CPF nº 098.924.229-37, ocupante do cargo de Auxiliar Educacional, lotada no Cmei Vó Luiza, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, licença-maternidade pelo período de 12 (doze) dias, compreendido entre 22 de julho de 2026 e 02 de agosto de 2026, em razão do nascimento de seu filho, considerando sua nomeação no cargo por meio da Portaria nº 524/2026.
Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 22 de julho de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:AA7CCFF7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 529-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica retificado o Art. 1º da Portaria nº 460/2026, publicada em 02 de julho de 2026 no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição 3564, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Conceder o remanescente de 10 (dez) dias de férias para a servidora efetiva Micheli Johann Figueiredo, Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, no período de ***13 de julho de 2026 a 22 de julho de 2026****, conforme concessão de férias realizada por meio da Portaria nº 1009/2025."*

Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº 460/2026.

Art. 3º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 21 de julho de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:F99611B2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 530-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPL DE TURVO, no uso das atribuições que lhe são legalmente conferidas,
CONSIDERANDO, o artigo 36 da Lei Complementar Municipal nº 02/2023– Estatuto dos Servidores, que trata do processo de estabilidade;
CONSIDERANDO a avaliação de desempenho satisfatória da servidora;
CONSIDERANDO o relatório apresentado pela chefia imediata, conforme protocolo nº 2.629/2026;
CONSIDERANDO o conteúdo do Anexo III - Tabela de Vencimentos do Quadro Geral do Município, da Lei Municipal Complementar N° 02/2023 – Plano de Cargos, Carreira e Remuneração.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar no estágio probatório e, portanto, tornar ESTÁVEL, a servidora abaixo identificada:

Matrícula	Servidora	Cargo	Posse	Estável a partir do dia
100011	Daiara Ferreira Bitencourt	Psicóloga	03/07/2023	03/07/2026

Art. 2° Concede avanços funcionais para a servidora **Daiara Ferreira Bitencourt** lotada na Secretaria Municipal de Educação, sendo promovida para a Classe B com progressão ao Nível 01: apresentação de 3 (três) certificados de pós graduação, os quais serão válidos para promoção.

Art. 3° A promoção de carreira, se dá em virtude de conclusão do curso de pós graduação/especialização, conforme certificados apresentados abaixo:

I. Especialização em Psicologia clínica: Psicanálise – Pela Universidade de Araraquara.

II. Pós Graduação em Neuro psicologia – Pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci.

III. Pós Graduação em Intervenção ABA para Autismo e Deficiência Intelectual. – Pela Faculdade Primum.

Art. 4° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5° Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 21 de julho de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:16EE7897

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 531-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Promove a servidora efetiva **Daiara Ferreira Bitencourt**, Psicóloga, com carga horaria de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sendo promovida para a Classe B com progressão ao Nível 01, Anexo III - Tabela de Vencimentos do Quadro Geral do Município da Lei Municipal Complementar N° 02/2023 – Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Servidor Público do Município de Turvo – PR, se dá em virtude de conclusão do curso de graduação e pós graduação, conforme certificados apresentados abaixo:

I .Especialização em Psicologia clínica: Psicanálise – Pela Universidade de Araraquara.

II. Pós Graduação em Neuro psicologia – Pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci.

III. Pós Graduação em Intervenção ABA para Autismo e Deficiência Intelectual – Pela Faculdade Primum.

Art. 2º - Esta Portaria terá efeito a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo-PR, em 21 de julho de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Muicipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:430F1F44

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 532-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 130, § 2°, inciso I da Lei Complementar Municipal N° 03/2023 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 08 (oito) dias de Licença por motivos de Doença em Pessoa da Família para a servidora efetiva **Pricila Regina Sikora Bruger,** Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, considerando o atestado médico apresentado através do protocolo nº 2.580/2026 e o parecer emitido pela Comissão Especial conforme despacho 2-2.580/2026. No período de 17 de julho de 2026 a 24 de julho de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria terá efeito retroativo a 17 de julho de 2026
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 21 de julho de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:B0C954E0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO GABINETE DO PREFEITO TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 64/2026

Através do presente termo, **RATIFICO** o processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 64/2026, objeto visa o repassede materiais e contratação de serviços da **ASSOCIACAO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE TURVO- ACET (00.827.823/0001-95),** mediante Inexigibilidade de Licitação, Acordo de Cooperação no valor total de R$ 12.060,05 (doze mil, sessenta reais e cinco centavos), considerando:
A regularidade do procedimento executado;
A justificativa para escolha da contratada;
Os documentos relativos à habilitação da beneficiada em face das exigências previstas pelo Art. 31, inciso II, da Lei n.º 13.019/2014.
Estando tudo em conformidade com o conteúdo do Parecer Jurídico, DETERMINO a adoção das medidas cabíveis para a celebração do contrato.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Turvo/PR, 22 de julho de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:1EE07B8B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2026 COMPRAS GOV N° 15/2026

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor preço
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) VEÍCULO NOVO (0 KM), TIPO VAN, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM RECURSOS PROVENIENTES DA RESOLUÇÃO SESA Nº 1982/2025
Cadastro das Propostas: Até às 08h30min de 11 de agosto de 2026.
Início da Sessão: 11 de agosto de 2026 a partir das 08h30min.
Local: www.comprasgovernamentais.gov.br "**Acesso Identificado**"
Valor: R$ 248.000,00 (duzentos e quarenta e oito mil reais)
Comissão Julgadora: Constituída pela Decreto Nº 79/2026

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N° 14.133/21 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal (http://www.turvo.pr.gov.br/), bem como no portal da Compras.gov (www.comprasgovernamentais.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3642-1145 (ramal 206), através do e-mail licitacao@turvo.pr.gov.br, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-016, de segunda a sexta – feira das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m.

Turvo/PR, 22 de julho de 2026.

ANA LUIZA CHAMORRA
Pregoeira (Decreto Nº 79/2026)

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:0BD422D1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2026 PREGAO ELETRONICO Nº 72/2026

GESTOR DA ATA: **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07, com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Antonio Marcos Seguro, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº 50733521, SESP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o Nº 731.737.469-53, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, nº 105, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR).
DETENTORA DA ATA: Y SCHON, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 50.851.125/0001-01, com sede localizada na Rua das Azaleias, Nº s/n, no Município de Turvo/PR, CEP 85.150-000, neste ato representada por Yasmin Schon, portador da cédula de identidade Nº 1472439-28 SESP-PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 075.009.669-11

OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS, ÓLEOS, FLUIDOS, EQUIPAMENTOS DE VEDAÇÕES, REPAROS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES CORRETIVAS E PREVENTIVAS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, PODENDO SER ITENS ORIGINAIS E GENUÍNOS, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo autuado na forma do Processo Administrativo nº 4.131/2026 (1Doc), conforme quantidades, conforme especificações do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico Nº 72/2026. Os preços, quantidades e especificações do objeto ora registrado são os contidos da planilha abaixo:

Lote	Descrição	valor disponível	porcentagem de desconto (%)
23	TRATOR 100CV TRATOR AGRÍCOLA DE RODAS MARCA NEW HOLLAND MODELO TL5.100 TRAÇÃO 4X4 COR AZUL CAPOTA E ARCO DE SEGURANÇA??COMANDO DUPLO ANO DE FRABRICAÇÃO 2024 SERIE 6283277 TRATOR 90 CV TRATOR AGRÍCOLA DE RODAS MARCA NEW HOLLAND MODELO TL5.90TRAÇÃO 4X4??COR AZUL CAPOTA E ARCO DE SEGURANÇACOMANDO DUPLO ANO DE FRABRICAÇÃO 2022SERIE T549R401044 CHASSI HCCZTL90LNCJ47332	R$ 20.000,00	14,00 %

LICITAÇÃO: Pregão Eletronico n° 72/2026
VIGÊNCIA: 21/07/2026 a 20/07/2027
FORO: Guarapuava/PR

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:EDB9A419

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 64/2026

A Prefeitura Municipal de Turvo (PR) torna público, por meio da sua Comissão Permanente de Licitações (CPL), representada por sua presidente (designada pela Decreto nº 79/2026), para conhecimento de quantos possam se interessar, que realizou a **Inexigibilidade de Licitação nº 64/2026**, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, autorizado pelo Prefeito Municipal em 20/07/2026, cujos termos obedecem ao que segue:
Contratada: ASSOCIACAO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE TURVO- ACET (00.827.823/0001-95)
Objeto: Termo de Cooperação Técnica entre o Município de Turvo e a Associação Comercial e Empresarial de Turvo - ACET, inscrita no CNPJ n° 00.827.823/0001-95, visando ao repasse de materiais e contratação de serviços necessários para a execução das melhorias estruturais da sede da entidade.

Valor : R$ 12.060,05 (doze mil, sessenta reais e cinco centavos).

Fundamento legal: Lei Municipal n° 53/2023.

Justificativa: A Secretaria deDesenvolvimento Econômico e Inovação, solicitou através do Processo Administrativo nº 3.817/2026 a celebração de Termo de Cooperação Técnica entre o Município de Turvo e a Associação Comercial e Empresarial de Turvo - ACET, inscrita no CNPJ n° 00.827.823/0001-95, visando ao repassedemateriais e contratação de serviços necessários para a execução das melhorias estruturais da sededa entidade. A celebração do Termo de Cooperação Técnica entre o Município de Turvo e a Associação Comercial e Empresarial de Turvo – ACET, inscrita no CNPJ nº 00.827.823/0001-95, possui como finalidade o fortalecimento das ações voltadas ao desenvolvimento econômico local, ao incentivo ao empreendedorismo e ao apoio institucional ao setor empresarial do município. A ACET desempenha relevante papel no Município de Turvo, atuando como entidade representativa do comércio, da indústria e dos prestadores de serviços, promovendo ações de capacitação, qualificação profissional, orientação empresarial, reuniões institucionais, campanhas comerciais, eventos e demais iniciativas voltadas ao fortalecimento da economia local e ao estímulo da geração de emprego e renda. A presente parceria justifica-se pela necessidade de modernização e melhoria da infraestrutura física e visual da sede da entidade, proporcionando condições mais adequadas, acessíveis e seguras para o atendimento aos associados, empresários, empreendedores e à comunidade em geral, além de qualificar o espaço utilizado para a realização das atividades institucionais desenvolvidas em conjunto com o Município. O investimento previsto no Plano de Trabalho contempla a execução de melhorias estruturais na sede da ACET, incluindo adequação da fachada principal, instalação de placa de identificação institucional em ACM, execução de acabamentos externos, adequação da acessibilidade da rampa de acesso com instalação de corrimão, revestimentos e demais serviços necessários para a modernização do espaço físico, no valor total de R$ 12.060,05 (doze mil e sessenta reais e cinco centavos). As intervenções propostas visam ampliar a visibilidade institucional da entidade, promover melhores condições de acessibilidade e segurança aos usuários, além de contribuir para a valorização do espaço utilizado no desenvolvimento de ações voltadas ao fortalecimento do setor produtivo local. A iniciativa representa importante medida estratégica de integração entre o Poder Público Municipal e o setor empresarial, fortalecendo políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento econômico, à qualificação empresarial, ao empreendedorismo e à geração de emprego e renda no Município de Turvo. Dessa forma, o presente Termo de Cooperação Técnica demonstra relevante interesse público, considerando que as melhorias estruturais e funcionais na sede da ACET contribuirão diretamente para o aprimoramento dasatividades desenvolvidas pela entidade em benefício da comunidade empresarial local e da população em geral, promovendo ambiente mais adequado para a realização de ações

institucionais, educacionais e de apoio ao desenvolvimento econômico do Município.

As informações administrativas relativas à Inexigibilidade de Licitação nº 64/2026 poderão ser obtidas através dos seguintes meios: Postal: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Turvo (PR), localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo (PR), CEP 85150-000 – Telefone: (42) 3642-1145 – E-mail: < licitacao@turvo.pr.gov.br > – Horário de atendimento: de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00.

Turvo (PR), 22 de julho de 2026.

ANA LUIZA CHAMORRA
Membro da Comissão Permanente de Licitações (Decreto n˚ 79/2026)

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:0F64BB09

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 002/2026 - FUNDAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

FUNDAÇÃO CULTURAL DE UMUARAMA.
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/04/234.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2026.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 13.000,00 (treze mil reais).

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à FUNDAÇÃO CULTURAL DE UMUARAMA, para contratação direta, **por Inexigibilidade de Licitação**, da empresa: **MARIANA RABELLO PINHO 09363954781, INSCRITA NO CNPJ Nº 44.931.712/0001-08**, para aquisição de fantasias de carnaval oriundas do Projeto "Sustenta Carnaval", produzidas a partir do reaproveitamento de insumos têxteis coletados durante os desfiles das escolas de samba do Grupo Especial e da Série Ouro, realizados no Sambódromo da Marquês de Sapucaí de 2026, no Rio de Janeiro, de acordo com o **artigo 74, inciso I**, da Lei 14.133/2021**.**

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no Processo Administrativo nº 2026/04/234, de 23 de abril de 2026, anexo, conforme artigo 72, inciso VIII, da Lei 14.133/2021.

Umuarama, 17 de julho de 2026.

RODRIGO FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal da Fundação Cultural
Fundação Cultural de Umuarama

Publicado por:
Roberta Almeida Moraes
Código Identificador:C302FDA2

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026 - PMU

AVISO DE SUSPENSÃO DA SESSÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N º. 040/2026 – PMU

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, **a suspensão da sessão pública** de abertura do **Edital de Pregão Eletrônico – Sistema Registro de Preços n°. 040/2026 - PMU, cujo objeto é a contratação de Empresa de Engenharia Elétrica para execução de substituição da iluminação existente por luminárias em LED, em postes ornamentais em diversas vias e praças de Umuarama-PR e aquisição de braços metálicos para iluminação pública, conforme projetos, memoriais descritivos, planilha orçamentária e demais documentos anexos ao processo**, para fins de adequação do Edital, visando assegurar o pleno cumprimento das exigências legais e a correta observância dos prazos aplicáveis, fica determinada a suspensão da sessão de abertura e julgamento, **que seria realizada no dia 06 de agosto de 2026 as 09:00 horas.**

Umuarama, 22 de julho de 2026.

JANSSEN GUSTAVO ROBERTI DA LUZ
Pregoeiro

Publicado por:
Roberta Almeida Moraes
Código Identificador:8AB8409A

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE ADITIVOS - FMS

RESUMO DE TERMO ADITIVO - FMS

TERMO ADITIVO 002 AO CONTRATO N° 275/2025
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: S MALTA DE MELO ENFERMAGEM E SAÚDE LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 10 de julho de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal de até R$ 10.399,26 (dez mil trezentos e noventa e nove reais e vinte e seis centavos), perfazendo o valor total do presente termo em R$ 124.791,12 (cento e vinte e quatro mil setecentos e noventa e um reais e doze centavos).
Cláusula Terceira: Altera-se o fiscal **EDILSON RODRIGUES ALBUQUERQUE**, inscrita no CPF sob nº ***.109.749-**, para **MARIA ANDRÉIA DOS SANTOS DE MORAIS**, inscrito no CPF sob nº ***.996.519-**.
Cláusula Quarta: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.301.0024.2.145 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:126 - F:1 - Livres
70.001.10.301.0024.2.145 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:127 – F:303 – 15%
70.001.10.301.0024.2.145 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:128 – F:494 – Rec. Federal
70.001.10.301.0024.2.145 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:129 – F:70014 – Estadual
70.001.10.303.0026.2.196 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:287 – F:303 – 15%
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas
Data: 07/07/2026

TERMO ADITIVO 002 AO CONTRATO N° 276/2025
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: FRIGO RAMOS SERVIÇOS DE ENFERMAGEM LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 10 de julho de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal de até R$ 10.399,26 (dez mil trezentos e noventa e nove reais e vinte e seis centavos), perfazendo o valor total do presente termo em R$ 124.791,12 (cento e vinte e quatro mil setecentos e noventa e um reais e doze centavos).
Cláusula Terceira: Altera-se o fiscal **EDILSON RODRIGUES ALBUQUERQUE**, inscrita no CPF sob nº ***.109.749-**, para **MARIA ANDRÉIA DOS SANTOS DE MORAIS**, inscrito no CPF sob nº ***.996.519-**.
Cláusula Quarta: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.301.0024.2.145 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:126 - F:1 - Livres
70.001.10.301.0024.2.145 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:127 – F:303 – 15%
70.001.10.301.0024.2.145 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:128 – F:494 – Rec. Federal

70.001.10.301.0024.2.145 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:129 – F:70014 – Estadual
70.001.10.303.0026.2.196 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:287 – F:303 – 15%
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas
Data: 07/07/2026

TERMO ADITIVO 002 AO CONTRATO N° 278/2024
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: NAVAQUI & STABILE PROTESES ODONTOLOGICAS LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 25 de junho de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor anual de R$ 824.736,00 (oitocentos e vinte e quatro mil setecentos e trinta e seis reais), perfazendo o valor deste termo em até R$ 824.736,00 (oitocentos e vinte e quatro mil setecentos e trinta e seis reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:183 F:1 - Livres
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:184 F:303 – 15%
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:185 F:494 – Rec. Federal
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:188 F:70014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:187 F:360218 - Federal
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:313 F:370014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:316 F:360218 - Federal
Cláusula Quarta: Altera-se a gestão do contrato para **CAROLINA MENDONÇA FELIX**, Assistente administrativo estatutária da Secretaria Municipal de Saúde, inscrita no CPF sob nº ***.459.929-**.
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 23/06/2026

Umuarama, 22 de julho de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Julia Martins Piffer
Código Identificador:98CF5110

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE ADITIVOS - PMU

RESUMO DE TERMOS ADITIVOS – PMU

TERMO ADITIVO 002 AO CONTRATO N° 302/2025
Contratante: Município de Umuarama.
Contratada: IMOBILIÁRIA CAETANO & OTÁVIO LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 17 de julho de 2027.
Cláusula Segunda: Fica alterado o valor mensal do presente contrato de R$ 1.605,36 (um mil seiscentos e cinco reais e trinta e seis centavos) para R$ 1.671,87 (um mil seiscentos e setenta e um reais e oitenta e sete centavos), mais o valor do seguro anual de R$ 696,91 (seiscentos e noventa e seis reais e noventa e um centavos).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
06.001.04.122.0002.2.012 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:101 – F:1000
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 15/07/2026.

TERMO ADITIVO 002 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 002/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2025
Contratante: Município de Umuarama.
Contratada: T RONQUI ATACADISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA
Cláusula Primeira: Fica aditado a presente ata de registro de preços o valor de **R$ 29.866,08** (vinte e nove mil, oitocentos e sessenta e seis reais e oito centavos), referente ao reequilíbrio econômico financeiro, dos itens 05 e 06, ao valor inicial, conforme descrição abaixo
Cláusula Segunda: Altera-se a designação do **Gestor Suplente do Contrato**, passando a ser a Sra. **HUANA DA SILVA DE GODOI**, inscrita no CPF sob n.º ***.308.509-**, Nutricionista/Chefe de Divisão de Alimentação Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Cláusula Terceira: Fica adicionada as seguintes dotações orçamentárias:
19.001.12.361.0015.2.048. - ED:3.3.90.32.00.00 - D:1094 - F:1000
19.001.12.361.0015.2.048. - ED:3.3.90.32.00.00 - D:1095 - F:1042
19.001.12.361.0015.2.048. - ED:3.3.90.32.00.00 - D:1093 - F:107
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 25/06/2026.

TERMO ADITIVO 002 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 002/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2025
Contratante: Município de Umuarama.
Contratada: STANG DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato, por mais 6 meses, para até 11 de dezembro de 2026.
Cláusula Segunda: Fica renovado o quantitativo do item 2 até o limite do seu quantitativo original, perfazendo o valor deste termo em até R$ 1.489.600,00 (Um milhão, quatrocentos e oitenta e nove mil e seiscentos reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
10.001.15.452.0006.2.025. – ED:3.3.90.30.00.00 – D:445 - F:511
10.001.15.452.0006.2.025. – ED:3.3.90.30.00.00 – D:446 - F:1000
19.001.12.122.0015.2.214. – ED:3.3.90.30.00.00 – D:1029 - F:104
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 15/07/2026.

Umuarama, 22 de julho de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Julia Martins Piffer
Código Identificador:B7AAA2CD

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATO - PMU

RESUMO DE CONTRATOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 172/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Contratada: LÍDER 3.0 CONSULTORIA LTDA.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, consistentes na realização de curso de capacitação em formato híbrido destinados aos servidores do Município de Umuarama, com enfoque prático na aplicação da Lei 14.133/2021, planejamento de contratações públicas, elaboração de artefatos da fase preparatória, governança, gestão de riscos, contratação direta, gestão e fiscalização contratual.
Vigência: 17/07/2026 a 17/10/2026.
Valor: R$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/06/358; no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 017/2026, autorizado/ratificado em 24 de junho de 2026, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, de 26 de junho de 2026, edição nº. 3560, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **em especial no seu art. 74, inciso III, "f";** na Lei Municipal nº 4.618 de 1º de dezembro de 2022 e demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 22 de julho de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Roberta Almeida Moraes
Código Identificador:A61B39B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE UMUARAMA RESOLUÇÃO Nº 35, DE 22 DE JULHO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a convocação de suplente para substituição temporária de Conselheira Tutelar durante o período de férias.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Umuarama – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990; na Lei Municipal nº 4.069, de 15 de abril de 2015; nas alterações promovidas pelas Leis Municipais nº 4.209, de 14 de agosto de 2017, e nº 4.830, de 23 de novembro de 2024; e em conformidade com seu Regimento Interno,
CONSIDERANDO o requerimento de férias da Conselheira Tutelar Camila Mara Nogueira Rossoni;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços prestados pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo ao atendimento da população;
CONSIDERANDO a ordem de classificação das suplentes habilitadas no Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2024–2028;
RESOLVE:
Art. 1º Convocar a Sra. **Kelly Costa da Silva Lima**, 5ª suplente habilitada no Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar, para assumir temporariamente a função de Conselheira Tutelar, em substituição à Conselheira Tutelar Camila Mara Nogueira Rossoni, durante o período de férias, compreendido entre 30 de julho e 13 de agosto de 2026.
Art. 2º A suplente convocada exercerá todas as atribuições inerentes ao cargo durante o período de substituição, observadas as disposições legais vigentes.
Parágrafo único. A convocada deverá apresentar-se na sede do Conselho Tutelar, situada na Rua Amambaí, nº 3.685, Zona I-A, em Umuarama/PR, no dia 30 de julho de 2026, às 8h, para os procedimentos de posse e orientações necessárias.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama, 22 de julho de 2026.

ELAINE CRISTINA FLORIAN
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:7DF1C040

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 390/2026

DISPOE SOBRE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA E INTERESSE SOCIAL.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarado de **UTILIDADE PÚBLICA E INTERESSE SOCIAL** os imóveis abaixo relacionados, localizados dentro do território do Município de União da Vitória:

IMÓVEL URBANO: MATRÍCULA Nº 34.882

DENOMINAÇÃO: Gleba 01 - parte do Lote nº 1886
QUADRA Nº: 81
MATRICULA Nº 34.882 - do 2º Ofício de Registro de Imóveis
ÁREA: 15.483,66 (m2)
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA: 02.02.081.1886.0
Localização: Avenida Valdomiro Nesteruk, lugar denominado Invernadinha, Área Industrial do Rio Vermelho, Município de União da Vitória-PR

IMÓVEL URBANO: MATRÍCULA Nº 34.883

DENOMINAÇÃO: Gleba 02 - parte do Lote nº 1886
QUADRA Nº: 81
MATRICULA Nº 34.883 - do 2º Ofício de Registro de Imóveis
ÁREA: 26.862,98 (m2)
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA: 02.02.081.1886.0
Localização: Avenida Valdomiro Nesteruk, lugar denominado Invernadinha, Área Industrial do Rio Vermelho, Município de União da Vitória-PR

IMÓVEL URBANO: MATRÍCULA Nº 34.884

DENOMINAÇÃO: segmento da Avenida Valdomiro Nesteruk
MATRICULA Nº 34.884 - do 2º Ofício de Registro de Imóveis
ÁREA: 7.485,80 (m2)
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA: 02.02.081.1886.0
Localização: Avenida Valdomiro Nesteruk, lugar denominado Invernadinha, Área Industrial do Rio Vermelho, Município de União da Vitória-PR

IMÓVEL URBANO: MATRÍCULA Nº 35.023

DENOMINAÇÃO: Gleba 01 - parte do Lote nº 1886
QUADRA Nº: 81
MATRICULA Nº 35.023 - do 2º Ofício de Registro de Imóveis
ÁREA: 22.471,77 (m2)
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA: 02.02.081.1886.0
Localização: Avenida Valdomiro Nesteruk, lugar denominado Invernadinha, Área Industrial do Rio Vermelho, Município de União da Vitória-PR

IMÓVEL URBANO: MATRÍCULA Nº 35.024

DENOMINAÇÃO: Gleba 02 - parte do Lote nº 1886
QUADRA Nº: 81
MATRICULA Nº 35.024 - do 2º Ofício de Registro de Imóveis
ÁREA: 46.378,05 (m2)
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA: 02.02.081.1886.0
Localização: Avenida Valdomiro Nesteruk, lugar denominado Invernadinha, Área Industrial do Rio Vermelho, Município de União da Vitória-PR

IMÓVEL URBANO: MATRÍCULA Nº 35.025

DENOMINAÇÃO: Avenida Valdomiro Nesteruk
MATRICULA Nº 35.025 - do 2º Ofício de Registro de Imóveis
ÁREA: 3.694,61 (m2)
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA: 02.02.081.1886.0
Localização: situado na Colônia Rio Vermelho, lugar denominado Invernadinha, Município de União da Vitória-PR

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 21 de julho de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:3A3317FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 499/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Processo Administrativo n.º 58/2026 | Pregão Eletrônico n.º 23/2026
Órgão Gerenciador: Município de União Da Vitória - PR, CNPJ n.º 75.967.760/0001-71.
Fornecedor Beneficiário: RCO Comunicações Ltda. (Jornal da Fronteira), CNPJ n.º 68.821.735/0001-10.
Objeto: Contratação de empresa jornalística especializada para prestação de serviços de publicação de atos oficiais do Município de União da Vitória/PR em jornal de grande circulação diária, com veiculação em meio impresso e/ou digital, em atendimento às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Valor Total Registrado: R$ 44.800,00 (quarenta e quatro mil e oitocentos reais).
Vigência: De 21 de julho de 2026 a 21 de julho de 2027.
Data de Assinatura: 20 de julho de 2026.
GESTOR: Maria Celeste de Assunção Mance
FISCAL: Jéssica Caroline Bindemann, matrícula nº 1512507.
FISCAL SUPLENTE: Melissa Banhuk Ribeiro, Matrícula nº 1492401.

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 21 de julho de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:741CAC65

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 500/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: Pregão Eletrônico n° 25/2026 - Processo Administrativo nº 61/2026
OBJETO: Registro de preços para aquisição parcelada de emulsão asfáltica RM-1C e RR-1C, destinada à manutenção e recuperação das vias públicas do Município de União da Vitória/PR, conforme especificações e quantidades constantes no edital e seus anexos.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de União da Vitória - PR/ Ary Carneiro Júnior.
CONTRATADO(S):
ASFALTOS DO PARANÁ INDUSTRIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.755.193/0001-06. Vencedora dos itens n.º 01 e 02, perfazendo o Valor Global de R$ 309.087,60 (Trezentos e nove mil e oitenta e sete reais e sessenta centavos), Ata de registro de preços nº 98/2026. Data da assinatura da ata: 17/07/2026;
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 17/07/2026.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, 17/07/2026 à 17/07/2027.
Secretaria Municipal de Assistência Social:
Gestor: Joel de Oliveira – Secretário Municipal de Transportes e Serviços Públicos.
Fiscal: Valdecir Fernandes – Matrícula Funcional nº 1-1340401.
Fiscal Substituto: Tiago Lamaga – Matrícula Funcional nº 1512595.

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 21 de julho de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:84B5109D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 501/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ALBERT OTTO BACH	991504233	2024/2025	ENGENHEIRO AMBIENTAL	27/07/2026 A 05/08/2026
CRISTIANE APARECIDA WENGEN	78	2024/2025	PSICÓLOGO	20/07/2026 A 29/07/2026
CRISTIANE NADOLNY	991504238	2024/2025	TÉCNICO EM ENFERMAGEM PLANTONISTA	03/08/206 A 01/09/2026
DANIEL DA MOTA	1512610	2025/2026	SERVENTE	03/08/2026 A 22/08/2026
GISLAINE TURKE BRAUM	991505158	2024/2025	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	27/07/2026 A 05/08/2026
LOY PIERRE RUCINSKI COBENE	518	2023/2024	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	03/08/206 A 01/09/2026
MARCIA TANDLER	1512708	2023/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	03/08/2026 A 01/09/2026
MARCOS ANTÔNIO MAGUELINSKI	134	2024/2025	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE FUSA	20/07/2026 A 08/08/2026
MELISSA BANHUK RIBEIRO	1484501	2025/2026	PROFESSOR	05/08/2026 A 14/08/2026
MELISSA BANHUK RIBEIRO	1492401	2025/2026	PROFESSOR	05/08/2026 A 14/08/2026
ROBERTA SOEK PONSKI	201	2024/2025	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE FUSA	20/07/2026 A 29/07/2026
ROSANA DE LIMA OLIVEIRA	991504231	2024/2025	TÉCNICO DE ENFERMAGEM PLANTONISTA	22/07/2026 A 31/07/2026
VIVIANE DE ALMEIDA	92	2024/2025	PSICÓLOGO	03/08/2026 A 12/08/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 21 de julho de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:5EBF8466

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 503/2026

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocados CANDIDATOS APROVADOS para os cargos abaixo relacionados, referentes ao Edital 001/2025, e conforme PORTARIAS nº 96/2026, 97/2026 e 98/2026, no CONCURSO PÚBLICO, POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, para comparecerem na Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura, sito à Rua Dr. Cruz Machado nº 205, 4º andar, impreterivelmente NO PERÍODO DOS DIAS 24 A 30 DE JULHO DE 2026, no horário das 13:00 às 17:00 horas, para entrega de documentação e recebimento dos exames médicos, as pessoas abaixo identificadas:

10° Chamada
Cargo PROFISSIONAL DE APOIO EDUCACIONAL

Colocação	Candidato(a)
84º	LUANA DANIELA VILICZINSKI
85º	DAVID HENRIQUE TOME

17° Chamada
Cargo TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Colocação	Candidato(a)	
38º	MARIA CAROLINA CECHIN	

Conforme Edital 001/2025, Item 13.15 – **não assumindo a vaga e não havendo o requerimento citado no item 13.14 o candidato será eliminado do concurso público**

Documentação Necessária
01 foto 3X4
Carteira de Trabalho
Fotocópias
Certidão De Nascimento ou Casamento ou União Estável
Certidão De Nascimento e CPF doas Filhos Até 21 Anos
Declaração Dos Dependentes Para Imposto De Renda
Título De Eleitor E Comprovante De Voto Na Última Eleição
RG E CPF
Documento Militar - Masculino
Comprovante De Residência atualizado
Extrato De Pis
Declaração De Imposto De Renda Ou Declaração De Bens
Comprovante De Escolaridade e da formação exigida ao cargo – cópia autenticada
Certidão de antecedentes criminais
Cópia do Registro ativo no Conselho de Classe do Paraná, quando for o caso
Em caso de PPP e PCD – trazer o Laudo anexado na inscrição do Concurso Público.
No momento da entrega dos documentos solicitados o candidato receberá a relação dos exames admissionais.

Art. 2º O não comparecimento dos candidatos convocados por esta Portaria nos dias acima citados, impedirá a formalização do ato de posse, resultando na imediata renúncia da vaga existente, conforme Edital.

Art. 3º Deverão os candidatos assumirem a vaga no dia e data a ser definida pelo Município de União da Vitória.

Art. 4º Entra esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 22 de julho de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:1D6B2F3C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 504/2026

CONVOCA CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PUBLICO EDITAL 001/2022

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Fica convocado CANDIDATO APROVADO para o cargo abaixo relacionados, referentes ao Edital 001/2022, e conforme PORTARIAS nº 2, 3 e 4/2023, no CONCURSO PÚBLICO, POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, para comparecerem na Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura, sito à Rua Dr. Cruz Machado nº 205, 4º andar, impreterivelmente NO PERÍODO DOS DIAS 24 A 30 DE JUNHO DE 2026, no horário das 13:00 às 17:00 horas, para entrega de documentação e recebimento dos exames médicos, as pessoas abaixo identificadas:

13° Chamada
Cargo: ASSISTENTE SOCIAL

Colocação	Candidato(a)
15º	ROSANA DONDA RUCKL

Conforme Edital 002/2022, Item 10.15 – não assumindo a vaga e não havendo requerimento citado no item 10.14 o candidato será eliminado do concurso público.

Documentação Necessária

01 foto 3X4
Carteira de Trabalho

Fotocópias

Certidão De Nascimento ou Casamento ou União Estável
Certidão De Nascimento e CPF doas Filhos Até 21 Anos
Declaração Dos Dependentes Para Imposto De Renda
Título De Eleitor E Comprovante De Voto Na Última Eleição
RG E CPF
Documento Militar - Masculino
Comprovante De Residência atualizado
Extrato De Pis
Declaração De Imposto De Renda Ou Declaração De Bens
Comprovante De Escolaridade e da formação exigida ao cargo – cópia autenticada
Certidão de antecedentes criminais
Cópia do Registro ativo no Conselho de Classe do Paraná, quando for o caso
No momento da entrega dos documentos solicitados o candidato receberá a relação dos exames admissionais.

Art. 2º O não comparecimento dos candidatos convocados por esta Portaria nos dias acima citados, impedirá a formalização do ato de posse, resultando na imediata renúncia da vaga existente, conforme Edital.

Art. 3º Deverão os candidatos assumirem a vaga no dia e data a ser definida pelo Município de União da Vitória.

Art. 4º Entra esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 22 de julho de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:4F180720

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 505/2026

TERMO ADIVITO – PSS N° 02/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

A Prefeitura Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, torna pública que realizará o Processo Seletivo para provimento de vagas para estágio para formação de CADASTRO RESERVA e preenchimento de vagas no ano de 2026 em Nível Médio Técnico e Nível Superior e Pós, juntamente com Agente de Integração Universidade Patativa, nos termos da Lei nº 11.788/08, de 25 de setembro de 2008, decidem por prorrogar as inscrições deste certame, conforme novo cronograma de datas a seguir:

Prazo das inscrições no site da UPA	**Dia 02/07/2026 até às 23:59h do dia 24/07/2026;**
Verificação das inscrições no sistema aplicabilidade do item desclassificatório	**Dia 27/07/2026**
Publicação no site da UPA da relação dos inscritos deferidos e indeferidos (desclassificados) no certame; Envio de email lembrete	**Dia 28/07/2026**
Realização das provas objetivas online no sistema	**Dia 29/07/2026 - quarta.feira - das 00:00h até as 23:59h**
Publicação no site da Lista e Gabarito Preliminar da prova objetiva	**Dia 30/07/2026**
Prazo para interpor recursos contra a Lista e Gabarito Preliminar	**Dia 31/07/2026**
Publicação do Gabarito Oficial, respostas aos recursos interpostos e Lista Definitiva dos aprovados	**Dia 04/08/2026**

União da Vitória, 22 de julho de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:122BBC5F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 30/2026- CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)

DE UNIÃO DA VITÓRIA – ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 16.738.146/0001-79
Secretaria Executiva dos Conselhos – Rua: Paraná, 50 – Centro
Telefone: 3522-9442

RESOLUÇÃO Nº 30/2026- CMAS

Aprova o Termo de Aceite do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências -2026

O Conselho Municipal de Assistência Social de União da Vitória, no uso de suas atribuições legais e regimentais pelo Art. 30º da Lei Federal 8.742 de 07 de dezembro de 1.993 e a Lei Municipal Nº 4056 de 12 de junho de 2012.

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, incluindo o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade da oferta de serviços, benefícios e ações socioassistenciais à população atingida por situações de calamidade pública e emergências;

CONSIDERANDO o Termo de Aceite disponibilizado pelo Governo Federal para adesão ao cofinanciamento do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências – Exercício 2026;
CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária/extraordinária realizada em 21 de julho de 2026, constante na Ata nº 07/2026;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Termo de Aceite do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências -2026, por meio do qual o Município de União da Vitória – Paraná formaliza sua adesão ao cofinanciamento federal destinado à oferta do referido serviço no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Art. 2º O Termo de Aceite estabelece as responsabilidades e os compromissos a serem assumidos pelo gestor municipal da Política de Assistência Social para a execução do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, conforme previsto na Resolução CNAS nº 109/2009 e demais normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Art. 3º A execução do serviço observará os princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Assistência Social, garantindo proteção social às famílias e indivíduos atingidos por situações de calamidade pública e emergências, mediante a oferta de atendimento socioassistencial, benefícios eventuais, provisões materiais e demais ações previstas na legislação vigente.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
União da Vitória – PR, 22 de julho de 2026.

LIAMAR APARECIDA DA SILVA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:54C9D5DF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 327, DE 21 DE JULHO DE 2026

Portaria 327, de 21 de julho de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Delmir Carlos Bueno – Motorista, conforme requerimentos de diárias n. º 224/2026, protocolo n. º 5968/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Nova Aurora/PR, no dia 21 de julho de 2026, utilizando o veículo oficial placa BEP-6F75.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 21 de julho de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:AD6459F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 328, DE 22 DE JULHO DE 2026

Portaria 328, de 22 de julho de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 02 **(duas) diárias** ao Prefeito Municipal **Marciano Vottri** e ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio Ricardo Bertoncello, para participarem de reuniões e tratativas de assuntos de interesse do Município na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – ALEP, no ITCG (IAT), na Secretaria de Estado das Cidades – SECID e na UNICENTRO, em Guarapuava/**PR e Curitiba/PR**, nos dias 22 a 24 **de julho de 2026**.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, 22 de julho de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:66F89FC2

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2026 - SANDBOX REGULATÓRIO

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2026: SELEÇÃO DE PROPONENTES PARA PARTICIPAÇÃO NO AMBIENTE REGULATÓRIO EXPERIMENTAL (SANDBOX REGULATÓRIO) DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR, VISANDO A TESTAGEM DE MODELOS DE NEGÓCIO INOVADORES, PRODUTOS OU SERVIÇOS QUE DEMANDEM A DISPENSA TEMPORÁRIA DE NORMAS MUNICIPAIS VIGENTES, NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL N.º 85/2026, QUE REGULAMENTA O AMBIENTE REGULATÓRIO EXPERIMENTAL (SANDBOX REGULATÓRIO)

Em virtude da existência do Chamamento Público nº 02/2026, o Comitê de Gestão da Inovação (CGI) realizou a análise da proposta técnica apresentada pela proponente interessada e comunica que foi **CLASSIFICADA** a seguinte proponente:

EMPRESA	CNPJ	PONTUAÇÃO FINAL	SITUAÇÃO
TECMISE SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA	34.743.672/0001-36	88,2	CLASSIFICADA

A aprovação fica condicionada ao cumprimento das seguintes providências: 1. Seguro de Responsabilidade Civil: A proponente deverá apresentar ao CGI a apólice de Seguro de Responsabilidade Civil, com cobertura compatível com os riscos e a abrangência do experimento, para análise e validação antes da assinatura do Termo de Participação e Compromisso e, obrigatoriamente, antes do início dos testes. 2. Alinhamento e treinamento das equipes: Antes do início das atividades experimentais, a proponente deverá realizar alinhamento prévio e treinamento das equipes das unidades escolares envolvidas e da Secretaria Municipal de Educação, abrangendo, no mínimo, o funcionamento da solução, os objetivos e limites do teste, os fluxos operacionais, as responsabilidades de cada parte, a proteção de dados, os protocolos de segurança e os procedimentos para comunicação e resposta a incidentes. A realização deverá ser comprovada ao CGI por meio de lista de presença, registro da capacitação ou documento equivalente.
A proponente selecionada deverá comprovar a inscrição no CMIOI no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da publicação do ato de seleção, sob pena de decadência do direito à assinatura do Termo de Participação e Compromisso (TPC), hipótese em que será convocada a proponente subsequente na ordem de classificação.
A comprovação do mecanismo de ressarcimento é condição para a assinatura do Termo de Participação e Compromisso (TPC).

JOSÉ FRANCISCO GREZZANA
Presidente do Comitê de Gestão de Inovação

Publicado por:
Alana Patrícia Locatelli
Código Identificador:E68F73FF

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 66/2026

MUNICIPIO DE CORUMBATAI DO SUL
Estado do Paraná CNPJ 80.888.662/0001-89
Exercício: 2026
Decreto nº 66/2026 de 30/06/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1118/2025 de 24/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 115.600,00 (cento e quinze mil seiscentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.10.301.0007.2.012.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
94 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.600,00

07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001.12.361.0009.2.025.		Manutenção do Ensino Fundamental 1	
480 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	81.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE DE ESPORTES	
08.001.00.000.0000.0.000.		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTES	
08.001.27.813.0010.2.038.		Manutenção da Secretaria de Esportes	
342 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, INFRA ESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE TRANSPORTE, INFRA ESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.001.15.451.0011.2.039.		Manutenção do Setor de Obras Públicas	
359 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	25.000,00
		Total Suplementação:	**115.600,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.10.301.0007.2.012.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
72 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.600,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001.12.361.0009.2.025.		Manutenção do Ensino Fundamental 1	
253 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	65.000,00
256 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	12.000,00
262 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE DE ESPORTES	
08.001.00.000.0000.0.000.		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTES	
08.001.27.813.0010.2.038.		Manutenção da Secretaria de Esportes	
336 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, INFRA ESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE TRANSPORTE, INFRA ESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.001.15.451.0011.2.039.		Manutenção do Setor de Obras Públicas	
355 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.000,00
		Total Redução:	**115.600,00**

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2023 (Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.
Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL , Estado do Paraná, em 30 de junho de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:639D9726

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
DECRETO Nº 49 - 2026

MUNICIPIO DE FENIX
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 49/2026 de 22/06/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE FENIX, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 37/2025 de 24/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$363.142,66 (trezentos e sessenta e três mil e cento e quarenta e dois reais e sessenta e seis centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04		SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES	
04.007		DIVISAO DE URBANISMO E SERVICOS RODOVIARIOS	
04.007.04.122.0028.2.012		Manutenção e Encargos da Divisão de Urbanismo e Serviços Rodoviários	
36 - 3.3.90.30.00.00	1002	MATERIAL DE CONSUMO	200.000,00
37 - 3.3.90.36.00.00	1002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20.000,00
06		SECRETARIA DE SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL	
06.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
06.001.10.301.0014.2.022		Manutenção e Encargos do Fundo Municipal de Saúde	
91 - 3.3.90.36.00.00	1002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20.000,00

08		SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
08.001		DIVISAO DE EDUCACAO	
08.001.12.365.0019.2.037		Manutenção e Encargos de Creches	
273 - 4.4.90.52.00.00	36044	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	23.142,66
09		SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
09.003		DIVISAO DE PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MEIO AMBIENTE	
09.003.18.541.0033.2.019		Manutenção e Encargos da Divisão de Abastecimento e Meio ambiente	
304 - 3.3.90.39.00.00	1002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
13		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
13.001		GABINETE DO SECRETARIO	
13.001.04.122.0004.2.059		Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Administração	
367 - 3.3.90.39.00.00	1002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
		Total Suplementação:	363.142,66

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE FENIX, Estado do PR, em 22 de Junho de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Domingos Santos Costa
Código Identificador:62033316

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 150/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 150/2026

PROCESSO Nº 58/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 58/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: L B MARIANO COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 25.971.248/0001-20

OBJETO: Aquisição de serviços funerários para atendimento de eventual auxílio funeral de família carentes deste município, nas condições estabelecidas no Termo de Referência

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - SERVIÇO FUNERAL	1	18014	SERVIÇO FUNERÁRIO COMPLETO PARA CRIANÇAS COM FORNECIMENTO DE UMA URNA MORTUÁRIA EM MADEIRA, SEM VISOR, FORRAÇÃO EM PLÁSTICO COM TRAVESSEIRO SOLTO E BABADO DE TNT. ACABAMENTO EM VERNIZ PU ALTO BRILHO, COM 06 (SEIS) ALÇAS TIPO DURA DE PRIMEIRA QUALIDADE. PREPARAÇÃO DO CORPO, FLORES, VÉU, VELAS, REMOÇÃO DENTRO DO MUNICÍPIO E LOCAÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA NO MUNICÍPIO. COM AMBIENTE MÍNIMO DE 3 VENTILADORES OU AR CONDICIONADO COM TODOS OS SERVIÇOS FUNERAIS INCLUSOS.		UNI	4,00	1.699,00	6.796,00
LOTE: 002 - Lote 002	1	18015	SERVIÇO FUNERÁRIO COMPLETO PARA ADULTOS COM FORNECIMENTO DE UMA URNA MORTUÁRIA EM MADEIRA, SEM VISOR, FORRAÇÃO EM PLÁSTICO COM TRAVESSEIRO SOLTO E BABADO DE TNT. ACABAMENTO EM VERNIZ PU ALTO BRILHO, COM 06 (SEIS) ALÇAS TIPO DURA DE PRIMEIRA QUALIDADE. PREPARAÇÃO DO CORPO, FLORES, VÉU, VELAS, REMOÇÃO DENTRO DO MUNICÍPIO E LOCAÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA NO MUNICÍPIO. COM AMBIENTE MÍNIMO DE 3 VENTILADORES OU AR CONDICIONADO COM TODOS OS SERVIÇOS FUNERAIS INCLUSOS.		UNI	5,00	3.799,00	18.995,00
LOTE: 003 - Lote 003	1	18016	SERVIÇO FUNERÁRIO COMPLETO PARA OBESO COM FORNECIMENTO DE UMA URNA MORTUÁRIA EM MADEIRA, SEM VISOR, FORRAÇÃO EM PLÁSTICO COM TRAVESSEIRO SOLTO E BABADO DE TNT. ACABAMENTO EM VERNIZ PU ALTO BRILHO, COM 06 (SEIS) ALÇAS TIPO DURA DE PRIMEIRA QUALIDADE. PREPARAÇÃO DO CORPO, FLORES, VÉU, VELAS, REMOÇÃO DENTRO DO MUNICÍPIO E LOCAÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA NO MUNICÍPIO. COM AMBIENTE MÍNIMO DE 3 VENTILADORES OU		UNI	1,00	4.299,00	4.299,00

			AR CONDICIONADO COM TODOS OS SERVIÇOS FUNERAIS INCLUSOS.					
LOTE: 004 Lote 004	1	18017	SERVIÇO DE TRANSLADO, VALOR POR KM RODADO		KM	3.000,00	4,30	12.900,00
LOTE: 005 Lote 005	1	18018	TAXA DE RETIRADA DE CORPO. ESPECÍFICA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA-Pr		UNI	3,00	400,00	1.200,00
TOTAL								44.190,00

VALOR TOTAL: *R$ 44.190,00 (quarenta e quatro mil cento e noventa reais)*
VIGÊNCIA: 22/07/2026 a 21/07/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:FE9E33D0

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 151/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 151/2026

PROCESSO Nº 115/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 66/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: C. A. DE BARROS SILVA ACESSÓRIOS PARA PAPELARIA E LIMPEZA LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 47.426.140/0001-90

OBJETO: Aquisição parcelada de copa e cozinha, destinados ao uso da Administração, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 003 Lote 003	1	1840	XICARA DE CHA 80 X 68 MM 180 ML		UNIDA	30,00	5,00	150,00
LOTE: 004 Lote 004	1	1848	ABRIDOR DE LATA GRANDE EM AÇO INOX		UNIDA	3,00	3,00	9,00
LOTE: 007 Lote 007	1	5165	GARFO EM ACO INOX 19CM		UNIDA	200,00	1,50	300,00
LOTE: 011 Lote 011	1	14861	ESPUMADEIRA DE TIPO INDUSTRIAL EM AÇO INOX TAMANHO MÉDIA 1ª QUALIDADE		UN	11,00	10,00	110,00
LOTE: 013 Lote 013	1	15825	CANECA ALUMÍNIO 2L 14CM X 13CM		UN	5,00	25,00	125,00
LOTE: 015 Lote 015	1	15839	ACENDEDOR TIPO ISQUEIRO MECANICO ACENDEDOR TIPO ISQUEIRO MECANICO, COM CORPO PLASTICO E PONTEIRA DE METAL, ACIONADO ATRAVES DE DISPOSITIVO DE ATRITO (FAISCA) EM CONTATO COM O GAS, TAMANHO GRANDE, ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA.		UN	16,00	7,00	112,00
LOTE: 019 Lote 019	1	15846	CAIXA PLASTICA ORGANIZADORA TRANSPARENTE 56 LITROS CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA TRANSPARENTE, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO. MEDINDO: 63 CM (COMP.) X 33 CM (LARG.) X 41 CM (ALT.). CAPACIDADE: 56 LITROS E TRAVAS LATERAIS PARA TAMPAS. COR: TRANSPARENTE.		UNI	21,00	70,00	1.470,00
LOTE: 023 Lote 023	1	15851	CONCHA PARA FEIJÃO EM AÇO INOX - TAMANHO DE 51 CM - 1ª QUALIDADE		UN	11,00	5,00	55,00
LOTE: 024 Lote 024	1	15852	COLHER EM AÇO INOX 19 CM 1ª QUALIDADE		UN	300,00	2,00	600,00
LOTE: 026 Lote 026	1	15858	JARRA PLASTICA TRANSPARENTE 4 LITROS JARRA PLÁSTICA, TRANSPARENTE, COM TAMPA TRANSLÚCIDA, CAPACIDADE 4 LITROS.		UN	6,00	16,50	99,00
LOTE: 027 Lote 027	1	15860	FOSFORO CABO EXTRA LONGO 9 CM - CAIXA COM 50 UNIDADES		CAIXA	30,00	3,09	92,70
LOTE: 030 Lote 030	1	15868	RECIPIENTE PLASTICO 4,5 LITROS RECIPIENTE PLÁSTICO RETANGULAR COM TAMPA 4,5 LITROS - 1ª QUALIDADE.		UN	20,00	13,00	260,00
LOTE: 032 Lote 032	1	15913	SUPORTE PARA FILTRO DE CAFÉ Suporte para Filtro de Café, Material Plástico, Modelo Tradicional. Cor: Marrom. Tamanho Referência Nº 103. Característica Adicionais com CORTA-PINGOS		UN	5,00	2,00	10,00
LOTE: 033 Lote 033	1	15914	SUPORTE PARA PAPEL TOALHA "Suporte para papel toalha interfolhas 2 ou 3 dobras é um dispenser de fixação em parede, fabricado com plástico reforçado em ABS, resistente, duradouro e com pouca necessidade de manutenção. Processo de Produção por injeção termoplástica, sistema de Fechamento Inteligente que permite saída do papel toalha folha por folha que comporte 2 pacotes de papel toalha a cada recarga. Espaço interno com todas as paredes revestidas, garantindo mais higiene evitando umidade e poeira com Visor transparente que permite a visualização do		UN	2,00	31,00	62,00

			conteúdo, facilitando o abastecimento. A dimensão do papel interfolhado recomendável para uso neste equipamento é de 20x20 cm, 21x20cm, 22x20 cm, 22x23 cm, 23x22 cm. Capacidade para 250 folhas na cor branca."					
LOTE: 034 - Lote 034	1	17826	BACIA DE PLASTICO TRANSPARENTE - 2,7 LITROS		UNI	65,00	8,69	564,85
LOTE: 035 - Lote 035	1	17827	COLHER DE ARROZ INDUSTRIAL GRANDE EM AÇO INOX MEDIDA DE 50 CM. 1ª QUAL		UNI	9,00	5,00	45,00
LOTE: 036 - Lote 036	1	17828	COADOR PARA CAFÉ, DE PANO 100% ALGODÃO COADOR PARA CAFÉ, DE PANO 100% ALGODÃO, NA COR BRANCA, DIMENSÕES 20 CM (DIÂMETRO) X 30 CM (PROFUNDIDADE), CABO DE MADEIRA COM 16 CM DE COMPRIMENTO COM VARIAÇÃO DE +/- 1 CM.		UNI	26,00	2,00	52,00
LOTE: 038 - Lote 038	1	17830	PANELA DE DUAS ALÇAS EM ALUMÍNIO FUNDIDO 10 LITROS. MATERIAL: ALUMÍNIO FUNDIDO BATIDO, ESPESSURA DA PANELA 4MM MATERIAL DOS CABOS MADEIRA MARFIM ENVERNIZADOS. MATERIAL DO PEGADOR DA TAMPA: BAQUELITE (UM MATERIAL ESPECIAL QUE RESISTE A ALTAS TEMPERATURAS SEM ESQUENTAR)		UNI	6,00	180,00	1.080,00
LOTE: 039 - Lote 039	1	17831	PANELA DE DUAS ALÇAS EM ALUMÍNIO FUNDIDO 20 LITROS. MATERIAL: ALUMÍNIO FUNDIDO BATIDO, ESPESSURA DA PANELA 4MM MATERIAL DOS CABOS MADEIRA MARFIM ENVERNIZADOS. MATERIAL DO PEGADOR DA TAMPA: BAQUELITE (UM MATERIAL ESPECIAL QUE RESISTE A ALTAS TEMPERATURAS SEM ESQUENTAR)		UNI	5,00	290,00	1.450,00
LOTE: 041 - Lote 041	1	17833	FACA DE MESA EM AÇO INOX SEM PONTA - 20 CM - 1ª QUALIDADE		UNI	200,00	2,00	400,00
LOTE: 050 - Lote 050	1	17912	Bobina plástica picotada, com saco em polipropileno 3kg 50 unidades Bobina plástica picotada, com sacos em polipropileno, próprios para acondicionamento de alimentos, com ótima selagem, atóxicos. Capacidade 3kg.		UNI	5,00	4,00	20,00
LOTE: 051 - Lote 051	1	17913	Boleira Redonda 30,8x6,3x2,8 em polipropileno Tampa preta com pegador. Boleira Redonda medindo 30,8C x 26,3L x 12,8A centímetros, fabricado em polipropileno (pp); produto livre de bisfenol a (bpa), Tampa preta com pegador.		UNI	2,00	14,00	28,00
LOTE: 052 - Lote 052	1	17914	Boleira Retangular, tampa com pegador medindo 37,3x25,6x12,3 1,2l		UNI	2,00	35,00	70,00
LOTE: 054 - Lote 054	1	17916	Capa para Botijão de Gás em tecido Oxford ou tricoline estampada Capa para Botijão de Gás em tecido Oxford ou tricoline estampada 100% algodão. – Tamanho padrão para botijões de gás de 13 kg, cores e estampas diversas.		UNI	13,00	12,00	156,00
LOTE: 059 - Lote 059	1	17925	Copo de isopor térmico descartável sem tampa 180ml Cor branca 1.000 un Copo de isopor térmico descartável, sem tampa. Fabricado em material atóxico, não contem CFC. Utilizado para acondicionamento de alimentos frios, quentes, sólidos ou líquidos, sem oferecer riscos. Capacidade 180ml. Cor branca. Caixa com 1.000 unidades.		CAIXA	1,00	250,00	250,00
LOTE: 071 - Lote 071	1	17937	Escorredor de louça cromado 15 pratos 2Px40Lx25A cm		UNI	2,00	19,00	38,00
LOTE: 072 - Lote 072	1	17938	Espátula de Aço Inox para Bolo, 26cm.		UNI	2,00	13,00	26,00
LOTE: 073 - Lote 073	1	17939	Garfo descartável sobremesa plástico PS com 50 unidades Cores: branco.		PACOT	15,00	2,90	43,50
LOTE: 079 - Lote 079	1	17945	Guardanapo de papel branco, folha dupla 30x30. Pacote com 50 unidades.		PACOT	3,00	2,20	6,60
LOTE: 080 - Lote 080	1	17946	Guardanapo de papel branco, folha simples 24x22. Pacote com 50 unidade		PACOT	6,00	1,30	7,80
LOTE: 086 - Lote 086	1	17952	Mexedor Para Café/Drink transparente, palheta 11cm Pacote com 500 Unid		PACOT	2,00	5,00	10,00
LOTE: 089 - Lote 089	1	17955	Palito Bambu 25cm, pacote contendo 50 unidades.		PACOT	20,00	1,66	33,20
LOTE: 095 - Lote 095	1	17961	Porta Detergente de Pia 3x1.Dispenser 300ml e Suporte para Esponja Porta Detergente de Pia 3 em 1 com Dispenser 300ml e Suporte para Esponja | Organizador de Cozinha Multiuso com Acabamento Inox Durável e Resistente.		UNI	4,00	19,00	76,00
LOTE: 096 - Lote 096	1	17962	Porta guardanapos de mesa cromado 5x8,5x13,5cm		UNI	5,00	8,00	40,00
LOTE: 098 - Lote 098	1	17964	Porta Talheres vertical Com Tampa e divisórias Sólido Preto 11x 22x17		UNI	3,00	8,00	24,00
LOTE: 101 - Lote 101	1	17967	Prato plástico redondo descartável para bolo 15cm. Pacote 10 UNIDADES		PACOT	50,00	0,90	45,00
LOTE: 104 - Lote 104	1	17970	Saquinho de pipoca 11cm x 15cm cor branca (Pacote com 500 unidades)		PACOT	6,00	12,22	73,32
LOTE: 105 - Lote 105	1	17971	Saquinho leitoso para cachorro quente 5x10. pacote com 500 unidades		PACOT	3,00	21,00	63,00
LOTE: 107 - Lote 107	1	17973	Suporte organizador porta copos descartáveis de parede cor preto 200ML Suporte organizador porta copos descartáveis de parede, na cor preto para copos de 200ml, tubo de acondicionamento transparente, dispende apenas um copo por click, medindo 0,47x14x12cm.		UNI	7,00	40,83	285,81
LOTE: 109 - Lote 109	1	17975	Suporte para rolo de papel toalha em aço carbono, cromado		UNI	2,00	8,00	16,00
LOTE: 111 - Lote 111	1	17977	Toalha de mesa rendada retangular 2,20x 140m, 8 lugares, cor branca.		UNI	2,00	51,00	102,00
LOTE: 112 - Lote 112	1	17978	Toalha de mesa retangular 2,20x1,40m 8 lugares Oxford, cores variadas		UNI	4,00	46,00	184,00
LOTE: 113 - Lote 113	1	17979	Toalha de rosto 100% algodão, medindo 40x65. Cores variadas		UNI	10,00	6,00	60,00
LOTE: 115 -	1	17981	Escorredor de louças para 20 pratos em aço		UNI	1,00	58,00	58,00

Lote 115			inoxidável Escorredor de louças com capacidade para 20 pratos, fabricado em aço inoxidável de alta durabilidade e resistência à corrosão, dimensões (comprimento x largura x altura): 51,5 cm x 28,5 cm x 30,5 cm ideal para uso doméstico ou institucional. possui estrutura reforçada e design funcional de dois andares, proporcionando melhor aproveitamento de espaço e praticidade na organização da cozinha.					
LOTE: 116 - Lote 116	1	17982	Balança de Cozinha Precisão Digital Premium Gourmet 1g a 10kg Função Tara Automática, Visor Digital de Alta Definição Base Antiderrapante, Desligamento Automático, Alimentação: 2 Pilhas AA (não inclusas), Material: Plástico resistente e superfície lisa Dimensões: 23 cm x 16 cm, Peso: 0,350 kg		UNI	1,00	20,00	20,00
TOTAL								8.782,78

VALOR TOTAL: *R$ 8.782,78 (oito mil setecentos e oitenta e dois reais e setenta e oito centavos)*

VIGÊNCIA: 22/07/2026 a 21/07/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:DC781897

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 152/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 152/2026

PROCESSO Nº 115/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 66/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: AGATHA ROBERTA PEREIRA ME, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 52.471.858/0001-38

OBJETO: Aquisição parcelada de copa e cozinha, destinados ao uso da Administração, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 022 - Lote 022	1	15850	COPO AMERICANO TRANSPARENTE 300 ML		UN	130,00	2,00	260,00
LOTE: 040 - Lote 040	1	17832	RECIPIENTE PLÁSTICO RETANGULAR COM TAMPA 9 LITROS – 1ª QUALIDADE.		UNI	20,00	17,99	359,80
LOTE: 043 - Lote 043	1	17835	Tapete Capacho "Bem Vindo" Antiderrapante, para Porta. Superfície em alto relevo. 100% PVC. Tamanho mínimo de 60 X 90 CM. Cor: Escuro		UNI	1,00	69,00	69,00
LOTE: 044 - Lote 044	1	17906	Assadeira Redonda com Revestimento Interno Antiaderente Grafite 25x6 Assadeira Redonda de Alumínio com Revestimento Interno Antiaderente, Grafite, 25x6 cm.		UNI	2,00	39,99	79,98
LOTE: 045 - Lote 045	1	17907	Assadeira Redonda Revestimento Interno Antiaderente Grafite 30x7 Assadeira Redonda de Alumínio com Revestimento Interno Antiaderente, Grafite, 30x7		UNI	2,00	49,89	99,78
LOTE: 048 - Lote 048	1	17910	Bandeja laminada xadrez vermelho, 40x33cm		UNI	5,00	8,89	44,45
LOTE: 049 - Lote 049	1	17911	Bandejas Retangulares Plástico Reutilizável cor Branca 30cm x 18cm		UNI	10,00	10,00	100,00
LOTE: 058 - Lote 058	1	17924	Copo Com Tampa Bolha cristal 150ml Sem Furo, pacote com 20 unidades.		PACOT	20,00	17,00	340,00
LOTE: 063 - Lote 063	1	17929	Copos Neon 300ml Premium Descartável com 100 copos. Cores sortida		PACOT	4,00	39,00	156,00
LOTE: 064 - Lote 064	1	17930	Dispenser Porta Papel Toalha de parede Preto. Medindo 25C x 22L		UNI	8,00	38,00	304,00
LOTE: 065 - Lote 065	1	17931	Dispenser Porta Sabonete de parede cor Preto com Reservatório 8x5x19		UNI	5,00	38,00	190,00
LOTE: 066 - Lote 066	1	17932	Suqueira Jarra Vidro Cristal Luxo 5 L cor âmbar ou transparente Suqueira Jarra Vidro Cristal Luxo 5 L Suco Água Drinks Cor Transparente (5 Litros). Válvula De Fácil Acesso Para Servir Sucos, Água Ou Drinks Sem Esforço. ase Resistente Que Proporciona Estabilidade Ao Dispenser Durante O Uso. Cores âmbar ou transparente.		UNI	2,00	198,00	396,00
LOTE: 067 - Lote 067	1	17933	Suqueira Jarra Vidro Cristal transparente Luxo 3L Cor âmbar ou transpa Suqueira Jarra Vidro Cristal transparente Luxo 3 L Suco Água Drinks Cor Transparente (5 Litros). Válvula De Fácil Acesso Para Servir Sucos, Água Ou Drinks Sem Esforço. ase Resistente Que Proporciona Estabilidade Ao Dispenser Durante O Uso. Cores âmbar ou transparente.		UNI	2,00	172,00	344,00
LOTE: 069 - Lote 069	1	17935	Embalagem redonda descartável tampa alta transparente, 1kg		UNI	5,00	2,34	11,70
LOTE: 070 - Lote 070	1	17936	Embalagem redonda descartável tampa alta transparente, 2kg		UNI	5,00	6,40	32,00

LOTE: 077 Lote 077	1	17943	Garrafa térmica inox com alavanca, 2,0 litros. BASE GIRATÓRIA Garrafa térmica inox com alavanca, 2,0 litros. BASE GIRATÓRIA: Facilita o serviço de bebidas em qualquer direção, proporcionando um toque de sofisticação e praticidade sem a necessidade de mover a garrafa. ISOLAMENTO A VÁCUO: Mantém suas bebidas quentes ou geladas por muitas horas, garantindo a temperatura ideal sem comprometer o sabor. CONSTRUÇÃO ROBUSTA E DURÁVEL: Feita com materiais de alta qualidade e resistência, a garrafa suporta impactos, garantindo longa durabilidade. VERSATILIDADE DE USO: Ideal para café, chocolate quente ou bebidas geladas, perfeita para uso em casa, no escritório e em viagens. SISTEMA INOVADOR CORTA PINGOS: Evita gotas indesejadas, mantendo superfícies limpas e sem manchas, oferecendo mais praticidade no dia a dia.		UNI	2,00	130,00	260,00
LOTE: 078 Lote 078	1	17944	Garrafa térmica inox com alavanca, 4,0 litros. BASE GIRATÓRIA Garrafa térmica inox com alavanca, 4,0 litros. BASE GIRATÓRIA: Facilita o serviço de bebidas em qualquer direção, proporcionando um toque de sofisticação e praticidade sem a necessidade de mover a garrafa. ISOLAMENTO A VÁCUO: Mantém suas bebidas quentes ou geladas por muitas horas, garantindo a temperatura ideal sem comprometer o sabor. CONSTRUÇÃO ROBUSTA E DURÁVEL: Feita com materiais de alta qualidade e resistência, a garrafa suporta impactos, garantindo longa durabilidade. VERSATILIDADE DE USO: Ideal para café, chocolate quente ou bebidas geladas, perfeita para uso em casa, no escritório e em viagens. SISTEMA INOVADOR CORTA PINGOS: Evita gotas indesejadas, mantendo superfícies limpas e sem manchas, oferecendo mais praticidade no dia a dia.		UNI	2,00	215,00	430,00
LOTE: 081 Lote 081	1	17947	Jarra de Vidro com Tampa de Bambu Hermética 10x23cm 1350ml Jarra de Vidro com Tampa de Bambu Hermética, Design Moderno e Elegante, resistente ao Calor, 10x23cm, Bule de Água, Suco, Café e Chá - Cozinha, Decoração, 1350ml, Medidas de 10x23cm proporcionam formato alongado e elegante que se adapta facilmente a qualquer espaço na geladeira ou sobre a mesa.		UNI	2,00	60,00	120,00
LOTE: 082 Lote 082	1	17948	Jogo de Panelas e Frigideira Alumínio Fundido Batido Tampa de Vidro 5 Jogo de Panelas e Frigideira Alumínio Fundido Batido Tampa de Vidro 5 Peças. Cabo Marfim Envernizado		KIT	1,00	240,00	240,00
LOTE: 084 Lote 084	1	17950	Kit Utensílios de Cozinha 12 Peças em Silicone e Inox		KIT	1,00	60,00	60,00
LOTE: 087 Lote 087	1	17953	Mini colheres de sorvete. Colheres de sobremesa PS 100 unidades mini colheres de sorvete – Colheres de sobremesa PS embaladas individualmente, adequadas para festas, casamentos, aniversários – Utensílios de mesa a granel para bolos, pudim, geleias. Feito em plástico de qualidade alimentar que atende aos padrões da FDA, o material é transparente e inodoro, resistente a altas temperaturas e não se deforma facilmente. Não libera substâncias nocivas quando em contato com alimentos como bolos, sorvetes e sopas quentes, tornando-o seguro para uso por idosos e crianças. Pacote com 100 unidades.		PACOT	10,00	6,00	60,00
LOTE: 090 Lote 090	1	17956	Panela de pressão fechamento externo turbo quality 4,5l aa vermelho		UNI	1,00	144,00	144,00
LOTE: 091 Lote 091	1	17957	Papa Pingo Para Garrafa Térmica em plástico na cor Preto Pingadeira		UNI	8,00	12,66	101,28
LOTE: 097 Lote 097	1	17963	Porta sachês com tampa, 4 divisórias em acrílico cristal 0x10x10cm Porta sachês com tampa, 4 divisórias em acrílico cristal medindo 10x10x10cm. Organizador para sache adoçante, sache açúcar e mexedor		UNI	2,00	50,00	100,00
LOTE: 099 Lote 099	1	17965	Pote Redondo de vidro Para Mantimentos Com Tampa De Bambu 250ml.		UNI	3,00	24,00	72,00
LOTE: 100 Lote 100	1	17966	Potes com tampa de 100ml Descartáveis (Transparente). Pacote 200 UNID Potes com tampa de 100ml Descartáveis para Gelatina, Molho, Maionese e Sobremesa (Transparente). Pacote contendo 200 unidades.		PCTE	5,00	40,00	200,00
LOTE: 102 Lote 102	1	17968	Pratos de isopor na cor branca 23cm Pacote com 100 unidades Pratos de isopor na cor branca, medindo 23cm, resistente para servir refeições, profundidade 02cm, e diâmetro 26 cm (Pacote com 100 unidades)		PACOT	20,00	48,00	960,00
LOTE: 103 Lote 103	1	17969	Pratos Quadrados Fundos Em Plástico Reutilizável E Resistente 24x24x4 Pratos Quadrados Fundos Em Plástico Reutilizável E Resistente | Ideal Para Festas, Churrascos, Lanches E Dia A Dia, medindo 24C x 24L x 4cm,		UNI	100,00	4,00	400,00
LOTE: 106 Lote 106	1	17972	Suporte organizador de mesa, porta copos cromado para copos de 200ml.		UNI	5,00	33,00	165,00
LOTE: 108 Lote 108	1	17974	Suporte organizador, porta xicaras cromado, com 6 ganchos		UNI	1,00	53,98	53,98
LOTE: 110 Lote 110	1	17976	Toalha de mesa redonda 4 lugares, tecido Oxford 1,40m, cores sortidas		UNI	5,00	30,00	150,00
LOTE: 114 Lote 114	1	17980	Toalha para fogão 6 bocas 72x62. Feito em tricoline estampada 100% alg		UNI	13,00	33,00	429,00
TOTAL								6.731,97

VALOR TOTAL: *R$ 6.731,97 (seis mil setecentos e trinta e um reais e noventa e sete centavos)*

VIGÊNCIA: 22/07/2026 a 21/07/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:E06B8BC6

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 153/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 153/2026

PROCESSO Nº 115/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 66/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: ALEXIA VERNIZE ALVES ALEXANDRE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.503.550/0001-55
OBJETO: Aquisição parcelada de copa e cozinha, destinados ao uso da Administração, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 020 - Lote 020	1	15847	CAIXA PLASTICA ORGANIZADORA TRANSPARENTE 78 LITROS CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA TRANSPARENTE, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO. MEDINDO: 37 CM (COMP.) X 66 CM (LARG.) X 42 CM (ALT.). CAPACIDADE: 78 LITROS E TRAVAS LATERAIS PARA TAMPAS. COR: TRANSPARENTE.		UNI	35,00	124,29	4.350,15
TOTAL								4.350,15

VALOR TOTAL: *R$ 4.350,15 (quatro mil trezentos e cinquenta reais e quinze centavos)*

VIGÊNCIA: 22/07/2026 a 21/07/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:BEBA2683

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 128/2026 EXTRATO DE CONTRATOS DO Nº 056/2026 AO 067/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026

RESOLUÇÃO Nº 128/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

EXTRATO DE CONTRATOS DO Nº 056/2026 AO 067/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026
OBJETO: Aquisição de bens permanentes, equipamentos tecnológicos e audiovisuais para a SEMIPI - Secretaria Municipal da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa e equipamentos e suprimentos de informática para a SMAS - Secretaria Municipal De Assistência Social
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir de 16/07/2026
PRAZO ENTREGA: 15 (quinze dias) após o recebimento da requisição de compras

Contrato	Empresa	CNPJ	Valor
056	D M R BICAS	41.141.952/0001-02	R$ 6.317,14
057	HIGH LEVEL COMERCIAL LTDA	16.847.666/0001-10	R$ 1.310,00
058	HOMETECH SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA	48.099.152/0001-10	R$ 549,00
059	CONECTA EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA	02.736.051/0001-01	R$ 3.589,44
060	KAI COMERCIAL LTDA	51.940.295/0001-17	R$ 6.817,00
061	R & E CONSULTORIA E COMERCIO LTDA	62.328.868/0001-72	R$ 580,00
062	ELIEZER COUTO GONÇALVES - ELI ELETRONICOS	19.865.772/0001-14	R$ 1.924,00
063	INCOTECH COMPANY LTDA ME	22.816.315/0001-44	R$ 330,00
064	STELAR TECNOLOGIA LTDA	52.750.930/0001-66	R$ 750,00
065	LUC SERVICE EIRELI	40.706.088/0001-86	R$ 6.538,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir de 21/07/2026
PRAZO ENTREGA: 15 (quinze dias) após o recebimento da requisição de compras

066	MGR DIGITAL ASSESSORIA E DESIGN LTDA	42.663.698/0001-75	R$ 14.988,00

067	DRS MOVEIS E DECORACOES LTDA	58.892.523/0001-70	R$ 9.084,00

Adrianópolis, 22 de julho de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:8821FDE1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE CONVOCAÇÃO DO SEGUNDO COLOCADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 306/2024

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO, ATENDENDO AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAS E FUNPESPA.**

O Município de Andirá/PR, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados, em especial aos participantes do **Pregão Eletrônico 080/2024**, a convocação do(s) licitante(s) remanescente(s), tendo em vista que a empresa vencedora do(s) seguinte(s) lote(s):

Lote	Descrição
1	CONCRETO USINADO FCK 15 MPA – BRITA Nº 01
1	CONCRETO USINADO FCK 18 MPA – BRITA Nº 01
1	CONCRETO USINADO FCK 20 MPA – BRITA Nº 01
1	CONCRETO USINADO FCK 22 MPA -BRITA Nº 01
1	CONCRETO USINADO FCK 25 MPA – BRITA Nº 01
1	CONCRETO USINADO FCK 30 MPA – BRITA Nº 01
1	LOCAÇÃO DE BOMBA COM TUBULAÇÃO, INCLUSO LANÇAMENTO PARA CONCRETAGENS ATÉ 20 M³
1	LOCAÇÃO DE BOMBA COM TUBULAÇÃO, INCLUSO PARA CONCRETAGENS ACIMA DE 20 M³
1	CONCRETO USINADO FCK 15 MPA PEDRISCO, PARA EXTRUSORA.
1	CONCRETO USINADO FCK 18 MPA PEDRISCO, PARA EXTRUSORA.

Tendo em vista que a Administração Pública promoveu a nova convocação com o valor proposto pela empresa na licitação
Sendo assim, conforme orientação da Procuradoria Municipal, convoca-se o licitante remanescente, na ordem de classificação, **CONCRETOMIX LTDA**, já devidamente classificada em **SEGUNDO LUGAR** no **LOTE 1**, para que no prazo de **03 (três) dias úteis – 27/07/2026 até às 16:00 horas**, manifeste interesse de contratar o lote.

A contratação se dará nas mesmas condições ofertadas no momento do lance, conforme os preços registrados em ata.

Lote	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	CONCRETO USINADO FCK 15 MPA – BRITA Nº 01	PRÓPRIAPRÓPRIO	M3	358	482,82	172.849,56
1	CONCRETO USINADO FCK 18 MPA – BRITA Nº 01	PRÓPRIAPRÓPRIO	M3	576	570,81	328.786,56
1	CONCRETO USINADO FCK 20 MPA – BRITA Nº 01	PROPRIA PROPRIO	M3	1139,60	518,47	590.848,412
1	CONCRETO USINADO FCK 22 MPA -BRITA Nº 01	PRÓPRIA PRÓPRIO	M3	600	561,83	337.098,00
1	CONCRETO USINADO FCK 25 MPA – BRITA Nº 01	PRÓPRIAPROPRIO	M3	1.200	558,39	670.068,00
1	CONCRETO USINADO FCK 30 MPA – BRITA Nº 01	PRÓPRIAPRÓPRIO	M3	400	611,22	244.488,00
1	LOCAÇÃO DE BOMBA COM TUBULAÇÃO, INCLUSO LANÇAMENTO PARA CONCRETAGENS ATÉ 20 M³	PROPRIA PRÓPRIO	M3	600	1.506,88	904.128,00
1	LOCAÇÃO DE BOMBA COM TUBULAÇÃO, INCLUSO PARA CONCRETAGENS ACIMA DE 20 M³	PRÓPRIAPRÓPRIO	M3	800	71,47	57.176,00
1	CONCRETO USINADO FCK 15 MPA PEDRISCO, PARA EXTRUSORA.	PRÓPRIAPRÓPRIO	M3	200	581,53	116.306,00
1	CONCRETO USINADO FCK 18 MPA PEDRISCO, PARA EXTRUSORA.	PRÓPRIA PRÓPRIO	M3	200	663,13	132.626,00
Total: R$ 3.554.374,532						

Andirá/PR, 22 de julho de 2026.

STEPHANIE DOS SANTOS PAPINI SOUZA
Pregoeira
Portaria n° 20.173/2026

Para mais informações entrar em contato pelo número 3538-8100 – ramal 215/216.
Departamento de Contratos
Ana Gabriely/Vanessa/Poliana

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:168D2B03

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº. 1.556 DE 22 DE JULHO DE 2026

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá-PR – SAMAE, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei e,
CONSIDERANDO o disposto no art. 3º, do Decreto Municipal nº 7.687/2017;

CONSIDERANDO a necessidade de realização de serviço extraordinário em horário normal;
RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os seguintes servidores a realizarem serviço extraordinário, referente ao mês de **AGOSTO de 2026.**

NOME DO SERVIDOR PÚBLICO	CARGO DO SERVIDOR PÚBLICO	SECRETARIA LOTAÇÃO	MAXIMO HORAS
ALCIDES LOPES MARIANO	ENCANADOR	SAMAE	60
BRENDA JHENIFER DA CRUZ PEREIRA	AGENTE DE SERVIÇOS	SAMAE	30
BRÍGIDA DO SOCORRO S .DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS	SAMAE	30
EDSON LUIZ DE SOUZA	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	SAMAE	60
ERIC FERNANDO SABINO	OPERADOR DE ETA	SAMAE	40
EVERSON ROGÉRIO FERNANDES	OPERAR DE MÁQUINAS	SAMAE	50
FÁBIO FERIATTI	MOTORISTA	SAMAE	40
GEOVANI LORENZINI	FISCAL LEITURISTA	SAMAE	50
GERSON NOGUEIRA	OPERADOR DE ETA	SAMAE	40
GETULIO DONIZETI SOARES	OPERADOR DE BOMBAS	SAMAE	25
ISABELA MOREIRA PINHEIRO	OPERADOR DE ETA	SAMAE	40
IZABEL CRISTINA DA SILVA	OPERADOR DE BOMBAS	SAMAE	50
JEAN CARLOS CORDEIRO	OPERADOR DE ETA	SAMAE	40
JEFFERSON TEODORO LEITE	ENCANADOR	SAMAE	60
JOÃO LUCAS GIUGNI	OPERADOR DE ETA	SAMAE	40
JOÃO VITOR DE SOUZA	VIGIA PATRIMONIAL	SAMAE	30
JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS	OPERADOR DE MÁQUINAS	SAMAE	50
LUCAS FELIPE BATISTA DE MELO	OPERADOR DE ETA	SAMAE	40
LUIZ FERNANDO DE MELO	OPERADOR DE ETA	SAMAE	40
MARCÍLIO NAZARIO	FISCAL LEITURISTA	SAMAE	50
MATHEUS VINICIUS GOMES	CONTADOR	SAMAE	40
PATRICK PRESLEY DE SOUZA	AGENTE SE SERVIÇOS	SAMAE	20
RAFAEL MITROVINI SABARÁ	FISCAL LEITURISTA	SAMAE	50
REGINALDO LUIZ DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS	SAMAE	60
RICHARD GUILHERME FERRAZ MENDES	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	SAMAE	60
RODRIGO TOME DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS	SAMAE	60
RODRIGO FARIA DIAS	TEC SEGURANÇA TRABALHO	SAMAE	25
THAYLA NAYARA OLIVEIRA DIAS	AGENTE ADMINISTRATIVO	SAMAE	20
VALDIR BATISTA DOS SANTOS	MOTORISTA	SAMAE	50

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:7118CCFD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
LISTA PROVISÓRIA DE INSCRITOS – PSS ASSISTENTE EDUCACIONAL PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12921/2026 LOCAL: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BALSA NOVA

LISTA PROVISÓRIA DE INSCRITOS – PSS ASSISTENTE EDUCACIONAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12921/2026
LOCAL: Prefeitura do Município de Balsa Nova

O Prefeito do Município de Balsa Nova, em conformidade com o Edital nº. 10/2026, que estabelece instruções destinadas à realização do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS**, para contratações temporárias para exercer a função de **ASSISTENTE EDUCACIONAL**, em conformidade com as Leis Municipais nº 879/2015 e demais legislações cabíveis a espécie, de acordo com este ato convocatório, divulga a lista provisória de inscritos:

1 Lista de candidatos inscritos, em ordem alfabética:

CANDIDATOS	Nº DO PROCESSO	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
ADIMAR JOANA RIBEIRO	17404/2026	INDEFERIDO
ADIMAR JOANA RIBEIRO	17405/2026	INDEFERIDO
ADRIELI APARECIDA FERREIRA ALVES	17326/2026	DEFERIDO
ADRIELLE PAULA DE SOUZA	16057/2026	DEFERIDO
ADRIELLY DE OLIVEIRA	16538/2026	INDEFERIDO
ALESSANDRA DOS SANTOS DE LIMA ALMEIDA	16628/2026	INDEFERIDO
ALINE DE PAULA RAMOS	17230/2026	INDEFERIDO
ALINE LAIZ CHIQUITO	16249/2026	INDEFERIDO
ALMERITA PEIXOTO	16536/2026	INDEFERIDO
AMABILE DE OLIVEIRA FIALEK	16364/2026	DEFERIDO
AMANDA LETICIA FONTOURA	16630/2026	INDEFERIDO
AMANDA LETICIA FONTOURA	16632/2026	INDEFERIDO
ANA LUCIA FERREIRA	16149/2026	DEFERIDO
ANA PAULA DA SILVA GARRET	16131/2026	INDEFERIDO
ANDREIA DE FATIMA LAIBIDA ESTEVÃO	16415/2026	INDEFERIDO
ANDREIA ROCKENBACH LACHESKI	16294/2026	INDEFERIDO
ANDRESSA CRISTINA VALTER	16939/2026	DEFERIDO
ANGELA ALESSI	16991/2026	DEFERIDO

ANTONIA APARECIDA CHIMALESKI DURAU	16464/2026	INDEFERIDO
BEATRIZ DA SILVA VILAS BOAS	16298/2026	DEFERIDO
BEATRIZ GONÇALVES APOLINÁRIO	16019/2026	DEFERIDO
BIANCA FARIAS DE CASTRO	16688/2026	INDEFERIDO
BRIENA GABRIELI MINHO	16996/2026	INDEFERIDO
BRUNA DOS SANTOS KUPKA	16924/2026	INDEFERIDO
BRUNA MARIA GONSALVES FERREIRA	16626/2026	INDEFERIDO
BRUNA TORRES	16420/2026	INDEFERIDO
CAMILA FERREIRA DOS SANTOS	16253/2026	DEFERIDO
CAMILA MACHADO VOLNIEVICZ	17411/2026	INDEFERIDO
CAMILA SOECKI	16761/2026	INDEFERIDO
CAMILA SOECKI	16888/2026	DEFERIDO
CARLOS EDUARDO DE PAIVA CAMPOS	16447/2026	DEFERIDO
CARLOS EDUARDO RAULINO	16250/2026	INDEFERIDO
CARLOS EDUARDO RAULINO	17089/2026	INDEFERIDO
CAROLAINE APARECIDA SEZÁRIO SALES	16280/2026	INDEFERIDO
CAROLINA PIRES	17107/2026	DEFERIDO
CAROLINI DE MELO	16658/2026	DEFERIDO
CELIA REGINA JAVORSKI SCHINDA	16545/2026	DEFERIDO
CLAUDIA MARINA GAMA	16914/2026	DEFERIDO
CLAUDIANE GONÇALVES DE MORAES	16273/2026	INDEFERIDO
CLAUDIANE GONÇALVES DE MORAES	16292/2026	DEFERIDO
CLEVERSON JOSE FONTOURA	17231/2026	INDEFERIDO
CRISTIANE APARECIDA DE LIMA	16446/2026	INDEFERIDO
CRISTIANE APARECIDA DE LIMA	16460/2026	DEFERIDO
CRISTIANE DE PAULA BARBOZA	16919/2026	DEFERIDO
DAILLYNNE ANTUNES AVILA	16316/2026	INDEFERIDO
DAILLYNNE ANTUNES AVILA	16361/2026	DEFERIDO
DANIELE CRISTINA DOS SANTOS COSTA	16439/2026	DEFERIDO
DANIELE DOS SANTOS MORAES	16228/2026	INDEFERIDO
DANIELE DOS SANTOS MORAES	16242/2026	INDEFERIDO
DANIELE DOS SANTOS MORAES	16667/2026	INDEFERIDO
DANIELE DOS SANTOS MORAES	16693/2026	DEFERIDO
DANIELLE FERNANDA YASBECK VICELLI	16271/2026	DEFERIDO
DEBORA PAOLA RAMOS	17415/2026	INDEFERIDO
DEBORA SCHUESSLER	16163/2026	INDEFERIDO
DENILSON VALERIANO DA SILVA	17061/2026	DEFERIDO
DENISE RAMOS OLIVIAK DE LIMA	17391/2026	DEFERIDO
DIANE KEULY SOARES CAVALVANTE	16047/2026	DEFERIDO
DIEGO SILVEIRA PERONICO	17370/2026	DEFERIDO
DINACIR CORDEIRO DA LUZ	16708/2026	DEFERIDO
DIVONETE FRANCO	17287/2026	INDEFERIDO
EDNIDE ANDRADE DA SILVA	16986/2026	INDEFERIDO
EDUARDA CRISTINA CREMER FIACOSQUE	16974/2026	DEFERIDO
EDUARDA KAMILI GARRETT DE RAMOS	16046/2026	DEFERIDO
ELIEGE TEXKA MEIRA DOS SANTOS	16300/2026	INDEFERIDO
EMILY MAIER CORDEIRO	16923/2026	DEFERIDO
EMILY SILVA	16060/2026	INDEFERIDO
EMILY SILVA	16431/2026	INDEFERIDO
EMILY SILVA	16766/2026	INDEFERIDO
ERICA BERDARDINO LUZ	16985/2026	DEFERIDO
ERICA DAMAZIO MOREIRA	17055/2026	INDEFERIDO
ERIKA KAROLYNNE PICCOLI MIRANDA	16277/2026	INDEFERIDO
EVELYN CAROLINE COELHO	16062/2026	INDEFERIDO
EVELYN CAROLINE COELHO	16422/2026	INDEFERIDO
FABIANE VITORIA LOPES	16926/2026	INDEFERIDO
FABIANE VITORIA LOPES	16928/2026	INDEFERIDO
FABIANE VITORIA LOPES	17129/2026	DEFERIDO
FERNANDA AGUILAR BITTENCOURT	16987/2026	INDEFERIDO
FERNANDA AGUILAR BITTENCOURT	17409/2026	INDEFERIDO
FERNANDO HENRIQUE OLIVEIRA DE JESUS	16207/2026	DEFERIDO
FRANCINE DE FATIMA MARCÃO WALTER	17216/2026	INDEFERIDO
FRANCINE DE FATIMA MARCÃO WALTER	17217/2026	INDEFERIDO
GEOVANNA VITORIA LEAL	16982/2026	DEFERIDO
GIOVANA DE SOUZA BAPTISTEL	16968/2026	INDEFERIDO
GLEICY APARECIDA CREMER FRANÇA	16526/2026	INDEFERIDO
GRASIELE MATOZO DOS ANJOS ZANETTI	16435/2026	DEFERIDO
HELENICE CHERVINSKI	16312/2026	INDEFERIDO
IRACEMA THOME DE BRITO	16623/2026	INDEFERIDO
ISABELA KOCHINSKI	16369/2026	DEFERIDO
ISABELLY NEKEL MAURICIO GARRETT	17327/2026	INDEFERIDO
IVONE FIDEL	16590/2026	INDEFERIDO
JENICE DELFINO INGLES	16925/2026	DEFERIDO
JENIFFER VIEIRA FARIAS	16723/2026	DEFERIDO
JHENIFER CRISTINA EVANGELISTA	16291/2026	INDEFERIDO
JHENIFER KUSDRA	16444/2026	DEFERIDO
JHENYFFER SUELEN DOVAROSKI FERREIRA	16389/2026	INDEFERIDO
JHOVANA SOARES PIRES CARVALHO	17159/2026	INDEFERIDO
JOSIANE APARECIDA NOGUEIRA	17052/2026	INDEFERIDO
JUCELIA GONÇALVES	16989/2026	DEFERIDO
JUCÉLIA LOPES DOS REIS	17229/2026	INDEFERIDO
JULIA KAYNE COLTRO	17278/2026	INDEFERIDO
KAILANY NATALY PRONE DA SILVA	16171/2026	DEFERIDO
KARINA CARVALHO BUASQUEVICZ	16299/2026	INDEFERIDO
KAROLAINE COIMBRA CALIXTO ALVES	15976/2026	DEFERIDO
KAROLINE NUNES PEREIRA	16319/2026	INDEFERIDO
KATHLEEN VIDAL	17412/2026	INDEFERIDO
KATIANE DE FATIMA BAIDA	16896/2026	INDEFERIDO
KELLI CRISTINA FERREIRA	16331/2026	DEFERIDO

KETRUY MICHELLE NUNES	16324/2026	INDEFERIDO
KETRUY MICHELLE NUNES	16327/2026	INDEFERIDO
KETRUY MICHELLE NUNES	16329/2026	INDEFERIDO
KETRUY MICHELLE NUNES	16459/2026	INDEFERIDO
LAIS STOCO MACIEL	17046/2026	INDEFERIDO
LAURA CARDOSO	16226/2026	INDEFERIDO
LETICIA ALMEIDA LARA DOS SANTOS	17408/2026	INDEFERIDO
LETICIA CIRIACO MACHADO	16549/2026	DEFERIDO
LOHANA SIMÕES DA SILVA MAGATÃO	16441/2026	INDEFERIDO
LUANA BATISTA ROZA	16851/2026	DEFERIDO
LUANA BERTÃO RAMOS	16213/2026	INDEFERIDO
LUANA BERTÃO RAMOS	16214/2026	INDEFERIDO
LUANA BERTÃO RAMOS	16215/2026	DEFEERIDO
LUANA GOMES DA SILVA DA CRUZ SANTOS	16192/2026	DEFERIDO
LUANA MAYARA FERREIRA DA SILVA	16646/2026	INDEFERIDO
LUCELIA APARECIDA MOCHINSKI	16556/2026	DEFERIDO
LUCIANE PIASECKI	16665/2026	DEFERIDO
LUCILENE ROSA CASTAGNOLI	16243/2026	DEFERIDO
LUDMILLA GARCIA ALBUQUERQUE CARNEIRO	16281/2026	INDEFERIDO
LUDMILLA GARCIA ALBUQUERQUE CARNEIRO	16754/2026	INDEFERIDO
LUDMILLA GARCIA ALBUQUERQUE CARNEIRO	16756/2026	INDEFERIDO
LUNA KARINA CAETANO KAVA	16625/2026	INDEFERIDO
MAGDA TAILA SAVIAN DOS SANTOS	15779/2026	INDEFERIDO
MAGDA TAILA SAVIAN DOS SANTOS	15775/2026	INDEFERIDO
MARAISA APARECIDA TEIXEIRA BATISTEL	17031/2026	DEFERIDO
MARIA CLARA GUEDES DOS SANTOS	16141/2026	INDEFERIDO
MARIA CLARA GUEDES DOS SANTOS	16142/2026	DEFERIDO
MARIA PERPETUA SOCORRO ARAÚJO FONTES	16302/2026	INDEFERIDO
MARIA VITORIA DINIZ KRUGER	17410/2026	DEFERIDO
MARINA DE ANDRADE GOMES	16248/2026	INDEFERIDO
MARINA VIEIRA CORRENTE	16125/2026	INDEFERIDO
MARINA VIEIRA CORRENTE	16126/2026	DEFERIDO
MARLA GABRIELA DE LIMA	16201/2026	INDEFERIDO
MARLA GABRIELA DE LIMA	16483/2026	DEFERIDO
MARLENE TEREZINHA CHUCHAIA	16635/2026	INDEFERIDO
MAYCON LIMA	17130/2026	INDEFERIDO
MAYK JUNIOR DOS REIS	16001/2026	DEFERIDO
MICHELY ALESSANDRA BUENO BIANCO	16190/2026	INDEFERIDO
MILENA ARIADNE DO PRADO DE COUTO	16668/2026	DEFERIDO
MIRELI DE OLIVEIRA LUZ	16874/2026	DEFERIDO
NAILA RODRIGUES MARAFON	16293/2026	DEFERIDO
NEU MARIA BOENA ESTEVÃO	16740/2026	DEFERIDO
PAMELA BEMM	16554/2026	DEFERIDO
PAMELA COSTA ROSA	16208/2026	INDEFERIDO
PAMELA COSTA ROSA	16267/2026	DEFERIDO
PAMELA PAULA DE OLIVEIRA	16263/2026	DEFERIDO
PATRICIA MARCONDES DA SILVA	16744/2026	INDEFERIDO
POLIANA FERREIRA SILVA	16718/2026	DEFERIDO
REGINA DO ROCIO SETLIK	17050/2026	INDEFERIDO
ROMILDA DE FATIMA FERREIRA CORDEIRO KAMINSKI	17017/2026	DEFERIDO
ROSANA CRISTINA RICHARDI	16286/2026	INDEFERIDO
ROZILENE APARECIDA DE FREITAS	16448/2026	DEFERIDO
SIMONE	16323/2026	INDEFERIDO
SINTIA GUIMARÃES BERNARDINO	17175/2026	INDEFERIDO
SINTIA GUIMARÃES BERNARDINO	17219/2026	INDEFERIDO
SIRLENE PEREIRA DOS SANTOS	16308/2026	INDEFERIDO
SIRLENE PEREIRA DOS SANTOS	16325/2026	DEFERIDO
SOLANGE APARECIDA DE OLIVEIRA	16592/2026	INDEFERIDO
SUELEN SANTOS DE GODOY	16231/2026	DEFERIDO
SUSANA APARECIDA DUTRA QUILLO	17369/2026	DEFERIDO
SUZILEI APARECIDA NOVACKI ADAMANTE	16782/2026	INDEFERIDO
TAINARA DANIEL MIRANDA	16330/2026	INDEFERIDO
TAINARA DANIEL MIRANDA	16650/2026	INDEFERIDO
TAMIRIS CRISTINA DUTRA QUILLO	17131/2026	DEFERIDO
TANIA APARECIDA KULKA LIMA DOS SANTOS	16236/2026	DEFERIDO
TANIA MARA HARTMANN	16303/2026	INDEFERIDO
TANIA MARA HARTMANN	16306/2026	INDEFERIDO
TEREZINHA PEREIRA MACHADO DA SILVA	16997/2026	DEFERIDO
THAUANE VITORIA MORGES DOS SANTOS	16636/2026	INDEFERIDO
THAYS DE SOUZA	16056/2026	INDEFERIDO
THAYS MERY GONÇALVES	16469/2026	INDEFERIDO
VANESSA DOS SANTOS CHAGAS	16256/2026	INDEFERIDO
VANESSA SOARES PIRES	17154/2026	INDEFERIDO
VIRIDIANE RAMOS SKOREI	16061/2026	INDEFERIDO
VIRIDIANE RAMOS SKOREI	16454/2026	INDEFERIDO
VITORIA RODRIGUES PAULOSKO	16196/2026	INDEFERIDO
VIVIANE VIEIRA ODORICO	17021/2026	INDEFERIDO
VIVIANE VIEIRA ODORICO	17035/2026	INDEFERIDO
WAGNER DANILO SANTOS ARLADO	16187/2026	DEFERIDO
WELINTON VIDAL GARCIA	16191/2026	INDEFERIDO
WELINTON VIDAL GARCIA	16193/2026	INDEFERIDO
WELINTON VIDAL GARCIA	16194/2026	DEFERIDO

2 Os candidatos interessados em interpor recursos relativos à situação das inscrições, poderão fazê-lo através de Protocolo Digital ou no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, do dia 23/07/2026 até dia 24/07/2026.
3As justificativas referente aos indeferimentos se encontram junto ao protocolo de cada processo.

Balsa Nova, 20 de julho de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:612DD188

GABINETE
DECRETO Nº 150/2026

DECRETO Nº 150/2026

Súmula: "Procede à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício de 2026 e promove alterações no Plano Plurianual 2026-2029 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Municipal nº 1456, de 16 de setembro de 2025 (LDO) e na Lei Municipal nº 1471, de 12 de dezembro de 2025 (LOA),

D E C R E T A :

Art. 1º. Este Decreto autoriza o Poder Executivo a abrir um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício financeiro de 2026 e a efetuar as correspondentes alterações nas Leis Municipais nº 1451, de 27 de agosto de 2025 (Plano Plurianual), e nº 1456, de 16 de setembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Art. 2º. Fica aberto no Orçamento Fiscal do exercício financeiro de 2026, aprovado pela Lei nº 1471, de 12 de dezembro de 2025, um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 118.000,00** (*cento e dezoito mil reais*), destinado ao reforço de Dotação Orçamentária abaixo especificada:

Órgão:	**08.000**	**Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte**	
Unidade Orçamentária:	**08.003**	**Esporte**	
08.003.27.812.0011.2.090		**Eventos Esportivos**	
Fonte	**Elemento de Despesa**		**Valor (R$)**
1001	3.3.90.39.00.00 — Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		118.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE:			**R$ 118.000,00**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO ÓRGÃO:			**R$ 118.000,00**

Art. 3º. Constituem recursos à cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º do presente Decreto, abaixo especificados:

I – Provenientes do cancelamento parcial de dotações orçamentárias no valor de R$ 118.000,00 (cento e dezoito mil reais), conforme disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, abaixo especificadas:

Órgão:	**08.000**	-	**Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte**
Unidade Orçamentária:	**08.003**	-	**Esporte**

08.003.27.122.0012.2.086		-	**Manutenção das Atividades Administrativas do Esporte**		
Fonte	**1001**	-	Recursos Ordinários (Livres) Educação – Exercício corrente		
3.3.90.36.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R$	1.000,00
3.3.90.39.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R$	28.000,00
3.3.90.40.00.00		-	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	R$	4.000,00
4.4.90.52.00.00		-	Equipamentos e Material Permanente	R$	15.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**48.000,00**

08.003.27.122.0012.2.087		-	**Manutenção de Veículos do Esporte**		
Fonte	**1001**	-	Recursos Ordinários (Livres) Educação – Exercício corrente		
3.3.90.30.00.00		-	Material de Consumo	R$	10.000,00
3.3.90.39.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R$	5.000,00
3.3.90.40.00.00		-	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	R$	5.630,15
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**20.630,15**

08.003.27.812.0012.1.088		-	**Aquisição de Academia ao Ar Livre**		
Fonte	**1001**	-	Recursos Ordinários (Livres) Educação – Exercício corrente		
4.4.90.52.00.00		-	Equipamentos e Material Permanente	R$	20.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**20.000,00**

08.003.27.812.0011.2.090		-	**Eventos Esportivos**		
Fonte	**1001**	-	Recursos Ordinários (Livres) Educação – Exercício corrente		
3.3.90.30.00.00		-	Material de Consumo	R$	10.000,00
3.3.90.31.00.00		-	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	R$	7.000,00
3.3.90.36.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R$	1.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**18.000,00**

08.003.27.812.0012.2.091		-	**Manutenção e Reforma dos Prédios e Equipamentos Esportivos**		
Fonte	**1001**	-	Recursos Ordinários (Livres) Educação – Exercício corrente		
3.3.90.30.00.00		-	Material de Consumo	R$	11.369,85
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**11.369,85**

TOTAL DA REDUÇÃO NO ÓRGÃO:	**R$**	**118.000,00**

Art. 4º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Suplementar a que se refere este Decreto, reprogramam-se o montante das despesas e as metas programadas para o exercício financeiro de 2026 nas Ações Orçamentárias **1088, 2086, 2087, 2090 e 2091**, estabelecidas no **ANEXO II da Lei Municipal nº 1451, de 27 de agosto de 2025 – Plano Plurianual (PPA 2026-2029)**, na forma abaixo descrita:

Código	Especificação	Produto / Unidade	2026	2027	2028	2029
27	FUNÇÃO: Desporto e Lazer	Espaços Esportivos Construídos / Unidade	Metas Físicas			
812	SUBFUNÇÃO: Desporto Comunitário		2	2	2	2
0012	PROGRAMA: Programa de Ação Comunitária		Metas Financeiras (R$)			
1088	PROJETO ATIVIDADE : Aquisição de Academia ao Ar Livre		*20.000,00*	*21.200,00*	*22.430,00*	*23.731,00*

Código	Especificação	Produto / Unidade	2026	2027	2028	2029
27	FUNÇÃO: Desporto e Lazer	Apoio Administrativo / Meses	Metas Físicas			
122	SUBFUNÇÃO: Administração Geral		12	12	12	12
0012	PROGRAMA: Programa de Ação Comunitária		Metas Financeiras (R$)			
2086	PROJETO ATIVIDADE: Manutenção das Atividades Administrativas do Esporte		*679.036,61*	*712.728,00*	*754.544,00*	*797.728,00*

Código	Especificação	Produto / Unidade	2026	2027	2028	2029
27	FUNÇÃO: Desporto e Lazer	Apoio Administrativo / Meses	Metas Físicas			
122	SUBFUNÇÃO: Administração Geral		12	12	12	12
0012	PROGRAMA: Programa de Ação Comunitária		Metas Financeiras (R$)			
2087	PROJETO ATIVIDADE: Manutenção de Veículos do Esporte		*61.000,00*	*75.260,00*	*79.625,00*	*84.243,00*

Código	Especificação	Produto / Unidade	2026	2027	2028	2029
27	FUNÇÃO: Desporto e Lazer	Eventos Esportivos Realizados/ Unidade	Metas Físicas			
812	SUBFUNÇÃO: Desporto Comunitário		7	7	7	7
0012	PROGRAMA: Programa de Ação Comunitária		Metas Financeiras (R$)			
2090	PROJETO ATIVIDADE: Eventos Esportivos		*438.292,00*	*478.688,00*	*506.451,00*	*535.825,00*

Código	Especificação	Produto / Unidade	2026	2027	2028	2029
27	FUNÇÃO: Desporto e Lazer	Eventos Esportivos Mantidos e Reformados/ Unidade	Metas Físicas			
812	SUBFUNÇÃO: Desporto Comunitário		7	7	7	7
0012	PROGRAMA: Programa de Ação Comunitária		Metas Financeiras (R$)			
2091	PROJETO ATIVIDADE: Manutenção e Reforma dos Predios e Equipamentos Esportivos		*272.041,25*	*296.800,00*	*314.014,00*	*332.227,00*

Art. 5º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Suplementar a que se refere este Decreto, reprogramam-se o montante das despesas e as metas nas Ações Orçamentárias **1088, 2086, 2087, 2090 e 2091**, para o exercício de 2026, estabelecidas no **ANEXO I da Lei Municipal nº 1456, de 16 de setembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias**, na forma abaixo descrita:

Código	Especificação	Produto / Unidade	2026
27	FUNÇÃO: Desporto e Lazer	Espaços Esportivos Construídos / Unidade	Metas Físicas
812	SUBFUNÇÃO: Desporto Comunitário		2
0012	PROGRAMA: Programa de Ação Comunitária		Metas Financeiras
1088	PROJETO ATIVIDADE : Aquisição de Academia ao Ar Livre		*20.000,00*

Código	Especificação	Produto / Unidade	2026
27	FUNÇÃO: Desporto e Lazer	Apoio Administrativo / Meses	Metas Físicas
122	SUBFUNÇÃO: Administração Geral		12
0012	PROGRAMA: Programa de Ação Comunitária		Metas Financeiras
2086	PROJETO ATIVIDADE: Manutenção das Atividades Administrativas do Esporte		*679.036,61*

Código	Especificação	Produto / Unidade	2026
27	FUNÇÃO: Desporto e Lazer	Apoio Administrativo / Meses	Metas Físicas
122	SUBFUNÇÃO: Administração Geral		12
0012	PROGRAMA: Programa de Ação Comunitária		Metas Financeiras
2087	PROJETO ATIVIDADE: Manutenção de Veículos do Esporte		*61.000,00*

Código	Especificação	Produto / Unidade	2026
27	FUNÇÃO: Desporto e Lazer	Eventos Esportivos Realizados/ Unidade	Metas Físicas
812	SUBFUNÇÃO: Desporto Comunitário		7
0012	PROGRAMA: Programa de Ação Comunitária		Metas Financeiras
2090	PROJETO ATIVIDADE: Eventos Esportivos		*438.292,00*

Código	Especificação	Produto / Unidade	2026
27	FUNÇÃO: Desporto e Lazer	Eventos Esportivos Mantidos e Reformados/ Unidade	Metas Físicas
812	SUBFUNÇÃO: Desporto Comunitário		7
0012	PROGRAMA: Programa de Ação Comunitária		Metas Financeiras
2091	PROJETO ATIVIDADE: Manutenção e Reforma dos Predios e Equipamentos Esportivos		*272.041,25*

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 21 de julho de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:ADC6EB38

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após, fase de lances, conferencia das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Dispensa 35/ 2026
b) Objeto Homologado:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE EMBREAGEM E RETIFICA DE MOTOR DO VEICULO ÔNIBUS, PLACA: ADF-3268, CONFORME DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERENCIA.

FORNECEDOR	**CNPJ**	**VALOR TOTAL**
AUTO MECANICA BARBOSENSE LTDA	**07.849.530/0001-58**	**R$ 38.038,30**

FORNECEDOR	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
AUTO MECANICA BARBOSENSE LTDA	1	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE EMBREAGEM E RETIFICA DE MOTOR DO VEICULO ÔNIBUS, PLACA: ADF-3268	SEV	1	11.310,00	11.310,00
AUTO MECANICA BARBOSENSE LTDA	2	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DE EMBREAGEM E RETIFICA DE MOTOR DO VEICULO ÔNIBUS, PLACA: ADF-3268, CONFORME TERMO DE REFERENCIA.	UNID	1	26.728,30	26.728,30
VALOR TOTAL						R$ 38.038,30

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 38.038,30

Barbosa Ferraz, 30 de Junho de 2026

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:2D606A09

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026

Decreto n° 56/2026 de 16/07/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências. O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2820/2026 de 16/07/2026.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$440.706,40 (quatrocentos e quarenta mil e setecentos e seis reais e quarenta centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO	
07.001		DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E TURISMO	
07.001.20.608.0010.1.367		CONVÊNIO SEAB/FEAP - AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTUFAS	
487 - 4.4.90.39.00.00	332043	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	298.099,20
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.001		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
08.001.10.302.0050.2.421		EMENDA IMPOSITIVA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - PROGRAMA SAÚDE ACELERA	
488 - 4.4.90.52.00.00	1001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	142.607,20
Total Suplementação:			440.706,40

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução			
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO	
07.001		DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E TURISMO	
07.001.20.608.0010.1.367		CONVÊNIO SEAB/FEAP - AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTUFAS	
351 - 3.3.90.39.00.00	332043	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	298.099,20
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.001		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
08.001.10.301.0050.2.421		EMENDA IMPOSITIVA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - PROGRAMA SAÚDE ACELERA	
336 - 4.4.90.51.00.00	1001	OBRAS E INSTALAÇÕES	142.607,20
Total Redução:			440.706,40

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ, Estado do PR, em 16 de Julho de 2025.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito

Publicado por:
Cleiton Cordeiro
Código Identificador:759942A9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO 214/2026

DECRETO N.º 214/2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Boa Ventura De São Roque, para o Exercício de 2026 no total de R$ 651.000,00 (seiscentos e cinquenta e um mil reais).

O Prefeito Municipal de Boa Ventura de São Roque, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64 combinados com a Lei Municipal n.º 1.320/2025 resolve:

DECRETAR
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Boa Ventura de São Roque para o exercício de 2026, na importância de R$ 651.000,00 (seiscentos e cinquenta e um mil reais), mediante as seguintes providências:
· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	Secretaria de Administração	
03.004	Departamento de Serviços e Encargos Sociais	
4.122.301.2.352	EMENDA IMPOSITIVA 01/2025 - LIVRES	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
7720	0000 Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
4.122.301.2.357	EMENDA IMPOSITIVA 07/2025 - LIVRES	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
7830	0000 Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
4.122.301.2.365	EMENDA IMPOSITIVA 15/2025 - LIVRES	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
8010	0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	9.000,00
06	Secretaria de Saúde	
06.001	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.601.2.79	DESPESAS CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3460	0000 Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
3470	0303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	290.000,00
3474	1164 Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) - INCREMENTO PAP 2026 EMENDA DE BANCADA 71170007	250.000,00
	SUBTOTAL	640.000,00
11	Secretaria de Meio Ambiente	
11.002	Fundo Municipal do Meio Ambiente	
18.541.1102.2.350	CUIDADO COM ANIMAIS DE RUA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
7670	0000 Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
	SUBTOTAL	2.000,00
	TOTAL	**651.000,00**

Art. 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:
1. O cancelamento parcial das dotações a seguir relacionadas, conforme previsto no inciso III, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
03	Secretaria de Administração	
03.004	Departamento de Serviços e Encargos Sociais	
4.122.301.2.352	EMENDA IMPOSITIVA 01/2025 - LIVRES	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
7710	0000 Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
4.122.301.2.357	EMENDA IMPOSITIVA 07/2025 - LIVRES	

3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
7820	0000 Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
4.122.301.2.363	EMENDA IMPOSITIVA 13/2025 - LIVRES	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
7960	0000 Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
4.122.301.2.365	EMENDA IMPOSITIVA 15/2025 - LIVRES	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
8000	0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	11.000,00
06	Secretaria de Saúde	
06.001	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.601.2.82	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
3630	0000 Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
3640	0303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	240.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3650	0303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	50.000,00
	SUBTOTAL	390.000,00
	TOTAL	**401.000,00**

2. O Excesso de Arrecadação por Fonte de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta da receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.1.3.50.1.1.01.26.00.00.00	INCREMENTO PAP 2026 - EMENDA DE BANCADA 71170007	250.000,00
	TOTAL	**250.000,00**

Art. 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1.302/2025, e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1.303/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso de 2026 no que couber.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 22 de julho de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:6F112CBD

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RGF - III - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRA GARANTIAS DE VALORES

CONSOLIDADO			
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO DE 2026			
RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 03/11/2022			
GARANTIAS CONCEDIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)	0,00	10,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	10,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	**58.335.029,94**	**61.598.448,29**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	**702.273,00**	**1.080.000,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	**57.632.756,94**	**60.518.448,29**	**0,00**
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (art.9º da Res. 43/01) - 22%	**12.679.206,53**	**13.314.058,62**	**0,00**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	**11.411.285,87**	**11.982.652,76**	**0,00**
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
EXTERNAS (VII)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VIII)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (IX) = (VII + VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Entidades Consolidadas:			
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque			
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto			
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque			
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque			
Conjunto de informações em tempo real, atualizado até 20/07/2026 13:11			

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:729B3AE7

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RGF - IV - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

CONSOLIDADO		
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO DE 2026		
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")	Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 22/06/2023	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	61.598.448,29	0,00%
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	1.080.000,00	0,00%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	60.518.448,29	0,00%
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS - 16%	9.682.951,73	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	8.714.656,55	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - 7%	4.236.291,38	7,00%
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	0,00	0,00
Entidades Consolidadas:		
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque		
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto		
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque		
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque		

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:2695B318

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RGF - VI - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

CONSOLIDADO		
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO DE 2026		
LRF, art. 48 - Anexo 6	Memória de cálculo TCE: Versão 1 - Publicada em 09/08/2024.	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O SEMESTRE**	
Receita Corrente Liquida	61.598.448,29	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	60.518.448,29	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	59.501.556,29	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa total com pessoal - DTP	25.854.150,78	43,45
Limite máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	32.130.840,40	54,00
Limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	30.524.298,38	51,30
Limite de alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	28.917.756,36	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida consolidada líquida	-24.493.338,78	-40,47
Limite definido por resolução do senado federal	72.622.137,95	120,00
GARANTIA DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das garantias concedidas	0,00	0,00
Limite definido por resolução do senado federal	13.314.058,62	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**

Operações de crédito internas e externas	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito internas e externas	9.682.951,73	16,00
Operações de crédito por antecipação da receita	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito por antecipação da receita	4.236.291,38	7,00
Entidades Consolidadas:		
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque		
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto		
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque		
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque		

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:F53D35B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO - I - BO - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

CONSOLIDADO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2026

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)			Memória de cálculo STN: 13ª edição - versão 2 - Atualizada em 09/2023				
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES (I)	70.000,00	70.000,00	404.936,07	578,48	1.122.256,62	1.603,22	(1.052.256,62)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TAXAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	396.917,78	39.691.778,00	1.099.873,90	109.987.390,00	(1.099.873,90)
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	396.917,78	39.691.778,00	1.099.873,90	109.987.390,00	(1.099.873,90)
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES PRIVADAS DE SERVIÇO SOCIAL E DE FORMAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	70.000,00	70.000,00	8.018,29	11,45	22.382,72	31,98	47.617,28
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	8,35	0,01	69.991,65
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	8.018,29	801.829,00	22.374,37	2.237.437,00	(22.374,37)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS NÃO IDENTIFICADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	70.000,00	70.000,00	404.936,07	578,48	1.122.256,62	1.603,22	(1.052.256,62)
DÉFICIT (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		
TOTAL(V) = (III + IV)	70.000,00	70.000,00	404.936,07	578,48	1.122.256,62	1.603,22	(1.052.256,62)

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES (VI)	4.516.700,00	4.727.221,75	388.903,72	1.098.556,57	3.628.665,18	388.903,72	1.098.556,57	3.628.665,18	1.098.556,57
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.134.700,00	3.345.221,75	388.903,72	1.098.556,57	2.246.665,18	388.903,72	1.098.556,57	2.246.665,18	1.098.556,57
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.382.000,00	1.382.000,00	0,00	0,00	1.382.000,00	0,00	0,00	1.382.000,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VIII) = (VI + VII)	4.516.700,00	4.727.221,75	388.903,72	1.098.556,57	3.628.665,18	388.903,72	1.098.556,57	3.628.665,18	1.098.556,57
SUPERÁVIT (IX)	0,00	0,00	16.032,35	23.700,05	(23.700,05)	16.032,35	23.700,05	(23.700,05)	23.700,05
TOTAL (X) = (VIII + IX)	4.516.700,00	4.727.221,75	404.936,07	1.122.256,62	3.604.965,13	404.936,07	1.122.256,62	3.604.965,13	1.122.256,62
Entidades Consolidadas:									
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque									
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto									
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque									
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque									

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:29189B08

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO - I - BO - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

CONSOLIDADO							
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A ABRIL DE 2026							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)					Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 14/06/2023		
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	90.606.956,34	91.153.520,96	12.283.157,39	13,48	27.704.177,96	30,39	63.449.343,00
RECEITAS CORRENTES	70.016.956,34	70.259.212,63	10.827.802,39	15,41	22.815.173,52	32,47	47.444.039,11
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.316.505,54	5.316.505,54	1.396.735,01	26,27	2.268.867,42	42,68	3.047.638,12
IMPOSTOS	5.146.545,04	5.146.545,04	1.357.192,06	26,37	2.208.682,50	42,92	2.937.862,54
TAXAS	169.960,50	169.960,50	39.542,95	23,27	60.184,92	35,41	109.775,58
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	3.414.000,00	3.414.000,00	10.045,02	0,29	638.210,53	18,69	2.775.789,47
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.245.200,00	3.245.200,00	(32.871,48)	(1,01)	579.766,36	17,87	2.665.433,64
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES PRIVADAS DE SERVIÇO SOCIAL E DE FORMAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	168.800,00	168.800,00	42.916,50	25,42	58.444,17	34,62	110.355,83
RECEITA PATRIMONIAL	7.791.782,50	7.791.782,50	1.401.084,29	17,98	3.607.963,07	46,30	4.183.819,43
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES MOBILIÁRIOS	7.791.782,50	7.791.782,50	1.401.084,29	17,98	3.607.963,07	46,30	4.183.819,43
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.171.960,00	1.171.960,00	190.550,35	16,26	372.364,84	31,77	799.595,16
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	1.015.820,00	1.015.820,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.015.820,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	156.140,00	156.140,00	190.550,35	122,04	372.364,84	238,48	(216.224,84)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	51.708.003,30	51.950.259,59	7.562.547,92	14,56	15.644.282,45	30,11	36.305.977,14
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	26.793.824,23	26.893.824,23	3.029.494,40	11,26	6.864.362,97	25,52	20.029.461,26
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	18.208.360,70	18.350.616,99	3.487.776,35	19,01	6.582.310,11	35,87	11.768.306,88

TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	12.660,00	12.660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.660,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	6.693.158,37	6.693.158,37	1.045.277,17	15,62	2.197.609,37	32,83	4.495.549,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	614.705,00	614.705,00	266.839,80	43,41	283.485,21	46,12	331.219,79
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	0,00	0,00	5.000,00	500.000,00	5.000,00	500.000,00	(5.000,00)
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	11.605,00	11.605,00	349,01	3,01	1.146,13	9,88	10.458,87
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	603.100,00	603.100,00	261.490,79	43,36	277.339,08	45,99	325.760,92
RECEITAS DE CAPITAL	20.590.000,00	20.894.308,33	1.455.355,00	6,97	4.889.004,44	23,40	16.005.303,89
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20.590.000,00	20.894.308,33	1.455.355,00	6,97	4.889.004,44	23,40	16.005.303,89
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	1.070.000,00	1.374.308,33	200.000,00	14,55	250.873,71	18,25	1.123.434,62
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	19.520.000,00	19.520.000,00	1.255.355,00	6,43	4.638.130,73	23,76	14.881.869,27
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	70.000,00	70.000,00	711.824,56	1.016,89	717.320,55	1.024,74	(647.320,55)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	90.676.956,34	91.223.520,96	12.994.981,95	14,25	28.421.498,51	31,16	62.802.022,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	90.676.956,34	91.223.520,96	12.994.981,95	14,25	28.421.498,51	31,16	62.802.022,45
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	90.676.956,34	91.223.520,96	12.994.981,95	14,25	28.421.498,51	31,16	62.802.022,45
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	11.778.932,37	0,00	0,00	11.778.932,37	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO UTILIZADO PARA CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	11.778.932,37	0,00	0,00	11.778.932,37	100,00	0,00
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	81.243.456,34	96.287.463,60	13.927.609,75	21.873.218,70	74.414.244,90	10.871.715,70	18.146.982,21	78.140.481,39	17.525.758,12
DESPESAS CORRENTES	57.153.391,34	63.261.155,92	10.183.641,50	17.942.339,43	45.318.816,49	9.970.847,42	17.195.013,57	46.066.142,35	16.736.393,13
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.318.514,59	34.148.217,14	4.930.724,11	9.582.707,31	24.565.509,83	4.926.858,67	9.578.841,87	24.569.375,27	9.568.125,19
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	500.000,00	500.000,00	90.907,45	120.069,22	379.930,78	90.907,45	120.069,22	379.930,78	120.069,22
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.334.876,75	28.612.938,78	5.162.009,94	8.239.562,90	20.373.375,88	4.953.081,30	7.496.102,48	21.116.836,30	7.048.198,72
DESPESAS DE CAPITAL	23.990.065,00	32.926.307,68	3.743.968,25	3.930.879,27	28.995.428,41	900.868,28	951.968,64	31.974.339,04	789.364,99
INVESTIMENTOS	23.520.065,00	32.456.307,68	3.610.947,08	3.753.517,71	28.702.789,97	767.847,11	774.607,08	31.681.700,60	612.003,43
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	470.000,00	470.000,00	133.021,17	177.361,56	292.638,44	133.021,17	177.361,56	292.638,44	177.361,56
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	4.516.700,00	4.632.106,16	375.430,52	709.652,85	3.922.453,31	375.430,52	709.652,85	3.922.453,31	701.602,77
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	85.760.156,34	100.919.569,76	14.303.040,27	22.582.871,55	78.336.698,21	11.247.146,22	18.856.635,06	82.062.934,70	18.227.360,89
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	85.760.156,34	100.919.569,76	14.303.040,27	22.582.871,55	78.336.698,21	11.247.146,22	18.856.635,06	82.062.934,70	18.227.360,89
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	5.838.626,96	0,00	0,00	9.564.863,45	0,00	10.194.137,62
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	85.760.156,34	100.919.569,76	14.303.040,27	28.421.498,51	0,00	11.247.146,22	28.421.498,51	0,00	28.421.498,51
RESERVA DO RPPS	4.916.800,00	4.916.800,00	0,00	0,00	4.916.800,00	0,00	0,00	4.916.800,00	0,00
Entidades Consolidadas:									
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque									
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto									
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque									
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque									

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:9835BBE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO - I - BO - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

CONSOLIDADO							
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A ABRIL DE 2026							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)			Memória de cálculo STN: 13ª edição - versão 2 - Atualizada em 09/2023				
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES (I)	70.000,00	70.000,00	711.824,56	1.016,89	717.320,55	1.024,74	(647.320,55)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TAXAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	702.956,12	70.295.612,00	702.956,12	70.295.612,00	(702.956,12)
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	702.956,12	70.295.612,00	702.956,12	70.295.612,00	(702.956,12)
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES PRIVADAS DE SERVIÇO SOCIAL E DE FORMAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	70.000,00	70.000,00	8.868,44	12,67	14.364,43	20,52	55.635,57
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	8,35	0,01	69.991,65
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	8.868,44	886.844,00	14.356,08	1.435.608,00	(14.356,08)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONSOLIDADO							
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A ABRIL DE 2026							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)			Memória de cálculo STN: 13ª edição - versão 2 - Atualizada em 09/2023				
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS NÃO IDENTIFICADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONSOLIDADO PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2026

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) | Memória de cálculo STN: 13ª edição - versão 2 - Atualizada em 09/2023

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	70.000,00	70.000,00	711.824,56	1.016,89	717.320,55	1.024,74	(647.320,55)
DÉFICIT (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		
TOTAL(V) = (III + IV)	70.000,00	70.000,00	711.824,56	1.016,89	717.320,55	1.024,74	(647.320,55)

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES (VI)	4.516.700,00	4.632.106,16	375.430,52	709.652,85	3.922.453,31	375.430,52	709.652,85	3.922.453,31	701.602,77
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.134.700,00	3.250.106,16	375.430,52	709.652,85	2.540.453,31	375.430,52	709.652,85	2.540.453,31	701.602,77
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.382.000,00	1.382.000,00	0,00	0,00	1.382.000,00	0,00	0,00	1.382.000,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VIII) = (VI + VII)	4.516.700,00	4.632.106,16	375.430,52	709.652,85	3.922.453,31	375.430,52	709.652,85	3.922.453,31	701.602,77
SUPERÁVIT (IX)	0,00	0,00	336.394,04	7.667,70	(7.667,70)	336.394,04	7.667,70	(7.667,70)	15.717,78
TOTAL (X) = (VIII + IX)	4.516.700,00	4.632.106,16	711.824,56	717.320,55	3.914.785,61	711.824,56	717.320,55	3.914.785,61	717.320,55

Entidades Consolidadas:

Câmara Municipal Boa Ventura São Roque

Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto

Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque

Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:4822FC04

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO - IV - RPPS - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS

FUNDO MUNIC PREV BOA VENTURA SÃO ROQUE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2026

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) | Memória de cálculo STN: 13ª edição - versão 2 - Atualizada em 03/2024

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	10.267.117,50	5.662.022,79
Receita de Contribuições dos Segurados	1.472.800,00	907.721,69
Ativo	1.472.800,00	907.721,69
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	1.772.400,00	1.099.873,90
Ativo	1.772.400,00	1.099.873,90
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	6.418.817,50	3.364.049,01
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	6.418.817,50	3.364.049,01
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	603.100,00	290.378,19
Compensação Financeira entre os regimes	160.000,00	290.378,19
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	443.100,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	9.824.017,50	5.662.022,79

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre Exercício (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre Exercício (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre Exercício (f)**
Benefícios	5.215.317,50	1.523.427,28	1.523.427,28	1.523.427,28
Aposentadorias	4.500.000,00	1.438.644,94	1.438.644,94	1.438.644,94
Pensões por Morte	715.317,50	84.782,34	84.782,34	84.782,34
Outras Despesas Previdenciárias	230.000,00	14.343,71	14.343,71	14.343,71
Compensação Financeira entre os regimes	100.000,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	130.000,00	14.343,71	14.343,71	14.343,71
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	5.445.317,50	1.537.770,99	1.537.770,99	1.537.770,99
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)				4.124.251,80

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORCAMENTÁRIA**
VALOR	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORCAMENTÁRIA**
VALOR	4.916.800,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	28.024.755,58
Investimentos e Aplicações	952.587,55
Outros Bens e Direitos	25.997.435,36

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre Exercício (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre Exercício (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre Exercício (f)**
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)				0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
Receitas Correntes	35.000,00	261.773,53
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	35.000,00	261.773,53

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre Exercício (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre Exercício (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre Exercício (f)

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre Exercício (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre Exercício (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre Exercício (f)
Despesas Correntes (XIII)	391.000,00	94.468,24	93.673,24	91.673,24
Pessoal e Encargos Sociais	147.000,00	14.382,44	14.382,44	14.382,44
Demais Despesas Correntes	244.000,00	80.085,80	79.290,80	77.290,80
Despesas de Capital (XIV)	15.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	406.000,00	94.468,24	93.673,24	91.673,24
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)				170.100,29

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	691.274,28
Outros Bens e Direitos	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre Exercício (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre Exercício (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre Exercício (f)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)				0,00
Conjunto de informações em tempo real, atualizado até 20/07/2026 13:20				

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:34CAFC96

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO - IV - RPPS - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS

FUNDO MUNIC PREV BOA VENTURA SÃO ROQUE		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A ABRIL DE 2026		
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		Memória de cálculo STN: 13ª edição - versão 2 - Atualizada em 03/2024
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	10.267.117,50	4.284.867,31
Receita de Contribuições dos Segurados	1.472.800,00	579.766,36
Ativo	1.472.800,00	579.766,36
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	1.772.400,00	702.956,12
Ativo	1.772.400,00	702.956,12
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	6.418.817,50	2.724.805,75
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	6.418.817,50	2.724.805,75
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	603.100,00	277.339,08
Compensação Financeira entre os regimes	160.000,00	277.339,08
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	443.100,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	9.824.017,50	4.284.867,31

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre Exercício (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre Exercício (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre Exercício (f)
Benefícios	5.215.317,50	1.001.193,34	1.001.193,34	1.001.193,34
Aposentadorias	4.500.000,00	944.671,78	944.671,78	944.671,78
Pensões por Morte	715.317,50	56.521,56	56.521,56	56.521,56
Outras Despesas Previdenciárias	230.000,00	14.343,71	14.343,71	14.343,71
Compensação Financeira entre os regimes	100.000,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	130.000,00	14.343,71	14.343,71	14.343,71
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	5.445.317,50	1.015.537,05	1.015.537,05	1.015.537,05

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)	3.269.330,26
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORCAMENTÁRIA**
VALOR	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORCAMENTÁRIA**
VALOR	4.916.800,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	27.206.626,03
Investimentos e Aplicações	952.587,55
Outros Bens e Direitos	25.997.435,36

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre Exercício (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre Exercício (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre Exercício (f)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
Receitas Correntes	35.000,00	168.561,93
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	35.000,00	168.561,93

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre Exercício (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre Exercício (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre Exercício (f)
Despesas Correntes (XIII)	391.000,00	74.251,83	73.456,83	73.456,83
Pessoal e Encargos Sociais	147.000,00	14.382,44	14.382,44	14.382,44
Demais Despesas Correntes	244.000,00	59.869,39	59.074,39	59.074,39
Despesas de Capital (XIV)	15.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	406.000,00	74.251,83	73.456,83	73.456,83
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)				95.105,10

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL	
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	
Investimentos e Aplicações	616.768,67	
Outros Bens e Direitos	0,00	
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre Exercício (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre Exercício (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre Exercício (f)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)				0,00

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:6BC455ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO - IX - OP. CRÉDITO - RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

CONSOLIDADO					
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE					
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA					
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL					
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
JANEIRO A JUNHO DE 2026					
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 22/06/2023					
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**		**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)**	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO(I)	0,00	0,00		0,00	
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre**	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)**
DESPESAS DE CAPITAL	35.282.271,10	4.777.739,30	2.217.429,21	0,00	30.504.531,80
Investimentos	34.812.271,10	4.511.696,96	1.951.386,87	0,00	30.300.574,14
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	470.000,00	266.042,34	266.042,34	0,00	203.957,66
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	35.282.271,10	4.777.739,30	2.217.429,21	0,00	30.504.531,80
RESULTADO PARA APURAÇÃO DE REGRA DE OURO III = (II - I)	35.282.271,10	4.777.739,30	0,00	0,00	30.504.531,80
Entidades Consolidadas:					
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque					
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto					
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque					
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque					

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:0258D9AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO - IX - OP. CRÉDITO - RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

CONSOLIDADO			
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A ABRIL DE 2026			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)		Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 22/06/2023	
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO(I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	32.926.307,68	3.930.879,27	951.968,64	0,00	28.995.428,41
Investimentos	32.456.307,68	3.753.517,71	774.607,08	0,00	28.702.789,97
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	470.000,00	177.361,56	177.361,56	0,00	292.638,44
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	32.926.307,68	3.930.879,27	951.968,64	0,00	28.995.428,41
RESULTADO PARA APURAÇÃO DE REGRA DE OURO III = (II - I)	32.926.307,68	3.930.879,27	0,00	0,00	28.995.428,41
Entidades Consolidadas:					
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque					
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto					
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque					

Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:9DD44369

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO - VIII - ENSINO - RECEITAS E DESPESAS COM MDE

CONSOLIDADO		
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO DE 2026		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)	Memória de cálculo TCE: Versão 1.0a - Publicada em 22/10/2024	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	5.146.545,04	3.843.512,06
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	233.760,00	152.947,48
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	1.300.000,00	494.379,05
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	1.424.265,04	2.195.806,40
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.188.520,00	1.000.379,13
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	49.892.093,02	22.003.408,49
2.1 - Cota-parte FPM	26.341.224,02	10.885.373,31
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	24.766.224,02	10.885.373,31
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.575.000,00	0,00
2.2 - Cota-parte ICMS	20.383.669,00	10.010.782,84
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	277.200,00	149.482,01
2.4 - Cota-parte ITR	1.900.000,00	45.322,57
2.5 - Cota-parte IPVA	990.000,00	912.447,76
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	55.038.638,06	25.846.920,55
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	9.663.418,60	4.400.681,70
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	4.096.240,91	2.061.048,44
FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	6.693.158,37	3.435.565,41
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	6.693.158,37	3.370.700,77
6.1.1 - Principal	6.693.158,37	3.337.711,23
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	32.989,54
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	64.864,64
6.4.1 - Principal	0,00	64.864,64
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	(2.970.260,23)	(1.062.970,47)

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	346.625,52
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	343.875,71
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	2.749,81
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	3.782.190,93

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	6.992.355,90	3.262.733,45	3.262.733,45	3.262.733,45	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	6.358.500,45	2.951.317,42	2.951.317,42	2.951.317,42	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	1.494.150,00	838.588,24	838.588,24	838.588,24	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	4.610.300,45	1.946.319,13	1.946.319,13	1.946.319,13	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	96.550,00	34.084,86	34.084,86	34.084,86	0,00
10.1.4 - Educação Especial	157.500,00	132.325,19	132.325,19	132.325,19	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	633.855,45	311.416,03	311.416,03	311.416,03	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	633.855,45	311.416,03	311.416,03	311.416,03	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM	**DESPESAS**	**DESPESAS**	**DESPESAS**	**INSCRITAS EM**	**INSCRITAS EM RESTOS A**	**DESPESAS EMPENHADAS EM**

RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	PAGAS Até o Bimestre (f)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	2.963.535,92	2.963.535,92	2.963.535,92	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	2.963.535,92	2.963.535,92	2.963.535,92	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.951.317,42	2.951.317,42	2.951.317,42	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	2.359.490,54	2.951.317,42	2.951.317,42	87,56
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	343.556,54	472.029,49	472.029,49	128.472,95	13,74

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	664.116,19	343.875,71	270.831,71	28.365,82	0,00	73.044,00
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	623.829,82	308.343,42	270.831,71	28.365,82	0,00	37.511,71
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	40.286,38	35.532,29	0,00	0,00	0,00	35.532,29

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	10.715.615,53	3.223.005,06	3.171.721,25	3.140.452,45	51.283,81
20.1 - Educação Infantil	1.836.800,00	667.468,54	666.339,08	661.327,92	1.129,46
20.2 - Ensino Fundamental	3.368.134,60	1.073.555,72	1.052.720,05	1.050.863,74	20.835,67
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	28.000,00	2.666,56	2.666,56	2.666,56	0,00
20.4 - Educação Especial	62.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00
20.5 - Administração Geral	1.974.400,00	725.049,76	717.868,12	698.796,07	7.181,64
20.6 - Transporte (Escolar)	2.981.630,93	734.264,48	712.127,44	706.798,16	22.137,04
20.7 - Outras	464.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	11.943.240,50	4.538.150,13	4.516.185,00	4.509.317,53	21.965,13
21.1 - Educação Infantil	3.330.950,00	1.506.056,78	1.504.927,32	1.499.916,16	1.129,46
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	8.612.290,50	3.032.093,35	3.011.257,68	3.009.401,37	20.835,67

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	3.171.721,25
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	4.400.681,70
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	128.472,95
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL	37.511,71
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	661,09
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	7.405.757,20

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL			VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			6.461.730,14	7.405.757,20	28,65
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS	SALDO	RP LIQUIDADOS	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS	SALDO FINAL (ag) = (ac) -

CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	INICIAL (ac)	(ad)		(af)	(ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	158.979,06	109.455,57	110.734,23	661,09	47.583,74
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	158.979,06	109.455,57	110.734,23	661,09	47.583,74
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.201.398,76	1.027.323,81
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	1.425.446,26	695.515,10
31.1.1 - Pessoal Ativo	462.758,76	267.475,37
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	147.700,00	79.606,58
31.1.4 - PNATE	205.725,00	61.633,01
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	609.262,50	286.800,14
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	775.952,50	331.808,71

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	1.555.246,26	1.326.066,59	1.263.796,01	1.227.392,59	62.270,58
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	8.456,01	8.456,01	8.456,01	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	246.800,00	706.173,86	672.588,78	666.833,19	33.585,08
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	1.308.446,26	611.436,72	582.751,22	552.103,39	28.685,50
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	19.263.217,69	7.849.494,76	7.734.589,71	7.667.397,19	114.905,05
33.1 - Despesas Correntes	18.505.317,69	7.795.335,85	7.681.530,80	7.614.597,38	113.805,05
33.1.1 - Pessoal Ativo	10.921.444,64	4.825.687,55	4.825.687,55	4.825.687,55	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	200.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	7.383.873,05	2.949.648,30	2.835.843,25	2.768.909,83	113.805,05
33.2 - Despesas de Capital	757.900,00	54.158,91	53.058,91	52.799,81	1.100,00
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	757.900,00	54.158,91	53.058,91	52.799,81	1.100,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	346.625,52	51.689,37
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	3.435.565,41	267.475,37
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	3.262.733,45	177.517,87

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	519.457,48	141.646,87
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	10,11
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	92,89
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	519.457,48	141.564,09
Entidades Consolidadas:		
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque		
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto		
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque		
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque		

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:4C9C64B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO - VIII - ENSINO - RECEITAS E DESPESAS COM MDE

CONSOLIDADO		
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A ABRIL DE 2026		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)	Memória de cálculo TCE: Versão 1.0a - Publicada em 22/10/2024	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	5.146.545,04	2.208.682,50
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	233.760,00	20.803,52
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	1.300.000,00	418.451,07

1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	1.424.265,04	1.099.217,61
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.188.520,00	670.210,30
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	49.892.093,02	14.633.716,72
2.1 - Cota-parte FPM	26.341.224,02	6.937.323,50
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	24.766.224,02	6.937.323,50
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.575.000,00	0,00
2.2 - Cota-parte ICMS	20.383.669,00	6.772.762,77
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	277.200,00	91.100,98
2.4 - Cota-parte ITR	1.900.000,00	23.067,77
2.5 - Cota-parte IPVA	990.000,00	809.461,70
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	55.038.638,06	16.842.399,22
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	9.663.418,60	2.926.743,34
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) +	4.096.240,91	1.283.856,46
(2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))		

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	6.693.158,37	2.286.490,71
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	6.693.158,37	2.221.626,07
6.1.1 - Principal	6.693.158,37	2.197.609,37
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	24.016,70
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	64.864,64
6.4.1 - Principal	0,00	64.864,64
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	(2.970.260,23)	(729.133,97)
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	346.625,52	
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	343.875,71	
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	2.749,81	
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	2.633.116,23	

CONSOLIDADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2026

RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72) | Memória de cálculo TCE: Versão 1.0a - Publicada em 22/10/2024

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	6.992.355,90	2.374.812,66	2.374.812,66	2.374.812,66	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	6.358.500,45	2.091.762,45	2.091.762,45	2.091.762,45	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	1.494.150,00	760.703,11	760.703,11	760.703,11	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	4.610.300,45	1.221.307,01	1.221.307,01	1.221.307,01	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	96.550,00	22.723,24	22.723,24	22.723,24	0,00
10.1.4 - Educação Especial	157.500,00	87.029,09	87.029,09	87.029,09	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	633.855,45	283.050,21	283.050,21	283.050,21	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	633.855,45	283.050,21	283.050,21	283.050,21	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO**
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	2.103.980,95	2.103.980,95	2.103.980,95	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	2.103.980,95	2.103.980,95	2.103.980,95	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM	2.091.762,45	2.091.762,45	2.091.762,45	0,00	0,00	0,00

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA						
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**	
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.555.138,25	2.091.762,45	2.091.762,45	94,15	
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	**VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	228.649,07	182.509,76	182.509,76	0,00	7,98

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)**	**VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)**	**VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)**	**VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)**	**VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w) EXERCÍCIO ATUAL**	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO (x)**
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	664.116,19	343.875,71	270.831,71	0,00	0,00	73.044,00
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	623.829,82	308.343,42	270.831,71	0,00	0,00	37.511,71
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	40.286,38	35.532,29	0,00	0,00	0,00	35.532,29

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f) NÃO PROCESSADOS**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR**
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE					
CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	10.465.615,53	1.730.096,72	1.715.339,91	1.678.106,89	14.756,81
20.1 - Educação Infantil	1.713.800,00	191.807,22	190.195,96	189.915,91	1.611,26
20.2 - Ensino Fundamental	3.203.134,60	765.414,32	754.813,94	745.548,49	10.600,38
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	62.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00
20.5 - Administração Geral	1.912.400,00	438.204,64	435.862,27	421.630,09	2.342,37
20.6 - Transporte (Escolar)	3.081.630,93	314.670,54	314.467,74	301.012,40	202,80
20.7 - Outras	464.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f) NÃO PROCESSADOS**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR**
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	11.655.240,50	2.951.450,16	2.939.238,52	2.929.693,02	12.211,64
21.1 - Educação Infantil	3.207.950,00	952.510,33	950.899,07	950.619,02	1.611,26
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	8.447.290,50	1.998.939,83	1.988.339,45	1.979.074,00	10.600,38

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL			**VALOR EXIGIDO (z)**	**VALOR APLICADO (aa)**	**% APLICADO (ab)**
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			4.210.599,80	4.604.571,54	27,34
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE	**SALDO INICIAL**	**RP LIQUIDADOS**	**RP PAGOS**	**RP CANCELADOS**	**SALDO FINAL**
DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	**(ac)**	**(ad)**	**(ae)**	**(af)**	**(ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	158.979,06	109.455,57	110.734,23	0,00	48.244,83
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de	158.979,06	109.455,57	110.734,23	0,00	48.244,83
Impostos					
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					1.715.339,91
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					2.926.743,34
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL					37.511,71
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))					0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)					4.604.571,54

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	**VALOR EXIGIDO (z)**	**VALOR APLICADO (aa)**	**% APLICADO (ab)**
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	4.210.599,80	4.604.571,54	27,34

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE	SALDO INICIAL	RP LIQUIDADOS	RP PAGOS	RP CANCELADOS	SALDO FINAL
DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	**(ac)**	**(ad)**	**(ae)**	**(af)**	**(ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	158.979,06	109.455,57	110.734,23	0,00	48.244,83
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	158.979,06	109.455,57	110.734,23	0,00	48.244,83
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.201.398,76	673.550,50
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	1.425.446,26	468.871,85
31.1.1 - Pessoal Ativo	462.758,76	188.396,24
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	147.700,00	47.660,55
31.1.4 - PNATE	205.725,00	60.940,66
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	609.262,50	171.874,40
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	775.952,50	204.678,65

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	1.555.246,26	808.357,19	400.342,76	388.776,99	408.014,43
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	8.456,01	8.456,01	8.456,01	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	243.800,00	518.166,62	140.667,70	139.824,90	377.498,92
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	1.311.446,26	281.734,56	251.219,05	240.496,08	30.515,51
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	19.013.217,69	4.929.085,02	4.505.942,62	4.449.949,66	423.142,40
33.1 - Despesas Correntes	18.228.317,69	4.875.097,21	4.455.600,34	4.399.607,38	419.496,87
33.1.1 - Pessoal Ativo	10.731.444,64	3.057.216,46	3.057.216,46	3.057.216,46	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	200.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	7.296.873,05	1.797.880,75	1.378.383,88	1.322.390,92	419.496,87
33.2 - Despesas de Capital	784.900,00	53.987,81	50.342,28	50.342,28	3.645,53
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	784.900,00	53.987,81	50.342,28	50.342,28	3.645,53
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA				FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025				346.625,52	51.689,37
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)				2.286.490,71	188.396,24
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)				2.374.812,66	81.341,65
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA				FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE				258.303,57	158.743,96
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)				0,00	14,52
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)				0,00	91,56
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)				258.303,57	158.666,92
Entidades Consolidadas:					
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque					
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto					
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque					
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque					

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:329FE631

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO - VI - PRIMÁRIO - RESULTADO PRIMÁRIO

CONSOLIDADO	
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A JUNHO DE 2026	
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)	Memória de cálculo TCE: 2024-Versão 1.0 - publicada 09/08/2024
ACIMA DA LINHA	

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2026
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	60.440.095,13	30.210.929,61
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.316.505,54	3.932.481,47
IPTU	233.760,00	152.947,48
ISS	1.424.265,04	2.195.806,40
ITBI	1.300.000,00	494.379,05
IRRF	2.188.520,00	1.000.379,13
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	169.960,50	88.969,41
Contribuições	168.800,00	72.496,64
Receita patrimonial	1.372.965,00	1.305.435,36
Aplicações Financeiras (II)	1.372.965,00	1.305.435,36
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências correntes	52.328.259,59	24.299.568,35
Cota-Parte do FPM	21.387.979,22	8.708.298,87
Cota-Parte do ICMS	16.306.935,20	7.998.757,06
Cota-Parte do IPVA	792.000,00	729.958,82
Cota-Parte do ITR	1.520.000,00	36.258,12
Cota-Parte do IPI - Municípios	221.760,00	119.585,63
Transferências do FUNDEB	6.693.158,37	3.402.575,87
Outras transferências correntes	5.406.426,80	3.304.133,98
Demais receitas correntes	1.253.565,00	600.947,79
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	1.253.565,00	600.947,79
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	59.067.130,13	28.905.494,25
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	5.620.700,00	2.297.973,78
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	6.418.817,50	3.364.049,01
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	21.680.808,33	5.986.004,44
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	21.680.808,33	5.986.004,44
Convênios	20.876.500,00	4.518.130,73
Outras Transferências de Capital	804.308,33	1.467.873,71
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	21.680.808,33	5.986.004,44
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	86.368.638,46	37.189.472,47
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	80.747.938,46	34.891.498,69

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	63.468.216,14	27.078.213,55	26.340.401,71	25.541.812,70	108.374,43	151.771,70	148.432,58
Pessoal e encargos sociais	32.724.056,74	14.166.052,54	14.162.187,10	14.147.604,98	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX))	500.000,00	175.760,39	175.760,39	175.760,39	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	30.244.159,40	12.736.400,62	12.002.454,22	11.218.447,33	108.374,43	151.771,70	148.432,58
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	62.968.216,14	26.902.453,16	26.164.641,32	25.366.052,31	108.374,43	151.771,70	148.432,58
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	5.706.317,50	1.617.895,52	1.617.100,52	1.615.100,52	0,00	489,58	489,58
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	35.267.271,10	4.777.739,30	2.217.429,21	1.831.298,87	34.157,00	4.749.736,82	4.626.461,10
Investimentos	34.797.271,10	4.511.696,96	1.951.386,87	1.565.256,53	34.157,00	4.749.736,82	4.626.461,10
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	470.000,00	266.042,34	266.042,34	266.042,34	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	34.797.271,10	4.511.696,96	1.951.386,87	1.565.256,53	34.157,00	4.749.736,82	4.626.461,10
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	5.016.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	108.503.604,74	33.032.045,64	29.733.128,71	28.546.409,36	142.531,43	4.901.998,10	4.775.383,26
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	102.782.287,24	31.414.150,12	28.116.028,19	26.931.308,84	142.531,43	4.901.508,52	4.774.893,68
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							3.725.148,42

RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							3.042.764,74

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		
JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre / 2026	
	VALOR INCORRIDO	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	1.305.435,36	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	146.356,90	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	4.201.843,20	
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2025 (a)	**Até o Bimestre / 2026 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	2.093.124,54	1.797.678,71
DEDUÇÕES (XL)	23.616.071,51	26.291.017,49
Disponibilidade de Caixa	23.616.071,51	26.291.017,49
Disponibilidade de Caixa Bruta	23.824.835,89	27.544.211,72
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	208.764,38	1.213.793,30
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	39.400,93
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(21.522.946,97)	(24.493.338,78)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		2.970.391,81
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre / 2026**	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	1.005.028,92	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	3.975.420,73	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	2.816.342,27	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.250.353,77	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	14.250.353,77
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	4.916.800,00
Entidades Consolidadas:	
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque	
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque	
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque	
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto	

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:D85E929D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO - VI - PRIMÁRIO - RESULTADO PRIMÁRIO

CONSOLIDADO		
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A ABRIL DE 2026		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		Memória de cálculo TCE: 2024-Versão 1.0 - publicada 09/08/2024
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2026
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	60.062.095,13	19.247.626,76
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.316.505,54	2.268.867,42
IPTU	233.760,00	20.803,52
ISS	1.424.265,04	1.099.217,61
ITBI	1.300.000,00	418.451,07
IRRF	2.188.520,00	670.210,30
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	169.960,50	60.184,92
Contribuições	168.800,00	58.444,17
Receita patrimonial	1.372.965,00	883.157,32
Aplicações Financeiras (II)	1.372.965,00	883.157,32
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências correntes	51.950.259,59	15.644.282,45
Cota-Parte do FPM	21.387.979,22	5.549.858,95
Cota-Parte do ICMS	16.306.935,20	5.418.210,29
Cota-Parte do IPVA	792.000,00	647.569,81
Cota-Parte do ITR	1.520.000,00	18.454,26
Cota-Parte do IPI - Municípios	221.760,00	72.880,80
Transferências do FUNDEB	6.693.158,37	2.262.474,01
Outras transferências correntes	5.028.426,80	1.674.834,33
Demais receitas correntes	1.253.565,00	392.875,40
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	1.253.565,00	392.875,40
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	58.689.130,13	18.364.469,44
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	5.620.700,00	1.560.061,56

RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	6.418.817,50	2.724.805,75
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	20.894.308,33	4.889.004,44
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	20.894.308,33	4.889.004,44
Convênios	20.590.000,00	4.518.130,73
Outras Transferências de Capital	304.308,33	370.873,71
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	20.894.308,33	4.889.004,44
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	85.204.138,46	24.813.535,44
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	79.583.438,46	23.253.473,88

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	62.186.944,58	17.576.547,11	16.830.016,25	16.363.345,73	108.374,43	151.771,70	148.432,58
Pessoal e encargos sociais	32.036.005,80	9.276.784,38	9.272.918,94	9.254.152,18	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX))	500.000,00	120.069,22	120.069,22	120.069,22	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	29.650.938,78	8.179.693,51	7.437.028,09	6.989.124,33	108.374,43	151.771,70	148.432,58
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	61.686.944,58	17.456.477,89	16.709.947,03	16.243.276,51	108.374,43	151.771,70	148.432,58
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	5.706.317,50	1.075.445,17	1.074.650,17	1.074.650,17	0,00	489,58	489,58
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	32.911.307,68	3.930.879,27	951.968,64	789.364,99	34.157,00	4.749.736,82	4.626.461,10
Investimentos	32.441.307,68	3.753.517,71	774.607,08	612.003,43	34.157,00	4.749.736,82	4.626.461,10
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	470.000,00	177.361,56	177.361,56	177.361,56	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	32.441.307,68	3.753.517,71	774.607,08	612.003,43	34.157,00	4.749.736,82	4.626.461,10
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	5.016.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	104.866.369,76	22.285.440,77	18.559.204,28	17.929.930,11	142.531,43	4.901.998,10	4.775.383,26
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	99.145.052,26	21.209.995,60	17.484.554,11	16.855.279,94	142.531,43	4.901.508,52	4.774.893,68

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	1.965.690,64
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	1.480.768,83
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	
JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre / 2026
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	883.157,32
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	120.069,22
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	2.243.856,93
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2025 (a)	**Até o Bimestre / 2026 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	2.093.124,54	1.915.762,98
DEDUÇÕES (XL)	23.616.071,51	25.030.753,60
Disponibilidade de Caixa	23.616.071,51	25.030.753,60
Disponibilidade de Caixa Bruta	23.824.835,89	25.776.076,17
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	208.764,38	690.237,12
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	55.085,45
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(21.522.946,97)	(23.114.990,62)

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	1.592.043,65
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre / 2026**
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	481.472,74
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00

VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	2.073.516,39
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	1.310.428,29
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.778.932,37
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	11.778.932,37
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	4.916.800,00
Entidades Consolidadas:	
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque	
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque	
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque	
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto	

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:E284B439

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO - XI - ALIENAÇÃO - RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

CONSOLIDADO			
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO DE 2026			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		Memória de cálculo TCE: Versão	1.0 - Publicada em 14/06/2023
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO A REALIZAR c = (a – b)**
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	47.200,44	(47.200,44)
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	47.200,44	(47.200,44)

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (f)**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)**	**SALDO A PAGAR (h) = (d-e)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	828.422,37	345.535,49	116.006,65	116.006,65	0,00	482.886,88
Despesas de Capital	828.422,37	345.535,49	116.006,65	116.006,65	0,00	482.886,88
Investimentos	828.422,37	345.535,49	116.006,65	116.006,65	0,00	482.886,88
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO APLICAR	**EXERCÍCIO ANTERIOR (i)**	**DO EXERCÍCIO (j) = (Ib – (IIf+ IIg))**	**SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)**
VALOR (III)	602.087,19	(68.806,21)	533.280,98
Entidades Consolidadas:			
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque			
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto			
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque			
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque			

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:71641FB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO - XI - ALIENAÇÃO - RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

CONSOLIDADO			
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A ABRIL DE 2026			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 14/06/2023	
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO A REALIZAR c = (a – b)**
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	31.790,19	(31.790,19)
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	31.790,19	(31.790,19)

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (f)**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)**	**SALDO A PAGAR (h) = (d-e)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	828.422,37	327.537,29	0,00	0,00	0,00	500.885,08
Despesas de Capital	828.422,37	327.537,29	0,00	0,00	0,00	500.885,08
Investimentos	828.422,37	327.537,29	0,00	0,00	0,00	500.885,08

Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO APLICAR	EXERCÍCIO ANTERIOR (i)	DO EXERCÍCIO (j) = (Ib – (IIf+ IIg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)	602.087,19	31.790,19	633.877,38
Entidades Consolidadas:			
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque			
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto			
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque			
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque			

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:283705B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO - XIV - SIMPLIFICADO - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO RREO

CONSOLIDADO	
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A JUNHO DE 2026	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	90.606.956,34
Previsão Atualizada da Receita	92.318.020,96
Receitas Realizadas	40.736.700,22
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	14.250.353,77
Dotação Inicial	81.243.456,34
Dotação Atualizada	99.829.582,99
Despesas Empenhadas	32.375.291,80
Despesas Liquidadas	29.076.374,87
Despesas Pagas	27.889.655,52
Superávit Orçamentário	11.684.025,40
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	32.375.291,80
Despesas Liquidadas	29.076.374,87
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	30.188.546,89
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	29.708.546,89
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	29.095.442,89
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado até o bimestre (b)	% em relação a meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	2.967.951,72	0,00 %
Resultado Primário	0,00	4.825.022,32	0,00 %

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	206.394,64	(37.159,00)	142.531,43	26.704,21
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	6.652.274,86	(621.264,87)	4.388.705,71	1.642.304,28
Poder Legislativo	390.353,48	(3.675,93)	0,00	386.677,55
TOTAL	7.249.022,98	(662.099,80)	4.531.237,14	2.055.686,04

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	%Aplicado até o bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do	6.731.141,47	25%	26,04
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	2.951.317,42	70%	87,56
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50%	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo a realizar
Receita de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	4.777.739,30	30.504.531,80

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				

Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	47.200,44		(47.200,44)
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	345.535,49		482.886,88
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**	
		% Mínimo a aplicar no exercício	**% Aplicado até o bimestre**
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.673.430,32	15%	21,95
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas/RCL (%)	0,00		
Entidades Consolidadas:			
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque			
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto			
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque			
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque			

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:D0710A2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO - XIV - SIMPLIFICADO - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO RREO

CONSOLIDADO	
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A ABRIL DE 2026	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	90.606.956,34
Previsão Atualizada da Receita	91.153.520,96
Receitas Realizadas	27.704.177,96
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	11.778.932,37
Dotação Inicial	81.243.456,34
Dotação Atualizada	96.287.463,60
Despesas Empenhadas	21.873.218,70
Despesas Liquidadas	18.146.982,21
Despesas Pagas	17.525.758,12
Superávit Orçamentário	9.564.863,45
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	21.873.218,70
Despesas Liquidadas	18.146.982,21
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	19.233.262,33
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	19.133.262,33
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	18.893.354,33
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	**Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)**	**Resultado apurado até o bimestre (b)**	**% em relação a meta (b/a)**
Resultado Nominal	0,00	1.589.603,56	0,00 %
Resultado Primário	0,00	2.668.646,76	0,00 %

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	**Inscrição**	**Cancelamento até o bimestre**	**Pagamento até o bimestre**	**Saldo a pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	206.394,64	(5.270,00)	142.531,43	58.593,21
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	6.652.274,86	(17.747,33)	4.413.678,74	2.220.848,79
Poder Legislativo	390.353,48	(3.675,93)	0,00	386.677,55
TOTAL	7.249.022,98	(26.693,26)	4.556.210,17	2.666.119,55
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**		
		% Mínimo a aplicar no exercício		**% Aplicado até o bimestre**
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do	4.327.615,51	25%		25,69

Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	2.091.762,45	70%		94,15
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50%		0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%		0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**	
Receita de Operações de Crédito	0,00		0,00	
Despesa de Capital Líquida	3.930.879,27		28.995.428,41	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício em Referência**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	31.790,19		(31.790,19)
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	327.537,29		500.885,08
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**	
		% Mínimo a aplicar no exercício	**% Aplicado até o bimestre**
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.695.600,30	15%	21,94
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas/RCL (%)	0,00		
Entidades Consolidadas:			
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque			
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto			
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque			
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque			

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:C441D427

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

CAMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2026
(LEI FEDERAL N. 14.133/2021)

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
MODALIDADE DE COMPRA: DISPENSA
AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021 Art. 75, II; RESOLUÇÃO Nº 03/2023 E DEMAIS ALTERAÇÕES;
TIPO: AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
REGISTRO DE PREÇOS: SIM
DATA DA PUBLICAÇÃO NO ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO: 23/07/2026
DATA FINAL DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 27/07/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
FORMA DE EXECUÇÃO: O ITEM DEVERÁ SER ENTREGUE DE FORMA PARCELADA.
(E DEMAIS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.)

Item	Descrição	Unid	Quant
01	APONTADOR COM DEPÓSITO, LÂMINA DE AÇO TEMPERADO	UN	20
02	ARQUIVO MORTO POLIONDA, MEDIDA 250X130X350MM	UN	50
03	BORRACHA BRANCA, DIMENSÕES 4,2X2,9X1CM (CAIXA COM 20 UN)	CX	02
04	BLOCO ADESIVO (REFIL PARA SUPORTE) PUXA FÁCIL 76MMX76MM, COM 90 NOTAS	UN	30
05	BLOCO ADESIVO 38X50MM, EMBALAGEM COM 4 BLOCOS, TOTAL 400 NOTAS	UN	20
06	BLOCO ADESIVO 76X76MM C/ 100 NOTAS	UN	30
07	CLIPS GALVANIZADO Nº. 4, CAIXA COM 500 GRAMAS	CX	04
08	CORRETIVO FITA, 4,2MM X10M	UN	15
09	CANETA MARCA TEXTO AMARELA, PONTA DE POLIESTER CHANFRADA (CX12 UN)	CX	05
10	COLA BASTÃO ATÓXICA 8 GR	UN	25
11	CALCULADORA DE MESA 12 DIGITOS, VISOR LCD INCLINADO, AUTO OFF, TECLA DE RETORNO	UN	15
12	DIVISÓRIA PLÁSTICA FICHÁRIO A4, COM 10 PROJEÇÕES, FURAÇÃO UNIVERSAL E VISOR PARA IDENTIFICAÇÃO	UN	05
13	QUADRO BRANCO MAGNÉTICO 90X120CM ALUMÍNIO	UN	01
14	ENVELOPE BRANCO 24X34MM, GRAMATURA 90G	UN	100
15	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 48MM, 3 METROS	UN	02
16	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 24MMX50M	UN	02
17	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12MMX40M	UN	02
18	GRAMPEADOR 26/6 P/ 25 FL DE 75G/M², DIMENSÕES (CXLXA): 10,7 X 3,2 X 5CM	UN	20
19	MOLHA DEDO TIPO PASTA, PESO 12 GR	UN	15
20	PASTA L A4 TRANSPARENTE	UN	20
21	PASTA COM GRAMPO PLASTICO FOSCA PRETA	UN	30

22	PERFURADOR 2 FUROS PARA 30 FOLHAS, ESTRUTURA METÁLICA, SISTEMA DE TRAVA, APOIO EMBORRACHADO, BANDEJA COLETORA DE GRANDE CAPACIDADE, GUIA DE CENTRALIZAÇÃO DAS FOLHAS, MEDIDAS: C:10 X L:11 X A:9CM	UN	20
23	PASTA A/Z LOMBO LARGO PRETA, TAMANHO: 28,5 X 34,5 X 7,3 CM, ETIQUETA DUPLA FACE NA LOMBADA, VISOR PLÁSTICO NA LOMBADA, REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO DE PP, POLIPROPILENO DA MESMA COR, MECANISMOS NIQUELADOS E CANTONEIRAS DE PROTEÇÃO EM METAL PARA EVITAR DESGASTE	UN	40
24	PAPEL SULFITE A4 BRANCO, 75G/M2, CAIXA COM 10 RESMAS (FOLHAS POR RESMA 500 UNIDADES)	CX	20
25	RÉGUA EM POLIESTIRENE 30 CM	UN	20
26	SACO PLÁSTICO A4 CRISTAL LISO, 2 FUROS, ESPESSURA 0,10MM, COM 100 UNIDADES	PCT	02
27	PERFURADOR DE PAPEL 2 FUROS P/ 60 FOLHAS PROFISSIONALCOM TRAVA MARGEADOR	UN	03
28	PINOS E DISCOS EXPERT PARA PERFURADOR 150 FOLHAS BLISTER X 4 DISCOS E 2 PINOS – MAPED PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA O PERFURADOR EXPERT HEAVY DUTY	UN	01
29	GRAMPEADOR PARA 100FLS CARACTERISTICAS: - PARA 100 FOLHAS - ESTRUTURA METÁLICA - BASE DE BORRACHA - UTILIZA GRAMPOS 23/6, 23/8, 23/10 E 23/13	UN	03
30	**SUPORTE POST-IT POP-UP**	UN	20
31	**MOUSE PAD C/APOIO DE PUNHO EM GEL PRETO, 24,8X22,6CM**	UN	15
32	CAIXA CORRESPONDÊNCIA SIMPLES - FABRICADA EM POLIESTIRENO - POSSUI 3MM DE ESPESSURA DE PAREDE, GARANTINDO ROBUSTEZ E RESISTÊNCIA - DIMENSÕES: 260 X 362 X 45 MM	UN	10
33	CAIXA CORRESPONDÊNCIA DUPLA ARTICULÁVEL - FABRICADA EM POLIESTIRENO - ARTICULADA, PODE SER UTILIZADA ABERTA OU FECHADA - ABERTURA FRONTAL - POSSUI 3MM DE ESPESSURA DE PAREDE, GARANTINDO ROBUSTEZ E RESISTÊNCIA - HASTES METÁLICAS GARANTEM PERFEITA ESTABILIDADE E MAIS SEGURANÇA NO MANUSEIO - DIMENSÕES: 254 X 358 X 95 MM	UN	10
34	CAIXA CORRESPONDÊNCIA TRIPLA ARTICULAVEL CARACTERÍSTICAS: - FABRICADA EM POLIESTIRENO - ARTICULADA, PODE SER UTILIZADA ABERTA OU FECHADA - ABERTURA FRONTAL - POSSUI 3MM DE ESPESSURA DE PAREDE, GARANTINDO ROBUSTEZ E RESISTÊNCIA - HASTES METÁLICAS GARANTEM PERFEITA ESTABILIDADE E MAIS SEGURANÇA NO MANUSEIO - DIMENSÕES: 254 X 358 X 140 MM	UN	10
35	PRENDEDOR DE PAPEL 19MM CAIXA C/12 UN	CX	05
36	PRENDEDOR DE PAPEL 32MM CAIXA C/12 UN	CX	05
37	PRENDEDOR DE PAPEL 51MM CAIXA C/12 UN	CX	05
38	CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA FINA AZUL CAIXA COM 50 UN	CX	05
39	CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA CAIXA COM 50 UN	CX	01
40	CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA CAIXA COM 50 UN	CX	01
41	PORTA LÁPIS TRIPLO		20
42	PASTA SUSPENSA; CARTÃO PLASTIFICADO MARMORIZADO PENDULAR; PESANDO NO MÍNIMO 336 G M2 COM 2 ARAMES DE 402 MM COMPRIMENTO BTC BAIXO TEOR DE CARBONO ; PRENDEDORES INTERNOS DE PLÁSTICO 4 PONTEIRAS PLÁSTICAS FIXADAS COM ILHÓS; NO TAMANHO 361 X 240 MM CAIXA COM 50 UNIDADES	CX	5
43	GRAMPOS 26/6 (CX C 5000 UN)	CX	02
44	**CADERNO EXECUTIVO CAPA DURA 80FLS**	UN	02
45	**PERFURADOR DE PAPEL 2 FUROS PARA 150 FOLHAS HEAVY DUTY 150 EXPERT MAPED**	UN	01
46	**TESOURA USO GERAL 19CM**	UN	20
47	GRAMPOS 23/8 (CX C 1000 UN)	CX	01
48	LÁPIS PRETO (CX 72 UN)	CX	01
49	GRAMPOS 23/13 (CX C 1000 UN)	CX	01
50	CALCULADORA DE MESA , TIPO BOBINA, IMPRESSÃO 12 DÍGITOS BIVOLT BRANC, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO DE 2.0 LINHAS/SEG, ALTURA X LARGURA 5.7 CM X 21.7 CM	UN	01
51	TINTA PARA CARIMBO PRETO 40ML	UN	02
52	**CARREGADOR DE PILHAS C/4 UN 2AA E 2AAA**	UN	01
53	**PILHA RECARREGÁVEL AAA (C 4 UN)**	CX	04
54	**PILHA RECARREGÁVEL AA (C 4 UN)**	CX	04

OBS: As propostas e habilitação devem ser enviadas no e-mail: comprascmbs@hotmail.com

Bocaiúva do Sul, 22 de julho de 2026.

GUILHERME NOVAKOSKI BANDEIRA
Agente de Contratação
Portaria 019/2026

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:8D726D66

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANEY
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, VINCULADO A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, VINCULADO A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2026.
Processo Administrativo nº 04/2026
Dispensa de Licitação para Registro de Preços nº 04/2026
A **Câmara Municipal de Braganey**, inscrita no CNPJ n.º 01.551.484/0001-20, localizada à Avenida Arthur Pereira, nº 993, Centro, na cidade de Braganey, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, neste ato representado pelo Presidente da Câmara **Sr. ADRIANO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, estudante, portador da Carteira de Identidade nº12.490.645-8 SESP/Pr., inscrito no CPF sob o nº. 092.846.049-58, residente e domiciliado na zona rural estrada São Miguel, distrito de Bragantina, nº s/n, Município de Braganey/Pr e a empresa **VELCI ROQUE MINUZZO – MERCADO**, inscrita no CNPJ nº 12.208.983/0001-35, estabelecida à Rua Castelo Branco, nº 40, Bairro Centro, na cidade de Braganey, Estado do Paraná, doravante denominado **FORNECEDOR REGISTRADO**, neste ato representado por seu representante legal, o **Sr. VELCI ROQUE MINUZZO**, brasileiro, empresário, casado, portador do RG sob o nº 71385922 SESP/PR e inscrito no CPF sob o nº 025.226.979-94, residente e

domiciliado na cidade de Braganey, Estado do Paraná, e-mail minuzzo76@hotmail.com, resolvem celebrar a presente Ata de Registro de Preços nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021.

CLÁUSULA – DO OBJETO

Registro de preços para futura e eventual **aquisição de Gêneros Alimentícios para a Câmara Municipal de Braganey**, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos do processo.

Descritivo do Objeto:

Item	Descrição / Especificação	Marca	Qntd	Und	Valor Unt R$	Valor Total R$	Validade da Ata
1	Café – 500 gramas	Gosto Bom	100	Und.	21,95	2.195,00	12 Meses
2	Açúcar – 5 kg	Alto Alegre	24	Und.	12,95	310,80	12 Meses
3	Suco em pó – 18g	Tang	60	Und.	0,95	57,00	12 Meses
4	Chá – 25 sachês de 40g	Leao	84	Caixa	3,95	331,80	12 Meses
5	Bolacha de Sal – pacote de 370g	Isabela	80	Pacote	3,95	316,00	12 Meses
6	Bolacha doce – pacote de 370g	Isabela	80	Pacote	3,95	316,00	12 Meses
7	Galão de água – 20L	Fontana Ouro	80	Und.	14,50	1.160,00	12 Meses
8	Farinha de Trigo – 5kg	Araucaria	12	Pacote	14,95	179,40	12 Meses
9	Caixa de Leite – 1L com 12 unidades	Lider	15	Caixa	59,50	892,50	12 Meses
10	Óleo – 1L	Coamo	30	Und.	5,95	178,50	12 Meses
11	Fermento em Pó – 250 gramas	Royal	12	Und.	9,95	119,40	12 Meses
12	Caixa contendo 48 Copos de Água Mineral – 200ml	Fontana Ouro	24	Caixa	39,50	948,00	12 Meses
13	Achocolatado em pó – 370g	Zaeli	10	Und.	9,95	99,50	12 Meses
14	Margarina 500g	Coamo	5	Und.	7,95	39,75	12 Meses
15	Filtro de Café	Melita	12	Caixa	3,95	47,40	12 Meses
16	Pão Fatiado	Viscont	20	Pacote	4,95	99,00	12 Meses
17	Extrato de Tomate	Elefante	10	Und.	5,95	59,50	12 Meses
18	Sal 1Kg	Moc	4	Und.	2,95	11,80	12 Meses
19	Ovo – Caixa com 12 unidades.	Lar	12	Caixa	9,95	119,40	12 Meses
20	Fubá	Costa Curta	24	Pacote	4,95	118,80	12 Meses
21	Milho 200g	Zaeli	10	Und.	2,95	29,50	12 Meses
22	Alho 150g	Cantu	12	Pacote	9,95	119,40	12 Meses
TOTAL						**R$ 7.748,45**	

CLÁUSULA – DO VALOR

Valor Total Registrado: R$ 7.748,45 (sete mil setecentos e quarenta e oito reais e quarenta e cinco centavos).

CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA

Vigência da Ata: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente os arts. 82 a 86; Decreto Federal nº 11.462/2023; Resolução nº 07/2023 da Câmara Municipal de Braganey; Processo Administrativo nº 04/2026 – Dispensa de Licitação para Registro de Preços nº 04/2026.

CLÁUSULA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Material de uso e consumo 01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.30.00.00

Fonte de Recursos – 001 - Recurso do Tesouro (Descentralizado)

CLÁUSULA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes da presente Ata.

Braganey/PR, 22 de julho de 2026.

ADRIANO DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Braganey

Publicado por:
Elaine Salete da Rocha
Código Identificador:4FE6A508

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANEY
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, VINCULADO A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, VINCULADO A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2026.
Processo Administrativo nº 05/2026

Dispensa de Licitação para Registro de Preços nº 05/2026

A **Câmara Municipal de Braganey**, inscrita no CNPJ n.º 01.551.484/0001-20, localizada à Avenida Arthur Pereira, nº 993, Centro, na cidade de Braganey, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, neste ato representado pelo Presidente da Câmara **Sr. ADRIANO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, estudante, portador da Carteira de Identidade nº12.490.645-8 SESP/Pr., inscrito no CPF sob o nº. 092.846.049-58, residente e domiciliado na zona rural estrada São Miguel, distrito de Bragantina, nº s/n, Município de Braganey/Pr e a empresa **VELCI ROQUE MINUZZO – MERCADO**, inscrita no CNPJ nº 12.208.983/0001-35, estabelecida à Rua Castelo Branco, nº 40, Bairro Centro, na cidade de Braganey, Estado do Paraná, doravante denominado **FORNECEDOR REGISTRADO**, neste ato representado por seu representante legal, o **Sr. VELCI ROQUE MINUZZO**, brasileiro, empresário, casado, portador do RG sob o nº 71385922 SESP/PR e inscrito no CPF sob o nº 025.226.979-94, residente e domiciliado na cidade de Braganey, Estado do Paraná, e-mail minuzzo76@hotmail.com, resolvem celebrar a presente Ata de Registro de Preços nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021.

CLÁUSULA – DO OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização destinados ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Braganey, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos do processo.

Descritivo do Objeto:

Item	Descrição / Especificação	Marca	Qntd	Und	Valor Unt R$	Valor Total R$	Validade da Ata
1	Sabão em Pó – 800g	Omo	24	Unid	12,95	310,80	12 Meses
2	Detergente - 500 ml	Ype	60	Unid	1,95	117,00	12 Meses
3	Sabão em barra - 900g, com 05 unidades	Ype	12	Pct	9,95	119,40	12 Meses
4	Água Sanitária - 1 lt	Ype	84	Unid	2,95	247,80	12 Meses
5	Limpa Vidros - 500 ml	Veja	12	Unid	12,95	155,10	12 Meses

6	Multiuso para Piso - 500 ml	Veja	72	Unid	8,95	644,40	12 Meses
7	Multiuso para Mesa - 500 ml	Veja	13	Unid	3,95	51,35	12 Meses
8	Palha de Aço 45g	Bombril	13	Pct	1,95	25,35	12 Meses
9	Esponja – 01 unidade	Scoth	50	Pct	1,50	75,00	12 Meses
10	Saco de Lixo de 15 LT com 100 unid.	Eco	30	Pct	12,95	388,50	12 Meses
11	Saco de Lixo de 30 LT com 100 unid	Eco	15	Pct	12,95	194,25	12 Meses
12	Saco de Lixo de 100 LT com 50 unid.	Eco	24	Pct	12,95	310,80	12 Meses
13	Desinfetante 500 ml	Veja	84	Unid	4,95	415,80	12 Meses
14	Pedra Sanitária	Poliflor	50	Unid	1,95	97,50	12 Meses
15	Álcool 1 LT	Araucária	24	Unid	7,95	190,80	12 Meses
16	Álcool em gel 500gr	Araucária	12	Unid	5,95	71,40	12 Meses
17	Rodo de Espuma (grande)	Da casa	24	Unid	13,95	334,80	12 Meses
18	Rodo (grande)	Da casa	3	Unid	14,95	44,85	12 Meses
19	Vassoura de Palha	Da casa	24	Unid	19,95	478,80	12 Meses
20	Vassoura nylon	Da casa	6	Unid	9,95	59,70	12 Meses
21	Pano de chão	Flabom	24	Unid	12,95	310,80	12 Meses
22	Pano Flanela	Flabom	24	Unid	2,50	60,00	12 Meses
23	Pano de Prato	Flabom	12	Unid	4,95	59,40	12 Meses
24	Lustra Móveis 500gr	Poliflor	12	Unid	4,95	59,40	12 Meses
25	Aromatizador Aerossol de Banheiro	Bom ar	6	Unid	9,95	59,70	12 Meses
26	Limpador Multiuso de Saponáceo com Cloro 450ml	Bombril	24	Unid	6,95	166,80	12 Meses
27	Removedor de Sujeira 1L	Removex	24	Unid	7,95	190,80	12 Meses
28	Sabonete Líquido 250 ml	Lux	12	Unid	4,95	59,40	12 Meses
29	Papel Toalha de Cozinha (Guardanapo)	Trópicos	24	Pct	4,95	118,80	12 Meses
30	Papel Toalha para Banheiro	Tropicos	8	Pct	18,95	151,60	12 Meses
31	Papel higiênico de 30mt cada - pacote com 04 unidades	Familiar	70	Pct	4,95	346,50	12 Meses
32	Limpador Perfumado para Piso 500 ml	Veja	60	Unid	5,95	357,00	12 Meses
TOTAL		**R$ 6.273,90**					

CLÁUSULA – DO VALOR
Valor Total Registrado: R$ 6.273,90 (seis mil, duzentos e setenta e três reais e noventa centavos).

CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA
Vigência da Ata: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
CLÁUSULA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente os arts. 82 a 86; Decreto Federal nº 11.462/2023; Resolução nº 07/2023 da Câmara Municipal de Braganey; Processo Administrativo nº 05/2026 – Dispensa de Licitação para Registro de Preços nº 05/2026.
CLÁUSULA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Material de uso e consumo 01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.30.00.00
Fonte de Recursos – 001 - Recurso do Tesouro (Descentralizado)
CLÁUSULA - DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes da presente Ata.

Braganey/PR, 22 de julho de 2026.

ADRIANO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Braganey

Publicado por:
Elaine Salete da Rocha
Código Identificador:7124F448

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MUNICIPIO DE CAMPO MAGRO - PR							
CONSOLIDADO							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							Exercício de 2026
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A JUNHO / BIMESTRE MAIO - JUNHO							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	149.105.579,84	149.105.579,84	33.295.533,65	22,33	87.839.536,72	58,91	61.266.043,12
RECEITAS CORRENTES	148.639.679,85	148.639.679,85	28.295.533,65	19,04	82.560.213,44	55,54	66.079.466,41
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	27.024.687,26	27.024.687,26	4.217.703,64	15,61	11.543.821,58	42,72	15.480.865,68
Impostos	18.745.011,54	18.745.011,54	3.568.284,04	19,04	9.565.102,55	51,03	9.179.908,99
Taxas	8.268.268,67	8.268.268,67	648.172,72	7,84	1.975.072,35	23,89	6.293.196,32
Contribuição de Melhoria	11.407,05	11.407,05	1.246,88	10,93	3.646,68	31,97	7.760,37
CONTRIBUIÇÕES	1.813.651,91	1.813.651,91	294.148,59	16,22	893.907,77	49,29	919.744,14
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Púbica	1.813.651,91	1.813.651,91	294.148,59	16,22	893.907,77	49,29	919.744,14
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	560.937,25	0,00	1.593.188,65	0,00	-1.593.188,65

Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	560.937,25	0,00	1.593.188,65	0,00	-1.593.188,65
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	718.613,61	718.613,61	38.759,42	5,39	60.910,94	8,48	657.702,67
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	718.613,61	718.613,61	38.759,42	5,39	60.910,94	8,48	657.702,67
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	119.082.727,07	119.082.727,07	22.890.975,25	19,22	67.399.292,81	56,60	51.683.434,26
Transferências da União e de suas Entidades	66.514.074,17	66.514.074,17	11.542.959,83	17,35	32.467.098,53	48,81	34.046.975,64
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	34.914.991,29	34.914.991,29	7.979.831,78	22,86	23.664.533,17	67,78	11.250.458,12
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	17.653.661,61	17.653.661,61	3.368.183,64	19,08	11.267.661,11	63,83	6.386.000,50
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	293.009,50	0,00	1.069.091,69	0,00	-1.069.091,69
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	17.946,53	0,00	51.191,24	0,00	-51.191,24
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	157.935,39	0,00	257.792,31	0,00	-257.792,31
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	117.127,58	0,00	760.108,14	0,00	-760.108,14
RECEITAS DE CAPITAL	465.899,99	465.899,99	5.000.000,00	1.073,19	5.279.323,28	1.133,15	-4.813.423,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	0,00	-5.000.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	0,00	-5.000.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	465.899,99	465.899,99	0,00	0,00	279.323,28	59,95	186.576,71
Transferências da União e de suas Entidades	465.899,99	465.899,99	0,00	0,00	0,00	0,00	465.899,99
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	279.323,28	0,00	-279.323,28
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	149.105.579,84	149.105.579,84	33.295.533,65	22,33	87.839.536,72	58,91	61.266.043,12
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	149.105.579,84	149.105.579,84	33.295.533,65	22,33	87.839.536,72	58,91	61.266.043,12
DÉFICIT (VI)	----	----	----	----	0,00	----	----
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	149.105.579,84	149.105.579,84	33.295.533,65	22,33	87.839.536,72	58,91	----
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	7.762.964,75	----	----	7.762.964,75	----	----
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	----	----	----	----	----
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	----	7.762.964,75	----	----	7.762.964,75	----	----

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	149.090.079,84	218.147.697,28	55.904.534,49	112.412.912,82	105.734.784,46	36.331.383,94	84.156.813,51	133.990.883,77	71.855.056,50
DESPESAS CORRENTES	133.875.306,08	149.911.227,73	30.952.064,29	82.750.795,47	67.160.432,26	29.490.253,06	72.978.442,81	76.932.784,92	62.306.317,07
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	68.492.153,16	68.814.028,22	14.378.397,04	40.711.779,69	28.102.248,53	14.349.468,15	40.638.931,45	28.175.096,77	39.608.609,24
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000.000,00	4.360.000,00	494.048,01	1.572.468,25	2.787.531,75	494.048,01	1.572.468,25	2.787.531,75	1.569.007,85
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	60.383.152,92	76.737.199,51	16.079.619,24	40.466.547,53	36.270.651,98	14.646.736,90	30.767.043,11	45.970.156,40	21.128.699,98
DESPESAS DE CAPITAL	14.485.585,54	67.507.281,33	24.952.470,20	29.662.117,35	37.845.163,98	6.841.130,88	11.178.370,70	56.328.910,63	9.548.739,43

INVESTIMENTOS	7.485.585,54	61.207.281,33	24.181.002,21	27.037.297,41	34.169.983,92	6.069.662,89	8.553.550,76	52.653.730,57	7.001.530,31
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	7.000.000,00	6.300.000,00	771.467,99	2.624.819,94	3.675.180,06	771.467,99	2.624.819,94	3.675.180,06	2.547.209,12
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	729.188,22	729.188,22	----	----	729.188,22	----	----	729.188,22	----
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	15.500,00	15.500,00	0,00	0,00	15.500,00	0,00	0,00	15.500,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS)(X) = (VIII + IX)	149.105.579,84	218.163.197,28	55.904.534,49	112.412.912,82	105.750.284,46	36.331.383,94	84.156.813,51	134.006.383,77	71.855.056,50
AMORTIZAÇÃO DA DIV./ REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	149.105.579,84	218.163.197,28	55.904.534,49	112.412.912,82	105.750.284,46	36.331.383,94	84.156.813,51	134.006.383,77	71.855.056,50
SUPERÁVIT (XIII)	----	----	----	0,00	----	----	3.682.723,21	----	15.984.480,22
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	149.105.579,84	218.163.197,28	55.904.534,49	112.412.912,82	----	36.331.383,94	87.839.536,72	----	87.839.536,72
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----	0,00	----

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	15.500,00	15.500,00	0,00	0,00	15.500,00	0,00	0,00	15.500,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	15.500,00	15.500,00	0,00	0,00	15.500,00	0,00	0,00	15.500,00	0,00
INVESTIMENTOS	15.500,00	15.500,00	0,00	0,00	15.500,00	0,00	0,00	15.500,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----	0,00	----
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO. Emissão: 17/07/2026, às 10:38:56.									
Nota(s) Explicativa(s):									

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:94E79BE3

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ESTADO DO PARANÁ					Exercício de 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO					Janeiro à Junho
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11					
ENTIDADE(S): PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO					
Parâmetros: Enviar Relatório para o Transparência Fly: N; Nível Natureza: 3; Tipo de Período: M; Despesa: E; Enviar relatório para o Transparência Cloud: N; Exercício: 2026; Entidades: [{"valor":"42","descricao":"PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO"}]; Consolidado: N; Organograma: [{"valor":"07003","descricao":"07003 / FUNDO MUNIC. DO DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE"}]; Mês Fim: 06; Mês Início: 01 - Versão: 41 de 06/05/2026 09:39:16					
Especificações	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Despesa Empenhada		Saldos
			No Período	Até o Período	
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO					
07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	**1.248.726,39**	**3.751.800,65**	**2.749.072,86**	**2.749.072,86**	**1.002.727,79**
07.003 - FUNDO MUNIC. DO DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	**1.248.726,39**	**3.751.800,65**	**2.749.072,86**	**2.749.072,86**	**1.002.727,79**
07.003.08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.207.726,39	1.716.438,63	1.112.492,29	1.112.492,29	603.946,34
07.003.08.243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	1.207.726,39	1.716.438,63	1.112.492,29	1.112.492,29	603.946,34
07.003.08.243.1008 - PROMOÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS	1.137.638,88	1.257.638,88	1.024.006,23	1.024.006,23	233.632,65
08.243.1008.2027 - SUBVENÇÕES SOCIAIS AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	1.137.014,21	1.257.014,21	1.024.006,23	1.024.006,23	233.007,98
3.3.50.00.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LU	1.135.764,87	1.085.764,87	1.024.006,23	1.024.006,23	61.758,64
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	1.135.764,87	1.085.764,87	1.024.006,23	1.024.006,23	61.758,64
3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	1.249,34	171.249,34	0,00	0,00	171.249,34
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	1.249,34	171.249,34	0,00	0,00	171.249,34
08.243.1008.2318 - REDE DE PROTEÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTE	624,67	624,67	0,00	0,00	624,67
3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	624,67	624,67	0,00	0,00	624,67
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	624,67	624,67	0,00	0,00	624,67
07.003.08.243.1024 - FUNDO MUNICIPAL	70.087,51	458.799,75	88.486,06	88.486,06	370.313,69
08.243.1024.6001 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	70.087,51	458.799,75	88.486,06	88.486,06	370.313,69
3.3.50.00.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LU	2.839,41	2.839,41	0,00	0,00	2.839,41
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	2.839,41	2.839,41	0,00	0,00	2.839,41
3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	65.873,82	150.873,82	88.486,06	88.486,06	62.387,76
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	65.873,82	65.873,82	34.416,91	34.416,91	31.456,91
00877/01011.09.99.05.18.2.749.0000 - DELIBERAÇÃO 13/2025 - CEDCA	0,00	85.000,00	54.069,15	54.069,15	30.930,85
4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	1.374,28	305.086,52	0,00	0,00	305.086,52
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	1.374,28	1.374,28	0,00	0,00	1.374,28
00877/01011.09.99.05.18.2.749.0000 - DELIBERAÇÃO 13/2025 - CEDCA	0,00	303.712,24	0,00	0,00	303.712,24
07.003.12 - EDUCAÇÃO	5.000,00	1.999.362,02	1.631.980,57	1.631.980,57	367.381,45
07.003.12.243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	5.000,00	1.999.362,02	1.631.980,57	1.631.980,57	367.381,45
07.003.12.243.1051 - PROMOÇAO EDUCAÇÃO PRIMEIRA INFANCIA	5.000,00	1.999.362,02	1.631.980,57	1.631.980,57	367.381,45
12.243.1051.2710 - CONSTRUÇÃO CRECHE FELIZ	5.000,00	1.999.362,02	1.631.980,57	1.631.980,57	367.381,45
3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	2.000,00	1.996.362,02	1.631.980,57	1.631.980,57	364.381,45
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Especificações	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	Despesa Empenhada		Saldos

	INICIAL	ATUALIZADA	No Período	Até o Período	
00894/01011.09.99.05.18.1.749.0000 - PROJETO INFÂNCIA FELIZ PARANÁ - CRECHE JARDIM ÁGUAS	0,00	1.994.362,02	1.631.980,57	1.631.980,57	362.381,45
07.003.13 - CULTURA	36.000,00	36.000,00	4.600,00	4.600,00	31.400,00
07.003.13.243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	36.000,00	36.000,00	4.600,00	4.600,00	31.400,00
07.003.13.243.1018 - PROMOÇÃO DA JUVENTUDE	36.000,00	36.000,00	4.600,00	4.600,00	31.400,00
13.243.1018.6002 - ESPAÇO PARA ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE	36.000,00	36.000,00	4.600,00	4.600,00	31.400,00
3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	16.000,00	33.000,00	4.600,00	4.600,00	28.400,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	16.000,00	33.000,00	4.600,00	4.600,00	28.400,00
4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	20.000,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Total Entidade:	**1.248.726,39**	**3.751.800,65**	**2.749.072,86**	**2.749.072,86**	**1.002.727,79**
Total Geral:	**1.248.726,39**	**3.751.800,65**	**2.749.072,86**	**2.749.072,86**	**1.002.727,79**
Nota(s) Explicativa(s):					

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:F69F57DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – DCL

MUNICIPIO DE CAMPO MAGRO - PR			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			Exercício de 2026
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – DCL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO 2026 / SEMESTRE JANEIRO - JUNHO			
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")			R$ 1,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		Até o 1º Semestre	**Até o 2º Semestre**
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	20.831.402,10	23.680.924,13	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	20.831.402,10	23.680.924,13	0,00
Empréstimos	193.459,40	3.042.981,43	0,00
Internos	193.459,40	3.042.981,43	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	20.131.612,10	20.131.612,10	0,00
Internos	20.131.612,10	20.131.612,10	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	506.330,60	506.330,60	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	506.330,60	506.330,60	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	6.670.714,95	-22.731.202,20	0,00
Disponibilidade de Caixa[1]	6.670.714,95	-22.731.202,20	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	27.854.597,63	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	15.254.987,85	16.329.799,06	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.928.894,83	6.401.403,14	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	14.160.687,15	46.412.126,33	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	157.840.397,68	170.904.820,29	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	1.450.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	157.840.397,68	169.454.820,29	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	13.2%	13.97%	0%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	8.97%	27.39%	0%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	189.408.477,22	203.345.784,35	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	170.467.629,49	183.011.205,91	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		Até o 1º Semestre	**Até o 2º Semestre**
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DCL)[2]	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	-13.289.258,00	14.056.163,62	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO. Emissão: 17/07/2026, às 11:13:09.			
1. A Disponibilidade de Caixa Bruta não poderá apresentar valor negativo, porém, em determinadas situações, como utilização de depósitos restituíveis para pagamento de despesas próprias do ente, o valor da linha "Disponibilidade de Caixa" poderá resultar em valor negativo. Por outro lado, o ente deve incluir os valores das obrigações a pagar atrasadas que estiverem registradas como restos a pagar processados (RPP) no item "Outras Dívidas" da DC (I), por meio do registro dos RPP sem disponibilidade financeira em conta de controle específica (e não de forma automática), e, para evitar duplicidade, deve deduzir o valor correspondente do montante total de RPP informado no bloco das DEDUÇÕES (II).			
2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".			
Nota(s) Explicativa(s):			

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:DF15F692

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

MUNICIPIO DE CAMPO MAGRO - PR							
CONSOLIDADO							Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A JUNHO / BIMESTRE MAIO - JUNHO							
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**					**SALDO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	54.661,03					-54.661,03
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00					0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00					0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00					0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	54.661,03					-54.661,03
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (f)**	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)**	**SALDO (h) = (d - e)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	331.000,00	272.356,62	207.026,62	207.026,62	14.650,90	14.650,90	58.643,38
Despesas de Capital	331.000,00	272.356,62	207.026,62	207.026,62	14.650,90	14.650,90	58.643,38
Investimentos	331.000,00	272.356,62	207.026,62	207.026,62	14.650,90	14.650,90	58.643,38
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2025 **(i)**	2026 **(j) = (Ib - (IIf+IIg))**					**SALDO ATUAL**
VALOR (III)	803.427,57	-167.016,49					636.411,08
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO. Emissão: 17/07/2026, às 10:40:30.							
Nota(s) Explicativa(s):							

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:DEB2AA96

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

MUNICIPIO DE CAMPO MAGRO - PR			
Exercício de 2026			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO DE 2026			
RGF - Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)			
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III+ IV)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	157.840.397,68	170.904.820,29	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	0,00	1.450.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	157.840.397,68	169.454.820,29	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0.00%	0.00%	0.00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	34.724.887,49	37.280.060,46	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1ª do art. 59 da LRF) - 90%	31.252.398,74	33.552.054,41	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:			
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO. Emissão: 17/07/2026, às 11:11:54.			
Nota(s) Explicativa(s):			

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:AAE3950B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

MUNICIPIO DE CAMPO MAGRO - PR		
Exercício de 2026		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO 2026/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO		
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R$ 1,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No 1º Semestre	**Até o 1º Semestre (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	5.000.000,00	5.000.000,00
Interna	5.000.000,00	5.000.000,00
Empréstimos	5.000.000,00	5.000.000,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	5.000.000,00	5.000.000,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	170.904.820,29	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	1.450.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	169.454.820,29	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00 %
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	5.000.000,00	2,95 %
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	27.112.771,25	16 %
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <14,4%>	24.401.494,12	14,4 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	11.861.837,42	7 %
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No 1º Semestre	**Até o 1º Semestre (a)**
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO. Emissão: 17/07/2026, às 11:11:58.		
Nota(s) Explicativa(s):		

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:3E81C07F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

MUNICIPIO DE CAMPO MAGRO - PR			
CONSOLIDADO			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			Exercício de 2026
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO / BIMESTRE MAIO - JUNHO			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)	0,00	5.000.000,00	-5.000.000,00
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)**
DESPESAS DE CAPITAL	67.522.781,33	29.662.117,35	37.860.663,98
Investimentos	61.222.781,33	27.037.297,41	34.185.483,92
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	6.300.000,00	2.624.819,94	3.675.180,06
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	67.522.781,33	29.662.117,35	37.860.663,98
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	67.522.781,33	24.662.117,35	42.860.663,98

Campo Magro, 17/07/2026

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO. Emissão: 17/07/2026, às 10:39:51.
Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:2526AA2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

MUNICIPIO DE CAMPO MAGRO - PR		
CONSOLIDADO		Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO / BIMESTRE MAIO - JUNHO		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$ 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	18.745.011,54	9.565.102,55
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	6.949.329,55	1.859.582,84
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	746.693,39	183.873,78
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	2.993.637,30	3.651.216,63
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	8.055.351,30	3.870.429,30
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	102.570.000,00	49.534.448,35
2.1 - Cota-Parte FPM	62.000.000,00	29.027.662,15
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	57.000.000,00	29.027.662,15
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	5.000.000,00	0,00
2.2 - Cota-Parte ICMS	31.000.000,00	17.095.655,86
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	550.000,00	254.108,34
2.4 - Cota-Parte ITR	20.000,00	8.863,89
2.5 - Cota-Parte IPVA	9.000.000,00	3.148.158,11
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**121.315.011,54**	**59.099.550,90**
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))[1]	**19.514.000,00**	**9.906.889,67**
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	**10.814.752,89**	**4.867.998,06**
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6 - TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	17.653.661,61	11.337.895,80
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	17.653.661,61	11.237.962,54
6.1.1 - Principal	17.653.661,61	11.186.362,87
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	51.599,67
6.1.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	99.933,26
6.2.1 - Principal	0,00	92.976,10
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	6.957,16
6.2.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1 - Principal	0,00	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	-1.860.338,39	1.279.473,20
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	161.665,32	
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	161.665,32	
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	**11.499.561,12**	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	17.263.761,83	12.686.861,70	12.686.861,70	12.125.260,94
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	14.065.000,00	11.576.966,50	11.576.966,50	11.296.838,58
10.1.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	14.065.000,00	11.576.966,50	11.576.966,50	11.296.838,58
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	3.198.761,83	1.109.895,20	1.109.895,20	828.422,36
10.2.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	3.198.761,83	1.109.895,20	1.109.895,20	828.422,36
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB				
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	12.775.064,47	12.775.064,47	12.186.257,55	1.437.168,67

11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	12.686.861,70	12.686.861,70	12.125.260,94	1.448.899,16
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	88.202,77	88.202,77	60.996,61	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	11.576.966,50	11.576.966,50	11.296.838,58	
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	7.936.527,06	11.576.966,50	11.576.966,50	102,11
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	1.133.789,58	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	2.178.230,56	0,00	484.405,25	27.254,36	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	19.775.028,05	9.718.881,08	7.696.156,55	4.996.820,06
20.1 - Educação Infantil	3.704.452,01	2.215.910,24	2.215.910,24	2.167.024,29
20.2 - Ensino Fundamental	15.439.400,63	7.452.681,90	5.441.717,37	2.794.515,77
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	631.175,41	50.288,94	38.528,94	35.280,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	37.407.590,58	22.955.316,22	20.944.303,49	17.632.202,86
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	4.088.452,01	2.215.910,24	2.215.910,24	2.167.024,29
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	33.319.138,57	20.739.405,98	18.728.393,25	15.465.178,57

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20 (d ou e)	7.696.156,55
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	9.906.889,67
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18 (q)	0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19 (x)	0,00
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = L30.1(af) 4 e 7	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	17.603.046,22

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)			VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	14.774.887,73			17.603.046,22	29,79
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE 8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	4.980.189,81	4.980.189,81	3.493.910,66	0,00	1.486.279,15
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	3.890.196,03	3.890.196,03	3.307.524,58	0,00	582.671,45
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	1.089.993,78	1.089.993,78	186.386,08	0,00	903.607,70
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.184.681,59	1.384.178,53
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	1.212.581,60	978.200,75
31.1.1 - Salário-Educação	1.212.581,60	978.200,75
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	0,00	0,00
31.1.4 - PNATE	0,00	0,00
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	4.094,86

31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	1.525,74
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	972.099,99	400.357,18

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
32 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	12.809.639,99	6.447.177,41	4.158.142,86	3.715.057,15
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	620.092,24	424.142,24	259.326,27	171.485,25
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	8.749.515,63	3.534.862,05	2.931.601,31	2.687.379,35
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	31.460,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	12.200,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	3.396.372,12	2.488.173,12	967.215,28	856.192,55
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**51.064.967,76**	**29.493.224,43**	**25.181.417,15**	**21.395.957,39**
33.1 - Despesas Correntes	41.499.596,67	25.716.478,08	23.568.166,66	20.064.213,13
33.1.1 - Pessoal Ativo	20.154.159,39	14.632.726,36	14.632.726,36	14.285.171,05
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	616.100,00	47.040,00	35.280,00	35.280,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	20.729.337,28	11.036.711,72	8.900.160,30	5.743.762,08
33.2 - Despesas de Capital	9.565.371,09	3.776.746,35	1.613.250,49	1.331.744,26
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	9.565.371,09	3.776.746,35	1.613.250,49	1.331.744,26

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	0,00	0,00
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	11.337.895,80	978.200,75
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	12.857.048,88	1.081.802,38
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	-1.519.153,08	-103.601,63
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	1.601.736,47	37.528,55
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	11.701,44	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	70.881,95	-66.073,08

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO. Emissão: 17/07/2026, às 10:40:33.

[1] Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.

[2] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

[3] Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.

Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).

Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna , os percentuais devem ser ajustados para 100%.

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:5A2AB176

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

MUNICIPIO DE CAMPO MAGRO - PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO 2026 / BIMESTRE MAIO - JUNHO		
RREO - ANEXO 4 (LRF, Art 53, inciso II)		R$ 1,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliarias	0,00	0,00
Receita de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00

RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00		0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00		0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00		0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00		0,00	
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	0,00		0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)²	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**			
Valor	0,00			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**			
Valor	0,00			
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00			
Outros Aportes para o RPPS	0,00			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00			
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**			
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00			
Investimentos e Aplicações	0,00			
Outros Bens e Direitos	20.381.550,25			
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS				
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**		**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	
Receitas Correntes	0,00		0,00	
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00		0,00	
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)²	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**			
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00			
Investimentos e Aplicações	0,00			
Outros Bens e Direitos	0,00			
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**		**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	
Contribuições dos Servidores	0,00		0,00	
Demais Receitas Previdenciárias	0,00		0,00	
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00		0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO. Emissão: 17/07/2026, às 10:50:49.				
Nota(s) Explicativa(s):				

Campo Magro, 17/07/2026

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:1B64247F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

MUNICIPIO DE CAMPO MAGRO - PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO - JUNHO 2026		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		R$ 1,00
ACIMA DA LINHA		
Janeiro - Junho 2026		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	148.639.679,85	82.560.213,44
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	27.024.687,26	11.543.821,58
IPTU	6.949.329,55	1.859.582,84
ISS	2.993.637,30	3.651.216,63
ITBI	746.693,39	183.873,78
IRRF	8.055.351,30	3.870.429,30
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.279.675,72	1.978.719,03
Contribuições	1.813.651,91	893.907,77
Receita Patrimonial	0,00	1.593.188,65
Aplicações Financeiras (II)	0,00	1.593.188,65
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00

Transferências Correntes	119.082.727,07	67.399.292,81
Cota-Parte FPM	51.259.335,94	23.222.129,95
Cota-Parte ICMS	25.584.693,05	13.676.524,81
Cota-Parte IPVA	7.582.980,81	2.518.503,94
Cota-Parte ITR	17.750,43	7.091,19
Transferências da LC 61/1989	471.578,16	203.286,67
Transferências do FUNDEB	17.653.661,61	11.279.338,97
Outras Transferências Correntes	16.512.727,07	16.492.417,28
Demais Receitas Correntes	718.613,61	1.130.002,63
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	718.613,61	1.130.002,63
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	148.639.679,85	80.967.024,79
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	465.899,99	5.279.323,28
Operações de Crédito (VIII)	0,00	5.000.000,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	465.899,99	279.323,28
Convênios	0,00	279.323,28
Outras Transferências de Capital	465.899,99	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	465.899,99	279.323,28
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	149.105.579,84	81.246.348,07
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	149.105.579,84	81.246.348,07

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	149.911.227,73	82.750.795,47	72.978.442,81	62.306.317,07	10.007.481,02	2.714.172,39	1.996.261,42
Pessoal e Encargos Sociais	68.814.028,22	40.711.779,69	40.638.931,45	39.608.609,24	996.264,28	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	4.360.000,00	1.572.468,25	1.572.468,25	1.569.007,85	3.176,11	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	76.737.199,51	40.466.547,53	30.767.043,11	21.128.699,98	9.008.040,63	2.714.172,39	1.996.261,42
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	76.737.199,51	40.466.547,53	30.767.043,11	21.128.699,98	9.008.040,63	2.714.172,39	1.996.261,42
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	145.551.227,73	81.178.327,22	71.405.974,56	60.737.309,22	10.004.304,91	2.714.172,39	1.996.261,42
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	67.522.781,33	29.662.117,35	11.178.370,70	9.548.739,43	528.324,59	3.847.481,53	3.738.714,62
Investimentos	61.222.781,33	27.037.297,41	8.553.550,76	7.001.530,31	490.779,32	3.847.481,53	3.738.714,62
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	6.300.000,00	2.624.819,94	2.624.819,94	2.547.209,12	37.545,27	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	61.222.781,33	27.037.297,41	8.553.550,76	7.001.530,31	490.779,32	3.847.481,53	3.738.714,62
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	729.188,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	207.503.197,28	108.215.624,63	79.959.525,32	67.738.839,53	10.495.084,23	6.561.653,92	5.734.976,04
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	207.503.197,28	108.215.624,63	79.959.525,32	67.738.839,53	10.495.084,23	6.561.653,92	5.734.976,04

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	-2.722.551,73
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	-2.722.551,73
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	138.937.882,26
JUROS NOMINAIS	Janeiro - Junho 2026
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	1.593.188,65
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	1.577.982,33
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	-2.707.345,41

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2025(a)	Janeiro - Junho 2026 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	20.831.402,10	23.680.924,13
DEDUÇÕES (XL)	6.670.714,95	-23.156.681,75
Disponibilidade de Caixa	6.670.714,95	-23.156.681,75
Disponibilidade de Caixa Bruta	28.598.984,73	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	15.254.987,85	16.329.799,06
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.673.281,93	6.826.882,69
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	14.160.687,15	46.837.605,88
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**-32.676.918,73**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
AJUSTE METODOLÓGICO	Janeiro - Junho 2026
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	1.074.811,21
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	28.894.762,11
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	-2.707.345,41
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	-2.722.551,73
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.762.964,75
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	7.762.964,75
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO. Emissão: 17/07/2026, às 10:41:41.	
Nota(s) Explicativa(s):	

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:427AF6DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICIPIO DE CAMPO MAGRO - PR		
CONSOLIDADO		Exercício de 2026
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Até 1º Semestre de 2026		
LRF, art. 48 - Anexo 6		R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	170.904.820,29	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	169.454.820,29	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	169.454.820,29	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL A JUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	80.891.451,73	47,74
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	101.672.892,17	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	96.589.247,56	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	91.505.602,95	54,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	46.412.126,33	27,39
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	203.345.784,35	120,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	37.280.060,46	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	5.000.000,00	2,95
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	27.112.771,25	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	11.861.837,42	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO. Emissão: 17/07/2026, às 11:13:46.		
Nota(s) Explicativa(s):		

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:E4B1FC5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

MUNICIPIO DE CAMPO MAGRO - PR	
CONSOLIDADO	Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A JUNHO / BIMESTRE MAIO - JUNHO	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	149.105.579,84
Previsão Atualizada	149.105.579,84
Receitas Realizadas	87.839.536,72
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	7.762.964,75
DESPESAS	
Dotação Inicial	149.105.579,84
Dotação Atualizada	218.163.197,28
Despesas Empenhadas	112.412.912,82
Despesas Liquidadas	84.156.813,51
Despesas Pagas	71.855.056,50
Superávit Orçamentário	3.682.723,21
DESPESAS POR FUNÇÃO /SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	112.412.912,82
Despesas Liquidadas	84.156.813,51
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	170.904.820,29
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	169.454.820,29
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	169.454.820,29
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	138.937.882,26	-2.722.551,73	-1,96
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	-32.251.439,18	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	26.356.468,53	275.990,98	10.535.805,61	15.544.671,94
Poder Executivo	26.357.268,53	275.990,98	10.535.805,61	15.545.471,94
Poder Legislativo	-800,00	0,00	0,00	-800,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	20.617.817,64	0,00	5.734.976,04	14.882.841,60
Poder Executivo	20.617.817,64	0,00	5.734.976,04	14.882.841,60

Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	46.974.286,17	275.990,98	16.270.781,65	30.427.513,54

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	17.603.046,22	25%	29,79
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	11.576.966,50	70%	102,11
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI)	0,00	0%	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado no Exercício	Saldo não realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	0,00	0,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício (2025)	10º Exercício (2034)	20º Exercício (2044)	35º Exercício (2059)

Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receitas da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	12.851.018,08	15%	21,74
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO. Emissão: 17/07/2026, às 10:46:02.			
Nota(s) Explicativa(s):			

Campo Magro, 17/07/2026

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:BCE35C23

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE HOMOLOGAÇÃO - CE 90.006/2026

MUNICIPIO DE CANDOI			
CANDÓI-PR			
ATA DE HOMOLOGAÇÃO			
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026			
Processo Administrativo Nº 2.360/2026			
Tipo: AQUISIÇÃO			
AGENTE DE CONTRATAÇÃO: RODRIGO MISS			
Data de Publicação: 30/06/2026 16:44:17			
LOTE 1 - HOMOLOGADO - 22/07/2026 14:07:14			
Lote 1			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 1	Unidade: UN	Marca: Obra	Modelo:
Descrição: Execução de fechamento perimetral da pista de laço no Centro de Eventos Antônio Loures Alves, contemplando cerca, muro, brete, piso e escadas			
Quantidade: 1	**Valor Unit.:** 700.000,00		**Valor Total:** 700.000,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ALAN MARCUS BLANC & CIA LTDA	381	08.691.549/0001-81	727.328,62	700.000,00		Sim
2 TG SERVIÇOS LTDA	877	43.678.332/0001-32	727.328,62	710.000,00	1,43	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
LONDRIOBRAS CONSTRUCOES E	960	24.032.719/0001-72	720.000,00	720.000,00		Não
LICIELE ALBANIO						
Autoridade						

Publicado por:
Rodrigo Miss
Código Identificador:EF8E312A

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 327/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 327/2026
PROCESSO Nº 1.720/2026 DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.031/2026

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preços de agulhas, caixas de isopor, vacinas, luvas de látex, seringas, tubos siliconados e exames de anemia infecciosa equina, quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.
1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 90.031/2026 e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
2.2. Em caso de prorrogação, os quantitativos inicialmente previstos serão automaticamente renovados em montante equivalente ao inicialmente pactuado.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta ata é na importância de **R$ 771,06** (setecentos e setenta e um reais e seis centavos).
3.2. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:
Fornecedor: MEDMED ITAPEMA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 42.172.101/0001-90, com sede na Rua 238, n° 330, Sala 01, Bairro Meia Praia, CEP 88.220-000, Itapema-SC, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representado por sua sócia administradora a Sra. MÁRCIA CRISTINA FERNANDES MARTINS, brasileira, viúva, inscrita no CPF n° 343.***.***-53, residente e domiciliada na Rua Felipe Schmidt, n° 625, Bairro Centro, CEP 88.010-001, Florianópolis-SC, endereço eletrônico: licitacao@medmedhospitalar.com.br, licitacao1@medmedhospitalar.com.br.

Item	Produto/Serviço	Marca	Un	Qtde	Preço	Preço total
1	Agulha 40 x 12, caixa contendo 100 unidades	MEDIX	CX	3,00	36,93	110,79
5	Luva de latex para procedimento não esteril em caixas com 100 unidades	MEDIX	CX	3,00	29,09	87,27
6	Seringa descartável de 20ml, estéril, atóxica e apirogênica, em polipropileno com bico slip, embaladas individualmente	MEDIX	UN	300,00	1,04	312,00
7	Seringa descartável de 5ml estéril, atóxica e apirogênica, em polipropileno com bico com sistema luer lock (tipo rosca) com agulha 0,7 x 25mm. Embaladas individualmente	MEDIX	UN	300,00	0,87	261,00

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.
4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Agricultura e Pecuária

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.
6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.
6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.
6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.
6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.
6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.
6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
V – não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I - pelo decurso do prazo de vigência;
II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;
III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.
6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.
7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.4. Os contratos decorrentes das atas de registro de preços terão vigência de 12 (doze) mês, sem possibilidade de prorrogação.
7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.
7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.
8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.
9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da eventual contratação, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na LOA (Lei Orçamentária Anual - Lei nº 1.818, de 23 de dezembro 2025, em alguma das seguintes dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	3860	11.001.04.122.0004.2055	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3890	11.001.04.122.0004.2055	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3940	11.002.20.608.0004.2056	1065	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3950	11.002.20.608.0004.2056	1065	3.3.90.32.00.00	Do Exercício
2026	3960	11.002.20.608.0004.2056	1065	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

10.2. Se a despesa não ocorrer no exercício de 2026, haverá dotações equivalentes na LOA do exercício correspondente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.
12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes
Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho** (como representante legal do órgão gerenciador) e pela Sra. **Márcia Cristina Fernandes Martins** (como fornecedor), dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Maria Caroline Dias de Ramos
Código Identificador:3C25B3B3

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 328/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 328/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.042/2026
PROCESSO Nº 1.987/2026

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preços de gêneros alimentícios, conforme quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 90.042/2026 e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Em caso de prorrogação os quantitativos serão renovados em montante equivalente ao inicialmente pactuado.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta Ata é na importância de **R$ 24.082,50** (vinte e quatro mil, oitenta e dois reais e cinquenta centavos).

3.2. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: MANG FOODS LICITACOES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 11.399.644/0001-10, com sede na Rua Marechal Deodoro, n° 108, Sala 05, Bairro Centro, CEP 85.540-000, Mangueirinha-PR, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representado por seu sócio administrador o Sr. RENATO CARLOS FERREIRA, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, inscrito no CPF n° 040.***.***-20, residente e domiciliado na Rua Saldanha Marinho, n° 26, Bairro Centro, CEP 85.540-000, Mangueirinha-PR, endereço eletrônico: compras@mangfoods.com.br.

Item	Produto/Serviço	Marca	Un	Qtde	Preço	Preço total
6	Doce de leite . Pastoso, sem adição de amido, puro, produzido, sem acréscimo de soro de leite, de boa qualidade, com aspecto, sabor e odor próprios, acondicionado em embalagem íntegra de 400g. Com prazo de validade mínimo de 4 meses no momento da entrega. Com registro no órgão competente	FRIMESA	UN	800,00	9,95	7.960,00
10	Laranja lima em ponto de consumo, isento de putridez, de parasitas, de larvas, de sujidades, de resíduos de defensivos agrícolas, de cortes ou perfurações, de odor e de sabor estranho	CANTU	KG	1.000,00	6,74	6.740,00
11	Leite: em pó integral, Embalagem de 350 a 400g, de boa qualidade, sem adição de açúcar. Com os seguintes ingredientes: leite integral, ferro, zinco, cálcio, vitaminas A, C, D e E. Não deverá ser composto lácteo. Na embalagem deverá constar as informações nutricionais, além de data de fabricação e prazo de validade, sendo que o prazo de validade deverá ser de no mínimo 6 meses no momento da entrega. Com registro no órgão competente.	AURORA	PCT	750,00	12,51	9.382,50

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.

4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Cultura
2	Secretaria de Educação

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.
6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.
6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
I - for liberado;
II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
V – não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I - pelo decurso do prazo de vigência;
II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;
III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.
6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.
7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.4. Os contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão por escopo e terão vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados somente nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.
7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.
8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.
9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de 2026, conforme Atestado de Disponibilidade Orçamentária e Financeira constante do Processo Digital nº 1.987/2026 – Despacho 8, em uma ou mais das seguintes dotações orçamentárias:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	890	06.001.12.306.0005.2012	107	3.3.90.32.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	890	06.001.12.306.0005.2012	107	3.3.90.32.00.00	Do Exercício
2026	900	06.001.12.306.0005.2012	150	3.3.90.32.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	900	06.001.12.306.0005.2012	150	3.3.90.32.00.00	Do Exercício
2026	910	06.001.12.306.0005.2012	510	3.3.90.32.00.00	Do Exercício
2026	1010	06.001.12.361.0005.2013	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1780	07.003.13.392.0006.2022	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

10.2. Caso a despesa não seja executada no exercício de 2026, as despesas serão suportadas por dotações orçamentárias equivalentes previstas na LOA do exercício subsequente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.
12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes
Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho** (como representante legal do órgão gerenciador) e pelo Sr. **Renato Carlos Ferreira** (como fornecedor), dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Maria Caroline Dias de Ramos
Código Identificador:B8B17BB6

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 329/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 329/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.042/2026
PROCESSO Nº 1.987/2026

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preços de gêneros alimentícios, conforme quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.
1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 90.042/2026 e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
2.2. Em caso de prorrogação os quantitativos serão renovados em montante equivalente ao inicialmente pactuado.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta Ata é na importância de **R$ 9.000,00** (nove mil reais).
3.2. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:
Fornecedor: ZIRLEI A. FAVERI & CIA. LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 76.645.480/0001-00, com sede na Avenida Morro Verde, n° 1610, Bairro Centro, CEP 85.145-000, Foz do Jordão-PR, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representado por seu sócio administrador o Sr. FABIANO DE FAVERI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF n° 035.***.***-09, residente e domiciliado na Avenida Morro Verde, n° 1610, Bairro Centro, CEP 85.145-000, Foz do Jordão-PR, endereço eletrônico: ffaveri27@hotmail.com.

Item	Produto/Serviço	Marca	Un	Qtde	Preço	Preço total
16	Picolé de fruta 100% natural sem conservantes sabores variados .Em embalagem íntegra de 60 gramas a 70 gramas, com prazo de validade de no mínimo 3 meses no momento da entrega, com registro no órgão competente.	PRÓPIO	UN	5.000,00	1,80	9.000,00

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.
4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Cultura
2	Secretaria de Educação

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.
6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.
6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.
6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.
6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.
6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.
6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
I - for liberado;
II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
V – não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I - pelo decurso do prazo de vigência;
II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;
III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.
6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.
7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.4. Os contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão por escopo e terão vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados somente nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.
7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.
8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.
9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de 2026, conforme Atestado de Disponibilidade Orçamentária e Financeira constante do Processo Digital nº 1.987/2026 – Despacho 8, em uma ou mais das seguintes dotações orçamentárias:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	890	06.001.12.306.0005.2012	107	3.3.90.32.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	890	06.001.12.306.0005.2012	107	3.3.90.32.00.00	Do Exercício
2026	900	06.001.12.306.0005.2012	150	3.3.90.32.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	900	06.001.12.306.0005.2012	150	3.3.90.32.00.00	Do Exercício
2026	910	06.001.12.306.0005.2012	510	3.3.90.32.00.00	Do Exercício
2026	1010	06.001.12.361.0005.2013	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1780	07.003.13.392.0006.2022	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

10.2. Caso a despesa não seja executada no exercício de 2026, as despesas serão suportadas por dotações orçamentárias equivalentes previstas na LOA do exercício subsequente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.
12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes
Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho** (como representante legal do órgão gerenciador) e pelo Sr. **Fabiano de Faveri** (como fornecedor), dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Maria Caroline Dias de Ramos
Código Identificador:2AB41231

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 330/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 330/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.047/2026
PROCESSO Nº 1.787/2026

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preços de graxas, óleos lubrificantes, solução para radiadores, sabão desengraxante e pano para limpeza, destinados à manutenção da frota municipal de máquinas e veículos, conforme características, quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 90.047/2026 e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada, conforme Lei Federal n° 14.133/2021.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta ata é na importância de **R$ 477.785,00** (quatrocentos e setenta e sete mil, setecentos e oitenta e cinco reais).

3.2. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: BONFIM EMPREENDIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 46.142.995/0001-26, com sede na Rua Maria de Lourdes Tome Batista, n° 39, Bairro Vila Tomé, CEP 83.560-000, Itaperuçu-PR, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representado por seu sócio administrador o Sr. JOÃO CARLOS DE FRANÇA, brasileiro, casado, inscrito no CPF n° 019.***.***-29, residente e domiciliado na Rua Ana Novak, n° 85, Bairro La Santa, CEP 83.540-000, Rio Branco do Sul-PR, endereço eletrônico: bonfimempreendimentos4@gmail.com.

Item	Produto/Serviço	Marca	Un	Qtde	Preço	Preço total
6	Óleo 10w30 sintético, para motores diesel com EGR, ACEA embalagem de 20 litros.	DEITON	BD	51,00	670,00	34.170,00
7	Óleo 10w40 semissintético, para motor diesel com DPF ACEA E7, API CI-4 embalagem de 20 litros.	DEITON	BD	63,00	585,00	36.855,00
9	Óleo 5w30 sintético, para motor diesel com DPF ACEA E7, API CI-4, embalagem de 20 litros.	DEITON	BD	42,00	750,00	31.500,00
10	Óleo 5w30 sintético, para motor diesel com DPF API SM; ACEA C3, com embalagem de 20 litros.	DEITON	BD	29,00	650,00	18.850,00
12	Óleo 85w140 mineral, API GL5, ponto de fulgor 206°c / 402 ° f, ponto de fluidez -18°c / - 0.4°f. Embalagem com 20 litros.	DEITON	BD	74,00	510,00	37.740,00
16	Óleo AW68 (ISO VG 68) mineral, específico para hidráulico, balde contendo 20 litros.	DEITON	BD	211,00	350,00	73.850,00
17	Óleo AW68 (ISO VG 68) mineral, específico para hidráulico, balde contendo 20 litros. Cota de até 25% exclusiva para participação de ME/EPP	DEITON	BD	169,00	350,00	59.150,00
20	Óleo Sae 30, especificações mínimas: Allisson C-4, caterpillar TO-4 e API CF, embalagem contendo 20 litros.	DEITON	BD	78,00	580,00	45.240,00
21	Óleo Sae 30, especificações mínimas: Allisson C-4, caterpillar TO-4 e API CF, embalagem contendo 20 litros. Cota de até 25% exclusiva para participação de ME/EPP	DEITON	BD	72,00	580,00	41.760,00
23	Óleo Sae 90 API GL5 mineral, específico para diferencial e tandem, balde contendo 20 litros	DEITON	BD	197,00	299,00	58.903,00
24	Óleo Sae 90 API GL5 mineral, específico para diferencial e tandem, balde contendo 20 litros Cota de até 25% exclusiva para participação de ME/EPP	DEITON	BD	133,00	299,00	39.767,00

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.

4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família
2	Secretaria de Administração
3	Secretaria de Agricultura e Pecuária
4	Secretaria de Educação
5	Secretaria de Esportes e Lazer
6	Secretaria de Cultura
7	Secretaria de Finanças
8	Secretaria de Saúde
9	Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente
10	Secretaria de Viação e Serviços Públicos

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.
6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.
6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.
6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.
6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.
6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
I - for liberado;
II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
V – não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I - pelo decurso do prazo de vigência;
II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;
III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.
6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.
7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.4. Os contratos decorrentes das atas de registro de preços terão vigência de 12 (doze) mês, sem possibilidade de prorrogação.
7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.
7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.
8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.
9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da eventual contratação, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na LOA (Lei Orçamentária Anual - Lei nº 1.818 de 2025), em alguma das seguintes dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	150	02.002.04.124.0002.2003	0	3.3.90.14.00.00	Do Exercício
2026	490	04.001.04.122.0002.2006	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	600	04.002.04.122.0002.2007	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	710	05.001.04.123.0002.2009	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	840	05.002.04.129.0002.2011	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

2026	880	06.001.12.306.0005.2012	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1010	06.001.12.361.0005.2013	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1130	06.001.12.361.0005.2014	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1480	06.002.12.782.0005.2019	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1490	06.002.12.782.0005.2019	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1500	06.002.12.782.0005.2019	132	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1510	06.002.12.782.0005.2019	151	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1610	07.001.04.122.0006.2020	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1660	07.002.27.812.0006.2021	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1780	07.003.13.392.0006.2022	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1940	08.001.10.301.0007.2023	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1950	08.001.10.301.0007.2023	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2340	08.003.10.301.0007.2029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2350	08.003.10.301.0007.2029	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2440	08.003.10.301.0007.2030	493	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2690	08.005.10.304.0007.2035	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2700	08.005.10.304.0007.2035	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2810	09.001.08.122.0006.2037	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2960	09.003.08.122.0006.2040	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3040	09.003.08.122.0006.2041	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3045	09.003.08.122.0006.2041	940	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	3230	09.003.08.245.0006.2045	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3240	09.003.08.245.0006.2045	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3330	09.004.08.243.0006.2047	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3340	09.004.08.243.0006.2047	880	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	3340	09.004.08.243.0006.2047	880	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3410	09.004.08.243.0006.6048	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3610	10.001.04.122.0003.2052	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3620	10.001.04.122.0003.2052	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3710	10.002.06.182.0003.2053	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3750	10.002.26.782.0003.2054	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3760	10.002.26.782.0003.2054	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3770	10.002.26.782.0003.2054	512	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	3770	10.002.26.782.0003.2054	512	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3860	11.001.04.122.0004.2055	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3940	11.002.20.608.0004.2056	1065	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4230	13.001.04.122.0003.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4310	13.002.18.541.0003.2063	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4350	13.002.18.541.0003.2064	511	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	4350	13.002.18.541.0003.2064	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4380	13.003.15.451.0003.2065	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

10.2. Se a despesa não ocorrer no exercício de 2026, haverá dotações equivalentes na LOA do exercício correspondente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.

12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.

Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho** (como representante legal do órgão gerenciador) e pelo Sr. **João Carlos de França** (como fornecedor), dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Maria Caroline Dias de Ramos
Código Identificador:FC3F25F1

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 331/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 331/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.047/2026
PROCESSO Nº 1.787/2026

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preços de graxas, óleos lubrificantes, solução para radiadores, sabão desengraxante e pano para limpeza, destinados à manutenção da frota municipal de máquinas e veículos, conforme características, quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 90.047/2026 e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada, conforme Lei Federal n° 14.133/2021.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta ata é na importância de **R$ 26.875,96** (vinte e seis mil, oitocentos e setenta e cinco reais e noventa e seis centavos).

3.2. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: PORTO AUTOMOTIVA DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 65.096.956/0001-84, com sede na Avenida Getúlio Vargas, n° 3023, Bairro Niterói, CEP 92.110-454, Canoas-RS, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representado por sua sócia administradora a Sra. MARIA EDUARDA DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF n° 027.***.***-24, residente e domiciliada na Avenida Bento Gonçalves, n° 4886, Bairro Agronomia, CEP 91.540-000, Porto Alegre-RS, endereço eletrônico: licitacoes@portoautomotiva.com.

Item	Produto/Serviço	Marca	Un	Qtde	Preço	Preço total
1	Desengripante em spray, frasco contendo 300ml	AES TECNOLOGIAS	FR	244,00	8,99	2.193,56
2	Fluído de freio DOT4 (155°c / 311°f mín.), embalagem de 500 ml.	SSR ADITIVOS	FR	217,00	19,90	4.318,30
3	Graxa em spray, frasco contendo 300ml	AES TECNOLOGIAS	FR	139,00	15,90	2.210,10
5	Limpa contato em spray, frasco contendo 300ml	AES TECNOLOGIAS	FR	145,00	14,80	2.146,00
22	Óleo Sae 80w mineral, específico para transmissão,	ENERGIS 8	L	384,00	28,90	11.097,60
27	Óleo sintético 5w30, API SN ACEA C2, para motores a diesel embalagem contento 1 litro.	ENERGIS 8	L	88,00	55,80	4.910,40

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.

4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família
2	Secretaria de Administração
3	Secretaria de Agricultura e Pecuária
4	Secretaria de Educação
5	Secretaria de Esportes e Lazer
6	Secretaria de Cultura
7	Secretaria de Finanças
8	Secretaria de Saúde
9	Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente
10	Secretaria de Viação e Serviços Públicos

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.

6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
I - for liberado;
II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
V – não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I - pelo decurso do prazo de vigência;
II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;
III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.
6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.
7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.4. Os contratos decorrentes das atas de registro de preços terão vigência de 12 (doze) mês, sem possibilidade de prorrogação.
7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.
7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.
8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.
9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da eventual contratação, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na LOA (Lei Orçamentária Anual - Lei nº 1.818 de 2025), em alguma das seguintes dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	150	02.002.04.124.0002.2003	0	3.3.90.14.00.00	Do Exercício
2026	490	04.001.04.122.0002.2006	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	600	04.002.04.122.0002.2007	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	710	05.001.04.123.0002.2009	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	840	05.002.04.129.0002.2011	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	880	06.001.12.306.0005.2012	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1010	06.001.12.361.0005.2013	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1130	06.001.12.361.0005.2014	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1480	06.002.12.782.0005.2019	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1490	06.002.12.782.0005.2019	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1500	06.002.12.782.0005.2019	132	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1510	06.002.12.782.0005.2019	151	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1610	07.001.04.122.0006.2020	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1660	07.002.27.812.0006.2021	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1780	07.003.13.392.0006.2022	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1940	08.001.10.301.0007.2023	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1950	08.001.10.301.0007.2023	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2340	08.003.10.301.0007.2029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2350	08.003.10.301.0007.2029	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2440	08.003.10.301.0007.2030	493	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2690	08.005.10.304.0007.2035	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2700	08.005.10.304.0007.2035	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2810	09.001.08.122.0006.2037	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2960	09.003.08.122.0006.2040	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3040	09.003.08.122.0006.2041	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3045	09.003.08.122.0006.2041	940	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	3230	09.003.08.245.0006.2045	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3240	09.003.08.245.0006.2045	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3330	09.004.08.243.0006.2047	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3340	09.004.08.243.0006.2047	880	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	3340	09.004.08.243.0006.2047	880	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3410	09.004.08.243.0006.6048	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3610	10.001.04.122.0003.2052	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3620	10.001.04.122.0003.2052	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3710	10.002.06.182.0003.2053	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3750	10.002.26.782.0003.2054	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3760	10.002.26.782.0003.2054	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

2026	3770	10.002.26.782.0003.2054	512	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	3770	10.002.26.782.0003.2054	512	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3860	11.001.04.122.0004.2055	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3940	11.002.20.608.0004.2056	1065	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4230	13.001.04.122.0003.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4310	13.002.18.541.0003.2063	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4350	13.002.18.541.0003.2064	511	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	4350	13.002.18.541.0003.2064	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4380	13.003.15.451.0003.2065	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

10.2. Se a despesa não ocorrer no exercício de 2026, haverá dotações equivalentes na LOA do exercício correspondente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.

12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.

Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho** (como representante legal do órgão gerenciador) e pela Sra. **Maria Eduarda de Souza** (como fornecedor), dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Maria Caroline Dias de Ramos
Código Identificador:07D2FC4B

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 332/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 332/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.047/2026
PROCESSO Nº 1.787/2026

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preços de graxas, óleos lubrificantes, solução para radiadores, sabão desengraxante e pano para limpeza, destinados à manutenção da frota municipal de máquinas e veículos, conforme características, quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 90.047/2026 e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada, conforme Lei Federal n° 14.133/2021.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta ata é na importância de **R$ 43.166,71** (quarenta e três mil, cento e sessenta e seis reais e setenta e um centavos).

3.2. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: PATRICIA CRISTINA DE ABREU, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 20.363.508/0001-61, com sede na Rua Helena, n° 222, Bairro Jardim das Belezas, CEP 06.320-310, Carapicuiba-SP, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representado por sua titular a Sra. PATRICIA CRISTINA DE ABREU, brasileira, casada, inscrita no CPF n° 331.***.***-10, residente e domiciliado na Alameda Piratuba, n° 960, Bairro Residencial Morada dos Lagos, CEP 06.429-280, Barueri-SP, endereço eletrônico: lucopecas09@gmail.com.

Item	Produto/Serviço	Marca	Un	Qtde	Preço	Preço total
26	Óleo sintético 0w20 API SP, embalagem contendo 1 litro.	PETRONAS	L	180,00	39,88	7.178,40
28	Óleo sintético 5w30, com API mínimo (SP), embalagem contendo 1 litro.	PETRONAS	L	788,00	37,87	29.841,56
29	Óleo sintético 5w40, com no mínimo API SN; ACEA A3/B3, A3/B4, embalagem contendo 1 litro.	PETRONAS	L	80,00	41,53	3.322,40
31	Sabão desengraxante para as mãos em pasta indicado para metalúrgicas, ferramentarias e limpeza em geral embalagem com 4,5 kg.	PINHEIRO	LT	57,00	49,55	2.824,35

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.

4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família
2	Secretaria de Administração
3	Secretaria de Agricultura e Pecuária
4	Secretaria de Educação
5	Secretaria de Esportes e Lazer
6	Secretaria de Cultura
7	Secretaria de Finanças
8	Secretaria de Saúde
9	Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.

6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

V – não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Os contratos decorrentes das atas de registro de preços terão vigência de 12 (doze) mês, sem possibilidade de prorrogação.

7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.

7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.

8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.
9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da eventual contratação, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na LOA (Lei Orçamentária Anual - Lei nº 1.818 de 2025), em alguma das seguintes dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	150	02.002.04.124.0002.2003	0	3.3.90.14.00.00	Do Exercício
2026	490	04.001.04.122.0002.2006	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	600	04.002.04.122.0002.2007	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	710	05.001.04.123.0002.2009	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	840	05.002.04.129.0002.2011	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	880	06.001.12.306.0005.2012	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1010	06.001.12.361.0005.2013	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1130	06.001.12.361.0005.2014	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1480	06.002.12.782.0005.2019	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1490	06.002.12.782.0005.2019	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1500	06.002.12.782.0005.2019	132	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1510	06.002.12.782.0005.2019	151	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1610	07.001.04.122.0006.2020	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1660	07.002.27.812.0006.2021	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1780	07.003.13.392.0006.2022	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1940	08.001.10.301.0007.2023	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1950	08.001.10.301.0007.2023	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2340	08.003.10.301.0007.2029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2350	08.003.10.301.0007.2029	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2440	08.003.10.301.0007.2030	493	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2690	08.005.10.304.0007.2035	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2700	08.005.10.304.0007.2035	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2810	09.001.08.122.0006.2037	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2960	09.003.08.122.0006.2040	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3040	09.003.08.122.0006.2041	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3045	09.003.08.122.0006.2041	940	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	3230	09.003.08.245.0006.2045	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3240	09.003.08.245.0006.2045	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3330	09.004.08.243.0006.2047	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3340	09.004.08.243.0006.2047	880	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	3340	09.004.08.243.0006.2047	880	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3410	09.004.08.243.0006.6048	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3610	10.001.04.122.0003.2052	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3620	10.001.04.122.0003.2052	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3710	10.002.06.182.0003.2053	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3750	10.002.26.782.0003.2054	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3760	10.002.26.782.0003.2054	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3770	10.002.26.782.0003.2054	512	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	3770	10.002.26.782.0003.2054	512	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3860	11.001.04.122.0004.2055	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3940	11.002.20.608.0004.2056	1065	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4230	13.001.04.122.0003.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4310	13.002.18.541.0003.2063	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4350	13.002.18.541.0003.2064	511	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	4350	13.002.18.541.0003.2064	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4380	13.003.15.451.0003.2065	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

10.2. Se a despesa não ocorrer no exercício de 2026, haverá dotações equivalentes na LOA do exercício correspondente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.
12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.
Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho** (como representante legal do órgão gerenciador) e pela Sra. **Patricia Cristina de Abreu** (como fornecedor), dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Maria Caroline Dias de Ramos
Código Identificador:8FF8FAA2

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 333/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 333/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.047/2026
PROCESSO Nº 1.787/2026

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preços de graxas, óleos lubrificantes, solução para radiadores, sabão desengraxante e pano para limpeza, destinados à manutenção da frota municipal de máquinas e veículos, conforme características, quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 90.047/2026 e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada, conforme Lei Federal n° 14.133/2021.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta ata é na importância de **R$ 36.335,00** (trinta e seis mil, trezentos e trinta e cinco reais).

3.2. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: WINES REIS COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 47.282.627/0001-46, com sede na Rua Paulista, n° 668, Bairro Conceição, CEP 06.140-030, Osasco-SP, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representado por sua sócia administradora a Sra. MARILLIS GONÇALVES REIS, brasileira, solteira, inscrita no CPF n° 268.***.***-30, residente e domiciliada na Rua Paulista, n° 668, Bairro Conceição, CEP 06.140-030, Osasco-SP, endereço eletrônico: winesreis@gmail.com.

Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Un	Qtde	Preço	Preço total
19	Óleo para motor 2 tempos, para roçadeiras e motosserras, frasco contendo 500ml	VRLUB	MOTOPLUS 2T	FR	250,00	21,50	5.375,00
25	Óleo semissintético 15w40 API mínimo SN, para veículos flex, embalagem de 1 litro.	SYNTHETIC	SYNTHETIC 15W40 SN	L	900,00	34,40	30.960,00

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.

4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família
2	Secretaria de Administração
3	Secretaria de Agricultura e Pecuária
4	Secretaria de Educação
5	Secretaria de Esportes e Lazer
6	Secretaria de Cultura
7	Secretaria de Finanças
8	Secretaria de Saúde
9	Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente
10	Secretaria de Viação e Serviços Públicos

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.
6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.
6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
I - for liberado;
II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
V – não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I - pelo decurso do prazo de vigência;
II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;
III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.
6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.
7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.4. Os contratos decorrentes das atas de registro de preços terão vigência de 12 (doze) mês, sem possibilidade de prorrogação.
7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.
7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.
8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.
9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da eventual contratação, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na LOA (Lei Orçamentária Anual - Lei nº 1.818 de 2025), em alguma das seguintes dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	150	02.002.04.124.0002.2003	0	3.3.90.14.00.00	Do Exercício
2026	490	04.001.04.122.0002.2006	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	600	04.002.04.122.0002.2007	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	710	05.001.04.123.0002.2009	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	840	05.002.04.129.0002.2011	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	880	06.001.12.306.0005.2012	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1010	06.001.12.361.0005.2013	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1130	06.001.12.361.0005.2014	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1480	06.002.12.782.0005.2019	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1490	06.002.12.782.0005.2019	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1500	06.002.12.782.0005.2019	132	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1510	06.002.12.782.0005.2019	151	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1610	07.001.04.122.0006.2020	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1660	07.002.27.812.0006.2021	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1780	07.003.13.392.0006.2022	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1940	08.001.10.301.0007.2023	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1950	08.001.10.301.0007.2023	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2340	08.003.10.301.0007.2029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2350	08.003.10.301.0007.2029	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2440	08.003.10.301.0007.2030	493	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2690	08.005.10.304.0007.2035	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2700	08.005.10.304.0007.2035	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2810	09.001.08.122.0006.2037	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2960	09.003.08.122.0006.2040	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3040	09.003.08.122.0006.2041	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3045	09.003.08.122.0006.2041	940	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	3230	09.003.08.245.0006.2045	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3240	09.003.08.245.0006.2045	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3330	09.004.08.243.0006.2047	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3340	09.004.08.243.0006.2047	880	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores

2026	3340	09.004.08.243.0006.2047	880	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3410	09.004.08.243.0006.6048	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3610	10.001.04.122.0003.2052	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3620	10.001.04.122.0003.2052	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3710	10.002.06.182.0003.2053	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3750	10.002.26.782.0003.2054	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3760	10.002.26.782.0003.2054	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3770	10.002.26.782.0003.2054	512	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	3770	10.002.26.782.0003.2054	512	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3860	11.001.04.122.0004.2055	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3940	11.002.20.608.0004.2056	1065	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4230	13.001.04.122.0003.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4310	13.002.18.541.0003.2063	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4350	13.002.18.541.0003.2064	511	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	4350	13.002.18.541.0003.2064	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4380	13.003.15.451.0003.2065	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

10.2. Se a despesa não ocorrer no exercício de 2026, haverá dotações equivalentes na LOA do exercício correspondente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.

12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.

Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho** (como representante legal do órgão gerenciador) e pela Sra. **Marillis Gonçalves Reis** (como fornecedor), dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Maria Caroline Dias de Ramos
Código Identificador:1DBAB713

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 334/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 334/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.047/2026
PROCESSO Nº 1.787/2026

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preços de graxas, óleos lubrificantes, solução para radiadores, sabão desengraxante e pano para limpeza, destinados à manutenção da frota municipal de máquinas e veículos, conforme características, quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 90.047/2026 e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada, conforme Lei Federal n° 14.133/2021.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta ata é na importância de **R$ 10.756,35** (dez mil, setecentos e cinquenta e seis reais e trinta e cinco centavos).

3.2. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: FEPRESS COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 40.896.434/0001-36, com sede na Rua Everton Pugim de Andrade, n° 425, Bairro São Marcos, CEP 83.090-182, São José dos Pinhais-PR, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representado por seu sócio administrador o Sr. RONI MARCOS FERREIRA PRESTES, brasileiro, casado sob o regime comunhão parcial de bens, inscrito no CPF n° 111.***.***-77, residente e domiciliado na Rua Doutor Motta Júnior, n° 2600, Apto 904, Bloco D, Bairro Aristocrata, CEP 83.025-030, São José dos Pinhais-PR, endereço eletrônico: roni.prestes@fepress.com.br.

Item	Produto/Serviço	Marca	Un	Qtde	Preço	Preço total
32	Solução para radiador de veículo com motor à diesel, frasco contendo 1 litro	BASTON	FR	615,00	17,49	10.756,35

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.

4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família
2	Secretaria de Administração
3	Secretaria de Agricultura e Pecuária

4	Secretaria de Educação
5	Secretaria de Esportes e Lazer
6	Secretaria de Cultura
7	Secretaria de Finanças
8	Secretaria de Saúde
9	Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente
10	Secretaria de Viação e Serviços Públicos

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.

6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

V – não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Os contratos decorrentes das atas de registro de preços terão vigência de 12 (doze) mês, sem possibilidade de prorrogação.

7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.

7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.
8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.
9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da eventual contratação, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na LOA (Lei Orçamentária Anual - Lei nº 1.818 de 2025), em alguma das seguintes dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	150	02.002.04.124.0002.2003	0	3.3.90.14.00.00	Do Exercício
2026	490	04.001.04.122.0002.2006	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	600	04.002.04.122.0002.2007	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	710	05.001.04.123.0002.2009	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	840	05.002.04.129.0002.2011	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	880	06.001.12.306.0005.2012	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1010	06.001.12.361.0005.2013	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1130	06.001.12.361.0005.2014	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1480	06.002.12.782.0005.2019	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1490	06.002.12.782.0005.2019	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1500	06.002.12.782.0005.2019	132	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1510	06.002.12.782.0005.2019	151	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1610	07.001.04.122.0006.2020	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1660	07.002.27.812.0006.2021	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1780	07.003.13.392.0006.2022	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1940	08.001.10.301.0007.2023	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1950	08.001.10.301.0007.2023	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2340	08.003.10.301.0007.2029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2350	08.003.10.301.0007.2029	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2440	08.003.10.301.0007.2030	493	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2690	08.005.10.304.0007.2035	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2700	08.005.10.304.0007.2035	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2810	09.001.08.122.0006.2037	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2960	09.003.08.122.0006.2040	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3040	09.003.08.122.0006.2041	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3045	09.003.08.122.0006.2041	940	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	3230	09.003.08.245.0006.2045	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3240	09.003.08.245.0006.2045	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3330	09.004.08.243.0006.2047	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3340	09.004.08.243.0006.2047	880	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	3340	09.004.08.243.0006.2047	880	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3410	09.004.08.243.0006.6048	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3610	10.001.04.122.0003.2052	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3620	10.001.04.122.0003.2052	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3710	10.002.06.182.0003.2053	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3750	10.002.26.782.0003.2054	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3760	10.002.26.782.0003.2054	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3770	10.002.26.782.0003.2054	512	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	3770	10.002.26.782.0003.2054	512	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3860	11.001.04.122.0004.2055	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3940	11.002.20.608.0004.2056	1065	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4230	13.001.04.122.0003.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4310	13.002.18.541.0003.2063	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4350	13.002.18.541.0003.2064	511	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	4350	13.002.18.541.0003.2064	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4380	13.003.15.451.0003.2065	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

10.2. Se a despesa não ocorrer no exercício de 2026, haverá dotações equivalentes na LOA do exercício correspondente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.
12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.
Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho** (como representante legal do órgão gerenciador) e pelo Sr. **Roni Marcos Ferreira Preste** (como fornecedor), dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Maria Caroline Dias de Ramos
Código Identificador:926FA758

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
CONTRATO Nº 84/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49/2026 - REPUBLICADO

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **1DOC TECNOLOGIA S. A,** estabelecida na Av. Luiz Boiteux Piazza, Nº 1302, bairro Cachoeira do Bom Jesus, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n°19.625.833/0001-76, neste ato representada por seu representante legal a Sra. Alice de Magalhães Leão Luz, brasileira, portadora do CPF nº 104.xxx.xxx-33, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato decorrente do Edital de **Dispensa de Licitação Nº 4/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ATENDIMENTO AUTOMATIZADO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (CHAT IA) ATRAVÉS DE WHATSAPP BUSINESS, EM CONTA DE TITULARIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA VISANDO A AMPLIAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÕES E O DIRECIONAMENTO AUTOMATIZADO DOS SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS AOS CIDADÃOS.**
PARÁGRAFO SEGUNDO - O produto/serviço deverá ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade do produto/serviço.
PARÁGRAFO QUARTO – É de responsabilidade da empresa manter em dia suas obrigações junto a órgãos ambientais quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto as obrigações de responsabilidade da empresa.
PARÁGRAFO QUINTO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência, buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços, a fim de que não sejam ofertados serviços que não atendam aos níveis de qualidade almejados.
PARÁGRAFO SEXTO – Todas as despesas de deslocamento e quaisquer outras correm exclusivamente a cargo da contratada.
PARAGRAFO OITAVO - Para dirimir quaisquer dúvidas do objeto, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar os serviços, objeto deste Contrato, pelo preço de **R$ R$ 7.920 (sete mil, novecentos e vinte reais).**

ITEM	QTDE	DESCRITIVO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	12	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ATENDIMENTO AUTOMATIZADO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (CHAT IA) ATRAVÉS DE WHATSAPP BUSINESS, EM CONTA DE TITULARIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA VISANDO A AMPLIAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÕES E O DIRECIONAMENTO AUTOMATIZADO DOS SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS AOS CIDADÃOS.	660,00	7.920,00

PARAGRAFO SEGUNDO - Os preços serão fixos e irreajustáveis durante o transcurso do prazo de 12 meses e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Os preços oferecidos deverão ser fixos e irreajustáveis durante o transcurso do prazo de 12 meses a contar do orçamento estimado.
PARÁGRAFO QUARTO - Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial-IPCA.
PARÁGRAFO QUINTO- Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:
a) em 12 (doze) parcelas mensais conforme execução/entrega;
b) após a execução do serviço, e mediante apresentação de nota fiscal
c) em até 30 dias após apresentação da nota fiscal
d) somente com emissão da nota fiscal, cuja qual deverá vir acompanhada dos seguintes documentos:
Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
1 – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
1.1 – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação,
- Número e ano do contrato;
- Número e nome do banco;
- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido.

1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.
1.1 – A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha apresentado, para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
1.2 – O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, esta estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365 multiplicado pelos dias de atraso.
1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Código Despesa
02.04.04.122.1050.2.005	3.3.90.40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PJ	000	1567

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO e LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A duração do contrato está estipulada em 12 (doze) meses, iniciando-se no dia da emissão assinatura do Contrato.
PARÁGRAFO SEGUNDO – O Contrato poderá ser prorrogado, segundo a conveniência e o interesse da Contratante, por períodos sucessivos de até 12 (doze) meses.
PARÁGRAFO TERCEIRO - O prazo de vigência é de 30 dias além do prazo de contrato.
PARAGRAFO QUARTO – LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS.

CLÁUSULA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei.
§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.
§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

PARÁGRAFO QUARTO – A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
1 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
2 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
3 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
4 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6 - Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAGO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 - Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
2 - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 - Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 - Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
7 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 - Fica designada para fiscalização do contrato: **Oziel de Oliveira.**

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do **CONTRATANTE**:
1 - Realizar os pedidos de materiais/serviços.
2 - Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato.
3 - Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
4 - Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
5 - Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;
6 - Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;
7 - Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.
8 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
9 - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
10 - Disponibilizar equipe responsável de servidores públicos com a finalidade de operacionalizar os benefícios para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.
11 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
PARÁGRAFO TERCEIRO - São obrigações da **CONTRATADA**:
1 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, EPI´s, transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação.
2 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
3 - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.
4 - Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de referência, bem como responsabilizar-se por todos os riscos inerentes a execução dos serviços objeto da licitação.
5 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.
6 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, pelos atos de seus funcionários e prepostos.

7 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados pelos atos de seus funcionários e prepostos.
8 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.
9 - Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer componente que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município.
10 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
11 - Prestar os serviços, conforme solicitação da Secretaria competente do Município.
12 - Garantir a qualidade do(s) serviço(s), obrigando-se a repor ou ressarcir aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
PARÁGRAFO QUARTO - ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:
1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.
3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
5 - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
6 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.
6.1 - Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
7 - O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Contratada está autorizada pela Contratante a subcontratar outras empresas e/ou entidades para a prestação dos serviços auxiliares e de apoio técnico, desde que estritamente necessária ao devido cumprimento das finalidades previstas neste Contrato.
PARÁ GRAFO SEGUNDO - Os Subcontratados estarão igualmente sujeitos ao devido cumprimento das finalidades previstas neste INSTRUMENTO, assim como a Contratante será a única responsável pela sua escolha e pela atuação desses no presente Contrato, obrigando-se a garantir que os Subcontratados cumprirão o disposto na LGPD e devendo tal obrigação constar nos contratos escritos que a Contratada celebre com os Subcontratados.

CLAUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei n.º 14.133/21.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
PARÁGRAFO QUARTO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
1 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c)Indenizações e multas.
2 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 19 de junho de 2026

Município de Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.XXX.XXX-01

1DOC Tecnologia S. A
ALICE DE MAGALHÃES LEÃO LUZ
Representante Legal
CPF: 104.XXX.XXX-33

OZIEL DE OLIVEIRA
Fiscal do Contrato

DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Gestora do Contrato

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:8261E196

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 172/2026 (REPUBLICADO POR ERRO TÉCNICO)

DECRETO Nº 172/2026
(republicado por erro técnico)

Súmula: Declara inservíveis bens da administração pública e autoriza a exclusão dos mesmos do registro patrimonial, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
Considerando que o parecer da Comissão de Patrimônio Público nomeada pela Portaria nº 111/2025, constatou que os bens patrimoniais constantes do Anexo I deste Decreto foram julgados inservíveis, inutilizados, obsoletos ou perdidos;
Considerando que os referidos bens, quando passíveis de reparação ou conserto têm custo de recuperação superior ao valor de mercado do respectivo bem restaurado;
Considerando que o Balanço Patrimonial deve refletir a exata situação dos bens municipais;

D E C R E T A

Art. 1º. Ficam declarados inservíveis os bens patrimoniais constantes no Anexo I deste Decreto.

Art.2º. Fica autorizada a baixa patrimonial dos bens elencados no Anexo I deste Decreto.

Art.3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 01 de julho de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

ANEXO I – DECRETO Nº 172/2026

MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS.

Item	Quant	Descrição do BEM	N° do BEM Patrimonial
	58	MESA	601- 509- 512- 017- 197- 7383- 5087- 6987- 5090- 5119- 6565- 5094- 5120- 2752- 109- 6516- 6913- 5459- 6659- 5987- 3959- 4776- 4772- 4749- 7383- 2958- 11775- 273- 2590- 5097- 4764- 4765- 4766- 4768- 4760- 4758- 2574- 11774- 4762- 4769- 4750- 1579- 4758- 4767- 2453- 3981- 267- 6568- 6580- 4759- 6913- 0034- 231- 6090- 11770- 11777- 11773- 11776
	12	MAQUINA DE COSTURA	2628- 3512- 3574- 3509- 2658- 3519- 2631- 2656- 3514- 3504- 2662- 2654
	10	ARMARIO	534- 175- 119- 2275- 8210- 2719- 236- 122- 1761- 2575
	16	IMPRESSORA	5901- 3920- 8473- 11574- 4506- 2797- 2798- 10053- 4595- 3855- 4596- 8710- 10052- 3882- 5901- 3920
	4	AR CONDICIONADO	484- 11065- 8740- 8718
	37	CADEIRA	2726- 3730- 5964- 366- 354- 1911- 1869- 1895- 9080- 9071- 7260- 7250- 11053- 1850- 1904- 1550- 1975- 2165- 1961- 660- 1885- 4605- 8302- 2154- 1868- 9086- 3368- 3365- 3366- 8514- 1594- 2379- 2026- 3344- 487- 005- 004
	4	CAIXA DE SOM	3866- 8866- 1535- 5670
	6	VENTILADOR	8183- 5082- 8182- 2414- 8184- 5071
	11	BERÇO	1793- 8914- 8920- 8639- 8637- 8918- 583- 8922- 8642- 8628- 8633
	3	BEBEDOURO	8298- 8177- 8487
	1	FRAGMENTADORA DE PAPEL	5150
	1	CORTINA DE AR	8347
	2	ARQUIVO EM AÇO	2697- 540
	1	MAQUINA DE LAVAR ROUPAS	8539
	1	SUPORTE DE TELEVISAO	8419
	24	NOBREAK	11518- 11319- 11586- 10304- 11516- 11319- 11571- 10319- 11588- 11585- 12514- 12501- 8470- 11588- 9934- 8471- 10323- 11332- 10317- 10322- 9922- 8828- 12095- 10315-
	1	CADEIRA DE RODAS	8259
	1	MOCHO ODONTOLOGICO	9877
	1	PROCESSADORA AUTOMATICA DE RAIO X	8903
	1	AUTOCLAVE	4115
	1	NEGATOSCOPIO	8284
	1	PULVERIZADOR COSTAL	3986
	1	CENTRIFUGADORA DE EXAMES	317
	28	CPU	4722- 4743- 8704- 4223- 5808- 5806- 5804- 5695- 5934- 9971- 5937- 8672- 5939- 5933- 4729- 8164- 5693- 5938- 4235- 5940- 276- 4721- 8172- 4224- 5936- 5932- 5935- 9954-
	2	RETRO PROJETOR	11053- 4599
	5	DVD	2924- 4458- 4461- 4460- 4459
	1	SMART TV 40 POLEGADAS	11057
	25	MONITOR	5918- 10117- 12362- 3854- 5907- 5917- 5906- 4181- 5914- 5916- 5910- 8363- 8692- 4507- 209- 4012- 12102- 5915- 5903- 5912- 5911- 5905- 5919- 5909- 5914
	2	NOTEBOOK	5943- 4598
	2	MACA	428- 420
	1	TELEFONE	5663
	1	PARABOLICA	5668
	1	SUPORTE CPU	5686
	1	ESTABILIZADOR 300W	4661
	1	KIT EQUIPAMENTO DE MONITORAMENTO E ALARME	11143

MAQUINAS/VEÍCULOS/ÔNIBUS/SUCATAS.

Item	N° da Placa Patrimonial	Marca/Modelo	Placa	Ano/Mod.
1	3388	CAMINHAO M. BENZ . RENAVAN:678396191	AHE- 1084	1997
2	2911	CAMINHAO M. BENZ. RENAVAN: 678391548	AHE- 1081	1997
3	8550	LOGAN EXPRESSION PACK AVANTAGE 1.6. RENAVAN:167020	BBC- 5514	2016/2017
4	4910	CRUZE GM LTZ NB. RENAVAN:1155147437	AYP- 7370	2014
5	11200	CHEVROLET GM ASTRA SEDAN ADVANTAGE. RENAVAN:951074202	JJE- 9251	2007/2008
6	8895	TRITURADOR DE GALHOS R/LIPPEL PDU 260D.	BDO- 2687	2018
7	4135	ONIBUS VOLKSVAGEN. RENAVAN:476789370	AVS- 8517	2012
8	4136	ONIBUS VOLKSVAGEN. RENAVAN: 476799910	AVS- 8516	2012
9	8405	ONIBUS MASCARELLO GRAN MIDI	BAP- 1H34	2016
10	8734	CHEVROLET SPIN 1.8 LTZ. RENAVAN: 1146606629	BBZ- 4636	2018
11	8575	AMBULANCIA FIAT DUCATO MAXICARGO 12M	BBL- 6309	2016/2017
12	12727	PEDALINHO CISNE FIBRABON		
13	12728	PEDALINHO CISNE FIBRABON		
14	12729	PEDALINHO CISNE FIBRABON		
15	9728	EMPILHADEIRA		
16	4228	RETROESCAVADEIRA JCB 4X4. RENAVAN 514000		2012
17	4907	VAN SPRINTER- 310 MERCEDES BENZ, RENAVAN 693367881	CQR- 8036	1997
18	3841	TRATOR DE ESTEIRA D41 E		2002
19	3844	ROLO COMPACTADOR DYNAPAC CG 11		1978
20	3842	ROLO COMPACTADOR DYNAPAC CG 14		2002
21	3612	GOL 1.6 POWER. RENAVAN:949012190	AAB- 2131	2007/2008
22	10203	GM/ BLAZER ADVANTAGE. RENAVAN: 0886933153	ANV- 3J48	2005/2006
23	10204	GM/ BLAZER ADVANTAGE. RENAVAN:1886923891	ANV- 3J50	2005/2006
24	8648	CAMIONETE S10. RENAVAN:0324370300	AUJ- 3967	1997
25	11204	SPRINTER FURGÃO. RENAVAN:904104567	AOH- 6194	2006/2007
26	8735	CHEVROLET SPIN 1.8 LTZ, 7 LUGARES, COR BRANCA, RENAVAN 1146607811	BBZ- 4637	2018/2018
27	11195	KOMBI VOLKSWAGEN. RENAVAN:462809510	AVH- 4A90	2012
28	14267	FORD ECOSPORT XLS 1.6 FLEX - VEÍCULO REALIZADO BAIXA NO DETRAN.	BET- 5G67	2006
29	14248	HONDA CIVIC LXS FLEX - VEÍCULO REALIZADO BAIXA NO DETRAN.	EAK- 1E76	2008
30	14249	CAMIONETA HYUNDAI TUCSON GL - VEÍCULO REALIZADO BAIXA NO DETRAN.	DYH- 6A11	2007
31	14250	FORD FIESTA FLEX - VEÍCULO REALIZADO BAIXA NO DETRAN.	MGK- 3A06	2010
32	14251	PEUGEOT 206 PASSION - VEÍCULO REALIZADO BAIXA NO DETRAN.	KLS- 2364	2000
33	14252	FIAT PALIO WK ADVEN FLEX - VEÍCULO REALIZADO BAIXA NO DETRAN.	DSB- 6A81	2006
34	14253	CORSA SEDAN PREMIUM - VEÍCULO REALIZADO BAIXA NO DETRAN.	APP- 6F37	2008
35	14254	MERIVA MAXX GM - VEÍCULO REALIZADO BAIXA NO DETRAN.	DXQ- 8D32	2008
36	14255	FORD FIESTA - VEÍCULO REALIZADO BAIXA NO DETRAN.	AMG- 1J07	2004
37	14256	FORD FOCUS 2.0 FC - VEÍCULO REALIZADO BAIXA NO DETRAN.	BAR- 5511	2004
38	14257	FORD FIESTA FIRE FLEX - VEÍCULO REALIZADO BAIXA NO DETRAN.	EEK- 4G59	2009
39	14258	MERIVA SS GM - VEÍCULO REALIZADO BAIXA NO DETRAN.	EEK- 4C73	2008
40	14259	PEUGEOT 307 16 PR PK - VEÍCULO REALIZADO BAIXA NO DETRAN.	ARK- 5J46	2009

41	14260	FIAT PALIO FIRE - VEÍCULO REALIZADO BAIXA NO DETRAN.	HZP- 0492	2003
42	14261	FIAT SIENA ELX FLEX - VEÍCULO REALIZADO BAIXA NO DETRAN.	ARJ- 9A52	2010
43	14262	PEUGEOT 207HB XR - VEÍCULO REALIZADO BAIXA NO DETRAN.	EMF- 8F53	2010
44	14263	TOYOTA CALDINA - VEÍCULO DE ORIGEM PARAGUAIA.	ZAL- 659	1993
45	14264	KIA PICANTO EX 1.0 - VEÍCULO DE ORIGEM PARAGUAIA.	CAY- 344	2010
46	14265	FIAT SIENA HLX FLEX - VEÍCULO REALIZADO BAIXA NO DETRAN.	DJF- 9G12	2007
47	14266	MERCEDES BENZ CLK 320 - VEÍCULO REALIZADO BAIXA NO DETRAN.	ATZ- 757	1998
48	8891	CAMINHAO VOLKSWAGEM BASCULANTE. RENAVAN:00517003147	AFE- 4639	1985/1985
49	4137	AMBULANCIA RENALT MASTER/DIESEL, RENAVAN: 00827860811	ALT- 6A12	2004/2004
50	4141	VW/SAVEIRO CL, RENAVAN: 00667365133 - VEÍCULO REALIZADO BAIXA NO DETRAN.	AGW- 2B23	1996/1997

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 01 de julho de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:A15EB1E7

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2026. - REPUBLICADO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRAULICO, PARA ATENDIMENTO DE TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (EM: MANUTENÇÃO PREDIAL, CONSERVAÇÃO DE IMOVEIS E OBRAS PÚBLICAS).

Em cumprimento ao disposto na lei, ADJUDICO o objeto a empresa vencedora e HOMOLOGO o processo em epígrafe, tornando-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério Menor Preço:

EMPRESA: DALLELASTE E LEMES LTDA
CNPJ: 81.898.116/0001-91

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PCT	ABRAÇADEIRA DE NYLON , PCTE COM 100	6	THOMPSON	15,90	95,40
2	PCT	ABRAÇADEIRA RECARTILHADA AÇO CARBONO	100	INCA	6,50	650,00
3	UN	ABRAÇADEIRA TIPO U AÇO SAE 1010	100	INCA	1,64	164,00
4	UN	ADAPTADOR EM "T" PARA TOMADA	100	TIGRE	8,50	850,00
10	UN	ANEL DE BORRACHA PARA VEDAÇÃO DE ESGOTO	100	TIGRE	2,74	274,00
11	UN	ANEL DE CERA PARA VEDAÇÃO DE VASO SANITARIO	40	TIGRE	11,75	470,00
12	UN	ANTIFERRUGEM 100ML	20	VONDER	12,50	250,00
13	UN	ARCO DE SERRA REGULÁVEL	20	THOMPSON	55,75	1.115,00
18	UN	ARMAÇÃO REX 1X1X3/16	40	ALUMINIO	22,30	892,00
19	UN	ASSENTO UNIVERSAL PARA VASO SANITÁRIO PLÁSTICO	25	ALUMASA	36,70	917,50
30	UN	BROCA PARA ALVENARIA - 6MM, 8MM, 10MM	30	IRWIN	13,45	403,50
31	UN	BROCA PARA FERRO - 6MM, 8MM, 10MM	30	IRWIN	26,50	795,00
35	UN	CABEÇOTE DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO	100	ALUMINIO	10,99	1.099,00
37	UN	CADEADO EM LATÃO MACIÇO COM HASTE EM AÇO - 30MM E 50MM	50	STAM	26,50	1.325,00
40	UN	CAIXA DE AGUA DE POLIETILENO COM TAMPA CAPACIDADE 500L.	15	FORTLEV	287,50	4.312,50
43	UN	CAIXA DE AGUA POLIETILENO COM TAMPA CAPACIDADE 5.000L.	4	FORTLEV	2.265,00	9.060,00
45	UN	CAIXA DE DESCARGA COMUM	30	TIGRE	49,90	1.497,00
46	UN	CAIXA DE EMBUTIR 2X4 MATERIAL PLÁSTICO	200	METASUL	1,22	244,00
48	UN	CAIXA DE LUZ CN PADRÃO COPEL BIFÁSICO	15	FJ	180,00	2.700,00
49	SC	CAL HIDRATADO 20 KG	350	CIBRACAL	17,90	6.265,00
51	UN	CANALETA ADESIVA 3M	300	FAME	15,90	4.770,00
52	UN	CARRINHO DE MÃO COM PNEU 65 LITROS	10	ECOFER	234,00	2.340,00
53	UN	CAVADEIRA ARTICULADA COM CABO DE MADEIRA DE 125CM	5	VILA	122,90	614,50
54	UN	CAVADEIRA SIMPLES COM CABO DE MAEIRA DE 125CM	5	VILA	50,00	250,00
56	UN	CHAVE COMBINADA DE AÇO CROMADO	5	VONDER	31,00	155,00
57	UN	CHAVE DE FENDA AÇO - 14CM, 21 CM	20	VONDER	18,00	360,00
58	UN	CHAVE TESTE 110V/220V	5	TRAMONTINA	15,65	78,25
62	UN	COLA PARA CANO DE PVC 200ML	40	TIGRE	21,30	852,00
63	UN	COLHER DE PEDREIRO Nº 09	10	VILA	18,80	188,00
65	UN	CONDUITE ELETRODUTO RIGIDO BARRA COM 3M	150	TIGRE	21,75	3.262,50
67	KG	CORDA DE NYLON DE TENSÃO NORMAL	50	TRAMONTINA	69,90	3.495,00
69	UN	CUMEIRA ARTICULADA INFERIOR 4MM	150	ETERNIT	10,00	1.500,00
70	UN	CUMEIRA ARTICULADA SUPERIOR 4MM	150	ETERNIT	10,05	1.507,50
76	UN	DISCO MADEIRA PARA SERRA 105/110MM, 115/125MM, 180MM E 230MM	30	VONDER	23,80	714,00
77	UN	DISCO SERRA CIRCULAR 30CM	10	VONDER	49,30	493,00
81	UN	DOBRADIÇAS DE PORTA GRANDE	100	VILA	6,85	685,00
82	M²	EMENDA PVC H 08MM	300	MF PLAST	8,20	2.460,00
84	UN	ENXADA GOIVADA LARGA COM CABO	10	PANDOLFO	59,20	592,00
85	UN	ENXADÃO NORTE 2F COM CABO	10	PANDOLFO	58,70	587,00
87	PCT	ESPAÇADOR DE PISO PACOTE COM 100 UNIDADES	50	CORTAG	3,70	185,00
88	UN	ESPAÇADOR DE PISO 5MM PACOTE COM 100 UNIDADES	50	CORTAG	3,85	192,50
89	UN	ESPATULA 8CM - PLÁSTICO OU ALUMINIO	20	TIGRE	19,40	388,00
91	UN	ESPUDE PARA VASO SANITÁRIO	100	TIGRE	7,80	780,00
92	UN	ESPUMA CHUMBADOR DE BATENTE DE PORTA	15	TEKBOND	26,90	403,50
93	UN	ESQUADRO EM METAL 12"	5	VILA	26,90	134,50
101	M	FIO SOLIDO 6MM, 8MM, 10MM	2.500	BLUCABOS	5,10	12.750,00
102	UN	FITA DE MARCAÇÃO VERMELHA E AMARELA 30 METRO	30	BLUCABOS	24,95	748,50
106	UN	FLEXIVEL DE PVC 40 CM	100	TIGRE	5,90	590,00
107	UN	FOICE ROÇADEIRA COM CABO DE MADEIRA	10	PANDOLFO	58,90	589,00
108	UN	FORMÃO CHANFRADO COM CABO DE MADEIRA 1/2 POLEGADAS	15	VONDER	30,90	463,50
111	UN	GOIVO COMEEIRA DE BARRO 30CM	250	BARROBELLO	2,85	712,50

112	UN	GOIVO COMEEIRA DE CIMENTO 33CM	250	ALMEIDA	30,90	7.725,00
113	UN	HASTE DE ATERRAMENTO58" X 2.40M COM CONECTOR	25	COBRE	78,70	1.967,50
114	GL	IMPERMEABILIZANTE LÍQUIDO PARA ARGAMASSA E CONCRETO 3,6L	25	VEDACIT	79,90	1.997,50
115	UN	INTERRUPTOR EXTERNO 1 TECLA	70	MARGIRIUS	8,55	598,50
116	UN	INTERRUPTPOR DE EMBUTIR 1 TECLA COM TOMADA	70	MARGIRIUS	17,25	1.207,50
122	UN	JOELHO 90° SOLDÁVEL LR	100	TIGRE	7,20	720,00
127	UN	LAMPADA FLUORESCENTE COMPACTA	700	AVANT	15,40	10.780,00
130	UN	LAPIS PEDREIRO	20	IRWIN	3,30	66,00
131	UN	LAVATÓRIO DE LOUÇA COM COLUNA	20	LOGASA	129,00	2.580,00
132	UN	LIMA PARA ENXADA	30	K&F	20,90	627,00
135	UN	LIXA D'AGUA - 80, 100, 120, 150, 200	350	NORTON	2,42	847,00
136	UN	LIXA FERRO - 80, 100, 120, 150, 200	350	NORTON	2,60	910,00
137	M	LONA AZUL 200 MICRAS	100	NORTON	300,00	30.000,00
139	UN	LUVA SOLDÁVEL - 20, 25, 32 E 50MM	500	TIGRE	1,65	825,00
140	UN	MARRETA SEM CABO 5KG	20	PANDOLFO	89,50	1.790,00
143	M	MANGUEIRA DE GÁS 3/8"	30	VINIGAS	11,40	342,00
144	M	MANGUEIRA MARROM 3/4 - 1,5MM	800	PIETROBON	2,55	2.040,00
145	M	MANGUEIRA PARA NIVEL 5/16"X1,5MM	200	UNIFORTE	3,25	650,00
146	M	MANGUEIRA PRETA 3/4 - 1,5MM	1.500	PIETROBON	2,00	3.000,00
147	M	MARTELO BORRACHA 60MM	5	FAMASTIL	19,30	96,50
148	UN	MARTELO UNHA 18 MM	3	CONEX	40,50	121,50
149	UN	MASCARA DE PÓ	50	3M	5,05	252,50
151	UN	MASSA PARA CALAFETAR 350G	3	VONDER	13,50	40,50
154	M	MEIA CANA PVC CURVA	800	DISTRIFORT	6,90	5.520,00
156	M	MEIA CANA PVC U	700	MF PLAST	5,45	3.815,00
157	M	MEIA CANA RIGIDO PVC 4 METROS	800	MF PLAST	8,90	7.120,00
162	UN	MIOLO PARA FECHADURA	50	STAM	31,95	1.597,50
163	UN	MULTIMETRO DIGITAL	5	FOXLUX	91,00	455,00
164	UN	NIVEL MADEIRA 14" 35CM	5	MOMFORT	23,40	117,00
166	UN	PÁ DE CORTE BICO Nº3 COM CABO	5	PANDOLFO	58,00	290,00
167	UN	PÁ DE CORTE REDONDO COM CABO Y 70 CM	5	PANDOLFO	51,00	255,00
171	UN	PARAFUSO CABEÇA CHATA ROSCA SOBERBA 4X50MM E 6X70MM	2.000	VILA	0,03	60,00
175	UN	PARAFUSO SOBERBO PHILIPS 6X60MM	1.500	PARAFIX	0,50	750,00
176	UN	PARAFUSO WC LATÃO CROMADO LUXO COM BUCHA Nº6, E 8	1.000	TIGRE	2,65	2.650,00
180	UN	PÉ DE CABRA SIMPLES 60 CM	5	PANDOLFO	64,50	322,50
183	UN	PINCEL CERDAS MÉDIAS 1" - "1 1/2" - "2 1/2" - 3"	150	ATLAS	5,80	870,00
186	UN	PLAFONIER PLASTICO PARA UMA LAMPADA	200	TASCHIBRA	5,95	1.190,00
187	UN	PLUG TOMADA DE LOUÇA TRIFASICA	20	FOXLUX	19,05	381,00
190	UN	PORTA DE METAL 80X210CM	10	METALNORTE	389,90	3.899,00
191	UN	PORTA TOALHA TIPO ARGOLA AÇO INOX	20	LEÃO	36,90	738,00
192	UN	POSTE DE CONCRETO PARA ENERGIA 7MTS X 11 CM	200	PROPRIO	160,50	32.100,00
193	PCT	PREGO GALVANIZADO PACOTE DE 01KG	350	GERDAU	23,55	8.242,50
194	UN	PROTETOR AURICULAR	50	VONDER	3,60	180,00
195	UN	PRUMO DE PAREDE 500 GRAMAS	3	VILA	30,90	92,70
197	UN	RALO GRELHA QUADRADO BRANCO	30	HERC	22,80	684,00
200	UN	REATOR COM BASE EXTERNA 10.000, 15.000 E 20.000 WATTS	60	INTRAL	79,95	4.797,00
202	UN	RECEPTACULO PORCELANA FIXO PARA TETO	70	FOXLUX	11,95	836,50
207	UN	REGADOR PLÁSTICO 10L	10	METASUL	31,30	313,00
210	UN	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL DE 20 A 50 MM	200	TIGRE	29,90	5.980,00
211	UN	REJUNTE PACOTE 1 KG COR A ESCOLHER	100	VOTORANTIN	6,10	610,00
212	UN	RESISTENCIA DE CHUVEIRO 100 E 220V	50	ENERBRAS	30,00	1.500,00
215	UN	ROLO DE ESPUMA 23CM	100	TIGRE	19,40	1.940,00
216	UN	ROLO DE LÃ ROLO DE ESPUMA 23CM	200	TIGRE	11,95	2.390,00
219	UN	SERRINHA PARA CORTAR FERRO	80	NICHOLSON	11,10	888,00
220	UN	SERROTE COM LAMINA DE 20" EXTRA DURO, CABO DE MADEIRA	10	SERROTE	49,90	499,00
221	UN	SIFÃO PLASTICO ARTICULADO UNIVERSAL 40 A 60 CM	30	BLUKIT	10,10	303,00
222	UN	SIFÃO SANFONADO PVC 40 A 60 CM	50	KRONA	19,25	962,50
224	Lt	SOLVENTE DE TINTA, LATA DE 900ML	200	FARBEN	27,50	5.500,00
231	UN	TALHADEIRA CHATA 3/4"X10	5	SÃO ROMÃO	25,15	125,75
232	UN	TALHADEIRA SEXTAVADA 14"	5	SÃO ROMÃO	36,85	184,25
234	UN	TE SOLDÁVEL 20 A 40MM	550	TIGRE	4,18	2.299,00
236	M	TELA DE ARAME 5X5CM	500	TIDÃO	11,95	5.975,00
238	UN	TELHA DE CIMENTO 42X33CM	2.000	BRASILIT	4,69	9.380,00
242	UN	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA ESPESSURA 5MMX2.44X1.10M	250	ETERNIT	67,00	16.750,00
253	Lt	TINTA ESMALTE SISTÉTICO 900ML COR A ESCOLHER	50	MASTER	41,90	2.095,00
256	UN	TOMADA ALVENARIA	200	TRAMONTINA	13,58	2.716,00
257	UN	TOMADA DE LOUÇA TRIFASICA	20	FOXLUX	19,60	392,00
262	UN	TORNEIRA GIRATORIA DE PLASTICO	150	TIGRE	57,40	8.610,00
263	UN	TORNEIRA GIRATÓRIA PARA LAVATÓRIO EM INOX	40	TIGRE	91,00	3.640,00
265	UN	TRENA 30 METROS	5	THOMPSON	59,00	295,00
282	UN	VALVULA DE PIA 3.1/2" INOX	50	BLUKIT	36,00	1.800,00
283	UN	VALVULA RALO PARA LAVATÓRIO EM PLASTICO	30	GHELPLUS	6,38	191,40
285	UN	VEDA CALHA TUBO 280G	40	UNIPEGA	25,80	1.032,00
287	Lt	VERNIZ COPAL EMBALAGEM DE 900ML	50	FARBEN	46,65	2.332,50
VALOR TOTAL						**301.069,75**

EMPRESA: ECOLIMP COMERCIO E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI
CNPJ: 30.634.243/0001-42

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	UN	ADAPTADOR FLANGE -ADAPTADOR INTERNO COM ROSCA EXTERNA 25MM,32MM E 50MM	250	PLASTILIT	32,60	8.150,00
6	UN	ADAPTADOR INTERNO COM ROSCA EXTERNA 25MM,32MM E 50MM	250	PLASTILIT	12,40	3.100,00
7	UN	ADAPTADOR SOLDÁVEL BOLSA ROSCA ADAPTADOR INTERNO COM ROSCA EXTERNA 25MM,32MM E 50MM	150	PLASTILIT	20,40	3.060,00
21	UN	BALDE EM PVC PRETO 15L	30	ARQPLAST	15,50	465,00
22	UN	BANDEJA PARA PINTUTA 23CM	25	ATLAS	11,15	278,75
29	UN	BOIA DE CAIXA D'AGUA	50	BLUKIT	15,80	790,00
41	UN	CAIXA DE AGUA POLIETILENO COM TAMPA CAPACIDADE 1.000L.	10	BAKOF TEC	617,00	6.170,00
59	UN	CHUVEIRO ELÉTRICO COMUM 5000W	40	HYDRA	75,00	3.000,00
61	UN	COLA BRANCA PARA MADEIRA 500ML	30	CASCOLA	19,90	597,00

66	FR	CORANTE LÍQUIDO 50ML PARA TINTAS A BASE DE ÁGUA (CORES A ESCOLHER)	100	XADREZ	6,00	600,00
78	UN	DISJUNTOR 40A	100	SOPRANA	30,00	3.000,00
79	UN	DISJUNTOR 50 A 80A	75	SOPRANA	139,20	10.440,00
80	UN	DISJUNTOR 100 A 125A	50	SOPRANA	182,50	9.125,00
125	UN	LAMPADA DE LED 40 W	250	OUROLUX	21,20	5.300,00
126	UN	LAMPADA FLUORESCENTE 40W	200	OUROLUX	20,90	4.180,00
128	UN	LAMPADA MISTA 150W	300	OUROLUX	29,90	8.970,00
138	M	LONA PRETA 200 MICRAS	800	LONAX	2,35	1.880,00
141	UN	MACHADINHA 600 GRAMAS COM CABO	5	WORKER	47,50	237,50
165	UN	OCULOS DE PROTEÇÃO	20	KALIPSO	12,00	240,00
169	UN	PAR DE LUVAS DE BORRACHA	30	KALIPSO	6,80	204,00
170	UN	PAR DE LUVAS DE PEDREIRO	150	KALIPSO	9,70	1.455,00
199	UN	RASTELO COM CABO 14 DENTES	20	TRAMONTINA	35,40	708,00
203	UN	RECEPTACULO SOQUETE SIMPLES SEM CHAVE	50	ILUMI	5,50	275,00
204	UN	REFLETOR LED 100W HOLOFOTE MICROLED	80	AVANT	113,50	9.080,00
205	UN	REFLETOR DE LED PARA CAMPO | QUADRA 400W IP67 FLOOD LIGHT	40	AVANT	257,00	10.280,00
206	UN	REFLETOR DE LED PARA CAMPO | QUADRA 800W IP67 FLOOD LIGHT	40	AVANT	507,00	20.280,00
249	GL	TINTA ACRILICA 3,6L CORES MERGULHO PROFUNDO E CINZA INSPITAÇÃO (MARCA CORAL) PADRÃO CORES DO MUNICI	100	CORAL	123,80	12.380,00
251	GL	TINTA ACRILICA FOSCO 3,6L COR A ESCOLHER	50	CORAL	83,00	4.150,00
255	GL	TINTA PARA PISO ASSOALHO 3,6L COR A ESCOLHER	60	CORAL	104,20	6.252,00
284	UN	VASSOURA DE METAL PARA GRAMA	15	TRAMONTINA	57,50	862,50
VALOR TOTAL						**135.509,75**

EMPRESA: PAVAN MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA
CNPJ: 27.723.961/0001-80

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
8	UN	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO ROSCA	200	TIGRE	4,10	820,00
32	UN	BROXA RETANGULAR SINTÉTICA 800/1	30	TIGRE	13,50	405,00
34	UN	BUCHA REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA, 25MM, 32MM, 50MM	200	TIGRE	6,40	1.280,00
36	UN	CABO PARA ROLO DE PINTURA 23 CM	30	ATLAS	9,85	295,50
42	UN	CAIXA DE AGUA POLIETILENO COM TAMPA CAPACIDADE 2.000L.	4	FORTLEV	1.070,00	4.280,00
47	UN	CAIXA DE LUZ AN PADRÃO COPEL MONOFÁSICO	15	FORTLEV	162,00	2.430,00
50	L	CAL LIQUIDO 1L	250	CAL	9,75	2.437,50
60	SC	CIMENTO CP-II 50KG	800	VOTORAN	39,50	31.600,00
64	M²	CONDUITE ARTICULADA MANGUEIRA 3/4	500	PRÓPRIA	2,38	1.190,00
86	UN	ESCADA METÁLICA COM 5 DEGRAUS	5	MOR	235,00	1.175,00
100	M	FIO PARALELO 6MM, 8MM, 10MM	1.500	BLUCABOS	10,35	15.525,00
103	UN	FITA DUPLA FACE ACRILICA 12 MM 2 METROS	70	PRÓPRIA	11,95	836,50
104	UN	FITA ISOLANTE 19 MM 10 METROS	70	TIGRE	8,90	623,00
105	UN	FITA VEDA ROSCA 18 MM 25 METROS	70	TIGRE	8,25	577,50
110	M	FORRO DE PVC 2X100X8MM (DUPLO)	2.000	PLASBIL	26,50	53.000,00
117	UN	ISOLADOR PORCELANA ROSCA SOBERBA (PIMENTÃO)	50	PRÓPRIA	15,80	790,00
129	UN	LAMPADA VAPOR SÓDIO 150 A 250W	100	ELGIN	42,30	4.230,00
134	RL	LINHA DE NILON 100 MT	15	PRÓPRIA	245,00	3.675,00
142	UN	JOGO MANGUEIRA COM ESGUICHO - TRANÇADA, REFORÇADA E FLEXIVEL - 30 METROS	100	PRÓPRIA	157,00	15.700,00
152	SC	MASSA PVA 25KG	100	WLATERCOLOR	40,50	4.050,00
155	M	MEIA CANA PVC MOLDURA	800	PLASBIL	8,95	7.160,00
172	UN	PARAFUSO FORRO PVC 4,2X13 MM	600	PRÓPRIA	0,06	36,00
173	UN	PARAFUSO MADEIRA CABEÇA CHATA FENDA 4X40MM	2.000	PRÓPRIA	0,14	280,00
174	UN	PARAFUSO PARA ARMAÇÃO GALVON. PADRÃO ELET. 4,2MM X13MM	40	PRÓPRIA	16,80	672,00
182	UN	PERFIL PARA LAJE (ML)	1.500	PRÓPRIA	17,20	25.800,00
185	M²	PORCELANATO PEI -4 (MODELO A ESCOLHER)	300	INCOPISOS	60,90	18.270,00
196	UN	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE EMBUTIR 12.700 A 22.000W	40	TIGRE	32,30	1.292,00
201	UN	REATOR ELETRONICO 2X40W	80	PRÓPRIA	38,80	3.104,00
208	UN	REGISTRO DE GÁS COM MANGUEIRA 8 METROS	30	ALIANÇA	60,50	1.815,00
209	UN	REGISTRO DE PRESSÃO 3/4"	40	PRÓPRIA	71,40	2.856,00
217	UN	ROLO PARA TEXTURA 23 CM	30	TIGRE	28,50	855,00
218	UN	SABONETEIRA EM ABS COM RESERVATÓRIO 900ML	60	PRÓPRIA	45,00	2.700,00
225	GL	SOLVENTE PARA TINTA, GALÃO DE 5L	100	FARBEN	99,00	9.900,00
237	UN	TELHA DE BARRO ROMANA 400 X 230 X 10 MM	2.000	PRÓPRIA	2,24	4.480,00
247	UN	TIJOLO P/ LAJE LAJOTA 07X20X30CM	3.000	PRÓPRIA	1,90	5.700,00
252	GL	TINTA ESMALTE SISTÉTICO 3,6L COR A ESCOLHER	50	MERCURE	145,00	7.250,00
258	UN	TOMADA EMBUTIDA NOVO PADRÃO	150	PRÓPRIA	13,60	2.040,00
259	UN	TOMADA SIMPLES	200	PRÓPRIA	7,75	1.550,00
260	UN	TORNEIRA DE INOX BICA MOVEL 1/2" 3/4"	70	LEÃO	95,00	6.650,00
261	UN	TORNEIRA DE PLASTICO PARA PIA	100	LEÃO	9,05	905,00
264	BR	TRELIÇA BARRA DE FERRO DE 6M	1.000	PRÓPRIA	41,40	41.400,00
273	BR	TUBO DE ESGOTO 75MMX6M	80	TIGRE	87,00	6.960,00
281	UN	VALVULA DE DESCARGA 1.1/4 ALTA PRESSÃO	30	DOCOL	167,00	5.010,00
286	GL	VERNIZ 3,6L COR A ESCOLHER	40	MONTANA	97,00	3.880,00
VALOR TOTAL						**305.485,00**

EMPRESA: SANTIN & VILIATI LTDA – ME
CNPJ: 00.111.404/0001-52

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
9	UN	ADITIVO CAL LIGA 1 LITRO	100	HIDROCAL	15,50	1.550,00
15	SC	ARGAMASSA EXT AC-II 20KG	200	HIPER	33,40	6.680,00
16	SC	ARGAMASSA INT AC-I 20KG	200	HIPER	16,90	3.380,00
17	SC	ARGAMASSA PISO 20KG	130	HIPER	44,90	5.837,00
20	UN	BACIA SANITARIA COMUM	30	LOUÇA	129,90	3.897,00
33	UN	BUCHA PARA PARAFUSO, 6MM, 8MM, 10MM	1.000	VONDER	0,09	90,00
44	UN	CAIXA DE AGUA POLIETILENO COM TAMPA CAPACIDADE 15.000L.	2	BAKOF	8.659,00	17.318,00
55	M²	CERÂMICA PEI-4 (MODELO A ESCOLHER)	800	CEDASA	37,70	30.160,00
68	UN	CUMEIRA 5MM 15°	200	ETERNIT	57,40	11.480,00
71	UN	DESEMPENADEIRA COM FELTRO 12X20CM	10	DREYER	19,20	192,00
72	UN	DESEMPENADEIRA DE AÇO DENTADA 12X27CM	10	PARABONI	27,50	275,00
73	UN	DESEMPENADEIRA DE AÇO LISA 12X27CM	10	PARABONI	27,50	275,00
74	UN	DESEMPENADEIRA PVC 14X27 CM PARA GRAFIATO	10	METASUL	12,80	128,00
75	UN	DISCO CERAMICA PARA SERRA 105/110MM, 115/125MM, 180MM E 230MM	40	VONDER	45,50	1.820,00

83	GL	EMULSÃO ASFÁLTICA PARA IMPERMEABILIZANTE 20 LITROS	50	VONDER	106,70	5.335,00
118	UN	JOELHO 45° ESGOTO	200	AMANCO	9,90	1.980,00
119	UN	JOELHO 45° SOLDÁVEL	200	AMANCO	2,45	490,00
120	UN	JOELHO 90° ESGOTO	800	AMANCO	6,35	5.080,00
121	UN	JOELHO 90° SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATÃO	300	AMANCO	5,85	1.755,00
133	UN	LIMA PARA MOTOSSERRA 8X7/32	30	KF	8,00	240,00
150	UN	MASSA ACRILICA 900ML	50	REVCOLLOR	12,95	647,50
184	UN	PINO PLUGUE FEMEA 10A E 20A	200	MARGIRUS	6,45	1.290,00
198	UN	RALO SIFONADO 100X100X50	30	KRONA	20,00	600,00
223	UN	SILICONE EM TUBO 280 G	40	VONDER	22,00	880,00
233	UN	TE ESGOTO DE 40 A 10MM	350	AMANCO	11,30	3.955,00
235	UN	TE SOLDÁVEL LR 20 A 40MM	200	AMANCO	6,20	1.240,00
239	UN	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA ESPESSURA 4MMX2.44X0.50M	500	ISDRALIT	29,50	14.750,00
240	UN	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA ESPESSURA 5MMX 1,83X1,10M	300	ISDRALIT	55,60	16.680,00
241	UN	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA ESPESSURA 5MMX2.13X1.10M	250	ISDRALIT	65,80	16.450,00
243	UN	TESOURA PARA JARDINAGEM 12"	5	PARABONI	41,50	207,50
244	SC	TEXTURA ACRILICA 25KG	200	BELLCOLOR	89,40	17.880,00
245	UN	TIJOLO 6 FURO 9X14X19	15.000	BARRO	0,90	13.500,00
246	UN	TIJOLO 6 FUROS 9X14X25	15.000	BARRO	1,05	15.750,00
248	GL	TINTA ACRILICA 18L CORES MERGULHO PROFUNDO E CINZA INSPIRAÇÃO (MARCA CORAL) PADRÃO CORES DO MUNICIP	100	BARRO	493,80	49.380,00
250	GL	TINTA ACRILICA FOSCO 18L COR A ESCOLHER	90	KILLING	426,90	38.421,00
254	GL	TINTA OLEO 3,6L COR A ESCOLHER	80	KILLING	119,40	9.552,00
271	BR	TUBO DE ESGOTO 100MMX6M	80	KRONA	105,20	8.416,00
280	BR	TUBO SOLDÁVEL 50MMX6M	80	TIGRE	117,50	9.400,00
VALOR TOTAL						**316.961,00**

EMPRESA: 34.886.211 GILVANA MACHINER DOS SANTOS
CNPJ: 34.886.211/0001-95

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
14	M³	AREIA MÉDIA	450	PRÓPRIA	182,00	81.900,00
181	M³	PEDRA Nº 1	400	PRÓPRIA	122,00	48.800,00
VALOR TOTAL						**130.700,00**

EMPRESA: METALURGICA E CHAPEAÇÃO ZANCANARO LTDA
CNPJ: 07.196.684/0001-98

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
23	UN	BARRA DE FERRO ARMADO 6 METROS 3/8	75	GERDAL	60,00	4.500,00
24	BR	BARRA FERRO ROSCADA 1/2" BARRA COM 1M	60	GERDAL	27,50	1.650,00
25	BR	BARRA FERRO ROSCADA 1/4" BARRA COM 1M	60	GERDAL	6,50	390,00
26	BR	BARRA FERRO ROSCADA 3/8" BARRA COM 1M	60	GERDAL	11,00	660,00
27	BR	BARRA BARRA FERRO ROSCADA 5/16" BARRA COM 1M	60	GERDAL	11,40	684,00
94	UN	FECHADURA COMUM EXTERNA	50	STAN	78,00	3.900,00
95	UN	FECHADURA COMUM INTERNA	50	STAN	56,50	2.825,00
96	BR	FERRO 1/4" OU 6,3MM BARRA COM 12M	100	GERDAL	33,00	3.300,00
97	BR	FERRO 3/4" OU 20MM BARRA COM 12M	100	GERDAL	182,50	18.250,00
98	BR	FERRO 3/8" OU 10MM BARRA COM 12M	100	GERDAL	90,50	9.050,00
99	BR	FERRO 4.2 MM BARRA COM 12M	200	GERDAL	15,80	3.160,00
272	BR	TUBO DE ESGOTO 50MMX6M	80	KRONA	74,90	5.992,00
274	BR	TUBO ESGOTO 150MMX6M	80	KRONA	235,00	18.800,00
275	BR	TUBO ESGOTO 200MMX6M	80	KRONA	466,50	37.320,00
276	BR	TUBO SOLDÁVEL20MMX6M	200	KRONA	18,50	3.700,00
277	BR	TUBO SOLDÁVEL 25MMX6M	200	KRONA	23,80	4.760,00
278	BR	TUBO SOLDÁVEL 32MMX6M	200	KRONA	62,00	12.400,00
279	BR	TUBO SOLDÁVEL40MMX6M	80	KRONA	69,20	5.536,00
VALOR TOTAL						**136.877,00**

EMPRESA: VAZ PRIM ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 57.124.154/0001-02

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
28	UN	BLOCO DE CONCRETO 14X19X39CM	3.000	PRÓPRIA	4,40	13.200,00
158	UN	MEIO FIO CONCRETO 1 METRO	500	PRÓPRIA	39,00	19.500,00
159	UN	MEIO FIO DE CONCRETO 14CMX14CMX80CM	700	PRÓPRIA	33,50	23.450,00
160	UN	MEIO FIO DE CONCRETO 8CMX23CMX79CM	700	PRÓPRIA	30,00	21.000,00
161	UN	MEIO FIO DE CONCRETO C/ SARGETA 28CMX18,5CMX80CM	500	PRÓPRIA	29,50	14.750,00
168	M	PALANQUE DE CONCRETO COM MEDIDAS DE 15 X 15 CM	200	PRÓPRIA	30,00	6.000,00
177	M²	PAVIMENTO INTERTRAVADO DE CIMENTO, ANTIDERRAPANTE, RETANGULAR 10X20X6CM, NATURAL.	400	PRÓPRIA	41,70	16.680,00
178	M²	PAVIMENTO INTERTRAVADO DE CIMENTO, ANTIDERRAPANTE, RETANGULAR, 10X20X4CM, NATURAL	400	PRÓPRIA	34,40	13.760,00
179	M²	PAVIMENTO INTERTRAVADO DE CIMENTO, ANTIDERRAPANTE, RETANGULAR, 10X20X8CM, NATURAL	300	PRÓPRIA	59,40	17.820,00
266	UN	TUBO DE CONCRETO 30CM X 1,0ML	250	PRÓPRIA	42,30	10.575,00
267	UN	TUBO DE CONCRETO 40CM X 1,0ML	400	PRÓPRIA	66,70	26.680,00
268	UN	TUBO DE CONCRETO 60CM X 1,0ML	400	PRÓPRIA	120,00	48.000,00
269	UN	TUBO DE CONCRETO 80CM X 1,0ML NÃO ARMADO	100	PRÓPRIA	211,50	21.150,00
270	UN	TUBO DE CONCRETO 1,0CM X 1,0ML NÃO ARMADO	100	PRÓPRIA	514,50	51.450,00
288	M	VIGA DE CONCRETO PRÉ MOLDADO DIMENSÕES 25X70 CM PARA PONTE DE CONCRETO. INSTALADA.	40	PRÓPRIA	1.040,00	41.600,00
289	M	VIGA PRÉ MOLDADA PARA PONTE TIPO T 0,5M DE BASE, ALTURA 0,35CM, INSTALADA.	40	PRÓPRIA	574,50	22.980,00
VALOR TOTAL						**368.595,00**

EMPRESA: SERRARIA RIO BALSAS AGRICOLA E PASTORIL LTDA
CNPJ: 79.210.142/0001-33

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
38	M	CAIBRO DE 5X10CM MADEIRA PINUS	2000	PRÓPRIA	9,90	19.800,00
39	M	CAIBRO DE 5X5CM MADEIRA PINUS	2000	PRÓPRIA	5,29	10.580,00
90	M²	ESPELHO PARA BEIRAL DE MADEIRA CEDRO 0,14X6M	250	PRÓPRIA	27,60	6.900,00
109	M²	FORRO DE MADEIRA	400	PRÓPRIA	27,80	11.120,00
123	Kit	KIT BATENTE DE PORTA 2,20 X 0,82	30	PRÓPRIA	179,70	5.391,00
124	Kit	KIT VISTA DE PORTA MADEIRA 7 CM	30	PRÓPRIA	66,00	1.980,00

153	M	MEIA CANA MADEIRA 2 X 2 X 300 MM	500	PRÓPRIA	2,64	1.320,00
188	UN	PORTA DE MADEIRA EXTERNA 80X210CM	20	PRÓPRIA	383,50	7.670,00
189	UN	PORTA DE MADEIRA INTERNA 80X210CM	20	PRÓPRIA	122,90	2.458,00
213	M	RIPA MADEIRA PINUS 1"X5CM	3.000	PRÓPRIA	2,40	7.200,00
214	M	RODAPÉ DE MADEIRA 2 X 4,5 X 300 CM	400	PRÓPRIA	6,50	2.600,00
226	UN	TABUA TABUA PINUS 0,10X3,0M	400	PRÓPRIA	11,50	4.600,00
227	UN	TABUA PINUS 0,15X3,0MX20CM	400	PRÓPRIA	20,30	8.120,00
228	UN	TABUA PINUS 0,20X3,0MX20CM	300	PRÓPRIA	27,90	8.370,00
229	UN	TABUA PINUS 0,25X3,0MX20CM	200	PRÓPRIA	36,90	7.380,00
230	UN	TABUA PINUS 0,30X3,0MX20CM	200	PRÓPRIA	44,40	8.880,00
VALOR TOTAL						**114.369,00**

Homologo a presente licitação,

Catanduvas - PR, 21 de julho de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:84094FD8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO DE 2026		
LRF, art. 48 - Anexo 6		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O SEMESTRE**	
Receita Corrente Liquida	74.138.174,33	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	67.006.174,33	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	66.241.432,98	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa total com pessoal - DTP	2.189.631,00	3,31
Limite máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.974.485,98	6,00
Limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	3.775.761,68	5,70
Limite de alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.577.037,38	5,40
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida consolidada líquida	0,00	0,00
Limite definido por resolução do senado federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das garantias concedidas	0,00	0,00
Limite definido por resolução do senado federal	0,00	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de crédito internas e externas	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito internas e externas	0,00	16,00
Operações de crédito por antecipação da receita	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito por antecipação da receita	0,00	7,00
Entidades:		
Câmara Municipal de Centenário do Sul		

Publicado por:
Natal Dos Santos
Código Identificador:5D0FC622

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 258/2026

MUNICIPIO DE CONTENDA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 258/2026 de 07/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2293/2025 de 09/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$50.722,11 (cinquenta mil e setecentos e vinte e dois reais e onze centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06		SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA , ESPORTE E TURISMO	
06.004		DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO	
06.004.13.392.0017.2.038		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
409 - 3.3.90.93.00.00	908	INDENIZACOES E RESTITUICOES	2,95
07		SECRETARIA DE SAUDE	
07.003		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.003.10.301.0019.2.043		MANUTENCAO DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE	
506 - 3.3.90.30.00.00	494	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
507 - 3.3.90.32.00.00	3303	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	10.074,00
07.003.10.302.0019.2.046		MANUTENCAO DO PROGRAMA CAPS I	
553 - 3.3.90.33.00.00	3887	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.922,50
556 - 3.3.90.39.00.00	3887	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	799,50
08		SECRETARIA DE PROMOCAO E ASSISTENCIA SOCIAL	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	
08.002.08.243.0021.6.052		FMDCCA - BLOCO DA PROTECAO SOCIAL BASICA	
670 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.500,00
08.003		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.003.08.245.0021.2.091		FMAS - BLOCO DE PROTECAO SOCIAL BASICA	
750 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
09		SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO E SERVICOS PUBLICOS	
09.001		DEPARTAMENTO DE SERVICOS URBANOS E FISCALIZACAO DE OBRAS	
09.001.15.451.0022.2.060		MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS	
779 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	1.457,10
783 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.966,06
		Total Suplementação:	50.722,11

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Superávit financeiro;

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
3303	SAÚDE - RECEITAS VINCULADAS (E.C. 29/00 -15%)	10.074,00
3887	CUSTEIO CAPS	3.722,00
	Total	13.796,00

Art 3º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo 1º, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
08		SECRETARIA DE PROMOCAO E ASSISTENCIA SOCIAL	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	
Redução			
08.002.08.243.0021.6.052		FMDCCA - BLOCO DA PROTECAO SOCIAL BASICA	
665 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	1.500,00
08.003		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.003.08.245.0021.2.091		FMAS - BLOCO DE PROTECAO SOCIAL BASICA	
755 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.000,00
09		SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO E SERVICOS PUBLICOS	
09.001		DEPARTAMENTO DE SERVICOS URBANOS E FISCALIZACAO DE OBRAS	
09.001.15.451.0022.2.060		MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS	
780 - 3.3.90.33.00.00	1000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	3.423,16
		Total Redução:	6.923,16

Art 4º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo 1º, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita		
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL - Fonte: 908	2,95
Receita: 1.7.1.3.50.1.1.18	TRANSFERENCIA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - CUSTEIO ATENÇÃO PRIMÁRIA PORTARIA 10.169 - Fonte: 494	30.000,00
Total da Receita:		30.002,95

Art 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, Estado do PR, em 7 de Julho de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito

Publicado por:
Lidia Czaya Jargas
Código Identificador:FF52301F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
CHAMADA PÚBLICA 003/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO 078/2025 LISTA DE CREDENCIADOS

CHAMADA PÚBLICA 003/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 078/2025
LISTA DE CREDENCIADOS

RECEPCIONISTA:

SUELI CRISTINA DE L. STIGAR	61.439.800/0001-06	CONTRATADA

EDNA PRISCILA FERRARI	61.205.107/0001-60	CONTRATADA
SABRINA DA SILVA	65.867.166/0001-55	73
SABRINA DA SILVA	61.431.032/0001-36	DESCLASSIFICADA
ROZELI GOMES PADILHA	61.082.959/0001-08	DESCLASSIFICADA
MICHELI FLEITER DE OLIVEIRA	05.282.295/0001-50	35
JANETE TRZECIAK	62.633.522/0001-88	DESCLASSIFICADA
RENATA WOJCIK	61.338.514/0001-46	DESCLASSIFICADA
LUANA WROSKI DE JESUS	61.390.745/0001-07	DESCLASSIFICADA
RAFAELLA DA SILVA SOUZA	61.082.520/0001-85	16,89
SANDRA AP TABORDA CRUZ	61.526.812/0001-60	DESCLASSIFICADA
TATIELE F. SIQUEIRA CIDRA	62.175.108/0001-72	0
SILMARA VITORINO RIBEIRO	64.336.777/0001-04	DESCLASSIFICADA
FABIANA PRADO DA SILVA	62.789.737/0001-59	0
GLENDA NICOLLI MARIZ DA SLVA	62.830.463/0001-38	0
ANA CAROLINA SARNICK	61.580.489/0001-02	DESCLASSIFICADA

MERENDEIRA:

JAQUELINE V. DEZATNIK	61.488.555/0001-19	CONTRATADA
ALDA SOARES FRAGOSO	61.299.247/0001-45	CONTRATADA
ELISANGELA P. DOS SANTOS	61.283.392/0001-38	CONTRATADA
DIRCE INES STRIEDER	61.634.223/0001-03	DISTRATO
NEUSA MARIA H. DA SILVA	61.285.456/0001-30	CONTRATADA
ANDRESSA DA S. FERREIRA	61.294.507/0001-90	CONTRATADA
DAIANE PROENÇA DE PAULA	62.021.968/0001-51	CONTRATADA
ROSELI DE FATIMA DE LIMA COLAÇO	62.627.688/0001-91	CONTRATADA
CRISTIANE CAVALIM DE SOUZA CORDEIRO	62.628.772/0001-20	CONTRATADA
ELIANE HOFMAM WOJCIK	62.606.912/0001-69	CONTRATADA
LENI DE JESUS NASCIMENTO SANTOS OLIVEIRA	62.604.526/0001-38	CONTRATADA
SALETE RUCHINSKI DA SILVA	62.695.123/0001-41	CONTRATADA
ANDRESSIELI AP DA SILVEIRA F.	62.686.844/0001-95	CONTRATADA
ANDREA AP GANZERT DE OLIVEIRA	62.668.347/0001-4	CONTRATADA
ROSANGELA SILVEIRA DE SIQUEIRA	62.786.128/0001-80	CONTRATADA
DIANA MACHADO DOS SANTOS	62.722.642/0001-51	CONTRATADA
IVONE DE APARECIDA PINTO DE ALMEIDA	62.654.008/0001-29	CONTRATADA
TALITA JOELISE DE SIQUEIRA	61.318.539/0001-88	CONTRATADA
JAQUELINE APARECDA BARBOSA GUIMARÃES	62.785.219/0001-09	CONTRATADA
ADRIANA MACHADO DOS SANTOS	62.636.233/0001-32	CONTRATADA
ADRIANA MARCIA RAKSA	63.132.943/0001-98	CONTRATADA
LAURA RODRIGUES DA SILVA	45.153.489/0001-70	CONVOCAÇÃO RECUSADA
IVANEA CORREA	63.047.710/0001-97	CONTRATADA
ROSIMAR PINTO	61.294.446/0001-60	CONVOCAÇÃO RECUSADA
ELIANE APARECIDA RIBEIRO	63.292.028/0001-60	CONTRATADA
ANA APARECIDA LEVANDOSKI	64.366.360/0001-94	CONTRATADA
LUCIANE MARTINS DA LUZ DE LIMA	64.263.845/0001-52	DESCLASSIFICADA
VANESSA MOZELE	64.367.529/0001-20	CONTRATADA
SABRINA ALVES RIBEIRO W. BECKER	63.522.238/0001-05	CONVOCAÇÃO RECUSADA
REBECA SILVA PEDROSO	63.652.299/0001-89	CONTRATADA
LILIANE DA SILVA	64.682.426/0001-55	CONTRATADA
ELIANE DA SILVA	35.649.943/0001-24	CONVOCADA
ROSANGELA APARECIDA NOVAKI	65.093.843/0001-25	CONVOCADA
SIMONE TEREZINHA GANZER	23.955.386/0001-90	DESISTENTE
ELIANE DE ALMEIDA	64.495.768/0001-66	DESCLASSIFICADA
JAQUELINE DZATNIK	61.488.555/0001-19	35

AX. SERVIÇOS GERAIS:

SONIA MARIA DOS SANTOS	61.520.070/0001-65	CONTRATADA
ROSIMAR PINTO	61.294.446/0001-60	CONTRATADA
SIBELI GONÇALVES ALMEIDA	61.329.233/0001-27	CONTRATADA
MARIA DE L. GONÇALVES	62.078.173/0001-80	CONTRATADA
JOSE GERVISON DOS SANTOS	60.327.414/0001-51	CONTRATADO
JANAINA DA LUZ SANTANA	62.602.825/0001-33	CONTRATADA
JOCIANE FERNANDES AGUIAR	62.522.300/0001-98	CONTRATADA
MARISE RODRIGUES DE SOUZA	62.645.252/0001-25	CONTRATADA
TEOGENES SANTANA CORREIA DE SOUZA	62.653.339/0001-44	CANCELADO
MARLENE APARECIDA G. D SILVA	62.603.396/0001-19	CONTRATADA
LEILANE APARECIDA GONÇALVES	62.514.326/0001-94	CANCELADA
MARCIA JANETE ROMPAVA	62.781.595/0001-17	CONTRATADA
JOAO CELSO SILVEIRA DOS SANTOS	62.906.685/0001-97	CONTRATADA
GERLEY CRISTINA SOARES DA SILVA	62.628.824/0001-68	CONTRATADA
SILVIA SILVEIRA SIQUEIRA	62.624.737/000132	CONTRATADA
ELEN THAYNA DA SILVA	62.743.420/0001-15	CONTRATADA
ROSANE APARECIDA RIBA BORGES	67.798.643/0001-80	CONTRATADA
JOAO ANTONIO MOREIRA PRESTES	62.887.231/0001-16	CONTRATADA
ELIEGE PADILHA ALVES	62.676.766/0001-48	CONTRATADA
RAFAELA RODRIGUES DE PAULA	62.667.051/0001-29	CONTRATADA
ANA MERI MARIANO GODOI	62.645.236/0001-32	CONTRATADA
LEONILDA DE FATIMA OLIVEIRA	62.766.170/0001-39	CONTRATADA
DAIANE CRISTINA LIMA DE ASSIS PADILHA	62.667.299/0001-90	CONTRATADA
MARIA NEIDE VIANA DA SILVA	60.624.067/0001-29	CONTRATADA
LUIZ CARLOS MOREIRA PRESTES	62.893.984/0001-34	CONTRATADA
PEDRO HENRIQUE VENTURA DE SANTANA	62.849.669/0001-00	CONTRATADA
JOSE AUGUSTO DE OLIVEIRA ARAUJO	62.865.516/0001-56	CONTRATADA
MARIANE SILVEIRA PEPES	63.216.920/0001-61	CONTRATADA
ROSANA LOURENÇO PADILHA	62.648.200/0001-02	CONTRATADA

PATRICIA MOJORI PADILHA PEPES	63.177.110/0001-43	CONVOCAÇÃO RECUSADA
LEONICE ALVEZ DE OLIVEIRA	63.412.926/0001-04	CONTRATADA
LUANA ALVES PADILHA	63.782.868/0001-00	CONTRATADA
ALINE APARECIDA PEREIRA COLAÇO OSIOWY	64.266.803/0001-75	CONTRATADA
LEONIR BARBOSA LOURENÇO PINTO	64.505.504/0001-46	CONTRATADA
LOEIDI SOUZA MASTRANGE	64.285.155/0001-02	CONTRATADA
LUCIANA DOS SANTOS S. GONÇALVES	55.410.529/0001-75	CONTRATADA
IVANI RAFAEL DE OLIVEIRA	64.574.316/0001-70	CONVOCAÇÃO RECUSADA
ROSANA LOURENÇO PADILHA	62.648.200/0001-02	CONTRATADA
ANDRIELLI DA SILVA KLAUS	64.496.329/0001-78	CONTRATADA
FRANCIELI CETNAROWSKI	64.348.848/0001-99	CONVOCAÇÃO RECUSADA
JHULIANA BAUMEL SALES DA SILVA TOKARSKI	64.246.839/0001-97	DESCLASSIFICADA
BRUNA PINTO PIRES	64.445.355/0001-77	CONTRATADA
FLAVIANE FIORI PADILHA	64.739.376/0001-03	CONVOCAÇÃO RECUSADA
ELAINE CRISTINA C. DE SOUZA U.	35.753.8440001-98	CONTRATADA
ROSANA EXPEDITO STORRER	63.925.092/0001-30	CONTRATADA
EMILLY DA SILVEIRA GOUVEA	64.703.464/0001-47	CONTRATADA
MARIZA REGINA M. DOMIANSKI	65.493.209/0001-80	CONTRATADA
FERNANDA PEREIRA CAMPOS DOS SANTOS	65.436.167/0001-45	CONTRATADA
ANDRESSA PEREIRA VINHAS	64.561.258/0001-40	CONTRATADA
SILVANA PADILHA	52.678.686/0001-78	CONTRATADA
JOSEMAR JOSE BRASÃO	65.469.381/0001-06	CONTRATADO
ROSIMAR PINTO	65.969.488/0001-05	CONTRATADA
JOCEMARA G. DOS SANTOS	65.980.225/0001-05	DESISTENTE
EVA ZAVELINSKI	65.945.053/0001-20	CONTRATADA
SIRLEI FERREIRA MARTINS	66.133.377/0001-09	CONVOCADA
MARIA BERNADETTE STRAPAZZON	67.187.571/0001-58	CONVOCADA
EVA DE JESUS SEMES	65.917.849/0001-70	CONVOCADA
LUCIANE RAMOS	65.553.242/0001-58	CONVOCADA
SONIA MARIA DOS SANTOS	61.520.070/0001-65	10
MARIA DE LOURDES GONÇALVES	62.078.173/0001-80	1,7

PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR:

LUCIELE C. DOS SANTOS	61.487.574/0001-20	CONVOCAÇÃO RECUSADA
BRUNA BANCZ DE CAMARGO	61.648.874/0001-44	CONTRATADA
GESSICA ALANE PADILHA	61.658.223/0001-35	CONTRATADA
JOHAN F. MOSCALESKI	61.927.502/0001-57	CONTRATADO
ANDRESA CRISTINA STABACH	61.446.800/0001-25	CONTRATADA
DAYANE CRISITNA CAETANO	62.007.932/0001-25	CONTRATADA
NAILY PADILHA DOS ANJOS	62.030.450/0001-84	CONTRATADA
ELIETE PADILHA	64.301.087/0001-10	CONTRATADA
ADRIANA C. OLECH DO NASCIMENTO	63.501.615/0001-11	CONTRATADA
PATRICIA DO NASCIMENTO W.	63.502.216/0001-75	DESCLASSIFICADA
EDILAINE BOJANO	64.308.488/0001-00	CONTRATADA
CLARICE DE JESUS ALVES ARAUJO DE LIMA	64.346.399/0001-40	DESCLASSIFICADA
ANA KARINA DOS SANTOS	64.452.292/0001-86	CONVOCAÇÃO RECUSADA
GABRIELA PAVAN VIANTE	63.009.279/0001-94	DESCLASSIFICADA
EANDRA CAROLINE PEREIRA	64.312.946/0001-76	DESCLASSIFICADA
THUANNY CRISTINA BENDLIN DA SILVA	64.259.758/0001-21	CONTRATADA
LILIAN CZARNIK	43.456.693/0001-34	CONTRATADA
BETTINA CORDEIRO RODRIGUES	64.342.160/0001-00	CONTRATADA
WILLIAN OPALINSKI	64.282.261/0001-24	CONTRATADO
GENOVEVA MOL	65.778.457/001-77	CONTRATADA
ARYELLY DA SILVA VERONEZI	65.689.173/0001-70	CONTRATADA
VERIDIANE APARECIDA BOCKNEK	65.871.396/0001-98	CONTRATADA
JOISELE AP. WONSOVICZ	61.702.208/0001-47	CONVOCADA
BRUANE FERNANDA BONETO LAURINDO DELVINO	66.756.135/0001-90	10

ATENDENTE:

GABRIELA KOLACHINSKI MUSSIAT	61.731.761/0001-08	CONTRATADA
JOISELE APARECIDA WONSOVIVZ	61.702.208/0001-47	CONTRATADA
ROSANA SONCINE DE LIMA	64.052.193/0001-07	CONVOCAÇÃO RECUSADA
ANA PAULA DA SILVA	61.604.266/0001-38	DESCLASSIFICADA
NATALLY VITORIA PEREIRA DE LIMA	63.481.792/0001-83	CONTRATADA
ISABELE MARIA WOJCIK	64.368.573/0001-55	CONVOCAÇÃO RECUSADA
AMANDA TUGINSKI MOKSINSKI	64.374.120/0001-31	CONTRATADA
FRANCIELE B. PROROK BORA	64.339.256/0001-00	CONTRATADA
JOSSANA EUNICE FERRER	67.672.787/0001-09	CONVOCADA
PATRICIA DE PAULA ANTOCHEVSKI	67.764.218/0001-38	2,3
TAYNA MOL HAMMERSCHMIDT	61.512.996/0001-09	0
TAYANE MOL	61.366.289/0001-51	0

MECÂNICO:

DJALMA SANTANA	43.937.649/0001-46	CONTRATADO

Contenda, 22 de julho de 2026

JAIME KFIATKOSKI
Sec. De Administração

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:0D0599FC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

CONSÓRCIO PÚBLICO SUDOESTE PINHAIS
ANEXO 14_DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO_RREOS_3º BIM-2026_CONSÓRCIO PINHAIS

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUST	
CONSÓRCIO PÚBLICO	
ESTADO DO PARANÁ	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A JUNHO 2.026/BIMESTRE MAIO-JUNHO	
LRF, Art. 48 - Anexo XIV	R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até Período**
RECEITAS	
Previsão Inicial	3.921.000,00
Previsão Atualizada	3.921.000,00
Receitas Realizadas	654.655,61
Déficit Orçamentário	96.228,62
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	3.921.000,00
Dotação Atualizada	3.921.000,00
Despesas Empenhadas	1.035.650,03
Despesas Liquidadas	750.884,23
Despesas Pagas	702.860,87
Superávit Orçamentário	0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até Período**
Despesas Empenhadas	1.035.650,03
Despesas Liquidadas	750.884,23
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até Período**
Receita Corrente Líquida	1.752.398,42
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	1.752.398,42
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	1.752.398,42

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até Período**
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	**Meta Fixada no AMF da LDO (a)**	**Resultado até o Período (b)**	**% em Relação à Meta (b/a)**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	0,00	-128.044,51	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	**Inscrito**	**Cancelado Até o Período**	**Pagamento Até o Período**	**Saldo a Pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	1.954,39	0,00	0,00	1.954,39
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	13.657,76	0,00	10.492,00	3.165,76
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Porder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	15.612,15	0,00	10.492,00	5.120,15

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	**Valor Apurado Até Período**	**Limites Constitucionais Anuais**	
		% Mínimo a Aplicar Exerc.	**% Aplicado Até o Período**
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	<18% / 25%>	0,00
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	0,00	70%	0,00
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50%	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor Apurado Até Período**	**Saldo Não Realizado**
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	263.990,00	489.850,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	Valor Apurado Até Período	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos	20.291,60	379.308,40
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	163.610,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Período	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar Exerc.	% Aplicado até o Período
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA REGIAO SUDOESTE PINHAIS, emitido em 11/jul/2026 as 10h e 37m.

ANDERSON M. BARRETO	*ADEMIR ANTONIO AZILIERO*
Presidente	Analista Contábil CRC 25365

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:C62C516A

CONSÓRCIO PÚBLICO SUDOESTE PINHAIS
ANEXO 6_RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL_RREOS_3º BIM-2026_CONSÓRCIO PINHAIS

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUST
CONSÓRCIO PÚBLICO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.026/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO – Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)	Em reais
ACIMA DA LINHA	

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2026
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	2.811.840,00	654.655,61
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	103.200,00	15.068,36
IPTU	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00
ITBI	0,00	0,00
IRRF	103.200,00	15.068,36
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	180.360,00	69.347,25
Aplicações Financeiras (II)	180.360,00	69.347,25
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	2.417.040,00	570.240,00
Cota-Parte do FPM	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	2.417.040,00	570.240,00
Demais Receitas Correntes	111.240,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	111.240,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	2.631.480,00	585.308,36
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	1.109.160,00	0,00
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	331.560,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	331.560,00	0,00
Transferências de Capital	777.600,00	0,00
Convênios	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	777.600,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	1.109.160,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	3.740.640,00	585.308,36
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	3.740.640,00	585.308,36

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2026				
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

					PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	3.123.960,00	771.660,03	750.884,23	702.860,87	0,00	10.492,00	10.492,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.294.920,00	297.909,25	297.909,25	279.421,90	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.829.040,00	473.750,78	452.974,98	423.438,97	0,00	10.492,00	10.492,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	3.123.960,00	771.660,03	750.884,23	702.860,87	0,00	10.492,00	10.492,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	753.840,00	263.990,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	753.840,00	263.990,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	753.840,00	263.990,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	43.200,00	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	**3.921.000,00**	**1.035.650,03**	**750.884,23**	**702.860,87**	**0,00**	**10.492,00**	**10.492,00**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	3.921.000,00	1.035.650,03	750.884,23	702.860,87	0,00	10.492,00	10.492,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							**-128.044,51**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							**-128.044,51**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
JUROS NOMINAIS	**Até o Bimestre / 2026**
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	**-128.044,51**

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/Dez/2025 (a)	**Até o Bimestre (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XL)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	0,00	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**0,00**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre / 2026**
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	0,00
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX)]	**0,00**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**0,00**
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA REGIAO SUDOESTE PINHAIS, emitido em 11/jul/2026 as 10h e 06m.

ANDERSON M. BARRETO	***ADEMIR ANTONIO AZILIERO***
Presidente	Analista Contábil CRC 25365

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:0C50249C

CONSÓRCIO PÚBLICO SUDOESTE PINHAIS
ANEXO 9_DEMONST.OP.CRÉDITO_RREOS_3º BIM-2026_CONSÓRCIO PINHAIS

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUST		
CONSÓRCIO PÚBLICO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		
(REGRA DE OURO)		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
RREO – ANEXO 9 (LRF, Art. 53, inciso I)	JANEIRO A JUNHO 2.026/BIMESTRE MAIO-JUNHO	Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)**
DESPESAS DE CAPITAL	753.840,00	263.990,00	489.850,00
Investimentos	753.840,00	263.990,00	489.850,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	753.840,00	263.990,00	489.850,00
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OUROS (III) =	**(II - I) 753.840,00**	**263.990,00**	**489.850,00**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA REGIAO SUDOESTE PINHAIS, emitido em 11/jul/2026 as 10h e 09m.			
Nota: Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III			
ANDERSON M. BARRETO		***ADEMIR ANTONIO AZILIERO***	
Presidente		Analista Contábil CRC 25365	

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:696E4E45

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO 11 - RECEITA ALIENACAO DE ATIVOS

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - PR 07/07/2026 10:26			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRE MAIO-JUNHO			
RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			Em Reais
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c)=(a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	4.021.233,40	522.797,93	3.498.435,47
Receita de Alienação de Bens Móveis	1.060.641,00	39.079,00	1.021.562,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	2.651.231,40	252.087,82	2.399.143,58
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Receita de Rendimentos de Aplicações			
Financeiras	309.361,00	231.631,11	77.729,89

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	176.955,80	34.033,00	6.934,00	6.934,00	-	592.505,83	142.922,80
Despesas de Capital	176.955,80	34.033,00	6.934,00	6.934,00	-	592.505,83	142.922,80
Investimentos	176.955,80	34.033,00	6.934,00	6.934,00	-	592.505,83	142.922,80
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	-	-	-	-	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-	-	-	-	-

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2025 (i)	2026 (j) = (Ib - (IIf + IIg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)		-76.641,90	-76.641,90

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:3599A00C

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO 14 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO

Municipio de Coronel Vivida - PR	
Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	Em Reais
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	221.582.072,00
Previsão Atualizada	221.582.072,00
Receitas Realizadas	114.817.196,83
Déficit Orçamentário	-
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	24.789.665,65
DESPESAS	
Dotação Inicial	221.582.072,00
Dotação Atualizada	317.829.757,22
Despesas Empenhadas	149.699.348,20
Despesas Liquidadas	82.981.414,58
Despesas Pagas	81.542.726,61
Superávit Orçamentário	31.835.782,25
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o bimestre
Despesas Empenhadas	149.699.348,20
Despesas Liquidadas	82.981.414,58
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o bimestre
Receita Corrente Líquida	161.900.728,01
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	157.952.728,01
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	157.152.728,01

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até o bimestre			
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00			
Resultado Previdenciário	0,00			
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)				
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00			
Resultado Previdenciário	0,00			
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	0,00	15.575.055,39		
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	9.803.814,05		
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o bimestre	Pagamento Até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.270.945,54	0,00	1.240.113,71	30.831,83
Poder Executivo	1.270.945,54	0,00	1.240.113,71	30.831,83
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	42.900.080,94	107.163,25	16.668.013,51	26.124.904,18
Poder Executivo	42.900.080,94	107.163,25	16.668.013,51	26.124.904,18
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	44.171.026,48	107.163,25	17.908.127,22	26.155.736,01
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	14.464.301,47	25%	23,95	
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	9.088.926,03	70%	88,07	
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI - 0%)	0,00	0%	0,00	
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no exercicio	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	7.868.033,76	15%	13,03	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00			

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:B2826C5C

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO 3 - RECEITA CORRENTE LIQUIDA

Municipio de Coronel Vivida-PR								
Relatório Resumido da Execução Orçamentária								
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida								
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social								
Julho/2025 a Junho/2026								
RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, inciso I)							R$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**							
	Julho/2025	Agosto/2025	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025	Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2026
	Janeiro/2026	Fevereiro/2026	Março/2026	Abril/2026	Maio/2026	Junho/2026		
RECEITAS CORRENTES (I)	15.144.887,95	13.506.127,51	13.091.329,59	15.195.033,94	12.235.524,51	17.152.481,39	178.672.547,45	226.164.414,35
	14.790.969,61	14.194.339,11	16.370.632,20	14.622.117,65	18.788.342,14	13.580.761,85		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.733.817,37	1.745.841,34	1.549.501,99	2.111.479,42	1.582.661,01	2.222.603,09	26.887.569,63	29.708.741,40
	1.325.103,21	1.738.623,82	5.233.617,13	2.485.717,95	2.543.932,31	2.614.670,99		
IPTU	486.791,67	421.552,68	145.747,35	263.389,58	159.785,42	138.381,97	6.731.302,05	8.709.152,00
	83.792,56	300.928,46	3.098.941,51	561.243,32	545.009,53	525.738,00		
ISS	631.923,77	710.864,60	715.862,70	985.801,20	739.936,06	1.212.531,52	10.883.410,33	10.182.447,00
	707.706,41	753.704,71	1.060.526,90	1.051.534,86	1.144.466,74	1.168.550,86		
ITBI	149.134,00	146.253,19	149.699,60	246.024,09	135.866,64	188.565,00	2.117.746,45	4.428.726,00
	91.244,61	176.914,36	182.661,91	210.528,79	157.555,52	283.298,74		
IRRF	429.895,37	441.935,11	501.234,49	575.811,54	499.668,50	663.188,36	6.006.461,32	4.480.218,00
	383.978,73	384.051,54	512.299,18	496.460,60	553.029,55	564.908,35		
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	36.072,56	25.235,76	36.957,85	40.453,01	47.404,39	19.936,24	1.148.649,48	1.908.198,40
	58.380,90	123.024,75	379.187,63	165.950,38	143.870,97	72.175,04		
Contribuições	171.852,24	175.659,13	152.612,07	165.790,43	167.314,94	162.699,61	2.471.196,95	3.330.090,00
	176.102,39	202.456,71	342.658,27	270.830,26	257.785,76	225.435,14		
Receita Patrimonial	380.375,15	429.717,14	455.192,07	512.135,30	447.330,36	516.715,93	5.530.412,78	2.401.227,20
	422.287,45	387.647,39	607.763,45	492.974,75	521.894,89	356.378,90		
Rendimentos de Aplicação Financeira	369.717,84	420.853,97	445.800,84	503.306,98	437.386,99	515.428,82	5.432.241,71	1.912.827,20
	415.847,30	380.802,10	599.819,41	486.292,93	514.298,28	342.686,25		
Outras Receitas Patrimoniais	10.657,31	8.863,17	9.391,23	8.828,32	9.943,37	1.287,11	98.171,07	488.400,00
	6.440,15	6.845,29	7.944,04	6.681,82	7.596,61	13.692,65		
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Receita de Serviços	187.173,35	188.393,17	181.178,43	180.196,27	191.026,63	179.852,88	2.712.872,43	2.361.800,00
	197.751,05	320.280,21	256.951,10	275.754,57	275.102,12	279.212,65		
Transferências Correntes	12.639.658,43	10.944.116,82	10.727.433,01	12.211.860,12	9.819.303,16	14.011.754,20	140.530.579,62	155.083.153,30
	12.553.292,47	11.485.962,15	9.888.470,95	11.002.396,18	15.167.607,00	10.078.725,13		
Cota-Parte do FPM	4.537.139,69	3.496.117,33	4.436.710,23	2.975.545,72	4.044.777,51	6.513.599,00	51.403.093,86	48.411.000,00
	4.134.515,82	5.198.324,99	3.147.900,41	3.706.346,94	4.485.856,53	4.726.259,69		
Cota-Parte do ICMS	2.848.817,79	2.304.773,00	2.834.043,82	2.567.657,53	2.392.580,83	3.034.464,55	31.731.616,01	36.675.000,00
	2.692.947,35	2.153.432,09	2.989.846,64	2.764.799,53	2.244.246,91	2.904.005,97		

Cota-Parte do IPVA	145.829,62	164.758,57	155.591,83	143.085,23	120.106,10	139.820,98	4.816.905,56	7.628.400,00
	2.146.027,47	527.174,00	476.914,91	427.095,79	370.501,06	-		
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**							
	Julho/2025	Agosto/2025	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025	Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2026
	Janeiro/2026	Fevereiro/2026	Março/2026	Abril/2026	Maio/2026	Junho/2026		
Cota-Parte do ITR	39.978,31	29.614,66	155.074,01	547.365,14	15.210,95	18.064,85	876.303,05	880.200,00
	4.272,63	7.636,79	13.559,42	9.313,46	12.329,28	23.883,55		
Transferências da LC 61/1989	34.036,06	37.596,70	39.870,53	38.236,10	37.791,10	45.776,47	467.406,63	733.500,00
	35.649,73	37.410,69	37.032,98	32.577,32	39.148,33	52.280,62		
Transferências do FUNDEB	1.481.362,58	1.379.417,07	1.352.395,25	1.767.991,90	1.559.431,28	1.865.255,32	19.673.085,43	24.222.224,40
	2.098.334,18	1.556.961,83	1.517.049,08	1.740.793,47	1.742.359,94	1.611.733,53		
Outras Transferências Correntes	3.552.494,38	3.531.839,49	1.753.747,34	4.171.978,50	1.649.405,39	2.394.773,03	31.562.169,08	36.532.828,90
	1.441.545,29	2.005.021,76	1.706.167,51	2.321.469,67	6.273.164,95	760.561,77		
Outras Receitas Correntes	32.011,41	22.399,91	25.412,02	13.572,40	27.888,41	58.855,68	539.916,04	33.279.402,45
	116.433,04	59.368,83	41.171,30	94.443,94	22.020,06	26.339,04		
DEDUÇÕES (II)	1.148.021,11	1.206.571,97	1.201.368,54	1.254.377,87	1.322.093,22	1.560.810,84	16.773.500,97	17.941.410,00
	1.802.682,47	1.584.795,33	1.333.050,80	1.388.026,55	1.430.416,37	1.541.285,90		
Contribuição do Servidor para Plano de Previdência	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.148.021,11	1.206.571,97	1.201.368,54	1.254.377,87	1.322.093,22	1.560.810,84	16.773.500,97	17.941.410,00
	1.802.682,47	1.584.795,33	1.333.050,80	1.388.026,55	1.430.416,37	1.541.285,90		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	**13.996.866,84**	**12.299.555,54**	**11.889.961,05**	**13.940.656,07**	**10.913.431,29**	**15.591.670,55**	**161.899.046,48**	**208.223.004,35**
	12.988.287,14	**12.609.543,78**	**15.037.581,40**	**13.234.091,10**	**17.357.925,77**	**12.039.475,95**		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	-	-	-	-	-	**198.000,00**	**3.948.000,00**	-
	-	-	-	**50.000,00**	**3.700.000,00**	-		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**13.996.866,84**	**12.299.555,54**	**11.889.961,05**	**13.940.656,07**	**10.913.431,29**	**15.393.670,55**	**157.951.046,48**	**208.223.004,35**
	12.988.287,14	**12.609.543,78**	**15.037.581,40**	**13.184.091,10**	**13.657.925,77**	**12.039.475,95**		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	-	-	-	-	-	-	**800.000,00**	-
	-	-	-	-	**800.000,00**	-		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VII)	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**13.996.866,84**	**12.299.555,54**	**11.889.961,05**	**13.940.656,07**	**10.913.431,29**	**15.393.670,55**	**157.151.046,48**	**208.223.004,35**
	12.988.287,14	**12.609.543,78**	**15.037.581,40**	**13.184.091,10**	**12.857.925,77**	**12.039.475,95**		

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:63E26EA3

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO 6 - RESULTADOS PRIMARIO E NOMINAL

Municipio de Coronel Vivida-PR		
Relatório Resumido da Execução Orçamentária		
Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal		
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho		
RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)		R$ 1,00
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	Previsão Atualizada	Até o Bimestre/2026 Receitas Realizadas (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	131.256.449,70	71.303.590,01
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	27.771.203,00	14.999.075,74
IPTU	8.709.152,00	5.115.653,38
ISS	10.182.447,00	5.886.490,48
ITBI	4.428.726,00	1.102.203,93
IRRF	4.450.878,00	2.894.727,95
Outros Impostos, Taxas, e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	1.015.230,34
Aplicações Financeiras (II)	-	1.014.466,95
Outras Receitas Patrimoniais	-	763,39
Transferências Correntes	103.485.246,70	55.206.631,19
Cota-Parte do FPM	39.609.000,00	20.319.363,71
Cota-Parte do ICMS	29.340.000,00	12.599.422,90
Cota-Parte do IPVA	6.102.720,00	3.158.170,95
Cota-Parte do ITR	704.160,00	56.796,16
Transferências da LC 61/1989	630.810,00	187.279,76
Transferências do FUNDEB	24.222.224,40	10.267.232,03
Outras Transferências Correntes	2.876.332,30	8.618.365,68
Demais Receitas Correntes	-	82.652,74
Outras Receitas Financeiras (III)	-	-
Receitas Correntes Restantes	-	82.652,74
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	131.256.449,70	70.289.123,06
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	-	-

RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	3.322.762,40	29.551.104,99
Operações de Crédito (VIII)	-	7.820.290,42
Amortização de Empréstimos (IX)	-	-
Alienação de Bens	3.322.762,40	391.166,82
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	-	-
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	-	-
Outras Alienações de Bens	3.322.762,40	391.166,82
Transferências de Capital	-	21.339.647,75
Convênios	-	20.270.211,55
Outras Transferências de Capital	-	1.069.436,20
Outras Receitas de Capital	-	-
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	-	-
Outras Receitas de Capital Primárias	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	3.322.762,40	21.730.814,57
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	-	-
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	-	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	134.579.212,10	92.019.937,63
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	134.579.212,10	92.019.937,63

DESPESAS PRIMÁRIAS	Dotação Atualizada	Até o Bimestre/2026					
		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (a)	Restos a Pagar Processados Pagos (b)	Restos a Pagar não Processados	
						Liquidados	Pagos (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	132.484.797,28	50.816.553,93	43.825.963,65	43.122.568,02	1.238.635,71	1.507.206,93	1.507.206,93
Pessoal e Encargos Sociais	57.130.815,71	21.800.996,41	21.755.996,41	21.227.024,01	69.536,43	-	-
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	75.353.981,57	29.015.557,52	22.069.967,24	21.895.544,01	1.169.099,28	1.507.206,93	1.507.206,93
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	75.353.981,57	29.015.557,52	22.069.967,24	21.895.544,01	1.169.099,28	1.507.206,93	1.507.206,93
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	132.484.797,28	50.816.553,93	43.825.963,65	43.122.568,02	1.238.635,71	1.507.206,93	1.507.206,93
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	-	-	-	-	-	-	-

DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	86.960.892,14	66.504.809,80	15.854.187,50	15.414.187,00	1.478,00	15.160.806,58	15.160.806,58
Investimentos	86.960.892,14	66.504.809,80	15.854.187,50	15.414.187,00	1.478,00	15.160.806,58	15.160.806,58
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XXVII)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	86.960.892,14	66.504.809,80	15.854.187,50	15.414.187,00	1.478,00	15.160.806,58	15.160.806,58
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPSS) (XXX)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	219.445.689,42	117.321.363,73	59.680.151,15	58.536.755,02	1.240.113,71	16.668.013,51	16.668.013,51
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	219.445.689,42	117.321.363,73	59.680.151,15	58.536.755,02	1.240.113,71	16.668.013,51	16.668.013,51

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]	15.575.055,39
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]	15.575.055,39
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-
JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre/2026
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	2.742.675,35
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	614.594,84
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	17.703.135,90

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/Dez/2025 (a)	**Até o 3º Bimestre (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	10.283.020,90	17.083.982,03
DEDUÇÕES (XL)	43.638.104,36	60.242.879,54
Disponibilidade de Caixa	43.592.483,33	60.197.258,51
Disponibilidade de Caixa Bruta	45.474.540,99	61.312.584,74
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	1.270.945,54	30.831,83
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	611.112,12	1.084.494,40
Demais Haveres Financeiros	45.621,03	45.621,03
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-33.355.083,46	-43.158.897,51
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**9.803.814,05**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício	-
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre/2026**
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-1.240.113,71
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	-
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	-
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	-
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	-
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	**8.563.700,34**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**6.435.619,83**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	24.789.665,65
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	24.789.665,65
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	-

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:F701D3BD

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO 8 - DESPESA COM ENSINO-EDUCACAO

Municipio de Coronel Vivida-PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho		
RREO - Anexo 8 (LDB,art. 72)	Em Reais	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
1- RECEITA DE IMPOSTOS	27.800.543,00	14.999.075,74
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	8.709.152,00	5.115.653,38
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	4.428.726,00	1.102.203,93
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	10.182.447,00	5.886.490,48
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	4.480.218,00	2.894.727,95
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	94.558.100,00	45.401.290,90
2.1- Cota-Parte FPM	48.411.000,00	25.399.204,38
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	44.010.000,00	25.399.204,38
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d, e e f	4.401.000,00	-
2.2- Cota-Parte ICMS	36.675.000,00	15.749.278,49
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	733.500,00	234.099,67
2.4- Cota-Parte ITR	880.200,00	70.995,13
2.5- Cota-Parte IPVA	7.628.400,00	3.947.713,23
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	-	-
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	230.000,00	-
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**122.358.643,00**	**60.400.366,64**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**17.941.410,00**	**9.080.257,42**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	**12.558.240,75**	**6.019.833,48**
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	24.332.493,40	10.320.092,64
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	23.689.043,40	10.255.616,42
6.1.1- Principal	23.578.774,40	10.202.755,81
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	110.269,00	52.860,61
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	141.450,00	64.476,22
6.2.1- Principal	141.450,00	64.476,22
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-
6.3.1- Principal	-	-
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	502.000,00	-
6.4.1- Principal	502.000,00	-
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	**5.637.364,40**	**1.122.498,39**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**VALOR**	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	-	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	-	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	-	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	**10.320.092,64**	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	24.712.749,22	11.207.848,06	10.597.404,18	10.318.119,38	-
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	18.484.221,22	9.088.926,03	9.088.926,03	8.831.660,33	-
10.1.1 - Educação Infantil	6.150.000,00	3.321.356,29	3.321.356,29	3.232.828,18	-
10.1.2 - Ensino Fundamental	12.202.458,82	5.767.569,74	5.767.569,74	5.598.832,15	-
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-
10.1.4 - Educação Especial	131.762,40	-	-	-	-
10.1.5 - Administração Geral	-	-	-	-	-
10.2- OUTRAS DESPESAS	6.228.528,00	2.118.922,03	1.508.478,15	1.486.459,05	-
10.2.1 - Educação Infantil	-	-	-	-	-
10.2.2 - Ensino Fundamental	4.742.092,00	1.269.503,04	1.269.503,04	1.248.916,15	-
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-
10.2.4 - Educação Especial	1.486.436,00	849.418,99	238.975,11	237.542,90	-
10.2.5 - Administração Geral	-	-	-	-	-

10.2.6 - Transporte (Escolar)	-	-	-	-	-
10.2.7 - Outras	-	-	-	-	-

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)[7] (h)**	**DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	11.207.848,06	10.597.404,18	10.318.119,38	-	-	277.311,54
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	11.207.848,06	10.597.404,18	10.318.119,38	-	-	341.787,76
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	-	-	-	-	-	-
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-	-	-	-	-

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)[7] (h)**	**DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-	-	-	-	-	-
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	9.088.926,03	9.088.926,03	8.831.660,33	-	-	-
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	-	-	-	-	-	-
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	7.224.064,85	9.088.926,03	9.088.926,03	88,07
16- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI - 0%)	-	-	-	-
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	-	-	-	-

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	**VALOR MAXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	1.032.009,26	(610.443,88)	(610.443,88)	-	(5,92)

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)**	**VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)**	**VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)**	**VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)**	**VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)**	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)**
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	-	-	-	-	-	-

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE – CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	20.095.230,52	6.845.245,50	5.384.044,05	5.311.488,91	-
20.1- Educação Infantil	4.121.652,14	353.867,24	344.067,24	344.067,24	-
20.2- Ensino Fundamental	15.489.211,58	6.481.728,48	5.030.327,03	4.957.771,89	-
20.3- Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-
20.4- Educação Especial	349.366,80	9.649,78	9.649,78	9.649,78	-
20.5- Administração Geral	-	-	-	-	-
20.6- Transporte (Escolar)	-	-	-	-	-
20.7- Outras	135.000,00	-	-	-	-

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)[6]	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	44.807.979,74	18.053.093,56	15.981.448,23	15.629.608,29	-
21.1- Educação Infantil	10.359.870,14	3.675.223,53	3.665.423,53	3.576.895,42	-
21.1.1- Creche	6.981.453,14	2.926.916,77	2.917.116,77	2.847.950,31	-
21.1.2- Pré-escola	3.378.417,00	748.306,76	748.306,76	728.945,11	-
21.2- Ensino Fundamental	34.448.109,60	14.377.870,03	12.316.024,70	12.052.712,87	-
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					**VALOR**
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					5.384.044,05
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					9.080.257,42
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					-
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)					-
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS					-

27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = L30.1(af)	-
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	**14.464.301,47**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL[2 e 5]	**VALOR EXIGIDO (z)**	**VALOR APLICADO (aa)**	**% APLICADO (ab)**
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	15.100.090,90	14.464.301,47	23,95

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE[8]	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	100.824,24	89.185,48	100.145,59	-	678,65
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	39.392,84	27.754,08	38.714,19	-	678,65
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	61.431,40	61.431,40	61.431,40	-	-
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	-	-	-	-	-

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.854.177,50	1.977.915,70
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	2.919.335,50	1.145.996,17
31.1.1- Salário-Educação	2.046.010,30	824.865,81
31.1.2- PDDE	-	-
31.1.3- PNAE	588.120,00	268.129,81
31.1.4- PNATE	270.535,20	52.998,48
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	14.670,00	2,07
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	524.825,96
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	-	-

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	-	-
31.5- RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	4.940,00	3,00
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	929.902,00	307.090,57

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)[6]	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	14.151.573,76	4.850.417,73	4.052.318,41	3.972.133,76	-
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.673.792,40	1.497.012,97	1.133.036,68	1.132.353,63	-
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	4.124.019,36	1.010.678,56	1.004.564,04	1.004.147,66	-
32.3- ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
32.4- ENSINO SUPERIOR	2.393.642,00	815.848,30	693.163,90	614.078,68	-
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	552.000,00	18.195,08	5.312,17	5.312,17	-
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	-	-	-	-	-
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	-	-	-	-	-
32.8- OUTRAS	3.408.120,00	1.508.682,82	1.216.241,62	1.216.241,62	-
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	58.959.553,50	22.903.511,29	20.033.766,64	19.601.742,05	-
33.1- Despesas Correntes	55.556.701,81	22.793.860,59	19.941.885,93	19.509.861,34	-
33.1.1- Pessoal Ativo	30.994.111,92	12.338.073,13	12.338.073,13	12.019.729,52	-
33.1.2- Pessoal Inativo	-	-	-	-	-
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	1.298.524,80	797.739,35	174.412,56	174.412,56	-
33.1.4- Outras Despesas Correntes	23.264.065,09	9.658.048,11	7.429.400,24	7.315.719,26	-
33.2- Despesas de Capital	3.402.851,69	109.650,70	91.880,71	91.880,71	-
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	-	-	-	-	-
33.2.2- Outras Despesas de Capital	3.402.851,69	109.650,70	91.880,71	91.880,71	-

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**FUNDEB (ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	86.291,86	69.799,75
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	10.320.092,64	824.865,81
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	10.379.550,78	559.818,03
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	26.833,72	334.847,53
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	-	-
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	-	-

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**FUNDEB (ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	26.833,72	334.847,53

1 Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.

2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.

8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).

10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:3B3A0EE3

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO 9 - RECEITA OPERACAO DE CREDITO

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA-PR			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRE MAIO-JUNHO			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			Em Reais
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)	-	7.820.290,42	-7.820.290,42
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)**
DESPESAS DE CAPITAL	114.808.059,18	19.450.025,15	95.358.034,03
Investimentos	112.008.059,18	18.430.695,86	93.577.363,32
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	2.800.000,00	1.019.329,29	1.780.670,71
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte	-	-	-
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	114.808.059,18	19.450.025,15	95.358.034,03
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(II–I)	114.808.059,18	11.629.734,73	103.178.324,45
Notas:			
[1] Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III			

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:C52BC015

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - PR - PODER EXECUTIVO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JULHO/2025 A JUNHO/2026		
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**	
	LIQUIDADAS (a)	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)**
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	60.796.628,15	-
Pessoal Ativo	55.111.051,13	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	47.107.630,65	-
Obrigações Patronais	8.003.420,48	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	167.506,70	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	167.506,70	-
Pensões	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	5.518.070,32	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS(II)(§ 1º do art. 19 da LRF)	2.561.514,61	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.121.978,20	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	84.950,97	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198,	1.306.584,85	-
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	48.000,59	-
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	58.235.113,54	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	161.900.728,01	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	3.948.000,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	800.000,00	-
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)(VII)	-	-
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (IV - V - VI - VII - VIII)	157.152.728,01	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	58.235.113,54	37,06
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	84.862.473,13	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	80.619.349,47	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	76.376.225,82	48,60
1.Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados incritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		
Nota:		

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:08849EC4

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - PR		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO DE 2026		
RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")		R$ 1,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026

	ANTERIOR	Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	10.283.020,90	17.083.982,03	-
Dívida Mobiliária	-	-	-
Dívida Contratual	7.195.633,28	13.996.594,41	-
Empréstimos	-	-	-
Internos	-	-	-
Externos	-	-	-
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	-	-	-
Financiamentos	6.568.923,46	13.500.639,41	-
Internos	6.568.923,46	13.500.639,41	-
Externos	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas	626.709,82	495.955,00	-
De Tributos	-	-	-
De Contribuições Previdenciárias	-	-	-
De Demais Contribuições Sociais	626.709,82	495.955,00	-
Do FGTS	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-
Demais Dívidas Contratuais	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não	3.087.387,62	3.087.387,62	-
Outras Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	43.638.104,36	60.244.561,07	-
Disponibilidade de Caixa[1]	43.592.483,33	60.198.940,04	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	45.474.540,99	61.314.266,27	-
(-) Restos a Pagar Processados	1.270.945,54	30.831,83	-
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	611.112,12	1.084.494,40	-
Demais Haveres Financeiros	45.621,03	45.621,03	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	(33.355.083,46)	(43.160.579,04)	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	152.531.301,51	161.900.728,02	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	198.000,00	3.948.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	152.333.301,51	157.952.728,02	-
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	6,75	10,82	-
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	(21,90)	(27,32)	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <0,	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <0,00%>	-	-	-

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000[2] (Não incluídos na DC	-	-	-
PASSIVO ATUARIAL	-	-	-
RP NÃO-PROCESSADOS	42.900.080,94	26.124.904,18	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	-	-	-
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	-	-	-

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívid

Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluído deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios".

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:BA5A67F0

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO III - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - PR			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO DE 2026			
RGF - ANEXO 3 (LRF,art. 55, inciso I, alínea 'c' e art. 40, § 1º)		R$ 1,00	
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
AOS ESTADOS(I)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
AOS MUNICÍPIOS (II)	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS(V)=(I+II+III+IV)	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(VI)	152.531.301,51	161.900.728,02	-
(-)Transferências obrigatórias da União relativas as emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF)(VII)	198.000,00	3.948.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA C DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	152.333.301,51	157.952.728,02	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTA	-	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 0%	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,00%	-	-	-
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DOS ESTADOS (IX)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
DOS MUNICÍPIOS (X)	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-

Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS(XIII)=(IX+	-	-	-
MEDIDAS CORRETIVAS:			

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:C1BDF8FD

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - PR		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO DE 2026		
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R$ 1,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre	**Até o Semestre**
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	7.820.290,42	7.820.290,42
Interna	7.820.290,42	7.820.290,42
Empréstimos	7.820.290,42	7.820.290,42
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (I)	-	-
Externa	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II)	-	-
TOTAL (III)	**7.820.290,42**	**7.820.290,42**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	161.900.728,02	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§13, art. 166 da CF) (V	3.948.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (	157.952.728,02	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)= (IIIa + V	7.820.290,42	4,95
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre	**Até o Semestre**
Parcelamento de Dívidas	-	-
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	-	-
FGTS	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	-	-
1 Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites.		
No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.		

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:A73C0396

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO VI - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - PR - PODER EXECUTIVO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
1º SEMESTRE DE 2026		
LRF, Art. 48 - Anexo 6	R$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE**	
Receita Corrente líquida	161.907.418,50	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	157.959.239,49	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoa	157.159.239,49	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal DTP	58.235.113,54	37,05
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 54,00%	84.865.989,32	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 51,30%	80.622.689,85	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 48,60%	76.379.390,39	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR ATÉ O SEMESTRE DE REFERÊNCIA**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida Consolidada Líquida	(43.167.090,52)	(27,33)
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR ATÉ O SEMESTRE DE REFERÊNCIA**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**

Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de Crédito Internas e Externas	7.820.290,42	4,95
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:A5F5ECC7

CONTABILIDADE PMCV
DECRETO 9041

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N. º 9041/2026, de 16 de junho de 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 3545/2025, de 28 de novembro de 2025
DECRETA
Art. 1º) – Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 1.950.000,00 (um milhão novecentos e cinquenta mil reais)** conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0500	Secretaria Municipal da Educação, da Cultura e do Desporto		
0501	Departamento de Educação		
0501.12.361.0013.2.012	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.39 (200)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	104-RD	200.000,00
3.1.90.04 (160)	Contratação por Tempo Determinado	104-RD	100.000,00
3.3.90.30 (179)	Material de Consumo	104-RD	200.000,00
0502	Departamento de Cultura		
0502.13.392.0017.2.158	Apoio, Fomento e Modernização do Setor Cultural		
3.3.90.31 (358)	Premiações, Culturais, artísticas e Desportivas	1063-RD	50.000,00
0504	FUNDEB		
0504.12.361.0013.2.022	Profissionais da Educação – FUNDEB 70%		
3.1.90.04 (406)	Contratação por Tempo Determinado	101-RD	280.000,00
0504.12.365.0012.2.011	CRECHES – FUNDEB 70%		
3.1.90.04 (443)	Contratação por Tempo Determinado	101-RD	100.000,00
0600	Secretaria Municipal da Saúde		
0601	Departamento de Saúde		
0601.10.301.0019.2.027	Atenção Básica Fixa - FMS		
3.1.90.94 (488)	Indenizações e Restituições Trabalhistas	303-RD	80.000,00
0601.10.301.0019.2.029	Saúde da Família – FMS		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	303-RD	60.000,00
0601.10.301.0019.2.030	Saúde Bucal – FMS		
3.1.90.11 (576)	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	000-RD	100.000,00
0800	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo		
0802	Departamento de Obras e Serviços Urbanos		
0802.26.782.0032.2.057	Manutenção e Estruturação da Malha Viária		
3.3.90.39 (1016)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	000-RD	500.000,00
1000	Secretaria Municipal de Assistência Social		
1001	Fundo Municipal de Assistência Social		
1001.08.244.0023.2.244	Bloco da Proteção Social Especial		
3.1.90.04 (1153)	Contratação por Tempo Determinado	000-RD	80.000,00
3.3.90.39 (1178)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	000-RD	150.000,00
1006	Fundo de Habitação de Interesse Social		
1006.16.482.0030.1.100	Habitação		
3.3.90.39 (1349)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	000-RD	50.000,00
TOTAL			1.950.000,00

Art. 2º) - Os recursos a serem utilizados para fazer face as despesas com a abertura do Credito Adicional Suplementar acima correrão a conta dos recursos abaixo especificados:
I – Anulação parcial e/ou total de dotação orçamentárias constante do orçamento programa em vigor, conforme discriminadas a seguir:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0500	Secretaria Municipal da Educação, da Cultura e do Desporto		
0501	Departamento de Educação		
0501.12.364.0016.2.016	Apoio ao Ensino Médio, Pós-Médio e Superior		
3.3.90.34 (264)	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	000-RD	200.000,00
3.3.90.39 (266)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	000-RD	100.000,00
0504	FUNDEB		
0504.12.361.0013.2.012	Profissionais da Educação – FUNDEB 70%		
3.1.90.11 (407)	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	101-RD	300.000,00
0600	Secretaria Municipal da Saúde		
0601	Departamento de Saúde		
0601.10.301.0019.2.027	Atenção Básica Fixa - FMS		
3.3.90.34 (509)	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	000-RD	150.000,00
3.3.90.39 (516)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	000-RD	200.000,00
0601.10.301.0019.2.028	Agentes Comunitários de Saúde – FMS		
3.1.90.11 (531)	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	000-RD	100.000,00
0601.10.301.0019.2.029	Saúde da Família – FMS		

3.1.90.11 (553)	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	000-RD	400.000,00
3.1.90.13 (556)	Contribuições Patronais	000-RD	150.000,00
3.1.90.13 (557)	Contribuições Patronais	303-RD	140.000,00
0601.10.302.0019.2.062	UPA 24 HORAS		
3.3.90.39 (745)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	000-RD	210.000,00
TOTAL			1.950.000,00

Art. 3º) - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 16 (dezesseis) dias do mês de junho do ano de 2026

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:7DA804C0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PARECER DO PREGOEIRO E EQUIPE, TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2026

PARECER DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 36/2026
DATA: 22/06/26 ABERTURA: 08/07/26 INÍCIO DA DISPUTA: 09:00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, BOTIJÕES DE NITROGÊNIO, GERADORES DE ENERGIA, MESA DE AÇO E DEMAIS EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS; conforme discriminado no objeto do presente edital.
Expirado o prazo recursal e após análise da documentação, constatamos que a mesma está de acordo com o solicitado no edital, e encaminhamos a autoridade superior o processo, para decisão final quanto a adjudicação e homologação dos itens a seguir aos licitantes vencedores:

ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
1	TORVUS LTDA	20.849,98	104.249,90
2	DELBA VICENTINI CREMASCO	30.000,00	60.000,00
3	DUTRA & DUTRA COMERCIO DE PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA	55.735,00	55.735,00
4	DUTRA & DUTRA COMERCIO DE PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA	13.485,00	53.940,00
5	ANA ALVES RODRIGUES FERNANDES	3.889,99	7.779,98
6	COMPACT POWER MAQUINAS LTDA EPP	5.930,00	59.300,00
7	ALBANI MATTÉ INDÚSTRIA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS	31.900,00	31.900,00
8	REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA	2.459,99	4.919,98
9	REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA	603,38	1.206,76
11	PREVENT PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA	2.499,97	2.499,97
13	REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA	4.195,81	8.391,62
14	GO VENDAS ELETRONICAS EIRELI	265,84	265,84

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
ALBANI MATTÉ INDÚSTRIA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS	34.124.663/0001-30	31.900,00
ANA ALVES RODRIGUES FERNANDES	50.381.955/0001-04	7.779,98
COMPACT POWER MAQUINAS LTDA EPP	11.496.215/0001-61	59.300,00
DELBA VICENTINI CREMASCO	03.138.598/0001-78	60.000,00
DUTRA & DUTRA COMERCIO DE PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA	41.720.898/0001-50	109.675,00
GO VENDAS ELETRONICAS EIRELI	36.521.392/0001-81	265,84
PREVENT PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA	65.881.945/0001-05	2.499,97
REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA	52.386.933/0001-62	14.518,36
TORVUS LTDA	61.110.216/0001-02	104.249,90

Nas condições de sua proposta e do edital.
Valor total estimado da licitação é de R$ 390.189,05 (trezentos e noventa mil cento e oitenta e nove reais e cinco centavos).
Os itens nº 10 e 12 foram considerados FRACASSADOS.
Nada mais havendo a constar, finalizamos o presente Parecer que vai adiante assinado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

Coronel Vivida, 21 de julho de 2026.

FERNANDO Q. ABATTI
Pregoeiro

JULIANO RIBEIRO
Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 36/2026
DATA: 22/06/26 ABERTURA: 08/07/26 INÍCIO DA DISPUTA: 09:00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, BOTIJÕES DE NITROGÊNIO, GERADORES DE ENERGIA, MESA DE AÇO E DEMAIS EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS; conforme discriminado no objeto do presente edital.
Analisados todos os atos referentes ao Pregão Eletrônico nº 36/2026, HOMOLOGO e ADJUDICO os itens a seguir aos licitantes vencedores:

ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
1	TORVUS LTDA	20.849,98	104.249,90
2	DELBA VICENTINI CREMASCO	30.000,00	60.000,00
3	DUTRA & DUTRA COMERCIO DE PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA	55.735,00	55.735,00
4	DUTRA & DUTRA COMERCIO DE PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA	13.485,00	53.940,00
5	ANA ALVES RODRIGUES FERNANDES	3.889,99	7.779,98
6	COMPACT POWER MAQUINAS LTDA EPP	5.930,00	59.300,00
7	ALBANI MATTÉ INDÚSTRIA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS	31.900,00	31.900,00
8	REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA	2.459,99	4.919,98
9	REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA	603,38	1.206,76
11	PREVENT PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA	2.499,97	2.499,97
13	REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA	4.195,81	8.391,62
14	GO VENDAS ELETRONICAS EIRELI	265,84	265,84

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
ALBANI MATTÉ INDÚSTRIA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS	34.124.663/0001-30	31.900,00
ANA ALVES RODRIGUES FERNANDES	50.381.955/0001-04	7.779,98
COMPACT POWER MAQUINAS LTDA EPP	11.496.215/0001-61	59.300,00
DELBA VICENTINI CREMASCO	03.138.598/0001-78	60.000,00
DUTRA & DUTRA COMERCIO DE PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA	41.720.898/0001-50	109.675,00
GO VENDAS ELETRONICAS EIRELI	36.521.392/0001-81	265,84
PREVENT PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA	65.881.945/0001-05	2.499,97
REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA	52.386.933/0001-62	14.518,36
TORVUS LTDA	61.110.216/0001-02	104.249,90

Nas condições de sua proposta e do edital.
Valor total estimado da licitação é de R$ 390.189,05 (trezentos e noventa mil cento e oitenta e nove reais e cinco centavos).
Os itens nº 10 e 12 foram considerados FRACASSADOS.
Não houve adesão ao cadastro de reserva para nenhum dos itens.

Coronel Vivida, 21 de julho de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Publicado por:
Fernando de Quadros Abatti
Código Identificador:AAA128B7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
RELACAO_DE_ALTERACOES_ORCAMENTARIAS

Prefeitura Municipal de Diamante do Sul					
AVENIDA GETÚLIO VARGAS, S/N - Centro - 85.408-000 - Diamante do Sul/ PR			**Usuário:** Rose Campanholi	**Chave de autenticação:**	
CNPJ: 95.595.120/0001-95 Fone: (45)3230-1297 https://diamantedosul.pr.gov.br/				1640-1396-965	
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 3557 de 21/07/2026					
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul					
Órgão orçamentário: 7000 - SECRETARIA DE SAUDE					
Unidade orçamentária: 7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Função: 10 - Saúde					
Subfunção: 301 - Atenção Básica					
Programa: 1001 - SAUDE DE VERDADE					
Ação: 2.45 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Despesa 378 - 3.2.90.91.00 - Sentenças Judiciais					
Fonte de recurso: 303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%) - 1.500.1002					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
21/07/2026	424720	Créditos Especiais - Abertura	Anulação de Despesa	20.627,11	
			Total da despesa:	20.627,11	0,00
Ação: 2.44 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE SAÚDE					
Despesa 184 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres) - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
21/07/2026	424721	Redução da Despesa			20.627,11
			Total da despesa:	0,00	20.627,11
			Total da unidade orçamentária:	20.627,11	20.627,11
			Total do órgão orçamentário:	20.627,11	20.627,11
			Total do fundamento:	20.627,11	20.627,11
			Total geral	20.627,11	20.627,11

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:A9224EF2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

CONSÓRCIO PÚBLICO DOS MUNICÍPIOS DO PROCAXIAS - COMPRO
BALANÇO DESPESA

CONSORCIO PUBLICO DOS MUNICIPIOS DO PROCAXIAS									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
MAIO A JUNHO DE 2026									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e									
DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	1.186.000,00	1.186.000,00	9.864,75	67.125,92	1.118.874,08	9.864,75	67.125,92	1.118.874,08	63.933,05
DESPESAS CORRENTES	1.098.000,00	1.098.000,00	9.864,75	67.125,92	1.030.874,08	9.864,75	67.125,92	1.030.874,08	63.933,05
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	345.000,00	345.000,00	0,00	0,00	345.000,00	0,00	0,00	345.000,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	753.000,00	753.000,00	9.864,75	67.125,92	685.874,08	9.864,75	67.125,92	685.874,08	63.933,05
DESPESAS DE CAPITAL	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00
INVESTIMENTOS	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	1.186.000,00	1.186.000,00	9.864,75	67.125,92	1.118.874,08	9.864,75	67.125,92	1.118.874,08	63.933,05
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	1.186.000,00	1.186.000,00	9.864,75	67.125,92	1.118.874,08	9.864,75	67.125,92	1.118.874,08	63.933,05
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	24.372,68	0,00	0,00	24.372,68	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	1.186.000,00	1.186.000,00	34.237,43	67.125,92	1.118.874,08	34.237,43	67.125,92	1.118.874,08	63.933,05
Entidades:									
Consorcio Publico dos Municipios do Procaxias									

Publicado por:
Dirlei Luci Lermen Obergen
Código Identificador:607A7438

CONSÓRCIO PÚBLICO DOS MUNICÍPIOS DO PROCAXIAS - COMPRO
BALANÇO RECEITA

CONSORCIO PUBLICO DOS MUNICIPIOS DO PROCAXIAS								
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA								
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS								
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL								
MAIO A JUNHO DE 2026								
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso								
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)	
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.186.000,00	1.186.000,00	34.237,43	2,89	50.930,54	4,29	1.135.069,46	
RECEITAS CORRENTES	1.116.000,00	1.116.000,00	34.237,43	3,07	50.930,54	4,56	1.065.069,46	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TAXAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	183,27	0,00	417,38	0,00	(417,38)	
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	183,27	0,00	417,38	0,00	(417,38)	
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.116.000,00	1.116.000,00	34.054,16	3,05	50.513,16	4,53	1.065.486,84	
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	1.116.000,00	1.116.000,00	34.054,16	3,05	50.513,16	4,53	1.065.486,84	
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	1.186.000,00	1.186.000,00	34.237,43	2,89	50.930,54	4,29	1.135.069,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	1.186.000,00	1.186.000,00	34.237,43	2,89	50.930,54	4,29	1.135.069,46
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	16.195,38	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	1.186.000,00	1.186.000,00	34.237,43	2,89	50.930,54	4,29	1.135.069,46
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades:							
Consorcio Publico dos Municipios do Procaxias							

Publicado por:
Dirlei Luci Lermen Obergen
Código Identificador:0CE9F7A9

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CONVÊNIOS, TERMOS Nº 079/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato para fins de publicação de Contratos, Atas de Registro de Preços, Convênios, Termos nº 079/2026

Contrato	322/2026 - Pregão Eletrônico nº 90041/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos
Contratado	Pharma-Log Produtos para Saúde Ltda - CNPJ nº 51.240.420/0001-86
Objeto	Aquisição de curativos especiais destinados à Central de Curativos, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, com a finalidade de assegurar a continuidade e a regularidade do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 19.670,00 (dezenove mil, seiscentos e setenta reais)
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Data de Assinatura	21 de julho de 2026

Contrato	324/2026 - Pregão Eletrônico nº 90041/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos
Contratado	RE da Silva e Silva Ltda - CNPJ nº 29.765.537/0001-24
Objeto	Aquisição de curativos especiais destinados à Central de Curativos, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, com a finalidade de assegurar a continuidade e a regularidade do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 52.802,00 (cinquenta e dois mil, oitocentos e dois reais)
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Data de Assinatura	21 de julho de 2026

Contrato	326/2026 - Pregão Eletrônico nº 90041/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos
Contratado	TM Comércio de Produtos para Saúde Ltda – CNPJ nº 55.311.052/0001-70
Objeto	Aquisição de curativos especiais destinados à Central de Curativos, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, com a finalidade de assegurar a continuidade e a regularidade do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 16.879,20 (dezesseis mil, oitocentos e setenta e nove reais e vinte centavos)
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Data de Assinatura	21 de julho de 2026

Contrato	327/2026 - Pregão Eletrônico nº 90041/2026

Contratante	Município de Dois Vizinhos
Contratado	Unicenter Pharma Indústria e Comércio Ltda – CNPJ nº 16.741.684/0001-12
Objeto	Aquisição de curativos especiais destinados à Central de Curativos, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, com a finalidade de assegurar a continuidade e a regularidade do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 4.360,00 (quatro mil, trezentos e sessenta reais)
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Data de Assinatura	21 de julho de 2026

Dois Vizinhos, 22 de julho de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:FE41EB66

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL N.º517/2026

Dispõe sobre a prorrogação dos contratos administrativos temporários decorrentes do Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital n.º 005/2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito do Município de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a realização do Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital n.º 001/2025;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 2.072/2025, que autorizou a contratação temporária de pessoal para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a permanência da necessidade temporária de profissionais para assegurar a continuidade e o regular funcionamento da Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO o interesse público na manutenção das atividades educacionais e a necessidade de evitar prejuízos ao calendário escolar e ao atendimento dos estudantes;

DECRETA:

Art. 1º Ficam prorrogados, até 22 de dezembro de 2026, os contratos administrativos temporários dos profissionais relacionados no Anexo Único deste Decreto, contratados em decorrência do Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital n.º 005/2025.

§ 1º A prorrogação prevista no caput será formalizada mediante a celebração dos respectivos termos aditivos, observadas as disposições da Lei Municipal n.º 2.072/2025, do Edital n.º 001/2025 e dos contratos administrativos originários.

§ 2º A prorrogação não altera a natureza temporária das contratações, nem gera direito à efetivação ou à permanência no serviço público após o término do prazo estabelecido.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

General Carneiro, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
RELAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS TEMPORÁRIOS PRORROGADOS

N.º	Nome do profissional	Cargo
1	Adiana da Costa Farias	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
2	Adriana Silveira	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
3	Adriane Aparecida Valtrin	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
4	Aline Correa Zaions	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
5	Aline Cristina dos Santos	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
6	Alehandra Talita de Oliveira Mendes	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
7	Ana Claudia de Paula Ferreira	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
8	Ana Paula Cordeiro	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
9	Ana Paula Pchenetchuk Taborda	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
10	Andressa Texeira Lascoski	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
11	Angelica Cristina dos Santos	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
12	Ariana de Oliveira Mendes	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
13	Beatriz Lopes Ortiz	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
14	Bianca Rotta	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano

15	Bruna Tibes Almeida	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
16	Camila Cordeiro	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
17	Carina Cristiane Padilha	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
18	Claudia Gaiovez	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
19	Daiane da Silva Rocha	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
20	Daniele Aparecida Zahn	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
21	Daniele Correa	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
22	Daniele Ferreira	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
23	Daniele Ferreira	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
24	Danieli dos Santos Garbin	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
25	Elaine Lascoski	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
26	Elisangela Teixeira	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
27	Fabiana Aparecida Pacheco	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
28	Fernanda T. dos Santos Herbet	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
29	Fernando Jose Boiko	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
30	Francieli Ribeiro Branco	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
31	Francineli Ribeiro Branco	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
32	Higor Natan da Silva	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
33	Janaira Ap. A. de A. Matucheski	Professor de Educação Física
34	Janice Aparecida Hermann	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
35	Jaqueline Dieli Moraes	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
36	Jessica Balbinotti	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
37	Joceilene Cristina Maia	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
38	Joziane Aparecida Correa Mazurechen	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
39	Jucelha Aparecida Fernandes	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
40	Kamila de Cassia Ribeiro	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
41	Karina Batista Mendes	Professor de Educação Física
42	Karina Ferreira	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
43	Kevelin Vitalina Nedilha de Souza	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
44	Lairiane Cristina Melek Frere	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
45	Loreni Fatima da Rocha	Professor de Educação Física
46	Lucineia de Jesus Quadros	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
47	Luzia Aparecida de Chaves	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
48	Maria Marly Soroca Ferreira	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
49	Maria Zanete Onesko	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
50	Maiara Cristiane da Silva	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
51	Marineia Cristiane Stuber	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
52	Marli Prestes	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
53	Marta Artigas de Oliveira Carlim	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
54	Mayra Amancio	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
55	Michelle Portman de Lima	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
56	Naiara da Silva	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
57	Nereide Pereira Chokailo	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
58	Patricia Aparecida de Oliveira	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
59	Paloma Aparecida Nunes	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
60	Poliane Branco Ribeiro	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
61	Roberta Danilau	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
62	Rosande de Moraes	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
63	Rosane Aparecida Lopes	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
64	Rosangela de Lourdes da Silva	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
65	Rosi Cleia Danilau	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
66	Salete Seroiska	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
67	Samara Pereira da Conceição	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
68	Sandra Dutsol Maguelniski	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
69	Sarah Elen Moraes Chechelak	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
70	Sharon Rose Candine Lopes	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
71	Sofia Mayara Serpa Sodre	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
72	Taisa da Rocha	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
73	Tania Maria Mendonça Pachesnik	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
74	Terezinha da Aparecida de Paula	Professor de Educação Física
75	Valeria Angela Martins	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
76	Vanderleia Aparecida dos Santos Weilcker	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
77	Vanessa Ap. Alves dos Santos	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
78	Virlei Teresinha Sampaio Alves	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano
79	Vitoria Volinkevicz	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 1.º ao 5.º ano

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:388AEAB0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2025

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-066, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado por seu prefeito Municipal, o senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009 e a empresa **WPPT CONFECÇÕES LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 45.438.114/0001-56, situada na Rua Osorio de Almeida nº 999, Poco Rico, CEP 36.020-020, no Município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pelo Srº **ALONSO PEREIRA TAVARES**, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar a **Ata de Registro de Preços nº 176/2025**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 29/2025**, para constar a seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a seguinte alteração a Ata de Registro de Preços nº 176/2025:
1.1.1. **Prorrogação do prazo de vigência** pelo período de **01 (um) ano** e o **reajuste pelo INPC** dos itens da Ata de Registro de Preços nº 176/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO, DO REAJUSTE, DA QUANTIDADE E DO VALOR
2.1. Com a alteração a Ata de Registro de Preços passará:
2.1.1. a ter a sua vigência prorrogada pelo período de **01 (um) ano,** a contar de **22 de julho de 2026.**
2.1.2. a ter o seu valor reajustado em **4,33% (quatro virgula trinta e três por cento),** correspondente à variação acumulada do **INPC (junho/2026).**
2.1.3. o quantitativo originalmente registrado, prorrogado e reajustado, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid. Medida	Qtde.	Marca/ Fabricante	Valor Unit. (R$)	Valor Unit. Reajustado (R$)
37	MEDALHA PERSONALIZADA TAMANHO APROXIMADO DE 7,5 CM - Fundida no metal alto relevo. Centro da medalha com personalização em resina com tamanho aprox.7,5 cm, com fita personalizada com a logo do município de 2cm na cor azul e no verso da medalha aplicação de adesivo com resina, conforme arte solicitada.	UN	3.000	HSPORTS	7,90	**8,24**

2.2. O valor total do presente termo aditivo é de **R$ 24.720,00 (vinte e quatro mil setecentos e vinte reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Goioerê deste exercício, na(s) dotação(ões) abaixo discriminada(s):

Cód.	Un. Orç.	Proj./Ativ.	Elemento de Despesa	Fonte
543	18.001	2.078	3.3.90.31.00.00.00.00	00000

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 21 de julho de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

ALONSO PEREIRA TAVARES
WPPT Confecções LTDA

Publicado por:
Luciana Scudeler Barradas
Código Identificador:70D87E9D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

COMPRAS E LICITAÇÕES
1° ADENDO MODIFICADOR PREGÃO ELETRÔNICO - EDITAL N° 128/2026

O Município de Guaíra, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e da Pregoeira, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados, especialmente às empresas que adquiriram o edital em epígrafe, o teor do presente **ADENDO**, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO N° 128/2026**, cujo objeto é o Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual locação de máquina (trator), para construção de terraços de base larga, nas Microbacias, conforme convênios e incentivos nos termos da Lei Municipal 1313/2005, para atender a demanda da Diretoria de Estradas de Rodagem, desse Município, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A Secretaria Municipal de Administração através da Diretoria de Compras e Licitações, **ALTERA**, por meio deste Adendo, o Edital e seus anexos, nos seguintes termos:
Fica alterado do Termo de Referência (Anexo II), bem como em todos os demais locais em que conste a mesma redação:
ONDE SE LÊ:

Item	Cód	Qtd	Unid	Produto	Valor Unitário	Valor Total
1	123.192	250.000	METROS LINEARE	Construção e reforma de terraços, com terraceador de no mínimo 34 discos, acoplado em trator com no mínimo 194 Hp, inclusos os serviços de fechamento de bigodes nos extremos dos terraços e correção de pontos degradados por erosão com pá cá carregadeira frontal.	R$ 8,80	R$ 2.220.000,00
					TOTAL	R$ 2.220.000,00

LEIA-SE:

Item	Cód	Qtd	Unid	Produto	Valor Unitário	Valor Total
1	123.192	250.000	METROS LINEARE	Construção e reforma de terraços, com terraceador de no mínimo 34 discos, acoplado em trator com no mínimo 194 Hp, inclusos os serviços de fechamento de bigodes nos extremos dos terraços e correção de pontos degradados por erosão com pá cá carregadeira frontal.	R$ 8,80	R$ 2.200.000,00
					TOTAL	R$ 2.200.000,00

No termo de referência e onde constar no edital: O custo estimado total da contratação é de R$ **2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais).**

Em face das alterações fica estabelecida a nova data de abertura do Pregão Eletrônico n° 128/2026, para:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 06/08/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 06/08/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 06/08/2026

O Presente Adendo passa a fazer parte integrante do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n° 128/2026, ficando inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Edital e de seus anexos.

Observação: o edital na íntegra com todas as suas alterações será disponibilizado juntamente com este adendo, documentação técnica e demais anexos, os interessados poderão obtê-lo através do site www.guaira.pr.gov.br no *link* Processos Licitatórios e/ou pelo site https://bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9928/9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Comuniquem-se as empresas que adquiriram. Publique-se.

Guaíra (PR), 22 de julho de 2026.

BARBARA DA SILVA COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:B78EAD9A

CONSAMU
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26/2026 – DISPENSA Nº 10/2026.

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.
CONTRATADA: MHOR ZAGO HOSPITALAR LTDA
OBJETO: Contratação de Aquisição de detergente clorado concentrado para o Hospital de Retaguarda Allan Brame Pinho.

LOTE	ITEM	CÓDIGO ELOTECH	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	1	9909	269	GALÃO	Detergente Clorado Concentrado, à base de hipoclorito de sódio, concentração entre 2,0% e 2,5%, de ampla aplicação. Possui alto poder sanitizante e desengordurante. Possui alto rendimento e formação de espuma. Limpa e desinfeta em uma única operação removendo eficazmente resíduos alimentares e gordurosos comuns em cozinhas como: gordura vegetal e animal, etc. Possui agente anti redepositante que impede que a gordura e a sujeira se depositem Tabela1novamente, durante a limpeza, sobre a superfície limpa. Por ser um produto concentrado permite altas diluições, sem perder a qualidade e rendimento, proporcionando excelente custo-benefício. Enxaguar abundantemente até que a superfície fique completamente limpa. Validade mínima: 12 meses da data de fabricação. Acompanhado de 10 diluidores automáticos (sistemas geradores de produto pronto uso) para instalação em 10 ambientes diferentes, em regime de comodato para facilitar a diluição e obtenção de solução sem riscos ocupacionais, porém a instalação e manutenção dos equipamentos serão de total responsabilidade da vencedora. A empresa ganhadora deverá ainda, fornece as mangueiras para instalação dos galões. O produto deverá conter registro na ANVISA e validade mínima de um ano. Acompanhar a ficha técnica do produto. Realização de treinamento e orientação para utilização do produto. Apresentação em Galão de 5 litros.	59,93	16.121,17

PROC. ADM.: 474/2026.
VALOR TOTAL: R$ 16.121,17 (dezesseis mil, cento e vinte e um reais e dezessete centavos)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA: 21 de julho de 2026.

ASSINATURAS	Thiago Daross Stefanello
	João Gabriel Avanci
	Maria Helena Olivo Rosa Zago

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:F4103A71

CONSAMU
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27/2026 – DISPENSA Nº 11/2026.

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.
CONTRATADA: ATM ALIMENTOS LTDA
OBJETO: Contratação de aquisição de materiais de limpeza, copa e cozinha para o SAMU.

LOTE	ITEM	CÓDIGO ELOTECH	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	01	8602	702	Pacotes	Açúcar refinado de primeira qualidade, obtido de cana de açúcar, com aspecto cor e cheiro próprio, sabor doce, teor de sacarose mínimo 99% pp, sem fermentação, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais, acondicionado em plástico atóxico de 05 (cinco) quilogramas - (peso liquido) atendendo ao padrão de identidade e qualidade do produto de acordo com a resolução - cnnpa 12/1978 ANVISA. Pacote de 5 kg	19,15	13.443,30
02	02	10399	120	Litros	Leite de vaca, sem adulterações, integral, UHT, mínimo 3% de gordura ou teor original, líquido, cor branca, odor e sabor	6,39	766,80

					característicos, acondicionado em embalagem longa vida, externamente na embalagem dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, embalagem: caixa de 1 litro		

PROC. ADM.: 325/2026.
VALOR TOTAL: R$ 14.210,10 (Quatorze mil duzentos e dez reais e dez centavos)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA: 21 de julho de 2026.

ASSINATURAS	Thiago Daross Stefanello
	João Gabriel Avanci
	Alexandre Tolotti Mesquita

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:FB6F0CF2

CONSAMU
EXTRATO TERMO ADITIVO DO CONTRATO – Nº 033/2023 – DISPENSA Nº 12/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - CONSAMU
CONTRATADA: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
OBJETO: Concede-se reajuste de aproximadamente 4,892470 % com base no índice IPCA/IBGE, conforme cláusula sexta do contrato ora mencionado. O valor total do contrato passa a ser de R$ 216.081,40 (duzentos e dezesseis mil e oitenta e um reais e quarenta centavos).

LOTE	ITEM	CÓDIGO ELOTECH	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R$	REAJUSTE %	NOVO VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	1	5030	80	UND	ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORACICA	174,19	4,892470	182,71	14.616,80
	2	5031	30	UND	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR (FÍGADO, VESÍCULA, VIAS BILIARES)	58,06	4,892470	60,90	1.827,00
	3	5032	80	UND	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	100,29	4,892470	105,20	8.416,00
	4	5033	100	UND	ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINÁRIO	58,06	4,892470	60,90	6.090,00
	5	5034	10	UND	ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO	58,06	4,892470	60,90	609,00
	6	5035	10	UND	ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	58,06	4,892470	60,90	609,00
	7	5036	10	UND	ULTRASSONOGRAFIA MAMARIA BILATERAL	52,79	4,892470	55,37	553,70
	8	5037	35	UND	ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA ABDOMINAL)	52,79	4,892470	55,37	1.937,95
	9	5039	10	UND	ULTRASSONOGRAFIA DE TIREOIDE	58,06	4,892470	60,90	609,00
	10	5042	30	UND	ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER CARÓTIDAS	211,14	4,892470	221,47	6.644,10
	11	5043	10	UND	ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DE TESTÍCULOS	147,80	4,892470	155,03	1.550,30
	12	5044	10	UND	ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DE BOLSA ESCROTAL	147,80	4,892470	155,03	1.550,30
	13	5046	30	UND	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN INFERIOR	63,34	4,892470	66,44	1.993,20
	14	5048	70	UND	ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER MEMBRO INFERIOR OU SUPERIOR - ARTERIAL OU VENOSO (CADA)	168,92	4,892470	177,18	12.402,60
	15	8795	30	UND	ECODOPPLER VENOSO	168,92	4,892470	177,18	5.315,40
	16	8796	30	UND	ECODOPPLER ARTERIAL	168,92	4,892470	177,18	5.315,40
	17	5049	10	UND	SEDAÇÃO PARA EXAMES DE IMAGEM (RESSONÂNCIA, TOMOGRAFIA, ULTRASSONOGRAFIA, URETROCISTOGRAFIA)	295,60	4,892470	310,06	3.100,60
	18	5050	30	UND	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA CERVICAL SEM CONTRASTE	91,59	4,892470	96,07	2.882,10
	19	5051	35	UND	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA LOMBO-SACRA SEM CONTRASTE	106,73	4,892470	111,95	3.918,25
	20	5052	35	UND	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE FACE/SEIOS DA FACE/ ARTICULAÇÕES TEMPORO-MANDIBULARES SEM CONTRASTE	91,58	4,892470	96,06	3.362,10
	21	5053	15	UND	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE PESCOÇO SEM CONTRASTE	91,58	4,892470	96,06	1.440,90
	22	8797	135	UND	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO SEM CONTRASTE	102,87	4,892470	107,90	14.566,50
	23	5057	165	UND	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TÓRAX SEM CONTRASTE	144,01	4,892470	151,06	24.924,90
	24	5058	100	UND	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDÔMEN SUPERIOR SEM CONTRASTE	146,36	4,892470	153,52	15.352,00
	25	5059	10	UND	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULAÇÕES DE MEMBRO INFERIOR SEM CONTRASTE	91,58	4,892470	96,06	960,60
	26	5060	100	UND	TOMOGRAFIA DE PELVE/BACIA/ABDÔMEN INFERIOR SEM CONTRASTE	146,36	4,892470	153,52	15.352,00
	27	8798	15	UND	ARTERIOGRAFIA CEREBRAL	532,43	4,892470	558,48	8.377,20
	28	8799	30	UND	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZA DE CRÂNIO COM CONTRASTE	155,66	4,892470	163,28	4.898,40
	29	8800	40	UND	TOMOGRAIA COMPUTADORIZADA DE ABDOME COM CONTRASTE	199,14	4,892470	208,88	8.355,20
	30	8801	20	UND	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CERVICAL COM CONTRASTE	144,38	4,892470	151,44	3.028,80
	31	8802	80	UND	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TÓRAX COM CONTRASTE	196,80	4,892470	206,43	16.514,40
	32	9446	12	UND	ULTRASSONOGRAFIA DE PARTES MOLES	58,06	4,892470	60,90	730,80
	33	9447	15	UND	ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL	58,06	4,892470	60,90	913,50
	34	9448	30	UND	ANGIOTOMOGRAFIA	532,43	4,892470	558,48	16.754,40
	35	9449	10	UND	ECODOPPLER TRANSCRANIANO	58,06	4,892470	60,90	609,00

Valor total atual contratado: R$ 206.003,27 (duzentos e seis mil e três reais e vinte e sete reais).

Valor total após reajuste 2026: R$ 216.081,40 (duzentos e dezesseis mil e oitenta e um reais e quarenta centavos).
Valor do aditivo (diferença): R$ 10.078,13 (dez mil e setenta e oito reais e treze centavos).

FIRMADO EM: 14 de julho de 2026.
PROC. ADMINISTRATIVO: 389/2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Alexandre Almeida Webber

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:AD61CBAF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, MARCOS ANTONIO DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:
01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	074/2025
b) Licitação Nº:	017/2025
c) Modalidade:	Inexigibilidade - Credenciamento
d) Data Homologação:	22/07/2026
e) Objeto Homologado:	Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Guaraci - PR de acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

f) Dotação Orçamentária:

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
30002123060013206333390320000	1042	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA
30002123060013206333390320000	1000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
30002123060013206433390320000	1000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
30002123060013206533390320000	1000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
30002123060013206333390320000	1042	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
30002123060013206433390320000	1042	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
30002123060013206533390320000	1042	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
30002123060013206533390320000	1042	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA
30002123060013206533390320000	1000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: MARIA LUIZA DE ARAUJO AUGUSTO - CNPJ: 10514639989 - Valor total homologado: R$ 37.028,00						
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
16	1	Bolo	KG	800	26,06	20.848,00
45	1	Pão caseiro	KG	1000	16,18	16.180,00

02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Prefeitura Municipal de GUARACI, 22 de julho de 2026

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:93DECD01

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EDITAL 05/2026 - CONSULTAS ESPECIALIZADAS E QUALICIS

Sumário

1 – PREÂMBULO 3
2 – OBTENÇÃO DO EDITAL 4
3 – OBJETO 4
4 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO 5
5 – FORMAS DE INSCRIÇÃO E SOLICITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO 7
6 - COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO 10

7 – FORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS 10
8 – DOCUMENTAÇÕES PARA HABILITAÇÃO 11
9 – PROCEDIMENTOS DO CREDENCIAMENTO 14
10 - CRITÉRIOS DE CREDENCIAMENTO..... 16
11 - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA..... 16
12 - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE..... 18
13 - DO DESCUMPRIMENTO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO..... 19
14 – DO VALOR..... 19
15 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO DOS SERVIÇOS
..... 19
16– CONDIÇÕES DE PAGAMENTO..... 21
17 - OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS..... 22
18 - DOS ESCLARECIMENTOS DO EDITAL OU DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO 23
19 – DO DIREITO DE PETIÇÃO E RECURSOS..... 23
20 – DISPOSIÇÕES GERAIS..... 24
21 – ANEXOS FUNDAMENTAIS INTREGRANTES DO EDITAL.... 25
ANEXO I - PROJETO BÁSICO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/PROCEDIMENTOS..... 27
(Referente aos lotes 01 ao 06)..... 27
ANEXO II - PROJETO BÁSICO PARA REFERENCIA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/PROCEDIMENTOS PROGRAMA QUALICIS.....
52
(Referente aos lotes 07 e 08)..... 52
Anexo III- Tabela de Valores..... 74
LOTE (1)..... 74
LOTE - (2).... 77
LOTE - (3)..... 77
LOTE - (4)..... 78
LOTE - (5)..... 78
LOTE - (6)..... 81
LOTE - (7)..... 81
LOTE - (8)..... 83
ASSINATURAS DIGITAIS..... 89
ANEXO IV - Requerimento de Credenciamento..... 90
ANEXO V - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE..... 93
ANEXO VI - Minuta de Compatibilidade de horários e atividade comercial..... 95
ANEXO VII – Declaração de ciência e responsabilidade dos termos do edital e anexos..... 96
ANEXO VIII..... 98
MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE..... 98
ANEXO IX - DOCUMENTOS PADRONIZADOS..... 111
TERMO DE DESCREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE..... 111
REQUERIMENTO DE DESCREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA..... 112
ANEXO X – Credenciamento de equoterapia..... 113
Declaração de Ciência dos Termos Contratuais..... 113
ANEXO XI – NOTA TÉCNICA nº 01/2025 - PRÓTESE TOTAL..... 117

EDITAL DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO N°005/2026
PARA CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DA SAÚDE PARA O ANO-EXERCÍCIO DE 2026/2027
APRESENTAÇÃO DOS PROTOCOLOS a partir da data de publicação deste edital.

AREA DA SAÚDE – CONSULTA E APOIO COMPLEMENTAR

1 – PREÂMBULO

1.1 – O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amcespar - CIS Amcespar -, por meio de seu Agente de Contratação e Comissão de Contratação Permanente de Credenciamento, designada pela Resolução nº 009/2023, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal nº 8.080/1990, Lei Estadual nº 15.608/2007, e Portaria nº 1286/93 do Ministério da Saúde, com apoio específico da Comissão de Especial de Credenciamento que conduzira os feitos designada pela Resolução nº 033/2025 do CIS Amcespar e demais legislações aplicáveis, e através da Resolução que institui este chamamento, torna público a realização do CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DA SAÚDE, nos termos das condições estabelecidas no presente Instrumento, para contemplar a prestação de serviços no exercício de 2026/2027.

1.2 – A finalidade do presente Chamamento Público é a convocação de empresa, prestadores de serviços e outros profissionais da saúde, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, ou com organização da sociedade civil instituída com a finalidade de prestar serviços de saúde, para a realização credenciamento com o CIS Amcespar por meio da formalização de Termo de Credenciamento, conforme as diretrizes de contratualização do SUS para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco de atendimento à saúde, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.3 – O procedimento de credenciamento será regido pelas disposições previstas neste Edital, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.080/90 que informa sobre as ações e serviços de saúde no SUS, ou da Lei Estadual nº 15.608/2007 e da Lei Federal nº 14.133/2021 nos casos em que couberem, e será norteado pelos princípios que regem a Administração Pública.

1.4 – O procedimento de credenciamento encontra-se recepcionado na legislação apresentada Lei Nº 14.133/2021, em seu Art. 6º, XLIII e desdobramentos correlatos, de forma que encontrasse em sincroniza com legislação aplicáveis os serviços dispostos na área da saúde.

1.5 – As propostas dos interessados ao credenciamento terão que ser encaminhadas pelos interessados que deverão atender às especificações dos Anexos deste Edital, que tratam das atividades relacionadas ao objeto deste edital.

1.6 – O credenciamento permanecerá aberto até o final da vigência do edital, logo o ingresso de novos interessados fica aberto "*por prazo indeterminado*" para conclusão de *"cadastramento permanente de novos interessados"* conforme a observância ao art. 79, parágrafo único, I, da Lei nº 14.133/2021.

2 – OBTENÇÃO DO EDITAL
2.1 – O Edital poderá ser adquirido **gratuitamente**, na internet, através do site (http://cisamcespar.org/), ou diretamente no Departamento de Licitações nos seguintes horários: das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, na Sede administrativa do CIS Amcespar localizada na Rua 19 de Dezembro, 280, Edifício Pérola do Sul, Centro, no município de Irati/PR.

2.2 - Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

2.3 - O presente Edital ficará permanentemente a disposição de todos os interessados no sitio eletrônico oficial do CIS Amcespar, através do link: https://cisamcespar.org/editais-credenciamento/. Com designação de Setor específico (Setor de Credenciamento) para obtenção de informações e credenciamento.

3 – OBJETO
3.1 – O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de Profissionais da Área da Saúde, através de suas respectivas pessoas jurídicas, para a Prestação de Serviços, ambulatoriais, para o Consórcio Intermunicipal de Saúde CIS Amcespar no atendimento de saúde especializado conforme suas necessidades constando no **Anexo I** e **Anexo II** deste edital.
3.2 – Os serviços poderão ser prestados nas Unidades do Consórcio para o atendimento de saúde especializado gerenciado pelos Ambulatórios AME e MACC (referência das linhas de cuidado do Programa de Qualificação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde (QualiCIS) do CIS Amcespar), pelo Centro de Especialidades Odontológicas. Ou nas diversas áreas de saúde em estabelecimento próprio dos credenciados. Ou em local especifico designado através de solicitação formal do município consorciado, conforme as necessidades para a Prestação de Serviços de consultas/atendimentos de especialidade.
3.3 – Por este instrumento serão credenciados também Profissionais da Área da Saúde, através de suas respectivas pessoas jurídicas, para atendimentos relativos ao Programa Estadual de Qualificação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde – QUALICIS, conforme as Portarias 1.418/2020, 1.419/2020 e 1.420/2020, as diretrizes das linhas de cuidado da Gestante, Criança, Hipertensão Arterial, Diabetes Mellitus, Pessoa Idosa e Saúde Mental e as especialidades, consultas e exames especializados presenciais ou por teleconsultas, definidas para 4ª. Região de Saúde, de acordo com o termo de adesão ao Programa e termo de convênio Nº 068/2022 assinado entre o CIS Amcespar e a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná.
3.4 – Os serviços serão realizados de acordo com o respectivo agendamento/marcação realizada pelo município integrante do CIS Amcespar.
3.5 – Os serviços agendamento/marcação realizada pelo município integrante do CIS Amcespar poderão ocorrer de forma a atender o protocolo geral de atenção à saúde de acordo com o programa de execução de serviços que o atendimento esteja submetido.

3.6 – Os serviços desenvolvidos poderão ocorrer de forma extraordinária através de agendamentos/marcações para atender demanda de serviços de ações desenvolvidas pelo CIS Amcespar nos municípios consorciados, e o prestador de serviços credenciados conforme plano de ação integrado por ambos com organização e solicitação prévia.

3.7 – Os quantitativos poderão sofrer alterações através de acréscimo ou supressão, no limite máximo previsão Lei Federal nº 14.133/2021, em sincronia com instruções de serviço do Sistema Único de Saúde.

4 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO
4.1 – **Poderão participar** do Credenciamento somente as pessoas jurídicas na área da saúde (clínicas, entre outros indicadas no **item 3**), desde que atendidos os requisitos exigidos no item 8.1 do instrumento convocatório.

4.2 – A participação neste Credenciamento implica na aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital.

4.3 – As pessoas jurídicas deveram estar regularmente constituídas junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e, se estrangeira, possuir autorização para funcionamento em território brasileiro, mediante apresentação de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CNPJ;

4.4 – **Não poderão participar** da presente licitação:
4.4.1. **Não poderão participar** da presente licitação os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4.2. **Não poderão participar** Pessoas físicas ou jurídicas que conste no cadastro dos impedidos de licitar, constitui-se em relação atualizada das pessoas jurídicas que, por irregularidade (s) no fornecimento de bens ou prestação de serviços, não podem mais contratar com o setor público. Conforme instrução do TCE-PR, disponível no endereço eletrônico; (http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/licitacoes-municipais-impedidos-de-licitar/54/area/250) ou (https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb. aspx).

4.4.4. **Não poderão participar** da presente licitação, pessoas físicas ou jurídicas que conste no cadastro dos impedidos de licitar e inidôneas, constitui-se em relação atualizada das pessoas jurídicas que, por irregularidade (s) no fornecimento de bens ou prestação de serviços, não podem mais contratar com o setor público. Conforme instrução do TCU, disponível no endereço eletrônico: (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:1)
4.4.5. **Não poderão participar** da presente licitação, pessoas jurídicas Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da CGU, disponível no Portal da Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/ceis):

4.4.6. **Não poderão participar** da presente licitação, pessoas jurídicas Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
4.4.7. **Não poderão participar** da presente licitação, pessoas jurídicas Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual https://www.cadin.pr.gov.br/Pagina/Estou-Inscrito).

4.5 – Não poderão executar os serviços credenciamentos;
4.5.1 – **Não poderão participar** no Credenciamento os anteriormente descredenciados pelo CIS Amcespar por descumprimento de cláusulas do termo de credenciamento ou irregularidades na execução dos serviços prestados.
4.5.2 – A empresa cujo estatuto ou Contrato social **não** inclua o objeto deste Chamamento, ao serviço que se proponha a prestar;
4.5.3 – **Não poderão** participar no Credenciamento os profissionais concursados que integrarem o quadro de pessoal do Consórcio Intermunicipal de Saúde da região da Amcespar – CIS Amcespar.
4.5.4 – A empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;
4.5.5 – Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem regularmente no país;
4.5.6 – A participação neste certame importa ao licitante o conhecimento de todas as condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis as condutas gerais dos serviços de saúde e as normativas específicas aos serviços da orbita de sua execução.
4.5.7 – A constatação de ausência dos elementos ou identificação da inexistência do item 4.3 ou item 3, inviabilizará o credenciamento do solicitante para execução dos serviços;

4.5.8 – As empresas deverão prestar os seus serviços através de profissionais qualificados os quais deverão manter vínculo jurídico com as mesmas, sejam como sócios, como empregado ou prestador de serviço autônomo, sempre como pessoa física, vedada à contratação por meio de pessoa jurídica, com observância do que estabelece o § 1º, do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021. Isso se aplica aos profissionais que farão atendimento direto ao paciente, na realização de exames/cirurgias/atendimentos/procedimentos emitidos nas guias, de autorização do sistema, não sendo aplicado aos profissionais indiretos e equipe de apoio.
4.5.9 – **Todo profissional que por qualquer eventualidade não possa atender ou prestar serviço nos dias em que está acordado pelo credenciamento deverá comunicar o CIS com 05 (cinco) dias de antecedência, sob pena de ser responsabilizado pelo dano causado para o Consórcio e para os pacientes.**
4.5.10 – É PROIBIDO indicar ou induzir a atendimento particular pacientes que estejam sendo atendidos pelo sistema de credenciamento no momento da realização de consultas, exames e qualquer tratamento/procedimento, inclusive no momento da espera.

5 – FORMAS DE INSCRIÇÃO E SOLICITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO
5.1 – Os interessados poderão inscrever-se para Credenciamento, a partir da publicação do Aviso de Credenciamento no Diário Oficial, dirigindo-se ao setor de licitações e credenciamento do CIS Amcespar, protocolando os documentos respectivos deste edital para apreciação da inscrição.
5.2 – O credenciamento poderá ser realizado a partir da publicação deste edital **a 25 de setembro de 2027.**
5.3 – Os interessados poderão solicitar a inscrição no Credenciamento a qualquer momento, sendo suas inscrições organizadas conforme o período remanescente do Credenciamento.
5.4 – Serão consideradas credenciadas as pessoas jurídicas que apresentarem todos os Documentos enumerados no **item 8.1** deste instrumento, conforme seu enquadramento e serviços realizados.
5.5 – O procedimento para o credenciamento será composto pelas fases:
a) Publicação e divulgação do Chamamento;
b) Acolhimento das manifestações, solicitações e entrega de documentação pelos interessados;
c) Análise da habilitação;
d) Aprovação através de parecer da Comissão de Credenciamento;
e) podendo o ocorrer a aprovação, ou solicitação de esclarecimento; Aprovação com restrições ou recomendações; Reprovação.
f) Posterior a aprovação, ocorrerá à escolha de locais de prestação de serviços pelos habilitados/aprovados ao credenciamento por sua ordem de credenciamento;
g) Lavratura da contratação através do respectivo Termo de Credenciamento;
h) Publicação.
5.6 – Sobre a **fase (a)**: Publicação e divulgação do Chamamento:

5.6.1 – O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do CIS Amcespar na internet (http://cisamcespar.org/) e terá seu extrato publicado no Diário Oficial do CIS Amcespar.
5.6.2 – O CIS Amcespar disponibilizará, sempre que possível, meios adicionais de divulgação do presente Edital, com o objetivo de estimular a participação de potenciais credenciados.

5.7 – Sobre a **fase (b)**: Acolhimento das manifestações, solicitações e entrega de documentação pelos interessados;
5.7.1 – Entende-se como acolhimento de documentações, informações técnicas a descrição das atividades contidas a que pleiteia o credenciamento, apresentada pela solicitante conforme suas próprias condições, na forma dos respectivos anexos deste edital.
5.7.2 – As propostas deverão ser apresentadas diretamente no Departamento de Licitações nos seguintes horários: das 08h30min às 11h30min, e das 13h30min às 16h30min, por meio físico (endereço Rua 19 de Dezembro, 280, Edifício Pérola do Sul, Centro, Irati/PR. CEP:84.500-016) ou via postal (SEDEX ou carta com aviso de recebimento), ou então pelo sistema eletrônico no e-mail (documentos.credenciamento@cisamcespar.org).
5.7.3 – As propostas deverão ser encaminhadas em envelopes com a identificação da instituição solicitante com a inscrição "**Edital de Chamamento Público nº 005/2026 – Pedido de inscrição**".
5.7.4 – O prazo limite para apresentação das solicitações de credenciamento é até a vigência do presente edital (25 de setembro de 2027).

5.8 – A execução dos serviços credenciados deve estar em conformidade com a necessidade do CIS Amcespar, seguindo instruções estaduais e diretrizes das políticas de saúde

5.9 – Sobre a **fase (c);** Análise da habilitação;
5.9.1 – Esta etapa é de caráter ordenatório para orientação, a Comissão de Credenciamento analisará e organizará os documentos dos solicitantes aos serviços que pretende credenciar.
5.9.2 – A Comissão de Credenciamento poderá nesta fase solicitar previamente documentações faltantes, ausente, em discordância com o edital, sem juízo de parecer prévio, podendo dar prazo de até 10 (dez) dias úteis, este pode ser prorrogado, de forma justificada, por até 10 (dez) dias úteis.
5.9.3 – Posteriormente as solicitações se seguirão para a próxima fase.

5.10 – Sobre a **fase (d);** Aprovação através de parecer da Comissão de Credenciamento;
5.10.1 – Nesta fase se analisarão as informações, dados e documentos apresentados pelo solicitante ao credenciamento.

5.10.2 – A análise de mérito (conteúdo das documentações ao serviço que pretende prestar) de cada solicitação será realizada pela Comissão de Credenciamento, que terá total independência para exercer firmar seu parecer.

5.10.3 – Neste momento poderá solicitar mais esclarecimento ou outros dados.
5.10.4 – O parecer poderá ser para;
a) Aprovação;
b) Aprovação com restrições ou recomendações;
c) Reprovação até o saneamento da pendência ou documentação ausente.
5.10.5 – Sendo o parecer referente à aprovação será comunicado ao solicitante do credenciamento, informado das próximas fases.
5.10.6 – Sendo o parecer referente à reprovação, será comunicado ao solicitante do credenciamento, informado do período de interposição de recursos contra o parecer preliminar;
a). Os participantes que desejarem recorrer contra o parecer preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do envio do parecer de credenciamento a solicitante no endereço eletrônico que anotar na solicitação, ausente ou falho o endereço será publicado extrato para conhecimento.
b) Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.
c) Os recursos poderão ser apresentados via postal (SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento) ou pessoalmente, no setor de licitação e credenciamento. O recurso poderá também ser digitalizado e enviado ao e-mail (documentos.credenciamento@cisamcespar.org).
d). É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses.
e) Interposto recurso, o CIS Amcespar dará ciência, por meio do endereço eletrônico informado no ato de inscrição, sob o protocolo do recurso e que será analisado em até 15(quinze) dias úteis.
f) não caberá novo recurso contra da comissão de credenciamento em grau de recurso.

5.10.7 – Análises dos recursos (se houver) serão feitas pela Comissão de Credenciamento, sendo lavrado novo parecer.
5.10.8 – O solicitante do Credenciamento estando apto seguirá para as próximas fases.
5.11 – Sobre as **fases (d), (f), (g);**
5.11.1 – A comissão de credenciamento encaminhará para homologação pela autoridade competente e anotações internas no sistema de informações.

5.11.2 – O CIS Amcespar divulgará na sua página eletrônica oficial o resultado dos credenciados para cada prestação de serviços apresentada e o encaminhará para homologação pela autoridade competente.
5.11.3 – No período entre a apresentação da documentação prevista na fase inicial até da fase de homologação e a assinatura do termo de credenciamento, o proponente fica obrigado a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração do instrumento, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos nas diretrizes deste edital.
5.11.4 – Caso algum setor técnico do CIS Amcespar identifique alguma irregularidade formal nos documentos apresentados ou caso seja constatado evento que impeça a celebração ou execução do termo de credenciamento, o credenciado/solicitante será comunicado e instado a regularizar sua situação, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, desde que a falta não caracterize desnaturação da proposta ou que a falta não se refira à exigência de documento ou condição para participação no chamamento, sob pena de não celebrar o termo de credenciamento ou rescisão.
5.11.5 – Será publicado extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial do CIS Amcespar.
5.11.6 – O termo de credenciamento produzirá efeitos jurídicos a partir de sua assinatura, depois ocorrerá à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do CIS Amcespar.

6 - COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO.
6.1 – A Comissão de Credenciamento é a instância colegiada destinada a atuar, processar e avaliar a documentação do presente chamamento público, constituída mediante Resolução Nº 33/2025, publicada no Diário Oficial do CIS Amcespar.

6.2 – Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Credenciamento poderá solicitar assessoramento técnico de especialista, entidades, órgãos da estrutura do CIS Amcespar ou elementos fora (outras estruturas e entidades).

6.3 – A Comissão de Credenciamento poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões.

6.4 – A Comissão de Credenciamento é especialmente designada para este ato, conforme as instruções e diretrizes da Resolução que a institui.
7 – FORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS
7.1 – Os interessados deverão encaminhar os documentos relacionados no item 8.1 ao SETOR DE CREDENCIAMENTO na sede administrativa do CIS Amcespar, localizado na Rua 19 de Dezembro, 280, Edifício Pérola do Sul, Centro, município de Irati, Estado do Paraná, CEP:84.500-016, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, em dias úteis. O envelope deverá estar devidamente lacrado contendo as seguintes indicações:

CREDENCIAMENTO DE PRESTADOR DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE ESPECIALIZADA
EMPRESA INTERESSADA:
ENDEREÇO:
TELEFONE PARA CONTATO:

8 – DOCUMENTAÇÕES PARA HABILITAÇÃO
8.1 – Para o credenciamento, o profissional, através da sua pessoa jurídica, deverá apresentar ao setor de credenciamento do CIS Amcespar a documentação informada abaixo, devendo ser entregue em 01 (uma) via; (i) por processo de cópia autenticada em cartório; (ii) ou através de cópia simples acompanhada do documento original para autenticação no CIS Amcespar; (iii) ou enviada na forma de imagem ou em pdf no e-mail (credenciamento@ciamcespar.org) conforme Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1.1 – PARA COMPROVAR A REGULARIDADE DA EMPRESA (pessoa jurídica) FAZ-SE NECESSÁRIO APRESENTAR OS SEGUINTES DOCUMENTOS:
a) V, VI, VII em documento emitido pela empresa, conforme modelo disponível em anexo.
b) Registro comercial em caso de empresa individual, ou Contrato Social e sua última alteração, ou Estatuto Social em caso de Instituição. Sendo apresentado Estatuto Social deverá ser apresentada juntamente a cópia da Ata de Eleição do representante legal da Instituição;
c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**);

d) Alvará de localização para funcionamento **vigente.**
e) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda **Estadual**;
f) Prova de regularidade fiscal com a Fazenda **Federal**;
g) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda **Municipal** da cidade sede da empresa;
h) Prova de regularidade fiscal relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
i) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, (CNDT expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho) poderá ser obtida e consultada no sitio eletrônico (http://www.tst.jus.br/certidao).
j) Cédula de Identidade do representante legal da empresa interessada e do profissional técnico especializado que prestará o serviço, se por ventura não coincidir com o representante legal;
k) CPF do representante legal da empresa interessada e do profissional técnico especializado que prestará o serviço, se por ventura não coincidir com o representante legal;
l) Conta **bancária em nome da pessoa jurídica** para fins de pagamento dos profissionais pelos serviços realizados;
m) Certificado de Regularidade de Inscrição de pessoa jurídica no CRM-PR, para empresas cujo Conselho Regional seja o CRM.
n) Rol dos profissionais que compõem o corpo técnico de prestação de serviços a saúde sob responsabilidade. Com nome, função, CPF.
· Todas as certidões precisam ser negativas ou positiva com efeito de negativa, ou seja, sem nenhuma pendência ou débito registrado**.**

8.1.2 – PARA O CREDENCIANTE QUE OPTAR PELO ATENDIMENTO EM ESTABELECIMENTO PRÓPRIO:
A). Os documentos elencados no item 8.1.1. e alíneas em conjunto os demais abaixo elencados:
b) Licença Sanitária atualizada
c) Alvará referente ao local da prestação dos serviços procedimentos.
d) Comprovante do Cadastro de Estabelecimento de Saúde (CNES).
8.1.3 – DOCUMENTOS PESSOAIS DOS PROFISSIONAIS ATUANTES (pessoas físicas):
a) Anexo IV em documento emitido pela empresa, conforme modelo disponível em anexo;
b) Cédula de Identidade;
c) CPF;
d) Comprovante de residência;
e) Comprovante de inscrição no Conselho Regional da Categoria;

f) Diploma de curso superior devidamente reconhecido no Conselho da Classe Profissional para as profissões que já possuem conselhos constituídos;
g) Certificado de especialidade na área pretendida registrado no Conselho da Classe Profissional, ao profissional que irá atuar como especialista;
h) Certidão de conduta ético-profissional emitida pelo Respectivo Conselho da Classe Profissional, **válida para o exercício vigente.**
8.1.4 – Poderão participar empresas com salas alugadas ou imóveis, desde que a empresa apresente regularidade no ambiente de prestação de serviços, informativo de adequação ou congênere em conjunto com itens 8.1.1 e 8.1.2.
8.1.5 – Sobre o alvará constantes no item **8.1.1. (d)**, e, **8.1.2 (c)**, seguirá as instruções e orientações legais referente a Lei Nº 13.874/2019, no que for aplicável ao prestador nas diretrizes da prestação do serviço de saúde. Caberá a comissão de credenciamento instruir em cada situação.

8.2 – Os prestadores poderão inscrever-se em mais de uma área, desde que obrigatoriamente preenchidos os requisitos na respectiva área de atuação.
8.2.1 – O prestador deverá ser portador de título de especialista ou certificado de área de atuação, registrado ou reconhecidos no Conselho Regional ou nacional, para a atividade de especialista.
8.2.2 – Para a área Médica aplicam-se as Resoluções, Acórdãos, Pareceres e Normativas do Conselho Federal de Medicina e suas afiliadas Regionais; colaborando com algumas normativas que seguem, das Resoluções: CFM 2.116/2015, CFM 2148/2016; CFM 2149/2016; CFM 2107/2014; CFM 1643/2002; CFM 2007/2013;
CFM 2114/2014; Para o médico exercer o cargo de diretor técnico ou de supervisão, coordenação, chefia ou responsabilidade médica pelos serviços assistenciais especializados é obrigatória a titulação em especialidade médica, registrada no Conselho Regional de Medicina (CRM). Em instituições que prestam serviços médicos em uma única especialidade, o diretor técnico deverá ser possuidor do título de especialista registrado no CRM na respectiva área de atividade em que os serviços são prestados. O supervisor, coordenador, chefe ou responsável pelos serviços assistenciais especializados deste artigo somente pode assumir a responsabilidade técnica pelo serviço especializado se possuir título de especialista na especialidade oferecida pelo serviço médico, com o devido registro do título junto ao CRM.
8.2.3 – As pessoas jurídicas, que prestarem serviços de Telemedicina, deverão obrigatoriamente ter um médico responsável técnico da Especialidade dos exames realizados naquela instituição regularmente inscrito no Conselho de Medicina, devendo apresentar a relação dos profissionais que compõe seus quadros funcionais e suas respectivas Especialidades comprovadas perante o Conselho de Classe.
8.2.4 – A responsabilidade pela transmissão de exames e relatórios a distância será assumida obrigatoriamente por profissional especialista e com o respectivo registro no Conselho de Classe. Portadores de Certificados de Área de Atuação só poderão assumir a responsabilidade pela transmissão de exames e emitir relatório na respectiva área ou atividade.

8.3 – Com relação às outras profissões com Conselhos de Profissionais instituídos, se aplicam analogamente os termos do item 8.2, de maneira que pode ser solicitado esclarecimento aos conselhos profissionais, documentação que comprove aptidão técnica, bem como demais informações que possibilitem a efetivação do credenciamento do solicitante.
8.4 – É de inteira responsabilidade da empresa credenciada, manter atualizada a documentação exigida no Item 8.1 deste instrumento, principalmente no que diz respeito às certidões negativas de débito, antes a expiração da data de validade, **bem como informar e encaminhar ao CIS Amcespar toda e qualquer alteração ocorrida na empresa após o credenciamento.**
8.4.1 **–** O pagamento dos serviços prestados fica condicionado ao cumprimento do **item 16** desse instrumento, pela empresa credenciada.

8.5 – Serão aceitas somente cópias legíveis e, não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.
8.5.1 – A Comissão de credenciamento reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.
8.5.2 – A Comissão de credenciamento reserva-se o direito de solicitar informação ou dados referentes a qualquer documento, ou procedimento, ou serviço, sempre que julgar necessário.

8.6 – O exercício das atividades do credenciado iniciará somente após a análise e aprovação da documentação pela Comissão de Credenciamento.

8.7 - Será inabilitado o credenciado que não atender as exigências deste edital para habilitação.
8.7. 1 - Será considerado não concluso o credenciado da pessoa jurídica que não entregar toda a documentação exigida neste edital ou não atender às solicitações/esclarecimentos da comissão de Credenciamento.

8.8 – A Comissão de Credenciamento poderá receber documentação em arquivo digital ou digitalizado em **alta qualidade**, na forma de imagem ou em pdf, de preferência com assinatura digital/eletrônica. Caso a documentação apresente assinatura física diferente será glosada pela comissão de credenciamento e será solicitada novamente a documentação para assim seguir para a próxima etapa do procedimento de credenciamento.

9 – PROCEDIMENTOS DO CREDENCIAMENTO

9.1 – O credenciamento será amplamente divulgado e estará permanentemente aberto aos interessados, divulgado através da imprensa oficial do CIS Amcespar, jornal de ampla circulação, sítios eletrônicos.

9.2 – O inteiro teor deste **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2026** também estará fixado em edital interno e acessível ao público nas repartições administrativas do CIS Amcespar.

9.3 – Ao requerer a inscrição de CREDENCIAMENTO ou atualização deste a qualquer tempo, o interessado fornecerá os elementos necessários à satisfação das exigências contidas no item 8.1 deste instrumento. Posteriormente o CIS Amcespar fará uma avaliação das condições técnicas do credenciado, o qual deverá atender às necessidades e especificações exigidas a cada caso.

9.4 – Somente serão considerados credenciados os prestadores que foram aprovados pela avaliação técnica, realizada pela Comissão de Credenciamento, assessoria jurídica, contábil do CIS Amcespar.

9.5 – Os termos do credenciamento poderão ser alterados a qualquer tempo, visando adequar o serviço às condições de execução previstas para o CIS Amcespar. Podendo o credenciamento ser atualizado de forma que a atualização e os registros existentes passem a constar o ingresso de novos interessados, conforme Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislação inerentes aos serviços de Saúde.

9.6 – O CIS Amcespar poderá cancelar o termo de credenciamento do credenciado que deixar de satisfazer as exigências estabelecidas neste Edital, bem como cancelar o atendimento do credenciado que suspender o atendimento por motivo irrelevante, ou por meio de procedimento administrativo, sendo que, ao suspender **sem** justificativa plausível, sujeitar-se-á à suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por até 02 (dois) anos, além de se o ato acarretar dano decorrente ou podendo constituir uma situação mais gravosa.

9.7 – A quantidade mensal de atendimentos, exames, procedimentos e afins, a ser agendada serão de responsabilidade das Secretarias de Saúde dos Municípios Consorciados.

9.8. O CIS Amcespar disponibilizará às Secretarias de Saúde dos municípios consorciados a relação dos prestadores credenciados. A escolha do profissional ou local de atendimento caberá ao próprio paciente, qual se apresentar mais de um prestador disponível ou credenciado para executar o atendimento, conforme a hipótese de seleção a critério de terceiros prevista no art. 79, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

9.9 – Em nenhum caso o CIS Amcespar fará indicação de determinado profissional prestador do serviço às Secretarias de Saúde, autoridades ou pacientes, restando, portanto, excluída a vontade desta Instituição na demanda do credenciado.

9.10 – A quantidade de atendimentos/exames/procedimentos constantes na programação do CIS Amcespar não significa necessariamente contratação imediata, estando apenas disponível para estimativa de contratação futura.

9.11 – Os casos em que haja necessidades de ajuste na tabela, e anexos de procedimentos, e exames, para melhor compreensão em conjunto com a simetria de outros entes, os mesmos serão elaborados através de aditivo no termo de credenciamento, os quais passarão a integrar o respectivo edital.

9.12 – Os casos em que haja necessidades de ajuste para melhor execução dos serviços, os mesmos serão elaborados através de aditivo no termo de credenciamento, os quais passarão a integrar os respectivos termos de credenciamento.

9.13 – A inclusão de novos profissionais deverá ser efetuada através de aditivo no termo de credenciamento de Inclusão da respectiva área de atuação em conjunto com apresentação da documentação à Comissão de Credenciamento do CIS Amcespar, que analisará a viabilidade de incluir nova área de atuação, posto se este estará apto a de acordo com o interesse do CIS Amcespar;

9.14 – A exclusão de profissionais da empresa credenciada não implicará na rescisão do Termo de Credenciamento da empresa e deverá ser formalizado através de Termo de Exclusão a ser encaminhado ao CIS Amcespar.

9.15 – A exclusão de profissionais da empresa credenciada não implicará penalidades desde que comunicadas previamente e o fato não cause prejuízo ao CIS Amcespar.

9.16 – Cabe aos credenciados contratados o dever executar os serviços com a devida diligência e observação dos padrões de qualidade exigidos, cumprindo prazos e acordos de confidencialidade de dados e informações.

10 - CRITÉRIOS DE CREDENCIAMENTO

10.1 – Os profissionais serão cadastrados de acordo com a ordem de apresentação dos documentos ao Setor de Credenciamento.

10.2 – O Setor de Credenciamento, após a entrega dos documentos exigidos no presente edital, dará sequência da seguinte forma:

a) Publicação e divulgação do Chamamento;

b) Acolhimento das manifestações, solicitações e entrega de documentação pelos interessados;

c) Análise da habilitação;

d) Aprovação através de parecer da Comissão de Credenciamento;

i) podendo o ocorrer a aprovação, ou solicitação de esclarecimento;

ii) Aprovação com restrições ou recomendações;

iii) Reprovação.

e) posterior a aprovação, será emitida ordem de serviço aos habilitados/aprovados ao credenciamento por sua ordem de credenciamento;

f) Lavratura da contratação através do respectivo Termo de Credenciamento.

10.3 – A empresa só iniciará suas atividades após o cumprimento das fases do procedimento de credenciamento.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

11.1. Atentar-se às diretrizes normativas dos procedimentos e serviços das respectivas atividades desempenhadas, observar as diretrizes e protocolos do CIS Amcespar, observar as normativas do Ministério da Saúde (MS) em conjunto com a secretaria de Saúde do Estado do Paraná (SESA-PR) relativas ao objeto do credenciamento. Em caso de dúvida, lacuna ou esclarecimento entrar imediatamente em contato com o CIS Amcespar.

11.1.1. A CREDENCIADA obriga-se a instituir, executar e manter ações contínuas voltadas à promoção da segurança do paciente e à gestão de riscos em serviços de saúde, em estrita observância às diretrizes técnicas e operacionais estabelecidas pela Resolução ANVISA nº 978, de 6 de junho de 2025, bem como pelos protocolos do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP).

11.2. Acompanhar e alimentar o sistema eletrônico e de informação do CIS Amcespar, onde serão disponibilizadas as informações para os municípios e operadores do CIS Amcespar.

11.3. Responsabilizar-se pelas informações incluídas no sistema eletrônico, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros, conforme termo de responsabilidade anexo.

11.4. Emitir relatório de atendimentos/consultas realizadas, para controle de produção.

11.5. Assinar o termo de credenciamento, quando convocado, dentro do prazo determinado neste instrumento.

11.6. Após assinatura do termo de credenciamento, o credenciando deverá observar as obrigações definidas no referido documento, bem como no Projeto Básico.
11.7. Manter atualizadas as certidões fiscais.
11.8. Alimentar o PRONTUÁRIO ELETRONICO, incluindo todas informações relevantes à realização dos atendimentos (exames, cirurgias e procedimentos), bem como preencher todos os campos solicitados.
11.8.1. O profissional é responsável por todas informações lançadas no prontuário eletrônico, devendo preencher todos os campos exigidos (anamnese, requisição de exames, requisição de medicamentos conforme as relações disponíveis no SUS, retornos, atestados, encaminhamentos, CID demais documentos que se fizerem necessárias), bem como realizar a emissão de todos e quaisquer documentos exclusivamente através do Prontuário Eletrônico. Fica vedada a utilização de formulários que não os disponíveis no sistema IDS.
11.8.2. Nas consultas, os atendimentos devem ser registrados e concluídos no prontuário eletrônico, com as devidas justificativas técnicas para o seguimento do paciente e para a regulação de fila pelas auditorias municipais e estaduais. Os documentos pertinentes emitidos, devem ser impressos e entregues ao paciente.

11.9. Prestar informação sobre eventual necessidade de alteração ou ajuste relativo à prática de rotina ou protocolo de serviço de saúde.
11.10. Executar os atendimentos conforme disponibilidade da agenda.
11.11. Recomenda-se que o médico credenciado priorize, sempre que possível, a prescrição de medicamentos constantes na REREME, conforme os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do SUS. Prescrições fora dessas listas devem ser clinicamente justificadas em prontuário.
11.12. Conferir a agenda de serviços a serem executados pelo credenciado sendo dever do credenciado verificar as inconformidades, eventual solicitação de correções. Poderão ocorrer agendamentos extraordinários conforme plano de ação e trabalho de comum acordo.
11.13. Quando se tratar de credenciamento para prestação de serviço para o Programa **Qualicis**, além do atendimento assistencial presencial aos pacientes, desempenhar as funções assistencial através de teleconsulta, educacional, supervisional, de pesquisa e as demais constantes nas diretrizes do programa.
11.14. É obrigação da CREDENCIADA manter protocolos de segurança de forma a preservar a integridade moral e o sigilo de informações íntimas das pessoas de acordo com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados e suas alterações, podendo ser solicitado dados ou informação pelo credenciante.
11.15. Para realização de qualquer atendimento é necessária que o usuário apresente ao prestador a guia de autorização e a solicitação ou encaminhamento médico, sendo vedado atendimento sem esses documentos.
11.16. É obrigação da CREDENCIADA verificar se o item a ser realizado está autorizado pelo município, ou seja, se existe guia de atendimento emitida no sistema de agendamento do Consórcio, é vedado atendimento sem a guia previamente emitida.
11.17. A comunicação sobre agendamentos ou filas de espera deve ser realizada exclusivamente entre o município e usuário, cabendo ao prestador apenas orientar usuário a entrar em contato com a secretaria de saúde do seu município.
11.18. **Se durante a consulta médica, o profissional realizar solicitação de exame, encaminhamento a outra especialidade ou solicitação de cirurgia, estas devem ser feitas pelos formulários oficiais do Consórcio, no prontuário eletrônico. Em casos de necessidade de priorização, esta deve ser descrita e justificada no documento, o qual será analisado pelo médico auditor e agendado pelo município, sendo vedado o agendamento direto pelo prestador.**
11.19. Nos casos em que a cirurgia for realizada por meio do credenciamento via Consórcio, o primeiro retorno pós-operatório não será pago, por já estar incluído no valor do procedimento cirúrgico.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE
12.1. Prestar todas as informações necessárias para a formulação das propostas das empresas interessadas.
12.2. Agendar, quando solicitado, reunião para discussão de elementos que pairem dúvidas ou possuam protocolos próprios e divergentes a metodologia atualizada das empresas interessadas em se credenciar.
12.3. Emitir instrução e informações a empresa interessada o Credenciamento.
12.4. Realizar a análise da documentação apresentada e divulgar o resultado da análise do pedido de credenciamento.
12.5. Disponibilizar acesso ao sistema eletrônico aos credenciados e informar sobre a utilização do sistema.
12.6. Manter o sistema eletrônico atualizado para escolha das opções/alternativas de agendamento/marcações pelos munícipios participantes do CIS Amcespar.
12.7. Convocar o CREDENCIADO para assinatura do termo de credenciamento após aprovação dos elementos documentais referentes às atividades que irá desempenhar.
12.8. Após assinatura do termo de credenciamento, a credenciada deverá observar as obrigações definidas no referido documento, bem como no Projeto Básico.
12.9. Ajustar e instruir situação referente à eventual necessidade de alteração relativa à prática de rotina ou protocolo de serviço de saúde.
12.10. Quanto à impossibilidade do procedimento/serviço ser alimentado ou informado em sistema uniforme, o credenciado e o credenciante poderão pactuar forma para melhor execução dos serviços e rotina de trabalho, sem detrimento do usuário/paciente.

13 - DO DESCUMPRIMENTO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO
13.1. A CREDENCIADA que descumprir qualquer obrigação discriminada no termo de credenciamento firmado será descredenciada do programa/ações/atividades/serviços.
13.2. No ato do descredenciamento será verificada a agenda do prestador, de modo que o descredenciamento será realizado cancelando as próximas agendas (também não liberando nova agenda para marcação), assim o prestador deverá realizar os atendimentos que estiverem agendados/marcados sob pena da aplicação das sanções previstas no termo de credenciamento.
14 – DO VALOR
14.1. O pagamento pela prestação de serviços será de acordo com a Tabela de Procedimentos constantes no Anexo III deste Edital, com valores referenciais para 2026/2027.
14.2. Os valores dos procedimentos indicados no Anexo III deste Edital poderão sofrer reajustes, alterações de nomenclatura, códigos de referenciais, ou adequações necessárias ao andamento dos trabalhos.
14.3. Os valores da tabela de preços (Anexo III) serão:
14.3.1. Revisados, conforme as variações imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, a qualquer tempo, para reduzi-los, a pedido da unidade requisitante, ou aumentá-los, por solicitação de interessados ou credenciados.
14.4. O valor dos serviços previstos no Anexo III deste Edital vigente para o ano de 2026/2027 poderá sofrer correção com base nos índices oficiais analisados em deliberações pelo CRESEMS.
14.5. Em caso de alterações de valores, os mesmos serão aplicados para os termos de credenciamentos vigentes e para os firmados após concretizada a alteração dos preços constantes da tabela de preços.
15 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO DOS SERVIÇOS

15.1. A inexecução total ou parcial dos serviços, ou outras infrações contratuais do termo de credenciamento, tais como falhas no preenchimento de prontuários, cancelamento de agenda sem justificativa ou reclamações formais procedentes, ensejará a abertura de processo administrativo.
15.1.1. Resguardado o interesse público, poderá ser determinado o bloqueio preventivo da agenda do prestador até a conclusão do processo.
15.1.2. Assegurados o contraditório e a ampla defesa, a autoridade competente decidirá pela aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
15.1.3. A comissão de credenciamento decidirá sobre aos atos interno de procedimentos administrativos de credenciamentos, se houver recurso cabendo ao Conselho Consultivo, decidirá pela suspensão temporária, descredenciamento, e/ou as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo-se a defesa prévia.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desse Chamamento Público, o CIS Amcespar, garantida a prévia defesa, aplicará ao credenciado dentre outras, as seguintes sanções:
15.2.1 - Advertência;
15.2.2 - Multa;
15.2.3 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CIS Amcespar;
15.2.4 - Descredenciamento.
15.3. O prestador de serviço credenciado pelo CIS Amcespar, não poderá, em hipótese alguma cobrar qualquer valor dos usuários de saúde referente aos atendimentos realizados ou mesmo indicar consultórios particulares para realização dos mesmos, sob pena de descredenciamento.
15.4. Todos os pagamentos pelos serviços prestados e descritos neste Edital serão realizados exclusivamente pelo CIS Amcespar.
15.5. Para o descredenciamento, as partes observarão, em qualquer caso, o aviso prévio para as providencias administrativas, sujeitas à aplicação das multas e penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.
15.6. As sanções previstas neste instrumento são independentes, podendo ser aplicadas de forma isolada ou, em casos de multas, cumulativamente com outras de maior gravidade.
15.7. Para fins de imposição de penalidades são consideradas infrações as condutas abaixo elencadas, sendo certo que o rol abaixo é exemplificativo, podendo outras ocorrer, e da mesma forma serão passíveis de punição, conforme prevê as disposições normativas que regem a matéria:

INFRAÇÕES	SANÇÃO
Não firmar o instrumento de termo de credenciamento, quando convocado dentro do prazo previsto (até 05 dias úteis, a contar da data da convocação).	Impedimento de licitar por até 02 anos
Fraudar o procedimento de licitação.	Impedimento de licitar por até 02 anos
Apresentar declaração ou informação falsa, bem como adulterar documentos.	Impedimento de licitar por até 2 anos
No caso de profissionais não comparecerem para realizar o atendimento aos pacientes na data agendada, ou não respeitar as condições e o prazo previstos nos subitens 11.6 do Edital.	Advertência e/ou multa, correspondente a 20% do valor da consulta multiplicado pelo número de pacientes agendados que comparecerem para atendimento na data da falta/bloqueio

15.8. Em caso de excepcionalidade poderá ocorrer a interrupção do atendimento por iniciativa da credenciada, ou da credenciante através de justo motivo e será comunicado previamente, excecionando as responsabilidades e aplicação de sanções previstas em Lei, neste Edital.
16– CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
16.1. Os valores a serem pagos serão apurados de acordo com o número de consultas, exames, procedimentos, cirurgias ou carga horária efetivamente realizados e devidamente autorizados previamente pelo CIS Amcespar.
16.2. A produção do período deverá ser comprovada através da apresentação de Fatura/Relatório e guias de autorização emitida pelo sistema de marcação do CIS.
16.3. O Credenciado prestador dos serviços deverá respeitar as datas de validade das autorizações dos procedimentos, sendo que qualquer procedimento realizado fora da data de validade será glosado por esse Consórcio.
16.4. Todos os credenciados deverão possuir em seu consultório um computador com acesso à internet, para acessar o programa de atendimento do Consórcio, que será usado para a recepção dos pacientes, faturamento e relatórios diversos.
16.5. Frise-se que serão considerados serviços prestados àqueles cujos itens tenham sido recepcionados no sistema pelo prestador. Possíveis diferenças de valores pela falta da devida recepção de guias por parte do prestador, não são de responsabilidade deste Consórcio de Saúde e não serão pagos posto o motivo de glosa.
16.5.1 - Questionamentos referente a itens glosados devem ser encaminhados por escrito ao Setor de Faturamento do CIS Amcespar. Caso a glosa seja retirada, o faturamento dos respectivos itens ocorrerá após tramitação interna.
16.6. Após apurados os valores a serem pagos a cada empresa credenciada, o setor de contabilidade do Consórcio entrará em contato com a empresa Prestadora de Serviços para solicitar a emissão da Nota Fiscal.
16.7. De acordo com a legislação vigente, somente serão admitidas NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS, exceto para os prestadores onde os municípios não possibilitem a emissão de nota fiscal eletrônica. Nestes casos excepcionais será aceita nota fiscal manual juntamente com declaração da Tributação do respectivo município. Ressalte-se que a conferência da nota fiscal é de inteira responsabilidade do CREDENCIADO.
16.8. O pagamento dos serviços prestados ocorrerá em torno 30 (trinta) dias, por ordem cronológica, a partir do recebimento definitivo, ou seja, data do ateste de recebimento, realizada por funcionário do Consórcio, na Nota Fiscal Eletrônica. O pagamento ocorrerá nas **terças-feiras** ou **quintas-feiras.**
16.9. O pagamento dos serviços prestados fica condicionado à regular situação do cadastro da empresa no CIS Amcespar, ou seja, cabe a Empresa manter regularmente os seus documentos, inclusive certidões validas durante todo o período de credenciamento, conforme item
6.3 desse edital.
16.9.1 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se- á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE
16.10. Deverá o credenciado possuir conta bancária em nome da pessoa jurídica para fins de pagamento dos profissionais pelos serviços realizados, preferencialmente no **Banco do Brasil** ou a apresentação de boleto bancário (de qualquer agência bancária).
16.11. Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, securitária, indenizatória, fiscais e comerciais decorrentes da prestação de serviços, serão de responsabilidade da empresa credenciada;
16.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
16.12.1 – A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.13. Nos casos em que a cirurgia for realizada por meio do credenciamento via Consórcio, o primeiro retorno pós-operatório não será pago, por já estar incluído no valor do procedimento cirúrgico.

17 - OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1. Os pagamentos decorrentes da execução dos serviços correrão por conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:
01.100
10.122.0001.2.001.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.002.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.005.3.3.90.39.00.00. Fonte 368 QUALICIS
10.302.0001.2.006.3.3.90.39.00.00 fonte 389 SUS
10.302.0001.2.007.3.3.90.39.00.00 fonte 496 CEO
17.2. Poderá ocorrer a inclusão de dotações orçamentárias para fazer frente aos recursos utilizados nos programas e serviços integrantes do SUS.

18 - DOS ESCLARECIMENTOS DO EDITAL OU DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.

18.1. Qualquer pessoa poderá solicitar ESCLARECIMENTOS durante a vigência do edital e/ou IMPUGNAR este instrumento no prazo de 15 (quinze) dias após sua publicação, mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico (documentos.credenciamento@cisamcespar.org) ou por petição dirigida ou protocolada no Setor de licitações do CIS Amcespar, situado no endereço **Rua 19 de Dezembro, 280, Edifício Pérola do Sul, Centro, Irati-PR, CEP: 84.500-016.**

18.2. Caberá à Comissão Especial de Credenciamento do CIS Amcespar, em conjunto com a Comissão Permanente de Licitação, decidir sobre a impugnação ou esclarecimentos pertinentes sobre a prática profissional, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contadas da protocolização do requerimento no setor de protocolo ou recebimento da petição via correspondência eletrônica.

18.3. Dúvidas e esclarecimentos pontuais, bem como sugestões poderão ser direcionados ao CIS Amcespar, estando à disposição para esclarecê-las durante a vigência deste edital.

19 – DO DIREITO DE PETIÇÃO E RECURSOS

19.1. O solicitante do credenciamento é assegurado que manifesto e interesse de peticionar.

19.2. Aos solicitantes do credenciamento é assegurado o direito de interposição de Recurso contra o edital ou termos gerais, nos termos do Lei Federal nº 14.133/2021, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos.

19.3. Os pedidos, esclarecimentos, petições e eventuais recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão Especial de Credenciamento do CIS Amcespar, recepcionado via comissão de credenciamento para decisão do seu Presidente, que poderá reconsiderar seu ato, no prazo de 05 (cinco) uteis dias, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, ao Presidente do CIS Amcespar, que proferirá a decisão em idêntico prazo, a contar do recebimento.

19.4. Os recursos serão dirigidos ao Presidente do CIS Amcespar, via comissão de credenciamento, que poderá reconsiderar seu ato, no prazo de 05 (cinco) uteis dias, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, ao Presidente do CIS Amcespar, que proferirá a decisão em idêntico prazo, a contar do recebimento.

19.5. Dos Recursos:

19.5.1. Dos atos da Administração praticados com referência aos procedimentos de habilitação, de credenciamento e de execução dos correspondentes termos de credenciamentos serão admitidos recursos qual deveram ser apresentados no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a data de formalização do ato, nas seguintes situações:

19.5.1.1. Habilitação ou inabilitação de requerente de credenciamento;

19.5.1.2. Anulação ou revogação do processo de credenciamento;

19.4.1.3. Aplicação de pena de advertência, de multa ou de suspensão temporária;

19.5.1.4. Rescisão do Contrato por ato unilateral da Administração, nos casos a que se refere o inciso I do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021;

19.5.2 – O recurso previsto contra caso de habilitação ou inabilitação dos solicitantes de credenciamento terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

19.6. Qualquer cidadão e/ou usuários poderão denunciar toda e qualquer irregularidade verificada na prestação de serviços e/ou no faturamento, mediante denúncia no SETOR DE OUVIDORIA do CIS Amcespar pelo fone de contato: (42) 3422-9206 ou no endereço Rua 19 de Dezembro, 280, Edifício Pérola do Sul, Centro, Irati-PR.

20 – DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Fica eleito o foro da **Comarca de Irati**, Estado do Paraná, como competente para dirimir todas as questões decorrentes do credenciamento.

20.2. Este Edital de Chamamento Público tem seus efeitos validos a partir data de sua publicação.

20.3. Os interessados ao credenciamento poderão enviar documentação para a apreciação a partir da data desta publicação.

20.4. Poderão ser solicitados de qualquer CREDENCIADO, informações, documentos ou esclarecimentos complementares, a critério do CIS Amcespar.

20.5. Nenhuma indenização será devida aos Credenciados pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos ao presente Edital.

20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Os prazos referidos só se iniciam e vencem em dia de expediente na Administração.

20.7. O CIS Amcespar poderá revogar o presente EDITAL de Credenciamento, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-lo por ilegalidade de ofício ou provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do artigo 71 e artigo 90, da Lei Federal nº 14.133/2021, não cabendo às licitantes direito a indenização.

20.8. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Credenciamento formalmente designada.

20.9. A **vigência** do Edital de **Chamamento Público Nº 005/2026,** derivado do processo administrativo do CIS Amcespar será de 12 (doze) meses, a contar de **26 de setembro de 2026** e encerrar-se-á em **25 de setembro de 2027.**

20.10. Os termos de credenciamento firmados derivados do presente instrumento poderão ser assinados a partir da publicação deste edital. Porém seus efeitos e execução ocorrerão desde sua assinatura e encerrarão em **25 de setembro de 2027.**

20.11. Os termos de credenciamento não apresentam valor imediato, pois ficará condicionado a distribuição do orçamento para cada tipo de serviço dividido entre as empresas credenciadas, podendo sofrer variações em decorrência da demanda dos serviços prestados. De modo que só serão pagos os serviços comprovadamente realizados.

20.12. A duração do presente Instrumento fica vinculada à vigência dos respectivos créditos orçamentários nos termos do caput do art. 105 da Lei de Licitações, em sincronia com Lei Federal nº 14.133/2021.

20.12. 1 – Poderá ocorrer aditivo do edital de credenciamento no que tange a vigência para executar o processamento e operacionalização do pagamento dos respectivos credenciados.

20.13. Este Edital se complementa com as regras e princípios da Lei Federal nº 14.133/2021., Lei Estadual 15.608/2007 e decreto regulamentar, em conjunto legislações relativas aos serviços de saúde e credenciamento.

20.14. O CIS Amcespar realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados podendo solicitar informações, esclarecimentos, realizar visitas, auditorias, treinamentos, comunicações escritas, administração, monitoramento da rede credenciada e outras atividades correlatas.

20.15. A qualquer momento durante a execução dos serviços, as informações relativas aos serviços ofertados e à capacidade instalada poderão ser verificadas, conforme item 12.9, qual será realizada por colaborador designado pela Contratante, a realizarem-se após a verificação da documentação, sendo passível de **descredenciamento** quando constatado que as mesmas não atendem ao presente Edital.
20.16. Os Municípios consorciados através de suas secretarias ou departamentos de saúde são os responsáveis pelo financiamento e execução do objeto do presente credenciamento, pela triagem, regulação das filas de espera e pelo agendamento de consultas, exames e procedimentos, os quais programam suas ações conforme suas demandas e critérios de priorização, bem como estabelecimento do modelo de gestão para acesso aos serviços de saúde, contemplando os serviços em Rede.
20.17. Constituem motivos para o **descredenciamento** o não cumprimento de quaisquer cláusulas e condições do Contrato, a constatação de subcontratação ou terceirização de quaisquer serviços contratados por meio deste Chamamento Público, de forma irregular, sem conhecimento prévio do CIS Amcespar, fora de diretrizes de prestação dos serviços de saúde, bem como os motivos previstos da Lei Federal nº 14.133/2021.
20.18. O instrumento decorrente do credenciamento será publicado, em forma de extrato, no Diário Oficial do CIS Amcespar, conforme disposto no art. 89 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21 – ANEXOS FUNDAMENTAIS INTREGRANTES DO EDITAL.

21.1. Integram o presente instrumento, os seguintes anexos:
a) Anexo I - Projeto Básico para prestação dos serviços/procedimentos (Referente aos lotes 01 ao 06)
b) Anexo II - Projeto Básico para prestação dos serviços/procedimentos Programa Qualicis (Referente aos lotes 07 e 08)
c) Anexo III - Tabela de Valores
d) Anexo IV - Modelo de requerimento para credenciamento e Declaração Conjunta;
i. Declaração de Idoneidade
ii. Disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal
e) Anexo V - Declaração de Regularidade;
f) Anexo VI - Minuta de Compatibilidade de horários e atividade comercial.
g) Anexo VII - Declaração de ciência e responsabilidade dos termos do edital e anexos.
h) Anexo VIII - Minuta de Termo de Credenciamento.
21.2. Os anexos integrantes do item **21.1, (d), (e), (f), (g),** devem ser preenchidos pelos solicitantes do credenciamento e entregues juntos com a documentação para aferição da habilitação e verificação de atendimentos dos requisitos pretéritos das pessoas jurídicas e pessoas físicas que as compõem.
21. 3. O CIS Amcespar não cobrará das entidades proponentes qualquer taxa para participar deste chamamento público.

(Assinado Digitalmente Pág. 91)
ANA BEATRIZ DE MEIRA - CRM-PR 42576
Médica Diretora Técnica
CIS AMCESPAR

(Assinado Digitalmente Pág. 91)
FÁBIO JUNIOR DE SOUZA
Advogado –OAB-PR 64.811
CIS AMCESPAR

(Assinado Digitalmente Pág. 91)
MARCIA JOSIANE PARTEKA
Diretora do Departamento de Licitações
Agente de Contratação

(Assinado Digitalmente Pág. 91)
BERTOLDO ROVER
Presidente do CIS AMCESPAR

Irati, 21 de julho de 2026.

ANEXO I - PROJETO BÁSICO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/PROCEDIMENTOS
(Referente aos lotes 01 ao 06)

1. OBJETO

1.1. O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de Profissionais da Área da Saúde, através de suas respectivas pessoas jurídicas, para a Prestação de Serviços, ambulatoriais, para o Consórcio Intermunicipal de Saúde CIS Amcespar no atendimento de saúde especializado conforme suas necessidades constando no Anexo I deste edital.
1.2. Este credenciamento é voltado à atenção da saúde complementar, e de média a alta complexidade, especificamente para atender e dar continuidade ao tratamento de pacientes acolhidos no sistema de saúde atendidos pelo CIS Amcespar.
1.3. Os serviços poderão ser prestados nas Unidades do Consórcio para o atendimento de saúde especializado gerenciado pelos Ambulatórios AME e MACC (referência das linhas de cuidado do Programa de Qualificação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde (QualiCIS) do CIS Amcespar), pelo Centro de Especialidades Odontológicas. Ou nas diversas áreas de saúde em estabelecimento próprio dos credenciados. Ou em local especifico designado através de solicitação formal do município consorciado, conforme as necessidades para a Prestação de Serviços de consultas/atendimentos de especialidade.
1.4. O período que compreende o credenciamento será de 12 (doze) meses, para suprir as necessidades do CIS Amcespar, de acordo com as especificações, quantitativos e disposições de realização dos serviços/procedimentos relacionados neste projeto básico, no Edital e seus anexos.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. O presente projeto básico, objetiva propiciar a caracterização do objeto a ser solicitado, no tocante à execução e os preços praticados para remuneração dos serviços, as observações, especificações, técnicas para execução.
2.1.1. A presente contratação fundamenta-se na hipótese de inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição, uma vez que o modelo de credenciamento é o instrumento jurídico adequado para a ampliação da rede de prestadores de serviços de saúde, garantindo o atendimento universal e contínuo. Tal opção encontra respaldo legal direto no art. 74, IV, da Lei nº 14.133/2021.
2.2. Justifica-se a presente contratação em razão dos serviços que são prestados pelo Ente CIS Amcespar. Constituído com a finalidade de prestar serviços de saúde, prima este pelos princípios atinentes à boa Administração.

2.3. O Sistema Único de Saúde, com a finalidade de instituir políticas públicas que atendam a todos, subsidia, via consórcio, serviços de média e alta complexidade ou serviços/procedimentos que estão fora da estratégia primária dos municípios, mas para regular execução dos serviços, os municípios consorciados necessitam da execução do serviços/procedimentos/exames, logo, justifica-se a presente licitação em razão dos recursos recebidos que devem ser bem aplicados, buscando-se sempre a aplicação, economicidade e eficiência no tratamento, visto que, atende-se a pacientes de toda uma região que tem como cerne a realização dos direitos fundamentais e políticas e diretrizes da saúde;
2.4. O CIS Amcespar busca por meio do cumprimento da finalidade para o qual fora instituído realizar todos os procedimentos/serviços/exames exigidos para a promoção da saúde dos pacientes submetido ao Sistema Único de Saúde.
2.5. O credenciamento de prestadores da Saúde segue praticas usuais das diretrizes do SUS, justificando-se o Credenciamento como ferramenta, pois que prima pela economicidade, competitividade e distribuição a maior gama possível de prestadores a execução dos serviços de saúde, de modo que o sistema de credenciamento através de Chamada Pública, convoca a todos os profissionais interessados para fornecer serviços de saúde por preço único e igualitário, pré- estabelecido ou mediante diretrizes do SUS, que a partir de então, passarão a ser adotados para todos os profissionais, clínicas e laboratórios habilitados e outros prestadores de serviços de saúde, através do consórcio, independentemente da população ou distâncias das sedes dos municípios consorciados. Isto possibilita uma convergência ao oferecer atendimento de saúde pública de qualidade para sua população, que se não fosse pelo sistema consorciado, não estaria disponível, evitando assim, deslocamentos de veículos para grandes centros e capital para buscar tratamento especializado para a população mais carente de forma a reduzir o custo material e imaterial, onerando menos fisicamente e psicologicamente.
2.6. Não há necessidade vistoria nos locais ou visita técnica.
2.7. Não será exigida garantia de execução para o presente termo de credenciamento, uma vez que não constitui referência base na tabela de credenciamento do SUS (http://siab.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?acao=11&id=21910)

3. SEM APLICAÇÃO DA EXCLUSIVIDADE/BENEFICIO ME-MICRO E EMPRESA/EPP

3.1. Quando a não aplicação da EXCLUSIVIDADE/BENEFICIO ME-MICRO E EMPRESA/EPP e correlatos ao Art.48, da Lei Complementar 123/2006). Aqui cabe esclarecer que utilização, pelo fato de que, a exclusividade torna-se de difícil aplicação ao passo que a estimava do presente certame está acima de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), e dos itens que estiverem compostos da presente forma com intuito de abrir ao máximo de prestadores que solicitem o credenciamento dos serviços/procedimentos para o CIS Amcespar e em variados locais, poderá representar prejuízos ao conjunto do objeto a ser contratado. De maneira que as ME/EPP poderão participar, sendo asseguradas as outras vantagens inerentes, porém neste objeto está referenciado as atividades e diretrizes dos serviços de saúde pública.

4. OS QUANTITATIVOS

4.1. Os quantitativos dispostos neste projeto básico estão apurados na média outrora adquirida de serviços de consultas e apoio complementar, adicionando a projeção de trinta por cento (30%) e adicionando o fluxo de mais dois meses, de acordo com a necessidade do CIS Amcespar para utilização do ano de 2026/2027.

5. DEFINIÇÃO DO CERTAME POR ITEM.

5.1. O objeto do certame se dará individualizado **por item** para poder acompanhar as características e peculiaridades de cada protocolo ou diretrizes da saúde qual se submete o item.

6. VALOR DO CERTAME REFERENTE AOS LOTES 01 AO 06

6.1. Nos termos do inciso XXI, do art. 27, da Constituição Estadual, fica fixado, para o período de 12 (doze) meses, totalizando R$ 14.490.903,05 (quatorze milhões quatrocentos e noventa mil novecentos e três reais e cinco centavos).
6.2. Os preços propostos acima contemplam todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, abrangendo todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e outras despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos), fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa acessória e/ou necessária para o fornecimento dos produtos/serviços.

7. AS REMUNERAÇÕES DOS ITENS SEGUIRAM A TABELA DE VALORES.

7.1. O prazo de pagamento será em torno de 30 (trinta) dias após, por ordem cronológica, a partir do recebimento definitivo, ou seja, data do ateste de recebimento, realizada por funcionário do Consórcio, na Nota Fiscal Eletrônica. O pagamento ocorrerá nas **terças-feiras** ou **quintas-feiras.** A nota fiscal deverá ser emitida com valor correspondente ao relatório de recepções/horas trabalhadas, consequentemente aos relatórios de atendimentos realizados e procedimentos/serviços entregues de forma correta e de acordo o solicitado/marcado.
7.2. A nota fiscal deve ser emitida após a realização dos procedimentos/serviços. A mesma só será faturada após o recebimento e faturamento/verificação das notas pelo setor do CIS Amcespar;
7.3. A contratada deverá encaminhar sempre que vencida a certidão atualizada ao setor responsável pela fiscalização e acompanhamento (através do e-mail: **documentos.credenciamento@cisamcespar.org**) para manutenção das condições demonstradas para a habilitação:
a) prova de regularidade para com a Fazenda
Federal (dívida ativa e contribuições federais); mediante a apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos de negativa ou outra equivalente, na forma da Lei) de Regularidade Fiscal, expedida pela Fazenda Federal;
b) prova de regularidade relativa à Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
c) prova de regularidade perante o Fisco Estadual da sede da empresa; mediante a apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos de negativa ou outra equivalente, na forma da Lei) de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicilio ou sede do proponente;
d) prova de regularidade perante o Fisco Municipal da sede da empresa; mediante a apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos de negativa ou outra equivalente, na forma da Lei) de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicilio ou sede do proponente;
e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei 12.440 de 07/07/2011, a ser requerida via internet pelo site: www.tst.jus.br.
f) Certificado de Regularidade de Inscrição de pessoa jurídica no CRM-PR, para empresas cujo Conselho Regional seja o CRM
g) E outro documento pertinente ao serviço/procedimento realizado.
7.4. Deverão ser considerados pelos proponentes todos os custos com os/dos profissionais para o cumprimento das obrigações exigidas, incluindo seguros, deslocamento, encargos sociais, tributos, transporte, espera, equipamentos e outras despesas necessárias à perfeita execução do objeto;
7.5. O CIS Amcespar **emitira instrução** em instrumento interno próprio informando aos prestadores credenciados a rotina, contato e forma de apresentação de informação **em cronograma de faturamento** e ordenação de despesas. A ausência de execução ou turbação do credenciado a instrução e organização constitui falta sancionável, com constrição na ordem de pagamento, suspensão de serviços/procedimentos, rescisão do termo de credenciamento e até multa.

8. SOBRE AS ATIVIDADES DO CONSORCIO DE SAÚDE.

8.1. Considerando os princípios do SUS estipulados na Lei 8.080/90, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

8.2. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada de modo que o CIS atua de forma descentralizada para promover a execução e prestação dos serviços de saúde.
8.3. A presente região de atuação do CIS abrange um baixo contingente populacional, de forma que a instrumentalização do chamamento público através do CIS Amcespar, vem com o objetivo de agregar serviços mais complexos para tratamento dos pacientes, viabilizando um prognostico de referência, possibilitando melhor atendimento às necessidades de saúde da população da mesorregião que forma o CIS Amcespar.
8.4. Define-se aqui a prestação de serviços de forma indireta dos serviços de saúde e serviços especializados e de apoio de maior densidade tecnológica à população atendida e recepcionado para atendimento através do CIS.

9. CONSTITUEM EIXOS NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO CIS AMCESPAR.

9.1. Prestação da atividade médica e atendimento dos procedimentos de maior complexidade e especialidade, por vezes necessitam de suporte ou apoio para averiguação da anamnese do estado clínico do paciente.
9.2. Execução de procedimentos/exames/serviços de forma descentralizada, a pacientes que necessitam de atendimentos de serviços de saúde de maior complexidade.
9.3. Constituem elementos integrativos para desenvolvimento e continuidade de linhas de atenção e atendimento à saúde básica dos munícipes abrangidos pelo escopo de atuação dos CIS.
9.4. Por sua vez vem propiciar uma ferramenta de complemento ao ciclo de tratamento do paciente.
9.5. Propiciar a continuidade no atendimento ao paciente nas instâncias do sistema de saúde até a conclusão do seu tratamento.
9.6. Propiciar as ações e linhas de trabalhos desenvolvidos para atenção aos pacientes dos municípios conforme plano de trabalho pré-estabelecido.

10. DEFINIÇÃO DOS MÉTODOS DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES

10.1. As empresas contratadas para prestação/fornecimento dos serviços de consultas e apoio complementar de saúde deverão prestar/fornecer os trabalhos conforme os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT), devendo relatar ou dar prosseguimento a informação da próxima etapa do tratamento ou linha de atendimento;
10.2. O atendimento dos pacientes deverá ser realizado conforme o solicitado ou relatado, ao passo que será agendado previamente em contato com os municípios consorciados ou marcador de procedimentos, onde o paciente marcado via municípios ou marcador, com as guias de atendimento ou outros instrumentos disponibilizados, deverão ser atendidos, sob ônus da contratada que fará o atendimento em uma das unidades credenciadas pelo CIS Amcespar disponível para o atendimento. Ou nas diversas áreas de saúde em estabelecimento próprio dos credenciados. Ou em local especifico designado através de solicitação formal do município consorciado, conforme as necessidades para a Prestação de Serviços de consultas/atendimentos de especialidade.
10.3. A Comissão Permanente de Licitações com auxílio especial da Comissão Especial de Credenciamento reserva o direito de indeferir o pedido de credenciamento da empresa que deixar de apresentar documentação ou informação conforme exigida neste edital ou apresentá-la incompleta ou em desacordo com as disposições deste edital.

DAS METAS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS

10.4. A execução dos serviços deverá obedecer à estratégia de saúde na estrutura hierarquizada organizada do SUS, de forma a permitir o desenvolvimento de estratégias e práticas intersetoriais entre os prestadores de serviços e entes da administração e colaboradores dos serviços de saúde.
10.5. Dessa forma, as tecnologias e recursos humanos necessários à implementação das políticas públicas. O CIS instruirá a organização capaz de alinhar o atendimento individual de cada município na assistência à saúde, principalmente em consultas médicas, procedimentos, exames de média e alta complexidade, para propiciar o atendimento do paciente integrado na rede de atendimento do CIS Amcespar e SUS.
10.6. Os resultados dessa associação e fomento nos serviços/procedimentos de saúde vão gerar impacto relevante nas condições de saúde, tendo em vista o acesso do paciente a tratamento de saúde sem custo ao paciente, acesso a serviços não dispostos na base de atendimento, otimização dos recursos possibilitando beneficiar maior número de pessoas.

11. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO DOS TERMOS DE CREDENCIAMENTO.

11.1. Designada Comissão Especial de Credenciamento acompanhará os termos de credenciamentos realizados.
11.2. A avaliação de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12. CRITÉRIO DE SELEÇÃO:

12.1. As pessoas jurídicas serão selecionadas por entre aqueles cuja documentação atenderem aos requisitos do edital, sendo considerados selecionados o quantitativo necessário ao atendimento do número de profissionais com perfil técnico e domínio dos conhecimentos necessários indicados ao programa, para cada função, neste edital e seu projeto de básico.
12.2. Estando apto o credenciamento da pessoa jurídica e o rol de documentação referente aos serviços de consulta e apoio, será organizado a lista das entidades disponível e a disposição da administração para a execução.
12.3. Terão preferência as entidades que: em ordem cronológica apresentarem a documentação primeiro e apresentarem o melhor perfil técnico pelos seguintes critérios: maior Tempo de serviço; Maior Arcabouço estrutural para execução de serviços de Saúde; Melhor qualificação profissional.
12.4. Outra variante prioritária é a regionalização dos serviços, ou seja, a proximidade do serviço disponível dentro da territorialização do SUS contido ao paciente.
12.5. Nos casos em que os credenciados ainda assim apresentarem empate quanto aos critérios, será realizado sorteio.
12.6. Os demais não classificados comporão cadastro de reserva conforme definido pelos critérios.

13. QUANTITATIVO NECESSÁRIO.

13.1. Serão necessários os serviços de consultas e apoio ao serviço de saúde conforme demanda dos municípios, sendo prognose não mensurável diante da imprevisibilidade dos serviços/procedimentos. Assim far-se-á necessário o instrumento de credenciamento para viabilizar a potencialidade dos serviços saúde necessários.
13.2. Segue o descritivo de atividade complementar para credenciamento:

ODONTOLOGIA

Cirurgião Dentista - ENDODONTIA

Descrição Sintética: Diagnosticar, realizar plano de tratamento odontológico conforme as solicitações descritas nas referências encaminhadas pelos municípios, realizar os tratamentos/procedimentos e a solicitação de exames complementares e prescrição medicamentosa necessária. Orientar o paciente (ou responsável) sobre o(s) tratamentos a serem realizados e também sobre os encaminhamentos e retornos dirigidos aos mesmos. Realizar apoio técnico matricial para equipes de saúde bucal (eSB) da Atenção Primária.

Descrição Analítica: Realizar tratamento e retratamento endodôntico bem como os demais procedimentos que visem a cura da periodontite apical. O tratamento completo deve ser realizado preferencialmente em 2 (duas) sessões em dentes anteriores e pré-molares e 3 (três) sessões em dentes molares, podendo haver necessidade de mais consultas em casos que seja necessária a indicação para gengivectomia ou aumento de coroa, lesões extensas que necessitem a troca de medicação intracanal ou alguma outra intercorrência que haja a necessidade de mais atendimentos. Utilizar localizador foraminal e contra-ângulo oscilatório no preparo do sistema de canais radiculares.

Procedimentos que devem ser realizados pelos profissionais no CEO tipo II por especialidade conforme PORTARIA Nº 1.464, DE 24 DE JUNHO DE 2011.

ENDODONTIA - 60 endodontias concluídas mensais, sendo 22% dos procedimentos em dentes com 3 ou mais raízes.

TRATAMENTO ENDODÔNTCO EM DENTE DECÍDUO
TRATAMENTO ENDODÔNTCO DE DENTE PERMANENTE ANTERIOR
TRATAMENTO ENDODÔNTICO DE DENTE PERMANENTE BIRRADICULAR
TRATAMENTO ENDODÔNTICO DE DENTE PERMANENTE COM 3 OU MAIS RAÍZES
RETRATAMENTO ENDODÔNTICO EM DENTE PERMANENTE BI-RADICULAR
RETRAMENTO ENDODÔNTICO EM DENTE PERMANENTE C/ 3 OU MAIS RAÍZES
RETRATAMENTO ENDODÔNTICO EM DENTE PERMANENTE UNI-RADICULAR
SELAMENTO DE PERFURAÇÃO RADICULAR

Qualificação exigível:

a) Curso Superior em Odontologia (Cirurgião Dentista) e Título de Especialista em Endodontia registrado no CRO-PR.
b) Curso de aperfeiçoamento em Endodontia.

Cirurgião Dentista - ODONTOLOGIA CIRÚRGICA

Descrição Sintética: Diagnosticar, realizar plano de tratamento odontológico conforme as solicitações descritas nas referências encaminhadas pelos municípios, realizar os tratamentos/procedimentos e a solicitação de exames complementares e prescrição medicamentosa necessária. Orientar o paciente (ou responsável) sobre o(s) tratamentos a serem realizados e também sobre os encaminhamentos e retornos dirigidos aos mesmos.
Realizar apoio técnico matricial para equipes de saúde bucal (eSB) da Atenção Primária.

Descrição Analítica: A Cirurgia Oral Menor compreende o conjunto de procedimentos cirúrgicos realizados em ambiente ambulatorial, sob anestesia local, destinados ao diagnóstico, tratamento e prevenção de alterações da cavidade bucal, estruturas anexas e tecidos de suporte, sem necessidade de internação hospitalar. Inclui a avaliação clínica e radiográfica do paciente, planejamento cirúrgico, execução do procedimento solicitado pelo profissional da Rede Básica, seguindo protocolos de biossegurança e diretrizes técnico- científicas vigentes. Tem como objetivos promover a resolução de agravos bucais passíveis de tratamento ambulatorial, eliminar focos infecciosos e condições que comprometam a saúde bucal e sistêmica, realizar diagnóstico precoce de lesões bucais por meio de biópsias e encaminhamento anatomopatológico, reduzir dor, desconforto e risco de complicações decorrentes de alterações odontológicas e integrar o cuidado com a Atenção Primária à Saúde e demais especialidades odontológicas, garantindo continuidade da assistência.

CIRURGIA - 90 procedimentos mensais.

SINUSOTOMIA TRANSMAXILAR
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE FÍSTULA ORONASAL/ORO-SINUSAL
DRENAGEM DE ABSCESSO DA BOCA E ANEXOS
EXCISÃO DE RANULA OU FENOMENO DE RETENÇÃO SALIVAR
EXCISÃO E SUTURA DE LESÃO NA BOCA
EXCISÃO EM CUNHA DO LÁBIO
REMOÇÃO DE CORPO ESTRANHO DA REGIÃO BUCO-MAXILO FACIAL
CONTEÇÃO DE DENTES POR SPLINTAGEM
OSTEOTOMIA DAS FRATURAS ALVEOLO- DENTÁRIAS
RETIRADA DE MATERIAL DE SÍNTESE ÓSSEO/DENTÁRIA
BIOPSIA DE GALNDULA SALIVAR
BIOPSIA DE OSSO DO CRANIO E DA FACE
BIOPSIA DOS TECIDOS MOLES DA BOCA
EXERESE DE CISTO ODONTOGENICO E NÃO ODONTOGENICO
TRATAMENTO DE NELVRALGIAS FACIAIS
APROFUNDAMENTO DE VESTIBULO ORAL (POR SEXTANTE)
CORREÇÃO DE BRIDAS MUSCULARES
CORREÇÃO DE IRREGULARIDADES DE REBORDO ALVEOLAR
CORREÇÃO DE TUBEROSIDADE DO MAXILAR
CURETAGEM PERIAPICAL
ENXERTO OSSEO DE AREA DOADORA INTRABUCAL
EXCISÃO DE CALCULO DE GLANDULA SALIVAR
REDUÇÃO DE FRATURA ALVEOLODENTÁRIA SEM OSTEOSSINTESE
EXODONTIA MULTIPLA COM ALVEOLOPLASTIA POR SEXTANTE
GLOSSORAFIA
MARSUPIALIZAÇÃO DE CISTOS E PSEUDOCISTOS
ODONTOSECÇÃO/RADILECOMIA/TUNELIZAÇÃO
REDUÇÃO DE LUXAÇÃO TEMPOROMANDIBULAR
RECONSTRUÇÃO PARCIAL DO LÁBIO TRAUMATIZADO
REIMPLANTE E TRANSPLANTE DENTAL(POR ELEMENTO)
FRENECTOMIA
REMOÇÃO DE DENTE RETIDO(INCLUSO/IMPACTADO)
REMOÇÃO DE TORUS E EXOSTOSES
RETIRADA DE MEIOS DE FIXAÇÃO MAXILOMANDIBULAR
TRATAMENTO CIRURGICO DE FISTULA INTRA/EXTRA-ORAL
TRATAMENTO CIRURGICO DE HEMORRAGIA BUCO-DENTAL
TRATAMENTO CIRURGICO/TRACIONAMENTO DENTAL
TRATAMENTO DE ALVEOLITE
APICESTOMIA C/OUS/OBTURAÇÃO RETROGRADA
ULOTOMIA/ULECTOMIA
TRATAMENTO CIRURGICO DE FISTULA ORO-SINUSAL/ORO-NASAL

Qualificação exigível:

Curso Superior em Odontologia (Cirurgião Dentista).
a) Título de especialista em Cirurgia Bucomaxilofacial com registro no CRO - PR e/ou curso de aperfeiçoamento em Cirurgia Oral Menor ou especialização registrada no CRO -PR em Implantodontia.

b) Experiência comprovada de atuação na área de no mínimo 12 meses.

Cirurgião Dentista - PERIODONTIA

Descrição Sintética: Diagnosticar, realizar plano de tratamento odontológico conforme as solicitações descritas nas referências encaminhadas pelos municípios, realizar os tratamentos/procedimentos e a solicitação de exames complementares e prescrição medicamentosa necessária. Orientar o paciente (ou responsável) sobre o(s) tratamentos a serem realizados e também sobre os encaminhamentos e retornos dirigidos aos mesmos. Realizar apoio técnico matricial para equipes de saúde bucal (eSB) da Atenção Primária.

Descrição Analítica: Tratamento periodontal completo através do diagnóstico, prevenção, orientações de higiene ao paciente e tratamento clínico que vise a cura ou melhora dos tecidos de sustentação dos dentes para a manutenção dos mesmos. Raspagem supragengival e subgengival. Cirurgias periodontais como gengivectomia, gengivoplastia e aumento de coroa, que podem ser solicitadas pelo Cirurgião Dentista da UBS ou pelo Endodontista como parte do plano de tratamento. Procedimentos que devem ser realizados pelos profissionais no CEO tipo II por especialidade conforme PORTARIA Nº 1.464, DE 24 DE JUNHO DE 2011.

PERIODONTIA - 90 procedimentos mensais.

RASPAGEM CORONO-RADICULAR (POR SEXTANTE)
EXERTO GENGIVAL
GENGIVECTOMIA (POR SEXTANTE)
GENGIVOPLASTIA (POR SEXTANTE)
TRATAMENTO CIRURGICO PERIODONTAL (POR SEXTANTE)

Qualificação exigível:

Curso Superior em Odontologia (Cirurgião Dentista).
a) Título de Especialista em Periodontia registrado no CRO-PR
b) Curso de aperfeiçoamento em Periodontia.

Cirurgião Dentista - PACIENTES ESPECIAIS

Descrição Sintética: Diagnosticar, realizar plano de tratamento odontológico conforme as solicitações descritas nas referências encaminhadas pelos municípios, realizar os tratamentos/procedimentos e a solicitação de exames complementares e prescrição medicamentosa necessária. Orientar o paciente (ou responsável) sobre o(s) tratamentos a serem realizados e também sobre os encaminhamentos e retornos dirigidos aos mesmos. Realizar apoio técnico matricial para equipes de saúde bucal (eSB) da Atenção Primária.

Descrição Analítica: Atendimento odontológico ao paciente que apresente necessidades especiais: uma ou mais limitações, temporárias ou permanentes, de ordem mental, física, sensorial, emocional, sistêmica, que o impeça de ser submetido a uma situação odontológica convencional.
Os procedimentos a serem realizados pelo profissional enquadram atendimento odontológico completo: manejo do paciente, tratamento periodontal, cirurgia, dentística e demais procedimentos conforme elaborados no plano de tratamento. É importante destacar que esse conceito é amplo e abrange diversos casos que requerem atenção odontológica diferenciada. Ou seja, não diz respeito apenas às pessoas com deficiência visual, auditiva, física ou múltipla (conforme definidas nos Decretos 3296/99 e 5296/04) que, por sua vez, não necessariamente, precisam ser submetidas à atenção odontológica especial.
(BRASIL, p. 82).
Procedimentos que devem ser realizados pelos profissionais no CEO tipo II por especialidade conforme PORTARIA Nº 1.464, DE 24 DE JUNHO DE 2011.

PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS - 110 procedimentos mensais, sendo 55% restauradores.

ADEQUAÇÃO DO COMPORTAMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
APLICAÇÃO DE CARIOSTÁTICO (POR DENTE)
APLICAÇÃO DE SELANTE (POR DENTE)
APLICAÇÃO TÓPICA DE FLUOR (INDIVIDUAL POR SESSÃO)
EVIDENCIAÇÃO DE PLACA BACTERIANA
SELAMENTE PROVISÓRIO DE CAVIDADE DENTÁRIA
CAPEAMENTO PULPAR
TRATAMENTO RESTAURADOR ATRAUMÁTICO (TRA/ART)
RESTAURAÇÃO DE DENTE DECÍDUO POSTERIOR COM RESINA COMPOSTA
RESTAURAÇÃO DE DENTE DECIDUO POSTERIOR COM AMÁLGAMA
RESTAURAÇÃO DE DENTE DECÍDUO POSTERIOR COM IONÔMERO DE VIDRO
RESTAURAÇÃO DE DENTE DECÍDUO ANTERIOR COM RESINA COMPOSTA
RESTAURAÇÃO DE DENTE PERMANENTE POSTERIOR COM RESINA COMPOSTA
REMOÇÃO/RESTAURAÇÃO COM AMÁLGAMA DE DENTE PERMANENTE POSTERIOR
RESTAURAÇÃO DE DENTE PERMANENTE ANTERIOR COM RESINA COMPOSTA
PULPOTOMIA DENTÁRIA
EXODONTIA DE DENTE DECÍDUO
EXODONTIA DE DENTE PERMANENTE
RASPAGEM ALISAMENTO SUBGENGIVAIS (POR SEXTANTE)

Qualificação exigível:

Curso Superior em Odontologia (Cirurgião Dentista).
a) Título de Especialista em Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais registrado no CRO-PR ou Odontopediatria registrado no CRO-PR
b) Curso de aperfeiçoamento em Odontologia para pacientes com necessidades especiais e/ou em Odontopediatria e/ou experiência comprovada de atuação na área de no mínimo 12 meses.

Cirurgião Dentista - PROTESISTA

Descrição Sintética: Diagnosticar, realizar plano de tratamento odontológico conforme as solicitações descritas nas referências encaminhadas pelos municípios, realizar os tratamentos/procedimentos e a solicitação de exames complementares e prescrição medicamentosa necessária. Orientar o paciente (ou responsável) sobre o(s) tratamentos a serem realizados e também sobre os encaminhamentos e retornos dirigidos aos mesmos. Realizar apoio técnico matricial para equipes de saúde bucal (eSB) da Atenção Primária.

Descrição Analítica: Atendimento ao paciente desdentado em cinco etapas:
1ª - Etapa: Moldagem;
2ª - Etapa: Prova em cera para marcação das relações intermaxilares e apresentação das opções de cores dos dentes;
3ª - Etapa: Prova dos dentes e correções necessárias;
4ª - Etapa: Entrega da prótese total e orientações de uso e higiene ao paciente. Se necessário, ajustes;

5ª - Etapa: Avaliação da adaptação da prótese, se necessário será feito novos ajustes. Na primeira consulta, antes da moldagem, o protesista deverá avaliar a cavidade bucal do paciente. Onde apresentar lesão ou hiperplasia, deverá ser encaminhado para Cirurgia Oral Menor para remoção e/ou tratamento das lesões para posteriormente dar continuidade nas etapas da prótese total.

Descrição das cinco etapas do atendimento referente ao Cirurgião Dentista -

PROTESISTA: Anexo XI- NOTA TÉCNICA nº 01/2025 - PRÓTESE TOTAL

Procedimentos que devem ser realizados pelos profissionais no CEO tipo II por especialidade conforme PORTARIA Nº 1.464, DE 24 DE JUNHO DE 2011.

PRÓTESE - 121 próteses concluídas e entregues mês. Nessa especialidade o valor elencado é para a prótese concluída, respeitando todos os ciclos de atendimento antes e depois da instalção da prótese total.

MOLDAGEM DE PRÓTESE/PROVA EM CERA/ PROVA DOS DENTES
INSTALAÇÃO DE PRÓTESE
ADAPTAÇÃO DE PRÓTESE

Qualificação exigível:

Curso Superior em Odontologia (Cirurgião Dentista).
a) Título de Especialista em Prótese Odontológica registrado no CRO-PR
b) Curso de aperfeiçoamento em Prótese Odontológica

TÉCNICO EM PRÓTESE DENTÁRIA

Descrição Sintética: Confeccionar a prótese total em laboratório localizado no CEO e com os materiais adquiridos pelo CIS Amcespar, conforme as medições e orientações necessárias do protesista. Realizar apoio técnico matricial para equipes de saúde bucal (eSB) da Atenção Primária.

Descrição Analítica: Confeccionar a prótese total em laboratório localizado no CEO e com os materiais adquiridos pelo CIS Amcespar, conforme as medições e orientações necessárias do Cirurgião-Dentista Protesista. Realizar moldes em gesso a partir dos modelos confeccionados pelo Cirurgião-Dentista Protesista, bem como confeccionar moldeiras individuais em acrílico para a realização de segundas moldagens com pasta zinco-enólica em pacientes que necessitarem. Confeccionar os modelos em cera de acordo com a moldagem de cada paciente. Após o retorno do modelo em cera, com as devidas marcações realizadas pelo Cirurgião-Dentista Protesista e a cor de dente definida pelo paciente, proceder com a montagem dos dentes em cera, respeitando o biótipo de cada paciente, para posterior prova. (Será realizada a fotografia de cada paciente com o modelo em cera). Após a prova dos dentes realizada pelo Cirurgião-Dentista Protesista, o modelo retornará ao laboratório de prótese para finalização da prótese, conforme a escolha do palato pelo paciente, que poderá ser rosa ou incolor, sempre considerando as orientações do modelo. As escalas de prótese serão liberadas de acordo com a disponibilidade do Cirurgião-Dentista Protesista, observando-se o prazo médio de sete dias para o retorno do paciente à próxima fase de execução da prótese.

Descrição das etapas da confecção das próteses: Anexo XI - NOTA TÉCNICA nº 01/2025 - PRÓTESE TOTAL

Qualificação exigível:

Escolaridade: Ensino Médio Completo e Curso Técnico em Prótese Odontológica

Cirurgião Dentista – DENTÍSTICA

Descrição Sintética: Diagnosticar, realizar plano de tratamento odontológico conforme as solicitações descritas nas referências encaminhadas pelos municípios ou encaminhamentos dos endodontistas após a conclusão do tratamento endodôntico, realizar os tratamentos/procedimentos e a solicitação de exames complementares e prescrição medicamentosa necessária. Orientar o paciente (ou responsável) sobre o(s) tratamentos a serem realizados e também sobre os encaminhamentos e retornos dirigidos aos mesmos. Realizar apoio técnico matricial para equipes de saúde bucal (eSB) da Atenção Primária.

Descrição Analítica: Tratamento restaurador de dentes com pouca estrutura coronária e com indicação para pino de fibra de vidro em 2 (duas) sessões:

1. Cimentação pino de fibra de vidro,
2. Restauração em Resina Composta. Os atendimentos em dentística visam a reabilitação dos dentes em que foram realizados tratamento endodôntico no CEO, mas também realiza tratamento restaurador de dentes com solicitação/encaminhamento da UBS.

Procedimentos que devem ser realizados pelos profissionais no CEO tipo II por especialidade conforme PORTARIA Nº 1.464, DE 24 DE JUNHO DE 2011.

DENTÍSTICA ESPECIALIZADA - Essa especialidade é voltada para a necessidade dos municípios consorciados em restaurar dentes tratados endodonticamente no CEO II.

PREPARO RADICULAR
APLICAÇÃO DO PINO NO CANAL RADICULAR
RESTAURAÇÃO DE DENTE PERMANENTE ANTERIOR COM RESINA COMPOSTA.
CLASSE I, II, III, IV E V.
RESTAURAÇÃO DE DENTE PERMANENTE POSTERIOR COM RESINA
COMPOSTA. CLASSE I, II, III E V.
AJUSTE OCLUSAL

Qualificação exigível:

Curso Superior em Odontologia (Cirurgião Dentista) e título de Especialista em Dentística registrado no CRO-PR.

Todos os procedimentos odontológicos especializados credenciados ao CIS Amcespar serão encaminhados pelos municípios consorciados conforme o fluxo de trabalho, primeiramente ao CEO - Centro de Especialidades Odontológicas para reavaliação e estratificação. E posteriormente a partir da necessidade do paciente para consultórios próprios de prestador credenciado conforme edital.

Critérios de Preferência para Credenciamento e Distribuição de Consultas no Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)

A definição da ordem de preferência para distribuição das cadeiras odontológicas e composição das escalas de atendimento das especialidades dentre as credenciadas observará os seguintes critérios:

1. **Profissional com registro no Conselho Regional de Odontologia do Paraná - CRO,** na especialidade para a qual estiver credenciado.
2. **Maior tempo de atuação em Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)**, devidamente comprovado por documentação.
3. **Profissional com formação especializada na área de atuação**, ainda que sem registro no **Conselho Regional de Odontologia do Paraná - CRO** desde que apresente certificado de conclusão de curso reconhecido pelos órgãos competentes.
4. **Histórico de desempenho contratual e cumprimento das obrigações**, sendo que o profissional ou empresa que possuir notificações formais, advertências ou registros de descumprimento do credenciamento poderá perder a preferência na distribuição de cadeiras odontológicas e horários de atendimento, mediante análise e decisão fundamentada da Administração.

Os critérios acima serão aplicados para fins de definição da distribuição de cadeiras odontológicas, organização dos horários de atendimento das especialidades e demais situações em que seja necessária a classificação dos credenciados, observada a conveniência e o interesse público.

FISIOTERAPIA

Descrição Sintética:
Atender pacientes para prevenção, habilitação e reabilitação, utilizando protocolos e procedimentos específicos de fisioterapia; habilitar pacientes; realizar diagnósticos específicos; analisar condições dos pacientes; desenvolver programas de prevenção, promoção de saúde e qualidade de vida. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
Qualificação exigível:
- Escolaridade: Curso Superior em Fisioterapia – válido para itens: 188,109,187,186, 297, 298, 299, 302 e 5.1
- Pós-graduação ou Especialização na área correspondente com **carga horária mínima de 360 horas** – válido para itens 398, 399, 400, 407

PEDIASUIT
O Protocolo PediaSuit de Terapia Intensiva, é uma terapia que utiliza macacão terapêutico ortopédico combinado à um programa de 80 horas de tratamento realizadas em 4 semanas, seguidas de 2 semanas de terapia de manutenção. Este ciclo pode ser repetido de acordo com a necessidade de cada paciente.
O programa combina atendimentos de fisioterapia, terapia ocupacional e fonoaudiologia (em sua devida área de atuação) e pode aliar outros tratamentos de reabilitação nas horas da terapia de manutenção.
Deve ser realizada em ambiente contendo a gaiola, suit terapêutico, equipamentos complementares e de segurança pertinentes. **Deverá ser enviado registro fotográfico do espaço no ato do credenciamento.**
Em todas as sessões, em guia única, o atendimento deve ser realizado pela equipe mínima, composta por:
• Fisioterapeuta, Terapeuta Ocupacional e Fonoaudiólogo
Qualificação exigível: Curso Superior em Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia. Certificação e/ou curso com formação adicional no Protocolo PediaSuit.

TUTORIA DE PLANIFICAÇÃO NA ATENÇÃO AMBULATORIAL
ESPECIALIZADA (cód. do item 2116)
Descrição Sintética:
Desenvolve atividades relacionadas ao desenvolvimento das equipes de profissionais e grupos de usuários, visando a qualificação do processo de trabalho numa perspectiva interdisciplinar e ampliada.
Descrição Analítica:
● conhecer a metodologia da Planificação da Atenção à Saúde (PlanificaSUS) e ter domínio sobre os processos a serem implantados;
● possuir atitude crítica e criativa perante o desenvolvimento de suas atribuições;
● desenvolver e estimular a capacidade de resolução de problemas;
● possuir clara concepção de aprendizagem, possibilitando aos profissionais uma aprendizagem dinâmica;
●fundamentar-se na produção de conhecimentos, proporcionando às equipes e profissionais espaços que visem a educação continuada dos mesmos;
● abrir caminhos para a expressão e a comunicação, estabelecendo relações empáticas com seus interlocutores;
● planejar atividades voltadas ao desenvolvimento das funções assistencial, educacional, supervisional e de pesquisa previstas para o Ambulatório de Atenção Especializada no Modelo PASA;
● planejar atividades que visem o desenvolvimento profissional e pessoal das equipes;
● planejar atividades que visem a qualificação do atendimento prestado aos usuários numa perspectiva ampliada;
● apoiar e auxiliar a equipe no desenvolvimento e execução dessas atividades;
● apoiar e auxiliar as equipes no desenvolvimento das atividades de matriciamento;
● apresentar atitude pesquisadora, estimulando o desenvolvimento de pesquisas a partir dos indicadores produzidos pelo serviço e pelas equipes;
● promover reuniões estimulando a capacidade reflexiva das equipes e visando a qualificação do trabalho;
● acompanhar o desenvolvimento do trabalho realizado pelas equipes, visando compreender a satisfação dos profissionais e usuários;
● estimular o desenvolvimento do trabalho em Rede e a articulação entre os demais setores e serviços;
● promover e apoiar a realização de capacitações e treinamentos para as equipes;
● elaborar relatórios, documentos e projetos pertinentes a sua função, conforme necessidade.
● intermediar as relações e necessidades entre equipe e gestão na busca pela resolução das demandas levantadas.
Qualificação exigível:
Idade: mínima de 18 anos.
Escolaridade: Nível superior na área da saúde e registro ativo no conselho de classe.
Carga horária: Máximo 20 (vinte) horas semanais.

TERAPIA OCUPACIONAL
Executar métodos e técnicas terapêuticas e recreacional com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade mental do paciente. Atender pacientes para prevenção, habilitação e reabilitação utilizando protocolos e procedimentos específicos de **terapia ocupacional**; realizar diagnósticos específicos; analisar condições dos pacientes; orientar pacientes e familiares; desenvolver programas de prevenção, promoção de saúde e qualidade de vida.
Qualificação exigível:
Escolaridade: Curso Superior de Terapia Ocupacional (registro no conselho competente)
Carga horária mínima estimada: 10h semanais

HIDROGINÁSTICA
Hidroginástica é uma forma de exercício físico praticada dentro da água, geralmente em piscinas rasas. Ela combina movimentos aeróbicos, como caminhadas, corridas e saltos, com exercícios de resistência muscular, utilizando a resistência natural da água para aumentar a intensidade do treino. A hidroginástica é uma atividade física de baixo impacto, o que a torna ideal para pessoas de todas as idades e níveis de condicionamento físico.
Piscina adequada: A hidroginástica é realizada em piscinas, e é essencial que a piscina seja adequada para esse fim. A profundidade da água pode variar dependendo dos exercícios propostos e da habilidade dos participantes. A temperatura da água também é importante para garantir o conforto dos praticantes.
Instrutor qualificado: É fundamental que as aulas de hidroginástica sejam conduzidas por instrutores qualificados e experientes, que tenham conhecimento sobre os princípios do exercício aquático, segurança na água, técnicas de ensino e modificação de exercícios para atender às necessidades individuais dos participantes.
Equipamentos adequados: Embora os equipamentos usados na hidroginástica sejam
simples, como flutuadores, halteres aquáticos é importante que eles estejam em boas condições e sejam utilizados de forma adequada e segura durante as aulas.
Segurança na piscina: Deve haver medidas de segurança em vigor na área da piscina, incluindo a presença equipamentos de resgate, sinalização de segurança e procedimentos de emergência claramente definidos.
Avaliação de saúde dos participantes: Antes de participar das aulas de hidroginástica, os participantes devem passar por uma avaliação de saúde básica para garantir que estão aptos para realizar atividades físicas na água. Isso pode incluir questões sobre histórico médico, lesões prévias e condições de saúde existentes.

Adequação das aulas às necessidades dos participantes: as aulas de hidroginástica devem ser planejadas levando em consideração as habilidades, limitações e objetivos dos participantes. Os exercícios devem ser adaptados para atender às diferentes condições físicas e níveis de aptidão dos praticantes. Para a prática segura e eficaz da hidroginástica. É importante que os instrutores e os responsáveis pela organização das aulas estejam atentos às necessidades e preocupações específicas dos participantes, garantindo uma experiência positiva e gratificante para todos.
Qualificação exigível: Educador Físico: Registro no Conselho Regional de Educação Física (CREF)
Cursos de Especialização ou Certificação em Hidroginástica.

Equitação Terapêutica - Equoterapia
Descrição Sintética:
Tratamento de equoterapia refere- se a um método terapêutico que utiliza cavalos para promover o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência e/ou com necessidades especiais. Essa prática combina as áreas de saúde, educação e equitação, oferecendo benefícios físicos, psicológicos e sociais aos praticantes. Melhora da coordenação motora, equilíbrio, tônus musculares, postura e controle respiratório. Aumenta a autoestima, confiança, concentração, e ajuda a reduzir o estresse e a ansiedade. Promove a interação social, melhora a comunicação e facilita a inclusão social.
A equoterapia deve ser realizada conforme preconiza a Lei Federal 13.830 de maio de 2019, regulamento n° 206/2024 e regulamento nº 134/2025 do CIS/AMCESPAR. Em anexo.
- Deverá ser enviado registro fotográfico do espaço no ato do credenciamento.
Equipe mínima para os atendimentos de Equoterapia, deve ser composta pelos profissionais:
• Psicólogos, fisioterapeutas, médico veterinário e profissional de equitação
• A equipe poderá, de acordo com os objetivos do programa, ser integrada por outros profissionais, como pedagogo, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e professores de educação física.
Qualificação exigível:
• Para a profissionais psicólogos, fisioterapeutas, pedagogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, educadores físicos e médico veterinário: Curso Superior na área pretendida com registro no conselho de classe e **curso específico de Equoterapia**.
• Para o profissional equitador é necessário atender a um dos seguintes critérios: (a)
Curso de Equitação Específico: Deve ter uma carga horária mínima de 80 horas. Este curso é focado diretamente nas habilidades e conhecimentos necessários para a prática da equitação. Ou (b) Curso de Qualificação Profissional Extensiva: Deve ter uma carga horária mínima de 160 horas. Este tipo de curso oferece uma formação mais abrangente, cobrindo não apenas a prática da equitação, mas também outros aspectos
relevantes para a profissão. Ambos os cursos devem possuir registro verificável em uma entidade ou órgão de qualificação reconhecido, garantindo assim a validade e a credibilidade da formação recebida.

ENFERMEIRO NA CENTRAL DE MATERIAL PARA ESTERILIZAÇÃO.	Com Registro no ativo no COREN

Descritivo sintético: O profissional de enfermagem é responsável pelas condutas e execução das tarefas inerentes ao Central de Material e Esterilização (CME), devendo executar com zelo a rotina inerente a esterilização e controle de material em conformidade com as rotinas e especificações do material. Sendo responsável por realizar a avaliação de funcionalidade e integridade dos equipamentos, recepção, limpeza, secagem, preparo, desinfecção, esterilização, armazenamento e distribuição para uso dos materiais.
Descrição Analítica: O profissional de enfermagem é responsável pelas condutas e execução das atividades realizadas na CME, garantindo o cumprimento dos protocolos, procedimentos e normas estabelecidos e a qualidade e segurança dos serviços prestados.
- Executar os processos da CME, implementando as rotinas de segurança e risco biológico de modo a estar alinhado com os protocolos e procedimentos atualizados, com base nas normas e legislações aplicáveis, nas diretrizes e recomendações de entidades de classe e organizações de saúde, e nas evidências científicas e técnicas.
- Deve monitorar e controlar a qualidade e segurança dos processos e serviços da CME, executando os procedimentos de esterilização a minimização de riscos biológicos.
- Controle e Gerenciamento de resíduos e biossegurança para garantir o cumprimento das normas e procedimentos de gerenciamento de resíduos e biossegurança na CME, protegendo a saúde dos profissionais, dos pacientes e do meio ambiente.
- Estabelecer contato e controle de fluxo eficiente com outros setores e serviços da instituição, e as unidades, coordenando a recepção e esterilização e saída de materiais.
- Executar as tarefas conforme a conduta profissional e alinhar as tarefas conforme a coordenação da unidade.
- Conhecer as normas e legislações aplicáveis à CME, como a RDC 15/2012 da ANVISA, a NBR ISO 17665-1 e outras normas técnicas relacionadas ao processamento de materiais e instrumentos, a fim de estabelecer os procedimentos e protocolos adequados.
- Desenvolver as tarefas, incluindo a segregação, identificação, acondicionamento, coleta, armazenamento e destinação final dos resíduos, bem como o uso de EPIs e EPCs, a desinfecção e a esterilização dos materiais e instrumentos, entre outros
Qualificação especifica: Curso Superior em Enfermagem e registro ativo no Coren-PR.
Desenvolvimentos dos serviços/procedimentos.: Alocação dos serviços: Será conforme a demanda apresentada pelo CIS Amcespar.
Alocação de tarefas e tempo. A atividade será remunerada conforme a hora trabalha, sendo composto o item compreendendo a totalidade das despesas, sem outros proventos acessórios.
Com carga horaria variável e esporádica, sendo o limite de 20horas semanais, conforme escala de atividades.
MÉDICO DIRETOR TÉCNICO
Descrição Sintética:
Responde pela responsabilidade técnica institucional, planejamento, preparação, coordenação e avaliação das ações de saúde, definição de estratégias para os serviços de saúde, gerenciamento dos serviços médicos e de processos administrativos.
Descrição Analítica:
I. Zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor;
II. Assegurar condições dignas de trabalho e os meios indispensáveis à prática médica, visando ao melhor desempenho do corpo clínico e dos demais profissionais de saúde, em benefício da população, sendo responsável por faltas éticas decorrentes de deficiências materiais, instrumentais e técnicas da instituição;
III. Assegurar o pleno e autônomo funcionamento das Comissões relacionadas a área médica;
IV. Certificar-se da regular habilitação dos médicos perante o Conselho de Medicina, bem como sua qualificação como especialista, exigindo a apresentação formal dos documentos, cujas cópias devem constar da pasta funcional do médico perante o setor responsável, aplicando-se essa mesma regra aos demais profissionais da área da saúde que atuem na instituição;
V. Cumprir o que determina a norma quanto às demais comissões oficiais, garantindo seu pleno funcionamento;
VI. Assegurar que as propagandas institucionais obedeçam ao disposto na Resolução CFM n° 1.974, de 14 de julho de 2011, ou aquela que a suceder;

VII. Assegurar que os médicos que prestam serviço no estabelecimento assistencial médico, independente do seu vínculo, obedeçam ao disposto no Regimento Interno e demais normas internas da Instituição;
VIII. Solicitar que as pessoas jurídicas que atuam na instituição cumpram regularmente as orientações técnicas e operacionais de seus respectivos conselhos de classes;
IX. Orientar todas as formalidades para contratação por credenciamentos ou atos preparatórios para formalizações realizados pelo Consórcio;
X. Monitorar o conjunto das ações de atendimentos e as demandas pendentes;
XI. Acompanhar os registros dos atendimentos com os protocolos correspondentes;
XII. Responsabilizar-se pelo sigilo de informações relacionadas às suas atividades funcionais, pelo uso de senhas e usuários dos sistemas informatizados utilizados, mediante assinatura de termo de confidencialidade;
XIII. Cumprir com todas as atribuições técnicas previstas em normas regulamentares do Ministério da Saúde.
XIV. Propor atos internos de planejamento, soluções e ações para o desenvolvimento da instituição.
XV. Participar de comissões de instrução, informação, capacitação ou treinamento interno, dos operadores/prestadores de serviços de saúde ou servidores.
XVI. Despachar ou opinar sobre atos de cunho cientifico para adoção de melhores técnicas internas e condutas (ações) profissionais internas.
XVII. Instruir ofícios assinando ou cooperando para representação institucional das atividades do CIS Amcespar.
XVIII. Ser responsável técnico perante os Conselhos Regionais de Medicina, autoridades sanitárias, Ministério Público, Judiciário e demais autoridades pelo funcionamento do CIS Amcespar.
XIX. Representar o consórcio perante órgãos reguladores e demais autoridades, promovendo capacitação, análise técnica e melhorias institucionais para o desenvolvimento e qualidade dos serviços de saúde oferecidos dentro das normas éticas e dos princípios do SUS.

Qualificação exigível:
Escolaridade: Curso Superior em Medicina e experiência mínima de 3 anos de atuação nesta área.

Hora trabalhada para reuniões e treinamentos/ Hora técnica profissional dentista C.E.O

Descrição Sintética:
Horas destinadas à participação de profissionais em reuniões, treinamentos, capacitações, palestras e outras atividades técnicas ou administrativas realizadas em municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal, mediante autorização prévia e justificativa da necessidade.

Descrição Analítica:
Este item refere-se às horas destinadas à participação dos profissionais em atividades
externas ao seu local de trabalho habitual, abrangendo reuniões administrativas, encontros técnicos, capacitações, treinamentos, palestras ou outros eventos realizados nos municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal. A utilização dessas horas somente será permitida mediante autorização prévia da gestão do Consórcio ou do município solicitante, acompanhada de justificativa formal que comprove a relevância da atividade para o fortalecimento e a organização dos serviços de saúde.
Para fins de controle e faturamento, as horas trabalhadas deverão ser registradas em relatório próprio, contendo obrigatoriamente: data da atividade, local de realização, tipo de evento, horário de início e término, descrição resumida das atividades desenvolvidas, assinatura do médico responsável e do representante do Consórcio ou do município que acompanhou ou organizou a atividade.
O relatório deverá ser entregue ao setor responsável pelo faturamento até o fechamento do período de apuração, garantindo a rastreabilidade e a transparência do registro. Somente serão validadas as horas que apresentarem documentação completa e devidamente assinada, não sendo aceitos registros retroativos sem justificativa formal.
Esses registros visam assegurar o controle adequado das atividades, a correta contabilização para efeito de faturamento entre municípios consorciados e o cumprimento das normas administrativas do Consórcio Intermunicipal.

Qualificação exigível:
Escolaridade: Curso Superior em Odontologia e curso de aperfeiçoamento em áreas afins.

OCI CARDIOLOGIA - RISCO CIRURGICO

Descrição Sintética:
Atender pacientes para avaliação do risco cirúrgico que consiste em identificar condições de saúde que possam aumentar os riscos durante ou após a cirurgia. Essa avaliação considera o histórico clínico do paciente, doenças pré-existentes, uso de medicamentos, exames complementares e a condição física geral, permitindo ao médico estimar os riscos envolvidos no procedimento.

Descrição Analítica:
• Na primeira consulta, o médico cardiologista deverá realizar atendimento para avaliação do risco cirúrgico, por meio de anamnese, análise do histórico clínico do paciente, doenças pré-existentes, uso de medicamentos, exames complementares previamente realizados, além da avaliação das condições físicas e cardiovasculares.
• Os pacientes serão orientados a comparecer à consulta já portando os exames previamente realizados. Caso não apresentem os exames necessários para adequada avaliação clínica, o médico cardiologista deverá solicitar os exames complementares pertinentes.
• Em momento subsequente, deverá ser realizado exame de eletrocardiograma (ECG).
• Na consulta de retorno, o médico cardiologista deverá analisar os resultados dos exames, concluir a avaliação de risco cirúrgico e emitir laudo médico contendo parecer favorável ou não para liberação da cirurgia.
• Nos casos em que o paciente não for considerado apto para o procedimento cirúrgico, o médico deverá realizar encaminhamento ao profissional médico, especialista ou não, responsável pelo tratamento ou acompanhamento necessário, bem como registrar as recomendações pertinentes, visando possibilitar futura liberação para realização da cirurgia.
• Estão obrigatoriamente incluídos no valor desta OCI: uma consulta em cardiologia para avaliação inicial, a realização de eletrocardiograma (ECG), uma consulta de retorno para conclusão da avaliação e emissão de laudo médico contendo parecer conclusivo acerca da aptidão ou não do paciente para o procedimento cirúrgico.

Qualificação exigível:
Escolaridade: Curso Superior de Medicina, com habilitação legal para o exercício da profissão, formação e RQE área em Cardiologia ou Cirurgia Cardiovascular.

MÉDICO – Unidade de Coleta e Transfusão (UCT)

Descrição Sintética:
Profissional responsável pela execução, acompanhamento e supervisão das atividades médicas desenvolvidas na Unidade de Coleta e Transfusão (UCT), atuando na avaliação clínica de candidatos à doação de sangue, atendimento de intercorrências relacionadas ao processo de doação e garantia do cumprimento das normas técnicas, sanitárias e de segurança aplicáveis ao serviço.
Realizar triagem clínica de doadores, emitir pareceres e registros médicos, prestar assistência aos usuários do serviço, colaborar com a equipe multiprofissional e zelar pela qualidade e segurança dos processos desenvolvidos na unidade, observando a legislação vigente e os protocolos institucionais estabelecidos.

Observação: O credenciamento de médico para atuação na Unidade de Coleta e Transfusão (UCT) – Irati/PR, será realizado exclusivamente mediante solicitação formal, por meio de ofício expedido pela Secretaria Municipal de Saúde, pelo HEMEPAR e pelo consentimento dos componentes do Conselho Consultivo do CIS Amcespar, de acordo com a necessidade do serviço e a disponibilidade de vagas.

Qualificação exigível:

Escolaridade: Curso Superior de Medicina, habilitado pelo CRM, preferencialmente especialista em Hematologia e Hemoterapia com RQE.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

14.1. Atentar-se às diretrizes normativas dos procedimentos e serviços das respectivas
atividades desempenhadas, observar as diretrizes e protocolos do CIS Amcespar, observar as normativas do Ministério da Saúde (MS) em conjunto com a secretaria de Saúde do Estado do Paraná (SESA-PR) relativas ao objeto do credenciamento. Em caso de dúvida, lacuna ou esclarecimento entrar imediatamente em contato com o CIS Amcespar.

14.1.1. A CREDENCIADA obriga-se a instituir, executar e manter ações contínuas voltadas à promoção da segurança do paciente e à gestão de riscos em serviços de saúde, em estrita observância às diretrizes técnicas e operacionais estabelecidas pela Resolução ANVISA nº 978, de 6 de junho de 2025, bem como pelos protocolos do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP).

14.2. Acompanhar e alimentar o sistema eletrônico e de informação do CIS Amcespar, onde serão disponibilizadas as informações para os municípios e operadores do CIS Amcespar.

14.3. Responsabilizar-se pelas informações incluídas no sistema eletrônico, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

14.4. Emitir relatório de atendimentos/consultas realizadas, para controle de produção.

14.5. Assinar o termo de credenciamento, quando convocado, dentro do prazo determinado neste instrumento.

14.6. Após assinatura do termo de credenciamento, o credenciando deverá observar as obrigações definidas no referido documento, bem como no Projeto Básico.

14.7. Manter atualizadas as certidões fiscais;

14.8. Alimentar o PRONTUÁRIO ELETRONICO, incluindo todas informações relevantes à realização dos atendimentos (exames, cirurgias e procedimentos), bem como preencher todos os campos solicitados.

14.9.1. O profissional é responsável por todas informações lançadas no prontuário eletrônico, devendo preencher todos os campos exigidos (anamnese, requisição de exames, requisição de medicamentos conforme as relações disponíveis no SUS, retornos, atestados, encaminhamentos, CID demais documentos que se fizerem necessárias), bem como realizar a emissão de todos e quaisquer documentos exclusivamente através do Prontuário Eletrônico.

14.9.2. - Nas consultas, os atendimentos devem ser registrados e concluídos no prontuário eletrônico, com as devidas justificativas técnicas para o seguimento do paciente e para a regulação de fila pelas auditorias municipais e estaduais. Os documentos pertinentes emitidos, devem ser impressos e entregues ao paciente.

14.10. Executar os atendimentos conforme disponibilidade da agenda.

14.11. Recomenda-se que o médico credenciado priorize, sempre que possível, a prescrição de medicamentos constantes na REREME, conforme os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do SUS. Prescrições fora dessas listas devem ser clinicamente justificadas em prontuário.

14.12. Seguir a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

14.13. Conferir a agenda de serviços a serem executados pelo credenciado sendo dever do credenciado verificar as inconformidades, eventual solicitação de correções. Poderão ocorrer agendamentos extraordinários conforme plano de ação e trabalho de comum acordo.

14.14. Nos casos em que a cirurgia for realizada por meio do credenciamento via Consórcio, o primeiro retorno pós-operatório não será pago, por já estar incluído no valor do procedimento cirúrgico.

14.15. E demais obrigações previstas no edital.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

15.1. Prestar todas as informações necessárias para a formulação das propostas das empresas interessadas.

15.2. Agendar, quando solicitado, reunião para discussão de elementos que pairem dúvidas ou possuam protocolos próprios e divergentes a metodologia atualizada das empresas interessadas em se credenciar.

15.3. Emitir instrução e informações a empresa interessada o Credenciamento.

15.4. Realizar a análise da documentação apresentada e divulgar o resultado da análise do pedido de credenciamento.

15.5. Disponibilizar acesso ao sistema eletrônico aos credenciados e informar sobre a utilização do sistema.

15.6. Manter o sistema eletrônico atualizado para escolha das opções/alternativas de agendamento/marcações pelos municípios participantes do CIS Amcespar.

15.7. Convocar o CREDENCIADO para assinatura do termo de credenciamento após aprovação dos elementos documentais referentes às atividades que irá desempenhar.

15.8. Após assinatura do termo de credenciamento, a credenciada deverá observar as obrigações definidas no referido documento, bem como no Projeto Básico.

15.9. Quanto à impossibilidade do procedimento/consulta ser alimentado ou informado em sistema uniforme, o credenciado e o credenciante poderão pactuar forma para melhor execução dos serviços e rotina de trabalho, sem detrimento do usuário/paciente.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. O instrumento contratual utilizado será “termo de credenciamento”, o termo de decorrente do credenciamento será publicado, em forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do CIS Amcespar, conforme disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A análise e avaliação da documentação dos interessados serão procedidas pela Comissão Especial de Credenciamento, em conformidade com os parâmetros e requisitos estabelecidos no Edital.

16.3. A inscrição do proponente implica na prévia e integral concordância com as normas deste Edital.

16.4. As atividades serão executadas conforme plano de trabalho preestabelecido e disposição de agendas extraordinárias aos consorciados e aos credenciados em ações especificas e trabalhos em comum acordo.

16.5. O credenciado será responsável pelo desenvolvimento de sua atividade e pelas informações e conteúdo dos documentos apresentados, excluída qualquer responsabilidade civil ou penal do CIS Amcespar.

16.6. O credenciamento realizado nos termos deste Edital e as eventuais contratações dele derivadas não impedem a Administração de realizar outras contratações para atendimento de suas necessidades.

ANEXO II - PROJETO BÁSICO PARA REFERENCIA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/PROCEDIMENTOS PROGRAMA QUALICIS

(Referente aos lotes 07 e 08)

1. OBJETO

1.1. O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de Profissionais da Área da Saúde, através de suas respectivas pessoas jurídicas, para a Prestação de Serviços de atendimento das linhas de cuidado do Programa de Qualificação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde (QualiCIS), conforme as Portarias 1.418/2020, 1.419/2020 e 1.420/2020, as diretrizes das linhas de cuidado da Gestante, Criança, Hipertensão

Arterial, Diabetes Mellitus, Pessoa Idosa e Saúde Mental e as especialidades, consultas e exames especializados presenciais ou por teleconsultas, definidas para 4ª. Região de Saúde, de acordo com o termo de adesão ao Programa e termo de convênio Nº 068/2022 assinado entre o CIS Amcespar e a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná.

1.2. Este credenciamento é voltado à atenção da saúde e arranjo da rede de atenção secundaria à saúde ambulatorial especializada do CIS Amcespar com base no Programa Estadual de Qualificação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde - QualiCIS, destinado aos consórcios que gerenciam Ambulatório Médico de Especialidades - AME no Paraná.

1.3. O período que compreende o credenciamento será de 01 (um) ano, para suprir as necessidades do CIS Amcespar, de acordo com as especificações, quantitativos e disposições de realização dos serviços/procedimentos relacionados neste projeto básico, no Edital e seus anexos.

1.4 – Os serviços serão prestados através das empresas credenciadas conforme as necessidades do Programa de Qualificação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde (QualiCIS), nas unidades do CIS Amcespar.

1.5 – Os serviços serão realizados de acordo com o respectivo agendamento/marcação emitida pelo município integrante do CIS Amcespar ou pela equipe MACC.

1.6 – Os serviços agendamento/marcação emitida pelo município integrante do CIS Amcespar ou pela equipe MACC poderão ocorrer de forma a atender o protocolo geral de atenção à saúde de acordo com o programa de execução de serviços que o atendimento esteja submetido.

1.7 – Os quantitativos poderão sofrer alterações através de acréscimo ou supressão, no limite máximo conforme previsão da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.8 – Possíveis alterações e atualizações de termos, convênios, instruções cientificas não inferem empecilhos para a execução deste credenciamento, salvo se afetem divergentemente os trabalhos em execução e estratégias de atenção à saúde.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. O presente projeto básico, objetiva propiciar a caracterização do objeto a ser solicitado, no tocante à execução e os preços praticados para remuneração dos serviços, as observações, especificações, técnicas para execução.

2.1.1. A presente contratação fundamenta-se na hipótese de inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição, uma vez que o modelo de credenciamento é o instrumento jurídico adequado para a ampliação da rede de prestadores de serviços de saúde, garantindo o atendimento universal e contínuo.

Tal opção encontra respaldo legal direto no art. 74, IV, da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Justifica-se a presente contratação em razão dos serviços que são prestados pelo Ente CIS Amcespar. Constituído com a finalidade de prestar serviços de saúde, prima este pelos princípios atinentes à boa Administração.

2.3. O Sistema Único de Saúde, com a finalidade de instituir políticas públicas que atendam a todos, subsidia, via consórcio, serviços de média e alta complexidade ou serviços/procedimentos que estão fora da estratégia primária dos municípios, mas para regular execução dos serviços, os municípios consorciados necessitam da execução do serviços/procedimentos, logo, justifica-se a presente licitação em razão dos recursos recebidos que devem ser bem aplicados, buscando-se sempre a aplicação, economicidade e eficiência no tratamento, visto que, atende-se a pacientes de toda uma região que tem como cerne a realização dos direitos fundamentais e políticas e diretrizes da saúde;

2.4. O CIS Amcespar busca por meio do cumprimento da finalidade para o qual fora instituído realizar todos os procedimentos/serviços exigidos para a promoção da saúde dos pacientes submetido ao Sistema Único de Saúde.

2.5. O credenciamento de prestadores da Saúde segue praticas usuais das diretrizes do SUS, justificando-se o Credenciamento como ferramenta, pois que prima pela economicidade, competitividade e distribuição a maior gama possível de prestadores a execução dos serviços de saúde, de modo que o sistema de credenciamento através de Chamada Pública, convoca a todos os profissionais interessados para fornecer serviços de saúde por preço único e igualitário, pré- estabelecido ou mediante diretrizes do SUS, que a partir de então, passarão a ser adotados para todos os profissionais, clínicas e laboratórios habilitados e outros prestadores de serviços de saúde, através do consórcio, independentemente da população ou distâncias das sedes dos municípios consorciados. Isto possibilita uma convergência ao oferecer atendimento de saúde pública de qualidade para sua população, que se não fosse pelo sistema consorciado, não estaria disponível, evitando assim, deslocamentos de veículos para grandes centros e capital para buscar tratamento especializado para a população mais carente de forma a reduzir o custo material e imaterial, onerando menos fisicamente e psicologicamente.

2.6. Não há necessidade vistoria nos locais ou visita técnica.

2.7. Não será exigida garantia de execução para o presente termo de credenciamento, uma vez que não constitui referência base na tabela de credenciamento do SUS (http://siab.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?acao=11&id=21910)

3. SEM APLICAÇÃO DA EXCLUSIVIDADE/BENEFICIO ME-MICRO E EMPRESA/E

3.1. Quando a não aplicação da EXCLUSIVIDADE/BENEFICIO ME-MICRO E EMPRESA/EPP e correlatos ao Art.48, da Lei Complementar 123/2006). Aqui cabe esclarecer que utilização, pelo fato de que, a exclusividade torna-se de difícil aplicação ao passo que a estimava do presente certame está acima de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), e dos itens que estiverem compostos da presente forma com intuito de abrir ao máximo de prestadores que solicitem o credenciamento dos serviços/procedimentos para o CIS Amcespar e em variados locais, poderá representar prejuízos ao conjunto do objeto a ser contratado. De maneira que as ME/EPP poderão participar sendo asseguradas as outras vantagens inerentes, porem neste objeto está referenciado as atividades e diretriz dos serviços de saúde pública em que pese ser serviço de amplo espectro para atenção a programas específicos.

4. OS QUANTITATIVOS

4.1. Os quantitativos dispostos neste projeto básico estão apurados no orçamento do CIS Amcespar e do Estado, uma vez que o convenio firmado com ente estatal projeta o valor aqui descrito, para serviços/procedimentos para utilização do ano de 2026/2027.

5. DEFINIÇÃO DO CERTAME POR ITEM.

5.1. O objeto do certame se dará individualizado **por item** para poder acompanhar as características e peculiaridades de cada protocolo ou diretriz da saúde qual se submete o item.

6. VALOR DO CERTAME REFERENTE AOS LOTES 05 E 06.

6.1. Nos termos do inciso XXI, do art. 27, da Constituição Estadual, fica fixado, para o período de 01 (um) ano, totalizando **R$ 1.500.000,00** (um milhão e quinhentos mil reais) no período de 01 (um) ano.

6.2. Os preços propostos acima contemplam todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, abrangendo todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e outras despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos), fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa acessória e/ou necessária para o fornecimento dos procedimentos/serviços.

7. AS REMUNERAÇÕES DOS ITENS SEGUIRAM A TABELA DE VALORES.

7.1. O prazo de pagamento será em torno de 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal que deverá ser emitida com valor correspondente ao relatório de recepções/horas trabalhadas consequentemente aos relatórios de atendimentos realizados e procedimentos/serviços entregues de forma correta e de acordo o solicitado/marcado.

7.2. A nota fiscal deve ser emitida após a realização dos procedimentos/serviços. A mesma só será faturada após o recebimento e faturamento/verificação das notas pelo setor do CIS Amcespar;

7.3. A contratada deverá encaminhar sempre que vencida a certidão atualizada ao setor responsável pela fiscalização e acompanhamento (através do e-mail: documentos.credenciamento@cisamcespar.org) a manutenção das condições demonstradas para a habilitação:
a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (dívida ativa e contribuições federais); mediante a apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos de negativa ou outra equivalente, na forma da Lei) de Regularidade Fiscal, expedida pela Fazenda Federal;
b) prova de regularidade relativa à Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
c) prova de regularidade perante o Fisco Estadual da sede da empresa; mediante a apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos de negativa ou outra equivalente, na forma da Lei) de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicilio ou sede do proponente;
d) prova de regularidade perante o Fisco Municipal da sede da empresa; mediante a apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos de negativa ou outra equivalente, na forma da Lei) de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicilio ou sede do proponente;
e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei 12.440 de 07/07/2011, a ser requerida via internet pelo site: www.tst.jus.br.
f) Certificado de Regularidade de Inscrição de pessoa jurídica no CRM-PR, para empresas cujo Conselho Regional seja o CRM.
g) e outro documento pertinente ao serviço/procedimento realizado.
7.4. Deverão ser considerados pelos proponentes todos os custos para o cumprimento das obrigações exigidas, incluindo seguros, deslocamento, encargos sociais, tributos, transporte, alimentação, hospedagem, equipamentos e outras despesas necessárias à perfeita execução do objeto;

8. SOBRE OS CENTROS DE ESPECIALIDADES AMBULATORIAIS.

8.1. O programa da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA) que desenvolve atividades na atenção ambulatorial secundária para atender as necessidades de saúde da população.
Posto como foco a implantação dos Centros de Especialidades Regionais em todas as regiões de saúde do Paraná, aqui especificamente entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS Amcespar) e a SESA. O programa pode alterar de modo em que termos e instruções se atualizem de forma a dar linearidade a execução dos serviços aqui definidos, com previsão realinhamento para a denominação de convenio "Programa Estadual de Qualificação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde – QualiCIS, destinado aos consórcios que gerenciam Ambulatório Médico de Especialidades – AME no Paraná".
8.2. Constituem objetivos específicos a formação do modelo de atenção dos Consórcios Intermunicipais de Saúde (CIS) de acordo com as Linhas de Cuidado à saúde prioritárias – Linha de Cuidado da Gestante, Linha de Cuidado da Criança, Linha de Cuidado da Hipertensão, Linha de Cuidado da Diabetes, Linha de Cuidado da Pessoa Idosa, Linha de Cuidado da Saúde Mental, entre outros elementos e especificações do programa.
8.3. Molda-se a partir da RESOLUÇÃO SESA Nº 1418/2020, RESOLUÇÃO SESA Nº 1419/2020 e RESOLUÇÃO SESA Nº 1420/2020, ambas do Estado do Paraná. Nota-se como referência também, Portaria nº 4.279, 30 de dezembro de 2010, que estabeleceu as diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde (RAS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), definiu a atenção secundária como um dos componentes de sua estrutura operacional (item 6.2 da Portaria), caracterizando-a como uma prestação de serviços especializados (item 4 da Portaria), com densidade tecnológica intermediária (item 3.5 da Portaria).
8.4. A estrutura de referência aqui descrita é a necessária para implementação e operação do programa de linhas prioritárias estando o CIS Amcespar como referência na implementação do ambulatório especializado.
8.5. Assim possíveis alteração e atualizações de termos e convênios não inferem empecilhos para a execução deste credenciamento, desde que não afetem divergentemente os trabalhos em execução e executados.

9. CONSTITUEM EIXOS NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DA SECRETARIA DE ESTADO DO PARANÁ COM O CIS AMCESPAR.

9.1. Desenvolvimento das atividades de prestação de serviços de saúde implementando o modelo de atenção com base nas redes de atenção à saúde de forma que integre a atenção primária, secundária e terciária, melhorando o acesso e a resolubilidade dos serviços.
9.2. Desenvolvimento da atividade dentro das estruturas físicas e de equipamentos disponíveis, na região que dispõem do consórcio CIS Amcespar, de acordo com o perfil assistencial traçado ou discutido para a região ou macrorregião.
9.3. Desenvolvimento da atividade através de equipe Multiprofissional de nível superior: conforme o traçado no item 13, e outras áreas que se fizer necessária para expansão da atividade profissional na execução do projeto e do programa.
9.4. Constituem elementos integrativos para desenvolvimento e formação de linhas de atenção à saúde, as atividades expansivas de; Tutoria, Reuniões colaborativas sobre linhas guias, Estatísticas e disseminação das experiências desenvolvidas, Coordenação do Programa, a Fomento a Hora Atividade de Integração.

10. DEFINIÇÃO DOS MÉTODOS DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES

10.1. As empresas contratadas para prestação/fornecimento dos serviços/procedimentos de saúde deverão prestar/fornecer os trabalhos conforme os protocolos médicos e profissionais na dinâmica do tratamento terapêutico devendo relatar ou dar prosseguimento a informação da próxima etapa do tratamento ou linha de atendimento;
10.2. O atendimento dos pacientes deverá ser realizado conforme o solicitado ou relatado, ao passo que será agendado previamente em contato com os municípios consorciados ou marcador de procedimentos, onde o paciente marcado via municípios ou marcador, com as guias de atendimento ou outros instrumentos disponibilizados, deverão ser atendidos, sob ônus da contratada que fará o atendimento na unidade do programa ou outras unidades do CIS Amcespar disponível para o tratamento;
10.3. A Comissão Permanente de Licitações com auxilio especial da Comissão Especial de Credenciamento reserva o direito de indeferir o pedido de credenciamento da empresa que deixar de apresentar documentação ou informação conforme exigida neste edital ou apresentá-la incompleta ou em desacordo com as disposições deste edital.

DA METAS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS

10.4. Além das metas quantitativas, a qualidade dos serviços será monitorada semestralmente através de instrumento estruturado elaborado para os fins deste edital incluído abaixo. O instrumento poderá ser atualizado anualmente com intuito de refletir aprimoramento nos métodos de avaliação, e trabalhos realizados na formatação dos programas que estão sendo desenvolvidos pelo CIS Amcespar e Secretarias Municipais de Saúde.

11. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO DOS TERMOS DE CREDENCIAMENTO.

11.1. Designada Comissão Especial de Credenciamento acompanhará os termos de credenciamentos realizados.
11.2. A avaliação de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12. CRITÉRIO DE SELEÇÃO:

12.1. As pessoas jurídicas serão selecionadas por entre aqueles cuja documentação atenderem aos requisitos do edital, sendo considerados selecionados o quantitativo necessário ao atendimento do número de profissionais com perfil técnico e domínio dos conhecimentos necessários indicados ao programa, para cada função, neste edital e seu projeto básico.

12.2. Estando apto o credenciamento da pessoa jurídica e o rol de documentação de cada profissional, será organizado a lista dos profissionais disponível e a disposição da administração para a execução dos serviços.
12.3. Terão preferência os profissionais que: em ordem cronológica apresentarem a documentação primeiro e apresentarem o melhor perfil técnico pelos seguintes critérios: Melhor qualificação profissional; maior Tempo de serviço; Maior Idade;
12.4. Nos casos em que os credenciados ainda assim apresentarem empate quanto aos critérios, será realizado sorteio.
12.5. Os demais não classificados comporão cadastro de reserva conforme definido pelos critérios.

13. QUANTITATIVO NECESSÁRIO.

13.1. A instrução e realização dos serviços poderão ocorrer com apoio ou suporte direto e indireto de outros profissionais do CIS Amcespar, Secretaria de saúde do Estado do Paraná, Secretaria de Saúde municipal ou outros colaboradores integrantes do sistema de saúde.
13.2. Segue o descritivo da equipe mínima necessária para o desenvolvimento, colaboração, manutenção do programa:

MÉDICO ESPECIALISTA EM ENDOCRINOLOGIA.	**Programa**	**01**
Descrição Sintética: Diagnosticar, orientar e promover a execução de planos e programas preventivos e paliativos, dirigidos aos pacientes atendidos pela linha de atendimento ambulatorial especializado, internados ou em acompanhamento ambulatorial, ser responsável técnico pela prescrição de medicamentos, exames e procedimentos aos pacientes do programa. Atenção a abordagem de doenças endócrinas, metabólicas e nutricionais, aplicando medicação adequada e realizando exames laboratoriais e subsidiários e testes de metabolismo, para promover e recuperar a saúde do paciente.		
Descrição Analítica: - Dirigir equipes e prestar informação sobre tratamento e linhas de cuidado, efetuar exames médicos, fazer diagnósticos, prescrever e ministrar tratamento para diversas doenças, perturbações e lesões do organismo humano e aplicar métodos da medicina preventiva; - Diagnóstico de doenças, prescrição de tratamentos e medicamentos, realização de exames clínicos e físicos, além da interpretação de resultados de exames laboratoriais. - Realizar procedimentos, tratar de doenças endócrinas, metabólicas e nutricionais, empregando tratamento clínico, para promover ou recuperar a saúde. - Providenciar e realizar tratamentos ou editar andamento a níveis de atenção diferentes; - Realizar intervenções ou acompanhamentos pertinentes; - Preencher e visar mapas de produção, ficha médica com diagnóstico e tratamento; - Transferir pessoalmente, a responsabilidade do atendimento e acompanhamento aos titulares das etapas ou instancias de atendimento do paciente no Sistema SUS, atender os casos com diagnósticos provável ou incompleto dos usuários atendidos; - Preencher fichas de pacientes atendidos, preenchendo relatórios comprobatórios de atendimento; - Responsabilizar-se por expedição de orientação técnica de tratamentos as equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; - A acompanhar orientar ou editar a equipe de profissionais para aconselhar os pacientes atendidos para as doenças e enfermidades relacionadas aos hormônios e as complicações causadas pela desestabilização hormonal. E a necessidade de adoção de hábitos de vida mais saudáveis e a mudança de comportamentos considerados prejudiciais - Auxiliar no desenvolvimento de indicadores de saúde do programa, com referência aos trabalhos executados, ao programa, estratégias e ações a serem implementadas. - Executar as tarefas conforme a conduta profissional e ao programa. - Participar de capacitação referente ao programa ou relacionado, bem como ministrar instruções, divulgação e capacitação de equipes inerentes ao programa no ambulatório do CIS Amcespar ou no território de abrangência.		
Qualificação exigível: Escolaridade: Curso Superior de Medicina, com habilitação legal para o exercício da profissão, formação e RQE em **Endocrinologia.** Carga horária mínima estimada: Conforme o Programa		

MÉDICO ESPECIALISTA EM OBSTETRÍCIA.	**Programa**	**01**
Descrição Sintética: Diagnosticar, orientar e promover a execução de planos e programas preventivos e paliativos, dirigidos aos pacientes atendidos pela linha de atendimento ambulatorial especializado, internados ou em acompanhamento ambulatorial, ser responsável técnico pela prescrição de medicamentos, exames e procedimentos aos pacientes do programa. Atenção à mulher no ciclo gravídico-puerperal, prestando assistência médica específica, para preservar a vida e a saúde da mãe e do filho.		
Descrição Analítica: - Dirigir equipes e prestar informação sobre tratamento e linhas de cuidado, efetuar exames médicos, fazer diagnósticos, prescrever e ministrar tratamento para diversas doenças, perturbações e lesões do organismo humano e aplicar métodos da medicina preventiva; - Diagnóstico de doenças, prescrição de tratamentos e medicamentos, realização de exames clínicos e físicos, além da interpretação de resultados de exames laboratoriais. - Realizar procedimentos, tratar de afecções do aparelho reprodutor feminino e órgãos anexos, empregando tratamento clínico-cirúrgico, para promover ou recuperar a saúde. - Providenciar e realizar tratamentos ou editar andamento a níveis de atenção diferentes; - Realizar intervenções ou acompanhamentos pertinentes; - Preencher e visar mapas de produção, ficha médica com diagnóstico e tratamento; - Transferir pessoalmente, a responsabilidade do atendimento e acompanhamento aos titulares das etapas ou instancias de atendimento do paciente no Sistema SUS, atender os casos com diagnósticos provável ou incompleto dos usuários atendidos; - Preencher fichas de pacientes atendidos, preenchendo relatórios comprobatórios de atendimento; - Responsabilizar-se por expedição de orientação técnica de tratamentos as equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; - A acompanhar orientar ou editar a equipe de profissionais para aconselhar os pacientes atendidos para a adoção de hábitos de vida mais saudáveis e a mudança de comportamentos considerados prejudiciais - Auxiliar no desenvolvimento de indicadores de saúde do programa, com referência aos trabalhos executados, ao programa, estratégias e ações a serem implementadas. - Executar as tarefas conforme a conduta profissional e ao programa. - Participar de capacitação referente ao programa ou relacionado, bem como ministrar instruções, divulgação e capacitação de equipes inerentes ao programa no ambulatório do CIS Amcespar ou no território de abrangência.		
Qualificação exigível: Escolaridade: Curso Superior de Medicina, com habilitação legal para o exercício da profissão, formação e RQE na área de **Ginecologia e Obstetrícia.** Carga horária mínima estimada: Conforme o Programa		

MÉDICO ESPECIALISTA EM CARDIOLOGIA.	**Programa**	**01**
Descrição Sintética: Diagnosticar, orientar e promover a execução de planos e programas preventivos e paliativos, dirigidos aos pacientes atendidos pela linha de atendimento ambulatorial especializado, internados ou em acompanhamento ambulatorial, ser responsável técnico pela prescrição de medicamentos, exames e procedimentos aos pacientes do programa.		
Descrição Analítica: - Dirigir equipes e prestar informação sobre tratamento e linhas de cuidado, efetuar exames médicos, fazer diagnósticos, prescrever e ministrar tratamento para diversas doenças, perturbações e lesões do organismo humano e aplicar métodos da medicina preventiva;		

- Diagnóstico de doenças, prescrição de tratamentos e medicamentos, realização de exames clínicos e físicos, além da interpretação de resultados de exames laboratoriais cardíacos, como eletrocardiogramas e ecocardiogramas.
- Providenciar e realizar tratamentos ou editar andamento a níveis de atenção diferentes;
- Realizar intervenções ou acompanhamentos pertinentes;
- Preencher e visar mapas de produção, ficha médica com diagnóstico e tratamento;
- Transferir pessoalmente, a responsabilidade do atendimento e acompanhamento aos titulares das etapas ou instancias de atendimento do paciente no Sistema SUS, atender os casos com diagnósticos provável ou incompleto dos usuários atendidos;
- Preencher fichas de pacientes atendidos, preenchendo relatórios comprobatórios de atendimento;
- Responsabilizar-se por expedição de orientação técnica de tratamentos as equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo;
- A acompanhar orientar ou editar a equipe de profissionais para aconselhar os pacientes atendidos para a adoção de hábitos de vida mais saudáveis e a mudança de comportamentos considerados prejudiciais
- Auxiliar no desenvolvimento de indicadores de saúde do programa, com referência aos trabalhos executados, ao programa, estratégias e ações a serem implementadas.
- Executar as tarefas conforme a conduta profissional e ao programa.
- Participar de capacitação referente ao programa ou relacionado, bem como ministrar instruções, divulgação e capacitação de equipes inerentes ao programa no ambulatório do CIS Amcespar ou no território de abrangência.
Qualificação exigível:
Escolaridade: Curso Superior de Medicina, com habilitação legal para o exercício da profissão, formação e RQE em **Cardiologia**. Carga horária mínima estimada: Conforme o Programa.

MÉDICO ESPECIALISTA EM PEDIATRIA.	**Programa**	**01**
Descrição Sintética:		
Diagnosticar, orientar e promover a execução de planos e programas preventivos e paliativos, dirigidos aos pacientes menores atendidos pela linha de atendimento ambulatorial especializado, internados ou em acompanhamento ambulatorial, ser responsável técnico pela prescrição de medicamentos e procedimentos aos pacientes do programa.		
Descrição Analítica:		
- Dirigir equipes e prestar informação sobre tratamento e linhas de cuidado, efetuar exames médicos, fazer diagnósticos, prescrever e ministrar tratamento para diversas doenças, perturbações e lesões do organismo humano e aplicar métodos da medicina preventiva;		
- Orientar e aconselhar a mãe desde o nascimento do bebê, e acompanhar seu desenvolvimento, realizar consultas com os pais e a criança.		
- Providenciar e realizar tratamentos ou editar andamento a níveis de atenção diferentes;		
- Realizar intervenções ou acompanhamentos pertinentes;		
- Preencher e visar mapas de produção, ficha médica com diagnóstico e tratamento;		
- Transferir pessoalmente, a responsabilidade do atendimento e acompanhamento aos titulares das etapas ou instancias de atendimento do paciente no Sistema SUS, atender os casos com diagnósticos provável ou incompleto dos usuários atendidos;		
- Preencher fichas de pacientes atendidos, preenchendo relatórios comprobatórios de atendimento;		
- Responsabilizar-se por expedição de orientação técnica de tratamentos as equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo;		
- A acompanhar orientar ou editar a equipe de profissionais para aconselhar a mãe desde o nascimento do bebê, durante seu desenvolvimento, realizando consultas quando possível com os pais e a criança.		
- Examinar o funcionamento dos sistemas infantis verificar as ocorrências que possam ser perniciosas a saúde do bebe, diagnosticando possíveis moléstias.		
- Auxiliar no desenvolvimento de indicadores de saúde do programa, com referência aos trabalhos executados, ao programa, estratégias e ações a serem implementadas. - Executar as tarefas conforme a conduta profissional e ao programa.		
- Participar de capacitação referente ao programa ou relacionado, bem como ministrar instruções, divulgação e capacitação de equipes inerentes ao programa no ambulatório do CIS Amcespar ou no território de abrangência.		
Qualificação exigível:		
Escolaridade: Curso Superior de Medicina, com habilitação legal para o exercício da profissão, formação e RQE em **Pediatria**. Carga horária mínima estimada: Conforme o Programa		
MÉDICO GENERALISTA COM FORMAÇÃO EM SAÚDE DO IDOSO.	**Programa**	**01**
Descrição Sintética:		
Diagnosticar, orientar e promover a execução de planos e programas preventivos e paliativos, dirigidos aos pacientes idosos em geral, internados ou em acompanhamento ambulatorial, ser responsável técnico pela prescrição de medicamentos aos pacientes do programa.		
Descrição Analítica:		

- Dirigir equipes e prestar informação sobre tratamento e linhas de cuidado, efetuar exames médicos, fazer diagnósticos, prescrever e ministrar tratamento para diversas doenças, perturbações e lesões do organismo humano e aplicar métodos da medicina preventiva;		
- Providenciar e realizar tratamentos ou editar andamento a níveis de atenção diferentes;		
- Realizar intervenções ou acompanhamentos pertinentes;		
- Preencher e visar mapas de produção, ficha médica com diagnóstico e tratamento;		
- Transferir pessoalmente, a responsabilidade do atendimento e acompanhamento aos titulares das etapas ou instancias de atendimento do paciente no Sistema SUS, atender os casos com diagnósticos provável ou incompleto dos usuários atendidos;		
- Preencher fichas de pacientes atendidos, preenchendo relatórios comprobatórios de atendimento;		
- Responsabilizar-se por expedição de orientação técnica de tratamentos as equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo;		
- Acompanhamento e atenção integrada à saúde da pessoa idosa.		
- Laborar com a Linha Guia de Saúde da pessoa idosa e auxiliar no desenvolvimento de indicadores de saúde da pessoa idosa, com referência aos trabalhos executados, ao programa, estratégias e ações a serem implementadas.		
- Executar as tarefas conforme a conduta profissional e ao programa.		
- Participar de capacitação referente ao programa ou relacionado, bem como ministrar instruções, divulgação e capacitação de equipes inerentes ao programa no ambulatório do CIS Amcespar ou no território de abrangência.		
Qualificação exigível:		
Escolaridade: Curso Superior de Medicina, com habilitação legal para o exercício da profissão e formação em **Saúde do idoso** ou especialização em **Geriatria**. Ter instrução sobre funcionamento da linha guia de saúde da pessoa idosa.		
Carga horária mínima estimada: Conforme o Programa.		
MÉDICO ESPECIALISTA EM PSIQUIATRIA	**Programa**	**01**
Descrição Sintética:		
Diagnosticar, orientar e promover a execução de planos e programas preventivos, dirigidos aos pacientes em geral, internados ou em acompanhamento ambulatorial e a seus familiares, ser responsável técnico pela prescrição de medicamentos aos pacientes do programa.		
Descrição Analítica:		
- Dirigir equipes e prestar informação sobre tratamento e linhas de cuidado efetuar exames médicos, fazer diagnósticos, prescrever e ministrar tratamento para diversas doenças, perturbações e lesões do organismo humano e aplicar métodos da medicina preventiva;		
- Providenciar e realizar tratamentos ou editar andamento a níveis de atenção diferentes;		
- Realizar intervenções ou acompanhamentos pertinentes;		
- Preencher e visar mapas de produção, ficha médica com diagnóstico e tratamento;		
- Transferir pessoalmente, a responsabilidade do atendimento e acompanhamento aos titulares das etapas ou instancias de atendimento do paciente no Sistema SUS, atender os casos com diagnósticos provável ou incompleto dos usuários atendidos;		
- Preencher fichas de pacientes atendidos, preenchendo relatórios comprobatórios de atendimento;		
- Responsabilizar-se por expedição de orientação técnica de tratamentos as equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo;		
- Executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão;		
- Executar as tarefas conforme a conduta profissional e ao programa.		
- Participar de capacitação referente ao programa ou relacionado, bem como ministrar instruções, divulgação e capacitação de equipes inerentes ao programa no ambulatório do CIS Amcespar ou no território de abrangência.		
Qualificação exigível:		
Escolaridade: Curso Superior de Medicina, com habilitação legal para o exercício da profissão, formação e RQE em **Psiquiatria**.		
Carga horária mínima estimada: Conforme o Programa		
PONTO DE APOIO	**Programa**	**01**
Descrição Sintética:		
Atividades relacionadas com a orientação dos trabalhos do programa ao usuário, explicar a rotina e fluxo de atendimento do usuário no ciclo de atenção continua. Participar e atuar nos programas de atenção à saúde coletiva e individual.		
Descrição Analítica:		
- Explicar o funcionamento ao usuário do ambulatório (MACC);		
- Realizar o fechamento do plano de cuidados, segundo as informações discutidas e nas condutas tomadas pelos profissionais com base em evidencias e diretrizes clínicas.		
- Identificar se o usuário terá consultas e exames subsequentes no ambulatório e providenciar a marcação adequada;		
- Reforçar as metas pactuadas no plano de cuidados e as orientações de cada profissional da equipe ao usuário de maneira compreensível;		
- Entregar o plano de cuidados impresso para o usuário e orientar sobre a importância de retornar com o referido plano na APS;		
- Apoiar nas ações educacionais (ações de matriciamento, 2ª opinião, educação permanente), possibilitar a supervisão das equipes (monitoramento cruzado APS-AAE, monitoramento de vinculação durante os atendimentos).		
- Atuar em sua área de formação nas atividades assistenciais do programa;		
- Participar ativa ou passivamente em grupos de patologias, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, entre outros, para bem desenvolver o plano de trabalho integrado e multisetorial.		
- Participação no planejamento, execução e avaliação da programação de saúde; - Participação na elaboração, execução e avaliação dos planos assistenciais de saúde;		
- Demais atividades necessárias competentes à função.		
- Participar de capacitação referente ao programa ou relacionado, bem como ministrar instruções, divulgação e capacitação de equipes inerentes ao programa no ambulatório do CIS Amcespar ou no território de abrangência.		
ENFERMEIRO ASSISTENCIAL	**Programa**	**01**
Descrição Sintética:		
Atividades relacionadas com a orientação de trabalhos de desenvolvimento referente ao programa, orientação das atividades de rotina praticas inerentes a enfermagem, seleção da adoção de técnicas que melhor adéque a terapêutica dos pacientes atendidos em sede ambulatorial, para fins individuais e dinâmicas de grupos, bem como as prescrições medicas.		
Descrição Analítica:		
- Participar da programação de Enfermagem;		
- Executar ações de Enfermagem;		
- Participar da orientação e supervisão do trabalho de Enfermagem em grau auxiliar;		
- Participar da equipe de saúde inerentes da Enfermagem;		
- Organização e ordenação dos serviços de Enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas empresas prestadoras desses serviços;		
- Participação no planejamento, execução e avaliação da programação de saúde;		
- Participação na elaboração, execução e avaliação dos planos assistenciais de saúde;		
- Ministrar medicamentos estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde;		
- Com base nas portarias do Ministério da Saúde relacionadas a Resolução CIT nº 23, 2018.		
- Executar as tarefas com ênfase no perfil ambulatorial especializado;		
- Participar de capacitação referente ao programa ou relacionado, bem como ministrar instruções, divulgação e capacitação de equipes inerentes ao programa no ambulatório do CIS Amcespar ou no território de abrangência.		
Qualificação exigível:		
Escolaridade: Curso Superior em Enfermagem.		
Carga horária mínima estimada: Conforme o Programa		
NUTRICIONISTA	**Programa**	**01**
Descrição Sintética:		
Atividades relacionadas a prestação de assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos). Participar do programa e estimular a educação nutricional, técnicas para desenvolvimento aos pacientes do programa, para fins de recuperação de indivíduos.		
Descrição Analítica:		
- Elaborar programas de tratamento avaliando as consequências deles decorrentes;		
- Orientar a execução de ingestão de alimentação para fins de recuperação do indivíduo;		
- Identificar população-alvo; participar de diagnóstico interdisciplinar		
- Estabelecer plano de cuidados nutricionais;		
- Avaliar a participação do indivíduo nas atividades propostas, mediante ficha pessoal de avaliação ou prontuário clínico sobre a evolução dietoterápica;		
- Avaliar os trabalhos realizados;		
- Prescrever complementos e suplementos nutricionais.		
- Promover reuniões, visando ao melhor atendimento dos participantes;		
- Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas a formação profissional.		
- Participar de capacitação referente ao programa ou relacionado, bem como ministrar instruções, divulgação e capacitação de equipes inerentes ao programa no ambulatório do CIS Amcespar ou no território de abrangência.		
Qualificação exigível:		
Escolaridade: Curso Superior em Nutrição.		
Carga horária mínima estimada: Conforme o Programa.		

PSICÓLOGO	**Programa**	**01**
Descrição Sintética:		
Atividades relacionadas a orientação de trabalhos monitoramento de moléstias e sintomas de pacientes, orientação de atividades terapêuticas praticas, técnicas para desenvolvimento aos pacientes do programa, para fins de recuperação de indivíduos.		
Descrição Analítica:		
- Planejar e desenvolver atividades do plano terapêutico;		
- Elaborar programas de tratamento avaliando as consequências deles decorrentes;		
- Orientar a execução de atividades para fins de recuperação do indivíduo;		
- Ministrar técnicas de trabalhos manuais, teóricos e outros afins;		
- Avaliar paciente atendido pelo programa, mediante ficha pessoal de avaliação;		
- Avaliar os trabalhos realizados;		
- Promover atividades sócio recreativas se necessário;		
- Promover reuniões, visando ao melhor atendimento dos participantes, equipes e pacientes;		
- Participar de programas voltados para a saúde pública;		
- Emitir pareceres sobre o assunto de sua especialidade;		
- Orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares;		
- Executar outras tarefas semelhantes.		
- Executar as tarefas conforme ditame da profissão;		
- Participar de capacitação referente ao programa ou relacionado, bem como ministrar instruções, divulgação e capacitação de equipes inerentes ao programa no ambulatório do CIS Amcespar ou no território de abrangência.		
Qualificação exigível:		
Escolaridade: Curso Superior Psicologia.		
Carga horária mínima estimada: Conforme o Programa.		
ASSISTENTE SOCIAL	**Programa**	**01**
Descrição Sintética:		
Planejar e executar atividades e programas no campo social; acolhendo os pacientes, atendendo-os com uso das técnicas inerentes à profissão; orientar a seleção socioeconômica para concessão de benefícios sociais e medicamentos; atendimento individual e em grupo a usuários e familiares; executar outras atribuições inerentes à profissão e as demandas do serviço.		
Descrição Analítica:		
- Prestar serviços de âmbito social a indivíduos e grupos, identificando e analisando seus problemas e necessidades materiais e psíquicas e de outra ordem e aplicando métodos e processos básicos do serviço social para prevenir ou eliminar desajustes de natureza biopsicossocial e promover a integração ou reintegração dessas pessoas à sociedade.		
- Estudar e analisar as causas de desajustamento social, estabelecendo planos de ações que busquem o restabelecimento da normalidade do comportamento dos indivíduos em relação a seus semelhantes ou ao meio social;		
- Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional para conseguir o seu ajustamento ao meio social;		
- Ajudar as pessoas que estão em dificuldades decorrentes de problemas psicossociais, como menores carentes ou infratores, agilização de exames, remédios e outros que facilitem e auxiliem a recuperação de pessoas com problemas de saúde;		
- Assistir as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional, médico e de outra natureza, para melhorar sua situação e possibilitar uma convivência harmônica entre os membros;		
- Elaborar e emitir pareceres socioeconômicos, relatórios mensais de planejamento familiar e relação de material e medicamentos necessários;		
- Participar de programas de reabilitação profissional, integrando equipes técnicas multiprofissionais, para promover a integração ou reintegração profissional de pessoas física ou mentalmente deficientes por doenças ou acidentes decorrentes do trabalho;		
- Colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;		
- Executar outras tarefas correlatas a profissão e/ou determinadas pela equipe multiprofissional integrada.		
- Executar as tarefas conforme a dinâmica do programa e linhas de trabalhos;		
- Participar de capacitação referente ao programa ou relacionado, bem como ministrar instruções, divulgação e capacitação de equipes inerentes ao programa no ambulatório do CIS Amcespar ou no território de abrangência.		
Qualificação exigível:		
Escolaridade: Curso Superior em Assistência Social, com experiência em Saúde Pública/ Coletiva/Saúde da Família.		
Carga horária mínima estimada: Conforme o Programa		
FISIOTERAPEUTA	**Programa**	**01**
Descrição Sintética:		
Atender pacientes do programa. Realizar atividades relacionadas com a promoção, proteção, educação, intervenção, recuperação, habilitação e reabilitação do paciente. Realizar diagnósticos específicos.		
Descrição Analítica:		
- Planejar e desenvolver atividades de recuperação do paciente;		
- Elaborar programas de tratamento avaliando as consequências deles decorrentes;		
- Orientar a execução de atividades de recuperação do indivíduo;		
- Avaliar o desenvolvimento do paciente nas terapias propostas, mediante transcrição em fichas ou prontuários;		
- Avaliar os trabalhos realizados;		
- Participar de programas voltados para a saúde pública;		
- Emitir pareceres sobre o assunto de sua especialidade;		
- Orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares;		
- Utilizar protocolos e procedimentos específicos de fisioterapia e ortopedia;		
- Executar outras tarefas semelhantes;		
- Realizar demais atividades inerentes a função;		
- Executar as tarefas conforme linhas de cuidado do programa;		
- Participar de capacitação referente ao programa ou relacionado, bem como ministrar instruções, divulgação e capacitação de equipes inerentes ao programa no ambulatório do CIS Amcespar ou no território de abrangência.		
Qualificação exigível:		
Escolaridade: Curso Superior em Fisioterapia.		
Carga horária mínima estimada: Conforme o Programa		
FONOAUDIÓLOGA	**Programa**	**01**
Descrição Sintética:		
Atender pacientes do programa.		
Atender pacientes para prevenção, habilitação e reabilitação daqueles que utilizam protocolos e procedimentos específicos de fonoaudiologia. Tratar de pacientes efetuando avaliação e diagnóstico fonoaudiológico. Realizar diagnósticos específicos.		
Descrição Analítica:		
- Planejar e desenvolver atividades para a recuperação do paciente;		
- Elaborar programas de observação e tratamento; - Orientar a execução de atividades de recuperação do indivíduo;		
- Avaliar a desenvolvimento do paciente nos tratamentos, mediante transcrição em fichas ou prontuários;		
- Avaliar os trabalhos realizados;		
- Participar de programas voltados para a saúde pública;		
- Emitir pareceres sobre o assunto de sua especialidade;		
- Utilizar protocolos e procedimentos específicos de fonoaudiologia;		
- Tratar de pacientes efetuando avaliação e diagnóstico fonoaudiológico;		
- Orientar pacientes, familiares, cuidadores e responsáveis;		
- Executar outras tarefas semelhantes;		
- Realizar demais atividades inerentes a função;		
- Executar as tarefas conforme linhas de cuidado do programa;		
- Participar de capacitação referente ao programa ou relacionado, bem como ministrar instruções, divulgação e capacitação de equipes inerentes ao programa no ambulatório do CIS Amcespar ou no território de abrangência.		
Qualificação exigível:		
Escolaridade: Curso Superior em Fonoaudiologia.		
Carga horária mínima estimada: Conforme o Programa		
MÉDICO RESPONSÁVEL TÉCNICO DO PROGRAMA	**Programa**	**01**
Descrição Sintética:		
Orientar atendimento individual dos profissionais, usuários, equipe e instituições colaboradoras para a regular execução do plano de trabalho do Programa, bem como possibilitar interlocução aos agentes integrantes.		

Descrição Analítica:		
- Zelar pelo acompanhamento e cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor da profissão.		
- Acompanhar o desenvolvimento do plano de trabalho e execução do programa, bem como orientar o desenvolvimento de novo plano;		
- Assegurar e coordenar ações que garantam a harmonia intra e Inter profissional;		
- Instruir que os médicos que prestam serviços no estabelecimento assistencial médico, independente do seu vínculo, obedeça ao disposto no Regimento Interno da instituição. - Expor sobre melhor prática condizentes com as tarefas desempenhadas;		
- Instruir, orientar, participar e fomentar o desenvolvimento da equipe medica para que além da função assistencial, promovam e disseminem informações sobre técnicas cientificas, rotinas e pesquisa de desenvolvimento conforme Ambulatório de Especialidades;		
- Participar da elaboração de planos, programas e projetos voltados para a melhoria do Serviço ambulatorial;		
- Participar da elaboração e implementação de normas e rotinas do plano de trabalho, a partir da discussão junto aos outros membros da equipe multiprofissional;		
- Desenvolver atividades que visem à expansão e ao aprimoramento do ambulatório especializado MACC;		
- Zelar pela manutenção, organização e limpeza da Unidade de execução dos serviços/procedimentos;		
- Integrar os trabalhos de reunião de equipe, dos familiares e dos usuários; participar da elaboração de estudos que possibilitem aprimoramento e reorientação da atuação da equipe, bem como da qualidade da Assistência em Saúde, para desenvolvimento do trabalho terapêutico no Centro Ambulatorial;		
- Participar do planejamento das ações ou congênere relacionado ao programa.		
- Instruir e orientar sobre a funcionalidade e o respeito aos protocolos e diretrizes clinicas baseada em evidencias cientificas preconizadas pela instituição (Linhas Guias);		
- Instruir, orientar para que os registros das informações médicas nos prontuários sejam realizados conforme normas vigentes da instituição. E aferir (quando possível) a execução deste item;		
- Registrar Responsabilidade Técnica (RT) para desenvolvimento do programa conforme solicitação.		
- Participar de capacitação referente ao programa ou relacionado, bem como ministrar instruções, divulgação e capacitação de equipes inerentes ao programa no ambulatório do CIS Amcespar ou no território de abrangência.		
Qualificação exigível:		
Escolaridade: Curso Superior em Medicina, inscrito no CRM, com experiência e conhecimento sobre o Programa.		
Carga horária mínima estimada: Conforme o Programa		
PODOLOGIA.	**Programa**	
Descrição Sintética:		
Avaliar pacientes encaminhados pelo programa. Realizar atividades relacionadas com a promoção, prevenção, educação, intervenção, recuperação do paciente.		
Descrição Analítica Avaliação Podóloga Para Pé Diabético		
Classificação de risco		
-Anamnese		
-Avaliação Clínica		
-Anatomia do pé		
-Hidratação		
-Coloração e temperatura		
-Integridade das unhas e pele (atrofia, lesões esfoliarias, distrofias ingirais, corte, calosidades)		
-Avaliar feridas identificando as estruturas;		
Avaliação Neurológica		
-Sensibilidade tátil		
-Sensibilidade vibratória		
-Reflexos		
Avaliação Vascular		
Palpação dos pulsos pedisses entibiais posteriores		
Orientações relativas ao atendimento e as trocas de curativos		
Qualificação exigível:		
Escolaridade: Formação na área de Podologia ou Curso Superior de Tecnologia em Podologia		
Carga horária mínima estimada: Conforme o Programa		
MÉDICO NEUROLOGISTA	**Programa**	**01**
Descrição Sintética:		
Diagnosticar, orientar e promover a execução de planos e programas preventivos, dirigidos aos pacientes em geral em acompanhamento ambulatorial e a seus familiares, ser responsável pela prescrição de medicamentos aos pacientes do programa, no âmbito da especialidade médica em conjunto com equipe multidisciplinar.		
Descrição Analítica:		
- Dirigir equipes e prestar informação sobre tratamento e linhas de cuidado efetuar exames médicos, fazer diagnósticos, prescrever e ministrar tratamento para diversas doenças e aplicar métodos da medicina preventiva;		
- Providenciar e realizar tratamentos ou editar andamento a níveis de atenção diferentes;		
- Realizar intervenções ou acompanhamentos pertinentes;		
- Preencher e visar mapas de produção, ficha médica com diagnóstico e tratamento;		
- Transferir pessoalmente a responsabilidade do atendimento e acompanhamento aos titulares das etapas ou instancias de atendimento do paciente no Sistema SUS, atender os casos com diagnósticos provável ou incompleto dos pacientes atendidos;		
- Preencher fichas de pacientes atendidos, preenchendo relatórios comprobatórios de atendimento;		
- Responsabilizar-se por expedição de orientação técnica de tratamentos as equipes auxiliares necessárias à execução das atividades.		
- Executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão;		
- Executar as tarefas conforme a conduta profissional e ao programa.		
- Participar de capacitação referente ao programa ou relacionado, bem como ministrar instruções, divulgação e capacitação de equipes inerentes ao programa no ambulatório do CIS Amcespar ou no território de abrangência.		
Qualificação exigível:		
Escolaridade: Curso Superior de Medicina, com habilitação legal para o exercício da profissão e especialização com formação e RQE em **Neurologia**.		

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

14.1. Atentar-se às diretrizes normativas dos procedimentos e serviços das respectivas atividades desempenhadas, observar as diretrizes e protocolos do CIS Amcespar, observar as normativas do Ministério da Saúde (MS) em conjunto com a secretaria de Saúde do Estado do Paraná (SESA-PR) relativas ao objeto do credenciamento. Em caso de dúvida, lacuna ou esclarecimento entrar imediatamente em contato com o CIS Amcespar.

14.1.1. A CREDENCIADA obriga-se a instituir, executar e manter ações contínuas voltadas à promoção da segurança do paciente e à gestão de riscos em serviços de saúde, em estrita observância às diretrizes técnicas e operacionais estabelecidas pela Resolução ANVISA nº 978, de 6 de junho de 2025, bem como pelos protocolos do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP).

14.2. Acompanhar e alimentar o sistema eletrônico e de informação do CIS Amcespar, onde serão disponibilizadas as informações para os municípios e operadores do CIS Amcespar.

14.3. Responsabilizar-se pelas informações incluídas no sistema eletrônico, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

14.4. Emitir relatório de atendimentos/consultas realizadas, para controle de produção.

14.5. Assinar o termo de credenciamento, quando convocado, dentro do prazo determinado neste instrumento.

14.6. Após assinatura do termo de credenciamento, o credenciando deverá observar as obrigações definidas no referido documento, bem como no Projeto Básico.

14.7. Manter atualizadas as certidões fiscais;

14.8. Alimentar o PRONTUÁRIO ELETRONICO, incluindo todas informações relevantes à realização dos atendimentos (exames, cirurgias e procedimentos), bem como preencher todos os campos solicitados.

14.9.1. O profissional é responsável por todas informações lançadas no prontuário eletrônico, devendo preencher todos os campos exigidos (anamnese, requisição de exames, requisição de medicamentos conforme as relações disponíveis no SUS, retornos, atestados, encaminhamentos, CID demais documentos que se fizerem necessárias), bem como realizar a emissão de todos e quaisquer documentos exclusivamente através do Prontuário Eletrônico.

14.9.2. Nas consultas, os atendimentos devem ser registrados e concluídos no prontuário eletrônico, com as devidas justificativas técnicas para o seguimento do paciente e para a regulação de fila pelas auditorias municipais e estaduais. Os documentos pertinentes emitidos, devem ser impressos e entregues ao paciente.

14.10. Executar os atendimentos conforme disponibilidade da agenda.
14.11. Recomenda-se que o médico credenciado priorize, sempre que possível, a prescrição de medicamentos constantes na REREME, conforme os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do SUS. Prescrições fora dessas listas devem ser clinicamente justificadas em prontuário.
14.12. Seguir a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
14.13. Conferir a agenda de serviços a serem executados pelo credenciado sendo dever do credenciado verificar as inconformidades, eventual solicitação de correções. Poderão ocorrer agendamentos extraordinários conforme plano de ação e trabalho de comum acordo.
14.14. Nos casos em que a cirurgia for realizada por meio do credenciamento via Consórcio, o primeiro retorno pós-operatório não será pago, por já estar incluído no valor do procedimento cirúrgico.
14.15. E demais obrigações previstas no edital.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

15.1. Prestar todas as informações necessárias para a formulação das propostas das empresas interessadas.
15.2. Convocar a CREDENCIADA para assinatura do termo de credenciamento após aprovação dos elementos documentais referentes às atividades que irá desempenhar.
15.3. Após assinatura do termo de credenciamento, a credenciada deverá observar as obrigações definidas no referido documento, bem como no Projeto Básico.
15.4. Agendar, quando solicitado, reunião para discussão de elementos que pairem dúvidas ou possuam protocolos próprios e divergentes a metodologia atualizada das empresas interessadas em se credenciar.
15.5. Emitir instrução e informações a empresa interessada no Credenciamento.
15.6. Realizar a análise da documentação apresentada e divulgar o resultado da análise do pedido de credenciamento.
15.7. Disponibilizar acesso ao sistema eletrônico aos credenciados e informar sobre a utilização do sistema.
15.8. Manter o sistema eletrônico atualizado para escolha das opções/alternativas de agendamento/marcações pelos municípios participantes do CIS Amcespar.
15.9. Promover as metas avaliativas e qualitativas dos serviços de atenção.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. O instrumento contratual utilizado será “termo de credenciamento”, o termo de decorrente do credenciamento será publicado, em forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do CIS Amcespar, conforme disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.
16.2. A análise e avaliação da documentação dos interessados serão procedidas pela Comissão Especial de Credenciamento, em conformidade com os parâmetros e requisitos estabelecidos no Edital.
16.3. A inscrição do proponente implica na prévia e integral concordância com as normas deste Edital.

16.4. A credenciada será responsável pelo desenvolvimento de sua atividade e pelas informações e conteúdo dos documentos apresentados, excluída qualquer responsabilidade civil ou penal do CIS Amcespar.
16.5. O credenciamento realizado nos termos deste Edital e as eventuais contratações dele derivadas não impedem a Administração de realizar outras contratações para atendimento de suas necessidades.

(Assinado Digitalmente Pág. 91)
MARIA EDUARDA GACH
Credenciamento
CIS AMCESPAR

(Assinado Digitalmente Pág. 91)
ANA BEATRIZ DE MEIRA
Médica Diretora Técnica
CRM-PR 42576

(Assinado Digitalmente Pág. 91)
ANGELA MARIA DA CRUZ CARDOSO
Diretora Técnica e Administrativa
CIS AMCESPAR

Irati, 21 de julho de 2026.

Anexo III- Tabela de Valores		
LOTE (1)		
LOTE 1	CONSULTAS MÉDICAS	VALOR UNITÁRIO FIXO
1.0	CONSULTA PÓS OPERATÓRIO – 1ª CONSULTA PÓS OPERATÓRIO QUANDO A CIRURGIA FOR REALIZADA VIA CONSÓRCIO. *consulta (90556)	R$ 0,00
1.1	CARDIOLOGIA *consulta (90536)	R$ 100,00
1.2	CIRURGIA GERAL *consulta (90537)	R$ 100,00
1.3	CIRURGIA VASCULAR *consulta (90287)	R$ 100,00
1.4	MEDICINA INTERNA / PERÍCIA MÉDICA	
1.4.1	1º Perito - no CIS (90282)	R$ 125,00
1.4.2	2º Perito - no CIS (90282)	R$ 125,00
1.4.3	3º Perito - no CIS (90282)	R$ 125,00
1.5	DERMATOLOGIA *consulta (90400)	R$100,00
1.6	ENDOCRINOLOGIA *consulta (90387)	R$100,00
1.7	GASTROENTEROLOGIA *consulta (90517)	R$100,00
1.8	GINECOLOGIA *consulta (90516)	R$100,00
1.9	GERIATRIA *consulta (90538)	R$100,00
1.10	INFECTOLOGIA *consulta (90401)	R$104,00
1.12	NEFROLOGIA *consulta (90286)	R$100,00
1.13	NEUROCIRURGIA *consulta (81470)	R$100,00
1.14	NEUROLOGIA *consulta (90411)	R$120,00
1.15	NEUROPEDIATRIA *consulta (90404)	R$100,00
1.16	OBSTETRÍCIA *consulta (90539)	R$100,00

1.17	OFTALMOLOGIA *consulta (90532)	R$100,00
1.17.2	*** consulta médica em atenção especializada (com tonometria) (90532)	R$100,00
1.17.3	*** atendimento de urgência em atenção especializada (90532)	R$100,00
1.18	ONCOLOGIA *consulta (80901)	R$100,00
1.19	ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA *consulta (90533)	R$100,00
1.20	OTORRINOLARINGOLOGIA *Consulta (90410)	R$100,00
1.21	PEDIATRIA *consulta (90344)	R$100,00
1.22	PNEUMOLOGIA *consulta (90518)	R$104,00
1.23	PSIQUIATRIA *consulta (90519)	R$100,00
1.24	REUMATOLOGIA *consulta (90369)	R$104,00
1.25	UROLOGIA *consulta (90406)	R$104,00
1.26	CIRURGIA CARDIOVASCULAR *consulta (90288)	R$100,00
1.27	CIRURGIA TORÁCICA *consulta (90521)	R$100,00
1.28	CLÍNICA MÉDICA *consulta (90522)	R$100,00
1.29	CONSULTA COM ANESTESIOLOGISTA PARA AVALIAÇÃO PRÉ ANESTESICAS *consulta (90523)	R$ 100,00
1.30	HEMATOLOGIA *consulta (90335)	R$104,00
1.31	HORA TRABALHADA PARA REUNIÕES E TREINAMENTOS (90555) *hora trabalhada	R$203,00
1.32	MÉDICO – UNIDADE DE COLETA E TRANSFUSSÃO (UCT) *Hora trabalhada	R$ 122,74

LOTE - (2)		
LOTE 2	OCI CARDIOLOGIA – RISCO CIRURGICO Uma consulta em cardiologia para avaliação inicial, realização de eletrocardiograma (ECG), consulta de retorno para conclusão da avaliação e emissão de laudo médico	VALOR UNITÁRIO FIXO
429	OCI CARDIOLOGIA - RISCO CIRURGICO (90613) * Valor OCI	R$ 130,00
LOTE - (3)		
LOTE 3	ODONTOLOGIA Atendimento no CEO	VALOR UNITÁRIO FIXO
74	Cirurgião Dentista - ENDODONTIA	
a)	Título de Especialista em Endodontia registrado no CRO-PR (90542)	R$ 55,00
b)	Curso de aperfeiçoamento em Endodontia (90543)	R$ 50,00
73	Cirurgião Dentista - ODONTOLOGIA CIRÚRGICA	
a)	Título de especialista em Cirurgia Bucomaxilofacial com registro no CRO -PR e/ou curso de aperfeiçoamento em Cirurgia Oral Menor ou especialização registrada no CRO -PR em Implantodontia. (90544)	R$ 55,00
b)	Experiência comprovada de atuação na área de no mínimo 12 meses (90545)	R$ 50,00
83	Cirurgião Dentista - PERIODONTIA	
a)	Título de Especialista em PERIODONTIA registrado no CRO-PR (90546)	R$ 55,00
b)	Curso de aperfeiçoamento em periodontia (90547)	R$ 50,00
215	Cirurgião Dentista - PACIENTES ESPECIAIS	
a)	Título de Especialista em Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais registrado no CRO-PR ou Odontopediatria registrado no CRO- PR (90548)	R$ 61,00
b)	Curso de aperfeiçoamento em Odontologia para pacientes com necessidades especiais e/ou em odontopediatria. Ou experiência comprovada de atuação na área de no mínimo 12 meses (90549)	R$ 55,00
85	Cirurgião Dentista – PROTESISTA valor de todas as consultas da reabilitação protética / por prótese	
a)	Título de Especialista em Prótese Odontológica registrado no CRO-PR (90550)	R$ 98,00
b)	Curso de aperfeiçoamento em Prótese Odontológica. (90551)	R$ 96,00
154	TÉCNICO EM PRÓTESE DENTÁRIA - valor de todas as etapas da confecção da prótese (611)	R$ 88,00
272	Cirurgião Dentista - DENTÍSTICA * consulta em Dentística	R$ 55,00
6.1	Hora técnica profissional dentista C.E.O (para reuniões e capacitações convocados pela coordenação) (90540)	R$ 44,00
3.16	DIRETORIA TÉCNICA DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS	
	Hora trabalhada (90541)	R$ 57,00
LOTE - (4)		
LOTE 4	ODONTOLOGIA Todos os procedimentos odontológicos especializados credenciados ao CIS Amcespar serão encaminhados pelos municípios consorciados, prioritariamente ao CEO – Centro de Especialidades Odontológicas. Havendo necessidade de continuidade do tratamento ou realização de procedimentos específicos, os pacientes poderão ser encaminhados para prestadores credenciados por meio deste edital, que poderão prestar os serviços em consultórios próprios ou nas dependências da sede do CIS Amcespar, conforme a organização e a disponibilidade dos atendimentos.	VALOR UNITÁRIO FIXO
4.1	Cirurgião Dentista - BUCO-MAXILO-FACIAL (consulta) *cód. 81061	
		R$ 58,00
LOTE - (5)		
LOTE 5	OUTRAS ESPECIALIDADES	VALOR UNITÁRIO FIXO
5.0	FISIOTERAPIA	
188	Sessão de Fisioterapia a Pacientes de Ortopedia (90221)	R$ 17,00
109	Consulta de Fisioterapia (90413)	R$ 30,00
187	Sessão de Fisioterapia a Pacientes de Neurologia (90223)	R$ 20,00
186	Sessão de Fisioterapia Respiratória (90229)	R$ 20,00
297	Sessão de Fisioterapia Postural Global (RPG) (90345)	R$ 37,00
298	Sessão de Fisioterapia Aquática - sessão 50 minutos (90416)	R$ 37,00
299	Sessão de Drenagem Linfática (1347)	R$ 30,00
5.1	Fisioterapia Hora trabalhada (90526)	R$ 28,00
302	Sessão de fisioterapia em domicílio do paciente (6015)	R$ 40,00
398	Consulta fisioterapêutica nas disfunções do sistema genital, reprodutor e excretor (urinário e proctológico) (90368)	R$ 110,00
399	Reabilitação perineal com biofeedback eletromiográfico (6051)	R$ 110,00
400	Eletroestimulação do assoalho pélvico e/ou outra técnica de exercícios perineais (9002)	R$ 99,00
407	Sessão de Fisioterapia Complexa Descongestiva (FCD) (90360)	R$ 82,00
2092	PEDIASUIT – Módulo Intensivo ** valor da hora (90364)	R$ 126,00
2093	PEDIASUIT – Manutenção ** valor da hora (90364)	R$ 126,00
5.2	SERVIÇO SOCIAL Hora trabalhada (90526)	R$ 28,00
5.3	ENFERMAGEM ÓRTESE E PRÓTESE	
5.4.1	Hora trabalhada (90526)	R$ 28,00
5.4.2	Consulta de enfermeiro estomaterapeuta (90420)	R$ 40,00
5.5	FONOAUDIOLOGIA	
5.5.1	Atendimento de fonoaudiologia (90227)	R$ 23,00
5.5.2	Hora trabalhada (90526)	R$ 28,00
5.5.3	Sessão de fonoaudiologia em domicílio do paciente (6015)	R$ 40,00
5.6	NUTRIÇÃO	
5.6.1	Atendimento de nutricionista (90228)	R$ 23,00
5.6.2	Hora trabalhada (90526)	R$ 28,00
5.6.3	Sessão de nutricionista em domicilio do paciente (6015)	R$ 40,00
5.7	PSICOLOGIA	

5.7.1	Atendimento de psicologia (90407)	R$ 23,00
5.7.2	Hora trabalhada (90526)	R$ 28,00
5.8	FARMÁCIA e/ou BIOQUÍMICA Hora trabalhada (90527)	R$ 23,00
5.9	AUDITORIA MEDICA EXTERNA Hora trabalhada (90528)	R$ 114,00
5.10	MÉDICO DIRETOR TÉCNICO Hora trabalhada (90529)	R$ 252,00
5.11	TERAPIA OCUPACIONAL Hora Trabalhada (90526)	R$ 28,00
	Sessão (90412)	R$ 40,00
408	TERAPIA OCUPACIONAL - INTEGRAÇÃO SENSORIAL (SESSÃO) - sala sensorial (90530)	R$ 124,00
2116	TUTORIA DE PLANIFICAÇÃO NA ATENÇÃO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA	
	Hora Trabalhada (90526)	R$ 28,00
2117	HIDROGINÁSTICA (90408)	R$ 29,00
2118	ENFERMEIRO NA CENTRAL DE MATERIAL PARA ESTERILIZAÇÃO	

	Hora trabalhada (90526)	R$ 29,00

LOTE - (6)

LOTE 6	EQUITAÇÃO TERAPÊUTICA - EQUOTERAPIA *CONFORME REGULAMENTAÇÃO 206/2024, REGULAMENTAÇÃO 134/2025 E LEI N°13.830.	VALOR UNITÁRIO FIXO
1825	AVALIAÇÃO (CADA) (90244)	R$ 120,00
1826	SESSÃO (CADA) (90243)	R$ 120,00

LOTE - (7)

LOTE 7	CONSULTAS MÉDICAS – PROGRAMA QUALICIS (Para atendimento nos ambulatórios do CIS AMCESPAR de acordo com anexo II- projeto básico para referência na prestação dos serviços/procedimentos programa Qualicis)	VALOR UNITÁRIO FIXO
1	CARDIOLOGIA	
1.1	Hora trabalhada no Programa (90531)	R$ 203,00
1.2	Valor da consulta (81132)	R$ 100,00
2	ENDOCRINOLOGIA	
2.1	Hora trabalhada no Programa (90531)	R$ 203,00
2.2	Valor da consulta (90299)	R$ 100,00
3	OBSTETRÍCIA	
3.1	Hora trabalhada no Programa (90531)	R$ 203,00
4	PEDIATRIA	
4.1	Hora trabalhada no Programa (90531)	R$ 203,00
5	PSIQUIATRIA	
5.1	Hora trabalhada no Programa (90531)	R$ 203,00
5.2	Valor da consulta (90519)	R$ 100,00
6	GERIATRIA/ MÉDICO GENERALISTA COM FORMAÇÃO EM SAÚDE DO IDOSO	
6.1	Hora trabalhada no Programa (90531)	R$ 203,00
7	MÉDICO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROGRAMA DO ESTADO E PELAS LINHAS DE CUIDADO PRIORITÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ	
7.1	Hora trabalhada no Programa (90531)	R$ 203,00
8	CIRURGIÃO VASCULAR	
8.1	Valor da consulta (90287)	R$ 100,00
9	DERMATOLOGIA	
9.1	Valor da consulta (90400)	R$ 100,00
10	NEFROLOGIA	
10.1	Valor da consulta (90286)	R$ 100,00
11	NEUROLOGIA	
11.1	Valor da consulta NEUROLOGIA (90411)	R$ 120,00
11.2	Valor da consulta NEUROLOGIA PEDIATRICA (90404)	R$ 100,00
11.3	Hora trabalhada no Programa (90531)	R$ 203,00
12	OFTALMOLOGIA	
12.1	Valor da consulta (90532)	R$ 100,00
13	ORTOPEDIA	
13.1	Valor da consulta (90533)	R$ 100,00
14	OTORRINOLARINGOLOGIA	
14.1	Valor da consulta (90410)	R$ 100,00
15	UROLOGIA	
15.1	Valor da consulta (90406)	R$104,00

LOTE - (8)

LOTE 8	OUTRAS ESPECIALIDADES (Para atendimento nos ambulatórios do CIS AMCESPAR de acordo com anexo II- projeto básico para referência na prestação dos serviços/procedimentos programa Qualicis)	VALOR UNITÁRIO FIXO
1	SERVIÇO SOCIAL	
1.1	Hora trabalhada (90526)	R$ 28,00
1.2	(90535) Hora trabalhada para profissionais com capacitação ou especialização na linha da criança ou saúde mental, sendo: **Criança** – Especialização em pediatria ou neonatologia ou capacitação para o atendimento a Criança de risco nas seguintes áreas: medicações inalatórias, emergências pediátricas, aleitamento materno, abordagem do recém-nascido, sífilis congênita, suporte nutricional, neurodesenvolvimento com carga horária mínima de 180 horas. **Saúde Mental** - Capacitação para o atendimento ao paciente com Transtorno Mental e com Dependência de álcool e outras drogas ou Especialização focada em Abordagem/linha teórica comportamental, Cognitivo-Comportamental ou Sistêmica. Considera-se como capacitação 180 horas de curso, tanto presencial como EAD, sendo o mínimo de 40 horas cada curso nas seguintes áreas: saúde mental, psicopatologia, abordagem familiar ou trabalho com famílias, psiquiatria, psicossocial, prevenção do suicídio, dependência química, álcool e outras drogas e similares.	R$ 30,00
2	ENFERMAGEM	
2.1	Hora trabalhada (90526)	R$ 28,00
2.2	(90535) Hora trabalhada para profissionais com capacitação ou especialização na linha da criança, gestante, Hipertensão, Diabetes, Pessoa Idosa ou saúde mental, sendo: **Gestante** - Especialista em Ginecologia e Obstetrícia ou capacitação para o atendimento a gestante de risco, infecção do trato urinário durante a gestação, promoção do aleitamento materno, profilaxia da pré-eclâmpsia, hemorragias pós-parto, risco reprodutivo e contracepção, descolamento prematuro de placenta (DPP), sepse em paciente obstétrica, saúde sexual e reprodutiva carga horária mínima de 180 horas. **Criança** – Especialização em pediatria ou neonatologia ou capacitação para o atendimento a Criança de risco nas seguintes áreas: medicações inalatórias, emergências pediátricas, aleitamento materno, abordagem do recém-nascido, sífilis congênita, suporte nutricional, neurodesenvolvimento com carga horária mínima de 180 horas. **Hipertensão** - Formação no Curso sobre Introdução ao Acolhimento e Curso sobre a Abordagem do Sobrepeso e Obesidade, Curso sobre a promoção da alimentação adequada e saudável, carga horária mínima de 180 horas ou Curso de Especialização focado em Abordagem/linha teórica comportamental, Cognitivo-	R$ 30,00

	Comportamental ou Sistêmica. **Diabetes** - Formação no Curso sobre Introdução ao Acolhimento, Curso de Abordagem do Sobrepeso e Obesidade, Curso de Autocuidado: como apoiar a pessoa com diabetes, Capacitação em procedimentos técnicos relativos a curativos especiais e ostomia, carga horária mínima de 180h ou Especialização focado em Abordagem/linha teórica comportamental, Cognitivo-Comportamental ou Sistêmica. **Pessoa Idosa** - Especialização em geriatria ou gerontologia ou capacitação para o atendimento ao Idoso (EAD) **Saúde Mental** - Capacitação para o atendimento ao paciente com Transtorno Mental e com Dependência de álcool e outras drogas ou Especialização focada em Abordagem/linha teórica comportamental, Cognitivo-Comportamental ou Sistêmica. Considera-se como capacitação 180 horas de curso, tanto presencial como EAD, sendo o mínimo de 40 horas cada curso nas seguintes áreas: saúde mental, psicopatologia, abordagem familiar ou trabalho com famílias, psiquiatria, psicossocial, prevenção do suicídio, dependência química, álcool e outras drogas e similares.	
3	FISIOTERAPIA	
3.1	Hora Trabalhada (90526)	R$ 28,00
3.2	(90535) Hora trabalhada para profissionais com capacitação ou especialização na linha da Pessoa Idosa, sendo: **Pessoa Idosa** - Especialização em geriatria ou gerontologia ou capacitação para o atendimento ao Idoso (EAD)	R$ 30,00
4	FONOAUDIOLOGIA	
4.1	Hora trabalhada (90526)	R$ 28,00
4.2	(90535) Hora trabalhada para profissionais com capacitação ou especialização na linha da criança, sendo: **Criança** – Especialização em pediatria ou neonatologia ou capacitação para o atendimento a Criança de risco nas seguintes áreas: medicações inalatórias, emergências pediátricas, aleitamento materno, abordagem do recém-nascido, sífilis congênita, suporte nutricional, neurodesenvolvimento com carga horária mínima de 180 horas.	R$ 30,00
5	NUTRIÇÃO	
5.1	Hora trabalhada (90526)	R$ 28,00
5.2	(90535) Hora trabalhada para profissionais com capacitação ou especialização na linha da criança, gestante, Hipertensão e Diabetes, sendo: **Gestante** - Especialista em Ginecologia e Obstetrícia ou capacitação para o atendimento a gestante de risco, infecção do trato urinário durante a gestação, promoção do aleitamento materno, profilaxia da pré-eclâmpsia, hemorragias pós-parto, risco reprodutivo e contracepção, descolamento prematuro de placenta (DPP), sepse em paciente obstétrica, saúde sexual e reprodutiva carga horária mínima de 180 horas. **Criança** – Especialização em pediatria ou neonatologia ou capacitação para o atendimento a Criança de risco nas seguintes áreas: medicações inalatórias, emergências pediátricas, aleitamento materno, abordagem do recém-nascido, sífilis congênita, suporte nutricional, neurodesenvolvimento com carga horária mínima de 180 horas. **Hipertensão** - Formação no Curso sobre Introdução ao Acolhimento e Curso sobre a Abordagem do Sobrepeso e Obesidade, Curso sobre a promoção da alimentação adequada e saudável, carga horária mínima de 180 horas ou Curso de Especialização focado em Abordagem/linha teórica comportamental, Cognitivo-Comportamental ou Sistêmica. **Diabetes** - Formação no Curso sobre Introdução ao Acolhimento, Curso de Abordagem do Sobrepeso e Obesidade, Curso de Auto cuidado: como apoiar a pessoa com diabetes, Capacitação em procedimentos técnicos relativos a curativos especiais e ostomia, carga horária mínima de 180h ou Especialização focado em Abordagem/linha teórica comportamental, Cognitivo-Comportamental ou Sistêmica.	R$ 30,00
6	PSICOLOGIA	
6.1	Hora trabalhada (90526)	R$ 28,00
6.2	(90535) Hora trabalhada para profissionais com capacitação ou especialização na linha da gestante, Hipertensão, Diabetes ou saúde mental, sendo: **Gestante** - Especialista em Ginecologia e Obstetrícia ou capacitação para o atendimento a gestante de risco, infecção do trato urinário durante a gestação, promoção do aleitamento materno, profilaxia da pré-eclâmpsia, hemorragias pós-parto, risco reprodutivo e contracepção, descolamento prematuro de placenta (DPP), sepse em paciente obstétrica, saúde sexual e reprodutiva carga horária mínima de 180 horas. **Hipertensão** - Formação no Curso sobre Introdução ao Acolhimento e Curso sobre a Abordagem do Sobrepeso e Obesidade, Curso sobre a promoção da alimentação adequada e saudável, carga horária mínima de 180 horas ou Curso de Especialização focado em Abordagem/linha teórica comportamental, Cognitivo-Comportamental ou Sistêmica. **Diabetes** - Formação no Curso sobre Introdução ao Acolhimento, Curso de Abordagem do Sobrepeso e Obesidade, Curso de Autocuidado: como apoiar a pessoa com diabetes, Capacitação em procedimentos técnicos relativos a curativos especiais e ostomia, carga horária mínima de 180h ou Especialização focado em Abordagem/linha teórica comportamental, Cognitivo-Comportamental ou Sistêmica. **Saúde Mental** - Capacitação para o atendimento ao paciente com Transtorno Mental e com Dependência de álcool e outras drogas ou Especialização focada em Abordagem/linha teórica comportamental, Cognitivo-Comportamental ou Sistêmica. Considera-se como capacitação 180 horas de curso, tanto presencial como EAD, sendo o mínimo de 40 horas cada curso nas seguintes áreas: saúde mental, psicopatologia, abordagem familiar ou trabalho com famílias, psiquiatria, psicossocial, prevenção do suicídio, dependência química, álcool e outras drogas e similares.	R$ 30,00
7	COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DO ESTADO, DAS LINHAS DE CUIDADO PRIORITÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ	
7.1	Hora trabalhada (90526)	R$ 34,00
8	PONTO DE APOIO	
8.1	Hora trabalhada (90526)	R$ 28,00
8.2	(90535) Hora trabalhada para profissionais com capacitação ou especialização na linha da criança, gestante, Hipertensão, Diabetes, Pessoa Idosa ou saúde mental, sendo: **Gestante** - Especialista em Ginecologia e Obstetrícia ou capacitação para o atendimento a gestante de risco, infecção do trato urinário durante a gestação, promoção do aleitamento materno, profilaxia da pré-eclâmpsia, hemorragias pós-parto, risco reprodutivo e contracepção, descolamento prematuro de placenta (DPP), sepse em paciente obstétrica, saúde sexual e reprodutiva carga horária mínima de 180 horas. **Criança** – Especialização em pediatria ou neonatologia ou capacitação para o atendimento a Criança de risco nas seguintes áreas: medicações inalatórias, emergências pediátricas, aleitamento materno, abordagem do recém-nascido, sífilis congênita, suporte nutricional, neurodesenvolvimento com carga horária mínima de 180 horas. **Hipertensão** - Formação no Curso sobre Introdução ao Acolhimento e Curso sobre a Abordagem do Sobrepeso e Obesidade, Curso sobre a promoção da alimentação adequada e saudável, carga horária mínima de 180 horas ou Curso de Especialização focado em Abordagem/linha teórica comportamental, Cognitivo-Comportamental ou Sistêmica. **Diabetes** - Formação no Curso sobre Introdução ao Acolhimento, Curso de Abordagem do Sobrepeso e Obesidade, Curso de Autocuidado: como apoiar a pessoa com diabetes, Capacitação em procedimentos técnicos relativos a curativos especiais e ostomia, carga horária mínima de 180h ou Especialização focado em Abordagem/linha teórica comportamental, Cognitivo-Comportamental ou Sistêmica. **Pessoa Idosa** - Especialização em geriatria ou gerontologia ou capacitação para o atendimento ao Idoso (EAD) **Saúde Mental** - Capacitação para o atendimento ao paciente com Transtorno Mental e com Dependência de álcool e outras drogas ou Especialização focada em Abordagem/linha teórica comportamental, Cognitivo-Comportamental ou Sistêmica. Considera-se como capacitação 180 horas de curso, tanto presencial como EAD, sendo o mínimo de 40 horas cada curso nas seguintes áreas: saúde mental, psicopatologia, abordagem familiar ou trabalho com famílias, psiquiatria, psicossocial, prevenção do suicídio, dependência química, álcool e outras drogas e similares.	R$ 30,00
9.	GERONTOLOGIA	
9.1	Hora trabalhada (90526)	R$ 30,00
	PODOLOGIA	
90310	Atendimento de Podologia	R$ 23,00

(Assinado Digitalmente Pág. 91)
MARIA EDUARDA GACH
Credenciamento
CIS AMCESPAR

(Assinado Digitalmente Pág. 91)
ANGELA MARIA DA CRUZ CARDOSO
Diretora Técnica e Administrativa
CIS AMCESPAR

(Assinado Digitalmente Pág. 91)
ANA BEATRIZ DE MEIRA
Médica Diretora Técnica - CRM-PR 42576
CIS AMCESPAR

Irati, 21 de julho de 2026.

ASSINATURAS DIGITAIS

ANA BEATRIZ DE MEIRA –
CRM-PR 42576
Médica Diretora Técnica
CIS AMCESPAR

FÁBIO JUNIOR DE SOUZA
Advogado –OAB-PR 64.811
CIS AMCESPAR

MARCIA JOSIANE PARTEKA
Diretora do Departamento de Licitações Agente De Contratação

BERTOLDO ROVER
Presidente do CIS AMCESPAR

ANGELA MARIA DA CRUZ CARDOSO
Diretora Tecnica e Administrativa
CIS AMCESPAR

MARIA EDUARDA GACH
Credenciamento
CIS AMCESPAR

Irati, 21 de julho de 2026.

ANEXO IV - Requerimento de Credenciamento

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde)
ENDEREÇO - CEP
MUNICÍPIO - TELEFONE E/OU E-MAIL

MUNICIPIO, DATA, MÊS, ANO.
Ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da região Amcespar – CIS Amcespar
Eu, _____, RG_____, CPF_____, Cartão Nacional do SUS (CNS) n° _____, (médico especialista e/ou profissional de saúde) _____, (conselho de classe CRM ou outro competente), _____venho através deste requer a inscrição no CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SAÚDE - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº **005/2026,** do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar, objetivando a prestação de serviço dos procedimentos descritos na tabela abaixo:

A) OS PROCEDIMENTOS A SEREM REALIZADOS (conforme edital)

Código do procedimento CIS Amcespar conforme edital	A nomenclatura dos procedimentos.	Valor do procedimento CIS Amcespar	Profissional que irá realizar o procedimento

B) LOCAL DE ATENDIMENTO:

Local	Endereço

C) CONTA BANCARIA (CONTA JURÍDICA) PARA PAGAMENTO:

Nome do Banco	
Número da Agencia	
Número da Conta	
Tipo da Conta	
Informação complementar (Pix conta CNPJ)	

D) DADOS PRIORITARIOS PARA CONTATO:

Telefone de contato (01)	
Telefone de contato (02)	
E-mail de contato (01)	
E-mail de contato (02)	

E) DECLARAÇÃO CONJUNTA.
i. <u>Declaração de Idoneidade.</u>
Declaro para os fins de direito, na qualidade de solicitante de credenciamento na área da saúde, que não fui declarado inidôneo para contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.
Compromete-se a declarar qualquer fato superveniente impeditivo de credenciamento ou de contratação;

ii. <u>Disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.</u>

Declaro para os fins de direito e sob as penas impostas pela Lei n° 14.133/2021 e demais legislação pertinente, o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Declaro que conheço e concordo com os termos constantes do Edital de Credenciamento, seus anexos e Regulamentos. De modo que possuo condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou execução dos serviços em cumprimento ao que for solicitado para executar.

_____

(Nome Do Representante Legal Da Empresa Requerente)

_____
(Nome Do Profissional Executante Do Serviço, Quando Não Coincidir Com O Representante Legal Da Empresa Requerente)

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde)
ENDEREÇO - CEP
MUNICÍPIO - TELEFONE E/OU E-MAIL

DECLARO, conforme os itens abaixo descritos estar apta para fins de contratação para prestação de serviços junto ao CIS Amcespar que:
A. Não está omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada com entidades da Administração, em qualquer esfera de governo;
B. Não possui como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública paranaense, estendendo-se a restrição aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
C. Não possui contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos em decisão irrecorrível, ou, caso possua, sanou a irregularidade que motivou a rejeição e quitou os débitos eventualmente imputados, ou teve reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
D. Não foi punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, ou com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
E. Não possui contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos.
F. Não tem entre seus dirigentes pessoa:
I. cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal de Contas da União ou Tribunal de Contas do Paraná de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
II. julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
III. considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

Bem como em sua estrutura;
(_) O quadro societário desta empresa **não possui** cônjuge(s), companheiro(s) em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante (Prefeito Municipal) ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento na Administração Pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal."

(_) O quadro societário desta empresa **possui** cônjuge (s), companheiro (s) ou parente (s) em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou ainda de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, abaixo identificados:

Nome do Membro/Servidor:
Cargo:
Órgão/município de expediente:
Grau de Parentesco:

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

_____
(Nome Da Empresa Requerente)

ANEXO VI - Minuta de Compatibilidade de horários e atividade comercial

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde)
ENDEREÇO - CEP
MUNICÍPIO - TELEFONE E/OU E-MAIL

Ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da região Amcespar – CIS Amcespar

Declaro para os fins de direito que para prestação de serviços de saúde de execução do estabelecido neste edital de Credenciamento, está alinhado com as diretrizes do SUS, bem como a empresa possui como horária base de atendimento, conforme abaixo descrito;

Horários de atendimento do Estabelecimento	Dias da semana de fluxo de trabalho	Total de horas semanais

Horário de atendimento: Manhã: : às : Tarde: : às :	Segunda-Feira Terça-Feira Quarta-Feira Quinta-Feira Sexta-Feira Sábado Domingo (excluir os dias em que não pode atender)	(quantas horas na semana pode atender)

Também informa que não tem em sua estrutura funcionários que trabalham em regime de dedicação exclusiva com algum ente da administração ou em carga horária superior a 44hrs semanais.

Assim está apta e disponível para atender o fluxo de trabalho.

_____
(Nome Da Empresa Requerente)

ANEXO VII – Declaração de ciência e responsabilidade dos termos do edital e anexos.

DECLARO, na condição de inscrito, que:
A. Conheço e aceito incondicionalmente as regras do presente EDITAL E SEUS ANEXOS;

B. Responsabilizo-me por todas as informações atividades profissionais desenvolvidas;

C. Declaro, em caso de dúvida comunicarei o agente credenciante para instrução e determinação das atividades.

D. Declaro ainda que não possuo impedimento em qualquer órgão do Executivo ou Legislativo do Município Estado ou União, e de que não possuo infração ou suspensão legal para a contratação a ser realizada no âmbito do poder público.

E. Declaro estar ciente da minha responsabilidade pelas informações incluídas no prontuário eletrônico, bem como preenchimento todos os campos solicitados (anamnese, requisição de exames, requisição de medicamentos conforme as relações disponíveis no SUS, retornos, atestados, encaminhamentos e CID principal da doença do usuário e demais orientações que se fizerem necessárias) não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

F. Declaro estar ciente e guardar confidencialidade dos dados a mim confiados.

G. DECLARO ao CIS Amcespar ser RESPONSÁVEL do Estabelecimento _____ , sob minha orientação e supervisão estando o estabelecimento abaixo descrito, regulamente apto a exercer as atividades e sendo digno de credibilidade. Quando houver dúvidas profissionais, estas podem ser direcionadas a mim, no estabelecimento abaixo descrito ou no telefone (_) -_.
Assim informo a equipe mínima de profissionais que possuo sobre minha direção e supervisão.

Nome do profissional	Função desempenhada	Código dos itens pretendidos

Eu me responsabilizo em fazer cumprir todas as instruções referentes à profissão, comprometendo-me a comunicar imediatamente, ao CIS Amcespar, o cancelamento de minha Responsabilidade, ou indicar a Responsabilidade Técnica do Estabelecimento, a fim de evitar sanções previstas em Lei.

_____
(Nome Da Empresa Requerente)

ANEXO VIII
MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CIS Amcespar**, Sociedade Civil, inscrita no CNPJ sob n. º 00.358.098/0001-53, sito à Rua 19 de Dezembro, 280, Edifício Pérola do Sul, Centro, Irati-Paraná, CEP: 84.500-016, neste ato representado por seu (sua) Presidente, Prefeito (a) Municipal , Senhor (a) portador (a) da cédula de identidade n. º
e CPF/MF n. º , em pleno exercício de seu mandato e funções, doravante denominado CREDENCIADOR.
E de outro lado a empresa CNPJ sob nº , com endereço à Rua , Bairro, Cidade, CEP: , neste ato representado por
, RG nº e CPF nº , a seguir denominado CREDENCIADO, assinam o Termo de Credenciamento de prestação de serviços profissionais, Chamamento Público n°005/2026, sob o para a Inexigibilidade de Licitação, qual origina e firma Termo de Credenciamento para execução de serviços credenciados, que receberá a designação Termo de Credenciamento n° /_, consolidado e regido pelas seguintes cláusulas;

OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS.
A VINCULAÇÃO AO EDITAL RESPECTIVA ITENS A SER CREDENCIADO.
CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de Profissionais da Área da Saúde, através de suas respectivas pessoas jurídicas, para a Prestação de Serviços, ambulatoriais, para o Consórcio Intermunicipal de Saúde CIS Amcespar no atendimento de saúde especializado conforme suas necessidades constando no Anexo I e II deste edital. Os serviços poderão ser prestados nas Unidades do Consórcio para o atendimento de saúde especializado gerenciado pelos Ambulatórios AME e MACC (referência das linhas de cuidado do Programa de Qualificação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde (QualiCIS) do CIS Amcespar), pelo Centro de Especialidades Odontológicas. Ou nas diversas áreas de saúde em estabelecimento próprio dos credenciados. Ou em local especifico designado através de solicitação formal do município consorciado, conforme as necessidades para a Prestação de Serviços de consultas/atendimentos de especialidade.
Parágrafo Primeiro - O CREDENCIADO prestará seus serviços na área de
, , , na Clínica/Hospital , sito à Rua , Nº_, centro, na cidade de .
Parágrafo Segundo - As condições exigíveis para a execução do presente Termo de Credenciamento, são aquelas previstas no Edital e anexos do CHAMAMENTO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEGUNDA - Os atendimentos/procedimentos serão previamente autorizados pelo CIS Amcespar através de guias emitidas pelo sistema de informatização. A data de validade da autorização deverá ser respeitada, sendo que os atendimentos/procedimentos realizados após a validade serão automaticamente glosados por esse Consórcio.

CLÁUSULA TERCEIRA – Os atendimentos poderão ser realizados conforme pactuação previa com a credenciada e as ações integradas ou plano de trabalho conjunto de atendimentos de saúde previamente organizadas.
Parágrafo Único – A credenciada e a credenciante posterior a assinatura deste termo poderão realizar atualizações para observar as instruções extravagantes (externas) e características do atendimento/procedimento conforme instrução do serviço de saúde integrantes do SUS e dos programas associados para execução.

OBRIGAÇÕES E SEUS ELEMENTOS ESSECIAIS.
CLÁUSULA QUARTA – Constituem obrigações das partes CREDENCIADOR e do CREDENCIADO:
Parágrafo Primeiro - Encargos comuns aos credenciado e credenciante.
A. Elaboração de protocolos técnicos e de encaminhamento para as ações de saúde;
B. Educação permanente em serviço de recursos humanos orientados para o SUS;
C. Aprimoramento da atenção à saúde;
D. Cumprir todas as metas e condições especificadas nos descritivos anexos, parte integrante deste TERMO DE CREDENCIAMENTO.
E. Será designado membro da Comissão de Credenciamento conforme resolução interna, para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto deste Edital, nos termos disciplinados nos arts 104, inciso III e 117, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, e de acordo com o estabelecido no Edital. Devendo a Credenciada também estabelecer responsável para contatos formais com os dados e informações.
F. O CREDENCIADOR emitirá termos ou ofícios para esclarecimentos e atualizações dos atos operacionais. E a CREDENCIADA fornecerá os dados para comunicação de informação e também poderá solicitar informações para operacionalização dos atos aos setores do CIS Amcespar.

Parágrafo Segundo - São obrigações do CREDENCIADOR:
I – Efetuar o pagamento dos serviços prestados, desde que a CREDENCIADA (o) tenha apresentado a nota fiscal e documentos de suporte na forma e prazo hábeis para realização do pagamento;
II - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela(s) credenciada(s) com relação ao objeto deste Termo de Credenciamento.
III - Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela (s) CREDENCIADAS (os), inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços;

IV - Fornecer a CREDENCIADA (o) todos os dados, e informações que se façam necessárias ao bom desempenho dos serviços.
V - Agendar, quando solicitado, reunião para discussão de elementos que pairem dúvidas ou possuam protocolos próprios e divergentes a metodologia atualizada das empresas interessadas em se credenciar.
VI - Emitir instrução e informações a empresa interessada o Credenciamento.
VII - Realizar a análise da documentação apresentada e divulgar o resultado da análise do pedido de credenciamento.
VIII - Disponibilizar acesso ao sistema eletrônico aos credenciados e informar sobre a utilização do sistema.
IX - Manter o sistema eletrônico atualizado para escolha das opções/alternativas de agendamento/marcações pelos municípios participantes do CIS Amcespar.
XI - Convocar o CREDENCIADO para assinatura do termo de credenciamento após aprovação dos elementos documentais referentes as atividades que irá desempenhar.
XIV - Após assinatura do termo de credenciamento, a credenciada deverá observar as obrigações definidas no referido documento, bem como no Projeto Básico.

Parágrafo Segundo - São obrigações da CREDENCIADA (o):
I - Cumprir, nos termos e condições de sua proposta e do Edital e seus anexos, os serviços propostos;
II - Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação dos serviços;
III – Indicar formalmente à Administração, os prepostos e/ou responsáveis pela prestação dos serviços e emissões de laudos, objeto deste Termo de Credenciamento.
IV- Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação trabalhista, vez que não manterão nenhum vínculo empregatício com o CIS Amcespar;
V - Responsabilizar-se pelo fornecimento dos recursos humanos, materiais e impressos de sua competência, necessários para a execução do objeto deste Termo de Credenciamento.
VI - Cumprir e fazer cumprir as Normas Técnicas emanadas do Ministério da Saúde Secretaria de Estado da Saúde e CIS Amcespar, e Vigilância Sanitária conforme Resolução ANVISA nº 978, de 6 de junho de 2025, bem como pelos protocolos do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), obriga-se a instituir, executar e manter

ações contínuas voltadas à promoção da segurança do paciente e à gestão de riscos em serviços de saúde, em estrita observância às diretrizes técnicas e operacionais;
VII - Fazer os encaminhamentos dos pacientes/usuários que necessitam de serviço em outro nível de hierarquia, com a devida justificativa e caracterização diagnóstica, (Contra Referência).
VIII – Quando houver dúvida sobre o procedimento, guia, sistema, ou congênere entrar em contato com o CREDENCIADOR para elucidação e esclarecimentos.
IX – Colher a assinatura do paciente na guia do serviço/procedimento quando realizado.
X – Acompanhar e alimentar o sistema eletrônico e de informação do CIS Amcespar, onde serão disponibilizadas as informações para os municípios e operadores do CIS Amcespar.
XI – Solicitar informação técnica quando a utilização do portal eletrônico.
XII – Responsabilizar-se pelas informações incluídas no sistema eletrônico, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
XIII - Emitir relatório de atendimentos/consultas realizadas, para controle de produção.
XIV – Assinar o termo de credenciamento, quando convocado, dentro do prazo determinado neste instrumento.
XV – Após assinatura do termo de credenciamento, o credenciando deverá observar as obrigações definidas no referido documento, bem como no Projeto Básico.
XVI - Manter as certidões fiscais atualizadas.
XVII – Elementos de duvidas solicitar informações ao CIS Amcespar.

XIII – Alimentar o PRONTUÁRIO ELETRONICO, incluindo todas informações relevantes à realização dos atendimentos (exames, cirurgias e procedimentos), bem como preencher todos os campos solicitados.
XIX - O profissional é responsável por todas informações lançadas no prontuário eletrônico, devendo preencher todos os campos exigidos (anamnese, requisição de exames, requisição de medicamentos conforme as relações disponíveis no SUS, retornos, atestados, encaminhamentos, CID demais documentos que se fizerem necessárias), bem como realizar a emissão de todos e quaisquer documentos exclusivamente através do Prontuário Eletrônico.
XX - Nas consultas, os atendimentos devem ser registrados e concluídos no prontuário eletrônico, com as devidas justificativas técnicas para o seguimento do paciente e para a regulação de fila pelas auditorias municipais e estaduais. Os documentos pertinentes emitidos, devem ser impressos e entregues ao paciente.
XXI – Prestar informação sobre eventual necessidade de alteração ou ajuste relativo à prática de rotina ou protocolo de serviço de saúde.
XXII – Executar os atendimentos conforme disponibilidade da agenda.
XXIII – Manter profissional conforme tabela de itens que compõem o objeto deste processo, sendo de responsabilizada pelo dano decorrente da falta desse cumprimento na ausência de profissional, quando for a opção de execução dos serviços inerentes ao anexo IV do edital.
XXIV – Observar os métodos de aprimoramento e desenvolvimento dos respectivos serviços, e metas qualitativas, conforme o edital e anexos, especialmente conforme plano de avaliação, o seu descumprimento ou medidas de cumprimento acarretará no descredenciamento do profissional inadimplente da obrigação
XXVI – Recomenda-se que o médico credenciado priorize, sempre que possível, a prescrição de medicamentos constantes na REREME, conforme os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do SUS. Prescrições fora dessas listas devem ser clinicamente justificadas em prontuário.
XXVII – Seguir a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
XXVIII – Conferir a agenda de serviços a serem executados pelo credenciado sendo dever do credenciado verificar as inconformidades, eventual solicitação de correções. Poderão ocorrer agendamentos extraordinários conforme plano de ação e trabalho de comum acordo.
XXIX - Nos casos em que a cirurgia for realizada por meio do credenciamento via Consórcio, o primeiro retorno pós-operatório não será pago, por já estar incluído no valor do procedimento cirúrgico.
XXX - E demais obrigações previstas no edital.

COMPATIBILIDADE DAS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS NA HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO.

CLÁUSULA QUINTA – No processo de credenciamento, depois de assinado o termo de credenciamento a credenciada deverá manter as condições ao longo de toda a execução do termo de credenciamento, em conformidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação ou para a qualificação do credenciado.

Parágrafo Primeiro – É aplicável a responsabilidade civil aquiliana, a obrigação de reparar danos causados a terceiros, independentemente de um contrato pré-existente. No contexto aplicável neste Termo é manter o sigilo e a conformidade entre a credenciada e a credenciante.
Parágrafo Segundo – A credenciada se obriga a manter sigilo sobre todas as informações confidenciais recebidas do Credenciante, não podendo divulgá-las a terceiros sem prévia autorização por escrito. Esta obrigação de confidencialidade permanecerá em vigor mesmo após o término do termo de credenciamento.

CLÁUSULA SEXTA - O CREDENCIADO é responsável pela indenização de dano causado ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos.

CLÁUSULA SETIMA – Poderá o CREDENCIADO, conforme estipulação em conjunto com os interesses do CREDENCIADOR, prestar serviços nas dependências do credenciante. Ou conforme interesse conjunto e fluxo de trabalho realizar atendimentos/procedimentos/exames em sede/filial do CREDENCIADO. Ações e medidas realizadas conforme fluxo de trabalho pactuado.
Parágrafo Primeiro - A mudança do Responsável Técnico também será comunicada ao CREDENCIADOR, no prazo máximo de 10 (dez) dias.
Parágrafo segundo – Caso a mudança não seja comunicada, considera-se como mantida a responsabilidade técnica pelo período ao anterior imputado.

AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E O FLUXO DE LIQUIDAÇÃO.
CLÁUSULA OITAVA – **O CREDENCIADOR** remunerará mensalmente o **CREDENCIADO**, pelos serviços aludidos na cláusula primeira. O pagamento dos credenciados será realizado de acordo com a demanda, tendo por base o valor pré-definido pela Administração, a qual se utilizará da importância relativa ao número de atendimentos realizados tendo como referência os valores do anexo III do Edital de Credenciamento.
Parágrafo Primeiro - Quando se tratar de consultas, exames, procedimento cirúrgico ou ambulatorial, deverão ser encaminhadas ao CIS as respectivas guias de solicitações médicas e as guias de autorização do CIS, emitida através do sistema de informatização.
Parágrafo Segundo - Quando se tratar de prestação de outro serviço de atendimento à saúde deverá ser encaminhado ao CIS, "relatório de frequência" onde conste carga horária trabalhada bem como comprovante de produção ambulatorial.
Parágrafo Terceiro – Os pagamentos serão realizados em torno de 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal Eletrônica ao setor de contabilidade do CIS Amcespar.
Parágrafo Quarto - Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da prestação de serviços, serão de responsabilidade da empresa credenciada.
Parágrafo Quinto – O credenciado deverá encaminhar ao CIS Amcespar as novas CNDs antes do vencimento das mesmas, sendo que o pagamento ficará condicionado à apresentação desta.

Parágrafo Sexto – Nos casos em que a cirurgia for realizada por meio do credenciamento via Consórcio, o primeiro retorno pós-operatório não será pago, por já estar incluído no valor do procedimento cirúrgico.

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA.
CLÁUSULA NONA - Os pagamentos decorrentes da execução dos serviços, assim como as despesas decorrentes do presente Termo de Credenciamento, correrão por conta das dotações orçamentárias:

01.100
10.122.0001.2.001.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.002.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO

10.302.0001.2.005.3.3.90.39.00.00. Fonte 368 QUALICIS
10.302.0001.2.006.3.3.90.39.00.00 fonte 389 SUS
10.302.0001.2.007.3.3.90.39.00.00 fonte 496 CEO

Parágrafo Primeiro - A duração do presente Instrumento fica vinculada à vigência dos respectivos créditos orçamentários nos termos do caput do art.105 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Parágrafo Segundo - Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA DECIMA - É expressamente vedado a cobrança de qualquer sobretaxa além da tabela adotada, seja dos Municípios Consorciados ou dos usuários do CIS Amcespar, ou mesmo indicar consultórios particulares para realização de serviços.
Parágrafo Único - O prestador de serviços deverá preencher documentação referente à pacientes atendidos via CIS Amcespar, sempre que solicitado pelo Poder Judiciário, Ministério Público, processos originários da Regional de Saúde - LME (Medicamento de Alto Custo), dentre outros, sem ônus ao CIS Amcespar.

SUSPENSÃO E DESCREDENCIAMENTO VOLUNTÁRIO POR QUALQUER DAS PARTES.
CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – Na eventualidade da necessidade do CREDENCIADO suspender o atendimento por algum período, deverá comunicar o CIS Amcespar, no mínimo com 10 (dez) dias corridos de antecedência.
Parágrafo Único – O CIS Amcespar poderá rescindir o termo de credenciamento, rescisão amigável a pedido credenciado, ou poderá também ocorrer pelo CIS Amcespar, a fim de que os atos administrativos cabíveis sejam praticados em tempo de não interferir na rotina de agendamentos.

DAS INFRAÇOES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E DAS MULTAS.
CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - O descumprimento injustificado de qualquer das cláusulas aqui avençadas, constituirá motivo justo para a:
Parágrafo Primeiro – Para a SUSPENSÃO IMEDIATA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO.
Parágrafo Segundo - De modo que será informado por NOTIFICAÇÃO EXPRESSA ao CREDENCIADO.
Parágrafo Terceiro - A partir do recebimento da Notificação abre-se prazo de 5 (cinco) dias úteis para que o CREDENCIADO exerça o seu direito de defesa, e, na sequência, 5 (cinco) dias úteis para que o CREDENCIADOR emita decisão sobre a continuidade da suspensão ou rescisão do Termo de Credenciamento.
Parágrafo Quarto - Em caso de rescisão pelo descumprimento do Termo de Credenciamento caberá ao Credenciante buscar pelas vias legais os danos sofridos, sem prejuízo da cobrança de MULTA de 10% sobre o valor da média dos últimos 03 (três) meses de faturamento do CREDENCIADO pelos serviços prestados. A mesma MULTA é devida em caso de SUSPENSÃO POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL.
Parágrafo Quinto – Em condutas de maneira de tornar ciente dos atos e demais casos expressos para fins de imposição de penalidades são considerados infrações as condutas elencadas no item 15.7 do edital de credenciamento.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – Sanções administrativas e inadimplemento dos serviços a contratação decorrente do credenciamento obedecerá às regras da Lei Federal nº 14.133/2021 e os termos da minuta de credenciamento, anexa a este Edital.
Parágrafo Primeiro – A interrupção do atendimento por iniciativa da credenciada sem motivo justificado será considerada como abandono, sujeitando-a as sanções previstas em Lei e neste Edital.
Parágrafo Segundo – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o credenciado que:
I – der causa à inexecução parcial do contrato;
II – der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III – der causa à inexecução total do contrato;
IV – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
V – apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
VI – praticar ato fraudulento na execução do contrato;
VII – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
VIII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Parágrafo Terceiro – Serão aplicadas ao credenciado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I – Advertência, quando o credenciado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021); II – Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas II,
III e IV do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas V, VI, VII e VIII do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas II, III e IV, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156,
§5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
IV – Multa, com observância do percentual mínimo de 0,5% e de percentual máximo de 30%.

Parágrafo Quarta – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
II – as peculiaridades do caso concreto;
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV – os danos que dela provierem para o CIS Amcespar;
V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Parágrafo Quinta – As sanções previstas neste instrumento são independentes, podendo ser aplicadas de forma isolada ou, em casos de multas, cumulativamente com outras de maior gravidade.
Parágrafo Sexta – A personalidade jurídica da credenciada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Credenciamento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a credenciada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
Parágrafo Sétima – Os débitos da credenciada para o CIS Amcespar/credenciante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo termo de credenciamento ou de outros contratos administrativos que da credenciada possua com o mesmo órgão ora credenciante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Caberá ao CIS Amcespar a coordenação, controle e fiscalização da prestação dos serviços. A execução do Termo deverá ser acompanhada e fiscalizada, na forma da interna do CIS Amcespar que constitui e nomeia a Comissão Especial de Credenciamento como responsáveis e diligentes para os trabalhos inerentes de Gestor/Fiscal (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste Termo de Credenciamento pelos órgãos competentes do SUS não exclui, nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação civil, penal e administrativa.
Parágrafo Segundo - A execução do presente Termo de Credenciamento será avaliada pelos órgãos competentes do CREDENCIADOR, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Termo de Credenciamento, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.
Parágrafo Terceiro - A fiscalização exercida pelo CREDENCIADOR sobre serviços ora instrumentalizado não eximirá o CREDENCIADO da sua plena responsabilidade perante o CREDENCIADOR ou para com os pacientes e terceiros decorrente de culpa ou dolo na execução do Termo de Credenciamento.
Parágrafo Quarto - O CREDENCIADO facilitará ao CREDENCIADOR o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do CREDENCIADOR designados para tal fim.

DA EXTINÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Do termo de credenciamento será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
Parágrafo Primeiro - O Termo poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CREDENCIADOR, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
Parágrafo Segundo - O Termo de Credenciamento poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Parágrafo Terceiro - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
Parágrafo Quarto - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Parágrafo Quinto – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

DA INTEGRIDADE E DAS MEDIDAS ANTICORRUPÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – As partes se obrigam, sob as penas previstas neste termo de credenciamento e na legislação aplicável, a observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis, incluindo, mas não se limitando, a legislação brasileira anticorrupção e a legislação brasileira contra a lavagem de dinheiro.
Parágrafo Único – Para a execução deste termo, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, sejam de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, sob pena de rompimento do vínculo contratual e adoção das medidas sancionatórias cabíveis.

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE TRATAMENTOS PRIVACIDADE DOS DADOS
CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709/18, que trata da proteção dos dados pessoais, o CREDENCIADOR e CREDENCIADA se obrigam a dar ciência prévia quando fizerem uso dos dados privados de pessoas naturais, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.
Parágrafo Primeiro – Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da Credenciada com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709/18.
Parágrafo Segundo – O CREDENCIADOR se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares pessoas naturais vinculadas à Credenciada, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas nos incisos II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709/18.
Parágrafo Terceiro – A Credenciada se compromete em zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares pessoas naturais vinculadas à prestação de serviços (pacientes e outros que porventura tenham seus dados colhidos pela Credenciada durante e por conta da execução deste termo de credenciamento), sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas nos incisos II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709/18.
Parágrafo Quarto – É obrigação da Credenciada manter as condições e os protocolos de segurança de forma a preservar a integridade moral e o sigilo de informações íntimas das pessoas de acordo com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados e suas alterações.

DAS DISPOSIÇÕES ATUALIZAÇOES E ALTERAÇÕES.
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – O valor dos procedimentos indicados no Anexo III poderá sofrer reajustes, conforme o expresso no edital de CHAMAMENTO e respeitado a Lei de licitações e contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Qualquer das alterações do presente Termo de Credenciamento será objeto de Termo Aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO.
CLÁUSULA VIGESSIMA – O presente Termo de Credenciamento será publicado, por extrato, em Jornal de Circulação na Região, em sincronia com exposto no art. 94, parágrafo primeiro, da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).
Parágrafo Único – Divulgação e propaganda por parte da credenciada é de caráter restrito de modo a inibir a propaganda maciça e predatória.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E NOS CASO CASOS OMISSOS.
CLÁUSULA VIGESSIMA PRIMEIRA – Os casos omissos serão resolvidos à luz Lei nº 14.133/2021, suas alterações e legislação pertinente sobre normas gerais de licitação e dos princípios gerais de direito.
Parágrafo Único – É aplicável as situações inerentes matéria estrita aos procedimentos/itens a legislação do SUS e suas instruções, quando não expressas aplicasse a referência do Conselho Profissional disposta para a matéria da literatura do que venha ser e como aplicasse os procedimentos/itens segundo as boas práticas.

DO FORO.

CLÁUSULA VIGESSIMA SEGUNDA – Fica eleito o Foro da Comarca de Irati-PR para dirimir eventuais desavenças da presente contratação.

CLÁUSULA VIGESSIMA TERCEIRA – A **vigência** deste Termo de Credenciamento Nº ____/____é de____ a **25 de setembro de 2027.**

Estando as partes em pleno acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual forma e teor, e ciente da publicação em sitio oficiais públicos.

Irati, ____de____de____.

CIS AMCESPAR
Credenciado

_____
Credenciador

Testemunhas:

_____

_____

ANEXO IX - DOCUMENTOS PADRONIZADOS

TERMO DE DESCREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CIS/AMCESPAR**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n.º 00.358.098/0001-53, sito à Rua 19 de dezembro, 280, Centro, Irati-Paraná, neste ato representado por sua (seu) Presidente, Prefeita (o) Municipal_____ , Senhora(o) _____ já qualificado no procedimento licitatório, em pleno exercício de seu mandato e funções, doravante denominado CREDENCIADOR, e de outro lado a empresa _____ CNPJ sob nº_____ , com endereço à Rua _____ , Bairro, Cidade, CEP: _____ , neste ato representado por_____ , RG nº_____ e CPF Nº_____ , a seguir denominado CREDENCIADO.

Conforme solicitação assinam o Termo de Descredenciamento de prestação de serviços profissionais, Chamamento Público n°0xx/202_, referente a Inexigibilidade de Licitação n° 0xx/202_, qual tinha celebrado originalmente o Termo de Credenciamento para execução de serviços credenciados n° _____/_____.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Tem por objeto informar o Descredenciamento de Pessoas Jurídicas para disponibilização de Profissionais da Área da Saúde.
CLÁUSULA SEGUNDA - Conforme regramento imposto pelo ato convocatório, decidem as partes, o descredenciamento considerando RESCINDIDO na mesma data, de forma amigável nos termos do edital de credenciamento, e no Termo de Credenciamento firmado anteriormente, cessando, a partir da presente data, todas as obrigações e responsabilidades assumidas por ambas as partes, considerando plenamente quites e sem mais agendas de serviços a disponibilizar.
CLÁUSULA TERCEIRA – Fica eleito o Foro da Comarca de Irati-PR para dirimir eventuais desavenças da presente contratação.

Estando as partes em pleno acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor.

Irati, _____de_____de_____.

CIS/AMCESPAR
Credenciado

_____
Credenciador

REQUERIMENTO DE DESCREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA.

RAZÃO SOCIAL:_____
CNPJ: _____
CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde)_____
ENDEREÇO – CEP: _____
MUNICÍPIO: _____
TELEFONE E/OU E-MAIL: _____

Ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da região Amcespar – CIS Amcespar Por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, conforme exigido pelo Edital de Credenciamento em conformidade com a Lei 14.133/2021.
Venho através deste requerer o descredenciamento do CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0___/202____. Referente ao TERMO DE CREDENCIAMENTO n° _____. Fazendo as anotações necessárias para evitar o agendamento de mais serviços/procedimentos, e em considerações que já estão quites todas as obrigações, sem mais a requerer, a cumprir ou a solicitar.

_____
(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA REQUERENTE)

ANEXO X – Credenciamento de equoterapia
Instrução especifica para equoterapia

Declaração de Ciência dos Termos Contratuais

Como representante legal da empresa [Nome da Empresa Contratada], inscrita no CNPJ sob o nº [Número do CNPJ], declaro que estou ciente e de acordo com todos os termos e condições estabelecidos da **RESOLUÇÃO Nº 206/2024** e **RESOLUÇÃO Nº 134/2025** do CIS Amcespar para instrução especifica para equoterapia, que implica em conhecimento das normativas externa para aplicada ao procedimento especifico necessário para cumprimento do Termo de Credenciamento.

Assinatura: _____

Nome: [Nome do Representante da Contratada]

Cargo: [Cargo do Representante da Contratada]

Data: [Data da Assinatura]

****extrato para conhecimento RESOLUÇÃO Nº 206/2024**

RESOLUÇÃO Nº 206/2024

Dispõe sobre o serviço de equoterapia com relação a Lei Federal nº. 13.830 de maio de 2019, no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde da região AMCESPAR.

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Instrução Normativa o serviço de equoterapia com relação a Lei Federal nº. 13.830 de maio de 2019 no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde da região AMCESPAR – CIS Amcespar.

Seção II

Das Definições

Art. 2 º. Para os efeitos desta Instrução Normativa são adotadas as seguintes definições:

I. **Equoterapia**: Tratamento de equoterapia refere- se a um método terapêutico que utiliza cavalos para promover o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência e/ou com necessidades especiais. Essa prática combina as áreas de saúde, educação e equitação, oferecendo benefícios físicos, psicológicos e sociais aos praticantes. Melhora da coordenação motora, equilíbrio, tônus musculares, postura e controle respiratório. Aumenta a autoestima, confiança, concentração e ajuda a reduzir o estresse e a ansiedade. Promove a interação social, melhora a comunicação e facilita a inclusão social.

II. **Equipe multidisciplinar**: Por se tratar de Consorcio Intermunicipal de Saúde de abrangência regional onde a estruturação do serviço de saúde segue as diretrizes do SUS e regulação municipal, a definição de equipe multidisciplinar nos serviços credenciados pelo consorcio segue da seguinte forma:

a. **Médico**: Considerando que a porta de entrada do SUS refere-se ao primeiro ponto de contato que o paciente tem com o sistema de saúde. Esse primeiro contato é crucial para garantir que o paciente receba o atendimento adequado e seja direcionado para os serviços necessários. Existem diferentes níveis e tipos de portas de entrada no SUS com atendimento médico, portanto o encaminhamento é de responsabilidade do profissional médico, considerando este como parte da equipe de apoio da equipe multidisciplinar do I, art. 3 º. da Lei 13.830/2019.

b. **Médico veterinário**: Considerando que esta terapia é realizada com a utilização do cavalo, o médico veterinário deverá realizar avaliações regulares, para garantir que o cavalo esteja em boas condições de saúde. Isso inclui exames físicos, controle de parasitas, vacinação e exames dentários. O cavalo deve estar livre de doenças que possam comprometer seu desempenho ou representar risco para o praticante. O cavalo deve ser monitorado constantemente para identificar qualquer sinal de lesão ou desconforto. Lesões não tratadas podem piorar, comprometendo a saúde do animal e a eficácia da equoterapia.

c. **Psicólogo:** Trabalhar com os aspectos emocionais, comportamentais e psicológicos do praticante. O psicólogo ajuda a desenvolver a autoconfiança, a reduzir a ansiedade e a melhorar o controle emocional do praticante. Além disso, trabalha na construção de vínculos afetivos e na motivação para a prática, facilitando a interação social e a comunicação.

d. **Fisioterapeuta:** Avaliar e tratar os aspectos físicos e motores do praticante, como força, equilíbrio, coordenação motora e tônus muscular. O fisioterapeuta utiliza o movimento tridimensional do cavalo para promover a reabilitação motora, trabalhando em exercícios que ajudam a melhorar a postura e a mobilidade, além de monitorar a resposta física do praticante durante a sessão.

e. **Instrutor de Equitação**: Garantir a segurança e a técnica de equitação durante as sessões de equoterapia. O instrutor de equitação é responsável por adaptar o cavalo às necessidades do praticante, garantir o manejo seguro do animal, e ensinar técnicas de equitação que auxiliem no desenvolvimento físico e emocional do praticante. Ele também coordena a interação entre o praticante e o cavalo, ajustando as atividades para alcançar os objetivos terapêuticos.

III. **Estrutura:** A empresa deverá oferecer acessibilidade, banheiros adaptados, sala de espera, salas de atendimentos e disponibilizar local aberto e também local coberto para realizar das atividades. Devendo ser enviadas fotos do espaço no ato do credenciamento.

Sessão III

Do Funcionamento

Art. 3 º. Para realização do serviço de equoterapia o usuário deverá ser encaminhado pelo profissional médico e agendado pelo município de referência. O primeiro atendimento deverá ser realizado através de avaliação pela equipe multidisciplinar (psicólogo, fisioterapeuta, instrutor de equitação e/ou demais profissionais dispostos no I, art. 3 º. da Lei 13.830/2019.

Art. 4 º. Após a primeira avaliação será definido pelo serviço de equoterapia o número de sessões e temporalidade do tratamento conforme evolução de cada usuário, preconizando o processo de alta, sendo sempre o agendamento realizado pelo município.

Art. 5 º. As sessões de equoterapia deverão ser realizadas pelos profissionais considerados necessários durante avaliação. Estes profissionais deverão utilizar o prontuário eletrônico do consorcio e nele constar dados clínicos e evolução da conduta de cada profissional que participou da sessão.

Art. 6 º. A sessão deverá ter um tempo mínimo de 40 minutos.

Art. 7 º. O serviço deverá dispor de todos os equipamentos de proteção adequados durante as sessões. As selas e arreios devem ser inspecionados regularmente para garantir que estejam em boas condições, bem como toda a estrutura necessária para a manutenção da higiene e funcionamento conforme normas sanitárias vigentes.

Art. 8 º. O serviço devera dispor de estrutura conforme item III, do art. 2 deste Instrumento.
Art. 9 º. Cumprir as exigências do edital de credenciamento do CIS Amcespar vigente no período.

Sessão IV
Da Comprovação Profissional
Art. 10 º. Para ter o serviço credenciado a empresa deverá dispor dos seguintes profissionais: Fisioterapeuta, Psicólogo, Equitador, médico veterinário e outros que considerar necessários.

Art. 11 º. Diploma de curso superior devidamente reconhecido no Conselho da Classe Profissional para as profissões que já possuem conselhos constituídos.

Art. 12 º. O profissional equitador deverá apresentar certificado: de cursos específico de formação em equoterapia, ou podendo também apresentar qualificação profissional de curso extensivo que compreenda o modulo equoterapia. Esta qualificação é essencial para evidenciar capacidade técnica de atuar nessa modalidade terapêutica legitimado por uma entidade ou órgão de qualificação reconhecido.
Art. 13 º. A empresa deverá apresentar vínculo do responsável técnico que atuará na execução dos serviços contratados com a incumbência de responsabilidade técnica e cujo nome deverá estar cadastrado junto à conselho profissional competente.
§ 1º. Todos os profissionais que atuarem nos Centros de Equoterapia devem possuir registro nos Conselhos Regionais das respectivas categorias.
§ 2º. A empresa ou ente que ofertar a procedimento/serviço de Equoterapia para as pacientes integrantes do SUS, somente poderão funcionar mediante alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária e apresentação de profissional Médico Veterinário, devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV) para constância das condições de higiene das instalações, a sanidade dos animais.
§ 3º. A empresa ou entidade, pessoa jurídica, poderá apresentar, para o credenciamento, informação complementar derivada de entidade de certificação de qualificação nacional de fim específico, trazendo o rol técnico habilitado que demonstre o alto grau de certificação e boas práticas.
Sessão V
Da Fiscalização
Art. 14 º. Poderá ser realizada de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores ou equipe de fiscalização. Será observado o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer a credenciada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas. O serviço poderá ser suspenso nos seguintes casos:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades credenciadas.
b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
c) Realizar serviços por profissional não credenciado, deixar de cumprir com requisitos de equipe mínima ou não comunicar o desligamento dos profissionais credenciados.
d) Deixar de cumprir as exigências do edital de credenciamento.
Sessão VI
Da Subcontratação

Art. 15 º. A credenciada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no edital de credenciamento do CIS Amcespar.
Sessão VII
Das Disposições Finais

Art. 16. A alta administração do Consórcio, quando necessário poderá implementar mecanismos e instrumentos necessários para o bom funcionamento e controle do serviço.

Art. 17 - Esta Resolução entra em vigor a partir de 1° de janeiro de 2025 revogando-se as disposições contrárias.

****extrato para conhecimento RESOLUÇÃO Nº 134/2025**

RESOLUÇÃO COMPLEMENTAR Nº 134/2025

Dispõe sobre requisitos adicionais à Resolução nº 206/2024 referente à qualificação dos profissionais da equipe multidisciplinar e às condições estruturais da área coberta para execução do serviço de Equoterapia no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região AMCESPAR – CIS Amcespar.
Seção I
Da Qualificação Específica da Equipe Multidisciplinar

Art. 1. Além das exigências já previstas na Resolução nº 206/2024, **todos os profissionais integrantes da equipe multidisciplinar** envolvidos nas sessões de Equoterapia **deverão, obrigatoriamente, possuir capacitação específica em Equoterapia.**
§ 1º A capacitação deverá ser comprovada mediante apresentação de certificado de curso de formação, extensão ou aperfeiçoamento em Equoterapia, emitido por instituição reconhecida e voltada à formação de profissionais para essa prática terapêutica.
§ 2º Profissionais com experiência comprovada na área de Equoterapia também deverão apresentar certificação de qualificação específica, não sendo aceita apenas experiência prática sem comprovação de formação teórica.
§ 3º O não cumprimento desta exigência poderá ser motivo de suspensão ou descredenciamento da empresa junto ao CIS Amcespar.
Art. 2. A equipe multidisciplinar poderá, de acordo com os objetivos do programa, ser integrada por outros profissionais,
como pedagogo, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e professores de educação física, que igualmente deverão apresentar certificação específica em Equoterapia.
Seção II
Da Estrutura da Área Coberta e Acessibilidade

Art. 3. Em complemento ao disposto no inciso III, do Art. 2º da Resolução nº 206/2024, fica determinado que a área coberta destinada à realização das atividades de Equoterapia deverá ter **dimensões compatíveis com a prática segura e adequada da atividade com o cavalo**.

§ 1º A área coberta deverá permitir a execução segura de deslocamentos, exercícios e manobras com o cavalo, garantindo a integridade física dos praticantes, profissionais e animais.
§ 2º No ato do credenciamento, a empresa deverá obrigatoriamente **enviar fotografias atualizadas da área coberta**, evidenciando suas dimensões, condições de segurança e adequação ao serviço de Equoterapia.
Art. 4. A estrutura do local de atendimento em Equoterapia deverá obrigatoriamente contar com **rampa de acesso adaptada**, com inclinação adequada, de modo a permitir o acesso seguro de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
§ 1º A rampa deverá atender às normas de acessibilidade vigentes, garantindo segurança e conforto aos usuários durante o embarque e desembarque no cavalo.
§ 2º Caso a estrutura física não atenda às condições de dimensão e acessibilidade estabelecidas, o credenciamento será indeferido ou suspenso até que as adequações necessárias sejam realizadas.
Seção III
Das Disposições Finais
Art. 5. Esta Resolução Complementar entra em vigor na data de sua publicação, devendo suas exigências serem cumpridas integralmente pelas empresas e entidades credenciadas a partir de 26 de setembro de 2025.
Art. 6. Permanecem vigentes todas as demais disposições da Resolução nº 206/2024, exceto naquilo que forem complementadas ou modificadas por esta Resolução.

ANEXO XI – NOTA TÉCNICA nº 01/2025 - PRÓTESE TOTAL

A presente Instrução Normativa tem como objetivo padronizar os processos de trabalho relacionados às PRÓTESES TOTAIS no âmbito do CEO do CIS Amcespar. O paciente deverá ser encaminhado pela rede básica de saúde e ter seu agendamento registrado no sistema IDS, conforme a disponibilidade de vagas ofertadas pelo CEO, considerando a base populacional.

Ao chegar ao CEO, o paciente deverá realizar a conferência de seus dados na recepção, destacando-se a obrigatoriedade de apresentação do cartão SUS, indispensável para alimentação do sistema do Ministério da Saúde. Em seguida, será direcionado para atendimento odontológico, obedecendo à ordem de chegada. A duração média de cada consulta com o Cirurgião Dentista Protesista será de aproximadamente 10 minutos por paciente.

No primeiro atendimento, o Cirurgião Dentista Protesista realizará a moldagem com alginato da maxila e da mandíbula, encaminhando os moldes ao laboratório de prótese. O paciente sairá do consultório com a data da próxima consulta agendada, devendo providenciar o transporte junto ao seu município, caso necessário. Observação: caso o paciente apresente a mucosa em condições inadequadas para confecção da prótese, o Cirurgião Dentista Protesista o encaminhará para procedimento cirúrgico, quando necessário, para remoção de hiperplasia, regularização de rebordo alveolar, ou remoção de raiz residual ou dente remanescente unitário. O Técnico em Prótese Dentária confeccionará o modelo em gesso, os roletes de cera para o registro de mordida, bem como as moldeiras individuais em acrílico para moldagem funcional, sempre que necessário.

Na segunda consulta, o Cirurgião Dentista Protesista realizará o registro em cera, medirá a dimensão vertical, definirá a linha média na face do paciente, o suporte labial, a exposição dentária, a linha do sorriso e a posição dos caninos. Serão tiradas fotografias do rosto do paciente, que serão enviadas ao Técnico em Prótese Dentária para que este realize a montagem dos dentes de acordo com o formato facial. O Cirurgião Dentista também apresentará as opções de cor de dentes disponíveis no serviço, registrando a escolha do paciente, além de efetuar a moldagem funcional, quando necessária, e encaminhar o material ao laboratório de prótese. O Técnico em Prótese Dentária confeccionará novo modelo em gesso, se houver moldagem funcional, e, com as informações repassadas pelo Cirurgião Dentista Protesista, montará a prova de dentes de acordo com o perfil individual do paciente.

Na terceira consulta, o Cirurgião Dentista Protesista verificará a mordida, a oclusão e a linha média da nova prótese, realizando os ajustes necessários antes de encaminhá-la ao laboratório de prótese para confecção final. Nessa ocasião, o paciente escolherá a cor do palato da prótese, entre rosa ou incolor. O Técnico em Prótese Dentária procederá à confecção da prótese em acrílico, seguindo todas as etapas necessárias, desde a prensagem até o polimento, considerando a cor do palato escolhida pelo paciente.

Na quarta consulta, realizada pelo Cirurgião Dentista Protesista, será feita a entrega da prótese ao paciente, devidamente ajustada conforme suas necessidades, sendo efetuados os ajustes necessários. Na quinta consulta, também sob responsabilidade do Cirurgião Dentista Protesista, será avaliada a adaptação da prótese pelo paciente, realizando-se novos ajustes, se houver necessidade. Observação: as próteses serão refeitas apenas em caso de distorções no processo de cocção, não sendo realizadas alterações por motivos estéticos, uma vez que tais definições já foram estabelecidas durante as consultas.

Se necessário, o paciente poderá retornar ao CEO para ajuste da prótese dentro do prazo de até 3 meses, mediante agendamento prévio via telefone ou WhatsApp.

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:C4DCE8CC

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EDITAL 06/2026 - EXAMES, PROCEDIMENTOS E CIRURGIAS

Sumário
1 – PREÂMBULO.....3
2 – OBTENÇÃO DO EDITAL.....4
3 – OBJETO.....4
4 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO.....5
5 – FORMAS DE INSCRIÇÃO E SOLICITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO.....7
6 - COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO.....10
7 – FORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS.....11
8 – DOCUMENTAÇÕES PARA HABILITAÇÃO.....11

9 – PROCEDIMENTOS DO CREDENCIAMENTO.....15
10 – CRITÉRIOS DE CREDENCIAMENTO.....16
11 - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA.....16
12 - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE 18
13 - DO DESCUMPRIMENTO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO.....18
14 – DO VALOR.....19
15 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO DOS SERVIÇOS.....19
16 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....21
17 - OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS 22
18 - DOS ESCLARECIMENTOS DO EDITAL OU DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.....22
19 – DO DIREITO DE PETIÇÃO E RECURSOS.....23
20 – DISPOSIÇÕES GERAIS.....24
21 – ANEXOS FUNDAMENTAIS INTREGRANTES DO EDITAL.....25
ANEXO I - PROJETO BÁSICO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/PROCEDIMENTOS.....27
ANEXO II - TABELA DE VALORES.....43
LOTE 1 - PROCEDIMENTOS.....43
LOTE 2 - PROCEDIMENTO AMBULATORIAL COMPLEMENTAR.....45
LOTE 3 – ODONTOLOGIA 45
LOTE 4 – EXAMES COM LAUDO.....46
LOTE 5 – EXAMES – RADIOAGNÓSTICO.....53
LOTE 6 – OFTALMOLOGIA 58
LOTE 7 – EXAMES LABORATORIAIS 61
LOTE 8 – CIRURGIAS.....72
ASSINATURAS DIGITAIS.....92
ANEXO III - Requerimento de Credenciamento.....93
ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE.....95
ANEXO V- Minuta de Compatibilidade de horários e atividade comercial.....97
ANEXO VI – Declaração de ciência e responsabilidade dos termos do edital e anexos.....98
ANEXO VII.....99
MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE.....99
ANEXO VIII.....111
DOCUMENTOS PADRONIZADOS.....111
ANEXO IX - DOCUMENTOS PADRONIZADOS 112
TERMO DE DESCREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE.....112
REQUERIMENTO DE DESCREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA. 113

EDITAL DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO N°006/2026
PARA CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DA SAÚDE PARA O ANO EXERCÍCIO DE 2026/2027
APRESENTAÇÃO DOS PROTOCOLOS a partir da data de publicação deste edital.

AREA DA SAÚDE – EXAMES/PROCEDIMENTOS/ CIRURGIAS

1 – PREÂMBULO
1.1 – O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amcespar - CIS Amcespar -, por meio de seu Agente de Contratação e Comissão de Contratação Permanente de Credenciamento, designada pela Resolução nº 009/2023, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal nº 8.080/1990, Lei Estadual nº 15.608/2007, e Portaria nº 1286/93 do Ministério da Saúde, com apoio específico da Comissão de Especial de Credenciamento que conduzira os feitos designada pela Resolução nº 033/2025 do CIS Amcespar e demais legislações aplicáveis, e através da Resolução que institui este chamamento, torna público a realização do CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DA SAÚDE, nos termos das condições estabelecidas no presente Instrumento, para contemplar a prestação de serviços no exercício de 2026/2027.
1.2 – A finalidade do presente Chamamento Público é a convocação de empresa, prestadores de serviços e outros profissionais da saúde, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, ou com organização da sociedade civil instituída com a finalidade de prestar serviços de saúde, para a realização credenciamento com o CIS Amcespar por meio da formalização de Termo de Credenciamento, conforme as diretrizes de contratualização do SUS para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco de atendimento à saúde, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.
1.3 – O procedimento de credenciamento será regido pelas disposições previstas neste Edital, com aplicação subsidiária 8.080/90 que informa sobre as ações e serviços de saúde no SUS, ou da Lei Estadual nº 15.608/2007 e da Lei Federal nº 14.133/2021 nos casos em que couberem, e será norteado pelos princípios que regem a Administração Pública.
1.4 – O procedimento de credenciamento encontra-se recepcionado na legislação apresentada Lei Nº 14.133/2021, em seu Art. 6º, XLIII e desdobramentos correlatos, de forma que encontrasse em sincroniza com legislação aplicáveis os serviços dispostos na área da saúde.
1.5 – As propostas dos interessados ao credenciamento terão que ser encaminhadas pelos interessados que deverão atender às especificações dos Anexos deste Edital, que tratam das atividades relacionadas ao objeto deste edital.
1.6 – O credenciamento permanecerá aberto até o final da vigência do edital, logo o ingresso de novos interessados fica aberto “por prazo indeterminado” para conclusão de “cadastramento permanente de novos interessados” conforme a observância ao art. 79, parágrafo único, I, da Lei nº 14.133/2021.

2 – OBTENÇÃO DO EDITAL
2.1 – O Edital poderá ser adquirido **gratuitamente,** na internet, através do site (http://cisamcespar.org/), ou diretamente no Departamento de Licitações nos seguintes horários: das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, na Sede administrativa do CIS Amcespar localizada na Rua 19 de Dezembro, 280, Edifício Pérola do Sul, Centro, no município de Irati/PR.
2.2 - Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

2.3 - O presente Edital ficará permanentemente a disposição de todos os interessados no sitio eletrônico oficial do CIS Amcespar, através do link: https://cisamcespar.org/editais- credenciamento/. Com designação de Setor específico (Setor de Credenciamento) para obtenção de informações e credenciamento.

3 – OBJETO

3.1 – O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de Profissionais da Área da Saúde, através de suas respectivas pessoas jurídicas, para a Prestação de Serviços na realização de exames, cirurgias eletivas, procedimentos e atendimentos à saúde em geral, conforme as necessidades dos municípios consorciados, constando no **Anexo I** deste edital.

3.2 – Por este instrumento serão credenciados também empresas, para exames relativos ao Programa Estadual de Qualificação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde – QualiCIS, convênio Nº 068/2022 assinado entre o CIS Amcespar e a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. E outros programas para atenção ao atendimento de saúde especializado conforme suas necessidades constando no Anexo I deste edital

3.3 – Os serviços serão prestados através dos profissionais, nas Unidades do Consórcio para o atendimento de saúde especializado gerenciado pelos Ambulatórios AME e MACC (referência das linhas de cuidado do Programa de Qualificação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde (QualiCIS) do CIS Amcespar), pelo Centro de Especialidades Odontológicas. Ou nas diversas áreas de saúde em estabelecimento próprio dos credenciados. Ou em local especifico designado através de solicitação formal do município consorciado, conforme as necessidades para a Prestação de Serviços.

3.4 – Os serviços serão realizados de acordo com o respectivo agendamento/marcação emitida pelo município integrante do CIS Amcespar.

3.5 – Os serviços agendamento/marcação emitida pelo município integrante do CIS Amcespar poderão ocorrer de forma a atender o protocolo geral de atenção à saúde de acordo com o programa de execução de serviços a que o atendimento esteja submetido.

3.6 – Os protocolos de marcação agendamento /conduta quando houver dúvida ou circunstancia que necessite escolha de prestador será ouvida a opção do paciente (usuário do serviço de saúde).

3.7 – Os quantitativos poderão sofrer alterações através de acréscimo ou supressão, no limite máximo previsão Lei Federal nº 14.133/2021, em sincronia com instruções de serviço do Sistema Único de Saúde.

3.8 – Os protocolos dos serviços de saúde deverão seguir as condutas definidas nas normativas do SUS em sincronia com o padrão da literatura do item definido na execução, podendo ocorrer atualização de procedimento/item.

4 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

4.1 – **Poderão participar** do Credenciamento somente as pessoas jurídicas na área da saúde (clínicas, entre outros indicadas no **item 3**, desde que atendidos os requisitos exigidos no item 8.1 do instrumento convocatório.

4.2 – A participação neste Credenciamento implica na aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital;

4.3 – As pessoas jurídicas deveram estar regularmente constituídas junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e, se estrangeira, possuir autorização para funcionamento em território brasileiro, mediante apresentação de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CNPJ.

4.4 – **Não poderão participar** da presente licitação:

4.4.1. **Não poderão participar** da presente licitação os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4.2. **Não poderão participar** Pessoas físicas ou jurídicas que conste no cadastro dos impedidos de licitar, constitui-se em relação atualizada das pessoas jurídicas que, por irregularidade (s) no fornecimento de bens ou prestação de serviços, não podem mais contratar com o setor público. Conforme instrução do TCE-PR, disponível no endereço eletrônico; (http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/licitacoes- municipais-impedidos-de-licitar/54/area/250) ou (https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWe b.aspx).

4.4.4. **Não poderão participar** da presente licitação, pessoas físicas ou jurídicas que conste no cadastro dos impedidos de licitar e inidôneas, constitui-se em relação atualizada das pessoas jurídicas que, por irregularidade (s) no fornecimento de bens ou prestação de serviços, não podem mais contratar com o setor público. Conforme instrução do TCU, disponível no endereço eletrônico: (http://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneas/) ou (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:1) ou (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1819:2:110148989789606::NO:2::)

4.4.5. **Não poderão participar** da presente licitação, pessoas jurídicas que conste no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da CGU, disponível no Portal da Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/ceis):

4.4.6. **Não poderão participar** da presente licitação, pessoas jurídicas que conste no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

4.4.7. **Não poderão participar** da presente licitação, pessoas jurídicas que conste no Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual (http://www.cadin.pr.gov.br/modules/conteudo/conteúdo.php?conteudo= 7).

4.5 – Não poderão executar os serviços credenciamentos;

4.5.1 – **Não poderão participar** no Credenciamento os anteriormente descredenciados pelo CIS Amcespar por descumprimento de cláusulas do termo de credenciamento ou irregularidades na execução dos serviços prestados.

4.5.2 – A empresa cujo estatuto ou Contrato social **não** inclua o objeto deste Chamamento, ao serviço que se proponha a prestar;

4.5.3 – **Não poderão** participar no Credenciamento os profissionais concursados que integrarem o quadro de pessoal do Consórcio Intermunicipal de Saúde da região da Amcespar – CIS Amcespar.

4.5.4 – A empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;

4.5.5 – Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem regularmente no país;

4.5.6 – A participação neste certame importa ao licitante o conhecimento de todas as condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis as condutas gerais dos serviços de saúde e as normativas específicas aos serviços da orbita de sua execução.

4.5.7 – A constatação de ausência dos elementos ou identificação da inexistência do item 4.3 ou item 3, inviabilizará o credenciamento do solicitante para execução dos serviços;

4.5.8 – As empresas deverão prestar os seus serviços através de profissionais qualificados os quais deverão manter vínculo jurídico com as mesmas, sejam como sócios, como empregado ou prestador de serviço autônomo, sempre como pessoa física, vedada à contratação por meio de pessoa jurídica, com observância do que § 1º, do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021 4.5.9 Isso se aplica aos profissionais que farão atendimento direto ao paciente, na realização de exames/cirurgias/atendimentos/procedimentos emitidos nas guias, de autorização do sistema, não sendo aplicado aos profissionais indiretos e equipe de apoio.

4.5.9 - Todo profissional que por qualquer eventualidade não possa atender ou prestar serviço nos dias em que está acordado pelo credenciamento deverá comunicar o CIS com 05 (cinco) dias de antecedência, sob pena de ser responsabilizado pelo dano causado para o Consórcio e para os pacientes.

4.5.10 – É PROIBIDO indicar ou induzir a atendimento particular pacientes que estejam sendo atendidos pelo sistema de credenciamento no momento da realização de consultas, exames e qualquer tratamento/procedimento, inclusive no momento da espera.

5 – FORMAS DE INSCRIÇÃO E SOLICITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

5.1 – Os interessados poderão inscrever-se para Credenciamento, a partir da publicação do Aviso de Credenciamento no Diário Oficial, dirigindo-se ao setor de licitações e credenciamento do CIS Amcespar, protocolando os documentos respectivos deste edital para apreciação da inscrição.

5.2 – O credenciamento poderá ser realizado a partir da publicação deste edital e até **25 de setembro de 2027.**

5.3 – Os interessados poderão solicitar a inscrição no Credenciamento a qualquer momento, sendo suas inscrições organizadas conforme o período remanescente do Credenciamento.

5.4 – Serão consideradas credenciadas as pessoas jurídicas que apresentarem todos os Documentos enumerados no **item 8.1** deste instrumento, conforme seu enquadramento e serviços realizados.

5.5 – O procedimento para o credenciamento será composto pelas fases:

a) Publicação e divulgação do Chamamento;

b) Acolhimento das manifestações, solicitações e entrega de documentação pelos interessados;

c) Análise da habilitação;

d) Aprovação através de parecer da Comissão de Credenciamento;

e) podendo ocorrer a aprovação, ou solicitação de esclarecimento; Aprovação com restrições ou recomendações; Reprovação.

f) Posterior a aprovação, ocorrerá à escolha de locais de prestação de serviços pelos habilitados/aprovados ao credenciamento por sua ordem de credenciamento;

g) Lavratura da contratação através do respectivo Termo de Credenciamento;

h) Publicação.

5.6 – Sobre a **fase (a):** Publicação e divulgação do Chamamento:

5.6.1 – O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do CIS Amcespar na internet (http://cisamcespar.org/) e terá seu extrato publicado no Diário Oficial do CIS Amcespar.

5.6.2 – O CIS Amcespar disponibilizará, sempre que possível, meios adicionais de divulgação do presente Edital, com o objetivo de estimular a participação de potenciais credenciados.

5.7 – Sobre a **fase (b):** Acolhimento das manifestações, solicitações e entrega de documentação pelos interessados;

5.7.1 – Entende-se como acolhimento de documentações, informações técnicas a descrição das atividades contidas a que pleiteia o credenciamento, apresentada pela solicitante conforme suas próprias condições, na forma dos respectivos anexos deste edital.

5.7.2 – As propostas deverão ser apresentadas diretamente no Departamento de Licitações nos seguintes horários: das 08h30min às 11h30min, e das 13h30min às 16h30min, por meio físico (endereço Rua 19 de Dezembro, 280, Edifício Pérola do Sul, Centro, Irati/PR. CEP:84.500-016) ou via postal (SEDEX ou carta com aviso de recebimento), ou então pelo sistema eletrônico no e-mail (documentos.credenciamento@cisamcespar.org).

5.7.3 – As propostas deverão ser encaminhadas em envelopes com a identificação da instituição solicitante com a inscrição "Edital **de Chamamento Público nº 006/2026 – Pedido de inscrição**".

5.7.4 – O prazo limite para apresentação das solicitações de credenciamento é até a vigência do presente edital (25 de setembro de 2027).

5.8 – A execução dos serviços credenciados deve estar em conformidade com a necessidade do CIS Amcespar, seguindo instruções estaduais e diretrizes das políticas de saúde.

5.9 – Sobre a **fase (c);** Análise da habilitação;

5.9.1 – Esta etapa é de caráter ordenatório para orientação, a Comissão de Credenciamento analisará e organizará os documentos dos solicitantes aos serviços que pretende credenciar.

5.9.2 – A Comissão de Credenciamento poderá nesta fase solicitar previamente documentações faltantes, ausente, em discordância com o edital, sem juízo de parecer prévio, podendo dar prazo de até 10 (dez) dias úteis, este pode ser prorrogado, de forma justificada, por até 10 (dez) dias úteis.

5.9.3 – Posteriormente as solicitações se seguirão para a próxima fase.

5.10 – Sobre a **fase (d);** Aprovação através de parecer da Comissão de Credenciamento;

5.10.1 – Nesta fase se analisarão as informações, dados e documentos apresentados pelo solicitante ao credenciamento.

5.10.2 – A análise de mérito (conteúdo das documentações ao serviço que pretende prestar) de cada solicitação será realizada pela Comissão de Credenciamento, que terá total independência para exercer firmar seu parecer.

5.10.3 – Neste momento poderá solicitar mais esclarecimento ou outros dados.

5.10.4 – O parecer poderá ser para;

a) Aprovação;

b) Aprovação com restrições ou recomendações;

c) Reprovação até o saneamento da pendência ou documentação ausente.

5.10.5 – Sendo o parecer referente à aprovação será comunicado ao solicitante do credenciamento, informado das próximas fases.

5.10.6 – Sendo o parecer referente à reprovação, será comunicado ao solicitante do credenciamento, informado do período de interposição de recursos contra o parecer preliminar;

a) Os participantes que desejarem recorrer contra o parecer preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do envio do parecer de credenciamento a solicitante no endereço eletrônico que anotar na solicitação, ausente ou falho o endereço será publicado extrato para conhecimento.

b) Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

c) Os recursos poderão ser apresentados via postal (SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento) ou pessoalmente, no setor de licitação e credenciamento. O recurso poderá também ser digitalizado e enviado ao e-mail (documentos.credenciamento@cisamcespar.org).

d) É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses.

e) Interposto recurso, o CIS Amcespar dará ciência, por meio do endereço eletrônico informado no ato de inscrição, sob o protocolo do recurso e que será analisado em até 15(quinze) dias úteis.

f) Não caberá novo recurso contra da comissão de credenciamento em grau de recurso.

5.10.7 – Análises dos recursos (se houver) serão feitas pela Comissão de Credenciamento, sendo lavrado novo parecer.

5.10.8 – O solicitante do Credenciamento estando apto seguirá para as próximas fases.

5.11 – Sobre as **fases (d), (f), (g);**

5.11.1 – A comissão de credenciamento encaminhará para homologação pela autoridade competente e anotações internas no sistema de informações.

5.11.2 – O CIS Amcespar divulgará na sua página eletrônica oficial o resultado dos credenciados para cada prestação de serviços apresentada e o encaminhará para homologação pela autoridade competente.

5.11.3 – No período entre a apresentação da documentação prevista na fase inicial até da fase de homologação e a assinatura do termo de credenciamento, o proponente fica obrigado a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração do instrumento, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos nas diretrizes deste edital.

5.11.4 – Caso algum setor técnico do CIS Amcespar identifique alguma irregularidade formal nos documentos apresentados ou caso seja constatado evento que impeça a celebração ou execução do termo de credenciamento, o credenciado/solicitante será comunicado e instado a regularizar sua

situação, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, desde que a falta não caracterize desnaturação da proposta ou que a falta não se refira à exigência de documento ou condição para participação no chamamento, sob pena de não celebrar o termo de credenciamento ou rescisão.
5.11.5 – Será publicado extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial do CIS Amcespar.
5.11.6 – O termo de credenciamento produzirá efeitos jurídicos a partir de sua assinatura, depois ocorrerá à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do CIS Amcespar.

6 - COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO.
6.1 – A Comissão de Credenciamento é a instância colegiada destinada a atuar, processar e avaliar a documentação do presente chamamento público, constituída mediante Resolução Nº 33/2025, publicada no Diário Oficial do CIS Amcespar.
6.2 – Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Credenciamento poderá solicitar assessoramento técnico de especialista, entidades, órgãos da estrutura do CIS Amcespar ou elementos fora (outras estruturas e entidades).
6.3 – A Comissão de Credenciamento poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões.
6.4 – A Comissão de Credenciamento é especialmente designada para este ato, conforme as instruções e diretrizes da Resolução que a institui.

7 – FORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS
7.1 – Os interessados deverão encaminhar os documentos relacionados no item 8.1 ao SETOR DE CREDENCIAMENTO na sede administrativa do CIS Amcespar, localizado na Rua 19 de Dezembro, 280, Edifício Pérola do Sul, Centro, município de Irati, Estado do Paraná, CEP:84.500-016, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, em dias úteis. O envelope deverá estar devidamente lacrado contendo as seguintes indicações:

CREDENCIAMENTO DE PRESTADOR DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE ESPECIALIZADA
EMPRESA INTERESSADA:
ENDEREÇO:
TELEFONE PARA CONTATO:

8 – DOCUMENTAÇÕES PARA HABILITAÇÃO
8.1 – Para o credenciamento, o profissional, através da sua pessoa jurídica, deverá apresentar ao setor de credenciamento do CIS Amcespar a documentação informada abaixo, devendo ser entregue em 01 (uma) via; (i) por processo de cópia autenticada em cartório; (ii) ou através de cópia simples acompanhada do documento original para autenticação no CIS Amcespar; (iii) ou enviada na forma de imagem ou em pdf no e- mail (credenciamento@ciamcespar.org) conforme Lei Federal nº 14.133/2021.
8.1.1 – PARA COMPROVAR A REGULARIDADE DA EMPRESA (pessoa jurídica) FAZ-SE NECESSÁRIO APRESENTAR OS SEGUINTES DOCUMENTOS:
a) Anexos IV, V, VI, em papel timbrado da empresa, conforme modelo disponível em anexo.
b) Registro comercial em caso de empresa individual, ou Contrato Social e sua última alteração, ou Estatuto Social em caso de Instituição. Sendo apresentado Estatuto Social deverá ser apresentada juntamente a cópia da Ata de Eleição do representante legal da Instituição;
c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
d) Alvará de localização para funcionamento **vigente.**
e) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda **Estadual**;
f) Prova de regularidade fiscal com a Fazenda **Federal**;
g) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda **Municipal** da cidade sede da empresa;
h) Prova de regularidade fiscal relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
i) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, (CNDT expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho) poderá ser obtida e consultada no sitio eletrônico (http://www.tst.jus.br/certidao).
j) Cédula de Identidade do representante legal da empresa interessada e do profissional técnico especializado que prestará o serviço, se por ventura não coincidir com o representante legal;
k) CPF do representante legal da empresa interessada e do profissional técnico especializado que prestará o serviço, se por ventura não coincidir com o representante legal;
l) Conta bancária em nome da pessoa jurídica para fins de pagamento dos profissionais pelos serviços realizados;
m) Certificado de Regularidade de Inscrição de pessoa jurídica no CRM-PR, para empresas cujo Conselho Regional seja o CRM.
n) Rol dos profissionais que compõem o corpo técnico de prestação de serviços a saúde sob responsabilidade. Com nome, função, CPF. • Todas as certidões precisam ser negativas ou positiva com efeito de negativa, ou seja, sem nenhuma pendência ou débito registrado.

8.1.2 – PARA O CREDENCIANTE QUE OPTAR PELO ATENDIMENTO EM ESTABELECIMENTO PRÓPRIO:
a) os documentos elencados no item 8.1.1. e alíneas em conjunto os demais abaixo elencados:
b) Licença Sanitária atualizada;
c) Alvará referente ao local da prestação dos serviços procedimentos.
d) Comprovante do Cadastro de Estabelecimento de Saúde (CNES);

8.1.3 – DOCUMENTOS PESSOAIS DOS PROFISSIONAIS ATUANTES (pessoas físicas):
a) Anexo III em papel timbrado da empresa, conforme modelo disponível em anexo;
b) Cédula de Identidade;
c) CPF;
d) Comprovante de residência;
e) Comprovante de inscrição no Conselho Regional da Categoria;
f) Diploma de curso superior devidamente reconhecido no Conselho da Classe Profissional para as profissões que já possuem conselhos constituídos;
g) Certificado de especialidade na área pretendida registrado no Conselho da Classe Profissional, ao profissional que irá atuar como especialista;
h) Certidão de conduta ético-profissional emitida pelo respectivo Conselho da Classe Profissional, **válida para o exercício vigente.**
8.1.4 – Poderá participar empresas com salas alugadas ou imóveis, desde que a empresa apresente regularidade no ambiente de prestação de serviços, informativo de adequação ou congênere em conjunto com itens 8.1.1 e 8.1.2.
8.1.5 – Sobre o alvará constantes no item **8.1.1 (d),** e, **8.1.2 (c)**, seguirá as instruções e orientações legais referente ao Lei Nº 13.874/2019, no que for aplicável ao prestador nas diretrizes da prestação do serviço de saúde. Caberá a comissão de credenciamento instruir em cada situação.
8.2 – Os prestadores poderão inscrever-se em mais de uma área, desde que obrigatoriamente preenchidos os requisitos na respectiva área de atuação.

8.2.1 – **O prestador deverá ser portador de título de especialista ou certificado de área de atuação, registrado ou reconhecidos no Conselho Regional ou nacional, para a atividade de especialista.**
8.2.2 – Para a área Médica aplicam-se as Resoluções, Acórdãos, Pareceres e Normativas do Conselho Federal de Medicina e suas afiliadas Regionais; colaborando com algumas normativas que seguem, das Resoluções: CFM 2.116/2015, CFM 2148/2016; CFM 2149/2016; CFM 2107/2014; CFM 1643/2002; CFM 2007/2013; CFM 2114/2014; Para o médico exercer o cargo de diretor técnico ou de supervisão, coordenação, chefia ou responsabilidade médica pelos serviços assistenciais especializados é obrigatória a titulação em especialidade médica, registrada no Conselho Regional de Medicina (CRM). Em instituições que prestam serviços médicos em uma única especialidade, o diretor técnico deverá ser possuidor do título de especialista registrado no CRM na respectiva área de atividade em que os serviços são prestados. O supervisor, coordenador, chefe ou responsável pelos serviços assistenciais especializados deste artigo somente pode assumir a responsabilidade técnica pelo serviço especializado se possuir título de especialista na especialidade oferecida pelo serviço médico, com o devido registro do título junto ao CRM.
8.2.3 – As pessoas jurídicas, que prestarem serviços de Telemedicina, deverão obrigatoriamente ter um médico responsável técnico da Especialidade dos exames realizados naquela instituição regularmente inscrito no Conselho de Medicina, devendo apresentar a relação dos profissionais que compõe seus quadros funcionais e suas respectivas Especialidades comprovadas perante o Conselho de Classe.
8.2.4 – A responsabilidade pela transmissão de exames e relatórios a distância será assumida obrigatoriamente por profissional especialista e com o respectivo registro no Conselho de Classe. Portadores de Certificados de Área de Atuação só poderão assumir a responsabilidade pela transmissão de exames e emitir relatório na respectiva área ou atividade.
8.3 – Com relação às outras profissões com Conselhos de Profissionais instituídos se aplicam analogamente os termos do item 8.2, de maneira que pode ser solicitado esclarecimento aos conselhos profissionais, documentação que comprove: aptidão técnica; bem como demais informações que possibilitem a efetivação do credenciamento do solicitante.
8.4 – É de inteira responsabilidade da empresa credenciada, manter atualizada a documentação exigida no Item 8.1 deste instrumento, principalmente no que diz respeito às certidões negativas de débito, antes a expiração da data de validade, **bem como informar e encaminhar ao CIS Amcespar toda e qualquer alteração ocorrida na empresa após o credenciamento**. 8.4.1 **–** O pagamento dos serviços prestados fica condicionado ao cumprimento do **item 16** desse instrumento, pela empresa credenciada.
8.5 – Serão aceitas somente cópias legíveis e, não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.
8.5.1 – A Comissão de credenciamento reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.
8.5.2 – A Comissão de credenciamento reserva-se o direito de solicitar informação ou dados referentes a qualquer documento, ou procedimento, ou serviço, sempre que julgar necessário.
8.6 – O exercício das atividades do credenciado iniciará somente após a análise e aprovação da documentação pela Comissão de Credenciamento.
8.7 - Será inabilitado o credenciado que não atender as exigências deste edital para habilitação. 8.7. 1 - Será considerado não concluso o credenciado da pessoa jurídica que não entregar toda a documentação exigida neste edital ou não atender às solicitações/esclarecimentos da comissão de Credenciamento.
8.8 – A Comissão de Credenciamento poderá receber documentação em arquivo digital ou digitalizado em **alta qualidade**, na forma de imagem ou em pdf, de preferência com assinatura digital/eletrônica. Caso a documentação apresente assinatura física diferente será glosada pela comissão de credenciamento e será solicitada novamente a documentação para assim seguir para a próxima etapa do procedimento de credenciamento.

9 – PROCEDIMENTOS DO CREDENCIAMENTO
9.1 – O credenciamento será amplamente divulgado e estará permanentemente aberto aos interessados, divulgado através da imprensa oficial do CIS Amcespar, jornal de ampla circulação, sítios eletrônicos.
9.2 – O inteiro teor deste **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2026** também estará fixado em edital interno e acessível ao público nas repartições administrativas do CIS Amcespar.
9.3 – Ao requerer a inscrição de CREDENCIAMENTO ou atualização deste a qualquer tempo, o interessado fornecerá os elementos necessários à satisfação das exigências contidas no item 8.1 deste instrumento. Posteriormente o CIS Amcespar fará uma avaliação das condições técnicas do credenciado, o qual deverá atender às necessidades e especificações exigidas a cada caso.
9.4 – Somente serão considerados credenciados os prestadores que foram aprovados pela avaliação técnica, realizada pela Comissão de Credenciamento, assessoria jurídica, contábil do CIS Amcespar.
9.5 – 9.5 – Os termos do credenciamento poderão ser alterados a qualquer tempo, visando adequar o serviço às condições de execução previstas para o CIS Amcespar. Podendo o credenciamento ser atualizado de forma que a atualização e os registros existentes passem a constar o ingresso de novos interessados, conforme Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislação inerentes aos serviços de Saúde.
9.6 – O CIS Amcespar poderá cancelar o termo de credenciamento do credenciado que deixar de satisfazer as exigências estabelecidas neste Edital, bem como cancelar o atendimento do credenciado que suspender o atendimento por motivo irrelevante ou administrativo, sendo que, ao suspender sem justificativa plausível, sujeitar-se-á à suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por até 02 (dois) anos, além de se o ato ou dano decorrente não constituir uma situação mais gravosa.
9.7 – A quantidade de atendimentos, exames, procedimentos e afins, a ser encaminhada ao credenciado serão de responsabilidade das Secretarias de Saúde dos Municípios Consorciados, e de acordo com seu orçamento e necessidade.
9.8 - O CIS Amcespar disponibilizará às Secretarias de Saúde dos municípios consorciados a relação dos prestadores credenciados. A escolha do profissional ou local de atendimento caberá ao próprio paciente, qual se apresentar mais de um prestador disponível ou credenciado para executar o atendimento, conforme a hipótese de seleção a critério de terceiros prevista no art. 79, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
9.9 – Em nenhum caso o CIS Amcespar fará indicação de determinado profissional prestador do serviço às Secretarias de Saúde, autoridades ou pacientes, restando, portanto, excluída a vontade desta Instituição na demanda do credenciado.
9.10 – A quantidade de atendimentos/exames constantes na programação do CIS Amcespar não significa necessariamente contratação imediata, estando apenas disponível para estimativa de contratação futura.
9.11 – Os casos em que haja necessidades de ajuste na tabela, e anexos de procedimentos, e exames, para melhor compreensão em conjunto com a simetria de outros entes, os mesmos serão elaborados através de aditivo no termo de credenciamento, os quais passarão a integrar o respectivo edital.
9.12 – Os casos em que haja necessidades de ajuste para melhor execução dos serviços, os mesmos serão elaborados através de aditivo no termo de credenciamento, os quais passarão a integrar os respectivos termos de credenciamento.
9.13 – A inclusão de novos profissionais deverá ser efetuada através de aditivo no termo de credenciamento de Inclusão da respectiva área de atuação em conjunto com apresentação da documentação à Comissão de Credenciamento do CIS Amcespar, que analisará a viabilidade de incluir nova área de atuação, posto se este estará apto a de acordo com o interesse do CIS Amcespar;
9.14 – A exclusão de profissionais da empresa credenciada não implicará na rescisão do Termo de Credenciamento da empresa e deverá ser formalizado através de Termo de Exclusão a ser encaminhado ao CIS Amcespar.
9.15 – A exclusão de profissionais da empresa credenciada não implicará penalidades desde que comunicadas previamente e o fato não cause prejuízo ao CIS Amcespar.

9.16 – Cabe aos credenciados contratados o dever executar os serviços com a devida diligência e observação dos padrões de qualidade exigidos, cumprindo prazos e acordos de confidencialidade de dados e informações.

10 – CRITÉRIOS DE CREDENCIAMENTO

10.1 – Os profissionais serão cadastrados de acordo com a ordem de apresentação dos documentos ao Setor de Credenciamento.
10.2 – O Setor de Credenciamento, após a entrega dos documentos exigidos no presente edital, dará sequência na seguinte forma:
a) Publicação e divulgação do Chamamento;
b) Acolhimento das manifestações, solicitações e entrega de documentação pelos interessados;
c) Análise da habilitação;
d) Aprovação através de parecer da Comissão de Credenciamento;
i) podendo o ocorrer a aprovação, ou solicitação de esclarecimento;
ii) Aprovação com restrições ou recomendações;
iii) Reprovação.
e) Posterior a aprovação, será emitida ordem de serviço aos habilitados/aprovados ao credenciamento por sua ordem de credenciamento;
f) Lavratura da contratação através do respectivo Termo de Credenciamento.
10.3 – A empresa só iniciará suas atividades após o cumprimento das fases do procedimento de credenciamento.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

11.1. Atentar-se às diretrizes normativas dos procedimentos e serviços das respectivas atividades desempenhadas, observar as diretrizes e protocolos do CIS Amcespar, observar as normativas do Ministério da Saúde (MS) em conjunto com a secretaria de Saúde do Estado do Paraná (SESA-PR) relativas ao objeto do credenciamento. Em caso de dúvida, lacuna ou esclarecimento entrar imediatamente em contato com o CIS Amcespar.
11.1.1. A CREDENCIADA obriga-se a instituir, executar e manter ações contínuas voltadas à promoção da segurança do paciente e à gestão de riscos em serviços de saúde, em estrita observância às diretrizes técnicas e operacionais estabelecidas pela Resolução ANVISA nº 978, de 6 de junho de 2025, bem como pelos protocolos do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP).
11.2. Acompanhar e alimentar o sistema eletrônico e de informação do CIS Amcespar, onde serão disponibilizadas as informações para os municípios e operadores do CIS Amcespar.
11.3. Responsabilizar-se pelas informações incluídas no sistema eletrônico, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros, conforme termo de responsabilidade anexo.
11.4. Fazer a recepção das guias de atendimento no sistema eletrônico do CIS Amcespar.
11.5. Emitir relatório de atendimentos (exames/procedimentos realizados), para controle de produção.
11.6. Assinar o termo de credenciamento, quando convocado, dentro do prazo determinado neste instrumento.
11.7. Após assinatura do termo de credenciamento, o credenciando deverá observar as obrigações definidas no referido documento, bem como no Projeto Básico.
11.8. Manter atualizadas as certidões fiscais.
11.9. Alimentar o PRONTUÁRIO ELETRONICO. Incluindo todas informações relevantes à realização de exames, cirurgias e procedimentos no prontuário eletrônico, bem como o preenchimento de todos os campos solicitados. Realizar a emissão de todos e quaisquer documentos exclusivamente através do Prontuário Eletrônico. **Fica vedada a utilização de formulários que não os disponíveis no sistema IDS.**
11.10. Realizar a emissão e a entrega dos laudos e/ou imagens impressas aos pacientes, observando os prazos estabelecidos para cada exame, conforme especificado no Anexo I e na Tabela de Valores deste Edital.
11.11. Prestar informação sobre eventual necessidade de alteração ou ajuste relativo à prática de rotina ou protocolo de serviço de saúde.
11.12. É obrigação da CREDENCIADA manter protocolos de segurança de forma a preservar a integridade moral e o sigilo de informações íntimas das pessoas de acordo com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados e suas alterações, podendo ser solicitado dados ou informação pelo credenciante.
11.13. Para realização de qualquer atendimento é necessária que o usuário apresente ao prestador a guia de autorização e a solicitação ou encaminhamento médico, sendo vedado atendimento sem esses documentos.
11.14. É obrigação da CREDENCIADA verificar se o item a ser realizado está autorizado pelo município, ou seja, se existe guia de atendimento emitida no sistema de agendamento do Consórcio, é vedado atendimento sem a guia previamente emitida.
11.15. A comunicação sobre agendamentos ou filas de espera deve ser realizada exclusivamente entre o município e usuário, cabendo ao prestador apenas orientar usuário a entrar em contato com a secretaria de saúde do seu município.
11.16. É obrigação da CREDENCIADA manter protocolos de segurança de forma a preservar a integridade moral e o sigilo de informações íntimas das pessoas de acordo com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados e suas alterações, podendo ser solicitado dados ou informação pelo credenciante.
11.17. Em caso de evolução/descrição de procedimento/cirurgia seja caso de outra especialidade esta deverá ser informada em formulário/prontuário e encaminhado à secretaria de saúde do município consorciado e aos consórcios. Em casos de necessidade de priorização, esta deve ser descrita e justificada no documento, o qual será analisado pelo médico auditor e agendado pelo município, sendo vedado o agendamento direto pelo prestador.
11.18. Nos casos em que a cirurgia for realizada por meio do credenciamento via Consórcio, o primeiro retorno pós-operatório não será pago, por já estar incluído no valor do procedimento cirúrgico.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

12.1. Prestar todas as informações necessárias para a formulação das propostas das empresas interessadas.
12.2. Agendar, quando solicitado, reunião para discussão de elementos que pairem dúvidas ou possuam protocolos próprios e divergentes a metodologia atualizada das empresas interessadas em se credenciar.
12.3. Emitir instrução e informações a empresa interessada o Credenciamento.
12.4. Realizar a análise da documentação apresentada e divulgar o resultado da análise do pedido de credenciamento.
12.5. Disponibilizar acesso ao sistema eletrônico aos credenciados e informar sobre a utilização do sistema.
12.6. Manter o sistema eletrônico atualizado para escolha das opções/alternativas de agendamento/marcações pelos munícipios participantes do CIS Amcespar.
12.7. Convocar o CREDENCIADO para assinatura do termo de credenciamento após aprovação dos elementos documentais referentes às atividades que irá desempenhar.
12.8. Após assinatura do termo de credenciamento, a credenciada deverá observar as obrigações definidas no referido documento, bem como no Projeto Básico.
12.9. Ajustar e instruir situação referente à eventual necessidade de alteração relativa à prática de rotina ou protocolo de serviço de saúde.

12.10. Quanto à impossibilidade do exame/procedimento/cirurgia/serviço ser alimentado ou informado em sistema uniforme, o credenciado e o credenciante poderão pactuar forma para melhor execução dos serviços e rotina de trabalho, sem detrimento do usuário/paciente.

13 - DO DESCUMPRIMENTO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

13.1. A CREDENCIADA que descumprir qualquer obrigação discriminada no termo de credenciamento firmado será descredenciada do programa/ações/atividades/serviços.

13.2 No ato do descredenciamento será verificado agenda do prestador, de modo que o descredenciamento será realizado cancelando as próximas agendas (também não liberando nova agenda para marcação), assim o prestador deverá realizar os atendimentos que estiverem agendados/marcados sob pena da aplicação das sanções previstas no termo de credenciamento.

14 – DO VALOR

14.1. O pagamento pela prestação de serviços será de acordo com a Tabela de Procedimentos constantes no Anexo II deste Edital, com valores referenciais para 2026/2027.

14.2. Os valores dos procedimentos indicados no Anexo II deste Edital poderão sofrer reajustes.

14.3. Os valores da tabela de preços (Anexo II) serão:

14.3.1. Revisados, conforme as variações imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, a qualquer tempo, para reduzi-los, a pedido da unidade requisitante, ou aumentá-los, por solicitação de interessados ou credenciados.

14.4. O valor dos serviços previstos no Anexo II deste Edital vigente para o ano de 2026/2027 poderá sofrer correção com base nos índices oficiais analisados em deliberações pelo CRESEMS.

14.5. Em caso de alterações de valores, os mesmos serão aplicados para os termos de credenciamentos vigentes e para os firmados após concretizada a alteração dos preços constantes da tabela de preços.

15 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO DOS SERVIÇOS

15.1. A inexecução total ou parcial dos serviços, ou outras infrações contratuais do termo de credenciamento, tais como falhas no preenchimento de prontuários, cancelamento de agenda sem justificativa ou reclamações formais procedentes, ensejará a abertura de processo administrativo.

15.1.1. Resguardado o interesse público, poderá ser determinado o bloqueio preventivo da agenda do prestador até a conclusão do processo.

15.1.2. Assegurados o contraditório e a ampla defesa, a autoridade competente decidirá pela aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021. 15.1.3. A comissão de credenciamento decidirá sobre aos atos interno de procedimentos administrativos de credenciamentos, se houver recurso cabendo ao Conselho Consultivo, decidirá pela suspensão temporária, descredenciamento, e/ou as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo-se a defesa prévia.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desse Chamamento Público, o CIS Amcespar, garantida a prévia defesa, aplicará ao credenciado dentre outras, as seguintes sanções:

15.2.1 - Advertência;

15.2.2 - Multa;

15.2.3 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CIS Amcespar;

15.2.4 - Descredenciamento.

15.3. O prestador de serviço credenciado pelo CIS Amcespar, não poderá, em hipótese alguma cobrar qualquer valor dos usuários de saúde referente aos atendimentos realizados ou mesmo indicar consultórios particulares para realização dos mesmos, sob pena de descredenciamento.

15.4. Todos os pagamentos pelos serviços prestados e descritos neste Edital serão realizados exclusivamente pelo CIS Amcespar.

15.5. Para o descredenciamento, as partes observarão, em qualquer caso, o aviso prévio para as providencias administrativas, sujeitas à aplicação das multas e penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

15.6. As sanções previstas neste instrumento são independentes, podendo ser aplicadas de forma isolada ou, em casos de multas, cumulativamente com outras de maior gravidade.

15.7. Para fins de imposição de penalidades são consideradas infrações as condutas abaixo elencadas, sendo certo que o rol abaixo é exemplificativo, podendo outras ocorrer, e da mesma forma serão passíveis de punição, conforme prevê as disposições normativas que regem a matéria:

INFRAÇÕES	SANÇÃO
Não firmar o instrumento de Termo de Credenciamento, quando convocado dentro do prazo previsto (até 05 dias úteis, a contar da data da convocação).	Impedimento de licitar por até 02 anos
Fraudar o procedimento de licitação.	Impedimento de licitar por até 02 anos
Apresentar declaração ou informação falsa, bem como adulterar documentos.	Impedimento de licitar por até 2 anos
No caso de profissionais não comparecer para realizar o atendimento aos pacientes na data agendada, ou não respeitar as condições e o prazo previstos nos subitens 11.6 do Edital.	Advertência e/ou multa, correspondente a 20% do valor da consulta multiplicado pelo número de pacientes agendados que comparecerem para atendimento na data da falta/bloqueio

15.8. Em caso de excepcionalidade poderá interrupção do atendimento por iniciativa da credenciada ou da credenciante através de justo motivo em será comunicado previamente, excecionando as responsabilidades e aplicação de sanções previstas em Lei, neste Edital.

16 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1. Os valores a serem pagos serão apurados de acordo com o número de consultas, exames, procedimentos, cirurgias efetivamente realizados e devidamente autorizados previamente pelo CIS Amcespar.

16.2. A produção do período deverá ser comprovada através da apresentação de Fatura/Relatório e guias de autorização emitida pelo sistema de marcação do CIS.

16.3. O Credenciado prestador dos serviços deverá respeitar as datas de validade das autorizações dos procedimentos, sendo que qualquer procedimento realizado fora da data de validade será glosado por esse Consórcio.

16.4. Todos os credenciados deverão possuir em seu consultório um computador com acesso à internet, para acessar o programa de atendimento do Consórcio, que será usado para a recepção dos pacientes, faturamento e relatórios diversos.

16.5. Frise-se que serão considerados serviços prestados àqueles cujos itens tenham sido recepcionados no sistema pelo prestador. Possíveis diferenças de valores pela falta da devida recepção de guias por parte do prestador, não são de responsabilidade deste Consórcio de Saúde e não serão pagos posto o motivo de glosa.

16.5.1 - Questionamentos referente a itens glosados devem ser encaminhados por escrito ao Setor de Faturamento do CIS Amcespar. Caso a glosa seja retirada, o faturamento dos respectivos itens ocorrerá após tramitação interna.

16.6. Após apurados os valores a serem pagos a cada empresa credenciada, o setor de contabilidade do Consórcio entrará em contato com a empresa Prestadora de Serviços para solicitar a emissão da Nota Fiscal.
16.7. De acordo com a legislação vigente, somente serão admitidas NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS, exceto para os prestadores onde os municípios não possibilitem a emissão de nota fiscal eletrônica. Nestes casos excepcionais será aceita nota fiscal manual juntamente com declaração da Tributação do respectivo município. Ressalte-se que a conferência da nota fiscal é de inteira responsabilidade do CREDENCIADO.
16.8. O pagamento dos serviços prestados ocorrerá em torno 30 (trinta) dias, por ordem cronológica, a partir do recebimento definitivo, ou seja, data do ateste de recebimento, realizada por funcionário do Consórcio, na Nota Fiscal Eletrônica. O pagamento ocorrerá nas **terças-feiras** ou **quintas-feiras**.
16.9. O pagamento dos serviços prestados fica condicionado à regular situação do cadastro da empresa no CIS Amcespar, ou seja, cabe a Empresa manter regularmente os seus documentos, inclusive certidões validas durante todo o período de credenciamento, conforme item 6.3 desse edital.
16.9.1 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se- á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

16.10. Deverá o credenciado possuir conta bancária em nome da pessoa jurídica para fins de pagamento dos profissionais pelos serviços realizados, preferencialmente no **Banco do Brasil** ou a apresentação de boleto bancário (de qualquer agência bancária).
16.11. Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, securitária, indenizatória, fiscais e comerciais decorrentes da prestação de serviços, serão de responsabilidade da empresa credenciada;
16.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.12.1 – A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.13. Nos casos em que a cirurgia for realizada por meio do credenciamento via Consórcio, o primeiro retorno pós-operatório não será pago, por já estar incluído no valor do procedimento cirúrgico.

17 - OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
17.1. Os pagamentos decorrentes da execução dos serviços correrão por conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

01.100
10.122.0001.2.001.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.002.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.005.3.3.90.39.00.00. Fonte 368 QUALICIS
10.302.0001.2.006.3.3.90.39.00.00 fonte 389 SUS
10.302.0001.2.007.3.3.90.39.00.00 fonte 496 CEO

17.2. Poderá ocorrer a inclusão de dotações orçamentárias para fazer frente aos recursos utilizados nos programas e serviços integrantes do SUS.

18 - DOS ESCLARECIMENTOS DO EDITAL OU DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.

18.1. Qualquer pessoa poderá solicitar ESCLARECIMENTOS durante a vigência do edital e/ou IMPUGNAR este instrumento no prazo de 15 (quinze) dias após sua publicação, mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico (**documentos.credenciamento@cisamcespar.org**) ou por petição dirigida ou protocolada no Setor de licitações do CIS Amcespar, situado no endereço **Rua 19 de Dezembro, 280, Edifício Pérola do Sul, Centro, Irati-PR, CEP: 84.500-016.**
18.2. Caberá à Comissão Especial de Credenciamento do CIS Amcespar, em conjunto com a Comissão Permanente de Licitação, decidir sobre a impugnação ou esclarecimentos pertinentes sobre a prática profissional, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contadas da protocolização do requerimento no setor de protocolo ou recebimento da petição via correspondência eletrônica.
18.3. Dúvidas e esclarecimentos pontuais, bem como sugestões poderão ser direcionados ao CIS Amcespar, estando à disposição para esclarecê-las durante a vigência deste edital.
19 – DO DIREITO DE PETIÇÃO E RECURSOS
19.1. O solicitante do credenciamento é assegurado que manifesto e interesse de
peticionar.
19.2. Aos solicitantes do credenciamento é assegurado o direito de interposição de
Recurso contra o edital ou termos gerais, nos termos do Lei Federal nº 14.133/2021, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos.
19.3. Os pedidos, esclarecimentos, petições e eventuais recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão Especial de Credenciamento do CIS Amcespar, recepcionado via comissão de credenciamento para decisão do seu Presidente, que poderá reconsiderar seu ato, no prazo de 05 (cinco) uteis dias, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, ao Presidente do CIS Amcespar, que proferirá a decisão em idêntico prazo, a contar do recebimento.
19.4. Os recursos serão dirigidos ao Presidente do CIS Amcespar, via comissão de credenciamento, que poderá reconsiderar seu ato, no prazo de 05 (cinco) uteis dias, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, ao Presidente do CIS Amcespar, que proferirá a decisão em idêntico prazo, a contar do recebimento.

19.5. Dos Recursos:
19.5.1. Dos atos da Administração praticados com referência
aos procedimentos de habilitação, de credenciamento e de execução dos correspondentes termos de credenciamentos serão admitidos recursos qual deveram ser apresentados no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a data de formalização do ato, nas seguintes situações:
19.5.1.1. Habilitação ou inabilitarão de requerente de credenciamento;
19.5.1.2. Anulação ou revogação do processo de credenciamento;
19.4.1.3. Aplicação de pena de advertência, de multa ou de suspensão temporária;

19.5.1.4. Rescisão do Contrato por ato unilateral da Administração, nos casos a que se refere o inciso I do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.5.2 – O recurso previsto contra caso de habilitação ou inabilitação dos solicitantes de credenciamento terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

19.6. Qualquer cidadão e/ou usuários poderão denunciar toda e qualquer irregularidade verificada na prestação de serviços e/ou no faturamento, mediante denúncia no SETOR DE OUVIDORIA do CIS Amcespar pelo fone de contato: (42) 3422-9206 ou no endereço Rua 19 de Dezembro, 280, Edifício Pérola do Sul, Centro, Irati-PR.

20 – DISPOSIÇÕES GERAIS
20.1. Fica eleito o foro da **Comarca de Irati**, Estado do Paraná, como competente para dirimir todas as questões decorrentes do credenciamento.
20.2. Este Edital de Chamamento Público tem seus efeitos validos a partir data de sua publicação.
20.3. Os interessados ao credenciamento poderão enviar documentação para a apreciação a partir da data desta publicação.
20.4. Poderão ser solicitados de qualquer CREDENCIADO, informações, documentos ou esclarecimentos complementares, a critério do CIS Amcespar.
20.5. Nenhuma indenização será devida aos Credenciados pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos ao presente Edital.
20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Os prazos referidos só se iniciam e vencem em dia de expediente na Administração.
20.7. O CIS Amcespar poderá revogar o presente EDITAL de Credenciamento, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-lo por ilegalidade de ofício ou provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do artigo 71 e artigo 90, da Lei Federal nº 14.133/2021, não cabendo às licitantes direito a indenização.
20.8. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Credenciamento formalmente designada.
20.9. A **vigência** do Edital de **Chamamento Público Nº 006/2026** derivados de processo administrativo do CIS Amcespar será de 12 (doze) meses, a contar de **26 de setembro de 2026** e encerrar-se-á em **25 de setembro de 2027.**
20.10. Os termos de credenciamento firmados derivados do presente instrumento poderão ser assinados a partir da publicação deste edital. Porém seus efeitos e execução ocorrerão desde sua assinatura e encerrarão em **25 de setembro de 2027.**

20.11. Os termos de credenciamento não apresentam valor imediato, pois ficará condicionado a distribuição do orçamento para cada tipo de serviço dividido entre as empresas credenciadas, podendo sofrer variações em decorrência da demanda dos serviços prestados. De modo que só serão pagos os serviços comprovadamente realizados.
20.12. A duração do presente Instrumento fica vinculada à vigência dos respectivos créditos orçamentários nos termos do caput do art. 105 da Lei de Licitações, em sincronia com Lei Federal nº 14.133/2021.
20.12. 1 – Poderá ocorrer aditivo do edital de credenciamento no que tange a vigência para executar o processamento e operacionalização do pagamento dos respectivos credenciados.
20.13. Este Edital se complementa com as regras e princípios da Lei Federal nº 14.133/2021., Lei Estadual 15.608/2007 e decreto regulamentar, em conjunto legislações relativas aos serviços de saúde e credenciamento.
20.14. O CIS Amcespar realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados podendo solicitar informações, esclarecimentos, realizar visitas, auditorias, treinamentos, comunicações escritas, administração, monitoramento da rede credenciada e outras atividades correlatas.
20.15. A qualquer momento durante a execução dos serviços, as informações relativas aos serviços ofertados e à capacidade instalada poderão ser verificadas, conforme item 12.9, qual será realizada por colaborador designado pela Contratante, a realizarem-se após a verificação da documentação, sendo passível de **descredenciamento** quando constatado que as mesmas não atendem ao presente Edital.
20.16. Os Municípios consorciados através de suas secretarias ou departamentos de saúde são os responsáveis pelo financiamento e execução do objeto do presente credenciamento, pela triagem, regulação das filas de espera e pelo agendamento de consultas, exames e procedimentos, os quais programam suas ações conforme suas demandas e critérios de priorização, bem como estabelecimento do modelo de gestão para acesso aos serviços de saúde, contemplando os serviços em Rede.
20.17. Constituem motivos para o **descredenciamento** o não cumprimento de quaisquer cláusulas e condições do Contrato, a constatação de subcontratação ou terceirização de quaisquer serviços contratados por meio deste Chamamento Público, de forma irregular, sem conhecimento prévio do CIS Amcespar, fora de diretrizes de prestação dos serviços de saúde, bem como os motivos previstos da Lei Federal nº 14.133/2021.
20.18. O instrumento decorrente do credenciamento será publicado, em forma de extrato, no Diário Oficial do CIS Amcespar, conforme disposto no art. 89 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21 – ANEXOS FUNDAMENTAIS INTREGRANTES DO EDITAL.
21.1. Integram o presente instrumento, os seguintes anexos:
a. Anexo I - Projeto Básico para prestação dos serviços/procedimentos.
b. Anexo II - Tabela de Valores
c. Anexo III - Modelo de requerimento para credenciamento e Declaração Conjunta;

A. Declaração de Idoneidade;
B. Declaração de Observância ao Disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.
d. Anexo IV - Declaração de Regularidade;
e. Anexo V - Minuta de Compatibilidade de horários e atividade comercial;
f. Anexo VI – Declaração de ciência e responsabilidade dos termos do edital e anexos;
g. Anexo VII - Minuta de Termo de Credenciamento.

21.2. Os anexos integrantes do item **21.1**, **(c)**, **(d)**, **(e), (f),** devem ser preenchidos pelos solicitantes do credenciamento e entregues juntos com a documentação para aferição da habilitação e verificação de atendimentos dos requisitos pretéritos das pessoas jurídicas e pessoas físicas que as compõem.
21.3. O CIS Amcespar não cobrará das entidades proponentes qualquer taxa para participar deste chamamento público.

(Assinado Digitalmente Pág. 93)
Ana Beatriz de Meira - CRM-PR 42576
MÉDICA DIRETORA TÉCNICA
CIS AMCESPAR

(Assinado Digitalmente Pág. 93)
FÁBIO JUNIOR DE SOUZA
Advogado –OAB-PR 64.811
CIS AMCESPAR

(Assinado Digitalmente Pág. 93)
MARCIA JOSIANE PARTEKA
Diretora Do Departamento De Licitações Agente De Contratação

(Assinado Digitalmente Pág. 93)
BERTOLDO ROVER
Presidente do CIS AMCESPAR

Irati, 21 de julho de 2026

ANEXO I - PROJETO BÁSICO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/PROCEDIMENTOS

1. OBJETO
1.1 O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de Profissionais da Área da Saúde, através de suas respectivas pessoas jurídicas, para a Prestação de Serviços na realização de exames, cirurgias eletivas, procedimentos e atendimentos à saúde em geral, conforme as necessidades dos municípios consorciados, constando no Anexo I deste edital.
1.2 – Por este instrumento serão credenciados também empresas, para exames relativos ao Programa Estadual de Qualificação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde – QualiCIS, convênio Nº 068/2022 assinado entre o CIS Amcespar e a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Além de exames incluídos em programas e anexos extraordinários da tabela SUS e ente externos integrantes ao SUS que sejam necessários à disposição no Credenciamentos de Serviços de Saúde.
1.3. Este credenciamento é voltado à atenção da saúde de média a alta complexidade, especificamente para atender e dar continuidade ao tratamento de pacientes acolhidos e atendidos pelo CIS Amcespar.
1.4. – Os serviços serão prestados através dos profissionais, nas Unidades do Consórcio para o atendimento de saúde especializado gerenciado pelos Ambulatórios AME e MACC (referência das linhas de cuidado do Programa de Qualificação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde (QualiCIS) do CIS Amcespar), pelo Centro de Especialidades Odontológicas. Ou nas diversas áreas de saúde em estabelecimento próprio dos credenciados. Ou em local especifico designado através de solicitação formal do município consorciado, conforme as necessidades para a Prestação de Serviços.
1.5. O período que compreende o credenciamento será de 12 (doze) meses, para suprir as necessidades do CIS Amcespar, de acordo com as especificações, quantitativos e disposições de realização dos serviços/procedimentos relacionados neste projeto básico, no Edital e seus anexos.

2. DA JUSTIFICATIVA
2.1. O presente projeto básico, objetiva propiciar a caracterização do objeto a ser solicitado, no tocante à execução e os preços praticados para remuneração dos serviços, as observações, especificações, técnicas para execução.
2.1.1. A presente contratação fundamenta-se na hipótese de inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição, uma vez que o modelo de credenciamento é o instrumento jurídico adequado para a ampliação da rede de prestadores de serviços de saúde, garantindo o atendimento universal e contínuo. Tal opção encontra respaldo legal direto no art. 74, IV, da Lei nº 14.133/2021.
2.2. Justifica-se a presente contratação em razão dos serviços que são prestados pelo Ente CIS Amcespar. Constituído com a finalidade de prestar serviços de saúde, prima este pelos princípios atinentes à boa Administração.
2.3. O Sistema Único de Saúde, com a finalidade de instituir políticas públicas que atendam a todos, subsidia, via consórcio, serviços de média e alta complexidade ou serviços/procedimentos que estão fora da estratégia primária dos municípios, mas para regular execução dos serviços, os municípios consorciados necessitam da execução do serviços/procedimentos/exames, logo, justifica-se a presente licitação em razão dos recursos recebidos que devem ser bem aplicados, buscando-se sempre a aplicação, economicidade e eficiência no tratamento, visto que, atende-se a pacientes de toda uma região que tem como cerne a realização dos direitos fundamentais, políticas e diretrizes da saúde;
2.4. O CIS Amcespar busca por meio do cumprimento da finalidade para o qual fora instituído realizar todos os procedimentos/serviços/exames/cirurgias exigidos para a promoção da saúde dos pacientes submetido ao Sistema Único de Saúde.
2.5. O credenciamento de prestadores da Saúde segue praticas usuais das diretrizes do SUS, justificando-se o Credenciamento como ferramenta, pois que prima pela economicidade, competitividade e distribuição a maior gama possível de prestadores a execução dos serviços de saúde, de modo que o sistema de credenciamento através de Chamada Pública, convoca a todos os profissionais interessados para fornecer serviços de saúde por preço único e igualitário, pré-estabelecido ou mediante diretrizes do SUS, que a partir de então, passarão a ser adotados para todos os profissionais, clínicas e laboratórios habilitados e outros prestadores de serviços de saúde, através do consórcio, independentemente da população ou distâncias das sedes dos municípios consorciados. Isto possibilita uma convergência ao oferecer atendimento de saúde pública de qualidade para sua população, que se não fosse pelo sistema consorciado, não estaria disponível, evitando assim, deslocamentos de veículos para grandes centros e capital para buscar tratamento especializado para a população mais carente de forma a reduzir o custo material e imaterial, onerando menos fisicamente e psicologicamente.
2.6. Não há necessidade vistoria nos locais ou visita técnica.
2.7. Não será exigida garantia de execução para o presente termo de credenciamento, uma vez que não constitui referência base na tabela de credenciamento do SUS (http://siab.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?acao=11&id=21910)

3. SEM APLICAÇÃO DA EXCLUSIVIDADE/BENEFICIO ME-MICRO E EMPRESA/EPP
3.1. Quando a não aplicação da EXCLUSIVIDADE/BENEFICIO ME-MICRO E EMPRESA/EPP e correlatos ao Art.48, da Lei Complementar 123/2006). Aqui cabe esclarecer que utilização, pelo fato de que, a exclusividade torna-se de difícil aplicação ao passo que a estimava do presente certame está acima de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), e dos itens que estiverem compostos da presente forma com intuito de abrir ao máximo de prestadores que solicitem o credenciamento dos serviços/procedimentos para o CIS Amcespar e em variados locais, poderá representar prejuízos ao conjunto do objeto a ser contratado. De maneira que **as ME/EPP poderão participar**, sendo asseguradas as outras vantagens inerentes, porem neste objeto está referenciado as atividades e diretrizes dos serviços de saúde pública.

4. OS QUANTITATIVOS
4.1. Os quantitativos dispostos neste projeto básico estão apurados na média outrora adquirida de serviços de exames/procedimentos, cirurgias e apoio complementar, de acordo com a necessidade do CIS Amcespar utilizados no ano de 2025/2026, para execução do ano de 2026/2027.

5. DEFINIÇÃO DO CERTAME POR ITEM.
5.1. O objeto do certame se dará individualizado **por item** para poder acompanhar as características e peculiaridades de cada protocolo ou diretrizes da saúde qual se submete o item.

6. VALOR TOTAL DO CERTAME.
6.1. Nos termos do inciso XXI, do art. 27, da Constituição Estadual, fica fixado, para o período de 12 (doze) meses, totalizando **R$ 35.329.494,20** (trinta e cinco milhões trezentos e vinte e nove mil quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte centavos).
6.2. Os preços propostos acima contemplam todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, abrangendo todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e outras despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos), fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa acessória e/ou necessária para o fornecimento dos produtos/serviços.

7. AS REMUNERAÇÕES DOS ITENS SEGUIRAM A TABELA DE VALORES.
7.1. O prazo de pagamento será em torno de 30 (trinta) dias após, por ordem cronológica, a partir do recebimento definitivo, ou seja, data do ateste de recebimento, realizada por funcionário do Consórcio, na Nota Fiscal Eletrônica. O pagamento ocorrerá nas **terças-feiras** ou **quintas-feiras**.
7.2. A nota fiscal deve ser emitida após a realização dos procedimentos/serviços. A mesma só será faturada após o recebimento e faturamento/verificação das notas pelo setor do CIS Amcespar;
7.3. A contratada deverá encaminhar sempre que vencida a certidão vigente ao setor responsável pela fiscalização e acompanhamento (através do e-mail: **documentos.credenciamento@cisamcespar.org**) a manutenção das condições demonstradas para a habilitação:
a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (dívida ativa e contribuições federais); mediante a apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos de negativa ou outra equivalente, na forma da Lei) de Regularidade Fiscal, expedida pela Fazenda Federal;
b) prova de regularidade relativa à Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
c) prova de regularidade perante o Fisco Estadual da sede da empresa; mediante a apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos de negativa ou outra equivalente, na forma da Lei) de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicilio ou sede do proponente;
d) prova de regularidade perante o Fisco Municipal da sede da empresa; mediante a apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos de negativa ou outra equivalente, na forma da Lei) de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicilio ou sede do proponente;
e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei 12.440 de 07/07/2011, a ser requerida via internet pelo site: www.tst.jus.br.
f) Certificado de Regularidade de Inscrição de pessoa jurídica no CRM-PR, para empresas cujo Conselho Regional seja o CRM
g) E outro documento pertinente ao serviço/procedimento realizado.

7.4. Deverão ser considerados pelos proponentes todos os custos com os/dos profissionais para o cumprimento das obrigações exigidas, incluindo seguros, deslocamento, encargos sociais, tributos, transporte, espera, equipamentos e outras despesas necessárias à perfeita execução do objeto;
7.5. O CIS Amcespar **emitira instrução** em instrumento interno próprio informando aos prestadores credenciados a rotina, contato e forma de apresentação de informação **em cronograma de faturamento** e ordenação de despesas. A ausência de execução ou turbação do credenciado a instrução e organização constitui falta sancionável, com constrição na ordem de pagamento, suspensão de serviços/procedimentos, rescisão do termo de credenciamento e até multa.

8. SOBRE AS ATIVIDADES DO CONSORCIO DE SAÚDE.
8.1. Considerando os princípios do SUS, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
8.2. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada de modo que o CIS atua de forma descentralizada para promover a execução e prestação dos serviços de saúde.
8.3. A presente região de atuação do CIS, abrange um baixo contingente populacional, de forma que a instrumentalização do chamamento público através do CIS Amcespar, vem com o objetivo de agregar serviços mais complexos para tratamento dos pacientes, viabilizando um prognostico de referência, possibilitando melhor atendimento às necessidades de saúde da população da mesorregião que forma o CIS Amcespar.
8.4. Define-se aqui a prestação de serviços de forma indireta dos serviços de saúde e serviços especializados e de apoio de maior densidade tecnológica à população atendida e recepcionada para atendimento através do CIS.

9. CONSTITUEM EIXOS NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO CIS AMCESPAR.
9.1. A realização de atividades médicas, exames, cirurgias e procedimentos de alta complexidade e especialidade, às vezes, requer suporte ou assistência para verificar a anamnese e o estado clínico do paciente.
9.2. A execução de procedimentos, exames, cirurgias e serviços de saúde de forma descentralizada é destinada a pacientes que necessitam de atendimentos mais complexos.
9.3. Esses elementos são fundamentais para o desenvolvimento e a continuidade das linhas de cuidado e atendimento à saúde básica dos moradores atendidos pelos CIS.
9.4. Além disso, fornecem uma ferramenta complementar ao ciclo de tratamento do
paciente.

10. DEFINIÇÃO DOS MÉTODOS DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES
10.1. As empresas contratadas para prestação/fornecimento dos serviços/procedimentos e exames de saúde deverão prestar/fornecer os trabalhos conforme os protocolos médicos e profissionais na dinâmica do tratamento e procedimentos devendo relatar ou dar prosseguimento a informação da próxima etapa do tratamento ou linha de atendimento;
10.2. O atendimento dos pacientes deverá ser realizado conforme o solicitado ou relatado, ao passo que será agendado previamente em contato com os municípios consorciados ou marcador de procedimentos, onde o paciente marcado via municípios ou marcador, com as guias de atendimento ou outros instrumentos disponibilizados, deverão ser atendidos, sob ônus da contratada que fará o atendimento em uma das unidades credenciadas pelo CIS Amcespar disponível para o atendimento;
10.3. A Comissão Permanente de Licitações com auxilio especial da Comissão Especial de Credenciamento reserva o direito de indeferir o pedido de credenciamento da empresa que deixar de apresentar documentação ou informação conforme exigida neste edital ou apresentá-la incompleta ou em desacordo com as disposições deste edital.
10.4. Alguns procedimentos/exames serão realizados conforme descritivo condicional do objeto e fim específico do item.
10.4.1. Os exames/procedimentos especificados no Anexo II (Tabela de Valores), em razão de suas particularidades, exigem a disponibilização de imagens e/ou laudos, físicos/impressos aos pacientes.

10.4.2. Quando necessário, poderão ser realizados ajustes técnicos na execução dos exames/procedimentos, conforme suas especificidades.
10.4.3. Os laudos e/ou imagens deverão ser entregues conforme o prazo estabelecido na Tabela de Valores (Anexo II), sendo imediatamente após a realização do exame quando assim especificado ou, nos demais casos, a entrega deverá ocorrer em até 7 (sete) dias corridos.

DA METAS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS
10.6. A execução dos serviços/procedimentos deverá obedecer à estratégia de saúde na estrutura hierarquizada organizada do SUS, de forma a permitir o desenvolvimento de estratégias e práticas intersetoriais entre os prestadores de serviços e entes da administração e colaboradores dos serviços de saúde.
10.7. Dessa forma, as tecnologias e recursos humanos necessários à implementação das políticas públicas. O CIS instruirá a organização capaz de alinhar o atendimento individual de cada município na assistência à saúde, principalmente em consultas médicas, exames de média e alta complexidade, para propiciar o atendimento do paciente integrado na rede de atendimento do CIS Amcespar e SUS.
10.8. Os resultados dessa associação e fomento nos serviços/procedimentos de saúde vão gerar impacto relevante nas condições de saúde, tendo em vista o acesso do paciente a tratamento de saúde sem custo ao paciente, acesso a serviços não dispostos na base de atendimento, otimização dos recursos possibilitando beneficiar maior número de pessoas.

11. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO DOS TERMOS DE CREDENCIAMENTO.
11.1. Designada Comissão Especial de Credenciamento acompanhará os termos de credenciamentos realizados.
11.2. A avaliação de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12. CRITÉRIO DE SELEÇÃO.
12.1. As pessoas jurídicas serão selecionadas por entre aqueles cuja documentação atenderem aos requisitos do edital, sendo considerados selecionados o quantitativo necessário ao atendimento do número de profissionais com perfil técnico e domínio dos conhecimentos necessários indicados ao programa, para cada função, neste edital e seu projeto de básico.
12.2. Estando apto o credenciamento da pessoa jurídica e o rol de documentação referente aos exames/serviços/procedimentos e cirurgias será organizado a lista das entidades disponível e a disposição da administração para a execução dos serviços/procedimentos/exames/ cirurgia.
12.3. Terão preferência as entidades que: em ordem cronológica apresentarem a documentação primeiro e apresentarem o melhor perfil técnico pelos seguintes critérios: maior tempo de serviço; Maior arcabouço estrutural para execução de serviço/procedimento; Melhor qualificação profissional.
12.4. Outra variante prioritária é a regionalização dos serviços, ou seja, a proximidade do serviço disponível dentro da territorialização do SUS contido ao paciente.
12.5. Os protocolos de marcação e agendamento/conduta, que couber aos municípios consorciados, quando houver dúvida ou circunstancia que necessite escolha de prestador será ouvida a opção do paciente (usuário do serviço de saúde). Persistindo a dúvida seguirá para outros critérios conforme abaixo.
12.6. Nos casos em que os credenciados ainda assim apresentarem empate quanto aos critérios, será realizado sorteio.

12.7. Os demais não classificados comporão cadastro de reserva conforme definido pelos critérios.

13. QUANTITATIVO NECESSÁRIO.
13.1. Serão necessários exames/cirurgias/serviços/procedimentos conforme demanda dos municípios, sendo prognose não mensurável diante da imprevisibilidade dos mesmos. Assim far-se-á necessário o instrumento de credenciamento para viabilizar a potencialidade dos serviços de saúde necessários, em sincronia com o item 2, e o art. 74, IV, da Lei nº 14.133/2021.
13.2. Para informação de distribuição de quantitativos operacionais seguirá as premissas de cada eixo abaixo descrito;

A-- Da referência ao lote ODONTOLOGIA
13.2. A marcação/agendamento dos procedimentos odontológicos especializados, credenciados ao CIS Amcespar, serão encaminhados pelos municípios consorciados da seguinte forma:
A) Primeiramente ao CEO - Centro de Especialidades Odontológicas.
B) Posteriormente a partir da necessidade do paciente para consultórios próprios de prestador credenciado conforme edital.
13.2.1. O Valor do procedimento (item) compõe todos custos (diretos/indiretos) agregados os atos necessários para execução total do item.

B-- Da referência ao lote de EXAMES/PROCEDIMENTOS
13.3. Para fins de credenciamento, a empresa deve conter profissionais com qualificação mínima inerente aos itens ao que pretende credenciar conforme aferições técnicas pertinentes e linhas de integração ao SUS.
13.3.1. O valor dos itens (anexo II) correspondem à totalidade dos custos (diretos/indiretos) agregados ao procedimento/item.
13.3.2 Alguns procedimentos/exames serão realizados conforme descritivo condicional do objeto e fim específico do item.
13.3.3. Os exames/procedimentos especificados no Anexo II (Tabela de Valores), em razão de suas particularidades, exigem a disponibilização de imagens e/ou laudos, físicos/impressos aos pacientes.
13.3.4. Quando necessário, poderão ser realizados ajustes técnicos na execução dos exames/procedimentos, conforme suas especificidades.
13.3.5. Os laudos e/ou imagens deverão ser entregues conforme o prazo estabelecido na Tabela de Valores (Anexo II), sendo imediatamente após a realização do exame quando assim especificado ou, nos demais casos, a entrega deverá ocorrer em até 7 (sete) dias corridos.

C-- Da referência ao lote de CIRURGIAS.
13.4. Para cada liberação do item referente ao procedimento cirúrgico, deve estar credenciado ao CIS Amcespar o hospital com suporte necessário para obedecer aos critérios do SUS.
13.4.1. Para o procedimento cirúrgico ser realizado será liberada uma guia com o **item 1649**, que totalizam os custos diretos/indiretos da cirurgia, sendo: materiais cirúrgicos, insumos, medicamentos, instrumentador, equipe, despesas de internamento, intercorrências no internamento; uma guia com o **item 1650** ou **2147**(acima de uma cirurgia) para o serviço de anestesia, além do item corresponde ao procedimento cirúrgico conforme tabela CIS para pagamento dos serviços médicos. **É de responsabilidade do médico cirurgião indicar o hospital credenciado ao CIS Amcespar aonde a cirurgia será realizada.**

13.5. Conforme a necessidade de complementação de dados será anexado descritivo do item correlacionado ao SUS no intuído de evitar a duplicidade, ou conflitos de nomenclaturas e/ou entendimentos. Segue abaixo a descrição mínima.

Descrição e Especificações de Exames/Cirurgias

Aluguel de sala para cirurgia	**Código do item: 1649**
Disponibilização de sala cirúrgica adequada para a realização de procedimentos cirúrgicos, equipada conforme as normas sanitárias vigentes, com infraestrutura necessária para garantir a segurança do paciente e o adequado desenvolvimento do ato cirúrgico. **Incluído:** materiais cirúrgicos, insumos, medicamentos, equipe de apoio, instrumentador cirúrgico, utilização dos equipamentos da sala, despesas de internamento, assistência e atendimento de intercorrências relacionadas ao internamento.	
Índice Tornozelo Braquial (ITB)	**Código do item: 2115**
O Índice Tornozelo-Braquial (ITB) é um exame não invasivo, de triagem, utilizado para a detecção precoce da doença arterial obstrutiva periférica (DAOP). **Qualificação mínima exigida**: Superior completo em Medicina habilitado pelo CRM, Especialista em Cirurgia Vascular ou Cardiologia com RQE.	
Curativo Especial com aplicação em lesão pequena até 08 cm ², com material incluso.	**Código do item: 1840**
Curativo Especial com aplicação em lesão média 9 a 15cm² com material incluso	**Código do item: 1841**
Curativo Especial com aplicação em lesão média-grande 16 a 25 cm² com material incluso	**Código do item: 1842**
***Curativo Especial com aplicação em lesão grande acima de 26cm² com material incluso**	**Código do item: 1843**
O curativo deverá ser realizado após a avaliação e encaminhamento, conforme estágio e tamanho da lesão. **Incluído: todos os** materiais e insumos necessários para realização do curativo. **Qualificação mínima**: Escolaridade: Superior completo em Medicina habilitado pelo CRM, Especialista em Cirurgia Vascular com RQE ou Enfermeiro Estomaterapeuta.	
CONFECÇÃO DE FÍSTULA ARTERIOVENOSA PARA ACESSO (AMBULATORIAL) COM MATERIAL INCLUSO	**Código do item: 2139**
A confecção de uma fístula arteriovenosa (FAV) para acesso ambulatorial é um procedimento médico realizado para criar uma conexão direta entre uma artéria e uma veia, especialmente para pacientes que necessitarão de hemodiálise de forma ambulatorial. Pode ser realizado tanto em centro cirúrgico hospitalar ou ambulatorial dentro de clínica com infraestrutura adequada, em ambos os casos com salas de procedimento cirúrgico que atendam aos padrões de segurança e esterilização necessários. **Qualificação exigível**: Escolaridade: Superior completo em Medicina habilitado pelo CRM, Especialista em Cirurgia Vascular com RQE ou Nefrologia Intervencionista com RQE.	
INFILTRAÇÃO INTRAARTICULAR COM ÁCIDO HIALURÔNICO + CORTICOIDE (COM MATERIAL INCLUSO)	**Código do item: 2148**
O ácido hialurônico intra-articular é uma técnica utilizada em várias patologias, especialmente nas artroses, quando já existe um desgaste da articulação e das cartilagens. Melhora da função articular: Ao aplicar o ácido hialurônico diretamente na articulação, é possível melhorar a lubrificação e o amortecimento, facilitando o movimento e a funcionalidade dessa região. Isso permite que os pacientes recuperem a amplitude de movimento perdida e retomem suas atividades diárias. **Sobre o procedimento de infiltração articular de ácido hialurônico:** Através de punção articular com seringa e agulha, após limpeza e antissepsia cuidadosa da pele e anestesia local. É indolor ou com dor extremamente aceitável. As articulações mais frequentemente abordadas são joelho, quadril, ombro, tornozelo e pé. É realizada em consultório, guiada ou não por imagem. O ácido hialurônico é injetado na cavidade articular, que pode ser procedimento único ou uma sequência de 2 a 3 infiltrações anuais, a depender da patologia do Paciente. **Efeito do Ácido Hialurônico na articulação:** • Redução da ativação de células inflamatórias responsáveis pelo desencadeamento da cascata inflamatória que causa destruição articular da artrose.	
• Estímulo da produção do próprio ácido hialurônico (endógeno), com melhoria da viscosidade do liquido sinovial. • Estabilização da degradação da matriz cartilaginosa. • Estímulo da produção de células cartilaginosas e do colágeno tipo II. • Ação direta e receptores de dor articular causando analgesia prolongada... Embora segura, é indicado que a infiltração seja realizada sempre por um médico habilitado, em condições de assepsia ideais e em ambiente adequado. Incluído: Insumos, medicações injetáveis, anestésico e demais materiais necessários ao procedimento. **Qualificação mínima**: Escolaridade: Superior completo em Medicina habilitado pelo CRM, Especialista em Ortopedia com RQE ou Reumatologia com RQE.	
MAPA E HOLTER – ITINERANTE – Código item: 2191 e 2192 A realização dos exames de MAPA e Holter no próprio município garante maior qualidade e precisão diagnóstica, pois evita deslocamentos longos que podem alterar os resultados — como elevação artificial da pressão arterial no MAPA ou mudanças no ritmo cardíaco no Holter devido ao cansaço da viagem. Também reduz riscos clínicos e desconforto, especialmente para idosos, hipertensos e cardiopatas, que ficam mais suscetíveis a intercorrências durante trajetos prolongados, comprometendo segurança e bem-estar. Além disso, a oferta local dos exames melhora a eficiência logística, diminui o absenteísmo causado por dificuldades de transporte, baixa renda e incompatibilidade de horários, facilitando o acesso, aumentando a adesão ao tratamento e fortalecendo o acompanhamento clínico. **Especificações exames:** **MAPA – itinerante** · 1 aparelho em comodato mediante demanda mínima de 15 exames/mês por aparelho. · Fornecimento de aparelhos adicionais a cada múltiplo de 15 exames/mês. · Laudos liberados em até 72 horas úteis. · Manutenção completa sem custos (exceto mau uso). · Inclusos carregadores e pilhas recarregáveis (troca a cada 6 meses). · Instalação e treinamento no próprio município. **HOLTER – itinerante** · 1 aparelho em comodato mediante demanda mínima de **10 a 15 exames/mês** por aparelho. · Fornecimento adicional a cada múltiplo de 15 exames/mês. · Laudos emitidos em **até 72 horas úteis**. · Manutenção completa sem custos (exceto mau uso). · Inclusos carregadores e pilhas recarregáveis (troca a cada 6 meses). · Instalação e treinamento **no próprio município**. **Laudos à distância com aparelhos em comodato:** Os médicos disponibilizados pelo prestador, realizarão os laudos à distância a partir dos dados coletados pelos aparelhos fornecidos em comodato aos municípios. Após a instalação do equipamento no paciente e a conclusão do período de monitorização, os registros deverão ser, automaticamente, enviados ao sistema digital do prestador, através da Plataforma Web. Os médicos especialistas através dos dados, devem realizar a interpretação técnica completa e emitir o laudo conforme os padrões clínicos exigidos, os laudos são disponibilizados através da mesma plataforma. Os resultados de dos exames podem ser acessados de qualquer local através de login na plataforma Web, e também devem/poder ser impressos pelo município para cada paciente. Todo o processo deve ocorrer de forma segura, com transmissão eletrônica das informações e disponibilização do laudo final ao município dentro do prazo estabelecido.	
Insumos Sob Responsabilidade dos Municípios: · Eletrodos descartáveis · Micropore · Malha tubular · Lâminas para tricotomia · Álcool 70% (gel e líquido) · Gaze, algodão e demais materiais de uso único **Configurações Mínimas do Computador (município) para a implementação do Sistema:** · Sistema operacional Windows 11 · 8 GB de RAM DDR4 ou superior · SSD 480 GB ou superior · Processador Intel 9ª geração ou superior ou AMD Ryzen 3ª geração ou superior	
Qualificação mínima: Os laudos deverão ser emitidos por médicos devidamente habilitados, com formação comprovada em Cardiologia (RQE) e registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM).	
EXAME BERA/PEATE - COM SEDAÇÃO (mediante solicitação médica) – Código item: 2193 Trata-se de teste diagnóstico não invasivo, utilizado para avaliar a **integridade da via auditiva.** A sedação é indicada apenas em **casos excepcionais**, quando o paciente não consegue permanecer imóvel ou colaborativo para a realização do exame. **Públicos Aptos à Realização do Exame com Sedação (Mediante Indicação Médica):** Crianças pequenas de até 5 anos, Pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Pacientes com Deficiência Intelectual, Transtornos Neurológicos, Transtornos Psiquiátricos, Demências ou Alzheimer, Deficiências Múltiplas (limitações motoras, sensoriais ou cognitivas), Outras Situações Clínicas Especiais – atestadas pelo profissional médico. • O exame com sedação **somente poderá ser realizado** mediante **prescrição médica com justificativa técnica**. • O prestador deverá dispor de equipe habilitada, sala preparada, monitorização e suportebásico à vida.	
• O uso da sedação deve seguir **protocolos clínicos e legislação aplicável**.	
• Sedação não é permitida por conveniência, apenas por **indicação clínica justificada**.	
Qualificação mínima:	
- Para realização do exame/confecção do laudo: Fonoaudiólogo ou Especialista Otorrinolaringologista com RQE.	
- Para anestesia/sedação: Superior completo em Medicina habilitado pelo CRM; preferencialmente Anestesiologista com RQE.	
ESPIROMETRIA SIMPLES E COM PROVA BRONCODILATADORA	**Código do item: 1184 e 1368**
Qualificação mínima:	
Escolaridade: Superior completo em Medicina habilitado pelo CRM, Especialista em Pneumologia com RQE.	
ELETROENCEFALOGRAMA E	**Código do item: 1829, 973,**
ELETRONEUROMIOGRAFIA	**511, 1329, 1028, 1973**
Qualificação mínima:	
Escolaridade: Superior completo em Medicina habilitado pelo CRM, Especialista em Neurologia com RQE registrado no CRM, para os itens: 973, 511 e 1829.	

Escolaridade: Superior completo em Medicina habilitado pelo CRM, Especialista em Neurologia com área de atuação em Neurofisiologia clínica com RQE registrado no CRM, para os itens: 1028, 1973, 1329	
ENDOSCOPIA	**Código do item: 1045, 1342,**
COLONOSCOPIA	**Código do item: 8, 1653**
Qualificação mínima:	
Escolaridade: Médico Especialista em Gastroenterologia e/ou Cirurgia do Aparelho	
Digestivo e/ou Endoscopia com RQE registrado no CRM, para os itens: 1045 e 1342.	
Escolaridade: Médico Especialista em Gastroenterologia e/ou Coloproctologia e/ou Endoscopia com RQE registrado no CRM, para os itens: 8 e 1653.	

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

14.1. Atentar-se às diretrizes normativas dos procedimentos e serviços das respectivas atividades desempenhadas, observar as diretrizes e protocolos do CIS Amcespar, observar as normativas do Ministério da Saúde (MS) em conjunto com a secretaria de Saúde do Estado do Paraná (SESA-PR) relativas ao objeto do credenciamento. Em caso de dúvida, lacuna ou esclarecimento entrar imediatamente em contato com o CIS Amcespar.

14.1.1. A CREDENCIADA obriga-se a instituir, executar e manter ações contínuas voltadas à promoção da segurança do paciente e à gestão de riscos em serviços de saúde, em estrita observância às diretrizes técnicas e operacionais estabelecidas pela Resolução ANVISA nº 978, de 6 de junho de 2025, bem como pelos protocolos do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP).

14.2. Acompanhar e alimentar o sistema eletrônico e de informação do CIS Amcespar, onde serão disponibilizadas as informações para os municípios e operadores do CIS Amcespar.

14.3. Realizar a emissão e a entrega dos laudos e/ou imagens impressas aos pacientes, observando os prazos estabelecidos para cada exame, conforme especificado na Tabela de Valores deste Edital (Anexo II).

14.4. Responsabilizar-se pelas informações incluídas no sistema eletrônico, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

14.5. Fazer a recepção das guias de atendimento no sistema eletrônico do CIS Amcespar.

14.6. Emitir relatório de atendimentos (exames/procedimentos realizados), para controle de produção.

14.7. Assinar o termo de credenciamento, quando convocado, dentro do prazo determinado neste instrumento.

14.8. Após assinatura do termo de credenciamento, o credenciando deverá observar as obrigações definidas no referido documento, bem como no Projeto Básico.

14.9. Manter atualizadas as certidões fiscais;

14.10. É obrigatória a utilização Prontuário Eletrônico do Paciente, com registro completo das informações clínicas, prescrições, procedimentos realizados, bem como adequar-se imediatamente à possíveis alterações assim que solicitado. Fica vedada a utilização de formulários que não os disponíveis no sistema IDS.

14.11. Seguir a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

14.12. Conferir a agenda de serviços a serem executados pelo credenciado sendo dever do credenciado verificar as inconformidades, eventual solicitação de correções. Poderão ocorrer agendamentos extraordinários conforme plano de ação e trabalho de comum acordo.

14.13. Nos casos em que a cirurgia for realizada por meio do credenciamento via Consórcio, o primeiro retorno pós-operatório não será pago, por já estar incluído no valor do procedimento cirúrgico.

14.14. E demais obrigações previstas no edital.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

15.1. Prestar todas as informações necessárias para a formulação das propostas das empresas interessadas.

15.2. Agendar, quando solicitado, reunião para discussão de elementos que pairem dúvidas ou possuam protocolos próprios e divergentes a metodologia atualizada das empresas interessadas em se credenciar.

15.3. Emitir instrução e informações a empresa interessada o Credenciamento.

15.4. Realizar a análise da documentação apresentada e divulgar o resultado da análise do pedido de credenciamento.

15.5. Disponibilizar acesso ao sistema eletrônico aos credenciados e informar sobre a utilização do sistema.

15.6. Manter o sistema eletrônico atualizado para escolha das opções/alternativas de agendamento/marcações pelos municípios participantes do CIS Amcespar.

15.7. Convocar o CREDENCIADO para assinatura do termo de credenciamento após aprovação dos elementos documentais referentes às atividades que irá desempenhar.

15.8. Após assinatura do termo de credenciamento, a credenciada deverá observar as obrigações definidas no referido documento, bem como no Projeto Básico.

15.9. Quanto à impossibilidade do procedimento/serviço ser alimentado ou informado em sistema uniforme, o credenciado e o credenciante poderão pactuar forma para melhor execução dos serviços e rotina de trabalho, sem detrimento do usuário/paciente.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - O instrumento contratual utilizado será “termo de credenciamento”, o termo de decorrente do credenciamento será publicado, em forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do CIS Amcespar, conforme disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2 – A análise e avaliação da documentação dos interessados serão procedidas pela Comissão Especial de Credenciamento, em conformidade com os parâmetros e requisitos estabelecidos no Edital.

16.3 – A inscrição do proponente implica na prévia e integral concordância com as normas deste Edital.

16.4 – O credenciado será responsável pelo desenvolvimento de sua atividade e pelas informações e conteúdo dos documentos apresentados, excluída qualquer responsabilidade civil ou penal do CIS Amcespar.

16.5 – O credenciamento realizado nos termos deste Edital e as eventuais contratações dele derivadas não impedem a Administração de realizar outras contratações para atendimento de suas necessidades.

(Assinado Digitalmente pág. 93)
MARIA EDUARDA GACH
Credenciamento
CIS AMCESPAR

(Assinado Digitalmente pág. 93)
ANA BEATRIZ DE MEIRA - CRM-PR 42576
Médica Diretora Técnica
CIS Amcespar

(Assinado Digitalmente pág. 93)
ANGELA MARIA DA CRUZ CARDOSO
Diretora Técnica e Administrativa
CIS AMCESPAR

Irati, 21 de julho de 2026.

ANEXO II - TABELA DE VALORES		
LOTE 1 - PROCEDIMENTOS		
LOTE 1	PROCEDIMENTOS	VALOR UNITÁRIO FIXO
1188	BIÓPSIA DE LÁBIO *cód. 90060	R$ 17,00
1189	BIÓPSIA DE LÍNGUA *cód. 90061	R$ 27,00
594	BIÓPSIA DE PÁLPEBRAS *cód. 52	R$ 17,00
610	BIÓPSIA DE PAVILHÃO AURICULAR *cód. 53	R$ 14,00
1190	BIÓPSIA DE TECIDO DA CAVIDADE BUCAL *cód. 90063	R$ 17,00
584	BIÓPSIA DOS TECIDOS MOLES DA BOCA *cód. 50	R$ 27,00
612	BIÓPSIA/PUNÇÃO DE TUMORES SUPERFICIAIS DE PELE *cód. 54	R$ 14,00
1800	DEBRIDAMENTO AMBULATORIAL DE ÚLCERAS/NECROSE *cód. 2685	R$ 34,00
1191	ELETROCOAGULAÇÃO DE LESÃO CUTÂNEA *cód. 2266	R$ 14,00
2009	EXCISÃO DE LESÃO E/OU SUTURA DE FERIMENTO DA PELE ANEXOS E MUCOSA *cód. 2240	R$ 34,00
2041	CAUTERIZAÇÃO QUÍMICA (GRUPO DE 5 LESÕES) *cod. 90598	R$ 39,00
1192	EXCISÃO E SUTURA DE HEMANGIOMA *cód. 2681	R$ 33,00
1193	EXCISÃO E SUTURA DE LESÃO NA BOCA *cód. 2475	R$ 14,00
1194	EXCISÃO E SUTURA DE TEGUMENTO NA FACE *cód. 90065	R$ 13,00
1195	EXCISÃO E SUTURA DE TUMORES DA ORELHA *cód. 90066	R$ 13,00
1196	EXCISÃO EM CUNHA DE LÁBIO *cód. 2476	R$ 33,00
1216	EXERÉSE DE CALO *cód. 90190	R$ 14,00
1197	EXÉRESE DE CISTO SEBÁCEO *cód. 90067	R$ 14,00
1198	EXÉRESE DE LIPOMA *cód. 90068	R$ 14,00
1217	EXÉRESE DE PÓLIPO DE ÚTERO *cód. 3892	R$ 22,00
1142	EXÉRESE DE TUMOR DE PELE *cód. 90190	R$ 14,00
1390	FRENOTOMIA LINGUAL *cód. 2235	R$ 91,00
1199	INCISÃO E DRENAGEM DE ABSCESSO *cód. 2236	R$ 14,00
1218	INCISÃO E DRENAGEM DE HEMATOMA *cód. 90191	R$ 14,00
2053	INFILTRAÇÃO INTRA-ARTICULAR *cód. 90285	R$ 51,00
2054	INFILTRAÇÃO INTRAMUSCULAR *cód. 90010	R$ 51,00
2055	PUNÇÃO ARTICULAR *cód. 90009	R$ 51,00
1186	REMOÇÃO DE CERUME *cód. 2424	R$ 7,00
1220	RESSUTURA *cód. 90192	R$ 14,00
1200	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO SUBCUTÂNEO *cód. 2255	R$ 14,00
1204	RETIRADA DE FIO OU PINO INTRAÓSSEO *cód. 3667	R$ 33,00
1206	REVISÃO C/ TROCA DE APARELHO GESSADO EM MEMBRO INFERIOR *cód. 3424	R$ 24,00
1205	REVISÃO C/ TROCA DE APARELHO GESSADO EM MEMBRO SUPERIOR *cód. 7541	R$ 25,00
1208	TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA EM MEMBRO INFERIOR C/ IMOBILIZAÇÃO *cód. 7544	R$ 44,00
1207	TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA EM MEMBRO SUPERIOR C/ IMOBILIZAÇÃO *cód. 7542	R$ 44,00
1209	TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA DO ESTERNO *cód. 3247	R$ 44,00
1210	TRATAMENTO DE MIIASE FURUNCULOIDE *cód. 90069	R$ 14,00
1874	TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTÉTICO DE VARIZES DE MEMBRO INFERIOR (UNILATERAL) - VALOR PARA TRATAMENTO COMPLETO. *cód. 8401	R$ 640,00
1875	TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTÉTICO DE VARIZES DE MEMBROS INFERIORES (BILATERAL) - VALOR PARA TRATAMENTO COMPLETO. *cód. 1829	R$ 1.281,00
1840	CURATIVO ESPECIAL COM APLICAÇÃO EM LESÃO PEQUENA ATÉ 08 CM ³, COM MATERIAL INCLUSO *cód. 2841	R$ 203
1841	CURATIVO ESPECIAL COM APLICAÇÃO EM LESÃO MÉDIA 9 A 15CM³ COM MATERIAL INCLUSO *cód. 2840	R$ 245,00
1842	CURATIVO ESPECIAL COM APLICAÇÃO EM LESÃO MÉDIA-GRANDE 16 A 25 CM³ COM MATERIAL INCLUSO *cód. 2839	R$ 289,00
1843	CURATIVO ESPECIAL COM APLICAÇÃO EM LESÃO GRANDE ACIMA DE 26CM³ COM MATERIAL INCLUSO *cód. 2838	R$ 333,00
2115	ÍNDICE TORNOZELO BRAQUIAL (ITB) *cód. 90301	R$ 171,00
2139	CONFECÇÃO DE FÍSTULA ARTERIOVENOSA PARA ACESSO (AMBULATORIAL) * COM MATERIAL INCLUSO* *cód. 2163	R$ 710,00
2148	INFILTRAÇÃO COM ÁCIDO HIALURÔNICO + CORTICOIDE (COM MATERIAL INCLUSO) *cód. 90389	R$ 714,00
	PROCEDIMENTOS DE GINECOLOGIA	
505	COLPOSCOPIA *cód.1155	R$ 34,00
2014	BIÓPSIA DE VULVA, OU DE VAGINA, OU DO COLO UTERINO *cód.90417	R$ 57,00
2015	CAUTERIZAÇÃO QUÍMICA DE LESÕES DA VULVA, OU DA VAGINA, OU DE COLO UTERINO *cód.90414	R$ 34,00
2016	ELETROCAUTERIZAÇÃO DE LESÕES DA VULVA, OU DA VAGINA, OU DE COLO UTERINO *cód.90418	R$ 51,00
2017	INCISÃO E DRENAGEM DA GLÂNDULA DE BARTHOLIN OU SKENE *cód.90419	R$ 51,00
2018	IMPLANTE DE DISPOSITIVO INTRA-UTERINO (DIU) *cód.1175	R$ 51,00
LOTE 2 - PROCEDIMENTO AMBULATORIAL COMPLEMENTAR		
LOTE 2	PROCEDIMENTO AMBULATORIAL COMPLEMENTAR	VALOR UNITÁRIO FIXO
2128	EXCISÃO DE LIPOMAS *cód.90336	R$ 157,00
2129	EXCISÃO DE CISTOS DE PELE E ANEXOS *cód.90337	R$ 157,00
2130	EXCISÃO DE GRANULOMAS DE CORPO ESTRANHO *cód.90338	R$ 157,00
2131	CANTOPLASTIA/ ONIECTOMIA *cód.709	R$ 157,00
2132	CRIOTERAPIA (GRUPO DE 05 LESÕES) *cód.90339	R$ 133,00
2133	CRIOCIRURGIA (NITROGÊNIO LÍQUIDO) DE NEOPLASIAS CUTÂNEAS POR LESÃO *cód.90340	R$ 165,00
LOTE 3 –	**ODONTOLOGIA**	
LOTE 3	ODONTOLOGIA	VALOR NOVO
2205	RX PANORÂMICO ODONTOLÓGICO SEM LAUDO (REALIZADOCOM APARELHO DO CIS) * cod. 90599	R$ 21,00
	Os procedimentos odontológicos especializados credenciados ao CIS Amcespar serão encaminhados pelos municípios consorciados, inicialmente ao CEO – Centro de Especialidades Odontológicas e, quando necessário, aos prestadores credenciados conforme edital. Os atendimentos incluem procedimentos para pacientes especiais e pediátricos, realizados em consultório próprio, com material incluso e por profissional habilitado em sedação com óxido nitroso.	
1999	EXTRAÇÃO DE DENTE INCLUSO/IMPACTADO - BUCO- MAXILO-FACIAL *cód. 90377	R$ 171,00
2086	RESTAURAÇÃO EM RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL – DENTÍSTICA *cód. 1411	R$ 207,00
2087	EXODONTIA POR ELEMENTO – CIRURGIA *cód. 4111	R$ 207,00
2088	EMERGÊNCIA ODONTOLÓGICA – CIRURGIA *cód. 11097	R$ 207,00
2089	ENDODONTIA DE DENTE DECÍDUO - ODONTOPEDIATRIA *cód.4111	R$ 207,00
2090	PROFILAXIA + RASPAGEM – PERIODONTIA *cód. 4111	R$ 207,00
2042	SEDAÇÃO COM ÓXIDO NITROSO *cód. 90005	R$ 287,00
2138	PROFILAXIA – PERIODONTIA PEDIATRICA *cód. 90366	R$ 91,00

LOTE 4 – EXAMES COM LAUDO		
LOTE 4	**EXAMES COM LAUDO (Laudo impresso e entregue ao paciente, no prazo máximo de 7 dias, após a realização do exame) *conforme descritivo do termo de referência**	**VALOR UNITÁRIO FIXO**
566	ANGIOGRAFIA CEREBRAL 4 VASOS *cód. 1102	R$ 722,00
567	ARTERIOGRAFIA DE MEMBRO (UNILATERAL) *cód. 1103	R$ 211,00
349	ARTERIOGRAFIA P/ INVESTIGAÇÃO DE DOENÇA ARTERIOSCLERÓTICA AORTO-ILIACA E DISTAL *cód. 1107	R$ 592,00
1834	ANGIOTOMOGRAFIA *cód. 1094	R$ 704,00
1835	ANGIOTOMOGRAFIA DE AORTA TOTAL *cód. 1071	R$ 1.321,00
1836	ANGIORESSONANCIA *cód. 953	R$ 1.115,00
1691	AUDIOMETRIA DE REFORÇO VISUAL (VIA AÉREA/ÓSSEA) *cód. 1250	R$ 24,00
1222	AUDIOMETRIA DE TRONCO CEREBRAL - BERA (ADULTO) *cód. 90015	R$ 227,00
1223	AUDIOMETRIA DE TRONCO CEREBRAL - BERA (INFANTIL) *cód. 90016	R$ 280,00
1692	AUDIOMETRIA EM CAMPO LIVRE *cód. 1232	R$ 24,00
1326	AUDIOMETRIA TONAL *cód. 90220	R$ 68,00
1221	AUDIOMETRIA VOCAL *cód. 90193	R$ 68,00
1688	AVALIAÇÃO AUDITIVA COMPORTAMENTAL *cód. 1229	R$ 21,00
1682	AVALIAÇÃO DE LINGUAGEM ESCRITA/LEITURA *cód. 1268	R$ 6,00
1683	AVALIAÇÃO DE LINGUAGEM ORAL *cód. 1268	R$ 6,00
1684	AVALIAÇÃO MIOFUNCIONAL DE SISTEMA ESTOMATOGNÁTICO *cód. 1268	R$ 6,00
1689	AVALIAÇÃO PARA DIAGNÓSTICO DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA *cód. 1272	R$ 28,00
1690	AVALIAÇÃO PARA DIAGNÓSTICO DIFERENCIAL DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA *cód. 1274	R$ 55,00
1685	AVALIAÇÃO VOCAL *cód. 1262	R$ 6,00
615	BIÓPSIA PERCUTÂNEA ORIENTADA POR TC, USG OU RX *cód. 99	R$ 100,00
361	CINTILOGRAFIA DE TIREOIDE *cód. 992	R$ 118,00
226	CINTILOGRAFIA MIOCÁRDICA - ESTRESSE E REPOUSO *cód. 960	R$ 915,00
371	CINTILOGRAFIA ÓSSEA (CORPO INTEIRO) *cód. 1019	R$ 188,00
1226	CINTILOGRAFIA RENAL DINÂMICA *cód. 90196	R$ 188,00
1224	CINTILOGRAFIA RENAL ESTÁTICA *cód. 90194	R$ 165,00
1225	CINTILOGRAFIA RENAL ESTÁTICA E DINÂMICA *cód. 90195	R$ 353,00
1045	COLONOSCOPIA (COM SEDATIVO) *cód. 1318	R$ 469,00
1342	COLONOSCOPIA COM COLETA DE MATERIAL PARA BIÓPSIA (COM SEDATIVO) *cód. 90225	R$ 528,00
1116	DENSIOMETRIA DUO ENERGÉTICO (CORPO INTEIRO) *cód. 90018	R$ 195,00
791	DENSIOMETRIA ÓSSEA DUO ENERGÉTICO (COLUNA E FÊMUR) *cód. 861	R$ 164,00
1117	ECOCARDIOGRAMA COM DOPPLER ADULTO/ INFANTIL *cód. 903	R$ 205,00
1118	ECOCARDIOGRAMA COM DOPPLER INFANTIL EM CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS *cód. 90019	R$ 273,00
1829	EEGQ – ELETROENCEFALOGRAMA COM MAPEAMENTO *cód. 6507	R$ 167,00
655	ELETROCARDIOGRAMA *cód. 1125	R$ 17,00
973	ELETROENCEFALOGRAMA *cód. 1169	R$ 47,00
511	ELETROENCEFALOGRAMA EM VIGÍLIA E SONO ESPONTÂNEO C/ OU S/ FOTOESTIMULO *cód. 1170	R$ 105,00
1329	ELETRONEUROMIOGRAFIA (4 MEMBROS) *cód. 90382	R$ 923,00
1028	ELETRONEUROMIOGRAFIA (ENMG) *cód. 1171	R$ 275,00
1973	ELETRONEUROMIOGRAFIA (2 MEMBROS) *cód. 90390	R$ 522,00
981	EMISSÕES OTOACÚSTICAS POR ESTIMULO DISTORÇÃO (E.O.A) *cód. 1253	R$ 88,00
869	EMISSÕES OTOACÚSTICAS POR ESTIMULO TRANSIENTE (E.O.A) *cód. 1253	R$ 88,00
8	ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA (COM SEDATIVO) *cód. 90224	R$ 316,00
1653	ENDOSCOPIA DIGESTIVA COM COLETA DE MATERIAL PARA BIÓPSIA (COM SEDATIVO) *cód. 90600	R$ 353,00
2040	SERVIÇOS DE ANESTESIA PARA EXAMES DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA E COLONOSCOPIA *cód. 90601	R$ 175,00
1368	ESPIROMETRIA COM PROVA BRONCODILATADORA *cód. 1294	R$ 93,00
1184	ESPIROMETRIA SIMPLES (ES) *cód. 90602	R$ 85,00
1686	ESTUDO TOPODIAGNÓSTICO DA PARALISIA FACIAL *cód. 1259	R$ 10,00
413	HISTEROSSALPINGOGRAFIA *cód. 829	R$ 96,00
1174	IMPEDÂNCIOMETRIA *cód. 90318	R$ 68,00
1838	IMITÂNCIOMETRIA *cód. 1249	R$ 68,00
1693	LOGOAUDIOMETRIA (LDV-IRF-LRF) *cód. 1247	R$ 32,00
1019	MAMOGRAFIA (BILATERAL) *cód. 9744	R$ 72,00
1816	MAMOGRAFIA (BILATERAL) COM APARELHO DO SUS *cód. 90330	R$ 52,00
1652	MAMOGRAFIA (UNILATERAL) *cód. 781	R$ 30,00
1211	MAMOGRAFIA COM PUNÇÃO ORIENTADA E CONTROLE PR, CIR *cód. 90041	R$ 152,00
1120	MAPA – MONITORAMENTO AMBULATORIAL DE PRESSÃO ARTERIAL *cód. 1126	R$ 113,00
1119	NASOFIBROLARINGOSCOPIA *cód. 1323	R$ 190,00
1694	POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO DE CURTA MÉDIA E LONGA LATÊNCIA *cód. 6628	R$ 55,00
1695	POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO PARA TRIAGEM AUDITIVA *cód. 1237	R$ 17,00
722	PROCESSAMENTO AUDITIVO CENTRAL *cód. 90331	R$ 253,00
1696	PROVA DE FUNÇÃO TUBÁRIA *cód. 1217	R$ 6,00
1965	PUNÇÃO LOMBAR *cód.1299	R$ 58,00
1687	REABILITAÇÃO-TERAPIA LINGUAGEM ORAL E ESCRITA, VOZ, MOTRICIDADE OROFACIAL *cód.1266	R$ 7,00
114	RETOSSIGMOIDOSCOPIA RÍGIDA *cód. 1321	R$ 118,00
1974	RETOSSIGMOIDOSCOPIA FLEXÍVEL COM COLETA DE MATERIAL *cód. 7617	R$ 118,00
1697	SELEÇÃO E VERIFICAÇÃO DE BENEFÍCIO DO AASI *cód.1276	R$ 11,00
148	SIALOGRAFIA (POR GLÂNDULA) *cód. 725	R$ 57,00
710	SISTEMA HOLTER - 24 HORAS *cód. 1127	R$ 165,00
807	TESTE ERGOMÉTRICO COMPUTADORIZADO *cód. 1128	R$ 211,00
2043	TELEMETRIA DE MARCA-PASSO *cód. 1783	R$ 175,00
1698	TESTES AUDITIVOS SUPRALIMINARES *cód.1219	R$ 4,00
1699	TESTES DE PROCESSAMENTO AUDITIVO *cód. 1231	R$ 13,00
1700	TESTES VESTIBULARES/OTONEUROLÓGICOS *cód.1240	R$ 16,00
358	URODINÂMICA *cód.1306	R$ 235,00
1121	VECTOELETRONISTAGOMOGRAFIA *cód. 90021	R$ 233,00
84	VIDEOLARINGOSCOPIA *cód. 1324	R$ 190,00
1030	POLISSONOGRAFIA *cód. 1188	R$ 499,00
2044	MONITORAMENTO DIGITAL DA APNEIA DO SONO (MDAS) *cód. 90603	R$ 211,00
2135	EXAME DE NASOFIBROSCOPIA EM CRIANÇAS MENORES DE 06 ANOS COM SEDAÇÃO *cód. 90342	R$ 380
2191	MAPA – MONITORAMENTO AMBULATORIAL DE PRESSÃO ARTERIAL – ITINERANTE *cód. 90587	R$ 80,00
2192	SISTEMA HOLTER - 24 HORAS – ITINERANTE *cód. 90588	R$ 120,00
2193	BERA/PEATE – COM SEDAÇÃO (mediante prescrição médica) *cód. 90589	R$ 1440,00
	EXAMES DO APARELHO GENITURINÁRIO	**VALOR UNITÁRIO FIXO**
334	UROGRAFIA VENOSA C/ BEXIGA PR,/PȩS MICCIONAL *cód. 813	R$ 111,00
827	URETROCISTOGRAFIA *cód. 818	R$ 309,00
1236	CISTOSCOPIA *cód. 90040	R$ 344,00

2019	VIDEOCISTOSCOPIA – URETEROSCOPIA *cód. 1328	R$ 135,00
356	UROFLUXOMETRIA *cód.1305	R$ 70,00
1734	DILATAÇÃO URETRAL AMBULATORIAL *cód.90394	R$ 171,00
2021	PENISCOPIA *cód.3885	R$ 114,00
	EXAMES DE FONOAUDIOLOGIA REALIZADOS PELA CLÍNICA ESCOLA DA UNICENTRO-IRATI	
1691	AUDIOMETRIA DE REFORÇO VISUAL (VIA AÉREA /ÓSSEA) *cód. 1250	R$ 24,00
847	AUDIOMETRIA EM CAMPO LIVRE *cód.1232	R$ 23,00
976	AUDIOMETRIA TONAL LIMIAR (VIA AÉREA/ÓSSEA) *cód. 1250	R$ 24,00
913	AVALIAÇÃO AUDITIVA COMPORTAMENTAL *cód. 90604	R$ 21,00
321	AVALIAÇÃO MIOFUNCIONAL DE SISTEMA ESTOMATGNÁTICO *cód. 1264	R$ 6,00
339	AVALIAÇÃO P/ DIAGNÓSTICO DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA *cód. 1272	R$ 28,00
878	AVALIAÇÃO VOCAL *cód. 1262	R$ 6,00
1831	EMISSÕES OTOACÚSTICAS EVOCADAS P/ TRIAGEM AUDITIVA *cód. 1235	R$ 16,00
1832	ESTUDO DE EMISSÕES OTOACÚSTICAS EVOCADAS TRANSITÓRIAS E PRODUTOS DE DISTORÇÃO (EOA) *cód. 90605	R$ 54,00
974	IMITÂNCIOMETRIA *cód. 90247	R$ 26,00
972	LOGOAUDIOMETRIA (LDV-IRF-LRF) – AUDIOMETRIA VOCAL *cód. 90561	R$ 29,00
1694	POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO DE CURTA MÉDIA E LONGA LATÊNCIA (BERA) *cód. 90393	R$ 54,00
873	POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO P/ TRIAGEM AUDITIVA *cód. 1235	R$ 16,00
1833	TERAPIA FONOAUDIOLÓGICA INDIVIDUAL *cód. 1773	R$ 13,00
	EXAMES COM LAUDO (Laudo impresso e entregue ao paciente imediatamente, após a realização do exame) * conforme descritivo do termo de referência	
1837	ECOCARDIOGRAMA COM DOPPLER FETAL (FETO ÚNICO) *cód. 90378	R$ 353,00
2206	ECOCARDIOGRAMA COM DOPPLER FETAL GEMELAR *cod. 90606	R$ 1000,00
2207	ECOCARDIOGRAMA COM DOPPLER FETAL TRIGEMELAR *cod. 90607	R$ 1500,00
1998	CARDIOTOCOGRAFIA FETAL *cód. 90304	R$ 13,00
	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA e TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA (Laudo impresso e entregue ao paciente, no prazo máximo de 7 dias, após a realização do exame) *conforme descritivo do termo de referência	
6	DIAGNÓSTICO POR RESSONÂNCIA MAGNÉTICA (QUALQUER TIPO) *cód. 90334	R$ 530,00
2174	SEDAÇÃO PARA RESSONÂNCIA MAGNÉTICA (MEDIANTE SOLICITAÇÃO MÉDICA) *cód. 90557	R$ 209,00
1171	SERVIÇOS DE ANESTESIA OU CONTRASTE PARA EXAMES- SENDO O VALOR PARA ATÉ 50ML DE CONTRASTE. *cód. 90042	R$ 96,00
1876	SEDAÇÃO PARA TOMOGRAFIA *cód. 4071	R$ 353,00
2134	PACOTE DE CONTRASTE PARA EXAMES DE TOMOGRAFIA 100 ML DE CONTRASTE *cód. 90341	R$ 194,00
1187	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO ABDÔMEN SUPERIOR *cód. 924	R$ 311,00
530	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDÔMEN TOTAL *cód. 90043	R$ 543,00
316	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULAÇÕES *cód. 926	R$ 216,00
1227	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA/CERVICAL/DORSAL/LOMBAR P/SEGMENTO *cód. 926	R$ 216,00
521	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CRÂNIO/ÓRBITAS/SELA *cód. 906	R$ 216,00
314	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE FACE / SEIOS DA FACE / ART. *cód. 907	R$ 216,00
1173	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE MASTÓIDES OU OUVIDOS *cód. 90045	R$ 216,00
531	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE PELVE OU BACIA *cód. 925	R$ 311,00
522	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE PESCOÇO (PARTES MOLES, LARINGE, TIREÓIDE) *cód. 909	R$ 216,00
524	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TÓRAX *cód. 917	R$ 311,00
1337	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE VIAS URINÁRIAS *cód. 918	R$ 311,00
1812	TOMOGRAFIA CONE BEAM *cód. 90375	R$ 312,00
	ULTRAS-SONOGRAFIAS (Laudo impresso e entregue ao paciente, no prazo máximo de 7 dias, após a realização do exame) *conforme descritivo do termo de referência	
1654	LAUDO DE USG OBSTÉTRICA REALIZADA COM APARELHO DO CIS *cód. 90239	R$ 47,00
1655	LAUDO DE USG OBSTÉTRICA GEMELAR REALIZADA COM APARELHO DO CIS *cód. 90240	R$ 52,00
1656	LAUDO DE USG OBSTÉTRICA COM DOPPLER REALIZADA COM APARELHO DO CIS *cód. 90241	R$ 73,00
424	LAUDO DE USG OBSTÉTRICA GEMELAR COM DOPPLER REALIZADA COM APARELHO DO CIS *cód. 90242	R$ 93,00
1814	LAUDO DE USG OBSTÉTRICO MORFOLÓGICO (INDEPENDENTE DE FETO ÚNICO OU GEMELAR) REALIZADA COM APARELHO DO CIS *cód. 90319	R$ 70,00
423	USG ABDOMINAL SUPERIOR (FÍGADO, VIASBILIARES, VESIC) *cód. 879	R$ 81,00
172	USG ABDOMINAL TOTAL (ABDÔMEN SUPERIOR, RINS, BEXIGA *cód. 877	R$ 108,00
280	USG APARELHO URINÁRIO (RINS, BEXIGA) *cód. 6513	R$ 81,00
460	USG DE ARTICULAÇÃO (VIDE SOLICITAÇÃO MÉDICA) *cód. 889	R$ 81,00
243	USG DE BOLSA ESCROTAL *cód. 875	R$ 108,00
872	USG DE MAMA *cód. 870	R$ 68,00
454	USG DE TIREÓIDE *cód. 885	R$ 81,00
1162	USG MÚSCULOS E GLÂNDULAS SALIVARES *cód. 90049	R$ 81,00
1161	USG ÓRGÃO E ESTRUTURA SUPERF. (TENDÕES, PÊNIS) *cód. 90050	R$ 81,00
891	USG PÉLVICO (GINECOLÓGICO) *cód. 872	R$ 81,00
1012	USG PÉLVICO (TRANSVAGINAL) *cód. 874	R$ 81,00
261	USG PRÓSTATA (VIA ABDOMINAL) *cód. 876	R$ 81,00
1341	USG PRÓSTATA (VIA TRANSRETAL COM COLETA DE MATERIAL) *cód. 90609	R$ 149,00
435	USG PRÓSTATA (VIA TRANSRETAL) *cód. 881	R$ 96,00
1164	USG COM DOPPLER ARTERIAL DE MEMBROS UNILATERAL *cód.90053	R$ 168,00
1680	USG COM DOPPLER ARTERIAL DE MEMBROS BILATERAL *cód. 90618	R$ 293,00
1165	USG COM DOPPLER VENOSO DE MEMBROS UNILATERAL *cód. 90054	R$ 168,00
1681	USG COM DOPPLER VENOSO DE MEMBROS BILATERAL *cód. 90619	R$ 293,00
1166	USG COM DOPPLER DE CARÓTIDAS *cód. 90055	R$ 129,00
1167	USG COM DOPPLER DE CARÓTIDAS E VERTEBRAIS *cód. 90056	R$ 190,00
1168	USG COM DOPPLER DE AORTA, ARTÉRIAS RENAIS E ILÍACAS *cód. 90057	R$ 190,00
1170	USG COM DOPPLER DE STRESS MEDICAMENTOSO *cód. 90058	R$ 329,00
1648	USG COM DOPPLER DE BOLSA ESCROTAL *cód. 90620	R$ 149,00
1976	USG COM DOPPLER COM MAPEAMENTO PARA MEMBROS INFERIORES BILATERAL *cód. 90321	R$ 223,00
1979	USG AXILAR *cód. 90323	R$ 68,00
1647	USG PARA RASTREAMENTO DE REFLUXO *cód.90439	R$ 142,00
2045	USG TRANSFONTANELA COM DOPPLER *cód. 866	R$ 168,00
2117	USG COM DOPPLER TRANSVAGINAL *cód. 90305	R$ 298,00
2118	USG COM DOPPLER DE TIREOIDE *cód. 90306	R$ 149,00
2119	USG COM DOPPLER DE ARTICULAÇÃO *cód. 90307	R$ 149,00
2125	USG MAMA E AXILA *cód. 90313	R$ 103,00
2137	USG PARA MAPEAMENTO DE ENDOMETRIOSE *cód. 90362	R$ 549,00
	ULTRAS-SONOGRAFIAS (Laudo impresso e entregue ao paciente imediatamente, após a realização do exame) * conforme descritivo do termo de referência	
1011	USG OBSTÉTRICA FETO ÚNICO *cód. 873	R$ 96,00
1366	USG OBSTÉTRICA GEMELAR *cód.878	R$ 232,00
2211	USG OBSTÉTRICA TRIGEMELAR *cód. 90617	R$ 490,00
1169	USG OBSTÉTRICA COM DOPPLER FETO ÚNICO *cód.90059	R$ 149,00

1367	USG OBSTÉTRICA COM DOPPLER GEMELAR *cód.90621	R$ 299,00
2208	USG OBSTÉTRICA COM DOPPLER TRIGEMELAR *cód.90614	R$ 560,00
1163	USG OBSTÉTRICO MORFOLÓGICO FETO ÚNICO *cód. 90051	R$ 258,00
1839	USG OBSTÉTRICO MORFOLÓGICO GEMELAR *cód. 90246	R$ 501,00
2209	USG OBSTÉTRICO MORFOLÓGICO TRIGEMELAR *cód. 90615	R$ 1010,00
1977	USG OBSTÉTRICA COM MEDIÇÃO DA TRANSLUCENCIA NUCAL (COM TN) FETO ÚNICO *cód. 90320	R$ 136,00
1978	USG OBSTÉTRICA COM MEDIÇÃO DA TRANSLUCÊNCIA NUCAL (COM TN) GEMELAR *cód.90322	R$ 244,00
2210	USG OBSTÉTRICA COM MEDIÇÃO DA TRANSLUCÊNCIA NUCAL (COM TN) TRIGEMELAR *cód.90616	R$ 750,00
1975	USG TRANSVAGINAL COM MEDIÇÃO DO COLO UTERINO *cód. 90273	R$ 68,00
2124	USG OBSTÉTRICA COM MEDIÇÃO DO COLO UTERINO *cód.90312	R$ 133,00
LOTE 5 – EXAMES – RADIOAGNÓSTICO		
LOTE 5	**EXAMES – RADIODIAGNÓSTICO (Laudo impresso e entregue ao paciente, no prazo máximo de 7 dias, após a realização do exame) *conforme descritivo do termo de referência**	**VALOR NOVO**
1228	CRÂNIO PA + LATERAL *cód. 698	R$ 19,00
1229	CRÂNIO AP / LATERAL / BRETTON OU TOWNE *cód. 90198	R$ 23,00
137	CRÂNIO PA / LATERAL / OBL. OU BRETLON – HIRTZ *cód. 710	R$ 21,00
138	MASTÓIDES OU ROCHEDOS BILATERAL *cód. 712	R$ 22,00
125	ÓRBITAS PA - LATERAL - OBL – HIRTZ *cód.700	R$ 21,00
1230	SEIOS DA FACEF.N. - M.N. – LATERAL *cód. 90199	R$ 18,00
127	SEIOS DA FACE: F.N. M.N. LATERAL HIRTZ *cód.702	R$ 19,00
1231	SELA TURCA - PA + LATERAL + BRETTOM *cód.703	R$ 18,00
124	MAXILAR INFERIOR PA + OBLÍQUAS *cód. 699	R$ 18,00
126	OSSOS DA FACE: M.N. - F.N - LATERAL – HIRTZ *cód.701	R$ 21,00
136	ARTICULAÇÃO TÊMPORO MANDIBULAR BILATERAL *cód. 708	R$ 21,00
1130	ADENÓIDES – LATERAL *cód. 90032	R$ 18,00
1336	CAVUM - LATERAL-HIRTZ OU BOCA ABERTA OU FECHADA *cód.706	R$ 17,00
1131	CONDUTOS AUDITIVOS INTERNOS *cód. 90033	R$ 18,00
141	PANORÂMICA DE MANDÍBULA *cód. 713	R$ 22,00
1232	PLANIGRAFIA DE FACE DOIS PLANOS *cód.90200	R$ 55,00
1365	EMISSÃO DE LAUDO RADIOLÓGICO DE CLÍNICA TERCEIRA *cód.90233	R$ 8,00
	COLUNA VERTEBRAL	
805	COLUNA CERVICAL-AP + LATERAL + TO OU FLEXÃO *cód. 736	R$ 20,00
919	COLUNA CERVICAL-AP + LATERAL + TO OBLÍQUAS *cód. 740	R$ 21,00
920	COLUNA CERVICAL-FUNCIONAL OU DINÂMICA *cód. 741	R$ 25,00
916	COLUNA DORSAL - AP + LATERAL *cód. 90034	R$ 23,00
689	COLUNA LOMBO-SACRA *cód. 743	R$ 27,00
653	COLUNA LOMBO SACRA C/OBL+SELET LS/51 *cód. 745	R$ 38,00
747	COLUNA LOMBO - SACRA FUNCIONAL OU DINÂMICA *cód. 746	R$ 42,00
917	COLUNA SACRO-CÓCCIX *cód. 738	R$ 20,00
1133	COLUNA DORSO-LOMBAR PARA ESCOLIOSE *cód. 90035	R$ 25,00
1134	COLUNA DORSO LOMBAR DINÂMICA P/ESCOLIOSE *cód.90036	R$ 39,00
748	COL.TOTAL P/ ESCOLIOSE PANORÂMICA (TELESPONDILAGRA) *cód.747	R$ 44,00
1132	COLUNA DORSAL A.P - LATERAL – OBLÍQUAS *cód. 90034	R$ 23,00
	ESQUELETO TORÁCICO E MEMBROS SUPERIORES	
832	ESTERN *cód. 758	R$ 20,00
778	ARTICULAÇÃO ESTERNO – CLAVICULAR *cód. 754	R$ 19,00
821	COSTELAS - POR HEMITORAX DIREITO *cód. 757	R$ 21,00
1087	COSTELAS - POR HEMITORAX ESQUERDO *cód. 757	R$ 21,00
820	CLAVÍCULA DIREITA *cód. 756	R$ 19,00
1086	CLAVÍCULA ESQUERDA *cód.756	R$ 19,00
833	OMOPLATA OU OMBRO TRÊS POSIÇÕES DIREITO *cód. 759	R$ 20,00
1704	OMOPLATA OU OMBRO TRÊS POSIÇÕES ESQUERDO *cód. 759	R$ 20,00
756	ARTICULAÇÃO ACRÔMIO - CLAVICULAR ESQUERDO *cód.752	R$ 19,00
777	ARTICULAÇÃO ESCÁPULO-UMERAL ESQUERDO *cód.753	R$ 19,00
1810	ARTICULAÇÃO ACRÔMIO - CLAVICULAR DIREITO *cód.753	R$ 19,00
1811	ARTICULAÇÃO ESCÁPULO-UMERAL DIREITO *cód.753	R$ 19,00
794	BRAÇO DIREITO *cód. 755	R$ 19,00
1085	BRAÇO ESQUERDO *cód.755	R$ 19,00
863	COTOVELO DIREITO *cód. 761	R$ 15,00
1089	COTOVELO ESQUERDO *cód. 761	R$ 15,00
862	ANTEBRAÇO DIREITO *cód. 760	R$16,00
1088	ANTEBRAÇO ESQUERDO *cód. 760	R$ 16,00
1233	PUNHO AP - PERFIL - OBLIQUAS DIREITO *cód. 764	R$ 18,00
1091	PUNHO AP - PERFIL – OBLIQUAS ESQUERDO *cód.764	R$ 18,00
1234	MÃO OU QUIRODÁCTILOS (2 INCIDÊNCIAS) DIREITO *cód.90201	R$ 16,00
1703	MÃO OU QUIRODÁCTILOS (2 INCIDÊNCIAS) ESQUERDO *cód.90201	R$ 16,00
945	MÃOS E PUNHOS PARA IDADE ÓSSEA *cód. 763	R$ 16,00
	BACIA E MEMBROS INFERIORES	
265	BACIA DIREITA *cód. 789	R$ 19,00
1701	BACIA ESQUERDA *cód. 789	R$ 19,00
143	ARTICULAÇÃO SACRO – ILÍACA *cód.788	R$ 19,00
142	ARTICULAÇÃO COXO - FEMURAL DIREITO *cód.787	R$ 19,00
1093	ARTICULAÇÃO COXO – FEMURAL ESQUERDO *cód.787	R$ 19,00
175	COXA OU FEMUR DIREITO *cód. 790	R$ 22,00
1098	COXA OU FEMUR ESQUERDO *cód.790	R$ 22,00
864	JOELHO AP + LATERAL DIREITO *cód.795	R$ 17,00
1102	JOELHO AP + LATERAL ESQUERDO *cód. 795	R$ 17,00
1036	JOELHO OU RÓTULA-AP + LATERAL + AXIAL DIREITO *cód. 796	R$ 18,00
1103	JOELHO OU RÓTULA-AP + LATERAL + AXIAL ESQUERDO *cód.796	R$ 18,00
245	PERNA DIREITA *cód. 792	R$ 22,00
1099	PERNA ESQUERDA *cód.792	R$ 22,00
247	ARTICULAÇÃO TÍBIOTÁRSICA DIREITO *cód. 793	R$ 17,00
1702	ARTICULAÇÃO TÍBIOTÁRSICA ESQUERDO *cód. 793	R$ 17,00
256	PÉ, OU PODODÁCTILOS DIREITO *cód. 798	R$ 17,00
1106	PÉ, OU PODODACTILOS ESQUERDO *cód.798	R$ 17,00
248	CALCÂNEO DIREITO *cód. 794	R$ 19,00
1101	CALCÂNEO ESQUERDO *cód.794	R$ 19,00
176	ESCANOMETRIA *cód.791	R$ 23,00
865	JOELHO AP LATERAL OBLIQUAS + 3 AXIAIS DIREITO *cód. 799	R$ 23,00

1104	JOELHO AP LATERAL OBLIQUAS + 3 AXIAIS ESQUERDO *cód.799	R$ 23,00
1037	PANORÂMICA DE MEMBROS INFERIORES *cód. 797	R$ 19,00
	ÓRGÃOS INTERNOS NO TÓRAX	
1361	RX ABDÔMEN SIMPLES AP *cód.819	R$ 15,00
1362	RX ABDÔMEN AP LATERAL OU LOCALIZADA *cód.820	R$ 22,00
1363	RX ABDÔMEN AGUDO *cód.822	R$ 32,00
997	TÓRAX - PA *cód. 767	R$ 17,00
996	TÓRAX – LORDÓTICA *cód.766	R$ 14,00
1015	TÓRAX - PA + INSPIRAÇÃO + EXP. + LATERAL *cód. 773	R$ 36,00
1013	TÓRAX PA E PERFIL *cód.771	R$ 23,00
1016	TÓRAX - PA+ LATERALOBLÍQUAS *cód.774	R$ 29,00
999	CORAÇÃO E VASOS DE BASE PA – LATERAL *cód. 769	R$ 76,00
1014	CORAÇÃO E VASOS DE BASE PA - LATERAL OBLIQUAS *cód.772	R$ 82,00
145	LARINGE *cód. 721	R$ 15,00
1000	MEDIASTINO PA E PERFIL *cód.770	R$ 22,00
	APARELHO DIGESTIVO	
866	COLANGIOGRAFIA PÓS OPERATÓRIA *cód.802	R$ 45,00
147	ESÔFAGO *cód. 722	R$ 26,00
162	ESTÔMAGO E DUODENO *cód. 807	R$ 48,00
1346	ESÔFAGO - HIATO – ESÔFAGO E DUODENO *cód. 2975	R$ 47,00
883	TRÂNSITO E MORFOLOGIA DE DELGADO *cód. 809	R$ 66,00
876	CLISTER OPACO C/ DUPLO CONTRASTE *cód. 804	R$ 110,00
877	DUODENOGRAFIA HIPOTÔNICA *cód. 805	R$ 47,00
365	ESTUDO DO DELGADO C/ DUPLO CONTRASTE ENTEROCLISE *cód.90324	R$ 110,00
162	RX E.E.D.- ESÔFAGO, ESTÔMAGO E DUODENO (CONTRASTADO) (ADULTO) *cód.90038	R$ 165,00
1345	RX E.E.D.- ESÔFAGO, ESTÔMAGO E DUODENO (CONTRASTADO) (INFANTIL) *cód. 90039	R$ 97,00
	RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA E IMAGINOLOGIA	
2023	RAIO X PERIAPICAL *cód.4110	R$ 21,00
449	RAIO X BITE – WING (INTERPROXIMAL) *cód.90559	R$ 20,00
237	RAIO X OCLUSAL *cód.732	R$ 46,00
2024	RAIO X POSTERIOR-ANTERIOR *cód.8463	R$ 67,00
2025	RAIO X DA ATM SÉRIE COMPLETA (2 INCIDÊNCIAS) *cód.772	R$ 82,00
2026	RAIO X PANORÂMICA COM LAUDO *cód.772	R$ 82,00
2027	RAIO X PANORÂMICA SEM LAUDO *cód.6244	R$ 72,00

2028	TELERRADIOGRAFIA COM TRAÇADO COMPUTADORIZADO *cód.772	R$ 82,00
2029	TELERRADIOGRAFIA SEM TRAÇADO *cód.8463	R$ 67,00
2032	FOTOS INTRA ORAL “SLIDES” 05 UNIDADES *cód.90326	R$ 30,00
2033	FOTOS EXTRA ORAL 03 UNIDADES *cód.90327	R$ 30,00
2034	PANORÂMICA COM TRAÇADO *cód.772	R$ 82,00

LOTE 6 – OFTALMOLOGIA

LOTE 6	OFTALMOLOGIA	VALOR UNITÁRIO FIXO
2096	ACUIDADE VISUAL MONOCULAR *cód. 10218	R$ 20,00
2080	ADAPTAÇÃO DE LENTES DE CONTATO ESFÉRICAS E TIPO SOPER PARA CERATOCONE *cód. 1198	R$ 412,00
1646	ADAPTAÇÃO DE LENTE ESCLERAL (COM PRÓTESE) *cód.21653	R$ 1.374,00
1125	ANGIOFLURESCEINOGRAFIA (BINOCULAR) *cód. 90026	R$ 131,00
1124	ANGIOFLURESCEINOGRAFIA (MONOCULAR) *cód.90025	R$ 69,00
2097	AVALIAÇÃO DE VIAS LACRIMAIS *cód.2664	R$ 52,00
1135	BIOMETRIA ULTRASSÔNICA BINOCULAR *cód. 90027	R$ 89,00
299	BIOMETRIA ULTRASSÔNICA MONOCULAR *cód.6622	R$ 52,00
2072	BLEFAROPLASTIA INFERIOR OU SUPERIOR *cód.2637	R$ 440,00
1128	CAMPIMETRIA COMPUTADORIZADA BINOCULAR *cód.90030	R$ 110,00
676	CAMPIMETRIA COMPUTADORIZADA MONOCULAR *cód.1201	R$ 55,00
1138	CAPSULECTOMIA *cód.2605	R$ 161,00
2084	CAPSULOTOMIA A YAG LASER / IRIDECTOMIA MONOCULAR *cód. 90359	R$ 161,00
2077	CAPSULOTOMIA A YAG LASER / IRIDECTOMIA BINOCULAR *cód. 2632	R$ 287,00
1150	CERATECTOMIA SUPERFICIAL *cód.90177	R$ 42,00
1340	CERATOSCOPIA COMP. (TOPOGRAFIA DE CÓRNEA) BINOCULAR *cód. 1260	R$ 110,00
1339	CERATOSCOPIA COMP. (TOPOGRAFIA DE CÓRNEA) MONOCULAR *cód.1205	R$ 62,00
1143	CHECKUP DE GLAUCOMA *cód.90172	R$ 27,00
2104	CHECK UP DE GLAUCOMA INFANTIL (MONOCULAR) *cód.90172	R$ 27,00
1352	CIRURGIA - ALUGUEL DE SALA DE HOSPITAL PARA CIRURGIA DE OFTALMOLOGIA *cód.90610	R$ 384,00
1238	CIRURGIA - ANESTESIA PARA CIRURGIA DE OFTALMOLOGIA *cód.90076	R$ 275,00
2071	CIRURGIA CORREÇÃO REFRAÇÃO (LASIK) *cód. 90611	R$ 1.718,00
2070	CIRURGIA CORREÇÃO REFRAÇÃO (PRK) *cód.2480	R$ 687,00
1139	CIRURGIA DE ESTRABISMO *cód.90074	R$ 356,00
2056	CIRURGIA DE ESTRABISMO (MAIS DE DOIS MÚSCULOS) *cód.2680	R$ 712,00
1154	CIRURGIA FISTULIZANTE ANTIGLAUCOMATOSA *cód.90180	R$ 810,00
2001	CONFECÇÃO DE PRÓTESE ESCLERAL *cód.2617	R$ 802,00
1137	CORPO ESTRANHO RETIRADA BINOCULAR *cód.90073	R$ 69,00
1136	CORPO ESTRANHO RETIRADA MONOCULAR *cód.90072	R$ 42,00
2057	CROSSLINKING CORNEANO *cód.726	R$ 344,00
2094	CURVA TENSIONAL HÍDRICA - PIO (MONOCULAR) *cód. 90328	R$ 25,00
2078	CURVA TENSIONAL HÍDRICA - PIO (BINOCULAR) *cód.6623	R$ 51,00
1157	DACRIOCISTORRINOSTOMIA *cód.2669	R$ 852,00
1152	ENTRÓPIO, ECTRÓPIO, TRIQUÍASE *cód.90179	R$ 240,00
1151	EXERÉSE DE CALÁZIO (CALÁSIO) *cód.90178	R$ 89,00
1149	EXERÉSE TUMOR DE ESCLERA *cód.90176	R$ 268,00
1142	EXERÉSE TUMOR *cód.90395	R$ 151,00
2066	EXPLANTE DE LENTE INTRA OCULAR *cód.2609	R$ 969,00
1661	ULTRASSONOGRAFIA DE GLOBO OCULAR *cód.867	R$ 229,00
1148	FACOEMULSIFICAÇÃO COM IMPLANTE DE LIO (FACECTOMIA) *cód.90175	R$ 883,00
1237	FOTOCOAGULAÇÃO DE RETINA C/ LASER DE ARGÔNIO (MONOCULAR) POR PRESSÃO *cód.90071	R$ 151,00
2079	FOTOCOAGULAÇÃO DE RETINA COM LASER DE ARGÔNIO (BINOCULAR) POR SESSÃO *cód.11174	R$ 287,00
2069	IMPLANTE ANEL INTRA-ESTROMAL (COM TÉCNICA A LASER) *cód.2600	R$ 2.522,00

2067	IMPLANTE SECUNDÁRIO DE LENTE INTRAOCULAR *cód.8351	R$ 1.274,00
2060	IMPLANTES VÁLVULA SUZANA *cód.1790	R$ 2.771,00
2061	INJEÇÃO DE ANTIANGIOGÊNICO (AVASTIN)*cód.2589	R$ 549,00
1122	MAPEAMENTO DE RETINA BINOCULAR *cód.90023	R$ 67,00
675	MAPEAMENTO DE RETINA MONOCULAR*cód. 1200	R$ 33,00
688	MICROSCOPIA ESPECULAR DE CÓRNEA (MONOCULAR)*cód.1204	R$ 97,00
2095	MOTILIDADE OCULAR MONOCULAR *cód.2659	R$ 10,00
1344	INFILTRAÇÃO DE MEDICAÇÃO INTRAOCULAR *cód.2445.	R$ 549,00
1126	PAQUIMETRIA ULTRASSÔNICA BINOCULAR *cód.90028	R$ 55,00
871	PAQUIMETRIA ULTRASSÔNICA MONOCULAR *cód.868	R$ 34,00
1348	PROCED. AMBULATORIAL EVISCERAÇÃO*cód.90003	R$ 522,00
1241	PROCED. AMBULATORIAL LAGOFTALMO *cód.2638	R$ 352,00
1240	PROCED. AMBULATORIAL XANTELASMA *cód.2634	R$ 207,00
1129	PTERÍGIO – EXÉRESE *cód.90031	R$ 207,00
1153	PTOSE PALPEBRAL E COLOMBA DE PÁLPEBRA *cód.2637	R$ 440,00
1147	RECOBRIMENTO CONJUNTIVAL *cód.2592	R$ 316,00
1144	RECONSTITUÇÃO DE CAVIDADE *cód.2646	R$ 412,00
1347	RECONSTITUIÇÃO PARCIAL DE PÁLPEBRA *cód.2657	R$ 440,00
1158	RECONSTITUIÇÃO VIAS LACRIMAIS *cód.2670	R$ 564,00
2076	RECONSTRUÇÃO DO GLOBO OCULAR *cód.90329	R$ 373,00
1239	RECONSTRUÇÃO TOTAL DE PÁLPEBRA *cód.2641	R$ 990,00
2068	REPOSICIONAMENTO DE LENTE INTRAOCULAR *cód.11195	R$ 520,00
301	RETINOGRAFIA BINOCULAR *cód.6624	R$ 110,00
1123	RETINOGRAFIA MONOCULAR *cód.90024	R$ 62,00
1156	SIMBLÉFARO *cód.90182	R$ 289,00
2073	SUTURA DE CONJUNTIVA *cód.2591	R$ 367,00
2074	SUTURA DE CÓRNEA *cód.2598	R$ 401,00
2075	SUTURA DE ESCLERA *cód.2595	R$ 401,00
2081	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA BINOCULAR (1º LINHA) – TRÊS MESES DE TRATAMENTO *cód.1751	R$ 55,00
2082	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA BINOCULAR (2º LINHA) – TRÊS MESES DE TRATAMENTO *cód.1753	R$ 227,00
2083	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA BINOCULAR (3º LINHA) – TRÊS MESES DE TRATAMENTO *cód.1755	R$ 367,00
1145	TUMOR DE CONJUNTIVA *cód.90173	R$ 165,00
1662	TOMOGRAFIA DE COERÊNCIA ÓTICA (OCT) *cód.2925	R$ 458,00
2065	VITRECTOMIA ANTERIOR *cód.2615	R$ 780,00
2062	VITRECTOMIA POSTERIOR COM INFUSÃO DE PERFLUOCARBONO E ENDOLASER *cód.11171	R$ 3.345,00
2063	VITRECTOMIA POSTERIOR COM INFUSÃO DE PERFLUOCARBONO/GÁS EXPANSOR/ENDOLASER *cód.11172	R$ 3.759,00
2064	VITRECTOMIA POSTERIOR COM INFUSÃO DE PERFLUOCARBONO/ÓLEO DE SILICONE/ENDOLASER *cód.11172	R$ 3.759,00
2120	EXAME DE BIOMICROSCOPIA BINOCULAR *cód.6621	R$ 13,00
2121	EXAME DE GONIOCOPIA BINOCULAR *cód.90311	R$ 27,00
2122	RECONSTRUÇÃO DA CÂMARA ANTERIOR *cód.2603	R$ 915,00
2123	TRABECULECTOMIA *cód.2621	R$ 1.029,00
1146	TRANSPLANTE CONJUNTIVAL *cód. 90558	R$ 462,00

LOTE 7 – EXAMES LABORATORIAIS

LOTE 7	EXAMES LABORATORIAIS	VALOR UNITÁRIO FIXO
1290	17-ALFA-HIDROPROGESTERONA *cód. 90144	R$ 18,00
1256	ACIDO CÍTRICO *cód.90095	R$ 4,00
1253	ACIDO FOLICO *cód.90090	R$ 21,00
517	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA *cód.467	R$ 6,00
1824	ANCA C *cód.90376	R$ 36,00
1823	ANCA P *cód.90379	R$ 36,00
1318	ANTI – TRANSGLUTAMINASE IGA *cód.90213	R$ 66,00
1314	ANTI HBC - IGG ANTICORPOS IGG CONTRA ANTIGENO "C" DA HEPATI *cód.90208	R$ 24,00
1327	ANTI HBC - IGM ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO "C" DA HEPATI *cód.90203	R$ 24,00
1274	ANTI HBCANTICORPOS CONTRA ANTIGENO "C" DA HEPATITE B *cód.90125	R$ 24,00
1275	ANTI HBE - ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO "E" DA HEPATITE B *cód.90126	R$ 24,00
765	ANTIBIOGRAMA *cód.577	R$ 7,00
1997	ANTIBIOGRAMA COM CULTURA DE URINA E CONTAGEM DE COLONIAS *cód.578	R$ 14,00
1213	ANTIC ANTIGLIADINA IGA *cód.90188	R$ 28,00
1212	ANTIC ANTIGLIADINA IGG *cód.90186	R$ 28,00
918	ANTIC ANTIGLIADINA IGM *cód.90187	R$ 41,00
1822	ANTICOAGULANTE LÚPICO *cód.230	R$ 47,00
1291	ANTICORPOS ANTI ENDOMISIO IGG *cód.90145	R$ 22,00
1292	ANTICORPOS ANTI ENDOMISIO IGM *cód.90146	R$ 22,00
1276	ANTICORPOS ANTI-ENA(HA) *cód. 90128	R$ 6,00
1293	ANTICORPOS ANTI-PEROXIDASE *cód.90147	R$ 24,00
1277	ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DELTA DA HEPATITE *cód.90133	R$ 24,00
1980	ANTICORPOS E ANTIRECEPTORES DO TSH *cód.319	R$ 54,00
1280	ANTIGENO AUSTRALIA - HBSAS *cód. 90135	R$ 18,00
117	ANTIGENO ESPECIFICO PROSTATICO TOTAL (PSA) – PESQUISA E/OU DOSAGEM *cód.388	R$ 21,00
2013	ANTIGENO ESPECIFICO PROSTATICO LIVRE (PSA LIVRE) – PESQUISA E/OU DOSAGEM *cód.513	R$ 19,00
1302	ASPERGILUS , RFC *cód.90206	R$ 13,00
1294	AVIDEZ PARA TOXOPLASMOSE IGG *cód.90150	R$ 48,00
165	BACTEROSCOPIA (GRAM) *cód.553	R$ 4,00
2006	BETA 2 GLICOPROTEINA I, ANTICORPOS IGA *cód.2640	R$ 52,00
2007	BETA 2 GLICOPROTEINA I, ANTICORPOS IGG *cód.780	R$ 71,00
2008	BETA 2 GLICOPROTEINA I, ANTICORPOS IGM *cód.780	R$ 71,00
1323	CA – 125 *cód.90218	R$ 26,00
1295	CA 15/3 *cód.90151	R$ 18,00
1322	CA 19-9 *cód.90217	R$ 26,00
1350	CA 72-4 *cód.90396	R$ 49,00
1272	CANDIDIASE , RFC *cód. 90120	R$ 13,00
1657	CARIOTIPO DE ALTA RESOLUÇÃO /OU/ CARIOTIPO BANDA G *cód.666	R$ 374,00
465	CERULOPLASMINA *cód. 172	R$ 5,00
1303	CHAGAS , EIE *cód. 90207	R$ 13,00
1349	CHAGAS , RFC *cód.6550	R$ 13,00
1268	CISTICERCOSE , HA *cód. 90113	R$ 6,00

1269	CISTICERCOSE , RFC *cód. 90114	R$ 13,00
1309	CITOLOGIA ONCÓTICA CÉRVIO-VAGINAL (PAPANICOLAU) *cód.654	R$ 19,00
1278	CLAMIDIA IGG - IFI *cód. 90170	R$ 14,00
1279	CLAMIDIA IGM - IFI *cód. 90171	R$ 14,00
1247	CLEARANCE DE ACIDO ÚRICO *cód. 90082	R$ 5,00
254	CLEARANCE DE CREATININA *cód.432	R$ 5,00
287	CLEARANCE DE FOSFATO *cód.433	R$ 5,00
289	CLEARANCE DE UREIA *cód.434	R$ 5,00
1265	COAGULOGRAMA (T. SANG., T. COAG., P. LACO, RET.DO COAG. E C. PLAQUETAS) *cód.90111	R$ 8,00
1249	COLESTEROL (VLDL) *cód.90087	R$ 6,00
1242	COLESTEROL/ESTEREFICADO *cód. 90077	R$ 4,00
707	CONTAGEM DE PLAQUETAS *cód.206	R$ 5,00
802	CONTAGEM DE RETICULOCITOS *cód.208	R$ 5,00
2085	COPROLÓGICO FUNCIONAL (CARACTERES, PH, DIGESTIBILIDADE, AMÔNIA, ÁCIDOS ORGÂNICOS E INTERPRETAÇÃO) *cód.421	R$ 21,00
211	CORTISOL - CADA AMOSTRA - MAXIMO 3 DOSAGENS *cód. 90315	R$ 9,00
1248	CREATINA *cód. 90086	R$ 4,00
1003	CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO *cód.564	R$ 8,00
1289	CULTURA DE FEZES P/ SALMONELLA, SHIGELLA E ESCHERICHEA COLI (COPROCULTURA) *cód.90141	R$ 8,00
1185	CULTURA DE URINA C/ CONTAGEM DE COLONIAS(UROCULTURA) *cód. 90142	R$ 7,00
2100	CULTURA E ANTIBIOGRAMA - SWAB - SECREÇÃO*cód.571	R$ 71,00
2098	CULTURA PARA BACTÉRIAS AERÓBIAS *cód.90397	R$ 43,00
799	CULTURA PARA BACTÉRIAS ANAERÓBIAS*cód.580	R$ 43,00
819	CULTURA PARA IDENTIFICACAO DE FUNGOS *cód.584	R$ 6,00
1679	CULTURA SELETIVA STREPTOCOCCUS ANAL GRUPO B(CULTURA PARA GBS) *cód.1876	R$ 20,00
1815	CULTURA SELETIVA STREPTOCOCCUS VAGINAL GRUPO B(CULTURA PARA GBS) *cód.1876	R$ 20,00
1981	CURVA DE TOLERÂNCIA A LACTOSE *cód.90399	R$ 44,00
193	DETERMINACAO DE CAPACIDADE DE FIXACAO DO FERRO *cód.124	R$ 4,00
773	DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50) *cód.332	R$ 13,00
547	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (2 DOSAGENS) *cód.189	R$ 6,00
546	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA C/ INDUCAO POR CORTISONA (5 DOSAGENS) *cód.188	R$ 14,00
686	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA C/ INDUCAO POR CORTISONA (4 DOSAGENS) *cód.184	R$ 6,00
557	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA CLASSICA (5 DOSAGENS) *cód.190	R$ 14,00
62	DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE *cód.289	R$ 5,00
815	DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO *cód.209	R$ 5,00
325	DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE *cód.6503	R$ 5,00
908	DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP) *cód.212	R$ 5,00
472	DETERMINACAO DE TEMPO TOMBOPLASTINA ATIVADA (KPTT) *cód.259	R$ 5,00
181	DETERMINACAO DE TEMPO TROMBINA *cód.228	R$ 5,00
1283	DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO (VHS) *cód.209	R$ 5,00
804	DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA *cód.6502	R$ 5,00
1297	DÍMERO D *cód.90153	R$ 112,00
1298	DOSAGEM DA ATIVIDADE DA RENINA NO SORO *cód.90154	R$ 63,00
419	DOSAGEM DE 17-ALFA-HIDROXIPROGESTERONA *cód.505	R$ 13,00
731	DOSAGEM DE ACETONA *cód.141	R$ 4,00
894	DOSAGEM DE ACIDO HIPURICO *cód.609	R$ 4,00
895	DOSAGEM DE ACIDO MANDELICO *cód.610	R$ 4,00
850	DOSAGEM DE ACIDO METIL-HIPURICO *cód.599	R$ 4,00
337	DOSAGEM DE ACIDO URICO *cód.120	R$ 4,00
1054	DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO *cód.528	R$ 21,00
556	DOSAGEM DE ACIDO VANILMANDELICO *cód.484	R$ 13,00
354	DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTROFICO (ACTH) *cód.511	R$ 14,00
411	DOSAGEM DE ALDOLASE *cód.157	R$ 6,00
657	DOSAGEM DE ALDOSTERONA *cód.495	R$ 13,00
1251	DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA*cód.170	R$ 6,00
899	DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA *cód.382	R$ 21,00
342	DOSAGEM DE AMILASE *cód.121	R$ 4,00
420	DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA *cód.506	R$ 13,00
900	DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA *cód.383	R$ 18,00
969	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES *cód.122	R$ 4,00
993	DOSAGEM DE CALCIO *cód.123	R$ 4,00
432	DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL *cód.159	R$ 5,00
146	DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA *cód.531	R$ 23,00
829	DOSAGEM DE CARBOXI-HEMOGLOBINA *cód.593	R$ 6,00
500	DOSAGEM DE CATECOLAMINAS *cód.401	R$ 43,00
1319	DOSAGEM DE CATECOLAMINAS NA URINA *cód.90214	R$ 43,00
904	DOSAGEM DE CHUMBO *cód.614	R$ 21,00
905	DOSAGEM DE COBRE *cód.615	R$ 5,00
438	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL *cód.161	R$ 5,00
437	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL *cód.160	R$ 5,00
538	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL *cód.126	R$ 4,00
586	DOSAGEM DE COLINESTERASE *cód.145	R$ 6,00
774	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3 *cód.333	R$ 22,00
775	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4 *cód.334	R$ 22,00
562	DOSAGEM DE CREATININA*cód.127	R$ 4,00
450	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK) *cód.163	R$ 6,00
451	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB *cód.164	R$ 6,00
659	DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA) *cód.496	R$ 13,00
924	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA *cód.165	R$ 6,00
595	DOSAGEM DE ESTRADIOL *cód.487	R$ 14,00
702	DOSAGEM DE ESTRIOL *cód.499	R$ 16,00
597	DOSAGEM DE ESTRONA*cód.488	R$ 13,00
1009	DOSAGEM DE FATOR II *cód.237	R$ 22,00
270	DOSAGEM DE FATOR IX *cód.242	R$ 22,00
1023	DOSAGEM DE FATOR V *cód.239	R$ 25,00
241	DOSAGEM DE FATOR VII *cód.240	R$ 44,00
269	DOSAGEM DE FATOR VIII *cód.241	R$ 22,00
271	DOSAGEM DE FATOR X *cód.243	R$ 22,00
501	DOSAGEM DE FENITOINA*cód.537	R$ 46,00
558	DOSAGEM DE FERRITINA*cód.191	R$ 21,00

487	DOSAGEM DE FERRO SERICO*cód.146	R$ 5,00
1024	DOSAGEM DE FIBRINOGENIO*cód.223	R$ 7,00
489	DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL*cód.147	R$ 4,00
696	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA*cód.128	R$ 4,00
697	DOSAGEM DE FOSFORO*cód.129	R$ 4,00
516	DOSAGEM DE FRAÇÃO PROSTÁTICA DA FOSFATASE ACIDA*cód.153	R$ 4,00
968	DOSAGEM DE FRUTOSE*cód.618	R$ 4,00
490	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)*cód. 148	R$ 5,00
706	DOSAGEM DE GLICOSE*cód.130	R$ 4,00
351	DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE *cód.167	R$ 48,00
718	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG) *cód.477	R$ 10,00
1259	DOSAGEM DE GORDURA FECAL *cód.423	R$ 5,00
738	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA *cód.220	R$ 3,00
912	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA - INSTABILIDADE A 37OC *cód.213	R$ 5,00
609	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA *cód.180	R$ 13,00
640	DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH) *cód.490	R$ 14,00
1266	DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)*cód.476	R$ 10,00
611	DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)*cód.479	R$ 13,00
641	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)*cód.491	R$ 13,00
776	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)*cód.335	R$ 22,00
780	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)*cód.338	R$ 13,00
781	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)*cód.339	R$ 22,00
570	DOSAGEM DE INSULINA*cód.478	R$ 14,00
684	DOSAGEM DE LIPASE*cód.131	R$ 4,00
520	DOSAGEM DE LITIO*cód.540	R$ 4,00
203	DOSAGEM DE MAGNESIO *cód.132	R$ 4,00
1299	DOSAGEM DE METANEFRINA NA URINA*cód.90156	R$ 40,00
294	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA*cód.437	R$ 11,50
204	DOSAGEM DE MUCO-PROTEINAS*cód.133	R$ 4,00
493	DOSAGEM DE PEPTIDEO C*cód.664	R$ 18,00
471	DOSAGEM DE POTASSIO*cód.134	R$ 4,00
737	DOSAGEM DE PROGESTERONA*cód.501	R$ 14,00
783	DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA*cód.341	R$ 13,00
422	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS) *cód.454	R$ 4,00
475	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS *cód.135	R$ 3,00
479	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES *cód.136	R$ 4,00
378	DOSAGEM DE RENINA *cód.502	R$ 13,00
712	DOSAGEM DE SODIO *cód.137	R$ 4,00
242	DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1) *cód.508	R$ 18,00
695	DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS) *cód.497	R$ 20,00
380	DOSAGEM DE TESTOSTERONA *cód.503	R$ 14,00
474	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE *cód.661	R$ 16,00
353	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA *cód.510	R$ 20,00
554	DOSAGEM DE TIROXINA (T4) *cód.482	R$ 11,50
654	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE) *cód.493	R$ 16,00
725	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO -OXALACETICA (TGO) *cód.138	R$ 4,00
716	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP) *cód.139	R$ 4,00
543	DOSAGEM DE TRANSFERRINA *cód.183	R$ 6,00
514	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS *cód.152	R$ 5,00
555	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3) *cód.483	R$ 11,50
1827	DOSAGEM DE TROPONINA *cód.13805	R$ 29,00
730	DOSAGEM DE UREIA *cód.140	R$ 4,00
642	DOSAGEM DE VITAMINA B12 *cód.194	R$ 21,00
933	DOSAGEM DE ZINCO *cód.616	R$ 21,00
1252	ELETROFORESE DE GLICO PROTEÍNAS *cód. 90088	R$ 6,00
364	ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA *cód.247	R$ 7,00
1328	ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA – FOCALIZAÇÃO ISOELETRICA *cód.90110	R$ 10,00
593	ELETROFORESE DE LIPOPROTEINAS *cód.176	R$ 6,00
608	ELETROFORESE DE PROTEINAS *cód.177	R$ 7,00
768	ERITROGRAMA (ERITRÓCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATÓCRITO) *cód.224	R$ 5,00
1202	ESPERMOGRAMA (CARACTERES FÍSICOS, MOBILIDADE, CONTAGEM E MOR *cód.90096	R$ 14,00
1267	ESTROGENOS TOTAIS E FRAÇÕES *cód. 90112	R$ 13,00
22	EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO) *cód.557	R$ 5,00
1255	FENOBARBITAL *cód. 90094	R$ 23,00
1244	FOSFOLIPIDIOS *cód. 90078	R$ 4,00
1300	FRUTOSAMINA *cód.90158	R$ 16,00
192	GASOMETRIA *cód.1291	R$ 60,00
1270	GRAVIDEZ, TESTE IMUNOLÓGICO (LATEX) *cód.90115	R$ 5,00
1261	HEMACIAS FETAIS - PESQUISA *cód. 90102	R$ 5,00
199	HEMATOCRITO *cód.219	R$ 3,00
2099	HEMOCULTURA PARA FUNGOS *cód.573	R$ 89,00
383	HEMOGRAMA COMPLETO *cód.248	R$ 6,00
1285	HERPES VÍRUS , IFD *cód. 90204	R$ 14,00
1203	HLA-B27 *cód.90159	R$ 67,00
1305	HOMOCISTEINA NO SANGUE *cód.90160	R$ 44,00
867	IDENTIFICACAO DE FRAGMENTOS DE HELMINTOS *cód.412	R$ 3,00
1273	IGE POR GRUPO ESPECIFICO *cód. 90122	R$ 13,00
2022	ÍNDICE DE SATURAÇÃO DA TRANSFERRINA (IST) *cód.90398	R$ 9,00
1324	LAMOTRIGINA *cód.90219	R$ 141,00
1025	LEUCOGRAMA *cód.226	R$ 5,00
1243	LIPÍDIOS TOTAIS *cód. 90079	R$ 4,00
1254	LIPIDOGRAMA COMPLETO (LIPÍDIOS TOTAIS, COLESTEROL, TRIGLICER *cód.90093	R$ 21,00
1301	MONONUCLEOSE SOROLOGIA (MONOTESTE) *cód. 90205	R$ 5,00
1260	PARASITOLOGICO (MÉTODOS DE CONCENTRAÇÃO) *cód.90100	R$ 3,00
1271	PAUL-BUNELL-DAVIDSHON (MONONUCLEOSE) REAÇÃO DE *cód.90116	R$ 6,00
1321	PEPTIDEO NATRIURÉTICO (BNP) *cód.90216	R$ 372,00
1282	PESQUISA DE ALBUMINA *cód. 90202	R$ 3,00
787	PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA *cód.343	R$ 14,00
788	PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA *cód.344	R$ 14,00

326	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIBRUCELAS *cód.308	R$ 6,00
772	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICISTICERCO *cód.331	R$ 13,00
476	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICLAMIDIA (POR IMUNOFLUORESCENCIA) *cód.399	R$ 22,00
767	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA *cód.317	R$ 14,00
244	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO) *cód.271	R$ 5,00
2180	PESQUISA LABORATORIAL DE ANTÍGENOS DE HIV E/OU ANTICORPOS ANTI-HIV-1 OU ANTI-HIV-2 PARA POPULAÇÃO GERAL (EXCETO GESTANTE, PARCEIRO OU PARCEIRA) * cód. 90569	R$ 14,00
2181	PESQUISA LABORATORIAL DE ANTÍGENOS DE HIV OU ANTICORPOS ANTI-HIV-1 OU ANTI-HIV-2 EM GESTANTE * cód. 90570	R$ 14,00
2182	PESQUISA LABORATORIAL DE ANTÍGENOS DE HIV OU ANTICORPOS ANTI-HIV-1 OU ANTI-HIV-2 EM PARCEIRO E PARCEIRA DE GESTANTE * cód. 90571	R$ 14,00
2186	PESQUISA LABORATORIAL DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2 PARA POPULAÇÃO GERAL (EXCETO GESTANTE, PARCEIRO OU PARCEIRA) * cód. 90575	R$ 24,00
2187	PESQUISA LABORATORIAL DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2 EM GESTANTE * cód. 90576	R$ 24,00
2188	PESQUISA LABORATORIAL DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2 EM PARCEIRO OU PARCEIRA DE GESTANTE * cód. 90577	R$ 24,00
816	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA *cód.353	R$ 22,00
366	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILISTERIA *cód.296	R$ 8,00
813	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS (TPO) *cód.326	R$ 22,00
715	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO ESTRIADO *cód.354	R$ 22,00
227	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO LISO *cód.323	R$ 22,00
228	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO (FAN) *cód.324	R$ 22,00
461	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP) *cód.359	R$ 22,00
717	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM *cód.355	R$ 22,00
720	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO) *cód.356	R$ 24,00
721	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA) *cód.357	R$ 24,00
868	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA *cód.379	R$ 22,00
769	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS) *cód.347	R$ 24,00
2183	PESQUISA LABORATORIAL DE ANTICORPOS CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV) PARA POPULAÇÃO GERAL (EXCETO GESTANTE, PARCEIRO OU PARCEIRA) * cód. 90572	R$ 24,00
2184	PESQUISA LABORATORIAL DE ANTICORPOS CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV) EM GESTANTE * cód. 90573	R$ 24,00
2185	PESQUISA LABORATORIAL DE ANTICORPOS CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV) EM PARCEIRO OU PARCEIRA DE GESTANTE * cód. 90574	R$ 24,00
478	PESQUISA DE ANTICORPOS EIE ANTICLAMIDIA *cód.400	R$ 22,00
455	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS *cód.397	R$ 15,00
740	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA *cód.372	R$ 22,00
845	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE AMARELA) *cód.375	R$ 40,00
808	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG) *cód.362	R$ 24,00
809	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGM) *cód.363	R$ 24,00
784	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA *cód.342	R$ 22,00
431	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN- BARR *cód.358	R$ 22,00
831	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES *cód.367	R$ 22,00
456	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS *cód.398	R$ 15,00
741	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA *cód.373	R$ 24,00
846	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE AMARELA) *cód.376	R$ 26,00
915	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA *cód.6511	R$ 32,00
801	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN- BARR *cód.351	R$ 38,00
950	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA) *cód.384	R$ 18,00
2177	PESQUISA LABORATORIAL DE ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B (HBSAG) PARA POPULAÇÃO GERAL (EXCETO GESTANTE, PARCEIRO OU PARCEIRA) * cód. 90566	R$ 24,00
2178	PESQUISA LABORATORIAL DE ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B (HBSAG) EM GESTANTE * cód. 90567	R$ 24,00
2179	PESQUISA LABORATORIAL DE ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B (HBSAG) EM PARCEIRO OU PARCEIRA DE GESTANTE * cód. 90568	R$ 24,00
810	PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG) *cód.364	R$ 24,00
694	PESQUISA DE BACILO DIFTERICO *cód.551	R$ 5,00
745	PESQUISA DE CELULAS LE *cód.221	R$ 6,00
319	PESQUISA DE CISTINA NA URINA *cód.442	R$ 5,00
171	PESQUISA DE ENTEROBIUS VERMICULARES (OXIURUS OXIURA) *cód.416	R$ 3,00
288	PESQUISA DE EOSINOFILOS *cód.409	R$ 3,00
723	PESQUISA DE ERROS INATOS DO METABOLISMO NA URINA *cód.468	R$ 6,00
484	PESQUISA DE ESPERMATOZOIDES (APÓS VASECTOMIA) *cód.624	R$ 20,00
85	PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE) *cód.306	R$ 6,00
645	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO) *cód.196	R$ 3,00
860	PESQUISA DE GORDURA FECAL *cód.411	R$ 3,00
1820	PESQUISA DE HANSENÍASE (POR AMOSTRA) *cód.1443	R$ 18,00
770	PESQUISA DE HELICOBACTER PYLORI *cód.572	R$ 22,00
779	PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENO-ESPECIFICA *cód.336	R$ 13,00
874	PESQUISA DE LARVAS - (MÉTODO DE BAERMANN OU RUGAI) *cód. 413	R$ 3,00
379	PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES *cód.414	R$ 3,00
170	PESQUISA DE LEVEDURAS NAS FEZES *cód.415	R$ 3,00
761	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS *cód.424	R$ 4,00
1257	PESQUISA DE PROTOZOARIOS - MÉTODO HEMATOXILINA FÉRRICA *cód.90098	R$ 3,00
234	PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES *cód.426	R$ 14,00
214	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES *cód.418	R$ 3,00
218	PESQUISA DE SUBSTANCIAS REDUTORAS NAS FEZES *cód.419	R$ 3,00
713	PESQUISA DE TRIPSINA NAS FEZES *cód.420	R$ 3,00
1658	PESQUISA MOLECULAR DO X FRAGIL (XQ 27.3) *cód.677	R$ 3.711,00
1819	PESQUISA PARA BAAR (POR AMOSTRA) 569	R$ 18,00
1351	PROCEDIMENTO DE COLETA SANGUINEA, SEPARAÇÃO DO PLASMA E ACONDICIONAMENTO PARA ENVIO PARA ANÁLISE *cód.113	R$ 14,00
651	PROLACTINA *cód.492	R$ 14,00
1360	PROTEÍNA C FUNCIONAL *cód.90161	R$ 60,00
1325	PROTEÍNA S FUNCIONAL *cód.90162	R$ 123,00
811	PROVA DE RETRACAO DO COAGULO *cód.207	R$ 5,00
708	PROVA DO LACO *cód.204	R$ 5,00
909	PROVA DO LÁTEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE *cód.639	R$ 4,00
1320	PTH *cód.90215	R$ 36,00
758	RASTREIO P/ DEFICIENCIA DE ENZIMAS ERITROCITÁRIAS *cód.236	R$ 5,00
2037	RELAÇÃO ALBUMINA/CREATININA *cód.90332	R$ 15,00
2038	SARAMPO – ANTICORPOS IGG *cód.6576	R$ 42,00
2039	SARAMPO – ANTICORPOS IGM *cód.6575	R$ 42,00
1287	SECREÇÃO URETRAL (BACTERIOSCOPIA) *cód.90139	R$ 5,00
1288	SECREÇÃO URETRAL (EXAME A FRESCO) *cód.90140	R$ 5,00

1286	SECREÇÃO VAGINAL (BACTERIOSCOPIA) *cód.90138	R$ 5,00
1316	SECREÇÃO VAGINAL (EXAME A FRESCO) *cód.90211	R$ 5,00
1317	SEDIMENTO CORADO *cód. 90212	R$ 4,00
1245	SÓDIO HEMATICO *cód.90080	R$ 4,00
1310	SOROLOGIA IGG PARA CAXUMBA *cód.90165	R$ 33,00
1311	SOROLOGIA IGG PARA VARICELA *cód.90166	R$ 34,00
1312	SOROLOGIA IGM PARA CAXUMBA *cód.90167	R$ 33,00
1313	SOROLOGIA IGM PARA VARICELA *cód.90168	R$ 34,00
1304	SOROLOGIA PARA CISTICERCOSE *cód.90169	R$ 26,00
1046	TESTE DE ESTIMULO DO HGH APOS GLUCAGON DOS. DO HGH (4 D); AP *cód.516	R$ 14,00
1706	TESTE DE TOLERANCIA A GLICOSE (TTGO) *cód.518	R$ 21,00
600	TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA / HIPOGLICEMIANTES ORAIS *cód.193	R$ 9,00
82	TESTE DE VDRL P/ DETECÇÃO DE SIFILIS *cód.90316	R$ 5,00
751	TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD) - COOMS DIRETO *cód.222	R$ 5,00
230	TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS *cód.290	R$ 14,00
309	TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS *cód.291	R$ 14,00
527	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA) *cód.235	R$ 5,00
1264	TIPAGEM SANGUÍNEA - GRUPO ABO FATOR RH (INCLUI D FRACO) *cód.90109	R$ 5,00
2046	TOXICOLÓGICO TECIDO CAPILAR (PARA MOTORISTAS DA SAÚDE) *cód.1885	R$ 143,00
1284	TRICHOMONAS SP, PESQUISA *cód.90137	R$ 5,00
1246	UROBILINOGENIO *cód.90081	R$ 4,00
1307	VITAMINA D *cód.90163	R$ 21,00
1308	VITAMINA D – 25 HIDROXI *cód.90164	R$ 81,00
2112	CTX-INTERLIGADORES C TERMINAIS BETA –CROSS-LAPS (INVESTIGAÇÃO DE OSTEOPOROSE) *cód.90333	R$ 94,00
425	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 (WESTERN BLOT) *cód.393	R$ 215,00
426	DETECÇÃO DE RNA DO HIV-1 (QUALITATIVO) *cód.394	R$ 178,00
2194	TROPONINA QUANTITATIVA *cód. 90590	R$ 25,00
2195	TROPONINA QUALITATIVA *cód. 90591	R$ 25,00
	EXAMES ANATOMOPATOLÓGICOS	
28	ANÁTOMO PATOLÓGICO (VALOR DA PEÇA) *cód.81052	R$ 46,00
122	IMUNO-HISTOQUÍMICA DE NEOPLASIAS MALIGNAS (POR MARCADOR) *cód.696	R$ 150,00

LOTE 8 – CIRURGIAS

LOTE 08	**CIRURGIAS**	**VALOR UNITÁRIO FIXO**
1649	ALUGUEL DE SALA PARA CIRURGIA (incluso materiais, insumos e instrumentador) *cód.90373	R$ 960,00
1650	SERVIÇOS DE ANESTESIA *cód.5013	R$ 480,00
2147	SERVIÇOS DE ANESTESIA (acima de uma cirurgia) *cód.90386	R$720,00
	CIRURGIA BUCO-MAXILO-FACIAL EM CENTRO CIRÚRGICO	
1357	CORREÇÃO CIRÚRGICA DE LESÃO DE FACE E BOCA (SEM USO DE MATERIAL) *cód.90511	R$ 500,00
1358	CORREÇÃO CIRÚRGICA DE FRATURA MANDIBULAR (COM USO DE UMA PLACA DE TITÂNIO 2.0) *cód.4853	R$ 800,00
1359	CORREÇÃO CIRÚRGICA DE FRATURA MANDIBULAR (COM USO DE DUAS PLACAS DE TITÂNIO 2.0) *cód. 90560	R$ 1.100,00
1393	REDUÇÃO CIRÚRGICA DE OPN *cód.11086	R$ 559,20
1712	OSTEOTOMIA DA MAXILA *cód.11077	R$ 559,20
1713	OSTEOTOMIA DA MANDÍBULA *cód.11078	R$ 559,20
1714	OSTEOSSÍNTESE DA FRATURA DA MAXILA *cód.11087	R$ 559,20
1715	OSTEOSSÍNTESE DA FRATURA DO OSSO ZIGOMÁTICO *cód.11101	R$ 559,20
1716	CORREÇÃO CIRÚRGICA DE FRATURA DA MAXILA - LEFORT I/II *cód.11083	R$ 559,20
1717	CORREÇÃO CIRÚRGICA DE FRATURA DA MANDÍBULA *cód.11082	R$ 559,20
1719	OSTEOSSÍNTESE DA FRATURA DO COMPLEXO NASO-ÓRBITO-ETMOIDAL *cód.11085	R$ 559,20
1720	OSTEOSSÍNTESE DA FRATURA UNILATERAL DO CÔNDILO MANDIBULAR *cód.11103	R$ 559,20
1721	TRATAMENTO/EXTRAÇÃO DENTÁRIA PARA PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS *cód.90424	R$ 559,20
1722	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE CISTOS ORO-MAXILARES *cód.2566	R$ 559,20
1723	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE CISTOS DO COMPLEXO MAXILO-MANDIBULAR *cód.4099	R$ 559,20
	CIRURGIA DE OTORRINOLARINGOLOGIA EM CENTRO CIRÚRGICO	
1160	SEPTOPLASTIA +TURBINECTOMIA BILATERAL *cód.90184	R$ 559,20
1353	CIRURGIA DE SINUSECTOMIA *cód.2467	R$ 559,20
1354	MICROCIRURGIA DE LARINGE *cód.2457	R$ 559,20
1355	MICROCIRURGIA DE MASTOIDECTOMIA *cód.2433	R$ 559,20
1356	MICROCIRURGIA DE TIMPANOPLASTIA *cód.2423	R$ 559,20
1175	ADENOIDECTOMIA *cód.2449	R$ 559,20
1376	ADENOTONSILECTOMIA *cód.2454	R$ 559,20
1176	AMIGDALECTOMIA *cód.90183	R$ 559,20
1159	ADENO-AMIGDALECTOMIA *cód.90423	R$ 559,20
1377	BIÓPSIA EXCISIONAL DE FARINGE *cód.90	R$ 300,00
1378	CIRURGIA ENDOSCÓPICA NASSOSINUSAL (SINUSECTOMIA)-MAXILAR *cód.11028	R$ 559,20
1379	CIRURGIA ENDOSCÓPICA NASSOSINUSAL (SINUSECTOMIA)-ETMOIDECTOMIA *cód.90425	R$ 559,20
1380	CIRURGIA ENDOSCÓPICA NASSOSINUSAL (SINUSECTOMIA)-FRONTAL *cód.90425	R$ 559,20
1381	CIRURGIA ENDOSCÓPICA NASSOSINUSAL (SINUSECTOMIA)-ESFONIDECTOMIA *cód.90425	R$ 559,20
1382	CIRURGIA ENDOSCÓPICA NASSOSINUSALPOLIPECTOMIA(PÓLIPO ANTRO-COANALKILLIAM) *cód.90426	R$ 559,20
1383	CIRURGIA ENDOSCÓPICA PARA EPISTAXE *cód.2906	R$ 559,20
1384	CIRURGIA GLÂNDULAS SALIVARES (BIÓPISIA EXCISIONAL) *cód.90427	R$ 559,20
1386	DRENAGEM CIRÚRGICA DE ABSCESSO FARÍNGEO *cód.2444	R$ 120,00
1387	EPISTAXE: TAMPONAMENTO ÂNTERO-POSTERIOR *cód.2448	R$ 120,00
1389	EXÉRESE DE RÁBULA/MUCOCELE *cód.8510	R$ 559,20
1391	MASTOIDECTOMIA *cód.2434	R$ 559,20
1392	MERINGOTOMIA DE LARINGE DE TUBO DE VENTILAÇÃO *cód.90422	R$ 559,20
1393	REDUÇÃO CIRÚRGICA DE FRATURA DE OPN (OSSOS PRÓPRIOS DO NARIZ) *cód.11086	R$ 559,20
1394	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO *cód.90428	R$ 60,00
1395	TURBINECTOMIA *cód.2429	R$ 559,20
1396	TIMPANOPLASTIA *cód.2440	R$ 559,20
1397	UVULOPALATOFARINGOPLASTIA *cód.90429	R$ 559,20
1724	RINOPLASTIA PARA DEFEITOS PÓS- TRAUMÁTICOS *cód.2559	R$ 559,20
1725	BIÓPSIA DE SEIO PARANASAL *cód.93	R$ 559,20
1726	TRATAMENTO CIRÚRGICO NÃO ESTÉTICO DA ORELHA *cód.2263	R$ 559,20
1388	FRENOTOMIA LINGUAL SOB ANESTESIA *cód.90430	R$ 559,20
2140	ENXERTO COMPOSTO *cód.2292	R$559,20
2141	ALONGAMENTO DE COLUMELA *cód.2555	R$559,20

	CIRURGIA DE UROLOGIA EM CENTRO CIRÚRGICO	
1369	RTU PRÓSTATA *cód.3842	R$ 559,20
1370	RTU BEXIGA *cód.1060	R$ 559,20
1371	POSTECTOMIA *cód.3836	R$ 559,20
1373	INSERÇÃO CATETER DUPLO J + URETEROLITOTRIPSIA *cód.3822	R$ 559,20
1727	IMPLANTAÇÃO DE CATETER DUPLO J *cód.4679	R$ 559,20
1728	RETIRADA DE CATETER DUPLO J *cód.90562	R$ 559,20
818	TRATAMENTO CIRÚRGICO/CISTOSCOPIA E/OU URETEROSCOPIA E/OU URETROSCOSPIA *cód.90431	R$ 559,20
344	BIÓPSIA DE BEXIGA *cód.1060	R$ 559,20
1730	BIÓPSIA DE PRÓSTATA *cód.1059	R$ 559,20
621	BIÓPSIA DE TESTÍCULO *cód.86	R$ 559,20
616	BIÓPSIA DE BOLSA ESCROTAL *cód.87	R$ 559,20
617	BIÓPSIA DE PÊNIS *cód.88	R$ 559,20
625	BIÓPSIA DE URETER *cód.111	R$ 559,20
399	BIÓPSIA DE EPIDÍDIMO *cód.85	R$ 559,20
624	BIÓPSIA DE URETRA *cód.110	R$ 559,20
1731	VASECTOMIA *cód.3840	R$ 559,20
1732	CORREÇÃO CIRÚRGICA DE HIDROCELE *cód.3859	R$ 559,20
1733	CISTOLITOTRIPSIA *cód.3799	R$ 559,20
1734	DILATAÇÃO URETRAL EM CENTRO CIRÚRGICO *cód.1963	R$ 559,20
1735	ORQUIDOPEXIA UNI OU BILATERAL *cód.3871	R$ 559,20
1737	PROSTATECTOMIA *cód.3843	R$ 559,20
1738	CORREÇÃO CIRÚRGICA DE EPISPÁDIA *cód.3883	R$ 559,20
1739	ORQUIECTOMIA *cód.3849	R$ 559,20
1740	CORREÇÃO CIRÚRGICA DE HIPOSPÁDIA (1º OU 2º TEMPO) *cód.3881	R$ 559,20
1708	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE CISTOCELE *cód.3783	R$ 559,20
1741	RETIRADA CIRÚRGICA DE CISTO EPIDÍDIMO *cód.3860	R$ 559,20
1742	CORREÇÃO CIRÚRGICA DE VARICOCELE *cód.3862	R$ 559,20
1729	TRATAMENTO CIRÚRGICO – URETEROLITOTRIPSIA *cód.1225	R$ 559,20
	CIRURGIA DE ORTOPEDIA EM CENTRO CIRÚRGICO	
1401	CORREÇÃO CIRÚRGICA DE SÍNDROME DO TÚNEL DO CARPO *cód.8522	R$ 559,20
1402	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DEDO DE GATILHO *cód.3240	R$ 559,20
1403	RESSECÇÃO CIRÚRGICA DE CISTO SINOVIAL *cód.3690	R$ 559,20
1404	TENÓLISE *cód.7547	R$ 559,20
1405	TENORRAFIA *cód.7551	R$ 559,20
1406	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDOARTROSE DE ANTEBRAÇO *cód.3286	R$ 559,20
1407	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDOARTROSE DE TÍBIA/DIÁFISE *cód.3611	R$ 559,20
1408	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDOARTROSE DE TÍBIA/DISTAL *cód.3611	R$ 559,20
1409	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDOARTROSE DE FÊMUR/DISTAL *cód.3504	R$ 559,20
1410	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDOARTROSE DE FÊMUR/DIÁFISE *cód.3504	R$ 559,20
1743	AMPUTAÇÃO/DESARTICULAÇÃO CIRÚRGICA DE MÃO E PUNHO *cód.3256	R$ 559,20
1744	AMPUTAÇÃO/DESARTICULAÇÃO CIRÚRGICA DE MEMBRO SUPERIOR *cód.7566	R$ 559,20
1745	AMPUTAÇÃO/DESARTICULAÇÃO CIRÚRGICA DE MEMBRO INFERIOR *cód.7527	R$ 559,20
1746	AMPUTAÇÃO/DESARTICULAÇÃO CIRÚRGICA DE PÉ/TARSO *cód.3598	R$ 559,20
1747	AMPUTAÇÃO/DESARTICULAÇÃO CIRÚRGICA DE DEDO *cód.7526	R$ 559,20
1748	REVISÃO CIRÚRGICA DE COTO DE AMPUTAÇÃO DE DEDOS *cód.3510	R$ 559,20
1750	RETIRADA DE FIXADOR EXTERNO *cód.3675	R$ 559,20
1751	RETIRADA DE PLACA E/OU PARAFUSO *cód.3670	R$ 559,20
1752	RETIRADA DE TRAÇÃO TRANSESQUELÉTICA *cód.3668	R$ 559,20
1753	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DEDO EM MARTELO *cód.3605	R$ 559,20
1754	TRATAMENTO CIRÚRGICO DA SINDACT ILIA (DEDO EXTRA) *cód.3254	R$ 559,20
1755	TENOSINOVECTOMIA EM MEMBRO SUPERIOR *cód.7553	R$ 559,20
1756	TENOPLASTIA *cód.7550	R$ 559,20
1757	TENODESE *cód.3680	R$ 559,20
1758	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDOARTROSE DE CLAVÍCULA/ESCAPULA *cód.3129	R$ 559,20
1759	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDOARTROSE MÃO *cód.3301	R$ 559,20
1760	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDOARTROSE DE RÁDIO/ULNA *cód.3298	R$ 559,20
1761	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDOARTROSE DE ÚMERO *cód.3204	R$ 559,20
1762	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDOARTROSE DE REGIÃO TROCANTERIANA *cód.3503	R$ 559,20
1763	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDOARTROSE DE COLO DO FÊMUR *cód.3500	R$ 559,20
1764	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDOARTROSE DE PÉ *cód.3657	R$ 559,20
1765	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDOARTROSE CONGÊNITA DA TÍBIA *cód.3563	R$ 559,20
1766	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDOARTROSE DE METÁFISE TIBIAL *cód.3634	R$ 559,20
1767	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DE CLAVÍCULA *cód.3122	R$ 559,20
1768	TRATAMENTO CIRÚRGICO DAS FALANGES DA MÃO *cód.3285	R$ 559,20
1769	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DE ESCÁPULA *cód.3123	R$ 559,20
1770	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DO ÚMERO *cód.3203	R$ 559,20
1771	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DE METACARPOS *cód.3290	R$ 559,20
1772	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA EXTREMIDADE METÁFISE DISTAL/PROXIMAL DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO *cód.3313	R$ 559,20
1773	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA *cód.3535	R$ 559,20
1774	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DO CALCÂNEO *cód.3663	R$ 559,20
1775	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DE QUADRIL *cód.3494	R$ 559,20
1776	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DE JOELHO *cód.3561	R$ 559,20
1777	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DE OSSOS DO ANTEBRAÇO *cód.3295	R$ 559,20
1778	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA MÃO *cód.3324	R$ 559,20
1779	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA PATELA *cód.3494	R$ 559,20
1780	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DE OSSOS PÉ *cód.3246	R$ 559,20
1781	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DO FÊMUR *cód.3443	R$ 559,20
1783	REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA TÍBIA E/OU FÍBULA *cód.3543	R$ 559,20
1784	REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA OSSOS DO PÉ *cód.3625	R$ 559,20
1785	REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DO FÊMUR *cód.3443	R$ 559,20
1786	REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA FEMOROPATELAR *cód.3494	R$ 559,20
1787	REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DE JOELHO *cód.3537	R$ 559,20
1788	REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA CINTURA ESCAPULAR *cód.3171	R$ 559,20
1789	REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA E/OU LUXAÇÃO DE PUNHO *cód.3271	R$ 559,20
1790	REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA E/OU LUXAÇÃO TORNOZELO *cód.3609	R$ 559,20
1791	REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA ESCAPULO-UMERAL *cód.3127	R$ 559,20

1792	REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA E/OU LUXAÇÃO DE COTOVELO *cód.3174	R$ 559,20
1793	REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DE OSSOS DO ANTEBRAÇO *cód.3297	R$ 559,20
1794	REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DE ÚMERO *cód.3206	R$ 559,20
1795	REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA E/OU LUXAÇÃO MÃO *cód.3622	R$ 559,20
1797	EPIFISIOLISE *cód.3479	R$ 559,20
CIRURGIA VASCULAR EM CENTRO CIRÚRGICO		
1798	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE VARIZES E/OU SAFENECTOMIA UNILATERAL *cód.2843	R$ 559,20
1799	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE VARIZES E/OU SAFENECTOMIA BILATERAL *cód.2844	R$ 559,20
1411	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE VARIZES EM MIE *cód.90343	R$ 615,12
1801	CONFECÇÃO DE FÍSTULA ARTERIOVENOSA PARA ACESSO *cód.2169	R$ 645,88
1802	LIGADURA DE FÍSTULA ARTERIOVENOSA *cód.2169	R$ 615,12
1803	AMPUTAÇÃO/DESARTICULAÇÃO MÃO E PUNHO *cód.3256	R$ 559,20
1804	AMPUTAÇÃO/DESARTICULAÇÃO MEMBRO SUPERIOR *cód.7506	R$ 559,20
1805	AMPUTAÇÃO/DESARTICULAÇÃO MEMBRO INFERIOR *cód.7527	R$ 559,20
1806	AMPUTAÇÃO/DESARTICULAÇÃO PÉ/TARSO *cód.3598	R$ 559,20
1807	AMPUTAÇÃO/DESARTICULAÇÃO DEDO *cód.7526	R$ 559,20
1808	REVISÃO CIRÚRGICA DE COTO DE AMPUTAÇÃO DE DEDOS *cód.3510	R$ 615,12
1809	RETIRADA DE CATETER DE LONGA PERMANÊNCIA *cód.11414	R$ 615,12
2126	DEBRIDAMENTO EM CENTRO CIRÚRGICO *cód.90314	R$559,20
CIRURGIA GERAL EM CENTRO CIRÚRGICO		
1412	ATRESIA DE ESÔFAGO COM FÍSTULA TRAQUEAL - TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.2951	R$ 559,20
1413	ATRESIA DE ESÔFAGO SEM FISTULA (DUPLAESTOMIA) - TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.2983	R$ 559,20
1414	AUTOTRANSPLANTE COM MICRO CIRURGIA *cód.838	R$ 559,20
1415	ESOFAGEQUITOMIA DISTAL COM TORACOTOMIA *cód.2955	R$ 559,20
1416	ESOFAGECTOMIA DISTAL SEM TORACOTOMIA *cód.2958	R$ 559,20
1417	ESOFAGOPLASTIA (COLOPLASTIA) *cód.2949	R$ 559,20
1418	ESOFAGOPLASTIA (GASTROPLASTIA) *cód.2983	R$ 559,20
1419	ESTENOSE DE ESÔFAGO - TRATAMENTO CIRÚRGICO VIA TORÁCICA *cód.90432	R$ 559,20
1420	ESOFAGECTOMIA TOTAL COM OU SEM TORACOTOMIA *cód.90433	R$ 559,20
1421	FÍSTULA TRAQUEOESOFÁGICA - TRATAMENTO CIRÚRGICO VIA CERVICAL *cód.3988	R$ 559,20
1422	FISTULA TRAQUEOESOFÁGICA - TRATAMENTO CIRÚRGICO VIA TORÁCICA *cód.3988	R$ 559,20
1423	MEDIDA DE PRESSÃO DE VARIZES DE ESÔFAGO *cód.1828	R$ 240,00
1424	MEGAESÔFAGO - TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.90435	R$ 559,20
1425	REINTERVENÇÃO CIRÚRGICA SOBRE A TRANSIÇÃO ESÔFAGO GÁSTRICA *cód.1852	R$ 559,20
1426	RESSECÇÃO DO ESÔFAGO CERVICAL E/OU TORÁCICO E TRANSPLANTE COM MICRO CIRURGIA *cód.90436	R$ 559,20
1427	SUBSTITUIÇÃO ESOFÁGICA-CÓLON OU TUBO GÁSTRICO *cód.1781	R$ 559,20
1428	TRATAMENTO CIRÚRGICO DAS VARIZES ESOFÁGICAS *cód.2980	R$ 559,20
1429	TRATAMENTO CIRÚRGICO DO MEGAESÔFAGO SEM RESSECÇÃO OU CONSERVADOR *cód.2977	R$ 559,20
1430	TUNELIZAÇÃO ESOFÁGICA *cód.90563	R$ 559,20
1431	ESOFAGORRAFIA CERVICAL *cód.2955	R$ 559,20
1432	TRATAMENTO CIRÚRGICO DO DIVERTÍCULO FARINGOESOFÁGICO *cód.2945	R$ 559,20
1433	COLOCAÇÃO DE BANDA GÁSTRICA *cód.7014	R$ 559,20
1434	CONVERSÃO DE ANASTOMOSE GASTROJEJUNAL(QUALQUER TÉCNICA) *cód.3020	R$ 559,20
1435	DEGASTROGASTRECTOMIA COM VAGOTOMIA *cód.2946	R$ 559,20
1436	DEGASTROGASTRECTOMIA SEM VAGOTOMIA *cód.2950	R$ 559,20
1437	FECHAMENTO DE GASTROSTOMIA *cód.2952	R$ 559,20
1438	GASTRECTOMIA PARCIAL COM LINFADENECTOMIA *cód.2952	R$ 559,20
1439	GASTRECTOMIA PARCIAL COM VAGOTOMIA *cód.2950	R$ 559,20
1440	GASTRECTOMIA PARCIAL SEM VAGOTOMIA *cód.2950	R$ 559,20
1441	GASTRECTOMIA POLAR SUPERIOR COM RECONSTRUÇÃO JEJUNAL COM TORACOTOMIA *cód.7007	R$ 559,20
1442	GASTRECTOMIA POLAR SUPERIOR COM RECONSTRUÇÃO JEJUNAL SEM TORACOTOMIA *cód.7005	R$ 559,20
1443	GASTRECTOMIA TOTAL COM LINFADENECTOMIA *cód.7016	R$ 559,20
1444	GASTRECTOMIA TOTAL VIA ABDOMINAL *cód.2987	R$ 559,20
1445	GASTROENTEROANASTOMOSE *cód.2956	R$ 559,20
1446	GASTRORRAFIA *cód.2954	R$ 559,20
1447	GASTROTOMIA COM SUTURA DE VARIZES *cód.2981	R$ 559,20
1448	GASTROTOMIA PARA RETIRADA DE CE OU LESÃO SÓLIDA *cód.2978	R$ 559,20
1449	GASTROTOMIA PARA QUALQUER FINALIDADE *cód.2962	R$ 559,20
1450	MENBRANAANTRAL-TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.90437	R$ 559,20
1451	PILOROPLASTIA *cód.2967	R$ 559,20
1452	REFLUXO GASTROESOFÁGICO-TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.90564	R$ 559,20
1453	GASTROPLASTIA PARA OBESIDADE MÓRBIDA-QUALQUER TÉCNICA *cód.7015	R$ 559,20
1454	TRATAMENTO CIRÚRGICO DAS VARIZES GÁSTRICAS *cód.2980	R$ 559,20
1455	VAGOTOMIA COM OPERAÇÃO DE DRENAGEM *cód.2970	R$ 559,20
1456	VAGOTOMIA GÁSTRICA PROXIMAL OU SUPERSELETIVA COM DUODENOPLASTIA(OPERAÇÃO DE DRENAGEM) *cód.2973	R$ 559,20
1457	VAGOTOMIA SUPERSELETIVA OU VAGOTOMIA GÁSTRICA *cód.2973	R$ 559,20
1458	AMPUTAÇÃO ABDOMINO-PERINEAL DO RETO (COMPLETA) *cód.7613	R$ 559,20
1459	AMPUTAÇÃO DO RETO POR PROCIDÊNCIA *cód.3057	R$ 559,20
1460	ANOMALIA ANORRETAL-CORREÇÃO VIA SAGITAL POSTERIOR *cód.90438	R$ 559,20
1461	ANOMALIA ANORRETAL-TRATAMENTO CIRÚRGICO VIA ABDOMINO-PERINEAL *cód.7613	R$ 559,20
1462	ANOMALIA ANORRETAL-TRATAMENTO CIRÚRGICO VIA PERINEAL *cód.90440	R$ 559,20
1463	ANORRETOMIOMECTOMIA *cód.90441	R$ 559,20
1464	APENDICECTOMIA *cód.2953	R$ 559,20
1465	APPLE-PEEL-TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.90442	R$ 559,20
1466	ATRESIA DE CÓLON-TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.90448	R$ 559,20
1467	ATRESIA DE DUODENO-TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.90443	R$ 559,20
1468	ATRESIA JEJUNAL DISTAL OU ILEAL-TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.90444	R$ 559,20
1469	ATRESIA JEJUNAL PROXIMAL-TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.90445	R$ 559,20
1470	CIRURGIA DE ABAIXAMENTO (QUALQUER TÉCNICA) *cód.90446	R$ 559,20
1472	CIRURGIA MESENTÉRICO-TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.90447	R$ 559,20
1473	COLECTOMIA PARCIAL COM COLOSTOMIA *cód.3019	R$ 559,20
1474	COLECTOMIA PARCIAL SEM COLOSTOMIA *cód.7641	R$ 559,20
1475	COLECTOMIA TONAL COM ÍLEO-RETO-ANASTOMOSE *cód.3016	R$ 559,20
1476	COLECTOMIA TOTAL COM ILEOSTOMIA *cód.2957	R$ 559,20
1477	COLOCAÇÃO DE SONDA ENTERAL *cód.6220	R$ 559,20
1478	COLOSTOMIA *cód.2993	R$ 559,20
1479	COLOSTOMIA EM RN E LACTENTE *cód.2993	R$ 559,20
1480	COLOTOMIA E COLORRAFIA *cód.3004	R$ 559,20
1481	DISTORÇÃO DE VOLVO POR LAPAROTOMIA *cód.2994	R$ 559,20

1482	DISTORÇÃO DE VOLVO POR VIA ENDOSCÓPICA *cód.8361	R$ 559,20
1483	DIVERTÍCULO DE MECKEL – EXÉRESE *cód.90449	R$ 559,20
1484	DUPLICAÇÃO DO TUBO DIGESTIVO -TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.2945	R$ 559,20
1485	ENTERECTOMIA *cód.2990	R$ 559,20
1486	ENTERO-ANASTOMOSE (QUALQUER SEGMENTO) *cód.2965	R$ 559,20
1487	ENTEROCOLITE NECROTIZANTE – TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.90450	R$ 559,20
1488	ENTEROPEXIA (QUALQUER SEGMENTO) *cód.2963	R$ 559,20
1489	ENTEROTOMIA E/OU ENTERORRAFIA DE QUALQUER SEGMENTO *cód.2965	R$ 559,20
1490	INVAGINAÇÃO INTESTINAL SEM RESSECÇÃO-TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.90451	R$ 559,20
1491	JEJUNOSTOMIA *cód.2976	R$ 559,20
1492	MÁ-ROTAÇÃO INTESTINAL-TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.2976	R$ 559,20
1493	MEGACÓLON CONGÊNITO-TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.90452	R$ 559,20
1494	MEMBRANA DUODENAL-TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.90453	R$ 559,20
1495	PÂNCREAS ANULAR-TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.90454	R$ 559,20
1496	PERFURAÇÃO DUODENAL OU DELGADO-TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.1852	R$ 559,20
1497	ESPORÃO RETAL – RESSECÇÃO *cód.3060	R$ 559,20
1498	ESVAZIAMENTO PÉLVICO ANTERIOR OU POSTERIOR *cód.90455	R$ 559,20
1499	ESVAZIAMENTO PÉLVICO TOTAL *cód.1373	R$ 559,20
1500	FECALOMA-REMOÇÃO MANUAL EM CENTRO CIRÚRGICO *cód.2938	R$ 559,20
1501	FECHAMENTO DE ENTEROSTOMIA (QUALQUER SEGMENTO) *cód.2985	R$ 559,20
1502	FIXAÇÃO DO RETO POR VIA ABDOMINAL *cód.90456	R$ 559,20
1503	ÍLEO MECONIAL-TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.2998	R$ 559,20
1504	ILEOSTOMIA *cód.2979	R$ 559,20
1505	ILEOSTOMIA CONTINENTE (QUALQUER TÉCNICA) *cód.90457	R$ 559,20
1506	INVAGINAÇÃO INTESTINAL - RESSECÇÃO *cód.3026	R$ 559,20
1507	PILOROMIOTOMIA *cód.2967	R$ 559,20
1508	PROCIDÊNCIA DO RETO-REDUÇÃO MANUAL *cód.90458	R$ 559,20
1509	PROCTOLECTOMIA TOTAL *cód.25390	R$ 559,20
1510	PROCTOLECTOMIA TOTAL COM RESERVATÓRIO ILEAL *cód.7013	R$ 559,20
1511	RESSECÇÃO DO INTESTINO DELGADO *cód.25382	R$ 559,20
1512	RETOSSIGMOIDECTOMIA ABDOMINAL *cód.2992	R$ 559,20
1513	TUMOR ANORRETAL-RESSECÇÃO ENDO-ANAL *cód.90459	R$ 559,20
1514	ABCESSO ANORRETAL-DRENAGEM *cód.3796	R$ 559,20
1515	ABCESSO ÍSQUEO-RETAL-DRENAGEM *cód.3070	R$ 559,20
1516	CERCLAGEM ANAL *cód.3050	R$ 559,20
1517	CORPO ESTRANHO RETAL-RETIRADA *cód.3049	R$ 559,20
1518	CRIPTECTOMIA (ÚNICA OU MÚLTIPLA) *cód.2986	R$ 559,20
1519	DILATAÇÃO DIGITAL OU INSTRUMENTAL DO ÂNUS E/OU DO RETO *cód.3042	R$ 120,00
1520	ESFINCTEROPLASTIA ANAL (QUALQUER TÉCNICA) *cód.3056	R$ 559,20
1521	ESTENOSE ANAL-TRATAMENTO CIRÚRGICO (QUALQUER TÉCNICA) *cód.3063	R$ 559,20
1522	EXCISÃO DE PLICOMA *cód.3064	R$ 559,20
1523	FISSURECTOMIA COM OU SEM ESFINCTEROTOMIA *cód.3059	R$ 559,20
1524	FÍSTULA RETO-VAGINAL E FÍSTULA ANAL EM FERRADURA *cód.3942	R$ 559,20
1525	FISTULECTOMIA ANAL EM DOIS TEMPOS *cód.3059	R$ 559,20
1526	FISTULECTOMIA ANAL EM FERRADURA *cód.3059	R$ 559,20
1527	FISTULECTOMIA ANAL EM UM TEMPO *cód.3059	R$ 559,20
1528	FISTULECTOMIA ANORRETAL COM ABAIXAMENTO MUCOSO *cód.3059	R$ 559,20
1529	FISTULECTOMIA PERINEAL *cód.3074	R$ 559,20
1530	HEMORRÓIDAS – FOTOCOAGULAÇÃO COM RAIO INTRA-VERMELHO (POR SESSÃO) *cód.2678	R$ 559,20
1531	HEMORRÓIDAS – LIGADURA ELÁSTICA (POR SESSÃO) *cód.3046	R$ 559,20
1532	HEMORRÓIDAS-TRATAMENTO ESCLEROSANTE (POR SESSÃO) *cód.3047	R$ 559,20
1533	HEMORROIDECTOMIA ABERTA OU FECHADA COM OU SEM ESFINCTEROTOMIA *cód.3073	R$ 559,20
1534	LACERAÇÃO ANORRETAL-TRATAMENTO CIRÚRGICO POR VIA PERINEAL *cód.3074	R$ 559,20
1535	LESÃO ANAL – ELETROCAUTERIZAÇÃO *cód.3063	R$ 559,20
1536	PAPILECTOMIA (ÚNICA OU MÚLTIPLO) *cód.3530	R$ 559,20
1537	PÓLIPO RETAL – RESSECÇÃO ENDOANAL *cód.3049	R$ 559,20
1538	PROLAPSO RETAL – ESCLEROSE *cód.3825	R$ 559,20
1539	PROLAPSO RETAL-TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.3063	R$ 559,20
1540	RECONSTITUIÇÃO DE ESFÍNCTER ANAL POR PLÁSTICA MUSCULAR (QUALQUER TÉCNICA) *cód.3061	R$ 559,20
1541	RECONSTRUÇÃO TOTAL ANOPERINEAL *cód.3056	R$ 559,20
1542	RETOSSIGMOIDOSCOPIA COM POLIPECTOMIA *cód.90565	R$ 559,20
1543	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE RETOCELE *cód.3078	R$ 559,20
1544	TROMBOSE HEMORRIDÁRIA – EXÉRESE *cód.2047	R$ 559,20
1545	PRURIDO ANAL-TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.3052	R$ 559,20
1546	ABCESSO HEPÁTICO-DRENAGEM CIRÚRGICA *cód.12448	R$ 559,20
1547	ALCOLIZAÇÃO PERCUTÂNEA DIRIGIDA DE TUMOR HEPÁTICO *cód.12447	R$ 559,20
1548	ANASTOMOSE BILIODIGESTIVA INTRA-HEPÁTICA *cód.7619	R$ 559,20
1549	ATRESIA DE VIAS BILIARES-TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.1868	R$ 559,20
1550	BIÓPSIA HEPÁTICA (PERCUTÂNEO-LAPAROSCÓPICA) *cód.1320	R$ 559,20
1551	BIÓPSIA HEPÁTICA POR LAPAROTOMIA *cód.1320	R$ 559,20
1552	BIÓPSIA HEPÁTICA TRANSPARIETAL *cód.90460	R$ 559,20
1553	CATETERISMO ARTERIAL PARA QUIMIOTERAPIA *cód.90461	R$ 559,20
1554	CISTO DE COLÉDOCO-TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.3032	R$ 559,20
1555	COLECISTECTOMIA COM COLANGIOGRAFIA *cód.803	R$ 559,20
1556	COLECISTECTOMIA COM FÍSTULA BILIODIGESTIVA *cód.7620	R$ 559,20
1557	COLECISTECTOMIA SEM COLANGIOGRAFIA *cód.3040	R$ 559,20
1558	COLECISTOJEJUNOSTOMIA *cód.3039	R$ 559,20
1559	COLECISTOSTOMIA *cód.3027	R$ 559,20
1560	COLEDOCO OU HEPÁTICO-JEJUNOSTOMIA (QUALQUER TÉCNICA) *cód.3032	R$ 559,20
1561	COLEDOCO OU HEPATICOPLASTIA *cód.3032	R$ 559,20
1562	COLEDOCO-DUODENOSTOMIA *cód.3030	R$ 559,20
1563	COLODECOTOMIA OU COLEDOCOSTOMIA COM OU SEM COLECISTECTOMIA *cód.3032	R$ 559,20
1564	COLODOSCOPIAINTRA-OPERATORIA *cód.90462	R$ 559,20
1565	DERIVAÇÃO PORTO SISTEMICA *cód.1086	R$ 559,20
1566	DESCONEXÃO ÁZIGOS-PORTAL SEM ESPLENECTOMIA *cód.3025	R$ 559,20
1567	DESCONEXÃO ÁZIGOS-PORTAL COM ESPLENECTOMIA *cód.3025	R$ 559,20
1568	DESVASCULARIZAÇÃO HEPÁTICA *cód.90463	R$ 559,20
1569	DRENAGEM BILIAR TRANS-HEPÁTICA *cód.90464	R$ 559,20
1570	ENUCLEAÇÃO DE METÁSTASES HEPÁTICAS *cód.90465	R$ 559,20

1571	ENUCLEAÇÃO DE METÁSTASES, POR METÁSTASE *cód.90466	R$ 559,20
1572	HEPATORRAFIA *cód.3037	R$ 559,20
1573	HEPATORRAFIA COMPLEXA C/LESÃO DE ESTRUTURAS VASCULARES BILIARES *cód.7012	R$ 559,20
1574	LOBECTOMIA HEPÁTICA *cód.90467	R$ 559,20
1575	LOBECTOMIA HEPÁTICA ESQUERDA *cód.90467	R$ 559,20
1576	PAPILOTOMIA TRANSDUODENAL *cód.90468	R$ 559,20
1577	PUNÇÃO HEPÁTICA PARA DRENAGEM DE ABCESSOS *cód.90469	R$ 559,20
1578	RADIOABLAÇÃO DE TUMORES HEPÁTICOS *cód.90470	R$ 559,20
1579	RESSECÇÃO DO CISTO DE COLÉDOCO *cód.3690	R$ 559,20
1580	RESSECÇÃO DE CISTO HEPÁTICO SEM HEPATECTOMIA *cód.25381	R$ 559,20
1581	RESSECÇÃO DE CISTO HEPÁTICO COM HEPATECTOMIA *cód.25381	R$ 559,20
1582	RESSECÇÃO DE TUMOR DE VESÍCULA OU DE VIA BILIAR COM HEPACTOMIA *cód.7584	R$ 559,20
1583	RESSECÇÃO DE TUMOR DE VESÍCULA OU DE VIA BILIAR SEM HEPACTOMIA *cód.7584	R$ 559,20
1584	SEGMENTECTOMIA HEPÁTICA *cód.9050	R$ 559,20
1585	SEQUESTRECTOMIA HEPÁTICA *cód.9050	R$ 559,20
1586	TERMOABLAÇÃO POR RADIOFREQÜÊNCIA DIRIGIDA DE TUMOR HEPÁTICO *cód.90471	R$ 559,20
1587	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ESTENOSE CICATRICIAL DAS VIAS BILIARES *cód.1868	R$ 559,20
1588	TRISSEGMENTECTOMIAS *cód.90472	R$ 559,20
1589	BIÓPSIA DE PÂNCREAS POR LAPAROTOMIA *cód.90473	R$ 559,20
1590	BIÓPSIA DE PÂNCREAS POR PUNÇÃO DIRIGIDA *cód.4260	R$ 559,20
1591	ENUCLEAÇÃO DE TUMORES PANCREÁTICOS *cód.3031	R$ 559,20
1592	HIPOGLICEMIA-TRATAMENTO CIRÚRGICO (PANCREATOTOMIA PARCIAL OU TOTAL) *cód.90474	R$ 559,20
1593	PANCREATECTOMIA CORPO CAUDAL COM PRESERVAÇÃO DO BAÇO *cód.3021	R$ 559,20
1594	PANCREATECTOMIA PARCIAL OU SEQUESTRECTOMIA *cód.3022	R$ 559,20
1595	PANC.-DUODENECTOMIA COM LINFADENECTOMIA *cód.2818	R$ 559,20
1596	PANCREATO-ENTEROSTOMIA *cód.3022	R$ 559,20
1597	PANCREATORRAFIA *cód.90475	R$ 559,20
1598	PSEUDOCISTO PÂNCREAS- DRENAGEM EXTERNA *cód.90476	R$ 559,20
1599	PSEUDOCISTO PÂNCREAS- DRENAGEM INTERNA *cód.90477	R$ 559,20
1600	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE CISTO PANCREÁTICO CISTOJEJUNOANASTOMOSE *cód.3034	R$ 559,20
1601	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE CISTO PANCREÁTICO GASTRANASTOMOSE *cód.7623	R$ 559,20
1602	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE CISTO PANCREÁTICO DRENAGEM EXTERNA *cód.3024	R$ 559,20
1603	BIOPSIA ESPLÊNICA TRANSPARIETAL *cód.3045	R$ 559,20
1604	ESPLENECTOMIA PARCIAL *cód.3025	R$ 559,20
1605	ESPLENECTOMIA TOTAL *cód.3025	R$ 559,20
1606	ESPLENORRAFIA *cód.1069	R$ 559,20
1611	EPIPOPLASTIA *cód.90478	R$ 559,20
1612	IMPLANTE DE CATETER PERITONEAL *cód.4920	R$ 559,20
1613	INSTALAÇÃO DE CATETER TENCKHOFF *cód.2172	R$ 559,20
1615	RETIRADADE CATETER TENCKHOFF *cód.2165	R$ 559,20
1616	ABSCESSO PERINEAL- TRATAMENTO CIRURGICO *cód.3074	R$ 559,20
1617	BIÓPSIA DE PAREDE ABDOMINAL *cód.90480	R$ 559,20
1618	CISTO SACRAL- TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.3690	R$ 559,20
1619	CISTO SACRO- COCCÍGEO-TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.3690	R$ 559,20
1620	DIALISE DOS RETOS ABDOMINAIS – TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.6301	R$ 559,20
1621	HÉRNIA INGUINAL ENCARCERADA EM RN OU LACTENTE *cód.3090	R$ 559,20
1622	HERNIORRAFIA COM RESSECÇÃO INTESTINAL – ESTRANGULADA *cód.3026	R$ 559,20
1623	HERNIORRAFIACRUAL – UNILATERAL *cód.3100	R$ 559,20
1624	HERNIORRAFIA EPIGÁSTRICA *cód.3100	R$ 559,20
1625	HERNIORRAFIAINCISIONAL *cód.3100	R$ 559,20
1626	HERNIORRAFIA INGUINAL – UNILATERAL *cód.3100	R$ 559,20
1627	HERNIORRAFIA INGUINAL NO RN OU LACTENTE *cód.3100	R$ 559,20
1628	HERNIORRAFIA LOMBAR *cód.3100	R$ 559,20
1629	HERNIORRAFIARECIDIVANTE *cód.90481	R$ 559,20
1630	HERNIORRAFIA SEM RESSECÇÃO INTESTINAL ENCARCERADA *cód.3029	R$ 559,20
1631	HERNIORRAFIA UMBILICAL *cód.90482	R$ 559,20
1632	LAPAROTOMIA EXPLORADORA *cód.8361	R$ 559,20
1633	LAPAROTOMIA PARA DRENAGEM DE ABSCESSOS *cód.25375	R$ 559,20
1634	LAPAROTOMIA PARA LIBERAÇÃO DE BRIDAS EM VIGÊNCIA DE OCLUSÃO *cód.8362	R$ 559,20
1635	NEUROBLASTOMA – EXÉRESE *cód.90483	R$ 559,20
1636	OBSTRUÇÃO POR BRIDAS CONGÊNITAS – TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.90484	R$ 559,20
1637	ONFALOCELE/GASTROSQUISE EM 1 TEMPO OU PRIMEIRO TEMPO OU PRÓTESE- TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.90485	R$ 559,20
1638	ONFALOCELE/GASTROSQUISE- SEGUNDO TEMPO TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.90486	R$ 559,20
1639	PARACENTESE ABDOMINAL *cód.3080	R$ 120,00
1640	RECONSTRUÇÃO DA PAREDE ABDOMINAL COM RETALHO MUSCULAR OU MIOCUTÂNEO *cód.90487	R$ 559,20
1641	REPARAÇÃO DE OUTRAS HÉRNIAS (INCLUI HERMIORRAFIA) *cód.3026	R$ 559,20
1642	RESSECÇÃO DE CISTO OU FISTULA URACO *cód.3690	R$ 559,20
1643	RESSECÇÃO DE CISTO OU FISTULA OU RETOS DO DUCTO ONFALOMESENTÉRICO *cód.90488	R$ 559,20
1644	RESSUTURA DA PAREDE ABDOMINAL (POR DEISCÊNCIA TOTAL OU EVISCERAÇÃO) *cód.3097	R$ 559,20
1645	TERATOMASACROCOCCÍGEO – EXÉRESE *cód.90489	R$ 559,20
2002	CONFECÇÃO DE GASTROSTOMIA *cód.2962	R$559,20
2003	TROCA DE SONDA DE GASTROSTOMIA *cód.7657	R$559,20
CIRURGIA GINECOLÓGICA EM CENTRO CIRÚRGICO		
1664	CAUTERIZAÇÕES *cód.90490	R$ 559,20
1665	COLPOPLASTIA *cód.3905	R$ 559,20
1666	COLPOPLASTIA COM PERINEORRAFIA *cód.3909	R$ 559,20
1667	COLPOPERINEOPLASTIA OU COLPORRAFIA *cód.7503	R$ 559,20
1668	EXÉRESE DE CISTO VAGINAL *cód.3933	R$ 559,20
1669	HISTERECTOMIA TOTAL (ABDOMINAL OU VAGINAL) *cód.3911	R$ 559,20
1670	HISTERECTOMIA TOTAL COM ANEXECTOMIA (ABDOMINAL OU VAGINAL) *cód.3917	R$ 559,20
1671	MIOMECTOMIA UTERINA VAGINAL *cód.3915	R$ 559,20
1672	LAQUEADURA *cód.3923	R$ 559,20
1673	SALPINGECTOMIA *cód.3897	R$ 559,20
1674	OOFORECTOMIA *cód.3898	R$ 559,20
1675	PERINEORRAFIA *cód.3941	R$ 559,20
1677	CIRURGIA DO PROLAPSO DA CÚPULA *cód.3063	R$ 559,20
1678	INCONTINÊNCIA URINÁRIA - SLING VAGINAL OU ABDOMINAL *cód.3793	R$ 559,20
1708	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE CISTOCELE *cód.3783	R$ 559,20
1709	CISTORRAFIA *cód.3773	R$ 559,20

1710	CISTOSTOMIA *cód.3739	R$ 559,20
1707	CURETAGEM UTERINA DE PROVA *cód.3919	R$559,20
2109	CAUTERIZAÇÃO SETA HEQ CAF *cód.90492	R$559,20
2110	BIÓPSIA DE PÓLIPO OU NÓDULO ENDOCERVICAIS *cód.90493	R$559,20
2111	RETIRADA DE DIU INTRAUTERINO COM PINÇA JACARÉ (EM CENTRO CIRÚRGICO APÓS FALHA DE TENTATIVA DE RETIRADA AMBULATORIAL) *cód.90496	R$559,20
2113	HISTEROSCOPIA CIRÚRGICA COM BIÓPSIA E/OU CURETAGEM UTERINA LISE DE SINÉQUIAS, RETIRADA DE CORPO ESTRANHO-PORTE 8ª CBHPM *cód.90494	R$559,20
2114	HISTEROSCOPIA COM RESSSECTOSCÓPIO PARA MIOMECTOMIA/POLIPECTOMIA/METROPLASTIA/ENDOMETR ECTOMIA E RESSECÇÃO DE SINÉQUIAS PORTE 8-B CBHPM *cód.90495	R$559,20
CIRURGIA DE CRÂNIO EM CENTRO CIRÚRGICO		
1877	CRANIOPLASTIA *cód.8509	R$ 559,20
1878	CRANIOTOMIA PARA TUMORES ÓSSEOS *cód.2345	R$ 559,20
1879	RECONSTRUÇÃO CRANIANA OU CRANIOFACIAL *cód.11133	R$ 559,20
1880	RETIRADA DE CRANIOPLASTIA *cód.8511	R$ 559,20
1881	TRATAMENTO CIRÚRGICO DA CRANIOSSINOSTOSE *cód.8512	R$ 559,20
1882	TRATAMENTO CIRÚRGICO DA OSTEOMIELITE DE CRÂNIO *cód.2316	R$ 559,20
CIRURGIA DE COLUNA VERTEBRAL EM CENTRO CIRÚRGICO		
1883	ARTRODESE DA COLUNA COM INSTRUMENTAÇÃO (VIA ANTERIOR OU POSTERIOR) *cód.3348	R$ 559,20
1884	ARTRODESE DE COLUNA VIA ANTERIOR OU POSTERIOR LATERAL TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.3354	R$ 559,20
1885	BIÓPSIA DA COLUNA *cód.3355	R$ 559,20
1886	BIÓPSIA DE CORPO VERTEBRAL COM AGULHA *cód.2330	R$ 559,20
1887	CORDOTOMIA/MIELOTOMIA *cód.2373	R$ 559,20
1888	COSTELA CERVICAL - TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.3346	R$ 559,20
1889	DERIVAÇÃO LOMBAR EXTERNA *cód.8501	R$ 559,20
1890	DESCOMPRESSÃO MEDULAR E/OU CAUDA EQUINA *cód.7519	R$ 559,20
1891	DORSO CURVO/ESCOLIOSE/GIBA COSTAL - TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.90497	R$ 559,20
1892	ESPONDILOLISTÉSE - TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.90498	R$ 559,20
1893	HEMIVERTEBRA- RESSECÇÃO VIA ANTERIOR OU POSTERIOR - TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.3350	R$ 559,20
1894	HÉRNIA DE DISCO TORACOLOMBAR - TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.7596	R$ 559,20
1895	MICROCIRURGIA PARA TUMORES EXTRA/INTRADURAIS *cód.2349	R$ 559,20
1896	OSTEOMIELITE DE COLUNA - TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.3381	R$ 559,20
1897	PSEUDARTROSE DE COLUNA - TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.3277	R$ 559,20
1898	RETIRADA DE MATERIAL DE SÍNTESE - TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.6246	R$ 559,20
1899	SUBSTITUIÇÃO CIRÚRGICA DE CORPO VERTEBRAL *cód.3350	R$ 559,20
1900	TRATAMENTO CIRÚRGICO DO DISRRAFISMO *cód.2322	R$ 559,20
1901	TRATAMENTO MICROCIRÚRGICO DAS LESÕES INTRAMEDULARES (TUMOR, MALFORMAÇÕES ARTERIOVENOSAS, SIRINGOMIELIA, PARASITOSES) *cód.2363	R$ 559,20
1902	TRATAMENTO MICROCIRÚRGICO DO CANAL VERTEBRAL ESTREITO *cód.2340	R$ 559,20
1903	TUMOR ÓSSEO VERTEBRAL RESSECÇÃO COM SUBSTITUIÇÃO COM OU SEM INSTRUMENTAÇÃO - TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.3730	R$ 559,20
1904	HÉRNIA DE DISCO CERVICAL - TRATAMENTO CIRÚRGICO *cód.2842	R$ 559,20
1905	MICROCIRURGIA PARA TUMORES EXTRA/INTRADURAIS *cód.2355	R$ 559,20
	CIRURGIA ARTERIAL EM CENTRO CIRÚRGICO	
1906	ENDARTERECTOMIA CAROTÍDEA – CADA SEGMENTO ARTERIAL TRATADO *cód.90499	R$ 559,20
1907	LIGADURA DE CARÓTIDA OU RAMOS *cód.2889	R$ 559,20
CIRURGIA DE SISTEMA NERVOSO CENTRAL E PERIFÉRICO EM CENTRO CIRÚRGICO		
1908	BIÓPSIA ESTEREOTÁXICA DE ENCÉFALO *cód.2386	R$ 559,20
1909	CIRURGIA INTRACRANIANA POR VIA ENDOSCÓPICA *cód.2384	R$ 559,20
1910	DERIVAÇÃO VENTRICULAR EXTERNA *cód.8502	R$ 559,20
1911	HIPOFISECTOMIA (INCLUI A CIRURGIA DE ACESSO QUANDO REALIZADA PELO NEUROCIRURGIÃO) *cód.2346	R$ 559,20
1912	IMPLANTE INTRATECAL DE BOMBAS PARA INFUSÃO DE FÁRMACOS (VER DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO DEFINIDA PELA ANS) *cód.2412	R$ 559,20
1913	MICROCIRURGIA PARA TUMORES INTRACRANIANOS *cód.2356	R$ 559,20
1914	MICROCIRURGIA POR VIA TRANSESFENOIDAL *cód.2346	R$ 559,20
1915	MICROCIRURGIA VASCULAR INTRACRANIANA *cód.2364	R$ 559,20
1916	PUNÇÃO SUBDURAL OU VENTRICULAR TRANSFONTANELA *cód.1166	R$ 559,20
1917	RESSECÇÃO DE MUCOCELE FRONTAL *cód.8510	R$ 559,20
1918	SISTEMA DE DERIVAÇÃO VENTRICULAR INTERNA COM VÁLVULAS OU REVISÕES *cód.8503	R$ 559,20
1919	CORREÇÃO CIRÚRGICA DE TERCEIRO VENTRICULOSTOMA *cód.2787	R$ 559,20
1920	TRATAMENTO CIRÚRGICO DA EPILEPSIA (VER DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO DEFINIDA PELA ANS) *cód.90500	R$ 559,20
1921	TRATAMENTO CIRÚRGICO DA FISTULA LIQUÓRICA *cód.2317	R$ 559,20
1922	TRATAMENTO CIRÚRGICO DA MENINGOENCEFALOCELE *cód.90501	R$ 559,20
1923	TRATAMENTO CIRÚRGICO TUMORES CEREBRAIS SEM MICROSCOPIA *cód.90502	R$ 559,20
1924	TRATAMENTO PRÉ-NATAL DAS HIDROCEFALIAS E CISTOS CEREBRAIS *cód.1718	R$ 559,20
1925	ACESSO ENDOSCÓPICO AO TRATAMENTO CIRÚRGICO DOS TUMORES DA REGIÃO SELAR *cód.90503	R$ 559,20
1926	IMPLANTAÇÃO DE HALO PARA RADIOCIRURGIA *cód.4757	R$ 559,20
CIRURGIA DE MEDULA EM CENTRO CIRÚRGICO		
1927	RIZOTOMIAS QUÍMICA OU RADIOFREQUÊNCIA (VER DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO DEFINIDA PELA ANS) *cód.2376	R$ 559,20
CIRURGIA DE NERVOS PERIFÉRICOS EM CENTRO CIRÚRGICO		
1928	BIÓPSIA DE NERVO *cód.81	R$ 559,20
1929	DENERVAÇÃO PERCUTÂNEA DE FACETAS ARTICULARES *cód.90504	R$ 559,20
1930	ENXERTO DE NERVO *cód.2518	R$ 559,20
1931	ENXERTO DE NERVO INTERFASCICULAR PEDICULADO (PRIMEIRO ESTÁGIO) *cód.2336	R$ 559,20
1932	ENXERTO DE NERVO INTERFASCICULAR PEDICULADO (SEGUNDO ESTÁGIO) *cód.2337	R$ 559,20
1933	ENXERTO INTERFASCICULAR DE NERVO VASCULARIZADO *cód.2292	R$ 559,20
1934	ENXERTO INTERFASCICULAR *cód.2518	R$ 559,20
1935	ENXERTO DE REPARO DE 2 OU MAIS NERVOS *cód.2337	R$ 559,20
1936	EXCISÃO DE TUMORES DE NERVOS PERIFÉRICOS COM ENXERTO INTERFASCICULAR *cód.90505	R$ 559,20
1937	EXCISÃO DE TUMORES DOS NERVOS PERIFÉRICOS *cód.2238	R$ 559,20
1938	EXPLORAÇÃO CIRÚRGICA DE NERVO (NEURÓLISE EXTERNA) *cód.2515	R$ 559,20
1939	IMPLANTE DE GERADOR PARA NEUROESTIMULAÇÃO *cód.2410	R$ 559,20
1940	CORREÇÃO CIRÚRGICA DE LESÃO DE NERVOS ASSOCIADA A LESÃO ÓSSEA *cód.90506	R$ 559,20
1941	CORREÇÃO CIRÚRGICA DE LESÃO ESTEOTÁXICA DE ESTRUTURAS PROFUNDAS PARA TRATAMENTO DA DOR OU MOVIMENTO ANORMAL *cód.90507	R$ 559,20
1942	MICROCIRURGIA DO PLEXO BRAQUIAL COM EXPLORAÇÃO E NEURÓLISE *cód.2332	R$ 559,20
1943	MICRONEURÓLISE INTRANEURAL OU INTRAFASCICULAR DE UM NERVO *cód.2334	R$ 559,20
1944	MICRONEURÓLISE INTRANEURAL OU INTRAFASCICULAR DE DOIS OU MAIS NERVOS *cód.2333	R$ 559,20
1945	MICRONEUROLISE MÚLTIPLAS *cód.4164	R$ 559,20
1946	MICRONEUROLISE ÚNICA *cód.2036	R$ 559,20
1947	MICRONEURORRAFIA DE DEDOS DA MÃO *cód.2335	R$ 559,20
1948	MICRONEURORRAFIA MÚLTIPLA(PLEXO NERVOSO) *cód.2334	R$ 559,20

1949	MICRONEURORRAFIA ÚNICA *cód.2335	R$ 559,20
1950	NEURÓLISE DAS SÍNDROMES COMPRESSIVAS *cód.8523	R$ 559,20
1951	NEUROTRIPSIA (CADA EXTREMIDADE) *cód.90508	R$ 559,20
1952	REPOSIÇÃO DE FÁRMACO(S) EM BOMBAS IMPLANTADAS *cód.17419	R$ 559,20
1953	RESSECÇÃO CIRÚRGICA DE NEUROMA *cód.90508	R$ 559,20
1954	REVISÃO CIRÚRGICA DE SISTEMA IMPLANTADOS PARA INFUSÃO DE FÁRMACOS *cód.2413	R$ 559,20
1955	RIZOTOMIA PERCUTÂNEA – POR SEGMENTO *cód.2377	R$ 559,20
1956	SIMPATECTOMIA *cód.90510	R$ 559,20
1957	TRANSPOSIÇÃO DE NERVO *cód.8525	R$ 559,20
1958	TRATAMENTO MICROCIRÚRGICO DAS NEUROPATIAS COMPRESSIVAS (TUMORAL, INALATÓRIO E OUTROS) *cód.1733	R$ 559,20
1959	SIMPATECTOMIA TORÁCICA POR VIDEOTORACOSCOPIA *cód.2381	R$ 559,20
1960	NEUROTOMIA *cód.2366	R$ 559,20
CIRURGIA DE NERVOS CRANIANOS EM CENTRO CIRÚRGICO		
1961	DESCOMPRESSÃO CIRÚRGICA VASCULAR DE NERVOS CRANIANOS *cód.2359	R$ 559,20
1962	NEUROTOMIA SELETIVA DO NERVO TRIGÊMIO *cód.2338	R$ 559,20
CIRURGIA DE SISTEMA NERVOSO AUTÔNOMO EM CENTRO CIRÚRGICO		
1963	CORREÇÃO CIRÚRGICA DE LESÃO DO SISTEMA NERVOSO AUTÔNOMO POR AGENTES QUÍMICOS *cód.1743	R$ 559,20
1964	CORREÇÃO CIRÚRGICA DE SÍNDROME DO DESFILADEIRO CERVICOTORÁCICO *cód.3155	R$ 559,20

CÓDIGO	CIRURGIAS DISCECTOMIA 1/2/3 NÍVEIS	VALOR UNITÁRIO FIXO
1987	PROCEDIMENTO ESPECIALIZADO DE DISCECTOMIA (1 NÍVEL) *cód.3372	**R$ 5.000,00**
1986	PROCEDIMENTO ESPECIALIZADO DE DISCECTOMIA (2 NÍVEL) *cód.3403	**R$ 6.000,00**
1988	PROCEDIMENTO ESPECIALIZADO DE DISCECTOMIA (3 NÍVEL) *cód.3371	**R$7.000,00**

(Assinado Digitalmente Pág. 93)
MARIA EDUARDA GACH
Credenciamento
CIS AMCESPAR

(Assinado digitalmente pág. 93)
ANA BEATRIZ DE MEIRA
CRM-PR 42576
Médica Diretora Técnica
CIS AMCESPAR

(Assinado Digitalmente Pág. 93)
ANGELA MARIA DA CRUZ CARDOSO
Diretora Técnica e Administrativa
CIS AMCESPAR

Irati, 21 de julho de 2026

ASSINATURAS DIGITAIS

ANA BEATRIZ DE MEIRA
CRM-PR 42576
Médica Diretora Técnica
CIS AMCESPAR

FÁBIO JUNIOR DE SOUZA
Advogado –OAB-PR 64.811
CIS AMCESPAR

MARCIA JOSIANE PARTEKA
Diretora do Departamento de Licitações Agente de contratação

BERTOLDO ROVER
Presidente do CIS AMCESPAR

ANGELA MARIA DA CRUZ CARDOSO
Diretora Tecnica e Administrativa CIS AMCESPAR

MARIA EDUARDA GACH
Credenciamento
CIS AMCESPAR

Irati, 21 de julho de 2026.

ANEXO III - Requerimento de Credenciamento
RAZÃO SOCIAL CNPJ
CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde)
ENDEREÇO - CEP
MUNICÍPIO - TELEFONE E/OU E-MAIL

MUNICIPIO, DATA, MÊS, ANO.

Ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da região Amcespar – CIS Amcespar

Eu, _____, RG_____, CPF_____, Cartão Nacional do SUS - CNS n°_____ , (médico especialista em/ou profissional de saúde) _____ , (conselho de classe CRM ou outro competente), venho através deste requer a inscrição no CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SAÚDE - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2026, do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar, objetivando a prestação de serviço dos procedimentos descritos na tabela abaixo:

A) OS PROCEDIMENTOS A SEREM REALIZADOS;

Código do procedimento CIS Amcespar conforme edital	**A nomenclatura dos procedimentos.**	**Valor do procedimento CIS Amcespar**	**Profissional que irá realizar o procedimento**

B) LOCAL DE ATENDIMENTO;

Local	Endereço

C) CONTA BANCARIA (CONTA JURÍDICA) PARA PAGAMENTO.

Nome do Banco	
Número da Agencia	
Número da Conta	
Tipo da Conta	
Informação complementar (PIX CONTA CNP)	

D) DADOS PRIORITARIOS PARA CONTATO.

Telefone de contato (01)	
Telefone de contato (02)	
E-mail de contato (01)	
E-mail de contato (02)	

E) DECLARAÇÃO CONJUNTA.

i. Declaração de Idoneidade.

Declaro para os fins de direito, na qualidade de solicitante de credenciamento na área da saúde, que não fui declarado inidôneo para contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Compromete-se a declarar qualquer fato superveniente impeditivo de credenciamento ou de contratação;

ii. Disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Declaro para os fins de direito e sob as penas impostas pela Lei n° 14.133/2021 e demais legislação pertinente, o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Declaro que conheço e concordo com os termos constantes do Edital de Credenciamento, seus anexos e Regulamentos. De modo que possuo condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou execução dos serviços em cumprimento ao que for solicitado para executar.

_____

(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA REQUERENTE)

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

RAZÃO SOCIAL CNPJ

CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde)

ENDEREÇO - CEP

MUNICÍPIO - TELEFONE E/OU E-MAIL

DECLARO, conforme os itens abaixo descritos estar apta para fins de contratação para prestação de serviços junto ao CIS Amcespar que:

A. Não está omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada com entidades da Administração, em qualquer esfera de governo;

B. Não possui como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública paranaense, estendendo-se a restrição aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

C. Não possui contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos em decisão irrecorrível, ou, caso possua, sanou a irregularidade que motivou a rejeição e quitou os débitos eventualmente imputados, ou teve reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

D. Não foi punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, ou com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

E. Não possui contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos.

F. Não tem entre seus dirigentes pessoa:

I. cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal de Contas da União ou Tribunal de Contas do Paraná de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

II. julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

III. considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

Bem como em sua estrutura;

(__) O quadro societário desta empresa **não possui** cônjuge(s), companheiro(s) em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante (Prefeito Municipal) ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou

assessoramento na Administração Pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal."
(__) O quadro societário desta empresa **possui** cônjuge (s), companheiro (s) ou parente (s) em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou ainda de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, abaixo identificados:
Nome do Membro/Servidor: _____
Cargo: _____
Órgão/município de expediente: _____
Grau de Parentesco: _____
Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

_____
(NOME DA EMPRESA REQUERENTE)

ANEXO V- Minuta de Compatibilidade de horários e atividade comercial
RAZÃO SOCIAL
CNPJ
CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde)
ENDEREÇO - CEP
MUNICÍPIO - TELEFONE E/OU E-MAIL
Ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da região Amcespar – CIS Amcespar
Declaro para os fins de direito que para prestação de serviços de saúde de execução do estabelecido neste edital de Credenciamento, está alinhado com as diretrizes do SUS, bem como a empresa possui como horária base de atendimento, conforme abaixo descrito;

Horários de atendimento do Estabelecimento	Dias da semana de fluxo de trabalho	Total de horas semanais
Horário de atendimento:	Segunda-Feira	(quantas horas na semana pode atender)
Manhã: ___:___ às ___:___	Terça-Feira	
	Quarta-Feira	
Tarde: ___:___ às ___:___	Quinta-Feira	
	Sexta-Feira	
	Sábado	
	Domingo	
	(excluir os dias em que não pode atender)	

Também informa que não tem em sua estrutura funcionários que trabalham em regime de dedicação exclusiva com algum ente da administração ou em carga horária superior a 44hrs semanais.
Assim está apta e disponível para atender o fluxo de trabalho.

_____
(NOME DA EMPRESA REQUERENTE)

ANEXO VI – Declaração de ciência e responsabilidade dos termos do edital e anexos.
DECLARO, na condição de inscrito, que:
A. Conheço e aceito incondicionalmente as regras do presente EDITAL E SEUS ANEXOS comunicado;
B. Responsabilizo-me por todas as informações atividades profissionais desenvolvidas; e declaro estar ciente e guardar confidencialidade dos dados a mim confiados.
C. Declaro, em caso de dúvida comunicarei o agente credenciante para instrução e determinação das atividades.
D. Declaro ainda que não possuo impedimento em qualquer órgão do Executivo ou Legislativo do Município Estado ou União, e de que não possuo infração ou suspensão legal para a contratação a ser realizada no âmbito do poder público.
E. DECLARO ao CIS Amcespar ser RESPONSÁVEL do Estabelecimento _____, sob minha orientação e supervisão estando o estabelecimento abaixo descrito, regulamente apto a exercer as atividades e sendo digno de credibilidade. Quando houver dúvidas profissionais, estas podem ser direcionadas a mim, no estabelecimento abaixo descrito ou no telefone (___) _____-_____. Assim informo a equipe mínima de profissionais que possuo sobre minha direção e supervisão.

Nome do profissional	Função desempenhada	Item habilitados

Eu me responsabilizo em fazer cumprir todas as instruções referentes à profissão, comprometendo-me a comunicar imediatamente, ao CIS Amcespar, o cancelamento de minha Responsabilidade, ou indicar a Responsabilidade Técnica do Estabelecimento, a fim de evitar sanções previstas em Lei.

_____
(NOME DA EMPRESA REQUERENTE)

ANEXO VII
MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE
O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CIS Amcespar**, Sociedade Civil, inscrita no CNPJ sob n.º 00.358.098/0001-53, sito à Rua 19 de Dezembro, 280, Edifício Pérola do Sul, Centro, Irati-Paraná, CEP: 84.500-016, neste ato representado por seu Presidente, Prefeito Municipal _____, Senhor _____portador da cédula de identidade n. º _____ e CPF/MF n. º _____, em pleno exercício de seu mandato e funções, doravante denominado CREDENCIADOR, e de outro lado a empresa _____ CNPJ sob nº _____, com endereço à Rua _____, Bairro, Cidade, CEP: _____, neste ato representado por _____, RG nº _____ e CPF nº _____, a seguir denominado CREDENCIADO, assinam o Termo de Credenciamento de prestação de serviços profissionais, Chamamento Público n°006/2026, sob o para a Inexigibilidade de Licitação, qual origina e firma Termo de Credenciamento para execução de serviços credenciados, que receberá a designação Termo de Credenciamento n° _____/_____, consolidado e regido pelas seguintes cláusulas;
OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS.
VINCULAÇÃO AO EDITAL DOS ITENS ESPECIFICOS CREDENCIADOS.
CLÁUSULA PRIMEIRA – Tem por objeto o Credenciamento de Profissionais da Área da Saúde, através de suas respectivas pessoas jurídicas, para a Prestação de Serviços na realização de exames, cirurgias eletivas, procedimentos e atendimentos à saúde em geral, conforme as necessidades

dos municípios consorciados e do Programa Qualicis. Os serviços poderão ser prestados nas Unidades do Consórcio para o atendimento de saúde especializado gerenciado pelos Ambulatórios AME e MACC (referência das linhas de cuidado do Programa de Qualificação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde (QualiCIS) do CIS Amcespar), pelo Centro de Especialidades Odontológicas. Ou nas diversas áreas de saúde em estabelecimento próprio dos credenciados. Ou em local especifico designado através de solicitação formal do município consorciado, conforme as necessidades para a Prestação de Serviços de consultas/atendimentos de especialidade.

Parágrafo Primeiro - O CREDENCIADO prestará seus serviços na área de _____, _____, _____, _____na Clínica/Hospital _____, sito à Rua _____, Nº_____, centro, na cidade de Irati/Pr.

Parágrafo Segundo - As condições exigíveis para a execução do presente Termo de Credenciamento, são aquelas previstas no Edital e anexos do CHAMAMENTO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEGUNDA - Os exames serão previamente autorizados pelo CIS Amcespar através de guias emitidas pelo sistema de informatização. A data de validade da autorização deverá ser respeitada, sendo que os exames realizados após a validade da autorização serão automaticamente glosados por esse Consórcio.

CLÁUSULA TERCEIRA – Os atendimentos poderão ser realizados conforme pactuação previa com a credenciada e as ações integradas ou plano de trabalho conjunto de atendimentos de saúde previamente organizadas.

Parágrafo Único – A credenciada e a credenciante posterior a assinatura deste termo poderão realizar atualizações para observar as instruções extravagantes (externas) e características do atendimento/procedimento conforme instrução do serviço de saúde integrantes do SUS e dos programas associados para execução.

OBRIGAÇÕES E SEUS ELEMENTOS ESSECIAIS.

CLÁUSULA QUARTA – Constituem obrigações das partes CREDENCIADOR e do CREDENCIADO:

Parágrafo Primeiro - Encargos comuns aos credenciado e credenciante.

A. Elaboração de protocolos técnicos e de encaminhamento para as ações de saúde;

B. Educação permanente em serviço de recursos humanos orientados para o SUS;

C. Aprimoramento da atenção à saúde;

D. Cumprir todas as metas e condições especificadas nos descritivos anexos, parte integrante deste TERMO DE CREDENCIAMENTO.

E. Será designado membro da Comissão de Credenciamento conforme resolução interna, para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto deste Edital, nos termos disciplinados nos arts 104, inciso III e 117, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, e de acordo com o estabelecido no Edital. Devendo a Credenciada também estabelecer responsável para contatos formais com os dados e informações.

F. O CREDENCIADOR emitirá termos ou ofícios para esclarecimentos e atualizações dos atos operacionais. E a CREDENCIADA fornecerá os dados para comunicação de informação e também poderá solicitar informações para operacionalização dos atos aos setores do CIS Amcespar.

Parágrafo Segundo - São obrigações do CREDENCIADOR:

I – Efetuar o pagamento dos serviços prestados, desde que a CREDENCIADA (o) tenha apresentado a nota fiscal e documentos de suporte na forma e prazo hábeis para realização do pagamento;

II - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela(s) credenciada(s) com relação ao objeto deste Termo de Credenciamento.

III - Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela (s) CREDENCIADAS (os), inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços;

IV - Fornecer a CREDENCIADA (o) todos os dados, e informações que se façam necessárias ao bom desempenho dos serviços.

V - Agendar, quando solicitado, reunião para discussão de elementos que pairem dúvidas ou possuam protocolos próprios e divergentes a metodologia atualizada das empresas interessadas em se credenciar.

VI - Emitir instrução e informações a empresa interessada o Credenciamento.

VII - Realizar a análise da documentação apresentada e divulgar o resultado da análise do pedido de credenciamento.

VIII - Disponibilizar acesso ao sistema eletrônico aos credenciados e informar sobre a utilização do sistema.

IX - Manter o sistema eletrônico atualizado para escolha das opções/alternativas de agendamento/marcações pelos municípios participantes do CIS Amcespar.

XI - Convocar o CREDENCIADO para assinatura do termo de credenciamento após aprovação dos elementos documentais referentes as atividades que irá desempenhar.

XIV - Após assinatura do termo de credenciamento, a credenciada deverá observar as obrigações definidas no referido documento, bem como no Projeto Básico.

Parágrafo Segundo - São obrigações da CREDENCIADA (o):

I - Cumprir, nos termos e condições de sua proposta e do Edital de seus anexos, os serviços propostos;

II - Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação dos serviços;

III – Indicar formalmente à Administração, os prepostos e/ou responsáveis pela prestação dos serviços e emissões de laudos, objeto deste Termo de Credenciamento.

IV- Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação trabalhista, vez que não manterão nenhum vínculo empregatício com o CIS Amcespar;

V- Responsabilizar-se pelo fornecimento dos recursos humanos, materiais e impressos de sua competência, necessários para a execução do objeto deste Termo de Credenciamento.

VI - Cumprir e fazer cumprir as Normas Técnicas emanadas do Ministério da Saúde Secretaria de Estado da Saúde e CIS Amcespar, e Vigilância Sanitária conforme Resolução ANVISA nº 978, de 6 de junho de 2025, bem como pelos protocolos do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), obriga-se a instituir, executar e manter ações contínuas voltadas à promoção da segurança do paciente e à gestão de riscos em serviços de saúde, em estrita observância às diretrizes técnicas e operacionais;

VII - Fazer os encaminhamentos dos pacientes/usuários que necessitam de serviço em outro nível de hierarquia, com a devida justificativa e caracterização diagnóstica, (Contra Referência).

VIII – Quando houver dúvida sobre o procedimento, guia, sistema, ou congênere entrar em contato com o CREDENCIANTE para elucidação e esclarecimentos.

IX – Colher a assinatura do paciente na guia do serviço/procedimento realizado.

X – Acompanhar e alimentar o sistema eletrônico e de informação do CIS Amcespar, onde serão disponibilizadas as informações para os municípios e operadores do CIS Amcespar.

XI – Solicitar informação técnica quando a utilização portal eletrônico.

XII – Responsabilizar-se pelas informações incluídas no sistema eletrônico, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

XIII - Fazer a recepção das guias de atendimento no sistema eletrônico do CIS Amcespar.

XIV - Emitir relatório de atendimentos (exames/procedimentos realizados), para controle de produção.

XV – Assinar o termo de credenciamento, quando convocado, dentro do prazo determinado neste instrumento.
XVI – Após assinatura do termo de credenciamento, o credenciando deverá observar as obrigações definidas no referido documento, bem como no Projeto Básico.
XVII - Manter as certidões fiscais atualizadas.
XVIII – Elementos de duvidas solicitar informações ao CIS Amcespar.
XIX – É obrigatória a utilização Prontuário Eletrônico do Paciente, com registro completo das informações clínicas, prescrições, procedimentos realizados, bem como adequar-se imediatamente à possíveis alterações assim que solicitado. Fica vedada a utilização de formulários que não os disponíveis no sistema IDS.
XX – Prestar informação sobre eventual necessidade de alteração ou ajuste relativo à prática de rotina ou protocolo de serviço de saúde.
XXI - Seguir a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
XXII - Seguir os descritivos do edital de credenciamento e informativos da comissão de credenciamento.

XXIII - Nos casos em que a cirurgia for realizada por meio do credenciamento via Consórcio, o primeiro retorno pós- operatório não será pago, por já estar incluído no valor do procedimento cirúrgico.
XXIV – Manter profissional conforme tabela de itens que compõem o objeto deste processo, sendo de responsabilizada pelo dano decorrente da falta desse cumprimento na ausência de profissional, quando for a opção de execução dos serviços inerentes ao anexo III do edital.
XXV. E demais obrigações previstas no edital.

COMPATIBILIDADE DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS, DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS NA HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO.

CLÁUSULA QUINTA – No processo de credenciamento, depois de assinado o termo de credenciamento a credenciada deverá manter as condições ao longo de toda a execução do termo de credenciamento, em conformidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação ou para a qualificação do credenciado.

Parágrafo Primeiro – É aplicável a responsabilidade civil aquiliana, a obrigação de reparar danos causados a terceiros, independentemente de um contrato pré-existente. No contexto aplicável neste Termo é manter o sigilo e a conformidade entre a credenciada e a credenciante.

Parágrafo Segundo – A credenciada se obriga a manter sigilo sobre todas as informações confidenciais recebidas do Credenciante, não podendo divulgá-las a terceiros sem prévia autorização por escrito. Esta obrigação de confidencialidade permanecerá em vigor mesmo após o término do termo de credenciamento.

CLÁUSULA SEXTA - O CREDENCIADO é responsável pela indenização de dano causado ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos.

CLÁUSULA SETIMA – Poderá o CREDENCIADO, conforme estipulação em conjunto com os interesses do CREDENCIADOR, prestar serviços nas dependências do credenciante. Ou conforme interesse conjunto e fluxo de trabalho realizar atendimentos/procedimentos/exames em sede/filial do CREDENCIADO. Ações e medidas realizadas conforme fluxo de trabalho pactuado.

Parágrafo Primeiro - A mudança do Responsável Técnico também será comunicada ao CREDENCIADOR, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Parágrafo segundo – Caso a mudança não seja comunicada, considera-se como mantida a responsabilidade técnica pelo período ao anterior imputado.

AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E O FLUXO DE LIQUIDAÇÃO.

CLÁUSULA OITAVA – **O CREDENCIADOR** remunerará mensalmente o **CREDENCIADO**, pelos serviços aludidos na cláusula primeira. O pagamento dos credenciados será realizado de acordo com a demanda, tendo por base o valor pré-definido pela Administração, a qual se utilizará da importância relativa ao número de atendimentos realizados tendo como referência os valores do anexo II do Edital de Credenciamento.

Parágrafo Primeiro - Quando se tratar de consultas, exames, procedimento cirúrgico ou ambulatorial, deverão ser encaminhadas ao CIS as respectivas guias de solicitações médicas e as guias de autorização do CIS, emitida através do sistema de informatização.

Parágrafo Segundo - Quando se tratar de prestação de outro serviço de atendimento à saúde deverá ser encaminhado ao CIS, "relatório de frequência" onde conste carga horária trabalhada bem como comprovante de produção ambulatorial.

Parágrafo Terceiro – Os pagamentos serão realizados em torno de 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal Eletrônica ao setor de contabilidade do CIS Amcespar.

Parágrafo Quarto - Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da prestação de serviços, serão de responsabilidade da empresa credenciada.

Parágrafo Quinto – O credenciado deverá encaminhar ao CIS Amcespar as novas CNDs antes do vencimento das mesmas, sendo que o pagamento ficará condicionado à apresentação desta.

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA.

CLÁUSULA NONA - Os pagamentos decorrentes da execução dos serviços, assim como as despesas decorrentes do presente Termo de Credenciamento, correrão por conta das dotações orçamentárias:
01.100
10.122.0001.2.001.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.002.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.005.3.3.90.39.00.00. Fonte 368 QUALICIS
10.302.0001.2.006.3.3.90.39.00.00 fonte 389 SUS
10.302.0001.2.007.3.3.90.39.00.00 fonte 496 CEO

Parágrafo Primeiro - A duração do presente Instrumento fica vinculada à vigência dos respectivos créditos orçamentários nos termos do caput do art.105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo - Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA DECIMA - É expressamente vedado a cobrança de qualquer sobretaxa além da tabela adotada, seja dos Municípios Consorciados ou dos usuários do CIS Amcespar, ou mesmo indicar consultórios particulares para realização de serviços.

Parágrafo Único - O prestador de serviços deverá preencher documentação ou fornecer informação que der causa ou for necessário referente à pacientes atendidos via CIS Amcespar, sempre que solicitado pelo Poder Judiciário, Ministério Público, processos originários da Regional de Saúde - LME (Medicamento de Alto Custo), dentre outros, sem ônus ao CIS Amcespar.

SUSPENSÃO E DESCREDENCIAMENTO VOLUNTÁRIO POR QUALQUER DAS PARTES.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – Na eventualidade da necessidade do CREDENCIADO suspender o atendimento por algum período, deverá comunicar o CIS Amcespar, no mínimo com 10 (dez) dias de antecedência.

Parágrafo Único – O CIS Amcespar poderá rescindir o termo de credenciamento, rescisão amigável a pedido credenciado, ou poderá também ocorrer pelo CIS Amcespar, a fim de que os atos administrativos cabíveis sejam praticados em tempo de não interferir na rotina de agendamentos.

DAS INFRAÇOES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E DAS MULTAS.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - O descumprimento injustificado de qualquer das cláusulas aqui avençadas, constituirá motivo justo para a:

Parágrafo Primeiro – Para a SUSPENSÃO IMEDIATA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO.

Parágrafo Segundo - De modo que será informado por NOTIFICAÇÃO EXPRESSA ao CREDENCIADO.
Parágrafo Terceiro - A partir do recebimento da Notificação abre-se prazo de 10 (dez) dias para que o CREDENCIADO exerça o seu direito de defesa, e, na sequência, 10 (dez) dias para que o CREDENCIADOR emita decisão sobre a continuidade da suspensão ou rescisão do Termo de Credenciamento.
Parágrafo Quarto - Em caso de rescisão pelo descumprimento do Termo de Credenciamento caberá ao Credenciante buscar pelas vias legais os danos sofridos, sem prejuízo da cobrança de MULTA de 10% sobre o valor da média dos últimos 03 (três) meses de faturamento do CREDENCIADO pelos serviços prestados. A mesma MULTA é devida em caso de SUSPENSÃO POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL.
Parágrafo Quinto – Em condutas de maneira de tornar ciente dos atos e demais casos expressos para fins de imposição de penalidades são considerados infrações as condutas elencadas no item 15.7 do edital de credenciamento.
CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – Sanções administrativas e inadimplemento dos serviços a contratação decorrente do credenciamento obedecerá às regras da Lei Federal nº 14.133/2021 e os termos da minuta de credenciamento, anexa a este Edital.
Parágrafo Primeiro – A interrupção do atendimento por iniciativa da credenciada sem motivo justificado será considerada como abandono, sujeitando-a as sanções previstas em Lei e neste Edital.
Parágrafo Segundo – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o credenciado que:
I – der causa à inexecução parcial do contrato;
II – der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III – der causa à inexecução total do contrato;
IV – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
V – apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
VI – praticar ato fraudulento na execução do contrato;
VII – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
VIII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Parágrafo Terceiro – Serão aplicadas ao credenciado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I – Advertência, quando o credenciado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II – Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas II,
III e IV do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas V, VI, VII e VIII do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas II, III e IV, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
IV – Multa, com observância do percentual mínimo de 0,5% e de percentual máximo de 30%.
Parágrafo Quarta – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
II – as peculiaridades do caso concreto;
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV – os danos que dela provierem para o CIS Amcespar;
V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Parágrafo Quinta – As sanções previstas neste instrumento são independentes, podendo ser aplicadas de forma isolada ou, em casos de multas, cumulativamente com outras de maior gravidade.
Parágrafo Sexta – A personalidade jurídica da credenciada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Credenciamento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a credenciada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
Parágrafo Sétima – Os débitos da credenciada para o CIS Amcespar/credenciante credenciante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo termo de credenciamento ou de outros contratos administrativos que da credenciada possua com o mesmo órgão ora credenciante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.
DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Caberá ao CIS Amcespar a coordenação, controle e fiscalização da prestação dos serviços. A execução do Termo deverá ser acompanhada e Página 68 de 75 fiscalizada, na forma da interna do CIS Amcespar que constitui e nomeia a Comissão Especial de Credenciamento como responsáveis e diligentes para os trabalhos inerentes de Gestor/Fiscal (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste Termo de Credenciamento pelos órgãos competentes do SUS não exclui, nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação civil, penal e administrativa.
Parágrafo Segundo - A execução do presente Termo de Credenciamento será avaliada pelos órgãos competentes do CREDENCIADOR, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Termo de Credenciamento, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.
Parágrafo Terceiro - A fiscalização exercida pelo CREDENCIADOR sobre serviços ora instrumentalizado não eximirá o CREDENCIADO da sua plena responsabilidade perante o CREDENCIADOR ou para com os pacientes e terceiros decorrente de culpa ou dolo na execução do Termo de Credenciamento.
Parágrafo Quarto - O CREDENCIADO facilitará ao CREDENCIADOR o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do CREDENCIADOR designados para tal fim.
DA EXTINÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Do termo de credenciamento será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
Parágrafo Primeiro - O Termo poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CREDENCIADOR, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
Parágrafo Segundo - O Termo de Credenciamento poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Parágrafo Terceiro - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
Parágrafo Quarto - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Parágrafo Quinto - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

DA INTEGRIDADE E DAS MEDIDAS ANTICORRUPÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – As partes se obrigam, sob as penas previstas neste termo de credenciamento e na legislação aplicável, a observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis, incluindo, mas não se limitando, a legislação brasileira anticorrupção e a legislação brasileira contra a lavagem de dinheiro.

Parágrafo Único - Para a execução deste termo, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, sejam de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, sob pena de rompimento do vínculo contratual e adoção das medidas sancionatórias cabíveis.

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE TRATAMENTOS PRIVACIDADE DOS DADOS

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709/18, que trata da proteção dos dados pessoais, o CREDENCIADOR e CREDENCIADA se obrigam a dar ciência prévia quando fizerem uso dos dados privados de pessoas naturais, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

Parágrafo Primeiro – Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da Credenciada com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709/18.

Parágrafo Segundo – O CREDENCIADOR se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares pessoas naturais vinculadas à Credenciada, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas nos incisos II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709/18.

Parágrafo Terceiro – A Credenciada se compromete em zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares pessoas naturais vinculadas à prestação de serviços (pacientes e outros que porventura tenham seus dados colhidos pela Credenciada durante e por conta da execução deste termo de credenciamento), sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas nos incisos II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709/18.

Parágrafo Quarto – É obrigação da Credenciada manter as condições e os protocolos de segurança de forma a preservar a integridade moral e o sigilo de informações íntimas das pessoas de acordo com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados e suas alterações.

DAS DISPOSIÇÕES ATUALIZAÇOES E ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – O valor dos procedimentos indicados no Anexo II poderá sofrer reajustes, conforme o expresso no edital de CHAMAMENTO e respeitado a Lei de licitações e contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Qualquer das alterações do presente Termo de Credenciamento será objeto de Termo Aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – O presente Termo de Credenciamento será publicado, por extrato, em Jornal de Circulação na Região, em sincronia com exposto no art. 94, parágrafo primeiro, da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).

Parágrafo Único – Divulgação e propaganda por parte da credenciada é de caráter restrito de modo a inibir a propaganda maciça e predatória.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E NOS CASO CASOS OMISSOS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Os casos omissos serão resolvidos à luz Lei nº 14.133/2021, suas alterações e legislação pertinente sobre normas gerais de licitação e dos princípios gerais de direito.

Parágrafo Único – É aplicável as situações inerentes matéria estrita aos procedimentos/itens a legislação do SUS e suas instruções, quando não expressas aplicasse a referência do Conselho Profissional disposta para a matéria da literatura do que venha ser e como aplicasse os procedimentos/itens segundo as boas práticas.

DO FORO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – Fica eleito o Foro da Comarca de Irati-PR para dirimir eventuais desavenças da presente contratação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - A **vigência** deste Termo de Credenciamento Nº _____/_____ é de _____ a **25 de setembro de 2027.**

Estando as partes em pleno acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual
forma e teor, e ciente da publicação em sitio oficiais públicos.
Irati, ____de_____de_____.

CIS AMCESPAR
Credenciado

_____
CREDENCIADOR

Testemunhas:
_____
_____

ANEXO VIII
DOCUMENTOS PADRONIZADOS
TERMO DE DESCREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CIS/AMCESPAR**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n.º 00.358.098/0001-53, sito à Rua 19 de dezembro, 280, Centro, Irati-Paraná, neste ato representado por sua (seu) Presidente, Prefeita (o) Municipal _____, Senhora(o) _____já qualificado no procedimento licitatório, em pleno exercício de seu mandato e funções, doravante denominado CREDENCIADOR, e de outro lado a empresa _____ CNPJ sob nº _____, com endereço à Rua _____, Bairro, Cidade, CEP: _____, neste ato representado por _____, RG nº _____ e CPF Nº _____, a seguir denominado CREDENCIADO. Conforme solicitação assinam o Termo de Descredenciamento de prestação de serviços profissionais, Chamamento Público n°0xx/202__, referente a Inexigibilidade de Licitação n° 0xx/202__, qual tinha celebrado originalmente o Termo de Credenciamento para execução de serviços credenciados n° _____/_____.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Tem por objeto informar o Descredenciamento de Pessoas Jurídicas para disponibilização de Profissionais da Área da Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - Conforme regramento imposto pelo ato convocatório, decidem as partes, o descredenciamento considerando RESCINDIDO na mesma data, de forma amigável nos termos do edital de credenciamento, e no Termo de Credenciamento firmado anteriormente,

cessando, a partir da presente data, todas as obrigações e responsabilidades assumidas por ambas as partes, considerando plenamente quites e sem mais agendas de serviços a disponibilizar.
CLÁUSULA TERCEIRA – Fica eleito o Foro da Comarca de Irati-PR para dirimir eventuais desavenças da presente contratação.
Estando as partes em pleno acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor.
Irati, ____de_____de_____.

_____
CIS/AMCESPAR

_____
CREDENCIADO

ANEXO IX - DOCUMENTOS PADRONIZADOS
TERMO DE DESCREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE
O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CIS/AMCESPAR**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n.º 00.358.098/0001-53, sito à Rua 19 de dezembro, 280, Centro, Irati- Paraná, neste ato representado por sua (seu) Presidente, Prefeita (o) Municipal _____, Senhora(o) _____já qualificado no procedimento licitatório, em pleno exercício de seu mandato e funções, doravante denominado CREDENCIADOR, e de outro lado a empresa _____ CNPJ sob nº _____, com endereço à Rua _____, Bairro, Cidade, CEP: _____, neste ato representado por _____, RG nº _____ e CPF Nº _____, a seguir denominado CREDENCIADO. Conforme solicitação assinam o Termo de Descredenciamento de prestação de serviços profissionais, Chamamento Público n°0xx/202__, referente a Inexigibilidade de Licitação n° 0xx/202__, qual tinha celebrado originalmente o Termo de Credenciamento para execução de serviços credenciados n° _____/_____.
CLÁUSULA PRIMEIRA – Tem por objeto informar o Descredenciamento de Pessoas Jurídicas para disponibilização de Profissionais da Área da Saúde.
CLÁUSULA SEGUNDA - Conforme regramento imposto pelo ato convocatório, decidem as partes, o descredenciamento considerando RESCINDIDO na mesma data, de forma amigável nos termos do edital de credenciamento, e no Termo de Credenciamento firmado anteriormente, cessando, a partir da presente data, todas as obrigações e responsabilidades assumidas por ambas as partes, considerando plenamente quites e sem mais agendas de serviços a disponibilizar.
CLÁUSULA TERCEIRA – Fica eleito o Foro da Comarca de Irati-PR para dirimir eventuais desavenças da presente contratação.
Estando as partes em pleno acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor.
Irati, ____de_____de_____.

CIS/AMCESPAR
Credenciado

_____
CREDENCIADOR

REQUERIMENTO DE DESCREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA.
RAZÃO SOCIAL:_____
CNPJ: _____
CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde)
_____
ENDEREÇO – CEP: _____
MUNICÍPIO: _____
TELEFONE E/OU E-MAIL: _____
Ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da região Amcespar – CIS Amcespar Por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, conforme exigido pelo Edital de Credenciamento em conformidade com a Lei 14.133/2021.
Venho através deste requerer o descredenciamento do CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0__/202__. Referente ao TERMO DE CREDENCIAMENTO n° _____. Fazendo as anotações necessárias para evitar o agendamento de mais serviços/procedimentos, e em considerações que já estão quites todas as obrigações, sem mais a requerer, a cumprir ou a solicitar.

_____
(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA REQUERENTE)

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:AF8EAAD6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º. TERMO DE ADITIVO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 087/2025 PREGÃO ELETRONICO Nº. 008/2025-PMI ADITIVO DE PRAZO – VALOR E REAJUSTE

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ sob nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **NARDI & CANO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n°. 10.289.513/0001-18.**
OBJETO: **O presente aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo, aditivo de valor e reajuste financeiro do Contrato de Prestação de Serviços nº. 087/2025, firmado com a empresa NARDI & CANO LTDA, que tem como objeto Contratação de Pessoa Jurídica Especializada na Prestação de Serviços de Comunicação Multimídia e Transporte de Dados para Atender as Demandas das Secretarias Pertencentes ao Município de Ivatuba.**

Item a ser aditivado:

Item	Especificação	Qtdd Mensal (Mbps)	Prazo de Prestação dos Serviços	Qtdd Total (Mbps)	R$ Unit.	R$ Total
01	Prestação de serviços de comunicação multimídia, com Link Dedicado, Simétrico e com 100% de garantia de banda, garantia de serviço com SLA, tráfego ilimitado, sem restrições de portas, com IPs fixos e válidos, sendo um para o endereço de rede, um para o endereço	1.500	12 meses	18.000	3,53	63.540,00

	broadcast e um para o endereço gateway, liberação de DNS reverso, com fornecimento de 1536 Mbps a serem distribuídos em fibra óptica, nos setores públicos, de acordo com a necessidade e quantidade.					
02	Serviço de transporte de dados (VPN) em fibra óptica, interligando a prefeitura municipal aos pontos de câmeras de monitoramento divididos em 30 câmeras de monitoramento com 10 MBPS/FULL DUPLEX.	400	12 meses	4.800	5,49	26.352,00
					TOTAL	**89.892,00**

Item com ajuste de valor:

Item	Qtdd Mensal (Mbps)	Prazo de Prestação dos Serviços	Qtdd Total (Mbps)	Descrição	Valor anterior	Novo valor	Diferença entre valores	Total
1	1.500	12 meses	18.000	Prestação de serviços de comunicação multimídia, com Link Dedicado, Simétrico e com 100% de garantia de banda, garantia de serviço com SLA, tráfego ilimitado, sem restrições de portas, com IPs fixos e válidos, sendo um para o endereço de rede, um para o endereço broadcast e um para o endereço gateway, liberação de DNS reverso, com fornecimento de 1536 Mbps a serem distribuídos em fibra óptica, nos setores públicos, de acordo com a necessidade e quantidade.	3,53	3,69	0,16	2.880,00
2	400	12 meses	4.800	Serviço de transporte de dados (VPN) em fibra óptica, interligando a prefeitura municipal aos pontos de câmeras de monitoramento divididos em 30 câmeras de monitoramento com 10 MBPS/FULL DUPLEX.	5,49	5,74	0,25	1.200,00
							TOTAL	**4.080,00**

VALOR DO ADITIVO: **R$ 89.892,00 (oitenta e nove mil oitocentos e noventa e dois reais).**
VALOR DO REAJUSTE: **R$ 4.080,00 (quatro mil e oitenta reais).**
VALOR TOTAL: **R$ 93.972,00 (noventa e três mil novecentos e setenta e dois reais).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
VIGÊNCIA: **Prorrogam-se por mais 12 (doze) meses.**
INICIO DA VIGÊNCIA: **22 de julho de 2026.**
TÉRMINO DA VIGÊNCIA: **22 de julho de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba - Pr, 22 de julho de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:46882F2D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
PUBLICAÇÃO Nº 04.02/2026 – EDITAL DEFINITIVO DE HOMOLOGAÇÃO DE INSCRITOS

MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 02.01/2026

Publicação nº 04.02/2026 – edital DEFINITIVO de HOMOLOGAÇÃO DE INSCRITOS

Divulga o Edital Definitivo de Homologação dos Inscritos no Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 02.01/2026, do Município de Jaguapitã.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA o presente edital:

1. Homologa a relação dos(as) candidatos(as) inscritos(as) que participarão desse certame, em conformidade com o respectivo cargo/função selecionado na inscrição:

MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR

NOME COMPLETO	CPF
ADENILSON OLIVEIRA DE MELLO	XXX.288.889-XX
ALESSANDRO SINTI	XXX.330.189-XX
ALTAIR LUIZ MATHEUS	XXX.752.599-XX
ANDERSON CARLOS BENGOZI	XXX.348.229-XX
ANDRE LUIZ TRASSI DA SILVA	XXX.139.279-XX
ANDRE GOMES DA SILVA	XXX.236.799-XX
ANTONIO PAVAO ESCOBAR	XXX.455.611-XX
ANTONIO LOURIVAL PEREIRA	XXX.654.829-XX
CIVALDIR FIRMINO DA SILVA	XXX.571.359-XX
CLAUDIA GOMES DE SOUZA	XXX.095.699-XX
CLAUDIOMAR CATIRA	XXX.724.299-XX
CLODOALDO SILVA DAS VIRGENS	XXX.952.329-XX
CRISTIANO TEIXEIRA DE ALMEIDA	XXX.424.199-XX
DENIVALDO PAULINO DE SOUZA	XXX.130.409-XX
DEUSDETE RODRIGUES PEREIRA	XXX.540.479-XX
DIRCEU GONCALVES RODRIGUES	XXX.287.059-XX
DORIVAL MEDINA CAPEL	XXX.254.499-XX
DOUGLAS FERREIRA SILVA	XXX.437.218-XX

DOUGLAS MANOEL RAMOS DOS SANTOS	XXX.473.339-XX
EDER PASTOR CARDOSO	XXX.154.939-XX
EDIVALDO RESENDE	XXX.880.889-XX
EDMILSON FERREIRA SOARES	XXX.940.669-XX
FABIANO DE OLIVEIRA CASTIONI	XXX.792.261-XX
FERNANDO MARCOS APARECIDO ONORIO	XXX.130.709-XX
FERNANDO TEIXEIRA DOS SANTOS	XXX.906.529-XX
FLAVIO SOARES DOS SANTOS JUNIOR	XXX.696.419-XX
ISAAC ANDRE DA SILVA	XXX.862.159-XX
IVERALDO SILVA	XXX.323.389-XX
JEFERSON LUIZ ROCHA DE SOUZA	XXX.425.891-XX
JENIFER LUANA DA CRUZ SENA	XXX.660.159-XX
JESSICA TATIANE DE LIMA DA SILVA	XXX.314.479-XX
JOAO LUCIO GORZONI	XXX.945.209-XX
JOELMA DE FATIMA DOS SANTOS	XXX.182.659-XX
LEANDRO DA PALMA RODRIGUES	XXX.698.979-XX
MARCELO ANTONIO DA ROCHA	XXX.419.559-XX
MARCELO DE SOUZA CAMPOS	XXX.532.639-XX
MARCELO MARQUES CONSALTER	XXX.881.409-XX
MARCIO MARQUES CONSALTER	XXX.881.759-XX
MARCO LOPES DA SILVA	XXX.802.289-XX
MARCOS ANTONIO DO AMARAL ARAUJO	XXX.177.229-XX
MARCOS VINICIUS DO NASCIMENTO	XXX.475.309-XX
MARIA DE FATIMA ZARELLI	XXX.293.819-XX
MARIA APARECIDA DE SANTANA	XXX.045.239-XX
MARIA DE FATIMA MARQUES	XXX.257.659-XX
MATHEUS CAIQUE SANTOS SILVA	XXX.200.095-XX
MAURO ZANDOMENICHI	XXX.192.289-XX
MURILO DOS SANTOS SILVA	XXX.018.448-XX
ORLANDO DE ARAUJO BORGES	XXX.897.059-XX
PAULO HENRIQUE FELIPE	XXX.638.479-XX
RACHEL CRISTIANE DE SOUZA	XXX.241.929-XX
RAIMUNDO BELARMINO DA SILVA FILHO	XXX.563.489-XX
RENAN LUDGERO MESQUITA	XXX.568.239-XX
RENICLAUDIO EVANGELISTA	XXX.962.929-XX
RICARDO JOSE SOARES	XXX.561.449-XX
ROBERTO MARCOS DE ALMEIDA	XXX.288.209-XX
RODRIGO VALERIO VIANA	XXX.460.129-XX
SERGIO LUIZ DA CRUZ	XXX.555.219-XX
SIDNEI DA SILVA LIMA	XXX.140.299-XX
SIDNEI GARCIA ALVES	XXX.301.699-XX
SOLANGE BALBINO THIAGO	XXX.958.279-XX
TIAGO TARANTINI	XXX.338.219-XX
VALDIR DIAS	XXX.780.099-XX
VITOR MANOEL DO NASCIMENTO ROSA	XXX.727.149-XX
WASHINGTON DOS REIS FIGUEIREDO	XXX.799.189-XX
WILLIAN CAMPOS BUCHMEIER	XXX.404.629-XX
YASMIN IARA RIBEIRO ZAMBUZZI	XXX.646.419-XX

MONITOR(A) DE TRANSPORTE ESCOLAR

NOME COMPLETO	CPF
ADRIANA DE SOUZA CARDOSO GAINO	XXX.198.869-XX
ADRIANA ROSA DE FREITAS	XXX.135.149-XX
ADRIELI CRISTINA CAVALCANTE CAMARGO	XXX.993.019-XX
ALDINETE JERONIMO DA SILVA OLIVEIRA	XXX.462.941-XX
ALEX RICARDO	XXX.077.399-XX
ALEXANDRA DINIZ LOPES AMARAL	XXX.339.619-XX
ALEXANDRA MARIANO BONACINI	XXX.466.339-XX
ALUSCA RENATA MEDEIROS CELESTINO	XXX.424.699-XX
AMANDA APARECIDA ELIAS CELESTINO	XXX.509.669-XX
ANA BEATRIZ BARBOSA RIBEIRO	XXX.185.689-XX
ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA	XXX.968.429-XX
ANA CAROLINA DURSKI VICENTIN	XXX.174.389-XX
ANA CLARA SANTOS SILVA	XXX.463.189-XX
ANA CLAUDIA SILVA	XXX.470.639-XX
ANA LUIZA SERPELLONI	XXX.023.879-XX
ANA PAULA DOS SANTOS BUENO MATEUS	XXX.695.439-XX
ANA PAULA PAPARAZZO ALVES	XXX.582.169-XX
ANA PAULA PEREIRA GOIS	XXX.994.069-XX
ANA PAULA SILVA CLEMENTE	XXX.794.689-XX
ANA VITORIA DA SILVA MOREIRA	XXX.683.259-XX
ANAHI GABRIELE VIEIRA PINHEIRO	XXX.150.369-XX
ANDREIA GONCALVES DA SILVA MARTINS	XXX.404.038-XX
ANDREINA CORDEIRO MANOEL	XXX.783.699-XX
ANDREZZA APARECIDA FONSECA	XXX.118.099-XX
ANGELA CRISTINA PERINI XAVIER	XXX.819.029-XX
ANTONIO VIEIRA LOPES	XXX.875.779-XX
ARIANE ISABELA DA SILVA MEDEIROS	XXX.025.329-XX
BHARBARA PAULA BASTOS DA SILVA	XXX.424.089-XX
BIANCA ALECSANDRA FEITOSA FERNANDES	XXX.018.179-XX
BRENDA CAILANE JORGINA FONSECA	XXX.559.669-XX
BRENDA FERNANDA DAVI DE MELO	XXX.341.169-XX
BRENDA HELOISA SILVA NEGRI	XXX.259.869-XX
BRENDA KATHLEN BESSANI	XXX.998.019-XX
BRUNA CAMILA MOREIRA DAS VIRGENS	XXX.995.839-XX
CAIQUE CESAR DOS SANTOS PEREIRA	XXX.642.719-XX
CAIQUE GABRIEL BARROS DA SILVA BASTOS	XXX.315.199-XX

CAMILLE TOPAN BOTELHO	XXX.522.989-XX
CARINE SILVA DE ALMEIDA	XXX.813.789-XX
CAROLLAINE APARECIDA DOS SANTOS ANDRADE	XXX.003.599-XX
CATIA CRISTINA CASSIANO EVARISTO	XXX.837.198-XX
CLEIDE RODRIGUES SIMOES	XXX.313.529-XX
DAIANE APARECIDA DE SOUZA NUNES RIBEIRO	XXX.731.979-XX
DAIANE DOS SANTOS MARTINS FERNANDES	XXX.187.109-XX
DAYANE APARECIDA MONTECINO PONTES	XXX.814.528-XX
DEISY ISABELY GONCALO DO NASCIMENTO	XXX.215.079-XX
DENIS GABRIEL PEREIRA SANTANA	XXX.869.899-XX
DEUSDETE RODRIGUES PEREIRA	XXX.540.479-XX
DRIELEM VIANA DE OLIVEIRA	XXX.617.469-XX
EDNA DA SILVA E SILVA	XXX.755.669-XX
ELIANA ROSSETTO MARINONI DA SILVA	XXX.462.629-XX
ELIANE APARECIDA VIEIRA	XXX.270.809-XX
ELIANE SIGARI	XXX.494.659-XX
ELIZANGELA APARECIDA DE CASTRO	XXX.977.349-XX
ELOISA FAQUIM DOS SANTOS	XXX.934.309-XX
ELZA MARINEZ VITALINO	XXX.475.229-XX
EMILI DOS SANTOS FONSECA	XXX.311.159-XX
ERICA APARECIDA GUERRA	XXX.967.039-XX
ERICA NASCIMENTO DA SILVA	XXX.277.729-XX
FERNANDA CARRARA DE LIMA	XXX.557.229-XX
FERNANDA NAIARA DOS SANTOS GAINO	XXX.336.449-XX
FLAVIANI SEVERO FERNANDES DA SILVA	XXX.800.249-XX
GABRIELA ALVES INACIO	XXX.493.439-XX
GABRIELA KOPIEQUES	XXX.419.529-XX
GABRIELA KOVALESKI	XXX.391.389-XX
GEISIANE PEREIRA LIMA BERNARDO	XXX.131.368-XX
GESSICA MARINA DE SOUZA DOS SANTOS	XXX.514.419-XX
GIOVANA BEATRIZ CALDERONE	XXX.749.679-XX
GISELE ALVES RODRIGUES BARBOSA	XXX.005.189-XX
GLEIDSON ANTONIO KRAKER GUERINI	XXX.118.329-XX
GREIDE FERREIRA FOGACA	XXX.264.928-XX
HEDERSON RYAN JERONIMO	XXX.458.059-XX
IBERE COELHO DOS SANTOS	XXX.775.279-XX
IONICE MOURA PEREIRA	XXX.479.819-XX
ISABELLA DA SILVA SOUZA	XXX.016.109-XX
IZAIRA RIBEIRO	XXX.233.169-XX
JACQUELINE APARECIDA DE ALMEIDA CARVALHO	XXX.270.739-XX
JADSON EXPEDITO MARQUES NOGUEIRA	XXX.455.959-XX
JANE MARIA GOMES LOPES ROCHA	XXX.415.943-XX
JAQUELINE DOS SANTOS	XXX.952.969-XX
JAQUELINE MARIA DA SILVA	XXX.266.949-XX
JESSICA MIGUEL DA SILVA	XXX.106.519-XX
JOAO TELES SILVA	XXX.168.699-XX
JOEL SANTOS DE SOUZA	XXX.357.379-XX
JONATAS AGAMENON DA SILVA MARCELINO	XXX.219.669-XX
JOSE HENRIQUE BUCH PEREIRA	XXX.836.479-XX
JOSENILDO ALVES DA SILVA	XXX.090.829-XX
JOSIANE APARECIDA ALVES	XXX.992.339-XX
JOSIANE APARECIDA DE LIMA	XXX.909.009-XX
JOSIANE PAYAO VIOLI	XXX.215.509-XX
JULIA FERNANDA SOARES PAULINO	XXX.026.129-XX
JULIANA TEIXEIRA DE OLIVEIRA	XXX.075.249-XX
KASSIA PATRICIA SIQUEIRA SILVANO	XXX.115.898-XX
KATIA BARBOSA COGO	XXX.345.599-XX
KEMILY ISADORA ALVES DE SOUZA	XXX.205.409-XX
KEMILY MARIA CORVELO MENDES	XXX.467.398-XX
KERULYN LOPES DOS REIS	XXX.551.949-XX
LAISA PEREIRA DA SILVA	XXX.749.118-XX
LAURA CAMILLY ALVES ROCHA	XXX.140.359-XX
LAURA DOS SANTOS SILVA	XXX.018.938-XX
LEANDRA DANIEL DOS SANTOS	XXX.136.749-XX
LEDA JAMILE TEODORO DE OLIVEIRA	XXX.415.279-XX
LEISCK DE ALMEIDA ZEFERINO RIBEIRO	XXX.050.919-XX
LEONARDO GABRIEL DE OLIVEIRA FERNANDES	XXX.484.349-XX
LETICIA CANDIDO DA SILVA FERREIRA	XXX.276.489-XX
LETICIA MONTEIRO DE ASSIS RIBEIRO	XXX.949.099-XX
LILIAN DE OLIVEIRA RICARDO	XXX.587.949-XX
LUCAS DOS SANTOS DE JESUS	XXX.655.215-XX
LUCAS PABLO FERREIRA PEREIRA	XXX.125.039-XX
LUCIANE DOS SANTOS ALVES SILVA	XXX.994.068-XX
LUCIMARA REGINA DOS SANTOS	XXX.650.049-XX
LUCINEIA FERNANDES DA ROCHA	XXX.012.999-XX
LUIZ GUSTAVO PINTO MADEIRA	XXX.409.329-XX
LUZIA APARECIDA CASSIA VIRTUOSA	XXX.417.669-XX
MAICON HENRIQUE DE SOUZA	XXX.654.399-XX
MARCIA APARECIDA RIBEIRO	XXX.502.009-XX
MARCIA GONCALVES DE OLIVEIRA	XXX.890.859-XX
MARCIA DE SOUZA	XXX.216.419-XX
MARIA APARECIDA DA SILVA	XXX.182.109-XX
MARIA CLAUDIA VILELA CORREA	XXX.298.739-XX
MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS	XXX.893.984-XX
MARIA DA COSTA PESSOA	XXX.176.923-XX
MARIA DANIELI MARTINS	XXX.444.919-XX
MARIA DE FATIMA MARQUES	XXX.257.659-XX
MARIA EDUARDA DA SILVA KANEKO	XXX.317.989-XX
MARIA EDUARDA DOS SANTOS	XXX.059.249-XX

MARIA HELOISA DA SILVA CAMACHO	XXX.378.549-XX
MARIA LUIZA SOARES MESSIAS	XXX.608.139-XX
MARIA RAFAELA CASTILHO SERTORI	XXX.135.659-XX
MARIANA GORZONI GUZZI	XXX.162.169-XX
MARILDA JORGE CHIQUETTI	XXX.550.739-XX
MARIZA DOMINGUES FERREIRA DO NASCIMENTO	XXX.562.508-XX
MARLY SILVA ARAUJO	XXX.387.018-XX
MARYANI YASMIN DOS ANJOS DE OLIVEIRA CANDIDO	XXX.663.559-XX
MEIRE RIBEIRO LOPES DE SANTANA	XXX.028.878-XX
MONICA DE ALMEIDA REIS	XXX.449.649-XX
MURILO DOS SANTOS SILVA	XXX.018.448-XX
MURILO MOREIRA RODRIGUES	XXX.045.609-XX
NAIARA PRISCILA CONTENTE	XXX.716.819-XX
NATHALIA DE CAMPOS BARBOSA	XXX.511.559-XX
NATHALIA HELOISI RODRIGUES DE SOUZA	XXX.360.849-XX
NAYARA CRISTINA DA SILVA ROSA	XXX.336.948-XX
NAYRA VITORIA RODRIGUES DA SILVA	XXX.763.299-XX
NEIDE MARIA NOVELLI	XXX.793.239-XX
NEILA CARDOSO KUSUNOKI	XXX.194.999-XX
NILDA DE SOUZA PEREIRA RIBEIRO	XXX.708.249-XX
NUBIA LORENA APARECIDA DE OLIVEIRA	XXX.458.419-XX
PATRICIA DOS SANTOS CICONATTO	XXX.160.389-XX
PATRICIA DE OLIVEIRA LIMA	XXX.747.548-XX
PRISCILA ALVES FERREIRA	XXX.160.119-XX
RAFAELA FERNANDA DOS SANTOS DE MORA	XXX.825.079-XX
RAFAELLA APARECIDA ROMAO	XXX.387.555-XX
RAFAELLA GOMES DIAS	XXX.291.059-XX
REBECA ANDRE DA SILVA	XXX.622.899-XX
REGINA MOLINA DA SILVA	XXX.663.359-XX
RENE LUAN FRANCISCO	XXX.418.419-XX
RHADYJA GARCIA DA SILVA	XXX.432.749-XX
RIAN DINIZ DOS SANTOS	XXX.473.569-XX
RITA DE CASSIA REIS DO NASCIMENTO	XXX.168.739-XX
ROBSON ELIVELTON DA ROCHA	XXX.414.439-XX
ROSELAINE MOURA DA SILVA	XXX.069.769-XX
ROSENARA COSTA SOUSA	XXX.728.033-XX
ROSILENE REIS DE FRANCA	XXX.754.288-XX
SALOMAO HENRIQUE DA SILVA	XXX.268.938-XX
SHEILA APARECIDA RODRIGUES	XXX.645.789-XX
SILENE ANGELICA PANICIO	XXX.773.139-XX
SILVIA REGINA VALCARIO DOS SANTOS	XXX.798.229-XX
SIMONE ALVES RUFINO ALEXANDRE CANUTO	XXX.354.519-XX
SIMONE MARCIA LOPES SILVA	XXX.414.249-XX
SIMONI DOMINGAS MOREIRA DA SILVA RODRIGUES	XXX.798.759-XX
SONIA MARIA CARDOZO	XXX.137.969-XX
STEFANE MOURA DE OLIVEIRA	XXX.168.299-XX
STEFANI DINIZ LIMA	XXX.191.929-XX
TAIANE CRISTINA DA SILVA BATISTA	XXX.814.699-XX
TAIANE DE FARIAS GEA DE LIMA	XXX.186.359-XX
TAINARA FERNANDES SILVANO	XXX.167.939-XX
TAIS DA SILVA BRANDAO	XXX.377.569-XX
TALIA DE OLIVEIRA RODRIGUES	XXX.300.569-XX
TAMARA SOUZA PEREIRA SILVA	XXX.779.099-XX
TATIANE GAINO	XXX.075.799-XX
TAUANA CAMILA DE SOUZA BORASCHI	XXX.152.929-XX
THAIS DA SILVA MASSARUTE	XXX.896.169-XX
THAIS FERNANDA DIAS	XXX.231.389-XX
THAIS LETICIA ROSA	XXX.361.509-XX
THAIS XAVIER	XXX.921.099-XX
TREICY CAMILA SANTANA GERALDO	XXX.542.259-XX
VANESSA THABATA VICENTE	XXX.345.899-XX
VANIA DA CRUZ	XXX.629.289-XX
VANIA SIMONE DOS SANTOS	XXX.271.509-XX
VICTOR HUGO DA ROCHA	XXX.811.079-XX
VICTOR HUGO SANTOS ANDRADE	XXX.417.239-XX
VITORIA BIANCA DE SOUZA OLIVEIRA	XXX.172.579-XX
WALDINEIA BARBOSA DOS SANTOS	XXX.691.269-XX
WELLINGTON JEAN FELICIO DOS SANTOS	XXX.696.326-XX
YASMIM GABRIELE DA SILVA FERNANDES	XXX.193.199-XX
YASMIM HEREMAN DE SOUZA	XXX.602.069-XX
ZEFINHA CASIMIRO DE SOUZA	XXX.057.099-XX
ZULEICA LACERDA DE PAULA	XXX.562.418-XX

2. Considerando a ausência de envio dos documentos obrigatórios de inscrição em conformidade com a cláusula 6ª do Edital de abertura 02.01/2026, segue abaixo relacionado os nomes dos(as) candidatos(as) considerados desclassificados(as).

MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR

NOME COMPLETO
Adalberto acofra
ALAOR PINTO BUENO
André da Silva dada
Cleiton Fernando
Fabiano Frederico lemos
Jose Ricardo Santana
Luciano Fabris

MARCELO ALEXANDRE SANTANA
Maria Rosangela Rodrigues da Silva
Maycon de Oliveira Barreto
Reginaldo Ferreira Do Nascimento
Rodrigo José dos Santos
Rosimar Queiroga
Vitor Hugo Padovan
Welington Fernandes
William Tiago Guimarães
Willian da Silva Souza

MONITOR(A) DE TRANSPORTE ESCOLAR

NOME COMPLETO
Alefe Rodrigues da Silva santos
Alexandre inacio de Oliveira
Ana Beatriz Ribeiro da Silva
Ana claudia Da silva
ANA LUCIA BATISTA ALVES PEDRO
ANGELICA COSTA PEREIRA
Brendha Gabriele Silva Dos Santos
Bruna Cristina Adriano Mendes
Bruna Filomena Valério
Camilla Daniela Ferreira pery
Camille Vitória da Silva Antunes
Carolina Pulido Ronceiro Malachias
Cintia da Silva terra
DAISY GOMES DE OLIVEIRA
Edineia Tacarambi
Elaine Aparecida Barbosa da Silva
Eliane farias de Araújo
Eloiza Rodrigues de moura
Fabricia de Oliveira
Fernanda Pereira do Nascimento
Flávia Cássia Santos
Gabriela Duarte Da silva
Giovanna Eufrosino
Iasmim Graciano de Souza
Ieda correia de Oliveira
IVONE PATRICIA LOURENCO SIMPLICIO RIBEIRO
Izabella ayloan da Silva Santos
Izaias Zeferino Rodrigues
Jamile lima dos Santos
Jaqueline Lima Fernandes Moreira
JESSICA ALVES CORREIA
Jessica Amaro Ferreira Luiz
JESSICA CAUANA FELIX
Jéssica Eloisa de Oliveira Soares Gaspar
JESSICA FERNANDA PEREIRA MORAES
Jéssica Pascoal de Souza
Joana carolli castro Martins
Johnny Lucas De Souza Marques
Joice da Silva de Souza
José Antônio Martins da Silva
Josiane de Campos Amaro
Joyce Oliveira dos Santos
JULIANA ARIANE DE OLIVEIRA ELIAS
Karina Naiara Riscalli Ferreira
Karoline alves José
Kelly José dos Santos zandona
Letycia Simões da Silva
Luan Maicon pinto da rocha
Luciane Cristina da Silva
Luciano Paulino Pereira
Lucilene Eufrásio da Silva
Lucineia Lucas de lima
Lucineia pereira e pereira
Luiz Fernando Paranhos
MAIARA DOS SANTOS OLIVEIRA SOUZA
Maria Aparecida moreira cordeiro
Maria clara Macedo
Maria Eduarda da Silva Pardinho
Maria Eduarda Rodrigues
Maria Genilda Gomes da Silva cavequia

Maria rita Graciano de Souza
Maria Vitória de Oliveira targa
Maria Vitória Pereira Padilha
Mariana irenice Barbosa
Mariane Pinheiro da Costa
Marisa aparecida Souza da Silva Stanck
Mauro Celso Scolari
MIRIAN MILENE
Moacir Gabriel Rodrigues urbano
Nailza Diniz Fonseca
Nathan Gabriel Diniz dos santos
Nelson vieira dos Santos
OLIVIA MARIA PERINI DE OLIVEIRA
Pâmela Naiara de melo Barbosa
Patrícia Ribeiro
Patrick Ferreira
Paula Aparecida Vieira
Pedro Otávio dos Santos Silva
Priscila Aparecida Queiroz de Souza
Rafaela de Lima Silva
Renata gomes Bassetto
Rodrigo José dos Santos
Rogério Oleriano da Silva
ROGERIO AFONSO DA SILVA
Rosana De andrade Andrade
Rosilene Do Socorro De Morais
Rosimari Ferreira
Sara Alves de Moraes
Sara Isabela Maciel ramos
Silmara Pulido
Taelem Maria Ferreira
TANIA CRISTINA DINIZ
Tatiussi vieira Rodrigues
thamires gabriela fouquet Silva Vieira
Verônica aparecida de Sales
Wanderlei Samuel Gomes dos Santos

3. Considerando a ausência de inscrição para vaga de candidato PCD nos cargos de Motorista de Transporte Escolar e Monitor de Transporte Escolar, todas as vagas disponíveis serão ocupadas pelos(as) candidatos(as) de ampla concorrência.

4. Os(as) candidatos(as) deverão acompanhar no site do Município de Jaguapitã as demais etapas com o resultado das pontuações e classificações deste processo seletivo, no endereço eletrônico www.jaguapita.pr.gov.br. O Município fará na sequência a divulgação do edital de convocação da avaliação prática do cargo de Motorista de Transporte Escolar, nos termos do edital de abertura 02.01/2026.

Jaguapitã, 22 de julho de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:F69C48A0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

EXECUTIVO MUNICIPAL
LEI Nº. 821/2026

LEI Nº. 821/2026

SÚMULA. AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, PARA CRIAÇÃO DO PROJETO 1003 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO, INCLUSÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU PAULO ROBERTO PEDRO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no **Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO** e abrir no Orçamento Geral do Município de Jundiaí do Sul, para o exercício de 2026, **Crédito Adicional Especial no valor de R$ 206.000,00 (duzentos e seis mil reais),** mediante anulação parcial de dotações, destinado à criação do **Projeto 1003 - Pavimentação de Vias Urbanas do Município**, à abertura de rubricas de Obras e Instalações e à inclusão de dotação de Diárias - Civil vinculada ao recurso do Incentivo Estadual voltado à Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, no âmbito do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA.

Parágrafo Único. O crédito autorizado nesta Lei tem por finalidade abrir a rubrica orçamentária da obra, podendo ser suplementado posteriormente conforme a necessidade de execução e a disponibilidade legal de recursos, observadas as normas da **Lei Federal nº 4.320/64, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da legislação orçamentária municipal vigente.**

Artigo 2º. Ficam incluídos o Projeto 1003 e as seguintes dotações orçamentárias:

Prog. Funcional	Código	Especificação	Fonte	R$
15.000.00.000.0000.0000		**DEPTO. DE HABITAÇÃO, URBANISMO E OBRAS PÚBLICAS**		
15.451.0018.1003		**PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO**		
15.451.0018.1003	04810	4.4.90.51.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	00000	1.000,00
15.451.0018.1003	04811 EA	4.4.90.51.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	00504	200.000,00
14.000.00.000.0000.0000		**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
14.001.08.244.0010.2062		**PROGRAMA PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMDCA**		
14.001.08.244.0010.2062	3695	**3.3.90.14.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL**	01011	5.000,00
		TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL		**206.000,00**

Artigo 3º Como recurso para cobertura do Crédito Adicional Especial autorizado pela presente Lei, será utilizada a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, no valor total de **R$ 206.000,00 (duzentos e seis mil reais),** nos termos do **artigo 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64:**

Prog. Funcional	Código	Especificação	Fonte	R$
15.451.0018.2080		**PROGRAMA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE OBRAS**		
15.451.0018.2080	04681 EA	**3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA**	00504	200.000,00
04.122.0010.2002		MANUTENÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL		
04.122.0010.2002	00170	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000	1.000,00
14.000.00.000.0000.0000		**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
14.001.08.244.0010.2062		**PROGRAMA PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMDCA**		
14.001.08.244.0010.2062	03680	**3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA**	01011	5.000,00
		TOTAL DA ANULAÇÃO		**206.000,00**

Artigo4º. O crédito adicional especial autorizado por esta Lei tem por objetivo permitir a correta execução orçamentária das despesas de pavimentação de vias urbanas do Município e possibilitar a adequada execução dos recursos recebidos pelo FMDCA, em conformidade com as diretrizes da **Deliberação nº 13/2025 do CEDCA/PR** e com as ações aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Artigo 5º. Altera-se, no que couber, **as Leis Municipais nº 800/2025 (PPA), nº 801/2025 (LDO) e nº 802/2025 (LOA),** para compatibilização desta Lei.

Artigo 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, 22 de julho de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odair Rosildo Farinha
Código Identificador:2DC694D6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CONTRATO OP. CRÉDITO N° 4661/2026/SFM

CONTRATO DE FINANCIAMENTO - Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - SFM CONTRATO FOMENTO PARANÁ - SFM N.º 4661/2026	
PREÂMBULO	
I - PARTES:	
AGENTE FINANCEIRO: Agência de Fomento do Paraná S.A., instituição financeira sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com sede na cidade de Curitiba/PR, na Rua Comendador Araújo, 652, Batel, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.584.906/0001-99, neste ato representada, na forma de seu Estatuto Social, pelos seus Diretores signatários, doravante denominada FOMENTO PARANÁ.	
BENEFICIÁRIO: MUNICÍPIO DE LARANJAL/PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 95.684.536/0001-80, neste ato representado por seu Prefeito, Sr.(a) MAYCON LOPES SIMIONI, doravante denominado MUNICÍPIO.	
II - AGENTE TÉCNICO OPERACIONAL DO SFM - Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, doravante denominado PARANACIDADE.	
III - FINALIDADE DO FINANCIAMENTO: URBANIZAÇÃO/CALÇADAS,ARENA MULTI USO,BARRACÃO INDUSTRIAL I.	
IV - AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA MUNICIPAL:	
Lei Municipal nº 008/2026 de 28/05/2026, publicada em 01/06/2026 .	
V - APROVAÇÃO STN / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: Ofício n.º 29/2026 de 14/07/2026.	
VI - CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO	
VI.1 - VALOR DO FINANCIAMENTO	R$ 857.176,40 (oitocentos e cinquenta e sete mil e cento e setenta e seis reais e quarenta centavos).
VI.2 - DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO	17 de julho de 2026
VI.3 - DATA DE VENCIMENTO DO CONTRATO	03/07/2034
VI.4 - CARÊNCIA	Prazo de carência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato 17 de julho de 2026.
VI.5 - PRAZO MÁXIMO PARA A PRIMEIRA LIBERAÇÃO	6 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato 17 de julho de 2026.
VI.6 - SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO	Sistema de Amortização Constante (SAC).
VI.7 - INDEXADOR	Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.
VI.8 - JUROS	4% a.a.

VI.9 - JUROS REMUNERATÓRIOS	Os juros são calculados tomando-se por base o IPCA, aplicado na forma cheia, acrescido de uma margem de juros fixa de 4 % ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias, calculados sobre o saldo devedor, de acordo com o exposto na cláusula dos ENCARGOS FINANCEIROS.
VI.10 - ENCARGOS DE INADIMPLEMENTO	
VI.10.1 - JUROS REMUNERATÓRIOS	Mesmos juros remuneratórios previstos para o período de adimplemento.
VI.10.2 - JUROS MORATÓRIOS	1% (um por cento) ao mês, observada a cláusula DO INADIMPLEMENTO.
VI.10.3 - MULTA	2% (dois por cento), observada a cláusula DO INADIMPLEMENTO.
VII - GARANTIA	Cota-parte do MUNICÍPIO do ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, ou receitas que venham a substituir, complementar ou suceder o ICMS

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Regem o presente Contrato de Financiamento a legislação específica aplicável e as normas a que se subordinam as operações financeiras formalizadas pela FOMENTO PARANÁ. **PARÁGRAFO ÚNICO**. Aplicam-se, igualmente, para todos os efeitos, considerando-se parte integrante deste Contrato, o contido nas normas que regulamentam o SFM.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DO OBJETO DO CONTRATO

A FOMENTO PARANÁ, na qualidade de Agente Financeiro do SFM, concede ao Município LARANJAL, devidamente autorizado a contratar pela Lei Municipal nº 008/2026 de 28/05/2026, publicada em 01/06/2026 , o financiamento no valor de R$ 857.176,40 (oitocentos e cinquenta e sete mil e cento e setenta e seis reais e quarenta centavos), no âmbito do SFM, para execução de ação(ões) integrante(s) da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná – PDU.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O Contrato tem por objetivo o financiamento de URBANIZAÇÃO/CALÇADAS,ARENA MULTI USO,BARRACÃO INDUSTRIAL I.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O MUNICÍPIO aplicará os recursos provenientes deste Contrato, única e exclusivamente, para a finalidade prevista, em projeto técnico devidamente aprovado pelo PARANACIDADE, de acordo com as normas que regulamentam o SFM.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO DE RECURSOS

As liberações dos recursos previstos neste Contrato serão realizadas conforme a comprovação da execução físico-financeira do(s) objeto(s) financiado(s), condicionadas a validação pelo PARANACIDADE da medição encaminhada e aprovada pelo MUNICÍPIO, acompanhada da documentação exigida e seguindo o trâmite previsto nas normas que regulamentam o SFM. **PARÁGRAFO PRIMEIRO**. As liberações dos recursos ficam condicionadas, ainda, à regularidade perante o Cadastro Informativo Estadual (CADIN-PR); à regularidade fiscal (CND ou CPEN); e, à inexistência de fato de natureza jurídica, econômica ou financeira que, a critério da FOMENTO PARANÁ, possa comprometer a execução do(s) objeto(s) financiado(s) de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização. A primeira liberação de recursos, além das condições já expostas, depende da apresentação pelo MUNICÍPIO do extrato de publicação deste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os recursos serão creditados pela FOMENTO PARANÁ em conta corrente de titularidade do MUNICÍPIO, aberta única e exclusivamente para o recebimento dos recursos vinculados a este Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O prazo limite para a validação da execução física de pelo menos um dos objetos financiados será de 6 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. O descumprimento deste prazo implicará cobrança de encargos no percentual de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao mês, sobre o valor deste Contrato, a serem revertidos ao SFM. Essa cobrança será suspensa no mês subsequente à validação da execução física de pelo menos um dos objetos financiados.

PARÁGRAFO QUARTO. A penalidade imposta no parágrafo terceiro desta cláusula poderá ser afastada, por deliberação da Diretoria Reunida, caso o MUNICÍPIO apresente justificativa, devidamente comprovada, de que ocorreram as seguintes situações no processo licitatório para a contratação do item financiado: i) licitação deserta; ii) inabilitação de todos os participantes; iii) ação judicial ou de órgãos de controle acerca do processo licitatório; iv) desistência ou rescisão contratual apresentada pela licitante vencedora.

PARÁGRAFO QUINTO. Diante da ausência de primeira liberação de recursos no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o Contrato será rescindido. Antes do referido prazo, o contrato poderá ser extinto via resilição, por acordo mútuo entre FOMENTO PARANÁ e MUNICÍPIO. Nos dois casos, sem prejuízo do pagamento dos encargos previstos neste Contrato até a data da efetiva extinção.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ENCARGOS FINANCEIROS

Sobre o valor do financiamento incidirão encargos financeiros, adotando-se o Sistema de Amortização Constante (SAC).

PARÁGRAFO ÚNICO. Os juros são calculados tomando-se por base o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, aplicado na forma cheia, acrescido de uma margem de juros fixa efetiva de 4 % ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias, calculados sobre o saldo devedor, sendo pagos mensalmente pelo MUNICÍPIO, calculadas de acordo com a sistemática a seguir:

I. os juros incidirão sobre o saldo devedor na data-base de cálculo ou na data de vencimento ou liquidação do contrato, considerando, para cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as respectivas datas-base; o montante apurado será exigível sempre no vencimento, observada a periodicidde mensal durante o período de carência e juntamente com a parcela de amortização do principal, conforme estabelecido no parágrafo único, e no vencimento ou liquidação do contrato.

II. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA terá vigência mensal. Será utilizado para os cálculos o IPCA anual publicado pelo IBGE no segundo mês anterior ao mês corrente.

a) na hipótese de indisponibilidade do IPCA por mais de 60 (sessenta) dias, ou de extinção do IPCA, pela superveniência de normas legais ou regulamentares, ou alteração dos critérios de sua aplicação, a FOMENTO PARANÁ escolherá um índice substituto que melhor preserve o valor real da operação e a remunere nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, a FOMENTO PARANÁ comunicará a alteração por escrito, ao MUNICÍPIO.

III. Os juros serão calculados “pro-rata-die” sobre as parcelas liberadas, sempre por ocasião do primeiro cálculo de juros a incidir sobre as mesmas, e também quando houver variações do IPCA

IV. Os juros serão contados a partir da data em que cada parcela do Financiamento for repassada pela FOMENTO PARANÁ.

V. Além dos Encargos Financeiros estabelecidos na forma prevista nos subitens anteriores, em razão do Financiamento objeto deste documento, é devido ainda pelo(a) EMITENTE, o pagamento e/ou ressarcimento, não reembolsável, de tarifa de concessão de crédito/estruturação, na alíquota de 0,5% sobre o valor total da operação, a ser cobrada no momento da primeira liberação de recursos do contrato de financiamento, nos termos e condições de incidência previstos nas respectivas Tabelas de Tarifas, disponíveis no site da CREDORA (www.fomento.pr.gov.br).

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O MUNICÍPIO se obriga a efetuar o pagamento do financiamento objeto deste Contrato, incluindo o principal e os encargos financeiros convencionados, observando-se o prazo estabelecido e em conformidade com as datas dos respectivos vencimentos das prestações, nos termos deste Contrato e do sistema de amortização estabelecido.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O prazo total do Contrato é de 96 (noventa e seis) meses, contados a partir do dia 15 (quinze) do mês no qual foi assinado.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O período de carência é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura deste Contrato. Durante o período de carência e após a primeira liberação, o MUNICÍPIO pagará à FOMENTO PARANÁ, mensalmente, os juros remuneratórios pactuados neste Contrato, calculados sobre o saldo devedor.
PARÁGRAFO TERCEIRO. Após o período de carência, o principal da dívida decorrente deste Contrato será pago na forma do Sistema de Amortização Constante (SAC), vencendo-se a primeira prestação no mês subsequente ao término do prazo de carência, e as demais prestações no dia 15 (quinze) de cada mês. Fica estabelecido o dia 3 (três) de cada mês para realização dos cálculos relativos aos juros, amortizações e demais encargos contratuais.

PARÁGRAFO QUARTO. As prestações referentes a juros e amortizações serão debitadas na conta corrente informada pelo MUNICÍPIO.
PARÁGRAFO QUINTO. Na hipótese de, na data de vencimento de qualquer prestação, do principal e/ou encargos, não existir saldo suficiente na conta corrente do MUNICÍPIO para o pagamento do montante exigível, a FOMENTO PARANÁ fica autorizada a realizar o débito na conta garantia informada pelo MUNICÍPIO. Diante da impossibilidade da cobrança nesses termos, o pagamento poderá ser realizado via boleto ou depósito em conta da FOMENTO PARANÁ, aplicando-se os encargos de inadimplemento previstos neste Contrato sobre os valores vencidos. **PARÁGRAFO SEXTO.** O vencimento de qualquer prestação do principal e/ou encargos, inclusive durante o período de carência, que vier a ocorrer em sábado, domingo ou feriado nacional, será, para todos os fins e efeitos, prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.
PARÁGRAFO SÉTIMO. A eventual admissão do pagamento parcial da dívida vencida não importará em novação, nem poderá ser invocada como causa suficiente para interromper ou ilidir a mora ou exigibilidade imediata da obrigação.

CLÁUSULA SEXTA – DO INADIMPLEMENTO

Na ocorrência de inadimplemento de qualquer obrigação financeira deste Contrato, os débitos em atraso ficarão sujeitos, a partir da data do inadimplemento, sem prejuízo das demais sanções previstas, aos seguintes encargos:
I. multa, de 2% (dois por cento), incidentes sobre o valor da dívida vencida e não paga;
II. juros remuneratórios contratados para o período de adimplência da operação, previstos neste Contrato;
III. juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o saldo devedor vencido, que serão calculados, dia a dia, até a data da efetiva liquidação do débito.
PARÁGRAFO ÚNICO. A mora do MUNICÍPIO caracterizar-se-á pelo simples descumprimento, na data de seu vencimento, de qualquer obrigação financeira deste Contrato, independentemente de qualquer notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VENCIMENTO ANTECIPADO

A FOMENTO PARANÁ poderá considerar vencidas antecipadamente, de pleno direito, todas as prestações ainda vincendas deste Contrato e exigir o total da dívida dele resultante, independentemente de qualquer notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
I. aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da prevista neste Contrato;
II. após a conclusão do(s) objeto(s) financiado(s), ele não ser utilizado para a destinação prevista;
III. prestação de informações falsas ou decorrentes de simulação à FOMENTO PARANÁ ou ao PARANACIDADE para obtenção do financiamento objeto deste Contrato ou para liberação dos recursos dele decorrentes;
IV. interrupção injustificada da execução do(s) objeto(s) financiado(s) sem a sua conclusão;
V. prática de qualquer irregularidade julgada grave pela FOMENTO PARANÁ na execução do(s) objeto(s) financiado(s);
VI. intervenção federal, estadual, ou qualquer outro ato ou procedimento que prejudique o cumprimento integral deste Contrato;
VII. cessão ou transferência a terceiros dos direitos e obrigações decorrentes deste Contrato;
VIII. ocorrência de qualquer procedimento que afete a garantia constituída;
IX. descumprimento de qualquer obrigação, financeira ou não financeira, prevista neste Contrato, a qual não seja sanada no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento de notificação encaminhada pela FOMENTO PARANÁ ao MUNICÍPIO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Na hipótese de vencimento antecipado, tornam-se exigíveis, de forma imediata, o principal, os encargos, e as demais obrigações previstas neste Contrato, além de pena convencional de 1% (um por cento) sobre o valor do financiamento.
PARÁGRAFO SEGUNDO. Na ocorrência de aplicação de recursos em finalidade diversa da prevista, ou não comprovação da aplicação dos recursos, além de adotar as medidas previstas neste Contrato, a FOMENTO PARANÁ comunicará o fato aos órgãos competentes para as providências cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA

O MUNICÍPIO outorga, em caráter irrevogável e irretratável, à FOMENTO PARANÁ, os direitos dos créditos decorrentes das receitas que lhe são destinadas a título de transferências constitucionais e legais, notadamente aquelas provenientes da cota-parte do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, como garantia do fiel cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas neste Contrato, até a integral liquidação da dívida **PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Considerando a transição do sistema tributário nacional instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023, e a implantação progressiva do novo modelo de tributação sobre o consumo, a garantia contratual abrangerá, durante o período de transição, as receitas provenientes do ICMS, ainda que de forma progressivamente reduzida, bem como poderá abranger na medida de sua implementação e efetiva disponibilização ao MUNICÍPIO, receitas decorrentes do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS ou outras receitas que venham a substituir, complementar ou suceder o ICMS no âmbito da repartição constitucional e legal de receitas, observada a legislação aplicável e a sistemática de distribuição vigente.
PARÁGRAFO SEGUNDO. A utilização de receitas substitutivas, complementares ou sucessoras ao ICMS como garantia dependerá, cumulativamente:
I – de sua efetiva disponibilidade ao Município;
II – de previsibilidade de arrecadação e regularidade de repasse;
III – de viabilidade operacional de vinculação e, quando aplicável, de retenção/transferência dos valores necessários ao adimplemento;
IV – de compatibilidade com as regras aplicáveis à arrecadação, gestão e distribuição dessas receitas, nos termos da legislação vigente, desde que tais receitas se mostrem aptas a assegurar, de forma equivalente, a efetividade da garantia originalmente pactuada.
PARÁGRAFO TERCEIRO. Enquanto não houver definição normativa suficiente e plena operacionalização quanto à sistemática de arrecadação, distribuição e eventuais mecanismos de vinculação das receitas decorrentes do novo modelo tributário, a garantia permanecerá prioritariamente vinculada às receitas atualmente disponíveis e aos mecanismos operacionais já estabelecidos, sem prejuízo de futura adequação contratual, se necessária, para assegurar a continuidade e eficácia da garantia.
PARÁGRAFO QUARTO. Na hipótese de insuficiência das receitas vinculadas à garantia, especialmente em razão de oscilações de arrecadação ou das etapas de transição do sistema tributário nacional, o MUNICÍPIO obriga-se a prover recursos de outras fontes orçamentárias e a adotar as providências necessárias para assegurar o integral cumprimento das obrigações contratuais, inclusive a manutenção de saldo suficiente nas contas indicadas para débito ou operacionalização da garantia, quando aplicável.

PARÁGRAFO QUINTO. O MUNICÍPIO compromete-se a adotar as medidas necessárias à adequada operacionalização da garantia, incluindo, quando aplicável, a formalização e atualização de autorizações e informações junto às instituições financeiras ou órgãos responsáveis pelas transferências das receitas vinculadas, preservada a estrutura jurídica, econômica e operacional pactuada.

PARÁGRAFO SEXTO. A vinculação de receitas prevista nesta Cláusula observa e se fundamenta na Lei Municipal autorizadora da operação de crédito, a qual deve contemplar a outorga de receitas em garantia, em conformidade com o art. 167 da Constituição Federal e demais normas aplicáveis. O MUNICÍPIO obriga-se a manter válida a referida autorização legislativa durante todo o prazo contratual e, quando necessário para resguardar a eficácia da garantia, a promover a sua atualização para abranger receitas que venham a substituir, complementar ou suceder o ICMS, inclusive quando cabível, as receitas vinculáveis associadas ao IBS, conforme a disciplina constitucional e legal e a efetiva operacionalização dos repasses.

PARÁGRAFO SÉTIMO. O MUNICÍPIO nomeia e constitui a FOMENTO PARANÁ, conforme a Lei Municipal nº 008/2026 de 28/05/2026, publicada em 01/06/2026 , sua mandatária para, enquanto não liquidada a dívida, e no caso de inadimplemento de suas obrigações, receber diretamente do(s) Banco(s) Depositário(s) e/ou da(s) fonte(s) pagadora(s) das receitas vinculadas nos termos deste Contrato, no montante de recursos suficientes para o pagamento do principal da dívida e encargos decorrentes, podendo, para este fim, a FOMENTO PARANÁ praticar todos os atos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do mandato outorgado.

PARÁGRAFO OITAVO. A FOMENTO PARANÁ fica autorizada a solicitar diretamente ao(s) Banco(s) Depositário(s) a retenção da garantia, indicando o valor devido. Caso as quantias sejam insuficientes para o atendimento dos compromissos assumidos neste Contrato, o MUNICÍPÍO se obriga a prover recursos de outras fontes orçamentárias.

PARÁGRAFO NONO. Caso haja qualquer alteração na conta garantia, o MUNICÍPIO informará à FOMENTO PARANÁ, por meio de Ofício, adotando as medidas necessárias junto ao Banco Depositário.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além das demais obrigações estabelecidas neste Contrato, o MUNICÍPIO se obriga a:

I. arcar com toda e qualquer despesa necessária para a formalização deste Contrato, bem como para a sua publicação na imprensa oficial;

II. cumprir toda a legislação aplicável ao financiamento, em especial a Lei Complementar Federal n.º 101/ 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e Resoluções do Senado Federal;

III. aplicar os recursos, única e exclusivamente, para a finalidade prevista neste Contrato, concluindo seu(s) objeto(s), mesmo diante de eventuais alterações no contrato administrativo celebrado para a sua concretização;

IV. não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, bem como a não vender ou de qualquer forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa da FOMENTO PARANÁ;

V. fazer com que todos os bens e serviços financiados com recursos do presente Contrato sejam usados exclusivamente para a sua finalidade, operando e mantendo as instalações, máquinas e equipamentos em perfeitas condições de uso, providenciando a manutenção e os reparos necessários;

VI. manter conta bancária vinculada, especialmente aberta em nome do MUNICÍPIO, para recebimento dos recursos liberados no âmbito deste Contrato, a qual deverá ser informada, por meio de Ofício, à FOMENTO PARANÁ, e mantida ativa durante toda a vigência deste Contrato;

VII. autorizar a realização dos débitos automáticos oriundos da operação de crédito contratada em conta bancária, a qual deverá ser informada, por meio de Ofício, à FOMENTO PARANÁ;

VIII. informar a FOMENTO PARANÁ ou ao PARANACIDADE, de acordo com as competências estabelecidas no âmbito do SFM, imediatamente, sobre todos os atos praticados e que tenham relação direta com este Contrato, que possam prejudicar ou impossibilitar o seu fiel cumprimento, inclusive, sobre a paralisação, mesmo que temporária, da execução do(s) objeto(s) financiado(s);

IX. pagar com os recursos recebidos da FOMENTO PARANÁ, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a empresa contratada para execução do(s) objeto(s) financiado(s);

X. manter arquivados os documentos comprobatórios das despesas efetuadas para execução do(s) objeto(s) financiado(s);

XI. prestar todas as informações solicitadas pela FOMENTO PARANÁ ou pelo PARANACIDADE, concedendo livre acesso às instalações, obras, livros, documentos e arquivos, permitindo, ainda, a supervisão, por si ou por peritos nomeados, do(s) objeto(s) financiado(s), apresentando todos os elementos que se fizerem necessários para a verificação da execução físico-financeira;

XII. reembolsar a FOMENTO PARANÁ das despesas que for obrigada a fazer para se informar sobre a situação do(s) objeto(s) financiado(s), quando as informações não forem prestadas devidamente e no prazo estipulado;

XIII. mencionar de forma adequada, sempre que fizer publicidade do(s) objeto(s) financiado(s), a colaboração da FOMENTO PARANÁ e do PARANACIDADE;

XIV. suprir, com recursos próprios, as necessidades adicionais para cobertura de eventuais insuficiências no orçamento global do(s) objeto(s) financiado(s), quando for o caso, bem como assumir outros custos necessários para a conclusão do(s) objeto(s) financiado(s) e que não foram contemplados no projeto técnico aprovado pelo PARANACIDADE, inclusive, as desapropriações e outros de natureza fundiária;

XV. executar o projeto técnico aprovado pelo PARANACIDADE atendendo às especificações nele constantes, com a devida diligência e eficiência, adotando as práticas financeiras, administrativas, técnicas, de engenharia, de utilidade pública e ambientais;

XVI. em caso de obras, contratar com recursos próprios laboratório para realização de ensaios de controle tecnológico com emissão de laudos conclusivos, sempre que solicitado pelo PARANACIDADE, a qualquer momento da execução do projeto. O laboratório a ser contratado deverá ser diferente do laboratório eventualmente contratado pela empresa executora.

XVII. providenciar a colocação de placa alusiva à colaboração financeira obtida, conforme modelos e exigências das normas que regulamentam o SFM, ficando estabelecido que o custo de confecção, transporte e colocação são de responsabilidade do MUNICÍPIO;

XVII. pautar sua atuação na legalidade, ética, transparência e profissionalismo, em conformidade com todas as normas aplicáveis, inclusive as anticorrupção;

XIX. observar a legislação aplicável e prezar pela regularidade dos procedimentos de contratação e execução contratual, conforme o caso, dos bens, das obras e dos serviços de qualquer natureza, objeto deste financiamento, não cabendo à FOMENTO PARANÁ qualquer responsabilidade por esses procedimentos, sob qualquer pretexto, ainda que tenha liberado recursos nos termos deste Contrato;

XX. ressarcir e ou indenizar a FOMENTO PARANÁ e/ou seus empregados por qualquer prejuízo, financeiro ou à imagem, bem como por qualquer quantia compelida a pagar em virtude de qualquer decisão, judicial, administrativa ou arbitral, a qual se entenda estar relacionada aos procedimentos de responsabilidade do MUNICÍPIO relativos à finalidade deste Contrato, inclusive os licitatórios e de fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICAS

Além das demais obrigações estabelecidas neste Contrato, o MUNICÍPIO se obriga a:

I. observar a legislação ambiental aplicável, mantendo-se em dia com as suas obrigações;

II. observar a legislação social e trabalhista, especialmente as normas relativas à saúde e segurança ocupacional e à proibição de trabalho análogo ao escravo ou infantil;

III. combater e repudiar toda a prática de atos que importem em qualquer tipo de discriminação ou violação de direitos;

IV. monitorar seus fornecedores diretos e relevantes no que diz respeito a impactos ambientais, respeito às legislações social e trabalhista, normas de saúde e segurança ocupacional, bem como a inexistência de trabalho análogo ao escravo ou infantil;

V. adotar medidas adequadas para evitar e corrigir imediatamente danos ambientais decorrentes do(s) objeto(s) financiado(s), se for o caso, e, na hipótese de sua ocorrência ou de autuação administrativa por parte de autoridade ambiental, comunicar os fatos ao PARANACIDADE e à FOMENTO PARANÁ;
VI. apresentar ao PARANACIDADE o licenciamento ambiental cabível ao(s) objeto(s) financiado(s) ou a comprovação de sua dispensa, se for o caso, e cumprir as respectivas condicionantes, nos termos das normas referentes à Política Nacional, Estadual e Municipal de Meio Ambiente;
VII. realizar suas atividades com foco na proteção ao meio ambiente, incluindo a prevenção da poluição, a mitigação de impactos ambientais e a otimização do uso de recursos naturais, incluindo água e energia;
VIII. atuar objetivando o atendimento ao desenvolvimento sustentável, a redução das emissões de gases do efeito estufa, a redução de impactos que possam ser associados às mudanças climáticas e, ainda, monitorar os seus fornecedores para o atendimento dessas premissas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DECLARAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município declara estar ciente de que:
I. deverão ser observadas as limitações impostas pela Lei Federal n.º 9.504/1997 (Lei das Eleições) para a liberação dos recursos previstos neste Contrato;
II. o não cumprimento de obrigações financeiras deste Contrato autoriza a FOMENTO PARANÁ a inscrevê-lo no CADIN-PR;
III. é o único responsável pela legalidade dos procedimentos administrativos que serão necessários para o integral cumprimento do(s) objeto(s) financiado(s), em especial pelos processos licitatórios, pelas contratações administrativas e suas alterações ou rescisões, e pela fiscalização da execução contratual, estando a FOMENTO PARANÁ isenta de toda e qualquer responsabilidade em relação a esses procedimentos;
IV. devem ser cumpridas todas as normas que regulamentam o SFM, atentando para as competências, no âmbito do sistema, da instituição financeira FOMENTO PARANÁ e do agente técnico operacional PARANACIDADE;
V. poderão ser divulgadas informações, tais como, prazo de conclusão, valor total do projeto, valor financiado pela FOMENTO PARANÁ, localização e registros fotográficos, dentre outras informações relacionadas ao(s) objeto(s) financiado(s), garantindo a transparência, conforme exigências normativas;
VI. serão fornecidas e consultadas informações tratadas pelo Banco Central do Brasil, em especial as relativas ao Sistema de Informações de Crédito (SCR), conforme Resoluções vigentes;
VII. a FOMENTO PARANÁ trata dados pessoais para finalidades relacionadas ao desempenho das atividades financeiras, de concessão de crédito para o investimento dos recursos do SFM, conforme preceitos legais, e que a instituição possui Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, a qual se encontra publicada no seu site oficial, cujo conteúdo o MUNICÍPIO neste ato declara conhecer;
VIII. a FOMENTO PARANÁ possui Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, a qual se encontra publicada no seu site oficial, cujo conteúdo o MUNICÍPIO neste ato declara conhecer.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Nos termos da legislação aplicável, a FOMENTO PARANÁ poderá ceder e transferir com todos os direitos e garantias emergentes deste Contrato, sub-rogando-se ao cessionário, em todos os direitos, interesses, prerrogativas asseguradas pela cessão e transferência, ficando desde já autorizado pelo MUNICÍPIO. Os recursos decorrentes de eventuais transações, obrigatoriamente, retornarão ao SFM.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A eventual tolerância da FOMENTO PARANÁ quanto aos direitos instituídos por este Contrato, inclusive sobre a cobrança ou, eventual, não cobrança de multas, taxas ou outras tarifas, não importará alteração, novação ou renúncia dos referidos direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo pela FOMENTO PARANÁ.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Na hipótese de cobrança judicial da dívida decorrente deste Contrato, o MUNICÍPIO ficará sujeito, ainda, à multa de 10% (dez por cento) sobre o principal e encargos da dívida, além de despesas extrajudiciais, judiciais e honorários advocatícios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Este Contrato somente poderá ser alterado mediante termo aditivo, após a devida análise e manifestação técnica do PARANACIDADE e aprovação pela FOMENTO PARANÁ.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Fica eleito como competente para dirimir eventuais questões surgidas deste Contrato, o Foro Central da Comarca de Curitiba, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, ressalvado o direito da FOMENTO PARANÁ de demandar no Foro do domicílio do MUNICÍPIO.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, as partes firmam, com as testemunhas abaixo, o presente contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Local de pagamento Curitiba, 17 de julho de 2026.

AGENTE FINANCEIRO: Agência de Fomento do Paraná S/A - FOMENTO PARANÁ

CLAUDIO STABILE
Fomento Paraná

CLAUDIO LUIZ PACHECO
Fomento Paraná

BENEFICIÁRIO: Município de LARANJAL

TESTEMUNHAS:

_____
_____

Publicado por:
Mateus Alves Palhano
Código Identificador:DBE62B95

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CONTRATO OP. CRÉDITO N° 4662/2026/SFM

CONTRATO DE FINANCIAMENTO - Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - SFM	
CONTRATO FOMENTO PARANÁ - SFM N.º 4662/2026	
PREÂMBULO	
I - PARTES:	
AGENTE FINANCEIRO: Agência de Fomento do Paraná S.A., instituição financeira sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com sede na cidade de Curitiba/PR, na Rua Comendador Araújo, 652, Batel, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.584.906/0001-99, neste ato representada, na forma de seu Estatuto Social, pelos seus Diretores signatários, doravante denominada FOMENTO PARANÁ.	
BENEFICIÁRIO: MUNICÍPIO DE LARANJAL/PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 95.684.536/0001-80, neste ato representado por seu Prefeito, Sr.(a) MAYCON LOPES SIMIONI, doravante denominado MUNICÍPIO.	
II - AGENTE TÉCNICO OPERACIONAL DO SFM - Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, doravante denominado PARANACIDADE.	
III - FINALIDADE DO FINANCIAMENTO: ESCOLA MUNICIPAL,CENTRO DE CONVIVÊNCIA,CENTRO DE REFERÊNCIA DE AÇÃO SOCIAL.	
IV - AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA MUNICIPAL:	
Lei Municipal nº 008/2026 de 28/05/2026, publicada em 01/06/2026 .	
V - APROVAÇÃO STN / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: Ofício n.º 30/2026 de 14/07/2026.	
VI - CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO	
VI.1 - VALOR DO FINANCIAMENTO	R$ 836.392,96 (oitocentos e trinta e seis mil e trezentos e noventa e dois reais e noventa e seis centavos).
VI.2 - DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO	17 de julho de 2026
VI.3 - DATA DE VENCIMENTO DO CONTRATO	03/07/2036
VI.4 - CARÊNCIA	Prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato 17 de julho de 2026.
VI.5 - PRAZO MÁXIMO PARA A PRIMEIRA contados a partir da data de assinatura LIBERAÇÃO	6 (seis) meses, do contrato 17 de julho de 2026.
VI.6 - SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO	Sistema de Amortização Constante (SAC).
VI.7 - INDEXADOR	Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.
VI.8 - JUROS	4% a.a.
VI.9 - JUROS REMUNERATÓRIOS	Os juros são calculados tomando-se por base o IPCA, aplicado na forma cheia, acrescido de uma margem de juros fixa de 4 % ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias, calculados sobre o saldo devedor, de acordo com o exposto na cláusula dos ENCARGOS FINANCEIROS.
VI.10 - ENCARGOS DE INADIMPLEMENTO	
VI.10.1 - JUROS REMUNERATÓRIOS	Mesmos juros remuneratórios previstos para o período de adimplemento.
VI.10.2 - JUROS MORATÓRIOS	1% (um por cento) ao mês, observada a cláusula DO INADIMPLEMENTO.
VI.10.3 - MULTA	2% (dois por cento), observada a cláusula DO INADIMPLEMENTO.
VII - GARANTIA	Cota-parte do MUNICÍPIO do ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, ou receitas que venham a substituir, complementar ou suceder o ICMS

CLÁUSULAS CONTRATUAIS
CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS
Regem o presente Contrato de Financiamento a legislação específica aplicável e as normas a que se subordinam as operações financeiras formalizadas pela FOMENTO PARANÁ. **PARÁGRAFO ÚNICO**. Aplicam-se, igualmente, para todos os efeitos, considerando-se parte integrante deste Contrato, o contido nas normas que regulamentam o SFM.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DO OBJETO DO CONTRATO
A FOMENTO PARANÁ, na qualidade de Agente Financeiro do SFM, concede ao Município LARANJAL, devidamente autorizado a contratar pela Lei Municipal nº 008/2026 de 28/05/2026, publicada em 01/06/2026 , o financiamento no valor de R$ 836.392,96 (oitocentos e trinta e seis mil e trezentos e noventa e dois reais e noventa e seis centavos), no âmbito do SFM, para execução de ação(ões) integrante(s) da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná – PDU.
PARÁGRAFO PRIMEIRO. O Contrato tem por objetivo o financiamento de ESCOLA MUNICIPAL,CENTRO DE CONVIVÊNCIA,CENTRO DE REFERÊNCIA DE AÇÃO SOCIAL.
PARÁGRAFO SEGUNDO. O MUNICÍPIO aplicará os recursos provenientes deste Contrato, única e exclusivamente, para a finalidade prevista, em projeto técnico devidamente aprovado pelo PARANACIDADE, de acordo com as normas que regulamentam o SFM.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO DE RECURSOS
As liberações dos recursos previstos neste Contrato serão realizadas conforme a comprovação da execução físico-financeira do(s) objeto(s) financiado(s), condicionadas a validação pelo PARANACIDADE da medição encaminhada e aprovada pelo MUNICÍPIO, acompanhada da documentação exigida e seguindo o trâmite previsto nas normas que regulamentam o SFM. **PARÁGRAFO PRIMEIRO**. As liberações dos recursos ficam condicionadas, ainda, à regularidade perante o Cadastro Informativo Estadual (CADIN-PR); à regularidade fiscal (CND ou CPEN); e, à inexistência de fato de natureza jurídica, econômica ou financeira que, a critério da FOMENTO PARANÁ, possa comprometer a execução do(s) objeto(s) financiado(s) de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização. A primeira liberação de recursos, além das condições já expostas, depende da apresentação pelo MUNICÍPIO do extrato de publicação deste Contrato.
PARÁGRAFO SEGUNDO. Os recursos serão creditados pela FOMENTO PARANÁ em conta corrente de titularidade do MUNICÍPIO, aberta única e exclusivamente para o recebimento dos recursos vinculados a este Contrato.
PARÁGRAFO TERCEIRO. O prazo limite para a validação da execução física de pelo menos um dos objetos financiados será de 6 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. O descumprimento deste prazo implicará cobrança de encargos no percentual de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao mês, sobre o valor deste Contrato, a serem revertidos ao SFM. Essa cobrança será suspensa no mês subsequente à validação da execução física de pelo menos um dos objetos financiados.
PARÁGRAFO QUARTO. A penalidade imposta no parágrafo terceiro desta cláusula poderá ser afastada, por deliberação da Diretoria Reunida, caso o MUNICÍPIO apresente justificativa, devidamente comprovada, de que ocorreram as seguintes situações no processo licitatório para a contratação do item financiado: i) licitação deserta; ii) inabilitação de todos os participantes; iii) ação judicial ou de órgãos de controle acerca do processo licitatório; iv) desistência ou rescisão contratual apresentada pela licitante vencedora.
PARÁGRAFO QUINTO. Diante da ausência de primeira liberação de recursos no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o Contrato será rescindido. Antes do referido prazo, o contrato poderá ser extinto via resilição, por acordo mútuo entre FOMENTO PARANÁ e MUNICÍPIO. Nos dois casos, sem prejuízo do pagamento dos encargos previstos neste Contrato até a data da efetiva extinção.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ENCARGOS FINANCEIROS

Sobre o valor do financiamento incidirão encargos financeiros, adotando-se o Sistema de Amortização Constante (SAC).
PARÁGRAFO ÚNICO. Os juros são calculados tomando-se por base o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, aplicado na forma cheia, acrescido de uma margem de juros fixa efetiva de 4 % ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias, calculados sobre o saldo devedor, sendo pagos mensalmente pelo MUNICÍPIO, calculadas de acordo com a sistemática a seguir:
I. os juros incidirão sobre o saldo devedor na data-base de cálculo ou na data de vencimento ou liquidação do contrato, considerando, para cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as respectivas datas-base; o montante apurado será exigível sempre no vencimento, observada a periodicidde mensal durante o período de carência e juntamente com a parcela de amortização do principal, conforme estabelecido no parágrafo único, e no vencimento ou liquidação do contrato.
II. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA terá vigência mensal. Será utilizado para os cálculos o IPCA anual publicado pelo IBGE no segundo mês anterior ao mês corrente.
a) na hipótese de indisponibilidade do IPCA por mais de 60 (sessenta) dias, ou de extinção do IPCA, pela superveniência de normas legais ou regulamentares, ou alteração dos critérios de sua aplicação, a FOMENTO PARANÁ escolherá um índice substituto que melhor preserve o valor real da operação e a remunere nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, a FOMENTO PARANÁ comunicará a alteração por escrito, ao MUNICÍPIO.
III. Os juros serão calculados "pro-rata-die" sobre as parcelas liberadas, sempre por ocasião do primeiro cálculo de juros a incidir sobre as mesmas, e também quando houver variações do IPCA
IV. Os juros serão contados a partir da data em que cada parcela do Financiamento for repassada pela FOMENTO PARANÁ.
V. Além dos Encargos Financeiros estabelecidos na forma prevista nos subitens anteriores, em razão do Financiamento objeto deste documento, é devido ainda pelo(a) EMITENTE, o pagamento e/ou ressarcimento, não reembolsável, de tarifa de concessão de crédito/estruturação, na alíquota de 0,5% sobre o valor total da operação, a ser cobrada no momento da primeira liberação de recursos do contrato de financiamento, nos termos e condições de incidência previstos nas respectivas Tabelas de Tarifas, disponíveis no site da CREDORA (www.fomento.pr.gov.br).

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O MUNICÍPIO se obriga a efetuar o pagamento do financiamento objeto deste Contrato, incluindo o principal e os encargos financeiros convencionados, observando-se o prazo estabelecido e em conformidade com as datas dos respectivos vencimentos das prestações, nos termos deste Contrato e do sistema de amortização estabelecido.
PARÁGRAFO PRIMEIRO. O prazo total do Contrato é de 120 (cento e vinte) meses, contados a partir do dia 15 (quinze) do mês no qual foi assinado.
PARÁGRAFO SEGUNDO. O período de carência é de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de assinatura deste Contrato. Durante o período de carência e após a primeira liberação, o MUNICÍPIO pagará à FOMENTO PARANÁ, mensalmente, os juros remuneratórios pactuados neste Contrato, calculados sobre o saldo devedor.
PARÁGRAFO TERCEIRO. Após o período de carência, o principal da dívida decorrente deste Contrato será pago na forma do Sistema de Amortização Constante (SAC), vencendo-se a primeira prestação no mês subsequente ao término do prazo de carência, e as demais prestações no dia 15 (quinze) de cada mês. Fica estabelecido o dia 3 (três) de cada mês para realização dos cálculos relativos aos juros, amortizações e demais encargos contratuais.

PARÁGRAFO QUARTO. As prestações referentes a juros e amortizações serão debitadas na conta corrente informada pelo MUNICÍPIO.
PARÁGRAFO QUINTO. Na hipótese de, na data de vencimento de qualquer prestação, do principal e/ou encargos, não existir saldo suficiente na conta corrente do MUNICÍPIO para o pagamento do montante exigível, a FOMENTO PARANÁ fica autorizada a realizar o débito na conta garantia informada pelo MUNICÍPIO. Diante da impossibilidade da cobrança nesses termos, o pagamento poderá ser realizado via boleto ou depósito em conta da FOMENTO PARANÁ, aplicando-se os encargos de inadimplemento previstos neste Contrato sobre os valores vencidos. **PARÁGRAFO SEXTO.** O vencimento de qualquer prestação do principal e/ou encargos, inclusive durante o período de carência, que vier a ocorrer em sábado, domingo ou feriado nacional, será, para todos os fins e efeitos, prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.
PARÁGRAFO SÉTIMO. A eventual admissão do pagamento parcial da dívida vencida não importará em novação, nem poderá ser invocada como causa suficiente para interromper ou ilidir a mora ou exigibilidade imediata da obrigação.

CLÁUSULA SEXTA – DO INADIMPLEMENTO

Na ocorrência de inadimplemento de qualquer obrigação financeira deste Contrato, os débitos em atraso ficarão sujeitos, a partir da data do inadimplemento, sem prejuízo das demais sanções previstas, aos seguintes encargos:
I. multa, de 2% (dois por cento), incidentes sobre o valor da dívida vencida e não paga;
II. juros remuneratórios contratados para o período de adimplência da operação, previstos neste Contrato;
III. juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o saldo devedor vencido, que serão calculados, dia a dia, até a data da efetiva liquidação do débito.
PARÁGRAFO ÚNICO. A mora do MUNICÍPIO caracterizar-se-á pelo simples descumprimento, na data de seu vencimento, de qualquer obrigação financeira deste Contrato, independentemente de qualquer notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VENCIMENTO ANTECIPADO

A FOMENTO PARANÁ poderá considerar vencidas antecipadamente, de pleno direito, todas as prestações ainda vincendas deste Contrato e exigir o total da dívida dele resultante, independentemente de qualquer notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
I. aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da prevista neste Contrato;
II. após a conclusão do(s) objeto(s) financiado(s), ele não ser utilizado para a destinação prevista;
III. prestação de informações falsas ou decorrentes de simulação à FOMENTO PARANÁ ou ao PARANACIDADE para obtenção do financiamento objeto deste Contrato ou para liberação dos recursos dele decorrentes;
IV. interrupção injustificada da execução do(s) objeto(s) financiado(s) sem a sua conclusão;
V. prática de qualquer irregularidade julgada grave pela FOMENTO PARANÁ na execução do(s) objeto(s) financiado(s);
VI. intervenção federal, estadual, ou qualquer outro ato ou procedimento que prejudique o cumprimento integral deste Contrato;
VII. cessão ou transferência a terceiros dos direitos e obrigações decorrentes deste Contrato;
VIII. ocorrência de qualquer procedimento que afete a garantia constituída;
IX. descumprimento de qualquer obrigação, financeira ou não financeira, prevista neste Contrato, a qual não seja sanada no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento de notificação encaminhada pela FOMENTO PARANÁ ao MUNICÍPIO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Na hipótese de vencimento antecipado, tornam-se exigíveis, de forma imediata, o principal, os encargos, e as demais obrigações previstas neste Contrato, além de pena convencional de 1% (um por cento) sobre o valor do financiamento.
PARÁGRAFO SEGUNDO. Na ocorrência de aplicação de recursos em finalidade diversa da prevista, ou não comprovação da aplicação dos recursos, além de adotar as medidas previstas neste Contrato, a FOMENTO PARANÁ comunicará o fato aos órgãos competentes para as providências cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA

O MUNICÍPIO outorga, em caráter irrevogável e irretratável, à FOMENTO PARANÁ, os direitos dos créditos decorrentes das receitas que lhe são destinadas a título de transferências constitucionais e legais, notadamente aquelas provenientes da cota-parte do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, como garantia do fiel cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas neste Contrato, até a integral liquidação da dívida **PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Considerando a transição do sistema tributário nacional instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023, e a implantação progressiva do novo modelo de tributação sobre o consumo, a garantia contratual abrangerá, durante o período de transição, as receitas provenientes do ICMS, ainda que de forma progressivamente reduzida, bem como poderá abranger na medida de sua implementação e efetiva disponibilização ao MUNICÍPIO, receitas decorrentes do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS ou outras receitas que venham a substituir, complementar ou suceder o ICMS no âmbito da repartição constitucional e legal de receitas, observada a legislação aplicável e a sistemática de distribuição vigente.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A utilização de receitas substitutivas, complementares ou sucessoras ao ICMS como garantia dependerá, cumulativamente:

I – de sua efetiva disponibilidade ao Município;

II – de previsibilidade de arrecadação e regularidade de repasse;

III – de viabilidade operacional de vinculação e, quando aplicável, de retenção/transferência dos valores necessários ao adimplemento;

IV – de compatibilidade com as regras aplicáveis à arrecadação, gestão e distribuição dessas receitas, nos termos da legislação vigente, desde que tais receitas se mostrem aptas a assegurar, de forma equivalente, a efetividade da garantia originalmente pactuada.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Enquanto não houver definição normativa suficiente e plena operacionalização quanto à sistemática de arrecadação, distribuição e eventuais mecanismos de vinculação das receitas decorrentes do novo modelo tributário, a garantia permanecerá prioritariamente vinculada às receitas atualmente disponíveis e aos mecanismos operacionais já estabelecidos, sem prejuízo de futura adequação contratual, se necessária, para assegurar a continuidade e eficácia da garantia.

PARÁGRAFO QUARTO. Na hipótese de insuficiência das receitas vinculadas à garantia, especialmente em razão de oscilações de arrecadação ou das etapas de transição do sistema tributário nacional, o MUNICÍPIO obriga-se a prover recursos de outras fontes orçamentárias e a adotar as providências necessárias para assegurar o integral cumprimento das obrigações contratuais, inclusive a manutenção de saldo suficiente nas contas indicadas para débito ou operacionalização da garantia, quando aplicável.

PARÁGRAFO QUINTO. O MUNICÍPIO compromete-se a adotar as medidas necessárias à adequada operacionalização da garantia, incluindo, quando aplicável, a formalização e atualização de autorizações e informações junto às instituições financeiras ou órgãos responsáveis pelas transferências das receitas vinculadas, preservada a estrutura jurídica, econômica e operacional pactuada.

PARÁGRAFO SEXTO. A vinculação de receitas prevista nesta Cláusula observa e se fundamenta na Lei Municipal autorizadora da operação de crédito, a qual deve contemplar a outorga de receitas em garantia, em conformidade com o art. 167 da Constituição Federal e demais normas aplicáveis. O MUNICÍPIO obriga-se a manter válida a referida autorização legislativa durante todo o prazo contratual e, quando necessário para resguardar a eficácia da garantia, a promover a sua atualização para abranger receitas que venham a substituir, complementar ou suceder o ICMS, inclusive quando cabível, as receitas vinculáveis associadas ao IBS, conforme a disciplina constitucional e legal e a efetiva operacionalização dos repasses.

PARÁGRAFO SÉTIMO. O MUNICÍPIO nomeia e constitui a FOMENTO PARANÁ, conforme a Lei Municipal nº 008/2026 de 28/05/2026, publicada em 01/06/2026 , sua mandatária para, enquanto não liquidada a dívida, e no caso de inadimplemento de suas obrigações, receber diretamente do(s) Banco(s) Depositário(s) e/ou da(s) fonte(s) pagadora(s) das receitas vinculadas nos termos deste Contrato, no montante de recursos suficientes para o pagamento do principal da dívida e encargos decorrentes, podendo, para este fim, a FOMENTO PARANÁ praticar todos os atos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do mandato outorgado.

PARÁGRAFO OITAVO. A FOMENTO PARANÁ fica autorizada a solicitar diretamente ao(s) Banco(s) Depositário(s) a retenção da garantia, indicando o valor devido. Caso as quantias sejam insuficientes para o atendimento dos compromissos assumidos neste Contrato, o MUNICÍPÍO se obriga a prover recursos de outras fontes orçamentárias.

PARÁGRAFO NONO. Caso haja qualquer alteração na conta garantia, o MUNICÍPIO informará à FOMENTO PARANÁ, por meio de Ofício, adotando as medidas necessárias junto ao Banco Depositário.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além das demais obrigações estabelecidas neste Contrato, o MUNICÍPIO se obriga a:

I. arcar com toda e qualquer despesa necessária para a formalização deste Contrato, bem como para a sua publicação na imprensa oficial;

II. cumprir toda a legislação aplicável ao financiamento, em especial a Lei Complementar Federal n.º 101/ 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e Resoluções do Senado Federal;

III. aplicar os recursos, única e exclusivamente, para a finalidade prevista neste Contrato, concluindo seu(s) objeto(s), mesmo diante de eventuais alterações no contrato administrativo celebrado para a sua concretização;

IV. não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, bem como a não vender ou de qualquer forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa da FOMENTO PARANÁ;

V. fazer com que todos os bens e serviços financiados com recursos do presente Contrato sejam usados exclusivamente para a sua finalidade, operando e mantendo as instalações, máquinas e equipamentos em perfeitas condições de uso, providenciando a manutenção e os reparos necessários;

VI. manter conta bancária vinculada, especialmente aberta em nome do MUNICÍPIO, para recebimento dos recursos liberados no âmbito deste Contrato, a qual deverá ser informada, por meio de Ofício, à FOMENTO PARANÁ, e mantida ativa durante toda a vigência deste Contrato;

VII. autorizar a realização dos débitos automáticos oriundos da operação de crédito contratada em conta bancária, a qual deverá ser informada, por meio de Ofício, à FOMENTO PARANÁ;

VIII. informar a FOMENTO PARANÁ ou ao PARANACIDADE, de acordo com as competências estabelecidas no âmbito do SFM, imediatamente, sobre todos os atos praticados e que tenham relação direta com este Contrato, que possam prejudicar ou impossibilitar o seu fiel cumprimento, inclusive, sobre a paralisação, mesmo que temporária, da execução do(s) objeto(s) financiado(s);

IX. pagar com os recursos recebidos da FOMENTO PARANÁ, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a empresa contratada para execução do(s) objeto(s) financiado(s);

X. manter arquivados os documentos comprobatórios das despesas efetuadas para execução do(s) objeto(s) financiado(s);

XI. prestar todas as informações solicitadas pela FOMENTO PARANÁ ou pelo PARANACIDADE, concedendo livre acesso às instalações, obras, livros, documentos e arquivos, permitindo, ainda, a supervisão, por si ou por peritos nomeados, do(s) objeto(s) financiado(s), apresentando todos os elementos que se fizerem necessários para a verificação da execução físico-financeira;

XII. reembolsar a FOMENTO PARANÁ das despesas que for obrigada a fazer para se informar sobre a situação do(s) objeto(s) financiado(s), quando as informações não forem prestadas devidamente e no prazo estipulado;

XIII. mencionar de forma adequada, sempre que fizer publicidade do(s) objeto(s) financiado(s), a colaboração da FOMENTO PARANÁ e do PARANACIDADE;
XIV. suprir, com recursos próprios, as necessidades adicionais para cobertura de eventuais insuficiências no orçamento global do(s) objeto(s) financiado(s), quando for o caso, bem como assumir outros custos necessários para a conclusão do(s) objeto(s) financiado(s) e que não foram contemplados no projeto técnico aprovado pelo PARANACIDADE, inclusive, as desapropriações e outros de natureza fundiária;
XV. executar o projeto técnico aprovado pelo PARANACIDADE atendendo às especificações nele constantes, com a devida diligência e eficiência, adotando as práticas financeiras, administrativas, técnicas, de engenharia, de utilidade pública e ambientais;
XVI. em caso de obras, contratar com recursos próprios laboratório para realização de ensaios de controle tecnológico com emissão de laudos conclusivos, sempre que solicitado pelo PARANACIDADE, a qualquer momento da execução do projeto. O laboratório a ser contratado deverá ser diferente do laboratório eventualmente contratado pela empresa executora.
XVII. providenciar a colocação de placa alusiva à colaboração financeira obtida, conforme modelos e exigências das normas que regulamentam o SFM, ficando estabelecido que o custo de confecção, transporte e colocação são de responsabilidade do MUNICÍPIO;
XVII. pautar sua atuação na legalidade, ética, transparência e profissionalismo, em conformidade com todas as normas aplicáveis, inclusive as anticorrupção;
XIX. observar a legislação aplicável e prezar pela regularidade dos procedimentos de contratação e execução contratual, conforme o caso, dos bens, das obras e dos serviços de qualquer natureza, objeto deste financiamento, não cabendo à FOMENTO PARANÁ qualquer responsabilidade por esses procedimentos, sob qualquer pretexto, ainda que tenha liberado recursos nos termos deste Contrato;
XX. ressarcir e ou indenizar a FOMENTO PARANÁ e/ou seus empregados por qualquer prejuízo, financeiro ou à imagem, bem como por qualquer quantia compelida a pagar em virtude de qualquer decisão, judicial, administrativa ou arbitral, a qual se entenda estar relacionada aos procedimentos de responsabilidade do MUNICÍPIO relativos à finalidade deste Contrato, inclusive os licitatórios e de fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICAS

Além das demais obrigações estabelecidas neste Contrato, o MUNICÍPIO se obriga a:
I. observar a legislação ambiental aplicável, mantendo-se em dia com as suas obrigações;
II. observar a legislação social e trabalhista, especialmente as normas relativas à saúde e segurança ocupacional e à proibição de trabalho análogo ao escravo ou infantil;
III. combater e repudiar toda a prática de atos que importem em qualquer tipo de discriminação ou violação de direitos;
IV. monitorar seus fornecedores diretos e relevantes no que diz respeito a impactos ambientais, respeito às legislações social e trabalhista, normas de saúde e segurança ocupacional, bem como a inexistência de trabalho análogo ao escravo ou infantil;

V. adotar medidas adequadas para evitar e corrigir imediatamente danos ambientais decorrentes do(s) objeto(s) financiado(s), se for o caso, e, na hipótese de sua ocorrência ou de autuação administrativa por parte de autoridade ambiental, comunicar os fatos ao PARANACIDADE e à FOMENTO PARANÁ;
VI. apresentar ao PARANACIDADE o licenciamento ambiental cabível ao(s) objeto(s) financiado(s) ou a comprovação de sua dispensa, se for o caso, e cumprir as respectivas condicionantes, nos termos das normas referentes à Política Nacional, Estadual e Municipal de Meio Ambiente;
VII. realizar suas atividades com foco na proteção ao meio ambiente, incluindo a prevenção da poluição, a mitigação de impactos ambientais e a otimização do uso de recursos naturais, incluindo água e energia;
VIII. atuar objetivando o atendimento ao desenvolvimento sustentável, a redução das emissões de gases do efeito estufa, a redução de impactos que possam ser associados às mudanças climáticas e, ainda, monitorar os seus fornecedores para o atendimento dessas premissas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DECLARAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município declara estar ciente de que:
I. deverão ser observadas as limitações impostas pela Lei Federal n.º 9.504/1997 (Lei das Eleições) para a liberação dos recursos previstos neste Contrato;
II. o não cumprimento de obrigações financeiras deste Contrato autoriza a FOMENTO PARANÁ a inscrevê-lo no CADIN-PR;
III. é o único responsável pela legalidade dos procedimentos administrativos que serão necessários para o integral cumprimento do(s) objeto(s) financiado(s), em especial pelos processos licitatórios, pelas contratações administrativas e suas alterações ou rescisões, e pela fiscalização da execução contratual, estando a FOMENTO PARANÁ isenta de toda e qualquer responsabilidade em relação a esses procedimentos;
IV. devem ser cumpridas todas as normas que regulamentam o SFM, atentando para as competências, no âmbito do sistema, da instituição financeira FOMENTO PARANÁ e do agente técnico operacional PARANACIDADE;
V. poderão ser divulgadas informações, tais como, prazo de conclusão, valor total do projeto, valor financiado pela FOMENTO PARANÁ, localização e registros fotográficos, dentre outras informações relacionadas ao(s) objeto(s) financiado(s), garantindo a transparência, conforme exigências normativas;
VI. serão fornecidas e consultadas informações tratadas pelo Banco Central do Brasil, em especial as relativas ao Sistema de Informações de Crédito (SCR), conforme Resoluções vigentes;
VII. a FOMENTO PARANÁ trata dados pessoais para finalidades relacionadas ao desempenho das atividades financeiras, de concessão de crédito para o investimento dos recursos do SFM, conforme preceitos legais, e que a instituição possui Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, a qual se encontra publicada no seu site oficial, cujo conteúdo o MUNICÍPIO neste ato declara conhecer;
VIII. a FOMENTO PARANÁ possui Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, a qual se encontra publicada no seu site oficial, cujo conteúdo o MUNICÍPIO neste ato declara conhecer.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Nos termos da legislação aplicável, a FOMENTO PARANÁ poderá ceder e transferir com todos os direitos e garantias emergentes deste Contrato, sub-rogando-se ao cessionário, em todos os direitos, interesses, prerrogativas asseguradas pela cessão e transferência, ficando desde já autorizado pelo MUNICÍPIO. Os recursos decorrentes de eventuais transações, obrigatoriamente, retornarão ao SFM.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A eventual tolerância da FOMENTO PARANÁ quanto aos direitos instituídos por este Contrato, inclusive sobre a cobrança ou, eventual, não cobrança de multas, taxas ou outras tarifas, não importará alteração, novação ou renúncia dos referidos direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo pela FOMENTO PARANÁ.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Na hipótese de cobrança judicial da dívida decorrente deste Contrato, o MUNICÍPIO ficará sujeito, ainda, à multa de 10% (dez por cento) sobre o principal e encargos da dívida, além de despesas extrajudiciais, judiciais e honorários advocatícios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Este Contrato somente poderá ser alterado mediante termo aditivo, após a devida análise e manifestação técnica do PARANACIDADE e aprovação pela FOMENTO PARANÁ.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
Fica eleito como competente para dirimir eventuais questões surgidas deste Contrato, o Foro Central da Comarca de Curitiba, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, ressalvado o direito da FOMENTO PARANÁ de demandar no Foro do domicílio do MUNICÍPIO.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, as partes firmam, com as testemunhas abaixo, o presente contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Local de pagamento Curitiba, 17 de julho de 2026.

Agente Financeiro:
AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A –
Fomento Paraná

CLAUDIO STABILE
Fomento Paraná

CLAUDIO LUIZ PACHECO
Fomento Paraná

Beneficiário:
MUNICÍPIO DE LARANJAL

TESTEMUNHAS:

___
___

Publicado por:
Mateus Alves Palhano
Código Identificador:6E161FC3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 150/2026 - PML

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 150/2026 – PML
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2026-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: KF COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

OBJETO: Registro de Preço para contratação de empresa especializada para eventual aquisição de Produtos de Lavanderia, a serem utilizadas no Hospital Municipal Dr. Seitugu Hirata e Unidades de Saúde do Município de Loanda-PR, conforme a seguir:

Lote 01 Principal - Valor R$134.935,15 (cento e trinta e quatro mil, novecentos e trinta e cinco reais e quinze centavos). (Uso Hospitalar)

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant. Estimada	Valor. Unit. R$	Valor Total R$
1	ALVEJANTE DESINFETANTE BACTERICIDA CONCENTRADO A BASE DE ÁCIDO PERACÉTICO DE 18 À 30%. É INDICADO NA DESINFECÇÃO E ALVEJAMENTO DE ROUPAS HOSPITALARES, PODE SER UTILIZADO TAMBEM PARA DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO 2 NA ANVISA, APRESENTAR FICHA TÉCNICA E REGISTRO COMO DESINFETANTE PARA ROUPA HOSPITALAR, APRESENTAR LAUDO DE ATIVIDADE ANTIMICROBIANA: STAPHYLOCOCCUS AUREUS, PSEUDOMONAS AERUGINOSA E SAMONELLA CHOLERAESUIS. GALAO DE 30 LT. (ITEM PRINCIPAL)	HM 905	BOMBON	21	998,81	20.975,01
2	ALVEJANTE E DESINFETANTE CONCENTRADO PARA ROUPAS, COMPOSIÇAO QUÍMICA: PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO, ÁCIDO ACÉTICO, PERACÉTICO DE 13 A 17%. BB C/30 LITROS TAP. APRESENTAR FICHA TÉCNICA E NOTIFICAÇÃO NA ANVISA. (ITEM PRINCIPAL)	HM 907	BOMBON	75	699,00	52.425,00
3	AMACIANTE DE ROUPAS COM PRINCÍPIO ATIVO CLORETO DE DIALQUIL AMONIO A 75%. BB C/30 LITROS. APRESENTAR FICHA TÉCNICA E NOTIFICAÇÃO NA ANVISA. (ITEM PRINCIPAL)	HM 104	BOMBON	27	489,00	13.203,00
4	DETERGENTE NEUTRO COM ENZIMAS PARA PRELAVAGEM E LAVAGEM DE ROUPAS COM SUJIDADE PESADA COM PRINCIPIO ATIVO: ENZIMA PROTEASE, ENZIMA AMILASE, MONILFENOL POLIGLICOL ETER, LAURIL ETER SULFATO DE SÓDIO, ACIDO DODECILBENZENO, SULFATO DE SÓDIO, ENSOATIVO NÃO IONICO, ESTABILIZANTE, COADJUVANTE, ESPESANTE SEQUESTRANTE, NEUTRALIZANTE, CONSERVANTE, ADITIVO, SOLVENTE E VEÍCULO. BB C/50 LITROS. APRESENTAR FICHA E NOTIFICAÇÃO NA ANVISA. (ITEM PRINCIPAL)	HM 203	BOMBON	23	999,00	22.977,00
5	NEUTRALIZADOR DE RESÍDUOS ALCALINIDADE DE ALVEJANTES QUÍMICOS COM PRINCÍPIO ATIVO: METABISSULFITO DE SÓDIO. BB C/ 30 LITROS. APRESENTAR FICHA TÉCNICA E NOTIFICAÇÃO NA	HM 401	BOMBON	18	541,34	9.744,12

	ANVISA. (ITEM PRINCIPAL)					
6	PRODUTO ALCALINO FORTE PARA LAVAGEM DE ROUPAS, PRINCÍPIO ATIVO A BASE DE HIDROXIDO DE SÓDIO A 50% BB 50 LITROS. APRESENTAR FICHA TÉCNICA E NOTIFICAÇÃO NA ANVISA. (ITEM PRINCIPAL)	HM 500	BOMBON	23	678,74	15.661,02

Lote 02 Reservado – Valor de R$ 47.985,08 (quarenta e sete mil, novecentos e oitenta e cinco reais e oito centavos). (Uso Hospitalar)

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant. Estimada	Valor. Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	ALVEJANTE DESINFETANTE BACTERICIDA CONCENTRADO A BASE DE ÁCIDO PERACÉTICO DE 18 À 30%. É INDICADO NA DESINFECÇÃO E ALVEJAMENTO DE ROUPAS HOSPITALARES, PODE SER UTILIZADO TAMBEM PARA DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO 2 NA ANVISA, APRESENTAR FICHA TÉCNICA E REGISTRO COMO DESINFETANTE PARA ROUPA HOSPITALAR, APRESENTAR LAUDO DE ATIVIDADE ANTIMICROBIANA: STAPHYLOCOCCUS AUREUS, PSEUDOMONAS AERUGINOSA E SAMONELLA CHOLERAESUIS. GALAO DE 30 LT. (ITEM RESERVADO)	HM 905	BOMBON	6	998,81	5.992,86
2	ALVEJANTE E DESINFETANTE CONCENTRADO PARA ROUPAS, COMPOSIÇAO QUÍMICA: PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO, ÁCIDO ACÉTICO, PERACÉTICO DE 13 A 17%. BB C/30 LITROS TAP. APRESENTAR FICHA TÉCNICA E NOTIFICAÇÃO NA ANVISA. (ITEM RESERVADO)	HM 907	BOMBON	25	900,00	22.500,00
3	AMACIANTE DE ROUPAS COM PRINCÍPIO ATIVO CLORETO DE DIALQUIL AMONIO A 75%. BB C/30 LITROS. APRESENTAR FICHA TÉCNICA E NOTIFICAÇÃO NA ANVISA. (ITEM RESERVADO)	HM 104	BOMBON	9	500,00	4.500,00
4	DETERGENTE NEUTRO COM ENZIMAS PARA PRELAVAGEM E LAVAGEM DE ROUPAS COM SUJIDADE PESADA COM PRINCIPIO ATIVO: ENZIMA PROTEASE, ENZIMA AMILASE, MONILFENOL POLIGLICOL ETER, LAURIL ETER SULFATO DE SÓDIO, ACIDO DODECILBENZENO, SULFATO DE SÓDIO, ENSOATIVO NÃO IONICO, ESTABILIZANTE, COADJUVANTE, ESPESANTE SEQUESTRANTE, NEUTRALIZANTE, CONSERVANTE, ADITIVO, SOLVENTE E VEÍCULO. BB C/50 LITROS. APRESENTAR FICHA E NOTIFICAÇÃO NA ANVISA. (ITEM RESERVADO)	HM 203	BOMBON	7	999,00	6.993,00
5	NEUTRALIZADOR DE RESÍDUOS ALCALINIDADE DE ALVEJANTES QUÍMICOS COM PRINCÍPIO ATIVO: METABISSULFITO DE SÓDIO. BB C/ 30 LITROS. APRESENTAR FICHA TÉCNICA E NOTIFICAÇÃO NA ANVISA. (ITEM RESERVADO)	HM 401	BOMBON	6	541,34	3.248,04
6	PRODUTO ALCALINO FORTE PARA LAVAGEM DE ROUPAS, PRINCÍPIO ATIVO A BASE DE HIDROXIDO DE SÓDIO A 50% BB 50 LITROS. APRESENTAR FICHA TÉCNICA E NOTIFICAÇÃO NA ANVISA. (ITEM RESERVADO)	HM 500	BOMBON	7	678,74	4.751,18

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os itens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Cristóvão Colombo, 67, Centro (Portão dos Fundos do Hospital Municipal Dr. Seitugu Hirata), Município de Loanda-PR. **Horário para entrega**: Período manhã das 08h00min às 11h00min, período da tarde 13h30min às 16h00hrs.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor, bem como poderá ser restabelecido o saldo, desde que comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 20 de julho de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

KELLY CRISTINA CRUZ
KF Comércio de Produtos de Limpeza LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:1D2A072D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 151/2026 - PML

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2026 – PML
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070/2026-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: TANICLER DE MELO DA PEDRA LTDA
OBJETO: Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de peças e acessórios de montadora/genuínas ou peças e acessórios de reposição original/fabricante dos veículos leves e camionetas destinadas a manutenção corretiva e preventiva da frota de veículos desta municipalidade, bem como fornecimento de mão de obra especializada, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Serviços Urbano, Meio Ambiente, Finanças e Administração, Indústria e Comércio, Agricultura, Planejamento, Esporte, Lazer, Turismo, Educação e Cultura, Trabalho e Assistência Social, Políticas Públicas para Mulheres, Saúde e Habitação do Município de Loanda-PR, conforme a seguir:

LOTE 01: VEÍCULOS LEVES – VOLKSWAGEN Peças : 260.000,00 – Serviços: 100.000,00

ITEM	DESCRIÇÃO		Valor hora	% DESCONTO
1	PEÇAS (AUTOPEÇAS) E COMPONENTES, NOVOS, COM AS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE DA PEÇA DE PRODUÇÃO GENUÍNA/ORIGINAL (ABNT NBR 15296), REFERENCIADAS NAS TABELAS DE PREÇOS DAS MONTADORAS/FABRICANTES DOS VEÍCULOS, NECESSÁRIAS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MECÂNICA EM GERAL, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.			11%
2	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE **MECÂNICA EM GERAL**: DESMONTAGEM E MONTAGEM, RETIFICA EM GERAL (MOTOR, CABEÇOTE, ETC), SISTEMA DE INJEÇÃO DE COMBUSTÍVEL, TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL, SUSPENSÃO, SISTEMAS HIDRÁULICOS, FREIOS, SISTEMA DE ARREFECIMENTO, AR CONDICIONADO, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO, E OUTROS CORRELATOS, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO,		112,80	
Placa	**Marca/Modelo**	**Ano**	**Combustível**	**Lotação**
BCF-8F26	VW/Voyage 1.6 confortline	2018/2018	Gasolina	Saúde
BCK-6491	VW/Gol 1.0	2018/2019	Gasolina	Saúde
BCK-6490	VW/ Gol 1.0	2018/2019	Gasolina	Saúde
RHB-3G98	VW/GOL 1.0	2021/2022	Gasolina	Saúde
RHB-3b97	VW/GOL 1.0	2021/2022	Gasolina	Saúde
BEX-4G48	VW/GOL 1.0	2021/2022	Gasolina	Saúde
BBU-1282	VW/Gol 1.0	2017/2018	Gasolina	Esporte
BAZ-7114	VW/ Gol 1.6 Confortline	2016/2017	Gasolina	Stss
BDQ-1F69	VW/Voyage 1.6	2019/2020	Gasolina	Stss
BBW-5317	VW/Voyage 1.6	2017/2018	Gasolina	Stss
BCT-3B89	VW/Gol 1.6	2018/2019	Gasolina	Planejamento
BDE-0J86	VW/Gol Voyage 1.6 L	2019/2019	Gasolina	Educação
TBD-3F34	VW/VIRTUS	2025/2025		S.Mulher

Lote 02- Veículos Leves- FIAT Peças: R$ 400.000,00- Serviços: R$ 150.000,00

Item	Descrição	Valor Hora		% Desconto
1	PEÇAS (AUTOPEÇAS) E COMPONENTES, NOVOS, COM AS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE DA PEÇA DE PRODUÇÃO GENUÍNA/ORIGINAL (ABNT NBR 15296), REFERENCIADAS NAS TABELAS DE PREÇOS DAS MONTADORAS/ FABRICANTES DOS VEÍCULOS, NECESSÁRIAS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MECÂNICA EM GERAL, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.			11%
2	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MECÂNICA EM GERAL: DESMONTAGEM E MONTAGEM, RETIFICA EM GERAL (MOTOR, CABEÇOTE, ETC), SISTEMA DE INJEÇÃO DE COMBUSTÍVEL, TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL, SUSPENSÃO, SISTEMAS HIDRÁULICOS, FREIOS, SISTEMAS DE ARREFECIMENTO, AR CONDICIONADO, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO E OUTROS CORRELATOS, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.	112,80		11%
PLACA	**MARCA/MODELO**	**ANO**	**COMBUSTÍVEL**	**LOTAÇÃO**
RHS-4J90	Fiat/Siena 1.0	2021/2021	Gasolina	Saúde
RHS-4J92	Fiat/Siena 1.0	2021/2021	Gasolina	Saúde
RHS-5C50	Fiat Mobi Like	2021/2022	Gasolina	Saúde
RHS-4J85	Fiat Mobi Like	2021/2022	Gasolina	Saúde
RHS-4J86	Fiat Mobi Like	2021/2022	Gasolina	Saúde
RHS-4J87	Fiat Mobi Like	2021/2022	Gasolina	Saúde
RHS-4J88	Fiat Mobi Like	2021/2022	Gasolina	Saúde
RHS-6H92	Fiat Mobi Like	2021/2022	Gasolina	Saúde
RHS-4J89	Fiat Mobi Like	2021/2022	Gasolina	Saúde
SEAB-9A80	Fiat Mobi Like	2022/2023	Gasolina	Saúde
AWI-5279	Fiat/Uno Economy 1.4	2012/2013	Gasolina	Stss
BDE-OJ83	Fiat/Siena Attractiv 1.4	2019/2019	Gasolina	Stss
BDE-OJ84	Fiat/Siena Attractiv 1.4	2019/2019	Gasolina	Stss
BCW-8I17	Fiat/Uno Attractive 1.0 8v	2018/2018	Gasolina	Stss
AXB-0E79	Fiat/Palio Weekend Advint 1.8	2013/2014	Gasolina	Planejamento
ARZ-3679	Fiat/Strada Working	2009/2010	Gasolina	Tiro de Guerra
SDW-8D41	Fiat/Cronos			
ARZ-3679	Fiat Strada	2009/2010		Tiro de Guerra
UBH-6A21	Fiat Strada	2025/2026		Saúde
UBH-6A20	Fiat Strada	2025/2026		Saúde

Lote 03- Veículos Leves- GM Peças: R$ 100.000,00- Serviços: R$ 40.000,00

Item	Descrição	Valor Hora		% Desconto
1	PEÇAS (AUTOPEÇAS) E COMPONENTES, NOVOS, COM AS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE DA PEÇA DE PRODUÇÃO GENUÍNA/ORIGINAL (ABNT NBR 15296), REFERENCIADAS NAS TABELAS DE PREÇOS DAS MONTADORAS/ FABRICANTES DOS VEÍCULOS,			11%

	NECESSÁRIAS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MECÂNICA EM GERAL, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.			
2	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MECÂNICA EM GERAL: DESMONTAGEM E MONTAGEM, RETIFICA EM GERAL (MOTOR, CABEÇOTE, ETC), SISTEMA DE INJEÇÃO DE COMBUSTÍVEL, TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL, SUSPENSÃO, SISTEMAS HIDRÁULICOS, FREIOS, SISTEMAS DE ARREFECIMENTO, AR CONDICIONADO, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO E OUTROS CORRELATOS, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.	112,80		11%

PLACA	**MARCA/MODELO**	**ANO**	**COMBUSTÍVEL**	**LOTAÇÃO**
AXK-7146	GM/Montana LS 1.4	2013/2014	Gasolina	Suma
AKO-3175	GM/Corsa ST	2002/2003	Gasolina	Suma
SEQ-7E58	GM/Cruze			Gabinete
SEX-4C65	GM/Cruze			Gabinete
AKZ-2670	GM/Classic LS 1.0	2014/2015	Gasolina	Suma
AZY-9637	GM/Classic LS 1.0	2015/2016	Gasolina	Stss
AXQ-3A71	GM/Cruze LT	2013/2014	Gasolina	Stss
AXQ-3A71	GM/Classic LS 1.0	2013/2014	Gasolina	Stss
SDQ-9G50	GM/Chevrolet/Onix 1.4	2022/2023	Gasolina	Stss
SDQ-9G48	GM/Chevrolet/Onix 1.4	2022/2023	Gasolina	Stss

Lote 04- Veículos Leves- Renault Peças: R$ 180.000,00- Serviços: R$ 80.000,00

Item	Descrição	Valor Hora		% Desconto
1	PEÇAS (AUTOPEÇAS) E COMPONENTES, NOVOS, COM AS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE DA PEÇA DE PRODUÇÃO GENUÍNA/ORIGINAL (ABNT NBR 15296), REFERENCIADAS NAS TABELAS DE PREÇOS DAS MONTADORAS/ FABRICANTES DOS VEÍCULOS, NECESSÁRIAS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MECÂNICA EM GERAL, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.			11%
2	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MECÂNICA EM GERAL: DESMONTAGEM E MONTAGEM, RETIFICA EM GERAL (MOTOR, CABEÇOTE, ETC), SISTEMA DE INJEÇÃO DE COMBUSTÍVEL, TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL, SUSPENSÃO, SISTEMAS HIDRÁULICOS, FREIOS, SISTEMAS DE ARREFECIMENTO, AR CONDICIONADO, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO E OUTROS CORRELATOS, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.	112,80		11%

PLACA	**MARCA/MODELO**	**ANO**	**COMBUSTÍVEL**	**LOTAÇÃO**
FJB-3C77	Renault/Kwid 1.0	2019/2020	Gasolina	Suma
BCG-3379	Renault Duster Oroch	2018/2018	Gasolina	Saúde
FPR-4739	Renault/Sandero	2018	Gasolina	Suma
BEJ-6B10	Renault/ Kwid 1.0	2020/2021	Gasolina	Stss
SDY-6F81	Renault/Logan Zen 1.0	2022/2022	Gasolina	Stss
GBF-5F05	Renault/Kwid 1.0	2019/2020	Gasolina	Secre-Mulher
SEW-6D73	Renault/Kwid			
SDY-6F81	Renault/Logan	2022/2023		Conselho Tutelar
SFM-8150	Renault/Kwid	2024/2025		

Lote 05- Veículos Leves- Toyota Peças: R$ 40.000,00- Serviços: R$ 20.000,00

Item	Descrição	Valor Hora		% Desconto
1	PEÇAS (AUTOPEÇAS) E COMPONENTES, NOVOS, COM AS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE DA PEÇA DE PRODUÇÃO GENUÍNA/ORIGINAL (ABNT NBR 15296), REFERENCIADAS NAS TABELAS DE PREÇOS DAS MONTADORAS/ FABRICANTES DOS VEÍCULOS, NECESSÁRIAS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MECÂNICA EM GERAL, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.			11%
2	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MECÂNICA EM GERAL: DESMONTAGEM E MONTAGEM, RETIFICA EM GERAL (MOTOR, CABEÇOTE, ETC), SISTEMA DE INJEÇÃO DE COMBUSTÍVEL, TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL, SUSPENSÃO, SISTEMAS HIDRÁULICOS, FREIOS, SISTEMAS DE ARREFECIMENTO, AR CONDICIONADO, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO E OUTROS CORRELATOS, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.	112,80		11%
PLACA	**MARCA/MODELO**	**ANO**	**COMBUSTÍVEL**	**LOTAÇÃO**
EXT-6372	Corolla	2011/2012		Esporte

Lote 06- Veículos Leves- FORD Peças: R$ 60.000,00- Serviços: R$ 20.000,00

Item	Descrição	Valor Hora		% Desconto
1	PEÇAS (AUTOPEÇAS) E COMPONENTES, NOVOS, COM AS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE DA PEÇA DE PRODUÇÃO GENUÍNA/ORIGINAL (ABNT NBR 15296), REFERENCIADAS NAS TABELAS DE PREÇOS DAS MONTADORAS/ FABRICANTES DOS VEÍCULOS, NECESSÁRIAS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MECÂNICA EM GERAL, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.			11%
2	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MECÂNICA EM GERAL: DESMONTAGEM E MONTAGEM, RETIFICA EM GERAL (MOTOR, CABEÇOTE, ETC), SISTEMA DE INJEÇÃO DE COMBUSTÍVEL, TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL, SUSPENSÃO, SISTEMAS HIDRÁULICOS, FREIOS, SISTEMAS DE ARREFECIMENTO, AR CONDICIONADO, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO E OUTROS CORRELATOS, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.	112,80		11%
PLACA	**MARCA/MODELO**	**ANO**	**COMBUSTÍVEL**	**LOTAÇÃO**
ARP-4B88	Ford Eco Sport	2009		S. Urbanos
ARP-4E34	Ford Eco Sport	2009		S. Urbanos
ASI-3G03	Ford Courier	2010		

Lote 07- Veículos Leves- BYD Peças: R$ 30.000,00- Serviços: R$ 15.000,00

Item	Descrição	Valor Hora		% Desconto
1	PEÇAS (AUTOPEÇAS) E COMPONENTES, NOVOS, COM AS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE DA PEÇA DE PRODUÇÃO GENUÍNA/ORIGINAL (ABNT NBR 15296), REFERENCIADAS NAS TABELAS DE PREÇOS DAS MONTADORAS/ FABRICANTES DOS VEÍCULOS, NECESSÁRIAS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MECÂNICA EM GERAL, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.			11%
2	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MECÂNICA EM GERAL: DESMONTAGEM E MONTAGEM, RETIFICA EM GERAL (MOTOR, CABEÇOTE, ETC), SISTEMA DE INJEÇÃO DE COMBUSTÍVEL, TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL, SUSPENSÃO, SISTEMAS HIDRÁULICOS, FREIOS, SISTEMAS DE ARREFECIMENTO, AR CONDICIONADO, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO E OUTROS CORRELATOS, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES	143,50		11%

	INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.			
PLACA	**MARCA/MODELO**	**ANO**	**COMBUSTÍVEL**	**LOTAÇÃO**
TAY-2580	BYD- Elétrico	2024/2025		

Lote 08- Veículos Leves- Citroen Peças: R$ 30.000,00- Serviços: R$ 15.000,00

Item	Descrição	Valor Hora		% Desconto
1	PEÇAS (AUTOPEÇAS) E COMPONENTES, NOVOS, COM AS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE DA PEÇA DE PRODUÇÃO GENUÍNA/ORIGINAL (ABNT NBR 15296), REFERENCIADAS NAS TABELAS DE PREÇOS DAS MONTADORAS/ FABRICANTES DOS VEÍCULOS, NECESSÁRIAS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MECÂNICA EM GERAL, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.			11%
2	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MECÂNICA EM GERAL: DESMONTAGEM E MONTAGEM, RETIFICA EM GERAL (MOTOR, CABEÇOTE, ETC), SISTEMA DE INJEÇÃO DE COMBUSTÍVEL, TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL, SUSPENSÃO, SISTEMAS HIDRÁULICOS, FREIOS, SISTEMAS DE ARREFECIMENTO, AR CONDICIONADO, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO E OUTROS CORRELATOS, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.	112,80		11%
PLACA	**MARCA/MODELO**	**ANO**	**COMBUSTÍVEL**	**LOTAÇÃO**
BDD-8B59	Citroen Aircross 1.6	2018/2019	Gasolina	Stss

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Conforme especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor, bem como poderá ser restabelecido o saldo, desde que comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 20 de julho de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

TANICLER DE MELO DA PEDRA
Tanicler de Melo da Pedra LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:14CF77E9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 152/2026 - PML

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 152/2026 – PML
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070/2026-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: MARKÃO – COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS EIRELI

OBJETO: Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de peças e acessórios de montadora/genuínas ou peças e acessórios de reposição original/fabricante dos veículos leves e camionetas destinadas a manutenção corretiva e preventiva da frota de veículos desta municipalidade, bem como fornecimento de mão de obra especializada, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Serviços Urbano, Meio Ambiente, Finanças e Administração, Indústria e Comércio, Agricultura, Planejamento, Esporte, Lazer, Turismo, Educação e Cultura, Trabalho e Assistência Social, Políticas Públicas para Mulheres, Saúde e Habitação do Município de Loanda-PR, conforme a seguir:

Lote 10- Camionetes- FORD Peças: R$ 40.000,00- Serviços: R$ 20.000,00

Item	Descrição	Valor Hora		% Desconto
1	PEÇAS (AUTOPEÇAS) E COMPONENTES, NOVOS, COM AS MESMAS			11%

	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE DA PEÇA DE PRODUÇÃO GENUÍNA/ORIGINAL (ABNT NBR 15296), REFERENCIADAS NAS TABELAS DE PREÇOS DAS MONTADORAS/ FABRICANTES DOS VEÍCULOS, NECESSÁRIAS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MECÂNICA EM GERAL, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.			
2	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MECÂNICA EM GERAL: DESMONTAGEM E MONTAGEM, RETIFICA EM GERAL (MOTOR, CABEÇOTE, ETC), SISTEMA DE INJEÇÃO DE COMBUSTÍVEL, TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL, SUSPENSÃO, SISTEMAS HIDRÁULICOS, FREIOS, SISTEMAS DE ARREFECIMENTO, AR CONDICIONADO, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO E OUTROS CORRELATOS, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.	143,50		11%
PLACA	**MARCA/MODELO**	**ANO**	**COMBUSTÍVEL**	**LOTAÇÃO**
AUJ-0845	Ford/ F-350 Iluminação	2011/2011	Diesel	SUMA

Lote 11- Camionetes- Nissan Peças: R$ 240.000,00- Serviços: R$ 80.000,00

Item	Descrição	Valor Hora		% Desconto
1	PEÇAS (AUTOPEÇAS) E COMPONENTES, NOVOS, COM AS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE DA PEÇA DE PRODUÇÃO GENUÍNA/ORIGINAL (ABNT NBR 15296), REFERENCIADAS NAS TABELAS DE PREÇOS DAS MONTADORAS/ FABRICANTES DOS VEÍCULOS, NECESSÁRIAS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MECÂNICA EM GERAL, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.			11%
2	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MECÂNICA EM GERAL: DESMONTAGEM E MONTAGEM, RETIFICA EM GERAL (MOTOR, CABEÇOTE, ETC), SISTEMA DE INJEÇÃO DE COMBUSTÍVEL, TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL, SUSPENSÃO, SISTEMAS HIDRÁULICOS, FREIOS, SISTEMAS DE ARREFECIMENTO, AR CONDICIONADO, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO E OUTROS CORRELATOS, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.	143,50		11%
PLACA	**MARCA/MODELO**	**ANO**	**COMBUSTÍVEL**	**LOTAÇÃO**
KFB-7739	Nissan Frontier XE 4x4	2002/2003	Diesel	SUMA
KFB-7269	Nissan Frontier XE 4x4	2002/2003	Diesel	SUMA
KFB-7089	Nissan Frontier XE	2002/2002	Diesel	Esporte

Lote 12- Camionetes- Chevrolet Peças: R$ 240.000,00- Serviços: R$ 80.000,00

Item	Descrição	Valor Hora		% Desconto
1	PEÇAS (AUTOPEÇAS) E COMPONENTES, NOVOS, COM AS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE DA PEÇA DE PRODUÇÃO GENUÍNA/ORIGINAL (ABNT NBR 15296), REFERENCIADAS NAS TABELAS DE PREÇOS DAS MONTADORAS/ FABRICANTES DOS VEÍCULOS, NECESSÁRIAS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MECÂNICA EM GERAL, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.			11%
2	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MECÂNICA EM GERAL: DESMONTAGEM E MONTAGEM, RETIFICA EM GERAL (MOTOR, CABEÇOTE, ETC), SISTEMA DE INJEÇÃO DE COMBUSTÍVEL, TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL, SUSPENSÃO, SISTEMAS HIDRÁULICOS, FREIOS, SISTEMAS DE ARREFECIMENTO, AR CONDICIONADO, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO E OUTROS CORRELATOS, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.	143,50		11%
PLACA	**MARCA/MODELO**	**ANO**	**COMBUSTÍVEL**	**LOTAÇÃO**
ATQ-5797	Chevrolet/S-10 Colina	2010/2011	Diesel	SUMA

Lote 13- Camionetes- Volkswagen Peças: R$ 300.000,00- Serviços: R$ 120.000,00

Item	Descrição	Valor Hora		% Desconto
1	PEÇAS (AUTOPEÇAS) E COMPONENTES, NOVOS, COM AS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE DA PEÇA DE PRODUÇÃO GENUÍNA/ORIGINAL (ABNT NBR 15296), REFERENCIADAS NAS TABELAS DE PREÇOS DAS MONTADORAS/ FABRICANTES DOS VEÍCULOS, NECESSÁRIAS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MECÂNICA EM GERAL, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.			11%
2	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MECÂNICA EM GERAL: DESMONTAGEM E MONTAGEM, RETIFICA EM GERAL (MOTOR, CABEÇOTE, ETC), SISTEMA DE INJEÇÃO DE COMBUSTÍVEL, TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL, SUSPENSÃO, SISTEMAS HIDRÁULICOS, FREIOS, SISTEMAS DE ARREFECIMENTO, AR CONDICIONADO, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO E OUTROS CORRELATOS, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.	143,50		11%
PLACA	**MARCA/MODELO**	**ANO**	**COMBUSTÍVEL**	**LOTAÇÃO**
AWV-8021	Amarok	2013		Serviços Urbanos
AVW-7163	Amarok	2012/2013		Serviços Urbanos
AZD-7385	Amarok	2014		Serviços Urbanos
AWW-4033	Amarok	2012/2013		Serviços Urbanos
AZD-9136	Amarok	2014		Serviços Urbanos

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Conforme especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor, bem como poderá ser restabelecido o saldo, desde que comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 20 de julho de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

MARCO ANTONIO DE MELO OLIVEIRA
Markão – Comércio de Peças e Acessórios EIRELI

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:F7274E2A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 153/2026 - PML

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 153/2026 – PML
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070/2026-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: VIAPARTS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de peças e acessórios de montadora/genuínas ou peças e acessórios de reposição original/fabricante dos veículos leves e camionetas destinadas a manutenção corretiva e preventiva da frota de veículos desta municipalidade, bem como fornecimento de mão de obra especializada, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Serviços Urbano, Meio Ambiente, Finanças e Administração, Indústria e Comércio, Agricultura, Planejamento, Esporte, Lazer, Turismo, Educação e Cultura, Trabalho e Assistência Social, Políticas Públicas para Mulheres, Saúde e Habitação do Município de Loanda-PR, conforme a seguir:

Lote 09- Camionetes- Mitsubishi Peças: R$ 240.000,00- Serviços: R$ 80.000,00

Item	Descrição	Valor Hora		% Desconto
1	PEÇAS (AUTOPEÇAS) E COMPONENTES, NOVOS, COM AS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE DA			17%

	PEÇA DE PRODUÇÃO GENUÍNA/ORIGINAL (ABNT NBR 15296), REFERENCIADAS NAS TABELAS DE PREÇOS DAS MONTADORAS/ FABRICANTES DOS VEÍCULOS, NECESSÁRIAS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MECÂNICA EM GERAL, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.			
2	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MECÂNICA EM GERAL: DESMONTAGEM E MONTAGEM, RETIFICA EM GERAL (MOTOR, CABEÇOTE, ETC), SISTEMA DE INJEÇÃO DE COMBUSTÍVEL, TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL, SUSPENSÃO, SISTEMAS HIDRÁULICOS, FREIOS, SISTEMAS DE ARREFECIMENTO, AR CONDICIONADO, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO E OUTROS CORRELATOS, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.	134,34		17%
PLACA	**MARCA/MODELO**	**ANO**	**COMBUSTÍVEL**	**LOTAÇÃO**
AJW-1060	Mitsubishi L/200 4x4	2002/2002	Diesel	Saúde
KER-5443	Mitsubishi L200	2002/2002	Diesel	Educação
KER-5403	Mitsubishi L200	2002/2002	Diesel	SICA

Lote 14- Camionetes- Pajero Peças: R$ 240.000,00- Serviços: R$ 80.000,00

Item	Descrição	Valor Hora		% Desconto
1	PEÇAS (AUTOPEÇAS) E COMPONENTES, NOVOS, COM AS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE DA PEÇA DE PRODUÇÃO GENUÍNA/ORIGINAL (ABNT NBR 15296), REFERENCIADAS NAS TABELAS DE PREÇOS DAS MONTADORAS/ FABRICANTES DOS VEÍCULOS, NECESSÁRIAS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MECÂNICA EM GERAL, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.			17%
2	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MECÂNICA EM GERAL: DESMONTAGEM E MONTAGEM, RETIFICA EM GERAL (MOTOR, CABEÇOTE, ETC), SISTEMA DE INJEÇÃO DE COMBUSTÍVEL, TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL, SUSPENSÃO, SISTEMAS HIDRÁULICOS, FREIOS, SISTEMAS DE ARREFECIMENTO, AR CONDICIONADO, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO E OUTROS CORRELATOS, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.	134,34		17%
PLACA	**MARCA/MODELO**	**ANO**	**COMBUSTÍVEL**	**LOTAÇÃO**
AWS-8E33	Pajero	2013		Saúde
AWT-3385	Pajero	2013		Serviços Urbanos
AWS-8D97	Pajero	2013		Serviços Urbanos

Lote 15- Camionetes- Toyota Peças: R$ 80.000,00- Serviços: R$ 40.000,00

Item	Descrição	Valor Hora		% Desconto
1	PEÇAS (AUTOPEÇAS) E COMPONENTES, NOVOS, COM AS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE DA PEÇA DE PRODUÇÃO GENUÍNA/ORIGINAL (ABNT NBR 15296), REFERENCIADAS NAS TABELAS DE PREÇOS DAS MONTADORAS/ FABRICANTES DOS VEÍCULOS, NECESSÁRIAS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MECÂNICA EM GERAL, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.			17%
2	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MECÂNICA EM GERAL: DESMONTAGEM E MONTAGEM, RETIFICA EM GERAL (MOTOR, CABEÇOTE, ETC), SISTEMA DE INJEÇÃO DE COMBUSTÍVEL, TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL, SUSPENSÃO, SISTEMAS HIDRÁULICOS, FREIOS, SISTEMAS DE ARREFECIMENTO, AR CONDICIONADO, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO E OUTROS CORRELATOS, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO, RELACIONADOS ABAIXO.	134,34		17%

PLACA	MARCA/MODELO	ANO	COMBUSTÍVEL	LOTAÇÃO
AXU-0512	Hillux	2013		Serviços Urbanos

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Conforme especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor, bem como poderá ser restabelecido o saldo, desde que comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 20 de julho de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

ALVARO CANDIDO DA SILVA
ViaParts Peças e Serviços LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:6958F38D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 154/2026 - PML

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 154/2026 – PML
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 073/2026-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: J.E. ALIMENTOS LTDA

OBJETO: Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de cestas básicas, conforme a Lei nº 016/2015 de benefícios eventuais para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social do Município de Loanda-PR, conforme a seguir:

LOTE 1- ITEM PRINCIPAL: Valor do Lote: 103.248,00 (cento e três mil e duzentos e quarenta e oito reais).

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
1	PACOTE DE ARROZ DE 1ª QUALIDADE TIPO 01 (UM), LONGO, FINO, POLIDO, GLICOSADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 05 QUILOS (item principal).	VÓ GERALDA	UNID	1.080	12,00	12.960,00
2	PACOTE DE AÇÚCAR CRISTAL DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 05 QUILOS (item principal).	CRISTALMAR	UNID	540	10,00	5.400,00
3	FRASCO DE ÓLEO DE SOJA REFINADO DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 900 ML (item principal).	COCAMAR	UNID	1.080	6,00	6.480,00
4	PACOTE DE FEIJÃO CARIOQUINHA NOVO TIPO 01 DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 01 QUILO (item principal).	PREDILETO	UNID	2.160	5,00	10.800,00
5	PACOTE DE MACARRÃO TIPO ESPAGUETE DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 01 QUILO (item principal).	JOIA	UNID	1.080	4,50	4.860,00
6	PACOTE DE FÚBA DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 500 GRAMAS. CONTENDO: MILHO, FERRO E ACIDO FÓLICO (item principal).	SINHA	UNID	540	2,50	1.350,00
7	PACOTE DE SAL REFINADO IODADO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 01 QUILO (item principal).	POP	UNID	540	1,40	756,00
8	PACOTE DE CAFÉ TORRADO E MOÍDO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500 GRAMAS (item principal).	FRUTO DE MINAS	UNID	540	14,10	7.614,00
9	PACOTE DE FARINHA DE TRIGO BRANCA DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 01 QUILO (item principal).	FARINA	UNID	1.080	3,10	3.348,00
10	PACOTE DE FARINHA DE MANDIOCA BRANCA DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 01 QUILO (item principal).	NOBRE	UNID	540	4,40	2.376,00
11	PACOTE DE BOLACHA DOCE DO TIPO MAIZENA DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADA EM EMBALAGEM NO MÍNIMO 360 GRAMAS (item principal).	RACINE	UNID	1.080	3,50	3.780,00
12	PACOTE DE BOLACHA DO TIPO ÁGUA E SAL DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADA EM EMBALAGEM MÍNIMO 360 GRAMAS (item principal).	RACINE	UNID	1.080	3,50	3.780,00
13	PACOTE DE ACHOCOLATADO DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 400 GRAMAS (item principal).	NUTRINGA	UNID	540	3,10	1.674,00
14	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADO EM SACHE DE 300 GRAMAS (item principal).	QUERO	UNID	1.080	1,40	1.512,00
15	LATA DE SARDINHA DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 125 GRAMAS (item principal).	88	UNID	2.160	3,60	7.776,00
16	LEITE INTEGRAL UHT, COMPOSTO POR LEITE INTEGRAL, ESTABILIZANTES, TRIPTOFANO DE SÓDIO, DIFOSFATO DE SÓDIO, MONOFOSFATO DE SÓDIO E CITRATO DE SÓDIO. NÃO CONTÉM GLÚTEN, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM LONGA VIDA/TETRA PAK DE 1 LITRO (item principal).	LIDER	UNID	2.160	4,40	9.504,00

17	SABONETE DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 80 GRAMAS (item principal).	VIDA	UNID	2.160	1,40	3.024,00
18	PACOTE DE PAPEL HIGIÊNICO DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 60 METROS COM 04 (QUATRO) ROLOS (item principal).	PALOMA	UNID	1.080	3,50	3.780,00
19	CREME DENTAL DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 90 GRAMAS (item principal).	FREEDENT	UNID	1.620	2,00	3.240,00
20	PACOTE DE SABÃO EM PÓ DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 800 GRAMAS (item principal).	CLASS	UNID	540	5,90	3.186,00
21	DETERGENTE LÍQUIDO FRASCO DE 500 ML (item principal).	VIDA	UNID	1.080	1,40	1.512,00
22	ÁGUA SANITÁRIA FRASCO DE 01 LITRO (item principal).	ALPES	UNID	540	1,90	1.026,00
23	SABÃO EM PEDRA COM 05 (CINCO) UNIDADES CADA DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 900 GRAMAS (item principal).	ALPES	UNID	540	6,50	3.510,00

LOTE 2- ITEM RESERVADO: Valor do Lote: 34.416,00 (trinta e quatro mil, quatrocentos e dezesseis reais).

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
1	PACOTE DE ARROZ DE 1ª QUALIDADE TIPO 01 (UM), LONGO, FINO, POLIDO, GLICOSADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 05 QUILOS (item reservado).	VÓ GERALDA	UNID	360	12,00	4.320,00
2	PACOTE DE AÇÚCAR CRISTAL DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 05 QUILOS (item reservado).	CRISTALMAR	UNID	180	10,00	1.800,00
3	FRASCO DE ÓLEO DE SOJA REFINADO DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 900 ML (item reservado).	COCAMAR	UNID	360	6,00	2.160,00
4	PACOTE DE FEIJÃO CARIOQUINHA NOVO TIPO 01 DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 01 QUILO (item reservado).	PREDILETO	UNID	720	5,00	3.600,00
5	PACOTE DE MACARRÃO TIPO ESPAGUETE DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 01 QUILO (item reservado).	JOIA	UNID	360	4,50	1.620,00
6	PACOTE DE FÚBA DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 500 GRAMAS. CONTENDO: MILHO, FERRO E ACIDO FÓLICO (item reservado).	SINHA	UNID	180	2,50	450,00
7	PACOTE DE SAL REFINADO IODADO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 01 QUILO (item reservado).	POP	UNID	180	1,40	252,00
8	PACOTE DE CAFÉ TORRADO E MOÍDO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500 GRAMAS (item principal).	FRUTO DE MINAS	UNID	180	14,10	2.538,00
9	PACOTE DE FARINHA DE TRIGO BRANCA DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 01 QUILO (item reservado).	FARINA	UNID	360	3,10	1.116,00
10	PACOTE DE FARINHA DE MANDIOCA BRANCA DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 01 QUILO (item reservado).	NOBRE	UNID	180	4,40	792,00
11	PACOTE DE BOLACHA DOCE DO TIPO MAIZENA DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADA EM EMBALAGEM NO MÍNIMO 360 GRAMAS (item reservado).	RACINE	UNID	360	3,50	1.260,00
12	PACOTE DE BOLACHA DO TIPO ÁGUA E SAL DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADA EM EMBALAGEM MÍNIMO 360 GRAMAS (item reservado).	RACINE	UNID	360	3,50	1.260,00
13	PACOTE DE ACHOCOLATADO DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 400 GRAMAS (item reservado).	NUTRINGA	UNID	180	3,10	558,00
14	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADO EM SACHE DE 300 GRAMAS (item reservado).	QUERO	UNID	360	1,40	504,00
15	LATA DE SARDINHA DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 125 GRAMAS (item reservado).	88	UNID	720	3,60	2.592,00
16	LEITE INTEGRAL UHT, COMPOSTO POR LEITE INTEGRAL, ESTABILIZANTES, TRIPTOFANO DE SÓDIO, DIFOSFATO DE SÓDIO, MONOFOSFATO DE SÓDIO E CITRATO DE SÓDIO. NÃO CONTÉM GLÚTEN, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM LONGA VIDA/TETRA PAK DE 1 LITRO (item reservado).	LIDER	UNID	720	4,40	3.168,00
17	SABONETE DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 80 GRAMAS (item reservado).	VIDA	UNID	720	1,40	1.008,00
18	PACOTE DE PAPEL HIGIÊNICO DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 60 METROS COM 04 (QUATRO) ROLOS (item reservado).	PALOMA	UNID	360	3,50	1.260,00
19	CREME DENTAL DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 90 GRAMAS (item reservado).	FREEDENT	UNID	540	2,00	1.080,00
20	PACOTE DE SABÃO EM PÓ DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 800 GRAMAS (item reservado).	CLASS	UNID	180	5,90	1.062,00
21	DETERGENTE LÍQUIDO FRASCO DE 500 ML (item reservado).	VIDA	UNID	360	1,40	504,00
22	ÁGUA SANITÁRIA FRASCO DE 01 LITRO (item reservado).	ALPES	UNID	180	1,90	342,00
23	SABÃO EM PEDRA COM 05 (CINCO) UNIDADES CADA DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 900 GRAMAS (item reservado).	ALPES	UNID	180	6,50	1.170,00

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente Licitação deverão ser entregues na Secretaria de Trabalho e Assistência Social, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a solicitação.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor, bem como poderá ser restabelecido o saldo, desde que comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 20 de julho de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

JIRHAN FARHAT MELLA
J. E. Alimentos LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:81D7046C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 56/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2026

ESTADO DO PARANÁ			DISPENSA DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL LOBATO			
Rua Antonio Coletto, 1260 - Centro - Lobato			
CEP: 86790-000	CNPJ: 76.970.367/0001-08	Telefone: (44) 3249-1414	**Nr.: 25/2026**
E-mail: contato@lobato.pr.gov.br	Site: http://www.lobato.pr.gov.br		**Processo Adm.: 56/2026**
			Data do Processo: 14/07/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, IV.a e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 56/2026

b) Nr. Licitação: 25/2026 - DL

c) Modalidade: Dispensa de licitação

d) Data de Homologação: 22/07/2026

e) Objeto da Licitação: *Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de solução de automação financeira e contábil, destinada à integração e processamento automatizado de informações bancárias da Administração Pública Municipal de Lobato/PR.*

Participante: AVR SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA (50.105.570/0001-14)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Fornecimento de licenças de uso de ferramenta de tecnologia da informação, que possibilite aos usuários o acesso à automação financeira. As licenças de uso do sistema devem oferecer acesso à emissão, arquivo e leitura automatizada de extratos bancários, lançamentos, contabilização automatizada dos resgates e aplicações financeiras, lançamento e contabilização automatizada dos rendimentos de aplicações financeiras, lançamento e contabilização automatizada das receitas de transferências legais e constitucionais, bem como a automatização das conciliações bancárias. Deverá compor a contratação do software a instalação e configuração do sistema de automação, vinculado à disponibilidade de equipamentos e requisitos mínimos necessários, que devem ser fornecidos pela licitante contratada; treinamento para utilização do software; manutenção corretiva e preventiva do sistema; atualizações e upgrades do sistema; integração com os sistemas necessários para a execução das automações. ORÇAMENTÁRIO – PPA, LDO, LOA	12,000	UN	3.900,00	46.800,00
Total do Participante:					**46.800,00**
Total Geral:					**46.800,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção da Secretaria de Fazenda	04.001.04.123.0020.2012.3.3.90.40.00	R$ 54.540,00

Lobato, 22 de Julho de 2026

FABIO CHICAROLI
Prefeito

_____
Assinatura do Responsável

Publicado por:
Carolaine Marian Pinheiro de Oliveira
Código Identificador:5AC962C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ANEXO II

MUNICIPIO DE LOBATO - PR			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			Exercício de 2026
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – DCL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO 2026 / SEMESTRE JANEIRO - JUNHO			
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")			R$ 1,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		Até o 1º Semestre	**Até o 2º Semestre**
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	6.549.525,28	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	6.549.525,28	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	3.989.848,53	0,00

Internos	0,00	3.989.848,53	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	2.559.676,75	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	2.559.676,75	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	10.870.521,44	0,00
Disponibilidade de Caixa[1]	0,00	10.864.867,62	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	14.654.826,94	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	3.324.208,04	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	465.751,28	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	5.653,82	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	-4.320.996,16	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,00	49.913.395,23	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	2.336.034,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	0,00	47.577.361,23	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	0%	13.77%	0%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	0%	-9.08%	0%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	57.092.833,48	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	0,00	51.383.550,13	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		Até o 1º Semestre	**Até o 2º Semestre**
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DCL)[2]	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	99.576.074,15	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	0,00	834.946,67	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL LOBATO. Emissão: 21/07/2026, às 08:58:21.

1. A Disponibilidade de Caixa Bruta não poderá apresentar valor negativo, porém, em determinadas situações, como utilização de depósitos restituíveis para pagamento de despesas próprias do ente, o valor da linha "Disponibilidade de Caixa" poderá resultar em valor negativo. Por outro lado, o ente deve incluir os valores das obrigações a pagar atrasadas que estiverem registradas como restos a pagar processados (RPP) no item "Outras Dívidas" da DC (I), por meio do registro dos RPP sem disponibilidade financeira em conta de controle específica (e não de forma automática), e, para evitar duplicidade, deve deduzir o valor correspondente do montante total de RPP informado no bloco das DEDUÇÕES (II).

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:8EC3DA2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ANEXO III

MUNICIPIO DE LOBATO - PR			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			Exercício de 2026
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO DE 2026			
RGF - Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)			
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III+ IV)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	0,00	49.913.395,23	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	0,00	2.336.034,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	0,00	47.577.361,23	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0.00%	0.00%	0.00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	0,00	10.467.019,47	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1ª do art. 59 da LRF) - 90%	0,00	9.420.317,52	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00

EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:			
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL LOBATO. Emissão: 21/07/2026, às 08:57:31.			
Nota(s) Explicativa(s):			

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:AFE35B75

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ANEXO IV

MUNICIPIO DE LOBATO - PR		
Exercício de 2026		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
ENTIDADES : PREFEITURA MUNICIPAL LOBATO,FUNDO MUNICIPAL		
SEGURIDADE SOCIAL MUNICÍPIO LOBATO,SAMAE LOBATO		
JANEIRO A JUNHO 2026/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO		
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R$ 1,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No 1º Semestre	**Até o 1º Semestre (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	49.913.395,23	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	2.336.034,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	47.577.361,23	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00 %
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00 %
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	7.612.377,80	16 %
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <14,4%>	6.851.140,02	14,4 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.330.415,29	7 %
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO No 1º Semestre**	**Até o 1º Semestre (a)**
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL LOBATO. Emissão: 21/07/2026, às 08:57:57.		
Nota(s) Explicativa(s):		

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:B37750A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ANEXO IV

MUNICIPIO DE LOBATO - PR		
INST. SEGURIDADE SOCIAL M. LOBATO - LOBATOPREV		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO 2026 / BIMESTRE MAIO - JUNHO		
RREO - ANEXO 4 (LRF, Art 53, inciso II)		R$ 1,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	8.775.000,00	3.215.906,85
Receita de Contribuições dos Segurados	1.865.000,00	803.989,54
Ativo	1.800.000,00	720.203,20
Inativo	25.000,00	83.786,34
Pensionista	40.000,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	2.350.000,00	1.087.390,99
Ativo	2.350.000,00	1.087.390,99
Inativo	0,00	0,00

Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	810.000,00	437.170,90
Receitas Imobiliarias	70.000,00	43.200,00
Receita de Valores Mobiliários	740.000,00	393.970,90
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	3.750.000,00	887.355,42
Compensação Financeira entre os regimes	250.000,00	124.398,34
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	3.500.000,00	762.957,08
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	5.275.000,00	2.452.949,77

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Beneficios	3.289.523,28	3.289.523,28	3.289.523,28	3.289.523,28
Aposentadorias	2.851.127,41	2.851.127,41	2.851.127,41	2.851.127,41
Pensões por Morte	438.395,87	438.395,87	438.395,87	438.395,87
Outras Despesas Previdenciárias	5.015.476,72	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	5.015.476,72	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	8.305.000,00	3.289.523,28	3.289.523,28	3.289.523,28
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]	-3.030.000,00	-836.573,51	-836.573,51	-836.573,51

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
Valor	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
Valor	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	720.203,20
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	90.458.580,38

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS				
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**		
Receitas Correntes	22.000,00	16.301,95		
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	22.000,00	16.301,95		
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Despesas Correntes (XIII)	176.000,00	83.719,33	62.174,01	62.024,01
Pessoal e Encargos Sociais	75.000,00	36.853,74	36.853,74	36.853,74
Demais Despesas Correntes	101.000,00	46.865,59	25.320,27	25.170,27
Despesas de Capital (XIV)	15.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	191.000,00	83.719,33	62.174,01	62.024,01
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)[2]	-169.000,00	-67.417,38	-45.872,06	-45.722,06
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**			
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00			
Investimentos e Aplicações	0,00			
Outros Bens e Direitos	0,00			
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**		
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00		
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL LOBATO. Emissão: 21/07/2026, às 08:36:13.				
Nota(s) Explicativa(s):				
Lobato, 21/07/2026				

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:5A071BC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ANEXO VI

MUNICIPIO DE LOBATO - PR		
Exercício de 2026		
SAMAE LOBATO, FUNDO MUNICIPAL SEGURIDADE SOCIAL MUNICÍPIO		
LOBATO, PREFEITURA MUNICIPAL LOBATO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Até 1º Semestre de 2026		
LRF, art. 48 - Anexo 6		R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	49.913.395,23	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	47.577.361,23	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	46.258.357,23	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL A JUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	21.106.966,09	45,63
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	24.979.512,90	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	23.730.537,26	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	22.481.561,61	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-4.320.996,16	-9,08
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	57.092.833,48	120,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	10.467.019,47	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	7.612.377,80	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.330.415,29	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total[1]	8.323.064,51	1.308.029,97
Valor Total[2]	21.545,32	5.233.917,04
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL LOBATO. Emissão: 21/07/2026, às 09:00:40.		
Nota(s) Explicativa(s):		

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:7CF47D20

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 2116-2026 - DECRETO DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO N° 2116/2026
06.05.2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no orçamento geral do corrente exercício.

AMARILDO ALVES CARNEIRO, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 900/2025, de 09 de dezembro de 2025,
DECRETA:
Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no orçamento geral do exercício financeiro de 2026, no valor de **R$ 599.247,97 (Quinhentos e noventa e nove mil, duzentos e quarenta e sete reais e noventa e sete centavos),** destinados as especificações a seguir:
SUPLEMENTAÇÃO

03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANCAS**			
03001	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANCAS**			
0412200022006	**Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração e Finanças**			
237	4490930000	Indenizações e Restituições	1163	5.353,87
236	4490930000	Indenizações e Restituições	1185	38.796,06
236	4490930000	Indenizações e Restituições	1185	1.229,31
238	4490930000	Indenizações e Restituições	1191	42,52
239	4490930000	Indenizações e Restituições	1206	115,86

05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**			
05001	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**			
1030100042013	**Manutenção das Ações e Serviços Públicos da Atenção Básica em Saúde**			
1636	3390320000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	49425	7.600,00
1711	3390390000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	49423	400,00
1715	3390390000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	49424	2.700,00
1030100042014	**Manutenção do Programa de Assistência Farmacêutica**			
1455	3390320000	Material, Bem ou serviços de Distribuição Gratuita	49423	2.800,00
05002	**DEPARTAMENTO DE SAÚDE**			
1030200042020	**Manutenção das Atividades do CONSUD – Consórcio Intermunicipal de Sáude**			
1943	3372390000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	49422	84.000,00
1945	3372390000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	49425	6.000,00
1946	3372390000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	49426	8.000,00

06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**			
06001	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**			
0824400032032	**Gestão Administrativa do FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social**			
1060	3190110000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	000	8.000,00
1080	3190130000	Contribuições Patronais	000	14.000,00
1130	3390300000	Material de Consumo	1080	12.500,00
06002	**FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**			
0824300036023	**Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente**			
1285	3390300000	Material de Consumo	881	2.600,00
06003	**FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA**			
0824100032034	**Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa**			
1200	3390390000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1200	8.000,00
06009	**FUNDO MUNICIPAL DOS DIRETOS DA MULHER - FMDM**			
0824500032072	**Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher**			
806	4490520000	Equipamentos e Material Permanente	1310	45.000,00

07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**			
07002	**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**			
1236100052043	**Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental – Transporte Escolar**			
2375	3390330000	Passagens e Despesas com Locomoção	107	45.000,00

08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO**			
08001	**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTRUA E TURISMO**			
1339200062051	**Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo**			
9196	3390360000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	000	6.000,00

09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES**			
09001	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES**			
2781200072054	**Manutenção da Secretaria Municipal de Esportes**			
3990	3390140000	Diárias – Civil	000	20.000,00

11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E SANIDADE ANIMAL**			
55226	**DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA**			
2060600092061	**Manutenção das Atividades do Departamento de Agricultura**			
3440	4490520000	Equipamentos e Material Permanente	000	50.000,00
3453	4490520000	Equipamentos e Material Permanente	1079	10.110,35

12	**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**			
12003	**DIVISÃO DE SANEAMENTO**			
1760500081101	**Rede de Água Alto São João**			
4385	4490510000	Obras e Instalações	1172	200.000,00

13	**SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO**			
13002	**DEPARTAMENTO DE URBANISMO**			
2575200111087	**Iluminação Pública**			
3840	3390300000	Material de Consumo	000	20.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES			**599.247,97**	

Art. 2º. Para cobertura do presente Crédito Adicional Suplementar a ser aberto de conformidade com a autorização do artigo anterior, serão utilizados os recursos oriundos da anulação de dotações, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro, conforme abaixo:

ANULAÇÃO

06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**			
06001	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**			
0824400032032	**Gestão Administrativa do FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social**			
1170	3390330000	Passagens e Despesas com Locomoção	000	15.000,00
1180	3390340000	Outras Despesas de Pessoal – Decorrentes de Contratos	000	7.000,00
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**			
07002	**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**			
1236100052043	**Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental – Transporte Escolar**			
2330	3390300000	Material de Consumo	107	45.000,00
12	**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**			
12002	**DEPARTAMETNO DE MEIO AMBIENTE**			
1854100102065	**Manutenção das Atividades do Departamento de Meio Ambiente**			
4270	4490520000	Equipamentos e Material Permanente	000	1.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO				**68.000,00**

SUPERÁVIT FINANCEIRO

FONTE	Discriminação	Valor
1185	Plano Paraná Mais Cidades III – Aquisição Plantadeira	38.796,06
49423	Emenda – Gleisi Hoffmann	400,00
49422	Emenda – Elton Carlos Welter	84.000,00
1200	Viaja Mais 60 fase 2	8.000,00
000	Recursos Ordinários - Livres	96.000,00
1172	Transferência ITAIPU	200.000,00
1079	Transferência de Emendas	10.110,35
TOTAL DO SUPERAVIT		**437.306,41**

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

FONTE	Discriminação	Valor
1163	Transferências do Estado – Pav Asfaltica	5.353,87
1185	Plano Parana Mais Cidades – Aquisição Plantadeira	1.229,31
1191	Veículo Utilitário – SECID	42,52
1206	Transf SEDEF PR – Aquisição de Veículo	115,86
1080	Cadastro único SUAS	12.500,00
49424	Transf Emenda Flavio Arns	2.700,00
49423	Transf Emenda Gleisi Hoffmann	2.800,00
49425	Transf Emenda Nelsi Coguetto Maria	13.600,00

49426	Transf Emenda Oriovisto Guimaraes	8.000,00
881	Transf CEDCAPR	2.600,00
1310	Equip defesa Civil	45.000,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		**93.941,56**

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal de Manfrinópolis autorizado a proceder às alterações necessárias nas Leis Municipais n.º 901 de 09 de dezembro de 2025 – Programa Plurianual 2026-2029 e 891/2025 de 02 de setembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO, em decorrência do presente Suplementar.
Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 06 de maio de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, em 06 de maio de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:890E5175

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

RECURSOS HUMANOS
CRONOGRAMA ATUALIZADO PSS Nº 005/2026

PSS/PMM Nº 005/2026
CRONOGRAMA ATUALIZADO

O **MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 77.774.867/0001-29, com sede administrativa na Praça Francisco Assis Reis, 1060, CEP 85.540-000, Mangueirinha, Estado do Paraná, vem através da presidente do Processo Seletivo Simplificado PSS/PMM nº 005/2026, informar novo cronograma.
Considerando o elevado número de inscrições;
Considerando o tempo necessário para verificação de documentação dos candidatos.
Vem, através desta comissão, ATUALIZAR O CRONOGRAMA, do PSS nº 005/2026.

~~23/07/2026~~ **27/07/2026**	Publicação do Resultado Preliminar	Mural da Prefeitura, Internet – página oficial da Prefeitura Municipal de Mangueirinha, e Diário Oficial Eletrônico do Município.
~~23/07/2026~~ **e** ~~24/07/2026~~ **27/07/2026** **e** **28/07/2026**	Período para interposição de Recurso do Resultado Preliminar	Secretaria Municipal de Educação do Município de Mangueirinha, sito Rua Avelino A. Dos Santos, 108, Centro
~~27/07/2026~~ **30/07/2026**	Divulgação de recursos e Resultado Final homologado	Mural da Prefeitura, Internet – página oficial da Prefeitura Municipal de Mangueirinha, e Diário Oficial Eletrônico do Município.

Outros prazos constantes do edital PSS nº 005/2026 não sofreram alterações.

Mangueirinha, 22 de julho de 2026

MAXIMIANO AUGUSTO BERTI CECURA
Presidente da Comissão de Processo Seletivo Simplificado

Publicado por:
Maximiano Augusto Berti Cecura
Código Identificador:C5913BEB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
BOLETIM INTERNO Nº 005/2026

Prefeitura do Município de Marilena											
ESTADO DO PARANÁ											
BOLETIM INTERNO Nº 005/2026											
Atos de concessão de diárias amparado na Lei Municipal nº 2330/2025.											
CONCESSÃO DE DIÁRIAS REFERENTE AO MÊS DE MAIO DE 2026.											
Proposto	**Cargo/Função**	**Número da Solicitação**	**Justificativa**	**Trecho**				**Período**		**Valores das Diárias**
				Origem	**UF**	**Destino**	**UF**	**Início**	**Término**	
Celio Lelis da Mata	Prefeito, Nº6322	Nº209/2026	Participar de reuniões no IAT, SETU, Assembleia, SEAB e Casa Civil.	Marilena	PR	Curitiba	PR	04/05/2026	06/05/2026	R$3.600,00
Elizeu da Silva Sobreira	Motorista, Nº242	Nº210/2026	Levar os pacientes José Balico, Nilton Balico, Aguinaldo Soares, Reinaldo Lino do Santos e Maria Helena Paulo, no Hospital de Olhos para aplicação.	Marilena	PR	Jacarezinho	PR	03/05/2026	04/05/2026	R$400,00
Fagner Batista	Diretor do centro de ref. Da Assis. Social, Nº6111	Nº211/2026	Levar dois pacientes para consulta, a pedido da Secretaria de Saúde.	Marilena	PR	Arapongas	PR	04/05/2026	04/05/2026	R$120,00
Marinez	Professora, Nº6185	Nº212/2026	Participar da formação de Robótica.	Marilena	PR	Loanda	PR	05/05/2026	05/05/2026	R$120,00

Gonçalves da Silva Donato										
Reinaldo Victor de Barros Mota	Professor Temporário, Nº6372	Nº213/2026	Participar da formação de Robótica.	Marilena	PR	Loanda	PR	05/05/2026	05/05/2026	R$120,00
Vilmar da Silva Martins	Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura, Nº6356	Nº214/2026	Levar a munícipe Juliana Marta Zabolostky para perícia médica resolutiva.	Marilena	PR	Umuarama	PR	06/05/2026	06/05/2026	R$120,00
Maurilio Tavares Bariani	Motorista, Nº6384	Nº215/2026	Levar o paciente José Balico, para revisão de cirurgia, no Hospital de Olhos.	Marilena	PR	Cornélio Procópio	PR	05/05/2026	06/05/2026	R$400,00
Renata Caroline Balico	Secretária de Saúde, Nº5811	Nº216/2026	Participar da 1ª reunião do Comitê Regional de Urgência e Emergência.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	07/05/2026	07/05/2026	R$150,00
Rosi Maria Rabelo Mançano	Enfermeira, Nº5735	Nº217/2026	Participar da 1ª reunião do Comitê Regional de Urgência e Emergência.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	07/05/2026	07/05/2026	R$120,00
Vilmar da Silva Martins	Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura, Nº6356	Nº218/2026	Levar o munícipe Rafael Feliciano Ferreira Pinto para terapia.	Marilena	PR	Maringá	PR	07/05/2026	07/05/2026	R$120,00
Antonio Carlos Barile	Motorista, Nº5808	Nº219/2026	Levar o time da escolinha de futebol, para competição da Copa Beira Rio de Futebol de Base.	Marilena	PR	Santa Cruz de Monte Castelo	PR	09/05/2026	09/05/2026	R$120,00
Izaltino dos Santos Pinto	Motorista, Nº6389	Nº220/2026	Levar as atletas do time de vôlei para disputarem a competição Copa Extremo Noroeste.	Marilena	PR	Santa Izabel do PR Ivaí		09/05/2026	09/05/2026	R$120,00
Elizeu da Silva Sobreira	Motorista, Nº242	Nº221/2026	Levar a paciente Maria Enedina Sobreira para retorno de exames no Hospital de Olhos.	Marilena	PR	Cornélio Procópio	PR	08/05/2026	09/05/2026	R$400,00
Valter Celeste Silva	Motorista, Nº448	Nº222/2026	Levar a paciente Neusa Nogueira de Mello, para sessão de hemodiálise, na clínica do rim.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	09/05/2026	09/05/2026	R$120,00
Edilson Pereira dos Santos	Motorista, Nº260	Nº223/2026	Levar os pacientes Alberto Carlos Nogueira e Marina Cezaro Cardoso, para internamento cirúrgico no Hospital Santo Antônio.	Marilena	PR	Guaraniaçu	PR	10/05/2026	11/05/2026	R$400,00
Edilson Pereira dos Santos	Motorista, Nº260	Nº224/2026	Buscar a paciente de alta Roseli Prudêncio, no Hospital Santo Antônio.	Marilena	PR	Guaraniaçu	PR	12/05/2026	12/05/2026	R$400,00
Renata Caroline Balico	Secretária de Saúde, Nº5811	Nº225/2026	Participar da reunião sobre orientação a 14ª Conferência Estadual de Saúde e convocação para reunião Técnica Presencial.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	13/05/2026	13/05/2026	R$150,00
Carlos Augusto de Carvalho	Agente de Vigilância Sanitária, Nº653	Nº226/2026	Participar da reunião sobre orientação a 14ª Conferência Estadual de Saúde e convocação para reunião Técnica Presencial.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	13/05/2026	13/05/2026	R$120,00
Augusto Bernardes Carvalho Junior	Motorista, Nº5675	Nº227/2026	Levar a paciente Jessica Pereira de Oliveira, no Hospital do Trabalhador para consulta.	Marilena	PR	Curitiba	PR	13/05/2026	14/05/2026	R$600,00
Celio Lelis da Mata	Prefeito, Nº6322	Nº228/2026	Participar de reunião na 14ª Regional de Saúde e Consórcio de Saúde.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	13/05/2026	13/05/2026	R$250,00
Jonatan Soares Leite da Silva	Motorista, Nº6126	Nº229/2026	Levar o paciente Edefonso Ricardo Vieira para exames e pré anestésico, ambulatório Iguaçu, Hospital Evangélico.	Marilena	PR	Curitiba	PR	14/05/2026	15/05/2026	R$600,00
Robson Lopes dos Reis	Motorista, Nº6130	Nº230/2026	Levar os alunos do Colégio Estadual Princesa Izabel para participar dos Jogos Escolares do Paraná.	Marilena	PR	São Pedro	PR	15/05/2026	15/05/2026	R$120,00
Luiz Carlos de Souza	Motorista, Nº662	Nº231/2026	Levar os alunos do Colégio Estadual Princesa Izabel para participar dos Jogos Escolares do Paraná.	Marilena	PR	São Pedro	PR	16/05/2026	16/05/2026	R$120,00
Osmar dos Santos	Motorista, Nº5657	Nº232/2026	Levar os alunos do Colégio Estadual Princesa Izabel para participar dos Jogos Escolares do Paraná.	Marilena	PR	São Pedro	PR	16/05/2026	16/05/2026	R$120,00
Antonio Carlos Barile	Motorista, Nº5808	Nº233/2026	Levar os alunos do Colégio Estadual Princesa Izabel para participar dos Jogos Escolares do Paraná.	Marilena	PR	São Pedro	PR	17/05/2026	17/05/2026	R$120,00
Laercio Paulo Da Silva	Motorista, Nº6192	Nº234/2026	Levar os alunos do Colégio Estadual Princesa Izabel para participar dos Jogos Escolares do Paraná.	Marilena	PR	São Pedro	PR	17/05/2026	17/05/2026	R$120,00
Izaltino dos Santos Pinto	Motorista, Nº6389	Nº235/2026	Levar as atletas do time de futebol Santana, para que disputem uma competição.	Marilena	PR	Nova Londrina	PR	17/05/2026	17/05/2026	R$120,00
Solange Aparecida Lucio Almeida	Conselheiro Tutelar, Nº6268	Nº236/2026	Acompanhamento e entrega de infante à genitora.	Marilena	PR	Nova Esperança PR		14/05/2026	15/05/2026	R$120,00
Marilia D'ortas Souza	Conselheiro Tutelar, Nº6370	Nº237/2026	Acompanhamento e entrega de infante à genitora.	Marilena	PR	Nova Esperança PR		14/05/2026	15/05/2026	R$120,00
Fatima Izumi Matsumoto Belieri	Assistente Social, Nº6055	Nº238/2026	Participar da capacitação do sistema SIBEC.	Marilena	PR	Curitiba	PR	18/05/2026	21/05/2026	R$1.800,00
Robson Lopes dos Reis	Motorista, Nº6130	Nº239/2026	Levar os alunos do Colégio Estadual Princesa Izabel para participar dos Jogos Escolares do Paraná.	Marilena	PR	São Pedro	PR	18/05/2026	18/05/2026	R$120,00
Celio Lelis da Mata	Prefeito, Nº6322	Nº240/2026	Participar de reuniões na Assembleia, Secid, IAT, Secretaria de Turismo e SEAB.	Marilena	PR	Curitiba	PR	18/05/2026	20/05/2026	R$3.600,00
Antonio Carlos Barile	Motorista, Nº5808	Nº241/2026	Levar os alunos do Colégio Estadual Princesa Izabel para participar dos Jogos Escolares do Paraná.	Marilena	PR	São Pedro	PR	19/05/2026	19/05/2026	R$120,00
Ernandes Luiz da Graça	Secretário De Agricultura, Pesca E Pecuária, Nº6337	Nº242/2026	Buscar pneus para os veículos da agricultura.	Marilena	PR	Maringá	PR	19/05/2026	19/05/2026	R$150,00
Eliane Soares Carrasco	Técnico Em Saúde Bucal, Nº239	Nº243/2026	Participar da reunião das equipes da Saúde Bucal, na 14ª Regional de Saúde.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	20/05/2026	20/05/2026	R$120,00
Aline Aparecida Gomes da Silva	Odontóloga, Nº466	Nº244/2026	Participar da reunião das equipes da Saúde Bucal, na 14ª Regional de Saúde.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	20/05/2026	20/05/2026	R$120,00
Creonice Jordão da Silva	Auxiliar Em Saúde Bucal, Nº51	Nº245/2026	Participar da reunião das equipes da Saúde Bucal, na 14ª Regional de Saúde.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	20/05/2026	20/05/2026	R$120,00
Lorrane Jesus dos Santos	Técnico em Saúde Bucal temporário, Nº6455	Nº246/2026	Participar da reunião das equipes da Saúde Bucal, na 14ª Regional de Saúde.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	20/05/2026	20/05/2026	R$120,00
Luciana Aparecida da Costa	Professora de Educação Infantil, Nº5620	Nº247/2026	Participar da Formação do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	20/05/2026	20/05/2026	R$120,00
Elizeu da Silva Sobreira	Motorista, Nº242	Nº248/2026	Levar a paciente Maria Enedina Sobreira, para aplicação no hospital de olhos em Jacarezinho e os pacientes Tereza Bezerra Pichitelli, Aparecida Maria de Oliveira, Magno Mac Inter de Oliveira, José Claudio da Silva e Claudemir de Souza, no Hospital São José para consulta.	Marilena	PR	Jacarezinho e Carlópolis	PR	19/05/2026	20/05/2026	R$400,00
Izaltino dos Santos Pinto	Motorista, Nº6389	Nº249/2026	Levar as atletas do time de futebol para disputa dos Jogos do Estado do Paraná.	Marilena	PR	Perola	PR	22/05/2026	24/05/2026	R$1.200,00
Juliano Cosme dos Santos Cerquiari	Secretário de Esportes, Nº6326	Nº250/2026	Acompanhar os atletas do time de futebol para disputa dos Jogos do Estado do Paraná.	Marilena	PR	Perola	PR	22/05/2026	24/05/2026	R$450,00
Bernardo Vanzelli Mantuani	Assessor do Secretário de Esportes, Nº6371	Nº251/2026	Acompanhar os atletas do time de futebol para disputa dos Jogos do Estado do Paraná.	Marilena	PR	Perola	PR	22/05/2026	24/05/2026	R$360,00
Robson Lopes dos Reis	Motorista, Nº6130	Nº252/2026	Levar os atletas do time de futebol Santana FC, para disputa de campeonato.	Marilena	PR	Nova Londrina	PR	24/05/2026	24/05/2026	R$120,00
Antonio Carlos Barile	Motorista, Nº5808	Nº253/2026	Levar os alunos do 4º ano das Escolas Municipais para uma visita na fazenda modelo.	Marilena	PR	Querência do Norte	PR	25/05/2026	25/05/2026	R$120,00
Valter Celeste Silva	Motorista, Nº448	Nº254/2026	Levar o paciente Vagner Canova, para sessão de hemodiálise, na clínica do rim.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	23/05/2026	23/05/2026	R$120,00
Celio Lelis da Mata	Prefeito, Nº6322	Nº255/2026	Participar de reuniões no Palácio com Daniel Villas Boas, Chefe do Gabinete do Governador, reunião na SEAB, SECID, Cohapar e Secretaria de Saúde.	Marilena	PR	Curitiba	PR	24/05/2026	27/05/2026	R$4.800,00
Leonardo Henrique de	Chefe Do Dep. De Segurança Públicos,	Nº256/2026	Buscar certificados do Qualifica Paraná.	Marilena	PR	Umuarama	PR	26/05/2026	26/05/2026	R$120,00

Pontes Patrício	Nº6354										
Edilson Pereira dos Santos	Motorista, Nº260	Nº257/2026	Levar os pacientes Reinaldo Lino dos Santos, Aguinaldo Soares, José Balico, Nilton Balico e Maria Helena Paulo, para avaliação no Hospital de Olhos.	Marilena	PR	Cornélio Procópio	PR	25/05/2026	26/05/2026	R$400,00
Maurilio Tavares Bariani	Motorista, Nº6384	Nº258/2026	Levar o paciente Marcos Vinicius Lourenço de Almeida, para internamento de cirurgia no Hospital São José	Marilena	PR	Carlópolis	PR	26/05/2026	28/05/2026	R$800,00
Renata Caroline Balico	Secretária de Saúde, Nº5811	Nº259/2026	Participar da reunião do CRESEMS 14ª Regional de Saúde.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	27/05/2026	27/05/2026	R$150,00
Adriana dos Santos Meneguetti	Professora, Nº684	Nº260/2026	Participar do Evento Gestão FUNDEB com responsabilidade.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	27/05/2026	27/05/2026	R$120,00
Dulce Aparecida de Barros	Assessor Da Secretaria De Educação, Nº6338	Nº261/2026	Participar do Evento Gestão FUNDEB com responsabilidade.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	27/05/2026	27/05/2026	R$120,00
Darlene de Souza Barbosa	Secretária de Educação, Nº6336	Nº262/2026	Participar do Evento Gestão FUNDEB com responsabilidade.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	27/05/2026	27/05/2026	R$150,00
Sabrina Aparecida da Silva	Enfermeira, Nº594	Nº263/2026	Participar da reunião intitulada Enfermagem 360º: Cuidado e Conexão.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	28/05/2026	28/05/2026	R$120,00
Olminda Alves de Lima	Enfermeira, Nº5650	Nº264/2026	Participar da reunião intitulada Enfermagem 360º: Cuidado e Conexão.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	28/05/2026	28/05/2026	R$120,00
Vera Lucia Celeste Silva	Farmacêutica, Nº613	Nº265/2026	Participar da capacitação continuada aos farmacêuticos da 14ª Regional de Saúde.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	28/05/2026	28/05/2026	R$120,00
Jonatan Soares Leite da Silva	Motorista, Nº6126	Nº266/2026	Levar o paciente José Carlos de Oliveira, para internamento na Santa Casa de Londrina.	Marilena	PR	Londrina	PR	27/05/2026	27/05/2026	R$120,00
Edilson Pereira dos Santos	Motorista, Nº260	Nº267/2026	Levar o micro ônibus Volare, na rodo service para revisão.	Marilena	PR	Londrina	PR	28/05/2026	28/05/2026	R$120,00
Izaltino dos Santos Pinto	Motorista, Nº6389	Nº268/2026	Levar o time municipal da Escolinha de Futsal para disputar a competição Copa Paranavaí CUP.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	30/05/2026	30/05/2026	R$120,00
Laercio Paulo Da Silva	Motorista, Nº6192	Nº269/2026	Levar os alunos da Escolinha de Vôlei para disputarem a competição Copa Extremo Noroeste de Vôlei de Base	Marilena	PR	Santa Izabel do PR Ivaí		30/05/2026	30/05/2026	R$120,00
Vilmar da Silva Martins	Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura, Nº6356	Nº270/2026	Levar o munícipe Ricardo Souza Acácio, para perícia no INSS.	Marilena	PR	Maringá	PR	29/05/2026	29/05/2026	R$120,00
Olminda Alves de Lima	Enfermeira, Nº5650	Nº271/2026	Participar da 1ª Oficina de Insulinoterapia.	Marilena	PR	Maringá	PR	01/06/2026	01/06/2026	R$120,00
Carlos Augusto de Carvalho	Agente de Vigilância Sanitária, Nº653	Nº272/2026	Levar funcionária para participar da 1ª Oficina de Insulinoterapia.	Marilena	PR	Maringá	PR	01/06/2026	01/06/2026	R$120,00
Jose Donizete Balico	Motorista, Nº302/2026	Nº273/2026	Buscar ambulância que estava em manutenção.	Marilena	PR	Maringá	PR	29/05/2026	29/05/2026	R$120,00
Valter Celeste Silva	Motorista, Nº448	Nº274/2026	Levar o paciente Vagner Canova, para sessão de hemodiálise, na clínica do rim.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	30/05/2026	30/05/2026	R$120,00
Divino Deusdete De Souza	Motorista, Nº6209	Nº275/2026	Levar a paciente Neusa Nogueira, para sessão de hemodiálise, na clínica do rim.	Marilena	PR	Paranavaí	PR	30/05/2026	30/05/2026	R$120,00
Augusto Bernardes Carvalho Junior	Motorista, Nº5675	Nº276/2026	Levar os pacientes Maria Helena Paulo, José Balico, Nilton Balico, Aguinaldo Soares e Reinaldo Lino dos Santos, no Hospital de Olhos para aplicação.	Marilena	PR	Jacarezinho	PR	31/05/2026	01/06/2026	R$400,00
Jose Donizete Balico	Motorista, Nº302/2026	Nº277/2026	Levar os pacientes Maria Helena Paulo, José Balico, Nilton Balico, Aguinaldo Soares e Reinaldo Lino dos Santos, no Hospital de Olhos para aplicação.	Marilena	PR	Jacarezinho	PR	31/05/2026	01/06/2026	R$400,00
CELIO LELIS DA MATA								**TOTAL**		**R$27.690,00**

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:7732B9BF

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI Nº 2439/2026

LEI Nº 2439/2026

Súmula: Declara em extinção o cargo de Fiscal de Tributos e Posturas, cria os cargos efetivos de Auditor Fiscal da Receita Municipal e Fiscal de Posturas e Atividades Urbanas, altera a Lei Municipal nº 1.225/2014, e dá outras providências.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc..., faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1º. Fica declarado em extinção o cargo efetivo de Fiscal de Tributos e Posturas, atualmente previsto na Lei Municipal nº 1.225, de 12 de maio de 2014, vedada a abertura de concurso público, nomeação ou qualquer novo provimento para o referido cargo.
§ 1º. A declaração de extinção prevista no caput não prejudica as situações funcionais, previdenciárias e remuneratórias já constituídas, especialmente de servidores aposentados e pensionistas vinculados ao cargo de Fiscal de Tributos e Posturas ou a cargos anteriormente correlatos.
§ 2º. A declaração de extinção do cargo de Fiscal de Tributos e Posturas não implica revisão, cancelamento, reenquadramento, transformação, transposição ou alteração automática de benefícios previdenciários já concedidos, os quais permanecerão regidos pela legislação previdenciária aplicável e pelos respectivos atos concessivos.
§ 3º. O cargo declarado em extinção permanecerá apenas para fins de preservação das situações jurídicas já constituídas, ficando vedado seu novo provimento, sem prejuízo da manutenção dos registros funcionais, previdenciários e históricos correspondentes.
Art. 2º. Fica alterado o Anexo III da Lei Municipal nº 1.225, de 12 de maio de 2014, referente à Tabela de Vencimentos do Grupo Ocupacional Administrativo - GOA, para inserção da nova referência salarial **GOA G**, com vencimento inicial de **R$ 2.800,00**, observada a progressão horizontal prevista no Plano Geral de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos Efetivos do Quadro Geral do Poder Executivo Municipal, conforme nova tabela anexa.
§ 1º. A criação da referência salarial GOA G não implica alteração, reenquadramento, equiparação, revisão ou reajuste automático de vencimentos de outros cargos integrantes do Grupo Ocupacional Administrativo.
§ 2º. A referência salarial GOA G não altera as referências salariais atualmente existentes, nem modifica a situação funcional, remuneratória ou previdenciária de servidores ativos, inativos ou pensionistas vinculados a outros cargos.
§ 3º. O provimento do cargo vinculado à referência salarial GOA G fica condicionado à existência de dotação orçamentária, disponibilidade financeira, observância dos limites de despesa com pessoal e atendimento às exigências da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 3º. Fica criado, no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, integrante da Lei Municipal nº 1.225, de 12 de maio de 2014, o cargo de **Auditor Fiscal da Receita Municipal**, com **1 vaga, carga horária de 40 horas** semanais, Grupo Ocupacional Profissional, **simbologia salarial GOP I**, nível de escolaridade superior, requisitos e atribuições constantes dos Anexos desta Lei.
Art. 4º. Fica criado, no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, integrante da Lei Municipal nº 1.225, de 12 de maio de 2014, o cargo de **Fiscal de Posturas e Atividades Urbanas**, com **1 vaga**, **carga horária de 40 horas** semanais, Grupo Ocupacional Administrativo, simbologia salarial **GOA G**, nível de escolaridade médio, requisitos e atribuições constantes dos Anexos desta Lei.
Art. 5º. A criação dos cargos previstos nos arts. 3º e 4º desta Lei não importa transformação, transposição, aproveitamento, reenquadramento, equiparação, derivação ou sucessão remuneratória automática em relação ao cargo de Fiscal de Tributos e Posturas.
Parágrafo único. Os cargos de Auditor Fiscal da Receita Municipal e Fiscal de Posturas e Atividades Urbanas constituem cargos novos, com denominações próprias, requisitos próprios, simbologias salariais próprias e atribuições específicas, aplicáveis exclusivamente aos provimentos realizados após a entrada em vigor desta Lei.
Art. 6º. O Anexo I da Lei Municipal nº 1.225, de 12 de maio de 2014, passa a vigorar acrescido dos cargos criados por esta Lei, na forma do Anexo I.
Art. 7º. O Anexo III da Lei Municipal nº 1.225, de 12 de maio de 2014, passa a vigorar acrescido na referência salarial GOA G na Tabela de Vencimentos do Grupo Ocupacional Administrativo - GOA, na forma do Anexo II desta Lei.
Art. 8º. O Anexo VII da Lei Municipal nº 1.225, de 12 de maio de 2014, passa a vigorar acrescido do cargo de Fiscal de Tributos e Posturas no rol de cargos em extinção, na forma do Anexo III.
Art. 9º. O Anexo VIII da Lei Municipal nº 1.225, de 12 de maio de 2014, passa a vigorar acrescido das atribuições dos cargos de Auditor Fiscal da Receita Municipal e Fiscal de Posturas e Atividades Urbanas, na forma do Anexo IV.
Art. 10º. O provimento dos cargos criados por esta Lei fica condicionado à existência de vaga, prévia dotação orçamentária, disponibilidade financeira, observância dos limites de despesa com pessoal e atendimento às exigências da Lei Complementar Federal nº 101/2000.
Art. 11º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Marilena/PR, 22 de Julho de 2026.

CÉLIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

ANEXO I
ALTERAÇÃO DO ANEXO I DA LEI MUNICIPAL Nº 1.225/2014
QUADRO DE PESSOAL - CARGOS CRIADOS

Cód.	Cargo	Simbologia Salarial	Grupo Ocupacional	Vagas	Carga Horária Semanal	Escolaridade	Requisitos para admissão
53	AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	GOP I	Profissional	1	40 horas	Superior	Haver concluído ensino superior em Administração, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Gestão Pública ou áreas correlatas à Administração Tributária, conforme definido em edital, e possuir Carteira Nacional de Habilitação, no mínimo, categoria B.
54	FISCAL DE POSTURAS E ATIVIDADES URBANAS	GOA G	Administrativo	1	40 horas	Médio	Haver concluído o ensino médio e possuir Carteira Nacional de Habilitação, no mínimo, categoria B.

ANEXO II
ALTERAÇÃO DO ANEXO III DA LEI MUNICIPAL Nº 1.225/2014
Inclui a referência salarial GOA G na Tabela de Vencimentos do Grupo Ocupacional Administrativo.

ANEXO III
ALTERAÇÃO DO ANEXO VII DA LEI MUNICIPAL Nº 1.225/2014
CARGOS EM EXTINÇÃO
Fica incluído no rol de cargos em extinção o seguinte cargo:
FISCAL DE TRIBUTOS E POSTURAS
Observação: vedado novo provimento, preservadas as situações funcionais, previdenciárias e remuneratórias já constituídas, na forma da legislação aplicável e dos respectivos atos concessivos.

ANEXO IV
ALTERAÇÃO DO ANEXO VIII DA LEI MUNICIPAL Nº 1.225/2014
ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS CRIADOS
CARGO: AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL
Grupo Ocupacional: Profissional. Simbologia salarial: GOP I. Carga horária: 40 horas semanais. Escolaridade: nível superior.
Atribuições:
Exercer, no âmbito da administração tributária municipal, atividades de fiscalização, auditoria, controle, lançamento, arrecadação e orientação tributária, assegurando a correta aplicação da legislação tributária municipal e a efetiva constituição das receitas de competência do Município.
Fiscalizar o cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias pelos sujeitos passivos, mediante análise de documentos fiscais, contábeis, eletrônicos, declarações, cadastros, livros, registros, sistemas, informações econômico-fiscais e demais elementos necessários à atividade fiscal.
Proceder ao lançamento, revisão, suspensão, retificação, cancelamento ou constituição de créditos tributários municipais, inclusive mediante lançamento de ofício, lavratura de autos de infração, notificações fiscais, intimações, comunicações, termos de fiscalização e demais atos próprios da administração tributária.
Fiscalizar, apurar e controlar o recolhimento do ISS, IPTU, ITBI, taxas, contribuição de melhoria, contribuição para custeio da iluminação pública, quando couber, e demais receitas tributárias de competência municipal, observada a legislação aplicável.
Realizar diligências fiscais, vistorias, levantamentos, conferências e auditorias fiscais necessárias à verificação de fatos geradores, bases de cálculo, enquadramentos tributários, imunidades, isenções, não incidências, responsabilidades tributárias, retenções e demais elementos vinculados à constituição do crédito tributário.

Examinar a escrita fiscal e contábil de contribuintes, prestadores de serviços, responsáveis tributários e demais sujeitos passivos, podendo requisitar livros, documentos, arquivos digitais, notas fiscais, contratos, comprovantes e demais informações necessárias à fiscalização tributária, na forma da legislação.
Proceder ao arbitramento de base de cálculo, desclassificação de escrituração ou adoção de outros critérios legalmente previstos quando constatada omissão, irregularidade, fraude, insuficiência documental ou impossibilidade de apuração regular do tributo.
Gerenciar, manter, revisar e atualizar os cadastros econômico, mobiliário, imobiliário e demais bancos de dados fiscais do Município, promovendo inscrição, alteração, baixa, atualização, homologação e revisão cadastral de contribuintes, imóveis e atividades econômicas.
Atuar na avaliação fiscal de imóveis para fins de IPTU, ITBI e demais tributos municipais, observada a legislação local, podendo realizar levantamentos, pesquisas de mercado, análise de documentos, vistorias e demais procedimentos necessários à apuração de valores fiscais, sem prejuízo de avaliações técnicas privativas quando exigidas por lei.
Instruir processos administrativos tributários, elaborar informações, relatórios, manifestações técnicas, pareceres fiscais e demais atos necessários à constituição, revisão, suspensão, exclusão, extinção, compensação, restituição, parcelamento, remissão ou cobrança de créditos tributários.
Analisar e instruir processos relativos a imunidades, isenções, não incidências, benefícios fiscais, restituições, compensações, moratórias, parcelamentos e demais matérias tributárias submetidas à administração municipal.
Examinar processos administrativos para inscrição, revisão, suspensão ou cancelamento de créditos em dívida ativa, encaminhando as informações fiscais necessárias ao setor competente para cobrança administrativa ou judicial.
Fiscalizar contribuintes optantes pelo Simples Nacional, microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, prestadores de serviços, instituições financeiras, cartórios, profissionais autônomos e demais atividades sujeitas à tributação municipal, observadas as competências municipais.
Autorizar, controlar, suspender ou cancelar, quando couber, o uso de documentos fiscais municipais, notas fiscais de serviço eletrônicas, declarações fiscais, regimes especiais e demais instrumentos vinculados à arrecadação e fiscalização tributária.
Promover ações de educação fiscal, orientação ao contribuinte, atendimento técnico, esclarecimento de dúvidas, emissão de informações fiscais e aperfeiçoamento dos procedimentos de arrecadação e fiscalização.
Colaborar na formulação, execução e avaliação da política tributária municipal, propondo medidas de incremento da receita própria, modernização da gestão fiscal, atualização cadastral, melhoria dos sistemas de arrecadação e aperfeiçoamento da legislação tributária.
Acompanhar, no âmbito da administração tributária, informações relativas a transferências constitucionais e legais, declarações fiscais, índices de participação, dados econômico-fiscais e demais elementos que possam impactar a receita municipal.
Resguardar o sigilo fiscal e a confidencialidade das informações obtidas em razão do cargo, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, contraditório e ampla defesa.
Executar outras atribuições correlatas à administração tributária municipal, desde que compatíveis com a natureza do cargo e com a legislação vigente.
Não compete ao Auditor Fiscal da Receita Municipal exercer, como atribuição ordinária do cargo, fiscalização de posturas, obras, edificações, vigilância sanitária, fiscalização ambiental ou outras atividades estranhas à administração tributária, sem prejuízo da comunicação aos órgãos competentes quando, no exercício da fiscalização tributária, constatar fatos que demandem providências de outras áreas da Administração.

CARGO: FISCAL DE POSTURAS E ATIVIDADES URBANAS

Grupo Ocupacional: Administrativo. Simbologia salarial: GOA G. Carga horária: 40 horas semanais. Escolaridade: nível médio.

Atribuições:

Exercer atividades de fiscalização administrativa no âmbito do Código de Posturas Municipal, das normas de ordenamento urbano, das regras de funcionamento de estabelecimentos, do uso de vias, logradouros e bens públicos, bem como das demais normas municipais de poder de polícia administrativa.
Fiscalizar o cumprimento das normas municipais relativas à higiene, segurança, ordem, costumes públicos, sossego, salubridade, limpeza urbana, uso de espaços públicos, funcionamento de estabelecimentos e demais matérias de interesse local.
Fiscalizar estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços, feiras, eventos, atividades ambulantes, atividades em logradouros públicos e demais atividades sujeitas a autorização, licença ou alvará municipal, verificando a existência, validade e conformidade dos atos autorizativos.
Lavrar notificações preliminares, intimações, autos de infração, termos de constatação, relatórios de vistoria, termos de apreensão, termos de interdição, termos de embargo administrativo e demais documentos previstos na legislação municipal, observados o devido processo administrativo, o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.
Fiscalizar o uso, ocupação e conservação de vias, passeios, calçadas, praças, logradouros, bens públicos e espaços de uso comum, inclusive quanto à obstrução, depósito irregular de materiais, instalação de equipamentos, mesas, cadeiras, mercadorias, publicidade ou qualquer forma de ocupação não autorizada.
Fiscalizar comércio ambulante, feiras livres, eventos temporários, atividades itinerantes e demais atividades exercidas em espaços públicos ou privados sujeitos ao controle municipal, verificando licenças, autorizações, horários, locais permitidos e condições de regularidade administrativa.
Fiscalizar publicidade, propaganda, letreiros, anúncios, placas, faixas, cartazes, painéis, engenhos publicitários e demais meios de divulgação sujeitos à autorização ou disciplina municipal, adotando as providências administrativas previstas na legislação.
Fiscalizar horários de funcionamento, condições administrativas de exercício de atividades econômicas, perturbação do sossego público, poluição sonora de natureza administrativa e demais condutas sujeitas ao Código de Posturas e à legislação municipal.
Fiscalizar terrenos baldios, imóveis não edificados, imóveis abandonados ou malconservados, verificando limpeza, capinação, conservação, acúmulo de resíduos, depósito irregular de materiais, presença de criadouros, necessidade de muro, passeio ou outras providências previstas na legislação municipal.
Fiscalizar a limpeza urbana, o descarte irregular de resíduos, entulhos, galhos, materiais, animais mortos, objetos inservíveis e demais condutas que afetem a salubridade, a segurança, a ordem urbana e o bem-estar coletivo, adotando as providências administrativas cabíveis.
Fiscalizar, no âmbito da legislação municipal e sem prejuízo das competências da Secretaria de Meio Ambiente e de órgãos ambientais estaduais ou federais, condutas administrativas relacionadas à proteção do meio ambiente local, arborização urbana, poda ou supressão irregular de árvores em área urbana, queimadas urbanas, disposição irregular de resíduos, manutenção de áreas verdes, preservação de praças, parques, bosques, jardins, fundos de vale, áreas de interesse ambiental e demais situações de repercussão local previstas em lei.
Constatar, registrar e comunicar aos órgãos competentes indícios de infração ambiental de competência estadual ou federal, crime ambiental, dano ambiental relevante ou situação que demande avaliação técnica especializada, sem substituir a atuação de profissional habilitado, autoridade ambiental licenciadora ou órgão de polícia judiciária.
Apoiar a Secretaria de Meio Ambiente, quando solicitado e dentro das atribuições do cargo, na fiscalização dos serviços de coleta de entulhos, reciclagem, disposição final de resíduos sólidos, limpeza e conservação de terrenos baldios, arborização pública e demais atividades administrativas de interesse ambiental local.
Fiscalizar a regularidade administrativa de obras, reformas, construções, demolições e ocupações apenas quanto à existência de alvará, licença, autorização ou documento municipal exigível, comunicando ao setor de Obras e Urbanismo, ao engenheiro responsável ou ao órgão técnico

competente as situações que demandem análise de projeto, laudo, parecer técnico, vistoria de engenharia, embargo técnico ou avaliação especializada.
Fiscalizar a regularidade administrativa de estabelecimentos e atividades quanto a alvarás, licenças, autorizações e condições de funcionamento, encaminhando à Vigilância Sanitária as situações que envolvam licença sanitária, manipulação de alimentos, produtos, medicamentos, higiene, risco à saúde pública ou avaliação sanitária específica.
Realizar apreensão, remoção, lacração, interdição administrativa ou outras medidas de polícia administrativa quando houver previsão legal, observando o procedimento aplicável, a proporcionalidade, a motivação do ato e a comunicação ao órgão competente quando a matéria exigir atuação técnica especializada.
Orientar munícipes, comerciantes, prestadores de serviços, proprietários de imóveis, responsáveis por eventos e demais interessados quanto ao cumprimento da legislação municipal de posturas, atividades urbanas, licenciamento, alvarás, uso de espaços públicos, limpeza urbana e meio ambiente local.
Elaborar relatórios, registros fotográficos, certidões, informações administrativas, mapas de fiscalização, levantamentos, planilhas e demais documentos necessários à instrução de processos administrativos de fiscalização.
Atuar de forma integrada com as Secretarias Municipais e órgãos competentes, especialmente nas áreas de Administração, Finanças, Saúde, Meio Ambiente, Obras e Urbanismo, Turismo e Desenvolvimento Econômico, encaminhando as irregularidades que extrapolem as atribuições do cargo.
Comunicar à chefia imediata, à Secretaria competente, ao Ministério Público, à Polícia Militar Ambiental, à Polícia Civil, ao Instituto Água e Terra - IAT, ao IBAMA ou a outro órgão competente, conforme o caso, fatos que indiquem crime ambiental, risco coletivo, dano relevante ou necessidade de atuação de autoridade externa.
Participar de ações educativas, campanhas de orientação, programas de regularização, mutirões de fiscalização, educação ambiental, educação urbana e demais atividades preventivas relacionadas às atribuições do cargo.
Executar outras atribuições correlatas à fiscalização de posturas, atividades urbanas, poder de polícia administrativa e meio ambiente local, desde que compatíveis com a natureza do cargo, com o nível de escolaridade exigido e com a legislação vigente.
Não compete ao Fiscal de Posturas e Atividades Urbanas constituir crédito tributário, realizar lançamento tributário, auditar escrita fiscal, decidir processo administrativo tributário, emitir laudos técnicos de engenharia, arquitetura, meio ambiente ou vigilância sanitária, conceder licença ambiental complexa, substituir profissional legalmente habilitado ou exercer atribuições privativas de outros cargos ou profissões regulamentadas.

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:C68A32BC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 239/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 239/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 079/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: ALAN HENRIQUE TONELLO

CNPJ: 28.434.532/0001-56

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO (PA1/PS1) EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

COTA PRINCIPAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	TUBO DE CONCRETO SIMPLES (PS-1) DE 40 CM DIÂMETRO X 1M. COMPRIMENTO, CARGA MÍNIMA DE RUPTURA 24KN/M, CARGA MÍNIMA DE FISSURA 16KN/M, GRANDE DURABILIDADE, ESTANQUEIDADE DAS JUNTAS, RESISTENTE A LÍQUIDOS AGRESSIVOS, RESISTÊNCIA A ESFORÇOS DIN MICOS E DE IMPACTO, CONFORME NBR 8890/07.	UND	3750	R$58,98	R$221.175,00
3	TUBO DE CONCRETO SIMPLES (PS-1) DE 80 CM DIÂMETRO X 1M. COMPRIMENTO, CARGA MÍNIMA DE RUPTURA 24KN/M, CARGA MÍNIMA DE FISSURA 16KN/M, GRANDE DURABILIDADE, ESTANQUEIDADE DAS JUNTAS RESISTENTE A LÍQUIDOS AGRESSIVOS, RESISTÊNCIA A ESFORÇOS DIN MICOS E DE IMPACTO, CONFORME NBR 8890/07. 3491	TUBO	1125	R$168,56	R$189.630,00
7	TUBO DE CONCRETO ARMADO (PA-1) DE 80 CM DI METRO X 1M. COMPRIMENTO, CARGA MÍNIMA DE RUPTURA 24KN/M, CARGA MÍNIMA DE FISSURA 16KN/M, GRANDE DURABILIDADE, ESTANQUEIDADE DAS JUNTAS RESISTENTE A LÍQUIDOS AGRESSIVOS, RESISTÊNCIA A ESFORÇOS DIN MICOS E DE IMPACTO, CONFORME NBR 8890/07. 3491	UND	2625	R$208,33	R$546.866,25
TOTAL COTA PRINCIPAL					R$957.671,25
COTA RESERVADA					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
9	TUBO DE CONCRETO SIMPLES (PS-1) DE 60 CM DIÂMETRO X 1M. COMPRIMENTO, CARGA MÍNIMA DE RUPTURA 24KN/M, CARGA MÍNIMA DE FISSURA 16KN/M, GRANDE DURABILIDADE, ESTANQUEIDADE DAS JUNTAS RESISTENTE A LÍQUIDOS AGRESSIVOS, RESISTÊNCIA A ESFORÇOS DIN MICOS E DE IMPACTO, CONFORME NBR 8890/07.	UND	1250	R$99,58	R$124.475,00
10	TUBO DE CONCRETO SIMPLES (PS-1) DE 80 CM DIÂMETRO X 1M. COMPRIMENTO, CARGA MÍNIMA DE RUPTURA 24KN/M, CARGA MÍNIMA DE FISSURA 16KN/M, GRANDE DURABILIDADE, ESTANQUEIDADE DAS JUNTAS RESISTENTE A LÍQUIDOS AGRESSIVOS, RESISTÊNCIA A ESFORÇOS DIN MICOS E DE IMPACTO, CONFORME NBR 8890/07. 3491	TUBO	375	R$168,56	R$63.210,00
11	TUBO DE CONCRETO ARMADO (PA-1) DE 30 CM DIÂMETRO X 1M. COMPRIMENTO, CARGA MÍNIMA DE RUPTURA 24KN/M, CARGA MÍNIMA DE FISSURA 16KN/M, GRANDE DURABILIDADE, ESTANQUEIDADE DAS JUNTAS, RESISTENTE A LÍQUIDOS AGRESSIVOS, RESISTÊNCIA A ESFORÇOS DIN MICOS E DE IMPACTO, CONFORME NBR 8890/07.	UND	750	R$71,49	R$53.617,50
12	TUBO DE CONCRETO ARMADO (PA1) DE 40 CM DIÂMETRO X 1M. COMPRIMENTO, CARGA MÍNIMA DE RUPTURA 24KN/M, CARGA MÍNIMA DE FISSURA 16KN/M, GRANDE DURABILIDADE, ESTANQUEIDADE DAS JUNTAS, RESISTENTE A LÍQUIDOS AGRESSIVOS, RESISTÊNCIA A ESFORÇOS DIN MICOS E DE IMPACTO, CONFORME NBR 8890/07.	UND	1250	R$83,85	R$104.812,50
13	TUBO DE CONCRETO ARMADO (PA-1) DE 60 CM DIÂMETRO X 1M. COMPRIMENTO, CARGA MÍNIMA DE RUPTURA 24KN/M, CARGA MÍNIMA DE	UND	1250	R$143,00	R$178.750,00

	FISSURA 16KN/M, GRANDE DURABILIDADE, ESTANQUEIDADE DAS JUNTAS RESISTENTE A LÍQUIDOS AGRESSIVOS, RESISTÊNCIA A ESFORÇOS DIN MICOS E DE IMPACTO, CONFORME NBR 8890/07.				
14	TUBO DE CONCRETO ARMADO (PA-1) DE 80 CM DI METRO X 1M. COMPRIMENTO, CARGA MÍNIMA DE RUPTURA 24KN/M, CARGA MÍNIMA DE FISSURA 16KN/M, GRANDE DURABILIDADE, ESTANQUEIDADE DAS JUNTAS RESISTENTE A LÍQUIDOS AGRESSIVOS, RESISTÊNCIA A ESFORÇOS DIN MICOS E DE IMPACTO, CONFORME NBR 8890/07. 3491	UND	875	R$208,33	R$182.288,75
TOTAL COTA RESERVADA					R$707.153,75
TOTAL GERAL					R$1.664.825,00

VALOR: R$1.664.825,00 (um milhão seiscentos e sessenta e quatro mil oitocentos e vinte e cinco reais).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 16/07/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:3100B9D2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 240/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 240/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 079/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: CONCRELEAL IND. E COM. DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

CNPJ: 37.177.090/0001-09

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO (PA1/PS1) EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

COTA PRINCIPAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
4	TUBO DE CONCRETO ARMADO (PA-1) DE 30 CM DIÂMETRO X 1M. COMPRIMENTO, CARGA MÍNIMA DE RUPTURA 24KN/M, CARGA MÍNIMA DE FISSURA 16KN/M, GRANDE DURABILIDADE, ESTANQUEIDADE DAS JUNTAS, RESISTENTE A LÍQUIDOS AGRESSIVOS, RESISTÊNCIA A ESFORÇOS DIN MICOS E DE IMPACTO, CONFORME NBR 8890/07.	UND	2250	R$ 72,00	R$162.000,00
5	TUBO DE CONCRETO ARMADO (PA1) DE 40 CM DIÂMETRO X 1M. COMPRIMENTO, CARGA MÍNIMA DE RUPTURA 24KN/M, CARGA MÍNIMA DE FISSURA 16KN/M, GRANDE DURABILIDADE, ESTANQUEIDADE DAS JUNTAS, RESISTENTE A LÍQUIDOS AGRESSIVOS, RESISTÊNCIA A ESFORÇOS DIN MICOS E DE IMPACTO, CONFORME NBR 8890/07.	UND	3750	R$ 84,00	R$ 315.000,00
TOTAL PRINCIPAL					R$477.000,00

VALOR: R$477.000,00 (quatrocentos e setenta e sete mil reais).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 16/07/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:570F491B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 241/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 241/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 079/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: TUBOS PALMEIRA LTDA

CNPJ: 12.097.090/0001-60

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO (PA1/PS1) EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

COTA PRINCIPAL

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
2	TUBO DE CONCRETO SIMPLES (PS-1) DE 60 CM DIÂMETRO X 1M. COMPRIMENTO, CARGA MÍNIMA DE RUPTURA 24KN/M, CARGA MÍNIMA DE FISSURA 16KN/M, GRANDE DURABILIDADE, ESTANQUEIDADE DAS JUNTAS RESISTENTE A LÍQUIDOS AGRESSIVOS, RESISTÊNCIA A ESFORÇOS DIN MICOS E DE IMPACTO, CONFORME NBR 8890/07.	UND	3750	R$ 108,00	R$405.000,00
6	TUBO DE CONCRETO ARMADO (PA-1) DE 60 CM DIÂMETRO X 1M. COMPRIMENTO, CARGA MÍNIMA DE RUPTURA 24KN/M, CARGA MÍNIMA DE FISSURA 16KN/M, GRANDE DURABILIDADE, ESTANQUEIDADE DAS JUNTAS RESISTENTE A LÍQUIDOS AGRESSIVOS, RESISTÊNCIA A ESFORÇOS DIN MICOS E DE IMPACTO, CONFORME NBR 8890/07.	UND	3750	R$ 152,00	R$570.000,00
TOTAL COTA PRINCIPAL					R$975.000,00
COTA RESERVADA					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
8	TUBO DE CONCRETO SIMPLES (PS-1) DE 40 CM DIÂMETRO X 1M. COMPRIMENTO, CARGA MÍNIMA DE RUPTURA 24KN/M, CARGA MÍNIMA DE FISSURA 16KN/M, GRANDE DURABILIDADE, ESTANQUEIDADE DAS JUNTAS, RESISTENTE A LÍQUIDOS AGRESSIVOS, RESISTÊNCIA A ESFORÇOS DIN MICOS E DE IMPACTO, CONFORME NBR 8890/07.	UND	1250	R$ 59,68	R$74.600,00
TOTAL COTA RESERVADA					R$74.600,00
TOTAL GERAL					R$1.049.600,00

VALOR: R$1.049.600,00 (um milhão quarenta e nove mil e seiscentos reais).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 16/07/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:EA7C069A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 043/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 043/2026

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADO: COOPERATIVA DE PROCESSAMENTO ALIMENTAR E AGRICULTURA ALIMENTAR SOLIDÁRIA DE AGUDOS DO SUL E REGIÃO - COAFAG

CNPJ Nº: 17.430.251/0001-09

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ESTUDANTES DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
4	AÇAFRÃO EM PÓ, DESCASCADO E MOÍDO 100% PURO DE EXCELENTE QUALIDADE, PÓ AMARELO/LARANJA. FINO DE FÁCIL ESCOAMENTO, NÃO DEVENDO ESTAR EMPEDRADO E ISENTO DE SUJIDADES. EMBALAGEM INTACTA DE ATÉ 1KG, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO DATA DE VALIDADE E NÚMERO DO LOTE DO PRODUTO. VALIDADE MÍNIMA DE 3 MESES.	KG	400	R$ 25,60	R$ 10.240,00
19	BOLACHA CASEIRA AMANTEIGADA PRODUZIDA DE FORMA ARTESANAL, COM UTILIZAÇÃO DE INSUMOS NATURAIS, SEM CONSERVANTES, CORANTES E OUTROS ADITIVOS INGREDIENTES; OVOS, AÇÚCAR, MARGARINA, GORDURA ANIMAL, LEITE, SAL AMONÍACO, FERMENTO QUÍMICO, SAL PESO MÉDIO DA EMBALAGEM DO PRODUTO: 500 GRAMAS A 1,5 KG. EMBALAGEM DEVE SER ADEQUADA AO PRODUTO, GARANTINDO A QUALIDADE E SER DE PLÁSTICO TRANSPARENTE RESISTENTE E BANDEJA DE ISOPOR OU SACO PLÁSTICO RESISTENTE VEDADO. RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A EXIGÊNCIA SANITÁRIA. O PRODUTO DEVE TER GARANTIA DE HIGIENE, CONSISTÊNCIA E APARÊNCIA ADEQUADAS. VALIDADE NO MÍNIMO 30 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA, E DEVERÁ CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO E DATA DE VENCIMENTO. APRESENTAR AMOSTRA.	KG	426	R$ 29,10	R$ 12.396,60
45	PÃO DE FORMA ARTESANAL, COM UTILIZAÇÃO DE INSUMOS NATURAIS, SEM CONSERVANTES, CORANTES E OUTROS ADITIVOS. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA, SAL, ÓLEO, AÇÚCAR, FERMENTO BIOLÓGICO E VARIAÇÕES DE ACORDO COM A RECEITA. PESO APROXIMADO DO PRODUTO: 800 GRAMAS. A EMBALAGEM DEVE SER DE PLÁSTICO TRANSPARENTE RESISTENTE, LACRADO. O RÓTULO DE DEVE ESTAR DE ACORDO COM A EXIGÊNCIA SANITÁRIA. O PRODUTO DEVE TER GARANTIA DE HIGIENE, CONSISTÊNCIA E APARÊNCIA ADEQUADAS. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 5 DIAS. APRESENTAR AMOSTRA.	KG	1.113	R$ 18,50	R$ 20.590,50
48	PÃO PARA SANDUICHE, TIPO PÃO DE HAMBÚRGUER, PACOTE DE 1KG, EMBALAGEM ATÓXICA E TRANSPARENTE COM ROTULAGEM COMPLETA (IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, CONTEÚDO LÍQUIDO, LISTA DE INGREDIENTES, ORIGEM, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, PRAZO DE VALIDADE E LOTE). APRESENTAR AMOSTRA.	KG	1.715	R$ 18,75	R$ 32.156,25
TOTAL					R$75.382,35

VALOR TOTAL: R$75.382,35 (setenta e cinco mil trezentos e oitenta e dois reais e trinta e cinco centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 17/06/2027

DATA DA ASSINATURA: 16/07/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:A73F2A0B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 045/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 045/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 083/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADO: SEGUROS SURA S/A

CNPJ Nº: 33.065.699/0001-27

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Seguro veicular para ambulância, Renault Master Flash AM5 Ano 2025/2026 Placa UBQ6G59	Serviços	1	R$2.939,79	R$2.939,79
2	Seguro veicular para ambulância, Renault Master Flash AM5 Ano 2025/2026 Placa UBQ6G62.	Serviços	1	R$2.941,17	R$2.941,17
					R$5.880,96

VALOR TOTAL: R$5.880,96 (cinco mil e oitocentos e oitenta reais e noventa e seis centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 17/07/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:FA18832F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2025 – ID Nº 142/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MORRETES E A EMPRESA PIRES & PIRES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2025 – ID Nº 142/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MORRETES E A EMPRESA PIRES & PIRES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.490/0001-99 e sede na Praça Rocha Pombo, nº 10, Centro, Morretes – Paraná, neste ato representado pelos Secretários Municipais, Sra's. **JÉSSICA RONCHINI MONTALVÃO, LOANA CONFORTO FERREIRA, MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO, MARIANA MEDUNA MOSCARDI CHARELLO, ADRIANA ASSUMPÇÃO e GILTON DIAS JUNIOR**, residentes e domiciliados no Município de Morretes/PR, CEP nº 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022, com supedâneo no inciso IV do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATADA PIRES & PIRES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica–CNPJ nº **37.252.676/0001-82**, sediada na Rua Djanira Gonçalves Souza, nº 237, Eldorado, Paranaguá-PR, CEP 83.206-517, neste ato representada pelo seu Marcio Pires, brasileiro, casado, portador(a) da carteira de identidade nº XXXX93-9, expedida pela SSP/PR, CPF nº 042.XXX.XXX-55, residente e domiciliado em Rua Marcos Luiz de Bona, n° 70, Centro, Morretes-PR, CEP 83.350-000. Com o Email: mplink@hotmail.com.br.

As partes, acima qualificadas, **MUNICÍPIO DE MORRETES**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **PIRES & PIRES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA,** doravante denominada **CONTRATADA**, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 14.133/2021, no tocante a Ata de Registro de Preços nº 120/2025 – ID nº 142/2025, vinculada ao PE nº 22/2025, firmada com PIRES & PIRES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação, substituição, manutenção e limpeza de calhas, rufos e condutores, com fornecimento de mão de obra e peças, firmam o presente **TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO**, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO
Fica prorrogado o prazo de vigência e execução da Ata de Registro de Preços nº 120/2025 – ID nº 142/2025, vinculado ao Pregão Eletrônico nº 22/2025, por mais **12 (doze) meses**, contados a partir de **09 DE JULHO DE 2026**, devendo encerrar-se em **09 DE JULHO DE 2027,** conforme especificações, pareceres e anexos constantes no protocolado administrativo 7292/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Reduzido 076 - 05.001.04.122.0040.2.221.3.3.90.39.00.00 FONTE 1000

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Reduzido 406 - 09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.39.00.00 FONTE 1000

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Reduzido 102 - 06.001.12.122.0041.2015.3.3.90.39.00.00 FONTE 1103/1104

Reduzido 120 - 06.001.12.122.0041.2015.3.3.90.39.00.00 FONTE 1103/1104
Reduzido 157 - 06.001.12.122.0041.2015.3.3.90.39.00.00 FONTE 1103/1104

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
REDUZIDO 235 - 07.002.10.301.0160.2036 FONTE 1303

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
REDUZIDO 322 - 08.001.08.245.2186.2073.3.3.90.39.00.00 00 FONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Reduzido 425 - 10.001.18.541.2184.2.246.3.3.90.39.00.00 FONTE 1511

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
Reduzido 452 - 12.001.04.122.0040.2086.3.3.90.39.00.00 FONTE 1000
Reduzido 456 - 12.001.13.392.2178.1024.3.3.90.39.00.00 FONTE 1000

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR TOTAL DO ADITIVO
O valor total da Ata de Registro de Preços prorrogada, considerando o saldo remanescente do item, será de **R$ 330.983,10 (trezentos e trinta mil, novecentos e oitenta e três reais e dez centavos),** conforme descritivo abaixo:

Item	Especificação	Unidade	Qtd remanescente da ata de registro	Valor unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	Fornecimento e instalação de rufo contra rufo, rufo-pingadeira e demais variações, em alumínio (espessura mínima=0,80mm), tirar medidas no local, incluso instalação, veda calha, parafusos e demais acessórios utilizados para fixação.	METRO LINEAR	**935**	R$ 49,20	R$ 46.002,00
2	Fornecimento e instalação de calhas em alumínio (espessura mínima=0,80mm), tirar medidas no local, incluso instalação, veda calha, parafusos e demais acessórios utilizados para fixação.	METRO LINEAR	**3170**	R$ 29,69	R$ 94.134,42
3	Fornecimento e instalação de condutor retangular de alumínio ou PVC (espessura mínima=0,50mm).	METRO LINEAR	**1460**	R$ 37,61	R$ 54.918,63
4	Fornecimento e instalação de condutor circular de alumínio ou PVC, espessura mínima=0,50mm, diâmetro mínimo de 100mm.	METRO LINEAR	**1554,5**	R$ 31,22	R$ 48.545,33
5	Manutenção e reparos em geral, em calhas, rufos e condutores – incluindo serviços de soldagem, fixação, troca de abraçadeiras e suportes, pintura de impermeabilização quando necessário, dentre outros pertinentes.	METRO LINEAR	**2345,87**	R$ 22,70	R$ 53.6251,25
6	Limpeza de calhas e condutores em geral, com raspagem, desobstrução e remoção de material acumulado.	METRO LINEAR	**1693,87**	R$ 20,15	R$ 34.131,48

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam Ratificadas as demais cláusulas, e termos aditivos subsequentes que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Morretes, 07 de julho de 2026.

JESSICA RONCHINI MONTALVÃO
Secretária Municipal de Administração

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

MARIANA MEDUNA MOSCARDI CHARELLO
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

ADRIANA ASSUMPÇÃO
Secretária Municipal de Educação

GILTON DIAS JUNIOR
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO
Secretária Municipal de Assistência Social

MARCIO PIRES
Pires & Pires Empreendimentos Imobiliários LTDA

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:40168925

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 50/2026

DECRETO n. 50/2026

Súmula: Regulamenta a prestação de serviços de hora-máquina pelo Município de Nova América da Colina, estabelece critérios, valores e procedimentos para sua utilização, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e
Considerando a necessidade de disciplinar a utilização de máquinas e equipamentos pertencentes à frota municipal em serviços de interesse público;
Considerando a importância de estabelecer critérios técnicos e administrativos que garantam o uso racional e eficiente dos equipamentos públicos;
Considerando a necessidade de fixar valores de ressarcimento para cobertura dos custos operacionais e de manutenção dos equipamentos municipais;
Considerando que a prestação de serviços de hora-máquina deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos no art. 37 da Constituição Federal;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º – Este Decreto regulamenta a prestação de serviços de hora-máquina pelo Município de Nova América da Colina, estabelecendo os critérios, condições, procedimentos e valores aplicáveis.

Art. 2º – Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – Hora-máquina: unidade de medida correspondente a sessenta minutos de utilização de equipamento ou máquina pesada pertencente à frota municipal em atividade efetiva de trabalho;
II – Equipamentos municipais: máquinas pesadas, tratores, retroescavadeiras, motoniveladoras, caminhões, pás-carregadeiras, rolo compactador e demais equipamentos pertencentes ao patrimônio do Município;
III – Solicitante: pessoa física, jurídica, entidade, associação ou órgão público que requeira a prestação do serviço de hora-máquina;
IV – Operador: servidor público municipal devidamente habilitado e designado para operar os equipamentos;
V – Custo operacional: conjunto de despesas diretas e indiretas decorrentes da utilização do equipamento, incluindo combustível, manutenção, depreciação e mão de obra.

Art. 3º – Os serviços de hora-máquina somente serão prestados quando não houver prejuízo às atividades essenciais do Município e estiver disponível equipamento em condições de operação.

CAPÍTULO II
DA PRIORIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 4º – Os serviços de hora-máquina serão prestados obedecendo à seguinte ordem de prioridade:

I – Serviços de caráter emergencial que ameacem a segurança pública ou causem risco à população;
II – Serviços executados para outros órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;
III – Serviços prestados a associações comunitárias, sindicatos rurais e entidades sem fins lucrativos com sede no Município;
IV – Serviços prestados a produtores rurais e pequenos agricultores do Município;
V – Serviços prestados a pessoas físicas e jurídicas em geral.

Parágrafo único. Em situação de igualdade de prioridade, será observada a ordem cronológica de solicitação.

CAPÍTULO III
DOS EQUIPAMENTOS E DA TABELA DE VALORES

Art. 5º – Os valores de hora-máquina a serem cobrados pelo Município são os constantes do Anexo I deste Decreto, que dele faz parte integrante, e serão revisados anualmente ou sempre que necessário, levando em consideração:

I – O custo do combustível;
II – Os gastos com manutenção preventiva e corretiva;
III – A depreciação do equipamento;
IV – Os encargos com mão de obra do operador;
V – Os custos administrativos indiretos.

§ 1º A tabela de valores constante do Anexo I será publicada no Diário Oficial do Município ou em outro meio de publicidade oficial e afixada em local visível na sede da Prefeitura.

§ 2º Os valores poderão ser reajustados por ato do Chefe do Executivo Municipal, mediante prévia justificativa técnica elaborada pelo setor competente, atualizando-se o Anexo I.

Art. 6º – Ficam sujeitos à cobrança de hora-máquina os equipamentos constantes do Anexo I deste Decreto, sem prejuízo de outros que venham a integrar a frota municipal e sejam incluídos por ato do Secretário Municipal competente.

CAPÍTULO IV
DO PROCEDIMENTO DE SOLICITAÇÃO

Art. 7º – O interessado na prestação de serviço de hora-máquina deverá protocolar requerimento junto ao setor competente da Prefeitura Municipal, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, contendo:

I – Identificação completa do solicitante (nome, CPF/CNPJ, endereço e telefone);
II – Descrição detalhada do serviço a ser executado;
III – Localização do imóvel ou logradouro onde será realizado o serviço;
IV – Estimativa de horas necessárias para a execução;
V – Tipo de equipamento solicitado.

§ 1º Em casos de urgência devidamente comprovada, o prazo mínimo previsto no caput poderá ser dispensado, a critério do Secretário Municipal responsável.

§ 2º O requerimento será analisado pelo setor técnico competente, que emitirá parecer sobre a viabilidade da prestação do serviço no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

Art. 8º – A Prefeitura Municipal emitirá Ordem de Serviço para cada solicitação aprovada, especificando:
I – O tipo de equipamento a ser utilizado;
II – A data prevista para início e término do serviço;
III – A identificação do operador responsável;
IV – O valor estimado do serviço;
V – As condições especiais, se houver.

CAPÍTULO V
DO PAGAMENTO

Art. 9º – O pagamento pelos serviços de hora-máquina será realizado mediante Documento de Arrecadação Municipal (DAM) ou outro meio de pagamento definido pela Secretaria Municipal de Finanças, observando as seguintes modalidades:

I – Pagamento prévio, correspondente a uma estimativa de horas, antes do início dos serviços, para solicitantes sem vínculo com o Município;
II – Pagamento posterior, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a conclusão dos serviços, para entidades sem fins lucrativos e associações comunitárias;
III – Desconto em folha de pagamento ou abatimento em créditos fiscais, quando permitido pela legislação municipal, para servidores públicos municipais.

§ 1º Havendo diferença entre o valor estimado pago previamente e o valor efetivamente apurado, proceder-se-á ao acerto correspondente, com devolução ou complementação do valor.

§ 2º A inadimplência do solicitante implicará suspensão de novas solicitações até a regularização do débito, sem prejuízo das medidas de cobrança cabíveis.

§ 3º A Secretaria Municipal de Finanças poderá conceder parcelamento do débito nos termos da legislação tributária municipal.

Art. 10º – Ficam isentos do pagamento de hora-máquina, mediante requerimento devidamente fundamentado e aprovação do Prefeito Municipal:

I – Serviços prestados em situações de calamidade pública ou estado de emergência formalmente reconhecidos;
II – Serviços realizados em prol de famílias em situação de vulnerabilidade social, devidamente identificadas e indicadas pelo serviço de assistência social do Município;
III – Serviços de interesse coletivo realizados em vias públicas, logradouros e áreas de uso comum do povo, quando de iniciativa de associação de moradores legalmente constituída e sem fins lucrativos.

Parágrafo único. A isenção prevista neste artigo não afasta a necessidade de autorização prévia e emissão de Ordem de Serviço.

CAPÍTULO VI
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 11º – Compete à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, ou ao setor equivalente:

I – Receber, analisar e deferir ou indeferir as solicitações de hora-máquina;
II – Controlar a escala e a disponibilidade dos equipamentos e operadores;
III – Emitir as Ordens de Serviço e controlar sua execução;
IV – Manter registro atualizado das horas trabalhadas por cada equipamento;
V – Encaminhar ao setor financeiro o relatório mensal de serviços prestados para fins de cobrança e prestação de contas;
VI – Zelar pela manutenção e conservação dos equipamentos municipais.

Art. 12º – São obrigações do solicitante do serviço de hora-máquina:

I – Fornecer informações corretas e completas no momento da solicitação;
II – Garantir o acesso do equipamento e do operador ao local de prestação do serviço;
III – Efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos;
IV – Comunicar previamente qualquer alteração nas condições do serviço;
V – Responsabilizar-se pelos danos causados aos equipamentos municipais decorrentes de culpa ou dolo do solicitante ou de terceiros sob sua responsabilidade.

Art. 13º – O operador do equipamento municipal somente iniciará os serviços após:

I – Verificação das condições de segurança do local;
II – Apresentação da Ordem de Serviço devidamente autorizada;

III – Conferência do estado do equipamento mediante preenchimento de checklist de inspeção.

Parágrafo único. O operador poderá recusar a execução do serviço sempre que constatar condições de risco à segurança, devendo comunicar imediatamente o fato ao seu superior hierárquico.

CAPÍTULO VII
DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Art. 14º – O controle dos serviços de hora-máquina será realizado por meio de:

I – Boletim de medição, preenchido pelo operador e assinado pelo solicitante, contendo o horário de início e término de cada período trabalhado;
II – Relatório mensal de horas trabalhadas por equipamento e por solicitante, elaborado pelo setor responsável;
III – Registro fotográfico do serviço executado, quando necessário.

Art. 15º – A fiscalização do cumprimento deste Decreto será exercida pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, pela Controladoria Interna e pela Secretaria Municipal de Finanças, no âmbito de suas respectivas competências.

Art. 16º – Os dados relativos à prestação de serviços de hora-máquina serão publicados anualmente no Portal da Transparência do Município, contendo no mínimo:

I – Número de solicitações atendidas;
II – Equipamentos utilizados e horas trabalhadas;
III – Valores arrecadados;
IV – Isenções concedidas e respectivas justificativas.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17º – Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Decreto serão resolvidos pela Prefeita Municipal, ouvida a Procuradoria Jurídica do Município quando necessário.
Art. 18º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova América da Colina, 22 de julho de 2026.

Tania Cristina da Silva Basso
PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

ANEXO I
TABELA DE VALORES DE HORA-MÁQUINA
(art. 5º do Decreto n. 50, de 22 de julho de 2026)

EQUIPAMENTO / SERVIÇO	
1. Motoniveladora (Patrol)	R$ 150,00
2. Escavadeira hidráulica grande	R$ 200,00
3. Escavadeira hidráulica pequena	R$ 120,00
4. Retroescavadeira pequena	R$ 80,00
5. Trator agrícola com implementos (até 100 CV)	R$ 70,00
6. Caminhão basculante (transporte de terra/cascalho)	R$ 100,00
7. Caminhão-pipa	R$ 60,00
8. Pá-carregadeira	R$ 150,00
9. Rolo Compactador	R$ 150,00
10. Implemento para abertura de silo/trincheira	R$ 70,00
11. Outros equipamentos (a especificar em ato da Secretaria)	R$ 70,00

Notas:
1. Tabela vigente a partir da data de publicação do Decreto sujeita a reajuste anual conforme art. 5º, § 2º.

Nova América da Colina, 22 de julho de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal de Nova América da Colina

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:F5F1DAB6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
1º TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO DE PRAZO E RENOVAÇÃO QUANTITATIVO EMPRESA COMÉRCIO DE DOCES

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 14/2025

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, inscrita no CNPJ sob n. 30.372.351/0001-94.

CONTRATADO: COMÉRCIO DE DOCES I L LTDA inscrita no CNPJ sob n. 05.239.572/0001-41

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 125 da Lei nº 14.133/21 e Art. 31 e 32 do Decreto Municipal nº 304/2024.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:
§1º - Fica acertado entre as partes o 1º termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA (POR 12 MESES) E RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO, COM VENCIMENTO PREVISTO PARA 05/08/2027**, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/21 e art. 31 e 32 do Decreto Municipal nº 304/2024 do ARP nº 46/2025, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender as Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Centros Municipais de Educação Infantil e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais deste Município.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	SORVETE DE FRUTAS: SABORES DIVERSOS. INGREDIENTES: ÁGUA, AÇÚCAR, ESPESSANTE, AROMA DO SABOR CORRESPONDENTE, CORANTES. ISENTOS DE LEITE E/OU TRAÇOS DE LEITE. EMBALAGEM COM PESO MÍNIMO DE 60 GRAMAS POR PICOLÉ. COM LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E DATA DE VAL - Sorvete de frutas: sabores diversos. Ingredientes: água, açúcar, espessante, aroma do sabor correspondente, corantes. Isentos de leite e/ou traços de leite. Embalagem com peso mínimo de 60 gramas por picolé. Com lote, data de fabricação e data de validade impressas na embalagem, onde o produto deverá ter validade mínima de 06 meses, a partir da data de entrega. Na embalagem também deverá constar os dados do fabricante, tais como nome da indústria, endereço, CNPJ. Deverá ser obrigatoriamente de indústria brasileira	UD	7.500	R$ 1,90	R$ 14.250,00
5	SUCO DE LARANJA: INGREDIENTES: SUCO DE LARANJA INTEGRAL. PRODUTO DEVERÁ SER PASTEURIZADO, NÃO FERMENTADO E NÃO ALCÓOLICO. SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES, SEM ADITIVOS E SEM ÁGUA. SABOR E AROMA CARACTERÍSTICO DA FRUTA, COR AMARELO ALARANJADO, TAMBÉM CARACTERÍ - Suco de laranja: ingredientes: suco de laranja integral. Produto deverá ser pasteurizado, não fermentado e não alcóolico. Sem adição de açúcares, sem aditivos e sem água. Sabor e aroma característico da fruta, cor amarelo alaranjado, também característico da fruta. mbalagem: garrafas tipo PET com 300ml. Na embalagem deverá constar informações da indústria, tais como local de produção e envase, endereço e CNPJ do fabricante, sendo a indústria obrigatoriamente brasileira. Deverá apresentar número de registro no MAPA, bem como informações de lote e validade, sendo esta de no mínimo 03 meses a partir da data de entrega. Na embalagem ainda deverá ter as informações do armazenamento e como deverá ser realizada a conservação do produto. Deverá indicar o prazo de consumo do alimento depois que este for aberto e indicar informações de segurança, sinalizando quando o produto não deve ser consumido: no caso se o lacre de segurança estiver violado ou se a embalagem estiver estufada. Na embalagem deverá constar ainda informações pertinentes a safra e as consequências da variação de safra que podem acometer o produto. Entrega deverá garantir temperatura adequada, de acordo com o que pede a mbalagem, para que não comprometa a qualidade do produto, sendo as entregas obrigatoriamente realizadas em carro refrigerado, que atenda as normas de higienização	UD	7.500	R$ 5,35	R$ 40.125,00
TOTAL					**R$ 54.375,00**

Sem mais alterações.

Paiçandu – PR, 17 de julho de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Presidente Da Fundação De Educação

Publicado por:
Lorrayne Vitoria Barbosa Ribeiro
Código Identificador:D89B0C3B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 228-2026

DECRETO N.º 228/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.

DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 640.036,31 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU Unidade - 17004 - DEPARTAMENTO DE ENSINO ESPECIAL Funcional - 12.367.0910.2408000 - MANUTENCAO DO ENSINO ESPECIAL Despesa - 691 - 335043 - 00102 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	**166.878,63**
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU Unidade - 17008 - ENSINO FUNDAMENTAL Funcional - 12.306.0904.2418000 - Alimentação e Nutrição - Merenda Escolar Ens. Fundamental Despesa - 702 - 339032 - 00107 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	**250.000,00**
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU Unidade - 17009 - ENSINO INFANTIL (CRECHE) Funcional - 12.306.0904.2419000 - Alimentação e Nutrição - Merenda Escolar Ed. Infantil (Creche) Despesa - 711 - 339032 - 00107 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	**150.000,00**
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU Unidade - 17010 - ENSINO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA) Funcional - 12.306.0904.2420000 - Alimentação e Nutrição - Merenda Escolar Ed. Infantil (Pré-Escola) Despesa - 752 - 339032 - 00107 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	**73.157,68**
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	**640.036,31**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o provável Excesso de Arrecadação verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64:
Receitas:
171450010000000000 - 604 - Transferências do Salário-Educação - Principal 192299019908000000 - 635 - Restituição APAE
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 22 de julho de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:986A9045

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RREO - 01 BALANÇO PATRIMONIAL

MUNICÍPIO DE PAICANDU							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRE MAIO-JUNHO							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							Em Reais
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	177.000.000,00	230.134.573,83	37.666.002,69	16,37 %	110.029.076,84	47,81 %	120.105.496,99
RECEITAS CORRENTES	176.452.000,00	201.038.854,50	32.609.552,66	16,22 %	103.341.966,31	51,40 %	97.696.888,19
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	34.563.147,50	37.023.195,30	4.914.588,09	13,27 %	18.525.293,07	50,04 %	18.497.902,23
Impostos	30.963.047,50	33.423.095,30	4.359.086,06	13,04 %	16.053.976,77	48,03 %	17.369.118,53
Taxas	3.490.000,00	3.490.000,00	547.778,49	15,70 %	2.428.493,86	69,58 %	1.061.506,14
Contribuição de Melhoria	110.100,00	110.100,00	7.723,54	7,02 %	42.822,44	38,89 %	67.277,56
CONTRIBUIÇÕES	2.600.000,00	2.600.000,00	474.742,84	18,26 %	1.455.669,50	55,99 %	1.144.330,50
Contribuições Sociais	0,00	0,00	1.128,26	0,00 %	4.434,59	0,00 %	-4.434,59
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	2.600.000,00	2.600.000,00	473.614,58	18,22 %	1.451.234,91	55,82 %	1.148.765,09
RECEITA PATRIMONIAL	3.590.152,50	5.803.442,66	675.285,32	11,64 %	4.509.721,27	77,71 %	1.293.721,39
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	40.000,00	40.000,00	4.296,37	10,74 %	10.937,78	27,34 %	29.062,22
Valores Mobiliários	2.842.152,50	2.855.442,66	542.137,54	18,99 %	1.851.968,38	64,86 %	1.003.474,28
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Exploração de Recursos Naturais	708.000,00	708.000,00	128.851,41	18,20 %	446.815,11	63,11 %	261.184,89
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Cessão de Direitos	0,00	2.200.000,00	0,00	0,00 %	2.200.000,00	100,00 %	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	55.600,00	55.600,00	7,17	0,01 %	92,36	0,17 %	55.507,64
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	55.600,00	55.600,00	7,17	0,01 %	92,36	0,17 %	55.507,64
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	134.666.100,00	154.579.616,54	26.351.826,53	17,05 %	78.342.270,71	50,68 %	76.237.345,83
Transferências da União e de suas Entidades	68.815.300,00	82.130.130,77	14.980.737,82	18,24 %	39.626.929,43	48,25 %	42.503.201,34
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	26.901.000,00	28.994.576,66	4.603.386,66	15,88 %	16.954.507,31	58,47 %	12.040.069,35
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Transferências de Instituições Privadas	49.800,00	49.800,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	49.800,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	38.900.000,00	43.405.109,11	6.767.702,05	15,59 %	21.760.833,97	50,13 %	21.644.275,14
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	977.000,00	977.000,00	193.102,71	19,76 %	508.919,40	52,09 %	468.080,60
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	112,91	0,00 %	190,28	0,00 %	-190,28
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	950.000,00	950.000,00	192.062,58	20,22 %	497.305,12	52,35 %	452.694,88
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Demais Receitas Correntes	27.000,00	27.000,00	927,22	3,43 %	11.424,00	42,31 %	15.576,00
RECEITAS DE CAPITAL	548.000,00	29.095.719,33	5.056.450,03	17,38 %	6.687.110,53	22,98 %	22.408.608,80
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	548.000,00	29.095.719,33	5.056.450,03	17,38 %	6.687.110,53	22,98 %	22.408.608,80
Transferências da União e de suas Entidades	253.500,00	253.500,00	181.374,20	71,55 %	807.862,30	318,68 %	-554.362,30
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	294.500,00	28.842.219,33	4.875.075,83	16,90 %	5.879.248,23	20,38 %	22.962.971,10
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00

Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	177.000.000,00	230.134.573,83	37.666.002,69	16,37 %	110.029.076,84	47,81 %	120.105.496,99
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	177.000.000,00	230.134.573,83	37.666.002,69	16,37 %	110.029.076,84	47,81 %	120.105.496,99
DÉFICIT (VI)[1]	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	177.000.000,00	230.134.573,83	37.666.002,69	16,37 %	110.029.076,84	47,81 %	120.105.496,99
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	16.529.732,21	0,00	0,00 %	16.529.732,21	0,00 %	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	16.529.732,21	0,00	0,00 %	16.529.732,21	0,00 %	0,00

MUNICÍPIO DE PAICANDU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	177.000.000,00	247.224.306,04	48.758.276,19	145.408.622,33	101.815.683,71	39.069.739,96	105.232.289,82	141.992.016,22	95.117.415,28
DESPESAS CORRENTES	162.588.500,00	191.116.426,99	33.357.659,99	111.699.853,01	79.416.573,98	34.926.893,96	95.159.723,63	95.956.703,36	85.546.008,54
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	103.992.450,00	110.810.010,31	19.755.061,29	52.195.492,95	58.614.517,36	19.792.784,25	51.862.910,86	58.947.099,45	44.026.203,64
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	840.500,00	770.500,00	0,00	770.000,00	500,00	123.255,30	385.067,31	385.432,69	385.067,31
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	57.755.550,00	79.535.916,68	13.602.598,70	58.734.360,06	20.801.556,62	15.010.854,41	42.911.745,46	36.624.171,22	41.134.737,59
DESPESAS DE CAPITAL	13.411.500,00	55.107.879,05	15.400.616,20	33.708.769,32	21.399.109,73	4.142.846,00	10.072.566,19	45.035.312,86	9.571.406,74
INVESTIMENTOS	10.564.000,00	52.260.379,05	15.400.616,20	30.989.585,52	21.270.793,53	3.693.108,00	8.749.225,19	43.511.153,86	8.248.065,74
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.847.500,00	2.847.500,00	0,00	2.719.183,80	128.316,20	449.738,00	1.323.341,00	1.524.159,00	1.323.341,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	177.000.000,00	247.224.306,04	48.758.276,19	145.408.622,33	101.815.683,71	39.069.739,96	105.232.289,82	141.992.016,22	95.117.415,28
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	177.000.000,00	247.224.306,04	48.758.276,19	145.408.622,33	101.815.683,71	39.069.739,96	105.232.289,82	141.992.016,22	95.117.415,28
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.796.787,02	0,00	14.911.661,56
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	177.000.000,00	247.224.306,04	48.758.276,19	145.408.622,33	101.815.683,71	39.069.739,96	110.029.076,84	141.992.016,22	110.029.076,84
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Informatizado - Município de Paiçandu - 17/jul/2026 - 16h e 00m

Nota: [1] O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.

CONSOLIDAÇÃO GERAL

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:DA4B25DB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RREO - 02 DEMONST. FUNÇÃO SUBFUNÇÃO

MUNICÍPIO DE PAICANDU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	177.000.000,00	247.224.306,04	48.758.276,19	145.408.622,33	100,00 %	101.815.683,71	39.069.739,96	105.232.289,82	100,00 %	141.992.016,22
Legislativa	7.500.000,00	7.500.000,00	878.047,73	2.735.908,08	1,88 %	4.764.091,92	865.056,81	2.465.879,14	2,34 %	5.034.120,86
Ação Legislativa	7.500.000,00	7.500.000,00	878.047,73	2.735.908,08	1,88 %	4.764.091,92	865.056,81	2.465.879,14	2,34 %	5.034.120,86
Administração	17.307.500,00	22.804.871,80	2.901.288,78	16.991.835,13	11,69 %	5.813.036,67	4.556.983,92	13.874.619,04	13,18 %	8.930.252,76
Planejamento e Orçamento	272.900,00	387.700,00	62.879,75	150.774,43	0,10 %	236.925,57	62.879,75	150.774,43	0,14 %	236.925,57
Administração Geral	11.319.800,00	14.601.403,58	1.865.425,83	10.115.217,17	6,96 %	4.486.186,41	3.072.479,48	8.505.214,73	8,08 %	6.096.188,85
Administração Financeira	4.333.200,00	6.606.058,22	763.644,51	6.015.485,53	4,14 %	590.572,69	1.207.022,06	4.515.387,24	4,29 %	2.090.670,98
Administração de Receitas	472.500,00	472.500,00	87.386,24	299.113,62	0,21 %	173.386,38	87.386,24	299.113,62	0,28 %	173.386,38
Promoção Industrial	592.700,00	582.800,00	118.641,05	321.585,38	0,22 %	261.214,62	124.474,99	315.040,02	0,30 %	267.759,98
Turismo	316.400,00	154.410,00	3.311,40	89.659,00	0,06 %	64.751,00	2.741,40	89.089,00	0,08 %	65.321,00
Segurança Pública	502.000,00	911.973,34	109.414,76	477.599,13	0,33 %	434.374,21	167.787,94	425.288,21	0,40 %	486.685,13

Administração Geral	245.000,00	800.533,34	109.414,76	391.202,65	0,27 %	409.330,69	150.787,94	381.391,73	0,36 %	419.141,61
Policiamento	95.000,00	95.000,00	0,00	85.000,00	0,06 %	10.000,00	17.000,00	42.500,00	0,04 %	52.500,00
Defesa Civil	147.000,00	1.440,00	0,00	1.396,48	0,00 %	43,52	0,00	1.396,48	0,00 %	43,52
Informação e Inteligência	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00 %	15.000,00	0,00	0,00	0,00 %	15.000,00
Assistência Social	7.852.690,00	11.586.394,64	3.299.641,34	5.728.052,76	3,94 %	5.858.341,88	1.344.280,15	3.246.672,30	3,09 %	8.339.722,34
Administração Geral	28.400,00	43.400,00	0,00	2.792,40	0,00 %	40.607,60	2.792,40	2.792,40	0,00 %	40.607,60
Assistência à Pessoa Idosa	202.400,00	230.741,64	550,00	36.833,00	0,03 %	193.908,64	20.238,00	21.338,00	0,02 %	209.403,64
Assistência à Pessoa com Deficiência	78.700,00	118.721,62	0,00	0,00	0,00 %	118.721,62	0,00	0,00	0,00 %	118.721,62
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.496.100,00	4.272.496,18	2.020.635,89	2.290.363,16	1,58 %	1.982.133,02	174.062,13	400.323,74	0,38 %	3.872.172,44
Assistência Comunitária	5.636.290,00	6.345.770,67	1.192.466,94	3.232.687,02	2,22 %	3.113.083,65	1.081.421,30	2.740.947,08	2,60 %	3.604.823,59
Serviços Socioassistenciais	410.800,00	575.264,53	85.988,51	165.377,18	0,11 %	409.887,35	65.766,32	81.271,08	0,08 %	493.993,45
Saúde	47.864.300,00	56.326.367,97	10.017.773,53	34.752.067,71	23,90 %	21.574.300,26	10.706.942,59	29.407.804,53	27,95 %	26.918.563,44
Administração Geral	6.874.300,00	6.960.774,55	893.674,01	5.694.228,88	3,92 %	1.266.545,67	1.720.098,91	4.791.950,66	4,55 %	2.168.823,89
Atenção Básica	16.268.900,00	19.780.203,50	3.136.712,73	9.435.630,77	6,49 %	10.344.572,73	3.013.284,92	8.354.039,02	7,94 %	11.426.164,48
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	22.151.600,00	26.920.484,28	5.610.245,52	18.555.049,95	12,76 %	8.365.434,33	5.567.446,71	15.208.838,53	14,45 %	11.711.645,75
Vigilância Sanitária	2.061.500,00	2.166.905,64	341.777,03	907.562,09	0,62 %	1.259.343,55	370.747,81	895.247,00	0,85 %	1.271.658,64
Vigilância Epidemiológica	508.000,00	498.000,00	35.364,24	159.596,02	0,11 %	338.403,98	35.364,24	157.729,32	0,15 %	340.270,68
Trabalho	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00 %	600,00	0,00	0,00	0,00 %	600,00
Fomento ao Trabalho	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00 %	600,00	0,00	0,00	0,00 %	600,00
Educação	68.546.810,00	80.215.225,01	13.827.818,06	44.933.388,69	30,90 %	35.281.836,32	14.146.227,23	38.706.444,44	36,78 %	41.508.780,57
Administração Geral	3.669.500,00	4.140.172,09	348.472,61	3.036.847,92	2,09 %	1.103.324,17	676.719,40	2.299.003,07	2,18 %	1.841.169,02
Alimentação e Nutrição	2.926.700,00	4.502.013,46	904.284,78	3.859.838,20	2,65 %	642.175,26	1.115.927,21	2.234.201,31	2,12 %	2.267.812,15
Ensino Fundamental	30.214.910,00	31.414.852,12	5.317.683,92	16.445.769,79	11,31 %	14.969.082,33	5.255.836,45	14.712.383,97	13,98 %	16.702.468,15
Ensino Infantil	29.077.100,00	30.712.378,23	5.708.940,32	16.962.577,57	11,67 %	13.749.800,66	5.329.464,80	15.254.097,96	14,50 %	15.458.280,27
Educação de Jovens e Adultos	128.900,00	280.900,00	56.885,24	128.051,36	0,09 %	152.848,64	58.843,24	127.695,35	0,12 %	153.204,65
Educação Especial	2.529.700,00	9.164.909,11	1.491.551,19	4.500.303,85	3,09 %	4.664.605,26	1.709.436,13	4.079.062,78	3,88 %	5.085.846,33
Cultura	711.400,00	701.500,00	61.831,08	363.783,39	0,25 %	337.716,61	76.901,57	339.833,72	0,32 %	361.666,28
Difusão Cultural	711.400,00	701.500,00	61.831,08	363.783,39	0,25 %	337.716,61	76.901,57	339.833,72	0,32 %	361.666,28
Direitos da Cidadania	770.200,00	3.136.353,92	2.034.090,62	2.269.623,52	1,56 %	866.730,40	156.800,94	332.112,19	0,32 %	2.804.241,73
Administração Geral	389.000,00	405.200,00	73.510,47	206.708,66	0,14 %	198.491,34	76.914,93	199.285,64	0,19 %	205.914,36
Assistência Comunitária	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00 %	5.500,00	0,00	0,00	0,00 %	5.500,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	375.700,00	2.725.653,92	1.960.580,15	2.062.914,86	1,42 %	662.739,06	79.886,01	132.826,55	0,13 %	2.592.827,37
Urbanismo	14.389.800,00	40.734.303,04	13.997.292,14	29.988.957,50	20,62 %	10.745.345,54	5.248.081,89	10.679.419,62	10,15 %	30.054.883,42
Infra Estrutura Urbana	3.913.200,00	25.766.051,21	11.857.490,27	22.901.935,45	15,75 %	2.864.115,76	2.470.791,62	5.068.826,83	4,82 %	20.697.224,38
Serviços Urbanos	10.356.600,00	14.848.251,83	2.138.951,97	7.066.652,55	4,86 %	7.781.599,28	2.777.290,27	5.607.072,79	5,33 %	9.241.179,04
Preservação e Conservação Ambiental	120.000,00	120.000,00	849,90	20.369,50	0,01 %	99.630,50	0,00	3.520,00	0,00 %	116.480,00
Gestão Ambiental	7.407.000,00	16.248.017,54	1.090.258,20	4.189.280,24	2,88 %	12.058.737,30	1.331.225,90	2.971.901,41	2,82 %	13.276.116,13
Preservação e Conservação Ambiental	7.012.000,00	15.853.017,54	1.090.258,20	4.083.648,36	2,81 %	11.769.369,18	1.331.065,90	2.893.749,53	2,75 %	12.959.268,01
Recursos Hídricos	395.000,00	395.000,00	0,00	105.631,88	0,07 %	289.368,12	160,00	78.151,88	0,07 %	316.848,12
Agricultura	1.079.000,00	3.387.545,32	259.708,91	2.162.468,03	1,49 %	1.225.077,29	175.979,01	2.028.067,88	1,93 %	1.359.477,44
Abastecimento	947.000,00	1.186.678,66	187.909,51	479.174,63	0,33 %	707.504,03	175.979,01	458.267,88	0,44 %	728.410,78
Extensão Rural	92.000,00	220.000,00	71.799,40	113.493,40	0,08 %	106.506,60	0,00	0,00	0,00 %	220.000,00
Promoção da Produção Agropecuária	40.000,00	1.980.866,66	0,00	1.569.800,00	1,08 %	411.066,66	0,00	1.569.800,00	1,49 %	411.066,66
Comunicação	1.058.000,00	1.061.000,00	69.263,18	195.607,24	0,13 %	865.392,76	69.263,18	195.057,24	0,19 %	865.942,76
Comunicação Social	1.058.000,00	1.061.000,00	69.263,18	195.607,24	0,13 %	865.392,76	69.263,18	195.057,24	0,19 %	865.942,76
Desporto e Lazer	1.010.700,00	1.610.153,46	211.847,86	620.050,91	0,43 %	990.102,55	224.208,83	559.190,10	0,53 %	1.050.963,36
Administração Geral	980.700,00	987.700,00	168.049,46	557.954,51	0,38 %	429.745,49	209.962,06	541.945,33	0,51 %	445.754,67
Desporto Comunitário	30.000,00	622.453,46	43.798,40	62.096,40	0,04 %	560.357,06	14.246,77	17.244,77	0,02 %	605.208,69
Reserva de Contingência	1.000.000,00	1.000.000,00				1.000.000,00				1.000.000,00
Reserva de Contingência	1.000.000,00	1.000.000,00				1.000.000,00				1.000.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	177.000.000,00	247.224.306,04	48.758.276,19	145.408.622,33	100,00 %	101.815.683,71	39.069.739,96	105.232.289,82	100,00 %	141.992.016,22
FONTE: Sistema Informatizado - Município de Paiçandu - 17/jul/2026 - 16h e 02m										
Parâmetro: CONSOLIDAÇÃO GERAL										

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:89039809

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RREO - 04 DEMONST. DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

MUNICÍPIO DE PAICANDU		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II	Em Reais	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial d	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00

Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No exercício (g)**
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)²	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**				
VALOR	0,00				
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**				
VALOR	0,00				
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**				
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00				
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00				
Outros Aportes para o RPPS	0,00				
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00				
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**				
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00				
Investimentos e Aplicações	0,00				
Outros Bens e Direitos	0,00				

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**			
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00			
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**0,00**	**0,00**			
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No exercício (g)**
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)²	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**				
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00				
Investimentos e Aplicações	0,00				
Outros Bens e Direitos	0,00				
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**			
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00			
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00			
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**0,00**	**0,00**			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No exercício (g)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
CONSOLIDAÇÃO GERAL					
FONTE: Sistema Informatizado - Município de Paiçandu - 17/jul/2026 - 16h e 04m					
Nota:					
1 - Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.					
2 - O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa liquidada (no 6º bimestre).					

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:A6DD7897

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RREO - 05 DEMONST. ASSIST. SOCIAL 2

Município de Paiçandu	Exercício 2026
Quadro Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicacao do	
Fundo Municipal de Assistência Social	
Unid. Orçamental	Unid. Gestora
Município de Paiçandu	CONSOLIDAÇÃO PARCIAL

Liquidado			Período: até	
Especificação	Previsao Atualizada	Anterior ao Período	No Período	Total
Receitas Resultantes de Impostos				
Receitas 3%				
-				
-				
-				
1.1.1.2.50.0.1.00 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Princ	0,00	0,00	2.676.548,17	2.676.548,17
1.1.1.2.50.0.2.00 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multa	0,00	0,00	5.123,72	5.123,72
1.1.1.2.50.0.3.00 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívid	0,00	0,00	627.993,73	627.993,73
1.1.1.2.50.0.4.00 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívid	0,00	0,00	118.966,68	118.966,68
1.1.1.2.53.0.1.00 Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Di	0,00	0,00	1.246.755,19	1.246.755,19
1.1.1.2.53.0.2.00 Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Di	0,00	0,00	1.443,35	1.443,35
1.1.1.3.03.1.1.01 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Poder Execu	0,00	0,00	1.893.296,26	1.893.296,26
1.1.1.3.03.4.1.01 IRRF - PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	447.500,73	447.500,73
1.1.1.3.03.4.1.02 IRRF - PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	80.599,58	80.599,58
1.1.1.4.51.1.1.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Principal	0,00	0,00	2.458.470,67	2.458.470,67
1.1.1.4.51.1.2.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multas e J	0,00	0,00	7.873,92	7.873,92
1.1.1.4.51.1.3.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida Ati	0,00	0,00	60.897,40	60.897,40
1.1.1.4.51.1.4.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida Ati	0,00	0,00	6.914,23	6.914,23
1.3.1.1.01.1.1.00 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	0,00	0,00	10.935,14	10.935,14
1.3.1.1.01.1.2.00 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	0,00	0,00	2,64	2,64
1.3.2.1.01.1.1.02 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 000	0,00	0,00	240.349,19	240.349,19
1.3.2.1.06.0.1.01 Juros sobre o Capital Próprio - Petrobras	0,00	0,00	879,91	879,91
1.6.1.1.01.0.3.00 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais Prestados por Entid	0,00	0,00	9,62	9,62
1.6.1.1.01.0.4.00 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais Prestados por Entid	0,00	0,00	4,51	4,51
1.6.1.1.02.0.1.00 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	0,00	0,00	35,00	35,00
1.6.1.1.02.0.2.00 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Multas e Juros	0,00	0,00	43,23	43,23
1.7.1.1.51.1.1.00 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	0,00	0,00	21.615.198,51	21.615.198,51
1.7.1.1.52.0.1.00 Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Pr	0,00	0,00	16.234,57	16.234,57
1.7.1.9.58.0.1.00 Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar nº 176/	0,00	0,00	46.823,94	46.823,94
1.7.2.1.50.0.1.00 Cota-Parte do ICMS - Principal	0,00	0,00	6.073.308,97	6.073.308,97
1.7.2.1.51.0.1.00 Cota-Parte do IPVA - Principal	0,00	0,00	2.803.972,24	2.803.972,24
1.7.2.1.52.0.1.00 Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	0,00	0,00	90.261,11	90.261,11

1.9.1.1.01.0.3.01 Multas de Legislação Específica - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,02	0,02
1.9.1.1.01.0.4.01 Multas de Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	0,00	0,00	0,01	0,01
1.9.1.1.09.0.1.00 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	0,00	0,00	190,25	190,25
1.9.2.2.99.0.1.03 Restituições por pagamentos indevidos na folha	0,00	0,00	996,52	996,52
Total do Projeto/Atividade.....:	0,00	0,00	40.531.629,01	40.531.629,01
Total da Sub-Funcao .....:	0,00	0,00	40.531.629,01	40.531.629,01
Total da Funcao .....:	0,00	0,00	40.531.629,01	40.531.629,01

Especificação	Previsao Atualizada	Anterior ao Período	No Período	Total
SOMA	0,00	0,00	40.531.629,01	40.531.629,01
Aplicação Bruta Obrigatória - 3% .....:		0,00	1.215.948,87	1.215.948,87
Receitas 100%				
-				
-				
-				
1.3.2.1.01.1.1.08 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 818	0,00	0,00	23,50	23,50
1.3.2.1.01.1.1.08 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 819	0,00	0,00	8,46	8,46
1.3.2.1.01.1.1.08 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 829	0,00	0,00	5.298,76	5.298,76
1.3.2.1.01.1.1.08 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 832	0,00	0,00	11,76	11,76
1.3.2.1.01.1.1.08 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 861	0,00	0,00	391,58	391,58
1.3.2.1.01.1.1.08 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 864	0,00	0,00	302,60	302,60
1.3.2.1.01.1.1.08 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 873	0,00	0,00	1.808,61	1.808,61
1.3.2.1.01.1.1.08 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 891	0,00	0,00	1.592,75	1.592,75
1.3.2.1.01.1.1.08 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 892	0,00	0,00	43,74	43,74
1.3.2.1.01.1.1.08 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 893	0,00	0,00	941,61	941,61
1.3.2.1.01.1.1.08 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 894	0,00	0,00	163,51	163,51
1.3.2.1.01.1.1.08 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 896	0,00	0,00	698,97	698,97
1.3.2.1.01.1.1.09 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 902	0,00	0,00	1.273,58	1.273,58
1.3.2.1.01.1.1.09 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 908	0,00	0,00	0,66	0,66
1.3.2.1.01.1.1.09 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 910	0,00	0,00	75,99	75,99
1.3.2.1.01.1.1.09 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 916	0,00	0,00	165,15	165,15
1.3.2.1.01.1.1.09 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 917	0,00	0,00	47,51	47,51
1.3.2.1.01.1.1.09 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 918	0,00	0,00	42,56	42,56
1.3.2.1.01.1.1.09 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 924	0,00	0,00	12.000,79	12.000,79
1.3.2.1.01.1.1.09 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 925	0,00	0,00	4.034,19	4.034,19
1.3.2.1.01.1.1.09 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 929	0,00	0,00	103,51	103,51
1.3.2.1.01.1.1.09 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 930	0,00	0,00	246,72	246,72
1.3.2.1.01.1.1.09 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 931	0,00	0,00	643,18	643,18
1.3.2.1.01.1.1.09 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 934	0,00	0,00	7.004,63	7.004,63
1.3.2.1.01.1.1.09 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 938	0,00	0,00	42,41	42,41

1.3.2.1.01.1.1.09 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 939	0,00	0,00	3.599,44	3.599,44
1.3.2.1.01.1.1.09 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 941	0,00	0,00	7.777,25	7.777,25
1.3.2.1.01.1.1.09 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 942	0,00	0,00	32,92	32,92
1.3.2.1.01.1.1.09 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 943	0,00	0,00	506,84	506,84
1.3.2.1.01.1.1.09 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 950	0,00	0,00	21.073,16	21.073,16
1.3.2.1.01.1.1.09 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 953	0,00	0,00	9.105,03	9.105,03
1.3.2.1.01.1.1.09 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 954	0,00	0,00	121,72	121,72

Especificação	Previsao Atualizada	Anterior ao Período	No Período	Total
1.3.2.1.01.1.1.09 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 955	0,00	0,00	71,78	71,78
1.3.2.1.01.1.1.09 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 965	0,00	0,00	1.481,42	1.481,42

1.3.2.1.01.1.1.09 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 966	0,00	0,00	23.784,28	23.784,28
1.3.2.1.01.1.1.09 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 975	0,00	0,00	2.582,97	2.582,97
1.3.2.1.01.1.1.09 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 979	0,00	0,00	40,57	40,57
1.3.2.1.01.1.1.09 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 980	0,00	0,00	1.691,70	1.691,70
1.3.2.1.01.1.1.10 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 1011	0,00	0,00	6.319,16	6.319,16
1.3.2.1.01.1.1.19 Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 900	0,00	0,00	1.259,46	1.259,46
1.7.1.6.50.0.1.02 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCI	0,00	0,00	74.800,48	74.800,48
1.7.1.6.50.0.1.03 Procad - SUAS (F) - Resolução 96/2023	0,00	0,00	12.000,00	12.000,00
1.7.1.6.50.0.1.15 BL GBF FNAS	0,00	0,00	49.177,91	49.177,91
1.7.1.6.50.0.1.17 RECEITA BLOCO MAC FNAS/FEDERAL	0,00	0,00	49.873,98	49.873,98
1.7.1.9.57.0.1.11 Emenda Rede de Serviços SUAS-Sen.Flávio Arns(F) nº 202620380014	0,00	0,00	120.000,00	120.000,00
1.7.2.9.51.0.1.10 Piso Único da Assistência Social -PAS (e)	0,00	0,00	105.000,00	105.000,00
1.7.2.9.51.0.1.17 Programa Viaja Mais 60 - Fase III-Del.4/26(e)	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
1.7.5.9.99.0.1.02 Doações do Poder Judiciário do Estado do PR	0,00	0,00	3.458,34	3.458,34
2.4.2.9.99.0.1.19 Programa Infância Feliz com finalidade de construção de creche (	0,00	0,00	398.872,40	398.872,40
2.4.2.9.99.0.1.21 Prog.Incentivo Cuida Mais PR:Envelhecimento Ativo(e)Del.49-25	0,00	0,00	40.000,00	40.000,00
Total do Projeto/Atividade.....:	0,00	0,00	1.019.597,54	1.019.597,54
Total da Sub-Funcao .....:	0,00	0,00	1.019.597,54	1.019.597,54
Total da Funcao .....:	0,00	0,00	1.019.597,54	1.019.597,54
SOMA	0,00	0,00	1.019.597,54	1.019.597,54
Aplicação Bruta Obrigatória - 100% .....:		0,00	1.019.597,54	1.019.597,54
Total da Aplicação Obrigatória.....:		0,00	2.235.546,41	2.235.546,41

Especificação	Despesa Autorizada	Anterior ao Período	No Período	Total
Despesas por Funcões e Sub.Funcões de Governo				
Despesas				
08 - Assistência Social				
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente				
6186000 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA CASA LAR				
319011 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	541.800,00	0,00	250.920,16	250.920,16
319013 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	146.000,00	0,00	63.795,00	63.795,00
339030 MATERIAL DE CONSUMO	75.669,90	0,00	17.809,19	17.809,19
Total do Projeto/Atividade.....:	763.469,90	0,00	332.524,35	332.524,35
Total da Sub-Funcao .....:	763.469,90	0,00	332.524,35	332.524,35
244 - Assistência Comunitária				
1708000 - GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS				
339032 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.075.000,00	0,00	257.194,00	257.194,00
339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	92.000,00	0,00	18.008,16	18.008,16
339048 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	30.000,00	0,00	3.782,90	3.782,90
Total do Projeto/Atividade.....:	1.197.000,00	0,00	278.985,06	278.985,06
2081000 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL				
319011 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.858.490,00	0,00	1.539.535,53	1.539.535,53
319013 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	606.900,00	0,00	326.125,40	326.125,40
335043 SUBVENÇÕES SOCIAIS	159.330,97	0,00	143.030,97	143.030,97
339014 DIÁRIAS - CIVIL	15.400,00	0,00	4.340,00	4.340,00
339030 MATERIAL DE CONSUMO	197.898,32	0,00	68.144,90	68.144,90
339036 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	161.000,00	0,00	55.590,42	55.590,42
339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	444.000,00	0,00	251.459,91	251.459,91
339040 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍ	160.000,00	0,00	40.161,18	40.161,18
Total do Projeto/Atividade.....:	4.603.019,29	0,00	2.428.388,31	2.428.388,31
2163000 - BLOCO DE GESTÃO BOLSA FAMILIA E CADASTRO ÚNICO				
339014 DIÁRIAS - CIVIL	15.000,00	0,00	2.750,00	2.750,00
339030 MATERIAL DE CONSUMO	7.722,49	0,00	500,00	500,00
339036 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16.000,00	0,00	9.660,08	9.660,08
Total do Projeto/Atividade.....:	38.722,49	0,00	12.910,08	12.910,08
Total da Sub-Funcao .....:	5.838.741,78	0,00	2.720.283,45	2.720.283,45
245 - Serviços Socioassistenciais				
2161000 - BLOCO PROTECAO SOCIAL BASICA				
339014 DIÁRIAS - CIVIL	10.000,00	0,00	240,00	240,00
339030 MATERIAL DE CONSUMO	107.529,27	0,00	25.492,02	25.492,02
339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.491,46	0,00	792,45	792,45

Especificação	Despesa Autorizada	Anterior ao Período	No Período	Total
339040 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍ	34.000,00	0,00	8.775,26	8.775,26
Total do Projeto/Atividade.....:	202.020,73	0,00	35.299,73	35.299,73
2481000 - BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA E MEDIA COMPLEXIBILIDADE				
339014 DIÁRIAS - CIVIL	10.000,00	0,00	5.850,00	5.850,00
339030 MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00	0,00	24.813,27	24.813,27
339036 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	33.000,00	0,00	5.492,82	5.492,82
339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00	0,00	1.040,00	1.040,00
339040 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍ	17.100,00	0,00	8.775,26	8.775,26
Total do Projeto/Atividade.....:	120.100,00	0,00	45.971,35	45.971,35
Total da Sub-Funcao .....:	322.120,73	0,00	81.271,08	81.271,08
Total da Funcao .....:	6.924.332,41	0,00	3.134.078,88	3.134.078,88
SOMA	6.924.332,41	0,00	3.134.078,88	3.134.078,88
Despesas				
08 - Assistência Social				
122 - Administração Geral				
1163000 - BLOCO INVESTIMENTO BOLSA FAMILIA E CADASTRO ÚNICO				
449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00	0,00	2.792,40	2.792,40
Total do Projeto/Atividade.....:	15.000,00	0,00	2.792,40	2.792,40
Total da Sub-Funcao .....:	15.000,00	0,00	2.792,40	2.792,40
244 - Assistência Comunitária				
1071000 - ESTRUTURAÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL				
449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	70.000,00	0,00	18.352,70	18.352,70
Total do Projeto/Atividade.....:	70.000,00	0,00	18.352,70	18.352,70
Total da Sub-Funcao .....:	70.000,00	0,00	18.352,70	18.352,70
Total da Funcao .....:	85.000,00	0,00	21.145,10	21.145,10

SOMA	85.000,00	0,00	21.145,10	21.145,10

Total das Despesas .....:	7.009.332,41	0,00	3.155.223,98	3.155.223,98

Especificação	Despesa Autorizada	Anterior ao Período	No Período	Total
RESUMO				
TOTAL DAS RECEITAS (Base de Cálculo).....:		0,00	40.531.629,01	40.531.629,01
DESPESAS EMPENHADAS NO PROGRAMA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....:		0,00	3.155.223,98	3.155.223,98
(-) Receitas Vinculadas.....:		0,00	1.019.597,54	1.019.597,54
TOTAL DAS DESPESAS.....:		0,00	2.135.626,44	2.135.626,44
Percentual de Aplicação em Ações e Serviços de Assistência Social.:		0,0000%	5,2690%	5,2690%

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:362EA9DA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RREO - 06 DEMONST. PRIMÁRIO E NOMINAL

MUNICÍPIO DE PAICANDU		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRE MAIO-JUNHO		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III		Em reais
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre/ 2026**
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	201.038.854,50	103.341.966,31
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	37.023.195,30	18.525.293,07
IPTU	11.113.847,80	5.714.389,44
ISS	8.456.000,00	4.223.595,10
ITBI	5.568.400,00	2.080.331,16
IRRF	8.284.847,50	4.035.661,07
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.600.100,00	2.471.316,30
Contribuições	2.600.000,00	1.455.669,50
Receita Patrimonial	5.803.442,66	4.509.721,27
Aplicações Financeiras (II)	2.855.442,66	1.851.088,47
Outras Receitas Patrimoniais	2.948.000,00	2.658.632,80
Transferências Correntes	154.579.616,54	78.342.270,71
Cota-Parte do FPM	58.395.772,49	29.027.662,39
Cota-Parte do ICMS	17.600.000,00	8.097.745,42
Cota-Parte do IPVA	6.600.000,00	3.738.629,80
Cota-Parte do ITR	960.000,00	21.646,19
Transferências da LC 61/1989	234.000,00	120.348,18
Transferências do FUNDEB	46.320.109,11	23.318.746,08
Outras Transferências Correntes	24.469.734,94	14.017.492,65
Demais Receitas Correntes	1.032.600,00	509.011,76
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	1.032.600,00	509.011,76
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	198.183.411,84	101.490.877,84
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	29.655.719,33	6.715.653,64
Operações de Crédito (VIII)	560.000,00	28.543,11
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	29.095.719,33	6.687.110,53
Convênios	24.602.793,52	3.808.688,13
Outras Transferências de Capital	4.492.925,81	2.878.422,40
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VI I - (VIII + IX + X + XI + XII)]	29.095.719,33	6.687.110,53
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	227.279.131,17	108.177.988,37
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	227.279.131,17	108.177.988,37

DESPESAS PRIMÁRIAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre/ 2026**					
		DESPESAS EMPENHADAS	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS PROCESSADOS (a)**	**RESTOS A PAGAR PAGOS (b)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	
						LIQUIDADOS	**PAGOS (c)**
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	191.116.426,99	111.699.853,01	95.159.723,63	85.546.008,54	2.583.410,04	4.960.232,24	4.960.232,24
Pessoal e Encargos Sociais	110.810.010,31	52.195.492,95	51.862.910,86	44.026.203,64	1.612.118,28	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	770.500,00	770.000,00	385.067,31	385.067,31	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	79.535.916,68	58.734.360,06	42.911.745,46	41.134.737,59	971.291,76	4.960.232,24	4.960.232,24
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	79.535.916,68	58.734.360,06	42.911.745,46	41.134.737,59	971.291,76	4.960.232,24	4.960.232,24
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	190.345.926,99	110.929.853,01	94.774.656,32	85.160.941,23	2.583.410,04	4.960.232,24	4.960.232,24
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTES RPPS) (XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	55.107.879,05	33.708.769,32	10.072.566,19	9.571.406,74	30.959,76	4.308.490,21	4.308.490,21
Investimentos	52.260.379,05	30.989.585,52	8.749.225,19	8.248.065,74	30.959,76	4.308.490,21	4.308.490,21
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	2.847.500,00	2.719.183,80	1.323.341,00	1.323.341,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	52.260.379,05	30.989.585,52	8.749.225,19	8.248.065,74	30.959,76	4.308.490,21	4.308.490,21
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	243.606.306,04	141.919.438,53	103.523.881,51	93.409.006,97	2.614.369,80	9.268.722,45	9.268.722,45
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	243.606.306,04	141.919.438,53	103.523.881,51	93.409.006,97	2.614.369,80	9.268.722,45	9.268.722,45
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							2.885.889,15
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							2.885.889,15

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	**VALOR CORRENTE**	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00	
JUROS NOMINAIS	**Até o Bimestre/ 2026**	
	VALOR INCORRIDO	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	1.851.088,47	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	385.201,58	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	4.351.776,04	
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/Dez/2025 (a)	**Até o 3º Bimestre (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	21.399.686,35	13.998.693,03
DEDUÇÕES (XL)	37.975.427,14	512.416,44
Disponibilidade de Caixa	37.463.010,70	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	39.713.696,72	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	2.647.535,65	2.647.535,65
(-) Depósitos Restituiveis e Valores Vinculados	2.250.686,02	513.074,78
Demais Haveres Financeiros	512.416,44	512.416,44
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-16.575.740,79	13.486.276,59
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		-30.062.017,38
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	**VALOR CORRENTE**	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00	
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre/ 2026**	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	0,00	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII))	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIIIXI) +/- (XLIX)]	0,00	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	-1.465.886,89	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16.529.732,21	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	16.529.732,21	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	
FONTE: Sistema Informatizado - Município de Paiçandu - 17/jul/2026 - 16h e 06m		
Parâmetro: CONSOLIDAÇÃO GERAL		

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:280DE863

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RREO - 08 DEMONST. ENSINO

MUNICÍPIO DE PAICANDU		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRE MAIO-JUNHO		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		Em reais
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	33.423.095,30	16.053.976,77
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	11.113.847,80	5.714.389,44
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão de Inter Vivos - ITBI	5.568.400,00	2.080.331,16
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	8.456.000,00	4.223.595,10
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	8.284.847,50	4.035.661,07
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	101.829.472,49	51.257.539,65
2.1 - Cota-Parte FPM	70.086.972,49	36.284.577,69
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	63.686.972,49	36.284.577,69
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	6.400.000,00	0,00

2.2 - Cota-Parte ICMS	22.000.000,00	10.122.181,67
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	292.500,00	150.435,25
2.4 - Cota-Parte ITR	1.200.000,00	27.057,66
2.5 - Cota-Parte IPVA	8.250.000,00	4.673.287,38
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**135.252.567,79**	**67.311.516,42**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**19.085.894,50**	**10.251.507,93**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	**14.727.247,45**	**6.576.371,18**

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	47.420.109,11	23.706.648,29
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	44.505.109,11	22.086.014,37
6.1.1- Principal	43.405.109,11	21.757.375,63
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	1.100.000,00	161.760,11
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	166.878,63
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	2.915.000,00	1.620.127,79
6.3.1- Principal	2.915.000,00	1.561.370,45
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	58.757,34
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	506,13
6.4.1- Principal	0,00	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	506,13
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4) {1}	24.319.214,61	11.505.867,70
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	849.995,46	
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	849.995,46	
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**24.556.643,75**	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção) {6}	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o bimestre (f)	INSCRITAS EM RP NÃO PROC. (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	47.993.985,65	23.290.038,56	22.549.685,53	19.052.973,99	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	46.280.255,62	21.792.920,59	21.767.076,91	18.270.365,37	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	20.947.700,00	10.269.403,95	10.243.560,43	8.651.567,96	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	17.033.046,51	7.928.819,62	7.928.819,51	6.674.242,49	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	265.400,00	122.604,56	122.604,55	98.011,74	0,00
10.1.4- Educação Especial	8.034.109,11	3.472.092,46	3.472.092,42	2.846.543,18	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	1.713.730,03	1.497.117,97	782.608,62	782.608,62	0,00
10.2.1- Educação Infantil	374.007,65	345.122,88	73.680,26	73.680,26	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	571.522,38	472.161,00	380.844,00	380.844,00	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	768.200,00	679.834,09	328.084,36	328.084,36	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o bimestre (f)	INSCRITAS EM RP NÃO PROC. (g)	INSCRITAS EM RP NÃO PROC. SEM DISP. DE CAIXA (h)	DESPESAS LIQ/EMP EM VALOR SUP AO TOTAL RECEITAS RECEBIDAS (i)
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EX.	22.727.828,79	22.126.263,76	18.629.552,22	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	21.683.491,45	21.298.623,04	17.805.822,82	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	1.044.337,34	827.640,72	823.729,40	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	21.432.374,08	21.406.530,40	17.909.818,86	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	647.177,34	521.797,72	517.886,40	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	531.339,62	314.643,00	314.643,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal {2}	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	16.594.299,51	21.406.530,40	21.406.530,40	90,30 %
16 - Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (INDICADOR IEI)	810.063,90	647.177,34	647.177,34	39,95 %
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	243.019,17	531.339,62	531.339,62	32,80 %

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit) {3}	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLIC. EXCEDENTE AO MAX. PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	2.370.664,83	1.580.384,53	1.580.384,53	0,00	6,67 %

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior) {3}	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERM. NO EX. ANT. N APLIC. ATÉ O PRIM. QUAD. DO EX ATU(xA)L
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	4.512.732,30	885.204,21	598.538,44	31.689,00	0,00	286.665,77

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o bimestre (f)	INSCRITAS EM RP NÃO PROC. (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTO	24.704.703,53	14.341.697,69	11.023.888,70	10.023.569,02	0,00
20.1- Educação Infantil	8.710.046,18	5.239.495,16	3.836.727,47	3.552.712,60	0,00
20.2- Ensino Fundamental	11.525.121,47	5.760.266,72	4.622.948,57	4.054.988,32	0,00
20.3- Educação de Jovens e Adultos	15.500,00	5.446,80	5.090,80	5.090,80	0,00
20.4- Educação Especial	362.600,00	348.377,30	278.886,00	278.885,99	0,00
20.5- Administração Geral	4.091.435,88	2.988.111,71	2.280.235,86	2.131.891,31	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) {6}	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o bimestre (f)	INSCRITAS EM RP NÃO PROC. (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTO	22.919.729,17	28.946.582,12	26.194.903,53	22.496.159,32	0,00
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	9.177.463,76	15.652.358,73	14.091.092,90	12.215.085,56	0,00
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	9.177.463,76	15.652.358,73	14.091.092,90	12.215.085,56	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	13.742.265,41	13.294.223,39	12.103.810,63	10.281.073,76	0,00
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					VALOR
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					11.023.888,70
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					10.251.507,93
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					0,00
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)					0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4					0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.					225.542,86
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)					**21.049.853,77**
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL {2} e {5}			VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS)			16.827.879,11	21.049.853,77	31,27 %

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE {8}	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag)=(ac)-(ae)-(af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	4.288.199,49	2.854.172,34	3.936.394,56	233.811,49	117.993,44
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	1.656.300,66	1.145.997,96	1.412.845,36	225.542,86	17.912,44
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	2.066.262,84	1.229.712,80	2.045.087,62	8.268,63	12.906,59
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	565.635,99	478.461,58	478.461,58	0,00	87.174,41
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				6.772.002,42	3.750.625,42
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)				6.772.002,42	3.194.663,74
31.1.1 - Salário-Educação				5.011.000,00	2.569.197,55
31.1.2 - PDDE				0,00	0,00
31.1.3 - PNAE				1.746.000,00	618.958,20
31.1.4 - PNATE				15.000,00	5.645,18
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE				2,42	862,81
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS				0,00	555.961,68
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO				0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO				0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB				0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção) {6}	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o bimestre (f)	INSCRITAS EM RP NÃO PROC. (g)
32 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	80.215.225,01	44.933.388,69	38.706.444,44	34.194.919,18	0,00
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	30.712.378,23	16.962.577,57	15.254.097,96	13.363.796,18	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	31.414.852,12	16.445.769,79	14.712.383,97	12.889.647,10	0,00
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	280.900,00	128.051,36	127.695,35	103.102,54	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	9.164.909,11	4.500.303,85	4.079.062,78	3.453.513,53	0,00
32.8 - OUTRAS	8.642.185,55	6.896.686,12	4.533.204,38	4.384.859,83	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o bimestre (f)	INSCRITAS EM RP NÃO PROC. (g)
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	101.414.574,40	63.806.169,88	51.403.968,86	46.520.906,53	0,00
33.1 - Despesas Correntes	99.020.975,84	61.958.981,91	50.341.015,66	45.466.793,33	0,00
33.1.1 - Pessoal Ativo	78.570.165,01	44.610.884,39	38.409.783,88	33.898.258,62	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 -Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	900.700,00	811.990,89	398.127,66	398.127,65	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	19.550.110,83	16.536.106,63	11.533.104,12	11.170.407,06	0,00
33.2 - Despesas de Capital	2.393.598,56	1.847.187,97	1.062.953,20	1.054.113,20	0,00
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	2.393.598,56	1.847.187,97	1.062.953,20	1.054.113,20	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA				FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				3.308.932,32	551.419,10
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)				23.706.648,29	1.925.951,76

36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	21.927.640,80	2.504.034,19
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	5.087.939,81	-26.663,33
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	5.087.939,81	-26.663,33

Notas:

{1} - Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.

{2} - Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

{3} - Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional." utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional.

{4} - Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

{5} - Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

{6} - As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

{7} - Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na

{8} - Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

{9} - Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).

{10} - Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.

Parâmetro: CONSOLIDAÇÃO GERAL

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:FFDFC957

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RREO - 09 DEMONST. DAS RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESP. CAPITAL

MUNICIPIO DE PAICANDU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1°, inciso I)	Em Reais		
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)	560.000,00	28.543,11	531.456,89
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)**
DESPESAS DE CAPITAL	55.107.879,05	33.708.769,32	21.399.109,73
Investimentos	52.260.379,05	30.989.585,52	21.270.793,53
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	2.847.500,00	2.719.183,80	128.316,20
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	55.107.879,05	33.708.769,32	21.399.109,73
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I	**54.547.879,05**	**33.680.226,21**	**20.867.652,84**

FONTE: Sistema Informatizado, Unidade Responsável: Município de Paiçandu. Emissão: 17/07/2026, às 16:24:45.

Notas:

[1] <Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>

Parâmetro: CONSOLIDAÇÃO GERAL

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:8B5F374B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RREO - 10 DEMONST. PROJEÇÃO ATUARIAL DAS RECEITAS E DESPESAS

Município de PAICANDU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1°, inciso II) — Em Reais

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2026	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)

Notas:

[1] Projeção atuarial elaborada em <> e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

[2] Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

FONTE: Sistema Informatizado - Município de Paiçandu - 17/jul/2026 - 16h e 25m

Parâmetro: CONSOLIDAÇÃO GERAL

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:E469EF57

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RREO - 11 DEMONST. RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E PLAIC. DOS RECURSOS

MUNICÍPIO DE PAICANDU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2026

RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			Em Reais
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO (c) = (a-b)**
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (f)**	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (g)**	**SALDO (h) = (d-e)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINCANCEIRO A APLICAR	**2025 (i)**	**2026 (j) = (Ib - (IIf + IIg))**					**SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)**
VALOR (III)	76.586,23	0,00					76.586,23
FONTE: Sistema Informatizado - Município de Paiçandu - 17/jul/2026 - 16h e 27m							
NOTA:							
Parâmetro: CONSOLIDAÇÃO GERAL							

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:4BC43913

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RREO - 14 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RREO

MUNICÍPIO DE PAICANDU				
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRE MAIO-JUNHO				
RREO - Anexo 14 (LRF, Art .48)	Em Reais			
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre			
RECEITAS				
Previsão Inicial	177.000.000,00			
Previsão Atualizada	230.134.573,83			
Receitas Realizadas	110.029.076,84			
Déficit Orçamentário	0,00			
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	16.529.732,21			
DESPESAS				
Dotação Inicial	177.000.000,00			
Dotação Atualizada	247.224.306,04			
Despesas Empenhadas	145.408.622,33			
Despesas Liquidadas	105.232.289,82			
Despesas Pagas	95.117.415,28			
Superávit Orçamentário	4.796.787,02			
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre			
Despesas Empenhadas	145.408.622,33			
Despesas Liquidadas	105.232.289,82			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre			
Receita Corrente Líquida	195.581.142,21			
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	191.186.142,21			
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	188.555.558,87			
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até o Bimestre			
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00			
Resultado Previdenciário	0,00			
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)				
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00			
Resultado Previdenciário	0,00			
Sistema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas				
Receitas Realizadas	0,00			
Despesas Empenhadas	0,00			
Despesas Liquidadas	0,00			
Despesas Pagas	0,00			
Resultado Associado às Pensões e aos Inativoss Militares	0,00			
RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	0,00	2.885.889,15	0,00 %	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	-30.062.017,38	0,00 %	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.647.535,65	3.024,00	2.614.369,80	30.141,85
Poder Executivo	2.647.535,65	3.024,00	2.614.369,80	30.141,85
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	20.069.635,65	813.669,37	9.268.722,45	9.987.243,83
Poder Executivo	20.069.635,65	813.669,37	9.268.722,45	9.987.243,83
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	22.717.171,30	816.693,37	11.883.092,25	10.017.385,68
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucinais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	21.049.853,77	25%	31,27 %	
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	21.406.530,40	70%	90,30 %	
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	647.177,34	50%	39,95 %	
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	531.339,62	15%	32,80 %	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado No Exercício		Saldo Não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito	28.543,11		531.456,89	
Despesa de Capital Líquida	33.708.769,32		21.399.109,73	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
MUNICÍPIO DE PAICANDU				
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRE MAIO-JUNHO				
RREO - Anexo 14 (LRF, Art .48)				Em Reais
Pensões e Inativos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com Pensões e Inativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado No Exercício		Saldo a Realizar	
Receitas de Alienação de Ativos	0,00		0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	23.756.504,48	15%	35,29 %	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00 %			
FONTE: Sistema Informatizado - Município de Paiçandu - 17/jul/2026 - 16h e 37m				
Parâmetro: CONSOLIDAÇÃO GERAL				

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:ECF13A2E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ARP 82

MUNICIPIO DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 82

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 27/2026, homologado em 20/07/2026, integrante do Processo Administrativo nº 73/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa FALDÃO & FALDÃO LTDA, CNPJ nº 11.711.776/0001-36, com endereço AV. IPIRANGA, CEP 87145000, representada por PEDRO FALDÃO, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 679.692.759-15, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. **DO OBJETO:**

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **1.1REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de caminhão basculante com motorista e escavadeira hidráulica com operador, para dar continuidade a construção da quarta célula do Aterro Sanitário Municipal de Paiçandu.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **³DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS´**
anexo a esta **ATA;** As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. **DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. **ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do
item 4.1.
16. **Dos limites para as adesões**
17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
2. **VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**
3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que: 12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

29. **O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.**
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea ³d´

---

do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
37. **NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**
38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
50. **REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
60. **CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**
61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
73. **DAS PENALIDADES**
74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
78. **CONDIÇÕES GERAIS**
79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 22 de julho de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

_____
ISMAEL BATISTA

_____
FALDÃO & FALDÃO LTDA

LOTE 1	Quant.: 1	Num: 530	288,00	**Total: 288.000,00**
Item: 1	Unidade: Hr	Marca: Serviço	Modelo:	
Descrição: LOCAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - Locação de escavadeira hidráulica, potência liquida de no mínimo 140hp; peso operacional de no mínimo 21.000kg; profundidade de escavação mínima de 7,60m; capacidade da caçamba de no mínimo 1,00 a 1,20m³; comprimento do braço(lança) de no mínimo 5,0m; Velocidade de giro de no mínimo 11 RPM; Comprimento total da esteira de no mínimo 4,00m, largura de no mínimo 2,50m; Equipado com horímetro e martelo rompedor. Incluso operador, combustível e demais encargos os necessários, A escavadeira Hidraulica não poderá apresentar tempo de uso superior a 5 (cinco) anos.				
Quantidade: 1.000		**Valor Unit.: 288,00**		Total Item: 288.000,00
LOTE 2	Quant.: 1	Num: 818	149,00	**Total: 149.000,00**
Item: 2	Unidade: Hr	Marca: Serviço	Modelo:	
Descrição: LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE - Locação de caminhão basculante, trucado e traçado PBT de no mínimo 12 toneladas, equipado com caçamba basculante de no mínimo 12m³ de capacidade; motor diesel, turbo- alimentado; direção servo-assistida totalmente hidráulica Transmissão manual com 6 marchas avante e 1 a ré; Suspensão dianteira: com feixe de molas, amortecedores telescópios de dupla ação e barra estabilizadora; Suspensão traseira: com molas invertidas e centralmente articuladas, compatível com a operação em terrenos irregulares; Freios de serviço acionado a ar comprimido, de dois circuitos, com tambor; Freio de estacionamento acionado pneumaticamente; Freio motor com acionamento eletro-pneumatico podendo atuar com o freio de serviço; Tampa traseira com mecanismo de abertura e fechamento; Controles do Basculante internos na cabine; Tacógrafo com registro diário; Velocímetro em km/h.; Com no Máximo de 10 (DEZ) anos de uso da data de fabrica Incluso motorista, combustível e demais encargos necessários. o caminhão basculante nao podera apresentar tempo de uso superior a 10 (dez) Anos				
Quantidade: 1.000		**Valor Unit.: 149,00**		Total Item: 149.000,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 437.000,00				

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:43BA9F2A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 210/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Secretária DIRLENE APARECIDA DELFRATE, portadora da cédula de identidade R.G n° 3.XXX.XXX-8 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° 541.XXX.XXX-68, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal nº 17.958/2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 49/2026**, processo administrativo n.º 10284/2026, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição conforme demanda de camisetas para formatura do Projeto PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

FORNECEDOR: **D H BRINQUEDOS E CONFECÇÃO LTDA**
CNPJ: 59.783.143/0001-60

LOTE 3

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
3	1	LEÃO MASCOTE PROERD EM PELUCIA TAMANHO G 40 CM ALTURA, ACOMPANHA CAMISETA PRETA E LOGOTIPO PROERD NA FRENTE.	Amarillis brinquedos	UN	420	R$ 36,9000	R$ 15.498,00

Valor Total Homologado – R$ 15.498,0000

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1. A contratada deverá executar os serviços em 15 (quinze) dias úteis a contar da data do recebimento da nota de empenho;
2.2.2 As camisetas e os mascotes deverão ser confeccionadas em material de boa qualidade, conforme descrito nos itens acima, com durabilidade e resistência ao uso;
2.2.3 As estampas deverão seguir rigorosamente o layout a ser fornecido pela contratante, incluindo cores, logotipos e textos do Projeto PROERD, não sendo permitidas alterações sem prévia aprovação;
2.2.4 A impressão deverá ser realizada em técnica que assegure boa fixação e durabilidade,
2.2.5 As camisetas deverão ser entregues devidamente embaladas e organizadas por tamanhos, conforme quantitativo previamente informado pela contratante;
2.2.6 Eventuais erros de fabricação, divergências de tamanhos, cores ou defeitos nas peças deverão ser corrigidos pela contratada, sem ônus adicional, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos;
2.2.7 A entrega deverá ser realizada no local indicado pela contratante, em horário previamente definido conforme funcionamento da Secretaria Municipal de Educação;
2.2.8 Todos os custos com transporte, embalagem, impostos e encargos deverão estar inclusos no valor contratado;
2.2.9 A contratada deverá garantir que os produtos entregues estejam em conformidade com as especificações solicitadas, sendo passíveis de recusa caso não atendam aos padrões de qualidade estabelecidos;
2.2.10 O modelo das camisetas e do mascote do Proerd estão dispostos no anexo I, na sequencia do Termo de Referência. A contratada deverá executar os serviços em até 15 (quinze) dias úteis a contar da data do recebimento da nota de empenho,
2.2.11 A não realização do serviço ou algum descumprimento do contrato, a empresa estará sujeita as sanções previstas neste edital.
2.2.12 Caso ocorra erro na nota fiscal apresentada, o pagamento somente será efetuado após as providências de retificação efetuadas pela empresa vencedora.
2.2.13 Prazo de pagamento: será de 15 (quinze) dias após a efetivação dos serviços.
2.2.14 A empresa vencedora deverá informar o número da licitação e o número do empenho na nota fiscal.
2.2.15 Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
2.2.16 Serão observadas, no que couberem, as disposições contidas nos Artigos 140 a 143 da Lei 14.133/2021 e suas alterações.
2.2.17 O modelo das camisetas e do mascote do Proerd estão dispostos no anexo I, na sequência do Termo de Referência.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1. Os itens deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação sito a Rua XV de Novembro, nº 567. O horário para entrega deverá ocorrer entre as 08h às 12h, e das 13h às 16h30min. Os responsáveis pelo recebimento são os fiscais de contrato conforme Decreto nº 18.812, de 06/01/2026.
Fiscais de Contratos:
Thiago Landarin Rodrigues – titular;
Cristiane Pereira – titular;
Gleicy de Cassia Bordignon Ferreira – suplente;

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O prazo para o pagamento será de 15 (quinze) dias após a efetivação dos serviços. A nota fiscal deverá ser encaminhada no email da secretaria: financeiroeducacao@palmeira.pr.gov.br.
3.1.2 A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.1.3 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.1.3 Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho e o número da licitação, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6 No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Educação – SME.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13.1. Fiscais de Contrato conforme Decreto Municipal Nº18.812 de 06/01/2026.

Fiscais de Contratos:
Thiago Landarin Rodrigues – titular;
Cristiane Pereira – titular;
Gleicy de Cassia Bordignon Ferreira – suplente;

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

21 de julho de 2026, Palmeira, Paraná.

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 3

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 D.H BRINQUEDOS E CONFECCAO LTDA	274	59.783.143/0001-60	40,28	36,90		Sim
2 ANGELIQUE ORLANDINA CORRÊA	662	15.508.827/0001-88	38,78	38,78	5,09	Sim
3 ROCI DO CARMO CARDOSO	707	50.124.605/0001-62	40,28	39,99	3,12	Sim
4 COMMANDO SOLUÇOES LTDA	146	65.792.653/0001-04	65,00	40,00	0,03	Sim

5 AZURRE INDUSTRIA E COMERCIO DE	191	63.616.301/0001-64	40,28	40,28	0,70	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:309B7835

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 211/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Secretária DIRLENE APARECIDA DELFRATE, portadora da cédula de identidade R.G n° 3.XXX.XXX-8 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° 541.XXX.XXX-68, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal nº 17.958/2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 49/2026**, processo administrativo n.º 10284/2026, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição conforme demanda de camisetas para formatura do Projeto PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

FORNECEDOR: **C.F. DE LIRA GOMES LTDA**
CNPJ: 05.162.027/0001-02

LOTE 1 e 2

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	1	CAMISETA MEIA MALHA POLIVISCOSE NA COMPOSIÇÃO DE 67% POLIÉSTER 33% VISCOSE, GOLA REDONDA, NA COR BRANCA. TAMANHO INFANTIL DO Nº 10 AO 16 CONFORME MODELO.	DIDANNA	UN	369	R$ 14,5900	R$ 5.383,71
2	1	CAMISETA MEIA MALHA POLIVISCOSE NA COMPOSIÇÃO DE 67% POLIÉSTER 33% VISCOSE, GOLA REDONDA, NA COR BRANCA. TAMANHO ADULTO DO P,M E G.	DIDANNA	UN	58	R$ 17,9900	R$ 1.043,42

Valor Total Homologado – R$ 6.427,1300

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1. A contratada deverá executar os serviços em 15 (quinze) dias úteis a contar da data do recebimento da nota de empenho;
2.2.2 As camisetas e os mascotes deverão ser confeccionadas em material de boa qualidade, conforme descrito nos itens acima, com durabilidade e resistência ao uso;
2.2.3 As estampas deverão seguir rigorosamente o layout a ser fornecido pela contratante, incluindo cores, logotipos e textos do Projeto PROERD, não sendo permitidas alterações sem prévia aprovação;
2.2.4 A impressão deverá ser realizada em técnica que assegure boa fixação e durabilidade,
2.2.5 As camisetas deverão ser entregues devidamente embaladas e organizadas por tamanhos, conforme quantitativo previamente informado pela contratante;
2.2.6 Eventuais erros de fabricação, divergências de tamanhos, cores ou defeitos nas peças deverão ser corrigidos pela contratada, sem ônus adicional, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos;
2.2.7 A entrega deverá ser realizada no local indicado pela contratante, em horário previamente definido conforme funcionamento da Secretaria Municipal de Educação;
2.2.8 Todos os custos com transporte, embalagem, impostos e encargos deverão estar inclusos no valor contratado;
2.2.9 A contratada deverá garantir que os produtos entregues estejam em conformidade com as especificações solicitadas, sendo passíveis de recusa caso não atendam aos padrões de qualidade estabelecidos;
2.2.10 O modelo das camisetas e do mascote do Proerd estão dispostos no anexo I, na sequencia do Termo de Referência. A contratada deverá executar os serviços em até 15 (quinze) dias úteis a contar da data do recebimento da nota de empenho,
2.2.11 A não realização do serviço ou algum descumprimento do contrato, a empresa estará sujeita as sanções previstas neste edital.
2.2.12 Caso ocorra erro na nota fiscal apresentada, o pagamento somente será efetuado após as providências de retificação efetuadas pela empresa vencedora.
2.2.13 Prazo de pagamento: será de 15 (quinze) dias após a efetivação dos serviços.
2.2.14 A empresa vencedora deverá informar o número da licitação e o número do empenho na nota fiscal.
2.2.15 Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
2.2.16 Serão observadas, no que couberem, as disposições contidas nos Artigos 140 a 143 da Lei 14.133/2021 e suas alterações.
2.2.17 O modelo das camisetas e do mascote do Proerd estão dispostos no anexo I, na sequência do Termo de Referência.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

2.3.1. Os itens deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação sito a Rua XV de Novembro, nº 567. O horário para entrega deverá ocorrer entre as 08h às 12h, e das 13h às 16h30min. Os responsáveis pelo recebimento são os fiscais de contrato conforme Decreto nº 18.812, de 06/01/2026.
Fiscais de Contratos:
Thiago Landarin Rodrigues – titular;
Cristiane Pereira – titular;
Gleicy de Cassia Bordignon Ferreira – suplente;

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O prazo para o pagamento será de 15 (quinze) dias após a efetivação dos serviços. A nota fiscal deverá ser encaminhada no email da secretaria: financeiroeducacao@palmeira.pr.gov.br.
3.1.2 A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.1.3 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.1.4 Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho e o número da licitação, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6 No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Educação – SME.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13.1. Fiscais de Contrato conforme Decreto Municipal Nº18.812 de 06/01/2026.

Fiscais de Contratos:
Thiago Landarin Rodrigues – titular;

Cristiane Pereira – titular;
Gleicy de Cassia Bordignon Ferreira – suplente;

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

21 de julho de 2026, Palmeira, Paraná.

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 1

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 C.F. DE LIRA GOMES LTDA	124	05.162.027/0001-02	45,00	14,59		Sim
2 COMMANDO SOLUÇOES LTDA	837	65.792.653/0001-04	44,34	15,00	2,81	Sim
3 MG CONFECÇÕES	586	43.241.372/0001-12	44,34	15,99	6,60	Sim
4 T PA AZEREDO INDUSTRIA E COMERCIO	430	38.288.971/0001-51	44,00	16,00	0,06	Sim
5 JUAR BRINDES LTDA	274	50.750.151/0001-35	44,34	16,35	2,19	Sim
6 D.H BRINQUEDOS E CONFECCAO LTDA	795	59.783.143/0001-60	44,00	17,45	6,73	Sim
7 ROCI DO CARMO CARDOSO	095	50.124.605/0001-62	44,34	17,55	0,57	Sim
8 FAROL IND E COM LTDA	967	49.441.824/0001-96	44,34	19,50	11,11	Sim
9 C D BACELAR - IBAITI	530	32.761.917/0001-03	32,00	19,90	2,05	Sim
10 AZO PRODUTOS LTDA	700	41.591.664/0001-50	44,34	19,99	0,45	Sim
11 RIOLLI&LIMA CONFECCOES LTDA	712	56.987.322/0001-20	44,34	21,50	7,55	Sim
12 BELTRAO UNIFORMES LTDA	125	65.672.880/0001-98	44,30	22,80	6,05	Sim
13 N. FARIAS CONFECCOES LTDA	439	64.336.743/0001-10	50,00	28,99	27,15	Sim
14 A L DA SILVA CONFECCOES	155	36.424.884/0001-59	44,34	29,00	0,03	Sim
15 UNIFORMES BR LTDA	697	52.257.624/0001-92	44,34	29,85	2,93	Sim
16 AZURRE INDUSTRIA E COMERCIO DE	671	63.616.301/0001-64	44,34	31,90	6,87	Sim
17 LIDIANE DE FATIMA BARBOSA	534	61.946.907/0001-32	44,22	35,00	9,72	Sim
18 UNILIMA UNIFORMES E CONFECÇÕES	793	18.250.413/0001-90	44,34	35,00	0,00	Sim
19 JB PONTES COMERCIO LTDA	055	48.937.333/0001-78	39,55	39,55	13,00	Sim
20 LMHR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	892	55.078.312/0001-00	44,34	43,99	11,23	Sim
21 K13 CONFECÇÕES LTDA	461	05.287.117/0001-11	44,00	44,00	0,02	Sim
22 ANGELIQUE ORLANDINA CORRÊA	807	15.508.827/0001-88	44,00	44,00	0,00	Sim
23 CLEITON PIGATTO	449	59.986.057/0001-54	44,00	44,00	0,00	Sim
24 CRISTIAN CARMINATTO 01229529012	357	35.467.715/0001-33	44,15	44,15	0,34	Sim
25 VENGUER INDUSTRIA E COMERCIO	040	50.373.558/0001-90	44,34	44,34	0,43	Sim
26 LMK CONFECÇÕES LTDA	728	48.486.248/0001-30	44,34	44,34	0,00	Sim
27 SMS COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI	616	25.235.133/0001-78	80,00	80,00	80,42	Sim

LOTE 2

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 C.F. DE LIRA GOMES LTDA	864	05.162.027/0001-02	45,00	17,99		Sim
2 MG CONFECÇÕES	470	43.241.372/0001-12	44,34	19,58	8,84	Sim
3 ROCI DO CARMO CARDOSO	924	50.124.605/0001-62	45,24	20,00	2,15	Sim
4 AZO PRODUTOS LTDA	306	41.591.664/0001-50	45,24	21,00	5,00	Sim
5 RIOLLI&LIMA CONFECCOES LTDA	388	56.987.322/0001-20	45,24	21,50	2,38	Sim
6 N. FARIAS CONFECCOES LTDA	213	64.336.743/0001-10	50,00	25,79	19,95	Sim
7 BELTRAO UNIFORMES LTDA	572	65.672.880/0001-98	45,20	25,80	0,04	Sim
8 FAROL IND E COM LTDA	186	49.441.824/0001-96	45,24	26,49	2,67	Sim
9 D.H BRINQUEDOS E CONFECCAO LTDA	249	59.783.143/0001-60	45,00	27,00	1,93	Sim
10 C D BACELAR - IBAITI	802	32.761.917/0001-03	38,00	27,70	2,59	Sim
11 UNIFORMES BR LTDA	230	52.257.624/0001-92	45,24	33,60	21,30	Sim
12 AZURRE INDUSTRIA E COMERCIO DE	683	63.616.301/0001-64	45,24	33,60	0,00	Sim
13 A L DA SILVA CONFECCOES	566	36.424.884/0001-59	45,24	34,00	1,19	Sim
14 LIDIANE DE FATIMA BARBOSA	181	61.946.907/0001-32	43,22	36,60	7,65	Sim
15 LMHR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	692	55.078.312/0001-00	45,24	40,54	10,77	Sim
16 JB PONTES COMERCIO LTDA	842	48.937.333/0001-78	40,55	40,55	0,02	Sim
17 ANGELIQUE ORLANDINA CORRÊA	195	15.508.827/0001-88	44,50	44,50	9,74	Sim
18 CRISTIAN CARMINATTO 01229529012	971	35.467.715/0001-33	45,00	45,00	1,12	Sim
19 CLEITON PIGATTO	704	59.986.057/0001-54	45,00	45,00	0,00	Sim
20 K13 CONFECÇÕES LTDA	787	05.287.117/0001-11	45,00	45,00	0,00	Sim
21 T PA AZEREDO INDUSTRIA E COMERCIO	006	38.288.971/0001-51	45,00	45,00	0,00	Sim
22 UNILIMA UNIFORMES E CONFECÇÕES	589	18.250.413/0001-90	45,24	45,23	0,51	Sim
23 LMK CONFECÇÕES LTDA	555	48.486.248/0001-30	45,24	45,24	0,02	Sim
24 VENGUER INDUSTRIA E COMERCIO	134	50.373.558/0001-90	45,24	45,24	0,00	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:543E4F1A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE INCENTIVO AO ESPORTE-CHAMADA 05-2026

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE INCENTIVO AO ESPORTE, REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2026.

PRESIDÊNCIA: JOSÉ MIGUEL PEREIRA
SECRETÁRIO: GABRIEL PEREIRA DAS NEVES

Às nove horas do dia 16 de Julho de 2026, reuniu-se na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude, situada na Rua João Estevão, S/nº - Centro, Paranaguá - PR, a Comissão de Incentivo ao Esporte (CIE), designada pelo Decreto nº 1446/2026, com a seguinte composição:
- Presidente da Comissão de Incentivo ao Esporte: JOSÉ MIGUEL PEREIRA (AUSENTE POR FÉRIAS)
- Secretário: GABRIEL PEREIRA DAS NEVES (AUSENTE POR FÉRIAS)
- Membros da CIE: LUIZ CLÁUDIO CORREA, WENDGLAY DIATCHUK DAMACENO, ADIB MOHAMED BAHY, HÉRICA CRISTINA DE PIERRI RAMOS, ADRIANO DA SILVA VIANA, SHEILA REGINA BATISTA FERREIRA E ROBERT DE ABREU FIGUEIRA.

Consta nas presenças que estavam AUSENTES: Membro da Câmara Municipal de Paranaguá

A presente reunião foi presidida pelo Sr. Diretor da Juventude, uma vez que o Sr. Secretário Municipal de Esportes e Juventude encontra-se em férias, obedecendo ao previsto na Lei nº 4.535/2025, em seu Art. 2º, parágrafo 1º *" A CIE será presidida pelo Supervisor Esportivo, Assessor Especial de Fomento ao Esporte ou Diretor da Juventude da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude."* e secretariada pelo Sr. Wendglay Diatchuk Damaceno, em substituição ao Sr. Gabriel Pereira das Neves, que também se encontra em férias.
Iniciada a reunião foi apresentada a seguinte pauta pelo Sr. Presidente:
- Avaliação dos inscritos no Edital de Chamada Pública 005/2026 – Programa Bolsa Atleta
Posteriormente foi dada continuidade a avaliação inicial dos candidatos obedecendo ao item 7, alínea "a" – *requisitos mínimos*, do edital de Chamamento Público nº 005/2026, conforme relação abaixo:

CATEGORIA: DESPORTO SUB CATEGORIA: TALENTO ESPORTIVO		
Nº	**PROCESSO**	**REQUERENTE**
1	44624/2026	Matheus de Paiva Alves
2	44212/2026	Kayla Cristiny de Souza Siqueira
3	44203/2026	Luan Vinicius Ferreira Dias
4	44201/2026	Brayan Maximiliano Veiga Oliveira de Jesus
5	44198/2026	Ana Beatriz dos Santos Viana
6	44107/2026	Lucas Marinho de Freitas
7	44058/2026	Julia Izabel Cordeiro
8	43782/2026	Leticia Signori Pereira
9	43752/2026	José Lucas Filadelfo Nunes
10	43718/2026	Miguel Abner Neves Gomes
11	43607/2026	Fernando Scacalossi Cordeiro
12	43564/2026	Sofia Vitória Pereira Vassão
13	42804/2026	Emanuelle Martins da Silva
14	42706/2026	João Arthur Abalem Saif
15	42580/2026	Isabela Chagas de Oliveira
16	42437/2026	Valentine Dominiciano Formiga Martins
17	42395/2026	Bernardo da Silva Elero
18	41393/2026	Christian Araújo de Jesus
19	38714/2026	Beatriz Benedet Santos Borges

CATEGORIA: DESPORTO SUB CATEGORIA: ESTADUAL		
Nº	**PROCESSO**	**REQUERENTE**
1	44512/2026	Wallace Pires Miranda
2	44215/2026	Leticia Fernandes dos Santos Domingues
3	44208/2026	Maria Eduarda Moura dos Santos
4	44181/2026	Pedro Augusto Parker Machado
5	44157/2026	Isaias Agostinho Belini
6	44155/2026	Pedro Henrique Gutierrez Lemos
7	44106/2026	Isaias Agostinho Belini
8	44098/2026	Gabriel Afonso Kleina Laufer
9	44054/2026	Mathias Pereira dos Santos
10	44053/2026	Antonio Francisco Junior
11	44014/2026	João Pedro da Costa Silva
12	43976/2026	Perola Aloha Brites Lino
13	43957/2026	Antonio Jose Rodrigues de Oliveira
14	43916/2026	Nathan Henrique Maia Batista
15	43770/2026	Brian Jones Gonçalves das Neves
16	43765/2026	Dandara Luiza de Oliveira de Avila
17	43748/2026	Nilson Cunha Gonçalves
18	43299/2026	Sheila de Lima Alves
19	43250/2026	Dariele Bradoski Lacerda
20	43019/2026	Diego Ferreira da Rosa
21	43018/2026	Diego Ferreira da Rosa
22	42970/2026	Davi Leandro Carvalho
23	42873/2026	Isabela Lopes de Lima
24	42397/2026	Ronaldo Borges Nunes Cavalheiro
25	42225/2026	Pietro Lobo Mussoi
26	41754/2026	Jady Leticia Moreira Rodrigues

27	39159/2026	Karin Cristina Soares de Souza

CATEGORIA: DESPORTO
SUB CATEGORIA: NACIONAL

Nº	PROCESSO	REQUERENTE
1	44602/2026	Apostolis de Andrade Halianis
2	44223/2026	Apostolis de Andrade Halianis
3	44201/2026	Moises Tiago Moraes Leal
4	44206/2026	Matheus Souza da Silva
5	44199/2026	Natalia Feitoza Ribeiro
6	44180/2026	Pedro Augusto Parker Machado
7	44165/2026	Italo Guaraiaçu Stieglitz Araújo
8	44087/2026	Bruno Henrique de Oliveira
9	44075/2026	Adryan Maximiliano Veiga Oliveira de Jesus
10	43987/2026	Ana Paula Vanhoni Staniscia
11	43928/2026	Juliano da Silva Costa
12	43896/2026	Herdretti Carina dos Santos
13	43746/2026	Julia Francinny Batista da Silva Quadros
14	43744/2026	Priscilla Teixeira Migliorini Diniz
15	43429/2026	Leonardo Fioravante Smanioto
16	43284/2026	Cristoffer Luis Boruch Pinto
17	43052/2026	Julio Cezar Borges Nunes Cavalheiro
18	43032/2026	Matheus Silva Fontes
19	42995/2026	Hebrom Carvalho Busquete
20	42992/2026	Taianny Alves Gomes
21	42875/2026	Sanndy Karolainy da Silva

CATEGORIA: DESPORTO
SUB CATEGORIA: INTERNACIONAL

Nº	PROCESSO	REQUERENTE
1	44633/2026	Bruno Pereira Pires
2	44632/2026	Bruno Pereira Pires
3	44522/2026	Gustavo Dias Elias
4	44359/2026	Bruno Pereira Pires
5	44218/2026	Bruno Pereira Pires
6	44174/2026	Maria Eduarda Rosa Gonçalves
7	44161/2026	André Luiz Simões de Oliveira
8	44013/2026	Mariana Lorena dos Santos Silva
9	43974/2026	Orivaldo Rodrigues Albini Júnior
10	43769/2026	Herickson Eduardo de Araújo Garvon
11	43272/2026	Janaina de Souza
12	43255/2026	Sergio Renato Diniz
13	42382/2026	Robert de Abreu Figueira Júnior
14	40185/2026	Victor Jannuzzi Valentim

CATEGORIA: FOMENTO ESPORTIVO
SUB CATEGORIA: ESTADUAL

Nº	PROCESSO	REQUERENTE
1	44623/2026	Matheus Souza Gomes
2	44620/2026	Eduarda Dias do Carmo Afonso
3	44185/2026	Pedro Augusto Parker Machado
4	44147/2026	Bruno Fernandes Neves
5	44060/2026	Lorena Carvalho Olmo
6	44055/2026	Pedro Farias Nunes da Silva
7	44038/2026	Eduardo dos Santos Campos
8	43859/2026	Daiana Sachett
9	43766/2026	Matheus Henrique Cordeiro Correa
10	43764/2026	Luiz Carlos Barbosa
11	43763/2026	Carla Cristina Olmo Viana
12	43758/2026	Myrella Cruz dos Santos
13	43740/2026	Emelly de Oliveira
14	39595/2026	Gabriele Mariano Dored

CATEGORIA: FOMENTO ESPORTIVO
SUB CATEGORIA: NACIONAL

Nº	PROCESSO	REQUERENTE
1	44183/2026	Pedro Augusto Parker Machado
2	44134/2026	Ian Brenno Silva de Araújo
3	44130/2026	Luiz Gustavo Pereira Matoso
4	43975/2026	Thiago Pinho dos Santos
5	43831/2026	Leonardo Fioravante Smanioto
6	43819/2026	Taianny Alves Gomes
7	43684/2026	Claudio Henrique da Silva Juventino

CATEGORIA: FOMENTO ESPORTIVO
SUB CATEGORIA: INTERNACIONAL

Nº	PROCESSO	REQUERENTE
1	44182/2026	André Luiz Pires Mathias
2	43920/2026	André Luiz Pires Mathias
3	43248/2026	Edileusa Almeida dos Santos
4	42386/2026	Vinicius Augusto Cabral
5	42385/2026	Vinicius Augusto Cabral

Finalizada a avaliação de 101 (cento e uma) inscrições, ficou acordada pela comissão a continuidade das avaliações, referentes a alínea “b” e “c” do edital de chamamento público nas próximas reuniões a serem agendadas.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, agradecendo novamente a presença de todos e convocando-os para a próxima reunião a ser agendada.

Para constar, eu, Wendglay Diatchuk Damaceno, Secretário da reunião, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Presidente.

Paranaguá, 16 de Julho de 2026.

ADRIANO DA SILVA VIANA
Presidente

WENDGLAY DIATCHUK DAMACENO
Secretário

LUIZ CLAUDIO CORREA
Membro

ROBERT DE ABREU FIGUEIRA
Membro

ADIB MOHAMED BAHY
Membro

HÉRICA CRISTINA DE PIERRE RAMOS
Membro

SHEILA REGINA BATISTA FERREIRA
Membro

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:EE6D8677

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
ATA DA DÉCIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE INCENTIVO AO ESPORTE-CHAMADA PÚBLICA 05-2026

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE INCENTIVO AO ESPORTE, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2026.

PRESIDÊNCIA: JOSÉ MIGUEL PEREIRA
SECRETÁRIO: GABRIEL PEREIRA DAS NEVES

Às nove horas do dia 15 de Julho de 2026, reuniu-se na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude, situada na Rua João Estevão, S/nº - Centro, Paranaguá - PR, a Comissão de Incentivo ao Esporte (CIE), designada pelo Decreto nº 1446/2026, com a seguinte composição:
- Presidente da Comissão de Incentivo ao Esporte: JOSÉ MIGUEL PEREIRA (AUSENTE POR FÉRIAS)
- Secretário: GABRIEL PEREIRA DAS NEVES (AUSENTE POR FÉRIAS)
- Membros da CIE: LUIZ CLÁUDIO CORREA, WENDGLAY DIATCHUK DAMACENO, ADIB MOHAMED BAHY, HÉRICA CRISTINA DE PIERRI RAMOS, ADRIANO DA SILVA VIANA, SHEILA REGINA BATISTA FERREIRA E ROBERT DE ABREU FIGUEIRA.

Consta nas presenças que estavam AUSENTES: Membro da Câmara Municipal de Paranaguá

A presente reunião foi presidida pelo Sr. Diretor da Juventude, uma vez que o Sr. Secretário Municipal de Esportes e Juventude encontra-se em férias, obedecendo ao previsto na Lei nº 4.535/2025, em seu Art. 2º, parágrafo 1º *" A CIE será presidida pelo Supervisor Esportivo, Assessor Especial de Fomento ao Esporte ou Diretor da Juventude da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude."* e secretariada pelo Sr. Wendglay Diatchuk Damaceno, em substituição ao Sr. Gabriel Pereira das Neves, que também encontra-se em férias.

Iniciada a reunião foi apresentada a seguinte pauta pelo Sr. Presidente:
- Avaliação dos inscritos no Edital de Chamada Pública 005/2026 – Programa Bolsa Atleta
Posteriormente foi iniciada a avaliação inicial dos candidatos obedecendo ao item 7, alínea "a" – *requisitos mínimos*, do edital de Chamamento Público nº 005/2026, conforme relação abaixo:

CATEGORIA: PARADESPORTO SUB CATEGORIA: ESTADUAL		
Nº	**PROCESSO**	**REQUERENTE**
1	43728/2026	Karoline Santos Loyola
2	42853/2026	André dos Passos Assunção

CATEGORIA: PARADESPORTO SUB CATEGORIA: NACIONAL		
Nº	**PROCESSO**	**REQUERENTE**
1	44187/2026	Jean Carlos de Almeida Dias
2	44149/2026	Ernesto Salvador Lopez Ferman
3	42368/2026	Aguinaldo Matheus Damasceno

CATEGORIA: PARADESPORTO SUB CATEGORIA: INTERNACIONAL

Nº	PROCESSO	REQUERENTE
1	42831/2026	Victor Hugo Voi Taborda

CATEGORIA: FOMENTO ESPORTIVO SUB CATEGORIA: TALENTO ESPORTIVO		
Nº	**PROCESSO**	**REQUERENTE**
1	44219/2026	Daniel Arthur França Pereira
2	44214/2026	Hiago Ramos Pedro
3	44213/2026	Vinicius dos Santos Durval
4	44211/2026	Deivid Gabriel Rodrigues Souza
5	44209/2026	Davi Dias Jaques Lemes
6	44207/2026	Luca Rodrigues Jaques Lemes
7	44204/2026	Vinicius dos Santos Durval
8	44197/2026	Hiago Ramos Pedro
9	44191/2026	Deivid Gabriel Rodrigues Souza
10	44184/2026	Davi Dias Jaques Lemes
11	44069/2026	Lais Cotta Alves dos Santos
12	44178/2026	Luca Rodrigues Jaques Lemes
13	44036/2026	Anderson Kaue da Silva Cella Godoy
14	44024/2026	Caue Mariano Souza
15	43774/2026	Vinicius Henrique da Silva Martins
16	43773/2026	Vinicius Henrique da Silva Martins
17	43772/2026	Vinicius Henrique da Silva Martins
18	43736/2026	Maria Scremin Silva
19	43723/2026	Helena Luiza Capeti
20	43717/2026	Lincon Eineck Cunha de Mello
21	43713/2026	Leonardo Henrique Kleinhans
22	43523/2026	Derick Rodolfo Lagos Torres
23	42383/2026	Yasmin Dos Santos Machado
24	42361/2026	Clara Guizelini Franchello

Finalizada a avaliação de 30 (trinta) inscrições, ficou acordada pela comissão a continuidade das avaliações nas próximas reuniões a serem agendadas.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, agradecendo novamente a presença de todos e convocando-os para a próxima reunião a ser agendada.

Para constar, eu, Wendglay Diatchuk Damaceno, Secretário da reunião, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Presidente.

Paranaguá, 15 de Julho de 2026.

ADRIANO DA SILVA VIANA
Presidente

WENDGLAY DIATCHUK DAMACENO
Secretário

LUIZ CLAUDIO CORREA
Membro

ROBERT DE ABREU FIGUEIRA
Membro

ADIB MOHAMED BAHY HÉRICA
Membro

CRISTINA DE PIERRE RAMOS
Membro

_____
SHEILA REGINA BATISTA FERREIRA

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:F99354D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE INCENTIVO AO ESPORTE-CHAMADA 05-2026

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE INCENTIVO AO ESPORTE, REALIZADA EM 20 DE JULHO DE 2026.

PRESIDÊNCIA: JOSÉ MIGUEL PEREIRA
SECRETÁRIO: GABRIEL PEREIRA DAS NEVES

Às nove horas do dia 20 de Julho de 2026, reuniu-se na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude, situada na Rua João Estevão, S/nº - Centro, Paranaguá - PR, a Comissão de Incentivo ao Esporte (CIE), designada pelo Decreto nº 1446/2026, com a seguinte composição:
- Presidente da Comissão de Incentivo ao Esporte: JOSÉ MIGUEL PEREIRA
- Secretário: GABRIEL PEREIRA DAS NEVES (AUSENTE POR FÉRIAS)

- Membros da CIE: LUIZ CLÁUDIO CORREA, WENDGLAY DIATCHUK DAMACENO, HÉRICA CRISTINA DE PIERRI RAMOS, HÉLIO ALVES E SHEILA REGINA BATISTA FERREIRA.

Consta nas presenças que estavam AUSENTES: Membro da Câmara Municipal de Paranaguá

A reunião foi presididada pelo Sr. José Miguel Pereira, e secretariada pelo Sr. Wendglay Diatchuk Damaceno, em substituição ao Sr. Gabriel Pereira das Neves, que se encontra em férias.

Iniciada a reunião foi apresentada a seguinte pauta pelo Sr. Presidente:
- Avaliação dos inscritos no Edital de Chamada Pública 005/2026 – Programa Bolsa Atleta
Posteriormente foi dada continuidade a avaliação inicial dos candidatos obedecendo ao item 7, alíneas "b" e "c" – *Análise dos documentos apresentados e Análise Técnica dos planos esportivos e de participação; e dos resultados apresentados*, do edital de Chamamento Público nº 005/2026, conforme relação abaixo:

CATEGORIA: DESPORTO
SUB CATEGORIA: TALENTO ESPORTIVO

Nº	PROCESSO	REQUERENTE
1	44624/2026	Matheus de Paiva Alves
2	44212/2026	Kayla Cristiny de Souza Siqueira
3	44203/2026	Luan Vinicius Ferreira Dias
4	44201/2026	Brayan Maximiliano Veiga Oliveira de Jesus
5	44198/2026	Ana Beatriz dos Santos Viana
6	44107/2026	Lucas Marinho de Freitas
7	43752/2026	José Lucas Filadelfo Nunes
8	43718/2026	Miguel Abner Neves Gomes
9	43564/2026	Sofia Vitória Pereira Vassão
10	42706/2026	João Arthur Abalem Saif
11	42437/2026	Valentine Dominiciano Formiga Martins
12	41393/2026	Christian Araújo de Jesus
13	38714/2026	Beatriz Benedet Santos Borges

CATEGORIA: DESPORTO
SUB CATEGORIA: ESTADUAL

Nº	PROCESSO	REQUERENTE
1	44512/2026	Wallace Pires Miranda
2	44215/2026	Leticia Fernandes dos Santos Domingues
3	44208/2026	Maria Eduarda Moura dos Santos
4	44181/2026	Pedro Augusto Parker Machado
5	44157/2026	Isaias Agostinho Belini
6	44155/2026	Pedro Henrique Gutierrez Lemos
7	44106/2026	Isaias Agostinho Belini
8	44098/2026	Gabriel Afonso Kleina Laufer
9	44054/2026	Mathias Pereira dos Santos
10	44053/2026	Antonio Francisco Junior
11	44014/2026	João Pedro da Costa Silva
12	43976/2026	Perola Aloha Brites Lino
13	43957/2026	Antonio Jose Rodrigues de Oliveira
14	43916/2026	Nathan Henrique Maia Batista
15	43770/2026	Brian Jones Gonçalves das Neves
16	43765/2026	Dandara Luiza de Oliveira de Avila
17	43748/2026	Nilson Cunha Gonçalves
18	43299/2026	Sheila de Lima Alves
19	43250/2026	Dariele Bradoski Lacerda
20	43019/2026	Diego Ferreira da Rosa
21	43018/2026	Diego Ferreira da Rosa
22	42970/2026	Davi Leandro Carvalho
23	42873/2026	Isabela Lopes de Lima
24	42397/2026	Ronaldo Borges Nunes Cavalheiro
25	42225/2026	Pietro Lobo Mussoi
26	41754/2026	Jady Leticia Moreira Rodrigues
27	39159/2026	Karin Cristina Soares de Souza

CATEGORIA: DESPORTO
SUB CATEGORIA: NACIONAL

Nº	PROCESSO	REQUERENTE
1	44602/2026	Apostolis de Andrade Halianis
2	44223/2026	Apostolis de Andrade Halianis
3	44201/2026	Moises Tiago Moraes Leal
4	44206/2026	Matheus Souza da Silva
5	44199/2026	Natalia Feitoza Ribeiro
6	44180/2026	Pedro Augusto Parker Machado
7	44165/2026	Italo Guaraiaçu Stieglitz Araújo
8	44087/2026	Bruno Henrique de Oliveira
9	44075/2026	Adryan Maximiliano Veiga Oliveira de Jesus
10	43987/2026	Ana Paula Vanhoni Staniscia
11	43928/2026	Juliano da Silva Costa
12	43896/2026	Herdretti Carina dos Santos
13	43746/2026	Julia Francinny Batista da Silva Quadros
14	43744/2026	Priscilla Teixeira Migliorini Diniz
15	43429/2026	Leonardo Fioravante Smanioto
16	43284/2026	Cristoffer Luis Boruch Pinto
17	43052/2026	Julio Cezar Borges Nunes Cavalheiro
18	43032/2026	Matheus Silva Fontes
19	42995/2026	Hebrom Carvalho Busquete
20	42992/2026	Taianny Alves Gomes
21	42875/2026	Sanndy Karolainy da Silva

Na avaliação da categoria Desporto Nacional, foi identificada que nas declaração da entidade apresentada pelo Sr. Matheus Souza da Silva, protocolada sob nº 44206/2026, o CNPJ apresentado não condizia com a entidade abaixo assinada (KIC – Kickboxing International Confederation),sendo aprovada por unanimidade pelos presentes a abertura de diligências para averiguação da legitimidade da declaração.
O Sr. Presidente em contato telefônico com a entidade, solicitou a autenticidade das declarações através do presidente da entidade, ficando o mesmo de apresentar declaração ou resposta formal em até 24 horas.

Dando continuidade as demais categorias, foram avaliadas as demais inscrições conforme quadro abaixo:

CATEGORIA: DESPORTO SUB CATEGORIA: INTERNACIONAL		
Nº	**PROCESSO**	**REQUERENTE**
1	44633/2026	Bruno Pereira Pires
2	44632/2026	Bruno Pereira Pires
3	44522/2026	Gustavo Dias Elias
4	44359/2026	Bruno Pereira Pires
5	44218/2026	Bruno Pereira Pires
6	44174/2026	Maria Eduarda Rosa Gonçalves
7	44161/2026	André Luiz Simões de Oliveira
8	44013/2026	Mariana Lorena dos Santos Silva
9	43974/2026	Orivaldo Rodrigues Albini Júnior
10	43769/2026	Herickson Eduardo de Araújo Garvon
11	43272/2026	Janaina de Souza
12	43255/2026	Sergio Renato Diniz
13	42382/2026	Robert de Abreu Figueira Júnior
14	40185/2026	Victor Jannuzzi Valentim

Finalizada a avaliação de 75 (setenta e cinco) inscrições, ficou acordada pela comissão a continuidade das avaliações, referentes a alínea “b” e “c” do edital de chamamento público nas próximas reuniões a serem agendadas.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, agradecendo novamente a presença de todos e convocando-os para a próxima reunião a ser agendada.

Para constar, eu, Wendglay Diatchuk Damaceno, Secretário da reunião, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Presidente.

Paranaguá, 20 de Julho de 2026.

JOSÉ MIGUEL PEREIRA
Presidente

WENDGLAY DIATCHUK DAMACENO
Secretário

LUIZ CLAUDIO CORREA
Membro

HÉLIO ALVES
Membro

SHEILA REGINA BATISTA FERREIRA
Membro

HÉRICA CRISTINA DE PIERRE RAMOS
Membro

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:7537F51B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE INCENTIVO AO ESPORTE-CHAMADA 05-2026

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE INCENTIVO AO ESPORTE, REALIZADA EM 21 DE JULHO DE 2026.

PRESIDÊNCIA: JOSÉ MIGUEL PEREIRA
SECRETÁRIO: GABRIEL PEREIRA DAS NEVES

Às nove horas do dia 21 de Julho de 2026, reuniu-se na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude, situada na Rua João Estevão, S/nº - Centro, Paranaguá - PR, a Comissão de Incentivo ao Esporte (CIE), designada pelo Decreto nº 1446/2026, com a seguinte composição:
- Presidente da Comissão de Incentivo ao Esporte: JOSÉ MIGUEL PEREIRA
- Secretário: GABRIEL PEREIRA DAS NEVES
- Membros da CIE: LUIZ CLÁUDIO CORREA, WENDGLAY DIATCHUK DAMACENO, HÉRICA CRISTINA DE PIERRI RAMOS, HÉLIO ALVES E SHEILA REGINA BATISTA FERREIRA.

Consta nas presenças que estavam AUSENTES: Membro da Câmara Municipal de Paranaguá

A reunião foi presidida pelo Sr. José Miguel Pereira, e secretariada pelo Sr. Gabriel Pereira das Neves.

Iniciada a reunião foi apresentada a seguinte pauta pelo Sr. Presidente:
- Resposta de diligência da KIC – Kickboxing International Confederation.
- Avaliação dos inscritos no Edital de Chamada Pública 005/2026 – Programa Bolsa Atleta

Antes de dar continuidade a avaliação dos inscritos pela comissão, foi apresentada pelo Sr. Presidente a declaração assinada pelo Sr. Presidente da KIC – Kickboxing International Confederation, conforme diligência realizada na reunião anterior, invalidando o documento apresentado pelo Sr. Matheus Souza da Silva (Processo 44206/2026) e também do Sr. Apostolis de Andrade Halianis (Processo 44602/2026 e 44223/2026). Aberta a discussão pelos membros e aprovada unanimamente a desclassificação dos inscritos, ficando a interesse da Prefeitura de Paranaguá ou Secretaria Municipal de Esportes e Juventude adotar providências jurídicas quanto ao acorrido.

Posteriormente foi dada continuidade a avaliação dos candidatos, sendo estabelecidas nessa reunião, as condições de "Habilitados" e "Não Habilitados", conforme relação abaixo:

CATEGORIA: DESPORTO
SUB CATEGORIA: TALENTO ESPORTIVO

Nº	PROCESSO	REQUERENTE	RESULTADO	ATENDIMENTO AO EDITAL
1	44624/2026	Matheus de Paiva Alves	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.10 e 4.1.14
2	44212/2026	Kayla Cristiny de Souza Siqueira	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.10 e 4.1.14
3	44203/2026	Luan Vinicius Ferreira Dias	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.14
4	44201/2026	Brayan Maximiliano Veiga Oliveira de Jesus	Não Habilitado	Não atendeu o item 3.1.1
5	44198/2026	Ana Beatriz dos Santos Viana	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.14
6	44107/2026	Lucas Marinho de Freitas	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.10
7	44058/2026	Julia Izabel Cordeiro	Habilitado	-
8	43782/2026	Leticia Signori Pereira	Habilitado	-
9	43752/2026	José Lucas Filadelfo Nunes	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.10 e 4.1.14
10	43718/2026	Miguel Abner Neves Gomes	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.10 e 4.1.14
11	43607/2026	Fernando Scacalossi Cordeiro	Habilitado	-
12	43564/2026	Sofia Vitória Pereira Vassão	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.14
13	42804/2026	Emanuelle Martins da Silva	Habilitado	-
14	42706/2026	João Arthur Abalem Saif	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.10
15	42580/2026	Isabela Chagas de Oliveira	Habilitado	-
16	42437/2026	Valentine Dominiciano Formiga Martins	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.14
17	42395/2026	Bernardo da Silva Elero	Habilitado	-
18	41393/2026	Christian Araújo de Jesus	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.4, 4.1.10 e 4.1.14
19	38714/2026	Beatriz Benedet Santos Borges	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.10 e 4.1.14

CATEGORIA: DESPORTO
SUB CATEGORIA: ESTADUAL

Nº	PROCESSO	REQUERENTE	RESULTADO	ATENDIMENTO AO EDITAL
1	44512/2026	Wallace Pires Miranda	Habilitado	-
2	44215/2026	Leticia Fernandes dos Santos Domingues	Habilitado	-
3	44208/2026	Maria Eduarda Moura dos Santos	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.10, 4.1.14 e 4.1.17
4	44181/2026	Pedro Augusto Parker Machado	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.4
5	44157/2026	Isaias Agostinho Belini	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.1
6	44155/2026	Pedro Henrique Gutierrez Lemos	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.10 e 4.1.17
7	44106/2026	Isaias Agostinho Belini	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.1
8	44098/2026	Gabriel Afonso Kleina Laufer	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.4, 4.1.14 e 4.1.17
9	44054/2026	Mathias Pereira dos Santos	Habilitado	-
10	44053/2026	Antonio Francisco Junior	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.14 e 4.1.17
11	44014/2026	João Pedro da Costa Silva	Habilitado	-
12	43976/2026	Perola Aloha Brites Lino	Não habilitado	Não atendeu os itens 4.1.4 e 4.1.14
13	43957/2026	Antonio Jose Rodrigues de Oliveira	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.4 e 4.1.14
14	43916/2026	Nathan Henrique Maia Batista	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.10 e 4.1.14
15	43770/2026	Brian Jones Gonçalves das Neves	Não Habilitado	Não atendeu aos itens 4.1.10, 4.1.14 e 4.1.17
16	43765/2026	Dandara Luiza de Oliveira de Avila	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.4
17	43748/2026	Nilson Cunha Gonçalves	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.10
18	43299/2026	Sheila de Lima Alves	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.4 e 4.1.14
19	43250/2026	Dariele Bradoski Lacerda	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.14
20	43019/2026	Diego Ferreira da Rosa	Não Habilitado	Não atendeu o item 3.1.8
21	43018/2026	Diego Ferreira da Rosa	Não Habilitado	Não atendeu o item 3.1.8
22	42970/2026	Davi Leandro Carvalho	Habilitado	-
23	42873/2026	Isabela Lopes de Lima	Habilitado	-
24	42397/2026	Ronaldo Borges Nunes Cavalheiro	Não Habilitado	Não atendeu o item 3.1.8
25	42225/2026	Pietro Lobo Mussoi	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.1
26	41754/2026	Jady Leticia Moreira Rodrigues	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.14 e 4.1.17
27	39159/2026	Karin Cristina Soares de Souza	Habilitado	-

CATEGORIA: DESPORTO
SUB CATEGORIA: NACIONAL

Nº	PROCESSO	REQUERENTE	RESULTADO	ATENDIMENTO AO EDITAL
1	44602/2026	Apostolis de Andrade Halianis	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.10 e 4.1.17
2	44223/2026	Apostolis de Andrade Halianis	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.10 e 4.1.17
3	44201/2026	Moises Tiago Moraes Leal	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.4
4	44206/2026	Matheus Souza da Silva	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.10
5	44199/2026	Natalia Feitoza Ribeiro	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.4
6	44180/2026	Pedro Augusto Parker Machado	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.4
7	44165/2026	Italo Guaraiaçu Stieglitz Araújo	Habilitado	-
8	44087/2026	Bruno Henrique de Oliveira	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.14
9	44075/2026	Adryan Maximiliano Veiga Oliveira de Jesus	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.1
10	43987/2026	Ana Paula Vanhoni Staniscia	Habilitado	-
11	43928/2026	Juliano da Silva Costa	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.10 e 4.1.14
12	43896/2026	Herdretti Carina dos Santos	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.4 e 4.1.17
13	43746/2026	Julia Francinny Batista da Silva Quadros	Não Habilitadi	Não atendeu os itens 4.1.10 e 4.1.14
14	43744/2026	Priscilla Teixeira Migliorini Diniz	Habilitado	-
15	43284/2026	Cristoffer Luis Boruch Pinto	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.4 e 4.1.14
16	43052/2026	Julio Cezar Borges Nunes Cavalheiro	Habilitado	-
17	43032/2026	Matheus Silva Fontes	Habilitado	-
18	42995/2026	Hebrom Carvalho Busquete	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.4, 4.1.10 e 4.1.14
19	42875/2026	Sanndy Karolainy da Silva	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.4, 4.1.14 e 4.1.17

CATEGORIA: DESPORTO
SUB CATEGORIA: INTERNACIONAL

Nº	PROCESSO	REQUERENTE	RESULTADO	ATENDIMENTO AO EDITAL
1	44633/2026	Bruno Pereira Pires	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.10 e 4.1.17
2	44632/2026	Bruno Pereira Pires	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.10 e 4.1.17
3	44522/2026	Gustavo Dias Elias	Não Habilitado	Não atendeu o item 3.1.8
4	44359/2026	Bruno Pereira Pires	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.10 e 4.1.17
5	44218/2026	Bruno Pereira Pires	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.10 e 4.1.17
6	44174/2026	Maria Eduarda Rosa Gonçalves	Habilitado	-
7	44161/2026	André Luiz Simões de Oliveira	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.4 e 4.1.14
8	44013/2026	Mariana Lorena dos Santos Silva	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.10, 4.1.14 e 4.1.17
9	43974/2026	Orivaldo Rodrigues Albini Júnior	Habilitado	-
10	43769/2026	Herickson Eduardo de Araújo Garvon	Habilitado	-
11	43272/2026	Janaina de Souza	Habilitado	-
12	43255/2026	Sergio Renato Diniz	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.10
13	42382/2026	Robert de Abreu Figueira Júnior	Habilitado	-
14	40185/2026	Victor Jannuzzi Valentim	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.10

CATEGORIA: PARADESPORTO
SUB CATEGORIA: ESTADUAL

Nº	PROCESSO	REQUERENTE	RESULTADO	ATENDIMENTO AO EDITAL
1	43728/2026	Karoline Santos Loyola	Não Habilitado	Não atendeu os itens 3.1.8 e 4.1.4
2	42853/2026	André dos Passos Assunção	Não Habilitado	Não atendeu o item 3.1.8

CATEGORIA: PARADESPORTO
SUB CATEGORIA: NACIONAL

Nº	PROCESSO	REQUERENTE	RESULTADO	ATENDIMENTO AO EDITAL
1	44187/2026	Jean Carlos de Almeida Dias	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.17
2	44149/2026	Ernesto Salvador Lopez Ferman	Habilitado	-
3	42368/2026	Aguinaldo Matheus Damasceno	Habilitado	-

CATEGORIA: PARADESPORTO
SUB CATEGORIA: INTERNACIONAL

Nº	PROCESSO	REQUERENTE	RESULTADO	ATENDIMENTO AO EDITAL
1	42831/2026	Victor Hugo Voi Taborda	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.10

CATEGORIA: FOMENTO ESPORTIVO
SUB CATEGORIA: TALENTO ESPORTIVO

Nº	PROCESSO	REQUERENTE	RESULTADO	ATENDIMENTO AO EDITAL
1	44219/2026	Daniel Arthur França Pereira	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.7, 4.1.10, 4.1.14 e 4.1.18
2	44214/2026	Hiago Ramos Pedro	Não Habilitado	Não atendeu os itens 3.1.8 e 4.1.14
3	44213/2026	Vinicius dos Santos Durval	Não Habilitado	Não atendeu os itens 3.1.8 e 4.1.14
4	44211/2026	Deivid Gabriel Rodrigues Souza	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.14
5	44209/2026	Davi Dias Jaques Lemes	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.14
6	44207/2026	Luca Rodrigues Jaques Lemes	Não Habilitado	Não atendeu o item 3.1.8 e 4.1.14
7	44204/2026	Vinicius dos Santos Durval	Não Habilitado	Não atendeu os itens 3.1.8 e 4.1.14
8	44197/2026	Hiago Ramos Pedro	Não Habilitado	Não atendeu os itens 3.1.8 e 4.1.14
9	44191/2026	Deivid Gabriel Rodrigues Souza	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.14
10	44184/2026	Davi Dias Jaques Lemes	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.14
11	44069/2026	Lais Cotta Alves dos Santos	Habilitado	-
12	44178/2026	Luca Rodrigues Jaques Lemes	Não Habilitado	Não atendeu os itens 3.1.8 e 4.1.14
13	44036/2026	Anderson Kaue da Silva Cella Godoy	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.10
14	44024/2026	Caue Mariano Souza	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.10
15	43774/2026	Vinicius Henrique da Silva Martins	Não Habilitado	Não atendeu o item 3.1.8
16	43773/2026	Vinicius Henrique da Silva Martins	Não Habilitado	Não atendeu os itens 3.1.8 e 4.1.6
17	43772/2026	Vinicius Henrique da Silva Martins	Não Habilitado	Não atendeu os itens 3.1.8 e 4.1.6
18	43736/2026	Maria Scremin Silva	Não Habilitado	Não atendeu os itens 3.1.8 e 4.1.6
19	43723/2026	Helena Luiza Capeti	Não Habilitado	Não atendeu os itens 3.1.8 e 4.1.6
20	43717/2026	Lincon Eineck Cunha de Mello	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.10
21	43713/2026	Leonardo Henrique Kleinhans	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.10
22	43523/2026	Derick Rodolfo Lagos Torres	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.6 e 4.114
23	42383/2026	Yasmin Dos Santos Machado	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.10
24	42361/2026	Clara Guizelini Franchello	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.6 e 4.1.10

CATEGORIA: FOMENTO ESPORTIVO
SUB CATEGORIA: ESTADUAL

Nº	PROCESSO	REQUERENTE	RESULTADO	ATENDIMENTO AO EDITAL
1	44623/2026	Matheus Souza Gomes	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.18
2	44620/2026	Eduarda Dias do Carmo Afonso	Não Habilitado	Não atendeu o item 3.1.1
3	44185/2026	Pedro Augusto Parker Machado	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.4 e 4.1.18
4	44147/2026	Bruno Fernandes Neves	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.14
5	44060/2026	Lorena Carvalho Olmo	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.10
6	44055/2026	Pedro Farias Nunes da Silva	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.14
7	44038/2026	Eduardo dos Santos Campos	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.14
8	43859/2026	Daiana Sachett	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.4
9	43766/2026	Matheus Henrique Cordeiro Correa	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.10
10	43764/2026	Luiz Carlos Barbosa	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.10
11	43763/2026	Carla Cristina Olmo Viana	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.10
12	43758/2026	Myrella Cruz dos Santos	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.18
13	43740/2026	Emelly de Oliveira	Não Habilitado	Não atendeu o item 3.1.8 e 4.1.18
14	39595/2026	Gabriele Mariano Dored	Não Habilitado	Não atendeu o item 3.1.8 e 4.1.18

CATEGORIA: FOMENTO ESPORTIVO
SUB CATEGORIA: NACIONAL

Nº	PROCESSO	REQUERENTE	RESULTADO	ATENDIMENTO AO EDITAL
1	44183/2026	Pedro Augusto Parker Machado	Não Habilitado	Não atendeu os itens 4.1.4 e 4.1.18
2	44134/2026	Ian Brenno Silva de Araújo	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.14
3	44130/2026	Luiz Gustavo Pereira Matoso	Não Habilitado	Não atendeu o item 4.1.14

4	43975/2026	Thiago Pinho dos Santos	Habilitado	-
5	43831/2026	Leonardo Fioravante Smanioto	Habilitado	-
6	43819/2026	Taianny Alves Gomes	Habilitado	-
7	43684/2026	Claudio Henrique da Silva Juventino	Habilitado	-

CATEGORIA: FOMENTO ESPORTIVO SUB CATEGORIA: INTERNACIONAL				
Nº	**PROCESSO**	**REQUERENTE**	**RESULTADO**	**ATENDIMENTO AO EDITAL**
1	44182/2026	André Luiz Pires Mathias	Habilitado	-
2	43920/2026	André Luiz Pires Mathias	Habilitado	Aprovado através Processo 44182/2026
3	43248/2026	Edileusa Almeida dos Santos	Não Habilitada	Não atendeu o item 4.1.17
4	42386/2026	Vinicius Augusto Cabral	Habilitado	-
5	42385/2026	Vinicius Augusto Cabral	Habilitado	Aprovado através Processo 42386/2026

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, agradecendo novamente a presença de todos.

Para constar, eu, Gabriel Pereira das Neves, Secretário da reunião, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Presidente.

Paranaguá, 21 de Julho de 2026.

JOSÉ MIGUEL PEREIRA
Presidente

GABRIEL PEREIRA DAS NEVES
Secretário

LUIZ CLAUDIO CORREA
Membro

HÉLIO ALVES
Membro

SHEILA REGINA BATISTA FERREIRA
Membro

HÉRICA CRISTINA DE PIERRE RAMOS
Membro

WENDGLAY DIATCHUK DAMACENO
Membro

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:F03DC248

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
ATA DA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE INCENTIVO AO ESPORTE-CHAMADA 05-2026

ATA DA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE INCENTIVO AO ESPORTE, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2026.

PRESIDÊNCIA: JOSÉ MIGUEL PEREIRA
SECRETÁRIO: GABRIEL PEREIRA DAS NEVES

Às nove horas do dia 14 de Julho de 2026, reuniu-se na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude, situada na Rua João Estevão, S/nº - Centro, Paranaguá - PR, a Comissão de Incentivo ao Esporte (CIE), designada pelo Decreto nº 1446/2026, com a seguinte composição:
- Presidente da Comissão de Incentivo ao Esporte: JOSÉ MIGUEL PEREIRA (AUSENTE POR FÉRIAS)
- Secretário: GABRIEL PEREIRA DAS NEVES (AUSENTE POR FÉRIAS)
- Membros da CIE: LUIZ CLÁUDIO CORREA, WENDGLAY DIATCHUK DAMACENO, ADIB MOHAMED BAHY, HÉRICA CRISTINA DE PIERRI RAMOS, ADRIANO DA SILVA VIANA, SHEILA REGINA BATISTA FERREIRA E ROBERT DE ABREU FIGUEIRA.

Consta nas presenças que estavam AUSENTES: Membro da Câmara Municipal de Paranaguá.

A presente reunião foi presidida pelo Sr. Diretor da Juventude, uma vez que o Sr. Secretário Municipal de Esportes e Juventude encontra-se em férias, obedecendo ao previsto na Lei nº 4.535/2025, em seu Art. 2º, parágrafo 1º *" A CIE será presidida pelo Supervisor Esportivo, Assessor Especial de Fomento ao Esporte ou Diretor da Juventude da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude."* e secretariada pelo Sr. Wendglay Diatchuk Damaceno, em substituição ao Sr. Gabriel Pereira das Neves, que também encontra-se em férias.

Iniciada a reunião foi apresentada a seguinte pauta pelo Sr. Presidente:
- Apresentação dos inscritos no Edital de Chamada Pública 005/2026 – Programa Bolsa Atleta
Posteriormente foi iniciada a triagem dos candidatos, sendo os mesmos identificados através da categoria e sub categoria pretendida, obtendo os seguintes dados:

CATEGORIA: DESPORTO SUB CATEGORIA: TALENTO ESPORTIVO		
Nº	**PROCESSO**	**REQUERENTE**
1	44624/2026	Matheus de Paiva Alves

2	44212/2026	Kayla Cristiny de Souza Siqueira
3	44203/2026	Luan Vinicius Ferreira Dias
4	44201/2026	Brayan Maximiliano Veiga Oliveira de Jesus
5	44198/2026	Ana Beatriz dos Santos Viana
6	44107/2026	Lucas Marinho de Freitas
7	44058/2026	Julia Izabel Cordeiro
8	43782/2026	Leticia Signori Pereira
9	43752/2026	José Lucas Filadelfo Nunes
10	43718/2026	Miguel Abner Neves Gomes
11	43607/2026	Fernando Scacalossi Cordeiro
12	43564/2026	Sofia Vitória Pereira Vassão
13	42804/2026	Emanuelle Martins da Silva
14	42706/2026	João Arthur Abalem Saif
15	42580/2026	Isabela Chagas de Oliveira
16	42437/2026	Valentine Dominiciano Formiga Martins
17	42395/2026	Bernardo da Silva Elero
18	41393/2026	Christian Araújo de Jesus
19	38714/2026	Beatriz Benedet Santos Borges

CATEGORIA: DESPORTO
SUB CATEGORIA: ESTADUAL

Nº	PROCESSO	REQUERENTE
1	44512/2026	Wallace Pires Miranda
2	44215/2026	Leticia Fernandes dos Santos Domingues
3	44208/2026	Maria Eduarda Moura dos Santos
4	44181/2026	Pedro Augusto Parker Machado
5	44157/2026	Isaias Agostinho Belini
6	44155/2026	Pedro Henrique Gutierrez Lemos
7	44106/2026	Isaias Agostinho Belini
8	44098/2026	Gabriel Afonso Kleina Laufer
9	44054/2026	Mathias Pereira dos Santos
10	44053/2026	Antonio Francisco Junior
11	44014/2026	João Pedro da Costa Silva
12	43976/2026	Perola Aloha Brites Lino
13	43957/2026	Antonio Jose Rodrigues de Oliveira
14	43916/2026	Nathan Henrique Maia Batista
15	43770/2026	Brian Jones Gonçalves das Neves
16	43765/2026	Dandara Luiza de Oliveira de Avila
17	43748/2026	Nilson Cunha Gonçalves
18	43299/2026	Sheila de Lima Alves
19	43250/2026	Dariele Bradoski Lacerda
20	43019/2026	Diego Ferreira da Rosa
21	43018/2026	Diego Ferreira da Rosa
22	42970/2026	Davi Leandro Carvalho
23	42873/2026	Isabela Lopes de Lima
24	42397/2026	Ronaldo Borges Nunes Cavalheiro
25	42225/2026	Pietro Lobo Mussoi
26	41754/2026	Jady Leticia Moreira Rodrigues
27	39159/2026	Karin Cristina Soares de Souza

CATEGORIA: DESPORTO
SUB CATEGORIA: NACIONAL

Nº	PROCESSO	REQUERENTE
1	44602/2026	Apostolis de Andrade Halianis
2	44223/2026	Apostolis de Andrade Halianis
3	44201/2026	Moises Tiago Moraes Leal
4	44206/2026	Matheus Souza da Silva
5	44199/2026	Natalia Feitoza Ribeiro
6	44180/2026	Pedro Augusto Parker Machado
7	44165/2026	Italo Guaraiaçu Stieglitz Araújo
8	44087/2026	Bruno Henrique de Oliveira
9	44075/2026	Adryan Maximiliano Veiga Oliveira de Jesus
10	43987/2026	Ana Paula Vanhoni Staniscia
11	43928/2026	Juliano da Silva Costa
12	43896/2026	Herdretti Carina dos Santos
13	43746/2026	Julia Francinny Batista da Silva Quadros
14	43744/2026	Priscilla Teixeira Migliorini Diniz
15	43429/2026	Leonardo Fioravante Smanioto
16	43284/2026	Cristoffer Luis Boruch Pinto
17	43052/2026	Julio Cezar Borges Nunes Cavalheiro
18	43032/2026	Matheus Silva Fontes
19	42995/2026	Hebrom Carvalho Busquete
20	42992/2026	Taianny Alves Gomes
21	42875/2026	Sanndy Karolainy da Silva

CATEGORIA: DESPORTO
SUB CATEGORIA: INTERNACIONAL

Nº	PROCESSO	REQUERENTE
1	44633/2026	Bruno Pereira Pires
2	44632/2026	Bruno Pereira Pires
3	44522/2026	Gustavo Dias Elias
4	44359/2026	Bruno Pereira Pires
5	44218/2026	Bruno Pereira Pires
6	44174/2026	Maria Eduarda Rosa Gonçalves
7	44161/2026	André Luiz Simões de Oliveira
8	44013/2026	Mariana Lorena dos Santos Silva
9	43974/2026	Orivaldo Rodrigues Albini Júnior
10	43769/2026	Herickson Eduardo de Araújo Garvon

11	43272/2026	Janaina de Souza
12	43255/2026	Sergio Renato Diniz
13	42382/2026	Robert de Abreu Figueira Júnior
14	40185/2026	Victor Jannuzzi Valentim

CATEGORIA: PARADESPORTO
SUB CATEGORIA: ESTADUAL

Nº	PROCESSO	REQUERENTE
1	43728/2026	Karoline Santos Loyola
2	42853/2026	André dos Passos Assunção

CATEGORIA: PARADESPORTO
SUB CATEGORIA: NACIONAL

Nº	PROCESSO	REQUERENTE
1	44187/2026	Jean Carlos de Almeida Dias
2	44149/2026	Ernesto Salvador Lopez Ferman
3	42368/2026	Aguinaldo Matheus Damasceno

CATEGORIA: PARADESPORTO
SUB CATEGORIA: INTERNACIONAL

Nº	PROCESSO	REQUERENTE
1	42831/2026	Victor Hugo Voi Taborda

CATEGORIA: FOMENTO ESPORTIVO
SUB CATEGORIA: TALENTO ESPORTIVO

Nº	PROCESSO	REQUERENTE
1	44219/2026	Daniel Arthur França Pereira
2	44214/2026	Hiago Ramos Pedro
3	44213/2026	Vinicius dos Santos Durval
4	44211/2026	Deivid Gabriel Rodrigues Souza
5	44209/2026	Davi Dias Jaques Lemes
6	44207/2026	Luca Rodrigues Jaques Lemes
7	44204/2026	Vinicius dos Santos Durval
8	44197/2026	Hiago Ramos Pedro
9	44191/2026	Deivid Gabriel Rodrigues Souza
10	44184/2026	Davi Dias Jaques Lemes
11	44069/2026	Lais Cotta Alves dos Santos
12	44178/2026	Luca Rodrigues Jaques Lemes
13	44036/2026	Anderson Kaue da Silva Cella Godoy
14	44024/2026	Caue Mariano Souza
15	43774/2026	Vinicius Henrique da Silva Martins
16	43773/2026	Vinicius Henrique da Silva Martins
17	43772/2026	Vinicius Henrique da Silva Martins
18	43736/2026	Maria Scremin Silva
19	43723/2026	Helena Luiza Capeti
20	43717/2026	Lincon Eineck Cunha de Mello
21	43713/2026	Leonardo Henrique Kleinhans
22	43523/2026	Derick Rodolfo Lagos Torres
23	42383/2026	Yasmin Dos Santos Machado
24	42361/2026	Clara Guizelini Franchello

CATEGORIA: FOMENTO ESPORTIVO
SUB CATEGORIA: ESTADUAL

Nº	PROCESSO	REQUERENTE
1	44623/2026	Matheus Souza Gomes
2	44620/2026	Eduarda Dias do Carmo Afonso
3	44185/2026	Pedro Augusto Parker Machado
4	44147/2026	Bruno Fernandes Neves
5	44060/2026	Lorena Carvalho Olmo
6	44055/2026	Pedro Farias Nunes da Silva
7	44038/2026	Eduardo dos Santos Campos
8	43859/2026	Daiana Sachett
9	43766/2026	Matheus Henrique Cordeiro Correa
10	43764/2026	Luiz Carlos Barbosa
11	43763/2026	Carla Cristina Olmo Viana
12	43758/2026	Myrella Cruz dos Santos
13	43740/2026	Emelly de Oliveira
14	39595/2026	Gabriele Mariano Dored

CATEGORIA: FOMENTO ESPORTIVO
SUB CATEGORIA: NACIONAL

Nº	PROCESSO	REQUERENTE
1	44183/2026	Pedro Augusto Parker Machado
2	44134/2026	Ian Brenno Silva de Araújo
3	44130/2026	Luiz Gustavo Pereira Matoso
4	43975/2026	Thiago Pinho dos Santos
5	43831/2026	Leonardo Fioravante Smanioto
6	43819/2026	Taianny Alves Gomes
7	43684/2026	Claudio Henrique da Silva Juventino

CATEGORIA: FOMENTO ESPORTIVO
SUB CATEGORIA: INTERNACIONAL

Nº	PROCESSO	REQUERENTE
1	44182/2026	André Luiz Pires Mathias
2	43920/2026	André Luiz Pires Mathias
3	43248/2026	Edileusa Almeida dos Santos
4	42386/2026	Vinicius Augusto Cabral

5	42385/2026	Vinicius Augusto Cabral

Finalizada a triagem e totalizando 131 (cento e trinta e uma) inscrições, ficou acordada pela comissão o início das avaliações nas próximas reuniões a serem agendadas.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, agradecendo novamente a presença de todos e convocando-os para a próxima reunião a ser agendada.

Para constar, eu, Wendglay Diatchuk Damaceno, Secretário da reunião, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Presidente.

Paranaguá, 14 de Julho de 2026.

ADRIANO DA SILVA VIANA
Presidente

WENDGLAY DIATCHUK DAMACENO
Secretário

LUIZ CLAUDIO CORREA
Membro

ROBERT DE ABREU FIGUEIRA
Membro

ADIB MOHAMED BAHY HÉRICA
Membro

CRISTINA DE PIERRE RAMOS
Membro

SHEILA REGINA BATISTA FERREIRA
Membro

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:C4FDA964

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
HOMOLOGAÇÃO PE 11/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Pregão Eletrônico Nº 11/2026
Processo Administrativo: 32/2026

A Diretoria Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, designada pelo(a) Ato de Consórcio nº 34/2026.

Homologa

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão Eletrônico nº. 11/2026, o(s) participante(s):

Vencedores dos Itens

411 - IDPROMO COMERCIAL EIRELI EPP						
Lote: 13 - LOTE 13						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CORDÃO DIGITAL ACETINADO NA COR AZUL MARINHO 20MM, COM 80CM DE COMPRIMENTO, IMPRESSO A PALAVRA "CIS/AMUNPAR" EM BRANCO DOS DOIS LADOS, ACOMPANHA MOSQUETÃO EM METAL.	UNIDADE	PRIME CORDAO	120	R$2,65	R$318,00
				Total do Fornecedor:		R$318,00
1580 - AMAZONAS COMERCIO DE ADESIVOS E BRINDES LTDA						
Lote: 12 - LOTE 12						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CRACHÁ LAMINADO COM PVC CRISTAL, SEM FOTO, IMPRESSÃO COLORIDA NA FRENTE E VERSO, TAMANHO 5,4CM X 8,6CM - 076MM DE ESPESSURA.	UNIDADE	FABRICAÇÃO PRÓPRIA/ CONF. DESC. FABRICAÇÃO PRÓPRIA/ CONF. DESC.	120	R$4,40	R$528,00
				Total do Fornecedor:		R$528,00
1581 - GRAFICA PARANA LTDA						
Lote: 10 - LOTE 10						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	FOLDERS PARA PESQUISA DE SASTIFAÇÃO EM PAPEL COLORIDO 90G 150MMX200MM, FRENTE E VERSO, CONFORME MODELO ANEXO. O ARQUIVO COM A ARTE SERÁ DISPONIBILIZADO PELO CONSORCIO	UNIDADE	Propria Fornecido	5.000	R$0,17	R$850,00

				Total do Fornecedor:		R$850,00
1582 - PRINT MIX SOLUÇÕES EM IMPRESSOS LTDA.						
Lote: 3 - LOTE 3						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CIS 108 - ENVELOPE OFÍCIO BRANCO COM JANELA, GRAMATURA DO PAPEL 75GR/M², MEDIDAS 23 CM X 11,4 CM COM JANELA DE 14,2 CM X 3 CM (BORDAS 4X2).	UNI	PROPRIO PROPRIO	25.000	R$0,21	R$5.250,00
				Total do Fornecedor:		R$5.250,00
1996 - LONQUINI GRAFICA LTDA.						
Lote: 1 - LOTE 1						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CIS 018 - ENVELOPE OFÍCIO BRANCO, TIMBRADO, GRAMATURA DO PAPEL 90GR/M², IMPRESSÃO EM PRETO, MEDIDAS 23 CM X 11,3 CM.	UNI	PROPRIA 2026/2027	5.000	R$0,18	R$900,00
Lote: 2 - LOTE 2						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CIS 043 - CARTÃO DE RETORNO ODONTOLOGIA, GRAMATURA DO PAPEL 180GR/M², MEDIDAS 7,5 CM X 10,3 CM.	UNI	PROPRIA 2026/2027	3.000	R$0,13	R$390,00
Lote: 4 - LOTE 4						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CIS 110 - TRATAMENTO FORA DOMICÍLIO, FRENTE E VERSO, GRAMATURA DO PAPEL 120GR/M², MEDIDAS 21 CM X 30 CM, (BLOCO COM 50 FOLHAS).	BL	PROPRIA 2026/2027	200	R$6,00	R$1.200,00
Lote: 5 - LOTE 5						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CIS 167 - OUVIDORIA - GRAMATURA DO PAPEL 90GR/M², MEDIDAS 21 CM X 30 CM (BLOCO COM 50 FOLHAS).	BL	PROPRIA 2026/2027	100	R$4,10	R$410,00
Lote: 6 - LOTE 6						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CIS 182 - RECEITUÁRIO PARA PSICOTRÓPICO MODELO B, PAPEL SUPERBOND AZUL, MEDIDAS 14,5 CM X 10 CM, (BLOCO COM 20 FOLHAS).	PC	PROPRIA 2026/2027	300	R$2,05	R$615,00
Lote: 7 - LOTE 7						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CIS 183 - RECEITUARIO PARA PSICOTROPICO MODELO B-2, PAPEL SUPERBOND AZUL, MEDIDAS 14,5 CM X 10 CM, (BLOCO COM 20 FOLHAS).	PC	PROPRIA 2026/2027	100	R$3,89	R$389,00
Lote: 8 - LOTE 8						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CIS 187 - NOTIFICAÇÃO DE RECEITA ESPECIAL - RETINOIDES, GRAMATURA DO PAPEL 56GR/M², MEDIDAS 22 CM X 10 CM (BLOCO COM 20 FOLHAS).	PC	PROPRIA 2026/2027	200	R$2,65	R$530,00
Lote: 9 - LOTE 9						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CIS 189 - FICHA DE AVALIACAO QUALIDADE DO ATENDIMENTO AO USUARIO, FRENTE E VERSO, GRAMATURA DO PAPEL 56GR/M², MEDIDAS 15 CM X 22 CM (BLOCO COM 50 FOLHAS).	BL	PROPRIA 2026/2027	100	R$3,40	R$340,00
Lote: 11 - LOTE 11						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CIS 191 - NOTIFIÇÃO DE RECEITA "A" GRAMATURA DO PAPEL 56GR/M², MEDIDAS 22 CM X 10 CM (BLOCO COM 20 FOLHAS). CONFORME ARQUIVO COM A ARTE QUE SERÁ DISPONIBILIZADO PELO CONSORCIO BASEADO EM MODELO PADRONIZADO NACIONALMENTE PELA ANVISA E RDC 1000/2025.	BL	PROPRIA 2026/2027	1.000	R$1,50	R$1.500,00
				Total do Fornecedor:		R$6.274,00
				Total Geral:		R$13.220,00

Dos recursos orçamentários:

13 - 00.000.0000.3339030160000000000.00000000 - Material de expediente
25 - 00.000.0000.3339030160000000000.00000000 - Material de expediente

Direção Geral
CIS/AMUNPAR

Paranavaí, 22 de julho de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:E1ADF2BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRASTERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 009/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	**Dispensa Eletrônica**
Para Compras e serviços	
9/2026	
Processo Administrativo: 105/2026	

Eu, THAÍS SOARES DA SILVA, Diretora Especial de Compras do Município de Paranavaí no uso das atribuições que me são conferidas por delegação, por meio do Decreto Municipal nº 24.731/2023, em face da legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Agente de Contratação:

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Dispensa Eletrônica nº. 9/2026, o(s) participante(s):

Vencedores dos Itens

652638 - OESTE SUL CIRURGICA LTDA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
2	Risperidona 1mg/ml solução oral 30 ml com pipeta dosadora. Cod BR 284106	FRASCO	CRISTÁLIA	1.500	R$11,2319	R$16.847,85
				Total do Fornecedor:		R$16.847,85
3121496 - CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	Periciazina 10 mg/ml solução oral gotas frasco 20 ml cod. BR 300988	FRASCO	NEURAXPHAR MA	1.500	R$11,56	R$17.340,00
				Total do Fornecedor:	R$17.340,00	

Paranavaí, 22 de julho de 2026

THAIS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras
CPF: 059.937.949-92

Publicado por:
Aline da Silva Ferreira
Código Identificador:3E648680

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 27.932/2026

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
Estado do Paraná
Decreto Nº 27932 de 22 de julho de 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 1.575.586,77 (um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e seis reais e setenta e sete centavos)."

O(A) PREFEITO(A) DE PARANAVAí, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5542 de 01 de Janeiro de 2026:
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 1.575.586,77 (um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e seis reais e setenta e sete centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
PROCURADORIA GERAL		
Unidade Orçamentária: 18.001 (1894)	COORDENAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL	
Funcional Programática: 18.001.0002.0062.0002.2661	**Atividade:** Atividades de Assessoria Jurídica	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 76.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
Unidade Orçamentária: 08.001 (1257)	COORDENAÇÃO DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
Funcional Programática: 08.001.0025.0751.0011.2095	**Atividade:** Atividades Iluminação Pública	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00507 - COSIP - Contribuição Iluminação Pública - Art. 149	R$ 100.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.002 (782)	COORDENAÇÃO EDUCACIONAL	
Funcional Programática: 06.002.0012.0361.0005.2562	**Atividade:** Atividades do Transporte Escolar	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390330000 - Passagens e despesas com locomoção	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 60.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária: 07.002 (2023)	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Funcional Programática: 07.002.0008.0245.0007.2647	**Atividade:** Execução de Emendas Parlamentares para a Assistência Social	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01157 - Estruturação da Rede de Serviços do SUAS - Custeio - SIGTV - 93318-X	R$ 2.400,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária: 07.002 (2020)	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Funcional Programática: 07.002.0008.0245.0007.2647	**Atividade:** Execução de Emendas Parlamentares para a Assistência Social	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01157 - Estruturação da Rede de Serviços do SUAS - Custeio - SIGTV - 93318-X	R$ 4.186,77
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (2196)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2446	**Atividade:** Educação Infantil (Pré-escola) - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190040000 - Contratação por tempo determinado	01043 - FUNDEB 70% - ETI - inciso XV, Art. 212-A da CF/88 (EC n° 135/2024)	R$ 80.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (2197)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2446	**Atividade:** Educação Infantil (Pré-escola) - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01043 - FUNDEB 70% - ETI - inciso XV, Art. 212-A da CF/88 (EC n° 135/2024)	R$ 410.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (2198)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2446	**Atividade:** Educação Infantil (Pré-escola) - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 1.575.586,77 (um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e seis reais e setenta e sete centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01043 - FUNDEB 70% - ETI - inciso XV, Art. 212-A da CF/88 (EC nº 135/2024)	R$ 4.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (2199)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2446	**Atividade:** Educação Infantil (Pré-escola) - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas	01043 - FUNDEB 70% - ETI - inciso XV, Art. 212-A da CF/88 (EC nº 135/2024)	R$ 5.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (2200)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2446	**Atividade:** Educação Infantil (Pré-escola) - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190130000 - Contribuições patronais	01043 - FUNDEB 70% - ETI - inciso XV, Art. 212-A da CF/88 (EC nº 135/2024)	R$ 14.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (2201)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2446	**Atividade:** Educação Infantil (Pré-escola) - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3191130000 - Contribuições patronais	01043 - FUNDEB 70% - ETI - inciso XV, Art. 212-A da CF/88 (EC nº 135/2024)	R$ 72.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (2202)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0361.0005.2430	**Atividade:** Educação Básica - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190040000 - Contratação por tempo determinado	01043 - FUNDEB 70% - ETI - inciso XV, Art. 212-A da CF/88 (EC nº 135/2024)	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (2203)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0361.0005.2430	**Atividade:** Educação Básica - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01043 - FUNDEB 70% - ETI - inciso XV, Art. 212-A da CF/88 (EC nº 135/2024)	R$ 580.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (2204)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0361.0005.2430	**Atividade:** Educação Básica - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01043 - FUNDEB 70% - ETI - inciso XV, Art. 212-A da CF/88 (EC nº 135/2024)	R$ 40.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (2205)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0361.0005.2430	**Atividade:** Educação Básica - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas	01043 - FUNDEB 70% - ETI - inciso XV, Art. 212-A da CF/88 (EC nº 135/2024)	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (2206)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0361.0005.2430	**Atividade:** Educação Básica - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190130000 - Contribuições patronais	01043 - FUNDEB 70% - ETI - inciso XV, Art. 212-A da CF/88 (EC nº 135/2024)	R$ 2.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (2207)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0361.0005.2430	**Atividade:** Educação Básica - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3191130000 - Contribuições patronais	01043 - FUNDEB 70% - ETI - inciso XV, Art. 212-A da CF/88 (EC nº 135/2024)	R$ 90.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 1.575.586,77 (um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e seis reais e setenta e sete centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Unidade Orçamentária: 06.001 (2208)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0361.0005.2430	**Atividade:** Educação Básica - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390080000 - Outros benefícios assistenciais do servidor e do militar	01043 - FUNDEB 70% - ETI - inciso XV, Art. 212-A da CF/88 (EC nº 135/2024)	R$ 500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (476)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0306.0006.2360	**Atividade:** Assistência Alimentar e Nutricional na Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (269)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0302.0006.2243	**Atividade:** UPA - Unidade de Pronto Atendimento	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$ 5.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (2008)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0306.0006.2360	**Atividade:** Assistência Alimentar e Nutricional na Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$ 500,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 1.575.586,77		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
PROCURADORIA GERAL		
Unidade Orçamentária: 18.001 (1915)	COORDENAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL	
Funcional Programática: 18.001.0028.0846.0000.2801	**Atividade:** Sentenças Judiciais	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490910000 - Sentenças judiciais	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 50.000,00
PROCURADORIA GERAL		
Unidade Orçamentária: 18.001 (1912)	COORDENAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL	

Funcional Programática: 18.001.0028.0846.0000.2800	**Atividade:** Precatórios Judiciais	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4690910000 - Sentenças judiciais	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 11.000,00
PROCURADORIA GERAL		
Unidade Orçamentária: 18.001 (1911)	COORDENAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL	
Funcional Programática: 18.001.0028.0846.0000.2800	**Atividade:** Precatórios Judiciais	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490910000 - Sentenças judiciais	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 15.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
Unidade Orçamentária: 08.001 (1253)	COORDENAÇÃO DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
Funcional Programática: 08.001.0025.0751.0011.2095	**Atividade:** Atividades Iluminação Pública	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00507 - COSIP - Contribuição Iluminação Pública - Art. 149	R$ 100.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (678)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2447	**Atividade:** Educação Infantil (Pré-escola) - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 2.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (689)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2447	**Atividade:** Educação Infantil (Pré-escola) - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4450420000 - Auxílios	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 15.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (655)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0367.0005.2444	**Atividade:** Educação Especial - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 20.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (596)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0361.0005.2440	**Atividade:** Educação Básica - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490610000 - Aquisição de imóveis	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 23.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária: 07.002 (2021)	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Funcional Programática: 07.002.0008.0245.0007.2647	**Atividade:** Execução de Emendas Parlamentares para a Assistência Social	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	01157 - Estruturação da Rede de Serviços do SUAS - Custeio - SIGTV - 93318-X	R$ 6.586,77
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (670)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2446	**Atividade:** Educação Infantil (Pré-escola) - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3191130000 - Contribuições patronais	00101 - Transferência do FUNDEB 60%/Fundeb mínimo 70%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 72.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (666)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2446	**Atividade:** Educação Infantil (Pré-escola) - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	00101 - Transferência do FUNDEB 60%/Fundeb mínimo 70%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 433.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (664)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2446	**Atividade:** Educação Infantil (Pré-escola) - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190040000 - Contratação por tempo determinado	00101 - Transferência do FUNDEB 60%/Fundeb mínimo 70%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 80.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (572)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0361.0005.2430	**Atividade:** Educação Básica - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3191130000 - Contribuições patronais	00101 - Transferência do FUNDEB 60%/Fundeb mínimo 70%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 90.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (569)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0361.0005.2430	**Atividade:** Educação Básica - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190130000 - Contribuições patronais	00101 - Transferência do FUNDEB 60%/Fundeb mínimo 70%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 2.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (571)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0361.0005.2430	**Atividade:** Educação Básica - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas	00101 - Transferência do FUNDEB 60%/Fundeb mínimo 70%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (570)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0361.0005.2430	**Atividade:** Educação Básica - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	00101 - Transferência do FUNDEB 60%/Fundeb mínimo 70%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 40.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (568)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0361.0005.2430	**Atividade:** Educação Básica - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	00101 - Transferência do FUNDEB 60%/Fundeb mínimo 70%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 580.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (566)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0361.0005.2430	**Atividade:** Educação Básica - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190040000 - Contratação por tempo determinado	00101 - Transferência do FUNDEB 60%/Fundeb mínimo 70%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001 (1548)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Funcional Programática: 12.001.0004.0122.0002.2034	**Atividade:** Atividades de Diretoria de Compras	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (331)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0301.0006.2250	**Atividade:** Atenção Primária em Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	00494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$ 5.500,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R$ 1.575.586,77		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 22 de julho de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:6A27AFB3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 10.956, DE 22 DE JULHO DE 2026.

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 1.133.974,40 (um milhão, cento e trinta e três mil novecentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos), e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025, e considerando o Memorando n° 22.372, de 22 de julho de 2026 da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento de 2026, no valor de R$ 1.133.974,40 (um milhão, cento e trinta e três mil novecentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
02	**GOVERNO MUNICIPAL**	
02.06	**UNIDADE DO PROCON**	
14	**Direitos da Cidadania**	
14.422	**Direitos Individuais, Coletivos e Difusos**	
14.422.0035	**Proteção ao Consumidor**	
2.086	Gestão e Funcionamento do PROCON Municipal	
3.3.90.39 – 5558 (42322)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.000,00

Código	Especificação	Valor (R$)
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**	
07.03	**DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO ENSINO**	
12	**Educação**	
12.361	**Ensino Fundamental**	
12.361.0039	**Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Municipal**	
2.276	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	
3.3.90.39 – 104 (25469)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	500.000,00

12.365	**Educação Infantil**	
12.365.0039	**Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Municipal**	
2.176	Manutenção das Atividades da Educação Infantil	
3.3.90.39 – 103 (25540)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	500.000,00

Código	Especificação	Valor (R$)
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**	
11.02	**DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA**	
20	**Agricultura**	
20.122	**Administração Geral**	
20.122.0029	**Atividades da Secretaria de Agricultura**	
2.070	Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura	
3.3.90.93 – 9015 (46115)	Indenizações e Restituições	131.974,40

Total	**1.133.974,40**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos de fontes vinculadas do exercício de 2026 e do superávit financeiro do exercício de 2025, conforme a seguir especificado:
I - excesso de arrecadação de recurso de fonte vinculada:

Código	Especificação	Valor (R$)
103	Educação 10% s/transferências Constitucionais	500.000,00
104	Educação 25% sobre impostos	500.000,00
9015	Convênio Contrato de repasse nº 954183/2023 - MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - Pavimentação Asfáltica no perímetro Rural do Município	131.974,40

II - superávit financeiro do exercício de 2025:

Código	Especificação	Valor (R$)
5558	Fundo do PROCON	2.000,00

Total	**1.133.974,40**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Scariot Gomes
Código Identificador:5DDE29A7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 190/2026 – DE 22 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA N.º 190/2026 – de 22 de Julho de 2026.

SÚMULA: Autoriza o pagamento de diárias.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA, Prefeito Municipal de Paula Freitas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVEM:

Art. 1º Autorizar o pagamento de diária conforme especificação:

Servidor	Saída	Retorno	Dias	Vl. Unit.	Total	Destino	Meio Transp.	Motivo
Jones Augusto Dannemann	24/07/2026	24/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Administração
Letícia Lesoski	24/07/2026	24/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Administração
Cirlei da Silveira Michaelsen	26/07/2026	29/07/2026	3	R$ 342,45	R$ 1.027,35	Francisco Beltrão/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Administração

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal, 22 de julho de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:FC638BC1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 937, DE 22 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 937, DE 22 DE JULHO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **MONICA KARPINSKI** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 072.***.***-** e matrícula funcional 4766202, ocupante do cargo público de **Psicólogo,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Participação no XVII Congresso Nacional de Psicologia	27/07 a 29/07/2026	Cascavel/PR	3(três)	R$ 678,00	7175/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 22 de julho de 2026

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:309FADE5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 938, DE 22 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 938, DE 22 DE JULHO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **CATARINA MICHEL ADENIL FERREIRA PEREIRA** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 003.***.***-** e matrículas funcionais 105631/4766293, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Seminário de educação	23/07/2026	Rio Negro/PR	1(uma)	R$ 61,00	7174/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 22 de julho de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:BBC52897

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

MUNICÍPIO DE PITANGA			
PODER EXECUTIVO			
ESTADO DO PARANÁ			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO			
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO 2026/SEMESTRAL JANEIRO-JUNHO			
GF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")			R$ 1,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		Até o 1º Semetre	**Até o 2º Semestre**
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	35.897.471,70	34.288.767,57	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	35.897.471,70	34.288.767,57	0,00
Empréstimos	26.160.139,83	25.644.249,12	0,00
Internos	26.160.139,83	25.644.249,12	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	5.150.054,33	4.239.516,83	0,00
Internos	5.150.054,33	4.239.516,83	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	4.587.277,54	4.405.001,62	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	4.587.277,54	4.405.001,62	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00

Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	34.609.558,25	54.255.524,81	0,00
Disponibilidade de Caixa[1]	34.609.558,25	54.255.524,81	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	35.923.449,83	55.626.221,13	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	980.418,91	1.079.501,28	0,00
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	333.472,67	291.195,04	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA[2] (DCL) (III) = (I - II)	1.287.913,45	-19.966.757,24	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	184.190.169,55	196.492.719,90	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.620.000,00	4.200.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	182.570.169,55	192.292.719,90	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	19,66	17,83	0,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	0,71	-10,38	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: (120% da RCL AJUSTADA)	219.084.203,46	230.751.263,88	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1o do art. 59 da LRF): (108% da RCL AJUSTADA)	197.175.783,11	207.676.137,49	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		Até o 1º Semestre	**Até o 2º Semestre**
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)[2]	97.158,46	293.716,35	0,00
PASSIVO ATUARIAL	37.435.142,97	37.435.142,97	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	10.432.001,65	2.251.717,58	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:9F9E985A

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

REGIME PROPRIO DE PREV SOCIAL DO MUNICIPIO DE PITANGA				
PODER EXECUTIVO				
ESTADO DO PARANÁ				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A DEZEMBRO 2026/ANUAL JANEIRO-DEZEMBRO				
RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)				R$ 1,00
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (“d” exerc. Anterior) + (c)
2024	0,00	0,00	0,00	55.331.160,09
2025	9.747.397,54	1.287.909,48	8.459.488,06	63.790.648,15
2026	10.257.979,92	1.332.244,87	8.925.735,05	72.716.383,20
2027	10.794.940,30	1.363.643,26	9.431.297,04	82.147.680,24
2028	11.254.921,70	1.621.920,20	9.633.001,50	91.780.681,74
2029	11.742.714,00	1.862.206,70	9.880.507,30	101.661.189,04
2030	12.199.957,69	2.187.206,02	10.012.751,67	111.673.940,71
2031	12.552.913,72	2.691.423,65	9.861.490,07	121.535.430,78
2032	12.997.675,10	3.019.937,33	9.977.737,77	131.513.168,55
2033	13.378.949,67	3.518.985,24	9.859.964,43	141.373.132,98
2034	13.746.322,54	3.981.308,11	9.765.014,43	151.138.147,41
2035	14.103.140,43	4.505.573,37	9.597.567,06	160.735.714,47
2036	14.375.728,84	5.199.662,99	9.176.065,85	169.911.780,32
2037	14.706.984,82	5.681.149,57	9.025.835,25	178.937.615,57
2038	14.950.392,74	6.338.688,51	8.611.704,23	187.549.319,80
2039	15.031.618,23	7.220.104,01	7.811.514,22	195.360.834,02
2040	15.215.243,08	7.873.529,54	7.341.713,54	202.702.547,56
2041	15.285.065,48	8.740.944,70	6.544.120,78	209.246.668,34
2042	15.102.473,85	10.162.769,92	4.939.703,93	214.186.372,27
2043	14.890.920,39	11.374.390,01	3.516.530,38	217.702.902,65
2044	14.767.679,88	12.195.706,32	2.571.973,56	220.274.876,21
2045	14.636.038,54	12.950.931,65	1.685.106,89	221.959.983,10
2046	14.097.110,55	14.553.369,46	-456.258,91	221.503.724,19
2047	13.732.204,06	15.449.452,84	-1.717.248,78	219.786.475,41
2048	13.162.508,87	16.563.114,59	-3.400.605,72	216.385.869,69
2049	12.745.755,04	17.164.575,26	-4.418.820,22	211.967.049,47
2050	12.304.258,61	17.701.558,78	-5.397.300,17	206.569.749,30
2051	11.628.159,47	18.651.986,79	-7.023.827,32	199.545.921,98
2052	11.092.432,93	18.976.048,61	-7.883.615,68	191.662.306,30
2053	10.500.506,09	19.411.536,32	-8.911.030,23	182.751.276,07
2054	9.813.587,28	19.896.178,37	-10.082.591,09	172.668.684,98
2055	9.244.318,34	19.088.293,62	-9.843.975,28	162.824.709,70
2056	8.378.613,22	20.560.478,48	-12.181.865,26	150.642.844,44
2057	7.616.519,56	20.820.431,29	-13.203.911,73	137.438.932,71
2058	6.872.542,72	20.838.938,56	-13.966.395,84	123.472.536,87
2059	6.075.775,94	20.771.664,41	-14.695.888,47	108.776.648,40
2060	4.909.069,51	20.790.849,68	-15.881.780,17	92.894.868,23
2061	3.981.823,93	20.900.725,49	-16.918.901,56	75.975.966,67
2062	3.052.685,47	20.818.578,71	-17.765.893,24	58.210.073,43
2063	2.099.591,55	20.287.637,29	-18.188.045,74	40.022.027,69
2064	1.103.734,03	20.079.160,19	-18.975.426,16	21.046.601,53
2065	107.090,06	19.530.577,30	-19.423.487,24	1.623.114,29

2066	24.024,17	19.189.814,22	-19.165.790,05	-17.542.675,76
2067	0,00	18.700.555,08	-18.700.555,08	-36.243.230,84
2068	0,00	17.765.574,32	-17.765.574,32	-54.008.805,16
2069	0,00	16.811.519,13	-16.811.519,13	-70.820.324,29
2070	0,00	15.794.476,55	-15.794.476,55	-86.614.800,84
2071	0,00	14.522.360,91	-14.522.360,91	-101.137.161,75

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (“d” exerc. Anterior) + (c)
2072	0,00	13.874.983,35	-13.874.983,35	-115.012.145,10
2073	0,00	12.534.133,34	-12.534.133,34	-127.546.278,44
2074	0,00	11.391.960,91	-11.391.960,91	-138.938.239,35
2075	0,00	10.489.935,44	-10.489.935,44	-149.428.174,79
2076	0,00	9.419.281,98	-9.419.281,98	-158.847.456,77
2077	0,00	8.800.412,97	-8.800.412,97	-167.647.869,74
2078	0,00	7.653.529,65	-7.653.529,65	-175.301.399,39
2079	0,00	6.455.399,49	-6.455.399,49	-181.756.798,88
2080	0,00	5.587.116,95	-5.587.116,95	-187.343.915,83
2081	0,00	4.649.645,73	-4.649.645,73	-191.993.561,56
2082	0,00	3.871.044,77	-3.871.044,77	-195.864.606,33
2083	0,00	3.035.291,40	-3.035.291,40	-198.899.897,73
2084	0,00	2.479.708,64	-2.479.708,64	-201.379.606,37
2085	0,00	2.054.688,29	-2.054.688,29	-203.434.294,66
2086	0,00	1.591.790,13	-1.591.790,13	-205.026.084,79
2087	0,00	1.418.243,18	-1.418.243,18	-206.444.327,97
2088	0,00	1.077.858,42	-1.077.858,42	-207.522.186,39
2089	0,00	475.591,34	-475.591,34	-207.997.777,73
2090	0,00	257.045,45	-257.045,45	-208.254.823,18
2091	0,00	46.284,45	-46.284,45	-208.301.107,63
2092	0,00	826,51	-826,51	-208.301.934,14
2093	0,00	0,00	0,00	-208.301.934,14
2094	0,00	0,00	0,00	-208.301.934,14
2095	0,00	0,00	0,00	-208.301.934,14
2096	0,00	0,00	0,00	-208.301.934,14
2097	0,00	0,00	0,00	-208.301.934,14
2098	0,00	0,00	0,00	-208.301.934,14
2099	0,00	0,00	0,00	-208.301.934,14
2100	0,00	0,00	0,00	-208.301.934,14
2101	0,00	0,00	0,00	-208.301.934,14

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (“d” exerc. Anterior) + (c)
2024	0,00	0,00	0,00	2.833.392,60
2025	5.146.170,63	19.674.474,14	-14.528.303,51	-11.694.910,91
2026	4.866.929,13	20.816.681,70	-15.949.752,57	-27.644.663,48
2027	4.677.103,38	21.583.795,23	-16.906.691,85	-44.551.355,33
2028	4.373.559,21	22.611.846,86	-18.238.287,65	-62.789.642,98
2029	4.001.896,15	23.825.574,70	-19.823.678,55	-82.613.321,53
2030	3.488.644,01	25.365.340,80	-21.876.696,79	-104.490.018,32
2031	2.966.883,16	26.944.110,57	-23.977.227,41	-128.467.245,73
2032	2.551.680,16	28.222.554,84	-25.670.874,68	-154.138.120,41
2033	2.111.068,12	29.581.956,55	-27.470.888,43	-181.609.008,84
2034	1.757.988,45	30.665.756,57	-28.907.768,12	-210.516.776,96
2035	1.646.945,34	31.181.174,72	-29.534.229,38	-240.051.006,34
2036	1.457.961,82	31.849.635,98	-30.391.674,16	-270.442.680,50
2037	1.343.225,65	32.065.017,65	-30.721.792,00	-301.164.472,50
2038	1.175.974,09	32.172.278,48	-30.996.304,39	-332.160.776,89
2039	742.629,11	32.824.109,62	-32.081.480,51	-364.242.257,40
2040	710.675,84	32.582.402,56	-31.871.726,72	-396.113.984,12
2041	638.576,01	32.452.791,78	-31.814.215,77	-427.928.199,89
2042	617.682,36	32.296.248,56	-31.678.566,20	-459.606.766,09
2043	619.422,25	31.886.156,35	-31.266.734,10	-490.873.500,19
2044	621.179,53	31.738.867,91	-31.117.688,38	-521.991.188,57
2045	467.228,19	31.834.834,88	-31.367.606,69	-553.358.795,26
2046	467.463,53	29.779.325,35	-29.311.861,82	-582.670.657,08
2047	467.701,23	29.414.747,63	-28.947.046,40	-611.617.703,48
2048	467.941,31	27.953.397,18	-27.485.455,87	-639.103.159,35
2049	468.183,79	26.820.678,10	-26.352.494,31	-665.455.653,66
2050	468.428,69	25.334.116,61	-24.865.687,92	-690.321.341,58
2051	468.676,04	23.717.608,23	-23.248.932,19	-713.570.273,77
2052	443.693,57	21.491.359,31	-21.047.665,74	-734.617.939,51
2053	443.693,57	20.140.155,91	-19.696.462,34	-754.314.401,85
2054	443.693,57	18.830.380,90	-18.386.687,33	-772.701.089,18
2055	443.693,57	18.615.666,21	-18.171.972,64	-790.873.061,82
2056	443.693,57	15.951.854,89	-15.508.161,32	-806.381.223,14
2057	443.693,57	14.219.802,29	-13.776.108,72	-820.157.331,86
2058	443.693,57	13.386.814,85	-12.943.121,28	-833.100.453,14
2059	443.693,57	12.060.517,77	-11.616.824,20	-844.717.277,34
2060	0,00	10.526.606,18	-10.526.606,18	-855.243.883,52
2061	0,00	9.460.282,18	-9.460.282,18	-864.704.165,70
2062	0,00	8.133.816,02	-8.133.816,02	-872.837.981,72
2063	0,00	7.288.593,41	-7.288.593,41	-880.126.575,13
2064	0,00	6.698.739,20	-6.698.739,20	-886.825.314,33
2065	0,00	4.952.884,52	-4.952.884,52	-891.778.198,85
2066	0,00	3.660.636,59	-3.660.636,59	-895.438.835,44
2067	0,00	2.870.707,19	-2.870.707,19	-898.309.542,63
2068	0,00	1.800.523,01	-1.800.523,01	-900.110.065,64
2069	0,00	1.504.241,10	-1.504.241,10	-901.614.306,74

2070	0,00	1.280.814,93	-1.280.814,93	-902.895.121,67
2071	0,00	766.451,08	-766.451,08	-903.661.572,75

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (“d” exerc. Anterior) + (c)
2072	0,00	702.245,32	-702.245,32	-904.363.818,07
2073	0,00	359.141,07	-359.141,07	-904.722.959,14
2074	0,00	212.296,75	-212.296,75	-904.935.255,89
2075	0,00	4.107,78	-4.107,78	-904.939.363,67
2076	0,00	0,00	0,00	-904.939.363,67
2077	0,00	0,00	0,00	-904.939.363,67
2078	0,00	0,00	0,00	-904.939.363,67
2079	0,00	0,00	0,00	-904.939.363,67
2080	0,00	0,00	0,00	-904.939.363,67
2081	0,00	0,00	0,00	-904.939.363,67
2082	0,00	0,00	0,00	-904.939.363,67
2083	0,00	0,00	0,00	-904.939.363,67
2084	0,00	0,00	0,00	-904.939.363,67
2085	0,00	0,00	0,00	-904.939.363,67
2086	0,00	0,00	0,00	-904.939.363,67
2087	0,00	0,00	0,00	-904.939.363,67
2088	0,00	0,00	0,00	-904.939.363,67
2089	0,00	0,00	0,00	-904.939.363,67
2090	0,00	0,00	0,00	-904.939.363,67
2091	0,00	0,00	0,00	-904.939.363,67
2092	0,00	0,00	0,00	-904.939.363,67
2093	0,00	0,00	0,00	-904.939.363,67
2094	0,00	0,00	0,00	-904.939.363,67
2095	0,00	0,00	0,00	-904.939.363,67
2096	0,00	0,00	0,00	-904.939.363,67
2097	0,00	0,00	0,00	-904.939.363,67
2098	0,00	0,00	0,00	-904.939.363,67
2099	0,00	0,00	0,00	-904.939.363,67
2100	0,00	0,00	0,00	-904.939.363,67
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável REGIME PROPRIO DE PREV SOCIAL DO MUNICIPIO DE PITANGA				20/07/2026 - 14:04:26

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:33D21DA9

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

MUNICÍPIO DE PITANGA			
PODER EXECUTIVO			
ESTADO DO PARANÁ			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO (c) = (a-b)**
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	157.200,00	818.467,65	-661.267,65
Receita de Alienação de Bens Móveis	124.200,00	709.800,00	-585.600,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	33.000,00	108.667,65	-75.667,65

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	1.465.347,10	497.170,00	328.910,57	328.910,57	0,00	0,00	968.177,10
Despesas de Capital	1.465.347,10	497.170,00	328.910,57	328.910,57	0,00	0,00	968.177,10
Investimentos	1.465.347,10	497.170,00	328.910,57	328.910,57	0,00	0,00	968.177,10
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2025 (i)	2026 (j) = (Ib – (IIf+ IIg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)	1.843.749,03	489.557,08	2.333.306,11
Notas Explicativas			

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:FAF4364F

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

MUNICÍPIO DE PITANGA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO 2026/SEMESTRAL JANEIRO-JUNHO			
RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)		R$ 1,00	
GARANTIAS CONCEDIDAS	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		Até o 1º Semestre	**Até o 2º Semestre**
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	184.190.169,55	196.492.719,90	0,00
(-) T ransferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1o, da CF) (VII)	1.620.000,00	4.200.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMIT ES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	182.570.169,55	192.292.719,90	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (art.9o da Res. 43/01) - 22%	40.165.437,30	42.304.398,38	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1o do art. 59 da LRF) - 90%	36.148.893,57	38.073.958,54	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		Até o 1º Semestre	**Até o 2º Semestre**
EXTERNAS (VII)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VIII)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:CBE9FB72

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

MUNICÍPIO DE PITANGA		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO 2026/SEMESTRAL JANEIRO-JUNHO		
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R$ 1,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação1 (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação1 (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	**0,00**	**0,00**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	196.492.719,90	0,00
(-) T ransferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1o, art. 166-A da CF) (V)	4.200.000,00	0,00
RECEIT A CORRENT E LÍQUIDA AJUST ADA PARA CÁLCULO DOS LIMIT ES DE ENDIVIDAMENT O (VI) = (IV - V)	192.292.719,90	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
T OT AL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENT O DO LIMIT E (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	30.766.835,18	16,00
LIMIT E DE ALERTA (inciso III do §1o do art. 59 da LRF) - <%>	27.690.151,67	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	13.460.490,39	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
Notas Explicativas		
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública ENTIDADES CONSOLIDADAS: null		17/07/2026 - 16:13:39

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:9200B3BB

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)

MUNICÍPIO DE PITANGA			
PODER EXECUTIVO			
ESTADO DO PARANÁ			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º,			R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESA INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)**
DESPESAS DE CAPITAL	115.833.525,61	95.830.757,42	8.741.765,74	0,00	20.002.768,19
Investimentos	106.159.525,61	90.337.249,84	4.492.827,83	0,00	15.822.275,77
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	9.674.000,00	5.493.507,58	4.248.937,91	0,00	4.180.492,42
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	115.833.525,61	95.830.757,42	8.741.765,74	0,00	20.002.768,19
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	**115.833.525,61**	**95.830.757,42**	**0,00**	**0,00**	**20.002.768,19**

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:34D31E36

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

MUNICÍPIO DE PITANGA		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	31.361.000,00	17.052.166,61
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	6.389.000,00	5.219.200,58
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	6.223.000,00	1.981.756,13
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	11.224.000,00	6.971.432,96
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	7.525.000,00	2.879.776,94
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	132.838.000,00	58.680.669,81
2.1- Cota-Parte FPM	66.515.000,00	29.027.662,15
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	59.598.000,00	29.027.662,15
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	6.917.000,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	50.218.000,00	23.290.553,52
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	813.000,00	346.130,08
2.4- Cota-Parte ITR	4.341.000,00	331.552,28
2.5- Cota-Parte IPVA	10.951.000,00	5.684.771,78
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**164.199.000,00**	**75.732.836,42**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	**25.184.200,00**	**11.736.133,96**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB = 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)+ (2.7))	**15.865.550,00**	**7.197.075,14**

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	31.735.000,00	16.309.625,19
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	29.354.000,00	15.007.934,22
6.1.1- Principal	29.251.000,00	14.922.521,95
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	103.000,00	85.412,27
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00

6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	2.381.000,00	1.301.690,97
6.4.1- Principal	2.381.000,00	1.301.690,97
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	**4.066.800,00**	**3.186.387,99**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	1.130.401,58	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	1.130.401,58	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**17.440.026,77**	

DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	31.842.515,91	15.774.899,28	15.577.846,87	15.495.250,55	197.052,41
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	27.773.470,00	13.725.682,90	13.725.682,90	13.644.393,21	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	11.391.000,00	4.837.172,48	4.837.172,48	4.806.547,76	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	15.978.470,00	8.759.316,83	8.759.316,83	8.708.651,86	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	404.000,00	129.193,59	129.193,59	129.193,59	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	4.069.045,91	2.049.216,38	1.852.163,97	1.850.857,34	197.052,41
10.2.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	4.069.045,91	2.049.216,38	1.852.163,97	1.850.857,34	197.052,41
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	INSCRITAS EM RESTOS DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	15.667.556,98	15.470.504,57	15.387.908,25	197.052,41	0,00	0.0
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	14.571.009,75	14.373.957,34	14.291.361,02	197.052,41	0,00	0.0
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	1.096.547,23	1.096.547,23	1.096.547,23	0,00	0,00	0.0
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	13.725.682,90	13.725.682,90	13.644.393,21	0,00	0,00	0.0
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal		VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA		10.505.553,95	13.725.682,90	13.725.682,90	91,46
16 - PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL		0,00	0,00	0,00	0,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	1.630.962,52	839.120,62	839.120,62	0,00	5,14

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O APLICADO ATÉ O FINAL QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	2.859.358,37	1.130.401,58	121.846,30	0,00	1.008.555,28	1.016.352,51
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.693.451,59	1.036.672,94	20.320,43	0,00	1.016.352,51	1.016.352,51
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	165.906,78	93.728,64	101.525,87	0,00	-7.797,23	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	21.768.776,34	8.391.964,57	7.005.389,36	6.727.684,89	1.386.575,21
20.1- Educação Infantil	3.699.800,00	74.521,00	73.805,98	73.805,98	715,02

20.2- Ensino Fundamental	17.038.976,34	8.209.279,28	6.824.796,09	6.547.091,62	1.384.483,19
20.3- Educação de Jovens e Adultos	141.000,00	33.868,15	33.868,15	33.868,15	0,00
20.4- Educação Especial	119.000,00	1.147,00	1.090,00	1.090,00	57,00
20.5- Administração Geral	170.000,00	73.149,14	71.829,14	71.829,14	1.320,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	52.177.292,25	23.882.179,97	22.326.222,66	21.965.921,87	1.555.957,31
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	15.090.800,00	4.911.693,48	4.910.978,46	4.880.353,74	715,02
21.1.1- Creche	15.090.800,00	4.911.693,48	4.910.978,46	4.880.353,74	715,02
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	37.086.492,25	18.970.486,49	17.415.244,20	17.085.568,13	1.555.242,29

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	7.005.389,36
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	11.736.133,96
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10%	0,00
25- VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL	0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	**18.741.523,32**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	18.933.209,11	18.741.523,32	24,75

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	681.523,37	13.076,05	13.076,05	0,00	668.447,32
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	668.447,32	0,00	0,00	0,00	668.447,32
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	13.076,05	13.076,05	13.076,05	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	8.184.748,04	3.348.098,65
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	3.309.000,00	1.775.377,10
31.1.1- Salário-Educação	1.947.000,00	1.178.040,64
31.1.2- PDDE	0,00	0,00
31.1.3- PNAE	708.000,00	406.117,69
31.1.4 - PNATE	360.000,00	184.012,87
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	294.000,00	7.205,90
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.289.748,04	347.268,84
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.586.000,00	1.225.452,71

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	10.026.984,60	5.967.276,70	3.381.227,18	3.370.616,78	2.586.049,52
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	7.137.728,02	4.515.704,05	2.206.213,31	2.206.213,31	2.309.490,74
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	578.800,00	282.542,64	155.347,22	155.347,22	127.195,42
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	2.309.456,58	1.169.030,01	1.019.666,65	1.009.056,25	149.363,36

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	63.826.276,85	30.310.653,22	26.140.976,08	25.660.414,14	4.169.677,14
33.1- Despesas Correntes	60.028.504,23	27.677.266,95	25.607.828,81	25.127.266,87	2.069.438,14
33.1.1- Pessoal Ativo	36.666.515,91	16.564.570,78	16.564.570,78	16.476.171,65	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	1.195.300,00	676.512,67	676.512,67	298.207,86	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	22.166.688,32	10.436.183,50	8.366.745,36	8.352.887,36	2.069.438,14
33.2- Despesas de Capital	3.797.772,62	2.633.386,27	533.147,27	533.147,27	2.100.239,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	3.797.772,62	2.633.386,27	533.147,27	533.147,27	2.100.239,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	34.282,31	156.298,27
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	16.395.934,84	1.178.040,64
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	15.508.326,60	895.617,41
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	921.890,55	438.721,50
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	921.890,55	438.721,50

Notas Explicativas

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:FF3C47A6

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

REGIME PROPRIO DE PREV SOCIAL DO MUNICIPIO DE PITANGA		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO		
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R$ 1,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	15.061.000,00	12.149.410,24
Receita de Contribuições dos Segurados	3.446.000,00	1.707.756,42
Ativo	3.431.000,00	1.700.670,30
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	15.000,00	7.086,12
Receita de Contribuições Patronais	3.737.000,00	1.859.382,56
Ativo	3.737.000,00	1.859.382,56
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	7.878.000,00	8.582.271,26
Receitas Imobiliárias	3.939.000,00	4.291.135,63
Receitas de Valores Mobiliários	3.939.000,00	4.291.135,63
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)1	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**15.061.000,00**	**12.149.410,24**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Benefícios	442.000,00	186.311,16	186.311,16	186.311,16	0,00
Aposentadorias	150.000,00	73.232,58	73.232,58	73.232,58	0,00
Pensões por Morte	292.000,00	113.078,58	113.078,58	113.078,58	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	14.000,00	4.282,68	4.282,68	4.282,68	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	13.000,00	4.282,68	4.282,68	4.282,68	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**456.000,00**	**190.593,84**	**190.593,84**	**190.593,84**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)2	**14.605.000,00**	**11.958.816,40**	**11.958.816,40**	**11.958.816,40**	**12.149.410,24**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores	0,00
Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	573.132,49
Investimentos e Aplicações	76.213.418,20
Outros Bens e Direitos	0,00

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (VII)	6.370.000,00	3.843.493,74
Receita de Contribuições dos Segurados	2.692.000,00	1.231.770,46
Ativo	2.017.000,00	874.202,35
Inativo	626.000,00	336.370,46
Pensionista	49.000,00	21.197,65
Receita de Contribuições Patronais	2.642.000,00	1.180.717,90
Ativo	2.642.000,00	1.180.717,90
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	96.000,00	241.192,56
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00

Receitas de Valores Mobiliários	96.000,00	241.192,56
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	940.000,00	1.189.812,82
Compensação Financeira entre os regimes	940.000,00	1.189.812,82
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	**6.370.000,00**	**3.843.493,74**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Benefícios	26.193.000,00	11.596.583,19	11.596.583,19	11.589.790,80	0,00
Aposentadorias	19.424.000,00	9.993.160,84	9.993.160,84	9.987.970,16	0,00
Pensões por Morte	6.769.000,00	1.603.422,35	1.603.422,35	1.601.820,64	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.104.000,00	648.314,86	487.637,75	487.637,75	160.677,11
Compensação Financeira entre os regimes	650.000,00	445.975,48	285.298,37	285.298,37	160.677,11
Demais Despesas Previdenciárias	454.000,00	202.339,38	202.339,38	202.339,38	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	**27.297.000,00**	**12.244.898,05**	**12.084.220,94**	**12.077.428,55**	**160.677,11**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)2	**-20.927.000,00**	**-8.401.404,31**	**-8.240.727,20**	**-8.233.934,81**	**3.682.816,63**
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS					**APORTES REALIZADOS**
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras					-7.817.056,19
Recursos para Formação de Reserva					0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)					**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa					41.440,57
Investimentos e Aplicações					0,00
OutrosBensDireitos					0,00
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS				**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES				832.000,00	397.240,97
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)				**832.000,00**	**397.240,97**
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Despesas Correntes (XIII)	812.000,00	323.895,42	290.165,84	290.165,84	33.729,58
Pessoal e Encargos Sociais	512.000,00	268.090,61	268.090,61	268.090,61	0,00
Demais Despesas Correntes	300.000,00	55.804,81	22.075,23	22.075,23	33.729,58
Despesas de Capital (XIV)	189.000,00	181.769,97	46.634,00	46.634,00	135.135,97
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**1.001.000,00**	**505.665,39**	**336.799,84**	**336.799,84**	**168.865,55**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)2	**-169.000,00**	**-108.424,42**	**60.441,13**	**60.441,13**	**228.375,42**

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.233,08
Investimentos e Aplicações	704.982,98
Outros Bens e Direitos	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)2	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:CB061EB8

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

MUNICÍPIO DE PITANGA		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		R$1,00
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre 2026**
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	198.462.864,37	103.267.127,94
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	35.245.000,00	19.320.258,65

IPTU	6.389.000,00	5.219.200,58
ISS	11.224.000,00	6.971.432,96
ITBI	6.223.000,00	1.981.756,13
IRRF	7.525.000,00	2.879.776,94
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.884.000,00	2.268.092,04
Contribuições	2.485.000,00	1.932.710,37
Receita Patrimonial	1.508.356,37	2.874.032,92
Aplicações Financeiras (II)	1.135.356,37	2.518.547,84
Outras Receitas Patrimoniais	373.000,00	355.485,08
Transferências Correntes	159.135.508,00	78.533.588,94
Cota-Parte do FPM	54.595.400,00	23.222.129,95
Cota-Parte do ICMS	40.174.400,00	18.632.442,92
Cota-Parte do IPVA	8.760.800,00	4.547.817,29
Cota-Parte do ITR	3.472.800,00	265.241,89
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	650.400,00	276.904,03
Transferências do FUNDEB	31.718.309,65	16.310.522,57
Outras Transferências Correntes	19.763.398,35	15.278.530,29
Demais Receitas Correntes	89.000,00	606.537,06
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	89.000,00	606.537,06
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	197.327.508,00	100.748.580,10
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	14.241.000,00	7.520.824,37
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	4.083.000,00	4.578.184,95
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	96.226.340,38	14.234.765,54
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	124.200,00	709.800,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	124.200,00	709.800,00
Transferências de Capital	96.102.140,38	13.524.965,54
Convênios	75.521.528,28	3.888.972,43
Outras Transferências de Capital	20.580.612,10	9.635.993,11
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	96.226.340,38	14.234.765,54
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	307.794.848,38	122.504.170,01
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	293.553.848,38	114.983.345,64

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/ 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	166.172.504,94	77.932.117,25	70.285.607,51	69.257.733,83	791.759,45	2.484.209,91	2.484.210,49
Pessoal e Encargos Sociais	84.675.962,84	37.618.158,72	37.577.589,17	37.311.722,60	0,00	-0,58	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	3.985.000,00	1.573.721,03	1.559.480,91	1.559.480,91	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	77.511.542,10	38.740.237,50	31.148.537,43	30.386.530,32	791.759,45	2.484.210,49	2.484.210,49
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	162.187.504,94	76.358.396,22	68.726.126,60	67.698.252,92	791.759,45	2.484.209,91	2.484.210,49
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	28.105.000,00	12.552.765,25	12.358.358,56	12.351.566,17	0,00	1.546,82	1.546,82
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	115.184.525,61	95.442.365,39	8.488.509,68	8.488.509,68	137.031,30	4.758.954,63	4.758.954,61
Investimentos	105.970.525,61	90.155.479,87	4.446.193,83	4.446.193,83	137.031,30	4.607.198,38	4.607.198,36
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	9.214.000,00	5.286.885,52	4.042.315,85	4.042.315,85	0,00	151.756,25	151.756,25
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	105.970.525,61	90.155.479,87	4.446.193,83	4.446.193,83	137.031,30	4.607.198,38	4.607.198,36
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	11.129.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	189.000,00	181.769,97	46.634,00	46.634,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	460.000,00	206.622,06	206.622,06	206.622,06	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	307.581.230,55	179.248.411,31	85.577.312,99	84.542.646,92	928.790,75	7.092.955,11	7.092.955,67
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	279.287.230,55	166.513.876,09	73.172.320,43	72.144.446,75	928.790,75	7.091.408,29	7.091.408,85
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							29.939.776,67
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							34.818.699,29

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	39.695.800,00
JUROS NOMINAIS	**Até o Bimestre 2026**
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	2.544.008,63
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	3.224.503,55
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	**34.138.204,37**
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	**VALOR CORRENTE**

Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	2.252.000,00

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/Dez/2025 (a)	**Até o bimestre/ 2026 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	35.897.471,70	34.288.767,57
DEDUÇÕES (XL)	34.609.558,25	54.255.524,81
Disponibilidade de Caixa	34.609.558,25	54.255.524,81
Disponibilidade de Caixa Bruta	35.923.449,83	55.626.221,13
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	980.418,91	1.079.501,28
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	333.472,67	291.195,04
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	1.287.913,45	-19.966.757,24
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		21.254.670,69
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre/ 2026**	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa	99.082,37	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	21.353.753,06	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**22.034.247,98**	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16.857.025,80	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	16.857.025,80	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:148172A2

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELÁTORIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO DE PITANGA		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELÁTORIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO 2026/SEMESTRAL JANEIRO-JUNHO		
LRF, art. 48 - Anexo 6		R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE**	
Receita Corrente líquida	196.492.719,90	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	192.292.719,90	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	189.387.555,90	
DESPESA COM O PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	90.539.448,08	47,81
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	102.269.280,19	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	97.155.816,18	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	92.042.352,17	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Dívida Consolidada Líquida	-19.966.757,24	-10,38
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	230.751.263,88	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	42.304.398,38	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	30.766.835,18	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da	13.460.490,39	7,00
Receita		
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	94.769.231,00	36.559.764,67

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:0A024977

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO O RÇAMENTÁRIA

MUNICÍPIO DE PITANGA	
PODER EXECUTIVO	
ESTADO DO PARANÁ	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO O RÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	215.578.000,00
Previsão Atualizada	313.013.204,75
Receitas Realizadas	129.600.902,80
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	16.857.025,80
DESPESAS	
Dotação Inicial	196.282.000,00
Dotação Atualizada	310.574.230,55
Despesas Empenhadas	186.315.639,92
Despesas Liquidadas	91.385.731,81
Despesas Pagas	90.351.065,74
Superávit Orçamentário	38.215.170,99
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	186.315.639,92
Despesas Liquidadas	91.385.731,81
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	196.492.719,90
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	192.292.719,90
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	189.387.555,90
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	**8.768.582,42**
Receitas Previdenciárias Realizadas	4.291.135,63
Despesas Previdenciárias Empenhadas	186.311,16
Despesas Previdenciárias Liquidadas	186.311,16
Resultado Previdenciário	4.104.824,47
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	**27.177.460,42**
Receitas Previdenciárias Realizadas	7.807.873,69
Despesas Previdenciárias Empenhadas	11.561.713,04
Despesas Previdenciárias Liquidadas	11.193.058,58
Resultado Previdenciário	-3.385.184,89

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário - Acima da Linha	39.695.800,00	34.818.699,29	87,71
Resultado Nominal - Acima da Linha	2.252.000,00	34.138.204,37	1.515,91

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	998.490,11	0,00	928.790,75	69.699,36
Poder Executivo	998.490,11	0,00	928.790,75	69.699,36
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	10.433.548,47	937.119,53	7.244.711,92	2.251.717,02
Poder Executivo	10.433.548,47	937.119,53	7.244.711,92	2.251.717,02
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	11.432.038,58	937.119,53	8.173.502,67	2.321.416,38

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	18.741.523,32	25,00	24,75
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	13.725.682,90	70,00	91,46
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado no Exercício		Saldo não realizado	
Receita de Operação de Crédito	0,00		0,00	
Despesa de Capital Líquida	95.830.757,42		20.002.768,19	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**2026**	**2036**	**2046**	**2061**
Plano Previdenciário	38.843.583,78	48.627.467,74	50.754.598,67	23.752.334,36
Receitas Previdenciárias	19.421.791,89	24.313.733,87	25.377.299,33	11.876.167,18
Despesas Previdenciárias	12.325.364,02	17.654.272,42	26.303.285,25	18.322.931,78
Resultado Previdenciário	7.096.427,87	6.659.461,45	-925.985,91	-6.446.764,60
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo a Realizar**	
Receitas da Alienação de Ativos	818.467,65		-661.267,65	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	497.170,00		968.177,10	

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	13.713.124,79	15,00	18,11
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:6510F89A

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
RELATÓRIO DA 12ª CONFERÊNCIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE PITANGA

Apresentação

A 12ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pitanga foi convocada através do Decreto nº 85, de 13 de Abril de 2026 e constitui-se como instância máxima de deliberação da Política da Criança e do Adolescente, é um momento de avaliação do cenário local referente às politicas públicas para crianças e adolescentes, com vistas a estabelecer propostas e metas para os próximos anos.

A organização da 12ª Conferência Municipal se deu pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, sendo que foi instituída Comissão Organizadora para definição e decisão dos trâmites necessários.

Objetivo Geral
O objetivo geral da 12ª Conferência é sensibilizar, conscientizar e mobilizar a sociedade para o fortalecimento do SGDCA, visando à promoção, proteção, defesa e controle social das políticas, programas e ações voltadas à infância e adolescência, com base no respeito às diversidades e no fortalecimento da democracia participativa.

Programação

HORA	ATIVIDADE
8:00	Credenciamento;
8:30	Abertura Oficial e Composição da Mesa;
9:00	Apresentação Cultural – com crianças e Adolescente do município;
9:15	Leitura e Aprovação do Regimento Interno da Conferência;
9:30	Palestra Magna;
11:30	Intervalo para almoço
13:15	Retorno do almoço Deliberação das Propostas;
13:30	Debate e trabalho em grupos
14:30	Deliberação das Propostas – Plenária Final;
15:30	Escolha dos Delegados para participar da Conferência Estadual;
15:45	Coffee Break;
16:30	Encerramento.

Comissão Organizadora

A Comissão Organizadora da 12ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente foi aprovada pelo CMDCA e publicada Resolução nº10/2026, ficando assim composta:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS DO CMDCA:
Josemary Giraldi – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania;
Josimar Claudio Cionek – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania;
Luciana França – Secretaria Municipal de Saúde;
Eslaine Espanhol Meira da Silva – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS DO CMDCA:
Fátima Penteado – Representante de Entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pitanga – APAE;

Dionéia Bonassoli Rodrigues – Representante do Serviço de Obras Sociais – S.O.S;
Lurianny Assunção Barão – Representante do Hospital São Vicente de Paulo;
Adriano dos Santos Lima – Representante do Pitanga Esporte Clube.

REPRESENTANTES DE ADOLESCENTES:
Carla Eduarda de Lima dos Santos – adolescente.
Matheus Henrique de Lima – adolescente.

EQUIPE DE APOIO:
Maristela de Matos – Assistente Social do órgão gestor;
Eliara Loana de Oliveira Marcondes – Diretora de Desenvolvimento Social e Cidadania.

Palestra magna

A palestra magna foi proferida por Eliane Marcheski, bacharel em direito, com experiência em politicas públicas na área da criança e do adolescente. Eliane abordou sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, as principais legislações referentes a esse público e também sobre o tema central da conferência “Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a Democracia Participativa”, assim como dois seis eixos temáticos:
EIXO 1. Aprimoramento do Controle Social e fortalecimento da participação social;
EIXO 2. Fortalecimento dos Conselhos Tutelares;
EIXO 3. Promoção da convivência familiar e comunitária;

EIXO 4. Prevenção e enfrentamento às violências;
EIXO 5. Prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção do adolescente no trabalho;
EIXO 6. Aprimoramento da execução das medidas socioeducativas.

Total de participantes cadastrados

A 12ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente de Pitanga contou com um total de 145 participantes, sendo 120 inscritos como delegados e 25 como convidados e ouvintes. Com relação aos delegados, importante mencionar que foram 48 com representação governamental, 05 da sociedade civil, e 67 crianças e adolescentes.

Metodologia

A 12ª Conferência foi organizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, sendo criada comissão organizadora específica.
Quanto às estratégias utilizadas para a garantia da participação, foram realizadas divulgações, principalmente através das redes sociais, assim como enviados convites.
Ainda, foram realizadas pré-inscrições com o envio ou entrega das fichas de credenciamento. Quanto à participação de crianças e adolescentes foram contatadas a Educação Municipal e Estadual, estabelecendo uma parceria primordial para a mobilização e garantia da participação.
Foram realizadas cinco pré-conferencias sendo uma na Escola Estadual Júlia H. de Souza, a qual contou com a participação de 19 adolescentes e quatro no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Aconchego com a participação de 53 crianças e 11 adolescentes.
Com relação à escuta e participação ativa de crianças e adolescentes na conferência, importante ressaltar que mais de 50% foram representantes desse

público, sendo que em todo o processo de conferência foi priorizado a participação dos mesmos, contamos com crianças e adolescentes na composição da mesa de abertura os quais fizeram uso da palavra e deixaram mensagens importantes aos participantes, as apresentações culturais foram de crianças que puderam expor trabalhos de suas autorias. Após a palestra, foi aberto para perguntas, tendo grande participação dos presentes.
Sobre a divisão dos grupos, foram por eixos, sendo confeccionados crachás por cores e numeração dos eixos, tais grupos se reuniram para discussão das propostas, as quais por fim, foram apresentadas para a plenária final para aprovação.
A eleição dos delegados se deu de forma satisfatória, principalmente no que se refere à vaga para criança ou adolescente, onde tivemos 10 candidatos entre crianças e adolescentes, sendo disponibilizado momento de fala e apresentação e após realizada votação pela plenária.

Propostas aprovadas pela plenária final

EIXO 1: Aprimoramento do Controle Social e Fortalecimento da Participação Social

Nº DA PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	MUNICIPAL
1	Efetivar a criação do Comitê de participação dos adolescentes Cpa no município de Pitanga.	X
2	Criar ações específicas nas escolas municipais para o ensino sobre direitos da criança e adolescente.	X
3	Criar mecanismos de participação do CMDCA nas escolas	X
4	Melhorar a divulgação das ações do CMDCA no âmbito municipal	X

Nº DA PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	ESTADUAL	UNIÃO
1	Deliberar recursos específicos e oferta de capacitação dos conselheiros do CMDCA, sobre o papel do Conselho.	x	
2	Desenvolver programas de incentivo à participação social de crianças/adolescentes nas escolas estaduais e municipais.	x	
3	Criar a escola nacional de formação permanente para conselhos dos direitos da criança e do adolescente, destinada a capacitação continuada dos conselhos.		x
4	Ampliar recursos financeiros para o fortalecimento de ações nas escolas sobre prevenção de vulnerabilidades e riscos sociais com vistas a garantia de direitos.		x

Eixo 2 - Fortalecimento dos Conselhos Tutelares

Nº DA PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	MUNICIPAL
01	Efetivar o apoio técnico para os Conselho Tutelar, com disponibilidade de um profissional (Psicólogo, Assistente Social, Advogado) para esse suporte.	X
02	Implantar o plano de valorização dos conselheiros tutelares com adicional de risco de vida.	X

Nº DA PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	ESTADUAL	UNIÃO
01	Deliberar recursos continuados para melhorarias na estrutura física e operacional dos Conselhos Tutelares.	X	
02	Alterar as legislações visando a ampliação do número de conselheiros tutelares nos municípios com parâmetros no porte do município conforme previsto no SUAS.		X
03	Implantar piso salarial nacional e plano de carreira para os conselheiros tutelares.		X
04	Implantar a Secretaria Estadual da Criança e do Adolescente (a ex, da SEMIPI).	X	

EIXO 3: Promoção da Convivência Familiar e Comunitária

Nº DA PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	MUNICIPAL
01	Implantar programas intersetoriais de orientação aos pais e responsáveis sobre a adolescência, visando levar informação sobre essa fase, instrumentalizar sobre manejos adequados na educação, convivência e fortalecer os vínculos familiares, além de orientações de como identificar, prevenir e intervir quando há ocorrência do uso de drogas.	X
02	Disponibilizar os espaços escolares, a exemplo de quadras e locais de recreação para atividades comunitárias aos finais de semana.	X
03	Qualificar o SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) com contratação de orientadores sociais, conforme prevê a legislação, preferencialmente com vínculo estatutário.	X

04	Garantir ao menos um profissional de nível superior para atendimento exclusivo do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, visando aprimorar as ações com o desenvolvimento de campanhas e articulação com o território para ampliação das famílias acolhedoras, capacitação e acompanhamento sistemático, visando evitar a necessidade do acolhimento em casa-lar.	X

Nº DA PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	ESTADUAL	UNIÃO
01	Disponibilizar os espaços escolares, a exemplo de quadras e locais de recreação para atividades comunitárias aos finais de semana.	X	
02	Deliberar recursos continuados especificamente para o Serviço em Família Acolhedora, visando fortalecer o serviço e reduzir a ocorrência de acolhimento institucional na modalidade casa-lar/abrigo.	X	X
03	Capacitar periodicamente as equipes e famílias do Serviço de Família Acolhedora.	X	X

EIXO 4: Prevenção e Enfrentamento às Violências

Nº DA PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	MUNICIPAL
01	Fortalecer ações continuadas de prevenção e combate ao bullying e outras violências no âmbito escolar tais como: racismo, violência digital, violência de gênero, homofobia etc, destinados aos alunos, familiares e comunidade escolar.	X
02	Criar programa municipal baseado no programa estadual escola escuta, com o objetivo de fortalecer espaços que promovam acolhimento, diálogo e suporte emocional, seguros aos estudantes. Visando a prevenção de violências e a evasão escolar. Como por exemplo estabelecer um profissional de referência dentro de cada escola para realizar o acolhimento imediato de situações de violência e criação de espaços coletivos para discussão.	X
03	Efetivar comitê municipal intersetorial garantindo a participação de crianças e adolescentes, nas propostas de ações continuadas em prol dos enfrentamentos às violências.	X
04	Garantir o financiamento e a implementação imediata de equipes multiprofissionais em todas as redes públicas de educação básica, conforme determina a lei federal nº13.935/2019	X
05	Criar parcerias de Projetos de extensão com faculdades locais/regionais que possuam cursos de serviço social, psicologia, enfermagem etc, para fortalecimento de ações de Prevenção as violências.	X

Nº DA PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	ESTADUAL	UNIÃO
01	Garantir o financiamento e a implementação imediata de equipes multiprofissionais em todas as redes públicas de educação básica, conforme determina a lei federal nº13.935/2019.	X	X
02	Garantir cofinanciamento estadual para fortalecer a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, assegurando capacitação permanente, protocolos unificados de atendimento e ações contínuas de prevenção e enfrentamento de todas as formas de violência em todos os municípios.	X	
03	Ampliar recurso para O PSE Programa de Saúde na escola que possui 14 temáticas previstas, que visa a promoção, prevenção e atenção à saúde. Dentre elas há os temas de Promoção da Cultura de Paz e direitos humanos e Prevenção das violências e dos acidentes que são trabalhados nas escolas da educação básica.		X

EIXO 5: Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção de Adolescentes no Trabalho

Nº DA PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	MUNICIPAL
01	Organizar anualmente através do CMDCA a audiência pública sobre a temática erradicação do trabalho infantil e aprendizagem profissional como ferramenta de defesa com o apoio do poder judiciário, MP estadual, MPT, auditores do trabalho, cmdca e poder público municipal. Convocando interessados e empresas que com ou sem cota para incentivar a participação e contratação.	X
02	Reativar o comitê de combate ao trabalho infantil	X
03	Criar um fluxo sobre o atendimento na identificação de situações de trabalho infantil.	X
04	Realizar campanhas publicitarias de combate e erradicação de trabalho infantil e trabalho seguro Ex. Outdoor, programas de rádios, redes sociais etc..	X

Nº DA PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	ESTADUAL	UNIÃO
01	Promover Campanhas informativas em conjunto com os escritórios regionais de trabalho e agências do trabalhador para divulgar nas os benefícios e subsídios do governo sobre o "Cartão Futuro".	**x**	
02	Criar um selo Estadual "amigos da aprendizagem" reconhecendo as empresas que contratam jovem aprendiz.	x	
03	Criar ou instituir uma política nacional que beneficie empresas com isenção de impostos que contratem jovens aprendizes em situação de vulnerabilidade social, egressos de situação de trabalho infantil e em cumprimento de medida socioeducativa.		x
04	aumentar o número de auditores-fiscais para promover e fiscalizar a política de aprendizagem profissional.		x

EIXO 6: Aprimoramento da Execução das Medidas Socioeducativas

Nº DA PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	MUNICIPAL
01	Implantar nas escolas o Programa Municipal de Justiça Restaurativa e Círculos de Construção de Paz na Rede de Atendimento à Infância e Juventude;	X
02	Instituir equipe técnica mínima exclusiva para execução e acompanhamento de Medidas Socioeducativas, como previsto no SINASE	X
03	Efetivar o sistema do SINASE no município de Pitanga, sob a fiscalização do CMDCA;	X
04	Promover capacitações ao sistema de garantia de direitos, e terceiro setor sobre o SINASE visando quebra de estigmas e promovendo o conhecimento da legislação.	X
05	Estruturar espaço físico, financeiro e recursos humanos do departamento da Criança e do Adolescente.	X

Nº DA PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	ESTADUAL	UNIÃO
01	Instituir uma política estadual de incentivo fiscal e parceria com empresas para contratação de jovem aprendiz destinadas prioritariamente a adolescentes em comprimento ou egresso de medidas socioeducativas.	**x**	**x**
02	Desenvolver e implantar um sistema nacional unificado de informações sobre a execução de medidas socioeducativas, que integre os dados do judiciário, do SUAS e da educação e do SUS.	x	x

Maristela deM

MaMaristelka

Delegados eleitos para a conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Segmento Sistema de Justiça:
Titular: Tiago Suhre;
Suplente: Sara Cristina Martins Valter.

Segmento Criança/adolescente:
Titular: Debora Melissa Vaz de Lima;
Suplente: Eloisa de Oliveira Marcondes.

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:233D6C47

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DA ADOLESCÊNCIA

MUNICÍPIO DE PITANGA				
PODER EXECUTIVO				
ESTADO DO PARANÁ				
RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DA ADOLESCÊNCIA				
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO				
IN 36/2009- TCE-PR			R$ 1,00	
Receitas	**Previsão Inicial**	**Previsão Atualizada (a)**	**Receitas Realizadas**	
			Até Período (b)	**% (b/a)**
RECEITAS CORRENTES	208.305.000,00	209.623.864,37	111.974.652,59	53,42
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	35.245.000,00	35.245.000,00	19.320.258,65	54,82
Contribuições	8.623.000,00	8.623.000,00	4.872.237,25	56,50
Receita Patrimonial	5.591.200,00	5.591.356,37	7.452.217,87	133,28
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	37.000,00	37.000,00	14.894,36	40,26
Transferências Correntes	157.816.800,00	159.135.508,00	78.533.588,94	49,35
Outras Receitas Correntes	992.000,00	992.000,00	1.781.455,52	179,58
RECEITAS DE CAPITAL	110.000,00	96.226.340,38	14.234.765,54	14,79
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	110.000,00	124.200,00	709.800,00	571,50
Transferências de Capital	0,00	96.102.140,38	13.524.965,54	14,07
TOTAL	208.415.000,00	305.850.204,75	126.209.418,13	41,27
Despesas com Assistência (Grupo de Natureza de Despesa)	**Dotação Inicial**	**Dotação Atualizada (a)**	**Despesas Empenhadas**	
			Até Período (b)	**% (b/a)**
DESPESAS CORRENTES	40.385.500,00	44.285.213,81	22.146.626,40	50,01
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.548.000,00	23.424.428,75	10.304.939,38	43,99
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.837.500,00	20.860.785,06	11.841.687,02	56,77
DESPESAS DE CAPITAL	2.264.800,00	17.228.536,22	14.329.557,44	83,17
INVESTIMENTOS	2.264.800,00	17.228.536,22	14.329.557,44	83,17
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	42.650.300,00	61.513.750,03	36.476.183,84	59,30
Despesas com Assistência (243 - Assistência à Criança e ao Adolescente)	**Dotação Inicial**	**Dotação Atualizada (c)**	**Despesas Empenhadas**	
			Até Período (d)	**% (d/c)**
DESPESAS CORRENTES	229.000,00	430.980,34	81.792,78	18,98
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	229.000,00	430.980,34	81.792,78	18,98
DESPESAS DE CAPITAL	36.000,00	1.266.150,93	1.152.598,21	91,03
INVESTIMENTOS	36.000,00	1.266.150,93	1.152.598,21	91,03
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	265.000,00	1.697.131,27	1.234.390,99	72,73
Despesas com Assistência (SubFunção)	**Dotação Inicial**	**Dotação Atualizada (e)**	**Despesas Empenhadas**	
			Até Período (f)	**% (f/e)**
(243 - Assistência à Criança e ao Adolescente)	265.000,00	1.697.131,27	1.234.390,99	72,73
TOTAL	265.000,00	1.697.131,27	1.234.390,99	72,73
Percentual (Relação à Receita)	**% (e/a)**	**% (f/b)**		
	0,55	0,98		

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:7F988A5C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 36 DE 18 DE JULHO DE 2026.

RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 36 DE 18 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre o Plano Estratégico do Orcispar para o período de 2025-2030.

O CONSELHO DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (CRF), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social,
CONSIDERANDO que o Conselho de Regulação e Fiscalização do Orcispar proferiu decisão favorável a esta alteração em sessão extraordinária realizada em 18 de julho de 2026,
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituído o Plano Estratégico do Orcispar para o período de 2025 a 2030. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá (PR), 18 de julho de 2026

THIAGO B. MARIN
Presidente do Conselho de Regulação e Fiscalização

PLANO ESTRATÉGICO 2025-2030
Aprovado por meio de Resolução Orcispar nº 36/2026, 18 de Julho de 2026

DIRETORIA
Rogel Martins Barbosa – *Diretor de Regulação e Fiscalização*

EQUIPE TÉCNICA
Fernanda Thais Verdeiro de Sousa – *Advogada*
Ivane Fernandes – *Secretária de Diretoria*
Karen Tauani dos S. S. Moreira – *Analista de Regulação e Fiscalização*
Renata Alves Perez – *Coordenadora de Fiscalização* Robson Martins Barbosa – *Analista de Contabilidade* Stefany Rodrigues de Oliveira – *Técnica em Saneamento* Pedro Leonardo Vieira Andrade – *Técnico em Saneamento* Viviane Fernanda de Sousa – *Ouvidora*
Yasmin Raineri Silva – *Analista de Laboratório*

ORCISPAR – Órgão Regulador de Saneamento do Paraná.
Av. Colombo, 6460 – Zona 07 – Maringá/Paraná – CEP: 87.020-000 Telefone: (44) 3123-2830

PARTE I

DA IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Missão

Garantir a qualidade de vida e a saúde dos cidadãos paranaenses por meio de uma regulação e fiscalização de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais) pautada na excelência técnica, independência e primazia do interesse público.
Visão

Ser a agência reguladora de referência nacional em excelência, integridade e inovação no saneamento básico, expandindo nossa atuação para consolidar a abrangência regulatória em todo o território do Paraná.
Valores

Orientação da ação de todos os que estão envolvidos com as atividades do Orcispar, principalmente as pessoas que são responsáveis pelos seus serviços diretos e com relações entre si dentro do ambiente de trabalho:
● Primazia do Interesse Público: Compromisso absoluto com o bem-estar do cidadão e do usuário dos serviços de saneamento acima de quaisquer interesses particulares.
● Independência e Imparcialidade: Atuação técnica autônoma, isenta de influências políticas, partidárias ou de prestadores de serviços regulados.
● Integridade e Transparência: Conduta ética inabalável, pautada pela honestidade, respeito ao patrimônio público e transparência ativa nas decisões regulatórias.
● Diligência Técnica: Busca contínua pela fundamentação robusta, qualidade científica e rigor técnico em todas as ações de regulação e fiscalização.
● Urbanidade e Respeito: Relacionamento profissional baseado na cortesia, empatia e respeito mútuo entre colaboradores, prestadores e sociedade.

PARTE II

DO DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL

Contexto Externo

A Orcispar atua como entidade reguladora dos serviços públicos de saneamento básico de 53 municípios do Estado do Paraná, no exercício das competências delegadas pelo titular por meio de contrato de programa e convênio.
O marco regulatório federal vigente é a Lei nº 11.445/2007, com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.026/2020, e a Norma de Referência nº 4/2024 da ANA, que impõe padrões de governança, transparência e planejamento às ERIs.
Contexto Interno Estrutura de Pessoal
Em 2025, a estrutura diretamente vinculada às atividades de regulação e fiscalização do Orcispar é composta por nove profissionais, distribuídos da seguinte forma:
· Diretor de Regulação e Fiscalização;
· Secretária da Diretoria de Regulação e Fiscalização;
· Coordenadora de Fiscalização;
· três fiscais;
· Ouvidora;
· Analista de Processos; e
· Advogada.

Essa composição proporciona ao Orcispar uma estrutura multidisciplinar, reunindo competências técnicas, jurídicas, administrativas, processuais e de atendimento aos usuários. A existência de uma coordenação específica de fiscalização, de uma Ouvidoria estruturada e de apoio jurídico e processual contribui para a continuidade e a organização das atividades institucionais.

Entretanto, considerando a abrangência territorial, o número de municípios regulados, a diversidade dos prestadores e a atuação nos diferentes componentes do saneamento básico, a estrutura existente mostra-se reduzida diante da quantidade e da complexidade das atribuições regulatórias e fiscalizatórias.

A equipe é responsável, entre outras atividades, pela elaboração de normas e instrumentos regulatórios, realização de fiscalizações diretas e indiretas, análise de informações técnicas e econômico-financeiras, acompanhamento de indicadores, instrução de processos administrativos, monitoramento de não conformidades, atendimento aos usuários, elaboração de pareceres, análise jurídica, acompanhamento de metas municipais e atendimento às exigências decorrentes das Normas de Referência da ANA.

Situação Orçamentária e Financeira em 2025

No exercício de 2025, as receitas totais do Orcispar são estimadas em R$ 3.180.000,00, integralmente provenientes da cobrança do preço regulatório incidente sobre os serviços públicos de saneamento básico regulados, especialmente os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

As despesas totais também são fixadas em R$ 3.180.000,00, assegurando o equilíbrio formal entre receitas e despesas no orçamento do exercício. A distribuição orçamentária evidencia a predominância dos gastos com pessoal e encargos, indispensáveis à manutenção da estrutura técnica, administrativa e institucional do órgão regulador.

A composição das despesas é a seguinte:

Natureza da despesa	Valor	Participação
Pessoal e obrigações patronais	R$ 1.980.000,00	62,26%
Diárias, passagens, locomoção, indenizações e restituições	R$ 200.000,00	6,29%
Serviços de terceiros – pessoa física	R$ 70.000,00	2,20%
Serviços de terceiros – pessoa jurídica	R$ 670.000,00	21,07%
Material de consumo	R$ 130.000,00	4,09%
Equipamentos e material permanente	R$ 130.000,00	4,09%
Total	R$ 3.180.000,00	100,00%

Análise Estratégica

A análise estratégica do Orcispar é estruturada com base na metodologia SWOT, que permite avaliar os fatores internos e externos capazes de influenciar o desempenho institucional.

No ambiente interno, são identificadas as forças que devem ser preservadas e potencializadas, bem como as fraquezas que demandam medidas de aperfeiçoamento. No ambiente externo, são examinadas as oportunidades que podem contribuir para o fortalecimento institucional e as ameaças que podem comprometer o alcance dos objetivos estratégicos.

Matriz SWOT do Orcispar

Quadro 01 - Forças, fraquezas, oportunidades e ameaças constatadas a partir da dinâmica da Matriz SWOT

FORÇAS	FRAQUEZAS
Experiência acumulada na regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico.	Quadro de pessoal reduzido em comparação com o número de municípios e serviços regulados.

FORÇAS	FRAQUEZAS
Atuação intermunicipal, proporcionando ganho de escala e compartilhamento de conhecimentos.	Sobrecarga e concentração de atividades em determinados servidores e setores.
Proximidade institucional com municípios, prestadores e usuários.	Dependência do conhecimento técnico concentrado em profissionais específicos.
Conhecimento das diferentes realidades locais e regionais do Estado do Paraná.	Insuficiência de profissionais especializados em algumas áreas estratégicas.
Existência de Diretoria de Regulação e Fiscalização, coordenação de fiscalização, Ouvidoria e apoio jurídico e processual.	Necessidade de maior integração entre informações, processos e setores.
Realização de fiscalizações presenciais e acompanhamento direto dos sistemas regulados.	Existência de processos parcialmente manuais e baixa automação de atividades.
Capacidade de elaboração de resoluções, manuais, relatórios, pareceres e demais instrumentos regulatórios.	Limitações nos sistemas de tecnologia da informação e de gestão dos dados regulatórios.
Experiência na regulação dos diferentes componentes do saneamento básico.	Capacidade limitada de investimento em veículos, equipamentos, sistemas e capacitação.
Produção de conhecimento técnico e de orientações aos municípios e prestadores.	Ausência de plano de carreira e necessidade de estruturação de quadro próprio permanente.
Existência de canais de Ouvidoria e atendimento aos usuários.	Planejamento, gestão de riscos e monitoramento de indicadores ainda em processo de consolidação.
Reconhecimento institucional perante municípios regulados e demais entidades do setor.	Dependência financeira das receitas provenientes dos municípios e prestadores regulados.
Comprometimento e capacidade técnica da equipe existente.	Necessidade de fortalecimento da comunicação interna e da gestão do conhecimento.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Consolidação das Normas de Referência da ANA como instrumento de fortalecimento das entidades reguladoras.	Crescimento das atribuições regulatórias sem a correspondente ampliação dos recursos humanos e financeiros.
Ampliação da atuação nos serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana e manejo de águas pluviais.	Risco de não observância, dentro dos prazos estabelecidos, dos requisitos das Normas de Referência da ANA.
Possibilidade de adesão de novos municípios e ampliação dos serviços regulados.	Instabilidade política e administrativa nos municípios regulados.
Desenvolvimento de cooperações técnicas com outras entidades reguladoras, universidades e instituições de pesquisa.	Possibilidade de saída de municípios ou migração para outras entidades reguladoras.
Acesso a programas de capacitação e fortalecimento institucional promovidos pela ANA e por outras instituições.	Concorrência institucional com outras entidades reguladoras.
Transformação digital, automação de processos e utilização de inteligência de dados.	Inadimplência ou atraso no pagamento das receitas de regulação.
Implantação de sistemas integrados de informações regulatórias.	Fornecimento incompleto, inconsistente ou intempestivo de dados pelos prestadores.
Crescente demanda social por transparência, qualidade e participação nos serviços públicos.	Judicialização de decisões regulatórias e conflitos de competência.
Fortalecimento das ouvidorias municipais e criação de rede integrada de atendimento aos usuários.	Interferências políticas ou administrativas capazes de afetar a independência decisória.
Desenvolvimento de indicadores para acompanhamento da universalização e da qualidade dos serviços.	Eventos climáticos extremos com impactos sobre a infraestrutura e a continuidade dos serviços.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Produção e divulgação de estudos técnicos, manuais e boas práticas regulatórias.	Alterações legislativas e normativas frequentes, que exigem rápida adequação institucional.
Possibilidade de regionalização e integração dos serviços de saneamento.	Aumento das exigências dos órgãos de controle sem correspondente ampliação da estrutura institucional.
Fortalecimento da imagem institucional do Orcispar em âmbito estadual e nacional.	Perda de conhecimento institucional em decorrência de desligamentos, afastamentos ou rotatividade de pessoal.
Implantação de mecanismos de regulação responsiva, preventiva e orientativa.	Limitações fiscais e orçamentárias que possam impedir os investimentos necessários.

PARTE III

DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, METAS E INDICADORES

Estrutura de Objetivos

O Planejamento Estratégico do Orcispar para o período de 2025 a 2030 organiza-se em quatro eixos, formulados de acordo com as competências institucionais da entidade.
Os eixos abrangem os processos de gestão e as competências regulatórias, fiscalizatórias e normativas do órgão regulador, permitindo o desdobramento dos objetivos de longo prazo em ações anuais mensuráveis.

Eixo	Competência coberta
Eixo I — Gestão Institucional	Gestão administrativa, financeira e de pessoal
Eixo II — Regulação	Competência regulatória (normatização técnica, econômica e social)
Eixo III — Fiscalização	Competência fiscalizatória (aferição do cumprimento de obrigações pelos prestadores)
Eixo IV — Normatização e Planejamento	Competência normativa (edição e gestão do estoque regulatório, AIR/ARR, agenda regulatória)

EIXO I

DA GESTÃO INSTITUCIONAL

Objetivo geral
Fortalecer a governança e a capacidade institucional do Orcispar, assegurando recursos humanos, financeiros, administrativos e tecnológicos adequados ao exercício das competências regulatórias, bem como promovendo transparência, participação social, comunicação institucional e atendimento efetivo aos usuários.
Objetivos estratégicos
OE 1.1 — Fortalecer a governança e a estrutura administrativa
Aprimorar a estrutura organizacional, os fluxos internos, a definição de responsabilidades e os mecanismos de acompanhamento da gestão, garantindo maior integração entre a Diretoria, o Conselho de Regulação e Fiscalização e as unidades técnicas e administrativas.
OE 1.2 — Desenvolver e valorizar o quadro de pessoal

Promover a capacitação, atualização e especialização permanente da equipe, alinhando as competências profissionais às necessidades regulatórias, fiscalizatórias, jurídicas, administrativas, financeiras e tecnológicas do órgão regulador.
OE 1.3 — Assegurar a sustentabilidade orçamentária e financeira
Garantir a disponibilidade e a aplicação eficiente dos recursos necessários ao funcionamento da entidade, à manutenção de suas atividades e à realização de investimentos institucionais.
OE 1.4 — Fortalecer a transparência e a comunicação institucional
Ampliar o acesso às informações institucionais e regulatórias, assegurar a atualização do portal institucional e divulgar os resultados da gestão e das atividades finalísticas.
OE 1.5 — Aprimorar a Ouvidoria e o controle social
Assegurar o tratamento adequado das manifestações dos usuários, ampliar os mecanismos de participação social e fortalecer a integração da Ouvidoria com os municípios e prestadores regulados.
Indicadores do Eixo I

Código	Indicador	Forma de aferição	Fonte de verificação	Periodicidade
IGI 01	Execução do Plano Anual de Capacitação	Número de ações de capacitação realizadas ÷ número de ações planejadas × 100	Certificados, listas de presença, relatórios e registros funcionais	Semestral
IGI 02	Carga horária de capacitação da equipe	Soma das horas de capacitação realizadas pelos servidores no período	Certificados e relatório de capacitação	Anual
IGI 03	Execução orçamentária	Despesa orçamentária executada ÷ despesa orçamentária autorizada × 100	Relatórios contábeis e orçamentários	Mensal, com avaliação anual
IGI 04	Atualização dos valores arrecadados	Verificação da publicação e da atualização das informações no portal institucional	Portal da transparência e relatórios contábeis	Trimestral
IGI 05	Índice de atualização do Portal da Transparência	Número de itens atualizados ÷ número total de itens obrigatórios × 100	Checklist de transparência e portal institucional	Trimestral
IGI 06	Publicação do Relatório Anual de Atividades	Relatório elaborado, apreciado e publicado no prazo definido	Portal institucional, processo administrativo e ata do Conselho	Anual
IGI 07	Prazo médio de resposta da Ouvidoria	Soma dos dias utilizados para resposta ÷ número de manifestações concluídas	Sistema e relatórios da Ouvidoria	Mensal
IGI 08	Taxa de resolutividade da Ouvidoria	Número de manifestações concluídas ÷ número de manifestações recebidas × 100	Sistema e relatórios da Ouvidoria	Mensal

Código	Indicador	Forma de aferição	Fonte de verificação	Periodicidade
IGI 09	Pesquisa de satisfação dos usuários	Verificação da realização e publicação da pesquisa de satisfação	Pesquisa, relatório e portal institucional	Anual
IGI 10	Publicação do Relatório Anual da Ouvidoria	Relatório elaborado e publicado no prazo estabelecido	Portal institucional e processo administrativo	Anual
IGI 11	Ações da Ouvidoria Itinerante	Número de ações realizadas nos municípios regulados	Relatórios, registros fotográficos e listas de presença	Semestral
IGI 12	Cumprimento das deliberações do Conselho	Número de deliberações implementadas ÷ número de deliberações com prazo de execução × 100	Atas, resoluções e relatórios de acompanhamento	Semestral

Metas para os indicadores do Eixo I

Código	Indicador	2025	2026	2027	2028	2029	2030
IGI 01	Execução do Plano Anual de Capacitação	70%	80%	85%	90%	95%	100%
IGI 02	Carga horária média anual de capacitação por servidor	20 h	30 h	35 h	40 h	45 h	50 h
IGI 03	Execução orçamentária das despesas planejadas	80%	85%	88%	90%	92%	95%
IGI 04	Atualização dos valores arrecadados no portal	Semestral	Bimestral	Bimestral	Bimestral	Bimestral	Bimestral
IGI 05	Índice de atualização do Portal da Transparência	75%	85%	90%	95%	98%	100%
IGI 06	Publicação do Relatório Anual de Atividades	Publicar até agosto do exercício posterior	Publicar até março do exercício posterior	Publicar até março do exercício posterior	Publicar até março do exercício posterior	Publicar até março do exercício posterior	Publicar até março do exercício posterior
IGI 07	Prazo médio de resposta da Ouvidoria	Até 20 dias	Até 18 dias	Até 16 dias	Até 15 dias	Até 12 dias	Até 10 dias

Código	Indicador	2025	2026	2027	2028	2029	2030
IGI 08	Taxa de resolutividade da Ouvidoria	80%	83%	86%	88%	90%	92%
IGI 09	Realização e publicação de pesquisa de satisfação	1 pesquisa	1 pesquisa	1 pesquisa	1 pesquisa	1 pesquisa	1 pesquisa
IGI 10	Publicação do Relatório Anual da Ouvidoria	Até agosto do exercício posterior	Até março do exercício posterior	Até março do exercício posterior	Até março do exercício posterior	Até março do exercício posterior	Até março do exercício posterior
IGI 11	Ações anuais da Ouvidoria Itinerante	5 ações	5 ações	5 ações	8 ações	8 ações	10 ações
IGI 12	Cumprimento das deliberações do Conselho no prazo	75%	80%	85%	90%	95%	95%

EIXO II

DA REGULAÇÃO

Objetivo geral
Aprimorar a regulação técnica, econômica, tarifária e social dos serviços públicos de saneamento básico, assegurando equilíbrio econômico-financeiro, modicidade tarifária, qualidade dos serviços, segurança jurídica e proteção dos direitos dos usuários.
Objetivos estratégicos
OE 2.1 — Aprimorar a regulação técnica e operacional
Estabelecer padrões, critérios, indicadores e requisitos que promovam a qualidade, regularidade, continuidade, eficiência e segurança dos serviços regulados.
OE 2.2 — Fortalecer a regulação econômico-financeira e tarifária
Aprimorar os procedimentos de reajuste, revisão e estruturação tarifária, assegurando análises técnicas fundamentadas, equilíbrio econômico-financeiro e modicidade tarifária.
OE 2.3 — Aperfeiçoar a análise dos processos regulatórios
Padronizar os procedimentos, prazos, documentos e fontes de dados utilizados na instrução e decisão dos processos regulatórios.
OE 2.4 — Promover regulação orientada por dados e resultados
Ampliar a utilização de indicadores, séries históricas, sistemas de informação e evidências técnicas no processo decisório.

Código	Indicador	Forma de aferição	Fonte de verificação	Periodicidade
IRE 01	Execução dos processos tarifários previstos	Número de processos tarifários concluídos ÷ número de processos previstos × 100	Processos administrativos, notas e pareceres técnicos	Semestral
IRE 02	Prazo médio de conclusão dos processos tarifários	Soma dos dias utilizados na instrução ÷ número de processos concluídos	Sistema de processos e relatórios internos	Trimestral
IRE 03	Atualização das estruturas tarifárias	Número de estruturas tarifárias atualizadas e publicadas ÷ número de atualizações necessárias × 100	Resoluções, estudos e portal institucional	Anual
IRE 04	Processos regulatórios instruídos dentro do prazo	Número de processos concluídos no prazo ÷ número total de processos concluídos × 100	Sistema de processos administrativos	Trimestral
IRE 05	Prestadores com indicadores regulatórios acompanhados	Número de prestadores monitorados ÷ número total de prestadores sujeitos ao monitoramento × 100	Banco de dados e relatórios regulatórios	Anual
IRE 06	Estudos técnicos e econômico-financeiros elaborados	Número de notas, estudos, pareceres e relatórios concluídos no período	Processos administrativos e relatório de atividades	Anual
IRE 07	Publicidade das decisões regulatórias	Número de decisões publicadas ÷ número total de decisões sujeitas à publicação × 100	Portal institucional e Diário Oficial	Mensal

Metas para os indicadores do Eixo II

Código	Indicador	2025	2026	2027	2028	2029	2030
IRE 01	Execução dos processos tarifários previstos	80%	85%	90%	92%	95%	95%
IRE 02	Processos tarifários concluídos dentro do prazo interno	70%	75%	80%	85%	90%	95%
IRE 03	Atualização e publicação das estruturas tarifárias necessárias	80%	90%	95%	100%	100%	100%
IRE 04	Processos regulatórios instruídos dentro do prazo	75%	80%	85%	90%	92%	95%
IRE 05	Prestadores com indicadores regulatórios acompanhados	60%	70%	80%	90%	95%	100%
IRE 06	Estudos técnicos e econômico-financeiros elaborados	10 estudos	12 estudos	14 estudos	16 estudos	18 estudos	20 estudos
IRE 07	Publicidade das decisões regulatórias sujeitas à publicação	85%	90%	95%	98%	100%	100%

EIXO III

DA FISCALIZAÇÃO

Objetivo geral
Ampliar a efetividade das atividades fiscalizatórias, assegurando a verificação sistemática do cumprimento das obrigações legais, contratuais e regulatórias pelos prestadores dos serviços públicos de saneamento básico.
Objetivos estratégicos
OE 3.1 — Ampliar a cobertura das fiscalizações
Executar as ações previstas no Plano Anual de Fiscalização, considerando critérios de risco, relevância, histórico de não conformidades e abrangência territorial.
OE 3.2 — Aprimorar os procedimentos e instrumentos fiscalizatórios
Padronizar metodologias, checklists, relatórios, notificações, termos e procedimentos utilizados nas fiscalizações diretas e indiretas.
OE 3.3 — Fortalecer o monitoramento das não conformidades
Acompanhar o cumprimento das determinações e medidas corretivas, avaliando a evolução dos prestadores e a efetividade das ações fiscalizatórias.
OE 3.4 — Promover fiscalização orientativa, responsiva e proporcional
Adotar medidas de orientação, prevenção, adequação e sanção de acordo com a gravidade, o risco, a reincidência e os impactos causados aos usuários e aos serviços.

Código	Indicador	Forma de aferição	Fonte de verificação	Periodicidade
IFI 01	Execução do Plano Anual de Fiscalização	Número de ações fiscalizatórias realizadas ÷ número de ações previstas no PAF × 100	PAF, relatórios e processos de fiscalização	Anual
IFI 02	Cobertura dos municípios priorizados	Número de municípios fiscalizados ÷ número de municípios priorizados × 100	Relatórios e cronograma do PAF	Anual
IFI 03	Percentual de municípios regulados fiscalizados	Número de municípios fiscalizados no período ÷ número total de	Banco de dados da fiscalização	Anual

		municípios regulados × 100		
IFI 04	Publicação dos relatórios de fiscalização	Número de relatórios publicados ÷ número de relatórios sujeitos à publicação × 100	Portal institucional e processos administrativos	Trimestral
IFI 05	Publicação e atualização dos manuais de fiscalização	Número de manuais elaborados ou atualizados no período	Resoluções, manuais e portal institucional	Anual
IFI 06	Correção das não conformidades	Número de não conformidades corrigidas ÷ número de não conformidades com prazo vencido × 100	Processos fiscalizatórios e comprovações dos prestadores	Trimestral

Código	Indicador	Forma de aferição	Fonte de verificação	Periodicidade
IFI 07	Prazo médio de emissão dos relatórios	Soma dos dias entre a fiscalização e a emissão do relatório ÷ número de relatórios emitidos	Sistema de processos e relatórios	Trimestral
IFI 08	Índice de reincidência das não conformidades	Número de não conformidades reincidentes ÷ número total de não conformidades verificadas × 100	Relatórios e banco de não conformidades	Anual
IFI 09	Cumprimento das determinações fiscalizatórias	Número de determinações atendidas ÷ número de determinações com prazo encerrado × 100	Processos administrativos	Trimestral
IFI 10	Fiscalizações baseadas em critérios de risco	Número de fiscalizações priorizadas por matriz de risco ÷ número total de fiscalizações realizadas × 100	PAF e matriz de risco	Anual

Metas para os indicadores do Eixo III

Código	Indicador	2025	2026	2027	2028	2029	2030
IFI 01	Execução do Plano Anual de Fiscalização	80%	85%	90%	92%	95%	95%
IFI 02	Cobertura dos municípios priorizados no PAF	80%	85%	90%	95%	100%	100%
IFI 03	Percentual dos 54 municípios fiscalizados no exercício	60%	70%	80%	90%	95%	100%
IFI 04	Publicação dos relatórios sujeitos à publicidade	80%	85%	90%	95%	98%	100%
IFI 05	Manuais e instrumentos de fiscalização elaborados ou revisados	2 documentos	3 documentos	3 documentos	4 documentos	4 documentos	5 documentos
IFI 06	Correção das não conformidades com prazo encerrado	40%	50%	60%	60%	85%	90%
IFI 07	Relatórios de fiscalização emitidos em até 60 dias	70%	75%	80%	85%	90%	95%
IFI 08	Índice máximo de reincidência das não conformidades	Até 30%	Até 27%	Até 24%	Até 20%	Até 17%	Até 15%

Código	Indicador	2025	2026	2027	2028	2029	2030
IFI 09	Cumprimento das determinações fiscalizatórias no prazo	65%	70%	75%	80%	85%	90%
IFI 10	Fiscalizações planejadas com base em matriz de risco	30%	50%	65%	80%	90%	100%

EIXO IV

DA NORMATIZAÇÃO E PLANEJAMENTO

Objetivo geral

Consolidar o processo de planejamento e de produção normativa do Orcispar, garantindo previsibilidade regulatória, participação social, fundamentação técnica, avaliação de impactos e atualização permanente do estoque regulatório.

Objetivos estratégicos

OE 4.1 — Executar e monitorar a Agenda Regulatória

Assegurar a elaboração, publicação, execução e acompanhamento das ações previstas nos ciclos da Agenda Regulatória.

OE 4.2 — Aprimorar a qualidade dos atos normativos

Garantir que as normas sejam elaboradas com clareza, fundamentação técnica, participação social e avaliação dos possíveis impactos.

OE 4.3 — Implantar a Análise de Impacto Regulatório

Aplicar AIR previamente à edição de atos normativos de maior impacto, avaliando o problema regulatório, as alternativas disponíveis, os custos, os benefícios, os riscos e os impactos esperados.

OE 4.4 — Implantar a Avaliação de Resultado Regulatório

Avaliar periodicamente os resultados produzidos pelos atos normativos, verificando sua efetividade, eficiência, atualidade e necessidade de revisão.

OE 4.5 — Consolidar a gestão do estoque regulatório

Manter cadastro atualizado das normas vigentes, promover revisões periódicas e revogar ou consolidar atos desatualizados, incompatíveis ou redundantes.

OE 4.6 — Integrar os instrumentos de planejamento

Assegurar o alinhamento entre o Planejamento Estratégico, o Plano de Gestão Anual, a Agenda Regulatória, o Plano Anual de Fiscalização, o cronograma da Ouvidoria e os planos de ação das áreas.

Código	Indicador	Forma de aferição	Fonte de verificação	Periodicidade
INP 01	Execução da Agenda Regulatória	Número de atos ou ações concluídos ÷ número de atos ou ações previstos × 100	Agenda Regulatória, resoluções e relatórios	Semestral
INP 02	Atos normativos publicados	Número de atos publicados no período	Resoluções e Diário Oficial	Semestral
INP 03	AIRs concluídas	Número de AIRs concluídas ÷ número de atos classificados como de maior impacto × 100	Relatórios de AIR e processos administrativos	Anual
INP 04	ARRs concluídas	Número de avaliações realizadas ÷ número de atos selecionados para avaliação × 100	Relatórios de ARR	Anual
INP 05	Normas revisadas	Número de normas revisadas no período	Cadastro e relatórios de estoque regulatório	Semestral
INP 06	Normas revogadas ou consolidadas	Número de atos revogados ou consolidados no período	Resoluções e controle normativo	Anual
INP 07	Atualização do estoque regulatório	Número de normas cadastradas e atualizadas ÷ número total de normas vigentes × 100	Banco do estoque regulatório	Trimestral
INP 08	Participação social nos processos normativos	Número de atos relevantes submetidos a consulta ou audiência pública ÷ número total de atos relevantes × 100	Processos participativos e portal institucional	Anual
INP 09	Execução do Plano de Gestão Anual	Número de ações concluídas ÷ número total de ações previstas × 100	Relatórios semestral e anual do PGA	Semestral
INP 10	Publicação dos relatórios de monitoramento	Relatórios semestral e anual publicados no prazo	Portal institucional e atas do Conselho	Semestral e anual
INP 11	Alinhamento entre instrumentos de planejamento	Número de ações do PGA vinculadas a objetivos estratégicos ÷ número total de ações do PGA × 100	PGA e Planejamento Estratégico	Anual
INP 12	Cumprimento do calendário de planejamento	Número de instrumentos aprovados dentro do prazo ÷ número total de instrumentos previstos × 100	Resoluções, atas e processos administrativos	Anual

Metas para os indicadores do Eixo IV

Código	Indicador	2025	2026	2027	2028	2029	2030
INP 01	Execução da Agenda Regulatória	45%	90%	50%	90%	55%	95%
INP 02	Atos normativos publicados conforme planejamento	70%	80%	85%	90%	95%	100%

Código	Indicador	2025	2026	2027	2028	2029	2030
INP 03	Atos de maior impacto precedidos de AIR	Implantar metodologia	10%	40%	75%	90%	100%
INP 04	Atos selecionados submetidos à ARR	Implantar metodologia	0 ARR	0 ARRs	2 ARRs	3 ARRs	4 ARRs
INP 05	Normas revisadas no exercício	0 normas	2 normas	5 normas	12 normas	15 normas	18 normas
INP 06	Normas revogadas ou consolidadas	0 normas	1 normas	5 normas	6 normas	8 normas	10 normas
INP 07	Atualização do cadastro do estoque regulatório	Implantar metodologia	Implantar metodologia	50%	80%	90%	100%
INP 08	Atos relevantes submetidos à consulta ou audiência pública	60%	70%	80%	90%	95%	100%
INP 09	Execução anual do Plano de Gestão	75%	80%	85%	90%	92%	95%
INP 10	Publicação dos relatórios de monitoramento no prazo	75%	80%	85%	90%	95%	100%
INP 11	Ações do PGA vinculadas a objetivos estratégicos	80%	90%	95%	100%	100%	100%
INP 12	Instrumentos de planejamento aprovados no prazo	75%	80%	85%	90%	95%	100%

PARTE IV

DOS MECANISMOS DE AFERIÇÃO E MONITORAMENTO

Processo de Monitoramento

O desempenho do planejamento estratégico será aferido anualmente, mediante:
a) apuração dos indicadores constantes da Parte III, com comparativo entre valor realizado e meta estabelecida;
b) elaboração de relatório de monitoramento a ser submetido ao Conselho de Regulação e Fiscalização (CRF) para ciência e deliberação sobre medidas corretivas;
c) publicação do relatório de monitoramento no portal de transparência da Orcispar.

Revisão do Planejamento Estratégico

O presente documento poderá ser revisado pelo CRF, a qualquer tempo, mediante deliberação fundamentada em estudo técnico que justifique a alteração.

A revisão ordinária ocorrerá ao final de cada ciclo bienal, em alinhamento com a renovação da agenda regulatória.

PARTE V
DAS RESPONSABILIDADES

Atribuição de Responsabilidades

A coordenação da execução e do monitoramento deste planejamento estratégico compete à área de planejamento da Orcispar, que deverá:
a) consolidar os dados de desempenho fornecidos pelas áreas finalísticas (regulação, fiscalização e normatização) e pela gestão administrativa;
b) elaborar os relatórios periódicos de monitoramento;
c) propor ao CRF medidas de ajuste quando os indicadores apontarem desvio relevante em relação às metas.
A área de transparência da Orcispar é responsável pela publicação e manutenção dos documentos relacionados a este planejamento no portal de transparência institucional, em cumprimento ao art. 31 e ao art. 20 da NR 4/2024.
O suporte jurídico à formalização dos atos de revisão e monitoramento.

PARTE VI
DA PUBLICIDADE E VIGÊNCIA

Publicidade

Este Planejamento Estratégico será publicado:
a) no portal de transparência do Orcispar, em seção de acesso público irrestrito [https://orcispar.pr.gov.br/publicacoes-oficiais/103_Transparencia.html], com disponibilização integral do documento e dos relatórios periódicos de monitoramento;
b) no veículo oficial de publicação dos atos do Orcispar [https://www.diariomunicipal.com.br/].

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:98C8E3CD

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 37, DE 18 DE JULHO DE 2026.

RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 37, DE 18 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre o Plano de Gestão Anual do Orcispar para o exercício de 2026.

O CONSELHO DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (CRF), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social,
CONSIDERANDO que o Conselho de Regulação e Fiscalização do Orcispar proferiu decisão favorável a esta alteração em sessão extraordinária realizada em 18 de julho de 2026,
RESOLVE:
Art. 1º Institui o Plano de Gestão Anual do Orcispar para o exercício de 2026, na forma do anexo único.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá (PR), 18 de julho de 2026

THIAGO B. MARIN
Presidente do Conselho de Regulação e Fiscalização do ORCISPAR

Resolução Orcispar 37/2026

PLANO DE GESTÃO ANUAL - 2026
Aprovado pela resolução nº37/2026, no dia 18 de Julho de 2026

DIRETORIA
Rogel Martins Barbosa – *Diretor de Regulação e Fiscalização*

EQUIPE TÉCNICA
Fernanda Thais Verdeiro de Sousa – *Advogada*
Ivane Fernandes – *Secretária de Diretoria*
Karen Tauani dos S. S. Moreira – *Analista de Regulação e Fiscalização*
Renata Alves Perez – *Coordenadora de Fiscalização* Robson Martins Barbosa – *Analista de Contabilidade* Stefany Rodrigues de Oliveira – *Técnica em Saneamento* Pedro Leonardo Vieira Andrade – *Técnico em Saneamento* Viviane Fernanda de Sousa – *Ouvidora*
Yasmin Raineri Silva – *Analista de Laboratório*

ORCISPAR – Órgão Regulador de Saneamento do Paraná.
Av. Colombo, 6460 – Zona 07 – Maringá/Paraná – CEP: 87.020-000 Telefone: (44) 3123-2830

PARTE I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Objeto e Âmbito

1.1. O presente Plano de Gestão Anual (PGA) constitui o instrumento consolidado de planejamento operacional do Orcispar para o exercício de 2026, abrangendo a totalidade dos processos finalísticos e de gestão da entidade.
1.2. O PGA traduz operacionalmente as diretrizes e objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico do Orcispar, assegurando rastreabilidade entre metas estratégicas e ações anuais.
1.3. São processos finalísticos cobertos por este PGA:

(a) Regulação técnico-normativa;

(b) Regulação tarifária;

(c) Fiscalização;

(d) Ouvidoria.

1.4. São processos de gestão cobertos por este PGA:

(a) Administrativo e de gestão de pessoas;

(b) Financeiro e orçamentário;

(c) Transparência e comunicação institucional.

2. Alinhamento ao Planejamento Estratégico
2.1. Cada ação e meta deste PGA deve ser referenciada ao objetivo estratégico correspondente do Planejamento Estratégico vigente, conforme a coluna “Objetivo Estratégico Vinculado” das tabelas das Partes II e III.
2.2. A ausência de alinhamento identificável a objetivo estratégico vigente deve ser registrada como lacuna e submetida ao CRF para deliberação sobre revisão do planejamento estratégico ou inclusão como ação de gestão autônoma devidamente justificada.

PARTE II

DAS METAS E AÇÕES POR PROCESSO FINALÍSTICO

2.1 Regulação Técnico-Normativa

A regulação normativa compreende a elaboração, revisão, atualização e publicação dos atos regulatórios aplicáveis aos serviços públicos de saneamento básico, observadas a legislação vigente, as Normas de Referência da ANA, a Agenda Regulatória e os objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico do Orcispar.
No exercício de 2026, as ações concentram-se na conclusão do ciclo da Agenda Regulatória 2025–2026, na ampliação da aplicação da Análise de Impacto Regulatório, no início da realização de Avaliação de Resultado Regulatório e no avanço da organização do estoque regulatório.

Ação	Objetivo estratégico vinculado	Código	Indicador	Meta para 2026	Resultado esperado	Área responsável	Fonte de verificação
Executar as ações previstas na Agenda Regulatória 2025–2026	OE 4.1 — Executar e monitorar a Agenda Regulatória	INP 01	Execução da Agenda Regulatória	90% das ações previstas concluídas	Conclusão substancial do ciclo da Agenda Regulatória 2025–2026	Diretoria de Regulação e Fiscalização e áreas técnicas designadas	Agenda Regulatória, resoluções e relatório anual de execução

Elaborar e publicar os atos normativos previstos para o exercício	OE 4.2 — Aprimorar a qualidade dos atos normativos	INP 02	Atos normativos publicados conforme planejamento	80% dos atos planejados publicados	Ampliação e atualização do conjunto de normas aplicáveis aos serviços regulados	Setor de Regulação e responsável pelo portal.	Resoluções, Diário Oficial e portal institucional
Aplicar Análise de Impacto Regulatório aos atos de maior impacto	OE 4.3 — Implantar a Análise de Impacto Regulatório	INP 03	Atos de maior impacto precedidos de AIR	10% dos atos classificados como de maior impacto	Ampliação da utilização da AIR e maior fundamentação das decisões regulatórias	Diretoria de Regulação e Fiscalização e Setor Jurídico	Relatórios de AIR e processos administrativos
Realizar Avaliação de Resultado Regulatório	OE 4.4 — Implantar a Avaliação de Resultado Regulatório	INP 04	Atos selecionados submetidos à ARR	0 ARR concluída	Primeira avaliação sistemática dos resultados produzidos por ato normativo selecionado	Coordenadoria de Regulação e Normatização e Fiscalização e Setor Jurídico	Relatório de ARR e processo administrativo
Revisar normas integrantes do estoque regulatório	OE 4.5 — Consolidar a gestão do estoque regulatório	INP 05	Normas revisadas no exercício	2 normas revisadas	Identificação e atualização de normas desatualizadas, conflitantes ou inadequadas	Coordenadoria de Regulação e Normatização e Fiscalização e Setor Jurídico	Cadastro e relatório do estoque regulatório
Revogar ou consolidar normas desatualizadas	OE 4.5 — Consolidar a gestão do estoque regulatório	INP 06	Normas revogadas ou consolidadas	1 normas revogadas ou consolidadas	Redução de sobreposições, inconsistências e redundâncias normativas	Analista de Processos, Coordenação de Regulação e Normatização e Setor Jurídico	Resoluções e controle normativo
Atualizar o cadastro do	OE 4.5 — Consolidar a gestão do	INP 07	Atualização do cadastro do	Implantar metodologia	Consolidação gradual de uma base normativa	Coordenação de Regulação e Normatização e	Cadastro ou banco do estoque regulatório
Ação	**Objetivo estratégico vinculado**	**Código**	**Indicador**	**Meta para 2026**	**Resultado esperado**	**Área responsável**	**Fonte de verificação**
estoque regulatório	estoque regulatório		estoque regulatório	cadastrado e atualizado	organizada e acessível	Fiscalização e responsável pelo portal	
Submeter atos relevantes à participação social	OE 4.2 — Aprimorar a qualidade dos atos normativos	INP 08	Atos relevantes submetidos à consulta ou audiência pública	70% dos atos relevantes	Ampliação da transparência, da participação social e da legitimidade normativa	Diretoria de Regulação e Fiscalização e áreas técnicas designadas	Processos participativos e portal institucional

2.2 Regulação Tarifária

A regulação tarifária compreende a análise dos processos de reajuste, revisão e estruturação tarifária, visando assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da prestação, a modicidade tarifária, a transparência dos valores cobrados e a adequada fundamentação das decisões.
Em 2026, busca-se ampliar a execução e a tempestividade dos processos tarifários, fortalecer o acompanhamento de indicadores regulatórios e aumentar a produção de estudos técnicos e econômico-financeiros.

Ação	**Objetivo estratégico vinculado**	**Código**	**Indicador**	**Meta para 2026**	**Resultado esperado**	**Área responsável**	**Fonte de verificação**
Analisar e concluir os processos tarifários previstos	OE 2.2 — Fortalecer a regulação econômico-financeira e tarifária	IRE 01	Execução dos processos tarifários previstos	85% dos processos previstos concluídos	Maior capacidade de atendimento das demandas tarifárias do exercício	Setor de Regulação Tarifária e Setor Jurídico	Processos administrativos, notas técnicas, pareceres e resoluções
Cumprir os prazos internos de análise dos processos tarifários	OE 2.3 — Aperfeiçoar a análise dos processos regulatórios	IRE 02	Processos tarifários concluídos dentro do prazo interno	75% dos processos concluídos no prazo	Maior previsibilidade, celeridade e eficiência das análises tarifárias	Setor de Regulação Tarifária	Sistema de processos e relatório anual
Atualizar e publicar as estruturas tarifárias necessárias	OE 2.2 — Fortalecer a regulação econômico-financeira e tarifária	IRE 03	Atualização e publicação das estruturas tarifárias necessárias	90% das estruturas atualizadas e publicadas	Informações tarifárias atualizadas e acessíveis aos usuários e prestadores	Setor de Regulação Tarifária	Resoluções, estudos e portal institucional
Instruir os processos regulatórios dentro dos prazos definidos	OE 2.3 — Aperfeiçoar a análise dos processos regulatórios	IRE 04	Processos regulatórios instruídos dentro do prazo	80% dos processos concluídos no prazo	Maior padronização e eficiência da instrução processual	Setor de Regulação Tarifária Analista de Processos e Setor Jurídico	Sistema de processos administrativos
Monitorar os indicadores regulatórios dos prestadores	OE 2.4 — Promover regulação orientada por dados e resultados	IRE 05	Prestadores com indicadores regulatórios acompanhados	70% dos prestadores sujeitos ao monitoramento	Ampliação do acompanhamento sistemático do desempenho dos prestadores	Setor de Regulação	Banco de dados e relatórios regulatórios
Ação	**Objetivo estratégico vinculado**	**Código**	**Indicador**	**Meta para 2026**	**Resultado esperado**	**Área responsável**	**Fonte de verificação**
Elaborar estudos técnicos e econômico-financeiros	OE 2.2 — Fortalecer a regulação econômico-financeira e tarifária	IRE 06	Estudos técnicos e econômico-financeiros elaborados	12 estudos, notas, pareceres ou relatórios	Ampliação da produção técnica e da fundamentação das decisões	Setor de Regulação Tarifária	Processos administrativos e Relatório Anual de Atividades
Publicar as decisões regulatórias sujeitas à publicidade	OE 2.3 — Aperfeiçoar a análise dos processos regulatórios	IRE 07	Publicidade das decisões regulatórias	90% das decisões publicadas	Maior transparência e acesso aos fundamentos das decisões regulatórias	Analista de Processos e responsável pelo portal	Portal institucional e Diário Oficial

2.3 Fiscalização

A fiscalização compreende a verificação do cumprimento das obrigações legais, contratuais e regulatórias pelos prestadores, bem como a avaliação da qualidade, regularidade, continuidade, eficiência e segurança dos serviços.
No exercício de 2026, as ações buscam ampliar a execução do Plano Anual de Fiscalização, aumentar a cobertura dos municípios regulados, fortalecer o acompanhamento das não conformidades e ampliar a aplicação de critérios de risco.

Ação	**Objetivo estratégico vinculado**	**Código**	**Indicador**	**Meta para 2026**	**Resultado esperado**	**Área responsável**	**Fonte de verificação**
Executar o Plano Anual de Fiscalização	OE 3.1 — Ampliar a cobertura das fiscalizações	IFI 01	Execução do Plano Anual de Fiscalização	85% das ações previstas executadas	Ampliação do cumprimento das ações fiscalizatórias planejadas	Coordenadoria de Fiscalização	PAF, relatórios e processos de fiscalização
Fiscalizar os municípios priorizados no PAF	OE 3.1 — Ampliar a cobertura das fiscalizações	IFI 02	Cobertura dos municípios priorizados no PAF	85% dos municípios priorizados fiscalizados	Maior cobertura dos municípios selecionados como prioritários	Coordenadoria de Fiscalização	Relatórios e cronograma do PAF
Ampliar a cobertura dos municípios regulados	OE 3.1 — Ampliar a cobertura das fiscalizações	IFI 03	Percentual de municípios regulados fiscalizados	70% dos municípios regulados	Fiscalização de aproximadamente 40 dos 57 municípios regulados	Coordenadoria de Fiscalização	Banco de dados e relatórios de fiscalização
Publicar os relatórios sujeitos à publicidade	OE 3.2 — Aprimorar os procedimentos e instrumentos fiscalizatórios	IFI 04	Publicação dos relatórios sujeitos à publicidade	85% dos relatórios publicados	Ampliação da transparência dos resultados das fiscalizações	Coordenadoria de Fiscalização e área responsável pelo portal	Portal institucional e processos administrativos
Elaborar ou atualizar manuais e instrumentos de fiscalização	OE 3.2 — Aprimorar os procedimentos e instrumentos fiscalizatórios	IFI 05	Manuais e instrumentos de fiscalização elaborados ou revisados	3 documentos elaborados ou revisados	Aprimoramento e padronização das metodologias e dos procedimentos	Diretoria, Setor de Regulação e Coordenadoria de Fiscalização	Manuais, procedimentos, resoluções e portal institucional
Monitorar a correção das não conformidades	OE 3.3 — Fortalecer o monitoramento das não conformidades	IFI 06	Correção das não conformidades com prazo encerrado	50% das não conformidades corrigidas	Aumento da adequação dos prestadores às determinações regulatórias	Coordenadoria de Fiscalização	Processos fiscalizatórios e comprovações dos prestadores
Ação	**Objetivo estratégico vinculado**	**Código**	**Indicador**	**Meta para 2026**	**Resultado esperado**	**Área responsável**	**Fonte de verificação**
Emitir relatórios de fiscalização dentro do prazo	OE 3.2 — Aprimorar os procedimentos e instrumentos fiscalizatórios	IFI 07	Relatórios de fiscalização emitidos em até 60 dias	75% dos relatórios emitidos em até 60 dias	Maior celeridade na formalização e comunicação dos resultados	Coordenadoria de Fiscalização	Sistema de processos e relatórios
Reduzir a reincidência das não conformidades	OE 3.3 — Fortalecer o monitoramento das não conformidades	IFI 08	Índice máximo de reincidência das não conformidades	Até 27%	Redução da repetição de falhas já identificadas	Coordenadoria de Fiscalização	Relatórios e banco de não conformidades
Monitorar o cumprimento das determinações fiscalizatórias	OE 3.3 — Fortalecer o monitoramento das não conformidades	IFI 09	Cumprimento das determinações fiscalizatórias no prazo	70% das determinações atendidas	Maior efetividade das ações e determinações do órgão regulador	Coordenadoria de Fiscalização	Processos administrativos e comprovações
Ampliar o planejamento das fiscalizações com base em risco	OE 3.4 — Promover fiscalização orientativa, responsiva e proporcional	IFI 10	Fiscalizações planejadas com base em matriz de risco	50% das fiscalizações planejadas com base em risco	Consolidação gradual da fiscalização orientada por risco	Coordenadoria de Fiscalização	PAF e matriz de risco

2.4 Ouvidoria

A Ouvidoria atua como canal institucional de atendimento e participação dos usuários, recebendo, registrando, analisando, encaminhando e respondendo às manifestações relacionadas aos serviços regulados.
Em 2026, busca-se reduzir o prazo médio de resposta, elevar a resolutividade, ampliar a presença da Ouvidoria nos municípios e consolidar os instrumentos de avaliação e prestação de contas.

Ação	Objetivo estratégico vinculado	Código	Indicador	Meta para 2026	Resultado esperado	Área responsável	Fonte de verificação
Registrar, tratar e responder às manifestações dos usuários	OE 1.5 — Aprimorar a Ouvidoria e o controle social	IGI 07	Prazo médio de resposta da Ouvidoria	Até 18 dias	Redução do tempo de resposta e maior eficiência no atendimento	Ouvidoria	Sistema e relatórios da Ouvidoria
Concluir as manifestações recebidas	OE 1.5 — Aprimorar a Ouvidoria e o controle social	IGI 08	Taxa de resolutividade da Ouvidoria	83% das manifestações concluídas	Ampliação da capacidade de solução e encaminhamento das demandas	Ouvidoria	Sistema e relatórios da Ouvidoria
Realizar e publicar pesquisa de satisfação	OE 1.5 — Aprimorar a Ouvidoria e o controle social	IGI 09	Pesquisa de satisfação dos usuários	1 pesquisa realizada e publicada	Avaliação anual da percepção dos usuários	Ouvidoria	Pesquisa, relatório e portal institucional
Elaborar e publicar o Relatório Anual da Ouvidoria	OE 1.5 — Aprimorar a Ouvidoria e o controle social	IGI 10	Publicação do Relatório Anual da Ouvidoria	Publicação até março de 2027, referente ao exercício de 2026	Consolidação e divulgação das manifestações, resultados e recomendações	Ouvidoria	Portal institucional e processo administrativo
Ação	**Objetivo estratégico vinculado**	**Código**	**Indicador**	**Meta para 2026**	**Resultado esperado**	**Área responsável**	**Fonte de verificação**
Realizar ações da Ouvidoria Itinerante	OE 1.5 — Aprimorar a Ouvidoria e o controle social	IGI 11	Ações anuais da Ouvidoria Itinerante	5 ações realizadas	Ampliação da presença institucional e do acesso dos usuários à Ouvidoria	Ouvidoria	Relatórios, registros fotográficos e listas de presença

PARTE III

DAS METAS E AÇÕES DOS PROCESSOS DE GESTÃO

3.1 Administrativo e Gestão de Pessoas

As ações administrativas e de gestão de pessoas destinam-se a assegurar suporte adequado ao funcionamento institucional, promover a capacitação permanente e acompanhar a implementação das decisões do Conselho de Regulação e Fiscalização.

Ação	Objetivo estratégico vinculado	Código	Indicador	Meta para 2026	Resultado esperado	Área responsável	Fonte de verificação
Elaborar e executar o Plano Anual de Capacitação	OE 1.2 — Desenvolver e valorizar o quadro de pessoal	IGI 01	Execução do Plano Anual de Capacitação	80% das ações planejadas realizadas	Maior execução das atividades de capacitação e desenvolvimento	Coordenadoria de Regulação e Normatização	Certificados, listas de presença, relatórios e registros funcionais
Promover a capacitação dos servidores	OE 1.2 — Desenvolver e valorizar o quadro de pessoal	IGI 02	Carga horária média anual de capacitação por servidor	30 horas por servidor	Ampliação da atualização técnica e da especialização da equipe	Coordenadoria de Regulação e Normatização	Certificados e relatório anual de capacitação
Monitorar o cumprimento das deliberações do Conselho	OE 1.1 — Fortalecer a governança e a estrutura administrativa	IGI 12	Cumprimento das deliberações do Conselho no prazo	80% das deliberações implementadas no prazo	Maior efetividade das decisões do Conselho de Regulação e Fiscalização	Coordenadoria de Regulação e Normatização	Atas, resoluções e relatório de acompanhamento

3.2 Financeiro e Orçamentário

A gestão financeira e orçamentária tem por finalidade assegurar a aplicação eficiente dos recursos, a sustentabilidade institucional e a compatibilidade da execução orçamentária com as prioridades definidas no planejamento.

Ação	Objetivo estratégico vinculado	Código	Indicador	Meta para 2026	Resultado esperado	Área responsável	Fonte de verificação
Executar o orçamento aprovado para o exercício	OE 1.3 — Assegurar a sustentabilidade orçamentária e financeira	IGI 03	Execução orçamentária das despesas planejadas	85% de execução	Aplicação dos recursos compatível com as ações planejadas e a disponibilidade financeira	Setor de Regulação Tarifária e Diretoria	Relatórios contábeis e orçamentários
Ação	**Objetivo estratégico vinculado**	**Código**	**Indicador**	**Meta para 2026**	**Resultado esperado**	**Área responsável**	**Fonte de verificação**
Balancete de receitas e despesas	OE 1.3 — Assegurar a sustentabilidade orçamentária e financeira	IGI 04	Atualização das taxas e dos valores arrecadados no portal	Atualização trimestral	Maior transparência e regularidade na divulgação das receitas regulatórias	Setor de Regulação Tarifária e área responsável pelo portal	Portal da Transparência e relatórios contábeis

3.3 Transparência e Comunicação Institucional

As ações de transparência e comunicação institucional têm por finalidade assegurar a publicidade das informações, das decisões, dos instrumentos de planejamento e dos resultados alcançados pelo Orcispar.

Ação	Objetivo estratégico vinculado	Código	Indicador	Meta para 2026	Resultado esperado	Área responsável	Fonte de verificação
Manter atualizado o Portal da Transparência	OE 1.4 — Fortalecer a transparência e a comunicação institucional	IGI 05	Índice de atualização do Portal da Transparência	85% dos itens obrigatórios atualizados	Ampliação da integridade, atualidade e acessibilidade das informações públicas	Área responsável pelo portal	Checklist e portal institucional
Elaborar, apreciar e publicar o Relatório Anual de Atividades	OE 1.4 — Fortalecer a transparência e a comunicação institucional	IGI 06	Publicação do Relatório Anual de Atividades	Publicação até maio de 2027, referente ao exercício de 2026	Prestação de contas das atividades, metas e resultados institucionais	Ouvidoria e responsáveis dos setores.	Portal institucional, processo administrativo e ata do Conselho
Executar as ações do Plano de Gestão Anual	OE 4.6 — Integrar os instrumentos de planejamento	INP 09	Execução anual do Plano de Gestão	80% das ações concluídas	Maior cumprimento das ações planejadas para o exercício	Diretoria e todas as áreas	Relatório anual de execução do PGA
Publicar o relatório anual de monitoramento	OE 4.6 — Integrar os instrumentos de planejamento	INP 10	Publicação dos relatórios de monitoramento no prazo	80% de cumprimento da meta de publicação	Divulgação dos resultados anuais do Plano de Gestão	Ouvidoria e responsáveis dos setores.	Portal institucional e ata do Conselho
Vincular as ações do PGA aos objetivos estratégicos	OE 4.6 — Integrar os instrumentos de planejamento	INP 11	Ações do PGA vinculadas a objetivos estratégicos	90% das ações vinculadas	Maior alinhamento entre o planejamento estratégico e a gestão anual	Diretoria	PGA e Planejamento Estratégico
Aprovar os instrumentos de planejamento dentro dos prazos definidos	OE 4.6 — Integrar os instrumentos de planejamento	INP 12	Instrumentos de planejamento aprovados no prazo	80% dos instrumentos previstos aprovados no prazo	Maior integração, regularidade e previsibilidade dos instrumentos institucionais	Conselho de Regulação e Fiscalização	Resoluções, atas e processos administrativos

PARTE IV — MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

4.1 Ciclo de Monitoramento

4.1.1. A execução deste PGA será monitorada ao final do exercício, com uma avaliação anual até 30 de janeiro do ano subsequente.
4.1.2. O relatório de monitoramento será encaminhado ao CRF para conhecimento e, quando houver desvio relevante, para deliberação sobre medidas corretivas.
4.2 Responsável pelo Monitoramento

4.2.1. A coordenação do monitoramento deste PGA compete a Coordenação de Regulação e Normatização - papel de planejamento, exercido pelo Coordenador de Regulação e Normatização - com a contribuição de cada área responsável pelas ações constantes nas Partes II e III.
4.2.2. Cada área responsável deve reportar o status de suas ações ao coordenador do monitoramento até 19 de dezembro.

4.3 Revisão do PGA

4.3.1. O PGA poderá ser revisado por deliberação do CRF quando:

(a) ocorrerem alterações relevantes no Planejamento Estratégico que impactem as diretrizes do exercício corrente; ou

(b) fatos supervenientes — restrições orçamentárias, alterações normativas externas, eventos imprevisíveis — tornarem ações ou metas inexequíveis;

4.3.2. Qualquer revisão deve ser registrada formalmente com justificativa técnica, em atendimento ao princípio da estabilidade regulatória.

5.1 Publicidade

PARTE V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1.1. Este Plano de Gestão Anual será publicado no portal de transparência do Orcispar [https://orcispar.pr.gov.br/publicacoes-oficiais/103_Transparencia.html].

5.1.2. O relatório de monitoramento anual será igualmente publicado no portal de transparência, após apreciação pelo CRF.

5.2 Relação com Instrumentos Setoriais Existentes

5.2.1. Os instrumentos setoriais de planejamento existentes no Orcispar — Agenda Regulatória 2025/2026, Plano Anual de Fiscalização (PAF) e cronograma da Ouvidoria — são mantidos em sua integralidade e passam a ser considerados componentes deste PGA, devendo ser referenciados nas ações correspondentes das Partes II e III.

5.2.2. Em caso de divergência entre este PGA e instrumento setorial anterior, prevalece este PGA, devendo a área responsável propor harmonização ao CRF.
5.3 Vigência

5.3.1. Este Plano de Gestão Anual tem vigência de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026.

5.3.2 O PGA do exercício subsequente deverá ser aprovado pelo CRF até a 2ª sessão ordinária do ano subsequente.

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:9C0C82BD

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N.º 032/2026 CONVOCAÇÃO PARA PROVA DE TÍTULOS

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Convocação para prova de títulos** do Concurso para Emprego Público n.º 019/2026, nos seguintes termos.

Art. 1º Ficam **CONVOCADOS** a participar da prova de títulos os candidatos relacionados no **ANEXO ÚNICO** deste edital.
Art. 2º Os candidatos convocados e interessados em participar da prova de títulos deverão atentar-se os seguintes pontos:

no período das **08h00min do dia 22/07/2026 às 23h59min do dia 26/07/2026**, observado o horário oficial de Brasília/DF, preencher o formulário de cadastramento eletrônico disponível no endereço www.fundacaofafipa.org.br;

recomenda-se que o candidato efetue o acesso ao link de cadastramento citado na alínea anterior, com antecedência de até 30 (trinta) minutos do horário de término, para que seja possível a juntada de todos os documentos desejados.

Art. 3° O candidato convocado e interessado em participar da prova de títulos deverá observar todo o regramento posto no item 13 do edital de abertura.
Art. 4° Os títulos cadastrados no endereço eletrônico da Instituição Organizadora, deverão ser apresentados em cópias legíveis de frente e verso, preferencialmente autenticadas por cartório competente ou acompanhadas por autenticação eletrônica.
É de exclusiva responsabilidade do candidato o anexo dos títulos no endereço eletrônico da Instituição organizadora, como forma de comprovação.
Art. 5° A inobservância das regras dispostas nesta convocação, bem como das regras colacionadas no edital de abertura, acarretará na invalidação dos títulos anexados, e por consequência na **ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO** da etapa em comento.

Art. 6º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prado Ferreira (PR), 21 de julho de 2026.

SILVIO ANTÔNIO DAMACENO
Prefeito

ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 031/2026 - RESULTADO DEFINITIVO DA PROVA OBJETIVA

19 - ENFERMEIRO - PRADO FERREIRA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**
0004792	ADRIANA ALEXANDRA ALVES	Ampla Concorrência
0006661	ADRIANE DE JESUS GOMES	Ampla Concorrência
0005777	ANDRÉ VINICIUS OLLIVETTI DE PAULA	Ampla Concorrência
0005481	ANDRESSA BARUSSO OLIVEIRA DA SILVA	Ampla Concorrência
0006402	CASSIA REGINA VILAS BOAS	Ampla Concorrência
0006654	DANIELLE CRISTINE SANCHES	Ampla Concorrência
0005482	DYESSIKA MAYARA KEZAWIN DE MIRANDA RIBEIRO	Ampla Concorrência
0005625	EDGAR FRANCISCO DA SILVA	Ampla Concorrência
0005589	EDILAINE APARECIDA ESQUARCINI	Ampla Concorrência
0006500	ESTEFÂNIA VIEIRA DA SILVA CAVARSAN	Ampla Concorrência
0004491	EVELLYN LORENNA GARCIA PINHEIRO DE FARIAS	Ampla Concorrência
0006684	EVILLIN FRANCINI AFONSO TORELLO	Ampla Concorrência
0004568	GISLAINE LEITE VIANA	Ampla Concorrência
0006024	ISADORA DOS SANTOS SILVA	Ampla Concorrência
0004232	JENIFER LUANA DA CRUZ SENA	Afrodescendente
0005554	JESSICA ANTUNES VIOLI FRANZONI	Ampla Concorrência
0006455	JOSÉ GLEIFFSON LIMA DA SILVA	Ampla Concorrência
0005024	JUCINAY PHAEDRA SILVA SANCHES	Ampla Concorrência
0005730	LEONARDO LUCAS DA SILVA	Ampla Concorrência
0005773	LEOROI RODOLFO DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0006092	LETÍCIA APARECIDA REIS	Afrodescendente
0006623	LETÍCIA DE OLIVEIRA PIOVANI MARICATTO	Ampla Concorrência
0005682	LETICIA NATACHA BERNARDY	Ampla Concorrência
0004429	LETÍCIA SUZARQUE DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0004315	LORRAINE CAMILA DE SOUZA PEREIRA	Ampla Concorrência
0005401	MAGDA LUIZ MARINHO SILVA	Ampla Concorrência
0005546	MARIAN JUSTINE BALAROTTI	Ampla Concorrência
0006364	MILENE FERREIRA DE LIMA	Ampla Concorrência
0006101	NADIESKA CAROLINE DA SILVA	Ampla Concorrência
0006048	NAYARA MIRIÃ DOMINGOS ELIAS	Ampla Concorrência
0005197	PAMELA ARIANE DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0005957	RUBIA MARIELEN DA SILVA BONI	Ampla Concorrência
0005639	SABRINA CRISTINA HERNANDES	Ampla Concorrência
0006336	SÔNIA RENATA MARTINEZ BEZERRA	Ampla Concorrência
0006182	SUELEN DE OLIVEIRA DIAS	Ampla Concorrência
0004146	WALYSON ANDRE CALIXTO FARIAS	Ampla Concorrência

31 - PROFESSOR(A) - PRADO FERREIRA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**
0005446	ALBERTO JOSE DA SILVA	Ampla Concorrência
0005855	AMANDA GABRIELLY CHIQUETTI	Ampla Concorrência
0006200	ANGELA MARIA BALAN DA ROCHA	Ampla Concorrência
0005267	BEATRIS DE OLIVEIRA SANCHES	Ampla Concorrência
0004734	BIANCA ROCHA SANTANA	Afrodescendente
0006313	DAIANA APARECIDA FERNANDES	Ampla Concorrência
0004192	DANIELI FERREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência
0005558	ELENI DAS GRAÇAS VAZ GODOY DOS REIS	Ampla Concorrência
0005805	ERICA TUROZI LAZARETTI	Ampla Concorrência
0004513	FERNANDA LUIZA ALVES FERREIRA LIMA	Ampla Concorrência
0006250	GEOVANE PEREIRA BARBOZA	PcD - Pessoa com Deficiência
0005518	GIOVANNA BERTINOTTI DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0006607	KELVIA VIGILATO GOUVEIA FERREIRA	Ampla Concorrência
0006255	LUCIANA KNOOR RIBEIRO	Ampla Concorrência
0006369	MARIA CRISTINA VIEIRA	Ampla Concorrência
0006456	NATALIA ALVES DA SILVEIRA REZENDE	Ampla Concorrência
0005497	NATHÁLIA ROSSI MARQUES	Ampla Concorrência
0005328	POLLYANNA PAULA DA SILVA GOULART	Ampla Concorrência
0005961	RAFAELA FERNANDA LUIZ PENA PIVOTTO	Ampla Concorrência
0005223	SILVANA DE SOUZA OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0006555	SIMONE CONTI SILVA CRUZ	Ampla Concorrência
0006527	VICTOR GABRIEL DA SILVA SOARES	Ampla Concorrência
0006626	VILMARA SILVA DOS ANJOS	Ampla Concorrência

106 - ANALISTA DE LABORATÓRIO - PRADO FERREIRA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**
0005782	BRENDA DOS SANTOS ORCIOLI	Ampla Concorrência
0005902	CAMILA CRISTINA VALENTIM	Ampla Concorrência
0005119	CAMILLA YUMI ENDO	Ampla Concorrência
0006025	CARINA GIMENES BOCHI TOMADON	Ampla Concorrência
0004949	CHRISTIAN LUIZ MAFORT SEREIA	Ampla Concorrência
0006345	CLAUDEMIR APARECIDO CARRION	Ampla Concorrência
0004316	DANIELE DE FREITAS GARCIA	Ampla Concorrência
0005666	DANIELLE KIAN	Ampla Concorrência
0005572	EDVALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR	Ampla Concorrência
0005992	FELIPE FERREIRA BASTOS	Ampla Concorrência

0006343	GABRIELA FRANCO DE OLIVEIRA BARBOSA	Ampla Concorrência
0005677	JAMILE PRISCILA DE OLIVEIRA BERANGER	Ampla Concorrência
0006582	JULIA BAGATIM DE SOUZA	Ampla Concorrência
0005937	JULIANA THOMÉ DA SILVA	Ampla Concorrência
0006701	KAMILA FALCHETTI DAMASCO DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0005994	LARISSA SCARPANTE DA SILVA	Ampla Concorrência
0006224	LÍGIA GRECCO COSTA	Ampla Concorrência
0005757	LILIAN GUIGUINA LUETA ZAMBISSA	Afrodescendente
0004519	LUCAS SIMEONI DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência
0004394	MAIARA PEREIRA LUNAS	Ampla Concorrência
0005427	MARIA EDUARDA DE SOUZA CASTELAR	Ampla Concorrência
0005692	MARIA FERNANDA ROCHA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0005261	MONIQUE PRADO DE ANDRADE	Ampla Concorrência
0006562	MURILO DA SILVA LOPES RODRIGUES	Ampla Concorrência
0006464	NAYARA REGINA CAMPANENUTE SOARES	Ampla Concorrência
0006421	PATRICIA ROSSELLI MEDRI	Ampla Concorrência
0006481	PRISCILA ROMANIN	Ampla Concorrência
0004914	QUESIA SOUSA PEREIRA	Ampla Concorrência
0006509	RAFAEL DE MELO FONTES	Ampla Concorrência
0006698	RENAN GRECCO COSTA	Ampla Concorrência
0005242	SUELEN TAYNA OKUYAMA CALIZOTTI	Ampla Concorrência
0004141	THAILA FERNANDA DE CARVALHO YOKOTA	Ampla Concorrência
0005712	THAYS ROSA DA SILVA	Ampla Concorrência
0004399	TIEVERTON GUILHERME DE OLIVEIRA SANTOS	Ampla Concorrência
0005602	WILLIAN HIDEKI CHINEN	Ampla Concorrência
0006674	WILLIAN RONQUI BELO	Ampla Concorrência

136 - PSICÓLOGO - PRADO FERREIRA

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0005817	ALANNIS SANTOS SUGUIMOTO	Ampla Concorrência
0004647	AMANDA DE MEDEIROS SILVA	Ampla Concorrência
0004678	ANNA LAURA PEREIRA DE QUEIROZ	Ampla Concorrência
0004684	BEATRIZ LEITE AMARAL	Ampla Concorrência
0004682	DANIEL BASTOS DAVILA	Ampla Concorrência
0005466	DAVID PAIO MARINI	Ampla Concorrência
0006322	EDUARDA AKEMI OTAKE	Ampla Concorrência
0005679	ÉRICA GULARTE LIBERATO	Ampla Concorrência
0005016	FERNANDA HELLOISY MACEDO	Ampla Concorrência
0004986	FLÁVIA BORTOLETO GONÇALVES	Ampla Concorrência
0006347	GIOVANA CALISTO	Ampla Concorrência
0004536	GIOVANA CARDOSO ALVES	Ampla Concorrência
0006439	HUMBERTO JUNIOR GARCIA DE LIMA	Ampla Concorrência
0004261	ISABELLA MARIANA VENTURA BORTOLOTTI	Ampla Concorrência
0006695	JAQUELINE KAUANE GRECCO	Ampla Concorrência
0006380	JOAO PAULO NOVAK PADILHA	Ampla Concorrência
0005892	JOÃO VICTOR PEREIRA DA SILVA GAGLIOTTI	Ampla Concorrência
0005084	LAURA CICCHETO FORNER	Ampla Concorrência
0004623	LETYCIA HIPÓLITO FRANCISCO	Ampla Concorrência
0005627	MÁRCIA CRISTINA LOPES	Ampla Concorrência
0004241	MARIA VITÓRIA FERNANDES COGO	Ampla Concorrência
0004755	MARIANA APARECIDA TEIXEIRA DE ANDRADE	Ampla Concorrência
0004497	MARIANA DE LIMA BENESCIUTTI	Ampla Concorrência
0006122	MARIANA MORAES FERREIRA	Ampla Concorrência
0005633	MILENA THAMIRIS ALMEIDA DA SILVA	Ampla Concorrência
0006310	NATANY MAYARA CRUZ	Ampla Concorrência
0005891	NAYANNI APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0005168	VALÉRIA ALVES DE MORAES	Ampla Concorrência
0004592	VICTÓRIA GOMES DA SILVA	Ampla Concorrência
0004165	YASMIM FERNANDA DE PAULO	Ampla Concorrência

139 - PROFESSOR(A) ED. FÍSICA - PRADO FERREIRA

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0006573	ALINE RODRIGUES	Ampla Concorrência
0005395	ANDREA MACHADO DE MELLO	Ampla Concorrência
0005826	ARIANI BRAGA ALMEIDA	Afrodescendente
0005978	ARTHUR GOBATO BEDANA	Ampla Concorrência
0005047	BEATRIZ FERNANDA KOBZINSKI	Ampla Concorrência
0005933	BRUNO RODRIGO FREIRE GOMES	Ampla Concorrência
0006232	CAMILA RIBEIRO LARA DE PAIVA	Ampla Concorrência
0006425	CARLOS FELIPE TADEU DOS SANTOS VALENTIM	Ampla Concorrência
0004299	EDSON FRANCISCO DOS SANTOS	Afrodescendente,PcD - Pessoa com Deficiência
0005837	EDUARDO APARÍCIO FERNANDES	Ampla Concorrência
0005951	ELIZA MARIA CUBA ZANDONA	Ampla Concorrência
0004470	GILMARA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0005742	JAIR NATALINO DA SILVA	Ampla Concorrência
0005552	JOÃO PAULO DIAS SANTOS	Ampla Concorrência

0004711	JULIANA APARECIDA GREGORIO	Ampla Concorrência
0004713	KAREN GOMES FERREIRA	Ampla Concorrência
0006174	LUANA GOULART MENDES	Ampla Concorrência
0004193	LUCAS RIBEIRO AMARANTES	Ampla Concorrência
0005581	MARCIA FERREIRA DE MELLO	Ampla Concorrência
0006548	MARCOS ALBERTO DE MORAES	Ampla Concorrência
0005852	MARLY APARECIDA GOULART	Ampla Concorrência
0006671	OTAVIO MURILO PRADO CORDEIRO	Ampla Concorrência
0004573	PEDRO HENRIQUE PEREIRA ROSA	Ampla Concorrência
0006442	RENATO MARDEGAN	Ampla Concorrência

0006557	SINARA ANDREA MARTINS	Afrodescendente
0006010	TAYNÁ SILVA NEVES	Ampla Concorrência
0005864	THIAGO AGUIAR DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0006416	VALDIR NUNES MESSIAS	Ampla Concorrência
0004457	VALERIA MARA SOLCIA	Ampla Concorrência
0006302	WILSON HERBER FILHO	Ampla Concorrência

174 - ENGENHEIRO CIVIL - PRADO FERREIRA

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0006363	ANTONIO CESAR OSORIO DE SOUZA	Ampla Concorrência
0004690	BRUNO APARECIDO DOS SANTOS RIBEIRO	Ampla Concorrência
0005535	DIEGO DA SILVA COSTA	Ampla Concorrência
0004844	DOUGLAS LUAN DE OLIVEIRA TORRES	Ampla Concorrência
0004581	JADSON DE OLIVEIRA ARAUJO	Ampla Concorrência
0004546	JOÃO BATISTA MELO LIMA	Ampla Concorrência
0004625	LUCAS GALVÃO KUNS	Afrodescendente
0005360	LUÍS GUSTAVO LOPES	Ampla Concorrência
0005580	MARIA EDUARDA DE ALMEIDA	Ampla Concorrência
0004815	NEMIAS JUNIOR BISPO DE SOUZA	Ampla Concorrência
0005268	RAFAEL KEIJI BANDO	Ampla Concorrência

193 - ODONTÓLOGO - PRADO FERREIRA

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0006447	ALEX CANDIDO RIBEIRO	Ampla Concorrência
0005408	ÁLEX RAFAEL LEHNEN	Ampla Concorrência
0006428	ALEX SOUZA POLIDORO	Ampla Concorrência
0006507	AMANDA CRISTINA TONELI	Ampla Concorrência
0005538	ANA CAROLINA CAMPANER SCHURMANN	Ampla Concorrência
0006632	ANA CAROLINA GUIMARÃES ALVES	Ampla Concorrência
0006137	ANA LIVIA AMARAL FERREIRA FINOCCHIO	Ampla Concorrência
0006290	ARIANE MANGANARO BIGUETI	Ampla Concorrência
0006504	ARTHUR GABRIEL SAVENHAGO BETTANIN	Ampla Concorrência
0005414	BÁRBARA INCERILO DA SILVA	Ampla Concorrência
0005061	BÁRBARA MARIA MORAIS DA MOTA	Ampla Concorrência
0006525	BEATRIZ GARCIA	Ampla Concorrência
0006149	BEATRIZ TAMI KUNIHIRO KASHIWAQUI	Ampla Concorrência
0004743	BRUNA RIBEIRO NUNES	Afrodescendente
0005946	CAMILA CARVALHO DA MOTA AGUSTINHO	Ampla Concorrência
0006399	CAMILA CAVALCANTE MAGALHÃES MEDEIROS	Ampla Concorrência
0006246	CAMILA FORMENTINI SOARES	Ampla Concorrência
0004371	DEBORA DE PAULA NEVES	Ampla Concorrência
0005525	EDUARDA DE OLIVEIRA GONÇALVES	Ampla Concorrência
0005987	ELLEN CÁSSIA SALVALAGE DA SILVA	Ampla Concorrência
0004667	EMANUELLI CAROLINI DE SA	Ampla Concorrência
0004942	FERNANDA DE SOUZA	Ampla Concorrência
0006479	FERNANDA SILVESTRE	Ampla Concorrência
0004905	FLÁVIA RAFAELLA ALCANTARA ALVARENGA	Ampla Concorrência
0004919	GEOVANA VIEIRA	Afrodescendente
0005725	GISELE SANTANA	Ampla Concorrência
0005409	GUILHERME AMBROSIO DE ALMEIDA	Ampla Concorrência
0004485	INGRID HORST DA SILVA	Ampla Concorrência
0005405	ISABELA MINIKOWSKI	Ampla Concorrência
0004552	ISABELLE ALISSA KUNIHIRO KASHIWAQUI	Ampla Concorrência
0004992	ISADORA BITENCOURTE RIBEIRO MARIANO	Afrodescendente
0005398	ISADORA COELHO DA SILVA	Ampla Concorrência
0005621	ISADORA NAKAZIMA BARREIRA	Ampla Concorrência
0004795	ISADORA SALVADOR ANTIVERE	Ampla Concorrência
0005331	JOÃO PAULO FLORO DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0005575	JOAO PEDRO BRITO DONASAN	Ampla Concorrência
0006221	JONATHAN DA SILVA GOMES	Ampla Concorrência
0005069	JULIANA CARDOSO DA SILVA BIGONHA	Ampla Concorrência
0005945	JULIANA MORTATI DE MARTIN	Ampla Concorrência
0006595	JULIANA REGINA DE CARVALHO MUDREI	Ampla Concorrência
0004582	KAMILA ANANIAS	Ampla Concorrência
0004960	KAROLLAINE DIAS LINO	Ampla Concorrência
0006461	LAÍS GABRIELA DUTRA SCHUSTER	Ampla Concorrência
0004656	LAURA CAMBRAIA GARMS	Ampla Concorrência
0004856	LETÍCIA NASCIMENTO MARTINS DA FONSECA	Ampla Concorrência
0004794	LÍVIA CORRÊA DIAS	Ampla Concorrência
0004535	LORENZA MICAELA PETTA DIANIN	Ampla Concorrência
0006141	LUCAS PEREIRA VECHIATO	Ampla Concorrência
0005879	LUISA CALIZOTTI	Ampla Concorrência
0005947	MARCELO SOUSA PEIXOTO	Ampla Concorrência
0005357	MARCIO ALEXANDRE MARQUINI	Ampla Concorrência
0004875	MARIA EDUARDA BASSO	Ampla Concorrência
0006005	MARIA EDUARDA DE LIMA DALPIVA	Ampla Concorrência
0005539	MARIA FERNANDA SILVA CARNEIRO	Ampla Concorrência
0005009	MARIA JÚLIA ROQUE MELEGARI	Ampla Concorrência
0006022	MARIA LUIZA NONINO	Ampla Concorrência
0004286	MARIANA DE CAMPOS MARIANO	Ampla Concorrência
0004894	MATHEUS CAZARIN MALDONADO GARCIA	Ampla Concorrência
0004599	MATHEUS FERNANDO GAMA PEDRILHO	Ampla Concorrência
0006408	NATACHIE CERCI DA SILVA	Ampla Concorrência
0006644	NATHAN HENRIQUE RODRIGUES CAVALHEIRO	Ampla Concorrência
0004670	NICOLE GUIRELI INOUE	Ampla Concorrência

0005036	PEDRO ILO REBELO DE AZEVEDO	Ampla Concorrência
0006530	RAFAEL KLOSS FRANÇA	Ampla Concorrência
0004889	RAFAELA BELTRAME LIMA	Ampla Concorrência
0004824	ROGERIO JOSÉ DA SILVA	Ampla Concorrência
0006011	RUBENS MONARI DE QUEIROZ FILHO	Ampla Concorrência
0006600	TAYNARA NAZARETH MOREIRA ROMAN	Ampla Concorrência
0005249	THAILON GUIMARÃES VASCONCELOS	Ampla Concorrência

0006617	TIAGO ANTÔNIO DE JESUS	Ampla Concorrência
0006586	TOMAZ MANOEL JOPPERT MINATTI	Ampla Concorrência
0004665	VICTORIA REGINA FERREIRA PINTO	Ampla Concorrência
0006594	VITOR ALAN DEBACKER	Ampla Concorrência
0005459	VITORIA ALESSANDRA PEREIRA DAS NEVES	Ampla Concorrência

199 - FARMACÊUTICO - PRADO FERREIRA

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0005809	ANA VITÓRIA LOPES DE MELLO	Ampla Concorrência
0004864	BIANCA STHEFANI DOS SANTOS	Afrodescendente
0004906	DANIELLE SALVADOR ANTIVERE	Ampla Concorrência
0005142	DANIELLE SOUZA OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0006460	DEISY MARA LIMA DE OLIVEIRA AURORA	Ampla Concorrência
0004255	GIOVANA MARIA DA SILVA MAZAR	Ampla Concorrência
0006167	GISLAINE KELLI DE OLIVEIRA JUNQUEIRA	Ampla Concorrência
0004646	GUILHERME HERREIRA BATISTA	Ampla Concorrência
0006068	LEONARDO BARBOSA	Afrodescendente
0006052	MARLI CARLETTO	Ampla Concorrência
0005985	MILENA ZENAIDE QUEIROZ ALVES	Afrodescendente
0005506	PAULO CÉZAR MARTINS	Ampla Concorrência
0005293	RENATA TREMESQUIM NASCIMENTO	Ampla Concorrência
0005584	SANDRA REGINA DONADELLI	Ampla Concorrência

203 - MÉDICO PLANTONISTA - PRADO FERREIRA

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0004679	ALBERTO AUGUSTO	Ampla Concorrência
0006346	ALINE MOCHE NAVARRO	Ampla Concorrência
0006478	ALÍPIO MEDEIROS JUNQUEIRA DE PÁDUA	Ampla Concorrência
0006136	ANA CLARA GORDIANO CARNEIRO MIYAMURA	Ampla Concorrência
0006181	ANA LARA MARIA MOURA	Afrodescendente
0004586	ANDREI ROMANO	Ampla Concorrência
0006669	ANTONIO MARCOS REISSUREIÇÃO GALINDO	Ampla Concorrência
0006132	CAIO SANTOS PASTUCH	Ampla Concorrência
0005511	EDUARDA PEREIRA DE BARROS	Afrodescendente
0005229	ELEN CRISTINA CUBA DA SILVA	Ampla Concorrência
0004289	EMANUELE CAROLINE DA SILVA	Ampla Concorrência
0005794	FAGNER MANDU DE LIMA	Ampla Concorrência
0006247	FELIPE DANIEL DINIZ DOS SANTOS RODRIGUES	Ampla Concorrência
0006636	FELIPE EMANUEL BASNIAK DA SILVA	Ampla Concorrência
0004436	FELIPE FELIX DE ALMEIDA	Ampla Concorrência
0005568	FLÁVIA CHRISTINA MOTA KALINOWSKI	Ampla Concorrência
0006230	GIOVANI CASTANHO FERRO COSTA	Ampla Concorrência
0005567	GUILHERME LONCLOFF DE MORAES GUERRA	Ampla Concorrência
0006307	HUGO GONÇALVES DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0006311	HUGO RICARDO MARQUINI	Ampla Concorrência
0005240	JHONNY DOS SANTOS RIOS	Ampla Concorrência
0005741	JULIO CEZAR QUEIROZ DOS REIS FILHO	Ampla Concorrência
0006308	KEMILLY DOS SANTOS VAN DAL	Ampla Concorrência
0006426	KLEBER HENRIQUE DE CARVALHO JULIANI	Ampla Concorrência
0005276	LUÍS FELIPE SEGALLA	Ampla Concorrência
0006203	LUIZ BRESSAN	Ampla Concorrência

0005793	MARCIANE ARAGÃO DA SILVA LIMA	Ampla Concorrência
0006124	MUNIRA CHURK LAGO	Ampla Concorrência
0006006	NATÁLIA PICKLER	Ampla Concorrência
0006040	PAULO AUWARTER	Ampla Concorrência
0005537	PAULO CESAR DE ALMEIDA GRILLO	Ampla Concorrência
0006009	PAULO SERGIO PIAI FILIZZOLA	Ampla Concorrência
0004675	PEDRO HENRIQUE FAVARO MENDES	Ampla Concorrência
0006102	RODRIGO EIJI FUJITA	Ampla Concorrência
0005304	SAMUEL PISSINATI NICACIO	Ampla Concorrência
0006198	SIDNEY HIDEKI MATSUOKA	Ampla Concorrência
0006240	VINÍCIUS PIRES MARTINS MATOS	Ampla Concorrência
0004580	WESLEY AMARO PESTANA	Ampla Concorrência

204 - MÉDICO PSF - PRADO FERREIRA

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0006158	AMANDA TATAKIHARA	Ampla Concorrência
0004964	ANA HELOÍSA PONTES MARROCOS DE ARAGÃO	Ampla Concorrência
0005491	BEATRIZ JULIA FATOBENE MARTINS	Ampla Concorrência
0004140	CESAR AUGUSTO MACHADO DE MORAES	Ampla Concorrência
0006196	CONRRADO BUSSELI FILHO	Ampla Concorrência
0005098	GABRIELA YURIE ARAKAKI	Ampla Concorrência
0005198	GABRIELLA DE OLIVEIRA FORNAZIERI	Ampla Concorrência
0006649	GIOVANA LEONARDI IÁCONO	Ampla Concorrência
0006502	GIOVANNA ALVES FREIRE BADARÓ BAPTISTA	Ampla Concorrência
0006316	GIULIANNO FELIPE ESTEVES GOMES	Ampla Concorrência

0005231	HELOÍSA FANTUCCI PASCOAL VIEIRA	Ampla Concorrência
0006706	ISABELA LOURENÇO KODAMA	Ampla Concorrência
0005090	ITALO BELINI TORRES	Ampla Concorrência
0006664	JOAO LIMA PEREIRA PAIVA DE LIMA	Ampla Concorrência
0005210	JOÃO VICTOR MENDES MOLINA	Ampla Concorrência
0005616	JOSE HENRIQUE FERNANDES DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0005117	JOSÉ RICARDO BONAMETTI	Ampla Concorrência
0005910	KENDRA CAUANA ESTEVES DA SILVA	Ampla Concorrência
0006489	LEANDRO MARINO TAKAZONO ORBOLATO	Ampla Concorrência
0006575	LEANDRO MATEUS CAMARA	Ampla Concorrência
0006202	LUISA BIANCA REIS PARODE	Ampla Concorrência
0005479	LUIZA DELGADO MOURA	Ampla Concorrência
0004253	MARIANA SOUZA CHOFARD	Ampla Concorrência
0005931	MATHEUS GUIMARÃES RIBEIRO	Ampla Concorrência
0005292	MAYARA COSTA CARNEIRO RAMOS	Ampla Concorrência
0006028	MICHELLE POLICANTI MORAIS	Ampla Concorrência
0005260	MURILO PAIVA MOTA	Ampla Concorrência
0004758	NICOLE SIQUEIRA DE AZEVEDO	Ampla Concorrência
0004197	OTÁVIO AUGUSTO NASSER SANTOS	Ampla Concorrência
0006272	PEDRO GUILHERME ARANTES SIQUEIRA	Ampla Concorrência
0005452	RAQUEL AGUIAR MEIRA	Ampla Concorrência
0005443	RAUL ALBANEZ MERCIAL	Ampla Concorrência
0006699	REBECA FONSECA DONATO	Ampla Concorrência
0006646	ROBERTO DE OLIVEIRA JUNIOR	Ampla Concorrência
0005116	SABRINY VITÓRIA PAIVA SANTOS	Ampla Concorrência
0006018	TADEU WASICK NETO	Ampla Concorrência

0005636	TAYNARA ALMEIDA MARTINS	Ampla Concorrência
0006536	VALTER OLIVEIRA DA SILVA	Ampla Concorrência

205 - PEDAGOGO(A) - PRADO FERREIRA

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0004789	FERNANDO LUIZ PEREIRA	Afrodescendente
0004583	JÉSSICA BIANCA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0005485	MURILO MOREIRA RODRIGUES	Ampla Concorrência
0005050	RAFAELA LHAMA BUENO	Ampla Concorrência
0004811	RUBIA EVANOELLI DOS SANTOS PERES	Ampla Concorrência
0004527	YASMIN DOLORES LOPES	Ampla Concorrência

207 - PROFESSOR(A) ED. INFANTIL - PRADO FERREIRA

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0006062	ADIEL DE SOUZA SILVA	Ampla Concorrência
0006579	ADRIANA CORATO DE OLIVEIRA SANTOS	Ampla Concorrência
0006367	ADRIELLY FERNANDA RODRIGUES	Ampla Concorrência
0006210	ALINE ANDRADE CUNHA	Ampla Concorrência
0005460	ALINE CRICIAN MEDEIROS	Ampla Concorrência
0006002	ALISSON DA SILVA CARDOSO	Ampla Concorrência
0006241	ALYNE LUIZA DE OLIVEIRA TONIN	Ampla Concorrência
0004276	ANA PAULA AVELINO	Ampla Concorrência
0006385	ANDREVANIA CAMILA SOARES	Ampla Concorrência
0006518	ANGÉLICA CARABIA GOMES NOCHELI	Ampla Concorrência
0006624	BEATRIZ APARECIDA GOMES DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0004252	BRENDA FERNANDA DAVI DE MELO	Ampla Concorrência
0005995	BRENDA HELOISA SILVA NEGRI	Ampla Concorrência
0005924	BRUNA PAULETTI LOPES MACHADO	Ampla Concorrência
0004422	CAMILA INÁCIO SALDANHA	Ampla Concorrência
0004712	CARLA TAMIRIS MARIA DA SILVA SERVELIN	Ampla Concorrência
0005447	CINTHIA CRISTINA CARDOSO	Ampla Concorrência
0005920	CLAUDIA ELIZIANE LINO DA SILVA	Ampla Concorrência
0005714	CREUZA PEREIRA	Ampla Concorrência
0006383	CRISTIANE DE MORAES ZOCCANTE	Ampla Concorrência
0004530	DAMARCENO BESA BARRETOS	Afrodescendente
0004325	DANIELE HONORATO RODRIGUES	Ampla Concorrência
0006381	DAYANA CAMILA DIAS DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0006043	DÉBORA MARIELI DENARDI	Ampla Concorrência
0006219	DENISE LOPES GUIMARAES	Ampla Concorrência
0004732	ELAINE ESCODEL FEITOZA	Ampla Concorrência
0005172	ELOISA BATISTA MONTEIRO	Ampla Concorrência
0004584	ENILZA MARIA DE OLIVEIRA ARAÚJO	Ampla Concorrência
0004934	EUNICE DE FREITAS	Ampla Concorrência
0004718	FERNANDA DE CASTRO PEREIRA DUARTE	Ampla Concorrência
0005883	GABRIELA KOPIEQUES	Ampla Concorrência
0006151	GESICA DE OLIVEIRA INACIO LOPES	Ampla Concorrência
0005838	GESSICA GREIS SPILARI	Ampla Concorrência
0004479	GIOVANA SOARES RODRIGUES	Ampla Concorrência
0006491	GIOVANNA BORGES ROSA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0004953	GISLAINE CRISTINA FERNANDES	Ampla Concorrência
0006100	GISLAINE MARIA SILVERIO	Ampla Concorrência

0004351	GUSTAVO HENRIQUE RODELA	Ampla Concorrência
0004503	INGRID CAMILA FIGUEIREDO PEREIRA	Ampla Concorrência
0006299	INGRID MARQUES BRENE	Afrodescendente
0004256	IONE LOPES DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0005553	JAKELINY DANIELLI FEITOSA GONÇALVES AVANCI	Ampla Concorrência
0006059	JOICE KARINA DOS SANTOS	Ampla Concorrência

0006084	JOSUÉ KALEBE DE LIMA	Ampla Concorrência
0005899	JULIANA DA SILVA LIMEIRA MORAIS	Ampla Concorrência
0006117	JULIANE DE SOUZA MORA	Ampla Concorrência
0006361	JULIO CESAR NOGUEIRA	Ampla Concorrência
0004901	KAREN MANDARINO DA SILVA	Ampla Concorrência
0006567	KARINA DOS SANTOS MARTINS RODRIGUES	Ampla Concorrência
0005038	KÁTIA MATHIAS DA SILVA	Ampla Concorrência
0004139	LARISSA FERNANDA DE ARAUJO FERREIRA	Ampla Concorrência
0005888	LEONILDA CONCEIÇÃO RAMOS	Ampla Concorrência
0004813	LETÍCIA FRANCIÉLI VALÉRIO PIASSA	Afrodescendente
0005885	LORENA KARINE COELHO	Ampla Concorrência
0004938	LUANA CHAINE NUNES ESTEVES	Ampla Concorrência
0004840	LUANA MOREIRA DE SOUZA	Ampla Concorrência
0006672	LUCIANA ROSA DE LIMA	Ampla Concorrência
0004760	LUCIMARA DE ALCANTARA CHAVES	Ampla Concorrência
0004997	LUCIMARA SERVELIN	Ampla Concorrência
0004774	MAIARA PAULA BARROS	Ampla Concorrência
0006604	MARCELO GALVÃO	Ampla Concorrência
0004230	MARCIA APARECIDA CORDEIRO	Ampla Concorrência
0005309	MARCIELE FERNANDA DIAS PAULO	Ampla Concorrência
0004654	MARIA FERNANDA BAUERMANN DA COSTA	Ampla Concorrência
0004220	MARIA JOSÉ DAS CANDEIAS	Ampla Concorrência
0005893	MARTHA BISPO DA SILVA	Afrodescendente
0005836	MILIANE FAXINA HIGUCHI	Ampla Concorrência
0004806	NATÁLIA HELENA LIMA DA SILVA	PcD - Pessoa com Deficiência
0005562	NATHALYA MARIA DA MOTA	Ampla Concorrência
0006459	NAYARA CLEMENTE STEIN	Ampla Concorrência
0006528	QUEREN MARIA LUIZ	Ampla Concorrência
0006558	ROSA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO	Afrodescendente
0006683	ROSILANI SANTOS DA SILVA	Ampla Concorrência
0004439	STEFANY THAYNA TOMÉ DE ARAUJO	Ampla Concorrência
0006205	TALITA VIVIANNE SVENCICKAS RODRIGUES E SILVA DA ROSA	Ampla Concorrência
0006394	TAMIRYS RODRIGUES ALVES DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0005049	TATIANA TAVARES ALONSO	PcD - Pessoa com Deficiência
0006679	TEREZA CONCEIÇÃO AKI BARROS KANZAKI	Ampla Concorrência
0005503	THAÍS GUIMARÃES TEIXEIRA	Ampla Concorrência
0006262	WANESSA CRISTINA CARÁ	Ampla Concorrência
0006253	YASMIM RODRIGUES SCHELEGER	Ampla Concorrência

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:347C383F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 01/2026

Súmula: Aprovar Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Quatro Barras – 2024/2028.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, com caráter consultivo, constituindo-se em espaço de articulação entre governo municipal e sociedade civil para formulação de diretrizes para políticas e ações na área da segurança alimentar e nutricional, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 1.593, de 03 de julho de 2023, em reunião ordinária realizada em 15 de julho de 2026:

Considerando:
A Lei nº 1.593 de 03 de julho de 2023 que cria os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e nutricional -SISAN, define os parâmetros para a elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras Providências;
RESOLUÇÃO 05/2023 Súmula: Publicar Parecer e Aprovação de Adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.
III PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (2025 -2027);
GUIA PARA A ELABORAÇÃO DE PLANOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, do Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à fome;
O DECRETO Nº 9427/2023 Dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Quatro Barras - COMSEA-QB, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- SISAN e revoga o Decreto Municipal nº 1.629 de 24 de outubro de 2011;
O DECRETO Nº 9428/2023 Cria a Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Quatro Barras no âmbito do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
A LEI Nº 1593, DE 03 DE JULHO DE 2023. Cria os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, define os parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências,
O DECRETO Nº 11.719/2026 Altera o Decreto nº 9.591/2023, que designa servidores técnicos para comporem a Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN, para fins de substituição de membro técnico;
O DECRETO Nº 11.762/2026 Nomeia membros para a composição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA de Quatro Barras, para o Biênio 2026-2028, e dá outras providências.
A ata 01/2026/COMSEA;
A Deliberação da Plenária;

RESOLVE:

Artigo 1º. Aprovação total e unânime do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Quatro Barras – 2024/2028.

Artigo 2º. Planilha de Diretrizes do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Quatro Barras – 2024/2028.

Diretriz 1: Acesso **Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.**					
PROGRAMA/AÇÃO	METODOLOGIA	SECRETARIA RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSOS	MONITORAMENTO E COMENTÁRIOS
Levantamento de dados através de um censo para identificar famílias em situações de vulnerabilidade sócio econômica e alimentar, para elaboração de políticas públicas.	Identificar o público a ser beneficiado	SMDSF	COMSEA CT SMS SMEELJ E outras que se fizerem necessárias.	MUNICIPAL	Proposta aprovada na IV Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Quatro Barras. Emissão e análise de dados e relatórios da vigilância socio econômica dos usuários das políticas públicas
Implantar o CRESAN (Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional)	O CRESAN é um equipamento público da política de Segurança Alimentar e Nutricional.	SMDSF	SMAFP	Federal	Articulação para efetivação da política de SAN através de ações e programas que visam assegurar a Segurança Alimentar e Nutricional É responsável por executar programas como por exemplo: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Comida Boa, Compra Direta.
Fornecer alimentação para usuários dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de gêneros alimentícios e acompanhamento do preparo de refeições para crianças e adolescentes.		SMDSF	CRESAN CRAS	Federal	Acompanhar semanalmente a execução de cardápios elaborados; elaboração de novos cardápios periodicamente, conforme demanda.
Acompanhar a execução do Programa Bolsa Família (PBF)	Garantir a realização contínua da inscrição e atualização no cadastro único para garantir a inclusão das famílias em vulnerabilidade social no acompanhamento do Serviço PAIF e/ou PAEFI.	SMDSF SMS SMEELJ	CRAS CREAS Vigilância Socioassistencial	Federal	Articular com as políticas públicas para acompanhar a frequência escolar do aluno e avaliação nutricional semestral dos beneficiários na saúde.
Acompanhar a execução do Programa COMIDA BOA	Garantir a realização contínua da inscrição e atualização no cadastro único para garantir a inclusão das famílias em vulnerabilidade social no acompanhamento do Serviço PAIF e/ou PAEFI.F	SMDSF	CRAS CREAS Vigilância Socioassistencial	Estadual Municipal	Manter articulação com as políticas para manter os dados atualizados das famílias em situação de vulnerabilidade.
Acompanhar a execução do Benefício de Prestação Continuada - BPC	Garantir a realização contínua da inscrição e atualização no cadastro único para garantir a inclusão das famílias em vulnerabilidade social no acompanhamento do Serviço PAIF e/ou PAEFI.	SMDSF	CRAS CREAS Vigilância Socioassistencial	Federal Municipal	Manter articulação com as políticas para manter os dados atualizados das famílias em situação de vulnerabilidade
Realizar a concessão do benefício eventual (Cesta Básica) conforme a legislação municipal vigente	Garantir que seja realizado o acompanhamento familiar para famílias em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade social através do Serviço da Secretaria de Assistência Social	SMDSF	CRAS CREAS Vigilância Socioassistencial	Municipal	Acompanhar o número de cestas fornecidas às famílias/indivíduos atendidas/acompanhadas.
Implantação da Cozinha Solidária no município					Proposta aprovada na IV Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Quatro Barras.
Políticas Públicas voltadas para a Segurança Alimentar e Nutricional e, o Direito Humano à Alimentação Adequada. Promover a melhoria e ampliação das políticas públicas voltadas para a Segurança Alimentar e Nutricional e, o Direito Humano à Alimentação Adequada	Realizar ações de mobilização da Comunidade para mudanças de paradigmas culturais; Ex: Feira cultural, Feira gastronômica, feira da produção local etc. Promover/fomentar Programa de aquisição de alimento da agricultura familiar regional para atender a população socioeconômica que está em vulnerabilidade alimentar. Capacitar a Comunidade Escolar em Projetos de Alimentação saudável e sustentável Divulgar o guia Alimentar para a população brasileira e do guia alimentar para crianças menores de 2 anos.	SMAFP SMDSF SMS SMEELJ SMMAABEA	COMSEA CMDCA CMAS CMDPI CRAS CREAS CT	Municipal	Proposta aprovada na IV Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Quatro Barras.
Previsão de rubrica Orçamentária no orçamento municipal para custear ações do SISAN. Políticas públicas de apoio e incentivo à agricultura familiar. Parcerias com a EMATER e instituições de ensino para capacitar os agricultores. Fomento da educação do campo com a valorização da agricultura nas escolas rurais. Projetos de educação financeira aos agricultores familiares. Fornecimento de cesta de alimentos às crianças nos períodos de férias e recesso escolar mediante cadastro. Redução gradativa até chegar a zero do fornecimento de alimentos ultra processados na merenda escola	Priorizar a população da área rural (Obs.: podendo se estender para: associação de bairro, igrejas, entidades inscritas no CMDCA e CMAS, UBS local, consultórios e clínicas de saúde privadas, Supermercados, Rodovias, escolas públicas e privadas, Equipamentos Públicos voltados para as políticas públicas do Desenvolvimento Social, Saúde	SMAFP SMDSF SMS SMEELJ	COMSEA CMDCA CMAS CMDPI CT	Federal Estadual Municipal	Proposta aprovada na IV Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Quatro Barras.
DIRETRIZ 2: Produção e abastecimento Promoção do abastecimento e estruturação de Sistemas Sustentáveis e Descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.					
PROGRAMA/AÇÃO	METODOLOGIA	SECRETARIA RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSOS	MONITORAMENTO E COMENTÁRIOS
Manter a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): o programa visa promover o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar além de promover o fortalecimento da agricultura familiar	Cooperatividade na aquisição e distribuição de alimentos às famílias e/ou indivíduos em vulnerabilidade social	SMDSF SMMAABEA	CONSEA CRAS CREAS	Federal	Acompanhar número de agricultores familiares cadastrados, número de reuniões, valor dos recursos investidos, número e perfil das famílias beneficiárias
Articular e manter ações intersetoriais do Programa Fomento Rural com o órgão que executa o programa no município.	Inclusão das famílias e/ou indivíduos do Programa Bolsa Família	SMDSF	IDR-PR	Federal	Acompanhar o número de famílias inscritas e o plano de execução do programa Fomento Rural.
DIRETRIZ 3: Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada					
PROGRAMA/AÇÃO	METODOLOGIA	SECRETARIA RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSOS	MONITORAMENTO E COMENTÁRIOS
Ações de educação alimentar nos grupos do Serviço PAIF e PAEFI.	Executar através de oficinas educativas para as famílias em acompanhamento familiar.	SMDSF	CRAS CREAS SMS SMEELJ SMMAAA	Federal	Acompanhamento de indicadores: números de ações realizadas, quantidade de usuários participantes nas ações, quantidades de equipamentos socioassistenciais e instituições assistidas.

Capacitações de formação rural alimentar	Proporcionar ações de formação profissional, cursos, treinamentos qualificação profissional e promoção social e segurança alimentar para a população do meio rural	SMDSF	SENAR CRAS CREAS IDR-PR		Acompanhar o número de cursos/capacitações/formações e o perfil da população atendida.
Capacitações de segurança alimentar	Proporcionar ações de formação profissional, cursos, treinamentos qualificação profissional e promoção social e segurança alimentar.	SMDSF	Centros de profissionalziação	Federal Estadual Municipal	Acompanhar o número de cursos/capacitações/formações.
Instituir vagas para jovens aprendizes	Capacitar jovens em situação de vulnerabilidade social para o mercado	SMDSF	SMGICS SINE	Federal Municipal	monitorar a quantidade vagas, capacitações ofertadas e o perfil das famílias atendidas.
PROGRAMA/AÇÃO	METODOLOGIA	SECRETARIA RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSOS	MONITORAMENTO E COMENTÁRIOS
Educação alimentar	Realizar oficinas educativas, rodas de conversa, dinâmicas e materiais visuais com linguagem acessível.	SMEELJ	SMS SMDSF UBS CAE	Federal Municipal	Avaliação periódica com questionários e registros das ações.
Melhor aproveitamento dos alimentos	Executar oficinas culinárias de reaproveitamento de alimentos (cascas, talos, por exemplo) para a comunidade escolar.	SMEELJ	SMMAAA Universidades SENAR	Federal Municipal	Avaliação das oficinas e registros das atividades práticas nas escolas.
Apresentação dos alimentos para as crianças	Realizar atividades lúdicas de acordo com as faixas etárias. Utilizar jogos educativos, contação de histórias ligadas a alimentação saudável. Incentivar os alunos na participação ativa na montagem de pratos coloridos/ nutritivos.	SMEELJ	Professores Atendentes Nutricionistas	Municipal	Relatórios periódicos e registros fotográficos.
Estágio dos estudantes de nutrição nos centros escolares.	Efetuar acordos/ convênios com universidades para a inserção dos estagiários em atividades escolares.	SMEELJ	Universidades Faculdades Coordenações de Estágios	Federal Estadual Municipal	Relatórios mensais dos estágios. Acompanhamento das Instituições.
Orientação de merendeiras e atendentes.	Realizar mais encontros / oficinas práticas, abordando assuntos como Boas Práticas de higiene, preparo saudável dos alimentos e técnicas que preservam os nutrientes. Usar materiais visuais e dinâmicas.	SMEELJ	SENAR Profissionais Capacitados na área	Municipal	Acompanhamento de indicadores: números de ações realizadas. Frequência nas capacitações e avaliação das práticas.
Aproximar a comunidade escolar da temática.	Realizar reuniões com os pais e/ ou responsáveis, feiras escolares e distribuição de materiais informativos.	SMEELJ	Associação de Pais; Conselhos Escolares; Profissionais da Educação.	Federal Municipal	Acompanhamento de Frequência e retorno dos participantes das reuniões.
Criação de guias e livros de receitas para orientar as merendeiras e atendentes.	Elaborar e distribuir materiais educativos e receitas práticas e nutritivas adaptadas à realidade local. Inclusão de orientações técnicas de preparo e porcionamento. Distribuição impressa e digital com atualizações regulares.	SMEELJ	Secretaria de Comunicação Universidades Faculdades	Municipal	Atualização anual e análise de uso dos materiais.
DIRETRIZ 4: Ações de SAN voltadas para povos e comunidades Tradicionais Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados da reforma agrária.					
PROGRAMA/AÇÃO	METODOLOGIA	SECRETARIA RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSOS	MONITORAMENTO E COMENTÁRIOS
DIRETRIZ 5: Saúde Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional.					
PROGRAMA/AÇÃO	METODOLOGIA	SECRETARIA RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSOS	MONITORAMENTO E COMENTÁRIOS
Educação Alimentar e Nutricional	Implementar programas e campanhas que promovam o conhecimento sobre alimentação saudável e a importância de hábitos alimentares adequados.	SMS	SMEELJ SMMAAA	Federal Estadual Municipal	
Prevenção e Controle de Doenças	Desenvolver estratégias para reduzir a incidência de doenças relacionadas à má alimentação, como obesidade, desnutrição e outras doenças crônicas não transmissíveis.	SMS	SMEELJ SMMAAA	Federal Estadual Municipal	
DIRETRIZ 6: Acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura.					
PROGRAMA/AÇÃO	METODOLOGIA	SECRETARIA RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSOS	MONITORAMENTO E COMENTÁRIOS
Abastecimento de água para famílias rurais em situação de insegurança hídrica	Identificação de famílias em vulnerabilidade hídrica; instalação de sistemas simplificados de captação e armazenamento; capacitação sobre uso eficiente da água.	SMMAABEA SMILF SMO	IDR-PR COAG-QB	Recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar; Programas estaduais de apoio à agricultura familiar; Orçamento municipal;	Relatórios semestrais sobre quantidade de famílias atendidas, qualidade da água e manutenção dos sistemas implantados.
Qualidade da água e segurança sanitária	Coleta periódica de amostras; análise físico-química e microbiológica; aplicação de medidas corretivas em caso de não conformidade.	SMMAABEA SMS	Laboratórios credenciados; SANEPAR	Recursos municipais, estaduais e federais destinados a vigilância sanitária	Relatórios trimestrais; alertas imediatos para falhas na qualidade; divulgação de resultados à população.
Uso da água na produção da agricultura familiar e pesca/aquicultura	Instalação de sistemas de captação e reservatórios; cursos de capacitação sobre manejo eficiente da água; apoio técnico contínuo.	SMMAABEA	COAG-QB, IDR-PR, Serviço de Aprendizagem Rural do Paraná	Programas federais e estaduais de apoio à agricultura familiar, orçamento municipal	Avaliação anual de volumes utilizados; monitoramento do impacto na produção familiar; ajustes em sistemas conforme necessidade.
Bolsão ambiental no município para a proteção dos mananciais e da água.					Proposta aprovada na IV Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Quatro Barras.
Água como alimento fundamental, água sem venenos para irrigar cultivos orgânicos.	Garantir água de qualidade, baixos índices de resíduos de agrotóxicos.				Proposta aprovada na IV Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Quatro Barras.
Estruturação da cadeia de orgânicos	Produção suficiente para abastecer todas as escolas incluindo mudas.				
DIRETRIZ 7: Promoção da San e Soberania Alimentar em Âmbito Internacional Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei no 11.346, de 2006.					
PROGRAMA/AÇÃO	METODOLOGIA	SECRETARIA RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSOS	MONITORAMENTO E COMENTÁRIOS
DIRETRIZ 8: Monitoramento da realização do DHAA **Monitoramento da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).**					

PROGRAMA/AÇÃO	METODOLOGIA	SECRETARIA RESPONSÁVEL	PARCEIROS	FONTE DE RECURSOS	MONITORAMENTO E COMENTÁRIOS
Criar diagnóstico municipal de segurança alimentar	Mapear e identificar o perfil das famílias, áreas de vulnerabilidades social	SMDSF	SMS SMEELJ SMMAAA	Municipal	Comparar a evolução dos dados de Insegurança Alimentar em parceria entre as secretarias do município para um diagnóstico mais unificado

Artigo 3º: Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 15 de julho de 2026.

MARCIA REGINA BRANDÃO TRIZOTTI
Presidente do COMSEAQB Gestão 2026/2028

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:CB1D4BAC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

LICITAÇÃO
EXTRATO 172/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 172/2026
VENCIMENTO: 15/07/2027

O Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, com sede a Rua Waldemar dos Santos, 1197, na cidade de Querência do Norte , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 76.973.692/0001-16 neste ato representado pelo Prefeito ALEX SANDRO FERNANDES, portador do CPF/MF nº 083.***.979-** e Cédula de Identidade RG nº 10.***.514-* SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **20/2026**, processo administrativo n.º 53/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto Municipal nº 12/2024 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E MATERIAIS ELÉTRICOS PARA DECORAÇÃO NATALINA, MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE PR, FORNECIMENTO PARCELADO , especificado(s) no(s) item(ns) 01 do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº* **20/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor **A/E COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 27.720.289/0001-70, Rua RUA SERAFM BEDIN, 51 - CEP: 89900000 - bairro: JARDIM PEPERI, São Miguel do Oeste/SC, neste ato representado por procurador Sr.(a). ELIZANDRA APARECIDA SCHMOLLER, brasileiro, portador da RG nº 05315058791 DETRANSC e CPF 056.894.177-26

LOTE 33: LOTE 33

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	48524	MANGUEIRA LED NEON 220V (CORES DIVERSAS) ACOMPANHADA DE NO MINIMO 5 RABICHOS- ROLO COM 50 METROS	UND	5	R$ 290,00	R$ 1.450,00	Próprio
					TOTAL:	1.450,00	

LOTE 35: LOTE 35

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	48526	CONJ. SNOWING LED 8 TUBOS 50CM C/ 36 LEDS BRANCOS AUTOVOLT C/ CONECTOR FINAL	UND	30	R$ 68,00	R$ 2.040,00	Próprio
					TOTAL:	2.040,00	

LOTE 36: LOTE 36

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	48527	MANGUEIRA DE LÂMPADAS LED VOLTAGEM 220 V consuno minimo 3w por metro , vida util de no minimo 20.000 horas . o rolo deve acompanhar kit com no minimo 5 conectores (fontes) , emendas e acabamentos para cortes . rolo com 1oo metros. CORES DIVERSAS	UND	5	R$ 420,00	R$ 2.100,00	Próprio
					TOTAL:	2.100,00	

LOTE 37: LOTE 37

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	48528	CABO DE ALIMENTAÇAO RABICHO PARA MANGUEIRA DE LED - BIVOLT, COMPRIMENTO DE 40 CM	UND	50	R$ 13,00	R$ 650,00	Próprio
					TOTAL:	650,00	

LOTE 38: LOTE 38

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	48529	CASCATA DE LED – com 200 lâmpadas brancas, obedecendo a temperatura de cor entre 6000k e 6500k, fio branco com caídas de 70cm, 50cm e 30cm possuindo 5 metros de comprimento, para uso externo com ip44.	UND	20	R$ 94,00	R$ 1.880,00	Próprio
					TOTAL:	1.880,00	

LOTE 39: LOTE 39

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	48530	PRESÉPIO EM RESINA MÍNIMO DE 11 PEÇAS 90 CM (PEÇAS MAIORES) medidas aproximadas: belchior: 90 cm de altura, 40 cm de largura e 20 cm de comprimento. balthazar: 88 cm de altura, 33 cm de largura e 26 cm de comprimento. burro: 25 cm de altura, 38 cm de largura e 21 cm de	UND	1	R$ 13.400,00	R$ 13.400,00	Próprio

		comprimento. maria: 61 cm de altura, 33 cm de largura e 31 cm de comprimento. gaspar: 68 cm de altura, 26 cm de largura e 39 cm de comprimento. josé: 90 cm de altura, 35 cm de largura e 27 cm de comprimento. pastor: 90 cm de altura, 30 cm de largura e 29 cm de comprimento. ovelha: 29 cm de altura, 15,5 cm de largura e 32 cm de comprimento. anjo: 86 cm de altura, 40 cm de largura e 28 cm de comprimento. vaca: 25 cm de altura, 24 cm de largura e 49 cm de comprimento. manjedoura com menino jesus: 16 cm de altura, 22 cm de largura e 32 cm de comprimento.medidas aproximadas: belchior: 90 cm de altura, 40 cm de largura e 20 cm de comprimento. balthazar: 88 cm de altura, 33 cm de largura e 26 cm de comprimento. burro: 25 cm de altura, 38 cm de largura e 21 cm de comprimento. maria: 61 cm de altura, 33 cm de largura e 31 cm de comprimento. gaspar: 68 cm de altura, 26 cm de largura e 39 cm de comprimento. josé: 90 cm de altura, 35 cm de largura e 27 cm de comprimento. pastor: 90 cm de altura, 30 cm de largura e 29 cm de comprimento. ovelha: 29 cm de altura, 15,5 cm de largura e 32 cm de comprimento. anjo: 86 cm de altura, 40 cm de largura e 28 cm de comprimento. vaca: 25 cm de altura, 24 cm de largura e 49 cm de comprimento. manjedoura com menino jesus: 16 cm de altura, 22 cm de largura e 32 cm de comprimento.					
					TOTAL:	13.400,00	

LOTE 40: LOTE 40

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	48531	ABRAÇADEIRA DE NYLON 200,0 MM X 4,8 MM PACOTE COM 100 UNIDADES	UND	100	R$ 22,00	R$ 2.200,00	Próprio
					TOTAL:	2.200,00	

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.

No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

QUERÊNCIA DO NORTE –PR, 21 de julho de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

ELIZANDRA APARECIDA SCHMOLLER
Contratada

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:09ABD7AD

LICITAÇÃO
EXTRATO 178/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 178/2026
VENCIMENTO: 15/07/2027

O Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, com sede a Rua Waldemar dos Santos, 1197, na cidade de Querência do Norte , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 76.973.692/0001-16 neste ato representado pelo Prefeito ALEX SANDRO FERNANDES, portador do CPF/MF nº 083.***.979-** e Cédula de Identidade RG nº 10.***.514-* SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **20/2026**, processo administrativo n.º 53/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto Municipal nº 12/2024 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E MATERIAIS ELÉTRICOS PARA DECORAÇÃO NATALINA, MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE PR, FORNECIMENTO PARCELADO , especificado(s) no(s) item(ns) 01 do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº* **20/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor **J.A.A. MATERIAIS ELETRICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 32.735.001/0001-70, Avenida RUA DISABURO YOKOHAMA, 2367 - CEP: 87506120 - bairro: PARQUE CIDADE JARDIM, Umuarama/PR, neste ato representado por procurador Sr.(a). ALESSANDRO DA CUNHA JUSTINO, brasileiro, portador da RG nº 99198281 SSPPR e CPF 056.312.689-22

LOTE 12: LOTE 12

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	34811	GLOBO PARA LUMINÁRIAS MODELO SÃO PAULO ANTIGO EM POLIETILENO COM ASPECTO LEITOSO, COM CINTA ORNAMENTAL DE AÇO CARBONO E PINÁCULO EM ALUMINIO FUNDIDO PARA ADORNO NAS CORES VERDE E PRETA	UNID	20	R$ 280,00	R$ 5.600,00	FIBROMETAL
					TOTAL:	5.600,00	

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.
QUERÊNCIA DO NORTE –PR, 21 de julho de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

ALESSANDRO DA CUNHA JUSTINO
Contratada

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:A706B733

LICITAÇÃO
EXTRATO 179/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 179/2026
VENCIMENTO: 15/07/2027
O Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, com sede a Rua Waldemar dos Santos, 1197, na cidade de Querência do Norte , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 76.973.692/0001-16 neste ato representado pelo Prefeito ALEX SANDRO FERNANDES, portador do CPF/MF nº 083.***.979-** e Cédula de Identidade RG nº 10.***.514-* SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **20/2026**, processo administrativo n.º 53/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto Municipal nº 12/2024 e em conformidade com as disposições a seguir:
DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E MATERIAIS ELÉTRICOS PARA DECORAÇÃO NATALINA, MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE PR, FORNECIMENTO PARCELADO , especificado(s) no(s) item(ns) 01 do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº* **20/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor **LENDARIO COM E IMPORTAÇÃO DE MATS ELETRICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 52.203.880/0001-05, Avenida AVENIDA GUILHERME COTCHING, 782 - CEP: 02113010 - bairro: VILA MARIA BAIXA, São Paulo/SP, neste ato representado por procurador Sr.(a). KELLI GONÇALVES MARTINS, brasileiro, portador da RG nº 98338742 SSPSP e CPF 932.846.328-91

LOTE 22: LOTE 22

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	48516	BASE P/ RELÉ FOTOCELULA HASTE METALICA	UNID	150	R$ 16,00	R$ 2.400,00	Tecnolinsa
					TOTAL:	R$ 2.400,00	

LOTE 29: LOTE 29

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	35894	RECEPTÁCULO DE PORCELANA REFORÇADO E-27	UNID	50	R$ 5,00	R$ 250,00	AL
					TOTAL:	R$ 250,00	

LOTE 30: LOTE 30

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	35895	RECEPTÁCULO DE PORCELANA REFORÇADO E-40	UNID	50	R$ 11,00	R$ 550,00	AL
					TOTAL:	R$ 550,00	

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.
QUERÊNCIA DO NORTE –PR, 21 de julho de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

KELLI GONÇALVES MARTINS
Contratada

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:B765F321

LICITAÇÃO
EXTRATO 180/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 180/2026
VENCIMENTO: 15/07/2027

O Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, com sede a Rua Waldemar dos Santos, 1197, na cidade de Querência do Norte , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 76.973.692/0001-16 neste ato representado pelo Prefeito ALEX SANDRO FERNANDES, portador do CPF/MF nº 083.***.979-** e Cédula de Identidade RG nº 10.***.514-* SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **20/2026**, processo administrativo n.º 53/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto Municipal nº 12/2024 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E MATERIAIS ELÉTRICOS PARA DECORAÇÃO NATALINA, MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE PR, FORNECIMENTO PARCELADO , especificado(s) no(s) item(ns) 01 do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº* **20/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor **TKY MATERIAIS ELETRICOS & FERRAGENS LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 10.955.575/0001-11, AVENIDA PARANÁ, 831 - CEP: 87960000 - bairro: CENTRO, Marilena/PR, neste ato representado por procurador Sr.(a). TANIA KIYOKO YAMADA, brasileiro, portador da RG nº 37273740 SSPPR e CPF 604.418.361-00

LOTE 2: LOTE 2

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	38569	CONECTOR CUNHA TIPO A IP 02 X 2,5 MM COM ALTA CONDUTIBILIDADE ELÉTRICA, O CADC É FABRICADO EM LIGA DE ALUMÍNIO, PARA UTILIZAÇÃO NAS CONEXÕES BIMETÁLICAS (AL/CU) E DE CONDUTORES AL/AL (COM OU SEM ALMA DE AÇO), SÓLIDOS OU MULTIFILARES.	UNID	150	R$ 6,56	R$ 984,00	INTELLI
					TOTAL:	984,00	

LOTE 3: LOTE 3

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	38570	CONECTOR CUNHA TIPO C IP 2/0X2 MM TIPO C	UNID	150	R$ 9,89	R$ 1.483,50	INTELLI
					TOTAL:	R$ 1.483,50	

LOTE 8: LOTE 8

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	34728	CONTATOR DE POTENCIA CWN25 220V	UND	5	R$ 370,00	R$ 1.850,00	WEG
					TOTAL:	R$ 1.850,00	

LOTE 9: LOTE 9

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	34729	CONTATOR DE POTENCIA CWN40 220V	UND	5	R$ 420,00	R$ 2.100,00	WEG
					TOTAL:	R$ 2.100,00	

LOTE 10: LOTE 10

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	48512	DIFUSOR ORNAMENTAL MODELO REPUBLICANO EM LED POTÊNCIA DE 140 WATTS difusor ornamental modelo republicano em led com potência de 140 watts. difusor deverá ser compatível com postes republicanos tradicionais de 01(um), 02(dois), 03(três) e 05(cinco) difusores, instalável em alturas de 3500mm a 6500mm. o difusor deverá ser deverá ser design republicano/colonial, pináculo e medalhas ornamentais. deverá ser formato circular, cônica, toda fabricada em alumínio. diâmetro mínimo de 380mm a 400mm de e comprimento mínimo de 770mm a 800mm, e pintada na cor branca. deverá possuir, pináculo, e medalha ornamental, pintada na cor verde. o conjunto óptico deverá ter proteção mínima de ip66, e possuir lentes translúcidas de distribuição dos fachos luminosos fabricados em polímeros termoresistentes com aditivos anti-amarelamento comprovado por ensaio de resistência uv (astm g154/2006) realizado por laboratório acreditado pelo inmetro. serão aceitos difusores com controle de distribuição de intensidade luminosa limitada ou totalmente limitada, esta(s) lente(s) deverão ser fixada(s) por parafusos resistentes à ação do tempo, não sendo aceitas lentes encaixadas, de fecho rápido, ou presilhas uma vez que estas podem perder pressão e empenar ao longo do tempo e do uso. não serão aceitos difusores fechados com aspecto leitoso, que limitem os fachos luminosos. o difusor deverá ser obrigatoriamente fabricado em alumínio deverá possuir tratamento em pintura eletrostática poliéster polimerizada. o difusor deverá ser de 140 watts de potência máxima com eficiência luminosa do difusor de no mínimo 125 lúmens por watt e fluxo luminoso total mínimo de 17.500 lumens comprovados por ies lm-79 podendo ser considerado +/-5% de incerteza de medição na potência e eficiencia luminosa. o aparelho de iluminação deverá ter a opção de dimerização para menor potência, a depender da aplicação do mesmo. somente serão aceitas difusores com leds em montagem smd. as fontes de alimentação(drivers) deverão ser de corrente constante com tensão de entrada 110 a 277v. serão aceitas somente difusores com driver individual (off board). o difusor deverá possuir obrigatoriamente dispositivo de proteção contra surtos elétricos (dps), de no mínimo 10ka – 10kv, normatizado em conformidade com a iec 61643-11:2011. somente será permitido dps individual, separado da fonte de alimentação (off board). será aceito difusor em	UNID	20	R$ 2.300,00	R$ 46.000,00	PROJELUZ

		led com distorção harmônica menor ou igual a 10%, e fator de potência maior ou igual a 0,95, índice de reprodução de cores de no mínimo 70%, e temperatura de cor do led de 5.000k. a vida útil do led aplicado ao produto, deverá ser no mínimo 102.000 horas, com no máximo 20% de depreciação do seu fluxo luminoso inicial, comprovado por lm-80(l80>102.000).					
					TOTAL:	46.000,00	

LOTE 11: LOTE 11

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	34731	GLOBO ESFÉRICO EM POLIETILENO COM ADITIVO ANTI-UV 15X30 CM	UND	10	R$ 52,34	R$ 523,40	SANLUME
					TOTAL:	R$ 523,40	

LOTE 18: LOTE 18

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	21990	LUMINÁRIA LM - 1 COPEL C/ POLICARBONATO	UNID	50	R$ 89,32	R$ 4.466,00	RELUBRAS
					TOTAL:	R$ 4.466,00	

LOTE 25: LOTE 25

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	48519	REATOR VAPOR SÓDIO C/ BASE 150 W/220V com enrolamento em cobre, com sua carcaça em chapa galvanizada, com alça de fixação lateral, com tomada para rele fotocélula, etiqueta indicativa do tipo de potência, com cabo xlpe 2,5 mm2, com isolamento de 0,6/1 kv, com cabo para conexão a lampada com 500 mm de comrpimento, com luvas nas pontas e o cabo para conexão a rede com 1200 mm de comprimento com as pontas dobadas e estanhadas, com etiqueta de indicação de perdas máximas de até 19 w, devendo o produto atender a ntc 8100042, contendo selo inmetro e procel. marcas sugeridas: imbrax, demape, king	UNID	30	R$ 138,48	R$ 4.154,40	IMBRAX
					TOTAL:	4.154,40	

LOTE 26: LOTE 26

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	48520	REATOR VAPOR SÓDIO C/ BASE 250 W/220V com enrolamento em cobre, com sua carcaça em chapa galvanizada, com alça de fixação lateral, com tomada para rele fotocélula, etiqueta indicativa do tipo de potência, com cabo xlpe 2,5 mm2, com isolamento de 0,6/1 kv, com cabo para conexão a lampada com 500 mm de comrpimento, com luvas nas pontas e o cabo para conexão a rede com 1200 mm de comrpimento com a spontas dobadas e estanhadas, com etiqueta de indicação de perdas máximas de até 25 w, devendo o produto atender a ntc 810042, contendo selo inmetro e procel. MARCAS SUGERIDAS: IMBRAX, DEMAPE, KING	UNID	300	R$ 149,30	R$ 44.790,00	IMBRAX
					TOTAL:	44.790,00	

LOTE 27: LOTE 27

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	48521	REATOR VAPOR SÓDIO C/ BASE 70 W/220V com enrolamento em cobre, com sua carcaça em chapa galvanizada, com alça de fixação lateral, com tomada para rele fotocélula, etiqueta indicativa do tipo de potência, com cabo xlpe 2,5 mm2, com isolamento de 0,6/1 kv, com cabo para conexão a lampada com 500 mm de comrpimento, com luvas nas pontas e o cabo para conexão a rede com 1200 mm de comrpimento com a spontas dobadas e estanhadas, com etiqueta de indicação de perdas máximas de até 15 w, devendo o produto atender a ntc 810042, contendo selo inmetro e procel. MARCAS SUGERIDAS: IMBRAX, DEMAPE, KING	UNID	400	R$ 131,88	R$ 52.752,00	IMBRAX
					TOTAL:	52.752,00	

LOTE 28: LOTE 28

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	48522	BRAÇO ORNAMENTAL braço ornamental curvo, fabricado em aço carbono, com tratamento de galvanização. bitola do tubo com diâmetro externo de ø 50,80 mm externo, com no mínimo 2mm de parede. deverá apresentar projeção vertical de 2000 mm, e projeção horizontal em direção a via de 2500 mm. a base para fixação em poste, deverá ser em formato "u'', com no máximo 380 mm de altura, e fabricado em chapa com espessura mínima de 3,75 mm. o adorno deverá ser em chapa de aço galvanizada com espessura mínima de 2,25 mm e altura de 190 mm, deverá possuir pintura eletroestática poliéster polimerizada na cor branca. a logomarca no adorno deverá ser confeccionada conforme design abaixo.	UNID	20	R$ 930,00	R$ 18.600,00	SUNNY ILUMINAÇÃO
					TOTAL:	18.600,00	

LOTE 31: LOTE 31

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	39886	FITA ISOLANTE COM 20 METROS PRETA	UNI	100	R$ 22,33	R$ 2.233,00	SIBRATEC
					TOTAL:	R$ 2.233,00	

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.

No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

QUERÊNCIA DO NORTE –PR, 21 de julho de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES TANIA KIYOKO YAMADA
Prefeito Municipal contratada

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:E385748E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 49/2026

EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 49/2026
OBJETO: **Contratação de empresa especializada no fornecimento eventual de Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, com recursos oriundos do programa 09032025, convênio 079122/2025**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: AGROPRATA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP
CNPJ.: 20.963.380/0001-77
CONTRATADA: ALBANI MATTE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS AGRICOLAS
CNPJ.: 34.124.663/0001-30
CONTRATADA: MENTA MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
CNPJ.: 65.676.249/0001-67
CONTRATADA: PRIMUM COMERCIO DE IMPLEMENTOS LTDA
CNPJ.: 59.632.632/0001-10

Embasamento Legal: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 07/2024
Rio Azul, 17 de julho de 2026.

(A) LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0251/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: AGROPRATA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP
CNPJ.: 20.963.380/0001-77
VALOR: R$ **12.500,00** (Doze Mil e Quinhentos Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **17/07/2026** à **16/07/2027.**
ASSINATURA: 17/07/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)ALTAIR FABRO
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 004 - Lote 004	1	77165	Concha traseira manual para calcário, chapa de ferro de no mínimo 5 mm para concha, cabeçalho de engate com no mínimo 1,80 m e comprimento total do trator até o final da concha com medida máxima de 3 m capacidade mínima de 225 litros ou 1x80 m³.Descarga manual. OBS:O engate e o sistema de levante construído com chapa mínima de 15mm	FREISLEBEM CTF 2500	un	2,00	3.900,00	7.800,00
LOTE: 008 - Lote 008	1	77168	Raspo Fixo (raspo fixo) produzido em chaparia 14, com dimensões de 2,00 m (largura) x 1,00 m (comprimento) x 0,45 m (altura). Conta com tampa traseira removível, pintura eletrostática epóxi, capacidade de carga de 1.200 kg e peso de 220 kg. Acompanha pinos para fixação e possui cabeçalho/torre em barra chata 3x3/4, garantindo resistência e segurança. Ideal para diversos tipos de transporte e movimentação de materiais agrícolas.	ALGOR ART 2000	un	1,00	4.700,00	4.700,00
TOTAL								12.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0252/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: ALBANI MATTE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS AGRICOLAS
CNPJ.: 34.124.663/0001-30
VALOR: R$ **65.500,00** (Sessenta e Cinco Mil e Quinhentos Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **17/07/2026** à **16/07/2027.**
ASSINATURA: 17/07/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)LEONARDO STREHER MATTE
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	77163	Arado subsolador de 4 hastes desarme automático, com ponteira das hastes no sistema de bota com engate e transporte no terceiro ponto do trator, equipado com discos de corte com 16' e mancal com 2 rolamentos e rolo destorroador. engate no trator (reforçado) com chapa de ferro com no mínimo 7 mm.	PRÓPRIA SAM - 4HDRDD	un	1,00	21.900,00	21.900,00
LOTE: 002 - AMPLA CONCORRENCIA	1	77163	Arado subsolador de 4 hastes desarme automático, com ponteira das hastes no sistema de bota com engate e transporte no terceiro ponto do trator, equipado com discos de corte com 16' e mancal com 2 rolamentos e rolo destorroador. engate no trator (reforçado) com chapa de ferro com no mínimo 7 mm.	PRÓPRIA SAM - 4HDRDD	un	2,00	21.800,00	43.600,00
TOTAL								65.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0253/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: MENTA MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
CNPJ.: 65.676.249/0001-67
VALOR: R$ **51.000,00** (Cinqüenta e Um Mil Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **17/07/2026** à **16/07/2027.**
ASSINATURA: 17/07/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)MATHEUS DOS SANTOS MENTA
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 006 - AMPLA CONCORRENCIA	1	77166	Colhedora de forragem com plataforma de área total, com abertura Frontal de 0,92m colhe variados tipos de forragens (milho, sorgo, cana, capim, aveia, etc.) com 12 facas, tratorizada e acionada na tomada de força do trator por cardam, com sistema de direcionamento da bica por comando hidráulico.	PENHA ATP 1.2 S	un	1,00	51.000,00	51.000,00
TOTAL								51.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0254/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: PRIMUM COMERCIO DE IMPLEMENTOS LTDA
CNPJ.: 59.632.632/0001-10
VALOR: R$ **55.600,00** (Cinqüenta e Cinco Mil e Seiscentos Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **17/07/2026** à **16/07/2027.**
ASSINATURA: 17/07/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)ROBERT FELIPE VICENTE LOUZADA
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 005 - Lote 005	1	77166	Colhedora de forragem com plataforma de área total, com abertura Frontal de 0,92m colhe variados tipos de forragens (milho, sorgo, cana, capim, aveia, etc.) com 12 facas, tratorizada e acionada na tomada de força do trator por cardam, com sistema de direcionamento da bica por comando hidráulico.	CREMASCO CUSTOM 950 CIII 12 FC + PATC + COM. HIDR. BICA	un	1,00	55.600,00	55.600,00
TOTAL								55.600,00

ITENS DESERTOS/ ITENS FRACASSADOS

Lote: 3 - Lote 003						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo tot
1	77164	Distribuidor de calcário, com esteira simples, capacidade de carga mínima de 03 toneladas, com aplicação e lanço e caixa de redução que aciona a esteira toda de ferro.(não alumínio) reservatório deve ser com chapa de ferro no mínimo 4 mm o chassi de ser com chapa de ferro de no mínimo 7 mm, o engate (boca de lobo) deve ser com chapa de ferro com no mínimo 12 mm.	2,00	un	29.000,00	58.000,00
Lote: 7 - Lote 007						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo tot
1	77167	Carreta agrícola basculante de metal capacidade mínima de 06 toneladas, com descarga traseira e acionamento pelo pistão e sistema hidráulico do trator.	2,00	un	16.433,33	32.866,66

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:4DFD709B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 53/2026

EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 53/2026
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO FUTURAS E PARCELADAS DE TINTAS, FUNDOS, SELADORES, VERNIZES E MATERIAIS DIVERSOS PARA PINTURA, A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS E ÓRGÃOS PÚBLICOS, INTERNO E EXTERNAMENTE**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: 62.633.707 LTDA
CNPJ.: 62.633.707/0001-92
CONTRATADA: ABREU MARTINS & CIA LTDA
CNPJ.: 03.744.301/0001-18
CONTRATADA: CORREA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ.: 53.385.011/0001-01
CONTRATADA: INFANTARIA COMERCIAL LTDA
CNPJ.: 20.795.155/0001-79
CONTRATADA: LEOPARDO ATACADISTA LTDA
CNPJ.: 62.434.545/0001-63
CONTRATADA: PRIMOR COMERCIO DE TINTAS PRODUTOS E SERVICOS DE SINALIZACAO LTDA
CNPJ.: 57.598.558/0001-38
CONTRATADA: ULTRAMAX COMERCIAL LTDA
CNPJ.: 51.651.478/0001-12

Embasamento Legal: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 07/2024
Rio Azul, 16 de julho de 2026.
(a) LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0244/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: 62.633.707 LTDA
CNPJ.: 62.633.707/0001-92
VALOR: R$ **2.517,50** (Dois Mil, Quinhentos e Dezessete Reais e Cinqüenta Centavos).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **16/07/2026** à **15/07/2027.**
ASSINATURA: 16/07/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)CARLA DAIANE CHEFFER
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 038 - Lote 038	1	77194	BROCHA PARA PINTURA GRANDE	ROMA ROMA	UN	30,00	6,05	181,50
LOTE: 039 - Lote 039	1	77195	BROCHA PARA PINTURA MÉDIA	ROMA ROMA	UN	30,00	4,95	148,50
LOTE: 040 - Lote 040	1	77196	BROCHA PARA PINTURA PEQUENA	ROMA ROMA	UN	30,00	5,25	157,50
LOTE: 044 - Lote 044	1	77200	PINCEL 2, BRANCO	COMPEL COMPEL	UN	50,00	5,00	250,00
LOTE: 048 - Lote 048	1	77204	PINCEL CERDA BRANCA 2" 1/2	COMPEL COMPEL	UN	50,00	6,99	349,50
LOTE: 051 - Lote 051	1	77207	ROLO DE ESPUMA COM CABO 15CM	COMPEL COMPEL	UN	50,00	5,00	250,00
LOTE: 052 - Lote 052	1	77208	ROLO DE ESPUMA COM CABO 9CM	COMPEL COMPEL	UN	50,00	4,01	200,50
LOTE: 053 - Lote 053	1	77209	ROLO DE ESPUMA SEM CABO 23CM	COMPEL COMPEL	UN	50,00	8,05	402,50
LOTE: 056 - Lote 056	1	77212	ROLO DE LÃ 23CM RENDELUS	COMPEL COMPEL	UN	50,00	11,55	577,50
TOTAL								2.517,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0245/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: ABREU MARTINS & CIA LTDA
CNPJ.: 03.744.301/0001-18
VALOR: R$ **6.396,65** (Seis Mil, Trezentos e Noventa e Seis Reais e Sessenta e Cinco Centavos).

PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **16/07/2026** à **15/07/2027.**
ASSINATURA: 16/07/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)TARCISIO MARTINS
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 026 - Lote 026	1	77182	TEXTURA PROJETADA COLORIDA	SS REVESTIMENTOS PREÇO POR KG	KG	625,00	7,71	4.818,75
LOTE: 059 - Lote 059	1	77215	SOLVENTE 900MLSOLVENTE 900ML	SAYERLACK AGUARRAZ	UN	30,00	19,71	591,30
LOTE: 063 - Lote 063	1	77219	DESEMPENADEIRA GRAFIATO CB AZ 14X27	GERPLAST LISA - 14X27	UN	20,00	9,85	197,00
LOTE: 064 - Lote 064	1	77220	DESEMPENADEIRA PLÁSTICA GRAFIATO 17X30	GERPLAST LISA - 14X30	UN	20,00	11,59	231,80
LOTE: 066 - Lote 066	1	77222	ESPATULA CABO PLÁSTICO 10CM	NOVE54 AÇO CABO PLAST 4"	UN	20,00	9,49	189,80
LOTE: 069 - Lote 069	1	77225	ESPATULA CABO DE MADEIRA 10 CM	SPARTA	UN	20,00	6,49	129,80
LOTE: 070 - Lote 070	1	77226	ESPATULA CABO DE MADEIRA 8 CM	SPARTA	UN	20,00	6,59	131,80
LOTE: 071 - Lote 071	1	77227	ESPATULA CABO DE MADEIRA 6 CM	SPARTA	UN	20,00	5,32	106,40
TOTAL								6.396,65

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0246/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: CORREA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ.: 53.385.011/0001-01
VALOR: R$ **23.140,00** (Vinte e Três Mil, Cento e Quarenta Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **16/07/2026** à **15/07/2027.**
ASSINATURA: 16/07/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)JORACI NEIDE CORREA
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 005 - Lote 005	1	77148	ESMALTE SINTETICO BASE DE AGUA,PREMIUM,ALTO BRILHO 3,6 LITROS RENDIME ESMALTE SINTETICO BASE DE AGUA,PREMIUM,ALTO BRILHO 3,6 LITROS RENDIMEN TO MINIMO DE 70 M QUADDRADOS POR DEMAO	SHOW UN	UN	50,00	89,00	4.450,00
LOTE: 009 - Lote 009	1	77158	TINTA ESMALTE SINTETICO,PREMIUN,AUTO BRILHO.3,6 LITROS RENDIMENTO MINI TINTA ESMALTE SINTETICO,PREMIUN,AUTO BRILHO.3,6 LITROS RENDIMENTO MINI MO 70 M QUADRADOS.DIVERSAS CORES	MADEQUIMICA UN	UN	60,00	65,00	3.900,00
LOTE: 076 - Lote 076	1	77233	FUNDO SINTETICO NIVELADOR 3,6 LITROS PARA MADEIRA	MADEQUIMICA UN	UN	20,00	69,00	1.380,00
LOTE: 081 - Lote 081	1	77238	TINTA ACRÍLICA FOSCA PREMIUM 18 LITROS PRIMEIRA QUALIDADE, LAVAVÉL, TINTA ACRÍLICA FOSCA PREMIUM 18 LITROS PRIMEIRA QUALIDADE, LAVAVÉL, RENDIMENTO MÍNIMO 350M QUADRADOS, POR DEMÃO, CORES COM TONALIDADES CLARAS, TONS PASTÉIS OU SISTEMA TINTOMÉTRICO LATA DE 16 LITROS + PIGUIMENTAÇÃO	SHOW UN	UN	30,00	139,00	4.170,00
LOTE: 082 - Lote 082	1	77239	TINTA ACRÍLICA FOSCA PREMIUM 18 LITROS PRIMEIRA QUALIDADE, LAVAVÉL, TINTA ACRÍLICA FOSCA PREMIUM 18 LITROS PRIMEIRA QUALIDADE, LAVAVÉL, RENDIMENTO MÍNIMO 350M QUADRADOS, POR DEMÃO, CORES COM TONALIDADES MÉDIAS OU SISTEMA TINTOMÉTRICO LATA DE 16 LITROS + PIGUIMENTAÇÃO	SHOW UN	UN	30,00	149,00	4.470,00
LOTE: 084 - Lote 084	1	77241	TINTA ACRÍLICA FOSCA PREMIUM 18LITROS PRIMEIRA QUALIDADE, LAVAVÉL, R TINTA ACRÍLICA FOSCA PREMIUM 18LITROS PRIMEIRA QUALIDADE, LAVAVÉL, RENDIMENTO MÍNIMO 350M QUADRADOS, POR DEMÃO, CORES COM TONALIDADE ESCURAS E/OU INSTENSAS OU SISTEMA TINTOMÉTRICO LATA DE 16 LITROS + PIGUIMENTAÇÃO	SHOW UN	UN	30,00	159,00	4.770,00
TOTAL								23.140,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0247/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: INFANTARIA COMERCIAL LTDA
CNPJ.: 20.795.155/0001-79
VALOR: R$ **7.515,75** (Sete Mil, Quinhentos e Quinze Reais e Setenta e Cinco Centavos).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **16/07/2026** à **15/07/2027.**
ASSINATURA: 16/07/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)MARCOS PETER NUNES
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 008 - Lote 008	1	77157	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUMN, AUTO BRILHO, 900ML,RENDIMENTO MINIMO TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUMN, AUTO BRILHO, 900ML,RENDIMENTO MINIMO 20 M QUADRADOS,DIVERSAS CORES	TINSUL TINSUL	UN	150,00	33,43	5.014,50
LOTE: 018 - Lote 018	1	77173	MASSA ACRILICA 25 KG	TINSUL TINSUL	UN	15,00	96,19	1.442,85
LOTE: 027 - Lote 027	1	77183	LIXA FERRO 180	VONDER VONDER	UN	120,00	2,52	302,40
LOTE: 032 - Lote 032	1	77188	LIXA PARA FERRO 100	VONDER VONDER	UN	150,00	2,52	378,00
LOTE: 034 - Lote 034	1	77190	LIXA PARA FERRO 150	VONDER VONDER	UN	150,00	2,52	378,00
TOTAL								7.515,75

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0248/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: LEOPARDO ATACADISTA LTDA
CNPJ.: 62.434.545/0001-63
VALOR: R$ **41.916,00** (Quarenta e Um Mil, Novecentos e Dezesseis Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **16/07/2026** à **15/07/2027.**
ASSINATURA: 16/07/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)JUAREZ BALDISSARELLI
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	77144	VERNIZ TIPO COPAL PREMIUM, USO INTERNO,3,6 LITROS, RENDIMENTO MINIMO VERNIZ TIPO COPAL PREMIUM, USO INTERNO,3,6 LITROS, RENDIMENTO MINIMO 70 M QUADRADOS, POR DEMAO	FENIX FENIX	UN	10,00	82,00	820,00
LOTE: 002 - Lote 002	1	77145	VERNIZ TIPO COPAL PREMIUM,INTERNO,900ML,RENDIMENTO MINIMO 17 M	FENIX FENIX	UN	30,00	25,00	750,00
LOTE: 003 - Lote 003	1	77146	VERNIZ TIPO SOLAR ,PREMIUM, USO EXTERNO, 3,6 LITROS RENDIMENTO MINIMO VERNIZ TIPO SOLAR ,PREMIUM, USO EXTERNO, 3,6 LITROS RENDIMENTO MINIMO 70 M QUADRADOS,POR DEMAO	FENIX FENIX	UN	15,00	82,00	1.230,00
LOTE: 004 - Lote 004	1	77147	VERNIZ TIPO SOLAR PREMIUM,USO EXTERNO, 900ML,RENDIMENTO MINIMO DE 17 M VERNIZ TIPO SOLAR PREMIUM,USO EXTERNO, 900ML,RENDIMENTO MINIMO DE 17 M QUADRADOS, POR DEMAO	FENIX FENIX	UN	10,00	25,00	250,00
LOTE: 006 - Lote 006	1	77149	ESMALTE SINTETICO, 2,4 A 3,6 LITROS,PARA SER UTILIZADO EM CIMA DA FERR ESMALTE SINTETICO, 2,4 A 3,6 LITROS,PARA SER UTILIZADO EM CIMA DA FERRUGEM RENDIMENTO MINIMO DE 20,00 M QUADRADOS	FENIX FENIX	UN	20,00	75,00	1.500,00
LOTE: 007 - Lote 007	1	77156	TINTA EM SPREY, 400 ML/ 250G,DIVERSAS CORES.	ORBI ORBI	UN	100,00	14,00	1.400,00
LOTE: 013 - Lote 013	1	77162	TINTA ACRILICA FOSCA PARA PISO PREMIUM,3,6 LITROS, RENDIMENTO MINIMO TINTA ACRILICA FOSCA PARA PISO PREMIUM,3,6 LITROS, RENDIMENTO MINIMO DE 40 M QUADRADOS, POR DEMAO	FENIX FENIX	UN	50,00	50,00	2.500,00
LOTE: 015 - AMPLA CONCORRÊNCIA	1	77170	GRAFIATO COLORIDO	FENIX FENIX	KG	1.875,00	4,00	7.500,00
LOTE: 016 - Lote 016	1	77171	GRAFIATO COLORIDO	FENIX FENIX	KG	625,00	4,00	2.500,00
LOTE: 019 - Lote 019	1	77174	MASSA ACRILICA 3,6 A 5,7 KG	FENIX FENIX	UN	25,00	25,00	625,00
LOTE: 020 - Lote 020	1	77175	MASSA ACRILICA 900ML, EXTERNA	FENIX FENIX	UN	30,00	11,00	330,00
LOTE: 022 - Lote 022	1	77178	MASSA CORRIDA 3,6 A 5,7 KG	FENIX FENIX	UN	40,00	22,00	880,00
LOTE: 023 - Lote 023	1	77179	MASSA CORRIDA 900ML	FENIX FENIX	UN	20,00	10,00	200,00
LOTE: 025 - AMPLA	1	77181	TEXTURA PROJETADA COLORIDA	FENIX FENIX	KG	1.875,00	4,00	7.500,00

CONCORRÊNCIA								
LOTE: 028 - Lote 028	1	77184	LIXA PAPEL 100	ALCAR ALCAR	UN	120,00	0,80	96,00
LOTE: 029 - Lote 029	1	77185	LIXA PAPEL 120	ALCAR ALCAR	UN	200,00	0,80	160,00
LOTE: 030 - Lote 030	1	77186	LIXA PAPEL 150	ALCAR ALCAR	UN	150,00	0,80	120,00
LOTE: 031 - Lote 031	1	77187	LIXA PAPEL 220	ALCAR ALCAR	UN	150,00	0,80	120,00
LOTE: 033 - Lote 033	1	77189	LIXA PARA FERRO 120.	ALCAR ALCAR	UN	150,00	2,50	375,00
LOTE: 035 - Lote 035	1	77191	LIXA PARA FERRO 80	ALCAR ALCAR	UN	150,00	2,50	375,00
LOTE: 036 - Lote 036	1	77192	BANDEJA PLASTICA PARA PINTURA TAMANHO PEQUENA	COMPEL COMPEL	UN	10,00	4,00	40,00
LOTE: 037 - Lote 037	1	77193	BANDEJA PLASTICA PARA PINTURA , TAMNHO GRANDE	COMPEL COMPEL	UN	20,00	6,00	120,00
LOTE: 042 - Lote 042	1	77198	CABO PARA ROLO DE PINTURA 23 C	COMPEL COMPEL	UN	40,00	8,00	320,00
LOTE: 043 - Lote 043	1	77199	PINCEL 1 " BRANCO	COMPEL COMPEL	UN	50,00	2,00	100,00
LOTE: 045 - Lote 045	1	77201	PINCEL 3 BRANCO	COMPEL COMPEL	UN	50,00	8,00	400,00
LOTE: 046 - Lote 046	1	77202	PINCEL 3/4" BRANCO	COMPEL COMPEL	UN	50,00	2,00	100,00
LOTE: 047 - Lote 047	1	77203	PINCEL CERDA BRANCA 1/2	COMPEL COMPEL	UN	50,00	2,00	100,00
LOTE: 049 - Lote 049	1	77205	PINCEL CERDA BRANCA 4"	COMPEL COMPEL	UN	50,00	9,00	450,00
LOTE: 050 - Lote 050	1	77206	ROLO DE BORRACHA PARA TEXTURA	COMPEL COMPEL	UN	20,00	25,00	500,00
LOTE: 054 - Lote 054	1	77210	ROLO DE LÃ 15CM COM CABO	COMPEL COMPEL	UN	50,00	7,00	350,00
LOTE: 055 - Lote 055	1	77211	ROLO DE LÃ 23CM ANTI GOTAS 2 LINHAS	COMPEL COMPEL	UN	50,00	11,00	550,00
LOTE: 057 - Lote 057	1	77213	REMOVEDOR DE TINTA 1 LT	FENIX FENIX	UN	30,00	26,00	780,00
LOTE: 061 - Lote 061	1	77217	THINNER 8000, 900ML	FENIX FENIX	UN	30,00	18,00	540,00
LOTE: 062 - Lote 062	1	77218	DESEMPANADEIRA DE AÇO LISA CABO FCH. 256X120	COMPEL COMPEL	UN	20,00	11,00	220,00
LOTE: 072 - Lote 072	1	77229	FUNDO PARA GALVANIZADO 3,6 LITROS , NA COR BRANCA.	FENIX FENIX	UN	20,00	85,00	1.700,00
LOTE: 073 - Lote 073	1	77230	FUNDO PARA GALVANIZADO 900 ML. BRANCO	FENIX FENIX	UN	20,00	27,00	540,00
LOTE: 074 - Lote 074	1	77231	FUNDO PREPARADOR DE PAREDE 3,6 LITROS , BASE DE AGUA	FENIX FENIX	UN	20,00	25,00	500,00
LOTE: 075 - Lote 075	1	77232	FUNDO PREPARADOR PARA PAREDE 18 LITROS BASE DE AGUA	FENIX FENIX	UN	25,00	115,00	2.875,00
LOTE: 077 - Lote 077	1	77234	SELADOR ACRILICO 18 LT ALVENARIA	FENIX FENIX	UN	10,00	85,00	850,00
LOTE: 078 - Lote 078	1	77235	SELADOR ACRILICO 3,6 LITROS ALVENARIA	FENIX FENIX	UN	20,00	25,00	500,00
LOTE: 079 - Lote 079	1	77236	SELADOR PARA VERNIZ 3,6 LITROS.	FENIX FENIX	UN	10,00	115,00	1.150,00
TOTAL								41.916,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0249/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: PRIMOR COMERCIO DE TINTAS PRODUTOS E SERVICOS DE SINALIZACAO LTDA
CNPJ.: 57.598.558/0001-38
VALOR: R$ **37.350,00** (Trinta e Sete Mil, Trezentos e Cinqüenta Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **16/07/2026** à **15/07/2027.**
ASSINATURA: 16/07/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)MARCELO DIAS
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 014 - Lote 014	1	77169	TINTA PARA DEMARCAÇAO VIÁRIA. (RUAS ASFALTADAS) DIVERSAS CORES EMBALA TINTA PARA DEMARCAÇAO VIÁRIA. (RUAS ASFALTADAS) DIVERSAS CORES EMBALAGEM DE 18 LT	VETROLUX VETROLUX	UN	150,00	249,00	37.350,00
TOTAL								37.350,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0250/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: ULTRAMAX COMERCIAL LTDA
CNPJ.: 51.651.478/0001-12
VALOR: R$ **24.350,00** (Vinte e Quatro Mil, Trezentos e Cinqüenta Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **16/07/2026** à **15/07/2027.**
ASSINATURA: 16/07/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)JUNIOR OLIVEIRA DA SILVA
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 080 - Lote 080	1	77237	TINTA ACRÍLICA FOSCA PREMIUM , 3,6 LITROS PRIMEIRA QUALIDADE, LAVAVÉ TINTA ACRÍLICA FOSCA PREMIUM , 3,6 LITROS PRIMEIRA QUALIDADE, LAVAVÉL, RENDIME NTO MÍNIMO 70M QUADRADOS, POR DEMÃO, CORES COM TONALIDADES CLARAS, TONS PASTÉIS OU SISTEMA TINTOMÉTRICO LATA DE 3,2 LITROS + PIGUIMENTAÇÃO	ULTRAMAX TINTA ACRILICA	UN	30,00	88,00	2.640,00
LOTE: 083 - Lote 083	1	77240	TINTA ACRÍLICA FOSCA PREMIUM 3,6 LITROS PRIMEIRA QUALIDADE, LAVAVÉL, TINTA ACRÍLICA FOSCA PREMIUM 3,6 LITROS PRIMEIRA QUALIDADE, LAVAVÉL, RENDIMENTO MÍNIMO 70M QUADRADOS, POR DEMÃO, CORES COM TONALIDADES MÉDIAS OU SISTEMA TINTOMÉTRICO LATA DE 3,2 LITROS + PIGUIMENTAÇÃO OU SISTEMA TINTOMÉTRICO LATA DE 3,2 LITROS + PIGUIMENTAÇÃO	ULTRAMAX TINTA ACRILICA	UN	20,00	37,00	740,00
LOTE: 085 - Lote 085	1	77242	TINTA ACRÍLICA FOSCA PREMIUM 3,6 LITROS PRIMEIRA QUALIDADE, LAVAVÉL, TINTA ACRÍLICA FOSCA PREMIUM 3,6 LITROS PRIMEIRA QUALIDADE, LAVAVÉL, RENDIMENTO MÍNIMO 70M QUADRADOS, POR DEMÃO, CORES COM TONALIDADE ESCURAS E/OU INTENSAS OU SISTEMA TINTOMÉTRICO LATA DE 3,2 LITROS + PIGUIMENTAÇÃO	ULTRAMAX TINTA ACRILICA	UN	30,00	47,00	1.410,00
LOTE: 086 - Lote 086	1	77243	TINTA ACRÍLICA SEMIBRILHO PREMIUM (EXTERIOR) 18 LITROS PRIMEIRA QU TINTA ACRÍLICA SEMIBRILHO PREMIUM (EXTERIOR) 18 LITROS PRIMEIRA QUALDADE, LAVAVÉL, RENDIMENTO MÍNIMO 350M QUADRADOS, POR DEMÃO, CORES COM TONALIDADES CLARAS, TONS PASTÉIS OU SISTEMA TINTOMÉTRICO LATA DE 16 LITROS + PIGUIMENTAÇÃO	ULTRAMAX TINTA ACRILICA	UN	30,00	177,00	5.310,00
LOTE: 087 - Lote 087	1	77244	TINTA ACRÍLICA SEMIBRILHO PREMIUM (EXTERIOR) 3,6 LITROS PRIMEIRA QUA TINTA ACRÍLICA SEMIBRILHO PREMIUM (EXTERIOR) 3,6 LITROS PRIMEIRA QUALIDADE, LAVAVÉL, RENDIMENTO MÍNIMO 70M QUADRADOS, POR DEMÃO, CORES COM TONALIDADES CLARAS, TONS PASTÉIS OU SISTEMA TINTOMÉTRICO LATA DE 3,2 LITROS + PIGUIMENTAÇÃO	ULTRAMAX TINTA ACRILICA	UN	30,00	47,00	1.410,00
LOTE: 088 - Lote 088	1	77245	TINTA ACRÍLICA SEMIBRILHO PREMIUM (EXTERIOR) 18 LITROS PRIMEIRA QU TINTA ACRÍLICA SEMIBRILHO PREMIUM (EXTERIOR) 18 LITROS PRIMEIRA QUALIDADE, LAVAVÉL, RENDIMENTO MÍNIMO 350M QUADRADOS, POR DEMÃO, CORES COM TONALIDADES MÉDIAS OU SISTEMA TINTOMÉTRICO LATA DE 16 LITROS + PIGUIMENTAÇÃO	ULTRAMAX TINTA ACRILICA	UN	30,00	167,00	5.010,00
LOTE: 089 - Lote 089	1	77246	TINTA ACRÍLICA SEMIBRILHO PREMIUM (EXTERIOR) 3,6 LITROS PRIMEIRA Q TINTA ACRÍLICA SEMIBRILHO PREMIUM (EXTERIOR) 3,6 LITROS PRIMEIRA QUALIDADE, LAVAVÉL, RENDIMENTO MÍNIMO 70M QUADRADOS, POR DEMÃO, CORES COM TONALIDADES MÉDIAS OU SISTEMA TINTOMÉTRICO LATA DE 3,2 LITROS + PIGUIMENTAÇÃO	ULTRAMAX TINTA ACRILICA	UN	30,00	47,00	1.410,00
LOTE: 090 - Lote 090	1	77247	TINTA ACRÍLICA SEMIBRILHO PREMIUM (EXTERIOR) 18LITROS PRIMEIRA QUA TINTA ACRÍLICA SEMIBRILHO PREMIUM (EXTERIOR) 18LITROS PRIMEIRA QUALIIDADE, LAVAVÉL, RENDIMENTO MÍNIMO 350M QUADRADOS, POR DEMÃO, CORES COM TONALIDADES ESCURAS E/OU INSTENSAS OU SISTEMA TINTOMÉTRICO LATA DE 16LITROS + PIGUIMENTAÇÃO	ULTRAMAX TINTA ACRILICA	UN	30,00	167,00	5.010,00
LOTE: 091 - Lote 091	1	77248	TINTA ACRÍLICA SEMIBRILHO PREMIUM (EXTERIOR) 3,6 LITROS PRIMEIRA Q TINTA ACRÍLICA SEMIBRILHO PREMIUM (EXTERIOR) 3,6 LITROS PRIMEIRA QUALIDADE, LAVAVÉL, RENDIMENTO MÍNIMO 70M QUADRADOS, POR DEMÃO, CORES COM TONALIDADES ESCURAS E/OU INSTENSAS OU SISTEMA TINTOMÉTRICO LATA DE 3,2 LITROS + PIGUIMENTAÇÃO	ULTRAMAX TINTA ACRILICA	UN	30,00	47,00	1.410,00
TOTAL								24.350,00

ITENS DESERTOS/ITENS FRACASSADOS

Lote: 10 - Lote 010						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77159	BISNAGA LIQUIDA PARA CAL, DIVERSAS CORES	100,00	UN	4,47	447,00
Lote: 11 - Lote 011						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77160	CONVERTOR DE FERRUGEM 500 ML	150,00	UN	23,66	3.549,00
Lote: 12 - Lote 012						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77161	PÓ PARA COLORAÇÃO DE CAL, 500GR	30,00	UN	14,43	432,90
Lote: 17 - Lote 017						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77172	MASSA ACRILICA 18LT	30,00	UN	105,07	3.152,10
Lote: 21 - Lote 021						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77177	MASSA CORRIDA 25 KG	15,00	UN	60,83	912,45
Lote: 24 - Lote 024						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77180	TAPA TRINCA MASSA ACRILICA C/ FIBRA 900 GRAMAS	10,00	UN	22,11	221,10
Lote: 41 - Lote 041						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77197	CABO EXTENSOR PARA ROLO DE PINTURA 4M	30,00	UN	31,45	943,50
Lote: 58 - Lote 058						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77214	SOLVENTE 5 LTS	25,00	UN	69,41	1.735,25
Lote: 60 - Lote 060						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77216	THINNER 7300, 900ML	30,00	UN	18,43	552,90
Lote: 65 - Lote 065						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total

1	77221	DESEMPENADEIRA PVC 7C 16 GRAFIATO	20,00	UN	9,80	196,00
Lote: 67 - Lote 067						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77223	ESPATLA CABO PLÁSTICO 6 CM	20,00	UN	4,35	87,00
Lote: 68 - Lote 068						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77224	ESPATULA CABO PLÁSTICO 8 CM	20,00	UN	5,48	109,60

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:13F6AFB4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 237/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 –CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA
DIÁRIA N° 237/2026
(campo de preenchimento pela contabilidade)

Nome do Agente Público: JOÃO DOS SANTOS				CPF:060.409.099.43		
Função: MOTORISTA				Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE		
Município de destino: CURITIBA						
Local do Evento: HOSPITAL AMBULATÓRIO CAJURU						
Saída: 30/06/2026				Chegada: 30/06/2026		
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTE.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:				Valor Unitário da Diária: R$		
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$ 225,00		
Valor Total das Diárias: R$ 225,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 01 de Julho de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Alves Raimundo Dos Santos
Código Identificador:DDE280BD

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 238/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ						
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO						
CNPJ: 01.612.413/0001-90						
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr						
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057						
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA						
DIÁRIA N° 238/2026						
(campo de preenchimento pela contabilidade)						
Nome do Agente Público: SIDINEI BATISTA				CPF:026.890.049-33		
Função: MOTORISTA				Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE		
Município de destino: BANDEIRANTES						
Local do Evento: HOSPITAL SANTA CASA						
Saída: 06/07/2026				Chegada: 06/07/2026		
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTES						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:				Valor Unitário da Diária: R$		
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$ 160,00		
Valor Total das Diárias: R$ 160,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 06 de JULHO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Alves Raimundo Dos Santos
Código Identificador:A5BFC3C7

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 240/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA
DIÁRIA N° 240/2026
(campo de preenchimento pela contabilidade)

Nome do Agente Público: SIDINEI BATISTA				CPF:026.890.049-33		
Função: MOTORISTA				Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE		
Município de destino: MAMBORÊ						
Local do Evento: HOSPITAL DR. PRIME						
Saída: 08/07/2026				Chegada: 08/07/2026		
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTES						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:				Valor Unitário da Diária: R$		
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$ 160,00		
Valor Total das Diárias: R$ 160,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 14 de JULHO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Alves Raimundo Dos Santos
Código Identificador:BDA8EB4C

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 241/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 –CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA
DIÁRIA N° 241/2026
(campo de preenchimento pela contabilidade)

Nome do Agente Público: GEDIELSON ROSA DOS SANTOS	CPF: 051.284.369-42
Função: MOTORISTA	Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE
Município de destino: CORNÉLIO PROCÓPIO	
Local do Evento: HOSPITAL REGIONAL PIONEIRO AMIN HANNOUCHE	
Saída: 10/07/2026	Chegada: 10/07/2026
Motivo do Deslocamento:	
Transporte de pacientes	
CÁLCULO DAS DIÁRIAS	

N° Diárias com Pernoite:				Valor Unitário da Diária: R$		
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$ 160,00		
Valor Total das Diárias: R$ 160,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 14 de JULHO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Alves Raimundo Dos Santos
Código Identificador:3970CCA5

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 242/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA
DIÁRIA N° 242/2026
(campo de preenchimento pela contabilidade)

Nome do Agente Público: JOÃO DOS SANTOS				CPF:060.409.099.43		
Função: MOTORISTA				Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE		
Município de destino: CURITIBA						
Local do Evento: HOSPITAL SANTA MADALENA SOFIA						
Saída: 10/07/2026				Chegada: 10/07/2026		
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTE.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:				Valor Unitário da Diária: R$		
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$ 225,00		
Valor Total das Diárias: R$ 225,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 14 de Julho de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Alves Raimundo Dos Santos
Código Identificador:A9709BBF

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 243/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ	
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO	
CNPJ: 01.612.413/0001-90	
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr	
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057	
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA	
DIÁRIA N° 243/2026	
(campo de preenchimento pela contabilidade)	
Nome do Agente Público: SIDINEI BATISTA	CPF:026.890.049-33
Função: MOTORISTA	Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE
Município de destino: MAMBORÊ	

Local do Evento: HOSPITAL DR. PRIME						
Saída: 14/07/2026				Chegada: 14/07/2026		
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTES						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:				Valor Unitário da Diária: R$		
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$ 160,00		
Valor Total das Diárias: R$ 160,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 14 de JULHO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Alves Raimundo Dos Santos
Código Identificador:0A4FB965

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 244/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ						
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO						
CNPJ: 01.612.413/0001-90						
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr						
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA						
DIÁRIA N° 244/2026						
(campo de preenchimento pela contabilidade)						
Nome do Agente Público: GEDIELSON ROSA DOS SANTOS				CPF: 051.284.369-42		
Função: MOTORISTA				Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE		
Município de destino: CORNÉLIO PROCÓPIO						
Local do Evento: HOSPITAL REGIONAL PIONEIRO						
Saída: 15/07/2026				Chegada: 15/07/2026		
Motivo do Deslocamento:						
Transporte de pacientes						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:				Valor Unitário da Diária: R$		
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$ 160,00		
Valor Total das Diárias: R$ 160,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 17 de JULHO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Alves Raimundo Dos Santos
Código Identificador:1333065F

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 245/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ	
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO	
CNPJ: 01.612.413/0001-90	
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr	
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057	
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA	
DIÁRIA N° 245/2026	
(campo de preenchimento pela contabilidade)	
Nome do Agente Público: JOÃO DOS SANTOS	CPF:060.409.099.43
Função: MOTORISTA	Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE
Município de destino: CURITIBA	

Local do Evento: HOSPITAL SANTA CASA						
Saída: 20/07/2026				Chegada: 20/07/2026		
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTE.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:				Valor Unitário da Diária: R$		
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$ 225,00		
Valor Total das Diárias: R$ 225,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 20 de Julho de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Alves Raimundo Dos Santos
Código Identificador:E456C586

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 246/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057
ANEXO
I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA DIÁRIA N° 246/2026
(campo de preenchimento pela contabilidade)

Nome do Agente Público: CARMEN JULIA DO NASCIMENTO				CPF: 015.373.329-29		
Função: SECRETÁRIA MUNICIPAL				Unidade de Lotação: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
Município de destino: LONDRINA						
Local do Evento: COMFORT SUITES LONDRINA, RUA EDWY TAQUES DE ARAÚJO, 250 – PALHANO 2, LONDRINA-PR						
Saída: 27/07/2026				Chegada: 27/07/2026		
Motivo do Deslocamento:						
CURSO SOBRE ROTINA DE COMPRAS NO MUNICÍPIO.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite: 00				Valor Unitário da Diária: R$		
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$190,00		
Valor Total das Diárias: R$190,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 20 de JULHO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Alves Raimundo Dos Santos
Código Identificador:B89FC44C

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 247/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
FONEFAX: (43)
3467-1000 – 3467-1057
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA
DIÁRIA N° 247/2026 (campo de preenchimento pela contabilidade)

Nome do Agente Público: RENATA ALVES TEIXEIRA ABREU						CPF: 075.866.519-90
Função: NUTRICIONISTA						Unidade de Lotação: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Município de destino: LONDRINA						
Local do Evento: COMFORT SUITES LONDRINA, RUA EDWY TAQUES DE ARAÚJO, 250 – PALHANO 2, LONDRINA-PR						
Saída: 27/07/2026						Chegada: 27/07/2026
Motivo do Deslocamento:						
CURSO SOBRE ROTINA DE COMPRAS NO MUNICÍPIO.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite: 00						Valor Unitário da Diária: R$
N° Diárias sem Pernoite: 01						Valor Unitário da Diária: R$160,00
Valor Total das Diárias: R$160,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 20 de JULHO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Alves Raimundo Dos Santos
Código Identificador:06333A29

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 248/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ						
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO						
CNPJ: 01.612.413/0001-90						
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr						
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057						
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA						
DIÁRIA N° 248/2026						
(campo de preenchimento pela contabilidade)						
Nome do Agente Público: DANIEL DE LIMA GOMES						CPF: 731.614.549-87
Função: DIRETOR DIVISÃO EDUCAÇÃO						Unidade de Lotação: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Município de destino: LONDRINA						
Local do Evento: COMFORT SUITES LONDRINA, RUA EDWY TAQUES DE ARAÚJO, 250 – PALHANO 2, LONDRINA-PR						
Saída: 27/07/2026						Chegada: 27/07/2026
Motivo do Deslocamento:						
ACOMPANHAR EQUIPE PARA CURSO SOBRE ROTINA DE COMPRAS NO MUNICÍPIO.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite: 00						Valor Unitário da Diária: R$
N° Diárias sem Pernoite: 01						Valor Unitário da Diária: R$160,00
Valor Total das Diárias: R$160,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 20 de JULHO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Alves Raimundo Dos Santos
Código Identificador:95EDFA89

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 208/2026 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 100/2026

OBJETO: Aquisição de materiais hospitalares.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	2,00	UN	PÁS PARA DESFIBRILADOR (DEA) ADULTO: ELETRODOS ADULTOS: (CPR STAT.PADZ) PARA USO EM EMERGÊNCIAS DE APLICAÇÃO RÁPIDA, SIMPLES E PRECISA, PARA USO EXCLUSIVO ADULTO, MULTIFUNÇÃO (DESFIBRILAÇÃO, MARCA-PASSO E MONITORIZAÇÃO), COM SENSORES DE PROFUNDIDADE E NÚMERO DE COMPRESSÕES. PROJETADO PARA USO EM DEA PLUS DA ZOLL, DOTADO DE GEL DE HVP (POLÍMERO DE ALTA VISCOSIDADE) PARA REDUÇÃO DOS EFEITOS CUTÂNEOS DA APLICAÇÃO DOS ELETRODOS. DEVE VIR EM PEÇA ÚNICA MONTADA COM OS DOIS ELETRODOS (ÂNTERO-SUPERIOR E APICAL) COM INDICAÇÃO VISUAL (FIGURA) QUANTO AO POSICIONAMENTO CORRETO, LIGADOS PELA LOCALIZAÇÃO DO LOCAL DAS COMPRESSÕES, COM CABO E CONECTOR ADEQUADO AO DEA A AOS DESFIBRILADORES HOSPITALARES. VIR EMBALADO EM PACOTE RESISTENTE QUE PERMITA A ABERTURA EM PÉTALA QUE APRESENTE NA PARTE EXTERNA DADOS COMO: USO CORRETO, INDICAÇÃO PARA USO ADULTO, DATA DE VALIDADE, LOTE, REFERÊNCIA FABRICANTE E MANUAL DE INSTRUÇÃO. REFERÊNCIA: 8900-0400.	2.450,00	B7 MEDICAL SUPPLIES EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS LTDA
2	1,00	UN	PÁS PARA DESFIBRILADOR (DEA) INFANTIL: ELETRODOS INFANTIL: (PEDI.PADZ II) PARA USO EM EMERGÊNCIAS DE APLICAÇÃO RÁPIDA, SIMPLES E PRECISA, PARA USO EXCLUSIVO INFANTIL, MULTIFUNÇÃO (DESFIBRILAÇÃO, MARCA-PASSO E MONITORIZAÇÃO), COM SENSORES DE PROFUNDIDADE E NÚMERO DE COMPRESSÕES. PROJETADO PARA USO EM DEA PLUS DA ZOLL, DOTADO DE GEL DE HVP (POLÍMERO DE ALTA VISCOSIDADE) PARA REDUÇÃO DOS EFEITOS CUTÂNEOS DA APLICAÇÃO DOS ELETRODOS. DEVE VIR COM OS DOIS ELETRODOS (ANTERIOR E POSTERIOR) COM INDICAÇÃO VISUAL QUANTO AO POSICIONAMENTO CORRETO, COM CABO E CONECTOR ADEQUADO AO DEA A AOS DESFIBRILADORES HOSPITALARES. VIR EMBALADO EM PACOTE RESISTENTE QUE PERMITA A ABERTURA EM PÉTALA QUE APRESENTE NA PARTE EXTERNA DADOS COMO: SEQUÊNCIA PARA O USO CORRETO, INDICAÇÃO PARA USO INFANTIL E FAIXA DE IDADE E PESO, DATA DE VALIDADE, LOTE, REFERÊNCIA FABRICANTE E MANUAL DE INSTRUÇÃO. REFERÊNCIA: 8900-0810.	2.092,80	CAOBIANCO MATERIAIS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - ME.
3	3,00	UN	TERMO HIGRÔMETRO COM SONDA EXTERNA. CONTA COM SELEÇÃO Cº / Fº, REGISTROS DE MÁXIMAS E MÍNIMAS, APOIO RETRÁTIL, FURAÇÃO TRASEIRA COM ENCAIXE (PARA FIXAÇÃO EM PAREDE) E INDICAÇÃO DAS CONDIÇÕES AMBIENTE: CONFORT (CONFORTÁVEL), DRY (SECO) E WET (ÚMIDO). DISPLAY LCD / CONTAGEM: DUPLO 4 DÍGITOS, PONTO DE ORVALHO: 1 RH% A 99RH% TEMPERATURA: -20ºC ~ 70ºC / -4ºF ~ 158ºF, UMIDADE RELATIVA: 1 RH% A 99 RH%, FUNÇÃO MÁX./MÍN.: SIM, DATA HOLD: SIM, AUTO DESLIGAMENTO: SIM, INDICAÇÃO SOBRE FAIXA: SIM, INDICAÇÃO DE BATERIA FRACA: SIM, ALIMENTAÇÃO: 3XPILHAAAA 1,5V, DIMENSÕES: 178 X 56 X 30,5MM APROXIMADAMENTE, GARANTIA: 12 MESES	71,40	FARMATEX DO BRASIL S/A
4	1.000,00	UN	TESTE RÁPIDO DE COVID+INFLUENZA - TESTE RÁPIDO COMBO DE ANTÍGENOS PARA DETECÇÃO QUALITATIVA, SIMULTÂNEA E DIFERENCIADA DE SARSCOV-2, INFLUENZA TIPO A E TIPO B. COLETA DE AMOSTRAS POR SWAB NASOFARÍNGEO, MÉTODO IMUNOENSAIO CROMATOGRÁFICO RÁPIDO COM RESULTADOS DE 15 A 20 MINUTOS. DEVE ACOMPANHAR TODOS OS MATERIAIS PARA COLETA (SWAB ESTÉRIL, REAGENTE, SUPORTE PARA TUBOS, ENTRE OUTROS)	11,53	FARMATEX DO BRASIL S/A
5	100,00	CX	TIRAS REAGENTES PARA MEDIDA DE GLICEMIA, PARA TESTAR GLICOSE EM SANGUE CAPILAR COMPATÍVEL COM APARELHOS GLICOSÍMETRO DA MARCA MEDISIGN GH83. CAIXA COM 50 UNIDADES	16,00	CEPALAB LABORATORIOS S.A
6	2,00	UN	CANETA MARCADORA DE PELE CIRÚRGICA E MICROPIGMENTAÇÃO. CARACTERÍSTICAS: SECAGEM RÁPIDA; NÃO TÓXICA; IMPERMEÁVEL A ÁGUA; RESISTENTE AO POVIDINE, ÁLCOOL E SANGUE; LIVRES DE LÁTEX; LIVRES DE XYLENO; LIVRES DE TOLUENO. COR AZUL.	45,00	AABA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA
7	2,00	UN	CANETA MARCADORA DE PELE CIRÚRGICA E MICROPIGMENTAÇÃO. CARACTERÍSTICAS: SECAGEM RÁPIDA; NÃO TÓXICA; IMPERMEÁVEL A ÁGUA; RESISTENTE AO POVIDINE, ÁLCOOL E SANGUE; LIVRES DE LÁTEX; LIVRES DE XYLENO; LIVRES DE TOLUENO. COR PRETA.	45,00	AABA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA
8	150,00	UN	CANETA ELETROCIRÚRGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL, COM CABO DE APROXIMADAMENTE 3 M. PRODUTO ESTÉRIL, PRONTO PARA USO, COM ELETRODO TIPO FACA ACOPLADO, USO ÚNICO. LIVRE DE LÁTEX (LATEX FREE). ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO (ETO). DESIGN ERGONÔMICO, COM ALTA RESPOSTA TÁTIL NOS BOTÕES DE COMANDO. AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL. PARÂMETROS ELÉTRICOS MÍNIMOS: TENSÃO NOMINAL DO ACESSÓRIO: 4500 V,TENSÃO MÁXIMA SUPORTADA: PICO DE 90 KV, CORRENTE DE SAÍDA MÁXIMA: 1 A, CORRENTE DE VAZAMENTO: MENOR OU IGUAL A 135 MA, FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: 0 A 1,0 MHZ, RESISTÊNCIA DE CORRENTE: 200 OHMS, POTÊNCIA DE SAÍDA: 50 A 80 W. COM CONECTOR DOIS PINOS.	9,50	AABA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA

Rio Negro, 21 de julho de 2026 –

JOÃO GUILHERME SCHELBAUER –
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:731EE22E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 189/2025

Ref. Pregão Eletrônico nº 084/2025 – Equipamentos Diversos Cultura – PA – 5.527/2025

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à AV. Presidente Bernardes, 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa CAROL COMERCIAL EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF nº 10.867.300/0001-26 com sede à Avenida Ney Braga, nº 452, Vila Franchello, CEP nº 87.160-000, fone nº(44)3245-2026,(44)99887-2525, e-mail diretoria@carolcomercial.com.br; licitacao3@carolcomercial.com.br, na cidade de Mandaguaçú - PR, representada pelo Senhor JOSÉ APARECIDO ROTA, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica aditivado o prazo desta ata de registro por mais 12 (doze) meses, conforme o art. 84, da Lei nº 14.133/21 e o art. 55, do Decreto Municipal nº 388/2024 e art. 1º do Decreto Municipal 258/2025, haja vista que o preço encontra-se dentro do valor de mercado e atende ao interesse público como vantajoso, mantendo o valor ofertado e renovando as quantidades originais de abertura.
Considerando que o vencimento deste pregão ocorrerá em 27/07/2026, o presente aditivo terá vigência de 28/07/2026 a 27/07/2027.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
6	und	120,00	70372	Estante de partitura, material metal, tipo desmontável, altura mínima 1,50 metros	175,99	21.118,80	TONANTE TNE1954-1
8	und	12,00	70373	Escada Articulada De Aluminio 4x4 16 Degraus	698,92	8.387,04	MOR 4X4

CLÁUSULA SEGUNDA
Para assegurar a execução do objeto definido na Ata original, permanecem inalteradas e em pleno vigor, para seus efeitos jurídicos e legais, as demais cláusulas e condições estabelecidas.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam com duas testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 22 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***CAROL COMERCIAL EIRELI***
Prefeito Municipal de Rolândia	

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	FLAVIA GALBERO COSTA
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretaria Municipal de Cultura

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:2EE1B911

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA Nº 22/2026

Expirado o prazo recursal, dispenso a licitação, com fundamento no Inciso I do Art. 75 da Lei nº 14.133/21, ratifico o presente processo nas seguintes condições:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	FORNECEDOR	MARCA	QTDE	UNIT.	TOTAL
1	1	Licenças Ambientais 1-Provisionamento de documentos de derrubada de arvores campo de futebol-licença; 2-Provisionamento de documentos de derrubada de arvores saltao-licença; 3-Provisionamento de documentos licença casa lar; 4-Provisionamento de documentos licença centro de eventos; 5-Provisionamento de documentos licença ponte Cotegipe; Junto ao IAT	IVAN CARLOS BERTOLDO - ME	SV	5,00	4.600,00	23.000,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR
IVAN CARLOS BERTOLDO - ME	23.000,00

Salto do Lontra, 22 de julho de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:DEDA2CBF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O prefeito Municipal **INIVALDO BATISTA,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer jurídico, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:
Processo n°: 39/2026
Licitação n°: 25/2026
Modalidade: Dispensa
Data da Homologação: 22/07/2026
Data de adjudicação: 22/07/2026
Objeto homologado: Serviços de implantação, migração de dados, configuração operacional, capacitação de usuários, suporte de tecnologia da informação e acompanhamento pós-implantação do sistema público federal eSUS Assistência Farmacêutica (e-SUS AF), em substituição ao sistema Hórus, na Farmácia Básica Municipal.

INNOVAG LABS							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA Acompanhamento pós-implantação (90 dias) -suporte remoto para dúvidas, ajustes e monitoramento de transmissões. Entregável: Registro de atendimentos	Serviço	SER	1,00	1.748,20	1.748,20
1	2	SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA Adequação TCE-PR (itens 20081-20084) documentação de evidências para indicadores do Tribunal de Contas. Entregável: Dossiê de conformidade TCE.??	Serviço	SER	1,00	1.311,10	1.311,10
1	3	SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA Capacitação da equipe da farmácia-treinamento prático nos fluxos de entrada, dispensação, saída e relatórios. Entregável: Equipe capacitada com lista de presença.	Serviço	SER	1,00	1.529,70	1.529,70
1	4	SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA Configuração e parametrização do e-SUS AF-CNES, RENAME local, estabelecimentos, perfis de usuário, fluxos de dispensação. Entregável: Sistema configurado e testado.??	Serviço	SER	1,00	2.185,20	2.185,20
1	5	SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA Diagnóstico situacional-levantamento do uso atual do Hórus, mapeamento de dados, identificação de pontos críticos, checklist de pré-implantação. Entregável: Relatório diagnóstico.??	Serviço	SER	1,00	1.748,20	1.748,20
1	6	SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA Lançamento de saldo de implantação-cadastro completo do estoque de medicamentos no e-SUS AF (item a item), validação de quantidades e lotes conforme saldo do Hórus na data de corte. Entregável: Saldo implantado e conferido.??	Serviço	SER	1,00	3.059,70	3.059,70
1	7	SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA Tratamento do histórico do Hórus-exportação, organização e arquivamento seguro do histórico de dispensação para fins de rastreabilidade e auditoria. Entregável: Arquivo histórico documentado.??	Serviço	SER	1,00	1.529,70	1.529,70
1	8	SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA Validação da transmissão BNAFAR/RNDS-testes de envio, validação de retornos, correção de inconsistências. Entregável: Relatório de transmissão validada.	Serviço	SER	1,00	1.748,20	1.748,20
TOTAL							14.860,00

Valor homologado: 14.860,00

Santa Amélia, 22 de julho de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito de Santa Amélia

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:18D2BC3A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO ARP LICITACÇÃO DISPENSAVEL 13/2026

EXTRATO ARP
LICITACÇÃO DISPENSAVEL 13/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 103/2026
Validade da ata: de 22/07/2026 até 22/07/2027

ANEXO I – DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS

HIDROCITY BOMBAS E PAINEIS LTDA CNPJ:19.286.505/0001-92

Item	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor unitário	Valor limite
1	Prestação de serviços de retirada, reinstalação e testes de funcionamento de conjunto motobomba submersa instalado em poço profundo, compreendendo o içamento do conjunto, desmontagem e reinstalação da tubulação de recalque, conexões, cabos elétricos, cabos de sustentação e demais componentes necessários, bem como alinhamento, fixação, testes operacionais e entrega do sistema em perfeitas condições de funcionamento		UND	1,0000	R$ 16.249,00	R$ 16.249,00

Valor total R$ 16.249,00

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:233F9AEA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 13/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO							
PROCESSO ADMINISTRATIVO							
Modalidade:	Licitação dispensável						
Número/Ano:	13/2026		**Data de abertura:**		15/07/2026		
Data adjudicação:	20/07/2026		**Data homologação:**		22/07/2026		
Tipo de avaliação:	Por item		**Critério de avaliação:**		Menor preço		
Modo de disputa:	Proposta - Lance		**Condição de pagamento:**		Parcelada		
Credenciamento:	Não	**Chamamento:**	Não		**Registro de preço:**		Sim
Objeto da licitação:	serviço de retirada de bomba de poço profundo						

Nos termos do Art. 28, inciso I, Lei 14.133/2021 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Presidente da Comissão de Contratação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada , que tem como vencedor(es) abaixo

Licitante	**CNPJ/CPF**	**Total do vencedor**
HIDROCITY BOMBAS E PAINEIS LTDA	19.286.505/0001-92	R$ 16.249,00
Total:		**R$ 16.249,00**

HIDROCITY BOMBAS E PAINEIS LTDA - Não Exclusivo					
Código	**Descrição do item**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**
18225	Prestação de serviços de retirada, reinstalação e testes de funcionamento de conjunto motobomba submersa instalado em poço profundo, compreendendo o içamento do conjunto, desmontagem e reinstalação da tubulação de recalque, conexões, cabos elétricos, cabos de sustentação e demais componentes necessários, bem como alinhamento, fixação, testes operacionais e entrega do sistema em perfeitas condições de funcionamento.	UND	1,0000	R$ 16.249,0000	R$ 16.249,00
Valor Total: R$ 16.249,00					

SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, 22 de julho de 2026

CLAUDIO COVRE
Prefeito

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:A7318557

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

CÂMARA MUNICIPAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO / 2.026		
RGF – ANEXO 2 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "b")		R$ 1,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**
		Até 1º Sem.
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Previdencíarias	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) – Vencidos e não Pagos	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	277.599,81
Disponibilidade de Caixa[1]	0,00	277.599,81
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	277.599,81
(–) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00
(–) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I-II)	0,00	-277.599,81
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	52.944.446,58	57.449.797,22
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	2.100.000,00	3.492.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI = (IV - V)	50.844.446,58	53.957.797,22
% DA DC SOBRE RCL AJUSTADA (I/VI)	0,00	0,00
% DA DCL SOBRE RCL AJUSTADA (III/VI)	0,00	-0,51
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL – <120%>	61.013.335,90	64.749.356,66
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <108%>	54.912.002,31	58.274.421,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026
		Até 1º Sem.
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)[2]	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00
RP NÃO PROCESSADOS	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 22/jul/2026 as 10h e 04m.		

Notas

[1] A Disponibilidade de Caixa Bruta não poderá apresentar valor negativo, porém, em determinadas situações, como utilização de depósitos restituíveis para pagamento de despesas próprias do ente, o valor da linha "Disponibilidade de Caixa" poderá resultar em valor negativo. Por outro lado, o ente deve incluir os valores das obrigações a pagar atrasadas que estiverem registradas como restos a pagar processados (RPP) no item "OutrasDívidas" da DC (I), por meio do registro dos RPP sem disponibilidade financeira em conta de controle específica (e não de forma automática), e, para evitar duplicidade, deve deduzir o valor correspondente do montante total de RPP informado no bloco das DEDUÇÕES (II).

[2] Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

EDINALDO ONORIO DA SILVA	*DEUSDETE LEMES*	*LUCIANA REGINA BOTTER VIZINI*
Presidente da Câmara	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Luciana Regina Botter Vizini
Código Identificador:8FB70268

CÂMARA MUNICIPAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO			
PODER LEGISLATIVO			
ESTADO DO PARANÁ			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO / 2.026			
RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, §1º)			R$ 1,00
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	52.944.446,58	57.449.797,22	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	2.100.000,00	3.492.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	50.844.446,58	53.957.797,22	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <22%>	11.185.778,25	11.870.715,39	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <90%>	10.067.200,43	10.683.643,85	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:			
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 22/jul/2026 as 10h e 07m.			

EDINALDO ONORIO DA SILVA	*DEUSDETE LEMES*	*LUCIANA REGINA BOTTER VIZINI*
Presidente da Câmara	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Luciana Regina Botter Vizini
Código Identificador:CA3531B4

CÂMARA MUNICIPAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO		
PODER LEGISLATIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO 2.026/SEMESTRAL JANEIRO-JUNHO		
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c"	R$ 1,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (II)	0,00	0,00

TOTAL (III)	**0,00**	**0,00**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	57.449.797,22	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	3.492.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) (IV - V)	53.957.797,22	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESULUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS (16%)	8.633.247,56	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <14,40%>	7.769.922,80	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.777.045,81	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade ResponsávelCAMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, emitido em22/jul/2026as 10h e 47m.		
¹ Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.		

EDINALDO ONORIO DA SILVA	***DEUSDETE LEMES***	***LUCIANA REGINA BOTTER VIZINI***
Presidente da Câmara	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Luciana Regina Botter Vizini
Código Identificador:D36DD073

CÂMARA MUNICIPAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO		
PODER LEGISLATIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
ATÉ O 1º SEMESTRE DE 2.026		
LRF, Art. 48 - Anexo VI		R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	52.594.544,63	
DESPESAS COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.316.147,94	2,50
Limite Máximo (Incisos I, II, III, Art. 20 da LRF) - <6,00%>	3.155.672,68	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, Art. 22 da LRF) - <95% do Limite Máximo>	2.997.889,04	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <90% do Limite Máximo>	2.840.105,41	5,40
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida Consolidada Líquida	-277.599,81	-0,51
Limite definido por Resolução do Senado Federal	64.749.356,66	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	11.870.715,39	22.00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito Externas e Internas	8.633.247,56	16,00
Operações de Crédito por Antecipação de Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito por Antecipação da Receita	3.777.045,81	7,00
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CAMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, emitido em 22/jul/2026 as 10h e 38m.		

EDINALDO ONORIO DA SILVA	***DEUSDETE LEMES***
Presidente da Câmara	Contador
LUCIANA REGINA BOTTER VIZINI	
Controle Interno	

Publicado por:
Luciana Regina Botter Vizini
Código Identificador:74A71336

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELAÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL PERÍODO DE 01/01/2026 A 30/06/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTE
Estado do Paraná
Exercício: 2026
RELAÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL
Período de 01/01/2026 a 30/06/2026
De ordem do senhor(a) Prefeito(a) Municipal, WILLIAN CEZAR VIEGA para fins de cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452 de 20 de Março de 1997. Comunico à Vossa Senhoria que o município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO recebeu do Governo Federal os recursos a seguir discriminados, que se destinarão, quando for o caso, ao cumprimento de convênios ou contratos celebrados:

Receita	Data	Tipo	Descrição	Valor
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	20/01/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	233.017,71

1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	20/01/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	1.705,75
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00.00.00	20/01/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	86.375,12
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	30/01/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	647.665,71
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	30/01/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	7.131,91
1.7.1.5.52.0.1.00.00.00.00.00	30/01/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUN	133.003,20
1.7.1.9.58.0.1.00.00.00.00.00	30/01/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR N 17	4.498,23
1.7.1.2.51.0.1.00.00.00.00.00	21/01/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECUR	128,36
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00.00	02/01/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	5,95
1.7.1.3.50.2.1.00.00.00.00.00	12/01/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	8.786,51
1.7.1.2.52.1.1.00.00.00.00.00	22/01/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLE	687,89
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00	22/01/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	13.425,91
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00.00	23/01/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	6.428,63
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00.00	14/01/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	64.192,00
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00.00	14/01/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	51.872,00
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00.00	15/01/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	31.727,63
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00	27/01/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	12.249,88
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	09/01/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	536.864,91
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	09/01/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	37.837,44
1.7.1.6.50.0.1.04.00.00.00.00	19/01/2026	1 - Receita	Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único	3.560,00
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00.00	29/01/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	20.999,00
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	10/02/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	1.190.892,37
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	10/02/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	3.445,56
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	20/02/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	179.416,69
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	20/02/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	21,50
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00.00.00	20/02/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	52.170,73
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00.00	11/02/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	96.491,00
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00.00	11/02/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	51.872,00
1.7.1.3.50.5.1.00.00.00.00.00	02/02/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	7.630,35
1.7.1.6.50.0.1.01.00.00.00.00	02/02/2026	1 - Receita	Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade	4.889,67
1.7.1.6.50.0.1.02.00.00.00.00	02/02/2026	1 - Receita	Bloco da Proteção Social Básica	8.060,59
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00.00	04/02/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	18.500,00
1.7.1.2.52.1.1.00.00.00.00.00	24/02/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLE	712,38
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00	24/02/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	15.454,81
1.7.1.9.60.0.1.00.00.00.00.00	24/02/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CU	76.204,75
1.7.1.3.50.2.1.00.00.00.00.00	05/02/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	8.786,51
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00.00	05/02/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	207,71
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00	25/02/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	13.350,67
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00.00	06/02/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	20.999,00
1.7.1.2.51.0.1.00.00.00.00.00	26/02/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECUR	115,11
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	27/02/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	411.973,81
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	27/02/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	836,15
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00.00.00	27/02/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃ	23.687,75
1.7.1.5.52.0.1.00.00.00.00.00	27/02/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUN	47.058,24
1.7.1.9.58.0.1.00.00.00.00.00	27/02/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR N 17	4.498,23
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	10/03/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	454.929,50
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	10/03/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	99,99
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	20/03/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	121.809,38
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00.00.00	20/03/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	53.777,50
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	30/03/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	502.541,31
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00.00	30/03/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	4.383,17
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00.00	30/03/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	207,71
1.7.1.6.50.0.1.01.00.00.00.00	30/03/2026	1 - Receita	Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade	4.892,26
1.7.1.6.50.0.1.02.00.00.00.00	30/03/2026	1 - Receita	Bloco da Proteção Social Básica	8.060,29
1.7.1.6.50.0.1.04.00.00.00.00	30/03/2026	1 - Receita	Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único	3.700,00
1.7.1.9.58.0.1.00.00.00.00.00	30/03/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR N 17	4.498,23
1.7.1.5.52.0.1.00.00.00.00.00	31/03/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUN	51.336,27
1.7.1.6.50.0.1.01.00.00.00.00	03/03/2026	1 - Receita	Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade	4.889,57
1.7.1.6.50.0.1.02.00.00.00.00	03/03/2026	1 - Receita	Bloco da Proteção Social Básica	8.060,29
1.7.1.6.50.0.1.04.00.00.00.00	03/03/2026	1 - Receita	Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único	3.556,00
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00.00	13/03/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	86.816,17
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00.00	13/03/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	52.079,71
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00.00	04/03/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	571,37
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00.00	04/03/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	20.999,00
1.7.1.3.50.5.1.00.00.00.00.00	04/03/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	7.630,35
1.7.1.2.51.0.1.00.00.00.00.00	24/03/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECUR	135,03
1.7.1.3.50.2.1.00.00.00.00.00	06/03/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	8.786,51
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00.00	06/03/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	9.390,26
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00.00.00	16/03/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃ	14.909,75
1.7.1.2.52.1.1.00.00.00.00.00	26/03/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLE	733,35
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00	26/03/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	16.346,08
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00	27/03/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	14.130,13
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	10/04/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	565.883,82

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTE
Estado do Paraná
Exercício: 2026
RELAÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL
Período de 01/01/2026 a 30/06/2026
De ordem do senhor(a) Prefeito(a) Municipal, WILLIAN CEZAR VIEGA para fins de cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452 de 20 de Março de 1997. Comunico à Vossa Senhoria que o município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO recebeu do Governo Federal os recursos a seguir discriminados, que se destinarão, quando for o caso, ao cumprimento de convênios ou contratos celebrados:

Receita	Data	Tipo	Descrição	Valor
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	10/04/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	100,85
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	20/04/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	201.383,59
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00.00.00	20/04/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	53.700,70

1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	30/04/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	503.480,15
1.7.1.5.52.0.1.00.00.00.00.00	30/04/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUN	57.023,57
1.7.1.9.58.0.1.00.00.00.00.00	30/04/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR N 17	4.498,23
1.7.1.4.53.0.1.00.00.00.00.00	02/04/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TR	14.537,26
1.7.1.6.50.0.1.04.00.00.00.00	13/04/2026	1 - Receita	Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único	3.856,00
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00.00	24/04/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	1.000,00
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00.00	15/04/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	100.816,17
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00.00.00	15/04/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃ	14.909,75
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00.00	06/04/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	4.383,17
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00.00	06/04/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	24.999,00
1.7.1.3.50.5.1.00.00.00.00.00	06/04/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	7.630,35
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00.00	16/04/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	51.872,00
1.7.1.3.50.2.1.00.00.00.00.00	07/04/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	8.786,51
1.7.1.2.52.1.1.00.00.00.00.00	28/04/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLE	690,86
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00	28/04/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	15.525,43
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00	29/04/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	13.209,81
1.7.1.6.50.0.1.01.00.00.00.00	29/04/2026	1 - Receita	Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade	4.891,94
1.7.1.6.50.0.1.02.00.00.00.00	29/04/2026	1 - Receita	Bloco da Proteção Social Básica	8.488,36
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	20/05/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	182.144,43
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00.00	11/05/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	1.392.000,00
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00.00.00	21/05/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	52.542,31
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00.00.00	12/05/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃ	14.909,75
1.7.1.6.50.0.1.04.00.00.00.00	12/05/2026	1 - Receita	Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único	4.006,00
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00.00	13/05/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	1.000,00
1.7.1.3.50.5.1.00.00.00.00.00	04/05/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	7.112,56
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00.00	14/05/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	100.816,17
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00.00	14/05/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	71.531,71
1.7.1.6.50.0.1.04.00.00.00.00	14/05/2026	1 - Receita	Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único	12.000,00
1.7.1.3.50.2.1.00.00.00.00.00	07/05/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	8.786,51
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	08/05/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	828.672,87
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	08/05/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	4.803,34
1.7.1.2.51.0.1.00.00.00.00.00	08/05/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECUR	128,76
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00.00	18/05/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	500.000,00
1.7.1.2.52.1.1.00.00.00.00.00	28/05/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLE	778,66
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00	28/05/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	25.542,76
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	29/05/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	527.190,69
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	29/05/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	330,18
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00	29/05/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	22.886,60
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00.00	29/05/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	1.547,00
1.7.1.5.50.0.1.00.00.00.00.00	29/05/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUN	51.007,55
1.7.1.5.52.0.1.00.00.00.00.00	29/05/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUN	57.923,56
1.7.1.6.50.0.1.01.00.00.00.00	29/05/2026	1 - Receita	Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade	4.890,98
1.7.1.6.50.0.1.02.00.00.00.00	29/05/2026	1 - Receita	Bloco da Proteção Social Básica	8.489,72
1.7.1.9.58.0.1.00.00.00.00.00	29/05/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR N 17	4.498,23
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	10/06/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	683.769,60
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	10/06/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	102,84
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	30/06/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	469.397,88
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	30/06/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	2.097,36
1.7.1.5.50.0.1.00.00.00.00.00	30/06/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUN	54.976,71
1.7.1.5.52.0.1.00.00.00.00.00	30/06/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUN	67.355,90
1.7.1.9.58.0.1.00.00.00.00.00	30/06/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR N 17	4.498,23
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00.00.00	11/06/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃ	14.909,75
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00.00	12/06/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	19.452,00
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00.00.00	22/06/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	52.412,58
1.7.1.3.50.2.1.00.00.00.00.00	05/06/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	8.786,51
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00.00	05/06/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	207,71
1.7.1.3.50.5.1.00.00.00.00.00	05/06/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	7.112,56
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00.00	15/06/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	51.872,00
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00.00	16/06/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	96.433,00
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00.00	17/06/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	4.383,17
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00.00	17/06/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	1.547,00
1.7.1.6.50.0.1.04.00.00.00.00	17/06/2026	1 - Receita	Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único	3.606,00
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00.00	18/06/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	1.000,00
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	19/06/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	467.264,45
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	19/06/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	4.571,64
1.7.1.2.52.1.1.00.00.00.00.00	29/06/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLE	773,74
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00	29/06/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	52.681,76
2.4.1.3.50.0.1.00.00.00.00.00	27/04/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SO	400.000,00
2.4.1.9.51.0.1.00.00.00.00.00	23/06/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - PRINCIPAL	398.000,00
			Total .....:	**14.013.128,75**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTE
Estado do Paraná
Exercício: 2026
RELAÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL
Período de 01/01/2026 a 30/06/2026
De ordem do senhor(a) Prefeito(a) Municipal, WILLIAN CEZAR VIEGA para fins de cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452 de 20 de Março de 1997. Comunico à Vossa Senhoria que o município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO recebeu do Governo Federal os recursos a seguir discriminados, que se destinarão, quando for o caso, ao cumprimento de convênios ou contratos celebrados:

Receita	Data	Tipo	Descrição	Valor

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

MARCIANO SANTO BORGES
Contador

FRANCIELE CRISTINA DOS SANTOS
Controle Interno

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:90B30C48

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO / 2.026		
RGF – ANEXO 2 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "b")		R$ 1,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**
		Até 1º Sem.
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.320.896,57	2.037.603,48
Dívida Mobiliária	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.320.896,57	2.037.603,48
Empréstimos	1.987.436,70	1.746.609,05
Interna	1.987.436,70	1.746.609,05
Externa	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	333.459,87	290.994,43
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Previdencíarias	290.041,51	261.653,67
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	43.418,36	29.340,76
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) – Vencidos e não Pagos	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	11.917.537,84	11.441.719,86
Disponibilidade de Caixa[1]	11.917.537,84	11.441.717,42
Disponibilidade de Caixa Bruta	15.042.339,56	16.717.733,53
(–) Restos a Pagar Processados	2.426.815,67	4.845.797,06
(–) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	697.986,05	430.219,05
Demais Haveres Financeiros	0,00	2,44
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I-II)	-9.596.641,27	-9.404.116,38
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	52.944.446,58	57.449.797,22
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	2.100.000,00	3.492.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI = (IV - V)	50.844.446,58	53.957.797,22
% DA DC SOBRE RCL AJUSTADA (I/VI)	4,56	3,78
% DA DCL SOBRE RCL AJUSTADA (III/VI)	-18,87	-17,43
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL – <120%>	61.013.335,90	64.749.356,66
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <108%>	54.912.002,31	58.274.421,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026 Até 1º Sem.**
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)[2]	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00
RP NÃO PROCESSADOS	5.047.288,02	1.676.625,43
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 22/jul/2026 as 10h e 22m.		
Notas		
[1] A Disponibilidade de Caixa Bruta não poderá apresentar valor negativo, porém, em determinadas situações, como utilização de depósitos restituíveis para pagamento de despesas próprias do ente, o valor da linha "Disponibilidade de Caixa" poderá resultar em valor negativo. Por outro lado, o ente deve incluir os valores das obrigações a pagar atrasadas que estiverem registradas como restos a pagar processados (RPP) no item "OutrasDívidas" da DC (I), por meio do registro dos RPP sem disponibilidade financeira em conta de controle específica (e não de forma automática), e, para evitar duplicidade, deve deduzir o valor correspondente do montante total de RPP informado no bloco das DEDUÇÕES (II).		
[2] Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".		
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO / 2.026		
RGF – ANEXO 2 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "b")	R$ 1,00	
WILLIAN CEZAR VIEGA	***MARCIANO SANTO BORGES***	***FRANCIELE CRISTINA DOS SANTOS***

Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:ED21407F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO			
PODER EXECUTIVO			
ESTADO DO PARANÁ			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO / 2.026			
RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, §1º)			R$ 1,00
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	52.944.446,58	57.449.797,22	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	2.100.000,00	3.492.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	50.844.446,58	53.957.797,22	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <22%>	11.185.778,25	11.870.715,39	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <90%>	10.067.200,43	10.683.643,85	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:			
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 22/jul/2026 as 12h e 38m.			

WILLIAN CEZAR VIEGA	***MARCIANO SANTO BORGES***	***FRANCIELE CRISTINA DOS SANTOS***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:6E64723A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO 2.026/SEMESTRAL JANEIRO-JUNHO		
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")	R$ 1,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	**0,00**	**0,00**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	57.449.797,22	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	3.492.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	53.957.797,22	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESULUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS (16%)	8.633.247,56	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <14,40%>	7.769.922,80	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.777.045,81	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00

Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, emitido em 22/jul/2026 as 12h e 39m.		
[1] Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.		

WILLIAN CEZAR VIEGA	***MARCIANO SANTO BORGES***	***FRANCIELE CRISTINA DOS SANTOS***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:7FD9AE75

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
ATÉ O 1º SEMESTRE DE 2.026		
LRF, Art. 48 - Anexo VI	R$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	57.449.797,22	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	53.957.797,22	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	52.594.544,63	
DESPESAS COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	25.627.395,32	48,73
Limite Máximo (Incisos I, II, III, Art. 20 da LRF) - <54,00%>	28.401.054,10	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, Art. 22 da LRF) - <95% do Limite Máximo>	26.981.001,40	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <90% do Limite Máximo>	25.560.948,69	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida Consolidada Líquida	-9.404.116,38	-17,43
Limite definido por Resolução do Senado Federal	64.749.356,66	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	11.870.715,39	22.00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito Externas e Internas	8.633.247,56	16,00
Operações de Crédito por Antecipação de Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito por Antecipação da Receita	3.777.045,81	7,00
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, emitido em 22/jul/2026 as 12h e 31m.		
WILLIAN CEZAR VIEGA	***MARCIANO SANTO BORGES***	
Prefeito Municipal	Contador	
FRANCIELE CRISTINA DOS SANTOS		
Controle Interno		

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:DD207216

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO				
ESTADO DO PARANÁ				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME				
PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
2025 a 2100				
RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)				Em Reais
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
EXERCÍCIO	**RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)**	**DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)**	**RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)**	**SALDO FINANCEIRO DO EXERCICIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)**
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00

2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00
2099	0,00	0,00	0,00	0,00
2100	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCICIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00

2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00
2099	0,00	0,00	0,00	0,00
2100	0,00	0,00	0,00	0,00

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, emitido em 22/jul/2026 as 09h e 20m.

WILLIAN CEZAR VIEGA	***MARCIANO SANTO BORGES***
Prefeito Municipal	Contador
FRANCIELE CRISTINA DOS SANTOS	
Controle Interno	

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:88695120

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE
ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.026/BIMESTRE MAIO-JUNHO
RREO – ANEXO XI (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)**
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	500.000,00	6.468,50	493.531,50
Receita de Alienação de Bens Móveis	300.000,00	0,00	300.000,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	200.000,00	0,00	200.000,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimento de Aplicações Financei	0,00	6.468,50	-6.468,50

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (f)**	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)**	**SALDO (h) = (d-e)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	500.000,00	127.900,00	0,00	0,00	127.900,00	0,00	372.100,00

Despesas de Capital	500.000,00	127.900,00	0,00	0,00	127.900,00	0,00	372.100,00
Investimentos	500.000,00	127.900,00	0,00	0,00	127.900,00	0,00	372.100,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	**2025 (i)**	**2026 (j) = (Ib - (IIf + IIg))**	**SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)**
VALOR (III)	122.539,92	6.468,50	129.008,42
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, emitido em 22/jul/2026 as 09h e 59m.			

WILLIAN CEZAR VIEGA	***MARCIANO SANTO BORGES***	***FRANCIELE CRISTINA DOS SANTOS***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:CAF85F41

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO			
ESTADO DO PARANÁ			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
(REGRA DE OURO)			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
RREO – ANEXO 9 (LRF, Art. 53, inciso I)	JANEIRO A JUNHO 2.026/BIMESTRE MAIO-JUNHO		Em Reais
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)**
DESPESAS DE CAPITAL	23.949.535,16	14.511.805,38	9.437.729,78
Investimentos	23.258.835,16	14.228.512,29	9.030.322,87
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	690.700,00	283.293,09	407.406,91
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	23.949.535,16	14.511.805,38	9.437.729,78
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OUROS (III) = (II - I)	**21.949.535,16**	**14.511.805,38**	**7.437.729,78**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, emitido em 22/jul/2026 as 09h e 20m.			
Nota: Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III			
WILLIAN CEZAR VIEGA	***MARCIANO SANTO BORGES***	***FRANCIELE CRISTINA DOS SANTOS***	
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno	

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:48F5C502

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO 2.026/BIMESTRE MAIO-JUNHO		
RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72)	R$ 1,00	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)**
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	**6.346.000,00**	**2.321.000,12**
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	1.386.000,00	625.197,05
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	1.100.000,00	212.628,24
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.510.000,00	547.204,72
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	2.350.000,00	935.970,11
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**37.435.000,00**	**18.072.154,56**
2.1- Cota-Parte FPM	23.400.000,00	10.885.373,31
2.1.1- Parcela Referente à CF. art. 159, I, alínea b	22.000.000,00	10.885.373,31
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.400.000,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	11.205.000,00	5.834.675,99
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	180.000,00	86.711,06
2.4- Cota-Parte ITR	350.000,00	78.855,55
2.5- Cota-Parte IPVA	2.300.000,00	1.186.538,65
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	**43.781.000,00**	**20.393.154,68**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - EQUIVALENTE A 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**R$ 7.207.000,00**	**R$ 3.614.430,91**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6) + (2.7))	**3.738.250,00**	**1.483.857,76**
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o**

		Período (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	**10.505.000,00**	**5.145.194,74**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	9.500.000,00	4.625.509,74
6.1.1- Principal	9.500.000,00	4.576.322,39
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	49.187,35
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	20.000,00	0,00
6.2.1- Principal	20.000,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	385.000,00	105.984,26
6.3.1- Principal	385.000,00	105.984,26
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	600.000,00	413.700,74
6.4.1- Principal	600.000,00	413.700,74
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	**2.293.000,00**	**961.891,48**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**VALOR**	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**28.069,02**	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	28.069,02	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**5.173.263,76**	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**10.533.069,02**	**5.346.328,59**	**4.994.720,86**	**4.834.385,13**	**351.607,73**
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	7.925.818,88	4.016.033,48	4.016.033,48	3.855.697,75	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	3.987.432,83	1.867.605,15	1.867.605,15	1.796.681,78	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	3.938.386,05	2.148.428,33	2.148.428,33	2.059.015,97	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	2.607.250,14	1.330.295,11	978.687,38	978.687,38	351.607,73
10.2.1- Educação Infantil	524.885,40	186.273,27	186.273,27	186.273,27	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	1.612.364,74	675.211,54	675.211,54	675.211,54	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	470.000,00	468.810,30	117.202,57	117.202,57	351.607,73
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**5.318.259,57**	**4.966.651,84**	**4.806.316,11**	**351.607,73**	**0,00**	**173.064,83**
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.060.565,42	4.708.957,69	4.548.621,96	351.607,73	0,00	435.055,68
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	257.694,15	257.694,15	257.694,15	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.005.414,60	4.005.414,60	3.845.078,87	0,00	0,00	
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.312.045,80	4.005.414,60	4.005.414,60	84,65
16- PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL	52.992,13	0,00	0,00	0,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	15.897,64	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	**VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO	514.519,47	178.542,90	178.542,90	0,00	3,47

APLICADA NO EXERCÍCIO						

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	899.756,42	28.069,02	28.069,02	0,00	0,00	0,00
19.1- Total das Despesas custeadadsa com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	835.170,11	17.719,48	17.719,48	0,00	0,00	0,00
19.2- Total das Despesas Custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	64.586,31	10.349,54	10.349,54	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	**6.871.895,00**	**2.440.696,80**	**2.226.312,53**	**2.128.839,66**	**214.384,27**
20.1- Educação Infantil	2.064.600,00	856.033,80	785.138,90	767.588,48	70.894,90
20.2- Ensino Fundamental	3.789.595,00	1.584.663,00	1.441.173,63	1.361.251,18	143.489,37
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	47.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	970.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	**15.917.264,02**	**7.290.146,07**	**7.075.761,80**	**6.817.953,20**	**214.384,27**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	6.576.918,23	2.894.793,99	2.823.899,09	2.735.425,30	70.894,90
21.1.1- Creche	6.576.918,23	2.894.793,99	2.823.899,09	2.735.425,30	70.894,90
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	9.340.345,79	4.395.352,08	4.251.862,71	4.082.527,90	143.489,37

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	2.226.312,53
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	3.614.430,91
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19.1(x)	0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1 (af) + L30.2(af))	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	**5.840.743,44**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	5.098.288,67	5.840.743,44	28,64

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**231.201,62**	**21.864,00**	**193.575,80**	**0,00**	**37.625,82**
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	139.311,14	19.056,00	101.685,32	0,00	37.625,82
30.2- Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	83.988,89	0,00	83.988,89	0,00	0,00
30.3- Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	7.901,59	2.808,00	7.901,59	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**1.121.000,00**	**580.314,34**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**921.000,00**	**480.856,02**
31.1.1- Salário-Educação	650.000,00	380.531,72
31.1.2- PDDE	6.000,00	521,86
31.1.3- PNAE	200.000,00	84.604,09
31.1.4 - PNATE	65.000,00	15.198,35
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	**0,00**	**0,00**
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	**0,00**	**0,00**
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	**0,00**	**0,00**
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**200.000,00**	**99.458,32**

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	**3.267.459,91**	**2.782.673,18**	**2.474.949,29**	**1.028.146,01**	**307.723,89**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	137.400,00	3.252,17	3.252,17	3.252,17	0,00
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	1.387.355,00	869.062,57	670.290,00	418.733,61	198.772,57
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	1.006.200,00	953.000,00	953.000,00	11.436,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	105.000,00	110.900,00	110.900,00	1.330,80	0,00
32.8- OUTRAS	631.504,91	846.458,44	737.507,12	593.393,43	108.951,32
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR (g)**
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**20.676.423,93**	**10.579.026,36**	**9.705.310,47**	**8.000.698,59**	**873.715,89**
33.1- Despesas Correntes	**18.473.923,93**	**9.299.282,70**	**8.428.099,55**	**7.891.436,73**	**871.183,15**
33.1.1- Pessoal Ativo	11.512.869,02	5.635.328,58	5.635.328,58	5.455.111,73	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	502.700,00	468.810,30	117.202,57	117.202,57	351.607,73
33.1.4- Outras Despesas Correntes	6.458.354,91	3.195.143,82	2.675.568,40	2.319.122,43	519.575,42
33.2- Despesas de Capital	**2.202.500,00**	**1.279.743,66**	**1.277.210,92**	**109.261,86**	**2.532,74**
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	2.202.500,00	1.279.743,66	1.277.210,92	109.261,86	2.532,74

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**VALOR**	
	FUNDEB (ah)	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	9.337.812,10	604.627,65
35- (+)INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O PERÍODO (orçamentário)	5.145.194,74	380.531,72
36- (-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O PERÍODO (orçamentário e restos a pagar)	0,00	611.706,50
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	14.483.006,84	373.452,87
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	14.483.006,84	373.452,87
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, emitido em 22/jul/2026 as 09h e 18m.		

1. Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.
2. Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
3. Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional." utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional.
4. Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5. Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
6. As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.
7. Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.
8. Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.
9.Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).
10. Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna , os percentuais devem ser ajustados para 100%.

WILLIAN CEZAR VIEGA	***MARCIANO SANTO BORGES***	***FRANCIELE CRISTINA DOS SANTOS***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:1DA89661

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO 2.026/BIMESTRE MAIO-JUNHO		
RREO – Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)	Em reais	
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre / 2026**
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	59.002.160,96	29.300.695,02
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.293.000,00	2.738.629,40
IPTU	1.386.000,00	625.197,05
ISS	1.510.000,00	547.204,72
ITBI	1.100.000,00	212.628,24
IRRF	2.350.000,00	935.970,11
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	947.000,00	417.629,28
Contribuições	1.685.000,00	655.279,08
Receita Patrimonial	109.410,96	807.056,53
Aplicações Financeiras (II)	108.410,96	806.762,79
Outras Receitas Patrimoniais	1.000,00	293,74
Transferências Correntes	49.864.750,00	24.189.114,05
Cota-Parte do FPM	19.000.000,00	8.708.298,87
Cota-Parte do ICMS	8.964.000,00	4.667.740,87
Cota-Parte do IPVA	1.840.000,00	949.230,95
Cota-Parte do ITR	280.000,00	63.084,51
Transferências da LC 61/1989	144.000,00	69.368,86
Transferências do FUNDEB	10.505.000,00	5.096.007,39
Outras Transferências Correntes	9.131.750,00	4.635.382,60
Demais Receitas Correntes	50.000,00	910.615,96
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	50.000,00	910.615,96
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	58.893.750,00	28.493.932,23
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00

RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	15.900.517,52	7.444.806,66
Operações de Crédito (VIII)	2.000.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	500.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	500.000,00	0,00
Transferências de Capital	13.400.517,52	7.444.806,66
Convênios	9.933.514,95	5.444.733,62
Outras Transferências de Capital	3.467.002,57	2.000.073,04
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	13.900.517,52	7.444.806,66
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	72.794.267,52	35.938.738,89
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	72.794.267,52	35.938.738,89

DESPESAS PRIMÁRIAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre / 2026**					
		DESPESAS EMPENHADAS	**DESPESAS LIQUDADAS**	**DESPESAS PAGAS (a)**	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	
						LIQUIDADOS	**PAGOS (c)**
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	55.351.787,57	29.030.725,75	26.679.442,83	24.657.080,31	2.284.486,10	642.034,03	633.662,44
Pessoal e Encargos Sociais	27.451.604,96	14.025.194,78	13.852.462,90	13.449.279,64	309.283,42	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	325.000,00	145.898,40	145.898,40	145.898,40	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	27.575.182,61	14.859.632,57	12.681.081,53	11.061.902,27	1.975.202,68	642.034,03	633.662,44
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	55.026.787,57	28.884.827,35	26.533.544,43	24.511.181,91	2.284.486,10	642.034,03	633.662,44
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	23.949.535,16	14.511.805,38	7.278.170,54	4.747.277,07	102.996,19	2.354.689,66	2.101.761,66
Investimentos	23.258.835,16	14.228.512,29	6.994.877,45	4.463.983,98	100.180,67	2.354.689,66	2.101.761,66
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	690.700,00	283.293,09	283.293,09	283.293,09	2.815,52	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	23.258.835,16	14.228.512,29	6.994.877,45	4.463.983,98	100.180,67	2.354.689,66	2.101.761,66
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	625.000,00	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	**78.910.622,73**	**43.113.339,64**	**33.528.421,88**	**28.975.165,89**	**2.384.666,77**	**2.996.723,69**	**2.735.424,10**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	78.910.622,73	43.113.339,64	33.528.421,88	28.975.165,89	2.384.666,77	2.996.723,69	2.735.424,10

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	**1.843.482,13**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	**1.843.482,13**
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-1.484.300,00
JUROS NOMINAIS	**Até o Bimestre / 2026**
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	806.762,79
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	145.898,40
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	**2.504.346,52**

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/Dez/2025 (a)	**Até o Bimestre (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	2.320.896,57	2.037.603,48
DEDUÇÕES (XL)	11.914.722,32	11.719.319,67
Disponibilidade de Caixa	11.914.722,32	11.719.317,23
Disponibilidade de Caixa Bruta	15.042.339,56	17.006.012,94
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	2.429.631,19	4.856.476,66
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	697.986,05	430.219,05
Demais Haveres Financeiros	0,00	2,44
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-9.593.825,75	-9.681.716,19
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**87.890,44**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-265.138,65
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre / 2026**
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	2.426.845,47
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX)]	**2.514.735,91**

RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**1.853.871,52**
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.023.644,25
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	5.023.644,25
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, emitido em 22/jul/2026 as 09h e 14m.	

WILLIAN CEZAR VIEGA	***MARCIANO SANTO BORGES***	***FRANCIELE CRISTINA DOS SANTOS***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:FE4EA797

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA JANEIRO A JUNHO 2.026/BIMESTRE MAIO-JUNHO

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO	
ESTADO DO PARANÁ	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A JUNHO 2.026/BIMESTRE MAIO-JUNHO	
LRF, Art. 48 - Anexo XIV	R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até Período**
RECEITAS	
Previsão Inicial	62.500.000,00
Previsão Atualizada	74.902.678,48
Receitas Realizadas	36.745.501,68
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	5.023.644,25
DESPESAS	
Dotação Inicial	62.500.000,00
Dotação Atualizada	79.926.322,73
Despesas Empenhadas	43.542.531,13
Despesas Liquidadas	33.957.613,37
Despesas Pagas	29.415.036,98
Superávit Orçamentário	2.787.888,31
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até Período**
Despesas Empenhadas	43.542.531,13
Despesas Liquidadas	33.957.613,37
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até Período**
Receita Corrente Líquida	57.449.797,22
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	53.957.797,22
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	52.594.544,63

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até Período**
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	**Meta Fixada no AMF da LDO (a)**	**Resultado até o Período (b)**	**% em Relação à Meta (b/a)**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	-1.484.300,00	1.832.802,53	-123,48
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-265.138,65	87.890,44	-33,15

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	**Inscrito**	**Cancelado Até o Período**	**Pagamento Até o Período**	**Saldo a Pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	2.429.631,19	227,82	2.387.482,29	41.921,08
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	5.047.288,02	373.938,90	2.735.424,10	1.937.925,02
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Porder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7.476.919,21	374.166,72	5.122.906,39	1.979.846,10

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	**Valor Apurado Até Período**	**Limites Constitucionais Anuais**	
		% Mínimo a Aplicar Exerc.	**% Aplicado Até o Período**
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	5.840.743,44	<18% / 25%>	28,64
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	4.005.414,60	70%	84,65
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50%	0,00

Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor Apurado Até Período**		**Saldo Não Realizado**	
Receita de Operação de Crédito	0,00		2.000.000,00	
Despesa de Capital Líquida	14.511.805,38		9.437.729,78	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	**Valor Apurado Até Período**		**Saldo a Realizar**	
Receita da Alienação de Ativos	6.468,50		493.531,50	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		372.100,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor Apurado Até Período**	**Limites Constitucionais Anuais**		
		% Mínimo a Aplicar Exerc.	**% Aplicado até o Período**	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	7.556.252,24	15,00	37,05	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE**			
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00			
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, emitido em 22/jul/2026 as 11h e 17m.				
WILLIAN CEZAR VIEGA	***MARCIANO SANTO BORGES***			
Prefeito Municipal	Contador			
FRANCIELE CRISTINA DOS SANTOS				
Controle Interno				

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:4A69C8F4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA JANEIRO A JUNHO 2.026/BIMESTRE MAIO-JUNHO

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO 2.026/BIMESTRE MAIO-JUNHO		
RREO – Anexo 4 (LRF, art 53, inciso II)		R$ 1,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)**
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**

Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO - RPPS (IX) = (VII + VIII)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS -RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)**
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)²	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM	**APORTES REALIZADOS**
REPARTIÇÃO DO RPPS	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	
(FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)**
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)**
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	

WILLIAN CEZAR VIEGA	*MARCIANO SANTO BORGES*	*FRANCIELE CRISTINA DOS SANTOS*
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:E2CF6664

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO DECRETO Nº 2.792/2026

DECRETO Nº 2.792/2026

HOMOLOGA O TERMO DE REAVALIAÇÃO REALIZADO PELA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS (VEÍCULOS AUTOMOTORES), NOMEADA PELAS PORTARIAS Nº 2.912/2026 E Nº 2.917/2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WILLIAN CEZAR VIEGA, Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o TERMO DE REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS (VEÍCULOS AUTOMOTORES), constantes do Anexo I deste Decreto, cuja avaliação ficou sob a responsabilidade da Comissão Especial de Avaliação nomeada pelas Portarias nº 2.912/2026 e nº 2.917/2026.
Parágrafo Único: Os valores e condições dos bens estão relacionados no RELATÓRIO SIMPLIFICADO DE AVALIAÇÃO N.º 001/2026 da presente comissão.
Art. 2° - A finalidade da presente avaliação tem como o objetivo de realização de processo de alienação dos referidos bens.
Art. 3º - O dinheiro auferidos com a alienação dos bens descritos no art. 1º deverão ser aplicados em conformidade com o art. 44 da Lei Complementar Federal nº 101, de 10 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especificamente em seu artigo 44, ou seja, não poderá ser aplicado em despesas correntes, ressalvado aquelas que se destinam por lei.
Art. 4º - Está comissão realizou visita *in loco* e emitiu relatório.
Art. 5° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 14 de maio de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

ANEXO I
RELATÓRIO SIMPLIFICADO DE AVALIAÇÃO Nº 001/2026

Aos 14 dias do mês de maio de 2026, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Avaliação, a saber: Presidente: Emerson Aparecido da Silva Soares, matrícula nº 1.378, Membros: Vanderlei Mendes, matrícula nº 560, e Antonio Cordeiro Dos Santos, matrícula nº 1.345; a serviço da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, CNPJ nº 75.462.820/0001-02, com sede a Av. Paulo Libânio, nº 700 – Centro, em Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, CEP: 87.920-000, designados pela Portaria nº 2.912, de 05 de maio 2026; dando cumprimento ao objeto da avaliação, que é a arbitrar valor para futuro processo licitatório de alienação a ser promovido pela Administração Pública Municipal, dos seguintes veículos: . Iniciados os trabalhos, fora determinado a seguinte metodologia de trabalho: verificação do valor da Tabela FIPE, na referência de maio de 2026, e deste valor ser subtraído o custo de depreciação do bem, adicionado os custos das manutenções listadas na coluna observação de cada veículo, ao final restando, após arredondamento, o valor final da avaliação, sendo estabelecido os seguintes resultados da avaliação:
Sem outras ocorrências a serem registradas, finalizam os trabalhos lavrando o presente Relatório Simplificado de Avaliação que, aprovado por todos, é submetido à homologação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

ITEM 01 – AUTOMÓVEL: FORD RANGER XL 13P – PLACA: ARL-4670					
INFORMAÇÕES GERAIS:					
Item nº:	**Tipo:**	**Marca:**	**Modelo:**		
01	Passageiro/Automóvel	Ford	Ford Ranger XL 13P		3.0 2P 163CV
Placa nº:	**Renavam nº:**		**Chassi nº:**		
ARL-4G70	147321905		8AFER13P69J244357		
Patrimônio nº	**Ano de fabricação/modelo:**		**Combustível:**		**Cor:**
11.597	2009/2009		Diesel		Branca
INFORMAÇÕES COMERCIAIS:					
Situação Detran-PR:		**Recall:**			
Nada consta		Nada consta			
AVALIAÇÃO:					
TABELA FIPE R$ 55.096,00 VALOR: R$20.000,00					
OBSERVAÇÃO					
veículo necessita de revisão elétrica completa, bem como substituição dos bicos injetores. Necessita ainda de revisão geral da suspensão e do sistema de freios, Pneus em estado desgastado, recomendando-se a substituição.					

ITEM 02 – AUTOMÓVEL: FORD RANGER XL 13P – PLACA: ARL-4671					
INFORMAÇÕES GERAIS:					
Item nº:	**Tipo:**	**Marca:**	**Modelo:**		
02	Passageiro/Automóvel	Ford	Ford Ranger XL 13P		3.0 2P 163CV
Placa nº:	**Renavam nº:**		**Chassi nº:**		
ARL-4G71	00147323789		8AFER13P79J245159		
Patrimônio nº	**Ano de fabricação/modelo:**		**Combustível:**		**Cor:**
11.598	2009/2009		Diesel		Branco

INFORMAÇÕES COMERCIAIS:	
Situação Detran-PR:	**Recall:**
Nada consta	Nada consta
AVALIAÇÃO:	
TABELA FIPE R$ 55.096,00 VALOR: R$20.000,00	
OBSERVAÇÃO	
veículo necessita de revisão elétrica geral, bem como substituição dos bicos injetores, necessita ainda de revisão completa do sistema de suspensão e freios. Os pneus encontram-se em estado desgastado devido ao uso contínuo, Veículo apresenta desgaste compatível com o tempo de utilização e condições normais de uso.	

ITEM 03– AUTOMÓVEL: CHEVROLET/CRUZE – PLACA: RHO-8F01				
INFORMAÇÕES GERAIS:				
Item nº:	**Tipo:**	**Marca:**	**Modelo:**	
03	Passageiro/Automóvel	Chevrolet	GM - CRUZE	1.8 AT LTZ
Placa nº:	**Renavam nº:**	**Chassi nº:**		
RHO-8F01	1282595820	8AGBN69S0NR108009		
Patrimônio nº	**Ano de fabricação/modelo:**	**Combustível:**	**Cor:**	
11.631	2021/2022	Flex	Branco	
INFORMAÇÕES COMERCIAIS:				
Situação Detran-PR:	**Recall:**			
Nada consta	Nada consta			
AVALIAÇÃO:				
TABELA FIPE R$ 114.000,00 VALOR: R$80.000,00				
OBSERVAÇÃO				
Veículo em bom estado de conservação, apresentando apenas pequenos sinais de uso compatíveis com o tempo de utilização. Possui pequeno ralado no para-choque traseiro e leve avaria no retrovisor do lado do passageiro. Pneus com aproximadamente meia vida útil. Quilometragem: 193.265 km. Parte interna em perfeitas condições de conservação. Motor com revisões realizadas periodicamente, mantendo pleno funcionamento. Veículo em condições normais de uso, tendo sido utilizado pelo Gabinete do Prefeito Municipal.				

ITEM 04– AUTOMÓVEL: RETROESCAVADEITRA, CATTERPILAR CHASSI:CACAT0416EAMFG06228					
INFORMAÇÕES GERAIS:					
Item nº:	**Tipo:**	**Marca:**	**Modelo:**		
04	Maquinas	Catterpillar	Retroescavadeira, Catterpillar	416-E	
Chassi nº:					
CACAT0416EAMFG06228					
Patrimônio nº	**Ano de fabricação/modelo:**	**Combustível:**	**Cor:**		
5.364	2013/2014	Diesel	Amarelo		
INFORMAÇÕES COMERCIAIS:					
Situação Detran-PR:	**Recall:**				
Nada consta	Nada consta				
AVALIAÇÃO:					
TABELA FIPE R$ 220,00 VALOR: R$40.000,00					
OBSERVAÇÃO					
Veículo apresenta folgas nos pinos da concha dianteira e traseira, necessitando embuchamento da balança dianteira. O motor necessita de retífica, apresentando perda de força e expulsão de óleo pela vareta de nível. Constatam-se ainda vazamentos diversos nas bombas hidráulicas, demandando manutenção corretiva. Pneus dianteiros em estado desgastado, recomendando-se substituição, enquanto os pneus traseiros encontram-se em estado razoável de conservação. Observa-se que o veículo encontra-se parado há aproximadamente 4 (quatro) anos, apresentando desgaste decorrente do tempo de inatividade e uso anterior.					

ITEM 05 – MAQUINAS: TRATOR CHASSI: Z6CB12701				
INFORMAÇÕES GERAIS:				
Item nº:	**Tipo:**	**Marca:**	**Modelo:**	
05	Maquinas	New Holland	Trator TL 85 Exitus	TL 85 4X2
Chassi nº:				
Z6CB12701				
Patrimônio nº	**Ano de fabricação/modelo:**	**Combustível:**	**Cor:**	
1.728	2006	Diesel	Azul	
INFORMAÇÕES COMERCIAIS:				
Situação Detran-PR:	**Recall:**			
Nada consta	Nada consta			
AVALIAÇÃO:				
TABELA ENTRE R$ 95.000,00 A R$ 195.000,00 VALOR: R$30.000,00				
OBSERVAÇÃO				
Veículo encontra-se com pneus em estado desgastado, necessitando substituição, motor ainda original de fábrica, apresentando falhas na bomba injetora e nos bicos injetores. O sistema hidráulico não se encontra em funcionamento, sendo necessária desmontagem e averiguação técnica para identificação e correção dos defeitos existentes. Necessita ainda de revisão completa do sistema elétrico e do sistema de freios. Ressalta-se que o trator encontra-se parado há aproximadamente 5 (cinco) anos, apresentando desgaste compatível com o período de inatividade e tempo de uso.				

ITEM 06 – AUTOMÓVEL: FORD KA SEDAN – PLACA: BEQ-3D70				
INFORMAÇÕES GERAIS:				
Item nº:	**Tipo:**	**Marca:**	**Modelo:**	
06	Passageiro/Automóvel	Ford	Ford Ka Sedan	1.5 SE
Placa nº:	**Renavam nº:**	**Chassi nº:**		
BEQ-3D70	01247453917	9BFZH54S9M8079948		
Patrimônio nº	**Ano de fabricação/modelo:**	**Combustível:**	**Cor:**	
11.547	2020/2021	Flex	Branco	
INFORMAÇÕES COMERCIAIS:				
Situação Detran-PR:	**Recall:**			
Nada consta	Nada consta			
AVALIAÇÃO:				
TABELA FIPE R$ 49.000,00 VALOR: R$15.000,00				
OBSERVAÇÃO				
veículo sofreu capotamento, apresentando avarias decorrentes do acidente. Ressalta-se que, até a data do ocorrido, o veículo encontrava-se em pleno funcionamento e em perfeitas condições de uso.				

ITEM 07 – AUTOMÓVEL: FIAT/DUCATO MINIBUS– PLACA: BAS-5783				
INFORMAÇÕES GERAIS:				
Item nº:	**Tipo:**	**Marca:**	**Modelo:**	
07	Passageiro/Minibus - Van	fiat	Ducato Minibus	2.8
Placa nº:	**Renavam nº:**	**Chassi nº:**		
BAS-5783	1094583283	93W245R3RF2150230		
Patrimônio nº	**Ano de fabricação/modelo:**	**Combustível:**	**Cor:**	
10.346	2015/2015	Diesel	Prata	
INFORMAÇÕES COMERCIAIS:				

Situação Detran-PR:	Recall:
Nada consta	Nada consta

AVALIAÇÃO:

TABELA FIPE R$ 109.166,00 VALOR: R$60.000,00

OBSERVAÇÃO

Van Fiat Ducato ano 2015, em estado razoável de conservação, atualmente utilizada pela Secretaria Municipal de Viação e Obras. Pneus em bom estado de uso. As manutenções e reparos são realizados conforme necessidade operacional do veículo. Motor em funcionamento regular, mantendo suas características originais de fábrica.

ITEM 08– AUTOMÓVEL: IVECO/CITYCLASS– PLACA: ATO-5664

INFORMAÇÕES GERAIS:

Item nº:	Tipo:	Marca:	Modelo:	
08	Passageiro/Micro-ônibus	Iveco	Iveco/Cityclass	70 c16

Placa nº:	Renavam nº:	Chassi nº:
ATO-5664	281953910	93ZL68B01B8421816

Patrimônio nº	Ano de fabricação/modelo:	Combustível:	Cor:
4.775	2010/2011	Diesel	Amarelo

INFORMAÇÕES COMERCIAIS:

Situação Detran-PR:	Recall:
Nada consta	Nada consta

AVALIAÇÃO:

TABELA ENTRE R$ 65.000,00 A R$ 108.000,00 VALOR: R$20.000,00

OBSERVAÇÃO

Veículo foi desativado para manutenção, em razão da necessidade de revisão da parte elétrica, a qual ocasionava dificuldades na partida do motor. Em determinadas situações ocorria interrupção de corrente elétrica, impedindo a liberação de óleo diesel aos bicos injetores. Necessita ainda de substituição das buchas da suspensão dianteira, troca dos pneus, recolocação dos retrovisores, substituição do rolamento do cardan e reparos para eliminação de vazamentos no motor. Ressalta-se que o motor não apresentava perda de potência, porém possuía vazamento excessivo de óleo em sua lateral, demandando manutenção corretiva.

ITEM 09– AUTOMÓVEL: RENAULT/MASTER ALLT AMB1– PLACA: AYJ-2017

INFORMAÇÕES GERAIS:

Item nº:	Tipo:	Marca:	Modelo:	
09	Passageiro/Van	Renault	Renault/Master Allt Ambulância	130CV/2299

Placa nº:	Renavam nº:	Chassi nº:
AYJ-2017	01008263467	93YMAF4MAFJ301960

Patrimônio nº	Ano de fabricação/modelo:	Combustível:	Cor:
5.344	2014/2014	Diesel	Branca

INFORMAÇÕES COMERCIAIS:

Situação Detran-PR:	Recall:
Nada consta	Nada consta

AVALIAÇÃO:

TABELA FIPE R$ 110.000,00 VALOR: R$30.000,00

OBSERVAÇÃO

veículo era utilizado pela Cozinha Piloto, sendo disponibilizado para venda em razão de apresentar motor fundido. Os pneus encontram-se em estado desgastado, necessitando substituição. Os demais componentes do veículo receberam manutenção preventiva sempre que identificada necessidade de reparos, apresentando desgaste compatível com o tempo de uso e utilização contínua.

ITEM 10– AUTOMÓVEL: RENAULT/MASTER PICKUP AMBUL– PLACA: BBZ-5790

INFORMAÇÕES GERAIS:

Item nº:	Tipo:	Marca:	Modelo:	
10	Passageiro/Van	Renault	Renault/Master Pickup Ambulância	130CV

Placa nº:	Renavam nº:	Chassi nº:
BBZ-5790	1146691260	93YMAFEXAJJ203625

Patrimônio nº	Ano de fabricação/modelo:	Combustível:	Cor:
10.940	2017/2018	Diesel	Branca

INFORMAÇÕES COMERCIAIS:

Situação Detran-PR:	Recall:
Nada consta	Nada consta

AVALIAÇÃO:

TEBELA FIPE R$ 145.000,00 VALOR: R$35.000,00

OBSERVAÇÃO

Veículo foi disponibilizado para venda em razão de superaquecimento do motor, ocasionando o travamento do mesmo. Até o momento da ocorrência, os demais componentes encontravam-se em condições normais de funcionamento. Por se tratar de ambulância, o veículo recebia revisões e manutenções periódicas de forma preventiva. Pneus em estado regular de conservação, compatíveis com o tempo de uso.

ITEM 11– AUTOMÓVEL: VW/SANTANA – PLACA: MBB-6443

INFORMAÇÕES GERAIS:

Item nº:	Tipo:	Marca:	Modelo:	
11	Passageiro/Automóvel	Volkswagen	Santana 2.0 Mi	5P/121CV

Placa nº:	Renavam nº:	Chassi nº:
MBB-6443	758411308	9BWAE03XX1P016428

Patrimônio nº	Ano de fabricação/modelo:	Combustível:	Cor:
5.301	2001/2001	Gasolina	Prata

INFORMAÇÕES COMERCIAIS:

Situação Detran-PR:	Recall:
Nada consta	Nada consta

AVALIAÇÃO:

TABELA FIPE R$ 22.862,00 VALOR: R$5.000,00

OBSERVAÇÃO

Veículo apresenta forros de portas danificados, pneus em estado desgastado e avarias internas diversas. Necessita de manutenção no sistema de ar-condicionado, reparos nas travas das portas e do porta-malas, bem como revisão da suspensão dianteira. O veículo encontra-se sem bateria. Consta ainda avaria externa no para-choque dianteiro. A funilaria apresenta estado razoável de conservação, com pintura queimada pela ação do sol e desgaste compatível com o tempo de uso. Ressalta-se que o veículo foi retirado de circulação em funcionamento. O mesmo não possui macaco, estepe, triângulo e chave de roda.

ITEM 12 – AUTOMÓVEL: FIAT/ SIENA – PLACA: BAR-8857

INFORMAÇÕES GERAIS:

Item °:	Tipo:	Marca:	Modelo:	
12	Passageiro/Automóvel	Fiat	Fiat Siena	5P 86CV

Placa nº:	Renavam nº:	Chassi nº:
BAR8857	01068904507	8AP37217MG6135761

Patrimônio nº	Ano de fabricação/modelo:	Combustível:	Cor:
10.245	2015/2016	ALCO/GASO	Branco

INFORMAÇÕES COMERCIAIS:

Situação Detran-PR:	Recall:

Nada consta	Nada consta
AVALIAÇÃO:	
TABELA FIPE R$ 34.096,00 VALOR : R$20.000,00	
OBSERVAÇÃO	
Veículo encontra-se em uso pela Secretaria Municipal de Obras, recebendo revisões e manutenções periódicas de forma constante. Pneus em bom estado de conservação e funcionamento regular. Apresenta pequeno amassado na lateral da carroceria, além de sinais de uso compatíveis com o tempo de utilização e atividade desempenhada.	

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 14 de maio de 2026.

EMERSON APERECIDO DA SILVA SOARES
Presidente

VANDERLEI MENDES

ANTONIO CORDEIRO DOS SANTOS

REPUBLICADO, por erro material no expediente publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná em 1º de junho de 2026, edição nº 3.541, com o código identificador nº EB6E3C62. Onde se lê: "ARL-4670", leia-se: "ARL4G70"; e onde se lê: "ARL-4671", leia-se: "ARL4G71".

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:CC58ED27

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO RELATÓRIO SIMPLIFICADO DE AVALIAÇÃO Nº 001/2026

RELATÓRIO SIMPLIFICADO DE AVALIAÇÃO Nº 001/2026

Aos 14 dias do mês de maio de 2026, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Avaliação, a saber: Presidente: Emerson Aparecido da Silva Soares, matrícula nº 1.378, Membros: Vanderlei Mendes, matrícula nº 560, e Antônio Cordeiro Dos Santos, matrícula nº 1.345; a serviço da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, CNPJ nº 75.462.820/0001-02, com sede a Av. Paulo Libânio, nº 700 – Centro, em Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, CEP: 87.920-000, designados pela Portaria nº 2.912, de 05 de maio 2026; dando cumprimento ao objeto da avaliação, que é a arbitrar valor para futuro processo licitatório de alienação a ser promovido pela Administração Pública Municipal, dos seguintes veículos: . Iniciados os trabalhos, fora determinado a seguinte metodologia de trabalho: verificação do valor da Tabela FIPE, na referência de maio de 2026, e deste valor ser subtraído o custo de depreciação do bem, adicionado os custos das manutenções listadas na coluna observação de cada veiculo, ao final restando, após arredondamento, o valor final da avaliação, sendo estabelecido os seguintes resultados da avaliação:

ITEM 01 – AUTOMÓVEL: FORD RANGER XL 13P – PLACA: ARL-4670				
INFORMAÇÕES GERAIS:				
Item nº:	**Tipo:**	**Marca:**	**Modelo:**	
01	Passageiro/Automóvel	Ford	Ford Ranger XL 13P	3.0 2P 163CV
Placa nº:	**Renavam nº:**	**Chassi nº:**		
ARL-4G70	147321905	8AFER13P69J244357		
Patrimônio nº	**Ano de fabricação/modelo:**	**Combustível:**		**Cor:**
11.597	2009/2009	Diesel		Branca
INFORMAÇÕES COMERCIAIS:				
Situação Detran-PR:		**Recall:**		
Nada consta		Nada consta		
AVALIAÇÃO:				
TABELA FIPE R$ 55.096,00 VALOR: R$20.000,00				
OBSERVAÇÃO				
veículo necessita de revisão elétrica completa, bem como substituição dos bicos injetores. Necessita ainda de revisão geral da suspensão e do sistema de freios, Pneus em estado desgastado, recomendando-se a substituição.				

ITEM 02 – AUTOMÓVEL: FORD RANGER XL 13P – PLACA: ARL-4671				
INFORMAÇÕES GERAIS:				
Item nº:	**Tipo:**	**Marca:**	**Modelo:**	
02	Passageiro/Automóvel	Ford	Ford Ranger XL 13P	3.0 2P 163CV
Placa nº:	**Renavam nº:**	**Chassi nº:**		
ARL-4G71	00147323789	8AFER13P79J245159		
Patrimônio nº	**Ano de fabricação/modelo:**	**Combustível:**		**Cor:**
11.598	2009/2009	Diesel		Branco
INFORMAÇÕES COMERCIAIS:				
Situação Detran-PR:		**Recall:**		
Nada consta		Nada consta		
AVALIAÇÃO:				
TABELA FIPE R$ 55.096,00 VALOR: R$20.000,00				
OBSERVAÇÃO				
veículo necessita de revisão elétrica geral, bem como substituição dos bicos injetores, necessita ainda de revisão completa do sistema de suspensão e freios. Os pneus encontram-se em estado desgastado devido ao uso contínuo, Veículo apresenta desgaste compatível com o tempo de utilização e condições normais de uso.				

ITEM 03– AUTOMÓVEL: CHEVROLET/CRUZE – PLACA: RHO-8F01				
INFORMAÇÕES GERAIS:				
Item nº:	**Tipo:**	**Marca:**	**Modelo:**	
03	Passageiro/Automóvel	Chevrolet	GM - CRUZE	1.8 AT LTZ
Placa nº:	**Renavam nº:**	**Chassi nº:**		
RHO-8F01	1282595820	8AGBN69S0NR108009		
Patrimônio nº	**Ano de fabricação/modelo:**		**Combustível:**	**Cor:**
11.631	2021/2022		Flex	Branco
INFORMAÇÕES COMERCIAIS:				
Situação Detran-PR:		**Recall:**		
Nada consta		Nada consta		
AVALIAÇÃO:				

TABELA FIPE R$ 114.000,00 VALOR: R$80.000,00
OBSERVAÇÃO
Veículo em bom estado de conservação, apresentando apenas pequenos sinais de uso compatíveis com o tempo de utilização. Possui pequeno ralado no para-choque traseiro e leve avaria no retrovisor do lado do passageiro. Pneus com aproximadamente meia vida útil. Quilometragem: 193.265 km. Parte interna em perfeitas condições de conservação. Motor com revisões realizadas periodicamente, mantendo pleno funcionamento. Veículo em condições normais de uso, tendo sido utilizado pelo Gabinete do Prefeito Municipal.

ITEM 04– AUTOMÓVEL: RETROESCAVADEITRA, CATTERPILAR CHASSI:CACAT0416EAMFG06228				
INFORMAÇÕES GERAIS:				
Item nº:	**Tipo:**	**Marca:**	**Modelo:**	
04	Maquinas	Catterpillar	Retroescavadeira, Catterpillar	416-E
Chassi nº:				
CACAT0416EAMFG06228				
Patrimônio nº	**Ano de fabricação/modelo:**		**Combustível:**	**Cor:**
5.364	2013/2014		Diesel	Amarelo
INFORMAÇÕES COMERCIAIS:				
Situação Detran-PR:		**Recall:**		
Nada consta		Nada consta		
AVALIAÇÃO:				
TABELA FIPE R$ 220,00 VALOR: R$40.000,00				
OBSERVAÇÃO				
Veículo apresenta folgas nos pinos da concha dianteira e traseira, necessitando embuchamento da balança dianteira. O motor necessita de retífica, apresentando perda de força e expulsão de óleo pela vareta de nível. Constatam-se ainda vazamentos diversos nas bombas hidráulicas, demandando manutenção corretiva. Pneus dianteiros em estado desgastado, recomendando-se substituição, enquanto os pneus traseiros encontram-se em estado razoável de conservação. Observa-se que o veículo encontra-se parado há aproximadamente 4 (quatro) anos, apresentando desgaste decorrente do tempo de inatividade e uso anterior.				

ITEM 05 – MAQUINAS: TRATOR CHASSI: Z6CB12701				
INFORMAÇÕES GERAIS:				
Item nº:	**Tipo:**	**Marca:**	**Modelo:**	
05	Maquinas	New Holland	Trator TL 85 Exitus	TL 85 4X2
Chassi nº:				
Z6CB12701				
Patrimônio nº	**Ano de fabricação/modelo:**		**Combustível:**	**Cor:**
1.728	2006		Diesel	Azul
INFORMAÇÕES COMERCIAIS:				
Situação Detran-PR:		**Recall:**		
Nada consta		Nada consta		
AVALIAÇÃO:				
TABELA ENTRE R$ 95.000,00 A R$ 195.000,00 VALOR: R$30.000,00				
OBSERVAÇÃO				
Veículo encontra-se com pneus em estado desgastado, necessitando substituição, motor ainda original de fábrica, apresentando falhas na bomba injetora e nos bicos injetores. O sistema hidráulico não se encontra em funcionamento, sendo necessária desmontagem e averiguação técnica para identificação e correção dos defeitos existentes. Necessita ainda de revisão completa do sistema elétrico e do sistema de freios. Ressalta-se que o trator encontra-se parado há aproximadamente 5 (cinco) anos, apresentando desgaste compatível com o período de inatividade e tempo de uso.				

ITEM 06 – AUTOMÓVEL: FORD KA SEDAN – PLACA: BEQ-3D70				
INFORMAÇÕES GERAIS:				
Item nº:	**Tipo:**	**Marca:**	**Modelo:**	
06	Passageiro/Automóvel	Ford	Ford Ka Sedan	1.5 SE
Placa nº:	**Renavam nº:**		**Chassi nº:**	
BEQ-3D70	01247453917		9BFZH54S9M8079948	
Patrimônio nº	**Ano de fabricação/modelo:**		**Combustível:**	**Cor:**
11.547	2020/2021		Flex	Branco
INFORMAÇÕES COMERCIAIS:				
Situação Detran-PR:		**Recall:**		
Nada consta		Nada consta		
AVALIAÇÃO:				
TABELA FIPE R$ 49.000,00 VALOR: R$15.000,00				
OBSERVAÇÃO				
veículo sofreu capotamento, apresentando avarias decorrentes do acidente. Ressalta-se que, até a data do ocorrido, o veículo encontrava-se em pleno funcionamento e em perfeitas condições de uso.				

ITEM 07 – AUTOMÓVEL: FIAT/DUCATO MINIBUS– PLACA: BAS-5783				
INFORMAÇÕES GERAIS:				
Item nº:	**Tipo:**	**Marca:**	**Modelo:**	
07	Passageiro/Minibus - Van	fiat	Ducato Minibus	2.8
Placa nº:	**Renavam nº:**		**Chassi nº:**	
BAS-5783	1094583283		93W245R3RF2150230	
Patrimônio nº	**Ano de fabricação/modelo:**		**Combustível:**	**Cor:**
10.346	2015/2015		Diesel	Prata
INFORMAÇÕES COMERCIAIS:				
Situação Detran-PR:		**Recall:**		
Nada consta		Nada consta		
AVALIAÇÃO:				
TABELA FIPE R$ 109.166,00 VALOR: R$60.000,00				
OBSERVAÇÃO				
Van Fiat Ducato ano 2015, em estado razoável de conservação, atualmente utilizada pela Secretaria Municipal de Viação e Obras. Pneus em bom estado de uso. As manutenções e reparos são realizados conforme necessidade operacional do veículo. Motor em funcionamento regular, mantendo suas características originais de fábrica.				

ITEM 08– AUTOMÓVEL: IVECO/CITYCLASS– PLACA: ATO-5664				
INFORMAÇÕES GERAIS:				
Item nº:	**Tipo:**	**Marca:**	**Modelo:**	
08	Passageiro/Micro-ônibus	Iveco	Iveco/Cityclass	70 c16
Placa nº:	**Renavam nº:**		**Chassi nº:**	
ATO-5664	281953910		93ZL68B01B8421816	
Patrimônio nº	**Ano de fabricação/modelo:**		**Combustível:**	**Cor:**
4.775	2010/2011		Diesel	Amarelo
INFORMAÇÕES COMERCIAIS:				
Situação Detran-PR:		**Recall:**		
Nada consta		Nada consta		
AVALIAÇÃO:				
TABELA ENTRE R$ 65.000,00 A R$ 108.000,00 VALOR: R$20.000,00				

OBSERVAÇÃO
Veículo foi desativado para manutenção, em razão da necessidade de revisão da parte elétrica, a qual ocasionava dificuldades na partida do motor. Em determinadas situações ocorria interrupção de corrente elétrica, impedindo a liberação de óleo diesel aos bicos injetores. Necessita ainda de substituição das buchas da suspensão dianteira, troca dos pneus, recolocação dos retrovisores, substituição do rolamento do cardan e reparos para eliminação de vazamentos no motor. Ressalta-se que o motor não apresentava perda de potência, porém possuía vazamento excessivo de óleo em sua lateral, demandando manutenção corretiva.

ITEM 09– AUTOMÓVEL: RENAULT/MASTER ALLT AMB1– PLACA: AYJ-2017				
INFORMAÇÕES GERAIS:				
Item nº:	**Tipo:**	**Marca:**	**Modelo:**	
09	Passageiro/Van	Renault	Renault/Master Allt Ambulância	130CV/2299
Placa nº:	**Renavam nº:**	**Chassi nº:**		
AYJ-2017	01008263467	93YMAF4MAFJ301960		
Patrimônio nº	**Ano de fabricação/modelo:**	**Combustível:**	**Cor:**	
5.344	2014/2014	Diesel	Branca	
INFORMAÇÕES COMERCIAIS:				
Situação Detran-PR:	**Recall:**			
Nada consta	Nada consta			
AVALIAÇÃO:				
TABELA FIPE R$ 110.000,00 VALOR: R$30.000,00				
OBSERVAÇÃO				
veículo era utilizado pela Cozinha Piloto, sendo disponibilizado para venda em razão de apresentar motor fundido. Os pneus encontram-se em estado desgastado, necessitando substituição. Os demais componentes do veículo receberam manutenção preventiva sempre que identificada necessidade de reparos, apresentando desgaste compatível com o tempo de uso e utilização contínua.				

ITEM 10– AUTOMÓVEL: RENAULT/MASTER PICKUP AMBUL– PLACA: BBZ-5790				
INFORMAÇÕES GERAIS:				
Item nº:	**Tipo:**	**Marca:**	**Modelo:**	
10	Passageiro/Van	Renault	Renault/Master Pickup Ambulância	130CV
Placa nº:	**Renavam nº:**	**Chassi nº:**		
BBZ-5790	1146691260	93YMAFEXAJJ203625		
Patrimônio nº	**Ano de fabricação/modelo:**	**Combustível:**	**Cor:**	
10.940	2017/2018	Diesel	Branca	
INFORMAÇÕES COMERCIAIS:				
Situação Detran-PR:	**Recall:**			
Nada consta	Nada consta			
AVALIAÇÃO:				
TEBELA FIPE R$ 145.000,00 VALOR: R$35.000,00				
OBSERVAÇÃO				
Veículo foi disponibilizado para venda em razão de superaquecimento do motor, ocasionando o travamento do mesmo. Até o momento da ocorrência, os demais componentes encontravam-se em condições normais de funcionamento. Por se tratar de ambulância, o veículo recebia revisões e manutenções periódicas de forma preventiva. Pneus em estado regular de conservação, compatíveis com o tempo de uso.				

ITEM 11– AUTOMÓVEL: VW/SANTANA – PLACA: MBB-6443				
INFORMAÇÕES GERAIS:				
Item nº:	**Tipo:**	**Marca:**	**Modelo:**	
11	Passageiro/Automóvel	Volkswagen	Santana 2.0 Mi	5P/121CV
Placa nº:	**Renavam nº:**	**Chassi nº:**		
MBB-6443	758411308	9BWAE03XX1P016428		
Patrimônio nº	**Ano de fabricação/modelo:**	**Combustível:**	**Cor:**	
5.301	2001/2001	Gasolina	Prata	
INFORMAÇÕES COMERCIAIS:				
Situação Detran-PR:	**Recall:**			
Nada consta	Nada consta			
AVALIAÇÃO:				
TABELA FIPE R$ 22.862,00 VALOR: R$5.000,00				
OBSERVAÇÃO				
Veículo apresenta forros de portas danificados, pneus em estado desgastado e avarias internas diversas. Necessita de manutenção no sistema de ar-condicionado, reparos nas travas das portas e do porta-malas, bem como revisão da suspensão dianteira. O veículo encontra-se sem bateria. Consta ainda avaria externa no para-choque dianteiro. A funilaria apresenta estado razoável de conservação, com pintura queimada pela ação do sol e desgaste compatível com o tempo de uso. Ressalta-se que o veículo foi retirado de circulação em funcionamento. O mesmo não possui macaco, estepe, triângulo e chave de roda.				

ITEM 12 – AUTOMÓVEL: FIAT/ SIENA – PLACA: BAR-8857				
INFORMAÇÕES GERAIS:				
Item °:	**Tipo:**	**Marca:**	**Modelo:**	
12	Passageiro/Automóvel	Fiat	Fiat Siena	5P 86CV
Placa nº:	**Renavam nº:**	**Chassi nº:**		
BAR8857	01068904507	8AP37217MG6135761		
Patrimônio nº	**Ano de fabricação/modelo:**	**Combustível:**	**Cor:**	
10.245	2015/2016	ALCO/GASO	Branco	
INFORMAÇÕES COMERCIAIS:				
Situação Detran-PR:	**Recall:**			
Nada consta	Nada consta			
AVALIAÇÃO:				
TABELA FIPE R$ 34.096,00 VALOR: R$20.000,00				
OBSERVAÇÃO				
Veículo encontra-se em uso pela Secretaria Municipal de Obras, recebendo revisões e manutenções periódicas de forma constante. Pneus em bom estado de conservação e funcionamento regular. Apresenta pequeno amassado na lateral da carroceria, além de sinais de uso compatíveis com o tempo de utilização e atividade desempenhada.				

Sem outras ocorrências a serem registradas, finalizam os trabalhos lavrando o presente Relatório Simplificado de Avaliação que, aprovado por todos, é submetido à homologação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 14 de maio de 2026.

EMERSON APERECIDO DA SILVA SOARES
Presidente

VANDERLEI MENDES

ANTONIO CORDEIRO DOS SANTOS

REPUBLICADO, por erro material no expediente publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná em 22 de maio de 2026, edição nº 3.535, com o código identificador nº D8FB46B6. Onde se lê: "ARL-4670", leia-se: "ARL4G70"; e onde se lê: "ARL-4671", leia-se: "ARL4G71".

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:F641582E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PLANO DE TRABALHO

1 – PROPONENTE

1- ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: ASSOCIAÇÃO DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE – AGTI			2- CNPJ: 03.413.108/0001-02
3- ENDEREÇO: RUA PONTA GROSSA, 1069			
4- CIDADE: SANTA FÉ	5- U.F: PR	6- CEP: 86.770.000	7- DDD/TELEFONE: 8- E-MAIL: agtisantafe@hotmail.com
9- INICIO DE FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE: 10 DE AGOSTO DE 1993			10 – DADOS BANCÁRIOS: Banco do Brasil S/A - 001 Agencia – 4643-4 C/C -A definir
11- NOME DO RESPONSÁVEL: JAIME CORTEZ			12- CPF: 325.038.309-00 13- RG: 1.668,161-0 PR
14- ENDEREÇO: RUA AMADEU MINANTI, 490 – JARDIM ITALIA			
15- CIDADE: SANTA FE	16- U.F, PR	17- CEP: 86.770.000	18- DDD/TELEFONE: (44) 9.9958-1136 19- E-MAIL: agtisantafe@hotmail.com

2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO

20 – DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO A SER EXECUTADO: A parceria tem como objetivo proporcionar atividades a idosos com mais de 60 anos, que contribuam para o envelhecimento ativo e saudável em todos os contextos, melhorando sua capacidade funcional, sua autonomia e sociabilidade, o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e na prevenção de situação de risco social, assegurando desta forma seus direitos individuais e sociais.	21 - PERÍODO DE EXECUÇÃO: Início: julho/2026 Término: junho/27
22 – FORMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES: Reuniões quinzenais com cursos e oficinas fixas ou avulsas em variadas modalidades para desenvolver novas habilidades, nas temáticas de atividade física, artística, socialização em grupo, cuidados pessoais, e atividades preventivas de saúde física e mental.	
23- OBJETIVO: · Apoiar a participação em programas e eventos municipais ou estaduais dirigidos a terceira idade, festas tradicionais, Concurso de Mister e Miss terceira Idade, programa Ponto de Equilíbrio e outros. · Assegurar espaço de encontro para os idosos com a finalidade de promover a convivência comunitária e a sua participação crítica nas causas de ação social e garantia de seus direitos. · Propiciar vivência, que valorizem experiências que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social dos usuários. · Manter atualizados dados cadastrais dos idosos participantes, procurando monitorar seus interesses e identificar suas necessidades específicas. · Promover capacitação e suporte da equipe técnica e demais envolvidos no programa. · Produzir e difundir conhecimento e materiais relacionados ao envelhecimento ativo em diversas modalidades de mídia.	

24- RAZÕES QUE JUSTIFIQUEM A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO:
Um em cada 10 habitantes do planeta já tem mais de 60 anos . Em 2050, prevê-se que o número de pessoas com 100 anos e em pleno vigor físico e mental será surpreendente.
De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, até 2020 a população idosa irá compor um contingente estimado em 31,8 milhões de pessoas. Esse segmento populacional, ao crescer 15 vezes no período entre 1950 e 2020 (em contraste com a população total que terá crescido apenas cinco vezes), situará no Brasil como o sexto país do mundo em termos de massa de idosos . Esta longevidade, que leva a uma inversão de pirâmide demográfica brasileira, tem como principais causas as grandes inovações científico-tecnológicas, associado às melhores condições de vida da população, "traduzido pela urbanização adequada das cidades, melhoria nutricional, elevação dos níveis de higiene pessoal, melhores condições sanitárias em geral e, particularmente, condições ambientais no trabalho e nas residências muito melhores que anteriormente"

. As profundas transformações no âmbito político-social, geradas pela mudança no perfil etário da nossa população, trazem muitos desafios para a sociedade, onde tudo deve ser repensado, com a perspectiva de uma revisão do papel social e da imagem do idoso, criando condições para liberta-lo do preconceito e da marginalização resgatando sua dignidade, propiciando-lhe boa qualidade de vida e convertendo as suas reivindicações em conquistas que possam preparar o caminho para um futuro melhor para todas as idades. Este contexto de envelhecimento populacional vem demandando uma maior atenção das políticas públicas nos últimos 25 anos, mas ainda enfrenta estigmas do preconceito e do baixo investimento público para esta parcela cada vez mais significativa da população. O que se propõe como demanda emergente é a mudança cultural que reduz o significado de terceira idade a sinônimo de doença e inutilidade social. O presente plano de trabalho visa atender de forma consistente as diretrizes da Política Nacional do Idoso, Lei Nº 8.842/1994, e do Estatuto do Idoso, Lei Nº 10.741/2003, que especialmente definem: Art. 2º - O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. Art. 3º - É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

3 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

25- META - Proporcionar cursos e oficinas fixas ou avulsas em variadas modalidades para desenvolver novas habilidades, nas temáticas de atividade física, artística, socialização em grupo, cuidados pessoais, e atividades preventivas de saúde física e mental.		
26- ETAPA OU FASE - Reuniões quinzenais		
27- DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA A AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS. - Atas de Reuniões, lista de presença e atividades desenvolvidas		
28- ESPECIFICAÇÃO/ LOCALIDADE - Sede da associação grupo da terceira idade, Rua Ponta Grossa, 1069 – Santa Fé -PR		
29- INDICADOR FÍSICO - Pessoas com mais de 60 anos	30- UNIDADE – 150	31- QUANTIDADE - 150
32- DURAÇÃO julho de 2026 a junho de 2027	33- INÍCIO julho/2026	34- TÉRMINO junho/2027

4 - PLANO DE APLICAÇÃO / ORÇAMENTO

35-SERVIÇO OU BEM ADQUIRIDO	36-UNID	37- QUANT	38- VALOR UNITÁRIO	39- VALOR ANUAL	40- CONCEDENTE	41- PROPONENTE
Pagamento Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica. Ecad; Copel; Sanepar; Internet				40.000,00	R$ 40.000,00	R$ 0,00
SUBTOTAL				R$ 40.000,00		
42-TOTAL GERAL (CONCEDENTE + PROPONENTE): R$ 40.000,00						

5 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
CONCEDENTE

Meta	Julho	Agosto	Setembro	outubro
Exercício 2026	R$ 3.333,33	R$ 3.333,33	RS 3.333,33	RS 3.333,33
Meta	novembro	dezembro		
Exercício 2026	R$ 3.333,33	R$ 3.333,33		
Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
Exercício 2027	RS 3.333,33	RS 3.333,33	RS 3.333,33	RS 3.333,33
Meta	Maio	junho		
Exercício 2027	RS 3.333,33	RS 3.333,37		

6 – DECLARAÇÃO

Declara a Entidade que está apta a figurar como tomadora de recurso em parceria a ser firmada com o órgão da administração pública municipal de Santa Fé, haja vista, estar em dia com impostos e contribuições junto a União, Estado e Município, possuir controles contábeis em consonância com os princípios e normas de contabilidade e estar em condições físicas e operacionais satisfatórias de funcionamento até o presente momento;
Declaro a Entidade estar ciente do inteiro teor da legislação que rege a matéria, em especial da Lei nº 13.019/2014, Resolução nº. 28/2011-TCE/PR, Instrução Normativa nº. 61/2011 TCE/PR e demais atos normativos do Poder Público.
Com isso, pede-se o DEFERIMENTO do Plano de Trabalho**.**

Santa Fé, 14 de Abril de 2026

_____
Presidente da Entidade

7 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

DEFERIDO ( ) INDEFERIDO ( )

Comissão de Seleção: Comissão de Monitoramento e Avaliação:

Cataia Mantuani Masson Nascimento

Cataia Mantuani Masson Nascimento

_____
Adriana Pereira dos Reis dos Santos

_____
Aparecido Donizete Ribeiro

_____
Vera Lúcia dos Reis

_____
Carlos Eduardo Teixeira

Santa Fé, _____ de _____ 2026

DANIELA MORIS
Secretaria Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Sabrina Davanso
Código Identificador:E6D0FE57

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 3357/2026

DECRETO Nº 3357/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, E CONSIDERANDO O RESULTADO FINAL DO PSS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 01/2025, HOMOLOGADO EM 06/05/2025,
R E S O L V E:

Artigo 1º - NOMEAR, as cidadãs abaixo relacionadas com seus respectivos cargos, Símbolo e nível, conforme segue abaixo relacionado, a partir desta data:

Classif	NOME	CARGO	NIVEL	SÍMBOLO	RG. Nº	CPF/MF Nº
5º	Danielly Franco da Silva	Enfermeiro	I	Enf.	1*.***.***-8 SSP/PR	1**.***.***-*3
7º	Kauana Rebeka Oliveira Reis	Enfermeiro	I	Enf.	1*.***.***-7 SSP/PR	0**.***.***-*2

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de Julho de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Paraíso, em 10 de Julho de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Alves Nogueira André
Código Identificador:BC764149

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026 - PROCESSO Nº 592/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026 - Processo nº 592/2026
OBJETO: Aquisição de baterias automotivas para a frota de veículos e máquinas do município de Santo Antonio do Sudoeste – PR

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Menor Preço, Por item
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: aplicando-se no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº. 14.133 de 01 de abril de 2021; Decreto Municipal nº. 4.084/2024 de 26 de maio de 2006, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Federal nº 147/2014 e legislação complementar.
EMPRESA VENCEDORA – preço por item.

ALEXSANDRO DE PAULA							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	BATERIA DE 60 Ah (amperes) NOVA, selada, com dispositivo de inspeção de carga, certificado de garantia com vigência de 01(um) ano, casco novo, homologada sob os requisitos do INMETRO.	MAXFOR	UN	40,00	310,00	12.400,00
1	3	BATERIA DE 90 Ah (amperes) NOVA, selada, com dispositivo de inspeção de carga, certificado de garantia com vigência de 01(um) ano, casco novo, homologada sob os requisitos do INMETRO.	MAXFOR	UN	25,00	590,00	14.750,00
1	5	BATERIA DE 150 Ah (amperes) NOVA, retangular com polos localizados na mesma extremidade, casco novo, com alças de transporte e certificado de garantia com vigência de 01(um) ano vinculado via numeração no casco, providenciada pelo vendedor, homologada sob os requisitos do INMETRO.	MAXFOR	UN	28,00	685,00	19.180,00
1	6	BATERIA DE 180 Ah (amperes NOVA), retangular com polos localizados na mesma extremidade, casco novo, com alças de transporte e certificado de garantia com vigência de 01(um) ano vinculado via numeração no casco, providenciada pelo vendedor, homologada sob os requisitos do INMETRO.	MAXFOR	UN	25,00	730,00	18.250,00
1	7	BATERIA DE 60 Ah (amperes) NOVA A BASE DE TROCA, selada, com dispositivo de inspeção de carga, certificado de garantia com vigência de 01(um) ano, casco novo, homologada sob os requisitos do INMETRO.	MAXFOR	UN	40,00	275,00	11.000,00
1	8	BATERIA DE 70 Ah (amperes) NOVA A BASE DE TROCA, selada, com dispositivo de inspeção de carga, certificado de garantia com vigência de 01(um) ano, casco novo, homologada sob os requisitos do INMETRO.	MAXFOR	UN	25,00	290,00	7.250,00
1	9	BATERIA DE 90 Ah (amperes) NOVA A BASE DE TROCA, selada, com dispositivo de inspeção de carga, certificado de	MAXFOR	UN	25,00	495,00	12.375,00

		garantia com vigência de 01(um) ano, casco novo, homologada sob os requisitos do INMETRO.					
1	10	BATERIA DE 100 Ah (amperes) NOVA A BASE DE TROCA, retangular com polos localizados na mesma extremidade, casco novo, com alças de transporte e certificado de garantia com vigência de 01(um) ano vinculado via numeração no casco, providenciada pelo vendedor, homologada sob os requisitos do INMETRO.	MAXFOR	UN	25,00	430,00	10.750,00
1	11	BATEBATERIA DE 150 Ah (amperes) NOVA A BASE DE TROCA, retangular com polos localizados na mesma extremidade, casco novo, com alças de transporte e certificado de garantia com vigência de 01(um) ano vinculado via numeração no casco, providenciada pelo vendedor, homologada sob os requisitos do INMETRO.	MAXFOR	UN	28,00	645,00	18.060,00
TOTAL							124.015,00
EMERSON FERNANDO DE SOUZA LIMA ME							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	2	BATERIA DE 70 Ah (amperes) NOVA, selada, com dispositivo de inspeção de carga, certificado de garantia com vigência de 01(um) ano, casco novo, homologada sob os requisitos do INMETRO.	BRMAX JPF 70D	UN	25,00	400,00	10.000,00
1	12	BATERIA DE 180 Ah (amperes) NOVA A BASE DE TROCA, retangular com polos localizados na mesma extremidade, casco novo, com alças de transporte e certificado de garantia com vigência de 01(um) ano vinculado via numeração no casco, providenciada pelo vendedor, homologada sob os requisitos do INMETRO.	BRMAX JMB 180D	UN	25,00	700,00	17.500,00
TOTAL							27.500,00
POWER ENERGY BATERIAS LTDA							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	4	BATERIA DE 100 Ah (amperes) NOVA, retangular com polos localizados na mesma extremidade, casco novo, com alças de transporte e certificado de garantia com vigência de 01(um) ano vinculado via numeração no casco, providenciada pelo vendedor, homologada sob os requisitos do INMETRO.	CRAL ARMY CSA100EF ORIGINAL GARANTIA 12 MESES	UN	25,00	490,00	12.250,00
TOTAL							12.250,00

Homologo a presente licitação,

Santo Antonio do Sudoeste - PR, em 17/07/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:D4BDAD21

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 059/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 059/2026

OBJETO: Contratação de Pessoas Jurídicas para serviços médicos, enfermeiros, técnico em enfermagem, farmaceuticos, psicologo, odontólogo, auxiliar de saúde bucal, terapeuta ocupacional, nutricionista e assistente social e fisioterapeuta, para suprir as necessidades das Secretarias do município, conforme Chamamento Público Nº 001/2024.
Em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo I da Lei Federal nº 14.133/21, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe apresentando o vencedor pelo critério menor preço por item:

Vencedores					
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Quantidade	Preço
CLINICA VIDA E SAUDE FREDO E VICELI LTDA	1	1	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PSICÓLOGO(A), a carga horaria do profissional CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PSICÓLOGO(A), a carga horaria do profissional deverá ser flexível de acordo com a necessidade da demanda, sendo 40 horas semanais de trabalho, sendo o horário de atendimento das 08h00min às 12h00min, 13h15min as 17h15min. O Psicólogo deverá estar devidamente registrado no Conselho Regional de Psicologia- CRP e deve estar apto para realização de procedimentos previstos nos serviços deste município.	2.400,00	24,71

Homologo a presente licitação,

Santo Antônio do Sudoeste, em 15/06/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:F4F118EB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL 077/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Edital nº 066/2026

Considerando que não houveram recursos frente ao Edital de Homologação das inscrições nº 75/2026
A comissão organizadora, com amparo no Edital de Abertura 066/2026 e na Portaria 145/2026, torna público:

I – A classificação provisória dos candidatos conforme pontuação obtida com base na análise dos títulos, consoante ao disposto no item 7 do Edital 066/2026

	ENFERMEIRO			
Classsif.	**Nome do candidato**	**nº Insc.**	**D.NASC**	**Pontos**
1	Simone Orth	22	27/05/1994	28,00
2	Claudineia Nunes Honorio	4	22/12/1973	24,50
3	Hirleny Bezerra dos Santos Fonseca	11	05/08/1980	23,00
4	Aline Renata dos Santos	1	19/11/1985	23,00
5	Daiane da Silva Gonçalves	5	17/07/1988	23,00
6	Debora Quezia de Paiva Borges Carneiro	6	28/03/1996	23,00
7	Maria Silvana de Azevedo	18	19/08/1975	22,50
8	Emily Vieira da Silva	8	10/11/1999	18,00
9	Claudia Matias da Silva Sato	3	27/09/1987	16,00
10	Janilson Lima Ramos	13	10/09/1984	13,00
11	Tharles de Sene Silverio	24	14/08/1987	12,50
12	Nathalia de Azevedo Mendes	20	10/12/1996	12,50
13	Catia Simone Cardoso Meira Marques	2	29/09/1975	12,00
14	Elaine Cristina Lial da Silva	7	04/01/1981	12,00
15	Izabelly Caroliny Dias de Oliveira	12	11/11/2000	12,00
16	Jozemara Cristina Gonçalves	14	30/03/1981	10,50
17	Maria Eduarda Silva Viana	17	14/11/2001	6,00
18	Juliana Cristina Calixto	15	25/07/1985	5,00
19	Vanessa Barbosa Sardinha	25	08/10/1990	4,00
20	Simone Aparecida Ouverney	21	14/07/1972	0,50
21	Hemilim Carolina Ribeiro Simão	10	06/08/1994	0,50
22	Flavia Gomes da Silva Egidio	9	07/05/1996	0,50
23	Thais Andressa Silva de Souza	23	23/10/1998	0,50
24	Maria Cecilia Ferreira da Silva	16	10/08/2001	0,00
25	Maria Vitoria Santos Toledo	19	19/12/2002	0,00

	ENFERMEIRO INSCRIÇÃO AFRODESCENDENTES			
Classsif.	**Nome do candidato**	**nº Insc.**	**D.NASC**	**Pontos**
1	Daiane da Silva Gonçalves	5	17/07/1988	23,00
2	Claudia Matias da Silva Sato	3	27/09/1987	16,00
3	Catia Simone Cardoso Meira Marques	2	29/09/1975	12,00
4	Vanessa Barbosa Sardinha	25	08/10/1990	4,00
5	Hemilim Carolina Ribeiro Simão	10	06/08/1994	0,50
6	Flavia Gomes da Silva Egidio	9	07/05/1996	0,50

	NUTRICIONISTA			
Classsif.	**Nome do candidato**	**nº Insc.**	**D.NASC**	**Pontos**
1	Suellen Braga Pereira Nunes	31	22/11/1988	25,00
2	Edjair da Silva	26	16/10/1980	22,00
3	Joseane Pereira	29	24/09/1981	20,50
4	Lais Morais Leli	27	01/02/1999	17,50
5	João Paulo Pereira da Costa	28	01/03/1985	5,50
6	Marcia Vanessa Maichaki	30	22/08/1989	0,00

	NUTRICIONISTA INSCRIÇÃO AFRODESCENDENTES			
Classsif.	**Nome do candidato**	**nº Insc.**	**D.NASC**	**Pontos**
1	Edjair da Silva	26	16/10/1980	22

	TÉCNICO EM ENFERMAGEM			
Classsif.	**Nome do candidato**	**nº Insc.**	**D.NASC**	**Pontos**
1	Talita dos Santos Ribeiro	44	08/11/1995	13,00
2	Ubirajara de Souza Moleda	45	27/11/1962	12,00
3	Flavia Paula dos Santos	37	22/05/1988	12,00
4	Fernando Antonio de Lima	36	18/09/1991	12,00
5	Leticia Eulalia da Silva	40	11/09/1997	12,00
6	Tainara Bachitchi	43	28/03/2002	12,00
7	Dielem Leticia da Rocha	35	01/10/1992	10,00
8	Jaqueline Dominato de Sene	38	02/06/2000	7,00
9	Joelma Alves dos Santos	39	28/01/1980	6,50
10	Marcos Luis Reis	41	01/10/1978	4,00
11	Valdete do Carmo Laudelino Kososki	46	16/07/1981	3,50
12	Rafael dos Santos Fernandes	42	14/09/1995	3,00
13	Analu Cristina da Silva Geraldo	32	21/12/1983	1,00
14	Dalma de Cassia da Silva Batista	34	03/10/1987	0,50
15	Cinara Aparecida Hermann da Silva	33	10/06/1988	0,50

	TÉCNICO EM ENFERMAGEM INSCRIÇÃO AFRODESCENDENTES			
Classsif.	**Nome do candidato**	**nº Insc.**	**D.NASC**	**Pontos**
1	Flavia Paula dos Santos	37	22/05/1988	12,00
2	Marcos Luis Reis	41	01/10/1978	4,00
3	Dalma de Cassia da Silva Batista	34	03/10/1987	0,50

II – Os candidatos poderão protocolar recurso dirigido a comissão organizadora, no período de 23 a 27/07/2026 conforme Edital 066/2026, item 10, mediante encaminhamento de e-mail ao endereço eletrônico rh@saojosedaboavista.pr.gov.br, ou entregues pessoalmente na Divisão de Rec. Humanos.

São José da Boa Vista–PR, 23 de julho de 2026

JULIANA RODRIGUES DE SOUSA
Presidente da Comissão de Seleção

LUCIANO DIAS
Membro da Comissão de Seleção

NATALIA AUGUSTA DE JESUS LIMA
Membro da Comissão de Seleção

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:7A6E2A39

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RELATORIO DE GESTAO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 3º BIMESTRE DE 2026

MUNICIPIO DE SAPOPEMA - PR		
RELATORIO DE GESTAO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
3º BIMESTRE DE 2026 – 05/2026 A 05/2026		
BALANÇO ORÇAMENTARIO	**NO BIMESTRE**	**ATÉ O BIMESTRE**
Previsão Inicial da Receita	16.666,67	50.000,00
Previsão Atualizada da Receita	21.666,67	65.000,00
Receitas Realizadas	7.770,67	97.093,74
Déficit Orçamentário	0,00	32.093,74
Pagamento Restos a Pagar	11.919,97	11.919,97
Dotação Inicial	16.666,67	50.000,00
Crédito Adicional	5.000,00	15.000,00
Dotação Atualizada	21.666,67	65.000,00
Despesas Empenhadas	19.690,64	97.093,74
Despesas Liquidadas	30.128,76	97.093,74
Despesas Pagas	19.690,64	84.269,36
Superávit / Déficit Orçamentário		32.093,74

DESPESA POR FUNÇAO/SUBFUNÇAO	**NO BIMESTRE**	**ATÉ O BIMESTRE**
DESPESAS EMPENHADAS:		
08.243.0012.6031 – Manut.Fundo Mun.Criança/Adolesc	19.690,64	97.093,74
TOTAL	**19.690,64**	**97.093,74**
DESPESAS LIQUIDADAS:		
08.243.0012.6031 – Manut.Fundo Mun.Criança/Adolesc	30.128,76	97.093,74
TOTAL	**30.128,76**	**97.093,74**
DESPESAS PAGAS:		
08.243.0012.6031 – Manut.Fundo Mun.Criança/Adolesc	19.690,64	84.269,36
TOTAL	**19.690,64**	**84.269,36**

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	**NO BIMESTRE**	**ATÉ O BIMESTRE**
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS:		
Conta Movimento	12.824,38	12.824,38
Contas vinculadas	0,00	0,00
TOTAL	**12.824,38**	**12.824,38**
CONTAS A PAGAR	**NO BIMESTRE**	**ATÉ O BIMESTRE**
Do Exercício	12.824,38	12.824,38
RESTOS A PAGAR		
Exercícios Anteriores	0,00	0,00
TOTAL	**12.824,38**	**12.824,38**

CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA	***PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR***
Contador	Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:E592AA0B

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RGF ANEXO II - DIVIDA CONSOLIDADE LIQUIDA 1º SEM 2026

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO DE 2026			
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")			
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**

DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	4.947.906,92	5.924.165,34	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	4.947.906,92	5.924.165,34	0,00
Empréstimos	4.839.324,23	5.924.165,34	0,00
Internos	4.839.324,23	5.924.165,34	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	108.582,69	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	108.582,69	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) – Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	7.219.875,42	6.839.191,95	0,00
Disponibilidade de Caixa	7.219.875,42	6.839.191,95	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.436.636,94	12.352.937,80	0,00
(-) Restos a pagar processados	2.213.798,92	5.513.674,13	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.962,60	71,72	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	(2.271.968,50)	(915.026,61)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	52.151.815,78	52.630.160,72	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	900.000,00	1.315.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	51.251.815,78	51.315.160,72	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	9,65	11,54	0,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	(4,43)	(1,78)	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL – (%)	61.502.178,94	61.578.192,86	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF): (%)	55.351.961,04	55.420.373,58	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCCÍCIOS ANTERIORES	3.640.489,90	6.611,23	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00

Entidades:

Município de Sapopema

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR	***CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA***
Prefeito Municipal	Contador(A)

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:BD69B0D9

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RGF ANEXO III - GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS VALORES 1º SEM 2026

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2026
RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (VI)	**52.151.815,78**	**52.630.160,72**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	**900.000,00**	**1.315.000,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	**51.251.815,78**	**51.315.160,72**	**0,00**
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (art.9º da Res. 43/01) - 22%	**11.275.399,47**	**11.289.335,36**	**0,00**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) – <%>	**10.147.859,52**	**10.160.401,82**	**0,00**

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00

Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
MEDIDAS CORRETIVAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Entidades:			
Município de Sapopema			
PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR	***CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA***		
Prefeito Municipal	Contador(A)		

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:E337EA18

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RGF ANEXO IV - OPERAÇÃO DE CREDITO 1º SEM 2026

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO DE 2026		
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita Pela Venda e Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de dívida (LRF, art. 29 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	52.630.160,72	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.315.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	51.315.160,72	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)= (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	8.210.425,72	16,00 %
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	7.389.383,14	14,40 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	3.592.061,25	7,00 %
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de restruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR	***CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA***	
Prefeito Municipal	Contador(A)	
Entidades:		
Município de Sapopema		

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:C962B6D3

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RGF ANEXO VI - DEM SIMPLIFICADO DA RGF 1º SEM 2026

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE		
JANEIRO A JUNHO DE 2026		
LRF, art. 48 - Anexo 6		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O SEMESTRE**	
Receita Corrente Liquida	52.630.160,72	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	51.315.160,72	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	51.315.160,72	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Despesa total com pessoal - DTP	24.583.872,75	47,91
Limite máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	27.710.186,79	54,00
Limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	26.324.677,45	51,30
Limite de alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	24.939.168,11	48,60

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida consolidada líquida	-915.026,61	-1,78
Limite definido por resolução do senado federal	61.578.192,86	120,00
GARANTIA DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Total das garantias concedidas	0,00	0,00
Limite definido por resolução do senado federal	11.289.335,36	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Operações de crédito internas e externas	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito internas e externas	8.210.425,72	16,00
Operações de crédito por antecipação da receita	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito por antecipação da receita	3.592.061,25	7,00

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR	*CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA*
Prefeito Municipal	Contador(A)
Entidades:	
Município de Sapopema	

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:9C7EBCA8

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RREO ANEXO I - BALANÇO INTRAORÇ DESPESA 1º BIM 2026

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
MAIO A JUNHO DE 2026									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e									
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (IV)	1.390.000,00	1.390.000,00	228.827,54	567.608,37	822.391,63	228.827,54	567.608,37	822.391,63	567.608,37
TOTAL (V) = (III + IV)	1.390.000,00	1.390.000,00	228.827,54	567.608,37	822.391,63	228.827,54	567.608,37	822.391,63	567.608,37
PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR			*CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA*						
Prefeito Municipal			Contador(a)						
Entidades:									
Município de Sapopema									

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:1E8EDA2A

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RREO ANEXO I - BALANÇO INTRAORÇ RECEITA 3º BIM 2026

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
MAIO A JUNHO DE 2026							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso							
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITA CORRENTES	1.390.000,00	1.390.000,00	228.827,54	16,46	567.608,37	40,84	822.391,63
CONTRIBUIÇÕES	1.390.000,00	1.390.000,00	228.827,54	16,46	567.608,37	40,84	822.391,63
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS RPPS	1.390.000,00	1.390.000,00	228.827,54	16,46	567.608,37	40,84	822.391,63
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	1.390.000,00	1.390.000,00	228.827,54	16,46	567.608,37	40,84	822.391,63
DÉFICIT (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
TOTAL(V) = (III + IV)	1.390.000,00	1.390.000,00	228.827,54	16,46	567.608,37	40,84	822.391,63

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR	*CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA*
Prefeito Municipal	Contador(A)
Entidades:	
Município de Sapopema	

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:C16C9662

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RREO ANEXO I - BALANÇO ORÇ DESPESA 3º BIM 2026

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO A JUNHO DE 2026									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e									
DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	45.878.400,00	86.267.119,19	23.375.660,33	46.775.207,54	39.491.911,65	12.508.297,97	30.086.573,10	56.180.546,09	25.009.183,47
DESPESAS CORRENTES	42.390.016,00	44.999.535,82	7.167.788,27	23.454.840,94	21.544.694,88	9.247.994,10	23.086.367,63	21.913.168,19	18.639.846,46
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.181.635,00	23.848.432,47	4.069.612,74	12.236.544,46	11.611.888,01	4.069.612,74	12.236.544,46	11.611.888,01	10.195.591,78
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	605.000,00	605.000,00	163.974,74	452.785,95	152.214,05	163.974,74	452.785,95	152.214,05	452.785,95
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.603.381,00	20.546.103,35	2.934.200,79	10.765.510,53	9.780.592,82	5.014.406,62	10.397.037,22	10.149.066,13	7.991.468,73
DESPESAS DE CAPITAL	3.029.600,00	40.808.799,37	16.207.872,06	23.320.366,60	17.488.432,77	3.260.303,87	7.000.205,47	33.808.593,90	6.369.337,01
INVESTIMENTOS	1.034.600,00	38.745.500,32	15.801.413,99	22.176.527,75	16.568.972,57	2.849.627,15	5.966.041,29	32.779.459,03	5.335.172,83
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.995.000,00	2.063.299,05	406.458,07	1.143.838,85	919.460,20	410.676,72	1.034.164,18	1.029.134,87	1.034.164,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	458.784,00	458.784,00	0,00	0,00	458.784,00	0,00	0,00	458.784,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	45.878.400,00	86.267.119,19	23.375.660,33	46.775.207,54	39.491.911,65	12.508.297,97	30.086.573,10	56.180.546,09	25.009.183,47
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	45.878.400,00	86.267.119,19	23.375.660,33	46.775.207,54	39.491.911,65	12.508.297,97	30.086.573,10	56.180.546,09	25.009.183,47
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.087.168,15	3.611.195,20	(3.611.195,20)	8.688.584,83
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	45.878.400,00	86.267.119,19	23.375.660,33	46.775.207,54	39.491.911,65	13.595.466,12	33.697.768,30	52.569.350,89	33.697.768,30
PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR			***CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA***						
Prefeito Municipal			Contador(A)						
Entidades:									
Município de Sapopema									

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:E8E328F5

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RREO ANEXO I - BALANÇO ORÇ RECEITA 3º BIM 2026

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
MAIO A JUNHO DE 2026							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso							
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	44.488.400,00	79.761.564,75	13.366.638,58	16,76	33.130.159,93	41,54	46.631.404,82
RECEITAS CORRENTES	44.488.400,00	46.615.987,56	10.727.525,55	23,01	26.822.077,15	57,54	19.793.910,41
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.152.600,00	4.202.600,00	657.541,00	15,65	2.182.239,96	51,93	2.020.360,04
IMPOSTOS	3.981.800,00	4.031.800,00	634.026,00	15,73	2.046.539,40	50,76	1.985.260,60
TAXAS	170.800,00	170.800,00	23.515,00	13,77	135.700,56	79,45	35.099,44
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	409.500,00	409.500,00	75.936,24	18,54	241.840,15	59,06	167.659,85
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO	409.500,00	409.500,00	75.936,24	18,54	241.840,15	59,06	167.659,85
RECEITA PATRIMONIAL	206.000,00	247.117,06	177.088,71	71,66	497.445,66	201,30	(250.328,60)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO	59.000,00	59.000,00	5.037,16	8,54	15.129,74	25,64	43.870,26
VALORES MOBILIÁRIOS	147.000,00	188.117,06	172.051,55	91,46	482.315,92	256,39	(294.198,86)
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	159.600,00	159.600,00	25.448,67	15,95	74.476,41	46,66	85.123,59
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	159.600,00	159.600,00	25.448,67	15,95	74.476,41	46,66	85.123,59
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	39.487.680,00	41.524.150,50	9.780.485,21	23,55	23.800.909,32	57,32	17.723.241,18
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	22.020.720,00	23.783.365,00	5.712.137,55	24,02	13.426.148,26	56,45	10.357.216,74
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	10.339.960,00	10.613.785,50	2.484.494,20	23,41	5.998.434,50	56,52	4.615.351,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	7.127.000,00	7.127.000,00	1.583.853,46	22,22	4.376.326,56	61,40	2.750.673,44
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	73.020,00	73.020,00	11.025,72	15,10	25.165,65	34,46	47.854,35
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E	0,00	0,00	95,77	0,00	1.519,36	0,00	(1.519,36)
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	0,00	0,00	5.896,01	0,00	8.350,16	0,00	(8.350,16)
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	73.020,00	73.020,00	5.033,94	6,89	15.296,13	20,95	57.723,87
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	33.145.577,19	2.639.113,03	7,96	6.308.082,78	19,03	26.837.494,41
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	1.095.741,73	0,00	0,00	1.552.183,91	141,66	(456.442,18)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	1.095.741,73	0,00	0,00	1.552.183,91	141,66	(456.442,18)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	32.049.835,46	2.639.113,03	8,23	4.755.898,87	14,84	27.293.936,59
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	0,00	3.632.443,73	0,00	0,00	224.524,58	6,18	3.407.919,15
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	0,00	28.417.391,73	2.639.113,03	9,29	4.531.374,29	15,95	23.886.017,44
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	1.390.000,00	1.390.000,00	228.827,54	16,46	567.608,37	40,84	822.391,63
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	45.878.400,00	81.151.564,75	13.595.466,12	16,75	33.697.768,30	41,52	47.453.796,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	45.878.400,00	81.151.564,75	13.595.466,12	16,75	33.697.768,30	41,52	47.453.796,45
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	45.878.400,00	81.151.564,75	13.595.466,12	16,75	33.697.768,30	41,52	47.453.796,45
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR	***CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA***
Prefeito Municipal	Contador(A)
Entidades:	
Município de Sapopema	

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:04A07C02

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RREO ANEXO IX - DEM REC OP CREDITO E DESP CAPITAL 3º BIM 2026

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2026
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO(I)	1.095.741,73	1.552.183,91	(456.442,18)

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	40.808.799,37	23.320.366,60	17.488.432,77
Investimentos	38.745.500,32	22.176.527,75	16.568.972,57
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	2.063.299,05	1.143.838,85	919.460,20
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	40.808.799,37	23.320.366,60	17.488.432,77
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	39.713.057,64	21.768.182,69	17.944.874,95

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR	***CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA***
Prefeito Municipal	Contador(A)
Entidades:	
Município de Sapopema	

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:6CF72912

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RREO ANEXO VIII - DEM REC DESPESA COM EDUCAÇÃO 3º BIM 2026

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO A JUNHO DE 2026

RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	4.031.800,00	2.046.539,40
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	272.900,00	284.091,91
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	605.000,00	132.669,72
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	2.125.600,00	1.074.082,72
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.028.300,00	555.695,05
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	32.612.300,00	16.399.382,90
2.1 - Cota-parte FPM	21.151.300,00	10.885.373,31
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	19.171.600,00	10.885.373,31
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.979.700,00	0,00
2.2 - Cota-parte ICMS	9.592.500,00	4.543.401,48
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	145.100,00	67.537,97
2.4 - Cota-parte ITR	359.800,00	55.272,59
2.5 - Cota-parte IPVA	1.363.600,00	847.797,55
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	36.644.100,00	18.445.922,30
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	6.126.520,00	3.279.876,58
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	3.034.505,00	1.331.604,00

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	7.806.240,94	5.400.434,22
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	7.216.519,30	4.429.696,82
6.1.1 - Principal	7.127.000,00	4.376.326,56
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	89.519,30	53.370,26
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	463.721,64	612.598,47
6.3.1 - Principal	463.721,64	612.598,47
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	126.000,00	358.138,93
6.4.1 - Principal	126.000,00	358.138,93
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	1.000.480,00	1.096.449,98
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**Valor**	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00	
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00	
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	5.400.434,22	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	7.792.817,24	4.161.456,46	4.161.456,46	3.418.043,37	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.755.735,31	3.268.999,75	3.268.999,75	2.700.224,67	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	1.487.911,21	592.648,96	592.648,96	397.405,41	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	4.117.824,10	2.614.444,57	2.614.444,57	2.246.057,89	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	150.000,00	61.906,22	61.906,22	56.761,37	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	2.037.081,93	892.456,71	892.456,71	717.818,70	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	152.103,18	41.015,07	41.015,07	26.145,61	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	1.284.978,75	851.441,64	851.441,64	691.673,09	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	4.161.456,46	4.161.456,46	3.418.043,37	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.577.777,64	3.577.777,64	3.019.684,59	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	6.095,60	6.095,60	6.095,60	0,00	0,00	0,00

11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	454.861,73	454.861,73	269.541,69	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	122.721,49	122.721,49	122.721,49	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.268.999,75	3.268.999,75	2.700.224,67	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	241.182,00	241.182,00	185.472,61	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	46.618,17	46.618,17	15.980,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	3.533.873,62	3.275.095,35	3.275.095,35	64,87
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	306.299,24	241.182,00	241.182,00	39,37
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	91.889,77	46.618,17	46.618,17	7,61

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	540.652,98	1.245.073,36	1.245.073,36	704.420,38	23,03

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	782.774,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	722.893,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	59.881,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	3.661.756,00	1.373.060,45	1.208.356,95	1.002.106,59	164.703,50
20.1 - Educação Infantil	596.000,00	74.145,95	72.345,95	49.771,96	1.800,00

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
20.2 - Ensino Fundamental	3.045.756,00	1.298.914,50	1.136.011,00	952.334,63	162.903,50
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	10.684.573,24	5.472.610,69	5.307.907,19	4.363.388,59	164.703,50
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	2.236.014,39	707.809,98	706.009,98	473.322,98	1.800,00
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	8.448.558,85	4.764.800,71	4.601.897,21	3.890.065,61	162.903,50

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	Valor
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	1.208.356,95
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	3.279.876,58
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	704.420,38
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL	0,00
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	3.783.813,15

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)			VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	4.611.480,58			3.783.813,15	20,51
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	1.479.756,48	899.527,27	1.478.373,03	0,00	1.383,45
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	1.230.814,87	881.852,35	1.229.431,42	0,00	1.383,45
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	215.135,65	0,00	215.135,65	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	33.805,96	17.674,92	33.805,96	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.029.870,46	1.012.927,06
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	719.227,35	438.948,19
31.1.1 - Salário-Educação	439.227,35	279.724,21
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	160.000,00	112.341,31
31.1.4 - PNATE	120.000,00	46.882,67
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.285.068,49	554.398,09
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	25.574,62	19.580,78

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	2.260.293,60	1.571.513,76	1.117.764,11	892.183,05	453.749,65
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	40.000,00	51.558,26	51.558,26	45.110,00	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	2.115.293,60	1.482.548,95	1.028.799,30	826.482,87	453.749,65
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	100.000,00	37.406,55	37.406,55	20.590,18	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	13.714.866,84	7.106.030,67	6.487.577,52	5.312.333,01	618.453,15
33.1 - Despesas Correntes	12.835.543,28	6.363.762,43	6.117.294,75	5.087.130,24	246.467,68
33.1.1 - Pessoal Ativo	7.768.054,07	4.137.901,45	4.137.901,45	3.425.126,53	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	4.467.489,21	2.225.860,98	1.979.393,30	1.662.003,71	246.467,68
33.2 - Despesas de Capital	879.323,56	742.268,24	370.282,77	225.202,77	371.985,47
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	879.323,56	742.268,24	370.282,77	225.202,77	371.985,47

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**FUNDEB (ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	248.941,61	36.333,67
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	5.406.529,82	279.724,21
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	3.666.984,98	246.578,02
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.988.486,45	69.479,86
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	1.988.486,45	69.479,86
Entidades:		
Município de Sapopema		
PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR	***CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA***	
Prefeito Municipal	Contador(A)	

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:C82EB95F

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RREO ANEXO VI - RES. PRIMARIO E NOMINAL 3º BIM 2026

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO DE 2026		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até Junho / 2026 RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	46.615.987,56	26.822.077,15
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.202.600,00	2.182.239,96
IPTU	272.900,00	284.091,91
ISS	2.125.600,00	1.074.082,72
ITBI	605.000,00	132.669,72
IRRF	1.028.300,00	555.695,05
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	170.800,00	135.700,56
Contribuições	409.500,00	241.840,15
Receita patrimonial	247.117,06	497.445,66
Aplicações Financeiras (II)	188.117,06	482.315,92
Outras Receitas Patrimoniais	59.000,00	15.129,74
Transferências correntes	41.524.150,50	23.800.909,32
Cota-Parte do FPM	17.316.980,00	8.708.298,87
Cota-Parte do ICMS	7.674.000,00	3.634.721,29
Cota-Parte do IPVA	1.090.880,00	678.238,03
Cota-Parte do ITR	287.840,00	44.218,16
Transferências da LC 61/1989	116.080,00	54.030,36

Transferências do FUNDEB	7.722.817,24	5.353.159,56
Outras transferências correntes	7.315.553,26	5.328.243,05
Demais receitas correntes	232.620,00	99.642,06
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	232.620,00	99.642,06
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	46.427.870,50	26.339.761,23
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	1.390.000,00	567.608,37
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	33.145.577,19	6.308.082,78
Operações de Crédito (VIII)	1.095.741,73	1.552.183,91
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	32.049.835,46	4.755.898,87
Convênios	29.584.057,50	3.861.374,29
Outras Transferências de Capital	2.465.777,96	894.524,58
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	32.049.835,46	4.755.898,87
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	79.867.705,96	31.663.268,47
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	78.477.705,96	31.095.660,10

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Junho / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	43.609.535,82	22.776.865,87	22.408.392,56	18.074.039,49	1.884.696,82	951.175,23	731.711,38
Pessoal e encargos sociais	22.458.432,47	11.558.569,39	11.558.569,39	9.629.784,81	1.675.044,57	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	605.000,00	452.785,95	452.785,95	452.785,95	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	20.546.103,35	10.765.510,53	10.397.037,22	7.991.468,73	209.652,25	951.175,23	731.711,38
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	43.004.535,82	22.324.079,92	21.955.606,61	17.621.253,54	1.884.696,82	951.175,23	731.711,38
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	1.390.000,00	677.975,07	677.975,07	565.806,97	108.582,69	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	40.808.799,37	23.320.366,60	7.000.205,47	6.369.337,01	13.590,36	2.100.703,44	2.090.811,84
Investimentos	38.745.500,32	22.176.527,75	5.966.041,29	5.335.172,83	13.590,36	2.100.703,44	2.090.811,84
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	2.063.299,05	1.143.838,85	1.034.164,18	1.034.164,18	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	38.745.500,32	22.176.527,75	5.966.041,29	5.335.172,83	13.590,36	2.100.703,44	2.090.811,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	458.784,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Junho / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	83.598.820,14	45.178.582,74	28.599.622,97	23.522.233,34	2.006.869,87	3.051.878,67	2.822.523,22
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	82.208.820,14	44.500.607,67	27.921.647,90	22.956.426,37	1.898.287,18	3.051.878,67	2.822.523,22

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	3.311.642,04
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	3.418.423,33
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
JUROS NOMINAIS	Até Junho / 2026 VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	482.315,92
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	452.785,95
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	3.447.953,30

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2025 (a)	**Até Junho / 2026 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	4.947.906,92	5.924.165,34
DEDUÇÕES (XL)	7.219.875,42	6.839.191,95
Disponibilidade de Caixa	7.219.875,42	6.839.191,95
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.436.636,94	12.352.937,80
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	2.213.798,92	5.513.674,13
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.962,60	71,72
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(2.271.968,50)	(915.026,61)

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	(1.356.941,89)
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até Junho / 2026**
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	3.299.875,21
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII +	1.942.933,32
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	1.913.403,35
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR	***CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA***
Prefeito Municipal	Contador(A)
Entidades:	
Município De Sapopema	

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:E6BE772B

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RREO ANEXO XI - DEM REC ALIENAÇÃO E APLIC REC 3º BIM 2026

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO DE 2026			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO A REALIZAR c = (a – b)**
RECEITA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (e)**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)**	**SALDO A PAGAR (g) = (d-e)**
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO APLICAR	**EXERCÍCIO (h)**	**DO EXERCÍCIO (i) = (Ib – (IIe+ IIf))**	**SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)**
VALOR (III)	3.403.642,00	0,00	3.403.642,00

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR	***CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA***
Prefeito Municipal	Contador(A)
Entidades:	
Município de Sapopema	

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:A3C53F38

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RREO ANEXO XVIII - RESUMIDO EXEC. ORÇAMENTARIA 3º BIM 2026

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A JUNHO DE 2026	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	45.878.400,00
Previsão Atualizada da Receita	81.151.564,75
Receitas Realizadas	33.697.768,30
Déficit Orçamentário	0,00

Saldos de Exercícios Anteriores	0,00
Dotação Inicial	45.878.400,00
Créditos Adicionais	40.388.719,19
Dotação Atualizada	86.267.119,19
Despesas Empenhadas	46.775.207,54
Despesas Liquidadas	30.086.573,10
Despesas Pagas	25.009.183,47
Superávit Orçamentário	3.611.195,20
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	46.775.207,54
Despesas Liquidadas	30.086.573,10
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	52.630.160,72
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	51.315.160,72
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	51.315.160,72
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	**Meta fixada no anexo de**	**Resultado apurado até o**	**% em relação a meta (b/a)**
Resultado Nominal	0,00	2.773.563,64	0,00 %
Resultado Primário	0,00	2.744.033,67	0,00 %

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	**Inscrição**	**Cancelamento até**	**Pagamento até o bimestre**	**Saldo**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	2.213.798,92	0,00	2.006.869,87	206.929,05
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	3.640.489,90	582.000,00	2.822.523,22	235.966,68
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.854.288,82	582.000,00	4.829.393,09	442.895,73

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais**	
		% Mínimo a aplicar no exercício	**anuais % Aplicado até o bimestre**
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino –	3.783.813,15	25% / 18%	20,51
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação	3.275.095,35	70%	64,87
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**
Receita de Operações de Crédito	1.552.183,91		(456.442,18)
Despesa de Capital Líquida	23.320.366,60		17.488.432,77

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício em Referência**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)			
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00		0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**	
		% Mínimo a aplicar no exercício	**% Aplicado até o bimestre**
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.070.576,64	15%	27,49
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas/RCL (%)			
PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR		***CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA***	
Prefeito Municipal		Contador(a)	
Entidades:			
Município de Sapopema			

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:2483B2A6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2290/2026

SÚMULA: Nomeia servidores para manutenção da atualização das informações no Site Oficial do Município de Sarandi e o Portal da Transparência.

Carlos Alberto de Paula Júnior , Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art 1º Nomear servidores que ficarão responsáveis pela inserção e atualização das informações no Portal da Transparência, assim como no Site Oficial do Município de Sarandi-PR, de acordo com os acessos liberados pela Divisão de Informática:

Secretaria Municipal de Educação		
Responsável	Conjunto de dados	Prazo de Disponibilização
Paulo Cezar Florindo	Informações pertinentes a atuação dos Conselhos ligados a Educação;	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento
	Informações referentes à atuação do Comitê de Transporte Escolar	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento
	Cardápios da Alimentação Escolar e kits distribuídos em virtude da pandemia da covid-19	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento
	Listagem da demanda reprimida por vagas da educação infantil	Até o 5º dia útil do mês subsequente
	Ações adotadas para o retorno as aulas no pós pandemia	02 dias úteis após a expedição/publicação do documento
	Informações sobre os procedimentos para cumprimento do ano letivo e verificação de aprendizagem dos alunos durante o ensino híbrido	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento
	Disponibilização de material encaminhado aos alunos durante o período de ensino híbrido	Ao passo que forem elaborados
	Plano Nacional de Educação	Imediato
	Plano Municipal de Educação	Imediato
	Prestações de Contas Gerais	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento
	Programas do Governo Federal e Estadual	Até o 30º dia do mês subsequente ao fechamento do bimestre
	Disponibilização das Recomendações Administrativas expedidas pelo Ministério Público	Até 02 dias úteis ao recebimento da correspondência
	Disponibilização dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados entre o Município e o Ministério Público	Até 02 dias úteis a assinatura do TAC
	Disponibilização dos instrumentos de consórcio	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento
	Disponibilização e Atualização da Carta do Usuário	Até 05 dias úteis a partir da aprovação
Andrea Alzira Tomazeti de Lima	Disponibilização e Atualização da Carta do Usuário	Até 05 dias úteis a partir da aprovação

Secretaria Municipal de Fazenda		
Responsável	Conjunto de dados	Prazo de Disponibilização
Valdecenir Rodrigues Macário	Relatório Resumido de Execução Orçamentária	De acordo com a Agenda de Obrigações do TCEPR
	Relatório de Gestão Fiscal	De acordo com a Agenda de Obrigações do TCEPR
	Anexos dos Convênios firmados entre o Município, Estado e/ou União	No momento da realização do cadastro do convênio no sistema de gestão.
	Disponibilização das Recomendações Administrativas expedidas pelo Ministério Público	Até 02 dias úteis ao recebimento da correspondência
	Disponibilização dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados entre o Município e o Ministério Público	Até 02 dias úteis a assinatura do TAC
Hugo Leonardo Bezerra da Rocha	Disponibilização e Atualização da Carta do Usuário	Até 05 dias úteis a partir da aprovação

Secretaria Municipal de Saúde		
Responsável	Conjunto de dados	Prazo de Disponibilização
Edilaine de Almeida Gandolfo	Disponibilização da Remume, assim como os quantitativos de medicamentos disponíveis em cada farmácia com atualização mensal	Até o 5º dia útil do mês subsequente
	Disponibilização das informações dos profissionais da saúde em local separado dos demais servidores da Administração Municipal, bem como os terceirizados, estagiários e temporários contendo: nome, horário de trabalho, local de lotação, especialidade, demais informações pertinentes.	Até o 5º dia últil do mês subsequente a alteração, contratação ou exoneração
	Atualização das informações relacionadas a pandemia da covid-19, nos moldes das orientações dos órgãos de controle externo e interno	Conforme os prazos fixados nas normativas que disciplinam a ação
	Disponibilização do Plano Municipal de Saúde	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento
	Disponibilização do Plano Anual de Saúde	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento
	Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas da execução dos recursos da Saúde	05 dias úteis após a homologação do Conselho
	Disponibilização das Recomendações Administrativas expedidas pelo Ministério Público	Até 02 dias úteis ao recebimento da correspondência
	Disponibilização dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados entre o Município e o Ministério Público	Até 02 dias úteis a assinatura do TAC
	Disponibilização dos instrumentos de consórcio	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento
	Disponibilização e Atualização da Carta do Usuário	Até 05 dias úteis a partir da aprovação

Gabinete do Prefeito		
Responsável	Conjunto de dados	Prazo de Disponibilização
Diego William Sanches	Disponibilização das Recomendações Administrativas expedidas pelo Ministério Público	Até 02 dias úteis ao recebimento da correspondência
	Disponibilização dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados entre o Município e o Ministério Público	Até 02 dias úteis a assinatura do TAC
	Disponibilização e Atualização da Carta do Usuário	Até 05 dias úteis a partir da aprovação
Thiago Augusto Kanda	Disponibilização das documentações do Fundo Específico dos Advogados de Sarandi (FEAS)	Até o último dia do mês seguinte

Secretaria Municipal de Administração		
Responsável	Conjunto de dados	Prazo de Disponibilização
MARIA LUIZA SOUZA CARVALHO MATTOS / RENAN BATISTA MEYRING / RENATO MACEDO FERREIRA / MARCIA ALEIXO DA SILVA GARCIA	Dispensa de Licitação	Tempo real
MARCIA ALEIXO DA SILVA GARCIA	Inexigibilidade	Tempo real
MARIA LUIZA SOUZA CARVALHO MATTOS / RENAN BATISTA MEYRING / RENATO MACEDO FERREIRA	Concorrência de Bens e serviços Especiais	Tempo real
MARIA LUIZA SOUZA CARVALHO MATTOS / RENAN BATISTA MEYRING / RENATO MACEDO FERREIRA	Diálogo Competitivo	Tempo real
MARIA LUIZA SOUZA CARVALHO MATTOS	Procedimentos Auxiliares	Tempo real

/ RENAN BATISTA MEYRING / RENATO MACEDO FERREIRA / MARCIA ALEIXO DA SILVA GARCIA / JESSICA GONCALVES CASTIONE JAGAS		
MARIA LUIZA SOUZA CARVALHO MATTOS / RENAN BATISTA MEYRING / RENATO MACEDO FERREIRA	Demais Concorrências	Tempo real
MARIA LUIZA SOUZA CARVALHO MATTOS / RENAN BATISTA MEYRING / RENATO MACEDO FERREIRA	Pregão	Tempo real
Responsável	Conjunto de dados	Prazo de Disponibilização
FERNANDA DOS SANTOS NASCIMENTO / ELAINE JUSTINO DOS SANTOS / VINICIUS MATHEUS DA SILVA	Contratos Administrativos e aditivos contratuais, bem como Consórcios	Tempo real
ELIANE ANDRADE FLORINDO	Disponibilização das Recomendações Administrativas expedidas pelo Ministério Público, relacionados à Secretaria Municipal de Administração	Até 02 dias úteis ao recebimento da correspondência
ELIANE ANDRADE FLORINDO	Disponibilização dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados entre o Município e o Ministério Público relacionados à Secretaria Municipal de Administração	Até 02 dias úteis a assinatura do TAC
Paola Teixeira Costa de Oliveira	Disponibilização e Atualização da Carta do Usuário	Até 05 dias úteis a partir da aprovação.

Secretaria Municipal de Urbanismo		
Responsável	Conjunto de dados	Prazo de Disponibilização
Marcela Malvezi Lopes e Queren Luana Rodrigues Faustino da Silva	Informações sobre a elaboração do Plano Municipal de urbanismo;	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento
	Informações relacionadas ao Conselho.	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento
	Disponibilização dos Instrumentos de Consórcio	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento
	Disponibilização das Recomendações Administrativas expedidas pelo Ministério Público	Até 02 dias úteis ao recebimento da correspondência
	Disponibilização dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados entre o Município e o Ministério Público	Até 02 dias úteis a assinatura do TAC
Luiz Felipe Sanches Santana	Disponibilização e Atualização da Carta do Usuário	Até 05 dias úteis a partir da aprovação.

Secretaria Municipal de Planejamento		
Responsável	Conjunto de dados	Prazo de Disponibilização
José Maria Rodrigues dos Santos	Plano Plurianual Anual;	Tempo real
	Lei de Diretrizes Orçamentárias;	Tempo real
	Lei Orçamentária Anual;	Tempo real
	Demais informações relacionadas aos instrumentos Orçamentários.	Tempo real
	Disponibilização das Recomendações Administrativas expedidas pelo Ministério Público	Até 02 dias úteis ao recebimento da correspondência
	Disponibilização dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados entre o Município e o Ministério Público	Até 02 dias úteis a assinatura do TAC
	Disponibilização dos instrumentos de consórcio	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento
Mateus Augusto Souza Duarte	Disponibilização e Atualização da Carta do Usuário	Até 05 dias úteis a partir da aprovação

Secretaria Municipal de Assistência Social		
Responsável	Conjunto de dados	Prazo de Disponibilização
Ana Paula Alves de Oliveira e Barbara Nivea Panzeri da Cruz	Disponibilização das informações relacionadas aos Conselhos ligados a Assistência Social;	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento
	Relação de beneficiários do Bolsa Família e demais benefícios concedidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal;	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento
	Atualização das informações relacionadas ao enfrentamento a pandemia da covid-19;	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento
	Plano Municipal de Assistência Social;	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento
	Prestações de Contas;	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento
	Disponibilização das Recomendações Administrativas expedidas pelo Ministério Público	Até 02 dias úteis ao recebimento da correspondência
	Disponibilização dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados entre o Município e o Ministério Público	Até 02 dias úteis a assinatura do TAC
	Disponibilização dos instrumentos de consórcio	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento
Alisson Jhonnathan Gusmão Antonio	Disponibilização e Atualização da Carta do Usuário	Até 05 dias úteis a partir da aprovação

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico		
Responsável	Conjunto de dados	Prazo de Disponibilização
Vinicius Rafael Andrea e Elisângela Pereira Munhoz	Disponibilização das informações relacionadas ao Conselho;	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento
	Disponibilização das Recomendações Administrativas expedidas pelo Ministério Público	Até 02 dias úteis ao recebimento da correspondência
	Disponibilização dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados entre o Município e o Ministério Público	Até 02 dias úteis a assinatura do TAC
	Disponibilização dos instrumentos de consórcio	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento
Roberta de Mendonça Ramires Cassin	Disponibilização e Atualização da Carta do Usuário	Até 05 dias úteis a partir da aprovação

Secretaria Municipal de Saneamento e Meio Ambiente		
Responsável	Conjunto de dados	Prazo de Disponibilização
Mauricio Egídio Adamo	Auto de infração	01 dia útil após a publicação
	Plano da Defesa Civil	01 dia útil após a atualização/publicação
	Plano Integrado de Resíduos Sólidos	01 dia útil após a atualização/publicação
	Plano de Gestão da Construção Civil	01 dia útil após a atualização/publicação
	Disponibilização das Recomendações Administrativas expedidas pelo Ministério Público	Até 02 dias úteis ao recebimento da correspondência
	Disponibilização dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados entre o Município e o Ministério Público	Até 02 dias úteis a assinatura do TAC
	Disponibilização dos instrumentos de consórcio	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento
Igor Edson Leocadio Cartoni	Disponibilização e Atualização da Carta do Usuário	Até 05 dias úteis a partir da aprovação

Secretaria Municipal do Esporte e Lazer		
Responsável	Conjunto de dados	Prazo de Disponibilização
Nilton Gabriel Brasil	Disponibilização das Recomendações Administrativas expedidas pelo Ministério Público	Até 02 dias úteis ao recebimento da correspondência
	Disponibilização dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados entre o Município e o Ministério Público	Até 02 dias úteis a assinatura do TAC
	Disponibilização dos instrumentos de consórcio	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento
	Disponibilização e Atualização da Carta do Usuário	Até 05 dias úteis a partir da aprovação

Secretaria Municipal da Cultura e Juventude		
Responsável	Conjunto de dados	Prazo de Disponibilização

Cezar Felipe Cardozo Farias	Atualização das informações da Prestação de Contas referente a Lei Aldir Blanc;	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento
	Disponibilização das Recomendações Administrativas expedidas pelo Ministério Público	Até 02 dias úteis ao recebimento da correspondência
	Disponibilização dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados entre o Município e o Ministério Público	Até 02 dias úteis a assinatura do TAC
	Disponibilização dos instrumentos de consórcio	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento
	Disponibilização e Atualização da Carta do Usuário	Até 05 dias úteis a partir da aprovação

Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Segurança Pública		
Responsável	Conjunto de dados	Prazo de Disponibilização
Rone Mariano Maróstica	Disponibilização dos editais de multa organizados em ordem cronológica de publicação no diário oficial do município;	01 dia útil após a publicação
	Disponibilização das Recomendações Administrativas expedidas pelo Ministério Público	Até 02 dias úteis ao recebimento da correspondência
	Disponibilização e Atualização da Carta do Usuário	Até 05 dias úteis a partir da aprovação
ValdineiaAngelo de Lima Gonçalves	Disponibilização dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados entre o Município e o Ministério Público	Até 02 dias úteis a assinatura do TAC
	Disponibilização dos instrumentos de consórcio	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento

Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres		
Responsável	Conjunto de dados	Prazo de Disponibilização
Caroline Fama Saito Martins e Josemery Blasques Morales	Disponibilização das Recomendações Administrativas expedidas pelo Ministério Público	Até 02 dias úteis ao recebimento da correspondência
	Disponibilização dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados entre o Município e o Ministério Público	Até 02 dias úteis a assinatura do TAC
	Disponibilização dos instrumentos de consórcio	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento
Caroline Fama Saito Martins	Disponibilização e Atualização da Carta do Usuário	Até 05 dias úteis a partir da aprovação

Controladoria Geral		
Responsável	Conjunto de dados	Prazo de Disponibilização
Adrielli Priscila Machado	Disponibilização e Atualização da Carta do Usuário	Até 05 dias úteis a partir da aprovação
Responsável	Conjunto de dados	Prazo de Disponibilização
Ediana Maria do Espírito Santos Nazareno	Subvenções sociais:	
	Plano de Trabalho	Até o 20º dia útil a contar da data homologação
	Plano de Aplicação	Até o 20º dia útil a contar da data homologação
	Prestação de Contas (bimestrais)	Até o 30º dia útil do mês subsequente ao fechamento do bimestre
	Termo de Cumprimento de Objetivo	Até o 30º dia útil do mês subsequente ao fechamento do semestre
	Relatório de Monitoramento e Avaliação	Até o 30º dia útil do mês subsequente ao fechamento do semestre
	Prestação de Contas Anual (6º bimestre)	Até o 30º dia útil do mês subsequente ao fechamento do bimestre
	Disponibilização dos instrumentos de consórcio	05 dias úteis após a expedição/publicação do documento
	Termo de aditivo e Homologação	Até o 20º dia útil a contar da data de publicação
	Relatório Semestral do Fiscal de Transferência	até o 30° dia útil do mês subsequente ao fechamento do semestre;
	Relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria da CMAT(semestral)	até o 30° dia útil do mês subsequente ao fechamento do semestre
	Relatórios Circunstanciados	Até o 10º dia útil após realizados no SIT

Art. 2º As leis, decretos, portarias e demais atos normativos, após sua devida publicação no diário oficial do Município, deverão ser disponibilizados em até 02 (dois) dias úteis no Portal da Transparência pelo responsável que realizou o ato.

Art. 3º As informações de que trata o Artigo 1º, serão disponibilizadas nos moldes da Lei Federal nº 12.527/2011, da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e demais legislações correlatas, assim como os requerimentos realizados pelos órgãos de controle externo e normativas expedidas pelo órgão de controle interno do Município.

Art. 4º A permissão de acesso para inserção das informações será concedida aos responsáveis indicados nesta Portaria, pela Divisão de Informática do Município.

Parágrafo Único: Após a publicação desta Portaria, o responsável pela inserção das informações deverá solicitar junto à Divisão de Informática as liberações necessárias.

Art. 5º Os responsáveis deverão solicitar criação de e-mail institucional específico para a comunicação com a Divisão de Informática, nos moldes da Instrução Normativa 008/21 expedida pela Controladoria Geral e disponibilizado na página da mesma.

§ 1º Fica criado o e-mail: gestor.transparencia@sarandi.pr.gov.br para correspondência entre os responsáveis pelo Portal e o responsável na Divisão de Informática.

§ 2º Os procedimentos para a digitalização das informações que serão disponibilizadas em forma de documento, serão disciplinados na Instrução Normativa expedida pela Controladoria Geral com base nos critérios estipulados pela Divisão de Informática.

Art. 6º Os conjuntos de informações a serem inseridos e atualizados referente as Secretarias integrantes desta Portaria serão executados pelos responsáveis indicados neste instrumento e ficarão sujeitos à alteração ou inclusão de novos dados ao passo que os órgãos de controle interno ou externo julgarem necessário.
Art. 7º As alterações de que trata o Art. 6º serão comunicadas ao responsável mediante documento expedido pela Controladoria Geral e posteriormente com a atualização desta Portaria.
Art. 8º As informações a serem disponibilizadas devem ser avaliadas com a finalidade de verificar a fidedignidade dos dados evitando divulgar informações inconsistentes que não guardam relação com a realidade.
Art. 9º Os responsáveis nas secretarias municipais pela inserção e atualização das informações no Portal da Transparência e Site Oficial, ficarão sob a Gerência do servidor lotado na Divisão de Informática, Marcos Rogério Uzeloto, com a função de verificar se as informações estão sendo disponibilizadas no prazo estipulado e se possuem alguma inconsistência de fácil identificação, caso sejam identificadas incoerências o Gestor Geral comunicará ao responsável e solicitará o ajuste indicando prazo razoável para a correção.
Art. 10 O Portal da Transparência do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental - Autarquia Águas de Sarandi será coordenado pelo servidor Carlos Henrique Cordeiro, e terá regulamentação própria, e o da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos servidores Públicos de Sarandi (Preserv) pelo servidor Vinícius Ziv Masukawa.

Art. 11 Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n° 1933/2026, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a 01 de Julho de 2026

PAÇO MUNICIPAL, 02 de julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego William Sanches
Código Identificador:82656745

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 202/2026

Pregão Eletrônico n.º 049/2026 – Processo Licitatório nº 128/2026.

CONTRATADA: FUN VILLE ENTRETENIMENTO LTDA, devidamente inscrita no CNPJ nº 07.287.719/0001-02.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento, montagem, manutenção, operação e desmontagem de estruturas temporárias, infraestrutura elétrica, contêineres sanitários, parque de diversões e demais equipamentos necessários para a realização da Festa Julina Municipal 2026, a ser realizada nos dias 09, 10 e 11 de julho de 2026, a ser realizado com recursos provenientes de convênio SETU, nos termos especificado a seguir:
§1º Das especificações do(s) produto(s)

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
6	1	INFRAESTRUTURA ELÉTRICA COMPLETA TEMPORÁRIA - FESTA JULINA 2026 Fornecimento, instalação, operação e desmontagem de sistema elétrico temporário para atendimento de toda a estrutura do evento, incluindo palco, painéis de LED, brinquedos, boxes de alimentação, iluminação decorativa, banheiros e tendas. Deverão estar inclusos todos os materiais e equipamentos necessários, tais como geradores com capacidade compatível à demanda, quadros de distribuição, cabos, disjuntores, tomadas, refletores, conectores, eletrocalhas, postes temporários, sistema de aterramento e SPDA, quando exigido. A rede deverá operar em 220V trifásico, com disponibilização de, no mínimo, 02 (dois) eletricistas de plantão durante todos os dias do evento. A instalação deverá estar concluída e em pleno funcionamento até as 12h00 do dia 08/07.	Serviço	SERV	1,00	11.700,00	11.700,00
8	1	ESTRUTURA DE FECHAMENTO - FESTA JULINA Locação, montagem e desmontagem de sistema de fechamento vertical com chapas divisórias para delimitação de perímetros e separação de ambientes, totalizando, no mínimo, 2.500 metros lineares.Estrutura de Sustentação: Sistema autoportante em estrutura metálica (aço galvanizado ou alumínio) ou barrotes de madeira fixados de forma segura, garantindo estabilidade contra ventos e impactos de circulação de público. Material das Chapas: Divisórias em painéis de madeira (compensado naval ou MDF) com espessura mínima de 10mm a 15mm, ou chapas metálicas (galvalume/zinco), isentas de frestas ou pontas perfurantes. Dimensões: Altura mínima de 2,20 metros (ou conforme necessidade do projeto), assegurando o isolamento visual e físico entre os ambientes. Acabamento: * As chapas devem apresentar superfície uniforme e limpa.	Serviço	SERV	1,00	41.800,00	41.800,00

VALOR E RECURSOS ORÇAMENTARIOS: R$ 53.500,00 (cinquenta e três mil e quinhentos reais). SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO
5040 000 339039 OSTPJ
5045 2034 339039 OSTPJ
DA VIGÊNCIA O presente contrato administrativo o qual terá vigência a contar da data de sua assinatura pelo período de 90 (noventa) dias.
DATA ASSINATURA DO CONTRATO: 10/07/2026.
FORO: Comarca de Sengés/PR.

Sengés, 22 de julho de 2026.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:5681C9C5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 203/2026

Pregão Eletrônico n.º 049/2026 – Processo Licitatório nº 128/2026.

CONTRATADA: FUN VILLE ENTRETENIMENTO LTDA, devidamente inscrita no CNPJ nº 07.287.719/0001-02.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento, montagem, manutenção, operação e desmontagem de estruturas temporárias, infraestrutura elétrica, contêineres sanitários, parque de diversões e demais equipamentos necessários para a realização da Festa Julina Municipal 2026, a ser realizada nos dias 09, 10 e 11 de julho de 2026, a ser realizado com recursos provenientes de convênio SETU, nos termos especificado a seguir: §1º Das especificações do(s) produto(s)

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	CONTAINERS SANITÁRIOS CLIMATIZADOS - FESTA JULINA 2026 Locação de 04 (quatro) contêineres sanitários climatizados, sendo 02 (dois) unidades femininas e 02 (duas) unidades masculinas, totalizando, no mínimo, 35 posições sanitárias. Cada contêiner deverá possuir dimensões mínimas de 2,50 metros de largura, 6,00 metros de comprimento e 2,70 metros de altura. As unidades femininas deverão contar com, no mínimo, 07 (sete) vasos sanitários com caixa acoplada, cubas em porcelana, bancadas, espelhos, iluminação em LED, aparelho de ar-condicionado tipo split com capacidade mínima de 12.000 BTUs, papeleiras e saboneteiras. A unidade masculina deverá possuir vasos sanitários, mictórios, cubas, espelhos, sistema de climatização e iluminação em LED. Os contêineres deverão ser confeccionados com piso em plurigoma ou compensado revestido, além de contar com rede elétrica em 220V e instalação hidráulica completa. A contratada será responsável pela instalação hidráulica, ligação elétrica, manutenção, limpeza operacional durante o período do evento e fornecimento de todos os insumos necessários, incluindo papel higiênico, sabonete líquido e toalhas de papel. Os contêineres deverão estar instalados e disponíveis até as 08h00 do dia 07/07, para realização das ligações hidráulicas e demais preparativos necessários.	Serviço	SERV	1,00	35.069,00	35.069,00

VALOR E RECURSOS ORÇAMENTARIOS: R$ 35.069,00 (trinta e cinco mil e sessenta e nove reais). SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO
5040 000 339039 OSTPJ
5045 2034 339039 OSTPJ
DA VIGÊNCIA O presente contrato administrativo o qual terá vigência a contar da data de sua assinatura pelo período de 90 (noventa) dias.
DATA ASSINATURA DO CONTRATO: 10/07/2026.
FORO: Comarca de Sengés/PR.

Sengés, 22 de julho de 2026.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:7E564130

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 166, DE 22 DE JULHO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Sertanopolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orcamentaria 3388/2025 de 18/12/2025.
Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$134.270,00 (cento e trinta e quatro mil e duzentos e setenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação				
06		DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL		
06.020		DIVISAO DE ASSITENCIA SOCIAL ESPECIAL		
06.020.08.241.0009.2.047		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - IDOSO		
126 - 3.3.90.30.00.00	900	MATERIAL DE CONSUMO	4.270,00	
08		DEPARTAMENTO DE AGROPECUARIA E MEIO-AMBIENTE		
08.020		DIVISAO DE AGROPECUARIA		
08.020.20.608.0013.1.125		PAVIMENTACAO NAS ESTADRAS RUAIS.		
249 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	111.000,00	
08.050		DIVISAO DE BEM ESTAR ANIMAL		
08.050.18.304.0014.2.183		DIVISAO DE BEM ESTAR ANIMAL		
270 - 3.3.50.41.00.00	1000	CONTRIBUICOES	19.000,00	
Total Suplementação:			134.270,00	

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução				
06		DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL		
06.020		DIVISAO DE ASSITENCIA SOCIAL ESPECIAL		
06.020.08.241.0009.2.046		CONTRIBUIR COM ENTIDADES DE ATENDIMENTO AO IDOSO		
125 - 3.3.50.41.00.00	900	CONTRIBUICOES	4.270,00	
08		DEPARTAMENTO DE AGROPECUARIA E MEIO-AMBIENTE		
08.020		DIVISAO DE AGROPECUARIA		
08.020.20.608.0013.2.063		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE FOMENTO A AGRICULTURA		
254 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00	
08.030		DIVISAO DE MEIO AMBIENTE		
08.030.18.541.0014.2.064		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE MEIO AMBIENTE		
259 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00	
08.050		DIVISAO DE BEM ESTAR ANIMAL		

08.050.18.304.0014.2.183		DIVISAO DE BEM ESTAR ANIMAL					
274 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00				
11		DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO					
11.010		DIVISAO DE GESTAO ADMINISTRATIVA					
11.010.15.122.0017.2.087		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE SUPERVISAO E COORDENACAO DO DEPARTAMENTO					
421 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	20.000,00				
Total Redução:			134.270,00				

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 22 de julho de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:19CD7B8C

ASSESSORIA GERAL
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

MUNICÍPIO DE SERTANOPOLIS		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	28.627.289,00	13.611.914,10
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	13.006.099,00	5.898.779,86
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	6.982.500,00	1.106.686,49
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	4.481.190,00	4.902.257,45
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	4.157.500,00	1.704.190,30
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	73.520.000,00	33.060.678,57
2.1- Cota-Parte FPM	35.700.000,00	18.142.288,86
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	32.025.000,00	18.142.288,86
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	3.675.000,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	26.250.000,00	11.041.267,36
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	420.000,00	166.009,52
2.4- Cota-Parte ITR	3.150.000,00	275.295,53
2.5- Cota-Parte IPVA	8.000.000,00	3.435.817,30
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**102.147.289,00**	**46.672.592,67**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	**13.969.000,00**	**6.612.135,71**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB = 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)+ (2.7))	**11.567.822,25**	**5.056.012,45**

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	13.730.000,00	7.119.881,73
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	13.710.000,00	6.976.327,28
6.1.1- Principal	13.500.000,00	6.854.464,56
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	210.000,00	121.862,72
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	20.000,00	0,00
6.2.1- Principal	20.000,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	143.554,45
6.4.1- Principal	0,00	143.554,45
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	**-469.000,00**	**242.328,85**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		6.055.652,70
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		6.055.652,70
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		0,00
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)		**13.175.534,43**

DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	14.292.303,00	6.266.370,05	6.039.019,15	5.896.846,70	227.350,90
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	9.647.000,00	4.543.492,68	4.543.492,68	4.410.796,63	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	1.262.000,00	466.696,06	466.696,06	443.363,10	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	8.260.000,00	4.076.796,62	4.076.796,62	3.967.433,53	0,00

10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	125.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	4.645.303,00	1.722.877,37	1.495.526,47	1.486.050,07	227.350,90
10.2.1- Educação Infantil	2.304.303,00	676.403,61	450.000,00	450.000,00	226.403,61
10.2.2- Ensino Fundamental	2.041.000,00	1.046.473,76	1.045.526,47	1.036.050,07	947,29
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	PAGAR NÃO (SEM PROCESSADOS DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	6.266.370,05	6.039.019,15	5.896.846,70	227.350,90	0,00	0.0
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	6.266.370,05	6.039.019,15	5.896.846,70	227.350,90	0,00	0.0
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.543.492,68	4.543.492,68	4.410.796,63	0,00	0,00	0.0
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal		VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA		4.883.429,10	4.543.492,68	4.543.492,68	65,13
16 - PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL		0,00	0,00	0,00	0,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	711.988,17	1.080.862,58	1.080.862,58	368.874,41	15,18

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	1.247.415,01	-7.543.984,16	0,00	0,00	0,00	0,00
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.247.415,01	2.465.082,98	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	-10.009.067,14	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	14.187.805,54	5.438.416,93	3.802.642,41	3.791.198,50	1.635.774,52
20.1- Educação Infantil	3.084.805,54	1.012.692,44	859.997,16	857.083,16	152.695,28
20.2- Ensino Fundamental	9.934.000,00	4.020.724,49	2.615.145,25	2.606.615,34	1.405.579,24
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	629.000,00	405.000,00	327.500,00	327.500,00	77.500,00
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	540.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	26.886.108,54	11.299.786,98	9.514.161,56	9.360.545,20	1.785.625,42
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	6.651.108,54	2.155.792,11	1.776.693,22	1.750.446,26	379.098,89
21.1.1- Creche	6.651.108,54	2.155.792,11	1.776.693,22	1.750.446,26	379.098,89
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	20.235.000,00	9.143.994,87	7.737.468,34	7.610.098,94	1.406.526,53

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	3.802.642,41
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	6.612.135,71

24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10%	368.874,41
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	19.880,81
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	**10.026.022,90**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL		VALOR EXIGIDO (z)		VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS		11.668.148,17		10.026.022,90	21,48
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	2.377.119,20	241.775,06	243.342,85	19.880,81	2.113.895,54
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	1.866.266,28	241.775,06	243.342,85	19.880,81	1.603.042,62
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	510.852,92	0,00	0,00	0,00	510.852,92
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.807.950,00	900.733,24
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	1.150.400,00	636.413,94
31.1.1- Salário-Educação	795.500,00	426.127,78
31.1.2- PDDE	0,00	0,00
31.1.3- PNAE	317.100,00	208.345,35
31.1.4 - PNATE	36.750,00	1.841,79
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	1.050,00	99,02
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	657.550,00	264.319,30

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	6.969.000,00	817.173,20	582.891,66	582.891,66	234.281,54
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	281.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	5.958.000,00	189.657,84	186.100,46	186.100,46	3.557,38
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	480.000,00	627.515,36	396.791,20	396.791,20	230.724,16

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	35.449.108,54	12.752.105,18	10.573.028,22	10.419.411,86	2.179.076,96
33.1- Despesas Correntes	25.911.805,54	12.687.035,46	10.507.958,50	10.354.342,14	2.179.076,96
33.1.1- Pessoal Ativo	11.369.000,00	5.597.066,41	5.597.066,41	5.454.893,96	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	4.309.805,54	1.895.000,00	1.510.830,00	1.510.830,00	384.170,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	10.233.000,00	5.194.969,05	3.400.062,09	3.388.618,18	1.794.906,96
33.2- Despesas de Capital	9.537.303,00	65.069,72	65.069,72	65.069,72	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	9.537.303,00	65.069,72	65.069,72	65.069,72	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	857.383,00	601.955,58
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	7.134.582,46	426.127,78
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	6.404.099,62	68.937,95
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.587.865,84	959.145,41
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	1.129.308,14	116,07
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	298.241,32	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	2.418.932,66	959.261,48
Notas Explicativas		

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:B9548305

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
EDITAL Nº 053/2026

EDITAL Nº 053/2026 – FASE SELEÇÃO TÉCNICA
RESULTADO PROVISÓRIO DA FASE DE HABILITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Terra Rica por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB), torna público o **RESULTADO PROVISÓRIO DA FASE DE HABILITAÇÃO**, referente ao EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 039/2026.

A fase de habilitação consiste na análise documental dos proponentes selecionados na fase de mérito cultural, bem como na verificação do cumprimento das exigências previstas no edital, incluindo a regularidade jurídica, fiscal e demais documentos obrigatórios, podendo envolver diligências e diálogo técnico para saneamento de pendências.

1. PROJETOS HABILITADOS
Relação dos proponentes que atenderam integralmente às exigências documentais:

ITEM	CATEGORIA	PROPONENTE	NOME DO PROJETO	CPF/ CNPJ	NOTA	SITUAÇÃO
01	Categoria Circuito Musical Terra Rica, contemplando projetos de circulação e realização de apresentações musicais, shows, concertos, recitais, rodas de música, festivais, encontros musicais e demais ações voltadas à difusão da música. Este Item é aberto para agentes Culturais que fazem parte a Região Noroeste de Cultura.	Adriano Feliciano de Souza Cris Oliveira Produção & Eventos	Circuito Musical Terra Rica Circuito Musical Noroeste – Música para Todos	074.871.549-55 36.601.179/0001-80	64 70	Suplente Habilitado
		Alessandra Pancera Neves	“Pequenos Equipamentos, grandes histórias”	26990.170/0001-70	55	Suplente
02	Categoria Cultura em Movimento, contemplando teatro, dança, música, circo, artes visuais, literatura, cultura popular, oficinas culturais, exposições, apresentações itinerantes e ações de difusão cultural realizadas em espaços públicos ou comunitários. Este Item é aberto para agentes Culturais que fazem parte a Região Noroeste de Cultura.	Cia Teatral A Cúpula	"Contando e Encenando Histórias"	195.526.398-16	70	Habilitado
03	Categoria: Arraiá da Educação, atrações musicais, palco, iluminação, decoração e brinquedos e outros itens que contribuam para a realização das festividades juninas e para a valorização da cultura popular. Este Item é aberto para agentes Culturais que fazem parte a Região Noroeste de Cultura.	Adriano Feliciano de Souza Maurício Bana	ARRAIÁ DA EDUCAÇÃO Espetáculo Wave Drums – Especial Festa Junina	074.871.549-55 055.633.149-44	64 70	Suplente Habilitado

2. PROJETOS NÃO HABILITADOS
Relação dos proponentes que não atenderam às exigências documentais:

Nº	PROPONENTE	NOME DO PROJETO	CPF/CNPJ	MOTIVO
01	Rodolfo Henrique da Silva	Projeto Capoeira Terra Rica		O proponente não apresentou integralmente a documentação obrigatória exigida no edital, deixando de atender aos requisitos previstos no **item 4 das inscrições,** inviabilizando sua habilitação na fase de habilitação do projeto.
02	Alessandra Pancera Neves	“Cultura Digital para Pequenos Negócios”	26990.170/0001-70	O projeto apresentado não se enquadra nas categorias estabelecidas no edital, não atendendo ao objeto e às linhas de ação previstas no item 2.3. Dessa forma, não atende aos critérios de elegibilidade exigidos para participação no certame.

3. PRAZO PARA RECURSO
Nos termos do edital, os proponentes poderão interpor recurso contra o presente resultado no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado.
Os recursos deverão ser encaminhados por meio de email: cultura@terrarica.pr.gov.br
Não serão aceitos recursos fora do prazo estabelecido.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

Após a análise dos recursos, será publicado o Resultado Definitivo da Fase de Habilitação, com a homologação dos proponentes aptos à celebração do instrumento jurídico.
Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas junto à Secretaria Municipal de Cultura pelo e-mail: cultura@terrarica.pr.gov.br

Terra Rica, 22/07/2026.

Publicado por:
Daiane Moreirade Souza Silva
Código Identificador:38CB24B7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 55-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 91/2026, MODALIDADE: PREGÃO Nº 55/2026

Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através da Portaria nº 17192/2026

Homologo:

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto do Processo Licitatório 91/2026, Modalidade: PREGÃO Nº 55/2026, o(s) participante(s):

147001 - V.S. COSTA & CIA LTDA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor nitário**	**Valor Total**
5	BERÇO AQUECIDO BERÇO PARA ACOMODAÇÃO DE RECÉM NASCIDO, AQUECIDO POR SISTEMA DE CALOR IRRADIANTE PARA PROPORCIONAR CONFORTO TÉRMICO. EQUIPAMENTO COM SISTEMA DE AQUECIMENTO DE CALOR IRRADIANTE POR ELEMENTO AQUECEDOR LOCALIZADO NA PARTE SUPERIOR DO BERÇO. POSSUIR GIRO BILATERAL NO PLANO HORIZONTAL PARA POSICIONAMENTO DO APARELHO DE RAIOS X; POSSUIR BANDEJA PARA ALOJAMENTO DO FILME RADIOGRÁFICO. LEITO DO RECÉM-NASCIDO CONSTRUÍDO EM MATERIAL PLÁSTICO RADIOTRANSPARENTE COM LATERAIS REBATÍVEIS E/OU REMOVÍVEIS PARA FACILITAR O ACESSO AO PACIENTE, AJUSTES MANUAIS DO LEITO	UNIDADE		1	R$21.000,00	R$21.000,00
	NAS INCLINAÇÕES MÍNIMAS DE TRENDELENBURG E PRÓCLIVE; COLCHÃO DE ESPUMA DE DENSIDADE ADEQUADA AO LEITO DO PACIENTE EM MATERIAL ATÓXICO, COM REVESTIMENTO REMOVÍVEL E ANTIALÉRGICO NAS DIMENSÕES DO BERÇO. ESTRUTURA EM AÇO PINTADO EM TINTA EPÓXI OU SIMILAR, MOBILIDADE ATRAVÉS DE RODÍZIOS COM FREIOS E PARA-CHOQUE. DISPLAY A LED OU LCD PARA INDICAÇÃO DE TEMPERATURA E POTÊNCIA DESEJADA; MEMÓRIA PARA RETENÇÃO DOS VALORES PROGRAMADOS. SISTEMA DE CONTROLE MICROPROCESSADO, COM MODO DE OPERAÇÃO SERVO CONTROLADO ATRAVÉS DE SENSOR LIGADO AO RN E MANUAL; RELÓGIO APAGAR INCORPORADO; ALARMES AUDIOVISUAIS INTERMITENTES PARA VISUALIZAÇÃO DE NO MÍNIMO: FALTA DE ENERGIA; FALHA NA RESISTÊNCIA DE AQUECIMENTO; FALTA DE SENSOR OU DESALOJAMENTO DO SENSOR NO PACIENTE. DEVERÁ ACOMPANHAR O EQUIPAMENTO NO MÍNIMO: BANDEJA SOB O LEITO PARA ARMAZENAMENTO DE MATERIAIS DIVERSOS E HASTE PARA SUPORTE DE SORO. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA.					
				Total do Fornecedor: R$21.000,00		
182982 - C E C IMPORTAÇÃO E CO ERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA-EPP						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor nitário**	**Valor Total**
1	DEA - DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO EQUIPAMENTO PARA AFERIR OS BATIMENTOS CARDÍACOS DO SER HUMANO E APLICAR A CARGA, SE NECESSÁRIO,	UNIDADE		1	R$4.900,00	R$4.900,00
	ATRAVÉS DO MODO DE DESFIBRILAÇÃO EXTERNA AUTOMÁTICA. TIPO DE ONDA BIFÁSICA, 50-200 JOULES, TEMPO MÁXIMO CARGA ATÉ 6 SEGUNDOS E DESCARGA INTERNA APÓS 30 SEGUNDOS SE NÃO HOUVER SIDO ACIONADO O BOTÃO LUMINOSO DE TRATAMENTO. MEMÓRIA GRAVA ECG/EVENTOS. PESO ATÉ 3 KG. ALIMENTAÇÃO BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL, CAPACIDADE PARA 200 CHOQUES OU 10 HORAS DE MONITORAMENTO, 5 ANOS EM STAND-BY. COMPONENTES: PÁS ADESIVAS DESCARTÁVEIS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COMANDO DE VOZ, TIPO MÓDULO PORTÁTIL, C/ ALÇA TRANSPORTE - MALETA.					
4	VÍDEO LARINGOSCÓPIO - VIDEOLARINGOSCÓPIO PORTÁTIL COM VISUALIZAÇÃO DAS IMAGENS POR TECNOLOGIA DIGITAL, COM FONTE DE LUZ DE LED DE ALTA INTENSIDADE. DEVE ACOMPANHAR 01 CÂMERA COM TELA DE NO MÍNIMO DE 3,5 POLEGADAS COM DISPLAY COLORIDO EM ALTA DEFINIÇÃO INTEGRADA AO CORPO DO LARINGOSCÓPIO, PASSÍVEL DE SER SUBMETIDA A PROCESSOS DE DESINFECÇÃO/ ESTERILIZAÇÃO. ENERGIA FORNECIDA ATRAVÉS DE BATERIA RECARREGÁVEL OU PILHA, COM AUTONOMIA DE NO MÍNIMO 120 MINUTOS. ACESSÓRIOS: ACOMPANHA KIT DE LÂMINAS DESCARTÁVEIS (NO MÍNIMO 15 LÂMINAS PARA ADULTOS, 20 LÂMINAS PARA ADULTOS OBESOS, 5 LÂMINAS PARA INTUBAÇÃO DIFÍCIL, 5 LÂMINAS INFANTIL E 5	UNIDADE		1	R$7.900,00	R$7.900,00
	LÂMINAS NEONATAL), COM ACOMODAÇÃO OU GUIA PARA O TUBO ENDOTRAQUEAL E MALETA PARA TRANSPORTE.					
6	OXÍMETRO DE PULSO EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA MEDIÇÃO, DE FORMA CONTÍNUA E NÃO INVASIVA, DA SATURAÇÃO PARCIAL DE OXIGÊNIO (SPO2) NO SANGUE E DA FREQÜÊNCIA CARDÍACA, ATRAVÉS DE UM SENSOR NÃO-INVASIVO. INDICADO PARA USO ADULTO, PEDIÁTRICO E/OU NEONATAL. TIPO PORTÁTIL (DE MÃO), TELA DE 3 A 6 POLEGADAS, MEDIÇÃO DE 30 A 250 BPM, LEITURA DA SATURAÇÃO DE O2 DE 0 A 100, ALIMENTAÇÃO A BATERIA (RECARGA ELÉTRICA).	UNIDADE		1	R$900,00	R$900,00
				Total do Fornecedor: R$13.700,00		
422376 - STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor nitário**	**Valor Total**
2	MONITOR MULTIPARÂMETROS MONITOR MULTIPARÂMETROS PARA USO NA MONITORAÇÃO DE ELETROCARDIOGRAMA (ECG), RESPIRAÇÃO, TEMPERATURA, PRESSÃO NÃO-INVASIVA (PNI) E OXIMETRIA (SPO2), PARA USO EM PACIENTES ADULTO, PEDIÁTRICO E NEONATAL. MONITOR DE SINAIS VITAIS COM TELA LCD COLORIDA DE 13' A 20'. COM SUPORTE. PARÂMETROS DE SÉRIE: ECG, SPO2, PNI, RESPIRAÇÃO E TEMPERATURA. BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL COM AUTONOMIA DE NO MÍNIMO 60 MINUTOS. FONTE DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA: TENSÃO - CORRENTE 100 - 240 V, FREQUÊNCIA 50 - 60 HZ, POTÊNCIA 70 VA.	UNIDADE		1	R$5.000,00	R$5.000,00
				Total do Fornecedor: R$5.000,00		
426619 - MEDICAL SIL COMERCIO E EQUIPAMENTOS ODONTO MEDICO HOSPITALAR TDA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor nitário**	**Valor Total**
3	VENTILADOR PULMONAR PRESSOMÉTRICO E VOLUMÉTRICO EQUIPAMENTO PARA USO EM CASOS DE INSUFICIÊNCIA RESPIRATÓRIA, COM A FUNÇÃO DE REALIZAR O BOMBEAMENTO DE AR ENRIQUECIDO COM OXIGÊNIO PARA O INTERIOR DOS PULMÕES. VENTILADOR PULMONAR ELETRÔNICO MICROPROCESSADO PARA PACIENTES NEONATAIS, PEDIÁTRICOS E ADULTOS. POSSUIR OS SEGUINTES MODOS DE VENTILAÇÃO OU MODOS VENTILATÓRIOS	UNIDADE		1	R$62.900,00	R$62.900,00

	COMPATÍVEIS: VENTILAÇÃO COM VOLUME CONTROLADO; VENTILAÇÃO COM PRESSÃO CONTROLADA; VENTILAÇÃO MANDATÓRIA INTERMITENTE SINCRONIZADA; VENTILAÇÃO COM SUPORTE DE PRESSÃO; VENTILAÇÃO COM SUPORTE À VOLUME; VENTILAÇÃO COM FLUXO CONTÍNUO, CICLADO A TEMPO E COM PRESSÃO LIMITADA, INCLUSIVE EM SIMV OU MODO VOLUME GARANTIDO PARA PACIENTES NEONATAIS; TERAPIA DE OXIGÊNIO DE ALTO FLUXO; VENTILAÇÃO EM DOIS NÍVEIS, VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA, INCLUSIVE EM NEONATAL; PRESSÃO POSITIVA CONTÍNUA NAS VIAS AÉREAS - CPAP; VENTILAÇÃO DE BACK UP NO MÍNIMO NOS MODOS ESPONTÂNEOS. SISTEMA DE CONTROLES: POSSUIR CONTROLE E AJUSTE PARA PELO MENOS OS PARÂMETROS COM AS FAIXAS: PRESSÃO CONTROLADA DE NO MÍNIMO ATÉ 90CMH2O E PRESSÃO DE SUPORTE DE NO MÍNIMO ATÉ 60CMH20; VOLUME CORRENTE DE NO MÍNIMO ENTRE 5 A 2000 ML; FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA DE NO MÍNIMO ATÉ 100 RPM; TEMPO INSPIRATÓRIO DE NO MÍNIMO ENTRE 0,3 A 5,0 SEGUNDOS; PEEP DE NO MÍNIMO ATÉ 40 CMH20; SENSIBILIDADE INSPIRATÓRIA POR FLUXO DE NO MÍNIMO ENTRE 0,5 A 2,0 LPM; AJUSTE DO FLUXO PARA TERAPIA DE OXIGÊNIO DE ALTO FLUXO DE 2 A NO MÍNIMO 50 L/MIN; FIO2 DE NO MÍNIMO 21 A 100%. SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO: TELA COLORIDA DE NO MÍNIMO 12 POLEGADAS TOUCH-SCREEN OU BOTÃO ROTACIONAL PARA AJUSTE DE PROGRAMAÇÃO DOS PARÂMETROS: MONITORAÇÃO DE VOLUME POR SENSOR PROXIMAL OU DISTAL PARA PACIENTES NEONATAIS E DISTAL PARA PACIENTES ADULTOS; PRINCIPAIS PARÂMETROS MONITORADOS: VOLUME CORRENTE EXALADO, VOLUME CORRENTE INSPIRADO, PRESSÃO DE PICO, PRESSÃO DE PLATÔ, PEEP, PEEP TOTAL, PRESSÃO MÉDIA DE VIAS AÉREAS, FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA TOTAL E ESPONTÂNEA, TEMPO INSPIRATÓRIO, TEMPO EXPIRATÓRIO, FIO2 COM MONITORAÇÃO POR SENSOR PARAMAGNÉTICO OU ULTRASSÔNICO, RELAÇÃO I:E,PICO DE FLUXO INSPIRATÓRIO, VOLUME MINUTO EXPIRADO, CONSTANTE DE TEMPO EXPIRATÓRIO, ÍNDICE DE STRESS E VOLUME EXPIRATÓRIO. CÁLCULOS AUTOMÁTICOS DE MECÂNICA: RESISTÊNCIA, COMPLACÊNCIA, PRESSÃO DE OCLUSÃO E AUTO PEEP. APRESENTAÇÃO DE CURVAS PRESSÃO X TEMPO, FLUXO X TEMPO, VOLUME X TEMPO, LOOPS PRESSÃO X VOLUME, FLUXO X VOLUME E PRESSÃO X FLUXO; APRESENTAÇÃO DE GRÁFICOS COM AS TENDÊNCIAS. SISTEMA DE ALARMES COM PELO MENOS: ALARMES DE ALTA E BAIXA PRESSÃO INSPIRATÓRIA, ALTO E BAIXO VOLUME MINUTO, FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA, ALTA/BAIXA FIO2, APNEIA, PRESSÃO DE O2 BAIXA, PRESSÃO DE AR BAIXA, FALHA NO FORNECIMENTO DE GÁS, FALTA DE ENERGIA, BAIXA CARGA DA BATERIA E PARA VENTILADOR SEM CONDIÇÃO PARA FUNCIONAR, OU SIMILAR. RECURSO DE NEBULIZAÇÃO INCORPORADO AO EQUIPAMENTO SEM ALTERAÇÃO DA FIO2 AJUSTADA; TECLA PARA PAUSA MANUAL INSPIRATÓRIA E EXPIRATÓRIA. ARMAZENAR NA MEMÓRIA OS ÚLTIMOS PARÂMETROS AJUSTADOS. O VENTILADOR DEVERÁ CONTINUAR VENTILANDO O PACIENTE MESMO COM A FALTA DE UM DOS GASES EM CASO DE EMERGÊNCIA E ALARMAR INDICANDO O GÁS FALTANTE. ACOMPANHAR NO MÍNIMO OS ACESSÓRIOS: UMIDIFICADOR AQUECIDO, JARRA TÉRMICA, BRAÇO ARTICULADO, PEDESTAL COM RODÍZIOS, CIRCUITO PACIENTE PEDIÁTRICO/ADULTO, CIRCUITO PACIENTE NEONATAL/ PEDIÁTRICO, VÁLVULA DE EXALAÇÃO,					
	MANGUEIRAS PARA CONEXÃO DE OXIGÊNIO E AR COMPRIMIDO. COMPATÍVEL COM PROTOCOLO DE COMUNICAÇÃO HL7. SOFTWARE EM LÍNGUA PORTUGUESA. ATENDIMENTO ÀS NORMAS: NBR IEC 60601-1; NBR IEC 60601-1-2. GRAU DE PROTEÇÃO IP21. BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL COM AUTONOMIA DE NO MÍNIMO 4 HORAS. FONTE DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA: TENSÃO - CORRENTE 100 - 240 V, FREQUÊNCIA 50 - 60 HZ, POTÊNCIA 70 VA.					
				Total do Fornecedor: R$62.900,00		

426624 - PLG DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor nitário	Valor Total
7	CARDIOVERSOR/ CARDIODESFIBRILADOR EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA APLICAR UMA CARGA, EM MODO SINCRONIZADO E EM MODO NÃO SINCRONIZADO, BUSCANDO O RESTABELECIMENTO DO RITMO CARDÍACO EM PACIENTES EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA. CONFIGURAÇÕES PRESENTES E OBRIGATÓRIAS: CARDIOVERSÃO, DESFIBRILAÇÃO, MONITORIZAÇÃO DE ECG E MARCAPASSO. TELA DE CRISTAL LÍQUIDO (LCD), QUE MOSTRA O RITMO CARDÍACO, FREQUENCIA CARDÍACA E CARGA DA BATERIA (PARÂMETROS MÍNIMOS). ENERGIA BIFÁSICA ENTREGUE DE ATÉ 360 J POR CHOQUE (AJUSTÁVEL). COMANDO NAS PÁS: CARGA E DISPARO. MEMÓRIA DE ECG: POSSUI. MARCAPASSO: POSSUI. MÓDULO DEA: NÃO POSSUI. OXIMETRIA: NÃO POSSUI. IMPRESSORA: POSSUI. BATERIA: POSSUI, MODULAR RECARREGÁVEL, COM AUTONOMIA DE, NO MÍNIMO, 250 CHOQUES EM CARGA MÁXIMA (360 J). PÁS INTERNAS: NÃO POSSUI. ACOMPANHA: CABO PARA REDE ELÉTRICA (3 PINOS), CONJUNTO DE PÁS PARA DESFIBRILAÇÃO EXTERNA - ADULTO E INFANTIL, CABO DE ECG 5 VIAS, PÁS ADESIVAS MULTIFUNCIONAIS, CABO TRONCO MARCAPASSO, MANUAL DE INSTRUÇÕES PARA USO, CABO USB PARA COLETA DE INFORMAÇÕES POR SOFTWARE ESPECÍFICO. OBSERVAÇÃO: NÃO PODE SER DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO.	UNIDADE		1	R$26.600,00	R$26.600,00
				Total do Fornecedor: R$26.600,00		

426626 - LC - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor nitário	Valor Total
8	BOMBA DE INFUSÃO EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR, UTILIZADO PARA INFUNDIR LÍQUIDOS TAIS COMO DROGAS OU NUTRIENTES, COM CONTROLE DE FLUXO E VOLUME NAS VIAS VENOSA. CONTÉM SISTEMA DE PERISTALTISMO LINEAR (DEDILHAMENTO) QUE MINIMIZA RISCOS DE FLUXO LIVRE. PROGRAMAÇÃO DISPONÍVEL: POR VAZÃO/VOLUME, TEMPO/VOLUME, PESO/CONCENTRAÇÃO E MODO SEQUENCIAL. O EQUIPAMENTO PERMITE O USO DE EQUIPOS	UNIDADE		1	R$3.500,00	R$3.500,00

	MACRO E MICROGOTAS. POSSUI SISTEMA DE PURGA E BOLUS. POSSUI SISTEMA DE MANUTENÇÃO DE ACESSO VENOSO (KVO - KEEP VEIN OPEN). POSSUI SENSOR DE OCLUSÃO SUPERIOR ADICIONAL E AJUSTES DE SENSIBILIDADE. POSSUI SENSOR DE GOTEJAMENTO. PERMITE O EMPILHAMENTO DE MÚLTIPLOS EQUIPAMENTOS PARA TERAPIAS COMPLEXAS (EQUIPAMENTO TIPO MODULAR). ALIMENTAÇÃO EM REDE ELÉTRICA (TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO 95 A 240V; FREQUÊNCIA DE ALIMENTAÇÃO 50/60 HZ). POSSUI BATERIA COM AUTONOMIA DE NO MÍNIMO 5 HORAS. POSSUI TELA LCD COM INDICAÇÃO DOS SEGUINTES PARÂMETROS: NÍVEL DA BATERIA; INDICAÇÃO DE ATIVAÇÃO DE BOLUS; VAZÃO DA INFUSÃO, OU DOSE OU CONCENTRAÇÃO ALVO. POSSUI INDICADOR DE INFUSÃO E INDICADOR DE ESTADO DE ALARME.					
				Total do Fornecedor: R$3.500,00		

426628 - 63.476.132 BIANCA MEN ES DA SILVA CUNHA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor nitário	Valor Total
9	FREEZER VERTICAL 1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS FREEZER VERTICAL COM 1 PORTA, DE CAPACIDADE MÍNIMA DE 290 LITROS E MÁXIMA DE 310 LITROS (APROXIMADO), APORTANDO CAPACIDADE LÍQUIDA DE CONGELAMENTO MÍNIMA DE 280 LITROS. EQUIPAMENTO COM FUNÇÃO FREEZER (CONGELAMENTO RÁPIDO E CONSERVAÇÃO) E DEGELO SISTEMA DE DEGELO MANUAL OU FROST FREE (A ACORDAR NO MOMENTO DA COMPRA POR PARTE DA CONTRATANTE JUNTO A EMPRESA LICITANTE VENCEDORA); FAIXA DE OPERAÇÃO DE CONGELAMENTO DE -18°C OU MAIS FRIO CONTENDO CONTROLE DE TEMPERATURA, SENDO TERMOSTATO EXTERNO OU INTERNO AJUSTÁVEL PARA CONTROLE DE TEMPERATURA. DEVE POSSUIR: ORGANIZAÇÃO INTERNA: MÍNIMO DE 4 GAVETAS DESLIZANTES E/OU PRATELEIRAS COM TAMPA (TIPO BASCULANTE) PARA MELHOR ORGANIZAÇÃO; PÉS/RODÍZIOS: PÉS NIVELADORES AJUSTÁVEIS E RODÍZIOS PARA FACILITAR A MOVIMENTAÇÃO; PORTA: PORTA COM VEDAÇÃO MAGNÉTICA DE ALTA QUALIDADE, DE PREFERÊNCIA COM OPÇÃO DE REVERSIBILIDADE; COR: BRANCA; EFICIÊNCIA ENERGÉTICA: SELO PROCEL A OU SUPERIOR (MENOR CONSUMO DE ENERGIA); TENSÃO/VOLTAGEM: A DEFINIR 127V OU 220V CONFORME A NECESSIDADE DO ÓRGÃO; GÁS REFRIGERANTE: ECOLÓGICO (TIPO R600A OU R134A - LIVRE DE CFC); 2. REQUISITOS GERAIS E DE SEGURANÇA O EQUIPAMENTO DEVE SER NOVO, DE PRIMEIRO USO, SEM AVARIAS OU SINAIS DE REUTILIZAÇÃO, DEVENDO ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS DA ABNT E CERTIFICADO PELO INMETRO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES FORNECIDA PELO FABRICANTE, CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA DEFINITIVA, TENDO O FABRICANTE, REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA NA REGIÃO DO ÓRGÃO LICITANTE. O EQUIPAMENTO DEVE VIR ACOMPANHADO DO MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE	UNIDADE		1	R$3.520,99	R$3.520,99
				Total do Fornecedor: R$3.520,99		

Terra Roxa, 22 de julho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:9BA8AFD7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 14 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana - PR	
Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	Em Reais
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	93.000.000,00
Previsão Atualizada	120.444.609,05
Receitas Realizadas	47.057.505,44
Déficit Orçamentário	-
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	5.961.110,96
DESPESAS	
Dotação Inicial	93.000.000,00
Dotação Atualizada	135.486.078,70
Despesas Empenhadas	54.751.978,23
Despesas Liquidadas	42.268.769,36
Despesas Pagas	40.410.927,15
Superávit Orçamentário	4.788.736,08
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o bimestre
Despesas Empenhadas	54.751.978,23
Despesas Liquidadas	42.268.769,36
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o bimestre
Receita Corrente Líquida	88.451.992,68
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	84.226.992,68

Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	83.412.912,68
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até o bimestre
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	4.847.499,00	7.963.440,71	164,28
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	6.929.237,08	

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o bimestre	Pagamento Até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	442.674,86	0,00	442.674,86	0,00
Poder Executivo	442.674,86	0,00	442.674,86	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	442.674,86	0,00	442.674,86	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	9.869.608,02	25%	29,35
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	5.032.754,73	70%	88,79
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI - 0%)	0,00	0%	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no exercicio	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	7.327.200,71	15%	21,79
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:FC372874

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

PREFEITURA MUNIC. TRES BARRAS DO PARANA - PR - PODER EXECUTIVO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JULHO/2025 A JUNHO/2026		
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	42.394.663,33	-
Pessoal Ativo	40.908.274,30	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	35.248.547,10	-
Obrigações Patronais	5.659.727,20	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	555.931,77	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	555.931,77	-
Pensões	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	930.457,26	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS(II)(§ 1º do art. 19 da LRF)	1.363.071,68	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	546.403,28	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	780.404,20	-
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	36.264,20	-
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	41.031.591,65	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	88.451.992,68	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	4.225.000,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	-	-
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)(VII)	814.080,00	-
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (IV - V - VI - VII - VIII)	83.412.912,68	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	41.031.591,65	49,19
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	45.042.972,85	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	42.790.824,21	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	40.538.675,57	48,60
1.Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados incritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		

Nota:

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:BA577AA7

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

PREFEITURA MUNIC. TRES BARRAS DO PARANA - PR			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO DE 2026			
RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")			R$ 1,00
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL			
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	15.287.502,45	13.939.001,79	-
Dívida Mobiliária	-	-	-
Dívida Contratual	14.225.151,51	12.876.650,85	-
Empréstimos	13.488.892,07	12.293.184,76	-
Internos	13.488.892,07	12.293.184,76	-
Externos	-	-	-
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	-	-	-
Financiamentos	-	-	-
Internos	-	-	-
Externos	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas	736.259,44	583.466,09	-
De Tributos	-	-	-
De Contribuições Previdenciárias	-	-	-
De Demais Contribuições Sociais	736.259,44	583.466,09	-
Do FGTS	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-
Demais Dívidas Contratuais	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	1.062.350,94	1.062.350,94	-
Outras Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	6.628.127,49	12.203.013,77	-
Disponibilidade de Caixa[1]	6.628.127,49	12.203.013,77	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.070.802,35	12.203.013,77	-
(-) Restos a Pagar Processados	442.674,86	-	-
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	8.659.374,96	1.735.988,02	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	83.947.092,82	88.451.992,68	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais			
(art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	2.025.000,00	4.225.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE			
ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	81.922.092,82	84.226.992,68	-
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	18,66	16,55	-
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	10,57	2,06	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <0,00%>	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <0,00%>	-	-	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000[2] (Não incluídos na DCL)	-	-	-
PASSIVO ATUARIAL	-	-	-
RP NÃO-PROCESSADOS	-	-	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	-	-	-
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	-	-	-
1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada".			
Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".			
2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios".			

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:E62321F8

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana-PR								
Relatório Resumido da Execução Orçamentária								
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida								
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social								
Julho/2025 a Junho/2026								
RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, inciso I)								R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2026
	Julho/2025	Agosto/2025	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025		
	Janeiro/2026	Fevereiro/2026	Março/2026	Abril/2026	Maio/2026	Junho/2026		
RECEITAS CORRENTES (I)	7.837.888,67	6.807.920,27	9.127.117,32	6.770.632,62	8.569.170,06	9.868.268,21	99.685.488,99	103.491.185,40
	8.945.634,25	7.373.621,85	8.420.650,76	7.313.230,10	9.857.894,45	8.793.460,43		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	577.332,43	613.058,78	656.594,35	592.601,55	637.769,95	836.071,91	7.931.805,56	7.389.000,00
	490.746,30	511.244,77	815.835,73	765.922,82	726.710,14	707.916,83		

IPTU	81.188,22	67.249,44	59.922,47	71.351,55	38.274,43	35.073,69	1.093.375,76	745.000,00
	55.143,19	75.956,54	114.433,02	240.024,31	183.886,75	70.872,15		
ISS	130.279,95	113.046,36	173.003,12	118.294,17	128.267,26	110.544,37	1.619.317,75	1.522.000,00
	115.538,11	90.568,64	205.727,16	120.730,95	142.068,22	171.249,44		
ITBI	34.700,00	73.255,66	37.600,00	62.098,35	119.114,00	76.939,35	831.820,13	656.000,00
	15.180,00	24.660,00	151.000,00	59.540,00	58.472,77	119.260,00		
IRRF	263.705,28	290.325,77	303.491,74	266.558,47	276.720,56	554.858,97	3.538.490,85	3.405.000,00
	242.330,88	259.768,13	279.356,41	264.079,42	266.121,06	271.174,16		
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	67.458,98	69.181,55	82.577,02	74.299,01	75.393,70	58.655,53	848.801,07	1.061.000,00
	62.554,12	60.291,46	65.319,14	81.548,14	76.161,34	75.361,08		
Contribuições	67.810,97	66.310,82	63.830,57	65.450,30	68.926,35	66.346,15	905.592,38	917.000,00
	77.924,34	80.408,84	92.084,77	72.738,77	66.430,81	117.329,69		
Receita Patrimonial	78.533,79	88.080,06	74.886,36	33.059,31	74.712,98	111.231,13	992.532,90	938.927,68
	87.935,78	81.864,69	98.634,20	83.342,44	98.529,82	81.722,34		
Rendimentos de Aplicação Financeira	78.533,79	80.785,02	71.195,81	29.166,64	69.332,73	107.342,32	939.683,85	878.427,68
	79.598,26	77.793,55	94.397,67	79.396,54	94.453,34	77.688,18		
Outras Receitas Patrimoniais	-	7.295,04	3.690,55	3.892,67	5.380,25	3.888,81	52.849,05	60.500,00
	8.337,52	4.071,14	4.236,53	3.945,90	4.076,48	4.034,16		
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	16.000,00
	-	-	-	-	-	-		
Receita Industrial	5.938,22	4.083,00	9.660,68	1.991,46	-	-	28.682,92	126.000,00
	862,86	1.690,50	2.429,70	1.188,00	838,50	-		
Receita de Serviços	104.498,54	29.791,23	48.443,40	111.372,38	38.299,87	45.750,11	570.410,49	1.340.000,00
	38.722,35	22.859,63	35.434,54	41.487,11	27.697,96	26.053,37		
Transferências Correntes	7.001.098,58	6.005.785,29	8.272.743,06	5.966.111,39	7.739.414,68	8.808.104,05	89.239.917,70	92.764.257,72
	8.249.350,16	6.674.671,16	7.376.170,27	6.348.504,33	8.937.575,57	7.860.389,16		
Cota-Parte do FPM	2.592.651,25	1.997.781,32	2.535.263,01	1.700.311,84	2.311.301,44	3.722.056,56	29.373.196,49	28.465.000,00
	2.362.580,48	2.970.471,41	1.798.800,24	2.117.912,54	2.563.346,58	2.700.719,82		
Cota-Parte do ICMS	2.409.108,70	1.949.036,08	2.396.615,04	2.171.344,92	2.023.290,95	2.566.101,26	27.009.456,32	28.500.000,00
	2.305.914,36	1.845.288,31	2.562.016,73	2.369.172,57	1.923.108,04	2.488.459,36		
Cota-Parte do IPVA	47.783,27	62.469,24	57.343,39	34.600,65	15.626,52	33.557,15	2.042.792,27	3.000.000,00
	920.437,54	316.510,81	190.631,57	163.049,84	135.071,65	65.710,64		
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2026
	Julho/2025	Agosto/2025	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025		
	Janeiro/2026	Fevereiro/2026	Março/2026	Abril/2026	Maio/2026	Junho/2026		
Cota-Parte do ITR	795,90	12.253,70	132.905,97	229.626,48	19.091,38	7.663,50	434.817,66	600.000,00
	14.328,04	8.241,53	4.974,60	1.334,40	2.968,46	633,70		
Transferências da LC 61/1989	29.147,01	32.196,20	34.143,39	32.743,74	32.362,65	39.200,98	402.934,56	435.000,00
	30.935,16	32.463,24	32.135,46	28.269,06	33.971,05	45.366,62		
Transferências do FUNDEB	795.281,66	740.551,43	726.044,49	973.054,85	849.140,44	1.013.324,72	10.727.981,21	10.807.047,72
	1.164.812,92	859.434,30	837.402,69	960.908,41	928.917,10	879.108,20		
Outras Transferências Correntes	1.126.330,79	1.211.497,32	2.390.427,77	824.428,91	2.488.601,30	1.426.199,88	19.248.739,19	20.957.210,00
	1.450.341,66	642.261,56	1.950.208,98	707.857,51	3.350.192,69	1.680.390,82		
Outras Receitas Correntes	2.676,14	811,09	958,90	46,23	10.046,23	764,86	16.547,04	-
	92,46	882,26	61,55	46,63	111,65	49,04		
DEDUÇÕES (II)	803.857,49	810.747,17	846.800,80	833.725,37	880.334,43	1.051.067,65	11.233.496,31	11.660.000,00
	1.126.838,56	1.034.595,00	917.711,64	935.947,38	931.692,94	1.060.177,88		
Contribuição do Servidor para Plano de Previdência	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	803.857,49	810.747,17	846.800,80	833.725,37	880.334,43	1.051.067,65	11.233.496,31	11.660.000,00
	1.126.838,56	1.034.595,00	917.711,64	935.947,38	931.692,94	1.060.177,88		
COTA-PARTE DO FPM	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
COTA-PARTE DO I.T.R.	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
TRANSF.FINANC.ICMS DESON. L.C. 87	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
COTA-PARTE DO I.C.M.S.	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
COTA-PARTE DO I.P.V.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
COTA-PARTE DO I.P.I. S/EXPORT.	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
DEDUÇÃO PARA O FUNDEB-FPM	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
DEDUÇÃO PARA O FUNDEB-LEI COMPL.87/96	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2026
	Julho/2025	Agosto/2025	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025		
	Janeiro/2026	Fevereiro/2026	Março/2026	Abril/2026	Maio/2026	Junho/2026		
DEDUÇÃO PARA O FUNDEB-ICMS	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
DEDUÇÃO PARA O FUNDEB-IPI EXPORT.	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	7.034.031,18	5.997.173,10	8.280.316,52	5.936.907,25	7.688.835,63	8.817.200,56	88.451.992,68	91.831.185,40
	7.818.795,69	6.339.026,85	7.502.939,12	6.377.282,72	8.926.201,51	7.733.282,55		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	-	200.000,00	625.000,00	300.000,00	900.000,00	-	4.225.000,00	2.000.000,00
	-	-	-	-	2.000.000,00	200.000,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	7.034.031,18	5.797.173,10	7.655.316,52	5.636.907,25	6.788.835,63	8.817.200,56	84.226.992,68	89.831.185,40
	7.818.795,69	6.339.026,85	7.502.939,12	6.377.282,72	6.926.201,51	7.533.282,55		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VII)	60.720,00	60.720,00	60.720,00	60.720,00	60.720,00	121.440,00	814.080,00	765.000,00
	64.840,00	64.840,00	64.840,00	64.840,00	64.840,00	64.840,00		
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-

	-	-	-	-	-	-		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	6.973.311,18 7.753.955,69	5.736.453,10 6.274.186,85	7.594.596,52 7.438.099,12	5.576.187,25 6.312.442,72	6.728.115,63 6.861.361,51	8.695.760,56 7.468.442,55	83.412.912,68	89.066.185,40

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:00D29827

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

PREFEITURA MUNIC. TRES BARRAS DO PARANA - PR			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO DE 2026			
RGF - ANEXO 3 (LRF,art. 55, inciso I, alínea 'c' e art. 40, § 1º)			R$ 1,00
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
AOS ESTADOS(I)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
AOS MUNICÍPIOS (II)	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS(V)=(I+II+III+IV)	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(VI)	83.947.092,82	88.451.992,68	-
(-)Transferências obrigatórias da União relativas as	2.025.000,00	4.225.000,00	-
emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF)(VII)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO	81.922.092,82	84.226.992,68	-
DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)			
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	-	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO	-	-	-
SENADO FEDERAL 0%			
LIMITE DE ALERTA	-	-	-
(inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,00%			
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DOS ESTADOS (IX)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
DOS MUNICÍPIOS (X)	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS(XIII)=(IX+X+XI+XII)	-	-	-
MEDIDAS CORRETIVAS:			

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:473BEF02

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 4 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

PREFEITURA MUNIC. TRES BARRAS DO PARANA - PR		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO DE 2026		
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")	R$ 1,00	
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre	Até o Semestre
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	677.698,05	677.698,05
Interna	677.698,05	677.698,05
Empréstimos	677.698,05	677.698,05
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (I)	-	-
Externa	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-

Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II)	-	-
TOTAL (III)	677.698,05	677.698,05
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	88.451.992,68	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§13, art. 166 da CF) (V)	4.225.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	84.226.992,68	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)= (IIIa + VII - Ia - IIa)	677.698,05	0,80
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Semestre	Até o Semestre
Parcelamento de Dívidas	-	-
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	-	-
FGTS	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	-	-
1 Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites.		
No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.		

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:C8429517

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 4 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana-PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho		
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-
Ativo	-	-
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
Receita de Contribuições Patronais	-	-
Ativo	-	-
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-
Receita de Serviços	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-
Compensação Financeira entre os regimes	-	-
Receitas de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (III)	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I+III-II)	-	-

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	-	-	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-	-	-
Pensões por Morte	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
Compensação Financeira entre os regimes	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	-	-	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]	-	-	-	-	

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	-
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	-
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-
Outros Aportes para o RPPS	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	-
Investimentos e Aplicações	-

Outros Bens e Direitos		-
Em Reais		
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (VII)	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-
Ativo	-	-
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
Receita de Contribuições Patronais	-	-
Ativo	-	-
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-
Receita de Serviços	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-
Compensação Financeira entre os regimes	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	-	-

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	-	-	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-	-	-
Pensões por Morte	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
Compensação Financeira entre os regimes	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	-	-	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)[2]	-	-	-	-	
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS				
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	-				
Recursos para Formação de Reserva	-				
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	SALDO ATUAL				
Caixa e Equivalentes de Caixa	-				
Investimentos e Aplicações	-				
Outros Bens e Direitos	-				
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
Receitas Correntes	-		-		
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	-		-		
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Despesas Correntes (XIII)	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital (XIV)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	-	-	-	-	-
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)[2]	-	-	-	-	
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL				
Caixa e Equivalentes de Caixa	-				
Investimentos e Aplicações	-				
Outros Bens e Direitos	-				

BENEFICIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)			RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	
Contribuições dos Servidores	-			-	
Demais receitas Previdenciárias	-			-	
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	-			-	
DESPESAS PREVIDENCIARIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Aposentadorias	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	-	-	-	-	-
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)[2]	-	-	-	-	
1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração					
2 O resultado previdenciário será apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º					

bimestre)

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:B8BB4F33

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

PREFEITURA MUNIC. TRES BARRAS DO PARANA - PR - PODER EXECUTIVO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
1º SEMESTRE DE 2026		
LRF, Art. 48 - Anexo 6		R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente líquida	88.451.992,68	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	84.226.992,68	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	83.412.912,68	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal DTP	41.031.591,65	49,19
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 54,00%	45.042.972,85	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 51,30%	42.790.824,21	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 48,60%	40.538.675,57	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR ATÉ O SEMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida	1.730.137,88	2,05
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIAS DE VALORES	VALOR ATÉ O SEMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito Internas e Externas	677.698,05	0,80
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:E3EF9384

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 8 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana-PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho		
RREO - Anexo 8 (LDB,art. 72)	Em Reais	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	6.328.000,00	3.597.141,31
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	745.000,00	740.315,96
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	656.000,00	428.112,77
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.522.000,00	845.882,52
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	3.405.000,00	1.582.830,06
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	61.000.000,00	30.034.823,81
2.1- Cota-Parte FPM	28.465.000,00	14.513.831,07
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	25.765.000,00	14.513.831,07
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d, e e f	2.700.000,00	-
2.2- Cota-Parte ICMS	28.500.000,00	13.493.959,37
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	435.000,00	203.140,59
2.4- Cota-Parte ITR	600.000,00	32.480,73
2.5- Cota-Parte IPVA	3.000.000,00	1.791.412,05
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	-	-
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	-	-
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	67.328.000,00	33.631.965,12
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	11.660.000,00	6.006.963,40
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	5.172.000,00	2.401.026,52
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	10.895.047,72	5.668.050,73
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	10.852.000,00	5.625.003,01
6.1.1- Principal	10.764.000,00	5.587.535,90
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	88.000,00	37.467,11
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	43.047,72	43.047,72
6.2.1- Principal	43.047,72	43.047,72
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-
6.3.1- Principal	-	-
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-	-
6.4.1- Principal	-	-
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	(896.000,00)	(419.427,50)
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	-	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	-	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	-	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	5.668.050,73	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	10.984.143,19	5.382.477,27	5.382.477,27	5.382.477,27	-
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	8.531.000,00	5.032.754,73	5.032.754,73	5.032.754,73	-
10.1.1 - Educação Infantil	2.873.000,00	1.926.421,92	1.926.421,92	1.926.421,92	-
10.1.2 - Ensino Fundamental	4.962.000,00	2.699.470,25	2.699.470,25	2.699.470,25	-
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	14.000,00	-	-	-	-
10.1.4 - Educação Especial	682.000,00	406.862,56	406.862,56	406.862,56	-
10.1.5 - Administração Geral	-	-	-	-	-
10.2- OUTRAS DESPESAS	2.453.143,19	349.722,54	349.722,54	349.722,54	-
10.2.1 - Educação Infantil	-	-	-	-	-
10.2.2 - Ensino Fundamental	2.453.143,19	349.722,54	349.722,54	349.722,54	-
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-
10.2.4 - Educação Especial	-	-	-	-	-
10.2.5 - Administração Geral	-	-	-	-	-
10.2.6 - Transporte (Escolar)	-	-	-	-	-
10.2.7 - Outras	-	-	-	-	-

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)[7] (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	5.293.381,80	5.293.381,80	5.293.381,80	-	-	-
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.262.649,80	5.262.649,80	5.262.649,80	-	-	-
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	30.732,00	30.732,00	30.732,00	-	-	-
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-	-	-	-	-

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)[7] (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-	-	-	-	-	-
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.032.754,73	5.032.754,73	5.032.754,73	-	-	-
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	-	-	-	-	-	-
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	3.967.635,51	5.032.754,73	5.032.754,73	88,79
16- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI - 0%)	-	-	-	-
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	-	-	-	-

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MAXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	566.805,07	374.668,93	374.668,93	-	6,61

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	-	-	89.095,47	-	-89.095,47	-

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE – CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	8.737.501,00	3.956.217,75	3.862.644,62	3.428.858,63	-
20.1- Educação Infantil	4.776.001,00	2.153.524,88	2.110.140,64	1.946.921,50	-
20.2- Ensino Fundamental	3.362.500,00	1.604.744,68	1.555.436,51	1.308.464,86	-
20.3- Educação de Jovens e Adultos	31.000,00	-	-	-	-
20.4- Educação Especial	568.000,00	197.948,19	197.067,47	173.472,27	-
20.5- Administração Geral	-	-	-	-	-
20.6- Transporte (Escolar)	-	-	-	-	-
20.7- Outras	-	-	-	-	-
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)[6]	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	19.721.644,19	9.338.695,02	9.245.121,89	8.811.335,90	-
21.1- Educação Infantil	7.649.001,00	4.079.946,80	4.036.562,56	3.873.343,42	-
21.1.1- Creche	2.137.000,00	906.607,36	905.030,14	855.057,51	-
21.1.2- Pré-escola	5.512.001,00	3.173.339,44	3.131.532,42	3.018.285,91	-
21.2- Ensino Fundamental	12.072.643,19	5.258.748,22	5.208.559,33	4.937.992,48	-

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	3.862.644,62
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	6.006.963,40
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	-
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	-
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	-
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = L30.1(af)	-
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	9.869.608,02

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL[2 e 5]	VALOR EXIGIDO (z)		VALOR APLICADO (aa)		% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	8.407.989,92		9.869.608,02		29,35
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE[8]	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	-	-	-	-	-
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	-	-	-	-	-
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	-	-	-	-	-
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	-	-	-	-	-

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.893.000,00	880.266,34
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	1.529.000,00	670.834,83
31.1.1- Salário-Educação	767.000,00	456.328,02
31.1.2- PDDE	-	-
31.1.3- PNAE	227.000,00	156.724,79
31.1.4- PNATE	135.000,00	57.782,02
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	400.000,00	-
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	257,70
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	-	-

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	-	-
31.5- RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	-	-
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	364.000,00	209.173,81

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)[6]	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	2.886.027,21	896.834,94	876.247,32	802.454,94	-
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	243.000,00	166.120,85	157.600,01	148.808,30	-
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	1.829.027,21	726.645,42	714.578,64	649.965,00	-
32.3- ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
32.4- ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	-	-	-	-	-
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	7.000,00	1.896,90	1.896,90	1.509,87	-
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	807.000,00	2.171,77	2.171,77	2.171,77	-
32.8- OUTRAS	-	-	-	-	-

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	22.607.671,40	10.194.498,43	10.080.337,68	9.572.759,31	-

33.1- Despesas Correntes	20.859.896,47	10.144.100,09	10.029.939,34	9.522.360,97	-
33.1.1- Pessoal Ativo	12.601.500,00	6.728.100,09	6.728.100,09	6.728.100,09	-
33.1.2- Pessoal Inativo	-	-	-	-	-
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	-	-	-	-	-
33.1.4- Outras Despesas Correntes	8.258.396,47	3.416.000,00	3.301.839,25	2.794.260,88	-
33.2- Despesas de Capital	1.747.774,93	50.398,34	50.398,34	50.398,34	-
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	-	-	-	-	-
33.2.2- Outras Despesas de Capital	1.747.774,93	50.398,34	50.398,34	50.398,34	-
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)		SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)		
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	89.095,47		-		
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	5.668.050,73		456.328,02		
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	5.423.508,80		413.819,29		
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	333.637,40		42.508,73		
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	-		-		
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	-		-		

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	333.637,40	42.508,73
1 Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.		
2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.		
3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.		
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.		
5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.		
6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.		
7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.		
8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.		
9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).		
10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.		

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:79A46FD8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2026 PREGAO ELETRONICO Nº 72/2026

GESTOR DA ATA: **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07, com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Antonio Marcos Seguro, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº 50733521, SESP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o Nº 731.737.469-53, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, nº 105, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR).

DETENTORA DA ATA: E.SCHON LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 19.638.917/0001-44, com sede localizada na Rua Paraná, Nº 1455, no Município de Turvo/PR, CEP 85.150-000, neste ato representada por Eduarda Schon, portador da cédula de identidade Nº 12.769.569-5 SSP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 075.009.659-40

OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS, ÓLEOS, FLUIDOS, EQUIPAMENTOS DE VEDAÇÕES, REPAROS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES CORRETIVAS E PREVENTIVAS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, PODENDO SER ITENS ORIGINAIS E GENUÍNOS, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo autuado na forma do Processo Administrativo nº 4.131/2026 (1Doc), conforme quantidades, conforme especificações do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico Nº 72/2026. Os preços, quantidades e especificações do objeto ora registrado são os contidos da planilha abaixo:

Lote	Descrição	valor disponível	porcentagem de desconto (%)
3	PEÇAS TOYOTA TOYOTA/BANDEIRANTES - PLACA AID1528 - CHASSI (9BRBJ0160W1017014)	R$ 10.000,00	28,00 %
5	PEÇAS LEVES FIAT FIAT/PALIO ESSENCE 1.6) (BAH-7933) (9BD19628TG2272283) ANO 2015/2016??FIAT/STRADA HD WK CD E)(BBN9968) (1128077245) (9BD57834FJY182650) ANO 2017/2018??FIAT/STRADA WK CC E) (QNF-7914) (9BD57814FJY201433) ANO 2017/2018 FIAT/STRADA WORKING) (AXL-8857) (9BD27805MD7731998) ANO 2013??FIAT/STRADA HARD WORKING 1.4)(DYD-4A49) (9BD578IFFLY354628) ANO 2019/2020??FIAT MOBI) (BDE-5H47) (9BD341A5XLY617394) ANO 2018??FIAT/ STRADA HD WK CD E) (BBN-9971) (9BD57834FJY182618) ANO 2017/2018 FIAT/STRADA HARD WORKING 1.4)(BQU-0F65) (9BD5781FFLY375649) ANO 2019/2020??FIAT/MOBI LIKE) (BCT-5D46) (9BD223155A2017075) ANO 2018/2019??FIAT/ SIENA ATTRACTIV 1.4) (QTK7A05) (9BD19713HK3376056) ANO 2019??(FIAT DUCATO GREENC AMBULÂNCIA) (BDR-9H65) ANO 2019/2019 FIAT MOBI (BEJ-3I61) (9BD341A5XLY686085) ANO 2020??FIAT MOBI (BDE-5H47) (9BD341A5XLY617394 ANO 2018 Incluíram-se também caso haja necessidade devido à aquisição, doação ou convenio feito pelo município de novos veículos com mesma marca e característica leve/pesado deste lote. A aquisição de peças para tais deve ser posterior a conclusão da documentação que integre o mesmo à frota municipal.	R$ 80.000,00	50,00 %
8	MOTOCICLETAS (2013/2014) (HONDA/NXR 150 BROS ES) (AXU 7D89) (597418934)	R$ 1.000,00	15,00 %

	(9C2KD0550ER304000)??(2008) (HONDA/NXR 150 BROS ES)(AQW 9109)(119109883)(9C2KD03308R082216)??(2002/2003) (HONDA/C100 BIZ)(AKR 8479)(797057919)(9C2HA07003R009068)??Incluíramse também caso haja necessidade devido a aquisição, doação ou convenio feito pelo município de novos veículos com mesma marca e característica leve/pesado deste lote. A aquisição de peças para tais deve ser posterior a conclusão da documentação que integre o mesmo à frota municipal.		
17	PEÇAS CATERPILLAR/MOTONIVELADORA 120G -Marca e Modelo: Caterpillar/Motoniveladora 120G; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano??de Fabricação e Modelo: 1994; PEÇAS CATERPILLAR/MOTONIVELADORA 120K Marca e Modelo: Caterpillar/Motoniveladora 120K; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano??de Fabricação e Modelo: 2013; PEÇAS ROLO COMPACTADOR CATERPILLAR ANO 2016??MODELO CS54B??NUMERO DE SÉRIE: CATCS54BLM5B00778	R$ 150.000,00	22,00 %
18	PEÇAS CATERPILLAR/MOTONIVELADORA 120G -Marca e Modelo: Caterpillar/Motoniveladora 120G; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano??de Fabricação e Modelo: 1994; PEÇAS CATERPILLAR/MOTONIVELADORA 120K Marca e Modelo: Caterpillar/Motoniveladora 120K; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano??de Fabricação e Modelo: 2013; PEÇAS ROLO COMPACTADOR CATERPILLAR ANO 2016??MODELO CS54B??NUMERO DE SÉRIE: CATCS54BLM5B00778	R$ 60.000,00	24,00 %
19	PEÇAS HYUNDAI/ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 220LC-9S -Marca e Modelo: Hyundai/Escavadeira Hidráulica 220LC-9S; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2014;	R$ 25.000,00	26,00 %
20	PEÇAS HYUNDAI/ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 220LC-9S -Marca e Modelo: Hyundai/Escavadeira Hidráulica 220LC-9S; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2014;	R$ 50.000,00	22,00 %
21	PEÇAS JCB/RETROESCAVADEIRA 3CX Marca e Modelo: JCB/Retroescavadeira 3CX; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de??Fabricação e Modelo: 2024 JCB/RETROESCAVADEIRA 3C -Marca e Modelo: JCB/Retroescavadeira 3C; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2012; JCB/RETROESCAVADEIRA 3CX - Marca e Modelo: JCB/Retroescavadeira 3CX; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2018; ROLO COMPACTADOR JCB 116D -Marca e Modelo: JCB/Rolo Compactador; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2020;	R$ 80.000,00	35,00 %
22	PEÇAS JCB/RETROESCAVADEIRA 3CX Marca e Modelo: JCB/Retroescavadeira 3CX; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de??Fabricação e Modelo: 2024 JCB/RETROESCAVADEIRA 3C -Marca e Modelo: JCB/Retroescavadeira 3C; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2012; JCB/RETROESCAVADEIRA 3CX - Marca e Modelo: JCB/Retroescavadeira 3CX; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2018; ROLO COMPACTADOR JCB 116D -Marca e Modelo: JCB/Rolo Compactador; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2020;	R$ 100.000,00	22,00 %
24	MULLER/ROLO COMPACTADOR VAP 55 -Marca e Modelo: Muller/Rolo Compactador VAP55; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 1998;	R$ 15.000,00	28,00 %
25	ESCAVADEIRA HIDRAULICA XCMG ESCAVADEIRA MODELO XE150BR>XUG01502KNPA00545<??XCMG PEÇAS ROLOCOMPACTADOR XCMG XS123 Marca e Modelo: ROLO COMPACTADOR/XCMG XS123; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; -?? Ano de Fabricação e MODELO 2024 RETROESCAVADEIRA XCMG MODELO XC870BR-1??ANO DE FABRICAÇÃO 2023 POTENCIA DO MOTOR 72 KW??COR AMARELA??CHASSI XUG08703CPPA01368 ROLO COMPACTADOR/XCMG XS123 -Marca e Modelo: ROLO COMPACTADOR/XCMG XS123; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2020;	R$ 80.000,00	21,00 %
26	NEW HOLLAND/ MOTONIVELADORA RG 140B -Marca e Modelo: New Holland/ Motoniveladora RG 140B; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2008; NEW HOLLAND/MOTONIVELADORA RG 140B -Marca e Modelo: New Holland/ Motoniveladora RG 140B; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel NEW HOLLAND/PÁ CARREGADEIRA 12B -Marca e Modelo: New Holland/ Pá Carregadeira 12B; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2008	R$ 200.000,00	40,00 %
27	NEW HOLLAND/ MOTONIVELADORA RG 140B -Marca e Modelo: New Holland/ Motoniveladora RG 140B; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2008; NEW HOLLAND/MOTONIVELADORA RG 140B -Marca e Modelo: New Holland/ Motoniveladora RG 140B; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel NEW HOLLAND/PÁ CARREGADEIRA 12B -Marca e Modelo: New Holland/ Pá Carregadeira 12B; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2008;	R$ 105.000,00	22,00 %
28	MICHIGAM/PÁ CARREGADEIRA 75 - ANO 1980	R$ 20.000,00	37,00 %
29	RANDON/RETROESCAVADEIRA RD 406 -Marca e Modelo: Randon/Retroescavadeira RD406; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2017/2018;	R$ 40.000,00	26,00 %
30	KOMATSU/ TRATOR DE ESTEIRA D-50/A -Marca e Modelo: Komatsu/Trator de Esteira; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 1986;	R$ 80.000,00	39,00 %
31	PEÇAS BOMAG BOMAG/ROLO COMPACTADOR 212D-40 - ANO 2015	R$ 30.000,00	22,00 %
32	PEÇAS MOTONIVELADORA LIUGONG4180 NUMERO DE SÉRIE CLG4180DCSL016121 PEÇAS PARA CAREEGADEIRA LIUGONG NUMERO DE SÉRIE: CLG838TZVSL865189 PEÇAS ROLO COMPACTADOR LIUGONG NUMERO DE SÉRIE: LGJ6612ETSR069879	R$ 105.000,00	22,00 %

LICITAÇÃO: Pregão Eletronico n° 72/2026
VIGÊNCIA: 21/07/2026 a 20/07/2027
FORO: Guarapuava/PR

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:39C2867A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2026 PREGAO ELETRONICO Nº 72/2026

GESTOR DA ATA: **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07, com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Antonio Marcos Seguro, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº 50733521, SESP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o Nº 731.737.469-53, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, nº 105, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR).
DETENTORA DA ATA: E.SCHON LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 19.638.917/0001-44, com sede localizada na Rua Paraná, Nº 1455, no Município de Turvo/PR, CEP 85.150-000, neste ato representada por Eduarda Schon, portador da cédula de identidade Nº 12.769.569-5 SSP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 075.009.659-40

OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS, ÓLEOS, FLUIDOS, EQUIPAMENTOS DE VEDAÇÕES, REPAROS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES CORRETIVAS E PREVENTIVAS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, PODENDO SER ITENS ORIGINAIS E GENUÍNOS, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo autuado na forma do Processo

Administrativo nº 4.131/2026 (1Doc), conforme quantidades, conforme especificações do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico Nº 72/2026. Os preços, quantidades e especificações do objeto ora registrado são os contidos da planilha abaixo:

Lote	Descrição	valor disponível	porcentagem de desconto (%)
2	PEÇAS MITSUBISHI PAJERO BBV2695 - CHASSI (93XJYH8WJCH23940) ANO 217/2018 TRITON BAY1C83 - CHASSI (93XHYKB8THCG24619) ANO 2019/2017)	R$ 15.000,00	49,00 %
9	PEÇAS VEICULOS FORD FORD/FIESTA 16SE) (BBO-7637) (9BFZD55PXHB569894) ANO 2017??FORD/FIESTA 1.6 FLEX)(AYQ 1226) (9BFZF55P4E8100089) ANO 2014??FORD TRANSIT FL (UAV 6B27) (WF0DTTVF0TU021075) ANO 2025/2026??FORD ECOSPORT XL (ARP1H55) (9BFZE55P098530775) ANO 2009??Incluíram-se também caso haja necessidade devido a aquisição, doação ou convenio feito pelo município de novos veículos com mesma marca e característica leve/pesado deste lote. A aquisição de peças para tais deve ser posterior a conclusão da documentação que integre o mesmo à frota municipal.	R$ 15.000,00	49,00 %
11	PEÇAS RENAULT RENAULT/MASTER FUR L3H2 BBC-9419 9BD57834FJY182650ANO2016/2017 RENAUT MASTER BCW-1F74 93YMAFEXCKJ717750ANO2018/2019 KWID ZEN 1.0 RHH-9B26 93YRBB005NJ980890ANO2021/2022 RENAULT/ DUSTER EXP 1.6 SCE BDO7B41 93YHSR3H5LJ083649ANO2019/2020 RENAULT/ DUSTER EXP 1.6 SCE BDO7B44 93YHSR3H5LJ207972ANO2019/2020 RENAULT/ DUSTER OROCH EXP 16 EXF-5F59 93Y98R3H5LJ136610ANO??2019/2020 KWID ZEN 1.0 RHH-9B27 93YRBB007NJ007560ANO2021/2022 KWID ZEN 1.0 RHH-9B25 93YRBB008NJ007325ANO2021/2022??RENAULT MASTER TCA (TBZ3F91) 93YJ62S00TJ400084 ANO 2025/2026 RENAULT MASTER GREEN (TBK 4B54) 93YJ62S00TJ400084 ANO 2025/2026 RENAULT VAN (SDY4E92) (93YF62000PJ338068) ANO 2022/2022 RENAULT/DUSTER INTP MT (TAR2B62) (93YHJD207SJ082052) ANO 2024/2025) RENAULT/DUSTER INTP MT (TAR2B71) (93YHJD207SJ082052) ANO 2024/2025) RENAULT/DUSTER (UBU0G30) (93YHJD208VJ555297) ANO 2027/2027 RENAULT/DUSTER (UBU0G28) (93YHJD208VJ555302) ANO 2026/2027 Incluíram-se também caso haja necessidade devido a aquisição, doação ou convenio feito pelo município de novos veículos com mesma marca e característica leve/pesado deste lote. A aquisição de peças para tais deve ser posterior a conclusão da documentação que integre o mesmo à f rota municipal.	R$ 50.000,00	49,00 %
12	PEÇAS CHEVROLET/GM E CITROEN CITROEN/AIRCROS STARTMT PLACA: PBX9D08 (935SUNFN1LB530596) CHEVROLET/S10 LS DS4 PLACA: SFT1J44 (9BG144DK0PC437477) CHEV/ SPIN 1.8 L MT LTZ PLACA QUO7I64 (9BGJP7520LB123316) CHEV/MONTANA PLACA BDL2I95 (9BGCA8030LB114837) CHEV/SPIN PLACA SFN6E53 (9BGJC7520SB130020) CITROEN/C3 AIRCROSS PLACA TAM2D73 (935CCNFC51SB509024)	R$ 55.000,00	49,00 %
15	PEÇAS JEEP/ HYUNDAI JEEP/COMMANDER PLACA: TBN0C75 (98867117FSKN77607) HYUNDAI/HB20 TM PLATINUM PLACA SDS5H34 (9BHCP51BANP270466)	R$ 25.000,00	49,00 %
16	PEÇAS VW LEVES VW/GOL 1.0 GIV) (BCT 0912) (9BWAA05W7CP066237) ANO 2012/2012??VW/ FOX CONNECT MB) (BCT-5D48)(9BWAB45Z4K4018337) ANO 2018/2019??VW/NOVO GOL TL MCV) (BBC 7851) (9BWAG45V7HT050722) ANO 2016/2017??VW/NOVO GOL TL MCV) (BCB3512) (9BWAG45U4JT121770) ANO 2018??VW/NOVO GOL TL MCV) (BCB3501) (9BWAG45UOJT131762) ANO 2018/2018??VW/SAVEIRO 1.6) (ATB 0508) (9BWEB05W08P061032) ANO 2007/2008??VW/SAVEIRO AMBULÂNCIA) (BDM-9I29) (9BWKB45UOLP019347) ANO 2019/2020??VW/GOL 1.0L MC4)(BEX 4D79) (9BWAG45U3NT004462) ANO 2021/2022??VW/GOL 1.0L MC4) (BEX 4G34) (9BWAG45U2NT004758) ANO 2021/2022??VW/GOL 1.0L MC4) (BEX 4F03) (9BWAG45U9NT004739) ANO 2021/2022 ??VW/GOL 1.0 MC 4)(RHJ-3J61) ANO 2021/2022??VW/VIRTUS PLACA BEC7C48 (9BWDH5BZ7LP122455) ANO 2020/2020 VW/VIRTUS PLACA TBD3C59 (9BWDH6BZ3SP032076) ANO 2025??VW / T-CROSS SENSE TSI PLACA SEY4E90 (9BWBH6BF7R4035202) ANO 2023/2024??VW / T-CROSS SENSE TSI PLACA SEY4E89 (9BWBH6BF4R4035206) ANO 2023/2024 VW/POLO SENSE PLACA UBF1I69 (9BWAH5BZ4TT645314) ANO 2026/2026 Incluíram-se também caso haja necessidade devido à aquisição, doação ou convenio feito pelo município de novos veículos com mesma marca e característica leve/pesado deste lote. A aquisição de peças para tais deve ser posterior a conclusão da documentação que integre o mesmo à frota municipal.	R$ 80.000,00	49,00 %

LICITAÇÃO: Pregão Eletronico n° 72/2026
VIGÊNCIA: 21/07/2026 a 20/07/2027
FORO: Guarapuava/PR

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:4CAC20DB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2026 PREGAO ELETRONICO Nº 72/2026

GESTOR DA ATA: **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07, com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Antonio Marcos Seguro, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº 50733521, SESP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o Nº 731.737.469-53, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, nº 105, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR).
DETENTORA DA ATA: TREVO AUTO PECAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 20.870.498/0001-50, com sede localizada na Rodovia PRT 466 KM 222,5, Nº s/n, no Município de Turvo/PR, CEP 85.150-000, neste ato representada por Mauricio da Silva, portador da cédula de identidade Nº 8.654.381-8 SSP-PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 004.720.169-03

OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS, ÓLEOS, FLUIDOS, EQUIPAMENTOS DE VEDAÇÕES, REPAROS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES CORRETIVAS E PREVENTIVAS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, PODENDO SER ITENS ORIGINAIS E GENUÍNOS, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo autuado na forma do Processo Administrativo nº 4.131/2026 (1Doc), conforme quantidades, conforme especificações do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico Nº 72/2026. Os preços, quantidades e especificações do objeto ora registrado são os contidos da planilha abaixo:

Lote	Descrição	valor disponível	porcentagem de desconto (%)

1	PEÇAS MITSUBISHI PAJERO BBV2695 - CHASSI (93XJYH8WJCH23940) ANO 217/2018 TRITON BAY1C83 - CHASSI (93XHYKB8THCG24619) ANO 2019/2017)	R$ 15.000,00	53,50 %
7	PEÇAS VEICULOS LEVES M. BENZ AMBULANCIA MERCEDES 416 NOVARHE-7I90 8AC907643NE199359 ANO 2021/2022 AMBULANCIA MERCEDES 416 NOVARHE-7I89 8AC907643NE199435 ANO 2021/2022 M. BENZ SPRINTER PLACA: BBF9F50 8AC906633GE115335 ANO 2015/2016 M. BENZ 417 PLACA: TAW1D23 8AC907643RE239874 ANO 2023/2024 Incluíram-se também caso haja necessidade devido a aquisição, doação ou convenio feito pelo município de novos veículos com mesma marca e característica leve/pesado deste lote. A aquisição de peças para tais deve ser posterior a conclusão da documentação que integre o mesmo à frota municipal.	R$ 30.000,00	45,00 %
10	PEÇAS FORD PESADOS FORD/CARGO 2429) (AYM 9163) (9BFYEALEXEBS71831) ANO 2014 FORD/CARGO 2629 6X4) (AYL 2E89) (9BFZEANEXEBS70843) ANO 2014 FORD/CARGO 2629 6X4 (BAU6D03) (9BFZEANE4HBS98027) ANO 2016/2017 FORD/CARGO 2629 4X2 (BAU6D10) (9BFYEAGB5HBS97984) ANO 2016/2017 Incluíram-se também caso haja necessidade devido a aquisição, doação ou convenio feito pelo município de novos veículos com mesma marca e característica leve/pesado deste lote. A aquisição de peças para tais deve ser posterior a conclusão da documentação que integre o mesmo à frota municipal.	R$ 100.000,00	63,50 %
13	PEÇAS MARCOPOLO MARCOPOLO/VOLARE V8L ESCOLAR) (BAY-0912) (93PB51G1MCC040711) ANO 2011/2012??MARCOPOLO/VOLARE V8L ON) (BBU-5234) (01138412594) (93PB43M32JC059075) ANO 2017/2018 MARCOPOLO/VOLARE W8 ONIBUS) (AQF 0508) (93PB12E3P8C024765) ANO 2008 MARCOPOLO VOLARE V8L ON) (BCH 3579) (93PB43M10KC059905) ANO 2018/2019 MARCOPOLO/VOLARE V8L EO (SEG7F97) (93PB54M31PC070258) Incluíram-se também caso haja necessidade devido a aquisição, doação ou convenio feito pelo município de novos veículos com mesma marca e característica leve/pesado deste lote. A aquisição de peças para tais deve ser posterior a conclusão da documentação que integre o mesmo à frota municipal.	R$ 50.000,00	23,00 %
14	PEÇAS IVECO IVECO/DAILY 65-180CS-AUT PLACA: UBL3H90 (93ZC665DHT8216592) IVECO/BUS 10-190E PLACA RHH4B26 (93ZKO18DZM8941662) VAN/IVECO PLACA BCW1F71 (93ZK42C01K8484496)??IVECO/NEOBUS SPECTRUM R PLACA BEV7C44 (93ZK1RMH0L8935547)	R$ 30.000,00	24,00 %

LICITAÇÃO: Pregão Eletronico n° 72/2026
VIGÊNCIA: 21/07/2026 a 20/07/2027
FORO: Guarapuava/PR

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:CC244A9F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2026 PREGAO ELETRONICO Nº 72/2026

GESTOR DA ATA: **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07, com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Antonio Marcos Seguro, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº 50733521, SESP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o Nº 731.737.469-53, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, nº 105, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR).
DETENTORA DA ATA: VELANTRIS GESTAO SOLUCOES LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 66.348.188/0001-71, com sede localizada na Avenida Visconde de Guarapuava, Nº 554, no Município de Prudentópolis/PR, CEP 84.400-000, neste ato representada por Camila Kluber, portador do CPF/MF sob o nº 083.648.719-27

OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS, ÓLEOS, FLUIDOS, EQUIPAMENTOS DE VEDAÇÕES, REPAROS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES CORRETIVAS E PREVENTIVAS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, PODENDO SER ITENS ORIGINAIS E GENUÍNOS, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo autuado na forma do Processo Administrativo nº 4.131/2026 (1Doc), conforme quantidades, conforme especificações do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico Nº 72/2026. Os preços, quantidades e especificações do objeto ora registrado são os contidos da planilha abaixo:

Lote	Descrição	valor disponível	porcentagem de desconto (%)
4	PEÇAS VOLKSWAGEN PESADOS VW/15.190 EOD E.S.ORE) (BCL 0J12) (9532E82WXCR251467) ANO 2012??VW/15.190 EOD E.S.ORE) (BDP 0912) (9532E82W0CR251509) ANO 2012??VW/MARCOPOLO VIALE U) (AKG 9542) (9BWRF82W72R206460) ANO 2002??VW/ NEOBUS MINI ESCOLAR (BDB3D78) (9532M52P3LR004902) ANO 2019/2020??VW/11.180 DRC 4X2) (BCM 9168) (9535V6TB9KR914099) ANO 2018/2019??VW/8.160 DRC 4X2) (BAI2475) (953152P5GR01289) ANO 2015/2016??VW/15.190 EOD E. HD ORE) (BCP9136) (9532E82W3KR910357) ANO 2018/2019??VW/26.280 CRM 6X4) (BDK-2A87) (953658261KR925599) no 2018/2019??VW/NEOBUS 8.180E (TAX2D73) (953AD5TF9SR009182) ANO 2024/20250??VW/NEOBUS 8.180E (TAZ8J88) (VW/NEOBUS 8.180E) ANO 2024/2025??VW/MASCA ROMA 350R O ONIBUS (ASX4D48) (9532L82W5AR038462) ANO 2010??VW/MASCA ROMA ONIBUS (AUG8I35) (VW/MASCA ROMA ONIBUS) ANO 2011????Incluíram-se também caso haja necessidade devido à aquisição, doação ou convenio feito pelo município de novos veículos com mesma marca e característica leve/pesado deste lote. A aquisição de peças para tais deve ser posterior a conclusão da documentação que integre o mesmo à frota municipal.	R$ 130.000,00	64,00 %
6	PEÇAS VEICULOS PESADOS M.BENZ M.BENZ/MASC GRANMINI ONIBUS) (ARN 6414) (9BM6882729B652812) ANO 2009??(M.BENZ/MASC GRANMINI ONIBUS)(ARN 6415)(154428051)(9BM6882729B649966) ANO 2009??(M.BENZ/ATRON 2729 K 6X4) (AYH 3237) (9BM693388EB955021) ANO 2014??(M.BENZ/ATRON 2729 K 6X4) (AYL 2486) (9BM693388EB962500) ANO 2014??(M.BENZ/ATRON 2729 K 6X4) (AYL 2E87) (9BM693388EB961366) ANO 2014??(M.BENZ/LK 1313ADJ-8H81 34502112685518,00 ANO 1985??[MERCEDES BENZ ATEGO 1419 RHJ-5C95 9BM958130NB224071 ANO 2022 ??Incluíram-se também caso haja necessidade devido à aquisição, doação ou convenio feito pelo município de novos veículos com mesma marca e característica leve/pesado deste lote. A aquisição de peças para tais deve ser posterior a conclusão da documentação que integre o mesmo à frota municipal.	R$ 140.000,00	64,00 %

LICITAÇÃO: Pregão Eletronico n° 72/2026
VIGÊNCIA: 21/07/2026 a 20/07/2027
FORO: Guarapuava/PR

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:D2CE2B2B

É LEGAL PUBLICAR



AS PUBLICAÇÕES VEICULADAS NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS CUMPREM TODOS OS REQUISITOS DO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE E POSSUEM A MESMA VALIDADE LEGAL QUE AS PUBLICAÇÕES IMPRESSAS.

PARA INFORMAÇÕES
41. 3223.5733
diariooficial@amp.org.br

AMP
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RGF - I - DEMONSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL

CONSOLIDADO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2025 A JUNHO/2026
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 09/08/2024.

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.131.444,93	2.336.108,79	2.121.982,22	2.122.703,84	2.286.982,98	4.480.007,03	2.289.854,22	2.411.236,24	2.520.927,41	2.468.785,81	2.455.140,95	2.656.591,15	30.281.765,57	0,00
Pessoal Ativo	1.868.364,78	2.026.030,18	1.852.372,16	1.893.692,53	1.986.471,67	3.973.023,51	2.022.597,37	2.163.023,37	2.269.258,68	2.211.730,92	2.198.086,06	2.391.412,10	26.856.063,33	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.671.501,90	1.828.664,27	1.670.687,42	1.704.330,13	1.787.962,76	3.589.836,29	1.810.082,35	1.948.129,07	2.046.317,46	1.983.931,91	1.955.487,26	2.160.642,15	24.157.572,97	0,00
Obrigações Patronais	196.862,88	197.365,91	181.684,74	189.362,40	198.508,91	383.187,22	212.515,02	214.894,30	222.941,22	227.799,01	242.598,80	230.769,95	2.698.490,36	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	220.080,15	224.078,61	226.610,06	229.011,31	229.011,31	450.983,52	244.256,85	248.212,87	251.668,73	257.054,89	257.054,89	265.179,05	3.103.202,24	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	204.675,16	210.501,82	213.033,27	215.434,52	215.434,52	437.406,73	230.126,46	234.082,48	237.538,34	242.924,50	242.924,50	251.048,66	2.935.130,96	0,00
Pensões	15.404,99	13.576,79	13.576,79	13.576,79	13.576,79	13.576,79	14.130,39	14.130,39	14.130,39	14.130,39	14.130,39	14.130,39	168.071,28	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	43.000,00	86.000,00	43.000,00	0,00	71.500,00	56.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	322.500,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	277.045,80	348.053,52	321.158,97	289.930,06	368.334,18	639.715,38	392.246,53	421.210,78	421.909,98	257.054,89	257.054,89	433.899,81	4.427.614,79	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	63.056,16	33.630,16	0,00	15.944,97	127.438,63	54.624,69	75.853,46	59.245,23	0,00	0,00	168.720,76	598.514,06	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	60.563,47	419,46	0,00	0,00	14.669,37	0,00	0,00	0,00	75.652,30	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	220.080,15	224.078,61	226.610,06	229.011,31	229.011,31	450.983,52	244.256,85	248.212,87	251.668,73	257.054,89	257.054,89	265.179,05	3.103.202,24	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	56.258,24	60.565,05	60.565,05	60.565,05	62.460,73	60.536,07	93.364,99	97.144,45	96.326,65	0,00	0,00	0,00	647.786,28	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15)	707,41	353,70	353,70	353,70	353,70	337,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.459,91	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.854.399,13	1.988.055,27	1.800.823,25	1.832.773,78	1.918.648,80	3.840.291,65	1.897.607,69	1.990.025,46	2.099.017,43	2.211.730,92	2.198.086,06	2.222.691,34	25.854.150,78	0,00

CONSOLIDADO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2025 A JUNHO/2026
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") | Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 09/08/2024.

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	61.598.056,13	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.080.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	250.000,00	
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	766.892,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	59.501.164,13	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	25.854.150,78	43,45%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	32.130.628,63	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	30.524.097,20	51,30%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	28.917.565,77	48,60%
Entidades Consolidadas:		
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque		
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto		
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque		
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque		

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:ECD6EAA3

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RGF - V - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
01/2026 À 12/2026
RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alinea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a – (b + c + d + e) - f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)					
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	1.702.041,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.702.041,90	0,00	0,00	1.702.041,90
Recursos Não Vinculados de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos não Vinculados	1.702.041,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.702.041,90	0,00	0,00	1.702.041,90
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	27.349.928,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.349.928,91	0,00	0,00	27.349.928,91
Recursos Vinculados à Educação	27.345.916,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.345.916,51	0,00	0,00	27.345.916,51
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Educação	27.345.916,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.345.916,51	0,00	0,00	27.345.916,51
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais Vinculações Legais	4.012,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.012,40	0,00	0,00	4.012,40
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Vinculações Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Vinculações	4.012,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.012,40	0,00	0,00	4.012,40
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV) = (I + II + III)	29.051.970,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.051.970,81	0,00	0,00	29.051.970,81

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:4BF63734

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO - I - BO - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

CONSOLIDADO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2026

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 14/06/2023

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	90.606.956,34	92.318.020,96	13.032.522,26	14,12	40.736.700,22	44,13	51.581.320,74
RECEITAS CORRENTES	70.016.956,34	70.637.212,63	11.935.522,26	16,90	34.750.695,78	49,20	35.886.516,85
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.316.505,54	5.316.505,54	1.663.614,05	31,29	3.932.481,47	73,97	1.384.024,07
IMPOSTOS	5.146.545,04	5.146.545,04	1.634.829,56	31,77	3.843.512,06	74,68	1.303.032,98
TAXAS	169.960,50	169.960,50	28.784,49	16,94	88.969,41	52,35	80.991,09
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	3.414.000,00	3.414.000,00	342.007,80	10,02	980.218,33	28,71	2.433.781,67
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.245.200,00	3.245.200,00	327.955,33	10,11	907.721,69	27,97	2.337.478,31
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES PRIVADAS DE SERVIÇO SOCIAL E DE FORMAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	168.800,00	168.800,00	14.052,47	8,32	72.496,64	42,95	96.303,36
RECEITA PATRIMONIAL	7.791.782,50	7.791.782,50	1.061.521,30	13,62	4.669.484,37	59,93	3.122.298,13
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES MOBILIÁRIOS	7.791.782,50	7.791.782,50	1.061.521,30	13,62	4.669.484,37	59,93	3.122.298,13
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.171.960,00	1.171.960,00	196.745,55	16,79	569.110,39	48,56	602.849,61

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	1.015.820,00	1.015.820,00	1.440,00	0,14	1.440,00	0,14	1.014.380,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	156.140,00	156.140,00	195.305,55	125,08	567.670,39	363,56	(411.530,39)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	51.708.003,30	52.328.259,59	8.655.285,90	16,54	24.299.568,35	46,44	28.028.691,24
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	26.793.824,23	26.893.824,23	4.436.438,15	16,50	11.300.801,12	42,02	15.593.023,11
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	18.208.360,70	18.728.616,99	3.078.745,89	16,44	9.661.056,00	51,58	9.067.560,99
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	12.660,00	12.660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.660,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	6.693.158,37	6.693.158,37	1.140.101,86	17,03	3.337.711,23	49,87	3.355.447,14
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	614.705,00	614.705,00	16.347,66	2,66	299.832,87	48,78	314.872,13
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	500.000,00	(5.000,00)
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	11.605,00	11.605,00	3.308,55	28,51	4.454,68	38,39	7.150,32
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	603.100,00	603.100,00	13.039,11	2,16	290.378,19	48,15	312.721,81
RECEITAS DE CAPITAL	20.590.000,00	21.680.808,33	1.097.000,00	5,06	5.986.004,44	27,61	15.694.803,89
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20.590.000,00	21.680.808,33	1.097.000,00	5,06	5.986.004,44	27,61	15.694.803,89
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	1.070.000,00	1.660.808,33	597.000,00	35,95	847.873,71	51,05	812.934,62
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	19.520.000,00	20.020.000,00	500.000,00	2,50	5.138.130,73	25,66	14.881.869,27
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	70.000,00	70.000,00	404.936,07	578,48	1.122.256,62	1.603,22	(1.052.256,62)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	90.676.956,34	92.388.020,96	13.437.458,33	14,54	41.858.956,84	45,31	50.529.064,12
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	90.676.956,34	92.388.020,96	13.437.458,33	14,54	41.858.956,84	45,31	50.529.064,12
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	90.676.956,34	92.388.020,96	13.437.458,33	14,54	41.858.956,84	45,31	50.529.064,12
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	14.250.353,77	0,00	0,00	14.250.353,77	100,00	0,00

RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO UTILIZADO PARA CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	14.250.353,77	0,00	0,00	14.250.353,77	100,00	0,00
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	81.243.456,34	99.829.582,99	10.502.073,10	32.375.291,80	67.454.291,19	10.929.392,66	29.076.374,87	70.753.208,12	27.889.655,52
DESPESAS CORRENTES	57.153.391,34	64.447.311,89	9.655.213,07	27.597.552,50	36.849.759,39	9.663.932,09	26.858.945,66	37.588.366,23	26.058.356,65
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.318.514,59	34.741.152,49	5.022.598,38	14.605.305,69	20.135.846,80	5.022.598,38	14.601.440,25	20.139.712,24	14.586.858,13
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	500.000,00	500.000,00	55.691,17	175.760,39	324.239,61	55.691,17	175.760,39	324.239,61	175.760,39
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.334.876,75	29.206.159,40	4.576.923,52	12.816.486,42	16.389.672,98	4.585.642,54	12.081.745,02	17.124.414,38	11.295.738,13
DESPESAS DE CAPITAL	23.990.065,00	35.282.271,10	846.860,03	4.777.739,30	30.504.531,80	1.265.460,57	2.217.429,21	33.064.841,89	1.831.298,87
INVESTIMENTOS	23.520.065,00	34.812.271,10	758.179,25	4.511.696,96	30.300.574,14	1.176.779,79	1.951.386,87	32.860.884,23	1.565.256,53
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	470.000,00	470.000,00	88.680,78	266.042,34	203.957,66	88.680,78	266.042,34	203.957,66	266.042,34
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	4.516.700,00	4.727.221,75	388.903,72	1.098.556,57	3.628.665,18	388.903,72	1.098.556,57	3.628.665,18	1.098.556,57
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	85.760.156,34	104.556.804,74	10.890.976,82	33.473.848,37	71.082.956,37	11.318.296,38	30.174.931,44	74.381.873,30	28.988.212,09
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	85.760.156,34	104.556.804,74	10.890.976,82	33.473.848,37	71.082.956,37	11.318.296,38	30.174.931,44	74.381.873,30	28.988.212,09
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	8.385.108,47	0,00	0,00	11.684.025,40	0,00	12.870.744,75
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	85.760.156,34	104.556.804,74	10.890.976,82	41.858.956,84	0,00	11.318.296,38	41.858.956,84	0,00	41.858.956,84
RESERVA DO RPPS	4.916.800,00	4.916.800,00	0,00	0,00	4.916.800,00	0,00	0,00	4.916.800,00	0,00
Entidades Consolidadas:									
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque									
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto									
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque									
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque									

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:1E569A90

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO - II - FUNÇÃO - EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

CONSOLIDADO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
MAIO A JUNHO DE 2026										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")						Memória de cálculo STN: 13ª edição - versão 2 - Atualizada em 09/2023				
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	81.243.456,34	99.829.582,99	10.502.073,10	32.375.291,80	96,72	67.454.291,19	10.929.392,66	29.076.374,87	96,36	70.753.208,12
LEGISLATIVA	3.194.000,00	3.194.000,00	345.800,81	1.220.166,40	3,65	1.973.833,60	362.943,45	1.219.841,04	4,04	1.974.158,96
Ação Legislativa	3.194.000,00	3.194.000,00	345.800,81	1.220.166,40	3,65	1.973.833,60	362.943,45	1.219.841,04	4,04	1.974.158,96
ESSENCIAL A JUSTIÇA	366.500,00	366.500,00	52.325,36	155.534,94	0,46	210.965,06	52.325,36	155.534,94	0,52	210.965,06
Demais Subfunções	366.500,00	366.500,00	52.325,36	155.534,94	0,46	210.965,06	52.325,36	155.534,94	0,52	210.965,06
ADMINISTRAÇÃO	7.173.296,70	8.122.026,01	1.208.365,95	3.643.787,31	10,89	4.478.238,70	1.097.178,98	3.231.746,58	10,71	4.890.279,43

Planejamento e Orçamento	889.831,81	894.831,81	109.231,48	348.707,03	1,04	546.124,78	109.231,48	348.707,03	1,16	546.124,78
Administração Geral	5.542.564,89	6.384.294,20	927.441,36	2.932.520,78	8,76	3.451.773,42	868.493,39	2.577.469,05	8,54	3.806.825,15
Administração Financeira	235.400,00	235.400,00	22.782,64	62.716,69	0,19	172.683,31	22.782,64	62.716,69	0,21	172.683,31
Controle Interno	143.000,00	143.000,00	15.852,89	55.123,25	0,16	87.876,75	16.602,89	55.123,25	0,18	87.876,75
Administração de Receitas	362.500,00	464.500,00	133.057,58	244.719,56	0,73	219.780,44	80.068,58	187.730,56	0,62	276.769,44
ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.211.030,00	8.403.192,85	579.239,26	1.590.695,14	4,75	6.812.497,71	574.662,17	1.541.995,69	5,11	6.861.197,16
Assistência ao Idoso	60.000,00	63.015,70	0,00	0,00	0,00	63.015,70	0,00	0,00	0,00	63.015,70
Assistência ao Portador de Deficiência	13.370,00	24.477,04	0,00	0,00	0,00	24.477,04	0,00	0,00	0,00	24.477,04
Assistência à Criança e ao Adolescente	298.760,00	792.285,34	27.408,56	94.223,84	0,28	698.061,50	35.638,56	85.755,03	0,28	706.530,31
Assistência Comunitária	2.363.500,00	2.795.721,61	372.711,24	751.176,28	2,24	2.044.545,33	353.852,89	717.103,52	2,38	2.078.618,09
Administração Geral	1.475.400,00	4.727.693,16	179.119,46	745.295,02	2,23	3.982.398,14	185.170,72	739.137,14	2,45	3.988.556,02
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.704.317,50	5.704.317,50	542.450,35	1.617.856,79	4,83	4.086.460,71	542.450,35	1.617.061,79	5,36	4.087.255,71
Previdência do Regime Estatutário	5.704.317,50	5.704.317,50	542.450,35	1.617.856,79	4,83	4.086.460,71	542.450,35	1.617.061,79	5,36	4.087.255,71
SAÚDE	11.426.405,72	16.387.563,56	2.592.558,25	8.538.272,87	25,51	7.849.290,69	2.998.268,12	7.159.649,88	23,73	9.227.913,68
Atenção Básica	11.016.475,72	15.777.693,46	2.554.933,04	8.421.960,81	25,16	7.355.732,65	2.960.642,91	7.043.337,82	23,34	8.734.355,64
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	15.780,00	15.780,00	0,00	0,00	0,00	15.780,00	0,00	0,00	0,00	15.780,00
Vigilância Sanitária	394.150,00	594.090,10	37.625,21	116.312,06	0,35	477.778,04	37.625,21	116.312,06	0,39	477.778,04
EDUCAÇÃO	16.699.685,56	18.086.217,69	2.765.124,91	7.546.236,82	22,54	10.539.980,87	3.070.528,82	7.428.013,89	24,62	10.658.203,80
Ensino Fundamental	6.910.058,37	8.214.590,50	1.153.807,13	3.881.337,20	11,60	4.333.253,30	1.487.485,68	3.826.916,45	12,68	4.387.674,05
Educação Infantil	2.879.950,00	3.002.950,00	503.146,49	1.394.782,72	4,17	1.608.167,28	503.628,29	1.393.653,26	4,62	1.609.296,74
Educação de Jovens e Adultos	109.550,00	109.550,00	13.026,70	33.746,98	0,10	75.803,02	13.026,70	33.746,98	0,11	75.803,02
Educação Especial	199.500,00	199.500,00	40.137,54	137.245,71	0,41	62.254,29	40.137,54	137.245,71	0,45	62.254,29
Administração Geral	1.818.400,00	1.880.400,00	288.743,46	730.068,91	2,18	1.150.331,09	281.070,75	719.569,39	2,38	1.160.830,61

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — Memória de cálculo STN: 13ª edição - versão 2 - Atualizada em 09/2023

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
Demais Subfunções	4.782.227,19	4.679.227,19	766.263,59	1.369.055,30	4,09	3.310.171,89	745.179,86	1.316.882,10	4,36	3.362.345,09
CULTURA	293.200,00	496.285,53	139.179,09	191.624,86	0,57	304.660,67	62.679,09	115.124,86	0,38	381.160,67
Difusão Cultural	293.200,00	496.285,53	139.179,09	191.624,86	0,57	304.660,67	62.679,09	115.124,86	0,38	381.160,67
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	440.684,03	56.303,90	192.190,90	0,57	248.493,13	49.154,94	138.689,70	0,46	301.994,33
Demais Subfunções	0,00	440.684,03	56.303,90	192.190,90	0,57	248.493,13	49.154,94	138.689,70	0,46	301.994,33
URBANISMO	11.178.055,00	11.178.055,00	90.427,94	224.834,10	0,67	10.953.220,90	85.595,46	220.001,62	0,73	10.958.053,38
Infra-Estrutura Urbana	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Serviços Urbanos	11.028.055,00	11.028.055,00	90.427,94	224.834,10	0,67	10.803.220,90	85.595,46	220.001,62	0,73	10.808.053,38
SANEAMENTO	1.100.820,00	1.254.820,00	152.883,54	526.411,05	1,57	728.408,95	135.730,98	486.202,46	1,61	768.617,54
Saneamento Básico Urbano	1.100.820,00	1.254.820,00	152.883,54	526.411,05	1,57	728.408,95	135.730,98	486.202,46	1,61	768.617,54
GESTÃO AMBIENTAL	9.136.692,50	12.367.692,50	309.957,81	2.411.443,31	7,20	9.956.249,19	604.901,25	1.688.181,66	5,59	10.679.510,84
Preservação e Conservação Ambiental	8.222.802,00	11.173.802,00	201.145,21	2.085.129,16	6,23	9.088.672,84	504.573,19	1.374.456,10	4,55	9.799.345,90
Controle Ambiental	563.890,50	843.890,50	104.000,56	319.117,51	0,95	524.772,99	95.516,03	306.528,93	1,02	537.361,57
Recursos Hídricos	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Demais Subfunções	250.000,00	250.000,00	4.812,04	7.196,64	0,02	242.803,36	4.812,03	7.196,63	0,02	242.803,37
AGRICULTURA	3.306.900,00	4.413.374,96	439.351,94	1.278.853,43	3,82	3.134.521,53	374.535,80	1.192.357,75	3,95	3.221.017,21
Extensão Rural	3.176.000,00	4.282.474,96	423.841,94	1.244.096,71	3,72	3.038.378,25	359.025,80	1.157.601,03	3,84	3.124.873,93
Administração Geral	130.900,00	130.900,00	15.510,00	34.756,72	0,10	96.143,28	15.510,00	34.756,72	0,12	96.143,28
COMÉRCIO E SERVIÇOS	404.899,36	404.899,36	0,00	262,84	0,00	404.636,52	0,00	262,84	0,00	404.636,52
Promoção Comercial	404.899,36	404.899,36	0,00	262,84	0,00	404.636,52	0,00	262,84	0,00	404.636,52
COMUNICAÇÕES	12.600,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00
Demais Subfunções	12.600,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00
ENERGIA	351.086,00	351.086,00	15.924,80	47.980,08	0,14	303.105,92	15.924,80	47.980,08	0,16	303.105,92
Energia Elétrica	351.086,00	351.086,00	15.924,80	47.980,08	0,14	303.105,92	15.924,80	47.980,08	0,16	303.105,92
TRANSPORTE	3.010.763,00	3.534.063,00	612.010,71	2.071.333,37	6,19	1.462.729,63	579.811,37	1.993.389,26	6,61	1.540.673,74
DESPORTO E LAZER	1.646.650,00	3.085.650,00	366.714,41	415.576,36	1,24	2.670.073,64	89.247,65	138.109,60	0,46	2.947.540,40
Desporto Comunitário	642.650,00	1.881.650,00	366.514,41	412.576,36	1,23	1.469.073,64	89.047,65	135.109,60	0,45	1.746.540,40
Demais Subfunções	1.004.000,00	1.204.000,00	200,00	3.000,00	0,01	1.201.000,00	200,00	3.000,00	0,01	1.201.000,00
ENCARGOS ESPECIAIS	1.926.555,00	1.926.555,00	233.454,07	702.231,23	2,10	1.224.323,77	233.454,07	702.231,23	2,33	1.224.323,77
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
Serviço da Dívida Interna	1.926.555,00	1.926.555,00	233.454,07	702.231,23	2,10	1.224.323,77	233.454,07	702.231,23	2,33	1.224.323,77
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.516.700,00	4.727.221,75	0,00	1.098.556,57	3,28	3.628.665,18	0,00	1.098.556,57	3,64	3.628.665,18
TOTAL (III) = (I + II)	85.760.156,34	104.556.804,74	10.502.073,10	33.473.848,37	100,00	71.082.956,37	10.929.392,66	30.174.931,44	100,00	74.381.873,30

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	4.516.700,00	4.727.221,75	0,00	1.098.556,57	3,28	3.628.665,18	0,00	1.098.556,57	3,64	3.628.665,18
LEGISLATIVA	110.000,00	110.000,00	16.100,16	48.006,74	0,14	61.993,26	16.100,16	48.006,74	0,16	61.993,26
Ação Legislativa	110.000,00	110.000,00	16.100,16	48.006,74	0,14	61.993,26	16.100,16	48.006,74	0,16	61.993,26
ESSENCIAL A JUSTIÇA	42.200,00	42.200,00	3.680,42	11.041,26	0,03	31.158,74	3.680,42	11.041,26	0,04	31.158,74
Demais Subfunções	42.200,00	42.200,00	3.680,42	11.041,26	0,03	31.158,74	3.680,42	11.041,26	0,04	31.158,74
ADMINISTRAÇÃO	1.737.500,00	1.724.500,00	41.527,61	120.296,24	0,36	1.604.203,76	41.527,61	120.296,24	0,40	1.604.203,76
Planejamento e Orçamento	57.000,00	57.000,00	5.695,60	16.149,23	0,05	40.850,77	5.695,60	16.149,23	0,05	40.850,77
Administração Geral	1.613.000,00	1.600.000,00	28.200,85	81.829,81	0,24	1.518.170,19	28.200,85	81.829,81	0,27	1.518.170,19
Administração Financeira	29.000,00	29.000,00	2.510,90	6.882,82	0,02	22.117,18	2.510,90	6.882,82	0,02	22.117,18
Controle Interno	15.500,00	15.500,00	1.199,26	3.621,54	0,01	11.878,46	1.199,26	3.621,54	0,01	11.878,46
Administração de Receitas	23.000,00	23.000,00	3.921,00	11.812,84	0,04	11.187,16	3.921,00	11.812,84	0,04	11.187,16
ASSISTÊNCIA SOCIAL	132.000,00	144.963,95	20.022,34	61.461,60	0,18	83.502,35	20.022,34	61.461,60	0,20	83.502,35
Assistência Comunitária	70.000,00	81.430,59	17.680,86	38.574,77	0,12	42.855,82	17.680,86	38.574,77	0,13	42.855,82
Administração Geral	62.000,00	63.533,36	2.341,48	22.886,83	0,07	40.646,53	2.341,48	22.886,83	0,08	40.646,53
PREVIDÊNCIA SOCIAL	17.000,00	17.000,00	0,00	38,73	0,00	16.961,27	0,00	38,73	0,00	16.961,27
Previdência do Regime Estatutário	17.000,00	17.000,00	0,00	38,73	0,00	16.961,27	0,00	38,73	0,00	16.961,27
SAÚDE	952.000,00	1.041.557,80	99.092,05	287.469,29	0,86	754.088,51	99.092,05	287.469,29	0,95	754.088,51
Atenção Básica	925.000,00	993.000,00	95.477,33	276.648,89	0,83	716.351,11	95.477,33	276.648,89	0,92	716.351,11
Vigilância Sanitária	27.000,00	48.557,80	3.614,72	10.820,40	0,03	37.737,40	3.614,72	10.820,40	0,04	37.737,40
EDUCAÇÃO	1.077.000,00	1.177.000,00	164.286,01	443.874,57	1,33	733.125,43	164.286,01	443.874,57	1,47	733.125,43
Ensino Fundamental	594.500,00	644.500,00	95.719,45	253.303,79	0,76	391.196,21	95.719,45	253.303,79	0,84	391.196,21
Educação Infantil	278.000,00	328.000,00	50.399,96	135.923,82	0,41	192.076,18	50.399,96	135.923,82	0,45	192.076,18
Educação de Jovens e Adultos	15.000,00	15.000,00	1.001,48	3.004,44	0,01	11.995,56	1.001,48	3.004,44	0,01	11.995,56
Educação Especial	20.000,00	20.000,00	5.158,56	15.079,48	0,05	4.920,52	5.158,56	15.079,48	0,05	4.920,52
Administração Geral	94.000,00	94.000,00	7.102,84	22.227,48	0,07	71.772,52	7.102,84	22.227,48	0,07	71.772,52
Demais Subfunções	75.500,00	75.500,00	4.903,72	14.335,56	0,04	61.164,44	4.903,72	14.335,56	0,05	61.164,44
CULTURA	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Difusão Cultural	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	20.000,00	1.211,14	1.211,14	0,00	18.788,86	1.211,14	1.211,14	0,00	18.788,86
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
Demais Subfunções	0,00	20.000,00	1.211,14	1.211,14	0,00	18.788,86	1.211,14	1.211,14	0,00	18.788,86
URBANISMO	42.000,00	42.000,00	4.416,28	13.224,04	0,04	28.775,96	4.416,28	13.224,04	0,04	28.775,96
Serviços Urbanos	42.000,00	42.000,00	4.416,28	13.224,04	0,04	28.775,96	4.416,28	13.224,04	0,04	28.775,96
SANEAMENTO	25.000,00	26.000,00	743,84	2.231,52	0,01	23.768,48	743,84	2.231,52	0,01	23.768,48
Saneamento Básico Urbano	25.000,00	26.000,00	743,84	2.231,52	0,01	23.768,48	743,84	2.231,52	0,01	23.768,48
GESTÃO AMBIENTAL	36.000,00	36.000,00	3.618,58	10.208,98	0,03	25.791,02	3.618,58	10.208,98	0,03	25.791,02
Preservação e Conservação Ambiental	14.000,00	14.000,00	0,00	138,69	0,00	13.861,31	0,00	138,69	0,00	13.861,31
Controle Ambiental	22.000,00	22.000,00	3.618,58	10.070,29	0,03	11.929,71	3.618,58	10.070,29	0,03	11.929,71
AGRICULTURA	106.000,00	106.000,00	13.581,15	37.649,06	0,11	68.350,94	13.581,15	37.649,06	0,12	68.350,94
Extensão Rural	92.000,00	92.000,00	12.842,83	35.803,26	0,11	56.196,74	12.842,83	35.803,26	0,12	56.196,74
Administração Geral	14.000,00	14.000,00	738,32	1.845,80	0,01	12.154,20	738,32	1.845,80	0,01	12.154,20
COMÉRCIO E SERVIÇOS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Promoção Comercial	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
TRANSPORTE	205.000,00	205.000,00	20.624,14	61.843,40	0,18	143.156,60	20.624,14	61.843,40	0,20	143.156,60
DESPORTO E LAZER	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00
Desporto Comunitário	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Demais Subfunções	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Entidades Consolidadas:										
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque										
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto										
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque										
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque										

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:A94AF74A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO - II - FUNÇÃO - EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

CONSOLIDADO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÂO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO A ABRIL DE 2026

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") | Memória de cálculo STN: 13ª edição - versão 2 - Atualizada em 09/2023

FUNÇÃO / SUBFUNÇÂO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	81.243.456,34	96.287.463,60	13.927.609,75	21.873.218,70	96,86	74.414.244,90	10.871.715,70	18.146.982,21	96,24	78.140.481,39
LEGISLATIVA	3.194.000,00	3.194.000,00	483.073,58	874.365,59	3,87	2.319.634,41	483.352,08	856.897,59	4,54	2.337.102,41
Ação Legislativa	3.194.000,00	3.194.000,00	483.073,58	874.365,59	3,87	2.319.634,41	483.352,08	856.897,59	4,54	2.337.102,41
ESSENCIAL A JUSTIÇA	366.500,00	366.500,00	51.694,98	103.209,58	0,46	263.290,42	51.694,98	103.209,58	0,55	263.290,42
Demais Subfunções	366.500,00	366.500,00	51.694,98	103.209,58	0,46	263.290,42	51.694,98	103.209,58	0,55	263.290,42
ADMINISTRAÇÃO	7.173.296,70	8.125.212,43	1.562.136,08	2.435.421,36	10,78	5.689.791,07	1.286.892,78	2.134.567,60	11,32	5.990.644,83
Planejamento e Orçamento	889.831,81	889.831,81	133.322,36	239.475,55	1,06	650.356,26	133.322,36	239.475,55	1,27	650.356,26
Administração Geral	5.542.564,89	6.394.480,62	1.340.678,12	2.005.079,42	8,88	4.389.401,20	1.066.184,82	1.708.975,66	9,06	4.685.504,96
Administração Financeira	235.400,00	235.400,00	22.409,24	39.934,05	0,18	195.465,95	22.409,24	39.934,05	0,21	195.465,95
Controle Interno	143.000,00	143.000,00	16.684,80	39.270,36	0,17	103.729,64	15.934,80	38.520,36	0,20	104.479,64
Administração de Receitas	362.500,00	462.500,00	49.041,56	111.661,98	0,49	350.838,02	49.041,56	107.661,98	0,57	354.838,02
ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.211.030,00	8.270.767,02	568.321,35	1.011.455,88	4,48	7.259.311,14	535.800,56	967.333,52	5,13	7.303.433,50
Assistência ao Idoso	60.000,00	63.015,70	0,00	0,00	0,00	63.015,70	0,00	0,00	0,00	63.015,70
Assistência ao Portador de Deficiência	13.370,00	13.370,00	0,00	0,00	0,00	13.370,00	0,00	0,00	0,00	13.370,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	298.760,00	792.285,34	41.606,40	66.815,28	0,30	725.470,06	24.907,59	50.116,47	0,27	742.168,87
Assistência Comunitária	2.363.500,00	2.674.402,82	203.071,44	378.465,04	1,68	2.295.937,78	193.399,39	363.250,63	1,93	2.311.152,19
Administração Geral	1.475.400,00	4.727.693,16	323.643,51	566.175,56	2,51	4.161.517,60	317.493,58	553.966,42	2,94	4.173.726,74
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.704.317,50	5.704.317,50	539.775,25	1.075.406,44	4,76	4.628.911,06	542.760,25	1.074.611,44	5,70	4.629.706,06
Previdência do Regime Estatutário	5.704.317,50	5.704.317,50	539.775,25	1.075.406,44	4,76	4.628.911,06	542.760,25	1.074.611,44	5,70	4.629.706,06
SAÚDE	11.426.405,72	16.075.563,56	4.064.868,07	5.945.714,62	26,33	10.129.848,94	2.327.455,71	4.161.381,76	22,07	11.914.181,80
Atenção Básica	11.016.475,72	15.613.693,46	4.027.321,75	5.867.027,77	25,98	9.746.665,69	2.289.909,39	4.082.694,91	21,65	11.530.998,55
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	15.780,00	15.780,00	0,00	0,00	0,00	15.780,00	0,00	0,00	0,00	15.780,00
Vigilância Sanitária	394.150,00	446.090,10	37.546,32	78.686,85	0,35	367.403,25	37.546,32	78.686,85	0,42	367.403,25
EDUCAÇÃO	16.699.685,56	17.886.217,69	2.924.667,67	4.781.111,91	21,17	13.105.105,78	2.709.929,36	4.357.485,07	23,11	13.528.732,62
Ensino Fundamental	6.910.058,37	8.046.590,50	1.675.808,04	2.727.530,07	12,08	5.319.060,43	1.460.951,51	2.339.430,77	12,41	5.707.159,73
Educação Infantil	2.879.950,00	2.929.950,00	485.167,98	891.636,23	3,95	2.038.313,77	508.405,76	890.024,97	4,72	2.039.925,03
Educação de Jovens e Adultos	109.550,00	109.550,00	10.360,14	20.720,28	0,09	88.829,72	10.360,14	20.720,28	0,11	88.829,72
Educação Especial	199.500,00	199.500,00	40.137,54	97.108,17	0,43	102.391,83	40.137,54	97.108,17	0,51	102.391,83
Administração Geral	1.818.400,00	1.818.400,00	257.672,91	441.325,45	1,95	1.377.074,55	257.404,10	438.498,64	2,33	1.379.901,36

FUNÇÃO / SUBFUNÇÂO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
Demais Subfunções	4.782.227,19	4.782.227,19	455.521,06	602.791,71	2,67	4.179.435,48	432.670,31	571.702,24	3,03	4.210.524,95
CULTURA	293.200,00	496.285,53	37.727,80	52.445,77	0,23	443.839,76	37.727,80	52.445,77	0,28	443.839,76
Difusão Cultural	293.200,00	496.285,53	37.727,80	52.445,77	0,23	443.839,76	37.727,80	52.445,77	0,28	443.839,76
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	440.684,03	135.887,00	135.887,00	0,60	304.797,03	89.534,76	89.534,76	0,47	351.149,27
Demais Subfunções	0,00	440.684,03	135.887,00	135.887,00	0,60	304.797,03	89.534,76	89.534,76	0,47	351.149,27
URBANISMO	11.178.055,00	11.178.055,00	56.206,06	134.406,16	0,60	11.043.648,84	56.206,06	134.406,16	0,71	11.043.648,84
Infra-Estrutura Urbana	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Serviços Urbanos	11.028.055,00	11.028.055,00	56.206,06	134.406,16	0,60	10.893.648,84	56.206,06	134.406,16	0,71	10.893.648,84
SANEAMENTO	1.100.820,00	1.100.820,00	199.178,86	373.527,51	1,65	727.292,49	176.122,83	350.471,48	1,86	750.348,52
Saneamento Básico Urbano	1.100.820,00	1.100.820,00	199.178,86	373.527,51	1,65	727.292,49	176.122,83	350.471,48	1,86	750.348,52
GESTÃO AMBIENTAL	9.136.692,50	10.967.692,50	1.839.637,48	2.101.485,50	9,31	8.866.207,00	896.039,71	1.083.280,41	5,74	9.884.412,09
Preservação e Conservação Ambiental	8.222.802,00	9.873.802,00	1.751.484,74	1.883.983,95	8,34	7.989.818,05	749.883,70	869.882,91	4,61	9.003.919,09
Controle Ambiental	563.890,50	743.890,50	88.152,74	215.116,95	0,95	528.773,55	144.590,01	211.012,90	1,12	532.877,60
Recursos Hídricos	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Demais Subfunções	250.000,00	250.000,00	0,00	2.384,60	0,01	247.615,40	1.566,00	2.384,60	0,01	247.615,40
AGRICULTURA	3.306.900,00	3.928.794,98	339.526,07	839.501,49	3,72	3.089.293,49	470.322,23	817.821,95	4,34	3.110.973,03

Extensão Rural	3.176.000,00	3.797.894,98	326.459,35	820.254,77	3,63	2.977.640,21	457.255,51	798.575,23	4,23	2.999.319,75
Administração Geral	130.900,00	130.900,00	13.066,72	19.246,72	0,09	111.653,28	13.066,72	19.246,72	0,10	111.653,28
COMÉRCIO E SERVIÇOS	404.899,36	404.899,36	262,84	262,84	0,00	404.636,52	262,84	262,84	0,00	404.636,52
Promoção Comercial	404.899,36	404.899,36	262,84	262,84	0,00	404.636,52	262,84	262,84	0,00	404.636,52
COMUNICAÇÕES	12.600,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00
Demais Subfunções	12.600,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00
ENERGIA	351.086,00	351.086,00	15.035,35	32.055,28	0,14	319.030,72	15.035,35	32.055,28	0,17	319.030,72
Energia Elétrica	351.086,00	351.086,00	15.035,35	32.055,28	0,14	319.030,72	15.035,35	32.055,28	0,17	319.030,72
TRANSPORTE	3.010.763,00	3.210.763,00	755.763,44	1.459.322,66	6,46	1.751.440,34	838.730,53	1.413.577,89	7,50	1.797.185,11
DESPORTO E LAZER	1.646.650,00	2.546.650,00	29.461,84	48.861,95	0,22	2.497.788,05	29.461,84	48.861,95	0,26	2.497.788,05
Desporto Comunitário	642.650,00	1.342.650,00	27.861,84	46.061,95	0,20	1.296.588,05	27.861,84	46.061,95	0,24	1.296.588,05
Demais Subfunções	1.004.000,00	1.204.000,00	1.600,00	2.800,00	0,01	1.201.200,00	1.600,00	2.800,00	0,01	1.201.200,00
ENCARGOS ESPECIAIS	1.926.555,00	1.926.555,00	324.386,03	468.777,16	2,08	1.457.777,84	324.386,03	468.777,16	2,49	1.457.777,84

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
Serviço da Dívida Interna	1.926.555,00	1.926.555,00	324.386,03	468.777,16	2,08	1.457.777,84	324.386,03	468.777,16	2,49	1.457.777,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.516.700,00	4.632.106,16	0,00	709.652,85	3,14	3.922.453,31	0,00	709.652,85	3,76	3.922.453,31
TOTAL (III) = (I + II)	85.760.156,34	100.919.569,76	13.927.609,75	22.582.871,55	100,00	78.336.698,21	10.871.715,70	18.856.635,06	100,00	82.062.934,70

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	4.516.700,00	4.632.106,16	0,00	709.652,85	3,14	3.922.453,31	0,00	709.652,85	3,76	3.922.453,31
LEGISLATIVA	110.000,00	110.000,00	15.996,92	31.906,58	0,14	78.093,42	15.996,92	31.906,58	0,17	78.093,42
Ação Legislativa	110.000,00	110.000,00	15.996,92	31.906,58	0,14	78.093,42	15.996,92	31.906,58	0,17	78.093,42
ESSENCIAL A JUSTIÇA	42.200,00	42.200,00	3.680,42	7.360,84	0,03	34.839,16	3.680,42	7.360,84	0,04	34.839,16
Demais Subfunções	42.200,00	42.200,00	3.680,42	7.360,84	0,03	34.839,16	3.680,42	7.360,84	0,04	34.839,16
ADMINISTRAÇÃO	1.737.500,00	1.737.500,00	40.433,20	78.768,63	0,35	1.658.731,37	40.433,20	78.768,63	0,42	1.658.731,37
Planejamento e Orçamento	57.000,00	57.000,00	5.397,14	10.453,63	0,05	46.546,37	5.397,14	10.453,63	0,06	46.546,37
Administração Geral	1.613.000,00	1.613.000,00	27.368,10	53.628,96	0,24	1.559.371,04	27.368,10	53.628,96	0,28	1.559.371,04
Administração Financeira	29.000,00	29.000,00	2.510,90	4.371,92	0,02	24.628,08	2.510,90	4.371,92	0,02	24.628,08
Controle Interno	15.500,00	15.500,00	1.211,14	2.422,28	0,01	13.077,72	1.211,14	2.422,28	0,01	13.077,72
Administração de Receitas	23.000,00	23.000,00	3.945,92	7.891,84	0,03	15.108,16	3.945,92	7.891,84	0,04	15.108,16
ASSISTÊNCIA SOCIAL	132.000,00	135.848,36	22.705,60	41.439,26	0,18	94.409,10	22.705,60	41.439,26	0,22	94.409,10
Assistência Comunitária	70.000,00	72.315,00	10.836,81	20.893,91	0,09	51.421,09	10.836,81	20.893,91	0,11	51.421,09
Administração Geral	62.000,00	63.533,36	11.868,79	20.545,35	0,09	42.988,01	11.868,79	20.545,35	0,11	42.988,01
PREVIDÊNCIA SOCIAL	17.000,00	17.000,00	0,00	38,73	0,00	16.961,27	0,00	38,73	0,00	16.961,27
Previdência do Regime Estatutário	17.000,00	17.000,00	0,00	38,73	0,00	16.961,27	0,00	38,73	0,00	16.961,27
SAÚDE	952.000,00	993.557,80	96.647,35	188.377,24	0,83	805.180,56	96.647,35	188.377,24	1,00	805.180,56
Atenção Básica	925.000,00	963.000,00	93.032,63	181.171,56	0,80	781.828,44	93.032,63	181.171,56	0,96	781.828,44
Vigilância Sanitária	27.000,00	30.557,80	3.614,72	7.205,68	0,03	23.352,12	3.614,72	7.205,68	0,04	23.352,12
EDUCAÇÃO	1.077.000,00	1.127.000,00	155.192,71	279.588,56	1,24	847.411,44	155.192,71	279.588,56	1,48	847.411,44
Ensino Fundamental	594.500,00	644.500,00	88.826,03	157.584,34	0,70	486.915,66	88.826,03	157.584,34	0,84	486.915,66
Educação Infantil	278.000,00	278.000,00	47.549,59	85.523,86	0,38	192.476,14	47.549,59	85.523,86	0,45	192.476,14
Educação de Jovens e Adultos	15.000,00	15.000,00	1.001,48	2.002,96	0,01	12.997,04	1.001,48	2.002,96	0,01	12.997,04
Educação Especial	20.000,00	20.000,00	5.158,56	9.920,92	0,04	10.079,08	5.158,56	9.920,92	0,05	10.079,08
Administração Geral	94.000,00	94.000,00	7.598,41	15.124,64	0,07	78.875,36	7.598,41	15.124,64	0,08	78.875,36
Demais Subfunções	75.500,00	75.500,00	5.058,64	9.431,84	0,04	66.068,16	5.058,64	9.431,84	0,05	66.068,16
CULTURA	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Difusão Cultural	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
Demais Subfunções	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
URBANISMO	42.000,00	42.000,00	4.403,88	8.807,76	0,04	33.192,24	4.403,88	8.807,76	0,05	33.192,24
Serviços Urbanos	42.000,00	42.000,00	4.403,88	8.807,76	0,04	33.192,24	4.403,88	8.807,76	0,05	33.192,24
SANEAMENTO	25.000,00	25.000,00	743,84	1.487,68	0,01	23.512,32	743,84	1.487,68	0,01	23.512,32
Saneamento Básico Urbano	25.000,00	25.000,00	743,84	1.487,68	0,01	23.512,32	743,84	1.487,68	0,01	23.512,32

GESTÃO AMBIENTAL	36.000,00	36.000,00	3.584,91	6.590,40	0,03	29.409,60	3.584,91	6.590,40	0,03	29.409,60
Preservação e Conservação Ambiental	14.000,00	14.000,00	0,00	138,69	0,00	13.861,31	0,00	138,69	0,00	13.861,31
Controle Ambiental	22.000,00	22.000,00	3.584,91	6.451,71	0,03	15.548,29	3.584,91	6.451,71	0,03	15.548,29
AGRICULTURA	106.000,00	106.000,00	11.859,45	24.067,91	0,11	81.932,09	11.859,45	24.067,91	0,13	81.932,09
Extensão Rural	92.000,00	92.000,00	11.121,13	22.960,43	0,10	69.039,57	11.121,13	22.960,43	0,12	69.039,57
Administração Geral	14.000,00	14.000,00	738,32	1.107,48	0,00	12.892,52	738,32	1.107,48	0,01	12.892,52
COMÉRCIO E SERVIÇOS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Promoção Comercial	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
TRANSPORTE	205.000,00	205.000,00	20.182,24	41.219,26	0,18	163.780,74	20.182,24	41.219,26	0,22	163.780,74
DESPORTO E LAZER	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00
Desporto Comunitário	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Demais Subfunções	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Entidades Consolidadas:										
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque										
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto										
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque										
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque										
Conjunto de informações em tempo real, atualizado até 20/07/2026 16:44										

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:D43C9B00

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO - III - RCL - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

CONSOLIDADO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2025 A JUNHO/2026

LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III — Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 29/05/2023

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (Últimos 12 meses)	Previsão atualizada 2026
	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026		
RECEITAS CORRENTES (I)	6.453.606,65	6.203.635,68	7.083.438,17	7.178.943,49	6.328.288,33	8.644.685,27	7.215.281,88	6.332.473,10	6.001.790,27	6.516.803,72	6.318.268,52	7.101.061,12	81.053.843,36	80.300.631,23
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	407.832,95	460.872,11	406.848,87	462.536,03	433.622,94	784.395,95	357.137,09	514.995,32	817.748,51	578.986,50	370.807,68	1.292.806,37	6.888.590,32	5.316.505,54
IPTU	30.654,21	4.050,01	15.049,18	3.724,87	7.496,86	10.384,18	7.290,78	5.199,70	4.437,69	3.875,35	41.520,05	90.623,91	224.306,79	233.760,00
ISS	123.442,73	180.458,72	181.284,22	266.513,35	241.173,91	306.563,51	212.051,49	291.878,05	256.192,24	339.095,83	130.845,94	965.742,85	3.495.242,84	1.424.265,04
ITBI	56.638,00	98.538,32	28.238,43	16.420,00	5.600,00	111.901,68	8.547,76	31.774,45	350.568,86	27.560,00	25.580,00	50.347,98	811.715,48	1.300.000,00
IRRF	185.106,36	176.959,93	178.527,82	172.143,19	177.291,22	352.732,60	116.390,44	178.357,77	178.211,23	197.250,86	161.694,52	168.474,31	2.243.140,25	2.188.520,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.991,65	865,13	3.749,22	3.734,62	2.060,95	2.813,98	12.856,62	7.785,35	28.338,49	11.204,46	11.167,17	17.617,32	114.184,96	169.960,50
Contribuições	249.424,87	274.096,86	241.490,67	243.795,24	283.344,58	537.818,76	304.841,01	323.324,50	(162.216,42)	172.261,44	173.105,42	168.902,38	2.810.189,31	3.414.000,00
Receita patrimonial	456.296,39	948.769,29	803.794,17	695.464,30	990.160,17	622.539,21	1.391.187,02	815.691,76	664.755,44	736.328,85	559.491,17	502.030,13	9.186.507,90	7.791.782,50
Rendimentos de Aplicação Financeira	456.296,39	948.769,29	803.794,17	695.464,30	990.160,17	622.539,21	1.391.187,02	815.691,76	664.755,44	736.328,85	559.491,17	502.030,13	9.186.507,90	7.791.782,50
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	205.123,89	87.178,57	91.928,50	93.027,34	91.111,29	120.936,47	95.960,86	85.853,63	101.193,55	89.356,80	103.522,32	93.223,23	1.258.416,45	1.171.960,00
Transferências correntes	4.766.735,52	4.221.697,92	5.358.986,41	5.489.813,31	4.350.374,75	6.388.640,93	5.056.835,11	4.585.283,27	4.248.352,41	4.680.554,27	5.097.628,96	5.041.464,32	59.286.367,18	61.991.678,19
Cota parte do FPM	1.944.488,42	1.498.336,02	1.901.447,24	1.275.233,87	1.733.476,08	2.791.542,42	1.771.935,36	2.227.853,55	1.349.100,18	1.588.434,41	1.922.509,94	2.025.539,87	22.029.897,36	26.341.224,02
Cota parte do ICMS	1.901.402,30	1.526.730,81	1.877.331,09	1.700.871,13	1.584.896,59	2.010.094,07	1.723.136,58	1.375.053,04	1.909.137,40	1.765.435,75	1.433.041,96	1.804.978,11	20.612.108,83	20.383.669,00
Cota parte do IPVA	34.475,25	22.401,06	17.290,41	24.112,24	13.586,57	30.151,35	558.213,48	83.246,91	97.902,95	70.098,36	71.088,20	31.897,86	1.054.464,64	990.000,00
Cota parte do ITR	5.507,90	13.364,63	76.892,38	1.299.063,12	45.081,78	20.240,87	12.366,33	3.463,91	1.016,03	6.221,50	20.550,61	1.704,19	1.505.473,25	1.900.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	22.546,21	24.904,85	26.411,08	25.328,41	25.033,63	30.323,31	22.763,79	23.888,22	23.647,03	20.801,94	24.997,77	33.383,26	304.029,50	277.200,00
Transferências do FUNDEB	520.979,64	488.908,68	470.039,84	545.915,14	507.879,05	578.386,97	716.643,56	499.550,44	486.744,44	559.535,57	615.003,35	525.098,51	6.514.685,19	6.693.158,37
Outras transferências correntes	337.335,80	647.051,87	989.574,37	619.289,40	440.421,05	927.901,94	251.776,01	372.227,20	380.804,38	670.026,74	1.010.437,13	618.862,52	7.265.708,41	5.406.426,80
Outras receitas correntes	368.193,03	211.020,93	180.389,55	194.307,27	179.674,60	190.353,95	9.320,79	7.324,62	7.523,94	259.315,86	13.712,97	2.634,69	1.623.772,20	614.705,00
DEDUÇÕES (II)	1.459.886,49	1.830.540,08	1.566.949,44	1.804.313,25	1.899.574,29	1.921.432,64	2.292.259,07	1.690.211,31	1.568.866,82	1.614.008,04	1.204.524,51	1.259.520,57	19.455.395,07	19.930.536,10

Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	107.666,21	118.059,50	103.690,12	110.377,04	139.482,52	238.191,29	130.824,04	146.274,14	145.742,08	156.926,10	159.052,95	168.902,38	1.725.188,37	1.472.800,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	484.855,65	349.326,13	304.068,80	310.310,47	294.093,26	470.384,32	167.413,57	183.974,38	328.345,72	254.296,85	12.137,16	901,95	2.503.416,82	2.375.500,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	247.445,88	746.007,18	517.654,59	518.704,11	785.583,68	403.372,82	1.176.338,58	617.261,82	418.618,50	512.586,85	338.896,85	300.346,41	6.582.817,27	6.418.817,50
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	619.918,75	617.147,27	641.535,93	864.921,63	680.414,83	809.484,21	817.682,88	742.700,97	676.160,52	690.198,24	694.437,55	789.369,83	8.643.972,61	9.663.418,60
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	4.993.720,16	4.373.095,60	5.516.488,73	5.374.630,24	4.428.714,04	6.723.252,63	4.923.022,81	4.642.261,79	4.432.923,45	4.902.795,68	5.113.744,01	5.841.540,55	61.598.448,29	60.370.095,13
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais														
(art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	200.000,00	50.000,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	380.000,00	0,00	1.080.000,00	100.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DO LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	4.993.720,16	4.373.095,60	5.316.488,73	5.324.630,24	4.428.714,04	6.373.252,63	4.923.022,81	4.642.261,79	4.432.923,45	4.802.795,68	4.733.744,01	5.841.540,55	60.518.448,29	60.270.095,13
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	250.000,00	0,00	(250.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	250.000,00	0,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	57.684,00	57.684,00	57.684,00	57.684,00	57.684,00	115.368,00	61.598,00	61.598,00	55.114,00	61.598,00	61.598,00	61.598,00	766.892,00	913.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	4.936.036,16	4.065.411,60	5.258.804,73	5.016.946,24	4.371.030,04	6.257.884,63	4.861.424,81	4.580.663,79	4.377.809,45	4.741.197,68	4.422.146,01	5.779.942,55	59.501.556,29	59.357.095,13
Entidades Consolidadas:														
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque														
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto														
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque														
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque														
Conjunto de informações em tempo real, atualizado até 20/07/2026 13:19														

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:B4FC2C6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO - III - RCL - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

CONSOLIDADO														
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE														
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
MAIO/2025 A ABRIL/2026														
LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III												Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 29/05/2023		
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**												**TOTAL (Últimos 12 meses)**	**Previsão atualizada 2026**
	05/2025	**06/2025**	**07/2025**	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**01/2026**	**02/2026**	**03/2026**	**04/2026**		
RECEITAS CORRENTES (I)	5.810.347,80	6.341.785,64	6.453.606,65	6.203.635,68	7.083.438,17	7.178.943,49	6.328.288,33	8.644.685,27	7.215.281,88	6.332.473,10	6.001.790,27	6.516.803,72	79.786.647,16	79.922.631,23
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	456.485,46	305.853,10	407.832,95	460.872,11	406.848,87	462.536,03	433.622,94	784.395,95	357.137,09	514.995,32	817.748,51	578.986,50	5.987.314,83	5.316.505,54
IPTU	83.560,57	35.204,53	30.654,21	4.050,01	15.049,18	3.724,87	7.496,86	10.384,18	7.290,78	5.199,70	4.437,69	3.875,35	210.927,93	233.760,00
ISS	177.340,84	102.276,26	123.442,73	180.458,72	181.284,22	266.513,35	241.173,91	306.563,51	212.051,49	291.878,05	256.192,24	339.095,83	2.678.271,15	1.424.265,04
ITBI	11.190,00	3.200,00	56.638,00	98.538,32	28.238,43	16.420,00	5.600,00	111.901,68	8.547,76	31.774,45	350.568,86	27.560,00	750.177,50	1.300.000,00
IRRF	166.263,14	154.162,47	185.106,36	176.959,93	178.527,82	172.143,19	177.291,22	352.732,60	116.390,44	178.357,77	178.211,23	197.250,86	2.233.397,03	2.188.520,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	18.130,91	11.009,84	11.991,65	865,13	3.749,22	3.734,62	2.060,95	2.813,98	12.856,62	7.785,35	28.338,49	11.204,46	114.541,22	169.960,50
Contribuições	229.788,18	289.283,36	249.424,87	274.096,86	241.490,67	243.795,24	283.344,58	537.818,76	304.841,01	323.324,50	(162.216,42)	172.261,44	2.987.253,05	3.414.000,00
Receita patrimonial	724.361,26	576.614,85	456.296,39	948.769,29	803.794,17	695.464,30	990.160,17	622.539,21	1.391.187,02	815.691,76	664.755,44	736.328,85	9.425.962,71	7.791.782,50
Rendimentos de Aplicação Financeira	724.361,26	576.614,85	456.296,39	948.769,29	803.794,17	695.464,30	990.160,17	622.539,21	1.391.187,02	815.691,76	664.755,44	736.328,85	9.425.962,71	7.791.782,50
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	99.464,54	140.397,55	205.123,89	87.178,57	91.928,50	93.027,34	91.111,29	120.936,47	95.960,86	85.853,63	101.193,55	89.356,80	1.301.532,99	1.171.960,00
Transferências correntes	4.207.569,90	4.839.765,31	4.766.735,52	4.221.697,92	5.358.986,41	5.489.813,31	4.350.374,75	6.388.640,93	5.056.835,11	4.585.283,27	4.248.352,41	4.680.554,27	58.194.609,11	61.613.678,19
Cota parte do FPM	1.801.143,31	1.850.021,63	1.944.488,42	1.498.336,02	1.901.447,24	1.275.233,87	1.733.476,08	2.791.542,42	1.771.935,36	2.227.853,55	1.349.100,18	1.588.434,41	21.733.012,49	26.341.224,02
Cota parte do ICMS	1.394.160,08	1.655.734,52	1.901.402,30	1.526.730,81	1.877.331,09	1.700.871,13	1.584.896,59	2.010.094,07	1.723.136,58	1.375.053,04	1.909.137,40	1.765.435,75	20.423.983,36	20.383.669,00
Cota parte do IPVA	109.882,39	59.083,51	34.475,25	22.401,06	17.290,41	24.112,24	13.586,57	30.151,35	558.213,48	83.246,91	97.902,95	70.098,36	1.120.444,48	990.000,00
Cota parte do ITR	3.750,71	3.050,40	5.507,90	13.364,63	76.892,38	1.299.063,12	45.081,78	20.240,87	12.366,33	3.463,91	1.016,03	6.221,50	1.490.019,56	1.900.000,00
Transferências da LC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

87/1996														
Transferências da LC 61/1989	23.083,14	26.278,34	22.546,21	24.904,85	26.411,08	25.328,41	25.033,63	30.323,31	22.763,79	23.888,22	23.647,03	20.801,94	295.009,95	277.200,00
Transferências do FUNDEB	510.812,69	543.474,81	520.979,64	488.908,68	470.039,84	545.915,14	507.879,05	578.386,97	716.643,56	499.550,44	486.744,44	559.535,57	6.428.870,83	6.693.158,37
Outras transferências correntes	364.737,58	702.122,10	337.335,80	647.051,87	989.574,37	619.289,40	440.421,05	927.901,94	251.776,01	372.227,20	380.804,38	670.026,74	6.703.268,44	5.028.426,80
Outras receitas correntes	92.678,46	189.871,47	368.193,03	211.020,93	180.389,55	194.307,27	179.674,60	190.353,95	9.320,79	7.324,62	7.523,94	259.315,86	1.889.974,47	614.705,00
DEDUÇÕES (II)	1.517.729,01	1.556.167,24	1.459.886,49	1.830.540,08	1.566.949,44	1.804.313,25	1.899.574,29	1.921.432,64	2.292.259,07	1.690.211,31	1.568.866,82	1.614.008,04	20.065.246,24	19.930.536,10
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	103.974,07	120.131,72	107.666,21	118.059,50	103.690,12	110.377,04	139.482,52	238.191,29	130.824,04	146.274,14	145.742,08	156.926,10	1.621.338,83	1.472.800,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	205.177,59	319.838,90	484.855,65	349.326,13	304.068,80	310.310,47	294.093,26	470.384,32	167.413,57	183.974,38	328.345,72	254.296,85	3.015.394,20	2.375.500,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	542.173,64	397.363,10	247.445,88	746.007,18	517.654,59	518.704,11	785.583,68	403.372,82	1.176.338,58	617.261,82	418.618,50	512.586,85	6.883.110,75	6.418.817,50
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	666.403,71	718.833,52	619.918,75	617.147,27	641.535,93	864.921,63	680.414,83	809.484,21	817.682,88	742.700,97	676.160,52	690.198,24	8.545.402,46	9.663.418,60
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	4.292.618,79	4.785.618,40	4.993.720,16	4.373.095,60	5.516.488,73	5.374.630,24	4.428.714,04	6.723.252,63	4.923.022,81	4.642.261,79	4.432.923,45	4.902.795,68	59.721.400,92	59.992.095,13
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	50.000,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	700.000,00	100.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DO LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	4.292.618,79	4.785.618,40	4.993.720,16	4.373.095,60	5.316.488,73	5.324.630,24	4.428.714,04	6.373.252,63	4.923.022,81	4.642.261,79	4.432.923,45	4.802.795,68	59.021.400,92	59.892.095,13
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	(250.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	57.684,00	51.612,00	57.684,00	57.684,00	57.684,00	57.684,00	57.684,00	115.368,00	61.598,00	61.598,00	55.114,00	61.598,00	752.992,00	913.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	4.234.934,79	4.734.006,40	4.936.036,16	4.065.411,60	5.258.804,73	5.016.946,24	4.371.030,04	6.257.884,63	4.861.424,81	4.580.663,79	4.377.809,45	4.741.197,68	58.268.408,92	58.979.095,13
Entidades Consolidadas:														
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque														
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto														
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque														
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque														
Conjunto de informações em tempo real, atualizado até 20/07/2026 16:44														

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:A6F7F133

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO - VII - RESTOS A PAGAR - RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

CONSOLIDADO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2026												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)										Memória de cálculo STN: 14ª edição - Atualizada em 03/2023.		
PODER / ORGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total L = (e+k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a+b)-(c+d)**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f+g)-(i+j)**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro de 2025 (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro de 2025 (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	21.572,84	187.191,54	142.531,43	37.159,00	29.073,95	1.246.295,66	5.793.962,94	4.901.998,10	4.775.383,26	624.940,80	1.639.934,54	1.669.008,49
PODER EXECUTIVO	21.572,84	187.191,54	142.531,43	37.159,00	29.073,95	1.246.295,66	5.403.609,46	4.515.320,55	4.388.705,71	621.264,87	1.639.934,54	1.669.008,49
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque	18.814,80	163.537,13	118.877,59	37.159,00	26.315,34	1.246.295,66	5.399.541,56	4.514.830,97	4.388.216,13	621.264,87	1.636.356,22	1.662.671,56
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.590,00	0,00	0,00	0,00	1.590,00	1.590,00
Secretaria de Administração	0,00	11.094,78	11.094,77	0,00	0,01	412.951,04	63.284,71	15.538,65	15.538,65	44.998,14	415.698,96	415.698,97
Secretaria de Finanças	0,00	570,00	570,00	0,00	0,00	0,00	3.613,87	1.574,70	1.574,70	1,30	2.037,87	2.037,87
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	589,62	39.688,41	2.412,05	31.889,00	5.976,98	91.182,73	154.661,21	113.895,07	113.895,07	39.511,57	92.437,30	98.414,28
Secretaria de Saúde	11.131,16	17.139,19	13.267,73	5.270,00	9.732,62	54.703,36	210.981,56	89.436,05	86.722,47	38.727,59	140.234,86	149.967,48
Secretaria de Promoção Social	1.215,00	9.237,65	7.229,60	0,00	3.223,05	10.672,56	672.519,63	492.767,95	489.466,63	34.216,25	159.509,31	162.732,36
Secretaria de Obras, Transporte e Urbanismo	5.879,02	2.518,58	2.515,81	0,00	5.881,79	664.002,68	56.416,89	24.460,00	24.460,00	207.633,85	488.325,72	494.207,51
Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento	0,00	21.955,96	21.955,96	0,00	0,00	12.783,29	3.973.201,31	3.652.889,34	3.532.289,40	249.530,24	204.164,96	204.164,96
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.200,00	110.900,00	110.900,00	1.300,00	0,00	0,00
Secretaria de Meio Ambiente	0,00	20.103,89	18.603,00	0,00	1.500,89	0,00	151.072,38	13.369,21	13.369,21	5.345,93	132.357,24	133.858,13
Encargos Especiais	0,00	41.228,67	41.228,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	390.353,48	386.677,55	386.677,55	3.675,93	0,00	0,00
LEGISLATIVO MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	390.353,48	386.677,55	386.677,55	3.675,93	0,00	0,00
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	489,58	489,58	489,58	0,00	0,00	0,00
Fundo de Previdencia dos Servidores Municipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	489,58	489,58	489,58	0,00	0,00	0,00
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto	2.758,04	23.654,41	23.653,84	0,00	2.758,61	0,00	3.578,32	0,00	0,00	0,00	3.578,32	6.336,93
Servico Autonomo Municipal de Agua e Esgoto	2.758,04	23.654,41	23.653,84	0,00	2.758,61	0,00	3.578,32	0,00	0,00	0,00	3.578,32	6.336,93
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	390.353,48	386.677,55	386.677,55	3.675,93	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**21.572,84**	**187.191,54**	**142.531,43**	**37.159,00**	**29.073,95**	**1.246.295,66**	**5.793.962,94**	**4.901.998,10**	**4.775.383,26**	**624.940,80**	**1.639.934,54**	**1.669.008,49**
Entidades Consolidadas:												
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque												
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto												
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque												
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque												

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:61B98BA4

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO - VII - RESTOS A PAGAR - RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

CONSOLIDADO											
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE											
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA											
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO											
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
JANEIRO A ABRIL DE 2026											
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)						Memória de cálculo STN: 14ª edição - Atualizada em 03/2023.					
PODER / ORGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**					**Saldo Total L = (e+k)**
	Inscritos	**Pagos (c)**	**Cancelados**	**Saldo e = (a+b)-**		**Inscritos**	**Liquidados**	**Pagos (i)**	**Cancelados**	**Saldo k = (f+g)-**	

	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2025 (b)		(d)	(c+d)	Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2025 (g)	(h)		(j)	(i+j)	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	21.572,84	187.191,54	142.531,43	5.270,00	60.962,95	1.246.295,66	5.793.962,94	4.808.977,28	4.800.356,29	21.423,26	2.218.479,05	2.279.442,00
PODER EXECUTIVO	21.572,84	187.191,54	142.531,43	5.270,00	60.962,95	1.246.295,66	5.403.609,46	4.422.299,73	4.413.678,74	17.747,33	2.218.479,05	2.279.442,00
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque	18.814,80	163.537,13	118.877,59	5.270,00	58.204,34	1.246.295,66	5.399.541,56	4.422.299,73	4.413.678,74	17.747,33	2.214.411,15	2.272.615,49
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.590,00	0,00	0,00	0,00	1.590,00	1.590,00
Secretaria de Administração	0,00	11.094,78	11.094,77	0,00	0,01	412.951,04	63.284,71	15.538,65	13.197,40	0,00	463.038,35	463.038,36
Secretaria de Finanças	0,00	570,00	570,00	0,00	0,00	0,00	3.613,87	1.574,70	1.574,70	0,00	2.039,17	2.039,17
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	589,62	39.688,41	2.412,05	0,00	37.865,98	91.182,73	154.661,21	113.895,07	113.895,07	0,00	131.948,87	169.814,85
Secretaria de Saúde	11.131,16	17.139,19	13.267,73	5.270,00	9.732,62	54.703,36	210.981,56	51.808,25	48.829,83	12.119,41	204.735,68	214.468,30
Secretaria de Promoção Social	1.215,00	9.237,65	7.229,60	0,00	3.223,05	10.672,56	672.519,63	507.223,66	503.922,34	3.727,92	175.541,93	178.764,98
Secretaria de Obras, Transporte e Urbanismo	5.879,02	2.518,58	2.515,81	0,00	5.881,79	664.002,68	56.416,89	24.460,00	24.460,00	0,00	695.959,57	701.841,36
Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento	0,00	21.955,96	21.955,96	0,00	0,00	12.783,29	3.973.201,31	3.583.739,40	3.583.739,40	0,00	402.245,20	402.245,20
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.200,00	110.900,00	110.900,00	1.300,00	0,00	0,00
Secretaria de Meio Ambiente	0,00	20.103,89	18.603,00	0,00	1.500,89	0,00	151.072,38	13.160,00	13.160,00	600,00	137.312,38	138.813,27
Encargos Especiais	0,00	41.228,67	41.228,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	390.353,48	386.677,55	386.677,55	3.675,93	0,00	0,00
LEGISLATIVO MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	390.353,48	386.677,55	386.677,55	3.675,93	0,00	0,00
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	489,58	0,00	0,00	0,00	489,58	489,58
Fundo de Previdencia dos Servidores Municipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	489,58	0,00	0,00	0,00	489,58	489,58
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto	2.758,04	23.654,41	23.653,84	0,00	2.758,61	0,00	3.578,32	0,00	0,00	0,00	3.578,32	6.336,93
Servico Autonomo Municipal de Agua e Esgoto	2.758,04	23.654,41	23.653,84	0,00	2.758,61	0,00	3.578,32	0,00	0,00	0,00	3.578,32	6.336,93
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	390.353,48	386.677,55	386.677,55	3.675,93	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**21.572,84**	**187.191,54**	**142.531,43**	**5.270,00**	**60.962,95**	**1.246.295,66**	**5.793.962,94**	**4.808.977,28**	**4.800.356,29**	**21.423,26**	**2.218.479,05**	**2.279.442,00**
Entidades Consolidadas:												
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque												
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto												
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque												
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque												
Conjunto de informações em tempo real, atualizado até 20/07/2026 16:46												

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:59CFA211

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO - XII - SAÚDE - RECEITAS E DESPESAS COM ASPS

CONSOLIDADO				
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A JUNHO DE 2026				
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)		Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 11/11/2024.		
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	5.146.545,04	5.146.545,04	3.843.512,06	74,68
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	233.760,00	233.760,00	152.947,48	65,43
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.300.000,00	1.300.000,00	494.379,05	38,03
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.424.265,04	1.424.265,04	2.195.806,40	154,17
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	2.188.520,00	2.188.520,00	1.000.379,13	45,71
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	48.317.093,02	48.317.093,02	22.003.408,49	45,54
Cota-Parte FPM	24.766.224,02	24.766.224,02	10.885.373,31	43,95
Cota-Parte ITR	1.900.000,00	1.900.000,00	45.322,57	2,39
Cota-Parte IPVA	990.000,00	990.000,00	912.447,76	92,17
Cota-Parte ICMS	20.383.669,00	20.383.669,00	10.010.782,84	49,11
Cota-Parte IPI-Exportação	277.200,00	277.200,00	149.482,01	53,93
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = (I) + (II)	53.463.638,06	53.463.638,06	25.846.920,55	48,34

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	9.565.470,72	10.410.809,27	5.641.697,23	54,19	5.546.563,59	53,28	5.383.142,96	51,71
Despesas Correntes	9.250.470,72	9.968.014,07	5.610.620,09	56,29	5.528.788,45	55,47	5.369.647,82	53,87
Despesas de Capital	315.000,00	442.795,20	31.077,14	7,02	17.775,14	4,01	13.495,14	3,05
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	9.450,00	9.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	9.450,00	9.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	240.000,00	406.000,00	126.866,73	31,25	126.866,73	31,25	126.651,24	31,19
Despesas Correntes	234.000,00	400.000,00	126.866,73	31,72	126.866,73	31,72	126.651,24	31,66
Despesas de Capital	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	9.814.920,72	10.826.259,27	5.768.563,96	53,28	5.673.430,32	52,40	5.509.794,20	50,89

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	5.768.563,96	5.673.430,32	5.509.794,20
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	5.768.563,96	5.673.430,32	5.509.794,20
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			3.877.038,08
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	1.891.525,88	1.796.392,24	1.632.756,12
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	22,32	21,95	21,32

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas	Liquidadas	Pagas	
Diferença de limite não cumprido 2026 (saldo final = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0 ,então (o) =0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p - (o + q)) se <0 então (r)=(0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2026	3.877.038,08	5.768.563,96	1.891.525,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.891.525,88
Empenhos de 2025	7.121.699,88	8.185.977,33	1.064.277,45	53.134,63	0,00	0,00	0,00	2.675,78	0,00	1.064.277,45
Empenhos de 2024	6.499.760,07	7.744.975,33	1.245.215,26	26.290,13	0,00	0,00	0,00	378,00	0,00	1.245.215,26
Empenhos de 2023	5.850.463,60	7.438.087,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)	0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas	Liquidadas	Pagas	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial =	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXV) (saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.563.485,00	2.887.485,00	1.441.100,64	49,91
Proveniente da União	2.354.080,00	2.354.080,00	1.227.803,64	52,16
Proveniente dos Estados	209.405,00	533.405,00	213.297,00	39,99
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	398.262,50	398.262,50	289.999,09	72,82
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	2.961.747,50	3.285.747,50	1.731.099,73	52,69

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.376.005,00	6.359.884,19	3.054.138,37	48,02	1.770.649,02	27,84	1.600.500,66	25,17
Despesas Correntes	2.283.100,00	4.206.189,34	1.188.529,38	28,26	1.183.440,02	28,14	1.019.251,66	24,23
Despesas de Capital	92.905,00	2.153.694,85	1.865.608,99	86,62	587.209,00	27,27	581.249,00	26,99
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	6.330,00	6.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	6.330,00	6.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	181.150,00	236.647,90	265,73	0,11	265,73	0,11	265,73	0,11
Despesas Correntes	175.150,00	230.647,90	265,73	0,12	265,73	0,12	265,73	0,12
Despesas de Capital	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	2.563.485,00	6.602.862,09	3.054.404,10	46,26	1.770.914,75	26,82	1.600.766,39	24,24
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	11.941.475,72	16.770.693,46	8.695.835,60	51,85	7.317.212,61	43,63	6.983.643,62	41,64
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	15.780,00	15.780,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	421.150,00	642.647,90	127.132,46	19,78	127.132,46	19,78	126.916,97	19,75
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	12.378.405,72	17.429.121,36	8.822.968,06	50,62	7.444.345,07	42,71	7.110.560,59	40,80
Entidades Consolidadas:								
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque								
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto								
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque								
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque								

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:5609ED7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO - XII - SAÚDE - RECEITAS E DESPESAS COM ASPS

CONSOLIDADO				
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A ABRIL DE 2026				
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)		Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 11/11/2024.		
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	5.146.545,04	5.146.545,04	2.208.682,50	42,92
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	233.760,00	233.760,00	20.803,52	8,90
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.300.000,00	1.300.000,00	418.451,07	32,19
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.424.265,04	1.424.265,04	1.099.217,61	77,18
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	2.188.520,00	2.188.520,00	670.210,30	30,62
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	48.317.093,02	48.317.093,02	14.633.716,72	30,29
Cota-Parte FPM	24.766.224,02	24.766.224,02	6.937.323,50	28,01
Cota-Parte ITR	1.900.000,00	1.900.000,00	23.067,77	1,21
Cota-Parte IPVA	990.000,00	990.000,00	809.461,70	81,76
Cota-Parte ICMS	20.383.669,00	20.383.669,00	6.772.762,77	33,23
Cota-Parte IPI-Exportação	277.200,00	277.200,00	91.100,98	32,86
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = (I) + (II)	53.463.638,06	53.463.638,06	16.842.399,22	31,50

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	9.565.470,72	10.640.809,27	3.652.614,07	34,33	3.609.942,00	33,93	3.384.221,86	31,80
Despesas Correntes	9.250.470,72	10.198.014,07	3.642.564,93	35,72	3.602.876,86	35,33	3.377.156,72	33,12
Despesas de Capital	315.000,00	442.795,20	10.049,14	2,27	7.065,14	1,60	7.065,14	1,60
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	9.450,00	9.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	9.450,00	9.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	240.000,00	240.000,00	85.658,30	35,69	85.658,30	35,69	85.553,13	35,65
Despesas Correntes	234.000,00	234.000,00	85.658,30	36,61	85.658,30	36,61	85.553,13	36,56
Despesas de Capital	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	9.814.920,72	10.890.259,27	3.738.272,37	34,33	3.695.600,30	33,93	3.469.774,99	31,86

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	3.738.272,37	3.695.600,30	3.469.774,99
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	3.738.272,37	3.695.600,30	3.469.774,99
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			2.526.359,88
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	1.211.912,49	1.169.240,42	943.415,11
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	22,20	21,94	20,60

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas	Liquidadas	Pagas	
Diferença de limite não cumprido 2026 (saldo final = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0 ,então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p - (o + q)) se <0 então (r)=(0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado (v) = ((o + q) - u)	
Empenhos de 2026	2.526.359,88	3.738.272,37	1.211.912,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.211.912,49	
Empenhos de 2025	7.121.699,88	8.185.977,33	1.064.277,45	53.134,63	0,00	0,00	0,00	2.675,78	0,00	1.064.277,45	
Empenhos de 2024	6.499.760,07	7.744.975,33	1.245.215,26	26.290,13	0,00	0,00	0,00	378,00	0,00	1.245.215,26	
Empenhos de 2023	5.850.463,60	7.438.087,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empenhos de 2022 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										0,00	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										0,00	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										0,00	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas	Liquidadas	Pagas	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial =	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXV) (saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.563.485,00	2.563.485,00	678.435,22	26,47
Proveniente da União	2.354.080,00	2.354.080,00	598.235,22	25,41
Proveniente dos Estados	209.405,00	209.405,00	80.200,00	38,30
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	398.262,50	398.262,50	211.375,07	53,07
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	2.961.747,50	2.961.747,50	889.810,29	30,04

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO					
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS

			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.376.005,00	5.935.884,19	2.395.585,26	40,36	653.924,47	11,02	653.924,47	11,02
Despesas Correntes	2.283.100,00	3.882.189,34	653.924,47	16,84	653.924,47	16,84	653.924,47	16,84
Despesas de Capital	92.905,00	2.053.694,85	1.741.660,79	84,81	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	6.330,00	6.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	6.330,00	6.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	181.150,00	236.647,90	234,23	0,10	234,23	0,10	234,23	0,10
Despesas Correntes	175.150,00	230.647,90	234,23	0,10	234,23	0,10	234,23	0,10
Despesas de Capital	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	2.563.485,00	6.178.862,09	2.395.819,49	38,77	654.158,70	10,59	654.158,70	10,59
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	11.941.475,72	16.576.693,46	6.048.199,33	36,49	4.263.866,47	25,72	4.038.146,33	24,36
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	15.780,00	15.780,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	421.150,00	476.647,90	85.892,53	18,02	85.892,53	18,02	85.787,36	18,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	12.378.405,72	17.069.121,36	6.134.091,86	35,94	4.349.759,00	25,48	4.123.933,69	24,16
Entidades Consolidadas:								
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque								
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto								
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque								
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque								

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:F1BBED8F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

MUNICIPIO DE CAMPO MAGRO - PR	
CONSOLIDADO	Exercício de 2026
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO/2025 - JUNHO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	Jul/2025	Ago/2025	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025	Jan/2026	Fev/2026	Mar/2026	Abr/2026	Mai/2026	Jun/2026	TOTAL(ULTIMOS12MESES)(a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.819.354,00	5.842.685,27	5.848.891,83	5.786.810,00	6.145.085,77	8.807.553,73	6.819.273,51	6.109.755,43	6.519.721,54	6.840.712,82	7.064.274,39	7.285.193,76	80.889.312,05	2.139,68
Pessoal Ativo	7.792.819,31	5.824.995,48	5.831.202,04	5.769.120,21	6.127.395,98	8.789.863,94	6.801.543,13	6.092.025,05	6.501.207,73	6.820.341,48	7.045.610,60	7.266.529,97	80.662.654,92	2.139,68
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	7.104.440,37	5.212.689,96	5.213.973,09	5.156.900,65	5.465.202,83	7.616.876,26	5.857.630,00	5.267.647,36	5.621.993,93	5.879.960,42	6.087.720,95	6.274.579,33	70.759.615,15	0,00
Obrigações Patronais	688.378,94	612.305,52	617.228,95	612.219,56	662.193,15	1.172.987,68	943.913,13	824.377,69	879.213,80	940.381,06	957.889,65	991.950,64	9.903.039,77	2.139,68
Pessoal Inativo e Pensionistas	26.534,69	17.689,79	17.689,79	17.689,79	17.689,79	17.689,79	17.730,38	17.730,38	18.513,81	20.371,34	18.663,79	18.663,79	226.657,13	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	26.534,69	17.689,79	17.689,79	17.689,79	17.689,79	17.689,79	17.730,38	17.730,38	18.513,81	20.371,34	18.663,79	18.663,79	226.657,13	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.819.354,00	5.842.685,27	5.848.891,83	5.786.810,00	6.145.085,77	8.807.553,73	6.819.273,51	6.109.755,43	6.519.721,54	6.840.712,82	7.064.274,39	7.285.193,76	80.889.312,05	2.139,68

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**170.904.820,29**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	**1.450.000,00**	

(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	**0,00**	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	**0,00**	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	**0,00**	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**169.454.820,29**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**80.891.451,73**	**47.74%**
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**101.672.892,17**	**60%**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**96.589.247,56**	**57%**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**91.505.602,95**	**54%**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO. Emissão: 17/07/2026, às 11:11:58.		
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		
Nota(s) Explicativa(s):		

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:DFF869C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

MUNICIPIO DE CAMPO MAGRO - PR										
CONSOLIDADO									Exercício de 2026	
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL										
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR										
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A JUNHO/ATÉ 1º SEMESTRE DE 2026										
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)1 (g) = (a–(b+c+d+e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g-h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**-9.073.871,33**	**14.250.215,80**	**7.638.862,10**	**6.964.768,82**	**0,00**	**0,00**	**-37.927.718,05**	**7.084.486,67**	**0,00**	**-45.012.204,72**
Recursos Não Vinculados de Impostos	-9.073.871,33	14.250.215,80	7.638.862,10	6.964.768,82	0,00	0,00	-37.927.718,05	7.084.486,67	0,00	-45.012.204,72
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	**36.782.863,35**	**2.121.424,02**	**4.581.038,35**	**7.091.394,90**	**74.265,60**	**0,00**	**22.914.740,48**	**21.148.114,92**	**0,00**	**1.766.625,56**
Recursos Vinculados à Educação	3.413.745,22	1.094.380,22	783.304,26	157.512,22	0,00	0,00	1.378.548,52	255.035,19	0,00	1.123.513,33
Transferências do FUNDEB	1.687.740,30	1.082.310,87	616.013,08	110,00	0,00	0,00	-10.693,65	48,20	0,00	-10.741,85
Outros Recursos Vinculados à Educação	1.726.004,92	12.069,35	167.291,18	157.402,22	0,00	0,00	1.389.242,17	254.986,99	0,00	1.134.255,18
Recursos Vinculados à Saúde	7.688.702,07	682.503,71	444.529,64	706.726,83	0,00	0,00	5.854.941,89	3.511.212,60	0,00	2.343.729,29
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	7.101.791,25	668.925,67	442.309,68	535.496,66	0,00	0,00	5.455.059,24	3.285.994,18	0,00	2.169.065,06
Outros Recursos Vinculados à Saúde	586.910,82	13.578,04	2.219,96	171.230,17	0,00	0,00	399.882,65	225.218,42	0,00	174.664,23
Recursos Vinculados à Assistência Social	293.117,96	23.358,04	3.830,64	179.468,38	0,00	0,00	86.460,90	10.054,36	0,00	76.406,54
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	15.456.123,79	48.299,85	2.025.691,84	5.056.892,64	0,00	0,00	8.325.239,46	15.741.706,43	0,00	-7.416.466,97
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	4.937.857,32	0,03	1.097.625,09	4.547.060,79	0,00	0,00	-706.828,59	13.360.510,49	0,00	-14.067.339,08
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	10.518.266,47	48.299,82	928.066,75	509.831,85	0,00	0,00	9.032.068,05	2.381.195,94	0,00	6.650.872,11

Demais Vinculações Legais	4.473.343,75	272.882,20	1.323.681,97	990.794,83	0,00	0,00	1.885.984,75	1.630.106,34	0,00	255.878,41
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	2.946.237,63	0,01	155.761,13	358.987,23	0,00	0,00	2.431.489,26	0,00	0,00	2.431.489,26
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	892.290,01	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	892.286,01	65.339,59	0,00	826.946,42
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Vinculações Legais	634.816,11	272.878,19	1.167.920,84	631.807,60	0,00	0,00	-1.437.790,52	1.564.766,75	0,00	-3.002.557,27
Recursos Extraorçamentários	5.457.830,56	0,00	0,00	0,00	74.265,60	0,00	5.383.564,96	0,00	0,00	5.383.564,96
Outras Vinculações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**27.708.992,02**	**16.371.639,82**	**12.219.900,45**	**14.056.163,72**	**74.265,60**	**0,00**	**-15.012.977,57**	**28.232.601,59**	**0,00**	**-43.245.579,16**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO. Emissão: 17/07/2026, às 11:16:27.										
1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.										
2. Nessa linha não devem ser informados os investimentos destinados à acumulação para pagamentos futuros.										
Nota(s) Explicativa(s):										

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:0C0660E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

MUNICIPIO DE CAMPO MAGRO - PR										
CONSOLIDADO										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA								Exercício de 2026		
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A JUNHO / BIMESTRE MAIO - JUNHO										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c")								R$ 1,00		
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	149.090.079,84	218.147.697,28	55.904.534,49	112.412.912,82	100,00	105.734.784,46	36.331.383,94	84.156.813,51	100,00	133.990.883,77
LEGISLATIVA	7.650.000,00	7.650.000,00	1.146.553,76	3.411.134,42	3,03	4.238.865,58	1.123.056,04	3.387.636,70	4,03	4.262.363,30
AÇÃO LEGISLATIVA	7.650.000,00	7.650.000,00	1.146.553,76	3.411.134,42	3,03	4.238.865,58	1.123.056,04	3.387.636,70	4,03	4.262.363,30
JUDICIÁRIA	873.423,72	833.423,72	38.971,03	207.169,49	0,18	626.254,23	37.859,00	203.218,69	0,24	630.205,03
AÇÃO JUDICIÁRIA	873.423,72	833.423,72	38.971,03	207.169,49	0,18	626.254,23	37.859,00	203.218,69	0,24	630.205,03
ADMINISTRAÇÃO	38.012.091,69	42.172.181,70	7.644.543,35	18.647.926,78	16,59	23.524.254,92	7.564.472,86	18.030.920,55	21,43	24.141.261,15
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.486.000,00	2.957.985,63	1.797.412,81	2.231.756,80	1,99	726.228,83	1.815.468,24	2.184.448,57	2,60	773.537,06
ADMINISTRAÇÃO GERAL	34.008.944,98	31.892.895,48	5.295.970,51	15.481.124,03	13,77	16.411.771,45	5.342.688,61	15.175.058,00	18,03	16.717.837,48
CONTROLE INTERNO	49.100,00	49.100,00	3.656,88	7.646,57	0,01	41.453,43	4.348,81	6.638,71	0,01	42.461,29
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	14.638,40	14.638,40	0,00	7.000,00	0,01	7.638,40	0,00	7.000,00	0,01	7.638,40
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.838.236,64	6.801.790,52	422.420,75	793.543,16	0,71	6.008.247,36	276.967,20	531.001,45	0,63	6.270.789,07
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5.000,00	136.000,00	125.000,00	125.000,00	0,11	11.000,00	125.000,00	125.000,00	0,15	11.000,00
DEMAIS SUBFUNÇÕES	610.171,67	319.771,67	82,40	1.856,22	0,00	317.915,45	0,00	1.773,82	0,00	317.997,85
SEGURANÇA PÚBLICA	680.283,14	254.573,80	15.032,55	106.490,98	0,09	148.082,82	18.586,36	97.114,27	0,12	157.459,53
ADMINISTRAÇÃO GERAL	60.000,00	9.455,73	3.253,42	8.133,55	0,01	1.322,18	3.253,42	6.506,84	0,01	2.948,89
DEFESA CIVIL	25.000,00	25.000,00	2.376,71	9.567,90	0,01	15.432,10	1.436,48	8.627,67	0,01	16.372,33
POLICIAMENTO	595.283,14	220.118,07	9.402,42	88.789,53	0,08	131.328,54	13.896,46	81.979,76	0,10	138.138,31
ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.338.396,58	5.635.349,19	984.437,62	2.870.886,02	2,55	2.764.463,17	1.158.538,51	2.314.275,58	2,75	3.321.073,61

ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	2.022.828,75	2.645.313,41	647.220,74	1.226.451,79	1,09	1.418.861,62	651.710,62	1.214.030,20	1,44	1.431.283,21
ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	853,59	853,59	0,00	0,00	0,00	853,59	0,00	0,00	0,00	853,59
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	304.083,10	303.098,05	70.937,93	140.903,37	0,13	162.194,68	77.314,93	139.083,08	0,17	164.014,97
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.990.670,07	2.616.123,07	266.278,95	1.503.530,86	1,34	1.112.592,21	429.512,96	961.162,30	1,14	1.654.960,77
DEMAIS SUBFUNÇÕES	19.961,07	69.961,07	0,00	0,00	0,00	69.961,07	0,00	0,00	0,00	69.961,07
SAÚDE	31.938.003,96	45.121.206,01	11.742.971,22	25.578.379,15	22,75	19.542.826,86	8.249.884,87	19.825.860,28	23,56	25.295.345,73
ADMINISTRAÇÃO GERAL	467.000,00	467.050,00	109.983,17	166.988,46	0,15	300.061,54	43.711,22	100.716,51	0,12	366.333,49
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	4.376.150,72	5.876.150,72	567.373,53	2.750.924,60	2,45	3.125.226,12	591.189,54	2.085.302,49	2,48	3.790.848,23
ATENÇÃO BÁSICA	25.210.303,24	36.266.789,32	9.617.122,66	21.019.244,01	18,70	15.247.545,31	6.256.739,12	16.167.217,03	19,21	20.099.572,29
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	1.561.050,00	2.061.050,00	1.378.469,51	1.550.164,50	1,38	510.885,50	1.336.431,80	1.431.807,74	1,70	629.242,26
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	323.500,00	450.165,97	70.022,35	91.057,58	0,08	359.108,39	21.813,19	40.816,51	0,05	409.349,46
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
TRABALHO	86.086,99	66.086,99	0,00	0,00	0,00	66.086,99	0,00	0,00	0,00	66.086,99
FOMENTO AO TRABALHO	16.429,92	16.429,92	0,00	0,00	0,00	16.429,92	0,00	0,00	0,00	16.429,92
RELAÇÕES DE TRABALHO	69.657,07	49.657,07	0,00	0,00	0,00	49.657,07	0,00	0,00	0,00	49.657,07
EDUCAÇÃO	34.398.395,64	51.064.967,76	11.873.247,88	29.493.224,43	26,24	21.571.743,33	9.585.090,62	25.181.417,15	29,92	25.883.550,61
EDUCAÇÃO BÁSICA	1.245.911,77	1.613.571,88	241.653,38	896.634,41	0,80	716.937,47	245.781,02	896.634,41	1,07	716.937,47
EDUCAÇÃO ESPECIAL	343.375,41	643.375,41	3.248,94	50.288,94	0,04	593.086,47	15.008,94	38.528,94	0,05	604.846,47
EDUCAÇÃO INFANTIL	3.202.402,01	4.708.544,25	745.226,98	2.640.052,48	2,35	2.068.491,77	834.418,00	2.475.236,51	2,94	2.233.307,74
ENSINO FUNDAMENTAL	29.570.246,45	42.068.654,20	9.251.138,01	24.274.268,03	21,59	17.794.386,17	8.378.859,93	21.659.994,56	25,74	20.408.659,64
ENSINO SUPERIOR	31.460,00	31.460,00	0,00	0,00	0,00	31.460,00	0,00	0,00	0,00	31.460,00
DEMAIS SUBFUNÇÕES	5.000,00	1.999.362,02	1.631.980,57	1.631.980,57	1,45	367.381,45	111.022,73	111.022,73	0,13	1.888.339,29
CULTURA	390.166,52	116.166,52	4.045,86	20.827,94	0,02	95.338,58	16.598,35	18.527,61	0,02	97.638,91
DIFUSÃO CULTURAL	350.375,00	76.375,00	4.045,86	16.227,94	0,01	60.147,06	11.998,35	13.927,61	0,02	62.447,39
DEMAIS SUBFUNÇÕES	39.791,52	39.791,52	0,00	4.600,00	0,00	35.191,52	4.600,00	4.600,00	0,01	35.191,52
URBANISMO	7.151.264,23	19.305.111,22	6.537.873,70	9.393.046,63	8,36	9.912.064,59	2.003.604,84	3.329.263,73	3,96	15.975.847,49
ADMINISTRAÇÃO GERAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
INFRA-ESTRUTURA URBANA	322.696,52	11.275.430,84	5.283.150,64	5.284.633,61	4,70	5.990.797,23	1.057.504,24	1.058.987,21	1,26	10.216.443,63
SERVIÇOS URBANOS	6.717.681,95	7.978.794,62	1.254.723,06	4.108.413,02	3,65	3.870.381,60	946.100,60	2.270.276,52	2,70	5.708.518,10
DEMAIS SUBFUNÇÕES	100.885,76	40.885,76	0,00	0,00	0,00	40.885,76	0,00	0,00	0,00	40.885,76
HABITAÇÃO	145.200,00	6.585.200,00	2.071,66	6.214,98	0,01	6.578.985,02	2.071,41	5.178,90	0,01	6.580.021,10
HABITAÇÃO URBANA	142.000,00	6.582.000,00	2.071,66	6.214,98	0,01	6.575.785,02	2.071,41	5.178,90	0,01	6.576.821,10
DEMAIS SUBFUNÇÕES	3.200,00	3.200,00	0,00	0,00	0,00	3.200,00	0,00	0,00	0,00	3.200,00
GESTÃO AMBIENTAL	4.168.073,52	9.717.273,52	4.575.461,25	6.447.876,43	5,74	3.269.397,09	4.360.284,10	5.574.835,94	6,62	4.142.437,58
CONTROLE AMBIENTAL	360.282,00	249.482,00	1.750,00	51.240,41	0,05	198.241,59	350,00	4.850,41	0,01	244.631,59
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	3.785.000,00	4.445.000,00	984.243,97	2.807.168,74	2,50	1.637.831,26	770.466,82	1.980.518,25	2,35	2.464.481,75
RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	19.000,00	5.019.000,00	3.589.467,28	3.589.467,28	3,19	1.429.532,72	3.589.467,28	3.589.467,28	4,27	1.429.532,72
DEMAIS SUBFUNÇÕES	3.791,52	3.791,52	0,00	0,00	0,00	3.791,52	0,00	0,00	0,00	3.791,52
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.045.585,41	1.713.785,41	372.961,53	1.137.465,55	1,01	576.319,86	293.246,32	505.537,50	0,60	1.208.247,91
DEMAIS SUBFUNÇÕES	1.045.585,41	1.713.785,41	372.961,53	1.137.465,55	1,01	576.319,86	293.246,32	505.537,50	0,60	1.208.247,91
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
AGRICULTURA	2.317.419,30	13.022.436,13	9.235.992,67	9.665.514,73	8,60	3.356.921,40	307.797,28	612.780,93	0,73	12.409.655,20
ABASTECIMENTO	1.450.132,43	1.013.432,43	196.534,56	577.973,66	0,51	435.458,77	138.903,27	396.528,58	0,47	616.903,85
EXTENSÃO RURAL	85.933,00	85.933,00	0,00	0,00	0,00	85.933,00	0,00	0,00	0,00	85.933,00
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	616.199,92	11.594.366,75	9.037.237,94	9.084.875,90	8,08	2.509.490,85	166.673,84	213.587,18	0,25	11.380.779,57
DEMAIS SUBFUNÇÕES	165.153,95	328.703,95	2.220,17	2.665,17	0,00	326.038,78	2.220,17	2.665,17	0,00	326.038,78
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	5.055,36	5.055,36	0,00	0,00	0,00	5.055,36	0,00	0,00	0,00	5.055,36
DEMAIS SUBFUNÇÕES	5.055,36	5.055,36	0,00	0,00	0,00	5.055,36	0,00	0,00	0,00	5.055,36
INDÚSTRIA	354.336,10	210.736,10	7.542,00	17.152,99	0,02	193.583,11	7.409,08	15.151,10	0,02	195.585,00
PRODUÇÃO INDUSTRIAL	55.608,96	1.808,96	0,00	0,00	0,00	1.808,96	0,00	0,00	0,00	1.808,96
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	222.896,74	172.896,74	7.542,00	13.552,99	0,01	159.343,75	7.409,08	12.862,59	0,02	160.034,15
DEMAIS SUBFUNÇÕES	75.830,40	36.030,40	0,00	3.600,00	0,00	32.430,40	0,00	2.288,51	0,00	33.741,89
COMÉRCIO E SERVIÇOS	32.072,06	32.072,06	2.750,00	2.750,00	0,00	29.322,06	1.242,19	1.242,19	0,00	30.829,87
COMERCIALIZAÇÃO	30.049,92	30.049,92	2.750,00	2.750,00	0,00	27.299,92	1.242,19	1.242,19	0,00	28.807,73

DEMAIS SUBFUNÇÕES	2.022,14	2.022,14	0,00	0,00	0,00	2.022,14	0,00	0,00	0,00	2.022,14
COMUNICAÇÕES	169.037,00	1.110.695,84	54.077,64	66.282,00	0,06	1.044.413,84	30.668,22	36.917,22	0,04	1.073.778,62
DEMAIS SUBFUNÇÕES	169.037,00	1.110.695,84	54.077,64	66.282,00	0,06	1.044.413,84	30.668,22	36.917,22	0,04	1.073.778,62
ENERGIA	101.150,00	1.450,00	0,00	0,00	0,00	1.450,00	0,00	0,00	0,00	1.450,00
ENERGIA ELÉTRICA	101.150,00	1.450,00	0,00	0,00	0,00	1.450,00	0,00	0,00	0,00	1.450,00
TRANSPORTE	430.950,40	183.337,73	0,00	70.960,82	0,06	112.376,91	0,00	70.960,81	0,08	112.376,92
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	430.950,40	183.337,73	0,00	70.960,82	0,06	112.376,91	0,00	70.960,81	0,08	112.376,92
DESPORTO E LAZER	353.900,00	237.400,00	37.741,79	69.110,10	0,06	168.289,90	9.372,99	25.538,67	0,03	211.861,33
LAZER	353.900,00	237.400,00	37.741,79	69.110,10	0,06	168.289,90	9.372,99	25.538,67	0,03	211.861,33
ENCARGOS ESPECIAIS	13.720.000,00	12.380.000,00	1.628.258,98	5.200.499,38	4,63	7.179.500,62	1.561.600,90	4.920.435,69	5,85	7.459.564,31
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	12.000.000,00	10.660.000,00	1.265.516,00	4.197.288,19	3,73	6.462.711,81	1.265.516,00	4.197.288,19	4,99	6.462.711,81
DEMAIS SUBFUNÇÕES	1.720.000,00	1.720.000,00	362.742,98	1.003.211,19	0,89	716.788,81	296.084,90	723.147,50	0,86	996.852,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	729.188,22	729.188,22	0,00	0,00	0,00	729.188,22	0,00	0,00	0,00	729.188,22
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	729.188,22	729.188,22	0,00	0,00	0,00	729.188,22	0,00	0,00	0,00	729.188,22
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	15.500,00	15.500,00	0,00	0,00	0,00	15.500,00	0,00	0,00	0,00	15.500,00
CULTURA	15.500,00	15.500,00	0,00	0,00	0,00	15.500,00	0,00	0,00	0,00	15.500,00
DIFUSÃO CULTURAL	15.500,00	15.500,00	0,00	0,00	0,00	15.500,00	0,00	0,00	0,00	15.500,00
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
TOTAL (III) = (I + II)	**149.105.579,84**	**218.163.197,28**	**55.904.534,49**	**112.412.912,82**	**100,00**	**105.750.284,46**	**36.331.383,94**	**84.156.813,51**	**100,00**	**134.006.383,77**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO. Emissão: 17/07/2026, às 10:39:04.										
Nota(s) Explicativa(s):										

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:03C9EC9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO - PR														
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JULHO/2025 A JUNHO/2026														
RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)														R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2026
	Jul/2025	Ago/2025	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025	Jan/2026	Fev/2026	Mar/2026	Abr/2026	Mai/2026	Jun/2026	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**14.464.456,81**	**11.992.796,39**	**14.979.952,30**	**16.887.478,50**	**14.105.855,23**	**24.366.730,37**	**16.539.589,59**	**13.537.263,19**	**14.702.461,80**	**16.049.134,06**	**15.093.507,68**	**16.545.168,91**	**189.264.394,83**	**166.293.341,46**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.724.229,06	1.574.798,77	1.542.736,94	2.693.962,17	1.601.787,81	4.535.685,15	1.787.218,41	1.574.424,85	2.061.149,45	1.903.325,23	1.918.306,94	2.299.396,70	25.217.021,48	27.024.687,26
I.P.T.U.	361.940,25	298.424,48	331.952,78	364.886,12	343.372,59	401.272,47	110.859,62	92.606,58	254.162,68	214.598,85	190.265,24	997.089,87	3.961.431,53	6.949.329,55
I.S.S.	281.377,91	256.382,13	264.421,91	1.687.414,45	281.302,85	1.028.748,52	635.099,25	607.748,10	767.303,96	675.138,19	675.477,59	290.449,54	7.450.864,40	2.993.637,30
I.T.B.I.	121.461,39	71.922,38	102.248,56	220.131,41	60.561,89	87.948,48	26.877,50	46.399,61	54.384,31	36.527,63	11.702,10	7.982,63	848.147,89	746.693,39
I.R.R.F.	673.046,00	595.697,23	533.120,32	101.045,48	579.961,35	2.624.455,44	684.993,98	505.336,53	642.814,62	641.967,10	722.169,86	673.147,21	8.977.755,12	8.055.351,30
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	286.403,51	352.372,55	310.993,37	320.484,71	336.589,13	393.260,24	329.388,06	322.334,03	342.483,88	335.093,46	318.692,15	330.727,45	3.978.822,54	8.279.675,72
Contribuições	143.055,83	148.382,61	156.519,69	173.346,79	170.249,60	162.147,39	156.684,24	152.183,76	143.899,76	146.991,42	144.882,94	149.265,65	1.847.609,68	1.813.651,91
Receita Patrimonial	233.109,97	190.100,48	189.461,18	233.288,05	412.727,92	256.663,72	267.260,83	235.770,04	279.235,67	249.984,86	300.288,34	260.648,91	3.108.539,97	0,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	233.109,97	190.100,48	189.461,18	233.288,05	412.727,92	256.663,72	267.260,83	235.770,04	279.235,67	249.984,86	300.288,34	260.648,91	3.108.539,97	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	12.712,51	44.185,74	37.569,86	62.385,74	11.211,34	12.346,46	5.042,30	4.685,48	6.803,70	5.620,04	5.862,33	32.897,09	241.322,59	718.613,61
Transferências Correntes	12.141.289,48	9.666.448,30	12.413.815,98	13.562.572,18	11.690.169,48	18.363.278,38	13.619.827,51	11.546.362,43	12.186.293,03	13.719.603,44	12.571.589,26	13.662.528,93	155.143.778,40	136.736.388,68
Cota-Parte do F.P.M.	5.185.302,48	3.995.562,67	5.070.525,99	3.400.623,69	4.622.602,88	7.444.113,13	4.725.160,93	5.940.942,85	3.597.600,48	4.235.825,08	5.126.693,16	5.401.439,65	58.746.392,99	62.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	3.120.992,72	2.506.000,84	3.081.481,85	2.791.837,59	2.601.475,10	3.233.062,71	2.923.391,12	2.337.487,41	3.245.390,89	3.001.108,84	2.436.064,23	3.152.213,37	34.430.506,67	31.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	239.102,79	178.260,64	200.982,29	178.673,78	127.823,03	213.879,04	1.452.190,54	421.198,79	418.690,40	361.359,00	339.602,61	155.116,77	4.286.879,68	9.000.000,00
Cota-Parte do I.T.R.	841,61	1.906,18	9.745,31	29.124,11	2.154,38	1.425,88	711,47	1.017,28	1.434,22	477,01	3.842,75	1.381,16	54.061,36	20.000,00
Transferências da LC 61/1989	37.007,74	40.879,27	43.351,60	41.574,46	41.090,62	49.773,20	38.696,77	40.608,21	40.198,20	35.361,74	42.494,36	56.749,06	507.785,23	550.000,00
Transferências do FUNDEB	1.632.191,01	1.519.865,72	1.490.092,58	1.746.721,29	2.012.228,67	2.446.782,61	2.421.166,00	1.784.409,26	1.738.665,91	1.995.095,77	1.580.249,41	1.759.752,62	22.127.220,85	17.653.661,61

Outras Transferências Correntes	1.925.851,13	1.423.972,98	2.517.636,36	5.374.017,26	2.282.794,80	4.974.241,81	2.058.510,68	1.020.698,63	3.144.312,93	4.090.376,00	3.042.642,74	3.135.876,30	34.990.931,62	16.512.727,07
Outras Receitas Correntes	210.059,96	368.880,49	639.848,65	161.923,57	219.709,08	1.036.609,27	703.556,30	23.836,63	25.080,19	23.609,07	152.577,87	140.431,63	3.706.122,71	0,00
DEDUÇÕES (II)	**1.285.276,04**	**1.344.521,73**	**1.312.314,84**	**1.288.366,57**	**1.479.029,05**	**1.743.154,52**	**1.828.029,70**	**1.748.250,61**	**1.460.662,52**	**1.526.826,02**	**1.589.739,13**	**1.753.403,81**	**18.359.574,54**	**17.653.661,61**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	1.285.276,04	1.344.521,73	1.312.314,84	1.288.366,57	1.479.029,05	1.743.154,52	1.828.029,70	1.748.250,61	1.460.662,52	1.526.826,02	1.589.739,13	1.753.403,81	18.359.574,54	17.653.661,61
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**13.179.180,77**	**10.648.274,66**	**13.667.637,46**	**15.599.111,93**	**12.626.826,18**	**22.623.575,85**	**14.711.559,89**	**11.789.012,58**	**13.241.799,28**	**14.522.308,04**	**13.503.768,55**	**14.791.765,10**	**170.904.820,29**	**148.639.679,85**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	850.000,00	1.450.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	13.179.180,77	10.648.274,66	13.667.637,46	15.599.111,93	12.626.826,18	22.623.575,85	14.711.559,89	11.789.012,58	13.241.799,28	14.522.308,04	12.903.768,55	13.941.765,10	169.454.820,29	148.639.679,85
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	13.179.180,77	10.648.274,66	13.667.637,46	15.599.111,93	12.626.826,18	22.623.575,85	14.711.559,89	11.789.012,58	13.241.799,28	14.522.308,04	12.903.768,55	13.941.765,10	169.454.820,29	148.639.679,85
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO. Emissão: 17/07/2026, às 10:39:09.														
Nota(s) Explicativa(s):														

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:D2D5AF57

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO DE 2026 / BIMESTRE MAIO - JUNHO		
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL (Acumulado até o bimestre)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Constituidos pela SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	157.840.397,68	148.639.679,85	148.639.679,85	148.639.679,85	148.639.679,85	148.639.679,85	148.639.679,85	148.639.679,85	148.639.679,85	148.639.679,85	148.639.679,85
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO. Emissão: 17/07/2026, às 10:40:40.											
Nota(s) Explicativa(s):											

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:40A65027

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

MUNICIPIO DE CAMPO MAGRO - PR				
CONSOLIDADO				Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A JUNHO / BIMESTRE MAIO - JUNHO				
RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				R$ 1,00
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**18.745.011,54**	**18.745.011,54**	**9.565.102,55**	**51,03**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	6.949.329,55	6.949.329,55	1.859.582,84	26,76
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	746.693,39	746.693,39	183.873,78	24,63
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.993.637,30	2.993.637,30	3.651.216,63	121,97
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	8.055.351,30	8.055.351,30	3.870.429,30	48,05
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**97.570.000,00**	**97.570.000,00**	**49.534.448,35**	**50,77**
Cota-Parte FPM	57.000.000,00	57.000.000,00	29.027.662,15	50,93
Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	8.863,89	44,32
Cota-Parte IPVA	9.000.000,00	9.000.000,00	3.148.158,11	34,98
Cota-Parte ICMS	31.000.000,00	31.000.000,00	17.095.655,86	55,15
Cota-Parte IPI-Exportação	550.000,00	550.000,00	254.108,34	46,20
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**116.315.011,54**	**116.315.011,54**	**59.099.550,90**	**50,81**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	16.998.250,00	16.698.250,00	12.052.966,42	72,18	11.032.027,50	66,07	9.580.129,20	57,37
Despesas Correntes	16.992.150,00	16.692.150,00	12.052.966,42	72,21	11.032.027,50	66,09	9.580.129,20	57,39
Despesas de Capital	6.100,00	6.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	2.716.000,00	2.716.000,00	1.840.616,17	67,77	1.404.122,66	51,70	811.199,70	29,87
Despesas Correntes	2.714.500,00	2.714.500,00	1.840.616,17	67,81	1.404.122,66	51,73	811.199,70	29,88
Despesas de Capital	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	560.000,00	860.000,00	479.258,32	55,73	392.301,41	45,62	52.271,32	6,08
Despesas Correntes	560.000,00	860.000,00	479.258,32	55,73	392.301,41	45,62	52.271,32	6,08
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	280.500,00	280.500,00	87.328,22	31,13	22.566,51	8,05	10.394,22	3,71
Despesas Correntes	270.500,00	270.500,00	87.328,22	32,28	22.566,51	8,34	10.394,22	3,84
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**20.554.750,00**	**20.554.750,00**	**14.460.169,13**	**70,35**	**12.851.018,08**	**62,52**	**10.453.994,44**	**50,86**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	14.460.169,13	12.851.018,08	10.453.994,44
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**14.460.169,13**	**12.851.018,08**	**10.453.994,44**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			8.864.932,64
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	5.595.236,50	3.986.085,45	1.589.061,81
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**24,47**	**21,74**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido no exercício de referência 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido no exercício anterior 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))	
Empenhos do exercício de referência 2026	8.864.932,64	12.851.018,08	3.986.085,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.986.085,45	
Empenhos do exercício anterior 2025	16.433.764,71	22.100.598,86	5.666.834,15	2.116.797,83	1.233.167,78	0,00	0,00	2.116.797,83	0,00	6.900.001,93	
Empenhos de 2024	13.590.230,69	19.849.627,49	6.259.396,80	5.000.210,69	870.295,07	0,00	2.735.415,31	2.174.886,05	89.909,33	7.039.782,54	
Empenhos de 2023	12.408.205,46	17.520.697,26	5.112.491,80	4.592.586,33	792.314,99	0,00	2.171.980,69	2.419.452,37	1.153,27	5.903.653,52	
Empenhos de 2022 e anteriores	11.630.120,01	17.411.762,83	5.781.642,82	13.273.233,44	623.407,74	0,00	11.681.646,54	523.487,50	1.068.099,40	5.336.951,16	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício imediatamente anterior a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	10.434.250,00	10.434.250,00	6.170.685,12	59,14

Proveniente da União	9.724.250,00	9.724.250,00	5.529.226,59	56,86
Proveniente dos Estados	710.000,00	710.000,00	641.458,53	90,35
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	4.758,62	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**10.434.250,00**	**10.434.250,00**	**6.175.443,74**	**59,18**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	8.212.053,24	19.568.539,32	8.966.277,59	45,82	5.135.189,53	26,24	4.687.349,50	23,95
Despesas Correntes	7.982.676,52	11.524.419,08	4.748.840,59	41,21	3.791.587,40	32,90	3.343.747,37	29,01
Despesas de Capital	229.376,72	8.044.120,24	4.217.437,00	52,43	1.343.602,13	16,70	1.343.602,13	16,70
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	1.660.150,72	3.160.150,72	910.308,43	28,81	681.179,83	21,56	529.069,04	16,74
Despesas Correntes	1.659.100,72	3.159.100,72	910.308,43	28,82	681.179,83	21,56	529.069,04	16,75
Despesas de Capital	1.050,00	1.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	1.001.050,00	1.201.050,00	1.070.906,18	89,16	1.039.506,33	86,55	472.880,36	39,37
Despesas Correntes	1.000.050,00	1.200.050,00	1.070.906,18	89,24	1.039.506,33	86,62	472.880,36	39,41
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	323.500,00	450.165,97	91.057,58	20,23	40.816,51	9,07	38.819,98	8,62
Despesas Correntes	322.500,00	322.500,00	91.057,58	28,23	40.816,51	12,66	38.819,98	12,04
Despesas de Capital	1.000,00	127.665,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	186.500,00	186.550,00	79.660,24	42,70	78.150,00	41,89	52.680,52	28,24
Despesas Correntes	186.450,00	186.500,00	79.660,24	42,71	78.150,00	41,90	52.680,52	28,25
Despesas de Capital	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**11.383.253,96**	**24.566.456,01**	**11.118.210,02**	**45,26**	**6.974.842,20**	**28,39**	**5.780.799,40**	**23,53**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	25.210.303,24	36.266.789,32	21.019.244,01	57,96	16.167.217,03	44,58	14.267.478,70	39,34
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	4.376.150,72	5.876.150,72	2.750.924,60	46,82	2.085.302,49	35,49	1.340.268,74	22,81
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	1.561.050,00	2.061.050,00	1.550.164,50	75,21	1.431.807,74	69,47	525.151,68	25,48
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	323.500,00	450.165,97	91.057,58	20,23	40.816,51	9,07	38.819,98	8,62
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	467.000,00	467.050,00	166.988,46	35,75	100.716,51	21,56	63.074,74	13,50
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**31.938.003,96**	**45.121.206,01**	**25.578.379,15**	**56,69**	**19.825.860,28**	**43,94**	**16.234.793,84**	**35,98**

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO. Emissão: 17/07/2026, às 10:40:25.

Notas:

[1] Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[2] Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:171D933E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

MUNICIPIO DE CAMPO MAGRO - PR
CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						Exercício de 2026						
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JANEIRO A JUNHO 2026 / MÊS JUNHO 2026												
RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, Inciso V)						R$ 1,00						
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIO) (I)	15.219.275,52	11.137.193,01	10.535.805,61	275.990,98	15.544.671,94	10.010.998,03	10.606.819,61	6.561.653,92	5.734.976,04	0,00	14.882.841,60	30.427.513,54
PODER EXECUTIVO	15.220.075,52	11.137.193,01	10.535.805,61	275.990,98	15.545.471,94	10.010.998,03	10.606.819,61	6.561.653,92	5.734.976,04	0,00	14.882.841,60	30.428.313,54
CONTROLADORIA GERAL	391,75	348,36	348,36	0,00	391,75	474,48	515,76	106,80	106,80	0,00	883,44	1.275,19
GABINETE	194.814,15	432.162,85	280.168,47	125.000,00	221.808,53	18.659,15	58.016,49	15.325,84	15.325,84	0,00	61.349,80	283.158,33
PROCURADORIA MUNICIPAL DO MUNÍCIPIO	18.622,41	269.836,47	267.771,63	0,00	20.687,25	15.158,52	4.162,08	1.717,20	1.717,20	0,00	17.603,40	38.290,65
SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	3.090.195,94	3.636.125,62	3.405.209,53	0,00	3.321.112,03	1.275.565,80	919.583,45	667.178,75	465.828,49	0,00	1.729.320,76	5.050.432,79
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAL	2.933.223,34	471.432,47	676.527,27	0,00	2.728.128,54	73.760,16	88.705,50	14.385,00	10.130,00	0,00	152.335,66	2.880.464,20
SECRETARIADE SAÚDE	5.207.977,09	1.890.809,56	2.045.583,11	0,00	5.053.203,54	1.273.761,52	1.823.667,94	910.530,50	799.803,95	0,00	2.297.625,51	7.350.829,05
SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	635.932,15	296.148,84	259.041,45	8.990,98	664.048,56	190.782,25	3.284.735,23	1.905.844,74	1.905.844,74	0,00	1.569.672,74	2.233.721,30
SECRETARIA MUN. DE DESENV. URBANO E AMBIENTAL	253.287,98	904.584,24	981.988,88	0,00	175.883,34	4.971.492,16	2.808.642,39	2.042.335,32	2.016.779,36	0,00	5.763.355,19	5.939.238,53
SECRETARIA MUN. DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E TRABALHO	10.588,90	11.513,01	17.342,11	0,00	4.759,80	8.914,60	12.877,63	276,80	276,80	0,00	21.515,43	26.275,23
SECRETARIA MUN. DE SEG. PUB., PATRIM. E TRÂNSITO	970,81	0,00	0,00	0,00	970,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	970,81
SECRETARIA MUN.DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	150.135,53	0,00	0,00	0,00	150.135,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.135,53
SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	674.584,45	785.952,23	912.275,30	0,00	548.261,38	987.881,75	289.585,02	120.186,93	30.243,47	0,00	1.247.223,30	1.795.484,68
SECRETARIA MUN DE SEG PUB. PATRIM. E TRÂNSITO	376.755,26	533.763,10	71.475,28	142.000,00	697.043,08	64.324,28	104.220,70	45.151,36	11.787,36	0,00	156.757,62	853.800,70
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	537.903,54	1.028.783,36	919.755,55	0,00	646.931,35	411.050,40	426.276,88	235.166,45	141.294,39	0,00	696.032,89	1.342.964,24
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	197.500,27	412.591,48	277.332,71	0,00	332.759,04	309.981,22	165.672,73	58.224,93	58.224,03	0,00	417.429,92	750.188,96
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	178.064,93	413.153,65	390.743,55	0,00	200.475,03	322.218,04	610.538,11	541.645,51	274.035,82	0,00	658.720,33	859.195,36
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	964,48	8.520,03	8.510,03	0,00	974,48	52.248,04	3.096,04	364,00	364,00	0,00	54.980,08	55.954,56
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	8.836,93	5.676,96	5.676,96	0,00	8.836,93	6.005,35	2.394,27	85,00	85,00	0,00	8.314,62	17.151,55
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	177.364,24	0,00	0,00	0,00	177.364,24	7.274,19	0,00	1.294,30	1.294,30	0,00	5.979,89	183.344,13
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	110.222,93	35.790,78	16.055,42	0,00	129.958,29	21.446,12	4.129,39	1.834,49	1.834,49	0,00	23.741,02	153.699,31
PODER LEGISLATIVO	-800,00	0,00	0,00	0,00	-800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-800,00
LEGISLATIVO MUNICIPAL	-800,00	0,00	0,00	0,00	-800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-800,00
Total (III) = (I + II):	**15.219.275,52**	**11.137.193,01**	**10.535.805,61**	**275.990,98**	**15.544.671,94**	**10.010.998,03**	**10.606.819,61**	**6.561.653,92**	**5.734.976,04**	**0,00**	**14.882.841,60**	**30.427.513,54**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO. Emissão: 17/07/2026, às 10:51:42.												
Nota(s) Explicativa(s):												

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:03A969F8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL	
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO	
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JULHO/2025 A JUNHO/2026	
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	233.320,81	157.995,68	157.995,68	157.995,68	157.995,68	269.569,15	180.218,44	171.091,11	167.315,32	173.745,61	181.606,24	180.781,60	2.189.631,00	0,00
Pessoal Ativo	233.320,81	157.995,68	157.995,68	157.995,68	157.995,68	269.569,15	180.218,44	171.091,11	167.315,32	173.745,61	181.606,24	180.781,60	2.189.631,00	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	214.919,40	139.819,19	139.819,19	139.819,19	139.819,19	233.216,17	154.667,21	146.231,73	143.004,56	148.533,93	155.963,64	155.261,59	1.911.074,99	0,00
Obrigações Patronais	18.401,41	18.176,49	18.176,49	18.176,49	18.176,49	36.352,98	25.551,23	24.859,38	24.310,76	25.211,68	25.642,60	25.520,01	278.556,01	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	233.320,81	157.995,68	157.995,68	157.995,68	157.995,68	269.569,15	180.218,44	171.091,11	167.315,32	173.745,61	181.606,24	180.781,60	2.189.631,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	74.138.174,33	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	7.132.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	764.741,35	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	66.241.432,98	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	2.189.631,00	3,31%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.974.485,98	6%

CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO/2025 A JUNHO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") | 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.775.761,68	5,7%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.577.037,38	5,4%

Entidades:

Câmara Municipal de Centenário do Sul

Publicado por:
Natal Dos Santos
Código Identificador:0A312442

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

CONSÓRCIO PÚBLICO SUDOESTE PINHAIS
ANEXO 13_DEMONSTRATIVO PPP_RREOS_3º BIM-2026_CONSÓRCIO PINHAIS

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUST		
CONSÓRCIO PÚBLICO		
ESTADO DO PARANÁ		
DEMOSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
3º Bimestre de 2026		
RREO – Anexo XIII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	**SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO FINAL**
		Até o Bimestre

DESPESAS DE PPP	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**EXERCÍCIO CORRENTE**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2031**	**2032**	**2033**	**2034**	**2035**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA REGIAO SUDOESTE PINHAIS, emitido em 11/jul/2026 as 10h e 28m.

Nota:

ANDERSON M. BARRETO	***ADEMIR ANTONIO AZILIERO***
Presidente	Analista Contábil CRC 25365

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:CF7595E4

CONSÓRCIO PÚBLICO SUDOESTE PINHAIS
ANEXO 1_BALANÇO ORÇAMENTÁRIO_RREOS_3º BIM-2026_CONSÓRCIO PINHAIS

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUST							
CONSÓRCIO PÚBLICO							
ESTADO DO PARANÁ							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A JUNHO 2.026/BIMESTRE MAIO-JUNHO							
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			no Período (b)	% (b/a)	**Até o Período (c)**	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	3.921.000,00	3.921.000,00	247.501,50	6,31	654.655,61	16,70	3.266.344,39
RECEITAS CORRENTES	2.811.840,00	2.811.840,00	247.501,50	8,80	654.655,61	23,28	2.157.184,39
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	103.200,00	103.200,00	9.000,56	8,72	15.068,36	14,60	88.131,64
Impostos	103.200,00	103.200,00	9.000,56	8,72	15.068,36	14,60	88.131,64
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	180.360,00	180.360,00	23.540,94	13,05	69.347,25	38,45	111.012,75
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	180.360,00	180.360,00	23.540,94	13,05	69.347,25	38,45	111.012,75
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Autorização ou Licença							

Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.417.040,00	2.417.040,00	214.960,00	8,89	570.240,00	23,59	1.846.800,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	2.417.040,00	2.417.040,00	214.960,00	8,89	570.240,00	23,59	1.846.800,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	111.240,00	111.240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	111.240,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	111.240,00	111.240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	111.240,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.109.160,00	1.109.160,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.109.160,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	331.560,00	331.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	331.560,00
Alienação de Bens Móveis	331.560,00	331.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	331.560,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	777.600,00	777.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	777.600,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	777.600,00	777.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	777.600,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	3.921.000,00	3.921.000,00	247.501,50	6,31	654.655,61	16,70	3.266.344,39
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	3.921.000,00	3.921.000,00	247.501,50	6,31	654.655,61	16,70	3.266.344,39

DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	3.921.000,00	3.921.000,00	247.501,50	6,31	654.655,61	16,70	3.266.344,39
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	0,00	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O PERIODO (j)
			No Período	Até o Período (f)		No Período	Até o Período (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	3.921.000,00	3.921.000,00	421.629,28	1.035.650,03	2.885.349,97	401.736,50	750.884,23	3.170.115,77	702.860,87
DESPESAS CORRENTES	3.123.960,00	3.123.960,00	157.639,28	771.660,03	2.352.299,97	401.736,50	750.884,23	2.373.075,77	702.860,87
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.294.920,00	1.294.920,00	112.885,53	297.909,25	997.010,75	112.885,53	297.909,25	997.010,75	279.421,90
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.829.040,00	1.829.040,00	44.753,75	473.750,78	1.355.289,22	288.850,97	452.974,98	1.376.065,02	423.438,97
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	1.829.040,00	1.829.040,00	44.753,75	473.750,78	1.355.289,22	288.850,97	452.974,98	1.376.065,02	423.438,97
DESPESAS DE CAPITAL	753.840,00	753.840,00	263.990,00	263.990,00	489.850,00	0,00	0,00	753.840,00	0,00
INVESTIMENTOS	753.840,00	753.840,00	263.990,00	263.990,00	489.850,00	0,00	0,00	753.840,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	43.200,00	43.200,00	0,00	0,00	43.200,00	0,00	0,00	43.200,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	3.921.000,00	3.921.000,00	421.629,28	1.035.650,03	2.885.349,97	401.736,50	750.884,23	3.170.115,77	702.860,87
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESA S (XII) = (X + XI)	3.921.000,00	3.921.000,00	421.629,28	1.035.650,03	2.885.349,97	401.736,50	750.884,23	3.170.115,77	702.860,87
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	0,00	-	-	0,00	-	0,00
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	3.921.000,00	3.921.000,00	421.629,28	1.035.650,03	-	401.736,50	750.884,23	-	702.860,87
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA REGIAO SUDOESTE									
PINHAIS, emitido em 11/jul/2026 as 10h e 01m.									

ANDERSON M. BARRETO	***ADEMIR ANTONIO AZILIERO***
Presidente	Analista Contábil CRC 25365

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:4B391685

CONSÓRCIO PÚBLICO SUDOESTE PINHAIS
ANEXO 2_DESPESA FUNÇÃO-SUBFUNÇÃO_RREOS_3º BIM-2026_CONSÓRCIO PINHAIS

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUST
CONSÓRCIO PÚBLICO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.026/BIMESTRE MAIO-JUNHO
RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R$ 1,00

Função/Subfunção	**Dotação Inicial**	**Dotação Atualizada (a)**	**Despesas Empenhadas**			**Saldo (c) = (a-b)**	**Despesas Liquidadas**			**Saldo (e) = (a-d)**
			No Periodo	**Até o Periodo (b)**	**% (b/total b)**		**No Periodo**	**Até o Periodo (d)**	**% (d/total d)**	
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIA	3.921.000,00	3.921.000,00	421.629,28	1.035.650,03	100,00	2.885.349,97	401.736,50	750.884,23	100,00	3.170.115,77
ADMINISTRAÇÃO	442.320,00	442.320,00	30.085,02	67.613,00	6,53	374.707,00	20.691,02	53.441,00	7,12	388.879,00
Administração Geral	442.320,00	442.320,00	30.085,02	67.613,00	6,53	374.707,00	20.691,02	53.441,00	7,12	388.879,00

TRANSPORTE	3.411.720,00	3.411.720,00	391.544,26	968.037,03	93,47	2.443.682,97	381.045,48	697.443,23	92,88	2.714.276,77
Transporte Rodoviário	3.411.720,00	3.411.720,00	391.544,26	968.037,03	93,47	2.443.682,97	381.045,48	697.443,23	92,88	2.714.276,77
ENCARGOS ESPECIAIS	23.760,00	23.760,00	0,00	0,00	0,00	23.760,00	0,00	0,00	0,00	23.760,00
Outros Encargos Especiais	23.760,00	23.760,00	0,00	0,00	0,00	23.760,00	0,00	0,00	0,00	23.760,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	43.200,00	43.200,00	0,00	0,00	0,00	43.200,00	0,00	0,00	0,00	43.200,00
Reserva de Contingência geral	43.200,00	43.200,00	0,00	0,00	0,00	43.200,00	0,00	0,00	0,00	43.200,00
TOTAL	**3.921.000,00**	**3.921.000,00**	**421.629,28**	**1.035.650,03**	**100,00**	**2.885.349,97**	**401.736,50**	**750.884,23**	**100,00**	**3.170.115,77**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA REGIAO SUDOESTE PINHAIS, emitido em 11/jul/2026 as 10h e 03m.

ANDERSON M. BARRETO	***ADEMIR ANTONIO AZILIERO***
Presidente	Analista Contábil CRC 25365

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:19B4A6DF

CONSÓRCIO PÚBLICO SUDOESTE PINHAIS
ANEXO 3_RECEITA CORRENTE LÍQUIDA_RREOS_3º BIM-2026_CONSÓRCIO PINHAIS

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUST
ESTADO DO PARANÁ
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
7/2.025 A 6/2.026

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												Total Últ. 12 meses	Previsão Exerc. Atual
	7 / 2.025	8 / 2.025	9 / 2.025	10 / 2.025	11 / 2.025	12 / 2.025	1 / 2.026	2 / 2.026	3 / 2.026	4 / 2.026	5 / 2.026	6 / 2.026		
RECEITAS CORRENTES (I)	234.959,70	138.927,96	164.848,16	118.624,97	183.307,81	257.074,21	41.511,42	40.482,48	245.304,04	79.856,17	165.729,15	81.772,35	1.752.398,42	2.811.840,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.573,64	2.153,91	5.318,12	2.654,14	2.679,61	8.825,75	670,36	1.138,87	2.014,97	2.243,60	4.355,35	4.645,21	40.273,53	103.200,00
IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	3.573,64	2.153,91	5.318,12	2.654,14	2.679,61	8.825,75	670,36	1.138,87	2.014,97	2.243,60	4.355,35	4.645,21	40.273,53	103.200,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	11.386,06	10.274,05	11.030,04	11.470,83	10.128,20	11.748,46	11.141,06	9.643,61	12.749,07	12.272,57	11.753,80	11.787,14	135.384,89	180.360,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	11.386,06	10.274,05	11.030,04	11.470,83	10.128,20	11.748,46	11.141,06	9.643,61	12.749,07	12.272,57	11.753,80	11.787,14	135.384,89	180.360,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	220.000,00	126.500,00	148.500,00	104.500,00	170.500,00	236.500,00	29.700,00	29.700,00	230.540,00	65.340,00	149.620,00	65.340,00	1.576.740,00	2.417.040,00
Cota-Parte do FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	220.000,00	126.500,00	148.500,00	104.500,00	170.500,00	236.500,00	29.700,00	29.700,00	230.540,00	65.340,00	149.620,00	65.340,00	1.576.740,00	2.417.040,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	111.240,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acordão TCE/PR 1509/06 e 870/07 - IN 56/2011 TCE-PR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	**234.959,70**	**138.927,96**	**164.848,16**	**118.624,97**	**183.307,81**	**257.074,21**	**41.511,42**	**40.482,48**	**245.304,04**	**79.856,17**	**165.729,15**	**81.772,35**	**1.752.398,42**	**2.811.840,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**234.959,70**	**138.927,96**	**164.848,16**	**118.624,97**	**183.307,81**	**257.074,21**	**41.511,42**	**40.482,48**	**245.304,04**	**79.856,17**	**165.729,15**	**81.772,35**	**1.752.398,42**	**2.811.840,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**234.959,70**	**138.927,96**	**164.848,16**	**118.624,97**	**183.307,81**	**257.074,21**	**41.511,42**	**40.482,48**	**245.304,04**	**79.856,17**	**165.729,15**	**81.772,35**	**1.752.398,42**	**2.811.840,00**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 11/jul/2026 as 10h e 04m.

ANDERSON M. BARRETO	***ADEMIR ANTONIO AZILIERO***
Presidente	Analista Contábil CRC 25365

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:D59B2C2E

CONSÓRCIO PÚBLICO SUDOESTE PINHAIS
ANEXO 7_RESTOS A PAGAR_RREOS_3º BIM-2026_CONSÓRCIO PINHAIS

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUST
CONSÓRCIO PÚBLICO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMOSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.026/BIMESTRE MAIO-JUNHO
RREO – Anexo VII (LRF, art. 53, inciso V)

Em Reais

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e=(a+b) -(c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k=(f+g) -(i+j)	Saldo Total L=(e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	**1.954,39**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.954,39**	**92,76**	**13.565,00**	**10.492,00**	**10.492,00**	**0,00**	**3.165,76**	**5.120,15**
PODER EXECUTIVO	1.954,39	0,00	0,00	0,00	1.954,39	92,76	13.565,00	10.492,00	10.492,00	0,00	3.165,76	5.120,15
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) = (I + II)	**1.954,39**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.954,39**	**92,76**	**13.565,00**	**10.492,00**	**10.492,00**	**0,00**	**3.165,76**	**5.120,15**

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA REGIAO SUDOESTE PINHAIS, emitido em 11/jul/2026 as 10h e 07m.

ANDERSON M. BARRETO	***ADEMIR ANTONIO AZILIERO***
Presidente	Analista Contábil CRC 25365

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:0015EABF

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO 12 - DESPESA COM SAÚDE

Municipio de Coronel Vivida-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho
RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	27.800.543,00	27.800.543,00	14.999.075,74	53,95
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	8.709.152,00	8.709.152,00	5.115.653,38	58,74
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	4.428.726,00	4.428.726,00	1.102.203,93	24,89
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	10.182.447,00	10.182.447,00	5.886.490,48	57,81
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	4.480.218,00	4.480.218,00	2.894.727,95	64,61
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	90.077.100,00	90.077.100,00	45.401.290,90	50,40
Cota-Parte FPM	44.010.000,00	44.010.000,00	25.399.204,38	57,71

Cota-Parte ITR	880.200,00	880.200,00	70.995,13	8,07
Cota-Parte IPVA	7.628.400,00	7.628.400,00	3.947.713,23	51,75
Cota-Parte ICMS	36.675.000,00	36.675.000,00	15.749.278,49	42,94
Cota-Parte IPI-Exportação	733.500,00	733.500,00	234.099,67	31,92
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	150.000,00	150.000,00	-	-
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	117.877.643,00	117.877.643,00	60.400.366,64	51,24

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	20.251.015,40	20.502.087,40	6.426.086,83	31,34	6.342.993,16	30,94	6.190.451,36	30,19
Despesas Correntes	19.143.562,90	19.394.634,90	6.421.303,39	33,11	6.338.209,72	32,68	6.185.667,92	31,89
Despesas de Capital	1.107.452,50	1.107.452,50	4.783,44	0,43	4.783,44	0,43	4.783,44	0,43
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	5.382.625,10	5.382.625,10	1.435.671,24	26,67	1.127.023,91	20,94	1.098.633,24	20,41
Despesas Correntes	5.231.184,20	5.231.184,20	1.430.070,74	27,34	1.123.025,11	21,47	1.094.634,44	20,93
Despesas de Capital	151.440,90	151.440,90	5.600,50	3,70	3.998,80	2,64	3.998,80	2,64
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	185.000,00	185.000,00	6.823,13	3,69	6.823,13	3,69	6.823,13	3,69
Despesas Correntes	185.000,00	185.000,00	6.823,13	3,69	6.823,13	3,69	6.823,13	3,69
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	677.224,10	677.224,10	79.478,32	11,74	79.478,32	11,74	77.743,77	11,48
Despesas Correntes	677.224,10	677.224,10	79.478,32	11,74	79.478,32	11,74	77.743,77	11,48
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	268.322,10	268.322,10	34.210,37	12,75	34.210,37	12,75	33.517,81	12,49
Despesas Correntes	268.322,10	268.322,10	34.210,37	12,75	34.210,37	12,75	33.517,81	12,49
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	700.000,00	700.000,00	277.504,87	39,64	277.504,87	39,64	277.504,87	39,64
Despesas Correntes	700.000,00	700.000,00	277.504,87	39,64	277.504,87	39,64	277.504,87	39,64

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	27.464.186,70	27.715.258,70	8.259.774,76	29,80	7.868.033,76	28,39	7.684.674,18	27,73

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	8.259.774,76	7.868.033,76	7.684.674,18
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)[1]	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)[3]	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)[2]	-	-	-
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	8.259.774,76	7.868.033,76	7.684.674,18
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	9.060.055,00		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	9.060.055,00		
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	-	-1.192.021,24	-1.375.380,82
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	1.192.021,24	-	-
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	-	13,03	-

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)1 (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026 (saldo final = XIXd)	-	-	-	-	1.192.021,24
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	4.419.987,53	-	-	-	4.419.987,53
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	4.419.987,53	-	-	-	5.612.008,77

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos total de RP cancelados (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o (v) = ((o + q) - u))

Empenhos de 2026	9.060.055,00	7.868.033,76	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2025	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	**Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)**	**Valor aplicado em ASPS no exercício (n)**	**Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0**	**Total inscrito em RP no exercício (p)**	**RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)**	**Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)**	**Total de RP pagos (s)**	**Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)**	**Total de RP cancelados ou prescritos total de RP cancelados (u)**	**Diferença entre o valor aplicado além do limite e o (v) = ((o + q) - u))**
Empenhos de 2022 e anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										-

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado)1 (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício a serem compensados (XXIV)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício imediatamente anterior a serem compensados (XXV)	13.979,99	-	-	-	13.979,99
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	38.014,12	-	-	-	38.014,12
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	51.994,11	-	-	-	51.994,11

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	-	-	7.615.608,53	-
Proveniente da União	-	-	5.888.973,10	-
Proveniente dos Estados	-	-	1.726.635,43	-
Proveniente de outros Municípios	-	-	-	-
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS (XXX)	-	-	-	-
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	-	-	7.615.608,53	-

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	10.142.728,00	13.842.018,84	4.725.257,15	34,14	4.373.829,80	31,60	4.332.690,67	31,30
Despesas Correntes	9.523.721,90	12.456.361,96	4.665.150,15	37,45	4.365.095,80	35,04	4.325.756,67	34,73
Despesas de Capital	619.006,10	1.385.656,88	60.107,00	4,34	8.734,00	0,63	6.934,00	0,50

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	8.940.442,10	12.612.413,42	3.645.664,41	28,91	3.041.233,20	24,11	3.030.150,18	24,03
Despesas Correntes	8.706.927,10	12.378.898,42	3.645.664,41	29,45	3.041.233,20	24,57	3.030.150,18	24,48
Despesas de Capital	233.515,00	233.515,00	-	-	-	-	-	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	270.000,00	531.569,09	13.080,20	2,46	9.620,67	1,81	9.620,67	1,81
Despesas Correntes	130.000,00	227.736,79	13.080,20	5,74	9.620,67	4,22	9.620,67	4,22
Despesas de Capital	140.000,00	303.832,30	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	611.569,50	900.667,29	32.070,34	3,56	26.402,06	2,93	26.102,26	2,90
Despesas Correntes	441.569,50	600.307,90	32.070,34	5,34	26.402,06	4,40	26.102,26	4,35
Despesas de Capital	170.000,00	300.359,39	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	484.060,00	490.717,00	45.183,75	9,21	30.122,50	6,14	30.122,50	6,14
Despesas Correntes	374.060,00	374.060,00	45.183,75	12,08	30.122,50	8,05	30.122,50	8,05
Despesas de Capital	110.000,00	116.657,00	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-

OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	100.000,00	187.609,79	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	43.357,30	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	100.000,00	144.252,49	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	20.548.799,60	28.564.995,43	8.461.255,85	29,62	7.481.208,23	26,19	7.428.686,28	26,01
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	30.393.743,40	34.344.106,24	11.151.343,98	32,47	10.716.822,96	31,20	10.523.142,03	30,64
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	14.323.067,20	17.995.038,52	5.081.335,65	28,24	4.168.257,11	23,16	4.128.783,42	22,94

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	455.000,00	716.569,09	19.903,33	2,78	16.443,80	2,29	16.443,80	2,29
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	1.288.793,60	1.577.891,39	111.548,66	7,07	105.880,38	6,71	103.846,03	6,58
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	752.382,10	759.039,10	79.394,12	10,46	64.332,87	8,48	63.640,31	8,38
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	800.000,00	887.609,79	277.504,87	31,26	277.504,87	31,26	277.504,87	31,26
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	48.012.986,30	56.280.254,13	16.721.030,61	29,71	15.349.241,99	27,27	15.113.360,46	26,85
Notas:								
[1]Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.								
[2]Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.								

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:BAE8BFB7

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO 13 - DEMONST. PPP

Municipio de Coronel Vivida-PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho		
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		Em reais
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL Até o Bimestre
TOTAL DE ATIVOS		
Ativos Constituídos pela SPE		
TOTAL DE PASSIVOS		
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE		
Provisões de PPP		
Outros Passivos		
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Obrigações contratuais		
Riscos não Provisionados		
Garantias concedidas		
Outros Passivos Contingentes		

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE 2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratadas(I.1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A contratar (I.2)											
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
Contratadas (II.1)											
A contratar (II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	-	208.223.004,35	-	-	-	-	-	-	-	-	-

TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)		-									
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I /		-									

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:C99D9202

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTARIO

Municipio de Coronel Vivida-PR							
Relatório Resumido da Execução Orçamentária							
Balanço Orçamentário							
Orçamento Fiscal e da Seguridade Socials							
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alineas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	221.582.072,00	221.582.072,00	53.252.345,33	24,03	114.815.515,30	51,82	106.766.556,70
RECEITAS CORRENTES	208.223.004,35	208.223.004,35	29.397.401,72	14,12	83.266.905,14	39,99	124.956.099,21
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	29.708.741,40	29.708.741,40	5.158.603,30	17,36	15.941.665,41	53,66	13.767.075,99
Impostos	27.800.543,00	27.800.543,00	4.942.557,29	17,78	14.999.075,74	53,95	12.801.467,26
Taxas	1.594.198,40	1.594.198,40	216.046,01	13,55	942.589,67	59,13	651.608,73
Contribuição de Melhoria	314.000,00	314.000,00	-	-	-	-	314.000,00
CONTRIBUIÇÕES	3.330.090,00	3.330.090,00	483.220,90	14,51	1.475.268,53	44,30	1.854.821,47
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	3.330.090,00	3.330.090,00	483.220,90	14,51	1.475.268,53	44,30	1.854.821,47
RECEITA PATRIMONIAL	2.401.227,20	2.401.227,20	878.273,79	36,58	2.788.946,83	116,15	(387.719,63)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	433.400,00	433.400,00	15.466,68	3,57	38.633,65	8,91	394.766,35
Valores Mobiliários	1.967.827,20	1.967.827,20	862.807,11	43,85	2.750.313,18	139,76	(782.485,98)
RECEITA DE SERVIÇOS	2.361.800,00	2.361.800,00	554.314,77	23,47	1.605.051,70	67,96	756.748,30
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.361.800,00	2.361.800,00	554.314,77	23,47	1.605.051,70	67,96	756.748,30
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	137.141.743,30	137.141.743,30	22.274.629,86	16,24	61.096.196,46	44,55	76.045.546,84
Transferências da União e de suas Entidades	69.926.825,00	69.926.825,00	13.848.477,74	19,80	32.801.280,79	46,91	37.125.544,21
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	43.291.783,90	43.291.783,90	5.072.058,65	11,72	18.088.809,36	41,78	25.202.974,54
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-	3.190,50	-	(3.190,50)
Transferências de Instituições Privadas	50.000,00	50.000,00	-	-	-	-	50.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	23.578.774,40	23.578.774,40	3.354.093,47	14,23	10.202.755,81	43,27	13.376.018,59
Outras Transferências	294.360,00	294.360,00	-	-	160,00	0,05	294.200,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	33.279.402,45	33.279.402,45	48.359,10	0,15	359.776,21	1,08	32.919.626,24
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	473.513,50	473.513,50	5.416,34	1,14	29.612,21	6,25	443.901,29
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	194.000,00	194.000,00	901,24	0,46	72.528,31	37,39	121.471,69
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	40.000,00	40.000,00	-	-	-	-	40.000,00
Demais Receitas Correntes	32.571.888,95	32.571.888,95	42.041,52	0,13	257.635,69	0,79	32.314.253,26
RECEITAS DE CAPITAL	13.359.067,65	13.359.067,65	23.854.943,61	178,57	31.548.610,16	236,16	(18.189.542,51)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	4.422.690,45	-	7.820.290,42	-	(7.820.290,42)
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	4.422.690,45	-	7.820.290,42	-	(7.820.290,42)
ALIENAÇÃO DE BENS	3.931.567,40	3.931.567,40	148.255,67	3,77	391.166,82	9,95	3.540.400,58
Alienação de Bens Móveis	1.300.336,00	1.300.336,00	71.001,00	5,46	139.079,00	10,70	1.161.257,00
Alienação de Bens Imóveis	2.631.231,40	2.631.231,40	77.254,67	2,94	252.087,82	9,58	2.379.143,58
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.427.500,25	9.427.500,25	19.283.997,49	204,55	23.337.152,92	247,54	(13.909.652,67)
Transferências da União e de suas Entidades	113.350,00	113.350,00	1.095.591,16	966,56	1.272.991,46	1.123,06	(1.159.641,46)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	9.314.150,25	9.314.150,25	18.188.406,33	195,28	22.064.161,46	236,89	(12.750.011,21)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	221.582.072,00	221.582.072,00	53.252.345,33	24,03	114.815.515,30	51,82	106.766.556,70
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	221.582.072,00	221.582.072,00	53.252.345,33	24,03	114.815.515,30	51,82	106.766.556,70
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-

RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	221.582.072,00	221.582.072,00	53.252.345,33	24,03	114.815.515,30	51,82	-

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	24.789.665,65	-	-	24.789.665,65	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	24.789.665,65	-	-	24.789.665,65	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	221.511.487,80	317.759.173,02	60.754.652,20	149.673.441,16	168.085.731,86	41.416.504,78	82.955.507,54	234.803.665,48	81.518.985,64	-
DESPESAS CORRENTES	185.061.774,06	200.471.113,84	27.161.778,48	72.444.551,30	128.026.562,54	24.501.162,63	63.505.482,39	136.965.631,45	62.535.419,42	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	77.828.657,36	79.237.087,17	11.055.845,20	29.339.229,41	49.897.857,76	11.055.845,20	29.291.142,51	49.945.944,66	28.596.078,69	-
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	2.000.000,00	2.000.000,00	251.279,35	614.594,84	1.385.405,16	251.279,35	614.594,84	1.385.405,16	614.594,84	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	105.233.116,70	119.234.026,67	15.854.653,93	42.490.727,05	76.743.299,62	13.194.038,08	33.599.745,04	85.634.281,63	33.324.745,89	-
DESPESAS DE CAPITAL	33.969.713,74	114.808.059,18	33.592.873,72	77.228.889,86	37.579.169,32	16.915.342,15	19.450.025,15	95.358.034,03	18.983.566,22	-
INVESTIMENTOS	31.169.713,74	112.008.059,18	33.162.199,63	76.209.560,57	35.798.498,61	16.484.668,06	18.430.695,86	93.577.363,32	17.964.236,93	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.800.000,00	2.800.000,00	430.674,09	1.019.329,29	1.780.670,71	430.674,09	1.019.329,29	1.780.670,71	1.019.329,29	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.480.000,00	2.480.000,00	-	-	2.480.000,00	-	-	2.480.000,00	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	70.584,20	70.584,20	10.354,77	25.907,04	44.677,16	10.354,77	25.907,04	44.677,16	23.740,97	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	221.582.072,00	317.829.757,22	60.765.006,97	149.699.348,20	168.130.409,02	41.426.859,55	82.981.414,58	234.848.342,64	81.542.726,61	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	221.582.072,00	317.829.757,22	60.765.006,97	149.699.348,20	168.130.409,02	41.426.859,55	82.981.414,58	234.848.342,64	81.542.726,61	-
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	31.834.100,72	-	33.272.788,69	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	221.582.072,00	317.829.757,22	60.765.006,97	149.699.348,20	-	41.426.859,55	114.815.515,30	234.848.342,64	114.815.515,30	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	

DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	70.584,20	70.584,20	10.354,77	25.907,04	44.677,16	10.354,77	25.907,04	44.677,16	23.740,97	-
DESPESAS CORRENTES	70.584,20	70.584,20	10.354,77	25.907,04	44.677,16	10.354,77	25.907,04	44.677,16	23.740,97	-

DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	70.584,20	70.584,20	10.354,77	25.907,04	44.677,16	10.354,77	25.907,04	44.677,16	23.740,97	-
1 O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.										
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 07/Jul/2026, 10h e 03m.										

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:7A1AD5D0

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO 2 - DESPESA FUNCAO-SUBFUNCAO

Municipio de Coronel Vivida - PR											
Relatório Resumido de Execução Orçamentária											
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção											
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social											
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho											
RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')											R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS(EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)(I)	**221.511.487,80**	**317.759.173,02**	**60.754.652,20**	**149.673.441,16**	**99,98**	**168.085.731,86**	**41.416.504,78**	**82.955.507,54**	**99,97**	**234.803.665,48**
Legislativa	3.817.314,00	3.817.314,00	371.773,72	1.032.538,58	0,69	2.784.775,42	371.773,72	1.032.538,58	1,24	2.784.775,42

Ação Legislativa	3.817.314,00	3.817.314,00	371.773,72	1.032.538,58	0,69	2.784.775,42	371.773,72	1.032.538,58	1,24	2.784.775,42
Administração	13.063.446,60	13.678.332,49	1.728.343,77	5.240.889,45	3,50	8.437.443,04	2.171.527,97	4.783.464,55	5,76	8.894.867,94
Administração Geral	8.753.165,60	9.359.690,60	1.160.501,63	3.718.239,29	2,48	5.641.451,31	1.571.335,16	3.333.264,00	4,02	6.026.426,60
Administração Financeira	3.989.399,20	3.997.760,09	542.120,12	1.446.661,46	0,97	2.551.098,63	574.470,79	1.374.211,85	1,66	2.623.548,24
Controle Interno	320.881,80	320.881,80	25.722,02	75.988,70	0,05	244.893,10	25.722,02	75.988,70	0,09	244.893,10
Segurança Pública	444.881,80	444.881,80	11.495,63	41.080,05	0,03	403.801,75	11.402,71	34.137,26	0,04	410.744,54
Defesa Civil	444.881,80	444.881,80	11.495,63	41.080,05	0,03	403.801,75	11.402,71	34.137,26	0,04	410.744,54
Assistência Social	19.602.592,84	23.145.009,74	1.606.162,48	12.924.075,47	8,63	10.220.934,27	1.576.023,27	4.664.940,86	5,62	18.480.068,88
Administração Geral	2.874.335,90	2.913.173,67	189.689,26	524.941,34	0,35	2.388.232,33	184.398,48	506.584,12	0,61	2.406.589,55
Assistência à Pessoa Idosa	8.048.136,04	8.739.536,05	51.825,95	7.611.573,77	5,08	1.127.962,28	586.366,19	2.120.742,01	2,56	6.618.794,04
Assistência à Pessoa com Deficiência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	3.030.120,60	4.181.328,86	45.000,00	2.122.299,94	1,42	2.059.028,92	88.135,89	105.299,94	0,13	4.076.028,92
Assistência Comunitária	5.515.000,30	7.180.971,16	1.319.647,27	2.665.260,42	1,78	4.515.710,74	717.122,71	1.932.314,79	2,33	5.248.656,37
Serviços Socioassistenciais	125.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Saúde	66.237.736,40	74.505.004,23	8.963.379,14	24.214.257,48	16,18	50.290.746,75	8.618.901,50	21.209.869,39	25,56	53.295.134,84
Administração Geral	700.000,00	744.252,49	92.902,29	277.504,87	0,19	466.747,62	92.902,29	277.504,87	0,33	466.747,62
Tecnologia da Informação	100.000,00	143.357,30	0,00	0,00	0,00	143.357,30	0,00	0,00	0,00	143.357,30
Atenção Básica	30.386.391,90	34.336.754,74	3.682.363,46	11.151.343,98	7,45	23.185.410,76	3.478.050,11	10.716.822,96	12,91	23.619.931,78
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	32.555.168,80	36.227.140,12	5.105.301,11	12.574.562,52	8,40	23.652.577,60	4.945.100,92	10.028.884,51	12,09	26.198.255,61
Suporte Profilático e Terapêutico	455.000,00	716.569,09	8.149,36	19.903,33	0,01	696.665,76	16.360,83	16.443,80	0,02	700.125,29
Vigilância Sanitária	1.288.793,60	1.577.891,39	43.132,12	111.548,66	0,07	1.466.342,73	54.956,55	105.880,38	0,13	1.472.011,01
Vigilância Epidemiológica	752.382,10	759.039,10	31.530,80	79.394,12	0,05	679.644,98	31.530,80	64.332,87	0,08	694.706,23
Educação	57.507.580,10	58.953.672,30	9.459.612,32	22.903.511,29	15,30	36.050.161,01	7.907.876,95	20.033.766,64	24,14	38.919.905,66
Administração Geral	1.000.000,00	1.000.000,00	155.082,77	462.852,48	0,31	537.147,52	155.082,77	462.852,48	0,56	537.147,52
Alimentação e Nutrição	2.543.120,00	2.543.120,00	314.489,86	1.045.830,34	0,70	1.497.289,66	390.220,24	753.389,14	0,91	1.789.730,86
Ensino Fundamental	34.645.913,70	36.551.900,56	5.824.574,90	14.529.479,82	9,71	22.022.420,74	5.004.348,72	13.071.963,85	15,75	23.479.936,71
Ensino Profissional	552.000,00	552.000,00	0,00	18.195,08	0,01	533.804,92	0,00	5.312,17	0,01	546.687,83
Ensino Superior	3.268.642,00	2.393.642,00	352.127,73	815.848,30	0,54	1.577.793,70	339.291,81	693.163,90	0,84	1.700.478,10
Educação Infantil	13.530.339,20	13.945.444,54	2.006.201,56	5.172.236,50	3,46	8.773.208,04	1.822.241,79	4.798.460,21	5,78	9.146.984,33
Educação Especial	1.967.565,20	1.967.565,20	807.135,50	859.068,77	0,57	1.108.496,43	196.691,62	248.624,89	0,30	1.718.940,31
Cultura	2.834.892,96	3.334.892,96	37.987,06	168.624,09	0,11	3.166.268,87	34.027,24	155.375,88	0,19	3.179.517,08
Administração Geral	10.000,00	10.000,00	664,38	1.968,76	0,00	8.031,24	664,38	1.968,76	0,00	8.031,24
Difusão Cultural	2.824.892,96	3.324.892,96	37.322,68	166.655,33	0,11	3.158.237,63	33.362,86	153.407,12	0,18	3.171.485,84
Urbanismo	15.356.473,10	16.106.336,67	1.520.613,76	4.396.224,24	2,94	11.710.112,43	1.397.345,88	3.997.572,61	4,82	12.108.764,06
Administração Geral	1.915.000,00	1.915.000,00	165.613,16	470.532,87	0,31	1.444.467,13	175.793,39	469.146,76	0,57	1.445.853,24
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
Infra-estrutura Urbana	1.176.436,00	1.176.436,00	16.788,00	67.219,77	0,04	1.109.216,23	17.070,00	65.531,77	0,08	1.110.904,23
Serviços Urbanos	8.218.668,60	8.968.272,11	1.092.589,80	3.225.081,27	2,15	5.743.190,84	1.047.674,29	3.011.143,35	3,63	5.957.128,76
Habitação Urbana	525.000,00	525.000,00	0,00	0,00	0,00	525.000,00	0,00	0,00	0,00	525.000,00
Energia Elétrica	3.521.368,50	3.521.628,56	245.622,80	633.390,33	0,42	2.888.238,23	156.808,20	451.750,73	0,54	3.069.877,83
Habitação	910.000,00	3.910.000,00	10.887,96	94.952,40	0,06	3.815.047,60	10.887,96	31.952,40	0,04	3.878.047,60
Habitação Urbana	910.000,00	3.910.000,00	10.887,96	94.952,40	0,06	3.815.047,60	10.887,96	31.952,40	0,04	3.878.047,60
Saneamento	450.519,40	450.519,40	0,00	8.400,00	0,01	442.119,40	1.400,00	3.500,00	0,00	447.019,40
Saneamento Básico Urbano	450.519,40	450.519,40	0,00	8.400,00	0,01	442.119,40	1.400,00	3.500,00	0,00	447.019,40
Gestão Ambiental	3.256.142,00	13.754.050,66	244.737,23	10.826.752,70	7,23	2.927.297,96	4.686.303,19	5.280.470,94	6,36	8.473.579,72
Administração Geral	25.000,00	25.000,00	2.574,47	7.631,99	0,01	17.368,01	2.574,47	7.631,99	0,01	17.368,01
Preservação e Conservação Ambiental	2.524.755,00	12.951.663,66	229.707,67	10.797.263,94	7,21	2.154.399,72	4.680.978,13	5.263.136,68	6,34	7.688.526,98
Recursos Hídricos	706.387,00	777.387,00	12.455,09	21.856,77	0,01	755.530,23	2.750,59	9.702,27	0,01	767.684,73
Agricultura	4.665.860,30	12.381.568,40	379.936,21	3.873.161,52	2,59	8.508.406,88	1.010.736,01	1.328.020,15	1,60	11.053.548,25
Administração Geral	40.000,00	40.000,00	3.737,10	10.985,09	0,01	29.014,91	3.737,10	10.985,09	0,01	29.014,91
Extensão Rural	3.867.146,30	11.582.854,40	340.265,21	3.771.579,76	2,52	7.811.274,64	978.776,01	1.249.734,89	1,51	10.333.119,51
Promoção da Produção Agropecuária	758.714,00	758.714,00	35.933,90	90.596,67	0,06	668.117,33	28.222,90	67.300,17	0,08	691.413,83
Indústria	2.373.508,20	2.473.508,20	237.859,14	748.019,12	0,50	1.725.489,08	264.553,23	638.329,86	0,77	1.835.178,34
Administração Geral	30.000,00	30.000,00	4.650,66	13.461,32	0,01	16.538,68	4.650,66	13.461,32	0,02	16.538,68
Promoção Industrial	2.343.508,20	2.443.508,20	233.208,48	734.557,80	0,49	1.708.950,40	259.902,57	624.868,54	0,75	1.818.639,66
Comércio e Serviços	637.857,30	1.967.589,48	48.726,69	192.994,05	0,13	1.774.595,43	14.689,27	148.055,35	0,18	1.819.534,13
Administração Geral	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Turismo	632.857,30	1.962.589,48	48.726,69	192.994,05	0,13	1.769.595,43	14.689,27	148.055,35	0,18	1.814.534,13
Transporte	15.970.573,90	74.106.332,38	34.369.421,83	58.317.116,57	38,96	15.789.215,81	11.483.835,55	15.298.827,16	18,44	58.807.505,22
Administração Geral	140.000,00	140.000,00	15.862,06	46.245,36	0,03	93.754,64	15.862,06	46.245,36	0,06	93.754,64

Infra-estrutura Urbana	4.607.057,50	30.264.695,43	25.612.683,97	26.220.898,95	17,52	4.043.796,48	5.647.271,19	5.814.567,16	7,01	24.450.128,27
Transporte Rodoviário	11.223.516,40	43.701.636,95	8.740.875,80	32.049.972,26	21,41	11.651.664,69	5.820.702,30	9.438.014,64	11,37	34.263.622,31
Desporto e Lazer	3.311.263,90	3.659.315,31	452.683,49	1.196.134,48	0,80	2.463.180,83	554.188,56	919.976,24	1,11	2.739.339,07
Administração Geral	12.000,00	12.000,00	1.328,76	3.937,52	0,00	8.062,48	1.328,76	3.937,52	0,00	8.062,48
Desporto Comunitário	3.299.263,90	3.647.315,31	451.354,73	1.192.196,96	0,80	2.455.118,35	552.859,80	916.038,72	1,10	2.731.276,59
Encargos Especiais	8.590.845,00	8.590.845,00	1.311.031,77	3.494.709,67	2,33	5.096.135,33	1.301.031,77	3.394.709,67	4,09	5.196.135,33
Serviço da Dívida Interna	4.800.000,00	4.800.000,00	681.953,44	1.633.924,13	1,09	3.166.075,87	681.953,44	1.633.924,13	1,97	3.166.075,87
Outros Encargos Especiais	3.790.845,00	3.790.845,00	629.078,33	1.860.785,54	1,24	1.930.059,46	619.078,33	1.760.785,54	2,12	2.030.059,46
Reservas	2.480.000,00	2.480.000,00	0,00	0,00	0,00	2.480.000,00	0,00	0,00	0,00	2.480.000,00
Reserva de Contingência	2.480.000,00	2.480.000,00	0,00	0,00	0,00	2.480.000,00	0,00	0,00	0,00	2.480.000,00
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	70.584,20	70.584,20	10.354,77	25.907,04	0,02	44.677,16	10.354,77	25.907,04	0,03	44.677,16
TOTAL (III)=(I+II)	**221.582.072,00**	**317.829.757,22**	**60.765.006,97**	**149.699.348,20**	**100**	**168.130.409,02**	**41.426.859,55**	**82.981.414,58**	**100**	**234.848.342,64**

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS(INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	70.584,20	70.584,20	10.354,77	25.907,04	0,02	44.677,16	10.354,77	25.907,04	0,03	44.677,16
Administração	37.351,50	37.351,50	6.498,21	14.916,88	0,01	22.434,62	6.498,21	14.916,88	0,02	22.434,62
Administração Geral	37.351,50	37.351,50	6.498,21	14.916,88	0,01	22.434,62	6.498,21	14.916,88	0,02	22.434,62
Saúde	7.351,50	7.351,50	0,00	0,00	0,00	7.351,50	0,00	0,00	0,00	7.351,50
Atenção Básica	7.351,50	7.351,50	0,00	0,00	0,00	7.351,50	0,00	0,00	0,00	7.351,50
Educação	5.881,20	5.881,20	0,00	0,00	0,00	5.881,20	0,00	0,00	0,00	5.881,20
Ensino Fundamental	5.881,20	5.881,20	0,00	0,00	0,00	5.881,20	0,00	0,00	0,00	5.881,20
Agricultura	20.000,00	20.000,00	3.856,56	10.990,16	0,01	9.009,84	3.856,56	10.990,16	0,01	9.009,84
Extensão Rural	20.000,00	20.000,00	3.856,56	10.990,16	0,01	9.009,84	3.856,56	10.990,16	0,01	9.009,84
TOTAL	70.584,20	70.584,20	10.354,77	25.907,04	0,02	44.677,16	10.354,77	25.907,04	0,03	44.677,16

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:AFE620E4

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO 7 - RESTOS A PAGAR

Municipio de Coronel Vivida - PR												
Relatório Resumido da Execução Orçamentária												
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão												
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social												
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art.53, inciso V)												R$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e=(a+b)-(c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k=(f+g)-(i+j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMEN	18.831,83	1.252.113,71	1.240.113,71	-	30.831,83	10.635.029,52	32.265.051,42	16.668.013,51	16.668.013,51	107.163,25	26.124.904,18	26.155.736,01
PODER EXECUTIVO	18.831,83	1.252.113,71	1.240.113,71	-	30.831,83	10.635.029,52	32.265.051,42	16.668.013,51	16.668.013,51	107.163,25	26.124.904,18	26.155.736,01
PODER LEGISLATIVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL VIVID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I+II)	18.831,83	1.252.113,71	1.240.113,71	-	30.831,83	10.635.029,52	32.265.051,42	16.668.013,51	16.668.013,51	107.163,25	26.124.904,18	26.155.736,01

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:B9D13278

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO V - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

Municipio de Coronel Vivida - PR - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Janeiro a Junho 2026

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)[1] (g) = (a – (b + c + d + e) - f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		Pagos De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**29.897.737,84**	**192.532,37**	-	**1.118.176,05**	**(1.617.174,65)**	-	**30.204.204,07**	-	-	**30.204.204,07**
Recursos Não Vinculados de Impostos	28.499.298,11	192.532,37	-	1.102.196,05	(1.617.174,65)	-	28.821.744,34	-	-	28.821.744,34
Outros Recursos não Vinculados	1.398.439,73	-	-	15.980,00	-	-	1.382.459,73	-	-	1.382.459,73
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	**31.249.067,02**	**(161.700,54)**	-	**25.006.728,13**	**2.701.669,05**	-	**3.702.370,38**	-	-	**3.702.370,38**
Recursos Vinculados à Educação	**(1.258.117,13)**	-	-	**640.170,53**	**(2.111.310,51)**	-	**213.022,85**	-	-	**213.022,85**
Transferências do FUNDEB	(2.090.047,60)	-	-	-	(2.111.310,51)	-	21.262,91	-	-	21.262,91
Outros Recursos Vinculados à Educação	831.930,47	-	-	640.170,53	-	-	191.759,94	-	-	191.759,94
Recursos Vinculados à Saúde	**10.155.599,01**	**292,00**	-	**(9.633,34)**	**(320.598,58)**	-	**10.485.538,93**	-	-	**10.485.538,93**
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	7.068.863,34	292,00	-	5.170,22	(320.598,58)	-	7.383.999,70	-	-	7.383.999,70
Outros Recursos Vinculados à Saúde	3.086.735,67	-	-	(14.803,56)	-	-	3.101.539,23	-	-	3.101.539,23
Recursos Vinculados à Assistência Social	**2.491.882,80**	-	-	-	-	-	**2.491.882,80**	-	-	**2.491.882,80**
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	**16.259.563,74**	-	-	**18.193.144,28**	-	-	**(1.933.580,54)**	-	-	**(1.933.580,54)**
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	12.353.397,81	-	-	18.486.724,11	-	-	(6.133.326,30)	-	-	(6.133.326,30)
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	3.906.165,93	-	-	(293.579,83)	-	-	4.199.745,76	-	-	4.199.745,76
Demais Vinculações Legais	**9.780.011,28**	-	-	**6.183.046,66**	**(81.853,61)**	-	**3.678.818,23**	-	-	**3.678.818,23**
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	1.723.822,01	-	-	3.481.349,94	-	-	(1.757.527,93)	-	-	(1.757.527,93)
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	2.531.616,09	-	-	1.632.472,84	-	-	899.143,25	-	-	899.143,25
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)	759.574,47	-	-	-	-	-	759.574,47	-	-	759.574,47
Outras Vinculações Legais	4.764.998,71	-	-	1.069.223,88	(81.853,61)	-	3.777.628,44	-	-	3.777.628,44
Recursos Extraorçamentários	**(6.032.002,75)**	**(161.992,54)**	-	-	**5.215.431,75**	-	**(11.085.441,96)**	-	-	**(11.085.441,96)**
Outras Vinculações	**(147.869,93)**	-	-	-	-	-	**(147.869,93)**	-	-	**(147.869,93)**
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)[2]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**61.146.804,86**	**30.831,83**	-	**26.124.904,18**	**1.084.494,40**	-	**33.906.574,45**	-	-	**33.906.574,45**

1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

2. Nessa linha não devem ser informados os investimentos destinados à acumulação para pagamentos futuros.

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:81EFA56E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

CONSÓRCIO PÚBLICO DOS MUNICÍPIOS DO PROCAXIAS - COMPRO
DESPESAS FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

CONSORCIO PUBLICO DOS MUNICIPIOS DO PROCAXIAS										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
MAIO A JUNHO DE 2026										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	1.186.000,00	1.186.000,00	9.864,75	67.125,92	100,00	1.118.874,08	9.864,75	67.125,92	100,00	1.118.874,08
ADMINISTRAÇÃO	1.028.000,00	1.028.000,00	9.864,75	65.325,92	97,32	962.674,08	9.864,75	65.325,92	97,32	962.674,08
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.028.000,00	1.028.000,00	9.864,75	65.325,92	97,32	962.674,08	9.864,75	65.325,92	97,32	962.674,08
TRANSPORTE	150.000,00	150.000,00	0,00	1.800,00	2,68	148.200,00	0,00	1.800,00	2,68	148.200,00
TRANSPORTE AÉREO	150.000,00	150.000,00	0,00	1.800,00	2,68	148.200,00	0,00	1.800,00	2,68	148.200,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL III = (I + II)	1.186.000,00	1.186.000,00	9.864,75	67.125,92	100,00	1.118.874,08	9.864,75	67.125,92	100,00	1.118.874,08
Entidades:										
Consorcio Publico dos Municipios do Procaxias										

Publicado por:
Dirlei Luci Lermen Obergen
Código Identificador:60F2FAA0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
RELATORIO RRE E RGF 3 BIM E 1 SM 2026

MUNICIPIO DE GOIOXIM							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
MAIO A JUNHO DE 2026							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	50.000.000,00	82.499.733,14	15.432.802,99	18,71	33.184.042,87	40,22	49.315.690,27
RECEITAS CORRENTES	43.125.000,00	44.781.768,29	12.970.052,30	28,96	28.948.722,90	64,64	15.833.045,39
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.500.000,00	2.500.000,00	2.354.627,63	94,19	3.208.301,93	128,33	(708.301,93)
IMPOSTOS	2.335.200,00	2.335.200,00	2.240.248,54	95,93	3.035.848,51	130,00	(700.648,51)
TAXAS	164.800,00	164.800,00	114.379,09	69,40	172.453,42	104,64	(7.653,42)
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	200.000,00	200.000,00	33.723,63	16,86	105.036,92	52,52	94.963,08
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE	200.000,00	200.000,00	33.723,63	16,86	105.036,92	52,52	94.963,08
RECEITA PATRIMONIAL	300.000,00	321.097,79	166.243,39	51,77	451.415,72	140,59	(130.317,93)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
VALORES MOBILIÁRIOS	290.000,00	311.097,79	166.243,39	53,44	451.415,72	145,10	(140.317,93)
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	55.000,00	140.000,00	33.694,70	24,07	36.976,05	26,41	103.023,95
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS	55.000,00	55.000,00	69,44	0,13	250,88	0,46	54.749,12
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	85.000,00	33.625,26	39,56	36.725,17	43,21	48.274,83
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	40.000.000,00	41.550.670,50	10.373.657,93	24,97	25.075.048,75	60,35	16.475.621,75
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	20.729.050,00	21.848.435,12	6.436.617,62	29,46	14.087.457,48	64,48	7.760.977,64
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	13.540.950,00	13.972.235,38	2.831.228,95	20,26	7.653.230,93	54,77	6.319.004,45
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	5.730.000,00	5.730.000,00	1.105.811,36	19,30	3.334.360,34	58,19	2.395.639,66
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	70.000,00	70.000,00	8.105,02	11,58	71.943,53	102,78	(1.943,53)
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E	20.000,00	20.000,00	7.857,02	39,29	69.028,85	345,14	(49.028,85)
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	50.000,00	50.000,00	248,00	0,50	2.914,68	5,83	47.085,32
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	6.875.000,00	37.717.964,85	2.462.750,69	6,53	4.235.319,97	11,23	33.482.644,88
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.700.000,00	4.700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.700.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	4.700.000,00	4.700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.700.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	80.000,00	40,00	120.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	80.000,00	40,00	120.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.975.000,00	32.817.964,85	2.462.750,69	7,50	4.155.319,97	12,66	28.662.644,88
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	1.119.000,00	6.382.935,96	917.817,07	14,38	1.895.334,65	29,69	4.487.601,31
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	856.000,00	26.435.028,89	1.544.933,62	5,84	2.259.985,32	8,55	24.175.043,57
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE GOIOXIM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO A JUNHO DE 2026

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	50.000.000,00	82.499.733,14	15.432.802,99	18,71	33.184.042,87	40,22	49.315.690,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	50.000.000,00	82.499.733,14	15.432.802,99	18,71	33.184.042,87	40,22	49.315.690,27
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	50.000.000,00	82.499.733,14	15.432.802,99	18,71	33.184.042,87	40,22	49.315.690,27
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	2.651.100,68	0,00	0,00	2.651.100,68	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	2.651.100,68	0,00	0,00	2.651.100,68	100,00	0,00
EDER DOS SANTOS	***JOCELIO KORDIAKI***				***NELSON FERREIRA DE SOUZA***		
Prefeito Municipal	Contador				Controle Interno		
Entidades:							
MUNICIPIO DE GOIOXIM							

MUNICIPIO DE GOIOXIM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO A JUNHO DE 2026

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	50.000.000,00	85.030.197,03	31.247.805,27	49.528.244,54	35.501.952,49	10.715.944,56	26.410.246,32	58.619.950,71	23.957.742,17
DESPESAS CORRENTES	41.445.600,20	44.163.196,47	7.702.955,19	23.573.467,57	20.589.728,90	8.008.257,87	23.200.428,28	20.962.768,19	21.017.079,06
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.845.000,00	23.845.000,00	3.925.586,11	11.571.905,56	12.273.094,44	3.925.586,11	11.571.905,56	12.273.094,44	9.619.340,65
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	220.000,00	220.000,00	28.701,94	92.104,20	127.895,80	28.701,94	92.104,20	127.895,80	92.104,20
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.380.600,20	20.098.196,47	3.748.667,14	11.909.457,81	8.188.738,66	4.053.969,82	11.536.418,52	8.561.777,95	11.305.634,21
DESPESAS DE CAPITAL	8.233.099,80	40.545.700,56	23.544.850,08	25.954.776,97	14.590.923,59	2.707.686,69	3.209.818,04	37.335.882,52	2.940.663,11
INVESTIMENTOS	7.765.099,80	40.077.700,56	23.460.054,05	25.702.101,93	14.375.598,63	2.622.890,66	2.957.143,00	37.120.557,56	2.687.988,07
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	468.000,00	468.000,00	84.796,03	252.675,04	215.324,96	84.796,03	252.675,04	215.324,96	252.675,04
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	321.300,00	321.300,00	0,00	0,00	321.300,00	0,00	0,00	321.300,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	50.000.000,00	85.030.197,03	31.247.805,27	49.528.244,54	35.501.952,49	10.715.944,56	26.410.246,32	58.619.950,71	23.957.742,17
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	50.000.000,00	85.030.197,03	31.247.805,27	49.528.244,54	35.501.952,49	10.715.944,56	26.410.246,32	58.619.950,71	23.957.742,17
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.716.858,43	6.773.796,55	(6.773.796,55)	9.226.300,70
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	50.000.000,00	85.030.197,03	31.247.805,27	49.528.244,54	35.501.952,49	15.432.802,99	33.184.042,87	51.846.154,16	33.184.042,87
EDER DOS SANTOS			***JOCELIO KORDIAKI***		***NELSON FERREIRA DE SOUZA***				
Prefeito Municipal			Contador		Controle Interno				
Entidades:									
MUNICIPIO DE GOIOXIM									

MUNICIPIO DE GOIOXIM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO A JUNHO DE 2026
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	50.000.000,00	85.030.197,03	31.247.805,27	49.528.244,54	100,00	35.501.952,49	10.715.944,56	26.410.246,32	100,00	58.619.950,71
LEGISLATIVA	2.800.000,00	2.800.000,00	0,00	0,00	0,00	2.800.000,00	0,00	0,00	0,00	2.800.000,00
AÇÃO LEGISLATIVA	2.800.000,00	2.800.000,00	0,00	0,00	0,00	2.800.000,00	0,00	0,00	0,00	2.800.000,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	316.710,00	316.710,00	67.873,14	195.159,30	0,39	121.550,70	67.873,14	195.159,30	0,74	121.550,70
DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO	316.710,00	316.710,00	67.873,14	195.159,30	0,39	121.550,70	67.873,14	195.159,30	0,74	121.550,70
ADMINISTRAÇÃO	5.340.900,00	5.360.900,00	826.427,51	2.879.262,72	5,81	2.481.637,28	878.290,84	2.847.806,42	10,78	2.513.093,58
ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.575.000,00	3.575.000,00	547.129,76	1.895.909,67	3,83	1.679.090,33	564.232,05	1.881.672,69	7,12	1.693.327,31
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.715.900,00	1.735.900,00	273.178,21	975.960,21	1,97	759.939,79	307.909,41	958.740,89	3,63	777.159,11
TURISMO	50.000,00	50.000,00	6.119,54	7.392,84	0,01	42.607,16	6.149,38	7.392,84	0,03	42.607,16
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.849.770,00	5.194.551,71	2.058.179,29	2.974.154,49	6,00	2.220.397,22	426.583,69	1.200.100,97	4,54	3.994.450,74
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	500,00	463.835,52	0,00	0,00	0,00	463.835,52	0,00	0,00	0,00	463.835,52
ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	0,00	20.701,59	0,00	0,00	0,00	20.701,59	0,00	0,00	0,00	20.701,59
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	611.770,00	1.152.319,32	153.745,65	518.253,98	1,05	634.065,34	123.427,02	365.467,02	1,38	786.852,30
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.237.500,00	3.397.695,28	1.804.463,64	2.355.930,51	4,76	1.041.764,77	303.156,67	834.633,95	3,16	2.563.061,33
SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	0,00	160.000,00	99.970,00	99.970,00	0,20	60.030,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00
SAÚDE	10.098.000,00	12.846.090,25	2.867.933,86	7.286.059,02	14,71	5.560.031,23	2.367.374,47	6.553.746,80	24,82	6.292.343,45
ATENÇÃO BÁSICA	9.484.050,00	12.070.840,36	2.857.480,95	6.963.224,78	14,06	5.107.615,58	2.306.298,85	6.313.969,64	23,91	5.756.870,72
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	106.950,00	156.817,46	3.831,71	77.418,06	0,16	79.399,40	9.610,91	76.485,06	0,29	80.332,40
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	507.000,00	618.432,43	6.621,20	245.416,18	0,50	373.016,25	51.464,71	163.292,10	0,62	455.140,33
EDUCAÇÃO	11.934.000,00	12.216.766,85	2.337.544,29	6.388.630,25	12,90	5.828.136,60	2.381.741,13	6.357.511,73	24,07	5.859.255,12
ENSINO FUNDAMENTAL	6.328.500,00	6.611.266,85	1.131.447,48	3.316.842,01	6,70	3.294.424,84	1.131.447,48	3.316.842,01	12,56	3.294.424,84
EDUCAÇÃO INFANTIL	5.305.500,00	5.305.500,00	1.164.110,61	2.861.778,55	5,78	2.443.721,45	1.208.307,45	2.830.660,03	10,72	2.474.839,97
EDUCAÇÃO ESPECIAL	300.000,00	300.000,00	41.986,20	210.009,69	0,42	89.990,31	41.986,20	210.009,69	0,80	89.990,31
CULTURA	390.000,00	490.900,00	82.535,59	259.225,47	0,52	231.674,53	84.535,59	259.225,47	0,98	231.674,53
DIFUSÃO CULTURAL	390.000,00	390.000,00	82.535,59	158.452,70	0,32	231.547,30	84.535,59	158.452,70	0,60	231.547,30
TURISMO	0,00	100.900,00	0,00	100.772,77	0,20	127,23	0,00	100.772,77	0,38	127,23
DIREITOS DA CIDADANIA	229.500,00	229.500,00	17.627,69	82.651,08	0,17	146.848,92	17.627,69	82.651,08	0,31	146.848,92
SEGURANÇA DE RENDA	229.500,00	229.500,00	17.627,69	82.651,08	0,17	146.848,92	17.627,69	82.651,08	0,31	146.848,92
URBANISMO	7.705.520,00	7.991.453,33	793.298,45	2.479.420,10	5,01	5.512.033,23	1.052.691,02	2.440.882,43	9,24	5.550.570,90
INFRA-ESTRUTURA URBANA	3.308.300,00	3.594.233,33	485.715,21	1.649.542,43	3,33	1.944.690,90	745.067,97	1.611.455,19	6,10	1.982.778,14
SERVIÇOS URBANOS	4.092.720,00	4.092.720,00	212.741,29	608.216,13	1,23	3.484.503,87	212.741,29	608.216,13	2,30	3.484.503,87
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	100.000,00	100.000,00	37.530,42	96.878,33	0,20	3.121,67	37.530,42	96.878,33	0,37	3.121,67
ENERGIA ELÉTRICA	204.500,00	204.500,00	57.311,53	124.783,21	0,25	79.716,79	57.351,34	124.332,78	0,47	80.167,22
HABITAÇÃO	0,00	3.684.602,63	0,00	0,00	0,00	3.684.602,63	0,00	0,00	0,00	3.684.602,63
HABITAÇÃO URBANA	0,00	3.684.602,63	0,00	0,00	0,00	3.684.602,63	0,00	0,00	0,00	3.684.602,63
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	85.000,00	31.425,24	31.425,24	0,06	53.574,76	31.425,24	31.425,24	0,12	53.574,76

MUNICIPIO DE GOIOXIM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO A JUNHO DE 2026
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	0,00	85.000,00	31.425,24	31.425,24	0,06	53.574,76	31.425,24	31.425,24	0,12	53.574,76
AGRICULTURA	4.911.300,00	28.073.617,60	21.104.522,76	23.958.774,79	48,37	4.114.842,81	2.725.839,92	4.124.483,46	15,62	23.949.134,14
ABASTECIMENTO	456.000,00	22.753.984,27	20.703.270,96	20.894.627,67	42,19	1.859.356,60	1.078.199,58	1.269.556,29	4,81	21.484.427,98
EXTENSÃO RURAL	4.455.300,00	5.319.633,33	401.251,80	3.064.147,12	6,19	2.255.486,21	1.647.640,34	2.854.927,17	10,81	2.464.706,16
TRANSPORTE	2.199.700,00	2.728.392,18	277.532,59	1.583.872,88	3,20	1.144.519,30	407.004,80	1.549.722,99	5,87	1.178.669,19
DEFESA CIVIL	0,00	325.247,15	94.382,89	219.470,67	0,44	105.776,48	94.382,89	219.470,67	0,83	105.776,48
INFRA-ESTRUTURA URBANA	0,00	156.500,00	0,00	122.294,00	0,25	34.206,00	122.294,00	122.294,00	0,46	34.206,00
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	2.199.700,00	2.246.645,03	183.149,70	1.242.108,21	2,51	1.004.536,82	190.327,91	1.207.958,32	4,57	1.038.686,71
DESPORTO E LAZER	760.000,00	1.547.112,48	625.375,38	733.707,52	1,48	813.404,96	76.575,38	184.907,52	0,70	1.362.204,96

INFRA-ESTRUTURA URBANA	0,00	787.112,48	548.800,00	548.800,00	1,11	238.312,48	0,00	0,00	0,00	787.112,48
DESPORTO COMUNITÁRIO	760.000,00	760.000,00	76.575,38	184.907,52	0,37	575.092,48	76.575,38	184.907,52	0,70	575.092,48
ENCARGOS ESPECIAIS	1.143.300,00	1.143.300,00	157.529,48	675.901,68	1,36	467.398,32	198.381,65	582.622,91	2,21	560.677,09
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	688.000,00	688.000,00	113.497,97	344.779,24	0,70	343.220,76	113.497,97	344.779,24	1,31	343.220,76
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	455.300,00	455.300,00	44.031,51	331.122,44	0,67	124.177,56	84.883,68	237.843,67	0,90	217.456,33
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	321.300,00	321.300,00	0,00	0,00	0,00	321.300,00	0,00	0,00	0,00	321.300,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	321.300,00	321.300,00	0,00	0,00	0,00	321.300,00	0,00	0,00	0,00	321.300,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL III = (I + II)	50.000.000,00	85.030.197,03	31.247.805,27	49.528.244,54	100,00	35.501.952,49	10.715.944,56	26.410.246,32	100,00	58.619.950,71
EDER DOS SANTOS			***JOCELIO KORDIAKI***		***NELSON FERREIRA DE SOUZA***					
Prefeito Municipal			Contador		Controle Interno					
Entidades:										
MUNICIPIO DE GOIOXIM										

MUNICIPIO DE GOIOXIM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO DE 2025 A JUNHO DE 2026

LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	Previsão atualiza 2026
	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026		
RECEITAS CORRENTES (I)	6.081.870,10	4.736.976,03	5.344.417,38	4.241.173,36	4.443.640,14	6.066.508,66	4.892.081,87	4.513.648,93	4.142.448,68	4.888.664,24	5.902.467,57	8.347.033,88	63.600.930,84	51.234.768,29
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	396.304,68	248.070,52	983.239,68	282.296,64	296.228,35	387.858,59	115.507,11	156.709,27	328.781,43	252.676,49	414.959,30	1.939.668,33	5.802.300,39	2.500.000,00
IPTU	74.155,83	8.721,82	7.683,32	4.101,38	665,70	2.129,15	660,29	949,46	1.984,24	1.487,97	32.226,95	134.490,67	269.256,78	230.000,00
ISS	55.550,05	51.609,33	46.631,83	64.328,43	57.345,04	42.841,62	31.564,70	23.398,21	40.304,59	67.672,02	35.410,57	44.121,78	560.778,17	371.900,00
ITBI	18.559,98	12.280,00	763.810,08	22.590,00	16.779,24	48.499,35	49.200,00	4.194,21	5.807,36	32.052,44	285.126,66	1.518.981,88	2.777.881,20	681.284,17
IRRF	169.688,44	160.274,58	150.254,29	175.888,29	208.071,30	280.124,72	19.732,65	113.462,67	265.139,93	137.989,23	37.917,43	151.972,60	1.870.516,13	1.052.015,83
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	78.350,38	15.184,79	14.860,16	15.388,54	13.367,07	14.263,75	14.349,47	14.704,72	15.545,31	13.474,83	24.277,69	90.101,40	323.868,11	164.800,00
Contribuições	15.259,27	15.297,65	14.607,59	15.863,90	16.210,56	14.844,34	18.284,85	17.620,49	15.882,45	19.525,50	17.618,13	16.105,50	197.120,23	200.000,00
Receita patrimonial	84.095,29	68.032,45	79.925,64	82.257,35	68.021,94	75.303,75	81.942,42	63.049,15	74.155,06	66.025,70	80.080,18	86.163,21	909.052,14	36.097,79
Rendimentos de Aplicação Financeira	84.095,29	68.032,45	79.925,64	82.257,35	68.021,94	75.303,75	81.942,42	63.049,15	74.155,06	66.025,70	80.080,18	86.163,21	909.052,14	26.097,79
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	50.031,54	63,35	32,09	31,54	5.497,14	0,00	83,35	50,10	2.335,64	812,26	32.704,40	990,30	92.631,71	140.000,00
Transferências correntes	5.534.038,67	4.405.512,06	4.264.615,08	3.860.057,26	4.046.143,71	5.490.965,37	4.675.993,74	4.273.958,30	3.720.229,97	4.489.381,93	5.356.585,56	6.296.521,52	56.414.003,17	48.288.670,50
Cota parte do FPM	1.944.488,42	1.498.336,02	1.901.447,24	1.275.233,87	1.733.476,08	2.791.542,42	1.771.935,36	2.227.853,55	1.349.100,18	1.588.434,41	1.922.509,94	2.025.539,87	22.029.897,36	19.115.165,12
Cota parte do ICMS	1.384.736,57	1.111.874,11	1.367.206,23	1.238.695,50	1.154.234,59	1.463.893,68	1.209.447,91	962.912,96	1.336.917,97	1.236.287,55	1.003.521,05	1.298.534,10	14.768.262,22	15.000.000,00
Cota parte do IPVA	27.571,94	35.722,43	25.787,31	15.396,49	22.319,23	24.289,63	278.155,89	84.030,80	77.205,25	64.781,31	51.866,01	23.807,26	730.933,55	1.080.838,23
Cota parte do ITR	6.443,50	8.185,64	32.052,27	374.322,87	35.429,57	16.794,69	4.498,44	30.072,20	933,55	4.503,88	1.322,71	29.262,86	543.822,18	500.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	16.419,78	18.137,50	19.234,44	18.445,95	18.231,27	22.083,61	15.940,89	16.728,29	16.559,41	14.567,05	17.505,28	23.377,42	217.230,89	190.000,00
Transferências do FUNDEB	509.105,10	477.900,27	459.102,38	615.677,76	537.310,89	604.759,76	786.345,75	540.168,42	530.214,56	607.093,14	630.506,48	571.908,39	6.870.092,90	5.730.000,00
Outras transferências correntes	1.645.273,36	1.255.356,09	459.785,21	322.284,82	545.142,08	567.601,58	609.669,50	412.192,08	409.299,05	973.714,59	1.729.354,09	2.324.091,62	11.253.764,07	6.672.667,15
Outras receitas correntes	2.140,65	0,00	1.997,30	666,67	11.538,44	97.536,61	270,40	2.261,62	1.064,13	60.242,36	520,00	7.585,02	185.823,20	70.000,00
DEDUÇÕES (II)	514.166,86	534.451,07	530.807,04	584.418,86	592.738,09	696.734,69	655.995,63	664.319,50	556.143,21	581.714,78	599.344,92	680.104,23	7.190.938,88	6.738.000,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	514.166,86	534.451,07	530.807,04	584.418,86	592.738,09	696.734,69	655.995,63	664.319,50	556.143,21	581.714,78	599.344,92	680.104,23	7.190.938,88	6.738.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	5.567.703,24	4.202.524,96	4.813.610,34	3.656.754,50	3.850.902,05	5.369.773,97	4.236.086,24	3.849.329,43	3.586.305,47	4.306.949,46	5.303.122,65	7.666.929,65	56.409.991,96	44.496.768,29
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	800.000,00	850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100.000,00	0,00	2.750.000,00	1.592.770,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	4.767.703,24	3.352.524,96	4.813.610,34	3.656.754,50	3.850.902,05	5.369.773,97	4.236.086,24	3.849.329,43	3.586.305,47	4.306.949,46	4.203.122,65	7.666.929,65	53.659.991,96	42.903.998,29
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	250.000,00	255.000,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	63.756,00	63.756,00	63.756,00	63.756,00	63.756,00	127.512,00	68.082,00	68.082,00	68.082,00	68.082,00	68.082,00	71.324,00	858.026,00	900.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	4.703.947,24	3.288.768,96	4.749.854,34	3.592.998,50	3.787.146,05	5.242.261,97	4.168.004,24	3.781.247,43	3.518.223,47	4.238.867,46	3.885.040,65	7.595.605,65	52.551.965,96	41.748.998,29

MUNICIPIO DE GOIOXIM		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JULHO DE 2025 A JUNHO DE 2026		
LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III		
EDER DOS SANTOS	***JOCELIO KORDIAKI***	***NELSON FERREIRA DE SOUZA***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno
Entidades:		
MUNICIPIO DE GOIOXIM		

MUNICIPIO DE GOIOXIM		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO DE 2026		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		
ACIMA DA LINHA		

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até Junho / 2026 RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	44.496.768,29	28.948.722,90
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.500.000,00	3.208.301,93
IPTU	230.000,00	171.799,58
ISS	371.900,00	242.471,87
ITBI	681.284,17	1.895.362,55
IRRF	1.052.015,83	726.214,51
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	164.800,00	172.453,42
Contribuições	200.000,00	105.036,92
Receita patrimonial	36.097,79	451.415,72
Aplicações Financeiras (II)	26.097,79	451.415,72
Outras Receitas Patrimoniais	10.000,00	0,00
Transferências correntes	41.550.670,50	25.075.048,75
Cota-Parte do FPM	15.715.165,12	8.708.298,87
Cota-Parte do ICMS	12.000.000,00	5.638.097,33
Cota-Parte do IPVA	880.838,23	463.877,22
Cota-Parte do ITR	400.000,00	56.475,00
Transferências da LC 61/1989	152.000,00	83.742,66
Transferências do FUNDEB	5.730.000,00	3.666.236,74
Outras transferências correntes	6.672.667,15	6.458.320,93
Demais receitas correntes	210.000,00	108.919,58
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	210.000,00	108.919,58
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	44.470.670,50	28.497.307,18
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	37.717.964,85	4.235.319,97
Operações de Crédito (VIII)	4.700.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	200.000,00	80.000,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	200.000,00	80.000,00
Transferências de Capital	32.817.964,85	4.155.319,97
Convênios	29.752.602,83	3.156.447,57
Outras Transferências de Capital	3.065.362,02	998.872,40
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	33.017.964,85	4.235.319,97
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00

RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	77.488.635,35	32.732.627,15
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	77.488.635,35	32.732.627,15

DESPESAS PRIMÁRIAS **DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)**	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Junho / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
	44.163.196,47	23.573.467,57	23.200.428,28	21.017.079,06	506.518,26	246.021,11	201.830,39
Pessoal e encargos sociais	23.845.000,00	11.571.905,56	11.571.905,56	9.619.340,65	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	220.000,00	92.104,20	92.104,20	92.104,20	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	20.098.196,47	11.909.457,81	11.536.418,52	11.305.634,21	506.518,26	246.021,11	201.830,39
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES	43.943.196,47	23.481.363,37	23.108.324,08	20.924.974,86	506.518,26	246.021,11	201.830,39
RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)							
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RPPS) (XXI)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTES RPPS) (XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	40.545.700,56	25.954.776,97	3.209.818,04	2.940.663,11	11.618,04	815.245,95	814.517,32
Investimentos	40.077.700,56	25.702.101,93	2.957.143,00	2.687.988,07	11.618,04	815.245,95	814.517,32
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(XXIV) Aquisição de Título de Capital já Integralizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(XXV) Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	468.000,00	252.675,04	252.675,04	252.675,04	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES	40.077.700,56	25.702.101,93	2.957.143,00	2.687.988,07	11.618,04	815.245,95	814.517,32
RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	321.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE GOIOXIM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2026

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Junho / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
RPPS) (XXXI)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	84.342.197,03	49.183.465,30	26.065.467,08	23.612.962,93	518.136,30	1.061.267,06	1.016.347,71
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	84.342.197,03	49.183.465,30	26.065.467,08	23.612.962,93	518.136,30	1.061.267,06	1.016.347,71
(XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)							
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							7.585.180,21
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							7.585.180,21

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	(4.240.700,00)	
JUROS NOMINAIS	Até Junho / 2026	
	VALOR INCORRIDO	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	451.415,72	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	92.104,20	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	7.944.491,73	
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2025 (a)	**Até Junho / 2026 (b)**

DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	1.305.630,67	1.052.955,63
DEDUÇÕES (XL)	5.131.604,45	9.393.009,08
Disponibilidade de Caixa	5.131.604,45	9.393.009,08
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.685.641,08	11.926.332,91
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	554.036,63	2.533.323,83
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(3.825.973,78)	(8.340.053,45)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		4.514.079,67
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00	
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até Junho / 2026**	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	1.979.287,20	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	6.493.366,87	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	6.134.055,35	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.651.100,68	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	2.651.100,68	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	

MUNICIPIO DE GOIOXIM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2026

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

EDER DOS SANTOS	***JOCELIO KORDIAKI***	***NELSON FERREIRA DE SOUZA***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Entidades:

MUNICIPIO DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO A JUNHO DE 2026

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIOS) (I)	**0,00**	**554.036,63**	**518.136,30**	**0,00**	**35.900,33**	**684.641,33**	**936.168,59**	**1.061.267,06**	**1.016.347,71**	**0,00**	**604.462,21**	**640.362,54**
EXECUTIVO												
MUNICIPIO DE GOIOXIM	**0,00**	**554.036,63**	**518.136,30**	**0,00**	**35.900,33**	**684.641,33**	**936.168,59**	**1.061.267,06**	**1.016.347,71**	**0,00**	**604.462,21**	**640.362,54**
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	481,97	481,97	481,97	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	22.095,36	22.095,36	0,00	0,00	0,00	778,90	778,90	778,90	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	0,00	89.303,54	89.303,54	0,00	0,00	0,00	57.666,72	53.166,72	8.976,00	0,00	48.690,72	48.690,72
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS	0,00	95.195,34	95.195,34	0,00	0,00	0,00	640,00	640,00	640,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	94.196,50	94.196,50	0,00	0,00	75.731,70	56.830,00	125.664,88	125.664,88	0,00	6.896,82	6.896,82
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA	0,00	81.241,04	81.241,04	0,00	0,00	475.966,00	0,00	60.719,07	59.990,44	0,00	415.975,56	415.975,56

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	6.018,75	6.018,75	0,00	0,00	0,00	41.855,00	41.855,00	41.855,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00	165.000,00	165.000,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, PESSOA IDOSA E	0,00	20.458,84	20.458,84	0,00	0,00	132.943,63	612.916,00	612.960,52	612.960,52	0,00	132.899,11	132.899,11
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUARIA	0,00	145.527,26	109.626,93	0,00	35.900,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.900,33
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) = (I + II)	**0,00**	**554.036,63**	**518.136,30**	**0,00**	**35.900,33**	**684.641,33**	**936.168,59**	**1.061.267,06**	**1.016.347,71**	**0,00**	**604.462,21**	**640.362,54**

EDER DOS SANTOS	***JOCELIO KORDIAKI***	***NELSON FERREIRA DE SOUZA***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Entidades:

MUNICIPIO DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO A JUNHO DE 2026

RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	2.335.200,00	3.035.848,51
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	230.000,00	171.799,58
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	681.284,17	1.895.362,55
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	371.900,00	242.471,87
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.052.015,83	726.214,51
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	35.886.003,35	18.688.113,35
2.1 - Cota-parte FPM	19.115.165,12	10.885.373,31
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	17.364.385,12	10.885.373,31
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.750.780,00	0,00
2.2 - Cota-parte ICMS	15.000.000,00	7.047.621,54
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	190.000,00	104.678,34
2.4 - Cota-parte ITR	500.000,00	70.593,64
2.5 - Cota-parte IPVA	1.080.838,23	579.846,52
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	38.221.203,35	21.723.961,86
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	6.827.044,67	3.737.622,67
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	2.728.256,17	1.693.367,80

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.737.000,00	3.672.762,64
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.737.000,00	3.370.047,41
6.1.1 - Principal	5.730.000,00	3.334.360,34
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	7.000,00	35.687,07
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	302.715,23
6.4.1 - Principal	0,00	302.715,23
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00

6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	(1.097.044,67)	(403.262,33)

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	Valor
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	3.672.762,64

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	5.954.407,80	3.275.384,16	3.275.384,16	2.709.804,65	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.758.500,00	3.266.024,16	3.266.024,16	2.700.444,65	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	5.758.500,00	3.266.024,16	3.266.024,16	2.700.444,65	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE GOIOXIM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO A JUNHO DE 2026

RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	195.907,80	9.360,00	9.360,00	9.360,00	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	194.407,80	9.360,00	9.360,00	9.360,00	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)[7] (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	3.266.024,16	3.266.024,16	2.700.444,65	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.266.024,16	3.266.024,16	2.700.444,65	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.266.024,16	3.266.024,16	2.700.444,65	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)

15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	2.359.033,19	3.266.024,16	3.266.024,16	96,91
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	367.276,26	406.738,48	406.738,48	39.462,22	11,07

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	642.388,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	604.861,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	37.527,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)

MUNICIPIO DE GOIOXIM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO A JUNHO DE 2026

RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	5.401.159,65	2.131.552,98	2.100.434,46	1.915.045,29	31.118,52
20.1 - Educação Infantil	4.445.000,60	2.082.237,29	2.051.118,77	1.865.729,60	31.118,52
20.2 - Ensino Fundamental	656.159,05	8.079,70	8.079,70	8.079,70	0,00
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	300.000,00	41.235,99	41.235,99	41.235,99	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	11.055.567,45	5.356.341,15	5.325.222,63	4.574.253,95	31.118,52
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	4.446.500,60	2.082.237,29	2.051.118,77	1.865.729,60	31.118,52
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	6.609.066,85	3.274.103,86	3.274.103,86	2.708.524,35	0,00
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					**Valor**
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					2.100.434,46
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					3.737.622,67
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					39.462,22
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL					0,00
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4					0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))					0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)					5.798.594,91
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5			**VALOR EXIGIDO (z)**	**VALOR APLICADO (aa)**	**% APLICADO (ab)**
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			5.430.990,46	5.798.594,91	26,69
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**

DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8					
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.172.391,68	664.938,14
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	608.000,00	394.788,38
31.1.1 - Salário-Educação	365.000,00	245.894,53
31.1.2 - PDDE	8.000,00	10,69
31.1.3 - PNAE	84.000,00	80.489,02
31.1.4 - PNATE	149.000,00	68.284,95
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	2.000,00	109,19
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	282.391,68	117.781,23
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00

MUNICIPIO DE GOIOXIM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO A JUNHO DE 2026

RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	282.000,00	152.368,53

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	861.199,40	978.993,38	978.993,38	976.193,41	0,00
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	858.999,40	776.841,53	776.841,53	774.041,56	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	2.200,00	33.378,15	33.378,15	33.378,15	0,00
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	168.773,70	168.773,70	168.773,70	0,00
32.8 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	12.216.766,85	6.385.930,52	6.354.812,00	5.601.043,35	31.118,52
33.1 - Despesas Correntes	12.020.267,05	6.375.789,17	6.344.670,65	5.590.902,00	31.118,52
33.1.1 - Pessoal Ativo	7.648.500,00	4.211.397,74	4.211.397,74	3.475.320,81	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	4.371.767,05	2.164.391,43	2.133.272,91	2.115.581,19	31.118,52
33.2 - Despesas de Capital	196.499,80	10.141,35	10.141,35	10.141,35	0,00
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	196.499,80	10.141,35	10.141,35	10.141,35	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	7.160,18	67.520,77

35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	3.701.923,81	245.894,53
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	2.709.804,65	277.141,23
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	999.279,34	36.274,07
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	999.279,34	36.274,07

Entidades:		
MUNICIPIO DE GOIOXIM		
EDER DOS SANTOS	***JOCELIO KORDIAKI***	***NELSON FERREIRA DE SOUZA***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

MUNICIPIO DE GOIOXIM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2026
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	2.335.200,00	2.335.200,00	3.035.848,51	130,00
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	230.000,00	230.000,00	171.799,58	74,70
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	681.284,17	681.284,17	1.895.362,55	278,20
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	371.900,00	371.900,00	242.471,87	65,20
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.052.015,83	1.052.015,83	726.214,51	69,03
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	33.690.000,00	34.135.223,35	18.688.113,35	54,75
Cota-Parte FPM	17.000.000,00	17.364.385,12	10.885.373,31	62,69
Cota-Parte ITR	500.000,00	500.000,00	70.593,64	14,12
Cota-Parte IPVA	1.000.000,00	1.080.838,23	579.846,52	53,65
Cota-Parte ICMS	15.000.000,00	15.000.000,00	7.047.621,54	46,98
Cota-Parte IPI-Exportação	190.000,00	190.000,00	104.678,34	55,09
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	36.025.200,00	36.470.423,35	21.723.961,86	59,57

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	DESPESAS Até o bimestre (f)	PAGAS % (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	5.628.280,00	6.272.665,12	3.611.002,04	57,57	3.526.155,20	56,21	3.069.305,20	48,93
Despesas Correntes	5.628.280,00	6.272.665,12	3.611.002,04	57,57	3.526.155,20	56,21	3.069.305,20	48,93
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	5.628.280,00	6.272.665,12	3.611.002,04	57,57	3.526.155,20	56,21	3.069.305,20	48,93

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	3.611.002,04	3.526.155,20	3.069.305,20
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	3.611.002,04	3.526.155,20	3.069.305,20
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			3.258.594,28
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	352.407,76	267.560,92	(189.289,08)
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	16,62	16,23	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE GOIOXIM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2026

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0 ,então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p - (o + q)) se <0 então (r)=(0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2026	3.258.594,28	3.611.002,04	352.407,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	352.407,76
TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE (XXI)										0,00

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a compensar (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.781.450,00	3.281.450,00	3.057.200,88	93,17
Proveniente da União	2.119.500,00	2.619.500,00	2.800.727,88	106,92
Proveniente dos Estados	661.950,00	661.950,00	256.473,00	38,75
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	64.775,00	64.775,00	143.694,67	221,84
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	2.846.225,00	3.346.225,00	3.200.895,55	95,66

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	3.855.770,00	5.798.175,24	3.348.688,44	57,75	2.784.280,14	48,02	2.631.694,10	45,39
Despesas Correntes	3.855.770,00	4.687.770,00	2.755.333,44	58,78	2.749.925,14	58,66	2.597.339,10	55,41
Despesas de Capital	0,00	1.110.405,24	593.355,00	53,44	34.355,00	3,09	34.355,00	3,09
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	26.950,00	76.817,46	32.214,19	41,94	31.281,19	40,72	31.281,19	40,72
Despesas Correntes	19.950,00	45.950,00	32.214,19	70,11	31.281,19	68,08	31.281,19	68,08

Despesas de Capital	7.000,00	30.867,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	507.000,00	618.432,43	243.617,98	39,39	161.493,90	26,11	161.493,90	26,11
Despesas Correntes	3.000,00	165.432,43	13.980,40	8,45	11.479,00	6,94	11.479,00	6,94
Despesas de Capital	504.000,00	453.000,00	229.637,58	50,69	150.014,90	33,12	150.014,90	33,12
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	4.389.720,00	6.493.425,13	3.624.520,61	55,82	2.977.055,23	45,85	2.824.469,19	43,50

MUNICIPIO DE GOIOXIM								
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA								
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE								
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL								
JANEIRO A JUNHO DE 2026								
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)								
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	9.484.050,00	12.070.840,36	6.959.690,48	57,66	6.310.435,34	52,28	5.700.999,30	47,23
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	26.950,00	76.817,46	32.214,19	41,94	31.281,19	40,72	31.281,19	40,72
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	507.000,00	618.432,43	243.617,98	39,39	161.493,90	26,11	161.493,90	26,11
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	10.018.000,00	12.766.090,25	7.235.522,65	56,68	6.503.210,43	50,94	5.893.774,39	46,17
EDER DOS SANTOS		***JOCELIO KORDIAKI***			***NELSON FERREIRA DE SOUZA***			
Prefeito Municipal		Contador			Controle Interno			
Entidades:								
MUNICIPIO DE GOIOXIM								

MUNICIPIO DE GOIOXIM	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A JUNHO DE 2026	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	50.000.000,00
Previsão Atualizada da Receita	82.499.733,14
Receitas Realizadas	33.184.042,87
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	2.651.100,68
Dotação Inicial	50.000.000,00
Créditos Adicionais	35.030.197,03
Dotação Atualizada	85.030.197,03
Despesas Empenhadas	49.528.244,54
Despesas Liquidadas	26.410.246,32
Despesas Pagas	23.957.742,17
Superávit Orçamentário	6.773.796,55
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	49.528.244,54
Despesas Liquidadas	26.410.246,32
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**

Receita Corrente Líquida	56.409.991,96
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	53.659.991,96
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	52.551.965,96
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	**Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)**	**Resultado apurado até o bimestre (b)**	**% em relação a meta (b/a)**
Resultado Nominal	0,00	7.944.491,73	0,00 %
Resultado Primário	(4.240.700,00)	7.585.180,21	(179,00 %)

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	**Inscrição**	**Cancelamento até o bimestre**	**Pagamento até o bimestre**	**Saldo**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	554.036,63	0,00	518.136,30	35.900,33
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	1.620.809,92	0,00	1.016.347,71	604.462,21
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.174.846,55	0,00	1.534.484,01	640.362,54

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**	
		% Mínimo a exercício aplicar no	**% Aplicado até o bimestre**
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	5.798.594,91	25% / 18%	26,69
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	3.266.024,16	70%	96,91
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor apurado até o bimestre**	**Saldo a realizar**	
Receita de Operações de Crédito	0,00	4.700.000,00	
Despesa de Capital Líquida	25.954.776,97	14.590.923,59	

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício em Referência**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE GOIOXIM			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO DE 2026			
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)			
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		**Valor apurado até o bimestre**	**Saldo a realizar**
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		80.000,00	120.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		86.436,90	114.763,10
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**	
		% Mínimo a aplicar no exercício	**% Aplicado até o bimestre**

Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.526.155,20	15%	16,23
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas/RCL (%)			

EDER DOS SANTOS	***JOCELIO KORDIAKI***	***NELSON FERREIRA DE SOUZA***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno
Entidades:		
MUNICIPIO DE GOIOXIM		

MUNICIPIO DE GOIOXIM

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO/2025 A JUNHO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.823.729,21	1.781.526,77	1.812.235,82	1.754.261,15	1.743.498,68	3.534.886,64	1.801.894,78	1.929.190,04	1.968.555,77	1.946.678,86	1.967.267,33	1.958.318,78	24.022.043,83	0,00
Pessoal Ativo	1.823.729,21	1.781.526,77	1.812.235,82	1.754.261,15	1.743.498,68	3.534.886,64	1.801.894,78	1.929.190,04	1.968.555,77	1.946.678,86	1.967.267,33	1.958.318,78	24.022.043,83	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.625.943,77	1.584.706,95	1.610.733,05	1.558.250,35	1.549.416,96	3.139.450,78	1.563.351,47	1.661.077,44	1.694.254,35	1.669.256,44	1.688.984,18	1.680.259,84	21.025.685,58	0,00
Obrigações Patronais	197.785,44	196.819,82	201.502,77	196.010,80	194.081,72	395.435,86	238.543,31	268.112,60	274.301,42	277.422,42	278.283,15	278.058,94	2.996.358,25	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	76.984,57	81.791,35	74.929,26	81.031,63	78.978,33	155.840,37	80.637,76	80.637,36	80.637,56	80.637,56	80.637,56	81.852,43	1.034.595,74	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem	63.616,04	68.422,82	60.580,04	66.682,41	64.629,11	127.522,00	68.082,20	68.081,80	68.082,00	68.082,00	68.082,00	69.296,87	861.159,29	0,00

dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)														
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15	13.368,53	13.368,53	14.349,22	14.349,22	14.349,22	28.318,37	12.555,56	12.555,56	12.555,56	12.555,56	12.555,56	12.555,56	173.436,45	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.746.744,64	1.699.735,42	1.737.306,56	1.673.229,52	1.664.520,35	3.379.046,27	1.721.257,02	1.848.552,68	1.887.918,21	1.866.041,30	1.886.629,77	1.876.466,35	22.987.448,09	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	56.409.991,96	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	2.750.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	250.000,00	
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	858.026,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	52.551.965,96	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	22.987.448,09	43,74%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	28.378.061,62	54%

MUNICIPIO DE GOIOXIM

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO/2025 A JUNHO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") | 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	26.959.158,54	51,3%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	25.540.255,46	48,6%

Entidades:

MUNICIPIO DE GOIOXIM

EDER DOS SANTOS	*JOCELIO KORDIAKI*	*NELSON FERREIRA DE SOUZA*
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

MUNICIPIO DE GOIOXIM

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2026

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		até o 1º Semestre	até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.305.630,67	1.052.955,63	0,00
Dívida Mobiliária	1.303.777,78	1.051.102,74	0,00
Dívida Contratual	1.852,89	1.852,89	0,00
Empréstimos	1.852,89	1.852,89	0,00
Internos	1.852,89	1.852,89	0,00

Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) – Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	5.131.604,45	9.393.009,08	0,00
Disponibilidade de Caixa	5.131.604,45	9.393.009,08	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.685.641,08	11.926.332,91	0,00
(-) Restos a pagar processados	554.036,63	2.533.323,83	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	(3.825.973,78)	(8.340.053,45)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	49.862.081,29	56.409.991,96	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	2.000.000,00	2.750.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	47.862.081,29	53.659.991,96	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	2,73	1,96	0,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	(7,99)	(15,54)	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL – (%)	57.434.497,55	64.391.990,35	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF): (%)	51.691.047,79	57.952.791,32	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCCÍCIOS ANTERIORES	1.620.809,92	559.542,86	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
Entidades:			
MUNICIPIO DE GOIOXIM			
EDER DOS SANTOS	***JOCELIO KORDIAKI***	***NELSON FERREIRA DE SOUZA***	
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno	

MUNICIPIO DE GOIOXIM			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO DE 2026			
RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)			
GARANTIAS CONCEDIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (VI)	**49.862.081,29**	**56.409.991,96**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	**2.000.000,00**	**2.750.000,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	**47.862.081,29**	**53.659.991,96**	**0,00**
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (art.9º da Res. 43/01) - 22%	**10.529.657,88**	**11.805.198,23**	**0,00**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) – <%>	**9.476.692,10**	**10.624.678,41**	**0,00**

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
MEDIDAS CORRETIVAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Entidades:

MUNICIPIO DE GOIOXIM

EDER DOS SANTOS	***JOCELIO KORDIAKI***	***NELSON FERREIRA DE SOUZA***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

MUNICIPIO DE GOIOXIM

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2026

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita Pela Venda e Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de dívida (LRF, art. 29 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1°)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	56.409.991,96	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	2.750.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	53.659.991,96	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)= (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	8.585.598,71	16,00 %
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	7.727.038,84	14,40 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	3.756.199,44	7,00 %
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	

	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de restruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
EDER DOS SANTOS	***JOCELIO KORDIAKI***	***NELSON FERREIRA DE SOUZA***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno
Entidades:		
MUNICIPIO DE GOIOXIM		

MUNICIPIO DE GOIOXIM - 2026

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DO ORGÃO

Período: 01/01/2026 até 30/06/2026

Categoria	Autorizada	Atualizada	Empenhada	Liquidada	Paga
3.0.00.00.00.00 DESPESAS CORRENTES	561.770,00	932.319,32	356.615,02	356.615,02	333.069,64
3.1.00.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	302.000,00	302.000,00	168.187,01	168.187,01	144.641,63
3.1.90.00.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS	302.000,00	302.000,00	168.187,01	168.187,01	144.641,63
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	260.000,00	260.000,00	141.915,54	141.915,54	122.102,35
3.1.90.11.01.00 VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00	0,00	114.528,04	114.528,04	97.414,85
3.1.90.11.01.01 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL EFETIVO	0,00	0,00	20.596,96	20.596,96	17.145,72
3.1.90.11.01.07 REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DE CONSELHOS	0,00	0,00	93.931,08	93.931,08	80.269,13
3.1.90.11.31.00 GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGOS	0,00	0,00	16.430,04	16.430,04	13.730,04
3.1.90.11.31.01 VENCIMENTOS COMISSIONADOS - NÃO OCUPANTES DE CARGO EFETIVO	0,00	0,00	16.430,04	16.430,04	13.730,04
3.1.90.11.42.00 FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	0,00	0,00	2.985,39	2.985,39	2.985,39
3.1.90.11.43.00 13º SALÁRIO	0,00	0,00	1.366,20	1.366,20	1.366,20
3.1.90.11.43.07 13º SALÁRIO - MEMBROS DE CONSELHOS	0,00	0,00	1.366,20	1.366,20	1.366,20
3.1.90.11.45.00 FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	0,00	0,00	6.605,87	6.605,87	6.605,87
3.1.90.11.45.01 FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL - PESSOAL EFETIVO	0,00	0,00	1.150,41	1.150,41	1.150,41
3.1.90.11.45.06 FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL - COMISSIONADOS - NÃO OCUPANTE	0,00	0,00	900,00	900,00	900,00
3.1.90.11.45.07 FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL - MEMBROS DE CONSELHOS	0,00	0,00	4.555,46	4.555,46	4.555,46
3.1.90.13.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	42.000,00	42.000,00	26.271,47	26.271,47	22.539,28
3.1.90.13.02.00 CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	0,00	0,00	26.271,47	26.271,47	22.539,28
3.1.90.13.02.06 CONTRIBUIÇÕES AO INSS - COMISSIONADOS NÃO OCUPANTES DE CARGO	0,00	0,00	2.825,96	2.825,96	2.356,16
3.1.90.13.02.08 CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS - SERVIDORES EFETIVOS	0,00	0,00	4.386,07	4.386,07	3.856,07
3.1.90.13.02.09 INSS SOBRE A REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DE CONSELHOS	0,00	0,00	19.059,44	19.059,44	16.327,05
3.3.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	259.770,00	630.319,32	188.428,01	188.428,01	188.428,01
3.3.50.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	93.390,06	0,00	0,00	0,00
3.3.50.43.00.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	93.390,06	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS	259.770,00	536.929,26	188.428,01	188.428,01	188.428,01
3.3.90.14.00.00 DIÁRIAS - CIVIL	30.000,00	30.000,00	3.835,00	3.835,00	3.835,00
3.3.90.14.14.00 DIÁRIAS NO PAÍS	0,00	0,00	3.835,00	3.835,00	3.835,00
3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	0,00	0,00	150,00	150,00	150,00
3.3.90.14.14.04 MEMBROS DE CONSELHOS	0,00	0,00	3.300,00	3.300,00	3.300,00
3.3.90.14.14.05 DESPESAS DE VIAGENS REALIZADAS EM REGIME DE RESSARCIMENTO -	0,00	0,00	100,00	100,00	100,00
3.3.90.14.14.06 DESPESAS DE VIAGENS REALIZADAS EM REGIME DE RESSARCIMENTO -	0,00	0,00	193,00	193,00	193,00
3.3.90.14.14.08 DESPESAS DE VIAGENS REALIZADAS EM REGIME DE RESSARCIMENTO -	0,00	0,00	92,00	92,00	92,00
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	160.000,00	227.059,26	110.449,96	110.449,96	110.449,96
3.3.90.30.01.00 COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	0,00	0,00	18.861,62	18.861,62	18.861,62
3.3.90.30.01.02 GASOLINA	0,00	0,00	15.666,43	15.666,43	15.666,43
3.3.90.30.01.03 DIESEL	0,00	0,00	3.195,19	3.195,19	3.195,19
3.3.90.30.04.00 GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	0,00	0,00	2.886,25	2.886,25	2.886,25
3.3.90.30.07.00 GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	74.994,73	74.994,73	74.994,73
3.3.90.30.07.12 GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	0,00	0,00	16.583,35	16.583,35	16.583,35

MUNICIPIO DE GOIOXIM - 2026

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DO ORGÃO

Período: 01/01/2026 até 30/06/2026

Categoria	Autorizada	Atualizada	Empenhada	Liquidada	Paga
3.3.90.30.07.99 OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	0,00	0,00	58.411,38	58.411,38	58.411,38
3.3.90.30.21.00 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO	0,00	0,00	8.025,37	8.025,37	8.025,37

3.3.90.30.23.00 MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	0,00	0,00	2.236,79	2.236,79	2.236,79
3.3.90.30.39.00 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	0,00	0,00	3.445,20	3.445,20	3.445,20
3.3.90.30.39.99 OUTROS MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	0,00	0,00	3.445,20	3.445,20	3.445,20
3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	38.000,00	11.741,65	11.741,65	11.741,65
3.3.90.36.15.00 LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	11.741,65	11.741,65	11.741,65
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	69.770,00	237.270,00	62.401,40	62.401,40	62.401,40
3.3.90.39.05.00 SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	0,00	0,00	52.919,59	52.919,59	52.919,59
3.3.90.39.17.00 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,00	0,00	1.760,00	1.760,00	1.760,00
3.3.90.39.19.00 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	0,00	0,00	1.153,35	1.153,35	1.153,35
3.3.90.39.19.04 SERVIÇOS GERAIS DE MECÂNICA VEICULAR	0,00	0,00	1.153,35	1.153,35	1.153,35
3.3.90.39.43.00 SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	0,00	0,00	803,46	803,46	803,46
3.3.90.39.43.99 SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA DOS DEMAIS SETORES DA ADMINISTR	0,00	0,00	803,46	803,46	803,46
3.3.90.39.53.00 SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	365,00	365,00	365,00
3.3.90.39.67.00 SERVIÇOS FUNERÁRIOS	0,00	0,00	4.800,00	4.800,00	4.800,00
3.3.90.39.68.00 SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E REBENEFICIAMENTO DE MERCADORIAS	0,00	0,00	600,00	600,00	600,00
3.3.90.93.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	4.600,00	0,00	0,00	0,00
4.0.00.00.00.00 DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	220.000,00	161.638,96	8.852,00	6.452,00
4.4.00.00.00.00 INVESTIMENTOS	50.000,00	220.000,00	161.638,96	8.852,00	6.452,00
4.4.90.00.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00	220.000,00	161.638,96	8.852,00	6.452,00
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00	220.000,00	161.638,96	8.852,00	6.452,00
4.4.90.52.06.00 APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	0,00	0,00	2.400,00	2.400,00	0,00
4.4.90.52.12.00 APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	0,00	0,00	6.452,00	6.452,00	6.452,00
4.4.90.52.36.00 MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIOS	0,00	0,00	32.786,96	0,00	0,00
4.4.90.52.48.00 VEÍCULOS DIVERSOS	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	**611.770,00**	**1.152.319,32**	**518.253,98**	**365.467,02**	**339.521,64**
Critério de seleção:					
Orgão: 11					
Função: 08					
Subfunção: 243					
Empenhos e liquidações do exercício e de restos					

MUNICIPIO DE GOIOXIM		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO DE 2026		
LRF, art. 48 - Anexo 6		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O SEMESTRE**	
Receita Corrente Liquida	56.409.991,96	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	53.659.991,96	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	52.551.965,96	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa total com pessoal - DTP	22.987.448,09	43,74
Limite máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	28.378.061,62	54,00
Limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	26.959.158,54	51,30
Limite de alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	25.540.255,46	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida consolidada líquida	-8.340.053,45	-15,54
Limite definido por resolução do senado federal	64.391.990,35	120,00
GARANTIA DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das garantias concedidas	0,00	0,00
Limite definido por resolução do senado federal	11.805.198,23	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de crédito internas e externas	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito internas e externas	8.585.598,71	16,00
Operações de crédito por antecipação da receita	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito por antecipação da receita	3.756.199,44	7,00
EDER DOS SANTOS	***JOCELIO KORDIAKI***	***NELSON FERREIRA DE SOUZA***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno
Entidades:		
MUNICIPIO DE GOIOXIM		

Publicado por:
Jocelio Kordiaki
Código Identificador:30D9A26C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 041/2026

EDITAL DE RESULTADO PROVA PRÁTICA
Nº. 001/2026

A PREFEITURA DE IPORÃ, Estado do Paraná, por meio do INSTITUTO OMNI, na forma prevista no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, torna público o Edital de Resultado Prova Prática nº 001/2026 que dispõe sobre a abertura de inscrições do **CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS OBJETIVAS, PRÁTICAS E DE TÍTULOS**, visando selecionar candidatos, conforme segue:

I-Constam no Anexo Único – Resultado Prova Prática

II-Aos candidatos que desejarem interpor recurso contra o Resultado Prova Prática fica fixado o prazo de 02 (dois) dias subsequentes à data de publicação, divulgação ou do fato que lhe deu origem, devendo, para tanto acessar o endereço eletrônico www.omniinstituto.org.br e seguir as instruções contidas na "Área do candidato", o prazo para recurso inicia-se à zero hora do dia 23 de julho de 2026 e encerra-se às 23h59 do dia 24 de julho de 2026.

III- De acordo com o item 13 do Edital nº 001/2026, somente serão apreciados os recursos interpostos exclusivamente no site da organizadora, através da "Área do candidato", dentro do prazo estabelecido e que possuírem fundamentação e argumentação lógica e consistente que permita sua adequada avaliação, noutros casos serão considerados manifestamente desertos e consequentemente desprovidos.

IV- Este Edital entra em vigor a partir da sua publicação.

IPORÃ - PR, 22 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito do Município de Iporã– PR

Anexo Único - Resultado Prova Prática

AUXILIAR DE APOIO A INFÂNCIA - FEMININO - IPORÃ

INSCRIÇÃO	NOME	INS. NASC.	LP	MAT	CG	CE	PPR	PONTOS	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE	
713	ALINE BOAVENTURA REZENDE DE MEDEIROS	05/06/1992	10	6	6	28	40	90	1º	Classificado	Ampla Concorrência	
460	THAYNA TOMASELI DA SILVA	21/04/2005	8	4	4	28	35	79	2º	Classificado	Ampla Concorrência	
736	GEOVANA CABRAL SANTOS	29/01/2006	10	4	8	22	35	79	3º	Classificado	Ampla Concorrência	
513	JULIANA DE FARIA ALEIXO BERTOLLA	21/01/1979	6	2	6	24	40	78	4º	Classificado	Ampla Concorrência	
92	LARISSA ELLEN PEREIRA NEULS	17/02/1997	6	2	2	26	40	76	5º	Classificado	Ampla Concorrência	
373	ELLEN GABRIELE COSTA	21/04/2004	8	0	4	28	35	75	6º	Classificado	Ampla Concorrência	
362	EMANUELA RODRIGUES DOS SANTOS	17/06/1999	8	0	6	26	35	75	7º	Classificado	Pretos ou Pardos	
652	JULIA REGINA DOS SANTOS BONFIM	15/05/2007	8	4	6	24	30	72	8º	Classificado	Ampla Concorrência	
489	NAIRA RODRIGUES DE SOUZA	15/12/2003	6	2	2	22	40	72	9º	Classificado	Pretos ou Pardos	
263	PÂMELA DE MARCHI MELEGARI	07/05/1994	6	2	6	18	40	72	10º	Classificado	Ampla Concorrência	
519	PATRÍCIA APARECIDA DO ESPIRITO SANTO	28/06/1992	6	0	4	22	35	67	11º	Classificado	Ampla Concorrência	
740	BRUNA RICHTER DIAS	12/04/1996	6	4	0	24	30	64	12º	Classificado	Ampla Concorrência	
436	ANA PAULA SILVA DE LIMA	07/04/1994	6	2	4	24	20	56	13º	Classificado	Ampla Concorrência	
743	ADINEIA DE SOUZA MACHADO	23/12/1980	8	2	6	24	-	40	-	Ausente	Pretos ou Pardos	
277	RAQUEL DA CRUZ DE OLIVEIRA	16/03/1997	6	0	4	22	-	32	-	Ausente	Ampla Concorrência	
333	LUANA DA SILVA NOGUEIRA	11/09/2000	4	2	4	22	-	32	-	Ausente	Ampla Concorrência	
549	FÁTIMA APARECIDA MENEGUETTI	11/09/1965	6	6	4	14	-	30	-	Ausente	Ampla Concorrência	

MOTORISTA CAMINHÃO / ÔNIBUS - IPORÃ

INSCRIÇÃO	NOME	INS. NASC.	LP	MAT	CG	CE	PPR	PONTOS	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
587	SIDNEY LOPES RITTA	26/10/1987	8	10	4	30	40	92	1º	Classificado	Ampla Concorrência
107	ODAIR JOSÉ DE ALMEIDA LARA	03/08/1980	10	8	10	24	40	92	2º	Classificado	Ampla Concorrência
69	NATÃ DO AMARAL ABREU	02/05/1995	6	8	4	28	39	85	3º	Classificado	Ampla Concorrência
350	JACSON CARVALHO PALADINI	21/10/1997	8	8	2	26	37	81	4º	Classificado	Ampla Concorrência
165	DEMILSON LÍBERO DA SILVA	23/12/1976	2	4	8	24	39	77	5º	Classificado	Ampla Concorrência
729	RENALTINO OTAVIANO PEREIRA GUEDES	03/11/1977	6	4	4	22	36	72	6º	Classificado	Ampla Concorrência
493	RODOLFO CESAR PEREIRA GUEDES	24/01/1975	4	6	4	16	40	70	7º	Classificado	Ampla Concorrência

MOTORISTA DE EMERGÊNCIA - IPORÃ

INSCRIÇÃO	NOME	INS. NASC.	LP	MAT	CG	CE	PPR	PONTOS	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
693	FABIANO VICENTE MIRANDA DE SOUZA	18/06/1979	8	10	8	24	40	90	1º	Classificado	Ampla Concorrência
420	ALISSON RODRIGO GODOI RITI	06/07/1992	10	10	4	24	40	88	2º	Classificado	Ampla Concorrência
592	IONOMAR DALLA VALLE	08/04/1973	8	10	4	24	40	86	3º	Classificado	Ampla Concorrência
344	REGINALDO FRANCISCO DA SILVA	11/05/1981	8	8	6	20	40	82	4º	Classificado	Ampla Concorrência
175	EDRIANE PEREIRA BUENO	26/04/1984	6	4	4	26	36	76	5º	Classificado	Ampla Concorrência
123	MARIO CESAR JOÃO JOBI	04/03/1973	4	0	8	24	40	76	6º	Classificado	Ampla Concorrência
215	CÍCERO DA SILVA ALVES	19/01/1973	8	8	2	22	35	75	7º	Classificado	Ampla Concorrência
12	LEANDRO RICARDO	13/01/1986	8	0	6	20	40	74	8º	Classificado	Ampla Concorrência
441	RENATO AZEVEDO DA FONSECA	01/01/1993	6	4	6	16	40	72	9º	Classificado	Ampla Concorrência
626	ADEMIR SENA MEDEIROS	03/01/1979	6	4	4	16	-	30	-	Ausente	Ampla Concorrência

PROFESSOR - IPORÃ

INSCRIÇÃO	NOME	INS. NASC.	LP	MAT	CG	CE	PDT	PP	PONTOS	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
416	ROSILAINE MATOS DOS SANTOS	29/07/1988	6	6	6	24	3,9	30	75,9	1º	Classificado	Ampla Concorrência
608	ANDRÉA DE OLIVEIRA SOUZA LUIZ	09/04/1989	6	8	4	22	6	29	75	2º	Classificado	Ampla Concorrência
659	SILVANA SOARES DE SOUZA COGO	01/09/1980	10	4	6	22	3,4	29,5	74,9	3º	Classificado	Pretos ou Pardos
499	ALANA CAMILE GOMES BARGAS	06/03/1998	8	6	6	24	3,2	27,5	74,7	4º	Classificado	Ampla Concorrência
648	ALINE FRANCIELI VICTOR	17/05/1989	8	8	4	18	5,7	30	73,7	5º	Classificado	Ampla Concorrência
763	JOAQUIM OSÓRIO BRONDANI	04/01/1996	8	10	8	18	0	29	73	6º	Classificado	Ampla Concorrência
377	CAROLINE NASCIMENTO MATIAS	04/09/1997	8	8	6	16	5	30	73	7º	Classificado	Pretos ou Pardos
586	ELIANA APARECIDA BURGO DE OLIVEIRA	13/10/1984	8	6	2	24	2,9	30	72,9	8º	Classificado	Pretos ou Pardos
31	SOLANGE ILZA MAAS VISNADI	29/03/1980	4	8	4	20	6	30	72	9º	Classificado	Ampla Concorrência
709	MÁRCIA CRAVEIRO ALVES RADO	08/08/1982	8	8	6	20	-	28,5	70,5	10º	Classificado	Ampla Concorrência
462	JÉSSICA MARIA PORTO MARTINELI	16/04/2006	8	8	6	22	-	26	70	11º	Classificado	Ampla Concorrência
613	VILMA BALIEIRO MENDES	08/01/1973	10	6	6	20	1	27	70	12º	Classificado	Pretos ou Pardos
430	TALITA DAIANE PAULINO HUNGARO	23/10/1990	8	8	4	18	2	30	70	13º	Classificado	Ampla Concorrência
764	ISABELLY CIGIOTTO SINDEAUX SANTANA	13/03/2009	6	10	6	18	-	30	70	14º	Classificado	Ampla Concorrência
429	JANAINE MARQUES DE LIMA POLLI	08/12/1987	6	8	4	16	6	30	70	15º	Classificado	Ampla Concorrência
646	FABIANA DIAS DE ALMEIDA BULIANI	05/11/2000	8	6	2	20	3,9	30	69,9	16º	Classificado	Pretos ou Pardos
688	JULIANA GATTI DA SILVA	14/11/1995	6	8	6	20	3	26	69	17º	Classificado	Pretos ou Pardos
221	SIMONE SILVA DE SOUZA	23/05/1995	8	4	4	22	4,8	26	68,8	18º	Classificado	Ampla Concorrência
220	GISLENE SILVA DE SOUZA	11/04/1997	6	2	6	22	5,1	27	68,1	19º	Classificado	Ampla Concorrência
228	DÉBORA FERREIRA DIAS	22/06/1988	8	2	4	20	5	29	68	20º	Classificado	Ampla Concorrência
75	TATIANE NUNES BIRNFELD MISTURA	12/05/1997	6	4	8	20	-	30	68	21º	Classificado	Ampla Concorrência
577	ANA PAULA DE SOUZA FERNANDES	25/01/1981	10	8	6	22	4,5	17	67,5	22º	Classificado	Ampla Concorrência
335	CAROLINE BISPO LOURENCO BOMBARDE	09/09/1993	8	6	4	20	-	29	67	23º	Classificado	Ampla Concorrência
240	SHEILA GONÇALVES GOMES	06/05/1998	6	4	6	18	4	29	67	24º	Classificado	Ampla Concorrência
744	REGIANE BELINI SILVA	16/03/1984	6	8	6	14	2,2	30	66,2	25º	Classificado	Ampla Concorrência
231	SARA DOS SANTOS DA SILVA	07/07/1999	6	2	8	16	3,9	30	65,9	26º	Classificado	Ampla Concorrência
55	CAROLINE KIENEN DE AZEVEDO	22/03/1996	6	4	4	18	3,7	30	65,7	27º	Classificado	Ampla Concorrência
742	VERA LÚCIA JERÔNIMO FONSECA	16/03/1974	8	6	4	24	0	23	65	28º	Classificado	Ampla Concorrência
566	ALESSANDRA REGINA PEREIRA	18/12/1993	6	4	8	20	1,2	25	64,2	29º	Classificado	Ampla Concorrência
727	PATRÍCIA VICENTE DE SOUZA PILEGI	15/03/1984	8	8	4	16	-	27	63	30º	Classificado	Pretos ou Pardos
527	ANA FLÁVIA SILVA DE AZEVEDO	10/12/1998	6	6	4	20	1,6	24,5	62,1	31º	Classificado	Ampla Concorrência
237	MARTA FERNANDES DOS SANTOS FIGUEIRA	10/11/1987	8	2	6	18	4,2	23	61,2	32º	Classificado	Ampla Concorrência

208	ALINE TAINÁ CRUZ	26/12/1995	6	8	4	16	2,9	24	60,9	33º	Classificado	Pretos ou Pardos
219	ELIDIANE PADOVANI	01/07/1985	10	4	4	18	1,5	22	59,5	34º	Classificado	Ampla Concorrência
666	CAMILA FERNANDA DA SILVA VALENCIO VILVERT	20/02/1994	8	4	4	16	2,3	25	59,3	35º	Classificado	Ampla Concorrência
174	DANIELA KELI OLIVEIRA DOS SANTOS	09/01/1990	6	6	2	16	5,1	24	59,1	36º	Classificado	Ampla Concorrência
588	DANIELY ALVES SILVA DOS SANTOS	26/11/1996	8	4	2	18	4,1	17	53,1	37º	Classificado	Ampla Concorrência
186	PAULA CRISTIANI FAVERO MARINO	03/11/1984	8	0	4	22	3,1	15	52,1	38º	Classificado	Ampla Concorrência
15	REGIANI BARBOSA	04/06/1985	6	4	6	18	1,6	15	50,6	39º	Classificado	Ampla Concorrência
673	JHENIFER NOGUEIRA DA SILVA	04/03/1998	6	4	8	20	2,3	13	53,3	-	Desclassificado	Ampla Concorrência
152	JHONNY SANTOS SILVA	14/09/2002	6	6	6	20	1,2	13	52,2	-	Desclassificado	Ampla Concorrência
417	GRAZIELI JAQUELINE PRIOR	03/08/1992	8	4	6	20	1,3	12,5	51,8	-	Desclassificado	Ampla Concorrência
258	SIMONE BELINI DARE	12/08/1986	8	6	2	16	4,8	13	49,8	-	Desclassificado	Ampla Concorrência
477	JAQUELINE RANEK DOS SANTOS LEAL	20/04/1996	6	4	6	16	4,1	12	48,1	-	Desclassificado	Pretos ou Pardos
633	ROSINETE EVANGELISTA	22/12/1982	6	10	6	22	3,3	-	47,3	-	Ausente	Pretos ou Pardos
381	CELMA MARA BUZATO DA SILVA	23/08/1972	6	6	2	18	2,8	10	44,8	-	Desclassificado	Ampla Concorrência
739	TATIANE STANISOSKI FEITOSA MARQUES	05/05/1989	8	4	6	14	6	-	38	-	Ausente	Ampla Concorrência
564	APARECIDA MAURÍCIO	02/08/1974	8	2	4	22	1,5	-	37,5	-	Ausente	Ampla Concorrência
758	REGIANE CRISTINA DE SOUZA CASTANHO	23/08/1996	6	8	2	20	1,3	-	37,3	-	Ausente	Ampla Concorrência
368	THAIS CIELY DE OLIVEIRA MENEGUIN SILVA	23/01/1994	6	10	2	14	3,8	-	35,8	-	Ausente	Ampla Concorrência

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - IPORÃ

INSCRIÇÃO	NOME	INS. NASC.	LP	MAT	CG	CE	PDT	PP	PONTOS	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
707	ANA CLARA MOREIRA	07/06/2004	8	10	6	24	3	28	79	1º	Classificado	Ampla Concorrência
485	DAIANA LUCIA ANTUNES BARDO GONZAGA	17/06/1988	6	10	4	26	-	30	76	2º	Classificado	Ampla Concorrência
184	DIEGO DA SILVA JAMARCHI	17/02/1992	6	6	8	26	-	30	76	3º	Classificado	Ampla Concorrência
53	ANALIGIA DE SANTANA ABREU	10/06/1998	8	6	4	24	3,3	29	74,3	4º	Classificado	Ampla Concorrência
64	KAMILLA VIANA SANTOS	05/03/1993	6	8	8	20	3	28	73	5º	Classificado	Pretos ou Pardos
497	CARLA FERNANDA STASHAKI	11/12/1999	6	4	4	28	-	30	72	6º	Classificado	Ampla Concorrência
541	IASMIM DE FREITAS COSTA	27/01/2000	6	6	8	26	-	26	72	7º	Classificado	Ampla Concorrência
366	MARIA VITÓRIA DOS SANTOS	01/05/2002	6	10	4	22	-	29,5	71,5	8º	Classificado	Ampla Concorrência
559	ANA PAULA CURTI	13/09/1984	6	4	6	24	1	30	71	9º	Classificado	Ampla Concorrência
133	ALANA COSTA ARAUJO	27/03/2003	8	2	4	26	-	30	70	10º	Classificado	Ampla Concorrência
63	CAUANI DA SILVA TACONI	27/07/2000	6	6	4	26	-	27	69	11º	Classificado	Ampla Concorrência
719	LUDEMILA REGINA PICCIRILO	24/11/1980	4	10	6	18	3	28	69	12º	Classificado	Ampla Concorrência
672	MILENA MARCIANO FERREIRA	11/04/2004	8	2	4	24	-	30	68	13º	Classificado	Ampla Concorrência
319	GABRIELA MORAIS ALVES DOS SANTOS	25/07/1994	6	4	4	24	-	30	68	14º	Classificado	Ampla Concorrência
103	MELISSA DOS SANTOS MORANDIM	26/12/2006	6	4	6	20	3	29	68	15º	Classificado	Ampla Concorrência
357	ANA CAROLINE LOPES BERNARDINO	24/08/1995	8	4	4	22	1	28	67	16º	Classificado	Ampla Concorrência
596	AUGUSTA APARECIDA COSTA	26/02/1977	6	8	2	22	-	29	67	17º	Classificado	Ampla Concorrência
661	LUZIA PATRÍCIA CABRAL FRANKOSKI	13/12/1986	4	4	8	22	-	29	67	18º	Classificado	Ampla Concorrência
599	GISLENE LOPES DE MATTOS	29/07/1984	10	6	6	24	-	20	66	19º	Classificado	Ampla Concorrência
346	RAYSSA SILVA DOS SANTOS	31/05/2005	6	4	4	24	-	28	66	20º	Classificado	Ampla Concorrência
342	OHANA BENTO MAIA CARRILHO	08/10/2001	8	4	4	20	1	29	66	21º	Classificado	Ampla Concorrência
185	JANAINA APARECIDA SOLES ROCHA	22/12/1982	6	4	6	22	1,8	25,5	65,3	22º	Classificado	Pretos ou Pardos
181	THAIS FERNANDA DANTAS	05/04/1989	6	4	6	16	3	30	65	23º	Classificado	Pretos ou Pardos
471	BRIZZIANE BRIZZI SOUZA	07/01/1994	4	4	6	16	6	29	65	24º	Classificado	Ampla Concorrência
385	ADRIANA BUENO DOS SANTOS	01/03/2007	6	6	6	18	0,3	28	64,3	25º	Classificado	Ampla Concorrência
282	CÁTIA CRISTINA DOS SANTOS MOURA	25/01/1988	6	4	4	20	-	30	64	26º	Classificado	Ampla Concorrência
320	LETICIA GONÇALVES HORTA	04/04/1984	8	2	6	18	-	29	63	27º	Classificado	Ampla Concorrência
508	PRICILA TALITA DE PAULA BIANCHINI	19/05/1987	6	8	6	12	6	25	63	28º	Classificado	Ampla Concorrência
617	SIMONI SIBIM KUSSUDA	27/11/1989	6	8	4	20	-	23	61	29º	Classificado	Ampla Concorrência
383	YASMIM DA SILVA	04/06/1997	6	6	6	24	2,2	16,5	60,7	30º	Classificado	Ampla Concorrência
131	KAUANA DOS SANTOS FRANCISCO	26/08/1997	6	4	6	18	2,3	24	60,3	31º	Classificado	Ampla Concorrência
675	LIVIA LOPES RITTA PRIULI	23/12/2002	8	2	8	16	0,3	26	60,3	32º	Classificado	Ampla Concorrência
500	MARIA EDUARDA ZANINELLO DE AZEVEDO GALANI	05/10/2003	4	2	2	22	3	27	60	33º	Classificado	Ampla Concorrência
459	IRANI DE AGUIAR MERCENAS BRITO	22/03/1979	4	6	4	20	2	24	60	34º	Classificado	Pretos ou Pardos
760	SELMA DIAS DOS SANTOS FLORIANO	20/02/1980	6	0	6	24	1,3	22	59,3	35º	Classificado	Pretos ou Pardos
447	LUANA CRISTINA COGO	17/12/2004	6	2	4	22	3	21,5	58,5	36º	Classificado	Ampla Concorrência
153	VITORIA DE OLIVEIRA MARCO	15/09/1996	8	4	2	20	-	24	58	37º	Classificado	Ampla Concorrência
364	GABRIELA VIANA DA SILVA	05/09/2002	6	4	8	16	-	22	56	38º	Classificado	Ampla Concorrência
285	AMANDA LOPES SOUZA DE AGUIAR	07/11/1994	6	2	4	22	0	19	53	39º	Classificado	Ampla Concorrência

644	MATHEUS DIAS DE ALMEIDA	20/10/2003	6	2	6	22	-	15	51	40º	Classificado	Pretos ou Pardos
305	QUEILA MARIA FERNANDES	05/08/1983	6	2	6	24	1	13	52	-	Desclassificado	Ampla Concorrência
521	LETÍCIA STEFANE BACHIN	30/01/1999	10	6	6	22	-	-	44	-	Ausente	Ampla Concorrência
104	NEUSA CASSIMIRO DOS SANTOS	06/03/1972	10	8	6	16	3,9	-	43,9	-	Ausente	Ampla Concorrência
313	GISLAINE DOS SANTOS MEDEIROS	17/04/1999	6	4	6	24	0	-	40	-	Ausente	Ampla Concorrência
269	GIOVANA KAROLINE DE OLIVEIRA ALVES	09/07/1996	6	6	4	18	-	5	39	-	Desclassificado	Ampla Concorrência
522	YASMIN VOLPE BERNARDELLI	17/08/1999	6	4	2	26	0	-	38	-	Ausente	Ampla Concorrência
590	LORENA AFFONSO GAMBOA	11/05/2004	6	2	8	22	-	-	38	-	Ausente	Ampla Concorrência
486	ANGELA CRISTINA BANA ROSSANO	27/10/1980	6	2	2	24	3,1	-	37,1	-	Ausente	Ampla Concorrência
197	EDIVAINE TEIXEIRA	22/08/1985	8	6	4	18	1	-	37	-	Ausente	Ampla Concorrência
556	ELENICE DIAS CAMPOS	27/08/1984	8	2	8	16	-	-	34	-	Ausente	Ampla Concorrência

TÉCNICO EM ENFERMAGEM - IPORÃ

INSCRIÇÃO	NOME	INS. NASC.	LP	MAT	CG	CE	PPR	PONTOS	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
126	SILVANA MONTEIRO SCARLASSARE RIBEIRO	21/07/1987	6	2	4	24	40	76	1º	Classificado	Ampla Concorrência
579	ROSANI LIMA DOS SANTOS	10/01/1973	2	2	6	24	40	74	2º	Classificado	Ampla Concorrência
712	DENISE DA SILVA MUNDEK	29/06/1991	10	4	4	18	38	74	3º	Classificado	Ampla Concorrência
618	ANDREIA DOS SANTOS SOARES	17/09/1982	10	0	4	20	38	72	4º	Classificado	Pretos ou Pardos
151	ROSELI FONSECA DA SILVA	28/03/1975	6	4	0	20	40	70	5º	Classificado	Ampla Concorrência
203	MONICA DA SILVA BRITO	10/05/1996	8	0	4	18	40	70	6º	Classificado	Ampla Concorrência
615	LARISSA AZEVEDO DA FONSECA	15/06/1998	8	6	2	14	40	70	7º	Classificado	Ampla Concorrência
173	ANA RAQUEL PORTELA NERY DA CRUZ	04/06/1987	6	0	4	20	37	67	8º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência
625	BRUNA CAROLINE DA SILVA	08/04/1998	4	6	4	18	35	67	9º	Classificado	Ampla Concorrência
201	ANGELA ROSA SEEHAGEN	09/08/1979	6	8	6	20	-	40	-	Ausente	Ampla Concorrência

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:211DE847

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ANEXO I

MUNICIPIO DE LOBATO - PR
PODER EXECUTIVO — Exercício de 2026
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2025 - JUNHO/2026
RGF - ANEXO 1 (LRF, art 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	Jul/2025	Ago/2025	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025	Jan/2026	Fev/2026	Mar/2026	Abr/2026	Mai/2026	Jun/2026	TOTAL (ULTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.437.250,09	2.177.912,47	2.102.822,55	2.138.175,63	2.125.798,65	3.761.079,10	1.937.376,45	1.764.369,14	1.743.963,76	1.763.720,07	1.777.307,14	1.782.665,23	25.512.440,28	0,00
Pessoal Ativo	1.918.080,43	1.662.368,23	1.585.740,07	1.611.897,17	1.601.276,66	2.729.467,63	1.866.674,89	1.690.965,91	1.671.046,88	1.689.776,51	1.703.363,58	1.709.178,15	21.439.836,11	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.716.139,64	1.448.512,12	1.390.007,26	1.408.494,87	1.396.505,34	2.331.401,24	1.640.539,45	1.458.863,73	1.443.264,42	1.458.394,88	1.471.720,13	1.475.274,29	18.639.117,37	0,00
Obrigações Patronais	201.940,79	213.856,11	195.732,81	203.402,30	204.771,32	398.066,39	226.135,44	232.102,18	227.782,46	231.381,63	231.643,45	233.903,86	2.800.718,74	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	519.169,66	515.544,24	517.082,48	526.278,46	524.521,99	1.031.611,47	70.701,56	73.403,23	72.916,88	73.943,56	73.943,56	73.487,08	4.072.604,17	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	436.031,78	436.031,78	436.031,78	442.409,34	441.973,53	876.100,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.068.579,13	0,00

Pensões	83.137,88	79.512,46	81.050,70	83.869,12	82.548,46	155.510,55	70.701,56	73.403,23	72.916,88	73.943,56	73.943,56	73.487,08	1.004.025,04	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	519.169,66	515.544,24	517.082,48	526.278,46	524.521,99	1.031.611,47	123.685,04	122.174,90	139.465,76	132.346,18	140.263,32	113.330,69	4.405.474,19	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	519.169,66	515.544,24	517.082,48	526.278,46	524.521,99	1.031.611,47	70.701,56	73.403,23	72.916,88	73.943,56	73.943,56	73.487,08	4.072.604,17	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.983,48	48.771,67	66.548,88	58.402,62	66.319,76	39.843,61	332.870,02	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.918.080,43	1.662.368,23	1.585.740,07	1.611.897,17	1.601.276,66	2.729.467,63	1.813.691,41	1.642.194,24	1.604.498,00	1.631.373,89	1.637.043,82	1.669.334,54	21.106.966,09	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**49.913.395,23**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	**2.336.034,00**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	**1.118.000,00**	
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22)	**201.004,00**	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	**0,00**	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**46.258.357,23**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**21.106.966,09**	**45.63%**
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**24.979.512,90**	**54%**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**23.730.537,26**	**51,3%**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**22.481.561,61**	**48,6%**

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL LOBATO. Emissão: 21/07/2026, às 08:57:25.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota:

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:AA3FB77A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ANEXO I

MUNICIPIO DE LOBATO - PR							
CONSOLIDADO							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							Exercício de 2026
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A JUNHO / BIMESTRE MAIO - JUNHO							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	53.591.440,00	53.591.440,00	11.189.813,27	20,88	27.478.649,64	51,27	26.112.790,36
RECEITAS CORRENTES	53.591.440,00	53.591.440,00	9.794.813,27	18,28	24.245.855,52	45,24	29.345.584,48
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.454.000,00	4.454.000,00	822.331,07	18,46	1.806.959,81	40,57	2.647.040,19
Impostos	4.129.000,00	4.129.000,00	695.723,34	16,85	1.577.258,02	38,20	2.551.741,98
Taxas	325.000,00	325.000,00	126.607,73	38,96	229.701,79	70,68	95.298,21
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	2.433.100,00	2.433.100,00	552.532,08	22,71	1.094.592,63	44,99	1.338.507,37
Contribuições Sociais	1.865.000,00	1.865.000,00	448.566,63	24,05	803.989,54	43,11	1.061.010,46
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Púbica	568.100,00	568.100,00	103.965,45	18,30	290.603,09	51,15	277.496,91
RECEITA PATRIMONIAL	6.968.480,00	6.968.480,00	338.658,76	4,86	1.105.465,93	15,86	5.863.014,07
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	70.000,00	70.000,00	14.400,00	20,57	43.200,00	61,71	26.800,00
Valores Mobiliários	6.898.480,00	6.898.480,00	324.258,76	4,70	1.062.265,93	15,40	5.836.214,07
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.987.550,00	3.987.550,00	417.030,79	10,46	1.247.555,12	31,29	2.739.994,88
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	3.977.550,00	3.977.550,00	417.030,79	10,48	1.247.555,12	31,36	2.729.994,88
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.389.810,00	35.389.810,00	7.620.508,82	21,53	18.860.162,17	53,29	16.529.647,83
Transferências da União e de suas Entidades	23.082.710,00	23.082.710,00	5.415.389,49	23,46	12.187.993,42	52,80	10.894.716,58
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	8.717.100,00	8.717.100,00	1.506.936,62	17,29	4.444.057,02	50,98	4.273.042,98
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	3.590.000,00	3.590.000,00	698.182,71	19,45	2.228.111,73	62,06	1.361.888,27
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	358.500,00	358.500,00	43.751,75	12,20	131.119,86	36,57	227.380,14
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	3.000,00	3.000,00	1.171,35	39,05	4.741,25	158,04	-1.741,25
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	350.000,00	350.000,00	42.580,40	12,17	126.378,61	36,11	223.621,39
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	1.395.000,00	0,00	3.232.794,12	0,00	-3.232.794,12
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	1.395.000,00	0,00	3.232.794,12	0,00	-3.232.794,12
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	995.000,00	0,00	995.000,00	0,00	-995.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	400.000,00	0,00	2.237.794,12	0,00	-2.237.794,12
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.930.000,00	5.930.000,00	394.021,62	6,64	1.893.134,72	31,92	4.036.865,28
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	59.521.440,00	59.521.440,00	11.583.834,89	19,46	29.371.784,36	49,35	30.149.655,64
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	59.521.440,00	59.521.440,00	11.583.834,89	19,46	29.371.784,36	49,35	30.149.655,64
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	----	0,00	----	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	59.521.440,00	59.521.440,00	11.583.834,89	19,46	29.371.784,36	49,35	30.149.655,64
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	5.708.486,69	----	----	5.708.486,69	----	----
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	----	----	----	----	----
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	----	5.708.486,69	----	----	5.708.486,69	----	----
Reabertura de Créditos Adicionais	----	0,00	----	----	0,00	----	----

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	52.568.379,00	73.785.376,45	11.870.843,67	34.823.436,01	38.961.940,44	9.360.037,59	26.541.392,47	47.243.983,98	23.569.656,03
DESPESAS CORRENTES	50.637.599,00	55.372.194,69	8.299.615,87	26.737.365,00	28.634.829,69	8.293.246,84	23.816.809,00	31.555.385,69	20.846.175,76
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	30.157.059,00	30.913.244,83	4.358.949,09	13.192.931,69	17.720.313,14	4.370.306,15	13.170.139,54	17.743.105,29	11.653.527,12
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.478.540,00	24.456.949,86	3.940.666,78	13.544.433,31	10.912.516,55	3.922.940,69	10.646.669,46	13.810.280,40	9.192.648,64
DESPESAS DE CAPITAL	1.240.780,00	17.723.181,76	3.571.227,80	8.086.071,01	9.637.110,75	1.066.790,75	2.724.583,47	14.998.598,29	2.723.480,27
INVESTIMENTOS	1.238.780,00	17.721.181,76	3.571.227,80	8.086.071,01	9.635.110,75	1.066.790,75	2.724.583,47	14.996.598,29	2.723.480,27
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	690.000,00	690.000,00	----	----	690.000,00	----	----	690.000,00	----
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	6.953.061,00	6.885.516,00	386.938,77	2.002.845,70	4.882.670,30	404.343,96	1.927.634,12	4.957.881,88	1.721.493,72
SUBTOTAL DAS DESPESAS)(X) = (VIII + IX)	59.521.440,00	80.670.892,45	12.257.782,44	36.826.281,71	43.844.610,74	9.764.381,55	28.469.026,59	52.201.865,86	25.291.149,75
AMORTIZAÇÃO DA DIV./ REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	59.521.440,00	80.670.892,45	12.257.782,44	36.826.281,71	43.844.610,74	9.764.381,55	28.469.026,59	52.201.865,86	25.291.149,75
SUPERÁVIT (XIII)	----	----	----	0,00	----	----	902.757,77	----	4.080.634,61
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	59.521.440,00	80.670.892,45	12.257.782,44	36.826.281,71	----	9.764.381,55	29.371.784,36	----	29.371.784,36
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----	0,00	----

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.930.000,00	5.930.000,00	394.021,62	6,64	1.893.134,72	31,92	4.036.865,28
RECEITAS CORRENTES	5.930.000,00	5.930.000,00	394.021,62	6,64	1.893.134,72	31,92	4.036.865,28
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	2.350.000,00	2.350.000,00	369.938,21	15,74	1.087.390,99	46,27	1.262.609,01
Contribuições Sociais	2.350.000,00	2.350.000,00	369.938,21	15,74	1.087.390,99	46,27	1.262.609,01
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Púbica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	80.000,00	80.000,00	14.318,95	17,90	42.786,65	53,48	37.213,35
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	80.000,00	80.000,00	14.318,95	17,90	42.786,65	53,48	37.213,35
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.500.000,00	3.500.000,00	9.764,46	0,28	762.957,08	21,80	2.737.042,92
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	3.500.000,00	3.500.000,00	9.764,46	0,28	762.957,08	21,80	2.737.042,92
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	6.953.061,00	6.885.516,00	386.938,77	2.002.845,70	4.882.670,30	404.343,96	1.927.634,12	4.957.881,88	1.721.493,72	75.211,58
DESPESAS CORRENTES	3.553.061,00	3.485.516,00	386.938,77	1.259.642,11	2.225.873,89	404.343,96	1.184.430,53	2.301.085,47	978.290,13	75.211,58
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.867.061,00	2.957.661,00	370.991,76	1.109.222,80	1.848.438,20	370.991,76	1.109.222,80	1.848.438,20	926.670,14	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	686.000,00	527.855,00	15.947,01	150.419,31	377.435,69	33.352,20	75.207,73	452.647,27	51.619,99	75.211,58
DESPESAS DE CAPITAL	3.400.000,00	3.400.000,00	0,00	743.203,59	2.656.796,41	0,00	743.203,59	2.656.796,41	743.203,59	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.400.000,00	3.400.000,00	0,00	743.203,59	2.656.796,41	0,00	743.203,59	2.656.796,41	743.203,59	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----	0,00	----	----
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL LOBATO. Emissão: 21/07/2026, às 08:34:23.										
Nota(s) Explicativa(s):										

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:13D46CDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ANEXO II

MUNICIPIO DE LOBATO - PR										
CONSOLIDADO										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA										Exercício de 2026
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A JUNHO / BIMESTRE MAIO - JUNHO										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c")										R$ 1,00
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	52.568.379,00	73.785.376,45	11.870.843,67	34.823.436,01	94,561	38.961.940,44	9.360.037,59	26.541.392,47	93,23	47.243.983,98
LEGISLATIVA	1.677.710,00	1.677.710,00	287.223,47	820.231,30	2,23	857.478,70	302.813,32	807.586,01	2,84	870.123,99
AÇÃO LEGISLATIVA	1.677.710,00	1.677.710,00	287.223,47	820.231,30	2,23	857.478,70	302.813,32	807.586,01	2,84	870.123,99
ADMINISTRAÇÃO	7.269.300,00	7.573.753,14	1.108.202,60	3.609.099,20	9,80	3.964.653,94	1.033.669,46	3.206.663,32	11,26	4.367.089,82
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	699.500,00	699.500,00	154.830,54	319.756,58	0,87	379.743,42	154.830,54	319.756,58	1,12	379.743,42
ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.140.300,00	6.512.721,30	928.678,16	3.213.128,34	8,73	3.299.592,96	854.145,02	2.810.692,46	9,87	3.702.028,84
CONTROLE INTERNO	423.500,00	234.500,00	24.693,90	76.214,28	0,21	158.285,72	24.693,90	76.214,28	0,27	158.285,72
DEMAIS SUBFUNÇÕES	6.000,00	127.031,84	0,00	0,00	0,00	127.031,84	0,00	0,00	0,00	127.031,84
DEFESA NACIONAL	63.100,00	63.100,00	4.506,21	4.506,21	0,01	58.593,79	4.506,21	4.506,21	0,02	58.593,79
DEFESA TERRESTRE	63.100,00	63.100,00	4.506,21	4.506,21	0,01	58.593,79	4.506,21	4.506,21	0,02	58.593,79
SEGURANÇA PÚBLICA	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
POLICIAMENTO	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.821.780,00	4.209.757,05	652.177,42	2.158.364,75	5,86	2.051.392,30	772.688,06	2.032.672,00	7,14	2.177.085,05
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.477.100,00	1.477.100,00	183.172,47	630.766,07	1,71	846.333,93	189.652,87	602.687,78	2,12	874.412,22
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	274.000,00	653.907,76	23.675,81	535.652,34	1,45	118.255,42	29.955,81	535.652,34	1,88	118.255,42

ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	5.500,00	17.500,00	0,00	4.500,00	0,01	13.000,00	0,00	4.500,00	0,02	13.000,00
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	151.600,00	281.310,25	11.722,96	38.414,15	0,10	242.896,10	12.761,28	38.161,67	0,13	243.148,58
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	629.700,00	858.998,04	243.259,87	367.719,28	1,00	491.278,76	261.985,04	338.670,23	1,19	520.327,81
SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	283.880,00	920.941,00	190.346,31	581.312,91	1,58	339.628,09	278.333,06	512.999,98	1,80	407.941,02
PREVIDÊNCIA SOCIAL	9.051.000,00	9.051.000,00	1.111.592,84	3.373.242,61	9,16	5.677.757,39	1.118.579,61	3.351.697,29	11,77	5.699.302,71
ADMINISTRAÇÃO GERAL	191.000,00	191.000,00	14.084,58	83.719,33	0,23	107.280,67	21.071,35	62.174,01	0,22	128.825,99
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	8.860.000,00	8.860.000,00	1.097.508,26	3.289.523,28	8,93	5.570.476,72	1.097.508,26	3.289.523,28	11,55	5.570.476,72
SAÚDE	11.894.289,00	17.357.055,06	2.662.284,90	7.535.179,39	20,46	9.821.875,67	2.224.245,95	5.971.386,67	20,98	11.385.668,39
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.175.000,00	1.242.880,14	0,00	1.117.373,29	3,03	125.506,85	247.176,23	562.413,29	1,98	680.466,85
ATENÇÃO BÁSICA	10.463.789,00	15.858.674,92	2.618.317,02	6.299.966,48	17,11	9.558.708,44	1.933.101,84	5.291.133,76	18,59	10.567.541,16
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	157.000,00	157.000,00	21.678,45	63.720,49	0,17	93.279,51	21.678,45	63.720,49	0,22	93.279,51
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	98.500,00	98.500,00	22.289,43	54.119,13	0,15	44.380,87	22.289,43	54.119,13	0,19	44.380,87
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
EDUCAÇÃO	9.812.600,00	10.470.871,35	1.291.843,65	4.871.562,46	13,23	5.599.308,89	1.505.595,05	4.581.166,38	16,09	5.889.704,97
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	137.000,00	137.000,00	0,00	136.053,03	0,37	946,97	0,00	136.053,03	0,48	946,97
EDUCAÇÃO INFANTIL	4.018.000,00	4.372.172,83	555.315,67	2.006.025,43	5,45	2.366.147,40	642.618,02	1.977.309,09	6,95	2.394.863,74
ENSINO FUNDAMENTAL	4.322.400,00	4.626.498,52	561.220,07	1.907.758,80	5,18	2.718.739,72	592.566,16	1.854.280,77	6,51	2.772.217,75
ENSINO SUPERIOR	382.000,00	382.000,00	0,00	339.008,60	0,92	42.991,40	62.365,20	153.230,80	0,54	228.769,20
DEMAIS SUBFUNÇÕES	949.200,00	949.200,00	175.307,91	482.716,60	1,31	466.483,40	208.045,67	460.292,69	1,62	488.907,31
CULTURA	301.300,00	367.287,19	75.482,40	206.593,22	0,56	160.693,97	41.179,42	164.226,75	0,58	203.060,44
ADMINISTRAÇÃO GERAL	155.300,00	208.287,19	19.947,75	94.116,90	0,26	114.170,29	16.825,77	83.715,43	0,29	124.571,76
DIFUSÃO CULTURAL	146.000,00	159.000,00	55.534,65	112.476,32	0,31	46.523,68	24.353,65	80.511,32	0,28	78.488,68
URBANISMO	2.048.470,00	2.816.011,28	657.404,90	1.705.963,91	4,63	1.110.047,37	540.149,53	1.063.093,42	3,73	1.752.917,86
INFRA-ESTRUTURA URBANA	185.800,00	913.341,28	514.760,00	721.491,49	1,96	191.849,79	213.491,49	213.491,49	0,75	699.849,79
SERVIÇOS URBANOS	1.862.670,00	1.902.670,00	142.644,90	984.472,42	2,67	918.197,58	326.658,04	849.601,93	2,98	1.053.068,07
HABITAÇÃO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
HABITAÇÃO URBANA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
SANEAMENTO	2.567.000,00	2.567.000,00	496.221,15	1.328.884,18	3,61	1.238.115,82	439.281,33	1.200.584,55	4,22	1.366.415,45
ADMINISTRAÇÃO GERAL	588.000,00	588.000,00	94.248,39	383.425,29	1,04	204.574,71	101.641,33	340.563,42	1,20	247.436,58
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	1.979.000,00	1.979.000,00	401.972,76	945.458,89	2,57	1.033.541,11	337.640,00	860.021,13	3,02	1.118.978,87
GESTÃO AMBIENTAL	509.700,00	509.700,00	133.959,69	385.630,70	1,05	124.069,30	135.509,69	374.780,70	1,32	134.919,30
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	508.700,00	508.700,00	133.959,69	385.630,70	1,05	123.069,30	135.509,69	374.780,70	1,32	133.919,30
RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
AGRICULTURA	95.200,00	4.631.394,91	0,00	3.693.545,20	10,03	937.849,71	628.890,00	1.799.045,20	6,32	2.832.349,71
EXTENSÃO RURAL	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	73.000,00	4.609.194,91	0,00	3.693.390,00	10,03	915.804,91	628.890,00	1.798.890,00	6,32	2.810.304,91
DEMAIS SUBFUNÇÕES	20.200,00	20.200,00	0,00	155,20	0,00	20.044,80	0,00	155,20	0,00	20.044,80
INDÚSTRIA	262.000,00	262.000,00	26.485,92	127.931,73	0,35	134.068,27	36.235,59	117.525,15	0,41	144.474,85
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	262.000,00	262.000,00	26.485,92	127.931,73	0,35	134.068,27	36.235,59	117.525,15	0,41	144.474,85
COMÉRCIO E SERVIÇOS	523.300,00	1.214.849,29	528.250,00	658.750,00	1,79	556.099,29	1.050,00	131.550,00	0,46	1.083.299,29
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.000,00	551.617,29	522.400,00	522.400,00	1,42	29.217,29	0,00	0,00	0,00	551.617,29
TURISMO	522.300,00	663.232,00	5.850,00	136.350,00	0,37	526.882,00	1.050,00	131.550,00	0,46	531.682,00
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
ENERGIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
ENERGIA ELÉTRICA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSPORTE	2.077.430,00	7.873.430,00	2.296.866,30	3.067.779,99	8,33	4.805.650,01	377.150,73	1.079.166,72	3,79	6.794.263,28
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	2.077.430,00	7.873.430,00	2.296.866,30	3.067.779,99	8,33	4.805.650,01	377.150,73	1.079.166,72	3,79	6.794.263,28
DESPORTO E LAZER	983.000,00	2.529.257,18	534.060,42	881.187,25	2,39	1.648.069,93	148.258,53	464.729,70	1,63	2.064.527,48
DESPORTO COMUNITÁRIO	983.000,00	2.529.257,18	534.060,42	881.187,25	2,39	1.648.069,93	148.258,53	464.729,70	1,63	2.064.527,48
ENCARGOS ESPECIAIS	411.200,00	411.200,00	4.281,80	394.983,91	1,07	16.216,09	50.235,11	191.012,40	0,67	220.187,60
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	407.200,00	407.200,00	4.281,80	394.983,91	1,07	12.216,09	50.235,11	191.012,40	0,67	216.187,60
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	135.000,00	135.000,00	0,00	0,00	0,00	135.000,00	0,00	0,00	0,00	135.000,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	135.000,00	135.000,00	0,00	0,00	0,00	135.000,00	0,00	0,00	0,00	135.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	6.953.061,00	6.885.516,00	386.938,77	2.002.845,70	5,439	4.882.670,30	404.343,96	1.927.634,12	6,77	4.957.881,88
LEGISLATIVA	129.800,00	129.800,00	8.107,18	24.321,54	0,07	105.478,46	8.107,18	24.321,54	0,09	105.478,46
AÇÃO LEGISLATIVA	129.800,00	129.800,00	8.107,18	24.321,54	0,07	105.478,46	8.107,18	24.321,54	0,09	105.478,46
ADMINISTRAÇÃO	780.600,00	643.455,00	61.572,58	239.028,94	0,65	404.426,06	71.018,17	206.480,37	0,73	436.974,63
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	59.000,00	59.000,00	8.374,12	25.060,46	0,07	33.939,54	8.374,12	25.060,46	0,09	33.939,54
ADMINISTRAÇÃO GERAL	657.600,00	535.455,00	49.000,50	191.568,34	0,52	343.886,66	58.446,09	159.019,77	0,56	376.435,23
CONTROLE INTERNO	64.000,00	49.000,00	4.197,96	22.400,14	0,06	26.599,86	4.197,96	22.400,14	0,08	26.599,86
DEFESA NACIONAL	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
DEFESA TERRESTRE	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	176.100,00	176.100,00	23.296,29	66.932,80	0,18	109.167,20	23.296,29	66.932,80	0,24	109.167,20
ADMINISTRAÇÃO GERAL	152.000,00	152.000,00	23.296,29	66.932,80	0,18	85.067,20	23.296,29	66.932,80	0,24	85.067,20
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	23.800,00	23.800,00	0,00	0,00	0,00	23.800,00	0,00	0,00	0,00	23.800,00
SAÚDE	709.061,00	759.061,00	106.056,22	331.008,75	0,90	428.052,25	108.536,61	320.845,98	1,13	438.215,02
ATENÇÃO BÁSICA	676.061,00	726.061,00	99.711,52	313.498,23	0,85	412.562,77	102.191,91	303.335,46	1,07	422.725,54
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	21.000,00	21.000,00	3.172,12	9.502,52	0,03	11.497,48	3.172,12	9.502,52	0,03	11.497,48
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	12.000,00	12.000,00	3.172,58	8.008,00	0,02	3.992,00	3.172,58	8.008,00	0,03	3.992,00
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
EDUCAÇÃO	1.282.900,00	1.302.500,00	150.794,59	480.710,34	1,31	821.789,66	154.394,38	470.650,64	1,65	831.849,36
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	631.000,00	631.000,00	83.522,42	269.254,43	0,73	361.745,57	87.122,21	259.194,73	0,91	371.805,27
ENSINO FUNDAMENTAL	648.000,00	667.600,00	67.272,17	211.455,91	0,57	456.144,09	67.272,17	211.455,91	0,74	456.144,09
DEMAIS SUBFUNÇÕES	3.400,00	3.400,00	0,00	0,00	0,00	3.400,00	0,00	0,00	0,00	3.400,00
CULTURA	24.300,00	24.300,00	2.215,16	16.681,14	0,05	7.618,86	2.565,08	8.910,53	0,03	15.389,47
ADMINISTRAÇÃO GERAL	10.300,00	10.300,00	0,00	9.996,00	0,03	304,00	349,92	2.225,39	0,01	8.074,61
DIFUSÃO CULTURAL	14.000,00	14.000,00	2.215,16	6.685,14	0,02	7.314,86	2.215,16	6.685,14	0,02	7.314,86
URBANISMO	41.000,00	41.000,00	0,00	0,00	0,00	41.000,00	0,00	0,00	0,00	41.000,00
SERVIÇOS URBANOS	41.000,00	41.000,00	0,00	0,00	0,00	41.000,00	0,00	0,00	0,00	41.000,00
SANEAMENTO	292.500,00	292.500,00	24.176,09	49.563,31	0,13	242.936,69	24.176,09	49.563,31	0,17	242.936,69
ADMINISTRAÇÃO GERAL	200.000,00	200.000,00	24.176,09	49.563,31	0,13	150.436,69	24.176,09	49.563,31	0,17	150.436,69
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	92.500,00	92.500,00	0,00	0,00	0,00	92.500,00	0,00	0,00	0,00	92.500,00
GESTÃO AMBIENTAL	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
INDÚSTRIA	3.000,00	3.000,00	0,00	1.585,65	0,00	1.414,35	0,00	1.585,65	0,01	1.414,35
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	3.000,00	3.000,00	0,00	1.585,65	0,00	1.414,35	0,00	1.585,65	0,01	1.414,35
COMÉRCIO E SERVIÇOS	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
TURISMO	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
TRANSPORTE	15.000,00	15.000,00	2.515,82	7.449,63	0,02	7.550,37	2.515,82	7.449,63	0,03	7.550,37
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	15.000,00	15.000,00	2.515,82	7.449,63	0,02	7.550,37	2.515,82	7.449,63	0,03	7.550,37
DESPORTO E LAZER	98.000,00	98.000,00	8.204,84	42.360,01	0,12	55.639,99	9.734,34	27.690,08	0,10	70.309,92
DESPORTO COMUNITÁRIO	98.000,00	98.000,00	8.204,84	42.360,01	0,12	55.639,99	9.734,34	27.690,08	0,10	70.309,92
ENCARGOS ESPECIAIS	3.400.000,00	3.400.000,00	0,00	743.203,59	2,02	2.656.796,41	0,00	743.203,59	2,61	2.656.796,41
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	3.400.000,00	3.400.000,00	0,00	743.203,59	2,02	2.656.796,41	0,00	743.203,59	2,61	2.656.796,41
TOTAL (III) = (I + II)	**59.521.440,00**	**80.670.892,45**	**12.257.782,44**	**36.826.281,71**	**100,00**	**43.844.610,74**	**9.764.381,55**	**28.469.026,59**	**100,00**	**52.201.865,86**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL LOBATO. Emissão: 21/07/2026, às 08:34:23.										
Nota(s) Explicativa(s):										

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:512718D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ANEXO III

MUNICÍPIO DE LOBATO - PR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO/2025 A JUNHO/2026

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2026
	Jul/2025	Ago/2025	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025	Jan/2026	Fev/2026	Mar/2026	Abr/2026	Mai/2026	Jun/2026	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**8.438.386,94**	**3.714.083,48**	**4.490.867,70**	**4.452.824,22**	**4.205.811,52**	**6.401.138,75**	**4.195.712,39**	**4.460.019,97**	**3.770.157,58**	**4.123.818,58**	**6.367.789,74**	**4.524.738,60**	**59.145.349,47**	**60.259.440,00**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.628.113,24	329.351,78	353.305,75	360.927,27	543.406,25	822.473,79	109.330,31	326.900,26	286.281,29	262.116,88	342.571,99	479.759,08	7.844.537,89	4.454.000,00
I.P.T.U.	58.577,14	53.029,62	64.124,46	52.684,10	11.874,59	17.549,87	13.405,97	12.540,23	22.238,60	14.168,80	33.715,67	164.101,36	518.010,41	680.000,00
I.S.S.	57.983,89	73.374,45	72.207,17	66.677,02	61.575,90	65.364,37	50.066,30	68.862,58	52.999,62	56.991,87	62.292,75	50.979,14	739.375,06	778.000,00
I.T.B.I.	3.353.699,20	16.636,47	41.114,00	82.331,72	52.150,20	16.810,68	3.840,00	67.665,26	4.918,98	11.743,05	47.601,47	4.380,07	3.702.891,10	1.101.000,00
I.R.R.F.	129.815,33	155.019,69	145.428,92	131.799,89	404.079,33	711.458,76	34.005,25	162.163,74	154.957,72	150.966,71	163.777,95	168.874,93	2.512.348,22	1.570.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	28.037,68	31.291,55	30.431,20	27.434,54	13.726,23	11.290,11	8.012,79	15.668,45	51.166,37	28.246,45	35.184,15	91.423,58	371.913,10	325.000,00
Contribuições	187.352,42	187.114,30	192.402,96	173.269,95	185.432,93	459.337,67	62.566,29	198.373,14	208.790,54	72.330,58	341.708,51	210.823,57	2.479.502,86	2.433.100,00
Receita Patrimonial	157.378,64	188.882,56	180.394,27	204.656,51	185.941,37	185.652,20	211.822,35	178.075,20	185.745,10	191.164,52	190.268,32	148.390,44	2.208.371,48	6.968.480,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	152.073,02	183.576,94	175.088,65	199.350,89	180.635,75	180.346,58	204.622,35	170.875,20	178.545,10	183.964,52	183.068,32	141.190,44	2.133.337,76	6.898.480,00
Outras Receitas Patrimoniais	5.305,62	5.305,62	5.305,62	5.305,62	5.305,62	5.305,62	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	75.033,72	70.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	193.010,00	198.150,20	191.973,72	204.312,06	208.908,63	204.737,22	207.109,28	214.329,46	216.478,70	192.606,89	221.144,44	195.886,35	2.448.646,95	3.987.550,00
Transferências Correntes	4.243.182,72	2.790.141,51	3.552.423,39	3.489.579,94	3.061.926,25	4.688.737,15	3.583.624,38	3.521.075,49	2.849.703,88	3.383.915,87	5.249.889,72	3.468.334,17	43.882.534,47	42.057.810,00
Cota-Parte do F.P.M.	1.944.488,42	1.498.336,02	1.901.447,24	1.275.233,87	1.733.476,08	2.791.542,42	1.771.935,36	2.227.853,55	1.349.100,18	1.588.434,41	1.922.509,94	2.025.539,87	22.029.897,36	24.500.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	802.271,33	644.183,70	792.114,82	717.659,89	668.725,99	848.132,38	735.124,05	587.018,69	815.022,63	753.675,50	611.774,52	791.622,73	8.767.326,23	9.600.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	40.344,72	48.135,67	34.728,87	26.331,32	27.427,51	12.948,49	294.638,28	97.032,55	82.389,64	82.406,09	71.958,25	32.284,15	850.625,54	750.000,00
Cota-Parte do I.T.R.	1.400,02	6.634,27	67.991,27	597.938,31	81.038,33	69.828,80	60.248,54	5.881,67	2.264,35	1.415,92	1.131,04	6.832,26	902.604,78	900.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	9.513,08	10.508,28	11.143,81	10.686,99	10.562,61	12.794,53	9.717,99	10.198,03	10.095,06	8.880,45	10.671,71	14.251,53	129.024,07	120.000,00
Transferências do FUNDEB	346.134,70	324.809,41	312.316,61	362.755,84	337.470,07	384.486,98	480.650,09	338.509,17	330.994,69	379.775,07	361.018,92	337.163,79	4.296.085,34	3.590.000,00
Outras Transferências Correntes	1.099.030,45	257.534,16	432.680,77	498.973,72	203.225,66	569.003,55	231.310,07	254.581,83	259.837,33	569.328,43	2.270.825,34	260.639,84	6.906.971,15	2.597.810,00
Outras Receitas Correntes	29.349,92	20.443,13	20.367,61	20.078,49	20.196,09	40.200,72	21.259,78	21.266,42	23.158,07	21.683,84	22.206,76	21.544,99	281.755,82	358.500,00
DEDUÇÕES (II)	**623.251,97**	**698.638,19**	**672.109,99**	**783.255,15**	**761.121,36**	**1.112.567,19**	**707.360,70**	**837.418,55**	**705.333,51**	**618.763,59**	**909.261,06**	**802.872,98**	**9.231.954,24**	**9.630.000,00**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	145.223,94	147.614,42	151.863,79	148.032,12	148.250,74	419.047,20	20.501,39	154.061,83	160.069,67	20.790,02	291.728,50	156.838,13	1.964.021,75	1.865.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	19.848,73	19.848,73	19.848,73	19.848,73	19.848,73	39.697,46	19.848,73	20.042,81	21.126,70	21.126,70	21.126,70	21.126,70	263.339,45	250.000,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	60.341,00	89.615,51	77.250,74	89.804,32	88.775,87	73.759,34	92.677,82	77.717,10	72.362,84	89.884,47	72.796,82	50.802,12	935.787,95	847.000,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	397.838,30	441.559,53	423.146,73	525.569,98	504.246,02	580.063,19	574.332,76	585.596,81	451.774,30	486.962,40	523.609,04	574.106,03	6.068.805,09	6.668.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**7.815.134,97**	**3.015.445,29**	**3.818.757,71**	**3.669.569,07**	**3.444.690,16**	**5.288.571,56**	**3.488.351,69**	**3.622.601,42**	**3.064.824,07**	**3.505.054,99**	**5.458.528,68**	**3.721.865,62**	**49.913.395,23**	**50.629.440,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	844.509,00	59.525,00	0,00	300.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	732.000,00	0,00	2.336.034,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	6.970.625,97	2.955.920,29	3.818.757,71	3.369.569,07	3.444.690,16	5.188.571,56	3.488.351,69	3.622.601,42	3.064.824,07	3.205.054,99	4.726.528,68	3.721.865,62	47.577.361,23	50.629.440,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.118.000,00	0,00	1.118.000,00	0,00

CF) (VI)														
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.662,00	35.662,00	35.662,00	35.662,00	35.662,00	22.694,00	201.004,00	403.000,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	6.970.625,97	2.955.920,29	3.818.757,71	3.369.569,07	3.444.690,16	5.188.571,56	3.452.689,69	3.586.939,42	3.029.162,07	3.169.392,99	3.572.866,68	3.699.171,62	46.258.357,23	50.226.440,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL LOBATO. Emissão: 21/07/2026, às 08:34:21.														
Nota(s) Explicativa(s):														

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:1AB4DDAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ANEXO VII

MUNICIPIO DE LOBATO - PR												
CONSOLIDADO												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											Exercício de 2026	
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JANEIRO A JUNHO 2026 / MÊS JUNHO 2026												
RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, Inciso V)											R$ 1,00	
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a+b) (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	Saldo Total L=(e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIO) (I)	5.397,50	759.858,99	747.467,50	0,00	17.788,99	634.293,44	1.520.816,82	1.116.991,46	985.347,62	201.473,37	968.289,27	986.078,26
PODER EXECUTIVO	5.397,50	759.858,99	747.467,50	0,00	17.788,99	634.293,44	1.520.816,82	1.116.991,46	985.347,62	201.473,37	968.289,27	986.078,26
DIRETORIA INST. SEGURIDADE SOCIAL MUN. LOBATO	146,62	2.677,71	0,00	0,00	2.824,33	698,76	4.000,00	3.000,00	2.500,00	0,00	2.198,76	5.023,09
GABINETE DO PREFEITO	89,94	7.280,15	6.416,15	0,00	953,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	953,94
SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DO	0,00	4.699,53	4.699,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. DE CULTURA, TURISMO, EVENTOS E LAZ	220,00	0,00	0,00	0,00	220,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220,00
SECRETARIA MUN. DE IND, COM. TRABALHO E EMPREGO	0,00	5.515,78	5.515,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO	0,00	1.213,78	1.213,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICO	289,94	108.031,16	104.803,76	0,00	3.517,34	628.027,41	1.174.837,95	788.821,22	657.677,38	196.328,07	948.859,91	952.377,25
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	43.269,34	43.269,34	0,00	0,00	0,00	1.970,00	1.970,00	1.970,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.010,95	34.718,26	32.897,05	0,00	3.832,16	0,00	9.557,00	6.417,00	6.417,00	3.140,00	0,00	3.832,16
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	1.386,30	75.733,16	73.761,96	0,00	3.357,50	0,00	99.334,55	97.450,60	97.450,60	1.883,95	0,00	3.357,50
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	0,00	35.654,78	35.654,78	0,00	0,00	0,00	158.261,57	158.261,57	158.261,57	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	0,00	16.185,26	16.185,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	113,03	0,00	0,00	0,00	113,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113,03
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	1.964,13	1.964,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	0,00	1.418,87	1.418,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	1.140,71	420.274,94	418.444,97	0,00	2.970,68	5.567,27	63.735,64	51.992,77	51.992,77	121,35	17.188,79	20.159,47
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPA DE ÁGUA E ESGOTO	0,00	1.222,14	1.222,14	0,00	0,00	0,00	9.120,11	9.078,30	9.078,30	0,00	41,81	41,81
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	372,70	174.703,24	174.703,24	0,00	372,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	372,70

PODER EXECUTIVO	372,70	174.703,24	174.703,24	0,00	372,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	372,70
GABINETE DO PREFEITO	0,00	4.257,34	4.257,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO	0,00	4.332,71	4.332,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. DE IND, COM. TRABALHO E EMPREGO	0,00	1.500,92	1.500,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICO	0,00	8.973,49	8.973,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	9.273,91	9.273,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a+b) (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	Saldo Total L=(e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2025 (g)					
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	10.764,76	10.764,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	372,70	71.115,84	71.115,84	0,00	372,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	372,70
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	0,00	8.320,63	8.320,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	0,00	4.223,90	4.223,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	51.939,74	51.939,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (III) = (I + II):	**5.770,20**	**934.562,23**	**922.170,74**	**0,00**	**18.161,69**	**634.293,44**	**1.520.816,82**	**1.116.991,46**	**985.347,62**	**201.473,37**	**968.289,27**	**986.450,96**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL LOBATO. Emissão: 21/07/2026, às 08:37:10.												
Nota(s) Explicativa(s):												

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:67DEE030

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ANEXO XIII

MUNICÍPIO DE LOBATO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO DE 2026 / SEMESTRE JANEIRO - JUNHO		
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL (Acumulado até o semestre)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Constituidos pela SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	47.356.302,59	50.629.440,00	50.629.440,00	50.629.440,00	50.629.440,00	50.629.440,00	50.629.440,00	50.629.440,00	50.629.440,00	50.629.440,00	50.629.440,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL LOBATO. Emissão: 21/07/2026, às 09:08:37.

Nota(s) Explicativa(s):

MUNICÍPIO DE LOBATO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2026 / SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) | R$ 1,00

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:2447B7B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RREO - 03 DEMONST. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

MUNICÍPIO DE PAICANDU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO/2025 A JUNHO/2026

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I) | Em Reais

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2026
	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026		
RECEITAS CORRENTES (I)	**17.182.412,93**	**15.023.136,13**	**16.902.101,39**	**15.801.382,86**	**15.027.470,35**	**20.893.721,39**	**19.542.940,32**	**17.745.968,65**	**18.603.826,25**	**21.634.385,53**	**16.555.280,56**	**19.511.072,67**	**214.423.699,03**	**219.078.554,50**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.991.150,40	2.332.296,20	2.168.176,27	2.097.395,73	1.605.139,27	2.021.561,45	2.873.986,67	2.107.410,62	3.068.290,42	5.561.017,27	2.506.301,03	2.408.287,06	31.741.012,39	37.023.195,30
IPTU	544.769,96	433.282,01	276.924,64	225.030,98	189.327,56	205.100,19	228.533,42	580.783,37	1.159.906,94	2.611.427,95	592.924,33	540.813,43	7.588.824,78	11.113.847,80
ISS	779.964,82	631.109,88	776.760,34	616.511,90	734.900,99	737.467,25	685.522,91	587.530,27	674.926,65	790.742,94	773.399,03	711.473,30	8.500.310,28	8.456.000,00
ITBI	426.868,99	385.294,57	232.235,98	556.557,67	445.708,61	306.170,38	247.442,69	213.888,89	267.918,57	618.528,15	302.089,28	430.463,58	4.433.167,36	5.568.400,00
IRRF	951.746,38	538.856,69	552.833,70	540.634,23	98.971,22	650.627,02	1.564.797,54	457.025,55	459.418,90	546.495,97	531.615,39	476.307,72	7.369.330,31	8.284.847,50
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	287.800,25	343.753,05	329.421,61	158.660,95	136.230,89	122.196,61	147.690,11	268.182,54	506.119,36	993.822,26	306.273,00	249.229,03	3.849.379,66	3.600.100,00
Contribuições	212.526,46	189.499,35	186.783,35	181.529,56	194.679,25	191.385,65	215.696,03	224.851,67	238.654,45	301.724,51	238.402,89	236.339,95	2.612.073,12	2.600.000,00
Receita Patrimonial	477.815,96	464.432,19	440.910,15	486.815,14	406.826,10	425.134,77	480.584,57	307.455,11	465.958,59	2.580.437,68	344.310,69	330.974,63	7.211.655,58	5.803.442,66
Rendimentos de Aplicação Financeira	416.598,70	408.157,81	375.462,54	425.577,94	339.110,83	423.748,72	349.635,00	305.740,37	336.674,98	317.032,50	276.583,69	265.421,93	4.239.745,01	2.855.442,66
Outras Receitas Patrimoniais	61.217,26	56.274,38	65.447,61	61.237,20	67.715,27	1.386,05	130.949,57	1.714,74	129.283,61	2.263.405,18	67.727,00	65.552,70	2.971.910,57	2.948.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	1,46	0,02	0,89	0,52	218,66	0,02	5,73	0,15	78,24	1,07	3,62	3,55	313,93	55.600,00
Transferências Correntes	13.456.903,00	12.006.993,27	14.075.850,37	12.991.820,22	12.810.596,44	18.055.674,49	15.785.082,33	15.088.898,13	14.749.713,82	13.161.457,00	13.453.183,47	16.355.443,63	171.991.616,17	172.619.316,54
Cota-Parte do FPM	6.481.628,10	4.994.453,34	6.338.157,51	4.250.779,61	5.778.253,61	9.305.141,39	5.906.451,17	7.426.178,55	4.497.000,59	5.294.781,36	6.408.366,45	6.751.799,57	73.432.991,25	70.086.972,49
Cota-Parte do ICMS	1.873.412,23	1.504.256,20	1.849.695,36	1.675.833,03	1.561.565,72	1.980.503,99	1.732.028,31	1.383.821,02	1.921.310,94	1.776.693,00	1.442.179,69	1.866.148,71	20.567.448,20	22.000.000,00

Cota-Parte do IPVA	340.701,44	335.529,07	314.099,51	271.308,86	227.581,66	289.957,39	2.017.320,09	696.958,62	643.092,56	567.998,33	507.372,92	240.544,86	6.452.465,31	8.250.000,00
Cota-Parte do ITR	3.066,17	5.446,34	129.083,90	975.349,09	28.975,09	34.709,72	7.110,24	850,28	727,14	9.532,23	5.960,81	2.876,96	1.203.687,97	1.200.000,00
Transferências da LC 61/1989	22.214,33	24.538,25	26.022,30	24.955,56	24.665,12	29.876,94	22.908,96	24.040,55	23.797,84	20.934,59	25.157,18	33.596,13	302.707,75	292.500,00
Transferências do FUNDEB	3.364.940,37	3.152.234,21	3.048.182,78	3.545.525,85	3.294.920,07	3.922.618,46	4.821.270,42	3.569.188,83	3.496.377,01	4.025.876,65	3.651.478,89	3.754.554,28	43.647.167,82	46.320.109,11
Outras Transferências Correntes	1.370.940,36	1.990.535,86	2.370.609,01	2.248.068,22	1.894.635,17	2.492.866,60	1.277.993,14	1.987.860,28	4.167.407,74	1.465.640,84	1.412.667,53	3.705.923,12	26.385.147,87	24.469.734,94
Outras Receitas Correntes	44.015,65	29.915,10	30.380,36	43.821,69	10.010,63	199.965,01	187.584,99	17.352,97	81.130,73	29.748,00	13.078,86	180.023,85	867.027,84	977.000,00
DEDUÇÕES (II)	**1.206.063,30**	**1.373.382,57**	**1.270.821,65**	**1.440.183,20**	**1.524.208,18**	**1.771.955,66**	**1.938.777,65**	**1.906.933,86**	**1.417.749,92**	**1.534.552,00**	**1.678.371,49**	**1.779.557,34**	**18.842.556,82**	**18.039.700,00**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	1.075,96	537,98	537,98	537,98	0,00	537,98	1.613,94	564,13	564,13	564,13	564,13	564,13	7.662,47	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.204.987,34	1.372.844,59	1.270.283,67	1.439.645,22	1.524.208,18	1.771.417,68	1.937.163,71	1.906.369,73	1.417.185,79	1.533.987,87	1.677.807,36	1.778.993,21	18.834.894,35	18.039.700,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**15.976.349,63**	**13.649.753,56**	**15.631.279,74**	**14.361.199,66**	**13.503.262,17**	**19.121.765,73**	**17.604.162,67**	**15.839.034,79**	**17.186.076,33**	**20.099.833,53**	**14.876.909,07**	**17.731.515,33**	**195.581.142,21**	**201.038.854,50**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art.166-A, §1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	1.100.000,00	1.095.000,00	400.000,00	430.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.370.000,00	4.395.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA P/ CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**15.976.349,63**	**13.649.753,56**	**14.531.279,74**	**13.266.199,66**	**13.103.262,17**	**18.691.765,73**	**17.604.162,67**	**15.839.034,79**	**17.186.076,33**	**20.099.833,53**	**14.876.909,07**	**16.361.515,33**	**191.186.142,21**	**201.038.854,50**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	11.709,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.709,80	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)(VII)	195.009,04	194.901,82	196.538,94	196.113,59	195.662,45	387.466,55	208.925,18	208.278,91	210.666,10	208.166,63	209.117,18	208.027,15	2.618.873,54	2.600.000,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**15.781.340,59**	**13.454.851,74**	**14.323.031,00**	**13.070.086,07**	**12.907.599,72**	**18.304.299,18**	**17.395.237,49**	**15.630.755,88**	**16.975.410,23**	**19.891.666,90**	**14.667.791,89**	**16.153.488,18**	**188.555.558,87**	**198.438.854,50**
FONTE: Sistema Informatizado - Município de Paiçandu - 17/jul/2026 - 16h e 03m														
Nota:														
Parâmetro: CONSOLIDAÇÃO GERAL														

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:F165F206

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RREO - 07 DEMONST PODER E ÓRGÃO

MUNICÍPIO DE PAICANDU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRE MAIO-JUNHO												
RREO - Anexo 7 (LRF , art. 53, inciso V)												Em Reais
PODER / ÓRGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total L = (e+k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a+b)-(c+d)**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f+g)-(i+j)**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de Dezembro de 2025 (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de Dezembro de 2025 (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	22.259,05	2.625.276,60	2.614.369,80	3.024,00	30.141,85	151.046,31	18.345.734,00	8.999.815,88	8.999.815,88	813.669,37	8.683.295,06	8.713.436,91
EXECUTIVO												
FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU	0,00	1.161.380,63	1.161.380,63	0,00	0,00	27.239,10	3.764.694,39	3.086.634,47	3.086.634,47	569.026,38	136.272,64	136.272,64
FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	309,43	916.864,98	916.864,98	0,00	309,43	131,00	2.474.777,30	1.229.329,51	1.229.329,51	7.108,64	1.238.470,15	1.238.779,58
GABINETE DO PREFEITO	0,00	22.313,41	22.313,41	0,00	0,00	0,00	3.180,00	0,00	0,00	0,00	3.180,00	3.180,00
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	108,24	0,00	0,00	0,00	108,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108,24
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	4.228,37	138.562,28	131.279,48	0,00	11.511,17	21.735,64	358.729,44	202.357,94	202.357,94	16.619,69	161.487,45	172.998,62
SECRETARIA DE AGRICULTURA	0,00	10.135,57	10.135,57	0,00	0,00	19.169,45	3.457.943,96	1.751.663,61	1.751.663,61	5.303,04	1.720.146,76	1.720.146,76
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	112.497,48	112.497,48	0,00	0,00	225,00	99.649,21	12.368,72	12.368,72	16.311,21	71.194,28	71.194,28
SECRETARIA DE CULTURA	0,00	3.501,53	3.501,53	0,00	0,00	0,00	5.448,71	2.000,00	2.000,00	143,71	3.305,00	3.305,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO	0,00	6.119,68	6.119,68	0,00	0,00	731,49	2.883,60	383,60	383,60	0,00	3.231,49	3.231,49
SECRETARIA DE EDUCACAO	3.949,62	0,00	0,00	0,00	3.949,62	19.417,15	3.023.927,61	499.477,72	499.477,72	0,00	2.543.867,04	2.547.816,66
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	0,00	28.866,19	25.242,19	3.024,00	600,00	2.612,00	22.680,64	16.244,66	16.244,66	139,25	8.908,73	9.508,73
SECRETARIA DE FAZENDA	0,00	30.648,76	30.648,76	0,00	0,00	0,00	20.836,15	26,80	26,80	0,00	20.809,35	20.809,35
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	0,00	67.651,05	67.651,05	0,00	0,00	52.118,38	1.261.150,03	755.876,91	755.876,91	55.545,99	501.845,51	501.845,51
SECRETARIA DE OBRAS	0,00	12.143,82	12.143,82	0,00	0,00	0,30	2.266.220,59	94.454,94	94.454,94	0,00	2.171.765,95	2.171.765,95
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	0,00	2.771,38	2.771,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SAUDE PÚBLICA	1.810,91	0,00	0,00	0,00	1.810,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.810,91
SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA	11.852,48	0,00	0,00	0,00	11.852,48	7.666,80	0,00	0,00	0,00	0,00	7.666,80	19.519,28
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	101.303,67	101.303,67	0,00	0,00	0,00	1.297.575,32	1.117.749,95	1.117.749,95	143.471,46	36.353,91	36.353,91
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO	0,00	3.195,42	3.195,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHE	0,00	4.600,25	4.600,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	,00	2.720,50	2.720,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	286.037,05	231.247,05	231.247,05	0,00	54.790,00	54.790,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.572.855,34	268.906,57	268.906,57	0,00	1.303.948,77	1.303.948,77
TOTAL (III) = (I + II)	**22.259,05**	**2.625.276,60**	**2.614.369,80**	**3.024,00**	**30.141,85**	**151.046,31**	**19.918.589,34**	**9.268.722,45**	**9.268.722,45**	**813.669,37**	**9.987.243,83**	**10.017.385,68**
FONTE: Sistema Informatizado - Município de Paiçandu - 17/jul/2026 - 16h e 07m												

PODER / ÓRGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**					**Saldo k = (f+g)-(i+j)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a+b)-(c+d)**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de Dezembro de 2025 (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de Dezembro de 2025 (g)**				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.572.855,34	268.906,57	268.906,57	0,00	1.303.948,77
EXECUTIVO											
SECRETARIA DE CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.572.855,34	268.906,57	268.906,57	0,00	1.303.948,77
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.572.855,34**	**268.906,57**	**268.906,57**	**0,00**	**1.303.948,77**
FONTE: Sistema Informatizado - Município de Paiçandu - 17/jul/2026 - 16h e 07m											
Parâmetro: CONSOLIDAÇÃO GERAL											

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:DA4D70DD

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RREO - 12 DEMONST. RECEITAS E DESPESAS DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE PAICANDU	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A JUNHO 2026	
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)	R$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	30.963.047,50	33.423.095,30	16.053.976,77	48,03
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	9.453.800,00	11.113.847,80	5.714.389,44	51,42
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	5.568.400,00	5.568.400,00	2.080.331,16	37,36
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	8.456.000,00	8.456.000,00	4.223.595,10	49,95
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	7.484.847,50	8.284.847,50	4.035.661,07	48,71
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	90.198.600,00	95.429.472,49	51.257.539,65	53,71
Cota-Parte FPM	58.456.100,00	63.686.972,49	36.284.577,69	56,97
Cota-Parte ITR	1.200.000,00	1.200.000,00	27.057,66	2,25
Cota-Parte IPVA	8.250.000,00	8.250.000,00	4.673.287,38	56,65
Cota-Parte ICMS	22.000.000,00	22.000.000,00	10.122.181,67	46,01
Cota-Parte IPI-Exportação	292.500,00	292.500,00	150.435,25	51,43
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transfer ências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**121.161.647,50**	**128.852.567,79**	**67.311.516,42**	**52,24**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	9.176.900,00	9.757.700,00	5.859.012,05	60,05	4.930.331,60	50,53	4.404.024,78	45,13	0,00
Despesas Correntes	9.015.900,00	9.378.350,00	5.504.239,96	58,69	4.771.872,58	50,88	4.245.565,76	45,27	0,00
Despesas de Capital	161.000,00	379.350,00	354.772,09	93,52	158.459,02	41,77	158.459,02	41,77	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	20.825.600,00	23.496.348,57	16.727.817,08	71,19	13.645.907,25	58,08	12.503.982,94	53,22	0,00
Despesas Correntes	20.785.600,00	23.476.148,57	16.710.504,48	71,18	13.628.848,21	58,05	12.486.923,90	53,19	0,00
Despesas de Capital	40.000,00	20.200,00	17.312,60	85,71	17.059,04	84,45	17.059,04	84,45	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	831.500,00	781.500,00	379.732,81	48,59	371.110,72	47,49	297.882,34	38,12	0,00
Despesas Correntes	831.500,00	781.500,00	379.732,81	48,59	371.110,72	47,49	297.882,34	38,12	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	508.000,00	498.000,00	159.596,02	32,05	157.729,32	31,67	125.130,37	25,13	0,00
Despesas Correntes	508.000,00	498.000,00	159.596,02	32,05	157.729,32	31,67	125.130,37	25,13	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	6.224.300,00	6.681.300,00	5.553.648,06	83,12	4.651.425,59	69,62	4.361.391,22	65,28	0,00
Despesas Correntes	6.107.900,00	6.564.900,00	5.483.409,66	83,53	4.582.766,10	69,81	4.292.731,73	65,39	0,00
Despesas de Capital	116.400,00	116.400,00	70.238,40	60,34	68.659,49	58,99	68.659,49	58,99	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**37.566.300,00**	**41.214.848,57**	**28.679.806,02**	**69,59**	**23.756.504,48**	**57,64**	**21.692.411,65**	**52,63**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	28.679.806,02	23.756.504,48	21.692.411,65
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**28.679.806,02**	**23.756.504,48**	**21.692.411,65**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			**10.096.727,46**
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1] Limite não cumprido (XIX) = (XVIII)		**13.659.777,02**	
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)		**35,29**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026					**0,00**
Diferença de limite não cumprido em 2025	0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Exercício do Empenho[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m)	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (q) = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q))	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Empenhos de 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Empenhos de 2022 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) aa = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	10.298.000,00	10.298.000,00	5.233.329,87	50,81
Proveniente da União	8.306.500,00	8.306.500,00	4.062.206,62	48,90
Proveniente dos Estados	1.991.500,00	1.991.500,00	1.171.123,25	58,80
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚ DE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	64,89	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**10.298.000,00**	**10.298.000,00**	**5.233.394,76**	**50,82**

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	7.092.000,00	9.304.188,32	2.948.087,46	31,69	2.924.034,11	31,43	2.582.317,30	27,75	0,00
Despesas Correntes	6.444.000,00	7.884.265,49	2.807.097,64	35,60	2.783.044,29	35,30	2.441.327,48	30,96	0,00
Despesas de Capital	648.000,00	1.419.922,83	140.989,82	9,93	140.989,82	9,93	140.989,82	9,93	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	2.666.000,00	3.284.166,81	2.067.548,38	62,96	1.934.151,25	58,89	1.923.937,63	58,58	0,00
Despesas Correntes	2.666.000,00	3.284.166,81	2.067.548,38	62,96	1.934.151,25	58,89	1.923.937,63	58,58	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	1.250.000,00	1.405.405,64	539.582,13	38,39	535.889,13	38,13	491.508,23	34,97	0,00
Despesas Correntes	1.250.000,00	1.405.405,64	539.582,13	38,39	535.889,13	38,13	491.508,23	34,97	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	650.000,00	258.700,78	134.880,10	52,14	134.824,35	52,12	134.824,35	52,12	0,00
Despesas Correntes	650.000,00	258.700,78	134.880,10	52,14	134.824,35	52,12	134.824,35	52,12	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**11.658.000,00**	**14.252.461,55**	**5.690.098,07**	**39,92**	**5.528.898,84**	**38,79**	**5.132.587,51**	**36,01**	**0,00**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	16.268.900,00	19.061.888,32	8.807.099,51	46,20	7.854.365,71	41,20	6.986.342,08	36,65	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	23.491.600,00	26.780.515,38	18.795.365,46	70,18	15.580.058,50	58,18	14.427.920,57	53,87	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	2.081.500,00	2.186.905,64	919.314,94	42,04	906.999,85	41,47	789.390,57	36,10	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	508.000,00	498.000,00	159.596,02	32,05	157.729,32	31,67	125.130,37	25,13	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	6.874.300,00	6.940.000,78	5.688.528,16	81,97	4.786.249,94	68,97	4.496.215,57	64,79	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**49.224.300,00**	**55.467.310,12**	**34.369.904,09**	**61,96**	**29.285.403,32**	**52,80**	**26.824.999,16**	**48,36**	**0,00**
FONTE: Sistema Informatizado - Município de Paiçandu - 17/jul/2026 - 16h e 31m									
[1] Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.									
[2] Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados									
CONSOLIDAÇÃO GERAL									

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:783AA75A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RREO - 13 DEMONSTRATIVO PPP

MUNICIPIO DE PAICANDU		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
MAIO A JUNHO - 2026		
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		Em Reais
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	**SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO FINAL**
		Até o bimestre
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-Dependentes (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas de PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	185.102.764,01	201.038.854,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE/RCL (%) (V) = (I/IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE: Sistema Informatizado - Município de Paiçandu - 17/jul/2026 - 16h e 33m											
Nota:											
Parâmetro: CONSOLIDAÇÃO GERAL											

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:9DB3205C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

MUNICÍPIO DE PITANGA														
PODER EXECUTIVO														
ESTADO DO PARANÁ														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JANEIRO A JUNHO 2026/MENSAL JUNHO														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS												**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (b)**
	Julho 2025	**Agosto 2025**	**Setembro 2025**	**Outubro 2025**	**Novembro 2025**	**Dezembro 2025**	**Janeiro 2026**	**Fevereiro 2026**	**Março 2026**	**Abril 2026**	**Maio 2026**	**Junho 2026**		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.349.404,69	7.660.092,76	7.471.287,15	7.563.261,00	7.696.027,71	11.480.115,76	7.641.222,89	8.047.396,73	8.862.244,96	8.689.797,11	8.181.513,76	8.324.357,50	101.966.722,02	72.332,96
Pessoal Ativo	7.773.083,30	5.863.365,94	5.691.471,33	5.740.879,56	5.870.371,11	8.809.016,88	5.805.116,13	6.129.564,05	6.798.843,28	6.672.267,32	6.151.382,78	6.214.444,86	77.519.806,54	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	7.056.146,20	5.167.793,12	5.013.482,78	5.046.896,09	5.173.739,11	7.493.133,54	5.094.566,73	5.382.739,23	6.006.267,57	5.886.144,25	5.369.861,48	5.425.734,82	68.116.504,92	0,00
Obrigações Patronais	716.937,10	695.572,82	677.988,55	693.983,47	696.632,00	1.315.883,34	710.549,40	746.824,82	792.575,71	786.123,07	781.521,30	788.710,04	9.403.301,62	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.482.357,87	1.691.437,70	1.701.567,58	1.720.472,88	1.742.338,12	2.585.246,08	1.827.656,76	1.840.429,48	1.981.351,16	1.925.761,31	1.944.277,78	2.024.059,44	23.466.956,16	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.138.610,91	1.448.010,38	1.458.624,94	1.479.580,09	1.494.983,22	2.225.885,72	1.573.295,69	1.586.293,46	1.727.346,33	1.670.748,64	1.690.809,77	1.696.993,23	20.191.182,38	0,00
Pensões	343.746,96	243.427,32	242.942,64	240.892,79	247.354,90	359.360,36	254.361,07	254.136,02	254.004,83	255.012,67	253.468,01	327.066,21	3.275.773,78	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	93.963,52	105.289,12	78.248,24	101.908,56	83.318,48	85.852,80	8.450,00	77.403,20	82.050,52	91.768,48	85.853,20	85.853,20	979.959,32	72.332,96
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	877.551,11	890.175,13	883.699,04	875.165,27	869.062,27	1.565.368,40	857.534,88	853.087,31	942.288,92	882.897,35	1.054.158,42	948.618,80	11.499.606,90	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	655.449,48	650.936,47	648.913,10	643.012,60	646.061,82	1.100.324,40	650.816,55	640.310,75	681.357,44	650.934,80	816.529,66	713.219,56	8.497.866,63	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros	209.305,23	226.503,40	222.295,26	219.661,99	206.693,29	435.216,42	206.717,63	212.775,86	260.930,78	231.961,85	237.628,06	235.398,54	2.905.088,31	0,00

repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)														
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15)	12.796,40	12.735,26	12.490,68	12.490,68	16.307,16	29.827,58	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70	96.651,96	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	9.471.853,58	6.769.917,63	6.587.588,11	6.688.095,73	6.826.965,44	9.914.747,36	6.783.688,01	7.194.309,42	7.919.956,04	7.806.899,76	7.127.355,34	7.375.738,70	90.467.115,12	72.332,96

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	196.492.719,90	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	4.200.000,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	0,00
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	2.905.164,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	189.387.555,90	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	90.539.448,08	47,81
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	102.269.280,19	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	97.155.816,18	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	92.042.352,17	48,60
Notas Explicativas		

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:99EFCEDE

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

MUNICÍPIO DE PITANGA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2026/SEMESTRAL JANEIRO-JUNHO
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") — R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (ANTES DA INSCRIÇÃO VERIFICADA NO EM RESTOS A PAGAR CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)1 (g) = (a – (b + c + d + e) - f)	RESTOS A EMPENHOS NÃO PAGAR EMPENHADOS E NÃO (NÃO INSCRITOS LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	LIQUIDADOS CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	37.025.676,02	12.500,04	344.726,81	407.497,28	382.297,50	0,00	35.878.654,39	87.074.142,63	0,00	-51.195.488,24
Transferências do FUNDEB	921.890,55	0,00	82.596,32	0,00	0,00	0,00	839.294,23	197.052,41	0,00	642.241,82
Transferências Voluntárias	3.010.624,86	0,02	0,00	144.834,61	0,00	0,00	2.865.790,23	67.532.339,98	0,00	-64.666.549,75

Alienação de Bens										
	2.333.306,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.333.306,11	168.259,43	0,00	2.165.046,68
Operações de Crédito										
	375.131,64	0,00	0,00	110.950,03	0,00	0,00	264.181,61	0,00	0,00	264.181,61
Contratos de Rateio de Consórcios Públicos										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Programas										
	17.893.246,97	0,00	229.917,28	52.840,58	0,00	0,00	17.610.489,11	17.431.409,65	0,00	179.079,46
Antecipação da Receita OrçamentáriaARO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Voluntárias – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)	6.786.097,63	12.500,02	32.210,96	14.458,17	0,00	0,00	6.726.928,48	111.423,65	0,00	6.615.504,83
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	80.275,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.275,45	0,00	0,00	80.275,45
Cessão Onerosa – Pré-Sal	12.442,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.442,34	0,00	0,00	12.442,34
Valores Restituíveis	382.297,50	0,00	0,00	0,00	382.297,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Origens	5.230.362,97	0,00	2,25	84.413,89	0,00	0,00	5.145.946,83	1.633.657,51	0,00	3.512.289,32
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	18.691.647,57	39.127,56	683.146,87	47.167,98	0,00	0,00	17.922.205,16	7.526.222,82	0,00	10.395.982,34
Recursos Ordinários/Livres	18.691.647,57	39.127,56	683.146,87	47.167,98	0,00	0,00	17.922.205,16	7.526.222,82	0,00	10.395.982,34
TOTAL (III) = (I + II)	**55.717.323,59**	**51.627,60**	**1.027.873,68**	**454.665,26**	**382.297,50**	**0,00**	**53.800.859,55**	**94.600.365,45**	**0,00**	**-40.799.505,90**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (IV)	77.546.207,32	18.071,20	0,00	0,00	0,00	0,00	77.528.136,12	168.865,55	0,00	77.359.270,57
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	76.827.991,26	18.071,20	0,00	0,00	0,00	0,00	76.809.920,06	0,00	0,00	76.809.920,06
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	718.216,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	718.216,06	168.865,55	0,00	549.350,51
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)**	**OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS**				**INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (ANTES DA INSCRIÇÃO VERIFICADA NO EM RESTOS A PAGAR CONSÓRCIO PÚBLICO (f)**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)1 (g) = (a – (b + c + d + e) - f)**	**RESTOS A EMPENHOS NÃO PAGAR EMPENHADOS E NÃO (NÃO INSCRITOS LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)**	**LIQUIDADOS CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)**
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		**Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)**	**Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)**					
		De Exercícios Anteriores (b)	**Do Exercício (c)**							
TOTAL (V) = (III + IV)	133.263.530,91	69.698,80	1.027.873,68	454.665,26	382.297,50	0,00	131.328.995,67	94.769.231,00	0,00	36.559.764,67
Notas Explicativas										
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública ENTIDADES CONSOLIDADAS: null 17/07/2026 - 16:14:55										

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:EA39CF2F

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

MUNICÍPIO DE PITANGA											
PODER EXECUTIVO											
ESTADO DO PARANÁ											
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO											
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO											
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO											
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea											R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	198.706.000,00	313.203.030,55	66.545.966,28	182.871.541,28	98,15	130.331.489,27	32.099.544,82	88.138.149,21	96,45	225.064.881,34	94.733.392,07

LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	963.000,00	962.000,00	139.894,74	441.120,12	0,24	520.879,88	142.008,94	437.735,11	0,48	524.264,89	3.385,01
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	963.000,00	962.000,00	139.894,74	441.120,12	0,24	520.879,88	142.008,94	437.735,11	0,48	524.264,89	3.385,01
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	200.000,00	281.835,88	41.983,77	97.421,55	0,05	184.414,33	41.983,77	97.421,55	0,11	184.414,33	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	200.000,00	281.835,88	41.983,77	97.421,55	0,05	184.414,33	41.983,77	97.421,55	0,11	184.414,33	0,00
ADMINISTRAÇÃO	11.186.000,00	11.390.820,03	1.683.424,12	5.699.096,44	3,06	5.691.723,59	1.795.059,98	5.387.241,52	5,90	6.003.578,51	311.854,92
Planejamento e Orçamento	601.000,00	621.000,00	120.124,09	353.652,49	0,19	267.347,51	119.005,95	350.202,40	0,38	270.797,60	3.450,09
Administração Geral	6.900.000,00	7.168.820,03	1.000.174,84	3.614.422,21	1,94	3.554.397,82	1.125.164,68	3.419.619,65	3,74	3.749.200,38	194.802,56
Administração Financeira	3.265.000,00	3.181.000,00	462.527,84	1.471.885,28	0,79	1.709.114,72	427.644,20	1.369.278,01	1,50	1.811.721,99	102.607,27
Controle Interno	153.000,00	153.000,00	53.630,45	106.780,20	0,06	46.219,80	53.630,45	106.780,20	0,12	46.219,80	0,00
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	267.000,00	267.000,00	46.966,90	152.356,26	0,08	114.643,74	69.614,70	141.361,26	0,15	125.638,74	10.995,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	8.488.900,00	22.666.934,76	1.244.994,25	14.737.332,49	7,91	7.929.602,27	1.964.458,73	3.791.468,32	4,15	18.875.466,44	10.945.864,17
Assistência ao Idoso	152.900,00	414.877,05	0,00	265,00	0,00	414.612,05	0,00	265,00	0,00	414.612,05	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	27.000,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
Assistência à Criança e ao Adolescente	191.000,00	1.623.131,27	50.986,15	1.218.333,28	0,65	404.797,99	39.767,56	52.355,46	0,06	1.570.775,81	1.165.977,82
Assistência Comunitária	833.000,00	2.285.179,58	51.573,47	125.312,21	0,07	2.159.867,37	49.223,45	109.302,17	0,12	2.175.877,41	16.010,04
Administração Geral	2.716.000,00	7.341.316,62	444.032,22	5.628.255,71	3,02	1.713.060,91	951.059,23	1.666.824,35	1,82	5.674.492,27	3.961.431,36
Demais Subfunções	4.569.000,00	10.975.430,24	698.402,41	7.765.166,29	4,17	3.210.263,95	924.408,49	1.962.721,34	2,15	9.012.708,90	5.802.444,95
PREVIDÊNCIA SOCIAL	25.400.000,00	28.694.000,00	4.385.485,92	12.914.110,78	6,93	15.779.889,22	4.492.810,10	12.584.568,12	13,77	16.109.431,88	329.542,66
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	24.628.000,00	27.753.000,00	4.289.972,86	12.435.491,89	6,67	15.317.508,11	4.354.173,54	12.274.814,78	13,43	15.478.185,22	160.677,11
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	772.000,00	941.000,00	95.513,06	478.618,89	0,26	462.381,11	138.636,56	309.753,34	0,34	631.246,66	168.865,55

Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	41.386.300,00	60.110.350,03	16.303.508,49	35.941.708,68	19,29	24.168.641,35	7.468.985,17	20.776.521,28	22,73	39.333.828,75	15.165.187,40
Atenção Básica	27.555.900,00	46.019.866,77	13.306.820,42	27.888.363,31	14,97	18.131.503,46	4.580.875,22	13.836.820,85	15,14	32.183.045,92	14.051.542,46
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	12.490.600,00	12.128.530,69	2.730.731,73	7.234.634,25	3,88	4.893.896,44	2.637.692,19	6.139.253,06	6,72	5.989.277,63	1.095.381,19
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	175.000,00	703.875,63	68.680,61	283.583,71	0,15	420.291,92	67.268,57	282.171,67	0,31	421.703,96	1.412,04
Vigilância Epidemiológica	970.800,00	1.077.076,94	147.672,02	444.253,90	0,24	632.823,04	149.603,19	443.459,90	0,49	633.617,04	794,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	152.000,00	139.000,00	33.546,00	74.815,80	0,04	64.184,20	33.546,00	74.815,80	0,08	64.184,20	0,00
Demais Subfunções	42.000,00	42.000,00	16.057,71	16.057,71	0,01	25.942,29	0,00	0,00	0,00	42.000,00	16.057,71
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	53.588.350,00	60.239.276,85	9.480.870,87	29.146.932,04	15,64	31.092.344,81	9.404.562,74	24.575.303,90	26,89	35.663.972,95	4.571.628,14
Ensino Fundamental	34.820.550,00	41.719.220,27	7.450.354,44	22.891.016,54	12,29	18.828.203,73	7.174.553,75	18.598.039,20	20,35	23.121.181,07	4.292.977,34
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Profissional	188.000,00	188.000,00	0,00	176.512,67	0,09	11.487,33	0,00	176.512,67	0,19	11.487,33	0,00
Ensino Superior	473.000,00	571.800,00	31.558,96	282.542,64	0,15	289.257,36	102.018,40	155.347,22	0,17	416.452,78	127.195,42
Educação Infantil	14.396.800,00	14.051.800,00	1.549.642,98	4.411.626,15	2,37	9.640.173,85	1.566.041,49	4.410.911,13	4,83	9.640.888,87	715,02
Educação de Jovens e Adultos	127.000,00	124.000,00	9.359,14	29.024,86	0,02	94.975,14	9.359,14	29.024,86	0,03	94.975,14	0,00
Educação Especial	488.000,00	488.000,00	26.762,54	121.177,02	0,07	366.822,98	27.695,54	121.120,02	0,13	366.879,98	57,00
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	155.000,00	155.002,25	19.702,26	66.004,40	0,04	88.997,85	20.102,26	64.684,40	0,07	90.317,85	1.320,00
Demais Subfunções	2.940.000,00	2.941.454,33	393.490,55	1.169.027,76	0,63	1.772.426,57	504.792,16	1.019.664,40	1,12	1.921.789,93	149.363,36
CULTURA	703.000,00	982.872,74	110.320,79	396.087,50	0,21	586.785,24	106.635,23	364.580,04	0,40	618.292,70	31.507,46
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	703.000,00	982.872,74	110.320,79	396.087,50	0,21	586.785,24	106.635,23	364.580,04	0,40	618.292,70	31.507,46
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
URBANISMO	12.275.430,00	44.127.231,17	27.829.220,92	33.493.858,47	17,98	10.633.372,70	1.398.579,98	4.741.788,51	5,19	39.385.442,66	28.752.069,96
Infra-Estrutura Urbana	1.769.100,00	33.620.075,38	26.977.302,30	27.218.864,64	14,61	6.401.210,74	0,00	241.562,34	0,26	33.378.513,04	26.977.302,30
Serviços Urbanos	10.356.330,00	10.356.330,00	832.168,73	6.214.806,16	3,34	4.141.523,84	1.378.830,09	4.440.038,50	4,86	5.916.291,50	1.774.767,66
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	150.000,00	150.825,79	19.749,89	60.187,67	0,03	90.638,12	19.749,89	60.187,67	0,07	90.638,12	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	3.965.000,00	4.165.000,00	953.407,14	2.085.471,20	1,12	2.079.528,80	708.232,26	1.545.556,59	1,69	2.619.443,41	539.914,61
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Ambiental	3.965.000,00	3.965.000,00	753.407,14	1.885.471,20	1,01	2.079.528,80	508.232,26	1.345.556,59	1,47	2.619.443,41	539.914,61

Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,11	0,00	200.000,00	200.000,00	0,22	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	3.778.900,00	5.091.942,95	281.240,35	1.770.353,64	0,95	3.321.589,31	1.187.660,40	1.681.017,95	1,84	3.410.925,00	89.335,69
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	3.624.900,00	4.926.900,00	251.558,35	1.705.981,16	0,92	3.220.918,84	1.157.978,40	1.616.645,47	1,77	3.310.254,53	89.335,69
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	154.000,00	165.042,95	29.682,00	64.372,48	0,03	100.670,47	29.682,00	64.372,48	0,07	100.670,47	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	500.000,00	605.000,00	70.893,74	324.736,21	0,17	280.263,79	72.660,55	317.414,08	0,35	287.585,92	7.322,13
Promoção Industrial	500.000,00	605.000,00	70.893,74	324.736,21	0,17	280.263,79	72.660,55	317.414,08	0,35	287.585,92	7.322,13
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	951.000,00	3.823.491,84	131.888,03	2.996.614,90	1,61	826.876,94	297.020,86	2.983.837,69	3,27	839.654,15	12.777,21
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	951.000,00	3.823.491,84	131.888,03	2.996.614,90	1,61	826.876,94	297.020,86	2.983.837,69	3,27	839.654,15	12.777,21
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	7.857.500,00	40.698.362,58	1.152.528,25	35.014.510,08	18,79	5.683.852,50	563.174,77	2.074.963,09	2,27	38.623.399,49	32.939.546,99
Transporte Áereo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	7.857.500,00	40.698.362,58	1.152.528,25	35.014.510,08	18,79	5.683.852,50	563.174,77	2.074.963,09	2,27	38.623.399,49	32.939.546,99
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	1.897.600,00	4.337.520,00	596.705,85	1.294.173,27	0,69	3.043.346,73	571.885,87	982.333,86	1,07	3.355.186,14	311.839,41
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lazer	1.897.600,00	4.337.520,00	596.705,85	1.294.173,27	0,69	3.043.346,73	571.885,87	982.333,86	1,07	3.355.186,14	311.839,41
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	14.435.820,00	13.897.191,72	2.139.599,05	6.518.013,91	3,50	7.379.177,81	1.883.825,47	5.796.397,60	6,34	8.100.794,12	721.616,31
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	14.435.820,00	13.897.191,72	2.139.599,05	6.518.013,91	3,50	7.379.177,81	1.883.825,47	5.796.397,60	6,34	8.100.794,12	721.616,31
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.129.200,00	11.129.200,00	0,00	0,00	0,00	11.129.200,00	0,00	0,00	0,00	11.129.200,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.242.000,00	8.037.200,00	1.011.847,32	3.444.098,64	1,85	4.593.101,36	1.079.061,87	3.247.582,60	3,55	4.789.617,40	196.516,04
TOTAL (III) = (I + II)	206.948.000,00	321.240.230,55	67.557.813,60	186.315.639,92	100,00	134.924.590,63	33.178.606,69	91.385.731,81	100,00	229.854.498,74	94.929.908,11

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/III b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/III d)**		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	8.242.000,00	8.037.200,00	1.011.847,32	3.444.098,64	1,80	4.593.101,36	1.079.061,87	3.247.582,60	3,38	4.789.617,40	196.516,04
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	116.000,00	106.000,00	13.320,92	40.713,40	0,02	65.286,60	13.320,92	40.713,40	0,04	65.286,60	0,00
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	116.000,00	106.000,00	13.320,92	40.713,40	0,02	65.286,60	13.320,92	40.713,40	0,04	65.286,60	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	569.000,00	632.000,00	78.681,82	235.264,35	0,12	396.735,65	78.681,82	235.264,35	0,24	396.735,65	0,00
Planejamento e Orçamento	56.000,00	36.000,00	5.094,79	15.244,95	0,01	20.755,05	5.094,79	15.244,95	0,02	20.755,05	0,00
Administração Geral	318.000,00	317.000,00	39.553,68	116.203,42	0,06	200.796,58	39.553,68	116.203,42	0,12	200.796,58	0,00
Administração Financeira	177.000,00	261.000,00	31.538,30	97.391,25	0,05	163.608,75	31.538,30	97.391,25	0,10	163.608,75	0,00
Controle Interno	17.000,00	17.000,00	2.495,05	6.424,73	0,00	10.575,27	2.495,05	6.424,73	0,01	10.575,27	0,00
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	809.000,00	676.800,00	70.744,17	208.327,46	0,11	468.472,54	70.744,17	208.327,46	0,22	468.472,54	0,00
Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/III b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/III d)**		
Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	275.000,00	210.300,00	28.238,38	79.195,05	0,04	131.104,95	28.238,38	79.195,05	0,08	131.104,95	0,00
Demais Subfunções	534.000,00	466.500,00	42.505,79	129.132,41	0,07	337.367,59	42.505,79	129.132,41	0,13	337.367,59	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	60.000,00	60.000,00	9.336,66	27.046,50	0,01	32.953,50	9.336,66	27.046,50	0,03	32.953,50	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	60.000,00	60.000,00	9.336,66	27.046,50	0,01	32.953,50	9.336,66	27.046,50	0,03	32.953,50	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	1.264.000,00	1.403.400,00	175.877,00	534.475,16	0,28	868.924,84	175.877,00	534.475,16	0,56	868.924,84	0,00
Atenção Básica	1.137.000,00	1.206.400,00	150.231,68	455.813,49	0,24	750.586,51	150.231,68	455.813,49	0,47	750.586,51	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	45.000,00	45.000,00	5.521,73	19.810,65	0,01	25.189,35	5.521,73	19.810,65	0,02	25.189,35	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	11.000,00	61.000,00	6.724,24	22.797,25	0,01	38.202,75	6.724,24	22.797,25	0,02	38.202,75	0,00
Vigilância Epidemiológica	70.000,00	77.000,00	11.760,29	34.414,71	0,02	42.585,29	11.760,29	34.414,71	0,04	42.585,29	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	1.000,00	14.000,00	1.639,06	1.639,06	0,00	12.360,94	1.639,06	1.639,06	0,00	12.360,94	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	3.864.000,00	3.619.000,00	521.082,55	1.572.423,18	0,82	2.046.576,82	521.082,55	1.572.423,18	1,63	2.046.576,82	0,00
Ensino Fundamental	2.300.000,00	2.505.000,00	350.354,74	1.051.202,00	0,55	1.453.798,00	350.354,74	1.051.202,00	1,09	1.453.798,00	0,00
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00
Educação Infantil	1.490.000,00	1.040.000,00	163.653,33	500.067,33	0,26	539.932,67	163.653,33	500.067,33	0,52	539.932,67	0,00
Educação de Jovens e Adultos	17.000,00	17.000,00	1.614,44	4.843,29	0,00	12.156,71	1.614,44	4.843,29	0,01	12.156,71	0,00
Educação Especial	35.000,00	35.000,00	3.054,54	9.163,57	0,00	25.836,43	3.054,54	9.163,57	0,01	25.836,43	0,00
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	15.000,00	15.000,00	2.405,50	7.146,99	0,00	7.853,01	2.405,50	7.146,99	0,01	7.853,01	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	54.000,00	54.000,00	5.818,40	21.040,40	0,01	32.959,60	5.818,40	21.040,40	0,02	32.959,60	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	54.000,00	54.000,00	5.818,40	21.040,40	0,01	32.959,60	5.818,40	21.040,40	0,02	32.959,60	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/III b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/III d)**		
URBANISMO	324.000,00	324.000,00	39.724,81	118.425,34	0,06	205.574,66	39.724,81	118.425,34	0,12	205.574,66	0,00
Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	323.000,00	323.000,00	39.724,81	118.425,34	0,06	204.574,66	39.724,81	118.425,34	0,12	204.574,66	0,00
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	13.000,00	13.000,00	2.536,84	8.195,70	0,00	4.804,30	2.536,84	8.195,70	0,01	4.804,30	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Ambiental	13.000,00	13.000,00	2.536,84	8.195,70	0,00	4.804,30	2.536,84	8.195,70	0,01	4.804,30	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	112.000,00	103.000,00	10.878,80	31.877,22	0,02	71.122,78	10.878,80	31.877,22	0,03	71.122,78	0,00
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	111.000,00	102.000,00	10.878,80	31.877,22	0,02	70.122,78	10.878,80	31.877,22	0,03	70.122,78	0,00
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	10.000,00	10.000,00	2.208,64	6.589,24	0,00	3.410,76	2.208,64	6.589,24	0,01	3.410,76	0,00
Promoção Industrial	10.000,00	10.000,00	2.208,64	6.589,24	0,00	3.410,76	2.208,64	6.589,24	0,01	3.410,76	0,00
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/III b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/III d)**		
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	38.000,00	38.000,00	4.405,18	13.127,54	0,01	24.872,46	4.405,18	13.127,54	0,01	24.872,46	0,00
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	38.000,00	38.000,00	4.405,18	13.127,54	0,01	24.872,46	4.405,18	13.127,54	0,01	24.872,46	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	183.000,00	172.000,00	22.712,33	68.577,90	0,04	103.422,10	22.712,33	68.577,90	0,07	103.422,10	0,00
Transporte Áereo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	183.000,00	172.000,00	22.712,33	68.577,90	0,04	103.422,10	22.712,33	68.577,90	0,07	103.422,10	0,00
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	41.000,00	41.000,00	4.716,24	14.054,53	0,01	26.945,47	4.716,24	14.054,53	0,01	26.945,47	0,00
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lazer	41.000,00	41.000,00	4.716,24	14.054,53	0,01	26.945,47	4.716,24	14.054,53	0,01	26.945,47	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	784.000,00	784.000,00	49.802,96	543.960,72	0,28	240.039,28	117.017,51	347.444,68	0,36	436.555,32	196.516,04
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	784.000,00	784.000,00	49.802,96	543.960,72	0,28	240.039,28	117.017,51	347.444,68	0,36	436.555,32	196.516,04
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Notas Explicativas											

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:FA25D48A

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

MUNICÍPIO DE PITANGA			
PODER EXECUTIVO			
ESTADO DO PARANÁ			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO			
RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)			**R$ 1,00**
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**	**TOTAL (ÚLTIMOS**	**PREVISÃO**

	Julho 2025	Agosto 2025	Setembro 2025	Outubro 2025	Novembro 2025	Dezembro 2025	Janeiro 2026	Fevereiro 2026	Março 2026	Abril 2026	Maio 2026	Junho 2026	12 MESES)	ATUALIZADA 2026
RECEITAS CORRENTES (I)	**18.509.349,94**	**16.244.856,17**	**18.364.321,10**	**19.800.402,48**	**16.475.043,16**	**22.663.872,16**	**20.704.206,94**	**18.038.340,56**	**18.491.839,11**	**19.393.892,01**	**20.009.302,34**	**27.073.205,36**	**235.768.631,33**	**234.808.064,37**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.524.177,33	2.639.718,43	2.263.471,69	2.420.569,68	2.231.920,11	2.931.282,68	2.221.877,19	1.996.736,98	2.865.262,08	2.498.080,57	3.893.997,66	5.844.304,17	34.331.398,57	35.245.000,00
IPTU	563.527,73	540.633,85	421.002,68	463.121,13	405.942,27	386.934,63	128.676,97	161.657,47	281.924,65	380.573,67	884.814,99	3.381.552,83	8.000.362,87	6.389.000,00
ISS	717.636,15	821.658,68	805.506,30	848.289,33	885.765,71	1.178.887,90	969.629,06	871.293,21	1.016.059,74	1.157.000,97	1.359.107,64	1.598.342,34	12.229.177,03	11.224.000,00
ITBI	555.658,07	568.043,06	343.933,10	416.692,25	248.466,27	256.953,40	169.951,65	228.637,85	259.223,95	173.660,88	938.510,63	211.771,17	4.371.502,28	6.223.000,00
IRRF	495.814,49	495.872,12	492.889,75	509.140,96	494.029,99	909.470,49	355.964,62	458.064,09	561.742,82	569.830,58	489.975,63	444.199,20	6.276.994,74	7.525.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	191.540,89	213.510,72	200.139,86	183.326,01	197.715,87	199.036,26	597.654,89	277.084,36	746.310,92	217.014,47	221.588,77	208.438,63	3.453.361,65	3.884.000,00
Receita de Contribuições	650.846,58	669.513,42	764.577,46	653.546,37	731.058,75	1.262.526,20	703.996,64	702.738,64	838.280,32	802.586,85	811.033,65	1.013.601,15	9.604.306,03	8.623.000,00
Receita Patrimonial	1.065.619,45	1.093.508,10	1.152.722,04	1.333.094,41	975.869,41	1.227.333,97	1.134.391,75	1.037.216,59	1.004.932,67	1.674.742,00	1.571.258,53	1.029.676,33	14.300.365,25	5.591.356,37
Rendimentos de Aplicação Financeira	1.048.323,47	1.076.887,31	1.135.447,44	1.314.961,44	958.828,94	1.145.906,43	1.116.239,61	911.915,41	964.818,16	1.615.718,32	1.478.553,12	1.009.488,17	13.777.087,82	5.218.356,37
Outras Receitas Patrimoniais	17.295,98	16.620,79	17.274,60	18.132,97	17.040,47	81.427,54	18.152,14	125.301,18	40.114,51	59.023,68	92.705,41	20.188,16	523.277,43	373.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	3.379,26	0,00	380,00	15.980,00	290,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00	13.494,36	34.923,62	37.000,00
Transferências Correntes	14.136.783,82	11.691.305,63	14.060.886,58	15.246.227,92	12.423.308,25	17.026.298,82	16.390.600,52	14.165.201,50	13.185.699,97	13.967.703,41	13.533.056,19	19.027.461,08	174.854.533,69	184.319.708,00
Cota-Parte do FPM	5.185.302,48	3.995.562,67	5.070.525,99	3.400.623,69	4.622.602,88	7.444.113,13	4.725.160,93	5.940.942,85	3.597.600,48	4.235.825,08	5.126.693,16	5.401.439,65	58.746.392,99	66.515.000,00
Cota-Parte do ICMS	4.294.298,52	3.474.207,19	4.272.028,25	3.870.478,45	3.606.568,42	4.574.141,83	3.986.004,81	3.183.975,21	4.420.663,01	4.087.917,70	3.318.250,22	4.293.742,57	47.382.276,18	50.218.000,00
Cota-Parte do IPVA	321.988,87	322.770,33	304.787,43	222.532,42	180.840,77	273.279,37	2.897.658,01	734.570,54	672.330,14	606.212,53	509.992,47	264.008,09	7.310.970,97	10.951.000,00
Cota-Parte do ITR	15.832,65	151.026,80	475.335,86	1.961.512,68	161.747,35	170.920,73	96.476,68	77.901,61	73.892,77	33.412,95	22.617,29	27.250,98	3.267.928,35	4.341.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	51.305,87	56.673,17	60.100,72	57.637,00	56.966,19	69.003,32	52.710,23	55.313,91	54.755,42	48.167,50	57.883,09	77.299,93	697.816,35	813.000,00
Transferências do FUNDEB	2.272.669,00	2.133.199,32	2.049.776,44	2.624.653,37	2.336.821,94	2.639.953,38	3.497.787,24	2.438.362,25	2.392.594,84	2.739.909,53	2.691.809,45	2.550.059,26	30.367.596,02	31.718.309,65
Outras Transferências Correntes	1.995.386,43	1.557.866,15	1.828.331,89	3.108.790,31	1.457.760,70	1.854.887,06	1.134.802,62	1.734.135,13	1.973.863,31	2.216.258,12	1.805.810,51	6.413.660,60	27.081.552,83	19.763.398,35
Outras Receitas Correntes	128.543,50	150.810,59	122.283,33	130.984,10	112.596,64	216.430,49	253.340,84	136.446,85	597.664,07	450.779,18	198.556,31	144.668,27	2.643.104,17	992.000,00
DEDUÇÕES (II)	**2.784.131,24**	**2.879.532,43**	**2.994.429,68**	**3.378.878,00**	**2.897.435,74**	**3.897.845,96**	**3.748.984,84**	**3.117.582,35**	**3.196.423,30**	**3.808.962,39**	**3.434.772,20**	**3.136.933,30**	**39.275.911,43**	**36.345.200,00**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	451.711,86	453.963,35	454.783,75	455.684,15	457.231,29	897.701,09	449.316,07	493.434,49	522.442,83	491.447,32	491.006,99	491.879,18	6.110.602,37	6.138.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	91.788,51	81.201,16	81.201,16	80.907,02	80.163,01	160.276,55	205.500,08	80.201,27	378.452,31	346.306,91	86.034,70	93.317,55	1.765.350,23	940.000,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	691.757,71	744.319,94	790.791,52	939.730,01	634.296,36	778.872,81	742.566,59	545.405,79	531.679,85	1.168.901,05	1.050.643,29	538.988,38	9.157.953,30	4.083.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.548.873,16	1.600.047,98	1.667.653,25	1.902.556,82	1.725.745,08	2.060.995,51	2.351.602,10	1.998.540,80	1.763.848,31	1.802.307,11	1.807.087,22	2.012.748,19	22.242.005,53	25.184.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**15.725.218,70**	**13.365.323,74**	**15.369.891,42**	**16.421.524,48**	**13.577.607,42**	**18.766.026,20**	**16.955.222,10**	**14.920.758,21**	**15.295.415,81**	**15.584.929,62**	**16.574.530,14**	**23.936.272,06**	**196.492.719,90**	**198.462.864,37**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	100.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	3.800.000,00	4.200.000,00	225.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	15.725.218,70	13.365.323,74	15.269.891,42	16.371.524,48	13.577.607,42	18.766.026,20	16.955.222,10	14.920.758,21	15.295.415,81	15.334.929,62	16.574.530,14	20.136.272,06	192.292.719,90	198.237.864,37
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	218.592,00	218.592,00	218.592,00	218.592,00	215.556,00	434.148,00	230.182,00	230.182,00	230.182,00	230.182,00	230.182,00	230.182,00	2.905.164,00	2.805.000,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI - VII-VIII)	15.506.626,70	13.146.731,74	15.051.299,42	16.152.932,48	13.362.051,42	18.331.878,20	16.725.040,10	14.690.576,21	15.065.233,81	15.104.747,62	16.344.348,14	19.906.090,06	189.387.555,90	195.432.864,37
Notas Explicativas														
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública ENTIDADES CONSOLIDADAS: null								17/07/2026 - 15:42:33						

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:751F475D

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

MUNICÍPIO DE PITANGA			
PODER EXECUTIVO			
ESTADO DO PARANÁ			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO			
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO			
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25			R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	**SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**		**REGISTROS EFETUADOS EM 2026**

		No bimestre	Até o Bimestre
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Notas Explicativas											

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:E5330F18

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE PITANGA				
PODER EXECUTIVO				
ESTADO DO PARANÁ				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO				
RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)				R$ 1,00
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	31.361.000,00	31.361.000,00	17.052.166,61	54,37
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	6.389.000,00	6.389.000,00	5.219.200,58	81,69
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	6.223.000,00	6.223.000,00	1.981.756,13	31,85
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	11.224.000,00	11.224.000,00	6.971.432,96	62,11
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	7.525.000,00	7.525.000,00	2.879.776,94	38,27
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	125.921.000,00	125.921.000,00	58.680.669,81	46,60
Cota-Parte FPM	59.598.000,00	59.598.000,00	29.027.662,15	48,71
Cota-Parte ITR	4.341.000,00	4.341.000,00	331.552,28	7,64
Cota-Parte IPVA	10.951.000,00	10.951.000,00	5.684.771,78	51,91
Cota-Parte ICMS	50.218.000,00	50.218.000,00	23.290.553,52	46,38
Cota-Parte IPI-Exportação	813.000,00	813.000,00	346.130,08	42,57
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**157.282.000,00**	**157.282.000,00**	**75.732.836,42**	**48,15**

MUNICÍPIO DE PITANGA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	21.373.900,00	22.216.810,75	10.492.620,45	47,23	8.273.273,43	37,24	8.203.103,70	36,92	2.219.347,02
Despesas Correntes	19.241.100,00	20.174.010,75	9.118.018,31	45,20	8.264.224,43	40,96	8.194.054,70	40,62	853.793,88
Despesas de Capital	2.132.800,00	2.042.800,00	1.374.602,14	67,29	9.049,00	0,44	9.049,00	0,44	1.365.553,14
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	10.157.600,00	9.397.600,00	5.888.142,96	62,66	4.801.984,74	51,10	4.681.454,62	49,82	1.086.158,22
Despesas Correntes	10.146.600,00	9.328.070,63	5.869.970,43	62,93	4.787.515,75	51,32	4.666.985,63	50,03	1.082.454,68
Despesas de Capital	11.000,00	69.529,37	18.172,53	26,14	14.468,99	20,81	14.468,99	20,81	3.703,54
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	18.000,00	470.000,00	175.736,47	37,39	175.736,47	37,39	175.736,47	37,39	0,00
Despesas Correntes	18.000,00	470.000,00	175.736,47	37,39	175.736,47	37,39	175.736,47	37,39	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	890.800,00	960.854,56	385.675,29	40,14	385.675,29	40,14	384.998,37	40,07	0,00
Despesas Correntes	890.800,00	960.854,56	385.675,29	40,14	385.675,29	40,14	384.998,37	40,07	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	153.000,00	153.000,00	76.454,86	49,97	76.454,86	49,97	76.454,86	49,97	0,00
Despesas Correntes	153.000,00	153.000,00	76.454,86	49,97	76.454,86	49,97	76.454,86	49,97	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**32.593.300,00**	**33.198.265,31**	**17.018.630,03**	**51,26**	**13.713.124,79**	**41,31**	**13.521.748,02**	**40,73**	**3.305.505,24**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	17.018.630,03	13.713.124,79	13.521.748,02
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**17.018.630,03**	**13.713.124,79**	**13.521.748,02**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)		11.359.925,46	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)		0,00	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	5.658.704,57	2.353.199,33	2.161.822,56
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**22,47**	**18,11**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS COMFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	LIMITE NÃO CUMPRIDO			
		Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2] aplicação em ASPS	Valor Mínimo para (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) =0	Total inscrito em RP Indevidamente no Exercício no exercício (p)	RPNP Inscritos sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)), se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2025	11.359.925,46	17.018.630,03	5.658.704,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.658.704,57
Empenhos de 2024	20.654.562,24	27.487.444,74	6.832.882,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.832.882,50
Empenhos de 2023	19.694.767,83	27.141.583,95	7.446.816,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.446.816,12

Empenhos de 2022	17.038.780,25	22.836.114,40	5.797.334,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.797.334,15
Empenhos de 2021 e anteriores	12.692.948,14	23.043.730,66	10.350.782,52	8.537,94	0,00	0,00	8.537,94	0,00	0,00	10.350.782,52
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w-(x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	125.391,44	125.391,44	125.391,44	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**125.391,44**	**125.391,44**	**125.391,44**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	9.818.000,00	22.434.360,00	16.959.311,58	75,60
Proveniente da União	8.285.000,00	12.901.360,00	13.058.694,10	101,22
Proveniente dos Estados	1.533.000,00	9.533.000,00	3.900.617,48	40,92
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	214.000,00	214.000,00	922.465,56	431,06
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**10.032.000,00**	**22.648.360,00**	**17.881.777,14**	**78,95**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	7.319.000,00	25.009.456,02	17.372.306,16	69,46	5.723.848,90	22,89	5.626.038,94	22,50	11.648.457,26
Despesas Correntes	7.239.000,00	10.080.119,13	4.438.705,43	44,03	4.244.950,70	42,11	4.147.140,74	41,14	193.754,73
Despesas de Capital	80.000,00	14.929.336,89	12.933.600,73	86,63	1.478.898,20	9,91	1.478.898,20	9,91	11.454.702,53
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	2.378.000,00	2.775.930,69	1.366.301,94	49,22	1.357.078,97	48,89	1.196.080,37	43,09	9.222,97
Despesas Correntes	2.368.000,00	2.737.606,36	1.366.301,94	49,91	1.357.078,97	49,57	1.196.080,37	43,69	9.222,97
Despesas de Capital	10.000,00	38.324,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	168.000,00	294.875,63	130.644,49	44,30	129.232,45	43,83	128.689,13	43,64	1.412,04
Despesas Correntes	158.000,00	163.030,00	127.462,45	78,18	127.462,45	78,18	126.919,13	77,85	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	131.845,63	3.182,04	2,41	1.770,00	1,34	1.770,00	1,34	1.412,04
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	150.000,00	193.222,38	92.923,32	48,09	92.129,32	47,68	92.129,32	47,68	794,00
Despesas Correntes	150.000,00	193.222,38	92.923,32	48,09	92.129,32	47,68	92.129,32	47,68	794,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**10.015.000,00**	**28.273.484,72**	**18.962.175,91**	**67,07**	**7.302.289,64**	**25,83**	**7.042.937,76**	**24,91**	**11.659.886,27**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	28.692.900,00	47.226.266,77	27.864.926,61	59,00	13.997.122,33	29,64	13.829.142,64	29,28	13.867.804,28
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	12.535.600,00	12.173.530,69	7.254.444,90	59,59	6.159.063,71	50,59	5.877.534,99	48,28	1.095.381,19
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	186.000,00	764.875,63	306.380,96	40,06	304.968,92	39,87	304.425,60	39,80	1.412,04
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	1.040.800,00	1.154.076,94	478.598,61	41,47	477.804,61	41,40	477.127,69	41,34	794,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	153.000,00	153.000,00	76.454,86	49,97	76.454,86	49,97	76.454,86	49,97	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**42.608.300,00**	**61.471.750,03**	**35.980.805,94**	**58,53**	**21.015.414,43**	**34,19**	**20.564.685,78**	**33,45**	**14.965.391,51**
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes	9.984.000,00	27.439.125,86	18.665.197,58	68,02	7.094.091,92	25,85	6.845.386,90	24,95	11.571.105,66
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	**32.624.300,00**	**34.032.624,17**	**17.315.608,36**	**50,88**	**13.921.322,51**	**40,91**	**13.719.298,88**	**40,31**	**3.394.285,85**
Notas Explicativas									

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:7D3F6C21

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MUNICÍPIO DE PITANGA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R$ 1,00

RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**(%) (b/a)**	**Ate o Bimestre (c)**	**% c/a**	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	208.415.000,00	305.850.204,75	44.708.116,03	14,62	126.209.418,13	41,27	179.640.786,62
RECEITAS CORRENTES	208.305.000,00	209.623.864,37	43.262.672,29	20,64	111.974.652,59	53,42	97.649.211,78
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	35.245.000,00	35.245.000,00	9.738.301,83	27,63	19.320.258,65	54,82	15.924.741,35
Impostos	31.361.000,00	31.361.000,00	9.308.274,43	29,68	17.052.166,61	54,37	14.308.833,39
Taxas	3.884.000,00	3.884.000,00	430.027,40	11,07	2.268.092,04	58,40	1.615.907,96
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	8.623.000,00	8.623.000,00	1.824.634,80	21,16	4.872.237,25	56,50	3.750.762,75
Contribuições Sociais	6.138.000,00	6.138.000,00	982.886,17	16,01	2.939.526,88	47,89	3.198.473,12
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	2.485.000,00	2.485.000,00	841.748,63	33,87	1.932.710,37	77,78	552.289,63
RECEITA PATRIMONIAL	5.591.200,00	5.591.356,37	2.600.934,86	46,52	7.452.217,87	133,28	-1.860.861,50
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	37.000,00	37.000,00	676,35	1,83	41.705,39	112,72	-4.705,39
Valores Mobiliários	5.218.200,00	5.218.356,37	2.488.041,29	47,68	7.096.732,79	136,00	-1.878.376,42
Delegação de Serviços Públicos Mediante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão, Permissão, Autorização ou Licença Exploração de Recursos Naturais	336.000,00	336.000,00	39.133,23	11,65	115.394,52	34,34	220.605,48
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	73.083,99	0,00	198.385,17	0,00	-198.385,17
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	37.000,00	37.000,00	14.894,36	40,26	14.894,36	40,26	22.105,64
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	37.000,00	37.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	14.894,36	0,00	14.894,36	0,00	-14.894,36
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	157.816.800,00	159.135.508,00	28.740.681,86	18,06	78.533.588,94	49,35	80.601.919,06
Transferências da União e de suas Entidades	74.757.200,00	75.497.496,16	15.446.611,62	20,46	37.040.537,50	49,06	38.456.958,66
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	53.798.600,00	54.377.011,84	8.461.727,51	15,56	26.570.529,49	48,86	27.806.482,35
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	29.251.000,00	29.251.000,00	4.832.342,73	16,52	14.922.521,95	51,02	14.328.478,05
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Outras Transferências	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	992.000,00	992.000,00	343.224,58	34,60	1.781.455,52	179,58	-789.455,52
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	25.027,22	0,00	131.036,79	0,00	-131.036,79
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	108.661,39	0,00	402.161,72	0,00	-402.161,72
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	992.000,00	992.000,00	209.535,97	21,12	1.248.257,01	125,83	-256.257,01
RECEITAS DE CAPITAL	110.000,00	96.226.340,38	1.445.443,74	1,50	14.234.765,54	14,79	81.991.574,84
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	110.000,00	124.200,00	0,00	0,00	709.800,00	571,50	-585.600,00
Alienação de Bens Móveis	110.000,00	124.200,00	0,00	0,00	709.800,00	571,50	-585.600,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	(%) (b/a)	Ate o Bimestre (c)	% c/a	
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	96.102.140,38	1.445.443,74	1,50	13.524.965,54	14,07	82.577.174,84
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	14.497.290,32	182.450,52	1,26	5.592.972,43	38,58	8.904.317,89
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	81.604.850,06	1.262.993,22	1,55	7.931.993,11	9,72	73.672.856,95
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.163.000,00	7.163.000,00	1.130.369,65	15,78	3.391.484,67	47,35	3.771.515,33
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	215.578.000,00	313.013.204,75	45.838.485,68	14,64	129.600.902,80	41,40	183.412.301,95
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	215.578.000,00	313.013.204,75	45.838.485,68	14,64	129.600.902,80	41,40	183.412.301,95
DÉFICIT (VI)[1]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	215.578.000,00	313.013.204,75	45.838.485,68	14,64	129.600.902,80	41,40	183.412.301,95
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	16.857.025,80	0,00	0,00	16.857.025,80	100,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	16.857.025,80	0,00	0,00	16.857.025,80	100,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (I) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	188.040.000,00	302.537.030,55	66.545.966,28	182.871.541,28	119.665.489,27	32.099.544,82	88.138.149,21	214.398.881,34	87.103.483,14	94.733.392,07
DESPESAS CORRENTES	171.497.500,00	186.974.304,94	28.368.912,10	87.554.744,58	99.419.560,36	27.894.527,71	79.728.068,27	107.246.236,67	78.693.402,20	7.826.676,31
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	97.252.800,00	104.570.762,84	15.494.632,96	46.769.005,76	57.801.757,08	15.476.593,76	46.728.436,21	57.842.326,63	46.455.777,25	40.569,55
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3.935.000,00	3.935.000,00	495.068,28	1.543.721,03	2.391.278,97	495.068,28	1.543.721,03	2.391.278,97	1.543.721,03	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.309.700,00	78.468.542,10	12.379.210,86	39.242.017,79	39.226.524,31	11.922.865,67	31.455.911,03	47.012.631,07	30.693.903,92	7.786.106,76
DESPESAS DE CAPITAL	16.079.300,00	115.099.525,61	38.177.054,18	95.316.796,70	19.782.728,91	4.205.017,11	8.410.080,94	106.689.444,67	8.410.080,94	86.906.715,76

INVESTIMENTOS	6.397.300,00	106.159.525,61	37.118.838,46	90.337.249,84	15.822.275,77	2.995.045,14	4.492.827,83	101.666.697,78	4.492.827,83	85.844.422,01
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9.682.000,00	8.940.000,00	1.058.215,72	4.979.546,86	3.960.453,14	1.209.971,97	3.917.253,11	5.022.746,89	3.917.253,11	1.062.293,75
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	463.200,00	463.200,00	0,00	0,00	463.200,00	0,00	0,00	463.200,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	8.242.000,00	8.037.200,00	1.011.847,32	3.444.098,64	4.593.101,36	1.079.061,87	3.247.582,60	4.789.617,40	3.247.582,60	196.516,04
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	196.282.000,00	310.574.230,55	67.557.813,60	186.315.639,92	124.258.590,63	33.178.606,69	91.385.731,81	219.188.498,74	90.351.065,74	94.929.908,11
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	196.282.000,00	310.574.230,55	67.557.813,60	186.315.639,92	124.258.590,63	33.178.606,69	91.385.731,81	219.188.498,74	90.351.065,74	94.929.908,11
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.215.170,99	0,00	39.249.837,06	0,00
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	196.282.000,00	310.574.230,55	67.557.813,60	186.315.639,92	124.258.590,63	33.178.606,69	129.600.902,80	0,00	129.600.902,80	94.929.908,11
RESERVA DO RPPS	10.666.000,00	10.666.000,00	-512.582,84	-842.147,96	11.508.147,96	-619.907,02	-512.605,30	11.178.605,30	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	(%) (b/a)	Ate o Bimestre (c)	% c/a	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.163.000,00	7.163.000,00	1.130.369,65	0,16	3.391.484,67	0,47	3.771.515,33
RECEITAS CORRENTES	7.163.000,00	7.163.000,00	1.130.369,65	0,16	3.391.484,67	0,47	3.771.515,33
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	7.163.000,00	7.163.000,00	1.130.369,65	0,16	3.391.484,67	0,47	3.771.515,33
Contribuições Sociais	7.163.000,00	7.163.000,00	1.130.369,65	0,16	3.391.484,67	0,47	3.771.515,33
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos							
Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	(%) (b/a)	Ate o Bimestre (c)	% c/a	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (I) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	8.242.000,00	8.037.200,00	1.011.847,32	3.444.098,64	4.593.101,36	1.079.061,87	3.247.582,60	4.789.617,40	3.247.582,60	196.516,04
DESPESAS CORRENTES	7.508.000,00	7.303.200,00	962.044,36	2.930.137,92	4.373.062,08	968.500,27	2.915.897,80	4.387.302,20	2.915.897,80	14.240,12
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.458.000,00	7.253.200,00	962.044,36	2.900.137,92	4.353.062,08	962.044,36	2.900.137,92	4.353.062,08	2.900.137,92	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.000,00	50.000,00	0,00	30.000,00	20.000,00	6.455,91	15.759,88	34.240,12	15.759,88	14.240,12
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	734.000,00	734.000,00	49.802,96	513.960,72	220.039,28	110.561,60	331.684,80	402.315,20	331.684,80	182.275,92
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	734.000,00	734.000,00	49.802,96	513.960,72	220.039,28	110.561,60	331.684,80	402.315,20	331.684,80	182.275,92
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:14B2CB3E

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

MUNICÍPIO DE PITANGA			
PODER EXECUTIVO			
ESTADO DO PARANÁ			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO			
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO			
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)			R$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**Saldo Total L**

	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g)-(	=(e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	**162.030,81**	**836.459,30**	**928.790,75**	**0,00**	**69.699,36**	**1.032.666,08**	**9.400.882,39**	**7.244.711,36**	**7.244.711,92**	**937.119,53**	**2.251.717,02**	**2.321.416,38**
PODER EXECUTIVO	**162.030,81**	**836.459,30**	**928.790,75**	**0,00**	**69.699,36**	**1.032.666,08**	**9.400.882,39**	**7.244.711,36**	**7.244.711,92**	**937.119,53**	**2.251.717,02**	**2.321.416,38**
PODER LEGISLATIVO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Câmara Municipal	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Tribunal de Contas do Município	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
PODER LEGISLATIVO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) = (I + II)	**162.030,81**	**836.459,30**	**928.790,75**	**0,00**	**69.699,36**	**1.032.666,08**	**9.400.882,39**	**7.244.711,36**	**7.244.711,92**	**937.119,53**	**2.251.717,02**	**2.321.416,38**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública ENTIDADES CONSOLIDADAS: null											17/07/2026 - 15:45:11	
Notas Explicativas												

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:BF4309B9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO
ANEXO II DO EDITAL N.º 17.001/2026 – HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO (AFRO)

MUNICÍPIO DE PLANALTO - PR
MUNICÍPIO DE PLANALTO - PR
CONCURSO PÚBLICO - 001/2026 ORGANIZAÇÃO: FUNDAÇÃO FAFIPA | CNPJ 05.566.804/0001-76

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO		MRL	LEG	CE		NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE	
0004826	MIKAELLY CRISTINA DA SILVA PIRES	28/11/1995	9,00		6,00	6,00	56,00		77,00	1º	Classificado	Afrodescendente	
			8198 - EDUCADOR INFANTIL - PLANALTO										
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**	**MRL**	**LEG**	**CE**		**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**	
0006571	LORIVANE MEDEIROS DE MERA	14/02/1992	12,00	0,00	4,00	44,00		2,50	62,50	1º	Aprovado	Afrodescendente	
			8206 - ENFERMEIRO - PLANALTO										
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**	**MRL**	**LEG**	**CE**		**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**	
0004686	ANDRESSA SOARES RODRIGUES	11/07/1994	3,00	9,00	4,00	40,00		1,50	57,50	1º	Classificado	Afrodescendente	
0004966	DIEGO PAULINO	07/10/1986	6,00	6,00	0,00	40,00		3,00	55,00	2º	Classificado	Afrodescendente	
			8211 - PROFESSOR III - PLANALTO										
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**	**MRL**	**LEG**	**CE**		**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**	
0006582	GILSON JOSÉ DEMBINSKI	17/08/1981	12,00	3,00	2,00	52,00		3,00	72,00	1º	Aprovado	Afrodescendente	
0006721	THAÍS MENDES DA PURIFICAÇÃO	18/05/1990	15,00	0,00	0,00	44,00		3,00	62,00	2º	Aprovado	Afrodescendente	
0006352	FRANCIELE DE SOUZA FERREIRA	20/07/1998	9,00	6,00	4,00	36,00		3,00	58,00	3º	Aprovado	Afrodescendente	
0006192	DAIANE CEZARIO DE SOUZA PERUZZO	19/06/1989	9,00	3,00	2,00	40,00		1,50	55,50	4º	Aprovado	Afrodescendente	
0006709	RITA ALINE RIBEIRO DE OLIVEIRA	24/04/1987	6,00	0,00	0,00	44,00		-	50,00	5º	Aprovado	Afrodescendente	
			8215 - PSICÓLOGO - PLANALTO										
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**	**MRL**	**LEG**	**CE**		**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**	
0006132	ERNESTINA RODODI DO NASCIMENTO	07/02/1988	12,00	6,00	6,00	48,00		3,00	75,00	1º	Classificado	Afrodescendente	

CONCURSO PÚBLICO - 001/2026 ORGANIZAÇÃO: FUNDAÇÃO FAFIPA | CNPJ 05.566.804/0001-76

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO		MRL	LEG	CE		NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE

0004826	MIKAELLY CRISTINA DA SILVA PIRES	28/11/1995	9,00		6,00	6,00	56,00		77,00	1º	Classificado	Afrodescendente
			8198 - EDUCADOR INFANTIL - PLANALTO									
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**	**MRL**	**LEG**	**CE**		**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0006571	LORIVANE MEDEIROS DE MERA	14/02/1992	12,00	0,00	4,00	44,00		2,50	62,50	1º	Aprovado	Afrodescendente
			8206 - ENFERMEIRO - PLANALTO									
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**	**MRL**	**LEG**	**CE**		**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0004686	ANDRESSA SOARES RODRIGUES	11/07/1994	3,00	9,00	4,00	40,00		1,50	57,50	1º	Classificado	Afrodescendente
0004966	DIEGO PAULINO	07/10/1986	6,00	6,00	0,00	40,00		3,00	55,00	2º	Classificado	Afrodescendente
			8211 - PROFESSOR III - PLANALTO									
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**	**MRL**	**LEG**	**CE**		**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0006582	GILSON JOSÉ DEMBINSKI	17/08/1981	12,00	3,00	2,00	52,00		3,00	72,00	1º	Aprovado	Afrodescendente
0006721	THAÍS MENDES DA PURIFICAÇÃO	18/05/1990	15,00	0,00	0,00	44,00		3,00	62,00	2º	Aprovado	Afrodescendente
0006352	FRANCIELE DE SOUZA FERREIRA	20/07/1998	9,00	6,00	4,00	36,00		3,00	58,00	3º	Aprovado	Afrodescendente
0006192	DAIANE CEZARIO DE SOUZA PERUZZO	19/06/1989	9,00	3,00	2,00	40,00		1,50	55,50	4º	Aprovado	Afrodescendente
0006709	RITA ALINE RIBEIRO DE OLIVEIRA	24/04/1987	6,00	0,00	0,00	44,00		-	50,00	5º	Aprovado	Afrodescendente
			8215 - PSICÓLOGO - PLANALTO									
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**	**MRL**	**LEG**	**CE**		**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0006132	ERNESTINA RODODI DO NASCIMENTO	07/02/1988	12,00	6,00	6,00	48,00		3,00	75,00	1º	Classificado	Afrodescendente

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:3DFEF3FD

ADMINISTRATIVO
ANEXO III DO EDITAL N.º 17.001/2026 – HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO (AC)

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MRL	LEG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
0005547	IRUAN CARLOS KLEINHANS	27/06/2002	15,00	9,00	6,00	56,00	86,00	1º	Aprovado	Ampla Concorrência
0006327	LEONARDO BALDISSERA	14/09/2002	9,00	15,00	4,00	56,00	84,00	2º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004760	ESTEFANY DANIELA FISCHER	21/03/2005	9,00	6,00	8,00	60,00	83,00	3º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004970	SUELIN TONIAL BERNARDONI	08/07/1993	12,00	6,00	8,00	56,00	82,00	4º	Aprovado	Ampla Concorrência
0006013	LAURA EMANUELLY RECH SOARES	08/03/1998	12,00	9,00	4,00	56,00	81,00	5º	Classificado	Ampla Concorrência
0006697	GUILHERME GUSTAVO MICHAEL	25/01/2003	12,00	9,00	4,00	56,00	81,00	6º	Classificado	Ampla Concorrência
0006703	VITORIA LOVERA MAROSTEGA	07/08/2005	12,00	9,00	4,00	56,00	81,00	7º	Classificado	Ampla Concorrência
0005827	GABRIELA CAROLINE RECH AMARAL	26/01/1992	9,00	9,00	2,00	60,00	80,00	8º	Classificado	Ampla Concorrência
0005946	LETÍCIA ARAÚJO MACHADO	28/06/1993	9,00	9,00	2,00	60,00	80,00	9º	Classificado	Ampla Concorrência
0005231	GEOVANNA EDUARDA KOVALSKI	06/11/2007	15,00	9,00	4,00	52,00	80,00	10º	Classificado	Ampla Concorrência
0006553	MARCOS VINICIUS KAMPHORST	27/06/2006	15,00	6,00	2,00	56,00	79,00	11º	Classificado	Ampla Concorrência
0004323	GABRIELA RENATA MOREIRA	09/01/2000	12,00	9,00	2,00	56,00	79,00	12º	Classificado	Ampla Concorrência
0005798	MARCELA CAROLINA DA SILVA CORREA	06/12/2004	12,00	9,00	2,00	56,00	79,00	13º	Classificado	Ampla Concorrência
0006579	SENIRA DE FATIMA BUGS	21/01/1993	15,00	6,00	6,00	52,00	79,00	14º	Classificado	Ampla Concorrência
0005636	LUIZ FERNANDO DOMINGUES ZINI	20/05/2005	12,00	9,00	6,00	52,00	79,00	15º	Classificado	Ampla Concorrência
0006739	LUANA RIBEIRO DO PRADO	02/02/2007	12,00	9,00	6,00	52,00	79,00	16º	Classificado	Ampla Concorrência
0005538	RODRIGO ARRUDA GERHARDT	08/03/1990	9,00	9,00	4,00	56,00	78,00	17º	Classificado	Ampla Concorrência
0006444	DIOGO GURKEVICZ DE SOUZA	25/03/1998	9,00	9,00	4,00	56,00	78,00	18º	Classificado	Ampla Concorrência
0006057	RODRIGO DEBALD QUEVEDO	08/10/2002	9,00	9,00	4,00	56,00	78,00	19º	Classificado	Ampla

										Concorrência
0004351	EDUARDO MOREIRA CARBONERA	15/05/2005	12,00	9,00	0,00	56,00	77,00	20º	Classificado	Ampla Concorrência
0005107	ANA SARA WELTER	17/09/1990	9,00	6,00	6,00	56,00	77,00	21º	Classificado	Ampla Concorrência
0004826	MIKAELLY CRISTINA DA SILVA PIRES	28/11/1995	9,00	6,00	6,00	56,00	77,00	22º	Classificado	Afrodescendente
0006584	GABRIEL DA SILVA BONATTO	01/11/2003	12,00	9,00	4,00	52,00	77,00	23º	Classificado	Ampla Concorrência
0006580	PEDRO AFONSO ESCHER SOTT	08/06/2004	12,00	9,00	4,00	52,00	77,00	24º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência
0004445	EDUARDO GUILHERME KACZAN HEBERLE	30/06/2001	9,00	12,00	4,00	52,00	77,00	25º	Classificado	Ampla Concorrência
0004595	DYENIFFER ELSEMBAK	25/12/2002	9,00	12,00	4,00	52,00	77,00	26º	Classificado	Ampla Concorrência
0005760	SHIRLEY NOGUEIRA DOS SANTOS	16/04/1979	6,00	6,00	4,00	60,00	76,00	27º	Classificado	Ampla Concorrência
0006486	MATHEUS PASSOS	28/11/2004	12,00	6,00	2,00	56,00	76,00	28º	Classificado	Ampla Concorrência
0006679	RAQUEL ALBANO	29/12/1999	9,00	9,00	2,00	56,00	76,00	29º	Classificado	Ampla Concorrência
0005989	AMANDA LETICIA DOS SANTOS	16/01/2005	12,00	6,00	6,00	52,00	76,00	30º	Classificado	Ampla Concorrência
0006468	CARLOS ALEXANDRE STROZACK	10/05/2006	15,00	9,00	4,00	48,00	76,00	31º	Classificado	Ampla Concorrência

0004359	JEFERSON LUCAS TREMEA	12/11/1995	12,00	12,00	4,00	48,00	76,00	32º	Classificado	Ampla Concorrência
0006164	PAULO ERNESTO CAVASIN GONÇALVES	19/03/2009	12,00	12,00	4,00	48,00	76,00	33º	Classificado	Ampla Concorrência
0006045	ALCEU GOMES DE CASTRO	12/04/2005	9,00	6,00	0,00	60,00	75,00	34º	Classificado	Ampla Concorrência
0005056	MATEUS FRANCISCO CHAGAS	09/03/1996	9,00	6,00	4,00	56,00	75,00	35º	Classificado	Ampla Concorrência
0005088	LUIZ HENRIQUE VIDORI	20/02/1996	15,00	6,00	2,00	52,00	75,00	36º	Classificado	Ampla Concorrência
0006022	LUIZA GABRIELA LUNDQUIST	11/07/2008	12,00	9,00	2,00	52,00	75,00	37º	Classificado	Ampla Concorrência
0004613	BRUNA LAUHANA TASSO RODRIGUES	21/07/2000	15,00	3,00	0,00	56,00	74,00	38º	Classificado	Ampla Concorrência
0005336	GABRIELA DE CAMPOS	19/11/2001	9,00	9,00	0,00	56,00	74,00	39º	Classificado	Ampla Concorrência
0004347	LUANA MARQUES DOS SANTOS	22/10/2006	12,00	6,00	4,00	52,00	74,00	40º	Classificado	Ampla Concorrência
0006175	FRANCIELI GASPARI	14/11/1986	9,00	9,00	4,00	52,00	74,00	41º	Classificado	Ampla Concorrência
0005223	MARIZETE PADILHA	03/09/1987	9,00	9,00	4,00	52,00	74,00	42º	Classificado	Ampla Concorrência
0006248	TANESKA LARISSA RECH	12/04/1994	9,00	9,00	4,00	52,00	74,00	43º	Classificado	Ampla Concorrência
0006422	CAMILA BORCHARDT	17/01/1995	6,00	12,00	4,00	52,00	74,00	44º	Classificado	Ampla Concorrência
0005828	LUIZ GABRIEL CANTON LOCH	03/09/1999	12,00	12,00	2,00	48,00	74,00	45º	Classificado	Ampla Concorrência
0006257	ANA CLARA MEOTTI	31/03/2008	12,00	3,00	2,00	56,00	73,00	46º	Classificado	Ampla Concorrência
0006357	LUIS EDUARDO WATERKEMPER PANZER	15/06/2006	3,00	12,00	2,00	56,00	73,00	47º	Classificado	Ampla Concorrência
0005676	BEATRIZ ROYER	03/07/2000	15,00	0,00	6,00	52,00	73,00	48º	Classificado	Ampla Concorrência
0005093	EDMAR JOSE SIEROTA	07/01/1986	12,00	3,00	6,00	52,00	73,00	49º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência
0005236	JEAN RODRIGO VOIGT	08/05/1997	9,00	12,00	0,00	52,00	73,00	50º	Classificado	Ampla Concorrência
0005589	HELEN SILVERIO MILLARE	15/12/1996	9,00	6,00	6,00	52,00	73,00	51º	Classificado	Ampla Concorrência
0004820	ADRIELLY EDUARDA WISNESKI CANDATTEN	09/01/2001	9,00	6,00	6,00	52,00	73,00	52º	Classificado	Ampla Concorrência

0004488	ANA CAROLINA DOS SANTOS FERREIRA	12/04/2002	12,00	9,00	4,00	48,00	73,00	53º	Classificado	Ampla Concorrência
0005999	EDNA CRISTIANE MARQUES	16/07/1987	12,00	6,00	2,00	52,00	72,00	54º	Classificado	Ampla Concorrência
0006743	FERNANDA RECH DOS SANTOS	14/07/2001	12,00	6,00	2,00	52,00	72,00	55º	Classificado	Ampla Concorrência
0006767	RAFAEL ALEX SCHUMANN	15/11/1993	9,00	9,00	2,00	52,00	72,00	56º	Classificado	Ampla Concorrência
0006179	KAREN ALESSANDRA LEITE RODRIGUES	17/06/2000	9,00	9,00	2,00	52,00	72,00	57º	Classificado	Ampla Concorrência
0004943	JULIA POZZEBON VENTURINI	21/07/2002	9,00	9,00	2,00	52,00	72,00	58º	Classificado	Ampla Concorrência
0005228	BRUNA LETICIA BORGES BIGATON	11/05/1993	6,00	12,00	2,00	52,00	72,00	59º	Classificado	Ampla Concorrência
0006568	RUBENILSON CORRÊA NUNES	10/02/1987	12,00	6,00	6,00	48,00	72,00	60º	Classificado	Ampla Concorrência
0005247	LUCAS BANDIERA LAMP	09/02/2005	9,00	9,00	6,00	48,00	72,00	61º	Classificado	Ampla Concorrência
0006814	JONEI SZEKUT RITTER	31/01/1988	12,00	3,00	4,00	52,00	71,00	62º	Classificado	Ampla Concorrência
0004871	MARCELO GERHARD	14/05/1981	9,00	6,00	4,00	52,00	71,00	63º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência
0004811	GABRIEL GUILHERME DA ROSA	05/01/1992	9,00	6,00	4,00	52,00	71,00	64º	Classificado	Ampla Concorrência
0004395	ANA LIA SALBEGO RUTKANKIS	18/10/1997	9,00	6,00	4,00	52,00	71,00	65º	Classificado	Ampla Concorrência
0004194	ANDERSON LUIZ SOARES	04/07/1998	9,00	6,00	4,00	52,00	71,00	66º	Classificado	Ampla Concorrência
0004501	GESSICA BEATRIZ DE MELO	26/02/2007	6,00	9,00	4,00	52,00	71,00	67º	Classificado	Ampla Concorrência
0005597	AMANDA CAMILA SCHWERZ	01/01/2001	6,00	6,00	2,00	56,00	70,00	68º	Classificado	Ampla Concorrência
0004755	VITORIA REGINA EBER	21/12/2004	3,00	9,00	2,00	56,00	70,00	69º	Classificado	Ampla Concorrência
0006325	MARIA RAFAELLY AMARAL KOCK	22/10/2008	15,00	3,00	0,00	52,00	70,00	70º	Classificado	Ampla Concorrência
0005248	LAURA ROSIE	07/08/2006	9,00	9,00	0,00	52,00	70,00	71º	Classificado	Ampla Concorrência
0005360	JONATHAN RAFAEL KROETZ DE ROSSO	28/05/1990	9,00	3,00	6,00	52,00	70,00	72º	Classificado	Ampla Concorrência
0004690	GEOVANA CRISTINA ROYER	10/11/2006	12,00	6,00	4,00	48,00	70,00	73º	Classificado	Ampla Concorrência
0004790	GUILHERME HENRIQUE STURM	04/08/1996	9,00	9,00	4,00	48,00	70,00	74º	Classificado	Ampla Concorrência
0005705	ARTHUR VERGILIO GOTARDO SEGAT	12/12/1994	15,00	9,00	2,00	44,00	70,00	75º	Classificado	Ampla Concorrência
0004856	WILLIAN JÚNIOR BEYER	20/03/2003	12,00	3,00	2,00	52,00	69,00	76º	Classificado	Ampla Concorrência
0006701	ALESSANDRO DURO CIRNE	05/01/1983	9,00	6,00	2,00	52,00	69,00	77º	Classificado	Ampla Concorrência
0005227	JOSEMARA APARECIDA RESENER	01/08/1999	9,00	6,00	2,00	52,00	69,00	78º	Classificado	Ampla Concorrência
0004799	RENAN HENRIQUE KOWALSKI	09/09/1999	9,00	6,00	2,00	52,00	69,00	79º	Classificado	Ampla Concorrência
0005484	NATALI CUJARI DORNELLES DA SILVA	22/03/1993	6,00	9,00	2,00	52,00	69,00	80º	Classificado	Ampla Concorrência
0006794	YURI BATISTELA	28/12/1996	6,00	9,00	2,00	52,00	69,00	81º	Classificado	Ampla Concorrência
0005610	CAROLINE JÚLIA MEES FONTANELLA DA SILVA	11/04/2001	6,00	9,00	2,00	52,00	69,00	82º	Classificado	Ampla Concorrência
0006641	LUCCA HENRIQUE DELARA DRESSLER	06/01/2005	6,00	9,00	2,00	52,00	69,00	83º	Classificado	Ampla Concorrência
0004850	DALIA CHARMENE SOUZA GOMES	31/03/1990	6,00	9,00	6,00	48,00	69,00	84º	Classificado	Ampla Concorrência
0006484	VANESSA ESTIGARIBIA	27/11/1994	9,00	3,00	0,00	56,00	68,00	85º	Classificado	Ampla Concorrência

0006207	TAISMARA EDUARDA DEL CUL	12/05/2005	9,00	3,00	0,00	56,00	68,00	86º	Classificado	Ampla Concorrência
0005310	PAULO EDUARDO SCHMITZ	15/05/2003	6,00	6,00	0,00	56,00	68,00	87º	Classificado	Ampla Concorrência
0005899	LURDINHA SOUZA DE ÁVILA ULSENHEIMER	25/02/1977	12,00	0,00	4,00	52,00	68,00	88º	Classificado	Ampla Concorrência
0005128	ISABEL CRISTINA DRESCH LIBARDE	29/11/1982	9,00	3,00	4,00	52,00	68,00	89º	Classificado	Ampla Concorrência
0004212	MARLIZE LUCILA HENDGES MELDOLA	10/02/1992	6,00	6,00	4,00	52,00	68,00	90º	Classificado	Ampla Concorrência
0005492	LAURA VITÓRIA WELTER	06/01/2005	3,00	9,00	4,00	52,00	68,00	91º	Classificado	Ampla Concorrência
0006232	LETÍCIA DUTRA MINOZZO	15/10/1990	12,00	6,00	2,00	48,00	68,00	92º	Classificado	Ampla Concorrência
0004985	TALITA MAYARA FURLANETTO	05/04/2001	12,00	6,00	2,00	48,00	68,00	93º	Classificado	Ampla Concorrência
0004880	CAMILY VITÓRIA KNEBEL	06/02/2005	12,00	6,00	2,00	48,00	68,00	94º	Classificado	Ampla Concorrência
0006616	LARISSA THOMAZZETTI ANTUNES	09/06/2003	9,00	9,00	2,00	48,00	68,00	95º	Classificado	Ampla Concorrência
0004763	LUCIANO MARCOS BENINCA	03/01/1996	12,00	6,00	6,00	44,00	68,00	96º	Classificado	Ampla Concorrência
0006320	ELOISA ANTUNES DA SILVA	03/07/2009	6,00	3,00	2,00	56,00	67,00	97º	Classificado	Ampla Concorrência

0006413	KELI CRISTINA EBERT	06/11/1994	3,00	6,00	2,00	56,00	67,00	98º	Classificado	Ampla Concorrência
0005526	DIAMAR DO PRADO FERREIRA	16/11/1980	9,00	6,00	4,00	48,00	67,00	99º	Classificado	Ampla Concorrência
0005507	ANA CLARA DA SILVA	09/01/2010	9,00	6,00	4,00	48,00	67,00	100º	Classificado	Ampla Concorrência
0005831	RAUL DE OLIVEIRA NETO	06/03/1997	6,00	9,00	4,00	48,00	67,00	101º	Classificado	Ampla Concorrência
0006480	JOSIANE APARECIDA DE BRITTO LIPPERT	14/07/1983	12,00	9,00	2,00	44,00	67,00	102º	Classificado	Ampla Concorrência
0004442	ANDRESSA MARTINS DOS SANTOS DE PONTES	27/08/2004	9,00	3,00	2,00	52,00	66,00	103º	Classificado	Ampla Concorrência
0005891	RUHÃ GABRIEL VIANNA	08/09/2007	9,00	3,00	2,00	52,00	66,00	104º	Classificado	Ampla Concorrência
0004731	CARLA APARECIDA DO NASCIMENTO ANTUNES	11/04/1986	6,00	6,00	2,00	52,00	66,00	105º	Classificado	Ampla Concorrência
0005735	HEMILI TAÍS DE OLIVEIRA	04/11/2001	12,00	6,00	0,00	48,00	66,00	106º	Classificado	Ampla Concorrência
0004507	NICOLLE VIAR LOPES	07/05/2005	12,00	6,00	0,00	48,00	66,00	107º	Classificado	Ampla Concorrência
0005977	LUAN VITOR MOREIRA	24/04/2000	9,00	3,00	6,00	48,00	66,00	108º	Classificado	Ampla Concorrência
0004310	KARINE BEATRIZ RODRIGUES	08/02/1998	9,00	9,00	4,00	44,00	66,00	109º	Classificado	Ampla Concorrência
0005007	MATHEUS LUCIANO ESCHER	30/01/2003	9,00	9,00	4,00	44,00	66,00	110º	Classificado	Ampla Concorrência
0005432	GIOVANA EDUARDA ARRUDA	17/10/2001	6,00	3,00	4,00	52,00	65,00	111º	Classificado	Ampla Concorrência
0006469	ANDREY LUIS PAGNONCELLI	28/05/2004	6,00	3,00	4,00	52,00	65,00	112º	Classificado	Ampla Concorrência
0005858	SCHEILA JAQUELINE RECH	20/07/1982	12,00	3,00	2,00	48,00	65,00	113º	Classificado	Ampla Concorrência
0005841	DANIELA WILLMS	14/08/2003	12,00	3,00	2,00	48,00	65,00	114º	Classificado	Ampla Concorrência
0004558	THAIS NICOLI KEMPER	06/12/2007	12,00	3,00	2,00	48,00	65,00	115º	Classificado	Ampla Concorrência
0006426	KAUÃ ANTUNES DE CHAVES	13/02/2008	12,00	3,00	2,00	48,00	65,00	116º	Classificado	Ampla Concorrência
0006572	JEAN MATHEUS MACHADO	28/03/1996	9,00	6,00	2,00	48,00	65,00	117º	Classificado	Ampla Concorrência
0006784	AMANDA SCHLOSSER FERREIRA	11/06/2003	9,00	6,00	2,00	48,00	65,00	118º	Classificado	Ampla Concorrência

0006118	CAMILI EDUARDA DRESSLER	27/01/2007	9,00	6,00	2,00	48,00	65,00	119º	Classificado	Ampla Concorrência
0006335	TIAGO WESSELER	13/09/1997	6,00	9,00	2,00	48,00	65,00	120º	Classificado	Ampla Concorrência
0004534	SILVIO GABRIEL TOGNI CORDEIRO VARELLA	16/07/2005	9,00	12,00	4,00	40,00	65,00	121º	Classificado	Ampla Concorrência
0004546	JOELMA MINOSSO	26/12/1982	6,00	6,00	0,00	52,00	64,00	122º	Classificado	Ampla Concorrência
0006777	ANDRÉ ROBERTO ESCHER SOTT	23/03/2006	12,00	0,00	4,00	48,00	64,00	123º	Classificado	Ampla Concorrência
0004360	JULIA FABIANA DOS SANTOS ROCHA	18/04/2002	9,00	3,00	4,00	48,00	64,00	124º	Classificado	Ampla Concorrência
0006290	NATÁLIA SCHAFFER BARROSO	21/11/2007	6,00	6,00	4,00	48,00	64,00	125º	Classificado	Ampla Concorrência
0005188	MATHEUS AUGUSTO PIMENTEL	09/07/2007	3,00	9,00	4,00	48,00	64,00	126º	Classificado	Ampla Concorrência
0006675	LEILA SAMARA LYSIKE	21/03/2002	12,00	6,00	2,00	44,00	64,00	127º	Classificado	Ampla Concorrência
0006123	MARIA DOS ANJOS GONÇALVES	26/06/1997	9,00	9,00	2,00	44,00	64,00	128º	Classificado	Ampla Concorrência
0004545	MAICON JOSE LUCAS	22/01/2004	9,00	9,00	2,00	44,00	64,00	129º	Classificado	Ampla Concorrência
0005364	PEDRO HENRIQUE DE MOURA VILLANI	04/12/2007	9,00	9,00	2,00	44,00	64,00	130º	Classificado	Ampla Concorrência

0005677	JESSICA LITIARA POHL CAMARA	03/02/1999	6,00	3,00	2,00	52,00	63,00	131º	Classificado	Ampla Concorrência
0006658	ERICK GUSTAVO VARELLA	06/04/2005	6,00	3,00	2,00	52,00	63,00	132º	Classificado	Ampla Concorrência
0004480	SIRLEI FURTADO	17/05/1984	9,00	6,00	0,00	48,00	63,00	133º	Classificado	Ampla Concorrência
0004594	TATIANE NEIS CHRISPIM DO ROSARIO	12/07/1990	9,00	6,00	0,00	48,00	63,00	134º	Classificado	Ampla Concorrência
0006809	DANIEL MATHIAS ROHR	26/04/1999	9,00	0,00	6,00	48,00	63,00	135º	Classificado	Ampla Concorrência
0005776	TAINÁ MACHADO WILLERS	06/08/1994	12,00	3,00	4,00	44,00	63,00	136º	Classificado	Ampla Concorrência
0006598	ANDRÉIA DA SILVA MASSONI	20/08/1990	9,00	6,00	4,00	44,00	63,00	137º	Classificado	Ampla Concorrência
0005171	RAQUEL FERNANDES MARTINS	04/12/1998	9,00	6,00	4,00	44,00	63,00	138º	Classificado	Ampla Concorrência
0006748	RAQUEL CRISTIANE MACHADO DA SILVA	30/05/1991	12,00	9,00	2,00	40,00	63,00	139º	Classificado	Ampla Concorrência
0006194	GABRIEL GUSTAVO MARQUES	22/02/2005	12,00	9,00	6,00	36,00	63,00	140º	Classificado	Ampla Concorrência
0004991	ALEXANDRA VANESSA POMPERMAIER	29/04/1986	6,00	6,00	2,00	48,00	62,00	141º	Classificado	Ampla Concorrência
0005029	ANDREI EDUARDO RETZLAFF RIEDIGER	11/07/1993	6,00	6,00	2,00	48,00	62,00	142º	Classificado	Ampla Concorrência
0004572	NATALI APARECIDA PAGEL DA SILVEIRA	25/12/1996	6,00	6,00	2,00	48,00	62,00	143º	Classificado	Ampla Concorrência
0005810	KAU ANY EDUARDA PFEIFER	12/07/2004	6,00	6,00	2,00	48,00	62,00	144º	Classificado	Ampla Concorrência
0005040	ELISANGELA ADRIANA SCHAURICH	13/07/1985	9,00	3,00	6,00	44,00	62,00	145º	Classificado	Ampla Concorrência
0004382	KARINE KOMMERS	22/09/1989	6,00	3,00	4,00	48,00	61,00	146º	Classificado	Ampla Concorrência
0006323	VALCIR BENTO	07/09/1993	6,00	3,00	4,00	48,00	61,00	147º	Classificado	Ampla Concorrência
0005250	PAULO GUILHERME KOIWASKE SCHMITT	02/06/2005	9,00	6,00	2,00	44,00	61,00	148º	Classificado	Ampla Concorrência
0004557	LAURA GABRIELA AMARAL	20/06/2008	9,00	6,00	2,00	44,00	61,00	149º	Classificado	Ampla Concorrência
0005599	ARTHUR WAIER SCHLICKMANN	30/05/2010	9,00	6,00	2,00	44,00	61,00	150º	Classificado	Ampla Concorrência
0006151	MAINARA VANESSA DE MATOS LEAL	16/12/1992	3,00	12,00	2,00	44,00	61,00	151º	Classificado	Ampla Concorrência

0004390	LUIZ EDUARDO DAL MOLIN	20/04/1999	3,00	12,00	2,00	44,00	61,00	152º	Classificado	Ampla Concorrência
0004512	ANA PAULA DA SILVA PIVA	20/06/1988	3,00	3,00	2,00	52,00	60,00	153º	Classificado	Ampla Concorrência
0004538	TALIA SZINWELSKI	05/05/1997	12,00	0,00	0,00	48,00	60,00	154º	Classificado	Ampla Concorrência
0006740	MICHELI CRISTINE GUA	02/01/1986	9,00	3,00	0,00	48,00	60,00	155º	Classificado	Ampla Concorrência
0004521	ADRIANO CARLINI	16/07/1995	9,00	3,00	0,00	48,00	60,00	156º	Classificado	Ampla Concorrência
0004659	DAINI SOARES GRASSI	15/09/1996	9,00	3,00	0,00	48,00	60,00	157º	Classificado	Ampla Concorrência
0006210	CLEIDIANI ROTOLI	09/09/2005	6,00	6,00	0,00	48,00	60,00	158º	Classificado	Ampla Concorrência
0004517	JESSICAFERNANDA PFEIFER	15/05/1993	9,00	3,00	4,00	44,00	60,00	159º	Classificado	Ampla Concorrência
0005335	MARCIANE PEREIRA	06/09/1986	6,00	6,00	4,00	44,00	60,00	160º	Classificado	Ampla Concorrência
0006174	MIKAELLE SANTOS DE SOUZA	19/11/1994	9,00	0,00	2,00	48,00	59,00	161º	Classificado	Ampla Concorrência
0006451	NAIARA WILERIA BUDEL DA SILVA	15/03/2000	6,00	3,00	2,00	48,00	59,00	162º	Classificado	Ampla Concorrência
0006058	THAIS REGINA DRESCH	01/04/1999	3,00	6,00	2,00	48,00	59,00	163º	Classificado	Ampla Concorrência

0005801	WESLEY SAMUEL CAVALHEIRO	16/04/2008	9,00	6,00	0,00	44,00	59,00	164º	Classificado	Ampla Concorrência
0004764	GRAZYELA VITÓRIA LAZARINI	26/10/2005	6,00	9,00	0,00	44,00	59,00	165º	Classificado	Ampla Concorrência
0004643	GISLAINE FATIMA CAXAMBÚ	15/04/2005	12,00	3,00	4,00	40,00	59,00	166º	Classificado	Ampla Concorrência
0005878	MARIA LUIZA ACKERMANN	01/02/2003	12,00	0,00	2,00	44,00	58,00	167º	Classificado	Ampla Concorrência
0006690	GEDYANE DE CASTRO ADAM	01/05/1995	6,00	6,00	2,00	44,00	58,00	168º	Classificado	Ampla Concorrência
0006404	ARTHUR CARDINAL DA SILVA	22/09/2008	6,00	6,00	2,00	44,00	58,00	169º	Classificado	Ampla Concorrência
0006256	ANDRESSA CAROLINA SPETH	29/03/1993	9,00	9,00	4,00	36,00	58,00	170º	Classificado	Ampla Concorrência
0005464	MAURICIO RODRIGUES DA SILVA	23/05/1994	0,00	3,00	2,00	52,00	57,00	171º	Classificado	Ampla Concorrência
0005993	PAOLA CRISTINA DE SOUZA DOS SANTOS	05/05/2004	6,00	3,00	0,00	48,00	57,00	172º	Classificado	Ampla Concorrência
0004837	SONIA VENTURINI	09/11/1973	9,00	0,00	4,00	44,00	57,00	173º	Classificado	Ampla Concorrência
0004733	GEISIANE ALVES DE SOUZA VILARINHO	28/08/1995	9,00	0,00	4,00	44,00	57,00	174º	Classificado	Ampla Concorrência
0006751	HISADORA DE OLIVEIRA ROSA	15/10/2010	6,00	3,00	4,00	44,00	57,00	175º	Classificado	Ampla Concorrência
0005824	ANGELA RODRIGUES DE SANTANA	25/11/1977	12,00	3,00	2,00	40,00	57,00	176º	Classificado	Ampla Concorrência
0006269	LARA CRISTINA KUNZ	25/10/2008	9,00	6,00	2,00	40,00	57,00	177º	Classificado	Ampla Concorrência
0005376	ARIEL REICARDO NOLL	21/05/2008	9,00	6,00	6,00	36,00	57,00	178º	Classificado	Ampla Concorrência
0005472	GESIANA SUELIN MOREIRA	13/08/1989	6,00	0,00	2,00	48,00	56,00	179º	Classificado	Ampla Concorrência
0006439	LILIANA DE OLIVEIRA MIRANDA	28/01/2000	6,00	0,00	2,00	48,00	56,00	180º	Classificado	Ampla Concorrência
0005559	CRISTIANE LOPES	23/09/1998	6,00	6,00	0,00	44,00	56,00	181º	Classificado	Ampla Concorrência
0005708	ELIZANDRA MULLER MEIRELLES	24/08/1995	3,00	9,00	0,00	44,00	56,00	182º	Classificado	Ampla Concorrência
0006530	DIONE JUNIOR HELFER	12/05/1990	9,00	3,00	4,00	40,00	56,00	183º	Classificado	Ampla Concorrência
0005108	GICELI TEREZA TURRA	25/01/1986	6,00	3,00	2,00	44,00	55,00	184º	Classificado	Ampla Concorrência

0004320	MARIA EDUARDA BUDTINGUER	17/06/1998	6,00	3,00	2,00	44,00	55,00	185º	Classificado	Ampla Concorrência
0005181	DOUGLAS MELHER PEREIRA DOS SANTOS	04/11/2001	3,00	6,00	2,00	44,00	55,00	186º	Classificado	Ampla Concorrência
0006302	SAMUEL FELLIPO IAGO MICHAEL	07/09/2008	9,00	6,00	0,00	40,00	55,00	187º	Classificado	Ampla Concorrência
0006227	RODRIGO CAMARGO DE VARGAS	10/01/1979	6,00	9,00	4,00	36,00	55,00	188º	Classificado	Ampla Concorrência
0005243	NEUSA CRISTIANE ZALESKI ZENI DA SILVA	19/09/1985	6,00	0,00	0,00	48,00	54,00	189º	Classificado	Ampla Concorrência
0004337	SUZANA DOS SANTOS	21/10/1982	6,00	0,00	4,00	44,00	54,00	190º	Classificado	Ampla Concorrência
0005114	FRANCIELI CRISTIANE ANDREOLLI	10/11/1990	9,00	3,00	2,00	40,00	54,00	191º	Classificado	Ampla Concorrência
0006586	LEANDRO DIRLEI LINK	19/03/1988	6,00	6,00	2,00	40,00	54,00	192º	Classificado	Ampla Concorrência
0006282	DANIELA PETRAZZINI SUZIN	26/04/1994	6,00	6,00	2,00	40,00	54,00	193º	Classificado	Ampla Concorrência
0006162	JESSICA LUANA BARBOSA VIEIRA	01/08/1999	6,00	6,00	2,00	40,00	54,00	194º	Classificado	Ampla Concorrência
0006168	MADALENA KLAUS MINUZZO	25/12/1981	12,00	6,00	4,00	32,00	54,00	195º	Classificado	Ampla Concorrência
0006804	DIEGO LUCAS DE OLIVEIRA HORING	04/10/1999	6,00	3,00	4,00	40,00	53,00	196º	Classificado	Ampla Concorrência

0006250	MACIELE DAIANE WONS	09/02/1985		9,00		6,00		2,00		36,00	53,00	197º	Classificado	Ampla Concorrência
0005461	ALYSSON BRITTO DOS SANTOS	30/12/1996		3,00		3,00		2,00		44,00	52,00	198º	Classificado	Ampla Concorrência
0006237	GABRIELY NEUBERGER BAUMGARTNER	30/04/2009		6,00		6,00		0,00		40,00	52,00	199º	Classificado	Ampla Concorrência
0006397	MARCIELI ZENATI	18/11/1997		12,00		6,00		2,00		32,00	52,00	200º	Classificado	Ampla Concorrência
0006254	LUIS MATHEUS PANZER FLORES	19/03/2008		12,00		6,00		2,00		32,00	52,00	201º	Classificado	Ampla Concorrência
0006201	KELLI CRISTINA PIRES	27/04/2001		0,00		3,00		0,00		48,00	51,00	202º	Classificado	Ampla Concorrência
0005420	JAQUELINE HEIMERDINGER SCHREIBER	21/11/1993		9,00		0,00		2,00		40,00	51,00	203º	Classificado	Ampla Concorrência
0005925	DENIZE BERNADETE BARELLA TONTE	29/06/1981		6,00		3,00		2,00		40,00	51,00	204º	Classificado	Ampla Concorrência
0006718	PEDRO HENRIQUE TAVARES	05/12/2008		6,00		3,00		2,00		40,00	51,00	205º	Classificado	Ampla Concorrência
0006473	LEONILDA DE ALMEIDA LUSTOSA	13/01/1980		9,00		6,00		0,00		36,00	51,00	206º	Classificado	Ampla Concorrência
0005992	KAUANA SIMON LAUXEN	05/08/2005		9,00		6,00		4,00		32,00	51,00	207º	Classificado	Ampla Concorrência
0004810	VITÓRIA DE ARAÚJO ZACHE	23/05/2006		6,00		0,00		0,00		44,00	50,00	208º	Classificado	Ampla Concorrência
0004238	REJANE DOS SANTOS LOPES	03/03/1977		6,00		0,00		4,00		40,00	50,00	209º	Classificado	Ampla Concorrência
0004319	KAWANY FRANCINE DOS SANTOS LIMA KRETSCHMANN	19/01/1998		12,00		6,00		4,00		28,00	50,00	210º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência
		8196 - AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - PLANALTO												
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**		**LPO**		**MRL**		**LEG**		**CE**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0006028	SCHELKA MONALISA LINDEN	03/04/1984		6,00		3,00		6,00		56,00	71,00	1º	Aprovado	Ampla Concorrência
0006082	JANE LEICHEWEZ DE ANDRADE	26/04/1988		6,00		6,00		4,00		52,00	68,00	2º	Aprovado	Ampla Concorrência
0006312	JÉSSICA APARECIDA DE COL PERETTO	22/05/2000		6,00		9,00		0,00		52,00	67,00	3º	Classificado	Ampla Concorrência
0004424	MARINES FATIMA BARBOSA ALVES	12/08/1989		12,00		3,00		4,00		48,00	67,00	4º	Classificado	Ampla Concorrência
0004909	GERSON SOUSA LOPES	14/11/2003		12,00		3,00		2,00		48,00	65,00	5º	Classificado	Ampla Concorrência
0004522	YASMIN GABRIELLI DE MOURA	04/06/2007		9,00		6,00		2,00		48,00	65,00	6º	Classificado	Ampla Concorrência

0005573	DEJANIRA CASTRO WIETHOLTER	05/03/1977		15,00		6,00		0,00		44,00	65,00	7º	Classificado	Ampla Concorrência
0006315	JUSSARA CASSIANA LUCIETTO	01/07/1987		6,00		6,00		0,00		52,00	64,00	8º	Classificado	Ampla Concorrência
0006566	MARCIA ROSANE NUNES LOPES	07/06/1982		9,00		6,00		0,00		48,00	63,00	9º	Classificado	Ampla Concorrência
0006111	LEONICE SIMON	08/01/1978		9,00		0,00		4,00		48,00	61,00	10º	Classificado	Ampla Concorrência
0004789	MARIA EDUARDA DEPARIS	06/01/2006		3,00		6,00		2,00		48,00	59,00	11º	Classificado	Ampla Concorrência
0006631	TAIS REGINA MACHADO	21/12/1994		6,00		3,00		6,00		40,00	55,00	12º	Classificado	Ampla Concorrência
				8197 - ELETRICISTA I - PLANALTO										
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**		**MRL**		**LEG**		**CE**	**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0005815	ARTHUR HENRIQUE HOSDA CABREIRA	22/04/2006	12,00		6,00		6,00		40,00	3,50	67,50	1º	Aprovado	Ampla Concorrência

0006593	JAKSON WILLIAN CAPITANI	04/04/2004	9,00	12,00	4,00	32,00	6,00	63,00	2º	Classificado	Ampla Concorrência
0004167	JOSÉ VITOR SANTOS DE LIMA	27/03/2004	9,00	9,00	2,00	36,00	3,50	59,50	3º	Classificado	Ampla Concorrência
0006275	MATHEUS GONÇALVES RIBEIRO	13/10/1997	9,00	12,00	4,00	28,00	4,00	57,00	4º	Classificado	Ampla Concorrência
			8198 - EDUCADOR INFANTIL - PLANALTO								
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**	**MRL**	**LEG**	**CE**	**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0004160	INDIONARA DE MATOS	02/07/1987	15,00	12,00	6,00	52,00	4,50	89,50	1º	Aprovado	Ampla Concorrência
0005586	NICOLI REGINA WONS	05/05/1991	12,00	9,00	2,00	48,00	5,00	76,00	2º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004625	JESSICA DAIANE DIESEL	10/11/1994	12,00	9,00	2,00	48,00	5,00	76,00	3º	Aprovado	Ampla Concorrência
0006719	MARIA EDUARDA LEMES	27/03/2008	12,00	9,00	2,00	52,00	0,00	75,00	4º	Aprovado	Ampla Concorrência
0006280	SUZANA KAMILA ZIMERMANN VEIGA	18/02/1994	9,00	9,00	0,00	52,00	5,00	75,00	5º	Classificado	Ampla Concorrência
0006066	MILEIDI TATIANI SIEVERS	25/06/1987	9,00	6,00	6,00	52,00	1,00	74,00	6º	Classificado	Ampla Concorrência
0004615	SANDRA APARECIDA CANOVA FOLLMANN	04/05/1982	9,00	3,00	4,00	52,00	5,00	73,00	7º	Classificado	Ampla Concorrência
0005683	CAROLINE TERESINHA KIELING	07/04/2004	9,00	6,00	0,00	56,00	1,00	72,00	8º	Classificado	Ampla Concorrência
0006126	LUAN EMANOEL LUPATTINI	14/08/2004	9,00	9,00	2,00	52,00	-	72,00	9º	Classificado	Ampla Concorrência
0005781	STELA MARIA TAVARES SBARDELOTTO	10/04/2008	9,00	9,00	6,00	48,00	-	72,00	10º	Classificado	Ampla Concorrência
0004816	DAIANY CRISTINA RIBEIRO FERREIRA	27/12/1994	9,00	6,00	4,00	48,00	5,00	72,00	11º	Classificado	Ampla Concorrência
0004454	EDUARDA CARDOSO LITTKE	24/05/2009	12,00	3,00	4,00	52,00	-	71,00	12º	Classificado	Ampla Concorrência
0006502	LARA CAMILE ALVES XAVIER	23/08/2004	6,00	9,00	6,00	48,00	2,00	71,00	13º	Classificado	Ampla Concorrência
0006769	CLARICE FERREIRA	16/09/1987	12,00	9,00	4,00	40,00	4,50	69,50	14º	Classificado	Ampla Concorrência
0005816	MAIARA ZANON CARNIEL	13/11/1996	9,00	3,00	0,00	52,00	5,00	69,00	15º	Classificado	Ampla Concorrência
0005363	VIVIANI PATRICIA NASCIMENTO DOS SANTOS	20/12/1991	6,00	6,00	4,00	48,00	5,00	69,00	16º	Classificado	Ampla Concorrência
0006094	MICHELI GODOI	26/12/2001	12,00	6,00	2,00	48,00	-	68,00	17º	Classificado	Ampla Concorrência
0006265	VITÓRIA CAROLINE DALLAGO	22/05/2001	9,00	3,00	4,00	48,00	4,00	68,00	18º	Aprovado	PcD - Pessoa com Deficiência
0004570	ANGELA APARECIDA GELATTI RECH	12/10/1989	12,00	9,00	0,00	44,00	3,00	68,00	19º	Classificado	Ampla Concorrência
0004980	MYLENA CRISTINA FACCIOCHI BRUM	29/10/2004	12,00	6,00	6,00	44,00	0,00	68,00	20º	Classificado	Ampla Concorrência
0006348	PAMELA LETICIA DE OLIVEIRA	10/06/2005	9,00	12,00	2,00	44,00	1,00	68,00	21º	Classificado	Ampla Concorrência

0006119	MARINICE ARTMANN	11/02/1977	12,00	9,00	2,00	40,00	5,00	68,00	22º	Classificado	Ampla Concorrência
0005745	GEOVANA KNEBEL	01/05/2010	9,00	6,00	4,00	48,00	-	67,00	23º	Classificado	Ampla Concorrência
0005879	LUANA REGINA DRESCH	11/03/2004	9,00	9,00	6,00	40,00	2,50	66,50	24º	Classificado	Ampla Concorrência
0005494	EMILY FERREIRA MATIAS	13/09/2006	12,00	6,00	4,00	44,00	-	66,00	25º	Classificado	Ampla Concorrência
0005043	PAMELA CAROLINA LOPES PORTELLA	22/11/1998	9,00	9,00	4,00	44,00	-	66,00	26º	Classificado	Ampla Concorrência
0004671	MARCIA DANIELA MICHEL	02/05/1998	9,00	6,00	2,00	44,00	5,00	66,00	27º	Classificado	Ampla Concorrência

0006191	RENATA ZORZANELLO	02/09/1994	6,00	9,00	2,00	44,00	5,00	66,00	28º	Classificado	Ampla Concorrência
0005411	DIANA BAMBERG	14/02/1994	12,00	9,00	4,00	36,00	5,00	66,00	29º	Classificado	Ampla Concorrência
0005537	FRANCIELLI APARECIDA SILVA GERHARDT	17/05/1989	6,00	3,00	4,00	48,00	4,50	65,50	30º	Classificado	Ampla Concorrência
0005928	ALISON NIHUES	26/11/2004	9,00	6,00	2,00	48,00	-	65,00	31º	Classificado	Ampla Concorrência
0006034	FERNANDA MENIN PERARRO	03/08/1991	3,00	6,00	4,00	48,00	4,00	65,00	32º	Classificado	Ampla Concorrência
0004896	MAYARA APARECIDA JELLINEK TALASKA	17/05/2005	12,00	6,00	2,00	44,00	1,00	65,00	33º	Classificado	Ampla Concorrência
0006726	ALINE APARECIDA BLOOT	17/07/1994	12,00	3,00	4,00	44,00	2,00	65,00	34º	Classificado	Ampla Concorrência
0004741	RAFAEL ERHART	08/07/2009	12,00	9,00	4,00	40,00	-	65,00	35º	Classificado	Ampla Concorrência
0004843	GESSICA TAFFARELLI GAGGIOLA	03/06/1996	9,00	6,00	0,00	44,00	5,00	64,00	36º	Classificado	Ampla Concorrência
0005267	MARINES PUME	07/01/2001	9,00	9,00	6,00	40,00	0,00	64,00	37º	Classificado	Ampla Concorrência
0005779	LAURA RAMOS	11/08/2009	9,00	9,00	6,00	40,00	-	64,00	38º	Classificado	Ampla Concorrência
0006569	JOZIANI LETICIA DEMARCHI	08/01/1997	9,00	6,00	6,00	40,00	2,50	63,50	39º	Classificado	Ampla Concorrência
0005023	ISABELLY MONTEIRO CUSTÓDIO	22/08/2007	12,00	3,00	4,00	44,00	-	63,00	40º	Classificado	Ampla Concorrência
0004876	ADRIELI FLESCH	07/08/2004	9,00	6,00	4,00	44,00	-	63,00	41º	Classificado	Ampla Concorrência
0005606	ANA PAULA APARECIDA WEIRICH	29/05/1999	9,00	6,00	0,00	44,00	4,00	63,00	42º	Classificado	Ampla Concorrência
0004325	SILVANIA PAGLIOCHI DOS SANTOS	22/02/1975	15,00	3,00	0,00	40,00	5,00	63,00	43º	Classificado	Ampla Concorrência
0005680	STHEPHANY RECH KUSNIEWSKI	19/02/2001	9,00	9,00	4,00	40,00	1,00	63,00	44º	Classificado	Ampla Concorrência
0004510	KARINE DOS SANTOS ESTIGARIBIA	25/11/1988	12,00	6,00	4,00	36,00	5,00	63,00	45º	Classificado	Ampla Concorrência
0006590	JÉSSICA DE FÁTIMA SQUIVE MACHADO	02/05/1998	12,00	6,00	4,00	36,00	5,00	63,00	46º	Classificado	Ampla Concorrência
0005775	KARINE CRISTINA WERLANG LANGNER	28/09/1987	6,00	12,00	4,00	36,00	5,00	63,00	47º	Classificado	Ampla Concorrência
0006343	ERICA MARIA ALVES	27/06/2007	12,00	12,00	6,00	32,00	1,00	63,00	48º	Classificado	Ampla Concorrência
0006571	LORIVANE MEDEIROS DE MERA	14/02/1992	12,00	0,00	4,00	44,00	2,50	62,50	49º	Aprovado	Afrodescendente
0006183	KAREN CRISTINA VELOZO LEAL	19/11/1996	6,00	6,00	2,00	48,00	-	62,00	50º	Classificado	Ampla Concorrência
0004593	TAINARA ANDRESSA RUP	25/08/2003	6,00	6,00	6,00	44,00	-	62,00	51º	Classificado	Ampla Concorrência
0005055	CAROLINE POLICENO	15/02/1999	6,00	3,00	8,00	44,00	1,00	62,00	52º	Classificado	Ampla Concorrência
0006561	SILVANA MOREIRA FAGUNDES	10/02/1980	3,00	9,00	6,00	44,00	-	62,00	53º	Classificado	Ampla Concorrência
0005978	IZABELI A. RUKHABER	30/06/2010	9,00	9,00	4,00	40,00	-	62,00	54º	Classificado	Ampla Concorrência
0005985	THALIA SUELEN SIEPMANN	02/05/1997	9,00	6,00	2,00	40,00	5,00	62,00	55º	Classificado	Ampla

											Concorrência
0006084	EMANUELA LUIZA DE OLIVERA	29/11/1989	9,00	9,00	4,00	36,00	4,00	62,00	56º	Classificado	Ampla Concorrência
0004814	JULIANA STRAPASSON KONO DE PAULA	20/12/1983	6,00	6,00	4,00	44,00	1,00	61,00	57º	Classificado	Ampla Concorrência
0006531	CRISTIANA FABIANI SCHMITZ KRAJCZYK	30/04/1993	6,00	6,00	4,00	44,00	1,00	61,00	58º	Classificado	Ampla Concorrência
0005343	SILVANA CARINA RECH QUEVEDO	26/03/1987	9,00	6,00	6,00	40,00	-	61,00	59º	Classificado	Ampla Concorrência
0004707	LARA VITORIA SCHUTZE	16/11/2007	9,00	3,00	4,00	44,00	0,50	60,50	60º	Classificado	Ampla Concorrência

0005565	TAYNARA INES LOPES	04/12/1989	6,00	6,00	0,00	44,00	4,50	60,50	61º	Classificado	Ampla Concorrência
0006211	MARIA EDUARDA GRUBLER	28/02/2009	9,00	3,00	4,00	44,00	-	60,00	62º	Classificado	Ampla Concorrência
0004376	BEATRIZ NENNING WELTER	28/02/2002	6,00	6,00	4,00	44,00	-	60,00	63º	Classificado	Ampla Concorrência
0006295	JANI STEIN	18/08/1987	6,00	3,00	2,00	44,00	5,00	60,00	64º	Classificado	Ampla Concorrência
0005877	LILIANE DE CARVALHO	11/02/1992	15,00	3,00	2,00	40,00	-	60,00	65º	Classificado	Ampla Concorrência
0005795	KELY CRISTINA SMANIOTTO	01/08/1992	12,00	6,00	2,00	40,00	-	60,00	66º	Classificado	Ampla Concorrência
0005118	AMANDA MAIARA SCHNEIDER	01/09/2004	12,00	6,00	2,00	40,00	-	60,00	67º	Classificado	Ampla Concorrência
0005845	MARIA JULIA GUELERE DE OLIVEIRA	03/01/2001	9,00	9,00	2,00	40,00	-	60,00	68º	Classificado	Ampla Concorrência
0005982	CRISTINA DA SILVA BELUSSO	30/07/2000	9,00	6,00	4,00	40,00	1,00	60,00	69º	Classificado	Ampla Concorrência
0005880	CRISTIELI NUNES LAZZAROTTO	24/12/1986	9,00	6,00	0,00	40,00	5,00	60,00	70º	Classificado	Ampla Concorrência
0005890	JAESLEM HASTRA FUHR	22/03/2001	9,00	0,00	6,00	40,00	5,00	60,00	71º	Classificado	Ampla Concorrência
0004261	KETLYN LIDIANE DE OLIVEIRA	25/11/2001	9,00	0,00	6,00	40,00	5,00	60,00	72º	Classificado	Ampla Concorrência
0005448	JÉSSICA CRISTINA DONEL	26/08/1991	9,00	6,00	4,00	36,00	5,00	60,00	73º	Classificado	Ampla Concorrência
0006225	KAUAN WILLIAN CAPELETTI MACHADO	27/11/2005	9,00	6,00	4,00	40,00	0,50	59,50	74º	Classificado	Ampla Concorrência
0004401	MARIONE ROSA	22/07/1985	12,00	9,00	2,00	32,00	4,50	59,50	75º	Classificado	Ampla Concorrência
0006106	MARTA SCHWANKE BENTO	18/08/1993	9,00	6,00	0,00	44,00	-	59,00	76º	Classificado	Ampla Concorrência
0004817	CHEILA NEUSQUEN	09/06/1987	9,00	3,00	2,00	40,00	5,00	59,00	77º	Classificado	Ampla Concorrência
0006521	SUELIN THAIS GAGSTETTER	04/06/1998	9,00	3,00	2,00	40,00	5,00	59,00	78º	Classificado	Ampla Concorrência
0005572	ADRIANI BEATRIZ FREY RUCKHABER	28/03/1994	6,00	6,00	2,00	40,00	5,00	59,00	79º	Classificado	Ampla Concorrência
0005930	JOÃO GABRIEL BATTISTI	26/04/2007	15,00	6,00	2,00	36,00	-	59,00	80º	Classificado	Ampla Concorrência
0005404	ANDRESSA GABRIELA DA SILVA	12/05/2008	12,00	9,00	2,00	36,00	-	59,00	81º	Classificado	Ampla Concorrência
0005753	JANAÍNA HUBNER DE LIMA	25/10/2001	9,00	6,00	6,00	36,00	2,00	59,00	82º	Classificado	Ampla Concorrência
0005921	GABRIELI DA CRUZ FARIAS ALVES DE CAMPOS	18/09/1999	6,00	6,00	2,00	44,00	-	58,00	83º	Classificado	Ampla Concorrência
0004610	SARA PATRICIA RAMBO	07/03/2003	9,00	9,00	0,00	40,00	-	58,00	84º	Classificado	Ampla Concorrência
0006030	SANDRA MARA DE BORBA SCHWAN	26/07/1976	15,00	0,00	2,00	36,00	5,00	58,00	85º	Classificado	Ampla Concorrência
0005062	CARLOS EDUARDO RANGEL DA SILVA	20/03/2005	12,00	6,00	4,00	36,00	-	58,00	86º	Classificado	Ampla Concorrência
0006401	JULIA BERTALUCI WEIGHER	19/01/2002	12,00	3,00	6,00	36,00	1,00	58,00	87º	Classificado	Ampla Concorrência
0005106	GILMARA ABATTI	12/08/1978	9,00	6,00	2,00	36,00	5,00	58,00	88º	Classificado	Ampla

											Concorrência
0005855	JOSIANE RIBEIRO DA SILVA PALMIRO	21/03/1992	9,00	6,00	2,00	36,00	5,00	58,00	89º	Classificado	Ampla Concorrência
0005558	DULCINEA ROGÉRIO FERNANDES LOPES	15/02/1979	6,00	9,00	2,00	36,00	5,00	58,00	90º	Classificado	Ampla Concorrência
0006293	ANDRÉA LOPES DE SIQUEIRA	13/05/1986	9,00	6,00	2,00	40,00	0,50	57,50	91º	Classificado	Ampla Concorrência
0006587	DIANE RAFAELA EICHSTAEDT	18/06/2002	3,00	6,00	4,00	44,00	-	57,00	92º	Classificado	Ampla Concorrência
0005359	ALICIA MAIELI BELLÉ	30/09/1994	9,00	6,00	2,00	40,00	-	57,00	93º	Classificado	Ampla Concorrência
0005973	FERNANDA RAFAELA PEREIRA	19/01/2003	9,00	9,00	2,00	36,00	1,00	57,00	94º	Classificado	Ampla Concorrência
0006003	VERONICE MAINARDI BENDER GABRIEL	24/07/1982	9,00	3,00	6,00	36,00	3,00	57,00	95º	Classificado	Ampla Concorrência
0005515	VANUSA ANDRIELI DE LIMA	06/03/1993	6,00	0,00	2,00	48,00	-	56,00	96º	Classificado	Ampla Concorrência
0004312	PAMELA CRISTINA ALCARA ROHDEN	10/07/1992	9,00	0,00	2,00	40,00	5,00	56,00	97º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência
0005932	SANDRA HERMANN HIRT	04/03/1982	6,00	3,00	6,00	40,00	1,00	56,00	98º	Classificado	Ampla Concorrência
0005450	JAQUELINE CAMILE RUCKHABER	03/06/2009	15,00	3,00	2,00	36,00	-	56,00	99º	Classificado	Ampla Concorrência
0005716	ANDRESSA DANIELI TECH	19/10/2010	12,00	6,00	2,00	36,00	-	56,00	100º	Classificado	Ampla Concorrência
0005915	GABRIEL MACHADO PADILHA	28/03/2010	9,00	9,00	2,00	36,00	-	56,00	101º	Classificado	Ampla Concorrência
0006101	SARA NICOLI ECKERT SANTOS	10/08/1998	15,00	6,00	2,00	28,00	5,00	56,00	102º	Classificado	Ampla Concorrência
0005518	ALINE KLOH GOETTEMS	14/05/2000	12,00	9,00	2,00	28,00	5,00	56,00	103º	Classificado	Ampla Concorrência
0006039	FRANCIELE ROSSATTO BRUN	09/11/1992	9,00	0,00	2,00	40,00	4,50	55,50	104º	Classificado	Ampla Concorrência
0004889	ANTONIA RENATA BOTEGA COGO GOETTEMS	04/11/2000	15,00	6,00	2,00	32,00	0,50	55,50	105º	Classificado	Ampla Concorrência
0006161	GÉSSICA CRISTINA VENTURINI	04/01/2001	6,00	9,00	0,00	40,00	0,00	55,00	106º	Classificado	Ampla Concorrência
0004748	IVONE DA VEGA ROSSI	07/11/1980	9,00	3,00	2,00	36,00	5,00	55,00	107º	Classificado	Ampla Concorrência
0006385	DALVANA MICHELE DOS ANJOS	01/09/1999	3,00	9,00	6,00	36,00	1,00	55,00	108º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência
0005950	CARLA ADRIANA FRANKEN SHAEDLER	14/11/1984	12,00	0,00	2,00	36,00	4,50	54,50	109º	Classificado	Ampla Concorrência
0005603	MARCIELI RUCKERT MEDEIROS	18/04/1991	9,00	3,00	2,00	36,00	4,50	54,50	110º	Classificado	Ampla Concorrência
0005120	DIEISE PEREIRA	21/11/1996	12,00	0,00	2,00	40,00	-	54,00	111º	Classificado	Ampla Concorrência
0006405	DAIANA LOPES DE SOUZA	25/06/2001	12,00	6,00	0,00	36,00	-	54,00	112º	Classificado	Ampla Concorrência
0005230	GIOVANA TUBIAS FANCK	24/03/2002	12,00	6,00	0,00	36,00	-	54,00	113º	Classificado	Ampla Concorrência
0004762	DAIANA FERREIRA FISS	06/11/1995	9,00	6,00	2,00	36,00	1,00	54,00	114º	Classificado	Ampla Concorrência
0006102	KAUANY VITÓRIA BUDKE	21/12/2008	9,00	6,00	2,00	36,00	1,00	54,00	115º	Classificado	Ampla Concorrência
0005544	MARIA CLARA DE OLIVEIRA	01/01/2009	12,00	6,00	4,00	32,00	-	54,00	116º	Classificado	Ampla Concorrência
0004218	ERIKA VIVIANE ALMEIDA VILLAR	21/10/2001	12,00	6,00	2,00	32,00	2,00	54,00	117º	Classificado	Ampla Concorrência
0006754	MILENA GABRIELA STANGE	28/07/2000	9,00	9,00	4,00	32,00	-	54,00	118º	Classificado	Ampla Concorrência
0005051	DEISE GROLL DOS SANTOS	04/08/2006	6,00	3,00	4,00	40,00	-	53,00	119º	Classificado	Ampla Concorrência
0006478	ANA PAULA SCHWINN DA LUZ	27/02/1991	3,00	6,00	4,00	40,00	-	53,00	120º	Classificado	Ampla

											Concorrência
0005058	MAYANNA RIOS DOS SANTOS	30/12/2004	3,00	6,00	4,00	40,00	-	53,00	121º	Classificado	Ampla Concorrência
0004556	CAMILA BIANCA RIBEIRO	18/01/1997	12,00	3,00	2,00	36,00	-	53,00	122º	Classificado	Ampla Concorrência
0006278	ARIANY SIMÕES DA ROCHA	08/01/2009	12,00	3,00	2,00	36,00	-	53,00	123º	Classificado	Ampla Concorrência
0005903	ANGELITA SIMÕES	22/10/1985	9,00	6,00	2,00	36,00	-	53,00	124º	Classificado	Ampla Concorrência
0004960	BRUNA NICOLE DALHEM HAHN	13/01/1998	9,00	6,00	0,00	36,00	2,00	53,00	125º	Classificado	Ampla Concorrência
0005593	GIOVANA LUIZA BUZARSKI	27/12/2008	6,00	9,00	2,00	36,00	-	53,00	126º	Classificado	Ampla Concorrência
0005766	RAFAEL FELIPE	20/02/2009	6,00	9,00	2,00	36,00	-	53,00	127º	Classificado	Ampla Concorrência
0005050	MARIA JOANA GOTTARDO SEGAT	03/01/2009	12,00	3,00	6,00	32,00	-	53,00	128º	Classificado	Ampla Concorrência
0005431	LETICIA ADAM	07/04/2010	9,00	3,00	0,00	40,00	-	52,00	129º	Classificado	Ampla Concorrência
0004746	EDUARDA ZIMMER	07/10/2009	9,00	3,00	4,00	36,00	-	52,00	130º	Classificado	Ampla Concorrência
0005313	ALESSANDRA ANTUNES DE MORAES	22/01/2001	6,00	6,00	4,00	36,00	-	52,00	131º	Classificado	Ampla Concorrência
0005987	ANDREIA KUHN	31/08/1985	3,00	9,00	4,00	36,00	-	52,00	132º	Classificado	Ampla Concorrência
0006319	LUCINÉIA SALBEGO RUTKANKIS	06/07/1980	3,00	6,00	6,00	36,00	1,00	52,00	133º	Classificado	Ampla Concorrência
0006277	RAFAELA MAS	25/08/2008	15,00	3,00	6,00	28,00	-	52,00	134º	Classificado	Ampla Concorrência
0006326	PHOLIANA BALDISSERA	19/06/2000	9,00	6,00	4,00	32,00	-	51,00	135º	Classificado	Ampla Concorrência
0006384	RAFAELA CAROLINE VIACELLI NOGUEIRA	29/10/2002	9,00	6,00	4,00	32,00	-	51,00	136º	Classificado	Ampla Concorrência
0004881	SIDELAINE DE COSTA	18/08/1984	6,00	9,00	4,00	32,00	-	51,00	137º	Classificado	Ampla Concorrência
0005836	IZABELLI LANGNER	03/06/2008	12,00	9,00	2,00	28,00	-	51,00	138º	Classificado	Ampla Concorrência
0004214	LUANA DA SILVA SILVEIRA	17/08/1989	12,00	6,00	4,00	28,00	1,00	51,00	139º	Classificado	Ampla Concorrência
0005794	FRANCIELI RUTKANKIS	01/08/1984	12,00	0,00	2,00	36,00	-	50,00	140º	Classificado	Ampla Concorrência
0005796	LUANA SABRINA AVILA FERREIRA SOCOLLOSKI	12/10/1999	12,00	0,00	2,00	36,00	-	50,00	141º	Classificado	Ampla Concorrência
0005974	CHAIANE WERENA THEISEN ZANON	17/04/1996	9,00	3,00	2,00	36,00	0,00	50,00	142º	Classificado	Ampla Concorrência
0006765	MARIA LAURA ACKERMANN	01/02/2003	9,00	3,00	2,00	36,00	-	50,00	143º	Classificado	Ampla Concorrência
0006411	FERNANDA TAINÁ DA SILVA	03/03/2003	9,00	3,00	2,00	36,00	-	50,00	144º	Classificado	Ampla Concorrência
0006555	KAUANE LAMIM GEHM	26/04/2009	9,00	3,00	2,00	36,00	-	50,00	145º	Classificado	Ampla Concorrência
0004478	LUIZ ANTÔNIO ALCARA ROHDEN	08/07/1997	3,00	9,00	2,00	36,00	-	50,00	146º	Classificado	Ampla Concorrência
0005812	KÁTIA ALINE DE PROENÇA	06/05/2001	12,00	6,00	0,00	32,00	-	50,00	147º	Classificado	Ampla Concorrência
0004874	DAIANE AGUIAR BRIZOLLA	04/03/2002	9,00	9,00	0,00	32,00	-	50,00	148º	Classificado	Ampla Concorrência

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MRL	LEG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
0005162	TANIA FERNANDES MELO	29/05/1988	12,00	6,00	2,00	56,00	76,00	1º	Aprovado	Ampla Concorrência
0005063	BRUNA APARECIDA TAVARES	11/05/1999	9,00	6,00	2,00	56,00	73,00	2º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004753	EDUARDO MARCONDES	28/05/1967	9,00	6,00	4,00	52,00	71,00	3º	Aprovado	Ampla Concorrência

0006683	NIKOLAS RAMOS GUERRA PEIXE	10/01/1993	12,00	9,00	4,00	44,00	69,00	4º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004533	JOÃO VITOR SANTIN	27/06/2001	12,00	9,00	2,00	44,00	67,00	5º	Classificado	Ampla Concorrência
0004954	LUIZ FELIPE MACHADO DOS SANTOS	05/08/1988	9,00	12,00	4,00	40,00	65,00	6º	Classificado	Ampla Concorrência
0005920	CLÓVIS ROBERTO ALVES	01/07/1973	9,00	9,00	4,00	40,00	62,00	7º	Classificado	Ampla Concorrência
0004614	IARA CRISTINA FALCADE	22/06/1992	6,00	6,00	6,00	40,00	58,00	8º	Classificado	Ampla Concorrência

0005853	RONALDO LUIZ MILA	07/02/1978	9,00	6,00	2,00	40,00	57,00	9º	Aprovado	PcD - Pessoa com Deficiência
0006433	DANIELI MALDANER	27/11/1990	9,00	6,00	2,00	40,00	57,00	10º	Classificado	Ampla Concorrência
0006535	KATIA ANDRESSA LYRA DOS SANTOS	04/07/1981	9,00	3,00	4,00	40,00	56,00	11º	Classificado	Ampla Concorrência
0004188	THAIS PEREIRA HOFFMANN MALLMANN	06/05/1994	9,00	3,00	4,00	40,00	56,00	12º	Classificado	Ampla Concorrência
0005193	LUZIA BARTZ	15/04/1999	9,00	3,00	4,00	40,00	56,00	13º	Classificado	Ampla Concorrência
0004355	PAMELA MARCIANA DA SILVA DOS SANTOS SCHMITZ	31/01/2004	0,00	9,00	2,00	44,00	55,00	14º	Classificado	Ampla Concorrência
0005922	ADRIANA FONTANIVE DE OLIVEIRA	22/11/1984	6,00	0,00	4,00	44,00	54,00	15º	Classificado	Ampla Concorrência
0004169	KETLEM EMANUELI JANNER	05/09/1997	9,00	3,00	2,00	40,00	54,00	16º	Classificado	Ampla Concorrência
0005341	JACQUELINE MARQUES DA SILVA	11/10/1990	6,00	6,00	2,00	40,00	54,00	17º	Classificado	Ampla Concorrência
0004664	DIONETE TERESA HENTZ GERHARD	18/01/1990	6,00	3,00	4,00	40,00	53,00	18º	Classificado	Ampla Concorrência
0006000	LUANA DE MACEDO BORGES	22/10/1991	6,00	3,00	4,00	40,00	53,00	19º	Classificado	Ampla Concorrência
0004598	SOLANGE ANDREIA MOHLER	12/09/1976	12,00	3,00	2,00	36,00	53,00	20º	Classificado	Ampla Concorrência
0005372	SIDIANE MIRANDA	28/02/1988	9,00	12,00	0,00	32,00	53,00	21º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência
0004694	GILMARA REJANE DA ROSA GHROHMANN	05/11/1978	12,00	0,00	0,00	40,00	52,00	22º	Classificado	Ampla Concorrência
0006600	TATIANI ESTRAICH GOULARTE	10/01/1989	12,00	0,00	4,00	36,00	52,00	23º	Classificado	Ampla Concorrência
0006273	VERIDIANE ROBERTO PRANDES	01/06/1989	6,00	6,00	4,00	36,00	52,00	24º	Classificado	Ampla Concorrência
0005224	BIANCA MACHADO MICHAEL	25/01/1996	6,00	6,00	4,00	36,00	52,00	25º	Classificado	Ampla Concorrência
0006614	ADELAINE MARIA DICKEL	13/11/1985	6,00	3,00	2,00	40,00	51,00	26º	Classificado	Ampla Concorrência
0006456	LORINES APARECIDA PEREIRA RECH	20/02/1972	9,00	0,00	6,00	36,00	51,00	27º	Classificado	Ampla Concorrência
0006665	DAIANE PELLEGRINI	23/05/1996	6,00	9,00	0,00	36,00	51,00	28º	Classificado	Ampla Concorrência
0006213	CLAUDIO VINICIUS DE SOUZA BEZERRA	21/03/1995	9,00	9,00	4,00	28,00	50,00	29º	Classificado	Ampla Concorrência

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MRL	LEG	CE	PT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
0006355	CAMILA EDUARDA LOPES	21/02/1998	12,00	9,00	2,00	52,00	1,50	76,50	1º	Aprovado	Ampla Concorrência
0005054	ANA PAULA WORST DRESCH	03/07/1982	12,00	0,00	4,00	44,00	-	60,00	2º	Aprovado	Ampla Concorrência
0005628	DYULHANI GADIELI CAVALHEIRO	19/04/1994	12,00	12,00	2,00	28,00	3,00	57,00	3º	Classificado	Ampla Concorrência
0005839	RAFAELA MENDES SCHIRMANN	11/11/2003	9,00	6,00	2,00	36,00	-	53,00	4º	Classificado	Ampla Concorrência
0006064	PÂMELA ANDREISA FUNGHETTO	25/01/1992	15,00	6,00	2,00	28,00	-	51,00	5º	Classificado	Ampla Concorrência

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MRL	LEG	CE	PT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
0005854	RUAN MORAES PALMIRO	27/10/1991	12,00	15,00	10,00	52,00	3,00	92,00	1º	Aprovado	Ampla Concorrência

0004661	GABRIEL JULIO ALEXANDRE SCHUINGEL	26/07/1996	12,00	9,00	8,00	56,00	3,00	88,00	2º	Classificado	Ampla Concorrência
0004688	KENIA GABRIELA DOS SANTOS	03/03/1992	12,00	9,00	6,00	52,00	7,00	86,00	3º	Classificado	Ampla Concorrência
0004564	EVELISE BROCCO MARIA MANTOVI	25/07/1989	9,00	3,00	6,00	56,00	3,00	77,00	4º	Classificado	Ampla Concorrência
0004492	JULIANA SIMÕES PERICO	27/08/1992	6,00	9,00	4,00	56,00	1,50	76,50	5º	Classificado	Ampla Concorrência
0005694	DIEGO VINICIUS RUCKHABER	25/04/2003	12,00	9,00	4,00	48,00	3,00	76,00	6º	Classificado	Ampla Concorrência
0005684	BRUNNA ALYNE TEIXEIRA	13/07/1994	15,00	3,00	10,00	44,00	3,00	75,00	7º	Classificado	Ampla Concorrência
0005133	ELEOMAR WONS DA SILVA	08/09/1990	6,00	9,00	6,00	48,00	3,00	72,00	8º	Classificado	Ampla Concorrência
0006019	ELISEU DE QUADROS	02/12/1998	9,00	12,00	2,00	44,00	-	67,00	9º	Classificado	Ampla Concorrência
0004740	SANDRA APARECIDA SAUER DE SOUZA	10/03/1988	9,00	9,00	4,00	44,00	-	66,00	10º	Classificado	Ampla Concorrência
0006186	MAURICIO MATIAS	26/01/1999	9,00	6,00	2,00	48,00	-	65,00	11º	Classificado	Ampla Concorrência
0004520	MILENA JACOBSEN PALAVER	13/06/2002	12,00	6,00	2,00	44,00	-	64,00	12º	Classificado	Ampla Concorrência
0006599	ADRIELLY STEFANI GOMES	29/12/1999	6,00	9,00	4,00	44,00	0,00	63,00	13º	Classificado	Ampla Concorrência
0006518	ANDERSON BOTTEGA	22/11/1988	9,00	6,00	2,00	40,00	-	57,00	14º	Classificado	Ampla Concorrência
0005078	MARIA HELENA MAHL	23/06/1997	12,00	9,00	0,00	36,00	-	57,00	15º	Classificado	Ampla Concorrência
0005016	TAIANA MARIA LOCATELI MACHADO	15/06/1996	9,00	9,00	2,00	36,00	-	56,00	16º	Classificado	Ampla Concorrência
0006017	ALEXANDRE LUIZ KRAEMER	04/05/1985	6,00	3,00	2,00	44,00	-	55,00	17º	Classificado	Ampla Concorrência
0004207	MARIZETE PEREIRA DA SILVA	30/01/1983	12,00	3,00	0,00	40,00	-	55,00	18º	Classificado	Ampla Concorrência
0006303	THAIS DANIELLA SIEVERS AMPESSAN BASEGIO	30/04/1996	12,00	3,00	4,00	36,00	-	55,00	19º	Classificado	Ampla Concorrência
0005554	ANDRESSA MAIARA LANG	14/05/1995	9,00	6,00	4,00	36,00	-	55,00	20º	Classificado	Ampla Concorrência
0004434	BRUNO PERÃO RODRIGUES	06/07/1996	9,00	6,00	4,00	36,00	-	55,00	21º	Classificado	Ampla Concorrência
0006692	VANESSA MARIA LEICHTWEIS	25/06/2001	9,00	6,00	4,00	36,00	-	55,00	22º	Classificado	Ampla Concorrência
0005659	ISABELA DORINI HAYASHI	25/02/2001	9,00	6,00	8,00	32,00	-	55,00	23º	Classificado	Ampla Concorrência
0004785	VERONI DA SILVA	24/12/1982	9,00	0,00	0,00	44,00	0,00	53,00	24º	Classificado	Ampla Concorrência
0004566	VANESSA GABRIELE BINSFELD	17/10/2003	9,00	6,00	2,00	36,00	-	53,00	25º	Classificado	Ampla Concorrência
0006155	ANGELICA WELLER	14/05/1998	6,00	9,00	2,00	36,00	-	53,00	26º	Classificado	Ampla Concorrência
0005483	IDIOMAR MINUSSU	27/12/1990	3,00	9,00	2,00	36,00	-	50,00	27º	Classificado	Ampla Concorrência
0005226	GILSON NASCIMENTO PEREIRA	15/09/1985	12,00	6,00	0,00	32,00	-	50,00	28º	Classificado	Ampla Concorrência

				8203 - CONTADOR I - PLANALTO							
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**	**MRL**	**LEG**	**CE**	**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0006526	GIOVANI LOTICI	17/09/1996	12,00	6,00	6,00	36,00	-	60,00	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0004296	ELIZIANE CRISTINA ROHDEN	20/05/1988	12,00	0,00	6,00	36,00	-	54,00	2º	Classificado	Ampla Concorrência
0005904	VANESSA GLUSZEWICZ	04/08/1999	12,00	9,00	2,00	28,00	1,50	52,50	3º	Classificado	Ampla Concorrência

0005740	FERNANDO LOPES DOS SANTOS	12/04/1974	9,00	9,00	4,00	28,00	-	50,00	4º	Classificado	Ampla Concorrência
				8204 - CONTADOR II - PLANALTO							
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**	**MRL**	**LEG**	**CE**	**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0004730	GABRIEL MORETTI IOP	24/02/2000	9,00	9,00	6,00	40,00	-	64,00	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0004452	MICHAEL BUSSOLA	20/12/1994	9,00	9,00	4,00	36,00	3,00	61,00	2º	Classificado	Ampla Concorrência
0006783	JAAZIEL FELIPE SANTOS DE OLIVEIRA	13/02/1994	12,00	9,00	2,00	36,00	-	59,00	3º	Classificado	Ampla Concorrência
				8205 - ENGENHEIRO CIVIL - PLANALTO							
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**	**MRL**	**LEG**	**CE**	**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0005791	MARCUS LESSANDRO COSTA DELAZZERI	05/09/1987	9,00	12,00	8,00	56,00	6,00	91,00	1º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004224	VITORIA CAROLINE SOKOLOWSKI	10/01/2001	15,00	12,00	6,00	52,00	-	85,00	2º	Classificado	Ampla Concorrência
0005493	RODINEI MAGALHÃES	02/05/1988	15,00	12,00	4,00	52,00	-	83,00	3º	Classificado	Ampla Concorrência
0005125	EDUARDO KOERICH RIBEIRO	22/10/1997	12,00	12,00	6,00	52,00	-	82,00	4º	Classificado	Ampla Concorrência
0006324	DAYANE DOS SANTOS DA ROCHA	15/03/1993	15,00	9,00	4,00	52,00	1,50	81,50	5º	Classificado	Ampla Concorrência
0006491	MARCOS GERHARDT	26/08/1996	12,00	15,00	6,00	48,00	-	81,00	6º	Classificado	Ampla Concorrência
0006494	JANDERSON CARLOS HEMKEMEIER	17/06/1997	12,00	12,00	6,00	48,00	3,00	81,00	7º	Classificado	Ampla Concorrência
0004158	LUCAS GALVÃO KUNS	11/12/1996	15,00	12,00	6,00	44,00	3,00	80,00	8º	Classificado	Ampla Concorrência
0004321	CAROLINE MINUZZO	08/03/1996	12,00	12,00	2,00	52,00	-	78,00	9º	Classificado	Ampla Concorrência
0004908	JONAS AMÉLIO DA SILVA MORAWSKI	27/06/1994	9,00	15,00	4,00	48,00	1,50	77,50	10º	Classificado	Ampla Concorrência
0006513	ALAN JUNIOR LAZZARIN	13/12/1997	9,00	12,00	4,00	52,00	-	77,00	11º	Classificado	Ampla Concorrência
0005022	FLAVIA DIANA BATAIOLLI AMARAL	02/02/1996	6,00	12,00	4,00	52,00	3,00	77,00	12º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência
0006459	EDUARDO HENRIQUES	21/07/1993	15,00	12,00	2,00	48,00	-	77,00	13º	Classificado	Ampla Concorrência
0005668	LEANDRO HENRIQUE MAZUTTI	24/11/1992	12,00	15,00	2,00	48,00	-	77,00	14º	Classificado	Ampla Concorrência
0006542	ALDELY ÂNGELO ALMEIDA TEIXEIRA	16/11/1985	9,00	9,00	6,00	52,00	-	76,00	15º	Classificado	Ampla Concorrência
0005221	IVAN FELIPE REBELO BARROS JUNIOR	17/09/1991	15,00	9,00	4,00	48,00	-	76,00	16º	Classificado	Ampla Concorrência
0006272	LUIZ ANTONIO ORTINA SCOPEL	17/08/1993	12,00	9,00	4,00	48,00	-	73,00	17º	Classificado	Ampla Concorrência
0006135	HELTER WILLIAN GAEDICKE	25/08/1999	12,00	9,00	4,00	48,00	-	73,00	18º	Classificado	Ampla Concorrência
0006394	LUIZ EDUARDO BISSANI	14/07/2005	15,00	12,00	2,00	44,00	-	73,00	19º	Classificado	Ampla Concorrência
0005994	RODOLPHO SILVA FONSECA	20/09/1997	15,00	3,00	6,00	48,00	-	72,00	20º	Classificado	Ampla Concorrência
0004993	GUSTAVO ZORZIN	02/07/2001	9,00	15,00	0,00	48,00	-	72,00	21º	Classificado	Ampla Concorrência
0005415	GUSTAVO SPINARDI DE QUADROS	27/05/1997	12,00	9,00	2,00	48,00	-	71,00	22º	Classificado	Ampla Concorrência
0005873	VALMIR SOARES DOS SANTOS	10/07/1991	12,00	15,00	4,00	40,00	-	71,00	23º	Classificado	Ampla Concorrência
0005823	GIOVANI DE BARROS MOREIRA	10/07/2002	12,00	15,00	4,00	40,00	-	71,00	24º	Classificado	Ampla Concorrência
0005097	PAULO RICARDO POZZEBON	18/09/1998	12,00	6,00	4,00	48,00	-	70,00	25º	Classificado	Ampla Concorrência
0006792	MARIANE COMUNELLO FLORIANO	03/05/2002	15,00	9,00	2,00	44,00	-	70,00	26º	Classificado	Ampla Concorrência
0005026	MICHELE GIOVANONI DE CASTRO	08/03/1995	12,00	12,00	2,00	44,00	-	70,00	27º	Classificado	Ampla Concorrência

0006663	JESSICA GASPAR POMPERMAIER	10/04/1998	12,00	12,00	6,00	40,00	-	70,00	28º	Classificado	Ampla Concorrência
0006645	LUIS HENRIQUE NARDINO	21/01/1993	9,00	12,00	4,00	44,00	-	69,00	29º	Classificado	Ampla Concorrência
0004940	VITOR FLAVIO LIMA DA SILVA	01/05/2001	12,00	15,00	4,00	36,00	1,50	68,50	30º	Classificado	Ampla Concorrência
0005622	THIAGO STEFAN APPIO	28/07/1987	9,00	9,00	2,00	48,00	-	68,00	31º	Classificado	Ampla Concorrência
0006648	NAIRA DAIANA GODOY DA LUZ	13/04/1997	15,00	9,00	0,00	44,00	-	68,00	32º	Classificado	Ampla Concorrência
0005053	GUSTAVO COPPINI MARTINI	04/07/1998	9,00	15,00	0,00	44,00	-	68,00	33º	Classificado	Ampla Concorrência
0005637	MAICO DIEGO DOS SANTOS	08/08/1986	3,00	9,00	2,00	52,00	1,50	67,50	34º	Classificado	Ampla Concorrência
0006504	WAGNER ANTONIO DOOPIAT	12/02/1993	12,00	9,00	2,00	44,00	-	67,00	35º	Classificado	Ampla Concorrência
0004365	ALESSANDRO FELIPSEN	16/04/1995	12,00	9,00	6,00	40,00	-	67,00	36º	Classificado	Ampla Concorrência
0004264	EDSON LUIZ DA SILVA	29/08/1973	9,00	6,00	2,00	48,00	1,50	66,50	37º	Classificado	Ampla Concorrência
0004921	MATHEUS DA SILVA SOLIGO	29/10/1998	15,00	6,00	4,00	40,00	-	65,00	38º	Classificado	Ampla Concorrência
0005146	MARIANI KAROLINE HASKEL	01/06/2000	9,00	9,00	4,00	40,00	3,00	65,00	39º	Classificado	Ampla Concorrência
0005848	LUIZ HENRIQUE CHIAMENTI	26/04/1991	15,00	9,00	4,00	36,00	-	64,00	40º	Classificado	Ampla Concorrência
0005594	MATHEUS CALHAU BOTELHO	22/07/1991	12,00	9,00	2,00	40,00	-	63,00	41º	Classificado	Ampla Concorrência
0005919	GEORGE LUAN DE JESUS	05/03/1998	12,00	9,00	2,00	40,00	-	63,00	42º	Classificado	Ampla Concorrência
0006305	CESAR FILIPE DE OLIVEIRA	05/08/1995	12,00	9,00	6,00	36,00	-	63,00	43º	Classificado	Ampla Concorrência
0006299	VITOR GABRIEL FERNANDES DE ARAÚJO	27/01/2004	12,00	9,00	6,00	36,00	-	63,00	44º	Classificado	Ampla Concorrência
0005166	ANA CLÁUDIA MOLON HOLSTEN	16/07/1998	15,00	12,00	4,00	32,00	-	63,00	45º	Classificado	Ampla Concorrência
0004352	EDIRLEY PERES MACHADO	18/06/1963	12,00	6,00	4,00	40,00	-	62,00	46º	Classificado	Ampla Concorrência
0004527	JOSÉ EDUARDO ZUCONELLI BERTONCELLO	20/04/2002	9,00	9,00	4,00	40,00	-	62,00	47º	Classificado	Ampla Concorrência
0005353	MARIANA DANIELE SAUIN FERREIRA	09/08/2001	12,00	3,00	2,00	44,00	-	61,00	48º	Classificado	Ampla Concorrência
0005576	YASNAI LUELI BOLA	09/06/2002	9,00	6,00	2,00	44,00	-	61,00	49º	Classificado	Ampla Concorrência
0005725	HELOÍSA ROCHA FUJITA FURLANI	03/04/1995	15,00	3,00	4,00	36,00	3,00	61,00	50º	Classificado	Ampla Concorrência
0006753	KRISTINE NATAYRA CANZI	01/04/1997	12,00	9,00	4,00	36,00	-	61,00	51º	Classificado	Ampla Concorrência
0006048	ADRIAM HENRIQUE DE LIMA	12/05/2001	9,00	6,00	0,00	44,00	-	59,00	52º	Classificado	Ampla Concorrência
0006415	VINICIUS GIOMBELLI	03/10/1997	15,00	12,00	0,00	32,00	-	59,00	53º	Classificado	Ampla Concorrência
0006664	ELIONAI GOMES DE ARAÚJO	22/02/1983	6,00	6,00	2,00	44,00	-	58,00	54º	Classificado	Ampla Concorrência
0005519	MURILLO MARQUES DA SILVA	27/09/1996	12,00	6,00	0,00	40,00	-	58,00	55º	Classificado	Ampla Concorrência
0005768	EDUARDO RICYERI PERICO	07/05/1998	12,00	6,00	0,00	40,00	-	58,00	56º	Classificado	Ampla Concorrência
0005583	LUCAS MENSCH	14/07/1994	9,00	9,00	0,00	40,00	-	58,00	57º	Classificado	Ampla Concorrência
0006785	GIOVANA MATIAZZO LIMONIO	28/03/2004	9,00	9,00	4,00	36,00	-	58,00	58º	Classificado	Ampla Concorrência
0005943	LETICIA FERNANDA PONTIN WALTER	16/08/1996	9,00	15,00	2,00	32,00	-	58,00	59º	Classificado	Ampla Concorrência
0004474	JÉSSICA CAROLINE MERLUGO DEPONTI REUTER	27/12/2000	6,00	9,00	4,00	36,00	1,50	56,50	60º	Classificado	Ampla Concorrência

0004420	BRUNA DANIELLY LESKE DEVES	23/08/1998	9,00	6,00	2,00	36,00	3,00	56,00	61º	Classificado	Ampla Concorrência
0004524	ELIEZER FACHIN DA SILVA	06/12/1995	12,00	12,00	4,00	28,00	-	56,00	62º	Classificado	Ampla Concorrência
0004967	JAIR JUNIOR PELLEGRINI CESCONETTO	11/07/1991	3,00	12,00	0,00	40,00	-	55,00	63º	Classificado	Ampla Concorrência
0005045	DIEGO CALLEGARO	07/10/1995	6,00	9,00	4,00	36,00	-	55,00	64º	Classificado	Ampla Concorrência
0006603	GUSTAVO GABRIEL LIMA DE OLIVEIRA	23/02/2000	12,00	9,00	2,00	32,00	-	55,00	65º	Classificado	Ampla Concorrência
0005092	ROBERTO FERREIRA XAVES	16/08/1995	12,00	6,00	0,00	36,00	-	54,00	66º	Classificado	Ampla Concorrência
0006574	LUCAS MINKS WINCKLER	28/09/2000	9,00	9,00	4,00	32,00	-	54,00	67º	Classificado	Ampla Concorrência
0006495	EDUARDO ZIGLIOLI	10/08/1994	6,00	9,00	2,00	36,00	-	53,00	68º	Classificado	Ampla Concorrência
0004477	KATIA ALINE GARZÃO	08/07/1989	9,00	12,00	0,00	32,00	-	53,00	69º	Classificado	Ampla Concorrência
0006622	VINICIUS DOS SANTOS ABREU	23/09/1996	12,00	6,00	2,00	32,00	-	52,00	70º	Classificado	Ampla Concorrência
0006092	LUCIEL IAGO SCHUMANN	16/04/1992	9,00	9,00	2,00	32,00	-	52,00	71º	Classificado	Ampla Concorrência
0006314	ALLISON WILLIAN DA SILVA DA ROSA	22/10/2000	3,00	6,00	2,00	40,00	-	51,00	72º	Classificado	Ampla Concorrência
0004465	NÁTALI FERNANDA PAZ DA SILVA	28/03/2000	9,00	6,00	0,00	36,00	-	51,00	73º	Classificado	Ampla Concorrência
0005102	ARTHUR VINICIUS DA ROSA	25/01/2002	15,00	6,00	6,00	24,00	-	51,00	74º	Classificado	Ampla Concorrência
0005509	ISADORA KESSLER DE GODOY	21/04/2001	12,00	6,00	0,00	32,00	0,00	50,00	75º	Classificado	Ampla Concorrência
0006173	GIACOMO HENRIQUE RIZZI	10/04/1999	9,00	15,00	2,00	24,00	-	50,00	76º	Classificado	Ampla Concorrência
				8206 - ENFERMEIRO - PLANALTO							
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**	**MRL**	**LEG**	**CE**	**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0005033	ANA CAROLINA DE SOUZA BANTLE	01/02/1988	12,00	9,00	4,00	56,00	3,00	84,00	1º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004749	FERNANDA DILL	22/01/2005	15,00	6,00	4,00	56,00	-	81,00	2º	Aprovado	Ampla Concorrência
0005721	JADIELI SIMONI ROLL KOCH	13/05/1997	12,00	12,00	2,00	44,00	4,50	74,50	3º	Aprovado	Ampla Concorrência
0006643	JENNIFER GABRIELI PERTILE	19/12/2003	9,00	6,00	4,00	52,00	-	71,00	4º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004482	CAMILA DALL AGNOL	01/04/2003	6,00	9,00	4,00	52,00	-	71,00	5º	Classificado	Ampla Concorrência
0006779	EMANUEL RICARDO MONTEIRO MARTINEZ	28/09/1976	9,00	12,00	0,00	48,00	1,50	70,50	6º	Classificado	Ampla Concorrência
0005407	JULIANA APARECIDA TIESEN	01/08/1987	6,00	6,00	4,00	52,00	1,50	69,50	7º	Classificado	Ampla Concorrência
0004832	LUANA PATRICIA WEIZEMANN	12/06/1997	12,00	6,00	2,00	48,00	1,50	69,50	8º	Classificado	Ampla Concorrência
0004917	MIRELLA VIDAL DOS SANTOS ZABOT	06/06/2004	9,00	6,00	2,00	52,00	-	69,00	9º	Classificado	Ampla Concorrência
0004561	SAMANTHA LARISSA TORRES COMPANHONI	16/04/1991	12,00	6,00	0,00	48,00	3,00	69,00	10º	Classificado	Ampla Concorrência

0004467	NAELI TAIANA DE OLIVEIRA	14/11/1994	12,00	9,00	4,00	44,00	-	69,00	11º	Classificado	Ampla Concorrência
0005936	TAÍS REGINA KOCH	18/09/1999	12,00	6,00	4,00	44,00	3,00	69,00	12º	Classificado	Ampla Concorrência
0006112	SHEILA APARECIDA SOARES SCHMITT	25/09/1987	12,00	6,00	0,00	48,00	1,50	67,50	13º	Classificado	Ampla Concorrência
0004537	VITORIA ELOISA PINHEIRO LEPINSKI	30/12/2001	12,00	9,00	2,00	44,00	-	67,00	14º	Classificado	Ampla Concorrência
0006190	AMANDA BANDEIRA SCOPEL	16/09/2000	9,00	6,00	2,00	48,00	1,50	66,50	15º	Classificado	Ampla Concorrência
0004215	CAROLINE WINCK SOTTI	17/09/1992	12,00	9,00	2,00	40,00	3,00	66,00	16º	Classificado	Ampla Concorrência

0006050	DANIEL ALVES LUSTOSA	10/04/1983	12,00	12,00	6,00	36,00	-	66,00	17º	Classificado	Ampla Concorrência
0004573	EDERSON RAMPANELLI BERTE	23/09/1982	9,00	12,00	2,00	40,00	1,50	64,50	18º	Classificado	Ampla Concorrência
0006363	MONIQUE MOTTA VARELA	24/05/1984	9,00	6,00	6,00	40,00	3,00	64,00	19º	Classificado	Ampla Concorrência
0004623	FRANCIELLI OLIVEIRA DA CUNHA SPEROTTO	23/07/1986	15,00	6,00	4,00	36,00	3,00	64,00	20º	Classificado	Ampla Concorrência
0004438	GABRIELI KAMILY LOLI	17/03/2003	9,00	9,00	0,00	44,00	1,50	63,50	21º	Classificado	Ampla Concorrência
0005176	GIULIA ROBERTA GRIEBELER DA SILVA	13/10/2003	9,00	12,00	2,00	40,00	-	63,00	22º	Classificado	Ampla Concorrência
0005517	ALINE MARIA KLUSKA	15/12/1979	9,00	9,00	2,00	40,00	3,00	63,00	23º	Classificado	Ampla Concorrência
0004747	POLIANA GROLLI	31/07/2004	12,00	6,00	0,00	44,00	-	62,00	24º	Classificado	Ampla Concorrência
0006309	ELUIZA TEREBINTO	05/01/2003	12,00	6,00	4,00	40,00	-	62,00	25º	Classificado	Ampla Concorrência
0005486	DAIANE CRISTINE HOPPEN	15/05/1991	9,00	6,00	2,00	44,00	-	61,00	26º	Classificado	Ampla Concorrência
0005653	ROSANGELA DA ROSA OLIVEIRA	25/11/1976	3,00	9,00	2,00	44,00	3,00	61,00	27º	Classificado	Ampla Concorrência
0004191	MICHELE PIOLI CAETANO GROCHOVSKI	27/12/1982	9,00	9,00	4,00	36,00	3,00	61,00	28º	Classificado	Ampla Concorrência
0004252	TAYNARA GONÇALVES	15/05/2000	9,00	6,00	4,00	40,00	1,50	60,50	29º	Classificado	Ampla Concorrência
0004620	MICHELE PAVANELO DE OLIVEIRA	18/01/2000	9,00	3,00	0,00	48,00	-	60,00	30º	Classificado	Ampla Concorrência
0004959	ROSANE DA SILVA LIMA	26/01/1979	6,00	9,00	4,00	40,00	0,00	59,00	31º	Classificado	Ampla Concorrência
0004590	JANAÍNA QUINTINO DUARTE	30/11/1999	12,00	0,00	2,00	44,00	-	58,00	32º	Classificado	Ampla Concorrência
0006556	ADAIANA PATRICIA TAVARES DOS SANTOS	21/09/1985	9,00	0,00	2,00	44,00	3,00	58,00	33º	Classificado	Ampla Concorrência
0006605	MAIARA DE BARROS GOMES DA SILVA	28/11/2000	6,00	6,00	2,00	44,00	0,00	58,00	34º	Classificado	Ampla Concorrência
0006732	LUCAS GONZALES	17/05/1998	9,00	9,00	0,00	40,00	-	58,00	35º	Classificado	Ampla Concorrência
0004686	ANDRESSA SOARES RODRIGUES	11/07/1994	3,00	9,00	4,00	40,00	1,50	57,50	36º	Classificado	Afrodescendente
0006067	GISELE LOTICI	10/01/2001	3,00	6,00	4,00	44,00	0,00	57,00	37º	Classificado	Ampla Concorrência
0004780	JULIANO MALACARNE MARTINI	29/08/1986	9,00	6,00	2,00	40,00	-	57,00	38º	Classificado	Ampla Concorrência
0005253	JÉSSICA TAINA RECH	30/01/1990	9,00	6,00	2,00	40,00	0,00	57,00	39º	Classificado	Ampla Concorrência
0005917	DIEGO ROMANO LUCIO	08/04/1991	9,00	6,00	2,00	40,00	-	57,00	40º	Classificado	Ampla Concorrência
0005733	ALESSANDRO JOSÉ ANDRETTI	14/10/1999	9,00	6,00	2,00	40,00	-	57,00	41º	Classificado	Ampla Concorrência
0005941	JAQUELINE WILPERT WAGNER	07/12/1986	6,00	9,00	2,00	40,00	-	57,00	42º	Classificado	Ampla Concorrência
0006659	RENATA ALBERTI	27/03/2003	9,00	12,00	0,00	36,00	-	57,00	43º	Classificado	Ampla Concorrência
0004901	NATHALIA PIAZENTINI PIOCZKOSKI	26/11/2001	9,00	3,00	0,00	44,00	0,00	56,00	44º	Classificado	Ampla Concorrência
0005569	KELI TEREZINHA MENIN	16/02/1982	6,00	6,00	0,00	44,00	-	56,00	45º	Classificado	Ampla Concorrência
0005746	CECILIA LUISA BERTI PERUZZO	02/02/2000	9,00	3,00	4,00	40,00	-	56,00	46º	Classificado	Ampla Concorrência
0005350	AMANDA GABRIELI RITTER	12/09/1999	12,00	3,00	2,00	36,00	3,00	56,00	47º	Classificado	Ampla Concorrência
0005906	VALESKA BRUM CAMPOS DA SILVA	03/01/2003	6,00	3,00	2,00	44,00	-	55,00	48º	Classificado	Ampla Concorrência
0006662	CLAUDECIR DA SILVA	06/06/1989	12,00	3,00	0,00	40,00	-	55,00	49º	Classificado	Ampla Concorrência
0004743	SUELLEN THAISA DE MOURA KLAHN	11/07/1998	6,00	9,00	0,00	40,00	-	55,00	50º	Classificado	Ampla

											Concorrência
0004966	DIEGO PAULINO	07/10/1986	6,00	6,00	0,00	40,00	3,00	55,00	51º	Classificado	Afrodescendente
0004678	TATIANA PATRICIA DAMMANN	01/09/1977	12,00	3,00	4,00	36,00	-	55,00	52º	Classificado	Ampla Concorrência
0006089	CRISTIANE FERREIRA DE SOUZA	25/09/1987	12,00	9,00	4,00	28,00	1,50	54,50	53º	Classificado	Ampla Concorrência
0005004	DANIELLI DA SILVA	05/01/1985	9,00	3,00	2,00	40,00	-	54,00	54º	Classificado	Ampla Concorrência
0005508	GIOVANNA FOQUEZATTO ALBANEZE	30/06/1997	9,00	3,00	2,00	40,00	-	54,00	55º	Classificado	Ampla Concorrência
0004559	RUTIELLY CAROLINE MANZKE	29/10/1999	6,00	6,00	2,00	40,00	-	54,00	56º	Classificado	Ampla Concorrência
0005246	CLAUDIA APARECIDA RIBEIRO CARLIN	01/11/1977	9,00	3,00	6,00	36,00	-	54,00	57º	Classificado	Ampla Concorrência
0005383	KARY VANINI CASSENOTTE	14/09/1987	9,00	6,00	4,00	32,00	3,00	54,00	58º	Classificado	Ampla Concorrência
0006563	CAMILA ORTEGA FERRARI	30/03/1992	9,00	6,00	4,00	32,00	3,00	54,00	59º	Classificado	Ampla Concorrência
0004322	ROSENETE VEIGA DE SOUZA	26/04/1977	9,00	0,00	4,00	40,00	-	53,00	60º	Classificado	Ampla Concorrência
0006197	MARIANA BELLO	19/02/2000	6,00	3,00	4,00	40,00	-	53,00	61º	Classificado	Ampla Concorrência
0005751	ALINE RITTERBUSCH	12/01/1993	12,00	3,00	2,00	36,00	-	53,00	62º	Classificado	Ampla Concorrência
0004987	LUCAS MATHEUS MOREIRA	10/08/1998	9,00	6,00	2,00	36,00	-	53,00	63º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência
0004398	VANESSA LAVANDOSKI	18/01/2002	9,00	6,00	2,00	36,00	-	53,00	64º	Classificado	Ampla Concorrência
0006103	ELVIS MARQUES HENRIQUESSON	28/06/1983	9,00	3,00	2,00	36,00	3,00	53,00	65º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência
0004453	ROSANE SILVEIRA	23/03/1984	9,00	3,00	2,00	36,00	3,00	53,00	66º	Classificado	Ampla Concorrência
0005281	GABRIELA VAGELESKI FARIAS	19/02/2002	6,00	9,00	2,00	36,00	-	53,00	67º	Classificado	Ampla Concorrência
0004206	ELIZANDRA PORTO	17/04/1982	6,00	6,00	2,00	36,00	3,00	53,00	68º	Classificado	Ampla Concorrência
0005954	ANA CAROLINA ZILIO	03/10/2004	6,00	0,00	2,00	44,00	-	52,00	69º	Classificado	Ampla Concorrência
0004728	JULIA PORTO	20/11/2003	9,00	3,00	0,00	40,00	-	52,00	70º	Classificado	Ampla Concorrência
0006806	JOÃO PAULO DOS SANTOS	15/10/1997	6,00	6,00	0,00	40,00	-	52,00	71º	Classificado	Ampla Concorrência
0006778	MARIA RITA HUCHAK	27/09/2004	6,00	6,00	0,00	40,00	-	52,00	72º	Classificado	Ampla Concorrência
0006267	WILLIAM DA SILVA BEZERRA	26/05/1986	3,00	6,00	2,00	40,00	-	51,00	73º	Classificado	Ampla Concorrência
0004586	ROBERTA CARVALHO	25/01/1987	9,00	6,00	0,00	36,00	-	51,00	74º	Classificado	Ampla Concorrência
0006015	LUCAS GONÇALVES RIBEIRO	24/06/1992	9,00	6,00	0,00	36,00	-	51,00	75º	Classificado	Ampla Concorrência
0005539	FRANCIELE MENDES DE OLIVEIRA	25/08/1992	6,00	3,00	6,00	36,00	-	51,00	76º	Classificado	Ampla Concorrência

0004540	ANGELITA SALVADOR	24/07/1985	9,00	3,00	2,00	36,00	-	50,00	77º	Classificado	Ampla Concorrência
				8207 - FONOAUDIÓLOGO - PLANALTO							
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**	**MRL**	**LEG**	**CE**	**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0004928	VICTOR CESAR LEITE HEBERLE	01/02/2001	12,00	12,00	2,00	52,00	-	78,00	1º	Aprovado	Ampla Concorrência
0006359	VINICIUS LAURI DA CUNHA	01/07/2004	9,00	12,00	2,00	52,00	-	75,00	2º	Classificado	Ampla Concorrência
0006215	LILIAN ADRIANE HEIN KUHN	26/09/1988	9,00	6,00	2,00	52,00	-	69,00	3º	Classificado	Ampla Concorrência
0005436	JANETE FRITZEN FINKEN	24/03/1985	9,00	6,00	4,00	48,00	-	67,00	4º	Classificado	Ampla Concorrência
0006391	MICHELE APARECIDA SAPPER	17/03/1996	9,00	6,00	4,00	48,00	-	67,00	5º	Classificado	Ampla Concorrência

0006529	MARIZETE MAFFI	29/09/1983	9,00	3,00	0,00	52,00	-	64,00	6º	Classificado	Ampla Concorrência
0004448	BIANCA BUDKE PONCIO	21/06/2005	3,00	6,00	2,00	52,00	-	63,00	7º	Classificado	Ampla Concorrência
0004373	NATÁLIA BARBARA WEBER	28/09/2004	9,00	6,00	0,00	48,00	-	63,00	8º	Classificado	Ampla Concorrência
0006699	NATHIELI DAROS DOS SANTOS	27/05/1990	6,00	9,00	2,00	44,00	-	61,00	9º	Classificado	Ampla Concorrência
0006223	ANDRESA SAGRILO DA ROSA	26/07/1994	0,00	3,00	4,00	52,00	1,50	60,50	10º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência
0005476	MORGANA SABRINA WOLF LARA	24/05/2002	9,00	0,00	0,00	48,00	-	57,00	11º	Classificado	Ampla Concorrência
0006545	PAULA ROBERTA BITENCOURT ANDRES	13/01/1998	3,00	6,00	0,00	48,00	-	57,00	12º	Classificado	Ampla Concorrência
			8208 - MÉDICO VETERINÁRIO - PLANALTO								
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**	**MRL**	**LEG**	**CE**	**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0005552	NICOLY NAYANA MARCOM	04/05/1997	15,00	9,00	4,00	56,00	4,50	88,50	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0005457	ANDRIEL GUSTAVO FELICHAK	24/10/2003	15,00	9,00	6,00	56,00	-	86,00	2º	Classificado	Ampla Concorrência
0004701	NICOLE STROZACK MARCOM	27/05/2002	9,00	6,00	8,00	60,00	1,50	84,50	3º	Classificado	Ampla Concorrência
0004503	CLAITON EMERSSON COGO	25/09/1999	12,00	12,00	4,00	52,00	-	80,00	4º	Classificado	Ampla Concorrência
0006589	MARIA EDUARDA SAGGIN	28/03/2005	12,00	6,00	2,00	56,00	-	76,00	5º	Classificado	Ampla Concorrência
0005331	EDUARDA DALMOLIN DOS SANTOS	22/08/2001	15,00	12,00	4,00	44,00	-	75,00	6º	Classificado	Ampla Concorrência
0005520	DANIELLI DE OLIVEIRA LOEVE	15/04/1998	9,00	6,00	2,00	56,00	-	73,00	7º	Classificado	Ampla Concorrência
0004668	ANA CAROLINA LINCK POLONI	07/03/2003	12,00	6,00	2,00	52,00	-	72,00	8º	Classificado	Ampla Concorrência
0005422	LISANGELA VEIGA TREVISAN	19/06/1995	12,00	6,00	4,00	44,00	6,00	72,00	9º	Classificado	Ampla Concorrência
0005123	YOHANA MILENIA PINHEIRO	01/01/2001	15,00	6,00	2,00	48,00	-	71,00	10º	Classificado	Ampla Concorrência
0004297	ANA CLAUDIA KONZEN SOARES	14/04/1988	9,00	6,00	2,00	52,00	-	69,00	11º	Classificado	Ampla Concorrência
0005692	ANA CLARA TLUSZ LOSS	12/12/1996	12,00	9,00	0,00	48,00	-	69,00	12º	Classificado	Ampla Concorrência
0006171	ANA LUIZA DURACZINSKI GHISI	22/04/2004	9,00	9,00	2,00	48,00	-	68,00	13º	Classificado	Ampla Concorrência
0005352	RICARDO HENZ ELY	04/10/1995	12,00	9,00	6,00	36,00	3,00	66,00	14º	Classificado	Ampla Concorrência

0005393	VITÓRIA MARIA ROEDER LIMA	25/06/2000	6,00	6,00	0,00	52,00	1,50	65,50	15º	Classificado	Ampla Concorrência
0005530	DANIELE CRISTINA ALVES	09/07/1998	9,00	6,00	6,00	44,00	-	65,00	16º	Classificado	Ampla Concorrência
0004804	HEMILY CRISTINA MOCHNACZ CAMBRUZZI	31/12/1999	9,00	3,00	0,00	52,00	-	64,00	17º	Classificado	Ampla Concorrência
0006474	BÁRBARA GABRIELA TOVO	08/08/2001	9,00	3,00	0,00	52,00	-	64,00	18º	Classificado	Ampla Concorrência
0006609	ANATHAN RITTERBUSCH	17/06/1990	3,00	3,00	6,00	52,00	-	64,00	19º	Classificado	Ampla Concorrência
0004344	ALESANDRA STAZIAKI	23/02/1992	9,00	6,00	2,00	44,00	3,00	64,00	20º	Classificado	Ampla Concorrência
0004984	LARISA GOBATO	17/07/1997	9,00	6,00	0,00	48,00	-	63,00	21º	Classificado	Ampla Concorrência
0005303	PATRICIA PELLEGRINI MARASCHIN	14/06/1997	9,00	6,00	4,00	44,00	-	63,00	22º	Classificado	Ampla Concorrência
0004461	NATÁLIA GEOVANA TONEL	27/09/2000	6,00	6,00	2,00	48,00	-	62,00	23º	Classificado	Ampla Concorrência
0004720	ANDRESSA DA SILVA PINTO	12/07/1997	6,00	3,00	0,00	52,00	-	61,00	24º	Classificado	Ampla Concorrência
0004455	RAFAEL PINGUELLO CHRUN	22/01/2001	6,00	6,00	4,00	44,00	-	60,00	25º	Classificado	Ampla Concorrência

0006745	CAMILE VITÓRIA KONZEN	07/05/2003	9,00	9,00	2,00	40,00	-	60,00	26º	Classificado	Ampla Concorrência
0005159	ROSELI CORDEIRO DA SILVA	27/02/1978	6,00	9,00	4,00	40,00	-	59,00	27º	Classificado	Ampla Concorrência
0006429	ALINE CRISTINA PIASECKI DA COSTA	03/05/2002	9,00	9,00	0,00	40,00	-	58,00	28º	Classificado	Ampla Concorrência
0005621	JULIANE ALINE KURTZ	23/04/2004	6,00	3,00	4,00	44,00	-	57,00	29º	Classificado	Ampla Concorrência
0006712	JESSICA LAIS RHEINHEIMER DOS SANTOS	03/05/1996	12,00	0,00	4,00	40,00	-	56,00	30º	Classificado	Ampla Concorrência
0004377	MIRIAN DOS SANTOS PONCIANO SAKAI	16/04/1996	9,00	0,00	2,00	44,00	-	55,00	31º	Classificado	Ampla Concorrência
0004410	GEOVANA APARECIDA DEPARIS	12/03/2001	3,00	3,00	0,00	48,00	-	54,00	32º	Classificado	Ampla Concorrência
0005155	MARIA EDUARDA POGORZELSKI	20/04/2001	12,00	6,00	0,00	36,00	-	54,00	33º	Classificado	Ampla Concorrência
0005437	LAÍS REGINA VIAL PETTENON	12/06/2002	3,00	6,00	0,00	44,00	-	53,00	34º	Classificado	Ampla Concorrência
0005038	GUILHERME HENRIQUE TAQUES KANIESKI	13/08/1999	6,00	6,00	0,00	40,00	-	52,00	35º	Classificado	Ampla Concorrência
				8209 - ODONTÓLOGO - PLANALTO							
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**	**MRL**	**LEG**	**CE**	**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0006146	EDUARDO DALMASO	17/01/1997	15,00	9,00	4,00	60,00	1,50	89,50	1º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004308	BRUNNO RAXYSON GOMES DA SILVA	08/08/1996	15,00	9,00	4,00	56,00	-	84,00	2º	Classificado	Ampla Concorrência
0004249	EDUARDA FURLAN FILGUEIRAS	14/08/2003	15,00	9,00	6,00	52,00	-	82,00	3º	Classificado	Ampla Concorrência
0006686	HELENA VITORIA DE OLIVEIRA	25/03/2003	15,00	9,00	0,00	56,00	-	80,00	4º	Classificado	Ampla Concorrência
0004204	MARCOS YAMAMOTO INOUE	27/12/1996	15,00	9,00	2,00	52,00	1,50	79,50	5º	Classificado	Ampla Concorrência
0005153	ÉRICA SABRINA ZUPPA	02/11/1999	15,00	3,00	2,00	56,00	3,00	79,00	6º	Classificado	Ampla Concorrência
0004164	STEPHANIE SEGANTINI DE ARAÚJO	10/07/2000	12,00	9,00	2,00	56,00	-	79,00	7º	Classificado	Ampla Concorrência
0005784	MARIANE FABIANA BRANCHER	10/05/2004	12,00	9,00	2,00	56,00	-	79,00	8º	Classificado	Ampla Concorrência
0004174	LUANA DA SILVA DUARTE	15/01/1997	12,00	9,00	6,00	52,00	-	79,00	9º	Classificado	Ampla Concorrência

0005440	TAMARA DE CASTRO TRINDADE GIACOMONI	16/11/1990	12,00	9,00	2,00	52,00	3,00	78,00	10º	Classificado	Ampla Concorrência
0006674	LAÍS GABRIELA DUTRA SCHUSTER	17/08/2000	12,00	6,00	6,00	52,00	-	76,00	11º	Classificado	Ampla Concorrência
0004883	KESLEN MARIA MORCELLI	08/03/2003	12,00	9,00	2,00	52,00	-	75,00	12º	Classificado	Ampla Concorrência
0005149	DÂMARIS APARECIDA MACHADO	14/04/2003	9,00	9,00	4,00	52,00	0,00	74,00	13º	Classificado	Ampla Concorrência
0004246	ENDREW EMANOEL STOPASSOLA METZLER	04/03/1999	12,00	6,00	2,00	52,00	1,50	73,50	14º	Classificado	Ampla Concorrência
0004334	HELOYSA TALIA SCHWENGBER	27/07/2000	12,00	9,00	0,00	52,00	-	73,00	15º	Classificado	Ampla Concorrência
0006125	HELENA PIRES	25/06/2005	9,00	12,00	0,00	52,00	-	73,00	16º	Classificado	Ampla Concorrência
0004495	FABIOLA BENTO DA SILVA	17/11/2000	12,00	6,00	2,00	52,00	-	72,00	17º	Classificado	Ampla Concorrência
0005814	THALES PIETA ANATER	31/03/2003	6,00	3,00	6,00	56,00	0,00	71,00	18º	Classificado	Ampla Concorrência
0006538	AMANDA LUCIETTO VICENTINO	18/03/2004	9,00	6,00	4,00	52,00	-	71,00	19º	Classificado	Ampla Concorrência
0004698	FELIPE SILVA DE LIMA OUTEIRO	31/12/1991	12,00	9,00	2,00	48,00	-	71,00	20º	Classificado	Ampla Concorrência
0005127	BRENDA JULIANE JASKULSKI	09/04/2001	12,00	6,00	2,00	48,00	3,00	71,00	21º	Classificado	Ampla Concorrência
0004721	AMANDA PAGANINI WENZEL	16/05/2003	15,00	6,00	6,00	44,00	-	71,00	22º	Classificado	Ampla Concorrência

0005803	DJENIFER ALINE HOESEL	01/05/2000	9,00	3,00	2,00	56,00	0,00	70,00	23º	Classificado	Ampla Concorrência
0005347	MARLON ERICKSON BECKER VITCEL	10/09/1988	6,00	6,00	2,00	56,00	-	70,00	24º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência
0005112	HELENA CAROLINE DA SILVA	04/10/2001	9,00	9,00	0,00	52,00	-	70,00	25º	Classificado	Ampla Concorrência
0006113	ANA MARIA COSTA	03/12/1996	9,00	0,00	0,00	60,00	0,00	69,00	26º	Classificado	Ampla Concorrência
0005720	CAROLINE KAISER STEFANES	01/04/1993	12,00	9,00	0,00	48,00	-	69,00	27º	Classificado	Ampla Concorrência
0005612	KÁSSIA WRONSKI	19/10/2004	12,00	9,00	0,00	48,00	-	69,00	28º	Classificado	Ampla Concorrência
0004494	VINÍCIUS SIQUEIRA DA SILVA	29/12/2000	9,00	6,00	4,00	48,00	1,50	68,50	29º	Classificado	Ampla Concorrência
0004941	DENISE DAMO	05/07/1995	6,00	9,00	4,00	48,00	1,50	68,50	30º	Classificado	Ampla Concorrência
0004618	DANIELLE GIROTTO	30/01/2003	15,00	0,00	0,00	52,00	-	67,00	31º	Classificado	Ampla Concorrência
0006601	ÉLEN CAROLINA DE ROCCO	16/11/2005	9,00	6,00	0,00	52,00	-	67,00	32º	Classificado	Ampla Concorrência
0004567	GUSTAVO GUILHERME HOPPEN	31/08/1995	9,00	6,00	4,00	48,00	-	67,00	33º	Classificado	Ampla Concorrência
0005426	AMANDA DE FREITAS PIRES	11/04/1996	9,00	6,00	4,00	48,00	-	67,00	34º	Classificado	Ampla Concorrência
0006294	MAURÍCIO AUGUSTO CARON DELAZERI	01/11/2001	6,00	6,00	2,00	52,00	-	66,00	35º	Classificado	Ampla Concorrência
0004666	LUANA CRISTINA RIBAS DOS SANTOS	15/12/1992	6,00	3,00	0,00	56,00	-	65,00	36º	Classificado	Ampla Concorrência
0004342	ANA LIVIA MACHADO TRES	16/08/2002	15,00	0,00	2,00	48,00	-	65,00	37º	Classificado	Ampla Concorrência
0005942	EDUARDO HENRIQUE SAPIEZCINSKI	22/09/2001	9,00	6,00	2,00	48,00	-	65,00	38º	Classificado	Ampla Concorrência
0005320	JULIA DELLANI MORGEUROTH	26/03/2003	12,00	0,00	0,00	52,00	0,00	64,00	39º	Classificado	Ampla Concorrência
0004978	JOÃO PEDRO FONTANA KAZMIROWSKI	08/09/2004	6,00	6,00	4,00	48,00	-	64,00	40º	Classificado	Ampla Concorrência
0005884	GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS KALSING	17/07/2002	9,00	0,00	2,00	52,00	-	63,00	41º	Classificado	Ampla Concorrência
0005008	BÁRBARA MOREIRA OTTOMAR	07/06/1989	6,00	3,00	2,00	52,00	-	63,00	42º	Classificado	Ampla Concorrência

0006431	VICTOR HENRIQUE GONÇALVES	21/08/1994	12,00	9,00	2,00	40,00	-	63,00	43º	Classificado	Ampla Concorrência
0004676	BARBARA ZANON LINKE	18/03/2004	9,00	0,00	4,00	48,00	-	61,00	44º	Classificado	Ampla Concorrência
0004343	EDUARDA BANCK MANFREDINI	11/05/2004	6,00	3,00	4,00	48,00	-	61,00	45º	Classificado	Ampla Concorrência
0005295	ELAINE RAHINI	08/02/1994	9,00	3,00	0,00	48,00	-	60,00	46º	Classificado	Ampla Concorrência
0004332	ISADORA RAGADALI BERGAMIN	03/05/2003	6,00	6,00	0,00	48,00	-	60,00	47º	Classificado	Ampla Concorrência
0005859	KAMILA MINUZZO	26/01/1999	6,00	3,00	2,00	48,00	-	59,00	48º	Classificado	Ampla Concorrência
0004999	ANA CAROLINA SCARIOT	06/03/2004	3,00	6,00	2,00	48,00	-	59,00	49º	Classificado	Ampla Concorrência
0005025	LAURA MARIA PRIMO	02/05/2003	3,00	6,00	6,00	44,00	-	59,00	50º	Classificado	Ampla Concorrência
0005109	RAFAELLA CASELANI CAVANI	04/03/1997	6,00	6,00	2,00	44,00	-	58,00	51º	Classificado	Ampla Concorrência
0006497	DAIANE BETIOLO	20/10/2003	6,00	0,00	2,00	48,00	-	56,00	52º	Classificado	Ampla Concorrência
0006378	VINICIUS CAVANHOL	14/06/2003	3,00	3,00	2,00	48,00	-	56,00	53º	Classificado	Ampla Concorrência
0004178	SABRYNA KOPPER RIBEIRO	10/11/2001	6,00	0,00	4,00	44,00	-	54,00	54º	Classificado	Ampla Concorrência
0004529	GUSTAVO DANIEL EBANO SIEVERS AMPESSAN	10/06/1994	6,00	3,00	0,00	44,00	-	53,00	55º	Classificado	Ampla

											Concorrência
0004491	ANDRIEL GUSTAVO ZALESKI ZENI DA SILVA	12/04/1987	6,00	3,00	4,00	40,00	-	53,00	56º	Classificado	Ampla Concorrência
			8210 - ORIENTADOR PEDAGÓGICO - PLANALTO								
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**	**MRL**	**LEG**	**CE**	**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0006714	CLARENIR CRISTIANE HIRT	26/01/1986	12,00	9,00	4,00	52,00	3,00	80,00	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0006260	VERIDIANA TALITA WAGNER JUNG	14/03/1986	9,00	9,00	0,00	56,00	3,00	77,00	2º	Classificado	Ampla Concorrência
0006611	SHIRLEY DA SILVA SANTOS COSTA	29/07/1975	12,00	6,00	0,00	48,00	3,00	69,00	3º	Classificado	Ampla Concorrência
0006786	AMANDA CRISTINA FERRAÇA	18/02/2003	12,00	12,00	2,00	40,00	-	66,00	4º	Classificado	Ampla Concorrência
0005244	NEIVAMARCIA DE MOURA NOLL	05/05/1979	12,00	6,00	0,00	44,00	3,00	65,00	5º	Classificado	Ampla Concorrência
0004441	ISABELA FLORES PERIN	06/05/2004	9,00	3,00	2,00	48,00	-	62,00	6º	Classificado	Ampla Concorrência
0004362	LUCIANE BOSQUETTE MARIN DA SILVA	26/03/1987	9,00	6,00	2,00	40,00	3,00	60,00	7º	Classificado	Ampla Concorrência
0005883	DÉBORA RODRIGUES WAGNER	18/03/1982	9,00	3,00	0,00	44,00	3,00	59,00	8º	Classificado	Ampla Concorrência
0006137	ANDRESSA CRISTINI WONS	04/08/1987	9,00	3,00	2,00	40,00	3,00	57,00	9º	Classificado	Ampla Concorrência
0006691	JOSSEMERY MORAES SANTOS	27/07/1988	6,00	3,00	2,00	40,00	3,00	54,00	10º	Classificado	Ampla Concorrência
0006525	KELIM ALANA BADE	19/07/1992	9,00	9,00	4,00	32,00	-	54,00	11º	Classificado	Ampla Concorrência
0006347	PAULO CHAGA DA SILVA	06/09/1985	6,00	9,00	4,00	32,00	1,50	52,50	12º	Classificado	Ampla Concorrência
				8211 - PROFESSOR III - PLANALTO							
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**	**MRL**	**LEG**	**CE**	**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0004964	DIEIME TAINÁ PAZ DA SILVA	06/11/1998	9,00	9,00	2,00	56,00	3,00	79,00	1º	Aprovado	Ampla Concorrência

0004633	CRISTINA TEREZINHA BORGES DE BARROS	21/01/1988	12,00	15,00	6,00	40,00	3,00	76,00	2º	Aprovado	Ampla Concorrência
0006153	SAMARA DALLABETHA	05/11/1996	6,00	9,00	4,00	52,00	3,00	74,00	3º	Aprovado	Ampla Concorrência
0006342	JULIANE CAROLINE GAFSKI	24/08/1994	12,00	9,00	2,00	48,00	3,00	74,00	4º	Aprovado	Ampla Concorrência
0006582	GILSON JOSÉ DEMBINSKI	17/08/1981	12,00	3,00	2,00	52,00	3,00	72,00	5º	Aprovado	Afrodescendente
0005319	THAIS CRISTINA DICK CARDOZO DE OLIVEIRA	27/02/1998	9,00	3,00	4,00	52,00	3,00	71,00	6º	Aprovado	Ampla Concorrência
0005283	ADRIELI BIN	04/08/1997	6,00	9,00	4,00	48,00	3,00	70,00	7º	Aprovado	Ampla Concorrência
0006620	SHARLENE KEILA SCHLINDWEIN	12/12/1989	12,00	6,00	2,00	44,00	6,00	70,00	8º	Aprovado	Ampla Concorrência
0005311	JÉSSICA BAPTAGLIN WAGNER	15/07/1997	15,00	3,00	4,00	44,00	3,00	69,00	9º	Aprovado	Ampla Concorrência
0005455	GUILHERMINA APARECIDA KESSLER	09/01/1992	9,00	9,00	4,00	44,00	3,00	69,00	10º	Aprovado	Ampla Concorrência
0006203	DAYANA PATRICIA MOREIRA	25/11/1988	9,00	9,00	8,00	40,00	3,00	69,00	11º	Aprovado	PcD - Pessoa com Deficiência
0006228	ILIANI HERMANN	08/06/1977	12,00	3,00	2,00	48,00	3,00	68,00	12º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004317	MARISA HELENA RECH	08/07/1983	12,00	3,00	2,00	48,00	3,00	68,00	13º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004640	PATRÍCIA DE BORBA	07/12/1983	9,00	9,00	6,00	40,00	3,00	67,00	14º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004634	DAIANI CRISTINA HECK	28/11/1988	12,00	9,00	2,00	40,00	3,00	66,00	15º	Aprovado	Ampla Concorrência
0005582	FATIMA PETRAZZINI GRUBLER	10/12/2004	12,00	3,00	2,00	48,00	-	65,00	16º	Aprovado	Ampla Concorrência
0006771	GEAN LUCAS WEISHEIMER	14/01/1996	6,00	9,00	2,00	44,00	3,00	64,00	17º	Aprovado	Ampla Concorrência
0006176	GABRIELA LUIZA BECKER	27/08/1998	12,00	9,00	4,00	36,00	3,00	64,00	18º	Aprovado	Ampla Concorrência

0004291	ANI TAIS WITT	18/10/2000	6,00	15,00	4,00	36,00	3,00	64,00	19º	Aprovado	Ampla Concorrência
0006240	MAURICIO BERNS	27/02/1997	6,00	6,00	6,00	44,00	1,50	63,50	20º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004259	LAIZE BIESDORF WINTER	13/01/1995	12,00	3,00	4,00	44,00	-	63,00	21º	Aprovado	Ampla Concorrência
0006261	DAIANA MOMBACH	13/11/1994	12,00	6,00	2,00	40,00	3,00	63,00	22º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004388	ELIZIANE APARECIDA HORING	03/07/1986	9,00	9,00	2,00	40,00	3,00	63,00	23º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004576	MAIARA DAIANE MARKUS PERARRO	02/12/1990	6,00	12,00	2,00	40,00	3,00	63,00	24º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004281	JULIANA DAL BOSCO VOLKEN	14/01/1981	15,00	9,00	0,00	36,00	3,00	63,00	25º	Aprovado	Ampla Concorrência
0005280	LUANA DE SOUZA	03/05/1998	15,00	6,00	0,00	36,00	6,00	63,00	26º	Aprovado	Ampla Concorrência
0006096	NEUSA WIECZOREK	29/09/1997	3,00	6,00	2,00	48,00	3,00	62,00	27º	Aprovado	Ampla Concorrência
0006721	THAÍS MENDES DA PURIFICAÇÃO	18/05/1990	15,00	0,00	0,00	44,00	3,00	62,00	28º	Aprovado	Afrodescendente
0004938	LIZIANE TEREZINHA JAHN NEUHAUS	01/10/1988	12,00	3,00	0,00	44,00	3,00	62,00	29º	Aprovado	Ampla Concorrência
0005787	EDUARDA GABRIELA ANTUNES	11/12/2001	12,00	3,00	0,00	44,00	3,00	62,00	30º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004578	VANESSA GABRIELA SCHWAN	10/05/1996	12,00	6,00	4,00	40,00	-	62,00	31º	Aprovado	Ampla Concorrência
0006747	IVA MARLEI RANDON	03/02/1971	9,00	9,00	4,00	40,00	-	62,00	32º	Aprovado	Ampla Concorrência
0005632	ELIANA ROBERTA MULLER	14/10/2002	9,00	9,00	4,00	40,00	-	62,00	33º	Aprovado	Ampla Concorrência
0005406	FÉLIX VENICIUS SOSTISSO EICHELBERGER	10/05/1997	12,00	12,00	2,00	36,00	0,00	62,00	34º	Aprovado	Ampla Concorrência
0005871	MORGANA TEREBINTO PERETTI	17/05/1999	3,00	3,00	2,00	52,00	1,50	61,50	35º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004645	CHIRLEI CASSIA DE OLIVEIRA	31/08/1993	9,00	3,00	4,00	44,00	1,50	61,50	36º	Aprovado	Ampla Concorrência
0006544	IARA MARIA ADRIANO	04/07/2000	12,00	6,00	2,00	40,00	1,50	61,50	37º	Aprovado	Ampla Concorrência
0006187	MARIA HELENA PANZER	30/09/1977	6,00	6,00	2,00	44,00	3,00	61,00	38º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004819	DANIELI APARECIDA LUFT	09/02/1995	6,00	6,00	2,00	44,00	3,00	61,00	39º	Aprovado	Ampla Concorrência
0005555	ISMAILEM MICHELE SCHWAN	05/01/1989	12,00	6,00	0,00	40,00	3,00	61,00	40º	Aprovado	Ampla Concorrência
0005675	SIDNÉIA TATIANE BUDKE	03/08/1993	12,00	6,00	0,00	40,00	3,00	61,00	41º	Aprovado	Ampla Concorrência
0006396	JHULIA GABRIELA SENGER	03/07/1999	12,00	6,00	0,00	40,00	3,00	61,00	42º	Aprovado	Ampla Concorrência
0004530	EDNEA RAUBER BOEHM	16/07/1984	9,00	3,00	6,00	40,00	3,00	61,00	43º	Classificado	Ampla Concorrência
0005047	ALINE BECKER	21/02/1990	9,00	3,00	6,00	40,00	3,00	61,00	44º	Classificado	Ampla Concorrência
0006596	ELAINE LOURDES DAHMER	31/03/1985	12,00	6,00	4,00	36,00	3,00	61,00	45º	Classificado	Ampla Concorrência
0006651	MÁRCIA CRISTINA PALM PICHETTI	27/02/1985	9,00	9,00	4,00	36,00	3,00	61,00	46º	Classificado	Ampla Concorrência
0005451	LINDAMIR FICAGNA	19/12/1995	9,00	9,00	4,00	36,00	3,00	61,00	47º	Classificado	Ampla Concorrência
0005532	ANA CLAUDIA SCHNEIDER	04/04/1998	9,00	9,00	4,00	36,00	3,00	61,00	48º	Classificado	Ampla Concorrência
0006026	CAMILA REGINA KREUZBERG	15/02/1989	15,00	9,00	2,00	32,00	3,00	61,00	49º	Classificado	Ampla Concorrência
0005959	LUCIANE SANDERS	07/11/1992	9,00	6,00	4,00	40,00	1,50	60,50	50º	Classificado	Ampla Concorrência
0004451	DIENEFFER MARIA GAUER PINHEIRO DOS SANTOS	19/08/1997	9,00	6,00	4,00	40,00	1,50	60,50	51º	Classificado	Ampla Concorrência
0006432	PATRÍCIA MAYARA DE OLIVEIRA	25/03/1995	12,00	6,00	2,00	40,00	-	60,00	52º	Classificado	Ampla

											Concorrência
0005177	ADRIELI KALANY RAVAROTTO	22/01/2004	9,00	9,00	2,00	40,00	-	60,00	53º	Classificado	Ampla Concorrência
0005730	LEILA DENISE LINK	15/07/1983	9,00	6,00	2,00	40,00	3,00	60,00	54º	Classificado	Ampla Concorrência
0006229	ANDRESSA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA	24/05/1998	9,00	6,00	2,00	40,00	3,00	60,00	55º	Classificado	Ampla Concorrência
0004213	SABRINA MACHADO	28/06/2000	6,00	12,00	6,00	36,00	-	60,00	56º	Classificado	Ampla Concorrência
0006065	AMANDA TOMAZONI	20/08/2001	6,00	6,00	0,00	44,00	3,00	59,00	57º	Classificado	Ampla Concorrência
0005454	JAIME FRANCISCO BOEHM	14/08/1982	12,00	12,00	0,00	32,00	3,00	59,00	58º	Classificado	Ampla Concorrência
0006673	JEFERSON RIGOTTI DIAS	22/12/1988	9,00	6,00	2,00	40,00	1,50	58,50	59º	Classificado	Ampla Concorrência
0005205	CARINE PATRICIA MARQUES	01/11/1987	9,00	12,00	0,00	36,00	1,50	58,50	60º	Classificado	Ampla Concorrência
0005119	ROBSON ROBERTO CHIAMOLERA	15/02/2007	3,00	9,00	2,00	44,00	-	58,00	61º	Classificado	Ampla Concorrência
0004432	LUCIANA SCHLICKMANN PARPINELLI	13/08/1985	12,00	3,00	0,00	40,00	3,00	58,00	62º	Classificado	Ampla Concorrência
0006515	LIA FERNANDA DA SILVEIRA TONETTO	11/06/1986	9,00	9,00	0,00	40,00	-	58,00	63º	Classificado	Ampla Concorrência
0004336	BRUNA EMANUELY MOMBACH WEIMER	07/12/2001	9,00	6,00	0,00	40,00	3,00	58,00	64º	Classificado	Ampla Concorrência
0005640	ADRIANA MARIA FARESIN	30/12/1977	9,00	6,00	4,00	36,00	3,00	58,00	65º	Classificado	Ampla Concorrência
0006352	FRANCIELE DE SOUZA FERREIRA	20/07/1998	9,00	6,00	4,00	36,00	3,00	58,00	66º	Aprovado	Afrodescendente
0006421	ANDRÉIA SCHNELL	20/03/1986	6,00	9,00	4,00	36,00	3,00	58,00	67º	Classificado	Ampla Concorrência
0005479	LUIZA KARINA KUSNIEWSKI	05/07/1996	12,00	9,00	2,00	32,00	3,00	58,00	68º	Classificado	Ampla Concorrência
0005330	SIRLENE PATRICIA PLESS	17/05/1990	9,00	3,00	2,00	40,00	3,00	57,00	69º	Classificado	Ampla Concorrência
0004905	ANDRESSA ERTHAL DOS ANJOS	29/01/1998	6,00	6,00	2,00	40,00	3,00	57,00	70º	Classificado	Ampla Concorrência
0005390	SANDRA MARA TROIAN	12/01/1983	15,00	6,00	0,00	36,00	-	57,00	71º	Classificado	Ampla Concorrência
0004962	ANDRESSA CASSOL	06/12/2000	9,00	12,00	0,00	36,00	-	57,00	72º	Classificado	Ampla Concorrência
0006004	LILIAN DÉBORA SCHERER	20/05/1978	9,00	9,00	0,00	36,00	3,00	57,00	73º	Classificado	Ampla Concorrência
0006537	INÊS CRISTINA BELANI KOCHEM	02/01/1987	9,00	9,00	0,00	36,00	3,00	57,00	74º	Classificado	Ampla Concorrência
0005077	KETLIN NUNES DE MORAES GONÇALVES	13/12/1994	9,00	6,00	0,00	36,00	6,00	57,00	75º	Classificado	Ampla Concorrência
0005578	KLEBER GERMANO DOS SANTOS	17/08/1998	12,00	6,00	4,00	32,00	3,00	57,00	76º	Classificado	Ampla Concorrência
0005829	MIRIDIANA APARECIDA GREGGIO	15/09/1981	6,00	9,00	0,00	40,00	1,50	56,50	77º	Classificado	Ampla Concorrência
0005837	SALETE NASCIMENTO DA SILVA	05/04/1985	9,00	0,00	0,00	44,00	3,00	56,00	78º	Classificado	Ampla Concorrência
0006475	LUCIA VALQUIRIA LEITE DE ALMEIDA	16/03/1982	9,00	0,00	4,00	40,00	3,00	56,00	79º	Classificado	Ampla Concorrência
0006617	KELYN CAROLAINE DE MOURA ZAPPE	14/04/1998	6,00	3,00	4,00	40,00	3,00	56,00	80º	Classificado	Ampla Concorrência
0004801	SIDINÉIA JOCIELI HORBACH	02/12/1991	9,00	6,00	2,00	36,00	3,00	56,00	81º	Classificado	Ampla Concorrência
0006541	JORDÂNIA LEITE BARBOSA	29/11/1992	9,00	6,00	2,00	36,00	3,00	56,00	82º	Classificado	Ampla Concorrência
0004418	ANDERLEIA TATIANA LUFT	15/07/1984	6,00	9,00	2,00	36,00	3,00	56,00	83º	Classificado	Ampla Concorrência
0004644	FRANCIÉLI DALVANI PACHECO SCHAAB	16/05/1987	12,00	9,00	0,00	32,00	3,00	56,00	84º	Classificado	Ampla Concorrência
0005970	LILIANE REGINA TUZZIN	28/02/1989	12,00	9,00	4,00	28,00	3,00	56,00	85º	Classificado	Ampla Concorrência

0005690	MARCELO FELIPE DE SOUZA	09/04/1995	6,00	0,00	0,00	48,00	1,50	55,50	86º	Classificado	Ampla Concorrência
0006192	DAIANE CEZARIO DE SOUZA PERUZZO	19/06/1989	9,00	3,00	2,00	40,00	1,50	55,50	87º	Aprovado	Afrodescendente
0005585	JOÃO RÉGIS TELLES DA SILVA	22/12/1994	12,00	0,00	0,00	40,00	3,00	55,00	88º	Classificado	Ampla Concorrência
0005693	LEILIANE XAVIER AZEVEDO ALMEIDA	12/07/1983	9,00	3,00	0,00	40,00	3,00	55,00	89º	Classificado	Ampla Concorrência
0004717	TALITA ELLANTA SIEBEN	28/08/2001	6,00	6,00	0,00	40,00	3,00	55,00	90º	Classificado	Ampla Concorrência
0004673	JUCILAINE ARAUJO BOTTEGA DA ROCHA PINHEIRO	04/02/1997	9,00	3,00	4,00	36,00	3,00	55,00	91º	Classificado	Ampla Concorrência
0006079	MÁRCIA ELISANI PANZER	28/11/1982	6,00	6,00	4,00	36,00	3,00	55,00	92º	Classificado	Ampla Concorrência
0006285	KEILA CRISTINA PICCO SCHAFER	01/07/1987	12,00	6,00	2,00	32,00	3,00	55,00	93º	Classificado	Ampla Concorrência
0005819	ALINE SANTOS DE MOURA	31/03/1991	9,00	6,00	2,00	36,00	1,50	54,50	94º	Classificado	Ampla Concorrência
0004708	CHIRLE DANIELE DA CORÔA ALMEIDA	11/05/1985	9,00	3,00	2,00	40,00	0,00	54,00	95º	Classificado	Ampla Concorrência
0005075	VANESSA INÊS WEILER	03/12/2000	6,00	6,00	2,00	40,00	-	54,00	96º	Classificado	Ampla Concorrência
0005427	FERNANDA DE FÁTIMA PUNTEL	21/05/2001	12,00	3,00	0,00	36,00	3,00	54,00	97º	Classificado	Ampla Concorrência
0005179	REJANE BEATRIZ HRYCIUK GONÇALVES	08/05/1982	9,00	9,00	4,00	32,00	-	54,00	98º	Classificado	Ampla Concorrência
0004697	ELIANA DE FÁTIMA ALVES	30/07/1983	9,00	6,00	4,00	32,00	3,00	54,00	99º	Classificado	Ampla Concorrência
0004825	JULIA BORCHARDT	17/01/1998	6,00	9,00	4,00	32,00	3,00	54,00	100º	Classificado	Ampla Concorrência

0006483	JULIANA BELLO DA SILVA	28/10/1987	12,00	9,00	2,00	28,00	3,00	54,00	101º	Classificado	Ampla Concorrência
0005529	KARINA EMILIA LABONDE	12/06/1990	9,00	3,00	4,00	36,00	1,50	53,50	102º	Classificado	Ampla Concorrência
0004544	CARLOS EDUARDO RODRIGUES	08/12/1982	6,00	6,00	4,00	36,00	1,50	53,50	103º	Classificado	Ampla Concorrência
0006371	SIONARA DALPIAZ	11/10/1990	9,00	3,00	8,00	32,00	1,50	53,50	104º	Classificado	Ampla Concorrência
0006618	ALINE FRANCIELE DULLIUS	29/11/1993	3,00	6,00	4,00	40,00	0,00	53,00	105º	Classificado	Ampla Concorrência
0004383	VILMAR RODRIGUES	26/01/1981	3,00	3,00	4,00	40,00	3,00	53,00	106º	Classificado	Ampla Concorrência
0006231	SANDRO DA SILVA	18/06/2005	12,00	3,00	2,00	36,00	-	53,00	107º	Classificado	Ampla Concorrência
0006073	MARIA DAYME DE PAULA SALES	19/11/1985	9,00	6,00	2,00	36,00	-	53,00	108º	Classificado	Ampla Concorrência
0006727	ANNY GABRIELY HARTMANN TELEKEN	08/03/2005	9,00	6,00	2,00	36,00	-	53,00	109º	Classificado	Ampla Concorrência
0005881	SIMONE WEICH LIBARDI	17/03/1986	9,00	3,00	2,00	36,00	3,00	53,00	110º	Classificado	Ampla Concorrência
0006667	INGRIDI GONCALVES MONTEIRO EL GUEDR	26/01/1993	9,00	3,00	2,00	36,00	3,00	53,00	111º	Classificado	Ampla Concorrência
0005083	MAIRA PALHARINI BOELTER	26/05/1990	3,00	9,00	2,00	36,00	3,00	53,00	112º	Classificado	Ampla Concorrência
0004599	KATHLEN BEZERRA COSTA	22/06/1995	12,00	6,00	0,00	32,00	3,00	53,00	113º	Classificado	Ampla Concorrência
0004864	IVANDRA CORNELIO	28/05/2002	9,00	9,00	0,00	32,00	3,00	53,00	114º	Classificado	Ampla Concorrência
0006262	JENNEFER NUBIA DE COL	28/06/1991	9,00	0,00	2,00	40,00	1,50	52,50	115º	Classificado	Ampla Concorrência
0005771	FABIANA DALLAGO HECK	04/05/1984	9,00	6,00	0,00	36,00	1,50	52,50	116º	Classificado	Ampla Concorrência
0005577	GUSTAVO FERREIRA	20/08/1997	6,00	6,00	0,00	40,00	-	52,00	117º	Classificado	Ampla Concorrência
0006472	JOELE DEISE LANGNER	15/09/1990	9,00	3,00	2,00	36,00	1,50	51,50	118º	Classificado	Ampla Concorrência
0005767	PRICILA DE SOUZA DA COSTA	30/05/1995	6,00	3,00	2,00	40,00	-	51,00	119º	Classificado	Ampla

											Concorrência
0005618	ALTAIR PALM	19/11/1972	3,00	6,00	2,00	40,00	-	51,00	120º	Classificado	Ampla Concorrência
0005345	CARLA FRANCIANE PFEIFER	23/02/1990	3,00	6,00	2,00	40,00	-	51,00	121º	Classificado	Ampla Concorrência
0004369	NICOLE TAIS DA ROSA DOS SANTOS	23/03/1999	9,00	6,00	0,00	36,00	-	51,00	122º	Classificado	Ampla Concorrência
0005951	JULIANA FATIMA FALCADE	29/08/2001	9,00	6,00	0,00	36,00	-	51,00	123º	Classificado	Ampla Concorrência
0006709	RITA ALINE RIBEIRO DE OLIVEIRA	24/04/1987	6,00	0,00	0,00	44,00	-	50,00	124º	Aprovado	Afrodescendente
0006524	MARCIANE CRISTIANE WINTER	03/03/1993	12,00	0,00	2,00	36,00	-	50,00	125º	Classificado	Ampla Concorrência
0004243	JULIA EMANUELY DA ROCHA	23/09/2000	6,00	6,00	2,00	36,00	0,00	50,00	126º	Classificado	Ampla Concorrência
0004549	DULCE LUIZA DOS SANTOS	26/03/2002	12,00	6,00	0,00	32,00	0,00	50,00	127º	Classificado	Ampla Concorrência
0006158	JOICE LOCATELLI RIBAS	30/06/1996	6,00	12,00	0,00	32,00	-	50,00	128º	Classificado	Ampla Concorrência
			8212 - PROFESSOR DE ARTES - PLANALTO								
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**	**MRL**	**LEG**	**CE**	**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0006159	LAYSA LUANA TAVARES BUDKE	04/09/1995	6,00	12,00	4,00	28,00	3,00	53,00	1º	Classificado	Ampla Concorrência

INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**	**MRL**	**LEG**	**CE**	**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0006032	MARISA GORETE STUELP	22/09/1971	9,00	6,00	4,00	56,00	3,00	78,00	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0005312	NATALIA CRISTINA BUDSKE DE ALMEIDA	18/05/2002	15,00	6,00	2,00	52,00	-	75,00	2º	Classificado	Ampla Concorrência
0006615	LARIESSA KARINE RAVAROTTO RIGO	10/03/1995	9,00	6,00	4,00	48,00	3,00	70,00	3º	Classificado	Ampla Concorrência
0004318	KEMILY SCHMITZ	20/02/1998	9,00	3,00	0,00	40,00	3,00	55,00	4º	Classificado	Ampla Concorrência
0006452	CARLA RAFAELA BURATO LAMP	25/04/1995	9,00	3,00	2,00	36,00	3,00	53,00	5º	Classificado	Ampla Concorrência
			8214 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - PLANALTO								
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**	**MRL**	**LEG**	**CE**	**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0005821	GISELI LUIZA CORTINA	28/09/1995	12,00	6,00	6,00	52,00	3,00	79,00	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0005634	CESAR SPOLIER	31/08/1997	9,00	6,00	4,00	56,00	1,50	76,50	2º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência
0005764	ELIANDRO JOSÉ LIBARDI	12/03/1984	9,00	3,00	2,00	56,00	3,00	73,00	3º	Classificado	Ampla Concorrência
0006033	FRANCIELLE BARBOSA DE OLIVEIRA ROSA	12/03/1983	6,00	9,00	2,00	52,00	3,00	72,00	4º	Classificado	Ampla Concorrência
0005557	DOUGLAS MARTENS	21/07/2001	9,00	6,00	2,00	52,00	-	69,00	5º	Classificado	Ampla Concorrência
0004802	COPEU BRASIL	20/09/1991	9,00	3,00	2,00	52,00	3,00	69,00	6º	Classificado	Ampla Concorrência
0005892	ALINE DRESCH	21/09/1994	9,00	3,00	2,00	52,00	3,00	69,00	7º	Classificado	Ampla Concorrência
0006808	MAURO CÉSAR CORDOVA	22/11/1983	6,00	12,00	0,00	48,00	-	66,00	8º	Classificado	Ampla Concorrência
0005152	JORGE VALMIR BOELTER	16/07/1981	6,00	0,00	4,00	52,00	3,00	65,00	9º	Classificado	Ampla Concorrência
0004898	EDUARDA LUIZA PAGNO	22/02/1999	6,00	6,00	2,00	48,00	3,00	65,00	10º	Classificado	Ampla Concorrência
0006761	JESSICA DAIANE ZARICKI	17/01/1996	9,00	3,00	0,00	52,00	-	64,00	11º	Classificado	Ampla Concorrência
0006610	CRISTINA RIOS	11/11/2002	6,00	0,00	6,00	52,00	-	64,00	12º	Classificado	Ampla Concorrência
0005813	MARIA EDUARDA GRANDO	14/06/1997	12,00	6,00	2,00	44,00	-	64,00	13º	Classificado	Ampla Concorrência
0006787	JUNIOR ALBERTO VIACELLI	14/07/1976	6,00	0,00	2,00	52,00	3,00	63,00	14º	Classificado	Ampla Concorrência
0006520	ANA LAURA FISCHER LOTTERMANN	15/01/1999	9,00	6,00	0,00	48,00	-	63,00	15º	Classificado	Ampla Concorrência

0005769	RAFAELA DO AMARAL	18/09/1989	12,00	6,00	2,00	40,00	3,00	63,00	16º	Classificado	Ampla Concorrência
0004636	ANDREI ANTONIO BASSO FAVRETTO	11/12/1992	9,00	6,00	2,00	40,00	3,00	60,00	17º	Classificado	Ampla Concorrência
0006688	ADEMIR ROGÉRIO VARELA	22/12/1994	3,00	3,00	2,00	48,00	-	56,00	18º	Classificado	Ampla Concorrência
0005574	ADEMAR IGNACIO COSTA	13/08/1976	3,00	3,00	2,00	44,00	3,00	55,00	19º	Classificado	Ampla Concorrência
0006354	MATHEUS ANDREY DE CONTI RUBINI	21/08/1997	3,00	6,00	2,00	40,00	3,00	54,00	20º	Classificado	Ampla Concorrência
0006255	LEANDRO MICHAEL	23/02/1983	3,00	0,00	2,00	48,00	-	53,00	21º	Classificado	Ampla Concorrência
0006575	GUILHERME FISCHER LOTTERMANN	17/03/2004	0,00	3,00	4,00	44,00	-	51,00	22º	Classificado	Ampla Concorrência

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MRL	LEG	CE	PT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
0006816	CESAR SANT ANA XOTTA	06/07/1998	15,00	9,00	6,00	52,00	-	82,00	1º	Aprovado	Ampla Concorrência
0005037	ÍTALO BITENCOURT CICCOTTI	30/09/2002	15,00	12,00	6,00	48,00	-	81,00	2º	Aprovado	Ampla Concorrência
0006132	ERNESTINA RODODI DO NASCIMENTO	07/02/1988	12,00	6,00	6,00	48,00	3,00	75,00	3º	Classificado	Afrodescendente
0006121	BRUNO FELIPE ROSA	17/10/1997	9,00	6,00	4,00	52,00	3,00	74,00	4º	Classificado	Ampla Concorrência
0004632	MARCO ANTONIO FERRARI	12/10/2002	6,00	15,00	6,00	44,00	-	71,00	5º	Classificado	Ampla Concorrência
0005511	JOÃO VICTOR KOCH	25/03/1996	12,00	6,00	6,00	44,00	-	68,00	6º	Classificado	Ampla Concorrência
0006300	ANA JULIA GUIMARÃES LORENZON	02/08/2000	12,00	12,00	4,00	40,00	-	68,00	7º	Classificado	Ampla Concorrência
0005792	TUANI SAVARIS	21/08/1993	12,00	0,00	4,00	48,00	3,00	67,00	8º	Classificado	Ampla Concorrência
0006752	LUCAS ROSSETTO	05/10/2001	9,00	12,00	2,00	44,00	-	67,00	9º	Classificado	Ampla Concorrência
0004267	MATEUS HENRIQUE FURLAN	30/04/1992	12,00	15,00	4,00	36,00	-	67,00	10º	Classificado	Ampla Concorrência
0004389	JAQUELINE TEREZINHA DALSASSO FILIPPIM	04/01/2002	12,00	9,00	6,00	36,00	3,00	66,00	11º	Classificado	Ampla Concorrência
0005664	ANA CAROLINA GALLAS PETROSKI	20/10/2001	12,00	6,00	2,00	44,00	-	64,00	12º	Classificado	Ampla Concorrência
0005620	SUSANNE LUISA MARTINELLI	09/09/1997	12,00	6,00	2,00	40,00	3,00	63,00	13º	Classificado	Ampla Concorrência
0006120	FELIPE LUIZ DALBERTO	19/12/2001	9,00	9,00	0,00	44,00	-	62,00	14º	Classificado	Ampla Concorrência
0004397	DEBORA LETICIA DE LIMA	27/12/2000	12,00	12,00	2,00	36,00	-	62,00	15º	Classificado	Ampla Concorrência
0005503	GUSTAVO HENRIQUE RODRIGUES	26/05/2003	9,00	0,00	4,00	48,00	-	61,00	16º	Classificado	Ampla Concorrência
0004983	EDUARDA PRZYVARA VALÊNCIO	12/01/2005	15,00	6,00	0,00	40,00	-	61,00	17º	Classificado	Ampla Concorrência
0005434	JOÃO VITOR MORAES DE SOUZA PRETO	04/06/2004	9,00	3,00	4,00	44,00	-	60,00	18º	Classificado	Ampla Concorrência
0006264	LETÍCIA CAVAGNOL	17/05/2002	12,00	12,00	0,00	36,00	-	60,00	19º	Classificado	Ampla Concorrência
0006782	ARTHUR KRUEGER RANSOLIN	12/11/1997	9,00	6,00	4,00	40,00	-	59,00	20º	Classificado	Ampla Concorrência
0006080	VITÓRIA MARIA BLASI ARENT	04/05/2000	9,00	6,00	0,00	40,00	3,00	58,00	21º	Classificado	Ampla Concorrência
0006540	ELIZIANE DE FÁTIMA FRESCURA	25/11/1980	9,00	9,00	4,00	36,00	-	58,00	22º	Classificado	Ampla Concorrência
0005681	LETICIA MARIA SINHORIN	20/10/2003	9,00	6,00	2,00	40,00	-	57,00	23º	Classificado	Ampla Concorrência
0005291	FERNANDA VIEIRA GOULART	08/07/2004	9,00	6,00	2,00	40,00	-	57,00	24º	Classificado	Ampla Concorrência
0006062	MILENA LEANDRA RECH	17/04/1999	9,00	6,00	4,00	36,00	1,50	56,50	25º	Classificado	Ampla Concorrência
0006757	VITOR EDUARDO CIVA	01/09/2005	15,00	3,00	2,00	36,00	-	56,00	26º	Classificado	Ampla Concorrência

0006810	LAURA DANIELI DA SILVA	12/03/2001	9,00	9,00	2,00	36,00	-	56,00	27º	Classificado	Ampla Concorrência
0006416	ANA LUIZA BONETTI VESCOVI	17/01/2003	9,00	9,00	2,00	36,00	-	56,00	28º	Classificado	Ampla Concorrência
0006301	DEISIANE DE JESUS LIMA	22/01/1999	15,00	3,00	6,00	32,00	-	56,00	29º	Classificado	Ampla Concorrência
0005147	MARTA WOLF COSSETIN	24/11/1983	6,00	6,00	4,00	36,00	3,00	55,00	30º	Classificado	Ampla Concorrência
0006649	ALINE MARIA DE SORDI	08/09/1996	9,00	3,00	2,00	40,00	-	54,00	31º	Classificado	Ampla Concorrência

0004968	THAINARA KRAMER SANTOS DE SOUSA	11/06/1998	12,00	9,00	0,00	32,00	-	53,00	32º	Classificado	Ampla Concorrência
0005339	MARCOS ANTONIO COMERLATTO	08/08/1972	6,00	6,00	0,00	40,00	-	52,00	33º	Classificado	Ampla Concorrência
0005165	FRANCINY MAIBUK ESTEFANES	11/12/1996	12,00	0,00	4,00	36,00	-	52,00	34º	Classificado	Ampla Concorrência
0004219	HELOISA SANTOLIN DA SILVA	30/12/2000	9,00	3,00	4,00	36,00	-	52,00	35º	Classificado	Ampla Concorrência
0005374	JEFERSON THIAGO GRABOSKI DE OLIVEIRA	13/04/2002	12,00	3,00	4,00	32,00	-	51,00	36º	Classificado	Ampla Concorrência
0004466	GUILHERME AUGUSTO ARMACHUSKI	03/11/2003	6,00	6,00	2,00	36,00	-	50,00	37º	Classificado	Ampla Concorrência
0006644	MATHEUS PAIVA FRANCO	27/06/2000	12,00	6,00	0,00	32,00	-	50,00	38º	Classificado	Ampla Concorrência
				8216 - PSICOPEDAGOGO - PLANALTO							
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**	**MRL**	**LEG**	**CE**	**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0006345	VÂNIA SCHNEIDER	28/09/1992	9,00	9,00	4,00	56,00	3,00	81,00	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0006243	GRAUCIELLY MORAES SANTOS	06/11/1985	12,00	6,00	2,00	52,00	3,00	75,00	2º	Classificado	Ampla Concorrência
0005895	POLLYANA CLEMENTE	30/09/2002	9,00	9,00	2,00	52,00	1,50	73,50	3º	Classificado	Ampla Concorrência
0006650	CLAUDIA MENEGATTI	17/12/1981	12,00	9,00	2,00	44,00	3,00	70,00	4º	Classificado	Ampla Concorrência
0005465	RAQUEL DA ROSA DELINGER	20/05/1986	9,00	3,00	4,00	52,00	1,50	69,50	5º	Classificado	Ampla Concorrência
0005639	BRUNA RAFAELA TABORDA FELIPSEN	20/10/1988	9,00	6,00	2,00	48,00	3,00	68,00	6º	Classificado	Ampla Concorrência
0004493	LUANA INES DE QUADROS GESSER	11/07/1990	9,00	6,00	0,00	52,00	-	67,00	7º	Classificado	Ampla Concorrência
0006046	MARIZETE DE LIMA DA SILVA	07/06/1984	9,00	3,00	2,00	52,00	-	66,00	8º	Classificado	Ampla Concorrência
0004256	ANDRÉIA DE SOUZA PEREIRA DE DEUS	16/07/1983	6,00	6,00	0,00	52,00	1,50	65,50	9º	Classificado	Ampla Concorrência
0006564	SALETE CAVASINI	12/08/1973	12,00	0,00	2,00	48,00	3,00	65,00	10º	Classificado	Ampla Concorrência
0005614	CRISTIANI MICHELI ROESE BERTÉ	14/04/1991	6,00	3,00	0,00	52,00	3,00	64,00	11º	Classificado	Ampla Concorrência
				8217 - TERAPEUTA OCUPACIONAL - PLANALTO							
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**	**MRL**	**LEG**	**CE**	**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0005207	DANHELA GESSI SCHLOSSER	07/03/2000	6,00	6,00	4,00	44,00	1,50	61,50	1º	Aprovado	Ampla Concorrência
0006793	MARIANE BUREI MAYER PACHOLOK	28/03/2000	12,00	3,00	4,00	40,00	-	59,00	2º	Classificado	Ampla Concorrência
0005136	JOSLAINE DONEDA VON GROLL	02/12/1980	6,00	3,00	0,00	48,00	0,00	57,00	3º	Classificado	Ampla Concorrência
0005953	JAQUELINE JAHN	02/12/2000	12,00	3,00	2,00	40,00	-	57,00	4º	Classificado	Ampla Concorrência

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:9B54EEDC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

CÂMARA MUNICIPAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO														
PODER LEGISLATIVO														
ESTADO DO PARANÁ														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JULHO/2025 A JUNHO/2026														
RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LÍQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	7 / 2.025	**8 / 2.025**	**9 / 2.025**	**10 / 2.025**	**11 / 2.025**	**12 / 2.025**	**1 / 2.026**	**2 / 2.026**	**3 / 2.026**	**4 / 2.026**	**5 / 2.026**	**6 / 2.026**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	99.531,36	99.531,36	99.531,36	99.531,36	99.531,36	160.564,58	115.285,52	106.395,86	106.395,86	106.759,60	106.759,60	116.330,12	1.316.147,94	0,00
Pessoal Ativo	99.531,36	99.531,36	99.531,36	99.531,36	99.531,36	160.564,58	115.285,52	106.395,86	106.395,86	106.759,60	106.759,60	116.330,12	1.316.147,94	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	88.080,86	88.080,86	88.080,86	88.080,86	88.080,86	142.092,56	98.534,64	90.936,64	90.936,64	90.936,64	90.936,64	99.088,70	1.143.866,76	0,00
Obrigações Patronais	11.450,50	11.450,50	11.450,50	11.450,50	11.450,50	18.472,02	16.750,88	15.459,22	15.459,22	15.822,96	15.822,96	17.241,42	172.281,18	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (Exceto Elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos das Demissões Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vencimentos dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias (EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira (CF/88, art. 198, §§12 a 15)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	99.531,36	99.531,36	99.531,36	99.531,36	99.531,36	160.564,58	115.285,52	106.395,86	106.395,86	106.759,60	106.759,60	116.330,12	1.316.147,94	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	57.449.797,22	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	3.492.000,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	500.000,00	-
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	863.252,59	-
(-) Outras Deduções Constituicionais ou Legais (VIII)	0,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (IV - V - VI - VII - VIII)	52.594.544,63	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (X) = (III a + III b)	**1.316.147,94**	**2,50**
LIMITE MÁXIMO (XI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.155.672,68	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (XII) = (0,95 % XI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.997.889,04	5,70
LIMITE DE ALERTA (XIII) = (0,90 % XI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	2.840.105,41	5,40
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 22/jul/2026 as 10h e 02m.		
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		

EDINALDO ONORIO DA SILVA	*DEUSDETE LEMES*	*LUCIANA REGINA BOTTER VIZINI*
Presidente da Câmara	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Luciana Regina Botter Vizini
Código Identificador:95B38EFA

CÂMARA MUNICIPAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO
PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2.026
RGF - ANEXO V (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") — R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a – (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Financeiras (e)				
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	277.599,81	0,00	0,00	0,00	0,00	277.599,81	0,00	0,01	277.599,81
Recursos Ordinários	277.599,81	0,00	0,00	0,00	0,00	277.599,81	0,00	0,01	277.599,81
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECURSOS VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	277.599,81	0,00	0,00	0,00	0,00	277.599,81	0,00	0,01	277.599,81

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CAMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, emitido em 22/jul/2026 as 10h e 36m.

EDINALDO ONORIO DA SILVA	*DEUSDETE LEMES*	*LUCIANA REGINA BOTTER VIZINI*
Presidente da Câmara	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Luciana Regina Botter Vizini
Código Identificador:54901B7B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA SIMPLIFICADA NO PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO
ESTADO DO PARANÁ
Exercício: 2026
Demonstrativo da Despesa Simplificada no Período de janeiro a junho

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

	Red.	Cod. Despesa	Fonte	Descrição	Desp. Atualizada	V. Empenhado	V. Liquidado	V.Pago	Sdo. Pagar	V. Reservado	Sdo. Empenhar
		08.002.08.243.0037.5003 Execução do Projeto FIA -	**Fundo da Infância e Adolescencia**								
O	1236	08.002.08.243.0037.5.003.3.1.90.13.00.0	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.000,00	560,46	560,46	560,46	0,00	0,00	1.439,54
E	1512	08.002.08.243.0037.5.003.3.1.90.13.00.0	31913	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	19.447,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.447,94
O	1237	08.002.08.243.0037.5.003.3.3.90.30.00.0	01000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
E	1513	08.002.08.243.0037.5.003.3.3.90.30.00.0	33913	MATERIAL DE CONSUMO	50.552,06	38.641,25	23.320,84	7.629,12	31.012,13	0,00	11.910,81
O	1238	08.002.08.243.0037.5.003.3.3.90.36.00.0	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15.000,00	2.802,32	2.802,32	2.802,32	0,00	0,00	12.197,68
E	1514	08.002.08.243.0037.5.003.3.3.90.36.00.0	33913	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
O	1239	08.002.08.243.0037.5.003.3.3.90.39.00.0	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
E	1515	08.002.08.243.0037.5.003.3.3.90.39.00.0	33913	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00
O	1240	08.002.08.243.0037.5.003.3.3.90.40.00.0	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
O	1241	08.002.08.243.0037.5.003.3.3.90.93.00.0	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
E	1481	08.002.08.243.0037.5.003.4.4.90.51.00.0	31906	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.769.002,57	1.444.640,55	0,00	0,00	1.444.640,55	0,00	324.362,02
E	1482	08.002.08.243.0037.5.003.4.4.90.51.00.0	33906	OBRAS E INSTALAÇÕES	225.359,45	225.359,45	127.891,68	127.891,68	97.467,77	0,00	0,00
E	1483	08.002.08.243.0037.5.003.4.4.90.51.00.0	41601	OBRAS E INSTALAÇÕES	356.084,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	356.084,19
O	1242	08.002.08.243.0037.5.003.4.4.90.52.00.0	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
E	1516	08.002.08.243.0037.5.003.4.4.90.52.00.0	33913	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100.000,00	20.599,35	0,00	0,00	20.599,35	0,00	79.400,65
			Total ProjAtiv:		**2.834.446,21**	**1.732.603,38**	**154.575,30**	**138.883,58**	**1.593.719,80**	**0,00**	**1.101.842,83**
		08.002.08.243.0037.6001	**Atendimento Crianças 06 a 15 anos - SCFV**								
O	1243	08.002.08.243.0037.6.001.3.1.90.04.00.0	01000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
O	1244	08.002.08.243.0037.6.001.3.1.90.11.00.0	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	22.000,00	11.218,95	11.218,95	11.218,95	0,00	0,00	10.781,05
O	1245	08.002.08.243.0037.6.001.3.1.90.13.00.0	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.000,00	5.296,40	5.296,40	5.026,02	270,38	0,00	703,60
O	1246	08.002.08.243.0037.6.001.3.1.90.16.00.0	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
O	1247	08.002.08.243.0037.6.001.3.1.90.94.00.0	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
O	1248	08.002.08.243.0037.6.001.3.3.90.08.00.0	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
O	1249	08.002.08.243.0037.6.001.3.3.90.30.00.0	01000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
O	1250	08.002.08.243.0037.6.001.3.3.90.32.00.0	01000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
O	1251	08.002.08.243.0037.6.001.3.3.90.33.00.0	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
O	1252	08.002.08.243.0037.6.001.3.3.90.36.00.0	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	60.000,00	15.896,71	15.896,71	15.896,71	0,00	0,00	44.103,29
O	1253	08.002.08.243.0037.6.001.3.3.90.39.00.0	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.000,00	9.692,00	5.214,89	1.493,77	8.198,23	0,00	2.308,00
O	1254	08.002.08.243.0037.6.001.3.3.90.40.00.0	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
O	1255	08.002.08.243.0037.6.001.4.4.90.51.00.0	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00
O	1256	08.002.08.243.0037.6.001.4.4.90.52.00.0	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
			Total ProjAtiv:		**173.000,00**	**42.104,06**	**37.626,95**	**33.635,45**	**8.468,61**	**0,00**	**130.895,94**
		08.002.08.243.0037.6002	**Apoio Financeiro ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente**								
O	1257	08.002.08.243.0037.6.002.3.1.90.11.00.0	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	84.000,00	76.779,99	76.779,99	76.779,99	0,00	0,00	7.220,01
O	1258	08.002.08.243.0037.6.002.3.1.90.13.00.0	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	18.000,00	15.319,34	15.319,34	13.134,01	2.185,33	0,00	2.680,66
O	1259	08.002.08.243.0037.6.002.3.1.90.16.00.0	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
O	1260	08.002.08.243.0037.6.002.3.1.90.94.00.0	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00	3.361,09	3.361,09	3.361,09	0,00	0,00	1.638,91
O	1261	08.002.08.243.0037.6.002.3.3.90.08.00.0	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
O	1262	08.002.08.243.0037.6.002.3.3.90.14.00.0	01000	DIÁRIAS - CIVIL	4.000,00	1.690,00	1.690,00	1.300,00	390,00	0,00	2.310,00
O	1263	08.002.08.243.0037.6.002.3.3.90.30.00.0	01000	MATERIAL DE CONSUMO	12.000,00	3.542,63	3.542,63	1.355,02	2.187,61	0,00	8.457,37
O	1264	08.002.08.243.0037.6.002.3.3.90.33.00.0	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
O	1265	08.002.08.243.0037.6.002.3.3.90.36.00.0	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	18.200,00	13.663,00	7.063,00	7.063,00	6.600,00	0,00	4.537,00
O	1266	08.002.08.243.0037.6.002.3.3.90.39.00.0	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.252,50	6.395,23	3.848,27	3.630,71	2.764,52	0,00	5.857,27
O	1267	08.002.08.243.0037.6.002.3.3.90.40.00.0	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	3.000,00	1.078,80	539,40	456,07	622,73	0,00	1.921,20
O	1268	08.002.08.243.0037.6.002.3.3.90.93.00.0	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
O	1269	08.002.08.243.0037.6.002.4.4.90.52.00.0	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
			Total ProjAtiv:		**174.452,50**	**121.830,08**	**112.143,72**	**107.079,89**	**14.750,19**	**0,00**	**52.622,42**
		08.002.08.243.0037.6005	**Manutenção da Casa Lar**								
O	1270	08.002.08.243.0037.6.005.3.1.90.04.00.0	01000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
O	1271	08.002.08.243.0037.6.005.3.1.90.11.00.0	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
O	1272	08.002.08.243.0037.6.005.3.1.90.13.00.0	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00	13.453,29	13.453,29	10.059,75	3.393,54	0,00	6.546,71
O	1273	08.002.08.243.0037.6.005.3.1.90.16.00.0	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
O	1274	08.002.08.243.0037.6.005.3.1.90.94.00.0	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
O	1275	08.002.08.243.0037.6.005.3.3.90.08.00.0	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
O	1276	08.002.08.243.0037.6.005.3.3.90.30.00.0	01000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
O	1277	08.002.08.243.0037.6.005.3.3.90.32.00.0	01000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
O	1278	08.002.08.243.0037.6.005.3.3.90.36.00.0	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	98.000,00	73.065,92	69.865,92	69.865,92	3.200,00	0,00	24.934,08
O	1279	08.002.08.243.0037.6.005.3.3.90.39.00.0	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00	8.222,95	2.232,71	2.232,71	5.990,24	0,00	1.777,05

O	1280	08.002.08.243.0037.6.005.3.3.90.40.00.0	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	2.000,00	1.078,80	539,40	456,07	622,73	0,00	921,20
O	1281	08.002.08.243.0037.6.005.4.4.90.52.00.0	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
			Total ProjAtiv:		**185.000,00**	**95.820,96**	**86.091,32**	**82.614,45**	**13.206,51**	**0,00**	**89.179,04**
		08.002.08.243.0037.6007	**Manutenção do Fundo Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente**								
O	1282	08.002.08.243.0037.6.007.3.1.90.13.00.0	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
O	1283	08.002.08.243.0037.6.007.3.3.90.14.00.0	01000	DIÁRIAS - CIVIL	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
O	1284	08.002.08.243.0037.6.007.3.3.90.30.00.0	01000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
O	1285	08.002.08.243.0037.6.007.3.3.90.32.00.0	01000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
O	1286	08.002.08.243.0037.6.007.3.3.90.33.00.0	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
O	1287	08.002.08.243.0037.6.007.3.3.90.36.00.0	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
O	1288	08.002.08.243.0037.6.007.3.3.90.39.00.0	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
O	1289	08.002.08.243.0037.6.007.3.3.90.40.00.0	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
O	1290	08.002.08.243.0037.6.007.3.3.90.93.00.0	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
O	1291	08.002.08.243.0037.6.007.4.4.90.52.00.0	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
			Total ProjAtiv:		**29.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**29.000,00**
			Total na Entidade:		**3.395.898,71**	**1.992.358,48**	**390.437,29**	**362.213,37**	**1.630.145,11**	**0,00**	**1.403.540,23**
			Total Geral:		**3.395.898,71**	**1.992.358,48**	**390.437,29**	**362.213,37**	**1.630.145,11**	**0,00**	**1.403.540,23**

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal
MARCIANO SANTO BORGES
Contador
FRANCIELE CRISTINA DOS SANTOS
Controle Interno

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:0FEF4D27

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEMOSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS 3º BIMESTRE DE 2026

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO											
ESTADO DO PARANÁ											
DEMOSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS											
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
3º Bimestre de 2026											
RREO – Anexo XIII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)											R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	**SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**							**SALDO FINAL Até o Bimestre**			
DESPESAS DE PPP	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**EXERCÍCIO CORRENTE**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2031**	**2032**	**2033**	**2034**	**2035**
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, emitido em 22/jul/2026 as 09h e 40m.											
Nota:											
WILLIAN CEZAR VIEGA	***MARCIANO SANTO BORGES***	***FRANCIELE CRISTINA DOS SANTOS***									
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno									

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:D6E37767

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 7/2.025 A 6/2.026

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

7/2.025 A 6/2.026

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												Total Últ. 12 meses	Previsão Exerc. Atual
	7 / 2.025	8 / 2.025	9 / 2.025	10 / 2.025	11 / 2.025	12 / 2.025	1 / 2.026	2 / 2.026	3 / 2.026	4 / 2.026	5 / 2.026	6 / 2.026		
RECEITAS CORRENTES (I)	5.395.305,68	4.321.792,00	4.618.132,95	6.259.530,84	4.247.053,18	6.529.832,51	5.246.733,58	5.478.727,87	4.990.810,70	4.804.063,38	6.818.294,74	5.576.495,25	64.286.772,68	66.209.160,96
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	348.457,00	410.466,59	311.374,62	540.702,10	250.550,98	507.403,10	287.609,59	460.689,25	860.553,99	287.091,99	339.944,68	502.739,90	5.107.583,79	7.293.000,00
IPTU	77.761,38	71.518,51	39.567,64	80.900,83	66.905,84	34.342,49	23.383,94	84.008,43	309.991,64	63.696,36	67.613,80	76.502,88	996.193,74	1.386.000,00
ISS	58.124,03	90.113,96	65.158,85	76.959,94	79.624,77	117.580,23	77.489,64	76.853,28	96.693,91	86.329,38	98.937,18	110.901,33	1.034.766,50	1.510.000,00
ITBI	44.218,32	39.431,95	44.015,56	199.029,22	19.943,33	81.381,78	6.235,14	78.874,68	47.014,03	38.078,99	25.005,40	17.420,00	640.648,40	1.100.000,00
IRRF	116.026,55	165.876,64	135.452,20	137.557,71	44.672,04	252.873,13	153.197,59	157.284,70	210.423,62	57.417,76	103.786,09	253.860,35	1.788.428,38	2.350.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	52.326,72	43.525,53	27.180,37	46.254,40	39.405,00	21.225,47	27.303,28	63.668,16	196.430,79	41.569,50	44.602,21	44.055,34	647.546,77	947.000,00
Contribuições	87.039,19	80.747,86	71.268,64	75.272,57	67.272,61	73.679,57	87.446,55	98.958,44	128.313,66	124.067,90	107.974,99	108.517,54	1.110.559,52	1.685.000,00
Receita Patrimonial	147.265,34	131.397,32	137.255,02	148.286,77	126.605,14	144.009,55	131.903,25	117.076,20	147.957,74	130.834,36	134.579,76	144.705,22	1.641.875,67	109.410,96
Rendimentos de Aplicação Financeira	146.975,10	131.397,32	136.964,78	148.141,65	126.605,14	143.861,36	131.754,84	117.076,20	147.812,41	130.834,36	134.579,76	144.705,22	1.640.708,14	108.410,96
Outras Receitas Patrimoniais	290,24	0,00	290,24	145,12	0,00	148,19	148,41	0,00	145,33	0,00	0,00	0,00	1.167,53	1.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	4.808.578,89	3.691.988,04	4.096.431,82	5.472.334,86	3.801.825,27	5.792.055,42	4.733.935,04	4.381.419,48	3.829.093,88	4.070.125,59	6.112.037,36	4.676.933,20	55.466.758,85	57.071.750,00
Cota-Parte do FPM	1.944.488,42	1.498.336,02	1.901.447,24	1.275.233,87	1.733.476,08	2.791.542,42	1.771.935,36	2.227.853,55	1.349.100,18	1.588.434,41	1.922.509,94	2.025.539,87	22.029.897,36	23.400.000,00
Cota-Parte do ICMS	1.084.396,98	870.716,46	1.070.668,83	970.031,20	903.889,25	1.146.385,47	998.581,44	797.636,11	1.107.445,95	1.024.087,99	831.274,12	1.075.650,38	11.880.764,18	11.205.000,00
Cota-Parte do IPVA	63.750,70	46.430,00	47.676,83	58.438,57	27.827,30	82.631,99	544.222,76	178.147,36	159.589,29	123.754,83	113.043,99	67.780,42	1.513.294,04	2.300.000,00
Cota-Parte do ITR	1.117,01	2.192,55	47.608,58	537.126,61	107.387,77	147.233,50	58.343,85	5.378,99	124,98	126,06	6.416,89	8.464,78	921.521,57	350.000,00
Transferências LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências LC 61/1989	12.858,44	14.203,60	15.062,62	14.445,17	14.277,03	17.293,82	13.204,75	13.857,01	13.717,10	12.066,71	14.500,63	19.364,86	174.851,74	180.000,00
Transferências do FUNDEB	702.765,86	659.904,29	623.836,38	733.585,37	682.614,45	775.155,72	1.032.437,46	735.946,50	722.564,83	827.249,34	935.420,07	842.389,19	9.273.869,46	10.505.000,00
Outras Transferências Correntes	999.201,48	600.205,12	390.131,34	1.883.474,07	332.353,39	831.812,50	315.209,42	422.599,96	476.551,55	494.406,25	2.288.871,72	637.743,70	9.672.560,50	9.131.750,00
Outras Receitas Correntes	3.965,26	7.192,19	1.802,85	22.934,54	799,18	12.684,87	5.839,15	420.584,50	24.891,43	191.943,54	123.757,95	143.599,39	959.994,85	50.000,00
DEDUÇÕES (II)	459.557,16	486.375,66	478.154,35	571.055,01	557.371,44	670.031,34	677.257,55	644.574,51	525.995,44	549.693,95	577.549,05	639.360,00	6.836.975,46	7.207.000,00
Compensação Financ. entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acordão TCE/PR 1509/06 e 870/07 - IN 56/2011 TCE-PR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	459.557,16	486.375,66	478.154,35	571.055,01	557.371,44	670.031,34	677.257,55	644.574,51	525.995,44	549.693,95	577.549,05	639.360,00	6.836.975,46	7.207.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	**4.935.748,52**	**3.835.416,34**	**4.139.978,60**	**5.688.475,83**	**3.689.681,74**	**5.859.801,17**	**4.569.476,03**	**4.834.153,36**	**4.464.815,26**	**4.254.369,43**	**6.240.745,69**	**4.937.135,25**	**57.449.797,22**	**59.002.160,96**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	100.000,00	200.000,00	0,00	1.550.381,00	0,00	249.619,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.392.000,00	0,00	3.492.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**4.835.748,52**	**3.635.416,34**	**4.139.978,60**	**4.138.094,83**	**3.689.681,74**	**5.610.182,17**	**4.569.476,03**	**4.834.153,36**	**4.464.815,26**	**4.254.369,43**	**4.848.745,69**	**4.937.135,25**	**53.957.797,22**	**59.002.160,96**

(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	60.720,00	63.756,00	63.756,00	60.720,00	60.720,00	124.476,00	71.324,00	71.324,00	71.324,00	71.324,00	71.324,00	72.484,59	863.252,59	837.000,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**4.775.028,52**	**3.571.660,34**	**4.076.222,60**	**4.077.374,83**	**3.628.961,74**	**5.485.706,17**	**4.498.152,03**	**4.762.829,36**	**4.393.491,26**	**4.183.045,43**	**4.277.421,69**	**4.864.650,66**	**52.594.544,63**	**58.165.160,96**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 22/jul/2026 as 08h e 58m.

WILLIAN CEZAR VIEGA	***MARCIANO SANTO BORGES***	***FRANCIELE CRISTINA DOS SANTOS***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:AD4E0A6C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO/2025 A JUNHO/2026

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") | R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LÍQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	7 / 2.025	8 / 2.025	9 / 2.025	10 / 2.025	11 / 2.025	12 / 2.025	1 / 2.026	2 / 2.026	3 / 2.026	4 / 2.026	5 / 2.026	6 / 2.026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.189.600,20	1.993.404,52	1.923.682,25	2.053.098,30	1.920.112,98	3.598.580,78	1.957.370,46	2.140.738,87	2.259.433,42	2.438.298,81	2.172.575,86	2.226.118,92	26.873.015,37	7.455,60
Pessoal Ativo	2.139.080,25	1.928.721,23	1.868.972,36	1.998.388,41	1.866.449,49	3.497.266,26	1.906.174,82	2.089.543,23	2.208.237,78	2.387.103,17	2.121.380,22	2.174.923,28	26.186.240,50	7.455,60
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.887.315,16	1.667.376,68	1.609.284,89	1.733.344,07	1.608.302,72	2.998.275,48	1.592.330,49	1.754.171,14	1.848.055,11	2.005.271,90	1.765.618,07	1.809.479,54	22.278.825,25	7.455,60
Obrigações Patronais	251.765,09	261.344,55	259.687,47	265.044,34	258.146,77	498.990,78	313.844,33	335.372,09	360.182,67	381.831,27	355.762,15	365.443,74	3.907.415,25	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	50.519,95	48.954,69	48.954,69	48.954,69	48.954,69	96.344,12	51.195,64	51.195,64	51.195,64	51.195,64	51.195,64	51.195,64	649.856,67	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	34.937,76	33.372,50	33.372,50	33.372,50	33.372,50	65.179,74	34.794,17	34.794,17	34.794,17	34.794,17	34.794,17	34.794,17	442.372,52	0,00
Pensões	15.582,19	15.582,19	15.582,19	15.582,19	15.582,19	31.164,38	16.401,47	16.401,47	16.401,47	16.401,47	16.401,47	16.401,47	207.484,15	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	5.493,60	5.755,20	5.755,20	4.708,80	4.970,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.683,20	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (Exceto Elemento 34)	0,00	10.235,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.235,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (1º do art. 19 da LRF) (II)	67.167,24	64.155,33	50.105,09	99.032,82	110.294,99	162.951,59	97.534,81	95.679,84	109.404,60	210.187,97	77.554,02	109.007,35	1.253.075,65	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos das Demissões Voluntária	0,00	9.359,65	1.786,81	49.083,91	0,00	83.780,00	8.739,81	2.077,78	21.653,08	113.954,95	2.894,00	31.475,21	324.805,20	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vencimentos dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias (EC 120/2022)	59.057,83	43.872,29	43.000,91	44.410,55	103.720,24	68.200,83	83.768,56	87.418,24	83.076,37	91.076,21	69.624,07	72.443,81	849.669,91	0,00
Cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira (CF/88, art. 198, §§12 a 15)	8.109,41	10.923,39	5.317,37	5.538,36	6.574,75	10.970,76	5.026,44	6.183,82	4.675,15	5.156,81	5.035,95	5.088,33	78.600,54	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.122.432,96	1.929.249,19	1.873.577,16	1.954.065,48	1.809.817,99	3.435.629,19	1.859.835,65	2.045.059,03	2.150.028,82	2.228.110,84	2.095.021,84	2.117.111,57	25.619.939,72	7.455,60

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	57.449.797,22	-

(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	3.492.000,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	500.000,00	-
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	863.252,59	-
(-) Outras Deduções Constituicionais ou Legais (VIII)	0,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (IV - V - VI - VII - VIII)	52.594.544,63	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (X) = (III a + III b)	**25.627.395,32**	**48,73**
LIMITE MÁXIMO (XI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	28.401.054,10	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (XII) = (0,95 % XI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	26.981.001,40	51,30
LIMITE DE ALERTA (XIII) = (0,90 % XI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	25.560.948,69	48,60
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 22/jul/2026 as 10h e 14m.		
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		

WILLIAN CEZAR VIEGA	***MARCIANO SANTO BORGES***	***FRANCIELE CRISTINA DOS SANTOS***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:30918331

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO										
PODER EXECUTIVO										
ESTADO DO PARANÁ										
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL										
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A JUNHO DE 2.026										
RGF - ANEXO V (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a")										R$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)1 (g) = (a – (b + c + d + e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g-h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	1.850.099,60	43.915,19	1.559.317,43	372.762,85	0,00	0,00	-125.895,87	1.345.899,68	0,00	-1.471.795,55
Recursos Ordinários	1.835.921,88	43.915,19	1.559.317,43	372.762,85	0,00	0,00	-140.073,59	1.345.899,68	0,00	-1.485.973,27
Outros Recursos não Vinculados	14.177,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.177,72	0,00	0,00	14.177,72
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	14.479.489,35	259.305,48	2.983.258,96	1.303.862,58	430.219,05	0,00	9.502.843,28	8.076.173,48	0,00	1.426.669,80
Recursos Vinculados à Educação	790.093,73	2.452,73	403.029,69	21.866,17	0,00	0,00	362.745,14	631.829,02	0,00	-269.083,88
Transferências do FUNDEB	330.721,60	0,00	152.178,70	0,00	0,00	0,00	178.542,90	351.607,73	0,00	-173.064,83
Outros Recursos Vinculados à Educação	459.372,13	2.452,73	250.850,99	21.866,17	0,00	0,00	184.202,24	280.221,29	0,00	-96.019,05
Recursos Vinculados à Saúde	5.617.585,64	251.549,59	335.853,59	65.903,42	0,00	0,00	4.964.279,04	714.524,33	0,00	4.249.754,71
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	5.600.882,13	251.549,59	335.853,59	65.903,42	0,00	0,00	4.947.575,53	714.524,33	0,00	4.233.051,20
Outros Recursos Vinculados à Saúde	16.703,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.703,51	0,00	0,00	16.703,51
Recursos Vinculados à Assistência Social	604.990,18	987,76	44.349,42	13.902,64	0,00	0,00	545.750,36	52.003,88	0,00	493.746,48
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	5.913.698,92	1.817,44	2.154.986,45	1.202.190,35	0,00	0,00	2.554.704,68	6.224.959,88	0,00	-3.670.255,20
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e	3.218.322,21	0,00	2.148.447,29	1.162.791,66	0,00	0,00	-92.916,74	4.526.976,58	0,00	-4.619.893,32

Assistência)										
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	2.695.376,71	1.817,44	6.539,16	39.398,69	0,00	0,00	2.647.621,42	1.697.983,30	0,00	949.638,12
Demais Vinculações Legais	1.122.901,83	2.497,96	45.039,81	0,00	0,00	0,00	1.075.364,06	452.856,37	0,00	622.507,69
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	2.820,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.820,86	0,00	0,00	2.820,86
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	129.008,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	129.008,42	127.900,00	0,00	1.108,42
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Vinculações Legais	991.072,55	2.497,96	45.039,81	0,00	0,00	0,00	943.534,78	324.956,37	0,00	618.578,41
Recursos Extraorçamentários	430.219,05	0,00	0,00	0,00	430.219,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Vinculações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**16.329.588,95**	**303.220,67**	**4.542.576,39**	**1.676.625,43**	**430.219,05**	**0,00**	**9.376.947,41**	**9.422.073,16**	**0,00**	**-45.125,75**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, emitido em 22/jul/2026 as 12h e 43m.

NOTA:

1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

2. Nessa linha não devem ser informados os investimentos destinados à acumulação para pagamentos futuros.

WILLIAN CEZAR VIEGA	***MARCIANO SANTO BORGES***	***FRANCIELE CRISTINA DOS SANTOS***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:3FFFFCB7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.026/BIMESTRE MAIO-JUNHO
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			no Período (b)	% (b/a)	Até o Período (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	62.500.000,00	74.902.678,48	13.699.753,96	18,29	36.745.501,68	49,06	38.157.176,80
RECEITAS CORRENTES	58.700.000,00	59.002.160,96	11.177.880,94	18,94	29.300.695,02	49,66	29.701.465,94
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	7.293.000,00	7.293.000,00	842.684,58	11,55	2.738.629,40	37,55	4.554.370,60
Impostos	6.346.000,00	6.346.000,00	754.027,03	11,88	2.321.000,12	36,57	4.024.999,88
Taxas	797.000,00	797.000,00	88.657,55	11,12	417.629,28	52,40	379.370,72
Contribuição de Melhoria	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
CONTRIBUIÇÕES	1.685.000,00	1.685.000,00	216.492,53	12,85	655.279,08	38,89	1.029.720,92
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.685.000,00	1.685.000,00	216.492,53	12,85	655.279,08	38,89	1.029.720,92
RECEITA PATRIMONIAL	1.000,00	109.410,96	279.284,98	255,26	807.056,53	737,64	-697.645,57
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	293,74	29,37	706,26
Valores Mobiliários	0,00	108.410,96	279.284,98	257,62	806.762,79	744,17	-698.351,83

Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	49.671.000,00	49.864.750,00	9.572.061,51	19,20	24.189.114,05	48,51	25.675.635,95
Transferências da União e de suas Entidades	28.284.000,00	28.324.000,00	5.954.752,73	21,02	13.215.128,75	46,66	15.108.871,25
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	11.887.000,00	12.040.750,00	2.070.763,24	17,20	6.397.662,91	53,13	5.643.087,09
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	9.500.000,00	9.500.000,00	1.546.545,54	16,28	4.576.322,39	48,17	4.923.677,61
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	50.000,00	50.000,00	267.357,34	534,71	910.615,96	1.821,23	-860.615,96
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	50.000,00	50.000,00	400,00	0,80	5.886,00	11,77	44.114,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	266.957,34	0,00	904.729,96	0,00	-904.729,96
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.800.000,00	15.900.517,52	2.521.873,02	15,86	7.444.806,66	46,82	8.455.710,86
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Alienação de Bens Móveis	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Alienação de Bens Imóveis	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.300.000,00	13.400.517,52	2.521.873,02	18,82	7.444.806,66	55,56	5.955.710,86
Transferências da União e de suas Entidades	300.000,00	698.000,00	398.000,00	57,02	798.000,00	114,33	-100.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.000.000,00	12.702.517,52	2.123.873,02	16,72	6.646.806,66	52,33	6.055.710,86
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	62.500.000,00	74.902.678,48	13.699.753,96	18,29	36.745.501,68	49,06	38.157.176,80
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	62.500.000,00	74.902.678,48	13.699.753,96	18,29	36.745.501,68	49,06	38.157.176,80
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-	-

TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	62.500.000,00	74.902.678,48	13.699.753,96	18,29	36.745.501,68	49,06	38.157.176,80
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	5.023.644,25	-	-	5.023.644,25	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	5.023.644,25	-	-	3.047.963,93	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O PERIODO (j)
			No Período	Até o Período (f)		No Período	Até o Período (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	62.500.000,00	79.926.322,73	15.829.980,50	43.542.531,13	36.383.791,60	11.392.644,04	33.957.613,37	45.968.709,36	29.404.357,38
DESPESAS CORRENTES	51.687.560,00	55.351.787,57	9.017.799,08	29.030.725,75	26.321.061,82	9.451.109,65	26.679.442,83	28.672.344,74	24.657.080,31
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.411.288,00	27.451.604,96	4.555.840,70	14.025.194,78	13.426.410,18	4.621.784,50	13.852.462,90	13.599.142,06	13.449.279,64
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	325.000,00	325.000,00	49.453,02	145.898,40	179.101,60	49.453,02	145.898,40	179.101,60	145.898,40
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.951.272,00	27.575.182,61	4.412.505,36	14.859.632,57	12.715.550,04	4.779.872,13	12.681.081,53	14.894.101,08	11.061.902,27
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	23.951.272,00	27.575.182,61	4.412.505,36	14.859.632,57	12.715.550,04	4.779.872,13	12.681.081,53	14.894.101,08	11.061.902,27
DESPESAS DE CAPITAL	10.187.440,00	23.949.535,16	6.812.181,42	14.511.805,38	9.437.729,78	1.941.534,39	7.278.170,54	16.671.364,62	4.747.277,07
INVESTIMENTOS	9.496.740,00	23.258.835,16	6.717.382,36	14.228.512,29	9.030.322,87	1.846.735,33	6.994.877,45	16.263.957,71	4.463.983,98
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	690.700,00	690.700,00	94.799,06	283.293,09	407.406,91	94.799,06	283.293,09	407.406,91	283.293,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	625.000,00	625.000,00	0,00	0,00	625.000,00	0,00	0,00	625.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	62.500.000,00	79.926.322,73	15.829.980,50	43.542.531,13	36.383.791,60	11.392.644,04	33.957.613,37	45.968.709,36	29.404.357,38
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESA S (XII) = (X + XI)	62.500.000,00	79.926.322,73	15.829.980,50	43.542.531,13	36.383.791,60	11.392.644,04	33.957.613,37	45.968.709,36	29.404.357,38
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	0,00	-	-	2.787.888,31	-	7.341.144,30
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	62.500.000,00	79.926.322,73	15.829.980,50	43.542.531,13	-	11.392.644,04	36.745.501,68	-	36.745.501,68
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, emitido em 22/jul/2026 as 08h e 56m.									

WILLIAN CEZAR VIEGA	***MARCIANO SANTO BORGES***	***FRANCIELE CRISTINA DOS SANTOS***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:200E67B3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.026/BIMESTRE MAIO-JUNHO
RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — R$ 1,00

Função/Subfunção	**Dotação Inicial**	**Dotação Atualizada (a)**	**Despesas Empenhadas**			**Saldo (c) = (a-b)**	**Despesas Liquidadas**			**Saldo (e) = (a-d)**
			No Periodo	**Até o Periodo (b)**	**%(b/total b)**		**No Periodo**	**Até o Periodo (d)**	**% (d/total d)**	
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIA	62.500.000,00	79.926.322,73	15.829.980,50	43.542.531,13	100,00	36.383.791,60	11.392.644,04	33.957.613,37	100,00	45.968.709,36
LEGISLATIVA	3.135.000,00	3.135.000,00	287.904,62	917.400,19	2,11	2.217.599,81	290.204,62	917.400,19	2,70	2.217.599,81
Ação Legislativa	3.135.000,00	3.135.000,00	287.904,62	917.400,19	2,11	2.217.599,81	290.204,62	917.400,19	2,70	2.217.599,81
ADMINISTRAÇÃO	5.710.622,00	5.677.122,00	850.367,93	3.097.884,74	7,11	2.579.237,26	923.549,50	2.985.855,44	8,79	2.691.266,56
Administração Geral	4.311.422,00	4.416.022,00	653.770,73	2.545.968,99	5,85	1.870.053,01	720.384,98	2.438.939,69	7,18	1.977.082,31
Administração Financeira	1.134.000,00	1.059.900,00	174.985,90	487.093,01	1,12	572.806,99	181.553,22	487.093,01	1,43	572.806,99
Controle Interno	101.200,00	101.200,00	11.611,30	34.822,74	0,08	66.377,26	11.611,30	34.822,74	0,10	66.377,26

Comunicação Social	164.000,00	100.000,00	10.000,00	30.000,00	0,07	70.000,00	10.000,00	25.000,00	0,07	75.000,00
SEGURANÇA PÚBLICA	237.800,00	243.600,00	19.656,99	64.999,96	0,15	178.600,04	21.444,02	57.137,30	0,17	186.462,70
Defesa Terrestre	76.900,00	78.900,00	14.346,69	39.224,92	0,09	39.675,08	14.346,69	39.224,92	0,12	39.675,08
Defesa Civil	115.000,00	85.000,00	320,50	946,74	0,00	84.053,26	320,50	946,74	0,00	84.053,26
Informação e Inteligência	45.900,00	79.700,00	4.989,80	24.828,30	0,06	54.871,70	6.776,83	16.965,64	0,05	62.734,36
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.308.700,00	5.886.798,71	2.126.397,36	3.314.574,00	7,61	2.572.224,71	603.341,94	1.614.678,77	4,75	4.272.119,94
Administração Geral	433.000,00	626.900,00	80.217,13	367.324,82	0,84	259.575,18	84.766,42	358.753,73	1,06	268.146,27
Assistência ao Idoso	25.000,00	183.000,00	15.783,52	50.706,35	0,12	132.293,65	14.593,06	25.056,19	0,07	157.943,81
Assistência à Pessoa com Deficiência	33.000,00	33.000,00	0,00	3.108,00	0,01	29.892,00	0,00	3.108,00	0,01	29.892,00
Assistência à Criança a ao Adolescente	510.200,00	3.395.898,71	1.806.488,88	1.992.358,48	4,58	1.403.540,23	241.609,29	390.437,29	1,15	3.005.461,42
Assistência Comunitária	1.307.500,00	1.648.000,00	223.907,83	901.076,35	2,07	746.923,65	262.373,17	837.323,56	2,47	810.676,44
SAÚDE	17.304.628,00	19.782.902,43	3.425.170,05	11.383.956,12	26,14	8.398.946,31	3.425.589,23	9.880.631,66	29,10	9.902.270,77
Administração Geral	252.650,00	245.650,00	15.821,67	68.629,04	0,16	177.020,96	18.584,35	66.578,54	0,20	179.071,46
Atenção Básica	11.934.678,00	13.678.652,43	2.423.640,64	7.889.913,61	18,12	5.788.738,82	2.329.319,70	6.563.016,61	19,33	7.115.635,82
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.857.400,00	4.616.900,00	800.432,38	2.928.004,82	6,72	1.688.895,18	844.356,91	2.771.333,39	8,16	1.845.566,61
Vigilância Sanitária	383.500,00	367.800,00	28.296,35	83.112,68	0,19	284.687,32	30.332,84	75.160,45	0,22	292.639,55
Vigilância Epidemiológica	876.400,00	873.900,00	156.979,01	414.295,97	0,95	459.604,03	202.995,43	404.542,67	1,19	469.357,33
EDUCAÇÃO	18.355.250,00	20.676.423,93	3.140.026,55	10.721.298,18	24,62	9.955.125,75	4.152.077,35	9.780.835,29	28,80	10.895.588,64
Alimentação e Nutrição	1.250.000,00	1.601.504,91	297.448,82	846.458,44	1,94	755.046,47	300.522,74	737.507,12	2,17	863.997,79
Ensino Fundamental	10.097.550,00	10.727.700,79	1.752.765,56	5.388.760,05	12,38	5.338.940,74	1.737.145,09	5.019.956,11	14,78	5.707.744,68
Ensino Médio	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Ensino Superior	44.200,00	1.006.200,00	0,00	953.000,00	2,19	53.200,00	953.000,00	953.000,00	2,81	53.200,00
Educação Infantil	6.437.700,00	6.714.318,23	1.089.812,17	2.953.369,39	6,78	3.760.948,84	1.050.509,52	2.842.269,49	8,37	3.872.048,74
Educação Especial	521.800,00	622.700,00	0,00	579.710,30	1,33	42.989,70	110.900,00	228.102,57	0,67	394.597,43
CULTURA	108.100,00	160.600,00	0,00	56.684,59	0,13	103.915,41	33.567,80	45.903,45	0,14	114.696,55
Difusão Cultural	108.100,00	160.600,00	0,00	56.684,59	0,13	103.915,41	33.567,80	45.903,45	0,14	114.696,55
URBANISMO	6.164.300,00	9.716.740,03	3.006.858,34	5.717.839,21	13,13	3.998.900,82	598.900,64	2.720.939,43	8,01	6.995.800,60
Infra-Estrutura Urbana	2.724.700,00	6.328.040,03	2.567.289,72	4.137.342,19	9,50	2.190.697,84	30.733,61	1.469.439,25	4,33	4.858.600,78
Serviços Urbanos	3.439.600,00	3.388.700,00	439.568,62	1.580.497,02	3,63	1.808.202,98	568.167,03	1.251.500,18	3,69	2.137.199,82
HABITAÇÃO	99.400,00	78.900,00	0,00	0,00	0,00	78.900,00	0,00	0,00	0,00	78.900,00
Habitação Urbana	99.400,00	78.900,00	0,00	0,00	0,00	78.900,00	0,00	0,00	0,00	78.900,00
SANEAMENTO	2.662.000,00	1.564.247,50	129.034,09	768.909,42	1,77	795.338,08	129.034,09	768.909,42	2,26	795.338,08
Saneamento Básico Urbano	2.662.000,00	1.564.247,50	129.034,09	768.909,42	1,77	795.338,08	129.034,09	768.909,42	2,26	795.338,08
GESTÃO AMBIENTAL	238.600,00	548.534,34	8.800,00	307.530,00	0,71	241.004,34	107.839,56	168.380,02	0,50	380.154,32
Preservação e Conservação Ambiental	238.600,00	548.534,34	8.800,00	307.530,00	0,71	241.004,34	107.839,56	168.380,02	0,50	380.154,32
AGRICULTURA	326.200,00	3.613.475,32	228.818,34	2.822.556,98	6,48	790.918,34	87.284,34	2.616.638,63	7,71	996.836,69
Promoção da Produção Agropecuária	326.200,00	3.613.475,32	228.818,34	2.822.556,98	6,48	790.918,34	87.284,34	2.616.638,63	7,71	996.836,69
INDÚSTRIA	557.200,00	2.367.841,96	1.326.975,00	1.332.607,72	3,06	1.035.234,24	0,00	5.632,72	0,02	2.362.209,24
Promoção Industrial	557.200,00	2.367.841,96	1.326.975,00	1.332.607,72	3,06	1.035.234,24	0,00	5.632,72	0,02	2.362.209,24
COMÉRCIO E SERVIÇOS	148.700,00	302.450,00	13.207,11	187.182,11	0,43	115.267,89	137.367,33	186.827,98	0,55	115.622,02
Promoção Comercial	10.400,00	10.400,00	0,00	0,00	0,00	10.400,00	0,00	0,00	0,00	10.400,00
Turismo	138.300,00	292.050,00	13.207,11	187.182,11	0,43	104.867,89	137.367,33	186.827,98	0,55	105.222,02
TRANSPORTE	1.259.500,00	1.258.700,00	167.194,27	745.896,78	1,71	512.803,22	223.606,32	727.102,93	2,14	531.597,07
Transporte Rodoviário	1.259.500,00	1.258.700,00	167.194,27	745.896,78	1,71	512.803,22	223.606,32	727.102,93	2,14	531.597,07
DESPORTO E LAZER	447.000,00	1.535.986,51	713.905,80	984.429,97	2,26	551.556,54	265.404,87	389.811,84	1,15	1.146.174,67
Turismo	22.400,00	22.400,00	0,00	8.400,00	0,02	14.000,00	0,00	8.400,00	0,02	14.000,00
Desporto Comunitário	424.600,00	1.513.586,51	713.905,80	976.029,97	2,24	537.556,54	265.404,87	381.411,84	1,12	1.132.174,67
ENCARGOS ESPECIAIS	2.812.000,00	2.752.000,00	385.664,05	1.118.781,16	2,57	1.633.218,84	393.432,43	1.090.928,30	3,21	1.661.071,70
Serviço da Dívida Interna	815.700,00	815.700,00	144.252,08	429.191,49	0,99	386.508,51	144.252,08	429.191,49	1,26	386.508,51
Outros Encargos Especiais	1.996.300,00	1.936.300,00	241.411,97	689.589,67	1,58	1.246.710,33	249.180,35	661.736,81	1,95	1.274.563,19
RESERVAS	625.000,00	625.000,00	0,00	0,00	0,00	625.000,00	0,00	0,00	0,00	625.000,00
Reserva de Contingência	625.000,00	625.000,00	0,00	0,00	0,00	625.000,00	0,00	0,00	0,00	625.000,00
TOTAL	**62.500.000,00**	**79.926.322,73**	**15.829.980,50**	**43.542.531,13**	**100,00**	**36.383.791,60**	**11.392.644,04**	**33.957.613,37**	**100,00**	**45.968.709,36**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, emitido em 22/jul/2026 as 08h e 57m.

WILLIAN CEZAR VIEGA	***MARCIANO SANTO BORGES***
Prefeito Municipal	Contador
FRANCIELE CRISTINA DOS SANTOS	
Controle Interno	

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:40AFF5CB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.026/BIMESTRE MAIO-JUNHO
RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35)

R$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	6.346.000,00	6.346.000,00	2.321.000,12	36,57
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.386.000,00	1.386.000,00	625.197,05	45,11
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.100.000,00	1.100.000,00	212.628,24	19,33
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.510.000,00	1.510.000,00	547.204,72	36,24
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	2.350.000,00	2.350.000,00	935.970,11	39,83
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	36.035.000,00	36.035.000,00	18.072.154,56	50,15
Cota-Parte FPM	22.000.000,00	22.000.000,00	10.885.373,31	49,48
Cota-Parte ITR	350.000,00	350.000,00	78.855,55	22,53
Cota-Parte IPVA	2.300.000,00	2.300.000,00	1.186.538,65	51,59
Cota-Parte ICMS	11.205.000,00	11.205.000,00	5.834.675,99	52,07
Cota-Parte IPI-Exportação	180.000,00	180.000,00	86.711,06	48,17
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**42.381.000,00**	**42.381.000,00**	**20.393.154,68**	**48,12**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) *100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) *100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) *100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	8.756.078,00	8.882.635,77	5.016.730,44	56,48	4.603.960,01	51,83	4.370.336,78	49,20
Despesas Correntes	8.551.378,00	8.639.490,77	4.926.561,69	57,02	4.573.026,26	52,93	4.343.548,03	50,28
Despesas de Capital	204.700,00	243.145,00	90.168,75	37,08	30.933,75	12,72	26.788,75	11,02
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	3.632.400,00	4.465.900,00	2.877.186,99	64,43	2.729.593,58	61,12	2.583.754,89	57,86
Despesas Correntes	3.615.800,00	4.449.300,00	2.869.863,53	64,50	2.722.270,12	61,18	2.577.120,73	57,92
Despesas de Capital	16.600,00	16.600,00	7.323,46	44,12	7.323,46	44,12	6.634,16	39,96
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	126.000,00	110.300,00	50.685,83	45,95	47.755,04	43,30	46.660,84	42,30
Despesas Correntes	115.300,00	104.300,00	50.685,83	48,60	47.755,04	45,79	46.660,84	44,74
Despesas de Capital	10.700,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	175.500,00	223.000,00	108.365,07	48,59	108.365,07	48,59	94.476,00	42,37
Despesas Correntes	164.500,00	212.000,00	108.365,07	51,12	108.365,07	51,12	94.476,00	44,56
Despesas de Capital	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	252.650,00	245.650,00	68.629,04	27,94	66.578,54	27,10	55.919,77	22,76
Despesas Correntes	252.650,00	245.650,00	68.629,04	27,94	66.578,54	27,10	55.919,77	22,76
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**12.942.628,00**	**13.927.485,77**	**8.121.597,37**	**58.31**	**7.556.252,24**	**54,25**	**7.151.148,28**	**51,35**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS (XII) = (XI)	8.121.597,37	7.556.252,24	7.151.148,28

(-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM ASPS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**8.121.597,37**	**7.556.252,24**	**7.151.148,28**
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XVII) = (III) X 15% (LC 141/2012)		3.058.973,20	
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XVII) = (III) X % (LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)		0,00	
DIFERENÇA ENTRE O VALOR APLICADO E A DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA (XVIII) = (XVI (D OU E) - XVII)[1]	5.062.624,17	4.497.279,04	4.092.175,08
LIMITE NÃO CUMPRIDO (XIX) = (XVIII) (QUANDO VALOR FOR INFERIOR A ZERO)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (MÍNIMO DE 15% CONFORME LC N° 141/2012 OU % DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)	**39,83**	**37,05**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	**LIMITE NÃO CUMPRIDO**				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (Não Aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))**
		Empenhadas (i)	**Liquidadas (j)**	**Pagas (k)**	
Diferença De Limite Não Cumprido Em 2023					0,00
Diferença De Limite Não Cumprido Em 2022					
Diferença De Limite Não Cumprido Em Exercícios Anteriores					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	**Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)**	**Valor aplicado em ASPS no exercício (n)**	**Valor aplicado além do limite mínimo (o) =(n - m), se < 0, então (o) = 0**	**Total inscrito em RP no exercício (p)**	**RPNP Inscrito indevidamente no Exercício sem Disponibilidad e Financeira (q) = (XIVd)**	**Valor Inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = 0**	**Total de RP pagos (s)**	**Total de RP a pagar (t)**	**Total de RP cancelados ou prescritos (u)**	**Diferença entre valor aplicado e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)**
Empenhos de 2026	3.058.973,20	8.121.597,37	5.062.624,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.062.624,17
Empenhos de 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78.050,90	2.825,01	4.978,68	-4.978,68
Empenhos de 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII)										

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas custeadas no exercício de referência**			**Saldo Final (não aplicado)1 (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	-	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	-	0,00	0,00	0,00	-

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			até o Bimestre (b)	**% (b/a)*100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	3.800.000,00	3.800.000,00	3.402.437,64	89,54
Proveniente da União	2.800.000,00	2.800.000,00	3.052.437,64	109,02
Proveniente dos Estados	1.000.000,00	1.000.000,00	350.000,00	35,00
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	243.487,19	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**3.800.000,00**	**3.800.000,00**	**3.645.924,83**	**95,95**

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) *100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) *100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) *100**
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	3.178.600,00	4.796.016,66	2.873.183,17	59,91	1.959.056,60	40,85	1.682.265,56	35,08
Despesas Correntes	2.208.200,00	3.380.361,66	2.095.011,41	61,98	1.944.339,84	57,52	1.667.548,80	49,33
Despesas de Capital	970.400,00	1.415.655,00	778.171,76	54,97	14.716,76	1,04	14.716,76	1,04

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	225.000,00	151.000,00	49.766,70	32,96	40.688,68	26,95	34.027,33	22,53
Despesas Correntes	201.500,00	138.500,00	44.099,70	31,84	35.021,68	25,29	34.027,33	24,57
Despesas de Capital	23.500,00	12.500,00	5.667,00	45,34	5.667,00	45,34	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	257.500,00	257.500,00	32.426,85	12,59	27.405,41	10,64	21.634,26	8,40
Despesas Correntes	161.500,00	161.500,00	32.426,85	20,08	27.405,41	16,97	21.634,26	13,40
Despesas de Capital	96.000,00	96.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	700.900,00	650.900,00	305.930,90	47,00	296.177,60	45,50	247.409,56	38,01
Despesas Correntes	647.900,00	597.900,00	305.716,02	51,13	295.962,72	49,50	247.194,68	41,34
Despesas de Capital	53.000,00	53.000,00	214,88	0,41	214,88	0,41	214,88	0,41
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**4.362.000,00**	**5.855.416,66**	**3.261.307,62**	**55,70**	**2.323.328,29**	**39,68**	**1.985.336,71**	**33,91**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) *100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) *100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) *100**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	11.934.678,00	13.678.652,43	7.889.913,61	57,68	6.563.016,61	47,98	6.052.602,34	44,25
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	3.857.400,00	4.616.900,00	2.926.953,69	63,40	2.770.282,26	60,00	2.617.782,22	56,70
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	383.500,00	367.800,00	83.112,68	22,60	75.160,45	20,44	68.295,10	18,57
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	876.400,00	873.900,00	414.295,97	47,41	404.542,67	46,29	341.885,56	39,12
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	252.650,00	245.650,00	68.629,04	27,94	66.578,54	27,10	55.919,77	22,76
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**17.304.628,00**	**19.782.902,43**	**11.382.904,99**	**57,54**	**9.879.580,53**	**49,94**	**9.136.484,99**	**46,18**
[1]Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.								
[2]Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.								
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, emitido em 22/jul/2026 as 09h e 39m.								

WILLIAN CEZAR VIEGA	***MARCIANO SANTO BORGES***	***FRANCIELE CRISTINA DOS SANTOS***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:F840E0C2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMOSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO												
ESTADO DO PARANÁ												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA												
DEMOSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO												
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JANEIRO A JUNHO 2.026/BIMESTRE MAIO-JUNHO												
RREO – Anexo VII (LRF, art. 53, inciso V)												Em Reais
PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e=(a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k=(f+g) - (i+j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	**105.442,35**	**2.324.188,84**	**2.387.482,29**	**227,82**	**41.921,08**	**1.307.947,60**	**3.739.340,42**	**2.996.723,69**	**2.735.424,10**	**373.938,90**	**1.937.925,02**	**1.979.846,10**
PODER EXECUTIVO	105.442,35	2.324.188,84	2.387.482,29	227,82	41.921,08	1.307.947,60	3.739.340,42	2.996.723,69	2.735.424,10	373.938,90	1.937.925,02	1.979.846,10
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

TOTAL (III) = (I + II)	**105.442,35**	**2.324.188,84**	**2.387.482,29**	**227,82**	**41.921,08**	**1.307.947,60**	**3.739.340,42**	**2.996.723,69**	**2.735.424,10**	**373.938,90**	**1.937.925,02**	**1.979.846,10**

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, emitido em 22/jul/2026 as 09h e 03m.

WILLIAN CEZAR VIEGA	***MARCIANO SANTO BORGES***	***FRANCIELE CRISTINA DOS SANTOS***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:35FFDA64

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO LEI N° 919/2026

LEI N° 919/2026

Autoriza Alienação de Bens Moveis (veículos automotores) de Propriedade do Município de Santa Cruz de Monte Castelo.

Faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO – PR, APROVOU,** e eu, **WILLIAN CEZARVIEGA,** Prefeito Municipal, **SANCIONO** a seguinte Lei

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a alienar, mediante processo licitatório, os bens móveis (veículos automotores) constantes no anexo I da presente lei, com seus respectivos valores mínimos.
Art. 2° - Os valores mínimos estipulados no anexo I desta lei, foram auferidos pela comissão especial nomeada pela Portaria nº 2.912/2026 e 2.917/2026 e posteriormente homologado pelo Decreto nº 2.792/2026.
Art. 3º - O valor auferido da alienação dos móveis descritos no anexo I desta lei, deverá ser aplicado em conformidade a Lei Complementar 101 de 10 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, especificamente em seu artigo 44, ou seja, não poderá ser aplicado em despesas correntes, ressalvado aquelas que se destinam por lei, especialmente:
I - Aquisição de novos veículos para frota municipal;
II – Próprios municipais.
Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, ao dia 26 de maio de 2026

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

ANEXO I
RELAÇÃO DOS BENS MÓVEIS (VEÍCULOS) COM SEUS RESPECTIVOS VALORES MÍNIMOS

Item:	Patrimônio	Espécie / Tipo:	Marca / Modelo:	Ano Mod./Fab.:	Comb.:	Cor:	Placa:	Renavam:	Chassi:	Valor Mínimo:
01	11.597	PASSAGEIRO/AUTOMÓVEL	FORD - RANGER XL 13P - 3.0 2P 163CV	2009/2009	DIESEL	BRANCO	ARL-4G70	147321905	8AFER13P69J244357	R$20.000,00
02	11.598	PASSAGEIRO/AUTOMÓVEL	FORD - RANGER XL 13P - 3.0 2P 163CV	2009/2009	DIESEL	BRANCO	ARL-4G71	00147323789	8AFER13P79J245159	R$20.000,00
03	11.631	PASSAGEIRO/AUTOMÓVEL	CHEVROLET - GM – CRUZE - 1.8 AT LTZ	2021/2022	FLEX	BRANCO	RHO-8F01	1282595820	8AGBN69S0NR108009	R$80.000,00
04	5.364	MAQUINAS	CATTERPILLAR - RETROESCAVADEIRA - 416-E	2013/2014	DIESEL	AMARELO	****	*****	CACAT0416EAMFG06228	R$40.000,00
05	1.728	MAQUINAS	NEW HOLLAND - TRATOR TL 85 EXITUS - TL 85 4X2	2006/2006	DIESEL	AZUL	****	****	Z6CB12701	R$30.000,00
06	11.547	PASSAGEIRO/AUTOMÓVEL	FORD - KA SEDAN - 1.5 SE	2020/2021	FLEX	BRANCO	BEQ-3D70	01247453917	9BFZH54S9M8079948	R$15.000,00
07	10.346	PASSAGEIRO/MINIBUS-VAN	FIAT - DUCATO MINIBUS - 2.8	2015/2015	DIESEL	PRATA	BAS-5783	1094583283	93W245R3RF2150230	R$60.000,00
08	4.775	PASSAGEIRO/MICRO-ONIBUS	IVECO – CITYCLASS - 70 C16	2010/2011	DIESEL	AMARELO	ATO-5664	281953910	93ZL68B01B8421816	R$20.000,00
09	5.344	PASSAGEIRO/VAN	RENAULT - MASTER ALLT AMBULÂNCIA - 130CV/2299	2014/2014	DIESEL	BRANCA	AYJ-2017	01008263467	93YMAF4MAFJ301960	R$30.000,00
10	10.940	PASSAGEIRO/VAN	RENAULT -MASTER PICKUP AMBULÂNCIA – 130CV	2017/2018	DIESEL	BRANCA	BBZ-5790	1146691260	93YMAFEXAJJ203625	R$35.000,00
11	5.301	PASSAGEIRO/AUTOMÓVEL	VOLKSWAGEN – SANTANA - 2.0 MI 5P/121CV	2001/2001	GASOLINA	PRATA	MBB-6443	758411308	9BWAE03XX1P016428	R$5.000,00
12	10.245	PASSAGEIRO/AUTOMÓVEL	FIAT – SIENA – 5P 86CV	2015/2016	FLEX	BRANCO	BAR-8857	01068904507	8AP37217MG6135761	R$20.000,00

REPUBLICADA, por erro material no expediente publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná em 27 de maio de 2026, edição nº 3.538, com o código identificador nº 4FE94C84. Onde se lê: "ARL-4670", leia-se: "ARL4G70"; e onde se lê: "ARL-4671", leia-se: "ARL4G71".

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:FB61BFE3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RGF ANEXO I - DESPESA PESSOAL 1º SEM 2026.

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JULHO/2025 A JUNHO/2026														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS**													
	(Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	07/2025	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**01/2026**	**02/2026**	**03/2026**	**04/2026**	**05/2026**	**06/2026**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.930.357,28	1.922.993,04	1.941.015,96	1.925.368,80	2.139.591,46	3.821.335,90	2.080.067,03	2.080.948,20	2.194.023,49	2.149.327,18	2.210.259,42	2.133.094,68	26.528.382,44	3.752,00
Pessoal Ativo	1.729.007,33	1.734.202,33	1.744.614,00	1.729.677,74	1.944.029,28	3.479.611,72	1.901.539,09	1.877.209,57	1.987.942,90	1.948.326,51	1.912.480,79	1.931.070,53	23.919.711,79	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.486.968,52	1.489.825,38	1.500.310,46	1.485.174,83	1.673.595,86	3.030.080,85	1.577.113,86	1.560.516,05	1.661.476,80	1.616.559,82	1.618.340,47	1.603.188,44	20.303.151,34	0,00
Obrigações Patronais	242.038,81	244.376,95	244.303,54	244.502,91	270.433,42	449.530,87	324.425,23	316.693,52	326.466,10	331.766,69	294.140,32	327.882,09	3.616.560,45	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	112.601,91	112.601,91	111.396,14	108.582,69	108.582,69	239.523,39	110.233,69	113.893,32	113.893,32	113.893,32	113.893,32	112.168,10	1.471.263,80	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	67.542,99	67.542,99	67.542,99	67.542,99	67.542,99	149.585,98	68.572,99	70.803,14	70.803,14	70.803,14	70.803,14	69.077,92	908.164,40	0,00
Pensões	45.058,92	45.058,92	43.853,15	41.039,70	41.039,70	89.937,41	41.660,70	43.090,18	43.090,18	43.090,18	43.090,18	43.090,18	563.099,40	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	88.748,04	76.188,80	85.005,82	87.108,37	86.979,49	102.200,79	68.294,25	89.845,31	92.187,27	87.107,35	183.885,31	89.856,05	1.137.406,85	3.752,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização(exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	179.042,76	143.830,21	162.487,80	127.615,07	148.457,96	331.479,87	125.676,10	143.362,34	186.755,15	133.680,20	140.789,40	125.084,83	1.948.261,69	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	51.341,33	17.638,73	36.973,56	4.687,84	24.775,75	61.531,70	2.230,33	15.596,34	44.773,73	8.413,38	14.923,98	944,63	283.831,30	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.197,23	0,00	0,00	0,00	16.197,23	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	112.601,91	112.601,91	111.396,14	108.582,69	108.582,69	239.523,39	110.233,69	113.893,32	113.893,32	113.893,32	113.893,32	112.168,10	1.471.263,80	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias(§ 11, EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15	15.099,52	13.589,57	14.118,10	14.344,54	15.099,52	30.424,78	13.212,08	13.872,68	11.890,87	11.373,50	11.972,10	11.972,10	176.969,36	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.751.314,52	1.779.162,83	1.778.528,16	1.797.753,73	1.991.133,50	3.489.856,03	1.954.390,93	1.937.585,86	2.007.268,34	2.015.646,98	2.069.470,02	2.008.009,85	24.580.120,75	3.752,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL											**VALOR**		**% SOBRE A RCL AJUSTADA**	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)											52.630.160,72			
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)											1.315.000,00			
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)											0,00			
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)											0,00			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)											51.315.160,72			
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)											24.583.872,75		47,91%	
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)											27.710.186,79		54%	
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS**													

	(Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	26.324.677,45	51,3%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	24.939.168,11	48,6%
Entidades:		
Município de Sapopema		

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR	***CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA***
Prefeito Municipal	Contador(a)

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:2304BAA9

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RGF ANEXO V - DEM DISP CAIXA RESTOS A PAGAR 1º SEM 2026

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
01/01/2026 A 30/06/2026
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (g) = (a – (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)					
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
Recursos Ordinários (Livres)	229.115,88	394.764,28	1.718.263,42	6.097,78	0,00	0,00	(1.890.009,60)	311.541,28	0,00	(2.201.550,88)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	229.115,88	394.764,28	1.718.263,42	6.097,78	0,00	0,00	(1.890.009,60)	311.541,28	0,00	(2.201.550,88)
CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB) 15428-8	9,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,18	0,00	0,00	9,18
INC CUIDA MAIS PR ENV AT ENVESTIMENTO DEL 49/2025	42.491,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.491,81	0,00	0,00	42.491,81
CONV. 144-2026 - PAVIMENTAÇÃO ESTRADA DO SALTO	0,00	0,00	168.928,99	0,00	0,00	0,00	(168.928,99)	2.437.256,07	0,00	(2.606.185,06)
Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE 7903-0	98.283,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.283,09	0,00	0,00	98.283,09
PISO UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL	16.381,33	0,00	2.986,32	0,00	0,00	0,00	13.395,01	0,00	0,00	13.395,01
Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de	40.603,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.603,49	0,00	0,00	40.603,49
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de	391,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	391,04	0,00	0,00	391,04
Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, mínimo de	219.032,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	219.032,48	0,00	0,00	219.032,48
Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, máximo de	124.024,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124.024,30	0,00	0,00	124.024,30
Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	235.417,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	235.417,44	0,00	0,00	235.417,44
TERMO COMPROMISSO 2021426561 PAR - AMPLIAR ESC MARIA ELIAS	173.823,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	173.823,61	371.985,47	0,00	(198.161,86)
Receita de Extinção da Entidade Previdenciária	2.871,32	0,00	891,55	0,00	0,00	0,00	1.979,77	0,00	0,00	1.979,77

Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	13,83	0,00	81,15	0,00	0,00	0,00	(67,32)	0,00	0,00	(67,32)
Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família e Cadastro	43.093,55	0,00	1.400,00	0,00	0,00	0,00	41.693,55	0,00	0,00	41.693,55
Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta	10.164,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.164,06	0,00	0,00	10.164,06
Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	485.934,27	0,00	3.277,83	0,00	0,00	0,00	482.656,44	0,00	0,00	482.656,44
Alienacao de ativos da Saude	3.792,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.792,90	0,00	0,00	3.792,90
INVESTIMENTO DE EMENDA TRANSF. ESPECIAL	277.001,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	277.001,23	0,00	0,00	277.001,23
CONV. 537/2021 - PAVIMENTO POLIEDRICA COM PEDRAS IRREG SERRA	172.381,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	172.381,19	0,00	0,00	172.381,19
Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	1,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,66	0,00	0,00	1,66
EMENDA PARLAMENTAR ASSIST. SOCIAL - FF Bloco de Fin Prot. Social Básica	48,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48,05	0,00	0,00	48,05
EMENDA PARLAMENTAR ASSIST. SOCIAL - FF B F Prot Social Especial de Média	31,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31,73	0,00	0,00	31,73
Inc Fina Custeio Prog Qualificacao - APSUS 208-5	102.822,51	0,00	4.756,76	0,00	0,00	0,00	98.065,75	0,00	0,00	98.065,75
PRIMEIRA INFANCIA 2022	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01
SANEPAR - COMPESAÇÃO FINANCEIRO AO MEIO AMBIENTE DO MUNICIPI	54.975,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.975,49	0,00	0,00	54.975,49
CONVENIO 798-2023 - PAVIMENTAÇÃO VIAS URBANAS	447,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	447,35	1.661.730,23	0,00	(1.661.282,88)
CONV. 382-2023 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES	9.007,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.007,10	0,00	0,00	9.007,10
INCENTIVO APOIO PROM DIR CRIANÇA ADOSL ACESSO PROD HIGIENE INTIMA 105,29		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105,29	0,00	0,00	105,29
TRANSF. VOLUNTARIAS PUBL FED ITAIPU BINACIONAL PROGRAMA ITAIPU	2.177.247,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.177.247,24	0,00	0,00	2.177.247,24
Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento	37.535,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.535,44	0,00	0,00	37.535,44
TRANSFERÊNCIAS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À	25.032,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.032,84	0,00	0,00	25.032,84

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigaçãoes Fianceiras					
		De Exercício Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a – (b + c + d + e))	(h)		EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
RESOLUÇÃO SESA 1519-2023 - PROVIGIA	24.210,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.210,85	0,00	0,00	24.210,85
FORT. E DES. AÇÕES VOLTADAS A PRIMEIRA INF. CONST. CRECHE	573.665,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	573.665,23	0,00	0,00	573.665,23
Retenções em Caráter Consignatário	71,72	0,00	0,00	0,00	71,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	1.658,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.658,38	0,00	0,00	1.658,38
INC. AT. ADOLESC. CUMP. MEDICAS SOCIOEDUCATIVAS LIB ASSISTIDA PREST 6.801,86		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.801,86	0,00	0,00	6.801,86
RESOLUÇÃO SESA Nº 689-2025 - PROVIGIA	3.591,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.591,00	0,00	0,00	3.591,00
PROGRAMA CUIDA MAIS PR - PROMOÇÃO ENVELHECIMENTO DE 35-2024	29.227,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.227,27	0,00	0,00	29.227,27
INCENTIVO CUIDA MAIS	582,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	582,64	0,00	0,00	582,64

PARANÁ - ACOLHIMENTO DEL 33-2024 FM IDOSO										
EMENDAS INDIVIDUAISCOM FINALIDADE DEFINIDA - LC	85.046,30	0,00	3.642,45	0,00	0,00	0,00	81.403,85	11.369,81	0,00	70.034,04
EMENDAS INDIVIDUAISCOM FINALIDADE DEFINIDA - INC. TEMP CUSTEIO -LC	160.696,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.696,37	0,00	0,00	160.696,37
Fundeb 70%	627.001,65	0,00	2.544,13	0,00	0,00	0,00	624.457,52	0,00	0,00	624.457,52
INCENTIVO FORT POL PUB GAR DEFESA DOS DIREITOS DA P DEFICIEN	19.474,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.474,65	0,00	0,00	19.474,65
EMENDA INC TEMP AO CUSTEIO DOS SERV AT PRIM EM SAUDE - PROP	86.313,38	0,00	4.600,00	0,00	0,00	0,00	81.713,38	0,00	0,00	81.713,38
Fundeb 30%	783.010,58	0,00	2.482,16	0,00	0,00	0,00	780.528,42	0,00	0,00	780.528,42
CONV. 331-2024 - AQ COZINHA COMUNITARIA	28.117,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.117,50	0,00	0,00	28.117,50
EMENDA INC TEMP AO CUSTEIO DOS SERV AT PRIM EM SAUDE - PROP	69.459,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.459,07	0,00	0,00	69.459,07
5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	113.767,94	0,00	34.706,31	513,45	0,00	0,00	78.548,18	12.418,40	0,00	66.129,78
SIGTV 412620720240001 - CUSTEIO FLAVIO ARNS	5.246,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.246,85	0,00	0,00	5.246,85
EMENDA - INC TEMP AO CUSTEIO DOS SERV DE ASSIST HOSP E AMB L A P	101.060,06	0,00	4.362,31	0,00	0,00	0,00	96.697,75	0,00	0,00	96.697,75
Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	246.088,21	0,00	3.924,00	0,00	0,00	0,00	242.164,21	0,00	0,00	242.164,21
EMENDA - INC TEMP AO CUSTEIO DOS SERV DE ASSIST HOSP E AMB L A P	101.060,06	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	1.060,06	0,00	0,00	1.060,06
SIGTV 412620720240001 - CAPITAL FLAVIO ARNS	6.409,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.409,20	0,00	0,00	6.409,20
Alienacao de ativos da Educacao/Indenizacao	970,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	970,75	0,00	0,00	970,75
EMENDA - INC TEMP AO CUSTEIO DOS SERV DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
FUNDO MUNICIPAL ESPORTE - DELIBERAÇÃO 2026	405.126,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	405.126,96	0,00	0,00	405.126,96
CONV. 61-2025 IMP. FEIRA LIVRE	75.347,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.347,46	0,00	0,00	75.347,46
EMENDA PISO DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE - DESPESAS DIVERSAS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
EST GEST REDE PROT DEFESA DIR MULHER CUSTEIO DEL 7-2026	40.312,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.312,44	0,00	0,00	40.312,44
Salário-Educação	69.479,86	0,00	43.431,53	0,00	0,00	0,00	26.048,33	0,00	0,00	26.048,33
INC. EST. VOLTADO A GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E	66.320,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.320,23	0,00	0,00	66.320,23
FMES - POLITICA PUBLICA JOGOS	45.404,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.404,10	0,00	0,00	45.404,10
Incentivo Projeto Viaja Mais 60 - Fase III Del. 004/2026	25.153,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.153,72	0,00	0,00	25.153,72
INC FORT POLITICAS PUB GARANTIA DEF DIR PESSOA DF DEL 5-2026	53.527,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.527,75	0,00	0,00	53.527,75
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigaçãoes Fianceiras					
		De Exercício Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a – (b + c + d + e))	(h)		EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	199.900,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	199.900,74	0,00	0,00	199.900,74

EMENDA PARL ASSIST SOCIAL - PROT SOC ALTA E MEDIA COMP P.L.	100.573,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.573,33	0,00	0,00	100.573,33
Atenção Básica	186,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	186,83	0,00	0,00	186,83
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	89.276,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89.276,20	0,00	0,00	89.276,20
ASSISTENCIA FARMACEUTICA	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00
INCENTIVO CONSTRUÇÃO CREAS DEL 43-2025	130.352,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.352,42	0,00	0,00	130.352,42
Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria 203-GM, de 2007	1.358.492,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.358.492,12	115.000,00	0,00	1.243.492,12
INC. FORT. POL. GAR. DIR. PESSOA PORT DEF. DEL 5-2025	45.770,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.770,26	0,00	0,00	45.770,26
Alienacao de bens	712.766,24	0,00	68.067,40	0,00	0,00	0,00	644.698,84	129.167,64	0,00	515.531,20
FUNDO MUNICIPAL ESPORTE - FMES	34.803,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.803,46	0,00	0,00	34.803,46
Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não	55.616,94	0,00	12.148,50	0,00	0,00	0,00	43.468,44	0,00	0,00	43.468,44
CONVENIO 1721-2025 - AQUIS. DE UM VEICULO	0,00	0,00	109.250,00	0,00	0,00	0,00	(109.250,00)	0,00	0,00	(109.250,00)
Caminhão Baú Frigorífico - Emenda Individual Luisa Canziani	314.962,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	314.962,43	0,00	0,00	314.962,43
COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	308.617,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	308.617,27	0,00	0,00	308.617,27
CONV. 2220-2025 - PAV. CBOQ S PEDRAS IRREGULARES 29 TRECHOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.903.136,37	0,00	(6.903.136,37)
CONV. 2175-2025 - AQUIS CAMINHÃO PIPA	0,00	0,00	620.000,00	0,00	0,00	0,00	(620.000,00)	0,00	0,00	(620.000,00)
CONV. 782-2025 - AQUIS. DE ESTUFAS	149.557,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	149.557,05	0,00	0,00	149.557,05
Taxas - Exercício Poder de Polícia 5933-2	8.490,23	0,00	589,94	0,00	0,00	0,00	7.900,29	0,00	0,00	7.900,29
CONV. 825-2025 PAV ESTRADAS RURAIS 14 TRECHOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.217.864,64	0,00	(2.217.864,64)
Taxas - Prestação de Serviços 5932-4	5.787,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.787,53	3.308,19	0,00	2.479,34
CONV. 995-2025 - PAVIMENTAÇÃO ESTRADAS RURAIS LAMBARI	0,00	0,00	1.071.737,58	0,00	0,00	0,00	(1.071.737,58)	5.306.370,47	0,00	(6.378.108,05)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	12.123.821,92	0,00	2.263.808,91	513,45	71,72	0,00	9.859.427,84	19.169.607,29	0,00	(9.310.179,45)
TOTAL (III) = (I + II)	12.352.937,80	394.764,28	3.982.072,33	6.611,23	71,72	0,00	7.969.418,24	19.481.148,57	0,00	(11.511.730,33)
PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR						***CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA***				
Prefeito Municipal						Contador(A)				
Entidades:										
Município de Sapopema										

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:7D5FABC2

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RREO ANEXO II - DEM EXEC DES FUN E SUBF 3º BIM 2026

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA						
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA						
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO						
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
MAIO A JUNHO DE 2026						
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")						
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO (e) = (a-d)

			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	45.878.400,00	86.267.119,19	23.375.660,33	46.775.207,54	100,00	39.491.911,65	12.508.297,97	30.086.573,10	100,00	56.180.546,09
LEGISLATIVA	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00
AÇÃO LEGISLATIVA	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00
ADMINISTRAÇÃO	4.516.300,00	4.406.509,13	685.679,37	2.533.111,20	5,42	1.873.397,93	966.674,10	2.527.127,87	8,40	1.879.381,26
ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.516.300,00	4.406.509,13	685.679,37	2.533.111,20	5,42	1.873.397,93	966.674,10	2.527.127,87	8,40	1.879.381,26
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.134.000,00	6.293.036,91	628.380,90	1.809.287,77	3,87	4.483.749,14	614.186,44	1.693.251,77	5,63	4.599.785,14
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	100.000,00	130.000,00	19.690,64	97.093,74	0,21	32.906,26	30.128,76	97.093,74	0,32	32.906,26
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	2.022.000,00	6.151.036,91	608.690,26	1.712.194,03	3,66	4.438.842,88	584.057,68	1.596.158,03	5,31	4.554.878,88
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.390.000,00	1.390.000,00	226.061,42	677.975,07	1,45	712.024,93	226.061,42	677.975,07	2,25	712.024,93
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	1.390.000,00	1.390.000,00	226.061,42	677.975,07	1,45	712.024,93	226.061,42	677.975,07	2,25	712.024,93
SAÚDE	10.870.160,00	13.825.132,74	2.334.192,09	7.366.223,73	15,75	6.458.909,01	3.006.568,54	7.359.666,82	24,46	6.465.465,92
ATENÇÃO BÁSICA	7.366.100,00	9.910.323,87	1.704.184,74	5.187.509,90	11,09	4.722.813,97	1.980.279,94	5.181.920,50	17,22	4.728.403,37
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	3.337.160,00	3.747.908,87	597.697,16	2.075.676,00	4,44	1.672.232,87	993.978,41	2.074.708,49	6,90	1.673.200,38
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	166.900,00	166.900,00	32.310,19	103.037,83	0,22	63.862,17	32.310,19	103.037,83	0,34	63.862,17
EDUCAÇÃO	12.347.856,00	13.714.866,84	2.221.615,74	7.107.211,46	15,19	6.607.655,38	2.454.499,19	6.488.758,31	21,57	7.226.108,53
ENSINO FUNDAMENTAL	9.421.856,00	10.563.852,45	1.841.385,26	6.248.530,45	13,36	4.315.322,00	2.056.299,10	5.631.877,30	18,72	4.931.975,15
ENSINO SUPERIOR	120.000,00	100.000,00	13.276,22	37.406,55	0,08	62.593,45	14.026,22	37.406,55	0,12	62.593,45
EDUCAÇÃO INFANTIL	2.031.000,00	2.276.014,39	350.265,06	759.368,24	1,62	1.516.646,15	367.484,67	757.568,24	2,52	1.518.446,15
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	175.000,00	175.000,00	16.689,20	61.906,22	0,13	113.093,78	16.689,20	61.906,22	0,21	113.093,78
EDUCAÇÃO ESPECIAL	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
CULTURA	450.000,00	495.500,00	36.402,81	149.434,74	0,32	346.065,26	37.420,87	149.434,74	0,50	346.065,26
DIFUSÃO CULTURAL	450.000,00	495.500,00	36.402,81	149.434,74	0,32	346.065,26	37.420,87	149.434,74	0,50	346.065,26
URBANISMO	2.668.500,00	29.827.810,32	15.689.564,47	19.638.118,53	41,98	10.189.691,79	2.944.842,96	4.654.991,92	15,47	25.172.818,40
INFRA-ESTRUTURA URBANA	914.500,00	28.143.810,32	15.478.966,98	18.682.742,69	39,94	9.461.067,63	2.501.151,89	3.737.368,04	12,42	24.406.442,28
SERVIÇOS URBANOS	1.754.000,00	1.684.000,00	210.597,49	955.375,84	2,04	728.624,16	443.691,07	917.623,88	3,05	766.376,12
SANEAMENTO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	894.500,00	2.548.786,48	240.959,27	712.254,18	1,52	1.836.532,30	473.274,77	710.506,18	2,36	1.838.280,30
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	894.500,00	2.548.786,48	240.959,27	712.254,18	1,52	1.836.532,30	473.274,77	710.506,18	2,36	1.838.280,30
AGRICULTURA	670.700,00	929.525,50	99.362,61	566.084,39	1,21	363.441,11	379.320,49	558.210,54	1,86	371.314,96
EXTENSÃO RURAL	670.700,00	929.525,50	99.362,61	566.084,39	1,21	363.441,11	379.320,49	558.210,54	1,86	371.314,96
COMÉRCIO E SERVIÇOS	500.000,00	443.000,00	64.422,76	200.016,44	0,43	242.983,56	64.851,49	200.016,44	0,66	242.983,56
PROMOÇÃO COMERCIAL	100.000,00	100.000,00	8.773,04	29.905,83	0,06	70.094,17	8.785,00	29.905,83	0,10	70.094,17
TURISMO	400.000,00	343.000,00	55.649,72	170.110,61	0,36	172.889,39	56.066,49	170.110,61	0,57	172.889,39
TRANSPORTE	3.367.600,00	4.383.268,87	487.717,38	2.287.748,65	4,89	2.095.520,22	507.040,40	1.563.239,27	5,20	2.820.029,60
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	3.367.600,00	4.383.268,87	487.717,38	2.287.748,65	4,89	2.095.520,22	507.040,40	1.563.239,27	5,20	2.820.029,60
DESPORTO E LAZER	500.000,00	2.372.599,35	90.868,70	2.131.116,58	4,56	241.482,77	258.905,84	2.016.444,04	6,70	356.155,31
DESPORTO COMUNITÁRIO	500.000,00	2.372.599,35	90.868,70	2.131.116,58	4,56	241.482,77	258.905,84	2.016.444,04	6,70	356.155,31
ENCARGOS ESPECIAIS	2.600.000,00	2.668.299,05	570.432,81	1.596.624,80	3,41	1.071.674,25	574.651,46	1.486.950,13	4,94	1.181.348,92
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.600.000,00	2.668.299,05	570.432,81	1.596.624,80	3,41	1.071.674,25	574.651,46	1.486.950,13	4,94	1.181.348,92
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	458.784,00	458.784,00	0,00	0,00	0,00	458.784,00	0,00	0,00	0,00	458.784,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	458.784,00	458.784,00	0,00	0,00	0,00	458.784,00	0,00	0,00	0,00	458.784,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL III = (I + II)	45.878.400,00	86.267.119,19	23.375.660,33	46.775.207,54	100,00	39.491.911,65	12.508.297,97	30.086.573,10	100,00	56.180.546,09
PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR					***CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA***					
Prefeito Municipal					Contador(A)					
Entidades:										
Município de Sapopema										

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:B813EE9E

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RREO ANEXO III - RECEITA CORRENTE LIQUIDA 3º BIM 2026

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO DE 2025 A JUNHO DE 2026
LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													Previsão atualiza 2026
	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	TOTAL	
RECEITAS CORRENTES (I)	5.123.008,21	3.851.112,43	4.637.109,56	4.565.259,41	4.673.896,09	5.846.741,88	4.753.003,65	4.755.780,23	4.076.795,65	4.665.985,23	6.258.438,37	5.591.950,21	58.799.080,92	52.742.507,56
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	397.893,97	365.903,01	553.205,22	350.878,99	398.022,82	481.590,68	271.335,19	377.696,56	341.246,63	534.420,58	277.519,91	380.021,09	4.729.734,65	4.202.600,00
IPTU	8.518,20	4.739,45	3.690,94	3.715,82	1.465,61	2.886,99	3.027,02	2.918,98	28.139,38	221.712,26	16.219,80	12.074,47	309.108,92	272.900,00
ISS	232.255,56	246.992,07	305.520,45	217.003,50	216.396,99	190.028,96	144.285,65	169.890,88	161.819,85	181.610,09	157.872,77	258.603,48	2.482.280,25	2.125.600,00
ITBI	29.304,36	12.751,95	66.472,55	26.535,46	51.682,22	33.586,56	6.595,45	40.340,60	39.232,80	31.376,15	5.261,68	9.863,04	353.002,82	605.000,00
IRRF	112.807,80	93.820,39	170.233,24	95.756,69	115.759,99	248.206,69	96.921,96	95.686,62	96.763,24	92.192,47	80.659,33	93.471,43	1.392.279,85	1.028.300,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15.008,05	7.599,15	7.288,04	7.867,52	12.718,01	6.881,48	20.505,11	68.859,48	15.291,36	7.529,61	17.506,33	6.008,67	193.062,81	170.800,00
Contribuições	31.537,02	31.995,50	30.683,90	30.387,68	43.454,92	32.847,24	31.557,06	34.070,77	38.593,43	61.682,65	40.312,76	35.623,48	442.746,41	409.500,00
Receita patrimonial	106.831,88	105.331,72	97.720,00	92.402,28	75.198,71	96.315,14	86.050,02	75.890,70	83.433,51	74.982,72	78.884,41	98.204,30	1.071.245,39	247.117,06
Rendimentos de Aplicação Financeira	102.111,22	95.874,63	95.359,00	90.041,28	72.820,60	93.954,14	83.531,27	73.354,03	80.914,93	72.464,14	76.365,83	95.685,72	1.032.476,79	188.117,06
Outras Receitas Patrimoniais	4.720,66	9.457,09	2.361,00	2.361,00	2.378,11	2.361,00	2.518,75	2.536,67	2.518,58	2.518,58	2.518,58	2.518,58	38.768,60	59.000,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	10.721,10	12.522,28	12.146,17	11.896,30	12.608,72	23.181,75	12.557,83	12.066,00	11.411,67	12.992,24	12.744,01	12.704,66	157.552,73	159.600,00
Transferências correntes	4.571.565,64	3.331.510,91	3.923.460,71	4.053.961,65	4.024.162,66	5.207.596,45	4.351.117,20	4.252.946,54	3.596.091,07	3.977.282,46	5.841.247,47	5.062.100,77	52.193.043,53	47.650.670,50
Cota parte do FPM	1.944.488,42	1.498.336,02	1.901.447,24	1.275.233,87	1.733.476,08	2.791.542,42	1.771.935,36	2.227.853,55	1.349.100,18	1.588.434,41	1.922.509,94	2.025.539,87	22.029.897,36	21.151.300,00
Cota parte do ICMS	822.788,74	660.658,15	812.372,47	736.013,43	685.828,07	869.822,65	776.639,57	621.266,87	862.573,13	797.646,86	647.467,02	837.808,03	9.130.884,99	9.592.500,00
Cota parte do IPVA	57.994,98	55.265,72	35.286,81	29.286,11	40.083,50	54.012,84	364.454,21	107.610,69	98.440,20	131.195,63	97.797,27	48.299,55	1.119.727,51	1.363.600,00
Cota parte do ITR	7.018,82	8.784,66	83.146,20	530.317,82	37.797,78	42.789,83	24.812,67	8.944,14	1.797,70	11.201,25	2.325,89	6.190,94	765.127,70	359.800,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	9.756,36	10.777,03	11.428,81	10.960,30	10.832,75	13.121,73	10.284,98	10.793,02	10.684,06	9.398,59	11.294,32	15.083,00	134.414,95	145.100,00
Transferências do FUNDEB	618.311,05	581.363,48	552.001,31	657.449,24	604.611,73	686.944,27	993.566,55	729.944,69	722.267,52	827.668,35	1.141.039,64	938.672,81	9.053.840,64	7.722.817,24
Outras transferências correntes	1.111.207,27	516.325,85	527.777,87	814.700,88	911.532,75	749.362,71	409.423,86	546.533,58	551.228,28	611.737,37	2.018.813,39	1.190.506,57	9.959.150,38	7.315.553,26
Outras receitas correntes	4.458,60	3.849,01	19.893,56	25.732,51	120.448,26	5.210,62	386,35	3.109,66	6.019,34	4.624,58	7.729,81	3.295,91	204.758,21	73.020,00
DEDUÇÕES (II)	406.644,28	446.764,25	430.397,86	516.362,24	501.603,60	587.271,78	589.625,30	595.293,59	464.518,97	507.575,30	536.278,83	586.584,20	6.168.920,20	6.126.520,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	406.644,28	446.764,25	430.397,86	516.362,24	501.603,60	587.271,78	589.625,30	595.293,59	464.518,97	507.575,30	536.278,83	586.584,20	6.168.920,20	6.126.520,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	4.716.363,93	3.404.348,18	4.206.711,70	4.048.897,17	4.172.292,49	5.259.470,10	4.163.378,35	4.160.486,64	3.612.276,68	4.158.409,93	5.722.159,54	5.005.366,01	52.630.160,72	46.615.987,56
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	775.000,00	300.000,00	1.315.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	4.476.363,93	3.404.348,18	4.206.711,70	4.048.897,17	4.172.292,49	5.259.470,10	4.163.378,35	4.160.486,64	3.612.276,68	4.158.409,93	4.947.159,54	4.705.366,01	51.315.160,72	46.615.987,56
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	4.476.363,93	3.404.348,18	4.206.711,70	4.048.897,17	4.172.292,49	5.259.470,10	4.163.378,35	4.160.486,64	3.612.276,68	4.158.409,93	4.947.159,54	4.705.366,01	51.315.160,72	46.615.987,56

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO DE 2025 A JUNHO DE 2026
LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR	***CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA***
Prefeito Municipal	Contador(A)
Entidades:	
Município de Sapopema	

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:06B9628D

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RREO ANEXO VII - RESTOS A PAGAR PODER E ORGAO 3º BIM 2026

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
MAIO A JUNHO DE 2026												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)												
PODER / ORGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total L = (e + k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a + b) - (c**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f + g) - (i**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro de (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro de (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIOS) (I)	**0,00**	**2.213.798,92**	**2.006.869,87**	**0,00**	**206.929,05**	**716.464,74**	**2.924.025,16**	**3.051.878,67**	**2.822.523,22**	**582.000,00**	**235.966,68**	**442.895,73**
EXECUTIVO												
Município de Sapopema	**0,00**	**2.213.798,92**	**2.006.869,87**	**0,00**	**206.929,05**	**716.464,74**	**2.924.025,16**	**3.051.878,67**	**2.822.523,22**	**582.000,00**	**235.966,68**	**442.895,73**
EXECUTIVO MUNICIPAL	0,00	29.834,13	29.834,13	0,00	0,00	0,00	1.347,05	1.228,94	1.228,94	0,00	118,11	118,11
ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	170.693,50	165.251,50	0,00	5.442,00	0,00	131.815,36	126.247,69	97.539,44	0,00	34.275,92	39.717,92
TRANSPORTE E SERVIÇOS RODOVIARIOS	0,00	276.742,09	150.124,52	0,00	126.617,57	0,00	1.186.884,46	626.884,46	558.145,09	560.000,00	68.739,37	195.356,94
OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	0,00	177.928,57	177.624,57	0,00	304,00	0,00	91.563,89	91.563,89	36.303,60	0,00	55.260,29	55.564,29
EDUCAÇÃO	0,00	613.593,84	605.714,16	0,00	7.879,68	0,00	961.608,90	961.095,45	930.930,97	0,00	30.677,93	38.557,61
CULTURA	0,00	12.388,71	12.388,71	0,00	0,00	0,00	5.438,32	5.438,32	2.825,02	0,00	2.613,30	2.613,30
ESPORTE	0,00	21.012,47	20.246,39	0,00	766,08	716.464,74	10.423,47	726.888,21	724.911,31	0,00	1.976,90	2.742,98
SECRETARIA DE SAUDE	0,00	602.375,12	589.754,64	0,00	12.620,48	0,00	230.648,68	230.236,68	210.919,93	0,00	19.728,75	32.349,23
ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	79.669,40	73.125,08	0,00	6.544,32	0,00	34.486,90	34.486,90	28.623,43	0,00	5.863,47	12.407,79
AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	99.744,58	52.989,66	0,00	46.754,92	0,00	77.225,34	77.225,34	60.512,70	0,00	16.712,64	63.467,56
MANUTENÇÃO DA POLITICA MUN. DE RESIDUOS SOLIDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.221,60	69.221,60	69.221,60	0,00	0,00	0,00
TURISMO, INDUSTRIA E COMERCIO	0,00	21.233,82	21.233,82	0,00	0,00	0,00	123.361,19	101.361,19	101.361,19	22.000,00	0,00	0,00
FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL	0,00	108.582,69	108.582,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) = (I	**0,00**	**2.213.798,92**	**2.006.869,87**	**0,00**	**206.929,05**	**716.464,74**	**2.924.025,16**	**3.051.878,6**	**2.822.523,2**	**582.000,00**	**235.966,68**	**442.895,73**
PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR							***CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA***					
Prefeito Municipal							Contador(A)					
Entidades:												
Município de Sapopema												

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:E47391E8

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RREO ANEXO XII - DEM REC DESPESA COM SAUDE 3º BIM 2026

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE				
JANEIRO A JUNHO DE 2026				
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	3.981.800,00	4.031.800,00	2.046.539,40	50,76
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	222.900,00	272.900,00	284.091,91	104,10
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	605.000,00	605.000,00	132.669,72	21,93
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.125.600,00	2.125.600,00	1.074.082,72	50,53
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.028.300,00	1.028.300,00	555.695,05	54,04
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	30.632.600,00	30.632.600,00	16.399.382,90	53,54
Cota-Parte FPM	19.171.600,00	19.171.600,00	10.885.373,31	56,78

Cota-Parte ITR	359.800,00	359.800,00	55.272,59	15,36
Cota-Parte IPVA	1.363.600,00	1.363.600,00	847.797,55	62,17
Cota-Parte ICMS	9.592.500,00	9.592.500,00	4.543.401,48	47,36
Cota-Parte IPI-Exportação	145.100,00	145.100,00	67.537,97	46,55
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	34.614.400,00	34.664.400,00	18.445.922,30	53,21

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	4.450.000,00	4.895.500,00	3.320.834,12	67,85	3.315.325,32	67,74	2.691.903,54	55,00
Despesas Correntes	4.403.500,00	4.868.000,00	3.320.834,12	68,22	3.315.325,32	68,10	2.691.903,54	55,30
Despesas de Capital	46.500,00	26.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	2.957.160,00	3.047.160,00	1.749.742,52	57,42	1.748.775,01	57,39	1.468.706,68	48,20
Despesas Correntes	2.947.160,00	3.047.160,00	1.749.742,52	57,42	1.748.775,01	57,39	1.468.706,68	48,20
Despesas de Capital	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	7.407.160,00	7.941.660,00	5.070.576,64	63,85	5.064.100,33	63,77	4.160.610,22	52,39

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	5.070.576,64	5.064.100,33	4.160.610,22
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	5.070.570,64	5.064.100,33	4.160.610,22
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	2.766.888,34		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	2.303.688,29	2.297.211,98	1.393.721,87
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	27,49	27,45	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0,então (o) =0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p - (o+ q)) se <0 então	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado (v) = ((o + q) -
Empenhos de 2026	2.766.888,34	5.070.576,64	2.303.688,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.303.688,29
TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE (XXI)										0,00

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência	Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou

		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	y))
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a compensar (XXIV)	0,00	58.513,87	58.513,87	58.513,87	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	58.513,87	58.513,87	58.513,87	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	3.453.000,00	5.086.744,00	2.736.980,30	53,81
Proveniente da União	2.809.000,00	3.772.744,00	1.653.622,71	43,83
Proveniente dos Estados	644.000,00	1.314.000,00	1.083.357,59	82,45
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	25.000,00	31.972,35	72.899,51	228,01
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	3.478.000,00	5.118.716,35	2.809.879,81	54,89

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.916.100,00	5.015.823,37	1.853.680,98	36,96	1.853.600,38	36,96	1.559.082,70	31,08
Despesas Correntes	2.905.100,00	3.664.906,76	1.834.388,38	50,05	1.834.307,78	50,05	1.541.664,10	42,07
Despesas de Capital	11.000,00	1.350.917,1	19.292,60	1,43	19.292,60	1,43	17.418,60	1,29
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	380.000,00	700.748,87	325.933,48	46,51	325.933,48	46,51	212.621,40	30,34
Despesas Correntes	380.000,00	700.748,87	325.933,48	46,51	325.933,48	46,51	212.621,40	30,34
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	166.900,00	166.900,00	103.037,83	61,74	103.037,83	61,74	86.638,38	51,91
Despesas Correntes	166.400,00	166.400,00	103.037,83	61,92	103.037,83	61,92	86.638,38	52,07
Despesas de Capital	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	3.463.000,00	5.883.472,74	2.282.652,29	38,80	2.282.571,69	38,80	1.858.342,48	31,59

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	7.366.100,00	9.910.323,87	5.174.515,10	52,21	5.168.925,70	52,16	4.250.986,24	42,89
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	3.337.160,00	3.747.908,87	2.075.676,00	55,38	2.074.708,49	55,36	1.681.328,08	44,86
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	166.900,00	166.900,00	103.037,83	61,74	103.037,83	61,74	86.638,38	51,91
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	10.870.160,00	13.825.132,74	7.353.228,93	53,19	7.346.672,02	53,14	6.018.952,70	43,54

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR	***CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA***
Prefeito Municipal	Contador(a)
Entidades:	
Município de Sapopema	

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:4947C94C

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RREO ANEXO XIII - DEM DAS PARCERIAS PUBLICO PRIVADAS 3º BIM 2026

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
01/01/2026 a 30/06/2026		
RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	SALDO FINAL Até o bimestre (b)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I) Das Estatais Não-dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	52.151.815,78	29.646.099,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR	***CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA***
Prefeito Municipal	Contador(A)
Entidades:	
Município de Sapopema	

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:CACCF600

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO

MUNICÍPIO DE SERTANOPOLIS
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea											R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d/total d) (d)**	**%**		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	134.000.000,00	156.031.917,50	22.299.392,05	67.222.804,49	100,00	88.809.113,01	22.802.455,89	53.075.620,91	100,00	102.956.296,59	14.147.183,58
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	19.830.600,00	20.061.482,42	2.638.961,31	9.509.715,83	14,15	10.551.766,59	3.217.190,47	8.320.702,80	15,68	11.740.779,62	1.189.013,03
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	14.330.600,00	14.371.600,00	1.776.674,89	7.098.955,82	10,56	7.272.644,18	2.294.393,08	6.127.044,90	11,54	8.244.555,10	971.910,92
Administração Financeira	408.000,00	557.882,42	201.490,79	339.863,92	0,51	218.018,50	207.341,19	333.636,98	0,63	224.245,44	6.226,94
Controle Interno	861.000,00	859.500,00	105.338,62	254.327,18	0,38	605.172,82	112.168,02	254.111,32	0,48	605.388,68	215,86
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	15.000,00	11.000,00	0,00	16,54	0,00	10.983,46	16,54	16,54	0,00	10.983,46	0,00
Administração de Receitas	1.462.000,00	1.543.000,00	175.255,55	850.642,54	1,27	692.357,46	223.070,18	639.983,23	1,21	903.016,77	210.659,31
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	394.000,00	381.000,00	0,00	0,00	0,00	381.000,00	0,00	0,00	0,00	381.000,00	0,00
Demais Subfunções	2.360.000,00	2.337.500,00	380.201,46	965.909,83	1,44	1.371.590,17	380.201,46	965.909,83	1,82	1.371.590,17	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.889.583,31	9.248.383,31	988.666,72	3.110.349,49	4,63	6.138.033,82	1.085.509,78	2.631.020,70	4,96	6.617.362,61	479.328,79
Assistência ao Idoso	461.000,00	525.890,00	78.000,00	180.943,64	0,27	344.946,36	91.941,41	137.190,74	0,26	388.699,26	43.752,90
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.879.000,00	4.195.410,00	250.692,69	920.245,71	1,37	3.275.164,29	379.759,73	780.093,81	1,47	3.415.316,19	140.151,90
Assistência Comunitária	3.992.583,31	3.995.083,31	627.339,99	1.877.770,33	2,79	2.117.312,98	581.174,60	1.582.346,34	2,98	2.412.736,97	295.423,99
Administração Geral	557.000,00	532.000,00	32.634,04	131.389,81	0,20	400.610,19	32.634,04	131.389,81	0,25	400.610,19	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	31.560.000,07	35.327.118,71	5.758.078,34	16.809.093,75	25,01	18.518.024,96	5.386.888,97	14.501.562,68	27,32	20.825.556,03	2.307.531,07
Atenção Básica	15.924.000,07	19.132.447,96	3.072.052,97	8.950.831,38	13,32	10.181.616,58	2.863.972,60	7.105.399,03	13,39	12.027.048,93	1.845.432,35
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.981.000,00	8.981.000,00	1.441.758,82	4.085.041,19	6,08	4.895.958,81	1.428.766,34	3.913.911,37	7,37	5.067.088,63	171.129,82
Suporte Profilático e Terapêutico	1.284.000,00	1.510.000,00	270.047,70	1.030.458,53	1,53	479.541,47	209.369,09	904.291,93	1,70	605.708,07	126.166,60
Vigilância Sanitária	233.000,00	233.000,00	0,00	0,00	0,00	233.000,00	0,00	0,00	0,00	233.000,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	1.203.000,00	1.385.670,75	154.444,50	449.570,27	0,67	936.100,48	144.950,35	427.137,31	0,80	958.533,44	22.432,96
Alimentação e Nutrição	633.000,00	633.000,00	58.263,89	198.872,64	0,30	434.127,36	60.473,09	186.820,50	0,35	446.179,50	12.052,14
Administração Geral	2.829.000,00	2.979.000,00	686.014,28	1.870.373,65	2,78	1.108.626,35	605.509,17	1.741.934,43	3,28	1.237.065,57	128.439,22
Demais Subfunções	473.000,00	473.000,00	75.496,18	223.946,09	0,33	249.053,91	73.848,33	222.068,11	0,42	250.931,89	1.877,98
TRABALHO	625.000,00	1.033.000,00	44.583,23	700.327,23	1,04	332.672,77	181.426,24	311.314,45	0,59	721.685,55	389.012,78
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	625.000,00	1.033.000,00	44.583,23	700.327,23	1,04	332.672,77	181.426,24	311.314,45	0,59	721.685,55	389.012,78
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	29.695.805,54	35.449.108,54	4.118.663,28	12.937.248,33	19,25	22.511.860,21	4.130.883,51	10.751.346,37	20,26	24.697.762,17	2.185.901,96
Ensino Fundamental	19.518.000,00	26.193.000,00	2.718.089,41	9.516.845,16	14,16	16.676.154,84	2.863.383,93	8.099.936,25	15,26	18.093.063,75	1.416.908,91
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	250.000,00	250.000,00	90.145,00	90.145,00	0,13	159.855,00	90.145,00	90.145,00	0,17	159.855,00	0,00
Educação Infantil	7.913.805,54	6.932.108,54	838.863,18	2.157.742,81	3,21	4.774.365,73	844.744,03	1.778.643,92	3,35	5.153.464,62	379.098,89
Educação de Jovens e Adultos	125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00	0,00
Educação Especial	909.000,00	929.000,00	125.000,00	405.000,00	0,60	524.000,00	130.000,00	327.500,00	0,62	601.500,00	77.500,00
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	980.000,00	1.020.000,00	346.565,69	767.515,36	1,14	252.484,64	202.610,55	455.121,20	0,86	564.878,80	312.394,16
CULTURA	6.053.983,31	6.609.518,75	1.118.986,34	5.695.381,59	8,47	914.137,16	4.652.810,34	5.328.403,15	10,04	1.281.115,60	366.978,44
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	5.735.983,31	6.291.518,75	1.067.389,25	5.528.584,47	8,22	762.934,28	4.601.213,25	5.161.606,03	9,73	1.129.912,72	366.978,44
Administração Geral	318.000,00	318.000,00	51.597,09	166.797,12	0,25	151.202,88	51.597,09	166.797,12	0,31	151.202,88	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	136.000,00	136.000,00	13.524,90	40.505,58	0,06	95.494,42	13.524,90	40.505,58	0,08	95.494,42	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	136.000,00	136.000,00	13.524,90	40.505,58	0,06	95.494,42	13.524,90	40.505,58	0,08	95.494,42	0,00
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	15.137.000,00	22.669.000,00	4.161.372,94	7.769.093,29	11,56	14.899.906,71	1.405.407,52	3.613.050,50	6,81	19.055.949,50	4.156.042,79
Infra-Estrutura Urbana	10.691.000,00	16.610.000,00	3.663.229,85	4.871.369,00	7,25	11.738.631,00	464.052,00	1.076.863,63	2,03	15.533.136,37	3.794.505,37
Serviços Urbanos	4.029.000,00	5.642.000,00	468.679,64	2.785.380,18	4,14	2.856.619,82	911.202,25	2.424.006,85	4,57	3.217.993,15	361.373,33
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	417.000,00	417.000,00	29.463,45	112.344,11	0,17	304.655,89	30.153,27	112.180,02	0,21	304.819,98	164,09
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	11.873.000,00	12.767.000,00	1.150.870,88	5.295.097,76	7,88	7.471.902,24	1.371.994,01	3.837.752,24	7,23	8.929.247,76	1.457.345,52
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	9.035.000,00	9.923.000,00	870.204,97	4.250.006,72	6,32	5.672.993,28	1.060.025,89	2.922.197,39	5,51	7.000.802,61	1.327.809,33
Administração Geral	2.109.000,00	2.115.000,00	177.251,10	727.050,66	1,08	1.387.949,34	207.303,83	598.037,35	1,13	1.516.962,65	129.013,31
Demais Subfunções	729.000,00	729.000,00	103.414,81	318.040,38	0,47	410.959,62	104.664,29	317.517,50	0,60	411.482,50	522,88
GESTÃO AMBIENTAL	1.257.027,77	1.235.027,77	199.042,87	462.798,61	0,69	772.229,16	131.889,75	281.063,57	0,53	953.964,20	181.735,04
Preservação e Conservação Ambiental	363.000,00	381.000,00	68.694,96	179.148,62	0,27	201.851,38	81.728,63	132.902,68	0,25	248.097,32	46.245,94
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	894.027,77	854.027,77	130.347,91	283.649,99	0,42	570.377,78	50.161,12	148.160,89	0,28	705.866,88	135.489,10
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	2.408.000,00	3.182.278,00	871.758,65	1.377.741,24	2,05	1.804.536,76	153.268,02	543.257,44	1,02	2.639.020,56	834.483,80
Abastecimento	551.000,00	551.000,00	51.902,19	137.148,34	0,20	413.851,66	34.219,68	114.269,47	0,22	436.730,53	22.878,87
Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	1.597.000,00	2.371.278,00	757.858,87	1.043.386,39	1,55	1.327.891,61	57.050,75	231.781,46	0,44	2.139.496,54	811.604,93
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	260.000,00	260.000,00	61.997,59	197.206,51	0,29	62.793,49	61.997,59	197.206,51	0,37	62.793,49	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	116.000,00	116.000,00	8.739,99	25.100,43	0,04	90.899,57	8.739,99	25.100,43	0,05	90.899,57	0,00
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	116.000,00	116.000,00	8.739,99	25.100,43	0,04	90.899,57	8.739,99	25.100,43	0,05	90.899,57	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	4.514.000,00	4.314.000,00	715.209,43	2.054.993,07	3,06	2.259.006,93	515.921,74	1.811.310,87	3,41	2.502.689,13	243.682,20
Transporte Áereo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	4.514.000,00	4.314.000,00	715.209,43	2.054.993,07	3,06	2.259.006,93	515.921,74	1.811.310,87	3,41	2.502.689,13	243.682,20
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPORTO E LAZER	1.650.000,00	1.630.000,00	342.395,58	1.002.034,65	1,49	627.965,35	385.660,66	658.746,49	1,24	971.253,51	343.288,16
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	1.072.000,00	1.152.000,00	303.533,65	845.543,67	1,26	306.456,33	314.686,03	502.588,11	0,95	649.411,89	342.955,56
Lazer	276.000,00	176.000,00	499,93	33.566,75	0,05	142.433,25	30.099,93	33.566,75	0,06	142.433,25	0,00
Administração Geral	302.000,00	302.000,00	38.362,00	122.924,23	0,18	179.075,77	40.874,70	122.591,63	0,23	179.408,37	332,60
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	2.054.000,00	2.054.000,00	168.537,59	433.323,64	0,64	1.620.676,36	161.339,99	420.483,64	0,79	1.633.516,36	12.840,00
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	1.800.000,00	1.800.000,00	116.262,24	344.597,93	0,51	1.455.402,07	116.262,24	344.597,93	0,65	1.455.402,07	0,00
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	254.000,00	254.000,00	52.275,35	88.725,71	0,13	165.274,29	45.077,75	75.885,71	0,14	178.114,29	12.840,00
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
Reserva de Contingência	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor – RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	134.000.000,00	156.031.917,50	22.299.392,05	67.222.804,49	100,00	88.809.113,01	22.802.455,89	53.075.620,91	100,00	102.956.296,59	14.147.183,58
Notas Explicativas											

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:174B7A68

ASSESSORIA GERAL
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE SERTANOPOLIS				
PODER EXECUTIVO				
ESTADO DO PARANÁ				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO				
RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)			R$ 1,00	
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	28.627.289,00	28.627.289,00	13.611.914,10	47,55
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	13.006.099,00	13.006.099,00	5.898.779,86	45,35
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	6.982.500,00	6.982.500,00	1.106.686,49	15,85
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.481.190,00	4.481.190,00	4.902.257,45	109,40
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	4.157.500,00	4.157.500,00	1.704.190,30	40,99
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	69.845.000,00	69.845.000,00	33.060.678,57	47,33
Cota-Parte FPM	32.025.000,00	32.025.000,00	18.142.288,86	56,65
Cota-Parte ITR	3.150.000,00	3.150.000,00	275.295,53	8,74
Cota-Parte IPVA	8.000.000,00	8.000.000,00	3.435.817,30	42,95
Cota-Parte ICMS	26.250.000,00	26.250.000,00	11.041.267,36	42,06
Cota-Parte IPI-Exportação	420.000,00	420.000,00	166.009,52	39,53
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**98.472.289,00**	**98.472.289,00**	**46.672.592,67**	**47,40**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	12.638.000,07	12.638.000,07	6.282.969,84	49,71	5.344.364,01	42,29	5.145.908,36	40,72	938.605,83
Despesas Correntes	12.531.000,07	12.201.093,41	5.983.079,31	49,04	5.249.478,08	43,02	5.051.022,43	41,40	733.601,23
Despesas de Capital	107.000,00	436.906,66	299.890,53	68,64	94.885,93	21,72	94.885,93	21,72	205.004,60

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	7.890.000,00	7.890.000,00	3.657.657,47	46,36	3.501.062,44	44,37	3.281.454,72	41,59	156.595,03
Despesas Correntes	7.790.000,00	7.790.000,00	3.645.547,58	46,80	3.488.952,55	44,79	3.269.344,83	41,97	156.595,03
Despesas de Capital	100.000,00	100.000,00	12.109,89	12,11	12.109,89	12,11	12.109,89	12,11	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	1.284.000,00	1.284.000,00	945.940,02	73,67	840.190,02	65,44	824.414,65	64,21	105.750,00
Despesas Correntes	1.283.000,00	1.283.000,00	945.940,02	73,73	840.190,02	65,49	824.414,65	64,26	105.750,00
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	218.000,00	218.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	188.000,00	188.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	156.000,00	156.000,00	39.497,97	25,32	39.497,97	25,32	18.926,20	12,13	0,00
Despesas Correntes	156.000,00	156.000,00	39.497,97	25,32	39.497,97	25,32	18.926,20	12,13	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	633.000,00	633.000,00	33.989,73	5,37	33.989,73	5,37	32.042,68	5,06	0,00
Despesas Correntes	633.000,00	633.000,00	33.989,73	5,37	33.989,73	5,37	32.042,68	5,06	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	3.302.000,00	3.302.000,00	2.094.319,74	63,43	1.964.002,54	59,48	1.897.866,48	57,48	130.317,20
Despesas Correntes	3.297.000,00	3.297.000,00	2.094.319,74	63,52	1.964.002,54	59,57	1.897.866,48	57,56	130.317,20
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**26.121.000,07**	**26.121.000,07**	**13.054.374,77**	**49,98**	**11.723.106,71**	**44,88**	**11.200.613,09**	**42,88**	**1.331.268,06**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	**DESPESAS EMPENHADAS (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS (e)**	**DESPESAS PAGAS (f)**
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	13.054.374,77	11.723.106,71	11.200.613,09
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**13.054.374,77**	**11.723.106,71**	**11.200.613,09**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)		7.000.888,90	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)		0,00	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	6.053.485,87	4.722.217,81	4.199.724,19
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**27,97**	**25,12**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS COMFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	**LIMITE NÃO CUMPRIDO**				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))**
		Empenhadas (i)	**Liquidadas (j)**	**Pagas (k)**	
Diferença de limite não cumprido em 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	**Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)**	**Valor aplicado em ASPS no exercício (n)**	**Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) =0**	**Total inscrito em RP no exercício (p)**	**RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)**	**Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)), se < 0, então (r) = (0)**	**Total de RP pagos (s)**	**Total de RP a pagar (t)**	**Total de RP cancelados ou prescritos (u)**	**Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))**
Empenhos de 2025	7.000.888,90	13.054.374,77	6.053.485,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.053.485,87
Empenhos de 2024	12.632.380,80	21.697.752,98	9.065.372,18	42.107,37	0,00	0,00	0,00	42.107,37	0,00	9.065.372,18
Empenhos de 2023	11.611.938,56	18.191.087,48	6.579.148,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.579.148,92
Empenhos de 2022	10.349.182,76	17.808.559,60	7.459.376,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.459.376,84
Empenhos de 2021 e anteriores	8.487.442,80	18.351.564,55	9.864.121,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.864.121,75
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w-(x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	

Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	514.015,42	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**514.015,42**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	4.937.000,00	7.087.000,00	5.102.027,39	71,99
Proveniente da União	4.488.000,00	6.638.000,00	4.415.598,42	66,52
Proveniente dos Estados	449.000,00	449.000,00	686.428,97	152,88
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	502.000,00	502.000,00	231.892,89	46,19
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**5.439.000,00**	**7.589.000,00**	**5.333.920,28**	**70,28**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	3.286.000,00	6.494.447,89	2.339.559,66	36,02	1.542.002,05	23,74	1.418.578,66	21,84	797.557,61
Despesas Correntes	3.285.000,00	5.504.257,75	1.995.652,53	36,26	1.442.002,05	26,20	1.318.578,66	23,96	553.650,48
Despesas de Capital	1.000,00	990.190,14	343.907,13	34,73	100.000,00	10,10	100.000,00	10,10	243.907,13
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	1.091.000,00	1.091.000,00	427.383,72	39,17	412.848,93	37,84	395.114,86	36,22	14.534,79
Despesas Correntes	1.091.000,00	1.091.000,00	427.383,72	39,17	412.848,93	37,84	395.114,86	36,22	14.534,79
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	226.000,00	84.518,51	37,40	64.101,91	28,36	57.863,71	25,60	20.416,60
Despesas Correntes	0,00	130.000,00	15.024,52	11,56	11.507,92	8,85	6.424,72	4,94	3.516,60
Despesas de Capital	0,00	96.000,00	69.493,99	72,39	52.593,99	54,79	51.438,99	53,58	16.900,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	1.047.000,00	1.229.670,75	395.938,30	32,20	380.702,49	30,96	367.821,49	29,91	15.235,81
Despesas Correntes	1.046.000,00	1.175.670,75	386.472,36	32,87	371.236,55	31,58	364.355,49	30,99	15.235,81
Despesas de Capital	1.000,00	54.000,00	9.465,94	17,53	9.465,94	17,53	3.466,00	6,42	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**5.439.000,00**	**9.206.118,64**	**3.247.400,19**	**35,27**	**2.399.655,38**	**26,07**	**2.239.378,72**	**24,32**	**847.744,81**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	15.924.000,07	19.132.447,96	8.622.529,50	45,07	6.886.366,06	35,99	6.564.487,02	34,31	1.736.163,44
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	8.981.000,00	8.981.000,00	4.085.041,19	45,49	3.913.911,37	43,58	3.676.569,58	40,94	171.129,82
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	1.284.000,00	1.510.000,00	1.030.458,53	68,24	904.291,93	59,89	882.278,36	58,43	126.166,60
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	233.000,00	233.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	1.203.000,00	1.385.670,75	435.436,27	31,42	420.200,46	30,32	386.747,69	27,91	15.235,81
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	633.000,00	633.000,00	33.989,73	5,37	33.989,73	5,37	32.042,68	5,06	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	3.302.000,00	3.452.000,00	2.094.319,74	60,67	1.964.002,54	56,89	1.897.866,48	54,98	130.317,20
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**31.560.000,07**	**35.327.118,71**	**16.301.774,96**	**46,15**	**14.122.762,09**	**39,98**	**13.439.991,81**	**38,04**	**2.179.012,87**
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes	5.439.000,00	9.206.118,64	3.247.400,19	35,27	2.399.655,38	26,07	2.239.378,72	24,32	847.744,81
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	**26.121.000,07**	**26.121.000,07**	**13.054.374,77**	**49,98**	**11.723.106,71**	**44,88**	**11.200.613,09**	**42,88**	**1.331.268,06**
Notas Explicativas									

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:26B6A68D

ASSESSORIA GERAL
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO

MUNICÍPIO DE SERTANOPOLIS							
PODER EXECUTIVO							
ESTADO DO PARANÁ							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO							
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**(%) (b/a)**	**Ate o Bimestre (c)**	**% c/a**	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	137.500.000,00	154.844.650,44	27.939.498,57	18,04	70.638.927,16	45,62	84.205.723,28
RECEITAS CORRENTES	137.434.900,00	143.730.550,44	27.473.133,57	19,11	66.572.562,16	46,32	77.157.988,28
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	32.421.779,00	32.421.779,00	8.260.849,73	25,48	15.136.161,45	46,69	17.285.617,55
Impostos	28.627.289,00	28.627.289,00	7.378.774,20	25,78	13.611.914,10	47,55	15.015.374,90
Taxas	3.761.940,00	3.761.940,00	881.569,84	23,43	1.522.948,70	40,48	2.238.991,30
Contribuição de Melhoria	32.550,00	32.550,00	505,69	1,55	1.298,65	3,99	31.251,35
CONTRIBUIÇÕES	4.131.120,00	4.131.120,00	858.727,72	20,79	1.910.061,64	46,24	2.221.058,36
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	4.131.120,00	4.131.120,00	858.727,72	20,79	1.910.061,64	46,24	2.221.058,36
RECEITA PATRIMONIAL	6.690.100,00	6.710.096,24	1.329.792,97	19,82	3.679.422,96	54,83	3.030.673,28
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	54.600,00	54.600,00	491.107,02	899,46	1.175.371,50	2.152,70	-1.120.771,50
Valores Mobiliários	6.530.500,00	6.550.496,24	835.612,00	12,76	2.494.318,75	38,08	4.056.177,49
Delegação de Serviços Públicos Mediante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão, Permissão, Autorização ou Licença Exploração de Recursos Naturais	105.000,00	105.000,00	3.073,95	2,93	9.732,71	9,27	95.267,29
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	11.453.243,00	11.453.243,00	1.370.801,01	11,97	4.159.157,91	36,31	7.294.085,09
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	157.500,00	157.500,00	12.542,85	7,96	37.317,28	23,69	120.182,72
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	11.295.743,00	11.295.743,00	1.358.258,16	12,02	4.121.840,63	36,49	7.173.902,37
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	82.047.600,00	88.323.254,20	15.612.323,71	17,68	41.536.253,99	47,03	46.787.000,21
Transferências da União e de suas Entidades	39.672.750,00	41.953.010,99	9.502.833,68	22,65	21.454.550,55	51,14	20.498.460,44
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	28.838.100,00	32.833.493,21	3.907.780,60	11,90	13.226.504,67	40,28	19.606.988,54
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	43,07	0,00	734,21	0,00	-734,21
Transferências de Outras Instituições Públicas	13.500.000,00	13.500.000,00	2.201.666,36	16,31	6.854.464,56	50,77	6.645.535,44
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	36.750,00	36.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.750,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	691.058,00	691.058,00	40.638,43	5,88	151.504,21	21,92	539.553,79
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	306.758,00	306.758,00	40.098,11	13,07	148.337,36	48,36	158.420,64
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	384.300,00	384.300,00	540,32	0,14	3.166,85	0,82	381.133,15
RECEITAS DE CAPITAL	65.100,00	11.114.100,00	466.365,00	4,20	4.066.365,00	36,59	7.047.735,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	(%) (b/a)	Ate o Bimestre (c)	% c/a	
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	65.100,00	11.114.100,00	466.365,00	4,20	4.066.365,00	36,59	7.047.735,00
Transferências da União e de suas Entidades	42.000,00	806.000,00	100.000,00	12,41	100.000,00	12,41	706.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	23.100,00	10.308.100,00	366.365,00	3,55	3.966.365,00	38,48	6.341.735,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	137.500.000,00	154.844.650,44	27.939.498,57	18,04	70.638.927,16	45,62	84.205.723,28
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	137.500.000,00	154.844.650,44	27.939.498,57	18,04	70.638.927,16	45,62	84.205.723,28
DÉFICIT (VI)[1]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	137.500.000,00	154.844.650,44	27.939.498,57	18,04	70.638.927,16	45,62	84.205.723,28
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	4.687.267,06	0,00	0,00	4.687.267,06	100,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	4.687.267,06	0,00	0,00	4.687.267,06	100,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (I) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	134.000.000,00	156.031.917,50	22.299.392,05	67.222.804,49	88.809.113,01	22.802.455,89	53.075.620,91	102.956.296,59	51.824.789,82	14.147.183,58
DESPESAS CORRENTES	120.126.600,00	122.801.229,70	17.382.630,30	60.291.919,14	62.509.310,56	21.682.773,69	51.116.648,05	71.684.581,65	49.881.102,16	9.175.271,09
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	47.775.000,00	48.009.000,00	7.446.857,37	21.866.522,84	26.142.477,16	7.446.857,41	21.846.634,74	26.162.365,26	21.170.324,59	19.888,10
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	72.351.600,00	74.792.229,70	9.935.772,93	38.425.396,30	36.366.833,40	14.235.916,28	29.270.013,31	45.522.216,39	28.710.777,57	9.155.382,99
DESPESAS DE CAPITAL	13.673.400,00	33.030.687,80	4.916.761,75	6.930.885,35	26.099.802,45	1.119.682,20	1.958.972,86	31.071.714,94	1.943.687,66	4.971.912,49
INVESTIMENTOS	11.873.400,00	31.230.687,80	4.800.499,51	6.586.287,42	24.644.400,38	1.003.419,96	1.614.374,93	29.616.312,87	1.599.089,73	4.971.912,49
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.800.000,00	1.800.000,00	116.262,24	344.597,93	1.455.402,07	116.262,24	344.597,93	1.455.402,07	344.597,93	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	134.000.000,00	156.031.917,50	22.299.392,05	67.222.804,49	88.809.113,01	22.802.455,89	53.075.620,91	102.956.296,59	51.824.789,82	14.147.183,58

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	134.000.000,00	156.031.917,50	22.299.392,05	67.222.804,49	88.809.113,01	22.802.455,89	53.075.620,91	102.956.296,59	51.824.789,82	14.147.183,58
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	3.416.122,67	-3.416.122,67	0,00	17.563.306,25	0,00	18.814.137,34	0,00
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	134.000.000,00	156.031.917,50	22.299.392,05	70.638.927,16	85.392.990,34	22.802.455,89	70.638.927,16	0,00	70.638.927,16	14.147.183,58
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública ENTIDADES CONSOLIDADAS: SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO; SERVIÇO MUNICIPAL DE SAUDE; MUNICIPIO DE SERTANOPOLIS									21/07/2026 - 12:39:48	

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:967B543F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 12 - RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana-PR				
Relatório Resumido da Execução Orçamentária				
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde				
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho				
RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	6.328.000,00	6.328.000,00	3.597.141,31	56,84
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	745.000,00	745.000,00	740.315,96	99,37
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	656.000,00	656.000,00	428.112,77	65,26
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.522.000,00	1.522.000,00	845.882,52	55,58
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	3.405.000,00	3.405.000,00	1.582.830,06	46,49
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	58.300.000,00	58.300.000,00	30.034.823,81	51,52
Cota-Parte FPM	25.765.000,00	25.765.000,00	14.513.831,07	56,33
Cota-Parte ITR	600.000,00	600.000,00	32.480,73	5,41
Cota-Parte IPVA	3.000.000,00	3.000.000,00	1.791.412,05	59,71
Cota-Parte ICMS	28.500.000,00	28.500.000,00	13.493.959,37	47,35
Cota-Parte IPI-Exportação	435.000,00	435.000,00	203.140,59	46,70
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	64.628.000,00	64.628.000,00	33.631.965,12	52,04

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	4.828.000,00	4.834.000,00	2.528.224,57	52,30	2.521.843,27	52,17	2.515.787,42	52,04
Despesas Correntes	4.808.000,00	4.814.000,00	2.526.514,57	52,48	2.520.133,27	52,35	2.514.077,42	52,22
Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	1.710,00	8,55	1.710,00	8,55	1.710,00	8,55
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	9.413.000,00	10.202.499,00	4.644.101,63	45,52	4.429.074,95	43,41	4.204.240,17	41,21
Despesas Correntes	9.402.000,00	10.105.999,11	4.643.881,63	45,95	4.428.854,95	43,82	4.204.240,17	41,60
Despesas de Capital	11.000,00	96.499,89	220,00	0,23	220,00	0,23	-	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	605.000,00	568.000,00	37.280,91	6,56	36.256,21	6,38	36.106,35	6,36
Despesas Correntes	605.000,00	568.000,00	37.280,91	6,56	36.256,21	6,38	36.106,35	6,36
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-

VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	498.000,00	568.000,00	302.295,41	53,22	302.295,41	53,22	302.295,41	53,22
Despesas Correntes	496.000,00	566.000,00	302.295,41	53,41	302.295,41	53,41	302.295,41	53,41
Despesas de Capital	2.000,00	2.000,00	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	180.000,00	141.000,00	37.730,87	26,76	37.730,87	26,76	32.316,25	22,92
Despesas Correntes	180.000,00	141.000,00	37.730,87	26,76	37.730,87	26,76	32.316,25	22,92
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	15.524.000,00	16.313.499,00	7.549.633,39	46,28	7.327.200,71	44,91	7.090.745,60	43,47

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	7.549.633,39	7.327.200,71	7.090.745,60
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)[1]	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)[3]	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)[2]	-	-	-
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	7.549.633,39	7.327.200,71	7.090.745,60
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			5.044.794,77
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			5.044.794,77
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	-	2.282.405,94	2.045.950,83
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	-		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	-	21,79	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)1 (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026 (saldo final = XIXd)	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	-	-	-	-	-

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2026	5.044.794,77	7.327.200,71	2.282.405,94	-	-	-	-	-	-	2.282.405,94
Empenhos de 2025	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2022 e anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										-

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência	Saldo Final (não aplicado)1 (aa) = (w - (x ou y))

		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício a serem compensados (XXIV)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício imediatamente anterior a serem compensados (XXV)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	-	-	-	-	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	-	-	-	-	-

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	4.514.000,00	7.744.000,00	4.776.134,66	61,68
Proveniente da União	3.572.000,00	5.651.600,00	4.148.965,66	73,41
Proveniente dos Estados	740.000,00	1.890.400,00	627.169,00	33,18
Proveniente de outros Municípios	202.000,00	202.000,00	-	-
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS (XXX)	191.000,00	199.600,00	-	-
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	4.705.000,00	7.943.600,00	4.776.134,66	60,13

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	3.726.000,00	7.799.544,64	2.336.101,58	29,95	2.281.856,81	29,26	2.232.358,24	28,62
Despesas Correntes	3.675.000,00	5.590.598,49	2.251.583,31	40,27	2.197.338,54	39,30	2.150.949,97	38,47
Despesas de Capital	51.000,00	2.208.946,15	84.518,27	3,83	84.518,27	3,83	81.408,27	3,69

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	1.449.000,00	1.486.521,84	261.955,17	17,62	254.275,82	17,11	238.443,63	16,04
Despesas Correntes	1.439.000,00	1.471.229,66	261.955,17	17,81	254.275,82	17,28	238.443,63	16,21
Despesas de Capital	10.000,00	15.292,18	-	-	-	-	-	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	917.000,00	2.134.328,23	337.451,01	15,81	253.490,55	11,88	235.484,07	11,03
Despesas Correntes	917.000,00	2.134.328,23	337.451,01	15,81	253.490,55	11,88	235.484,07	11,03
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	103.000,00	265.128,00	26.032,60	9,82	26.032,60	9,82	26.032,60	9,82
Despesas Correntes	103.000,00	144.622,24	10.076,60	6,97	10.076,60	6,97	10.076,60	6,97
Despesas de Capital	-	120.505,76	15.956,00	13,24	15.956,00	13,24	15.956,00	13,24
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	477.000,00	477.228,46	162.733,30	34,10	162.733,30	34,10	162.658,55	34,08
Despesas Correntes	472.000,00	472.228,46	162.733,30	34,46	162.733,30	34,46	162.658,55	34,44
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	190.000,00	190.000,00	55.571,28	29,25	55.571,28	29,25	55.571,28	29,25
Despesas Correntes	190.000,00	190.000,00	55.571,28	29,25	55.571,28	29,25	55.571,28	29,25
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	6.862.000,00	12.352.751,17	3.179.844,94	25,74	3.033.960,36	24,56	2.950.548,37	23,89
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	8.554.000,00	12.633.544,64	4.864.326,15	38,50	4.803.700,08	38,02	4.748.145,66	37,58
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	10.862.000,00	11.689.020,84	4.906.056,80	41,97	4.683.350,77	40,07	4.442.683,80	38,01

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	1.522.000,00	2.702.328,23	374.731,92	13,87	289.746,76	10,72	271.590,42	10,05
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	601.000,00	833.128,00	328.328,01	39,41	328.328,01	39,41	328.328,01	39,41
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	477.000,00	477.228,46	162.733,30	34,10	162.733,30	34,10	162.658,55	34,08
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	370.000,00	331.000,00	93.302,15	28,19	93.302,15	28,19	87.887,53	26,55
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	-	-	-	-	-	-	-	-

TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	22.386.000,00	28.666.250,17	10.729.478,33	37,43	10.361.161,07	36,14	10.041.293,97	35,03

Notas:

[1]Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[2]Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:569B79D3

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 13 - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO -PRIVADAS

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana-PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho		
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		Em reais
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL Até o Bimestre
TOTAL DE ATIVOS		
Ativos Constituídos pela SPE		
TOTAL DE PASSIVOS		
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE		
Provisões de PPP		
Outros Passivos		
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Obrigações contratuais		
Riscos não Provisionados		
Garantias concedidas		
Outros Passivos Contingentes		

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE 2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratadas(I.1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A contratar (I.2)											
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
Contratadas (II.1)											
A contratar (II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	-	91.831.185,40	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)		-									
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / I		-									

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:33C7EEA7

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana-PR							
Relatório Resumido da Execução Orçamentária							
Balanço Orçamentário							
Orçamento Fiscal e da Seguridade Socials							
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alineas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	

RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	93.000.000,00	120.444.609,05	17.360.825,14	14,41	47.057.505,44	39,07	73.387.103,61
RECEITAS CORRENTES	89.303.000,00	91.831.185,40	16.659.484,06	18,14	44.697.528,44	48,67	47.133.656,96
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	7.389.000,00	7.389.000,00	1.434.626,97	19,42	4.018.376,59	54,38	3.370.623,41
Impostos	6.328.000,00	6.328.000,00	1.283.104,55	20,28	3.597.141,31	56,84	2.730.858,69
Taxas	1.038.000,00	1.038.000,00	151.522,42	14,60	421.235,28	40,58	616.764,72
Contribuição de Melhoria	23.000,00	23.000,00	-	-	-	-	23.000,00
CONTRIBUIÇÕES	917.000,00	917.000,00	183.760,50	20,04	506.917,22	55,28	410.082,78
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	917.000,00	917.000,00	183.760,50	20,04	506.917,22	55,28	410.082,78
RECEITA PATRIMONIAL	820.500,00	938.927,68	180.252,16	19,20	532.029,27	56,66	406.898,41
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	13.000,00	13.000,00	-	-	-	-	13.000,00
Valores Mobiliários	760.000,00	878.427,68	172.141,52	19,60	503.327,54	57,30	375.100,14
Exploração de Recursos Naturais	47.500,00	47.500,00	8.110,64	17,08	28.701,73	60,42	18.798,27
RECEITA AGROPECUÁRIA	16.000,00	16.000,00	-	-	-	-	16.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	126.000,00	126.000,00	838,50	0,67	7.009,56	5,56	118.990,44
RECEITA DE SERVIÇOS	1.340.000,00	1.340.000,00	53.751,33	4,01	192.254,96	14,35	1.147.745,04
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	92.000,00	92.000,00	-	-	10.370,00	11,27	81.630,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	260.000,00	260.000,00	9.338,45	3,59	50.887,75	19,57	209.112,25
Serviços e Atividades referentes à Saúde	331.000,00	331.000,00	44.412,88	13,42	130.997,21	39,58	200.002,79
Outros Serviços	657.000,00	657.000,00	-	-	-	-	657.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	78.694.500,00	81.104.257,72	14.806.093,91	18,26	39.439.697,25	48,63	41.664.560,47
Transferências da União e de suas Entidades	33.188.000,00	35.341.047,72	7.495.573,57	21,21	17.027.937,59	48,18	18.313.110,13
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	34.540.500,00	34.789.210,00	5.502.495,04	15,82	16.824.223,76	48,36	17.964.986,24
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	202.000,00	202.000,00	-	-	-	-	202.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	10.764.000,00	10.772.000,00	1.808.025,30	16,78	5.587.535,90	51,87	5.184.464,10
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	160,69	-	1.243,59	-	(1.243,59)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	160,69	-	1.243,59	-	(1.243,59)
RECEITAS DE CAPITAL	3.697.000,00	28.613.423,65	701.341,08	2,45	2.359.977,00	8,25	26.253.446,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	8.454.160,66	-	-	677.698,05	8,02	7.776.462,61
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	8.454.160,66	-	-	677.698,05	8,02	7.776.462,61
ALIENAÇÃO DE BENS	680.000,00	680.000,00	-	-	-	-	680.000,00
Alienação de Bens Móveis	60.000,00	60.000,00	-	-	-	-	60.000,00
Alienação de Bens Imóveis	620.000,00	620.000,00	-	-	-	-	620.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.017.000,00	19.479.262,99	701.341,08	3,60	1.682.278,95	8,64	17.796.984,04
Transferências da União e de suas Entidades	3.017.000,00	6.306.999,96	-	-	577.517,58	9,16	5.729.482,38
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	13.172.263,03	701.341,08	5,32	1.104.761,37	8,39	12.067.501,66
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	93.000.000,00	120.444.609,05	17.360.825,14	14,41	47.057.505,44	39,07	73.387.103,61
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	93.000.000,00	120.444.609,05	17.360.825,14	14,41	47.057.505,44	39,07	73.387.103,61

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	93.000.000,00	120.444.609,05	17.360.825,14	14,41	47.057.505,44	39,07	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	5.961.110,96	-	-	5.961.110,96	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	5.961.110,96	-	-	5.961.110,96	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	89.800.000,00	132.286.078,70	25.539.252,11	53.270.987,21	79.015.091,49	13.773.082,57	40.787.778,34	91.498.300,36	38.940.110,65	-
DESPESAS CORRENTES	81.501.501,00	88.074.549,12	12.491.498,52	38.024.815,58	50.049.733,54	12.407.306,55	37.248.248,68	50.826.300,44	35.661.522,06	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.340.000,00	40.621.510,01	6.800.541,88	20.204.666,69	20.416.843,32	6.800.528,25	20.204.653,06	20.416.856,95	20.107.752,17	-
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	1.553.000,00	1.553.000,00	308.968,72	914.364,16	638.635,84	308.968,72	914.364,16	638.635,84	914.364,16	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39.608.501,00	45.900.039,11	5.381.987,92	16.905.784,73	28.994.254,38	5.297.809,58	16.129.231,46	29.770.807,65	14.639.405,73	-
DESPESAS DE CAPITAL	6.264.000,00	43.711.529,58	13.047.753,59	15.246.171,63	28.465.357,95	1.365.776,02	3.539.529,66	40.171.999,92	3.278.588,59	-
INVESTIMENTOS	3.327.000,00	40.535.529,58	12.355.246,10	13.219.972,92	27.315.556,66	673.268,53	1.513.330,95	39.022.198,63	1.252.389,88	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.937.000,00	3.176.000,00	692.507,49	2.026.198,71	1.149.801,29	692.507,49	2.026.198,71	1.149.801,29	2.026.198,71	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.034.499,00	500.000,00	-	-	500.000,00	-	-	500.000,00	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	89.800.000,00	132.286.078,70	25.539.252,11	53.270.987,21	79.015.091,49	13.773.082,57	40.787.778,34	91.498.300,36	38.940.110,65	-

AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	89.800.000,00	132.286.078,70	25.539.252,11	53.270.987,21	79.015.091,49	13.773.082,57	40.787.778,34	91.498.300,36	38.940.110,65	-
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	6.269.727,10	-	8.117.394,79	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	89.800.000,00	132.286.078,70	25.539.252,11	53.270.987,21	-	13.773.082,57	47.057.505,44	91.498.300,36	47.057.505,44	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	

DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1 O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.										

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:01741499

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana - PR										
Relatório Resumido de Execução Orçamentária										
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção										
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social										
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho										
RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')										R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS(EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)(I)	**89.800.000,00**	**132.286.078,70**	**25.539.252,11**	**53.270.987,21**	**100,00**	**79.015.091,49**	**13.773.082,57**	**40.787.778,34**	**100,00**	**91.498.300,36**
Administração	10.099.500,00	10.506.342,82	1.477.421,96	4.792.716,14	9,00	5.713.626,68	1.531.395,36	4.766.663,20	11,69	5.739.679,62
Administração Geral	8.429.000,00	8.897.842,82	1.207.505,78	3.992.636,44	7,49	4.905.206,38	1.260.908,84	3.966.583,50	9,72	4.931.259,32
Administração Financeira	1.660.500,00	1.598.500,00	269.916,18	800.079,70	1,50	798.420,30	270.486,52	800.079,70	1,96	798.420,30
Ensino Superior	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Assistência Social	5.468.000,00	12.684.260,78	1.186.813,29	2.425.488,04	4,55	10.258.772,74	1.152.445,68	2.355.728,00	5,78	10.328.532,78
Assistência à Pessoa Idosa	156.000,00	238.771,05	16.577,73	45.629,09	0,09	193.141,96	16.099,93	45.151,29	0,11	193.619,76
Assistência à Pessoa com Deficiência	5.000,00	5.382,81	0,00	0,00	0,00	5.382,81	0,00	0,00	0,00	5.382,81
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.098.000,00	3.360.818,47	194.044,20	435.569,67	0,82	2.925.248,80	193.133,75	416.901,34	1,02	2.943.917,13
Assistência Comunitária	4.209.000,00	9.079.288,45	976.191,36	1.944.289,28	3,65	7.134.999,17	943.212,00	1.893.675,37	4,64	7.185.613,08
Saúde	23.901.000,00	30.190.250,17	3.831.364,78	11.518.181,32	21,62	18.672.068,85	3.694.095,11	11.149.850,43	27,34	19.040.399,74
Atenção Básica	8.694.000,00	12.773.544,64	1.769.031,28	5.027.637,16	9,44	7.745.907,48	1.735.698,09	4.967.011,09	12,18	7.806.533,55
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	12.237.000,00	13.073.020,84	1.730.103,12	5.531.448,78	10,38	7.541.572,06	1.692.973,21	5.308.729,12	13,02	7.764.291,72
Suporte Profilático e Terapêutico	1.522.000,00	2.702.328,23	177.890,64	374.731,92	0,70	2.327.596,31	111.084,07	289.746,76	0,71	2.412.581,47
Vigilância Sanitária	601.000,00	833.128,00	91.273,82	328.328,01	0,62	504.799,99	91.273,82	328.328,01	0,80	504.799,99
Vigilância Epidemiológica	477.000,00	477.228,46	48.719,82	162.733,30	0,31	314.495,16	48.719,82	162.733,30	0,40	314.495,16
Alimentação e Nutrição	370.000,00	331.000,00	14.346,10	93.302,15	0,18	237.697,85	14.346,10	93.302,15	0,23	237.697,85
Educação	21.122.501,00	22.607.671,40	3.657.959,46	10.235.529,96	19,21	12.372.141,44	3.658.378,10	10.121.369,21	24,81	12.486.302,19
Ensino Fundamental	12.836.000,00	12.606.670,40	1.981.507,81	5.380.582,89	10,10	7.226.087,51	1.986.714,09	5.319.207,94	13,04	7.287.462,46
Educação Infantil	6.879.501,00	7.892.001,00	1.394.168,71	4.246.067,65	7,97	3.645.933,35	1.388.605,56	4.194.162,57	10,28	3.697.838,43
Educação de Jovens e Adultos	52.000,00	52.000,00	1.090,92	1.896,90	0,00	50.103,10	1.896,90	1.896,90	0,00	50.103,10
Educação Especial	1.355.000,00	2.057.000,00	281.192,02	606.982,52	1,14	1.450.017,48	281.161,55	606.101,80	1,49	1.450.898,20
Cultura	461.000,00	635.950,00	72.970,17	146.422,89	0,27	489.527,11	73.189,65	145.659,57	0,36	490.290,43
Difusão Cultural	360.000,00	544.950,00	72.970,17	146.422,89	0,27	398.527,11	73.189,65	145.659,57	0,36	399.290,43
Turismo	101.000,00	91.000,00	0,00	0,00	0,00	91.000,00	0,00	0,00	0,00	91.000,00

Urbanismo	4.681.000,00	12.790.307,42	850.636,09	3.302.533,67	6,20	9.487.773,75	692.775,36	3.014.487,82	7,39	9.775.819,60
Infra-estrutura Urbana	420.000,00	7.074.307,42	23.868,38	668.955,24	1,26	6.405.352,18	3.119,74	646.051,55	1,58	6.428.255,87
Serviços Urbanos	4.261.000,00	5.716.000,00	826.767,71	2.633.578,43	4,94	3.082.421,57	689.655,62	2.368.436,27	5,81	3.347.563,73
Gestão Ambiental	1.643.500,00	13.407.211,97	11.761.266,81	12.267.438,27	23,03	1.139.773,70	272.346,30	723.726,92	1,77	12.683.485,05
Preservação e Conservação Ambiental	1.643.500,00	13.407.211,97	11.761.266,81	12.267.438,27	23,03	1.139.773,70	272.346,30	723.726,92	1,77	12.683.485,05
Agricultura	3.166.000,00	3.363.200,00	366.956,52	1.247.152,18	2,34	2.116.047,82	369.838,95	1.239.278,74	3,04	2.123.921,26
Extensão Rural	3.166.000,00	3.363.200,00	366.956,52	1.247.152,18	2,34	2.116.047,82	369.838,95	1.239.278,74	3,04	2.123.921,26
Indústria	549.000,00	307.000,00	89,61	22.693,11	0,04	284.306,89	89,61	22.693,11	0,06	284.306,89
Promoção Industrial	549.000,00	307.000,00	89,61	22.693,11	0,04	284.306,89	89,61	22.693,11	0,06	284.306,89
Transporte	10.027.000,00	17.524.174,14	919.930,06	3.205.059,24	6,02	14.319.114,90	913.152,43	3.147.004,20	7,72	14.377.169,94
Transporte Rodoviário	10.027.000,00	17.524.174,14	919.930,06	3.205.059,24	6,02	14.319.114,90	913.152,43	3.147.004,20	7,72	14.377.169,94
Desporto e Lazer	1.107.000,00	1.910.710,00	227.141,75	634.023,61	1,19	1.276.686,39	228.674,41	627.568,36	1,54	1.283.141,64
Desporto Comunitário	1.107.000,00	1.910.710,00	227.141,75	634.023,61	1,19	1.276.686,39	228.674,41	627.568,36	1,54	1.283.141,64
Encargos Especiais	5.540.000,00	5.859.000,00	1.186.701,61	3.473.748,78	6,52	2.385.251,22	1.186.701,61	3.473.748,78	8,52	2.385.251,22
Outros Encargos Especiais	5.540.000,00	5.859.000,00	1.186.701,61	3.473.748,78	6,52	2.385.251,22	1.186.701,61	3.473.748,78	8,52	2.385.251,22
Reservas	2.034.499,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Reserva de Contingência	2.034.499,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	**89.800.000,00**	**132.286.078,70**	**25.539.252,11**	**53.270.987,21**	**100**	**79.015.091,49**	**13.773.082,57**	**40.787.778,34**	**100**	**91.498.300,36**

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:5466AABC

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIOS E NOMINAL

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana-PR		
Relatório Resumido da Execução Orçamentária		
Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal		
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho		
RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)		R$ 1,00
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	Previsão Atualizada	Até o Bimestre/2026 Receitas Realizadas (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	91.831.185,40	44.697.528,44
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.389.000,00	4.018.376,59
IPTU	745.000,00	740.315,96
ISS	1.522.000,00	845.882,52
ITBI	656.000,00	428.112,77
IRRF	3.405.000,00	1.582.830,06
Outros Impostos, Taxas, e Contribuições de Melhoria	1.061.000,00	421.235,28
Contribuições	917.000,00	506.917,22
Receita Patrimonial	938.927,68	532.029,27
Aplicações Financeiras (II)	878.427,68	503.327,54
Outras Receitas Patrimoniais	60.500,00	28.701,73
Transferências Correntes	81.104.257,72	39.439.697,25
Cota-Parte do FPM	23.312.000,00	11.611.065,09
Cota-Parte do ICMS	22.800.000,00	10.795.167,62
Cota-Parte do IPVA	2.400.000,00	1.433.130,57
Cota-Parte do ITR	480.000,00	25.984,65
Transferências da LC 61/1989	348.000,00	162.512,48
Transferências do FUNDEB	10.807.047,72	5.630.583,62
Outras Transferências Correntes	20.957.210,00	9.781.253,22
Demais Receitas Correntes	1.482.000,00	200.508,11
Outras Receitas Financeiras (III)	-	-
Receitas Correntes Restantes	1.482.000,00	200.508,11
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	90.952.757,72	44.194.200,90
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	-	-

RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	28.613.423,65	2.359.977,00
Operações de Crédito (VIII)	8.454.160,66	677.698,05
Amortização de Empréstimos (IX)	-	-
Alienação de Bens	680.000,00	-
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	-	-
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	-	-
Outras Alienações de Bens	680.000,00	-
Transferências de Capital	19.479.262,99	1.682.278,95
Convênios	3.017.000,00	-
Outras Transferências de Capital	16.462.262,99	1.682.278,95
Outras Receitas de Capital	-	-
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	-	-
Outras Receitas de Capital Primárias	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	20.159.262,99	1.682.278,95
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	-	-
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	-	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	111.112.020,71	45.876.479,85
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	111.112.020,71	45.876.479,85

DESPESAS PRIMÁRIAS	Dotação Atualizada	Até o Bimestre/2026					
		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (a)	Restos a Pagar Processados Pagos (b)	Restos a Pagar não Processados	
						Liquidados	Pagos (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	88.074.549,12	38.024.815,58	37.248.248,68	35.661.522,06	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	40.621.510,01	20.204.666,69	20.204.653,06	20.107.752,17	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	1.553.000,00	914.364,16	914.364,16	914.364,16	-	-	-
Outras Despesas Correntes	45.900.039,11	16.905.784,73	16.129.231,46	14.639.405,73	-	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	45.900.039,11	16.905.784,73	16.129.231,46	14.639.405,73	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	86.521.549,12	37.110.451,42	36.333.884,52	34.747.157,90	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	-	-	-	-	-	-	-

DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	43.711.529,58	15.246.171,63	3.539.529,66	3.278.588,59	442.674,86	-	-
Investimentos	40.535.529,58	13.219.972,92	1.513.330,95	1.252.389,88	442.674,86	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XXVII)	3.176.000,00	2.026.198,71	2.026.198,71	2.026.198,71	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	40.535.529,58	13.219.972,92	1.513.330,95	1.252.389,88	442.674,86	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	500.000,00	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPSS) (XXX)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	127.557.078,70	50.330.424,34	37.847.215,47	35.999.547,78	442.674,86	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	127.557.078,70	50.330.424,34	37.847.215,47	35.999.547,78	442.674,86	-	-

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]	9.434.257,21	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]	9.434.257,21	
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	4.847.499,00	
JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre/2026	
	VALOR INCORRIDO	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)(XXXVI)	503.327,54	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)(XXXVII)	914.364,16	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	9.023.220,59	
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2025 (a)	Até o 3º Bimestre (b)

DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	15.287.502,45	13.939.001,79
DEDUÇÕES (XL)	6.628.127,49	12.203.013,77
Disponibilidade de Caixa	6.628.127,49	12.203.013,77
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.070.802,35	12.203.013,77
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	442.674,86	-
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	8.659.374,96	1.735.988,02
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	6.923.386,94	
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício	-	
AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2026	
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-442.674,86	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	-	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	-	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	-	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	-	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	-	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	6.480.712,08	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	6.891.748,70	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.961.110,96	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	5.961.110,96	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	-	

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:5FA64D90

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana - PR												
Relatório Resumido da Execução Orçamentária												
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão												
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social												
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art.53, inciso V)												R$ 1,00
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL												
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e=(a+b)-(c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k=(f+g)-(i+j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	442.674,86	442.674,86	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PODER EXECUTIVO	-	442.674,86	442.674,86	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PODER LEGISLATIVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CÂMARA MUNICIPAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I+II)	-	442.674,86	442.674,86	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:81C8B889